



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA**

**Resenha Mensal (art. 269, II, do RISF)
(período de 1º a 30 de novembro de 2011)**

e

Atas de Comissões Permanentes e suas Subcomissões no Senado Federal

Atas da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

VOLUME I/II

ANO LXVI – SUP. AO Nº 204 – SEXTA-FEIRA, 2 DE DEZEMBRO DE 2011 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP) 1º VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy - (PT-SP) 2º VICE-PRESIDENTE Waldemir Moka - (PMDB-MS)(3,4) 1º SECRETÁRIO Cícero Lucena - (PSDB-PB) 2º SECRETÁRIO João Ribeiro - (PR-TO) ²	3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI) 4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI) SUPLENTE DE SECRETÁRIO 1º - (1,5,6) 2º - João Durval - (PDT-BA) 3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE) 4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
4. O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão plenária do Senado Federal de 16.11.2011.
5. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença
6. Em 29.11.2011, vago em virtude de o Senador Gilvam Borges ter deixado o mandato.

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PV) - 24 Líder Renan Calheiros - PMDB Líder do PMDB - 17 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Eduardo Braga Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia ⁽¹⁴⁾ Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim Líder do PV - 1 Paulo Davim	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 25 Líder Humberto Costa - PT Vice-Líderes Acir Gurgacz Antonio Carlos Valadares Inácio Arruda Marcelo Crivella Líder do PT - 13 Humberto Costa Vice-Líderes do PT Lindbergh Farias Walter Pinheiro Wellington Dias Ana Rita Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz Vice-Líder do PDT Cristovam Buarque Líder do PSB - 4 Antonio Carlos Valadares Vice-Líder do PSB Lídice da Mata Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15 Líder Mário Couto - PSDB ⁽⁷⁾ Vice-Líderes Jayme Campos ⁽⁵⁾ Maria do Carmo Alves Cyro Miranda Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira ⁽⁸⁾ Paulo Bauer ⁽⁹⁾ Flexa Ribeiro ⁽⁶⁾ Líder do DEM - 5 Demóstenes Torres ^(3,4) Vice-Líder do DEM Jayme Campos ⁽⁵⁾
PR - 7 Líder Magno Malta - PR ⁽¹¹⁾ Vice-Líder Clésio Andrade	PTB - 6 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti	PSOL - 2 Líder Marinor Brito - PSOL
PSD - 2 Líder Kátia Abreu - PSD ⁽¹³⁾ Vice-Líder Sérgio Petecão	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lídice da Mata Jorge Viana Vital do Rêgo	

- Notas:**
1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011,lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. GLDEM Nº 028/2011, lido na sessão do dia 22 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Mário Couto é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria (PSBD/DEM), conforme comunicação das Lideranças do PSDB e do DEM, lida na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
9. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
10. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
11. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
12. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
13. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
14. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
15. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
16. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
17. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.

EXPEDIENTE	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Patricia Freitas Portella Nunes Martins Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

VOLUME I

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA 1.1– Resenha Mensal (período de 1º a 30 de novembro de 2011)

1.2 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

1.2.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE

Ata da 53ª Reunião, Conjunta, realizada em 18 de outubro de 2011..... 149

Ata da 54ª Reunião, Ordinária, realizada em 25 de outubro de 2011..... 181

Ata da 55ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de outubro de 2011..... 209

Ata da 56ª Reunião, Ordinária, realizada em 1º de novembro de 2011..... 224

Ata da 57ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de novembro de 2011..... 254

Ata da 58ª Reunião, Ordinária, realizada em 8 de novembro de 2011..... 265

Ata da 59ª Reunião, Conjunta, realizada em 8 de novembro de 2011..... 293

Ata da 60ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de novembro de 2011..... 310

Ata da 61ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de novembro de 2011..... 312

1.2.1.1 – Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional

Ata da 5ª Reunião, realizada em 5 de julho de 2011..... 332

1.2.2 – Comissão de Assuntos Sociais – CAS

Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de setembro de 2011..... 347

Ata da 35ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de setembro de 2011..... 377

Ata da 36ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de outubro de 2011..... 398

Ata da 37ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de outubro de 2011..... 418

Ata da 38ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de outubro de 2011..... 436

Ata da 39ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de outubro de 2011..... 460

Ata da 40ª Reunião, Conjunta, realizada em 19 de outubro de 2011..... 477

Ata da 41ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de outubro de 2011..... 505

Ata da 42ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de outubro de 2011..... 505

1.2.3 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ

Ata da 54ª Reunião, Ordinária, realizada em 26 de outubro de 2011..... 539

Ata da 55ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de novembro de 2011..... 560

Ata da 56ª Reunião, Ordinária, realizada em 9 de novembro de 2011..... 576

Ata da 57ª Reunião, Ordinária, realizada em 16 de novembro de 2011..... 611

1.2.4 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE

Ata da 60ª Reunião, Ordinária, realizada em 8 de novembro de 2011..... 638

Ata da 61ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de novembro de 2011..... 645

Ata da 62ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de novembro de 2011..... 663

1.2.5 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA

Ata da 48ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de novembro de 2011..... 666

Ata da 49ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de novembro de 2011..... 676

Ata da 50ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de novembro de 2011..... 699

Ata da 51ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de novembro de 2011..... 722

Ata da 52ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de novembro de 2011..... 725

Ata da 53ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de novembro de 2011..... 750

Ata da 54ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de novembro de 2011..... 761

Ata da 55ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de novembro de 2011.....	792	Ata da 52ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de novembro de 2011.....	1284
1.2.6 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH		Ata da 53ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de novembro de 2011.....	1289
Ata da 68ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de setembro de 2011.....	834	1.2.9 – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR	
VOLUME II		Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de outubro de 2011.....	1295
Ata da 69ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de setembro de 2011.....	871	Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de outubro de 2011.....	1304
Ata da 70ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de setembro de 2011.....	892	1.2.10 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA	
Ata da 71ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de outubro de 2011.....	914	Ata da 40ª Reunião, Conjunta, realizada em 20 de outubro de 2011.....	1326
Ata da 72ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de outubro de 2011.....	946	Ata da 41ª Reunião, Conjunta, realizada em 25 de outubro de 2011.....	1360
Ata da 73ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de outubro de 2011.....	965	Ata da 42ª Reunião, Conjunta, realizada em 25 de outubro de 2011.....	1378
Ata da 74ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de outubro de 2011.....	1000	Ata da 43ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de outubro de 2011.....	1396
Ata da 75ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de outubro de 2011.....	1033	Ata da 44ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de outubro de 2011.....	1407
Ata da 76ª Reunião, Conjunta, realizada em 19 de outubro de 2011.....	1068	Ata da 45ª Reunião, Conjunta, realizada em 8 de novembro de 2011.....	1417
Ata da 77ª Reunião, Conjunta, realizada em 20 de outubro de 2011.....	1095	Ata da 46ª Reunião, Conjunta, realizada em 9 de novembro de 2011.....	1448
1.2.7 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE		Ata da 47ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de novembro de 2011.....	1483
Ata da 45ª Reunião, Ordinária, realizada em 29 de setembro de 2011.....	1115	Ata da 48ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de novembro de 2011.....	1508
Ata da 46ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de outubro de 2011.....	1149	Ata da 49ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de novembro de 2011.....	1511
Ata da 47ª Reunião, Ordinária, realizada em 6 de outubro de 2011.....	1171	1.3– Atas da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC	
Ata da 48ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de outubro de 2011.....	1193	Ata da 4ª Reunião, em 21 de setembro de 2011.....	1520
1.2.8 – Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI		Ata da 5ª Reunião, em 21 de setembro de 2011.....	1540
Ata da 48ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de outubro de 2011.....	1228	Ata da 6ª Reunião, em 5 de outubro de 2011.....	1555
Ata da 49ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de outubro de 2011.....	1249	Ata da 7ª Reunião, em 26 de outubro de 2011.....	1562
Ata da 50ª Reunião, Conjunta, realizada em 8 de novembro de 2011.....	1263	Ata da 8ª Reunião, em 1º de novembro de 2011.....	1581
Ata da 51ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de novembro de 2011.....	1277		



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

**1ª Sessão Legislativa Ordinária da
54ª Legislatura - 2011**

**Resenha Mensal
(269, II, do RISF)
Novembro/2011**

**A - SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO
FEDERAL**

Sessões plenárias do Senado Federal
01 a 30/11/2011

Tipo da sessão	Quantidade
Deliberativa Ordinária	13
Especial	1
Não Deliberativa	7
Total de sessões realizadas	21

Quadro Geral de Matérias
01 a 30/11/2011

	Aprovada pelo Plenário	Aprovada por Comissão em decisão terminativa	Rejeitada por Comissão em decisão não terminativa (art. 254 do RISF)	Prejudicada	Retirada pelo autor	Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º, do RISF)	Total
PEC	0	-	0	0	2	-	2
PLC	5	5	0	0	0	1	11
PLS	1	22	2	0	4	14	43
PDS	5	40	1	0	0	0	46
PRS	2	0	0	0	0	0	2
MSF	8	-	0	0	0	-	8
OFS	3	-	0	1	0	-	4
Total	24	67	3	1	6	15	116

Quadro Geral de Medidas Provisórias
01 a 30/11/2011

	Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão	Total
PLV	3	3

Quadro de Requerimentos* 01 a 30/11/2011

Natureza	Total
Audiência de comissão	22
Congratulações, pesar e assemelhados	22
Desapensamento de matérias	1
Destaque	1
Dispensa de interstício	1
Homenagem de pesar	2
Inversão da Ordem do Dia	1
Licença Saúde / Interesse Particular (superior a 120 dias)	2
Missão (em representação do Senado Federal)	22
Preferência	1
Realização de sessão especial ou comemoração no período do expediente	3
Retirada de assinatura de matéria	1
Retirada de matéria	10
Sobrestamento	1
Tramitação conjunta	3
Urgência para matéria	4
Total Geral	97

*No período de 01 a 30/11/2011 foram apreciados outros requerimentos, não autônomos (vinculados a outra matéria), que não constam nesta resenha.

Quadro de Matérias Aprovadas por Iniciativa

01 a 30/11/2011

	PRES REP	SF	CD	TST	TCU	Total
PROJETO DE LEI DA CÂMARA	2	-	6	1	1	10
PROJETO DE LEI DO SENADO	-	23	-	-	-	23
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO	-	1	44	-	-	45
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO	-	2	-	-	-	2
Total	2	26	50	1	1	80

Quadro de Requerimentos de Licença
(Sem ônus)
01 a 30/11/2011

Fundamentação – RISF	Apresentados	Retirados	Total
Art. 13 ⁽¹⁾	102	1	101
Art. 40 ⁽²⁾	0	-	0
Art. 43, I ⁽³⁾	5	-	5
Art. 43, II ⁽⁴⁾	6	-	6
Soma	113	1	112
Requerimento para retirada	1	-	-
Total Geral	114	1	112

1. Missão política ou cultural de interesse parlamentar;
2. Representação da Casa ou missão no País ou no exterior, autorizado pelo Presidente do Senado ou pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ou a que tiver maior pertinência, e sem ônus para o Senado Federal;
3. Licença para tratamento de saúde; e
4. Licença para tratar de interesses particulares.

Quadro de Requerimentos de Licença
(Com ônus) *

01 a 30/11/2011

Fundamentação - RISF	Total
Art. 40 (1)	22

(1) Missão (em representação do Senado Federal)

* Requerimentos de licença com ônus são aprovados pelo Plenário e encontram-se disponibilizados no quadro de requerimentos

Resenha Consolidada

Sessões plenárias do Senado Federal 02/02 a 30/11/2011

Tipo da sessão	Quantidade
Deliberativa Extraordinária	7
Deliberativa Ordinária	112
Especial	19
Extraordinária	1
Não Deliberativa	78
Para Premiações E Condecorações	1
Total de sessões realizadas	218
Reunião	3
Reunião Preparatória	3
Total de Reuniões	6
Reunião não Realizada	1

Quadro Geral de Matérias

02/02 a 30/11/2011

	Aprovada pelo Plenário	Aprovada por Comissão em decisão terminativa	Rejeitada por Comissão em decisão não terminativa (art. 254 do RISF)	Prejudicada	Retirada pelo autor	Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º, do RISF)	Rejeitada pela CCJ por inconstitucionalidade (art. 101, § 1º, do RISF)	Total
PEC	1	-	3	1	5	-	0	10
PLC	45	67	3	3	0	8	0	126
PLS*	8	119	7	25	22	41	1	223
SCD	4	0	0	0	0	0	0	4
ECD	1	0	0	0	0	0	0	1
PDS	62	296	1	1	0	0	0	360
PRS	18	0	1	0	1	0	0	20
MSF	90	-	0	0	0	-	0	90
OFS	24	-	0	2	0	-	0	26
SDS*	1	0	0	0	0	0	0	1
Total	254	482	15	32	28	49	1	861

*Compatibilizados os quantitativos, tendo em vista a aprovação do PLS 163/2003 e do SDS 19/1999, em março e maio deste ano, respectivamente.

Quadro Geral de Medidas Provisórias
02/02 a 30/11/2011

	Aprovada na íntegra	Perda de eficácia, em decorrência do término do prazo para sua votação no Congresso	Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão	Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão, com emendas	Rejeitada pelo Plenário	Total
MEDIDA PROVISÓRIA	6	0	1	0	1	8
PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO	-	2	24	3	0	29

Quadro de Requerimentos

02/02 a 30/11/2011

Natureza	Total
Audiência de comissão	98
Auditoria	7
Congratulações, pesar e assemelhados	351
Convocação de autoridades	4
Criação ou alteração de comissão parlamentar de inquérito	2
Criação ou alteração de comissão temporária	13
Desapensamento de matérias	15
Desarquivamento de matéria	61
Destaque	1
Dispensa de interstício	1
Dispensa de parecer	1
Extinção de urgência	1
Funcionamento do Senado Federal	1
Homenagem de pesar	16
Inclusão em Coleções do Senado Federal	2
Informações	265
Inversão da Ordem do Dia	3
Levantamento de Sessão	1
Licença Interesse Particular (superior a 120 dias)	1
Licença Saúde / Interesse Particular (superior a 120 dias)	2
Licença Saúde (superior a 120 dias)	4
Missão (em representação do Senado Federal)	111
Preferência	1
Prorrogação de comissão parlamentar de inquérito	1
Prorrogação de comissão temporária	1
Prorrogação de prazo de indicações	1
Publicação de documentos no Diário do Senado Federal, para transcrição nos Anais.	1
Realização de sessão especial ou comemoração no período do expediente	79
Reexame de matéria por Comissão	4

Natureza	Total
Retirada de assinatura de matéria	1
Retirada de matéria	49
Sobrestamento	1
Tramitação conjunta	66
Urgência para matéria	35
Voto de aplauso ou semelhante	16
Voto de censura	3
Total Geral	1220

Quadro de Matérias Aprovadas por Iniciativa
02/02 a 30/11/2011

	PRES REP	SF	CD	TST	CN	MPU	STF	TCU	TJDFT	Total
PROJETO DE LEI DA CÂMARA	14	-	78	16	-	1	1	1	1	112
PROJETO DE LEI DO SENADO	-	127	-	-	-	-	-	-	-	127
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO	-	-	4	-	-	-	-	-	-	4
EMENDA(S) DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO	-	5	346	-	7	-	-	-	-	358
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO	-	18	-	-	-	-	-	-	-	18
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Total	14	150	430	16	7	1	1	1	1	621

**Quadro de Requerimentos de Licença
(Sem ônus)
02/02 a 30/11/2011**

Fundamentação – RISF	Apresentados	Retirados	Total
Art. 13 ⁽¹⁾	530	12	518
Art. 40 ⁽²⁾	17	1	16
Art. 43, I ⁽³⁾	50	-	50
Art. 43, II ⁽⁴⁾	77	1	76
Soma	674	14⁽⁵⁾	660
Requerimento para retirada	12 ^(5,6)	-	-
Total Geral	686	14	660

1. Missão política ou cultural de interesse parlamentar;
2. Representação da Casa ou missão no País ou no exterior, autorizado pelo Presidente do Senado ou pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ou a que tiver maior pertinência, e sem ônus para o Senado Federal;
3. Licença para tratamento de saúde; e
4. Licença para tratar de interesses particulares.
5. O Requerimento nº 208/2011-M retirou os Requerimentos nºs 179/2011-M e 205/2011-M.
6. O Requerimento nº 464/2011-M retirou os Requerimentos nºs 386/2011-M e 455/2011-M

**Quadro de Requerimentos de Licença
(Com ônus) ***
02/02 a 30/11/2011

Fundamentação - RISF	Total
Art. 40 (1)	111

(1) Missão (em representação do Senado Federal)

* Requerimentos de licença com ônus são aprovados pelo Plenário e encontram-se disponibilizados no quadro de requerimentos

Matérias apreciadas pelo Senado Federal

01 a 30/11/2011

Matéria: Proposta de Emenda à Constituição. Total: 2

1. Ao arquivo. Total: 2

Retirada pelo autor. Total: 2

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PEC 87/2011	Altera o art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.	Romero Jucá	29/11/2011
PEC 105/2011	Altera o art. 21 da Constituição Federal para eliminar o monopólio estatal sobre os serviços postais.	Lobão Filho	30/11/2011

Matéria: Projeto de Lei de Conversão. Total: 3

1. À sanção. Total: 3

Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão. Total: 3

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLV 26/2011	Autoriza o Conselho Monetário Nacional, para fins da política monetária e cambial, a estabelecer condições específicas para negociação de contratos de derivativos; altera os arts. 2º e 3º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, o art. 3º do Decreto-Lei nº 1.783, de 18 de abril de 1980, os arts. 1º e 2º da Lei nº 8.894, de 21 de junho de 1994, e a Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004; e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	16/11/2011
PLV 28/2011	Constitui fonte de recursos adicional ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social BNDES, altera o art. 1º da Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, e as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 11.529, de 22 de outubro de 2007, 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e 9.933, de 10 de dezembro de 1999; dispõe sobre medidas de suspensão temporária de exigências de regularidade fiscal; e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	22/11/2011
PLV 29/2011	Institui o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras - REINTEGRA; dispõe sobre a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI à indústria automotiva; altera a incidência das contribuições previdenciárias devidas pelas empresas que menciona; altera as Leis nºs 11.774, de 17 de setembro de 2008, 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.508, de 20 de julho de 2007, 7.291, de 19 de dezembro de 1984, 11.491, de 20 de junho de 2007, 9.782, de 26 de janeiro de 1999, 9.294, de 15 de julho de 1996, e a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; revoga dispositivo da Lei nº 11.529, de 22 de outubro de 2007, e do Decreto-Lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977, nos termos que especifica; e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	22/11/2011

Matéria: Projeto de Lei da Câmara. Total: 11**1. À Câmara dos Deputados com alteração de mérito. Total: 4****Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 4**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 43/2010	Dispõe sobre a obrigatoriedade de permanência, nas dependências da escola, do aluno da educação básica durante todo o turno em que esteja matriculado, mesmo sem aula no período, no caso de falta de professores.	Ayrton Xerez	08/11/2011
PLC 98/2009	Altera a Lei nº 7.644, de 18 de dezembro de 1987, para dispor sobre a atividade de pai social.	Nelson Pellegrino	24/11/2011
PLC 168/2010	Acrescenta 2 (dois) cargos em comissão no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Contas da União para provimento em Gabinete de Auditor do Tribunal de Contas da União.	Tribunal de Contas da União	24/11/2011
PLC 12/2011	Revoga a alínea f do art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de excluir a embriaguez habitual ou em serviço como causa para a rescisão do contrato de trabalho pelo empregador.	Roberto Magalhães	30/11/2011

2. Ao arquivo. Total: 1**Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º, do RISF). Total: 1**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 303/2009	Dispõe sobre a intervenção cirúrgica de simpatectomia para correção da hiper-hidrose.	Vanessa Grazziotin	07/11/2011

3. À sanção. Total: 2**Aprovada pelo Plenário. Total: 5**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 102/2007	Altera o art. 6º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para equiparar os efeitos jurídicos da subordinação exercida por meios de telemáticos e informatizados à exercida por meios pessoais e diretos.	Eduardo Valverde	23/11/2011
PLC 28/2008	Altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais e dá outras providências (Disciplina os encargos financeiros incidentes sobre créditos do Banco Central).	Presidente da República	23/11/2011
PLC 14/2009	Denomina Ponte Emerson Freitag - Boiadeiro a ponte sobre o Rio Machado na BR 364 do Município de Jí-Paraná, Estado de Rondônia.	Marinha Raupp	23/11/2011
PLC 58/2011	Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (BA) e dá outras providências.	Tribunal Superior do Trabalho	23/11/2011

Matéria: Projeto de Lei da Câmara. Total: 11**3. À sanção. Total: 6****Aprovada pelo Plenário. Total: 5**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 79/2011	Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH; acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e dá outras providências.	Presidente da República	23/11/2011

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 43/2011	Altera a redação do art. 12 da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, que dispõe sobre o repouso semanal remunerado e o pagamento de salário nos dias feriados civis e religiosos, para atualizar o valor da multa administrativa devida pelas infrações àquela Lei.	Arnaldo Jardim	14/11/2011

Matéria: Projeto de Lei do Senado. Total: 43**1. À Câmara dos Deputados. Total: 23****Aprovada pelo Plenário. Total: 1**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 225/2011 Complementar	Altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão Fiscal, - Lei de Responsabilidade Fiscal, e dá outras providências.	José Pimentel	29/11/2011

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 22

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 461/2003	Institui o Programa de Incentivo ao Trabalhador com idade entre 40 e 55 anos de idade - PROIN.	Alvaro Dias	07/11/2011
PLS 253/2005	Regulamenta os §§ 12 e 13 do art. 201 e o § 9º do art. 195 da Constituição Federal, para dispor sobre o sistema especial de inclusão previdenciária dos trabalhadores de baixa renda e daqueles que, sem renda própria, se dedicam exclusivamente ao trabalho doméstico e sobre a contribuição social das empresas.	Paulo Paim	07/11/2011
PLS 56/2008	Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para possibilitar a suspensão da aposentadoria por invalidez em virtude de retorno voluntário à atividade profissional.	João Vicente Claudino	07/11/2011

Matéria: Projeto de Lei do Senado. Total: 43

1. À Câmara dos Deputados. Total: 23

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 22

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 163/2010	Altera a redação do § 2º do art. 195 do Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, de modo a regular o adicional de insalubridade e periculosidade conforme o constatado por perito.	Pedro Simon	07/11/2011
PLS 191/2006	Concede isenção tributária à Academia Brasileira de Letras, à Associação Brasileira de Imprensa e ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e cancela os débitos fiscais dessas instituições.	José Sarney	08/11/2011
PLS 570/2009	Destina percentual da arrecadação dos concursos de prognósticos, sorteios e loterias do Governo Federal para o Programa Nacional de Jovens - Projovem.	Renan Calheiros	08/11/2011
PLS 59/2010	Altera a Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, que dispõe sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO, a Lei nº 7.827, de 27 de setembro e 1989, que dispõe sobre os fundos constitucionais de financiamento e a lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Amparo do Trabalhador - FAT, para incluir o microempreendedor individual como beneficiário dos programas de financiamentos de que tratam.	Renan Calheiros	08/11/2011
PLS 185/2010	Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Cristalina, no Estado de Goiás.	Gim Argello	08/11/2011
PLS 486/2011	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para tornar obrigatória a publicação anual dos demonstrativos da arrecadação e da destinação dos recursos decorrentes da aplicação de multas.	Eunício Oliveira	08/11/2011
PLS 589/2011	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação - para dispor sobre o atendimento na educação especial.	Cyro Miranda	08/11/2011
PLS 129/2011	Dá nova redação ao § 2º do art. 109 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), para adequar o referido dispositivo à Constituição de 5 de outubro de 1988.	Jorge Viana	14/11/2011
PLS 189/2011	Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a contribuição previdenciária de empregados e empregadores domésticos.	Vanessa Grazziotin	14/11/2011
PLS 302/2011	Altera o inciso IX, do art. 10, da Lei nº 6.965, de 09 de dezembro de 1981, e dá outras providências.	Inácio Arruda	14/11/2011
PLS 423/2009	Altera a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, para equiparar a pesca à atividade agropecuária bem como para dispor sobre o trabalho dos pescadores profissionais na atividade pesqueira industrial e o contrato de parceria na pesca artesanal.	Garibaldi Alves Filho	17/11/2011
PLS 141/2008	Dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão, nas cédulas brasileiras, de elemento que possibilite a sua identificação por pessoa com deficiência visual.	Flávio Arns	22/11/2011
PLS 130/2009	Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de São Borja, no Estado do Rio Grande do Sul.	Sérgio Zambiasi	22/11/2011
PLS 511/2009	Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Sorriso, no Estado do Mato Grosso.	Serys Slhessarenko	22/11/2011

Matéria: Projeto de Lei do Senado. Total: 43**1. À Câmara dos Deputados. Total: 23****Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 22**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 482/2003	Altera o disposto no caput do artigo 103 Lei nº 8213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.	Paulo Paim	24/11/2011
PLS 2/2011	Designa o açaí fruta nacional.	Flexa Ribeiro	24/11/2011
PLS 48/2011	Altera o art. 306 da Lei nº 9.503, de 30 de setembro de 1997 - o Código Brasileiro de Trânsito, para tornar crime a condução de veículo automotor sob a influência de qualquer concentração de álcool ou substância psicoativa.	Ricardo Ferraço	24/11/2011
PLS 478/2011	Revoga o art. 5º da Lei nº 12.034, de 29 de setembro de 2009, que institui o voto impresso para as eleições de 2014.	Lindbergh Farias	24/11/2011
PLS 193/2003	Acrescenta parágrafo ao artigo 166 e altera a redação dos artigos 167 e 193, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, que dispõe sobre as medidas de segurança e de proteção individual contra os riscos de acidentes do trabalho, e dá outras providências.	Marcelo Crivella	30/11/2011

2. Ao arquivo. Total: 20**Rejeitada por Comissão em decisão não terminativa (art. 254 do RISF). Total: 2**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 334/2010 Complementar	Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, para dispor sobre a representação sindical dos Microempreendedores Individuais e dá outras providências.	Serys Shhessarenko	01/11/2011
PLS 220/2010	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional), para facultar a portadores de diploma de curso superior não titulados em nível de pós-graduação o acesso ao magistério na educação superior, nas condições que especifica.	Comissão de Serviços de Infra-estrutura	30/11/2011

Retirada pelo autor. Total: 4

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 647/2011	Dá nova redação aos artigos 213 e acrescenta o artigo 214 ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal.	Marta Suplicy	08/11/2011
PLS 310/2011	Altera a Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico residente, para determinar critérios de reajuste da bolsa de médico-residente e estabelecer seu regime de filiação ao Regime Geral de Previdência Social e os benefícios a que tem direito.	Cyro Miranda	10/11/2011
PLS 237/2011	Altera o Decreto-lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, para obrigar as empresas de transporte internacional terrestre, marítimo e aéreo, em passagem, estadia ou escala no Brasil, a ter pelo menos um tripulante que fale português.	Vanessa Grazziotin	16/11/2011

Matéria: Projeto de Lei do Senado. Total: 43

2. Ao arquivo. Total: 20

Retirada pelo autor. Total: 4

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 248/2011	Dispõe sobre a desoneração da responsabilidade solidária dos sócios minoritários das Sociedades Limitadas quanto a débitos relativos a Tributos Federais ou à Seguridade Social.	Vanessa Grazziotin	22/11/2011

Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º, do RISF). Total: 14

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 67/2007	Regulamenta o Sistema de Inclusão Previdenciária criado pela Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, cria a Contribuição Social Especial para a Inclusão Previdenciária, altera as Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, implementa medidas voltadas para o aumento da cobertura do Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.	Inácio Arruda	07/11/2011
PLS 129/2008	Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006, para reinstituir a cobrança de imposto de renda sobre rendimentos de títulos públicos para não residentes.	Renato Casagrande	07/11/2011
PLS 384/2008	Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais e creditícios às pessoas jurídicas que adquirirem livros técnicos-profissionalizantes relacionados ao respectivo objeto social da empresa e os distribuírem, gratuitamente, ao seu corpo funcional e à comunidade onde a empresa está localizada.	Romeu Tuma	07/11/2011
PLS 583/2009	Acrescenta § 3º ao art. 260 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para autorizar a aquisição periódica de equipamentos e materiais de informática para uso de estudantes de escolas públicas de ensino básico, fundamental e médio.	Sérgio Zambiasi	07/11/2011
PLS 132/2010	Regulamenta o § 12 do Art. 201 da Constituição Federal, dispondo sobre o sistema especial de inclusão previdenciária.	Pedro Simon	07/11/2011
PLS 358/2007	Cria a Área de Livre Comércio no município de Santana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.	Sérgio Zambiasi	08/11/2011
PLS 400/2007	Altera o § 2º do art. 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, de forma a permitir que universidades e centros universitários, públicos ou privados, possam revalidar diplomas expedidos por universidades estrangeiras.	Wilson Matos	08/11/2011
PLS 302/2010	Efetua alterações nos artigos 1º, 2º e 3º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, para fixar a tabela progressiva do imposto de renda incidente sobre os rendimentos de pessoas físicas para o ano-calendário de 2011 e seguintes e dá outras providências.	Alfredo Cotait	08/11/2011
PLS 621/2007	Cria a Área de Livre Comércio no município de Jaguarão, Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.	Sérgio Zambiasi	14/11/2011
PLS 305/2010	Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para criar benefício variável do Programa Bolsa Família vinculado à gestante e à nutriz.	Rosalba Ciarlini	14/11/2011
PLS 180/2011	Acrescenta alínea "n" ao art. 20 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, para tornar obrigatório o seguro de danos pessoais a empregado de instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.	José Pimentel	14/11/2011
PLS 357/2009	Acrescenta o art. 116-A à Lei nº 8.666, de 1993, para tratar da uniformização dos procedimentos atinentes às transferências voluntárias.	Marisa Serrano	22/11/2011

Matéria: Projeto de Lei do Senado. Total: 43**2. Ao arquivo. Total: 20****Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º, do RISF). Total: 14**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 36/2010	Institui o Fundo de Apoio às Unidades Estaduais e Municipais Hospitalares no atendimento de Urgência e Emergência.	Marconi Perillo	22/11/2011
PLS 38/2010	Altera os parágrafos 1º e 6º da Lei nº 9.440, de 14 de março de 1997, que estabelece incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e dá outras providências. (Inclui a faixa de fronteira da Região Sul entre as regiões que fazem jus à renúncia fiscal relacionada à indústria automotiva).	Sérgio Zambiasi	22/11/2011

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 46**1. À Câmara dos Deputados. Total: 2****Aprovada pelo Plenário. Total: 2**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 638/2010	Aprova, com ressalvas, o texto da Convenção sobre a Obtenção de Provas no Estrangeiro em matéria Civil ou Comercial, assinada em Haia, em 18 de março de 1970.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	23/11/2011
PDS 246/2011	Aprova a Programação Monetária para o 3º trimestre de 2011.	Comissão de Assuntos Econômicos	23/11/2011

2. Ao arquivo. Total: 1**Rejeitada por Comissão em decisão não terminativa (art. 254 do RISF). Total: 1**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 399/2010	Susta o Decreto nº 3.690, de 19 de dezembro de 2000, que "aprova o Regulamento do Corpo do Pessoal Graduado da Aeronáutica, e dá outras providências", em seu efeito autorizativo de licenciamento de aprovados em concursos públicos de admissão ao CESD - Curso de Especialização de Soldados.	Flexa Ribeiro	21/11/2011

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 46

3. À promulgação. Total: 43

Aprovada pelo Plenário. Total: 3

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 196/2011	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Burundi, assinado em Brasília, em 25 de agosto de 2009.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	23/11/2011
PDS 235/2011	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para a Instalação da Sede do Escritório Regional da FIOCRUZ para a África, celebrado em Brasília, em 4 de setembro de 2008.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	23/11/2011
PDS 239/2011	Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Belize na Área de Educação, assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	30/11/2011

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 40

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 336/2009	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO LIBERTAÇÃO FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ouricuri, Estado de Pernambuco.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	01/11/2011
PDS 442/2010	Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO PANTANEIRA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paranhos, Estado de Mato Grosso do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	01/11/2011
PDS 1/2011	Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA NOROESTE DE COMUNICAÇÃO LTDA.EPP para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Penápolis, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	01/11/2011
PDS 12/2011	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO E TV CENTAURO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Divino, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	01/11/2011
PDS 19/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tutóia, Estado do Maranhão.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	01/11/2011
PDS 34/2011	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RBS TV CRICIÚMA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	01/11/2011
PDS 42/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA CAMPINA DO MONTE ALEGRE - SP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campina do Monte Alegre, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	01/11/2011

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 46

3. À promulgação. Total: 43

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 40

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 43/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE PALMINÓPOLIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palminópolis, Estado de Goiás.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	01/11/2011
PDS 46/2011	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO DIFUSORA LUCÉLIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Lucélia, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	01/11/2011
PDS 49/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA DE ONDA VERDE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Onda Verde, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	01/11/2011
PDS 121/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA TERRA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Formosa, Estado de Goiás.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	01/11/2011
PDS 145/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO ALPESTRENSE DE CULTURA E COMUNICAÇÃO SOCIAL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alpestre, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	01/11/2011
PDS 149/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE ITU para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itu, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	01/11/2011
PDS 150/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL AMIGOS DO BROOKLIN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	01/11/2011
PDS 157/2011	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO DIAMANTINENSE DE APOIO AO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - FUNDAEPE para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Diamantina, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	01/11/2011
PDS 158/2011	Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao SISTEMA FM DE RÁDIO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Formiga, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	01/11/2011
PDS 160/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMIGOS DO ROLADOR - ACOMAR para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rolador, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	01/11/2011
PDS 161/2011	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO REPÓRTER LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Ijuí, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	01/11/2011
PDS 168/2011	Aprova o ato que outorga à UNIÃO MUNICIPAL DOS ESTUDANTES E COMUNIDADES DE CAUCAIA - UMECC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caucaia, Estado do Ceará.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	01/11/2011

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 46

3. À promulgação. Total: 43

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 40

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 193/2011	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO RÁDIO E TELEVISÃO DEPUTADO HUMBERTO REIS DA SILVEIRA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Teresina, Estado do Piauí.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	01/11/2011
PDS 287/2007	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE GURJÃO - ACCECG para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gurjão, Estado da Paraíba.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	10/11/2011
PDS 314/2008	Aprova o ato que outorga autorização à FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO TRABALHO E BEM ESTAR SOCIAL SÃO JOSÉ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José de Caiana, Estado da Paraíba.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	10/11/2011
PDS 86/2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA SÃO SEBASTIÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Sebastião de Lagoa de Roça, Estado da Paraíba.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	10/11/2011
PDS 464/2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E ARTÍSTICO DE POTÉ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Poté, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	10/11/2011
PDS 637/2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO DE BOA VISTA - PB para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boa Vista, Estado da Paraíba.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	10/11/2011
PDS 895/2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE FERREIROS - ACCCFE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ferreiros, Estado de Pernambuco.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	10/11/2011
PDS 900/2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA SÃO FRANCISCO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jatobá, Estado de Pernambuco.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	10/11/2011
PDS 38/2011	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO MONTANHESA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Viçosa, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	10/11/2011
PDS 47/2011	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Liberal FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Dracena, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	10/11/2011
PDS 50/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE VOLUNTÁRIOS PARA EVENTOS BENEFICENTES DE SANTA FÉ DE GOIÁS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Fé de Goiás, Estado de Goiás.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	10/11/2011
PDS 51/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL DE PEIXE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Peixe, Estado do Tocantins.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	10/11/2011

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 46

3. À promulgação. Total: 43

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 40

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 54/2011	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV CARIOBA COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Americana, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	10/11/2011
PDS 59/2011	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO DIFUSORA DE FERNANDÓPOLIS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Fernandópolis, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	10/11/2011
PDS 154/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO MANANCIAL FM DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ubatuba, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	10/11/2011
PDS 156/2011	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO GIRUÁ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Giruá, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	10/11/2011
PDS 162/2011	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ATLÂNTIDA FM DE FLORIANÓPOLIS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	10/11/2011
PDS 166/2011	Aprova o ato que outorga autorização à GRANDE ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LUTAMOS PELA NOSSA LIBERDADE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	10/11/2011
PDS 167/2011	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO UNIVERSAL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	10/11/2011
PDS 173/2011	Aprova o ato que outorga autorização à SOCIEDADE BENEFICENTE AMIGOS DA PEDREIRA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Catarina, Estado do Ceará.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	10/11/2011
PDS 174/2011	Aprova o ato que outorga concessão à CV - RÁDIO E TELEVISÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Camaquã, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	10/11/2011

Matéria: Projeto de Resolução do Senado. Total: 2**1. À promulgação. Total: 2****Aprovada pelo Plenário. Total: 2**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PRS 53/2011	Autoriza o Município de Hortolândia (SP) a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com a Cooperação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US\$ 22.132.000,00 (vinte e dois milhões, cento e trinta e dois mil dólares dos Estados norte-americanos).	Comissão de Assuntos Econômicos	10/11/2011
PRS 54/2011	Autoriza Furnas Centrais Elétricas S.A (FURNAS) a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor total de até US\$ 128.660.000,00 (cento e vinte e oito milhões e seiscentos e sessenta mil dólares dos Estados Unidos da América).	Comissão de Assuntos Econômicos	10/11/2011

Matéria: Mensagem (sf). Total: 8**Aprovada pelo Plenário. Total: 8**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
MSF 117/2011	Submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor JOÃO DE MENDONÇA LIMA NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Emirados Árabes Unidos.	Presidente da República	08/11/2011
MSF 118/2011	Submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor SÉRGIO DE SOUZA FONTES ARRUDA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Azerbaijão.	Presidente da República	08/11/2011
MSF 119/2011	Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor JOÃO INÁCIO OSWALD PADILHA, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Cabo Verde.	Presidente da República	08/11/2011
MSF 139/2011	Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor MARCELO BECHARA DE SOUZA HOBAIKA para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, na vaga do Senhor Antonio Domingos Teixeira Bedran.	Presidente da República	08/11/2011
MSF 140/2011	Submete à consideração do Senado Federal, o nome do Senhor RODRIGO ZERBONE LOUREIRO, para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, na vaga do Senhor Ronaldo Mota Sardenberg.	Presidente da República	08/11/2011
MSF 120/2011	Submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor MARCELO BAUMBACH, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Suriname.	Presidente da República	09/11/2011
MSF 122/2011	Submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor JOSÉ LUIZ MACHADO E COSTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Haiti.	Presidente da República	09/11/2011
MSF 123/2011	Submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor ROBERTO COLIN, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Popular Democrática da Coreia.	Presidente da República	29/11/2011

Matéria: Ofício (sf). Total: 4**Aprovada pelo Plenário. Total: 3**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
OFS 54/2011	Indica, nos termos do art. 130-A, VI, da Constituição Federal, o Senhor FABIANO AUGUSTO MARTINS SILVEIRA para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.	Liderança Partidária	08/11/2011
OFS 58/2011	Indica a Senhora CLÁUDIA MARIA DE FREITAS CHAGAS, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, em conformidade com o disposto nos incisos I e II do art. 130-A da Constituição Federal.	Procuradoria-geral da República	08/11/2011
OFS 59/2011	Encaminha, em atenção ao disposto nos incisos I e II do art. 130-A da Constituição Federal, o nome do Procurador Regional da República MÁRIO LUIZ BONSAGLIA, membro do Ministério Público da União escolhido pelo Ministério Público Federal para a composição do Conselho Nacional do Ministério Público.	Procuradoria-geral da República	08/11/2011

Matéria: Ofício (sf). Total: 4**Prejudicada. Total: 1**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
OFS 55/2011	Indica, nos termos do art. 130-A, VI, da Constituição Federal, o Senhor JOSÉ BARROSO FILHO para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.	Liderança Partidária	08/11/2011

Matéria: Requerimento. Total: 97**Aprovada pelo Plenário. Total: 55**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1327/2011	Requer, nos termos do art. 39 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, seja considerado como Missão Oficial, a convite do Embaixador de Cuba no Brasil e em nome da Assembléia Nacional do Poder Popular, a visita a Cuba, no mês de novembro de 2011, ocasião em que haverá a outorga de Bolsas de Estudos destinadas a estudantes brasileiros, dentro do intercâmbio entre Grupos Parlamentares de Amizade do Brasil e daquela nação caribenha. Requer, ainda, a designação da requerente para desempenhar a referida Missão, com ônus para o Senado Federal, no período de 08 a 13 de novembro de 2011, ocasião em que estará ausente do País.	Vanessa Grazziotin	01/11/2011
RQS 1333/2011	Requer, nos termos do art. 13, combinado com o art. 40, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa no dia 04 de novembro de 2011, quando estará, com ônus para a Casa, em Manaus/AM, na qualidade de representante da Comissão e Relator do Código Florestal, participando de audiência com o corpo de cientistas do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA, além de professores e reitores de Universidades do Estado do Amazonas, objetivando instruir o PLS nº 30, de 2011.	Jorge Viana	01/11/2011
RQS 1334/2011	Requer, nos termos regimentais, voto de pesar pelo falecimento do jornalista e servidor aposentado da Justiça Federal, Sr. MURILO SOUZA, ocorrido no dia 27 de outubro de 2011, em Roraima.	Romero Jucá	01/11/2011
RQS 1335/2011	Requer, nos termos regimentais, Voto de Pesar pelo falecimento do jornalista e professor do curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Roraima (UFRR), JOSÉ APARECIDO DA SILVA, ocorrido no dia 27 de outubro de 2011.	Romero Jucá	01/11/2011
RQS 1336/2011	Realização de sessão especial destinada a comemorar o Dia Nacional da Consciência Negra, o Dia de Zumbi dos Palmares, o Ano Internacional dos Afrodescendentes, os 23 anos da Fundação Cultural Palmares, um ano de vigência do Estatuto da Igualdade Racial, bem como homenagear o ex-Senador Abdias do Nascimento, a realizar-se no dia 21 de novembro.	Paulo Paim	01/11/2011
RQS 1113/2011	Audiência de comissão na tramitação de matéria - Comissão de Assuntos Sociais sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 593, de 2010.	Vanessa Grazziotin	09/11/2011
RQS 1114/2011	Audiência de comissão na tramitação de matéria - Comissão de Assuntos Sociais sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 593, de 2010.	Paulo Paim	09/11/2011
RQS 1115/2011	Audiência de comissão na tramitação de matéria - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 593, de 2010.	Paulo Paim	09/11/2011
RQS 1121/2011	Audiência de comissão na tramitação de matéria - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 593, de 2010.	Inácio Arruda	09/11/2011
RQS 1122/2011	Audiência de comissão na tramitação de matéria - Comissão de Assuntos Sociais sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 593, de 2010.	Inácio Arruda	09/11/2011
RQS 1186/2011	Audiência de comissão na tramitação de matéria - Comissão de Assuntos Sociais sobre o Projeto de Lei do Senado nº 571, de 2011.	Lúcia Vânia	09/11/2011
RQS 1203/2011	Audiência de comissão na tramitação de matéria - Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 372, de 2011.	Walter Pinheiro	09/11/2011
RQS 1208/2011	Sobrestamento do Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2008, a fim de aguardar a deliberação em Plenário acerca do PLS nº 283, de 2010.	Comissão de Fiscalização e Controle	09/11/2011
RQS 1213/2011	Audiência da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sobre o Projeto de Lei do Senado nº 219, de 2010.	Sérgio Souza	09/11/2011
RQS 1215/2011	Audiência da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2010.	Ana Rita	09/11/2011
RQS 1216/2011	Audiência da Comissão de Assuntos Sociais sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 2011.	Lúcia Vânia	09/11/2011

Matéria: Requerimento. Total: 97

Aprovada pelo Plenário. Total: 55

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1219/2011	Tramitação conjunta dos Projetos de Lei da Câmara nºs 39 e 142, de 2009, com os Projetos de Lei do Senado nºs 240 e 510, de 2007.	Eduardo Amorim	09/11/2011
RQS 1226/2011	Audiência da Comissão de Assuntos Econômicos na transição do Projeto de Lei do Senado nº 135, de 2010.	Francisco Dornelles	09/11/2011
RQS 1259/2011	Audiência da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2011.	Sérgio Souza	09/11/2011
RQS 1265/2011	Requer que o PLS 620, de 2011 seja encaminhado também à Comissão de Educação, Cultura e Esporte para que se pronuncie sobre a matéria.	Ana Amélia	09/11/2011
RQS 1266/2011	Requer que Projeto de Lei do Senado nº 355, de 2011, seja apreciado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e CCJ, além das comissões constantes do despacho inicial.	Romero Jucá	09/11/2011
RQS 1318/2011	Desapensamento dos Projetos de Lei do Senado nºs 96 e 97, 645, de 2007, com os Projetos de Lei da Câmara nºs 135, de 2008, 103, 128, 99, de 2007, 165, 172, 198, 74, de 2008, 48, de 2009, e os Projetos de Lei do Senado nºs 192, 222, 257, 383, 401, 462, 550, 594, 613, 71, de 2007, 19, 202, 253, 280 e 426, de 2008.	Marcelo Crivella	09/11/2011
RQS 1356/2011	Requer, nos termos dos arts. 13 e 40, § 1º, I, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenhar missão no exterior, como representante do Congresso Nacional, nos dias 17 e 18 do novembro de 2011, por ocasião da realização, em Cochabamba, Bolívia, da 2ª Cúpula de Presidentes dos Parlamentos que integram a UNASUL e da 1ª Sessão da Comissão Especial Parlamentar de Alto Nível.	Fernando Collor	09/11/2011
RQS 1359/2011	Requer, nos termos do art. 13 e do art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se da Casa no dia 11 de novembro de 2011, quando participará, como Membro da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, de diligência, aprovada pelos Requerimentos nºs 105/2011 (CMA), 57/2011 (CCT) e 67/2011 (CRA), nos municípios de Querência (MT) e Paragominas (PA) com o objetivo de instruir a reforma do Código Florestal.	Rodrigo Rollemberg	10/11/2011
RQS 1364/2011	Urgência para matéria - PRS 53/2011	Comissão de Assuntos Econômicos	10/11/2011
RQS 1365/2011	Urgência para matéria - PRS nº 54, de 2011.	Comissão de Assuntos Econômicos	10/11/2011
RQS 1366/2011	Requer, nos termos do art. 13, combinado com o art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa no dia 11 de novembro de 2011, a fim de realizar diligência externa da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, na Fazenda Tancuro, município de Querência/MT, conforme Requerimento nº 105, da CMA, aprovado em 05/10/2011.	Jorge Viana	10/11/2011
RQS 1372/2011	Destaque para a Votação em Separado do inciso VI do art. 3º da Lei 6.385, de 7 de dezembro de 1976, incluído pelo artigo 1º do Projeto de Lei de Conversão nº 26, de 2011.	Alvaro Dias	16/11/2011
RQS 1380/2011	Requer, nos termos dos artigos 13 e 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenhar missão oficial no exterior, por ocasião de convite formulado pela Comissão de Meio ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, para participar da COP 17 (Conferência das Partes da UNFCCC), no período de 2 a 6 de dezembro de 2011, em Durban, na África do Sul. Comunica que estará ausente do País no período informado.	Anibal Diniz	17/11/2011
RQS 1381/2011	Requer, nos termos do art. 13 do Regimento Interno do Senado Federal c/c o art. 14, § 2º da Resolução nº 1, de 2011-CN, licença dos trabalhos da Casa, no período de 20 a 24 de novembro de 2011, para participar, na qualidade de membro do Parlamento do Mercosul, de reuniões de Mesa Diretiva, das Comissões Permanentes e do Grupo de Trabalho Migração EU-ALC da Assembléia Parlamentar Eurolatinoamericana - EUROLAT, a realizar-se de 21 a 23 de novembro de 2011, em Bruxelas, na Bélgica.	Roberto Requião	17/11/2011
RQS 1408/2011	Urgência para matéria - Projeto de Lei do Senado nº 225, de 2011.	Comissão de Assuntos Econômicos	22/11/2011
RQS 1409/2011	Retirada do Requerimento nº 1345, de 2011.	Aloysio Nunes Ferreira	22/11/2011

Matéria: Requerimento. Total: 97**Aprovada pelo Plenário. Total: 55**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1410/2011	Retirada do Requerimento nº 1346, de 2011.	Lúcia Vânia	22/11/2011
RQS 1411/2011	Requer, nos termos do artigo 40, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenhar missão no período de 04 a 10 de dezembro de 2011, como integrante da Comitativa Brasileira à 17ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 17), que será realizada em Durban, na África do Sul. Comunica, ainda, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do País do referido período.	Vanessa Grazziotin	22/11/2011
RQS 1412/2011	Solicita autorização para ausentar-se dos trabalhos da Casa, para presidir a audiência pública regional da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas - CMMC, no dia 28 de novembro de 2011, na cidade de Aracaju/SE.	Sérgio Souza	22/11/2011
RQS 1413/2011	Requer, nos termos dos arts. 13 e 40, §1º, I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenhar missão oficial no exterior, como representante da Comissão Mista de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional na 17ª Conferência das Partes (COP 17) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima e na 7ª Conferência das Partes do Protocolo de Quioto (CMP-7), no período de 1º a 9 de dezembro de 2011, em Durban, na África do Sul.	Jorge Viana	22/11/2011
RQS 1328/2011	Audiência de comissão na tramitação de matéria - Comissão de Assuntos Sociais sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2009.	Waldemir Moka	23/11/2011
RQS 1337/2011	Audiência de comissão na tramitação de matéria - Comissão de Educação, Cultura e Esporte, ao Projeto de Lei do Senado nº 550, de 2011.	Walter Pinheiro	23/11/2011
RQS 1338/2011	Audiência de comissão na tramitação de matéria - Comissão de Educação, Cultura e Esporte, ao Projeto de Lei do Senado nº 120, de 2011.	Walter Pinheiro	23/11/2011
RQS 1414/2011	Requerem, nos termos do art. 2º da Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010, a realização de sessão do Senado no dia 13 de dezembro de 2011, às onze horas, para entrega, aos agraciados da 2ª premiação, da Comenda de Direitos Humanos Dom Helder Câmara.	Ana Rita	23/11/2011
RQS 1419/2011	Inversão da pauta, para que a matéria constante do item 7 (PEC 87/2011) da Ordem do Dia da presente sessão seja apreciada em segundo lugar.	Romero Jucá	23/11/2011
RQS 1423/2011	Requer, nos termos do art. 40, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenhar missão oficial no exterior, como representante da Comissão Mista de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional, na 17ª Conferência das Partes (COP 17) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, no período de 28 de novembro a 9 de dezembro de 2011, em Durban, na África do Sul, e comunica, nos termos do art. 39 do referido Regimento, que estará ausente do País no citado período.	Lobão Filho	23/11/2011
RQS 164/2011	Requerem, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de sessão especial, em data a ser posteriormente designada, destinada a comemorar o êxito dos dois períodos de Governo em que o cidadão Luiz Inácio Lula da Silva esteve à frente da Presidência da República.	Magno Malta	23/11/2011
RQS 1448/2011	Retirada de matéria - Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2011.	Romero Jucá	29/11/2011
RQS 1449/2011	Requer, nos termos dos artigos 13 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, combinados com o art. 14, § 2º da Resolução nº 1, de 2011-CN, licença dos trabalhos da Casa, no período de 1º a 3 de dezembro de 2011, com a finalidade de participar da XXVIII Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul, a realizar-se nos dias 2 e 3 de dezembro de 2011, na cidade de Montevidéu, Uruguai. Comunica, ainda, nos termos do artigo 39 do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do país entre os dias 1º e 3 de dezembro de 2011.	Roberto Requião	29/11/2011
RQS 1450/2011	Requer, nos termos do artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa e autorização para ausentar-se do país, no período de 1º a 5 de dezembro de 2011, com a finalidade de participar, em missão oficial, como integrante da Representação Brasileira do Parlamento do Mercosul, da XXVIII reunião do Parlamento do Mercosul, na cidade de Montevidéu, Uruguai.	Mozarildo Cavalcanti	29/11/2011
RQS 1371/2011	Tramitação conjunta - Projetos de Lei do Senado nºs 170 e 349, de 2011.	Flexa Ribeiro	30/11/2011
RQS 1430/2011	Tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 190, de 2009; e 174, de 2011.	José Pimentel	30/11/2011
RQS 1456/2011	Urgência para matéria - PLC 30/2011	Comissão de Fiscalização e Controle	30/11/2011
RQS 1458/2011	Requer, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno do Senado Federal, 20 (vinte) dias de licença médica, a partir do dia 6 de dezembro de 2011.	Eduardo Amorim	30/11/2011

Matéria: Requerimento. Total: 97**Aprovada pelo Plenário. Total: 55**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1459/2011	Requer, nos termos do art. 56, II, da Constituição Federal, combinado com o art. 43, II, do Regimento Interno do Senado Federal, licença para tratar de interesse particular pelo prazo de 101 dias, a partir de 26 de dezembro de 2011.	Eduardo Amorim	30/11/2011
RQS 1460/2011	Requer, com fulcro no art. 40 do Regimento Interno, seja autorizada sua ausência aos trabalhos do Senado Federal no período de 1º a 03 de dezembro de 2011, ocasião em que estará participando, como integrante da representação brasileira, da XXVIII Sessão do Parlamento do Mercosul.	Pedro Simon	30/11/2011
RQS 1461/2011	Dispensa de interstício para inclusão em Ordem do Dia da Proposta de Emenda à Constituição nº 114, de 2011.	Humberto Costa	30/11/2011
RQS 1462/2011	Audiência de comissão na tramitação de matéria - adiamento da votação do Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2007 (nº 3.933/2004, na Casa de origem), que inclui a pesca industrial nas atividades vinculadas ao setor rural e dá outras providências, a fim de que a matéria seja examinada pela Comissão de Assuntos Econômicos.	Romero Jucá	30/11/2011
RQS 1463/2011	Audiência de comissão na tramitação de matéria - adiamento da votação do PLS 185/2004 – (que regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional) e a sua apreciação pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH.	Humberto Costa	30/11/2011

Deferida pela Presidência (art. 41 do RISF). Total: 6

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1376/2011	Requer, nos termos do art. 55, inciso III, da Constituição Federal, combinado com o art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se do País, no período de 1º a 3 de dezembro de 2011, para participar, na qualidade de presidente do Grupo Brasileiro do Parlatino e vice-presidente do Parlamento Latino-Americano, da reunião da Junta Diretiva, que ocorrerá no Panamá, e comunica, nos termos do art. 39 do referido Regimento, que estará ausente do País nos dias 1º a 6 de dezembro de 2011.	Flexa Ribeiro	28/11/2011
RQS 1424/2011	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no dia 02 de dezembro de 2011, para participar da XXVIII Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul, na cidade de Montevidéu, Uruguai, comunica, ainda, nos termos do art. 39 do Regimento Interno, que estará ausente do país nos dias 01 a 03 de dezembro de 2011.	Paulo Bauer	28/11/2011
RQS 1425/2011	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para se ausentar dos trabalhos da Casa nos dias 01 e 02 de dezembro de 2011, para participar da XXVIII Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul, no próximo dia 2 de dezembro, na cidade de Montevidéu, Uruguai, comunica, ainda, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do país nos dias 01 e 02 de dezembro de 2011.	Antonio Carlos Valadares	28/11/2011
RQS 1426/2011	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, seja considerada como desempenho de missão parlamentar oficial da Casa, no exterior, sua participação na XXVIII Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul, na cidade de Montevidéu, Uruguai. Comunica, ainda, nos termos do art. 39 do mesmo Regimento Interno, que estará ausente do país nos dias 01 a 03 de dezembro de 2011.	Inácio Arruda	28/11/2011
RQS 1427/2011	Requer, nos termos do art. 40, combinado com o art. 13, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja considerada como desempenho de missão no exterior sua participação, no dia 02 de dezembro de 2011, na XXVIII Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul, a realizar-se em Montevidéu, Uruguai. Para efeito do disposto no art. 39 do mesmo regimento, comunica que estará ausente do País no período de 1º a 3 de dezembro de 2011.	Ana Amélia	28/11/2011
RQS 1434/2011	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja considerada como desempenho de missão parlamentar no exterior a sua participação, no período de 04 a 09 de dezembro de 2011, na 17ª Conferência das Partes (COP-17), que ocorrerá em Durban, na África do Sul. Comunica, ainda, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do País no período de 04 a 10 de dezembro de 2011.	Rodrigo Rollemberg	28/11/2011

Matéria: Requerimento. Total: 97

Encaminhada pela Presidência. Total: 21

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1342/2011	Requerem, nos termos do artigo 218, VII, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam encaminhados Votos de Pesar à viúva do cinegrafista da TV Bandeirantes, Sr. Gelson Domingos da Silva, que morreu no dia 06 de novembro de 2011, baleado no peito quando acompanhava uma operação do Batalhão de Operações Especiais (Bope) na favela de Antares, na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro.	Ana Amélia	07/11/2011
RQS 1348/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de congratulações e aplauso ao Atlético Rio Negro Clube pelos 98 anos de sua criação.	Vanessa Grazziotin	08/11/2011
RQS 1358/2011	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do ex-senador DEJANDIR DALPASQUALE, do PMDB/SC.	Casildo Maldaner	10/11/2011
RQS 1363/2011	Requer, nos termos do art. 218, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento de Eugênio Manfrói.	Paulo Paim	10/11/2011
RQS 1368/2011	Requer, nos termos do art. 218, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado Voto de Pesar à família do deputado estadual JOSÉ FRANCISCO GORSKI, falecido no dia 13 de novembro de 2011, no Rio Grande do Sul.	Ana Amélia	14/11/2011
RQS 1369/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao Tenente Disraeli Gomes, da Polícia Militar do Rio de Janeiro, e aos demais policiais que participaram da operação que resultou na prisão do traficante Nem, pela postura ética e profissional no combate ao crime organizado.	Jorge Viana	14/11/2011
RQS 1373/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso pelo aniversário de 65 anos do jornal "O Liberal".	Flexa Ribeiro	16/11/2011
RQS 1374/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso pelo transcurso dos 100 anos do município de Altamira - PA.	Flexa Ribeiro	16/11/2011
RQS 1375/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, e ouvido o Plenário, seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Aplauso à estudante paraense Sílvia Adriany Almeida Barreto, da escola "Dr. JOSÉ MÁRCIO AYRES", localizada em Belém, vencedora da etapa regional do IV concurso de redação do Senado Federal.	Flexa Ribeiro	16/11/2011
RQS 1378/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Louvor ao senhor AIRTON JOSÉ VIDAL QUEIROZ, chanceler da Universidade de Fortaleza - Unifor, mestre em Ciência Econômica e presidente da Fundação Edson Queiroz, por ter sido agraciado com o prêmio Doutor Honoris Causa, outorgado pela Universidade de Havre, da França, no dia 09 de novembro de 2011.	Inácio Arruda	16/11/2011
RQS 1385/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplauso à estudante amazonense Fernanda Barbosa Lucena Maciel, vencedora do IV Concurso de Redação do Senado, eleita, naquele momento, entre os jovens finalistas, presidente do Senado Jovem.	Vanessa Grazziotin	22/11/2011
RQS 1386/2011	Requer, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento da Srª MARIA DO SOCORRO DE MACÊDO CLAUDINO, mãe do Senador JOÃO VICENTE CLAUDINO, ocorrido no dia 21 de novembro de 2011.	Paulo Davim	22/11/2011
RQS 1390/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplauso à seleção de futebol do município de Fonte Boa, que se consagrou campeã da 19ª Copa de Futebol dos Rios de Seleções do Interior do Amazonas no dia 12 de novembro de 2011.	Vanessa Grazziotin	22/11/2011
RQS 1391/2011	Requer, nos termos regimentais, inserção em ata de Voto de Pesar e apresentação de condolências ao Senador João Vicente Claudino e à sua família em virtude do falecimento de sua mãe, Senhora Maria Socorro de Macêdo Claudino, ocorrido no dia 21 de novembro de 2011.	Inácio Arruda	22/11/2011
RQS 1417/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso pela passagem dos 50 anos da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional.	Marinor Brito	23/11/2011
RQS 1418/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja consignado Voto de Aplauso ao Município de Paragominas (PA) pelo prêmio de "Gestor Eficiente da Merenda Escolar".	Flexa Ribeiro	23/11/2011
RQS 1420/2011	Requer, nos termos dos arts. 218, inciso VII, e 221, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento de Danielle Mitterrand, viúva do antigo presidente francês François Mitterrand, ocorrido em Paris.	Eduardo Suplicy	23/11/2011

Matéria: Requerimento. Total: 97**Encaminhada pela Presidência. Total: 21**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1421/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado Voto de Congratulações ao COLÉGIO ESTADUAL MURILO BRAGA - CEMB, do município de Itabaiana - SE, pela passagem dos 62 anos de sua fundação.	Eduardo Amorim	23/11/2011
RQS 1445/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos à Reitora MÁRCIA PERALES, que recebeu o prêmio Samuel Benchimol, no dia 12 de novembro de 2011; bem como seja encaminhado o referido voto.	Vanessa Grazziotin	29/11/2011
RQS 1447/2011	Requer, de acordo com o art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do senhor EGÍDIO BRUNETTO, integrante da direção nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, falecido no dia 28 de novembro de 2011, no Estado do Mato Grosso do Sul, com apresentação formal de condolências à família.	Ana Rita	29/11/2011
RQS 1452/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de congratulações ao Dr. ADINELSON ALVES DA SILVA, Secretário-Chefe da Controladoria-Geral do Estado de Sergipe, por sua posse na Academia Sergipana de Ciências Contábeis, ocorrida em 23 de novembro de 2011.	Eduardo Amorim	29/11/2011

Prejudicada. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1436/2011	Inversão da Ordem, a fim de que a matéria constante do item nº 5 (PEC 87/2011), seja submetida ao Plenário em primeiro lugar.	Humberto Costa	24/11/2011

Retirada pelo autor. Total: 4

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1326/2011	Requer, nos termos do art. 40 combinado com o art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa para participar, com ônus para o Senado Federal, da Assembléia do EuroLat, a realizar-se em Bruxelas, Bélgica; comunica, ainda, que estará ausente do país no período de 20 a 23 de novembro de 2011.	Cícero Lucena	17/11/2011
RQS 1354/2011	Requer, nos termos dos artigos 13 e 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenhar missão oficial no exterior, como representante do Senado Federal, por ocasião do convite formulado pelo Governo do Estado do Acre, na qual participará da COP 17 (Conferência das Partes da UNFCCC), no período compreendido entre 2 a 6 de dezembro de 2011, em Durban - África do Sul, a qual tem como objetivo avaliar o progresso em lidar com as mudanças climáticas do planeta. Comunica que estará ausente do País no período compreendido entre 2 a 7 de dezembro de 2011.	Anibal Diniz	21/11/2011
RQS 1345/2011	Audiência de comissão na tramitação de matéria - Comissão de Serviços de Infraestrutura sobre o Projeto de Lei do Senado nº 429, de 2011.	Aloysio Nunes Ferreira	22/11/2011
RQS 1346/2011	Audiência de comissão na tramitação de matéria - Comissão de Serviços de Infraestrutura sobre o Projeto de Lei do Senado nº 429, de 2011.	Lúcia Vânia	22/11/2011

Publicada. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1383/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso pelo transcurso do cinquentenário da Universidade Católica de Salvador.	Lídice da Mata	21/11/2011

Matéria: Requerimento. Total: 97**Rejeitada pelo Plenário. Total: 1**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1218/2011	Audiência da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 72, de 2010.	Ricardo Ferraço	09/11/2011

Deferida pela Presidência (art. 215, inc. II, e art. 256, § 2, inc. I, do RISF). Total: 7

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1344/2011	Retirada de matéria - Projeto de Lei do Senado nº 647, de 2011.	Marta Suplicy	08/11/2011
RQS 1361/2011	Retirada de matéria - Projeto de Lei do Senado nº 310, de 2011.	Cyro Miranda	10/11/2011
RQS 1370/2011	Retirada de matéria - Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2011.	Vanessa Grazziotin	16/11/2011
RQS 1379/2011	Retirada de matéria - Requerimento nº 1.326, de 2011.	Cícero Lucena	17/11/2011
RQS 1382/2011	Retirada de matéria - Requerimento nº 1.354, de 2011.	Anibal Diniz	21/11/2011
RQS 1387/2011	Retirada de matéria - – PLS nº 248/2011	Vanessa Grazziotin	22/11/2011
RQS 1457/2011	Retirada de matéria - Proposta de Emenda à Constituição nº 105, de 2011.	Lobão Filho	30/11/2011

Indeferida pela Presidência. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1433/2011	Retirada de apoio à PEC nº 105, de 2011.	Delcídio do Amaral	24/11/2011

Matéria: Requerimentos de Licença. Total: 112

Art. 13, 40 (sem ônus), 43, I e 43, II

RQS	AUTOR	RISF	PERÍODO	FINALIDADE
573-M	Marta Suplicy	13	31.10 e 01.11	Atividade Parlamentar
574-M	Aécio Neves	13	31.10 e 01.11	Atividade Parlamentar
575-M	Clóvis Fecury	13	31.10 e 01.11	Atividade Parlamentar
576-M	Vanessa Grazziotin	13	31.10	Atividade Parlamentar
577-M	Jayme Campos	13	01.11	Atividade Parlamentar
578-M	Maria do Carmo Alves	13	01.11	Atividade Parlamentar
579-M	Armando Monteiro	13	01.11	Atividade Parlamentar
580-M	Humberto Costa	13	01.11	Atividade Parlamentar
581-M	Fernando Collor	13	31.10	Atividade Parlamentar
582-M	Marinor Brito	13	14 a 16.11	Atividade Parlamentar
583-M	Cícero Lucena	13	01 e 03.11	Atividade Parlamentar
584-M	Armando Monteiro	13	31.10	Atividade Parlamentar
585-M	Pedro Simon	43, I	31.10 a 06.11	Licença Saúde
586-M	Renan Calheiros	13	01.11	Atividade Parlamentar
587-M	Francisco Dornelles	13	08, 09 e 10.11	Atividade Parlamentar
588-M	Clésio Andrade	13	31.10	Atividade Parlamentar
589-M	João Vicente Claudino	13	08.11	Atividade Parlamentar
590-M	Paulo Davim	13	08.11	Atividade Parlamentar
591-M	Ana Rita	13	08.11	Atividade Parlamentar
592-M	Fernando Collor	13	08.11	Atividade Parlamentar
593-M	Fernando Collor	13	09.11	Atividade Parlamentar
594-M	Fernando Collor	13	10.11	Atividade Parlamentar
595-M	Zeze Perrella	43, I	08.11 a 02.12	Licença Saúde
596-M	Eduardo Amorim	13	10.11	Atividade Parlamentar
597-M	Inácio Arruda	13	10.11	Atividade Parlamentar
598-M	Paulo Davim	13	09 e 10.11	Atividade Parlamentar
599-M	Lobão Filho	43, II	10.11	Licença Particular
600-M	Benedito de Lira	13	10.11	Atividade Parlamentar
601-M	Paulo Paim	13	16 e 17.11	Atividade Parlamentar
602-M	Sérgio Petecão	13	16 e 17.11	Atividade Parlamentar
603-M	Lobão Filho	43, II	09.11	Licença Particular
604-M	Ricardo Ferraço	13	10.11	Atividade Parlamentar
605-M	Pedro Simon	13	10.11	Atividade Parlamentar
606-M	Cristovam Buarque	13	17.11	Atividade Parlamentar
607-M	Garibaldi Alves	13	16 a 18.11	Atividade Parlamentar
608-M	Mário Couto	13	16 e 17.11	Atividade Parlamentar
609-M	Francisco Dornelles	13	16 e 17.11	Atividade Parlamentar
610-M	Ciro Nogueira	13	17.11	Atividade Parlamentar
611-M	Valdir Raupp	13	16.11	Atividade Parlamentar
612-M	Angela Portela	13	16.11	Atividade Parlamentar
613-M	Angela Portela	13	17.11	Atividade Parlamentar
614-M	José Agripino	13	17.11	Atividade Parlamentar
615-M	Armando Monteiro	13	17.11	Atividade Parlamentar
616-M	Lidice da Mata	13	17.11	Atividade Parlamentar
617-M	Humberto Costa	13	17.11	Atividade Parlamentar
618-M	Ricardo Ferraço	13	17.11	Atividade Parlamentar
619-M	Wellington Dias	13	10.11	Atividade Parlamentar
620-M	Eduardo Braga	43, II	06 a 08.12	Licença Particular
621-M	Cícero Lucena	13	30.11 a 05.12	Atividade Parlamentar
622-M	Clóvis Fecury	43,II	22 a 24.11	Licença Particular
623-M	Eduardo Braga	13	29 e 30.11 e 01.12	Atividade Parlamentar
624-M	Vanessa Grazziotin	13	30.11 a 03.12	Atividade Parlamentar
625-M	João Vicente Claudino	43, II	22.11 a 24.11	Licença Particular
626-M	Cristovam Buarque	13	28, 29 e 30.11 e 1 e 2.12	Atividade Parlamentar
627-M	Vanessa Grazziotin	13	24.11	Atividade Parlamentar
628-M	Renan Calheiros	13	22.11	Atividade Parlamentar
629-M	Ciro Nogueira	13	25/11 a 05/12	Atividade Parlamentar
630-M	Ricardo Ferraço	13	24/11	Atividade Parlamentar
631-M	Epitácio Cafeteira	43, I	23 e 24/11	Licença Saúde
632-M	Fernando Collor	13	23/11	Atividade Parlamentar

RQS	AUTOR	RISF	PERÍODO	FINALIDADE
633-M	Sérgio Souza	13	25/11	Atividade Parlamentar
634-M	Eunício Oliveira	13	25/11	Atividade Parlamentar (retirado pelo Requerimento nº 635-M)
635-M	Eunício Oliveira	-	-	Retirada do R equerimento nº 634/2011-M
636-M	Clésio Andrade	13	17.11	Atividade Parlamentar
637-M	Benedito de Lira	13	25.11 e 28.11	Atividade Parlamentar
638-M	Cicero Lucena	13	25.11	Atividade Parlamentar
639-M	Vanessa Grazziotin	13	25.11 e 28.11	Atividade Parlamentar
640-M	Jayme Campos	13	24.11	Atividade Parlamentar
641-M	Ana Amélia	13	25.11	Atividade Parlamentar
642-M	Wellington Dias	13	24.11 e 25.11	Atividade Parlamentar
643-M	Casildo Maldaner	13	25.11 e 28.11	Atividade Parlamentar
644-M	João Ribeiro	13	24.11	Atividade Parlamentar
645-M	Lobão Filho	43, II	25.11 e 28.11	Licença Particular
646-M	Delcídio do Amaral	13	25.11	Atividade Parlamentar
647-M	Mário Couto	13	24.11 e 25.11	Atividade Parlamentar
648-M	Eduardo Amorim	13	25.11 e 28.11	Atividade Parlamentar
649-M	Marinor Brito	13	25.11 e 28.11	Atividade Parlamentar
650-M	Flexa Ribeiro	13	25.11	Atividade Parlamentar
651-M	Ana Rita	13	24.11 e 25.11	Atividade Parlamentar
652-M	Acir Gurgacz	13	25.11 e 28.11	Atividade Parlamentar
653-M	Aécio Neves	13	25.11 e 28.11	Atividade Parlamentar
654-M	Garibaldi Alves	43, I	22.11 a 06.12	Licença Saúde
655-M	Epitácio Cafeteira	43, I	25.11 a 02.12	Licença Saúde
656-M	Francisco Dornelles	13	25.11	Atividade Parlamentar
657-M	Jayme Campos	13	25.11	Atividade Parlamentar
658-M	Marcelo Crivella	13	25.11 e 28.11	Atividade Parlamentar
659-M	Marta Suplicy	13	25.11 e 28.11	Atividade Parlamentar
660-M	Luiz Henrique da Silveira	13	25.11	Atividade Parlamentar
661-M	Paulo Bauer	13	25.11 e 28.11	Atividade Parlamentar
662-M	Lúcia Vânia	13	25.11	Atividade Parlamentar
663-M	Valdir Raupp	13	25.11	Atividade Parlamentar
664-M	Randolfe Rodrigues	13	25.11	Atividade Parlamentar
665-M	Lídice da Mata	13	25.11	Atividade Parlamentar
666-M	Fernando Collor	13	25.11	Atividade Parlamentar
667-M	Inácio Arruda	13	25.11	Atividade Parlamentar
668-M	Cássio Cunha Lima	13	28.11	Atividade Parlamentar
669-M	Jayme Campos	13	28.11	Atividade Parlamentar
670-M	Mário Couto	13	28.11	Atividade Parlamentar
671-M	Flexa Ribeiro	13	28.11	Atividade Parlamentar
672-M	Lúcia Vânia	13	28.11	Atividade Parlamentar
673-M	Luiz Henrique da Silveira	13	28.11	Atividade Parlamentar
674-M	Cyro Miranda	13	25.11	Atividade Parlamentar
675-M	João Vicente Claudino	13	28.11	Atividade Parlamentar
676-M	Lídice da Mata	13	28.11	Atividade Parlamentar
677-M	Cicero Lucena	13	28.11	Atividade Parlamentar
678-M	Rodrigo Rollemberg	13	28.11	Atividade Parlamentar
679-M	Armando Monteiro	13	28.11	Atividade Parlamentar
680-M	Eduardo Suplicy	13	25.11	Atividade Parlamentar
681-M	Inácio Arruda	13	28.11	Atividade Parlamentar
682-M	Renan Calheiros	13	28.11	Atividade Parlamentar
683-M	Maria do Carmo Alves	13	29.11	Atividade Parlamentar
684-M	Angela Portella	13	01 a 03.12	Atividade Parlamentar
685-M	Lindbergh Farias	13	02 e 03.12	Atividade Parlamentar
686-M	Eduardo Amorim	13	02 e 05.12	Atividade Parlamentar

B – SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

Resenha 01 a 30/11/2011

Sessões Conjuntas do Congresso Nacional

Tipo de sessão	Quantidade
Conjunta Solene	01
Total	01

Resenha Consolidada 02/02 a 30/11/2011

Sessões Conjuntas do Congresso Nacional

Tipo de sessão	Quantidade
Conjunta	09
Conjunta Solene	07
Total	16

Quadro Geral de Matérias

Apreciadas	Quantidade
PRN (aprovado)	01
PLN (aprovado)	15
Retificações (aprovadas)	02
Total	18

Sessões Realizadas 01 a 30/11/2011

Sessão	Data/Hora/Local	Finalidade
Conjunta Solene	09/11/2011, às 10 horas (Plenário da Câmara dos Deputados)	Destinada a comemorar os 70 anos do Ministério da Aeronáutica e Força Aérea Brasileira - FAB.

Atos do Presidente da Mesa do Congresso Nacional 01 a 30/11/2011

Nº	Assunto
43/2011 (public. no DOU de 21/11/2011)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 544, de 29 de setembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 30 de setembro de 2011, que "Estabelece normas e especiais para as compras, as contratações de produtos, de sistemas de defesa, e de desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa, e dispõe sobre regras de incentivo à área estratégica de defesa e dá outras providências".
44/2011 (public. no DOU de 21/11/2011)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 545, de 29 de setembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 30 de setembro de 2011, que "Altera a Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, que dispõe sobre o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM e o Fundo da Marinha Mercante - FMM; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nº 11.434, de 28 de dezembro de 2006, nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, nº 10.865, de 30 de abril de 2004, e nº 8.685, de 20 de julho de 1993; altera a incidência da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS na cadeia produtiva do café, institui o Programa Cinema Perto de Você, e dá outras providências".
45/2011 (public. no DOU de 21/11/2011)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 546, de 29 de setembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 30 de setembro de 2011, que "Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2011, com o objetivo de fomentar as exportações do País, altera a Lei nº 12.409, de 25 de maio de 2011, e dá outras providências".

Correspondências Expedidas pela Secretaria-Geral da Mesa Secretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional 01 a 30/11/2011

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
596/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que está convocada sessão solene conjunta do Congresso Nacional a realizar-se dia 12 de dezembro do corrente, segunda-feira, às dez horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a homenagear o centenário de nascimento de San Tiago Dantas.
595/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que está convocada sessão solene conjunta do Congresso Nacional a realizar-se dia 5 de dezembro do corrente, segunda-feira, às doze horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a homenagear o povo palestino pela passagem do Dia Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino.
594/2011 CN	Sr. José Eduardo Cardozo – Ministro da Justiça	Encaminha cópia do Ofício ADM nº 100, de 2011, da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal, que encaminhou informações sobre emendas parlamentares, solicitadas pelo Ofício nº 3.077, de 2011, de Delegado de Polícia Federal de Macapá/AP.
593/2011 CN	Sr. José Eduardo Cardozo – Ministro da Justiça	Encaminha cópia do Ofício ADM nº 97, de 2011, da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal, que encaminhou informações sobre emendas parlamentares, solicitadas pelo Ofício nº 1.458, de 2011, de Delegado de Polícia Federal de Barra do Garças em Mato Grosso.
592-A/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Consulta, nos termos do art. 2º do Regimento Comum, sobre a viabilidade de realização de sessão solene do Congresso Nacional, no dia 12 de dezembro do corrente, segunda-feira, às onze horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a homenagear o centenário de nascimento de San Tiago Dantas.
592/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República adotou, no dia 22 de novembro de 2011, a Medida Provisória nº 551, de 2011, que "Altera dispositivos das Leis nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989, nº 9.825, de 23 de agosto de 1999, nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992, nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, nº 5.862, de 12 de dezembro de 1972, nº 12.462, de 5 de agosto de 2011; e dá outras providências". Nos termos do disposto nos §§ 2º, 3º e 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, fica constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria e estabelecer o calendário para a sua tramitação, lida em Sessão do Senado Federal realizada no dia 24/11/2011.
591/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Tendo em vista manifestações do Senador Inácio Arruda e da Deputada Manuela D'Ávila, consulta nos termos do art. 2º do Regimento Comum, sobre a viabilidade de realização de sessão solene do Congresso Nacional, no dia 5 (cinco) de dezembro do corrente, segunda-feira, às 12 (doze) horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a homenagear o povo palestino pela passagem do Dia Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino. Solicita a indicação do orador dessa Casa na solenidade.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
590/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que está convocada sessão conjunta do Congresso Nacional a realizar-se dia 1º (primeiro) de dezembro do corrente, quinta-feira, às 12 (doze) horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação das seguintes matérias: Projetos de Lei do Congresso Nacional nºs: 8, 14, 15, 19, 23, 26, 32, 33, 35, 43, 46, 48 e 52, de 2011.
589/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que, para os fins do disposto no art. 13 da Resolução nº 1, de 2002-CN, foi encaminhado à Excelentíssima Senhora Presidente da República o Projeto de Lei de Conversão nº 29, de 2011 (Medida Provisória nº 540, de 2011), aprovado pelo Senado Federal, com emendas de redação, em sessão realizada no dia 22 de novembro do corrente ano, que "Institui o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra); dispõe sobre a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) à indústria automotiva; altera a incidência das contribuições previdenciárias devidas pelas empresas que menciona; altera as Leis nº 11.774, de 17 de setembro de 2008, nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, nº 10.865, de 30 de abril de 2004, nº 11.508, de 20 de julho de 2007, nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984, nº 11.491, de 20 de junho de 2007, nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, nº 9.294, de 15 de julho de 1996, e a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; revoga o art. 1º da Lei nº 11.529, de 22 de outubro de 2007, e o art. 6º do Decreto-Lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977, nos termos que especifica; e dá outras providências".
587/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que, para os fins do disposto no art. 13 da Resolução nº 1, de 2002-CN, foi encaminhado à Excelentíssima Senhora Presidente da República o Projeto de Lei de Conversão nº 28, de 2011 (Medida Provisória nº 541, de 2011), aprovado pelo Senado Federal, com emenda de redação, em sessão realizada no dia 22 de novembro do corrente ano, que "Dispõe sobre o Fundo de Financiamento à Exportação (FFEX), altera o art. 1º da Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, e as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 11.529, de 22 de outubro de 2007, 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e dá outras providências".
585/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu o Ofício nº 372, de 2011, do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, solicitando a alteração dos prazos de tramitação do Projeto de Lei nº 28, de 2011-CN, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012". A matéria está publicada no Diário do Senado Federal de 23 de novembro do corrente ano.
584/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu o Ofício nº 373, de 2011, do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, solicitando a alteração dos prazos de tramitação do Projeto de Lei nº 29, de 2011-CN, que "Institui o Plano Plurianual da União para o período 2012-2015". A matéria está publicada no Diário do Senado Federal de 23 de novembro do corrente ano.
583/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 134, de 2011-CN (nº 506/2011, na origem), na qual comunica haver vetado integralmente o Projeto de Lei do Senado nº 372, de 2008 (nº 5.030, de 2009, nessa Casa), que "Reabre o prazo para requerimento de retorno ao serviço de que trata o art. 2º da Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994, que "dispõe sobre a concessão de anistia nas condições que menciona" e dá outras providências". Nos termos do art. 104 do Regimento Comum, solicita a indicação de 3 (três) Senhores Deputados e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um Deputado, para integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
582/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 133, de 2011-CN (nº 500/2011, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 2011 – Complementar (PLP nº 87, de 2011 – Complementar, nessa Casa), que "Altera dispositivos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e dá outras providências". Nos termos do art. 104 do Regimento Comum, solicita a indicação de 3 (três) Senhores Deputados e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um Deputado, para integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
581/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que recebeu da Excelentíssima Senhora Presidente da República a Mensagem nº 137, de 2011-CN (nº 521, de 2011, na origem), encaminhando o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao quinto bimestre de 2011. A matéria está publicada no Diário do Senado Federal de 22 de novembro do corrente ano e vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
580/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República adotou, no dia 17 de novembro de 2011, a Medida Provisória nº 550, de 2011, que "Altera a Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores, e dá outras providências". Nos termos do disposto nos §§ 2º, 3º e 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, fica constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria e estabelecido o calendário para a sua tramitação, lida em Sessão do Senado Federal realizada no dia 21/11/2011.
579/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República adotou, no dia 17 de novembro de 2011, a Medida Provisória nº 549, de 2011, que "Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, da Contribuição para o PIS/PASEP – Importação e da COFINS – Importação incidentes sobre a importação e a receita de venda no mercado interno dos produtos que menciona". Nos termos do disposto nos §§ 2º, 3º e 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, fica constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria e estabelecido o calendário para a sua tramitação, lida em Sessão do Senado Federal realizada no dia 21/11/2011.
578/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que está cancelada sessão conjunta do Congresso Nacional convocada para o dia 23 (vinte e três) de novembro do corrente, quarta-feira, às 12 (doze) horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação das seguintes matérias: Projetos de Lei do Congresso Nacional nºs: 8, 14, 15, 19, 23, 26, 32, 33, 35, 43, 46, 48 e 52, de 2011.
577/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que está convocada sessão conjunta do Congresso Nacional a realizar-se dia 23 (vinte e três) de novembro do corrente, quarta-feira, às 12 (doze) horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação das seguintes matérias: Projetos de Lei do Congresso Nacional nºs: 8, 14, 15, 19, 23, 26, 32, 33, 35, 43, 46, 48 e 52, de 2011.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
576/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que, para os fins do disposto no art. 13 da Resolução nº 1, de 2002-CN, foi encaminhado à Excelentíssima Senhora Presidente da República o Projeto de Lei de Conversão nº 26, de 2011 (Medida Provisória nº 539, de 2011), aprovado pelo Senado Federal, com emenda de redação, em sessão realizada no dia 16 de novembro do corrente ano, que "Autoriza o Conselho Monetário Nacional, para fins de política monetária e cambial, a estabelecer condições e especificações para a negociação de contratos derivativos; altera os arts. 2º e 3º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, o inciso IV do art. 3º do Decreto-Lei nº 1.783, de 18 de abril de 1980, os arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 8.894, de 21 de junho de 1994, e a Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004; e dá outras providências".
573/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Encaminha cópia autêntica do Ofício nº 0264/2011-GSAPRT, da Senadora Ângela Portela, a respeito dos Projetos de Decretos Legislativos nºs 1941, de 2005, e 51, de 2011, que se encontram na Câmara dos Deputados.
572/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Supremo Tribunal Federal o Ofício nº 398, de 2011, na origem, que informa o deferimento de medida cautelar para restringir a aplicabilidade do preceito contido no art. 15 da Lei nº 10.887, de 2004, com redação que lhe foi atribuída pela Lei nº 11.784, de 2008, aos servidores ativos e inativos bem como aos pensionistas da União. O expediente foi juntado ao processado do Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2004, e, em cópia, ao do Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2008.
571/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral da República o OFÍCIO/PGR/GAB/Nº 1.509, de 2011, na origem, encaminhando parecer de mérito do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) favorável à solicitação de crédito suplementar para o Ministério Público do Trabalho (MPT) constante do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 36, de 2011, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Senado Federal, do Tribunal de Contas da União, da Justiça Federal, dos Ministérios da Previdência Social e da Defesa, do Ministério Público da União e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor global de R\$ 76.518.479,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". O referido Ofício, publicado no Diário do Senado Federal de 10 de novembro do corrente ano, será juntado ao processado do Projeto de Lei nº 36, de 2011-CN e encaminhado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
570/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Encaminha, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o processado da Medida Provisória nº 548, de 2011, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Educação, no valor de R\$ 460.530.000,00, para o fim que especifica". Comunica, ainda, que à Medida foram oferecidas 2 (duas) emendas e a Comissão Mista referida no caput do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN não se instalou.
569/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu o Aviso nº 1.616-Seses-TCU-Plenário, de 2011, na origem, do Senhor Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão referente ao processo nº TC 028.136/2010-1, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam. O Aviso vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, a fim de ser juntado ao processado do Projeto de Lei nº 28, de 2011-CN, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012".
568/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu o Ofício nº 369, de 2011, do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, solicitando a alteração dos prazos de tramitação do Projeto de Lei nº 29, de 2011-CN, que "Institui o Plano Plurianual da União para o período 2012-2015". A matéria está publicada no Diário do Senado Federal de 11 de novembro do corrente ano.
567/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu o Ofício nº 368, de 2011, do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, solicitando a alteração dos prazos de tramitação do Projeto de Lei nº 28, de 2011-CN, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012". A matéria está publicada no Diário do Senado Federal de 11 de novembro do corrente ano.
566/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu o Aviso nº 23, de 2011-CN (nº 121 /2011-BCB, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional as Demonstrações Financeiras do Banco Central referentes ao 3º trimestre de 2011. A matéria está publicada no Diário do Senado Federal de 12 de novembro do corrente ano e vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Encaminha, ainda, o calendário para a tramitação da matéria.
565/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu o Ofício nº 50, de 2011-CN (nº 900 /2011-BNDES-GP, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao terceiro trimestre de 2011. A matéria está publicada no Diário do Senado Federal de 8 de novembro do corrente ano e vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Encaminha, ainda, o calendário para a tramitação da matéria.
564/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu o Ofício nº 361, de 2011, do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, solicitando a alteração dos prazos de tramitação do Projeto de Lei nº 29, de 2011-CN, que "Institui o Plano Plurianual da União para o período 2012-2015". A matéria está publicada no Diário do Senado Federal de 2 de novembro do corrente ano.
563/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República adotou, no dia 28 de outubro de 2011, e publicou no dia 31 do mesmo mês e ano, a Medida Provisória nº 548, de 2011, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Educação, no valor de R\$ 460.530.000,00, para o fim que especifica". A matéria será publicada em avulsos e encaminhada, nos termos do § 6º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, onde poderá receber emendas.
561/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu o Aviso nº 1.666-GP/TCU, de 2011, na origem, do Senhor Presidente do TCU, encaminhando ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 2.629/2011-TCU-Plenário, referente ao levantamento de auditoria em obras que menciona. A matéria, publicada no DSF de 1º/11/2011, vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

B.1 – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO

Resenha 01 a 30/11/2011

Reuniões Realizadas

Tipo de reunião	Quantidade
Instalação (INST)	-
Ordinárias (ROR)	03
Extraordinárias (REX)	03
Audiências Públicas (RAP)	01
Conjuntas de Audiência Pública (RCAP)	-
Seminários Regionais (SREG)	07
Total	14

Comitês Permanentes, Colegiados e Grupo de Trabalho

Nomes	Reuniões	Relatórios
Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária (CFIS)	-	-
Comitê de Avaliação da Receita (CAR)	-	-
Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Índices de Irregularidade Graves (CÓI)	04	-
Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas (CAE)	03	-
Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO (CRLP)	05	-
Colegiado de Coordenadores de Bancadas Estaduais (CCBE)	01	-
Grupo de Trabalho para avaliar diversos procedimentos do processo orçamentário no âmbito da CMO e sugerir medidas de aperfeiçoamento	-	-
Grupo de Trabalho – Gestão Operacional de 2014 e Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016	-	-
TOTAL	13	-

Proposições em Tramitação

Proposições	Recebidas	Tramitação encerrada na CMO				
		Apreciadas	Retiradas	Encaminhadas ao CN sem apreciação		
				PLN - Art. 106 da Res nº1/2006-CN	PLN - Urgência Plenário CN	MP - Término prazo regimental
Projetos de Lei CN (PLN)		12		28		
- Crédito Suplementar e Especial						
• Texto Original		10				
• Substitutivo		2				
- LDO/Alteração						
- LOA/Alteração						
- PPA/Revisão – Alteração						
Medidas Provisórias (MP) – Crédito Extraordinário	1					1
• Texto Original						
• Projeto de Lei de Conversão						
• Perda de Vigência (Decreto Legislativo)						
Avisos CN (AVN)	1					
- Obras e Serviços com Índices de Irregularidades Graves apontados pelo TCU						
• Pela Exclusão no Anexo VI da LOA 2011						
• Pela Inclusão no Anexo VI da LOA 2011						
• Pela Alteração no Anexo VI da LOA 2011						
• Arquivamento						
- Prestação de Contas						
- Parecer Prévio do Governo Federal						
- Outras Matérias	1					
Mensagens CN (MCN)	1					
- Prestação de Contas						
- Relatório de Avaliação do PPA						
- Outras Matérias	1					
Ofícios CN (OFN)	1					
- Prestação de Contas						
- Outras Matérias	1					
Projetos de Decreto Legislativo CN (PDN)						
Proposições SF						
Requerimentos CMO (RCMO)						
Emendas	11.684	143		439		2
Errata (art. 152 Res. 1/2006-CN)						
Redação Final (art. 51 Regimento Comum)						
TOTAL	11.688	155		467		3

Resenha Consolidada 29/03 a 30/11/2011

Reuniões Realizadas

Tipo de reunião	Quantidade
Instalação (INST)	01
Ordinárias (ROR)	24
Extraordinárias (REX)	12
Audiências Públicas (RAP)	04
Conjuntas de Audiência Pública (RCAP)	02
Seminários Regionais (SREG)	11
Total	54

Comitês Permanentes, Colegiados e Grupo de Trabalho

Nomes	Reuniões	Relatórios
Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária (CFIS)	01	-
Comitê de Avaliação da Receita (CAR)	-	-
Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Índices de Irregularidade Graves (COI)	16	-
Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas (CAE)	04	01
Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO (CRLP)	26	-
Colegiado de Coordenadores de Bancadas Estaduais (CCBE)	01	-
Grupo de Trabalho para avaliar diversos procedimentos do processo orçamentário no âmbito da CMO e sugerir medidas de aperfeiçoamento	-	-
Grupo de Trabalho – Gestão Operacional de 2014 e Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016	-	-
TOTAL	48	01

Proposições Apreciadas

Proposições	Recebidas	Tramitação encerrada na CMO				
		Apreciadas	Retiradas	Encaminhadas ao CN sem apreciação		
				PLN - Art.106 da Res nº1/2006-CN	PLN - Urgência Plenário CN	MP - Término prazo regimental
Projetos de Lei CN (PLN)	57	25		28	2	
- Crédito Suplementar e Especial						
• Texto Original		20				
• Substitutivo		4				
- LDO/Alteração		1				
- LOA/Alteração						
- PPA/Revisão – Alteração						
Medidas Provisórias (MP) – Crédito Extraordinário	7					1
• Texto Original						5
• Projeto de Lei de Conversão						
• Perda de Vigência (Decreto Legislativo)						1
Avisos CN (AVN)	66	32				
- Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves apontados pelo TCU	3					
• Pela Exclusão no Anexo VI da LOA 2011		1				
• Pela Inclusão no Anexo VI da LOA 2011						
• Pela Alteração no Anexo VI da LOA 2011						
• Arquivamento						
- Prestação de Contas	3	2				
- Parecer Prévio do Governo Federal	3	1				
- Outras Matérias	57	28				
Mensagens CN (MCN e MSG)	53	12				
- Prestação de Contas	7	1				
- Relatório de Avaliação do PPA	6	3				
- Outras Matérias	40	8				
Ofícios CN (OFN)	124	42				
- Prestação de Contas	29	10				
- Outras Matérias	95	32				
Projetos de Decreto Legislativo CN (PDN)	2					
Proposições SF	4					
Requerimentos CMO (RCMO)	33	16	6			
Emendas	15.834	3.468	12	439	154	75
Errata (art. 152 Res. 1/2006-CN)	2	2				
Redação Final (art. 51 Regimento Comum)	1	1				
TOTAL	16.183	3.598	18	467	156	82

Resultados das Reuniões 01 a 30/11/2011

Reunião realizada em 1º de Novembro de 2011 (Extraordinária)

**10ª Reunião Extraordinária
convocada para 1º/11/2011, às 10 horas
(Iniciada às 10h39min e suspensa às 12h08min)
(Reiniciada às 12h17min e encerrada às 12h47min)**

Pautas nºs 26 e 27/2011

ABERTURA

Os trabalhos foram abertos pelo 2º Vice-Presidente, Senador Cyro Miranda (PSDB/GO), no exercício da Presidência conforme dispõe o *caput* do art. 14 da Resolução nº 1/2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional, e logo após o Presidente, Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB) assumiu a direção dos trabalhos.

- Apreciação das Atas das seguintes Reuniões:

- . 4ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 18/10/2011;
- . 20ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 18 e 19/10/2011; e
- . 21ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 25 e 26/10/2011.

Resultado: por consenso, foi dispensada a leitura das Atas que, em votação, foram **aprovadas** por unanimidade.

AVISO

O Presidente informou que no dia **7 de novembro, segunda-feira**, atenderá em conjunto com o Relator-Geral do Projeto de Lei Orçamentária para 2012, Deputado Arlindo Chinaglia (PT/SP), os coordenadores nacionais de movimentos sociais, do Judiciário, da Saúde e do Ministério Público. É necessário agendar essa audiência, através de expediente a ser encaminhado à Secretaria da Comissão até o dia 4/11/2011.

ORDEM DO DIA

O Presidente ao abrir a Ordem do Dia, avisou que havia acordo, apenas, para a apreciação do item 2, da Pauta nº 27/2011 - Relatório Preliminar com Emendas apresentado ao **Projeto de Lei nº 29/2011-CN** (PLPPA/2012-2015). Esclareceu, ainda, que o item 1 da mesma pauta - Relatório Preliminar com Emendas apresentado ao **Projeto de Lei nº 28/2011-CN** (PLOA/2012), teve sua apreciação adiada para o dia 8 de novembro.

REQUERIMENTO PARA INVERSÃO DE PAUTA

- Requerimento para inversão de pauta, com o objetivo de apreciar como primeiro item da Ordem do Dia o **Relatório Preliminar com Emendas** apresentado ao **Projeto de Lei nº 29/2011-CN**, que "Institui o Plano Plurianual da União para o período 2012-2015". (item 2, da Pauta nº 27/2011).

Autor: Senador Senador Walter Pinheiro.

Resultado: **aprovado** por unanimidade.

Pauta nº 27/2011

2 - Apreciação do **Relatório Preliminar com Emendas** apresentado ao **Projeto de Lei nº 29/2011-CN**, que "Institui o Plano Plurianual da União para o período 2012-2015".

Relator: Senador Walter Pinheiro.

Foram apresentadas 27 emendas.

Voto: pela aprovação do Relatório Preliminar com emendas, nos termos apresentados pelo Relator, pela aprovação parcial das emendas nºs 21 e 23, e pela rejeição das demais.

Resultado: O Relator apresentou o Relatório. Foi aberta e encerrada a discussão, bem como o prazo para apresentação de destaques. Foram apresentados 10 destaques. Em votação, o Relatório Preliminar com Emendas foi **aprovado** por unanimidade, ressalvados os destaques.

APRECIÇÃO DOS 10 DESTAQUES APRESENTADOS:

1) **Proposta do Presidente para votação dos destaques em globo, por tipo de voto do Relator:**

Resultado: **aprovada** por unanimidade.

2) **Destaque com voto do Relator pela APROVAÇÃO PARCIAL:**

Destaque 6, do Deputado Claudio Cajado, à Emenda 14, de sua autoria:

Resultado: em votação, o destaque foi **aprovado** por unanimidade.

3) **Destaques com voto do Relator pela REJEIÇÃO:**

Destaque 5, do Deputado Claudio Cajado, à Emenda 13, de sua autoria.

Destaque 7, do Deputado Claudio Cajado, à Emenda 15, de sua autoria.

Destaque 8, do Deputado Alex Canziani, à Emenda 1, do Deputado Ronaldo Nogueira.

Destaque 9, do Deputado Alex Canziani, à Emenda 2, do Deputado Ronaldo Nogueira.

Resultado: em votação em globo, os destaques foram **rejeitados** na representação da Câmara dos Deputados. Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme dispõe o § 1º do art. 43 do Regimento Comum

4) Destaques RETIRADOS pelos autores:

Destaque 1, do Deputado João Dado, à Emenda 22, de sua autoria.

Resultado: **retirado** pelo autor.

Destaque 2, do Deputado João Dado, à Emenda 23, de sua autoria.

Resultado: **retirado** pelo autor.

Destaque 3, do Deputado Ângelo Agnolin, à Emenda 20, de sua autoria.

Resultado: **retirado** pelo autor.

Destaque 4, do Deputado Ângelo Agnolin, à Emenda 21, de sua autoria.

Resultado: **retirado** pelo autor.

Destaque 10, do Deputado João Dado, pela supressão do subitem 2.3.7.

Resultado: **retirado** pelo autor.

Após a aprovação do Relatório, o Presidente informou que submeterá ao Presidente do Senado Federal alteração do Cronograma de tramitação do **Projeto de Lei nº 29/2011-CN**, sugerindo as seguintes datas:

- Apresentação de Emendas ao PROJETO DE LEI de 3 a 12/11/2011
- Publicação e distribuição de avulsos das Emendas até 17/11/2011
- Apresentação, publicação, distribuição e votação do Relatório até 8/12/2011
- Encaminhamento do Parecer da CMO à Mesa do CN até 15/12/2011

Em virtude da inexistência de acordo do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, para deliberação das demais matérias constantes das Pautas nºs 26 e 27/2011, o Presidente anunciou que encerrarão os trabalhos e **deixaram de ser apreciadas** as matérias abaixo relacionadas:

Pauta nº 26/2011

1 - Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 5/2011-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, e em favor do Ministério das Comunicações, crédito suplementar no valor de R\$ 24.376.000,00 (vinte e quatro milhões, trezentos e setenta e seis mil reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente".

Relator: Senador Eduardo Braga.

Foram apresentadas 14 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 1 a 14.

2 - Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 7/2011-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Turismo, crédito suplementar no valor global de R\$ 19.285.346,00 (dezenove milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, trezentos e quarenta e seis reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

Relator: Deputado Gonzaga Patriota.

Foram apresentadas 42 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 2, 17 a 26, 32 a 36, e 38 e pela rejeição das demais.

3 - Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 8/2011-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito suplementar no valor de R\$ 9.098.000,00 (noventa milhões, novecentos e oitenta mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

Relator: Deputado Roberto Britto.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto.

4 - Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 12/2011-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito suplementar no valor de R\$ 2.334.427,00 (dois milhões, trezentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e vinte e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

Relator: Deputado Marçal Filho.

Foram apresentadas 23 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade da emenda nº 06 e pela rejeição das demais.

5 - Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 14/2011-CN, que "Abre ao Orçamento de Investimento para 2011 crédito suplementar no valor total de R\$ 445.643.156,00 (quatrocentos e quarenta e cinco milhões, seiscentos e quarenta e três mil e cento e cinquenta e seis reais), em favor de empresas estatais, e reduz o Orçamento de Investimento de empresas estatais no valor global de R\$ 179.719.447,00 (cento e setenta e nove milhões, setecentos e dezenove mil e quatrocentos e quarenta e sete reais), para os fins que especifica".

Relator: Senador Acir Gurgacz.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto.

6 - Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 15/2011-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito especial no valor global de R\$ 16.500.000,00 (dezesseis milhões e quinhentos mil reais), para os fins que especifica, e dá outras providências".

Relator: Senador Sérgio Petecão.

Foram apresentadas 5 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das 5 emendas apresentadas.

7 - Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 19/2011-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e de Operações Oficiais de Crédito, crédito especial no valor global de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), para os fins que especifica, e dá outras providências".

Relator: Deputado Wellington Roberto.

Foram apresentadas 69 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas nºs 1 a 67 e pela rejeição das demais.

8 - Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 23/2011-CN, que "Abre ao Orçamento de Investimento para 2011 crédito suplementar no valor total de R\$ 1.124.446.832,00 (um bilhão, cento e vinte e quatro milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil e oitocentos e trinta e dois reais), em favor de empresas estatais, para os fins que especifica."

Relator: Deputado Rubens Bueno.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto.

9 - Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 24/2011-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), para o fim que especifica, e dá outras providências".

Relator: Senador Jayme Campos.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto.

10 - Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 26/2011-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$ 71.758.918,00 (setenta e um milhões, setecentos e cinquenta e oito mil, novecentos e dezoito reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente."

Relator: Deputado Andre Vargas.

Foram apresentadas 8 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade da emenda nº 6 e pela rejeição das demais.

11 - Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 27/2011-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R\$ 73.633.333,00 (setenta e três milhões, seiscentos e trinta e três mil, trezentos e trinta e três reais), para os fins que especifica, e dá outras providências".

Relator: Deputado Weliton Prado.

Foram apresentadas 4 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 1 a 4.

12 - Relatório apresentado ao Aviso nº 11/2011-CN, que "En caminha cópia do Acórdão nº 1141, de 2011 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo a levantamento de auditoria nas obras de Macro drenagem do Canal do Congo, serviços de drenagem do canal e pavimentação de diversas ruas em Vila Velha/ES (TC 002.604/2011-6)".

Relator: Senador Jayme Campos.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

13 - Requerimento nº 16/2011-CMO que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para promover o aprimoramento ao ciclo das operações de repasse da Caixa Econômica Federal, visando a eficácia e a efetividade da execução do objeto contratual pelo mandatário, assim como a celeridade na liberação financeira dos contratados".

Autor: Deputado Efraim Filho.

14 - Requerimento nº 17/2011-CMO que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para, em caráter preventivo, acompanhar e fiscalizar o planejamento, a execução e o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com vistas à execução do "Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional".

Autores: Deputados Danilo Forte, Benjamin Maranhão e Wellington Roberto.

15 - Requerimento nº 23/2011-CMO, que "Solicita seja convidado o Presidente da Petrobrás, Sr. José Sergio Gabrieli de Azevedo, para prestar esclarecimentos sobre os aportes financeiros referentes à construção da Refinaria Abreu e Lima, em Recife - PE, decorrentes de contrato firmado entre a Petróleo Brasileiro S/A - Petrobras e a Petróleos de Venezuela S/A - PDVSA".

Autor: Deputado Claudio Cajado.

16 - Requerimento nº 24/2011-CMO, que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho, junto ao Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle de Execução Orçamentária - CFIS da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO, para acompanhamento, avaliação e fiscalização da execução, física, orçamentária e financeira de ações relativas à Ferrovia Transnordestina".

Autor: Deputado Raimundo Gomes de Matos.

17 - Requerimento nº 25/2011-CMO, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater a atual crise econômica internacional e os reflexos na economia nacional e nos orçamentos, com a presença, do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda Guido Mantega".

Autor: Senador Vital do Rêgo.

18 - Requerimento nº 26/2011-CMO, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater a implantação do Sistema de Pousos por Instrumento - Categoria 3, com a presença do Ministro de Estado da Defesa, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Presidente da Infraero". (Ministro da Defesa, Senhor CELSO AMORIM; Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Senhora MIRIAM APARECIDA BELCHIOR e o Presidente da Infraero, Senhor GUSTAVO DO VALE).

Autor: Deputado Marçal Filho.

19 – Requerimento nº 27/2011-CMO, que “Requer a realização de audiência pública conjunta da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, da Comissão de Legislação Participativa para discutir o tema “Agenda do movimento de mulheres para o próximo ciclo orçamentário”.

Autora: Deputada Luciana Santos.

20 – Requerimento nº 29/2011-CMO, que “Requer a realização de Audiência Pública para debater questões relativas à Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – Sudeco – ao Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste- FCO -, e ao projeto de criação do Banco de Desenvolvimento do Centro- Oeste, com a presença do Ministro de Estado da Integração Nacional, do Superintendente da Sudeco e do Presidente do Banco do Brasil S.A.”

Autor: Deputado Marçal Filho.

21 – Requerimento nº 30/2011-CMO, que “Requer a realização de Audiência Pública para debater a denúncia do Jornal O Estado de São Paulo contida na matéria “ Governo paga por projeto fantasma para a Copa”, com a presença do Ministro de Estado do Esporte e do Presidente da Autoridade Pública Olímpica”.

Autor: Deputado Marçal Filho.

22 – Requerimento nº 31/2011-CMO, que “Requer a realização de Audiência Pública para apresentação do Plano Brasil Sem Miséria, com a presença da Ministra Tereza Campelo, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome”.

Autor: Deputado Marçal Filho.

23 – Requerimento nº 33/2011-CMO, que “Solicita do Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia informações sobre os aportes financeiros referentes à construção da Refinaria Abreu e Lima, em Recife – PE, decorrentes de contrato firmado entre a Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras e a Petróleos de Venezuela S/A – PDVSA”.

Autor: Deputado Claudio Cajado.

24 – Relatório a apresentado ao **Ofício nº 35/2010-CN**, que “En caminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao exercício de 2009”.

Relator: Deputado Heuler Cruvinel.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

25 – Relatório apresentado ao **Ofício nº 12/2011-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 20, §§ 4º e 5º, da Lei nº 7.827, de 27.09.1989, o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao 1º semestre de 2010”.

Relator: Deputado Heuler Cruvinel.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

Pauta nº 27/2011

1 - Relatório Preliminar com Emendas apresentado ao **Projeto de Lei nº 28/2011-CN**, que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012”.

Relator-Geral: Deputado Arlindo Chinaglia.

Foram apresentadas 283 emendas.

Voto: pela aprovação do Relatório Preliminar com emendas, nos termos apresentados pelo Relator-Geral, pela aprovação das emendas nºs 8, 9 e 217, aprovação parcial das emendas nºs 1, 13, 26, 30, 40, 41, 42, 43, 47, 65, 71, 79, 87, 90, 105, 132, 144, 149, 158, 162, 207, 212, 219, 221, 226, 233, 234, 241, 243, 248, 257 e 279, e pela rejeição das demais.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Concluída a apreciação da matéria acordada, o Presidente encerrou a reunião.

Antes, convocou a realização das seguintes reuniões, no plenário 2 da Câmara dos Deputados,:

- reunião ordinária, dia **8 de novembro, terça-feira, às 14h30min**;
- reunião extraordinária, dia **9 de novembro, quarta-feira, às 14h30min**; e
- reunião extraordinária, dia **10 de novembro, quinta-feira, às 10 horas**.

E, comunicou a realização de reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO, dia 8 de novembro, terça-feira, às 14 horas, na sala de reunião da Presidência da Comissão, para tratar sobre o Relatório Preliminar do Projeto de Lei nº 28/2011-CN, Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2012.

Brasília, 1º de novembro de 2011.

MYRNA LOPES PEREIRA
Secretária de Comissão

Reunião realizada em 8 de novembro de 2011 (Ordinária)

22ª Reunião Ordinária
convocada para 8/11/2011, às 14h30min
(Iniciada às 15 horas e encerrada às 15h01min)

Pautas nºs 26, 27-Alterada e 28/2011

ABERTURA

Os trabalhos foram abertos pelo Deputado Gilmar Machado (PT/MG), no exercício da Presidência conforme dispõe o *caput* do art. 14 da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional.

Em virtude da inexistência de *quorum* regimental para deliberação na represetação do Senado Federal, o Presidente em exercício anunciou que encerraria os trabalhos e **deixaram de ser apreciadas** as matérias abaixo relacionadas:

. Ata da 10ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 1º/11/2011.

Pauta nº 26/2011

1 - Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 5/2011-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Comunicações, crédito suplementar no valor de R\$ 24.376.000,00 (vinte e quatro milhões, trezentos e setenta e seis mil reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente".

Relator: Senador Eduardo Braga.

Foram apresentadas 14 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 1 a 14.

2 - Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 7/2011-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Turismo, crédito suplementar no valor global de R\$ 19.285.346,00 (dezenove milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, trezentos e quarenta e seis reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

Relator: Deputado Gonzaga Patriota.

Foram apresentadas 42 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 2, 17 a 26, 32 a 36, e 38 e pela rejeição das demais.

3 - Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 8/2011-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito suplementar no valor de R\$ 9.080.000,00 (nove milhões, novecentos e oitenta mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente."

Relator: Deputado Roberto Britto.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto.

4 - Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 12/2011-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito suplementar no valor de R\$ 2.334.427,00 (dois milhões, trezentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e vinte e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

Relator: Deputado Marçal Filho.

Foram apresentadas 23 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade da emenda nº 6 e pela rejeição das demais.

5 - Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 14/2011-CN, que "Abre ao Orçamento de Investimento para 2011 crédito suplementar no valor total de R\$ 445.643.156,00 (quatrocentos e quarenta e cinco milhões, seiscentos e quarenta e três mil e cento e cinquenta e seis reais), em favor de empresas estatais, e reduz o Orçamento de Investimento de empresas estatais no valor global de R\$ 179.719.447,00 (cento e setenta e nove milhões, setecentos e dezenove mil e quatrocentos e quarenta e sete reais), para os fins que especifica".

Relator: Senador Acir Gurgacz.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto.

6 - Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 15/2011-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito especial no valor global de R\$ 16.500.000,00 (dezesseis milhões e quinhentos mil reais), para os fins que especifica, e dá outras providências."

Relator: Senador Sérgio Petecão.

Foram apresentadas 5 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das 5 emendas apresentadas.

7 - Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 19/2011-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e de Operações Oficiais de Crédito, crédito especial no valor global de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), para os fins que especifica, e dá outras providências".

Relator: Deputado Wellington Roberto.

Foram apresentadas 69 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas nºs 1 a 67 e pela rejeição das demais.

8 - Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 23/2011-CN, que "Abre ao Orçamento de Investimento para 2011 crédito suplementar no valor total de R\$ 1.124.446.832,00 (um bilhão, cento e vinte e quatro milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil e oitocentos e trinta e dois reais), em favor de empresas estatais, para os fins que especifica."

Relator: Deputado Rubens Bueno.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto.

9 - Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 24/2011-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), para o fim que especifica, e dá outras providências".

Relator: Senador Jayme Campos.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto.

10 - Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 26/2011-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$ 71.758.918,00 (setenta e um milhões, setecentos e cinquenta e oito mil, novecentos e dezoito reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.”

Relator: Deputado Andre Vargas.

Foram apresentadas 8 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade da emenda nº 6 e pela rejeição das demais.

11 - Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 27/2011-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R\$ 73.633.333,00 (setenta e três milhões, seiscentos e trinta e três mil, trezentos e trinta e três reais), para os fins que especifica, e dá outras providências”.

Relator: Deputado Weliton Prado.

Foram apresentadas 4 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 1 a 4.

12 - Relatório apresentado ao Aviso nº 11/2011-CN, que “En caminha cópia do Acórdão nº 1141, de 2011 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo a levantamento de auditoria nas obras de Macrodrenagem do Canal do Congo, serviços de drenagem do canal e pavimentação de diversas ruas em Vila Velha/ES (TC 002.604/2011-6)”.

Relator: Senador Jayme Campos.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

13 - Requerimento nº 16/2011-CMO que “Requer a constituição de Grupo de Trabalho para promover o aprimoramento ao ciclo das operações de repasse da Caixa Econômica Federal, visando a eficácia e a efetividade da execução do objeto contratual pelo mandatário, assim como a celeridade na liberação financeira dos contratados”.

Autor: Deputado Efraim Filho.

14 - Requerimento nº 17/2011-CMO que “Requer a constituição de Grupo de Trabalho para, em caráter preventivo, acompanhar e fiscalizar o planejamento, a execução e o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com vistas à execução do “Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional”.

Autores: Deputados Danilo Forte, Benjamin Maranhão e Wellington Roberto.

15 - Requerimento nº 23/2011-CMO, que “Solicita seja convidado o Presidente da Petrobrás, Sr. José Sergio Gabrieli de Azevedo, para prestar esclarecimentos sobre os aportes financeiros referentes à construção da Refinaria Abreu e Lima, em Recife – PE, decorrentes de contrato firmado entre a Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras e a Petróleos de Venezuela S/A – PDVSA”.

Autor: Deputado Claudio Cajado.

16 - Requerimento nº 24/2011-CMO, que “Requer a constituição de Grupo de Trabalho, junto ao Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle de Execução Orçamentária – CFIS da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMOP, para acompanhamento, avaliação e fiscalização da execução, física, orçamentária e financeira de ações relativas à Ferrovia Transnordestina”.

Autor: Deputado Raimundo Gomes de Matos.

17 - Requerimento nº 25/2011-CMO, que “Requer a realização de Audiência Pública para debater a atual crise econômica internacional e os reflexos na economia nacional e nos orçamentos, com a presença, do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda Guido Mantega”.

Autor: Senador Vital do Rêgo.

18 - Requerimento nº 26/2011-CMO, que “Requer a realização de Audiência Pública para debater a implantação do Sistema de Pousos por Instrumento - Categoria 3, com a presença do Ministro de Estado da Defesa, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Presidente da Infraero”. (Ministro da Defesa, Senhor CELSO AMORIM; Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Senhora MIRIAM APARECIDA BELCHIOR e o Presidente da Infraero, Senhor GUSTAVO DO VALE).

Autor: Deputado Marçal Filho.

19 - Requerimento nº 27/2011-CMO, que “Requer a realização de audiência pública conjunta da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, da Comissão de Legislação Participativa para discutir o tema “Agenda do movimento de mulheres para o próximo ciclo orçamentário”.

Autora: Deputada Luciana Santos.

20 - Requerimento nº 29/2011-CMO, que “Requer a realização de Audiência Pública para debater questões relativas à Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – Sudeco – ao Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO –, e ao projeto de criação do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste, com a presença do Ministro de Estado da Integração Nacional, do Superintendente da Sudeco e do Presidente do Banco do Brasil S.A.”

Autor: Deputado Marçal Filho.

21 - Requerimento nº 30/2011-CMO, que “Requer a realização de Audiência Pública para debater a denúncia do Jornal O Estado de São Paulo contida na matéria “Governo paga por projeto fantasma para a Copa”, com a presença do Ministro de Estado do Esporte e do Presidente da Autoridade Pública Olímpica”.

Autor: Deputado Marçal Filho.

22 - Requerimento nº 31/2011-CMO, que “Requer a realização de Audiência Pública para apresentação do Plano Brasil Sem Miséria, com a presença da Ministra Tereza Campelo, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome”.

Autor: Deputado Marçal Filho.

23 - Requerimento nº 33/2011-CMO, que “Solicita do Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia informações sobre os aportes financeiros referentes à construção da Refinaria Abreu e Lima, em Recife – PE, decorrentes de contrato firmado entre a Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras e a Petróleos de Venezuela S/A – PDVSA”.

Autor: Deputado Claudio Cajado.

24 - Relatório apresentado ao Ofício nº 35/2010-CN, que “En caminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao exercício de 2009”.

Relator: Deputado Heuler Cruvinel.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

25 – Relatório apresentado ao **Ofício nº 12/2011-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 20, §§ 4º e 5º, da Lei nº 7.827, de 27.09.1989, o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao 1º semestre de 2010”.

Relator: Deputado Heuler Cruvinel.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

Pauta nº 27-Alterada/2011

1 - Relatório Preliminar com Emendas apresentado ao **Projeto de Lei nº 28/2011-CN**, que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012”.

Relator-Geral: Deputado Arlindo Chinaglia.

Foram apresentadas 283 emendas.

Voto: pela aprovação do Relatório Preliminar com emendas, nos termos apresentado pelo Relator-Geral, pela aprovação das emendas nºs 8, 9 e 217; aprovação parcial das emendas nºs 1, 13, 26, 30, 40, 41, 42, 43, 47, 65, 71, 79, 87, 90, 105, 132, 144, 149, 158, 162, 207, 212, 219, 221, 226, 233, 234, 241, 243, 248, 257 e 279; e pela rejeição das demais.

2 - Relatório Preliminar com Emendas apresentado ao **Projeto de Lei nº 29/2011-CN**, que “Institui o Plano Plurianual da União para o período 2012-2015”.

Relator: Senador Walter Pinheiro.

Foram apresentadas 27 emendas.

Voto: pela aprovação do Relatório Preliminar com emendas, nos termos apresentado pelo Relator, pela aprovação parcial das emendas nºs 21 e 23, e pela rejeição das demais.

- **Aprovado por unanimidade na 10ª Reunião Extraordinária, realizada em 1º/11/2011.**

Pauta nº 28/2011

1 - Relatório apresentado à **Mensagem nº 93/2011-CN**, que “Encaminha nos termos do § 4º do art. 70 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao quarto bimestre de 2011”.

Relator: Senador Delcídio do Amaral.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Em virtude da inexistência de *quorum* regimen tal para deliberação na representação do Senado Federal, observado o disposto no art. 29, § 1º do Regimento Comum, o Presidente em exercício encerrou a reunião.

Antes, comunicou a realização das seguintes reuniões extraordinárias, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, convocadas anteriormente:

- dia 9 de novembro, quarta-feira, às 14h30min; e
- dia 10 de novembro, quinta-feira, às 10 horas.

Brasília, 8 de novembro de 2011.

MYRNA LOPES PEREIRA
Secretária de Comissão

Reunião realizada em 9 de novembro de 2011 (Extraordinária)

11ª Reunião Extraordinária
convocada para 9/11/2011, às 14h30min
(Iniciada às 14h47min e suspensa às 15h12min)

Pautas nºs 26, 27-Alterada e 28/2011

ABERTURA

Os trabalhos foram abertos pelo Presidente, Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB).

O Presidente avisou que havia quórum para deliberação nas duas Casas do Congresso Nacional, entretanto, havia acordo do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão para a apreciação do Relatório Preliminar com Emendas apresentado ao **Projeto de Lei nº 28/2011-CN** (PLOA/2012), apenas, para amanhã, dia 10/11/2011.

O Presidente informou que houve uma construção de entendimento articulado pelos Deputados João Dado (PDT/SP), Ademir Camilo (PDT/MG), João Magalhães (PMDB/MG), Rogério Marinho (PSD B/RN) e Paulo Pereira da Silva (PDT/SP), e pelo Senador Paulo Paim (PT/RS), apoiado pelo Deputado Gilmar Machado (PT/MG), que elaboraram um texto que foi encaminhado ao Relator-Geral do Projeto de Lei Orçamentária para 2012, Deputado Arlindo Chinaglia (PT/SP), com a sugestão para alteração do Relatório Preliminar apresentado com emendas. O texto encaminhado é transcrito a seguir:

“Fica assegurado para o ano de 2012 ganho real para o reajuste dos aposentados e pensionistas a ser definido em reuniões conjuntas entre o Governo, as Centrais Sindicais e entidades representativas dos aposentados.”

Às 15h12min, o Presidente suspendeu a reunião extraordinária e convocou a sua continuação para o dia **10 de novembro, quinta-feira, às 9h30min**, no plenário 2 da Câmara dos Deputados.

Brasília, 9 de novembro de 2011.

MYRNA LOPES PEREIRA
Secretária de Comissão

Reunião realizada em 10 de novembro de 2011 (Extraordinária)

Continuação da 11ª Reunião Extraordinária
convocada para 10/11/2011, às 9h30min
(Reiniciada às 10h06min e suspensão às 10h16min)
(Reiniciada às 10h59min e suspensão às 13h08min)
(Reiniciada às 13h15min e encerrada às 13h41min)

Pautas nºs 26, 27-Alterada e 28/2011

REABERTURA

Os trabalhos foram reabertos pelo Presidente, Senador Vital do Rêgo.

- Apreciação da Ata da seguinte Reunião:

. 10ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 1º/11/2011.

Resultado: por consenso, foi dispensada a leitura da Ata que, em votação, foi **aprovada** por unanimidade.

EXPEDIENTE

Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, foi **dispensada leitura dos expedientes**. O Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes foi encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias nesta data.

I) CORRESPONDÊNCIA INTERNA RECEBIDA:

1) Ata da Reunião da Bancada Gaúcha, realizada em 8 de fevereiro de 2011, informando que o Deputado Paulo Pimenta (PT/RS) foi eleito o novo Coordenador daquela Bancada.

2) Ata da Reunião da Bancada Federal do Paraná, realizada em 17 de março de 2011, informando que o Deputado Fernando Giacobbo foi aclamado o novo Coordenador daquela Bancada.

3) Ata da Reunião da Bancada Federal do Estado de Alagoas, realizada em 12 de abril de 2011, informando que o Deputado Joaquim Beltrão foi eleito o novo Coordenador daquela Bancada.

4) Ata da Reunião da Bancada do Estado do Pará, realizada em 01 de junho de 2011, informando que o Deputado Beto Faro e o Senador Flexa Ribeiro foram eleitos como Coordenadores daquela Bancada.

5) OF. Nº 56 4/2011 – SGM, de 29 de setembro, da Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal, Claudia Lyra Nascimento, comunicando o afastamento do mandato do Senador João Alberto Souza (PMDB/MA), em 29 de setembro do corrente, e a posse do Senador Clovis Fecury (DEM/MA), Primeiro-Suplente, a partir da mesma data.

6) OF. Nº 591/2011-SGM, de 18 de outubro, da Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal, Claudia Lyra Nascimento, enviando o Ofício GAB. Nº 544/2011, do Prefeito do Município de Cidade Ocidental, contendo pleitos relacionados ao Plano Plurianual 2012/2015 e à Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF), no qual foi apostado despacho da Presidência, para juntada ao Projeto do Plano Plurianual 2012/2015, Projeto de Lei nº 29/2011-CN.

7) Ofício Nº 277/2011-BSB, de 20 de outubro, do Deputado Marçal Filho (PMDB/MS), manifestando interesse em relatar os Projetos de Leis nºs 41, 37 e 48/2011-CN.

8) Ofício Nº 141/2011/GDGN, de 25 de outubro, do Deputado Genecias Noronha (PMDB/CE), agradecendo a indicação para relatar o Projeto de Lei nº 55/2011-CN, ao mesmo tempo em que declina da indicação.

9) GDWP/OF. 341/2011, de 25 de outubro, do Deputado Weliton Prado (PT/MG), solicitando a retirada de pauta do Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 27/2011-CN.

10) Ofício GSWMOKA 0285/2011, de 26 de outubro, do Senador Waldemir Moka (PMDB/MS), informando que analisando o Relatório Preliminar apresentado ao Projeto de Lei Orçamentária para 2012, Anexos I a V, no que tange às Emendas de Iniciativa Popular – Relação dos Municípios Beneficiados, constatou a ausência do município de Figueirão, no Estado do Mato Grosso do Sul, e para que não haja prejuízo na indicação de emenda, caso o parecer venha a ser aprovado, solicita a inclusão do município no Anexo V.

11) Ofício nº 105/2011, de 26 de outubro, do Deputado Valmir Assunção (PT/BA), agradecendo a designação para relatar o Projeto de Lei nº 41/2011-CN, ao mesmo tempo em que declina da indicação.

12) Ofício nº 50/2011/GLPRB, de 26 de outubro, do Deputado Vitor Paulo, Líder do PRB, solicitando a designação do Deputado George Hilton (PRB/MG), como relator do Projeto de Lei nº 55/2011-CN.

13) OF. Nº 629 /2011 – SGM, de 8 de novembro, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, Claudia Lyra Nascimento, comunicando que o Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB), tomou posse no mandato de Senador da República, em 8 de novembro do corrente, tendo deixado o mandato o Senador Wilson Santiago.

- Expedientes encaminhando justificativas de faltas às reuniões da Comissão DEFERIDOS pelo Presidente:

1) Ofício nº 168/2011- GDHL, de 18 de outubro, do Gabinete do Deputado Hugo Leal (PSC/RJ), justificando ausência no período de 18 a 20 de outubro.

2) Ofício Nº 284/ 2011- BSB, de 25 de outubro, do Deputado Marçal Filho (PMDB/MS), justificando ausência nos dias 25, 26 e 27 de outubro.

3) OGCC 239/11, de 3 de novembro, do Gabinete do Deputado Claudio Cajado (DEM/BA), justificando ausência nos dias 25, 26 e 27 de outubro.

- Expediente encaminhando justificativa de falta à reunião da Comissão INDEFERIDO pelo Presidente:

1) Ofício nº 067/GAB/BM, de 18 de outubro, do Deputado Benjamin Maranhão (PMDB/PB), justificando ausência no dia 18 de outubro.

- Expediente com indicação para integrar o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão:

1) Of. Nº 432/2011/PDT, de 26 de outubro, do Deputado Giovanni Queiroz, Líder do PDT, indicando o Deputado João Dado (PDT/SP), no lugar do Deputado Ademir Camilo.

II) CORRESPONDÊNCIA EXTERNA RECEBIDA:

1) Ofício nº 68 AFEPA/COF/PARL, de 5 de setembro, do Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares do Ministério das Relações Exteriores, Embaixador Sérgio França Danese, em resposta ao Ofício nº 267/2011 -CMO, relativo ao oferecimento de espaço em reuniões de audiência pública a serem realizadas por esta Comissão, durante o mês de setembro, com representante daquele Ministério para apresentação dos seus programas, bem como a solicitação das programações constantes do PLOA 2012 para as quais o Itamaraty solicitará emendas, informando que foram encaminhadas à área competente daquele órgão.

2) Ofício GP/CMA/Nº 335, de 21 de setembro de 2011, da Presidente da Câmara Municipal de Araruama do Estado do Rio de Janeiro, Marizeti Ramos de Andrade, acusando recebimento dos documentos SIAFI comunicando a transferência de recursos financeiros destinados aquele Município.

3) OFÍCIO/CNMP/GAB/Nº 107–CNMP-PRESI, de 19 de outubro, do Procurador-Geral da República, Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público, Roberto Monteiro Gurgel Santos, encaminhando cópia da decisão plenária proferida por aquele Conselho na 11ª Sessão Extraordinária, realizada em 21 de setembro de 2011, que aprovou as propostas orçamentárias para o exercício de 2012 do Ministério Público Militar (MPM), do Ministério Público do Trabalho (MPT), do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) e da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU).

4) Ofício nº 551 /MP, de 19 de outubro de 2011, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, encaminhando os Anexos I e II que tratam da proposta de atualização do Anexo V do Projeto de Lei nº 28/2011-CN, conforme o disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012, acompanhada de cópia da Nota Técnica nº 495/CGDPS/SEAFI/SOF/MP, de 11 de outubro de 2011, que versa sobre o assunto.

5) Ofício nº 3.085/2011/DG, de 20 de outubro de 2011, do Diretor Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura em Transporte – Dnit, Jorge Ernesto Pinto Fraxe, prestando esclarecimentos acerca das Obras e Serviços com Índices de Irregularidades Graves integrantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2012 – PL OA/2012, objeto de informações prestadas pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

6) Ofício nº 569/2011/MP, de 1º de novembro de 2011, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, solicitando a correção de erro material no tipo e código orçamentário da ação "00H 1 - Pagamento de Pessoal Ativo da União", constante do Projeto de Lei nº 28/2011-CN, conforme exposto na Nota Técnica nº 523/CGDPS/SEAFI/SOF/MP, de 21 de outubro de 2011, elaborada pela Secretaria de Orçamento Federal, que trata do assunto.

7) Ofício Nº 48 /2011, de 01 de novembro, da Prefeitura Municipal de Boa Esperança – MG, Pr efeito Jair Alves de Oliveira, encaminhando cópia da lista de presença e da Ata de Audiência Pública realizada em 24 de outubro, no plenário da Câmara de Vereadores daquele município.

8) OFÍCIO/PGR/GAB/Nº 510, de 8 de novembro de 2011, do Procurador-Geral da República, Roberto Monteiro Gurgel Santos, encaminhando parecer de mérito do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) favorável à solicitação de crédito suplementar para o Ministério Público do Trabalho (MPT) constante o Projeto de Lei nº 36/2011-CN.

9) Ofício nº 166/ SECAP-MP, de 8 de novembro de 2011, do Secretário do Programa de Aceleração do Crescimento do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Maurício Muniz Barretto de Carvalho, informando que o contrato da Obra de drenagem em Plácido de Castro/AC, foi rescindido.

10) Ofício nº 577/2011/MP, de 10 de novembro de 2011, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, encaminhando Nota Técnica nº 541/CGMAC/SEAFI/SOF/MP, de 27 de outubro de 2011, elaborada pela Secretaria de Orçamento Federal, que trata do detalhamento dos gastos com benefícios do Regime Geral da Previdência Social para 2012.

- Expediente encaminhado à CMO, referente aos Seminários Regionais "DISCUSSÃO DAS PROPOSTAS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO PARA 2012 E DO PLANO PLURIANUAL PARA O PERÍODO 2012/2015":

1) Expediente, de 26 de setembro de 2011, da Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, Des. Telma Brito, agradecendo o convite e comunicando que em virtude de compromissos assumidos anteriormente, não poderá comparecer aos Seminários Regionais que serão realizados por esta Comissão.

- Expedientes encaminhados à CMO solicitando o agendamento de audiência em conjunto com o Presidente desta Comissão e o Relator-Geral do Projeto de Lei Orçamentária para 2012, para o dia 7 de novembro:

1) Expediente de 1º de novembro de 2011, do Presidente da AJUCLA – Associação dos Juizes Classistas da Justiça do Trabalho da 2ª Região, Mário Morais Dantas.

2) Ofício nº 268/2011 secp, de 1º de novembro, do Coordenador Geral da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União – FENAJUFE, Ramiro Santana Moreno López.

3) Ofício nº 1.463/2011/AMB/GAB/AP, de 1º de novembro, do Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB, Nelson Calandra.

4) Ofício nº 269/2011 secp, de 3 de novembro, do Coordenador Jurídico e Parlamentar da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União – FENAJUFE, Antônio dos Anjos Melquiades.

5) Expediente de 3 de novembro de 2011, do Deputado Paulo Pereira da Silva (PDT/SP) e Representantes do Sindicato dos Aposentados e da Força Sindical.

6) Ofício ANAMATRA nº 1.577/11, de 3 de novembro, do Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA, Renato Henry Sant'Anna.

7) Carta SINAIT Nº 207/2011, de 3 de novembro, da Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – Sinait, Rosângela Silva Rassy.

8) Expediente de 3 de novembro de 2011, da integrante do Conselho Deliberativo do CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria, Gilda Barbosa Cabral Araújo.

9) Expediente de 3 de novembro de 2011, da Secretaria Executiva da Articulação de Mulheres Brasileiras, Nilde Sousa.

10) Ofício nº 366/2011, de 3 de novembro, do Presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União – Sindilegis, Nilton Rodrigues da Paixão Júnior.

11) Expediente de 3 de novembro de 2011, do Presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central – Sinal, Luiz Carlos Alves de Freitas.

12) Ofício nº 186/2011, de 4 de novembro, do Colegiado de Gestão do Instituto de Estudos Socioeconômicos - INESC, José Antonio Moroni.

13) Ofício/SINASEMPU/DENIN - Nº 510/2011, de 4 de novembro, do Diretor Interino em exercício do Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério Público da União - SINASEMPU, Renato Parrode de Godoy.

14) Carta CFEMEA nº 089/2011, de 7 de novembro, da integrante do Conselho Deliberativo do CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria, Gilda Cabral e da Equipe do Coletivo Leila Diniz/RN, Vanda Regina Albuquerque.

15) OF. 179/11 – SEC, de 3 de novembro, recebido pela Secretaria da CMO em 8 de novembro de 2011, da Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras – FASUBRA, subscritos por Leila de Souza Oliveira, Coordenadora Geral da FASUBRA; Iaci Amorim de Azevedo, Coordenação de Raça e Etnia; Eurídice Ferreira de Almeida, Coordenação da Mulher Trabalhadora; e José Almiram Rodrigues, Coordenação Jurídica e de Relações de Trabalho.

- Expedientes encaminhados à CMO com manifestação de apoio sobre as emendas de iniciativa popular do PLOA/2012:

1) Moção Nº 003/2011, de 11 de outubro, dos Vereadores da Câmara Municipal de Braúna – SP, Aivaldo Avelhan Moreira, Valdecir Gabriel de Souza, Divaldir Rufino Serrão, José Antonio Borsanello, Célia da Silva Firme, Jose Lucas Brogini, Ivair Santa Rosa, Jose Pedro dos Santos e Jose Barzetti.

2) Expediente de 21 de outubro de 2011, do Sr. Marcelo Mizael.

3) Expediente de 23 de outubro de 2011, do Vereador de Viradouro - SP, Cal Ribeiro.

4) Ofício nº 002/2011, de 24 de outubro, dos seguintes vereadores da Câmara Municipal de Vista Alegre do Alto/SP: José Ricardo Joanini, Geraldo Luchezi Filho, Arlindo Benedito Balsaneli, Wagner AP dos Santos, José Roberto Russino e Roberto César de Oliveira Souza.

5) Moção de congratulação, de 24 de outubro de 2011, do Presidente da Câmara Municipal de Buritama – SP, José Domingos Martins Filho.

6) Expediente de 24 de outubro de 2011, do Vereador de João Ramalho -SP, Marcelo Henrique Santos.

7) Expediente de 24 de outubro de 2011, do Secretário Municipal da Secretaria de Projetos, Convênios e Captação de Recursos da Prefeitura Municipal de Capivari - SP, Eduardo Camargo Maia.

8) Expediente de 24 de outubro de 2011, do Prefeito Municipal da Prefeitura Virgem da Lapa - MG, Averaldo Moreira Martins.

9) Expediente de 24 de outubro de 2011, do Sr. Waldemar Correa.

10) Expediente de outubro de 2011, do Presidente do Partido dos Trabalhadores de Barrinha, Alcides Ignácio de Barros filho.

- 11) Expediente de 24 de outubro de 2011, de Buritama – SP, das Senhoras Erika Domingues Caldeira, Rosa Tereza Guerbas, Eliana Evangelista Morcelli, Rosania Cristina da Silva e Senhor Carlos Alberto Teixeira Rosa.
- 12) Expediente de 24 de outubro de 2011, do Vereador da Câmara Municipal de Divinolândia – SP, Ismar Ernani de Oliveira.
- 13) Expediente de 24 de outubro de 2011, do Sr. Juciney Cardoso Santos.
- 14) Ofício nº 1. 210/2011, de 24 de outubro, do Prefeito Municipal da Prefeitura Municipal de Garça - SP, Cornélio Cezar Kemp Marcondes.
- 15) Ofício Especial, de 24 de outubro, do Prefeito Municipal da Prefeitura Municipal de Garça – SP e Presidente da Associação dos Prefeitos dos Municípios do Centro Oeste Paulista, Cornélio Cezar Kemp Marcondes.
- 16) Moção Nº 0 009/2011, de 24 de outubro de 2011, do Vereador da Câmara Municipal de Guaranarapes – SP, Celio Aparecido Rodrigues.
- 17) Manifestação de apoio, de 25 de outubro de 2011, dos Vereadores do município Estância Turística de Paraguaçu Paulista - SP, Edivaldo Vieira da Rocha e Paulo Roberto Pereira.
- 18) OF.GP. ESPECIAL, de 25 de outubro de 2011, do Prefeito Municipal da Prefeitura Municipal de Pompeia – SP, Oscar Norio Yasuda.
- 19) Ofício GP 256/10/2011, de 25 de outubro de 2011, da Prefeita Municipal de Chavantes - SP, Ana Maria Alonso.
- 20) Ofício especial, de 25 de outubro de 2011, do Prefeito Municipal da Prefeitura Municipal de São Pedro do Turvo – SP, Roberto Carlos Di Bastiani.
- 21) OF.GP. ESPECIAL, de 25 de outubro de 2011, do Prefeito Municipal da Prefeitura Municipal de Sarapuí – SP, Ari Vieira da Silva.
- 22) OFÍCIO ESPECIAL, de 25 de outubro de 2011, do Vereador da Câmara Municipal de Pilar do Sul – SP, Marcos Fábio Miguel dos Santos.
- 23) OFÍCIO ESPECIAL, de 25 de outubro de 2011, dos Vereadores da Câmara Municipal de Sarapuí – SP, Francisco de Almeida e José Cristiano Silva.
- 24) OF. GAB. DG/53/2011, de 25 de outubro, da Vereadora da Câmara Municipal de Araçatuba – SP, Professora Durvalina Garcia.
- 25) MOÇÃO DE APOIO, de 25 de outubro de 2011, dos Vereadores da Câmara Municipal de Borá – SP, Robson Donley, Angelo Aparecido da Silva, Wilson Canato e Márcio Leovezete.
- 26) OF.GP. ESPECIAL, de 26 de outubro de 2011, do Vice-Prefeito Municipal em exercício, do Governo Municipal de Clementina – SP, Wagner Luiz Corso.
- 27) Expediente de 26 de outubro de 2011, do Sindicato de Ipaussu, através do Sr. José Carlos de Paila, Presidente do Partido dos Trabalhadores da Cidade de Ipaussu.
- 28) Expediente de 26 de outubro de 2011, do Prefeito Municipal da Prefeitura Municipal de Rinópolis – SP, Valentim Trevisan.
- 29) Expediente de 26 de outubro de 2011, do Prefeito Municipal da Prefeitura Municipal de Ocaçu – SP, Dorival Marzola.
- 30) Expediente de 26 de outubro de 2011, do Sr. José Bráulio Lopes de Almeida.
- 31) Expediente de 26 de outubro de 2011, do Presidente da Câmara Municipal de Severínia, Vereador Celso da Silva.
- 32) Declaração de 26 de outubro de 2011, do Prefeito Municipal do Governo do Município de Buritama – SP, Izair dos Santos Teixeira.
- 33) Manifesto de apoio, de 26 de outubro de 2011, dos Vereadores da Câmara Municipal Estância Turística de Paraguaçu Paulista - SP, João Rio Zampronio Villarino, Edivaldo Vieira da Rocha e Paulo Roberto Pereira.
- 34) Ofício nº 091/2011, de 26 de outubro, do Presidente da Câmara Municipal de Cruzália – SP, Antonio Totti.
- 35) Expediente de 26 de outubro de 2011, do Presidente da CRESOL PRANCHITA, Claudinei Canzi.
- 36) Expediente de 26 de outubro de 2011, do Prefeito Municipal e do Vereador do Município de Viradouro - SP, Paulo Camilo Guiselini e Antonio Carlos Ribeiro de Souza.
- 37) Expediente de 26 de outubro de 2011, da Prefeitura Municipal de Ribeirão do Sul – SP, Departamento de Contabilidade, André Fernando Vieira.
- 38) Expediente de 26 de outubro de 2011, do Prefeito Municipal da Prefeitura Municipal de Ribeirão do Sul – SP, José Carlos de Oliveira Martins.
- 39) Expediente de 26 de outubro de 2011, do Vereador de Gavião Peixoto, Claudio Barbosa.
- 40) Expediente de 26 de outubro de 2011, do Vereador do município de Sud Mennucci – SP, Lucas Henrique Muniz Ganga.
- 41) Expediente de 26 de outubro de 2011, do Prefeito Municipal de Cristalina - GO, Luiz Carlos Attié.
- 42) Expediente de 26 de outubro de 2011, do Prefeito Municipal de Marcelino Ramos – RS, Paulo Fernando Tapia.

- 43) Ofício nº 44 7/2011 – GP, de 26 de outubro, do Prefeito Municipal da Prefeitura Municipal de Severínia - SP, Raphael Cazarine Filho.
- 44) Ofício GB - nº 03/2011, de 26 de outubro, da Prefeitura Municipal da Prefeitura Municipal de Bento de Abreu - SP, Terezinha do Carmo Salesse.
- 45) Ofício Nº 022/2011, de 26 de outubro, do Presidente da Câmara Municipal de Piacatu – SP, Edson Roberto Mainhani.
- 46) Ofício nº 266/2011 secp, de 26 de outubro, do Coordenador Jurídico e Parlamentar da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União – FENAJUFE, Antônio dos Anjos Melquíades.
- 47) Ofício nº 422/2011, de 27 de outubro, do Prefeito Municipal da Prefeitura Municipal de Itapura - SP, Jerry Jeronymo de Oliveira.
- 48) Ofício ESPECIAL, de 27 de outubro, da Vereadora da Câmara Municipal de Bento de Abreu - SP, Marinte Tenório Cavalcante.
- 49) Expediente de 27 de outubro de 2011, dos Vereadores da Câmara Municipal de Viradouro – SP, Antônio Carlos Ribeiro de Souza, Paula Reganassi, Marcos Airton Morasco, Elly Ricardo de Paulo Afonso, Dr. Luiz Geraldo Cardoso, Mantelle Zanata, José Gibran e Sebastião Luiz Pedro.
- 50) Expediente de 27 de outubro de 2011, da Prefeitura Municipal e da Câmara de Vereadores de Cajueiro, Prefeito Antônio Palmeiry Melo Neto e Presidente da Câmara de Vereadores Ana Cláudia Costa.
- 51) Expediente de 27 de outubro de 2011, do Município de São José dos Ramos, Sra. Maria Aparecida Pessoa de Andrade.
- 52) Expediente de 27 de outubro de 2011, do Presidente da Câmara Municipal de Casa Branca, José Carlos Ribeiro.
- 53) Expediente de 27 de outubro de 2011, da Prefeitura Municipal e da Câmara de Vereadores de Capela/AL, Prefeito Adelmo Moreira Calheiros e Presidente da Câmara de Vereadores José Eduardo de Almeida.
- 54) Expediente de 27 de outubro de 2011, da Prefeitura Municipal e da Câmara Municipal de Terra Roxa/SP, Prefeito Marcelino Abbes Filho e Presidente da Câmara Municipal Flávio Cardoso Pereira.
- 55) Expediente de 27 de outubro de 2011, do Prefeito do Município de Orleans - SC, Jacinto Redivo.
- 56) Expediente de 27 de outubro de 2011, da Câmara Municipal de Terra Roxa/SP, do Presidente Flávio Cardoso Pereira, 1º Secretário Jairo Izaías dos Santos, 2º Secretário Dercílio José dos Santos, Vice-Presidente Fernando Aparecido Antonini e dos Vereadores João Aparecido dos Santos, Lauro Luís de Araújo Cervi, Luis Fernando da Silva, Maria Izildinha Paco da Silva e Paulo César Guiselini.
- 57) Expediente de 27 de outubro de 2011, da Câmara Municipal de Morro Agudo - SP, do Presidente Darci Martins da Silva e dos Vereadores Danilo Luís Guarnieri Maurício, Flávio Bueno de Camargo, José Roberto Berti, José Roberto Picitelli dos Santos, Juliana Quatão Cardoso Okano, Maria José Esteves, Márcia Moreira Garcia da Silva e Rogério Antonio.
- 58) Expediente de 27 de outubro de 2011, do Prefeito em exercício de Coronel Vivida - PR, Vanderley Ziger.
- 59) Expediente de 28 de outubro de 2011, da Sra. Regina Geraldo.
- 60) Expediente de 28 de outubro de 2011, do Sr. Adolfo Jacovacci Junior.
- 61) Expediente de 30 de outubro de 2011, do Prefeito Municipal e do Vereador do Município de Vila Valério - ES, Prefeito Edecir Felipe e do Vereador David Mozdzen Pires Ramos.
- **Relatórios de Gestão Fiscal referentes ao 2º quadrimestre de 2011 encaminhados em observância ao disposto no art. 55 da Lei de Responsabilidade Fiscal e no art. 121 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011, encaminhados pelos seguintes órgãos:**
- Tribunais Regionais do Trabalho das seguintes Regiões: 2ª, 3ª, 5ª, 7ª, 8ª, 15ª, 16ª, 18ª, 23ª.
 - Tribunais Regionais Eleitorais dos seguintes Estados: Acre, Pernambuco e Rio Grande do Norte.
- **Precatórios a serem incluídos na Proposta Orçamentária para 2012:**
- 1) Ofício nº 1.626/2011-SG/DP-TJ, de 10 de outubro, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte.
 - 2) Ofício nº 1.636/2011-SG/DP-TJ, de 17 de outubro, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte.
- **Avisos encaminhados pelo Tribunal de Contas da União, no exercício da Presidência, Ministro Valmir Campelo, ao Presidente da CMO:**
- Avisos Seses de 19 de outubro:**
- 1) Aviso nº 1.513/2011 (Acórdão nº 2.735/2011): Sistema de custos da Petrobras.
 - 2) Aviso nº 1.517/2011 (Acórdão nº 2.693/2011): Obras de modernização da Refinaria Presidente Getúlio Vargas – REPAR, no estado do Paraná.
 - 3) Aviso nº 1.519/2011 (Acórdão nº 2.739/2011): Obras de Readequação da Infraestrutura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.
 - 4) Aviso nº 1.536/2011 (Acórdão nº 2.776/2011): Obras de construção do pier para atracação de navios de passageiros no Porto do Rio de Janeiro.
 - 5) Aviso nº 1.552/2011 (Acórdão nº 2.750/2011): Obras de implantação da Usina Termonuclear de Angra III - RJ.

Aviso Seses de 19 de outubro, anexo ao Aviso nº 12/2011-CN:

1) Aviso nº 1.528/2011 (Acórdão nº 2.736/2011): Obras de melhoria da capacidade da BR 116/RS.

- **Avisos encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, ao Presidente da CMO:**

Avisos Seses de 25 de outubro:

1) Aviso nº 1.571/2011 (Acórdão nº 2.820/2011): Obras de restauração da BR 101/BA (entre os km 354,4 e 438,8), no Estado da Bahia.

2) Aviso nº 1.574/2011 (Acórdão nº 2.831/2011): Avaliar o Sistema de Acompanhamento de Contratos – Sica do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit.

3) Aviso nº 1.577/2011 (Acórdão nº 2.827/2011): Obras de duplicação e restauração da BR-101, no Estado de Alagoas.

4) Aviso nº 1.587/2011 (Acórdão nº 2.848/2011): Obra de construção do edifício da Biblioteca Central da Universidade Federal do Maranhão.

5) Aviso nº 1.589/2011 (Acórdão nº 2.832/2011): Obras de reforma e adequação do antigo terminal de cargas da empresa Vasp, no Aeroporto Internacional de Guarulhos/SP, de modo a transformá-lo em terminal remoto de passageiros.

6) Aviso nº 1.596/2011 (Acórdão nº 2.836/2011): Obra de Adequação com Restauração na Rodovia BR-135/MG.

7) Aviso nº 1.600/2011 (Acórdão nº 2.852/2011): Obras de duplicação e restauração com melhoramentos na Rodovia BR-101/SC – Trecho Sul, Divisa Santa Catarina/Rio Grande do Sul, cuja extensão corresponde a um total de 24,850 km, que se inicia no marco de 216,5 km e finda no km 465.

8) Aviso nº 1.611/2011 (Acórdão nº 2.855/2011): Obras na BR-319 – Construção de trechos rodoviários – Manaus – Divisa AM/RO.

Aviso Seses de 25 de outubro, anexo ao Aviso nº 12/2011-CN:

1) Aviso nº 1.565/2011 (Acórdão nº 2.818/2011): Obras de implantação e pavimentação da BR-230/PA, entre Medicilândia e Rurópolis, no Estado do Pará.

2) Aviso nº 1.576/2011 (Acórdão nº 2.833/2011): Obras de adequação e ampliação da capacidade da BR 101/RN, relativas aos Lotes 1 e 2.

3) Aviso nº 1.609/2011 (Acórdão nº 2.851/2011): Obras da primeira etapa da Ferrovia de Integração Centro-Oeste – Fico, entre Campinorte/GO - Água Boa/MT.

4) Aviso nº 1.614/2011 (Acórdão nº 2.839/2011): Implantação da EF-334 – Ferrovia de Integração Oeste Leste, no trecho de aproximadamente 1.014 km, no segmento compreendido entre Ilhéus/BA e Barreiras/BA.

Aviso GP/TCU, de 31 de outubro:

1) Aviso nº 1.669/2011: Encaminhando cópia do Acórdão nº 2.538/2011-TCU, referente às Obras de construção dos edifícios da Escola de Belas Artes, do Instituto de Matemática e do Bloco "J" do Centro de Ciências da Saúde, na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Avisos Seses de 8 de novembro:

1) Aviso nº 1.617/2011 (Acórdão nº 2.877/2011): Consolidação anual das fiscalizações realizadas pelo TCU no âmbito do Fisco 2011, com o objetivo de verificar a correta aplicação de recursos federais em obras públicas e prestar informações ao Congresso Nacional, visando subsidiar a aprovação da Lei Orçamentária Anual de 2012.

Aviso GP/TCU, de 8 de novembro:

1) Aviso nº 1.687/2011: Encaminhando Relatório de Auditoria realizada nas obras da Penitenciária Regional em Passo Fundo/RS.

AVISOS

Prazo para apreciação dos Relatórios aos projetos de lei de créditos adicionais

O Presidente informou que a Comissão tem até o dia **20 de novembro** para apreciar os Relatórios aos projetos de lei de créditos adicionais. Os projetos sobre os quais a CMO não emitir parecer serão apreciados pelo Plenário do Congresso Nacional, conforme dispõem os artigos 106 e 107 da Resolução nº 1/2006, alterada pela de nº 3/2008, ambas do Congresso Nacional.

Prazo de apresentação de emendas ao PLPPA 2012-2015

O Presidente informou que submeterá ao Presidente do Senado Federal proposita de prorrogação, até o dia **23 de novembro**, do prazo de apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período 2012-2015.

ORDEM DO DIA

O Presidente ao abrir a Ordem do Dia, avisou que havia acordo do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, para a apreciação do item 1, da Pauta nº 27-Alterada/2011 - Relatório Preliminar com Emendas apresentado ao **Projeto de Lei nº 28/2011-CN** (PLOA/2012), e para apreciação dos relatórios apresentados aos Projetos de Leis nºs 8, 14, 15, 19 e 23/2011-CN, itens 3, 5, 6, 7 e 8 da Pauta nº 26/2011, e a inclusão de extra-pauta, referente ao relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 46/2011/CN.

REQUERIMENTO PARA INVERSÃO DE PAUTA

- Requerimento para inversão de pauta, com o objetivo de apreciar como primeiro item da Ordem do Dia o **Relatório Preliminar com Emendas** apresentado ao **Projeto de Lei nº 28/2011-CN**, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012". (item 1, da Pauta nº 27-Alterada/2011).

Autor: Deputado Arlindo Chinaglia.

Resultado: **aprovado** por unanimidade.

Pauta nº 27-Alterada/2011

1 - Relatório Preliminar com Emendas apresentado ao **Projeto de Lei nº 28/2011-CN**, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012".

Relator-Geral: Deputado Arlindo Chinaglia.

Foram apresentadas 283 emendas.

Voto: pela aprovação do Relatório Preliminar com emendas, nos termos apresentado pelo Relator-Geral, pela aprovação das emendas nºs 8, 9 e 217; aprovação parcial das emendas nºs 1, 13, 26, 30, 40, 41, 42, 43, 47, 65, 71, 79, 87, 90, 105, 132, 144, 149, 158, 162, 207, 212, 219, 221, 226, 233, 234, 241, 243, 248, 257 e 279, e pela rejeição das demais.

Resultado: O Relator-Geral apresentou o Relatório, a Errata e o Adendo nº 3, que condensa os Adendos nºs 1 e 2 e apresenta outras alterações. Foi aberta e encerrada a discussão, bem como o prazo para apresentação de destaques. Foram apresentados 104 destaques. Em votação, o Relatório Preliminar com Emendas, a Errata e o Adendo nº 3 foram **aprovados** por unanimidade, ressalvados os destaques.

APRECIÇÃO DOS 104 DESTAQUES APRESENTADOS:

1) Proposta do Presidente para votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator-Geral, ressalvados os solicitados para votação separadamente de autoria dos Deputados Rogério Marinho e Pauderney Avelino:

Resultado: **aprovada por unanimidade.**

2) Destaques solicitados para votação separadamente:

- Destaque 30, do Deputado Rogério Marinho, à Emenda 18, de sua autoria.

Voto do Relator-Geral: pela **rejeição**.

Resultado: **rejeitado** na representação da Câmara dos Deputados, com votos contrários dos Deputados Efraim Filho, Claudio Cajado, João Dado e Rogério Marinho. Não foi apreciado na representação do Senado Federal, conforme dispõe o § 1º do art. 43, do Regimento Comum.

- Destaque 92, do Deputado Pauderney Avelino, à Emenda 225, de sua autoria.

Voto do Relator-Geral: pela **rejeição**.

Resultado: **rejeitado** na representação da Câmara dos Deputados, com votos contrários dos Deputados Rogério Marinho, Raimundo Gomes de Matos, Claudio Cajado, Efraim Filho, João Dado e Valtenir Pereira. Não foi apreciado na representação do Senado Federal, conforme dispõe o § 1º do art. 43, do Regimento Comum.

3) Destaques com voto do Relator-Geral pela APROVAÇÃO:

Destaque 3, do Deputado Danilo Forte, à Emenda 45, do Deputado Eduardo Cunha.

Destaque 26, do Deputado Rogério Marinho, pela supressão do item 17.1.6.

Destaque 28, do Deputado Rogério Marinho, pela supressão do item 17.1.8.

Destaque 50, do Deputado Raimundo Gomes de Matos, à Emenda 86, de sua autoria.

Resultado: em votação em globo, os destaques foram **aprovados** por unanimidade.

4) Destaques com voto do Relator-Geral pela REJEIÇÃO:

1, 2, 4 a 25, 27, 29, 31 a 49, 51 a 91, 93 a 104.

Resultado: em votação em globo, os destaques foram **rejeitados** na representação da Câmara dos Deputados. Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme dispõe o § 1º do art. 43 do Regimento Comum.

Após a aprovação do Relatório Preliminar com emendas, da Errata e do Adendo nº 3, que condensa os Adendos nºs 1 e 2 e apresenta outras alterações, o Presidente informou que submeterá ao Presidente do Senado Federal alteração do Cronograma de tramitação do **Projeto de Lei nº 28/2011-CN**, sugerindo as seguintes datas:

- Apresentação de emendas ao Projeto de Lei..... de 14/11 a 23/11/2011
- Publicação e distribuição de avulsos das emendas até 28/11/2011
- Apresentação, publicação, distribuição e votação dos Relatórios Setoriais até 7/12/2011
- Apresentação, publicação, distribuição e votação do Relatório do Relator-Geral até 19/12/2011

Pauta nº 26/2011

3 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 8/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito suplementar no valor de R\$ 9.098.000,00 (noventa milhões, novecentos e oitenta mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente."

Relator: Deputado Roberto Britto.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto.

Resultado: ausente o Relator, foi designado o Deputado Wellington Roberto como relator *ad hoc*. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade.

5 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 14/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento de Investimento para 2011 crédito suplementar no valor total de R\$ 445.643.156,00 (quatrocentos e quarenta e cinco milhões, seiscentos e quarenta e três mil e cento e cinquenta e seis reais), em favor de empresas estatais, e reduz o Orçamento de Investimento de empresas estatais no valor global de R\$ 179.719.447,00 (cento e setenta e nove milhões, setecentos e dezenove mil e quatrocentos e quarenta e sete reais), para os fins que especifica".

Relator: Senador Acir Gurgacz.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto.

Resultado: ausente o Relator, foi designado o Deputado Gilmar Machado como relator *ad hoc*. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade.

6 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 15/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito especial no valor global de R\$ 16.500.000,00 (dezesseis milhões e quinhentos mil reais), para os fins que especifica, e dá outras providências."

Relator: Senador Sérgio Petecão.

Foram apresentadas 5 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das 5 emendas apresentadas.

Resultado: ausente o Relator, foi designado o Deputado Andre Vargas como relator *ad hoc*. Em conformidade com o disposto no §2º do Art.146, da Resolução nº1, de 2006, alterada pela de nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional, o Presidente declarou **inadmitidas** as emendas indicadas pelo relator no seu voto. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade.

7 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 19/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e de Operações Especiais de Crédito, crédito especial no valor global de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), para os fins que especifica, e dá outras providências".

Relator: Deputado Wellington Roberto.

Foram apresentadas 69 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas nºs 1 a 67 e pela rejeição das demais.

Resultado: Em conformidade com o disposto no § 2º do Art.146, da Resolução nº1, de 2006, alterada pela de nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional, o Presidente declarou **inadmitidas** as emendas indicadas pelo relator no seu voto. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade.

8 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 23/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento de Investimento para 2011 crédito suplementar no valor total de R\$ 1.124.446.832,00 (um bilhão, cento e vinte e quatro milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil e oitocentos e trinta e dois reais), em favor de empresas estatais, para os fins que especifica."

Relator: Deputado Rubens Bueno.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto.

Resultado: ausente o Relator, foi designado o Deputado Cláudio Cajado como relator *ad hoc*. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade.

REQUERIMENTO PARA INCLUSÃO NA PAUTA

- Requerimento para inclusão na pauta do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 46/2011-CN**.

Autor: Deputado Gilmar Machado.

Resultado: **aprovado** por unanimidade.

EXTRAPAUTA

- Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 46/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente."

Relator: Deputado Gilmar Machado.

Foram apresentadas 3 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade da emenda nº 3 e pela rejeição das demais.

Resultado: Em conformidade com o disposto no § 2º do Art.146, da Resolução nº1, de 2006, alterada pela de nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional, o Presidente declarou **inadmitida** a emenda indicada pelo relator no seu voto. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade.

Em virtude da inexistência de acordo do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, para deliberação das demais matérias constantes das Pautas nºs 26 e 28/2011, o Presidente anunciou que encerraria os trabalhos e **deixaram de ser apreciadas** as matérias abaixo relacionadas:

Pauta nº 26/2011

1 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 5/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Comunicações, crédito suplementar no valor de R\$ 24.376.000,00 (vinte e quatro milhões, trezentos e setenta e seis mil reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente".

Relator: Senador Eduardo Braga.

Foram apresentadas 14 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 1 a 14.

2 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 7/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Turismo, crédito suplementar no valor global de R\$ 19.285.346,00 (dezenove milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, trezentos e quarenta e seis reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

Relator: Deputado Gonzaga Patriota.

Foram apresentadas 42 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 2, 17 a 26, 32 a 36, e 38 e pela rejeição das demais.

4 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 12/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito suplementar no valor de R\$ 2.334.427,00 (dois milhões, trezentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e vinte e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

Relator: Deputado Marçal Filho.

Foram apresentadas 23 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade da emenda nº 06 e pela rejeição das demais.

9 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 24/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), para o fim que especifica, e dá outras providências".

Relator: Senador Jayme Campos.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto.

10 - Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 26/2011-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$ 71.758.918,00 (setenta e um milhões, setecentos e cinquenta e oito mil, novecentos e dezoito reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.”

Relator: Deputado Andre Vargas.

Foram apresentadas 8 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade da emenda nº 6 e pela rejeição das demais.

11 - Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 27/2011-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R\$ 73.633.333,00 (setenta e três milhões, seiscentos e trinta e três mil, trezentos e trinta e três reais), para os fins que especifica, e dá outras providências”.

Relator: Deputado Weliton Prado.

Foram apresentadas 4 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 1 a 4.

12 - Relatório apresentado ao Aviso nº 11/2011-CN, que “En caminha cópia do Acórdão nº 1141, de 2011 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo a levantamento de auditoria nas obras de Macrodrenagem do Canal do Congo, serviços de drenagem do canal e pavimentação de diversas ruas em Vila Velha/ES (TC 002.604/2011-6)”.

Relator: Senador Jayme Campos.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

13 - Requerimento nº 16/2011-CMO que “Requer a constituição de Grupo de Trabalho para promover o aprimoramento ao ciclo das operações de repasse da Caixa Econômica Federal, visando a eficácia e a efetividade da execução do objeto contratual pelo mandatário, assim como a celeridade na liberação financeira dos contratados”.

Autor: Deputado Efraim Filho.

14 - Requerimento nº 17/2011-CMO que “Requer a constituição de Grupo de Trabalho para, em caráter preventivo, acompanhar e fiscalizar o planejamento, a execução e o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com vistas à execução do “Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional”.

Autores: Deputados Danilo Forte, Benjamin Maranhão e Wellington Roberto.

15 - Requerimento nº 23/2011-CMO, que “Solicita seja convidado o Presidente da Petrobrás, Sr. José Sergio Gabrieli de Azevedo, para prestar esclarecimentos sobre os aportes financeiros referentes à construção da Refinaria Abreu e Lima, em Recife – PE, decorrentes de contrato firmado entre a Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras e a Petróleos de Venezuela S/A – PDVSA”.

Autor: Deputado Claudio Cajado.

16 - Requerimento nº 24/2011-CMO, que “Requer a constituição de Grupo de Trabalho, junto ao Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle de Execução Orçamentária - CFIS da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO, para acompanhamento, avaliação e fiscalização da execução, física, orçamentária e financeira de ações relativas à Ferrovia Transnordestina”.

Autor: Deputado Raimundo Gomes de Matos.

17 - Requerimento nº 25/2011-CMO, que “Requer a realização de Audiência Pública para debater a atual crise econômica internacional e os reflexos na economia nacional e nos orçamentos, com a presença, do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda Guido Mantega”.

Autor: Senador Vital do Rêgo.

18 - Requerimento nº 26/2011-CMO, que “Requer a realização de Audiência Pública para debater a implantação do Sistema de Pousos por Instrumento - Categoria 3, com a presença do Ministro de Estado da Defesa, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Presidente da Infraero”. (Ministro da Defesa, Senhor CELSO AMORIM; Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Senhora MIRIAM APARECIDA BELCHIOR e o Presidente da Infraero, Senhor GUSTAVO DO VALE).

Autor: Deputado Marçal Filho.

19 - Requerimento nº 27/2011-CMO, que “Requer a realização de audiência pública conjunta da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, da Comissão de Legislação Participativa para discutir o tema “Agenda do movimento de mulheres para o próximo ciclo orçamentário”.

Autora: Deputada Luciana Santos.

20 - Requerimento nº 29/2011-CMO, que “Requer a realização de Audiência Pública para debater questões relativas à Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – Sudeco – ao Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO -, e ao projeto de criação do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste, com a presença do Ministro de Estado da Integração Nacional, do Superintendente da Sudeco e do Presidente do Banco do Brasil S.A.”

Autor: Deputado Marçal Filho.

21 - Requerimento nº 30/2011-CMO, que “Requer a realização de Audiência Pública para debater a denúncia do Jornal O Estado de São Paulo contida na matéria “Governo paga por projeto fantasma para a Copa”, com a presença do Ministro de Estado do Esporte e do Presidente da Autoridade Pública Olímpica”.

Autor: Deputado Marçal Filho.

22 - Requerimento nº 31/2011-CMO, que “Requer a realização de Audiência Pública para apresentação do Plano Brasil Sem Miséria, com a presença da Ministra Tereza Campelo, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome”.

Autor: Deputado Marçal Filho.

23 - Requerimento nº 33/2011-CMO, que “Solicita do Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia informações sobre os aportes financeiros referentes à construção da Refinaria Abreu e Lima, em Recife – PE, decorrentes de contrato firmado entre a Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras e a Petróleos de Venezuela S/A – PDVSA”.

Autor: Deputado Claudio Cajado.

24 - Relatório apresentado ao Ofício nº 35/2010-CN, que “En caminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao exercício de 2009”.

Relator: Deputado Heuler Cruvinel.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

25 – Relatório apresentado ao **Ofício nº 12/2011-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 20, §§ 4º e 5º, da Lei nº 7.827, de 27.09.1989, o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao 1º semestre de 2010”.

Relator: Deputado Heuler Cruvinel.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

Pauta nº 27-Alterada/2011

2 - Apreciação do **Relatório Preliminar com Emendas** apresentado ao **Projeto de Lei nº 29/2011-CN**, que “ Institui o Plano Plurianual da União para o período 2012-2015”.

Relator: Senador Walter Pinheiro.

Foram apresentadas 27 emendas.

Voto: pela aprovação do Relatório Preliminar com emendas, nos termos apresentados pelo Relator, pela aprovação parcial das emendas nºs 21 e 23, e pela rejeição das demais.

- **Aprovado por unanimidade na 10ª Reunião Extraordinária, realizada em 1º/11/2011.**

Pauta nº 28/2011

1 - Relatório apresentado à **Mensagem nº 93/2011-CN**, que “Encaminha nos termos do § 4º do art. 70 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao quarto bimestre de 2011.

Relator: Senador Delcídio do Amaral.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Concluída a apreciação das matérias acordadas em reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias da CMO, o Presidente encerrou a reunião.

Antes, convocou a realização das seguintes reuniões extraordinárias, no plenário 2 da Câmara dos Deputados:

- **dia 16 de novembro, quarta-feira, às 14h30min e 18 horas;** e

- **dia 17 de novembro, quinta-feira, às 10 horas.**

Brasília, 10 de novembro de 2011.

MYRNA LOPES PEREIRA
Secretária de Comissão

Reunião realizada em 16 de novembro de 2011 (Extraordinária)

12ª Reunião Extraordinária
convocada para 16/11/2011, às 14h30min
(Iniciada às 14h53min e suspensa às 14h55min)

Pauta nº 29/2011

ABERTURA

Os trabalhos foram abertos pelo Presidente, Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB).

O Presidente informou que não havia *quorum* regimental para deliberação na representação do Senado Federal, entretanto, havia acordo do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão para suspensão dos trabalhos. Em seguida, anunciou que suspenderia os trabalhos.

Antes, convocou a continuação da reunião extraordinária, para o **mesmo dia, 16 de novembro, quarta-feira, às 17h30min**, no plenário 2 da Câmara dos Deputados.

Brasília, 16 de novembro de 2011.

MYRNA LOPES PEREIRA
Secretária de Comissão

Reunião realizada em 16 de novembro de 2011 (Extraordinária)

Continuação da 12ª Reunião Extraordinária
convocada para 16/11/2011, às 17h30min
(Reiniciada às 18h04min e suspensa às 18h06min)

Pauta nº 29/2011

REABERTURA

Os trabalhos foram reiniciados pelo Presidente, Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB).

Em virtude do início da Ordem do Dia no Plenário do Senado Federal, de acordo com o disposto no Art. 107, Inciso III, § único do Regimento Interno do Senado Federal, o Presidente suspendeu a reunião.

Antes, convocou a continuação da reunião extraordinária, para o **mesmo dia, 16 de novembro, quarta-feira, às 19h30min**, ou após o término da Ordem do dia nos plenários do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

Brasília, 16 de novembro de 2011.

MYRNA LOPES PEREIRA
Secretária de Comissão

Reunião realizada em 16 de novembro de 2011 (Extraordinária)

**Continuação da 12ª Reunião Extraordinária
convocada para 16/11/2011, às 19h30min
(Reiniciada às 19h39min e suspensa às 20h06min)**

Pauta nº 29/2011

REABERTURA

Os trabalhos foram reiniciados pelo Presidente, Senador Vital do Rêgo.

- Apreciação das Atas das seguintes Reuniões:
 - . 22ª Reunião Ordinária, realizada no dia 8/11/2011; e
 - . 11ª Reunião Extraordinária, realizada nos dias 9 e 10/11/2011.

Resultado: por consenso, foi dispensada a leitura das Atas que, em votação, foram **aprovadas** por unanimidade.

EXPEDIENTE

Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, foi **dispensada leitura dos expedientes**. O Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes foi encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias nesta data.

I) CORRESPONDÊNCIA INTERNA RECEBIDA:

- 1) Ata da Reunião da Bancada do Estado do Amazonas, realizada em 10 de maio de 2011, informando que o Senador Eduardo Braga foi indicado como Coordenador daquela Bancada.
- 2) OF. GLPMDB nº 286/2011, de 9 de novembro, do Senador Renan Calheiros, Líder do PMDB, solicitando que sob a forma de Errata, seja acrescido ao item 17.1.7, do Relatório Preliminar com emendas apresentado ao Projeto de Lei nº 28/2011-CN, a equalização de juros e bônus sobre o capital referentes a negociação de dívidas de produtores rurais da Região da SUDENE.
- 3) Ata da Reunião da Bancada do Estado do Tocantins, realizada em 10 de novembro de 2011, informando que o Senador João Ribeiro foi eleito Coordenador daquela Bancada.
- 4) Ofício nº 0156/2011-GAB-923, de 10 de novembro, do Deputado Andre Vargas (PT/PR), solicitando correção da Emenda nº 0001, de sua autoria, apresentada ao Projeto de Lei nº 48/2011-CN.
- 5) OF/GAB/E/Nº 1.257, de 16 de novembro de 2011, do Deputado Henrique Eduardo Alves, Líder do PMDB, encaminhando o Ofício nº 681/DG/GAB/2011, por meio do qual o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCs esclarece que está apto para implementar ações necessárias para sanar as irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas da União – TCU quanto ao projeto de Construção da Barragem de Oiticica, no Estado do Rio Grande do Norte.
- 6) OF. Nº 642/2011 – SGM, de 16 de novembro, da Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal, Claudia Lúcia Nascimento, comunicando que o Senador Reditário Cassol se afastou do exercício do mandato de Senador da República em virtude da reassunção do titular, o Senador Ivo Cassol (PP/RO), em 14 de novembro do corrente ano.

II) CORRESPONDÊNCIA EXTERNA RECEBIDA:

- 1) Ofício nº 181/2011-GP, de 18 de agosto de 2011, do Vereador Presidente da Câmara Municipal de Barcarena do Estado do Pará, Luiz da Costa Leão, informando recebimento dos recursos financeiros do Orçamento da União pagos aquele Município.
- 2) Ofício nº 166 c/2011/GABIN-CFE, de 5 de outubro, do Deputado Estadual Luciano Azevedo (PPS/RS), enviado ao Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, que encaminhou à CMO, sendo recebido em 14 de novembro, solicitando informações sobre a retomada das obras do novo Presídio de Passo Fundo, interrompidas desde junho do corrente ano.

3) Edital da Câmara Municipal de Rio Paranaíba – MG, de 21 de outubro de 2011, do Presidente da Câmara, Ne y Luiz Garci a, convocando Audiência Pública e encaminhando cópia da Ata e da lista de presença de Audiência Pública realizada em 4 de novembro, no plenário daquela Câmara Municipal.

4) Expediente de 24 de outubro de 2011, dos Presidentes das entidades que integram a campanha por melhores condições de trabalho junto ao Governo Federal, FENADEPOL, APCF, ADPF, ADEPOL/DF, SINAIT, SINDIFISCO NACIONAL, SINDIPE/DF, ANFIP, ANAFIC, ABPC, UNAFE/AGU, SINPOL/DF, enviado ao Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, que encaminhou à CMO, sendo recebido em 14 de novembro, solicitando inclusão na Lei Orçamentária Anual – LOA 2012, de montantes suficiente para reposição das perdas inflacionárias e recomposição da perda inflacionária no percentual de 13% para os servidores da Polícia Civil do Distrito Federal.

5) OF. Nº 0410/2011, de 7 de novembro, do Prefeito da Prefeitura Municipal de Jóiá, no Estado do Rio Grande do Sul, Jânio Ivan Andreatta, informando o interesse daquele Município em participar do processo de indicação de Emenda de iniciativa popular ao Projeto de Lei Orçamentária para 2012, e encaminhando cópia do Edital, da Ata e da lista de presença da Audiência Pública, realizada em 7 de novembro.

6) Ofício 0398/2011, de 7 de novembro, do Prefeito do Município de Presidente Castello Branco, no Estado de Santa Catarina, Claudio Sartori, encaminhando documentação referente à emenda de iniciativa popular, constando Ata, cópia de lista de presença de Audiência Pública realizada em 4 de novembro, e comprovante de publicação do Comunicado de Audiência Pública.

- **Aviso encaminhado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, ao Presidente da CMO:**

Aviso Seses de 9 de novembro:

1) Aviso nº 1.635/2011 (Acórdão nº 2.918/2011): Programa Farmácia Popular (Sistema de Copagamento) no tocante à transferência de recursos públicos à rede privada de farmácias e drogarias sem a contraprestação direta em bens ou serviços à Administração.

RECLAMAÇÃO

O Deputado Wellington Roberto (PR/PB), informou que na 13ª Reunião Ordinária desta Comissão, realizada em 12/7/2011, foi aprovado o **Requerimento nº14/2011-CMO**, de sua autoria, que “*requer a constituição de Grupo de Trabalho para, em caráter preventivo, acompanhar e fiscalizar o planejamento, a execução e o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com vistas à execução dos investimentos necessários à realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016*”.

O referido Grupo de Trabalho – GT foi constituído em 31/8/2011, com a seguinte composição:

Coordenador: Deputado Wellington Roberto (PR/PB)

Deputado Andre Vargas (PT/PR)

Deputado Carlos Brandão (PSDB/MA)

Deputado Roberto Brito (PP/BA)

Deputado Claudio Cajado (DEM/BA)

Deputado Ademir Camilo (PDT/MG)

Deputado Nilton Capixaba (PTB/RO)

Deputada Luciana Santos (PCdoB/PE)

Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB)

Senadora Lidice da Mata (PSB/BA)

O Presidente desta Comissão, Senador Vital do Rêgo (PMDB/ PB), encaminhou o Ofício nº 3 08/2011-CMO, de 28 de setembro, ao Governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, solicitando que fossem recebidos os membros do GT, em data a ser marcada pelo Governador, para tratar de assuntos referentes às obras do Estádio Nacional. Isto posto, o Deputado Wellington Roberto reclamou que até a presente data, não obteve qualquer resposta do Governador. O Presidente determinou à Secretaria da CMO, que reiterasse o ofício ao Governador do Distrito Federal.

ORDEM DO DIA

O Presidente ao abrir a Ordem do Dia, avisou que havia acordo do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, para a apreciação dos relatórios apresentados aos Projetos de Leis nºs 26, 33, 35, 43, 52/2011-CN, itens 5, 7, 8, 10, 12 da Pauta nº 29/2011, e a inclusão de extra pautas, referentes aos relatórios apresentados aos Projetos de Leis nºs 32 e 48/2011/CN e o Relatório de Atividades do Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAE.

Pauta nº 29/2011

5 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 26/2011-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$ 71.758.918,00 (setenta e um milhões, setecentos e cinquenta e oito mil, novecentos e dezoito reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.”

Relator: Deputado Andre Vargas.

Foram apresentadas 8 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade da emenda nº 6 e pela rejeição das demais.

Resultado: ausente o Relator, foi designado o Deputado Gilmar Machado como relator *ad hoc*. Em conformidade com o disposto no §2º do Art.146, da Resolução nº1, de 2006, alterada pela de nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional, o Presidente declarou u **inadmitida** a emenda indicada pelo relator no seu voto. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade.

7 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 33/2011-CN**, que “Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R\$ 1.993.575.303,00 (um bilhão, novecentos e noventa e três milhões, quinhentos e setenta e cinco mil, trezentos e três reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.”

Relator: Deputado Ronaldo Zulke.

Foram apresentadas 11 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas nºs 2, 9, 10 e 11 e pela rejeição das demais.

Resultado: Em conformidade com o disposto no § 2º do Art.146, da Resolução nº1, de 2006, alterada pela de nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional, o Presidente declarou **inadmitidas** as emendas indicadas pelo relator no seu voto. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade.

8 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 35/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito especial no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), para o fim que especifica".

Relator: Deputado Vaz de Lima.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto.

Resultado: **aprovado** por unanimidade.

10 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 43/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Pesca e Aquicultura, crédito suplementar no valor global de R\$ 403.725.000,00 (quatrocentos e três milhões, setecentos e vinte e cinco mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

Relator: Deputado Zé Geraldo.

Foram apresentadas 4 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, pela rejeição das 4 emendas apresentadas.

Resultado: **aprovado** por unanimidade.

12 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 52/2011-CN**, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e das Cidades, crédito suplementar no valor global de R\$ 47.698.584,00 (quarenta e sete milhões, seiscentos e noventa e oito mil, quinhentos e oitenta e quatro reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

Relator: Deputado Wellington Roberto.

Foram apresentadas 11 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas nºs 1 a 9, e pela rejeição das demais.

Resultado: Em conformidade com o disposto no § 2º do Art.146, da Resolução nº1, de 2006, alterada pela de nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional, o Presidente declarou **inadmitidas** as emendas indicadas pelo relator no seu voto. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade.

REQUERIMENTO PARA INCLUSÃO NA PAUTA

- Requerimento para inclusão na pauta do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 32/2011-CN**.

Autor: Deputado Claudio Cajado.

Resultado: **aprovado** por unanimidade.

EXTRAPAUTA

- Relatório apresentado **Projeto de Lei nº 32/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, crédito suplementar no valor global de R\$ 96.798.777,00 (noventa e seis milhões, setecentos e noventa e oito mil, setecentos e setenta e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

Relator: Deputado Claudio Cajado.

Foram apresentadas 23 emendas.

Voto: favorável nos termos do Substitutivo apresentado, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 1 a 5; pela aprovação das emendas de nºs 7, 9, 12 e 13; pela aprovação parcial das emendas de nºs 6, 14, 20, 21 e 23; e pela rejeição das demais.

Resultado: Em conformidade com o disposto no § 2º do Art.146, da Resolução nº1, de 2006, alterada pela de nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional, o Presidente declarou **inadmitidas** as emendas indicadas pelo relator no seu voto. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade.

REQUERIMENTO PARA INCLUSÃO NA PAUTA

- Requerimento para inclusão na pauta do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 48/2011-CN**.

Autor: Deputado Giroto.

Resultado: **aprovado** por unanimidade.

EXTRAPAUTA

- Relatório apresentado **Projeto de Lei nº 48/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R\$ 116.167.797,00 (cento e dezesseis milhões, cento e sessenta e sete mil, setecentos e noventa e sete reais), para os fins que especifica, e dá outras providências".

Relator: Deputado Giroto.

Foram apresentadas 20 emendas.

Voto: favorável nos termos do Substitutivo apresentado, com indicação pela inadmissibilidade das emendas nºs 12, 15 e 16; pela aprovação das emendas nºs 1, 9 e 20; pela aprovação parcial das emendas nºs 2, 3, 4, 8, 11, 13 e 18; e pela rejeição das demais.

Resultado: Em conformidade com o disposto no § 2º do Art.146, da Resolução nº1, de 2006, alterada pela de nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional, o Presidente declarou **inadmitidas** as emendas indicadas pelo relator no seu voto. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade.

REQUERIMENTO PARA INCLUSÃO NA PAUTA

- Requerimento para inclusão na pauta do **Relatório de Atividades do Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE**, sobre diretrizes e orientações para análise da admissibilidade de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2012.

Autor: Deputado Danilo Forte.

Resultado: **aprovado** por unanimidade.

EXTRAPAUTA

- **Relatório de Atividades do Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE**, sobre diretrizes e orientações para análise da admissibilidade de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2012, Projeto de Lei nº 28/2011-CN, que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012”, em razão do Art. 25, da Resolução nº 1 de 2006, alterada pela de nº3, de 2008, ambas do Congresso Nacional.

Coordenador: Deputado Danilo Forte.

Resultado: **aprovado** por unanimidade.

SUSPENSÃO DOS TRABALHOS

Concluída a apreciação das matérias acordadas em reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, o Presidente suspendeu a reunião.

Antes, convocou a continuação da reunião extraordinária, para o **dia 17 de novembro, quinta-feira, às 9h30min**, no plenário 2 da Câmara dos Deputados.

Brasília, 16 de novembro de 2011.

MYRNA LOPES PEREIRA
Secretária de Comissão

Reunião realizada em 17 de novembro de 2011 (Extraordinária)

**Continuação da 12ª Reunião Extraordinária
convocada para 17/11/2011, às 9h30min
(Reiniciada e encerrada às 9h58min)**

Pauta nº 29/2011

REABERTURA

Os trabalhos foram reiniciados pelo Presidente, Senador Vital do Rêgo.

- Apreciação das Atas das seguintes Reuniões:
- . 22ª Reunião Ordinária, realizada no dia 8/11/2011;
- . 11ª Reunião Extraordinária, realizada nos dias 9 e 10/11/2011.

Resultado: **aprovadas** na 12ª Reunião Extraordinária em 16/11/2011.

Em virtude da inexistência de acordo para a liberação das matérias remanescentes da Pauta 29/2011, o Presidente anunciou que encerraria os trabalhos e **deixaram de ser apreciadas** as matérias abaixo relacionadas, com exceção das que foram deliberadas na 12ª Reunião Extraordinária, em 16/11/2011:

01) Relatório ao Projeto de Lei nº 05/2011-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Comunicações, crédito suplementar no valor de R\$ 24.376.000,00 (vinte e quatro milhões, trezentos e setenta e seis mil reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente”.

Relator: Senador Eduardo Braga

Foram apresentadas 14 emendas.

Voto: Favorável, nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 1 a 14.

02) Relatório ao Projeto de Lei nº 07/2011-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Turismo, crédito suplementar no valor global de R\$ 19.285.346,00 (dezenove milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, trezentos e quarenta e seis reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Relator: Deputado Gonzaga Patriota.

Foram apresentadas 42 emendas.

Voto: favorável, nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas nºs 2, 17 a 26, 32 a 36 e 38 e pela rejeição das demais.

03) Relatório ao Projeto de Lei nº 12/2011-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito suplementar no valor de R\$ 2.334.427,00 (dois milhões, trezentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e vinte e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Relator: Deputado Marçal Filho.

Foram apresentadas 23 emendas.

Voto: favorável, nos termos do projeto, com indicação pela inadmissibilidade da emenda nº 06 e pela rejeição das demais.

04) Relatório ao **Projeto de Lei nº 24/2011-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), para o fim que especifica, e dá outras providências”.

Relator: Senador Jayme Campos

Não foram apresentadas emendas.

Voto: favorável, nos termos do Projeto.

05) Relatório ao **Projeto de Lei nº 26/2011-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$ 71.758.918,00 (setenta e um milhões, setecentos e cinquenta e oito mil, novecentos e dezoito reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Relator: Deputado Andre Vargas.

Foram apresentadas 8 emendas.

Voto: favorável, nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade da emenda de nº 6 e rejeição das demais.

Resultado: **aprovado** na 12ª Reunião Extraordinária em 16/11/2011.

06) Relatório ao **Projeto de Lei nº 27/2011-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R\$ 73.633.333,00 (setenta e três milhões, seiscentos e trinta e três mil, trezentos e trinta e três reais), para os fins que especifica, e dá outras providências”.

Relator: Deputado Weliton Prado.

Foram apresentadas 4 emendas.

Voto: favorável, nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 1 a 4.

07) Relatório ao **Projeto de Lei nº 33/2011-CN**, que “Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R\$ 1.993.575.303,00 (um bilhão, novecentos e noventa e três milhões, quinhentos e setenta e cinco mil, trezentos e três reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Relator: Deputado Ronaldo Zulke.

Foram apresentadas 11 emendas.

Voto: favorável, nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas nºs 2, 9, 10 e 11 e pela rejeição das demais.

Resultado: **aprovado** na 12ª Reunião Extraordinária em 16/11/2011.

08) Relatório ao **Projeto de Lei nº 35/2011-CN**, que “Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito especial no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), para o fim que especifica”.

Relator: Deputado Vaz de Lima

Não foram apresentadas emendas.

Voto: favorável, nos termos do Projeto.

Resultado: **aprovado** na 12ª Reunião Extraordinária em 16/11/2011.

09) Relatório ao **Projeto de Lei nº 42/2011-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito especial no valor global de R\$ 199.843.160,00 (cento e noventa e nove milhões, oitocentos e quarenta e três mil, cento e sessenta reais), para os fins que especifica, e dá outras providências”.

Relator: Senador Sérgio Petecão

Foram apresentadas 5 emendas.

Voto: Favorável, nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 1 a 5.

10) Relatório ao **Projeto de Lei nº 43/2011-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Pesca e Aquicultura, crédito suplementar no valor global de R\$ 403.725.000,00 (quatrocentos e três milhões, setecentos e vinte e cinco mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Relator: Deputado Zé Geraldo.

Foram apresentadas 4 emendas.

Voto: Favorável nos termos do Projeto, pela rejeição das 4 emendas apresentadas.

Resultado: **aprovado** na 12ª Reunião Extraordinária em 16/11/2011.

11) Relatório ao **Projeto de Lei nº 44/2011-CN**, que “Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência Social, crédito suplementar no valor de R\$ 4.776.413,00 (quatro milhões, setecentos e setenta e seis mil, quatrocentos e treze reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente”.

Relatora: Senadora Lúcia Vânia.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: Favorável, nos termos do Projeto.

12) Relatório ao **Projeto de Lei nº 52/2011-CN**, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e das Cidades, crédito suplementar no valor global de R\$ 47.698.584,00 (quarenta e sete milhões, seiscentos e noventa e oito mil, quinhentos e oitenta e quatro reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Relator: Deputado Wellington Roberto.

Foram apresentadas 11 emendas.

Voto: Favorável, nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas nºs 1 a 9 e rejeição das demais.

Resultado: **aprovado** na 12ª Reunião Extraordinária em 16/11/2011.

13) Relatório ao **Projeto de Lei nº 55/2011-CN**, que “Abre ao Orçamento de Investimento para 2011 crédito suplementar no valor total R\$ 8.631.945.462,00 (oito bilhões, seiscentos e trinta e um milhões, novecentos e quarenta e cinco mil e quatrocentos e sessenta e dois reais), em favor de diversas empresas estatais, e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor global de R\$ 20.731.286.239,00 (vinte bilhões, setecentos e trinta e um milhões, duzentos e oitenta e seis mil e duzentos e trinta e nove reais), para os fins que especifica”.

Relator: Deputado André Zacharow

Foram apresentadas 3 emendas.

Voto: Favorável, nos termos do Projeto, pela rejeição das 3 emendas apresentadas.

14) Relatório ao Aviso nº 11/2011-CN, que "Encaminha cópia do Acórdão nº 1.141, de 2011 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamente, relativo a levantamento e auditoria nas obras de Macro drenagem do Canal do Congo, serviços de drenagem do canal e pavimentação de diversas ruas em Vila Velha/ES (TC 002.604/2011-6)".

Relator: Senador Jayme Campos.

Voto: Pelo arquivamento da matéria.

15) Requerimento nº 16/2011-CMO que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para promover o aprimoramento ao ciclo das operações de repasse da Caixa Econômica Federal, visando a eficácia e a efetividade da execução do objeto contratual pelo mandatário, assim como a celeridade na liberação financeira dos contratados".

Autor: Deputado Efraim Filho.

16) Requerimento nº 17/2011-CMO que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para, em caráter preventivo, acompanhar e fiscalizar o planejamento, a execução e o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com vistas à execução do "Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional".

Autores: Deputados Danilo Forte, Benjamin Maranhão e Wellington Roberto.

17) Requerimento nº 23/2011-CMO, que "Solicita seja convidado o Presidente da Petrobrás, Sr. José Sergio Gabrieli de Azevedo, para prestar esclarecimentos sobre os aportes financeiros referentes à construção da Refinaria Abreu e Lima, em Recife - PE, decorrentes de contrato firmado entre a Petróleo Brasileiro S/A - Petrobras e a Petróleos de Venezuela S/A - PDVSA".

Autor: Deputado Claudio Cajado.

18) Requerimento nº 24/2011-CMO, que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho, junto ao Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle de Execução Orçamentária - CFis da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO, para acompanhamento, avaliação e fiscalização da execução, física, orçamentária e financeira de ações relativas à Ferrovia Transnordestina".

Autor: Deputado Raimundo Gomes de Matos.

19) Requerimento nº 25/2011-CMO, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater a atual crise econômica internacional e os reflexos na economia nacional e nos orçamentos, com a presença, do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda Guido Mantega".

Autor: Senador Vital do Rêgo.

20) Requerimento nº 26/2011-CMO, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater a implantação do Sistema de Pousos por Instrução - Categoria 3, com a presença do Ministro de Estado da Defesa, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Presidente da Infraero". (Ministro da Defesa, Senhor Celso Amorim; Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Aparecida Belchior e o Presidente da Infraero, Gustavo do Vale).

Autor: Deputado Marçal Filho.

21) Requerimento nº 27/2011-CMO, que "Requer a realização de audiência pública conjunta da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, da Comissão de Legislação Participativa para discutir o tema "Agenda do movimento de mulheres para o próximo ciclo orçamentário".

Autora: Deputada Luciana Santos.

22) Requerimento nº 29/2011-CMO, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater questões relativas à Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUD ECO - ao Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO -, e ao projeto de criação do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste, com a presença do Ministro de Estado da Integração Nacional, do Superintendente da Sudeco do Presidente do Banco do Brasil S.A.".

Autor: Deputado Marçal Filho

23) Requerimento nº 30/2011-CMO, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater a denúncia do Jornal O Estado de São Paulo contida na matéria "Governo paga por projeto fantasma para a Copa", com a presença do Ministro de Estado do Esporte e do Presidente da Autoridade Pública Olímpica".

Autor: Deputado Marçal Filho

24) Requerimento nº 31/2011-CMO, que "Requer a realização de Audiência Pública para apresentação do Plano Brasil Sem Miséria, com a presença da Ministra Tereza Campelo, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome".

Autor: Deputado Marçal Filho

25) Requerimento nº 33/2011-CMO que "Solicita do Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia informações sobre os aportes financeiros referentes à construção da Refinaria Abreu e Lima, em Recife - PE, decorrentes de contrato firmado entre a Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS e a Petróleos de Venezuela S/A - PDVSA".

Autor: Deputado Claudio Cajado

26) Relatório ao Ofício nº 35/2010-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao exercício de 2009".

Relator: Deputado Heuler Cruvinel

Voto: pelo arquivamento da matéria.

27) Relatório ao Ofício nº 12/2011-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 20, §§ 4º e 5º, da Lei nº 7.827, de 27.09.1989, o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao 1º semestre de 2010".

Relator: Deputado Heuler Cruvinel

Voto: pelo arquivamento da matéria.

28) Relatório a Mensagem nº 93/2011-CN, que "Encaminha nos termos do § 4º do art. 70 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao quarto bimestre de 2011".

Relator: Senador Delcídio do Amaral

Voto: pelo arquivamento da matéria.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Tendo em vista a inexistência de acordo para a deliberação das matérias remanescentes da Pauta 29/2011, o Presidente encerrou os trabalhos.

Antes, convocou as seguintes reuniões para o **dia 22 de novembro, terça-feira**, a serem realizadas no plenário 2 da Câmara dos Deputados:

- às 14h30: reunião ordinária
- às 18h: reunião extraordinária

Brasília, 17 de novembro de 2011.

MYRNA LOPES PEREIRA
Secretária da Comissão

Reunião realizada em 22 de novembro de 2011 (Ordinária)

23ª Reunião Ordinária
convocada para 22/11/2011, às 14h30min
(Iniciada às 15h03min e suspensa às 15h31min)

Pauta nº 30/2011

ABERTURA

Os trabalhos foram abertos pelo Presidente, Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB).

O Presidente informou que juntamente com o Colegiado de Representantes das Lideranças Parlamentares com assento na Comissão – CRLP, tomou uma decisão importante quanto à alteração do item 10 do Parecer Preliminar apresentado ao Projeto de Lei Nº 28/2011-CN, (PLOA/ 2012). Para tanto, gostaria de ouvir os parlamentares presentes, e passou a palavra ao Senador Walter Pinheiro (PT/BA) e aos Deputados Gilmar Machado (PT/MG), Benjamin Maranhão (PMDB/PB), Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE), Fábio Ramalho (PV/MG), Nilton Capixaba (PTB/RO), Arlindo Chinaglia (PT/SP), Marçal Filho (PMDB/MS), Danilo Forte (PMDB/CE), André Vargas (PT/PR), Claudio Cajado (DEM/BA), Zé Geraldo (PT/PA) e a Deputada Gorete Pereira (PR/CE), que discutiram o assunto.

Os Deputados Nilton Capixaba, Danilo Forte, André Vargas, Claudio Cajado e Zé Geraldo, manifestaram interesse em que fosse prorrogado o prazo para apresentação de emendas ao Relatório Preliminar apresentado ao Projeto de Lei Nº 28/2011-CN, e o Presidente informou que iria se reunir com o Relator-Geral do Orçamento para 2012, Deputado Arlindo Chinaglia e com o Relator do Projeto do Plano Plurianual para o período 2012/2015, Senador Walter Pinheiro, para deliberarem sobre o assunto, e até às 18 horas, a Secretaria da CMO informaria o resultado.

Tendo em vista, o início da Ordem do Dia no plenário da Câmara dos Deputados, o Presidente anunciou que iria suspender os trabalhos, antes esclareceu que assim que fosse possível, colocaria em votação o Ato Formal que irá alterar o subitem 10.1, do Parecer Preliminar apresentado ao Projeto de Lei Nº 28/2011-CN, transcrito a seguir:

“10.1. Do limite de que trata o item 10, no mínimo R\$ 2.000.000,00 (dois milhões reais) deverão ser alocados na ação 8581 – Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde.”

Para fazer constar a nova redação:

10.1. Do limite de que trata o item 10, no mínimo R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) deverão ser alocados no Ministério da Saúde.”

E, convocou a continuação da reunião ordinária, para o **mesmo dia, 22 de novembro, terça-feira**, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, entre pausa ou término da Ordem do dia no plenário da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com intenção de votar o Ato Formal.

Brasília, 22 de novembro de 2011.

MYRNA LOPES PEREIRA
Secretária da Comissão

Reunião realizada em 22 de novembro de 2011 (Ordinária)

Continuação da 23ª Reunião Ordinária
convocada para 22/11/2011, após a Ordem do Dia
nos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal
(Reiniciada às 18h18min e suspensa às 18h19min)

Pauta nº 30/2011

REABERTURA

Os trabalhos foram reiniciados pelo Deputado Claudio Cajado (DEM/BA), no exercício da Presidência conforme dispõe o caput do art. 14 da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional.

Em virtude da continuação da Ordem do Dia nos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, de acordo com o disposto no Art. 107, Inciso III, § único do Regimento Interno do Senado Federal, e Art. 46, § 1º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Presidente em exercício anunciou que suspenderia os trabalhos.

Antes, convocou a continuação da reunião ordinária, para o **dia 23 de novembro, quarta-feira, às 14 horas**, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, para votação, apenas, do Ato Formal que irá alterar o subitem 10.1, do Parecer Preliminar apresentado ao Projeto de Lei Nº 28/2011-CN (PLOA/2012).

Brasília, 22 de novembro de 2011.

MYRNA LOPES PEREIRA
Secretária de Comissão

Reunião realizada em 23 de novembro de 2011 (Ordinária)

**Continuação da 23ª Reunião Ordinária
convocada para 23/11/2011, às 14 horas
(Reiniciada às 14h34min e encerrada às 14h43min)**

Pauta nº 30/2011

REABERTURA

Os trabalhos foram reiniciados pelo Presidente, Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB).

- Apreciação da Ata da seguinte Reunião:
- 12ª Reunião Extraordinária, realizada nos dias 16 e 17/11/2011.

Resultado: por consenso, foi dispensada a leitura da Ata que, em votação, foi **aprovada** por unanimidade.

EXPEDIENTE

Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, foi **dispensada leitura dos expedientes**. O Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes foi encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias nesta data.

I) CORRESPONDÊNCIA INTERNA RECEBIDA:

- 1)** Ata da Reunião da Bancada do Estado do Rio de Janeiro, realizada em 9 de setembro de 2011, informando que foram eleitos para o cargo de Coordenador daquela Bancada o Deputado Hugo Leal, bem como os Deputados Simão Sessim, Alexandre Santos, Jandira Feghali, Otávio Leite e Edson Santos.
- 2)** Ata da Reunião da Bancada do Estado do Piauí, realizada em 9 de novembro de 2011, informando que o Senador João Vicente Claudino (PTB/PI) foi eleito o novo Coordenador daquela Bancada.
- 3)** Ata da Reunião da Bancada da Paraíba, realizada em 9 de novembro de 2011, indicando os nomes do Deputado Manoel Junior (PMDB/PB) e do Senador Cassio Cunha Lima (PSDB/PB) para ocuparem respectivamente a função de coordenadores daquela Bancada.
- 4)** Ofício nº 414/2011/SGM, de 21 de novembro, do Secretário-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados, Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida, comunicando o afastamento do Deputado Rogério Marinho (PSDB/RN), tendo em vista a reassunção, nos termos do artigo 230, §§ 2º e 3º, do RICD, em 21 de novembro de 2011, do Deputado Betinho Rosado (DEM/RN), titular do mandato, exonerado, a pedido, do cargo de Secretário de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca, no Estado do Rio Grande do Norte.

II) CORRESPONDÊNCIA EXTERNA RECEBIDA:

- 1)** OFÍCIO Nº 50/2011 - SINPROFAZ, de 4 de novembro, do Presidente do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional - SINPROFAZ, solicitando ajustes na Proposta Orçamentária para o exercício de 2012.
- 2)** OFÍCIO Nº 352/2011 - GAG, de 7 de novembro de 2011, do Governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, solicitando ajuste por meio de emenda parlamentar aos Projetos de Lei do Plano Plurianual 2012/2015 (PL nº 29/2011-CN) e Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2012 (PL nº 28/2011-CN).

3) Ofício nº 681/DG/GAB, de 10 de novembro de 2011, do Chefe de Gabinete da Diretoria-Geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - Dnocs, Francisco Dagmar Fernandes, apresentando informações sobre o projeto de construção da barragem Ôitica, situada no Estado do Rio Grande do Norte, em virtude da inclusão do empreendimento no rol de obras irregulares pelo Tribunal de Contas da União.

4) Ofício GG 629, de 16 de novembro de 2011, do Governador do Estado da Paraíba, Ricardo Vieira Coutinho, com o objetivo de aprofundar e consolidar mudanças em seu Estado, submetendo para análise e apreciação desta Comissão, uma agenda de propostas orientadas à inclusão de emendas ao PPA Federal 2012-2015 e ao PL OA/2012, colhidas em 15 audiências do Orçamento Democrático.

5) Ofício nº 066/2011/GAB/LM-CNMP-Especial, de 17 de novembro, do Conselheiro Nacional do Ministério Público, Luiz Moreira Gomes Júnior, encaminhando Relatório Anual de suas atividades junto ao Conselho Nacional do Ministério Público, referente ao período de julho de 2010 a agosto de 2011.

6) Ofício nº 3.299/2011/DG, de 21 de novembro, do Diretor Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit, Jorge Ernesto Pinto Fraxe, apresentando informações complementares referentes às obras da BR -429/RO - Construção Presidente Médici - Costa Marques.

7) Ofício nº 594/MP, de 21 de novembro de 2011, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, encaminhando atualização da memória de cálculo das estimativas e dos parâmetros econômicos utilizados no Projeto de Lei Orçamentária de 2012, PLOA/2012.

8) Ofício nº 12.857-GM/Asparr-MD, de 21 de novembro de 2011, do Ministro de Estado da Defesa, Celso Amorim, solicitando apoio desta Comissão no sentido de analisar e acolher as Emendas Coletivas apresentadas pelos Comandos Militares, que contemplem a área temática Justiça e Defesa, subárea temática Ministério da Defesa.

9) Ofício nº 1.000/2011-GS/SEINFRA, de 21 de novembro, do Secretário de Estado da Secretaria de Estado da Infraestrutura do Estado de Alagoas, Marco Antônio de Araújo Firman, informando o que permanece vigentes as condições que permitiram a não inclusão do Canal do Sertão Alagoano, inclusive dos seus Trechos 03, 04 e 05 no Anexo VI da LOA/2012 e ratifica o seu compromisso de somente emitir Ordem de Serviço de quaisquer dos trechos de obras do Canal mediante a prévia formalização de medidas que assegurem os Erários Públicos Federal e Estadual.

10) Ofício nº 695/2011-DG/GAB, de 22 de novembro, do Diretor Geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - Dnocs, Engenheiro Elias Fernandes Neto, apresentando informações sobre o projeto de construção da barragem Congonhas, situada no Estado de Minas Gerais, em virtude da inclusão do empreendimento no rol de obras irregulares pelo Tribunal de Contas da União.

11) Ofício nº 1.448/2011-PRESI, de 22 de novembro, do Diretor-Presidente da Valec, José Eduardo Sabóia Castello Branco, encaminhando cópia de ofícios dirigidos ao Tribunal de Contas da União, onde afirma ser possível constatar os esforços empreendidos pela nova Diretoria da VALEC no sentido de sanar as irregularidades identificadas em obras.

12) Ofício nº 1.457/2011-PRESI, de 23 de novembro, do Diretor-Presidente da Valec, José Eduardo Sabóia Castello Branco, encaminhando informações complementares às prestadas através do seu Ofício nº 1.448/2011, relativas a obras com indícios de irregularidades, apontadas pelo Tribunal de Contas da União.

- **Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º quadrimestre de 2011 encaminhado em observância ao disposto no art. 55 da Lei de Responsabilidade Fiscal e no art. 121 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011, encaminhado pelo seguinte órgão:**
- Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

- **Avisos encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, ao Presidente da CMO:**
Aviso Seses de 9 de novembro:

1) Aviso nº 1.642/2011 (Acórdão nº 2.955/2011): Obras de ampliação do sistema de esgotamento sanitário do Município de São Luís/MA.

Avisos Seses de 16 de novembro:

1) Aviso nº 1.653/2011 (Acórdão nº 3.015/2011): Obras de implantação do Contorno Ferroviário do Município de São Félix/BA.

2) Aviso nº 1.666/2011 (Acórdão nº 3.010/2011): Obra de adequação da BR-101 no norte de Sergipe.

AVISO

Prazo de apresentação de emendas ao PLOA/2012 e PLPPA 2012-2015

O Presidente informou que o Presidente do Senado Federal aprovou proposta de prorrogação, até o dia 24 de novembro, do prazo de apresentação de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2012 e do Plano Plurianual para o período 2012-2015. Esclareceu, ainda, que a Secretaria da CMO, receberá as emendas, até às 24 horas, daquele dia.

ORDEM DO DIA

O Presidente ao abrir a Ordem do Dia, avisou que havia acordo do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão - CRLP, para apreciação da alteração do subitem 10.1, do Parecer Preliminar apresentado ao Projeto de Lei Nº 28/2011-CN (PLOA/2012).

- Alteração do subitem 10.1, do Parecer Preliminar ao Projeto de Lei nº 28/2011-CN (PLOA/2012), aprovado na continuação da 11ª Reunião Extraordinária, realizada em 10/11/2011, a saber:

Onde se lê: "10.1. Do limite de que trata o item 10, no mínimo R\$ 2.000.000,00 (dois milhões reais) deverão ser alocados na ação 8581 - Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde."

Leia-se: "10.1. Do limite de que trata o item 10, no mínimo R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) deverão ser alocados no Ministério da Saúde, em especial na ação 8581 – Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde."

A alteração tem o objetivo de atender ao acordo proposto pela Bancada do PMDB e outros líderes. Conforme notas taquigráficas da continuação da 11ª Reunião Extraordinária, realizada em 10/11/2011, o Deputado Daércio Perondi (PMDB/RS), falando pela Bancada do PMDB, afirmou que "dos 2 milhões, do aumento de 13 para 15, deverão ser dirigidos à saúde e à rede de estruturação de serviços de atenção básica à saúde".

Por empréstimo, será utilizado o disposto no art. 325, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, para solucionar o problema do subitem 10.1 do Parecer Preliminar ao Projeto de Lei nº 28/2011-CN (PLOA/2012).

Resultado: a alteração foi aprovada por unanimidade.

Em virtude da inexistência de acordo do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, para deliberação das matérias constantes da Pauta nº 30/2011, o Presidente anunciou que encerraria os trabalhos e deixaram de ser apreciadas as matérias abaixo relacionadas:

Pauta nº 30/2011

1 - Relatório apresentado ao **Aviso nº 11/2011-CN**, que "Em caminha cópia do Acórdão nº 1141, de 2011 - TC U - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo a levantamento de auditoria nas obras de Macrorenagem do Canal do Congo, serviços de drenagem do canal e pavimentação de diversas ruas em Vila Velha/ES (TC 002.604/2011-6)".

Relator: Senador Jayme Campos.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

2 - **Requerimento nº 16/2011-CMO** que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para promover o aprimoramento ao ciclo das operações de repasse da Caixa Econômica Federal, visando a eficácia e a efetividade da execução do objeto contratual pelo mandatário, assim como a celeridade na liberação financeira dos contratados".

Autor: Deputado Efraim Filho.

3 - **Requerimento nº 17/2011-CMO** que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para, em caráter preventivo, acompanhar e fiscalizar o planejamento, a execução e o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com vistas à execução do "Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional".

Autores: Deputados Danilo Forte, Benjamin Maranhão e Wellington Roberto.

4 - **Requerimento nº 23/2011-CMO**, que "Solicita seja convocado o Presidente da Petrobras, Sr. José Sergio Gabrielli de Azevedo, para prestar esclarecimentos sobre os aportes financeiros referentes à construção da Refinaria Abreu e Lima, em Recife - PE, decorrentes de contrato firmado entre a Petróleo Brasileiro S/A - Petrobras e a Petróleos de Venezuela S/A - PDVSA".

Autor: Deputado Claudio Cajado.

5 - **Requerimento nº 24/2011-CMO**, que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho, junto ao Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle de Execução Orçamentária - CFIS da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO, para acompanhamento, avaliação e fiscalização da execução, física, orçamentária e financeira de ações relativas à Ferrovia Transnordestina".

Autor: Deputado Raimundo Gomes de Matos.

6 - **Requerimento nº 25/2011-CMO**, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater a atuação da crise econômica internacional e os reflexos na economia nacional e nos orçamentos, com a presença, do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda Guido Mantega".

Autor: Senador Vital do Rêgo.

7 - **Requerimento nº 26/2011-CMO**, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater a implantação do Sistema de Pousos por Instrumento - Categoria 3, com a presença do Ministro de Estado da Defesa, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Presidente da Infraero". (Ministro da Defesa, Senhor Celso Amorim; Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Senhora Miriam Aparecida Belchior e o Presidente da Infraero, Senhor Gustavo do Vale).

Autor: Deputado Marçal Filho.

8 - **Requerimento nº 27/2011-CMO**, que "Requer a realização de audiência pública conjunta da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, da Comissão de Legislação Participativa para discutir o tema "Agenda do movimento de mulheres para o próximo ciclo orçamentário".

Autora: Deputada Luciana Santos.

9 - **Requerimento nº 29/2011-CMO**, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater questões relativas à Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste - Sudeco - ao Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO -, e ao projeto de criação do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste, com a presença do Ministro de Estado da Integração Nacional, do Superintendente da Sudeco e do Presidente do Banco do Brasil S.A."

Autor: Deputado Marçal Filho.

10 - **Requerimento nº 30/2011-CMO**, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater a denúncia do Jornal O Estado de São Paulo contida na matéria "Governo paga por projeto fantasma para a Copa", com a presença do Ministro de Estado do Esporte e do Presidente da Autoridade Pública Olímpica".

Autor: Deputado Marçal Filho.

11 - **Requerimento nº 31/2011-CMO**, que "Requer a realização de Audiência Pública para apresentação do Plano Brasil Sem Miséria, com a presença da Ministra Tereza Campelo, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome".

Autor: Deputado Marçal Filho.

12 - **Requerimento nº 33/2011-CMO**, que "Solicita do Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia informações sobre os aportes financeiros referentes à construção da Refinaria Abreu e Lima, em Recife - PE, decorrentes de contrato firmado entre a Petróleo Brasileiro S/A - Petrobras e a Petróleos de Venezuela S/A - PDVSA".

Autor: Deputado Claudio Cajado.

13 – Relatório apresentado ao **Ofício nº 35/2010-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao exercício de 2009”.

Relator: Deputado Heuler Cruvinel.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

14 – Relatório apresentado ao **Ofício nº 12/2011-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 20, §§ 4º e 5º, da Lei nº 7.827, de 27.09.1989, o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao 1º semestre de 2010”.

Relator: Deputado Heuler Cruvinel.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

15 - Relatório apresentado à **Mensagem nº 93/2011-CN**, que “Encaminha nos termos do § 4º do art. 70 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao quarto bimestre de 2011.

Relator: Senador Delcídio do Amaral.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Concluída a apreciação da matéria acordada em reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO - CRLP, o Presidente encerrou a reunião.

Antes, convocou a realização de reunião ordinária, para o **dia 29 de novembro, terça-feira, às 14h30min**, no plenário 2 da Câmara dos Deputados.

E, comunicou a realização de reuniões com o Relator-Geral do Orçamento para 2012, Deputado Arlindo Chinaglia (PT/SP), com os Relatores Setoriais das áreas temáticas da Proposta Orçamentária para 2012, na sala de reunião da Presidência da Comissão, para tratar sobre definição do cronograma de trabalhos referentes aos relatórios setoriais:

- **dia 24 de novembro, quinta-feira, 10 horas;** e
- **dia 28 de novembro, segunda-feira, às 15 horas.**

Brasília, 23 de novembro de 2011.

MYRNA LOPES PEREIRA
Secretária de Comissão

Reunião realizada em 29 de novembro de 2011 (Ordinária)

24ª Reunião Ordinária
convocada para 29/11/2011, às 14h30min
(Iniciada às 15 horas e encerrada às 15h01min)

Pauta nº 30/2011

ABERTURA

Os trabalhos foram abertos pelo 2º Vice-Presidente, Senador Cyro Miranda (PSDB/GO), no exercício da Presidência conforme dispõe o *caput* do art. 14 da Resolução nº 1/2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional.

Em virtude da inexistência de *quorum* regimental para deliberação na representação do Senado Federal, o Presidente em exercício anunciou que encerraria os trabalhos e **deixaram de ser apreciadas** as matérias abaixo relacionadas:

Ata da 23ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 22 e 23/11/2011.

Pauta nº 30/2011

1 - Relatório apresentado ao **Aviso nº 11/2011-CN**, que “Encaminha cópia do Acórdão nº 1141, de 2011 - TC U - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo a levantamento de auditoria nas obras de Macrodrenagem do Canal do Congo, serviços de drenagem do canal e pavimentação de diversas ruas em Vila Velha/ES (TC 002.604/2011-6)”.

Relator: Senador Jayme Campos.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

2 - Requerimento nº 16/2011-CMO que “Requer a constituição de Grupo de Trabalho para promover o aprimoramento ao ciclo das operações de repasse da Caixa Econômica Federal, visando a eficácia e a efetividade da execução do objeto contratual pelo mandatário, assim como a celeridade na liberação financeira dos contratados”.

Autor: Deputado Efraim Filho.

3 - Requerimento nº 17/2011-CMO que “Requer a constituição de Grupo de Trabalho para, em caráter preventivo, acompanhar e fiscalizar o planejamento, a execução e o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com vistas à execução do “Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional”.

Autores: Deputados Danilo Forte, Benjamin Maranhão e Wellington Roberto.

4 – Requerimento nº 23/2011-CMO, que “Solicita seja convocado o Presidente da Petrobrás, Sr. José Sergio Gabrieli de Azevedo, para prestar esclarecimentos sobre os aportes financeiros referentes à construção da Refinaria Abreu e Lima, em Recife – PE, decorrentes de contrato firmado entre a Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras e a Petróleos de Venezuela S/A – PDVSA”.

Autor: Deputado Claudio Cajado.

5 – Requerimento nº 24/2011-CMO, que “Requer a constituição de Grupo de Trabalho, junto ao Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle de Execução Orçamentária – CFIS da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMOP, para acompanhamento, avaliação e fiscalização da execução, física, orçamentária e financeira de ações relativas à Ferrovia Transnordestina”.

Autor: Deputado Raimundo Gomes de Matos.

6 – Requerimento nº 25/2011-CMO, que “Requer a realização de Audiência Pública para debate relativa à crise econômica internacional e os reflexos na economia nacional e nos orçamentos, com a presença, do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda Guido Mantega”.

Autor: Senador Vital do Rêgo.

7 – Requerimento nº 26/2011-CMO, que “Requer a realização de Audiência Pública para debater a implantação do Sistema de Pouso por Instrumento - Categoria 3, com a presença do Ministro de Estado da Defesa, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Presidente da Infraero”. *(Ministro da Defesa, Senhor Celso Amorim; Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Senhora Miriam Aparecida Belchior e o Presidente da Infraero, Senhor Gustavo do Vale)*.

Autor: Deputado Marçal Filho.

8 – Requerimento nº 27/2011-CMO, que “Requer a realização de audiência pública conjunta da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, da Comissão de Legislação Participativa para discutir o tema “Agenda do movimento de mulheres para o próximo ciclo orçamentário”.

Autora: Deputada Luciana Santos.

9 – Requerimento nº 29/2011-CMO, que “Requer a realização de Audiência Pública para debate relativas à Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – Sudeco – ao Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO –, e ao projeto de criação do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste, com a presença do Ministro de Estado da Integração Nacional, do Superintendente da Sudeco e do Presidente do Banco do Brasil S.A.”.

Autor: Deputado Marçal Filho.

10 – Requerimento nº 30/2011-CMO, que “Requer a realização de Audiência Pública para debater a denúncia do Jornal O Estado de São Paulo contida na matéria “Governo paga por projeto fantasma para a Copa”, com a presença do Ministro de Estado do Esporte e do Presidente da Autoridade Pública Olímpica”.

Autor: Deputado Marçal Filho.

11 – Requerimento nº 31/2011-CMO, que “Requer a realização de Audiência Pública para apresentação do Plano Brasil Sem Miséria, com a presença da Ministra Tereza Campelo, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome”.

Autor: Deputado Marçal Filho.

12 – Requerimento nº 33/2011-CMO, que “Solicita do Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia informações sobre os aportes financeiros referentes à construção da Refinaria Abreu e Lima, em Recife – PE, decorrentes de contrato firmado entre a Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras e a Petróleos de Venezuela S/A – PDVSA”.

Autor: Deputado Claudio Cajado.

13 – Relatório apresentado ao Ofício nº 35/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao exercício de 2009”.

Relator: Deputado Heuler Cruvinel.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

14 – Relatório apresentado ao Ofício nº 12/2011-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 20, §§ 4º e 5º, da Lei nº 7.827, de 27.09.1989, o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao 1º semestre de 2010”.

Relator: Deputado Heuler Cruvinel.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

15 – Relatório apresentado à Mensagem nº 93/2011-CN, que “Encaminha nos termos do § 4º do art. 70 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao quarto bimestre de 2011”.

Relator: Senador Delcídio do Amaral.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Em virtude da inexistência de quorum regimental para deliberação na representação do Senado Federal, observado o disposto no art. 29, § 1º do Regimento Comum, o Presidente em exercício encerrou a reunião.

Antes, convocou a realização das seguintes reuniões, no plenário 2 da Câmara dos Deputados:

- dia 6 de dezembro, terça-feira, às 10 horas, 14h30min, 18 e 20 horas;
- dia 7 de dezembro, quarta-feira, às 14h30min, 18 e 20 horas; e
- dia 8 de dezembro, quinta-feira, às 10 horas, 14h30min, 18 e 20 horas.

Brasília, 29 de novembro de 2011.

MYRNA LOPES PEREIRA

Secretária de Comissão

B.2 – Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas – CMMC

Resenha Mensal 01 a 30/11/2011

Reuniões Realizadas	Quantidade
Reuniões	08
Total	08

Matérias	Quantidade
Requerimentos (aprovados)	05
Total	05

Resenha Consolidada 30/08 a 30/11/2011

Reuniões Realizadas	Quantidade
Instalação (INST)	01
Reuniões	14
Total	15

Proposições	Quantidade
Requerimentos (aprovados)	17
Total	17

Resultados das Reuniões

01 a 30/11/2011

Reunião realizada em 1º de novembro de 2011

8ª Reunião, às 14 horas

Audiência pública com a finalidade de debater o Plano de Agricultura de Baixo Carbono, bem como as ações que visem alcançar os objetivos estabelecidos na Política Nacional sobre Mudanças do Clima, em atendimento ao Plano de Trabalho desta Comissão, aprovado em 5 de outubro do corrente, com a presença dos seguintes convidados: Eduardo Delgado Assad, Secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental - SMCQ/MMA, representando o Ministério do Meio Ambiente; Carlos Magno Chaves Brandão, Diretor do Departamento de Sistemas de Produção e Sustentabilidade - DEPROS/SDC/MAPA, e Elvison Nunes Ramos, Coordenador de Manejo Sustentável dos Sistemas Produtivos - CMSP/DEPROS/SDC/MAPA, representando o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Vinicius Leandro Skrobot, Coordenador do Centro de Pesquisa e Análise Tecnológica da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP; e Alfred Szwarc, Consultor de Emissões e Tecnologia da UNICA.

Reunião realizada em 4 de novembro de 2011

9ª Reunião, às 8h30min

Audiência Pública Regional da CMMC em Foz do Iguaçu destinada a avaliar e debater a sustentabilidade ambiental a partir da geração de energia hidrelétrica.

Programação

Data: 04 de novembro de 2011 – sexta-feira

Local: Auditório Integração – Centro de Treinamento

Usina Itaipu Binacional – Foz do Iguaçu – Paraná

08h30	Abertura Senador Sérgio Souza – Presidente da CMMC Jorge Miguel Samek – Diretor-Geral Brasileiro da Itaipu Binacional
09hs – 11hs	Mesa: “Energia e Mudanças Climáticas” Amilcar Guerreiro – Diretor de Estudos Econômicos, Energéticos e Ambientais da EPE Luiz Pinguelli Rosa – Diretor-Geral da COPPE/UFRJ
11hs – 12hs	Debates: abertura para perguntas dos membros da CMMC
12hs – 13hs	Almoço no Restaurante do Parque Tecnológico da Itaipu Binacional
13hs – 14hs	Caminhada pelo Parque Tecnológico da Itaipu Binacional
14hs – 14h40	Mesa: “Agricultura e Mudanças Climáticas” Celso Vainer Manzatto – Chefe-Geral da Embrapa Meio Ambiente
14h40 – 16h30	Cases Itaipu Binacional: “Cultivando Água Boa” Nelton Miguel Friedrich - Diretor de Coordenação e Meio Ambiente - Itaipu “Energias Renováveis” Cícero Bley - Superintendente de Energias Renováveis - Itaipu
16h30 – 17h30	Debates: abertura para perguntas dos membros da CMMC Encaminhamentos legislativos
17h30 – 18h30	Visita técnica à Itaipu Binacional
18h30 – 19h30	Sobrevoo na Área do Reservatório da Itaipu Binacional

Reunião realizada em 9 de novembro de 2011**10ª Reunião, às 14horas**

Audiência pública destinada a apresentar as ações atuais e futuras sobre a gestão das águas no Brasil e as iniciativas perante outros países, em atendimento ao Requerimento nº 3, de 2011-CMMC, de autoria do Senador Sérgio Souza, aprovado em 14 de setembro do corrente, e, com a presença dos seguintes convidados: Vicente Andreu Guillo, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas – ANA; E Luiz Alberto de Mendonça Sabana y, Chefe de Assuntos Estratégicos e Relações Institucionais, e Estevão Campelo Melo Moura, Diretor do Departamento de Agricultura em Águas da União, representando o Ministério da Pesca e Aquicultura.

Deliberação de Requerimentos Extrapauta:

REQUERIMENTO Nº 13, DE 2011-CMMC

Requeiro, nos termos regimentais, a indicação dos Senadores Jorge Viana e Vanessa Grazziotin e dos Deputados Alfredo Sirkis, Márcio Macêdo, Arnaldo Jardim e Antonio Carlos Thame para participarem, como representantes desta Comissão Mista de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional, da 17ª Conferência das Partes (COP 17) na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), e da 7ª Conferência das partes no Protocolo de Quioto (CMP-7), que ocorrerão em Durban, cidade da África do Sul, na província de Kwazulu-Natal, entre os dias 28 de novembro e 9 de dezembro do corrente ano.

Autoria: Senador Sérgio Souza

Resultado: Aprovado

REQUERIMENTO Nº 14, DE 2011-CMMC

Requeiro a realização de audiência pública desta Comissão na Cidade de Passo Fundo – RS, a fim de discutir a participação da produção e o consumo de bio diesel na matriz energética nacional, como forma de diminuirmos a emissão de carbono na atmosfera, reduzindo os efeitos no clima. Posteriormente à audiência pública, será realizada visita técnica à indústria BSBios e a Embrapa de Passo Fundo.

Autoria: Deputado Luiz Noé

Resultado: Aprovado

REQUERIMENTO Nº 15, DE 2011-CMMC

Nos termos regimentais, requeiro a V. Exa., ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada Audiência Pública Regional, em Aracaju, no Estado de Sergipe, para tratar do tema: As Consequências das Mudanças Climáticas nos Biomas Brasileiros: Mata Atlântica, Caatinga, Cerrado e Amazônia.

Autoria: Deputado Márcio Macêdo e Senador Sérgio Souza.

Resultado: Aprovado

REQUERIMENTO Nº 16, DE 2011-CMMC

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública Regional, na cidade de São Paulo, destinada a avaliar e debater a política setorial na área das cidades e centros urbanos, de acordo com os objetivos da Política Nacional sobre Mudanças do Clima.

Autoria: Deputado Antonio Carlos Mendes Thame e Senador Sérgio Souza.

Resultado: Aprovado

Reunião realizada em 16 de novembro de 2011**11ª Reunião, às 14horas**

Audiência pública destinada a apresentar as atividades que reduzem as emissões de desmatamento e de gradação florestal – REDD e pagamento por serviços ambientais, em atendimento ao Plano de Trabalho desta Comissão, aprovado em 5 de outubro do corrente, com a presença dos seguintes convidados: Osvaldo Stella – Diretor do Programa de Mudanças Climáticas do IPAM - Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia; Gustavo Tosello Pinheiro - Coordenador para Instituições Financeiras Internacionais do TNC - The Nature Conservancy; e Paulo D'Ávila Ferreira - Diretor Executivo do IDESA- Instituto de Desenvolvimento Econômico e Socioambiental de Goiás.

Reunião realizada em 18 de novembro de 2011**12ª Reunião, às 8h30min**

Audiência Pública Regional da CMMC em São Paulo para tratar das causas e consequências das mudanças do clima relacionados às grandes cidades.

ProgramaçãoData: 18 de novembro de 2011 – sexta-feira - 8:30 horasLocal: Auditório da Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo – SEMA

Av. Frederico Herman Jr, 345 – Pinheiros – São Paulo – SP

08h30	Abertura Senador Sérgio Souza – Presidente da CMMC Deputado Márcio Macêdo - Relator da CMMC Bruno Covas – Secretário do Meio Ambiente de São Paulo
09h30 – 10h30	Mesa: “Cidades e Centros Urbanos” no âmbito das Mudanças Climáticas Josilene Banzinni Ferri , diretoria de Avaliação e Impacto Ambiental - CETESB Oswaldo Lucon , assessoria de Mudanças Climáticas
10h30 – 12hs	Debates: abertura para perguntas dos membros da CMMC
12hs – 13hs	Encerramento

Reunião realizada em 23 de novembro de 2011

13ª Reunião, às 14horas

Audiência pública destinada a de bater a intensificação dos desastres naturais: defesa civil e áreas de risco geológico, em atendimento ao Plano de Trabalho desta Comissão, aprovado em 5 de outubro do corrente, com a presença dos seguintes convidados: Senador Casildo Mair Idaner – Relator da Comissão Temporária de Defesa Civil do Senado Federal; Deputado Glauber Braga – Relator da Comissão Especial de Medidas Preventivas diante de Catástrofes, da Câmara Federal; e Adriano Santhiago de Oliveira, Coordenador do Departamento de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente.

Deliberação de Requerimento Extrapauta:

REQUERIMENTO Nº 17, DE 2011-CMMC

Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas – CMMC, para debater as causas e consequências do vazamento de petróleo no Campo do Frade, na Bacia de Campos, operado pela empresa norte-americana Chevron. A reunião contará a título de sugestão, com a participação dos seguintes convidados: Representante da Petrobrás; Representante da Empresa Chevron; e Representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

Autoria: Senador Sérgio Souza e Deputado Alfredo SirkisResultado: Aprovado

Reunião realizada em 28 de novembro de 2011

14ª Reunião, às 8h30min

Audiência Pública Regional da CMMC em Aracaju para debater as consequências das mudanças climáticas nos biomas brasileiros: Mata Atlântica, Caatinga, Cerrado e Amazônia.

ProgramaçãoData: 28 de novembro de 2011 – segunda-feira – 8h30minLocal: Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe

08h30	Abertura Senador Sérgio Souza – Presidente da CMMC Deputado Márcio Macêdo - Relator da CMMC
9h30 – 10h30	Mesa: “ Biomass brasileiros: mata atlântica, caatinga, cerrado e amazônia ” no âmbito das Mudanças Climáticas Karen Suassuna , Diretoria do Departamento de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente; Francisco Campello , Diretor do Departamento de Combate à Desertificação do Ministério do Meio Ambiente e

	Fernando Antonio Macena da Silva , Pesquisador da EMBRAPA Cerrado
10h30 –12hs	Debates: abertura para perguntas dos membros da CMMC
12hs – 13hs	Encerramento

Reunião realizada em 29 de novembro de 2011**15ª Reunião, às 9 horas, em conjunto com a 57ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA**

Audiência pública com o objetivo de debater os danos ambientais causados pelo vazamento de óleo proveniente do noticiado acidente ocorrido na plataforma Sedco706, utilizada pela Chevron, localizada no campo de Frade, na Bacia de Campos, no Estado do Rio de Janeiro, com a participação dos seguintes convidados: Sílvio Jablonski, Assessor de Diretoria, e Edson Montez, Coordenador Adjunto de Meio Ambiente, da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP); Curt Trennepohl, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); Mário José Guisi, Subprocurador-Geral da República do Ministério Público Federal (MPF); e Luis Alberto Pimenta Borges Bastos, Supervisor de Meio Ambiente da CHEVRON Brasil.

C - SECRETARIA DE COMISSÕES

C.1 - Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes

Reuniões realizadas e Proposições apreciadas
01 a 30/11/2011

COMISSÕES	REUNIÕES			
	ORDINÁRIAS	EXTRAORDINÁRIAS	CONJUNTAS	TOTAL
CAE	4	7	1	12
CAS	-	8	-	8
CCJ	4	5	-	9
CE	3	4	1	8
CMA	-	10	1	11
CDH	-	12	-	12
CRE	2	4	-	6
CI	-	6	1	7
CDR	1	4	-	5
CRA	-	4	2	6
CCT	-	4	3	7
CMMC	-	7	1	8
TOTAL GERAL	14	75	10	99

SUBCOMISSÕES	REUN	PROP	REL.
Permanente de Assuntos Municipais – CAEAM (CAE)	-	-	-
Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional – CAESTN (CAE)	-	-	-
Temporária de Avaliação da Política Fiscal – CAEAPF (CAE)	-	-	-
Permanente das Micro e Peq. Empr. e do Empreendedor Ind. – CAEMPEEI (CAE)	-	-	-
Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência – CASDEF (CAS)	-	-	-
Permanente de Promoção, Acomp. e Defesa da Saúde – CASSAÚDE (CAS)	-	-	-
Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social – CASEMP (CAS)	2	-	-
Temporária Pol. Soc. Depend. Quím.Álcool, “Crack” e outras Drogas–	1	-	-
Permanente de Imagem e Prerrogativas Parlamentares – CCJIPP (CCJ)	-	-	-
Permanente de Segurança Pública – CCJSSP (CCJ)	-	-	-
Temporária para Analisar o PRS 96, de 2009 – CCJSTRA (CCJ)	-	-	-
Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social – CECTMCS (CE)	-	-	-
Permanente do Livro – CESL (CE)	-	-	-
Permanente do Esporte – CESE (CE)	-	-	-
Temporária de Enfrentamento à Violência no Ambiente Escolar (CE)	-	-	-
Permanente da Água – CMAGUA (CMA)	-	-	-
Permanente Acomp. Copa Mundo 2014 e Olimpíadas 2016–CMACOPOLIM (CMA)	-	-	-
Temporária para Acomp.Exec.Obras Usina de Belo Monte – CMABMONTE (CMA)	-	-	-
Temporária Acomp. Conferência ONU sobre Desenv. Sustentável –CMARIO (CMA)	-	-	-
Permanente em Defesa da Mulher – CDHSPDM (CDH)	-	-	-
Permanente da Criança, Adolescente, da Juventude e do Idoso – CDHCAJI (CDH)	-	-	-
Temporária de Erradicação da Miséria e Redução da Pobreza – CDHEMRP (CDH)	-	-	-
Permanente de Combate ao Trabalho Escravo – CDHESCRAVO (CDH)	-	-	-
Permanente de Proteção dos Cidadãos Brasileiros no Exterior – CREPCBE (CRE)	-	-	-
Permanente Acomp. Rio+20 e Reg. Intern. Mudanças Climáticas – CREMC (CRE)	1	-	-
Permanente Modern. e Reaparelhamento. Forças Armadas – CREMRFA (CRE)	-	-	-
Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira – CREPAFF (CRE)	1	-	-
Permanente – Plano de Aceleração do Crescimento – CIPAC (CI)	-	-	-
Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano – CISPID (CI)	-	-	-
Permanente do Desenvolvimento do Nordeste – CDRDN (CDR)	-	-	-
Permanente da Amazônia – CDRAM (CDR)	-	-	-
Permanente do Desenvolvimento do Codesul – CDRDESUL (CDR)	-	-	-
Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016 – CDRCOOL (CDR)	1	1	-
Permanente dos Biocombustíveis – CRABIO (CRA)	-	-	-
Temporária para Acompanhar a Política Agrícola Brasileira – CRAPAB (CRA)	-	-	-
Permanente de Serviços de Informática – CCTSINF (CCT)	-	-	-
TOTAL GERAL DE REUNIÕES E PROPOSIÇÕES	6	1	-

Proposições Apreciadas 01 a 30/11/2011

COMISSÕES	PEC	SCD	ECD	PLC (T)	PLC (NT)	PLS (T)	PLS (NT)	PDS (T)	PDS (NT)	PRS (NT)	IND	MSF	RQS SF
CAE	-	-	-		1	12	4	-	-	-	-	2	-
CAS	-	-	-	-	-	2	5	-	-	-	-	1	-
CCJ	3	-	-	1	3	2	1	-	1	-	-	-	-
CE	-	-	-	6	-	4	5	-	-	-	-	-	-
CMA	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
CDH	-	-	-	-	-	-	9	-	-	2	-	-	-
CRE	-	-	-	-	-	-	1	-	8	-	-	3	1
CI	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-
CDR	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-
CRA	-	-	-	-	1	-	3	-	-	-	-	-	-
CCT	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
CMMC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL	3	-	-	7	7	20	32	-	9	2	-	6	1

Proposições Apreciadas 01 a 30/11/2011

COMISSÕES	OFS	AVS	PFS	SUG	EM. PLEN	REC	DIV	PET	PET (SF)	PAR COM	REQ COM	PAR E REL SUB	CONS QUES ORD. OUTR	TOTAL
CAE	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	-	-	27
CAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12	-	-	20
CCJ	2	-	-	-	1	-	-	-	-	-	6	-	-	20
CE	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	19
CMA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	-	-	9
CDH	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	9	-	-	21
CRE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	14
CI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	4
CDR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-	7
CRA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	5
CCT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	2
CMMC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-	5
SUBTOTAL	3	1	-	1	1	-	-	-	-	-	60	-	-	153

Legendas – Comissões

CAE – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
CAS – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
CCJ – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
CE – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
CMA – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
CDH – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO E CONTROLE
CRE – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
CI – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA
CDR – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
CRA – COMISSÃO DE REFORMA AGRÁRIA E AGRICULTURA
CCT – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
CMMC – COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Legendas – Proposições

PEC – Proposta de Emenda à Constituição
SCD – Substitutivo da Câmara à Projeto de Lei do Senado
ECD – Emenda da Câmara à Projeto de Lei do Senado
PLC (T) – Projeto de Lei da Câmara (terminativo)
PLC (NT) – Projeto de Lei da Câmara (não terminativo)
PLS (T) – Projeto de Lei do Senado (terminativo)
PLS (NT) – Projeto de Lei do Senado (não terminativo)
PDS (T) – Projeto de Decreto Legislativo (terminativo)
PDS (NT) – Projeto de Decreto Legislativo (não terminativo)
PRS – Projeto de Resolução
IND – Indicação
MSF – Mensagem “SF”
RQS “SF” – Requerimento apresentado no Plenário
OFS – Ofício “SF”
AVS – Aviso
PFS – Proposta de Fiscalização e Controle
SUG – Sugestão apresentada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH
EM. PLEN. – Emendas apresentadas em Plenário
REC – Recursos
DIV – Diversos
PET – Petição
PET (SF) – Petição “SF”
PAR. COM. – Parecer de Comissão
REQ. COM. – Requerimento (e Aditamento) de Comissão e Subcomissão
PAR E REL. SUB – Parecer e Relatório das Subcomissões
CONS., QUES.ORD. OUTR. – Consulta, Questão de Ordem e Projetos apresentados pelas Comissões

**Reuniões realizadas e Proposições apreciadas
02/02 a 30/11/2011**

COMISSÕES	REUNIÕES			
	ORDINÁRIAS	EXTRAORDINÁRIAS	CONJUNTAS	TOTAL
CAE	33	19	15	67
CAS	-	46	4	50
CCJ	34	25	4	63
CE	27	34	6	67
CMA	13	17	27	57
CDH	-	86	8	94
CRE	29	26	3	58
CI	2	41	13	56
CDR	5	25	3	33
CRA	-	31	19	50
CCT	-	37	19	56
CMMC	-	14	1	15
TOTAL GERAL	143	401	122	666

SUBCOMISSÕES	REUN	PROP	REL
Permanente de Assuntos Municipais – CAEAM (CAE)	-	-	-
Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional – CAESTN (CAE)	6	16	-
Temporária de Avaliação da Política Fiscal – CAEAPF (CAE)	4	-	-
Permanente das Micro e Pequ. Empr.e do Empreendedor Ind.–CAEMPEEI (CAE)	-	-	-
Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência – CASDEF (CAS)	8	6	-
Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde – CASSAUDE	6	7	-
Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social – CASEMP (CAS)	18	15	-
Temporária Pol.Soc.Depend. Quím.Alcool, “Crack” e outras Drogas–CASDEP	20	15	-
Permanente de Imagem e Prerrogativas Parlamentares – CCJIPP (CCJ)	-	-	-
Permanente de Segurança Pública – CCJSSP (CCJ)	1	-	-
Temporária para Analisar o PRS 96, de 2009 – CCJSTRA (CCJ)	10	1	1
Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social – CECTMCS (CE)	-	-	-
Permanente do Livro – CESL (CE)	-	-	-
Permanente do Esporte – CESE (CE)	-	-	-
Temporária de Enfrentamento à Violência no Ambiente Escolar (CE)	-	-	-
Permanente da Água – CMAGUA (CMA)	3	-	-
Permanente Acomp. Copa Mundo 2014 e Olimpíadas 2016–CMACOPOLIM	12	6	-
Temporária para Acomp.Exec.Obras Usina de Belo Monte – CMABMONTE (CMA)	3	-	-
Temporária Acomp. Conferência ONU sobre Desenv. Sustentável –CMARIO	6	-	-
Permanente em Defesa da Mulher – CDHSPDM (CDH)	6	9	-
Permanente da Criança, Adolescente, da Juventude e do Idoso – CDHCAJI (CDH)	1	-	-
Temporária de Erradicação da Miséria e Redução da Pobreza – CDHEMRP (CDH)	1	-	-
Permanente de Combate ao Trabalho Escravo – CDHESCRAVO (CDH)	-	-	-
Permanente de Proteção dos Cidadãos Brasileiros no Exterior – CREPCBE (CRE)	-	-	-
Permanente Acomp.Rio +20 e Reg.Intern.Mudanças Climáticas – CREMC (CRE)	16	2	-
Permanente Modern.e Reaparelhamento das Forças Armadas – CREMRFA (CRE)	1	-	-
Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira – CREPAFF (CRE)	19	3	-
Permanente – Plano de Aceleração do Crescimento – CIPAC (CI)	-	-	-
Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano – CISPID (CI)	-	-	-
Permanente do Desenvolvimento do Nordeste – CDRDN (CDR)	8	9	-
Permanente da Amazônia – CDRAM (CDR)	6	18	-
Permanente do Desenvolvimento do Codesul – CDRDESUL (CDR)	-	-	-
Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016 – CDRCOOL (CDR)	5	6	-
Permanente dos Biocombustíveis – CRABIO (CRA)	-	-	-
Temporária para Acompanhar a Política Agrícola Brasileira – CRAPAB (CRA)	-	-	-
Permanente de Serviços de informática – CCTSINF (CCT)	-	-	-
TOTAL GERAL DE REUNIÕES E PROPOSIÇÕES	160	113	1

Proposições Apreciadas 02/02 a 30/11/2011

COMISSÕES	PEC	SCD	ECD	PLC (T)	PLC (NT)	PLS (T)	PLS (NT)	PDS (T)	PDS (NT)	PRS (NT)	IND	MSF	RQS SF
CAE	-	-	-	1	12	53	46	-	-	3	-	27	-
CAS	-	2	-	12	10	60	32	-	1	-	-	4	-
CCJ	19	3	1	8	29	26	8	-	2	5	-	9	2
CE	-	-	-	40	10	27	25	-	-	2	-	1	-
CMA	-	-	-	11	5	7	6	-	1	-	1	-	-
CDH	-	-	-	1	9	3	32	-	-	2	-	-	-
CRE	-	-	-	1	5	1	17	-	50	-	-	49	28
CI	-	-	-	3	3	-	14	-	-	-	-	15	-
CDR	-	-	-	-	3	4	16	-	-	-	-	-	-
CRA	-	-	-	-	3	5	17	-	-	-	-	-	-
CCT	-	-	-	1	3	1	4	213	-	-	-	-	1
CMMC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL	19	5	1	78	92	187	217	213	54	12	1	105	31

Proposições Apreciadas 02/02 a 30/11/2011

COMISSÕES	OFS	AVS	PFS	SUG	EM. PLEN	REC	DIV	PET	PET (SF)	PAR	REQ COM	PAR REL SUB	CONS QUES ORD. OUTR	TO- TAL
CAE	1	5	-	-	-	-	-	-	-	-	80	-	-	228
CAS	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	64	-	-	187
CCJ	28	-	-	-	13	-	-	-	-	2	101	-	-	256
CE	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	68	-	-	176
CMA	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	107	-	-	140
CDH	1	1	-	6	-	-	-	2	-	-	149	-	-	206
CRE	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	45	-	2	200
CI	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	64	-	-	105
CDR	4	1	-	-	-	-	-	-	-	-	32	-	-	60
CRA	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	71	-	-	97
CCT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	61	-	-	284
CMMC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17	-	-	17
SUBTOTAL	43	13	1	6	13	-	-	2	-	2	859	-	2	1956

Relatório das Atividades das Comissões Permanentes

01 a 30/11/2011

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE

Presidente: Senador Delcídio do Amaral

Vice-Presidente: Senador Lobão Filho

56ª REUNIÃO REALIZADA EM 01 DE NOVEMBRO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 301 DE 2011 - COMPLEMENTAR NÃO TERMINATIVO

Altera o art. 3º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias para incluir, entre os objetivos da política do Conselho Monetário Nacional, a plena utilização da capacidade produtiva nacional.

Autoria: Senador Inácio Arruda

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatoria Ad Hoc: Senador Romero Jucá

Relatório: Favorável ao Projeto.

Resultado: A Comissão aprova o Parecer, favorável ao Projeto.

ITEM Nº 02

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 477 DE 2011 - COMPLEMENTAR NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, para que passe a figurar como competência do Banco Central do Brasil a expressão “perseguição e estabilidade do poder de compra da moeda, garantir que o sistema financeiro seja sólido e eficiente e estimular o crescimento econômico e a geração de empregos”.

Autoria: Senador Lindbergh Farias

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Favorável ao Projeto.

Resultado: A Comissão aprova o Parecer, favorável ao Projeto.

ITEM Nº 03

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 36 DE 2010 TERMINATIVO

Institui o Fundo de Apoio às Unidades Estaduais e Municipais Hospitalares no atendimento de Urgência e Emergência.

Autoria: Senador Marconi Perillo

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

Resultado: A Comissão rejeita o Projeto.

ITEM Nº 04

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 38 DE 2010 TERMINATIVO

Altera os parágrafos 1º e 6º da Lei nº 9.440, de 14 de março de 1997, que estabelece incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e dá outras providências. (Inclui a faixa de fronteira da Região Sul entre as regiões que fazem jus à renúncia fiscal relacionada à indústria automotiva).

Autoria: Senador Sérgio Zambiasi

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: Pela rejeição do Projeto e da Emenda nº 1-CDR.

Resultado: A Comissão rejeita o Projeto.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 357 DE 2009
TERMINATIVO

Acrescenta o art. 116-A à Lei nº 8.666, de 1993, para tratar da uniformização dos procedimentos atinentes às transferências voluntárias.

Autoria: Senadora Marisa Serrano

Relatoria: Senador Ciro Nogueira

Relatoria Ad Hoc: Senador Romero Jucá

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

Resultado: A Comissão rejeita o Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 511 DE 2009
TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Sorriso, no Estado do Mato Grosso.

Autoria: Senadora Serys Slhessarenko

Relatoria: Senador Alvaro Dias

Relatório: Pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta.

Resultado: A Comissão aprova o Projeto e a Emenda nº 1-CAE.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 130 DE 2009
TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de São Borja, no Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Senador Sérgio Zambiasi

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta.

Resultado: A Comissão aprova o Projeto e a Emenda nº 1-CAE.

57ª REUNIÃO REALIZADA EM 08 DE NOVEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 225 DE 2011 - COMPLEMENTAR
NÃO TERMINATIVO

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão Fiscal, - Lei de Responsabilidade Fiscal, e dá outras providências.

Autoria: Senador José Pimentel

Relatoria Ad Hoc: Senador Benedito de Lira

Relatório: Favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CCJ e contrário à Emenda nº 2.

Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CCJ-CAE e contrário à Emenda nº 2.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 78 DE 2011-CAE

Requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de um ciclo de audiências públicas, em 3 (três) partes, com o objetivo de discutir “um Caminho para o Novo Pacto Federativo”, enfatizando na discussão temas como o Fundo de Participação dos Estados (FPE), o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e a questão da dívida dos Estados, com a presença dos convidados na seguinte ordem: Representantes dos Governos Estaduais; Representantes das Prefeituras Municipais; e Representantes do Governo Federal.

Iniciativa: Senador Delcídio do Amaral.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03

REQUERIMENTO Nº 79 DE 2011-CAE

Requer, nos termos do disposto no inciso IV do art. 71 da Constituição Federal e no inciso X do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, seja solicitada ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES para apurar a realização de negociações de dívidas dos municípios sem a autorização da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e da Secretaria do Tesouro Nacional.

Iniciativa: Senadores Demóstenes Torres e Cyro Miranda.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04**REQUERIMENTO Nº 80 DE 2011-CAE**

Requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, conjunta com a Comissão de Serviços de Infraestrutura - CI, para instruir o PLS 365 de 2009, que "acrescenta inciso VI e § 10º ao art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para instituir a possibilidade de gratuidade dos primeiros 50 kWh mensais de energia elétrica para consumidores da Subclasse Residencial Baixa Renda", debatendo a viabilidade da implementação do Sistema de Pré-Pagamento de Energia Elétrica, com a presença dos seguintes convidados: Exmo. Sr. Edison Lobão, Ministro de Estado de Minas e Energia - MME; Sr. Nelson José Hübner Moreira, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel; Sr. Nelson FONSECA Leite - Presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - Abradee; Sra. Juliana Pereira da Silva - Diretora do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor - DPDC; Sr. Jorge Queiroz de Moraes Junior, Presidente do Conselho de Administração do Grupo Rede; e Sr. Álvaro Dias Junior, Vice-Presidente Corporativo e Diretor Executivo da Empresa Landis Gyr América do Sul - Fabricante de Equipamentos.

Iniciativa: Senadores Romero Jucá e Cyro Miranda.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05**REQUERIMENTO Nº 81 DE 2011-CAE**

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater o tema "Análise dos cinco primeiros anos de vigência da Lei de Falência e Recuperação de Empresas – Principais dificuldades, perspectivas e propostas de alteração", com a presença dos seguintes especialistas: Sr. Fábio Ulhoa Coelho – Advogado e Professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Sr. Osmar Brina Corrêa Lima – Advogado, Professor da Universidade Federal de Minas Gerais e Coordenador da obra "Comentários à Nova Lei de Falência e Recuperação de Empresas"; Sr. Paulo Penalva Santos – Advogado e Professor da Fundação Getúlio Vargas e da Escola da Magistratura do Rio de Janeiro; Sr. Marcelo Vieira de Campos – Secretário de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça; representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Sr. Paulo Fernando Campos Salles de Toledo – Advogado, Professor da Universidade de São Paulo e Presidente do Instituto Brasileiro de Estudos de Recuperação de Empresas; Sr. Carlos Henrique Abrão – Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo; e Sr. Luis Cláudio Montoro Mendes – Advogado e Professor em São Paulo.

Iniciativa: Senador Eduardo Suplicy.

Resultado: Aprovado.

58ª REUNIÃO REALIZADA EM 08 DE NOVEMBRO DE 2011 (ORDINÁRIA)**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Em atendimento aos Requerimentos nº 8, de 2011-CAE, de iniciativa do Senador Armando Monteiro; nº 47, de 2011-CAE, de iniciativa dos Senadores Demóstenes Torres e Aloysio Nunes Ferreira; nº 48, de 2011-CAE, de iniciativa do Senador Lindbergh Farias; e nº 54, de 2011-CAE, de iniciativa dos Senadores Inácio Arruda e Eduardo Suplicy, com o objetivo de "obter informações, fomentar a discussão e propor sugestões a respeito da estratégia conceitual e ações concretas para a revisão da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), proposta pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)"; debater "a realização de operações financeiras envolvendo o BNDES, bem como suas subsidiárias e controladas, inclusive a BNDESPAR"; "esclarecer e discutir a Política de Desembolso, o Programa de Sustentação do Investimento (PSI) e a Política Industrial do BNDES"; bem como discutir o "conjunto de medidas adotadas pelo governo sobre uma nova política industrial, tecnológica, de serviços e de comércio exterior do país, reunidas no 'Plano Brasil Maior'".

PARTICIPANTE

- Luciano Coutinho - Presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

59ª REUNIÃO REALIZADA EM 08 DE NOVEMBRO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Em atendimento ao Requerimento nº 27 de 2011-CI, de autoria do Senador Delcídio do Amaral; e aos Requerimentos nºs 28 e 42 de 2011-CAE, ambos de autoria do Senador Delcídio do Amaral, com o objetivo de debater a Renovação das Concessões.

PARTICIPANTE

- Márcio Zimmermann - Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia.

60ª REUNIÃO REALIZADA EM 09 DE NOVEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

Discussão e votação das Emendas da Comissão ao PL Nº 29/2011-CN – Plano Plurianual para o período 2012-2015, que serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Resultado: A Comissão aprova a apresentação, perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, de 6 Emendas da CAE ao Projeto de Lei nº 29/2011-CN.

61ª REUNIÃO REALIZADA EM 09 DE NOVEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Em atendimento ao Requerimento nº 39, de 2011-CAE, de iniciativa do Senador Cristovam Buarque, com a finalidade de debater "o atual estado de endividamento da população brasileira e suas consequências financeiras, econômicas e sociais no futuro".

PARTICIPANTES

- Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo - Diretor de Política Econômica do Banco Central do Brasil;
- Raul Velloso - Consultor Econômico;
- José Márcio Camargo - Professor de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ; e
- Carlos Tadeu de Freitas Gomes - Chefe da Divisão Econômica da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, representando Antonio José Domingues de Oliveira Santos, Presidente da CNC.

62ª REUNIÃO REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)**ITEM Nº 01****MENSAGEM (SF) Nº 142 DE 2011****NÃO TERMINATIVA**

Solicita autorização para contratação de operação de crédito externo no valor equivalente de até US\$ 22,132,000.00 (vinte e dois milhões e cento e trinta e dois mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Hortolândia, Estado de São Paulo, e a Operação Andina de Fomento - CAF, destinada ao financiamento parcial do Programa de Infraestrutura Urbana e Prolongamento de Áreas Naturais de Hortolândia - Infra-Urbe.

Autoria: Presidenta da República

Relatoria: Senador José Pimentel

Relatoria Ad Hoc: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado (PRS) que apresenta.

Resultado: A Comissão aprova o Parecer, favorável nos termos do PRS apresentado.

**ITEM Nº 02
MENSAGEM (SF) Nº 143 DE 2011
NÃO TERMINATIVA**

Propõe seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 1 28,660,000.00 (cento e vinte e oito milhões seiscentos e sessenta mil dólares dos Estados Unidos da América), entre Furnas Centrais Elétricas S.A - FURNAS e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinada a financiar, parcialmente, o "Projeto de Modernização das Hidrelétricas Furnas e Luiz Carlos Barreto de Carvalho".

Autoria: Presidenta da República

Relatoria: Senador Delcídio do Amaral

Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado (PRS) que apresenta.

Resultado: A Comissão aprova o Parecer, favorável nos termos do PRS apresentado.

63ª REUNIÃO REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 2011 (ORDINÁRIA)

Não houve deliberação de matérias.

64ª REUNIÃO REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

**ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52 DE 2008
NÃO TERMINATIVO**

Dispõe sobre o dever de notificação em caso de necessidade de ações preventivas, de socorro, assistenciais ou recuperativas na área de defesa civil e dá outras providências.

Autoria: Deputado Sandro Mabel

Relatoria: Senador Casildo Maldaner

Relatório: Favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ.

Resultado: A Comissão aprova o Parecer, favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ-CAE.

**ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 40 DE 2011
TERMINATIVO**

Altera a Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, e a Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991, para autorizar o acesso dos bancos cooperativos aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para fins de concessão de crédito rural.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Relatoria: Senador Casildo Maldaner

Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta.

Resultado: A Comissão aprova o Projeto nos termos da Emenda nº 02-CAE (Substitutivo). Conforme disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, o Substitutivo será submetido a Turno Suplementar de Discussão.

**ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 82 DE 2011-CAE**

Requer, nos termos do art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidados a comparecer à Comissão de Assuntos Econômicos, em audiência pública, os Senhores Delfim Neto, Eduardo Giannetti da Fonseca, Mailson da Nóbrega e Luiz Gonzaga Belluzzo, para discutirem a situação atual da política econômica desenvolvida pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

Iniciativa: Senador Demóstenes Torres

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04

REQUERIMENTO Nº 83 DE 2011-CAE

Requer, no s termo s do art. 93, i nciso I, do Regi mento Inte rno do Sen ado Fe deral, a re alização de audiência pública des tinada a debater o Projeto de Lei do Senado nº 86 de 2011-Complementar, que “altera a Lei Compl ementar nº 101, de 4 de maio d e 2000, pa ra tratar da s Transferências Voluntárias a Municípios com população de até 50 mil habitantes”, com a presença dos seguintes convidados: Exma. Sra. Samantha Chantal Dobrowolski, Procuradora Regional da República da Terceira Região; Sra. Lucieni Pereira, Especialista em Finanças Públicas e Controle Externo, Segunda Vice-Presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do TCU (Sindilegis); e Sr. Marcelo Barros Gomes, Secretário de Macroavaliação Governamental do Tribunal de Contas da União.

Iniciativa: Senador Demóstenes Torres

Resultado: Aprovado.

65ª REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

Discussão e Votação das Emendas desta Comissão ao PL nº 28/2011-CN – Projeto de Lei Orçamentária Anual pa ra o Ano de 2012 (P LOA/2012), que serão a presentadas à Comissão Mista de Plano s, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Resultado: A Comissão aprovou a apresentação ao PLOA/2012, perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, das Emendas nºs 05, 15, 16 e 24 (renumeradas como 01, 02, 03 e 04).

66ª REUNIÃO REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2011 (ORDINÁRIA)**ITEM Nº 01****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68 DE 2004
NÃO TERMINATIVO**

Permite a utilização dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para pagamento de financiamento habitacional concedido por entidades fechadas de previdência complementar.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Contrário ao Projeto.

Resultado: A Comissão aprova o Parecer da CAE, contrário ao Projeto.

ITEM Nº 02**OFÍCIO “S” Nº 18 DE 2008
NÃO TERMINATIVO**

Encaminha ao Senado Federal, em atendimento ao § 1º do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004, informações referentes à co ntratação de parceria públi co-privada da Se cretaria de Economia e Pl anejamento do Estado de São Paulo.

Autoria: Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo

Relatoria: Senador Inácio Arruda (substituído por “ad hoc”)

Relatoria Ad Hoc: Senador Casildo Maldaner

Relatório: Pelo conhecimento do Ofício “S” nº 18 de 2008 pela Comissão e envio de cópia da deliberação da Comissão ao Ministério da Fazenda, para que possa dar ciência ao órgão competente.

Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, pelo conhecimento do Ofício “S” nº 18 de 2008 pela Comissão e envio de cópia do Parecer da Comissão ao Ministério da Fazenda, para que possa dar ciência ao órgão competente.

ITEM Nº 03**TURNO SUPLEMENTAR DE DISCUSSÃO DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 40 DE 2011
TERMINATIVO**

Ementa do Projeto: Altera a Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, e a Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991, para autorizar o acesso dos bancos cooperativos aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para fins de concessão de crédito rural.

Autoria do Projeto: Senadora Ana Amélia

Relatoria do Projeto: Senador Casildo Maldaner

Resultado: Não sendo oferecidas emendas na discussão em Turno Suplementar, o Substitutivo é dado como definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 60 DE 2011
TERMINATIVO

Dispõe sobre a exclusão do valor do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) da base de cálculo da comissão do representante comercial autônomo.

Autoria: Senador João Vicente Claudino

Relatoria: Senador José Agripino (substituído por “ad hoc”)

Relatoria Ad Hoc: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3 que apresenta.

Resultado: A Comissão rejeita o Projeto e as Emendas nºs 1, 2 e 3. Vencida a Relatoria Ad Hoc, o Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designa o Senador Eduardo Suplicy Relator do vencido, nos termos do art. 128 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 189 DE 2010
TERMINATIVO

Autoriza a Caixa Econômica Federal a realizar o concurso especial da Mega-Sena, com a finalidade de destinar recursos às vítimas das enchentes de Alagoas.

Autoria: Senador João Tenório

TRAMITA EM CONJUNTO COM
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 203 DE 2010
TERMINATIVO

Autoriza a Caixa Econômica Federal a realizar o concurso especial da Mega-Sena, com a finalidade de destinar recursos às vítimas das enchentes nos Estados de Pernambuco e Alagoas.

Autoria: Senador Cícero Lucena

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy

Relatório: Pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nºs 189 e 203 de 2010.

Resultado: A Comissão rejeita o Projeto de Lei do Senado nº 203 de 2010, e aprova o Projeto de Lei do Senado nº 189 de 2010 nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Vencido o Relator, o Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designa o Senador Benedito de Lira Relator do vencido, nos termos do art. 128 do Regimento Interno do Senado Federal. Conforme disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, o Substitutivo será submetido a Turno Suplementar de Discussão.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 16 DE 2010
TERMINATIVO

Acrescenta o art. 23-A à Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, e dá outras providências. (garante a assunção dos resíduos pela União para mutuários que assinaram contratos de financiamento no SFH de acordo com sua faixa de renda)

Autoria: Senador Marconi Perillo

Relatoria: Senadora Angela Portela (substituído por “ad hoc”)

Relatoria Ad Hoc: Senadora Lídice da Mata

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

Resultado: A Comissão rejeita o Projeto.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 147 DE 2009
TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a pagar as duas parcelas correspondentes ao Fundo de Participação dos Municípios e dá outras providências.

Autoria: Senador Raimundo Colombo

Relatoria: Senador Wellington Dias

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

Resultado: A Comissão rejeita o Projeto.

ITEM Nº 08
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 353 DE 2009
TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Rondonópolis, no Estado de Mato Grosso.

Autoria: Senador Jayme Campos

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 que apresenta.

Resultado: A Comissão aprova o Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 – CAE.

ITEM Nº 09
REQUERIMENTO Nº 84 DE 2011-CAE

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater o despreparo do Brasil para evitar e conter vazamentos de petróleo e os impactos ambientais e econômicos decorrentes do vazamento que ocorreu no Campo do Frade, na Bacia de Campos, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Haroldo Lima, Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo - ANP; Exmo. Sr. Carlos Minc, Secretário de Estado do Ambiente do Governo do Rio de Janeiro; Representante do Comando da Marinha do Brasil; Sr. George Buck, Presidente da petrolífera americana Chevron no Brasil; Sr. Aristide Soffiati, do Núcleo de Estudos Socioambientais da Universidade Federal Fluminense - UFF/Campos; e Sr. João Antônio de Moraes, da Federação Única dos Petroleiros.

Iniciativa: Senadora Ana Amélia

Resultado: Aprovado.

67ª REUNIÃO REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 20, de 2010, 64, de 2011 e 67, de 2011, todos de autoria do Senador Flexa Ribeiro, destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 406 de 2008, que "altera a lei nº 8.630, de 1993, para revigorar a cobrança do Adicional de Indenização do Trabalhador Portuário Avulso - AITP, e dá outras providências".

PARTICIPANTES

- Mário Lima Júnior (representando o Exmo. Sr. José Leônidas de Menezes, Ministro-Chefe da Secretaria de Portos) - Secretário Executivo da Secretaria de Portos – SEP;
- Eduardo Lirio Guterra - Presidente da Federação Nacional dos Portuários;
- Wilen Manteli (representando, ainda, o Sr. Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria) - Presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários – ABTP; e
- Jader Brandes Neves - Sócio Gerente da Empresa Stella Maris Operações Portuárias Ltda.

TOTAL DE REUNIÕES: 12

Ordinária – Deliberativa: 03

Extraordinária – Deliberativa: 05

Ordinária – Audiência Pública: 01

Extraordinária – Audiência Pública: 02

Conjunta - Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 27

Projeto de Lei da Câmara (não terminativo): 01

Projeto de Lei do Senado (terminativo): 12

Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 04

Mensagem (SF): 02

Ofício "S": 01

Requerimento – CAE: 07

Obs.: Turno Suplementar do Substitutivo ao PLS Nº 40, de 2011.

Obs.: A Comissão aprovou a apresentação de:

- 6 (seis) Emendas ao Projeto PL nº 29/2011-CN – Plano Plurianual para o período 2012-2015 (PPA/2012-2015); e
- 4 (quatro) Emendas ao PL nº 28/2011-CN – Projeto de Lei Orçamentária Anual para o Ano de 2012 (PLOA/2012).

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

Presidente: Senador Jayme Campos

Vice-Presidente: Senador Casildo Maldaner

43ª REUNIÃO REALIZADA EM 09 DE NOVEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 482, DE 2003 TERMINATIVO

Altera o disposto no caput do artigo 103 Lei nº 8213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Casildo Maldaner

Resultado: O Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 482, de 2003, é da do como definitivamente adotado, no Turno Suplementar, nos termos do art. 284 do RISF.

44ª REUNIÃO REALIZADA EM 09 DE NOVEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

Discussão e votação das Emendas da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 29/2011-CN.

Relatoria: Senador Humberto Costa

Resultado: São aprovadas por unanimidade duas (2) emendas à despesa (Emendas nºs 1 e 2), relacionadas à inclusão de iniciativas, e vinte (20) emendas ao texto (Emendas nºs 3 à 22) ao PPA 2012-2015.

45ª REUNIÃO REALIZADA EM 16 DE NOVEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 324, DE 2009 NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, que cria o Fundo Garantia-Safra e institui o Benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem, nas regiões que especifica para estender o Benefício Garantia-Safra à área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e dá outras providências.

Autoria: Senador Jefferson Praia

Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Relatoria Ad Hoc: Senador João Durval

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 324, de 2009 na forma do Substitutivo que apresenta; e pelo arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 547, de 2009.

Resultado: Aprovado Parecer favorável, na forma da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo); e pelo arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 547, de 2009.

TRAMITA EM CONJUNTO COM PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 547, DE 2009

Altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, que cria o Fundo Garantia-Safra e institui o Benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem, nas regiões que

especifica, para estender o Benefício Garantia -Safrã à área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO e dá outras providências.

Autoria: Senadora Marisa Serrano

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta o inciso XVIII ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a liberação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço do trabalhador que necessite executar projeto de acessibilidade em imóvel próprio.

Autoria: Senador Jayme Campos

Relatoria: Senador Lindbergh Farias

Relatoria Ad Hoc: Senadora Ana Rita

Relatório: Pela aprovação do Projeto com a Emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado Parecer favorável, com a Emenda nº 1-CAS.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 269, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Altera o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para facultar às empresas substituir a contratação de empregados pelo patrocínio de atletas portadores de deficiência.

Autoria: Senador José Bezerra

Relatoria: Senador Lindbergh Farias

Relatoria Ad Hoc: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

Resultado: Aprovado Parecer pela rejeição do Projeto.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 55, DE 2011-CAS

Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requero a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais – CAS, com vistas a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 443, de 2009, que Estabelece a duração máxima da jornada de trabalho do farmacêutico, com a participação dos seguintes convidados:

- Presidente Executivo da Associação Brasileira de Redes de Farmácia – ABRAFARMA;
- Senhor Márcio Pochmann, Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA;
- Representante da Federação Nacional dos Farmacêuticos – FENAFAR;
- Representante do Ministério do Trabalho e Emprego; e
- Representante do Conselho Federal de Farmácia.

Autoria: Senadora Lídice da Mata

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 54, DE 2011-CAS

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 434, de 2011 que “altera a Lei nº 7.183, de 5 de abril de 1984, para modificar a jornada de trabalho do aeronauta”. Segue, abaixo, relação de palestrantes a serem convidados:

- Senhor Carlos Eduardo Pellegrino – Diretor de Operações de Aeronave da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC);
- Senhor Gelson Dagmar Fochesato – Comandante da Varig Linhas Aéreas e Presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas (SNA);
- Senhor Ronaldo Juenkins de Lemos - Diretor Técnico do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias (SNEA);
- Senhor Nelson Riet Correa - Presidente do Conselho Consultivo de Ciências Aeronáuticas da ANAC e da Federação dos Aeroclubes do RS (FAERGS);
- Senhor Georges de Moura Ferreira - Prof. de Direito Aeronáutico Nacional e Internacional pela PUC-GO, Consultor da Associação Brasileira de Táxis Aéreos – ABTAer, Conselheiro da Associação de Pilotos e Proprietários de Aeronaves – APPA e Consultor da Associação Brasileira de Aeronaves Experimentais.

Autoria: Senador Vicentinho Alves.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06

**TURNO SUPLEMENTAR DE DISCUSSÃO DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2011
TERMINATIVO**

Revoga a alínea f do art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de excluir a embriaguez habitual ou em serviço como causa para a rescisão do contrato de trabalho pelo empregador.

Autoria: Deputado Roberto Magalhães

Relatoria: Senador Paulo Bauer

Resultado: O Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2011, é dado como definitivamente adotado, no Turno Suplementar, nos termos do art. 284 do RISF.

ITEM Nº 07

**TURNO SUPLEMENTAR DE DISCUSSÃO DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 193, DE 2003
TERMINATIVO**

Acrescenta parágrafo ao artigo 166 e altera a redação dos artigos 167 e 193, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, que dispõe sobre as medidas de segurança e de proteção individual contra os riscos de acidentes do trabalho, e dá outras providências.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senador Cícero Lucena

Resultado: O Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2003, é dado como definitivamente adotado, no Turno Suplementar, nos termos do art. 284 do RISF.

ITEM Nº 08

**TURNO SUPLEMENTAR DE DISCUSSÃO DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 615, DE 2007
TERMINATIVO**

Altera a Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995, para proibir o uso de informações constantes dos cadastros das agências de proteção ao crédito e afins, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho e dá outras providências.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senador Cícero Lucena

Resultado: O Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 615, de 2007, é dado como definitivamente adotado, no Turno Suplementar, nos termos do art. 284 do RISF.

**TRAMITA EM CONJUNTO COM
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 283, DE 2008**

Altera a Lei nº 9.029, de 13 de abril 1995, que "proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho", para definir ações e crimes resultantes de discriminação na relação de trabalho.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

ITEM Nº 09

REQUERIMENTO Nº 52, DE 2011–CAS

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, c/c o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o senhor CARLOS LUPI, Ministro de Estado do Trabalho e Emprego para, em audiência pública nesta Comissão de Assuntos Sociais, prestar os devidos esclarecimentos sobre as matérias publicadas pelas revistas VEJA e ISTOÉ, em suas edições nº 2.243 e nº 2.192, respectivamente, que tratam sobre esquemas de corrupção no Ministério do Trabalho e Emprego.

Autoria: Senador Alvaro Dias.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 10

REQUERIMENTO Nº 53, DE 2011–CAS

Requer, nos termos do disposto no art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, combinado com os artigos 90, inciso V, e artigo 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Senhor Carlos Roberto Lupi, Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, para em audiência nesta Comissão de Assuntos Sociais, prestar esclarecimentos sobre as denúncias que faz a edição 2243 da revista *Veja*, sobre o suposto desvio de recursos públicos de programas de qualificação profissional e sua relação com o empresário Adair Meira, dono da Fundação Pró-Cerrado e da Rede Nacional de Aprendizagem, Promoção Social e Integração (RENAPSI).

Autoria: Senadora Ana Amélia

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 11**REQUERIMENTO Nº 56, DE 2011–CAS**

Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requero, em aditamento ao Requerimento aprovado na Comissão de Assuntos Sociais – CAS, para realização de Audiência Pública, com vistas a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 443, de 2009, que Estabelece a duração máxima da jornada de trabalho do farmacêutico, a inclusão do seguinte convidado: Sr. Humberto Luiz Ribeiro da Silva, Secretário de Comércio e Serviços do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC.

Autoria: Senadora Lidice da Mata

Resultado: Aprovado.

46ª REUNIÃO REALIZADA EM 17 DE NOVEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Em atendimento aos Requerimentos nºs 52 e 53, de 2011-CAS, de autoria do Senador Alvaro Dias e Senadora Ana Amélia, suscitados pelas Senadoras Ana Rita e Vanessa Grazziotin e, pelo Senador Eduardo Suplicy, respectivamente, a fim de que o Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Senhor Carlos Roberto Lupi, preste esclarecimentos sobre as matérias publicadas pelas revistas *“Veja”* e *“Isto É”*, que tratam sobre esquemas de corrupção no Ministério, e também sobre suposto desvio de recursos públicos de programas de qualificação profissional e sua relação com o empresário Adair Meira.

PARTICIPANTE

- Carlos Roberto Lupi - Ministro de Estado do Trabalho e Emprego

ITEM Nº 01**REQUERIMENTO Nº 57, DE 2011–CAS**

Requero, nos termos regimentais, que os requerimentos 02/2011 e 08/2011, ambos da CASSAUDE, sejam contemplados na audiência pública que será realizada no dia 22 de novembro de 2011, no âmbito desta Comissão de Assuntos Sociais destinada a discutir a situação da Saúde Suplementar no Brasil, conforme Requerimento 37/2011 – CAS, de autoria do Senador Paulo Davim, por tratar do mesmo tema.

Autoria: Humberto Costa.

Resultado: Aprovado.

47ª REUNIÃO REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Em atendimento aos Requerimentos nºs 37, de 2011-CAS, de autoria do Senador Paulo Davim, e 57, de 2011-CAS, de autoria do Senador Humberto Costa, com o objetivo de abordar as questões relacionadas à “Saúde Suplementar no Brasil”.

PARTICIPANTES

- José Cláudio Ribeiro Oliveira - Assessor Jurídico da Unimed do Brasil, Representante do Presidente da Unimed do Brasil, Eudes de Freitas Aquino;

- Marcio Costa Bichara - Secretário de Saúde Suplementar, Representante do Presidente da Federação Nacional dos Médicos – FENAM, Cid Célio Jayme Carvalhaes e Representante do Presidente do Conselho Federal de Medicina – CFM, Roberto Luiz D'Avila;
- José Luiz Dantas Mestrinho - Diretor de Assuntos Parlamentares da AMB, Representante do Presidente da Associação Médica Brasileira – AMB, Florentino de Araujo Cardoso Filho;
- Vinícius Marques de Carvalho - Secretário de Direito Econômica do Ministério da Justiça – SDE/MJ; e
- Maurício Ceschin - Diretor-Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

48ª REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01

REQUERIMENTO Nº 60, DE 2011 - CAS

Requeremos nos termos do disposto no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 93, inciso II e artigo 100, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, destinada a instruir o PLS 352, de 2011, que “Altera a Lei nº 9.656, de 03 de junho de 1.998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para incluir os tratamentos antineoplásicos de uso oral entre as coberturas obrigatórias.” Para tanto, sugerimos sejam convidados: Dr. Mauricio Ceschin – Diretor – Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS; Dr. Paulo Hoff - médico oncologista, diretor do ICESP e do Centro de Oncologia do Hospital Sírio Libanês; Sra. Luciana Holtz de Camargo Barros – Presidente do Instituto Oncoguia; Dr. Adalberto Abrão Siufi – Médico Oncologista – Diretor da Clínica de Oncologia - Campo Grande – MS.

Autores: Senadora Ana Amélia e Senador Waldemir Moka

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02

REQUERIMENTO Nº 58, DE 2011 – CAS

Nos termos do inciso I, do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, REQUEIRO a realização de audiência pública, a fim de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 378 de 2011 – que altera a Lei nº 5.811, de 11 de outubro de 1972, para garantir a todos os trabalhadores, efetivos ou comissionados, a jornada de turnos ininterruptos.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03

REQUERIMENTO Nº 59, DE 2011 – CAS

Requeiro, nos termos do disposto nos artigos 93, inciso II e artigo 100, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, com a presença do Senhor Jorge Heide, Presidente da Caixa Econômica Federal, destinada a discutir a intenção do Governo de distribuir até 50% dos lucros do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), conforme matéria veiculada pelo Jornal O Globo, do dia 20 de novembro de 2011.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Resultado: Aprovado.

49ª REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM ÚNICO

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO Nº 28, DE 2011

EMENDAS AO PLOA 2012

Discussão e votação das Emendas da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 28/2011-CN.

Relatoria: Senador Waldemir Moka

Resultado: São aprovadas por unanimidade quatro (4) Emendas de Apropriação (Emendas nºs 1 a 4-CAS), ao PLOA 2012.

50ª REUNIÃO REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

1ª PARTE**ITEM Nº 01****REQUERIMENTO Nº 61, DE 2011 - CAS**

Em aditamento ao Requerimento de nº 60/2011 – CAS, que dispõe sobre a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, para instruir o PLS 352, de 2011, que “Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para incluir os tratamentos antineoplásicos de uso oral entre as coberturas obrigatórias”, requeremos que seja incluído no rol de convidados um Representante de Entidade dos Planos de Saúde e o nome do Dr. Florentino de Araújo Cardoso Filho, Presidente da Associação Médica Brasileira – AMB.

Autores: Senadora Ana Amélia e Senador Waldemir Moka.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 410, DE 2011
NÃO TERMINATIVO**

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para dispor sobre o crime praticado contra a segurança alimentar.

Autoria: Senador Eduardo Amorim

Relatoria: Senador Benedito de Lira

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 410, de 2011.

Resultado: Aprovado Parecer favorável.

ITEM Nº 03**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 213, DE 2010
TERMINATIVO**

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para tornar obrigatória a existência do Programa Saúde da Família em municípios com mais de quarenta mil habitantes.

Autoria: Senador Alfredo Nascimento

Relatoria: Senador Paulo Davim

Relatório: Pela oitiva preliminar da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ.

Resultado: Aprovado Parecer pela oitiva preliminar da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ.

ITEM Nº 04**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 391, DE 2003
TERMINATIVO**

Proíbe a publicação em jornais de anúncio de emprego, sem a devida identificação da empresa contratante.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Pela aprovação do Projeto com a Emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 391, de 2003 com a Emenda nº 1-CAS.

2ª PARTE**ITEM Nº 01****MENSAGEM (SF) Nº 144, DE 2011
NÃO TERMINATIVO**

Submete ao Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, c/c o art. 6º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, o nome do Senhor ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Hesio de Albuquerque Cordeiro.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Paulo Davim

Relatório: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Resultado: A Comissão aprova o Parecer favorável à escolha do nome do Senhor ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar-ANS,

por unanimidade, com 15 (quinze) votos SIM.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 62, DE 2011 - CAS

Requeiro, nos termos regimentais, o encaminhamento para Sua Excelência a Presidente da República, Senhora Dilma Rousseff, e demais autoridades do Poder Executivo e Judiciário, para conhecimento e determinação de medidas cabíveis, das Propostas para o Plano de Estratégia Nacional sobre Políticas de Prevenção e Combate ao Alcool, "Crack" e outras Drogas, aprovadas pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, em parceria com as Frentes Parlamentares do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, que atuam com foco no tema, bem como a Comissão Especial de Políticas Públicas de Combate às Drogas, da Câmara dos Deputados, "destinada a promover estudos e proposições de políticas públicas e de Projetos de Lei destinados a combater e prevenir os efeitos do Crack e de outras drogas ilícitas" – CEDROGA.

Autoria: Senador Wellington Dias

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 63, DE 2011 - CAS

Requeiro nos termos do art. 93, inciso II, a realização de audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 606, de 2011, que altera e acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o cumprimento das sentenças e a execução de títulos extrajudiciais na Justiça do Trabalho. Para tanto, recomendo a presença dos seguintes convidados: Senhor João Oreste Dalazen – Presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST); Senhor Robson Braga de Andrade – Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI); Senhor Antônio José Domingues de Oliveira Santos – Presidente da Confederação Nacional do Comércio (CNC); Senhor Ophir Filgueiras Cavalcante Junior – Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Senhor Paulo Pereira da Silva – Deputado Federal e Presidente da Força Sindical; Senhor Artur Henrique – Presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Autoria: Senadora Ana Amélia

Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 08
Extraordinária – Deliberativa: 06
Extraordinária – Audiência Pública: 02

MATÉRIAS APRECIADAS: 20
Projeto de Lei do Senado (terminativo): 02
Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 05
Mensagem SF (não terminativo): 01
Requerimento - CAS: 12

Obs.: Turno Suplementar do Substitutivo ao PLS Nº 482, de 2003.
Turno Suplementar do Substitutivo ao PLC Nº 12, de 2011.
Turno Suplementar do Substitutivo ao PLS Nº 193, de 2003.
Turno Suplementar do Substitutivo ao PLS Nº 615, de 2007,
que tramita em conjunto com o PLS Nº 283, de 2008.

Obs.: A Comissão aprovou a apresentação de:

- 22 (vinte e duas) Emendas ao Projeto PL nº 29/2011-CN – Plano Plurianual para o período 2012-2015 (PPA/2012-2015); e
- 4 (quatro) Emendas ao PL nº 28/2011-CN – Projeto de Lei Orçamentária Anual para o Ano de 2012 (PLOA/2012).

**SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO
E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL – CASEMP (CAS)**

Presidente: Senador Paulo Paim
Vice-Presidente: Senadora Lídice da Mata

17ª REUNIÃO REALIZADA EM 08 DE NOVEMBRO DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 14, de 2011-CASEMP, de autoria do Senador Paulo Paim, com a finalidade de debater o tema “Advocacia Pública como função essencial à justiça: análise da estrutura atual e projeção para o futuro nos três níveis da Federação”.

PARTICIPANTES

- Fernando Luiz Albuquerque Faria - Advogado-Geral da União Substituto;
- Marcos Luiz da Silva - Presidente da Associação Nacional dos Advogados da União – ANAUNI;
- Vera Shirley Ferreira - Diretora da Associação Nacional dos Procuradores Federais – ANPAF;
- Paulo de Tarso Souza - Presidente da Associação dos Servidores da Advocacia-Geral da União – ASAGU;
- Luiz Carlos Palacios - Presidente da União dos Advogados Públicos Federais do Brasil – UNAFE;
- Allan Titonelli Nunes - Presidente do Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal;
- Juliano Dossena - Presidente da Associação Nacional dos Procuradores de Estado – ANAPE; e
- Evandro de Castro Bastos - Presidente da Associação Nacional dos Procuradores Municipais – ANPM.

18ª REUNIÃO REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 1, de 2011-CASEMP, de autoria do Senador Paulo Paim, para realização de Ciclo de Debates no âmbito da Subcomissão.

Assunto: Alternativas ao fator previdenciário. Tema: Desaposentação/Desaposentadoria e Reajuste dos aposentados e pensionistas que ganham acima do salário mínimo.

PARTICIPANTES

- Cleber Verde – Deputado Federal;
- Carlos Andreu Ortiz - Presidente Estadual do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Força Sindical – SINDNAPI/SP, Representante do Presidente da Força Sindical, Deputado Federal Paulo Pereira da Silva;
- Warley Martins Gonçalves - Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas – COBAP;
- Leonardo José Rolim Guimarães - Secretário de Políticas de Previdência Social do Ministério da Previdência Social – MPS, Representante do Secretário-Executivo do MPS, Carlos Eduardo Gabas;
- Lindolfo Luiz dos Santos Neto - Secretário de Finanças da Executiva Nacional da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB, Representante do Presidente da CGTB, Senhor Ubiraci Dantas de Oliveira;
- Quintino Severo - Secretário-Geral da Central Única dos Trabalhadores – CUT, Representante do Presidente da CUT, Senhor Artur Henrique da Silva;
- Moacyr Roberto Tesch Auersvald - Secretário-Geral da Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST, Representante do Presidente da NCST, Senhor José Calixto Ramos;
- Álvaro Sólton de França - Presidente do Conselho Executivo da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – ANFIP; e
- Antônio Augusto de Queiroz - Diretor de Documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – ANFIP.

TOTAL DE REUNIÕES: 02

Audiência Pública: 02

MATÉRIAS APRECIADAS: 00

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, “CRACK” E OUTRAS DROGAS – CASDEP (CAS)

Presidente: Senador Wellington Dias

Vice-Presidente: Senadora Ana Amélia

20ª REUNIÃO REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2011**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Audiência Pública destinada ao Relato do Presidente da Subcomissão, Senador Wellington Dias, e das demais autoridades que participaram da Missão Oficial realizada *in loco* nos Países: Inglaterra, Holanda, Suécia e Portugal, em busca de aprimorar conhecimentos quanto às políticas públicas adotadas para os dependentes químicos nesses países.

PARTICIPANTE

- Rosane Ferreira (PV/PR) - Deputada Federal, Membro Titular da Comissão Especial da Câmara dos Deputados, “destinada a promover estudos e proposições de políticas públicas e de Projetos de Lei destinados a combater e prevenir os efeitos do Crack e de outras drogas ilícitas” – CEDROGA.

TOTAL DE REUNIÕES: 01

Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 00**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**

Presidente: Senador Eunício de Oliveira

Vice-Presidente: Senador José Pimentel

55ª REUNIÃO REALIZADA EM 08 DE NOVEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)**ITEM Nº 01****OFÍCIO “S” Nº 58, DE 2011****NÃO TERMINATIVO**

Indica a Senhora Cláudia Maria de Freitas Chagas, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, em conformidade com o disposto nos incisos I e II do art. 130-A da Constituição Federal.

Autoria: Procuradoria-Geral da República**Relatoria:** Senador Jorge Viana**Relatório:** Votação secreta.**Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à indicação.**ITEM Nº 02****OFÍCIO “S” Nº 59, DE 2011****NÃO TERMINATIVO**

Encaminha, em atenção ao disposto nos incisos I e II do art. 130-A da Constituição Federal, o nome do Procurador Regional da República Mário Luiz Bonsaglia, membro do Ministério Público da União escolhido pelo Ministério Público Federal para a composição do Conselho Nacional do Ministério Público.

Autoria: Procuradoria-Geral da República**Relatoria:** Senador Renan Calheiros**Relatório:** Votação secreta.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável à indicação.

56ª REUNIÃO REALIZADA EM 09 DE NOVEMBRO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01

**TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 478, DE 2011
TERMINATIVO**

Revoga o art. 5º da Lei nº 12.034, de 29 de setembro de 2009, que institui o voto impresso para as eleições de 2014.

Autoria: Senador Lindbergh Farias

Relatoria: Senador Demóstenes Torres

Resultado: O Substitutivo oferecido ao PLS nº 478, de 2011, é dado como definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do RISF.

ITEM Nº 02

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 82, DE 2011
NÃO TERMINATIVO**

Altera o art. 134 da Constituição Federal.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin e outros

Relatoria: Senador Inácio Arruda

Relatoria Ad Hoc: Senador Demóstenes Torres

Relatório: Favorável à Proposta.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta.

ITEM Nº 03

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 168, DE 2010
TERMINATIVO**

Acrescenta 2 (dois) cargos em comissão no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Contas da União para provimento em Gabinete de Auditor do Tribunal de Contas da União.

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relatoria: Senador Vital do Rêgo

Relatoria Ad Hoc: Senadora Marta Suplicy

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CCJ.

ITEM Nº 04

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 48, DE 2011
TERMINATIVO**

Altera o art. 306 da Lei nº 9.503, de 30 de setembro de 1997 - o Código Brasileiro de Trânsito, para tornar crime a condução de veículo automotor sob a influência de qualquer concentração de álcool ou substância psicoativa.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatoria: Senador Vital do Rêgo

Relatoria Ad Hoc: Senador Pedro Taques

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nº 1-CCJ a nº 5-CCJ.

ITEM Nº 05

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 399, DE 2010
NÃO TERMINATIVO**

Susta o Decreto nº 3.690, de 19 de dezembro de 2000, que "aprova o Regulamento do Corpo do Pessoal Graduado da Aeronáutica, e dá outras providências", em seu efeito autorizativo de licenciamento de aprovados em concursos públicos de admissão ao CESD - Curso de Especialização de Soldados.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatoria: Senador Benedito de Lira

Relatório: Contrário ao Projeto.

Resultado: Aprovado o Parecer contrário ao Projeto.

ITEM Nº 06
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 87, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Altera o art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Autoria: Senador Romero Jucá e outros

Relatoria: Senador Renan Calheiros

Relatório: Favorável à Proposta e contrário às Emendas nº 1, 2 e 3.

Resultado: Aprovado o Parecer, favorável à Proposta e contrário às Emendas nºs 1, 2 e 3.

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 96, DE 2011-CCJ

“Requeiro, nos termos do Art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública desta Comissão para a instauração do PLC nº 98 de 2011, que “Institui o Estatuto da Juventude, dispondo sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude, o estabelecimento do Sistema Nacional de Juventude e dá outras providências”, com a presença dos seguintes convidados: Deputada Manuela D’Ávila (PCdoB/RS), relatora do Estatuto da Juventude na Câmara dos Deputados; Severino Macedo, Secretário Nacional de Juventude da Presidência da República; Gabriel Medina, Presidente do Conselho Nacional de Juventude; Daniel Iliescu, Presidente da União Nacional dos Estudantes; Luiz Inácio Silva da Rocha, Coordenador do Fórum Nacional da Juventude Negra; Representante do GAP, Grupo de Ação Parlamentar pró Música. Tendo em vista a previsão de votação da matéria nesta Comissão para o dia 23 de novembro de 2011, sugiro que esta audiência se realize no dia 22 de novembro de 2011.”

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues.

Resultado: Aprovado.

57ª REUNIÃO REALIZADA EM 16 DE NOVEMBRO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 191, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Institui o Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro - SIPRON e revoga o Decreto-Lei nº 1.809, de 7 de outubro de 1980.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Favorável ao Projeto.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 579, DE 2011
TERMINATIVO

Altera o art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para restringir a aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança de multas de trânsito ao financiamento de campanhas educativas sobre direção defensiva, cultura da paz e combate à violência no trânsito, e de desestímulo ao consumo de álcool e drogas por parte dos motoristas.

Autoria: Senador Eunício Oliveira

Relatoria: Senador Vital do Rêgo

Relatoria Ad Hoc: Senador Demóstenes Torres

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1.

Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CCJ.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 258, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Institui a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural (PDBR) e dispõe sobre a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento do Brasil Rural (PNDBR).

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CCJ e nº 2-CCJ.

ITEM Nº 04
EMENDA Nº 2-PLEN OFERECIDA À
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Altera os arts. 28, 29 e 82 da Constituição Federal, para estabelecer mandato de cinco anos para o Presidente da República, Governador do Estado e do Distrito Federal e Prefeitos e mudar a data das respectivas posses.

Autoria da Proposta: Senador José Sarney e outros

Autoria da Emenda nº 2-PLEN: Senador Aloysio Nunes Ferreira e outros

Relatoria: Senador Renan Calheiros

Relatoria Ad Hoc: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Favorável à Emenda nº 2, de Plenário.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Emenda nº 2-PLEN.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 110, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a obrigatoriedade de tratamento e assistência de saúde contida em parques de lazer e recreação existentes em áreas públicas e privadas.

Autoria: Deputado Neucimar Fraga

Relatoria: Senadora Marta Suplicy

Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto, com a Emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto, com a Emenda nº 1-CCJ.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 97, DE 2011-CCJ

Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada, por esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Audiência Pública para avaliar e discutir o Projeto de Lei do Senado nº 74, de 2010, que "Cria regras para a aplicação de concursos para a investidura em cargos e empregos públicos no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal", com a participação do Dr. William Douglas, magistrado e membro do Conselho Editorial da Editora Impetus (RJ) e de representantes das seguintes entidades, empresas do setor de concursos e órgãos públicos de planejamento e bancas examinadoras: Associação Nacional de Defesa e Apoio aos Concurseiros (ANDACON); Instituto dos Concursos (DF); Escola de Administração Fazendária (ESAF); e Centro de Seleção e de Promoção de Eventos (CESPE/UNB).

Autoria: Senadores Rodrigo Rollemberg e Antonio Carlos Valadares.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 98, DE 2011-CCJ

"Requeiro, de acordo com o disposto no art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública a ser realizada nesta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovada nos termos do Requerimento nº 96, de 2011-CCJ, destinada a instruir a PL C nº 98, de 2011, com os convidados constantes do mesmo, que também seja convidado o Senhor Antônio Francisco de Lima Neto, Coordenador do Setor de Juventude do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra."

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues e Demóstenes Torres.

Resultado: Aprovado.

58ª REUNIÃO REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 96, de 2011-CCJ, de iniciativa do Senador Randolfe Rodrigues, e 98 de 2011-CCJ, de iniciativa dos Senadores Randolfe Rodrigues e Demóstenes Torres, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 2011, que "Institui o Estatuto da Juventude, dispondo sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude, o estabelecimento do Sistema Nacional de Juventude e dá outras providências".

PARTICIPANTES

- Manuela Pinto Vieira D'Ávila (PCdoB/RS) – Deputado Federal, Relatora do Estatuto da Juventude na Câmara dos Deputados
- Severine Macedo - Secretária Nacional de Juventude da Presidência da República
- Gabriel Medina - Presidente do Conselho Nacional de Juventude
- Daniel Iliescu - Presidente da União Nacional dos Estudantes
- Carlos Leoni Rodrigues Siqueira Júnior - Representante da Senhora Cristina Gomes Saraiva, Coordenadora do Grupo de Ação Parlamentar Pró-Música
- Antônio Francisco de Lima Neto - Coordenador do Setor de Juventude do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

59ª REUNIÃO REALIZADA EM 22 e 23 DE NOVEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

Discussão e votação das Emendas da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ao Projeto de Lei nº 28/2011-CN, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012" (PLOA - 2012).

Resultado: Aprovadas as Emendas nºs 1-CCJ a 4-CCJ ao PLN nº 28, da 2011-CN.

60ª REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01

REQUERIMENTO Nº 99, DE 2011-CCJ

"Requeiro nos termos do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para instruir a elaboração do Parecer da Comissão de Justiça e Cidadania do Senado Federal ao Projeto de Resolução do Senado nº 72, de 2010 e em razão desse motivo, para debater os termos da proposição, é indicada a participação das seguintes autoridades: Senhor Marconi Perillo, Governador do Estado de Goiás; Senhor Raimundo Colombo, Governador do Estado de Santa Catarina; Senhor Renato Casagrande, Governador do Estado do Espírito Santo; Senhor Nelson Barbosa, Secretário Executivo do Ministério da Fazenda; Senhor Robson de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI; Senhor Fernando Blumenschein, economista e coordenador de projetos da Fundação Getúlio Vargas – FGV; Senhor Luís Pulo Rosenberg, economista-chefe da Rosenberg & Associados; Senhor Marco Polo de Mello Lopes, Presidente-executivo do Instituto Aço Brasil e o Senhor Aguinaldo Diniz Filho, Presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confeção (ABIT).

Autoria: Senadores Ricardo Ferraço e Armando Monteiro.

Resultado: Aprovado.

61ª REUNIÃO, REALIZADA EM 23 E 24 DE NOVEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

Não houve deliberação de matérias.

62ª REUNIÃO REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM ÚNICO

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 114, DE 2011 NÃO TERMINATIVO

Altera o art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Renan Calheiros

Relatório: Favorável à Proposta.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta.

63ª REUNIÃO REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 89, DE 2010 NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, destinados ao Ministério do Esporte.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Inácio Arruda

Relatório: Favorável ao Projeto.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. Votam vencidos os Senadores Pedro Taques, Pedro Simon, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Demóstenes Torres, Armando Monteiro e Randolfe Rodrigues.

ITEM Nº 02

REQUERIMENTO Nº 100, DE 2011-CCJ

“Nos termos regimentais, requeiro aditamento ao Requerimento nº 99/2011, com o objetivo de incluir a convocação do Presidente da CUT, Sr. ARTUR HENRIQUE DA SILVA SANTOS, e da Força Sindical, Sr. PAULO PEREIRA DA SILVA, para debater o PRS Nº 72, DE 2010 de autoria do Senador Romero Jucá e outros, que “Estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações interestaduais com bens e mercadorias importadas do exterior”.”

Autoria: Senadores Acir Gurgacz e Pedro Taques.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03

REQUERIMENTO Nº 101, DE 2011-CCJ

“Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 99, de 2011-CCJ, aprovado em 23/04/2011, que a audiência pública nesta Comissão com o objetivo de debater o Projeto de Resolução do Senado nº 72/2010, que estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior, inclua como convidados: Sr. Clóvis Paes - Embaixador da CP Condutores Associados; Sr. Luiz Alberto Neto - Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos.”

Autoria: Senador Armando Monteiro.

Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 09

Ordinária – Deliberativa: 04

Extraordinária – Deliberativa: 04

Extraordinária – Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 20

Proposta de Emenda à Constituição: 03

Projeto de Lei da Câmara (terminativo): 01

Projeto de Lei da Câmara (não terminativo): 03

Projeto de Lei do Senado (terminativo): 02

Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 01

Projeto de Decreto Legislativo (não terminativo): 01

Ofício “S”: 02

Emenda de Plenário: 01

Requerimento – CCJ: 06

Obs.: Turno Suplementar do Substitutivo ao PLS Nº 478, de 2011.

Obs.: A Comissão aprovou a apresentação de:

- 4 (quatro) Emendas ao PL nº 28/2011-CN – Projeto de Lei Orçamentária Anual para o Ano de 2012 (PLOA/2012).

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – CE

Presidente: Senador Roberto Requião

Vice-Presidente: Senador Paulo Bauer

60ª REUNIÃO REALIZADA EM 08 DE NOVEMBRO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 89, DE 2011 NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, que dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências, para prorrogar a validade da norma e alterar o limite de dedução relativo à pessoa jurídica.

Autoria: Senador Ciro Nogueira

Relatoria: Senador Inácio Arruda

Relatoria Ad Hoc: Senadora Maria do Carmo Alves

Relatório: Favorável

Resultado: Aprovado o parecer.

ITEM Nº 02

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 131, DE 2011 NÃO TERMINATIVO

Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados para os veículos adquiridos por órgãos estaduais, distritais ou municipais, quando destinados ao transporte escolar.

Autoria: Senador Eunício Oliveira

Relatoria: Senador Vicentinho Alves

Relatório: Favorável

Resultado: Aprovado o parecer.

ITEM Nº 03

REQUERIMENTO Nº 68, DE 2011-CE

“Requeiro, nos termos regimentais e em aditamento ao Requerimento nº 48/2011-CE, de autoria do Senhor Senador Paulo Bauer, que trata da realização de audiência pública para discutir “A Educação a Distância e o âmbito dos cursos de graduação em Serviço Social no país”, que seja incluído no rol de convidados o Magnífico Reitor do Centro Universitário Leonardo da Vinci - Uniasselvi, Professor Malcon Tafner.”

Autoria: Senador Cyro Miranda

Resultado: Aprovado.

61ª REUNIÃO REALIZADA EM 09 DE NOVEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 48, de 2011 -CE, de autoria do Senador Paulo Bauer, destinada a discutir a “educação à distância e o âmbito dos cursos de graduação em serviço social no país”.

PARTICIPANTES

- Esther Luíza de Souza Lemos - Conselheira do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS;

- Hélio Chaves Filho - Diretor do Departamento de Regulação e Supervisão de Educação a Distância - Ministério da Educação - MEC;
- João Vianney - Professor e Consultor de Educação a Distância; e
- Ricardo Holz - Presidente da Associação Brasileira dos Estudantes de Educação a Distância – ABE-EAD.

62ª REUNIÃO REALIZADA EM 09 DE NOVEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

Discussão e votação das Emendas de esta Comissão ao PL Nº 29/2011-CN – Plano Plurianual para o período 2012-2015, que serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Resultado: A Comissão aprova a apresentação, perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, de 16 (dezesesseis) Emendas da CE ao Projeto de Lei nº 29/2011-CN.

63ª REUNIÃO REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 220, DE 2010 NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional), para facultar a portadores de diploma de curso superior não titulados em nível de pós-graduação o acesso ao magistério na educação superior, nas condições que especifica.

Autoria: Comissão de Serviços de Infraestrutura (SF)

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Pela rejeição

Resultado: Aprovado o parecer pela rejeição.

64ª REUNIÃO REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

Discussão e votação das Emendas da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ao Projeto de Lei nº 28/2011-CN, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012" (PLOA - 2012).

Resultado: Aprovadas 4 (quatro) Emendas de Apropriação.

65ª REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 57, de 2011-CE, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, para tratar do "Programa Nacional de Alimentação Escolar e o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar".

PARTICIPANTES

- Márcia Adriana de Carvalho - Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME / RS) e Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto de São Francisco de Paula / RS;
- Eduardo Carlos Manyari - Programa Nacional de Alimentação Escolar (FNDE) - Ministério da Educação;
- Maria Nilene Badeca da Costa - Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e Secretária de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul;
- Lourene Mariano da Silva - Confederação Nacional de Municípios (CNM); e
- José Maria Rodrigues - Coordenador do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (FNDE) - Ministério da Educação.

66ª REUNIÃO REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 198, DE 2010
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004, que “Dispõe sobre o depósito legal e de publicações, na Biblioteca Nacional, e dá outras providências”, para incluir as bibliotecas públicas e estaduais e do Distrito Federal entre as destinatárias de exemplares de publicações referentes ao depósito legal.

Autoria: Senador José Sarney

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Favorável, na forma do substitutivo oferecido

Resultado: Aprovado o substitutivo (A matéria será apreciada em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal).

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 409, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, para imputar responsabilidades na esfera administrativa, civil e criminal pelo descumprimento do inciso I, do art. 17.

Autoria: Senador Eduardo Amorim

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatoria Ad Hoc: Senador Walter Pinheiro

Relatório: Favorável, com a emenda oferecida

Resultado: Aprovado o parecer, com a Emenda nº 01-CE.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 308, DE 2006
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, para coibir a concorrência parasitária.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Favorável, com a emenda nº 01-CCT/CAE

Resultado: Aprovado, com a Emenda nº 01-CCT/CAE/CE.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 275, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006, que cria a “Timemania”, para fixar novos percentuais de destinação de recursos às entidades de prática desportiva na modalidade futebol profissional e para ampliar as possibilidades de parcelamento de débitos das entidades que especifica.

Autoria: Senador Aníbal Diniz

Relatoria: Senadora Ângela Portela

Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas

Resultado: Aprovado o parecer, com as Emendas nºs 01-CE e 02-CE.

ITEM Nº 05
AVISO Nº 76, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Encaminha cópia do Acórdão nº 2.261, de 2011 - TCU - Plenário, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada com o objetivo de analisar a governança das agências reguladoras federais de infraestrutura (TC 012.693/2009-9).

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Pelo conhecimento e posterior arquivamento

Resultado: Aprovado o parecer.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 229, DE 2009
TERMINATIVO

Institui a Semana Nacional de Educação, Conscientização e Orientação sobre a Fissura Lábio-Palatina e dá outras providências.

Autoria: Deputado José Eduardo Cardozo

Relatoria: Senadora Ângela Portela

Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas

Resultado: Aprovado, com as Emendas nºs 01-CE e 02-CE.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 196, DE 2011
TERMINATIVO

Acrescenta inciso ao art.12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre o combate ao bullying nas escolas.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti

Relatório: Pela prejudicialidade

Resultado: Prejudicado.

ITEM Nº 08
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 6, DE 2007
TERMINATIVO

Acrescenta artigo à Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e dá outras providências.

Autoria: Senador Geraldo Mesquita Júnior

Relatoria: Senador Eduardo Amorim

Relatório: Pela prejudicialidade

Resultado: Prejudicado.

ITEM Nº 09
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 95, DE 2010
TERMINATIVO

Denomina Senador Jonas Pinheiro o trecho das rodovias BR-070, BR-163 e BR-364 referente ao rododnel de Cuiabá, no Estado de Mato Grosso.

Autoria: Deputada Thelma De Oliveira

Relatoria: Senador Anibal Diniz

Relatório: Favorável

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 10
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 217, DE 2009
TERMINATIVO

Denomina Milton Brandão a rodovia BR-404 que liga a cidade de Piripiri, no Estado do Piauí, à de Icó, no Estado do Ceará.

Autoria: Deputado Paes Landim

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 11
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 237, DE 2009
TERMINATIVO

Denomina Prefeito Leônicio Miranda a ponte na BR-235, sobre o rio Tocantins, entre os Municípios de Tupirama e Pedro Afonso, no Estado do Tocantins.

Autoria: Deputado João Oliveira

Relatoria: Senadora Lídice da Mata

Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 12
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 20, DE 2011
TERMINATIVO

Denomina Guimarães Rosa a ponte construída sobre o Rio São Francisco, ligando os Municípios de Carinhanha e Malhada, na BR-030, no Estado da Bahia.

Autoria: Deputado Zezéu Ribeiro

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Favorável

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 13
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 66, DE 2010
TERMINATIVO

Denomina Rodovia Manoel Ferreira Lago Filho o trecho da rodovia BR-146 entre as cidades de Passos e Bom Jesus da Penha, ambas no Estado de Minas Gerais.

Autoria: Deputado Aelton Freitas

Relatoria: Senador Eduardo Amorim

Relatório: Favorável

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 14
REQUERIMENTO Nº 69, DE 2011 – CE

Requeiro, nos termos do art. 58 § 2º II da Constituição Federal, combinado com os arts. 90 II e 93 II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, para debater “A organização da Copa do Mundo de 2014 e a Lei Geral da Copa”, com o presidente da Federação Internacional de Futebol Associado – FIFA, Senhor Joseph S. Blatter e o presidente da Confederação Brasileira de Futebol – CBF, Senhor Ricardo Teixeira.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 15
REQUERIMENTO Nº 70, DE 2011 – CE

“Requeiro, nos termos do art. 58 § 2º II da Constituição Federal, combinado com os arts. 90 II e 93 II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, com a finalidade de debater o “Sistema Educacional da Finlândia”, com um especialista em educação daquele país a ser oportunamente indicado.”

Autoria: Senador Roberto Requião

Resultado: Aprovado.

67ª REUNIÃO REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2011 CONJUNTA COM A
COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 13, de 2011-CE e 18, de 2011-CCT, de autoria dos Senadores Wellington Dias e Walter Pinheiro, para tratar do “uso democrático da ciência para transformação social e econômica do Brasil”.

PARTICIPANTES

- Miguel Nicolelis (Ph.D) – Professor e criador do Instituto Internacional de Neurociências de Natal Edmond e Lilly de Safrá (I INN-ELS) e Professor Titular de Neurobiologia e Co-Diretor do Centro de Neuroengenharia da Duke University – EUA; e
- Arquimedes Diógenes Cilino - Subsecretário de Coordenação das Unidades de Pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI.

TOTAL DE REUNIÕES: 08

Ordinária – Deliberativa: 03
Extraordinária – Deliberativa: 02
Extraordinária – Audiência Pública: 02
Conjunta – Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 19

Projeto de Lei da Câmara (terminativo): 06
Projeto de Lei do Senado (terminativo): 04
Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 05
Aviso: 01
Requerimento – CE: 03

Obs.: A Comissão aprovou a apresentação de:

- 16 (dezesseis) Emendas ao Projeto PL nº 29/2011-CN – Plano Plurianual para o período 2012-2015 (PPA/2012-2015); e
- 4 (quatro) Emendas ao PL nº 28/2011-CN – Projeto de Lei Orçamentária Anual para o Ano de 2012 (PLOA/2012).

**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR
E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA**

Presidente: Senador Rodrigo Rollemberg
Vice-Presidente: Senadora Kátia Abreu

47ª REUNIÃO REALIZADA EM 01 DE NOVEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 111, de 2011-CMA, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, destinada a instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 147, de 2010, que “Cria a Área de Proteção Ambiental da Serra da Canastra, que passa a compor o mosaico de unidade de conservação da Serra da Canastra, nos termos do art. 26 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000”.

PARTICIPANTES

- Rômulo José Fernandes Barreto Mello - Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), auxiliado por Marcello Rodrigues Kinouchi, Coordenador Geral de Criação, Planejamento e Avaliação de Unidade de Conservação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio);
- Odair Cunha - Deputado Federal;
- Edson Faria Mello - Diretor do Departamento de Desenvolvimento Sustentável na Mineração do Ministério de Minas e Energia (MME);
- Nilzo de Faria - Prefeito do Município de São Roque de Minas;
- André Luis Braga Picardi - Articulador Voluntário do Programa de Revitalização do rio São Francisco e ex-Secretário de Meio Ambiente do Município de São Roque de Minas;
- Reinaldo Sebastião de Almeida - Presidente da Associação e Instituição Representativa dos Canasteiros (AIRCA); e
- Jorge de Oliveira Penha - Presidente da Associação dos Extratores e Comerciantes de Quartzitos do Médio Rio Grande.

48ª REUNIÃO REALIZADA EM 08 DE NOVEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01

REQUERIMENTO Nº 114, DE 2011-CMA

Requeiro, nos termos regimentais, a indicação de Senadores para participarem, como representantes desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), da 17ª Conferência das Partes (COP 17) na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e da 7ª Conferência das Partes no Protocolo de Quioto (CMP-7), que ocorrerão em Durban, cidade da África do Sul, na província de KwaZulu-Natal, entre os dias 28 de novembro e 9 de dezembro do corrente ano.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02 REQUERIMENTO Nº 115, DE 2011-CMA

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de três audiências públicas para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011 (Projeto de Reforma do Código Florestal), conforme relação abaixo: 1ª Audiência Pública – 09/11/2011 – A Reforma do Código Florestal e as Cidades: Carlos Afonso Nobre, Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT); Celso Santos Carvalho, Diretor de Assuntos Fundiários Urbanos da Secretaria Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades; Paulo Safad y Simão, Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC); e Nabil Bonduki, Professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP). 2ª Audiência Pública – 10/11/2011 – A Reforma do Código Florestal e as Bacias Hidrográficas: Vicente Andreu Guillo, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas (ANA); José Galizia Tundisi, Ex-Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e Ex-Vice-Presidente do Internacional Council of Science (ICSU); Stela Goldenstein, Ex-Secretária do Meio Ambiente do Estado de São Paulo; Pedro Ubiratan, Procurador do Estado do Chefe da Procuradoria do Estado de São Paulo em Brasília; Cid Tomanik Pompeu, Doutor em Direito e Consultor na área de Direito de Águas; e Maria Teresa Piedade, Professora Doutora do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA). 3ª Audiência Pública – 11/11/2011 – A Reforma do Código Florestal e as Florestas: José Carlos Carvalho, Ex-Ministro do Meio Ambiente e Superintendente Geral Fundação Amazônia Sustentável; Bráulio Ferreira de Souza Dias, Secretário da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente (MMA); José Luciano Penido, Presidente do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Celulose e Papel (BRACELPA); Representante da ONG Amigos da Terra; Adalberto Veríssimo, Pesquisador Sênior do Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON); Tasso Azevedo, Consultor do Ministério do Meio Ambiente (MMA); e André Lima, Assessor Especial de Políticas Públicas do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAN).

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03 REQUERIMENTO Nº 116, DE 2011-CMA

Requeiro, nos termos dos art. 93, §2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa da realização das audiências públicas previstas nos Requerimentos da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle nº 2 e seus respectivos aditamentos, 40, 41, 42, 47, 50, 54, 61, 65, 66, 67, 72, de 2011-CMA, que buscam "coletar subsídios técnico-jurídicos para aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965), atualmente em curso no Congresso Nacional".

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Resultado: Aprovado.

49ª REUNIÃO REALIZADA EM 09 DE NOVEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 115, de 2011 - CMA, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011 (Projeto de Reforma do Código Florestal) sob a perspectiva de seu impacto nas cidades.

PARTICIPANTES

- Carlos Afonso Nobre - Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT);

- Celso Santos Carvalho - Diretor de Assuntos Fundiários Urbanos da Secretaria Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades;
- Paulo Safady Simão - Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC);
- Nabil Bonduki - Professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP); e
- Tasso Azevedo - Consultor do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

50ª REUNIÃO REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 115, de 2011 - CMA, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011 (Projeto de Reforma do Código Florestal) sob a perspectiva de seu impacto nas bacias hidrográficas.

PARTICIPANTES

- João Gilberto Lotufo Conejo - Diretor da Área de Regulação da Agência Nacional de Águas (ANA);
- Stela Goldenstein - Ex-Secretária do Meio Ambiente do Estado de São Paulo;
- Pedro Ubiratan Escorel de Azevedo - Procurador do Estado Chefe da Procuradoria do Estado de São Paulo em Brasília; e
- Maria Teresa Piedade - Pesquisadora do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA).

51ª REUNIÃO REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

Apreciação das Emendas da CMA ao PL Nº 29/2011-CN (Mensagem Nº 87/2011-CN, Nº 345/2011, na Origem) - Plano Plurianual para o período 2012-2015.

Resultado: A Comissão aprovou o relatório, que passa a constituir o Parecer da CMA, pela aprovação de 6 (seis) emendas de texto e 5 (cinco) emendas de iniciativa nova ao texto do Projeto de Lei nº 29/2011-CN, que "Institui o Plano Plurianual da União para o período 2012-2015".

52ª REUNIÃO REALIZADA EM 11 DE NOVEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 115, de 2011 - CMA, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011 (Projeto de Reforma do Código Florestal) sob a perspectiva de seu impacto nas florestas.

PARTICIPANTES

- José Carlos Carvalho - Ex-Ministro do Meio Ambiente e Superintendente Geral Fundação Amazônia Sustentável;
- Bráulio Ferreira de Souza Dias - Secretário da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente (MMA);
- Roberto Smeraldi - Diretor da OSCIP Amigos da Terra; e
- André Lima - Assessor Especial de Políticas Públicas do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia.

53ª REUNIÃO REALIZADA EM 17 DE NOVEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

Discussão e Votação das Emendas da Comissão ao PL nº 28/2011-CN – que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012 (LOA 2012)", que serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Resultado: A Comissão aprovou a apresentação de 1 (uma) emenda de texto e de 4 (quatro) emendas de apropriação de despesa.

54ª REUNIÃO REALIZADA EM 21 DE NOVEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)**ITEM Nº 01****REQUERIMENTO Nº 117, DE 2011-CMA**

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para debater sobre os danos ambientais causados pelo vazamento de óleo proveniente do noticiado acidente ocorrido na plataforma Sedco706, utilizada pela Chevron, localizada no campo de Frade, na Bacia de Campos, no Estado do Rio de Janeiro, com a presença dos seguintes convidados:- Representante da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP; - Representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis - IBAMA;- Subprocurador-Geral da República Mário Gisi;- Secretário de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro Carlos Minc;- Representante da Empresa Petrolífera Chevron; e - Representante da Organização Não Governamental SkyTruth.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Resultado: Aprovado.

55ª REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)**ITEM Nº 01****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 30, DE 2011
NÃO TERMINATIVO**

Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Autoria: Deputado Sérgio Carvalho e outros

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 30 de 2011, rejeitando as emendas oferecidas perante a CMA, números 1, 5, 6, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 27, 28, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 56, 57, 58, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 100, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 140, 141, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 182, 183, 184, 187, 189, 190, 191, 192, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210 e 211; e acolhendo as emendas oferecidas perante a CMA, números 2, 3, 4, 7, 10, 24, 26, 29, 30, 31, 33, 50, 54, 55, 59, 60, 65, 73, 90, 98, 99, 101, 102, 107, 114, 132, 139, 142, 143, 168, 169, 180, 181, 185, 186, 188, 193, 194, 195, 196, 197 e 212, tudo consolidado na forma da emenda (substitutivo) apresentada.

Resultado: A Comissão aprova o parecer favorável, na forma do Substitutivo apresentado, ressalvados os destaques. Vota vencido o Senador Randolfe Rodrigues.

ITEM Nº 02**REQUERIMENTO Nº 118, DE 2011-CMA**

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, para esclarecer os motivos do aumento da cota do nível do reservatório das UHE de Santo Antônio e Jirau, bem como o possível impacto que causará ao meio ambiente em decorrência desse aumento. Segue, abaixo, relação de convidados:- Senhor Victor Paranhos – Diretor Presidente da Empresa Energia Sustentável do Brasil;- Senhor Eduardo Melo Pinto – Presidente da Empresa Santo Antônio Energia; - Senhor Curt Trennepohl - Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); - Senhor André Pepitone da Nóbrega – Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Autoria: Senador Vicentinho Alves

Resultado: Aprovado

ITEM Nº 03**REQUERIMENTO Nº 119, DE 2011-CMA**

Requeiro, nos termos regimentais, seja Aditivado ao Requerimento de realização de Audiência Pública, de autoria do Senador Vicentinho Alves, no âmbito da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor,

Fiscalização e Controle e do Senado Federal, que as autoridades envolvidas para prestarem esclarecimentos sobre os Empreendimentos de Jirau e Santo Antônio, no Estado de Rondônia, também, informem, os seguintes quesitos: Denúncias de que na área do alagamento aonde está sendo executada a supressão, não está sendo retirada a madeira e sim, queimadas e enterradas, e desta forma, deixado de ser gerado mais empregos na área madeireira; Denúncias de Assoreamento aonde o solo retirado das escavações está sendo jogado no leito do Rio Madeira; O cumprimento das Compensações Ambientais e Sociais acordadas pelo Plano do Planalto, juntamente com os Ministérios de Minas e Energia e Meio Ambiente com o Governo do Estado de Rondônia e a Prefeitura de Porto Velho; e Com os aditamentos feitos pelo Poder Público e o consequente aumento dos impactos ambientais, solicitamos esclarecimentos para saber se houve aditamento nas respectivas Compensações Ambientais e Sociais. Requeiro, ainda, sejam acrescidos ao rol de convidados indicados pelo nobre Senador Vicentinho Alves, para prestarem informações acerca das denúncias ora apresentadas, os senhores: - Délio Galvão – Diretor Institucional, responsável pela obra da Usina Hidrelétrica de Santo Antonio, pelo Consórcio CCSA; e, - João Auler, Diretor Institucional, responsável pela obra da Usina Hidrelétrica de Jirau, pelo Consórcio ESBR.

Autoria: Senador Ivo Cassol

Resultado: Aprovado

56ª REUNIÃO REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 30, DE 2011 NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Autoria: Deputado Sérgio Carvalho e outros

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 30 de 2011, rejeitando as emendas oferecidas perante a CMA, números 1, 5, 6, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 27, 28, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 56, 57, 58, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 100, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 140, 141, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 182, 183, 184, 187, 189, 190, 191, 192, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210 e 211; e acolhendo as emendas oferecidas perante a CMA, números 2, 3, 4, 7, 10, 24, 26, 29, 30, 31, 33, 50, 54, 55, 59, 60, 65, 73, 90, 98, 99, 101, 102, 107, 114, 132, 139, 142, 143, 168, 169, 180, 181, 185, 186, 188, 193, 194, 195, 196, 197 e 212, tudo consolidado na forma da emenda (substitutivo) apresentada.

Resultado: A Comissão aprova o Parecer, pela aprovação do Projeto, na forma da emenda nº 03-CMA (Substitutivo).

ITEM Nº 02

REQUERIMENTO Nº 120, DE 2011-CMA

Nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do RISF, requeremos urgência para o PLC nº 30 de 2011, que “Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.”

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Resultado: Aprovado, com voto vencido do Senador Randolfe Rodrigues

ITEM Nº 03

REQUERIMENTO Nº 121, DE 2011-CMA

Nos termos regimentais, requeiro a realização de audiências públicas conjuntas entre a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle – CMA e a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC, para debater as causas e as consequências ambientais do vazamento de óleo proveniente do noticiado acidente ocorrido na plataforma Sedco706, utilizada pela Chevron,

localizada no campo de Frade, na Bacia de Campos, no Estado do Rio de Janeiro, conforme a aprovação dos requerimentos nº 117/2011-CMA e 17/2011-CMMC.

Autoria: Senador Sérgio Souza

Resultado: Aprovado

**57ª REUNIÃO REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2011 CONJUNTA COM
A COMISSÃO MISTA DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Destinada a debater os danos ambientais causados pelo vazamento de óleo proveniente do noticiado acidente ocorrido na plataforma Sedco706, utilizada pela Chevron, localizada no campo de Frade, na Bacia de Campos, no Estado do Rio de Janeiro.

PARTICIPANTES

- Silvío Jablonski, Assessor de Diretoria, e Edson Montez, Coordenador Adjunto de Meio Ambiente, da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP);
- Curt Trennepohl, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA);
- Mário José Guisi, Subprocurador-Geral da República do Ministério Público Federal (MPF); e
- Luis Alberto Pimenta Borges Bastos, Supervisor de Meio Ambiente da CHEVRON Brasil.

TOTAL DE REUNIÕES: 11

Extraordinária – Deliberativa: 06

Extraordinária – Audiência Pública: 04

Conjunta – Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 09

Projeto de Lei da Câmara (não terminativo): 01

Requerimento - CMA: 08

Obs.: A Comissão aprovou a apresentação de:

- 11 (onze) Emendas ao Projeto PL nº 29/2011-CN – Plano Plurianual para o período 2012-2015 (PPA/2012-2015); e
- 05 (cinco) Emendas ao PL nº 28/2011-CN – Projeto de Lei Orçamentária Anual para o Ano de 2012 (PLOA/2012).

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CDH

Presidente: Senador Paulo Paim

Vice-Presidente: Senadora Ana Rita

83ª REUNIÃO REALIZADA EM 01 DE NOVEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 137, de 2011-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, “para debater a regulamentação dos artigos 30 e 31 (A manutenção dos planos de saúde corporativos após o término do contrato de trabalho) da Lei 9.656/98, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde”.

PARTICIPANTES

- Denise Rodrigues Eloi de Brito - Presidente da União Nacional das Instituições de Auto gestão em Saúde – UNIDAS;

- Celso Amaral de Miranda Pimenta – Diretor de Seguridade Social – e Júlio Cesar Silva – Assessor Jurídico –, representantes da Nova Central Sindical dos Trabalhadores – NCST – substituindo o Presidente José Calixto Ramos;
- Raimundo Nonato dos Santos – Representante da União Geral dos Trabalhadores –, substituindo o Presidente Ricardo Patah;
- Arnaldo Gonçalves – Secretário Geral do Sindicato Nacional dos Aposentados – Força Sindical;
- Lourenço Ferreira do Prado - Coordenador Interino do Fórum Sindical dos Trabalhadores – FST;
- Maurício Ceschin - Diretor-Presidente da Agência Nacional de Saúde – ANS;
- Uriel de Almeida Papa – Diretor do Tribunal de Contas da União;
- José Claudio Ribeiro Oliveira – Assessor Jurídico – representante da UNIMED no Brasil –, substituindo o Presidente Eudes de Freitas Aquino;
- José Cecchin – Diretor Executivo da Federação Nacional de Saúde Suplementar –, representante da FENASAÚDE, substituindo o Presidente Marcio Serôa de Araújo Coriolano;
- Victor José Ferreira – Professor, representante da FNTF – Federação Nacional dos Trabalhadores Ferroviários;
- Edson Guilherme Haubert – Presidente do MOSAP; e
- Nilton Rodrigues da Paixão Júnior - Presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União – SINDLEGIS.

ITEM Nº 01**REQUERIMENTO Nº 146, DE 2011-CDH**

“Requeiro nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 145-CDH, de 2011, que trata de audiência pública para debater os direitos das mulheres nos programas e ações consignados na proposta do Plano Plurianual – Quadriênio 2012/2015 e na proposta do Orçamento Geral da União para 2012, a inclusão no debate dos direitos sobre liberdade de crença, dos idosos, negros, indígenas, pessoas com deficiências, crianças e adolescentes e pessoas LGBT’s”.

Autoria: Senadora Lídice da Mata

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02**REQUERIMENTO Nº 147, DE 2011-CDH**

“Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública a fim de ouvir o Sistema Integrado de Saúde do Senado Federal - SIS em relação as alterações do plano corporativo. Os convidados serão indicados posteriormente perante a secretaria da comissão.”

Autoria: Senador Paulo Paim

Resultado: Aprovado.

84ª REUNIÃO REALIZADA EM 07 DE NOVEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Em atendimento ao Requerimento nº 143, de 2011-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, “a fim de debatermos a situação dos quilombos no Brasil”.

PARTICIPANTES

- Edmilton Cerqueira – Assessor Especial do Ministério do Desenvolvimento Agrário -que substitui o Ministro Afonso Bandeira Florence;
- Paulo Maldos – Secretário Nacional de Articulação Social da Secretaria da Presidência da República –, que substitui o Ministro Gilberto Carvalho;
- Richard Martins Torsiano – Diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária do INCRA –, que substitui o Presidente Celso Lisboa de Lacerda;
- Ivo Fonseca - Coordenador Executivo da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ;
- Francisco Orlando Costa Muniz - Advocacia Geral da União;
- Didier Dominique - Coordenador Nacional do Movimento - Batalha Operária do Haiti;
- Ministra Luiza Helena de Bairros – Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial;
- Eloi Ferreira de Araújo – Presidente da Fundação Cultural Palmares; e

- Francisco Orlando Costa Muniz - Advocacia Geral da União – AGU.

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 148, DE 2011-CDH

“Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso III, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública a fim de debatermos o julgamento da “Lei da Ficha Limpa” no Supremo Tribunal Federal.”

Autoria: Senador Paulo Paim

Resultado: Aprovado.

85ª REUNIÃO REALIZADA EM 08 DE NOVEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 145, de 2011–CDH, de autoria da Senadora Ângela Portela, e nº 146, de 2011–CDH, de autoria da Senadora Lídice da Mata, “para debater os direitos das mulheres nos programas e ações consignados na proposta do Plano Plurianual – Quadriênio 2012/2015 e na proposta do Orçamento Geral da União para 2012, bem como, os direitos sobre liberdade de crença dos idosos, negros, indígenas, pessoas com deficiências, crianças e adolescentes e pessoas LGBT’s”.

PARTICIPANTES

- Tatau Godinho – Secretária de Planejamento da Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres -, que substitui a Ministra Iriny Lopes;
- Walter Pinheiro – Senador, Relator da PPA;
- Inácio Arruda – Senador, Relator da Área Setorial VIII;
- Janete Rocha Pietá – Deputada Federal, Coordenadora da Bancada Feminina na Câmara dos Deputados;
- Guacira Cesar de Oliveira - Coordenadora da Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB; e
- Marga Janete Stroher - Coordenação da LGBT – Secretaria de Direitos Humanos da PR.

86ª REUNIÃO REALIZADA EM 08 DE NOVEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 148, de 2011–CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, “para debater o julgamento da ‘Lei da Ficha Limpa’ no Supremo Tribunal Federal”.

PARTICIPANTES

- Maurício Azedo - Presidente da Associação Brasileira de Imprensa – ABI;
- Ophir Cavalcante - Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB;
- Marcelo Lavenere - Advogado, Membro da Comissão Brasileira de Justiça e Paz -, representa a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB; e
- Jovita José Rosa - Representante do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral – MCCE.

87ª REUNIÃO REALIZADA EM 09 DE NOVEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 110, de 2011–CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, “para debater violações aos direitos humanos e delimitação da Terra Indígena Maró, região Oeste do Estado do Pará”.

PARTICIPANTES

- Francisca Picanço – Assessora da Presidência para Assuntos Parlamentares da Funai, em substituição ao Presidente Márcio Augusto Freitas de Meira;
- Sérgio Sauer - Relator Nacional de Direito à Terra, Território e Alimentação da Plataforma DHESCA;

- Guilherme Carvalho - Engenheiro Florestal;
- Rosane de Mattos - Membro da Comissão Nacional Permanente da Articulação dos Povos Indígenas – APIB;
- Cleber Cezar Buzato – Secretário Executivo do Conselho Indigenista Missionário;
- Carlos Pankararú - Liderança Indígena da Tribo Pankararú;
- Kleber Karipuwa – Representante da Coordenação Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB;
- Paulinho Javaé - Liderança indígena da Ilha do Bananal, Estado do Tocantins;
- Lucas Oliveira de Almeida Sobrinho – Instituto de Terra do Pará;
- Lucinaldo Blandtt - Sociólogo - Doutor em Ciências Sócio Ambientais;
- Antônio Apinajé, líder indígena da Aldeia Areia Branca no Estado do Tocantins, região do Bico do Papagaio;
- Wagner Krahô Kanela, Presidente da Associação Krahô Kanela Apoinkk, Estado do Tocantins;
- Bonfim Xerente, Cacique da Aldeia São José, Povo Xerente Estado do Tocantins; e
- Eunice Tapuia - Professora, liderança indígena da Aldeia Carretão do Povo Tapuia do Estado de Goiás.

ITEM Nº 01**REQUERIMENTO Nº 149, DE 2011-CDH**

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Diligência, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa, a ser realizada na cidade de Santarém – Caba Nova Olinda, Estado do Pará, para debater as violações dos direitos humanos e delimitação da Terra Indígena Maró, região Oeste do Estado do Pará.

Autoria: Senador Vicentinho Alves

Resultado: Aprovado.

88ª REUNIÃO REALIZADA EM 09 DE NOVEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

Discussão e votação das Emendas da CDH ao Plano Plurianual para o período de 2012-2015.

Resultado: A Comissão deliberou pela apresentação das seguintes emendas junto à Comissão Mista de Orçamento: Emendas nº 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 09, 11, 12, 14, 15, 16 (13 Emendas).

89ª REUNIÃO REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)**ITEM ÚNICO****REQUERIMENTO Nº 150, DE 2011-CDH**

“Requeiro a realização de Audiência Pública a fim de debatermos as condições de trabalho e aposentadoria dos motoristas profissionais.”

Autoria: Senador Paulo Paim

Resultado: Aprovado.

90ª REUNIÃO REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Em atendimento ao Requerimento nº 150, de 2011-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, “para debater as condições de trabalho e aposentadoria dos motoristas profissionais.”

PARTICIPANTES

- Narciso Figueirôa Junior – Assessor Jurídico da CNT, em substituição Marco Aurélio Ribeiro;
- Neori Tigrão - Presidente do Movimento União Brasil Caminhoneiro – MUBC;
- Flávio Benatti – Presidente da NTC & Logística;
- Luiz Alberto Mincaroni – Secretário Executivo do Movimento pró Estatuto do Motorista; e
- Jorge Luiz Frizzo - Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Carga Seca, Líquida, Explosiva e Refrigerada de Linhas Internacionais do Rio Grande do Sul – SINDIMERCOSUL;

- Adélio Justino Lucas – Procurador do Trabalho da Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região / MPT; e
- José Araújo China – Presidente da União Nacional dos Caminhoneiros – UNICAM;
- Francisco Cardoso – Presidente da ABTI;
- José Alves de Couto Filho – Nova Central Sindical dos Trabalhadores;
- José da Fonseca Lopes – Presidente da Associação Brasileira dos Caminhoneiros;
- Célio Moreira da Silva – Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Uberlândia; e
- Marcos Bicalho – Membro do Conselho Ambiental da Confederação Nacional do Transporte.

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 151, DE 2011-CDH

“Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para debater o combate ao bullying. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão”.

Autoria: Senador Paulo Paim

Resultado: Aprovado.

91ª REUNIÃO REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM ÚNICO
PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 28, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

“Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012.”

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Paulo Paim.

Resultado: Aprovado o Parecer do Senador Paulo Paim, pela apresentação das 03 (três) emendas.

92ª REUNIÃO REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 4, DE 2003
NÃO TERMINATIVO

Institui a Ouvidoria Permanente do Senado Federal para encaminhar denúncias de preconceitos e discriminações.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Marcelo Crivella

Relatório: Pela prejudicialidade da matéria, nos termos do inciso I, do art. 334, do RISF.

Resultado: Aprovado o Parecer pela prejudicialidade da matéria.

ITEM Nº 02
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 40, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a acessibilidade na comunicação e expressão de pessoas com deficiência auditiva no Senado Federal, tornando obrigatória a presença de intérpretes, tradutores e guia-intérpretes da Língua Brasileira de Sinais nas atividades oficiais do Senado Federal, sessões, reuniões das comissões, audiências, TV Senado, Instituto Legislativo Brasileiro - ILB -, Interlegis e nas dependências do edifício da Casa, e dá outras providências.

Autoria: Senador Lindbergh Farias

Relatoria: Senador Eduardo Amorim

Relatório: Pela aprovação da matéria, com três Emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado o Parecer com três Emendas da CDH.

ITEM Nº 03
SUGESTÃO Nº 4, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Concede incentivos a projetos que favoreçam a integração regional na América do Sul.
Autoria: Instituto de Estudos Estratégicos para a Integração da América do Sul - INTERSUL
Relatoria: Senador Paulo Paim
Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma do Projeto de Lei que apresenta.
Resultado: Aprovado o Parecer, na forma do Projeto de Lei que apresenta.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 469, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), para aumentar o prazo de internação provisória de adolescente infrator, fixar o prazo máximo para a autoridade policial concluir e encaminhar procedimento investigatório ao Ministério Público e alterar o prazo máximo para conclusão do procedimento judicial.
Autoria: Senador Demóstenes Torres
Relatoria: Senador José Agripino
Relatoria Ad Hoc: Senadora Ana Rita
Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma da emenda (Substitutivo) que apresenta.
Resultado: Aprovado o Parecer pela Rejeição da matéria.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 291, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, e a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a instalação de semáforos sonoros para pedestres.
Autoria: Senador Gim Argello
Relatoria: Senador Wellington Dias
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 323, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para limitar a exigência de laudos de avaliação para portadores de deficiência adquiridos antes da data de entrada em vigor do Imposto Sobre Produtos Industrializados.
Autoria: Senador Pedro Taques
Relatoria: Senador Paulo Davim
Relatório: Pela prejudicialidade da matéria.
Resultado: Aprovado o Parecer pela prejudicialidade da matéria.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 416, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre o pagamento em dobro do salário-família à segurada do regime geral de previdência social com filho em idade de zero a seis anos.
Autoria: Senador Paulo Bauer
Relatoria: Senador Sérgio Petecão
Relatório: Pela aprovação da matéria, com duas Emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado o Parecer, com duas Emendas da CDH.

ITEM Nº 08
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 506, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Estabelece que, para a fruição dos benefícios fiscais relativos à realização da Copa das Confederações FIFA 2013, da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, a pessoa jurídica deverá destinar o percentual mínimo de 5% (cinco por cento) dos seus cargos a pessoas com

deficiência.

Autoria: Senador Lindbergh Farias

Relatoria *Ad Hoc*: Senadora Marinor Brito

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Parecer, favorável a matéria.

ITEM Nº 09

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 507, DE 2011

NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para estabelecer prioridade absoluta no julgamento dos crimes envolvendo a violência sexual contra crianças ou adolescentes.

Autoria: Senador Humberto Costa

Relatoria *Ad Hoc*: Senadora Marinor Brito

Relatório: Pela aprovação da matéria, com a Emenda nº 1 de redação que apresenta.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável, com a Emenda de redação.

ITEM Nº 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 508, DE 2011

NÃO TERMINATIVO

Acrescenta os arts. 242-A e 258-C na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para tornar crime a venda de bebidas alcoólicas a menores de dezoito anos, e dá outras providências.

Autoria: Senador Humberto Costa

Relatoria: Senador Vicentinho Alves

Relatório: Pela aprovação da matéria, com a Emenda Substitutiva que apresenta.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável, com a Emenda Substitutiva.

ITEM Nº 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 512, DE 2011 - COMPLEMENTAR

NÃO TERMINATIVO

Acrescenta dispositivos ao art. 186 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e ao art. 57 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a aposentadoria especial dos segurados portadores de deficiência decorrente da Síndrome da Talidomida e dá outras providências.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Paulo Davim

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Parecer, favorável a matéria.

ITEM Nº 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 553, DE 2011

NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para conceder aos portadores de xeroderma pigmentoso a isenção de carência para a concessão de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez.

Autoria: Senadora Lúcia Vânia

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Parecer, favorável a matéria.

ITEM Nº 13

REQUERIMENTO Nº 152, DE 2011-CDH

“Requeiro, nos termos do art. 90, inciso XIII, a realização, por esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, de diligência nas cidades de Belém, no distrito de Icoaraci, Estado do Pará, no sentido de investigar o assassinato de seis adolescentes naquela localidade, o ocorrido no dia 19 de novembro passado”.

Autoria: Senadora Marinor Brito

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 14
REQUERIMENTO Nº 153, DE 2011-CDH

“Requeiro a realização de audiência pública para celebrar o Dia Internacional dos Direitos Humanos e a elaboração do Relatório Nacional para o mecanismo de Revisão Periódica Universal, do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão”.

Autoria: Senador Paulo Paim

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 15
REQUERIMENTO Nº 154, DE 2011-CDH

“Requeiro a realização de audiência pública para debater as repercussões sociais do acidente do trabalho face a dignidade da pessoa humana. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão”.

Autoria: Senador Paulo Paim

Resultado: Aprovado.

93ª REUNIÃO REALIZADA EM 28 DE NOVEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 151, de 2011, de autoria do Senador Paulo Paim, “para debater o combate ao Bullying”.

PARTICIPANTES

- Major Policial Militar Lobato – Representante da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal;
- Augusto Pedra – Psicólogo, especialista em Bullying escolar;
- Amábele Pácios – Professora, Presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares – FENEP;
- Sérgio Harfouche – Promotor de Justiça – Mato Grosso do Sul;
- Rosângela Gonzaga – Ministério Público – em substituição ao Vereador de Campo Grande, MS, Paulo Coimbra;
- Rivane Melo - Presidente do CENEOBES; e
- Simone Maraninchi Leite Lima – Representante da Secretaria de Educação de Pelotas – RS.

94ª REUNIÃO REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 69, de 2011, de autoria dos Senadores Vicentinho Alves e Ataídes Oliveira, “para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2006, que ‘Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, dá nova redação ao § 3º do art. 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e ao art. 5º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências”.

PARTICIPANTES

- Wilton Acosta – Presidente da Frente Nacional Cristã de Ação Social e Política – FENASP; e
- Silas Malafaia – Pastor Evangélico.

TOTAL DE REUNIÕES: 12
Extraordinária – Deliberativa: 04
Extraordinária – Audiência Pública: 08

MATÉRIAS APRECIADAS: 37

Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 09
Projeto de Resolução do Senado (não terminativo): 02
Sugestão: 01
Requerimento - CDH: 09

Obs.: A Comissão aprovou a apresentação de:

- 7 (sete) Emendas ao Projeto PL nº 29/2011-CN – Plano Plurianual para o período 2012-2015 (PPA/2012-2015); e
- 3 (três) Emendas ao PL nº 28/2011-CN – Projeto de Lei Orçamentária Anual para o Ano de 2012 (PLOA/2012).

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE

Presidente: Senador Fernando Collor
Vice-Presidente: Senador Cristovam Buarque

53ª REUNIÃO REALIZADA EM 07 DE NOVEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 01, de 2011-CRE, de autoria do Senador Fernando Collor, com a finalidade de realizar ciclos de audiências públicas acerca do panorama geopolítico mundial e as perspectivas para a próxima década, especialmente no que tange à política externa, à segurança internacional e defesa nacional, e ao sistema de atividades de inteligência.

3º ciclo – Defesa Nacional – Painel 4: “Pré-sal – Papel das Forças Armadas na defesa do patrimônio e alocação de recursos para essa finalidade”.

PARTICIPANTES

- Luiz Umberto de Mendonça – Almirante-de-Esquadra, Chefe do Estado-Maior da Armada;
- Carlos de Almeida Baptista Junior – Brigadeiro-do-Ar, Presidente da COPAC – Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate, da Aeronáutica; e
- Simon Rosental – Engenheiro, Professor da Escola Superior de Guerra.

54ª REUNIÃO REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

1ª PARTE

ITEM Nº 01

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 196, DE 2011 NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Burundi, assinado em Brasília, em 25 de agosto de 2009.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)

Relatoria: Senador Marcelo Crivella

Relatório: Favorável

Resultado: Aprovado parecer favorável à matéria.

ITEM Nº 02

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 235, DE 2011 NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para a Instalação da Sede do Escritório Regional da FIOCRUZ para a África, celebrado em Brasília, em 4 de setembro de 2008.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)

Relatoria: Senador Marcelo Crivella

Relatório: Favorável

Resultado: Aprovado parecer favorável à matéria.

2ª PARTE

Discussão e votação das Emendas da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional ao Projeto de Lei nº 29/2011-CN (Plano Plurianual para o período 2012/2015).

Relator das Emendas: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Resultado: A Comissão aprova a apresentação de 01 (uma) Emenda, perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

55ª REUNIÃO REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2011 (ORDINÁRIA)

1ª PARTE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Sobre o Cemitério de Pistóia, localizado na Itália, que contém corpos de membros da Força Expedicionária Brasileira mortos em ação durante a Segunda Guerra Mundial.

PARTICIPANTES

- Mário Pereira – Administrador do Monumento Votivo Militar Brasileiro em Pistóia;
- Giovanni Sulla – Historiador; e
- Fabrizio Giberna – Artista.

2ª PARTE

ITEM Nº 01

MENSAGEM (SF) Nº 133, DE 2011 NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor RUY CARLOS PEREIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Associação Latino-Americana de Integração e ao Mercado Comum do Sul.

Autoria: Presidenta da República

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação

Resultado: Apreciada a Mensagem.

ITEM Nº 02

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 239, DE 2011 NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Belize na Área de Educação, assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Favorável

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03

REQUERIMENTO Nº 51, DE 2011–CRE

Requeiro, nos termos regimentais, e em virtude da exemplar iniciativa da criação do “Ciclo de audiências 2011/2012”, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, no próximo dia 21 de novembro, destinada a debater a “intensificação das relações diplomáticas e comerciais entre o Brasil e o Peru, com a conclusão da rodovia interoceânica ligando nosso País aos portos do Oceano Pacífico”.

Para tanto, aproveitando visita ao Brasil do Presidente do Congresso da República do Peru, Exmo. Sr. Deputado Daniel Abugattás, sugerimos que o referido congressista seja convidado para esta audiência.

Autoria: Senador Aníbal Diniz

Resultado: Aprovado.

56ª REUNIÃO REALIZADA EM 21 DE NOVEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 01, de 2011-CRE, de autoria do Senador Fernando Collor, com a finalidade de realizar ciclos de audiências públicas acerca do panorama geopolítico mundial e as perspectivas para a próxima década, especialmente no que tange à política externa, à segurança internacional e defesa nacional, e ao sistema de atividades de inteligência.

3º ciclo – Defesa Nacional – Painel 5: “Forças Armadas em Missões de Paz – Emprego em ações de reforço aos Órgãos de Segurança Pública e utilidade como treinamento e legitimidade na Sociedade Brasileira”.

PARTICIPANTES

- Luiz Guilherme Paul Cruz – General de Brigada, 5º Subchefe do Estado-Maior do Exército;
- Francisco Carlos Melo Pantoja – Brigadeiro-Engenheiro, Diretor do Instituto de Aeronáutica e Espaço;
- Norberto Moretti – Ministro, Chefe da Divisão de Paz e Segurança Internacional do Ministério das Relações Exteriores; e
- Eduardo Marson Ferreira – Presidente da Helibras.

57ª REUNIÃO REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

Deliberação sobre as Emendas a serem apresentadas ao Projeto de Lei nº 28, de 2011 - CN, que “estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012” (LOA 2012).

Relatoria: Senador Francisco Dornelles

Resultado: A Comissão aprova a apresentação, perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, de 6 Emendas (3 do tipo Apropriação e 3 do tipo Remanejamento).

58ª REUNIÃO REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01

MENSAGEM (SF) Nº 123, DE 2011

NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor ROBERTO COLIN, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Popular Democrática da Coreia.

Autoria: Presidenta da República

Relatoria: Senador Luiz Henrique

Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Apreciada a Mensagem.

ITEM Nº 02

MENSAGEM (SF) Nº 138, DE 2011

NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal, a escolha do Senhor EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Nova Zelândia, e, cumulativamente, junto à República de Kiribati, a Tuvalu e ao Estado Independente da Samoa.

Autoria: Presidenta da República

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy

Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Apreciada a Mensagem.

ITEM Nº 03

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 194, DE 2011

NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Comunidade de Dominica, assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Favorável.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 236, DE 2011****NÃO TERMINATIVO**

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana para o Estabelecimento de Regime Especial Fronteiriço e de Transporte para as Localidades de Bonfim (Brasil) e de Lethem (Guiana), assinado em Bonfim-RR, em 14 de setembro de 2009.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatoria Ad Hoc: Senador Paulo Bauer

Relatório: Favorável.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 243, DE 2011****NÃO TERMINATIVO**

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Guiné Equatorial para Cooperação Educacional, celebrado em Bata, em 23 de outubro de 2009.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatoria Ad Hoc: Senador Eduardo Suplicy

Relatório: Favorável.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 286, DE 2011****NÃO TERMINATIVO**

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, celebrado no Rio de Janeiro, em 29 de maio de 2010.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)

Relatoria: Senador Sérgio Souza

Relatoria Ad Hoc: Senadora Ana Amélia

Relatório: Favorável.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 07**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 287, DE 2011****NÃO TERMINATIVO**

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral sobre Cooperação e Parceria, assinado em Brasília, em 29 de março de 2010.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)

Relatoria: Senador Marcelo Crivella

Relatório: Favorável.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 08**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 607, DE 2011****NÃO TERMINATIVO**

Altera a Lei nº. 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para tornar obrigatória a adição de marcas de químicos nas munições e seus insumos destinados a armas de fogo.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Favorável, com apresentação de uma emenda.

Resultado: Aprovado, com a emenda nº 1 – CRE.

ITEM Nº 09
REQUERIMENTO Nº 1376, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do art. 55, inciso III, da Constituição Federal, combinado com o art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se do País, no período de 1º a 3 de dezembro de 2011, para participar, na qualidade de presidente do Grupo Brasileiro do Parlatino e vice-presidente do Parlamento Latino-Americano, da reunião da Junta Diretiva, que ocorrerá no Panamá, e comunica, nos termos do art. 39 do referido Regimento, que estará ausente do País nos dias 1º a 6 de dezembro de 2011.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Favorável.

Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 06
Ordinária – Deliberativa: 01
Ordinária – Audiência Pública e Deliberativa: 01
Extraordinária – Deliberativa: 02
Extraordinária – Audiência Pública: 02

MATÉRIAS APRECIADAS: 14
Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 01
Projeto de Decreto Legislativo (não terminativo): 08
Mensagem (SF): 03
Requerimento SF: 01
Requerimento – CRE: 01

Obs.: A Comissão aprovou a apresentação de:

- 1 (uma) Emenda ao Projeto PL nº 29/2011-CN – Plano Plurianual para o período 2012-2015 (PPA/2012-2015); e
- 6 (seis) Emendas ao PL nº 28/2011-CN – Projeto de Lei Orçamentária Anual para o Ano de 2012 (PLOA/2012).

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA RIO+20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CREMC (CRE)

Presidente: Senador Cristovam Buarque
Vice-Presidente: Senador Francisco Dornelles

16ª REUNIÃO REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 02, de 2011-CRER+20, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que requer a realização de ciclo de Audiências Públicas com o objetivo de acompanhar e contribuir para o planejamento e a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. Tema: “A Agricultura do Futuro”.

PARTICIPANTES

- Vicente Eduardo Soares de Almeida – Presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário - SINPAF;
- Kepler Euclides Filho – Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA; e
- Zander Navarro – Pesquisador da EMBRAPA Estudos e Capacitação – CECAT.

TOTAL DE REUNIÕES: 01

Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 00

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA – CREPAFF (CRE)

Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti

Vice-Presidente: Senadora Ana Amélia

19ª REUNIÃO REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 01, de 2011-CREPAFF, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que requer a realização de ciclo de Audiências Públicas, conforme Plano de Trabalho estabelecido pela Subcomissão. Tema: "Relações Internacionais com os países da Faixa de Fronteira"

PARTICIPANTES

- Alejandro Gordillo – Secretário-Geral da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica - OTCA;
- Clemente Baena Soares – Ministro, Diretor do Departamento de América do Sul-II do Ministério das Relações Exteriores; e
- João Luiz de Barros Pereira Pinto – Ministro, Diretor do Departamento de América do Sul-I do Ministério das Relações Exteriores.

TOTAL DE REUNIÕES: 01

Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 00

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Presidente: Senadora Lúcia Vânia

Vice-Presidente: Senador Blairo Maggi

50ª REUNIÃO REALIZADA EM 08 DE NOVEMBRO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 27, de 2011-CI, de autoria do Senador Delcídio do Amaral; e Requerimentos nº 28 e 42, de 2011-CAE, ambos de autoria do Senador Delcídio do Amaral, com o objetivo de debater a Renovação das Concessões do setor elétrico.

PARTICIPANTE

- Márcio Zimmermann, Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia.

51ª REUNIÃO REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

Deliberação das Emendas a serem apresentadas pela Comissão de Serviços de Infraestrutura ao PL nº 29/2011 – CN, que institui o Plano Plurianual da União para o período 2012-2015.

Relator: Senador Delcídio do Amaral

Resultado: Pelo acolhimento integral, no mérito, das emendas nº 9, 12, 13 e 14; pelo acolhimento parcial, no mérito e com a alteração indicada no relatório, da emenda nº 10; e pelo acolhimento, no mérito, das emendas de texto nºs 8 e 11 (07 Emendas).

52ª REUNIÃO REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)**ITEM Nº 01****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 240, DE 2006 - COMPLEMENTAR
NÃO TERMINATIVO**

Altera a Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, para que isenções, incentivos e benefícios fiscais relativos ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) sejam concedidos por maioria qualificada.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatoria Ad Hoc: Senador Blairo Maggi

Relatório: Pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 - CI.

Resultado: Aprovado Parecer da Comissão, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 – CI.

ITEM Nº 02**REQUERIMENTO Nº 64 DE 2011 – CI**

Nos termos do art. 90, V do Regimento Interno do Senado Federal, e do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, requerio seja encaminhada à Ministra de Estado do Planejamento, Excelentíssima Sra. Miriam Belchior, com vista de comparecimento a Comissão de Infraestrutura do Senado Federal (CI), para expor sobre o andamento dos investimentos das obras do PAC, relacionadas à Infraestrutura Urbana do País, versus PPA 2012-2015, de que trata o PL nº 29, de 2011 – CN.

Autoria: Senador Walter Pinheiro, Senadora Lúcia Vânia e Senador Vicentinho Alves.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03**REQUERIMENTO Nº 65 DE 2011 – CI**

Nos termos do art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, e do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, requeremos seja encaminhado ao Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, Senhor Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira, convite de comparecimento à Comissão de Infraestrutura do Senado Federal (CI), acompanhado do representante legal da Via-Bahia para exposição sobre a execução do contrato de concessão firmado com aquela empresa. Mas destacadamente deverá ser enfocado o trecho da BR 324/BA (Salvador – Feira de Santana).

Autoria: Senador Walter Pinheiro, Lídice da Matia, João Durval e Senadora Lúcia Vânia e Senador Vicentinho Alves.

Resultado: Aprovado.

53ª REUNIÃO REALIZADA EM 17 DE NOVEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

Não houve deliberação de matéria.

54ª REUNIÃO REALIZADA EM 22 E 23 DE NOVEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

Deliberação das Emendas a serem apresentadas pela Comissão de Serviços de Infraestrutura ao PL nº 28/2011 – CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012 (PLOA).

Relator: Senador Vicentinho Alves

Resultado: Foram aprovadas 4 (quatro) emendas de apropriação e 1 (uma) emenda de remanejamento.

55ª REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Em atendimento ao Requerimento nº 61, de 2011-CI, de autoria do Senador Alvaro Dias, para esclarecimentos sobre matéria publicada pela revista Época, em sua edição de 10 de outubro do corrente, que trata de denúncias de superfaturamento nos contratos das obras de reforma e modernização da Refinaria Presidente Getúlio Vargas – Repar – em Araucária, no Estado do Paraná

PARTICIPANTES

- Felipe Eduardo Hideo Hayahi - Delegado da Polícia Federal
- Eduardo Nery Machado Filho - Secretário de Fiscalização de Obras do Tribunal de Contas da União
- Marcelo Luiz Souza da Eira - Secretário-Adjunto de Planejamento e Procedimento do Tribunal de Contas da União

56ª REUNIÃO REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)**ITEM Nº 01****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, DE 2010
NÃO TERMINATIVO**

Regulamenta o pagamento da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) por meio da utilização de precatórios.

Autoria: Senador Neuto De Conto

Relatoria Ad Hoc: Senador Walter Pinheiro

Relatório: Pela rejeição

Resultado: Aprovado o Parecer da Comissão pela rejeição do Projeto.

TOTAL DE REUNIÕES: 07

Extraordinária – Audiência Pública: 01

Extraordinária - Deliberativa: 05

Conjunta – Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 04

Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 02

Requerimento - CI: 02

Obs.: A Comissão aprovou a apresentação de:

- 7 (sete) Emendas ao Projeto PL nº 29/2011-CN – Plano Plurianual para o período 2012-2015 (PPA/2012-2015); e
- 5 (cinco) Emendas ao PL nº 28/2011-CN – Projeto de Lei Orçamentária Anual para o Ano de 2012 (PLOA/2012).

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR

Presidente: Senador Benedito de Lira

Vice-Presidente: Senador Eduardo Amorim

29ª REUNIÃO REALIZADA EM 09 DE NOVEMBRO DE 2011 (ORDINÁRIA)**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Em atendimento ao Requerimento nº 25, de 2011-CDR, de autoria da Senadora Lídice da Mata, com a finalidade de debater a “ampliação da produção e do consumo de biocombustível no Brasil, especialmente no Nordeste”.

PARTICIPANTE

- Miguel Rossetto – Presidente da Petrobrás Biocombustível.

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO 28, DE 2011 - CDR

Nos termos do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada Audiência Pública conjunta com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, e Fiscalização e Controle (CMA) para a discussão das ações governamentais em razão da realização da Copa do Mundo, com a participação dos seguintes convidados: Aldo Rebelo, Ministro de Estado do Esporte; Ricardo Teixeira – Presidente da Confederação Brasileira de Futebol e do Comitê Organizador da Copa do Mundo de 2014; Guilherme Ramalho – Responsável pela Câmara de Infraestrutura para a Copa do Mundo, coordenada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Raul Rolnik – relator especial da Organização das Nações Unidas para o direito à moradia adequada; Athayde Ribeiro Costa – Procurador da República, Coordenador do Grupo de Trabalho Copa do Mundo FIFA 2014 da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (MPF).

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg e Randolfe Rodrigues

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO 29, DE 2011 - CDR

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para debater sobre os “Impactos Sociais da Venda das Unidades de Produção da Sadia no Distrito Federal” o objeto do Termo de Compromisso de Desempenho assinado entre o CADE, Sadia e BRfoods, com a presença dos seguintes convidados: Representante do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE); Representante da BR-Foods; Representante da União Brasileira de Agricultura (UBABEF); Representante do Governo do Distrito Federal (GDF); Representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Distrito Federal; Representantes dos Produtores Integrados de Aves; Representante da Academia/Especialista em Agribusiness; e Representante do Conselho Deliberativo do Fundo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (CONDEL/FCO).

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg e Benedito de Lira

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO 30, DE 2011 - CDR

Requeiro, nos termos do inciso I, do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, realização de audiência pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 526, de 2011, que “altera a Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, com o objetivo de reduzir o limite de receita bruta decorrente de exportação para o exterior por pessoas jurídicas instaladas em ZPE localizada na faixa de fronteira da Região Norte”, com a presença das seguintes autoridades: Presidente do Conselho Nacional das Zonas de Processamento e Exportação – CZPE; Secretário da Receita Federal do Brasil – RFB; e Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO 31, DE 2011 - CDR

Requeiro, nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 27 de 2011, de minha autoria, para incluir como convidados para o Ciclo de Debates que objetiva discutir Alternativas para o desenvolvimento auto-sustentável e geração de emprego e renda no Entorno do Distrito Federal, bem como o desenvolvimento social e condições de vida no Entorno: o desafio da segurança, educação, saúde, assistência social e moradia, os Senhores Henrique Villa – Secretário de Políticas de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional; e Gastão de Araújo Leite – Secretário da Secretaria Extraordinária do Entorno do Distrito Federal.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Resultado: Aprovado.

30ª REUNIÃO REALIZADA EM 09 DE NOVEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

Discussão e votação das Emendas da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo ao Projeto de Lei nº 29/2011-CN (Plano Plurianual para o período 2012/2015).

Coordenador das Emendas: Senador Mozarildo Cavalcanti

Resultado: A Comissão aprova a apresentação de 10 emendas, perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

31ª REUNIÃO REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Em atendimento ao Requerimento nº 26, de 2011-CDR, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, com o objetivo de discutir o "panorama dos acidentes aéreos ocorridos no Brasil e envolvendo aviões e helicópteros e as ações mitigadoras dos órgãos ligados à aviação".

PARTICIPANTES

- Clarice Bertoni de Lacerda Rodrigues - Secretária de Navegação Aérea Civil da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República – SAC;
- David da Costa Faria Neto - Superintendente de Segurança Operacional da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; e
- Carlos Alberto da Conceição - Brigadeiro-do-Ar, Chefe do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos – CENIPA.

32ª REUNIÃO REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

Discussão e votação das Emendas da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo ao Projeto de Lei nº 28/2011-CN (PLOA 2012).

Coordenadora das Emendas: Senadora LÍDICE DA MATA

Resultado: A Comissão aprova a apresentação, perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, de 5 Emendas (4 Tipo Apropriação de Despesa e 1 Tipo Remanejamento)

33ª REUNIÃO REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)**ITEM Nº 01****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 224, DE 2007****NÃO TERMINATIVO**

Institui o Balanço Social Empresarial, autoriza a criação do Selo Empresa Responsável, altera o § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, e o inciso IV do art. 3º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências.

Autoria: Senadora Lúcia Vânia

TRAMITA EM CONJUNTO COM**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 366, DE 2008**

Altera o § 3º do art. 2º da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, para incluir a certificação da empresa por boas práticas ambientais entre os critérios de desempate nas licitações.

Autoria: Senador Expedito Júnior

Relatoria das Matérias: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma da Emenda Substitutiva que apresenta, o qual incorpora as contribuições do PLS nº 366, de 2008, que fica prejudicado.

Resultado: A Comissão aprova o Parecer, pela aprovação do PLS nº 224, de 2007, nos termos da Emenda nº 01-CDR (Substitutivo), e pela rejeição do PLS nº 366, de 2008.

ITEM Nº 02**REQUERIMENTO Nº 32, DE 2011-CDR**

Requer, nos termos do disposto nos arts. 90, incisos IX, XI e XIII, e 104-A, combinado com o art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, e, em adi tamento ao Requerimento 13/2011-CDR, que soli cita o apoio desta Comissão à organização e realização do Projeto “II Fórum Legislativo nas Cidades-Sedes da Copa do M undo d e Futebol no B rasil – O Pode r Legislativo fa zendo parte do time da Copa 20 14”, a participação da comissão na realização da reunião de encerramento do referido projeto na Cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná. Durante a cerimônia de encerramento, que contará com a s presenças de representantes do Ministério de Esporte; do Mini stério do Turismo; do Governo do E stado do Paraná; da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu; e dos me mbros desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e da Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, será apresentado o Relatório Final das visitas técnicas realizadas às Cidades-Sede, com a avaliação dos desafios, metas e estratégias para a realização dos jogos da Copa do Mundo 2014.

Autoria: Senador Benedito de Lira

Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 05

Ordinária - Audiência Pública: 01

Extraordinária – Deliberativa: 03

Extraordinária - Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 07

Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 02

Requerimento – CDR: 05

Obs.: A Comissão aprovou a apresentação de:

- 10 (de z) Em endas a o Projeto PL nº 29/2011-CN – Plano Plurianual pa ra o período 2012-2015 (PPA/2012-2015); e
- 5 (cinco) Emendas ao PL nº 28/2011-CN – Projeto de Lei Orçamentária Anual para o Ano de 2012 (PLOA/2012).

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DOS JOGOS OLÍMPICOS E PARAOLÍMPICOS DE 2016 – CDRCOOL (CDR)

Presidente: Senadora Lídice da Mata

Vice-Presidente: Senador Ataídes Oliveira

5ª REUNIÃO REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 02, de 20 11-CDRCOOL, de autoria d a Senadora Lídice da Mata, com a finalidade de debater “Rede de Proteção Social necessária e as políticas de acessibilidade para a Copa de 2014, a Olimpíada e a Paraolimpíada de 2016”.

PARTICIPANTE

- Camilo Sales Dornelas – Diretor do Centro de Estudos dos Agentes Policiais da Polícia Civil do Rio de Janeiro.

ITEM ÚNICO

REQUERIMENTO Nº 06, DE 2011-CDRCOOL

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento Nº 04, de 2011 – CDRCOOL, aprovado em 20/09/2011, que a audiência pública nesta Comissão, com o objetivo de debater os impactos da Copa de 2014, da Olimpíada e da Paraolimpíada de 2016 sobre a te cnologia de informação brasileira, inclua como convidados: o Sr. Antonio Gil, Presid ente da Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação – B RASSCOM; e o S r Fernando Carvalho, Presidente da Agência de Tecnologia de Informação do Ceará – ETICE.

Autoria: Senadora LÍDICE DA MATA

Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 01

Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 01

Requerimento – CDRCOOL: 01

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA – CRA

Presidente: Senador Acir Gurgacz

Vice-Presidente: Senador Waldemir Moka

**45ª REUNIÃO REALIZADA EM 08 DE NOVEMBRO DE 2011 CONJUNTA COM A
COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA****ITEM Nº 01****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 30, DE 2011****NÃO TERMINATIVO**

Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Autoria: Deputado Sérgio Carvalho e outros**Relatoria:** Senador Luiz Henrique

Relatório: Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011, rejeitando as emendas 3, 8, 13, 16, 17, 18, 20, 25, 26, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 40, 51, 53, 54, 56, 57, 59, 61, 63, 65, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, e 126 da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e as emendas 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28 e 29 da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e acolhendo parcialmente as emendas 1, 2, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 19, 21, 22, 23, 24, 27, 28, 36, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 55, 58, 60, 62, 64, 66, 68, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e a emenda 5 da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, e acolhendo integralmente as emendas 108 e 109 da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e a emenda 15 da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, na forma da Emenda Substitutiva apresentada.

Resultado: As Comissões aprovam o parecer favorável, nos termos da Emenda nº 2 CCT/ CRA (Substitutivo), ressalvados os destaques.

**46ª REUNIÃO REALIZADA EM 09 DE NOVEMBRO DE 2011 CONJUNTA COM A
COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA****ITEM Nº 01****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 30, DE 2011****NÃO TERMINATIVO**

Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Autoria: Deputado Sérgio Carvalho e outros**Relatoria na CCT e CRA:** Senador Luiz Henrique

Resultado: As Comissões aprovam o Parecer da CCT/CRA, favorável ao PLC 30/2011, nos termos da Emenda nº 2 CCT/CRA (Substitutivo),

47ª REUNIÃO REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 72, de 2011-CRA, de autoria do Senador Acir Gurgacz, com a finalidade de debater o Projeto de Lei do Senado nº 330, de 2011, de autoria da Senadora Ana Amélia, que dispõe sobre a parceria de produção integrada agropecuária, estabelece condições, obrigações e responsabilidades nas relações contratuais entre produtores integrados e agroindústrias integradoras, e dá outras providências.

PARTICIPANTES

- Antoninho Rovaris – Secretário de Política Agrícola da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG;
- Renato Conchon – Coordenador de Assuntos Econômicos da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA;
- João Tomelin – Representante da Confederação Nacional da Indústria – CNI;
- Silvio Ney Barros Monteiro – Diretor Financeiro da União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária - UNICAFES;
- Adriano Campos Alves – Assessor Jurídico da Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB; e
- Carlos Alberto Sehn – Assessor da Diretoria do Sindicato Interestadual do Tabaco – SINDITABACO.

ITEM Nº 01**REQUERIMENTO Nº 72, DE 2011 – CRA**

Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública com a finalidade de debater o Projeto de Lei do Senado nº 330, de 2011, de autoria da Senadora Ana Amélia, que dispõe sobre a parceria de produção integrada agropecuária, estabelece condições, obrigações e responsabilidades nas relações contratuais entre produtores integrados e agroindústrias integradoras, e dá outras providências, com a presença dos seguintes convidados:

- Alberto Ercílio Brok – Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG;
- Kátia Abreu – Senadora, Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA;
- Robson Braga de Andrade – Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI;
- Luiz Ademir Possamai – Presidente da União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária - UNICAFES; e
- Marcio Lopes de Freitas – Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras- OCB.

Autoria: Senador Acir Gurgacz

Resultado: Aprovado.

48ª REUNIÃO REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

Apreciação e votação das Emendas da CRA ao Projeto de Lei nº 29/2011-CN – que institui o Plano Plurianual da União para o período 2012/2015 (Mensagem nº 87/2011-CN, Nº 325/2011, na Origem).

Relatora: Senadora Ana Amélia.

Resultado: Foram aprovadas 5 emendas à Despesa (Iniciativa) e 7 emendas (Objetivo - 3 emendas e Programa- 4 emendas), de 19 emendas aglutinadas.

49ª REUNIÃO REALIZADA EM 17 DE NOVEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)**ITEM Nº 01****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 264, DE 2010
NÃO TERMINATIVO**

Dispõe sobre a Equoterapia.

Autoria: Senador Flávio Arns

Relatoria: Senadora Angela Portela

Relatoria Ad Hoc: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nº 1-CE a 3-CE.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nº 1 a 3 - CE/CRA.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 395, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de insumos, máquinas e equipamentos a grícolas, veículos utilitários, tratores e caminhões novos destinados exclusivamente ao uso na agricultura familiar camponesa brasileira, quando adquiridos por agricultor familiar camponês ou empreendedor familiar rural.

Autoria: Senadora Ana Rita

Relatoria: Senador Sérgio Souza

Relatoria Ad Hoc: Senador Waldemir Moka

Relatório: Pela aprovação do Projeto com as Emendas nº 1 a 4.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável com as Emendas de 1 a 4 - CRA.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 467, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Extingue a Contribuição para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, de que trata o art. 3º do Decreto-Lei nº 1.146, de 31 de dezembro de 1970.

Autoria: Senador Ataídes Oliveira

Relatoria: Senador Jayme Campos

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável.

50ª REUNIÃO REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

Apreciação e Votação das Emendas da CRA ao Projeto de Lei nº 28/2011-CN, Lei Orçamentária Anual – 2012 (Mensagem nº 86/2011-CN, nº 344/2011, na origem).

Relatora: Senadora Ana Amélia

Resultado: A Comissão aprova a apresentação, perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, de 4 Emendas (do Tipo Apropriação de Despesa).

TOTAL DE REUNIÕES: 06
Extraordinária – Audiência Pública: 01
Extraordinária – Deliberativa: 03
Conjunta – Deliberativa: 02

MATÉRIAS APRECIADAS: 05
Projeto de Lei da Câmara (não terminativo): 01
Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 03
Requerimento – CRA: 01

Obs.: A Comissão aprovou a apresentação de:

- 12 (doze) Emendas ao Projeto PL nº 29/2011-CN – Plano Plurianual para o período 2012-2015 (PPA/2012-2015); e
- 4 (quatro) Emendas ao PL nº 28/2011-CN – Projeto de Lei Orçamentária Anual para o Ano de 2012 (PLOA/2012).

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO
E INFORMÁTICA - CCT

Presidente: Senador Eduardo Braga
Vice-Presidente: Senador Gim Argello

50ª REUNIÃO REALIZADA EM 08 DE NOVEMBRO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA**ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 30, DE 2011
NÃO TERMINATIVO**

Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Autoria: Deputado Sérgio Carvalho e outros

Relatoria: Senador Luiz Henrique

Relatório: Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011, rejeitando as emendas 3, 8, 13, 16, 17, 18, 20, 25, 26, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 40, 51, 53, 54, 56, 57, 59, 61, 63, 65, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, e 126 da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e as emendas 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28 e 29 da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e acolhendo parcialmente as emendas 1, 2, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 19, 21, 22, 23, 24, 27, 28, 36, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 55, 58, 60, 62, 64, 66, 68, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e a emenda 5 da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, e acolhendo integralmente as emendas 108 e 109 da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e a emenda 15 da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, na forma da Emenda Substitutiva apresentada.

Resultado: As Comissões aprovam o parecer favorável, no sentido da Emenda nº 2 CCT/ CRA (Substitutivo), ressalvados os destaques.

51ª REUNIÃO REALIZADA EM 09 DE NOVEMBRO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA**ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 30, DE 2011
NÃO TERMINATIVO**

Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Autoria: Deputado Sérgio Carvalho e outros

Relatoria na CCT e CRA: Senador Luiz Henrique

Resultado: As Comissões aprovam o parecer, favorável ao projeto, no sentido da Emenda nº 02 CCT/CRA (Substitutivo).

52ª REUNIÃO REALIZADA EM 09 DE NOVEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Em atendimento ao Requerimento nº 58, de 2011–CCT, de autoria dos Senadores Eduardo Braga, Gim Argello, Flávia Ribeiro, Delcídio do Amaral e Rodrigo Rollemberg, para debater o tema: “Ciência na Educação de Base: Recurso Humano para o Futuro do País”.

PARTICIPANTES

- Lucien Muñoz - Representante da UNESCO no Brasil, em exercício;
- Gedeão Timóteo Amorim - Secretário de Estado da Educação do Amazonas e Membro do Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED;
- Maria Olívia Simão – Professora Doutora, Diretora-Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM; e
- João Evangelista Steiner - Professor Titular do Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas da USP.

53ª REUNIÃO REALIZADA EM 09 DE NOVEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

Discussão e votação das Emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática ao Projeto de Lei nº 29/2011-CN, que "Institui o Plano Plurianual da União para o período 2012-2015".

Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Resultado: Aprovadas 04 (quatro) Emendas à despesa e 02 (duas) Emendas de Texto

54ª REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)**ITEM Nº 01****REQUERIMENTO Nº 63, DE 2011 – CCT**

Requeiro, nos termos do disposto nos arts. 39 e 40, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participar do "II Fórum Latino-Americano de Políticas Públicas para Internet, Comércio Eletrônico e Tecnologias Móveis: Impacto Econômico, Social e Cultural no desenvolvimento da América Latina", que será realizado no Hotel Four Seasons em Miami, Flórida, entre os dias 05 e 07 de dezembro de 2011.

Autoria: Senador Walter Pinheiro

Resultado: Aprovado

55ª REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)**ITEM ÚNICO****PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 28, DE 2011
NÃO TERMINATIVO**

Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, o texto do projeto de Lei que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012".

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Resultado: Aprovadas 03 (três) emendas de apropriação e 01 (uma) emenda de remanejamento

**56ª REUNIÃO REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2011 CONJUNTA COM A
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE****AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Em atendimento ao Requerimento nº 13 de 2011 – CE, de autoria dos Senadores Wellington Dias e Walter Pinheiro, e ao Requerimento nº 18 de 2011 – CCT, de autoria dos Senadores Wellington Dias e Walter Pinheiro, para debater o tema: "Uso democrático da Ciência para Transformação Social e Econômica do Brasil"

PARTICIPANTES

- Miguel Nicolelis – Professor Dr. Pesquisador na Universidade Duke; membro das Academias Brasileira, Francesa e do Vaticano de Ciências; criador do Instituto Internacional de Neurociências de Natal Edmond e Lilly (IINN-ELS); e
- Arquimedes Diognénes Ciloni, Professor representante do Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT.

TOTAL DE REUNIÕES: 07

Extraordinária – Deliberativa: 03

Extraordinária – Audiência Pública: 01

Conjunta – Deliberativa: 02

Conjunta – Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 02

Projeto de Lei da Câmara (não terminativo): 01
Requerimento - CCT: 01

Obs.: A Comissão aprovou a apresentação de:

- 6 (seis) Emendas ao Projeto PL nº 29/2011-CN – Plano Plurianual para o período 2012-2015 (PPA/2012-2015); e
- 4 (quatro) Emendas ao PL nº 28/2011-CN – Projeto de Lei Orçamentária Anual para o Ano de 2012 (PLOA/2012).

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS - CMMC

Presidente: Senador Sérgio Souza
Vice-Presidente: Deputado Alfredo Sirkis
Relator: Márcio Macêdo

8ª REUNIÃO REALIZADA NO DIA 01 DE NOVEMBRO DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Plano de Trabalho da Comissão, com a finalidade de debater o Plano de Agricultura de Baixo Carbono, bem como as ações que visem alcançar os objetivos estabelecidos na Política Nacional sobre Mudanças do Clima.

PARTICIPANTES

- Eduardo Delgado Assad - Secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental - SMCQ/MMA, representando o Ministério do Meio Ambiente;
- Carlos Magno Chaves Brandão - Diretor do Departamento de Sistemas de Produção e Sustentabilidade - DEPROS/SDC/MAPA, e Elverson Nunes Ramos, Coordenador de Manejo Sustentável dos Sistemas Produtivos - CMSP/D EPROS/SDC/MAPA, representando o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- Vinícius Leandro Skrobot - Coordenador do Centro de Pesquisa e Análise Tecnológica da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP; e
- Alfred Szwarc - Consultor de Emissões e Tecnologia da ÚNICA.

9ª REUNIÃO REALIZADA NO DIA 04 DE NOVEMBRO DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Audiência Pública Regional da CMMC em Foz do Iguaçu destinada a avaliar e debater a sustentabilidade ambiental a partir da geração de energia hidrelétrica.

PARTICIPANTES

- Sérgio Souza – Senador, Presidente da CMMC;
- Jorge Miguel Samek – Diretor-Geral Brasileiro da Itaipu Binacional;
- Amílcar Guerreiro – Diretor de Estudos Econômicos, Energéticos e Ambientais da EPE;
- Luiz Pinguelli Rosa – Diretor-Geral da COPPE/UFRJ;
- Celso Vainer Manzatto – Chefe-Geral da Embrapa Meio Ambiente; e
- Nelson Miguel Friedrich - Diretor de Coordenação e Meio Ambiente – Itaipu.

10ª REUNIÃO REALIZADA NO DIA 9 DE NOVEMBRO DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 3, de 2011-CMMC, de autoria do Senador Sérgio Souza, destinada a apresentar as ações atuais e futuras sobre a gestão das águas no Brasil e as iniciativas perante outros países.

PARTICIPANTES

- Vicente Andreu Guillo - Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas – ANA; e
- Luiz Alberto de Mendonça Sabanay - Chefe de Assuntos Estratégicos e Relações Institucionais, e
- Estevão Campelo Melo Moura, Diretor do Departamento de Agricultura em Águas da União, representando o Ministério da Pesca e Aquicultura.

ITEM Nº 01

REQUERIMENTO Nº 13, DE 2011-CMMC

Requeiro, nos termos regimentais, a indicação dos Senadores Jorge Viana e Vanessa Grazziotin e dos Deputados Alfredo Sirkis, Márcio Macêdo, Arnaldo Jardim e Antonio Carlos Thame para participarem, como representantes desta Comissão Mista de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional, da 17ª Conferência das Partes (COP 17) na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), e da 7ª Conferência das partes no Protocolo de Quioto (CMP-7), que ocorrerão em Durban, cidade da África do Sul, na província de Kwazulu-Natal, entre os dias 28 de novembro e 9 de dezembro do corrente ano.

Autoria: Senador Sérgio Souza

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02

REQUERIMENTO Nº 14, DE 2011-CMMC

Requeiro a realização de audiência pública desta Comissão na Cidade de Passo Fundo – RS, a fim de discutir a participação da produção e o consumo de biodiesel na matriz energética nacional, como forma de diminuir a emissão de carbono na atmosfera, reduzindo os efeitos no clima. Posteriormente a audiência pública, será realizada visita técnica à indústria BSBios e a Embrapa de Passo Fundo.

Autoria: Deputado Luiz Noé

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03

REQUERIMENTO Nº 15, DE 2011-CMMC

Nos termos regimentais, requeiro a V. Exa., ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada Audiência Pública Regional, em Aracaju, no Estado de Sergipe, para tratar do tema: As Consequências das Mudanças Climáticas nos Biomas Brasileiros: Mata Atlântica, Caatinga, Cerrado e Amazônia.

Autoria: Deputado Márcio Macêdo e Senador Sérgio Souza.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04

REQUERIMENTO Nº 16, DE 2011-CMMC

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública Regional, na cidade de São Paulo, destinada a avaliar e debater a política setorial na área das cidades e centros urbanos, de acordo com os objetivos da Política Nacional sobre Mudanças do Clima.

Autoria: Deputado Antonio Carlos Mendes Thame e Senador Sérgio Souza.

Resultado: Aprovado.

11ª REUNIÃO REALIZADA NO DIA 16 DE NOVEMBRO DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Plano de Trabalho da Comissão, destinada a apresentar as atividades que reduzem as emissões de desmatamento e degradação florestal – REDD e pagamento por serviços ambientais.

PARTICIPANTES

- Osvaldo Stella – Diretor do Programa de Mudanças Climáticas do IPAM - Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia;
- Gustavo Tosello Pinheiro - Coordenador para Instituições Financeiras Internacionais do TNC - The Nature Conservancy; e
- Paulo D'Ávila Ferreira - Diretor Executivo do IDESA- Instituto de Desenvolvimento Econômico e Socioambiental de Goiás.

12ª REUNIÃO REALIZADA NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Audiência Pública Regional da CMMC em São Paulo para tratar das causas e consequências da mudança do clima relacionados às grandes cidades.

PARTICIPANTES

- Sérgio Souza – Senador, Presidente da CMMC;
- Márcio Macêdo – Deputado, Relator da CMMC;
- Josilene Banzinni Ferri - Diretoria de Avaliação e Impacto Ambiental – CETESB; e
- Oswaldo Lucon - Assessoria de Mudanças Climáticas.

13ª REUNIÃO REALIZADA NO DIA 23 DE NOVEMBRO DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Audiência pública destinada a debater a intensificação dos desastres naturais: defesa civil e áreas de risco geológico, em atendimento ao Plano de Trabalho da Comissão.

PARTICIPANTES

- Casildo Maldaner – Senador Relator da Comissão Temporária de Defesa Civil do Senado Federal;
- Glauber Braga – Deputado Relator da Comissão Especial de Medidas Preventivas diante de Catástrofes, da Câmara Federal; e
- Adriano Santiago de Oliveira, Coordenador do Departamento de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente.

ITEM ÚNICO **REQUERIMENTO Nº 17, DE 2011-CMMC**

Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas – CMMC, para debater as causas e consequências do vazamento de petróleo no Campo do Frade, na Bacia de Campos, operado pela empresa norte-americana Chevron. A reunião contará a título de sugestão, com a participação dos seguintes convidados:

- Representante da Petrobrás;
- Representante da Empresa Chevron e
- Representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

Autoria: Senador Sérgio Souza e Deputado Alfredo Sirkis

Resultado: Aprovado

14ª REUNIÃO REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Audiência Pública Regional da CMMC em Aracaju para debater as consequências das mudanças climáticas nos biomas brasileiros: Mata Atlântica, Caatinga, Cerrado e Amazônia.

PARTICIPANTES

- Sérgio Souza – Senador, Presidente da CMMC;

- Márcio Macêdo – Deputado, Relator da CMMC Karen Suassuna, Diretoria do Departamento de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente;
- Francisco Campello, Diretor do Departamento de Combate à Desertificação do Ministério do Meio Ambiente; e
- Fernando Antonio Macena da Silva, Pesquisador da EMBRAPA Cerrado

**15ª REUNIÃO REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2011 CONJUNTA COM A
COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE**

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Audiência pública com o objetivo de debater os danos ambientais causados pelo vazamento de óleo proveniente do noticiado acidente ocorrido na plataforma Sedco706, utilizada pela Chevron, localizada no campo de Frade, na Bacia de Campos, no Estado do Rio de Janeiro.

PARTICIPANTES

- Sílvio Jablonski, Assessor de Diretoria, e Edson Montez, Coordenador Adjunto de Meio Ambiente, da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP);
- Curt Trennepohl, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA);
- Mário José Guisi, Subprocurador-Geral da República do Ministério Público Federal (MPF); e
- Luis Alberto Pimenta Borges Bastos, Supervisor de Meio Ambiente da CHEVRON Brasil.

TOTAL DE REUNIÕES: 08

Extraordinária - Audiência Pública: 07

Conjunta – Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 05

Requerimento-CMMC: 05

TOTAL GERAL DE REUNIÕES DAS COMISSÕES: 99

TOTAL GERAL DE REUNIÕES DAS SUBCOMISSÕES: 06

TOTAL GERAL DE MATÉRIAS APRECIADAS: 153

C.2 - Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

Relatório da SSCEPI - 02/02 a 30/11/2011

COMISSÕES TEMPORÁRIAS										
Nome	Reuniões	Req. Apresentados	Req. Apreciados	Doc. Recebidos	Proposições					
					PEC	PLC	REQ	PLS	PRS	Obs.
REFORMA POLÍTICA ATS 24/2011	11									CONCLUSÕES ENCAMINHADAS EM 17.05.11
DEFESA CIVIL RQS 171/2011	6	14	14							
REFORMA DO CÓDIGO PENAL (JURISTAS) RQS 756/2011	3									

COMISSÕES TEMPORÁRIAS EXTERNAS										
Nome	Reuniões	Req. Apresentados	Req. Apreciados	Doc. Recebidos	Proposições					
					PEC	PLC	REQ	PLS	PRS	Obs.
SEGURANÇA PÚBLICA RQS 455/2011	4	6	5							

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO - CPI										
Nome	Reuniões	Req. Apresentados	Req. Apreciados	Doc. Recebidos	Proposições					
					PEC	PLC	REQ	PLS	PRS	Obs.
TRÁFICO DE PESSOAS RQS 226/2011	18	120	127	91						
ECAD RQS 547/2011	16	147	143	91						

COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO - CPMI										
Nome	Reuniões	Req. Apresentados	Req. Apreciados	Doc. Recebidos	Proposições					
					PEC	PLC	REQ	PLS	PRS	Obs.
VIOÊNCIA CONTRA A MULHER NO BRASIL RQN 4/2011										AGUARDANDO INSTALAÇÃO

SENADO FEDERAL

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS
COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA 53ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, CONJUNTA COM A 46ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 2011, TERÇA-FEIRA ÀS 14H, NO PLENÁRIO Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às quatorze horas e vinte e sete minutos do dia dezoito de outubro de dois mil e onze, na sala de Reuniões nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Infraestrutura, reúnem-se conjuntamente a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI e Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores: **Aécio Neves, Ana Amélia, Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Benedito de Lira, Clésio Andrade, Cristovam Buarque, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Inácio Arruda, João Ribeiro, José Agripino, José Pimentel, Marinor Brito, Mozarildo Cavalcanti, Ricardo Ferraço, Sérgio Souza, Waldemir Moka, Walter Pinheiro, Wellington Dias e Zezé Perrella.** Deixam de comparecer os demais Senadores. A Presidente convida os Senhores palestrantes a tomarem assento à mesa: o Sr. Simão Jatene, Governador do Estado do Pará; o Sr. Alberto Pinto Coelho, Governador em exercício do Estado de Minas Gerais; o Sr. Murilo Ferreira, Diretor Presidente da Vale; o Sr. Cláudio Scliar, Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, representando o Ministro de Estado de Minas e Energia, Sr. Edison Lobão; o Sr. Paulo Camillo Vargas Penna, Diretor Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM) e o Sr. Anderson Costa Cabido, Presidente da Associação dos Municípios Mineradores do Brasil (AMIB). A Presidente informa que a presente reunião destina-se à realização da Audiência Pública, em cumprimento aos Requerimentos nº 56/2011– CI e nº 45 e 73/2011 – CAE, todos de iniciativa do Senador Flexa Ribeiro, e 75/2011-CAE, de autoria dos Senadores Waldemir Moka e Delcídio do Amaral, para discutir a eficácia da sistemática da cobrança da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), em face da crescente judicialização do processo. A Presidente comunica a

presença dos Deputados Federais Marcos Montes (DEM-MG), Arnaldo Jordy (PPS-PA) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG). Registra-se também a presença do Senhor Danilo de Castro (Secretário de Governo do Estado de Minas Gerais) e Pedro Meneguetti (Secretário em Exercício de Estado da Fazenda de Minas Gerais). A seguir, a Presidente concede a palavra aos participantes. Após a apresentação destes, usam da palavra os Senadores Flexa Ribeiro, Marinor Brito, Mário Couto, Walter Pinheiro, Zezé Perrella, Aécio Neves, Clésio Andrade, Wellington Dias e Cyro Miranda. Os participantes respondem às perguntas. A Presidente registra a presença do Deputado Federal Gabriel Guimarães (PT/MG); o Deputado Estadual Luiz Henrique, do PSDB de Minas Gerais e o Deputado Arnaldo. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito e quatro minutos, lavrando nós, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão de Serviços de Infraestrutura, e Adriana Tavares Sobral de Vito, Secretária da Comissão de Assuntos Econômicos, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Boa tarde a todos e a todas aqui presentes.

Declaro aberta a 46ª Reunião da Comissão de Infraestrutura, em conjunto com a 53ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos a pauta, convido para comporem a Mesa, como convidados desta audiência pública, as seguintes autoridades:

– Exmº Sr. Governador do Estado, Simão Jatene. Solicito ao Senador Flexa Ribeiro, à Senadora Marinor e ao Senador Mário Couto que encaminhem S. Exª à mesa;

– Exmº Sr. Alberto Pinto Coelho, Governador em exercício do Estado de Minas Gerais, que será acompanhado pelo Senador Aécio Neves;

– Sr. Murilo Ferreira, Diretor Presidente da Vale;

– Sr. Claudio Scliar, Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, representando o Ministro de Estado de Minas e Energia, Edison Lobão;

– Sr. Paulo Camillo Vargas Penna, Diretor Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram);

– Sr. Anderson Costa Cabido, Presidente da Associação dos Municípios Mineradores (Amib).

Agradeço a presença de todos os senhores. Quero dizer que nesta 46ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, em conjunto com a 53ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, trataremos da

sistemática da cobrança da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem), em atendimento aos Requerimentos nºs 56, de 2011-CI, 45 e 73, de 2011-CAE, de iniciativa do Senador Flexa Ribeiro, e nº 75, de 2011-CAE, de autoria dos Senadores Waldemir Moka e Delcídio do Amaral, a quem cumprimento pela iniciativa.

Senhoras e senhores, estamos diante de uma relevante audiência pública realizada nesta Casa por esta Comissão. Pelo imenso potencial das reservas brasileiras, o setor mineral pode contribuir mais fortemente para o nosso desenvolvimento sustentável. Para isso, é preciso aprofundar o conhecimento e a análise das reservas minerais, enfatizar a gestão social e ambiental e aperfeiçoar o marco regulatório, para tornar mais eficientes e harmoniosos os procedimentos, notadamente os relativos à tributação e ao licenciamento ambiental.

No tocante ao marco regulatório, é necessário modernizar e harmonizar a legislação existente e, em particular, reduzir os conflitos entre as legislações ambiental e minerária. É preciso, também, delimitar com mais clareza as competências das três esferas de governo: União, Estados e Municípios.

O foro adequado para essa discussão é o Congresso Nacional. Cabe-nos, aqui, apreciar e votar projetos de lei que preencham as lacunas existentes. Sabemos que o Poder Executivo deve enviar ao Legislativo, em breve, sua nova proposta de Código de Mineração, além de outras duas importantes iniciativas esperadas: a que cria a agência reguladora para o setor, em substituição ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), e o projeto sobre a cobrança das compensações financeiras pela exploração mineral.

Este último assunto já tem sido objeto de ação parlamentar: estamos analisando, no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura, dois projetos muito significativos – o primeiro, de autoria do Senador Flexa Ribeiro e o segundo, do Senador Clésio Andrade –, ambos propondo mudanças na Cfem. Seus relatores, presentes aqui ao meu lado, a quem cumprimento com muita alegria, companheiros Senadores Aécio Neves e Eduardo Braga, já se debruçaram sobre o tema e aqui estão para contribuir com os debates.

Esta audiência pública, portanto, é fruto da necessidade de aprimorar a discussão sobre o assunto, que muito repercutirá não somente aos Estados e Municípios diretamente beneficiados, mas ao Brasil como um todo. Esperamos, assim, que os debates aqui hoje sejam extremamente produtivos.

Informo aos senhores que, para o melhor andamento dos trabalhos, vou conceder o tempo de dez minutos para cada convidado com tolerância de cinco

minutos. Solicito a compreensão dos participantes para o estrito cumprimento do tempo, uma vez que temos Ordem do Dia, com pauta deliberativa, no plenário do Senado a partir das 16 horas. Informo ainda que o Sr. Murilo Ferreira irá ausentar-se desta reunião antes do término, por motivo de viagem já agendada.

Concedo a palavra ao Exmº Sr. Murilo Ferreira, Diretor Presidente da Vale.

V. Sª dispõe de dez minutos com tolerância de mais cinco.

O SR. MURILO FERREIRA – Exmª Srª Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Exmº Sr. Simão Jatene, Governador do Estado do Pará, Exmº Sr. Governador em exercício Alberto Pinto Coelho, Governador do Estado de Minas Gerais, senhoras e senhores, demais autoridades presentes, é com grande satisfação que vimos participar desta reunião de audiência pública conjunta das Comissões de Serviços de Infraestrutura e Assuntos Econômicos do Senado, cujo objetivo é discutir propostas de aperfeiçoamento da legislação em vigor relativa à mineração, de modo especial, a Cfem.

Como sabem os senhores, a mineração é um setor de extrema relevância para o desenvolvimento do País. A contribuição do setor mineral para a formação do superávit da balança comercial, ao longo desses últimos anos, dez anos, da nova década, alcançou a impressionante marca de R\$104 bilhões. Porém, a cada notícia que as exportações dos produtos primários crescem, de forma mais acentuada do que as exportações de produtos manufaturados, muitos parecem considerar que se trata de mal-estar econômico.

Na verdade, a parcela mais expressiva do superávit da balança comercial que vem se acumulando desde 2002 está vinculada às exportações dos produtos direta ou indiretamente intensivos em recursos minerais. A entrada da China e da Índia no comércio global, assim como de outros países emergentes, modificou profundamente a estrutura de oferta e demanda de serviços em um número imenso de mercados. É notória a mudança de patamar do consumo de produtos intensivos em recursos minerais.

Gostaria de lembrar que, quando um projeto de mineração é implantado em determinado Município, há a geração de uma série de impactos positivos para a economia local e regional, destacando-se aumento dos níveis de emprego e da massa salarial; desenvolvimento da infraestrutura que servirá tanto ao projeto, quanto aos cidadãos, como estradas, ferrovias e portos; significativa elevação do salário médio real e melhoria de condições gerais de emprego; expansão da base tributada, permitindo a melhoria dos serviços; criação de um ambiente propício ao desenvolvimento econô-

mico e social local e regional; articulação da demanda de mão de obra não só pelo empreendimento, mas também pelos demais projetos catalisadores e pela injeção de recursos.

De modo geral, pode-se observar que esses investimentos contribuem para a formação de um crescimento econômico nos Municípios onde estão localizados. Não se pode, contudo, achar que uma taxa de crescimento muito elevada do produto *per capita* observada em determinado período de implantação e no início de operação dos investimentos vá perdurar por décadas e garantir níveis duradouros de prosperidade para determinada comunidade. Para se projetarem as possibilidades de crescimento econômico dos Municípios, das regiões e dos países, é necessário compreender a natureza dos ciclos econômicos e seus impactos de longo prazo.

Os Municípios brasileiros que forem beneficiados por grandes investimentos em mineração devem estar atentos ao fato de que esses projetos são capazes de gerar expressivos efeitos multiplicadores sobre suas economias, efeitos fiscais na cadeia produtiva, efeitos sobre o mercado de trabalho. Os efeitos multiplicadores serão mais elevados quanto maior for a capacidade empreendedora local para responder à expansão das novas oportunidades e negócios.

O crescimento econômico é uma condição necessária, mas não suficiente para o desenvolvimento sustentável, o qual pressupõe a inclusão social com uma vasta gama de oportunidades para as pessoas. É uma tarefa política e institucional de extrema complexidade promover o desenvolvimento sustentável das áreas com baixo grau de desenvolvimento. Há muitos preconceitos quanto à possibilidade de um município com base econômica em atividades de mineração vivenciar um processo de desenvolvimento sustentável. Na verdade, em quase todos os Municípios menos desenvolvidos do País onde está localizado um projeto de mineração, os benefícios socioeconômicos são muito expressivos. O salário médio, na fase de operação plena carga, chega a ser até cinco vezes superior ao que prevalecia até a economia formal. A arrecadação do município tende a se multiplicar por dez. O mercado de trabalho se dinamiza, diversifica-se, e sua infraestrutura econômica e social moderniza-se.

A Vale, preocupada com o futuro dos Municípios mineradores, inclusive para quando chegar a fase de exaustão de suas atividades, tem procurado estimular a diversificação da base produtiva desses Municípios, através da incorporação de novas atividades não relacionadas diretamente ao negócio mineral, respeitada a vocação regional. Apenas para citar um exemplo, em Itabira, onde nasceu a empresa há quase 70 anos, há,

atualmente, para cada emprego na mineração, cinco empregos em outras atividades. Além disso, o município é considerado um dos três melhores de Minas Gerais em qualidade de vida. Durante duas décadas, as lideranças políticas e comunitárias da cidade vêm construindo e implementando, com o apoio da Vale, uma estratégia de diversificação de sua base produtiva. À medida que o tempo passa, tem sido declinante a posição relativa da mineração no conjunto de variáveis econômicas do Município de Itabira, que tende a se tornar um lugar central de prestação de serviços educacionais de qualidade e de medicina especializada no leste de Minas. O longo e penoso período de transformação socioeconômica de Itabira poderá ser encurtado em outros Municípios, através de intensa mobilização social e política endógena, por meio de processos de planejamento participativo.

No Pará, o Município de Parauapebas, onde se localiza a mineração de Carajás, ocupa, hoje, o primeiro lugar no Estado em termos de desenvolvimento socioeconômico, onde se consideram variáveis de emprego, renda, educação e saúde. Posição de destaque que foi também para o PIB *per capita* dos Municípios paraenses, onde se concentram grandes projetos de mineração e energia, como Parauapebas, Tucuruí, Marabá e outros. Este é um fato digno de registro, pois revela a capacidade que a mineração capitalista moderna tem para alavancar o processo de crescimento econômico.

Sabe-se que o processo de desenvolvimento de um país ou de suas regiões depende, de maneira inequívoca, de diferentes fatores, entre os quais se destaca o sistema tributário moderno, flexível, operacional, justo e simplificado. Nesse contexto, todos concordamos que é necessária a simplificação da apuração da base de cálculo do Cfem, a fim de fazer cessar os conflitos entre os dispositivos legais vigentes, com os consequentes embates administrativos desgastantes e inconclusos.

Além disso, acreditamos que a criação da Participação Especial, nos moldes do petróleo para mineração, não se sustenta devido à impossibilidade de se comparar dois setores econômicos tão distintos. A indústria da mineração tem peculiaridades que a tornam bastante sensível ao ambiente externo. As empresas mineradoras atuam em um mercado global de oferta e de demanda globalizadas, enfrentando forte concorrência até mesmo no mercado regional e nacional, onde se localizam as minas.

Ademais, as estruturas do mercado de substâncias minerais apresentam diversas características e propriedades, e suas finalidades são muito diferentes.

Além disso, a comparação entre o petróleo e mineração, para fins tributários e fiscais, é extremamente problemática porquanto:

- No Brasil, o foco dos mercados difere: enquanto a produção petrolífera tem um mercado cativo no próprio País, no Brasil, o minério enfrenta concorrência em escala internacional;

- Inexiste política de incentivo fiscal para o setor mineral. O setor petrolífero tem, por exemplo, o Repetro, Repex e Repenec, e a indústria mineral não possui.

- As infraestruturas têm usos distintos: as do petróleo, como gasoduto, refinaria, não são compartilhados com outros. Na mineração, a logística, como estradas de acesso, ferrovias, portos, atende a outros interesses públicos: a população das comunidades, passageiros e cargas de terceiros;

- A arrecadação do setor de petróleo inclui a tributação por substituição até o consumidor final. No setor mineral não, a tributação ocorre em cada etapa da cadeia, como siderurgia, setor automotivo, linha branca.

- O prazo de exaustão de jazidas é comumente superior ao das reservas de petróleo, sendo, assim, maior o período no qual há pagamento de tributos e *royalties* na mineração. A produção de um campo de petróleo é feita em geral por 27 anos. Na mineração, é comum haver minas com bem mais de 40 anos, e várias delas ultrapassam 100 anos. Poderia citar diversas delas, mas tenho o tempo a observar.

- A recuperação ambiental é geralmente mais complexa e dispendiosa no setor mineral em comparação com o petróleo:

A carga tributária total atual setorial na mineração já é superior quando comparada à de países onde atuam grandes concorrentes das empresas mineradoras que operam no Brasil, gerando impacto sobre a competitividade do mercado internacional.

Vocês podem ver, por exemplo, que a BHP, Rio Tinto, Vedanta, Xstrata, as grandes mineradoras mundiais não estão no Brasil. Por que será? É preciso que se avalie cuidadosamente e de forma diferenciada o impacto da carga de impostos e tributos sobre os valores produzidos pagos pela indústria de minerais metálicos e não metálicos e no setor de recursos energéticos.

É fundamental manter-se uma geração de caixa adequada para garantir a sobrevivência das empresas mineradoras.

Em resumo, caberia ainda nesse passo a indagação: o que ocorrerá se o Brasil impuser um aumento da carga tributária sobre a indústria mineral nacional?

Devido ao caráter e à situação específica da mineração, com certeza, uma carga tributária e custos elevados e crescentes significariam uma vida útil cada vez menor para esses empreendimentos, com efeitos

multiplicadores negativos sobre a vida econômica dos Municípios onde se localizam.

Por essas razões, Sr^a Presidente, Srs. Senadores, temos certeza de que o caminho da construção conjunta de soluções, por meio da cooperação público-privada, gerará melhores e maiores resultados do que a adoção de uma sobrecarga tributária.

Eu gostaria de agradecer imensamente a oportunidade de estar aqui, e não pretendemos discutir especificidades técnicas do projeto do Senador Flexa Ribeiro e do substitutivo do Senador Aécio Neves, que, com espírito cívico, procuram propugnar em benefício dos Estados e Municípios mineradores. Entretanto, colocamos à disposição desta Casa os serviços especializados dos nossos técnicos e dos consultores, para, caso seja desejado, possam eventualmente colaborar para encontrar soluções que conciliem os interesses dos Estados e Municípios mineradores com os interesses das trajetórias empresariais progressistas das mineradoras, caminhando juntos para o desenvolvimento sustentável do Brasil e de suas regiões.

É com esse objetivo que devemos todos, empresas e Poder Público, trabalhar.

Muito obrigado! (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Cumprimento o Sr. Murilo Ferreira e quero agradecer inclusive pela obediência do tempo, que nos ajuda bastante.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Concedo a palavra ao Sr. Claudio Scliar, Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pediria a V. Ex^a que distribuísse o pronunciamento do Dr. Murilo Ferreira, presidente da Companhia Vale.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Solicito à Comissão que faça essa distribuição. Concedo a palavra ao Sr. Claudio Scliar.

O SR. CLÁUDIO SCLIAR – Agradeço o convite que a Senadora Lúcia Vânia nos fez, ao Ministério de Minas e Energia, para estarmos presentes nesta audiência. O Ministro Edison Lobão teve de cumprir uma agenda no exterior, está na Europa, e solicitou-me que aqui viesse para apresentar alguns pontos quanto a essa questão da eficácia da sistemática da cobrança da Cfem, conforme é o título desta audiência pública da Comissão de Serviços de Infraestrutura e da Comissão

de Assuntos Econômicos do Senado Federal. Cumprimentos todos os Senadores e todos os presentes. (Apresentação em datashow.)

Conseguindo isto nesta Casa, que, obviamente, é a Casa da legislação brasileira, das leis brasileiras, de qualquer forma, Senadora, é importante deixar muito explícito, muito claro que estamos tratando desses bens que são da União, que são os recursos minerais. E a própria Constituição prevê a participação ou a compensação financeira pela exploração desses bens da União. Então, estamos tratando de algo que está normatizado de forma muito clara na Constituição.

Há um aspecto que eu gostaria de destacar, Senadora: neste período que nós temos aqui anotado, de dezembro de 2004 a julho de 2011, tivemos um crescimento grande, expressivo da arrecadação dos *royalties* da mineração, da Cfem. Isso tem que ver muito claramente com o aumento dos preços, em particular do ferro, dos bens minerais, mas também eu gostaria de destacar: há todo um processo de modernização muito forte havido no DNPM de 2003 para cá, e ele conseguiu ir cumprindo melhor suas tarefas de órgão gestor, fiscalizador e de cobrança da Cfem.

Eu gostaria de destacar que essa ampliação que temos, de 2004, de R\$260 milhões, para R\$1 bilhão, que é o que se tem hoje de recolhimento, tem que ver, sim, com o aumento do preço, em particular do ferro – dos minérios em geral, mas, em particular, do ferro, como veremos a seguir –, mas tem que ver também com o processo de modernização do DNPM, que precisa inclusive ser ampliado, ser aumentado, até com a proposta que temos.

Aqui há um aspecto importante referente ao último ponto, de 2010. De 2006 a 2010, considerando essa distribuição da arrecadação da Cfem pelos Estados brasileiros, vamos ter o destaque: como aqui está bem definido, inclusive pela Mesa, com o Governador e o Vice-Governador, o Estado de Minas Gerais, com um maior quantitativo, com R\$535 milhões, e o Estado do Pará, com R\$315 milhões.

E isso tem muito a ver com essa pequena figura ali embaixo, com o papel e a importância que o ferro tem ao se fazer a discussão da mineração no Brasil. Aí é bom – inclusive, o Dr. Murilo ainda não saiu, ainda está aqui. Mas não é questão de simplesmente se apontar a Vale; é porque realmente a produção de ferro no Brasil tem um papel muito expressivo. E ele é o presidente da maior empresa de ferro do mundo, uma das maiores do Brasil.

Mas há um aspecto que talvez seja importante tanto para os dois Estados mineradores quanto para muitos outros Estados. Há Municípios e Estados que não produzem ferro, mas onde há a Cfem da água mi-

neral, a Cfem da areia, a Cfem do chumbo, a Cfem de vários bens minerais expressivos, a qual, para aquele Município, é muito importante.

Então, na política em geral, na macroeconomia, não tenho dúvida nenhuma, a balança comercial brasileira é o ferro. No ferro é fundamental nós pensarmos. Mas nós temos de pensar também naqueles 30% restantes, quando se discute e se debate a questão dos *royalties* no Brasil.

Próximo, por favor.

Esse é um estudo que foi realizado por um economista mineral do DNPM aposentado, Dr. Felipe Quaresma, em 2009, que serviu como base para o Plano Nacional de Mineração 2030, que nós produzimos no Ministério. Inclusive, eu pedi e não sei se já lhes foi passado: nós trouxemos alguns exemplares para aqui, para todos os Senadores, e está disponível no site do MME. Esse estudo, sem fazer uma discussão de conjunturas de cada época – é claro que tem seus diferenciais as conjunturas econômicas e políticas de cada época – expressa, de forma muito evidente, como se deu esse diferencial do imposto único mineral, de 75 a 88, quando se tem uma cobrança de 1,30 por tonelada de minério bruto, e hoje, com a Cfem, o Brasil paga US\$0,26 a tonelada do minério bruto, com esse diferencial do ICMS.

É óbvio que qualquer economista, provavelmente, pode fazer uma série de argumentações no sentido de conjunturas diferentes, mas é um lado muito expressivo, nessas questões que nós estamos discutindo para esse bem mineral, que é tão expressivo para a mineração brasileira.

Próximo, por favor.

Aqui é um pequeno quadro de *royalties* no mundo, um pequeno quadro em que tiramos de vários autores vários estudos – inclusive um estudo do *El Nación*, que o Ibram contratou, fazendo um estudo no mundo inteiro, que o Instituto Brasileiro de Mineração do Brasil contratou, um quadro dos *royalties* no mundo inteiro, com alguns destaques.

Por exemplo, na Austrália, está ali o 7,5%, que é para o minério bruto. A Austrália tem uma política para, à medida que você tenha uma agregação, você ter uma redução dos *royalties*... (*falha na gravação*.) ...o ponto que se quer para uma riqueza que é extraída daquele País, com jazidas que são exauríveis, como o próprio Dr. Murilo aqui explicitou.

Seguindo, por favor.

Aqui há um dado – pode continuar – muito interessante neste quadro. Ele mostra uma variação de preços da principal bolsa de metais não ferrosos – alumínio, zinco, chumbo, cobre – do mundo, que é a Bolsa de Londres, a London Metal Exchange.

E mostra as variações que ocorreram nesse índice da bolsa do LME quanto a mudanças de *royalties* no mundo. Podemos ver perfeitamente que, em 2008 e em 2009, houve uma queda muito grande nos preços, refletindo a crise internacional, uma grande crise de demanda no mundo. Os aumentos de *royalties* de participações especiais pelo mundo não afetaram o mercado dos metais. Houve demanda, houve quem comprasse, e esse mercado se manteve bem. É óbvio que, talvez, um foco, detalhando por semanas ou por mês, possa alterar algo nesse quadro, mas o quadro, no geral, demonstra como o *royalty*, em si, não vai afetar de forma tão forte o preço dos metais ou o mercado dos metais, que está muito relacionado à demanda. Se há quem compra, produz-se.

O próximo *slide*, por favor.

Esses são outros países em que também houve essas mudanças.

Há outros problemas que vemos do ponto de vista da Cfem hoje.

A forma de arrecadação gera incertezas e judicializações. É um problema seriíssimo a quantidade de judicializações em todas as instâncias do Judiciário brasileiro em relação à questão da Cfem. É preciso – e há certo consenso – que haja uma normatização; tanto leis quanto decretos têm de ser corrigidos.

A base de cálculo, muitas vezes, não guarda adesão com uma dinâmica de mercado. Muitas vezes, há variações muito grandes do ponto de vista de preço, e isso, praticamente, não reflete, do ponto de vista da cobrança da Cfem, em particular, em alguns bens minerais, em que o que é medido é o custo de produção, não a receita.

A diferenciação das alíquotas não respeita critérios técnicos ou econômicos. É uma questão séria. O nosso Legislativo, Congresso, Câmara, sem dúvida, terá um papel muito importante nessa discussão dos projetos de lei.

Essa temática, muitas vezes, pune a agregação de valor em território nacional. Falo da forma como o valor é calculado. São valores independentemente da agregação de valor ou não àquele minério. Em muitos outros países, há formas diferentes. No nosso País, como brasileiros, como gestores públicos ou como congressistas, temos de pensar formas inteligentes de fazer isso.

Não há diferenciação entre projetos comuns e projetos de elevada rentabilidade. Deixo bem claro: não se trata de comparar a petróleo, como o Dr. Murilo levantou aqui. Há especificidades de alguns bens minerais, e é perfeitamente possível pensarmos essas especificidades. Temos de pensar algumas regras gerais, mas também algumas regras que são mais

específicas e que estão mais relacionadas a alguns tipos de depósito, de bens minerais, havendo alguns parâmetros para controlar isso.

Reproduzo o título: “A Eficácia da Sistemática da Cobrança da Cfem”. Eu diria que a sistemática da cobrança da Cfem, hoje, não é eficaz, no sentido do interesse nacional, no sentido do melhor retorno para Municípios, Estados e União. Nós, do Governo Federal, do Ministério de Minas e Energia, cumprimos uma trajetória de debates, de discussões e de muitos estudos, com uma enorme preocupação – eu gostaria de ressaltar, mais uma vez – de não prejudicar a competência das nossas empresas em disputar mercados onde quer que seja. Mas, aqui, deve-se resguardar para o nosso povo uma ampliação dessa riqueza que está sendo extraída. Não queremos interferir e temos a certeza de que não vamos interferir. Nós, do Governo Federal, e o Congresso não vamos afetar a capacidade de nossas empresas de enfrentar os grandes do mundo. Como foi dito, talvez, algumas grandes empresas do mundo não tenham vindo para cá porque não tenham tido oportunidades aqui. Mas as oportunidades ocorrem cada vez mais no solo brasileiro, e é uma legislação transparente, correta, segura, que vai fazer com que mais e mais investimentos se deem no País.

Então, encerrando, gostaria de agradecer em nome do Ministro Edison Lobão e dizer que estamos finalizando esse projeto de lei, que já está na instância da nossa Presidenta, do nosso Ministro, para ser trazido para o Congresso e se somar a todas as iniciativas para termos realmente mudanças que são necessárias para todos nós, brasileiros, sejam as empresas, sejam os prefeitos, sejam os governadores, sejam a população.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Sr. Claudio Scliar e passo a palavra ao Sr. Paulo Camillo Vargas Penna, Diretor Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram).

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr^a Presidente, pela ordem.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Da mesma forma, eu pediria que já fosse estendido a todos os nossos convidados que, ao final das exposições, ou até mesmo antes delas, fossem distribuídos às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores o documento.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pode ficar tranquilo V. Ex^a de que todo material aqui exibido será distribuído aos Srs. Senadores.

O SR. PAULO CAMILLO VARGAS PENNA – Boa tarde a todos.

Em primeiro lugar, em nome do Instituto Brasileiro de Mineração, eu gostaria de agradecer à Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura pelo convite formulado ao nosso Instituto. Gostaria de saudar aqui, muito especialmente, os integrantes da Mesa; o meu querido contrerrâneo, atuante governador e senador de carreira brilhante na atividade pública brasileira, o Senador Aécio Neves. Gostaria de saudar também especialmente o Governador Jatene; o Prof. Claudio Scliar; meu prezado e querido amigo e governador em exercício de Minas Gerais, Alberto Pinto Coelho; o Prefeito Anderson Cabido, liderança importante na atividade que se integra hoje com a atividade mineral brasileira na busca do desenvolvimento sustentável e do desenvolvimento do nosso País.

Sou o terceiro a me pronunciar hoje e sempre com o problema de falar depois e repetir, muitas vezes, o que já foi coberto. De qualquer maneira, eu gostaria de apresentar uma sucessão de informações para os senhores sobre o panorama mineral brasileiro, mostrando onde a atividade mineral se situa, tanto no mundo, quanto no Brasil, nos próprios Municípios mineradores.

Em primeiro lugar, os riscos da indústria mineral brasileira e o ambiente de negócios. O ambiente de negócios da mineração exige estabilidade macroeconômica, custos fiscal e tributário, segurança jurídica, unidade de informações geológicas, transparência, acesso a financiamento, governança, infraestrutura, mão de obra e um ambiente regulatório estável e não discriminatório.

A atividade tem como risco o fato, por exemplo, de ser uma atividade cíclica – é sempre bom lembrar que a atividade mineradora brasileira teve essa exuberância mineral em períodos bastante distintos na sua história. Momentos como este que vivemos hoje vivemos nos anos 70, nos anos JK, na I Guerra Mundial e nas guerras napoleônicas. São espaçamentos de trinta, vinte anos, e muitas vezes a percepção geral é de que a atividade é sempre muito exuberante, sempre com preços e atratividade muito grande, o que não é a realidade.

O setor é um setor altamente competitivo. Despende grande capital para sua atividade. Não define preço de venda, pois não é cartorializado. E a atividade tem como risco os chamados riscos ambientais e sociais, além de não ter opções de saída – a atividade mineral sempre será atividade mineral, independentemente do momento econômico em que ela viva.

Este é um quadro que mostra claramente a geografia mineral no mundo. Mostra, de maneira clara e ostensiva, que o Brasil não está só, ou seja, o Brasil não está só na produção de minérios no mundo; ele tem fortíssima competição mundo afora. Talvez este

seja o último quadro em que tenhamos a África ainda tão pouco coberta em atividade mineral, mas é um continente de grandes oportunidades, para onde, na busca de resultados mais adequados, muitas empresas do mundo todo estão ocorrendo, inclusive empresas brasileiras. Mas o Brasil tem, claro, um papel importante no desenvolvimento não só da atividade mineral, como no desenvolvimento econômico.

Em primeiro lugar, quero lembrar que, em um mercado consumidor de mais de 140 milhões de habitantes, com um PIB superior a US\$900 milhões e uma área superior a 300 milhões de quilômetros quadrados, ou seja, uma área em que há um efetivo potencial de descobertas de novos depósitos minerais, nós só temos Brasil, Rússia, Índia, China e Estados Unidos. Estamos falando de Estados Unidos mais Brics. Lembro, então, que a atividade mineral é uma atividade que tem como grande e talvez uma de suas melhores características sua grande capacidade de se articular com outras atividades econômicas. Ou seja, um projeto mineral nunca pode ser visto de maneira isolada, ele sempre traz consigo atividades econômicas que carregam desenvolvimento econômico e social para onde se instalam, seja nos Municípios, seja nos Estados onde estão colocados. Isso pode ser visto tanto nos efeitos multiplicadores que a mineração carrega para trás ou também para frente, mostrando efetivamente que o fornecimento de insumo mobiliza uma infraestrutura importante, como também mobiliza atividades econômicas ao longo das diversas cadeias produtivas com as quais a mineração se articula.

Bom, esse é um quadro que mostra efetivamente qual é o papel do Brasil no mercado mundial de minérios. Os senhores conhecem sobejamente nosso papel como exportadores *player global* em nióbio, minério de ferro, manganês, tantalita, grafita, bauxita e rochas ornamentais, mas é importante destacar também nossa grande dependência externa, seja no fosfato, no potássio, no enxofre, em terras raras, em que o Brasil precisa necessariamente avançar, e avançar de uma maneira urgente, para superar inclusive a sangria no seu ativo, nos resultados que os cofres públicos vêm obtendo a partir da mineração.

Além disso, o setor tem uma contribuição importante na formação de mão de obra e também na multiplicação de postos de trabalho. Quer dizer, para cada emprego na mineração, Senador Aécio Neves, são constituídos treze outros em média, ao longo das cadeias produtivas. Mas eu também poderia dizer que para cada emprego perdido na mineração, nós perderíamos treze outros empregos ao longo das cadeias produtivas.

Bom, a evolução da produção mineral brasileira tem sido algo muito percebido no Brasil e no mundo, principalmente no início do século XXI. A partir de 2001, o Brasil sai do valor da produção mineral brasileira de US\$7,6 bilhões para US\$39 bilhões agora, em 2010. E com as projeções que temos, devemos chegar a US\$50 bilhões em 2011. O que significa isso? Significa que há uma combinação no aumento do preço das *commodities* sim, mas significativos aumentos da produção mineral brasileira, que vem fazendo com que tenhamos números tão expressivos.

Próximo.

E aí o papel que a mineração brasileira tem no saldo do comércio brasileiro. Em 2006, a mineração respondia por 14% do saldo da balança comercial; em 2007, respondeu por 25%; em 2008, 53%; em 2009, com a crise, nós reduzimos de 53% para 50%; e em 2010 – pasmem! –, chegamos a 136% do saldo da balança comercial brasileira. Ou seja, geramos caixa para setores que são importadores para setores que precisam da importação de insumos, de máquinas ou de equipamentos para o desenvolvimento do Brasil. Nossa projeção é que tenhamos para 2011 um crescimento significativo, um saldo de US\$33 bilhões, o que deve nos levar a cerca de 140% do saldo da balança comercial brasileira.

Próximo.

Esse é um quadro dos produtos exportados, com destaque para o minério de ferro – o Sr. Scliar abordou isso rapidamente –, pois 82% do saldo de nossas exportações da mineração é de ferro, mas há um grande destaque, principalmente para o ouro, para o nióbio, para o cobre, para o silício, que têm um papel significativo na nossa carteira de exportação mineral.

Por outro lado, nós temos também importação de produtos que são importantíssimos para a economia brasileira, com destaque o carvão mineral, o coque siderúrgico, que não tem produção no Brasil, o Brasil só produz carvão energético, e para o cloreto de potássio, que é um dos mais importantes insumos da indústria agrícola, da indústria de fertilizantes do Brasil.

Os nossos investimentos para 2011/2015 serão de US\$68,5 bilhões, recorde na história brasileira. É o setor da mineração o setor privado que mais investe no Brasil. Para os senhores terem uma ideia, o setor privado da indústria do petróleo e do gás investe US\$36 milhões. O setor da mineração é quase o dobro da indústria do óleo.

Com a magnitude dessas informações, nós nunca temos uma visão clara do que significa US\$68, US\$65, US\$66 milhões, mas transformamos, materializamos esse investimento em produção, o que mostra que temos, no mínimo, um fator de duas ou três vezes a

produção de diversos minérios que o Brasil produz hoje. Ferro, mica, alumínio, bauxita terão um impulso significativo nos próximos anos de 2011 a 2015.

Próximo.

Esses são os principais investimentos do setor mineral por Estado, os mais destacados investimentos que vamos ter nos próximos anos cinco anos, de 2011 a 2015, no Brasil. A liderança hoje é de Minas Gerais, que está alternando essa posição com o Pará à medida em que há lançamento de novos projetos. Hoje Minas responde por 36% desse investimento e o Pará, 35%.

Próximo.

Em função disso, é importante observar que a implementação desse projeto depende de um conjunto de fatores, ou seja, o Brasil tem grande dependência na mão de obra, no processo de licenciamento moroso, burocrático, caro e temos um grande entrave, que é a carga tributária brasileira. O Ibram encomendou uma consultoria internacional, à Ernst & Young, um estudo abrangendo 21 países, em que se analisa imposto de renda, *royalty*, imposto de valor agregado, PIS, Cofins, ICMS para os minérios: bauxita, carvão, caulim, cobre, ferro, fosfato, manganês, níquel, ouro, potássio, rochas ornamentais e zinco.

O primeiro analisado foi o potássio. O Brasil, hoje, importa 92% das suas necessidades de potássio, é o quarto maior consumidor de fertilizantes do mundo e é líder mundial em tributação em potássio. O Brasil importa cerca de 45% das suas necessidades de fosfato e ocupa o segundo lugar, levando em conta apenas imposto de renda, *royalty*, imposto de valor agregado em fosfato. Eu não conheço fórmula mais eficiente para não termos uma indústria de fertilizantes eficiente no Brasil do que essa. Ser liderança na importação de 92% das necessidades de potássio, de cerca de 50% de fosfato e na carga tributária é uma fórmula imbatível para que a indústria de fertilizantes efetivamente não se instale no Brasil com os números atuais.

Próximo.

Bauxita. O Brasil tem a segunda posição no mundo em carga tributária. Em terceiro, cobre. Em primeiro lugar,... Em minério de ferro, o Brasil está em terceiro lugar, mas, sem querer parafrasear Claudio Coutinho, até nisso nós somos campeões morais, Senador Fleixa. O primeiro lugar é da Venezuela, que tem uma produção de 22 milhões de toneladas de minério de ferro, que é uma produção, eu não diria insignificante, mas muito pequena. O segundo lugar é da China, que não exporta um grama de minério de ferro. Então, até nisso, onde o Brasil seria, sim, terceiro lugar, na verdade, ele se posiciona, no comércio internacional, em primeiro lugar.

É importante observar, e observar sempre, o Prof. Claudio Scliar colocava a questão do *royalty*, que você não pode, nas palavras de Montaigne, olhar a árvore sem olhar a floresta. Você não pode fazer uma análise de *royalty* sem analisar o conjunto dos encargos e, nisso, infelizmente, o Brasil tem se mostrado imbatível. Próximo.

Níquel em primeiro lugar. Ouro em segundo lugar.

E essa é uma síntese dessa pesquisa que mostra a situação brasileira hoje, levando em conta apenas, repito, imposto de renda, *royalty* e imposto de valor agregado.

Se colocássemos folhas de pagamento, a questão da cumulatividade que impede a utilização de créditos e instrumentos de depreciação, o Brasil certamente estaria liderando toda a carga tributária mineral mundial.

Próximo.

Este é um assunto que o Prof. Scliar já colocou: a estimativa para 2001 é de que tenhamos uma arrecadação recorde de R\$1,3 bilhão em Cfem.

Próximo.

Este aqui mostra claramente e efetivamente a contribuição que a mineração traz para o desenvolvimento dos Municípios. Quer dizer, os Municípios mineradores têm sempre o IDH, o Índice de Desenvolvimento Humano, acima dos Estados onde estão localizados. E o Índice de Desenvolvimento Humano captura informações sobre renda, educação e longevidade – expectativa de vida. Nesse contexto, a mineração tem um papel fundamental na formação de mão de obra e no desenvolvimento da educação dos Municípios.

Próximo.

E quanto aos pontos divergentes com relação a petróleo e gás, eu não vou cansar os senhores repetindo a manifestação do Presidente da Vale, que mostra que efetivamente o Brasil não pode comparar produtos tão distintos como o petróleo e os demais minerais. E numa atividade que é tão importante para o desenvolvimento do Brasil e que nos coloca hoje efetivamente ameaçados caso tenhamos um significativo aumento dos encargos na atividade mineral brasileira.

Basicamente é isso. Eu quero me colocar à disposição para o debate com os senhores e colocar também o instituto à disposição de todos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Sr. Paulo Camillo Vargas Penna.

Concedo a palavra ao Sr. Anderson Costa Cabido, Presidente da Associação dos Municípios Mineiros do Brasil.

O SR. ANDERSON COSTA CABIDO – Boa tarde a todos e a todas.

Quero saudar a Presidente da Comissão...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – O Presidente da Vale está se retirando ou estará retornando?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Sim, ele se comprometeu estar conosco até às 15h30.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Perguntei a V. Exª se nós poderíamos alterar a ordem para que os Senadores pudessem fazer os questionamentos ao presidente, com a presença dele. Nós poderíamos ter alterado. V. Exª disse que ele ficaria até o final da reunião, após a exposição de todos os convidados. É importante que possamos fazer os questionamentos na presença dele, do Presidente da Vale.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Sim, Senador Flexa. Ele, ao receber o convite, deixou determinado que só poderia estar até as 15h30, porque está de viagem ao exterior.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pedi a V. Exª porque eu gostaria de questionar o presidente na presença dele. Ele poderia ter feito a sua palestra e, em seguida, abrir para os Senadores fazerem os seus questionamentos.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Mas essa organização foi discutida por todos nós, e será feita dessa forma até o final, Senador Flexa. Com a palavra o Sr. Anderson Cabido...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu quero só registrar que vai prejudicar bastante...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Presidente da Associação dos Municípios Mineradores...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Se V. Exª me permite, Senadora Lúcia...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pois não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu gostaria de registrar que a audiência, pelo menos da parte que me diz respeito, vai ficar bastante prejudicada, porque eu tenho uma série de questionamentos para fazer ao Presidente da Vale, mas não vou ter a resposta dele.

Eu vou fazer um novo requerimento solicitando a presença do Presidente da Vale para que ele possa vir até aqui. Acho que vai frustrar todos porque ele seria a peça mais importante, sem demérito aos demais convidados, de responder aos questionamentos, até porque a leitura que ele fez do documento que trouxe, a presença dele seria substituída pela distribuição

do documento. A resposta aos questionamentos, sim, seria importante para esclarecer aquilo que nós gostaríamos de ouvir do Presidente sobre as perguntas que faríamos com a sua presença.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – V. Exª, Senador Flexa, sabe perfeitamente que foi V. Exª que determinou o dia desta audiência pública. Como estava determinado o dia 18, eu estive com o presidente, ele está de viagem marcada, ele me disse isso, que teria a oportunidade de vir até aqui e sair até às 15h30, que é o horário da viagem com que ele havia se comprometido.

Com a palavra a Senadora Marinor.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Eu não participei do momento de articulação desta audiência – o Senador Flexa estava fazendo isso –, mas eu queria deixar aqui o meu protesto, como Senadora eleita pelo Estado do Pará, que considero um Estado que tem bastante prejuízo, sobretudo os prejuízos socioambientais, em função da exploração do minério, que tem deixado sequelas irreparáveis para o povo da minha região, que inclusive vive, neste momento, por conta do abandono, do desrespeito à qualidade de vida, às condições de vida, uma situação até de tentativa de divisão territorial que eu considero uma questão grave para o debate não só da Amazônia, do Pará, mas de todo o Brasil.

É bom refletir sobre isso, e acho lamentável que o Presidente da Vale, que tem responsabilidade e que tem tido muito lucro em solos paraenses, no território paraense, não fique aqui para ser questionado e para ouvir as contraposições ao documento que fez, que deu conhecimento aos Senadores e aos convidados que aqui estão.

Quero deixar o meu repúdio a essa atitude. Eu não tinha conhecimento da forma como estava sendo organizada a audiência – sou integrante da Comissão, mas não necessariamente estava na organização da Mesa – e queria deixar aqui o meu protesto, porque não é de hoje que a Vale do Rio Doce, sobretudo depois que assumiu um papel de protagonismo privativo na minha região, vem deixando sequelas para o povo do Pará.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senadora Marinor, quando a Presidência tem a flexibilidade de adequar as agendas, nós o fazemos. Quando a agenda é definida, imposta, temos de usar os mecanismos que temos. Foi o que eu fiz. A data de hoje me foi colocada como uma data já predefinida, e eu não tive a oportunidade de ter flexibilidade na agenda para poder trabalhar um dia em que pu-

déssemos ter perguntas e respostas e a presença do Presidente da Vale.

O que eu posso dizer aos Srs. Senadores é que poderão ser feitas as perguntas, a Secretaria vai coletá-las e encaminhá-las. E ele poderá voltar aqui, naturalmente com outro convite...

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Eu poderia ter feito uma carta para o Presidente da Vale, como Senadora da República, e ele teria me respondido. Não tem cabimento. A audiência é pública exatamente para expor as contradições e para que tenhamos a possibilidade de fazer a contra-argumentação, diante da presença do Governo, dos governadores, inclusive do meu Estado, que está presente aqui.

Eu acho que não é essa a metodologia. Eu acho que a Mesa precisa encontrar outra saída, realizar, se for necessário, em outro momento. Estou aqui não que não tenha outras atividades concomitantes de comissões e inclusive de plenário, que se inicia daqui a pouco, mas pela importância estratégica, política, histórica e cultural que tem a exploração de minérios, que está sob o comando da Vale do Rio Doce na minha região e no meu Estado, em especial.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu gostaria de responder à Senadora Marinor que eu simplesmente posso “convidar”. É uma pessoa que eu não posso “convocar”. Eu fiz o convite, estabeleci a agenda predeterminada, e eu não poderia fazer outra coisa que não fosse aquiescer à solicitação dele de poder se ausentar para a viagem.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Presidenta, tenho que lamentar, mas acho que V. Exª terá dificuldade em conseguir que o Presidente da Vale fique em uma reunião como esta até o fim. Isso é histórico, Presidenta.

No Pará, quando eu era Presidente da Assembleia Legislativa, nós o convocamos dezenas de vezes. Nunca foi. Eu pensava, Presidenta, que hoje, pela primeira vez, eu teria oportunidade de falar em uma reunião para o Presidente da Vale. Eu pensava. Ainda bati no companheiro aqui e disse a ele: “Pede para o nosso Governador falar logo, senão o Presidente da Vale vai embora”. Não deu outra. Falei agorinha para ele: “Pede logo!”.

Isso é uma falta de respeito, Presidenta. É uma falta de respeito. É preciso deixar alguma coisa marcada nesta reunião, para que a imprensa do meu País possa

chamar a atenção da Vale. Eu acho que os Senadores do Pará e de Minas Gerais deviam se retirar agora, agora, desta reunião. Por protesto, Senadora, porque nunca se tem oportunidade de questionar a Vale. A Vale sempre foge, e nós permanecemos como estamos, os Estados sofredores. Um pronunciamento pífio. Talvez seja por isso que ele se retirou, ele sabia que ia ser questionado pelo pronunciamento pífio, desastroso.

Eu lamento, Presidenta. A senhora não vai conseguir trazer o Presidente da Vale para ouvir nossos governadores e nossos Senadores. Infelizmente, é praxe, é histórico, já é mania da Vale fugir aos questionamentos. V. Ex^a percebe por quê.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Senadora Lúcia Vânia, em primeiro lugar, é importante fazer o registro do papel de V. Ex^a. Compreendo e acho correto que nós inclusive reivindicemos a presença de todos os convidados para uma audiência como esta, mas a responsabilidade não pode ser debitada na conta de V. Ex^a. Isso é importante, para que as coisas fiquem aqui muito claramente definidas. Nós brigamos muito para ter esta audiência, e o Governador do meu Estado nem foi convidado. Lamentavelmente, não pude participar da audiência passada, por conta inclusive da própria agenda, assim como hoje. Agora, por exemplo, estávamos discutindo o relatório de receita na Comissão de Orçamento. É sabido de todos que toda terça à tarde tem CMO, mas para esta audiência, eu disse ao Senador Flexa, nós cancelamos uma audiência pública da Comissão de Orçamento, que era hoje, exatamente para liberar determinados Senadores para esta.

Eu não vejo como prejuízo, eu acho que é importante extrair deste momento aqui... Outras pessoas vão falar. Poderíamos tranquilamente fazer a rodada. Não que não esteja bem representado aqui o Ministro de Minas e Energia. Eu diria até, com todo o respeito ao nosso Senador Lobão, que ele mandou a pessoa que mais entende do assunto para representar o Ministério. Mas poderíamos dizer que, sem a presença do Ministro Lobão, não haveria discussão. Eu quero crer que ele está sobejamente bem representado nesta audiência pública. Gostaria de ouvi-lo, Senador Aécio, obviamente, porque partimos do princípio de que queremos sempre ouvir o sujeito que está mais acima, mas acho que isso cumpre essa etapa.

Nessa linha, quero aproveitar a sugestão do Senador Flexa Ribeiro: marcamos outra audiência pública. Eu inclusive insisti para a realização desta audiência pública, o Senador Flexa se lembra disso. Eu disse: “Em uma audiência em que colocamos cinco, seis de-

batedores, perdemos a qualidade da intervenção”. O correto seria distribuímos essa audiência em duas, três rodadas, para que se pudéssemos, inclusive, arguir a Vale, dialogar permanentemente com o Ministério de Minas e Energia sobre essa questão, ouvir os setores e, a partir dessa ausculta, encontrar o caminho ideal e, de uma vez por todas, arrumá-lo.

Esta semana, Senador Aécio, ainda há um agravante. Nós estamos agora entregando, inclusive eu estava com o Senador Vital do Rêgo lá no Orçamento, antes de me dirigir para cá, a outra peça orçamentária que é extremamente difícil de ser tratada nesta Casa, pois tem a ver com os *royalties* do petróleo. Portanto, é uma tarde extremamente confusa.

Quero ser testemunha aqui, Senador Aécio Neves, V. Ex^a, que é um homem de bom senso, sabe exatamente o esforço da Senadora Lúcia Vânia para atender o apelo de V. Ex^a de antecipar, de tentar fazer o debate. Que a gente não seja injusto com a Senadora. Eu, particularmente, não concordo com a saída do Senador... Eu não estou dizendo que você disse alguma coisa, Marinor. Eu estou emitindo a minha opinião, não estou fazendo nenhuma vinculação com a Vale, até porque acompanhei esse processo desde o início, inclusive a convocação desta audiência. Sou testemunha desse processo.

Então a gente poderia aproveitar a audiência, fazer a audiência, completar a etapa. Se para nós é vital a presença do Presidente da Vale nesta audiência pública, nós temos que voltar à audiência e dizer ao Presidente da Vale que ele dê o jeito dele lá, faça a sua agenda. Que nós coloquemos lá o Presidente da Vale para fazer o debate sobre essa questão, que não é uma questão qualquer. O dado apresentado aqui agora há pouco mostra exatamente o que estamos discutindo e qual é a magnitude desse setor, principalmente para as questões sociais. É óbvio que o Estado do Pará sofre, e sofre absurdamente, os efeitos nefastos de um processo de exploração mineral sem a contrapartida social e ambiental.

Portanto, esse eixo pode nos nortear para que, de uma forma muito mais tranquila, serena, mais no nível de trabalho desta Comissão, possamos tocar esse assunto adiante.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Pela ordem, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Só um instantinho, Senador. Eu gostaria de agradecer ao Senador Walter Pinheiro, que tem acompanhado de perto o esforço desta Presidência no sentido de fazer com que essas audiências públicas possam ter resultado objetivo. No entanto, algumas situações escapam do nosso domínio, principalmente quando

não dispomos de uma data flexível. Se não há uma data flexível, se torna extremamente difícil compartilhar essas agendas todas que estão aqui.

Pela ordem, o Senador Aécio.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Presidente Lúcia Vânia, na verdade, uma contribuição para o andamento dos trabalhos.

Todos nós gostaríamos, é óbvio, de ter aqui a presença do Presidente da Vale. Coube a ele tomar a decisão, certamente tinha razões para tal, mas acho que devemos seguir o que aqui está estabelecido. Nós temos aqui na Mesa a presença do Governador do Pará, do Governador em exercício de Minas Gerais, do representante dos Municípios mineradores. Vamos ouvi-los. Cada um de nós, certamente, terá algumas contribuições a dar ao final e faremos a avaliação final, se será necessária uma nova audiência, porque, muitas vezes, a ausência também sinaliza. Tenho certeza, e aqui meu testemunho, de que não fosse a ação pessoal da Presidente Lúcia Vânia, o Presidente da Vale sequer aqui teria vindo. Ele veio – e me disse pessoalmente – que foi a partir da insistência da Presidente. Gostaríamos todos que ele aqui permanecesse.

Da mesma forma, faço coro ao que disse o Senador Walter Pinheiro: V. Ex^a não tem responsabilidade alguma pela sua ausência. Caberá a nós, Senador Flexa, avaliarmos, ao final desta audiência, aqui estão representantes de vários Estados que conhecem a questão, se é necessária uma nova audiência pública. Se não, colocaremos o projeto em votação possivelmente ainda esta semana se acharmos que seja o mais adequado. Portanto, acho que nós não podemos ficar *ad aeternum* aguardando a presença de todos que, de alguma forma, tenham responsabilidade sobre o tema. O Presidente Murilo, a quem eu respeito, veio aqui, deu sua contribuição, que achou adequada, certamente tinha outros compromissos. Nós não podemos permitir que o nosso trabalho seja obstaculizado ou retardado em razão da agenda que nós respeitamos do presidente. Provavelmente ele perderá a oportunidade apenas de contraditar algumas das questões que aqui serão apresentadas.

Defendo e sugiro que V. Ex^a continue a lista de oradores e mantenha a palavra com o ilustre Prefeito de Congonhas, cidade do meu Estado. Acho que o Senador Zeze Perrella ainda quer falar. Assim, poderemos tirar ainda algo de produtivo e de positivo desta reunião.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu lhe agradeço, Senador Aécio.

Passo a palavra ao Senador Zeze Perrella.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Sr^a Presidente, quero só fazer uma observação. Parabéns pela condução dos trabalhos!

Entendemos como é a agenda de um presidente de uma companhia tão importante quanto a Vale. Realmente, é uma agenda complicada. Mas acho que ele perdeu a oportunidade do contraditório. E, pelo menos no meu caso, ele me deu uma grande contribuição, porque tudo que ele falou a respeito de *royalties* foi contestado pelo Dr. Claudio. Ele falou que nosso *royalty* era um dos mais caros do mundo, e o Dr. Claudio nos mostrou que é o mais barato do mundo. Então, acho que ele já deu a contribuição que tinha de dar.

A Vale não vota aqui. Quem vota aqui somos nós. O Relator, Senador Aécio, está fazendo um trabalho maravilhoso e conhece, como ninguém, o tema, como também o conhece o Governador Simão Jatene, porque sofreu na pele e sofre na pele os efeitos da mineração. E temos de ser bem remunerados mesmo.

Hoje, discute-se a questão dos *royalties* do petróleo do pré-sal em águas internacionais. Não vou discutir isso, mas o *royalty* do minério é uma realidade e é algo de que, hoje, principalmente Minas Gerais e o Estado do Pará precisam.

Acho que o Presidente da Vale já deu a contribuição que tinha de dar. Por mim, eu não o convocaria mais, ou melhor, já que não temos esse poder de convocar, eu não o convidaria mais, porque, para mim, ele já fez a exposição dele, em que mostrou que eles ganharam R\$22 bilhões neste ano. Acho que eles podem perder uns R\$500 mil em favor de Minas Gerais e do Pará.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Peço a palavra pela ordem, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Senador Perrella.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr^a Presidente, concordo com todos. Vamos dar seguimento à audiência. Em nenhum momento, imaginou-se suspender a audiência pela ausência do Presidente da Vale. Acho que ele perdeu uma grande oportunidade de debater com o Congresso Nacional a questão da Cfem. Mas quero deixar registrado que vou encaminhar novo requerimento, convidando-o novamente a que venha à Comissão, para que possamos discutir essa questão. E vamos dar sequência à audiência. O Senador Aécio está com o parecer pronto. Vamos retomar a questão na quinta-feira, na reunião. O Senador Walter Pinheiro pediu vista da matéria na reunião anterior. Se for o caso, vamos colocar a matéria em votação na quinta-feira e dar sequência na Comissão seguinte, que a matéria é terminativa na CAE.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Senador Flexa.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Quero fazer minha última intervenção.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Passo a palavra, pela ordem, ao Senador Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Sr^a Presidente, primeiro, quero dizer ao Senador Walter Pinheiro que nenhum Senador o culpou pelo fato de o Presidente ter saído. Aliás, sabemos da sua conduta e da sua capacidade. Sou um fã seu, Senador, e V. Ex^a sabe disso. Ninguém o culpou por nada absolutamente.

Senadora, o que não pode acontecer é o Presidente de uma companhia do tamanho da Vale agir dessa maneira mesmo sabendo que o Governador do Pará e o Governador de Minas se deslocaram de seus Estados e deixaram seus trabalhos para vir a esta reunião. O Presidente da Vale podia ter o que tivesse, mas devia respeitar este momento. Afinal de contas, ele está no Senado Federal, minha nobre.

Sinceramente, como Líder da oposição, não aceito isso e vou me retirar. Desculpem-me as pessoas, meus Governadores, meus Senadores. A minha linha de conduta é essa, e não admito que o Presidente da Vale faça isso. Acho que a Presidenta Dilma errou na escolha. Aliás, eu já disse da tribuna: “Por que tiraram o Agnelli?”. A primeira discussão tem de ser essa. Olha aí o exemplo, olha a conduta, Presidenta! Vou me retirar, porque acho que a Presidenta da República errou feio ao fazer essa mudança.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Concedo a palavra ao Prefeito Anderson Costa Cabido.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Desculpem-me, Governadores!

O SR. ANDERSON COSTA CABIDO – Obrigado.

Quero agradecer-lhes, então, a oportunidade que é dada aos Municípios. Quero apenas lamentar a ausência da palavra “município” nas falas, porque, na verdade, os Municípios são os mais impactados, não tenho dúvida disso. Se achamos aqui que a mineração acontece no Estado ou acontece na União, estamos plenamente enganados. A mineração acontece nos nossos Municípios. A gente lamenta de fato essa confusão de datas. Daí a presença de poucos prefeitos aqui hoje, menos do que na última data que havia sido marcada – se não me engano, no dia 5. Naquela ocasião, nós pudemos testemunhar o empenho da Senadora Lúcia Vânia no sentido de nos atender, de atender aos Municípios e aos prefeitos que estavam aqui presentes e se empenhar para compatibilizar essas datas.

Inclusive, naquela ocasião, Senadora, a senhora disse que achava muito pouco provável que pudesse acontecer neste dia 18, justamente por conta da compatibilidade de todas essas agendas, o que realmente não é algo fácil. Então, quero deixar a nossa solidariedade à senhora, entendendo essa dificuldade.

Quero aproveitar a oportunidade também para agradecer à Comissão a possibilidade de os Municípios estarem aqui participando. Infelizmente, isso ainda não é muito de praxe quando se discute esse tema e, nos últimos anos, isso tem sido possível, tanto da parte do Governo Federal, do Ministério de Minas e Energia, quanto, agora de uma forma, eu diria, inédita, a possibilidade de os Municípios virem manifestar a sua posição e as preocupações que tangem a questão da mineração no nosso País.

Eu sou Presidente da Associação dos Municípios Mineradores do Brasil. Somos 2005 Municípios mineradores em todos os Países, em todos os Estados da Federação, porém a gente se debate com esse título de Municípios mineradores. Para nós, nós não somos Municípios mineradores; nós somos Municípios minerados. Há uma grande diferença entre um Município, um território que é meramente minerado daquele que se institui efetivamente como minerador. Esse debate, essa discussão é um pouco pano de fundo do que está sendo colocado aqui para nós. Somos minerados ou somos mineradores?

Há outra informação que também tem a ver com isso – eu quero passar alguns dados, dentro do meu tempo, para cumprir esse prazo.

O setor de mineração, inegavelmente, é o setor da economia, ou pelo menos um dos setores da economia que mais sonega. Nós temos hoje mais de nove mil, certamente quase dez mil titulares de direitos minerários inscritos no Cadin. Imagine o que é este número: quase dez mil titulares de direitos minerários inscritos no Cadin! E isso acontece porque a nossa legislação é uma legislação falha, é uma legislação fraca, não impõe nenhum tipo de penalidade, ou penalidades mais severas para esses que descumprem, muitas vezes, a legislação.

E, com todo o respeito às grandes empresas – não estou afirmando que as grandes empresas sonegam –, mas as grandes empresas possuem a capacidade de contratar as melhores assessorias, os melhores advogados deste País, deste mundo, para poderem estar, a todo momento, dando – com o perdão da palavra – rasteiras nos Municípios, para poderem pagar menos. E cumprindo a legislação. Não estamos nem falando que não estão cumprindo. Por quê? Porque a nossa legislação é uma legislação fraca, frágil.

Na legislação hoje da Cfm, o ponto principal não é a alíquota. O ponto principal não é se vamos passar para dois, para três, para cinco, para dez. O ponto principal é tornar essa legislação mais robusta, mais forte, com condições de ser efetivamente cumprida e que não tenha, não seja uma peneira de brechas por onde

as empresas podem passar e pagar menos. Daí essa preocupação que nós, Municípios mineradores, temos.

Junto a toda essa discussão, nós temos dois temas que eu acho que também estão se confundindo um pouco, e eu queria pedir licença, data vênia e com todo o respeito que temos, para colocar esses pontos e deixá-los bem claros. Temos uma situação, que foi a primeira discussão que aconteceu, que são as dívidas das mineradoras. Os senhores vão me permitir fazer um breve resgate histórico.

Em 2006, os Municípios mineradores de Minas Gerais fizeram um convênio com o DNPM para fazer um levantamento, porque suspeitávamos que a Cfem estava sendo mal recolhida. E esse trabalho foi feito pelo DNPM num esforço com os Municípios e, para nossa surpresa, foi apurado, naquela época, um recolhimento a menor de R\$2,6 bilhões apenas em Minas Gerais, entre os anos de 2001 e 2006; estamos falando de um valor de R\$2,6 bilhões.

Então, temos aí uma situação dessa dívida, desse débito que as mineradoras tem – claro, a Vale é a maior e 90% disso aí é Vale. Mas, temos esse assunto, que é um assunto complicado, que não teve a força suficiente para seguir adiante, e esperávamos, portanto, como ainda esperamos, que essas audiências, que a audiência que o Senado está propondo hoje, que pudessem levantar também esse tema, levantar também esse problema.

E, do outro lado, o outro tema – como eu disse, nós temos dois temas aqui –, a nova legislação da Cfem ou a lei de participação governamental, como queiram, que precisa vir corrigir esses problemas todos apontados já pelos Municípios na legislação atual. Já foi dito aqui, a legislação da Cfem tem quase vinte anos, está completando vinte anos, e nunca foi revisada, inclusive para se ajustar a todo esse cenário que mudou bastante a mineração no Brasil. Temos a expectativa de que isso possa ser resolvido e aprovado o quanto antes, porque os Municípios sofrem, e sofrem demasiadamente, com essa situação, com a presença das mineradoras.

É fato, é verdade, quando se coloca que são Municípios que possuem indicadores de emprego, de educação, de saúde muito bons. Mas, quando a gente avalia outros indicadores, como impactos ambientais, a sobrecarga gerada na infraestrutura das cidades, a poeira que acontece nesses Municípios; quem os visita não diria nunca que são Municípios que possuem altos índices de qualidade de vida, justamente porque a presença da mineração, sempre muito próxima às áreas urbanas desses Municípios, acaba agravando toda essa situação e tirando da população essa sen-

sação de que eles vivem em uma cidade que possui elevados níveis, padrões de qualidade de vida.

Tendo colocado, então, esse cenário, eu gostaria de apresentar aqui algumas solicitações que, penso, são pertinentes – não sei se através de requerimento, não sei qual o procedimento. Mas temos algumas preocupações e queremos partilhar com os Srs. Senadores.

Primeiro, a questão da necessidade urgente – e aí encaminho essa solicitação ao nosso Secretário de Mineração, Geologia e Transformação Mineral, ao Cláudio, para que encaminhe ao nosso Ministro Edison Lobão – de que o nosso projeto de lei que o Governo Federal, numa comissão composta inclusive por nós, Municípios, vem construindo desde 2008... Existe uma comissão constituída pelo Governo Federal – e tenho o prazer de fazer parte dela – que começou a fazer a discussão do projeto de lei da Cfem em 2008. Esse projeto de lei está concluído e queremos aqui, publicamente, fazer o pedido para que ele seja encaminhado a esta Casa o quanto antes.

O nosso pedido também ao DNPM. É importante os senhores entenderem a fragilidade que temos hoje no DNPM quanto às ações relacionadas à fiscalização. Os Municípios precisam de uma estrutura mais apropriada do DNPM para que possa dar agilidade aos processos e priorizar o tema e as ações relacionadas à cobrança dessas dívidas, tal como a que citamos agora há pouco, lá em Minas, que, só naquele período, é de R\$2,6 bilhões.

Nosso pedido é obviamente à Vale, mesmo não estando aqui presente, mas tenho certeza de que o Paulo Camillo, Presidente do Ibram, pode fazer esse encaminhamento. A Vale publica o seu balanço no próximo dia 26 de outubro e a expectativa é de que, já com o balanço desse trimestre, ou seja, o terceiro trimestre, ela já supere bastante os resultados de todo o ano de 2010, que já foi um resultado recorde. Em 2010, os lucros da Vale beiraram R\$30 bilhões. Este ano, eles vão se aproximar ou vão ultrapassar os R\$40 bilhões de lucro. Então, seria muito importante que a Vale sinalizasse até dia 26 o pagamento ou a possibilidade de pagamento desses débitos que possui principalmente com relação ao transporte.

E por que existe esse débito? Porque a legislação é fraca, o que possibilita à empresa ter um entendimento que o próprio STJ já disse que é errado. Então, quero pedir, Paulo, que encaminhe para nós essa solicitação dos Municípios. Da mesma maneira como foi feito com débitos com a Receita Federal, quando a Vale pagou, no mês de junho, R\$6 bilhões, que a Vale pudesse, ainda neste ano, chegar a um entendimento e pagar esse débito com o DNPM, pois 65% vão para os Municípios, daí todo o nosso interesse. Que possa

também a Vale acolher e apoiar a proposta que está sendo encaminhada pelo Governo Federal da nova legislação sobre a Cfem.

Também quero fazer um pedido ao nosso Judiciário, embora também não se faça presente. Senadora, V. Ex^a certamente testemunhou e também os nossos Senadores do Pará que estão aqui presentes o que aconteceu com o processo de caducidade da mina de Carajás: foi para a Justiça e estamos aguardando um posicionamento. Preocupa-nos o processo de caducidade. Não somos a favor que se tire... Imagine, é completamente descabida essa hipótese, mas estamos todos – Judiciário, Governo Federal, todos – numa saia justíssima, porque a Vale descumpriu regras em relação à entrega de informações que eram necessárias, esse não cumprimento do que o STJ estabelece. Daí, corretamente, o Governo Federal e o DNPM terem tomado as medidas e aberto o processo de caducidade que hoje está na Justiça. Mas queremos saber o que vai ser disso com um olhar de preocupação, porque esse é um assunto muito grave.

Também quero fazer um pedido ao Governo do Estado, se me permite. Que possamos apoiar a proposta que hoje existe, inclusive junto ao Movimento Estudantil do Brasil, de transformar parte da arrecadação dos Estados com a Cfem no chamado Fundo Social da Mineração e que ele possa ser também investido em inovação, tecnologia e educação como prevê a lei.

Então, o nosso pedido ao Governo do Estado para que, de uma forma transparente, Governador, coloque como tem sido aplicada a Cfem, fazendo coro com a juventude brasileira, com os movimentos estudantis, criando o Fundo Social da Mineração.

Também não vamos perder oportunidade de convidar mais uma vez o Governo e o Estado de Minas Gerais para que entrem nessa campanha junto aos Municípios mineradores em prol da mineração e também desses territórios.

Obviamente que não poderia deixar de fazer um pedido ao Senado, manifestando uma preocupação dos prefeitos e não falo apenas por mim. Que o Senado possa avaliar com bastante cuidado tanto o projeto de lei quanto o substitutivo em curso, pois nos preocupa se eles não estarão atendendo mais aos interesses das próprias empresas em virtude das brechas e das fragilidades que o projeto apresenta. Obviamente, os Municípios mineradores não se sentem plenamente contemplados com o projeto em curso. Aqui, gostaríamos de poder participar dessa discussão.

Os Municípios oferecem algo em troca, não estamos aqui só para pedir. A gente oferece a possibilidade, inclusive, de restringir na lei a aplicação da Cfem. Hoje, é proibido, por exemplo, pagar folha de

pagamento, dívidas. Que a gente pudesse restringir ainda mais essa aplicação, colocando voltada para a aplicação em ciência e tecnologia, e educação, e para o pós-mineração, que é uma preocupação de todos nós.

Assim, a gente acredita que será possível construir o desenvolvimento sustentável de uma forma inédita em territórios mineradores, construindo esse desenvolvimento sustentável que contribuirá com toda a Nação e com todo o povo e a gente dessas cidades, que tanto esperam essa ação do Senado.

Obrigado, mais uma vez.

Boa tarde a todos. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Sr. Anderson Costa Cabido e passo a palavra ao Exm^o Sr. Alberto Pinto Coelho, Governador em exercício do Estado de Minas Gerais.

O SR. ALBERTO PINTO COELHO – Ilustre Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, quero agradecer o honroso convite para estar aqui presente. Quero estender os cumprimentos a todos os Senadores e Senadoras, aos ilustres Senadores do meu Estado – Senadores Aécio Neves, Zeze Perrella e Clésio Andrade.

Ilustre Governador do Estado do Pará, Simão Jatene; ilustre representante dos Municípios Mineradores, Anderson Cabido; demais componentes da Mesa; minhas senhoras e meus senhores, em primeiro lugar, eu gostaria de dizer que o Senado, com grande lucidez, traz à baila o resgate histórico de algo que é tão expressivo para o desenvolvimento do nosso País, particularmente para o Estado de Minas Gerais, um Estado, por excelência, minerador. Sempre somos instados, quando procuramos aprofundar a discussão da questão dos *royalties* minerais, a não fazer nenhum paralelo com aquilo que se passa em outros países mineradores, ou mesmo quando tentamos fazer um cotejamento com os *royalties* do petróleo.

Da mesma forma, entendo eu que, ao fazermos o exame da questão do *royalty* mineral, não está no bojo ou no mérito da sua discussão a carga tributária, porque sabemos todos que a Cfem trata de uma contribuição patrimonial para fazer face à natureza da atividade minerária, assegurando aos Municípios e aos Estados onde essa atividade se faz presente a possibilidade da reparação ambiental, de assegurar o desenvolvimento sustentável. Mais do que isso, sabemos que se trata de um bem finito e que, ao final, à exaustão da atividade minerária, teremos, através da contribuição da Cfem, fundamentalmente, de assegurar o desenvolvimento econômico e social desses Municípios e dessas regiões.

Portanto, eu quero aqui, em nome dos mineiros e mineiras, trazer os nossos cumprimentos ao Sena-

do Federal, na expectativa e na certeza de que as iniciativas parlamentares dos ilustres Senadores, agora aduzida a contribuição do Senador Clésio Andrade, de Minas Gerais, e do Senador Aécio Neves, vão, com toda certeza, possibilitar que possamos fazer a adequação, para fazer face a esses desafios, que foram, aqui, muito bem relatados pelo ilustre representante da Amib, dos Municípios mineradores e minerados, que têm desafios enormes. Basta uma visita a esses Municípios para constatar aquilo que se impõe para podermos assegurar o desenvolvimento sustentável e, naturalmente, deixar um legado, um legado muito próprio, muito adequado às futuras gerações ali residentes, em nossos Municípios mineradores.

Eu vou ficar nessas considerações preliminares, entendendo que a contribuição trazida aqui por todos que me antecederam, e mesmo o aprofundamento que a matéria tem, por parte dos Senadores da República, com toda a certeza, trará aquilo que todos almejamos: o resgate não só da questão específica da Cfem, mas do novo marco regulatório, que já se faz indispensável ao País, principalmente por força do grande aumento que, estatisticamente, aqui foi demonstrado e daquilo que se afigura como o avanço na mineração em nosso País.

Muito obrigado. (Palmas.)

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Exm^o Sr. Governador Alberto Pinto Coelho e passo a palavra ao Exm^o Sr. Simão Jatene, Governador do Estado do Pará.

Antes de conceder a palavra, eu gostaria de registrar a presença do Deputado Marcos Montes, do DEM de Minas Gerais; de Pedro Meneguetti, Secretário em exercício de Estado de Fazenda de Minas Gerais; de Danilo de Castro, Secretário de Governo de Estado de Minas Gerais; do Deputado Arnaldo Jordy, PPS/PA; e do Deputado Eduardo Azeredo, PSDB/MG.

Sejam bem-vindos.

Com a palavra, o Exm^o Sr. Governador Simão Jatene.

O SR. SIMÃO JATENE – Muito obrigado.

Boa tarde, senhoras e senhores.

Exm^a Senadora Lúcia Vânia, Srs. Senadores, Governadores, Secretários de Estado, Prefeitos, minhas senhoras e meus senhores, eu quero, inicialmente, agradecer o convite e, ao agradecer o convite para participar desta audiência pública, quero festejar a iniciativa desta reunião. Eu o faço por entender que, independentemente de considerarmos se a Cfem deve ou não ser pensada no cenário, no quadro tributário, essa iniciativa tem um significado muito maior que a discussão da Cfem.

Eu tenho a convicção de que ela pode ser o ponto de partida, e um ponto de partida absolutamente fun-

damental, um primeiro passo para a revisão efetiva de um cenário tributário e fiscal extremamente injusto e perverso, que tem contribuído para desfigurar a Federação brasileira.

Então, exatamente por isso, faço questão de parabenizar a iniciativa dos Senadores que apresentaram projetos, dos relatores, dizendo-lhes claramente que, representando o Estado do Pará – Estado que integra a Amazônia, essa região que tem sido tão fértil na produção de mitos, que transita de inferno verde para celeiro do mundo, de almoxarifado para santuário, dependendo do humor ou da lente com que nos olham –, compreendo essa iniciativa como fundamental para que, talvez, se possa começar a restaurar, efetivamente, uma federação neste País.

Ouvi, atentamente, todas as exposições. Ouvi, inclusive, a exposição que aponta que a carga tributária da mineração no País é altíssima e eu confesso que, ao ver os números e ouvir as falas, eu me perguntava sobre o que era o Estado do Pará nesse quadro.

Exatamente por isso, me surgiu a ideia de lhes dizer o seguinte: somos 1.250.000 km², 7,6 milhões de habitantes, de uma região que representa 60% do País, que é a Amazônia, que gera, abriga aproximadamente 13% da população do País, gera pouco mais de 8% do PIB, responde por mais de 50% das emissões de CO₂ equivalente. Então, nós fazemos parte dessa coisa chamada Amazônia.

Esse Estado, que é o segundo produtor de ferro do País, o primeiro produtor de cobre, o primeiro produtor de bauxita, o primeiro produtor de caulim, se quisermos ir para a área de energia, somos, também, grandes produtores de energia, que, como eu disse ainda há pouco, não raramente transita de almoxarifado para santuário, esse Estado, que tem essas características fantásticas, inclusive no setor mineral, pasmem, meus caros Senadores, tem uma renda *per capita* que é menos da metade da média nacional. É isto: menos da metade da média nacional.

Mas se nós quisermos ir um pouco além e saber qual é a capacidade do Poder Público, nesse Estado, de responder a indicadores sociais precários, que é uma outra característica, o orçamento *per capita* do Estado do Pará, meus amigos, é o 26^o do País.

Ah, me esqueci de registrar: somos o segundo maior saldo na balança comercial brasileira, inclusive fortemente fundado em minério.

Somos o 26^o orçamento *per capita*.

Bom, ao ver aqueles números que nos foram mostrados, de que a mineração corre o risco, se não tivermos cuidado, de sofrer um impacto fortíssimo com qualquer alteração que se faça no sentido de buscar que ela possa exercer um papel, efetivamente, de

contribuir para o desenvolvimento das regiões em que ocorre, eu somava aqui, rapidamente: na última década, a produção mineral do Estado deve ter alcançado algo em torno de 110 bilhões, e Cfem mais ICMS não somaram mais de três bi. É disto que nós estamos falando, meus amigos: mais de 100 bilhões na produção mineral e Cfem e ICMS não somam três bi.

Eu me perguntava se naqueles números não se estava considerando que as exportações seriam tributadas, e aí, sim. Mas a rigor, então, nós temos algo que é fictício.

A indicação do representante do Ministro é de que na época do velho IUM, o Imposto Único sobre Minerais, se tinha US\$1,3 por tonelada, e que hoje, quando somamos Cfem e ICMS pós-desoneração das exportações, não chegamos a 0,5, mais ou menos 0,51, se eu consegui fazer a conta na hora.

Então, é disso que nós estamos falando.

Meus caros Senadores, eu só teria, neste cenário, uma sugestão e, mais que uma sugestão, um pedido: não percamos mais tempo. Provavelmente, os projetos de lei que aí estão não são perfeitos, mas não tenho nenhuma dúvida de que são muito melhores que o cenário que temos hoje. Tive o cuidado de ler o seu relatório, Senador Aécio Neves, e quero lhe parabenizar, não apenas em meu nome, mas em nome de todos os paraenses, porque entendo que ele dá conta das questões fundamentais. Se precisarmos aprofundar, vamos aprofundar, mas não neste cenário em que estamos hoje. Vamos dar um passo adiante.

Eu não tenho dúvida de que aqui ninguém imagina que a mineração vai ser a redenção, o elemento definidor da efetiva superação da pobreza e da desigualdade deste País, mas também não dá para admitir que um segmento tão importante na economia nacional não seja um elemento extremamente importante para que se superem esses dois grandes desafios. Não seremos modernos se continuarmos tendo não apenas a desigualdade entre estratos da população, mas a desigualdade territorial. É claro que nenhuma medida específica tem o condão de resolver isso, mas, se assim pensarmos e não fizermos com que cada uma possa render alguma coisa, nós não vamos enfrentar esse grande desafio.

Srs. Senadores, os senhores têm em suas mãos – e não poderia ser melhor o local para se discutir isto: esta Casa, que tem, por suposto, a Federação nas suas entranhas – uma possibilidade fantástica de contribuir efetivamente para que, de forma definitiva, se tenha claro que a mineração é importante para o País, mas que ela tem de ser importante para as pessoas. A forma de ela sê-lo é, sem dúvida alguma, que o seu desenvolvimento signifique também o desenvolvimento

socioeconômico das regiões onde ela se realiza. Tudo mais me parece secundário diante dessa questão.

Senhores, o Pará tem muito orgulho de ter contribuído e de continuar contribuindo de forma decisiva para o equilíbrio das contas externas. Quando vemos o quanto, na última década, as exportações de *commodities* cresceram neste País, saindo de 37% para 51%, particularmente os minérios sendo determinantes nisso e o Pará, como disse ainda há pouco, sendo o primeiro e o segundo grande produtor, isso nos orgulha muito, mas não posso deixar de dizer aos senhores que, a cada dia, convenço-me de que o Pará só tem uma forma legítima, correta e ética de contribuir para o desenvolvimento brasileiro: através do seu próprio desenvolvimento. E os senhores têm, nessa revisão da Cfem, uma oportunidade fantástica de pelo menos minimizar um pouco o sofrimento de alguns milhões de pessoas que, no nosso Estado, ainda vivem abaixo da linha da extrema pobreza.

O desafio está posto, a sugestão, feita e o pleito, reafirmo. Perdoem-me, mas não acho que precisemos mais fazer audiências e mais audiências públicas. O que acho que precisamos é efetivamente votar o que está aí. E o digo com muita humildade. Não tenho nenhuma pretensão de... É como pleito mesmo, porque acho que essa é a forma objetiva, para que possamos até aprimorar, mas aprimorar a partir de outro patamar. O patamar de hoje está cada dia mais insustentável.

Muito obrigado, mais uma vez, pelo convite. Muito obrigado pela atenção dos senhores. E o povo do Pará lhes será extremamente grato com essa nova legislação da Cfem.

Muito obrigado, Srs. Senadores. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço o Ex^o Sr. Governador Simão Jatene. Quero cumprimentá-lo.

Passo a palavra para o Relator da matéria, Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr^a Presidente desta Comissão, Senadora Lúcia Vânia; Srs. Governadores Simão Jatene, do Pará, e Alberto Pinto Coelho, Governador em exercício de Minas Gerais; Sr. Prefeito Cabido, representando aqui os Municípios mineradores; meu amigo Paulo Camillo Penna, aqui representando o Ibram, do qual é Diretor Presidente; Dr. Claudio Scliar, aqui representando o Ministério das Minas e Energia; Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores; começo a minha intervenção dizendo que V. Ex^a, Senadora Lúcia Vânia, cumpriu – e cumpriu de forma extraordinariamente correta – o papel que lhe cabe numa discussão tão emblemática não apenas para os Estados e Municípios mineradores mas para o Brasil, e, ao mesmo tempo, tão complexa, o que nos permite

hoje dar um passo, Senador Flexa e Senador Clésio, autores das propostas que aqui relato, extremamente positivo e, acredito eu, vigoroso na busca do enfrentamento, Governador Simão Jatene, dessa que é uma lacuna da qual todos nós, de alguma forma, participamos ou, de alguma forma, até pela omissão, demos a ela a nossa contribuição.

Refiro-me a permitir que os Estados e os Municípios mineradores, sem prejuízo da atividade mineradora, sem prejuízo do desempenho das empresas mineradoras, possam, de um lado, resguardar-se e se recuperar do ponto de vista ambiental e da infraestrutura e, ao mesmo tempo, encontrar, após extinta a atividade mineral, uma outra vocação econômica que possa ocupar a mão de obra que, por décadas, nessas regiões, dedicou-se a essa atividade.

Eu não vou monopolizar muito a palavra – espero até, na próxima reunião de votação nesta Comissão, no que depender de mim, detalhar as questões relativas ao projeto que aqui tive oportunidade de ler –, mas algumas questões são essenciais e são a base para a discussão que aqui estamos iniciando.

Primeiro, é um equívoco considerarmos a Cfem como tributo, não por uma interpretação pessoal deste Relator e dos autores do Projeto, mas por haver uma decisão do Supremo Tribunal Federal que esclarece que a Cfem e tampouco as participações especiais que estamos incluindo no nosso Projeto não podem ser consideradas tributos, pois elas possuem uma natureza regulatória e não arrecadatória. Portanto, é uma diferença básica. Compensações como esta, portanto, são baseadas na possibilidade de esgotamento na exploração de um bem público. Os tributos, diferentemente, com finalidade arrecadatória, financiam o funcionamento da máquina pública. Os pagamentos de natureza regulatória, como é o caso, visam a regular um setor ou um objetivo, no caso específico, a degradação ambiental.

Apenas para ilustrar o que estou dizendo, vale uma citação muito curta, se me permite, Senadora Lúcia Vânia, do voto do Ministro Sepúlveda Pertence, porque acho que essa será uma questão sobre a qual nós nos debateremos até o final. Não devemos considerar, portanto, tributo, como diz Sepúlveda Pertence, no seu voto aprovado no Supremo:

A compensação financeira se vincula, a meu ver, não à exploração em si, mas aos problemas que gera.

Com efeito, a exploração de recursos minerais e de potenciais de energia elétrica é atividade potencialmente geradora de um sem-número de problemas para os entes públicos, especialmente para os Municípios, onde se situam as minas e as represas. Problemas ambientais, como a remoção da cobertura vegetal do

solo, poluição, inundação de extensas áreas, comprometimento da paisagem [entre tantos outros, trazem uma enorme] (...) demanda por serviços públicos.

Além disso, a concessão de uma lavra e a implantação de uma represa inviabilizam o desenvolvimento de atividades produtivas na superfície, privando Estados e Municípios das vantagens delas decorrentes.

Portanto, essa é uma questão que nos permitirá fazer aquilo que alguns preferem não fazer, que é comparar efetivamente o que acontece no Brasil com o que acontece em outras partes do mundo. Eu vi a citação aqui de alguns trabalhos que já conhecia, Dr. Scliar, inclusive o da Ernst & Young, citado por V. Ex^a e também pelo ilustre amigo Paulo Camillo Penna, que coloca o Brasil como um dos líderes de cobranças ou líderes de impacto de tributos na atividade mineral, mas lembro a V. Ex^a – e V. Ex^a também concordará comigo – que o próprio Ministério das Minas e Energia encontrou diversos erros técnicos nesse relatório e nos alertou sobre esses erros. Entre eles, cito aqui apenas um extremamente importante, que mostra que devemos ter muito cuidado com essas análises, porque esse relatório ignora que as empresas podem deduzir Cfem, PIS, Cofins e ICMS do Imposto de Renda.

Fica aqui apenas um alerta para o cuidado que temos de ter com as comparações. Vi aqui alguns quadros comparativos que nos foram apresentados. Eu poderia aqui apresentar alguns outros sobre o impacto dos tributos em cada um desses países, mas devemos considerar que, em cada país, há uma natureza específica, seja do custo da exploração, seja da complexidade da questão tributária. Apenas, mais uma vez, para ilustrar, caríssimo Paulo Camillo, caríssimo Scliar, lembro aos Srs. Senadores, Senadora Marinor, que, no ano passado, a Austrália, sempre aqui citada e foi citada pelo Presidente da Vale, Murilo, como uma grande concorrente do Brasil – e acho que este dado ilustra a necessidade de estarmos aqui fazendo o que estamos fazendo. No ano passado, em 2010, Senador Zezé, decidiu taxar em 30% o que ela chama de superlucros, talvez algo semelhante àquela participação especial que estamos criando. Essa alteração entra em vigor em julho de 2012, caso aprovado pelo Parlamento, que é o que se espera. O imposto, portanto, será de 30% sobre minério de ferro e carvão. A proposta inicial era de 40%, mas houve uma negociação – chamo atenção dos senhores, até para que sirva, quem sabe, de inspiração para o que teremos de fazer aqui – e um entendimento, do qual participaram, Senadora Marinor, a BHP Billiton, a Rio Tinto, a Xstrata, as principais concorrentes da Vale. Elas fizeram um entendimento com o Governo da Austrália e aceitaram que os superlucros fossem taxados em 30%, mais

uma demonstração clara de que precisamos avançar fundamentalmente nessa matéria.

Senadora Lúcia, essa foi uma base da proposta inicial do Senador Flexa, depois com a contribuição importante do Senador Clésio. Obviamente, o setor de óleos e o setor mineral têm origens e naturezas...

Se o Senador Paulo Rocha permitir, eu continuo. Prazer em tê-lo aqui, Senador, até porque o assunto interessa ao Estado de V. Ex^a.

Vamos fazer uma comparação, superficial que seja, Senador Flexa, que conhece tão bem esta questão, em relação ao valor da produção de óleo e gás juntos – vamos colocar óleo e gás juntos, podemos já fazer esse arredondamento. No ano de 2010, foi de R\$102 bilhões tudo que se arrecadou com a produção de óleo e gás – óleo, 99% e gás, dois e pouco por cento; vamos dizer que são R\$102 bilhões no ano de 2010. Desses R\$102 bilhões, valor total da produção, pagou-se a todo o Brasil, somados Estados e Municípios, R\$21,5 bilhões. E grande parte dessa exploração se deu em águas profundas. Não estamos aqui questionando absolutamente esse ressarcimento, que acho que tem as suas razões de ser.

Vamos à questão mineral. O minério, neste mesmo período do ano de 2010, arrecadou R\$62 bilhões, dois terços daquilo que se arrecadou com petróleo no Brasil. É bom termos essa noção comparativa. São R\$100 bilhões para óleo – vamos ficar com petróleo e gás – e R\$62 bilhões para o setor mineral. O setor mineral, portanto, durante todo esse período, pagou, através da Cfem, R\$1,08 bilhão. Para uma produção, Senador Eduardo, cujo valor significa um terço a menos que a produção de óleo, o ressarcimento foi de vinte vezes menos do que aquilo que é ressarcido aos Estados produtores de petróleo.

Não preciso dizer aqui a nenhum dos senhores o que acontece com as regiões mineradas, com a degradação dessas regiões e a dificuldade de encontrarem uma vocação que possa suceder a vocação mineral, quando ela se exaure. Portanto, o nosso projeto tem muito pouca preocupação com autoria, tem preocupação com os efeitos efetivos que teremos nesses Municípios, nesses Estados. Obviamente, esta é a Casa do entendimento, da negociação e estaremos, até o último instante, abertos a contribuições que possam vir. Aqui, hoje, por mais que gostemos mais de umas e menos de outras, algumas contribuições já surgiram.

O Dr. Paulo Camillo Penna fez o que devia fazer, como representante do Ibram, manifestou suas preocupações e elas serão objeto da nossa análise final. O Dr. Scliar, que conhece profundamente o assunto, da mesma forma manifestou aqui, como era de se esperar, a sua posição. Também o Dr. Murilo, mesmo

que muito rapidamente, fez aqui suas ponderações. Mas não posso, Governador Alberto, Srs. Senadores e Governador Simão Jatene, deixar de dizer do meu profundo estranhamento com a posição aqui externada pelo representante dos Municípios mineradores, que abre mão de uma oportunidade excepcional como essa, rara, para expor seu ponto de vista – e parece que opta por exercer um papel de Prefeito do PT, e não representante dos Municípios dos mineradores, no momento em que prefere cobrar, como fez aqui, de público, que o Governo Federal envie para cá uma proposta que aguardamos desde o ano de 2008.

Quero aqui, ilustre Deputado Marcos Montes, dizer que, no ano de 2008, fui procurado pelo Ministro Edison Lobão, pedindo contribuições ao novo marco regulador do setor. Apresentamos essas sugestões e aguardamos, Senador Walter Pinheiro, até hoje, que essa proposta... Peço calma e respeito a V. Ex^a, que já teve a oportunidade de falar.

Quero dar aqui o testemunho, como Governador de Minas Gerais, recebi o Ministro Lobão por várias vezes, conversamos várias vezes sobre o assunto e aguardamos que essa proposta chegasse ao Congresso Nacional. Infelizmente, ela não chegou. Se chegar, Dr. Scliar, será incorporada essa discussão e será muito bem-vinda. Essa não é uma questão que dependa de questões circunstanciais, efêmeras, quanto as nossas posições de oposição e de Governo. É uma questão essencial à sobrevivência desses Municípios.

Faço esse reparo porque ouvi do representante dos prefeitos que a nossa proposta atende aos interesses das mineradoras, está aí nos Anais. Não atende a interesses das mineradoras, atende aos interesses do País e das regiões mineradas. Portanto, o que esperamos é que esse debate se dê no nível adequado. Não é possível que uma proposta que aumente, Senador Flexa, em até três vezes a participação dos Municípios na arrecadação da Cfem possa ser considerada uma proposta contrária aos interesses dos Municípios mineradores.

Sabemos dos enfrentamentos, sabemos das dificuldades que teremos nessa discussão, mas aqueles que consideram que a posição atual é correta e justa terão como se manifestar contrariamente a nossa proposta. Aqueles que quiserem incorporar a ela contribuições e aprimoramentos, estou absolutamente pronto a receber essas contribuições.

Quero aqui reiterar que considero importante que o Governo Federal tenha uma posição, muitas questões que estão sendo tratadas aqui foram tratadas nas discussões que ocorreram com os Estados do Pará e Minas Gerais, mas, infelizmente não chegaram ao Congresso. O que estamos fazendo é exatamente

estimular que esse debate ocorra e que todos aqueles que queiram apresentar ou trazer sua contribuição, possam fazê-lo. A minha intenção é que essa discussão se dê no mais alto nível possível. A presença do representante do Ibram garante, tenho certeza, uma interlocução qualificada, mas é preciso que, independente da origem, do autor – seja das propostas, seja do substitutivo – não se impeça que essa questão seja discutida e votada o mais rapidamente possível, como demandam todos os Estados e Municípios mineradores do País. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço o Senador Aécio e passo a palavra ao autor do requerimento, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Infraestrutura; Governador Simão Jatene; Governador Alberto Pinto Coelho; Presidente do Ibram, meu amigo Paulo Camillo Penna; Dr. Claudio Scliar, aqui representando o nosso Senador Edison Lobão, Ministro das Minas e Energia; Prefeito Anderson Cabido, Presidente da Associação dos Municípios Mineradores; Senador Aécio Neves, competente Relator do PLS nº 1, de 2011 – primeiro projeto de 2011; Srªs e Srs. Senadores; quero dizer que estou muito satisfeito que possamos realmente discutir aqui não só o PLS nº 1, como o PLS do Senador Clésio Andrade, que também trata da mesma matéria. Quero dizer que não tem volta, Governador Simão Jatene e Governador Pinto Coelho, vamos avançar na matéria, Dr. Claudio Scliar.

Como disse o Senador Aécio, eu próprio conversei com o Ministro Lobão diversas vezes sobre o encaminhamento do projeto de revisão do Código de Mineração, da legislação sobre o novo Cfem, sobre a questão da criação de uma agência de mineração, em substituição ao DNPM, sobre todo o arcabouço da mineração que o Governo Federal está em gestação. No início de 2011, resolvemos, pela Casa de representação da sociedade brasileira, que é o Congresso Nacional, dar início a essa discussão. Penso que foi em boa hora. Lamentavelmente, perdemos o primeiro semestre, já podíamos ter avançado bastante, mas um encaminhamento do projeto, no primeiro semestre, fez com que não discutíssemos. Passamos a discuti-lo agora, quando, por uma redistribuição para o Senador Aécio, o teve como relator.

Quero parabenizar o Dr. Camillo Penna, conheço a competência, sei que V. Exª representa o Ibram e representa não só o setor de mineração de ferro, mas todas as mineradoras. O Relator, os autores dos projetos, estamos abertos aqui, esta é uma Casa do entendimento e o momento é agora. Vamos conversar, não queremos inviabilizar nada, porque estamos

aqui para trabalhar para o desenvolvimento do Brasil, dos Estados e dos Municípios. Então, vamos ajustar, mas não é possível manter a situação que hoje está, os dados são insustentáveis.

V. Exª usou uma expressão aqui, Dr. Camillo, dizendo que era preciso olhar a floresta e não a árvore, quando se fez referência à questão da tributação. É verdade. E é a floresta que estamos olhando; V. Exª tem que olhar os ganhos das mineradoras, principalmente as mineradoras do minério de ferro. O Senador Aécio colocou o que representa a compensação dos minerais e o que representa os *royalties* do petróleo. Se V. Sª fizer um estudo comparativo, vai ver. Vamos olhar a Vale e a Petrobras. Por que a Vale? Não é pontuar a Vale, não. Porque a Vale é a maior mineradora do Brasil e a segunda ou terceira do mundo. O Dr. Claudio falou exatamente isso, quando comparamos o minerador, temos que comparar a Vale.

V. Sª fez referência a potássio e fosfato, tem todo o nosso apoio. Penso que, mais do isentar fosfato e potássio para serem explorados no Brasil, o governo brasileiro tinha era que subsidiar a exploração para poder ter o fertilizante aqui, para atender a agricultura. Tinha que fazer isso, sim. Tinha que ter tratamento diferenciado, como teve lá atrás, quando, hoje, a famigerada Lei Kandir, que penaliza os Estados exportadores de minérios, como é o caso do Pará e, hoje, os vinte e tantos Estados brasileiros são penalizados, mas, naquela altura, era necessário, porque a balança comercial brasileira era negativa, então foi preciso chamar os Estados brasileiros a virem atender a Nação. Mas hoje não é necessário. É preciso que esses Estados sejam compensados na sua perda.

Vamos ver: a Vale teve, em 2010, uma margem líquida de rentabilidade de 37%, contra 7% da Petrobras. Teve um retorno sobre o seu capital de 25.06, Senador Aécio, contra 6.08 da Petrobras. Teve um retorno sobre o ativo de 13.37, contra 3.58 da Petrobras. Alguma coisa está errada nisso, não é possível. Há alguma coisa errada. V. Sª disse: “Mas isso é momentâneo”. Se é momentâneo, vamos ajustar. Defendo, inclusive, que os incentivos necessários para atender – e defendo a iniciativa privada – são necessários no momento em que tem que se defender a competitividade. Agora, no momento em que a *commodities* está elevada, não é possível se tirar da sociedade para dar para o acionista. O que é que está acontecendo agora? A Vale terá, em 2011, mais de 40 bilhões de resultado. Quem ganha isso? Está se tirando de quem? Dos brasileiros, dos mineiros, dos paraenses. Como o Governador Jatene colocou aqui, com renda *per capita* de metade da média brasileira. Para dar para quem? Para dar para

o acionista da Vale. Quem são os acionistas da Vale? O governo brasileiro.

Lamentavelmente não está aqui o Presidente da Vale, porque V. S^a usa sofisma. Sabe qual é o sofisma? V. S^a colocou que o investimento do setor de mineração é privado. Não é verdade. Sessenta e tantos bilhões de dólares de investimento privado. Não é verdade, a Vale não é privada, é estatal. A Vale é majoritariamente capital estatal, quem manda na Vale é o Estado brasileiro, são os fundos de pensão, é o BNDES. É verdade. Tanto é verdade que o Presidente da Vale foi sacado pelo governo brasileiro. Foi o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, que foi lá e tirou o Presidente da Vale. Naquela altura, fui à tribuna do Senado Federal e perguntei por que o Sr. Guido Mantega não ia sacar o Presidente do Bradesco, o Presidente do Grupo Votorantim. Por que ele não vai lá e saca? Porque são privados, a Vale não é. Então, temos que olhar a realidade. É legal? É. Mas é imoral. É imoral tirar dos necessitados para dar aos acionistas.

O que estamos propondo, o relatório do Senador Aécio aumenta a distribuição da Cfem para... Não chega a três bilhões, não é, Senador, Aécio?

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Entre três e três e meio.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Entre três e três e meio. Ou seja, vai tirar de quarenta? Dois bilhões e pouco.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Apenas para contribuir com V. Ex^a, se mantido o lucro do primeiro semestre, e queremos que a Vale continue lucrando...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Mas vai aumentar, Deus queira que aumente.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Muito provavelmente. Foram de R\$21,5 bilhões, no primeiro semestre, que, se repetir, serão R\$43 bilhões. Esses três bilhões atenderiam, em grande parte, ao que está se propondo hoje. Hoje, a soma das mineradoras – não apenas a Vale, mas todas as outras – paga cerca de R\$1 bilhão. A Vale, cerca de R\$700 milhões, para o lucro de quarenta e poucos bilhões, ficando as nossas regiões como sabemos que estão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Então, não é nada que não possa ser absorvido.

Dr. Paulo, estamos aqui dispostos a sentarmos, abrimos a discussão, acredito que V. S^a, como Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração, vai nos dar elementos para que possamos ajustar; e o Dr. Claudio Scliar, pelo Ministério, para alguns setores que realmente precisem e devam ser diferenciados em função da lucratividade, em função do valor das *commodities*, para que possamos fazer os ajustes, Governadores do

Pará e de Minas Gerais, que são os dois Estados que sofrem as maiores consequências.

Quero pedir aos Srs. Senadores que possamos avançar nesse processo. Sei que teremos uma reação muito forte, Senador Aécio, que vão remar contra a maré, vão tentar obstruir o avanço dos projetos, vão tentar não fazer que votemos os projetos. Quero pedir, Dr. Claudio Scliar, que o Ministro Edison Lobão, que sei que é favorável, o Governo é favorável à revisão das alíquotas da Cfem, o Governo é favorável à mudança da base de cálculo. Em vez de ser sobre o valor líquido, que permite às mineradoras faturarem por um valor diferenciado para suas subsidiárias nas Ilhas Cayman, para, depois das Ilhas Cayman, as notas fiscais viajarem para o consumidor final pelo valor da *commodity*, fazendo com que o valor já reduzido da Cfem seja menor ainda para os Estados e Municípios mineradores. Que isso seja extinto, o Governo é favorável que isso seja definitivamente extirpado. Então, vamos juntar esforços, Governo e Congresso Nacional, e vamos fazer avançar esse projeto. Estamos abertos, Dr. Camillo Penna, às mineradoras e a todas as empresas. Que possamos, em conjunto, construir, com o nosso Relator, um projeto que atenda, principalmente, aos brasileiros.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigada, Senador Flexa.

Com a palavra, o Senador Clésio Andrade, autor de um dos projetos.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (PR – MG) – Sr^a Presidente, Lúcia Vânia; Sr. Governador Simão Jatene; Governador Alberto; Senador Aécio; Paulo Camillo; creio que complementar pouco, na realidade estamos juntos nessa empreitada, não é, Aécio? Junto com o nosso Senador Flexa, exatamente dentro dos conceitos que aqui foram colocados pelos Governadores Simão e Alberto, não está se falando em imposto, na realidade está se falando em uma compensação – e uma compensação ainda muito pequena, perto do que se pede.

Na última reunião, na última discussão, tive a oportunidade de ficar um pouco veemente – e ficamos mesmo, porque, quando vemos que o nosso Estado, o nosso povo, está sofrendo a consequência e tendo muito pouca compensação –, realmente acabamos perdendo um pouco a forma mais polida de falar.

Mas o que é importante nessa altura, Dr. Paulo Camillo, penso que é a negociação, sabe? É a consciência de que precisa aumentar os valores. Está muito claro, os números mostram isso. O próprio crescimento da Vale, não tenho dúvidas, mostra a capacidade empresarial extremamente elevada, principalmente após um período de estatal, pois sabemos das dificuldades que tem a estatal de se dar resultado.

Devemos aproveitar muito bem todo este momento: o crescimento mundial, o crescimento de minério. Penso que o mundo está em ascensão e é por aí que vai continuar, apesar das crises pontuais que têm ocorrido.

O crescimento da Vale mostra claramente que há uma margem muito grande em que se pode trabalhar para compensar, principalmente, esses dois grandes Estados, Pará e Minas Gerais, que tanto perdem com isso. Na realidade, se formos discutir antes, Prefeito, sobre o Código de Mineração, sabe quantos anos isso vai demorar? De cinco para lá. E olha se sair com cinco anos. Então, temos que discutir o que precisam, hoje, os Estados do Pará e de Minas Gerais.

O Senador Aécio Neves, quando pegou para relatar o projeto do Senador Flexa e apensado o meu projeto, também, pensou exatamente isso. Ele melhorou o projeto, cresceu os valores, porque tem uma visão exatamente nesse aspecto. São situações isoladas, não temos que discutir Código de Mineração. Até porque, se formos discutir Código de Mineração, o Dr. Paulo Camillo sabe o que vou falar, sou da área de logística e sei o que vai acontecer com vocês. A verdade é que o desenvolvimento tecnológico nessa área praticamente não existiu, na exploração não existiu. Existe lá no fim do produto, na hora da siderurgia, na hora de produzir o aço, de produzir automóvel, mas, na hora de escavar, é a mesma coisa, só aumentou o tamanho das máquinas. O tamanho das máquinas e o tamanho dos caminhões, para sair poluindo as estradas. Quer dizer, aí o Código de Mineração realmente vai pegar para valer.

Então, a questão não é essa, Anderson, não dá para esperar isso. Essa vai ser uma discussão longa e, talvez, até uma discussão em que eles até tenham razão naquela hora, porque não se consegue fazer essa correção de uma vez. Você está cortando minério lá e vem uma máquina dez vezes maior, jogando mais poeira, e o caminhão também está jogando mais poeira, já que é maior, é de quarenta toneladas, já que é um bitrem, que está poluindo a estrada. A estrada está poluindo a estrada, provocando acidentes, morrendo mais gente. Logo, todo esse processo acaba acontecendo. Então, temos que separar. É uma compensação financeira, não é imposto. Não se está subindo imposto. Está se fazendo uma compensação justa das doenças que estão surgindo no nosso povo, na nossa Itabira, não é, Alberto, na nossa Conceição, no Pará, no Carajás, em todas as regiões. Então, tem que sair essa compensação, e tem que sair rapidamente. E nada melhor, Paulo, do que essa negociação.

Acho que o fundamental é que está aberto, o Senado está aberto a essa negociação. Se está muito o

relato do Senador Aécio Neves, há um projeto meu, mais ou menos na linha do que foi discutido, até porque houve o compromisso político – e temos que saber que compromisso político tem que ser cumprido – da Presidente Dilma com o Partido Verde, de Minas Gerais. Participei de algumas reuniões, nas quais ficou claramente definido que iria ser dobrada a alíquota de dois para quatro por cento. O meu projeto reproduz exatamente aquilo, porque foi quando sentimos que o Código de Mineração não ia ser possível. Isso aconteceu dentro de um compromisso político feito exatamente com o Zé Fernando, que era Deputado e que, inclusive, deu apoio para ela.

É um compromisso político, vai ter que ser feito mesmo. O Governo vai fazer. Então, se, a essa altura, partirmos para uma negociação, é um processo natural porque, para as próprias companhias, pode sei criar um mecanismo de gatilho para cima ou para baixo. Se a situação piorar amanhã, então, tem que se reduzir. Se melhorar a situação, então, cresce mais. Pode-se vincular a isso.

Então, acho que é muito justo tudo isso. E eu faria um apelo para que pudéssemos votar na quinta-feira, Senador Walter Pinheiro, que estava aqui conosco. Apelo para que pudéssemos votar, porque é preciso. Acho que esses dois Estados estão sofrendo muito. Apelo para que pudéssemos votar na quinta-feira e partíssemos para uma solução de votar nas próximas comissões para ir para a Câmara, mobilizando toda a Bancada de Minas, ouviu, Senador Aécio? Aí, chego até ao ponto de perguntar: por que não mobilizar a nossa população também? Não é nenhuma agressão falar isso. Isso faz parte do contexto. O Sérgio Cabral colocou um milhão de pessoas nas ruas por causa dos *royalties* do petróleo. E vejam que eles não poluem tanto. Poluem na hora em que a pessoa quer, não é Senador? Você compra o carro, compra a gasolina, então, está poluindo porque quer. Mas, na hora em que se está explorando o petróleo, não se polui, principalmente em águas profundas, na distância em que está. O minério, querendo ou não, vai continuar poluindo. Vocês vão ter que melhorar os mecanismos de escavação, criar mecanismos novos, mecanismos de adaptação dos caminhões, das carretas, de todos os veículos, porque não dá para continuar do jeito que está. Esse é o Código de Mineração. No Código de Mineração, vêm coisas pesadas e profundas aí. Então, deve ser muito bem pensado, com calma. Não pode ser dessa forma.

O que se precisa hoje é de recompensar nossos Municípios, recompensar nossos Estados. O Senador Aécio está de parabéns, avançou muito no projeto do Flexa e no meu. Eu faria apenas observações com

relação às alíquotas. Se houver negociação, Senador Aécio, que retomem as alíquotas municipais maiores, que forem reduzidas para atender já o Estado. Acho justo também. Como o valor está subindo, é natural que haja alteração dessas alíquotas, mas se o valor não subir, deve-se retomar os valores atuais, porque o Município é o mais afetado pelo processo. Mas isso, na próxima reunião, pode ser abordado.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Se me permite, Senador Clésio, que toca em um assunto extremamente importante. E é vital que essa questão fique bastante clara, e V. Ex^a abordou de forma absolutamente correta. No momento em que apresentamos nossa proposta elevando em até cinco por cento o faturamento bruto, houve a possibilidade, com essa proposta, falando apenas do Estado de Minas Gerais a que V. Ex^a se referiu, de que os atuais R\$715 milhões, que é total da arrecadação dos Municípios, saltasse para R\$2,3 bilhões, portanto, estamos mais do que triplicando a proposta permitindo que os Estados tivessem o incremento. Por quê? Porque V. Ex^a sabe que temos ainda um passivo enorme, que vai muito além dos Municípios onde estão as minas: são as estradas, as rodovias, são os Municípios limítrofes que também sofrem com a degradação ambiental, com problemas de ordem social causados pela exploração mineral. Foi uma forma de permitirmos que o Estado possa atuar como mediador em investimentos que não poderiam ser feitos pelos Municípios. Por isso fizemos essa alteração.

Obviamente, se o entendimento nos levar a uma alíquota diferente dessa, não haverá problema nenhum em que se retorne ao valor dos Municípios. O que é equivocado é dizer, como li recentemente nesse final de semana em um artigo em Minas Gerais, que a nossa proposta retira recursos dos Municípios. É preciso que essa traga, como balizadora, a verdade. E V. Ex^a sabe que R\$715 não é maior que R\$2,3 bilhões.

Mas já disse aqui e reitero: devemos estar abertos a uma ampla negociação que pode, efetivamente, possibilitar um reequilíbrio entre essas alíquotas. Contudo, em nenhum momento, a nossa alíquota permitiu sequer aventar a possibilidade – e sabem V. Ex^a e o Senador Flexa – de que os Municípios perdessem recursos. Repito: ao contrário; eles pelo menos triplicam aquilo que recebem hoje se aprovada a proposta como está.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (PR – MG) – Exatamente por isso que eu disse que a sua relatoria foi inteligente, uma vez que ela elevou os valores e todo mundo ganha. E a gente sabe o prejuízo que o Estado tem.

Há até uma história interessante – muito rapidamente, Presidente – sobre o trem que vai para Vitória

e que, numa determinada cidade do nosso Estado, cujo nome não vou dizer, começaram a jogar sacos de lixo em cima dos trens, com a ideia de mandar o lixo embora. Assim, passaram a usar os trens da Vale para levar os sacos de lixo em cima do minério. Aí, em determinado momento, houve uma discussão no meio do processo, depois que a polícia entrou no caso, em que um dos habitantes disse: “O que é que tem eles levarem o lixo se eles estão jogando pó na gente aqui? Se eles jogam lixo aqui, levam lixo embora”. Para vocês verem que coisa interessante!

E o Governador Aécio Neves colocou muito bem: há que se elevar o valor do Estado, porque o Estado tem esses outros Municípios também que são afetados por esse pó de minério que cai por todo lado. Mas o fundamental é isso: nós precisamos negociar, essa questão tem que ser resolvida, e há um compromisso político do Governo, Senador Walter Pinheiro, da Presidente Dilma. Inclusive, eu participei dessa discussão em Minas Gerais. E Minas não pode continuar aceitando esse tipo de situação.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Obrigado, Senador Clésio Andrade.

Passo a palavra à Senadora Marinor Brito.

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Boa tarde a todos e a todas.

Eu queria, em nome do Governador do meu Estado, Simão Jatene, cumprimentar as autoridades convidadas que aqui estiveram presentes.

Quero dizer que tenho um olhar sobre esse debate que vai um pouco mais além, talvez de uma pressa, mas de uma pressa, tenho certeza, de aprovação de um projeto de lei que busque ocupar as lacunas deixadas por esse tempo de descontrole, digamos assim, das mineradoras e os direitos sociais, garantidos na Constituição Federal, do povo das regiões onde existe a exploração.

Também queria dizer aqui que, por muito tempo – e faço questão de fazer essa demarcação nesse debate –, participei de um comitê nacional tentando impedir a privatização da Vale do Rio Doce. E eu não gostaria de estar, agora, discutindo com setores privados da sociedade brasileira ou de outros lugares do mundo os direitos sobre o uso do solo, a exploração dos recursos naturais nas nossas regiões onde essa atividade incide diretamente sobre a vida e a qualidade de vida do nosso povo, seja do ponto de vista social, seja do ponto de vista ambiental. Mas, infelizmente, essa é uma realidade que não passou pela minha governabilidade, digamos assim, ou dos espaços políticos onde eu transitava no período da privatização da Vale do Rio Doce.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Permite um aparte, Senadora? Fique tranquila que, com respeito à Vale, ela continua estatal.

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – O senhor quer a palavra, Senador Flexa? Quer continuar? Há mais alguma coisa para manifestar?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Era só isso.

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Eu queria aqui levantar alguns aspectos que acho absolutamente relevantes. Acho, inclusive, importante denunciá-los em uma audiência como esta. A empresa Vale do Rio Doce, que traz enorme quantidade de manganês da Serra dos Carajás para ser beneficiado em uma cidade próxima, da região metropolitana, Barcarena, no Pará, gera grande quantidade de resíduos que são depositados em grandes bacias a céu aberto. Esses resíduos contaminam poços, igarapés, e outras fontes de água das quais se serve a população local. A consequência dessa contaminação são doenças de pele, doenças nos olhos, perda de dentes entre outras. Cabe inclusive – e nós a estamos formalizando, mesmo depois de termos formalizado ao Governador do meu Estado – uma denúncia à OEA sobre essa situação desumana que é consequência da forma desastrosa, desrespeitosa aos direitos humanos com que as mineradoras têm ocupado o nosso território e explorado os nossos minérios.

E faço questão de dizer isso porque nós não estamos aqui apenas tratando de um projeto que vai gerar um pouco mais de recurso aos Municípios ou aos Estados. Nós precisamos reparar esses danos sociais e ambientais. É preciso que o povo brasileiro se aproprie dessa realidade, dessa cruel realidade que vivem as cidades que são vítimas da exploração e do lucro que as mineradoras estão tendo.

Não é à toa que, no Pará, hoje as empresas mineradoras são as patrocinadoras porque se sentem donas do território, sentem-se donas do solo. Não adianta estar na Constituição brasileira que o solo é brasileiro, que é do povo brasileiro, quando as mineradoras mandam e desmandam. A Vale do Rio Doce manda no Pará. Manda no Pará! Determina toda a infraestrutura. E há de se dizer aqui que mente o Presidente da Vale quando diz que não tem investimento público. Toda a infraestrutura até hoje – 100% – colocada à disposição das mineradoras no Estado do Pará foram recursos públicos, Senador Aécio. Recursos públicos, dinheiro do povo, para que o povo seja explorado! É preciso dar um basta nisso!

Eu não tenho certeza se o projeto garante encontrar uma saída para tentar minimizar os problemas socioambientais deixados, mas eu acho que é preciso

ter sensibilidade ao tratar disso. Eu não considero pouco relevante – e não tenho aqui mais nenhuma afinidade partidária com o Partido dos Trabalhadores hoje –, mas é preciso considerar, com respeito, as preocupações levantadas aqui de que é preciso evitar as rasteiras, como disse o Sr. Anderson, Presidente da Amib aqui, que as mineradoras têm dado nas cidades brasileiras e nos Estados brasileiros. É preciso encontrar formas, na legislação, para evitar a sonegação, porque são as mineradoras as principais sonegadoras de impostos neste País.

Então, eu queria aqui colocar-me à inteira disposição. Já me coloquei junto ao Governador Simão Jatene. Faço oposição ao Governo dele, mas faço oposição programática, respeitando as posições existentes. Quero colocar-me à inteira disposição até a votação do projeto, para buscarmos essas saídas, Senador Aécio. E tenho certeza de que V. Ex^a é uma pessoa sensível a isso e tem mediado alguns debates aqui, no Senado Federal, para que a gente encontre o ponto de equilíbrio necessário, para que a gente minimize o sofrimento não dos Estados, das cidades, mas do povo que vive nas regiões afetadas pela exploração mineral no nosso País.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Obrigada, Senadora Marinor.

Passo a palavra, agora, ao Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr^a Presidenta, Sr^{as} e Srs. Senadores, Governadores, representantes do Ministério, dos Municípios, a primeira coisa que eu quero levantar nesta audiência, meu caro Governador Simão, é que a compreensão nossa é a compreensão de que este projeto, inclusive, já está completamente fora do tempo em que nós deveríamos ter adotado medidas contra essa predatória exploração no Brasil. Então, eu até louvo a sua atitude de aqui pedir aos Senadores que façam isso de forma a atender a essa demanda.

O nosso Estado, apesar de não estar aí na bancada, também é um dos Estados – se não for o quarto, é pelo menos o quinto Estado – que têm recebido esses recursos do setor mineral. E faz o terceiro maior investimento hoje nessa área de mineração: perde somente para o Estado de Minas e para o Estado de V. Ex^a. Então, esse é o debate importante.

Portanto, não há, por parte aqui desta Comissão – e aí, Senador Aécio, nenhuma... Eu até descobri que o prefeito é do PT nesta audiência. Então, é por isso que eu não podia submeter-me ao pito de V. Ex^a, até porque sou tão Senador quanto V. Ex^a. Então, portanto...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – É muito mais, Senador Walter! V. Ex^a sabe o respeito que tenho por V. Ex^a. Não foi essa a intenção. Se assim foi, quero pedir desculpas. Apenas fiz um relato, uma contestação a uma afirmativa que considerei inadequada, mas V. Ex^a sabe o respeito que lhe tenho.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Mas aí é importante, porque V. Ex^a, inclusive, na quinta-feira que nós abrimos esse processo aqui, não viu hora nenhuma vincular o debate dessa questão, inclusive, com a posição de governo. Pelo contrário.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – E continuo não vinculando, Senador Walter.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Pelo contrário. Muito menos... E aí nós estamos fazendo um debate aqui agora, não é uma política para governo, nós estamos discutindo ações para o Estado brasileiro; e, aliás, Flexa Ribeiro, este trecho, por exemplo, que sai de Brumado, na Bahia, e vai até Montes Claros, em Minas Gerais, que é um corredor de mineração, eu não conheço de ouvir falar, eu conheço dormente a dormente. Andei como Deputado, andei quando criança, porque o meu pai fazia exatamente esse trecho como chefe de trem. Conheço essa região como a palma da minha mão.

Este é um debate que faço, se o Senador Aécio se lembrar, desde a época em que, inclusive, éramos Deputados Federais, o debate sobre a regulação do setor mineral. Participei ativamente na Câmara dos Deputados no debate dessa questão, inclusive, do papel que seria uma agência para o setor mineral e na diferenciação de projetos. Nós não estamos falando de uma agência que tem o mesmo perfil de uma agência reguladora, tipo Aneel e Anatel. Nós estamos falando de uma agência que tem muito mais uma característica de agência executiva e, portanto, vai regular uma relação que não é das mais fáceis.

Os senhores que são Governadores sabem disso, e, quando o Prefeito Anderson cita a burla aqui, meu caro Flexa, é exatamente neste aspecto: qual é a capacidade de regulação? Que legislação nós estamos apontando para evitar que essas coisas aconteçam? Como é que nós vamos armar a estrutura de Estado para ela fazer a defesa dos interesses desses Municípios? Talvez defender os Estados seja um pouquinho mais fácil, mas ninguém mora no Estado, Flexa; o cidadão mora no Município. É exatamente nos Municípios brasileiros que nós estamos convivendo com o problema não só da degradação ambiental, como da degradação social.

Portanto, o setor mineral tem produzido riquezas aqui muito bem apresentadas, mas também tem produzido problemas sociais gigantescos em diversos dos

nossos Estados, e isso se apresenta nos Municípios. Os Estados vão arrecadar, mas são os Municípios, Senadora Lúcia Vânia, que efetivamente vão lidar como o problema frente a frente. Não há exploração mineral no Estado, tem de haver um lugar para essa exploração mineral ocorrer, para essa atividade.

Então, esse debate é importante. É por isso que era fundamental esse debate que nós puxamos aqui vir acompanhado não só da questão da taxa de regulação desse serviço, mas efetivamente quais as condições para que o Estado brasileiro possa agir nesse setor do ponto de vista dessa regulação. E aí não é só para fiscalizar a cobrança, Prefeito Anderson, que é fundamental fazer para que não haja burla, mas também para adotar medidas inclusive no que respeito à operação nessa área, que virou uma verdadeira – desculpe-me o termo – esculhambação no Brasil.

Esse é um processo extremamente delicado, não por incapacidade do DNPM, mas pela estruturação em que está pautado, hoje, o nosso DNPM para atuar nessas áreas. Volto a dizer: os senhores sabem disso mais do que eu, porque convivem com esse drama, sabem exatamente como é difícil hoje fazer o acompanhamento, sem contar a invasão que a gente tem a partir, inclusive, de diversas movimentações de interessados em mineração e o processo de acompanhamento de exportação desse produto – outra área também em que a gente enfrenta uma série de dificuldades.

E aqui eu quero insistir, eu volto a dizer, Flexa, desde a reunião passada que eu disse a vocês: nós não tivemos nenhuma conversa com a Vale, e acho que a gente tem de ter uma postura aqui linear nesse processo, seja para tratar a questão do fósforo, seja para tratar a questão do silício, que é muito importante no Brasil e a gente discute pouco. Nós temos, inclusive, uma reserva de silício das mais importantes e da melhor qualidade do mundo, em pouca quantidade se comparada com a demanda que o mercado mundial aponta para a questão do silício. Mas nós temos a melhor areia, poderíamos dizer assim, para a produção de semicondutores.

Portanto, não é tratar isso... Não é essa história de dizer que nós estamos fazendo o esforço aqui para não se votar. Não teve nenhuma obstrução, meu caro Flexa! Pelo contrário. Foi de nossa parte que você encontrou guarida aqui para fazermos esta audiência, promover o debate e tentar, inclusive, aportar ao relatório do Senador Aécio um conjunto de sugestões que caminham na direção de eliminarmos todas e quaisquer possibilidades de um processo crescente de judicialização nessa área. Eu creio que é importante. Nós estamos convivendo com isso agora, Senador Aécio, na

questão do petróleo. Então, é importante que vejamos a barba do vizinho arder e botemos a nossa de molho.

Acredito que dá para fazer isso ainda nesse relatório. Estou apresentando, na próxima quinta-feira, uma série de sugestões para essa questão, porque nós estamos convivendo com isso. Quer dizer, antes de votarmos um projeto no plenário, nós já temos a ameaça de que vamos nos deparar com o Supremo Tribunal Federal por conta das leituras. Aliás, como J. P. Morgan sempre falava, advogado é para me dizer como vou fazer o que quero fazer. Então, bota-se um de cada lado e depara-se com as diversas interpretações sobre a natureza disso.

Então, esse é um terreno, inclusive, que é muito fértil para isso: mexe com o subsolo, tem a intervenção do Município, tem o debate que envolve outros atores. A capacidade que temos de ter problema nessa área é muito grande. Então, você vai convivendo com esse drama.

Essa é uma fase que eu acredito que seja importante também já aportarmos, para que esse relatório, Senador Aécio, não se prenda só a... Acho que é importante aumentar três vezes. Então, se o senhor pegar aqui o dado da Bahia, a Bahia, que recebe hoje pouco mais de R\$78 milhões, passaria a receber R\$260 milhões, grosso modo, se fizermos uma transposição pura e simples do que é a aplicação da alíquota. É bom, é legal! Beleza! Vamos fazer isso! Mas era necessário irmos um pouquinho além dessa questão das alíquotas e fechar algumas questões. Essa coisa, por exemplo, essa questão da agregação de valor, eu não peguei a sua explicação porque estava exatamente discutindo ali os *royalties* do petróleo, para ver se o Senador Vital do Rêgo entregava o seu relatório, como fez agora há pouco, ali, na Mesa.

Então, esse é o debate, quero chamar atenção, para fazermos. Não acredito que isto seja uma oportunidade para nos contrapormos sobre se o Governo mandou ou não mandou o Código de Mineração. Não acredito que tenhamos de esperar um compêndio para tentarmos discutir essa questão. Não é essa e não é esse o caminho. Eu, particularmente, não acredito. Da mesma forma que sempre disse que não acreditava naquela história de Lei Geral de Comunicação Eletrônica de Massa. Desde 1999, Senador Aécio, que alguém dizia que iria mandar um Tratado de Tordesilhas e até hoje não veio sequer uma linha alterando esse contexto.

Nesse setor, pior ainda. Então, não é a nova revisão do Código de Mineração Brasileiro produzido num tratado. É importante que peguemos partes dessa trajetória e vamos pontuando, e vamos aprimorando, inclusive. Nós vamos ter oito anos de mandato aqui, no Senado. Portanto, vamos ter oito oportunidades,

a cada ano, de ir enxergando as realidades e tentar aprimorar essa questão.

Então, dá para fazer. Não vejo nenhum problema em relação a essa aplicação. E há essa, principalmente, fragilidade da aplicação dessa legislação nos Municípios. Então, acho que é importante.

Por último, eu ainda acho que esse relatório, Senador Aécio, também poderia conter aspectos do que nós também tentamos ali no petróleo, no que diz respeito à vinculação em relação aos *royalties* distribuídos a cada Município. Estabelecemos, por exemplo, a área da pesquisa nesse segmento. Qual a contribuição que esse segmento tem dado para a pesquisa nacional? Nós estamos falando aí de quarenta e tantos bilhões. Tira aí... Veja se, ao longo desses anos, nós tiramos R\$4 bilhões, para pesquisa, desse setor! Eu não vi. Se alguém fez, fez para si. E pesquisa não é um processo que pode ser feito para si. A pesquisa que nós fizemos ao longo dos anos na Petrobrás foi uma pesquisa para a Nação. É por isso que estamos discutindo hoje que o petróleo não é do Rio de Janeiro, porque o dinheiro investido na pesquisa para chegarmos a 7.000 metros na lâmina d'água, esse dinheiro foi retirado de todos os Estados brasileiros e de todos os brasileiros.

Então, vincular parcela desse recurso para a gente destinar não só à pesquisa para atuação no setor, mas também à pesquisa e inovação para resolver graves problemas nas áreas de mineração. Vincular, por exemplo, é fundamental para a gente obrigar que parcela do recurso seja aplicada para restaurar e para resolver problemas inclusive da vida das pessoas, Governador.

Às vezes, a gente diz assim: "Não dá, vai para o Município e tal!". As carências são tantas que às vezes o dinheiro dos *royalties* do setor mineral chega ao Município, meu caro Governador de Minas, e, de repente – eu não estou dizendo que há desvirtuamento ou que há aplicação errônea, as necessidades é que são tamanhas –, para aquela área específica não vai um centavo, não vai um mil réis de mel coado!

Portanto, não custa nada a gente já tentar estabelecer parâmetros nesse projeto que amarrem boas condições para que a gente tenha um nível pelo menos de vinculação. Reclamamos tanto da saúde – e aqui o prefeito falava da questão da poeira, das condições. Reclamamos tanto da formação de mão de obra, Senador Aécio, para trabalhar nessa área. E reclamamos tanto, inclusive, das condições em que essa mão de obra termina operando no setor mineral. Esse é outro fator preponderante.

Normalmente – com raras exceções –, as empresas obrigatoriamente têm que se estruturar. Esse é um setor que tem um traço: o chamado ambiente de trabalho completamente insalubre, perigoso e de-

gradado na sua natureza. Então, ele tem uma característica muito própria. Se não tivermos uma posição, se não adotarmos posições que caminhem na direção até de superar, em determinadas escalas, um trabalho extremamente parecido com o que nós estamos combatendo aqui de trabalho escravo...

Esse final de semana, Senador Aécio, eu estive em uma região da Bahia, região que é fronteira com Minas, e na hora em que estávamos descendo do morro, um morro todo furadinho... As pessoas convivem, naquelas regiões, morando numa barraca – aquilo não é nem barraca: são quatro troncos, às vezes galhos de árvore retirados, monta-se ali, faz-se uma lona só para o cara efetivamente, em um dado momento, ficar ali na cobertura ou pegar e botar a panelinha dele com um graveto para ver se vai cozinhando o grude dele ali, e ali ele vai tocando... São milhares de pessoas!

A cidade em que eu estive nesse final de semana é uma cidade de pouco mais de 10 mil habitantes, e 1,5 mil pessoas transitam na cidade todos os dias. Todos os dias, 1,5 mil pessoas, para uma cidade de pouco mais de 10 mil habitantes! Isso desagrega, isso cria problemas! E as condições de trabalho dessa gente são condições completamente fora de qualquer padrão que a gente esteja defendendo hoje.

Portanto, esse é um debate que é importante a gente travar. É óbvio que a gente não vai transformar esse projeto num verdadeiro compêndio, resolvendo todas as coisas. Mas acredito que, nessa linha, é possível a gente ajudar, contribuir para que essas melhorias sejam introduzidas. E que a segurança jurídica, que a nossa capacidade de atuação nos permita, através dessa lei, um nível maior de cobrança da ação – aí, sim – da estrutura de Estado, para termos o funcionamento, a cobrança, a fiscalização e a justa regulação desse setor.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Senador Walter, se me permite a Presidente Lúcia, apenas uma rápida consideração.

V. Ex^a é conhecido, nesta Casa, como um Senador extremamente construtivo. Muitos podem achar isso uma novidade; eu não. Fomos colegas da Câmara dos Deputados durante muito tempo, trabalhamos juntos como líderes partidários – eu, na época, Líder de Governo e V. Ex^a da oposição. E digo que não deixo de ter certa saudade daquele tempo, mas nós sempre soubemos colocar as questões. Espero que não pela eternidade, mas a verdade é esta: nós sempre soubemos, Senador Walter, colocar as questões de interesse do País e do Parlamento acima das nossas posições circunstanciais.

Construímos a nova legislação de imunidade parlamentar, que acabou com a imunidade parlamentar, o

novo Conselho de Ética, a questão da regulação das medidas provisórias naquela primeira movimentação, e V. Ex^a sempre muito ativo. Então, isso me dá muita tranquilidade de que V. Ex^a será um construtor de entendimentos. Muitas das abordagens que V. Ex^a traz estão também nas nossas preocupações.

Em relação à fiscalização, sabemos que hoje a DNPM recolhe a Cfem, depois, num prazo de até seis dias, se não me engano, repassa aos Estados e Municípios.

É frágil a estrutura do DNPM nos Estados. Estamos propondo que isso possa, Prefeito Cabido, ser feito conjuntamente Municípios e Estados, obviamente que com a participação também da União, quem sabe utilizando a estrutura de arrecadação do ICMS que as Secretarias da Fazenda, Dr. Pedro Meneguetti, tem hoje.

Queremos buscar inovações que garantam efetivamente aquilo que todos nós consideramos essenciais, que não haja a judicialização do processo – as mineradoras têm tido a capacidade de, através da judicialização, não atender a compromisso com Municípios e com Estados; a questão da destinação do recurso – discutimos muito, Senador Flexa, Senador Clésio e eu – achamos que, num primeiro momento, para não fazermos um compêndio, deveríamos nos fixar na nova regulação, na nova arrecadação, na nova distribuição das alíquotas para, num segundo momento, entrarmos nessa questão que considero extremamente positiva, inclusive a contribuição do prefeito, limitarmos a determinadas ações para que esse recurso, que também é finito, se perca, seja nas administrações municipais, seja nas administrações estaduais.

Faço apenas essas rápidas observações para dizer que estarei, a partir do encerramento desta reunião, à disposição dos Srs. Senadores, daqueles que aqui participaram dos debates, para que possamos – mas acho que teremos que fazer isso com alguma brevidade – apresentar um projeto que seja votado, e cada um aqui vai manifestar, no momento certo, a sua posição em relação a ele.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Encerradas as inscrições...

Gostaria de falar, Senador Zeze Perrella?

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Só uma observação, Sr^a Presidente, se me permite.

Entendo a preocupação do Dr. Paulo Camillo Penna, como empresário que também sou. Toda atividade tem determinado período em que ela é complicada. Hoje, de repente, vocês podem estar vivendo um *boom*, tanto é que a Vale está com um lucro previsto de R\$40 bilhões, porque não se cria um *royalty* menor, Senador Aécio, fixo, e um bom *royalty* sobre o

lucro? Porque o empresário não vai ter o que reclamar se tiver que pagar muito amanhã.

Fica aí a sugestão.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Encerrada a discussão, passo a palavra agora para as considerações finais.

Com a palavra o Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – V. Ex^a me permita, pegando pelas palavras finais do Senador Aécio.

Na verdade, participei rapidamente da última audiência, daquele último encontro e, a partir dali – quero inclusive me dedicar mais; estive nesse período muito voltado para essa discussão dos *royalties* do petróleo; temos a previsão de votação amanhã – gostaria de me debruçar sobre esse tema.

Entre todas as coisas colocadas, existe, que eu saiba, um grupo de trabalho dentro do Governo no sentido do lançamento de um plano nacional, que eu acho que vem em boa hora, a partir da proposta do Senador Flexa Ribeiro, enfim, substitutivo que V. Ex^a apresenta.

Existe um ponto ao qual quero a ele muito me dedicar, que é a alternativa que podemos colocar para o Brasil e a alternativa muitas vezes para os Estados. Ou seja, o sistema que temos hoje, as coisas acontecem no Município, acontecem no Estado e têm pouca capacidade para tomar decisão, mesmo de fiscalização. A gente faz contrato entre o Estado e o Governo Federal, mas é um contrato muitas vezes questionado. Na hora do pega, normalmente o Judiciário tem sido contrário, por conta da fragilidade.

Outro ponto: temos no Brasil a CPRM, empresa que atua na área de pesquisa que, a exemplo do que se faz com o petróleo, também pode ter um papel maior – a própria legislação já o permite; eu queria ver com o Dr. Claudio Scliar sobre isso – aonde o setor privado não vai. Muitas vezes você tem – louvo aqui a iniciativa da definição de *royalties*, de prazos, enfim – um pedido de concessão de licenciamento para pesquisa, depois para investimento, e não acontece, isso vira instrumento de reserva de mercado, que é uma coisa muito comum e, muitas vezes, prejudicial à região. Para aqueles Municípios, para aquela região, para aquele Estado, a alternativa que existe de riqueza para gerar um desenvolvimento não acontece.

Então, creio que também temos de estudar essa possibilidade de um papel maior para uma empresa como a CPRM no sentido de ela ser fortalecida como alternativa para essa área da mineração, para citar aqui alguns exemplos.

Mas eu quero me somar, estarei já após a audiência, Senador Aécio, buscando juntar-me aos demais Senadores que estão lidando com esse tema na CAS.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Obrigada, Senador Wellington Dias.

Vou retornar a palavra aos expositores para suas considerações finais, mas quero aqui alertar que já estamos na Ordem do Dia, e cada um tem de ser bastante rápido.

Com a palavra o Dr. Claudio Scliar.

O SR. CLÁUDIO SCLIAR – Primeiro, eu gostaria de, mais uma vez, agradecer o convite para aqui estar e dizer que, sob o olhar do Senador Edison Lobão – que é o primeiro retrato que ali está –, não tenho dúvida alguma de que os projetos apresentados, seja no Senado, seja na Câmara, muito contribuíram para a discussão que fizemos nesse período e que tem que ver com o que o Senador Flexa Ribeiro inclusive levantou, porque a proposta colocada, seja no final do Governo Lula, como agora no Governo Dilma, pelo Ministro Lobão, tem que ver com um novo modelo para a mineração brasileira, como o Senador Walter Pinheiro levantou.

E, inclusive, Senador Aécio, é nessa perspectiva que entendo a manifestação do Prefeito Cabido, de Congonhas, que participou muito desta discussão mais ampla: a Cfem, sem dúvida, é um ponto vital, é o bolso, é aquela questão de quanto se paga. Não é só a questão da alíquota, não é só a questão do montante; é a questão de como isso vai ser cobrado, de como se dão essas concessões – e a proposta nossa que estamos discutindo é um contrato – e de como se dão essas condicionantes, como se dá essa responsabilidade da mineradora, desde a pesquisa até ter essa concessão desse bem da União.

Então, Senadora Lúcia Vânia, eu não tenho dúvida alguma – como pensam os Senadores Walter Pinheiro e tantos outros aqui, sejam da situação, sejam da oposição – de que esta Comissão vai ter um papel fundamental em discutir esse aspecto do modelo da mineração no País, em que a questão dos *royalties* – concordo plenamente, acho que o Senador Aécio pegou bem esse aspecto – não é um imposto, é um preço público, considerando-se também como se dá o aproveitamento desse bem mineral e o retorno para a sociedade, seja para o Município, seja para o Estado, seja para a União.

Assim, esse aspecto tem de ser pensado dessa forma mais holística, mais das mudanças de um Código que foi feito em 1967 como um plano nacional, com um plano decenal que os militares fizeram naquela época, de 1965 a 1975, em que a questão central era produzir, produzir, produzir. Esse Código teve seus objetivos naquela época, naquele momento. O mundo mudou. O Brasil mudou. Hoje não é só o produzir de qualquer maneira e de qualquer jeito, não é só “exportar é o que

importa". Não é mais isso. Estamos em outro País, em outra conjuntura.

O projeto que os senhores apresentaram e esses projetos que estão vindo pelo Governo Federal, sem dúvida alguma, vão se somar a essa preocupação do Estado brasileiro, a essa preocupação do Congresso Nacional que o levará a fazer uma discussão muito positiva para tirarmos uma nova legislação e novos órgãos que melhor encaminhem o bom aproveitamento dos minerais brasileiros.

Muito obrigado a todos.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Permita-me, Presidente, apenas agradecer a contribuição extremamente positiva do Dr. Scliar, conhecedor profundo da matéria.

Quero dizer a V. S^{as}, os oradores que estão aqui, que é muito bem vinda e esperada, inclusive, há algum tempo, essa nova proposta do Governo, que aqui será debatida, que aqui será certamente aprimorada. Mas nós temos as nossas responsabilidades como legisladores.

É intenção tanto do Senador Flexa quanto do Senador Clésio, autores da proposta, ocupar este espaço de discussão. Certamente, no momento em que o Código aqui chegar, ele vai ser incorporado ou vai caminhar paralelamente, não importa. O que nós não devemos fazer é negar apoio à discussão de algo extremamente essencial ao País.

Nós temos já, como disse o Senador Walter Pínhireiro, um atraso muito grande na discussão dessa matéria e, independente da sua origem, ela tem que ser compreendida como algo de interesse do Estado brasileiro e, sobretudo, da Federação brasileira, porque ela trata também da Federação no momento em que fortalece ou dá condições de enfrentar suas dificuldades aos Municípios e aos Estados brasileiros. Nós teremos outras oportunidades.

Já foi votada nesta Comissão a matéria, seguirá para a Comissão de Assuntos Econômicos e nós teremos, nesse ínterim, oportunidade de aproveitar experiências e discussões já havidas no Ministério, mas sem obstaculizar, sem prejuízo do avanço das discussões que o Senado da República faz, cumprindo com sua prerrogativa constitucional de legislar sobre as questões da Federação, que é o que nós representamos nesta Casa.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço o Dr. Claudio de Scliar. Quero cumprimentá-lo pela colaboração nesta audiência pública.

Passo a palavra agora ao Dr. Paulo Camillo Vargas Penna, Diretor do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram).

O SR. PAULO CAMILLO VARGAS PENNA –

Bom, eu gostaria de agradecer a oportunidade de ter me manifestado em nome da mineração brasileira neste ambiente tão construtivo onde se busca a edificação de um novo diploma legal, de uma legislação que efetivamente reduza o grau de judicialização, que promova o desenvolvimento da atividade mineral, que contribua efetivamente para a verticalização, porque o que ocorre hoje efetivamente é exatamente o contrário.

Nós temos uma legislação absolutamente superada e que precisa efetivamente ser discutida e modernizada. Eu só lamento, em primeiro lugar, que a discussão tenha por base uma companhia. No projeto que foi colocado, com o respeito que o autor e que o relator têm, a sensação que se tem a todo momento é que se tomou por base uma única companhia. Vou citar o nome dela: a Companhia Vale, que é uma empresa absolutamente diferente das dez mil outras que existem no Brasil. Eu gostaria muito de que tivéssemos dez mil empresas como a Vale. Seríamos talvez a maior potência mundial. Então eu acho que essa percepção do Código de Mineração, da Agência de Mineração, da legislação de *royalties* deve ser percebida num ambiente de mais de dez mil empresas que funcionam no Brasil.

A discussão hoje em relação a *royalty* se efetivamente ele é um preço público, se é um imposto, se é uma taxa, para mim, é uma tecnicidade sem importância, na medida em que, na última linha, o que importa é a capacidade de sangrar o resultado da empresa.

Nós hoje não podemos ter nomes e números soltos colocados de maneira esparsa, como foi citado aqui o IUM e outros impostos e taxas de outros países, sem considerar a totalidade dos encargos que se impõem ao setor mineral. Essa comparação é absolutamente necessária, como é absolutamente necessária também a universalização do pagamento de tributos e impostos neste País.

O ex-Presidente da Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais Waldir Salvador, em declaração há dois, três anos, dizia que, dos duzentos Municípios onde havia registros de atividades minerais, apenas cem pagavam impostos, ou seja, sequer se pretende efetivamente ampliar a contribuição. Claro, Senador, é uma injustiça efetiva que se comete contra as empresas que são formais, as empresas que contribuem decisivamente para a promoção do desenvolvimento deste País. Hoje o que se busca claramente é sangrar a capacidade das empresas que hoje dão resultado.

O Senador Zeze Perrella colocou que deveria haver uma alteração na legislação sobre a participação do resultado das empresas. Deveria, sim, se o

legislador que fez a legislação ordinária, Senador, tivesse optado, em vez da contribuição, que é a Cfem, pela participação no resultado. Mas por que ele não fez isso? Porque, nos anos 1980 e nos anos 1990, a indústria da mineração brasileira desapareceu, como praticamente desapareceu em 2009. Os senhores se esquecem de que, em 2009, houve uma redução do preço das *commodities* de 60% em média, com o setor atingindo um recorde de investimento de US\$57 bilhões; investimento privado.

O Senador Flexa, hoje, reestatizou a Vale e estatizou o recurso de quem trabalha em empresas públicas. O recurso do trabalhador que trabalha em empresa pública é recurso privado, Senador, e, efetivamente, se há o controle pelos fundos de pensão da Vale, o fundo de pensão é constituído por recursos privados.

Acho que teremos que ter um debate calcado, baseado e lastreado em informações de sustentabilidade técnica. Tanto se fala em sustentabilidade! Nós tivemos equívocos históricos neste País: a troca do IUM, quer dizer, a participação do Município brasileiro que tinha 20% do IUM foi seduzida por uma troca de 65% nos *royalties*. Quer dizer, a troca percentual não guardou nenhum estudo técnico; não houve nenhuma observância de maior profundidade nessa troca, que acabou sendo, efetivamente, danosa para os Municípios.

Mas também não nos podemos esquecer de 1989. Em 2009, nós saímos de uma carga tributária de 22% para 35%. Oneramos significativamente as empresas. É nesse contexto, no contexto de uma análise técnica sustentável, no contexto de uma competitividade que o setor não pode perder em relação aos outros países e mesmo no contexto de que efetivamente há setores que não continuam a atuar no Brasil; se tivermos aumento na carga proposta, que deveremos ter esse debate.

Mais do que isto: eu citaria, por exemplo, a indústria do alumínio no Brasil. O Brasil, em 2001, passou a ser importador de alumínio. O Brasil não resiste a um aumento de carga de bauxita; o Brasil não resiste a um aumento de carga de caulim; o Brasil não resiste a um aumento da modificação de base em rochas ornamentais, porque, pela peculiaridade da atividade, o aumento é de mais de 1.000%. Mais do que isto: nós temos, efetivamente, pela proposta que está sendo apresentada, um aumento de 5% a 10% dos *royalties*. Foi esquecido que existem 50% do superficiário sobre o *royalty* que é recolhido.

Então, quando se propõe um aumento para 5%, nós estamos falando, na verdade, em 7%. Mais do que isto: quando se incorporam os 2,5%, temos, então, um valor sobre o faturamento de 10% e muito mais do que isso. Por uma conta muito rápida, estamos falando, hoje, de um *royalty* de cerca de 20% nas bases atuais.

Quando o Senador coloca a Austrália como exemplo de aumento de *royalty*, eu devo lembrar, primeiro, que há uma posição do governo australiano de compensar o *royalty* que é estadual nos demais impostos. Proposta, inclusive, que é contemplada pelo Ministro Edison Lobão. O Ministro tem se manifestado reiteradas vezes da seguinte maneira: “Considero o *royalty* de Estados e Municípios baixo, mas também considero que um aumento significativo nos *royalties* reduz a competitividade da indústria mineral. Dessa maneira, o que devemos fazer é, se houver um aumento desse encargo, que tenhamos também uma compensação em outros tributos para a indústria mineral brasileira continuar a ser competitiva”.

Lembro ainda de papéis sociais fundamentais que minérios como areia, brita, saibro têm no desenvolvimento social deste País. E lembro mais: lembro que essa discussão a ser implementada deve guardar sinergia com a política nacional de tributação. Quer dizer, o aumento, puro e simples, de *royalties* do setor não vai espelhar efetivamente o grau e o impacto que a atividade vai sofrer e o dano que pode trazer para um setor que contribui decisivamente para o desenvolvimento nacional.

De uma maneira muito rápida, são os meus comentários finais, atendendo à solicitação da Senadora no sentido de que eu seja breve.

Mas eu chamo – e conclamo os Srs. Senadores, agradecendo a abertura para uma negociação – a atenção para a importância de termos bases técnicas sustentáveis, sólidas, para que não tenhamos aqui um debate e uma solução predatória para um setor que é, efetivamente, um dos que mais contribui para o desenvolvimento do nosso País.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Sr. Paulo Camillo Vargas Penna e passo a palavra ao Relator.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (PR – MG) – Srª Presidente, V. Exª permite uma colocação?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Clésio.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (PR – MG) – Dr. Paulo, acho que é exatamente dentro de tudo que foi falado e que se complementa: é importante que se separem essas duas discussões. Essa abertura de negociação, atendendo também a essa situação emergencial, que é a necessidade que os dois Estados, os três Estados, com a Bahia, têm, é fundamental, porque as discussões vão ser muito profundas. Mesmo com os representantes dos mineradores em número de dez mil, V. Exª sabe quantos mil mineradores estão com dificuldades de transportar o minério. Eles não têm o direito

de transportar o seu minério, o direito de passagem. Isso vai ter que ser discutido no Código de Mineração também. Quer dizer, há uma série de outras coisas que vão surgir que são temas bastante complexos e demorados.

E a questão da compensação é uma coisa muito mais fácil de fazer numa negociação, naquilo que é razoável, porque ninguém também quer destruir as mineradoras, mas tem uma margem em que se pode trabalhar e ajudar nossos Estados hoje, atender a uma situação emergencial e trabalhar o resto com calma, Senador Walter Pinheiro. Esta questão do direito de passagem é muito mais grave, porque mais de 30% das mineradoras não têm nem como transportar o minério, ou está transportando por um valor caro. Aí sim, essas, realmente, não aguentam transportar porque não podem usar a ferrovia.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Relator.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) (*Falha na gravação.*) – ... uma consideração em relação ao que disse, com a competência de sempre...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Isso aí, Clésio, chama-se compartilhamento de infraestrutura.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Relator.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Na verdade, é apenas para fazer algumas considerações finais em relação ao que diz, mais uma vez, o Dr. Paulo Camillo Penna, que cumpre aqui o seu papel, obviamente, de representante das empresas de mineração. Faço apenas uma ressalva, na verdade, para tranquilizá-lo: não é intenção de nenhum dos Senadores que estão aqui ou que vão se aprofundar nessa questão, para usar um termo de V. Ex^a, sangrar a capacidade das empresas que dão resultado, ao contrário: todos nós sabemos da importância do setor, queremos que ele continue trabalhando, trazendo divisas para o Brasil, trazendo resultados, gerando empregos. Mas não cabe, no mundo de hoje, Dr. Paulo, para qualquer empresário, seja ele um grande empresário, dirigente de uma companhia como a Vale, seja ele um pequeno minero, desconhecer suas responsabilidades ambientais, suas responsabilidades sociais e até de investimento.

V. Ex^a citou, na sua explanação inicial, que o setor público compartilha com as ferrovias e os portos do setor mineral, empreendimentos do setor mineral. Eu poderia dizer, da mesma forma, que o setor mineral compartilha com as rodovias a questão de responsabilidade, e o Governador Simão Jatene deve saber o custo disso para ele e de outros instrumentos públicos.

O essencial é que essa discussão se dê com serenidade e com responsabilidade, mas com a compreensão, por parte das empresas mineradoras, de que nós teremos que avançar.

Um questionamento que eu poderia deixar ao Ibram também: por que o Brasil recebe, Senador Fleixa, somente 3% dos investimentos em pesquisa mineral, com todo o potencial geológico que nós temos, enquanto a América Latina, 23%? Essa não seria uma grande responsabilidade, também, das empresas mineradoras? Acho que sim, porque exatamente esse investimento poderia, melhorando a tecnologia, a operação das empresas, de alguma forma, amenizar o impacto de um eventual aumento da Cfem.

Mas um dado final – não vamos aqui polemizar, até porque temos uma votação agora – é um dado do Ibram, do instituto de V. Ex^a, quanto ao valor da produção mineral. Eu falei sobre ele, mas agora dou a origem dos dados. Em 2010, o valor da produção mineral foi de R\$62 bilhões. Vamos ficar em reais.

O SR. PAULO CAMILLO VARGAS PENNA – (*Fora do microfone.*) Trinta e nove bilhões de dólares.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Trinta e nove bilhões de dólares. Pode ficar em dólares. Estou mais familiarizado com o real. Não sou minero. O volume da Cfem recolhido, para ficar em real, nesse período, para o resultado de R\$62 bilhões, foi de R\$1 bilhão – R\$1,08 bilhão –, o que significa 1,7%. Na verdade, a alíquota efetiva da Cfem foi de 1,7%. Será que isso inviabiliza a atividade mineral no País? Não acredito, meu caro Dr. Paulo, mas agradeço sua contribuição a esta nossa reunião.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Dr. Paulo e passo a palavra agora ao Exm^o Sr. Governador em exercício do Estado de Minas Gerais, Sr. Alberto Pinto Coelho.

Eu gostaria de dizer aos demais expositores que nós já estamos em processo de votação. Então, eu gostaria que fossem bem sucintos nas suas considerações finais.

O SR. ALBERTO PINTO COELHO – Eu quero apenas renovar a importância deste momento e também dizer que, a despeito de tudo o que foi aqui colocado com relação aos imperativos que se fazem para o exame do arcabouço e da regulação no novo marco regulatório da mineração, faz-se urgente, diante da realidade cotidiana dos Estados e dos Municípios, que a questão dos *royalties* tenha a celeridade indispensável, uma vez que estamos vivenciando um *boom* muito grande da mineração.

Para ficar num exemplo, estou vivenciando numa região do nosso Estado, com três cidades consideradas pequenas, a seguinte situação: uma mineração lá

chegou, e um mineroduto de 600 quilômetros; portanto, é algo que não se imaginava há alguns anos, ainda que existissem as reservas, que se pudesse viabilizar a mineração nessa região.

Isso traduz o momento pujante da mineração, e realmente, se ele é pujante para a atividade, para as empresas, ele tem que ser também para a sociedade como um todo.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Governador e passo a palavra ao Relator, para suas considerações.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Apenas gostaria de agradecer a contribuição do ilustre Governador Alberto Pinto Coelho, que conhece profundamente a matéria, e ele reitera a disposição do Estado de Minas também de continuar contribuindo para que tenhamos um projeto que seja de interesse do País.

Portanto, agradeço ao Governador Alberto, e agradeço também ao Dr. Pedro Meneguetti, Secretário da Fazenda em exercício, por sua presença entre nós.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Sr. Anderson Costa Cabido, Presidente da Associação dos Municípios Mineradores do Brasil.

O SR. ANDERSON COSTA CABIDO – Quero pontuar a fala do Paulo e dizer o seguinte para o Ibram: precisamos compreender exatamente o que significa a Cfem. Não é uma questão meramente de nomenclatura, se a Cfem é preço público, se é tributo, se é imposto ou o que seja. A Cfem é a compensação paga à União – portanto, à sociedade brasileira – por um bem que pertence a todos enquanto está debaixo da terra. Então, aquilo que está debaixo da terra, neste exato instante, pertence a cada um de nós, brasileiros, mineiros e cidadãos dos Municípios mineradores. A partir do momento em que a empresa desenvolve sua atividade e retira aquele bem que está ali debaixo da terra e o toma para si, ela precisa pagar essa compensação à sociedade. E isso é totalmente diferente de imposto, de tributo. É como se fosse o custo da matéria-prima dela.

E o desafio que faço a todos que insistem nessa tese é: qual outra indústria possui, como custo de matéria-prima, 0,7%? Porque, na verdade, Senador Aécio – permita-me ajustar o raciocínio que o senhor fez agora há pouco –, é 0,7%. Se tomarmos o faturamento da Vale de 2010, de R\$85 bilhões, e os R\$600 milhões que ela recolheu a título de Cfem, isso dá 0,7%. Que indústria tem isso?

Então, se tivermos de colocar a Cfem em alguma conta contábil, não é na conta dos impostos; é na conta da matéria-prima. E aí o desafio que faço é este: qual outra indústria, neste País ou neste mundo, paga, a tí-

tulo de custo de matéria-prima, 0,7% da sua receita, do seu faturamento? Particularmente, desconheço. Por isso essa compensação não é, absolutamente, justa com os Municípios, não é justa com a sociedade brasileira.

Da mesma forma, eu desenvolvo o raciocínio com relação à questão da competitividade. Falamos de uma previsão de lucro para a empresa de R\$45 bilhões. Nas propostas que existem aí, estamos falando de um acréscimo de dois ou três bilhões de reais na Cfem, o que abateria muito pouco essa enormidade de lucro que a empresa tem gerado. Acho difícil sustentar que isso seja capaz de comprometer a competitividade da empresa.

Queria também fazer uma explicação talvez mais bem colocada para não correr o risco de ser injustamente julgado. Os Municípios... E eu falei agora há pouco, Senador Flexa, da peneira que é a legislação atual de Cfem. Ela tem muitas brechas, e a gente precisa resolver essas brechas nessa proposta, nesse projeto de lei.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – O projeto e o parecer do Senador Aécio extinguem qualquer brecha, porque a base é sobre o valor da *commodity* e acaba com qualquer elisão fiscal. Não é sonegação, não, é elisão. Ou seja, é legal, mas é imoral.

O SR. ANDERSON COSTA CABIDO – Vou me permitir discordar do senhor, com todo o respeito. Acho que existem aspectos que precisam ser avançados. São aspectos técnicos. Acho que agora não é o momento. Mas o pedido que a gente faz é o seguinte: o projeto, da forma como está colocado hoje, não contempla os Municípios nesse aspecto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Como assim?

O SR. ANDERSON COSTA CABIDO – Nesse aspecto das brechas e no aspecto de que nós estamos reduzindo – e aí o senhor vai me permitir concluir o raciocínio – a participação dos Municípios na Cfem de 65% para 50%. E nós levamos um bom tempo negociando, convencendo e levando os nossos argumentos para o Ministério de Minas e Energia de que a participação dos Municípios mineradores, mesmo com a nova alíquota e com a nova base de cálculo, deveria se manter em 65%.

Então o meu posicionamento aqui, de reivindicação e de crítica que nada tem a ver com crítica político-partidária, caro Senador, é uma crítica no sentido de que os Municípios reivindicam, sim, a manutenção da atual alíquota de participação deles, hoje colocada em 65%.

Por fim, eu não poderia também deixar de citar essa preocupação que os Municípios têm e que a gente considera um avanço quando o Senador Walter

Pinheiro observa, no sentido de vincular a receita com a Cfem na aplicação desses recursos.

Hoje, por exemplo, a gente não percebe os recursos da Cfem que são arrecadados pelos Estados sendo aplicados nessas áreas.

Não estou questionando se estão aplicando numa coisa mais importante ou menos importante.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Feita nos Municípios.

O SR. ANDERSON COSTA CABIDO – Pelos Municípios é garantida pela lei atual. A gente precisa aperfeiçoar a vinculação para os Municípios e estabelecer a mesma vinculação para os Estados. Disso eu acho importante que não se abra mão.

De toda forma, eu quero trazer aqui a disposição dos Municípios, Senador Aécio e Senador Flexa, de contribuir, de participar, de que nos seja dado desta vez o direito à participação e à contribuição. Não estamos aqui para desconstruir nada. É louvável inclusive a atitude e todos os prefeitos bateriam palmas se a gente aprovasse esse projeto rapidamente, a título de urgência, mesmo porque todos nós, a maioria dos prefeitos dos Municípios mineradores, estamos no segundo mandato e o ano que vem será o último ano de mandato. Seria louvável essa conquista e teria, é claro, todo o nosso apoio. Mas de nada adiantaria fazer algo para continuar tomando – com o perdão da palavra mais uma vez – rasteira devido às brechas que possam existir na legislação.

Então, queremos dar a nossa contribuição. O que estamos pedindo, Senadores, é o direito de que, desta vez, a gente possa participar e dar a nossa contribuição, ajudando para que esse processo possa seguir de forma mais ágil. E, é claro, não podemos abrir mão da participação dos 65% para os Municípios mineradores, que é onde acontece toda a tragédia que a mineração traz. Temos de ter condições para tentar minimizar os impactos negativos. Há os impactos positivos, que – não resta dúvida – são bons para todos, para o Estado, para a União, para os Municípios. O problema é que as situações graves estão ocorrendo dentro do nosso Município.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço-lhe, Prefeito Cabido, a sua colaboração.

Passo a palavra ao Relator, para que faça suas considerações.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Quero agradecer a presença ao Prefeito Cabido, que traz uma contribuição à discussão, sem dúvida alguma, quando fala da destinação dos recursos, da sua preocupação em relação a essas chicanas que são sempre colocadas, a essas brechas na legislação, que

acabam judicializando permanentemente essa questão. Mas, num primeiro momento, tenho de tranquilizá-lo em relação àquilo que o Senador Flexa muito corretamente chamou de fim da elisão fiscal, a partir do momento em que, conjuntamente, Estado, Município e União procederão à apuração, a partir do resultado bruto das empresas. Isso significa que investimentos ou despesas com logística, com transporte, seja na esteira, seja em caminhões fora de estradas, entre várias outras despesas, não serão mais contabilizados no cálculo da Cfem. Isso dará, inclusive, Senador Walter, a possibilidade de planejamento aos Municípios e aos Estados.

Quanto à insistência de V. Ex^a nessa questão, permita-me também, muito objetivamente, discordar de V. Ex^a, quando fala em não abrir mão das alíquotas. Isso me lembra muito uma história da minha juventude, da minha infância. Como sabe V. Ex^a, fui criado ao lado da cidade de Congonhas, em São João del Rei. Uma vez, alguém me perguntou – guardei isto comigo: “Você prefere ter 100% da Kibon [Kibon é uma sorveteria que, inclusive, dá nome à principal rua da cidade] ou 0,5% da Volkswagen?”. Na época, algumas pessoas ficaram na dúvida quanto ao que era melhor.

V. Ex^a fala na manutenção dos 65%, e é impossível não se trazer a esta discussão em cima de que base esses valores serão calculados. Eu acho que V. Ex^a, Prefeito Cabido, com todo o respeito, terá dificuldades de dizer isso aos seus companheiros dos Municípios mineradores e até à população de Congonhas, que recebeu, no ano passado, R\$37 milhões. Neste ano, se aprovada a nossa proposta, o montante chegará a algo em torno de R\$110 milhões. Que perda é essa?

Há essa mudança na alíquota, na participação de Estados e de Municípios, pelas razões que aqui falei, como a necessidade de investimentos não dentro do Município minerador, mas em regiões limítrofes, na busca de induzir uma nova atividade econômica, para ocupar a mão de obra que estava ocupada com a mineração, quando se exaure essa atividade. E, obviamente, essa mudança na distribuição dos percentuais está vinculada ao aferimento em cima do resultado bruto. Então, não é correto dizer: “Quero que os Municípios fiquem com 65%”. É preciso que se diga que, com a nossa proposta, os Municípios terão 50% de algo cinco vezes maior do que estavam recebendo.

Na verdade, no fim de semana, li um artigo – vou falar rapidamente – de uma figura do Partido dos Trabalhadores que está um pouco na sombra na política e que condena, Senador Flexa, a proposta do Senador Aécio. Vou dizer aqui o autor. V. Ex^a se lembra dele, muitos se lembram dele, até porque ele não nos deixa esquecer dele. Ele se chama José Dirceu. No seu

artigo, diz o seguinte: “A proposta do Senador Aécio Neves tira recursos dos Municípios. Cuidado com ela!”. Aí ele faz esse cálculo, exatamente o que está aqui externado pelo Prefeito, de que os Municípios sairão de 65% para 50% e de que os Estados passarão de 23% para 30%, ficando a União como está. Li o texto até o final, e, infelizmente, ele se esqueceu de dizer sobre que base seria calculada a nova participação dos Estados e dos Municípios.

Fica aqui um alerta apenas para que tenhamos muita disposição, todos nós. A Presidente Lúcia Vânia merece todas as nossas homenagens, pela forma extremamente correta com que conduziu mais esta reunião, entre tantas desta Comissão. O Senador Clésio tem dado a sua contribuição, bem como o Senador Flexa, autores dos projetos. Começamos a discutir objetivamente a questão da Cfem. Quando vier o projeto do Governo, obviamente, ele será incorporado a esta discussão e será muito bem-vindo. Não é importante quem é o autor; o importante é aonde nós queremos chegar. As nossas circunstâncias de governo, já disse a oposição, são efêmeras, são passageiras. Então, nós temos que compreender que temos aqui uma oportunidade e o Senado, tenho certeza, e esta Comissão presidida muito competentemente pela Senadora Lúcia Vânia não vai abdicar de cumprir o seu papel de legisladores e de defensores da federação.

Mais uma vez ao Senador Simão Jatene os meus agradecimentos e minha admiração que V. Ex^a conhece de tanto tempo. Vamos ouvi-lo no encerramento, que V. Ex^a encerrará com chave de ouro essa reunião. Eu já me antecipo nos cumprimentos a V. Ex^a e agradecendo as contribuições da sua equipe através do Senador Flexa, ao substitutivo que apresentamos até aqui e que obviamente está aberto a outros aprimoramentos.

Mais uma vez ao Governador Alberto Pinto Coelho, ao Prefeito Cabido, meus cumprimentos e agradecimentos pela presença na nossa Comissão.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Governador Jatene para suas considerações finais.

O SR. SIMÃO JATENE – Muito obrigado, Senadora. Eu quero apenas mais uma vez parabenizar a iniciativa da Comissão de realizar esta audiência pública; os Senadores que apresentaram projetos; o Senador Aécio, pelo seu relatório. Mas não poderia deixar de pontuar três aspectos que acho são importantes para nossa reflexão e que eu suponho, se não tivermos cuidado, podem se transformar em três armadilhas.

A primeira delas, sem dúvida alguma, é que não acho que exista incompatibilidade entre discutir o novo Código e a revisão da Cfem. Não existe, na minha avaliação, necessariamente, uma ordem de priorida-

de. Temos que, primeiro, chegar a uma conclusão do que será o novo Código para depois discutir a Cfem.

Nada é final, nada é absoluto. Então, entendo que esses dois debates podem se processar e aquilo que for possível, tenho certeza de que a Cfem, por já estar mais avançada, se chegue a um final feliz o mais rápido possível. O Estado do Pará já agradece ao Senado da República.

Essa eu acho que é uma armadilha que devemos evitar tentar colocar em conflito os dois ou a precedência deste ou daquele.

O segundo é que tenhamos muito cuidado de, por causa de casos, não criarmos problemas para causas. O que estamos discutindo são causas. Se essa causa tem rebatimento assim ou assado, nessa ou naquela empresa, que é uma questão de caso, isso não deve nos levar a nos desviarmos na discussão das causas.

Para mim esse é o ponto central, é o ponto importante.

O terceiro – e, meu caro Prefeito, permita discor- dar – é essa história de que é muito freqüente a gente ouvir: a vida se realiza no Município. A vida é lá. Então, precisa-se privilegiar os Municípios, etc. Eu quero dizer que sou absolutamente favorável ao desenvolvimento municipal. Criamos, recentemente, inclusive, um programa de desenvolvimento sustentável que tem o nome de Municípios Verdes e que ocupou por algum tempo o Jornal Nacional da última sexta-feira.

Então, isso é para evitar qualquer dúvida a respeito da nossa posição a respeito da questão da importância do desenvolvimento local. Mas o que é verdade? Primeiro, que grande parte dos impactos desses grandes projetos extrapolam as fronteiras dos Municípios. E para isso basta fazer um estudo da situação concreta do Município onde se instala e do seu entorno. Nós vamos ver o primo rico e os primos pobres no seu entorno.

Esse é um desafio para os Estados: a questão efetiva do desenvolvimento regional.

Tem uma segunda questão, que acho que é absolutamente fundamental que se registre. Sobre tudo em função da desoneração das exportações – e é bom que se esteja atento a essa questão –, a produção no Município gera valor agregado naquele Município, apesar de não gerar imposto. E como a partilha do ICMS é determinada pelo valor agregado, o Município onde se instala a empresa tem inclusive uma participação crescente na partilha do ICMS global. Então, é muito importante que se tenha isso.

No caso concreto do nosso Estado, para que o senhor tenha uma ideia, Parauapebas, Município onde está centrada a grande exploração de ferro, hoje, tem de índices de ICMS 16% e tem uma população que não alcança 220 mil habitantes. Belém, que é a capital

do Estado, que tem mais de 1,5 milhão de habitantes, tem um índice de pouco mais de 20%.

Então, nós precisamos ter muito cuidado quando formos discutir essa história de privilegiar. Não temos que privilegiar nenhum Município ou Estado. Nós temos que compensar Município e Estado pelos desafios que têm a enfrentar na construção de um projeto de desenvolvimento, que, sobretudo, tem que ter necessariamente um caráter regional.

E, finalmente, para não me alongar, Dr. Paulo, eu queria lhe dizer o seguinte: o Pará – tenha certeza disso – não tem nenhum interesse de sangrar qualquer empresa. O que nós não queremos mais... Estamos cansados de sermos sangrados.

E finalmente, o País, este País que estamos neste momento discutindo, já em certo momento resistiu à abolição da escravidão, e muitos diziam que não resistiria. Então, eu acho que nós estamos acostumados. Este País tem uma capacidade fantástica de enfrentar e superar desafios. O que é importante é que se modernize. Com certeza, os senhores de escravos que dormiram ricos e acordaram pobres, por seu ativo ter desaparecido, encontraram equações decentes que nos permitiram chegar ao grau de modernidade que chegamos hoje. Eu não tenho dúvida de que é possível sim tratar a mineração de forma cuidadosa, respeitosa, para que ela possa contribuir para o desenvolvimento brasileiro, mas que possa também não ser necessariamente, para os Municípios e para os Estados onde ela termina se alojando, um elemento que penaliza a sociedade local.

Muito obrigado.

Parabéns, mais uma vez, ao Senado. Parabéns, Senadora Lúcia Vânia, pela condução do processo.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço.

Eu solicitaria um instantinho, porque gostaria, neste momento, de agradecer a todos os expositores, de forma muito especial aos Senadores que aqui estiveram esse tempo todo, debatendo e prestando atenção. E de forma muito querida eu gostaria de deixar um abraço aos Deputados Federais que aqui estiveram, o Deputado Federal Gabriel Guimarães, do PT de Minas Gerais; o Deputado Estadual Luiz Henrique, do PSDB de Minas Gerais; o Varela, que está aqui conosco; e o Deputado Arnaldo.

Por fim, vamos ouvir uma palavra rápida do Senador Cyro Miranda, que é do meu Estado, e eu não posso deixá-lo sem fala.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu agradeço, Presidente Lúcia Vânia.

Sr^{as} e Srs. Senadores, serei bem rápido. Trago também aqui uma visão empresarial. Eu acho que é meritório. Os Senadores que fizeram esse projeto estão de parabéns, mas não podemos perder de vista que nosso País é campeão em carga tributária. Sou radicalmente contra qualquer aumento de carga tributária. O que nós temos que analisar aqui também é que a União não faz a parte dela. A União recebe para ajudar os Estados e Municípios. Ela tem a maior parcela. Nós temos também a preocupação de que haja um fundo, mas que tem que ser feito pela União, de pesquisa, porque as empresas investem em pesquisa, cada uma na sua área. Então, eu acho que é uma equação que nós temos que ter, uma preocupação muito grande de saber como fechar.

Hoje, nós temos um competidor, a China. Ao olharmos todos os minérios, os chineses estão sempre juntos ou na nossa frente. Veja, se nós não formos competitivos, vamos começar a andar para trás. Foi o que aconteceu neste País em diversas áreas. Então, eu acho que é uma preocupação. Fica aqui um dado. O meu Estado também precisa disso, pois é um Estado que tem a mineração como base forte, mas não podemos perder de vista o que temos criticado diuturnamente, que é o aumento da carga tributária.

Obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço a todos e encerro com as palavras do Governador Jatene: este não é um debate de causa, mas de causa. *(Palmas.)*

(Iniciada às 14 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 4 minutos.)

ATA DA QUINQUAGÉSIMA QUARTA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54^a LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2011, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte minutos do dia vinte e cinco de outubro do ano de dois mil e onze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Humberto Costa, Lindbergh Farias, João Ribeiro, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Marta Suplicy, Vicentinho Alves, Inácio Arruda, Casildo Maldaner, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Lobão Filho, Francisco Dornelles, Romero Jucá, Ana Amélia, Sérgio Souza, Ricardo Ferreira, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, Alvaro Dias e Armando Monteiro. Deixam de comparecer os Se-

nadores Clésio Andrade, Acir Gurgacz, Eduardo Braga, Roberto Requião, Luiz Henrique, Reditario Cassol, Cyro Miranda, José Agripino, Demóstenes Torres, João Vicente Claudino e Marinor Brito. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura das Atas das 52ª e 53ª Reuniões, que são dadas como aprovadas. Em seguida, comunica aos Membros que a Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Aviso nº 83 de 2011, de 28 de setembro de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-019.153/2011-2, do Relatório e do Voto que o fundamentam, bem como da Decisão Normativa aprovada, referentes à proposta de alteração da Decisão Normativa-TCU nº 114/2011, que fixou, para o exercício de 2012, o cálculo dos coeficientes de participação dos Estados e do Distrito Federal no rateio da parcela de dez por cento incidente sobre a arrecadação do imposto sobre produtos industrializados de que trata o inciso II do artigo 159 da Constituição Federal; e Aviso nº 84 de 2011, de 5 de outubro de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-000.249/2011-4, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 63 de 2010. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A Presidência dá início à apreciação das Matérias constantes da pauta. Item 1— Projeto de Resolução do Senado nº 42 de 2011, não terminativo, de autoria do Senador Casildo Maldaner, que “altera o art. 16 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, para permitir a contratação de operações de crédito destinadas à regularização de inadimplência com instituições do sistema financeiro nacional”, tendo como Relator o Senador Romero Jucá, que oferece relatório favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. Item 2— Projeto de Lei da Câmara nº 51 de 2011, não terminativo, de autoria do Deputado Sandes Júnior, que “altera a redação do caput e do § 1º do art. 588 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943”, tendo como Relator o Senador José Pimentel. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. Em 11/10/2011, foi concedida Vista ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. Em 18/10/2011, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. Item 3— Projeto de Lei da Câmara

nº 137 de 2010, não terminativo, de autoria da Deputada Sandra Rosado, que “acrescenta inciso ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de permitir ao empregado deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário para acompanhar filho em virtude de enfermidade”, tendo como Relator o Senador Armando Monteiro, que oferece relatório favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. Em 18/10/2011, foi concedida Vista Coletiva. Anunciada a Matéria, usa da palavra o Senador Armando Monteiro, Relator da Matéria. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CAE. Item 4— Projeto de Lei do Senado nº 40 de 2010, não terminativo, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que “altera o § 1º do art. 1º da Lei 9.826, de 23 de agosto de 1999, que dispõe sobre incentivos fiscais para desenvolvimento regional, altera a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, e dá outras providências.(Inclui faixa da fronteira da Região Sul nas áreas onde os empreendimentos empresariais farão jus à crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados)”, tendo como Relator o Senador José Pimentel, que oferece relatório contrário ao Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CDR. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. Em 18/10/2011, foi concedida Vista ao Senador Sérgio Souza. Em 25/10/2011, foi apresentado Voto em Separado de autoria do Senador Sérgio Souza, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CDR. Anunciada a Matéria, usam da palavra os Senadores José Pimentel, Relator da Matéria, Casildo Maldaner, Ana Amélia, Francisco Dornelles, Aloysio Nunes Ferreira, Vanessa Grazziotin e Marta Suplicy. Em seguida, a Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator. Item 5— Projeto de Lei do Senado nº 524 de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “acrescenta o art. 18-A à Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, para permitir a prestação de serviços de publicidade e propaganda comercial pelas rádios comunitárias”, tendo como Relator o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. Item 6— Projeto de Lei do Senado nº 82

de 2009, não terminativo, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que “cria mecanismos de fiscalização e controle sobre as despesas com publicidade e patrocínio das empresas estatais federais”, tendo como Relator o Senador Luiz Henrique, que oferece relatório favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. Item 7— Projeto de Lei do Senado nº 206 de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp, que “exclui uma fração da área da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto, localizada nos Municípios de Guajará-Mirim e Vila Nova Mamoré, no Estado de Rondônia”, tendo como Relator o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do relator, para reexame. Item 8— Projeto de Lei do Senado nº 172 de 2006 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp, que “altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências, para estabelecer limites à cobrança de multa, juros de mora e despesas de cobrança decorrentes de inadimplemento de obrigações de consumidores”, tendo como Relator o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório favorável ao Projeto. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. Item 9— Emenda de Plenário nº 2, não terminativa, de autoria do Senador Adelmir Santana, apresentada ao Projeto de Lei da Câmara nº 57 de 2007, de autoria do Deputado Luiz Carlos Hauly, que “altera o art. 3º da Lei nº 8.100, de 5 de dezembro de 1990 (garante cobertura do saldo devedor remanescente a mutuário que tenha contribuído para o FCVS em mais de um financiamento em localidades diversas, ou em dois financiamentos no mesmo município)”, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 230 de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim, que “altera os arts. 20, 21 e 22 da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, e o § 3º do art. 3º da Lei nº 8.004, de 14 de março de 1990, para garantir os benefícios legais dos contratos imobiliários financiados pelo Sistema Financeiro da Habitação (SFH), com cobertura do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), aos contratos de compra e venda celebrados sem a interveniência da instituição financiadora”, tendo como Relatora a Senadora Lídice da Mata, que oferece relatório favorável à Emenda de Plenário nº 2 nos termos da Subemenda

substitutiva que apresenta. A Matéria é retirada de pauta, a pedido da relatora. Item 10— Projeto de Lei do Senado nº 60 de 2011, terminativo, de autoria do Senador João Vicente Claudino, que “dispõe sobre a exclusão do valor do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) da base de cálculo da comissão do representante comercial autônomo”, tendo como Relator “Ad Hoc” o Senador Demóstenes Torres, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3 que apresenta. Em 18/10/2011, o Vice-Presidente da Comissão no exercício da Presidência, Senador Lobão Filho, designou o Senador Demóstenes Torres Relator “Ad Hoc” da Matéria, em substituição ao Senador José Agripino. Em 18/10/2011, foi concedida Vista Coletiva. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do relator “ad hoc”. Item 11— Projeto de Lei do Senado nº 180 de 2011, terminativo, de autoria do Senador José Pimentel, que “acrescenta alínea “n” ao art. 20 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, para tornar obrigatório o seguro de danos pessoais a empregado de instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional”, tendo como Relator o Senador Alvaro Dias, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. Em 11/10/2011, foi concedida Vista ao Senador Eduardo Suplicy. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão rejeita o Projeto por treze votos contrários, nenhum favorável e nenhuma abstenção. Item 12— Projeto de Lei do Senado nº 621 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que “cria a Área de Livre Comércio no município de Jaguarão, Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências”, tendo como Relator o Senador Eduardo Braga, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3-CDR. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão rejeita o Projeto por quatorze votos contrários, nenhuma favorável e nenhuma abstenção. Item 13— Projeto de Lei do Senado nº 40 de 2011, terminativo, de autoria da Senadora Ana Amélia, que “altera a Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, e a Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991, para autorizar o acesso dos bancos cooperativos aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para fins de concessão de crédito rural”, tendo como Relator o Senador Casildo Maldaner, que oferece relatório pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com Parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo). Em 20/9/2011, foi concedida Vista Coletiva. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. Item 14— Proje-

to de Lei do Senado nº 36 de 2010, terminativo, de autoria do Senador Marconi Perillo, que “institui o Fundo de Apoio às Unidades Estaduais e Municipais Hospitalares no atendimento de Urgência e Emergência”, tendo como Relator o Senador Jorge Viana, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com Parecer contrário ao Projeto. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. Item 15– Projeto de Lei do Senado nº 38 de 2010, terminativo, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que “altera os parágrafos 1º e 6º da Lei nº 9.440, de 14 de março de 1997, que estabelece incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e dá outras providências. (Inclui a faixa de fronteira da Região Sul entre as regiões que fazem jus à renúncia fiscal relacionada à indústria automotiva)”, tendo como Relator o Senador Jorge Viana, que oferece relatório pela rejeição do Projeto e da Emenda nº 1-CDR. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CDR. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. Item 16– Projeto de Lei do Senado nº 141 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão, nas cédulas brasileiras, de elemento que possibilite a sua identificação por pessoa com deficiência visual”, tendo como Relator o Senador Vicentinho Alves, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com Parecer favorável ao Projeto. O Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designa o Senador Aloysio Nunes Ferreira Relator “Ad Hoc” da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator “Ad Hoc”, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto e a Emenda nº 1-CAE por quinze votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. Item 17– Projeto de Lei do Senado nº 8 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Francisco Dornelles, que “concede isenção da Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) às instituições de ensino e pesquisa privadas”, tendo como Relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece relatório pela prejudicialidade do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte com Parecer favorável nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo). Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova a Declaração de Prejudicialidade do Projeto por quatorze votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. Item 18– Projeto de Lei do Senado nº 191 de 2006, terminativo, de autoria do Senador

José Sarney, que “concede isenção tributária à Academia Brasileira de Letras, à Associação Brasileira de Imprensa e ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e cancela os débitos fiscais dessas instituições”, tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1, 3 e 4-CCJ, e pela rejeição da Emenda nº 2-CCJ, rejeitando, ainda, a Emenda de autoria da Senadora Serys Slhessarenko. Em 9/6/2009, a Comissão aprovou o Requerimento nº 38/2009-CAE, de iniciativa da Senadora Ideli Salvatti, requerendo audiência prévia da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 a 4-CCJ. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto e as Emendas nºs 1, 3 e 4-CCJ-CAE por dezesseis votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção, e rejeita a Emenda nº 2-CCJ, e a Emenda apresentada pela Senadora Serys Slhessarenko por dezesseis votos contrários, nenhum favorável e nenhuma abstenção. Item 19– Requerimento nº 77 de 2011, de iniciativa do Senador Flexa Ribeiro, que “requer, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater a matéria tratada no Projeto de Lei do Senado nº 336 de 2008, que objetiva reformular o sistema de execução dos créditos lançados como dívida ativa das Fazendas Públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das autarquias e fundações de direito público, com a presença dos seguintes convidados: Exmo. Sr. Luís Inácio Lucena Adams, Advogado-Geral da União; Sr. Ophir Cavalcante Júnior, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil; Sr. Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria; Sr. Murilo Portugal, Presidente da Federação Brasileira de Bancos; Sr. Everardo Maciel, Ex-Secretário da Receita Federal; Dr. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho, Consultor Jurídico do Ministério da Previdência Social; e Sr. Allan Titonelli Nunes, Presidente do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional”. Em 18/10/2011, foi lido o Requerimento pelo Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 77 de 2011-CAE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e três minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador Del-

cídio do Amaral, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a 54ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas da 52ª e 53ª Reuniões.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram.

As Atas estão aprovadas e serão publicadas no Diário do Senado Federal.

Comunico aos membros que esta comissão recebeu os seguintes documentos, para seu conhecimento:

Aviso nº 83, de 28 de setembro de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do Processo nº TC019153/2011-2 do relatório e do voto que o fundamenta, bem como Decisão Normativa aprovada referente à proposta de alteração da Decisão Normativa nº114/2011, do TCU, que fixou, para o exercício de 2012, o cálculo dos coeficientes de participação dos estados e do Distrito Federal no rateio da parcela de 10% incidente sobre a arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados, de que trata o inciso II do art.159 da Constituição Federal.

Aviso nº 84, de 5 de outubro de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do Processo nº TC000249/2011-4, bem como do relatório e do voto que o fundamenta, referente ao acompanhamento da operação de crédito autorizado pela Resolução nº63, do Senado Federal, de 2010.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da comissão por meio de ofício circular.

Comunico, ainda, que em 8 de novembro – é bom registrar isso – às 10 horas da manhã, realizaremos audiência pública com o Sr. Luciano Coutinho, em atendimento aos Requerimentos nºs 8, 47, 48 e 54, de 2011, da CAE.

Só para lembrar, porque já faz muito tempo isso, que o primeiro requerimento é para obter informações, fomentar a discussão e propor sugestões a respeito da estratégia conceitual e ações concretas para revisão da Política de Desenvolvimento Produtivo, PDP, proposta pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, MDIC.

O outro requerimento, de autoria do Senador Armando Monteiro, é para discutir a política de desembolso, o Programa de Sustentação do Investimento, PSI, e a política industrial do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES.

Também há o Requerimento nº 48, em atendimento à iniciativa do Senador Lindbergh Farias, para debater o conjunto de medidas adotadas pelo Governo sobre uma nova política industrial, tecnológica, de serviços e de comércio exterior do País, reunidas no Plano Brasil Maior.

Também há outro Requerimento nº 54/2011, da CAE, de iniciativa dos Senadores Inácio Arruda e Eduardo Suplicy.

Há mais um requerimento, para discutir a realização de operações financeiras envolvendo estabelecimento de crédito oficial, bem como suas subsidiárias e coligadas, inclusive a BNDESPAR, em atendimento ao Requerimento nº 47, de 2011, de iniciativa dos Senadores Demóstenes Torres e Aloysio Nunes Ferreira.

Portanto, já foi confirmada pelo Presidente do BNDES, Dr. Luciano Coutinho, a sua presença aqui, às 10 horas da manhã, no dia 8 de novembro, para audiência pública atendendo a esses quatro requerimentos que foram aqui citados: Requerimento nº8, do Senador Armando Monteiro; Requerimento nº48, do Senador Lindbergh Farias; Requerimento nº54, de autoria dos Senadores Inácio Arruda e Eduardo Suplicy e Requerimento nº47, de autoria dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres.

Gostaria apenas de registrar que hoje temos, na verdade, duas reuniões da CAE. Esta primeira reunião, que é deliberativa, e uma segunda reunião, a se iniciar às 11h30min, que é uma audiência pública, com a finalidade de discutir o Pacto Nacional da Indústria Química, em atendimento ao Requerimento nº 55/2011-CAE, de iniciativa do Senador Inácio Arruda.

Estarão presentes, como convidados, o Sr. Antonio Silvan Oliveira, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Químicos; o Dr. José Osvaldo Beserra Carioca, Professor da Universidade Federal do Ceará – UFC; o Sr. João Furtado, Professor do Departamento de Engenharia da Produção da Escola Politécnica da USP; e o Sr. Fernando Figueiredo, Presidente-Executivo da Associação Brasileira da Indústria Química – Abiquim.

Recebemos, do Dr. Neuri Mantovani, Assessor Parlamentar do Mdic, dizendo:

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior agradece o convite para participar da audiência pública que debaterá o Pacto Nacional da Indústria Química, que se realizará no dia 25/10/2011, às 11h30min, promovida pela Comissão de Assuntos Econômicos dessa Casa. Fruto do Programa Brasil Maior, foram criados os Conselhos Setoriais de Competitividade, que são fóruns do Governo com participação da iniciativa privada, buscando melhorar a competitividade dos mais diversos segmentos da indústria brasileira.

Tendo em vista que os representantes do Ministério e inclusive do setor químico estarão reunidos nesse mesmo dia e horário, o Mdic está impossibilitado de indicar representante para participar da referida audiência pública, ao tempo em que desejamos pleno êxito na realização do evento.

Portanto, vamos ter uma pauta deliberativa agora, e depois, a partir das 11h30min, audiência pública com a finalidade de discutir o Pacto Nacional da Indústria Química, em atendimento ao Requerimento nº 55/2011-CAE, de iniciativa do Senador do Ceará, Inácio Arruda.

Meu caro Senador Lobão, eu gostaria de registrar que foram feitas solicitações de retirada de pauta do Item 5.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 524 DE 2007

– Não Terminativo –

Acrescenta o art. 18-A à Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, para permitir a prestação de serviços de publicidade e propaganda comercial pelas rádios comunitárias.

Autoria: Senador Marcelo Crivella;

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O Senador Aloysio Nunes Ferreira solicitou a retirada de pauta do Item 5.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Casildo Maldaner. Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Eu solicito a retirada de pauta do Item 2, que é o PLC nº 51/2011.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, o Senador Pimentel solicita também a retirada de pauta do Projeto de Lei da Câmara nº 51/2011.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 51 DE 2011

– Não Terminativo –

Altera a redação do caput e do § 1º do art. 588 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Autoria: Deputado Sandes Júnior.

Relatoria: Senador José Pimentel.

Portanto, retirado de pauta também o Item 2, Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, o item 13, que é o PLS nº 40/2011. O Senador Lindbergh Farias tem um voto em separado. E como ele não chegou até o momento, ligou pedindo que eu fizesse uma ponderação ao nosso Relator Casildo Maldaner, se poderia retirar. Estou pedindo a ele a retirada, se possível.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Havendo um apelo do Líder do Governo no Congresso Nacional, Senador José Pimentel, e também do Senador Lindbergh Farias...

Eu sei o esforço que vem fazendo nos últimos dias em função dos *royalties*. Acho que é o grande lutador pelo Rio, embora, talvez, haja ponderação da Casa, mas ele é um grande abnegado em defesa do Rio.

Sei de antemão que até em relação a essa proposta ele tem algumas restrições, mas acho que o sentido democrático deve prevalecer. Acho que o debate democrático é fundamental, e eu admiro as lutas do Senador Lindbergh também. Não há por que não aquiescemos em adiar, então, essa proposta, porque está havendo uma expectativa muito grande no Brasil dos bancos de crédito, dos bancos cooperativos de crédito e também dos bancos agentes públicos estaduais que possam atuar também com recursos do FAT. Há uma expectativa muito forte, mas não há por que não aguardarmos, para que haja um debate democrático dentro daquilo que seja o melhor possível.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, mais uma vez, pelo equilíbrio, pela serenidade que sempre pautaram a conduta do Senador Casildo Maldaner.

Portanto, também o Item 13 retirado de pauta por aquiescência do Senador Casildo Maldaner, que é o Relator do projeto.

Quero também aqui registrar, só destacando, o Projeto de Lei do Senado nº 40, que o Senador Casildo Maldaner está relatando.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 40 DE 2011

– Terminativo –

Altera a Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, e a Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991, para autorizar o acesso dos bancos cooperativos aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para fins de concessão de crédito rural.

Autoria: Senadora Ana Amélia.

Relatoria: Senador Casildo Maldaner.

Portanto, vamos pautar o Item 13 para a próxima reunião da CAE.

Isso posto, também o Senador Aloysio Nunes solicita a retirada de pauta do Item 8, Projeto de Lei do Senado nº 772, de 2006, complementar não terminativo.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 172 DE 2006

Complementar

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências, para estabelecer limites à cobrança de multa, juros de mora e despesas de cobrança decorrentes de inadimplemento de obrigações de consumidores.

Autoria: Senador Valdir Raupp.

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O Senador Aloysio Nunes solicita a retirada de pauta do Item 8.

ITEM 14

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 36 DE 2010

– Terminativo –

Institui o Fundo de Apoio às Unidades Estaduais e Municipais Hospitalares no atendimento de Urgência e Emergência.

Autoria: Senador Marconi Perillo.

Relatoria: Senador Jorge Viana.

O Senador Jorge Viana solicitou a retirada de pauta porque ele se encontra como um dos Relatores na audiência pública da Comissão de Meio Ambiente. Portanto, pautaremos o Item 14 para a próxima terça-feira.

Item 15. Também solicitação de retirada de pauta.

ITEM 15

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 38 DE 2010

– Terminativo –

Altera os parágrafos 1º e 6º da Lei nº 9.440, de 14 de março de 1997, que estabelece incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e dá outras providências. (Inclui a faixa de fronteira da Região Sul entre as regiões que fazem jus à renúncia fiscal relacionada à indústria automotiva).

Autoria: Senador Sérgio Zambiasi.

Relatoria: Senador Jorge Viana.

O Senador Sérgio Zambiasi é um grande amigo desta Casa, um Senador muito respeitado no Rio Grande do Sul.

O Senador Jorge Viana, pelas razões já expostas no Item 14, não poderá estar presente como Relator. Ele está na audiência pública, onde o Senador Luiz Henrique, de Santa Catarina, apresenta hoje seu relatório.

Portanto, o Item 15 também retirado de pauta.

Daqui a pouco essa pauta vai ser encerrada por WO. O Item 1 também, por solicitação do Senador Romero Jucá, foi retirado. Portanto, o Item 1 também foi retirado. O Senador Romero Jucá fez uma reavaliação do seu relatório e, portanto, essa é uma razão clara, não houve tempo suficiente para que os Senadores e Senadoras analisássemos esse relatório, fruto de modificações ou mudanças implementadas pelo Senador Romero Jucá nesse final de semana. Portanto, vamos dar mais uma semana de prazo para que todos os Senadores e Senadoras conheçam bem o relatório e, com isso, tenham as condições necessárias de, na próxima semana, votá-lo. Então, saiu também o Item 1.

Agora já estão me avisando aqui também...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu queria saber quantos – daqui a pouco vamos fazer por exclusão –, quais os itens que sobreviveram. Os Itens 6 e 7. Não, o 7 eu já falei.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – No início falei do 7, não foi? *(Pausa.)* Eu estava querendo deixar pelo menos mais um item aqui. O Item 7, Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Apenas para ponderar o Item 1, cujo projeto é de nossa autoria e o Senador Romero Jucá é o Relator. Ele tem importância, sem dúvida, enorme, grande, em função da reconstituição das dívidas dos Estados e dos Municípios. Busca o entendimento entre os Municípios que estão com problemas junto à instituição financeira com quem têm negócios para fazer uma reconstituição, respeitando o entendimento fiscal, os parâmetros fiscais, os parâmetros da Lei da Responsabilidade Fiscal. Isso tudo é respeitado.

Mas acho que é democrático nós aguardarmos o Senador Jucá trazer novos elementos. A tendência dele é favorável a isso, mas não há por quê... Como V. Exª citou, o fato de o Senador Jorge Viana estar em outra comissão e de o Senador Luiz Henrique estar relatando o Código Florestal neste instante em duas comissões que estão funcionando em conjunto é uma das razões que faz com que... É um assunto de pauta, está na Ordem do Dia o Código Florestal, o Brasil

está acompanhando de perto, e não há por que não atentarmos a isso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner. Aqui também os Itens 6 e 7.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 82 DE 2009

– Não Terminativo –

Cria mecanismos de fiscalização e controle sobre as despesas com publicidade e patrocínio das empresas estatais federais.

Autoria: Senador Raimundo Colombo

Relatoria: Senador Luiz Henrique

Pelas mesmas razões, o Senador Jorge Viana, que se justificou, ele está lendo agora o seu relatório do novo Código Florestal, solicita a retirada de pauta.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 206 DE 2007

– Não Terminativo –

Exclui uma fração da área da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto, localizada nos Municípios de Guajará-Mirim e Vila Nova Ma-
moré, no Estado de Rondônia.

Autoria: Senador Valdir Raupp

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Fer-
reira

O Senador Aloysio Nunes pede a retirada de pauta para reexame da matéria.

Portanto, dos itens que foram pautados, foram retirados os itens nºs 1, 2, 5, 6, 7, 8, 13, 14 e 15. Então, nós vamos iniciar a pauta deliberativa pelo item nº 3.

Eu só queria registrar às Sras Senadoras e aos Srs. Senadores como as coisas estão aqui no Senado Federal. Para vocês terem uma ideia, hoje, Senador Armando Monteiro, nós temos sabatina na reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura; nós temos reunião da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira; nós temos reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; a nossa reunião da Comissão de Assuntos Econômicos que está prevista no nosso Regimento todas as terças-feiras às 10h; às 11h, Comissão de Educação, Cultura e Esporte – é o dia dela também; depois, novamente, outra reunião da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor às 13h55min; depois, outra reunião conjunta da Comissão de Agricultura e também da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Dessas reuniões todas, somente duas funcionam hoje. Quer dizer, historicamente, regimentalmente, fun-

cionam hoje. O restante é uma verdadeira invasão. Ou seja, não podemos conviver no Senado com isso mais. Depois reclamam. Os Senadores e as Senadoras não têm a mínima condição de ter tranquilidade para fazer um bom trabalho, analisar os projetos e estar presente, principalmente na discussão de temas que são vitais para o País. Como podemos administrar isso? Tem que haver uma avaliação da Mesa do Senado para, pelo menos, disciplinar essas questões. Está absolutamente impossível administrar as comissões, funcionando todas na mesma hora, comissão invadindo horário de outras e, ao mesmo tempo também, esse enxame de subcomissões que foram criadas.

Tivemos o cuidado grande aqui para também não abrir muitas subcomissões, mas vemos que estão proliferando, e é uma coisa inacreditável. Isso prejudica muito o trabalho das Senadoras e dos Senadores. É preciso que seja tomada uma providência. O Senador Requião propôs uma reunião dos presidentes de comissão com a Mesa Diretora do Senado para avaliarmos o que fazer, porque não é possível continuarmos dessa maneira. É impossível um Senador ter produtividade com esse tipo de agenda. A Mesa do Senado precisa tomar uma providência. É impossível! Hoje, por exemplo, foi elaborada uma pauta. Nós temos um compromisso de analisar temas fundamentais na Comissão de Assuntos Econômicos..., por absoluta ausência dos Relatores que estão envolvidos com outros projetos também e não podem estar aqui presentes – são projetos fundamentais também e importantes.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – O que V. Ex^a levanta é uma preocupação muito grande desta Legislatura. Além da questão das comissões permanentes, nós tínhamos também a definição de sessões solenes às terças e às quartas-feiras, principalmente na hora do Expediente, tendo impacto inclusive na Ordem do Dia, a partir das 16h. Isso tinha inviabilizado as intervenções dos parlamentares nesse horário nobre do Expediente.

Como forma de superar isso, foi levantada a questão, e a Mesa aprovou uma resolução, de que as sessões solenes agora serão exclusivamente às segundas ou sextas-feiras, deixando terças, quartas e quintas liberadas para os grandes debates da Casa. Portanto, essa preocupação que V. Ex^a levanta é um fato concreto e, no caso das sessões solenes, a Mesa já tomou uma decisão. Na última quarta-feira, o Plenário do Senado votou a resolução.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O Senador Requião adiou essa reunião, mas a assessoria da Comissão de Assuntos Econômicos vai entrar em contato com ele para ver o dia para que foi agendada essa discussão, porque não há mais condição de se trabalhar dessa maneira. É absolutamente impossível. Em função disso, vamos criando, quer dizer, as condições para que a nossa produtividade baixe cada vez mais.

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Sr. Presidente, só para dizer que estamos solidários com a sua justa indignação e entendemos, realmente, que esse processo é anárquico. Quer dizer, nós estamos com a produtividade muito comprometida com essa... Mas é importante que o Senador Delcídio, com o peso da sua liderança, da sua presença, da sua força e o prestígio da CAE, coordene e lidere essa iniciativa, levando os Presidentes das Comissões Permanentes a uma reunião com a Presidência da Casa para estabelecermos aí um processo mais ordenado de trabalho aqui, na Casa. Portanto, V. Ex^a tem a nossa integral solidariedade.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Armando Monteiro. Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, eu quero também dizer a V. Ex^a que este fato, realmente, preocupa-me muito. E, às vezes, as comissões vão além do horário do Pequeno Expediente do plenário e entram até mesmo no período da Ordem do Dia. Agora mesmo, como V. Ex^a colocou, está havendo uma reunião conjunta da CCT e da CRA para discussão do Código Florestal, das quais sou membro, inclusive signatário de algumas emendas. Sou membro desta Comissão e relator do item 4 desta pauta e também membro da Comissão de Infraestrutura, que tem reunião no mesmo momento. Então, é humanamente impossível participar de todos os atos. E todas as comissões têm situações de interesse nacional e de interesse do Senado Federal e do Congresso.

Então, quero me solidarizar com V. Ex^a e dizer que partilho da mesma opinião. Nós temos que, realmente, adotar as medidas necessárias para que não haja convergência de horários entre as comissões.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Sérgio Souza.

Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, na mesma linha dos nossos colegas, insistindo para que V. Ex^a tome a peito essa tarefa de liderar esse movimento, visando dar mais racionalidade à distribuição do nosso tem-

po. Penso também que, talvez, pudéssemos ir mais longe, no sentido de um reexame no campo temático das comissões. Eu não creio que haja necessidade de tantas comissões permanentes no Senado – não creio. Sinceramente, acho que poderíamos trabalhar melhor se tivéssemos um campo mais restrito de comissões para que o nosso tempo fosse melhor aproveitado.

Queria também, na linha do Senador Pimentel, comentar com os colegas a aprovação desse projeto de resolução a respeito de sessões solenes. Trata-se de um projeto de resolução aprovado já no final da pauta de uma sessão bastante tumultuada, polêmica, depois da votação dos *royalties*, de modo que nem todos da Casa tomaram pleno conhecimento do teor dessa resolução, cuja iniciativa é do Senador Jarbas Vasconcelos, que punha uma trava rigorosa. Eu fui o Relator na Comissão de Constituição e Justiça e apertei mais ainda a trava, de tal maneira que sessões solenes apenas nas segundas e sextas; não poderão ser realizadas sessões solenes no mês anterior ao recesso; e, em relação às efemérides, um período de carência de 25 anos para se comemorar a primeira efeméride – entre a ocorrência da data a ser comemorada e a sessão solene, 25 anos – e, a partir daí, só data redonda e a cada dez anos.

De modo que, mediante essa resolução, que teve, aliás, acolhimento unânime pela Mesa Diretora da Casa e o entusiasmo do Senador José Sarney, creio que vamos dar às sessões solenes o relevo que devem ter e evitar a vulgarização que as desmerece e que as converte num verdadeiro desperdício no tempo desta Casa. O Senado estava se transformando numa casa de eventos. Creio que essa resolução, em boa hora aprovada, põe um freio nessa tendência. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Aloysio Nunes. E onde temos condição de exercer o debate é nas comissões permanentes, até porque o plenário é ditadura de Líderes, não é, Senador Pimentel?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Permite um *post-scriptum*, Senador?

Apenas para celebrar o fato, num dia de vale, quer dizer, entre um fim de semana e um feriado, conseguimos limpar inteiramente a pauta da nossa Comissão. Tivemos algumas retiradas de pauta que nem sempre são ruins, Sr. Presidente, porque, às vezes, o tempo ajuda a resolver problemas. V. Ex^a sabe disso. Um tempo a mais ajuda.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – É sempre bom, meu caro Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Vamos começar pelo item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 137 DE 2010

– Não Terminativo –

Acrescenta inciso ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de permitir ao empregado deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário para acompanhar filho em virtude de enfermidade.

Autoria: Deputada Sandra Rosado

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta.

Observações: – A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa;

– Em 18/10/2011, foi concedida Vista Coletiva.

O relatório já foi lido pelo Relator na 52ª reunião realizada em 18 de outubro, ocasião em que foi concedida vista coletiva.

Pergunto ao Relator, Senador Armando Monteiro, se deseja fazer uso da palavra.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Sr. Presidente, o relatório já foi lido e, em resumo, o nosso entendimento é que essa disposição que o projeto contempla deve se dar por meio de acordo coletivo, ou seja, mediante uma pactuação das partes via acordo coletivo e não tendo um caráter impositivo do ponto de vista legal.

E a nossa emenda que está sendo apresentada vai nessa direção.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Emenda muito inteligente, Senador Armando Monteiro.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra para discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Armando Monteiro.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permanecerem sentados. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto com Emenda de nº 1 da CAE.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 40 DE 2010

– Não Terminativo –

Altera o § 1º do art. 1º da Lei 9.826, de 23 de agosto de 1999, que dispõe sobre incentivos fiscais para desenvolvimento regional, altera a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, e dá outras providências. (Inclui faixa da fronteira da Região Sul nas áreas onde os empreendimentos empresariais farão jus à crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados).

Autoria: Senador Sérgio Zambiasi

Relatoria: Senador José Pimentel

Relatório: Contrário ao Projeto.

Observações: – A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CDR;

– A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa;

– Em 18/10/2011, foi concedida Vista ao Senador Sérgio Souza.

O relatório já foi lido pelo Relator na 52ª reunião realizada em 18 de outubro, ocasião em que foi concedida vista ao Senador Sérgio Souza. Pergunto ao Relator, Senador José Pimentel, se deseja fazer uso da palavra.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, como muito bem registra V. Ex^a, já apresentamos o nosso parecer contrário ao projeto de lei. Mas queria adiantar que o item 12, que é o PLS nº 62, de 2007, que está na pauta; e o item 15, que é o PLS nº 36, de 2010, que também estava na pauta e nós retiramos, tratam de assuntos idênticos, ou seja, de incentivos fiscais para a mesma região. E os três Relatores – José Pimentel, Eduardo Braga e Jorge Viana –, todos deram pareceres contrários por desrespeitar o art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Ou seja, concede incentivos sem dizer a origem para compensar esse incentivo. Portanto, vamos ouvir o nosso voto em separado e fazemos o debate.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Pimentel.

Foi apresentado voto em separado, de autoria do Senador Sérgio Souza, favorável ao projeto e à Emenda nº 1 da CDR.

Com a palavra o Senador Sérgio Souza para proferir a leitura do seu voto em separado.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente.

Primeiro, quero constatar que o Sul, composto pelos Estados do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, tem como característica a densidade populacional mais próxima ao oceano, o que não é diferente dos demais Estados que margeiam o nosso oceano Atlântico. Todas as capitais – Porto Alegre, Curitiba e Florianópolis – estão distantes das fronteiras pelo menos de setecentos a oitocentos quilômetros. É, sim, uma região, de certa forma, subdesenvolvida e que hoje enfrenta graves problemas por conta do câmbio.

Em países como o Uruguai, a Argentina e o Paraguai o comércio e as vantagens econômicas são até melhores. Muitas indústrias no meu Estado, por exemplo, estão indo se instalar no país vizinho, no Paraguai, por conta de incentivos naquele país, por conta da energia elétrica mais barata e também por conta da questão do Mercosul, porque é muito mais barato levar a matéria-prima ao Paraguai, transformá-la e trazer os produtos para o Brasil, porque também não se paga imposto. Então, são meios muito utilizados para essa prática. E, se nós concedermos um incentivo, na medida em que o crédito presumido do IPI também possa ser dado às empresas que se instalem nessa faixa de fronteira, nós teremos um avanço.

Passo a ler, Sr. Presidente, o Relatório.

Em análise desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 40, de 2010, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que tem por objetivo a inclusão da faixa da fronteira da Região Sul entre as áreas onde os empreendimentos empresariais farão jus a crédito presumido do IPI.

A proposição contém três artigos: o art. 1º altera a redação do § 1º do art. 1º da Lei nº 9.826, de 1999, incluindo os empreendimentos localizados na zona de fronteira da região Sul entre aqueles que farão jus ao benefício supracitado.

O art. 2º determina que o Poder Executivo estime o montante de renúncia de receita e inclua a renúncia nas propostas orçamentárias dos exercícios seguintes. Por fim, o art. 3º traz a cláusula de vigência.

Na justificação, o autor afirma que as desigualdades regionais diminuem a coesão e a integração territorial do País, acarretando perdas para o conjunto da Nação, e que o problema das desigualdades regionais deve ser tratado como uma questão nacional.

Também ressalta que a faixa de fronteira da região Sul apresenta indicadores econômicos que mostram uma clara e inequívoca desvantagem em relação ao restante do País.

A proposição foi distribuída às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo e de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa.

Em atendimento ao Requerimento nº 526, de 2011, de autoria do Senador Romero Jucá, a Comissão de Assuntos Econômicos foi incluída entre as comissões que devem se pronunciar sobre a matéria. Assim, a proposição retornou à CDR, onde o relatório, favorável, da Senadora Ana Amélia foi aprovado e passou a constituir o Parecer da Comissão.

Nesta Comissão de Assuntos Econômicos, foi lido o relatório, pela rejeição, no dia 03 de outubro, ocasião em que solicitei vista do presente projeto.

Análise.

Como foi bem registrado pelo Relator da matéria, o PLS nº 40, de 2010, está de acordo com os parâmetros constitucionais aplicáveis, seja com relação à legitimidade da iniciativa parlamentar no processo legislativo ou quanto à competência da União e do Congresso Nacional para legislar sobre a matéria. Sobre tudo, quero deixar bem assinalado esse aspecto.

O PLS que estamos examinando atende o disposto no art. 151, inciso I, da Constituição Federal, que atribui à União a prerrogativa de instituir diferenças de tratamento tributário com a finalidade de reduzir as desigualdades regionais.

Gostaria, ainda, de chamar atenção dos membros desta comissão para que a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo desta Casa, juntamente com a comissão que tem a competência específica de apreciar as proposições que tratam de assuntos referentes às desigualdades regionais e às políticas de desenvolvimento regional, entenderam acertada a iniciativa do eminente Senador Sérgio Zambiasi e importante como contribuição para a redução das desigualdades regionais na faixa de fronteira da região Sul do Brasil.

Mais do que isso, a CDR aprimorou o projeto, fazendo constar do parecer daquela comissão sugestão do ilustre Senador Pedro Simon para que as mesorregiões da metade do Sul e do Nordeste do Rio Grande do Sul sejam alcançadas pelos benefícios ora em discussão.

Com fundamento no parecer daquela comissão, que entendo ser a principal comissão do mérito do Senado para opinar se a presente proposição atende ou não ao objetivo de levar o desenvolvimento regional à faixa de fronteira da região Sul – e julgo conveniente nesse ponto reafirmar que a CDR entendeu que sim – com a devida *venia* ao eminente relator da proposição nesta Casa,

Senador José Pimentel, externo minha discordância de S. Exª quando afirma, em seu relatório, que: “A faixa de fronteira da região Sul possui vantagens locais e por isso não necessita desse incentivo”.

Essas necessidades de adoção de políticas de incentivo ao desenvolvimento daquela região já foram

ampla e exaustivamente debatidas na CDR, resultando aprovada a matéria naquela comissão sobre o entendimento de que o incentivo fiscal proposto pode ser um mecanismo capaz de contribuir de modo efetivo para a melhoria dos indicadores sociais e econômicos da faixa de fronteira da região Sul.

Não é demais lembrar que uma parte da fronteira sul, que considero ser de especial importância para a segurança nacional, está situada na região de tríplice fronteira Argentina, Brasil, Paraguai.

É de amplo conhecimento o fato de que aquela região de fronteira é particularmente vulnerável, com frequentes relatos de flagrantes no caso de tráfico de drogas e de contrabando de armas e mercadorias diversas em larga escala. O vazio econômico daquela área do território nacional contribui para criar um ambiente favorável à ocorrência desses tipos de ilícitos. Assim, qualquer medida que vise a estimular o desenvolvimento daquela área fronteiriça deve ser entendida como uma contribuição para mitigar os problemas mencionados e, por isso, deve receber o apoio dos membros desta Casa.

O aumento da atividade econômica viabilizará a ampliação dos serviços públicos na região, notadamente aqueles relativos à segurança pública, como a vigilância da fronteira.

Quanto à manifestação da CAE nessa matéria, nós entendemos, nos termos do disposto no art.99, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, que cabe à Comissão de Assuntos Econômicos tão somente opinar no seu aspecto econômico e financeiro, pelo que me manifesto, nesse particular, que a matéria, em seu art.2º, garante o respeito ao comando normativo da Lei Complementar nº101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, ao determinar que o Poder Executivo estime o montante da renúncia de receita e inclua a renúncia nas propostas orçamentárias dos exercícios seguintes.

Este é o relatório, Sr. Presidente.

E o meu voto será no sentido de acolher a Emenda nº1, da CDR, pela aprovação do presente projeto.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente e nobres colegas, à primeira vista, como dizem o Senador Eduardo Braga e o Senador Jorge Viana, que participaram desse relatório, isso é até natural. A região Sul é uma região privilegiada. Esse é o espírito que, à primeira vista, paira, Sr. Presidente. E é em razão disso – respeitando a ideia do eminente Líder do Governo, Senador Pimentel, na reunião passada – que eu me senti um tanto desconfortável em apoiar

essa matéria. E aí o eminente Senador Sérgio Souza pediu vistas e está trazendo um voto em separado.

Por que se vê que a região Sul é em alguma coisa privilegiada? Em tudo... Mas vamos analisar... O Ministério da Integração Nacional, Sr. Presidente, elegeu cinco ou seis mesorregiões no Brasil que são áreas com IDH baixo. Isso no Brasil inteiro. O Ministério da Integração Nacional, eu acho que alguém que regula, que tem esses elementos em mãos. E dentre essas mesorregiões – quer dizer, tem no Nordeste, no Norte, no Centro-Oeste – tem também a região de fronteira do Mercosul, que é a região Sul, que compreende inclusive uma parte do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme as delimitações do próprio BRDE, que tem o controle dos três Estados e abrange o Cone Sul, com o Mato Grosso do Sul. O Ministério da Integração Nacional tem esses parâmetros e entende que, nessa mesorregião Sul da fronteira – aqui até relatado pelo eminente Senador Sérgio Souza –, em relação ao Paraguai, pelas questões conhecidas, tem que haver um movimento para motivar, fazer com que não vão se instalar no Paraguai, pelas vantagens que aquele país oferece, e assim por diante, e desmotivam pequenas empresas a se instalarem na região.

Na região de fronteira de Santa Catarina com a Argentina, e uma parte do Rio Grande do Sul, a província de Misiones é considerada a Amazônia da Argentina. É a Amazônia. É a reserva deles. Nós estamos situados na parte ocidental do Brasil. E nossas empresas não vão para essa parte ocidental. Não há interesse, não há motivação para se estabelecerem ali. Longe de indústrias automobilísticas se estabelecerem nessa região. Longe disso. Elas não têm interesse, até em razão de não haver mão de obra para isso, de não haver condições. Grandes empresas não vão. Mesmo para a região, eu diria, de campanha do Rio Grande do Sul. Ainda na última segunda-feira, ainda ontem, houve aqui a comemoração dos duzentos anos do Município de Bagé. Os prefeitos daquela região, a região fronteiriça com o Uruguai e mesmo com Argentina, apelam para que haja uma motivação, que haja um incentivo não em relação a grandes empreendimentos não, mas em relação a pequenos negócios, com IPI presumido, para ajudar a motivar a região. Isso pode até ser delimitado pelo próprio governo, para que não haja o deslocamento de grandes indústrias para se aproveitarem de um incentivo. Em absoluto. Longe de chegar ao que existe de incentivo no Brasil. E, aí sim, no setor automobilístico.

Ainda ontem, o Senador Aloysio Nunes fez um grande levantamento, e os jornais registram hoje, sobre a renúncia fiscal que o Governo Federal vem abrindo em relação, por exemplo, a indústrias automobilísticas.

Grandes renúncias. O Senador levantou até valores de cento e quarenta e poucos bilhões de reais de renúncias disso e daquilo. E, muitas vezes, faltam recursos para a saúde. E, sem motivos, sem incentivos, o Governo abre mão de alguns setores que automaticamente se movimentam. Há interesses, eles andam por si só, não há necessidade de incentivo. E o Governo vem abrindo mão, muitas vezes, até por *lobbies*, por movimentos, que são justos ou não, mas essas empresas fazem seus movimentos. O Senador Aloysio Nunes levantou essa tese ontem. Agora, longe de essas empresas terem interesse na região ocidental do Brasil, que é uma região de IDH baixo, Sr. Presidente e nobres colegas. É baixo o IDH. O Governo poderia até estipular, e o Ministério da Integração Nacional tem esses dados, no sentido de motivar alguns limites para fazer com que haja verdadeira descentralização nessas regiões. O Ministério tem essas condições para oferecer.

Então, acho que esse voto em separado do Senador Sérgio Souza, Sr. Presidente, longe de querer burlar, ou de querer abrir renúncia, ou de querer prejudicar o Brasil, não; ele vai motivar pequenos negócios, mão de obra. E, então, a partir desses pequenos negócios, que se possa fazer alguma coisa que se fabrique ali, de inovação, coisa que o valha, para se ter um IPI presumido para essa motivação.

Esse é o espectro, esse é o sentido na origem do projeto do Senador Sérgio Zambiasi.

Eu gostaria de ficar com esse voto em separado, dispondo essas razões neste momento, Sr. Presidente e nobres colegas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria está em discussão.

Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, compreendo perfeitamente a preocupação dos nossos nobres Senadores. No entanto, se o objetivo é atender os pequenos negócios, nós aprovamos o Simples nacional, que tem como objetivo exatamente assegurar esse segmento.

Agora mesmo, no dia 5 de outubro, por unanimidade, o Senado Federal atualizou aqueles valores para R\$3,6 milhões para os vários setores da indústria e do comércio. E quando esse setor da indústria também tem como objetivo exportar, ele tem um crédito adicional de mais R\$3,6 milhões, totalizando R\$7,2 milhões.

Os dados que nós temos da Receita Federal do Brasil revelam que 95% das pessoas jurídicas do Brasil tem receita bruta de até R\$3,6 milhões. Portanto, apenas 5% das pessoas jurídicas do Brasil têm receita anual superior a R\$3,6 milhões.

Eu lembro muito bem aqui a resistência de alguns secretários de Fazenda estaduais, entendendo

que a fixação desse teto em R\$3,6 milhões para sua economia local teria grandes dificuldades em absorver. Lembro-me muito bem de uma reunião que eu fiz com vários secretários de Fazenda. Entre esses, o Secretário de Fazenda do Rio Grande do Sul, trazendo esta preocupação.

Em segundo lugar, o projeto de lei não diferencia quais são essas empresas, do lucro presumido ou do lucro real, que serão beneficiadas. São todas, porque não há qualquer ressalva. E o autor da propositura, diligente que é e cuidadoso que é, sabendo da dificuldade de passar um projeto com essa amplitude, apresentou o PLS nº 38, de 2010, que pega uma parcela do que estamos discutindo aqui, que é exatamente o setor automotivo. Ou seja, ele apresenta três projetos de incentivos fiscais, que é legítimo – não estamos a legitimidade –, para aquela região. Os três projetos tiveram pareceres contrários da CAE. Por que isso? Porque a Lei de Responsabilidade Fiscal não permite o arranjo que se tentou dar ao art. 2º. E a nossa rejeição ao PL é exatamente por isso. Ou seja, ele não prevê a renúncia fiscal, que vai aumentar ao que aqui o nobre Senador Casildo está fazendo referência. Se pegarmos o anexo do Orçamento da União para 2012, é realmente esse número, superior a R\$140 bilhões o incentivo; e esse incentivo é fruto dessas ações.

Sou daqueles que entendem que a forma que fizemos com o Simples Nacional, que pega 95% das empresas jurídicas do Brasil, é uma experiência positiva. E podemos fazer o debate pontual sobre essa ou aquela iniciativa das empresas do lucro real ou do lucro presumido, que não está no Simples Nacional. Por isso, nosso parecer é contrário, em face da não previsão da renúncia e do seu montante. Delega ao Executivo, mas é muito cômodo jogar para o outro fazer os cálculos e, ao mesmo tempo, sua compensação.

Portanto, mantenho, Sr. Presidente, o nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente Delcídio do Amaral, com todo o respeito ao argumento do Senador José Pimentel a respeito da importância do Simples, não há nenhuma dúvida sobre isso. Só que estamos tratando de uma situação específica: área de fronteira. Essa região, no Brasil inteiro, lá do Rio Grande do Sul, do Chuí, até a ponta da Amazônia, a situação é a mesma, muita fragilidade, não só do ponto de vista econômico e social, mas em todos os aspectos de segurança, o contrabando, etc. V. Ex^a fez um belíssimo pronunciamento quando debatemos na Subcomissão de Amazônia e Fronteira essa delicada, gravíssima e inadiável questão.

Então quando no relatório foi defendida essa tese, o foi para que uma política nacional não excludente à Lei do Simples Nacional estimule as empresas nessa região tão deprimida. Ontem, a Presidenta Dilma prorrogou por mais cinquenta anos os incentivos fiscais da Amazônia, da Zona Franca de Manaus. Penso que, enquanto não houver uma definição clara de política para estimular o desenvolvimento nessa região de fronteira, como lembrou aqui o caso de Bagé o Senador Casildo Maldaner, é o caso de toda a região de fronteira, nós vamos viver esse dilema de uma área desassistida, desabrigada e sem condições de desenvolvimento sustentável, que é o que precisamos realizar em relação a toda a fronteira.

Portanto, eu penso que esse tratamento diferenciado para essas regiões que pegam, como eu disse, desde o extremo sul meridional até a Amazônia, na região de fronteira, seria uma forma de estimular esse desenvolvimento, Senador.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

A matéria continua em discussão. *(Pausa.)*

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Só para acrescentar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Eu ouvi atentamente a exposição do Líder do Governo, Senador Pimentel. Não há por que discutir a questão do incentivo às pequenas, médias e micro empresas, porque essa legislação que votamos há pouco na Casa é para o Brasil inteiro, é para o País todo; não há diferenciação entre quem tem o IDH mais baixo ou não. O que se leva em consideração nessa questão de fronteira, e disse muito bem a Senadora Ana Amélia, é o Brasil como um todo. E, até nisso, nesse particular, os Senadores relatores da matéria em outros momentos, Senadores Jorge Viana e Eduardo Braga, defendem a região de fronteira, até porque compreende o norte do Brasil como um todo.

O Ministério da Integração Nacional já tem essas delimitações, esses estudos de regiões de fronteira. O que se quer, alguma coisa mais para motivar, é não deixar de fora uma região do Brasil que abrange praticamente a região Sul, que faz parte dessa parte ocidental e sul. O que se quer é isso. Em absoluto se pensar que vai se abrir mão de descontos fiscais, de isenções de grandes empresas; não é isso. É que haja o diferencial para um região que já é delimitada pelo próprio Ministério da Integração Nacional como fronteira. É isso que se quer para o Brasil como um todo, e não se comparar com os privilégios que tem a Zona

Franca de Manaus; nada disso. Apenas para concorrer um pouco também com a região do Mato Grosso do Sul e a do Paraná com o Paraguai que têm grandes incentivos; para estimular um pouco a descentralização no Brasil nessa parte ocidental. É isso que se quer apenas. Em relação a Santa Catarina, que a região da Argentina é considerada a Amazônia dele, e aí ninguém vai nessa fronteira do oeste catarinense, e a região do Rio Grande do Sul da mesma forma.

É dentro desse princípio que a gente defende essa tese.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner. Com a palavra o Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma indagação ao Relator da matéria e ao ilustre Senador Sérgio Souza, que solicitou vista, a seguinte análise do decreto.

Em que pese o mérito da proposta, há de se apontar que a medida pode gerar tratamento diferenciado entre contribuintes fabricantes de automóveis dentro do mesmo Estado. Quer dizer, no mesmo Estado poderá ter uma indústria que tenha o benefício e outra que não tenha o benefício. As montadoras que estão hoje localizadas na região Sul, mas fora da fronteira, terão tratamento diferenciado daquelas que estarão na fronteira. Essa situação de diferença de tratamento fiscal para indústria poderá ocorrer no próprio Estado?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Sérgio Souza. Depois, o Senador Pimentel.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Tramita nesta Comissão outro projeto, Senador Dornelles, que trata especificamente desse assunto. Parece-me que foi retirado de pauta, mas acho que é Item 13 ou 14. É o Item 15.

Nesse caso, não. Na verdade, o que temos aqui é uma alteração na Lei nº 9.826, que é uma lei criou áreas onde os empreendimentos empresariais farão jus a esse crédito presumido. Então, essa lei já existe. O que nós queremos é estendê-la também à região de fronteira. Inclusive, essa lei já previu os critérios para inclusão dessas empresas, e não se teria que colocar neste projeto se é crédito presumido ou lucro real, Senador Pimentel, porque a Lei nº 9.828, de 1999, já prevê todos esses critérios.

Então, neste caso, eu entendo que não haverá um tratamento diferenciado para uma indústria que esteja localizada no mesmo local, porque normalmente essas indústrias automobilísticas, como já colocado pelo Senador Casildo Maldaner, já receberam incentivos para se instalar naquele local específico.

Sabemos que a região Sul e a região Sudeste são regiões de muitas indústrias automobilísticas, mas recentemente foi anunciada na Bahia uma montadora chinesa – Jac ou alguma coisa assim – e também mais uma indústria da Renault no Paraná e outra em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Volto a registrar que o autor das matérias é extremamente zeloso e cuidadoso. Ele apresenta o PLS nº 40, que alcança todas as empresas de lucro presumido e de lucro real, porque as que estão no Simples já têm regra muito mais vantajosa. É evidente que não precisa, nobre Relator, especificar aqui se é lucro real ou lucro presumido, porque a Lei do Simples já é nesse sentido. Em seguida, ele apresenta o PLS nº 62, que trata de área de livre comércio, e apresenta o PLS nº 36, específico para montadoras.

Portanto, ele apresenta um conjunto de três propostas, na expectativa de que, se passar o maior, os demais estarão absorvidos. Ou seja, seriam prejudicados em face da lei mais geral. Se perder o projeto da lei mais geral, ele tem os dois específicos.

É bom lembrar que a emenda da CDR ampliou bastante a área no Estado do Rio Grande do Sul. Está na página 62 a emenda, que diz o seguinte:

O disposto neste artigo aplica-se, também, aos empreendimentos industriais nas mesorregiões da Metade Sul e do Noroeste do Rio Grande do Sul, na faixa de fronteira da Região Sul [que era o objetivo primeiro deste projeto] e na Região Centro-Oeste, exceto no Distrito Federal.

Em outras palavras, pega toda a região Centro-Oeste e pega grande parte do Rio Grande do Sul. Não conheço bem o Estado, mas, parece-me, que fica basicamente a região metropolitana pela amplitude que aqui está.

Em outras palavras, estamos pegando as políticas que, nas décadas de 60 e 70, foram destinadas às regiões da Sudene, às regiões menos desenvolvidas do Brasil, e que tinham como objetivo evitar o êxodo rural, o êxodo daquelas comunidades para outras regiões do Brasil e as estamos estendendo. É legítimo? É. O problema todo é que impacto tem isso. Essa é a minha grande dúvida.

Portanto, como a Lei de Responsabilidade Fiscal não permite atribuir ao Executivo esses cálculos, a gente faz uma norma autorizativa – que é o caso concreto aqui – que autoriza o Executivo a fazer o cálculo e a incluir nos Orçamentos nos anos seguintes.

Essa é uma alternativa que está sendo apresentada e que, na minha leitura, não está contemplada na Lei de Responsabilidade Fiscal. Por isso, mantenho o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Pimentel.

Então, há o parecer do Senador Pimentel e o voto em separado do Senador Sérgio Souza.

Não havendo mais nenhum Senador ou Senadora...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu queria perguntar ao ilustre Relator sobre o critério pelo qual se dá esse tratamento fiscal diferenciado para a faixa de fronteira da região Centro-Oeste e da região Sul.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Está à pág. 62.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Está à pág. 62. Aqui, é dito: "...na faixa de fronteira de microrregiões da metade sul e do nordeste do Rio Grande do Sul, na faixa de fronteira da região Sul e da região Centro-Oeste, exceto no Distrito Federal". É isso? (*Pausa.*)

Mas há regiões pobres também em outros Estados. Por exemplo, no Estado de São Paulo, há o Vale do Ribeira, que é uma região pobre. O Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, é uma região bastante pobre também. Então, qual o critério para o Senado escolher especificamente essas regiões para dar esse tratamento tributário diferenciado?

A afronta à Lei de Responsabilidade Fiscal, alegada pelo ilustre Relator, parece-me contornada pelo fato de que o próprio projeto de lei determina que o Poder Executivo, no momento da elaboração do Orçamento, faça as adequações na previsão de receita e de despesa, de modo a que não haja prejuízo ao equilíbrio orçamentário. Mas minha pergunta é esta: por que escolher essas regiões, não outras igualmente pobres, que, igualmente, mereceriam o tratamento fiscal diferenciado?

Não sou entusiasta das renúncias fiscais. Ainda ontem, fiz um discurso no plenário, mostrando a enormidade das renúncias fiscais que temos contemplado no Orçamento de 2011, o que foi ampliado na proposta orçamentária para 2012. São R\$146 bilhões de renúncia fiscal, ou seja, haverá mais renúncia fiscal a partir da aprovação desse projeto. É isso? Quais são os critérios? Os critérios são ou não rigorosos? Tenho mui-

to receio de seguir essa linha de mais renúncia fiscal, sem que seja estabelecido um critério mais rigoroso na lei que as autoriza.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Aloyzio Nunes.

Concedo a palavra ao Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Na verdade, a intenção de cada parlamentar é estimular a sua região, o que é legítimo. Aí, vendo que existem outras regiões no Brasil, procura-se estender. Portanto, acho isso legítimo. Mas este é o grande debate: no pacto federativo, como ficam as outras regiões do Brasil? Como fica a competitividade? Quais são os indicadores que as diferenciam?

O Ministério da Integração Nacional, desde o governo anterior, do Sr. Fernando Henrique Cardoso, tentou criar indicadores para essa definição. Lembro-me muito bem de que a tese das mesorregiões vem do Ministério da Integração do governo Fernando Henrique Cardoso, numa tentativa de criar mecanismos que permitissem haver um olhar nacional com um viés regional, para superar essas dificuldades. No entanto, como não conseguimos obter esse olhar, que envolve um pouco da reforma tributária, que estamos discutindo – e, de certa forma, o incentivo fiscal faz parte desse processo –, como esse item não tramita muito no Congresso Nacional, cada grupo de parlamentares ou um parlamentar procura olhar, dentro da sua macrorregião, aquela que tem menor indicador de desenvolvimento e apresenta o projeto.

Por isso, digo que a iniciativa é legítima. A minha preocupação é relativa ao aspecto da renúncia fiscal e ao que isso representa para o País, como um todo, em face dessas diferenciações. No caso concreto aqui, nós temos esta lei que se aplica à região Norte, particularmente na região de Manaus e algumas outras; aplica-se à região de abrangência da Sudene. Agora nós estamos ampliando para essas outras regiões, porque a intenção inicial do autor era a faixa de fronteira, e a Comissão de Desenvolvimento Regional, por unanimidade, amplia para a mesorregião, da metade sul e do norte do Rio Grande do Sul e para toda a região Centro-Oeste, exceto o Distrito Federal.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu queria sugerir a V. Ex^a uma retirada de pauta do projeto – precisamos ver se o relator concorda –, porque a ideia é boa, mas, na minha opinião, faltam critérios mais rigorosos para concessão desses incentivos. Quem sabe a retirada

de pauta permitiria que nós fizéssemos um esforço para construir indicadores de tal maneira que esta lei, que é especificamente voltada para uma região, possa atender essa preocupação? Ou seja, dar um tratamento isonômico a regiões do País que apresentem os mesmos problemas que a região eleita pelo projeto de lei que estamos examinando.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Posso...

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. *Fora do microfone.*) – Eu quero falar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Vanessa primeiro; depois, Senadora Marta e Senador Casildo, para nós encaminharmos, porque já temos quórum e há alguns itens em caráter terminativo.

Eu pediria aos Senadores e Senadoras aqui presentes que permaneçam para votarmos rapidamente. E peço aos Senadores que se encontram em seus gabinetes ou em outras comissões que venham à Comissão de Assuntos Econômicos.

Senadora Vanessa Grazziotin, depois Senadora Marta Suplicy e Senador Casildo, para depois nós encaminharmos.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, na realidade, eu quero cumprimentar o Senador Aloysio, que fez um pronunciamento ontem, no plenário do Senado, que trata exatamente sobre este assunto: os reflexos das isenções, dos incentivos tributários no Brasil, levantando que isso envolve uma quantia de aproximadamente R\$146 bilhões no Brasil inteiro e qual o reflexo disso.

Eu estou muito preparada para falar sobre a Zona Franca de Manaus, Senador Aloysio Nunes; muito preparada. Primeiro, a Zona Franca de Manaus não é o maior foco de benefício tributário no Brasil; segundo, exatamente preocupados com isso, nós temos feito, mesmo sem haver qualquer dispositivo legal, uma avaliação permanente dos reflexos da isenção tributária, dos incentivos fiscais ali aplicados. E não é à toa que nós chegamos, depois de 44 anos desse modelo, o Amazonas sendo o Estado de maior índice de preservação: 98%. Então, fazemos uma avaliação não só econômica, mas ambiental também, porque as isenções, os benefícios devem estar ligados exatamente a isso; têm que trazer questões positivas para o Brasil.

Mas, o projeto que estamos debatendo neste momento, do Senador Zambiasi, nós já votamos, na semana passada, na Comissão de Desenvolvimento Regional e, a partir de uma intervenção da própria Senadora Ana Amélia, que deverá falar em seguida,

nós aprovamos o parecer do relator, que era contrário à matéria. Não podemos ficar discutindo de forma isolada. É preciso uma discussão mais ampla, mais global sobre a matéria.

Então, a minha sugestão – o Senador Pimentel deu parecer contrário, da mesma forma como na Comissão de Desenvolvimento Regional...

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Não; lá nós rejeitamos o projeto.

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Foi favorável?

Não é o projeto do Zambiasi que rejeitamos na semana passada?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – É outro projeto, Senadora Vanessa.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Ah, é outro projeto! Está certo. É porque são projetos muito semelhantes. Inclusive isso, Sr. Presidente, projetos muito semelhantes que visam isenção fiscal para faixa de fronteira. Então, a minha sugestão é fazermos a votação hoje para não ficarmos arrastando ainda mais esse debate, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Marta Suplicy e, depois, concluindo a discussão, Senador Casildo Maldaner.

A SR^a MARTA SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, primeiro, quero parabenizar e dizer que entendo a autoria do Senador Zambiasi e também a proposta do Senador Sérgio Souza, porque é perfeitamente compreensível que nós persigamos melhorias para as nossas regiões, nossos Estados ou para situações de pobreza em que vemos que pouco tem sido feito para levar melhorias.

A situação também de confronto foi bem levantada pela Senadora Ana Amélia, de fronteira, e fiquei um pouco até na dúvida, porque realmente acredito que essas regiões deveriam ter algum tipo de investimento para torná-las mais fortes. Entretanto, nós temos um governo, que é um governo da União, e este governo da União tem que planejar, mas, no momento em que a isenção fiscal chega a um patamar de R\$146 bilhões, como muito bem levantou o Senador Aloysio Nunes, o governo realmente perde o controle de um planejamento adequado.

Então, a minha posição seria contrária a esse projeto do Senador Sérgio, porque acredito que temos regiões paupérrimas no Brasil inteiro e que poderiam pleitear, talvez não com a mesma força, por não serem fronteiras, mas também poderiam pleitear o mesmo.

Não sei se a melhor solução é a proposta pelo Senador Aloysio Nunes de se criar uma comissão para

pensar isso. Não sei. Eu acredito que, talvez, pudéssemos exigir do Ministério responsável uma posição em relação às regiões mais pobres do Brasil, um esclarecimento sobre que tipo de enfrentamento nós estamos fazendo, além do *Brasil sem Miséria*, relacionado a algo de produtividade ou de investimento, como aqui está se propondo, industrial.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Marta Suplicy. Senador Casildo Maldaner, para encaminhar.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Eu acho que nesse encaminhamento estamos chegando a uma conclusão, a um melhor bom senso, inclusive o Senador Sérgio Souza comungará dessa tese, como Relator, nesse voto em separado, da ideia do Senador Aloysio Nunes de buscarmos compactuar, buscarmos o entendimento. A Senadora Marta Suplicy caminha nessa direção.

O Ministério da Integração Nacional tem os parâmetros. O Ministério da Integração Nacional tem das diversas regiões. O Senador Pimentel, e trocamos algumas ideias... Até, quem sabe, pode ser em uma audiência pública, mas o Ministério da Integração, com certeza, poderá nos dar parâmetros do que nós temos, de como podemos ajudar nessas regiões com IDHs mais baixos. E falo não só com relação a fronteiras, porque a Lei de Fronteira é questão de segurança nacional, mas também com relação ao Jequetinhonha, ao Vale da Ribeira, que são regiões defasadas. Senador Aloysio Nunes, acho que até o Ministério da Integração Nacional poderia nos fornecer elementos para encontramos uma saída em relação a essas propostas.

Então, o pedido de retirada, Sr. Presidente, é o melhor encaminhamento que se faz.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu entendo que essa é uma questão que já foi discutida aqui no Senado Federal. Várias regiões do Brasil têm o benefício dessa lei.

Senador Aloysio Nunes, V. Ex^a tem realmente razão. Temos que discutir isso como um todo porque temos regiões no Nordeste e no Norte do País que também são regiões ricas e, necessariamente, abarcadas por essa lei. Agora, temos regiões no Sul, no Sudeste que são extremamente pobres. O Vale da Ribeira também pega o meu Estado, que é o Estado do Paraná. A região central do Paraná é uma das regiões mais paupérrimas do País. Tem problemas gravíssimos, inclusive problemas sociais.

Então, se o debate está chegando a esse ponto, e vejo que há um interesse de toda a Casa, de todos os Senadores que estão presentes nesta Comissão, eu concordo com a proposição do Senador Aloysio Nunes de retirarmos de pauta para discutir isso com mais propriedade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Pimentel, V. Ex^a concordar em retirar de pauta?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Vamos retirar de pauta sem data de retorno, para que possamos fazer todo esse estudo. Então, retiro sem data de retorno, porque vou pedir informações ao Ministério da Integração Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então o item 4 é retirado de pauta.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Nós perdemos o quórum. Portanto, os itens 11, 12, 16, 17 e 18... A maioria dos Senadores vai retornar, eu espero, tenho muita esperança. Parece que o Senador Raupp está pedindo a palavra...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Eu queria votar o item 18, mas V. Ex^a já anunciou que o quórum...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – É porque há a votação dos dois novos nomes da Anatel, a votação do requerimento do Ministério dos Esportes. Por isso que tínhamos quórum até agora. Os Senadores tiveram de ir votar, mas espero que eles voltem ainda, Senador Pimentel.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu vou, para ver se consigo dar quórum de novo, partir para o item 19.

ITEM 19

REQUERIMENTO Nº 77 DE 2011

Requer, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater a matéria tratada no Projeto de Lei do Senado nº 336 de 2008, que objetiva reformular o sistema de execução dos créditos lançados como dívida ativa das Fazendas Públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das autarquias e fundações de direito público, com a presença dos seguintes convidados: Exmo. Sr. Luís Inácio Lucena Adams, Advogado-Geral da União; Sr.

Ophir Cavalcante Júnior, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil; Sr. Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria; Sr. Murilo Portugal, Presidente da Federação Brasileira de Bancos; Dr. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho, Consultor Jurídico do Ministério da Previdência Social; e Sr. Allan Titonelli Nunes, Presidente do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional.

Iniciativa: Senador Flexa Ribeiro

Observações: *Em 18/10/2011, foi lido o Requerimento pelo Vice-Presidente da Comissão no exercício da Presidência.*

Como não é necessária a presença do autor do requerimento, Senador Flexa Ribeiro, pelos atos que aqui aprovamos, comunico que a Secretaria da Comissão recebeu novo Requerimento, de nº 77, incluindo o nome do Sr. Allan Titonelli Nunes, que acabei de falar, que é o Presidente do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional, e o Sr. Everardo Maciel, que já citei também aqui, ex-secretário da Receita Federal, entre os convidados da audiência, inclusive por sugestão do próprio Senador Aloysio Nunes Ferreira também.

Portanto, em votação o requerimento.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento nº 77, de 2011, da CAE, com as modificações que foram aqui apresentadas.

Os convidados já chegaram? *(Pausa.)*

Dois convidados? *(Pausa.)*

Portanto, nós, em função de votações em outras comissões para a diretoria da Anatel e requerimento do Ministério dos Esportes, temos os itens 11, 12, 16, 17 e 18, que são projetos de caráter terminativo, que serão votados na CAE em caráter terminativo. O que talvez eu sugeriria, se fosse possível... O item 11 já foi lido, o quórum parece estar voltando, com a representatividade do Senador Dornelles. Portanto, eu tomaria a liberdade de pelo menos tentar ler, mesmo os relatores não estando presentes, indicando relatores *ad hoc*, esses relatórios. Se tivermos quórum votaremos todos num bloco só, se for possível, é claro.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 621 DE 2007

– Terminativo –

Cria a Área de Livre Comércio no município de Jaguarão, Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.

Autoria: Senador Sérgio Zambiasi

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

Observações: *A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com*

Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3-CDR.

Eu nomeio relator *ad hoc*, Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, o PLS 621/2007 se coaduna com os parâmetros constitucionais aplicáveis no tocante à competência da União e do Congresso Nacional para legislar sobre a matéria, art. 48, *caput*, inciso I, art. 153 da Constituição Federal. Foi observada a exigência de lei específica para a instituição de incentivo fiscal, conforme disposto no art. 150 da Constituição Federal.

Esta matéria é parte da que nós relatamos há pouco. O PLS que eu relatava há pouco tratava de uma matéria de âmbito geral, para todas as leis, do lucro presumido e do lucro real. Aqui, ele trata de um subitem daquele ponto. Portanto, em síntese, ainda que compreenda as bases da iniciativa do Senador Sérgio Zambiasi, considero prudente preservar o instituto de Áreas de Livre Comércio como instrumento de promoção do desenvolvimento regional para compensar as desvantagens locacionais e as restrições presentes nas regiões afastadas da Amazônia, carentes de perspectivas econômicas para as quais a saída viável é funcionar como Centro Comercial Regional.

Diante do exposto, recomendo a rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 620/2007. É este o vOto, Sr. Presidente, do Relator Eduardo Braga.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Pimentel. Eu vou dar sequência aqui à leitura dos relatórios.

ITEM 16

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141 DE 2008 – Terminativo –

Dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão, nas cédulas brasileiras, de elemento que possibilite a sua identificação por pessoa com deficiência visual.

Autoria: Senador Flávio Arns

Relatoria: Senador Vicentinho Alves

Relatório: Pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta.

Observações: *A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com Parecer favorável ao Projeto.*

Lembro, mais uma vez, que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado. Eu indico, como Relator *ad hoc*, o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – O Relator do projeto, Senador Flávio Arns, visa que as cédulas utilizadas e que circulam no Brasil contenham elementos que possibilitem sua identificação por portadores de deficiência visual com prazo de até 10 anos, a partir da publicação da lei, para que essa norma seja gradativamente implantada.

O projeto... O mérito do projeto é indiscutível. No Brasil existem mais de 16 milhões de pessoas que se declaram deficientes visuais, segundo censo do IBGE. A relevância do problema já levou o Banco Central, mesmo antes de qualquer determinação legal, tomar a iniciativa de introduzir nas cédulas, que estão em circulação hoje, elementos que facilitam sua identificação. E aqui, trata-se neste momento, de esculpir em lei este mandamento, independentemente do arbítrio de autoridade monetária. Esse tema já foi versado pelo Congresso Nacional e outros projetos que não lograram aprovação final por problemas de ordem de juridicidade formal.

Sobre o aspecto econômico e financeiro há de se reconhecer que o novo mandamento legal não é neutro, haverá custos de transição, mas acreditamos que o prazo de até 10 anos, para a completa substituição no meio circulante, seja plenamente adequado para que a autoridade monetária possa tomar as providências de retirar de circulação as velhas cédulas e substituí-las pelas novas.

Não há nenhum reparo a fazer do ponto de vista da técnica legislativa e o voto é pela aprovação, com a seguinte emenda: “Dê-se ao art.2º, do Projeto de Lei do Senado nº41, de 2008, a seguinte redação: O processo de substituição, com a retirada de circulação das cédulas em desacordo com o previsto no art.1º e a colocação de novas cédulas que obedeçam ao estabelecido nesta lei deverá ser completado em até dez anos, a contar da data da publicação”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Aloysio Nunes Ferreira, pela leitura do relatório. E nós passamos para o item 17.

ITEM 17

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 8 DE 2007 – Terminativo –

Concede isenção da Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) às instituições de ensino e pesquisa privadas.

Autoria: Senador Francisco Dornelles

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy

Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto.

Observações: *A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte com Parecer favorável nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo).*

Lembro que o projeto é terminativo e exige quorum qualificado.

Com a palavra o relator, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 8, de 2007, do querido e competente Senador Francisco Dornelles, sobre o qual esta Comissão deve deliberar em caráter terminativo, dispõe, em seu art. 1º, sobre isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidente sobre a receita relacionada com as finalidades essenciais das instituições privadas de ensino e pesquisa, desde que estas:

- I – comprovem finalidade não lucrativa;
- II – apliquem seus recursos integralmente no País;
- III – mantenham escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão; e

- IV – assegurem a destinação de seu patrimônio a outra entidade comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades.

A proposição prevê que a lei resultante entrará em vigor na data de sua publicação, porém somente produzirá efeitos após a promoção de alterações orçamentárias necessárias ao cumprimento das exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000).

O projeto foi apreciado pela Comissão de Educação, que o aprovou na forma de Substitutivo, restringindo a isenção às entidades sem fins lucrativos que ofereçam educação básica, desde que enquadradas no art. 213 da Constituição Federal e no art. 20 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Nesta Comissão, não foram oferecidas emendas. Análise.

Nos termos do art. 91, inciso I, combinado com o art. 99, inciso IV, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão de Assuntos Econômicos opinar sobre proposições pertinentes a tributos, como é o caso, dispensada a competência do Plenário.

O projeto preenche os requisitos de constitucionalidade, estando lavrado com adequada técnica legislativa.

O projeto é meritório e seria digno de aprovação.

Efetivamente, a educação é hoje mundialmente reconhecida como o fator estratégico mais importante

para o desenvolvimento nacional, na medida em que responde pela formação do capital humano dos países e pela redistribuição de rendas, na proporção em que, massificando o conhecimento, provê equalização de oportunidades para todos no mercado de trabalho.

Entretanto, a matéria já está adequadamente legislada, atendendo, de modo satisfatório, tanto aos objetivos da proposição inicial, quanto aos do Substitutivo aprovado na Comissão de Educação.

O art. 14, X, da Medida Provisória (MPV) nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, combinado com o art. 13, III e IV, da mesma MPV e com os arts. 12 e 15 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, dispõe sobre a isenção da Cofins incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias das seguintes entidades:

- instituições de educação e de assistência social que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, sem fins lucrativos;

- instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos.

Nos termos dos dispositivos acima citados, a isenção é condicionada ao atendimento dos seguintes requisitos, conforme o caso:

- não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados;

- aplicar integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos sociais;

- manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;

- conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;

- apresentar, anualmente, Declaração de Rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal;

- recolher os tributos retidos sobre os rendimentos por elas pagos ou creditados e a contribuição para a seguridade social relativa aos empregados, bem assim cumprir as obrigações acessórias daí decorrentes;

- assegurar a destinação de seu patrimônio a outra instituição que atenda às condições para gozo da imunidade, no caso de incorporação, fusão, cisão ou de encerramento de suas atividades, ou a órgão público;

– outros requisitos, estabelecidos em lei específica, relacionados com o funcionamento das entidades a que se refere este artigo.

Como se vê, o objetivo do projeto já está plenamente atendido pela legislação em vigor. Isso implicaria dizer, inclusive, que ele carece de juridicidade, por não inovar no mundo jurídico.

Em conclusão, não obstante o seu irrecusável mérito, o PLS nº 8, de 2007, do Exmº Senador Francisco Dornelles, meu colega de instituição na Fundação Getúlio Vargas, pois ambos contribuímos ali como professores, não pode ser aprovado.

Em face do exposto, o voto é pela declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2007.

Sr. Presidente, esse é o relatório, com todo carinho e respeito pelo Senador...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Não falamos sobre o Item 11, e eu indico o Senador Dornelles como relator *ad hoc*.

Mas vamos ao Item 18, do Senador...

Aliás, o Senador Alvaro Dias chegou também. Deu quórum agora.

Então, Item 18, Senador Raupp. É um projeto muito aguardado este, Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pressão violenta.

Então, com a palavra o Senador Raupp. Inclusive, do Senador Alvaro Dias.

Nós simplesmente voltamos para o Item 11. O Item 12, o Senador Pimentel devolve o relatório para o Senador Eduardo Braga, e nós faríamos uma votação em bloco, para liquidar a fatura.

Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é um relatório bastante extenso, mas vou abreviar o máximo possível para ganharmos tempo.

Vem à análise desta Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado – PLS, nº 191, de 2006, caracterizado à ementa, de autoria do Senador José Sarney.

Mediante as alterações de lei abaixo relacionadas, o projeto objetiva desonerar de diversos tributos a Academia Brasileira de Letras – ABL, a Associação Brasileira de Imprensa – ABI, e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB:

1) acréscimo do inciso IV ao art. 6º da Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991, para instituir isenção da Contribuição Social para o Finan-

ciamento da Seguridade Social – Cofins, em favor das entidades indicadas;

2) acréscimo do inciso VII ao art. 3º da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, para determinar a não-incidência da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira nas operações efetuadas pelas mencionadas instituições (esta está até vencida, porque é a CPMF) ;

3) acréscimo do § 5º ao art. 15 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, para isentar do imposto de renda suas aplicações financeiras;

4) acréscimo do art. 6º-A à Lei nº 8.894, de 21 de junho de 1994, para isentá-las do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários (IOF);

5) acréscimo do art. 13-A à Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, para isentá-las da contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep).

Vou diretamente às emendas e ao voto, Sr. Presidente.

A remissão total de multas e perdão de juros seria aplicável apenas às entidades filantrópicas, e a reabertura de prazo seria, em princípio, para qualquer outro interessado.

Criar condições privilegiadas em termos de remissão total das multas e dos juros, não disponíveis para os demais destinatários, certamente seria visto como discriminação odiosa e injurídica – quiçá inconstitucional.

Também não se justifica a reabertura do prazo para adesão, considerando que mais de um ano decorreu entre a aprovação da lei, que estabelecia a abertura do prazo após a regulamentação por decreto, e a emissão do decreto regulamentador. Ou seja, as entidades não foram tomadas de surpresa. Pelo contrário, tiveram um ano para se preparar e para estudar a conveniência de aderir ao parcelamento. De qualquer forma, após quatro anos de aprovação da lei, a proposta perdeu a oportunidade.

A Emenda nº 4-CCJ também deve ser aprovada, pois suprime do projeto dispositivo que trata da CPMF, já extinta desde 31 de dezembro de 2007.

Voto.

Em face do exposto, o voto é pela rejeição da Emenda nº 2 –CAE e da Emenda nº 2-CCJ, e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 191, de 2006, com as emendas nos 1-CCJ, 3-CCJ e 4-CCJ.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Raupp, pelo relatório e pela presença.

Eu queria só registrar o seguinte: nós vamos votar em bloco, se todos concordarem, os Itens 11 e 12. Os outros têm de ser um a um, pelo Regimento do Senado.

Eu queria perguntar ao Senador Alvaro Dias, como já foi lido o Item 11, o Projeto de Lei do Senado nº 180, se o Senado Alvaro Dias quer fazer uso da palavra ou fazer algum comentário a respeito.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, já expusemos as razões da rejeição ao projeto. A menos que colegas queiram que se esclareça. Se não houver necessidade de esclarecimentos, também não vejo razão para voltar ao assunto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Se nenhum Senador ou Senadora quiser comentar – esse projeto é do Senador Pimentel –, coloco em votação o Item 11. Aliás, perdão, como o 11 e o 12...

Senador Eduardo Braga, como Relator do Item 12, se V. Exª pudesse nos dar a honra!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, em função de estar, até ainda há pouco, presidindo a reunião conjunta da Comissão de Ciência e Tecnologia e Agricultura sobre o Código Florestal – inclusive V. Exª esteve presente –, fui informado de que o Senador Pimentel havia lido o nosso relatório.

Portanto, serei bastante sucinto, Sr. Presidente, indo diretamente ao voto, mais uma vez, para manifestar nossa posição com relação a um tema extremamente importante.

Na semana passada, nesta mesma Comissão, uma outra proposição nesse mesmo sentido também foi rejeitada por esta Comissão, o que demonstra exatamente que há um princípio com relação à questão dos incentivos fiscais na fronteira para que se possa efetivamente criar um equilíbrio, e não, portanto, uma desigualdade ainda mais acentuada.

Diante do exposto, recomendo a rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 621, de 2007.

É esse o parecer e é essa a recomendação do relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Eduardo Braga. Hoje V. Exª está presidindo uma audiência pública fundamental, a leitura do relatório do Senador Luiz Henrique, portanto, é mais do que compreensível a divisão de tarefa neste dia complicado para todos nós, especialmente em função do funcionamento das comissões.

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação em bloco.

Se todos as Srªs e os Srs. Senadores concordam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, com relação ao Item 11, eu queria registrar o meu voto contrário ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – V. Exª não vota porque é o autor. Só conta para a presença. (*Risos.*) Autor não tem vez.

Portanto, os Itens 11 e 12 em bloco. Os relatórios são pela rejeição da matéria.

Senador Suplicy, Itens 11 e 12.

Votação nominal. Quem vota com os Relatores, vota “não”.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com os Relatores, “não”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador José Pimentel, só o Item 12.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Voto “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vota “não”, com o Relator.

Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Voto “não”, com os Relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador João Ribeiro.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – Com os Relatores, Sr. Presidente, “não”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Com os Relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Não”.

Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Com os Relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – “Não”, com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Não”. Portanto, 13 votos a zero para o Item 11. E, no Item 12, 14 votos.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente Delcídio, para que não restem dúvidas, no Item 12, a Área de Livre Comércio em Jaguarão, um projeto do Senador Zambiasi relatado pelo Senador Eduardo Braga, o entendimento – ele foi até muito gentil de ter me explicado as razões pelas quais rejeitou o projeto – é que, de fato, a Câmara está discutindo um projeto coletivo da fronteira. Então essa é a razão pela qual penso que seja o entendimento coletivo maior de toda a região de fronteira, não apenas para um único Município. Está correto, por isso o apoio desse projeto no âmbito da rejeição.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Nós somos fronteiriços, Senadora Ana Amélia. A gente sabe a importância de se dar um tratamento específico, o Senador Eduardo Braga conhece bem, para a faixa de fronteira. Portanto, nos Itens 11 e 12 os projetos foram rejeitados pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Agora entramos no Item 16. A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais nenhum Senador e Senadora para discutir, vamos colocar em votação o projeto e a Emenda nº 1.

Votação nominal.

Consulto o Plenário se podemos fazer uma só votação, a do projeto e da emenda.

Se todos estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Quem vota com o Relator, vota “sim” ao projeto e à Emenda nº 1.

Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – “Sim”, com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Presidente, esse é um projeto do Senador Flávio Arns, que fez um grande trabalho em relação às pessoas com deficiência. O projeto dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão nas cédulas brasileiras de elemento que possibilite a sua identificação por pessoas com deficiência visual.

Dessa forma, com prazer, votamos “sim”, votamos com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, o Senador Lindbergh vota com o Relator, vota “sim”.

Como vota o Senador João Ribeiro?

O SR. JOÃO RIBEIRO (PR – TO) – Sr. Presidente, também votamos com o Relator. Da mesma forma que disse o Senador Lindbergh, quero afirmar que o Senador Flávio Arns defendeu firmemente essa questão. S. Ex^a é ligado às Apaes e fez um brilhante trabalho no Senado Federal. Portanto, votamos favoravelmente, com muito prazer, ao relatório e à emenda.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador João Ribeiro, que votou “sim”.

Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin?

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, também voto “sim”. Rapidamente, quero comentar que há um projeto de minha autoria que é semelhante a esse e que tramita na Câmara dos Deputados. Essa é uma ação inclusiva fantástica, fenomenal. Hoje, os deficientes visuais enfrentam uma série de dificuldades, e uma delas, que é significativa, é referente à utilização do dinheiro. Essas pessoas são frequentemente enganadas, e essa medida, essa proposta apresentada pelo Senador Flávio Arns, com parecer favorável do Senador Vicentinho, merece de nossa parte aplausos, Sr. Presidente. Voto com o Relator, voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A Senadora Vanessa Grazziotin vota “sim”.

Como vota o Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Voto com o Relator, Sr. Presidente. Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O Senador Casildo vota “sim”.

Como vota o Senador Eduardo Braga?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O Senador Eduardo Braga vota “sim”, com o Relator.

Como vota o Senador Raupp?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Voto “sim”, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Como vota o Senador Lobão Filho?

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Como vota o Senador Francisco Dornelles?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Como vota o Senador Aloysio Nunes Ferreira?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Como vota o Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente Delcídio, voto com o Relator, parabenizando o autor da proposição, o ex-Senador e atual Vice-Governador do Paraná, o nosso Senador Flávio Arns, cuja vida foi sempre devotada aos deficientes. Em boa hora, ele fez o projeto que, hoje, estamos aprovando.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vota “sim” o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Como vota o Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Como vota o Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, além de votar “sim”, eu gostaria de aproveitar o ensejo para fazer um apelo à Câmara dos Deputados referente a uma matéria que também diz respeito às pessoas especiais e que tramita naquela Casa há um bom tempo. Trata-se da PEC nº 270. Seria oportuno que essa PEC fosse aprovada em regime de

urgência. E, aqui, no Senado Federal, tramita o Projeto de Lei nº 40, que também diz respeito às pessoas especiais, cujo Relator, se não me falha a memória, é o Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Exatamente, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Fazemos esse apelo, para que essas propostas possam tramitar com celeridade, em regime de absoluta prioridade.

Votamos com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vota “sim” o Senador Alvaro Dias. Absolutamente legítimos e pertinentes são os comentários do Senador Alvaro Dias. Assim, trataremos dessas matérias no Senado Federal, especialmente na CAE.

Portanto, foram 15 votos “sim”.

A Comissão aprova o Projeto, com a Emenda nº 1, da CAE.

Partimos para a apreciação do Item 17, que trata do Projeto de Lei do Senado nº 8. Lembro que o Projeto é terminativo e exige quórum qualificado. Já foi lido o Projeto.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a declaração de prejudicialidade do Projeto.

Quem vota com o Relator vota “sim” à declaração de prejudicialidade do Projeto.

Como vota o Senador José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O voto do Senador Suplicy já é conhecido. Como vota o Senador Lindbergh Farias?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Como vota o Senador João Ribeiro?

O SR. JOÃO RIBEIRO (PR – TO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin?

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Como vota o Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – “Sim”, Sr. Presidente, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Como vota o Senador Eduardo Braga?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Como vota o Senador Raupp?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Voto “sim”, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Como vota o Senador Lobão Filho?

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Catorze votos “sim”. Portanto, a Comissão aprova a declaração de prejudicialidade do projeto.

Item 18 da pauta. É o último item da pauta. Nós estamos iguais a corredores de Fórmula 1: problema na suspensão, os pneus já gastos, problema nas marchas, mas estamos chegando ao final.

O Projeto de Lei do Senado nº 191, de 2006, já foi aqui relatado, de autoria do Senador José Sarney e relatoria do Senador Valdir Raupp.

O item já foi anunciado e o relatório, lido pelo Senador Raupp.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Não havendo nenhum Senador ou Senadora que queira discutir, consulto o Plenário se podemos fazer uma só votação, do projeto e das Emendas nºs 1, 2, 3 e 4–CCJ e a emenda de autoria da nossa querida Senadora do Mato Grosso Serys Slhessarenko.

Se todos os Senadores e Senadoras concordam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Portanto, quem vota com o Relator Raupp vota “sim” ao projeto e às Emendas nºs 1,3 e 4–CCJ e “não” à Emenda nº 2–CCJ e à emenda de autoria da Senadora Serys Slhessarenko.

Portanto, vamos à votação nominal.

Mais uma vez: quem vota com o Relator Raupp vota “sim” ao projeto e às Emendas nºs 1,3 e 4–CCJ e “não” à Emenda nº 2–CCJ e à emenda de autoria da Senadora Serys Slhessarenko.

Portanto, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o relator, Sr. Presidente, ainda que a Secretaria da Receita Federal tenha manifestado uma preocupação com respeito ao princípio da isonomia fiscal, em relação a entidades que se encontram em situação assemelhada. Mas se trata de uma homenagem à Academia Brasileira de Letras e vamos assim considerar.

Consultei o meu colega, que é do Rio de Janeiro, sede da Academia Brasileira de Letras, Lindbergh Farias, que avaliou que seria o voto mais adequado, Sr. Presidente: “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Sim”. É um voto importante para a Academia Brasileira de Letras, para a Associação Brasileira de Imprensa e para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Matéria importante e instituições importantes. Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, “sim”.

Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, voto “sim”. Aproveito para homenagear a Academia Brasileira de Letras neste grande paraibano que é o seu Presidente Marcos Vilaça.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O paladino do pré-sal, junto com o Senador Dornelles.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Senador Lindbergh, uma retificação: pernambucano. Você disse paraibano.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu falei pernambucano. Eu sei que Marcos Vilaça é pernambucano, um grande amigo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Um vacilo. Foi um vacilo.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Falei? Eu sou paraibano, mas sei que Marcos Vilaça é pernambucano.

Eu falei paraibano quando queria falar pernambucano. Eu sei que ele é pernambucano.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador João Ribeiro.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – Eu vou votar “sim”, mas para demonstrar que conheço um pouco Marcos Vilaça, que foi do TCU. Mas, antes de ser do TCU, Sr. Presidente, ele foi Presidente da LBA. Não sei se alguém desta Casa sabe disso. Eu o conheci nessa época e, por sinal, não querendo corrompê-lo, eu trouxe para ele um pilão de pau-brasil que é produzido no meu querido Estado do Tocantins. Sei que ele deve ter guardado esse pilão até hoje, que é uma peça decorativa muito bonita.

Então, voto “sim”, para homenagear também a Academia Brasileira de Letras, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador João Ribeiro vota “sim”.

Senadora Vanessa Grazziotin, como vota?

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Quero votar no final.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Quer votar no final?

Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sem dúvida, a Academia Brasileira de Letras, a origem do Projeto vem lá do Amapá, do Amazonas, do Maranhão e o Relator é o Senador Raupp. Vamos votar com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, vota “sim” o Senador Casildo.

Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vota “sim” o Senador Eduardo Braga.

O voto do Senador Raupp é conhecido.

Senador Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com o Relator, voto “sim”.

Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Sim”, Senador Dornelles.

Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, voto “sim”.

Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – “Sim”, Presidente.

Senador João Ribeiro, o Senador Pimentel perguntava aqui se esse pau-brasil de que V. Ex^a fez o pilão derrubou com licença do Ibama. *(Risos.)*

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – Não, Senador, não fui eu que derrubei porque eu nunca derrubei nenhum pau. Nenhum tipo de pau, nem pau-brasil, nem outro. Mas, na verdade, as pessoas que produzem... Se V. Ex^a quiser um, eu trarei com o maior prazer do mundo. Eles têm licença, fabricam lá na cidade de Araguaína, onde fui Prefeito e fiz carreira política. Fui Vereador, fui Deputado Estadual, Deputado Federal duas vezes, Senador pela segunda vez. Mas se o Senador Pimentel tiver vontade de possuir um pilão de pau-brasil, eles têm licença ambiental e eu trago um para ele com todo prazer. É pesado, mas eu trago.

SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O Senador Flexa, então, com pau e tudo, vota “sim”. *(Risos.)*

Senador Armando Monteiro.

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Vanessa Grazziotin.

Vota “sim” a Senadora Vanessa Grazziotin.

Dezesseis votos “sim”.

A Comissão aprova o Projeto com as Emendas nºs 1, 3 e 4 da CCJ/CAE e rejeita a Emenda nº 2 da CCJ, rejeitando, ainda, a emenda de autoria da Senadora Serys.

Portanto, essa primeira...

Quero registrar que foram retirados de pauta os Itens 9, da Senadora Lídice da Mata, Relatora, por solicitação dela, e 10, relatoria do Senador Demóstenes Torres.

Portanto, considero a 54ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos encerrada, agradecendo a todos os Senadores e Senadoras que, com as dificuldades que tiveram, votaram a pauta, inclusive os projetos terminativos.

(Iniciada às 10 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 23 minutos.)

ATA DA QUINQUAGÉSIMA QUINTA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 25 DE OUTUBRO DE 2011, ÀS 11 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às doze horas e vinte e três minutos do dia vinte e cinco de outubro do ano de dois mil e onze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Humberto Costa, Lindbergh Farias, João Ribeiro, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Marta Suplicy, Vicentinho Alves, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Lobão Filho, Francisco Dornelles, Ana Amélia, Sérgio Souza, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Alvaro Dias e Armando Monteiro. Deixam de comparecer os Senadores Clésio Andrade, Acir Gurgacz, Roberto Requião, Luiz Henrique, Reditario Cassol, José Agripino, Demóstenes Torres, João Vicente Claudino e Marinor Brito. A Presidência declara abertos os trabalhos e informa que a presente Reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública, com a presença, como expositores, dos Senhores Antonio Silvan Oliveira, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Químicos; José Osvaldo Beserra Carioca, Professor da Universidade Federal do Ceará – UFC; João Furtado, Professor do Departamento de Engenharia de Produção da Escola Politécnica da USP; e Fernando Figueiredo, Presidente-Executivo da Associação Brasileira da Indústria Química – Abiquim, com a finalidade de discutir o “Pacto Nacional da Indústria Química”, em atendimento ao Requerimento nº 55 de 2011-CAE, de iniciativa do Senador Inácio Arruda. Após as exposições dos convidados, usam da palavra os Senadores Inácio Arruda e Eduardo Suplicy. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e cinquenta e oito minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, Secretária da Comissão de Assuntos Econômicos, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a 55ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Audiência pública com a finalidade de discutir o Pacto Nacional da Indústria Química, em atendimento

ao Requerimento nº 55, de 2011, da CAE, de iniciativa do Senador Inácio Arruda.

Convidados: Sr. Antônio Silvan Oliveira, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Químicos, que já convidado para vir à Mesa; Sr. José Osvaldo Beserra Carioca, professor da Universidade Federal do Ceará, UFC, que também convidado a vir à mesa dos trabalhos da CAE; Sr. João Furtado, professor do Departamento de Engenharia de Produção da Escola Politécnica da USP, que também convidado a vir para a Mesa da Comissão de Assuntos Econômicos; e Sr. Fernando Figueiredo, Presidente Executivo da Associação Brasileira da Indústria Química, Abiquim.

Volto a registrar que o representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio não pode estar presente porque eles estão tendo uma reunião sobre esse mesmo assunto concomitantemente a esta audiência pública.

Quero pedir desculpas aos convidados pelo atraso, porque tivemos, hoje, pela manhã, uma agenda de Senadores e Senadoras muito conturbada porque aprovamos os dirigentes da Anatel, fizemos a sabatina, foi lido, presidida pelo Senador Eduardo Braga, o novo Código Florestal, tivemos que votar várias matérias aqui na CAE. A audiência oscilou muito em função dessas atividades.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A Comissão de Assuntos Sociais do Ministério do Esporte.

Portanto, peço desculpas aos convidados, porque realmente tivemos uma manhã bastante conturbada de terça-feira, mas, graças aos Senadores e às Senadoras da CAE, nós conseguimos, mais uma vez, dar cabo do nosso desafio, Senador Pimentel.

Portanto, uma vez apresentado o Sr. Antonio Silvan Oliveira, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Químicos; o Dr. José Osvaldo Beserra Carioca, Professor da Universidade Federal do Ceará com muita honra; o Professor João Furtado, Professor de Engenharia de Produção da Escola Politécnica; e o Sr. Fernando Figueiredo, Presidente Executivo da Associação Brasileira da Indústria Química – Abiquim, de acordo com o art. 94, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão as suas exposições, e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e pelas Senadoras inscritos – já está correndo aí uma lista de inscrição para os Senadores e as Senadoras que queiram interpelá-los –; a palavra aos Senadores e às Senadoras será concedida na ordem de inscrição; os interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado.

Com a palavra o Sr. Antonio Silvan Oliveira, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Químicos.

Eu gostaria só de registrar que esse requerimento é de iniciativa do Senador Inácio Arruda, que também não está presente, mesmo sendo o autor do requerimento, porque ele está em outra Comissão, visto que hoje há um requerimento de convocação do Ministro do Esporte. Por isso, ele está lá presente. Portanto, é absolutamente justificável a ausência, pelo menos até agora, do Senador Inácio Arruda.

Com a palavra o Dr. Antonio Silvan Oliveira.

Nós vamos deixar dez minutos para cada um, se os senhores entenderem como razoável, mas também vamos ter certa liberalidade para que cada um fale com tranquilidade. É uma audiência muito importante. Portanto, dez minutos por expositor.

Com a palavra o Sr. Antonio Silvan Oliveira.

O SR. ANTONIO SILVAN OLIVEIRA – Bom dia, Presidente Delcídio do Amaral. Em nome dos trabalhadores do ramo químico e da direção da Confederação Nacional dos Trabalhadores do ramo químico, agradecemos esta oportunidade de podermos estar aqui apresentando o nosso pensamento em relação a esse importante setor da economia brasileira. Esperamos, efetivamente, poder deixar registrado aquilo que desejamos desse investimento que está sendo sinalizado. Também agradecemos a todos os Senadores e às Senadoras e a todos os demais presentes.

A apresentação que estamos fazendo diz respeito, na nossa visão, avaliando a proposta que foi manifestada pelo Governo Federal, aos investimentos, nos próximos vinte anos, em relação ao ramo químico. Em seguida, a gente mostra, na próxima...

Pode continuar, por gentileza.

A nossa expectativa gira justamente em torno não somente do crescimento econômico de volumes, mas também da oportunidade de trabalho. E que essa oportunidade de trabalho venha com qualidade de vida, com segurança no ambiente de trabalho e com remuneração compatível à importância dessa mão de obra.

Sabemos que o setor químico é um dos setores que mais exigem da mão de obra até pela sua característica técnica e pela alta tecnologia empenhada durante seu processo produtivo.

Estamos falando da fase inicial, mas há uma segunda fase, que é a fase já de transformação. Aí já falamos da cadeia produtiva.

Por gentileza.

Na geração de emprego, a gente tem uma presença que não é especificamente na fase inicial do setor químico, mas na cadeia produtiva. A presença masculina é fundamental nesse setor, até porque uma

atividade inicial restringe muito e há algumas dificuldades da utilização da mão de obra feminina.

Seguindo.

A qualificação profissional é uma das características e tem sido uma das grandes dificuldades para atender à demanda, que vem crescendo, desse segmento importante na economia.

Nós temos aí uma previsão de investimentos a serem feitos no setor produtivo e o que esperamos e vamos trabalhar com o setor econômico é que dentro desse investimento tenhamos, como uma das prioridades, a valorização da mão de obra com melhores remunerações, criando melhores condições para o trabalho. Queremos ressaltar a segurança no ambiente de trabalho.

Esse é um setor que exige muito de cada um dos operadores, porque as atividades que desenvolvem o segmento por si já são atividades de alto risco. Então, se faz necessário um investimento que possa trazer a capacitação, a condição de trabalho para que o trabalhador esteja vendendo a sua mão de obra e o seu conhecimento e não colocando em risco a sua vida e a sua integridade física.

Continua.

Um dos pontos que nós frisamos que seria importante discutir dentro dessa fase de investimentos e de crescimento do setor é avaliar que pelo grau de importância, de risco que essa atividade requer, o quadro de estresse que envolve o trabalhador no seu ambiente de trabalho é muito grande. A atividade exige do trabalhador uma atenção enorme no processo produtivo.

Quando a gente fala e evoca a questão da redução da jornada de trabalho, é por entender a importância de que esse é um quesito que traz a segurança na operação. Nós entendemos que esse é um assunto que precisa estar pautado, dentro desse investimento, na diminuição da carga horária de trabalho desses trabalhadores que estão envolvidos principalmente com a fase primária desse setor, porque dentro do rol de investimentos já temos que fazer uma análise do custo que será impactado para que tenhamos uma jornada de trabalho compatível com as exigências dessa função. O quadro de estresse desses trabalhadores é muito grande.

Continua.

Falamos aqui, também, a respeito da flexibilização da jornada, esse assunto que acabamos de implementar como um tema importante.

Continua, por gentileza.

Outro assunto que hoje é pauta de todos os setores e pelo que esperamos ter uma margem de entendimento com o setor econômico é que esses trabalhadores que estão contribuindo de forma intensa para

o crescimento desse importante segmento tenham, dentro de um programa discutido e que venha a ser deliberado entre as partes, empregado e empregador, uma participação mais incisiva nos resultados que eles, de uma forma muito determinada, ajudam a atingir.

Então, a gente incrementa, dentro dessa discussão, a necessidade de pensarmos como um dos pré-requisitos na relação capital e trabalho um programa que tenha clareza do resultado que o trabalhador terá com a sua contribuição e importante participação no crescimento desse setor. Programas de participação nos resultados são fundamentais para que se traga o entusiasmo e o reconhecimento justo ao trabalhador que tanto tem feito pelo crescimento desse segmento.

Pois bem, pode continuar.

Já citei, anteriormente, e precisamos pensar de uma forma bastante ampla sobre a segurança no ambiente de trabalho e a preocupação com o meio ambiente, que são dois pontos fundamentais para esse setor. A atividade química já é uma atividade de alto risco para o operador, para toda essa equipe que está dentro do site, como também para o meio ambiente. É inerente à atividade. Não é simplesmente colocarmos que é uma negligência operacional a situação de risco que existe na operação. Não, a atividade química, por si, já é uma atividade que requer uma atenção maior, um cuidado bem maior. Por isso que anteriormente nós falamos do *stress* na operação, da necessidade de se viabilizar efetivamente uma adequação da jornada de trabalho às exigências que a função tem do operacional.

Nessa questão ambiental, a conscientização do trabalhador, o envolvimento da sociedade em demonstrar um grau de responsabilidade cada vez maior da empresa, dos gestores do negócio, se faz necessário. Dentro dessa política de investimentos, temos que pensar qual é a contrapartida desse setor em relação a minimizar os riscos operacionais, mas também o risco ao meio ambiente, na hora do descarte, na hora do processamento, na hora inclusive de ter uma política de retornar à origem embalagem de matéria-prima que esse segmento atende à indústria e atende, muitas vezes, ao próprio comércio final. É fato que temos hoje parte dessas embalagens, que precisam de uma política especial de retirada do mercado. Porque, apesar de termos uma política de reciclagem, é muito difícil reutilizar a parte da embalagem, da matéria-prima química.

Segue, por gentileza.

Falamos agora da necessidade de a indústria ter um programa estratégico de lidar com o ambiente interno e também com o meio ambiente externo.

Por gentileza.

A responsabilidade social, que julgamos de fundamental importância e que começa no ambiente da

fábrica. Não podemos admitir que grandes grupos econômicos que pregam para a sociedade uma responsabilidade social, que mostram para a sociedade que atendem programas sociais em algumas comunidades do nosso País, não tenham uma política de valorização, uma política de melhora da qualidade de vida no ambiente de trabalho. Discutir redução de jornada e segurança operacional tem de fazer parte também da sua responsabilidade social corporativa.

Outro ponto que julgamos importante – e aproveitamos para registrar – é que esse setor possa pensar não especificamente a indústria química, mas a cadeia produtiva da qual faz parte a indústria química. Porque, quando pensamos em uma política de acessibilidade, uma política de preços competitivos, uma política que permita que o transformador, que é a manufatura, que gera muito emprego e que ajuda a equacionar o problema social em diversas regiões do País, esteja no rol da responsabilidade social do começo dessa cadeia produtiva, que é a indústria química, pensamos em uma política de acessibilidade das empresas menores, a sua grande maioria de capital nacional, da matéria-prima essencial, para que nós possamos ter a manufatura melhor inserida no mercado. E, quem sabe, podermos ajudar a combater o impacto que hoje nós temos da importação de diversos produtos manufaturados. E faz parte também, estaria envolvido e inserido, priorizar o atendimento à demanda local.

É importante falarmos da importação e da exportação? É importante para esse setor também exportar? É. Mas é fundamental que a indústria química pense coletivamente, que o governo, dentro das suas prioridades de política industrial para o setor, entenda a importância de a indústria química se inserir melhor dentro do processo que vem até à manufatura, que garanta a empregabilidade e a grande preocupação da organização profissional dentro do nosso País.

Pode seguir.

Apresentamos – como já falamos anteriormente e estamos dando destaque – o que entendemos essencial, dentro dessa discussão, do investimento a ser feito nesse importante segmento: o emprego e relações de emprego; condições de trabalho e proteção social; condições de trabalho que tratem do ambiente de trabalho, da qualificação profissional e, consequentemente, da remuneração dessa mão de obra; diálogo social, que seja presente no ambiente de trabalho e que possa transcender, mas não adianta fazer um diálogo social com a sociedade externa sem ter um diálogo interno com a força de trabalho; saúde e segurança no trabalho.

Sr. Presidente, é fundamental que, dentro dessa política de investimentos no setor, esse tema seja

prioridade. Já falamos que a segurança na operação e o direito à saúde é fundamental. Essa é uma atividade onde esses dois pontos são colocados em risco simplesmente pela atividade, não pela negligência no processo, mas pela realização e execução do processo. Por isso, requer um atendimento especial e um investimento dentro da prioridade, como é o crescimento do negócio, do faturamento, da produtividade. Que tenhamos um crescimento acentuado nas melhorias das condições de trabalho e na segurança para realizar esse trabalho.

Sem dúvida nenhuma, o desenvolvimento humano, que vem com o treinamento, com a qualificação, e não com a exclusão da mão de obra, com a inclusão, levando-se em consideração que, cada fábrica montada, vem com o processo de modernização natural, exigência do mercado. Mas se faz necessário reciclar essa mão de obra e dar a oportunidade dela continuar ativa no ambiente de trabalho.

Já falamos da importância do diálogo social. Precisamos dialogar, sim, Governo, empresa e a força de trabalho, para que possamos, dentro desses investimentos previstos, termos um resultado satisfatório. O trabalhador acredita, está disposto a contribuir e preparado para fazer essa discussão. Todas as forças de trabalho que representam os trabalhadores em nível nacional estão aptas para fazer esse diálogo com as empresas, que é o capital, e também com o Governo.

Entendemos que precisamos pensar em redução de juros. Qual é a realidade que se vive hoje no mercado mundial do produto químico da indústria química? Se fala muito do custo operacional, do custo da mão de obra. Qual é a realidade econômica da mão de obra dentro e fora do nosso País? Falamos aqui de grandes empresas multinacionais que atuam em diversas partes do mundo e entendemos que não é a remuneração do trabalhador que acaba impactando, inviabilizando ou dificultando o desenvolvimento desse segmento. Entendemos, sim, que precisamos discutir a lucratividade dessa operação e a carga tributária que incide sobre ela, para entendermos melhor que a parte que muito contribui, que é a mão de obra, que faz toda a transformação desse processo, ainda precisa ser melhorada a sua remuneração e uma política de benefícios que possa ser extensiva à família.

Com isso, eu quero apresentar o nosso pensamento, agradecer mais uma vez a oportunidade que tivemos e dizer que Confederação Nacional dos Trabalhadores Químicos está à disposição para fazer essa conversa nacionalmente ou em nível regional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Dr. Antonio Silvan Oliveira,

Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Químicos.

Quero passar a palavra para o Dr. José Osvaldo Beserra Carioca, professor da Universidade Federal do Ceará, UFC, por 10 min.

O SR. JOSÉ OSVALDO BESERRA CARIOCA

– Prezado Senador Delcídio Amaral, Presidente desta reunião, a qual queremos endereçar esta mensagem que é a mensagem que reúne todo pensamento das instituições de pesquisa, das instituições ligadas ao setor químico.

Aqui tem um conjunto de agradecimento e não vou me deter. Só queria agradecer a esta Casa pela oportunidade de discutir um assunto de tamanha importância para a economia do País, em especial ao Senador Inácio Arruda, que tem sido um batalhador há mais de 10 anos por esse assunto.

Esses são alguns reconhecimentos que são muito importantes para que possamos entender que esse assunto não é mais um assunto do Brasil. É um assunto que está ligado às Nações Unidas, à Comunidade Europeia, ao Conselho das Indústrias Químicas, em nível internacional, e a várias instituições.

Preparamos esses dados, porque este é um momento ímpar para esta Casa conhecer como será o futuro do País.

Os agradecimentos já foram feitos. Vou iniciar com as premissas básicas, para chegar rapidamente à nossa proposta sobre o Programa Brasileiro de Química Verde. Vou dar alguns exemplos de economia verde. E vamos finalizar com o convite feito pela União Internacional de Química Pura e Aplicada (Iupac), que vai realizar no País, em 2014, um simpósio em que homenageará todo esse esforço.

Vamos passar rapidamente às premissas. Este é um ponto fundamental: o Clube de Roma, que foi o primeiro ponto em toda essa mudança histórica da questão ambiental em nosso País. O meio ambiente não é mais o lixo da indústria. O meio ambiente é aquele de onde tiramos as matérias-primas. Esse assunto, desde o Clube de Roma, vem sendo tratado. Já houve três conferências internacionais. E, dentro desse conjunto de coisas, nasceu o Programa Brasileiro de Química Verde.

Para todos terem uma ideia clara de qual é a origem disso, a pergunta que o Clube de Roma fez foi a seguinte: onde estamos, será que esse problema é reversível? O problema é extremamente complexo. Aí estão todas as fontes produtoras de CO₂ para a atmosfera, num crescimento indomável. E não haverá alternativa senão a de invertermos esse processo.

Esse dado está um pouco atrasado, mas estão lá a Europa, os Estados Unidos, a própria Ásia, que

não é mais verde. Portanto, sobra o Brasil e a África ali, como lugares excepcionais para o desenvolvimento de um programa dessa natureza.

Para que todos entendam por que a química verde não é uma questão de química, mostro que a química está no centro de todos os problemas que impactam o meio ambiente e o sistema produtivo. À direita, embaixo, estão todos os sistemas, as fontes que deverão ser alavancadas para que possamos conseguir a tão falada sustentabilidade. Então, a química é o centro dessa questão. Por isso, a química é a ciência que terá essa grande missão.

Vou falar rapidamente sobre o conceito estabelecido em nível internacional, e a Academia, as indústrias, o Conselho das Indústrias Químicas, a Abiquim, todos nós estamos empenhados em fazer disso uma realidade no País. Qual é a filosofia? Como proceder? Ninguém poderá desenvolver nenhuma atividade se não tiver responsabilidade social, ecológica e econômica. Isso é traduzido em marco regulatório. Hoje, os estudos de impacto ambiental e os relatórios sobre meio ambiente são assuntos fundamentais para que seja executada qualquer ação.

É indiscutível que somos um País tropical. Portanto, é excepcional a oportunidade que este País tem. Este País tem não somente o seu potencial, mas também tem os trópicos. Temos de pensar além da cana, que, certamente, é uma grande matéria-prima nacional. A mensagem é a de que a biodiversidade brasileira é muito importante. Temos de trabalhar nos trópicos. Essa é uma mensagem que a Embrapa levou para um congresso internacional. Portanto, é aqui que nosso esforço de cooperação tem de se fazer valer. Temos competência. É indiscutível a competência instalada na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

Aí está a missão: tornar a matriz química brasileira verde. É muito comentada a matriz energética do País. Temos de chegar aos mesmos produtos, temos de chegar ao mercado, com produtos de química fina, com produtos de valor agregado, via produtos da química verde. Essa é a mensagem.

Aí está a reversão. A reversão já começou, como vamos mostrar. E lá está a biomassa, a energia solar, como fontes do futuro. E este País, como um país tropical, tem uma excepcional oportunidade de fazer isso.

Já há marcos regulatórios. Não vou entrar em detalhes, mas aí estão alguns deles, e outros virão.

Para mostrar essa questão introdutória, colocamos aí a plataforma da Comunidade Europeia, que escolheu dez temas. Esse trabalho, hoje, está sendo desenvolvido na Comunidade Europeia, a SusChem, ou seja, a plataforma de sustentabilidade química.

Por favor.

Este é um exemplo. Uma plataforma NREL é um grande laboratório que recebe vultosos recursos do Departamento de Energia dos Estados Unidos.

Aí dois volumes inteiramente dedicados como mensagem à química verde.

Este é um ponto importantíssimo. Isso não é mais tarefa de país a, b ou c. Agora, as Nações Unidas lançaram este documento que tem mais de 600 páginas dirigidas principalmente aos países tropicais, para o desenvolvimento da química verde e erradicação da pobreza. Então, são 16 volumes e cada um desses volumes está dedicado à forma como a química verde pode impactar a economia dos países.

Por favor.

Feita essa parte introdutória, vamos agora realçar alguns pontos da economia brasileira centrada na indústria química e no agronegócio.

No dia que nós formos capazes de trazer as forças desses dois setores, este certamente será um país do futuro. Hoje a nossa indústria química já ocupa o 10º lugar no *ranking* internacional. Essa era a nossa posição em 2003. Portanto, em menos de quatro anos, já galgamos quatro postos e, agora, com o pacto da indústria química, nós vamos galgar a 5ª posição porque quem está à nossa frente tem pouco potencial para chegar lá.

Este é um quadro que mostra a indústria química em detalhes, mas nós vamos mostrar dois pontos importantes neste quadro. Em 2008, a nossa indústria química era essencialmente – 61% dela – produtora de produtos primários de ácido sulfúrico, de indústria de estrutura. Nestes últimos quatro anos, quando galgamos a 7ª posição, a nossa indústria química, evidentemente ainda com muitos produtos importados, já chegou a 27% do faturamento. A indústria de higiene pessoal, hoje a indústria química de cosméticos brasileira é conhecida no mundo todo. Aí há alguns pontos. A indústria de aditivos que não está nesse quadro. A indústria de defensivos agrícolas ainda é medíocre, portanto, a nossa posição é fundamental.

Por favor.

Aqui é outro ponto importante. Em 1990, a nossa indústria de química fina, aquela indústria que agrega valor, o único exemplo era fábrica de catalisadores. Esse é um exemplo marcante da Petrobras, que criou uma fábrica nacional de catalisadores, que inverteu a participação do capital nacional.

Aí há uma mensagem muito grande sobre a importância da química verde, defensivos agrícolas, fármacos e aditivos.

Esta é uma mensagem a esta Casa, que tem gerado leis. Esta Casa tem neste assunto um assunto importantíssimo, e o nosso Senador Inácio Arruda

tem sido uma voz dessa mensagem. Portanto, nós esperamos receber desta Casa, neste momento, um grande apoio ao pacto da indústria química e, mais do que isso, um grande apoio ao desenvolvimento da indústria da rede brasileira de química verde, que é a união de todas as universidades, juntamente com a Embrapa, para ajudar a indústria química brasileira, ou mesmo a estrangeira, a tornar este País um país de economia verde.

Por favor.

Aí temos um exemplo do progresso da indústria farmacêutica. Hoje nós já faturamos um bilhão de componentes.

Uma mensagem da Associação Brasileira de Indústria Química. No último parágrafo, está lá uma mensagem: o novo cenário que se desenvolve ao futuro da indústria química incorpora elementos, nos quais o Brasil tem vantagens comparativas pelo uso de matérias primas renováveis.

Este é um quadro até proibitivo no País. Não existem dados sobre a dependência do Brasil de produtos de aditivos para todos os setores da indústria, é um mercado de muito mais de 1 bilhão – esse é um dado de 2005; foi uma informação confidencial fornecida por um colega da Petrobras.

Este é um exemplo claro para mostrar como se agrega valor.

Um óleo vegetal que hoje é faturado a US\$600,00 a tonelada para fazer biocombustível, na hora que ele chega à indústria de alimentos, ele já é mais de US\$600,00. Se eu faço produtos químicos como este, todos os produtos que a indústria de cosméticos usa, vamos para US\$1 mil; se chego a um fármaco, chego a muito mais de US\$2 mil. Esse é o caminho; essa é a direção.

Agora a questão do agronegócio. Certamente, é o maior negócio deste País. É um setor que, essencialmente, tem saldo em sua balança de pagamentos. Estão aí os números, que são de todos conhecidos, mas há um ponto importante. Nosso agronegócio é um agronegócio que produz essencialmente *commodities*. Precisamos inverter essa posição. Essa é a mensagem da Rede Brasileira de Química Verde, juntamente com a Abiquim, juntamente com todos aqueles que querem tornar este País, em cinco anos, líder mundial da indústria verde no mundo.

Esse é o caso da cana-de-açúcar, não vamos perder tempo.

Aí está um dado alarmante. Aqueles oito milhões da indústria farmacêutica vêm de quê? De exportação de sementes, frutas, produtos primários. Precisamos agregar valor a esses produtos.

Aí está um dado internacional para mostrar como o mercado de bioprodutos beira hoje a US\$1 trilhão e, portanto, nós somos um País vocacionado para esse mercado.

A importância do Código Florestal. Não vou me deter; esta Casa está discutindo esse assunto, mas o trabalho do nosso Deputado Aldo Rabelo é importantíssimo para tornar a agricultura... Não podemos pensar nessa questão florestal como uma questão só de meio ambiente. Tem o fomento à agricultura, uso dos recursos naturais e, mais do que isso, a economia verde.

Vou passar rápido, porque os colegas vão tratar dessa questão.

Esse é importante. Aqui está como a indústria química começou a evoluir no Brasil. O PADCT. Na década de 85 a 95, foi criada uma infraestrutura acadêmica, aí estão os cursos de doutorado, que foram criados com o primeiro programa que o governo brasileiro fez com o BID.

Agora, isso já é fruto nas décadas seguintes dos fundos setoriais, em que esta Casa teve um papel importantíssimo, e aí nós vemos quantos cursos – são mais de 1.300 cursos de doutorado, em diferentes setores –, mostrando que a Academia Brasileira tem importância fundamental e competência para segurar o pacto da indústria química e tornar este País um país verde.

A distribuição. Infelizmente, a distribuição regional ainda tem algumas disparidades, mas os cursos de doutorado tendem a aumentar e, portanto, tornar este País um país verde.

Esse é um exemplo que mostra que as nossas publicações científicas já são representativas na América Latina (quadro azul) e são representativas em relação ao mundo. Infelizmente, nós ainda temos poucas patentes chegando à indústria. Mas essa é a mensagem central da rede de química verde.

Aí o número de incubadoras, que cresce neste País, mostrando a possibilidade de o pequeno empresário se incubir junto a uma universidade e vir a produzir em seus países.

Essa é a quantidade de volume que os fundos setoriais já estão investindo nesse setor.

Agora chegamos ao ponto central: a rede brasileira de química verde.

Esse, Sr. Presidente, é um trabalho de mais de 10 anos, lado a lado com a Abiquim, lado a lado com as maiores redes de química verde do mundo. Formulamos esse trabalho. Hoje esta Casa está lançando o livro, que é a proposta brasileira de química verde. Esse é um detalhe; aí está uma rede onde nós queremos nesse conselho a indústria para dizer qual é o problema dela. Não queremos o departamento nem

tampouco... Ali é a indústria que vai dizer com um núcleo de regulação, uma escola brasileira de química verde, que vai irradiar, difundir, produzir no País as patentes e a publicação, e uma rede de laboratórios associados, aproveitando a competência que já está instalada no País.

Aí tem as missões da rede, o plano estratégico que já está traduzido nesse discurso todo.

Aí estão todos os assuntos que foram escolhidos por uma grande unanimidade de pesquisadores, centros de pesquisa e pessoas da indústria, ou seja, os setores em que o Brasil deveria investir: biorrefinarias, valorização do álcool, valorização do açúcar, valorização da álcool-química, energias renováveis e a fitoquímica.

Aí são alguns exemplos que nós vamos mostrar. Por exemplo, somos um grande produtor de mamona, e exportamos mamona bruta, o que é uma lástima! Temos possibilidades inúmeras de valorizar a mamona.

O líquido da castanha do caju, que é um produto do Nordeste brasileiro, é o único óleo fenólico deste País. Exportamos 50 mil toneladas, para as grandes indústrias químicas devolverem na forma de produtos acabados. Isso não pode mais existir.

Aí estão as possibilidades, por favor.

Aqui está o futuro deste País, principalmente do Nordeste: as microalgas.

Aí está o clima.

Aí estão açudes públicos, em que o Governo investiu por mais de cem anos, sendo salinizados, porque essa água não está sendo utilizada. Nós temos no Nordeste a possibilidade de produzir biocombustíveis os mais importantes, produzir proteína – e o Nordeste é deficitário em proteínas –, pelo aproveitamento desses açudes.

Aí estão alguns exemplos que vou passar muito rápido. O exemplo da empresa Abiquim, que é um exemplo nacional. O exemplo da Dahl, que é o primeiro polo petroquímico. O exemplo da Basf. O exemplo de uma empresa nascente brasileira, a Biocycle.

Aí chegamos ao final.

Senhores, esse trabalho de mais de dez anos já chegou ao conhecimento do exterior. Nós fomos convidados para presidir o XVI IBF, o maior congresso de biotecnologia do mundo. São duas mil pessoas, com todas as grandes empresas. Desde 2008, sou membro desse comitê internacional e venho adiando, porque precisávamos ter um clima para fazer isso. Muito bem. Agora foi decidido: em 2014, será o Brasil. Esse projeto foi aprovado recentemente, na Assembleia-Geral da Iupac (International Union of Pure and Applied Chemistry). Então, nós estamos aqui irmanados, e queremos o apoio desta Casa para a realização desse evento,

que certamente vai ser um coroamento da economia verde. Eles acreditam e tenham a certeza de que...

Aí está o documento que foi encaminhado.

Aí está a carta que aprovou o Brasil, da Iupac.

E aí está a estrutura desse congresso. Nós escolhemos nove pontos, e lá está a economia verde – *green economy*. E vamos fazer uma grande mostra do País. Já estamos conversando com a Abiquim, ainda não chegamos ao Fernando, mas o Marcelo já comunicou a eles, a Anpei, o CGEE. Todos nós vamos nos irmanar, Presidente, e queremos a sua presença na abertura desse congresso, que será um evento que vai inverter, de vez, a posição da biomassa do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, professor carioca-cearense, pela veemência, pela convicção, que é uma coisa muito importante na vida de qualquer pessoa.

Eu quero passar a palavra agora para o Dr. Fernando Figueiredo, Presidente-Executivo da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim).

O SR. FERNANDO FIGUEIREDO – Bom-dia, Sr. Presidente. Bom-dia, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores. Eu gostaria de agradecer a esta Casa e ao Senador Inácio Arruda pela iniciativa e pela chance de discutir a indústria química nesta Casa que representa o povo brasileiro.

Eu só quero confirmar o que o Prof. José Osvaldo diz: a química é a ciência da vida, e tenho certeza absoluta, representando a indústria química brasileira, de que a indústria química tem as condições para ser o segmento industrial mais brilhante desta década, mais brilhante do que a indústria automobilística. Os senhores podem me cobrar em 2020 se as coisas certas forem feitas.

Eu gostaria também de fazer uma introdução inicial para registrar a preocupação com o risco.

A indústria química – o Antonio muito bem colocou – é uma indústria cujo risco é inerente a suas atividades. Porém, a indústria química é o segmento industrial que mais evoluiu na introdução, na implementação da Agenda 21 da ONU, com iniciativas muito importantes, como Global Product Strategy (Estratégia de Produto Global) e Strategic Approach to International Chemicals Management (Abordagem Estratégica para Gestão Internacional dos Produtos Químicos – SAICM), que são dois processos que acompanham todos os riscos de produtos do início ao fim da vida.

Desde 1992, antes da Rio-92, nós introduzimos na Abiquim, o programa Atuação Responsável, que tem por objetivo obrigar que todos os associados da Abiquim tenham compromisso com segurança, saúde e meio ambiente. Não é o dia para falarmos isso, mas

vamos fazer o Congresso de 20 anos, no ano que vem, e os ganhos apresentados por esse programa são fantásticos, em termos de redução de resíduos, redução de energia, redução de consumo de água.

Bom, eu na verdade poderia me dispensar de fazer a minha apresentação, porque o Professor José Osvaldo já fez isso de forma brilhante.

Mas, passando rapidamente, por favor.

Próximo.

É um negócio de 130 bilhões de dólares, dividido em segmentos, como já mostrou o professor. Não vou me deter aqui, são muitos segmentos que participam.

Próximo, por favor.

O próximo é muito importante porque mostra que a empresa tem crescido permanentemente. Nós, em 1995, éramos US\$ 41 bilhões; hoje, somos três vezes mais, US\$ 130 bilhões.

Próximo, por favor.

Isso é um número fantástico, mas vou dizer para vocês que é um grande problema também, porque o segmento químico no Brasil cresce, em 2011, em número chineses. Porém, lamentavelmente, os empregos estão sendo gerados fora do Brasil e vou mostrar isso daqui a pouco.

Próximo, por favor.

Nós somos – e o Professor José Osvaldo já mostrou isso – o sétimo, queremos ser o quinto, e não tenho dúvidas de que vamos ser o quinto em 2020.

No próximo, começam as nossas preocupações.

O setor químico já representou 3.6 do PIB brasileira. Hoje, representa apenas 2.4 do PIB brasileiro. Representamos 10% do PIB industrial do País, o que é uma participação significativa da indústria. Porém, o próximo é muito preocupante.

Os investimentos na indústria química não estão acontecendo na velocidade que nós desejamos. Para alcançar os US\$ 167 bilhões nós precisamos investir na ordem de US\$ 15 bilhões por ano. E vocês vêem que isso não está acontecendo nessa velocidade.

Por favor, o próximo.

Isso é o mais preocupante de todos, o déficit da balança comercial do Brasil. Em 2011, Sr. Presidente, irá superar os US\$ 25 bilhões. Vamos crescer astronômicamente o déficit; e como a indústria química é uma indústria cujo investimento leva três ou quatro anos, esse déficit deve permanecer por mais dois ou três anos.

Próximo, por favor.

Aí, o déficit por setor. Os senhores podem verificar que apenas os setores de limpeza e perfumaria têm um pequeno superávit, todos os demais setores da indústria química apresentam déficit na balança comercial.

Próximo, por gentileza.

E a nossa posição é de que precisamos retomar urgentemente os nossos investimentos. As importações são crescentes, preocupantes, o déficit vai ficar em torno de 25 bilhões e a previsão é crescer até 38 bilhões em 2020, se nada for feito. Nós temos fantásticas oportunidades não somente da química verde, como mencionou o Professor Osvaldo, mas, também, das matérias primas provenientes do pré-sal – e aí temos um problema sério, porque o gás no Brasil custa três vezes mais do que o gás dos Estados Unidos, e o Brasil tem todas as condições de liderar a química verde. E nós acreditamos, sinceramente, que o plano Brasil Maior pode ser o instrumento para realizar isso. Está decidida a criação de conselhos de competitividade de química e plásticos, e nós acreditamos que vai ser coordenado pelo Gabriel, diretor do BNDES, e subcoordenado pelo Alexandre Lopes, do MIDC, que são dois nomes profundamente conhecedores da indústria química no Brasil e que com certeza vão alavancar e tornar urgente as decisões em relação à química.

O próximo, por gentileza.

Nós podemos acelerar esse crescimento porque temos grandes reservas de petróleo e gás, temos um mercado interno grande e em expansão. E eu gostaria de registrar aqui que apenas dois países no mundo preenchem essas condições: o primeiro são os Estados Unidos – e não adianta ter complexo de inferioridade em relação aos Estados Unidos, porque eles são bons mesmo! – e o segundo é o Brasil. Nenhum outro país tem isso: a Rússia tem matéria-prima, mas não tem mercado; a China tem mercado, mas não tem matéria-prima. E nós temos uma indústria desenvolvida.

Sr. Presidente, nós temos três grandes grupos nacionais consolidados. Nós temos uma infinidade de médias e pequenas empresas inovadoras na indústria química, e todas as indústrias multinacionais da indústria química estão no Brasil há pelo menos 50 anos. Então, todas elas têm uma grande base produtiva no Brasil. E não existe nenhum país desenvolvido no mundo que não tenha uma indústria química forte. A China, que caminha na direção de ser um dos grandes países desenvolvidos, já começa a ter uma indústria química forte.

Nós elaboramos o Pacto da Indústria Química exatamente com a ideia de colocar a indústria química brasileira entre as cinco maiores do mundo até 2020.

E eu chamo a atenção para o fato de que nós queremos tornar o País superavitário em produtos químicos. Nós não queremos proteção comercial. A indústria química não quer proteção comercial; a indústria química quer condições de competitividade. Esse é o foco da indústria química. E não preciso gastar nenhum segundo porque o Prof. José Osvaldo já

demonstrou as nossas condições para sermos o líder em química verde.

O próximo, por favor.

O próximo.

Este é o objetivo do Pacto: ser o quinto.

Por favor, o próximo.

E o Pacto o que é? O Pacto é um conjunto de proposições que nós fizemos com as quais temos por objetivo acompanhar a demanda do consumo brasileiro e aproveitar as oportunidades do pré-sal e da química verde.

Por favor, o próximo.

Pode passar os dois. Por questão de tempo, pode passar o próximo também.

Se a gente olhar o crescimento da indústria química brasileira, a gente vê que hoje se pode alcançar, com produção, 130 milhões; porém, o consumo total do Brasil é de US\$151 bilhões, o que nos leva ao déficit da balança comercial. A origem do déficit está no consumo de US\$151 bilhões; então, nós precisamos importar, em 2010, US\$34 bilhões.

O próximo.

E isto é o que nós queremos fazer: nós queremos investimento, nós queremos acrescentar, até 2020, US\$115 bilhões à demanda de produtos químicos – é muito dinheiro! – e, mais do que equilibrar, queremos ser superavitários na balança comercial.

O próximo, por gentileza.

O próximo.

Aqui, falando de investimentos. Só para acompanhar o crescimento econômico do Brasil, a indústria química precisa investir US\$87 bilhões. Se nós quisermos simplesmente zerar o déficit comercial, nós precisamos investir mais US\$45 bilhões. E aproveitando as oportunidades da química renovável, mais US\$20 bilhões, e a oportunidade do pré-sal, mais US\$15 bilhões.

Então, nós temos bases muito concretas, Sr. Presidente, para alcançar os US\$167 bilhões que mencionamos.

O próximo, por gentileza.

Aí o quadro de investimentos, que já mostrei e não vou repetir, mas que precisamos reverter.

Por favor.

Do que nós precisamos? Matérias-primas competitivas em preço, disponibilidade de volume e prazo nos contratos. E aqui nós da indústria química acho que tivemos uma grande conquista recentemente: o Ministro Edison Lobão determinou a criação de um grupo para estudar o gás como matéria-prima, composto pelo próprio Ministério de Minas e Energia, pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e pelo Ministério da Fazenda.

É importante ressaltar que o gás é uma matéria-prima na indústria química, mas a gente não tem foco no uso energético do gás, no potencial energético do gás. O que a gente quer é usar o carbono que está associado ao gás e os componentes, os compostos que fazem parte do gás. Então, o gás, como matéria-prima, tem uma natureza diversa do gás para energia, e é assim no mundo inteiro. Existe preço diferenciado para gás matéria-prima e gás energia no mundo inteiro.

Então, acho que caminhamos aí.

Tributos. Nós nem queremos falar de distorções, de reforma tributária, porque sabemos das dificuldades que esta Casa encontra, mas algumas coisas nós precisamos fazer, e resolver distorções tributárias é importante. A emenda do Senador Romero Jucá seria um passo fundamental para resolver algumas distorções na área de ICMS. Se esta Casa pudesse aprovar, eu acho que já seria uma contribuição muito positiva porque hoje, infelizmente, estamos importando produtos químicos com incentivos fiscais.

A questão de infraestrutura logística é um ponto que toda a indústria sofre.

E temos a questão da inovação e da tecnologia. Eu esqueci de mencionar: a indústria química vai investir 32 bilhões em pesquisa e desenvolvimento. É muito dinheiro, 32 bilhões, e uma parte disso é para trazer os produtos da bancada para o comércio, para o negócio, para o mercado. E, para isso, um ponto importante é a questão das plantas pilotos, que é um projeto que temos discutido com a ABDI, com a Finep e com o BNDES porque precisamos achar o caminho para financiarmos as instalações de plantas pilotos no Brasil.

E quanto ao crédito, a gente tem que reconhecer o excelente trabalho desenvolvido pelo BNDES, porém, ainda encontramos uma certa dificuldade para as pequenas e médias empresas.

Próximo, por favor.

O câmbio é um problema adicional do momento, mas também não preciso me deter sobre isso porque é um problema de todos os segmentos industriais.

Próximo, por favor.

Nossos objetivos: conquista de liderança mundial e de sustentabilidade, aproveitamento do potencial brasileiro da biomassa e geração de 2 milhões de empregos; o Antonio já comentou isso.

Os US\$167 bilhões de investimento mais os US\$32 bilhões em pesquisa e desenvolvimento vão gerar, até 2020, 2 milhões de empregos. Temos, portanto, tudo para ser, como eu disse no início, o segmento mais brilhante da indústria.

Desses 2 milhões de empregos, 200 a 300 mil serão diretos, profissionais formados em química. É importante saber que, em 2009, o Brasil formou 8.000

– e eu diria apenas 8.000 químicos e engenheiros químicos. Nós precisamos formar 20.000 químicos e engenheiros químicos. Os jovens devem estudar química, até porque, segundo demonstrou a revista *Exame*, a indústria química é a indústria que melhor paga seus colaboradores.

Próximo, por favor.

Aqui são os detalhes da formação em química.

Era isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Senadores.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Permita, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Dr. Fernando Figueiredo. Senador Eduardo Supply.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Como na exposição do Sr. Antonio Silvan Oliveira, da Confederação dos Trabalhadores nos Ramos Químicos, houve uma menção a um dos aspectos do relacionamento entre trabalhadores e empresários que me parece importante, e eu agradeço se o Sr. Fernando Figueiredo puder fazer uma breve menção sobre a evolução daquilo que foi colocado, que os trabalhadores gostariam que houvesse mais interação dos trabalhadores com as empresas, inclusive com respeito ao que está previsto na Constituição. A própria Constituição diz que se quer estimular a participação dos trabalhadores nos resultados das empresas; então, se puder, que V. S^a diga uma breve palavra sobre como está esse tema que considero tão relevante.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu gostaria apenas de esclarecer aos Senadores que teremos uma fase de perguntas, para que todos os expositores apresentem seus trabalhos, e aí responderíamos em bloco todos os questionamentos apresentados. Então, já fica essa pergunta do Senador Supply.

Com a palavra o Professor João Furtado, do Departamento de Engenharia de Produção da Escola Politécnica da USP.

O SR. JOÃO FURTADO – Bom dia a todos. Muito obrigado por esta oportunidade.

Há 20 anos, numa sala parecida com esta, reuniu-se aqui a Comissão Parlamentar de Inquérito do Atraso Industrial e Tecnológico, da qual, aliás, fazia parte o Senador Supply. Vinte anos depois, no Brasil ainda se debatem muitas das questões que estavam naquela Comissão, presidida, à época, pelo Senador Mário Covas, relatada pela Deputada Irma Passoni, na qual tive a experiência muito enriquecedora de assessorar.

Nesses últimos vinte anos, uma das coisas que aprendi foi me aproximar dos temas da tecnologia e

tentar investigar por que esses problemas continuam sendo problemas que afligem o Brasil.

Nesta minha breve apresentação, muito breve, aliás, eu tinha feito uma apresentação muito mais longa, mas vou resumi-la em dois *slides*, com alguns poucos pontos, que não vou apresentar ali, a humanidade viveu durante vários séculos, milênios até, sem PowerPoint, acredito que ainda é possível uma comunicação sem PowerPoint, embora eu tenha a minha cola aqui na minha frente, que modifiquei ligeiramente depois de ouvir os colegas.

Tenho dois pontos apenas. O primeiro ponto diz respeito às perspectivas da química no Brasil. E a minha afirmação, que vou tentar desenvolver em poucos minutos, é a de que nunca uma atividade econômica foi tão indispensável para o Brasil. Vou tentar mostrar por que, se o PowerPoint não me pregar uma peça.

São quatro argumentos que quero utilizar nesta demonstração. O primeiro argumento é o de que, para um País que vive com a síndrome do modelo primário exportador a assustá-lo, a assombrar o seu futuro, a química não é um problema, a química é a solução. Por quê? Porque um País que, nas derrotas que sofreu ao longo dos anos 80 e 90, perdeu a possibilidade de se tornar um País, digamos, como era nosso sonho há 20 anos ou há 30 anos, um País, por exemplo, da eletrônica, para a qual, aliás, fizemos uma política, talvez a mais longa das políticas, a mais persistente das políticas industriais que o Brasil já teve, para um País que sofreu essa derrota e que vem, cada vez mais, tendo sua pauta de exportações confinada a um grupo mais restrito do produto do que nós gostaríamos, a química é, evidentemente, um veículo – vou chamar assim, simplificada – de criação de valor, de agregação de valor, de transformação de materialidade com valor relativamente reduzido numa materialidade de valor muito mais fortalecido.

O primeiro argumento, então, para recuperar, para um País que vive assustado com essa ameaça de se tornar um País primário exportador, a química poderia ser a oportunidade de fazer grandes transformações. Eu pego só um exemplo, nós somos um grande produtor de açúcar, mas também somos um produtor de lisina, um aminoácido importante que deriva do açúcar e que vale dez vezes mais do que vale o açúcar em bruto. E são muitos os exemplos. O Professor Carioca fez menção a vários.

O segundo argumento é que este é um país que reúne essas duas grandes condições que o Fernando Figueiredo mencionou: ser um grande mercado, um mercado muito dinâmico, ao mesmo tempo em que é um País com uma grande, uma generosa dotação de recursos naturais. Essa generosa dotação de recursos

naturais vai se tornar, ao longo do século XXI, cada vez mais importante, ao contrário do que nos ensinaram há 20 anos, há 25 anos, quando os recursos naturais eram algo desprezível. O mundo deixou demonstração do argumento, a África à deriva durante 30 anos ou 40 anos, desde que acabaram as guerras de descolonização. Hoje ninguém tem dúvida de que, pelo menos para o próximo meio século, os recursos naturais serão cada vez mais importantes.

Demonstração disso? Se você olha a estratégia de empresas que nasceram da tecnologia, como a General Electric, nascida há mais de um ano, em vida, Thomas Edison teve mais patentes relevantes do que o Brasil. Pois bem, essa empresa que nasceu num setor revolucionário como eletricidade no final do séc. XIX, no começo do séc. XXI, está se tornando uma empresa de água, uma empresa que descobriu que esse vai ser um ativo fundamental no séc. XXI.

Então, para um País dotado de recursos naturais, a química é um veículo importantíssimo para sua valorização.

O terceiro argumento importante para demonstrar essa perspectiva de que a química poderá ser um setor de muita importância ao longo dos próximos 20 anos, 30 anos, 50 anos é o argumento de que, nos padrões de consumo em formação, num país que fez políticas sociais consistentes, que criou empregos de forma generosa, que criou políticas sociais que redistribuíram renda, a química é um veículo de criação de soluções para esse padrão de consumo.

Então, é mais um elemento que nós podemos agregar a essa tese da química como atividade necessária.

Evidentemente, o último aspecto é um aspecto que é do conhecimento de todos, e não vou me alongar sobre ele: a questão da sustentabilidade. Não tenho nenhum conhecimento científico, nenhuma propriedade técnica para falar sobre esse tema, mas, evidentemente, a questão da sustentabilidade é uma questão importante que está colocada e para a qual o conhecimento químico é muito importante.

Eu tinha preparado um primeiro *slide* com uma menção de que “a química é a única atividade industrial que, nos últimos dois séculos, ganhou consistentemente importância”. Por quê? Por uma razão simples. Atenção: eu não estou dizendo que é a atividade mais importante. Não estou dizendo isso, nem eventual bônus dos interesses da indústria química me fariam dizer isso. Mas o compromisso com a verdade me faz dizer que, ao longo dos últimos dois séculos, a química foi a única atividade industrial com elevada importância, e importância crescente. O automóvel é uma criação do séc. XX – não existia no séc. XIX. A siderurgia foi

muito importante no séc. XIX, e perdeu importância no séc. XX. A química foi a única atividade que, ao longo dos dois séculos, manteve-se muito importante. E por que se manteve muito importante? Porque, como disse o professor carioca, ela tem um compromisso fundamental com a ciência, com o conhecimento.

E aqui vai a brincadeira última, só para registrar: uma das maiores empresas químicas do mundo, que existe há dois séculos – foi fundada em 1808 –, teve seu fundador orientado, em seu doutorado, por Lavoisier. Quer dizer, a química não tem essa proeminência por acaso. Tem essa proeminência porque, embora não seja substituta de Deus, gosta de compreender os mecanismos fundamentais da natureza e recriá-los a partir de sinapses, a partir de conhecimento acumulado, etc.

Na minha última transparência – no meu relógio, ainda tenho 1min20s –, vou enunciar cinco questões que o Brasil vai ter de enfrentar para aproveitar esses desafios.

A primeira delas, mencionada pelo Fernando Figueiredo, é a questão da disponibilidade de matérias-primas. Nós temos um problema sério nesse assunto. É uma das questões mais curiosas que nós temos no horizonte. Nós estamos nos tornando, de um país deficitário em matérias-primas fósseis, um país hiper, superavitário em matérias-primas fósseis. E ao invés de estarmos preparando o setor industrial para valorizar essas matérias-primas, nós estamos, na transição, fazendo o setor industrial sofrer; empresas e plantas estão fechando no Brasil por falta de matérias-primas; as empresas estão se tornando importadoras e o Brasil está deixando de se tornar um país industrial para ser um país importador.

Então, há aqui uma questão de cronologia temporal: nós não podemos aproveitar as matérias-primas do pré-sal daqui a cinco, oito, dez anos se, quando chegarmos lá, tivermos destruído as empresas que poderiam fazer essa tarefa.

A segunda questão muito importante, eu sei que o Senador Delcídio tem grande familiaridade com este assunto, é uma assimetria evidente na estratégia da Petrobrás. A Petrobrás é uma empresa que... O setor de bens de capital nasceu, Brasil, pelas mãos da Petrobrás, que a partir dos anos 50 ajudou a desenvolver uma indústria de máquinas e equipamentos; a indústria naval está renascendo por iniciativa da Petrobrás e, no entanto, a Petrobrás tem um comportamento inteiramente assimétrico, e inaceitavelmente assimétrico; ela se preocupa com etapa dos seus fornecedores e ela não tem a menor preocupação com o desenvolvimento da cadeia produtiva, à jusante da sua cadeia não tem nenhuma preocupação em agregar valor às matérias-

-primas. Então, simplesmente, você tem empresas fechando, indústrias fechando por falta de matéria-prima.

A terceira questão importante é a questão do papel da tecnologia e da inovação. Eu vejo com grande preocupação o fato de que, apesar de todos os esforços, nós estamos perdendo uma condição de dianteira que tínhamos em alguns segmentos da química renovável. Eu vejo com grande preocupação o fato, apesar das recentes iniciativas do BNDES e da FINEP com esse programa chamado País, Uma Ação Conjunta, para financiar projetos consorciados. Se você examinar, na maior parte dos consórcios um elemento vital que é a produção de enzimas para a produção de químicos renováveis de segunda geração para a produção de biocombustíveis. A maior parte da tecnologia será importada, há pouca capacitação interna nessa matéria.

A última questão – já abreviei uma porque já mencionei e vou direto ao último ponto – é a questão da regulamentação em biotecnologia. Eu vejo com grande preocupação que quando nós avançamos no sentido de desenvolver soluções biotecnológicas científicas e tecnologicamente apropriadas, nós encontramos uma enorme barreira institucional. O marco institucional é inadequado, ele é precário, ele cria inseguranças e ele afasta ou dificulta investimentos que poderiam ser feitos nessa área.

Então, são esses os quatro pontos de preocupação que deixo aqui registrados e eu gostaria que os nobres Senadores pudessem, eventualmente, incorporar pontualmente algumas dessas preocupações à agenda de debates da Casa. Tenho certeza que haverá brasileiros dispostos a contribuir com este debate e ajudar-nos a encontrar caminho para essas questões.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Professor João Furtado.

Eu gostaria de registrar aqui, também, a presença do Diretor da Escola de Química da UFRJ, aqui presente. E quero cumprimentar também o Presidente da ABQ, Associação Brasileira de Química, que nos honram aqui com as suas presenças e com os seus empenhos neste trabalho fundamental, que é o pacto nacional da indústria química.

Eu só queria fazer alguns registros, rapidamente, de tudo o que ouvi e dos impactos que a indústria química efetivamente traz para o País; uma indústria que movimenta US\$130 bilhões não é mole não! É uma indústria muito forte, os números são impressionantes e é um processo ascensional, e dentro dessa disputa, sob o ponto de vista de crescimento, somente os Estados Unidos podem crescer, como nós cresceremos nos próximos anos.

Nós lamentamos que, com todo esse potencial, e aqui foi dito intensivamente, que nós temos ainda US\$25 bilhões de déficit na balança. Quer dizer, é importância que nós precisamos, mais do que nunca, fazer.

E eu não podia deixar de destacar a importância do Pacto Nacional da Indústria Química e dizer que a própria Petrobras também, de alguns anos para cá, é que realmente começou a olhar a área petroquímica de outra maneira, de outra forma, porque ficou patinando, durante alguns anos, por causa daquela crise proveniente da privatização do setor petroquímico. A Petrobras tinha participação, mas não fazia parte do núcleo duro, de controle. E nós tínhamos um quadro bastante pouco eficiente, especialmente na consolidação das grandes centrais petroquímicas, e por que não dizer também com relação à importância de agregar valor a essas matérias-primas envolvidas com um setor tão importante.

Eu tive oportunidade de desenvolver o Polo Gás-Químico do Rio de Janeiro, aproveitando o gás da Bacia de Campos, cujo potencial foi mostrado aqui, especialmente em função do pré-sal. E agora, felizmente, o Brasil-Bolívia vai começar, não só vai atender caldeiras, geração de energia, mas também está sendo instalada uma fábrica de fertilizantes no meu Estado, em Mato Grosso do Sul, que vai produzir amônia e ureia a partir do gás natural, a respeito do qual o professor aqui falou, o próprio Fernando Figueiredo e o João.

Portanto, é um potencial que se abre esse acesso à matéria-prima. E polos assemelhados vão ser construídos em Minas Gerais e no Espírito Santo também.

Então, é uma mudança que vai avançar ainda mais, especialmente em função do pré-sal, criar indústria química a partir do gás natural. Lamentavelmente, o Brasil-Bolívia queima metano, com etano, com propano, com butano, quando na verdade tínhamos de separar, como disse aqui o Fernando, o etano, o propano e o butano, que são os gases nobres, para realmente ter uma ação nobre que é a indústria química.

Então, eu vejo com muitas boas perspectivas esse futuro que se avizinha. Há a consolidação da indústria química ao longo de toda a sua existência. Eu sou engenheiro eletricista, mas sempre trabalhei em empresas em que a questão da indústria química foi sempre muito relevante, especialmente pelo que ela representa para o País e para o mundo.

E agora há esta nova etapa, que é a química verde. O meu Estado, o Mato Grosso do Sul, deve ser um dos primeiros Estados brasileiros a pontear um projeto de química verde, o plástico verde, como chamam. E, para nós, acho que isso é um tremendo gol de placa, porque esse é o futuro inegavelmente! Apesar dessa disponibilidade de hidrocarbonetos, que

naturalmente o Brasil terá em função do pré-sal, que é mais uma riqueza também.

Então, eu queria saudá-los e dizer do empenho nosso. O Senador Inácio Arruda e o Senador Suplicy são pessoas muito determinadas com relação a essa questão, muito preocupadas, protagonistas desse processo. E, sem dúvida nenhuma, o Senado vai estar irmanado com os senhores no sentido de garantir esse desenvolvimento e, com isso, garantir também, meu caro Antonio Silvan Oliveira, oportunidade, qualificação de mão de obra, segurança no trabalho, remuneração adequada, digna. Os químicos, tradicionalmente, têm uma remuneração bastante diferenciada com relação a outras categorias, mas nós temos uma preocupação: a preocupação com a sustentabilidade, como foi dito aqui.

Então, eu não podia deixar de destacar isso, de registrar que fico muito feliz com a iniciativa desse requerimento do Senador Inácio Arruda.

E já vou passar, automaticamente, a palavra ao Senador Inácio Arruda e depois ao Senador Suplicy. E, aí, os senhores responderiam em bloco às perguntas que vão ser apresentadas.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Bom, Sr. Presidente, primeiro, quero agradecer à Comissão, que acolheu, a partir da nossa iniciativa mas pelo trabalho e esforço de V. Ex^a, por unanimidade, a realização desta audiência pública.

E por que é que ela não está sendo na Comissão de Ciência e Tecnologia, na Comissão de Educação ou na Comissão de Meio Ambiente? Porque nós quisemos demonstrar o papel da indústria química brasileira no desenvolvimento econômico, o potencial, a riqueza e o esforço do setor para alavancar a economia brasileira. Por isso, para nós, foi muito importante que V. S^a pudesse acolher, nesta Comissão, o debate sobre a indústria química e a química verde, quer dizer, o salto, o passo que se vai dar.

Em segundo, a Mesa que nós constituímos, de pessoas altamente comprometidas do ponto de vista da produção científica e tecnológica, da produção e do trabalho. Então, acho que nós reunimos aqui o conjunto dos setores essenciais que têm a responsabilidade direta e parte do Legislativo, porque o Senado toma uma iniciativa importante, que pode ser abraçada por todos.

Lembro bem da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que nós constituímos no Congresso Nacional, por iniciativa do Deputado Ariosto Holanda, também cearense, um engenheiro envolvido com a questão da produção científica e tecnológica, que dirigiu o Núcleo de Tecnologia do nosso Estado, que fez um trabalho muito minucioso, juntamente com a Irma, para ter um relatório que mostrasse onde estava nossa deficiência e os passos que nós deveríamos dar.

É evidente que nós estávamos em meio a um processo de debate econômico tão grave que, nesse período, entre o relatório da Irma e o final do séc. XX, a economia brasileira quebrou só duas vezes em banda, uma em 82 e outra em 99. Nós passamos a ser monitorados por essas agências internacionais, o Fundo Monetário, que passou a conduzir, praticamente, a economia brasileira.

Então, retomar o processo, acho que esse prazo de 2020 é um desafio porque temos nove anos para alcançar esses objetivos que o Fernando colocou aí pela frente. Quer dizer, nós podemos, efetivamente, tornarmo-nos uma potência econômica na área da química se fizermos as coisas certas. Acho que esse que é o nosso papel, trabalharmos para que as coisas deem certo, que o mundo do trabalho, com as suas reivindicações justas e corretas, participe efetivamente do debate, da discussão do que é o projeto da química e da química verde no nosso País.

E pego apenas uma lâmina do Carioca, como efeito ilustrativo. Nós construímos, ao longo de 100 anos, uma base de sustentação da população nordestina no campo. Foram as pequenas, médias e grandes barragens. Nós temos barragens que vão do que se pode chamar de pequenas, de 50 milhões de metros cúbicos, até barragens de 6,8 bilhões de metros cúbicos de água. Então, nós armazenamos a água.

Em seguida, a gente deu um passo, que é um passo que eu considero também da química: tiramos a água armazenada, deixamos a água correr nos rios que antes eram intermitentes e passaram a ser perenes, como um pequeno fio d'água. É uma ação química, porque a interação dessa água com o solo e etc., então, cria um potencial econômico extraordinário.

Mas mais do que isso: estamos agora num esforço que reúne Cenpes, que reúne universidades do Rio, de São Paulo, do Ceará, de Pernambuco e estrangeiras, num estudo para produzir nas barragens o alimento para o peixe e, ao mesmo tempo, produzir óleo combustível no processo da química verde, a partir das microalgas, dentro desses reservatórios, usando o resíduo total para produção de energia, fazer biodigestores ali para que a gente possa produzir energia na própria unidade. Então, é o espaço que você tem, isso numa região que precisa de investimentos extraordinários. Você pode produzir uma riqueza naquela região. Se você pensar o conjunto do Brasil, você veja Mato Grosso, com as iniciativas que já estamos tendo para aproveitamento do gás, permitindo que matéria-prima chegue a preços razoáveis no Brasil, porque estamos importando por um valor caríssimo. Nós importamos tudo que é aditivo para combustão, e podemos ter aditivos biodegradáveis produzidos por meio da ação

da química verde no Brasil. Nós estamos estudando, já é uma patente... Porque, no Brasil, há o problema das patentes. O Edison deve ter feito muitas patentes porque lá se registravam patentes. Registrava-se, pirateava-se e se registrava patente pirateada. Copiava-se do outro e se registrava patente pirateada, e ficava como sendo sua. No Brasil, nós não tínhamos nem o hábito de patentear. E o custo para fazer uma patente era tão enorme que tínhamos que patentear fora, porque não se conseguia fazer a patente aqui. E tem exemplos, quem está na Academia sabe disso, sabe do esforço para se fazer uma patente no Brasil ainda hoje. Melhorou substancialmente. Mas nós criamos essas condições para que a gente possa equilibrar não só a balança comercial, mas gerar empregos de qualidade, porque esses são empregos qualificados, desenvolver a economia do ponto de vista regional e não concentrar apenas em uma região, nós podemos desenvolver a economia do Centro-Oeste, extraordinariamente; nós podemos desenvolver no Norte, e a química pode nos ajudar a desenvolver a economia mais ainda no Nordeste brasileiro, agregando valor e agregando essas regiões efetivamente ao País. Esse que é o grande objetivo.

E não quero exatamente fazer uma pergunta, porque o que eu queria nesta audiência pública, Sr. Presidente, era que os senhores se manifestassem, era que os senhores falassem ao povo brasileiro. Boa parte da fala de vocês já foi transmitida ao vivo para o Brasil inteiro e, daqui a pouco, em reprise, vocês serão ouvidos de novo pelo Brasil inteiro, mostrando essas informações de gente que trabalha no setor, que estuda, que desenvolve a tecnologia, que produz, tanto o industrial quanto o trabalhador.

Nós queríamos que esta oportunidade pudesse ser oferecida diretamente a vocês, não apenas como homenagem no plenário do Senado, que faremos, daqui a pouco, ao Ano Internacional da Química, mas, sobretudo, o que a Química está fazendo no Brasil, o que é um setor que movimenta 130 bi e trata de investir mais de 30 bilhões em ciência e tecnologia. Quer dizer, considerando governo, indústria e apoio, digamos assim, externo para esse setor, que nós podemos puxar, você tem mais de 30 bilhões de recursos destinados para desenvolvimento de ciência e tecnologia que não é coisa pequena. Isso só na área de desenvolvimento científico e tecnológico. Então, você tem um potencial gigantesco que nós podemos alavancar ainda mais no Brasil se fizermos o que se considerou aqui como a coisa certa. Às vezes, a coisa certa que nós estamos querendo é certa para nós e pode não ser certa para outros setores, e a gente precisa ter um grau de convencimento grande porque envolve Receita Fede-

ral, envolve a Fazenda. Estamos debatendo aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos, porque sabemos onde estão as pendências principais para alavancar esse setor, que é exatamente dos aspectos da regulação econômica que queremos mexer, sem, evidentemente, ferir os interesses dos trabalhadores e até agregar interesses dos trabalhadores, porque o principal interesse do trabalhador é a geração de emprego de qualidade, e isso a indústria química pode oferecer ao nosso povo, ao povo brasileiro.

Então, agradeço, Sr. Presidente, por esta oportunidade que foi oferecida a esse setor tão importante na economia brasileira e tão importante para um programa econômico chamado sustentável, porque tem muita coisa que é sustentável e já foi desenvolvida no Brasil antes de existir a palavra sustentável, e muita coisa que é, digamos assim, orgânica antes de existir a palavra orgânico, como dicionário do politicamente correto. Então, acho que temos experiência, temos potencial, temos capacidade, e os senhores podem nos ajudar a desenvolver esse setor da economia brasileira de forma extraordinária.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Inácio Arruda, e parabéns pelas palavras...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Já formulei a minha pergunta, Sr. Presidente, Delcídio do Amaral, e, como temos que estar em doze minutos no plenário, agradeço se pudermos ser breves agora, mas esta pergunta é importante, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, eu queria, só na sequência, se o Antonio Silvan Oliveira quer fazer mais alguma consideração...

O SR. ANTONIO SILVAN OLIVEIRA – Eu acredito que o reconhecimento da importância de caminharmos juntos, que foi mostrado aqui, seja efetivamente praticado. A indústria precisa do trabalhador e o trabalhador precisa da indústria. Agora, acima de tudo, o ganho tem que ser compartilhado e a garantia do trabalho seguro precisa ser prioridade.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, meu caro Antonio Oliveira. Professor Carioca, o cearense Professor Carioca.

O SR. JOSÉ OSVALDO BESERRA CARIOCA – Meu caro, Senador, só tenho que agradecer por esta oportunidade e assumi o compromisso de que essa documentação vai estar em sua mão, juntamente com o livro que está publicado no CGEE, que é a Proposta Brasileira de Desenvolvimento da Química Verde 2010-2030.

Muito obrigado pela paciência. Muito obrigado por esta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Prof. Carioca.

Com a palavra o Dr. Fernando Figueiredo; depois, o Prof. João Furtado.

O SR. FERNANDO FIGUEIREDO – Senador Suplicy, só não prometo ser sucinto, porque o senhor falou num assunto que está no meu DNA, que é o relacionamento com os trabalhadores.

Eu fui diretor de Recursos Humanos da Basf e posso dizer que tive o privilégio, a honra de ser um dos responsáveis pela instalação da primeira rede de trabalhadores da indústria química do Brasil. A Basf daquela época criou a primeira rede dos trabalhadores. Hoje, todas as grandes empresas químicas têm essa rede dos trabalhadores. Recentemente, na Bayer, comemoramos os vinte anos de instalação dessa rede de trabalhadores. Na terça-feira próxima, tenho um almoço com uma pessoa de que gosto muito, um prezado amigo que era presidente do Sindicato dos Químicos do ABC quando eu era diretor de Recursos Humanos da Basf. Ele fez muita greve na porta da Basf, mas, apesar disso, tornamo-nos amigos. É o Sérgio Novais, presidente na América Latina da Icem (Federação Internacional dos Sindicatos da Química, da Energia e Mineração).

O Sindicato dos Químicos do ABC fez um evento fantástico para discutir a indústria química nos últimos seis meses. Eles dividiram eventos a cada dois meses, levaram autoridades, levaram industriais, levaram representantes da Abiquim para conversarmos. Como resultado disso, conversei com o Paulinho, presidente do Sindicato dos Químicos do ABC, e, um mês e meio atrás, realizamos um encontro na Abiquim com a Federação dos Trabalhadores Químicos ligada à CUT, com a Federação dos Trabalhadores Químicos ligada à Força Sindical – e também a confederação mandou representantes –, e o nosso objetivo é pedir audiência pública aos ministros para mostrar que estamos trabalhando juntos, que temos uma proposta de trabalho conjunto.

Eu não tenho a menor dúvida de que só vamos progredir se conseguirmos demonstrar ao Governo que a química tem muitas oportunidades. E isso nós temos que fazer junto com os trabalhadores.

Eu já disse: a indústria química é uma das que mais bem remunera seus trabalhadores. Isso não significa que não haja avanços. Isso não significa que não se possa discutir redução de jornada de trabalho. Mas são tópicos que, como muito bem colocou o Antonio, precisam ser discutidos dentro de um programa de aumento da competitividade brasileira.

E, para terminar, gostaria de agradecer ao Senador Inácio Arruda pela iniciativa – já fiz isso no início, mas o senhor não estava –, pela chance que o senhor nos dá de falar para esta Casa e para o povo brasileiro sobre a indústria química. O senhor pode ter certeza de que esse vai ser o setor mais brilhante da indústria nesta década. E, se o senhor quiser nos convidar para a audiência de ciência e tecnologia, viremos com muito prazer, porque a química é movida a inovação. Estou errado, Professor? (*Pausa.*) E, se o senhor quiser nos convidar para vir à Comissão do Meio Ambiente, também viremos com imenso prazer, porque a química é um dos setores que mais tem a mostrar desde a Rio 92 até hoje.

Muitíssimo obrigado pela gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Sr. Fernando Figueiredo. Com a palavra o Prof. João Furtado.

O SR. JOÃO FURTADO – Serei breve.

Na proposição desta agenda que a indústria química está construindo, há vários capítulos: o capítulo das relações entre capital e trabalho, o capítulo da ciência e da tecnologia, o capítulo da inovação, o capítulo dos investimentos, das matérias-primas, das restrições. E não posso deixar de fazer uma observação, Senador Dalcídio. Uma observação respeitosa, mas, apesar disso, contraditória: quiséramos todos nós que a indústria química, no seu conjunto, tivesse condições de fazer os investimentos que a empresa detentora das matérias-primas fará, porque tem preços que só ela tem e mais ninguém tem. Os investimentos da indústria química que o senhor mencionou estão restritos a uma integração da cadeia produtiva que só a empresa detentora de matérias-primas pode fazer, mas nenhuma outra pode fazer. Há empresas que dependem da mesma matéria-prima que têm plantas industriais fechadas, porque não têm essas condições que o senhor mencionou.

Então, a minha proposição muito breve aqui é que nós possamos regularmente nos interessar por esses assuntos. O Senador Inácio Arruda levantou essa bandeira. Quem sabe, então, a gente possa cobrar da indústria química e das suas contrapartes públicas e governamentais as medidas necessárias para assegurar esse futuro brilhante, não apenas como promessa, mas como realidade para o desenvolvimento brasileiro.

Então, Senador, como foi o senhor que levantou a bandeira, a responsabilidade está com o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Professor João Furtado, eu não poderia deixar de destacar esses 30 bilhões previstos para investir em pesquisa, porque tecnologia e inovação é

fundamental somente numa indústria como a indústria química.

E só dar uma notícia ao Fernando Figueiredo. Que o PRS 72, que foi aqui citado, Projeto de Resolução do Senado, de autoria do Senador Romero Jucá, ele está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania porque a CCJ, por um requerimento do Senador Ferraço, está analisando a constitucionalidade e juridicidade desse projeto, mas o PRS 72 voltará para cá, para a Comissão de Assuntos Econômicos, porque é um projeto importante do ponto de vista de ICMS, incentivar com ICMS matéria-prima importada. Eu não dúvida nenhuma que nós aqui votaremos em caráter terminativo esse projeto. Esperamos, ainda, finalizá-lo ao longo de 2011.

Eu quero agradecer a atenção de todas as pessoas do setor químico que aqui estiveram presentes, desejar muito sucesso a todos e mais uma oportunidade para quem não assistiu ao vivo essa audiência pública, agora vai ter mais uma oportunidade nessa cerimônia que começa às 14 horas, sem almoço, lá no plenário do Senado Federal.

Muito obrigado a todos vocês, e terça-feira teremos reunião da Comissão de Assuntos Econômicos às 10 horas.

(Iniciada às 12 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 58 minutos.)

ATA DA QUINQUAGÉSIMA SEXTA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1º DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e trinta minutos do dia primeiro de novembro do ano de dois mil e onze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Jorge Viana, Blairo Maggi, Inácio Arruda, Casildo Maldaner, Reditario Cassol, Romero Jucá, Sérgio Souza, Benedito de Lira, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, José Agripino e Alvaro Dias. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles, Demóstenes Torres, Armando Monteiro, João Vicente Claudino e Marinor Brito. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da

leitura das Atas das 54ª e 55ª Reuniões, que são dadas como aprovadas. Em seguida, dá início à apreciação das Matérias constantes da pauta. Item 1– Projeto de Resolução do Senado nº 42 de 2011, não terminativo, de autoria do Senador Casildo Maldaner, que “altera o art. 16 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, para permitir a contratação de operações de crédito destinadas à regularização de inadimplência com instituições do sistema financeiro nacional”, tendo como Relator o Senador Romero Jucá, que oferece relatório favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Em 18/10/2011, foi concedida Vista Coletiva. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. Item 2– Projeto de Lei do Senado nº 180 de 2010, não terminativo, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que “acrescenta o art. 41-A a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para estabelecer a exigência de instalação de hidrômetro distinto para medir a água que será utilizada em estabelecimento e que não será lançada na rede coletora de esgoto”, tendo como Relator o Senador Gim Argello, que oferece relatório favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. Item 3– Emenda de Plenário nº 2, não terminativa, de autoria do Senador Adelmir Santana, apresentada ao Projeto de Lei da Câmara nº 57 de 2007, de autoria do Deputado Luiz Carlos Hauly, que “altera o art. 3º da Lei nº 8.100, de 5 de dezembro de 1990 (garante cobertura do saldo devedor remanescente a mutuário que tenha contribuído para o FCVS em mais de um financiamento em localidades diversas, ou em dois financiamentos no mesmo município)”, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 230 de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim, que “altera os arts. 20, 21 e 22 da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, e o § 3º do art. 3º da Lei nº 8.004, de 14 de março de 1990, para garantir os benefícios legais dos contratos imobiliários financiados pelo Sistema Financeiro da Habitação (SFH), com cobertura do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), aos contratos de compra e venda celebrados sem a interveniência da instituição financiadora”, tendo como Relatora a Senadora Lídice da Mata, que oferece relatório favorável à Emenda de Plenário nº 2 nos termos da Subemenda substitutiva que apresenta. A Matéria é retirada de pauta, a pedido da relatora. Item 4– Projeto de Lei do Senado nº 63 de 2011 – Complementar, não terminativo, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que “altera a Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006”, tendo como Relatora a Senadora Marinor Brito, que oferece relatório favorável ao

Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. O Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designa o Senador Cyro Miranda Relator *Ad Hoc* da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator *Ad Hoc*, usam da palavra os Senadores José Pimentel, Vanessa Grazziotin, autora da Matéria, e José Agripino. A Matéria é retirada de pauta. Item 5– Projeto de Lei do Senado nº 225 de 2011 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador José Pimentel, que “altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão Fiscal, – Lei de Responsabilidade Fiscal, e dá outras providências”, tendo como Relator o Senador Clésio Andrade, que oferece relatório favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CCJ. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CCJ. O Presidente da Comissão designa o Senador Blairo Maggi Relator *Ad Hoc* da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator *Ad Hoc*, usam da palavra os Senadores Romero Jucá, Jorge Viana, Casildo Maldaner, Eduardo Suplicy e Flexa Ribeiro. É solicitada vista pelos Senadores Cyro Miranda e Inácio Arruda. O Presidente da Comissão concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. Item 6– Projeto de Lei do Senado nº 301 de 2011 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Inácio Arruda, que “altera o art. 3º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias para incluir, entre os objetivos da política do Conselho Monetário Nacional, a plena utilização da capacidade produtiva nacional”, tendo como Relator o Senador Eduardo Braga, que oferece relatório favorável ao Projeto. O Presidente da Comissão designa o Senador Romero Jucá Relator *Ad Hoc* da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator *Ad Hoc*, usam da palavra os Senadores Cyro Miranda e Eduardo Suplicy. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto. Item 7– Projeto de Lei do Senado nº 118 de 2009, não terminativo, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que “altera a alínea “b”, do inciso II, do § 2º, do art. 4º da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, com vistas a permitir a exploração de instalações portuárias privadas para uso geral”, tendo como Relator o Senador Jorge Viana, que oferece relatório contrário ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pelas Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo, e de Serviços de Infraestrutura, em decisão terminativa. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. Item 8– Projeto de Lei do Senado nº 477 de 2011 – Com-

plementar, não terminativo, de autoria do Senador Lindbergh Farias, que “altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, para que passe a figurar como competência do Banco Central do Brasil a expressão ‘perseguir a estabilidade do poder de compra da moeda, garantir que o sistema financeiro seja sólido e eficiente e estimular o crescimento econômico e a geração de empregos’”, tendo como Relatora a Senadora Vanessa Grazziotin, que oferece relatório favorável ao Projeto. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Lindbergh Farias, autor da Matéria, Inácio Arruda e Romero Jucá. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto. Item 9– Projeto de Lei do Senado nº 60 de 2011, terminativo, de autoria do Senador João Vicente Claudino, que “dispõe sobre a exclusão do valor do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) da base de cálculo da comissão do representante comercial autônomo”, tendo como Relator *Ad Hoc* o Senador Demóstenes Torres, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3 que apresenta. Em 18/10/2011, o Vice-Presidente da Comissão no exercício da Presidência, Senador Lobão Filho, designou o Senador Demóstenes Torres Relator *Ad Hoc* da Matéria, em substituição ao Senador José Agripino. Em 18/10/2011, foi concedida Vista Coletiva. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. Item 10– Projeto de Lei do Senado nº 40 de 2011, terminativo, de autoria da Senadora Ana Amélia, que “altera a Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, e a Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991, para autorizar o acesso dos bancos cooperativos aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para fins de concessão de crédito rural”, tendo como Relator o Senador Casildo Maldaner, que oferece relatório pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com Parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo). Em 20/9/2011, foi concedida Vista Coletiva. Em 1º/11/2011, foi apresentado Voto em Separado pela rejeição do Projeto, de autoria do Senador Lindbergh Farias. Anunciada a Matéria, usam da palavra os Senadores Lindbergh Farias, Vanessa Grazziotin e Casildo Maldaner, Relator da Matéria. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. Item 11– Projeto de Lei do Senado nº 36 de 2010, terminativo, de autoria do Senador Marconi Perillo, que “institui o Fundo de Apoio às Unidades Estaduais e Municipais Hospitalares no atendimento de Urgência e Emergência”, tendo como Relator o Senador Jorge Viana, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de

Assuntos Sociais com Parecer contrário ao Projeto. Após a leitura do relatório, usa da palavra o Senador Romero Jucá. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão rejeita o Projeto por dezesseis votos contrários, nenhum favorável e nenhuma abstenção. Item 12– Projeto de Lei do Senado nº 38 de 2010, terminativo, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que “altera os parágrafos 1º e 6º da Lei nº 9.440, de 14 de março de 1997, que estabelece incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e dá outras providências. (Inclui a faixa de fronteira da Região Sul entre as regiões que fazem jus à renúncia fiscal relacionada à indústria automotiva)”, tendo como Relator o Senador Jorge Viana, que oferece relatório pela rejeição do Projeto e da Emenda nº 1-CDR. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CDR. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Romero Jucá, Alvaro Dias e Sérgio Souza. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão rejeita o Projeto por quinze votos contrários, nenhum favorável e nenhuma abstenção. Item 13– Projeto de Lei do Senado nº 357 de 2009, terminativo, de autoria da Senadora Marisa Serrano, que “acrescenta o art. 116-A à Lei nº 8.666, de 1993, para tratar da uniformização dos procedimentos atinentes às transferências voluntárias”, tendo como Relator o Senador Ciro Nogueira, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. O Presidente da Comissão designa o Senador Romero Jucá Relator *Ad Hoc* da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator *Ad Hoc*, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão rejeita o Projeto por quatorze votos contrários, nenhum favorável e nenhuma abstenção. Item 14– Projeto de Lei do Senado nº 511 de 2009, terminativo, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que “dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Sorriso, no Estado do Mato Grosso”, tendo como Relator o Senador Alvaro Dias, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com Parecer favorável ao Projeto. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Romero Jucá, Aloysio Nunes Ferreira, Blairo Maggi, José Pimentel, Lindbergh Farias, Flexa Ribeiro e Cyro Miranda. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto e a Emenda nº 1-CAE por onze votos favoráveis, quatro votos contrários e nenhuma abstenção. Item 15– Projeto de Lei do Senado nº 189 de 2010, terminativo, de autoria do Senador João Tenório, que “autoriza a Caixa Econômica Federal a realizar concurso especial da

Mega-Sena, com a finalidade destinar recursos às vítimas das enchentes de Alagoas”, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 203 de 2010, terminativo, de autoria do Senador Cícero Lucena, que “autoriza a Caixa Econômica Federal a realizar concurso especial da Mega-Sena, com a finalidade de destinar recursos às vítimas das enchentes nos Estados de Pernambuco e Alagoas”, tendo como Relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece relatório pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nºs 189 e 203 de 2010. Após a leitura do relatório, é solicitada vista pelos Senadores Sérgio Souza e Benedito de Lira. O Presidente da Comissão concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. Item 16– Projeto de Lei do Senado nº 130 de 2009, terminativo, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que “dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de São Borja, no Estado do Rio Grande do Sul”, tendo como Relator o Senador Cyro Miranda, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com Parecer favorável ao Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto e a Emenda nº 1-CAE por onze votos favoráveis, quatro votos contrários e nenhuma abstenção. Item 17– Projeto de Lei do Senado nº 61 de 2011, terminativo, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que “altera as Leis nº 11.482, de 31 de maio de 2007; nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988; nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995; reajustando as faixas de renda do imposto de renda e os valores das deduções”, tendo como Relator o Senador Ricardo Ferraço, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. São lidos e serão apreciados posteriormente os Requerimentos nºs 78, 79, 80 e 81 de 2011. O Requerimento nº 78 de 2011, de iniciativa do Senador Delcídio do Amaral, requer a realização de um ciclo de audiências públicas, em 3 (três) partes, com o objetivo de discutir “um Caminho para o Novo Pacto Federativo”, enfatizando na discussão temas como o Fundo de Participação dos Estados (FPE), o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e a questão da dívida dos Estados, com a presença dos convidados seguindo a seguinte ordem: 1º – Representantes dos Governos Estaduais; 2º – Representantes das Prefeituras Municipais; e 3º – Representantes do Governo Federal. O Requerimento nº 79 de 2011, de iniciativa dos Senadores Demóstenes Torres e Cyro Miranda, requer seja solicitada ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria no Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES para apurar a realiza-

ção de renegociações de dívidas dos municípios sem a autorização da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e da Secretaria do Tesouro Nacional. O Requerimento nº 80 de 2011, de iniciativa dos Senadores Romero Jucá e Cyro Miranda, requer a realização de audiência pública, conjunta com a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, para instruir o PLS 365 de 2009, que “acrescenta inciso VI e § 10º ao art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para instituir a possibilidade de gratuidade dos primeiros 50kWh mensais de energia elétrica para consumidores da Subclasse Residencial Baixa Renda”, debatendo a viabilidade da implementação do Sistema de Pré-Pagamento de Energia Elétrica, com a presença dos seguintes convidados: Exmo. Sr. Edison Lobão, Ministro de Estado de Minas e Energia – MME; Sr. Nelson José Hübner Moreira, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel; Sr. Nelson Fonseca Leite – Presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – Abradee; Sra. Juliana Pereira da Silva – Diretora do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor – DPDC; Sr. Jorge Queiroz de Moraes Junior, Presidente do Conselho de Administração do Grupo Rede; e Sr. Álvaro Dias Junior, Vice-Presidente Corporativo e Diretor Executivo da Empresa Landis Gyr América do Sul – Fabricante de Equipamentos. E o Requerimento nº 81 de 2011, de iniciativa do Senador Eduardo Suplicy, requer, em aditamento ao Requerimento nº 23/2010-CAE, sejam convidados para debater o tema “Análise dos cinco primeiros anos de vigência da Lei de Falência e Recuperação de Empresas – Principais dificuldades, perspectivas e propostas de alteração” os seguintes especialistas: Sr. Marcelo Vieira de Campos – Secretário de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça; e representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e três minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador Delcídio do Amaral, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Havendo número regimental, declaro aberta 56ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 54ª e da 55ª Reuniões.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico que, em 8 de novembro, às 10h, portanto, na terça-feira da próxima semana, realizaremos audiência pública com o Sr. Luciano Coutinho, Presidente do BNDES. É uma audiência pública muito aguardada por Senadores e Senadoras da Comissão de Assuntos Econômicos. Portanto, no dia 8 de novembro, às 10h, audiência pública com o Presidente do BNDES, Sr. Luciano Coutinho.

Nesse mesmo dia, dia 8 de novembro, às 14h, realizaremos mais uma audiência pública, em conjunto com a Comissão de Infraestrutura, para debater a renovação das concessões, com a presença do Sr. Márcio Zimmermann, Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia, Sr. Nelson Barbosa, Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, Sr. Nelson Hubner, Diretor Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica e Sr. José da Costa Carvalho Neto, Presidente da Eletrobrás. Portanto, no dia 8 de novembro, mais uma reunião da CAE com a Comissão de Infraestrutura para falar sobre a renovação das concessões. Mais uma vez, resalto a presença dos Srs. Márcio Zimmermann, do Ministério de Minas e Energia, Nelson Barbosa, do Ministério da Fazenda, Sr. Nelson Hubner, da ANEEL, e Sr. José da Costa Carvalho Neto, da Eletrobrás.

Comunico também que, no dia 9 de novembro, às 9h, portanto quarta-feira próxima, sem ser amanhã, realizaremos audiência pública para tratar do endividamento da população brasileira, um requerimento sugestão do Senador Cristovam Buarque, com a presença do Sr. Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, do BACEN, Sr. Raul Velloso, consultor, Sr. José Pastore, da USP – esses dois últimos por sugestão do Senador Aloysio Nunes Ferreira –, Prof. José Márcio Camargo, da PUC do Rio de Janeiro, e Sr. Antonio José Domingues de Oliveira Santos, da Confederação Nacional do Comércio, CNC. Portanto, no dia 9 de novembro, às 11h, audiência pública para tratar do endividamento da população brasileira, por requerimento apresentado pelo Senador Cristovam Buarque, com a presença dos Srs. Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, do BACEN, Raul Velloso, consultor, José Pastore, da USP, Prof. José Márcio Camargo, da PUC do Rio de Janeiro, e Sr. Antonio José Domingues de Oliveira Santos, da Confederação Nacional do Comércio, CNC.

Nesse mesmo dia também, dia 9 de novembro, às 15h, no plenário 2, do Anexo II, da Câmara dos Deputados, será realizada audiência pública conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacio-

nal com a presença do Presidente do Banco Central do Brasil, Exmº Sr. Alexandre Tombini, para apresentar avaliação do cumprimento de objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando impacto e custo fiscal das suas operações e os resultados demonstrados nos balanços do Banco Central do Brasil no primeiro semestre de 2011.

Portanto, nós vamos ter aqui, na próxima semana, uma agenda forte na Comissão de Assuntos Econômicos, com o Dr. Luciano Coutinho no dia 8, às 10 horas. Nesse mesmo dia 8, às 14 horas, renovação de concessões, com Márcio Zimmermann, Nelson Barbosa, Nelson Hubner e José da Costa Carvalho Neto. No dia 9, às 11 horas, endividamento da população brasileira, um requerimento do Senador Cristovam, com a presença do Sr. Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, do Banco Central, Raul Velloso, José Pastore, Márcio Camargo e Antonio José Domingues de Oliveira Santos. E dia 9 de novembro, às 15 horas, nesse mesmo dia, sessão conjunta da Comissão de Orçamento com as comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional com a presença do Presidente do Banco Central Alexandre Tombini.

Meu caro Senador Romero Jucá, é reunião para ninguém botar defeito na próxima semana.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente...

O SR PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Casildo.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Na próxima terça-feira, o Presidente do BNDES?

O SR PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Do BNDES.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – À tarde também?

O SR PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – À tarde, renovação de concessão.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – E na semana que vem, pelo que vejo, a pauta normal da Comissão...

O SR PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Nós não teremos, semana que vem, pauta. Somente audiência pública, porque essa vinda do Presidente Luciano Coutinho é bastante aguardada aqui e nós vamos ter um longo debate.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – E os assuntos da pauta, Sr. Presidente? Em tese, uma parte é hoje, mas hoje não sei se teremos quórum.

O SR PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu acho que nós vamos ter quórum. Vamos ter quórum hoje para votar.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – O que?

O SR PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner. Acabou de dar quórum, Senador Casildo. Aqui nós insistimos bastante e a gente consegue chegar...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Até porque hoje é Dia de Todos os Santos.

O SR PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Hoje é Dia de Todos os Santos. Aliás, amanhã, não é?

Eu vou ler aqui, conforme se determina, os atos aprovados na Comissão de Assuntos Econômicos.

Primeiro leio o requerimento apresentado por mim:

REQUERIMENTO Nº 78/2011,

Nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja realizado por esta Comissão de Assuntos Econômicos – CAE Ciclo de Audiências Públicas em três partes, com o objetivo de discutir “Um Caminho para o Novo Pacto Federativo”, enfatizando na discussão temas como: o Fundo de Participação dos Estados, o Fundo de Participação dos Municípios e a questão das dívidas dos Estados.

O ciclo de audiências públicas seguirá a seguinte ordem: representantes dos governos estaduais, representantes das Prefeituras municipais e representantes do Governo Federal.

Nós vamos, depois, detalhar essa agenda, mas entendo que a Comissão de Assuntos Econômicos é o foro adequado para fazer esse tipo de debate, e não comissões especiais, Senador Romero Jucá. No plenário do Senado, é ditadura de Líder. Então o debate político é aqui nas Comissões.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, só para registrar, esse é um dilema que não só a CAE está vivendo, mas outras comissões também: a proliferação de subcomissões, de comissões temporárias que terminam diluindo o trabalho da comissão verdadeiramente e sobrecarregando os Senadores, porque nós somos poucos para tantas comissões e subcomissões, Sr. Presidente.

O SR PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – E agora querem criar uma comissão especial do pacto federativo como queriam criar do pré-sal também. Não tem sentido.

Próximo requerimento. Quero registrar que o Senador Cyro Miranda, que o subscreve, só foi marcar o ponto lá na outra Comissão e já está voltando. Deixou até o material dele aí na mesa. Mais um requerimento:

REQUERIMENTO Nº 79/2011

Requeiro, nos termos do disposto no inciso IV do art. 71 da Constituição Federal e do inciso X do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja

solicitado ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, para apurar a realização de renegociações de dívidas dos Municípios sem autorização da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e da Secretaria do Tesouro Nacional.

Foi apresentado pelo Senador Demóstenes e subscrito pelo Senador Cyro Miranda.

Há outro requerimento do Senador Romero Jucá, subscrito pelo Senador Cyro Miranda:

REQUERIMENTO Nº 80/2011,

Nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja realizada por esta Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, em conjunto com a Comissão de Infraestrutura, audiência pública para instruir o PLS 365, de 2009, que Acrescenta inciso VI e § 10º ao art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para instituir a possibilidade de gratuidade dos primeiros 50kWh mensais de energia elétrica para consumidores da Subclasse Residencial Baixa Renda, debatendo a viabilidade da implementação do sistema de pré-pagamento de energia elétrica, com a presença dos seguintes convidados: Ministro Lobão, de Minas e Energia; Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, Nelson Hubner; Dr. Nelson Fonseca Leite, presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – Abradee; Drª Juliana Pereira da Silva, diretora do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor – DPDC; Dr. Jorge Queiroz de Moraes Jr., Presidente do Conselho de Administração do Grupo Rede; e Dr. Álvaro Dias Junior, Vice-Presidente Corporativo e Diretor Executivo da empresa Landis+Gyr para a América do Sul. Fabricante de equipamentos.

Portanto, parente do Senador Alvaro Dias...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Não é meu parente não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral.(Bloco/PT – MS) – ... virá aqui para audiência pública. E é Júnior ainda, heim, Senador Alvaro dias?

Vamos entrar na pauta.

ITEM 1

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO

Nº 42 DE 2011

– Não Terminativo –

Altera o art. 16 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, para permitir a contratação de operações de crédito destinadas à regularização de inadimplência com instituições do sistema financeiro nacional.

Autoria: Senador Casildo Maldaner

Relatoria: Senador Romero Jucá

O Senador Romero Jucá solicita a retirada de pauta.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, posso dar um esclarecimento à Comissão? Sou relator desta matéria. É um projeto do Senador Casildo Maldaner, extremamente importante, que vai simplificar os procedimentos de tomada de empréstimo por Municípios. Mas solicitei à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional um parecer jurídico das mudanças que a PGFM e a Secretaria do Tesouro querem fazer na instrução normativa e ainda não recebi. Fui informado, ontem, de que o parecer está sendo ultimado e será concluído somente esta semana. Portanto, sem o parecer jurídico, eu não estou confortável para fazer as modificações que são necessárias.

Então, gostaria de pedir a retirada de pauta. Na próxima sessão, tendo esse material, nós traremos urgentemente a matéria porque é uma matéria que precisa ser votada rapidamente. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral (Bloco/PT – MS) – Projeto importante e, portanto, Senador Casildo, vamos pautar na próxima reunião deliberativa. Teremos tempo suficiente para ter o parecer da Consultoria Jurídica, não é, Senador Romero Jucá? Nós só vamos fazer uma sessão deliberativa daqui a quinze dias.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Mas, Sr. Presidente, se tivermos, efetivamente, esse material pronto, e aí logo após uma audiência pública, talvez, a gente peça para colocar extrapauta, tendo em vista que esta matéria precisaria ser aprovada com mais rapidez do que os quinze dias. Volto a dizer, não trouxe ainda a matéria porque, na instrução do relatório, eu me deparei com uma dúvida. Foram levantadas questões a respeito da Lei de Responsabilidade Fiscal e eu fiz questão de ter por escrito a resposta da Procuradoria Geral da Fazenda nacional.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral.(Bloco/PT – MS) – Dependendo do andar da carruagem, eu talvez faça uma pauta administrativa para terça-feira, antes da chegada do Presidente Luciano Coutinho, para a gente tentar zerar algumas pautas que já vêm se arrastando, inclusive o projeto do Senador Benedito de Lira, que iremos pautar na próxima reunião.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Eu ficaria grato, tendo em vista alguns temas importantes como este, no caso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral (Bloco/PT – MS) – Sem a menor dúvida, Senador Casildo.

Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O Senador Casildo Maldaner, no projeto original, pretende alterar algumas disposições da Resolução nº 43, de 2001, do Senado.

Acontece que o Relator, ilustre Senador Romero Jucá, apresenta uma emenda substitutiva em que dá redação ao § 7º do art. 21 nos seguintes termos:

As operações de crédito e equiparadas, realizadas por instituições financeiras e não financeiras, sob a vigência da Resolução do Senado Federal nº 78 [veja-m, nós estamos alterando a 43. É uma referência à Resolução nº 78], de 1998, ou normas similares anteriores, em qualquer hipótese, não constituem óbice à realização de nova operação de crédito pelo Estado, pelo Distrito Federal e pelo Município.

Eu gostaria, Sr. Presidente, para que nós pudéssemos deliberar com pleno conhecimento de causa, em primeiro lugar, que essa Resolução nº 78 constasse do nosso avulso e, em segundo lugar, de saber que operações são essas. Quais são as operações realizadas sob a vigência da Resolução nº 78, de 1998, ou normas similares anteriores? Parece muito vaga essa autorização, por isso eu pediria ao Sr. Relator que procurasse nos trazer esclarecimentos para que nós soubéssemos exatamente qual é o alcance da deliberação que vamos realizar.

Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, apenas para registrar que esse é um dos pontos que eu pedi à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional que esclarecesse. Então, na verdade, nós estamos pedindo esse e outros esclarecimentos que, assim que chegarem, farão parte do meu relatório e serão explicados para V. Ex^a e para mim também.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Romero Jucá.

Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, eu acho que nós temos que fazer uma discussão mais profunda sobre a questão da dívida de Estados e Municípios. Há um clima para isso, há um sentimento.

O próprio Ministério da Fazenda, e alguns interlocutores com quem conversei, entende que do jeito que está não dá para ficar. É preciso que se diga que a lei de 97 que criou o programa de apoio à reestruturação e ao ajuste fiscal de Estados, aquele processo de negociação que houve com Estados e Municípios, nós estávamos em outro contexto. Lembro que a taxa

Selic no final do ano de 97 era de 38%. Nós temos taxas de juros caindo no mundo inteiro: zero, zero vírgula vinte e cinco, zero cinquenta. A nossa taxa Selic hoje é de 11,5% e vai cair mais.

Pois bem, na dívida dos Estados, eles estão pagando este ano algo entre 17,3 e 20,3. Aquele contexto de 97, que era favorável aos Estados, se inverteu completamente. Hoje, as taxas de juros básicas são de 6% a 9% mais IGP-DI. O IGP-DI leva em consideração, por exemplo, preço de commodity. No ano passado foi de 11,3.

Eu tenho aqui, Presidente, os números das dívidas dos Estados. O Estado de Minas Gerais tinha uma dívida em 97 de 17 bilhões, pagou 18. Hoje, 55.

Todos os governadores deste País estão se levantando. Recentemente houve um encontro dos cinco governadores do PT que saíram com uma nota muito dura, dizendo que é necessário reorganizar o perfil da dívida dos Estados com a União para promover uma redução razoável dos repasses de juros.

Eu pego aqui uma fala do Governador do Rio Grande do Sul Tarso Genro, que diz o seguinte:

O perfil dessa dívida é completamente injusto. Se permanecer com o cálculo que está se torna impagável. A dívida precisa ser equacionada, tanto os juros quanto o cálculo da correção.

Governador Jaques Wagner, da Bahia:

Por que o Estado tem que ser sacrificado a pagar mais do que o mercado financeiro?

Estou falando isso, Sr. Presidente, porque esta é a Casa da Federação. Se nós, Senadores, e esta Comissão de Assuntos Econômicos não pautarmos isso, eu acho que o caminho... Eu apresentei um projeto, mas é mais um projeto. Tem vários projetos de Senadores aqui.

O meu projeto, Senador Aloysio Nunes, sobre o que conversava com V. Ex^a, na verdade mexe nessa lei de 97, autorizando a União a abrir renegociações dessas dívidas, porque do jeito que está estão criando um grave problema na nossa Federação.

Então, creio que esse projeto do Senador Casildo é importante, só que temos que ir mais a fundo. Na verdade, sinto que há espaço nessa negociação com o Governo Federal, sim – volto a dizer –, de conversa que tive com vários interlocutores que sabem que isso aqui está se transformando numa dívida impagável e que é preciso mexer.

Portanto, peço a V. Ex^a – não sei qual é o momento –, mas, para esse tema da dívida dos Estados, temos que abrir um canal de negociação com o Ministério da Fazenda, porque está passando do ponto. E esta Casa, esta Comissão de Assuntos Econômicos não podem cruzar os braços num debate como este.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Queria só fazer um registro, Senador Lindbergh. Nós acabamos de ler um requerimento aqui, em que vamos fazer esse debate da dívida na Comissão de Assuntos Econômicos.

Com a palavra o Senador Romero; depois, o Senador Blairo.

Só peço aos senhores, pois estamos com quórum suficiente, se todos concordarem, vamos partir para os projetos terminativos e, depois, voltamos para os não terminativos.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – É rápido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Na mesma direção do Senador Lindbergh, quero registrar que a bancada do PMDB já se reuniu, já tratou dessa questão, deliberou que é preciso mudar os indicadores de remuneração dessa dívida, e os Senadores Luiz Henrique e Eduardo Braga apresentaram um projeto, em nome da bancada, exatamente para rever essa posição.

Então, essa é uma matéria que precisa estar na Ordem do Dia, com certeza, porque é urgente se reestruturar essa remuneração da dívida dos Estados com a União, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Romero.

Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Cumprimos o Senador Delcídio.

Só para colaborar com a discussão, o pior dessa questão dos débitos com a União, se não tomarmos uma providência, ainda virá pela frente. Mais do que a penalização do pagamento de juros chegando até 20% da receita corrente líquida, é que, quando chegar em 2023, dois mil e qualquer coisa por aí, teremos o prazo de pagamento encerrado, e a lei diz que você pega o saldo devedor, divide por dez e são dez prestações de igual valor até o final. Isso é o final da Federação. Não há como fazer esse pagamento. Lá, no Estado do Mato Grosso, na condição de governador por dois mandatos, tive a experiência de pegar um Estado com uma dívida de 5 bilhões; depois de oito anos, pagamos em torno de 5 bilhões e estamos devendo mais 5. Quer dizer, patinou, patinou e não saiu do mesmo lugar.

Então, esse é um assunto que precisa realmente ser trazido à discussão. Pretendo, na semana que vem, na reunião da CAE, trazer um modelo de um último acordo que o Mato Grosso fez com a STN. Nós conseguimos abrir um espaço; ganhamos autorização agora, depois de três anos de discussão, da STN e do

Governo Federal, estamos indo ao mercado buscar juros mais baratos e pagando à União antecipadamente, alongando a dívida no mercado normal, tradicional.

Então, é uma forma de fazer, talvez, que alguns Estados possam sair por aí, desde que o mercado entenda que este é um Estado que tem um *rating* bom para fazer isso.

Quero, na semana que vem, se possível, já trazer aqui para a Comissão a fórmula como o Mato Grosso achou para fazer parte da dívida para também ganhar um fôlego e fazer uma aplicação desses recursos, da economia que será feita em infraestrutura no Estado, porque o Estado não tem capacidade de fazer infraestrutura sozinho, a exemplo dos demais, devido a essa grande conta que tem para acertar por aí. Obrigado.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Blairo.

Senador Casildo; depois, o Senador Alvaro Dias. E eu peço aos Senadores que permaneçam no plenário porque vamos já começar pelo Item 9, Senador Jorge Viana, para aproveitar o quórum.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, apenas para ler um item. Sei que o Líder do Governo vai ponderar também sobre a importância que tem essa matéria. Veja bem o que os Municípios e os Estados pretendem: a regularização de possíveis situações de inadimplência dos entes passa – no caso dos Municípios –, necessariamente, entre outras ações, pela possibilidade de reestruturação ou refinanciamento de sua dívida em inadimplemento, ou seja, pela realização de novas operações de crédito junto às próprias instituições financeiras credoras, públicas ou privadas, certamente com adequações e ganhos para as finanças estaduais e municipais.

Então, é que o Governo permita, é que nós, da Comissão, permitamos que esses Municípios ou Estados possam readequar suas dívidas junto a entes públicos ou privados, numa nova composição, respeitando a legislação fiscal, respeitando a autorização da STN, respeitando as normas vigentes, apenas para ter um ganho melhor. E adequar as situações de hoje. Não podemos negar isso. Apenas isso, Sr. Presidente, nobres colegas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado.

Senador Alvaro Dias e, aí, o Senador Pimentel.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, essa é uma questão complexa. Nós temos de partir do princípio de que a dívida deve ser paga. E, se nós facilitarmos excessivamente, toda aquela que assume um mandato

deseja que seu sucessor pague a parte fundamental de dívida que existir. De outro lado, o desequilíbrio do sistema federativo nos obriga a fazer concessões aos Estados e Municípios. O que há são distorções visíveis, que sobrecarregam Estados e Municípios, já que, na divisão, na distribuição do bolo da receita federal, Estados e Municípios ficam com a parte menor.

Veja, Sr. Presidente, que, das contribuições sociais, o bolo geral da receita da União é composto de 56% de recursos de contribuições sociais. Portanto, 56% do bolo geral da receita da União não é compartilhado com Estados e Municípios, razão das dificuldades para que Estados e Municípios possam saldar suas dívidas, razão da inadimplência de alguns deles.

Podemos verificar que, a partir da Constituição de 1988, as responsabilidades foram repassadas a Estados e Municípios sem a contrapartida dos recursos para atenderem as novas demandas que sobrecarregam Estados e Municípios. E nós não conseguimos ainda, no Congresso Nacional, legislar para, regulamentando a Constituição, estabelecer o princípio da isonomia na distribuição dos recursos públicos no País. Aliás, foi essa a razão do debate que incendiou o Congresso Nacional nos últimos dias, quando se tratou aqui da distribuição de *royalties* do petróleo. Não é outra a razão. É exatamente o sistema federativo, que é uma seleção de injustiças que alcança Estados e Municípios, sobretudo na distribuição dos recursos públicos.

Por essa razão, Estados e Municípios, em que pese o fato de que temos receio de que facilidades possam trazer de volta a irresponsabilidade na administração pública, que foi contida pela Lei de Responsabilidade Fiscal – se não tivéssemos a Lei de Responsabilidade Fiscal, certamente a dívida pública interna do País seria ainda mais agigantada do que é hoje –, ou seja, o nosso receio é que facilidades possam oferecer mecanismos para a irresponsabilidade; mas nós não podemos também deixar que Estados e Municípios sucumbam diante da inadimplência que os assola.

Por esse motivo, nós que não tivemos a oportunidade de analisar, mais em profundidade, o projeto do Senador Casildo Maldaner vamos votar favoravelmente, em que pese essas restrições que estamos colocando, mas creio que um projeto dessa natureza também convoca o Poder Executivo à responsabilidade. É uma questão que tem que ser debatida entre as unidades da Federação, entre os entes federativos, e o Governo Federal tem que liderar esse processo.

O que particularmente nós lamentamos é o fato de a Presidente da República ter se ausentado do debate recente que travamos no Congresso Nacional. A questão dos *royalties* do petróleo, essa questão

não contou com a participação ativa da Presidente da República e nós estamos sob a égide de um presidencialismo forte, em que a palavra da Presidente tem sempre peso preponderante. É inadmissível que numa questão de tamanha importância para os entes federativos esteja ausente exatamente a Presidente da República, que deveria ser a grande artífice desse processo, desse debate e, sobretudo, articuladora na busca do consenso.

Sr. Presidente, vou votar com o Senador Casildo Maldaner.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Álvaro.

Senador Pimentel, pela ordem.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, em homenagem ao Dia de Todos os Santos e a “santatividade” dos defensores públicos, eu pediria a V. Ex^a que fizesse a inversão da pauta, para que o Item 5, que é o PLS 225, de 2011, que regulamenta a Emenda Constitucional nº 45, e que já foi aprovado por unanimidade na CCJ, que nós pudéssemos votar, por tratar-se de lei complementar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O Senador Pimentel solicita que antes de entrarmos nos terminativos – porque nós temos quorum para votar os terminativos –, em homenagem ao Dia de Todos os Santos e aos santos defensores públicos, que nós antecipemos o Item 5 da pauta.

Se todos os Senadores e Senadoras estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Portanto, passemos ao Item 5.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 225 DE 2011

Complementar

– Não Terminativo –

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão Fiscal – Lei de Responsabilidade Fiscal, e dá outras providências.

Autoria: Senador José Pimentel

Relatoria: Senador Blairo Maggi (*ad hoc*).
Vou nomear o Relator Blairo Maggi, relator do item 5.

Relatório: Favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CCJ.

Observações: A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CCJ.

Com a palavra o Senador Blairo Maggi, como relator *ad hoc*.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Cumprimento o Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores.

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 225, de 2011 – Complementar, de ementa em epígrafe, foi apresentado pelo Senador José Pimentel em maio último. Naquela ocasião, estabeleceu-se que a proposição tramitaria pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE), cabendo a esta última decidir terminativamente sobre a matéria.

A proposição modifica a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF). Ela visa conferir à Defensoria Pública dos Estados o tratamento dispensado às unidades dotadas de autonomia, em razão da previsão do § 2º do art. 134 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional (EC) nº 45, de 2004 (Reforma do Judiciário).

Em face do advento da autonomia funcional e administrativa da Defensoria Pública dos Estados, bem como da iniciativa de encaminhar a própria proposta orçamentária, o autor esclarece o seguinte na Justificação do projeto:

... tornou-se indispensável estabelecer que a gestão dos seus recursos seja expressamente submetida à disciplina da Lei de Responsabilidade Fiscal, reformando os artigos correspondentes e explicitando os instrumentos de compatibilização com a nova ordem.

Ao mesmo tempo, trata-se de dissociar o orçamento da Defensoria Pública dos Estados do orçamento do Poder Executivo, fazendo com que este não responda pelos gastos daquela e que aquela possa exercer sua autonomia sem vinculação a outro ente.

Assim, para que a Lei de Responsabilidade Fiscal seja adequada à autonomia da Defensoria Pública dos Estados, propõe-se alterar os artigos 1º, 9º, 12, 20, 52, 54, 56, 59 e 67. Ademais, acrescenta-se à Lei de Responsabilidade Fiscal o art. 73-D, que fixa prazos para a repartição dos limites globais da despesa com pessoal prevista no inciso II, alíneas c e e, do art. 20, estabelecendo patamares diferenciados, segundo a realidade de cada Estado.

Baseada em relatório apresentado pelo Senador Eunício de Oliveira, a CCJ aprovou, em 6 de julho, parecer favorável ao projeto, acrescido da Emenda nº 1.

ANÁLISE

Cabe às Comissões permanentes do Senado, conforme o disposto no art. 97 do Regimento Interno

do Senado Federal, estudar e emitir parecer sobre os assuntos submetidos ao seu exame. O art. 99, inciso IV, estabelece, ainda, que a CAE deve opinar sobre proposições que disponham sobre normas gerais de direito financeiro.

O controle de constitucionalidade da norma proposta já foi objeto de análise da CCJ, a qual destacou que matérias financeiras e orçamentárias são de competência legislativa da União (concorrentemente com Estados e Distrito Federal). O art. 169 da Lei Maior, como também lembrado, estabelece que *a despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar*. Além do mais, a presente iniciativa parlamentar não invade competência legislativa privativa da Presidente da República, nem afronta o nosso ordenamento constitucional em qualquer aspecto material, bem como cumpre as exigências de inovação, efetividade, espécie normativa adequada, coercitividade e generalidade.

O PLS nº 225, de 2011 – Complementar, adéqua a legislação infraconstitucional à EC nº 45, de 2004, que dotou as Defensorias Públicas dos Estados de autonomia administrativa e funcional, da iniciativa da própria proposta orçamentária e do recebimento, em duodécimos, dos recursos do seu orçamento, nos termos do arts. 134, § 2º, e 168 da Constituição Federal.

A autonomia administrativa pressupõe a capacidade de organizar sua administração, praticando os respectivos atos de gestão; a funcional, o exercício de suas funções livre da ingerência de qualquer outro órgão do Estado; a financeira, a administração dos próprios recursos; e a orçamentária, a formulação de sua proposta orçamentária.

A Lei de Responsabilidade Fiscal, por sua vez, estabelece normas para as finanças públicas e disciplina o art. 169 da Constituição Federal, que determina a imposição de limites para os gastos públicos com pessoal. Em face da autonomia financeira e orçamentária das Defensorias Públicas dos Estados, convém explicitar que a gestão desses órgãos também está submetida à Lei de Responsabilidade Fiscal, dissociando o seu orçamento da peça orçamentária do Poder Executivo e individualizando as responsabilidades.

O art. 1º do projeto insere na LRF a expressão “Defensoria Pública dos Estados” nos arts. 1º, § 3º, inciso I, alínea a, 9º, *caput* e § 3º, 12, § 3º, 20,

§ 3º, 20, § 2º, 52, *caput*, 56, *caput*, 59, *caput*, e 67, *caput*. A intenção é igualar o tratamento dado aos órgãos citados àquele conferido aos Poderes Executivo, Legislativo (incluindo os Tribunais de Contas) e Judiciário e ao Ministério Público de todos os níveis de governo. De modo similar, dá-se nova redação aos

arts. 20 e 54, com a inclusão de novos incisos V. No caso do art. 20, porém, incorreu-se em pequeno erro de redação, pois só há três incisos no *caput* do artigo. O correto, portanto, seria inserir novo inciso IV, como ajustado pela Emenda nº 1 – CCJ.

Do ponto de vista orçamentário... É bastante comprido, Sr. Presidente, mas acho que é importante lê-lo todo, Senador José Pimentel, porque ele vai mexer com a organização dos Estados e acho que os Senadores devem estar cientes do que estamos votando aqui.

Do ponto de vista orçamentário-financeiro, a mais importante alteração da LRF é a mudança introduzida no art. 20, inciso II, alínea c, com a correspondente inclusão da alínea e. Trata-se de redefinir a repartição dos limites globais para as despesas com pessoal na esfera estadual, reduzindo o limite do Poder Executivo de 49% para 47% e fixando o limite da Defensoria Pública dos Estados em 2%.

O Senador Casildo não entendeu. Senador Casildo, é o seguinte: hoje, o Poder Executivo tem direito com gasto com pessoal a até 49%. A proposta está reduzindo para 47, tirando dois para deixar com a Defensoria, até dois. Não é dois efetivamente. Se não me engano, li mais à frente antes aqui. Então, nós vamos reduzir a capacidade do Estado de contratação direta.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Lembrando só, Senador Blairo – é só uma observação...

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Romero Jucá. Eu pediria silêncio.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Lembrando que hoje o recurso de pagamento da Defensoria está incluído dentro do 49. Por que se está retirando os 2% da Defensoria? Porque se está dando autonomia administrativa e financeira às Defensorias. Então, na verdade, o que o Senador Pimentel está fazendo é desmembrando uma despesa que já existe para dar mais clarificação a esse processo. Portanto, é uma despesa que já existe hoje nas Defensorias, contabilizada na despesa geral do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Romero Jucá, pelos esclarecimentos.

Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Agradeço, Senador Romero, só dizendo o seguinte: cada Estado tem hoje um percentual de gasto diferente. Talvez um gasta meio, outro gasta um, outro gasta dois. Se não me engano, eu li mais à frente antes que é até dois. Não está significando dizer que são dois efetivamente.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – E tem um processo para cinco anos para se chegar a isso.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Eu vou continuar lendo aqui, mas é uma matéria importante a ser discutida.

Por exemplo, no Estado do Mato Grosso, creio que não temos grandes dificuldades porque lá a Defensoria já tem uma autonomia.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Pois não, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Temos que tomar todo cuidado para não estarmos aqui consolidando o surgimento de outro poder na estrutura do Estado brasileiro e ajudando a fazer outro debate, que acabamos de fazer, sobre endividamento e inviabilização dos Estados, como esta Comissão fez há pouco.

Por isso, é bom que todos fiquemos atentos ao relatório de V. Ex^a.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Foi exatamente por esse...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Senador Blairo, mais um detalhe, aproveitando, já que estão... Parece-me que a dúvida é que até 2% hoje são destinados ao Ministério Público de cada Estado, né? Ate hoje o Ministério Público tem 2% do Orçamento. Agora, a Defensoria Pública também pode até 2%? Eu não sei. Isso vai começar a criar um... Eu já fico...

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Nós vamos ter tempo para fazer a discussão posteriormente.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – (*Ininteligível.*) ...exatamente poder. Aí é uma estrutura do Estado que defende os que não podem se defender. É diferente.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Se o senhor puder adiantar, Sr. Presidente, eu vou pedir vistas ao projeto para a gente ter tempo para a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu só pediria para o Senador Blairo Maggi concluir o relatório.

Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Farei isso, Presidente.

Considerando-se as distintas realidades das Defensorias Públicas Estaduais, bem como as dos Estados membros da Federação, o projeto prevê, no art. 2º, o acréscimo do art. 73-D à LRF, estabelecendo cronograma de até cinco anos para a implantação progressiva da nova repartição dos limites para a despesa com

peçoal. O cronograma parte de patamares diferenciados, iniciando-se, no mínimo, em 0,5% da receita corrente líquida (RCL), para vigorar no ano seguinte à da publicação da lei. A diferença entre os patamares inicial e final diminuiria na proporção de, no mínimo, um quinto por ano, com o correspondente decréscimo do limite previsto para o Poder Executivo.

Quer dizer, então, você sai de 0,5%, um quinto, crescendo todo ano, diminuindo do Poder Executivo, para sair de 49 para 47.

Sobre o impacto financeiro do projeto, é preciso reconhecer, primeiramente, que inexistiu uma base de dados que consolide os gastos com pessoal de todas as Defensorias Públicas dos Estados. Para que essa informação seja obtida, é necessário consultar os balanços gerais anuais de cada ente. No caso do Estado de Minas Gerais, por exemplo, o órgão em comento gastou, em 2010, R\$118,72 milhões com pessoal e encargos sociais (0,36% da receita corrente líquida do ente). O limite proposto permitirá que esses gastos, ao final do período de transição, sejam mais do que quintuplicados, o que é coerente com a realidade física e financeira de uma instituição ainda formação, que ainda carece de estruturação e provimento da maior parte dos seus cargos, fenômeno que ocorre em praticamente todas as unidades da federação.

Com efeito, dados do III Diagnóstico das Defensorias Públicas, produzido pela Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério Público (Quadros 19 e 20 e Gráfico 29), demonstram que o orçamento da instituição é incipiente em relação ao orçamento global dos Estados e desproporcional, em termos absolutos e relativos, ao orçamento do Poder Judiciário e do Ministério Público estaduais, não obstante guardem, potencialmente, estreita simetria estrutural e no quantitativo de órgãos de execução. Observou-se que, em média, o Poder Judiciário dos Estados absorve 5,34% dos gastos totais do Estado, enquanto que o orçamento do Ministério Público foi de 2,02% do orçamento do Estado e o da Defensoria Pública foi em média de 0,40% do total de gastos pelas unidades da federação.

Então, só para reforçar o pensamento e a análise dos Senadores, o Poder Judiciário dos Estados tem absorvido 5,34% dos gastos; o Ministério Público, 2,02%, e a Defensoria, em média, 0,4% do total de gastos pelas unidades da federação.

Há informações no Gráfico 42.

Em Minas Gerais, atualmente, estão providos somente 34% dos 1.200 cargos existentes, fazendo com que cerca de dois terços das comarcas do Estado estejam desprovidas de Defensores Públicos, não obstante a indispensabilidade de estar presente em todas elas, não bastasse o seu extenso rol de atribui-

ções constitucionais e legais ampliado pela recente Lei Complementar nº 132, de 2009.

Remetendo à apresentação do III Diagnóstico, colhe-se da palavra do então Ministro da Justiça, Tarso Genro: “A importância da Defensoria Pública para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária foi reconhecida pela sociedade e pelas entidades públicas e privadas ao término da I Conferência Nacional de Segurança Pública realizada neste ano, na qual foram aprovadas diretrizes de fortalecimento da Defensoria como instrumento viabilizador do acesso universal à justiça e à defesa dos hipossuficientes. Os dados técnicos desse estudo se consubstanciam também em importante instrumento para sensibilizar os estados de toda federação sobre a premente necessidade de maiores investimentos na mencionada defensoria e da ampliação dos quadros de Defensores Públicos”.

Concretamente, o dado consolidado existente, disponibilizado pela Secretaria do Tesouro Nacional, refere-se às RCLs dos 27 estados, cujo somatório, para 2010, é igual a R\$ 360,52 bilhões. Desse total, a LRF prevê, atualmente, que os executivos estaduais não poderão despender mais do que R\$ 176,65 bilhões com pessoal (ou seja, 49% da RCL). O novo limite (qual seja, 47% da RCL) diminuirá esse valor para R\$ 169,44 bilhões – diferença de R\$ 7,21 bilhões.

Essa redução ocorrerá paulatinamente, na medida em que o cronograma para a repartição dos limites globais da despesa com pessoal preconizado na proposição ocorra.

As medidas preconizadas visam a assegurar às Defensorias Públicas Estaduais o exercício pleno de suas autonomias constitucionalmente garantidas, com responsabilidade na gestão fiscal.

Em face do exposto, o voto Relator, que é o eminente Senador Clésio Andrade, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 225, de 2011–Complementar, com a Emenda nº 1-CCJ.

A emenda está assim redigida:

EMENDA Nº 01 – CCJ (DE REDAÇÃO)

Renumere-se o inciso V do § 2º do art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, acrescido pelo art. 1º do Projeto de Lei nº 225, de 2011–Complementar, como inciso IV.

Este é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Em...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, peço vista do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria... Como?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Peço vista.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Vistas coletivas, Sr. residente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vistas coletivas do projeto, que será pautado na próxima terça-feira.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente...

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – E nós não vamos discutir ele hoje, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não; eu coloquei em discussão. Quando eu fui falar que ia colocar a matéria em discussão, o Senador Cyro Miranda já sacou e me acertou aqui na testa.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Senador, era para poupar o tempo, ainda porque V. Exª é extremamente competente. Uma comissão como esta, que tem quórum numa terça-feira véspera de feriado, é só com a competência de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não é fácil, viu?

Então, vistas coletivas.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, primeiro o Senador Flexa Ribeiro; em seguida, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, eu concordo com V. Exª para ser pautado na terça-feira próxima, mas eu pediria um auxílio à Secretaria da Comissão no sentido de que, se fosse possível, consultasse todas as Secretarias de Governo dos Estados para que pudessem, em auxílio aos Senadores, verificar o gasto de cada Estado com as Defensorias, para que tenhamos uma ideia de quanto está gastando cada Estado no orçamento; enfim, para que a gente pudesse balizar se esses 2% é muito ou é pouco, ou o quanto isso representa do orçamento de cada Estado, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Faremos o possível, Senador Flexa Ribeiro. Essa é uma missão hercúlea.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Mas V. Exª nos deu a missão para a próxima terça-feira. Então, V. Exª nos informe até quinta-feira que vem. V. Exª vai trabalhar amanhã para que nos informe na quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Suplicy. Antes, porém, eu queria só pedir aos Srs. Senadores que nós temos várias matérias terminativas, e estamos com

quórum. Eu acho que esse tema já... Inclusive já houve um debate ao longo da relatoria do Senador Blairo, que não foi uma relatoria curta. Foi uma das mais extensas relatorias da Comissão de Assuntos Econômicos.

Portanto, se as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores me permitem, vamos deixar o pedido de vistas coletivo, pois nós temos lição de casa para fazer, como disse o Senador Flexa, e vamos passar para os itens terminativos.

Se todos estiverem de acordo...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Se fosse possível, além dos Estados, eu pediria ao Senador Flexa Ribeiro, Sr. Presidente, se poderíamos ter também quanto é que a União gasta em percentual com a Defensoria Pública da União.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Uma miséria.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Apenas para ter também um parâmetro, que é interessante.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – É uma miséria.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Eduardo Suplicy, pediria só...

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Rápido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Tudo bem, Senador.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Queria registrar que se encontra presente, acompanhando a tramitação deste projeto, o presidente da Associação Paulista dos Defensores Públicos, Dr. Rafael Valle Vernaschi, que considera muito positivo o projeto do Senador Pimentel, como também o relatório do Senador Blairo Maggi. Só para registrar. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu também queria registrar a presença da Drª Nancy, defensora pública de Mato Grosso do Sul, como também o Dr. André, que eu não poderia deixar de registrar.

Eu gostaria só de dizer que acho que a Defensoria Pública é, acima de tudo, cidadania. O trabalho dos defensores é um trabalho de que o Brasil precisa, de que a população brasileira, acima de tudo, precisa, e Mato Grosso do Sul – não poderia deixar de destacar – foi o primeiro Estado a criar a Defensoria Pública, e nós sabemos que esses recursos estão sendo muito bem aplicados, com impactos positivos perante a população, e quero cumprimentá-los.

Senador Pimentel.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, eu queria pedir a V. Ex^a, se for possível, a inversão de pauta, para que começássemos pelo Item 16 e priorizássemos os senadores relatores que estão presentes.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Perfeito. Se for assim, é o Senador Casildo.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu pediria inversão de pauta, para começarmos do Item 16.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Cyro, vamos seguir a sequência, por uma questão de ordem.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 40 DE 2011

– Terminativo –

Altera a Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, e a Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991, para autorizar o acesso dos bancos cooperativos aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para fins de concessão de crédito rural.

Autoria: Senadora Ana Amélia.

Relatoria: Senador Casildo Maldaner.

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado. E o relatório já foi lido pelo relator na 44ª reunião, realizada em 20 de setembro, ocasião em que foi concedida vista coletiva.

Pergunto ao relator, Senador Casildo Maldaner, se deseja fazer uso da palavra.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, eu conversava agora com o Senador Casildo Maldaner...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Muito bem, Presidente.

Eu conversei com o Senador Casildo Maldaner, porque eu tenho um voto em separado sobre o tema, mas estamos querendo fazer um último esforço. O Ministro Senador Francisco Dornelles havia levantado várias questões, várias ponderações, e eu pediria ao Senador Casildo Maldaner que fizéssemos um último esforço, uma última reunião – entre o Senador Casildo Maldaner, a Senadora Ana Amélia, o Senador Francisco Dornelles e eu –, e voltaríamos com esse tema na próxima reunião, se o Senador Casildo Maldaner assim concordar. Se não, estou aqui com um voto em separado.

Eu faria esse apelo.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Tendo em vista o apelo novamente do Senador Lindbergh – não é a primeira vez –, e tendo em vista também a envergadura desta proposta, não tenho como não aceitar a solicitação do Senador Lindbergh Farias, o esforço dele.

Vamos ver se, na próxima, podemos analisar isso. Há uma expectativa muito forte no Brasil inteiro para fazer com que os bancos cooperativos de crédito possam também acessar os recursos do FAT e também os bancos públicos estaduais, bancos públicos, enfim – que não seja só a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil. Que os bancos federais possam acessar os créditos do FAT, para podermos ajudar a melhorar, atender e levar os nossos empreendedores do Brasil, com custos mais baixos nos recursos. Então essa é a proposta. O Brasil aguarda, mas não tem como não aceitarmos a proposta, o pedido, a solicitação do eminente Senador Lindbergh Farias.

Então, na próxima reunião, nós vamos pedir aos colegas para que analisem isso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, pautaremos para a próxima reunião, Senador Lindbergh, mas uma vez em um entendimento com o Senador Casildo Maldaner.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, se V. Ex^a me permite?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Vanessa.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, agora há pouco, por solicitação do Senador Flexa, V. Ex^a comprometeu-se em empenhar-se, pelo menos, para trazer aqui alguns dados relativos ao projeto que trata da Defensoria Pública.

Esse projeto do FAT eu penso que ele é muito técnico também, porque abre crédito para cooperativas.

Hoje, nós sabemos que existem cooperativas que são verdadeiras empresas e indústrias. Então, acho que seria importante que ouvíssemos também a manifestação, porque o FAT é coordenado por um conselho tripartite. Que ouvíssemos a opinião – acho que não custa nada – em relação ao impacto dessa matéria quanto aos recursos do Fundo, Sr. Presidente. Que nos fossem enviados dados a esse respeito.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Vanessa, já ao longo desse debate... Esses números efetivamente existem, já foram aqui debatidos. E se acessando todo o processo já elaborado pelo Senador Casildo Maldaner essas informações já estão, inclusive, disponíveis.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Apenas para acrescentar. Alguns casos, inclusive, para que as garantias existam, para que possam acon-

tecer, porque não é exigido isso da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil e bancos federais, para que essas entidades possam acessar, coloquem títulos do Tesouro Nacional como caução, pelo valor que...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Devem colocar títulos do Tesouro Nacional como caução, como garantia. E, caso haja disponibilidade de recursos do FAT. Mas, mesmo assim, tem que apresentar essas garantias reais para que não parem dúvidas sobre a segurança disso.

O SR. PRESIDENTE (Delcício do Amaral. Bloco/PT – MS) – Perfeito, Senador Casildo, Senadora Vanessa Grazziotin.

Item 11...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcício do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não. Mas, Senadora Vanessa, o relator, Senador Casildo, com a Consultoria do Senado Federal... Eu quero deixar claro, aqui, o seguinte: a CAE não é a Consultoria do Senado Federal. Nós temos uma das melhores consultorias do Brasil, que é a Consultoria do Senado para fazer esse trabalho para os Senadores...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, nós podemos pedir audiência pública para debater todas as matérias, não podemos? As matérias em pauta? Eu não estou querendo fazer isso, pedir audiência pública...

O SR. PRESIDENTE (Delcício do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Vanessa, só que, no meu entendimento, os números já estão disponíveis e já analisados, inclusive pelo Senador Casildo, Senador Lindbergh e pelo Senador Dornelles. Ou seja, esse processo já está pautado há várias semanas, tem sido retirado por acordo mútuo, com entendimento...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Então, eu solicito que seja disponibilizado, porque na matéria aqui nós só temos o relatório; não há nada, nenhum número, absolutamente nada! Que seja disponibilizado esses dados para todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Delcício do Amaral. Bloco/PT – MS) – O Senador Casildo Maldaner encaminhará as informações necessárias.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 36 DE 2010

– Terminativo –

Institui o Fundo de Apoio às Unidades Estaduais e Municipais Hospitalares no atendimento de Urgência e Emergência.

Autoria: Senador Marconi Perillo

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

Observações: A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer contrário ao Projeto.

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Com a palavra o relator, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, colegas Senadores, direto ao relatório.

O Fundo em tela será composto por parcela de 15% dos prêmios

arrecadados pelas seguradoras que operam o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT).

Para tanto, a proposição altera o Plano de Custeio da Previdência Social, estabelecido pela Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, redistribuindo o percentual de 50% do total do prêmio recolhido destinados à Seguridade Social, de forma a que 30% continuem a ser repassados para o Sistema Único de Saúde (SUS), por meio do Fundo Nacional de Saúde, para o custeio da assistência médico-hospitalar dos segurados vitimados em acidentes de trânsito, 15% passem a constituir o fundo ora proposto, e os 5% restantes continuariam a ser repassados pelas seguradoras ao Coordenador do Sistema Nacional de Trânsito.

Sr. Presidente, o PLS nº36, de 2010, determina que a lei resultante da aprovação do projeto terá vigência em noventa dias, a contar da data de sua publicação.

O PLS nº 36, de 2010, foi inicialmente analisado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde recebeu parecer contrário a sua aprovação, vindo a esta CAE para ser apreciado em decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Análise.

Conforme consta do despacho inicial da Mesa do Senado Federal, cabe à CAE deliberar sobre esta matéria.

Eu estou procurando ser objetivo no relatório, Sr. Presidente, para contribuir com os trabalhos desta comissão, que hoje tem quorum qualificado.

O projeto de lei em tela trata de saúde pública, que está inserida nas competências legislativas.

A técnica legislativa segue as determinações da Lei Complementar nº95, de 26 de fevereiro de 1998.

Quanto ao mérito, queria aqui destacar para os colegas Senadores e as colegas Senadoras que também compartilho das restrições propostas na Comissão de Assuntos Sociais, onde teve como relator o médico, ex-Ministro e Senador Humberto Costa, que afirma que a proposição não amplia os recursos destinados ao Sistema Único de Saúde e faz uma redistribuição de

parte deles, quando estamos nos referindo a vítimas de acidentes de trânsito.

Todos nós sabemos que essas vítimas estão crescendo a cada dia, no País, e, normalmente, isso implica em ir em direto para um atendimento mais qualificado e especializado.

Boa parte das pessoas que sofrem graves acidentes de trânsito ocupam de maneira permanente e durante longo prazo as UTIs, com custo altíssimo para o SUS. E o projeto prevê uma redistribuição desses recursos, passando para municípios parte dos recursos que deveriam atender a essas vítimas.

O problema não está no acolhimento da emergência – isso é muito importante –, mas logo após esse acolhimento, porque estamos nos referindo a pacientes que normalmente ficam por um prazo diferenciado, mais longo, na rede hospitalar.

Por fim, o meu voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº36, de 2010.

É o meu relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria está em discussão.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, apenas para encaminhar, pela Liderança do Governo, em apoio ao voto do relator. Nós vamos votar com o voto do relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o projeto.

Votação nominal.

Em votação o projeto. Quem vota com o relator vota “Não” ao projeto.

Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não.

Senador Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não.

Senador Lindbergh Farias?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não.

Senadora Lídice da Mata?

A SR^a. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não.

Senadora Vanessa Grazziotin?

A SR^a. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Não, com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não.

Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Com o relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não.

Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com o relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Também não.

Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não.

Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não.

Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não.

Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não, com o relator.

Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Embora seja do Senador Marconi Perillo, eu concordo com o relator e voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não.

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não.

Foram 16 votos NÃO.

A comissão rejeita o projeto.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 38 DE 2010

– Terminativo –

Altera os parágrafos 1º e 6º da Lei nº 9.440, de 14 de março de 1997, que estabelece incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e dá outras providências. (Inclui a faixa de fronteira da Região Sul entre as regiões que fazem jus à renúncia fiscal relacionada à indústria automotiva).

Autoria: Senador Sérgio Zambiasi

Relatoria: Senador Jorge Viana

A matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com parecer favorável ao projeto com a Emenda nº 1-CDR.

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Com a palavra o relator, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente, colegas Senadores. Como se pôde ver no enunciado deste Projeto de Lei do Senado nº 38, de 2010, de autoria do nobre ex-Senador Sérgio Zambiasi, eu queria pedir a atenção dos colegas Senadores porque esta matéria – até antecipo –, em síntese, não tem nenhum óbice em constitucionalidade e também não tem nenhum tipo de vício de juridicidade nem de técnica legislativa, mas é uma matéria que diz respeito ao desenvolvimento do País.

Vem à apreciação desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 38, de 2010, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, o qual tem como objetivo estender os incentivos fiscais concedidos à indústria automobilística das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste – Senador Casildo Maldaner, envolve a sua região e é importante que se dê a devida atenção a esta matéria – para empresas instaladas ou que se instalem na faixa de fronteira da Região Sul, envolvendo parte dos Estados do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

O autor justifica sua iniciativa no reconhecimento de que há problemas de insuficiência de desenvolvimento em partes das áreas de fronteira, que apresentam indicadores sociais e econômicos com clara e inequívoca

voca desvantagem em relação ao restante das Regiões Sul e Sudeste, as regiões mais desenvolvidas do País.

Queria entrar aqui na análise do projeto.

Cabe a esta Comissão a análise, em decisão terminativa, do Projeto de Lei do Senado nº 38, de 2010. Esta apreciação abrange o mérito da proposição assim como os aspectos financeiros e orçamentários, de constitucionalidade, de juridicidade e de regimentalidade da matéria.

O projeto, como disse, é de competência legislativa.

Quanto ao mérito, o projeto em análise se refere aos incentivos fiscais concedidos pela Lei nº 9.440, de 1997, que são voltados para a indústria automobilística exclusivamente situada nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Apesar de sua importância, o desenvolvimento das áreas de fronteira não foi uma prioridade entre as políticas de desenvolvimento regional, sendo necessária a reversão dessa situação.

Nessa linha de entendimento, o próprio Ministério da Integração Nacional desenvolve o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF). O objetivo desse programa é fomentar o desenvolvimento da área fronteira brasileira, pouco desenvolvida quando comparada a outras regiões, especialmente do Sul e do Sudeste do Brasil, pois é marcada por dificuldades de acesso aos bens e serviços públicos, pela falta de coesão social e por problemas de segurança pública.

Ademais, tendo em vista a crescente... Aí, por esse aspecto, a minha posição era de deixar – e trago a esta Comissão para o debate e para a deliberação terminativa – restritos às Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil esses incentivos, tendo em vista a infraestrutura que temos, consolidada em toda a Região Sul e Sudeste do Brasil, entendendo que é necessária a implementação de uma política para as áreas fronteiriças, como estabelece ou como procura estabelecer o Ministério da Integração Nacional.

Então, Sr. Presidente, dirigindo-me aos nobres colegas Senadores, voto pela rejeição da matéria, tendo em vista que ampliaríamos um instrumento poderoso de inclusão das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do ponto de vista da industrialização do Brasil, especialmente a automobilística.

É esse o meu parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Jorge Viana.

A matéria está em discussão.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, apenas para registrar, pela Liderança do

Governo, que nós vamos acompanhar o parecer do Relator. Portanto, a orientação de voto é “não”, contrariamente ao projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Romero Jucá.

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, é inegável a correção da proposta do Senador Zambiasi, embora se esteja preparando uma alternativa, mais ampliada, mas, sem dúvida, há um equívoco quando se imagina que o sul do País é um paraíso e que nós não temos dificuldades. Especialmente na tríplice fronteira, nós, que estamos ali próximos, vivemos dificuldades incriveis com a questão de segurança, sobretudo desemprego, porque não há uma política de compensação como contrapartida ao que oferece essa região, especialmente no que diz respeito à preservação ambiental.

Vamos dar como exemplo o Parque Nacional do Iguaçu, que ocupa uma imensa área agricultável, impedindo a região de produzir, exatamente em função da justa causa da preservação ambiental.

Mas até hoje nós não conseguimos sensibilizar as autoridades federais no sentido de oferecer política compensatória. Não há Zona de Processamento de Exportação, projeto de minha autoria, aqui aprovado, que está parado na Câmara dos Deputados, que seria um mecanismo capaz de impulsionar o progresso regional, compensando as perdas econômicas advindas especialmente da ocupação de todo o espaço geográfico, ou quase todo ele, ou boa parte dele, com a preservação ambiental.

Entfim, entendemos que há aí uma alternativa a essa proposta do Senador Sérgio Zambiasi, por isso compreendemos o voto contrário, mas queremos registrar que é preciso oferecer, sim, à tríplice fronteira ou à faixa de fronteira no sul do País, compensação em razão das mazelas que existem, sobretudo pela contenção do seu processo de evolução econômica, em razão das restrições impostas, em nome, sobretudo, da preservação ambiental, com o que concordamos, mas vamos continuar insistindo: nós aprovamos, no Congresso Nacional, o Fundo de Recuperação Econômica de Foz do Iguaçu. O Presidente Lula vetou. Nós aprovamos no Senado a Zona de Processamento de Exportação para Foz do Iguaçu. Está na Câmara o projeto, parado. Portanto, Sr. Presidente, é preciso olhar aquela região.

Tenho dito e vou repetir aqui: aquela região é um patrimônio da humanidade. Não é, portanto, responsabilidade exclusiva do Município de Foz do Iguaçu. Não é responsabilidade apenas do Município e do Estado. É responsabilidade também do País. E vou além: é res-

pensabilidade da humanidade. Se desejam que aquela área seja preservada com as fascinantes belezas naturais, certamente há que se contribuir, oferecendo a contrapartida necessária para sua preservação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

Nós, que vivemos em região de fronteira, principalmente com o Paraguai, a tríplice fronteira, ali embaixo, no Paraná, e também a nossa fronteira com o Paraguai e com a Bolívia, conhecemos bem as histórias.

Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, essa discussão veio à baila na última reunião da CAE, em outro projeto, de autoria do mesmo Senador, do qual eu anteriormente havia pedido vista.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Isso, perfeitamente.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – E apresentei, na última reunião, voto em separado. Atendendo a uma sugestão até mesmo do Senador Aloysio Nunes, já que esses problemas regionais existem em todos os Estados brasileiros, nós havemos, por bem, naquele momento, em conversa com o Relator, que é o Senador Pimentel, retirá-lo de pauta, sem data para retorno daquele projeto, para que pudéssemos promover um amplo debate.

Na data de hoje, combinamos, eu e o Relator, promover uma audiência pública aqui na CAE, trazendo o Ministério da Integração Nacional, trazendo o Ipea, trazendo a Academia, trazendo, de repente, a região Norte, a Sudene e a Sudam, para tratarmos isso de maneira ampla, porque eu acredito que Estados como São Paulo, Senador Aloysio Nunes, também têm problemas. E os incentivos fiscais têm que ser regionalizados dentro do seu Estado. Como há Estados do Norte, Senadora Vanessa, que têm problemas muito mais regionais. E, hoje, quando o incentivo é macro, as empresas vão muito mais para as regiões envolvidas, o que não atende a essência, o objetivo do projeto, que é o desenvolvimento regional. Então, fizemos esse acordo e vamos promover o requerimento para uma audiência pública a fim de tratarmos desse assunto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Aguardaremos, então, o requerimento.

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o Projeto e a Emenda nº 1, da CDR. Votação nominal.

Consulto o Plenário se podemos fazer uma só votação.

Se todos os Senadores e Senadoras concordarem, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Em votação o Projeto e a Emenda nº 1, da CDR. Quem vota com o Relator vota “Não” ao Projeto e à Emenda nº 1, da CDR.

Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, “Não”.

Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Não”.

Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Não”.

Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Não”.

Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Não”.

Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Não”.

Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Acompanho o Relator e a Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Não”. A Bahia? Fronteira? A não ser que os baianos vão entrar em alguma...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Contra. Contra, Sr. Presidente, para não nos prejudicar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Com o Relator, “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Não”.

Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Não”.

Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Não”.

Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Não”.

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Com o Relator, nos termos...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, “Não”.

Quinze votos NÃO.

Portanto, a Comissão rejeita o Projeto e a Emenda nº 1, da CDR, e acata o relatório do Senador Jorge Viana.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 357, DE 2009

– Terminativo –

Acrescenta o art. 116-A à Lei nº 8.666, de 1993, para tratar da uniformização dos procedimentos atinentes às transferências voluntárias.

Autoria: Senadora Marisa Serrano

Relatoria: Senador Ciro Nogueira

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

Lembro que o Projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Eu nomeio como Relator *ad hoc* o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, o Projeto trata de criar uma nova norma de convênios para efetivamente haver repasse de transferências voluntárias.

A Senadora Marisa Serrano apresentou o Projeto invertendo a ordem e fazendo com que a esses projetos não fosse dada a entrada com dados concretos, mas apenas com uma carta consulta.

Portanto, o parecer é contrário. Somos pela rejeição do Projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vou colocar em votação o Projeto. Votação nominal.

Em votação o Projeto. Quem vota com o Relator, Senador Romero Jucá, vota “Não”.

Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Não”.

Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Não”.

Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Voto “Não”. Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – “Não”, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Jorge Viana. (*Pausa.*)

Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – “Não”, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Casildo. (*Pausa.*)

Perdão. Senador Romero, voto conhecido.

Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com o Relator.

Quatorze votos NÃO.

A Comissão rejeita o Projeto.

ITEM 14

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 511, DE 2009

– Terminativo –

Dispõe sobre a criação da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Sorriso, no Estado de Mato Grosso.

Autoria: Senadora Serys Slhessarenko.

Relatoria: Senador Alvaro Dias.

Relatório: Pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

A matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com parecer favorável ao projeto.

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado, pelo que solicito aos Senadores e Senadoras que permaneçam em plenário.

Faltam poucos projetos na pauta de caráter terminativo.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias, Relator da matéria.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, essa é uma matéria conhecida da Casa, especialmente desta Comissão: projeto que cria Zona de Processamento de Exportação em determinados municípios com o objetivo de atenuar os desequilíbrios regionais, de compensar a existência do desequilíbrio em função de peculiaridades do município ou da região.

Na verdade, esse projeto estabelece no art. 3º que:

“O Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação analisará as propostas de criação da ZPE e dará prioridade para aquelas localizadas em área geográfica privilegiada para exportação”.

Portanto, caberá ao Conselho Nacional analisar o mérito da criação da ZPE no Município de Sorriso, em Mato Grosso, cuja proposta deverá ser feita pelo Estado ou pelo Município.

Portanto, com a aprovação desse projeto, não significa que teremos a ZPE em Sorriso. Nós não podemos nunca gerar falsas expectativas no seio da sociedade que nos elegeu.

Por essa razão, ao passo que apresento o voto favorável à aprovação do projeto, esclareço que a palavra final será do Conselho Nacional que analisará o mérito da criação dessa Zona de Processamento de Exportação no Município de Sorriso, no Mato Grosso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Para discutir, concederei a palavra aos Senadores Romero Jucá, Aloysio Nunes Ferreira e Blairo Maggi.

Com a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu recebi recomendação da área técnica do Governo de que esse projeto, de certa forma, já seria atendido pela norma que rege hoje a criação das ZPEs. Hoje, a criação das ZPEs está regulada por uma lei geral, e por decreto essas ZPEs são criadas, ouvido o Conselho.

O parecer do Ministério do Desenvolvimento, na verdade, era contrário. Todavia, em homenagem à Senadora Serys Slhessarenko e ao Senador Blairo Maggi, quero dizer que vou desconsiderar essa orientação do Governo no que diz respeito à matéria em análise e vou encaminhar pela aprovação do projeto, uma vez que se trata de um projeto autorizativo e há uma sinalização política da prioridade de Sorriso como ZPE.

Nós somos favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Romero Jucá.

O SR. ÁLVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, veja que hoje o Senador Jucá desconsidera o Governo e considera a oposição que relatou o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Ou seja: hoje, S. Ex^a está em uma fase pródiga.

Senador Aloysio Nunes Ferreira, com a palavra.

Em seguida, Senadores Blairo Maggi e José Pimentel.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu peço antecipadamente a absolvição ao meu querido e respeitado Líder, Senador Alvaro Dias, mas eu vou me afastar dele na votação deste projeto. E o faço porque...

(Manifestações fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Para compensar o Senador Romero.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Veja V. Ex^a como...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – O Senador Aloysio sempre contra o Senador Jucá. *(Risos.)*

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Exatamente. Eu ia votar a favor, mas, como o Governo vai votar a favor, eu vou votar contra. *(Risos.)*

Não; o fato é o seguinte: eu tenho uma posição muito arraigada contra essa proliferação de Zonas de Processamento de Exportação, que visam criar ilhas no Brasil, ilhas onde é mais fácil exportar. Eu acho que o nosso problema é maior que esse. Se fosse só criar Zonas de Processamento de Exportação, transformaríamos o Brasil em uma grande ZPE. O problema é que as dificuldades que nós encontramos para as nossas exportações decorre de inúmeros fatores, que são de ordem geral: é câmbio, taxa de juros, sistema tributário, é a falta de infraestrutura; enfim, uma série de questões que devem ser resolvidas no País inteiro.

Por essas razões é que me coloco contra as ZPEs. E me coloco contra também, Sr. Presidente, aproveitando o embalo, contra essa distribuição de benefícios fiscais, para cima e para baixo, como se isso fosse resolver os problemas regionais. Não resolve.

Esses benefícios fiscais se acumulam. Neste ano, nós já vamos para R\$146 bilhões de benefícios fiscais, sem que a gente tenha condições de aferir os resultados concretos, efetivos disso que não deixa de ser um dispêndio de dinheiro público, porque é renúncia fiscal, que poderia ser usada com proveito em saúde, em infraestrutura, em políticas de desenvolvimento, enfim, que sejam de natureza horizontal. Mas, para me ater ao projeto, eu vou votar contra por essa razão e também pelo fato de o projeto ser meramente autorizativo, o que tira dele qualquer conteúdo normativo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Aloysio.

Senador Blairo, o homem do sorriso.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Sorriso é uma cidade bonita, gauchada, ajeitada. Eles acham que o centro do mundo é lá, e é mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – E nós levamos, Senador Blairo, há muitos anos, a fundo perdido, no Governo Itamar Franco, aquele linhão para o norte: Nova Mutum, Sorriso.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Lucas do Rio Verde, Sinop.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Lucas do Rio Verde, Sinop.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Bem lembrado. Agradeço a V. Ex^a, porque ajudou muito no progresso daquela região.

Eu quero agradecer ao Senador Alvaro Dias pela relatoria e por considerar Sorriso. Ao fazer isso, Senador Alvaro, o senhor está fazendo algo pelos paranaenses que lá estão também. Tenho certeza de que muitos deles, que moram lá na região, já foram à urna para votar em V. Ex^a, quando Governador e como Senador.

Também quero fazer, aqui, uma menção à Senadora Serys, pela iniciativa, e dizer que se não fosse a criação da BR 163, que fica pronta agora, em 2012/13, depois de mais de 40 anos de luta do povo mato-grossense e do povo paraense, essa zona de exportação muito pouca influência teria na região. Com a BR 163 pronta, mesmo sendo autorizativa, mesmo tendo de ir para um conselho, é um primeiro passo, e muito importante para essa região.

Deixo registrado aqui, então, o agradecimento ao Senador Alvaro e também o reconhecimento à Senadora Serys, pela iniciativa de propor esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Blairo.

Com a palavra, o Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, eu também quero pedir vênias ao meu Líder, Romero Jucá, para divergir. Nós temos uma decisão, na Comissão de Constituição e Justiça, de que projetos autorizativos devem ser rejeitados, porque não têm previsão constitucional.

Essa decisão também já foi tomada pela Câmara Federal e, em face dessa decisão unânime que aprovamos nesta Legislatura, na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, vou divergir e vou acompanhar o nosso Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Meu Deus do céu, não consigo entender mais nada!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, Sr. Presidente. Só para reforçar.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Eu não tenho jeito, eu tenho de acompanhar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu acho que é melhor a gente encerrar essa discussão, senão o negócio vai complicar.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, eu também quero ouvir o Senador.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu não sei se vai ajudar, mas eu quero, também, seguir o Senador Aloysio Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Ai, meu Deus!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Porque veja bem...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O Senador Lindbergh é o último orador inscrito. Ninguém se inscreve mais, não.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Deixe-me só colocar uma questão, aqui.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, se hoje não fosse véspera de Finados, eu estaria, aqui, muito preocupado.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, até por economia processual e outros pontos que possam vir, aqui...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, até por economia processual, é preciso dizer que o Município não precisa dessa autorização. Ele pode entrar direto, pedindo ao Ministério da Indústria e Comércio.

Então, por economia processual nossa aqui, pelos próximos casos – por isso peço vênias, também, a Blairo Maggi, Líder do Governo –, vou votar com o Senador Aloysio Nunes.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Cyro Miranda.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Só para continuar na mesma...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vota com o Senador Romero?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Não, na mesma tônica, eu peço vênias ao Senador Aloysio Nunes, mas eu voto com o Senador Romero Jucá,...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Romero Jucá.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – ... porque eu quero ver um sorriso do Blairo.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, só em razão do que foi dito, votar contra, agora, não significa economia de tempo nenhuma, porque nós já discutimos, já chegamos a esse ponto. Então, vamos votar favoravelmente.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Ele ganha o peso dessa decisão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, em votação.

Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu voto seguindo o Senador Aloysio Nunes.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Não entendo mais nada.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Virou a unidade paulista.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, vota “Não”.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Nossa Senhora! Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Voto “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Lídice.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Voto com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Sim”.

Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Voto com o Senador Aloysio. Então, voto “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Não”.

Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Pelo menos a bancada vai ter que votar unida. Voto com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Sim”.

Senador Blairo Maggi. Só falta o Blairo votar “Não”, agora.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Com um grande sorriso, voto “Sim” para Sorriso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Sim”.

Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Voto “Sim”, com Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Sim”.

Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Sim”.

Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu voto “Não”, com o Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Não”, com o Senador José Pimentel.

Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Hoje, estamos exercendo a democracia.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Absolutamente.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Absolutamente. Eu voto com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Sim”, Senador Cyro Miranda, e contra o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com sorriso Kolynos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Sim”, Senador Flexa Ribeiro.

Senador Alvaro Dias, voto conhecido.

Agora, quero ver o que deu aqui.

Senador Agripino Maia.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com o relator e, portanto, “Sim”.

Foram 11 votos “Sim” e 4 votos “Não”. Portanto, a Comissão aprova o projeto e a emenda de nº 1 da CAE.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, só para complementar aqui, acabou-se a ditadura da liderança hoje, de que tanto o senhor reclamou.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Acabou-se aqui.

ITEM 15

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 189 DE 2010

– Terminativo –

Autoriza a Caixa Econômica Federal a realizar concurso especial da Mega-Sena, com a finalidade destinar recursos às vítimas das enchentes de Alagoas.

Autoria: Senador João Tenório.

Tramita em conjunto com o

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 203 DE 2010

– Terminativo –

Autoriza a Caixa Econômica Federal a realizar concurso especial da Mega-Sena, com a finalidade de destinar recursos às vítimas das enchentes nos Estados de Pernambuco e Alagoas.

Autoria: Senador Cícero Lucena

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy

Relatório: Pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nºs 189 e 203 de 2010.

Lembro que os projetos são terminativos e exigem quórum qualificado.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, neste caso, eu vi que ele é restrito a dois Estados, Pernambuco e Alagoas. Eu sei que o projeto é autorizativo e tem outras regiões do Brasil que demandam da mesma necessidade. Então, para melhor estudar, vou pedir vista desses projetos. E, para adiantar os assuntos da nossa..., pediria para retirar de pauta, para não precisar ler o relatório...

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, eu peço vista também.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Primeiro, só o Senador Suplicy lê o relatório, fazendo-se pedido de vista coletiva, então.

Senador Suplicy, se V. Ex^a puder objetivar o relatório...

Vem mais uma ZPE aí. São Borja.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – O art. 1º da proposta autoriza a Caixa Econômica Federal a realizar concurso especial da Mega-Sena cujos recursos serão destinados exclusivamente às vítimas das enchentes do Estado de Alagoas, com distribuição aí especificada.

De acordo com o autor da proposição, o Estado de Alagoas está sofrendo “o pior desastre natural já registrado em nosso país”, referindo-se às enchentes ocorridas no primeiro semestre de 2010.

O Projeto de Lei do Senado do Senador Cícero Lucena, autoriza a Caixa Econômica Federal a realizar concurso especial da Mega-Sena, com a finalidade de destinar recursos às vítimas das enchentes de Pernambuco e Alagoas e também destina de acordo com diversas proposições.

De acordo com o art. 48, XIII, da Constituição Federal, ambas as matérias, incluídas entre as competências, não incorrem em vício de iniciativa. Não há óbices quanto à constitucionalidade e à juridicidade, mas, quanto ao mérito, há relevantes considerações.

A Lei nº 6.717 autorizou a Caixa Econômica a realizar, como modalidade de loteria federal, regida pelo Decreto-Lei nº 204, de 1967, concurso sobre o resultado de sorteios de números. Foram criadas diversas loterias, entre elas a Mega-Sena.

Do total da arrecadação, 30,81% são destinados ao prêmio; 3,21%, ao Imposto de Renda; 2,87%, ao Fundo Nacional de Cultura; 1,63%, ao Comitê Olímpico Brasileiro; 0,29%, ao Comitê Paraolímpico; 17,32%, à Seguridade Social; 7,42%, ao Fies; 3%, ao Fundo Penitenciário Nacional; 9,57%, à Caixa Econômica; 8,61%, à Comissão dos Lotéricos; 0,96%, ao Fundo de Desenvolvimento das Loterias; e 4,31%, à Secretaria Nacional do Esporte.

Esses percentuais decorrem dos ajustes feitos pela Caixa Econômica em função de ser o somatório dos percentuais nominais superior a 100%.

A criação do Concurso Especial com Destinação Específica, conforme proposto, excluiria todos os beneficiários legais do rateio. O Fundo Especial para Calamidades Públicas, criado pelo Decreto nº 950, de 1969, e ratificado em 1990 e em 1994, está ativo. Os recursos são oriundos de dotação orçamentária, dotações, auxílios, saldos de recursos extraordinários não aplicados e outros eventuais.

Em que pesem os argumentos dos autores, proposta dessa natureza não tem logrado êxito. Esta Comissão aprovou em 2010 o PLS nº 461, de 2008, de idêntico conteúdo, destinando recursos para o Estado de Santa Catarina, para atender às vítimas de calamidades públicas. O projeto também foi aprovado na Câmara, mas vetado *in totum* pelo Presidente.

De acordo com a Mensagem nº 61, de 2010, para as razões do veto total referente à matéria, o argumento principal foi o de que o projeto... Está apagado, Sr. Presidente. Com os recursos arrecadados com o Concurso Especial da Mega-Sena, os valores atribuídos à Seguridade Social em investimentos em esporte, educação, cultura e segurança conferem destinação redundante com o objeto do Fundo Especial para Calamidades Públicas.

O então presidente Luiz Inácio Lula da Silva disponibilizou cerca de R\$550 milhões em verbas para a recuperação dos danos pela chuva de 2010 para Alagoas e Pernambuco. O banco BNDES destinou R\$1 bilhão em financiamentos para a reconstrução de pequenas e médias empresas. A Caixa Econômica liberou o Fundo de Garantia para os trabalhadores nas cidades que decretaram calamidade pública.

Em suma, o Governo dispõe de instrumentos para atender a situações de calamidades públicas e atuou rapidamente para minimizar os efeitos socioeconômicos daquela calamidade.

Portanto, o voto é pela rejeição dos Projetos nº 189, de 2010, e 2.003, de 2010.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, ao Item 15, vista coletiva.

Senador Benedito de Lira, com a palavra.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, pelo relatório apresentado aqui pelo eminente Senador Eduardo Suplicy, nós observamos que há uma distribuição para diversos órgãos de Governo, no que diz respeito aos prêmios da Mega-Sena.

É evidente que isso é uma exceção, considerando-se que os desastres ecológicos acontecem frequentemente no Brasil, não são um fato isolado para Alagoas ou Pernambuco, até porque não há uma política de prevenção, lamentavelmente.

E, como a Caixa Econômica, aliás, a loteria não é de recursos do Governo, mas sim da sociedade brasileira, é lógico que entendo que seria da maior importância, numa excepcionalidade, porque só quem mora em Alagoas, em Pernambuco e, recentemente, no Rio de Janeiro e em outros Estados é que pode ver a distensão do desastre, das dificuldades com que as pessoas convivem nesse tipo de desastre ecológico.

No meu Estado, por exemplo, cerca de quase 30 mil pessoas, 18 mil famílias ainda continuam desabrigadas, morando em casas de lona, vivendo em uma situação de praticamente promiscuidade, Sr. Presidente.

Por essas circunstâncias e considerando que isso não causa absolutamente nenhum fato consecutivo no que diz respeito às ações que o Governo, por meio da sociedade, poderia prestar assistência àqueles que foram atingidos por esses desastres ecológicos, é que peço vistas do processo para que eu possa apresentar um voto em separado ao voto do eminente Senador Suplicy, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Perfeitamente, Senador Benedito de Lira. Portanto, vista coletiva.

ITEM 16

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 130, DE 2009

– Terminativo –

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de São Borja, no Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Senador Sérgio Zambiasi

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta.

Observações: *A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com Parecer favorável ao Projeto.*

Lembro que o projeto é terminativo e exige *quorum* qualificado.

Com a palavra o Relator, Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, este projeto é idêntico ao de Sorriso. Espero que o Senador Romero Jucá...

Senador Romero Jucá, por gentileza. Senador Romero Jucá, este projeto é idêntico ao de Sorriso. Peço, então, a V. Ex^a a mesma condução...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Darei a mesma direção. Farei a mesma nota técnica e votarei a favor, encaminhando a favor do projeto.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu votei com o senhor. Então, este projeto da ZPE no Município de São Borja, homenageando o Senador Pedro Simon, a Senadora Ana Amélia e o Senador Paulo Paim, que inclusive me ligaram. Assim, dentro dos mesmos princípios, sem nenhuma alternativa, sem nada de diferente, somos pela aprovação deste projeto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Cyro Miranda.

A matéria está em discussão.

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o projeto e a Emenda de nº 1

Consulto o Plenário se podemos fazer uma só votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordarem queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação o projeto e a Emenda nº 1

Quem vota com o Relator vota “sim” ao projeto e a Emenda nº 1.

Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Contrário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com quem? Contrário.

Senador Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Lindbergh Farias?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Lídice da Mata?

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Sim. Com o Relator.

Senadora Vanessa Grazziotin?

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Sim.

Senador Blairo Maggi?

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Com o Relator. Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Sim.

Senador Inácio Arruda?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Sim

Senador Romero Jucá?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sim, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Sim, com o Relator.

Senador Sérgio Souza?

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com o Relator. Sim.

Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Sim. Com o Relator.

Senador Aloysio Nunes Ferreira ?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não. Contra o Relator.

Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com o Relator. Sim.

Senador José Agripino?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com o Relator. Sim.

Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Com o Cyro Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com o Cyro Miranda. Sim.

Onze votos “SIM”, o Relator é voto conhecido; 04 votos “NÃO”.

Portanto, a Comissão aprova o projeto e a Emenda nº 1 da CAE.

Gostaria de registrar que dos projetos terminativos, o item 9 foi retirado de pauta por solicitação do Senador Demóstenes Torres.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu peço o item 8, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – E o item 17 também foi retirado de pauta a pedido do Relator, Senador Ricardo Ferraço, que faz questão de relatar e pediu para que programássemos para a próxima reunião.

Gostaria também de registrar que o item 2 foi retirado de pauta por solicitação do Senador Gim Argello. O item 3 foi retirado de pauta por solicitação da Senadora Lídice da Mata. Portanto, agora vamos para o item 4.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu poderia pedir preferência para o item 8, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Preferência para o item 8, Sr. Presidente.

Se todos os Senadores e Senadoras estiverem de acordo...

Democraticamente, vamos para o item 8.

Quero informar que, em relação ao item 7, o Relator, Senador Jorge Viana, solicitou a retirada de pauta.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 477 DE 2011

Complementar

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, para que passe a figurar como competência do Banco Central do Brasil a expressão “perseguir a estabilidade do poder de compra da moeda, garantir que o sistema financeiro seja sólido e eficiente e estimular o crescimento econômico e a geração de empregos”.

Autoria: Senador Lindbergh Farias

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Favorável ao projeto.

Com a palavra a Relatora, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, vou passar imediatamente para a leitura da análise, porque é um projeto auto-explicativo, e V. Ex^a, ao ler a ementa, dá uma noção do que é.

Compete à Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), opinar sobre aspectos econômicos e financeiros de qualquer matéria que lhe seja submetida por despacho do Presidente ou deliberação do Plenário. Como a matéria foi distribuída apenas a CAE, também damos parecer sobre os aspectos cons-

tucionais, jurídicos e regimentais, cabendo consulta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, conforme dispõe o inciso I do art. 101 do RISF.

Quanto à constitucionalidade e juridicidade, o projeto atende aos requisitos formais.

A proposição não fere a reserva de iniciativa de que trata o § 1º do art. 61 da Carta Magna e possui técnica legislativa adequada. Além disso, a utilização do instrumento de projeto de lei complementar é adequada.

Outrossim, vale lembrar que a Lei nº 4.595, de 1964, ora alterada pela proposição em tela, foi recepcionada, em seus princípios gerais, como lei complementar no ordenamento jurídico.

Finalmente, sob o aspecto formal, cabe observar que a matéria não tem implicação direta sobre o sistema tributário e as finanças públicas.

Sobre o mérito da matéria, concordamos, em princípio, com os objetivos expressos e que são implicitamente levados em conta pela própria dinâmica da inflação na missão de um banco central.

Observamos que nos países com histórico de hiperinflação ou de inflação galopante a ênfase na estabilidade da moeda é uma necessidade de política econômica para transmitir de forma inequívoca o compromisso com a estabilidade interna e externa do poder de compra da moeda, conforme se depreende, por exemplo, pelos objetivos contidos nos arts. 3º e 12 da Lei do Banco Central da Alemanha, de 1992, cujo objetivo primário é a estabilidade de preços, devendo contribuir para a política econômica do Governo Federal, desde que não prejudique a sua tarefa primária. Ademais, esses objetivos estão contidos no Tratado da Comunidade Europeia e nos Estatutos do Banco Central Europeu.

No entanto, concordamos com o eminente autor com a necessidade de estabelecer em lei os objetivos do Banco Central do Brasil e, além disso, que ao inserir o crescimento econômico e a geração de empregos, que é o que efetivamente inova o projeto, Sr. Presidente, que não trata apenas da estabilidade da moeda mas também do objetivo do crescimento econômico e geração de empregos...Então, quando o projeto inclui isso como um dos objetivos a ser perseguido pela Autoridade Monetária, em nome da União, estabelece-se o balanceamento entre a busca pela estabilidade da moeda e pelo crescimento econômico que um Estado fiscalmente equilibrado propicia.

Nesse sentido, observamos que o inciso I do art. 3º da Lei nº 4.595, de 1964, estabelece que o Conselho Monetário Nacional objetivará adaptar os volumes dos meios de pagamento às reais necessidades da economia nacional e seu processo de desenvolvimento; bem como, regular o valor interno e externo da

moeda; orientar a aplicação dos recursos, propiciar o aperfeiçoamento e zelar pela liquidez e solvência das instituições financeiras; que estão contidos nos incisos posteriores.

A aprovação do presente projeto de lei em análise será mais um passo para o triplo comprometimento do Estado brasileiro com a estabilidade da moeda, com a solidez e eficiência do sistema financeiro e com o crescimento econômico.

Voto.

Tendo em vista o exposto, manifesto-me pela aprovação do PLS nº 477, de 2011 – Complementar.

Eu quero aqui, Sr. Presidente, cumprimentar efusivamente o nobre Senador Lindbergh, porque, apesar de parecer algo somente simbólico, é muito mais do que isso. O Senador Lindbergh fez uma grande pesquisa. Ele relata, por exemplo, que isso já ocorre nos Estados Unidos e na Austrália, onde os regulamentos dos bancos centrais visam não apenas a estabilidade, mas também o emprego pleno, a busca pelo desenvolvimento e pelo pleno emprego.

Então, penso que é uma medida extremamente acertada, justíssima e cumprimento o Senador por essa iniciativa. O que queremos do Banco Central é exatamente isto, a estabilidade. Mas a estabilidade para quê? A estabilidade para elevar a qualidade de vida da nossa gente, do nosso povo.

Cumprimento o Senador Lindbergh pela brilhante iniciativa.

Obrigada.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin, pelo excelente relatório.

Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu queria lembrar aos meus pares que este projeto não é terminativo. Este projeto, antes de ser aprovado, vai ser discutido em outros momentos aqui no Senado Federal, e isso pode dar ensejo a um debate extremamente interessante sobre as competências do Banco Central. Acho que é um debate que vai entrar no meio acadêmico, vai despertar a atenção de economistas e de formuladores da política econômica.

Mas queria chamar atenção para isto: não é um projeto terminativo. O que estamos querendo? Quando se fala de competências do Banco Central, hoje temos o seguinte: “Assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda e um sistema financeiro sólido e eficiente”. Hoje é assim. A nossa alteração – nós alteramos a Lei nº 4.595, de 1964 – foi para que passasse a figurar como competência do Banco Central do Bra-

sil o seguinte: “Perseguir a estabilidade do poder de compra da moeda, garantir que o sistema financeiro seja sólido e eficiente e estimular o crescimento econômico e a geração de empregos”.

Vou ler o resumo da minha justificativa.

Em geral, bancos centrais atuam na economia através da utilização de instrumentos de política monetária, assim como estabelecem regras de regulação do sistema financeiro. Contudo, a atuação de um banco central não é neutra em relação ao lado real da economia. Os resultados de sua atuação não se restringem à esfera monetária e financeira.

A evidência de que existe um canal de ligação entre a esfera monetária e financeira e a esfera da economia real é reconhecida pela legislação que orienta a atuação de importantes bancos centrais. O Federal Reserve Bank, o Banco Central dos Estados Unidos, afirma em sua missão que é dever da instituição atuar para influenciar “...as condições monetárias e de crédito na economia em busca do emprego máximo, preços estáveis e taxas de juros de longo-termo moderadas”. Esse é o Federal Reserve.

O Banco Central da Austrália afirma, em sua missão, que a atuação da instituição deve contribuir para “a estabilidade da moeda, a manutenção do pleno emprego, a prosperidade econômica e o bem-estar do povo da Austrália”.

Diferentemente dos bancos centrais mencionados, o Banco Central do Brasil, possui a seguinte missão: “Assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda e um sistema financeiro sólido e eficiente”.

Na competência aqui proposta, perseguir a estabilidade do poder de compra da moeda, garantir que o sistema financeiro seja sólido e eficiente e estimular o crescimento econômico e a geração de empregos. Há três objetivos nessa proposta estabelecidos para o Banco Central, dois deles relacionados à esfera monetária e financeira e um referente à esfera real da economia.

Sr. Presidente, não vou ler toda a minha justificativa, mas acho esse projeto interessante. Se os senhores observarem as palavras da Presidenta Dilma Rousseff, verão que em todos os momentos ela fala em compatibilizar a busca pela estabilidade monetária e o combate à inflação com o crescimento econômico. Nesse sentido também têm sido as declarações do Presidente Tombini.

Se os senhores prestarem atenção nas últimas movimentações do Banco Central, com a redução da taxa Selic, verão que também está em jogo isso. Estão discutindo isso não só pela questão da inflação, mas em função de uma retração econômica que já começa a acontecer no País, influenciada pela crise econômica internacional.

Então, acho que este projeto é muito interessante. Volto a dizer: não é terminativo, pode trazer um grande debate sobre o tema, com certeza nós vamos escutar o Presidente do Banco Central, mas seria muito importante se fosse aprovado, porque eu acho que já traria esse debate para o centro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Lindbergh.

Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Eu não só louvo a iniciativa do Senador Lindbergh, mas, sem combinar com o Senador Lindbergh, o item 6 da pauta trata da mesma questão, tem parecer favorável do Senador Eduardo Braga e inclui, no art. 3º, o inciso VIII, para colocar como competência do Banco Central promover o pleno emprego da economia, que já é um instituto de todos esses grandes bancos centrais do mundo. Aliás, é o principal, não é o secundário. A moeda está subordinada à geração de emprego, à distribuição da riqueza.

Então, o nosso Banco Central ainda não tinha conseguido acolher essa importante iniciativa. Então, nós estamos propondo, no art. 3º, inciso VIII, que exatamente liga-se... Embora nós estejamos tratando do art. 3º e vocês do art. 9º, o sentido é exatamente o mesmo e, talvez, esses dois projetos tenham de, numa Comissão seguinte, se juntar, porque eles estão na mesma direção.

Eu pediria a V. Exª que nomeasse um relator *ad hoc* também para que nós pudéssemos apreciar, já de imediato, essa matéria.

Agradeço a V. Exª e louvo a iniciativa do Senador Lindbergh Farias.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, não havendo mais ninguém para discutir, eu vou nomear o Senador Romero Jucá Relator *ad hoc* do item 6.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Apenas quero encaminhar favoravelmente o projeto de lei do Senador Lindbergh, registrando que esse é um avanço efetivamente com a visão social do Banco Central e deve ser perseguido por todos nós.

Portanto, o parecer é favorável também.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Romero.

Em votação o relatório da Senadora Vanessa Grazziotin.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE favorável ao projeto.

Eu vou aqui, também, aproveitar, já que estamos tratando de matérias assemelhadas...

Projeto de Lei do Senado nº 301/2011, complementar, não terminativo. Altera o art. 3º da Lei nº 4595, de 31 de dezembro de 1964, que dispõe sobre as políticas e instituições monetárias, bancárias e creditícias, para incluir entre os objetivos da política do Conselho Monetário Nacional a plena utilização da capacidade produtiva nacional.

A autoria, como já foi dito aqui, é do Senador Inácio Arruda.

Para a Relatoria, eu indico o Senador Romero Jucá Relator *ad hoc*.

O relatório é favorável ao projeto.

Com a palavra, o Relator, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na mesma direção do que já falamos anteriormente do projeto do Senador Lindbergh, nós somos favoráveis, Sr. Presidente.

O parecer do Senador Eduardo Braga é favorável. Eu, pessoalmente, também sou favorável ao projeto, porque, efetivamente, esse é um desafio no mundo que nós estamos vendo, porque a questão do emprego tem de ser perseguida e a política monetária, efetivamente, é um instrumento de se buscar ampliar oportunidades de produção, de crescimento e, portanto, de geração de empregos.

Então, está de parabéns o Senador Inácio Arruda.

O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Parecer favorável.

A matéria está em discussão.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, eu quero também...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Cyro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – elogiar o projeto do Senador Inácio Arruda e dizer que, realmente, essa é a meta principal. Se nós não cuidarmos do emprego, o resto não vai ter nenhum sentido.

Sou pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Cyro Miranda.

Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, ainda ontem, a Presidenta Dilma Rousseff, ao falar para a cerimônia das empresas e empresários mais admirados do País, promovida pela *Carta Capital*, mencionou que estaria, nesses próximos dias, em Cannes, na reunião do G20, onde iria expor a importância de os países não utilizarem a recessão, que tenham a

preocupação de todos para promover a melhor saída da crise econômica, que realizem os passos necessários para promover o emprego e o crescimento com justiça.

Portanto, eu relembro isso porque o propósito assinalado em ambos os projetos é consistente com essa palavra da Presidenta Dilma.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Suplicy.

Em votação o relatório do Senador Romero Jucá. Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto.

Eu quero aqui, porque o Senador Suplicy tem outra agenda no Senado, só ler, aproveitando a presença dele:

“...em aditamento ao Requerimento nº 23/2010-CAE, que solicita a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos para debater o tema “Análise dos cinco primeiros anos de vigência da Lei de Falência e Recuperação de Empresas – Principais dificuldades, perspectivas e propostas de alteração”, requer sejam convidados os seguintes especialistas: Sr. Marcelo Vieira de Campos – Secretário de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça; e representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior”.

Requerimento do Senador Eduardo Suplicy, que votaremos na próxima reunião.

Último item da pauta. Item nº 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63 DE 2011

Complementar

– Não Terminativo –

Altera a Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatoria: Senadora Marinor Brito.

Eu nomeio o objetivo Senador Cyro Miranda como relator *ad hoc* do Item nº 4.

Com a palavra o relator *ad hoc* Cyro Miranda. O relatório é favorável ao projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Coloca-se em discussão o Projeto de Lei nº 63, de 2011 – Complementar, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que, por meio de alteração à Lei Complementar (LCP) nº 123, de 14 de dezembro de 2006, pretende excluir da base de cálculo do Regime

Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) as receitas decorrentes da venda de pão e congêneres produzidos pelo estabelecimento que os vende.

II – ANÁLISE

A competência desta Comissão para análise da matéria está expressa no art. 99, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Sob o aspecto da juridicidade, o projeto contém todos os elementos necessários, inovando e não entrando em choque com a ordem jurídica vigente, além de ser dotado de potencial coercitividade e atender ao princípio da generalidade.

No mérito, a dedução de base de cálculo que se quer aprovar com o projeto teria o efeito de impedir a incidência de todo o conjunto de tributos abrangido pelo Simples Nacional, inclusive o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações (ICMS), sobre as receitas provenientes da venda de pães e produtos semelhantes. Tendo em vista que a maioria absoluta das panificadoras é ou pode ser enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a desoneração do produto seria quase completa, beneficiando toda a população, sobretudo a mais pobre, dado o peso representado pelo item alimentação nas suas despesas.

III – VOTO

Ante a argumentação exposta, o voto é pela APROVAÇÃO do PLS nº 63, de 2011– Complementar, com a emenda abaixo:

“EMENDA Nº – CAE

O art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 63, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º O art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 passa a vigorar acrescido do inciso VI do § 4º e do § 26:

Art. 18......

§ 4º
.....

VI – As receitas decorrentes da venda do pão-do-dia, ao qual se refere o § 26 deste artigo.
.....

§ 26 Na apuração da receita bruta auferida no mês na forma do caput e dos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo, excluem-se os valores rela-

tivos à venda do pão-do-dia, assim entendido os pães, panhocas, broas, pão francês e demais produtos de panificação feitos a partir de farináceos, inclusive fubá, polvilho e similares, comercializados no próprio local de produção diretamente ao consumidor final.
.....
.....”

Esse era o nosso relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Cyro Miranda.

A matéria está em discussão.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, este projeto de lei aparentemente é um benefício, mas é exatamente o contrário.

O que ele está fazendo?

Ele está tirando das empresas do Simples Nacional as receitas resultantes da comercialização desses produtos. Ao retirar de dentro do Simples Nacional, isso cai na tributação normal, passando a ter a Cofins, o IPI, o ICMS e todos os tributos.

É evidente que esse projeto, nobre Senadora, está vinculado à emenda constitucional que trata da isenção dos impostos na comercialização dos produtos do trigo. Mas, enquanto essa emenda constitucional não for promulgada e regulamentada, retirando-se essas receitas de faturamento da tabela do Simples, cai-se na tabela convencional.

Portanto, esse projeto faria sentido depois da definição constitucional da isenção tributária dos produtos resultantes do trigo nesse setor e após a sua regulamentação, que vai definir qual o montante da isenção.

Além disso, montamos um sistema de tributação para o Simples Nacional, que é uma das coisas mais avançadas do mundo. No mundo, só existem hoje dois países que têm esse sistema. Primeiro, foi a Alemanha Oriental, quando incorporou... E fui um daqueles que tiveram o privilégio, em 2011, de ir à Alemanha, para estudar esse sistema e para depois contribuir com o debate aqui no Brasil, que passou a vigorar a partir de julho de 2007.

Quanto a esse sistema, o que fizemos? Pegamos oito impostos: o ISS, o ICMS e seis impostos federais e unificamos em uma única guia, para reduzir os custos de contabilidade na parte de gestão dessas empresas.

Em seguida, reduzimos a alíquota. O empreendedor individual que está aqui – porque todo padeiro que tem sua pequena padaria e cujo faturamento, após a aprovação da lei vai até R\$60 mil tem zero de imposto

para o Governo Federal, paga R\$1,00 por mês a título de ICMS e para o Estado, independentemente do montante que fatura. E boa parte das novas padarias que estão surgindo nos distritos do interior do Brasil têm receita inferior a R\$60 mil.

Ao serem retirados daqui, eles vão pagar ICMS de 17%, vão ter de ter a sua contabilidade no sentido da empresa com lucro presumido ou lucro real, porque é lá que eles vão ser enquadrados, com contratação de contadores, com toda essa burocracia.

A segunda faixa vai de R\$60,1 mil a R\$180 mil, onde estão 72% das 5,62 milhões de micro e pequenas empresas hoje. Elas estão exatamente aqui. Setenta e dois por cento dessas micro e pequenas empresas têm receita bruta anual de até R\$180 mil. Elas pagam 4% de impostos por faturamento.

Ao serem retiradas, vão ter de pagar o ICMS por fora. Aqui é 1,25% de ICMS nos 4%. Elas têm zero de Imposto de renda, zero de Cofins. O único tributo que pagam é a parte previdenciária, que é de 2,75%.

Na faixa de R\$180,1 mil a R\$280 mil, que é a segunda faixa, há mais 11% dessas empresas. E elas pagam 4,5%.

Portanto, 83% das empresas brasileiras que estão no Simples Nacional, das cinco milhões, seiscentas e poucas mil que há hoje, não pagam impostos. E, ao serem retiradas da base de cálculo... A ideia é boa, mas lamentavelmente tem outro alcance.

Por isso, pediria vênua à nossa autora, para que pudéssemos rejeitar esse projeto, e, após a sua regulamentação na Constituição, para que seja isento de tributos...

Acompanho essa matéria também, até porque todas as sociedades do mundo que foram vencedoras hoje têm na base de sua alimentação o trigo. Fiz um estudo, ali por volta de 2006 e 2007, quando estávamos discutindo essa matéria, para depois trabalhar a isenção dos produtos da cesta básica, como o trigo, de qualquer tributação.

E temos assistido ao fato de que, na ração alimentar daqueles países que hoje têm bom desempenho nas Olimpíadas e nos jogos juvenis, também está a massa do trigo como subsídio. Fiz isso, quando se discutia a necessidade de colocar a farinha da mandioca como parte integrante desses produtos.

Por isso, Sr. Presidente, peço vênua à nossa Presidente, e que pudéssemos retirá-lo de pauta ou rejeitá-lo, porque a ideia é boa, mas só após a emenda constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, gostaria de dizer que, por mim,

não há problema que retiremos o projeto. Mas tenho uma opinião divergente da opinião do nosso Líder que acaba de falar, Senador José Pimentel. Mesmo porque este projeto de lei eu já havia apresentado na Câmara dos Deputados quando lá estava e atendendo uma reivindicação dos panificadores, daqueles padeiros do Brasil inteiro. Estive com eles numa série de reuniões. E o projeto foi analisado por vários consultores da Câmara naquela época e, agora, do Senado.

O relatório coloca, quando trata do mérito, que o objetivo está plenamente alcançável, diferente do que diz o Senador Pimentel, porque se tirar de base do cálculo, incidiria outros tipos de tributos que oneraria ainda mais. É óbvio que não é este o objetivo. O objetivo do projeto é isentar de tributos. Não sou tributarista, mas tenho convicção, por tudo que já debati, com as pessoas com as quais já debati, que o projeto não chegará a essa situação de ampliar. Ele está garantindo plenamente a desoneração, inclusive de ICMS, que é o que mais pesaria nesse setor de etapa final de produção.

Mas se não há, por parte do Senador Pimentel, cuja opinião levo muito em consideração, qualquer tipo de divergência, acho que poderíamos retirar, sim, e voltaremos com o projeto na semana que vem, quando poderemos ter um debate longo, porque passará por várias outras comissões do Senado e da Câmara. E vejo, inclusive, como forma de contribuímos para que esse segmento pague menos tributo porque os dados... Há mais ou menos uma semana, não sei se em uma revista ou em um jornal, vi uma imensa matéria mostrando como o Brasil consome pouco pão comparativamente a outros países, porque é muito caro, e o preço dos tributos com o Simples tem um papel muito importante.

É óbvio que o que queremos é desonerar lá de cima, da produção da matéria-prima, não só da farinha de trigo, mas da mandioca também. Assim, a aprovação deste projeto ajudaria muito para diminuir o preço imediatamente e nessa luta como um todo.

Então, da minha parte nenhum problema em retirar. E vamos debater. Mas não tem esse efeito contrário como V. Exª aponta.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, só para lermos um texto a fim de ficar mais tranquilo.

O que se propõe? § 26, art. 18. É um parágrafo novo.

§ 26 Na apuração da receita bruta auferida no mês na forma do caput e dos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo, excluem-se os valores relativos à venda do pão-do-dia, assim entendido os pães, panhocas, broas, pão francês e demais produtos de panificação feitos a partir de

farináceos, inclusive fubá, polvilho e similares, comercializados no próprio local de produção diretamente ao consumidor final.

O que está dizendo? Da base de cálculo do Simples Nacional do faturamento dessa empresa, retira esses produtos, e vão para onde? Para o lucro presumido e para o lucro real. Não tem outra saída.

As empresas estão hoje no Simples Nacional... Claro que vai... A substituição tributária que estamos discutindo aqui é exatamente isso. O que os Estados estão fazendo? Retiram da base de cálculo do Simples Nacional os produtos por meio da substituição tributária e passa a cobrar 17%. Esse é o mesmo efeito. A ideia é boa, Senadora, mas lamentavelmente ela tem...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, o Relator, Senador Cyro Miranda, concorda com a retirada?

Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, este assunto que estamos discutindo é da maior importância e vai gerar a maior polêmica se for aprovado sem a devida reflexão.

Acho que V. Ex^a sabe que já me reuni, como V. Ex^a já se reuniu e também a Senadora Vanessa Grazziotin já se reuniu com panificadores, que é uma categoria numerosíssima. Em qualquer Estado existe mais panificadores do que qualquer outro tipo de estabelecimento, qualquer outro. Existem milhares de panificadores, que são pequenas empresas, de um, dois, três, quatro ou cinco empregados, pequenos empregadores. E produzem o quê? O que o brasileiro come todos os dias: o pão. Eu fico muito feliz com o fato de a Senadora Vanessa concordar com a argumentação do Senador Pimentel no sentido de que é impossível, a menos que se queira produzir um tsunami, onerar, do ponto de vista tributário, o panificador.

Acabamos de aprovar a atualização dos valores do Simples, acabamos de aprovar. Acho que votar essa matéria sem o esclarecimento devido, como a Senadora Vanessa colocou e no sentido do alerta do Senador Pimentel, é uma temeridade que pode mexer com a vida de milhares de brasileiros, tanto produtores quanto consumidores, porque, na hora em que você pagar tributo sobre uma coisa que hoje não paga, esse tributo vai ser repassado para alguém e, num momento de inflação como o que estamos vivendo...

Nós estamos falando de um assunto que é nitroglicerina pura. Então, acho que o equilíbrio e o bom senso recomendam que se dê um tempo para uma reflexão apurada, para que sejam chamados os tributaristas e se faça a devida avaliação. Eu fico feliz em fazer este registro e dizer que com ele concordam a

Senadora Vanessa, que é a autora, e a provocação do Senador Pimentel, que é oportuníssima.

Esta é a minha posição: acho que a comissão precisa debater mais, esclarecer melhor esse assunto para não criar, no âmbito do produtor e do consumidor, um tsunami tributário.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Agripino Maia, pelas palavras sempre competentes, pertinentes e sensatas. Portanto, o Item nº 4 é retirado da pauta. O Senador Cyro Miranda concorda com a retirada de pauta.

Varremos a pauta mais uma vez, mesmo às vésperas de um feriado. Quero lembrar os Senadores...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Os requerimentos já foram lidos. Em homenagem a V. Ex^a, eu li mesmo na ausência de V. Ex^a e fiz o registro aqui.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Mas eu estava presente em espírito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Estava em espírito e foi atender outra atividade também. Mas já foram lidos os requerimentos.

Portanto, resumindo, registro que na próxima terça-feira teremos: uma pauta administrativa mais resumida; depois, o Presidente do BNDES Luciano Coutinho; à tarde, com a Infraestrutura, concessões. Quarta-feira: o endividamento das famílias brasileiras, por requerimento do Senador Cristovam, às 11 horas...

Eu acabei... Para tratar das famílias brasileiras, de seu endividamento, vêm: o Sr. Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, do Bacen; Raul Veloso, consultor; José Pastore, da USP; José Márcio Camargo, da PUC do Rio; e Antônio José Domingos de Oliveira Santos, da CNC.

Às 15 horas, com a Comissão de Orçamento, as comissões temáticas pertinentes terão a presença do Exm^o Sr. Alexandre Tombini – às 15 horas da próxima quarta-feira.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Só vamos ter CAE, hein?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Só vamos ter CAE: é CAE de manhã, é CAE de tarde, é CAE no dia seguinte, é CAE de novo e assim vai.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – O Presidente Tombini virá às 15 horas?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Às 15 horas.

Às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores, agradeço a presença. Sei do esforço que foi feito aqui para garantir o quórum para votarmos as matérias. Mais

uma vez, agradeço aos Senadores e às Senadoras e à equipe técnica da Comissão de Assuntos Econômicos.

Até terça-feira.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 53 minutos.)

ATA DA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 8 DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS 9 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e dois minutos do dia oito de novembro do ano de dois mil e onze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Lindbergh Farias, João Ribeiro, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Angela Portela, Marta Suplicy, Cristovam Buarque, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Reditario Cassol, Ana Amélia, Waldemir Moka, Sérgio Souza, Benedito de Lira, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Demóstenes Torres, Clovis Fecury e Armando Monteiro. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Clésio Andrade, Acir Gurgacz, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles, tendo falta justificada em virtude de se encontrar em missão política no Rio de Janeiro, José Agripino, João Vicente Claudino e Marinor Brito. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da Ata da 56ª Reunião, que é dada como aprovada. Em seguida, comunica aos Membros que a Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Aviso nº 86 de 2011, de 19 de outubro de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-014.241/2011-0, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 2 de 2011; Aviso nº 87 de 2011, de 19 de outubro de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-032.990/2010-3, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 59

de 2010; Aviso nº 88 de 2011, de 19 de outubro de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-034.108/2010-6, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 60 de 2010; e Aviso nº 89 de 2011, de 1º de novembro de 2011, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério no mês de setembro de 2011, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal, e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A Presidência dá início à apreciação das Matérias constantes da pauta. Item 1— Projeto de Resolução do Senado nº 42 de 2011, não terminativo, de autoria do Senador Casildo Maldaner, que “altera o art. 16 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, para permitir a contratação de operações de crédito destinadas à regularização de inadimplência com instituições do sistema financeiro nacional”, tendo como Relator o Senador Romero Jucá, que oferece relatório favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Em 18/10/2011, foi concedida Vista Coletiva. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. Item 2— Projeto de Lei do Senado nº 180 de 2010, não terminativo, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que “acrescenta o art. 41-A a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para estabelecer a exigência de instalação de hidrômetro distinto para medir a água que será utilizada em estabelecimento e que não será lançada na rede coletora de esgoto”, tendo como Relator o Senador Gim Argello, que oferece relatório favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do relator, para reexame. Item 3— Emenda de Plenário nº 2, não terminativa, de autoria do Senador Adelmir Santana, apresentada ao Projeto de Lei da Câmara nº 57 de 2007, de autoria do Deputado Luiz Carlos Hauly, que “altera o art. 3º da Lei nº 8.100, de 5 de dezembro de 1990 (garante cobertura do saldo devedor remanescente a mutuário que tenha contribuído para o FCVS em mais de um financiamento em localidades diversas, ou em dois financiamentos no mesmo município)”, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 230 de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim,

que “altera os arts. 20, 21 e 22 da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, e o § 3º do art. 3º da Lei nº 8.004, de 14 de março de 1990, para garantir os benefícios legais dos contratos imobiliários financiados pelo Sistema Financeiro da Habitação (SFH), com cobertura do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), aos contratos de compra e venda celebrados sem a interveniência da instituição financeira”, tendo como Relatora a Senadora Lídice da Mata, que oferece relatório favorável à Emenda de Plenário nº 2 nos termos da Subemenda substitutiva que apresenta. A Matéria é retirada de pauta, a pedido da relatora, para reexame. Item 4— Projeto de Lei do Senado nº 63 de 2011 – Complementar, não terminativo, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que “altera a Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006”, tendo como Relator “Ad Hoc” o Senador Cyro Miranda, que oferece relatório favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. Em 1º/11/2011, o Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designou o Senador Cyro Miranda Relator “Ad Hoc” da Matéria, em substituição à Senadora Marinor Brito. A Matéria é retirada de pauta. Item 5— Projeto de Lei do Senado nº 225 de 2011 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador José Pimentel, que “altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão Fiscal, – Lei de Responsabilidade Fiscal, e dá outras providências”, tendo como Relator “Ad Hoc” o Senador Blairo Maggi, que oferece relatório favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CCJ. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CCJ. Em 1º/11/2011, o Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designou o Senador Blairo Maggi Relator “Ad Hoc” da Matéria, em substituição ao Senador Clésio Andrade. Em 1º/11/2011, foi concedida Vista Coletiva. O Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designa o Senador Benedito de Lira Relator “Ad Hoc” da Matéria, em substituição ao Senador Blairo Maggi. Iniciada a discussão, o Senador Flexa Ribeiro apresentou a Emenda nº 2, que recebeu parecer contrário do Relator “Ad Hoc”, Senador Benedito de Lira. Usam da palavra os Senadores Flexa Ribeiro, Lídice da Mata, Benedito de Lira, Relator “Ad Hoc” da Matéria, José Pimentel, autor da Matéria, Aloysio Nunes Ferreira e Inácio Arruda. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova Requerimento de Destaque para Votação em Separado da Emenda nº 2. A Comissão aprova, ressalvada a Emenda nº 2 destacada, o relatório do Senador Benedito de Lira, favorável ao Projeto com a

Emenda nº 1-CCJ. Em seguida, a Comissão rejeita a Emenda nº 2, de autoria do Senador Flexa Ribeiro. Sendo assim, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CCJ-CAE e contrário à Emenda nº 2, de autoria do Senador Flexa Ribeiro. A Comissão aprova, ainda, requerimento de urgência para a Matéria. Item 6— Projeto de Lei do Senado nº 86 de 2011 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Benedito de Lira, que “altera dispositivo da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para tratar das Transferências Voluntárias a Municípios com população de até 50.000 habitantes”, tendo como Relator o Senador Vital do Rêgo, que oferece relatório favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. Em 24/5/2011, a Comissão aprovou o RQE nº 23 de 2011-CAE para realização de audiência pública a fim de instruir o PLS nº 86 de 2011. Em 20/9/2011, a Comissão aprovou o RQE nº 65 de 2011-CAE para dispensar a audiência pública objeto do RQE nº 23 de 2011-CAE. A apreciação da Matéria é adiada. Item 7— Projeto de Lei do Senado nº 60 de 2011, terminativo, de autoria do Senador João Vicente Claudino, que “dispõe sobre a exclusão do valor do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) da base de cálculo da comissão do representante comercial autônomo”, tendo como Relator *Ad Hoc* o Senador Demóstenes Torres, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3 que apresenta. Em 18/10/2011, o Vice-Presidente da Comissão no exercício da Presidência, Senador Lobão Filho, designou o Senador Demóstenes Torres Relator *Ad Hoc* da Matéria, em substituição ao Senador José Agripino. Em 18/10/2011, foi concedida Vista Coletiva. A apreciação da Matéria é adiada. Item 8— Projeto de Lei do Senado nº 40 de 2011, terminativo, de autoria da Senadora Ana Amélia, que “altera a Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, e a Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991, para autorizar o acesso dos bancos cooperativos aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para fins de concessão de crédito rural”, tendo como Relator o Senador Casildo Maldaner, que oferece relatório pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com Parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo). Em 20/9/2011, foi concedida Vista Coletiva. Em 1º/11/2011, foi apresentado Voto em Separado pela rejeição do Projeto, de autoria do Senador Lindbergh Farias. A apreciação da Matéria é adiada. Item 9— Projeto de Lei do Senado nº 189 de 2010, terminativo, de autoria do Senador João Tenório, que “autoriza a Caixa Econômica Federal a realizar concurso especial da Mega-Sena, com a fina-

lidade destinar recursos às vítimas das enchentes de Alagoas”, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 203 de 2010, terminativo, de autoria do Senador Cícero Lucena, que “autoriza a Caixa Econômica Federal a realizar concurso especial da Mega-Sena, com a finalidade de destinar recursos às vítimas das enchentes nos Estados de Pernambuco e Alagoas”, tendo como Relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece relatório pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nºs 189 e 203 de 2010. Em 1º/11/2011, foi concedida Vista Coletiva. A apreciação da Matéria é adiada. Item 10– Projeto de Lei do Senado nº 61 de 2011, terminativo, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que “altera as Leis nº 11.482, de 31 de maio de 2007; nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988; nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995; reajustando as faixas de renda do imposto de renda e os valores das deduções”, tendo como Relator o Senador Ricardo Ferraço, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada. Item 11– Requerimento nº 78 de 2011, de iniciativa do Senador Delcídio do Amaral, que “requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de um ciclo de audiências públicas, em 3 (três) partes, com o objetivo de discutir ‘um Caminho para o Novo Pacto Federativo’, enfatizando na discussão temas como o Fundo de Participação dos Estados (FPE), o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e a questão da dívida dos Estados, com a presença dos convidados na seguinte ordem: Representantes dos Governos Estaduais; Representantes das Prefeituras Municipais; e Representantes do Governo Federal”. Em 1º/11/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 78 de 2011-CAE. Item 12– Requerimento nº 79 de 2011, de iniciativa dos Senadores Demóstenes Torres e Cyro Miranda, que “requer, nos termos do disposto no inciso IV do art. 71 da Constituição Federal e no inciso X do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, seja solicitada ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES para apurar a realização de renegociações de dívidas dos municípios sem a autorização da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e da Secretaria do Tesouro Nacional”. Em 1º/11/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 79 de 2011-CAE. Item 13– Requerimento nº 80 de 2011, de iniciativa dos Senadores Romero Jucá e Cyro Miranda, que “requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, conjunta com a Comissão de Serviços de In-

fraestrutura – CI, para instruir o PLS 365 de 2009, que ‘acrescenta inciso VI e § 10º ao art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para instituir a possibilidade de gratuidade dos primeiros 50kWh mensais de energia elétrica para consumidores da Subclasse Residencial Baixa Renda’, debatendo a viabilidade da implementação do Sistema de Pré-Pagamento de Energia Elétrica, com a presença dos seguintes convidados: Exmo. Sr. Edison Lobão, Ministro de Estado de Minas e Energia – MME; Sr. Nelson José Hübner Moreira, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel; Sr. Nelson Fonseca Leite – Presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – Abradee; Sra. Juliana Pereira da Silva – Diretora do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor – DPDC; Sr. Jorge Queiroz de Moraes Junior, Presidente do Conselho de Administração do Grupo Rede; e Sr. Álvaro Dias Junior, Vice-Presidente Corporativo e Diretor Executivo da Empresa Landis Gyr América do Sul – Fabricante de Equipamentos”. Em 1º/11/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 80 de 2011-CAE. Item 14– Requerimento nº 81 de 2011, de iniciativa do Senador Eduardo Suplicy, que “requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater o tema “Análise dos cinco primeiros anos de vigência da Lei de Falência e Recuperação de Empresas – Principais dificuldades, perspectivas e propostas de alteração”, com a presença dos seguintes especialistas: Sr. Fábio Ulhoa Coelho – Advogado e Professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Sr. Osmar Brina Corrêa Lima – Advogado, Professor da Universidade Federal de Minas Gerais e Coordenador da obra “Comentários à Nova Lei de Falência e Recuperação de Empresas”; Sr. Paulo Penalva Santos – Advogado e Professor da Fundação Getúlio Vargas e da Escola da Magistratura do Rio de Janeiro; Sr. Marcelo Vieira de Campos – Secretário de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça; representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Sr. Paulo Fernando Campos Salles de Toledo – Advogado, Professor da Universidade de São Paulo e Presidente do Instituto Brasileiro de Estudos de Recuperação de Empresas; Sr. Carlos Henrique Abrão – Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo; e Sr. Luis Cláudio Montoro Mendes – Advogado e Professor em São Paulo”. Em 1º/11/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 81 de 2011-CAE. São lidos e serão apreciados posteriormente os

Requerimentos nºs 82 e 83 de 2011. O Requerimento nº 82 de 2011, de iniciativa do Senador Demóstenes Torres, requer sejam convidados a comparecer à Comissão de Assuntos Econômicos, em audiência pública, os Senhores Delfim Neto, Eduardo Giannetti da Fonseca e Mailson da Nóbrega, para discutirem a situação atual da política econômica desenvolvida pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. E o Requerimento nº 83 de 2011, de iniciativa do Senador Demóstenes Torres, requer a realização de audiência pública destinada a debater o Projeto de Lei do Senado nº 86 de 2011-Complementar, que “altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para tratar das Transferências Voluntárias a Municípios com população de até 50 mil habitantes”, com a presença dos seguintes convidados: Exma. Sra. Samantha Chantal Dobrowolski, Procuradora Regional da República da Terceira Região; Sra. Lucieni Pereira, Especialista em Finanças Públicas e Controle Externo, Segunda Vice-Presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do TCU (Sindilegis); e Sr. Marcelo Barros Gomes, Secretário de Macroavaliação Governamental do Tribunal de Contas da União. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e treze minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador Delcídio do Amaral, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a 57ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 56ª reunião.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram.

A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Comunico aos membros que esta Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento:

Aviso do Tribunal de Contas da União, Aviso de nº 86, de 2011, de 19 de outubro de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do Processo nº TC 014241/2011-0, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 2, de 2011;

O Aviso nº 87, de 2011, 19 de outubro de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos

autos do Processo nº TC 032990/2010-3, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 59, de 2010;

O Aviso nº 88, de 2011, de 19 de outubro de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do Processo TC 034108/2010-6, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 60, de 2010;

Aviso do Ministério da Fazenda, Item 4:

Aviso nº 89, de 2011, de 1º de novembro de 2011, do Ministério da Fazenda, encaminhando em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas, no âmbito daquele Ministério, no mês de setembro de 2011, tabela demonstrativa da dívida consolidada líquida dos Estados e do Distrito Federal, e a relação entre a dívida consolidada líquida e a receita corrente líquida dos Municípios.

Os Expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Hoje, coincidentemente, temos a votação do Código Florestal, e são duas Comissões reunidas, a Comissão de Constituição e Justiça e a Comissão de Ciência e Tecnologia. Queria propor, então, a V. Ex^{as}, para somente apreciarmos aqueles projetos que já foram lidos, a que foram dadas vistas, porque, inclusive, o Dr. Luciano Coutinho já chegou ao Senado Federal, Senador Pimentel. A minha proposta é de simplesmente votarmos aqueles projetos que foram lidos, se todos estiverem de acordo, para fazermos uma reunião mais expedita, até porque o Dr. Luciano Coutinho já chegou ao Senado Federal, e essa audiência pública foi solicitada por muitos Senadores e Senadoras. Acho que o Dr. Luciano Coutinho tem muitas informações a nos dar, especialmente pela importância que o BNDES tem para o desenvolvimento econômico e social do nosso País.

Se todos os Senadores e Senadoras estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*
Aprovado.

Vamos fazer uma pauta bem rápida para já começar a audiência pública com o Dr. Luciano Coutinho.

O Senador Inácio Arruda está chegando, agora, de Fortaleza, no Ceará.

Quero registrar que o Relator, Senador Romero Jucá, pediu, mais uma vez, para retirar de pauta o item 1, Projeto de Resolução nº 42, porque ele ainda não teve o parecer da Consultoria Jurídica do Senado, em função das modificações introduzidas.

A Senadora Lídice da Mata, para tentar fechar seu relatório, que é favorável, pediu também o adiamento dessa decisão porque precisa se reunir com o Ministério da Fazenda, para preparar o seu relatório para próxima semana. Na próxima semana é feriado, então só daqui a 15 dias.

O Senador Gim Argelo solicita a retirada de pauta do item 2 para reexame.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, os relatores solicitaram retirada de pauta dos itens 1, 2 e 3.

Pela ordem, Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Estou aqui com um pedido da Senadora Vanessa Grazziotin. Ela gostaria de acompanhar o item 4, mas está impossibilitada. Ela solicita a V. Ex^a, se for possível, se houver concordância do relator, que seja retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, também por solicitação da Vanessa Grazziotin, por intermédio do Senador Inácio Arruda, o item 4 também é retirado de pauta.

Portanto, vamos começar nossa pauta pelo item 5, projeto do Senador José Pimentel.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 225 DE 2011

Complementar

– Não Terminativo –

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão Fiscal, – Lei de Responsabilidade Fiscal, e dá outras providências.

Autoria: Senador José Pimentel

Relatoria Ad Hoc: Senador Blairo Maggi

Relatório: Favorável ao projeto com a Emenda nº 1-CCJ.

Observações: – *A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável ao projeto com a Emenda nº 1-CCJ;*

– *Em 1º/11/2011, o Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designou o Senador Blairo Maggi Relator “Ad Hoc” da matéria, em substituição ao Senador Clésio Andrade;*

– *Em 1º/11/2011, foi concedida vista coletiva.*

O relatório já foi lido pelo Relator Blairo Maggi, na 56ª reunião, realizada em 1º de novembro, ocasião em que foi concedida vista coletiva.

Pergunto ao autor do projeto, Senador José Pimentel, se deseja fazer uso da palavra.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, vamos ouvir nossos Pares, para, depois, voltarmos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O Relator é o Senador Blairo Maggi, que está na reunião conjunta da Comissão de Agricultura e da Comissão de Ciência e Tecnologia, onde está sendo discutido o Código Florestal.

Foi apresentada emenda pelo Senador Flexa Ribeiro.

Vou designar outro relator *ad hoc*. Vou designar o Relator Benedito de Lira relator *ad hoc*, para dar um parecer sobre a emenda do Senador Flexa Ribeiro.

Vamos distribuir, Senador Inácio Arruda, a emenda agora porque o Senador Flexa apresentou a emenda neste momento. Foi uma flecha que apresentou a emenda neste momento.

Então, Senador Flexa, como foi uma coisa em cima da hora, gostaria que V. Ex^a explicasse a emenda que apresentou, até porque o Senador Bendito de Lira precisa se preparar para isso já que recebeu a emenda agora. Se V. Ex^a pudesse...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, o Senador Benedito de Lira tem um raciocínio instantâneo, ele faz leitura dinâmica e tem raciocínio instantâneo.

A emenda é muito simples. O projeto do Senador Pimentel que propõe o fortalecimento das Defensorias Públicas tem o apoio de todos nós. As Defensorias Públicas dos Estados dão assistência jurídica aos que não têm condição de pagar.

O que nos preocupa é se vincular um gasto de 2% quando se tem, por exemplo, o Estado de Minas Gerais, um Estado rico, que gasta hoje 0,36% da sua receita corrente líquida com a Defensoria Pública. No meu Estado do Pará não chega a 1% da receita corrente líquida. Eu pedi à Secretaria da Comissão que, se fosse possível, nos encaminhassem os gastos das Defensorias dos Estados da federação para que pudessemos ter uma noção de quanto seria esse gasto em cada Estado. Não recebemos. Hoje, tive que fazer uma emenda para que nós soubéssemos se 2% é muito ou é pouco. Fiz uma emenda em 1%, baseado naquilo que o Estado do Pará gasta hoje.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O Projeto prevê até 2%.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Fiz até 1%. Minas Gerais gasta 0,36%, pelo dado que

tenho. O Estado do Pará gasta até 1%...já gasta mais que 1%? É da Opep brasileira, não é?

Estou pedindo para limitar em 1%. V. Exª poderia, já que estamos com essa dificuldade, o relator está na votação do Código Florestal, nós não tivemos tempo em função do feriado, não fizemos esse levantamento dos gastos de cada Estado...

Acho que poderá ser...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Flexa, eu só queria ponderar com V. Exª o seguinte: é absolutamente impossível se obter dos Estados os números. As informações que nós temos foram disponibilizadas gentilmente pelos Defensores Públicos. Os Estados terminantemente evitam essa discussão.

Nós fizemos um esforço, que não é atribuição da Comissão fazer, porque para isso existe uma Consultoria do Senado. É um esforço hercúleo se levantar nos Estados os gastos das Defensorias Públicas...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Se os Senadores se comprometessem a obter nos Estados...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A equipe trabalhou quinta, sexta e não consegue obter uma informação, até porque, Senador Flexa, em muitos Estados, os gastos são controlados diretamente pelos governadores. Até para viajar, Defensor Público precisa explicar para governador se ele viaja ou não. Ou seja, se o gasto da Defensoria Pública depende de cada governador, então é simplesmente impossível se estabelecer ou usar essas informações dos Estados como informações confiáveis. Essa é a realidade.

As defensorias públicas têm um papel fundamental, porque Defensoria Pública é cidadania, é ajudar a população, as pessoas mais humildes a se defenderem. Mas lamentavelmente alguns Estados olham a Defensoria Pública como simplesmente um gastador, quando, na verdade, a Defensoria Pública é fundamental para a cidadania brasileira. E aí, o que acontece? Cada orçamento é de um jeito, porque está na cabeça de cada governador. Tem governador que, quando o defensor vai viajar, ele quer saber por que o defensor vai viajar. “Ah, eu vou viajar dois dias”. “Não, o senhor vai viajar só um dia”. Então, que raio de número que vamos levantar se existe uma subjetividade enorme Estado por Estado? É impossível! E os Estados se negam a passar essas informações.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Tem a proposta da Senadora Lídice para que fiquemos em 1,5%. É isso?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – (*Fora do microfone.*) ... para acordar... (*inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vou passar, então, a palavra para o Senador Benedito de Lira, que é o Relator. Depois, para o Senador Pimentel, que parece que quer falar alguma coisa, ou ao Senador Lindbergh Farias também.

Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a atividade desenvolvida pelos Defensores é meritória e realmente, como disse V. Exª, eles exercem o papel para praticar a cidadania, porque, na verdade, há determinados segmentos da sociedade, com especialidade em cada Estado, que têm necessidade de ter à sua disposição, para demandar as suas ações, os Defensores Públicos.

A proposta apresentada pelo eminente Senador Flexa Ribeiro é realmente meritória, mas precisamos estabelecer uma uniformidade para que as coisas possam realmente acontecer e as Defensorias Públicas possam exercer suas atividades com absoluta plenitude. Por essas razões, Sr. Presidente, considerando que a emenda do eminente Senador Flexa Ribeiro não ataca a constitucionalidade, está dentro dos parâmetros que estabelece o Regimento Interno do Senado Federal, eu proponho uma modificação na proposta do Senador Flexa Ribeiro: em vez de 1%, que estabeleçamos 1,5%.

É o voto. Eu aprovo 1,5%, para que todos os Estados possam ter essas condições, Sr. Presidente. Esse é o meu voto. Faço a alteração.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Benedito de Lira. Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, todos os nossos Pares têm clareza da importância de se cumprir a Emenda Constitucional nº 45, que trata da autonomia financeira orçamentária da Defensoria Pública. Esse processo foi criado com a Constituição de 1988 e regulamentado na Emenda Constitucional nº 45.

O objetivo aqui é dar o instrumental às Defensorias Públicas para que possam fazer a defesa do Estado democrático para as populações mais pobres. O Estado se preparou, através do Ministério Público, para fazer acusação aos cidadãos. Aqueles de maior posse podem contratar bons escritórios de advocacia para a sua defesa e não precisam da Defensoria, desse serviço público do Estado. No entanto, a ampla maioria, que são os mais pobres, é exatamente quem necessita dessa proteção nos vários ramos do Direito brasileiro. Nós tivemos o cuidado de pedir, e foi encaminhado a V. Exª, um ofício do Conselho Nacional de Defensores Públicos Gerais mostrando qual é a realidade neste 2011 já das despesas com cada Estado e seu comprometimento.

O primeiro registro é que não traz despesa nova para o Estado. Estamos pegando o teto das receitas correntes líquidas, que hoje se compromete com a folha de pessoal, e reservando um percentual de até 2% para a Defensoria, como é feito hoje com o Ministério Público. A própria LRF fixa para o Ministério Público também até 2%, e os Estados com o Ministério Público da seguinte forma: o Acre compromete hoje 1,53%, em vez de 2%; Alagoas, 1,15%; Bahia, 1,73%; Ceará, 1,64%; Espírito Santo, 1,48%; Goiás, 1,51%; Maranhão, 1,65%; Minas Gerais, 1,54%; Mato Grosso do Sul, 1,52%; Mato Grosso, 1,67%; Pará, 1,43%; a Paraíba não forneceu; Pernambuco, 1,45%; Piauí, 1,5%; Paraná, 1,34%; Rio de Janeiro, 1,4%; Rio Grande do Norte, 1,4%; Rondônia, 1,68%; Roraima, 1,73%; Rio Grande do Sul, 1,67%; Santa Catarina, 1,57%; Sergipe, 1,5%; São Paulo, 1,18%; Tocantins, 1,58%.

Isso aqui com o Ministério Público, que fixa em até 2% mais o Ministério Público. As leis orçamentárias estaduais, ao aprovar, fixam isso. Já a Defensoria Pública, que não tem vinculação ainda com a Lei de Responsabilidade Fiscal, para a qual estamos propondo a mesma regra do Ministério Público de até 2%, hoje está da seguinte maneira: Rio de Janeiro, 1,04%.

Portanto, se se aprovasse a emenda do nobre Senador Flexa Ribeiro, nós iríamos diminuir o que hoje já é praticado no Estado do Rio de Janeiro. Estado da Paraíba, 1,02%. O Estado da Paraíba também teria diminuição. Pará, 0,83%, como muito bem nosso nobre proponente apresenta emenda. Está corretíssimo. Mato Grosso do Sul, 0,58%; Mato Grosso, 0,57%; Ceará, 0,52%; Piauí, 0,48%; Tocantins, 0,45%; Rondônia, 0,40%; Rio Grande do Sul, 0,34%; Amazonas, 0,34%; Sergipe, 0,31%; Bahia, 0,30%; Minas Gerais, 0,29%; Maranhão, 0,23%; Alagoas, 0,20%; Espírito Santo, 0,15%; Pernambuco, 0,12%; Rio Grande do Norte, 0,10%; São Paulo, 0,10%; Paraná, 0,7%.

Portanto, o que estamos propondo é que tenhamos uma regra idêntica à do Ministério Público, para que a Defensoria possa também fazer a defesa do Estado democrático de direito no que diz respeito aos seus cidadãos.

A proposta do nobre Relator Benedito de Lira se aproxima muito do que hoje é praticado pelo Ministério Público, em 1,5%. Portanto, o que estamos propondo é que esse teto seja contemplado somente em 2015. Até lá haverá um escalonamento do que praticamos neste 2011, e, a partir de 2012, haveria um acréscimo na diferença de 1,5%. Divide-se a diferença em cinco parcelas para não onerar os Estados.

Portanto, trata-se de uma proposta de mediação. Se for para ser acolhida pelos nossos pares...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – É preciso ver o tamanho das atribuições de cada instituição.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – As atribuições... Nós temos a lei complementar.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – O que estou dizendo é o seguinte: o Ministério Público tem um elenco de atribuições enorme, maior do que o da Defensoria Pública. Por mais nobres que sejam as atribuições da Defensoria – e são nobilíssimas –, as atribuições do Ministério Público são enormes, são muito mais amplas do que da Defensoria, convenhamos. Acho que isso é inequívoco para nós. Ou alguém aqui duvida?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Vamos ouvir nossos pares. A minha intenção aqui era exatamente fornecer dados para construirmos um entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, no primeiro momento, fiz uma consideração estabelecendo que pudéssemos rejeitar a emenda do eminente Senador Flexa Ribeiro, que apresenta até 1%.

Quero fazer uma correção do meu voto. Eu gostaria de propor até 2%, porque dá uma equivalência às outras instituições que têm esses percentuais no orçamento de cada Estado. Isso será até o ano de 2015, consequentemente, faço uma correção do voto e proponho uma emenda de nº 3, considerando que já existem duas emendas no processo, e rejeito...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Volta para a proposta inicial.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A proposta inicial é até 2%.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Rejeito a emenda do eminente Senador Flexa Ribeiro e fico com a proposta inicial.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, V. Ex^a mudou o parecer, rejeitando a emenda do Senador Flexa Ribeiro e mantendo o projeto que veio da CCJ.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Perfeito.

Esse é o voto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, eu não tinha essa informação que o autor do projeto, Senador Pimentel, acabou de nos passar.

Olhando esse quadro que o Senador leu, nós temos aqui – três, seis, nove, doze, quinze, dezoito – vinte e um Estados da Federação brasileira. De vinte e um Estados da Federação brasileira, somente dois Estados ultrapassam 1%: o Estado do Rio de Janeiro, com 1,04%, Senador Benedito de Lira, e o Estado da Paraíba, com 1,02%. Somente dois Estados ultrapassam 1%. Todos os outros estão abaixo de 1% – e muito abaixo. Com exceção do Pará, que está com 0,83%, os outros todos estão com 0,50%, 0,58%, 0,57%, abaixo de 0,50%, 0,30%, 0,29%, 0,15%. Há Estados com 0,10%; o Estado do Senador Armando, 0,12%; Rio Grande do Norte, 0,10%; São Paulo, 0,10%; Paraná, 0,07%. Então, nós temos que ir por um bom senso. Nós não vamos multiplicar por 20 algo que está num número como esse. Eu mantenho a emenda de 1%; acho que ela está razoável. A redução que o Senador Pimentel diz que Paraíba e Rio vão ter, eles vão perder – 1,04% – quatro centésimos, – 1,02% –, dois centésimos. Em compensação, Paraná, que está com 0,07%, vai ganhar quinze vezes; São Paulo, 0,10%, vai ganhar dez vezes. Então, eu acho que é um ganho importante para as Defensorias Públicas, que têm um trabalho meritório.

Reconheço o trabalho que as Defensorias Públicas praticam em defesa daqueles menos favorecidos, como o Senador Pimentel colocou.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Primeiro, Senadora Lídice, o Senador Aloysio Nunes, que já havia solicitado e, depois, V. Ex^a.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu tenho a maior simpatia pela Defensoria Pública. Fui defensor público no tempo que ainda não existia Defensoria Pública no Estado de São Paulo. Eu era procurador do Estado e a Procuradoria, naquela época, assumia as funções da Defensoria, pela Procuradoria de Assistência Judiciária. Por uma birra corporativa dos procuradores do Estado, meus colegas, não foi criada a Defensoria à época em que se elaborou a Constituição do Estado de São Paulo. A Procuradoria não queria perder poderes. Era essa a alegação na época. Perdeu-se, então, uma oportunidade. Hoje, no Estado de São Paulo, há uma Defensoria boa, de bom nível, mas ainda muito insuficiente para atender às necessidades dos jurisdicionados. Lá há um Fundo de Assistência Judiciária que destina uma fortuna, rios de dinheiro, para a Ordem dos Advogados contratar advogados dativos, que, na sua grande maioria, não têm a mesma preparação e o mesmo nível profissional dos defensores.

A ideia de dar o mesmo tratamento a duas instituições segue a lógica da corporação, não do interesse público. Desculpe-me o seu ilustre autor. Evidentemente, por mais nobres que sejam as atribuições da Defensoria – e são nobilíssimas –, as atribuições do Ministério Público são infinitamente mais amplas. Basta que se consulte a Lei Orgânica do Ministério Público, a legislação que define o âmbito de atuação dessa instituição, que vai desde a titularidade da ação penal pública até a curadoria do meio ambiente. Ela está presente em todos os processos de incapazes. Enfim, o Ministério Público tem um âmbito de atribuições muito mais amplo, como a defesa da democracia, do Estado de direito, dos interesses difusos. Não é isso? Então, não creio que seja razoável se colocar como argumento para obter o voto favorável desta Comissão o de que são instituições equivalentes, que devem ter o mesmo tratamento orçamentário. É um argumento absolutamente falso em minha opinião, porque não corresponde à realidade dos fatos, às atribuições de cada instituição.

Vou votar com a emenda do Senador Flexa Ribeiro. Acho que essa emenda já representa um incremento muito importante, necessário e oportuno para o fortalecimento das Defensorias. Mas não me vou deixar aprisionar pela lógica da briga corporativa: “Já que o Ministério Público tem isso, queremos a mesma coisa”. Daqui a pouco, o Judiciário tem isso, o Ministério Público vai querer a mesma coisa, bem como a Defensoria, e assim se vão estabelecendo as prioridades do gasto público no País.

Então, fico com a emenda do nobre Senador Flexa Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Aloysio.

Concedo a palavra à Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, todos nós sabemos da luta dos defensores para serem reconhecidos no Brasil inteiro. Eu própria acompanhei na Bahia a consolidação da Defensoria Pública, à época, inclusive, como líder da oposição no Estado, mas numa grande negociação com o Governo, que resultou na realização de um concurso público, na contratação de novos defensores, no fortalecimento da Defensoria no nosso Estado.

No entanto, esses números que foram dados aqui, na verdade, refletem desconsideração em relação às Defensorias hoje em cada Estado. Se observarmos o tamanho do Estado do Pará e o tamanho do Estado da Bahia e levarmos em conta as necessidades do povo em relação à assistência jurídica, vamos ver que os gastos estão muito aquém das necessidades das Defensorias em cada Estado. Se analisarmos os Estados

de Mato Grosso, de Mato Grosso do Sul e de Tocantins, Estados com grande dimensão territorial, como ocorre na maioria dos Estados brasileiros, vamos ver que, geralmente, as Defensorias estão funcionando com um número muito inferior ao necessário para funcionarem dando um médio atendimento às populações.

Por isso, sou favorável, não pelo argumento de que se deve igualá-la ao Ministério Público, mas pela necessidade que sinto hoje em cada um dos Estados brasileiros de haver o reforço da Defensoria Pública, que não é igual ao Ministério Público. O defensor público ganha menos que Ministério Público. Não podemos permitir que a acusação tenha muito mais força de se expressar do que aquele que defende. O que defende já entra com inferioridade na mesa da Justiça.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – A senhora me permite um aparte, Senadora?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Pois não.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – É que o Ministério Público não tem como sua única função, função exclusiva, acusar. O Ministério Público tem inúmeras outras atribuições.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Mas não estou me referindo ao Ministério Público...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Fora a acusação e a defesa, fora do contencioso. O Ministério Público tem inúmeras atribuições fora essas. Esse é o meu argumento.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sim, Senador, compreendi e compreendo, inclusive...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Nesse caso, é o acusador particular.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Compreendo, inclusive, sua posição. Não acho que seja uma posição inconsequente. Apenas falo do conhecimento que tenho do que é a Defensoria na Bahia, que funciona muito aquém... E olha que já foi incrementada no Governo atual, mas funciona muito aquém das necessidades do nosso Estado. Inclusive, hoje, com o crescimento da violência, das carências da população de baixa renda que, na sua maioria, não tem realmente quem faça essa defesa.

E olha, eu vejo crescer e em seu livro, Boaventura de Sousa – que hoje discute o direito de rua, um Judiciário que chegue ao povo de forma mais efetiva – destaca na Bahia, uma das instituições, uma organização não governamental na Bahia, a Juspopuli, que faz a mediação popular. Mas o surgimento dessa mediação vem também do fato de não termos condições de os defensores chegarem até a maioria da população. Nos grandes centros urbanos, numa cidade como São

Paulo, que é do tamanho de um Estado brasileiro, a população chega a se comparar com a população de um país. O Brasil é um país de dimensão continental. Hoje, as Defensorias estão muito aquém. Eu penso esse gasto do Pará, que já é acima dos outros. Mas veja a situação do Estado do Pará. Uma situação em que os conflitos por terra, os conflitos sociais se agravam a cada momento, independentemente de qual seja o Governo.

Creio que não estejamos aqui votando aquilo que deve ser nem dizendo que todas as Defensorias vão funcionar com esse teto imediatamente. Nós estamos colocando um teto máximo para um crescimento gradativo e que funcione, principalmente, como um estímulo, como um incentivo para que as Defensorias realmente se consolidem no Brasil inteiro.

Nesse sentido, sou a favor do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senadora Lídice.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Inácio Arruda, o último debatedor inscrito.

Nós vamos encerrar esta reunião deliberativa neste item, porque o Dr. Luciano Coutinho já se encontra aqui na Comissão de Assuntos Econômicos e vamos realizar audiência pública, porque hoje, inclusive, várias matérias foram retiradas e para as terminativas ainda não temos quórum.

Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, não quero fazer comparativos entre as atribuições do Ministério Público, que concordo, são atribuições enormes, atuam praticamente em todas as questões hoje da atividade no nosso País. Para qualquer questão que precise ser examinada você tem a presença do Ministério Público. Mas quero tratar exatamente da Defensoria.

A Defensoria Pública no nosso País está muito aquém, longe, distante demais das necessidades de 80% da população, porque apenas 20% da nossa população tem condições objetivas de se defender no caso de ter que enfrentar um processo judicial, 20%. Isso porque estou exagerando, estou absolutamente exagerando. Os 80% restantes não têm como se defender. Essa é uma responsabilidade da União e dos Estados federados. Eles têm que responder a essas necessidades da população. Não digo apenas das acusações, mas vejam uma situação, em que nós atuamos, no caso do Estado do Ceará, e aqui está presente a Defensora-Geral, Drª Francilene, e o Presidente da nossa Associação, Adriano Leitinho.

Atuamos, no Estado do Ceará, em conjunto com o Ministério Público, porque a Defensoria, não tem capacidade, sozinha, de arcar com a defesa, temos de, às vezes, chamar o Ministério Público para nos auxiliar, numa atribuição que não seria dele. Mas teríamos de chamar o Ministério Público para nos auxiliar. Temos recorrido sistematicamente ao Ministério Público, numa atribuição que é da Defensoria e que não cobre o Estado do Ceará inteiro, e não cobre nenhum Estado, nenhum Estado, está muito, muito aquém. Então, estamos discutindo 2% do teto, como teto absoluto. Cada Estado vai examinando a sua realidade. Até 2015 há um espaço para você trabalhar até 2015. Então, eu sei quais são as razões de o nosso colega Flexa Ribeiro se preocupar: é o problema das vinculações, é o problema de você ir limitando e criando dificuldade para o orçamento... São justas as reivindicações, mas nós não podemos deixar sem cobertura a população.

Recentemente ganhamos, face à regulamentação do capítulo de política urbana, arts. 182, 183 e 184 da Constituição Federal, o usucapião coletivo, a regularização fundiária urbana.

Quem tem auxiliado, Sr. Presidente, a população carente para fazer a regularização fundiária urbana e usucapião coletivo é a Defensoria Pública. Se não tiver Defensoria Pública, não acontecerá. E é uma matéria difícil, muito difícil.

Então, sinceramente... Acho que o teto é esse, teto máximo. Não é comparativo. Não temos de comparar atribuições da Defensoria com o Ministério Público. Sinceramente... São distintas, absolutamente distintas. Agora, do ponto de vista das necessidades, não há por que negar o teto de 2% para a Defensoria Pública.

Então, a nossa posição é essa. Há a compreensão dos nossos Pares para que possamos aprovar, e ainda vamos ao Plenário, porque se trata de matéria de lei complementar, obrigatoriamente ainda vamos discutir esse assunto no Plenário do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Inácio Arruda.

Então, primeiro, vou colocar em votação o Relatório do Senador Benedito de Lira. Ele mantém o projeto, que veio da CCJ, com a Emenda de nº 1. Quer dizer, na CCJ esse projeto foi votado, foi aprovado com e a Emenda de nº 1 da CCJ. Depois vamos votar a Emenda do Senador Flexa Ribeiro, que propõe não até 2%; propõe até 1%. Este é o entendimento.

Então, primeiro, vou colocar em votação o Relatório do Senador Benedito de Lira, que aprova exatamente o texto da CCJ com a Emenda de nº 1.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam com o Relatório do Senador Benedito de Lira permanecem como se encontram. *(Pausa.)*

Portanto, aprovado o Relatório do Senador Benedito de Lira, favorável ao projeto com a Emenda de nº 1 da CCJ.

Agora coloco em votação o requerimento de destaque para votação em separado.

Nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação, em separado, da Emenda nº 2, oferecida pelo Senador Flexa ao Projeto de Lei do Senado nº 225, de 2011, complementar.

Os Senadores que concordam com essa Emenda do Senador Flexa Ribeiro permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Contrário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, rejeitada a emenda do Senador Flexa Ribeiro e aprovado o relatório do Senador Benedito de Lira, que passa a constituir o parecer da CAE favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da CCJ. *(Palmas.)*

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Pimentel.

Eu pediria silêncio, por favor.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, nos termos regimentais, eu requeiro a dispensa dos prazos e interstícios para que possa ir diretamente ao plenário. Tem um requerimento padronizado aqui, que a assessoria sempre nos fornece, que traz toda a fundamentação da parte do dispositivo legal.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, o requerimento do Senador Pimentel, se eu compreendi, é para que este projeto seja encaminhado ao plenário em caráter de urgência.

Portanto, requerimento de urgência do Senador Pimentel.

Os Senadores que concordam com a proposta do Senador Pimentel permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, então, o requerimento de urgência.

A matéria segue em caráter de urgência para o plenário do Senado Federal.

Não abusando da paciência dos Senadores, só vou colocar aqui em votação um requerimento, que é o Requerimento nº 78, e ler mais dois requerimentos aqui da pauta.

ITEM 11

REQUERIMENTO Nº 78 DE 2011

Requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de um ciclo de audiências públicas, em 3 (três) partes, com o objetivo de discutir “um Caminho para o Novo Pacto Federativo”, enfatizando na discussão temas como o Fundo de Participação dos Estados (FPE), o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e a questão da dívida dos Estados, com a presença dos convidados na seguinte ordem: Representantes dos Governos Estaduais; Representantes das Prefeituras Municipais; e Representantes do Governo Federal.

Iniciativa: Senador Delcídio do Amaral.

Observações: Em 1º/11/2011, foi lido o *Requerimento pelo Presidente da Comissão.*

Portanto, os Senadores e Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento, item nº 11 da pauta.

ITEM 12

REQUERIMENTO Nº 79 DE 2011

Requer, nos termos do disposto no inciso IV do art. 71 da Constituição Federal e no inciso X do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, seja solicitada ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES para apurar a realização de renegociações de dívidas dos municípios sem a autorização da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e da Secretaria do Tesouro Nacional.

Iniciativa: Senadores Demóstenes Torres e Cyro Miranda.

Observações: Em 1º/11/2011, foi lido o *Requerimento pelo Presidente da Comissão.*

Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento, item nº 12 da pauta.

ITEM 13

REQUERIMENTO Nº 80 DE 2011

Requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, conjunta com a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, para instruir o PLS 365 de 2009, que “acrescenta inciso VI e § 10º ao art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para instituir a possibilidade de

gratuidade dos primeiros 50kWh mensais de energia elétrica para consumidores da Subclasse Residencial Baixa Renda”, debatendo a viabilidade da implementação do Sistema de Pré-Pagamento de Energia Elétrica, com a presença dos seguintes convidados: Exmo. Sr. Edison Lobão, Ministro de Estado de Minas e Energia – MME; Sr. Nelson José Hübner Moreira, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel; Sr. Nelson Fonseca Leite – Presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – Abra-dee; Sra. Juliana Pereira da Silva – Diretora do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor – DPDC; Sr. Jorge Queiroz de Moraes Junior, Presidente do Conselho de Administração do Grupo Rede; e Sr. Álvaro Dias Junior, Vice-Presidente Corporativo e Diretor Executivo da Empresa Landis Gyr América do Sul – Fabricante de Equipamentos.

Iniciativa: Senadores Romero Jucá e Cyro Miranda.

Observações: Em 1º/11/2011, foi lido o *Requerimento pelo Presidente da Comissão.*

Em votação.

Os Senadores e Senadoras que concordam com este requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o item nº 13.

Vou, agora, ler dois requerimentos que estão aqui sobre a mesa. Volto a repetir: esses requerimentos serão lidos hoje para serem votados na próxima reunião, dentro do que os atos estabelecem.

Nos termos do inciso V do art. 90 do Regimento Interno, requeiro que sejam convidados a comparecer à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal, em audiência pública, os Srs. Delfim Netto, Eduardo Giannetti da Fonseca e Mailson da Nóbrega para discutirem sobre a situação atual da política econômica desenvolvida pelo BNDES. Quem assina o requerimento é o Senador Demóstenes Torres.

O outro requerimento, que foi derrubado por um requerimento posterior, porque não foi realizada a audiência pública, até porque nós colocamos as audiências públicas dentro da cronologia de aprovação das mesmas, com exceção de casos especialíssimos, é o requerimento que solicita realização de audiência pública, respeitando o art. 93, inciso I do Regimento Interno, para debater, no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, o Projeto de Lei do Senado nº 86 de 2011 – Complementar, que altera dispositivo da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para tratar das Transferências Voluntárias a Municípios

com população de até 50.000 habitantes, com a presença dos seguintes convidados: Samantha Chantal Dobrowolski, Procuradora Regional da República da Terceira Região; Lucieni Pereira, que já fazia parte do requerimento anterior, Especialista em Finanças Públicas e Controle Externo, Segunda Vice-Presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do TCU (Sindilegis); e Marcelo Barros Gomes, Secretário de Macroavaliação Governamental do Tribunal de Contas da União.

Portanto, assina esses dois requerimentos: o Senador Demóstenes Torres; e esses dois requerimentos serão votados na próxima reunião.

E para terminar, também colocando em votação mais um requerimento que faltou aqui:

ITEM 14 REQUERIMENTO Nº 81 DE 2011

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater o tema “Análise dos cinco primeiros anos de vigência da Lei de Falência e Recuperação de Empresas – Principais dificuldades, perspectivas e propostas de alteração”.

Iniciativa: Senador Eduardo Suplicy.

Observações: *Em 1º/11/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão.*

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento do Senador Suplicy.

Eu encerro a 57ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

(Iniciada às 10 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 13 minutos.)

ATA DA QUINQUAGÉSIMA OITAVA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 8 DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e treze minutos do dia oito de novembro do ano de dois mil e onze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Lídice da

Mata, Vanessa Grazziotin, Marta Suplicy, Vicentinho Alves, Cristovam Buarque, Inácio Arruda, Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Reditario Cassol, Romero Jucá, Ana Amélia, Benedito de Lira, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, José Agripino, Demóstenes Torres, Jayme Campos, Armando Monteiro e Gim Argello. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Acir Gurgacz, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles, tendo falta justificada em virtude de se encontrar em missão política no Rio de Janeiro, Cyro Miranda, João Vicente Claudino e Marinor Brito. A Presidência declara abertos os trabalhos e informa que a presente Reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública, com a presença, como expositor, do Senhor Luciano Coutinho, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, a fim de “obter informações, fomentar a discussão e propor sugestões a respeito da estratégia conceitual e ações concretas para revisão da Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP, proposta pelo Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC”; de debater “a realização de operações financeiras envolvendo o BNDES, bem como suas subsidiárias e coligadas, inclusive a BNDESPAR”; de “esclarecer e discutir a política de desembolso, o Programa de Sustentação do Investimento – PSI e a política industrial do BNDES”; bem como de discutir o “conjunto de medidas adotadas pelo governo sobre uma nova política industrial, tecnológica, de serviços e de comércio exterior do país, reunidas no ‘Plano Brasil Maior’”, em atendimento, respectivamente aos Requerimentos nº 8 de 2011-CAE, de iniciativa do Senador Armando Monteiro; nº 47 de 2011-CAE, de iniciativa dos Senadores Demóstenes Torres e Aloysio Nunes Ferreira; nº 48 de 2011-CAE, de iniciativa do Senador Lindbergh Farias; e nº 54 de 2011-CAE, de iniciativa dos Senadores Inácio Arruda e Eduardo Suplicy. Após a exposição do convidado, usam da palavra os Senadores Armando Monteiro, Demóstenes Torres, Pedro Simon, Aloysio Nunes Ferreira, Eduardo Braga, Vicentinho Alves, Lindbergh Farias, Ana Amélia e Eduardo Suplicy. Antes de encerrar a reunião, a Presidência comunica aos Membros que a Comissão recebeu o Ofício nº 1.987 de 2011-SF, da Senadora Vanessa Grazziotin no exercício da Primeira Secretaria, encaminhando cópia do Aviso nº 234 de 2011/GM-MME, de 31 de outubro de 2011, do Ministro de Estado de Minas e Energia, que encaminha informações solicitadas no Requerimento nº 1.028 de 2011, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quatorze horas e trinta e um minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito,

Secretária da Comissão de Assuntos Econômicos, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a 58ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Audiência pública com a presença, como expositor, do Sr. Luciano Coutinho, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, a fim de “obter informações, fomentar a discussão e propor sugestões a respeito da estratégia conceitual e ações concretas para revisão da política de desenvolvimento produtivo (PDP), proposta pelo Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (MDIC)”; de debater “a realização de operações financeiras envolvendo o BNDES, bem como suas subsidiárias e coligadas, inclusive a BNDESPar”; de “esclarecer e discutir a política de desembolso, o Programa de Sustentação do Investimento (PSI) e a política industrial do BNDES”; bem como de discutir o “conjunto de medidas adotadas pelo governo sobre uma nova política industrial, tecnológica, de serviços e de comércio exterior do país, reunidas no “Plano Brasil Maior”, em atendimento, respectivamente, aos requerimentos nº 8/2011-CAE, de iniciativa do Senador Armando Monteiro; nº 47/2011-CAE, de iniciativa dos Senadores Demóstenes Torres e Aloysio Nunes Ferreira; nº 48/2011-CAE, de iniciativa do Senador Lindbergh Farias; e nº 54/2011-CAE, de iniciativa dos Senadores Inácio Arruda e Eduardo Suplicy.

O convidado já se encontra na Secretaria da Comissão.

Peço à secretaria que o conduza ao Plenário.

De acordo com o art. 94, § 2º e 3º do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas:

O convidado fará a sua exposição e, em seguida abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos; a palavra aos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição; os interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para resposta do interpelado.

Eu quero agora passar a palavra ao Dr. Luciano Coutinho, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social. Uma honra muito grande Luciano tê-lo aqui na Comissão de Assuntos Econômicos.

Quero só registrar que os Senadores se encontram debatendo o Código Florestal. Marcaram para hoje pela manhã também, a reunião na Comissão de Agricultura e Ciência e Tecnologia para votar o Rela-

tório do Senador Luiz Henrique, mas, logo, logo, os Senadores vão começar a se deslocar para cá.

É uma honra, eu passo a palavra ao Dr. Luciano Coutinho, registrando a presença do nosso Borginho, lá do nosso Mato Grosso do Sul, grande representante e grande liderança negra do nosso Estado. É uma honra muito grande recebê-lo aqui com todo seu time.

E passo a palavra ao Dr. Luciano Coutinho, Presidente do BNDES.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Bom dia, Srs. Senadores, Exmº Senador Delcídio do Amaral, é uma grande honra participar desta audiência e quero saudá-los aos vários amigos, Senadora Lídice, Senador Armando, Senador Cristovam, Senador Lindbergh, Senador Cyro, Senador Demóstenes, Senador Aloysio.

Eu farei uma breve exposição e, depois, me colocarei à disposição dos senhores para esclarecimento sobre os temas dos requerimentos. Espero fazer uma exposição breve porque já consumimos uma parte do tempo da manhã.

O BNDES, como os senhores sabem, é uma instituição criada em 1952 pelo Presidente Getúlio Vargas e tem uma longa história de serviços prestados ao País. Foi a mola propulsora do desenvolvimento da infraestrutura, das siderurgias, das indústrias de base, ao longo das décadas de 50, 60 e 70. Nos anos 80, o Banco recebeu o S, ampliou a sua estrutura para a área social, ampliou e iniciou operações com agricultura e agronegócios, intensificou o apoio à energia. Ao longo dos anos 90, o Banco conduziu, em adição a isso, novas operações na área de comércio exterior, para apoio à exportação de bens de capital e gerenciou o Programa Nacional de Desestatização.

A partir dos anos 2000, especialmente depois da metade da década passada, o Banco acelerou investimentos em infraestrutura social e urbana e no apoio ao desenvolvimento das indústrias de transformação.

Nos dias de hoje, além de todas essas funções de apoio ao desenvolvimento do País, nós temos como prioridade o fomento à inovação tecnológica, à sustentabilidade e às pequenas e médias empresas, além da internacionalização de empresas brasileiras.

Essas são as prioridades que se agregaram às funções históricas do BNDES.

Em função da retomada do crescimento da economia brasileira e da ausência de mecanismos suficiente de créditos privados de longo prazo, o BNDES ampliou os seus desembolsos até 2010 de forma significativa. Esses desembolsos subiram de R\$52 bilhões para R\$144 bilhões nesse período de cinco anos, sendo muito relevante a ampliação de 2008 para 2009, para 2010 em função da crise econômica internacional e que demandou uma atuação contracíclica do Banco.

Em 2011, no ano atual, por uma decisão da direção do Banco coordenada com a área econômica do Governo, nós moderamos o ritmo de desembolsos do banco, que se encontra abaixo do executado no ano passado – aqui os números em doze meses até o fim de setembro. Essa decisão foi deliberada, foi tomada no início do ano como forma de abrir espaço para o desenvolvimento do sistema financeiro privado. A participação do BNDES em várias linhas de financiamento, que antes, no período da crise, foi ampliada para 90%, 100%, essas participações foram reduzidas para o período anterior à crise de maneira deliberada, de forma a abrir espaço para o desenvolvimento do sistema financeiro privado, abrir espaço para o desenvolvimento de novas formas de intermediação financeira, particularmente do mercado de renda fixa privada de longo prazo.

Eu quero sublinhar um aspecto importante do período recente que tem sido a ampliação significativa do acesso ao crédito do BNDES por pequenas e médias empresas, especialmente por pequenas empresas. Nós esperamos que, em 2011, esse percentual chegue próximo a 36%, 37% do total de recursos do banco, que é um percentual muito expressivo, considerando a natureza do BNDES como um banco que não dispõe de rede de varejo, é um banco de atacado, vamos dizer assim, que tem apenas a sua sede operacional no Rio de Janeiro. Não obstante, através de novas ferramentas, conseguimos ampliar o acesso ao crédito por pequenas empresas.

Uma dessas ferramentas importante é o cartão BNDES. O cartão BNDES hoje está presente em praticamente todos os Municípios do País – aqui vemos a evolução –, totalizando, em outubro, 452 mil cartões emitidos. Isso tem representado cerca de quinhentas mil operações até setembro deste ano, nós deveremos chegar a seiscentas mil operações, deveremos desembolsar cerca de R\$7,5 bilhões para pequenas empresas. O valor médio dessas operações está em torno de R\$14 mil, o que atesta o fato de que são créditos realmente dirigidos a pequenas empresas. Portanto essa tem sido uma ferramenta muito importante, cuja presença esperamos continuar ampliando, a emissão de cartões, e, assim, atraindo a banca privada para mais emissões, mais participação do cartão.

Próximo.

Outra preocupação relevante e que felizmente temos conseguido melhorar substancialmente é a distribuição regional dos recursos do BNDES. Quero sublinhar especialmente o aumento da participação do Norte e Nordeste nos desembolsos, o aumento da participação do Sul com redução do Sudeste. Então uma observação importante: historicamente houve

sempre concentração no Sudeste, mas ela começa a ser atenuada... Perdão?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – *(Fora do microfone.)* – O Centro-Oeste foi reduzido?

O SR. LUCIANO COUTINHO – Não, o Centro-Oeste teve uma pequena redução aqui, mas não é tendência. O Centro-Oeste é uma fronteira de crescimento muito forte em várias atividades e nós temos sinais na carteira para frente que o Centro-Oeste tende a sustentar uma participação relevante.

Podemos seguir, por favor.

O crédito em infraestrutura no âmbito do PAC – o BNDES tem 448 projetos do PAC, desde geração de energia elétrica, petróleo e gás, transmissão, combustíveis renováveis, ferrovias, rodovias, construção naval, saneamento, transporte urbano – tem sido também uma característica importante dos últimos anos. Essa carteira tem crescido. E tem sido expressiva essa participação.

Próximo.

Em relação a grandes projetos, temos-nos preocupado em apoiar o entorno de grandes projetos de maneira a prevenir – não remediar, mas prevenir – eventuais impactos negativos sobre – tanto sociais quanto ambientais – grandes obras e grandes projetos que atraem grandes populações; e, depois da conclusão dessas obras, poderia remanescer uma situação de degradação socioambiental.

De maneira que temos buscado, com recursos inclusive não reembolsáveis, apoiar o planejamento territorial rural e urbano dos Municípios diretamente afetados por grandes projetos. É uma diretiva obrigatória nesse momento endereçar toda a preocupação socioambiental em torno de projetos de grande escala.

Próximo.

Quero mostrar aqui a importância do BNDES em relação à formação bruta de capital fixo na economia brasileira. O banco sempre teve uma importância relevante em torno de 10%, 12% para a formação de capital. No ano de 2009, em função da crise e da forte expansão dos financiamentos, o efeito total alavancado sobre a formação de capital fixo chegou quase a ¼ da formação do capital fixo. Posteriormente, esse efeito direto vem se reduzindo. Nós prevemos, neste ano, um impacto menor, na medida em que o mercado de capitais e o mercado de crédito retomam o seu papel de compartilhar o financiamento de longo prazo junto com o BNDES.

Próximo.

Da mesma forma, a geração de emprego tem sido uma preocupação relevante, usando a metodologia consagrada. Os desembolsos do BNDES ajudaram e têm ajudado de forma significativa a geração de

emprego e a manutenção de empregos numa escala extraordinariamente relevante em termos de criação de empregos nos últimos anos.

Uma palavra sobre a BNDESPar. A BNDESPar é uma subsidiária integral do BNDES; dispõe de patrimônio próprio em ações e debêntures significativo. Os números mais recentes, marcados a mercado, mostram um patrimônio de 123 bilhões. Esse patrimônio permite, através do giro dessa carteira, a geração de recursos próprios da BNDESPar para atividades de fomento ao sistema empresarial.

É importante sublinhar que os recursos da BNDESPar são autônomos e não tem relação com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador ou recursos do Tesouro Nacional. O volume patrimonial da BNDESPar e a capacidade de girar sua carteira falam por si.

Esse investimento de 31 bi, em 2010, é um investimento extraordinário, porque aqui está contabilizada a operação especial de capitalização da Petrobras; portanto, 24,5 bi desses 31 referem-se a uma operação não recorrente, que foi a grande operação de capitalização da Petrobras.

A BNDESPar mantém hoje 38 fundos, em que ela é cotista e, para cada real aplicado, alavanca mais quatro reais do mercado financeiro privado, e esses recursos de fundos têm sido aplicados em várias empresas.

Podemos seguir.

A carteira da BNDESPar é uma carteira de alta qualidade; ela está em grande medida hoje, especialmente depois da operação de capitalização da Petrobras concentrada nas três grandes empresas estratégicas para o País: Petrobras, a Companhia Vale do Rio Doce e a Eletrobras, o Sistema Eletrobras. Então, uma parcela relevante dessa carteira está concentrada em participações estratégicas do Estado brasileiro, em grandes empresas.

O restante da carteira se compõe – 98% – de empresas listadas que têm liquidez, o que permite a BNDESPar vender e comprar no mercado e girar sua carteira de modo a fomentar o desenvolvimento do sistema empresarial.

Podemos seguir.

Eu queria mostrar aqui, rapidamente, o papel do BNDES na crise de 2008, em que a participação relativa do crédito do banco subiu expressivamente.

Esse período aqui, quando o banco teve um papel fundamental de liderar a expansão do crédito público, no período mais agudo de contração da crise bancária. A nossa participação subiu, já se estabilizou e, certamente, agora em 2011, a nossa participação relativa vai ceder espaço para o sistema financeiro privado, retomando o papel, mostrando o papel contracíclico. Não fosse a expansão, certamente, o crédito total, a

relação crédito total sobre PIB teria caído. Houve nesse período um processo de contração do crédito privado por bancos estrangeiros e de manutenção do crédito por parte dos bancos nacionais num patamar estável. Ou seja, crescimento zero da banca privada de capital nacional, contração do crédito dos bancos estrangeiros, e não fora o papel dos bancos públicos, essa curva vermelha teria infletido para baixo e produzido uma recessão muito mais severa e duradoura para a economia brasileira.

Podemos seguir.

Várias das medidas tomadas ao longo de 2008, 2009. Logo no início da crise, nós ampliamos imediatamente o acesso e o volume de pré-embarque para exportação. Já em novembro, criamos o programa especial de crédito, que foi um grande programa de capital de giro. Então, tomamos medida imediatamente após a deflagração da crise. Em janeiro, em função da sobrecarga de demanda sobre o banco, o Presidente da República nos outorgou, através do Tesouro Nacional, um primeiro empréstimo de R\$100 bilhões – eu quero sublinhar que esse empréstimo teve um custo relativamente mais alto. Não foi TJLP; foi TJLP mais 2,5. Uma parcela dele, então, com custo mais alto e, depois, os empréstimos subsequentes tiveram um custo mais baixo. Em função disso, foi possível sustentar a expansão do crédito. Ampliamos as linhas de refinanciamento, especialmente para empresas médias que tinham dificuldade; abrimos o refinanciamento; criamos um programa excepcional para financiamento de bens de capital usados de maneira a facilitar revenda de máquinas e a compra de máquinas novas; expandimos o Programa de Intervenções Viárias (Provias); criamos o programa Revitaliza para setores que estavam afetados pela crise e expandimos o Cartão BNDES, nele incluindo insumos para construção civil.

Em abril de 2009, foram criados novos programas, como o Programa Especial de Financiamento a todos os Estados da Federação, que teve um papel especialmente importante para os Estados do Nordeste; o Programa de Crédito Rural Especial (Procer), que foi muito importante para várias agroindústrias e outros setores agrícolas que estavam sem crédito, porque as grandes *tradings*, em grande dificuldade de acesso a crédito, secaram o crédito para a agricultura brasileira; o Programa de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro (Pass), visto que o setor sucroalcooleiro também enfrentava dificuldades. Além disso, houve outra ampliação das linhas de preembarque e aumento das linhas de empréstimo-ponte para projetos de infraestrutura.

O Banco tomou várias medidas relevantes, e eu queria sublinhar uma medida especialmente importante tomada em julho de 2009, quando a economia já re-

cuperava minimamente a confiança, que foi a criação do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), que ofereceu condições muito favorecidas, por um período transitório, à comercialização de máquinas e de equipamentos no País inteiro, permitindo antecipar um ciclo de modernização de empresas, especialmente de pequenas empresas. Tenho satisfação em constatar que 70% do PSI foram utilizados por empresas de pequeno e médio porte, que puderam reiniciar um ciclo de reequipamento industrial já a partir da criação desse Programa.

Além disso, criamos linhas especiais para engenharia, o programa Procaminhoneiro e outro programa especial para a construção civil, neste caso o programa Minha Casa, Minha Vida, associado ao PAC.

Houve outras iniciativas importantes. Em setembro, ampliamos a lista de setores abertos ao programa de crédito rural e ampliamos o programa Caminho da Escola, com a liberação de ônibus para escolas rurais. E, em novembro de 2009, renovamos uma linha de financiamento aos Estados da Federação, o que foi muito importante para a sustentação dos investimentos dos Estados da Federação.

Essas são iniciativas...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Presidente Luciano, qual a taxa de juros dos Estados?

O SR. LUCIANO COUTINHO – Nessas linhas para os Estados, há TJLP mais 0,9% e mais o *spread* de risco do Estado. São linhas bastante interessantes, que têm endereçado investimentos em infraestrutura em vários Estados da Federação brasileira. Foram beneficiados Estados do Norte e do Nordeste, especialmente. O recurso é distribuído de acordo com o critério do Fundo de Participação. Essas linhas foram, em parte, uma compensação oferecida aos Estados em função de parte das medidas tributárias tomadas em 2009 de redução do IPI em vários produtos industrializados, especialmente na cadeia automotiva. Como essa redução do IPI subtraía a receita do Fundo de Participação dos Estados, o Governo houve por bem ampliar, com essas linhas, o financiamento de longo prazo, de forma a compensar e sustentar a capacidade de investimento dos Estados da Federação.

Podemos seguir.

Eu apenas queria concluir, dizendo o seguinte: uma lição importante dessa crise é que economias em que há um sistema misto, com a presença de bancos públicos eficientes e um sistema privado, demonstram uma capacidade diferenciada de enfrentar a crise econômica. As economias que têm apenas banco privado passaram por um grave período de contração de crédito. As economias que dispunham de bancos públicos e bancos privados conseguiram ultrapassar a crise de

crédito de uma forma mais conveniente, mais rápida, pelo fato de que a banca pública e a banca privada puderam cooperar e pelo fato de que o banco público pôde, por dentro do próprio sistema de crédito, contrabalançar a contração do crédito que naturalmente ocorreria por parte do setor privado.

Eu concluo o meu raciocínio dizendo que as economias que têm um sistema misto de crédito público-privado têm uma configuração econômica superior em termos de capacidade de enfrentar crises. Esse fato foi relevante, inclusive para algumas economias desenvolvidas que têm bancos públicos. Nesse sentido, temos interagido com a rede de bancos públicos a um reconhecimento hoje generalizado de que os bancos públicos e os bancos de desenvolvimento constituem ativos importantes para qualquer sociedade. Tê-los ou não faz uma diferença importante.

Alguns destaques relevantes aqui para nossa agenda de longo prazo, que tem sido sempre a visão do BNDES como banco de desenvolvimento. Primeiro ponto relevante. É imperativo que pensemos em elevar a taxa de poupança doméstica. É muito importante ampliar a capacidade de financiamento de longo prazo em reais. Por quê? Porque o Brasil tem uma economia que precisa investir maciçamente em infraestrutura e as infraestruturas, naturalmente, são setores que faturam em reais. Financiar infraestrutura com moeda estrangeira, como foi feito intensamente nos anos 70, produz descasamento entre ativos e passivos – quanto a casamento de moeda – e torna o sistema fortemente vulnerável quando ocorrem crises de crédito internacional.

Então, a diversificação de fontes de financiamento de longo prazo, de forma a induzir o desenvolvimento no Brasil de um sistema privado capaz de compartilhar o financiamento de longo prazo com taxas adequadas em reais, deve ser uma grande prioridade para o País. Acredito que essa seja uma prioridade muito relevante.

Nós temos trabalhado ambas as prioridades, buscando incentivar, apoiar o desenvolvimento da poupança institucional. Temos trabalhado junto ao mercado de capitais, sendo uma instituição exemplar em termos de promoção da governança corporativa, promoção da excelência na gestão dos fundos institucionais de poupança, sendo fundos de pensão ou outros fundos. Também temos trabalhado intensamente junto à banca privada para promover o desenvolvimento de um mercado de financiamento de longo prazo por meio de debêntures ligadas ao projeto de infraestrutura ou debêntures corporativas associadas a investimento.

Acredito que essa seja uma agenda de altíssima relevância para o futuro, porque o País precisa subir sua taxa de investimento, o Brasil investe ainda pouco.

Estávamos perto de 20%, caímos para perto de 17%. Estamos hoje, em 2011, provavelmente chegando um pouco perto de 19%, mas precisamos chegar, na verdade, a 23% ou 24% ou mais do PIB em termos de taxa agregada de investimento, investimento sobre o PIB. A razão investimento/poupança sobre o PIB precisa subir. Isso significa que precisamos agregar mais cinco pontos de percentagem sobre o PIB, ao ano, de novos investimentos. Em grande medida, esses investimentos são investimentos em infraestrutura necessários à ampliação da eficiência da economia como um todo.

Ora, quem financiará esses investimentos que demandam perfil de longo prazo? Se for exclusivamente o BNDES, ele teria que dobrar outra vez de tamanho, o que não parece nem desejável, nem razoável.

Portanto, é imperioso que num processo de redução consistente da taxa de juros nos próximos anos – e eu aqui quero ressaltar que não estou fazendo nenhuma recomendação ao Banco Central, que deve ter total liberdade para subir ou descer a taxa de juros para manter a inflação sob controle, e isso é um processo amadurecido – a necessidade de reduzir a taxa de juros no País, que é muito alta, de maneira a fazê-la convergir com a TJLP.

A TJLP brasileira, quando acrescida das taxas de intermediação e risco, que chega, na melhor das hipóteses de uma empresa de boa qualidade, em torno de oito a oito e pouco por cento – uma empresa de alta qualidade –, deduzida a inflação, significa uma taxa real de juro de longo prazo em torno de 3,5 a 4%, que é uma taxa de juro real de longo prazo relativamente alta se compararmos com o resto do mundo. Então, é falso o raciocínio que atribui um caráter de subsídio às nossas taxas de longo prazo.

A anomalia brasileira, na verdade, reside no fato de que a nossa taxa de juros de curto prazo é extremamente elevada. E a redução da taxa de juros de curto prazo, da Selic, em direção a uma taxa de juros de longo prazo consistente e compatível é o grande desafio que precisamos, País, vencer. Esse desafio, certamente, depende da manutenção da inflação sob controle, da manutenção da confiança. Depende de uma política fiscal firme, que sustente o superávit primário e permita a redução progressiva do nível de endividamento público. E que, ao criar essas condições de redução de taxas de juros, induza à migração da poupança brasileira para ativos de maior maturidade, ativos de prazos mais longos.

Essa transição financeira do País para um perfil normal, padrão de qualquer país desenvolvido ou mesmo de países em desenvolvimento, significa uma mudança estrutural muito relevante para o nosso País que, em função da sua história acidentada em termos

de décadas de inflação alta, muitos períodos de alta volatilidade, fixou a poupança brasileira, os investidores brasileiros, numa espécie de como dar situação, de dispor de um circuito financeiro que oferece papéis públicos indexados com pronta liquidez e ausência de riscos.

Não existem em nenhum sistema financeiro no mundo essas características reunidas no curtíssimo prazo. Em qualquer sistema financeiro normal aplicações de curtíssimo prazo rendem um juro minúsculo. E quem quer que queira obter rendimentos mais altos precisa aplicar a médio e a longo prazo, e aplicar em ativo de maior risco.

Essa correlação entre risco, retorno e prazo é perversa no Brasil. Por isso que a nossa estrutura de juros é uma estrutura de juros muito curta e perversa. E ela precisa evoluir. Considero que esta é uma das principais tarefas para o desenvolvimento brasileiro: induzir um processo de transformação do sistema financeiro brasileiro e da poupança brasileira numa direção moderna dentro do padrão prevalecente em todos os sistemas financeiros normais do mundo.

Fiz essa digressão aqui porque quero sublinhar o nosso empenho em ajudar a interagir com o mercado, com o sistema. E temos buscado cooperar estreitamente com o mercado para desenvolver o financiamento privado de longo prazo.

Outro desafio muito relevante que queria sublinhar aqui diz respeito à necessidade de planejamento de longo prazo e à necessidade de desenvolvimento de projetos, especialmente os projetos de infraestrutura de alta complexidade, que exigem o desenvolvimento de projetos básicos e de projetos executivos.

Temos uma carência de planejamento no sentido de alongar o seu horizonte. Foi resultado de um período de alta volatilidade – aqui não é uma crítica a nenhum governo, mas o fato de que o Brasil não tinha horizonte econômico, vivíamos numa sucessão de crises com alta volatilidade, que impedia o planejamento de longo prazo. Acredito que nós alcançamos aqui uma situação muito preciosa que é dispor de horizonte de médio e de longo prazo.

É possível enxergar hoje um horizonte de médio e de longo prazo para o Brasil, mas o alcance desse horizonte deve ser ainda mais aprofundado, porque as demandas de infraestrutura em várias áreas requerem horizonte de 30, 40, 50 anos à frente. Em determinadas infraestruturas, energia, por exemplo, é preciso pensar 50 anos à frente. Os projetos, especialmente projetos mais complexos que requerem ou uma engenharia financeira ou uma engenharia institucional, requerem engenharia mesmo, engenharia física sofisticada e complexa, precisam ser desenvolvidos.

Temos buscado trabalhar em conjunto com o setor privado no desenvolvimento. Nós criamos no BNDES um fundo de estruturação de projetos, de elaboração de projetos. Temos apoiado entidades, ministérios que nos solicitam porque é preciso sempre observar que o BNDES, embora seja uma instituição com muitos recursos, não é uma instituição que tem a titularidade das políticas, a titularidade pertence aos ministros, aos ministérios, e nós temos-nos colocado à disposição para ajudar a desenvolver políticas e projetos de longo prazo.

Considero isso também uma tarefa relevante para o setor privado. É preciso trabalhar em conjunto com o setor privado. Temos trabalhado com a banca privada no processo de desenvolvimento de projetos com longo alcance.

(Por favor, vamos adiante.)

Já que falei muito de infraestrutura, aqui temos o desempenho de desembolsos e aprovações em infraestrutura. Quero sublinhar que não obstante neste ano os desembolsos totais do BNDES tenham sido moderados, os desembolsos de infraestrutura continuam crescendo.

Vamos chegar em 2011 provavelmente perto de 54 bilhões. Temos uma carteira de infraestrutura relevante para o futuro. Essa carteira precisa ser desenvolvida com a preparação prévia de projetos e com oferta crescente de concessões ao setor privado. Parece que em todas as áreas de infraestrutura onde existem taxa de retorno suficientemente elevada, a concessão ao setor privado é uma alternativa para acelerar o investimento em novas estruturas.

Podemos seguir adiante.

Uma nota rápida sobre o peso do BNDES no financiamento à indústria em infraestrutura. Em 2009, o Banco representou metade do financiamento em longo prazo à indústria em infraestrutura e o mercado – que é o verdinho –, com emissão de debêntures, emissão de ações – que é o roxinho –, e captações externas, o mercado encolheu.

Mas eu quero lembrar aqui que, em 2006, o mercado era o momento de grandes IPOs, um momento favorável, o mercado era maior do que o BNDES. Então, eu tenho a convicção de que, com os devidos incentivos, o mercado de capitais pode crescer e responder de forma afirmativa o compartilhamento com os financiamentos de longo prazo junto com o BNDES.

Isso já vem acontecendo em 2010 e esperamos que em 2011 essa tendência persista.

Se o Senador quiser acompanhar aqui, porque está difícil ali de enxergar. Depois a gente distribuirá.

Próximo.

Próximo.

Algumas das medidas para estímulo de crédito de longo prazo, para infraestrutura especialmente, tem sido vantagens oferecidas para debêntures associadas à infraestrutura emitidas por sociedade de propósito específico. Essas debêntures têm tratamento tributário com redução do IR e um tratamento favorável pelo Banco Central na medida em que o Banco Central tem aliviado o depósito compulsório sobre esse tipo de papéis, abrindo espaço tanto para letras financeiras de longo prazo emitidas pelo sistema bancário quanto para debêntures de longo prazo emitidas por SPES ligadas a projetos de infraestrutura.

Além disso, estamos preparando um fundo de liquidez junto com o setor privado para aumentar a liquidez secundária nesses papéis. O objetivo aqui é facilitar o desenvolvimento de um mercado de debêntures. Assim como o Brasil tem e desenvolveu um mercado de ações bastante expressivo, é relevante que consigamos desenvolver um mercado de debêntures, tanto debêntures de infraestrutura, quando debêntures de grandes empresas. E essas debêntures precisam ter um mercado de segunda mão, um mercado secundário, que permita ao emissor, ao comprador original, eventualmente trocar de posição – e por isso elas precisam ter o mínimo de liquidez –, quanto elas devem ter determinadas características de longo prazo, desejáveis para o mercado de capitais, tipo transparência, existência de *market maker*, instituições que deem liquidez, ofertas públicas pulverizadas, de preferência. Ou seja, nós temos buscado promover junto com o mercado de capitais características de debêntures que mimetizem o mercado de ações.

Elas têm crescido ainda timidamente, Senador, ao longo deste ano, especialmente porque a crise internacional e a subida da Selic no primeiro semestre inibiram um pouco mais, nós estamos tendo uma ampliação expressiva em relação ao ano passado e nós esperamos ampliar ainda mais. Acredito que essa agenda é uma agenda ainda em curso, longe do ideal, nós precisamos trabalhar muito nessa direção.

Nós temos nos engajado nisso, ajudando. Nós separamos R\$10 bilhões da nossa BNDESPar – a BNDESPar tem a capacidade de gerar seus próprios recursos – para adquirir até 15% de qualquer emissão de debêntures com essas características. Sempre que um fundo privado ou uma grande empresa, ou uma SPE privada quer fazer uma emissão, o BNDES tem apoiado essa emissão numa escala proporcional às características desejáveis dessa debênture.

Nós temos também buscado ampliar a nossa mesa de transações, comprando e vendendo no mercado secundário para ampliar a liquidez. Temos também buscado apoiar instituições bancárias confiáveis, para

que haja uma rede de liquidez e, em alguns casos, temos inclusive alugado títulos para que esses bancos não precisem comprar e carregar uma carteira própria. Temos buscado trabalhar em conjunto no sentido de criar liquidez para essas debêntures.

Vamos adiante.

Queria falar um pouco da indústria e do plano Brasil Maior. Não é segredo para ninguém que a indústria brasileira vive um período de pressão, há um acirramento muito forte da concorrência internacional, há uma situação de pressão com forte ingresso de importações. O Senador Armando Monteiro sabe perfeitamente do que estamos falando, aliás o Senador Armando participou, como Presidente da CNI, do período crítico em que várias dessas medidas foram tomadas, foi nosso interlocutor em muitas ocasiões. Eu queria falar um pouco sobre indústria e competitividade.

Podemos seguir adiante.

O Governo tomou uma série de medidas importantes, estendendo a desoneração a bem de capital, estendendo especialmente o IPI, acelerando a devolução de crédito de PIS/Cofins na compra de bens de capital. Também ampliamos o financiamento, especialmente a inovação, e temos sugerido muitas medidas, que o Governo as tem tomado, sendo a mais importante delas a medida do poder de compra, a regulamentação do poder de compra do Governo para produtos intensivos em tecnologia. Na área de comércio exterior, a aceleração da devolução de créditos PIS/Cofins a exportações, medidas de defesa comercial, ampliação do financiamento a exportações e ampliação da promoção comercial.

Algumas outras medidas relevantes que foram tomadas: a desoneração da folha de pagamento para indústrias afetadas pela situação, especialmente pela concorrência externa. Quero sublinhar, além das indústrias tradicionais, confecção, calçados, móveis, o setor de *software*, que se sente extremamente grato a essa medida, porque ela permite a formalização e permitiu ampliar a competitividade do setor. O regime automotivo que está em discussão, cujas medidas deverão ser em breve implementadas, e a harmonização de política de financiamento de todos os bancos federais. Essa é uma medida importante na medida em que nem todos os bancos federais adotavam os mesmos critérios de preocupação com o conteúdo local nos seus financiamentos.

No caso do BNDES, o programa PSI foi prorrogado até dezembro de 2012 com algumas mudanças e aperfeiçoamentos: ampliação do Proengenharia, a nossa prioridade importante de buscar desenvolver ônibus híbridos para transporte urbano para reduzir emissões nas grandes cidades; ampliação em R\$7

bilhões do programa Revitaliza, com a inclusão do setor de autopeças, que não estava incluído; ampliação do programa Progeren, que recebeu também mais R\$7 bilhões de capital de giro, e esse programa tem desembolsado recursos de cerca de R\$500 milhões a R\$600 milhões/mês, é um programa que está em forte expansão, tem feito provisão de recursos para pequenas empresas; e finalmente criação do programa BNDES Qualificação de Trabalhadores, que é um programa pelo qual temos muita esperança de muito em breve auxiliar o Sistema Senai a dobrar sua capacidade de treinamento no País.

São essas as iniciativas.

Além disso, nós lançamos um novo produto, que é o limite de crédito para planos de inovação de grandes empresas; emprestamos recursos de grande escala à Finep – 3 bi de recursos emprestados; 1 bi já implementado e outros 2 bi que serão em breve transferidos à Finep –; ampliamos e melhoramos as nossas condições para os programas de petróleo e gás, Profarma e saúde, Prosoft, Proaeronáutica e Proplástico.

São iniciativas importantes que o banco tomou recentemente dentro do programa Brasil Maior.

Podemos seguir.

Aqui, um ponto muito relevante em relação aos investimentos.

As perspectivas de investimento mapeadas pelo BNDES para os próximos quatro anos, 2012 a 2015, para indústria e infraestrutura – notem que aqui não inclui a construção –, totalizam cerca de R\$1 trilhão. Esses investimentos e essa pesquisa foram efetuados nos últimos três meses. Portanto, é uma pesquisa que foi efetuada num período muito desfavorável em termos de expectativas internacionais. Era um momento mais angustiante, mais incerto da crise internacional. Não obstante, revela aqui que, nos próximos anos, o investimento tende a crescer a uma taxa próxima a 8% ao ano – 7,6%.

O levantamento anterior mostrava um investimento que crescia perto de 9%. Então, houve uma ligeira moderação no ritmo esperado de investimentos.

Mas quero sublinhar que essa pesquisa foi feita num momento muito desfavorável. Embora o momento tenha sido muito desfavorável – aquele momento específico em que a pesquisa foi feita –, o que ela demonstra é uma enorme confiança no futuro do Brasil. As grandes empresas, longe de engavetarem os projetos de investimento, têm mantido seus projetos de investimento. Há uma confiança reiterada na capacidade de crescimento da economia brasileira.

Eu quero só lembrar os senhores, por exemplo, os anúncios nas últimas semanas de novas fábricas completas, fábricas de grande escala, no setor auto-

motivo em várias regiões do País. Uma demonstração inequívoca de confiança das grandes empresas na sustentabilidade da economia brasileira. Isso é importante porque a economia brasileira vem num processo de desaceleração programada – a economia cresceu muito em 2010. O Governo tomou medidas para um desaquecimento moderado da economia em 2011, medidas macroprudenciais, subidas de juros, restituição ao crédito, ampliação do superávit primário. Foram tomadas no início do ano. A essas medidas se superpôs uma crise internacional de gravidade não esperada. Todos sabíamos que a crise internacional ainda persistia, mas a forma do seu agravamento não era esperada. Então, isso superpôs, mas o que eu quero dizer é que, embora a economia possa desaquecer um pouquinho mais no curto prazo, a capacidade de ativar o crescimento da economia brasileira está mantida pela inequívoca confiança do setor empresarial, interno ou externo, no futuro do País, na sustentabilidade da nossa economia.

O Governo tem todos os instrumentos para, de uma forma diferente do que aconteceu em 2008, induzir e reacelerar a economia para uma velocidade de cruzeiro. Então, esse é um ponto relevante.

Eu quero sublinhar aqui que os grandes investimentos em petróleo e gás e que o nosso grande desafio como BNDES é desenvolver a cadeia produtiva no Brasil. Porque, obviamente, não adianta ter um grande programa de petróleo e gás se o grosso dos insumos, equipamentos e engenharia, vier a ser importado. Nós temos que capturar essa grande oportunidade, produzir no País uma grande cadeia estrutural, uma grande cadeia produtiva de suprimentos para produção no País. E segundo, a sustentação dos investimentos em energia elétrica, inclusive, em energia renovável, que vai firme e também é um grande fator de promoção de desenvolvimento de equipamentos e engenharia no Brasil. São apenas dois destaques.

Podemos seguir.

Para concluir, Senador, nós estamos focados numa agenda de longo prazo. Quero reiterar o nosso compromisso com a geração de empregos e redução das desigualdades sociais e regionais. Continuamos empenhados em ampliar o acesso, privilegiar regiões menos desenvolvidas do Brasil, ampliar o acesso das micro e pequenas empresas, inclusive nessas regiões.

Quero sublinhar aqui o meu compromisso, o compromisso do Governo com a inovação e o aumento da competitividade da nossa indústria. Nós precisamos pensar estrategicamente como desenvolver a competitividade da indústria; uma grande parte disso dependerá de investimento em infraestrutura que aumente a eficiência da economia, outra parte disso dependerá de

redução dos custos de capital, e outra parte dependerá do aumento da qualificação dos trabalhadores e da introdução de métodos mais avançados de automação e gestão nas empresas.

O programa de massificação da banda larga representará uma grande oportunidade da transformação da base empresarial brasileira, porque nós precisamos disseminar os métodos de gestão digitalizada na pequena empresa, usando computação em nuvem e *softwares*, aplicativos mais inteligentes, mais amigáveis, para que a pequena empresa possa desfrutar das facilidades da gestão informatizada. Isso nos permitirá, junto com o esforço de aumento da qualificação do trabalho, ampliar e aprofundar nossa capacidade de competir, de desenvolver produtos para competir.

Quero sublinhar também o nosso compromisso com a sustentabilidade ambiental e social. E, finalmente, reiterar o que já falei abundantemente sobre o assunto da poupança doméstica, do financiamento em reais e da criação de alternativas privadas para o financiamento de longo prazo, que são uma grande prioridade e têm tido todo o nosso empenho.

Era essa, Exmº Senador, a nossa apresentação. E eu me coloco à disposição dos senhores para responder as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Dr. Luciano Coutinho.

Parabênizo-o pelo trabalho, e pela exposição também, numa instituição absolutamente fundamental para o nosso País.

E agora vou chamar os inscritos, não somente os autores de requerimento, mas todos os inscritos.

Na ordem...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pode. Será uma ordem, Senador Pedro Simon. Não sei por que V. Exª não está nesta Comissão, depois de anos e anos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu só vou aqui citar os inscritos: Senador Armando Monteiro; Senador Demóstenes Torres; Senador Lindbergh Farias; Senador Inácio Arruda; Senador Aloysio Nunes, que se retirou rapidamente porque estão pedindo verificação de quórum na votação do Código Florestal; Senador Cristovam Buarque; Senador Cyro Miranda, que também está retornando aqui; Senador Eduardo Suplicy e Senador Pedro Simon.

Então, concedo a palavra ao Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Sr. Presidente, companheiros, eu queria saudar o nosso convidado, ilustre conterrâneo, Presidente Luciano

Coutinho. Quero, desde já, registrar o reconhecimento ao trabalho que ele realiza à frente do BNDES e, sobretudo, cumprimentá-lo também por essa exposição, porque, a meu ver, de forma muito completa e ampla, o Presidente Luciano focaliza os desafios, sobretudo, nessa perspectiva do desenvolvimento do Brasil nos próximos anos.

Aproveitando a presença aqui do Professor Luciano Coutinho e sabendo que ele é profundo conhecedor da realidade da indústria brasileira, da visão da economia industrial, quero compartilhar a preocupação que o próprio Presidente já sublinhou na sua exposição com a imensa pressão à que a indústria brasileira está submetida nesse quadro de maior acirramento da competição em escala global.

Essa discussão nos remete à agenda pró-competitividade. E aí me parece que há duas dimensões desse desafio. A primeira delas é a compreensão de que, no ambiente macroeconômico, ainda há dificuldades, na medida em que dois preços fundamentais, juro e câmbio, ainda estão no Brasil fora do lugar. A nossa taxa de juro é uma imensa desvantagem do ponto de vista da competição. O efeito da nossa taxa de câmbio foi, de certa forma, atenuado nos últimos meses, mas, se tomarmos um período mais longo, há um processo de apreciação da nossa moeda que nos coloca em situação de muita desvantagem.

Além disso, outros fatores determinantes para essa questão da competitividade ligados à questão tributária, à infraestrutura e à logística vieram a se somar a outras áreas em que o Brasil pôde ter vantagens no passado e vem perdendo vantagens. Eu lembraria a questão do custo de energia. Hoje, na área industrial, o Brasil, talvez, seja um dos cinco países com custo mais alto de energia. E há um fato que preocupa, embora tenha um aspecto positivo: a elevação do salário real na indústria tem se dado a taxas superiores ao crescimento da produtividade. Há pouco, foi divulgado um estudo que mostra que a produtividade do Brasil cresce a níveis bem mais modestos do que a dos países hoje colocados no processo de competição, sobretudo Índia, China, Coreia. O trabalhador brasileiro produz um terço do que o trabalhador coreano produz, um quinto do que o trabalhador americano produz e – pasmem! – metade do que o trabalhador argentino produz, se tomarmos em conta os dados desse estudo divulgado.

Então, pergunto, Presidente Luciano: diante desse desafio, em que, hoje, o Brasil enfrenta desvantagens, como as que aqui já foram referidas, como podemos definir uma estratégia de médio e longo prazo que nos assegure a justa manutenção da posição conquistada pelo Brasil como importante plataforma manufatureira na América Latina? O Brasil não pode admitir um

processo regressivo, um processo de desmonte dessa indústria, a qual foi fruto do trabalho de gerações. Mas que estratégias adotar diante desse cenário tão desafiador, em que há a emergência da China, a escala da China, os custos baixos? Como o Brasil deve colocar-se, na sua visão? E, mais do que isso, que avaliação o Presidente Luciano faz dessas políticas industriais que, sobretudo a partir desta década, foram adotadas no Brasil? Que avaliação o Presidente faz da eficácia dessas políticas? Eu sei que elas correspondem no seu enunciado sempre, conceitualmente, toda essa abordagem me parece sempre muito própria, mas quando se avaliam realmente os resultados na política, nós estamos na terceira fase da política industrial dos governos que se seguiram a partir de 2002. Que avaliação o Presidente Luciano Coutinho faz da eficácia dessa política? Como ele vê o desafio, sobretudo no que diz respeito à governança dessas políticas e à dificuldade de coordenação das ações em termos intragovernamentais? Porque o grande problema das políticas industriais é que os instrumentos estão dispersos em várias áreas do Governo e a coordenação da política é sempre um grande desafio. Essa é a primeira questão.

A segunda. O Presidente Luciano Coutinho lembra muito bem a necessidade de mudar, de reorientar a poupança no Brasil e a forma como se incentiva a formação da poupança, levando em conta a necessidade de estimular a poupança de prazo longo, evitando essa distorção que está presente hoje na realidade brasileira e ainda a preocupação que o Presidente traz, com a necessidade que nós reconhecemos fundamental de elevar a taxa de poupança doméstica. Fiquei muito feliz quando o Presidente lembrava essa questão dos juros. Há pouco tempo, o economista Octavio de Barros, de maneira brilhante, num artigo que foi publicado – acho que o título é: *Em Busca da Perplexidade Perdida* – ele cobrava dos economistas brasileiros como se houvesse um conformismo com essa questão dos juros no Brasil, que a própria área acadêmica, ao final, parece resignada com algo que corresponde verdadeiramente a uma distorção. Como um país que evoluiu, que é credor externo líquido, que alcançou a condição de muito boa classificação de *rating*, que tem um ambiente institucional e macroeconômico razoável, pode comprometer com os serviços da dívida pública 6% do PIB? Esses 4% que o professor Luciano cobra da necessidade de elevar a taxa de poupança para algo como 23, 24 – veja que parece uma conta de chegar – mas só nos serviços da dívida gastamos 6%, quando a média seria de 1,5%, 2% do PIB. Então, o setor público no Brasil poderia estar investindo 5% ou 6% do PIB e investe 1% ou 2%. Então, como

é que o professor Luciano poderia também nos trazer mais uma palavra sobre essa questão, ou seja como vê a questão dos juros na perspectiva da elevação da taxa de poupança.

Eram essas as questões.

Muito obrigada, professor.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Armando Monteiro, quero aqui registrar também a presença do Deputado Reinhold Stephanes, ex-Ministro da Agricultura também.

Quero propor aos Senadores fazerem perguntas em bloco, em função da hora, para que a gente aproveite bem a presença do Dr. Luciano Coutinho.

Passo a palavra agora ao Senador Demóstenes Torres, segundo orador.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Srª Senadora, Srs. Senadores, Sr. Presidente do BNDES, Luciano Coutinho, reconheço a importância do BNDES para a economia nacional, como bem expôs V. Sª, mas a razão do requerimento para sua oitiva é que existem fatos que são públicos e que apresentam divergências em relação ao que V. Sª expôs. Tanto é que, logo no início da reunião, da outra reunião, eu apresentei um requerimento para que fossem ouvidos alguns desses economistas, a exemplo de Delfim Netto, a exemplo de Giannetti da Fonseca, a exemplo de Mailson da Nóbrega, que em um momento ou outro acabam divergindo da orientação dada por V. Exª, ainda que pontualmente, em relação à direção do BNDES.

Como comentam eles, o BNDES, hoje, é um banco público maior que o Banco Mundial. O Banco Mundial emprestou, no ano passado, por exemplo, US\$44,2 bilhões para 164 operações em 46 países. E esse banco tinha uma carteira de ativos de US\$283 bilhões. O BNDES emprestou mais do que o dobro do Banco Mundial, US\$99 bilhões de dólares. E o total de ativos do Banco já alcança US\$343 bilhões.

Se nenhum empréstimo, segundo esses comentários, do Tesouro Nacional fosse dado ao BNDES, mesmo assim o BNDES teria uma autonomia financeira, para novos empréstimos, de mais US\$60 bilhões. É o que mostra que, mesmo sem a ajuda do Tesouro Nacional, o BNDES já é um banco maior do que o Banco Mundial, o que é auspicioso.

Mas há algumas diferenças entre o Banco Mundial e o BNDES. O Banco Mundial trabalha com projetos voltados para o desenvolvimento de países e regiões, inclusive em projetos de urbanização e saneamento, inclusive no Brasil, e o foco do Banco Mundial é, claramente, em projetos de maior retorno social, não em projetos individuais.

E dizem seus críticos que o BNDES, por sua vez, ao invés de atuar como um banco mundial para o Brasil, atua mais como um banco de concessão de crédito subsidiado, o que V. Sª contesta, e, mais recentemente, como um banco de investimento privado, ajudando empresas individuais a comprarem seus concorrentes no Brasil e no exterior, o que torna essas empresas líderes de mercado.

Essa, portanto, é, claramente, uma função não desejável para um banco que trabalha com recursos públicos. Inclusive, Sr. Presidente, nas tabelas que V. Sª apresenta, a projeção para 2011 é de R\$7,5 bilhões, desembolsados em mais de quinhentas mil operações, portanto pequenas operações.

Eu perguntaria a V. Sª qual o total dessas operações, no Brasil, de 2010 a 2011 até o limite apresentado na tabela, por V. Sª, de 30 de setembro.

E mais. V. Sª também diz que há uma modificação, de 2008 para cá, no perfil dos investimentos do BNDES quanto às desigualdades regionais. Mas, se nós verificarmos essa tabela com um olho mais crítico, nós vamos ver justamente o contrário. Se nós pegarmos o investimento no Sudeste e no Sul, esse total, pelos números apresentados por V. Sª, é de 75,3%, Sudeste e Sul, e hoje é de 77%. Quer dizer que o total de investimentos no Centro-Oeste no Norte e no Nordeste diminuiu de 2008 para cá, ao contrário do que afirma V. Sª, inclusive pelas próprias tabelas que V. Sª apresenta.

Também segundo esses críticos... A pergunta é a seguinte: os recursos do BNDES são públicos? A resposta deles é que sim, que os recursos do BNDES e do BNDESPar são recursos públicos, porque essas duas instituições, ao contrário do Banco do Brasil, não possuem acionistas privados. O BNDES se mantém dos empréstimos do FAT, de 40% da arrecadação do PIS/Pasep e do retorno dos empréstimos antigos. E o BNDESPar é uma empresa de participação do BNDES, utilizada para comprar e vender ações e outros papéis no mercado financeiro; é uma empresa e não uma instituição financeira. Segundo os seus críticos, há tempos, ela nem contrata mais funcionários, não tem instalações próprias, não tem pessoal próprio, pois tudo é utilizado do BNDES. Portanto, é uma empresa, sim, com características públicas. O BNDESPar só se presta para separar os resultados da intervenção do BNDES no mercado acionário das transações tradicionais do mercado bancário. O BNDESPar tem um capital social de 46,3 bilhões e investimentos de mais de 100 bilhões no mercado de ações e, portanto, essa instituição poderia girar sua carteira vendendo participação que tenha em empresas grandes e aplicando em empresas menores ou em projetos de

maior retorno social, porque, afinal de contas, tem um S, além do BNDE.

Apesar de ser um banco grande, o Governo passou a demandar do banco, desde 2008, uma agenda de financiamento que não é compatível com os recursos disponíveis do BNDES. O Governo também não tinha poupança e aí há uma diferença entre o que V. S^a diz e o que pensam os seus críticos: V. S^a diz que não há subsídios – já apresentou argumentos nessa direção –, mas seus críticos dizem que sim, que o Governo, não tendo como aumentar os repasses para o BNDES, fez os repasses através de transferência do Tesouro Nacional que não tinha poupança e que, por sua vez, aumentou a dívida pública para isso. E a dívida pública – não preciso dizer, V. S^a mesmo já disse – tem uma taxa de remuneração pela Selic, enquanto o banco empresta pela TJLP – não só pela TJLP, mas predominantemente pela TJLP.

Também os dados do Banco Central mostram que esses empréstimos do Tesouro Nacional para o BNDES, que eram de menos de 10 bilhões em 2006, passaram agora para mais de 300 bilhões neste ano, já computados os 55 bilhões aprovados recentemente pelo Congresso Nacional. Também dizem que a remuneração paga pelo BNDES ao Tesouro por esse empréstimo é algo em torno de 15 bilhões, enquanto o Tesouro paga 30 bilhões para capitalizar o BNDES, havendo um custo fiscal, um prejuízo para o Tesouro de algo em torno de 15 a 16 bilhões por ano, mais o custo com o programa de sustentação do investimento, algo também em torno de 4 bilhões ao ano, totalizando – o que vamos chamar de prejuízo para o Tesouro – algo em torno de 20 bilhões por ano.

Então, se isso é verdade, a pergunta é: para onde vai esse dinheiro? O dinheiro do BNDES tem sido utilizado em modalidades diferentes de operações? Ele tem sido direcionado, ele tem encontrado algumas empresas preferenciais? Dizem seus críticos que sim, dizem que especialmente o ramo de frigoríficos, a Petrobras e empresas de telecomunicações têm recebido uma atenção especial por parte do BNDES.

Em relação, por exemplo, à geração de empregos, alguns dos seus críticos dizem o seguinte: o JBS, que recebeu uma fábula de recursos do BNDES, tem 42 mil empregados na empresa Pilgrim's Pride; tem também 65 mil empregados na empresa Swift, nos Estados Unidos; e tem, no Brasil, 18 mil empregados.

Dizem seus críticos, portanto, Sr. Presidente, que V. S^a tem ajudado a gerar mais empregos fora do Brasil do que dentro do Brasil, até porque, segundo também essas informações, 80% dos empregos do JBS estão fora do País, levando em consideração ainda os empregos gerados na Argentina, na Austrália e na Itália.

Muitos desses seus críticos dizem, inclusive, que V. S^a, ou melhor, o BNDES teria contribuído para que muitas dessas empresas, especialmente do ramo de frigorífico, viessem a quebrar no Brasil.

Eu queria passar um texto de 2005, um vídeo de 2005, apresentado na CPI da Carne, em 2005. É um texto periciado pela Unicamp em que um dos empresários do Friboi faz, num idioma parecido com o português, as seguintes afirmações, Sr. Presidente...

Poderia passar, por favor?

O SR. LUCIANO COUTINHO – Qual? O norte-americano?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – É quase.

(Procede-se à execução de vídeo.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – É um negócio muito... Ele veio armado. Parece até o Senado americano. Se preparou para vir.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Está sem áudio.

(Procede-se à execução de vídeo.)

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Segundo ele, ele fazia o *dumping* quando queria e jogava o preço também. Traduzindo, era mais ou menos isto: o preço era entre ele e outras empresas. Mas o fato é que algumas empresas já faliram durante esse período, de lá para cá, ou pediram recuperação judicial: Bertin foi incorporada, Frialto, Minerva, Frigol, Mataboi, Frigoestrela, Quatro Marcos, Mercosul, Independência, FC, Arantes Alimentos, Frigoalta, Sadia, entre outros.

Ao mesmo tempo, a dívida líquida do JBS, também segundo esses mesmos críticos, não para de crescer, sinal de que a empresa não gera caixa e tem prejuízos seguidos. Alguns até dizem que o BNDES não está criando uma empresa vencedora, mas, sim, uma família milionária.

O BNDES descarta a possibilidade de o JBS recorrer a um *spin-off*? Porque o que tem acontecido?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – *Spin-off* é a separação e venda de tudo ou parte do que já foi adquirido por partes, porque a empresa ficou grande demais e não dá para vender. E aconteceu mais ou menos isso, porque comprou uma empresa na Itália – não é verdade? –, a Inalca, e já acabou vendendo essa mesma empresa sob o argumento de desentendimento com os sócios italianos. Outra empresa, por exemplo, a Marfrig também vendeu parte da Keystone, que foi uma empresa recentemente comprada pelo grupo para dar conta das suas dívidas. O BNDES trabalha com essa hipótese de *spin-off* nessas e outras empresas?

Outra pergunta, Sr. Presidente, é em relação à conversão de debêntures que aconteceu recentemente, no dia 17 de maio de 2011, que não eram originariamente conversíveis em ações da empresa. Segundo a Bovespa, nesse dia, a empresa, a ação, a debênture convertida valia R\$5,77. No entanto, segundo fontes do JBS, o BNDES acabou comprando por R\$7,04. Foram 47.421.190 ações, fonte do JBS. Com a diferença entre o dado do JBS e do Bovespa de R\$1,27 dá uma diferença, um superfaturamento de R\$60.224.911,30. Quem ganhou com isso, Sr. Presidente?

Uma outra pergunta: o BNDES...

O SR PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Demóstenes, só pediria, porque nós já estamos...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Mas eu sou autor do requerimento, não é? Então eu acho que tenho o direito de perguntar e vou...

O SR PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com certeza. Mas outras pessoas também são autores de requerimento e precisam também falar.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Têm direito, Sr. Presidente. Não vou tirar tempo de ninguém, não, Sr. Presidente. Só vou concluir a minha fala.

Também segundo esses críticos, Sr. Presidente, entre investimento público e de capitais, a JBS, sem contar suas subsidiárias e o banco, já tomaram bilhões de reais do BNDES e do BNDESPar, um em forma de investimento e outro em forma de empréstimo, enquanto a dívida aumentou de R\$5,6 bilhões para R\$17 bilhões de 2008 para 2011. Então insisto na pergunta: esse é um bom negócio para o BNDES?

Também segundo essas fontes, a JBS perdeu, somente de 2008 para 2011, mais de 30% do seu valor de mercado e assim também seus investidores e naturalmente o BNDES. Eu perguntaria, para atender o nosso Presidente da Comissão, acerca de – eu pedi a V. Ex^a, ao BNDES, informações e recebi uma resposta através do Chefe de Gabinete da Presidência, Sr. Alvaro Larrabure Costa Correa – investimentos, as vinte maiores empresas. E a grande parte vem assim: projeto não apresenta objetivo, projeto não apresenta objetivo. Mais de 80% vem dessa forma. Uma coisa que me chamou a atenção é que, em 2009, o Banco emprestou R\$39.787.642,00 para o JBS adquirir uma aeronave Legacy 600 RJ-135. Isso também faz parte do objetivo social do BNDES?

Mudando um pouco a linha, por que o BNDES está fazendo renegociação das dívidas dos Estados e Municípios, exemplo de Petrolina e Brusque, sem a autorização da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, da Superintendência do Tesouro Nacional e

do Senado Federal? Para arrumar essa situação, tem até um Projeto de Resolução aqui, de número 42, na tentativa de resolver esse problema. E por que não comunicaram essa inadimplência como comunicaram ao Senado, por exemplo, a inadimplência de Montenegro, no Rio Grande do Sul, e de Pato Branco, no Paraná?

Outra pergunta diz respeito aos investimentos que o BNDES tem feito na infraestrutura da América Latina nos últimos dez anos, Sr. Presidente, um volume cada vez crescente. Mas me chama a atenção um projeto, agora, que está sendo alvo de críticas, que é uma estrada de trezentos quilômetros, em construção por uma empreiteira brasileira, a OAS, na Bolívia, que deverá atravessar o território indígena e Parque Nacional Isiboro Sécuré.

É um projeto de US\$415 milhões que é alvo de manifestação de indígenas que promoveram uma marcha de seiscentos quilômetros, com destino a La Paz, exigindo a suspensão das obras. ONGs brasileiras e internacionais pediram ao BNDES a suspensão do financiamento considerando que a estrada causará degradação ambiental da reserva indígena.

No entanto, um assessor da Presidência, o Sr. Marco Aurélio Garcia, declarou, em La Paz, após reunião com o Presidente boliviano Evo Morales, que não há razão para suspender o financiamento. Eu quero saber que autoridade tem o Sr. Marco Aurélio Garcia para falar em nome do BNDES, Sr. Presidente.

Voltando um pouco ao JBS, a Força Sindical fez a denúncia – vou chamar dessa forma – de uma demissão em massa de 1.300 funcionários do frigorífico JBS, que é um dos responsáveis por gerar empregos, em Presidente Epitácio, interior do Estado de São Paulo.

Segundo o Prefeito da cidade, isso vai ter... São mais de dois mil empregos indiretos que vão embora. E também, segundo a Força Sindical – parece-me insuspeito –, este ano a JBS já demitiu, no Brasil, mais de três mil empregados de suas unidades localizadas em Lins, interior de São Paulo, em Maringá, interior do Paraná, e em Alta Floresta, interior de Mato Grosso.

Eu perguntaria a V. S^a: hoje, qual o total de investimento, investimento direto e indireto, do BNDES e BNDESPar e também de ações, qual o total da participação do BNDES e do BNDESPar, direta e indiretamente, no JBS?

O ex-Ministro Delfim Netto, num artigo publicado agora no mês de julho, diz o seguinte... Primeiro, ele reconhece a excelência do BNDES, que todos nós conhecemos, do corpo técnico do BNDES e muito mais.

O Executivo deve melhorar sua comunicação com a sociedade e profissionalizar o serviço público. Um bom começo é poupar-se, com argumentos mais do

que duvidosos, das extravagantes aventuras em que tem metido o tecnicamente competente BNDES. Seus recursos devem ser destinados, como no passado, a facilitar o crescimento do mercado de capitais e acelerar o desenvolvimento pelo estímulo à inovação. Ele não deve ser o arquivo morto das ações de operações bem sucedidas. Deve vendê-las para fazer novos recursos. E as mal sucedidas, que não são poucas, devem ser executadas, e não reanimadas com o oxigênio de novos empréstimos.

Pergunto qual a opinião de V. S^a sobre o que disse o ex-Ministro Delfim Netto.

Também o Ministro Mailson da Nóbrega, num artigo da revista *Veja*, tem dito que as operações são legais, mas não são legítimas, que ressuscita o que ele chama da famigerada conta movimento, pela qual o Banco do Brasil recebia recursos diretamente do Banco Central e concedia subsídios sem anuência do Legislativo. E diz ele: o BNDES concede crédito a taxas de juros inferiores às pagas pelo Tesouro. O subsídio é, pois, inequívoco. Acontece que o benefício é atribuído pela burocracia do banco, sem transparência e sem o necessário crivo dos Parlamentares. Diz ele que o banco deveria prestar contas ao Congresso Nacional e não agir de forma discricionária em relação a esses subsídios e que o Congresso não deve aceitar a realização de despesas públicas sem controle social e político. Eu indagaria a V. S^a o que pensa disso.

Eu tenho dados do Tribunal de Contas aqui e não vou citar, porque são de conhecimento público e V. S^a, competente como é, já tem conhecimento deles.

Já outro economista, Gianetti da Fonseca, diz que essas predileções do BNDES se transformaram numa Bolsa BNDES, em que se escolhe aleatoriamente a quem beneficiar. Eu perguntaria também a V. S^a o que acha da crítica do economista Gianetti da Fonseca.

Eu teria muitas perguntas, mas também há outros convidados que virão em seguida.

Tenho também uma coleta de assinaturas, que já chegou a 22, porque, no momento oportuno – e isto não é desrespeito algum; muita gente acha que CPI é desrespeito, CPI é investigação para ver se está certo ou errado, para ver se tem algum desvio ou não –, pretendo instalar a CPI do BNDES e investigar, naturalmente. Ainda faltam algumas assinaturas, mas eu também não tenho pressa para isso.

Eu pediria apenas para passar mais um vídeo, o último, só para indagar a V. S^a... É algo que aconteceu recentemente.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Permite um aparte, antes do vídeo, Senador?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Pois não. Permito um aparte a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Desculpe-me, Presidente, mas acho que é importante destacar um fato que estamos vivendo aqui. A imprensa noticiou a possibilidade da candidatura à Presidência da República de S. Ex^a, o ilustre Senador de Goiás. O fato foi recebido como muito positivo. S. Ex^a, quando perguntado pela imprensa sobre o que achava, disse que achava interessante o fato de que o seu partido não podia ficar à base dos nervos, do sentido do PSDB, mas que seria muito importante ter uma candidatura e que, se tivesse, ele estaria à disposição. Eu vejo agora – nós estamos assistindo, Sr. Presidente – o lançamento dessa candidatura. Na verdade, a competência de S. Ex^a é impressionante, é um procurador brilhante, é um homem ligado, de modo especial, às leis, ao direito, mas a análise, a interpretação e o debate que ele fez já são uma demonstração de que vai ser um baita candidato. Realmente, eu quero felicitar pelo lançamento. E o Presidente do DEM está aqui assistindo e eu vi o sentimento de alegria com que ele assistiu à exposição. Realmente, o DEM, a partir deste momento, tem um grande candidato a Presidente da República. Eu felicito V. Ex^a e, de modo especial, o Senador Demóstenes, pelo qual tenho a maior admiração, independentemente da análise e da interpretação. Eu sou um fã incondicional do presidente do banco, mas a forma e o debate com que ele apresentou... Olhem, isso é coisa... O meu amigo Suplicy está numa mágoa tremenda: ele está aqui o tempo todo, já fez de tudo, mas nunca tinha apresentado o que o Demóstenes fez agora. Ele está que não se contém: “mas como é que eu nunca pensei nisso?”. Meus cumprimentos ao Demóstenes. Brilhante.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Agradeço a V. Ex^a. Senador Pedro Simon, V. Ex^a é um homem público de extraordinária qualidade. Inclusive eu acho que é injustiçado pelo seu partido. Várias vezes, seu partido não lançou candidato sequer a vice e V. Ex^a teria merecido e merece ser Presidente do Brasil. V. Ex^a é um homem competente, honrado, decente, tem plataforma política, tem história política. De forma que, se alguém cogitou, eu me sinto honrado. Cogitam também de eu ser prefeito na minha cidade. Também me sinto honrado. Cogitam de eu ser governador do meu Estado. Sinto-me honrado. Mas jamais, Sr. Presidente, eu faria qualquer coisa, Senador Pedro Simon – acho que V. Ex^a me conhece –, para prejudicar o Brasil, não é verdade? Então, não estou

aqui para lançar plataforma, até porque, há dois, três, quatro, cinco anos...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Por amor de Deus, eu não tenho nenhuma dúvida nesse sentido.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Exatamente.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Eu estou apenas argumentando que a exposição de V. Ex^a...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Eu sei. E, partindo de V. Ex^a...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – ... foi feita num outro estilo para mostrar a competência que V. Ex^a tem para entrar.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Eu sei que V. Ex^a é um homem sem maldade no coração.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Por amor de Deus.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Com certeza, agradeço a intervenção de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, para concluir.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Então, faria uma última pergunta em relação... *(Procede-se à execução de vídeo.)*

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Eu só perguntaria a V. S^a se esse caso teve uma solução administrativa dentro do banco. Qual foi a solução administrativa que ele teve? Não a parte pretérita; a parte relativa à consultoria fantasma.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Bom, o Senador Demóstenes concluiu?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Concluí. Agradeço a V. Ex^a. Não vou perguntar mais.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado.

Nós vamos passar, agora, a palavra para o próximo orador inscrito, Senador Aloysio Nunes Ferreira e, depois, para o Senador...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente, com todo o respeito, eu acho que foram tão extensas as perguntas do Senador Demóstenes que o Presidente poderia responder agora, para, depois... Sei que o Senador Aloysio virá com outra série de perguntas. Com toda a sinceridade, acho que nós deveríamos permitir que...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Se todos os Senadores... Nós estávamos seguindo uma lógica. Também há outros Senadores

requerentes, inclusive V. Ex^a. São vários os Senadores requerentes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu sou requerente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Também Senador Aloysio Nunes, Senador Lindbergh Farias. São vários.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu não vou falar muito, não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Mas, se todos estiverem de acordo, eu pediria ao Dr. Luciano Coutinho que respondesse aos dois primeiros oradores, para que a gente dê continuidade e objetivo também, até em função das respostas, o debate com os demais Senadores e as Senadoras.

Com a palavra o Dr. Luciano Coutinho.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Muito bem. Eu queria agradecer ao Senador Armando Monteiro e saudar aqui os Senadores que chegaram: Senador Agripino Maia, Senadora Marta, Senador Eduardo.

Queria agradecer as perguntas do Senador Armando Monteiro.

Senador, eu realmente acredito que nós precisamos corrigir os dois grandes preços macroeconômicos desalinhados e tenho a convicção de que é um grande objetivo da Presidenta Dilma buscar, alcançar e viabilizar a redução de taxa de juro no Brasil dentro do ritmo mais breve possível, respeitado o imperativo da estabilização.

Acredito também que nós temos uma grande tarefa pela frente no sentido de melhorar a competitividade sistêmica da nossa economia. Sem dúvida alguma, a questão do custo da energia elétrica é relevante. Eu sei que, inclusive, há uma audiência hoje a respeito da renovação de concessões. Ela é uma oportunidade para endereçar a questão da redução da modicidade tarifária.

Creio que V. Ex^a tocou num ponto chave ao sublinhar a necessidade de aumentar fortemente e persistentemente a produtividade do trabalho no Brasil. A produtividade precisa subir como única maneira de conciliar a manutenção de salários reais em saudável processo de crescimento, porque tem ampliado o mercado interno e nós já chegamos a um momento em que as taxas de desemprego, no Brasil, estão próximas a um recorde histórico, a taxas muito baixas: na média das regiões metropolitanas, em torno de 6%; e em algumas áreas metropolitanas, abaixo de 5%.

Então isso requer, de fato, que daqui para adiante a produtividade suba de forma muito mais firme, razão pela qual eu creio que tanto o programa de requalificação dos trabalhadores, quanto o programa de reequipamento da indústria, automação da indústria,

quanto o programa de avanço na gestão da estrutura empresarial – e a minha preocupação maior é com a base de empresas pequenas e médias – deve ser uma altíssima prioridade para o desenvolvimento do País.

Eu tenho tido uma otimista percepção da atitude do setor privado. V. Ex^a, quando Presidente da CNI, participou do lançamento do Movimento Empresarial pela Inovação, que continua. E eu acredito que o processo de mobilização da base das pequenas e médias empresas é essencial para que esse processo de subida consistente do nível de produtividade da indústria brasileira possa ser alcançado.

Então V. Ex^a coloca, sem dúvida nenhuma, pontos muito relevantes.

Em relação à indústria brasileira em geral, eu ponderei que, embora a esta esteja sob uma forte pressão de competição preocupante e nós devamos trabalhar para preservar a integridade da nossa indústria, preservar a agregação de valor no País, o BNDES tem sido talvez a instituição mais firme na proteção do conteúdo local no País. A política da Finame é uma proteção ao exigir como requisito agregação de valor no País.

Nós estamos estudando formas de aperfeiçoar a política de conteúdo local implícita nas nossas políticas. Mas eu vejo também, Senador, novas oportunidades. Eu acredito que a situação da indústria brasileira combina grandes ameaças e grandes oportunidades. Vejo grandes oportunidades. Uma óbvia emana dos grandes investimentos em petróleo e gás. Acredito que a cadeia naval brasileira é uma grande oportunidade, o desenvolvimento de grandes polos navais e de *offshores* no Brasil é uma realidade. Acredito que nós precisamos capturar ao máximo esse impulso produzido pelos investimentos da Petrobrás e desenvolver uma nova indústria de bens de capital dedicada a essa área de equipamentos e de engenharia – vamos precisar de muita engenharia. Acredito também que nós temos oportunidades, por exemplo, na área de bens de capital para agricultura, que já é uma coisa bem-sucedida, para construção e para outros segmentos de agronegócios. Acredito que o Brasil tem, nos agronegócios, uma óbvia oportunidade que precisa ser aprofundada, e eu gostaria de falar não agora, mas posteriormente, a respeito da pecuária no Brasil, em atenção a algumas observações feitas pelo Senador Demóstenes Torres.

Vejo que a área de saúde e o uso do poder de compra na saúde pode ser uma grande alavanca para a promoção da farmacêutica brasileira e da indústria brasileira de equipamentos de saúde.

Vejo que a indústria de tecnologia de informação, de *software*, pode vir a representar uma grande oportunidade, se soubermos trazer para o Brasil o interes-

se de algumas grandes empresas internacionais em instalar bases produtivas de fronteira no País.

Vejo a necessidade imperiosa de se proteger a agregação de valor na cadeia produtiva automotiva brasileira – não podemos deixar desmontar. Vejo, sem dúvida nenhuma, ameaças, mas acredito que precisamos trabalhar –, e aqui há um conjunto de políticas no plano tarifário, no plano da calibragem da tributação, no plano da defesa comercial, que precisam ser acionados.

V. Ex^a pergunta sobre eficácia das políticas. Eu diria o seguinte: temos tentado fazer a avaliação de eficácia. Temos uma avaliação mista. Temos, em várias das nossas iniciativas, um impacto muito positivo. Vou lhe dar um exemplo de um programa extremamente bem-sucedido, que foi o PSI. Sem dúvida, foi um grande acerto, foi um programa extremamente bem-sucedido, que logrou seus objetivos. Já em outras áreas ele pode não ter sido tão bem-sucedido. Agora, o que é importante é o seguinte: não nos é dado o direito de cruzar os braços no momento em que a indústria brasileira sofre sérias ameaças em relação à sua capacidade de sobrevivência. Então, precisamos trabalhar, corrigir aquilo que não está funcionando, aperfeiçoar.

Eu acredito, por exemplo, que há uma coisa que precisa ser concluída, que é o fato de que vários Estados montaram verdadeiros regimes de incentivo à importação. Regimes que considero lesivos ao País, e que precisam ser descontinuados definitivamente. Quer dizer, acredito que existem dificuldades reais, não só de coordenação. E as dificuldades de coordenação entre esferas da Federação existem, mas também as dificuldades de coordenação não se originam da falta de vontade ou da incongruência de orientações entre ministérios, mas da realidade de que o raio de manobra às vezes é estreito.

Por exemplo, os instrumentos todos de administração tributária, naturalmente, estão no Ministério da Fazenda. E o Ministério da Fazenda precisa zelar pela obtenção de um superávit primário, de um programa de compromisso fiscal. E ele tem limitações. De outro lado, é necessário, para uma boa política industrial, calibrar a tributação de uma maneira estimulante à produção no País. Nem sempre é fácil conciliar todas essas demandas numa equação consistente.

Então, a dificuldade de coordenação advém do mundo real, advém das dificuldades reais, e não de nenhuma outra coisa de entendimento. Temos tido o privilégio de ter, no Ministério da Fazenda, um ministro extremamente atento e preocupado com a nossa indústria.

De maneira que eu agradeço todos os seus pontos levantados. Eles, sem dúvida nenhuma, desenham a agenda relevante para a discussão do desenvolvi-

mento do Brasil, e acredito que temos de perseverar nessa agenda de fomento ao desenvolvimento da indústria brasileira.

Senador Demóstenes Torres, agradeço suas perguntas, porque elas me dão a oportunidade de esclarecer, com tranquilidade, os pontos que V. Ex^a levantou.

Queria, primeiro, discutir os pontos a respeito do BNDES.

O BNDES é de fato um banco de desenvolvimento, é predominantemente um banco de desenvolvimento, que financia a longo prazo infraestrutura socioeconômica e projetos de alto retorno social; infraestruturas que demandam 20, 30 anos de prazo de financiamento, com carência elevadas, tanto no ambiente social urbano, como saneamento, transporte coletivo quanto as grandes infraestruturas na área de energia etc. Nesse sentido, ele é igual ao Banco Mundial e outros bancos de desenvolvimento.

Mas o BNDES tem outras duas grande funções importantes que outros bancos de desenvolvimento não têm e invejam o BNDES porque as tem. Uma, que o BNDES tem uma operação relevante de comércio exterior, de apoio à exportação de serviços e bens de capital e engenharia brasileira para o exterior – e sobre a qual vou falar. Outra, porque o BNDES tem um banco de investimento, que é a BNDESPar, e nesse sentido ele é um banco de desenvolvimento múltiplo. E todo banco múltiplo você não necessariamente tem segregação de unidades. Ele é um banco que tem em seus diversos departamentos a capacidade de operar como um banco com múltiplas capacitações. Então, nesse sentido, ele é um banco múltiplo e tem uma vantagem de ser um banco múltiplo.

A operação do BNDES é uma operação extremamente rentável, ela representa 1/5 dos ativos do banco, uma quinta parte do total do banco, mas tem originado de 50 a 60% dos lucros do banco. O banco tem sido... e é, como entidade pública, o principal beneficiário dos lucros da BNDESPar é o Tesouro Nacional. O BNDES e o BNDESPar têm sido um dos maiores contribuintes na formação do superávit primário ao remeter, na forma de dividendos, juros sobre capital próprio para o Tesouro Nacional, revertendo esses benefícios para a União.

Então, além disso, ele é um banco que tem uma cultura de eficiência, uma cultura de profissionalismo, uma cultura de ética, uma cultura de compromisso com o desenvolvimento do Brasil. Esses são os valores essenciais da instituição. Ela é uma instituição que só se acessa por concurso público, ela é uma instituição que até o nível mais alto – decreto do nosso ex-Presidente Lula –, de superintendente, que é o nível mais alto de gestão executiva, fora os diretores, são funcionários de carreira do banco, da instituição, altamente qualificados.

É uma instituição que tem o mais baixo índice de inadimplência no sistema financeiro brasileiro. E quando se o compara com bancos privados, inclusive da mesma categoria, dentre os bancos de desenvolvimento do mundo, hoje, é não somente um dos maiores, mas o banco mais eficiente nesse sentido; é o banco mais rentável e é o banco que tem a taxa de inadimplência mais baixa, o que revela o zelo e o profissionalismo dos seus funcionários.

V. Ex^a mostrou um filme, talvez de 2006 ou 2007, um filme antigo, no qual fazia referência a um processo de um senhor que representava a Força Sindical no conselho administrativo do banco; gerou uma grande celeuma em relação a essas operações. Essas operações foram investigadas pela Polícia Federal; nós prestamos contas ao Ministério Público, prestamos contas à Polícia Federal, prestamos contas ao Tribunal de Contas. Nada foi encontrado dentro do BNDES que revelasse qualquer deslize, qualquer participação de qualquer funcionário da instituição nos esquemas de consultoria, que vendiam esses serviços.

Quero dizer a V. Ex^a que o banco tem sempre no seu *site* uma clara mensagem a todos que o procuram, e tenho sido pessoalmente aberto, dentro da minha intensa jornada de trabalho, a receber diretamente os interessados. Nós temos dito o seguinte: não precisa de intermediário. O BNDES dispensa intermediário. A orientação é receber diretamente os interessados. E quero reiterar isto aqui: o banco dispensa intermediário, não precisa. Recebemos diretamente todos que nos procuram e temos orgulho da integridade da instituição.

Portanto, V. Ex^a trouxe aqui um assunto que já foi investigado e já morreu.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Por isso que pedi a V. S^a que esclarecesse, porque aconteceu administrativamente.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Está bem. Então, aconteceu ali... Quero ainda dizer que... V. Ex^a perguntou a respeito da pequena empresa e da BNDESPar. Quero dizer o seguinte: é uma face não conhecida. A BNDESPar tem uma grande carteira, que foi mostrada aqui, onde tem a Petrobras, Vale do Rio Doce e Eletrobrás, ocupando uma parcela significativa de seus ativos. Essa carteira é estratégica. Ela não pode ser reciclada muitas vezes; bancos internacionais batem à nossa porta, pedindo para a gente vender. Obviamente, nós não vamos vender. Essas são participações estratégicas do Estado brasileiro. Pode ser que, no futuro, o desenvolvimento de um fundo soberano em reais possa o Tesouro Nacional ou a sociedade brasileira proprietária de um fundo soberano de longo prazo comprar essa participação do banco. Seria até uma forma, mas vender para o mercado, não. Essas

são participações da carteira. O resto da carteira privada, sim, é uma carteira que é usualmente reciclada. Ela é usualmente reciclada para produzir capacidade de investimento para novos investimentos, e o banco tem feito permanentemente novos investimentos. O BNDES é o principal fomentador de abertura de capital no Brasil. É o principal fomentador da governança corporativa e adesão aos critérios de novo mercado.

O BNDES patrocina e participa de 38 fundos, dos quais oito são fundos de *venture capital* para pequenas empresas, e nós criamos um fundo de capital semente para empresas que estão em bancada de laboratório no sistema de incubadoras universitárias. Investimos R\$100 milhões em empresas muito pequenas que estão em incubadoras universitárias e vamos criar uma segunda geração de fundos de capital semente porque esse foi efetivamente aplicado dentro dos prazos.

Nós temos todo interesse em promover pequenas empresas inovadoras no sistema de incubadoras brasileiras e queremos multiplicar a escala dessa atuação.

V. Ex^a pode ter certeza de que vamos multiplicar a escala do fomento à inovação em pequenas empresas de alta tecnologia no País, que é uma missão que demanda capitais. Queremos também ajudar a desenvolver fundos privados para trabalhar em conjunto, porque há, infelizmente, falta de percepção ainda no País do potencial que a mudança tecnológica e industrial está trazendo e vai trazer no futuro não muito distante e que poderão ser capturadas pelo Brasil. Nós vamos ter, nos próximos anos, um processo de disseminação de banda larga; vamos ter um processo de massificação de consumo de produtos e processamentos por *tablets* e outros equipamentos; vamos ter uma convergência tecnológica relevante, que vai gerar muitas alternativas na área de tecnologia de informação; teremos muita oportunidade na área de saúde, e precisamos fomentar essas oportunidades de desenvolvimento tecnológico por pequenas empresas. Pode ter certeza de que ela será um instrumento útil à BNDESPar nesse sentido. Aliás, a BNDESPar foi uma criação, 1974, de três empresas pelo então Ministro Velloso, no Governo Geisel, da Ibrasa, Ibmecc e Embramecc. Foram depois fundidas na BNDESPar. E ela tem uma história de fomento à estrutura empresarial brasileira.

Quero mencionar a crítica feita por vários a respeito dos chamados subsídios do BNDES.

V. Ex^a fez menção a uma série de contas que eu posso lhe dizer não estão corretas. Poderei lhe mandar um estudo detalhado, mostrando duas coisas: primeiro, o custo fiscal para o funding do BNDES, dos empréstimos do Tesouro, vai cair, porque as hipóteses implícitas nesses modelos são de que o custo de financiamento do Tesouro brasileiro vai ficar alto para o resto da vida.

Na verdade o que nós estamos assistindo e vamos construir é uma redução da taxa de juros no Brasil que vai fazer com que a convergência entre a taxa de juros de curto prazo e a TJLP elimine esse subsídio ao longo do tempo. Dependendo das hipóteses que se façam, esse processo desaparece.

Por outro lado, Senador, nós calculamos os impactos positivos que esses empréstimos produziram sobre a economia brasileira. Eu posso dizer ao senhor o seguinte: se o BNDES não tivesse recebido esses empréstimos, certamente em 2009 a contração do investimento privado teria sido muito mais profunda e duradoura.

Os impactos negativos disso, em termos de destruição de empregos e de receita, seriam muito graves, e o impacto que foi evitado, o efeito positivo produzido pelos empréstimos, pelo PSI para reverter o investimento privado, antecipar decisões de investimento privado, produzir uma recuperação econômica muito mais precoce e produzir, por conta disso, emprego, renda e receita tributária, essa conta mostra que o impacto líquido desses empréstimos é altamente positivo, mesmo fazendo hipóteses conservadoras.

Os críticos têm feito a crítica fácil e não apresentam soluções. Eu desafio os críticos a apresentar solução. E a solução é trabalhar para que o Brasil desenvolva um sistema financeiro moderno, um sistema financeiro em que exista capacidade financeira privada de oferecer crédito de longo prazo em condições semelhantes à TJLP.

Aliás, eu li na imprensa hoje, com muita alegria, um registro de que num seminário ontem, no Instituto Teotônio Vilela, alguns economistas da oposição defenderam exatamente essa ideia de que temos que lutar para que os juros no Brasil caiam e que nós possamos ter um sistema privado, capacitado para oferecer juros mais baixos, em convergência com a TJLP.

Então, àqueles que gostariam de subir a TJLP para ela ficar igual à Selic, eu respondo o seguinte: nós temos que ter uma nova agenda. A nova agenda é aquela que permite que os juros venham a cair no Brasil de maneira consistente, aproximando-se da TJLP, para que o País possa ter um sistema de financiamento privado à altura do que ele requer. Isso demanda firmeza na política fiscal e discernimento na administração da política de juros, o que é uma trajetória macroeconômica consistente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Permite-me um parêntese, Presidente?

O SR. LUCIANO COUTINHO – Pois não.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Como o senhor citou no seminário de ontem, no ITV, realmente houve vários economistas

que falaram isso, que é unanimidade entre nós, sobre a redução na taxa de juros. Mas há também uma ideia que foi ventilada lá, sobre a qual gostaria de ouvir a opinião de V. Ex^a, no sentido de ter uma remuneração maior desses fundos que são carimbados, por exemplo, o FAT, o FGTS, mesmo a caderneta de poupança, para termos uma fonte maior de financiamento sem precisar recorrer a empréstimos do Tesouro.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Senador, podemos discutir isso, mas acho que se você subir a base de remuneração desses fundos institucionais, você vai terminar subindo a taxa final de juros. Então, eu não entendi isso. A pergunta era para reduzir ou baixar? A sugestão era...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Era subir a taxa de remuneração.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Subir. Eu acho que, subindo o piso, você termina chegando na ponta com a taxa mais alta. Eu não considero...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Estaria tendo um volume de recursos disponível...

O SR. LUCIANO COUTINHO – O volume de recursos é assegurado pelo retorno, uma vez que já acumulamos um patrimônio substancial, e o Senador Demóstenes fez menção correta a isso; o retorno desse volume de operações assegura uma capacidade importante.

Eu não sei se a sugestão, porque há uma outra sugestão, não sei se é essa, é de dar acesso privado à banca de investimento privado aos recursos do FAT, coisa a que sou contrário.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu também sou.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Então, não sei se foi isso o que foi colocado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não, não foi isso não.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Não quero... Porque existe...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – É que o Senador Cyro Miranda estava presente aqui e ele tinha essa pergunta. Ele participou, eu não participei.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Existem propostas de bancos privados assim: “Me dê acesso ao FAT que eu te pago mais”. Obviamente você estaria dando um acesso... Não creio que tenha sido essa a proposta, certamente não foi.

Mas, enfim, eu quero apenas registrar o seguinte: nós precisamos trabalhar numa nova agenda. Essa nova agenda demanda encontrar uma solução para essa anormalidade, porque o que eu não posso aceitar

é que a anormalidade brasileira seja a TJLP e a normalidade seja a Selic. Eu acho que nós estamos realmente caminhando para o seguinte: o que é anormal no Brasil é a Selic, o que nós precisamos é caminhar na convergência, criar as condições para essa convergência. Eu acredito que essa é a agenda de interesse. Acredito que esse é um custo que será cadente ao longo do tempo e na medida em que essa agenda for uma agenda bem-sucedida.

O Senador ainda mencionou vários pontos específicos, e eu queria rapidamente esclarecê-los.

Primeiro, a questão da conversão das debêntures da JBS. A conversão estava contratada, em contrato. Foi feita dentro da regra de contrato que previa uma média de preço dos meses, se não me engano, 60 ou... Não sei agora o número de meses, mas poderei lhe dizer depois. Foi feita dentro das condições contratuais. E é preciso descontar também o fato seguinte: as condições de contrato eram bastante vantajosas ao BNDES, porque eram juros, havia, além disso, juros sobre capital próprio sobre essas debêntures e outras condições favoráveis que foram perfeitamente vantajosas para o banco nessa transação. Poderemos, depois, esclarecer-lhe detalhadamente.

A outra pergunta, Senador, de que o banco teria contribuído para quebrar o setor, quero dizer que é absolutamente falsa essa afirmativa. O setor de frigoríficos no Brasil viveu um *boom* de investimento, uma euforia de investimento durante o período de 2004 a 2006, até 2007. Grande parte desses investimentos foi feita com a banca privada com perfil inadequado. Uma parcela foi efetivamente feita com o BNDES, uma parte foi feita com banco privado. Esses fortes investimentos criaram um excesso de capacidade produtiva que persiste até hoje.

Durante um longo período, o setor teve capacidade ociosa superior a 50%, e ainda hoje a capacidade ociosa no setor é muito alta.

Pois bem, quando veio a crise em 2008, secou o crédito e, infelizmente, esse foi um dos setores... Porque nós conseguimos – BNDES, em coordenação com os bancos privados – evitar rupturas em vários setores. Infelizmente, não conseguimos no setor de frigorífico. Trabalhamos muito para evitar a propagação de uma crise mais grave no setor de frigorífico. Ela, entretanto, aconteceu, apesar de nossos esforços. Ela levou a uma concentração adicional, porque o BNDES participou, inicialmente, de quatro frigoríficos líderes e depois a concentração natural, por conta da crise, levou à concentração em duas empresas. Mas quero lhe dizer que nós vemos – e continuamos enxergando – na pecuária brasileira uma grande oportunidade. Quero lhe dizer que o setor formal de grandes empresas representa

30% do setor. Ele não tem condições de manipular preço nem de fazer preço. Existe um amplo setor de pecuária no Brasil. Sinceramente, eu achei o vídeo muito confuso, não entendi exatamente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – É que era uma língua parecida com o português.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Bom... Considero que, se houver qualquer indício de prática cartelizante, isso deve ser levado ao conhecimento das autoridades de defesa da concorrência. Mas o que eu quero sublinhar é o seguinte: o setor pecuário no Brasil é um setor precioso e importante para o País e isso não tem sido devidamente valorizado. O mundo tem uma carência grande de proteínas. A Ásia cresce, a urbanização é intensa, a demanda por proteínas é crescente. O Brasil é uma das plataformas mais promissoras para o desenvolvimento da pecuária no mundo. O desenvolvimento da pecuária brasileira, porém, precisa de mais formalização e inclusão da grande base de pequenos pecuaristas e de pequenos frigoríficos.

O que nós temos – e isso está em processo de discussão e de aprofundamento com o Ministério da Agricultura – é de implantar e de persistir em uma política de promoção e desenvolvimento da pecuária brasileira, com as seguintes diretrizes:

1º Precisamos aumentar nosso rebanho;

2º Precisamos fazê-lo com sustentabilidade sócio-ambiental. Nós precisamos puxar a pecuária de volta para perto dos grandes centros urbanos através de um grande programa de recuperação de pastagem. Nós temos um volume enorme de terras degradadas que podem e devem ser – com baixo custo – restauradas para atrair de volta a pecuária, afastar a pecuária da porta da floresta...

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – O senhor me permite apenas uma complementação?

O SR. LUCIANO COUTINHO – Pois não.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Creio que o tema que V. S^a aborda é extremamente importante e talvez V. S^a possa também aditar a essa questão a importância que o BNDES tem para que haja agregação de ciência e tecnologia à pecuária brasileira. Um dos grandes problemas que nós temos na pecuária brasileira, em que pese termos melhorado muito nossa produtividade, é que nossa produtividade ainda é muito baixa! Tanto é que essa grande discussão do Código Florestal, que hoje nós estamos discutindo no Senado, passa obrigatoriamente pelas áreas que nós possamos recompor nas pastagens de baixa produtividade que o Brasil possui – e o BNDES tem um papel fundamental nesse setor. O que me parece que V. S^a pode trazer à lume neste debate é o papel do financiamento do BNDES entre... o financiamento do capital para a questão

da frigorificação, da questão industrial da pecuária e o papel do financiamento do BNDES para o avanço da questão da ciência, da tecnologia, do pasto rotacionado, da agregação de valor, do aumento da produtividade, porque eu creio que esse é um papel que o BNDES exerce e é fundamental. Aproveito para cumprimentar a exposição de V. S^a no Senado no dia de hoje.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Agradeço, Senador Eduardo, a complementação da minha exposição. Estou de inteiro acordo. Acredito que nós temos um programa de elevação da qualidade, da produtividade e da sustentabilidade da pecuária. Isso não requer ampliação do espaço geográfico; ao contrário, requer concentração, mais confinamento, pastagem de melhor qualidade e genética animal. Então, acho que nós temos uma grande oportunidade de qualificar a cadeia produtiva na pecuária, de fortalecer a base de pequenas empresas. Nós estamos abertos, e eu disse à Frente Parlamentar do setor de pecuária – com o qual pretendo me reunir o mais breve possível – que estamos abertos, e temos entendimentos com a Confederação Nacional de Agricultura, para fazer avançar essa agenda. Temos instrumentos para buscar – de nossa parte, porque, sem o Banco do Brasil, também não é possível chegar lá na ponta; temos alguns instrumentos, mas não podemos prescindir –, e nós, certamente, estaremos totalmente alinhados a essa grande oportunidade que é o desenvolvimento da pecuária.

Nesse sentido, acredito que o desenvolvimento de grandes empresas brasileiras no setor é a demonstração de que nós podemos, sim, desenvolver e ambicionar ter empresas que consigam abrir mercados em escala global.

Aqui também uma pequena correção de números. Eu não tenho o número exato de empregos do JBS neste momento, mas não é algo inferior a 40 mil no Brasil. A JBS aproveitou oportunidades no exterior, dada a crise internacional. A crise internacional produziu muitas oportunidades de aquisição. Quem pôde se habilitar e realizar aquisições bem-sucedidas o fez. E acredito que essas aquisições permitem dar envergadura e escala a essas empresas para que elas sejam grandes empresas internacionais. Lamento até, Senador, que o Brasil não tenha mais empresas habilitadas a operar internacionalmente. O Brasil poderia ter adquirido várias outras empresas no mundo. Não estou falando do setor de alimentos, mas, no setor de manufaturas... Mas faltavam aqui no País empresas interessadas em fazê-lo.

Muitas vezes, infelizmente, nós temos dito: “Vocês escolhem a ou b”. Na verdade, eu quero lhe dizer o seguinte: o País tem poucas grandes empresas, poucos grandes grupos. E nem sempre esses grupos

têm tido estratégias mais ousadas; às vezes têm preferido estratégias conservadoras de permanecer nos seus negócios de origem, sem olhar oportunidades.

Acredito que um País que é a oitava economia e vai ascender precisa ter um conjunto de empresas equivalente. Falando de empresas internacionais, de países em desenvolvimento – para não discorrer aqui sobre a internacionalização das grandes empresas americanas e europeias, japonesas, coreanas, ao longo das últimas décadas –, quero lembrar que empresas hoje, empresas indianas, empresas chinesas, têm um papel internacional mais importante do que o das empresas brasileiras. Não fossem as três ex-empresas públicas brasileiras – a Petrobras, a Vale e a Embraer –, o Brasil não chegaria a contar nos dedos de duas mãos os grandes grupos internacionais brasileiros. Temos alguns grupos importantes, mas quero dizer que essa é uma agenda relevante, desde que, certamente, essas empresas precisam operar com eficiência, com rentabilidade e com resultados.

V. Ex^a tem razão em cobrar esses resultados, e nós temos exercido esse papel de ser um disciplinador de resultados e de governança nessas empresas. Nós queremos ver resultados e queremos ter governança e excelência de gestão nas empresas onde participamos.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Presidente Luciano Coutinho...

O SR. LUCIANO COUTINHO – Pois não.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Só um pequeno aparte na linha de raciocínio de V. S^a...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Vicentinho, só queria registrar o seguinte: são 13h38min. Só para os senhores terem uma ideia, temos oito inscritos ainda que estão presentes. Então, se começar a haver intervenção na exposição aos questionamentos apresentados pelo Senador Armando Monteiro e pelo Senador Demóstenes, nós vamos estender esta reunião por horas e horas. Então, eu pediria somente, Senador Vicentinho Alves, com todo o apreço que tenho por V. Ex^a, que abreviássemos as intervenções porque senão esta reunião vai terminar às 4 horas da tarde, na toada que vai...

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Presidente Delcídio, a minha intervenção, até a resposta para ela vai ser muito rápida. Por isso que eu estou fazendo assim, até para contribuir com o tempo.

V. S^a disse que trabalhava o BNDES com quatro grandes grupos da área de frigorífico. Parece que entendi isso agora há pouco; e resumiu em duas. A segunda, além da JBS, é o Marfrig?

O SR. LUCIANO COUTINHO – Sim.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Eu acho que deveríamos ser mais democráticos e discutir as duas. Por que a JBS e não o Marfrig?

Era esse o questionamento. Se são duas, vamos ser democráticos na Comissão...

O SR. LUCIANO COUTINHO – Eu respondi...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Eu fiz uma pergunta sobre o Marfrig também. Seria interessante...

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – É apenas isso. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Só pedir ao Senador se conhecer alguma literatura positiva a respeito disso, porque eu não conheço. A gente ler um texto que diz dos benefícios causados pelo BNDES nesse investimento.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – O Marfrig, por exemplo, tem mais de dois bilhões de negócios com o BNDES, já é um caminho. Eu acho que nós deveríamos democratizar e colocar os dois...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Eu perguntei também...

O SR. LUCIANO COUTINHO – Senador, acho que é uma comparação do quadro das empresas no setor de pecuária no Brasil há seis, sete anos. O quadro hoje mostra um avanço muito grande da capacidade, da governança e da organização do setor.

V. Ex^a fez uma menção ao fato de a Marfrig ter vendido a...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – A Keystone.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Olha, Senador, é normal, absolutamente normal num negócio, a empresa que faz aquisições no exterior, vender partes que não são estratégicas ao seu núcleo de negócios. É perfeitamente normal; é perfeitamente normal que empresas que fazem grandes aquisições, no processo de gestão, integração dessas operações, caso em que as duas ainda estão em processo de execução, possam vender partes. Faz parte, é absolutamente normal e até desejável que o façam para desalavancar...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Por isso que perguntei se o BNDES contava com o *spin-off* dessas empresas.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – O senhor me desculpe, mas o senhor levantou uma tese importante; tem muitos inscritos, às 14 horas abre o plenário, às 14 horas e 15 minutos haverá uma ses-

são especial com a OAB, CNBB, ABI com relação ao ficha limpa.

Eu estou achando esta reunião tão importante, o nível está tão elevado, e o que estamos sentindo na profundidade é que o presidente do banco está discutindo uma tese, que é exatamente essa tese de grandes empresas de aceitar o desafio internacional ou não. Não sei se não era para marcar uma outra reunião, Sr. Presidente. Fazendo correndo não vai acontecer. Acho que V. Ex^a podia marcar um outro dia para começarmos exatamente desse passo, que eu, sinceramente, acho que seria muito importante. Porque dar a resposta corrida, assim, nós estamos perdendo uma oportunidade inédita; está todo mundo discutindo o BNDES; estou sentindo nas conversas do presidente, a tese que ele está defendendo, a gente pensando exatamente o contrário, acho que seria a oportunidade de nós esclarecermos essa matéria com profundidade. Só que acho que correndo, em dois minutos, não seria possível. É o apelo que faço a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, creio que a colocação do Senador Pedro Simon é extremamente prudente, por diversas razões já manifestadas.

E obviamente que este debate com o Dr. Luciano Coutinho é extremamente importante. Nós queremos falar sobre a crise, nós queremos falar sobre a importante participação do BNDES no microcrédito no nosso País, que é fundamental para a alavancagem da nossa economia. A importância do BNDES no financiamento da infraestrutura é extremamente importante para o desenvolvimento do País.

Portanto, creio que a colocação do Senador Pedro Simon... até pelo adiantado da hora, pela conveniência do ajuste de agenda, provavelmente, do próprio Presidente do BNDES seria, talvez, saudável, recomendável, Senador Romero Jucá, que nós pudéssemos marcar uma segunda audiência com o Presidente do BNDES. E aí eu retiraria, inclusive, a minha inscrição para podermos encerrar a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, quero me associar ao Senador Demóstenes Torres. A oposição tem que ter seu tempo aqui para questionar. Então, faz parte do processo, mas a gente aqui não vai ter oportunidade de entrar num debate que eu queria muito, pela contribuição do

Presidente Luciano Coutinho, não só como Presidente do BNDES, mas como um dos grandes pensadores, economistas e intelectuais deste País. Eu estava aqui querendo discutir essa crise econômica internacional, os desafios, o papel do BNDES, de forma que a gente podia centrar uma discussão em cima dessa questão da crise econômica internacional, do papel do País. Seria muito importante e um debate muito rico para esta Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu vou passar a palavra ao Dr. Luciano Coutinho, para que ele conclua as respostas. A minha preocupação é que a própria Comissão de Assuntos Econômicos tem uma audiência pública sobre concessões de serviços públicos às 14 horas também...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – E tem uma Comissão de Direitos Humanos, que poderá se interessar pelo tema do Professor Luciano Coutinho, que também está aqui há tanto tempo já...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu pediria só ao Dr. Luciano Coutinho que concluísse as indagações dos dois primeiros oradores inscritos... Faltam ainda mais algumas coisas para responder.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Pelo menos, devo concluir as questões do Senador Demóstenes.

Bom, o Senador Demóstenes me questionou a respeito de que o BNDES teria renegociado dívidas com duas municipalidades sem autorização da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Não procede. Nós tivemos autorização e renegociamos dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal. Absolutamente normal. Seria um absurdo se não o fizéssemos, Senador. Duas municipalidades ficam inadimplentes, querem voltar a estar adimplentes com a instituição e a única maneira de fazê-lo, dentro...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Então, V. Ex^a teve autorização.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Tivemos autorização e fizemos dentro da lei.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Ok.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Sem ampliar prazo e sem reduzir financeiramente encargos. Fizemos o que podíamos. Aliás, em alguns desses casos, recebemos solicitação de vários Senadores ilustres, para que ajudássemos a recompor financeiramente, para que aqueles Municípios pudessem voltar.

Senador, o senhor pode ficar tranquilo. Se há uma instituição absolutamente cumpridora de todos os regulamentos e o faz de maneira cautelosa e conser-

vadora, essa é o BNDES. Então, pode ficar tranquilo nesse ponto.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – V. S^a vai mandar essa documentação? Poderia também agregar essas outras... Se pudesse, eu ficaria feliz.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Gostaria ainda de lhe falar rapidamente sobre a questão de financiamentos à exportação para a América Latina. V. Ex^a mencionou o caso da Bolívia. Eu queria primeiro explicar o seguinte: esses financiamentos a países na América Latina ou na África são financiamentos à importação de produtos brasileiros, corresponde a uma exportação de bens e serviços do Brasil para aquelas economias. Em geral, isso implica, quando se trata de uma hidrelétrica, os bens de capital, parte dos insumos siderúrgicos, além dos serviços de engenharia. Portanto, essas operações geram emprego e efeitos positivos no Brasil. A cadeia produtiva de fornecedores na exportação de serviços é uma cadeia produtiva em cerca de mil e setecentas empresas fornecedoras, cerca de 70% dessas empresas são pequenas e médias e, portanto, nós temos, com essas operações, um estímulo bastante importante à produção no País. Em relação à operação com a Bolívia. Essa operação eu devo obviamente comentar com moderação porque é uma operação que diz respeito a escolhas e ao planejamento de um país soberano, a Bolívia, que apresentou esse projeto.

Essa operação tinha condições prévias a serem preenchidas para os desembolsos, dentre as quais estava o projeto completo e o licenciamento do trecho que cruzava a reserva indígena.

Eu quero lhe dizer que, independentemente do trecho central, os dois trechos têm sentido econômico em si próprios.

É também público que o governo boliviano optou por não concluir a estrada no trecho interno, decisão soberana da Bolívia. Em função da sua direção política, ela houve por bem modificar. E nós estamos aguardando contato com o governo boliviano para compreender qual é a preferência e como será encaminhado esse processo.

Agora, o respeito aos direitos e às condições ambientais estava desde sempre preservado, na intenção tanto do governo brasileiro quanto do governo brasileiro. Espero que esse processo possa ser bem resolvido.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – O Assessor Especial Marco Aurélio Garcia tinha autoridade para falar em nome do BNDES?

O SR. LUCIANO COUTINHO – Olhe, o Dr. Marco Aurélio...

Eu não posso me valer de uma informação de jornal, de imprensa para saber se tal...

Segundo, ele é uma pessoa extremamente ponderada, que tem sempre trabalhado de forma coordenada conosco. Então, nunca houve nenhuma interferência indevida do nosso assessor em assuntos internos do Banco, sempre de maneira coordenada e absolutamente normal.

Outras questões de V. Ex^a a respeito do Ministro Delfim Netto, concordo inteiramente. O que V. Ex^a leu é aquilo que o banco faz. O Banco recicla a sua carteira, busca investir e promover empresas, o Banco cobra de quem lhe deve e o faz de maneira muito dura, recupera crédito de maneira muito firme, de modo que não vi nenhuma incongruência.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Ele fala também em extravagantes aventuras em que tem se metido tecnicamente o competente BNDES.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Olhe, eu não conheço nenhuma extravagante aventura feita, pelo menos no período em que estou na Presidência do Banco.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Pelo menos nessa parte...

O SR. LUCIANO COUTINHO – Pode ser que, retroagindo a um passado mais distante de que o Professor Delfim Netto tenha conhecimento de perto, e eu, não, tenha acontecido alguma extravagante aventura.

Nós temos nos pautado, Senador, por uma cautelosa política de escolha e de análise de nossos investimentos. O Banco tem vários filtros de análise, várias decisões são colegiadas. Não há como não transitar no BNDES qualquer decisão que não seja tecnicamente fundamentada.

Eu creio que me abstenho aqui, porque as outras questões eram menores. A opinião do Ministro Mailson é respeitável, mas discordo. Acho que numa democracia os instrumentos legais são legítimos. Essa é uma discussão que podemos fazer em outro momento.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente, eu lhe agradeço muito, Presidente do BNDES, Dr. Luciano Coutinho. Já soube da decisão sobre uma outra oportunidade, mas diante de um fato que foi anunciado agora e que envolve também o interesse nacional, eu me permitiria solicitar ao Presidente e ao Dr. Luciano que respondesse só a essa questão, porque diz respeito até à própria condição do Presidente Lula, em função da doença que teve, da Presidente Dilma Rousseff, que criaram um programa de investimentos

em que o BNDES será o agente financeiro para a produção de fármacos anticancerígenos.

Como essa é uma matéria a que eu tenho me dedicado no Senado Federal, na Comissão de Assuntos Sociais – e, a respeito dessa questão, inclusive sou autora de um projeto para que os planos de saúde ministrem os quimioterápicos oralmente em domicílio –, eu queria apenas lhe perguntar, primeiro: esse programa já está em funcionamento? Já está sendo demandado? Em que linhas, quando isso vai ser? Qual é a direção desse programa de produção de fármacos anticancerígenos?

Muitas das questões eu só vou fazer na próxima vez que o senhor vier aqui, mas, já que o senhor falou que a saúde é uma questão prioritária, há mais de duas semanas, Presidente Luciano Coutinho, eu encaminhei ao BNDES, aos seus cuidados, ao senhor, uma sugestão que recebi do Secretário de Saúde do Rio Grande do Sul, Ciro Simoni, e do Secretário dos Esportes do Rio Grande do Sul, Kalil Sehbe, no sentido de criar uma linha de crédito para os hospitais comunitários do Rio Grande do Sul em função, primeiro, da sua situação, pois precisam de um aporte de recursos para continuar operando e atendendo à população. Segundo, como Porto Alegre será uma capital sede da Copa do Mundo em 2014, há necessidade de uma oferta para uma demanda que, certamente, pode aumentar na questão do atendimento hospitalar. Tão importante quanto a hotelaria será a questão da saúde.

Então, eu gostaria que pelo menos houvesse uma resposta do banco a respeito dessas questões, já faz mais de duas semanas, foi depois da greve dos Correios.

Deixo as outras matérias relacionadas às fusões, algumas das quais o Senador Demóstenes Torres já levantou, para a próxima reunião. Apenas essa, que é uma questão mais emergencial. Agradeço muito sua atenção e a do Presidente Delcídio Amaral.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Senadora, respondendo rapidamente, existe, sim, uma linha chamada Profarma, um programa extremamente importante, que financia com juros de inovação o desenvolvimento de fármacos, não só anticancerígenos, mas em várias outras modalidades, para empresas no Brasil, tanto para empresas estrangeiras que tenham laboratórios aqui quanto para empresas nacionais, e nós pretendemos ampliar muito isso. Estamos buscando estimular a pesquisa por empresas brasileiras na forma consorciada. Entendemos que essa é uma grande prioridade, uma grande oportunidade para o Brasil. Poderei lhe mandar dados específicos posteriormente.

Em relação à questão dos hospitais, a demora em lhe responder não se deve a falta de interesse, ao

contrário. Temos recebido, não só do Rio Grande do Sul, mas de diversas fontes, a demanda por ampliar o financiamento à saúde. Temos já uma linha de financiamento para hospitais, para investimentos em grandes estruturas, em hospitais. Essa linha de financiamento é uma linha bastante favorável, ela está funcionando, agora, a questão diferente é a dos hospitais comunitários ou filantrópicos que estão em sérias dificuldades financeiras e que têm ou um fluxo de caixa negativo ou uma dificuldade de sobrevivência. Nesse caso, a nossa pergunta é a seguinte: não sei se o BNDES é a solução para esse tipo de problema, porque o BNDES é um banco e, como banco, precisa emprestar e receber de volta. Nós, certamente, podemos ajudar e estamos discutindo com o Ministério da Saúde e com as associações de hospitais privados que tipo de linha nós podemos oferecer para situações transitórias, não de insolvência, mas situações de dificuldade de caixa que possam ser superadas rapidamente. Então, digamos assim, se pudermos, tratar os assuntos dentro daquilo que é tratável por um banco.

Essas linhas existem. Estamos tentando aperfeiçoá-las. Agora, existem casos de hospitais onde, na verdade, o que se precisa é aumentar as transferências fiscais. É preciso que a Secretaria de Saúde ou o Ministério da Saúde aumentem as transferências para cobrir o desequilíbrio. Então, nós precisamos analisar muito bem, mas eu quero dizer que temos enorme atenção e interesse, que estamos, nesse momento, discutindo internamente o aperfeiçoamento dessas linhas e que teremos muito prazer em responder e conversar com a senhora a respeito.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Dr. Luciano Coutinho.

Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Senhor Presidente...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu quero fazer uma breve... Mas eu esperarei sua...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Então, eu não faço também, não... Se não fica difícil!

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu vou aguardar sua... Eu farei uma breve pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Aloysio Nunes...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – O que eu queria saber é o seguinte... Eu também tenho breves perguntas. O que eu queria saber, Presidente, é se nós vamos continuar a audiência que, a esta altura, já está bastante esvaziada... Ou se vamos...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não é, Senador Aloysio... Eu só queria justificar o seguinte: alguns Senadores esperaram pacientemente aqui desde o início da reunião. Então, eu entendo agora que, como alguns Senadores se estenderam mais e legitimamente; outros Senadores que aguardaram pacientemente querem, pelo menos, deixar uma palavra e fazer minimamente alguma pergunta para que, efetivamente, o Dr. Luciano Coutinho... E a gente venha a encerrar esta reunião. É por esse motivo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Na ordem... Quem é agora?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Na ordem de inscrição, se V. Ex^a não abriu mão...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Não, não abri.

Você me desculpa, Eduardo, é porque tenho outra Comissão agora. Não me leve a mal?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não o levo a mal. É o seu direito.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Obrigado. Presidente, em primeiro lugar, eu queria dizer a V. Ex^a que é uma pena de hoje ter havido coincidência com outras Comissões, porque o senhor mereceria uma Casa cheia, por sua competência e pela importância da função que desempenha – digo isso sem levar em conta mais de quatro décadas de nossa amizade – e na avaliação muito objetiva de sua qualidade de homem público e intelectual.

Eu não quero insistir sobre o caso frigoríficos. Mas eu acrescentaria que, além dessa ameaça de desemprego – além do desemprego já ocorrido em Presidente Epitácio, em Lins, Maringá, Alta Floresta... Nós temos também Andradina, Barretos, sob ameaça; nós temos dois curtumes lá no Estado de São Paulo: Aguai, Franca...

De modo que, eu tenho a impressão, Sr. Presidente, nesse balanço que o senhor diz que faz das operações do BNDES, quais foram as bem sucedidas, quais foram as mal sucedidas – na resposta que deu ao Senador Armando Monteiro –, eu acho que esta operação está escorregando, perigosamente, para o campo das mal sucedidas. O JBS anunciou aumento de capital, agora no mês de maio. Sua participação foi reduzida de 54,2 para 47, enquanto que a do BNDES elevou-se de 17 para 31. Acho que isso merece realmente um balanço cuidadoso, que o senhor e sua equipe seguramente faz, do que aconteceu. Porque eu não creio que isso tenha nenhum impacto na produtividade de nossa pecuária. Nenhum! Nenhum... A produtividade brasileira, que ainda é muito baixa, de-

pende de outras questões e de outros fatores que o senhor mesmo acabou de denunciar.

Eu ia fazer uma pergunta sobre o critério de escolha dos chamados Campeões Nacionais. Creio que o senhor já respondeu ao responder a pergunta formulada pelo Senador Armando Monteiro.

Eu creio que, no balanço da ousadia (ousadia ou falta de ousadia dos empresários), é preciso levar em conta que também ousadia com o dinheiro do BNDES qualquer um tem. Quer dizer, o Grupo Pão de Açúcar quer ser usado em uma operação de fusão com um grupo francês, com aporte de recursos do BNDES, tendo essa empresa a rentabilidade que tem, ainda bem que o BNDES não prosseguiu nessa operação que anunciada por uma autoridade do Governo como algo de grande interesse do País... Poderia ser de interesse para a família Diniz, mas para o País não vejo interesse. Não vejo por que se você juntar, na mesma bandeira, uma empresa brasileira e uma empresa francesa, em que isso iria mitigar o protecionismo da França em relação aos nossos produtos agrícolas. Enfim, é coisa passada.

Agora, o senhor reconheceu, Presidente, que há efetivamente um subsídio nessas operações que o BNDES faz a partir da captação de recursos do Tesouro. Subsídio provisório? Espero que sim. Mas que existe, existe. Vamos esperar que haja realmente uma tendência à convergência entre a taxa de juros de curto prazo e a TJLP. É o que todos nós desejamos, e sei que o senhor está trabalhando para isso, na esfera de sua competência. Mas o fato é que hoje existe. E, seguramente, uma parte importante do lucro do BNDES – que, em 2010, atingiu o crescimento de 47% em relação ao observado em 2009 – deve-se a esse tipo de operação. Além de outra operação, Presidente, que também desperta a minha curiosidade, que é a aplicação de recursos do BNDES em títulos públicos, que também deu um salto extraordinário nesse período. Então, nós temos o BNDES participando... O BNDES aplicou R\$5,9 bilhões em títulos públicos em 2010, sendo que, em 2008, essa aplicação havia sido inferior a R\$1 bilhão. Então, eu acho que isso merece uma explicação, sobre como esse tipo de operações se inscreve, digamos, nas prioridades do banco e nas missões do BNDES.

Essa relação entre BNDES e Tesouro, além das questões propriamente financeiras, ou mesmo econômicas, envolve um problema também institucional, que é uma questão de transparência. À medida que se gera receita primária a partir do repasse de lucros que o BNDES obteve com essas operações realizadas a partir, digamos, de capitalização do Tesouro, ela cria certa opacidade nessa relação. Então, além do

problema financeiro, além das questões financeiras, do impacto disso sobre a dívida pública, esse tipo de operação também tem uma relevância, no meu entender, institucional.

Finalmente, Presidente, uma questão relativa à discrepância de tratamento entre o BNDES e o Banco do Nordeste, que gere os recursos do Fundo Constitucional do Nordeste. Quando não são desembolsados, eles são remunerados a uma taxa extramercado definida pelo Banco Central, ou seja, mais ou menos 95% da Selic. Agora, de que maneira são remunerados os recursos que o Tesouro aporta ao BNDES? Há uma discrepância, uma diferença de tratamento entre as duas instituições? Por quê?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Concluiu, Senador Aloysio?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Concluí.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, vou pedir ao Senador Suplicy para também fazer os seus questionamentos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Só um pequeno *postscriptum* aqui: Presidente, o senhor nos disse que há uma euforia, uma expectativa muito favorável em relação ao desempenho da economia brasileira nos próximos anos e nos últimos anos também, retrospectivamente. Por que – agora não é propriamente ao presidente do banco, mas é ao economista Luciano Coutinho que eu dirijo esta pergunta –, apesar desse otimismo, nós não aumentamos a nossa taxa de investimento? Por que ela se mantém mais ou menos constante, em nível baixo, em nível insuficiente para termos um crescimento mais exuberante do Brasil?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Eduardo Suplicy...

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Delcídio (*Falha na gravação.*), caro Presidente Luciano Coutinho, eu queria cumprimentá-lo pela excelente condução à frente do BNDES e me ater a um dos aspectos aqui colocados na sua exposição, que avalio como uma evolução positiva, pois as micro, pequenas e médias empresas passaram a ter uma participação crescente. Por exemplo: era 21,7% dos empréstimos em 2006; em 2009 tinha diminuído para 17,5, mas em 2010, 31,8; em 2011, 36%. Me parece que é uma evolução positiva e que foi objeto de uma decisão do BNDES abrir. Acho que seria importante se nós pudéssemos ter – e quem sabe na sua próxima vinda, se não tiver de pronto aqui – informações a respeito de que setores e regiões têm sido mais beneficiados pela destinação de recursos para esse seg-

mento de micro, pequenas e médias empresas. E se de fato é iniciativa do BNDES prosseguir nesta diretriz.

V. S^a há pouco nos mencionou a respeito das incubadoras universitárias destinadas à pequenas empresas, e acredito também relacionadas à economia solidária, às cooperativas.

Então, agradeço se puder nos informar em que medida o BNDES vem expandindo empréstimos para as formas cooperativas de produção.

E, relacionadas a essas questões que o Senador Aloysio Nunes perguntou, das observações sobre eventuais efeitos decorrentes das taxas de juros relativamente mais baixas das operações do BNDES, em que medida isto poderia significar um certo subsídio. Então, eu gostaria de lhe perguntar se o BNDES, através da sua equipe técnica, eventualmente até em cooperação com o IPEA, teria em algum momento realizado estudos sobre eventual efeito sobre a concentração da riqueza, decorrente dessas operações. E se foi considerada alguma política relacionada a este assunto. Em especial, nos casos de empréstimos efetivamente subsidiados, se o BNDES considerou estimular maior participação dos trabalhadores nos resultados das empresas, como cotas de participação nos resultados à comunidade que trabalha naquela empresa, porque seria uma maneira de, digamos, equilibrar o fato de o BNDES, eventualmente, para certos segmentos, vamos supor, o setor frigorífico, o setor qualquer que seja... Pois bem, se estes segmentos vão receber empréstimos a taxas relativamente mais baixas do que se obtém no mercado, se haveria aí como que um estímulo àquilo que está, inclusive, previsto, mas não é obrigatório, na Constituição brasileira, mas o próprio governo Lula e a Presidenta Dilma têm considerado isto como positivo, em que medida o BNDES consideraria – ou talvez já o faça – estimular essa participação dos trabalhadores nos resultados de empresas que recebem empréstimos a taxas significativamente mais baixas, às vezes, do BNDES.

São essas as indagações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy. Com a palavra o Dr. Luciano Coutinho.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Eu queria agradecer ao Senador Aloysio pelas questões.

Primeiro, eu gostaria de contestar a questão do subsídio no sentido de que se tem uma taxa abaixo de mercado. Quando comparada com o padrão global, ela não é verdadeira. As taxas de juros reais praticadas pelo Sistema BNDES são taxas de juros até um pouco mais altas do que a média internacional. O que nós temos, dada a inexistência no País de um sistema de financiamento de longo prazo, que é o problema central,

e a concentração da poupança brasileira num circuito de dívida pública de curto prazo, que é um resultado de um processo ainda inconcluso de estabilização da economia, é uma herança histórica a ser vencida, é um custo fiscal transitório desses empréstimos. Prefiro colocar dessa forma porque existe sempre o risco de um mau entendimento da palavra subsídio levar a contestações na Organização Mundial do Comércio e detrimenar a capacidade competitiva das próprias empresas brasileiras, uma vez que o juro no Brasil, mesmo o juro TJLP-BNDES, é um juro acima da média mundial, especialmente neste momento em que há juro negativo no mundo inteiro. Precisamos relativizar isso.

Acredito que o custo fiscal será uma questão efetivamente transitória. Os efeitos, Senador, no balanço – e terei prazer também em enviar-lhe os estudos –, são positivos para, do ponto de vista de receita tributária e de criação de empregos, enviarei também ao Senador Suplicy, uma vez...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Esse balanço é possível, Presidente? Ficarei muito grato.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Sim. Nós fizemos estudos, que estão publicados.

O segundo ponto que V. Ex^a levantou diz respeito à questão de aplicação em papéis públicos. O BNDES tem uma carteira de crédito – 380 bi –, parte da qual é antiga e tem taxa muito altas. Na parte mais recente da carteira, nós reduzimos os *spreads*, para oferecer juros os mais favoráveis possíveis, especialmente para infraestrutura. Não obstante, essa carteira gera lucro, juros. Ela retorna para o banco na forma de amortização de parcela dos empréstimos e o juro recebido. Ela gera uma receita para o banco. Pelo tamanho da carteira, ela gera 3 a 4 bi de resultado/ano – a carteira de crédito do banco. Além disso, as participações acionárias, sobre as quais já falei, que têm potencial de gerar grandes resultados.

Então, o percentual do lucro do banco que vem da aplicação em papéis públicos é ínfima, muito pequena. Esse percentual em papéis públicos, se se tiver em conta que o volume de desembolsos do banco, em torno de 150 bi/ano, qualquer banco precisa ter um caixa mínimo. O caixa mínimo do banco em 2008 foi reduzido a um valor muito baixo porque nós aceleramos os desembolsos e consumimos um pouco o caixa mínimo em 2008. A partir daí, por quê? Porque precisávamos ajudar a economia a vencer a crise de crédito e nós não tínhamos recebido ainda os aportes. Então, o caixa mínimo do banco foi uma política deliberada da diretoria do banco de reduzir ao máximo o caixa mínimo, razão pela qual ele chegou a 1 bilhão como mínimo. Mas o recomendável é o banco ter um

pequeno colchão compatível com o volume, com o seu tamanho, seus desembolsos, como qualquer banco, e esse pedaço de caixa mínimo é, naturalmente, aplicado no próprio mercado. Não há nada de extraordinário nisso. E esse caixa mínimo flutua ao longo do tempo. Às vezes, quando o banco recebe um volume de recursos maior, ele fica maior. Ele flutua, mas não há nada de especial, porque se aventou, equivocadamente, a teoria de que o banco obtinha os seus lucros na aplicação em papéis públicos, o que configuraria um circuito penal.

Isso não é verdade. O Banco, comprovadamente, já esclareceu isso para quem quiser. Ele tem um volume concreto de operações de crédito e de operações de mercado que originam o seu lucro. Essa é uma parcela muito pequena.

Eu não entendi exatamente a questão do Banco do Nordeste.

O Banco do Nordeste recebe os fundos constitucionais e os remunera a uma taxa muito baixa, dada pelos fundos constitucionais. Eu não sei se o Banco do Nordeste tomou algum recurso em outro tipo de moeda do Tesouro para alguma diferença ou taxas mais... Eu não saberia entender.

O BNDES, felizmente, nunca tomou recursos de curtíssimo prazo do Tesouro. Quando nós tivemos problema de caixa, em 2008, antes de receber os recursos, nós recorremos, de maneira pontual, ao Interbancário, e recebemos até muita crítica por conta disso, mas não podíamos ficar sem capacidade de honrar as nossas obrigações.

Mas, enfim, eu poderei esclarecer a sua assessoria esse ponto.

Em relação à operação que não foi adiante, eu já comentei publicamente sobre ela. Ela pressupunha um entendimento desde o seu primeiro momento, um entendimento pacífico, que não aconteceu. A operação tinha sido apenas enquadrada, o que não é vinculante, e isso levou ao seu cancelamento. Agora, era uma operação que parecia ter um potencial – podemos discuti-la em outra oportunidade – de gerar resultados interessantes para o Banco, para o BNDESPar, ganhos importantes. E tem outros aspectos, outros desdobramentos importantes em termos da concorrência no setor, em função de problemas em outro grande ator, outro grande protagonista que está em dificuldades. E isso motivou.

Podemos conversar sobre isso em outro momento.

Finalmente, quanto a sua questão a respeito do futuro da economia, eu tenho a dizer o seguinte: o Brasil vinha num ciclo de ascensão de investimentos, estava chegando a 20% em 2008, depois de ter patinado, durante duas décadas em meia, em algo muito

mediocre, em torno de 15% a 16%. Muito pouco. Chegamos a 20%. A minha ambição é chegar a 24%, 25%.

Acredito que temos que trabalhar muito por isso.

Com a crise internacional, os investimentos caíram e passaram por um processo muito forte de recuperação em 2009 e em 2010. Os investimentos cresceram, em 2010, 21%, cresceram fortemente, chegando a um patamar de 18,5%.

Nós esperamos continuar em ascensão. Queremos trabalhar para que a taxa de investimentos no Brasil continue em ascensão, que ela proceda para 21%, 22%, até 23%, 24%, 25%. Depende da nossa capacidade de gerar poupança e financiamento.

Daí a minha angústia e a minha dedicação à agenda de criação de um sistema de financiamento em reais, de longo prazo, com base em poupança doméstica. Obviamente, nós poderíamos recorrer ao expediente que foi usado nos anos 70, de atrair e financiar o esforço brasileiro de investimento com poupança externa.

Durante o período do segundo PND, chegamos a ter uma taxa de investimento sobre o PIB de 27%, em larga medida financiada por grandes empréstimos externos, o que levou a uma vulnerabilidade, porque qualquer crise de dívidas no sistema financeiro internacional, qualquer crise de crédito pode provocar uma frustração de ingresso de capitais. Portanto joga a economia numa recessão e em descasamento de moeda, especialmente quando você financia empreendimentos no País que não exportam, que faturam em reais, mas têm o passivo todo em moeda estrangeira. Daí a relevância da agenda de desenvolvimento da poupança e da transição desse grande estoque de poupança financeira que o País tem e que está ancorada em papéis de curto prazo, em direção a papéis de prazo maior. O Brasil tem uma vantagem de já preexistir um estoque de poupança financeira que pode ser redirecionada. Além disso, eu advogo que devemos fortalecer os incentivos aos mecanismos de poupança institucional, os fundos de seguros, os fundos de pensão, fundos de investimento, que devem receber um tratamento favorecido para sua expansão. De maneira, Senador, que acho que o grande imperativo do Brasil é investir mais. Se nós tivermos que enfrentar uma crise mais séria nessa conjuntura, eu acredito que a saída mais conveniente para o Brasil é acelerar seus investimentos, e não acelerar o compasso, acelerar os investimentos em infraestrutura e em outras alavancas que o Governo pode mobilizar. Eu acredito especialmente que é mais eficaz e mais rápido, através de concessões ao setor privado, trazer e acelerar o investimento, dada a dificuldade natural de executar um volume muito grande

de investimento público, dadas as regras e controles naturais que o setor público deve observar.

Então, acredito que trabalhamos muito, por exemplo, para desbloquear e modelar os investimentos no setor aeroportuário. Esperamos poder oferecer esses investimentos ao setor privado ainda neste ano. Portanto, isso representa um caminho, e eu acredito que devamos multiplicar esse tipo de iniciativa.

O Senador Eduardo Suplicy fez perguntas muito importantes. Quero dizer a S. Ex^a o seguinte.

Senador, temos, sim, uma preocupação muito grande com a economia cooperativa. Temos um departamento dedicado a isso, que é o departamento de economia solidária. Temos financiado cooperativas de trabalhadores, muitas vezes empresas falidas que foram recuperadas através de cooperativas de trabalhadores, e temos agora uma orientação muito forte de robustecer o setor cooperativo através de vários programas de capitalização. Existe o Procap-Agro, que é um programa que tem permitido capitalização de pequenas cooperativas, e temos também buscado, dentro do programa de combate à pobreza extrema, usar um pedacinho do fundo social do BNDES, que não é reembolsável; um pedacinho do lucro do BNDES é dedicado à inovação tecnológica; promoção à cultura, restauro de monumentos históricos, e a cooperativas, empreendimentos cooperativos em áreas de muito baixa renda. São populações tão pobres, que não têm capacidade de poupança. Então, a doação, pelo BNDES, de um galpão, de um mínimo de equipamentos, às vezes representa oportunidade extraordinária de desenvolver uma atividade produtiva para aquela comunidade. Exemplo: a estruturação de empreendimentos de catadores de lixo, de recicladores de lixo urbano em várias cidades. São modalidades – aí é uma modalidade não reembolsável – de apoio a empreendimentos cooperativos de muito baixa renda.

Posteriormente, esses empreendimentos podem ter acesso ao crédito, depois que eles se estruturam. Por exemplo, a experiência de promoção das cooperativas de reciclagem de lixo é uma experiência muito interessante, porque essas cooperativas estão indo bem, ampliaram os seus cooperados, aumentaram a renda, e muitas delas agora podem ser clientes do cartão etc., porque elas criaram um processo de promoção do pequeno negócio. Mas, às vezes, para arrancar da miséria, você precisa colocar um pouco de capital. De maneira que nós temos feito um esforço grande. Trabalhamos muito com o Prof. Paulo Singer nessa direção, e temos feito um esforço grande de promoção.

Temos também, Senador, estudos, que terei prazer em lhe mandar, sobre o efeito dos programas do BNDES de crédito à pequena empresa, microcrédito

e pequena empresa. Nós conseguimos mostrar, comparar com amostras similares. As empresas que receberam o crédito do BNDES geraram mais emprego; distribuíram, portanto, mais renda. Porque nós temos feito também o esforço de monitorar e avaliar o resultado das políticas. De maneira que quero agradecer suas perguntas

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Eu queria... Presidente, Luciano Coutinho, agradeço se puder me enviar o estudo desenvolvido sobre o que acabou de falar. Como considero muito importante o estímulo às fórmulas solidárias, cooperativas de produção, eu gostaria de receber os elementos para fazer um pronunciamento no Senado sobre este tema. Eu tenho acompanhado bastante o trabalho do Professor Paul Singer, nas Secretarias de Economia Solidária. Então, agradeço muito se puder me enviar o balanço que eu o registrarei, cuidadosamente, da tribuna do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy; meu caro Luciano Coutinho, Presidente do BNDES. Registrar só aqui, antes de concluir, que recebemos do Ministro Lobão a resposta do Ministério de Minas e Energia com relação ao Requerimento nº 59, relativo às concessões nas usinas e sistemas de transmissão que têm suas concessões caducando nos próximos anos. Então, nós vamos colocar essas respostas à disposição dos Senadores e Senadores que têm interesse por esse tema. Foi um requerimento nascido aqui na CAE.

Eu quero agradecer a todos pela presença e agradecer especialmente a nosso caro Professor Luciano Coutinho pelo brilhantismo, competência, dignidade e espírito público pelo trabalho exemplar que vem fazendo à frente do BNDES. É uma honra, Dr. Luciano Coutinho, tê-lo no Governo, não só do Presidente Lula, mas no da Presidenta Dilma e, principalmente, à frente do BNDES, uma instituição fundamental para o desenvolvimento e crescimento do Brasil. Quero agradecê-lo.

A reunião está encerrada.

(Iniciada às 11 horas e 13 minutos, a reunião encerrou-se às 14 horas e 31 minutos.)

ATA DA 59ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, CONJUNTA COM A 50ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE NOVEMBRO DE 2011, TERÇA-FEIRA ÀS 14H, NO PLENÁRIO Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às quatorze horas e cinquenta minutos do dia oito de novembro de dois mil e onze, na sala de Reu-

niões nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da **Senadora Lúcia Vânia**, Presidente da Comissão de Infraestrutura e do **Senador Delcídio do Amaral**, reúnem-se conjuntamente a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI e a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores: **Aloysio Nunes Ferreira, Ana Amélia, Armando Monteiro, Blairo Maggi, Demóstenes Torres, Eduardo Braga, Eduardo Suplicy, Flexa Ribeiro, João Ribeiro, José Pimentel, Lobão Filho, Reditário Cassol, Romero Jucá, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves e Waldemir Moka**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Justifica ausência o Senador **Francisco Dornelles**. Assina a lista de presença o Senador não-membro das Comissões, **Pedro Simon**. A Presidente convida o palestrante a tomar assento à mesa: Sr. Márcio Zimmermann, Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia. A Presidente informa que a presente reunião destina-se à realização da Audiência Pública, em cumprimento ao Requerimento nº 27, de 2011– CI, aprovado em 19 de maio do corrente, de autoria do Senador Delcídio do Amaral; e Requerimentos nº 28 e 42, de 2011– CAE, aprovados em 7 de junho e 21 de junho do corrente, respectivamente, ambos de autoria do Senador Delcídio do Amaral, com o objetivo de debater a Renovação das Concessões do setor elétrico. A seguir, a Presidente concede a palavra ao participante. Após a apresentação deste, usam da palavra os Senhores Senadores Delcídio do Amaral, Blairo Maggi, Vanessa Grazziotin, Reditário Cassol e Lobão Filho. A Presidente concede a palavra ao participante para responder aos questionamentos e fazer suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta e um minuto, lavrando nós, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão de Serviços de Infraestrutura, e Adriana Tavares Sobral de Vito, Secretária da Comissão de Assuntos Econômicos, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura. – Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Boa tarde a todos e a todas aqui presentes.

Declaro aberta a 50ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, em conjunto com a 59ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos a pauta, convido para compor a Mesa, como convidado desta audiência pública,

o Sr. Márcio Zimmermann, Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia.

Damos início à 3ª Audiência Pública conjunta envolvendo a temática da renovação das concessões do setor elétrico, em cumprimento ao Requerimento nº 27, de 2011-CI, aprovado em 19 de maio deste ano, e aos Requerimentos nºs 28 e 42, de 2011-CAE, aprovados em 7 de junho e 21 de junho do corrente, todos de autoria do Senador Delcídio do Amaral.

Tivemos a oportunidade de realizar, em junho e julho deste ano, duas outras audiências públicas sobre o mesmo assunto, em que foram convidados consultores especializados, representantes de grandes consumidores e de investidores do setor, assim como entidades representativas do meio industrial e de concessionárias, geradoras, transmissoras e distribuidoras de energia elétrica.

Nesta reunião, contamos com a presença do Sr. Márcio Zimmermann, Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia.

Desde já, Sr. Secretário, agradeço a presença de V. Sª nesta audiência.

O Sr. Nelson Hubner, Diretor-Geral da Aneel, enviou mensagem justificando sua ausência desta audiência pública, assim como o Sr. Nelson Barbosa, Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, que justificou sua ausência pouco antes do início desta reunião.

O assunto que será hoje debatido é da maior relevância ao País. Aproxima-se o momento em que o País deverá tomar uma de suas mais importantes decisões políticas e administrativas desde o início do século, sob o ponto de vista de suas repercussões econômicas e sociais.

Nos próximos três anos vencem contratos de concessão de 13 geradoras responsáveis por 18% do potencial de geração de energia no País, 9 transmissoras, 39 distribuidoras, e o Congresso Nacional, em especial a sociedade brasileira, necessitam de informações a respeito da posição do Governo Federal em relação a esse setor.

Não há dúvida quanto à importância dessa discussão para o desenvolvimento do País. Definir um marco legal para as concessões do setor elétrico é medida que se impõe com urgência, sobretudo pela necessidade de se discutir com antecipação os aspectos constitucionais das decisões políticas que se pretendem tomar.

Ao longo deste ano, as comissões do Senado Federal, regimentalmente competentes, têm provocado esse debate com o firme propósito de abrir um canal de diálogo com o Governo Federal, a fim de conferir

maior legitimidade às estratégias da administração pública, sobretudo em matéria de grande impacto social.

Não é por outra razão que foram aqui ouvidos desde os consumidores até as próprias concessionárias do setor, antes mesmo da oportunidade de ouvir o setor governamental, hoje aqui representado na pessoa do Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia, Sr. Márcio Zimmermann, de quem esperamos poder nos indicar algumas direções e caminhos.

Com essas preocupações em mente, iniciamos a discussão do tema na Comissão de Serviços de Infraestrutura, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos.

Informo aos senhores que a Comissão de Assuntos Econômicos deve estar concluindo a audiência com o Presidente do Banco de Desenvolvimento Social e, logo em seguida, seu Presidente, o Senador Delcídio do Amaral, estará presente nesta reunião.

Agradeço a presença e a atenção de todos ao tempo em que desejo a realização de um frutífero debate.

Passo a palavra ao Dr. Márcio Zimmermann.

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN – Boa tarde a todos.

Eu gostaria de agradecer à Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Infraestrutura, ao Senador Delcídio, Presidente de Assuntos Econômicos, que deve chegar daqui a pouco, ao Senador Blairo Maggi, Vice-Presidente da Comissão, aos demais Senadores presentes e aos senhores que vieram acompanhar esta audiência em que o Ministério tem a oportunidade de conversar sobre um assunto que tem dominado muitas discussões em torno do setor elétrico brasileiro.

Eu acho que a característica de trabalhar com regime de concessão é um aspecto que está muito impregnado em toda a história do setor elétrico brasileiro. Até hoje há reflexos do Código de Águas de 1934. Nós somos um país que aprendeu a conviver com o regime de concessões. E dentro do regime de concessões em diferentes momentos, quer dizer, na época em que o setor era totalmente privado; depois, quando o setor se tornou totalmente estatal; depois, misto; e o atual modelo. É uma área que sempre demandou bastante esforço de entendimento, porque não é uma área simples. Um grande marco que tivemos foi a Constituição de 1988, que, na verdade, balizou bem claro o regime de concessões.

Em 2008, quando começamos a discutir, o Conselho Nacional de Política Energética criou um grupo, que tive a oportunidade de coordenar, de que participaram representantes do Ministério da Fazenda, do Ministério do Planejamento, da Casa Civil, da Aneel, da

EPE. Praticamente todos os agentes, todos os atores envolvidos participaram ativamente disso.

Na época – nós terminamos esse trabalho em 2009 –, o que o CNPE pediu: “Tendo em vista que as concessões já amortizadas vão vencer em 2015, eu quero que esse grupo avalie os prós e contras daquilo que o Governo deverá fazer no momento adequado”.

Então, naquela época, esse grupo trabalhou. E quando chegamos numa determinada etapa, foi muito importante a interação que tivemos com todas as associações que chamamos ao Ministério. Conversamos, solicitamos contribuições. E o mais importante desse trabalho era, na verdade, ter um diagnóstico correto. Isso era muito importante. Você tem o marco legal, você tem uma constituição, você tem uma série de leis que balizam o setor elétrico e, por outro lado, você tem a responsabilidade, porque é um setor básico para a sociedade brasileira. É básico no sentido de que, quanto mais avança o desenvolvimento do Brasil, mais existe uma sociedade dependente desse setor, dependente desse setor e funcionando bem. Nós temos bem claro que quando esse setor não funciona bem afeta todo cidadão brasileiro.

Então, por isso, a responsabilidade do CNPE de, realmente, fazer uma avaliação correta e de ter um diagnóstico efetivo com relação a esse assunto.

Esse diagnóstico foi feito, e o relatório ficou em caráter... Ele não foi de forma deliberativa para o CNPE.

Neste ano nós voltamos, então, a trabalhar com ele, já que o vencimento dos contratos vigentes de venda de energia existente começa no final de 2012, os contratos de 2013, porque, apesar de ele não ter relação direta com as concessões, de qualquer forma, foi pedido que fosse avaliado, e sempre que se avalia aquilo, apesar de ser independente, você olha como está o processo das concessões.

Bom, voltando para essa parte de concessões, eu começo comentando que tenho visto na mídia uma coisa até engraçada. Entrou uma visão maniqueísta: se você prorroga, você tem o paraíso; se você... Aliás, se você licita, você vai para o paraíso; se você prorroga, você vai ter tarifa alta.

Na verdade, isso foi muito discutido em 2008. (Risos.)

Em 2008 foi muito discutido esse ponto. Na verdade, é sempre bom esclarecer que é muito difícil num país democrático, num país que tem uma estrutura como o Brasil, que está evoluindo, você pensar que vai remunerar bem amortizado num regime de concessão.

Ouvi declarações de determinados atores que diziam: “Olha, se eu licitar, eu vou baixar a tarifa brasileira em 25%. Se eu não licitar, eu vou”... Na verdade, não tem nada a ver. Você tem uma figurinha que já cansei de

mostrar. Na verdade, quando você vai licitar uma usina nova... Vamos pensar que é um copo desses. Numa usina nova, eu tenho essa parcela aqui da água, que está quase cheia, que é a parcela de investimento, e essa parcela menor, em que vai entrar a O&M, a TIR, etc. A partir disso, o poder concedente hoje define um preço teto e vai para o leilão.

Aqui você tem margem de fazer o investimento, você tem margem de fazer grandes otimizações, e é isso que dá aqueles deságios, então, no caso da geração.

Quando eu tenho uma usina... Vamos considerar uma usina 100% amortizada. A parcela de investimento é só o que vou precisar fazer de pequenos investimentos no próximo período de concessão: trinta anos. Aí eu vou para um patamar aqui embaixo, e fico com isto aqui. Se eu deixar isto com o concessionário, ele vai ficar com alguma coisa que a lei prevê que vá para a motricidade tarifária.

Essa hipótese tanto existe... É aquilo que eu disse: eu não posso remunerar bem amortizado. Essa hipótese existe se eu licitar ou se eu prorrogar. A grande diferença é isto aqui, é o investimento já amortizado, que é o peso maior para definir uma... A O&M de uma hidrelétrica, por exemplo, para vocês terem uma ideia, é algo da ordem de 2% no máximo. É o que você coloca normalmente em... (Pausa.)

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Desculpem o atraso, mas a CAE terminou agora.

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN – Então, conforme eu vinha dizendo, na verdade, no caso de você terminar uma concessão, licitar ou prorrogar, vai ser muito em cima da otimização que você vai fazer na pequena parcela do que seria o O&M e mais alguma coisa associada a isso. Essa é que é a grande otimização.

Aí eu me lembro de que, no relatório havia o alerta de que se fazem avaliações e que tudo tem prós e contras. Eu posso otimizar o O&M aqui? Posso. Quanto é o O&M de uma hidrelétrica? O Senador Delcídio foi gerente de Tucuruí, não é? É coisa de 2%. A otimização que você vai fazer, então, é muito pequena.

Por outro lado, você tem aquela história dos prós e contras. O relatório tinha que ter... Na verdade, quando nós fizemos aquele relatório, nós tínhamos em mente uma coisa que eu falei no início: nós tínhamos que ter um diagnóstico muito próximo da realidade. Eu não posso querer brincar com um setor como esse.

Então, é claro, se eu consigo otimizar, posso otimizar isto aqui. Por outro lado, eu tenho que lembrar que eu também posso ter determinado aumento do grau de risco, e as consequências são variadas.

Eu me lembro de que teve uma empresa... Eu vou comentar isso com a franqueza com que sempre tenho tratado o assunto, até pelos 31 anos de setor

elétrico que eu tenho, a responsabilidade que eu tenho quando comento um assunto sério como este. Eu acho que está muito claro que quando estou falando de um ativo... Por enquanto, estou falando só de geração, depois vou chegar em transmissão e distribuição. Mas, no caso de uma usina hidrelétrica, o que ocorreria? Por exemplo, estou vendo o Adelson lá da Chesf, que está aqui na minha frente. De repente, pela legislação atual, a Chesf vence uma boa parte, 90%, das concessões que ela tem de usinas hidrelétricas.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Quantos por cento, Márcio?

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN – Dá 90% praticamente. Eu acho que é em torno de 9 mil megawatts ou coisa assim.

Aí, o que é que vai ocorrer no *day after*, lá em 2015? Bom, a União recebe o ativo de volta e indeniza aquilo que a Chesf teoricamente ainda teria a amortizar, que é uma discussão grande. E sobre isso, só para vocês entenderem, o Ministério encaminhou, agora no início do mês, uma carta à Aneel, pedindo que a Aneel inicie o processo de calcular o valor – que está amortizado ou não – dessas concessões. Então, o Ministro encaminhou essa carta e a Aneel vai ter três anos e pouquinho para fazer todos os levantamentos de que precisa.

A geração é diferente da distribuição. Por exemplo, a distribuição, como é regulada 100%, a Aneel está direto amortizando e considerando isso na tarifa – porque é tarifa; na geração, é preço. Então é diferente. Por isso é que, na geração, ela está com tempo para calcular exatamente e discutir com o agente o que foi amortizado e o que não foi, dentro da regra do jogo. Isso seguindo a legislação que nós temos hoje com relação à reversão desse bem para a União, que vai ocorrer, das usinas que venceram os vinte anos a que tiveram direito, a partir de 95, na hora que reverter para a União.

Bom, é a Chesf que, como exemplo, reverte para a União? Não. O que reverte é o ativo físico. Isso está muito claro na atual legislação. Acho que quanto a isso ninguém tem dúvida, é bem claro.

“Ah, mas onde é que fica esse pessoal da Chesf que trabalha com isso, ou da Cesp?” Eles ficam no CGC, porque o CGC o Estado não vai tomar. O CGC Chesf vai continuar existindo, com os ativos mais novos que ela tem ou coisa parecida. Mas todos os empregados vão ficar nesse CGC. Aí, o que é que fica da Usina de Paulo Afonso? Essa vem para a União, o ativo físico.

O primeiro levantamento que acho que temos que olhar é bem claro. Operar uma usina é uma coisa tranquila. Não precisa memória, não precisa nada. Bom, quem conhece sabe que é uma coisa um pouquinho

mais complexa que... Eu me lembro de que havia uma empresa no passado, na década de 90, que tinha problema de greves, de pessoal que abandonou a usina, em greves, e a direção da empresa resolveu montar uma equipe multivariável, que operava a usina “A”, “B” e “C”. Pegava o cara da usina “A” e botava para operar a “B”, e da “B” a “C”. O que ocorreu na época? Ocorreu que um dia deu um problema na corrente contínua da usina e, por acaso, a equipe que estava lá era da usina “B”, e eles estavam na “A”. Aí o cara se perdeu, não achou o comando local, queimaram o gerador, ficou fora três anos.

Estou comentando isso não é para ir para um lado nem para o outro. Volto a dizer: o princípio que nós usamos nesse grupo, que tinha as mais variadas tendências, você tinha desde o pessoal da Fazenda participando, o Antônio Henrique, o Rutelli, tinha o Tolmasquim, o Kelman; um leque bastante variado. Mas o compromisso que nós assumimos foi o de colocar exatamente o que ocorre em qualquer uma das situações.

Bom, então nós chegamos ao ponto em que você alerta com relação à geração, nesse sentido em que está na lei hoje, é bem claro.

Outra coisa que se avaliava é com relação a se o Governo não fizer nada. Vamos licitar a concessão. Aí, será necessário fazer algumas adequações na lei, porque, de qualquer forma, você teve uma alteração com o marco de 2004 e você tem que adaptar essa parte de venda.

Por outro lado, se você resolver prorrogar, também tem que mexer na lei. Nos dois casos tem. E aí, é claro, tem gente que avalia que tem até que... A nossa avaliação é que é só na lei. Não é preciso mudança, de PEC ou algo parecido. Na avaliação que fizemos na época não havia essa necessidade.

A partir de 2004, nós tivemos aquela figura nova da modicidade tarifária, que foi muito analisada nesse aspecto. Por isso que comecei afirmando que aquelas declarações de impacto que saem na mídia – “se você prorroga, você vai ter tarifa alta; se você licita, você vai reduzir em 25% a tarifa” –, quer dizer, na verdade, é uma falácia.

O Senador Delcídio não estava aqui, mas tem um longo tempo no setor elétrico e sabe bem que, ao licitar ou prorrogar, você vai ter os prós e os contras de que vim falando até agora.

Mas se tenho a parte do bem que já foi depreciada e que eu não posso continuar remunerando... E da Lei nº 8.097 à Lei nº 9.074, na verdade eu tenho que considerar isso aqui, depois que ficou bem direcionado, bem claro, quando houve a mudança, em 2004, e isso iria para a modicidade tarifária. E aí há várias formas, na época até se conversou, de você colocar isso aqui

naquele item, para baixar a tarifa de todo consumidor brasileiro. Praticamente, você teria aí uma forma de aplicar o conceito da modicidade tarifária.

Falando em linhas gerais, acho que depois o próprio debate vai dar oportunidade de nós comentarmos mais, mas, de qualquer forma, outro aspecto que eu acho sempre importante salientar é que o governo está atrapalhando, quando não definiu isso, com relação a expectativas de investimentos. Os grupos não estão tendo mais dificuldades para financiamento ou algo assim.

O Ministério entende e tem avaliado com outros Ministérios e com a própria Presidência no sentido de que, hoje, estamos em 2011 e a concessão está vencendo em 2015. Tudo isso estamos considerando que, tempestivamente, o primeiro marco efetivo que você vai ter de cumprir é daquele concessionário que tem até julho do ano que vem para emitir o interesse ou não de renovação, o que já é previsto hoje na lei, principalmente no caso da distribuição e da transmissão. Ele tem de fazer três anos antes de vencer a concessão. Então, julho do próximo ano é a data limite. Com relação à vinculação disso com os contratos vigentes de energia existentes é o que falei. Este ano nós nos dedicamos a isso, estamos trabalhando com isso, já que temos contrato de energia existente que vence agora em 2012 que está atrelado a ativos que vão vencer em 2015. Mas aí é só adaptação, e você fica com alternativas. Essa alternativa vamos decidir nos próximos meses, no sentido de como é que você faria? Você vai licitar esses contratos de energia existente por três anos para o cara cumprir um período tampão? Aí você vê o que precisa adaptar, na atual legislação, para permitir que haja um contrato até o vencimento daquela concessão.

De qualquer forma, esses ativos independentes, se for adotado prorrogar, licitar ou não, reverterem esse bem – e acho que disso não se tem dúvida – para a União, a partir de 2015. Isso é o que está na lei e o que prevê o regime brasileiro para o setor elétrico. Então, em 2015, todos esses bens, essas usinas, se reverterem. Agora, o que se está discutindo é se a União... E acho que é outro ponto também que vale a pena esclarecer. Todos vocês que acompanham o setor – e estou vendo grandes conhecedores do setor assistindo – sabem qual é a origem, por exemplo, do processo que ocorreu na década de 90.

Na década de 90, adotou-se um grande processo de privatização em que o Estado brasileiro, em uma necessidade de reforma e de recursos, decidiu vender ativos. Ao mesmo tempo, para melhorar a saúde financeira desses Estados, deu tipo cenoura para atrair os tesouros estaduais. Então, com a Lei nº 9.074, ele

permitiu. “Se você vender sua empresa de energia elétrica eu te dou trinta anos de concessão”. É claro que aí você valora a vai vender em leilão. Então, foi o processo que ocorreu na década de 90. O recurso arrecadado com essa venda não foi para o consumidor, claro. Foi para os tesouros estaduais. No caso de privatização de empresas federais, foi para o Tesouro Federal.

A diferença agora é outra. Temos um marco que obriga. Esse benefício não vai para o Tesouro, nem nacional nem estadual, vai para o consumidor brasileiro. Então, todo aquele ativo depreciado que não vou mais remunerar, o ativo amortizado, vai reverter para o consumidor brasileiro. A forma vai ser definida nos próximos meses.

Quando vou para a distribuição. Na distribuição, também, você tem várias empresas cujos contratos de concessão estão vencendo, principalmente aquelas que não foram privatizadas na década de 90. As que foram privatizadas naquela época, conforme a lei permitia, ganharam trinta anos de concessão. Essas empresas de distribuição, a partir do momento que vence o contrato de concessão, também reverterem para a União. Mas pela legislação atual brasileira reverte o ativo físico. O CGC, teoricamente, fica com... Na distribuição, toda essa avaliação de que falei ainda há pouco não tem maiores dúvidas com relação ao conceito de amortização, porque é permanente. Como é com tarifa e não com preço, e a tarifa, a partir do momento em que o órgão regulador esteja fazendo bem o seu trabalho, vai amortizando esses investimentos e tirando da tarifa, ele já vai fazendo. Então, na distribuição, a gente...

A única coisa curiosa que levantamos desse segmento é que não achamos nenhum caso no mundo de concessionário de distribuição que tenha sido licitado após o término da concessão. O marco regulatório de diversos países permite, enquanto estiver havendo prestação de bons serviços, a renovação. Não encontramos nenhum caso de reversão efetiva do bem quando o agente está prestando bom serviço.

Chegamos, então, à transmissão.

A transmissão é um segmento interessante porque é com tarifa também, só que teve uma origem diferente. Ela não é uma concessão tão bem acompanhada, em termos de tarifa, como é a distribuição, porque, na verdade, o bloco de ativos em serviços que tínhamos na rede básica, na década de 90... Foi dada uma determinada tarifa, mas, depois, o próprio fator X acabou não entrando nos contratos de concessão das transmissoras. De qualquer forma, é tarifa, uma atividade regulada, mas a própria agência sabe que vai ter que evoluir com relação a esse aspecto. Mas, hoje, se analisarmos, praticamente 70% ou 80% das

concessões da nossa rede básica estão vencendo em 2015. Então, também é um ativo bastante grande.

Devemos também, e já falei isso em geração, quando se faz a análise de prós e contras, analisar bem o que está sendo revertido para a União. Mais uma vez, não é o CGC que está vindo para a União, não é um processo de privatização. É o ativo físico que, a partir de 2020, volta para a União, que tem de decidir, juntamente com o Congresso, se vai prorrogar, se vai licitar e em que condições vai fazer isso, de forma que atinja os principais interesses da sociedade brasileira.

Em linhas gerais, fizemos um comentário desse caso específico de concessões. Esperamos que, nos próximos meses, haja uma definição clara do caminho que o Brasil vai seguir.

Estive recentemente na Noruega e algo me chamou a atenção. Eu estava conversando com o Ministro de Energia de lá. Eles têm um sistema basicamente com hidroeletricidade e participam do Nordpoll. Achei interessante. Eles dão a concessão por sessenta anos. Perguntei: “Como vocês fazem? Renovam?”. “Renovamos se o cara estiver cumprindo bem.” Apesar de esse segmento na Noruega ser praticamente estatal. “Você não captura? Porque já é um bem depreciado.” “Capturamos, mas via imposto.” Então, de toda usina em que venceram os sessenta anos, o estado norueguês vai lá e cobra um imposto muito alto. Mas eles estão enfrentando problemas hoje porque, como participam do Nordpoll, e é claro que têm preço para baixar o preço médio do Nordpoll, a Comunidade Europeia os olha como se estivessem fazendo *dumping*. Por outro lado, a Noruega – isso ele contou – cobra efetivamente um preço mais alto do que seria só usando as usinas depreciadas. Também cobra do Governo: “Por que estou pagando?”, porque ficam em um preço mais próximo do que amortecem no Nordpoll, mas, ao mesmo tempo, mais alto do que seria se fosse só para eles. Então, tem cobrança também desse lado.

Fomos procurar em outros países, mas realmente não se achou caso de ter que licitar ou ter que... Parece que é um assunto que, no mundo inteiro... Não vemos isso nos Estados Unidos, nos países mais capitalistas ou nos mais socialistas, não tem muito uma definição. Por isso, é um bom desafio que o Brasil tem, à luz do seu marco e do modelo que ele possui, de achar a melhor saída para um segmento tão importante quanto esse. E quando se fala em melhor saída, que saia com o menor preço, que realmente ocorra essa captura para a sociedade brasileira, mas, ao mesmo tempo, que continue ou que venha melhorar cada vez mais o nível de qualidade de atendimento do serviço de energia elétrica, que é bastante sério.

Em linhas gerais, Senadora Presidente da Comissão, eu acho que para iniciarmos seriam esses comentários e depois podemos ficar à disposição para questionamentos.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Dr. Zimmermann e passo a palavra para o Senador Delcídio do Amaral, autor do requerimento.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Primeiramente, quero cumprimentar o Márcio, que é um velho amigo do setor elétrico, bem mais velho do que eu, mas um velho amigo do setor elétrico e um camarada. O problema é que ele não disputa comigo na questão capilar, diga-se de passagem. O Márcio é uma pessoa que conheço há muitos anos e é muito competente. Não tenho dúvida nenhuma de que é um dos melhores quadros não só deste governo, mas do País, na área de energia. Muito competente, muito equilibrado, verdadeiro. Eu sempre presto muito atenção às palavras do Márcio, porque são sempre muito sensatas e, acima de tudo, equilibradas.

Eu não ouvi toda a sua exposição, porque a Comissão de Assuntos Econômicos arrastou a barriga até quase 14 horas e 30 minutos, mas estou convencido, pela sua exposição, de que vamos prorrogar as concessões.

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN – Não foi isso que eu falei. (Risos.)

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Você deu um exemplo emblemático. Falou da Chesf, do complexo de Paulo Afonso. E aquele exemplo do operador da usina “A”, da “B” e da “C”, em que houve um problema no serviço auxiliar da usina “C” com o operador da usina “A” e queimou o gerador. Isso quer dizer que é melhor deixar do jeito que está para não queimar mais geradores por aí.

Entendo perfeitamente suas ponderações com relação ao ativo que volta para União, mas não aos funcionários, apesar de efetivamente você pegar um complexo como Paulo Afonso, PA II, PA III, PA IV, Sobradinho, Xingó, Itaparica... Acho que só Xingó está fora, não é? Só Sobradinho está fora.

Agora, é evidente que a partir do momento que esse bem reverte e você fica – usando a sua expressão – com o CGC da Chesf, é claro que você vai ter, eventualmente, em função do que fizer com o ativo, vai ter dificuldades com o pessoal que está alocado nas usinas. Essa é uma situação de fato e, portanto, complica efetivamente qualquer decisão.

Nós aqui fizemos uma audiência pública e veio o Presidente da Fiesp, o Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, e o discurso é de que você reverte, você leiloa e, evidentemente, vai ter

uma redução drástica na tarifa. Esse foi o discurso. Acho que alguns que estão aqui presentes... E hoje só estou vendo especialistas do setor acompanhando esta audiência pública. Pelo menos foi isso que entendi. E não é bem assim, acho que muitos aqui já passaram por várias empresas, já passaram pelo antigo Dnae, tem gente que foi da Aneel... As coisas não são tão simples assim. Achei importante a informação de que a Aneel vai estudar usina por usina para verificar o seguinte: o que, efetivamente, está amortizado? A usina "A" está amortizada? A "B" não? Entendo que, em função desse levantamento da Aneel, é que se vai buscar, fruto desse detalhamento, que não é simples, porque acho que... Eu não sei, mas acho que 80% da geração, vão caducar as concessões, não é?

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN – Não, não, pouco.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Quanto? 70%?

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN – Só dez mil.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Vinte mil, não é? Quanto? Vinte. Perdão, 20%. Estou confundindo com a transmissão.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – E é 2015, não é?

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Mas entendo o seguinte: esse trabalho que a Aneel vai fazer é importante porque você, efetivamente, vai fazer um *as built* de cada usina, ou seja, como cada usina se comportou à luz desses critérios de amortização e, se efetivamente, como diz o Márcio, é só operação e manutenção que são os 2%. Então, eu acho que isso é importantíssimo, porque a gente começa a desenhar, efetivamente, um quadro claro que retrata a situação pelo menos desses 20 mil... Vinte mil ou dez mil? Agora eu já...

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN – Dá 18.253 megawatts, 10 mil megas....

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Então, esses vinte mil megas que vão caducar. É uma iniciativa importante.

Outro fato é a distribuição. E isso no mundo inteiro, pelo menos os casos que conheço. Se o cara presta um bom serviço, normalmente não tem por que tirar do camarada. E a transmissão, como você falou muito bem, boa parte do nosso sistema, pelo menos a nossa rede básica está no alvo também dessas inovações.

Vou ser muito sincero, Márcio. A despeito de existir uma lei, eu não vejo nenhum... A partir do momento em que você detalha que a Aneel estuda geração por geração, você já tem setores regulados como distribuição, eu não vejo por que reverter para a União para esta leiloar, fazer uma nova licitação. Não vejo nenhuma

razão, não há lógica nisso. E se partirmos para uma decisão nesse sentido, você imagina a confusão que vamos fazer no setor de energia elétrica, num momento em que o Brasil precisa ter segurança energética, precisa ter tranquilidade para garantir o seu sistema, que é um competente sistema, tocado por gente competente. Vamos partir para essa aventura sem pé nem cabeça? E eu não vou entrar aqui na questão – e acho que você não citou – da RGR. Porque, de certa maneira, a RGR teria que entrar no jogo, se você fosse fazer algum tipo de operação como essa de reversão. E volto a dizer – e isto debatemos muito no Senado –: RGR tem sido muito importante para o setor. Existem programas do governo fundamentais, como o Luz para Todos, ancorando na RGR, apesar de muitos criticarem.

Senadora Lúcia Vânia, fui convencido pelo Márcio de que o Governo vai prorrogar as concessões. (Risos.)

Eu acho que não há nenhum risco de dar errado minha previsão, porque é a decisão mais sensata, a decisão mais coerente, mais lógica e com impacto.

Para concluir, porque outros Senadores querem falar também, o Márcio falou no compromisso com a motricidade tarifária, um dos pilares do modelo que aprovamos em 2004/2005. Eu acho que todas essas coisas vêm de encontro. Portanto, do meu ponto de vista, seria uma completa insensatez partir para uma modelagem diferente dessa.

Eu queria fazer esses registros porque acho que não podemos brincar com uma área vital para o País, que é a segurança energética. Eu vi agora os números do BNDES, que é o grande protagonista do setor de energia, especialmente o setor de energia elétrica. Nós não podemos mexer numa coisa que está caminhando bem. Acho que agora vamos ter oportunidade de qualificar melhor todos esses ativos e ter, inclusive, sob o ponto de vista de sinal econômico, um setor elétrico muito mais sadio. Por isso defendo a prorrogação.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Está convincente. Com a palavra o Dr. Zimmermann.

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN – Eu tentei passar aqui o...

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Srª Presidente, pela ordem. Nós podíamos fazer as nossas colocações e o Dr. Márcio responder de uma única vez, senão será repetitivo.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pois não. Com a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Obrigado, Presidente Lúcia Vânia. Cumprimento também o Senador Delcídio.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Só queria fazer um comentário. Tenho um medo desse caderninho do Blairo que não é fácil, viu?

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Se eu perdê-lo eu perco a memória, Senador.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – É que a tecnologia não substitui tudo não.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Não. Estou em fase de transição.

Cumprimento o Dr. Márcio. Seja bem-vindo mais uma vez à nossa Comissão.

Ouvi atentamente as ponderações do Dr. Márcio, já ouvi em outras oportunidades o Dr. Márcio falar e também outros que atuam nessa área. Gostaria de deixar o meu ponto de vista, que é muito parecido com o que o Senador Delcídio colocou aqui, de que, na verdade – eu entendo assim –, tanto faz para o Governo, ou melhor, nem é para o Governo, é para a sociedade, você levar de volta isso, licitar por um preço mais baixo ou renovar a concessão para quem está operando. O que importa para a sociedade é que você não pague novamente por essa usina. O Dr. Márcio deu o exemplo de quando você tem uma parte para pagar ainda, para amortizar, e outra não. Então, o que me interessa, como consumidor, é saber se na renovação – ou o nome que se dê a isso no futuro – essa amortização não existirá mais, se virá para o preço da energia para o consumidor, para a área industrial. Enfim, você vai ter uma energia mais barata. Eu acho que é muito mais uma opção do que o governo queira fazer. Por lá ou por aqui, a Aneel vai ter que levantar, o governo, através da Aneel, vai levantar quanto custa cada usina dessas, quanto amortizou, o que tem para amortizar, fazer uma conta simples.

Para construir uma usina hidrelétrica hoje, uma PCH – e conheço bem esses números porque estou construindo neste momento – é entre R\$7 mil e R\$10 mil por mega instalado. Quer dizer, uma usina de 10 megawatts corresponde a R\$70 milhões. Se eu tenho uma concessão de trinta anos, com quinze, praticamente é o número do *Break Even*, tem de pagar essa conta, vou ter de buscar meu capital em mais quinze anos. Lá na frente, daqui a trinta anos, não tenho mais de pagar os R\$70 milhões, eu tenho de pagar a remuneração do capital que investi, mais mão de obra, etc.. Então, o preço da energia, de fato, vai cair muito. E é isso o que esperamos.

Dr. Márcio, eu quero fazer uma pergunta ao senhor. Se não puder responder... É uma preocupação que tenho, como empreendedor da área também: no momento em que você faz o leilão de energia velha com energia nova, você tem um preço médio mais baixo. Isso é óbvio que vai acontecer. Como é que vamos –

digamos nós o governo –, que solução vamos buscar para atrair novos empreendimentos, novos investidores? Porque o preço não pode ser o mesmo. Se eu hoje faço uma venda de um PPA, um PPA de R\$140,00 o megawatt, no preço da energia velha com a nova talvez possa custar setenta, sessenta. Como vamos atrair novos empreendedores nesse processo? Porque também não vamos achar que o País não vai ter que crescer mais na produção de energia. Pelo contrário, vai ter que crescer muito mais. Vamos ter de esgotar todo o nosso potencial hídrico, vamos ter de gastar nosso potencial eólico, porque tem também um potencial para isso, porque não é em toda a região que você tem vento para fazer energia e, quem sabe, vamos ter de ir para a atômica também e outras coisas no futuro.

Gostaria de saber se o Ministério já tem mais ou menos qual o caminho a seguir. Não sei se o senhor me entendeu, porque, no mercado livre, vai ter um preço mais baixo do que eu, como empreendedor, preciso para remunerar o meu investimento no futuro.

Seriam essas as minhas colocações. E mais uma vez quero cumprimentá-lo pela exposição e também deixar a minha posição. Acho que o governo é que tem que escolher, mas vai ter que trazer benefícios para o consumidor final, a preços reduzidos do que temos hoje.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senadora Vanessa.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Senadora Lúcia Vânia, eu já cheguei com o trem andando, no final da viagem, e a energia quase que se encerrando.

Quero dizer que a parte que ouvi do Senador Delcídio do Amaral, tenho concordância plena com o Senador. Com relação à questão energética, no Brasil, temos um modelo importante interligado, e parte do País está isolada, parte da Amazônia Ocidental. As obras para que também essa parte do Brasil se interligue ao sistema nacional já estão em processo de operação. A obra do Linhão, que liga a energia de Tucuruí até o Estado do Amazonas, já está em andamento.

Inclusive, penso que seria importante, Senadora Lúcia Vânia, que fizéssemos uma comissão, quem sabe no início do ano que vem, um grupo, que juntássemos um grupo de Senadores interessados e fizéssemos uma visita a essas obras, porque são obras importantes, não apenas ligadas a energia, mas são obras que atravessam a floresta amazônica, até para que possamos ver *in loco* quais são os impactos e tudo mais.

Por outro lado, é claro que o futuro da geração de energia hidráulica no Brasil está na Amazônia. Os grandes empreendimentos de energia no Brasil hoje estão localizados na Amazônia. E isso chega, até certo

ponto, Dr. Zimmermann, a criar uma distorção, porque se apenas olhamos os números do PAC, parece que a Amazônia parece ter sido enormemente contemplada, porque boa parte dos recursos do Plano de Aceleração do Crescimento são investidos na região. Entretanto, a energia que aquelas usinas produzem servirá para abastecer outras regiões do Brasil que não exatamente a Amazônia, se bem que nós podemos comemorar esse novo momento, o momento de que geramos a energia e podemos utilizá-la, porque até há pouco tempo não utilizávamos essa energia.

Hoje, a cidade de Manaus deve ter, salvo engano, um terço da sua energia gerada a partir do gás natural, mas os outros dois terços são ainda com a queima do óleo diesel ou óleo combustível.

Mas nós conhecemos os planos. Com a construção de uma hidrelétrica de 60 megawatts, a partir de gás natural, bicomcombustível, e com a chegada do Linhão, aí sim nós podemos nos interligar a todo o sistema, entrar com gás, nos momentos que forem necessários.

Não sei se estou equivocada, mas as empresas Amazonas Energia também têm a sua concessão vencendo, acredito que deverá ser renovada. Entretanto, Ministro, é importante a renovação. Eu também defendo a renovação das concessões, mas é preciso resolver o problema. Hoje, nós vivemos como há três décadas: com apagões diários de energia, e com todo esse potencial.

Então eu queria, quando o senhor falasse... Sei que estamos tratando aqui da renovação da concessão, e eu discuto a renovação de uma empresa específica e quais os planos para melhorar a eficiência. Porque, veja, não é simples, não foi simples para nós da região aceitarmos esse novo modelo formatado e levado a cabo pelo Ministério de Minas e Energia, que juntou, Senadora Lúcia, Senador Delcídio e Senador Blairo, as seis empresas federalizadas em uma única, formando uma *holding* das seis empresas. De onde são? Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima, Alagoas e Piauí. Vejam: dois Estados do Nordeste e quatro do Norte, e uma única empresa, com um único Presidente, uma diretoria acho que de seis membros. Nós temos lá o Diretor Tarcísio, que é até meu vizinho em Manaus, está morando lá.

Depois de muita polêmica, muitas reuniões entre vários Senadores desses Estados com o Ministro Lobão, à época, ainda, ele nos convenceu de que devíamos dar um voto de confiança ao Ministério, porque os índices, de fato, eram extremamente negativos, de perda de energia, de ineficiência. Todos os índices eram extremamente negativos. Passaram-se, acho, dois anos, os índices pioraram. Os índices pioraram.

Estou sabendo que há uma reformulação nesse sistema, mas não conheço exatamente como é. Então, se o senhor pudesse falar disso, eu ficaria enormemente agradecida. Eu não vejo a hora de sugerir a concessão de um título, não de Manaus, mas um título do Amazonas ao Ministro de Minas e Energia, ao Presidente da Eletrobrás, mas, para isso, precisamos ter título de cidadão amazonense. Para isso precisamos ter o nosso problema de energia resolvido, urgentemente.

E também que o senhor nos dissesse se temos a garantia plena de que no Linhão Tucuruí-Manaus, Municípios por onde passará o Linhão serão atendidos, como Parintins, Nhamundá, Boa Vista do Ramos. Itacoatiara está. Acho que Itaquatiara está. O Senador Blairo tem um porto graneleiro lá muito importante. Eu acho que ele economiza US\$30,00 por cada tonelada...

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Eu queimo um diesel lascado lá, viu?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Na exportação de soja. É importante. E se transporta mais barato, se exporta mais barato a soja, pode exportar produtos oriundos do Polo Industrial de Manaus. Não tenho dúvida nenhuma. Agora, para isso, precisamos de energia. Mas a realidade no Município... O Senador sofre muito. Imagine o povo que vive lá. A realidade é esta: não tem energia segura, a estrada ainda é muito ruim e, o pior, o aeroporto vive mais fechado que aberto, mais interditado do que em operação. Essa, infelizmente, é a realidade da região mais rica do Planeta.

Então, se há a possibilidade de levar a energia das hidrelétricas do Madeira para Municípios também do entorno. Refiro-me a grandes Municípios, como Humaitá, a cem quilômetros, com uma estrada asfaltada, e Lábrea. Que o senhor nos falasse sobre isso até para que possamos ter uma opinião mais... Concordamos ou não, dependendo dos planos da empresa, não é, Presidente?

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Tem de oferecer o título para ele também.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Pois é. Mas deixe ele resolver o problema que eu vou estar lá, oferecendo o título.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Dr. Márcio, a mim, como Presidente da Comissão, compete solicitar a V. Sª que faça...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – O título será a Ministros e ex-Ministros, viu?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Que faça da Comissão interlocutora dessa ação. V. Sª pode sentir hoje, com a plateia, a expectativa que o assunto gera em todos os setores, principalmente nesse setor. Nossos gabinetes e a Comissão têm sido

demandados de forma veemente em relação a uma resposta. Então, eu gostaria que V. S^a informasse à Comissão e que nós voltássemos ao assunto, assim que houver uma solução mais definitiva por parte do Governo.

Eram as observações que eu queria fazer. Não vou declarar a minha posição, porque estou sendo convencida ainda.

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN – Sr^a Senadora, Presidente da Comissão, Senador Delcídio, Presidente também, vou iniciar fazendo um comentário. Na verdade, talvez, eu não tenha sido muito feliz de traduzir aquele relatório que não foi aprovado ainda pelo CNPE, mas que, na verdade, foi feito com o objetivo do diagnóstico mais próximo possível, um retrato que realmente identificasse os prós e contras da situação, com relação a renovar ou a licitar essas concessões.

Acho que, na verdade, o Ministério... Eu vi, na sexta-feira, eu até estava chegando ao Rio. Eu tinha uma reunião do Conselho da Eletrobrás, e vi no avião, no caminho, uma manchete: “Ministério vai renovar as concessões”.

Eu me assustei, porque houve uma reunião dos Presidentes das Associações com o Ministro Lobão no dia anterior. Eu não participei da reunião, porque estava envolvido com outro... Aí, quando leio aquilo no jornal, preocupei-me logo em ligar para o Ministro Lobão: “O que houve? Tem alguma novidade aí?”. E o Ministro comentou: “Olha, não falei nada disso. Nós ficamos conversando sobre vários itens. Eu não afirmei nada disso. Tem algum equívoco aí”.

Depois até encontrei o Luiz Fernando, Presidente da Apine, que disse: “Realmente, o Ministro não falou. Não sei de onde saiu aquilo.” Mas é em função até do que a Senadora Vanessa falou: na verdade, é um clima de expectativa que esse assunto gera.

Até eu, tentando explicar aqui, com a maior isenção... O próprio Senador Delcídio já disse que...

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Márcio, ele está querendo colocar palavras na sua boca.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Depois, o *Valor Econômico* que é culpado. O Ministro e o Secretário-Executivo. O ex-Ministro. Não sei como descreveram no *Valor Econômico* isso.

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN – Mas, realmente, não há uma posição definida, até porque acho que isso passa por instâncias. O Ministro vem discutindo com a Presidente e com outros Ministérios, e efetivamente não...

Como estamos tranquilos porque o tempo não está ainda... Estamos tendo oportunidade de aprofundar mais essa discussão. E acho que há coisas que eu manifesto até, independentemente de hoje estar

na função de Secretário-Executivo, como alguém que tem um tempo de setor elétrico, como tenho certeza de que o Presidente, Senador Delcídio, pelo tempo que teve no setor, pela história que teve no setor elétrico, também tem uma posição de quem viveu. É claro que ele conhece bem, sabe das peculiaridades desse setor.

Eu acho, Senador Delcídio, então, que é interessante, quando estiver disponibilizado esse relatório, quando for aprovado formalmente no CNPE, será interessante ver, justamente por causa dessas... Na pesquisa internacional que nós fizemos, para ver como era nos outros países e, ao mesmo tempo, procurar ver...

Todo mundo sabe que um projeto, um processo de licitação teoricamente baixa o preço. É a melhor forma de testar. Por outro lado, um processo, quando você fala em prorrogar, sabe que ganha no lado do aspecto da segurança, se é uma concessionária que vem cumprindo bem. Na sua matriz de risco, você diminui aquelas interrogações.

Quando você consegue compatibilizar, já que aí o poder concedente é que tem o poder de dizer que, se eu licitar, vou ter um preço de referência, considerando esse ativo depreciado ou não, e provavelmente... Agora, tenho de ser realista: não vou para aqueles 25% que andam dizendo aí, porque estou falando mais em cima do O&M e pequenos investimentos que venha a ter.

E, ao mesmo tempo, se prorrogar, eu jamais iria pensar em remunerar ativo amortizado. Então, a partir do momento em que começo a olhar com realismo essas alternativas, talvez facilite, e vira não uma resposta bombástica, como furo de reportagem: “Governo decidiu licitar” ou “O governo decidiu prorrogar”. Na verdade, é uma coisa madura que não tem muito que inventar e que se analisa em cima de fatos e de coisas específicas e não... Então eu acredito que, nesse ponto, enquanto não houver uma definição final de como uma posição do governo vai ser trazida, até para discutir com o Congresso Nacional, qual é a posição, já que envolve... Nas duas alternativas, envolve alteração de lei. É claro que vai ter que ter uma interação muito forte com a Câmara dos Deputados, com o Senado, com o Congresso brasileiro, para achar.

Eu acho que o que a Comissão de Infraestrutura e a Comissão de Assuntos Econômicos vêm fazendo é muito importante. Já é a terceira sessão em que discutem isso. Realmente, é o reconhecimento da importância dessa...

Com relação – o próprio Senador Delcídio comentou – a declarações que ocorrem aí e tal, é o que eu falei: na verdade, se eu partir do princípio que em nenhuma hipótese eu vou remunerar ativo depreciado ou ativo amortizado, a partir disso eu já não tenho divergências substanciais com “A” ou “B”. Eu tenho

que ver o que é melhor para a sociedade brasileira. E tenho certeza de que o Governo vai ver, assim como o Congresso, com as alterações que terão de haver, e em qualquer uma das hipóteses terão de fazer.

Quanto ao comentário do Senador Blairo, imagine o seguinte: eu tenho uma usina totalmente depreciada. Aí tem o custo O&M, risco hidrológico e pequenos investimentos que eu tenho que fazer no prazo de concessão. Se eu jogasse no mercado essa usina, o mercado que está trabalhando no preço “x” e ela chega com um preço muito abaixo desse “x”, ela vai vender com ágio, e aí quem capturaria isso seria não o consumidor, mas o próprio dono desse ativo que pegou. Nas duas hipóteses, nós temos que trabalhar bem claro, e por isso que eu falei que a captura do ativo depreciado, porque o modelo de hoje é muito claro, não é para o Tesouro Nacional e não é para o Tesouro Estadual, é para o consumidor brasileiro, para a modicidade tarifária. Eu tenho que, de alguma forma, capturar e chegar ao consumidor. Então, eu não posso vender com preço distorcido, mas, de alguma forma, isso deve servir para baixar na outra ponta.

Eu me lembro que, na época do grupo, perguntamos: “Onde é que eu consigo chegar com isso?”. Bom, eu tenho tarifa de transmissão que é comum a todos, a Tust. De repente, pode ser uma alternativa você usar para diminuir os custos da transmissão. Porque isso atingiria todos os consumidores. É uma alternativa, não quer dizer que vai ser assim, mas são formas de burlar aquele ativo depreciado, de entrar em um leilão assim, e aí inibir, como o Senador falou acertadamente, a exploração aqui, porque o cara vai até que o mercado reaja. Então, eu acredito que isso é perfeitamente administrável nas duas hipóteses, prorrogando ou licitando. Isso vai ser administrado, já que, na verdade, eu tenho que fazer a captura para o consumidor.

O SR. REDITARIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Uma questão de ordem. Posso fazer uma pergunta? Eu vou sair agora, me chamaram lá no Plenário, desculpe.

O assunto prolongamento da concessão, digamos, qual o procedimento para prolongar quando ela está para vencer? Entrar com os requerimentos junto à Agência Nacional de Energia Elétrica. E isso já no ano anterior, não é?

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN – Na verdade, Senador, toda essa discussão, é justamente que a legislação brasileira, hoje, se nós seguíssemos o que está na lei, quando termina uma concessão o bem reverte para a União, o que, em princípio levaria a licitar essa nova concessão. Então, se venceu a concessão, teoricamente, eu teria que licitar. Agora, com a adequação que nós tivemos do modelo em 2004, evoluiu muito. Aquele processo que eu fiz na década de 90,

que o recurso da venda de um ativo ou a venda de uma empresa iria para o Tesouro Estadual ou Federal, em 2004 foi bem clara a reversão disso para a modicidade tarifária, para baixar o custo. E isso num país como o nosso é muito importante. Quando eu estou falando num país, por exemplo, que só tem térmica a óleo, sabemos que uma térmica a óleo vai durar trinta. Acabou aquilo, acabou, compra uma nova.

Quando eu estou falando de uma hidrelétrica, aquele potencial hidrelétrico é *ad eternum*, e, por outro lado, aquela barragem vai durar duzentos, trezentos anos. E aquele gerador, que é um investimento menor ali da usina, é que eu posso ter que trocá-lo depois de... Sei lá, nós temos geradores hoje operando com setenta anos, oitenta anos.

Eu só quero dizer, Senador, é que, na verdade, quanto à prorrogação, hoje, a legislação prevê que três anos antes de vencer a concessão o agente teria que pedir. Só que hoje estamos em uma discussão se efetivamente você vai licitar quando o bem reverter para a União ou se vai adequar a legislação brasileira a fim de permitir a prorrogação ou a renovação.

O SR. REDITARIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Está bem. Mas veja bem, no Estado de Rondônia, temos usinas que eram das centrais elétricas, da Ceron, e foram federalizadas, a Eletrobrás é que comanda, e, se não me falta a memória, continuam paradas há muitos anos. Não fizeram as reformas, nada disso, etc. Os proprietários das concessões dessas pequenas centrais elétricas fazem revisão todos os anos, mantendo, e inclusive vendendo a um preço bem baixinho, porque existe empresário que vende a energia muito mais cara, sendo a mesma energia. Seria lamentável que uma empresa como essas, quando vence o prazo dos trinta anos, a usina toda em dia, dentro da conformidade, respeitada a parte florestal, porque tem usina lá que tem... Vejam bem, é bom ter conhecimento. Há usinas em que todas as nascentes são cobertas de mato. Na seca, caem no máximo 30%; outras, ao contrário, com tudo derrubado, caem 70%, até 80%. Vejam que situação difícil para os proprietários. Vão lá em baixo. É importantíssimo esse assunto do Código Florestal. Mais importantíssima é a reposição da mata ciliar nos rios, em todos os córregos, em todas as nascentes, porque a água vai aumentando, não vai diminuindo. Senão, haverá problema no Brasil todo no futuro. Nós temos que fazer uma política em relação à mata ciliar. Olha, traz uma tranquilidade justamente para a parte daquilo que precisamos ter claro, que é a energia. Porque a água não cai... Vejam bem, onde não tem mata, cai 70%, 80% por ano; onde é coberta por mata cai no máximo 30%.

Os proprietários estão sofrendo, mas mantendo tudo em dia, bonitinho, respeitando tudo o que a lei manda. Depois vence e eles têm que entregar. Seria lamentável. Eu acho que tudo tem negociação não é?

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN – O Congresso é que decide, Senador.

O SR. REDITARIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – O Congresso, não é? Porque, por exemplo, em Rondônia tem uma usina comandada pela Eletrobrás. Está lá. Eu sei que até há poucos meses estava abandonada. Agora não sei como está. Abandonada completamente.

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN – Uma usina hidrelétrica?

O SR. REDITARIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – É. Uma pequena usina, uma pequena central hidrelétrica.

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN – Da Eletrobrás?

O SR. REDITARIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – É. Os proprietários particulares não deixam fazer isso, eles mantêm. Estava, até há poucos meses, abandonada completamente lá na cidade de Vilhena, na divisa com o Mato Grosso. Abandonada completamente. Eu vi com os meus olhos. Pode ser que eles colocaram, organizaram, reformaram, botaram para funcionar. Mas vejam bem, manter o preço baixo, muito bem. É bom? É. Alguns empresário têm o preço lá embaixo. Outros, não sei o que houve, têm o preço lá em cima. A mesma energia. Não entendi essa da parte da Eletrobrás. Eu não entendi.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. REDITÁRIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Vejam bem, empresários que têm usina usam a mesma rede – já que falou da nossa – e recebem R\$40,00 por megawatt a mais e usam a mesma rede. Quando nós fizemos o contrato foi de setenta e poucos, abaixo de oitenta, e ele já fez cento e trinta e pouco a mais. Aí é que está errado. Mas tudo bem, não tem galho.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Dr. Márcio.

O SR. REDITÁRIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado.

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN – Vou voltar ao assunto de Rondônia, Senador, mas se me permite, na sequência, para a Senadora Grazziotin. Ela havia feito, pouco antes de o senhor comentar, uma série de questões que vão ajudar a esclarecer também, já que o senhor é Senador por um Estado que está recém entrando no sistema interligado. Há dois ou três anos que Rondônia entrou para o sistema interligado, ainda não da forma como deveria ser, em função de atrasos que tivemos em linhas, causados por diversos fatores...

O SR. REDITÁRIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Gasta-se muito diesel lá ainda, não é?

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN – É. Mas justamente porque tivemos problemas na época com o órgão ambiental estadual, que não liberou a licença da linha de transmissão. Com isso, até hoje temos problemas tanto no atendimento de Rondônia, que só tem um circuito, como no atendimento ao Acre, que também, por atrasos no processo de licenciamento, você não opera com o critério “N-1”. No sistema interligado, usamos “N-1”. Se perder esse, tem que ficar com o sistema em cima. Infelizmente, ainda não estamos operando nesse padrão lá. Mas acho que proximamente, com a entrada das usinas de Jirau, Santo Antonio e as linhas de transmissão, que já voltaram, já estão sendo construídas, isso vai se resolver e vamos ter os Estados do Acre e de Rondônia com a mesma qualidade que temos nos demais Estados brasileiros, já que passam a estar dentro dos nossos critérios para expandir a rede.

Mas a Senadora Grazziotin tocou em um ponto muito importante: há alguns anos, foi tomada uma decisão que acho que foi muito importante. Lembro-me que, no caso da interligação do Amazonas, a Presidente Dilma ainda estava no Ministério, e pediu para a Eletrobrás estudar a interligação Tucuruí/Macapá/Manaus. Foi feito o estudo. Na verdade, há uma característica interessante. Manaus tem uma carga maior que a de Mato Grosso do Sul. A carga do sistema de Manaus é realmente muito grande.

Ao longo do tempo, na Eletrobrás mesmo nós tivemos a discussão sobre a interligação do sistema Manaus na década de 90, bem antes até. Sempre se levantou... Houve uma época em que era o aspecto de como você ia atender aquela região. Já tinha o gás de Urucu, e não ia fazer o gasoduto, ia levar em balsas o gás. Levou muitos anos essa discussão, o que atrasou muito, até fazer o gasoduto. O Senador Delcídio deve se lembrar bem dessa época. Até que, no final, se tomou a decisão, já no governo Lula, e fez-se o gasoduto. E como a Senadora disse, hoje, ele já ocupa cerca de um terço ou um pouquinho mais da geração a gás. Apesar de termos tido gás, com a obra do gasoduto na floresta, com preço muito alto. É realmente um gás que chega com um preço bastante alto.

Por outro lado, o próprio sistema brasileiro sempre tratou essas distorções econômicas, regionais e sociais no Brasil de uma forma que acabou onerando até os demais consumidores brasileiros, a partir do momento em que a CCC, justamente para minimizar esse aspecto de termos Estados como Amazonas e Amapá, que não eram interligados, pelo menos para que aqueles Estados pudessem ter energia elétrica, porque seria inviável para aquelas populações paga-

rem o preço do óleo diesel, porque uma geração a óleo diesel sai quatro ou cinco vezes mais cara do que uma de hidrelétrica, é um preço absurdo. Então, o consumidor brasileiro, através da CCC, paga, de forma que lá se pague uma tarifa normal como no resto do Brasil. E é claro que esse é um dos encargos que nós temos no setor elétrico. Então, o esforço se fez.

A decisão que a Senadora citou, que eu acho que foi muito estratégica, foi quando se decidiu interligar Acre e Rondônia. Eu estaria potencialmente reduzindo em 25% o consumo da conta de combustível.

Quando eu interligasse o sistema do Amazonas e Amapá, eu resolveria praticamente 99% desse consumo de combustíveis fósseis nas regiões. E aí nós fizemos o leilão, e a linha já está sendo construída. Essa linha era para entrar já no final deste ano. O processo de licenciamento dela foi complexo, é uma linha de 1,4 mil quilômetros. Atrasou dois anos, ou coisa assim. Era para entrar no final de 2011, porque é uma linha que já foi leiloada há mais tempo. Há dois trechos que ficam prontos no final do ano que vem, e a ligação completa vai para junho de 2013, fechando a interligação, porque já vão chegar dois circuitos em Manaus, já atendendo ao critério "N-1".

Ao mesmo tempo, hoje, a Senadora acompanha isso e tem um papel importante no setor energético. Ela cobra muito do Ministério, e com razão, a melhoria da qualidade. Porque você administrar uma cidade que tem uma carga maior do que o Estado de Mato Grosso, que tem uma carga quase igual à do Paraguai – em termos de energia, é dois terços a do Paraguai –, concentrada num local e atendendo com máquinas térmicas a óleo, é um sistema precário, porque é realmente uma das maiores capitais do Brasil.

Todo esse esforço da interligação, que já era para estar entrando agora em 2011, uma linha em que se está gastando R\$2 bilhões para se fazer – infelizmente, atrasou um pouco –, vai equacionar aí uma boa parte do sistema isolado brasileiro, que seria Manaus.

Outro ponto que a Senadora falou, em que a Eletrobrás está avançando celeremente... Tinha-se feito algumas conversões de máquinas de óleo para gás. Ela fez lá. E agora vai substituir, porque há máquinas muito antigas lá, e vai fazer essa planta de 600 megawatts, que já está em processo de implantação, de escolha de projeto, para iniciar o processo de implantação, substituindo 600 megawatts de um monte de maquininha por uma usina das mais modernas, de ciclo combinado, de forma que você vai continuar usando o gás da região amazônica, porque há um bom potencial de gás lá, e, ao mesmo tempo, com um Estado que vai participar do sistema interligado nacional.

No futuro, até esperamos que, à medida que apareça mais gás no Amazonas, que tem um grande potencial, na verdade, passe a trabalhar fortemente esse sistema interligado nacional, que ora o Sul está mandando para o Sudeste, o Sudeste para o Nordeste, o Sudeste para o Norte, ou vice-versa, esse grande sistema interligado, que busca a otimização plena desses recursos da Nação brasileira.

A Senadora tocou num ponto muito importante. No passado, houve um caso, que recentemente foi levantado até pela própria Presidente lá em Moçambique, vocês viram pela mídia. Fez-se Tucuruí, usina em que o Senador Delcídio teve uma participação forte na sua viabilização, como engenheiro, trabalhando. Naquela época, as linhas saiam de Tucuruí e você via um monte de comunidades embaixo ou com um geradorzinho diesel ou... Isso porque, na época, não se concebeu que você... Como é que você vai está tirando energia de uma região e não está levando para aquela região esse desenvolvimento? E isso fica mais grave, porque, por exemplo, hoje, se nós analisarmos como se faz uma hidrelétrica no Brasil, como se faz um empreendimento estruturante, ele chama a atenção... Por exemplo, na verdade, Acre e Rondônia – Senador, que é de Rondônia –, a vantagem que está sendo para o Estado de Rondônia a instalação de dois projetos estruturantes, como Jirau e Santo Antonio. É uma coisa que não se imagina o efeito, principalmente quando é conduzido olhando que aquilo é um fator de desenvolvimento econômico e social, de corrigir distorções econômicas e sociais, além desse aspecto da energia que... Às vezes me perguntam: "Em Rondônia a energia foi vendida? Vai para o Sudeste? Vai para não sei onde?". Na verdade, a energia de Rondônia... O Eletron lá, na verdade, quanto mais carga industrial, quanto mais consumo tiver em Rondônia, mais a energia vai ficar ali. Não tem nada que vá limitar... Aquelas usinas nascem com potencial de exportar. E vão exportar no início, porque não tem consumo lá, mas à medida que a região vai crescendo, ela vai absorvendo essa energia, que vai ficar ali, não tenho dúvida.

O que a Senadora falou é muito importante, quando estou falando naquilo que eu vou agregar do projeto Santo Antônio, lá em Rondônia. Já foram formados mais de trinta mil, já que se priorizou a contratação local, mais de trinta mil pessoas nos cursos daquele projeto que o empreendedor fez. Jirau, idem. Agora, Belo Monte, para quem é do Pará. Com toda essa crítica que existe, muitas vezes uma crítica distorcida... Eu sempre digo e comento: peguem a região de Altamira e analisem bem o ano passado, este ano e daqui a dez anos. Se Tucuruí já não foi feito considerando muito isso, quando você vai hoje à região de Tucuruí, você

vê que já formou uma turma de engenheiros eletricitas lá, tem faculdades e houve uma melhoria. Lembro-me que vi, anos atrás, um estudo feito do impacto da hidroeletricidade na melhoria do IDH e nos índices de desenvolvimento econômico e social de uma região, comparando Municípios da mesma região, sob as mesmas condições, com outro que teve a hidrelétrica e com outro que não teve. Então projetos estruturantes transformam realmente.

O que a Senadora falou é importante, se nós pensarmos que a Amazônia é o grande potencial futuro hidrelétrico brasileiro. Se nós pensarmos que o Brasil ainda tem um potencial a explorar, esse potencial está na Amazônia. Nós temos ali, provavelmente, mais 90 mil megawatts para implantar e em regiões que vamos ver e sentir bastante essa diferença, como no Estado do Pará, que tem esse peso.

Com relação ao aspecto da reestruturação no setor de distribuição que a Eletrobrás fez, acho que é sempre importante lembrar qual é a origem dessas empresas. Lembro-me que o Senador Lobão, ministro na época, logo que assumiu, participou de uma reunião. O Presidente Lula chamou todos os governadores. Depois de uma exposição que o Ministro Lobão tinha feito ao presidente. Isso foi colocado. Quer dizer, a partir do momento em que olharmos a Eletrobrás, que nunca atuou nessa área e nessas empresas, a partir de 98, tivemos um processo de federalização dessas empresas, porque elas estavam quebradas. Eram empresas estaduais. O governo começou a tal federalização. E esse processo a Eletrobrás, entre fundos e recursos, perdeu quase 20 bilhões para manter de pé essas empresas operando, porque veio um processo de degradação muito forte.

E aí eu me lembro que, na época, o presidente reuniu os governadores e disse: "Olha, nós temos esse problema aqui, quem quiser a sua empresa de volta pode levar, mas eu não dou mais um centavo, não pago mais a conta". Nenhum governador quis nenhuma empresa. Então, continuaram. Aí o presidente disse: "Agora, vou entregar para a Eletrobrás fazer a gestão".

Aí, ocorreu aquele processo que a Senadora lembrou. A Eletrobrás tentou unificar. E aí você pode equacionar uma coisa, mas cria esse problema de estar numa empresa distribuidora, que tem uma atuação local, com a sociedade local, com uma direção que é mais distante.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – *(Fora do microfone: "...e a geradora também.")*

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN – É. A geradora, na verdade, no caso de Manaus, isso já foi falado, a Eletrobrás tem que começar, de imediato, o processo de cisão, porque, a partir do momento que interligar,

elas não podem mais ficar juntas. A legislação não permite uma empresa verticalizada atuando em geração e distribuição. Proximamente vai ocorrer essa cisão.

Eu sempre digo que temos um segmento. Hoje mesmo, está sendo discutido na Aneel um item, quem é ligado em distribuição sabe que vai ter um efeito muito grande, que é o terceiro ciclo de revisão tarifária. Estão discutindo hoje os aspectos metodológicos, mas que tem um impacto muito grande. Estou falando isso justamente por causa do efeito que tem numa concessionária a distribuição.

Na verdade, o órgão regulador cria uma empresa de referência, vamos dizer, que é desse tamanho. Se a empresa estadual – não interessa quem é o acionista, se é federal, estadual ou privado – não cabe nesse quadrado aqui, ela precisa de um quadrado maior, o que o órgão regulador faz? O acionista é que vai pagar o sobrecusto, não é o consumidor.

Todo mundo que atua na área de distribuição, como é uma atividade totalmente regulada, sabe – o privado, o estadual, o federal – que o acionista vai pagar se não atender aqueles critérios que a Aneel preconiza. Essa é a base do nosso modelo. E aí, claro, a Aneel, fazendo o seu papel de agente regulador, vem evoluindo essas metodologias. Já tivemos o primeiro ciclo de revisão tarifária, o segundo, e agora ela está com o terceiro, que é o que está aí nessa grande discussão com os agentes que atuam nessa área.

Então, Senadora Grazziotin, acho que procurei abranger suas questões.

Voltando agora para o Senador Cassol, eu só diria que me causou surpresa. Vou até procurar, porque a Eletrobrás hoje é a empresa que mais tem usinas hidrelétricas no Brasil. As empresas do grupo Eletrobrás... Tucuruí – não sei se o Senador Delcídio sabe – acabou de ganhar um prêmio de qualidade.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Prêmio Nacional de Qualidade, inclusive disputando com empresas privadas, e muitas delas multinacionais. ultinacionais.

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN – Quando você analisa com critérios técnicos, com fator de disponibilidade de usinas, de várias empresas, vejo que o Grupo Eletrobrás tem uma tradição muito forte em geração e transmissão. Na distribuição é que é novata, não era muito o foco dela. Então, chama-me a atenção o fato de a Eletrobrás ter uma PCH. Não sabia que tinha PCH. Às vezes, o que pode ter ocorrido – e vou levantar para o Senador – é você ter aqueles bens, os Busa, os famosos Busa – Bens da União sob Administração. Às vezes é um patrimônio da União que era de alguém que perdeu o ativo em um processo de falência. Eles passam para a União.

O SR. REDITÁRIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – *(Fora do microfone: “...Centrais Elétricas de Rondônia, a Ceron”.)*

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN – Ah, da Ceron.

O SR. REDITÁRIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Era da Ceron. A Ceron foi federalizada, a Eletrobrás assumiu. Então, eles acham que a manutenção, tudo aquilo que é preciso, custa mais caro do que comprar energia. Estava parado...

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN – Vou levantar. Se era da Ceron, é uma pequena central de um megawatt, dois megawatts.

O SR. REDITÁRIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Não chega a três.

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN – Mas chama a atenção, porque hoje qualquer megawatt é...

O SR. REDITÁRIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – ...foi a primeira usina hidrelétrica que foi...

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN – Provavelmente é uma usina tão antiga que já está paga há muito tempo. Não pode ser mais caro.

O SR. REDITÁRIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – É. Eles que construíram.

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN – Mas vou levantar essa informação. Confesso que não a tenho aqui. Só me chamou a atenção isso, porque a Eletrobrás, normalmente não... Ela tem as grandes geradoras...

O SR. REDITÁRIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Pode ser que eles colocaram para funcionar, não é?

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN – Vou levantar isso aí.

Havia mais algum ponto? Aquilo que respondi à Senadora Grazziotin atendeu aos outros pontos que o senhor havia levantado?

O SR. REDITÁRIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Sim.

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN – Sim. Ok.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pergunto ao Senador Lobão se quer fazer alguma observação.

Senador Armando Monteiro?

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Eu gostaria de fazer, mas cheguei atrasado, perdi o bonde da história. Mas quero registrar, com muita alegria, a presença do Ministro Márcio Zimmermann aqui, que traz a oportunidade de vivenciarmos a experiência imensa que ele tem no setor elétrico, prestigiando a ideia brilhante do Senador Delcídio Amaral de convocá-lo para discutir um tema que é preocupação de todos nós Senadores, que é exatamente a renovação das concessões.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Delcídio.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Eu quero só registrar o quão importante foi o Márcio ter vindo aqui. Tivemos uma oportunidade muito boa de debater esse tema que é um dos mais importantes, pelo menos aqui no Senado Federal.

Quero registrar que o Senador Reditário Cassol acabou de... Surgiu uma usina que a Eletrobrás sucateou.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Quero agradecer ao Dr. Márcio e externar a nossa satisfação de recebê-lo mais uma vez aqui. Quero que o senhor leve a nossa preocupação de continuar discutindo esse tema. Que o senhor veja como fica desconfortável para o Congresso Nacional não estar acompanhando um tema como esse, não estar discutindo e não ter informações suficientes para transmitir àqueles que recorrem a esta Casa. Portanto, acredito que V. Exª poderá ser esse interlocutor constante da Comissão em relação ao tema. Agradeço mais uma vez a sua gentileza. Quero reforçar a minha satisfação de vê-lo aqui. Todos os convites que fizemos ao senhor foram aceitos. Infelizmente, não podemos falar a mesma coisa do Secretário-Executivo da Fazenda, que foi chamado e convidado por três vezes e não compareceu a esta Casa.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Srª Presidente, quero apenas registrar uma falha minha. V. Exª recebeu um ofício justificando a ausência do Secretário-Executivo.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Na abertura da audiência pública.

SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Eu também recebi, mas falei com o Demétrius hoje, que é o adjunto do Fábio Barbosa, e...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Nelson.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Nelson.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Nelson Barbosa. Fábio é meu companheiro de São Luís. Mas o Secretário-Executivo Nelson Barbosa estava agendado, vinha à Comissão de Infraestrutura, mas, em função de uma determinação do Ministro Guido Mantega, ele teve que cumprir outra agenda e por isso não esteve presente, mas se colocou à disposição e, se for necessário, virá aqui para fazer esse debate. Acabei não registrando isso, mas falei ontem com o Demétrius, que é o Secretário-Adjunto do Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda Nelson Barbosa.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Veja a diferença entre o Ministro Mantega e o Ministro Lobão. O Ministro Lobão também tinha outra agenda para ele. Olha aí?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Mas V. Exª é testemunha. Tanto V. Exª quanto eu já fizemos o convite três vezes. É preciso que se registre.

No mais, quero agradecer ao Dr. Márcio e dizer que estamos satisfeitos com a sua exposição.

Quero agradecer a todos os presentes e dizer que nosso debate continua.

(A reunião é iniciada às 14 horas e 50 minutos e encerrada às 16 horas e 31 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA SEXAGÉSIMA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 9 DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS 10 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e quatro minutos do dia nove de novembro do ano de dois mil e onze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Vicentinho Alves, Cristovam Buarque, Inácio Arruda, Casildo Maldaner, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Benedito de Lira, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Demóstenes Torres, Gim Argello e Marinor Brito. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Acir Gurgacz, Lídice da Mata, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles, tendo falta justificada em virtude de se encontrar em missão política no Rio de Janeiro, Reditario Cassol, José Agripino, Armando Monteiro e João Vicente Claudino. A Presidência declara aberta a Reunião, dispensando a leitura das Atas das 57ª, 58ª e 59ª Reuniões, que são dadas como aprovadas, e dá início à apreciação da pauta, destinada à discussão e votação das Emendas desta Comissão ao PL nº 29/2011-CN – Plano Plurianual para o período 2012-2015 que serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. O Presidente concede a palavra ao Coordenador das Emendas, Senador Cyro Miranda, esclarecendo que foram apresentadas seis emendas, sendo duas de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin e quatro de autoria da Senadora Marinor Brito. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o encaminhamento das seguintes Emendas de Iniciativa ao PL nº 29/2011-CN, **Emenda nº 01** – Apoio

ao Desenvolvimento de Cadeias Produtivas e de Arranjos Produtivos Locais – Desenvolvimento Produtivo – Fortalecer os empreendimentos organizados em Arranjos Produtivos Locais (APLs), por meio de apoio a melhoria de processos e produtos e as iniciativas coletivas, com vistas ao aumento da competitividade e à desconcentração de produção no país – Apoio ao Desenvolvimento de Cadeias Produtivas e de Arranjos Produtivos Locais – 150.000.000 – 200.000.000; **Emenda nº 02** – Apoio a Projetos de Desenvolvimento na Área da SUFRAMA, com ênfase em Arranjos Produtivos Locais e Cadeias Produtivas – Desenvolvimento Produtivo – Fortalecer os empreendimentos organizados em Arranjos Produtivos Locais (APLs), por meio de apoio a melhoria de processos e produtos e as iniciativas coletivas, com vistas ao aumento da competitividade e à desconcentração de produção no país – Apoio a Projetos de Desenvolvimento na Área da SUFRAMA, com ênfase em arranjos produtivos – 150.000.000 – 200.000.000; e **Emenda nº 03** – Inclui a iniciativa “Auditoria da Dívida Pública” – Programa do novo Objetivo – Proceder a auditoria da dívida pública – Auditoria da Dívida Pública – 1.000.000; da seguinte Emenda de Objetivo ao PL nº 29/2011-CN, **Emenda nº 04** – Inclui o objetivo auditoria da dívida pública – Auditoria da Dívida Pública – Executar a auditoria da dívida pública – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; e das seguintes Emendas ao Texto do PL nº 29/2011-CN, **Emenda nº 05** – Aditiva – Individual – Artigo 5º, Parágrafo Único – Atende ao disposto no art. 165, § 1º, da Constituição Federal; e **Emenda nº 06** – Aditiva – Individual – Artigo 5º, Parágrafo Único – Atende ao disposto no art. 26 das Disposições Transitórias da Constituição Federal. Antes de encerrar os trabalhos, a Presidência dispensa a leitura da Ata da presente Reunião, que é dada como aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quinze minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a 60ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 57ª, 58ª e 59ª Reunião.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

As Atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Pauta: discussão e votação das emendas desta Comissão ao PL nº 29/2011, do Congresso Nacional, Projeto de Lei do Plano Plurianual para o Período 2012-2015, que serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Foram apresentadas seis emendas a esta Comissão.

Com a palavra o coordenador das emendas, Senador Cyro Miranda, para proferir o seu relatório.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Delcídio do Amaral, Sr^{as} e Srs. Senadores, vamos ao relatório.

A Presidente da República, em atendimento ao disposto no artigo 165, § 1º, da Constituição, enviou ao Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 87, de 2011-CN (345/2011 na origem), o Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período de 2012 até 2015 – PPA 2012-2015.

A lei do plano plurianual (PPA), nos termos da Constituição, deve definir, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Federal para as despesas de capital, para as despesas delas decorrentes e para as despesas relativas aos programas de duração continuada. O projeto do PPA é encaminhado pelo Presidente da República ao Congresso Nacional até o dia 31 de agosto do primeiro ano do mandato. O projeto em análise (PPA 2012-2015) foi enviado tempestivamente e tramita junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), devendo ser apreciado pelo Congresso Nacional até o final da sessão legislativa de 2011 (22 de dezembro).

Os autógrafos relativos ao Projeto de Lei do Plano Plurianual para o quadriênio 2012-2015, em cumprimento ao disposto no § 1º do art. 165 da Constituição Federal, inclui, além do texto da lei, os seguintes anexos: Anexo I – Programas Temáticos; Anexo II – Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado; e Anexo III – Empreendimentos Individualizados como Iniciativas.

O Programa Temático é composto por Objetivos, Indicadores, Valor Global e Valor de Referência. O Objetivo expressa o que deve ser feito, refletindo as situações a serem alteradas pela implementação de um conjunto de Iniciativas, e tem como atributos: Órgão Responsável, Metas e Iniciativas. O Indicador é um instrumento que permite identificar e aferir, periodicamente, aspectos relacionados a um Programa, auxiliando o seu monitoramento e avaliação. O Valor Global indica uma estimativa dos recursos orçamentários necessários à consecução dos Objetivos, segregando a esfera Fiscal e da Seguridade da esfera de Investimento

das Empresas Estatais, com as respectivas categorias econômicas, e dos recursos de outras fontes.

Assim, considera-se “Empreendimento de Grande Porte”, para efeito do plano plurianual, o empreendimento cujo valor total estimado seja superior ao valor de referência estipulado em cada programa/esfera. O Empreendimento de Grande Porte, conforme valor de referência de cada programa/esfera deverá ser expresso no PPA como Iniciativa, de forma individualizada.

De acordo com as normas de tramitação do PPA 2012-2015, cujos fundamentos são lançados pela Resolução nº 1, de 2006-CN, e pelo parecer preliminar de que trata o art. 102 dessa resolução, a CAE tem competência para propor emendas ao projeto, devendo fazê-lo na condição de autor de emenda coletiva. São passíveis de emenda, segundo o parecer preliminar, o texto do projeto de lei do plano plurianual e os anexos.

Dessa forma, podem ser apresentadas emendas ao texto ou emendas à despesa. Considera-se emenda à despesa aquela relacionada à inclusão de Iniciativas, que observarão o limite de 5 (cinco) emendas por Comissão Permanente do Senado Federal.

Encontra-se em análise, por esta Comissão, seis propostas de emendas apresentadas pelas Senadoras Vanessa Grazziotin e Marinor Brito.

É o relatório

II – Análise

As emendas propostas são restritas às competências regimentais, além de atenderem às disposições constitucionais e legais, Sr. Presidente.

O mérito de cada emenda será devidamente avaliado, no momento oportuno, pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

III – Voto

Somos pela apresentação, por esta Comissão, das seis emendas propostas.

Plenário da Comissão, em 9 de novembro de 2011.

Era este o nosso relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Cyro Miranda. Quero parabenizá-lo, porque sei que esse relatório foi feito muito rapidamente, muito agilmente por V. Ex^a, e sempre com qualidade.

Coloco as emendas em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo Senadores ou Senadoras para discutir as seis emendas apresentadas pela Senadora Marinor e pela Senadora Vanessa Grazziotin, coloco em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com as seis emendas, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

As emendas estão aprovadas e serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Marinor.

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Eu queria agradecer aos Senadores da CAE pela acolhida, inclusive do Senador Cyro Miranda, que relatou nossas emendas, porque entendo que esse conjunto de emendas que nós...

(Falha na gravação.)

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – (...) atende ao dispositivo constitucional, ao art. 165 da Constituição Federal, no sentido de fazer com que o plano plurianual estabeleça, de forma regionalizada, diretrizes, objetivos e metas administrativas para as despesas de capital e outras delas decorrentes, dessa forma e de modo a implementar, no relatório final da CPI da Dívida Pública, a apresentação dos gastos utilizados com esse pagamento por parte do Governo Federal.

Esse é um grande debate que tem sido feito na Câmara Federal a partir da CPI da Dívida Pública, que acabou não tendo repercussão nenhuma no Congresso Nacional do ponto de vista da sua viabilidade prática, apesar de estar assegurado na Constituição Federal. Então, acho que este momento de aprovação desta emenda vem se somar a uma luta histórica relativa à transparência da aplicação dos recursos orçamentários no que diz respeito ao pagamento da famigerada dívida pública, que, até hoje, o povo brasileiro continua pagando quando o Governo Federal, em 2010, faz a opção de usar 44,98% do seu Orçamento em detrimento das políticas sociais, das políticas de saúde, das políticas de educação, garantindo, portanto, o pagamento da dívida pública, contrariando as necessidades reais e objetivas do povo brasileiro.

Eu queria, portanto, dizer que estou muito feliz com a aprovação desta emenda porque acho que ela vem se somar a um esforço de recolocar no cenário nacional, no debate do nosso plano plurianual, o pagamento, a transparência sobre o pagamento da dívida pública. Agradeço a aprovação e espero que os próximos passos sejam numa sequência de reafirmação dessa transparência.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Marinor Brito.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata desta reunião.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Encerro, com isso, a 60^a Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

(Iniciada às 11 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 15 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54^a LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 9 DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS 11 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e quinze minutos do dia nove de novembro do ano de dois mil e onze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, e, ainda, do Senador Lindbergh Farias, Presidente Eventual, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores José Pimentel, Humberto Costa, Clésio Andrade, João Ribeiro, Vicentinho Alves, Cristovam Buarque, Inácio Arruda, Casildo Maldaner, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Benedito de Lira, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, Demóstenes Torres, Gim Argello e Marinor Brito. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Suplicy, Acir Gurgacz, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles, tendo falta justificada em virtude de se encontrar em missão política no Rio de Janeiro, Reditario Cassol, Cyro Miranda, José Agripino, Armando Monteiro e João Vicente Claudino. A Presidência declara abertos os trabalhos e informa que a presente Reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública, com a presença, como expositores, dos Senhores Carlos Hamilton Vasconcelos de Araújo, Diretor de Política Econômica do Banco Central do Brasil; Raul Velloso, Consultor Econômico; José Márcio Camargo, Professor de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ; e Carlos Thadeu de Freitas Gomes, Chefe da Divisão Econômica da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC, representando o Sr. Antonio José Domingues de Oliveira Santos, Presidente da CNC, com a finalidade de debater o “atual estado de endividamento da população brasileira e

suas conseqüências financeiras, econômicas e sociais no futuro”, em atendimento ao Requerimento nº 39 de 2011-CAE, de iniciativa do Senador Cristovam Buarque. Após as exposições dos convidados, usam da palavra os Senadores Cristovam Buarque e Lindbergh Farias. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e cinquenta e cinco minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, Secretária da Comissão de Assuntos Econômicos, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a 61ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Econômicos.

Pauta: Audiência pública com a finalidade de debater “o atual estado de endividamento da população brasileira e suas conseqüências financeiras, econômicas e sociais no futuro”, em atendimento ao Requerimento nº 39/2011-CAE, de iniciativa do Senador Cristovam Buarque.

Convidados: Sr. Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, Diretor de Política Econômica do Banco Central do Brasil; Sr. Raul Velloso, Consultor Econômico; Sr. José Pastore, Professor de Economia da Universidade de São Paulo (USP), que nos comunicou, em 21/10, que não estaria no Brasil no mês de novembro, portanto, não contaremos com o Prof. José Pastore; Sr. José Márcio Camargo, Professor de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, e o Sr. Antonio José Domingues de Oliveira Santos, Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo.

Os convidados, com exceção do Prof. José Pastore, já se encontram na Secretaria da Comissão. Peço à Secretaria que os conduza ao plenário.

De acordo com o art. 94, §§ 2º e 3º do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão suas exposições e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos.

A palavra aos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição. Os interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para resposta ao interpelado.

Quero apenas ajustar com os convidados o tempo que V. S^{as} precisariam para a exposição, 10, 15 minutos. O que seria razoável? (*Pausa.*) Vamos, então, fazer 15 minutos e, depois, as interpelações.

Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, não sei se isso é ou não regimental, mas, como autor do requerimento, eu poderia usar a palavra um pouco antes para justificar por que pedi essa audiência e tentar explorar um pouco nossos palestrantes, a quem já agradeço a contribuição que cada um poderá dar?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Sim, desde que V. Ex^a seja econômico no tempo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Sei que o Diretor Carlos Hamilton também tem uma agenda ainda no Banco Central e, portanto, não ficará até o final, e é importante que ele faça sua exposição. Quero apenas justificar aos convidados que hoje estamos num dia excepcional, porque estamos votando o Código Florestal, as Comissões estão reunidas votando as emendas ao PPA, portanto, hoje é mais um dia de caos no Senado Federal. Por isso é que, com as ilustres presenças, sem dúvida, na Comissão de Assuntos Econômicos teríamos casa cheia, mas, infelizmente, especialmente a votação do Código Florestal nos prejudicou muito, até porque estamos votando as emendas. Eu mesmo era para estar lá. Mas, infelizmente, a reunião começou com muito discurso, aí a turma vai saindo, e fica prejudicado o debate.

Então, passo a palavra ao Senador Cristovam Buarque, e depois vou iniciar pelo Dr. Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, do Banco Central.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Mais uma vez, Sr. Presidente, agradecendo a presença de cada um deles, por quem tenho profundo respeito, quero dizer que tenho falado muito aqui sobre a ideia de que a economia, José Márcio, está bem, mas vai mal. Está bem no sentido de que, se a gente analisa hoje os dados de emprego, sobretudo quando compara com os países em crise, quando a gente leva em conta o saldo na balança comercial, apesar da supervalorização do real, quando a gente analisa até mesmo o crescimento, que, apesar de pequeno, quando a gente compara com outros países, está lá embaixo, mas com outros, não está tanto, a situação está bem. Agora, quando a gente analisa os tropeços que virão adiante, provavelmente, os obstáculos, é que eu digo que ela está mal. E um dos itens, um, é o endividamento, sobre o que vamos conversar hoje.

Mas tenho feito essa lista, e eu queria começar explorando que, na fala, dentro do curto prazo – reconhecendo, Sr. Presidente, o problema do tempo, e meio-dia mesmo eu deveria estar presidindo parte do Orçamento – eu gostaria de explorar o que está fal-

tando aqui e o que não é um possível obstáculo. Eu listei esses seguintes aí.

O perfil e composição de gastos públicos pode vir a atrapalhar o caminho do crescimento econômico.

A inflação, que continua sendo, possivelmente... E fico muito feliz que esteja aqui o Lindbergh, que é muito interessado nesse assunto, e eu gostaria até de debater com ele depois.

A logística e infraestrutura brasileira são e continuam sendo um empecilho à continuação do crescimento, são um obstáculo.

Três que coloco juntos: burocracia, corrupção e corporativismo. Isso pode vir a atrapalhar, não só pelo afastamento de investimentos, com medo da burocracia, da corrupção e do corporativismo, mas há mesmo um mal funcionamento por causa disso.

O risco ecológico que alguns projetos têm. A gente vai ter que cuidar da ecologia, e isso pode levar a problemas na energia, a problemas no transporte, a problemas em muitas indústrias, pode forçar a gente a ter um limite na produção de automóveis dentro de mais alguns anos.

O problema da educação; a desigualdade, e aí eu colocaria também pobreza e exclusão, que serão um entrave.

O problema mais sério, talvez, ao lado da logística, que é a incapacidade brasileira de gerar inovação e intensidade tecnológica nos produtos, sobretudo exportados. Esse é um ponto.

A baixa poupança, que até eu colocaria separadamente, pensando melhor, mas está vinculada à taxa de juros. Essa baixa poupança, todo mundo conhece, Raul é um dos que mais fala nisso – desculpe chamá-lo assim, tão intimamente – é um dos que mais fala no problema que nós temos da baixa poupança.

E, finalmente, o assunto da gente, que é o endividamento, e esqueci de mencionar o do Governo. Há o endividamento das famílias, das empresas e do Governo.

Nós queremos hoje discutir, sobretudo, o endividamento das famílias, mas, dentro do tempo que o Presidente permitir, se quiserem falar sobre todo o problema global do endividamento, muito bem. Mas das famílias, por quê? E concluo. Porque o endividamento das famílias, além de trazer um risco para a economia, é um problema social grave. O mundo já teve exemplo de aumento de taxa de suicídio por causa de endividamento de famílias, desarticulação de famílias por causa de endividamento; é quase como jogo e alcoolismo para desarticular famílias, o endividamento. E, claro, há o risco de, amanhã, a gente ter de pagar o preço de uma bolha, que, de repente, estoura.

Então, por isso pedi essa audiência, para ouvir a opinião dos senhores e, sobretudo, para levar isso para o Brasil inteiro, que estará assistindo, se não agora, ao vivo, não sei, assistirá depois, quando essa audiência for reprisada, como um alerta de que a economia está bem, mas não vai bem por causa dos obstáculos. Se não os eliminarmos no caminho adiante, vamos tropeçar, como outros países que estavam muito bem no passado estão tropeçando agora, sobretudo os Estados Unidos, por exemplo, há dois ou três anos e, agora, países europeus.

Era essa a introdução que eu queria fazer, Sr. Presidente, pedindo desculpas por ter tomado um pouquinho do tempo que os senhores possam ter.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, meu caro Senador Cristovam Buarque.

Início com o Sr. Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, Diretor de Política Econômica do Banco Central do Brasil.

O SR. CARLOS HAMILTON VASCONCELOS ARAÚJO – Obrigado, Senador.

Bom dia a todos. Quero, inicialmente, agradecer, em nome do Banco Central, o convite para estar aqui.

Indo direto ao assunto, preparei uma pequena apresentação. Vou começar com o contexto macroeconômico e, depois, falar um pouco sobre a evolução recente de alguns indicadores sociais, um pouco, rapidamente, sobre regulação e supervisão e, por último, vou explorar o tema central da nossa conversa, que é a questão de crédito e endividamento das famílias.

O que a gente tem observado nos últimos anos é um crescimento importante da economia brasileira. O PIB *per capita*, em 2011, deve se aproximar de algo em torno de R\$19.500. Esse crescimento do Brasil observado nos últimos anos tem sido liderado pela demanda doméstica. Esse gráfico ilustra bem que, em alguns trimestres, tivemos a demanda doméstica crescendo a taxas de dois dígitos. No mercado de fatores, tivemos uma redução substancial da taxa de desemprego. Por muitos anos, o Brasil conviveu com a taxa de desemprego na faixa de dois dígitos, mas, nos últimos anos, a gente percebe claramente uma tendência de recuo e, agora, já está estabilizada há algum tempo em torno de 6%, mas é razoável dizer que, certamente, é muito difícil se medir o que seria uma taxa de equilíbrio de pleno emprego, mas certamente a economia brasileira está vivendo um momento muito próximo do que os economistas acreditam ser pleno emprego.

Também em contrapartida a essa redução do desemprego, temos um crescimento substancial da massa salarial que repercute certamente na confiança

dos consumidores, no que se dispõe a comprometer mais a parte de sua renda futura com consumo, no caso tomando crédito, que vai ser o tópico da nossa última seção.

Aqui a gente observa a trajetória do consumo das famílias e do consumo do governo nos últimos anos. Só a título de esclarecimento, entre o segundo trimestre de 2003 e segundo trimestre de 2011, o consumo das famílias cresceu 48,8%, à taxa média de 5,1 ao ano, e o consumo do governo, no mesmo período, cresceu 34%, a uma taxa média de 3,7.

Um outro aspecto importante desse processo é a melhora das relações de troca. A gente observa que, principalmente nos últimos anos, os termos de troca no Brasil, a evolução dos termos de troca foi muito favorável ao Brasil e isso, certamente, tem um impacto muito grande, principalmente na renda das famílias das regiões agrícolas, haja vista que o Brasil é um grande exportador de *commodities* agrícolas. Isso permitiu um crescimento das importações, o Brasil é um importador de poupança externa. Também no período do segundo trimestre de 2003 ao segundo de 2011, as exportações acumularam um crescimento de 51% e as importações, em torno de 170%.

Nós temos evidência, e isso é amparado na literatura, de que, na medida em que a renda das pessoas aumenta, o peso dos serviços na sua cesta de consumo cresce. Isso tem ocorrido aqui no Brasil, e esse gráfico mostra também o crescimento do setor de serviços no PIB brasileiro, que, no período já destacado, aumentou 41,6%, a uma taxa média de 4,4% ao ano nesse período. Olhando um pouco os indicadores sociais, temos tido nesse período uma política macroeconômica consistente, baseada no tripé de geração de superávit primário compatível com uma redução da razão dívida/PIB do setor público, a um regime de metas para a inflação e um câmbio flutuante. A política macroeconômica amparada nesse tripé aliada aos programas sociais permitiu melhorias significativas em diversos indicadores.

Falando um pouco do Índice de Gini, que é uma medida da desigualdade na distribuição de renda, a gente observa claramente que, desde meados dos anos 90, o Índice de Gini vem decrescendo no País. A desigualdade na distribuição de renda ainda é elevada, mas já estamos nos aproximando do 0,5%. A despeito de ela ainda se encontrar elevada, a tendência é claramente favorável.

Aqui nós temos outro indicativo de mobilidade e crescimento da participação das classes c e d e redução da classe e na população brasileira. Aqui nós vimos que as classes a e b, que, em 2003, representavam 7,6% da população, em 2009, esse percentual

passou a 10,6% e, em contrapartida, a classe e, que representava 28,1%, teve sua participação reduzida para 15,3%. É, sem dúvida, uma melhora importante. Extrapolando isso para 2014, de acordo com projeção feita pela Fundação Getúlio Vargas, em 2014 a participação da classe e pode ser reduzida ainda mais para 8%, enquanto a participação das classes a e b iria a 15,5% e, mais importante, a classe c superaria metade da população brasileira, de acordo com projeção da Fundação Getúlio Vargas.

Outro aspecto importante: tem crescido enormemente o acesso das famílias aos serviços financeiros, ao mercado de crédito de um modo geral. Nós temos tido uma bancarização importante da população brasileira. Em 2002, tínhamos 55 milhões de contas abertas; atualmente, temos 90 milhões; clientes eram 87, agora são mais de 160 milhões de contas abertas; nós temos hoje serviços bancários em todos os Municípios do País.

Ainda falando um pouco sobre essa evolução do mercado de crédito e da economia como um todo, o Banco Central, além de fazer uma política monetária voltada à garantia e estabilidade de preço, é responsável pela supervisão e regulação do sistema bancário; a nossa regulação é tida como uma das mais rigorosas do mundo. Todas as instituições financeiras são reguladas e supervisionadas. O Brasil está convergindo para os padrões internacionais, temos tido participação ativa em fóruns internacionais, como o Comitê de Basileia, G20, o FSB, o Comitê de Estabilidade Financeira do BIS.

A nossa supervisão tem duas pernas essencialmente: a supervisão *homesite*, direto, quando a instituição financeira recebe a visita dos agentes do Banco Central, e supervisão indireta, que, de certa forma, funciona como *early warning*, faz um monitoramento a distância das instituições e funcionando como primeiro filtro. Na medida em que a fiscalização indireta percebe a necessidade de uma análise mais aprofundada em uma instituição, ela passa essa indicação para supervisão direta, que, por sua vez, se encarrega dessa segunda etapa.

Como já falei, a nossa regulação é tida como conservadora. Nesse período, temos tido avanços institucionais importantes. Estou citando aqui diversas leis discutidas e aprovadas pelo Congresso Nacional, como a lei que cria a letra de crédito imobiliário, a cédula de crédito imobiliário, a cédula de crédito bancário, a letra financeira, o cadastro positivo, entre outros. Outro aspecto importante tem sido os esforços no sentido de melhorar a educação financeira da população. O Banco Central participa de diversas iniciativas nesse sentido. É evidente que é importante supervisionar e regular

o sistema financeiro, que é o responsável pela oferta de crédito, mas é fundamental também que o cidadão esteja mais e mais consciente das consequências que podem advir sobre o seu orçamento na medida em que ele está entrando no mercado de crédito e comprometendo de alguma forma parte de sua renda futura.

Indo agora para a última parte e tentando respeitar o máximo possível meu orçamento de tempo, o mercado de crédito tem evoluído bastante no Brasil. Nós passamos diversos anos com a razão crédito/PIB virtualmente estagnada, mas, desde 2005 até o ano passado, praticamente a razão crédito/PIB dobrou no País, dentre outros motivos, e isso foi viabilizado pela estabilidade macroeconômica.

Aqui crescimento médio de 16,3%, de 2009 a 2011. Nos anos anteriores, 25%.

Aqui a gente observa exatamente a evolução do crédito referencial concedido às famílias. De fato, nos últimos anos, houve uma aceleração grande a partir de 2008, mas, mais recentemente, se observa claramente uma moderação nos finais de 2010, principalmente em 2011, e isso faz parte de um ciclo.

Aqui a evolução do crédito às pessoas físicas. Temos aí 17,6%, a taxa em 12 meses até setembro. Observa-se uma moderação, já esteve maior. O crédito direcionado também está crescendo um pouco mais, 23%; e o crédito à pessoa jurídica também na faixa de 17%.

Aqui nós temos apenas uma ilustração da origem desse crédito à pessoa física. Em torno de um terço é crédito direcionado, isso principalmente se refere a crédito imobiliário. O restante é crédito livre, dois terços.

Enfim, nós temos um acompanhamento bastante abrangente das operações de crédito cursadas nos sistema financeiro brasileiro. Todas as operações acima de cinco a mil reais são registradas na Central de Risco Crédito, que é mantida pelo Banco Central. Temos quase 140 milhões de operações, com 32 milhões de devedores, que cobrem 90% do mercado de crédito bancário brasileiro.

Um aspecto importante é a redução das taxas de juros que se observa junto com o crescimento do crédito. Temos também claramente uma tendência de redução das taxas de juros de crédito à pessoa física. Evidentemente, essa tendência de queda é intercalada pelos ciclos de política monetária, não é um processo contínuo... Como é a função, José Márcio, que está sempre caindo? Esqueci. Alguém me ajuda. Não está continuamente caindo. Intercalada com algumas subidas, mas a tendência é claramente de queda.

Outro aspecto importante é o aumento do prazo médio das operações. Com a manutenção da estabilidade macroeconômica, e isso é permitido não só

às famílias, as empresas alargaram seu horizonte de planejamento, o que se reflete, entre outros aspectos, no prazo médio das operações de crédito, como esse gráfico ilustra claramente.

As taxas de inadimplência têm-se mantido, não se observa aqui nenhuma mudança grande. Há aumentos de acordo com o ciclo econômico, mas a margem está em 6,8%.

Tudo isso, para finalizar, com esse gráfico aqui, onde a gente percebe, de fato, que o endividamento das famílias cresce, mas o comprometimento da renda com o serviço da dívida tem-se mantido relativamente estável. Na margem, está um pouco maior, um pouco acima da média, em 21%, mas, deste julho de 2006, em torno de 20% da renda das famílias são comprometidos com o serviço da dívida.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Preciso.

O SR. CARLOS HAMILTON VASCONCELOS ARAÚJO – Um pouco acelerado, mas...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Dr. Carlos Thadeu de Freitas Gomes, Chefe da Divisão Econômica da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, ex-diretor da Petrobras, homem competente.

Com a palavra o Sr. Carlos Thadeu de Freitas Gomes.

O SR. CARLOS TADEU DE FREITAS GOMES – Primeiramente, vamos tentar mostrar alguns gráficos aqui, praticamente na mesma linha do Carlos Hamilton, mostrando que no Brasil não há um problema ainda de endividamento brutal das famílias e também não há perspectiva de bolha de crédito.

É importante começarmos aqui a falar sobre esses assuntos porque, há pouco tempo, vários jornais estrangeiros estavam dizendo que o Brasil vai ter uma bolha de crédito como teve nos Estados Unidos. Pode ter, porque o crédito está crescendo muito. Isso pode ser desmistificado porque no Brasil realmente ainda não temos condições de ter bolha de crédito, porque as taxas de juros reais estão tão elevadas que, à medida que as pessoas não conseguem pagar, o curto prazo não permite que a bolha estoure. Bolha de crédito é muito comum quando as taxas de juros são muito baixas e os bancos estão muito alavancados. No Brasil, os bancos não trabalham alavancados pela simples e pura razão de que eles ganham muito com o *spread* do Brasil. Então, não precisam alavancar. Com isso, o Brasil está um pouco longe de bolhas como aconteceu nos Estados Unidos. Nos Estados Unidos, por exemplo, os bancos viviam alavancados porque o *spread* era muito pequeno. Então, tinha de ter uma alavancagem

de 30%, 40%, ou mais até, para ganhar. Aqui, não. Basta eles emprestarem um pouquinho que ganham uma fortuna, porque as taxas de juros reais aqui são muito elevadas.

Logo no começo, já quero dizer o seguinte. Eu não concordo com essa ideia de que tenhamos uma bolha de crédito que vá ser estourada rapidamente e também acho que estamos vivendo ainda com um quadro satisfatório de dívida das famílias. Evidentemente, é preocupante o crescimento do crédito à pessoa física.

Por exemplo, vamos ver agora neste primeiro gráfico que, no Brasil, o crédito à pessoa física tem crescido mais do que essa relação crédito – PIB. É óbvio que, desde 2004, o crédito à pessoa física triplicou praticamente. É um sintoma de que a pessoa física se endividou mais e que os prazos também estavam bem mais longos. Mas ainda é um endividamento satisfatório: 16% só do PIB, não é realmente um alto nível de dívida para pessoa física, mas a taxa de crescimento foi muito rápida nos últimos meses.

Próximo.

Aí mostra o nível atual de dívidas. Fazemos uma pesquisa, todos os meses a gente consulta todas as famílias em todo o Brasil e vemos que as famílias estão ficando menos endividadas um pouco nestes últimos meses. Porém, as famílias brasileiras estão ainda bastante endividadas, mas tem caído um pouco o endividamento nestes últimos meses. Isso porque melhorou bastante a massa real de salário e o emprego está muito bom. Mas as famílias ainda continuam bastante endividadas.

Próximo.

Aqui estamos vendo o crédito. O crédito no Brasil é muito importante porque, sem ele, não se vendem bens de consumo duráveis, como mostra o gráfico.

Próximo.

Ciclo atual do crédito. O que levou o crédito a ter um crescimento maior nestes últimos anos? Consolidação do quadro macroeconômico, tendência de queda da taxa de juros Selic, valorização cambial e crescimento do emprego e da renda.

Realmente o Brasil, nesses últimos anos, a partir de 2004, principalmente, teve um quadro favorável, com taxas de crescimento econômico mais elevadas. Com o crescimento da massa real de salários e do emprego, o crédito teve um aumento, como nós já vimos ali. Agora, houve fatores microeconômicos também que ajudaram no crescimento do crédito: crédito consignado, aumento do prazos dos créditos, redução da taxa de juros média. O processo de bancalização da economia também é um dado microeconômico que ajudou o crédito a ter um crescimento bom no Brasil.

Pode passar.

Bem, aí nós temos riscos para inadimplência. Primeiramente, existe uma possibilidade – ninguém tem bola de cristal para saber hoje – de um evento do crédito externo, como já tivemos em 2008. Em 2008, houve certa parada no crédito externo e isso levou os bancos privados a emprestarem menos no Brasil. Foi preciso os bancos públicos entrarem porque os bancos privados tiraram o time de campo.

Eu acho que, dadas as circunstâncias que estamos vivendo hoje, essa hipótese de o crédito externo secar é bastante mais remota do que foi em 2008, porque os mercados estão muito líquidos, o banco central americano tem colocado muita liquidez no sistema, talvez coloque mais ainda. Então, o Brasil melhorou em termos de mais reservas externas.

O sistema bancário brasileiro está muito líquido também. Então, eu acho que não vamos deixar de emprestar necessariamente, apesar de que a crise pode se agravar. Se ela se agravar muito, talvez uma ruptura do sistema de bancos na Europa, isso pode levar a uma crise maior de crédito. Mas eu não acredito hoje, neste momento, que vamos ter essa crise de crédito de imediato. Pode demorar um pouco mais.

Outro risco que temos aqui no Brasil é a chamada possibilidade, como já está acontecendo, de créditos das famílias crescerem mais do que a própria renda. Isso já está acontecendo há muito tempo. Quer dizer, a taxa de crescimento do crédito no Brasil é maior do que o crescimento da massa real de salários. É óbvio que, enquanto o Brasil estiver crescendo, vai ter gente com condições de pagar suas dívidas, mas na hora em que o País deixar de crescer, essa relação pode piorar realmente e podemos ter problemas no endividamento.

Eu só acho que o Brasil está numa fase de crescimento, que vai diminuir agora, evidentemente – já está diminuindo, talvez no ano que vem não cresça tanto –, mas temos ainda certo percentual de crescimento econômico que possibilita honrar as dívidas. Então, não vejo uma bolha de dívida, de imediato, a não ser que haja uma secura enorme no mercado de créditos e os bancos deixem de emprestar aqui. O que é pior para eles, porque vai aumentar a inadimplência e eles vão ter de renegociar essas dívidas. Aí, talvez, o Banco Central possa ser mais ativo, teria que ter algum processo regulatório de renegociação das dívidas mais imediatas, que as pessoas não ficassem tão pendentes, como são hoje, dos bancos pra renegociarem suas dívidas.

É muito comum hoje, quando você tem um cartão de crédito e fica devendo, receber mil telefonemas. É multa moratória, juros moratórios, a dívida cresce igual a bola de neve. Então, talvez, algum mecanismo qualquer regulatório que, passados dois, três meses

de uma dívida vencida, o banco tivesse a compulsoriedade de renegociar essa dívida para evitar que isso virasse bola de neve.

É como hoje nos Estados Unidos, por exemplo. Lá, hoje, o principal problema é que não houve nada que obrigasse os bancos a renegociar as dívidas hipotecárias. Lá, o governo americano, no começo, realmente ajudou os bancos, mas não ajudou os devedores. Hoje, quem está devendo, tem de pagar, perde a casa. No governo Roosevelt, quando houve a crise, naquela época o governo americano, rapidamente, entrou com um processo de renegociação das dívidas. Acho importante que isso surja rapidamente e não se espere a boa vontade de banco, porque ele não tem boa vontade, cada um quer receber antes do outro, essa é a grande realidade.

Aqui no Brasil, também não temos nenhum processo de alavancagem dos bancos. Os bancos estão bastante líquidos, bastante sólidos. E não precisam, como falei no começo, ter 20%, 30% de alavancagem, já que eles ganham tanto com juros reais tão elevados que hoje temos. Quer dizer, não há justificativa, hoje, para se pagar juros reais de 100%, como nós pagamos hoje em cheque especial. Não tem sentido isso. É realmente um ganho brutal para o sistema financeiro. Faz parte de uma política em que se alega que, no Brasil, a inadimplência é muito alta. Mas agora estamos vendo que a inadimplência está começando a cair. Há uma série de razões que não tinham no passado que podem permitir aos bancos, hoje, baixar os seus *spreads*.

Outro problema que nós temos no Brasil em relação à inadimplência é uma deterioração no mercado de trabalho. Se ela acontecer, vai aumentar a taxa de inadimplência. Eu acho que temos hoje uma pequena bolha no mercado de trabalho. Está havendo ganhos reais, salários maiores do que a possibilidade que tem a economia de crescer. E, se essa bolha estourar um dia no mercado do real, vamos ter daqui a pouco alguma dificuldade já no mercado de trabalho. Atualmente, não temos porque a taxa de desemprego está muito baixa. Em outras áreas, sim, talvez na indústria, mas na área do trabalho, por exemplo, não há problemas ainda em termos de ter gente sem trabalho.

Há perspectivas inflacionárias com baixo crescimento econômico. Isso também é prejudicial ao fator inadimplência. Se o País crescer menos e com pressões inflacionárias, a inadimplência vai aumentar, como sempre aumentou no passado. É importante que o Banco Central continue com o controle que tem hoje, de regime de metas de inflação, e que realmente dose bem isso, para que o País possa continuar crescendo. Mas tem que ter ajuda da política fiscal, fundamental para que o País continue crescendo.

Temos também um crescimento muito rápido do crédito imobiliário. Esse crescimento faz parte de um país que tem um enorme déficit habitacional. É natural que possa chegar a 12% do PIB – hoje está em 3%, 4% do PIB. O grande problema é o crescimento muito rápido do crédito imobiliário, que tem que ser olhado constantemente pelo Banco Central com medidas regulatórias, até, se for o caso, exigir entradas mais elevadas para comprar o imóvel para comprar um imóvel, para não permitir que haja um crescimento tão exagerado no mercado imobiliário, dado o fato de que, se o Brasil crescer menos, podemos ter também nessa área um pouco mais de inadimplência. Hoje, por exemplo, quem comprou um carro a prazo, já está pagando esse carro, às vezes, com bastante atraso. Estamos vendo aí.

Ter financiamento longo é ótimo, mas, por sua vez, ilude um pouco. Se você não pagar uma, duas, três prestações, ainda faltam muitas prestações para serem pagas. Não estamos ainda vivendo uma fase de estabilidade total no mercado de trabalho. Há certo receio de se perder o emprego daqui a pouco, com a crise econômica. Então, nós já estamos vendo alguma falta de pagamento em operações de longo prazo.

E aí eu coloco a questão: será que, num país como o Brasil, que ainda é suscetível, é vulnerável a choques macroeconômicos, o alongamento da dívida, às vezes, sendo rápido demais, não leva a uma inadimplência maior, devido a uma propensão maior que você tem a se endividar, como foi no ano passado, nesses últimos anos? O Banco Central, aliás, agiu muito bem ao exigir uma dose maior de capital dos bancos para que eles pudessem dar créditos mais longos. São fundamentais essas medidas que o Banco Central tem tomado aqui no Brasil.

Para terminar, então, acho que aqui no Brasil, basicamente, o que tem que ser feito para evitar o que o Senador falou, de crise da dívida das famílias, o que o Banco Central tem feito e pode continuar fazendo são medidas regulatórias, que chamo de macrorregulatórias e microrregulatórias. Por exemplo, tem que pagar mais no cartão de crédito, você não pode ter um financiamento longo no cartão de crédito; exigir um pagamento maior à vista; mais capital para os bancos emprestarem longo; olhar com bastante cuidado o mercado que está com uma demanda muito aquecida, como o mercado de imóveis. Talvez haja facilidade excessiva de financiamento no mercado imobiliário. Talvez se possa exigir uma entrada maior, porque, realmente, no mercado imobiliário, os prazos são muito longos.

Estamos vivendo momentos ainda com baixas inflacionárias, a TR está muito baixa, mas, se houver algum *overshooting* da taxa de juros mais tarde, no fu-

turo, em função de uma perspectiva inflacionária mundial – porque hoje a liquidez mundial está muito fácil, pode ficar seca daqui a alguns anos, alguns países podem voltar a crescer daqui a três, quatro anos –, é importante que nós aqui também estejamos preparados para ter taxas de juros mais altas, no futuro, em todo o mundo e aqui também e, com isso, não haver o problema, como já tivemos no passado, na década de 80, no mercado imobiliário, pelo fato de ele estar indexado ainda à taxa de juros. E a taxa de juros aqui, como cai, sobe muito rápido.

Então, Senador, eu acho que nós não temos à vista nenhum problema de crédito, não temos à vista nenhum problema de endividamento maior das famílias que possa criar uma crise, mas tem que ser olhado com lupa, constantemente, pelo fato de que, se estourar uma bolha de endividamento, é um problema social muito grave, como já tivemos isso em décadas passadas.

Hoje, há uma propensão a se endividar maior porque os prazos têm sido mais longos. Isso faz com que o Banco Central seja mais cauteloso, como foi recentemente, ao exigir dos bancos uma dose maior de capitalização.

Por sua vez – para terminar –, acho que o Brasil foi salvo pela gula dos bancos, já que eles não estão muito alavancados e já que nós também tivemos aqui juros reais muito altos – o próprio Governo praticou juros reais muito altos –, o que levou a uma alavancagem bem menor do que o resto do mundo e, com isso, o Brasil está meio longe de bolhas de crédito.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Carlos Tadeu, mais uma vez, por cumprir o prazo, cumprir o tempo à risca, o que é um milagre aqui, diga-se de passagem.

Com a palavra o Dr. Raul Velloso, consultor econômico.

O SR. RAUL VELLOSO – Até agora, foi muito útil ter ouvido o que ouvi, porque a gente fica relativamente tranquilo em relação à questão da regulação do sistema bancário. O Banco Central nos mostrou aqui que providências que precisavam ser tomadas foram tomadas. O Carlos Tadeu chamou bem a atenção para o fato de que é muito difícil estourar uma bolha com as taxas de juros tão altas no Brasil. Não é nenhum motivo, vamos dizer assim, glório, mas, mais inglório. Mas é o fato. As taxas de juros são tão altas que não dá tempo de criar e estourar uma bolha. Então, ficamos relativamente tranquilos, ainda que seja preciso monitorar, como os dois, de certa forma, acho que concluem.

Acho que os dois explicaram – acho que mais o Carlos Hamilton do que o Carlos Tadeu – como o crescimento da demanda no Brasil vem ocorrendo nesses anos, aspectos de como esse crescimento vem corren-

do e ocorrendo, e, obviamente, o crédito é uma parte fundamental desse processo.

Eu não sei se o surgimento do crédito, não sei se no passado já houve crédito nas condições que nós temos hoje, com prazos tão longos. Eu confesso que não lembro. Apesar de ser um dos mais velhos aqui na sala, eu não me lembro de crédito de carro que nós temos aqui e outros prazos incríveis que o Brasil tem. A despeito das taxas de juros tão altas, esses créditos acontecem. Eu acho que é um milagre isso, fico perplexo. Aliás, vários observadores no mundo ficam perplexos como essas coisas acontecem no Brasil.

Isso nos deixa tranquilos. Tem de monitorar, tem de acompanhar, mas dá a impressão de que aí acabou, que está tudo bem e vamos embora. Mas o nosso querido Senador Cristovam Buarque, no começo, já disse que está bem e não está bem. Ele está com essa angústia, e eu confesso que essa angústia eu também tenho, Senador. Então, a gente compartilha da mesma angústia, não sei se pela mesma razão, mas, para mim, apesar dos progressos que foram muito bem mostrados aqui, temos uma tarefa inconclusa no Brasil que a gente precisa concluir e ela se traduz no fato de que temos um baixo crescimento econômico, comparado com qualquer país, com qualquer região. Eu não estou incluindo a África porque nem sei os dados de lá, mas, comparando com a América Latina e países emergentes da Ásia – é óbvio que não estou falando dos países na crise, esses são um caso à parte –, tirando os países da crise e os países exóticos, o Brasil tem crescido pouco.

Há um fenômeno que, infelizmente, não vai dar para gastar muito tempo com ele, que precisa ser olhado com cuidado, que é esse fenômeno da desindustrialização que está ocorrendo aqui, que acho que é parte do processo da tarefa inconclusa.

O que quero chamar de desindustrialização, para ficar bem preciso, é a queda do peso da indústria de transformação no PIB, que vem ocorrendo há muito tempo e vem se acentuando nos últimos anos. É isso que, teoricamente, a gente define como desindustrialização e é consequência desse processo.

Mas eu quero falar dessa tarefa inconclusa para dizer que parece tudo bem, mas não está bem. Há muitas coisas para fazer e vou mostrar um pouco disso aqui, ousar de certa forma e até contestar algumas posições, não as daqui da mesa, que não se dispuseram a falar disso, mas de outras pessoas.

Vou pedir para passar.

Eu queria, primeiro, chamar a atenção para mostrar com clareza, em termos do efeito, o que estou dizendo. O Brasil, se vocês olharem essa curvas – são as curvas da taxa de investimento e da taxa de

crescimento do PIB – verão que o Brasil, em meados dos anos 70, investia algo parecido com 26% do PIB e crescia a taxas entre 7% e 9% ao ano. Em 2003, a taxa de investimento é metade da que era naquela época – 13% é o número que está ali –, recupera-se um pouco, mas cai um pouco.

Esta é a primeira perplexidade que eu queria colocar aqui: o Brasil tem mostrado uma queda muito grande da taxa de investimento e, por consequência da taxa de crescimento da economia, vejam o que eu falei, tarefa inconclusa, alta de crescimento. E aí vocês vão ver que os analistas lá fora perguntam sempre, e eu observo isso no que eu leio e no que converso, por que o Brasil, mesmo tendo estabilizado a sua economia, ter tirado dos juros aquela parcela que antes de devia ao alto risco país – foi isso que fizemos nos últimos anos, o juro era muito alto e um pedaço disso era o alto risco país, eliminamos isso –, por que é que, ainda assim, não conseguimos aumentar a taxa de investimento de forma mais firme, que é o que foi mostrado naquele gráfico?

A nossa taxa, hoje, por volta de 128% do PIB, por algumas medidas, como é que ela se compara com a dos demais? Comparar com Ásia é covardia. Nós estamos falando numa média de 40%. Na América latina, que a gente acha que lidera em tudo, a taxa média é acima de 18%, e os países, bem acima de 20%. É só olhar o exemplo desses países.

Esta é a primeira perplexidade: por que nós estabilizamos a economia e a economia não tem um investimento maior, a despeito de tudo isso que nós vimos aqui, e não temos um crescimento maior? As pessoas ficam perplexas e querem entender o porquê.

Outra perplexidade que eu noto é que, mesmo que tomemos como um dado essas taxas de investimento que a gente tem tido, entre 16% e 18% ao ano, a pergunta que eu escuto e que vem em seguida é: como é que a gente consegue obter essas taxas de investimento com juros ainda tão altos em relação ao resto do mundo? Nós tiramos aquele pedaço, mas os juros ainda são muito altos.

Eu coloquei no gráfico a taxa Selic como uma taxa representativa, para a gente espiar o que aconteceu em termos de queda e que essa queda não consegue se direcionar para a média internacional, a despeito da crise e tudo o mais.

Dadas essas taxas, como é possível obtê-las com juros ainda tão altos? A pessoa fica admirada, porque 16% a 18% é bom demais, e com ambiente hostil ao investidor privado que predomina. Existe esse ambiente hostil – a gente pode especificar, a área de infraestrutura é um bom exemplo – que dificulta que o investimento aconteça e apareça.

Então, vejam, o que eu chamei de duas perplexidades básicas estão no que eu chamo de tarefa incompleta.

A despeito de o endividamento estar sob controle, não ter bolha etc., de fato, nós temos ainda um problema de aumentar a taxa de investimento e crescer a taxas mais elevadas.

A taxa de juros já foi mostrada aí. É a manifestação dessa dificuldade. Essa taxa de juros elevada que ainda existe, apesar de ter caído – e é importante que a gente destaque isso –, explica a baixa poupança.

O que estou dizendo?

Falta poupança, o que explica a baixa taxa de investimento do Brasil.

Só para vocês verem, em matéria de taxa de poupança, o Brasil corresponde a um terço da média asiática e a dois terços da média da América Latina. Quer dizer, o Brasil poupa pouco. Pode não ser o único problema, mas é um problema importante.

Eu assisto a todas as exposições e vejo o reverso dessa medalha. Nós temos poupança baixa porque consumimos muito. Ninguém falou no que eu vou falar em seguida, que é o que empurra o carro-chefe desse modelo de crescimento exagerado do consumo, que é o gasto público. Se se falou foi tangencialmente.

Na realidade, nós temos um modelo que se apoia no crescimento do gasto corrente do setor público e na expansão do crédito nos últimos anos, que surgiu endógena ou exogenamente. Deve ter os dois fatores, quer dizer, fatores embutidos no processo de melhoria que ocorreu nos últimos anos ou então decisões regulatórias para permitir que o crédito fosse de cinco anos ou que permitiam uma série de coisas, ainda que se mantivesse tudo sob controle. Mas é curioso como o crédito cresceu em condições tão difíceis.

O que eu quero dizer é que por trás tem um modelo que é puxado pelo gasto corrente do setor público, que determina, antes de mais nada, que a poupança pública seja baixa. Então a poupança brasileira é baixa porque a poupança pública é baixa, portanto o setor público investe pouco. Assim, parte da explicação para o investimento ser baixo está no setor público.

Sendo a poupança baixa ou o consumo sendo exacerbado, isso significa uma série de coisas que impedem que a taxa de juros vá além de onde ela foi, ainda que esse modelo de crescimento do consumo traga uma série de elementos de que a gente goste, como mudança de classes de renda, melhoria da distribuição de renda.

O ponto aqui é só o seguinte: se exageramos do lado da demanda de consumo, significa que nós não estamos cuidando direito do investimento. Não cuidando direito do investimento, a oferta não acompanha

direito a demanda, o Banco Central não vai conseguir reduzir muito os juros, a não ser quando o mundo, por uma razão muito específica como agora, permita essa redução maior, porque nós temos de equilibrar a oferta com demanda que cresce exageradamente por esse modelo puxado pelo consumo.

Essa discussão do crédito, Senador, tem que incluir o gasto público para configurar esse modelo. Ainda que tudo seja mantido sob controle, nós não vamos conseguir sair dessas duas grandes perplexidades antes de melhorar ou repensar se não estamos exagerando ao permitir que o gasto público cresça tanto e as condições que facilitam o crescimento do consumo também permitirem um crescimento tal que uma hora pode haver problema.

Até agora não está havendo problemas extras, que são esses de bolha, estouro de bolha, uma quebraadeira generalizada de famílias. No momento, isso não está acontecendo, mas, além de haver esse risco, claramente estamos vivendo um mundo de excesso de demanda de consumo e falta de oferta que se complica quando vemos que existe um viés anti-investimento privado em setores importantes que impede, a despeito de haver no Brasil um sistema de crédito para investimento que é curiosíssimo – todo mundo estranha –, que não foi mencionado nem pelo Banco Central nem pelo Carlos Thadeu, que é o do BNDES, que atenua parte do problema ou da dificuldade de se investir com taxas de juros tão altas.

No caso do consumidor, não. Ele está entrando em frente. Se cabe na sua renda a prestação, ele vai em frente, não quer saber se a taxa de juros é gigantesca.

Antes de encerrar, falo um pouco do que considero a parte fundamental dessa engrenagem pró-consumo, que é o gasto público. E vou pedir para prosseguir para chamar a atenção de que o nosso gasto é cada vez mais rígido e cresce muito, como vou mostrar em seguida.

Levantei esses dados com uma certa dificuldade para vocês verem que, de 1987 a 2010... Por que 1987? Foi o último ano antes da Constituição. É a base de comparação que nós temos de ter para entender as mudanças que houve depois da Constituição.

Se vocês olharem como o gasto evoluiu em termos reais, podem ver que eu coloquei na ordem: Previdência e Assistência subiram 702%. Isso é taxa de crescimento nesse período. A despesa de inativos e pensionistas da União, 452%; saúde, 201%; pessoal em atividade, 177%.

Aí a gente passa pelo PIB, que é a referência de que os economistas gostam para dizer que tudo o que cresce muito mais do que o PIB pode criar problema, porque está subindo acima da média sustentável.

Cresce a 78. As outras despesas correntes, 16, e o investimento, exatamente zero.

Então, não é por outra razão que nós temos esse modelo que está muito mais voltado para o consumo do que para a expansão da capacidade de produção. Ele é um fenômeno aqui no Brasil que não é de ontem nem de anteontem. Ele é dos anos 80 e nunca foi mais visível por conta da hiperinflação que nós tivemos em boa parte da fase inicial. Mas a gente tem que pensar se essa é uma situação que condiz com o crescimento da economia a uma taxa razoável comparada com a de outros países emergentes. E eu não sei se nós vamos conseguir crescer de forma sustentável a mais de 4% ao ano.

Antes que o meu tempo estoure, eu posso mostrar dados mais recentes, comparando de 1995 para 2010, em que a gente vê o índice real do gasto corrente, 254, e do PIB, 162, o que mostra que isso se acentuou nos últimos anos. O gasto corrente hoje corresponde a 94% do total, o investimento é de apenas 6% do gasto da União. Vamos ver o que vem mais por aí.

Eu queria, ainda na comparação de 2009 com 1987, chamar a atenção de que, em 2009, 50% do gasto – o número é só coincidência – vão para 50 milhões de beneficiários. Se você pega metade do gasto... Cinquenta milhões de beneficiários. Se você puser duas pessoas por família atendida, terá 100 milhões de pessoas. Portanto, mais de 50% da população depende da folha da União. E isso é uma coisa que a gente tem que parar para refletir. Lembrem que em 1987 esses 50% correspondiam a 16. Esse é um fenômeno da lá para cá.

Adiciono o gasto de pessoal ativo, inativo e pensionista, que não estava ali, para chegar a 74% do gasto e ao que eu chamo de “a grande folha”. Quer dizer, o orçamento da União, eu não sei como é que o Congresso consegue distribuir dinheiro nesse orçamento se 74% do gasto correspondem à folha de pagamento de ativos, inativos, Previdência e Assistência Social. Em 1987, eram 39%.

Essa é uma escolha que foi feita que, obviamente, tem vantagens ou produz certos resultados e impede outros. A rigidez é muito grande. Se eu adiciono saúde e educação, que têm elementos de rigidez, o gasto obrigatório é de 85%. Se eu quiser fechar o gasto corrente, 94 serão gasto corrente e apenas 6%, investimento.

O resumo que eu faço dessa história é que nós temos um modelo que é puxado pelo gasto corrente do setor público, que puxa o consumo e faz as mudanças, algumas delas mostradas aqui, que se complementou com o crédito viabilizado ou impulsionado por decisões das autoridades após a queda da taxa de juros permi-

tida pela saída do Brasil daquela situação de crise em que nós vivíamos até bem pouco tempo.

Esse modelo produz certos resultados. Os riscos intrínsecos de endividamento foram discutidos aqui, mas o que me parece que é a questão para a gente pensar é se isso deve continuar assim ou se a gente a gente tem de repensar pela implicação em termos de investimento e de crescimento da economia.

Para encerrar, ainda tenho algum tempo só para mostrar para vocês que, se a gente olha os dados recentes da União, a chance de o investimento aumentar é realmente muito baixa, porque se a gente tira da receita a despesa corrente... Isso está em percentagem do PIB.

Em 2003, o que eu fiz? Eu peguei a receita e tirei toda a despesa corrente. Se eu tirasse da receita a despesa corrente, sobravam 2,6% do PIB para distribuir entre o superávit, que é o pagamento de dívidas, e o investimento. Em 2010, a sobra ainda é a mesma. Isso significa que o gasto corrente sobe junto com a receita. Sobra o mesmo. A diferença é que o investimento, que tentou ganhar espaço nesse cedente... A média do período até 2003, porque 2009 e 2010 são atípicos, foi da ordem de 0,6% do PIB.

Enquanto a gente tiver necessidade de manter a dívida sob controle, o que significa ter superávits em torno de 2% ou mais por cento e também para ajudar o Banco Central, como o Governo prometeu ter uma política fiscal que ajude o Banco Central a não subir muito os juros, nessas condições a chance de o investimento recuperar um pouco do papel e do...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Dr. Raul Velloso.

Com a palavra o Professor José Marcio Camargo, da PUC do Rio de Janeiro.

O SR. JOSÉ MÁRCIO CAMARGO – Muito obrigado.

Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Só queria registrar, Professor, que este é um dos melhores debates. Lamentavelmente, hoje é um dia atípico aqui no Senado, mas é um belo debate. Nosso brilhante Professor José Márcio Camargo.

O SR. JOSÉ MÁRCIO CAMARGO – Muito obrigado.

Bom dia.

O Senador Cristovam Buarque iniciou o debate falando de questões fundamentalmente de longo prazo e o Raul, antes de mim, tocou em questões de longo prazo. Eu vou começar a minha apresentação falan-

do um pouquinho sobre essa questão de longo prazo. Mas é um pouquinho só.

Na verdade, eu costumo dizer o seguinte: economista sabe muito pouca coisa, muito pouco. A gente – e eu me considero um economista relativamente bem formado – aprende muito, mas no final sabe muito pouco de como funciona a economia.

Existe uma coisa que os economistas sabem. E o que os economistas sabem? Os economistas sabem de verdade o seguinte: só tem uma forma de crescer, que é poupando e investindo. E eu acho que o Raul chamou bem a atenção para esse ponto. Sem poupar e sem investir não tem crescimento no longo prazo.

Existem duas formas de poupar e duas formas de investir.

Uma forma de poupar é aquela conhecida, que todo mundo sabe, é intuitiva: você recebe o seu salário no final do mês, gasta uma parte com consumo, deixa o resto no banco, vai render juros e você, na verdade, vai consumir isso de alguma forma no futuro. É trocar consumo presente por consumo futuro.

Esse dinheiro vai para o banco e o mercado financeiro, de alguma forma, transforma isso em investimento. As empresas vão lá, pegam esse dinheiro e investem.

As pessoas falam: não, mas tem a poupança das empresas.

No fundo, a poupança das empresas é a poupança das famílias, porque as decisões são familiares: é o presidente da empresa, é o sócio da empresa, é o dono da ação, etc. No fundo, essas decisões são individuais

O cara poupa e o sistema financeiro transforma em investimento. Por isso é tão importante o sistema financeiro. É através dele que você consegue transformar poupança em investimento. Se ele não funciona direito, acontece o que está acontecendo no mundo neste momento: é recessão na certa. Não há dúvida.

Existe uma segunda forma de poupança que é fundamental. É o tempo. As pessoas adiam o momento em que elas entram no mercado de trabalho para usar esse tempo para fazer alguma outra coisa. É uma forma de poupar tempo no mercado de trabalho, que é onde se ganha dinheiro.

Então, quando eu, em vez de trabalhar aos 18 anos, comecei a trabalhar com 27 anos, eu deixei de ganhar uma baba de dinheiro entre 18 e 27 anos. Por que deixei de ganhar isso? Porque transformei isso em investimento. O que eu fiz? Sentei a minha bunda no banco da escola e dei duro ali até os 27 anos. Por quê? Porque eu achava que, quando acabasse o meu doutorado, eu teria incorporado uma quantidade de investimento em capital humano tão grande que ia me gerar ganhos de produtividade que fariam com

que eu repusesse aquilo que deixei de ganhar naquele período em que poderia estar no mercado de trabalho, mas estava poupando o meu tempo e investindo em capital humano.

O Brasil poupa pouco e investe pouco. O Raul falou da poupança em dinheiro, em capital físico. Muito pior é o pouco que nós poupamos em tempo e investimos em capital humano.

Vocês viram a transparência do Raul ali? O crescimento do gasto com previdência, saúde, pensões, etc. Alguém aqui notou que a palavra educação não estava em lugar algum? Que o crescimento do gasto com educação era algo próximo de zero, porque não estava no gráfico ali, e o Raul falou que era do mais alto para o mais baixo? Ou seja, nós, aqui no Brasil, por alguma razão que nunca consegui entender – eu tenho várias hipóteses, mas quero parar com isso, senão não terei tempo para falar o que eu quero –, por alguma razão, mas eu não consegui não falar, que é uma coisa – o Senador Cristovam sabe disso – que me preocupa há décadas, mas por alguma razão este País dá nenhuma importância à educação. E eu acho que esta Comissão deveria chamar algumas pessoas para discutir isso no futuro, porque este é o problema... No meu ponto de vista, este é o problema de longo prazo deste País. Nós estamos dispostos a gastar 13% com Previdência e Assistência, e a gastar 4,5% do PIB com educação. Nós temos 7% da população com 65 anos ou mais e 30% da população com menos de 15 anos. Façam a conta e vocês verão que per capita nós gastamos mais ou menos 17 vezes mais com previdência do que com educação.

Vou deixar isso para vocês pensarem e vou falar um pouquinho agora sobre crédito. Por isso eu fui convidado para falar, mas realmente não consegui me conter depois da brilhante palestra do meu amigo Raul Velloso.

Tem uma série de dados que já foram apresentados aqui. Eu não vou repetir, porque não faz muito sentido, mas existem algumas coisas que me preocupam nessa questão do crédito.

A primeira coisa que eu quero falar é que esse gráfico aí me dá...

É claro que essa questão do crédito é um problema do Brasil. Há os dados do Banco Central que são, obviamente, os melhores dados que a gente tem, e há outros dados da Confederação Nacional do Comércio, do Serasa. Quer dizer, tudo vai mais ou menos na mesma direção, mas não peguem os números *stricto sensu*. Mais importante é a tendência.

E este gráfico aqui é um gráfico que diz o que está acontecendo com o crédito por faixa de renda. E, se vocês olharem aqui, vão perceber o seguinte: no tocan-

te ao crédito de 2007 para cá, o maior crescimento do crédito foi para pessoas “pobres” – pobres entre aspas –, para os grupos de renda mais baixa. Ou seja, na verdade – e isso podemos olhar com nossos amigos –, crédito é alguma coisa que está concentrada entre os grupos de renda mais baixa, na economia brasileira.

Isso me preocupa bastante, porque significa o seguinte: há dois tipos de crédito, na verdade. Um deles é o crédito imobiliário. E há o crédito para se comprar bens de consumo.

No crédito para se comprar bens de consumo, fundamentalmente não há colateral. Você vai lá e compra uma geladeira. Essa geladeira, na hora que sai da loja, já não vale mais nada. Se é comprada por R\$1.000 e você for vender, no mercado secundário, uma geladeira usada, ela vai custar algo em torno de R\$150. Isso significa o seguinte: esse crédito não tem colateral. E isso é um problema, porque, se houver um problema sério na questão de adimplência, não há um colateral para você dizer: “Me dá o colateral que eu vou resolver o problema”.

Isso não é verdade no setor imobiliário. Acontece que o crédito no setor imobiliário ainda é muito pequeno. Nós temos 48% do PIB de crédito na economia brasileira, e o crédito no setor imobiliário é 4% do PIB. Ou seja, mais de 40% do PIB é crédito que não tem colateral. E isso é uma preocupação. Isso é uma preocupação, porque a adimplência desse crédito, como é fundamentalmente calcado nos grupos de renda mais baixa, depende fundamentalmente do funcionamento do mercado de trabalho. Então, se há desemprego, e a renda começa a cair, ou, pior ainda, se ocorre uma situação como a que vivemos nos anos 80, em que a economia cresce pouco, e a inflação é alta, a inadimplência aumenta, e o setor financeiro perde a capacidade de se sustentar. Esse é um problema que eu acho tem de ser pensado sobre a questão do crédito no Brasil: o fato de que o crédito está concentrado nos grupos de renda mais baixa, e está concentrado em bens que não são na verdade colaterais. Esse é um primeiro ponto para o qual eu gostaria de chamar a atenção.

E isso tem que ver com uma discussão que hoje está muito em moda e pela qual eu tenho muita preocupação quanto a como vai ser feito. É o seguinte: a taxa de juros real no Brasil é muito alta. É a maior do mundo. Esta Mesa já falou isto algumas vezes – o Carlos Tadeu principalmente –, sobre os benefícios de uma taxa de juros real alta. Eu nunca ouvi ninguém falar isso na imprensa. Eu nunca ouvi ninguém chegar aqui e dizer o que eu vou dizer – prestem atenção: taxa de juro real alta é um problema, mas há alguns benefícios importantes. Por exemplo, se a taxa de ju-

ros real é muito alta, os bancos vão se arriscar menos. Consequentemente, o risco de haver uma crise no mercado bancário é muito menor. Em segundo lugar, a probabilidade de se ter uma bolha é muito menor. Portanto, prestem atenção: taxa de juros real alta é um problema, mas taxa de juros real muito baixa também é um problema.

A pergunta é: qual é a taxa de juros – vou dar o nome – “neutra”? É a taxa de juros que não gera bolha e que, ao mesmo tempo, incentiva, de alguma forma, o crescimento da economia.

E isto, novamente, não é muito claro para o Brasil, na minha opinião: que a taxa de juros real no Brasil, essa neutra, é muito menor do que a que temos na OCB. Não é claro por uma razão simples, mencionada aqui pelo Raul: a nossa taxa de investimento é muito baixa, tanto em capital físico, quanto em capital humano.

Ora, com taxa de investimento tão baixa... E se pode dizer: “Ah, mas isso é porque a taxa de juros real é alta”. Não é. Não é verdade.

Vejam aqui: 30% do crédito neste País é crédito subsidiado, principalmente do BNDES, e Caixa Econômica Federal para crédito imobiliário. Ora, se 30% do crédito é subsidiado... Vamos pegar a taxa de juros do BNDES, que é de 6,75% agora, TJLP. Se 30% é subsidiado, isso significa o seguinte: a taxa de juros média, concentrada no setor industrial... Então, uma grande parte do investimento industrial é financiada pelos recursos do BNDES. Ora, 6,75% com uma taxa de inflação de 6,5%, quanto é que dá de juros real, Carlos Hamilton? A taxa de juros real é mais ou menos de três vezes a taxa de juros real na Europa hoje! Três vezes mais baixa! A taxa de juros europeia é três vezes maior do que a taxa de juros real que o BNDES cobra hoje aqui neste País para os investimentos no setor industrial! Ora, isso hoje, quando a Europa está entrando numa enorme recessão.

Então, como é que a taxa de juros real no Brasil é tão baixa para investimento? Não é. Na verdade, não é, porque a taxa de juros real é alta para a pequena empresa, que não tem acesso ao BNDES. Para essas empresas, ela é alta.

Acontece o seguinte: suponha que você tem 100 laranjas, e você tem 100 pessoas. Todas as pessoas gostam de laranja igualmente. Cada uma quer comer uma laranja. O vendedor vai lá vender essa laranja, e cada laranja custa, para ele produzir, R\$1. Por quanto é que ele vai vender a laranja? Por R\$1. Se o cara está disposto a pagar R\$1, custa R\$1, ele paga R\$1, todo mundo vai pagar R\$1. Suponha que eu, vendedor, que sou muito legal, há 30 pessoas lá que eu adoro, eu chego lá e digo assim: “A partir de hoje, estas 30 pessoas aqui vão comprar laranja por R\$0,50”. Estas

30 pessoas vão querer comprar o dobro de laranja que elas compravam antes. Já que vão comprar por R\$0,50, elas estão dispostas a gastar R\$1; então, em vez de comprar uma laranja, vão comprar duas laranjas. Sobram quantas laranjas mesmo? Quarenta laranjas. Quantas pessoas? Setenta pessoas. Qual vai ser o preço dessa laranja? Muito mais alto do que R\$1!

Ou seja, se 30% do crédito é subsidiado, o crédito que não é subsidiado vai ser muito mais caro!

Então, ou se diminui o crédito subsidiado – isso pode ser feito diminuindo-se os recursos, ou aumentando-se os juros do crédito subsidiado –, ou não se vai conseguir reduzir a taxa de juros do crédito não subsidiado! Não há jeito. Nem para consumo, nem para investimento. Não há solução.

Então, tentar forçar a taxa de juros para baixo em situação... Isso não significa que a taxa de juros não pode cair. Pode, por outras razões: queda de risco... O Carlos Hamilton demonstrou que a tendência é de queda, por razões como: diminuição do risco País, melhor superávit primário, menor dívida pública como proporção do PIB, uma série de outras razões que fazem a taxa de juros cair. Mas vai chegar um ponto em que tentar reduzir a taxa de juros só vai gerar mais inflação ou alguma bolha.

Qual é o nível? Eu não sei. É 11%, é 10%, é 5%? Não sei. Mas a minha impressão é de que não é muito menor do que a que temos não, dado que temos uma inflação de 6,5% ao ano, e a taxa de juros real hoje, para crédito subsidiado, é zero. E isso é 30% do crédito do País.

Então, eu acho que não vai ser muito menos do que 4% ou 4,5% a taxa de juros real “neutra” – entre aspas. Não vai ser muito menos do que 4%, 4,5%. Acho pouco provável, que é mais ou menos – se vocês olharem a experiência internacional – a taxa de juros real em momentos normais da economia internacional. Se você pegar os Estados Unidos fora da crise, a taxa de juros real é entre 3% ou 3,5%. Então, 4% ou 4,5% é razoável, dado que você tem 30% do crédito subsidiado. É mais ou menos isso. A laranja, para quem não está sendo privilegiado, vai ter que ser mais cara do que seria se não houvesse o privilégio. Esse é que é o ponto fundamental.

Então, perseguir uma taxa de juros que não gere bolha ou inflação é um problema no Brasil, e essa taxa de juros não é tão menor do que a que estamos vendo por aí não.

O segundo ponto que acho importante e que me preocupa é o seguinte: cartão de crédito e cheque especial. Os gastos que foram colocados aqui antes são similares a esse aí. Os gastos que o Carlos Hamilton e o Carlos Tadeu colocaram são estes aqui básica-

mente, sem cheque especial, sem cartão de crédito. É mais ou menos isto. O comprometimento de renda das pessoas é, em média, de 22% da renda delas, se forem desconsiderados cartões de crédito e cheque especial. Agora, se você coloca o cheque especial, não só o comprometimento é muito mais alto, como o mais importante – e vejam a ponta deste gráfico: em 2010, o comprometimento de renda com cartão de crédito e cheque especial explodiu! Está da ordem de 43%! Isso é uma preocupação. E, por isso, novamente, vou voltar ao início do processo: é exatamente por isso que é difícil de se fazer uma política para segurar a inflação, porque aumenta-se desemprego, gera-se esse tipo de problema.

Passe, por favor. Deixe-me ver o que vem no próximo.

Se não olharmos cheque especial e não olharmos cartão de crédito, amortização compromete 9% da renda, e pagamento de juros, 13%.

A próxima.

Quando se incluir cheque especial, inverte: juros passam a ser fundamentais, porque a taxa de juros de cheque especial e de cartão é enorme, porque o risco é muito grande! O banco está cobrando aqui o fato de que o cara pode ficar desempregado e não vai conseguir pagar. Então, ele está só cobrando isso. Esse é que é o ponto.

Passe, por favor.

Agora há uma série de gráficos que simplesmente mostram onde estão os diferentes pagamentos. Mas, se vocês prestarem a atenção, a única coisa para a qual quero chamar a atenção nestes gráficos aqui é o seguinte...

(Interrupção de 5 segundos na gravação)

Passe, por favor.

Outras operações e aquisição de outros bens. Todo o resto está explodindo. Eu tenho dito o seguinte: tudo o que cresce 25%, 30% ao ano está fora de equilíbrio. Não tem jeito. Não há nada que cresça 25%, 30% ao ano que possa estar em equilíbrio – no mundo; lá em outros lugares, a gente nunca sabe. Mas, neste mundo aqui, nada que cresça 25%, 30% ao ano pode estar em equilíbrio. O crédito no Brasil está crescendo a essa taxa há anos. Isso me preocupa. Claro que não estou aqui dizendo que estamos às portas de uma crise de crédito. De jeito algum. Longe disso. Concordo inteiramente com o Carlos Tadeu: acho que não estamos às portas de uma crise de crédito. Mas eu acho que há algumas coisas importantes para as quais acho que temos de chamar a atenção.

Primeiro: essa ideia de que é possível reduzir juros independentemente da estrutura do mercado de

crédito e independentemente do que as pessoas estão pensando sobre o que vão fazer com o dinheiro é extremamente perigosa. Quando o Carlos Tadeu disse que juros muito baixos é que geram bolhas, o que se está querendo dizer é que não se sabe o nível de taxa de juros que gera bolhas. Pode ser 0%, 1%, 2%, 3%. Nós não sabemos isso.

Quando eu digo que de economia se sabe pouca coisa, estou dizendo fundamentalmente isto: eu não sei qual é... Eu sei o seguinte: o nível muito baixo gera bolha. O que significa muito baixo? Depende. Nos Estados Unidos, pode ser 1% – que, aliás, foi o que aconteceu; o Banco Central americano deixou a taxa de juros de 1% durante três anos, e gerou-se a bolha que acabou gerando tudo o que estão vivendo hoje. No Brasil, pode ser 10%. Exatamente porque a estrutura do mercado de crédito no Brasil é tal que 10% é o que você acredita que tem de pagar para poder gerar o investimento que vai lhe gerar uma taxa de lucro de 15%.

As taxas de lucro do Brasil são muito mais altas do que as taxas de lucro nos Estados Unidos, ou seja... O Brasil tem o seguinte... Como é que vou dizer isso? Eu costumo dizer o seguinte... Houve uma época em que eu participava muito de seminários internacionais, negócio de ONU, essas coisas. *(O orador desdenha disso.)* Eu chegava lá e dizia: “A taxa de juros real no Brasil é de 10%, e a economia está crescendo 3,5% ao ano”. Já aconteceu de o cara na plateia levantar o dedo e dizer que é mentira. “Isso não é possível, isso não existe”.

Eu digo que existe. Este País cresce 3,5% com uma taxa real de juros de 7%. Por alguma razão. Pode ser pelo excesso de consumo, como disse o... Entendeu? Mas este é o ponto: se, com a taxa de juros de 7%, o País cresce 3,5%, se a taxa real for de 5%, você vai tentar crescer quanto? Dez por cento? Doze por cento? É isso mesmo? Nós vamos aguentar? Como? Investindo 17%? Esquece. Você só vai gerar mais inflação. Vai gerar bolha. Esse é o problema.

Se você quer diminuir juros, você vai ter que aumentar poupança e investimento. Os dois tipos de poupança de que falei no começo: poupança em recursos financeiros e poupança em tempo. Os dois tipos de investimento. Já falei lá no começo também. A gente aprende isso em economia. É uma das poucas coisas que o economista sabe de verdade. Para crescer, você precisa investir em capital físico e em capital humano. Então, se você quer reduzir juros, você tem que poupar mais em dinheiro e em tempo e investir mais em capital físico e capital humano. Ponto. Se não, na hora em que você reduz juros, o que vai acontecer é que ou você vai gerar bolha, ou você vai gerar inflação. Quando o cenário internacional estiver ruim,

você gera bolha. Quando o cenário internacional estiver bom, você gera inflação. Então, é mais ou menos isso o que a gente aprende.

A segunda coisa então é que...

Ah, eu quero falar uma coisinha mais antes de acabar meu tempo.

Outra preocupação que tenho é o seguinte: o problema de governança dos bancos públicos, que não é uma coisa simples. Vou dar dois exemplos só.

O problema de governança de banco público significa o seguinte: significa que, em alguma momento, isso vai se transformar num problema fiscal. Eu não estou falando que isso vai acontecer agora, mas é uma preocupação. Vou dar dois exemplos concretos, para sabermos do que estamos falando.

PanAmericano. A Caixa Econômica Federal comprou 49% do PanAmericano há dois anos. O PanAmericano faliu. Isso é déficit público. Acabou. Isso pode não estar contabilizado lá hoje, mas vai estar lá. Em algum momento, isso vai entrar lá. O que vai entrar lá? O fato de que ela pagou certa quantidade de dinheiro que não vale nada, porque o banco faliu. Esse é o ponto.

Outro exemplo: Votorantim, que ainda não chegou lá, mas os dados estão mostrando que pode virar um problema. Por quê? Porque o Banco Votorantim cresceu e se constituiu como um banco de financiamento de carro, principalmente de carro usado. Isso é o caso típico de financiamento sem colateral. Está certo? E os dados deste ano estão mostrando que a inadimplência está indo embora. É claro! Isso significa que o Banco do Brasil vai falir? Nunca vai falir, mas não vai falir porque vai virar déficit público.

Como os bancos públicos brasileiros são muito importantes, então me preocupa. Não estou falando que não deve ter banco público. Não estou falando nada disso. Estou falando o seguinte: esse problema dos bancos públicos me preocupa.

Os bancos públicos foram utilizados, no final de 2008, início de 2009, para dar crédito e tentar evitar uma recessão. Tudo bem. Agora, presta atenção. Usaram os bancos públicos dessa forma tem um risco embutido extremamente elevado. Isso já foi feito no passado e, no final, se transformou em déficit público. Pode dar certo e pode dar errado, mas é importante ter claro que tem um risco muito grande e esse risco tem que ser levado em consideração na hora em que você está fazendo a política.

Finalmente, quero falar só mais um pouquinho sobre crédito imobiliário.

Crédito imobiliário no Brasil ainda é pequeno com proporção do PIB. Isso nos deixa tranquilos. Uma parte grande dele é subsidiada, ainda, via Caixa Econômica Federal para os grupos de renda mais baixo.

O Brasil já teve crédito imobiliário relativamente elevado.

Raul, o Brasil já teve crédito imobiliário relativamente elevado. Todo mundo, na nossa idade, se lembra do Sistema Financeiro de Habitação. Está certo? O que acabou com o Sistema Financeiro de Habitação? A gente tem memória curta. O que mesmo acabou com o Sistema Financeiro de Habitação?

O que acabou com o Sistema Financeiro de Habitação foi uma situação de aceleração inflacionária, com crescimento muito baixo. Como o crédito habitacional é um crédito longo, em geral indexado à inflação ou aos juros. quando você tem uma aceleração inflacionária com crescimento baixo, o desemprego aumenta, os salários não acompanham o aumento da prestação; como os salários não acompanham o aumento da prestação, o cara não consegue pagar; como o cara não consegue pagar, ele fica inadimplente e aí o governo tem duas soluções: ou ele salva o banco ou ele deixa a economia ir para o buraco, ou as duas coisas. Vimos isso no Brasil, na década de 80 e vimos isso nos Estados Unidos agora.

Crédito imobiliário é um problema, é um problema que demanda solução, mas é um problema. É um problema no mundo inteiro.

Crédito imobiliário – vou repetir essa frase – é um problema no mundo inteiro, porque é um crédito muito longo que, em geral, depende da evolução da renda das pessoas. E as pessoas, como elas fazem? Quando você vai comprar um apartamento, você não compra um apartamento em função da renda que você tem hoje. Você compra o apartamento em função da sua expectativa de renda. Você olha para frente e fala: “Ah, eu estou ganhando R\$100,00 hoje, mas vou ganhar R\$120,00 daqui a dois anos, R\$140,00 daqui a cinco anos, R\$180,00 daqui a dez anos. Eu, hoje, estou ganhando R\$100,00 e estou disposto a pagar R\$40,00 de prestação nesse apartamento, que é um apartamento genial, que eu adoro, sensacional, uma cobertura, em Ipanema, de frente para o mar. Maravilha!

Se a minha renda não for para R\$140,00, para R\$180,00, para R\$200,00, eu não aguento pagar R\$40,00 com uma renda de R\$100,00 durante dez anos. Não aguento. Não tem jeito. Eu não aguento pagar, dez anos seguidos, 40% da minha renda com habitação. Eu aguento pagar um ano, dois anos, três; no quarto você está colocando a língua de fora.

Então, o crédito habitacional tem esse problema. É difícil – como os economistas não sabem nada – é difícil o economista saber o que vai acontecer daqui a dois, três, dez anos. Ainda que você esteja projetando – está certo? – um crescimento muito forte durante dez anos, pode não acontecer, e, se não acontecer, o

crédito imobiliário vai embora. E como é uma porcentagem grande do PIB – no Brasil ainda é de 4%, mas está crescendo à taxa de 50% ao ano – ou seja, algo que cresce à taxa de 50% ao ano, em dez anos vocês podem fazer a conta: hoje são 4%, no ano que vem vão ser 6%, depois, no outro ano, 9%, no outro, 13,5%. Então, fazendo a conta, vê-se que, em dez anos, isso vai ser 50% do PIB. Quando chega a 50% do PIB é complicado demais.

Agora todo mundo quer ter casa. É verdade, todo mundo quer ter casa. Infelizmente, as restrições econômicas estão aí. Economista, além de não saber nada, gosta de dar as notícias ruins, está certo? Todo mundo quer ter casa. Eu sei disso. De preferência, sua própria casa. Agora, cabe ao Banco Central, ao Ministério da Fazenda, à política econômica fazer com que esse processo seja ordenado e organizado. Nada que cresce 50% ao ano é ordenado e organizado. O Carlos Hamilton está aqui e estou falando na frente dele.

Preocupa-me. Apesar de você ter só 4% do PIB de crédito imobiliário, algo que cresce 50% ao ano me preocupa, principalmente quando é algo que você tem que ter um horizonte de 15 anos, 20 anos à frente para poder ter alguma ideia do que vai acontecer.

Muito obrigado. Era isso. Acho que não mais nada muito importante para falar, já que não falei nada também muito importante antes. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Professor José Márcio Camargo.

Nós vínhamos bem, aí o Professor José Márcio desequilibrou aqui o nosso tempo.

Quero pedir licença aos senhores, porque já tem outra agenda que vou ter que correr atrás, e o Senador Lindbergh Farias vai presidir aqui esse encontro. Mas, desde já, agradeço ao Professor José Márcio, competente, ao nosso querido Carlos Tadeu de Freitas, ao nosso Professor Raul Velloso também, ao nosso Carlos Hamilton Vasconcelos, Diretor do Banco Central.

O Senador Lindbergh vai comandar aqui os trabalhos e vai também debater. Ele vai bater nas duas, vai bater nas onze.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Passo a palavra ao Senador Cristovam.

Senador, estamos com um problema de tempo. Eu ia propor que V. Ex^a fizesse a fala e eu fizesse também, e a gente tentasse arrematar. Vai ser muito difícil entre 13h15 e 13h20. Passo para V. Ex^a.

O SR. CRISTOVAM BUAQUE (Bloco/PDT – DF) – Tenho pouco a falar, Sr. Presidente, mas a primeira coisa é uma sugestão à Mesa. Creio que as colocações dessa Mesa merecem ser repartidas por todos. Não basta a televisão. Eu queria lhe sugerir que fale

com o Senador Dalcídio para publicarmos a transcrição disso como uma plaqueta.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Perfeito. Farei isso.

O SR. CRISTOVAM BUAQUE (Bloco/PDT – DF) – Creio que é fundamental esse debate. Até porque vimos aqui uma coisa que é muito interessante, dados até certo ponto parecidos, com conclusões diferenciadas em relação ao futuro, o que leva a confirmar que economia – e o José Márcio, de certa maneira, toca nisso – depende muito do sentimento de como a gente vê o futuro, como os empresários levam em conta o sentimento de como é o futuro, como o consumidor leva em conta o sentimento de como é o futuro. O próprio José Márcio acaba de falar. Depende da renda que você espera ter para você se endividar ou não; não é da renda que você tem, é da renda que você espera ter.

E se a gente sai da psicologia, que é um fenômeno individual, para a complexidade social, vale o mesmo. E nós talvez estejamos hoje cometendo o grave erro de criar uma expectativa tão favorável sobre o futuro que podemos tropeçar nas pernas, tal qual uma pessoa que compra um bem mais valioso do que sua renda atual permite pagar, tendo em vista a expectativa de um bom salário ou de uma boa renda, ou eu acho que tem gente comprando esperando ganhar na loteria, o que é mais arriscado ainda.

Então, deixo aqui essa ideia de a gente publicar, obviamente, como uma introdução, que pode ter feita por nós, em conjunto, debatida na Comissão, de tentar levar isso para outros fóruns até.

Agora, eu continuo muito preocupado. Pesando aqui duas posições que achei bastante otimistas e duas que achei preocupantes, eu, pessoalmente, estou preocupado. Estou preocupado que a economia está bem, mas vai mal, que não estamos enfrentando os problemas. E tem um que eu próprio não coloquei ali – pensei que politicamente é complicado a gente colocar – mas tem que falar. Nós temos empecilhos, inclusive, no marco constitucional brasileiro. Se nós tivermos uma crise amanhã, a Constituição impede algumas soluções.

Por exemplo. Olhemos a Grécia. A Grécia está sendo obrigada a reduzir a folha, e aqui não se pode baixar salário nem se pode demitir o pessoal com estabilidade. A gente vai mudar a Constituição, para poder fazer isso? Ou não vai fazer? E como é que fica?

São diversas amarras que temos à frente.

Eu gostaria de ver o José Márcio levantar o problema de educação, porque a gente fala muito de falta de investimento do ponto de vista da economia, esquece que, sem o investimento na educação não dá certo. E aproveito isso para fazer parêntese aqui, um

reconhecimento. Eu me considero, junto com o José Márcio, cada um para o seu lado, quem primeiro levantou a ideia da bolsa escola. Não importa o nome. Até acho que nós fizemos um filho por sexo virtual, como se diz. Sem nos termos encontrado, de repente você fez aquele artigo maravilhoso na *Folha*, que é um artigo histórico, que as pessoas muitas não sabem, e devia ser lembrado. E eu defendia a ideia na UnB e publiquei um trabalho. Por isso a nossa afinidade muito grande, pela importância à educação.

Mas, é mais que isso. Estamos criando uma expectativa que pode não se verificar. Aí se justifica financiamento de cem meses, significa entrar numa aventura de gastos na Copa, nas Olimpíadas e em outras obras por aí. O Brasil já fez isso nos anos 50 com Brasília, cuja decisão de ser feita foi correta, mas talvez o gasto podia ter sido menor.

Então, essa reunião de hoje tem essa grande vantagem, de permitir que a gente veja dados – e este País, hoje, tem seus dados bem estruturados – e, ao mesmo tempo, tire conclusões tranquilas ou pessimistas.

Achei muito importante e corajosa a colocação do José Márcio sobre taxa de juros. Todo mundo quer taxa de juro zero com inflação zero. Tem limites. Ele chamou de taxa de juros neutra. Eu chamo de eficiente, eu chamo de responsável, por um lado, e de incentivadora por outro. Como você casa responsabilidade com incentivo é outra coisa que depende muito do instinto. Felizmente é um conselho que decide, não é nenhuma pessoa sozinha.

Felizmente, é um conselho que decide, não é nenhuma pessoa sozinha. Mas, é preciso dizer por aí que taxa de juro não pode ir tão baixa como todos nós desejaríamos. Temos restrições que fazem com que ela tenha certo nível.

Acho que foi importante também trazer aqui a ideia da necessidade de responsabilidade no setor bancário estatal. Não vejo como a gente funcionar bem sem um sistema estatal bancário. Só privado acho que é uma temeridade muito grande. Mas, a responsabilidade no uso do capital de um banco estatal eu diria até que tem que ser maior do que de um banco privado, porque o banco privado, se ele quebra, pelo menos deveria ser uma coisa dos seus proprietários e dos que correram riscos depositando nele. Mas, no caso do banco estatal, não. A gente vai ter que cobrir. Então, é fundamental.

Mas, tem um dado que eu gostaria de retomar nas projeções, se fosse possível. Se não, talvez o Raul se lembre.

Naquele gráfico em que você coloca na horizontal como evoluíram os gastos dos anos 80 para hoje, as duas colunas de baixo – não sei se pode usar coluna no sentido horizontal, se é correto – as duas de baixo,

eu me pergunto se não poderiam estar juntas, porque é de inativos e pensionistas e embaixo é de assistência e gastos sociais. Se a gente colocar isso junto, aí, sim, que fica uma situação trágica. Não sei se você colocou separado, porque não caberia no gráfico, ou se existe alguma razão para tratar diferentemente um do outro. Essa é uma pergunta que eu quero lhe fazer.

O SR. RAUL VELLOSO – É basicamente porque o regime dos servidores públicos é um regime muito especial e a gente costuma separar do conceito de seguridade social, que foi introduzido aqui na Constituição brasileira, que trata daquilo que se refere ao grande público e não a um público específico. Ali, o setor público é um empregador, no caso dos inativos e pensionistas. E, no outro caso, ele é o gestor de um sistema chamado de seguridade social. Essa é a razão. Mas, não há nada que impeça que se junte.

O SR. CRISTOVAM BUAQUE (Bloco/PDT – DF) – Nada.

Do ponto de vista da fonte, existe uma diferença substancial?

O SR. RAUL VELLOSO – Não. Não me lembro das taxas, não as tenho de cabeça, mas creio que os inativos e pensionistas – deixe eu olhar aqui – crescem menos do que...

O SR. CRISTOVAM BUAQUE (Bloco/PDT – DF) – Duzentos e pouco. Bem menos. O outro foi 780.

O SR. RAUL VELLOSO – A vantagem de não juntar é que mostra que houve uma ênfase grande, muito maior na seguridade como um todo.

O SR. CRISTOVAM BUAQUE (Bloco/PDT – DF) – Entendi. Está certo. Está correto. Mas, eu queria sugerir, da próxima vez, colocar uma só coluna com cores diferentes, porque aí mostra que houve... Ou então, além das duas, colocar um adendo dizendo “Se juntarmos as duas, aí, sim, é que a tragédia é grave”.

O SR. RAUL VELLOSO – E tem outra vantagem em separar os inativos do gasto com ativos, por quê? Porque onde, vamos dizer, o prêmio foi grande é nos inativos, não é nos ativos, ainda que os dois sejam mais ou menos o mesmo grupo. Houve um grande prêmio dado aos inativos, após a Constituição de 1988, quando foi permitido, na Lei do Regime Jurídico Único, que todos os ex-celetistas passassem a ter as vantagens dos estatutários ingressando no regime, ganhando aposentadoria integral, estabilidade, sem nenhuma penalidade por isso, trazendo os fundos de previdência que eles tivessem, onde tivessem. Isso também serve para destacar a diferença desse grupo do grupo dos ativos.

O SR. CRISTOVAM BUAQUE (Bloco/PDT – DF) – Está bom.

Bem, como estamos muito apertados, não quero gastar o tempo, porque cada pergunta vai ter respostas longas, mas dar a ideia de publicarmos isso, e se a Comissão não estiver interessada o meu gabinete assume fazer isso. Vou enviar perguntas para cada um e a gente publica as respostas que vocês fizerem.

Concluo, apenas dizendo que essa reunião que eu convoquei foi preocupado com a economia, mas muito com o social, porque o endividamento não é só uma questão econômica, o endividamento é uma questão – aliás, não é uma questão – é uma tragédia social. Ao viciarmos a população no consumo com base em uma renda que não tem, nós terminamos provocando tragédias sociais, como eu falei, suicídios, famílias desfeitas e tudo o mais. Venda, até sem colateral, termina vendendo como ferro-velho uma geladeira que tem apenas um ano para poder arranjar um dinheirinho para cumprir uma parte.

Esse lado social a gente tem que pensar também, talvez até de uma maneira separada da parte econômica. E, finalmente, eu estimo muito – e mais uma coisa que eu tenho muita sintonia com o José Márcio é que a gente critica sempre os bancos e eu fico até assustado e preocupado de falar bem de bancos sendo político. Mas não é falar bem! Nós esquecemos que a levianidade dos bancos ao alavancarem muitos – e o Tadeu foi claro em dizer que no Brasil não tem havido tanto isso, felizmente –, mas a alavancagem existe porque tem tomador de empréstimo. Quem provoca endividamento não é só o banco, é a ganância do banco, é a irresponsabilidade do setor público que deve regular isso, mas é também a voracidade de consumo das pessoas que querem comprar mais uma casa, trocar de casa, comprar uma casa na praia, trocar de carro a cada dois anos e isso virou no mundo essa imensa bolha geral que derruba Primeiro Ministro aqui e ali e nenhum deles têm saída.

Eu estive recentemente na Grécia, aproveitando uma viagem à Europa e fui lá olhar. Conversei com parlamentar, com economista, com professor, com jornalista, mas além disso eu vi uma coisa que me chamou a atenção: é um país em escombros, mas escombros dourados – diferentes dos escombros da guerra, que eram cinzas. Se vê centenas de prédios maravilhosos com os apartamentos vazios. Tem ali um capital que foi feito, mas uma incapacidade de casar o que já está feito mas gerou uma dívida com a sobrevivência do sistema financeiro e inclusive das finanças públicas. A gente tem que fazer uma reflexão grande sobre o nível de consumo que pode estar além do que é possível e temos que chamar para baixo. Isso vai reduzir a taxa de crescimento? Talvez, mas a gente tem que aceitar

que pode-se reduzir a taxa de crescimento, sem reduzir a felicidade, sem reduzir o bem-estar.

Eu ouvi um professor na Grécia que disse que a renda dele caiu 40%, de salário. O governo cortou. E eu perguntei como ele sobreviveu. Ele disse: “Tirei meu filho da escola privada e coloquei na pública e, agora, estou brigando para que a escola pública melhore, e que também vai ter problema porque baixou o salário dos seus professores. Eu agora já não vou todos os dias ao trabalho de carro. Estou descobrindo que apesar de ter que andar – o que eu não gosto – de ônibus estou indo mais depressa porque há menos carros na rua, porque não apenas eu parei. E como ao reduzir 40% dos salários, reduziram também 40% da jornada de trabalho, estou preenchendo isso complementando a renda ou buscando outras compensações existenciais, lúdicas e etc”

A gente vai ter que pensar que é possível melhorar o bem-estar, mesmo que o crescimento da produção de bens materiais não aumente na proporção a que nós nos acostumamos dos chamados milagres que passaram a ser vistos como uma coisa normal, natural e permanente. Não é permanente, como disse o José Márcio, crescer a taxas elevadas. Não é possível.

Era isso que tinha a dizer, Sr. Presidente. Desculpe ter falado mais do que deveria diante da urgência sua, minha e também dos conferencistas.

Agradeço muito que cada uma tenha vindo e que tenham feito quatro exposições muito boas.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Cristovam, também vou falar e tentar ser breve. Primeiro concordo com V. Ex^a e queria dizer que esse debate é um debate de altíssimo nível, nós temos que tentar publicá-lo. E peço desculpas por fazer algumas considerações num outro caminho, mas que acho importante serem feitas.

Eu já tinha feito um debate com o Senador Cristovam no plenário e citado a visita do Presidente Alexandre Tombini aqui nesta Comissão de Assuntos Econômicos e falava em relação ao endividamento das famílias e fez uma comparação internacional. Nós tínhamos 42% de endividamento das famílias; o Reino Unido, 171%; o Canadá, 148%; o Japão, 126%; a França, 127%; os Estados Unidos, 104%, a Alemanha, 99%, a Itália, 88%. Eu não estou querendo dizer que nós não devamos nos preocupar em relação a isso. Temos que ter essa preocupação.

O Prof. Raul Veloso, quando falava do investimento – e eu quero retomar isso à frente, porque não quero só criticar os tucanos, quero também falar dos pontos que acho importantes. Em relação a investimento, se pegar a tabela do Prof. Raul Velloso, houve uma queda muito grande nos oito anos do governo de

Fernando Henrique Cardoso. Eu falo isso não apenas para criticar, mas para dizer o seguinte: o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso teve duas contribuições, a meu ver: uma, a Lei de Responsabilidade Fiscal; e outra em relação à segurança do sistema financeiro nosso. Na discussão sobre o Proer, vale dizer aqui que os nossos tucanos não foram liberais em relação à regulação do sistema financeiro como foram os americanos. E aquela quebradeira lá... Aqui é o contrário. Essa é a contribuição que eu acho importantíssima do governo do Fernando Henrique Cardoso: termos um sistema de regulação extremamente rígido, como falou o Diretor do Banco Central, é conservador nesse sentido.

Então, em relação ao risco de bolhas, eu quero voltar à questão do investimento aqui com o Prof. Raul Velloso, uma oportunidade incrível para nós. Em relação ao endividamento, é bom fazer essa ponderação em relação às bolhas também. Eu acho, Senador Cristovam – e desculpa falar aqui –, que existia um preconceito muito grande em relação à bancarização, em relação a crédito para quem tinha menos de três salários mínimos – crédito para pobre! E quando a gente vai olhar os indicadores sociais, essa mobilidade social aqui, isso teve uma contribuição gigantesca. Nós saímos de 22% do PIB de crédito para 46% – isso teve um papel! Vi várias vezes o Presidente Lula dizendo, em debate com técnicos da Caixa Econômica – e aí é onde entra o papel dos bancos públicos também –, que nós não teríamos saído da crise do jeito que saímos se não fossem os bancos públicos, se não fosse Caixa Econômica e Banco do Brasil para emprestar para o povo e se não fosse o BNDES, com todo esse problema de investimento que nós temos.

E o problema não está no BNDES, está nas taxas de juros que temos e que são absurdas! O PSI teve um papel fundamental para que, em 2010, a gente tivesse crescimento de 7,5%.

Quando eu falava do presidente Lula, dizia o seguinte: nos debates que ele tinha com alguns técnicos, ele dizia que emprestar para quem ganha menos de três salários mínimos não é crime. Teve um componente da sensibilidade do próprio Presidente da República, mas eu concordo plenamente com o Prof. Raul Velloso no seguinte: não sustentamos um caminho se nossa taxa de investimento não crescer. Concordo plenamente, inclusive no debate sobre inflação, que tem que ser uma preocupação permanente do governo daqui para frente.

É claro que os números às vezes não batem e eu queria, inclusive, deixar esses números aqui para o senhor em relação à questão fiscal. Eu estou nesta Comissão de Assuntos Econômicos desde o começo

do ano, não sou economista, mas sou um observador atento, estou aqui discutindo, participando dos debates desta Comissão. Os dados do Ministério da Fazenda – trazidos pelo Secretário Executivo Nelson Barbosa aqui em fevereiro de 2011 – trazem o balanço de 2012 para 2010, quando eu disse que os números não batem, e acho que talvez naquela tabela você coloca de 87 para frente tenha dado essa discordância dos números. Mas em relação a 2012/2010, houve um aumento de despesas primárias, sim: 2,25% acima do PIB. Pessoal e encargos sociais: redução de 0,26%. Transferência de renda, aí sim, aumento de 1,97%, divididos da seguinte forma: benefícios previdenciários, 1% só a mais do PIB; abono de seguro-desemprego, 0,33%; benefícios assistenciais/Loas, 0,38%; bolsa família, 0,25% – isso durante 8 anos. Investimento, subiu só 0,39%; custeio, 0,14%; saúde, 0,03%; educação, 0,15%. Esses são os números oficiais do Ministério da Fazenda. Quando eu vi os números do Prof. Raul Velloso, eu tentei resgatar esses, porque aqueles números impressionam. Em relação ao investimento, também citando ano a ano, mas concordando com toda a lógica da sua intervenção, Professor, nós tivemos problemas em 2003 e tivemos problemas seriíssimos em 2009 com a crise, com uma queda de 10% de investimentos. Mas, depois dos oito anos, quando eu faço essa crítica em relação a investimentos do governo Fernando Henrique, foi uma queda muito severa no nível de investimentos no País.

Em 2004, a taxa de investimentos cresceu 9%; o consumo das famílias, 3,8%; em 2005, não: família, 3,6%. Em 2006, investimento cresceu 9,8%; consumo das famílias, 5,2%. Em 2007, investimento, 13,8%. Em 2010, o número descompensa um pouco por causa de 2009, mas tem uma tentativa de crescimento.

A Presidenta Dilma está colocando uma meta que eu acho muito difícil de chegar acima de 23% até 2014. É claro – e vou concluir minha intervenção aqui, porque estou extrapolando todo o tempo e, como Presidente, não posso fazer isso e pelo adiantado da hora – que o Governo da Presidenta Dilma, o Ministro da Fazenda, o Presidente do Banco Central, existe um novo arranjo macroeconômico. Eu vejo as projeções do mercado em relação ao superávit primário do próximo ano, Senador Cristovam, e acho que mercado está errando. Nós vamos ter meta cheia no próximo ano, o caminho é um caminho claro aqui de fazer essa contenção fiscal e aproveitarmos essa oportunidade de baixarmos a taxa de juros de forma consistente. Eu não sei o número nós temos que trabalhar aqui, mas dizer o seguinte: o que vai impactar no custo fiscal é essa redução da taxa de juros já para 2012, porque acho que nós estamos num caminho de déficit nominal zero e transformar os próximos períodos em superavitários. Mas esse alívio

fiscal nós pagamos no primeiro semestre deste ano 119 bilhões de juros da dívida. Eu estou convencido de que esse alívio fiscal com a redução da taxa de juros garante não só o superávit primário cheio, mas pode ampliar a possibilidade de investimento por parte da União – o senhor tem toda razão. Nós estamos a menos de 1,5 a União. Nós temos 18,5 em 2010 a taxa de investimento do PIB.

Faço todas essas ponderações para relativizar alguns números para dizer que acho que esse caminho de saída nossa da crise de 2008 foi um caminho que acabou criando, com tudo, mesmo com a recuperação do salário mínimo e o peso da previdência social nessa distribuição, peguei o estudo do Ipea que falava na construção desse grande mercado de consumo de massas. Essa recuperação do salário mínimo, pelo papel da previdência, teve um grande papel, como teve grande papel o aumento do crédito para o povo e nós criamos, hoje, esse grande mercado de consumo de massas, que é a nossa galinha de ovos de ouro, principalmente num cenário de crise econômica internacional como esta. Mas volto a dizer que não estou aqui contestando nenhuma tese, estou colocando algumas posições e concordando centralmente com o caminho apontado pelo Prof. Raul Velloso de que nós temos que voltar a ter uma taxa de investimento robusta neste País. Eu acho que a Presidenta Dilma, todas as vezes, tem sido muito firme em relação à questão fiscal, tem um projeto que fala da vinculação do aumento de despesa pessoal do teto em relação ao PIB. Isso é fundamental para passar tranquilidade nessa questão fiscal, Prof. Raul Velloso.

Então, eu acho que da, parte da Presidenta Dilma, do Ministério da Fazenda, do Presidente do Banco Central, a gente está tendo nesse sentido boas notícias. Eu acho que esse novo arranjo macroeconômico pode possibilitar a gente retomar essas taxas de investimentos, que eu acho é o grande desafio deste País.

Desculpem-me pelo tempo tomado pelos senhores. Não sei quem vai começar...

O SR. RAUL VELLOSO – Eu fui muito citado aí...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Quer começar, professor?

O SR. RAUL VELLOSO – Certamente eu teria alguns direitos.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Claro, tem todos os direitos aqui.

O SR. RAUL VELLOSO – Mas os outros podem começar também.

O SR. CARLOS HAMILTON ARAÚJO – Então, deixa eu falar.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Dr. Carlos Hamilton, Diretor do Banco Central.

O SR. CARLOS HAMILTON ARAÚJO – Eu queria mais uma vez agradecer a oportunidade de estar aqui. Eu só queria e anotei aqui...eu pessoalmente não fui muito citado, mas o Banco Central foi algumas vezes e eu queria fazer algumas colocações.

Sobre a questão da obrigatoriedade de renegociação de dívidas, na verdade, nós temos já uma regulação dura a respeito. Então, com 90 dias, se o banco não renegociou aquilo provisionado, o banco tem todo o incentivo para renegociar a dívida. Agora, todo acordo tem que ter a concordância das duas partes. É possível que talvez o devedor não possa renegociar ou tenha alguma coisa, mas acho que a nossa regulação incentiva muito os bancos a renegociarem, se não vai entrar em prejuízo.

A questão do cartão de crédito, o Carlos já colocou. Enfim, temos, de fato, feito um trabalho neste sentido, de impedir que esse negócio se torne implosivo.

Sobre o crédito imobiliário, nós temos também um regulação dura a esse respeito. Dependendo do financiamento, a relação entre financiamento e valor do imóvel, a exigência de capital do banco pode quase que triplicar. Se o banco financia menos do que 50% a ponderação de risco é 35%; se é de 80% para cima pode chegar a 100%. Então, mais uma vez entendo que o crédito imobiliário tem crescido muito recentemente, abriu uma base muito baixa, mas parte disso também vem do crédito dos programas do Governo Federal de expansão da moradia popular. Tem também que se levar em conta o *funding*, esse crédito que é relativamente estável.

Outro ponto sobre o gráfico do serviço da dívida, na verdade, consideramos, sim, naquela conta que apresentei, o cartão de crédito e o cheque especial. No cartão de crédito, nós consideramos o financiamento, porque o à vista é mais uma gestão de caixa, na nossa visão. Mesmo pessoas que dispõem de recursos na conta bancária, às vezes, por um motivo ou por outro, pagam com cartão de crédito; enfim, é mais uma gestão de caixa. Mas o financiamento, o crédito parcelado com juros entra no nosso cálculo e também o cheque especial. No caso do cheque especial, nós consideramos a amortização da dívida em seis meses, 6.6% no caso do cheque especial, porque hoje o pagamento mínimo é 15%, e no caso do cartão de crédito é 19 meses, que é o prazo médio das demais linhas. Então estamos considerando, sim, as duas linhas na nossa conta.

No mais, eram só esses pontos que eu queria trazer e agradecer uma vez mais a oportunidade de estar aqui. Para mim, foi um prazer estar aqui participando desta mesa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Dr. Carlos Hamilton.

Vou passar agora ao Dr. Carlos Thadeu. Sei que falar pouco tempo em um debate complexo como este é difícil, mas queria pedir que falassem cinco, no máximo, dez minutos.

O SR. CARLOS HAMILTON VASCONCELOS ARAÚJO – Tudo bem, Senador.

Eu só queria dizer o seguinte: basicamente o nosso programa é de medidas regulatórias por parte do Banco Central. Acho que, no Brasil, o Banco Central tem agido bastante bem sob esse ponto de vista. Quer dizer, ele vai em cima do banco, o banco tem que ter uma dosagem maior de capital e o banco não tem maior interesse em ter maior dosagem de capital, por isso realmente tem um custo para o banco. Então ele vai emprestar menos para compras de imóveis, vai emprestar menos para um ou para outro.

O grande ponto é que lá fora, principalmente, os bancos centrais não tiveram medidas regulatórias. As famílias se endividaram muito para comprar imóveis e outros bens, porque não havia essa pressão que tem o Banco Central aqui. Realmente eu acho que, porque temos prazos mais longos aqui, o Banco Central agiu rápido, porque começou o endividamento para compra de carro, cinco, seis anos, já estava crescendo, ele logo foi com a medida para exigir uma dosagem maior de capital. A mesma coisa agora com o crédito imobiliário. À medida que ele sinta que esse crédito está crescendo muito rápido, ele pode ir aumentando essa dosagem regulatória para frear esse crescimento. Então ele tem instrumentos para isso, mas tem que ser rápido e ter medidas antecipadas.

Não me preocupa muito o fato de você não ter uma dívida com colateral, porque, à medida que os bancos possam renegociar esse dívida a prazos mais longos, isso facilita bastante a vida do mutuário. O grande ponto é que os bancos têm que ter interesse em fazê-lo e o Banco Central tem que estar exigindo sempre uma dosagem menor de capital para os bancos que vão jogar com prazo mais longo. O problema dos Estados Unidos hoje é que realmente os bancos não estão interessados em renegociar as dívidas hipotecárias e também pelo fato de que lá faltou uma autoridade bancária mais forte, do ponto de vista de ter regras mais fortes. Como também aqui no Brasil, e aí eu concordo com o Senador também, os bancos públicos preencheram uma função muito importante na crise de liquidez, pois, à medida que os bancos privados saíram, os bancos públicos entraram. Isso foi muito importante, só que, às vezes, entraram demais. Então é importante tentar colocar um freio nisso.

Não me preocupa também o fato de que estamos com o País com um massa real de salários crescendo satisfatoriamente bem, o crescimento do PIB também é satisfatório. No curto prazo, apesar das nossas ponderações todas, de falta de poupança, que é uma realidade, o Governo gasta muito, mas, no curto prazo, ao menos, o Brasil está surfando uma onda que outros países não estão surfando: a nossa dívida líquida PIB caiu bastante e o Brasil hoje está muito melhor do que muitos países ricos, desenvolvidos e, com isso, está recebendo bastante dinheiro de fora, investimentos de fora. Isso ajuda muito o País a manter alguma taxa de crescimento econômico e ficar um pouco menos preocupado com a situação a médio prazo.

Agora, evidentemente que estamos ainda bastante desequilibrados em termos de poupança pública, gasto público. Mas, como o resto do mundo está muito pior, nossa posição melhorou um pouco. Evidentemente que o nosso Banco Central tem agido bastante bem, e espero que continue agindo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Professor Raul Velloso.

O SR. RAUL VELLOSO – Bom, a minha impressão, Senador e todos os ouvintes, é que, na realidade, o drama do Brasil é que as intenções são as melhores possíveis. Nós estamos tratando aqui de intenções e fatos. Eu vejo, detecto, na postura pós 2003, um esforço forte, firme de procurar criar esse mercado de consumo de massas e trazer boa parte da população que estava excluída para dentro do mercado, obter melhoria nos índices de pobreza e distribuição de renda. Isso é bem claro, bem nítido. Esse esforço é muito fácil de perceber.

Eu fico pensando, além de ter acompanhado de perto o Governo Lula, eu era do Conselho de Desenvolvimento Econômico, nos dois mandatos, então pude acompanhar o dia a dia do Governo, aliás o senhor não me citou ali como tucano...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Não, de forma nenhuma.

O SR. RAUL VELLOSO – Por favor. Eu sou o mais possível neutro.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – E eu elogiei os tucanos também.

O SR. RAUL VELLOSO – Eu não tenho nada contra nem a favor de ninguém. Na realidade, sou amigo do nosso ilustre Senador, que é do PDT.

Enfim, nós estamos preocupados é com o Brasil. Eu acho que isso é muito fácil de perceber. Fico imaginando o drama da nossa Presidente, que era uma pessoa, no governo anterior, muito preocupada, provavelmente entre as mais preocupadas, com a questão

do investimento, pelas áreas que ela assumia, pelos sinais que vinham do lado dela, e agora, na posição de Presidente da República, deve ter insônias em cima de insônias ao enxergar os conflitos muito difíceis de equacionar quando a gente se depara com o dia a dia, com a dificuldade de fazer coisas inconciliáveis. Esse é o problema.

O Governo procura colocar em prática certa estratégia que, em última instância, é voltada para criar o mercado cada vez maior de consumo de massa e quer fazer outras coisas, quer fazer investimentos, o nosso Senador chamou a atenção para isto: é importante recuperar o investimento. Mas veja o drama que a Presidente deve estar vivendo! Este ano, de repente, ela se viu na difícil situação de ter de abrir mão do seu óbvio interesse por recuperar o investimento. Por quê? Porque, ao mesmo tempo, ela demonstra o maior interesse em ver a taxa de juros ser reduzida. Os sinais são óbvios. A gente viu que foi feita uma espécie de promessa – eu não sei direito como a gente pode chamar a isso – de ter um resultado fiscal mais forte este ano exatamente para permitir que o Banco Central, lá do outro lado da Esplanada, pudesse fixar taxas de juros mais baixas e, depois, aproveitando inclusive o desaquecimento da economia mundial, o que obviamente facilitaria fazer isso. De repente, ela está com este pepino: fazer um ajuste fiscal mais forte, orientando o seu ministro a fazer isso, e, no dia a dia, vê que a dificuldade é muito grande. Por quê? Porque como há outros objetivos, de ter outros gastos que não investimentos crescendo a taxas elevadas, mesmo a arrecadação subindo muito, para ter o resultado que ela sente que é necessário para criar condições para o Banco Central reduzir a taxa de juros, ela está tendo de conter os investimentos.

Este ano, ao contrário do que eu acho que ela gostaria, os investimentos estão caindo em relação ao ano passado, interrompendo uma trajetória de recuperação. Então o ponto aqui é não deixar de reconhecer o interesse, o objetivo, a intenção, mas chamar a atenção para a dificuldade de “chupar cana e assobiar ao mesmo tempo”. Esse é o drama que todos vivemos e certamente o Governo vive.

Quanto às estatísticas que o senhor mostrou, elas são perfeitamente conciliáveis. É claro que, dependendo da base, do ano de comparação que se usa, os valores podem aparecer maiores ou menores. Outra coisa que eu evito, e que o quadro do Ministério da Fazenda tem, são os percentuais do PIB, a não ser em situações que a gente possa explicar melhor. Em grandes séries, eu evito, porque eu acho que pode haver distorções das variáveis. Eu prefiro pegar os valores nominais das variáveis, deflacionar pelo índice oficial, IPCA ou INPC,

e tenho aí uma informação sobre o crescimento real indisputável, que comparo com o crescimento real do PIB. Aí eu evito a discussão maior de questão de índice que se está usando, se usou o PIB, se não usou o PIB. Mas lhe garanto com toda a segurança que usamos os mesmos dados, até porque as minhas fontes são os dados oficiais do Ministério da Fazenda e do Banco Central. O ponto é esse.

Outra coisa que eu queria também dizer é que se nota claramente, nas estatísticas, que a taxa de investimento da União caiu bastante na fase do governo Fernando Henrique Cardoso. E é verdade, os dados mostram isso. Foi o período em que as taxas de juros eram muito mais altas e que aquele componente de risco estava presente, mas, naquele período, se construiu... Não estou querendo defender de jeito nenhum, eu olho sempre o período longo. Criaram-se as bases para que, no momento seguinte, aquele elemento do risco saísse e se recuperassem os investimentos, o que dificilmente se conseguiria fazer se não tivesse sido feito aquele esforço anterior.

E aí eu quero só lembrar uma coisa que as pessoas já esqueceram e que é interessante. Quando virou o governo FHC para o governo Lula, havia uma sensação de que a razão dívida PIB ia explodir, não sei se vocês se lembram. Boa parte disso era porque as contas que a gente fazia em cima daquela razão que havia na virada de 2002 para 2003, com as hipóteses da época, com os juros afetados pelo alto risco, produziram uma subida galopante da razão dívida PIB. Só que, pouco tempo depois, então, a razão dívida PIB da época, vamos pensar, 50% do PIB, com essa razão dívida PIB e as outras hipóteses, a dívida subia para explodir. Mais adiante se viu que o PIB era 10% mais alto. O IBGE recalculou toda a série e, se a gente soubesse, naquele momento, os 50% seria 45%. Com 45%, a razão dívida PIB não teria explodido nos cálculos que se faziam.

Então, o senhor vê que o desconhecimento de algo que foi superaceito pela metodologia que o IBGE usou teria criado uma situação de muito maior tranquilidade em relação à questão da dívida do que de fato foi pelo mero desconhecimento. A história poderia ter sido outra em relação ao que aconteceu com as variáveis, porque, na realidade, o ajuste que tinha sido feito era já muito forte, mas não aparecia no momento da virada.

Discordo do José Márcio quando fala que os economistas não sabem de nada, não sei o quê. O problema não é esse, não, José Márcio, é que há coisas que são incertas – o futuro por definição é incerto –, e as estatísticas com as quais nós trabalhamos são mais incertas ainda, e muitas vezes não conseguimos saber direito o que está acontecendo.

Acho que os economistas presentes vão gostar de ouvir isso.

Muito obrigado, Senador.

O senhor está certo na sua preocupação com os objetivos fundamentais da sociedade. Eu só lembro isto: é difícil chupar cana e assobiar ao mesmo tempo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Presidente, é só uma frase. Não posso perder a chance de dizer uma brincadeira. É pior do que disse o José Márcio. O pior é que os economistas pensam que sabem!

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Prof. Raul Velloso, pela sua presença.

Com certeza, como disse o Senador Cristovam Buarque, nós vamos resgatar isso numa publicação.

Passo a palavra agora ao último expositor, Prof. José Márcio Camargo.

O SR. JOSÉ MÁRCIO CAMARGO – Eu só quero agradecer. Foi um enorme prazer estar aqui nesta mesa, com essa plateia. É sempre uma honra para mim estar aqui, no Senador. Estou inteiramente à disposição.

Na verdade, meu objetivo, quando vim para cá, era colocar os problemas; não era falar sobre as soluções. Eu não tenho as soluções. Meu objetivo foi exatamente dizer o seguinte: está tudo muito bem, como disse o Senador Cristovam, mas, cuidado, porque o futuro é sempre incerto, como diz o Raul, e sabemos muito pouco sobre como resolver os problemas. Concretamente, é assim que acontece.

Cada vez, na verdade, dado o mundo atual, o que se observa é que efetivamente os economistas não sabem nada como resolver os problemas do mundo atual; os problemas que estamos vivendo neste momento. Lá, no mundo desenvolvido, tudo o que está sendo resolvido está fora do livro-texto. Tudo. Sem exceção. Tudo o que está sendo feito lá, nós não aprendemos na escola, e o que está sendo feito é exatamente porque eles não sabem o que fazer.

Então, o ideal é não chegarmos lá. É fazer de tal forma que consigamos evitar chegar a uma situação em que, simplesmente, não se tem a menor ideia de quais são os resultados da sua política.

Então, meu objetivo aqui foi só trazer os problemas, e não as soluções.

Muito obrigado, de qualquer forma.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Agradeço muito ao Prof. José Márcio Camargo pelo poder de síntese na sua conclusão.

Agora, o Dr. Carlos Hamilton.

O SR. CARLOS HAMILTON VASCONCELOS ARAÚJO – José Márcio, só pegando teu gancho, de fato os economistas lá fora não estão conseguindo

encontrar solução para os problemas. Eles dizem que a solução está com os políticos.

O SR. JOSÉ MÁRCIO CAMARGO – Os políticos é que têm que resolver, né?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Um abraço e muito obrigado a todos. Boa tarde a todos os senhores.

(Iniciada às 11 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 55 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

ATA DA QUINTA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL, CRIADA POR MEIO DO RQS Nº 01/2011-CAE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 5 DE JULHO DE 2011, ÀS 14 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e cinquenta e quatro minutos do dia cinco de julho do ano de dois mil e onze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloysio Nunes Ferreira, reúne-se a Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional, com a presença dos Senadores José Pimentel e Armando Monteiro. Deixam de comparecer a Senadora Marta Suplicy e os Senadores Eduardo Braga e Luiz Henrique. O Presidente declara aberta a reunião, que tem como objetivo a realização de audiência pública com a finalidade de debater o tema “Sistema Tributário Brasileiro: Investimentos”, tendo como convidados o Sr. Clóvis Panzarini, Consultor da Área Tributária; o Sr. Hiroyuki Sato, Diretor Executivo de Assuntos Tributários, Relações Trabalhistas e Ação Política da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos – Abimaq; e o Sr. Pablo Fonseca Pereira dos Santos – Secretário-Adjunto da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda. É realizada a audiência pública com a presença do Sr. Clóvis Panzarini, Consultor da Área Tributária; do Sr. Hiroyuki Sato, Diretor Executivo de Assuntos Tributários, Relações Trabalhistas e Ação Política da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos – Abimaq; e do Sr. Sérgio Gobetti, Secretário-Adjunto da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores Armando Monteiro e José Pimentel. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas

e trinta e dois minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Aloysio Nunes Ferreira**, Presidente da Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. PSDB/SP) – Vamos dar início à reunião da nossa Comissão.

Quero, em primeiro lugar, agradecer a disponibilidade e a presença do Dr. Clóvis Panzarini, do Dr. Hiroyuki Sato e do Dr. Sérgio Gobetti, que vêm colaborar com os trabalhos da nossa Subcomissão de Avaliação do Sistema Tributário Nacional.

O tema de hoje é a análise do desempenho do nosso sistema tributário em relação aos investimentos.

Eu não vou me alongar na introdução porque já esperamos demais pelo início dos trabalhos. Então já passo a palavra ao Dr. Clóvis Panzarini, que é o primeiro da nossa lista.

Muito obrigado, mais uma vez, pelo comparecimento, pela presença de todos. Peço desculpas pelo inconveniente do atraso para o início dos nossos trabalhos.

O SR. CLÓVIS PANZARINI – Antes de mais nada, quero agradecer o honroso convite do Senador Aloysio para vir aqui falar para os Senadores sobre esse desagradável assunto que é imposto. São os impostos, não é? Já dizia Benjamin Franklin que duas coisas são certas: os impostos e a morte. Só que quando um sistema tributário é desajustado, ele também causa a morte: morte da competitividade, morte de setores da economia, enfim, morte da eficiência, morte da lógica que deve nortear um sistema econômico.

Eu não vou fazer um diagnóstico profundo do sistema tributário, porque todos aqui sabemos o quão complicado, injusto, regressivo e deficiente ele é. Eu vou me ater a dois ou três pontos que têm a ver com esta Subcomissão, que é a questão da ineficiência – isso tem a ver com investimento, tem a ver com exportação, tem a ver com competitividade –, da não transparência, que, na verdade, é a mãe da ineficiência, no meu entender, e o problema dos conflitos federativos decorrentes desse sistema tributário mal desenhado que nós temos.

Problema de regressividade, de complexidade, de custo de conformidade, eu acho que todos nós já temos presente.

Penso que o calcanhar de Aquiles do nosso sistema tributário é o ICMS.

ICMS é um imposto do tipo valor agregado que, na minha opinião, está erradamente atribuído à competência subnacional. Esse é um imposto de natureza nacional, porque incide na cadeia produtiva. E as cadeias produtivas necessariamente ou quase sempre transcendem fronteiras interestaduais, e nós temos confusões muito sérias.

O nosso IVA nasceu como ICM em 67 e funcionou muito bem até, digamos, 85, 88, pela simples e boa razão de que não existia federalismo no Brasil. Nós vivíamos num regime fechado, num regime centralizado em que não existia federação. Então não fazia diferença esse imposto estar na competência estadual, porque as regras eram emanadas todas do governo central, os Estados obedeciam e não havia alternativa para não obedecer.

A confusão começou com a abertura democrática, com as eleições diretas, quando os Estados adquiriram a competência política. Daí, em sendo detentores da competência tributária desse imposto, passaram a geri-lo da forma que achavam melhor.

Esse IVA é um imposto que conceitualmente é dos melhores, muito usado. É um imposto conceitualmente neutro, mas foi se degradando ao longo dos anos por várias razões. Uma delas é a voracidade fiscal dos Estados; a outra, a necessidade que os Estados têm de esconder a verdadeira carga tributária.

Existe, na minha opinião, um conflito entre responsabilidade e competência, responsabilidade e interesse.

Esse imposto que incide na cadeia produtiva tem tudo a ver com competitividade, cujas consequências podem afetar a competitividade do setor produtivo, o equilíbrio das contas externas. E isso não é de responsabilidade dos Estados, mas da União. Então os Estados detêm uma competência tributária que tem efeitos sobre determinados atos econômicos que não são de responsabilidade deles. O interesse de um governador é sempre arrecadatório. Então, entre honrar crédito acumulado de ICMS nas exportações, porque isso tem a ver com competitividade do setor produtivo no mercado internacional, e adiantar o cronograma de uma obra, é claro que um governador vai escolher a segunda alternativa, porque o equilíbrio de conta externa e competitividade não são do interesse do governador. Então temos aí um conflito sério.

Da mesma forma, entre isentar investimento, que tem um custo, representa uma renúncia fiscal de curto prazo, e usar esse dinheiro no orçamento, a escolha sempre será arrecadatória. O interesse de um governador é sempre arrecadatório. Ele não tem responsabilidade, como governante – pode ter como cidadão –, com eficiência ou equilíbrio de contas externas.

Eu já disse que o nosso IVA, o nosso ICMS é um imposto de natureza nacional cujos efeitos transcendem a fronteira dos entes tributantes. Mas esse é um dado do problema. Esse imposto é subnacional e será sempre subnacional, porque o nosso federalismo fiscal se cristalizou com essa discriminação tributária. Não adianta imaginar outro desenho tributário que não esse.

Então, para mitigar os problemas dessa discriminação, a única forma é a adoção do princípio de destino, ou seja, se eu não tributar a operação interestadual, a decisão de política tributária de cada Estado se cinge ao território do Estado. Cada Estado vai passar a tributar o seu consumo. Quando a mercadoria sai do seu Estado, ela se torna tributariamente virgem e começa do zero no outro lado. Essa é a solução mais óbvia. É por isso que em toda reforma tributária fala-se: vamos adotar o princípio do destino ou do quase destino? Não podemos reduzir para zero, mas vamos reduzir para quase zero, para dois ou para quatro, por causa disso. Se eu eliminar a tributação de fronteira, cada Estado vai tributar o seu consumo. Aí não precisa nem de Confaz, não precisa nem de regra nacional, porque ele pode escolher a carga tributária que quer impor ao seu eleitor, ao seu cidadão. Quando a mercadoria sai para outro Estado começa do zero no outro lado.

Mas essa não é uma questão tão trivial, porque, se se resolve uma série de problemas, e o principal deles é a guerra fiscal, cria-se uma série de outros problemas, como vou mostrar depois.

Vou pular esse quadro porque acho que tem coisas mais importantes para se falar em vinte minutos.

Eu dizia que a ineficiência do ICMS é filha direta da não transparência. E existe um equívoco, na minha opinião, muito sério em termos de reforma tributária. Em toda discussão de reforma tributária, pelo menos o povo, quando se fala em reforma tributária, diz: vamos baixar a carga tributária ou a carga tributária elevada compromete a competitividade da economia nacional.

Eu não comungo dessa ideia. Não é a magnitude da carga tributária que tem a ver com competitividade. Absolutamente não é. É a qualidade da carga tributária. Eu posso ter a mesma carga tributária de 35% do PIB, sem um centavo a menos ou a mais, e ter um sistema tributário limpo e competitivo. Basta que o sistema seja neutro, ou seja, que se consiga zerar completamente a carga tributária na saída para o exterior, porque aí ela pode ser de 35 ou de 80%, ela sai com zero para disputar o mercado internacional lá fora. Sai com zero, então não tem nada a ver com competitividade lá fora.

De outra forma, se a carga tributária minha for neutra, ou seja, isenta de cumulatividades – e aí depois eu vou entrar na questão da transparência –, também não importa o tamanho da carga tributária, porque, se

ela é de 35 ou... Porque a carga tributária que incide sobre o setor produtivo brasileiro será exatamente a mesma que incidirá sobre a mercadoria importada. Então, onde está o problema da competitividade? Nenhuma. Se magnitude de carga tributária tivesse a ver com competitividade, os países nórdicos não conseguiriam competir, porque a carga tributária deles é muito mais elevada. Não vou nem falar aqui na questão da justiça fiscal.

Qual é o problema, o que ofende a competitividade do setor produtivo? São as cumulatividades. Então, no caso do ICMS, o ICMS está eivado de cumulatividades. Cada vez que o Governo exige o estorno do crédito no meio da cadeia, ele dá uma isenção e, no meio da cadeia, manda estornar o crédito. Na verdade, não está dando benefício nenhum. Ele está aumentando a carga tributária. Eu já vi exemplos em que se concede isenção de uma mercadoria com estorno de crédito e a carga tributária aumenta, ao invés de diminuir. Cito um exemplo: as massas alimentícias eram tributadas a 7% com manutenção de crédito, e isso gerava alguma cumulação de crédito que o Estado tinha que devolver. O Estado deu isenção, todo mundo aplaudiu. Mas isenção com obrigação de estorno: a carga tributária que era de 7% foi para 10%, real. Porque o contribuinte aproveitava 18 no insumo e deixou de aproveitar. Ele ganhou 7 no débito, e perdeu 18 no crédito.

Está cheio de exemplos disso no sistema tributário brasileiro, esse Frankenstein nosso que pouca gente entende.

As cumulatividades, por exemplo, fala-se que o Estado tributa bens de capital, devolve em quatro anos – isso é uma forma de cumulatividade –, e tributa bens de uso e consumo. Ou seja, na prática, isso quer dizer o seguinte: que o nosso IVA adota o chamado regime do crédito físico, e não do crédito financeiro. E aí os Estados dizem: não, mas se eu fizer isso, quebra o Estado. Só dá direito a crédito mercadorias que se incorporam fisicamente na mercadoria acabada. Então, por exemplo, material de limpeza da fábrica, tudo aquilo que não se incorpora fisicamente na mercadoria não dá direito a crédito. O que significa? Que são bitributadas, porque é óbvio que ela se incorpora economicamente na mercadoria, ainda que não se incorpore fisicamente. Então, se paga na entrada, joga fora o crédito e ela está no preço da mercadoria que saiu, eu cobro duas vezes. E os Estados dizem: olha, isso significa 10% de perda de arrecadação. Meu Deus do céu! Se isso é 10% da arrecadação, então a alíquota verdadeira não é 18, é 19,8%. Por que o Estado, em vez de fazer um imposto limpo e cobrar 19,8% e dizer para o consumidor “olha, minha alíquota verdadeira é 19,8%”, ele diz “eu dou crédito para tudo”? Aí, quando

essa mercadoria sai para o exterior, ela sai com zero, não sai com 10% de 18%. Será que ele tem vergonha de dizer que são 19,8 e não 18?

Ou seja, o Estado gosta de cargas tributárias enrustidas. Cobra, manda estornar e cobra de novo na saída. Isso é carga tributária enrustida, escondida. Isso é o que bate na competitividade, isso é o que bate nas cumulatividades do nosso sistema.

Outro ato envergonhado dos governos é a chamada alíquota por dentro. Dizem que isso é uma jabuticaba, que só existe no Brasil. A alíquota de 18%, na verdade, é de 21,97, porque os 18 incidem sobre 18. Então, quando eu compro R\$100,00 de mercadorias, na realidade, eu estou comprando R\$82,00 de mercadorias e estou comprando R\$18,00 de imposto. Dezoito sobre 82 dá 21,97.

Então, por que o Estado diz “olha, a alíquota é 21,97”? Mais 10% da carga tributária dos bens de uso e consumo, a alíquota verdadeira, 22, vai para 24,2. Essa é a alíquota verdadeira que estou te cobrando hoje, só que eu estou te cobrando escondido. Você pensa que está pagando 18, mas está pagando 24,2%.

Aí os técnicos do Estado vão dizer: mas, se eu fizer isso, não é questão de vergonha, a questão não é política, é técnica. Se eu fizer isso, ninguém vai pagar imposto, porque ele vê a carga tributária e diz que vai sonegar.

Meu Deus do céu! Ninguém sonega alíquota. O sonegador sonega reais, não sonega alíquota. Quando ele deixa de emitir uma nota fiscal de uma mercadoria que custa R\$82,00, ele ganha R\$18,00, seja 18 por dentro, 22 por fora. Ele ganha R\$18,00.

Mas esses mitos que vão alimentando essa discussão ao longo dos anos é que impedem que a gente limpe um pouco esse sistema tributário. Essas cumulatividades é que fazem com que o nosso sistema tributário induza a ineficiência.

A mesma coisa acontece com bens de capital. Os Estados dizem: olha, se não tributar bens de capital, eu quebro. Da mesma forma com bens de uso e consumo, o custo dos bens de capital se incorpora no valor da mercadoria. Então, aquela alíquota já não é mais 24, já é, quem sabe, 25. Não, mas eu tributo bens de capital e não devolvo, devolvo a longo prazo, porque isso me dá um ganho de receita que o consumidor contribuinte acaba não percebendo. Quem é que vai saber se deu crédito ou não deu crédito. O fato é que esse dinheiro entrou no meu caixa e, se entrou no meu caixa, entrou no custo da empresa. Um, é corolário do outro, não tem mistério.

Mas essas distorções são históricas. Essa história da alíquota por dentro nasceu em 1967. O contribuinte só descobriu a partir da Constituição de 1988, por

causa da conta de luz. A conta de luz é a única fatura que explicita a alíquota por dentro. Mas essa história nasceu com o ICM, em 1967. Como nasceu com o ICM, em 1967, a tributação de bens de consumo, a tributação de bens de capital, a tributação da exportação. Primeiro, tributava-se exportações de primários e semielaborados. Depois, com a Lei Kandir, deu-se isenção também para primários e semielaborados. E aí, nessa discussão de Lei Kandir, é muito interessante, porque cada Estado faz a conta de quanto está perdendo com exportações, sendo que a Lei Kandir deu isenção só para tributação de bens primários e semielaborados. O resto já estava imune desde sempre. Nunca ninguém cobrou ICMS sobre automóvel ou sobre computador. Mas, como perda da Lei Kandir. Mas, tudo bem.

Bom, nós temos um ICMS subnacional. Existem regras de harmonização que são sérias, mas essas regras não colaram, não pegaram.

Um dos problemas, que falei logo no começo – vou passar agora para a questão da guerra fiscal – é o problema da desobediência à norma nacional de concessão de benefícios fiscais.

Desde 1967 ou, pelo menos, desde 1975, existe uma norma, existe uma lei, a Lei Complementar nº 24, que estabelece, de forma inequívoca, regras para concessão de benefício fiscal. Todo benefício fiscal deve ser aprovado por unanimidade dos Estados, e a desobediência dessa regra tem uma série de consequências, inclusive tanto para o contribuinte quanto para o governante, que pode ter suas contas impugnadas pelo Tribunal de Contas da União. Tudo isso vem desde janeiro de 1975.

Mas essa lei não colou, e os benefícios fiscais, que deveriam ser aprovados pelo ICMS, portanto, por unanimidade dos Estados – vale dizer, não haveria guerra fiscal, porque nenhum Estado prejudicado iria dar seu voto para que o Estado vizinho prejudicasse sua economia. Essa regra não pegou, e os Estados concedem benefícios fiscais à margem do Confaz. Isso tem uma série de consequências.

Isso aí eu já falei, sobre a Lei Complementar nº 24.

A munção da guerra fiscal e a tributação interestadual. Isso eu já falei também. E é muito claro esse conceito.

Se a operação interestadual fosse isenta, qualquer benefício fiscal teria efeito única e exclusivamente para os consumidores e contribuintes do Estado concedente do benefício fiscal. Então, de uma fábrica de automóvel ou montadora que se localizasse no Paraná e ganhasse benefício fiscal para lá se instalar, o único que beneficiário seria o consumidor paranaense. Esse automóvel chegaria tributariamente virgem ao Rio de Janeiro, começaria do zero a tributação. É claro que

não haveria aí guerra fiscal porque nenhum empreendimento de porte vai se localizar para vender mercadoria só para aquela unidade federada. Acabaria a guerra fiscal. E, se ela fizesse isso, o outro Estado não teria nada a ver com o problema, porque aí seria uma escolha do governador fazer mais fábrica e menos escola, problema dele, mas ele é que estaria pagando a conta.

Agora, o problema é que, quando alíquota de destino, quando tenho alíquota interestadual, quem financia a guerra fiscal é a vítima, é o Estado consumidor – sempre –, porque, à medida que a mercadoria sai do Estado de origem para o destino e existe uma tributação de 12% na fronteira, o Estado exportador vai cobrar 12% de ICMS. Então esse é um dinheiro novo para ele. Se ele cobra 12%, pode devolver 9% para o contribuinte aliciado para esse empreendimento. Ele ganha 3% e o contribuinte investidor ganha 9%.

Ora, todo ganho tem como corolário uma perda. Quem perde os 12% que foi fatiado em 3% + 9%? Claro que o tesouro do Estado destinatário que vai devolver cada centavo dessa mercadoria que adentrou o seu território. No Estado de destino, o comprador interestadual vai ser creditado de 12%, que é uma moeda que paga imposto naquele Estado de destino. Então, se olharmos o fluxo de trás para frente, esse dinheiro sai do tesouro do Estado de destino, vai para seu contribuinte na forma de crédito, que vai para o fornecedor, que vai para o tesouro do Estado destinatário, que pode partilhar o butim de 9% + 3%. É assim que se faz guerra fiscal.

Então, a coisa mais óbvia seria: por que não fazermos o princípio de destino para acabar com a guerra fiscal? Tenho várias conseqüências. Eu resolvo o problema da guerra fiscal? Sim, definitivamente. Mas eu tenho, pelo menos, três problemas para superar se eu fizer isso. O primeiro deles é que vou agravar dramaticamente o problema de crédito acumulado – nem todos perceberam isso. Qualquer operação São Paulo/Rio terá o mesmo efeito na conta fiscal do contribuinte que uma operação São Paulo/Dinamarca. É óbvio: cada operação interestadual passa a ser uma exportação. O contribuinte compra mercadoria por dezoito e vende por zero para Minas. Isso vai agravar dramaticamente o problema do crédito acumulado. Problema que já é grave, gravíssimo. É um dos problemas.

Aí os Estados dizem que não vai ser assim, que vai fazer diferente: cobrar na origem, cheio, e o contribuinte, invés de pagar para ele, Estado, paga para o tesouro do Estado de destino. Então, a mercadoria sai por dezoito. Vai para Minas, vai para Campinas. Aí resolve o problema do crédito acumulado aqui.

Resolve aqui e aumenta lá, porque, na operação interestadual que antecede à exportação, vou explodir

o problema. E esse é um dos problemas graves hoje. Então se hoje o minério sai de Minas Gerais para o Espírito Santo com 7% de ICMS. Lá, esse minério é industrializado e exportado, e a siderúrgica lá se entope de crédito acumulado, esse minério vai passar a sair com dezoito de Minas para o Espírito Santo. Ou a soja vai vir de Mato Grosso para São Paulo com 18, e sai o óleo com zero, eu acabo com a indústria de moagem de São Paulo.

Quer dizer, sempre se fala que o problema é que a operação interestadual que antecede a exportação é que gera problema de crédito acumulado na exportação. Tudo bem. Se eu cobrar cheio na origem, eu aumento o problema, aumento dramaticamente. Mas aí dizem: “Não, mas o Estado vai receber esse dinheiro lá do Estado de origem. Então ele pode devolver mais celeremente esse crédito”. Não são operações casadas. O fato de o tesouro do Estado de destino receber um aporte de recursos do tesouro do Estado de origem porque o princípio é de destino não vai implicar que ele vai ser mais célere em devolver crédito acumulado, que, agora, ganhou uma dimensão muito maior que antes com essa adoção do princípio de destino.

Enfim, fala-se que foi muito fácil. Princípio de destino resolve o problema; resolve um e cria vários. Daí minha desilusão com a possibilidade de uma reforma tributária que venha a resolver esses problemas.

Há mais dois problemas que eu queria citar aí, rapidamente. Acho que já estourei o tempo. A adoção do princípio de destino implica outro problema, que é o controle de fronteira. Quando eu aumento a diferença entre a alíquota interna e a interestadual, eu tenho de fazer um controle de fronteira muito bom porque aí o incentivo à sonegação passará a ser muito maior. O terceiro problema é que eu tenho de resolver os problemas dos contratos celebrados no âmbito desse modelo. De alguma, tem-se que resolvê-lo, porque é um ato perfeito. Se eu fizer isso uma vez por outra, quebro Camaçari, por exemplo.

Então, nesse momento em que você tem problema sobre valorização cambial, globalização, esses problemas se somam. O problema tributário se soma a esses problemas na questão da competitividade.

Outro problema é o impasse entre a trajetória do gasto público e a falta de espaço para aumentar a carga tributária. Quem paga essa conta são sempre os investimentos. Na medida em que o Estado não tem mais espaço para aumentar a carga tributária e os gastos públicos são crescentes, é o investimento público que paga a conta, ou seja, a competitividade da economia. E os impasses federativos estão se agravando. Essa recente decisão do Supremo Tribunal Federal traz um impasse maior: o que fazer com o passado e com o

futuro? Com o passado, esses contribuintes se creditaram com esses créditos agora julgados ineficazes pela Suprema Corte. o que fazer com isso?

E o futuro, o que fazer com esses contratos?

Então, temos uma série de problemas para resolver.

Na questão da competitividade, acho que existe algum espaço para a União começar a trabalhar. Por exemplo, na questão dos bens de uso e consumo ou dos bens de capital, dos impostos federais, aí não há nenhum conflito político. Aí é decisão política do Governo Federal. Aí é uma questão de escolha. O Governo Federal pode claramente, nesse momento em que temos alguns impasses sérios, políticos, para resolver – reforma tributária – podemos começar mexendo com os impostos federais – IPI, PIS, Cofins – tanto nos bens de uso e consumo, porque não dá direito a crédito, como bens de ativo permanente porque o IPI não dá direito a crédito, como regra. É bem verdade que, como regra, os bens de capital têm alíquota zero e PIS e Cofins, creditamento em 24 meses. As exportações também têm problemas que são contaminados com créditos acumulados federais.

Então, na área federal existe espaço, sim, para mexer na reforma tributária. Enfim, só para terminar, eu não tenho ilusão de que nós vamos conseguir, primeiro, federalizar o IVA, como se fala. Acho que o IVA, o ICMS federal, estadual, é um dado do problema. O pacto federativo se cristalizou com isso, e é um dado. Nós temos de trabalhar com isso. Acho que nós temos – quem sabe? – de achar um meio-termo entre alíquota zero e as alíquotas atuais para – quem sabe? – mitigar a guerra fiscal sem ter consequências outras de acumulação de crédito acumulado.

O sistema tem de ser reformulado no conjunto. Eu conversava com o Senador Aloysio há pouco, nós estamos passando por um momento interessante. Há vários fatores na mesa que podem ser tratados conjuntamente: a questão da indexação da dívida, a questão dos *royalties* do petróleo, a questão dessas decisões do Supremo, que estão colocando os governadores mais ou menos em pânico, na questão da guerra fiscal, e essa questão da importação, que para mim é pirataria fiscal, na medida em que você simplesmente alicia importadores para desembaraçar para seus portos e manda a conta para o Tesouro. Acho que talvez o momento seja bom para tratar dessas coisas no seu conjunto.

Muito obrigado.

Desculpe se estourei o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Estourou para o bem, para o nosso benefício. Muito obrigado, Clóvis.

Agradeço muito sua contribuição.

Agora vamos ouvir o diretor executivo de assuntos tributários, relações trabalhistas e ação política da Associação Brasileira de Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Sr. Hiroyuki Sato, que dispõe de vinte minutos.

O SR. HIROYUKI SATO – Boa tarde, senhores!

Eu queria cumprimentar o Senado Aloysio Nunes Ferreira e dizer da satisfação de estarmos aqui em nome da Abimaq para esse debate sobre o sistema tributário brasileiro com enfoque na questão dos investimentos.

Eu queria dizer que o que vamos fazer aqui é chamar a atenção para alguns aspectos do nosso atual sistema tributário que afetam de perto não só a indústria de máquinas e equipamentos, mas também os nossos consumidores, os nossos clientes, que são os mais penalizados com a carga tributária que existe na produção e na circulação de máquinas e equipamentos.

Estou baseando a minha exposição num trabalho feito pela Abimaq, em 2010, sobre o peso do custo Brasil no setor da indústria de máquinas e equipamentos. O estudo apontou que, numa comparação dos fatores existentes não nos países em desenvolvimento, mas nos principais países fabricantes de máquinas e equipamentos, como Estados Unidos, Alemanha, Itália, existia um diferencial muito forte, muito grande em termos de custo dos fatores de produção. Não estamos falando apenas da questão tributária, mas de todos os fatores de produção. Verificamos, por exemplo, que na parte de impostos não recuperáveis, que é o nosso caso, a diferença entre o que é pago, o que custa para o industrial desses países produtores de máquinas e equipamentos do Primeiro Mundo e o que custa para nossos fabricantes é da ordem de 2,98%; nos encargos sociais e trabalhistas é de 3,99%; na logística 1,90%; na questão dos juros do capital de giro 9,41%; na questão da burocracia e custo da regulamentação 040%; nos custos dos investimentos 1,16%; no custo dos insumos básicos de produção, 24% e no custo da energia, que há trinta anos, por exemplo, era uma grande vantagem comparativa do nosso País, porque gerávamos energia hidroelétrica e com isso o custo era extremamente baixo, era realmente uma forte vantagem comparativa, sem dúvida, nós temos na verdade, um total de 43,84% de diferencial, do chamado custo Brasil, em relação aos nossos concorrentes. Por que esse custo Brasil é mais importante para o nosso setor? Porque o setor da indústria de bens de capital compete com os setores que existem nos países desenvolvidos, quer dizer, é muito mais do que os nossos colegas do setor de bens de consumo, por exemplo, o setor de bens de capital tem uma concorrência muito mais acentuada,

muito mais forte, porque concorremos com indústrias de países desenvolvidos.

Mais uma observação importante é que nesse estudo nós não consideramos nenhum outro fator a não serem exclusivamente esses. Então é como se uma fábrica da Alemanha viesse para o Brasil e utilizasse os mesmos meios de produção, a mesma mão de obra, o mesmo ambiente de trabalho, eles teriam esses custos adicionais. Então esse foi o enfoque dado por esse estudo.

Agora vamos falar um pouco do custo tributário adicional no Brasil na produção de bens de capital. Vimos antes que esse diferencial é de 2,98%, representado por impostos não recuperáveis na cadeia produtiva. Alguns exemplos são: IPI sobre produtos adquiridos de empresas optantes do Simples; o ICMS sobre mercadorias adquiridas para uso e consumo dos estabelecimentos, mesmo industriais; a questão da falta de regulamentação do artigo 33 da Lei complementar 87; o ISS, que é o imposto cumulativo que não é recuperado ao longo da cadeia produtiva e que vai circulando sobre o custo dos produtos.

O que vemos agora é na fase da produção de bens de capital. Se nós olharmos sob o aspecto do comprador de bens de capital nós temos esses custos tributários financeiros que oneram os investidores, os nossos clientes. Nós dissemos sempre que o Brasil é o único País que tributa quem investe em máquinas e equipamentos, e é verdade. Nós temos a carga de 9,25% de PIS mais Cofins cobrados na nota fiscal quando entregamos a máquina produzida ao nosso cliente; temos o IPI de 5% a 15% cobrados em relação a itens ainda não desonerados com alíquota zero, conforme o Dr. Panzarini mencionou; temos a alíquota do ICMS de 7% a 19% apesar de estarmos com alíquotas temporariamente reduzidas – o convênio ICMS 5.291 vai até 31 de dezembro de 2012, e as alíquotas estão reduzidas hoje a uma faixa de 5,1% a 8,8%; temos uma incidência de 15% a 34% de PIS, Cofins, mais IPI, mais ICMS na aquisição de bens por microempresas e empresas de pequeno porte optante do Simples que não têm direito a esse crédito.

Quando se fala também do custo para o nosso investidor em máquinas e equipamentos, nós temos a devolução, a apropriação dos créditos a que os investidores, compradores de bens de capital, quando o fazem para o seu ativo fixo, têm direito. Então quando dissemos que o Brasil é o único país que cobra imposto sobre investimentos é porque cobra, mas, o que deveria ser devolvido imediatamente, o faz ao longo de um prazo que gera custo financeiro para quem investe. Então nós temos aí o caso de PIS e COFINS; o crédito é feito, mas é devolvido em 12 prestações mensais;

e já foi em 48 parcelas. Temos o caso do ICMS, que continua em 48 prestações mensais.

Se calcularmos essa diferença da devolução da apropriação dos créditos decorrentes da compra de bens de capital, inclusive baseado em estudo do próprio Ministério da Fazenda ao elaborar a cartilha da reforma tributária: se calcularmos pela Selic da época, que coincidentemente é a mesma de hoje, 11,25%, termos um custo financeiro de 2,6%; pela taxa do mercado de capital de giro, estimado em 27,9%, teríamos um custo de 5,3%, e pela taxa de *hot money* ou de conta garantida nós teríamos um custo de 8,2%.

Por essas e outras razões é que a economia brasileira tem uma taxa de investimentos no conceito de formação bruta de capital fixo das mais baixas, mesmo no contexto da América Latina, a média desse período, 2000/2010, foi uma taxa de 16,9% contra a média, na América Latina, de 18,7% contra uma média no mundo de 23,7% e contra a da China, quase 40%, e dos países diretamente concorrentes no mesmo nível de desenvolvimento nosso – Rússia, Índia e a China – com a média de 34%. São números sobre os quais que nós devemos refletir com muita atenção porque representam um grande desafio em relação ao futuro da nossa economia.

Acho que podemos passar esse, porque já o comentamos.

Também outro fenômeno que a falta de investimentos vem causando é a chamada desindustrialização precoce. Um levantamento feito pela Fiesp recentemente mostra que a indústria de transformação que, por volta de 1990, chegou a participar com 27,2% da formação do PIB, em 2010 ficou com 15,8%. Foi uma queda extremamente acentuada e rápida, que traz muita preocupação até por que se trata de um fenômeno precoce. Evidentemente os países desenvolvidos já passaram por esse fenômeno, porém de uma forma totalmente diferente. Nós estamos, ainda, numa fase de país em desenvolvimento. É verdade que os setores de serviços vêm aumentando sua participação, mas precisamos ver que a qualidade dos serviços que estamos produzindo no Brasil. É muito diferente do serviço, por exemplo, produzido na Suíça, na Suécia, na Finlândia. É muito diferente. Então é preciso atentarmos para esse fenômeno, que é de extrema gravidade para o futuro da nossa economia.

O que podemos propor, em termos de desoneração dos investimentos, já que estamos falando de investimentos no contexto do nosso sistema tributário, a primeira coisa, que o Dr. Clóvis já frisou também, é a apropriação imediata dos créditos de impostos na compra de bens para o ativo fixo. É o caso do PIS/COFINS, é o caso do ICMS.

Antecipação do crédito do ICMS na aquisição de bens de uso e consumo na produção.

Esses insumos estão onerando, quer dizer, estão deixando resíduo do ICMS na produção. Aqui não se trata só de bens de capital, mas de todos os bens. Infelizmente a regulamentação desse aproveitamento foi remetida para 2020, só em 2020 é que vamos ter a possibilidade de utilizar esses impostos, que acabam sendo incorporados no custo de nossos produtos.

A solução do problema dos créditos acumulados, principalmente para quem exporta.

A liberação desses créditos representaria uma disponibilidade adicional de recursos para capital de giro e de investimentos e provavelmente traria maior competitividade e maior volume de investimentos melhorando a nossa taxa de investimentos.

Medidas de veto à guerra fiscal.

Também o Dr. Panzarini frisou bem elimina o viés importador através dos incentivos estaduais. Essa é uma das razões, é um dos fatores que afetam mais de perto o setor de bens de capital, porque quando se dá o benefício da isenção ou do deferimento de bens de capital importados, o benefício é imediato e total, enquanto que o mesmo incentivo dado ao produto nacional é dado apenas ao valor agregado pela última etapa de produção.

Ampliação dos prazos de recolhimento dos tributos.

Esse é outro assunto que poderia gerar um efeito bastante positivo sobre o capital de giro das empresas.

Simplificação no sistema tributário no sentido de reduzir os custos da burocracia.

Senhores, é isso.

Agradeço a atenção.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Muito obrigado, Sr. Sato.

Agora vamos ouvir o Dr. Sérgio Gobetti, Secretário Adjunto da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

O SR. SÉRGIO GOBETTI – Boa tarde a todos.

Obrigado, Senador Aloysio pelo convite, pela oportunidade de tratar de um tema tão importante quanto a questão do sistema tributário e a relação que ele tem com os investimentos.

Já que houve outras apresentações, é possível dizer que hoje existe praticamente um consenso em relação ao diagnóstico dos problemas do nosso sistema tributário, aliás, esse diagnóstico não é nada novo e o que mais chama a atenção é que, havendo esse razoável consenso, a gente não tenha conseguido até hoje avançar no sentido de fazer uma reforma tributária mais profunda e mais completa.

Essas são as diferenças entre o que seria o ideal e o possível. Dentro das possibilidades, dentro das limitações, dos conflitos federativos, que o Dr. Clóvis mencionou, o Governo Federal tem tentado, também dentro das restrições fiscais, que são inegáveis, creio que com algum êxito, avançar nessa agenda de desoneração dos investimentos, de aprimoramento do sistema tributário. Em alguns casos – depois vou destacar – eu diria que talvez esse aprimoramento nem reflita as medidas que foram tomadas, mas reflete, em alguns casos, uma mudança sistêmica da própria economia, como nós veremos.

Sem dúvida nenhuma, hoje na agenda atual, uma das grandes preocupações do Governo é reverter a tendência de perda de competitividade da indústria de transformação e a redução do déficit comercial, mitigar os efeitos da taxa de câmbio e resolver outros problemas a gente tem e que passam por medidas no campo tributário. Eu diria que hoje temos três agendas diferenciadas relacionadas com isso: primeira, a desoneração da folha de pagamento; segunda, a reforma do ICMS, que passa basicamente pela questão das alíquotas interestaduais – depois vou detalhar –, tema que já foi bastante tratado aqui; e terceira, o aperfeiçoamento dos regimes tributários especiais.

Podemos passar.

O pano de fundo disso...

Obviamente essas mudanças no regime tributário não têm apenas esse objetivo. Um dos objetivos centrais que o Governo persegue para o próximo período é aumentar essa taxa de investimento de formação bruta de capital fixo, que nós reconhecemos que ainda é baixa, embora tenha crescido recentemente, comparando com os patamares verificados em 2003, como se vê. O objetivo do Governo é chegar a 23,2% do PIB ao final de 2015. São essas as metas incluídas no PPA.

Podemos passar.

Não se trata apenas, para a gente alcançar esse objetivo de fazer mudanças no sistema tributário – existe toda uma agenda relacionada com o financiamento de longo prazo, que o governo está estabelecendo. Há o desafio de a gente aumentar a poupança, e não só aumentar a poupança, mas canalizar também essa poupança para investimentos produtivos. E as medidas tributárias têm entrado tanto nessa busca de induzir essa canalização de poupança para investimentos produtivos como também de facilitar o próprio autofinanciamento das empresas.

Depois eu vou apresentar alguma coisa do que já foi feito em termos de desoneração, desonerações tributárias, não só sobre investimentos, no período recente. E aqui eu só lanço uma pergunta inicial que foi até interessante que o Panzarini quando falou que, na

opinião dele, o grande problema que a gente tem no Brasil não é exatamente a magnitude, mas a composição da carga tributária. E eu comungo perfeitamente com esse diagnóstico, porque é interessante que, mesmo a carga tributária tendo... Na verdade, quando a gente vê as atualizações dos números do PIB, essas atualizações fazem com que as estimativas preliminares que a gente tem tido de carga tributária tenham sido sistematicamente reduzidas, porque a gente verifica que o PIB é maior. Portanto, a carga tributária acaba sendo menor e, como vou mostrar depois os números, tem estado praticamente estabilizada desde 2007, apesar de todas as desonerações tributárias que foram concedidas.

Mas é interessante verificar que, mesmo tendo pequeno aumento incremental de carga tributária no período recente, isso não foi obstáculo para o crescimento da economia. Eu diria que, claro, em teoria a gente sabe, pela própria teoria econômica mais básica, a teoria keynesiana, que os tributos influem, têm um caráter de incentivar, reduções de tributos têm a propriedade de incentivar a produção, mas o que a gente verifica pelas evidências empíricas mais recentes é que a relação de causalidade parece ter sido o contrário, ou seja, o aumento da produção, o aumento da produtividade, da economia, o crescimento da economia foi de tal forma que ele gerou aumento da arrecadação mais do que proporcional ao próprio PIB, sobretudo se nós formos considerar que houve um volume significativo de desonerações tributárias. Isso significa que, apesar das desonerações tributárias, houve incremento de outros tributos que não foram beneficiados por desoneração, mas que também não foram onerados, e que aumentaram acima do PIB, como nós vamos verificar depois em mais detalhes.

Podemos passar.

Aqui, então, esse gráfico da carga tributária, baseado nos números... na metodologia do IBGE, então a gente vê que... Evidentemente, se a gente fosse retroceder para 95 e formos comparar com hoje, a gente vai ver que houve incremento da ordem de 8 pontos percentuais do PIB na carga tributária, mas veja-se que no período bastante recente ela está razoavelmente estabilizada.

Outro parâmetro que a gente sempre acha interessante apresentar é o da chamada carga tributária líquida, porque muitas vezes se diz que o Brasil tem... aí também, embora o Panzarini diga que o problema é de composição, a gente sabe que existe grande questionamento ao patamar de carga tributária existente no Brasil, isso comparando com outras economias, com outros países. Ocorre que o Brasil, pelas características da sua rede de proteção social – uma rede de prote-

ção social bastante rigorosa, desde a Constituição de 88 e também reforçada com os programas de transferência de renda posteriormente criados –, quando a gente contabiliza e deduz da carga tributária bruta as transferências de renda, os subsídios às empresas, e a gente chega a esse conceito de carga tributária líquida, que não é um conceito que nós inventamos, mas um conceito macroeconômico bastante difundido, nós vemos que daí, nesse caso, então a estabilização da carga tributária é bastante evidente.

E por que existe isso basicamente no Brasil? Porque o Brasil é um país de carga tributária elevada, mas também de transferências elevadas, porque existe grande dificuldade no Brasil de se promover aquela mudança, não só de patamar, mas de composição de carga tributária, que signifique menos regressividade ou maior progressividade. Os entraves para se promover isso são, inclusive, entraves políticos.

Eu imagino que, no próprio Congresso, medidas, por exemplo, tabela do Imposto de Renda ou uma pauta que muitas vezes surge das deduções da tabela do Imposto de Renda que são altamente regressivas – há reconhecimento disso em trabalhos acadêmicos – dificilmente nós prosperaríamos legislativamente com proposições que vão nesse sentido. Então, por essa dificuldade e, talvez, por certa acomodação e preferência das autoridades fiscais, se caminhou por, digamos, compensar essa elevada regressividade ou falta de progressividade via gasto público, via transferências de renda.

Então, basicamente isso é uma das coisas que explicam essa característica do sistema tributário e do sistema fiscal brasileiro.

Podemos passar.

Aqui eu esmiúço um pouco mais a carga tributária ao nível federal. Para o que eu estou querendo chamar a atenção nessa tabela é o seguinte: vocês vejam que basicamente a tributação, o Imposto de Renda de Pessoa Física e o Imposto de Renda Retido na Fonte têm estado praticamente “estabilizados” desde 1995.

Para facilitar a visualização tive que usar médias, então são médias do período de 95 – 98; 99 – 2002; 2003 – 2006 e, anualmente, então, de 2007 até 2010.

Onde é que nós tivemos incremento de arrecadação? (Eu acho que na próxima tabela fica melhor para a gente ver essas variações.) A gente vê que o incremento mais importante ocorreu justamente nos impostos, nos tributos sobre lucro – IRPJ e CSLL – que, ao nível do IPI, fruto das medidas de exoneração, hoje nós temos uma redução sistemática de IPI ao longo do tempo. No caso do PIS/COFINS, nós tivemos um crescimento mais importante, primeiro, lá em... isso é basicamente fruto de 00, quando houve aumento das

alíquotas de COFINS, depois nós tivemos aquela mudança – 2003, 2004 – do sistema cumulativo para o não-cumulativo, quando, basicamente ali se resolveu, obviamente houve aumento da tributação mas que dá para se dizer hoje que ela foi fortemente concentrada na tributação de produtos importados, porque antes não sofriam incidência do PIS/COFINS mas que, no período recente, tem estado bastante estabilizado, o próprio PIS/COFINS depois dessa mudança.

Afora isso, quer dizer, tem o movimento sazonal aí de Imposto de Importação, principalmente em função de aumento ou redução de importações. Em seguida, nós vemos o aumento o aumento no período recente do IOF compensando, parcialmente, a perda da CPMF. O IOF respondeu por aproximadamente 35% da perda da CPMF. Essa foi uma medida intencional que o governo tomou originalmente para compensar a perda da CPMF, embora ela também esteja influenciada no período mais recente com um pouco de aumento causado no IOF sobre a entrada de capitais. Também teve incremento significativo.

Agora, de tudo o que mais chama a atenção, sobretudo, é que se tem incremento significativo tanto lá da tributação sobre lucros quanto dos tributos sobre a folha, o que inclui todas as contribuições previdenciárias patronais ou de empregados, FGTS, Sistema S, salário-educação.

Posso estar cometendo um erro, mas me parece que não houve aumento de alíquota de nenhum desses tributos sobre a folha. Ou seja, não tivemos aumento de alíquota nenhuma sobre a folha e, no entanto, temos praticamente um incremento de 2% do PIB provenientes da tributação sobre a folha, que reflete em grande parte o processo de formalização da economia. De outra parte, um incremento da arrecadação em proporção do PIB sobre o lucro, onde, no momento inicial, houve, sim, uma mudança da tributação do lucro presumido, as empresas que pagam imposto de renda, CSLL, sobre a base de lucro presumido foi ampliada, se não engano de 11%, 12%, para 32%, em 2004.

Isso ofereceu um incremento de arrecadação, mas, num período recente, esse incremento tem basicamente a ver com o aumento de lucratividade das empresas. Ou seja, significa que o lucro das empresas cresceu mais do que o PIB e não que tenhamos aumentado as alíquotas ou a carga tributária efetiva que onera as empresas. Então, em realidade, falando um pouco na questão da composição, levemente, podemos falar que há uma mudança de composição da carga tributária. Não é aquela mudança de composição que a gente poderia sonhar no sentido de reduzir tributos indiretos, de aumentar a tributação direta, comparando com as economias mais avançadas, com o que deve-

ria haver, mas são mudanças incipientes, estruturais, fruto do próprio comportamento da economia no período mais recente e que também está influenciada, no caso do IPI e PIS Cofins, principalmente, com uma série de medidas de desoneração que o Governo Federal vem tomando.

Pode passar,

Outra coisa, falando rapidamente. Muitas vezes as pessoas se intrigam em pensar como a arrecadação tributária cresce mais do que o PIB em determinados momentos, como também é verdade o reverso, em que muitos momentos a arrecadação cai mais do que o PIB, como a gente verificou, por exemplo, durante a crise de 2009. Isso tem a ver com o fato de a carga tributária, os tributos não serem cobrados exatamente sobre os componentes do valor adicionado e do PIB. Existem pesos diferenciados.

A contribuição da indústria para o PIB é menor do que a contribuição da indústria para a arrecadação tributária. Então, essas diferenças de composição setorial do PIB, das diferentes bases que sofrem incidência, explicam que a arrecadação seja, em geral, mais volátil do que o próprio PIB. Isso a gente verifica pela chamada elasticidade das arrecadações dos tributos em relação ao PIB.

Vejam que a única grande exceção de tributo que é muito pouco volátil, ele é menos volátil do que o próprio PIB, é o tributo sobre a folha de pagamento. Isso explica porque os tributos sobre a folha de pagamento, durante a crise de 2009, foram os que menos caíram. Na verdade, se mantiveram, inclusive, apesar da queda do PIB. Os tributos sobre a renda do trabalho, em geral, tem uma elasticidade próxima à unidade. Quer dizer, 1% de variação do PIB significa em média 1% de variação dos tributos sobre o trabalho. Já os tributos sobre o lucro apresentam alta elasticidade, como também os tributos indiretos também apresentam essa elasticidade maior do que a unidade. Passando... A política toda de desoneração, de incentivo ao investimento produtivo a gente pode dividir em duas frentes: as desonerações tributárias, mais genericamente, estabelecidas pelo Governo, e os regimes especiais de tributação.

Quanto tempo eu tenho, Senador? *(Pausa.)*

Então, vamos passando rápido.

Na desoneração tributária de bens de capital ela passa, basicamente, pela redução da alíquota de IPI, inclusive a suspensão, e redução do prazo de aproveitamento de créditos do PIS, Confins, atualmente em 12 meses. Também temos a depreciação acelerada para bens de capital e a ampliação do período de apuração do IPI.

Pode passar.

Aqui, quero mostrar para vocês um pouco do quadro de estimativas dos impactos das desonerações tributárias que a Receita Federal faz. Essa tabela, para cada ano, nós temos um impacto das medidas adicionais de desoneração tributária que são implementadas. Ou seja, ela não significa uma acumulação. Por exemplo, Zona Franca de Manaus, que é um benefício fiscal, uma renúncia fiscal que existe hoje. Como é uma coisa passada ela não entra, digamos, nessa tabela. São as medidas adotadas no ano de 2007, que têm efeitos de 2007 para frente. Então, temos aí essas estimativas. Nos anos seguintes, a mesma coisa. Por exemplo, as medidas adotadas em 2008, com efeitos de 2008 para frente, as medidas adotadas em 2009 e em 2010. Vamos entrar só no arquivo mãe disso para vocês entenderem, porque ali está resumido, pegando um dado de 2010. Ali nós temos MP por MP, decreto por decreto, a especificação de tributo por tributo, o impacto que isso teve em termos de desoneração.

Podemos passar

Chegamos aos valores totais que mencionei. Pode fechar e voltar.

Podemos passar

Nós temos os regimes especiais, não vou perder muito tempo para detalhá-los. Qual é a agenda, digamos, de reformas, o que temos pela frente? Por um lado, não falei tanto dos regimes especiais, mas o Governo está trabalhando no sentido de aprimorar esses regimes tributários especiais com a preocupação basicamente focada para a questão da competitividade, a diferenciação de produto nacional e importado, de considerar patamares mínimos de conteúdo local, e também nós temos a agenda de desoneração da folha de pagamento, que tem um duplo objetivo. Um é incentivar o setor exportador e, assim como foi feito, de certa maneira, no PIS, Cofins, equalizar a tributação do produto nacional, *vis à vis* o importado, e incentivar os setores intensivos e mão de obra e, particularmente, a indústria de transformação. Como isso vai ser possível? Através da calibragem de alíquotas diferenciadas para o setor econômico no momento em que a gente fizer a migração da base de folha de pagamento para a base faturamento.

Reconhecemos que, ao migrar para a base de faturamento, há todo o problema da cumulatividade, e pretendemos trabalhar com isso. Ainda está em estudos, mas, vai incidir sobre o faturamento líquido de exportações. A base de cálculo vai ser, então, o faturamento líquido das exportações e também deve haver algum mecanismo de crédito relativo aos insumos. Aí temos a agenda do ICMS em relação à qual, eu diria, na verdade, temos buscado avançar em termos de desoneração em nível federal, mas o grande calcanhar

de Aquiles, sem dúvida nenhuma, é o ICMS. É bom que se veja que existe esse reconhecimento dos problemas que enfrentamos no ICMS.

Antes de mais nada, é interessante notar que nós temos toda essa preocupação com desoneração de investimento, com o ICMS, porque, quando se concede crédito, isso é feito em 48 meses para bens de capital, acúmulo de crédito de exportação. Temos os governadores frequentemente reclamando de ter de pagar crédito para exportador e crédito para investimento e, no entanto, temos um volume de benefícios fiscais astronômicos na esfera federal. Quer dizer, é um contrassenso que se dê incentivo para importação, que se dê incentivo de qualquer tipo sem muito controle e a aferição dos resultados econômicos para indústrias específicas, para setores econômicos específicos e, ao mesmo tempo, haja tanta dificuldade em promover um benefício fiscal, uma desoneração mais generalizada, que tenha um efeito econômico realmente importante, que seria uma desoneração plena das exportações e dos investimentos.

Boa parte disso está – como já foi falado aqui – influenciado pelo problema da adoção do princípio de origem – na verdade um regime misto, de origem e destino – mas o mínimo que se tenha de alíquota interestadual na origem provoca profundamente essa distorção.

Talvez eu tenha uma diferença com o Panzarini quando ele diz “eu acho que seria inegável um grande avanço nós reduzirmos, senão para zero, reduzirmos substancialmente a alíquota interestadual”

Óbvio que não vou garantir, posso ter um problema de acúmulo de créditos, mas hoje o grande problema que os governadores alegam para não estarem devolvendo o crédito é que muitas vezes...O Estado do Pará, por exemplo, uma empresa do Pará importa um bem de capital de São Paulo, quem arrecadou esse ICMS da máquina e do equipamento é o Estado de São Paulo, no entanto, é o governo do Pará que é chamado a devolver o crédito referente a esse bem de capital. Então, é natural, ou seja, o Pará ainda exporta basicamente minério. Quer dizer, ele não só não está arrecadando na exportação de minério cru, com baixo valor adicionado, como ainda é obrigado a devolver um crédito que sequer foi ele que arrecadou. Isso existe para os insumos, existe para bens de capital e eu acho então que uma mudança nesse sentido, eu diria que hoje é a mudança mais importante de todas no nosso sistema tributário.

Aqui, obviamente que isso vai implicar, reduzir, praticamente anular os incentivos para a guerra fiscal e, portanto, cria um espaço fiscal. Ou seja, é preciso que se diga que no agregado os estados, com a mudança

do ICMS, origem e destino, vão ter ganhos fiscais, ganhos de arrecadação na medida em que esses benefícios vão estar sendo retirados progressivamente. Isso cria, então, um espaço fiscal adicional para, inclusive, poder se avançar na desoneração, uma desoneração de mais qualidade, voltada para os bens de capital, para os investimentos.

Paralelamente a isso, muitos estados reivindicam do Governo, em relação a essa pauta da Reforma Tributária, a criação de um Fundo de Desenvolvimento Regional. Aqui, só para pontuar, o Governo está discutindo esse fundo, mas só para situar que hoje, na prática, nós já temos dois mecanismos de indução ao desenvolvimento regional. Um que são as transferências de capital para investimentos do Orçamento da União para estados e municípios e para instituições privadas. Vocês veem que cresceu significativamente nos últimos... São as transferências voluntárias. Na realidade seriam todas as transferências de... Pode haver algumas com maior ou menor grau que a gente possa dizer que são voluntárias, mas são todas as transferências, são os investimentos que o Governo realiza de forma descentralizada com transferência para estados, para municípios ou para instituições privadas. Então, em valores corrigidos pelo IPCA, nós temos 50 bilhões nos últimos 4 anos.

Podemos passar.

Vejam como eles estão distribuídos regionalmente. Quer dizer, isso não é exatamente que há uma política predeterminada a isso mas, na prática, é o reflexo. Pela forma como se dão as transferências de capital, vejam que atualmente ela já privilegia as regiões menos desenvolvidas, 61% das transferências de capital nos últimos quatro anos foram canalizadas para Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Ocorre que acho que hoje não só nesse...

Quando falamos de política de desenvolvimento regional, talvez tivéssemos que redefinir o que são efetivamente essas regiões menos desenvolvidas. A gente dizer que a Bahia é hoje igual à Paraíba ou ao Maranhão não tem mais sentido. Por isso, inclusive, eu destaquei ali, vejam que estados menos desenvolvidos do Nordeste recebem 15% daqueles 62% de transferência de capital. E, por fim, nós temos os fundos constitucionais do Centro-Oeste, Norte e Nordeste, que também representam hoje certa de R\$8 bilhões anuais.

Então, se somarmos aquele valor de 14 ou 15 bilhões de transferências voluntárias com 8 bilhões, significa que são recursos fiscais da ordem de 23 bilhões anuais, que o Governo canaliza de uma maneira ou de outra para os entes subnacionais ou para o sistema produtivo nas regiões. Evidentemente que aqui

caberia também uma revisão, para tornarmos mais efetivo, mais eficiente esse sistema.

Creio que terminou.

É isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes. Bloco/PSDB – SP) – Eu que agradeço ao Sr. Gobetti.

Aqui uma mensagem do Panzarini, que estava com o voo marcado e com prazo fatal para chegar ao aeroporto, precisando se retirar. A palavra está aberta para os Senadores.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Bom, eu quero cumprimentar o nosso Presidente, Senador Aloizio, os palestrantes e os expositores, porque eu acho que trouxeram aqui uma contribuição importante para o debate que esta Subcomissão realiza.

Conceitualmente, eu não teria nenhum reparo mais substantivo a fazer. Acho que o diagnóstico, a avaliação é absolutamente convergente. Eu só gostaria de – pena que o Dr. Panzarini já tenha saído – verificar como efetivamente nós podemos avançar nessa agenda de desoneração do investimento, sobretudo considerando que o ICMS é o principal problema. Temos que reconhecer que o Governo Federal promoveu um avanço importante nos últimos anos, quando, por exemplo, reduziu os prazos para o crédito do PIS/Cofins, além de ter zerado praticamente a alíquota de IPI sob uma ampla gama de produtos, de itens dessa área de bens de capital. Resta aí um prazo de 12 meses. Eu acho que o próximo do Governo Federal é permitir o crédito automático. Quer dizer, nós estamos próximos disso e seria uma frustração se agora, com a reforma, nós não lográssemos o alcance desse objetivo, que é crédito automático na aquisição de bens de capital quando consideramos os tributos federais, especialmente PIS e Cofins.

Agora, permanece, contudo, a questão do ICMS, quando temos alíquota maior em termos relativos, ou seja, uma incidência tributária mais importante e um prazo de compensação que alcança 4 anos, o que significa dizer que num país como o Brasil, com taxas de juros muito elevadas, nós temos um prazo médio de 2 anos para que se possa obter o crédito.

Então, o que eu queria era, de algum modo, desafiá-los a indicar um caminho em relação à questão do ICMS que permitisse um avanço concreto nessa agenda. Por exemplo, senti falta aqui na nossa exposição dos dados relativos à arrecadação de ICMS no setor de bens de capital no Brasil. Ou seja, qual é efetivamente o peso que o setor de bens de capital tem no conjunto da tributação do ICMS e como ele se distribui. Nós sabemos, por exemplo, que os estados produtores de bens de capital, mais fortemente produtores de

bens de capital, são 4 ou 5 Estados. Evidentemente, São Paulo, com uma posição de maior peso, mas temos também o Rio Grande do Sul e outros Estados.

Então, acho que seria interessante nós conhecermos esse perfil para avaliarmos essa questão. Não sei se, na discussão, na busca desses caminhos para dar aos Estados algum espaço fiscal que permita que eles avancem na desoneração de bens de capital e de investimento – é claro que, na medida em que se mitiga um pouco o efeito da guerra fiscal, já se tem aí um espaço –, eu não sei, por exemplo, se havia uma discussão sobre a questão da própria ampliação da base do ICMS.

Veja que é uma coisa temerária falar nisso, porque parece que nós estamos aqui defendendo aumento de carga, mas, na experiência internacional, o IVA, por exemplo, tem a base de serviços mais ou menos dentro da base do próprio IVA. Então, não sei se, ao trazer mais à base serviços para o ICMS, nós não encontraríamos um espaço para que os Estados pudessem ser compensados, de alguma forma, por essa perda de arrecadação que resultaria da desoneração total dos investimentos. Essa é uma questão com que eu queria provocar o Professor Clóvis, para ver se há e que espaço nós teríamos.

Por outro lado, quando falei da guerra fiscal, na medida em que, por exemplo, essas isenções sobre importação de bens de capital também sejam eliminadas, os Estados passarão a ter sobre importados uma base de arrecadação que é expressiva, significativa, sobretudo considerando o próprio setor de bens de capital, que o Brasil importa de forma significativa.

Agora, uma coisa de caráter mais pontual, em relação à exposição do Dr. Sato, é que, quando ele falou da questão da energia, eu me surpreendi quando ali se indica que o efeito é zero, quer dizer...

O SR. – O SR. HIROYUKI SATO – Com relação ao mercado, nós tínhamos no passado uma vantagem. Na verdade é porque nós comparamos a situação vigente nos países desenvolvidos fabricantes de máquinas e equipamentos. Então, nós comparamos o custo lá fora com o custo atual aqui no Brasil. Só que, se nós compararmos com a energia que custava há trinta anos, realmente houve, digamos, um aumento grande na tarifa da energia elétrica.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Mas o senhor aludia, quero dizer, quando considerava a questão da energia, fazia mais referência à predominância da fonte elétrica que era mais barata, mas é tributação o que houve no incremento do custo da energia. Quero dizer, o custo da geração é basicamente baixo no Brasil. O que houve foi escalada de tributação que terminou nos conduzindo a uma situação em que,

em algumas áreas, o Brasil já tem desvantagem em relação aos emergentes, por exemplo.

Há um estudo que indica que nós já estamos com um custo próximo a US\$120 por megawatt/hora, e há países com os quais nós concorreremos, países emergentes com US\$60, US\$70. Então, eu acho que na energia, na carga setorial do setor de energia, o Brasil já tem desvantagem hoje em função dessa escalada da tributação.

Eram essas as observações.

Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Vice-Presidente, talvez V. Ex^a que-ria intervir agora, para depois ouvirmos as respostas.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Nosso Presidente, Senador Aloysio Nunes, quero começar registrando que nós já tentamos, na década de 90 e nos primeiros dez anos deste século, enfrentar essa questão do ICMS e tínhamos muitos problemas nos Estados, na fase primeira, na década de 90. Era o alto endividamento dos Estados. Depois, foi feita a consolidação junto à União. Hoje, o que estamos discutindo é taxa de atualização dessas dívidas, ou seja, o índice de atualização, que, lá na década de 90, aparentava razoável, hoje não o é mais, e estamos discutindo a sua substituição. Portanto, um dos problemas mais graves dos Estados na década de 90, que era o endividamento público interno, com a repactuação, com o alongamento da dívida, de certa forma, nós melhoramos as finanças dos Estados. Nos primeiros dez anos deste século, foi a questão previdenciária própria dos Estados, com um diferencial: para os Estados que se organizaram mais cedo com maiores problemas, o que é natural, porque havia um quadro de pessoal mais consolidado e obrigações previdenciárias mais consistentes, além de um conjunto de benesses que foi concedido na década de 70, década de 80, e que, na década de 90, nós não tivemos condições políticas de enfrentar. Mas, nesse processo de acumulação, nos últimos dez anos, conseguimos resolver grande parte disso.

Lembro da situação do Estado do Rio de Janeiro, que era uma situação caótica que, depois, com os *royalties* do petróleo, deu uma melhorada significativa. Eu sei do esforço que o Estado de São Paulo tomou para resolver um conjunto de pendências, e hoje está em situação mais saudável. Eu diria que o Rio Grande do Sul era o que tinha problemas mais graves no regime próprio, mas agora os está enfrentando, fazendo uma série de ajustes. Portanto para essa questão do regime próprio dos Estados que são os mais organizados, os mais antigos, podemos chamar assim, na organização federativa, nós estamos encontrando saídas. Ainda temos alguns problemas na área da se-

gurança pública, como esse embate da chamada PEC 300, como se enfrenta isso, um conjunto de medidas. Mas a realidade, nos últimos vinte anos, dos Estados membros tem melhorado muito.

Eu acredito que é chegada a hora de nós darmos um terceiro passo nessa questão do ICMS. Um dos fatores que tem dificultado o setor exportador nos Estados menos industrializados é exatamente a compra dos equipamentos no mercado nacional, porque, ao comprar os equipamentos, nós somos obrigados a devolver para o Estado de origem o repasse – ou seja, o diferencial de alíquota interestadual – e somos obrigados a incorporar o crédito no Estado aonde as máquinas estão chegando. E isso torna inviável para esse exportar, porque exporta com essas regras.

Passamos a importar equipamentos. Tanto o é que, se nós observamos nos últimos cinco anos, no setor importador, nos Estados menos industrializados, o que tem pesado é o setor de máquinas, porque terminamos aqui tendo um diferencial para fazer essa importação. Portanto, aqui perdemos todos. Perdem os Estados industrializados, porque deixam de aumentar a produção de máquinas e ficam com a sua capacidade ociosa e perdem os Estados menos industrializados porque resolvem não comprar equipamentos no mercado nacional porque não têm competitividade. E o que está por trás de tudo isso é o diferencial de alíquotas.

Eu acredito que é chegada a hora de nós fazermos esse ajuste. Dezesseis Estados da Federação, os nove da região Nordeste e os sete da região Norte, firmaram um pacto. Estiveram aqui no Senado e no Palácio do Planalto, deixando claro que querem alíquota zero, ou seja, entre os Estados, não haveria mais diferencial de alíquota.

Evidente que isso é uma posição muito forte, porque nós temos dezesseis Estados alinhados, com um diferencial com a questão da Zona Franca de Manaus, para o que se precisa construir aqui uma saída para a Zona Franca de Manaus. Estamos conversando também com os Estados da região do Centro-Oeste sobre essas questões e temos os Estados industrializados. Particularmente os Estados do Centro-Oeste, têm um processo diferenciado, e teríamos de enfrentar esse debate.

Ao lado disso, o Supremo Tribunal Federal, pondo fim à guerra fiscal. É evidente que a decisão inicialmente envolveu seis Estados, mas nós não temos dúvidas de que isso vai se estender para o resto da Federação. Se nós deixarmos que as decisões judiciais que estão vindo caminhem nesse sistema, vão quebrar as empresas que têm incentivo fiscal e ações na bolsa de valor, porque elas terão que escriturar no ano em que a decisão é proferida.

O acórdão do Supremo ainda não explicitou se os seus efeitos são da decisão para a frente ou retroativos a cinco anos, já que a legislação que está-se discutindo, boa parte dela é da década de 70. Por exemplo, a legislação de incentivo fiscal do Ceará, Estado que tem feito um esforço grande de industrialização, assim como Pernambuco, é verdade, dos últimos anos, dos últimos tempos, da década de 90 para cá principalmente, teria um efeito muito grande sobre essa realidade.

Como escriturar? Como resolver? São decisões que, embora a gente respeite, não resolve o problema, por conta dos efeitos que isso traz, porque nós teríamos que lançar, nos balanços das empresas, agora em 2011, os efeitos futuros da sentença, se for daqui para a frente. Se retroagir a cinco anos, o que é natural, os efeitos serão muito maiores. O acórdão não foi publicado ainda. Então nós precisamos enfrentar essa questão.

Temos a questão do ICMS da importação. Alguns Estados estão utilizando a importação de produto semifaturado para transformar em produto acabado. E aí vem essa questão da guerra fiscal na importação para a qual nós precisamos também ter uma resposta. E quem está praticando mais isso? São os Estados de menor industrialização para poder fazer frente ao diferencial de alíquota e à questão do crédito.

Portanto, nessa política de ICMS, perdemos todos. É evidente que, se fôssemos discutir isso há cinco ou seis anos, seria impossível fazer esse debate com a transparência e com o acúmulo que temos hoje, porque as finanças dos Estados não suportavam.

E temos um fator novo, que é o pré-sal. Temos um embate interno entre os Estados considerados produtores, que, na verdade, são fronteiriços, porque a produção é em alto mar, está a mais de duzentos ou trezentos quilômetros de distância. Oitenta por cento do petróleo hoje explorado vêm desses poços e há um processo de crescimento com uma certa segurança.

É possível construir uma agenda rapidamente para que a gente possa enfrentar essas questões? Acredito que sim. E esta Subcomissão tem esse papel de levantar esse conjunto de informações. Os vários expositores que aqui vêm, todos deixam boas contribuições e nos permitem formar uma massa crítica para que a gente possa enfrentar esse problema, que eu não diria ser de um Estado, mas da Nação brasileira, com a clareza de que a União tem feito uma série de atos no sentido de promover a desoneração seletiva e isso é correto, porque, ao fazê-la, nós estamos estimulando aqueles setores que, dentro da visão do Estado nacional, geram mais emprego, agregam mais valor, contribuem para o crescimento da riqueza nacional. Portanto, acho que temos um ambiente muito propício.

Caberia a nós, Presidente Aloizio, terminados os trabalhos ou talvez no início do segundo semestre, abrir uma outra frente de discussão para, somada com os 27 Governadores e com o Ministério da Fazenda, construir essa agenda, porque, para os Municípios, de certa forma, já resolvemos grande parte dos seus estrangulamentos. Um deles, que era a questão do INSS, quando nós fixamos no mínimo em dois e no máximo em cinco, conseguimos de certa forma equilibrar. Equilibramos essa guerra fiscal que havia nos Municípios, das regiões metropolitanas versus maiores Municípios. E aí há um conjunto de outras ações, tanto que a posição dos Municípios hoje gera uma tranquilidade maior. Mas a questão dos Estados e desse mundo produtivo, se nós não enfrentarmos esse processo de desindustrialização, vai continuar crescendo, porque os Estados industrializados reclamam, é verdade, e os que estão em processo de industrialização muito mais ainda, porque não compensa comprar máquinas dos Estados industrializados em face do diferencial de alíquota.

Portanto, acho que é chegada a hora de nós construirmos uma saída.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Muito obrigado, Senador Pimentel. São duas excelentes intervenções.

Vou passar a palavra ao Dr. Sato e depois ao Dr. Gobetti, porque nós já estamos nos aproximando do início da Ordem do Dia.

Vou passar a palavra ao Dr. Sato e depois ao Dr. Gobetti, porque nós já estamos nos aproximando do início da Ordem do Dia, hora em que devemos encerrar a nossa sessão. Por favor, Dr. Sato.

O SR. HIROYUKI SATO – Obrigado.

Eu queria dirigir um cumprimento especial ao Senador Armando Monteiro. Ele já foi nosso Diretor e continua sendo, será um Diretor eterno.

Queria fazer uma observação interessante diante da ponderação do Senador, falando sobre a questão de se os Estados teriam condições de devolver o ICMS sobre máquinas e equipamentos. Eu diria que sim. Eu não tenho aqui estatística de quanto os Estados arrecadam sobre venda de máquinas e equipamentos, mas lembro que o Estado de São Paulo, como uma medida anticíclica da crise de 2008, no início de 2009, estabeleceu, quer dizer, editou um decreto permitindo exatamente, por algum tempo, por seis meses, o crédito e aproveitamento imediato do ICMS na compra de máquinas, inclusive na importação de máquinas sem similar nacional. Isso vem sendo prorrogado. Se não me engano, a última prorrogação vai até março do ano que vem, 2012.

O único senão é que esse decreto não abrange todas as atividades produtivas. Então, começou com cerca cem atividade com base no Cnae, foi ampliado depois para duzentos e agora deve estar por volta de trezentos. Isso não representa a totalidade dos setores produtivos, mas mostra que os Estados podem fazer essa desoneração sem muita dificuldade.

Eu queria agradecer, Senador, a oportunidade que tivemos aqui de trazer os problemas que afetam o nosso setor e me colocar à disposição dos Srs. Senadores para quaisquer outras informações que sejam necessárias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Agradecemos a sua colaboração, Dr. Sato, muito precisa e muito objetiva. Muito obrigado.

O SR. SÉRGIO GOBETTI – Farei alguns comentários rápidos sobre o que o Senador Armando Monteiro falou em relação à possibilidade de ampliação da base do ICMS. O senhor se recorda de que, na tentativa feita há alguns anos de reforma tributária, inicialmente, se cogitou criar um IVV estadual que incorporasse o ISS e compensar os Municípios com um imposto sobre vendas a varejo. Não tenho dúvida de que seria a melhor proposta, a ideal, mas ela não prosperou nas negociações políticas.

Da mesma maneira, em nível federal, a gente concebeu a ideia de um IVV federal inicialmente bem amplo e que incorporaria, por exemplo, o IPI. Por que se recuou dessa ideia? Em função de todos os benefícios tributários existentes no IPI como Zona Franca, o que implicaria... ou seja, esse Frankenstein que a gente tem acaba, a cada momento, impondo essas limitações que restringem a margem de atuação, a margem de mudança que se tem disponível.

Em relação ao ICMS, queria só observar que, a questão da ampliação da base se poderia hoje melhorar. E eu creio que, com a retomada da tributação da importação, já vai minimizar um pouco, mas é possível aprimorar e alargar essa base que hoje está fundamentalmente concentrada em energia elétrica, comunicações e combustíveis. Quarenta por cento do ICMS vem desses três setores econômicos. Então, não existe sentido econômico algum nisso.

Como estão me avisando que a Ordem do Dia está sendo iniciada, sou obrigado a encurtar antes do que gostaria.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Lamento muito.

Eu só queria, antes de os Senadores se retirarem, nós não pudemos fazer isso no início, perguntar se concordam em dispensar a leitura da Ata e submetê-la à aprovação. *(Pausa.)*

Aprovada.

Agradeço as presenças dos nossos convidados. Foi uma reunião muito útil, muito interessante. Só lamento que a gente tenha que terminar assim abruptamente. Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 16 horas e 32 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA 34ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 22 DE SETEMBRO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte e oito minutos, do dia vinte e dois de setembro de dois mil e onze, na sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência eventual do Senhor Senador Cícero Lucena, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Wellington Dias, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Amorim, Jayme Campos, Clésio Andrade, Cyro Miranda, e das Senadoras Vanessa Grazziotin e Lídice da Mata. Registram presença os Senadores Wilson Santiago, Vital do Rego e Luiz Henrique. O Senador Cícero Lucena registra a presença do Deputado Federal Manoel Júnior e da Deputada Estadual Daniella Ribeiro do estado da Paraíba. Deixam de comparecer os demais membros. A Presidência declara aberta a presente reunião destinada à realização de Audiência Pública para averiguar denúncias veiculadas pela mídia nacional sobre terceirizações da Cruz Vermelha, em atendimento aos requerimentos nº35, de 2011-CAS e 44, de 2011-CAS, de iniciativa do Senador Cícero Lucena, com a presença dos seguintes oradores: Paulo Cesar Lourenzatto, Gerente de Projeto da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, Representante do Ministério da Saúde; Rafael De Aguiar Barbosa, Secretário de Saúde do Distrito Federal; Vitor Tadeu Ferreira, Assessor de Planejamento da Cruz Vermelha Brasileira – CVB, Representante de Walmir Moreira Serra Junior, Presidente Nacional da Cruz Vermelha Brasileira; Eduardo Varandas Araruna, Procurador Chefe do Trabalho do Estado da Paraíba. Justificaram ausência os seguintes convidados: Ricardo Jorge Murad, Secretário de Saúde do Estado do Maranhão; Waldison Dias de Souza, Secretário de Saúde do Estado da Paraíba. Usa da palavra o Senador Vital do Rêgo. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e quatro minutos minutos, lavrando eu, Dulcília Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a

presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Cícero Lucena, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senador **Cícero Lucena**, Presidente eventual da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 34ª reunião extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa ordinária da 54ª Legislatura no Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 33ª reunião desta Comissão.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para averiguar denúncias veiculadas pela mídia nacional sobre terceirizações da chamada Cruz Vermelha.

Em atendimento ao Requerimento nº 35, de 2011, da CAS e nº 44, de 2011 da CAS, de iniciativa do Senador Cícero Lucena, gostaria de convidar para compor a Mesa os convidados para esta reunião: Dr. Paulo Cesar Lourenzatto, Gerente de Projeto da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, representando o Ministro da Saúde; Sr. Rafael de Aguiar Barbosa, Secretário de Saúde do Distrito Federal; Sr. Vitor Tadeu Ferreira, assessor de planejamento da Cruz Vermelha Brasileira, representante de Walmir Moreira Serra Junior, presidente nacional da Cruz Vermelha; e Dr. Eduardo Varandas Araruna, procurador chefe do Trabalho do Estado da Paraíba.

Justificaram ausência o Sr. Ricardo Jorge Murad, Secretário de Saúde do Estado do Maranhão, e Waldison Dias de Souza, Secretário de Saúde do Estado da Paraíba.

De acordo com o art. 9, incisos 2 e 3 da RISF, a presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão as suas exposições e, em seguida, abriremos a fase de interpeção pelas Senadoras e Senadores inscritos. A palavra será concedida às Senadoras e Senadores na ordem de inscrição. Os interpeçantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para resposta do interpeado.

Para darmos início aos trabalhos, agradecendo a presença de todos presentes, concedo a palavra ao Sr. Paulo Cesar Lourenzatto para sua exposição. O senhor terá quinze minutos e, se necessário for, prorrogaremos.

O SR. PAULO CESAR LOURENZATTO – Inicialmente, gostaria de agradecer em nome do Ministro da Saúde o convite desta Casa. O Ministério pauta

suas ações na participação em todas as discussões que envolvem o Sistema Único de Saúde, o que torna sempre gratificante para gente discutir esse sistema público, que esta Casa, com muita maestria, inseriu na Constituição Federal e deu ao povo brasileiro o direito de ter uma assistência que antes não havia.

Então, nesse sentido, o Ministério da Saúde, na pessoa do seu Ministro, que aqui estou representando, agradece o convite.

O tema do chamamento seria denúncias veiculadas na mídia nacional sobre possível terceirização da Cruz Vermelha. Nesse sentido, a gente tem que imaginar como foi a lógica do SUS construído pelo constituinte. E basicamente as atribuições e responsabilidades que estão capitaneadas na legislação nacional trazem responsabilidades na prestação de serviços diretamente ao Município e ao Estado. E como gerente de política e financiamento ao Ministério da Saúde, Então, só para fazer esse norte, para ver que a responsabilidade realmente é solidária – isso o Supremo já tem dito com muita eficácia –, mas a execução de serviço é feita na ponta, pelo gestor estadual e municipal. E por que esse comentário? Porque é claro que os gestores têm que gerir um sistema público complexo com grande desafio que a gente tem no Sistema Único. Os gestores conhecem muito bem a situação disso e o cidadão comum brasileiro conhece os problemas que o SUS enfrenta, quando ele tem que enfrentar filas para seu atendimento – o grande problema do acesso.

Nesse sentido o Ministério pauta e pensa da seguinte forma: o importante para o povo brasileiro é que o serviço de saúde seja prestado com qualidade. A gente tem conhecimento que por natureza muitas unidades da federação têm utilizado OS, OCIPs e outras instituições para prestação de serviços.

Existe algum respaldo legal, acredito. Aqui na mesa, inclusive, temos um procurador, que domina bem mais a matéria do que eu, que poderia dizer se há efetivamente impedimento para esse tipo de atividade. Não é esse o objetivo do Ministério da Saúde não discutir o tema, mas existe legislação nacional hoje permitindo algumas atuações, dentro de um certo limite, obedecido a um rigor legal, que tem que ser feito.

Então, o Ministério da Saúde, inclusive agora – esse é um tema que já vem sendo debatido há bastante tempo, não é um tema recente –, em uma das propostas na 14ª Conferência Nacional de Saúde, tem com tópico – e me permitam ler uma parte da conferência: “O SUS necessita de gestão autônoma, profissionalizada, contratualizada e democrática dos serviços, bem como uma força de trabalho estável, qualificada, concursada, valorizada e com reais perspectivas de carreira.”

Esse, inclusive, é um dos eixos que será discutido na 14ª conferência.

Então, nesse sentido, a gente não pode se furtar de forma nenhuma a discutir a questão da terceirização, mas a gente tem que ter como foco principal a qualidade de serviço prestado ao usuário do SUS.

Eu registro a posição do Ministério da Saúde nessa situação e não vou me alongar mais, a gente tem os expositores, mas me coloco à disposição depois se precisar trazer alguma questão sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Muito obrigado, Senador Paulo Cesar, representando o Ministério da Saúde e trazendo de forma clara a posição do Ministério.

Passamos a palavra ao segundo participante, Dr. Rafael de Aguiar Barbosa, Secretário de Saúde do Distrito Federal, para que possa relatar a experiência do Distrito Federal em relação à contratação de uma Cruz Vermelha. É bom que tenha o sentido, claro, de que algumas entidades usam o nome da Cruz Vermelha, daí a necessidade da presença da Cruz Vermelha Internacional, porque no meu Estado da Paraíba, por exemplo, quis passar à opinião pública como sendo a Cruz Vermelha Internacional, quando na verdade é uma Cruz Vermelha do Rio Grande do Sul.

Então, passamos a palavra ao Secretário da Saúde do Distrito Federal, Dr. Rafael de Aguiar Barbosa – renovando os agradecimentos pela presença –, para que relate a experiência em relação à Cruz Vermelha.

O SR. RAFAEL DE AGUIAR BARBOSA – Bom dia a todos. Gostaria de cumprimentar o Senador Cícero Lucena, idealizador desta Mesa de debates.

Na verdade, Senador, eu posso contribuir muito pouco porque o Distrito Federal, hoje, em que pesem algumas notícias veiculadas na mídia, a nossa história com organizações sociais na gestão do serviço público é recente e não foi das melhores.

Quando ainda na transição eu havia sido escolhido Secretário de Saúde, fui chamado a debater uma situação construída no governo passado de uma parceria num hospital que foi construída numa cidade próxima, de Santa Maria, com 310 leitos, que hoje é a unidade mais moderna da nossa rede. E lá se instalou via parceria com uma organização social a Real Sociedade Beneficente da Bahia. E os resultados não foram bons, a ponto do Governo passado, já em dezembro, fazer uma intervenção nessa unidade. E o que o Secretário aqui pegou foi um grande “abacaxi”, porque essa intervenção durou até abril e, de abril para cá, nós tivemos que tomar conta dessa unidade. Hoje, sua gestão é 100% do Estado. E, para surpresa nossa, nós conseguimos, depois da intervenção, era um hospital que tinha um custo estimado na época no

contrato de R\$11 milhões por mês, aproximadamente, com essa entidade e que não operava em sua plena capacidade. Um hospital que tinha uma média de ocupação em torno de 60%.

Aí, a partir de um planejamento, de uma intervenção, passamos a acompanhar, desde a transição em dezembro, e continuamos até abril, conseguimos dar uma dinâmica maior a essa unidade. Ela chegou hoje plenamente a 100% da sua capacidade, com gestão própria.

Mas foi com muita dificuldade, porque tivemos que realizar concurso público. Hoje ainda tem um contingente de profissionais em contrato temporário, mas deixou de ser da organização social e ela é hoje 100% do Estado. O problema que na época discutíamos era a intempestividade como foi feito. Eu acredito que discutir a questão da organização social, hoje, como gestor, acho que ela tem seu papel dentro do sistema de saúde. Logicamente que dentro de alguns critérios de transparência, éticos e de qualidade. Acho que aí dá para a gente discutir o papel.

Nós estamos fazendo uma parceria, que é uma gestão compartilhada, diferente, com uma organização aqui do Distrito Federal, que grande parte das pessoas que moram aqui conhecem, uma entidade filantrópica que nasceu para ajuda a crianças e famílias dessas crianças portadoras de câncer infantil, a Abrace.

A Abrace, nos últimos anos, se solidificou nesse trabalho voluntário e eles tiveram a ideia de construir um hospital. E, com muito esforço, com campanhas voluntárias, eles conseguiram um terreno do governo, construíram o hospital e, quando assumimos agora, esse hospital, que tinha cerca de 8 a 10 anos em construção, estava concluído. E com compromisso do Governador Agnelo Queiroz de tornar esse hospital uma realidade. Aí sentamos com a Abrace e essa unidade construída foi incorporada pela Secretaria de Saúde, foi doado o prédio à Secretaria e nós fizemos agora um contrato de gestão compartilhada em que o governo cede parte dos profissionais da atividade-fim, ou seja, toda a equipe médica e a Abrace assume toda a atividade-meio. Ou seja, o Estado está responsável pela atividade-fim, que é o atendimento médico, e a atividade-meio está sendo gerenciada por essa entidade. Logicamente que ela teve que passar de filantrópica para uma OS por conta do modelo de contrato de gestão que a gente tem aqui no Distrito Federal aprovado – existe uma lei vigente. Essa é uma unidade que, a partir do dia 26 próximo, estará funcionando nesse modelo.

Uma outra parceria que estamos buscando também é com uma entidade filantrópica, a Universidade Católica de Brasília, para que faça a gestão de uma unidade de pronto atendimento. Nós temos tido dificul-

dade de contratação, não da realização de concurso, o concurso foi feito, mas hoje o Distrito Federal está no limite da lei de responsabilidade fiscal e muito pouco nos sobrou para contratação de profissionais. Então, temos buscado essas parcerias. E especificamente para uma dessas UPAs está sendo feito um modelo com a Universidade Católica de Brasília.

Recentemente abrimos um edital de convalidação de organizações sociais que possam vir fazer gestão das unidades de pronto-atendimento. A UPA que está funcionando hoje é gestão do Estado, ela tem um custo muito elevado e acreditamos que se for uma entidade que tenha experiência, um controle, um contrato de gestão benfeito podemos apostar de novo nesse modelo. Logicamente que, quando se fala em organização social aqui no Distrito Federal, há um embate muito forte com o Ministério Público por conta até dessa experiência do Hospital de Santa Maria. Então nós estamos em um processo de edital aberto para convalidação de organizações sociais que visam basicamente à questão das unidades de pronto-atendimento, que serão 14 unidades ao final do ano.

Nós temos também dois hospitais, mas são hospitais contratualizados. Um deles é o antigo Incor. Todo mundo lembra a confusão que deu o Incor. Hoje ele é conveniado à rede, atende 95% dos usuários do Sistema Único de Saúde, é regulado pela Secretaria de Saúde, que é o Instituto de Cardiologia, uma entidade filantrópica do Rio Grande do Sul, e faz parte da nossa rede complementar junto com o Hospital Universitário.

O que nós estamos debatendo e tentando construir, também já autorizamos, são as parcerias público-privadas. Eu tenho visto aí alguns modelos. Recentemente tive a oportunidade de conhecer um modelo, na Bahia, de uma parceria que quem não conhecer ainda eu sugiro que conheça, porque é um modelo diferente. Acredito que se hoje, o Distrito Federal, tivesse que fazer uma opção, com certeza, faríamos uma parceria público-privada.

O modelo que estamos lançando aqui é de cinco hospitais, três hospitais novos e dois hospitais que teriam uma ampliação de suas unidades, mas dentro do modelo de parceria público-privada, deixando claro que, dentro da modelagem, toda área de atendimento-meio fica por conta dos parceiros, mas a atividade-fim, a assistência médica, cabe ao Estado. Nós estamos tendo esse cuidado. Essa discussão tem acontecido, inclusive, com alguns setores, tanto da Justiça como do Ministério Público, no sentido de um modelo mais viável, de melhor aceitação. Na Conferência de Saúde, esse foi o modelo debatido e teve uma aceitação bem melhor do que quando se trata da questão das organizações sociais.

A nossa experiência é muito pouca em relação a isso, Senador. Na verdade, o que a gente pegou, Senador, foi o desdobramento dessa organização social. Acho que se eu tiver que optar por um modelo de organização social e uma parceira público-privada, eu vou sempre optar pela parceria público-privada. Não tenho dúvida disso. O que eu vi em Santa Maria deu-me plena convicção de que a organização social não me deixou legado nenhum; ela me deixou um monte de problemas que eu estou correndo atrás para resolver. Entretanto se eu tiver uma parceira público-privada construída com critérios bem estabelecidos, ela me deixa legados. Daqui a 15, 20 anos, se ela sair, ela vai me deixar uma área construída, logicamente que paga pelo Estado, vai me deixar equipamento e eu vou ter que cuidar da minha equipe técnica, da minha equipe de assistência. Então se eu tiver que fazer uma opção, a opção que vamos fazer aqui no Distrito Federal é a da parceria público-privada.

Agora, quero ressaltar que hoje as discussões que a gente faz, e tenho debatido isso muito com os colegas secretários no Conas, é que o grande desafio que se coloca para o gestor é a questão da gestão: buscar tanto organização social como parceria público-privada com parceiros que tenham credibilidade, que tenham reconhecimento. Esse é um caminho a ser pensado.

Com relação à Cruz Vermelha, que o senhor citou, eu recebi também um contrato com a Cruz Vermelha de Petrópolis, mas esse contrato também, no governo passado, até por solicitação nossa, foi um contrato que sofreu uma intervenção e foi rescindido. Está aí uma briga judicial, até porque era um contrato fora de propósito para o custo de uma unidade de pronto-atendimento. Ele foi rescindido e está em discussão jurídica. Mas era uma outra Cruz Vermelha, a Cruz Vermelha de Petrópolis, que pouca gente conhecia como atuando nesse segmento de assistência à saúde.

Então basicamente é isso. Estou aqui e, se puder contribuir nas discussões, coloco-me à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Obrigado, Dr. Rafael de Aguiar Barbosa, pela sua explanação. Como foi estabelecido anteriormente, todos os demais irão falar e, depois, faremos as perguntas que serão formuladas pelas Sr^{as} e Srs. Senadores.

Com a palavra o Dr. Vitor Tadeu Ferreira, Assessor do Planejamento da Cruz Vermelha Brasileira, representante do Sr. Walmir Moreira Serra Junior, Presidente Nacional da Cruz Vermelha Brasileira. Acho que essa é a Cruz Vermelha verdadeira. Aliás, tenho certeza absoluta. Só estranho que, de repente, sejam criadas várias Cruzes Vermelhas pelo Brasil, usando-se o nome sério dessa entidade, com a história e o serviço

prestado mundialmente para redirecionar os objetivos sérios da aplicação dos serviços da Cruz Vermelha.

Então com a palavra o Dr. Vitor Tadeu Ferreira.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Com a palavra o Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Vou pedir permissão ao Dr. Vitor, até porque tanto eu quanto o Senador Cyro estamos chegando com algum atraso à reunião, tendo em vista os múltiplos afazeres que nós temos em diversas comissões diferentes e atendendo a um convite desta Comissão, por requerimento formulado por V. Ex^a, estamos aqui para debater. Prescindo de um esclarecimento adicional do representante da Cruz Vermelha, porque fomos todos pegos um pouco de surpresa com a multiplicidade de Cruzes Vermelhas que existem no Brasil. Nosso Secretário Rafael Barbosa, do Distrito Federal, falou há pouco da Cruz Vermelha de Petrópolis; que ele havia rescindido um contrato e colocou de forma enfática: a Cruz Vermelha de Petrópolis. Existe Cruz Vermelha em cada Estado, em cada cidade. E como é que fica a Cruz Vermelha Brasileira com todo esse espectro de relações terceirizadas também?

Então eu gostaria de, interrompendo e pedindo desculpas, vênias, pedir ao Dr. Vitor Tadeu Ferreira que nos posicionasse efetivamente dentro do assunto, para que, ao tempo e ao espaço, possamos saber que Cruz Vermelha é essa que estamos tratando efetivamente.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Pois não, Senador Cyro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Na mesma linha, nós gostaríamos de entender o organograma da Cruz Vermelha, como é que ela funciona. Qual é a Cruz Vermelha, o que é filial da Cruz Vermelha, o que é terceirização? Estou sinceramente perdido; completamente perdido nesse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Obrigado, Senador Cyro.

Queria registrar e convidar para sentar também à Mesa a Deputada Daniella Ribeiro, Deputada pela Paraíba, preocupada com a situação lá. Que ela possa compor também a bancada. É um prazer tê-la aqui, Deputada.

Com a palavra o Dr. Vitor Tadeu Ferreira.

O SR. VITOR TADEU FERREIRA – Sr. Presidente, bom dia. Demais autoridades da Mesa, Senadores, bom dia.

Peço licença, Presidente, trouxe uma apresentação que é elucidativa para abordar as questões:

qual o desenho, como funciona a instituição no País, qual a proposta e o modelo de gestão. Portanto, peço autorização para fazer essa apresentação aqui. (Pausa.)

Senhores, nesta apresentação, vou procurar ser breve e objetivo. Vou focar basicamente em função da pauta que nos foi colocada no convite, aliás, agradeço primeiramente o convite, é uma oportunidade ímpar para que a instituição possa demonstrar o seu projeto para o País. Nós vamos falar um pouco do nosso modelo de gestão e direcionar para a área da saúde, que acredito que seja o tema nuclear aqui.

Quando falamos da Cruz Vermelha, estamos falando de uma instituição que pertence a um movimento internacional e, para isso, vamos ter que entender, vamos ter que demonstrar aqui qual o cenário institucional que se apresenta no nosso País. Nesse cenário, é importante de pronto, de primeira fala, dizer que não existem diversas Cruz Vermelha. A Cruz Vermelha é única e não é no País, ela é única no mundo. O que a gente tem, do ponto de vista filosófico, é uma instituição regida pelos mesmos princípios, pelas mesmas regras internas. Sistemáticamente temos, nas regiões, nos países, em regiões administrativas uma segmentação administrativa. Mas toda a utilização do emblema e do nome Cruz Vermelha tem que ser sancionada na sua hierarquia. Não é possível uma instituição utilizar o nome Cruz Vermelha sem ter licença para isso. É um crime internacional.

Naquele *slide*, nós temos alguns exemplos de ações regionalizadas, nacionalizadas da Cruz Vermelha. Por exemplo, o hospital de campanha da America Red Cross. No meio, um curso de atendimento pré-hospitalar pela Cruz Vermelha mexicana. Ali em baixo, uma foto de um hospital gerido pela Cruz Vermelha em Portugal. Eu trouxe para demonstrar o seguinte: que as ações de Cruz Vermelha que estão acontecendo no País são ações que se replicam em toda a Cruz Vermelha no mundo todo.

Para ilustrar melhor a instituição, alguns fatos também bem objetivos, bem resumidos para dizer o que é a Cruz Vermelha. A Cruz Vermelha é uma instituição fundada em 1863, está fazendo agora, em 2013, 150 anos de história. No Brasil, essa história começou em 1908. Estamos com 103 anos de atuação no País. É reconhecidamente a maior instituição humanitária do Planeta. Ela passa de 100 milhões de voluntários registrados no mundo inteiro. É uma instituição que está presente em todos os continentes. Tem sede nacional constituída em mais de 180 países, especificamente em 186 países, dos quais todos signatários das Convenções de Genebra, e mais oito países que, apesar de não terem sede nacional da Cruz Vermelha, também são signatários das Convenções de Genebra.

Cruz Vermelha é protagonista de ações históricas na proteção da dignidade humana. Uma das coisas que nós vamos constituir aqui nesta apresentação é quais são essas ações. Um exemplo do protagonismo da Cruz Vermelha. É a única organização com assento na Assembleia-Geral da ONU – os demais participantes são representantes das nações. É a única instituição premiada com o Nobel da Paz em três ocasiões e não foi premiada em outras situações porque abdicou de concorrer no prêmio, porque perderia o sentido, não é? É a guardiã internacional das Convenções de Genebra. A partir do nascimento da Cruz Vermelha se fomentou a discussão de uma legislação internacional para que os países tenham a referência de paz para a discussão legislativa.

Fundamentalmente, trata-se de um movimento internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho. Esse movimento é composto por três tipos de trabalho exercidos. Um deles pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha, o outro pela Federação Internacional da Cruz Vermelha e o terceiro pelas Sociedades Nacionais.

Esta é a sede da Cruz Vermelha Brasileira, a sociedade nacional do nosso País. Fica na praça da Cruz Vermelha no Rio de Janeiro. Este *slide* com o mapa do Brasil demonstra as nossas filiais estaduais e vou falar um pouco, na sequência, sobre a nossa distribuição federativa. Ali, ao lado, a nossa presença nos continentes, a nossa distribuição pelo mundo, em todos os continentes.

Aqui também mais um *slide* para dizer que vamos tratar aqui não só da saúde em si, mas de todos os instrumentos que permeiam aquilo que significa uma assistência qualificada. Nós temos ali em cima, um exemplo, o hospital da Cruz Vermelha de Kobe. Hoje, no Japão, dos dez maiores hospitais do Japão, nove são geridos pela Cruz Vermelha. Esse hospital de Kobe foi construído após o grande terremoto de 1995, e a gestão foi entregue à Cruz Vermelha por todo resultado exitoso na prestação do serviço.

Ali, embaixo, nós temos outro exemplo, também contextualizado como serviço de saúde, um atendimento comunitário. Mais ali, embaixo, nós temos um hospital de campanha, atendimento emergencial. Ali, em cima, uma ambulância da Cruz Vermelha, um instrumento utilizado também para a prestação dessa assistência.

Tudo isso é apresentado para dizer que a Cruz Vermelha tem uma responsabilidade, a responsabilidade que norteia sua missão. É um mandato humanitário da Cruz Vermelha, e nós podemos colocar esse mandato humanitário com duas vertentes principais: a primeira é uma abordagem filosófica. Ela é bastante comprida, mas vou resumir, dizendo que a abordagem

filosófica da Cruz Vermelha no mundo inteiro é proteger a dignidade humana e atenuar o sofrimento. Isso tudo de forma imparcial, neutra e independente. Essa é a concepção filosófica da missão da Cruz Vermelha no mundo inteiro, seja numa sociedade nacional, num comitê, numa filial.

E existe a abordagem estatutária. A Cruz Vermelha brasileira, fundada em 1908, pelo Dr. Oswaldo Cruz, tem já no seu estatuto, colocado claramente, que ela nasce para ser uma força auxiliar do Poder Público e das Forças Armadas, especialmente nos serviços de saúde.

Vou deixar isso aqui para ilustrar o que foi dito até agora sobre a atuação central da Cruz Vermelha. Vou passar um vídeo de uns dois minutos que exemplifica bem como essa instituição atua pelo mundo.

(Procede-se à exibição do vídeo.)

O SR. VITOR TADEU FERREIRA – Esse vídeo a gente resumiu. Ele era, na verdade, bastante longo, mas ele ilustra vários braços de atuação da Cruz Vermelha, seja na atuação em socorro e desastre, seja no procedimento educacional, tão necessário nas comunidades, seja no atendimento à saúde emergencial ou estruturada, seja na proteção ao meio ambiente, enfim, é um vídeo que, em três, quatro minutos, dá uma boa mostra do que a instituição faz nos seus processos de trabalho.

Voltando à questão do País. Nós temos uma instituição, volto a dizer – a gente sempre tem uma referência muito forte em relação a isto –, que foi fundada pelo Dr. Oswaldo Cruz, aqui, no País. É a única organização civil autorizada a permanecer ativa, em caso de guerra, por conta justamente da excelência do seu modelo organizacional. É um modelo de gestão reconhecido internacionalmente – e aqui vem um *mea culpa* institucional –, mas, num passado recente, nos últimos 20, 25 anos, a diretoria nacional da Cruz Vermelha, o seu órgão central teve no seu modelo de gestão uma fuga em relação àquilo que é preconizado no modelo internacional, no modelo da federação e do comitê internacional. Infelizmente, nos últimos 20, 25 anos, a Cruz Vermelha Brasileira se distanciou do Poder Público, afastou-se das parcerias com o Poder Público, o que, na verdade, é sua missão estatutária.

O que temos aqui, hoje, apresentado pela diretoria nacional, falando aqui em nome do Dr. Walmir Moreira Serra, é um projeto de gestão que traz a recuperação da nossa condição estatutária de oferecer aquilo que nós temos de experiência exitosa no mundo inteiro, seja na gestão da saúde, seja na gestão de grandes eventos, seja na questão do meio ambiente, na questão educacional, enfim, tudo aquilo que a Cruz Vermelha

fez no mundo inteiro, para que possa colaborar no desenvolvimento da esfera pública do País.

Esse projeto da atual diretoria é chancelado pelo movimento internacional, em todas as suas esferas, chancelado pelo Governo brasileiro.

Vou comentar aqui: a Cruz Vermelha é uma instituição singular, tão singular que qualquer alteração estatutária da Cruz Vermelha tem que ser referendada e aprovada pelo Presidente da República.

Então, estamos tratando de uma instituição que, apesar de hoje, em função do desenho que se estabelece na esfera pública para essas parcerias exigir, por exemplo, uma qualificação como organização social de saúde ou como organização social de interesse público, enfim, temos uma instituição que prescinde disso, pela sua constituição histórica. Mas, pelo amor de Deus, isso não é uma crítica. Nós nos submetemos e já estamos atuando como OS em diversos Estados brasileiros.

Importante apenas dizer que, quando a gente volta a falar de Cruz Vermelha, em função dessa maela que a gente teve de gestão, nos últimos 20, 25 anos, a gente sempre ouve do outro lado: “Poxa, mas a Cruz Vermelha faz isso? Eu não sabia que a Cruz Vermelha fazia isso. Não trabalha só com socorro e desastre? Não é só para a guerra?” Não.

A Cruz Vermelha, no nosso País, nos últimos 25 anos, infelizmente, atuou apenas como instituição caritativa. Esse não é o preceito do movimento de Cruz Vermelha. O preceito de Cruz Vermelha é o que está sendo aplicado pela atual diretoria. É a execução de um mandato humanitário.

O órgão central da Cruz Vermelha no País tem uma distribuição federativa, a exemplo do que acontece com o País também, com sua esfera municipal, estadual e federal. A Cruz Vermelha tem sua esfera central, que é sua diretoria nacional, as suas filiais estaduais e municipais. Não são diversas Cruzes Vermelhas; são representações administrativas de uma única Cruz Vermelha. E não só no nosso País, mas no mundo. Tudo isso regido e reconhecido por decretos federais diversos. Alguns, como os senhores podem ver, mais do que centenários. O primeiro decreto que rege a Cruz Vermelha no País é de 1893; o que estabelece, por exemplo, a Cruz Vermelha como utilidade pública é de 1912.

Então, não estamos falando de nada novo. E, em todos esses decretos, está reconhecida e autorizada pelo Governo brasileiro, expressamente, a sua divisão em filiais estaduais e municipais.

Todo projeto de Cruz Vermelha é regido por sete princípios no mundo inteiro. O primeiro princípio, fundamental, é o da humanidade. Por isso, a Constituição

como a principal organização humanitária do mundo. Os três seguintes dão conta de como nosso modelo de gestão é aplicado e por que isso, muitas vezes, faz barulho; por que isso, muitas vezes, causa contestação política. É uma instituição imparcial, neutra e independente. Nós somos parceiros do Poder Público para o desenvolvimento, e não para projetos políticos.

A questão do voluntariado. Nós trabalhamos com o voluntariado como força motriz principal da Cruz Vermelha. Onde estamos existe interesse e a participação do voluntário.

A questão da unidade. Por si só se explica: é uma instituição única. Toda representação da Cruz Vermelha faz parte do movimento internacional. E se o faz sem ser autorizada, incorre em crime internacional. E a questão da universalidade, já que todos esses princípios devem permear todos os nossos projetos.

Na questão da saúde, especificamente. A Cruz Vermelha é gestora de saúde, parceira oficial do Poder Público em mais de 80 países. No nosso País, por um lapso de gestão nesses 20, 25 anos, a Cruz Vermelha apostou apenas nas suas unidades próprias. O que fazemos agora, de um ano para cá, a partir da nova gestão e com a chancela do movimento internacional, é apresentar a Cruz Vermelha para as parcerias e para um parceiro fundamental do Poder Público. Nesse curto período, já temos algumas experiências arregimentadas nessas parcerias, em hospital geral, em hospital infantil, em hospital dia, em PSF, em unidade asilar, em consultorias de gestão pelo País afora.

Aqui, há um exemplo dos nossos hospitais próprios: o hospital da Cruz Vermelha em Curitiba, um hospital fundado em 1947; um hospital da Cruz Vermelha em São Paulo, fica ali do lado do Aeroporto de Congonhas. São duas referências de hospital próprio para outros que temos na rede.

Importante citar: observamos aí o surgimento de alguns questionamentos no que diz respeito à questão do notório saber em saúde, da legalidade da Cruz Vermelha na atuação como organização social nesse segmento. E é importante dizer que não aqui, no Brasil; não aqui, em Brasília; não na Paraíba ou em São Paulo, mas, no mundo, a instituição Cruz Vermelha é a instituição que detém o maior reconhecimento e notório saber em saúde. No País, ela é reconhecida como utilidade pública em todas as esferas: municipal, estadual, federal e, inclusive – atribuição do Governo brasileiro –, como utilidade pública internacional.

Ela tem algumas características e jurisprudências bastante específicas. Não vou me alongar aqui, mas posso deixar toda a legislação disponível para consulta a quem interessar.

Apresenta um modelo de gestão... Também não vou me alongar. Sei que já extrapolei o tempo, peço desculpas. Mas a Cruz Vermelha, quando assume a gestão de uma unidade em saúde, ela faz uma gestão por processo, garantindo perfeito acondicionamento das questões do acolhimento, garantindo a questão humanizada – as pessoas são sempre o foco principal da nossa ação –, do abastecimento, para que os recursos sejam bem utilizados; da administração, no que diz respeito à sua referência documental e também no que diz respeito a toda a parte de transparência financeira; à questão da assistência no que diz respeito ao estabelecimento de práticas consagradas e de garantia de qualidade. Temos parceiros mundiais, como a Joint Commission International, como a ONU, Organização Nacional de Saúde, que são referências que utilizamos nos nossos projetos.

E, fundamentalmente, também buscamos a constituição de um arcabouço de reconhecer tudo aquilo que o paciente tem a nos dizer pós-atendimento hospitalar, porque quem aqui já passou por uma internação hospitalar e, no ato da alta, recebeu aquela pesquinha de satisfação sabe que quer mais é ir para casa do que responder aquela pesquisa de satisfação.

Na Cruz Vermelha, a gente faz uma pesquisa pós-hospitalar, para saber realmente daquele paciente, e para que esse paciente esteja livre de qualquer insegurança no que diz respeito a represália no ambiente hospitalar etc., para que aquele paciente possa nos subsidiar para a melhoria contínua na assistência hospitalar, dizendo o que ele achou bom, o que ele achou ruim, o que ele acha que pode melhorar.

Nesta apresentação, tenho cada um desses processos bastante detalhados, não vou ficar aqui me alongando, caso seja necessário, nós poderemos retornar com isso.

Aqui estão alguns serviços que a atual diretoria da Cruz Vermelha oferece ao Poder Público para poder participar do processo de construção de uma assistência com qualidade, algumas referências e práticas da Cruz Vermelha, programas internacionais de que a Cruz Vermelha participa, e a Cruz Vermelha brasileira, em todas as unidades de que têm participado, tem buscado a inclusão nesses programas. Por exemplo, a campanha para salvar cinco milhões de vidas no instituto para a melhoria da saúde americano; a campanha de cirurgia segura salva-vidas da Organização Mundial de Saúde; a taxonomia para a segurança do paciente, taxonomia internacional; os preceitos preconizados pela ONA, Organização Nacional de Acreditação; a adoção de protocolos universais de educação em saúde e segurança do paciente, que constituem as metas globais da Organização Mundial de Saúde da Joint

Commission International, que é a identificação correta dos pacientes, a melhoria da comunicação hospitalar, a melhoria da gestão de medicamentos, a segurança do ato cirúrgico, a redução dos riscos de infecção e a redução dos riscos de queda de leito.

Basicamente o que se tem a trazer sobre a Constituição Nacional da Cruz Vermelha está representado nesta apresentação. E, agradecendo novamente a oportunidade, fico à disposição para qualquer questionamento que haja acerca da natureza do convite.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB) – Agradecemos ao Dr. Vitor. Depois faremos os questionamentos, ao franquear a palavra aos Parlamentares aqui presentes.

Passo a palavra ao Dr. Eduardo Varandas Araruna, que é o procurador-chefe do Trabalho do Estado da Paraíba, para que o mesmo possa fazer o seu pronunciamento.

O SR. EDUARDO VARANDAS ARARUNA – Exm^o Sr. Senador Cícero Lucena, caros Parlamentares, minhas senhoras e meus senhores, antes de começar a minha exposição, gostaria que fosse distribuído a todos os presentes uma auditoria que eu requisitei no Hospital de Traumas Senador Humberto Lucena, em que constam inúmeras irregularidades. Não foi feita pelo Ministério Público do Trabalho, mas pelo próprio Poder Executivo Federal, Ministério do Trabalho e Emprego.

Tenho várias indagações a fazer ao representante da Cruz Vermelha, mas vou falar, primeiro, do aspecto jurídico da legislação brasileira, sem me ater a aspectos ligados à efetividade da atividade médica do terceiro setor – não é a minha área saber se essa estrutura “medicamente falando” (entre aspas) funciona ou não. Depois vou falar da situação do Hospital de Traumas Senador Humberto Lucena, que é, na verdade – apresenta-se como propaganda do Estado da Paraíba –, gerenciado pela Cruz Vermelha. E aí quero saber depois se a Cruz Vermelha paraibana é uma filial, uma autorizada da Cruz Vermelha que foi dita e mostrada aqui.

Procurarei não extrapolar o tempo, mas peço um pouquinho de paciência porque a questão é muito complexa.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB) – Terá todo o tempo necessário.

O SR. EDUARDO VARANDAS ARARUNA – Na verdade, o Ministério Público da União e o Ministério Público dos Estados não veem com preconceito a participação do terceiro setor em áreas como saúde pública e educação. Não se trata disso.

A própria Constituição Federal permite a atuação complementar da iniciativa privada *lato sensu*, seja a

iniciativa privada *stricto sensu* que nós conhecemos ou através do terceiro setor, organizações de interesse público mas de natureza jurídica de direito privado. Tanto é verdade que a Constituição fala também que a sociedade e a iniciativa privada devem colaborar com a saúde pública, mas ela o faz jamais retirando o papel primário do Estado na promoção da saúde pública. Então, se a gente pegar, por exemplo, o art. 196: “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução dos riscos...”

No art. 197, fala-se que “cabe ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros...” Ou seja, a própria Constituição autoriza que terceiros que não o Poder Público colaborem com a saúde pública.

O art. 199 da nossa Constituição diz o seguinte: “§ 1º – As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio...”

A Lei Orgânica da Saúde, Lei nº 8.080/90, também fala, no parágrafo único do art. 24, da participação – repito aqui aos senhores presentes – complementar.

Esse aspecto complementar que está previsto na Constituição Federal, em todas as legislações infraconstitucionais até então, é óbvio, porque a saúde pública, primeiro, é uma obrigação originária do Estado. Ele tem que prover a saúde pública. Nem nos Estados Unidos da América, onde existe uma maior tendência à prevalência do direito privado sobre o direito público, há a completa precarização da saúde pública na mão de organizações sociais ou de *Oscips*; não há. O que há, na verdade, eventualmente, em vários Estados, em vários países, é um pacto em favor da saúde pública.

Então, a Lei nº 9.637, que disciplinou as organizações sociais, assim falou: “Art. 1º O Poder Executivo poderá qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, (...) e à saúde...”

É verdade. E mais adiante, no art. 5º, fala no contrato de gestão, que o Supremo Tribunal Federal tem entendido que não é um contrato, mas um convênio. E vou citar o Ministro Carlos Ayres Britto, no voto que ainda não foi publicado, mas que S. Ex^a teve a atenção de enviar por *e-mail* ao meu gabinete, mas que já foi falado em sessão, só não está disponível na Internet. Mas a Lei, no art. 5º, fala: “Para os efeitos desta Lei, entende-se por contrato de gestão o instrumento firmado entre o Poder Público e a entidade qualificada como organização social, com vistas à formação de

parceria entre as partes para fomento [atenção para a palavra “fomento”].”

Em nenhum momento, a lei fala especificamente no contrato de gestão; ela fala depois. Mas aí o depois está tendo sua constitucionalidade questionada. Inclusive o Ministro Carlos Ayres Britto declarou a inconstitucionalidade desses dispositivos, o Ministro Luiz Fux deu interpretação conforme, e a sessão foi suspensa por um outro pedido de vista. Mas a verdade é que de todo jeito eu não vislumbro inconstitucionalidade, e nem vislumbrou o Supremo Tribunal Federal até agora, no art. 5º, quando prevê o fomento da saúde pública pelo terceiro setor. Fomento é uma coisa, administração plena e absoluta de uma unidade hospitalar pública é outra.

Bem, o que acontece? No caso do Estado da Paraíba especificamente – e aqui eu estava conversando com o secretário –, a situação é um pouco diversa. O Governo do Estado da Paraíba simplesmente... Primeiro, eu preciso, e peço um pouquinho de paciência, porque é muito importante esta explanação, mostrar umas imagens bastante interessantes que até se contrapõem ao vídeo exposto da questão da humanidade, quando a gente vai ao hospital pobre de um Estado pobre como é a Paraíba.

Veja só, o Hospital de Trauma nunca teve uma história muito bem posta à luz da lei. Ele foi criado sem quadro próprio, todos os funcionários foram contratados *pro tempore*, ou seja, por prazo determinado. Essa contratação perdurou durante anos até agora. Ou seja, completamente ilegal, porque deveria ser temporário, deveria haver uma lei e um plano de cargos e salários para a categoria médica e uma prestação de serviço à luz do art. 37 da Constituição Federal, que, aliás, se aplica a toda a Administração Pública e não apenas à saúde.

O que foi que aconteceu? O atual Governo tomou posse e trocou a rubrica de temporários para contratados pela CLT, através de uma entidade – o que eu gostaria que depois fosse esclarecido – chamada Cruz Vermelha, que passou a gerenciar toda a atividade hospitalar do Hospital de Traumas.

Embora o Estado da Paraíba ainda tenha como diretor-geral um cargo estatutário em comissão de um agente público, na verdade, é que, com exceção dos médicos, que constituem ainda uma categoria forte – mas a tendência é de que eles também sejam absorvidos pela Cruz Vermelha. Pelo menos o secretário de saúde do Estado da Paraíba, de quem eu lamento a ausência, porque deveria estar aqui para esclarecer, me disse, em audiência, quando S. Ex^a foi intimado a depor na Procuradoria do Trabalho, que a previsão é, inclusive, de que os médicos fossem absorvidos pela Cruz Vermelha. Então, nós teríamos um quadro, num

hospital público, prestando serviço de relevância pública, sem um servidor público. Todos celetistas ligados à entidade gerenciadora. Aí eu não vejo o fomento que a lei prevê; eu vejo uma tomada de conta. De fato e sem querer dar um aspecto oposicionista partidarista à minha fala, uma privatização da saúde pública.

Ora, o Enunciado 331 do TST, que não é novo, já proibia a terceirização de atividade fim. A atividade fim – e eu gostaria de esclarecer que não só é a dos médicos –, médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, porque o hospital não tem como finalidade, única e exclusivamente, a prestação de serviço de medicina, existem outras entidades ligadas à atividade fim do hospital que constituem também atividades importantes e que não podem ser terceirizadas.

O que a gente vê na lei que regulamenta a questão das OSs, a Lei nº 9.637/98, é uma nítida intenção de descentralização de cooperação técnica. Agora, não há a menor possibilidade legal de essa estrutura preconizada pela lei absorver a obrigação primária do Poder Público. E aí eu vou citar, *in verbis*, o pronunciamento do Ministro do Supremo Carlos Ayres Britto – *in verbis*; abrirei aspas –, na relatoria da Ação Declaratória de Inconstitucionalidade nº 1.923, do Distrito Federal. Não sou eu que estou falando.

“O que faz a Lei nº 9.637...” – não na parte de contrato de gestão propriamente; naquela parte em que ela permite a absorção de funcionários e permite que a estrutura pública seja absorvida pela OS.

Veja o que diz S. Ex^a:

Ora, o que faz a Lei nº 9.637/98 é estabelecer um mecanismo pelo qual o Estado pode transferir para a iniciativa privada toda a prestação de serviço público de saúde, educação, meio ambiente, cultura, ciência e tecnologia. A iniciativa privada pode substituir o Poder Público, e não a simplesmente complementar a performance estatal. É dizer, o Estado a terceirizar funções que são típicas. O que me parece juridicamente aberrante, pois não se pode forçar o Estado a desaprender o fazimento daquilo, que é da sua própria compostura operacional, a prestação de serviços públicos.

Ou seja, entendeu S. Ex^a, nesse trecho do seu voto, que a terceirização era inconstitucional.

Depois: Turbação da função estatal. O que diz S. Ex^a mais adiante? “A se ter como válida a mencionada absorção”, ou seja, a absorção de todo o quadro de entidades públicas – e aqui ele não está falando, obviamente, só de saúde, mas a lei se refere a cultura, meio ambiente, desenvolvimento tecnológico, pesquisas científicas, ensino, etc. O que diz S. Ex^a?

A se ter como válida a mencionada ‘absorção’, nada impediria que, num curto espaço de tempo, deixássemos de ter estabelecimentos oficiais de ensino,

serviços públicos de saúde, etc. Isso, tendo em vista que a organização social é pessoa não integrante da Administração Pública [embora exerça uma atividade de finalidade pública]. Logo, o Estado passaria a exercer, nos serviços públicos, o mesmo papel que desempenha na atividade econômica: o de agente apenas indutor, fiscalizador e regulador, em frontal descompasso com a vontade objetiva da Constituição Federal [o que é um dever do Estado].

Esse pronunciamento do Ministro Carlos Ayres Britto deixou muito claro que, na verdade, a lei não é completamente inconstitucional. A lei foi atacada em toda a sua integralidade pela Abin. O Ministro Carlos Ayres Britto entendeu que a lei não é inteiramente inconstitucional, mas ela não pode servir de instrumento para que o Estado reconheça sua incompetência na gerência da atividade pública e no seu dever constitucional primário de provedor da saúde pública, que é o que está acontecendo no Estado da Paraíba.

Eu gostaria, por gentileza, que se mostrasse o *slide* da inspeção feita no Hospital de Traumas da Paraíba, já sob a cogerência, a cogestão, o contrato de gestão pactuada ou convênio, qualquer nome que lhe seja dado. Diz o Ministro Carlos Ayres Britto que não se trata de contrato, e concordamos juridicamente com ele. Essa inspeção não foi feita a pedido do Ministério Público do Trabalho, mas, sim, pelo CRM, por meio dos seus órgãos próprios.

(Próximo, por favor.)

A situação atual é mais grave, pois, embora os pacientes não estejam em locais inadequados, não apropriados, como o da área de extensão, eles estão nos corredores e nas áreas de emergência e urgência. A diferença para pior é que, embora o número seja menor, a maioria é de pacientes gravíssimos.

Fiscalização do Hospital de Traumas. Relatório do Dr. Eurípedes Mendonça de Souza.

(Próximo, por favor.)

Na verdade, essa é uma área do Hospital. Há um amontoado de pacientes graves, sem atendimento digno e de qualidade. Posso, inclusive, comprovar a veracidade das fotos, posso abrir uma via de contato com o CRM na Paraíba. Não há problema algum. Estamos aqui apenas para esclarecer os fatos.

(Próximo, por favor.)

Há diversas áreas do Hospital com um amontoado de macas, sem espaço adequado entre elas, com poucos funcionários, com muitos pacientes, em condições precárias de higiene e de atendimento.

Abro um parêntese: aqui, não queremos criticar a atual gestão do Governo, até porque esse cenário não

é novidade no Hospital. Mas eu não gostaria – e, na verdade, seria inverídico – que se apresentasse o Hospital de Traumas, depois de 40 dias, de 50 dias, como hospital modelo de uma questão inovadora, absolutamente moderna, quando, na verdade, o Hospital piorou à luz da auditoria feita pelo CRM. Mas esse cenário, nós o encontramos há quatro anos, quando fizemos a inspeção com a Promotoria da Saúde do Estado da Paraíba. Era exatamente igual. Na visão do Ministério Público do Trabalho, era exatamente igual, tanto que uma ação nossa tramita no Supremo Tribunal Federal. Esperamos resolver esse problema na Paraíba o mais brevemente possível.

(Próximo, por favor.)

As enfermarias, *rectius*, possuem o quinto leito extra, utilizado muitas vezes, mas é uma maca sem proteção lateral. Isso dificulta o trabalho da Enfermagem e aumenta os riscos de queda de pacientes e de infecção hospitalar.

(Próximo, por favor.)

Há excesso de pacientes, leitos improvisados, maca interrompendo a passagem do banheiro e expondo o paciente à contaminação do sanitário.

(Próximo, por favor.)

Houve demissão de trabalhadores e redução salarial no Trauma.

Aí se mostra dispensa de instrumentos cirúrgicos, dispensa de inúmeros fisioterapeutas, dispensa de técnicos em Enfermagem.

(Próximo, por favor.)

Esse é mais um caso de precariedade da assistência dos pacientes. Na verdade, essas imagens se repetem e são lamentáveis. Estou apenas demonstrando isso.

(Próximo, por favor.)

Há vários pacientes esperando atendimento, sentados no chão.

Há falta de respeito com a classe trabalhadora. Isso aí já foi consertado depois das denúncias. Já colocaram camas no descanso médico, mas era assim.

(Próximo, por favor.)

Há inúmeros equipamentos quebrados. O Senador pode, inclusive, requisitar ao CRM da Paraíba o relatório completo. Nós, paralelamente ao CRM, estamos fazendo uma auditoria com médicos do trabalho, para verificar, à luz das normas de segurança em Medicina do Trabalho, como está a atividade médica.

A questão da estrutura do Hospital e a má qualidade dos serviços estão atestadas aí. Passei para os

senhores, para que deem uma olhada, o resultado do relatório feito pelos auditores fiscais do trabalho José Luiz Filho e Wellington Cavalcante, mostrando algumas irregularidades.

Vou encerrar, prometo.

Quero ressaltar, primeiro, que a auditoria fiscal do trabalho foi lá, agora, sim, por determinação do Ministério Público do Trabalho. Mas a auditoria é autônoma. Não influenciámos no resultado. O Poder Executivo federal é um, o Ministério Público da União é outro.

O que foi encontrado? Isto está provado documentalmente. Esta é uma cópia do documento original, literal, sem qualquer alteração. Este foi o resultado: 1) sonegação ou atraso no recolhimento do FGTS; 2) duzentas e setenta e oito carteiras de trabalho retidas e sem anotação – repito: 278 carteiras de trabalho retidas e sem anotação –; 3) termos de rescisão contratual sem a respectiva quitação; 4) celebração de contrato em experiência, quando não cabia contrato em experiência para aquela atividade; 5) cargos divergentes nas anotações da carteira, ou seja, divergência quanto ao cargo que a pessoa, efetivamente, exercia.

Então, na verdade, a situação na Paraíba – e penso que, de alguma forma, essa situação se assemelha à de outras unidades da Federação – é bastante crítica. Não há interesse em se fazer concurso público, porque o concurso público dá autonomia à qualidade do serviço, independentemente do mercado ou do curral eleitoral. E quem paga essa estrutura precária, privatizada e terceirizadora é o cidadão pobre, que necessita dos serviços do Hospital.

Para encerrar, eu gostaria de citar um trecho da música do *clip* divulgado pela Cruz Vermelha, cujo título é *Where the streets have no name*, ou seja, “Onde as ruas não têm nome”:

Eu quero correr, eu quero esconder,
Eu quero derrubar as paredes
Que me seguram por dentro
Eu quero alcançar
E tocar na chama,
Onde as ruas não têm nome.
A saúde pública no Brasil não tem nome ainda.
Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Muito obrigado, Dr. Eduardo.

Passamos à participação dos Parlamentares.

Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, quero saudar a Mesa e a iniciativa de V. Ex^a, ao trazer ao Senado um assunto dessa relevância.

Eu gostaria de dividir minha exposição em dois focos, em dois núcleos.

Primeiro, quero ressaltar uma coincidência, e meu pai já me dizia, eminente Procurador, que não há coincidências, mas, sim, desígnios de Deus, que criam situações como esta. Estamos comemorando os 21 anos da criação do SUS. Exatamente neste mês, no dia 19 de setembro, Dr. Rafael, estamos comemorando os 21 anos do SUS. E, ontem, há menos de 24 horas, houve um posicionamento do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados, confirmando, na sua quase totalidade, a Emenda Constitucional nº 29, que define os critérios de aplicação desse serviço, que, sem dúvida, é orgulho para o brasileiro. Não é orgulho para nós o que foi mostrado nos *slides* que vimos há pouco. Mas tanto a legislação que criou o SUS, que tem essa história, quanto a Emenda Constitucional nº 29, que, há onze anos, está parada neste Congresso, são, efetivamente, motivo de orgulho para o brasileiro. E nós, no Congresso, precisamos aperfeiçoá-las. Esse é o nosso trabalho. Durante todo esse tempo, discutiu-se o financiamento à saúde. E o subfinanciamento que estamos vivendo?

O que está acontecendo? São coincidências? Não. São esses encontros. Senador Cícero Lucena, pela sua ideia, está sendo mostrado o caso da Paraíba aqui. E faço uma saudação muito especial à Deputada Estadual Daniella Ribeiro, que vem aqui, representando a Assembleia Legislativa do meu Estado. Estamos aqui apenas buscando, de forma meridiana, ver um pouco da ponta desse *iceberg*, que é o avançado estágio de privatização da saúde pública brasileira.

Vi a exposição do Procurador do Trabalho. Claramente, o País está caminhando para algo ilegal e inconstitucional. Esses passos que estão sendo dados na Paraíba já foram dados, por exemplo, de forma multipartidária. Aí vem também a nossa disposição de não deixar que haja vínculos de ordem política nessas questões. Esses passos foram dados, inicialmente, em São Paulo – e o Tribunal de Contas do Município de São Paulo já questiona os efeitos e a aplicação – e estão sendo dados em todos os quadrantes. Parece que há um movimento nacional em nome da ineficácia, que é resultado do subfinanciamento da saúde.

Então, o cenário é o seguinte: aqui, está a saúde, cheia de deveres, e o Estado, cheio de deveres, por força da lei; o mesmo Estado não financia a saúde, que se mostra ineficaz, e aí vamos pegar o dinheiro público da saúde e aplicá-lo numa privatização maquiada de terceirização. Esse é o fato. No meu discurso sobre o 21 anos do SUS, há algumas horas, eu já alertava para isto: estamos avançando para uma privatização dos serviços de saúde, com recursos pagos pelo povo. São recursos públicos, e se está privatizando a saúde. E aí vêm todos os desdobramentos a respeito da

situação jurídica, sobre os quais o Dr. Eduardo falou há pouco tempo.

Vem, nesse contexto, a Cruz Vermelha. Sou apaixonado pela Cruz Vermelha, pelo trabalho internacional e humanitário da Cruz Vermelha. Tudo o que o Dr. Vitor nos trouxe, numa bela exposição, é, sem dúvida, resultado dos 148 anos de uma organização humanitária internacional que, por seu princípio federativo, está presente em todos os quadrantes do mundo. Preocupa-me essa ideia, esse conceito que tenho da Cruz Vermelha – e penso que deve ser o mesmo conceito da diretoria brasileira da Cruz Vermelha – com essas franquias ou filiais dentro desse sistema brasileiro. Eu agora posso chamar de filiais, porque consegui compreender depois da exposição do eminente representante da instituição.

Essas franquias, essas filiais me parecem que, por suas respectivas gestões, estão enlameando, colocando em risco o nome de uma instituição do porte da Cruz Vermelha internacional.

Ninguém discute, ninguém questiona a importância da Cruz Vermelha para o mundo. A sua presença, como membro efetivo na ONU, o que nós estamos discutindo neste momento, na hora em que, coincidentemente – repito –, acontece esse movimento de privatização da saúde é que, por exemplo, no Estado do Maranhão a filial Cruz Vermelha foi questionada. Estão aqui as notícias: Secretaria Estadual de Saúde determina intervenção em contratos da Cruz Vermelha no Estado do Maranhão.

No Distrito Federal, o Dr. Rafael, agora há pouco, falou que foi cancelado um contrato irregular da Cruz Vermelha. E aí ficam aparecendo notícias com relação à Cruz Vermelha, ao seu histórico, notícias ligadas ao Tribunal que, por força do absoluto conceito que tem a Cruz Vermelha, as pessoas se perguntam: “Será que é essa mesmo aquela de lá?” A grande interrogação é exatamente essa. O que está acontecendo na Paraíba numa gestão socialista – até o Brasil vê isso – numa gestão de alguém que saiu dos quadros da esquerda brasileira, é uma medida provisória que privatiza a saúde daqui. A Deputada Daniela trouxe. É um arcabouço legal em forma de medida provisória que vem sendo utilizada no nosso Estado com muita frequência, para pactuar uma gestão que, na verdade, transfere, como disse o Dr. Eduardo Varandas, todo o serviço que é público para a iniciativa privada.

Eu acho que a Cruz Vermelha poderia nos ajudar muito, fomentando ações científicas, participando efetivamente, como manda a lei, de forma complementar.

Eu queria rapidamente dizer ao gerente de projetos da Secretaria de Atenção do Ministério da Saúde – que já disse ao nosso Ministro Padilha, que é um

sanitarista, que é um homem ligado aos movimentos sociais – que alertei a S. Ex^a, o Ministro da Saúde, que o caso da Paraíba é apenas mais um. Essa reunião vai começar com a Paraíba, poderia começar com o Maranhão, poderia começar com outros Estados, mas o assunto é nacional. Essa terceirização dos serviços caminha para a perda de objeto da função do Estado. Não é apenas a política de Estado mínimo que se criou antes, alguns anos atrás, é pela perda da função, pela perda de objeto do Estado. Daqui a pouco, não precisaremos mais de escolas públicas, não precisaremos mais de faculdades. Daqui a pouco, nós não precisaremos mais dos serviços públicos, o Estado passa a ser imprescindível, quando, na verdade, é o Estado que banca, porque é o povo que banca.

Então, essa contramão que a Paraíba está vivendo hoje... Ontem eu via, por exemplo, que a Juíza da Fazenda, em João Pessoa, mandou sustar uma legislação municipal que privatizava até os PSFs, Dr. Rafael, até os PSFs.

A gestão socialista, em João Pessoa, está privatizando até os PSFs. Houve um movimento fortíssimo na Câmara Municipal, muito arbitrário, sob o ponto de vista legal, e a Juíza da Fazenda mandou sustar. Na Assembleia Legislativa está parado esse monstrengo legislativo, que é a Medida Provisória 178, mas a força do Estado, o poder do Estado tem que ser obstruído pelo poder da Justiça. Quem tem que arbitrar isso é a Justiça. Espero que esta Adin, que está hoje em vias de concluir o seu trabalho... O Ministro Fux já deu o seu voto, o Ministro Relator Carlos Ayres Britto, como sempre, foi extremamente oportuno e explicativo no voto e no relatório que deu. Espero que a gente possa concluir isso sob pena de essas imagens – imagens que hoje já são nacionais – serem imagens mostrando a ineficácia do Estado.

Dr. Vitor, para concluir, o senhor que é um apaixonado por aquilo que acredita que é a Cruz Vermelha, o escândalo da Paraíba precisa ser visto pela Cruz Vermelha Brasileira como um caso que nodoa, que mancha uma instituição de 148 anos. Nós continuaremos a acreditar, como instituição humanitária internacional e até como brasileira, desde que ela própria se depure, como deve ser efetivamente o desejo de todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Agradeço ao Senador Vital.

Antes de passar a palavra à Deputada Daniela e pela dúvida em que me encontro, vou abrir um pouco, porque depois passaremos a palavra a todos daqui da Mesa. Mas o Dr. Varandas, Eduardo Varandas, no seu pronunciamento pediu a informação ao representante da Cruz Vermelha se a Cruz Vermelha do Rio Gran-

de do Sul, que está trabalhando na Paraíba, em tese seria uma filial da Cruz Vermelha internacional, ou a Cruz Vermelha Brasileira.

Com um pronunciamento brilhante, consciente, responsável, como sempre, do Senador Vital, ele passou a considerar que a Cruz Vermelha da Paraíba seria uma filial da Cruz Vermelha Brasileira.

Então, eu pediria que continuasse esse pequeno esclarecimento ao Dr. Vitor, concedendo a palavra para que ele faça esse esclarecimento.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Senador Cícero. V. Ex^a novamente foi muito oportuno, porque a exposição do Dr. Vitor, a exposição do Dr. Eduardo e a exposição do Dr. Rafael – não tive o prazer de ouvir o Dr. Paulo Cesar – levam-nos claramente a acreditar que o que está acontecendo na Paraíba é responsabilidade da Cruz Vermelha Brasileira e, por conseguinte, de forma solidária, da Cruz Vermelha internacional.

Aqueles decretos seculares que criam a Cruz Vermelha são resultado – até o mais novo – de um processo que aconteceu. Então, há uma responsabilidade solidária, pelo menos – aprioristicamente falando –, pelo menos isso é o que eu entendi. O escândalo da Paraíba repercute na Cruz Vermelha de forma solidária nacional e, por conseguinte, na instituição humanitária internacional. Por isso que eu me posicionei falando de Cruz Vermelha depois de ter ouvido o Vitor nos dizer do sistema federativo da Cruz Vermelha.

O SR. VITOR TADEU FERREIRA – Prezados Senador, eu gostaria de aproveitar o momento e já trazer luz a quatro pontos que passaram pelas apresentações, vou aproveitar já o momento para esclarecer.

O primeiro diz respeito à ilegalidade hipotética da situação envolvendo a Cruz Vermelha e a esfera pública. Dizer que, da parte da Cruz Vermelha, o que existe é bem objetivo e direto. Existe uma prestação de serviço dentro dos limites estabelecidos primeiro, pela Lei de 1998 e, segundo, pelas diversas leis estaduais e municipais.

A Cruz Vermelha não entende que o que existe nesses serviços – como já foi citado em algumas falas aqui – seja uma terceirização. O que existe é um contrato de parceria. Por quê? Porque, conforme – até vou citar aqui anotei uma fala do Dr. Eduardo: “Com administração plena e absoluta”. Isso não existe. Por que é uma parceria? Existe uma confusão entre o que é gestão e o que é gerenciamento. Quando existe um contrato de parceria como o estabelecido, a gestão continua sendo do ente público. É o ente público que faz o planejamento, controle e a regulação de toda unidade. Apenas entrega para a Cruz Vermelha ou para a organização social que exista a prerrogativa

de estabelecer um modelo de gestão que traga maior eficiência e eficácia e que resulte num atendimento de melhor qualidade para a população.

Então, não é uma terceirização. Eu, como Cruz Vermelha, assumo o Hospital da Paraíba, não faço as coisas de acordo com o que desejo ou com o que penso exclusivamente para aquela unidade. Faço-as dentro de um contexto limitado pelo ente público no que diz respeito à regulação, controle e planejamento. Há um contrato de metas que estabelece o que devo fazer e vou, com as ferramentas institucionais que tenho, realizar isso da melhor maneira.

Outra situação. A gente falou – o que também me fere muito – quando a gente vê imagens... O Dr. Eduardo colocou, por exemplo, a possibilidade de ratificar a veracidade dessas imagens. Não é necessário, eu ratifico, as imagens são verídicas. O que é necessário dizer é que nós estamos falando de um processo que no último dia 9 fez 60 dias de implantação e que está abordando uma instituição que desde a sua inauguração, em 2001, tinha na sua totalidade de contratados, pessoas em vínculo precário e que, durante todos esses 10 anos, nós não vimos um movimento de publicação dessa situação tão forte como agora, o que me faz trazer à consideração que existem outras partes interessadas trazendo, evidentemente, situações as quais não discutimos, têm que ser acomodadas e regularizadas.

Nós temos aqui no nosso relatório – vou pedir para distribuir para a Mesa – um relatório dos 60 dias da gestão do Hospital de Trauma. Nós temos aqui a descrição exata do que foi possível fazer nesses 60 dias. Nós pegamos um hospital com 2 mil funcionários em situação precária. Foram citadas aqui 278 carteiras ainda retidas. Sim, elas estão retidas porque estão sendo regularizadas. Foi citado aqui o atraso ou a sonegação. Vamos deixar aqui o atraso. Por quê? Porque no início do contrato de gestão, até o estabelecimento da rotina de repasse, existia um atraso. Existindo atraso no repasse, existe o atraso, evidentemente, no pagamento dos fundos previdenciários, etc.

Então, a questão da legalidade – no que diz respeito a todas as esferas na assistência com o Conselho Regional de Medicina, no Ministério Público do Trabalho, enfim, a qualquer atividade profissional regularizada lá dentro – a Cruz Vermelha faz questão de colocar o seu absoluto interesse, a sua absoluta disposição em auxiliar o Poder Público – é para isso que estamos lá – a regularizar todas as situações pertinentes do hospital.

Então, essa primeira questão era a questão da ilegalidade, caso tenha mais alguma situação nesse sentido, com certeza a gente retorna e detalha.

A questão da privatização. Eu entendo saúde privada como uma saúde que você paga para ser atendido. Nós atuamos como um apoio complementar ao serviço público de saúde. Estamos lá para prestar um serviço 100% SUS para o atendimento à população. Não há nenhuma atividade cobrada lá. É importante que, na utilização desses termos, tenhamos claro que estamos falando de uma instituição como a que foi colocada aqui – agradeço toda fala de credibilidade e de apoio às ações de Cruz Vermelha no mundo – de uma instituição que está atuando de acordo com o preceito legal, seguindo todas as regras e ofertando seu modelo de gestão para que o Poder Público possa sim evoluir na qualidade do serviço prestado à população. Não existe essa questão da privatização.

A questão da qualidade também está no relatório. Não sei, já foi entregue na Mesa? Também está aqui no relatório expresso no contrato feito entre a Cruz Vermelha e o Governo da Paraíba. Vou também deixar bem claro. Não vim – vou responder todas as perguntas –, não vim para falar especificamente da Paraíba, vim para falar da Cruz Vermelha no País inteiro. Especialmente aqui na Paraíba, o relatório desses 60 dias expressa claramente, são fatos, o que tem acontecido – e pode ser auditado – no que diz respeito aos indicadores contratualizados para que o serviço ofertado tivesse maior qualidade. Todos, absolutamente todos os indicadores foram atendidos.

No que diz respeito às partes interessadas, a Cruz Vermelha... E aí vou também, Senador, agradecer a exposição no que diz respeito a suas filiais. Já estive presente na minha fala a dificuldade que a Cruz Vermelha viveu nos recentes 20, 25 anos. Essa dificuldade não foi exclusiva do seu órgão central, foi uma dificuldade vivenciada pelo seu órgão central e por todas as suas filiais no que diz respeito à sustentabilidade institucional, no que diz respeito ao atendimento da sua missão humanitária.

Com a nova diretoria, nós estamos promovendo a adoção do critério internacional de assistência e a promoção de um padrão para todas as filiais. Então, quando a gente fala, por exemplo, que o que está atuando lá no Hospital de Trauma é a filial do Rio Grande do Sul, eu já percebi que isso, talvez por desconhecimento de como é a estrutura federativa da Cruz Vermelha, tem causado estranheza. Nós temos hoje, na filial do Rio Grande do Sul, uma filial de exposição para firmação de contratos com o ente público no que diz respeito à área da saúde. Tudo isso por quê? Porque é uma filial que já apresenta uma história, é uma filial que já apresenta resultados, reconhecidos inclusive internacionalmente no que diz respeito à área da assistência, e todos os contratos firmados – todos – têm

a interveniência do órgão central da Cruz Vermelha, da sua diretoria nacional.

Não, não são franquias; não, não são escritórios independentes. São filiais reconhecidas e que, sim, tiveram problemas recentes no passado no que diz respeito à sua sustentabilidade e, com a nova diretoria da Cruz Vermelha, apresentam ao Poder Público um modelo de gestão dentro dos limites da lei e da necessidade de apoio e de complementarização dos serviços essenciais para que a instituição possa atuar nesses limites de parceria.

A Cruz Vermelha, na sua diretoria nacional, compartilha, sabe da responsabilidade assumida para essas questões, e mais do que isso: apresenta para essas situações, sim, a chancela do movimento internacional de Cruz Vermelha.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Quero agradecer o esclarecimento que vem exatamente ao encontro do que o Senador Vital do Rêgo havia colocado e, antes de conceder a palavra ao Dr. Eduardo Varandas, peço que o trabalho possa seguir com a participação dos parlamentares e, depois, franquearei a palavra aos que compõem a Mesa.

Com a palavra a Deputada Daniela, agradecendo a presença da Assembleia Legislativa, muito bem representada por V. Ex^a.

A SR^a DANIELA RIBEIRO (PP – PB) – Sr. Presidente, Senador Cícero Lucena, cumprimentando a todos que estão à Mesa, Senador Vital do Rêgo Filho, vou procurar ser rápida, mas, de antemão, lamento que tenhamos passado dois meses na Paraíba para descobrir hoje que a Cruz Vermelha Brasileira chancela a Cruz Vermelha que está lá, instalada na Paraíba, no Hospital de Trauma.

A Assembleia, há dois meses, procura respostas sobre essa questão e não consegue.

Fizemos, dia 31 de agosto, uma sessão especial, após aguardarmos uma resposta do Secretário de Saúde do Estado para estar presente na audiência, mesmo por convocação, mas tentando uma articulação para esses esclarecimentos, juntamente com a Cruz Vermelha. Não conseguimos. A Cruz Vermelha e seus representantes também não estiveram lá.

Mas várias informações foram trazidas pelos representantes dos sindicatos, associações médicas, presidente do CRM, o próprio Procurador-Chefe do Trabalho do Estado da Paraíba e o cidadão paraibano, que tem sido penalizado, eu diria, não só com a gestão, com a atuação da Cruz Vermelha local – que agora sabemos, ficamos sabendo, eu particularmente, e toda a Paraíba, que não sabia, que era a Cruz Vermelha Brasileira.

De antemão, já faço uma pergunta ao Assessor de Planejamento da Cruz Vermelha: o senhor sabe quem é o cidadão que está administrando a Cruz Vermelha da Paraíba, o Hospital de Trauma, o Sr. Edmon Gomes da Silva Filho?

O SR. VITOR TADEU FERREIRA – Sei.

A SR^a DANIELA RIBEIRO (PP – PB) – Sabe que ele tem processo administrativo, que responde a esses processos e que tem seus bens indisponibilizados?

O SR. VITOR TADEU FERREIRA – Deputada, pela ordem, eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Não, pela ordem. Deixe a Deputada fazer as perguntas, depois a gente concede a palavra.

O SR. VITOR TADEU FERREIRA – É que ela estava aguardando a resposta.

A SR^a DANIELA RIBEIRO (PP – PB) – Eu vou fazendo, aí o senhor pode responder.

Nesse processo, como um todo, nossa grande preocupação é que, mesmo sem informações... E essa foi a grande questão que fez a Assembleia Legislativa realizar vários pedidos para que houvesse esclarecimentos: o Governo do Estado decidiu fazer esse convênio no instante em que a Assembleia Legislativa estava em recesso, e, de forma obscura – obscura, a palavra é essa –, não nos trouxe nenhuma informação acerca disso, nem à população.

Nossa preocupação o tempo todo é porque nem acesso ao hospital os Deputados têm, pasmem V. Ex^{as}! Não podem entrar no Hospital de Trauma. Semana passada, nós pedimos, nós os desafiamos a fazer uma visita surpresa – porque visita que se avisa todo mundo sabe que se arruma tudo, deixa-se tudo prontinho para se receber. Os Deputados não aceitaram, nem o hospital aceitou a entrada dos Deputados – os outros Deputados de situação, claro. E aí fizeram um arrumado para, na outra semana, aceitarem essa visita. E claro que nós não somos meninos, nem somos inocentes e estamos, sim, querendo o melhor para a Paraíba, o melhor para a saúde da Paraíba, e nós não cremos que isso seja o melhor, porque não é isso que tem sido atestado. Não sou eu que venho dizer, mas as próprias auditorias que estão acontecendo dentro do hospital, o cidadão, como eu já disse, e os próprios representantes dos sindicatos e associações médicas. E pasmem: como se não bastasse, o Governador do Estado partiu para Cuba para agora tentar referendar os diplomas de médicos brasileiros que estão lá para trazer para a Paraíba, Senador Vital Filho, numa total demonstração de que não pretende ficar discutindo com a classe médica paraibana, ou seja, como se não tivéssemos médicos capacitados, porque os médicos

não aprovam, não têm aprovado a decisão e o que tem acontecido no Hospital de Trauma de João Pessoa.

Nossa preocupação: é lógico que isso é um processo que está sendo iniciado no Hospital de Trauma de João Pessoa e será levado para nossa Campina Grande, para todo o Estado da Paraíba.

Segundo ponto de nossa preocupação: faço parte da Comissão de Constituição e Justiça e conseguimos que fosse adiada para a semana que vem a votação dessa medida provisória, sob muito protesto do pessoal do Governo, mas conseguimos, para que tentássemos mais uma audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça, porque o caso é de justiça sim. E nós aguardamos.

Aqui faço um apelo a V. S^a para que vá alguém da Cruz Vermelha para essa audiência pública. Nós pedimos, e aqui eu peço em nome da comissão: se for possível, que vá representante do Ministério da Saúde a essa audiência pública na próxima terça-feira na Paraíba, na Assembleia Legislativa, na Comissão de Constituição e Justiça. Eu acredito que nós não estamos aqui, não podemos estar aqui pensando em nós particularmente, porque aqui todo mundo tem condição de pagar um bom plano de saúde, de ir, talvez, para os Estados Unidos se precisar, Senador Vital Filho, ou para Cuba. Mas eu estou aqui em nome dos cidadãos e cidadãs. E aqui, particularmente, estamos tratando da Paraíba, que está hoje em uma situação vexatória, porque é obscura. Começa por aí, porque tudo que é feito na luz – na luz não, porque não tem luz, no escuro –, sem luz, é perigoso. Tudo que é feito às pressas, sem discussão com a sociedade, sem discussão com as categorias, com todos aqueles que integram e que devem fazer parte dessa discussão, é perigoso.

Para que todos tenham uma ideia, se hoje, após esse tempo todo, eu recebo aqui um relatório... Até fiquei, quando sentei aqui e o recebi, pensando: “Meu Deus, quem trouxe esse relatório de lá?”. Porque ninguém tem acesso a nada sobre a gestão da Cruz Vermelha da Paraíba. Ninguém. Eu vim aqui e vou levar para os colegas, que vão ficar surpresos. Na Assembleia de toda a Paraíba, vão ficar surpresos por terem que esperar haver uma audiência pública em Brasília para que a gente consiga até saber que é a Cruz Vermelha que chancela a Cruz Vermelha que está lá instalada na Paraíba, sob a tutela, sob as mãos do Sr. Edmon Gomes da Silva Filho. Qualquer um que entrar e colocar esse nome na Internet vai ter acesso a todos os processos e a toda a situação desse cidadão, que, por onde passou, deixou sequelas na gestão financeira de onde ele próprio administrou. E também ele não sabe que, na Paraíba, nós temos a lei do nepotismo, e a esposa dele está lá, trabalha no Hospital de Trauma

também. Então, são questões que precisam ser bem esclarecidas. E vocês atentem, porque está iniciando na Paraíba. A Câmara de Vereadores foi quebrada por duas vezes para que não fosse votada a terceirização dos serviços de saúde. A Assembleia Legislativa está indo pelo mesmo caminho, porque o cidadão paraibano não está admitindo o que está acontecendo na saúde pública, que está sendo terceirizada e privatizada sim. Não há outro nome, é privatizada sim. Mas com o que aconteceu e com a decisão da juíza de suspender a aprovação da matéria... Foi, inclusive, colocada polícia. Para vocês terem noção, a Câmara ficou sitiada pela polícia para que houvesse a votação.

Senador Vital Filho, nossa Paraíba é corajosa, nosso povo paraibano é corajoso, porque o que temos assistido com relação a esses últimos fatos... E nós, como Deputados, tivemos uma vitória esta semana. A Comissão de Constituição e Justiça não se quedou a votar essa medida provisória imoral, porque é uma imoralidade o que está aqui, e partiu, mais uma vez, para a tentativa de uma discussão, através de uma audiência pública, na próxima terça-feira. Nós esperamos que a Cruz Vermelha, primeiro, tome providências com relação a esse senhor que está lá, administrando o Hospital de Trauma.

Também quero fazer um registro: houve um aumento de R\$2,8 milhões para R\$4,3 milhões no repasse para o Hospital de Trauma; no entanto, diminuiu o atendimento porque abriu o Hospital de Trauma de Campina Grande, que absorve não só o Município de Campina Grande, como toda a região, sertão, inclusive. E o serviço que está sendo oferecido piorou de forma substancial.

Então, atentem: se o repasse aumentou, caiu o serviço e a população tem procurado menos porque houve a abertura do Hospital de Trauma de Campina Grande, então, eu não entendo esse negócio. É um grande negócio da China para qualquer um, menos para o paraibano e para o Estado da Paraíba.

Sr. Presidente, eu agradeço.

Parabenizo-o pela iniciativa e fico muito feliz em poder estar aqui para ouvir, para levar isso para os paraibanos. Desde já, convido-os para que os senhores possam participar, na próxima terça-feira, dessa audiência pública, e para que, juntos, possamos defender, como disse o Dr. Eduardo Varandas, o povo paraibano, sem cor partidária, sem questões políticas partidárias, mas apenas como pessoas que têm consciência de que esses cidadãos dependem de decisões e que nós fazemos parte desse conjunto de pessoas que tomam essas decisões.

Então, pelo amor de Deus, este é o pedido que faço: vamos salvar a saúde pública do nosso Estado da Paraíba.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Agradeço à Deputada Daniela.

Também estou inscrito como requerente e farei meu pronunciamento aqui mesmo, desta posição. Mas depois passaremos para aqueles que queiram participar da Mesa.

Eu gostaria de dizer que, da mesma forma que a Deputada Daniela e o Senador Vital, a Paraíba e eu também tivemos agora o esclarecimento de que isso tem a chancela da Cruz Vermelha, o que nos preocupa muito, porque, até o início da apresentação – quero deixar isto bem claro: até o início da apresentação –, eu tinha um conceito da Cruz Vermelha internacional. Espero que o andar da carruagem não me faça mudar de pensamento, de análise, de critério em relação à Cruz Vermelha, porque em nome dela, em nome da Cruz Vermelha internacional, ela tem que cuidar do que está acontecendo com as filiais no Brasil. E é importante que o Brasil preste atenção a isso, porque aqui me chega às mãos... E também há o pronunciamento do Secretário de Saúde do Distrito Federal, onde ele disse que tomou a providência de cancelar o contrato que antes tinha com a Cruz Vermelha de Petrópolis, que eu imaginava que não tinha a chancela da Cruz Vermelha internacional, até porque aqui teve a ação do Ministério Público, teve decisão na justiça pela péssima qualidade do serviço prestado, bem como pelo procedimento legal, que considerou a prática incorreta.

Aqui também, em minha mão, e passo àquele que se interessar, está o cancelamento do relacionamento com a Cruz Vermelha também no Maranhão, feita pelo Secretário Murad quando assumiu, por conta da péssima administração da Cruz Vermelha que se encontrava no Maranhão. Também eu passo, reforçando que não precisa do testemunho da Deputada Daniela, mas passo à mão do representante da Cruz Vermelha internacional e do Rio Grande do Sul, a decisão do Desembargador Abraham Lincoln, da Paraíba, devidamente publicada, que trata do bloqueio dos bens do Sr. Edmon Gomes da Silva, em função de algo que ocorreu acho que na Cruz Vermelha de Duque de Caxias – está aqui o acórdão, está aqui o aviso –, que era administrada por esse Sr. Edmon e outras pessoas que estão aqui também.

A SRª DANIELA RIBEIRO (PP – PB) – Só para colaborar...

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Pois não.

A SR^a DANIELA RIBEIRO (PP – PB) – Também quando ele esteve à frente da Unimed, ele deixou um rastro da mesma qualidade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Então, no caso, é na Unimed de Duque de Caxias. Está aqui a decisão do desembargador, bloqueando.

Eu gostaria também de dizer algo, e o Dr. Eduardo já chamou a atenção para esse assunto: foi feita, no dia 23 de agosto deste ano, uma carta ao Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Os movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores/as públicos e conselheiro/as de diversas áreas sociais, estudantes, professores e sociedade em geral vêm ao Supremo Tribunal Federal solicitar que julgue procedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.923/98 contra a Lei 9.637, também de 1998, que dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais; a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências, e contra a alteração do inciso XXIV do artigo [...].

Não vou ler tudo, mas deixarei transcrito nos Anais da Casa.

Expressamos nossa inconformidade e insatisfação com a Lei 9.637/98, visto que esta Lei promove:

1) A terceirização das atividades-fim do Estado como as relacionadas à Saúde, Ensino, Assistência Social [...].

E aí o Senador Vital foi muito feliz na sua colocação, e a Deputada Daniela também, fazendo referência à contaminação que isso está processando no serviço público. Foi relatado por eles que a Prefeitura de João Pessoa encaminhou à Câmara Municipal, de forma absurda, usando a força dos policiais, que deviam estar nas ruas para combater o alto índice de violência e de criminalidade que hoje nós temos na Paraíba, e estavam proibindo os estudantes e os movimentos sociais de assistir a uma votação sobre esse tema da privatização e terceirização, no caso lá, já na educação, proposta pelo Prefeito, proposta na saúde e em ações sociais de um modo geral.

Então, esta carta aqui, que não vou ler, tem simplesmente a assinatura de 360 entidades: centros brasileiros de estudos da saúde; associações dos docentes de várias universidades; associações de pescadores; associações de praças; associação de servidores de postos de assistência médica... Qual é a preocupação dessas entidades?

Nós temos, por exemplo, no caso específico de João Pessoa, os agentes de saúde, que foram escolhidos nas seleções e podem ser efetivados, e hoje o

Governador e o então Prefeito, entrou com ação para demitir os agentes de saúde. Com a privatização, se essa lei vier a funcionar – e em boa hora a juíza determinou a suspensão da sua aplicabilidade – esses agentes poderão ser demitidos simplesmente pela vontade do Prefeito, para colocar quem ele bem entender nos PSFs da cidade.

Então, há essa preocupação, existe esse movimento. É importante esse encontro, essa audiência pública, para que possamos chamar a atenção do Brasil como um todo, de todos aqueles que podem colaborar, inclusive esta Casa, a Câmara dos Deputados e as Assembleias Legislativas, bem como a Câmara de Vereadores, para que fiquem atentos a esse movimento da privatização dos serviços públicos para que o Estado perca o seu papel e a sua responsabilidade em algo, como bem disse a Deputada Daniela, que é a necessidade de estarmos atentos para trabalhar por aqueles que precisam desse serviço com qualidade e com responsabilidade.

Eu gostaria de passar agora a minhas perguntas.

Pergunto ao Dr. Paulo: qual é o papel do Ministério nessa fiscalização? Qual é a responsabilidade da aplicação desse recurso público? Porque, por exemplo, no Hospital do Trauma de João Pessoa, não é só a questão trabalhista e a relação pessoal. Está sendo permitido fazer as compras sem licitação. Chegou-me uma mensagem no meu celular de que uma tal de UniHealth, uma empresa do Rio de Janeiro, vai assumir a farmácia do Hospital de Trauma em João Pessoa. Estou repassando uma mensagem que acabo de receber no celular. Por que isso? Para que isso? Qual o objetivo disso?

Então, pergunto ao Ministério da Saúde qual o movimento do Ministério. Ele está acompanhando? Ele está aceitando? Está concordando? Ou está tomando alguma providência nesse movimento?

Ao Dr. Vitor, da Cruz Vermelha, eu teria algumas outras perguntas, mas após o esclarecimento dele, eu fico muito preocupado, Dr. Vitor. Fico muito preocupado com a chancela da Cruz Vermelha internacional, muito, pelo que está havendo na Paraíba. Agora eu entendi a ausência do Secretário de Saúde, porque o maior advogado dele veio da Cruz Vermelha, e ele, como lá faz parte de um projeto, de um movimento de Governo que eu posso, eu quero, eu mando, eu faço, consequentemente, como ele não deu satisfação à Assembleia Legislativa, não se interessou em dar satisfação ao Senado Federal.

Digo isso com muita preocupação. A relação – não vou encher vocês de papel – com a classe médica da Paraíba está um verdadeiro caos. As informações da encenação teatral de alguns Deputados da situação

ao hospital com data marcada... Temos informação de que muitos pacientes, para não demonstrar a superlotação, foram transferidos para o chamado Trauminha e transferidos para o Hospital Santa Isabel para aguardarem essa visita. E a oposição, de forma correta, quer fazer uma visita de surpresa, até porque lá, segundo as reportagens, as ambulâncias do interior que estão chegando no trauma estão voltando sem a maca para os pacientes ficarem na maca que veio da ambulância! Essa é a informação que se tem de vários prefeitos, da própria equipe médica.

Foi veiculado também pela imprensa o uso de furadeira – furadeira, certo? – no lugar do craniótomo, e também para outras funções, furadeira usada na construção civil ou em outros trabalhos que são feitos, pois a operação do trauma em João Pessoa... Eu pensei que a Cruz Vermelha tinha sido chamada porque lá está pior do que a guerra, mas era uma Cruz Vermelha de que tínhamos informação que não era cancelada pela Cruz Vermelha internacional. Então, é importante que a gente tenha essa preocupação.

Pois não, Deputada.

A SR^a DANIELA RIBEIRO (PP – PB) – Senador, é tanta informação, é tanto coisa, que confesso que estou um pouco sob emoção porque fiquei bastante decepcionada em saber que a Cruz Vermelha Brasileira cancela a Cruz Vermelha que está lá. Será que poderíamos ter acesso ao contrato da Cruz Vermelha ou ao convênio que foi firmado entre a Cruz Vermelha e o Governo do Estado da Paraíba? Porque a Assembleia Legislativa até hoje não conseguiu ter acesso, aliás, ninguém na Paraíba teve acesso. Eu gostaria de sugerir a V. Ex^a que pedisse que possamos...

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Acatado. Peço ao representante da Cruz Vermelha que nos forneça, vamos dizer assim, dando transparência naquilo que é dever da relação pública e privada, para que a sociedade, os representantes tenham conhecimento dessa documentação. Infelizmente, só caracteriza e reafirma a prática hoje, na Paraíba, de falta de transparência e de falta de oportunidade para que a sociedade tome conhecimento nas suas relações.

O Dr. Rafael colocou de forma clara, não vou debater o assunto. Acho que isso aqui é uma audiência para esclarecer, mas, sem dúvida alguma, nós teremos desdobramento dessa audiência pública para discutirmos, cada vez mais, os problemas da saúde. Ele disse que é importante a participação privada, ele defendeu a parceria público-privada. Acho que isso merece, sim, um aprofundamento.

No caso da Paraíba, e acho que no Brasil, como um todo, temos um pouco disso quando se terceirizam

as cooperativas de segmentadas, quer sejam neurocirurgiões, quer sejam anestesiologistas e outras cooperativas que são montadas. Então, há algumas experiências nesse sentido que efetivamente merecem nosso debate e nossa discussão.

E o Dr. Eduardo Varandas, quero parabenizá-lo pelas suas colocações e sua preocupação como representante público e dizer que comungo muito com ele nas suas preocupações, e até dizer que nós estamos vendo o total desrespeito às relações trabalhistas, total desrespeito.

Não entendo como fica, nesse contrato – que vamos receber, de que vamos ter conhecimento – a remuneração de um profissional que é concursado em relação a um tratamento diferenciado de um terceirizado, de um cooperativado, de um prestador de serviço, a descaracterização ao demitir. Porque a imprensa da Paraíba veiculou – e estou citando muito a Paraíba porque foi o que motivou essa reunião aqui – que demitiram as pessoas que trabalhavam em salas de cirurgia, os chamados instrumentistas, e contrataram outros. Será que contrataram com qualificação profissional? Alguns a imprensa noticiou como não, não foram contratados, estão substituindo pessoas sem a devida competência profissional. Então, isso é muito preocupante porque são vidas que estão sendo tratadas – ou maltratadas, se assim a gente pode dizer, no caso do Hospital de Trauma –, o que, com certeza, Deputada, vai-se estender para todos os hospitais da Paraíba. Com certeza. Já temos notícia de visita em Campina Grande. Melhor dizendo, até do Brasil, não é, Dr. Eduardo?

Então, essa preocupação é muito grande, e eu gostaria de saber dele, de forma mais enfática, sobre a preocupação dessa relação trabalhista que hoje está ocorrendo no hospital, nesse sentido de vários, como o senhor bem colocou já no seu relatório – aliás, não do senhor, mas da auditoria do Ministério do Trabalho, em que já faz esse tipo de registro... Você tem concursados, prestadores de serviços terceirizados, tem uma série de operações.

Então, me permita – nós, parlamentares, temos direito à réplica quando for o caso –, e eu passarei agora a palavra na mesma ordem da apresentação. E alguém que estiver na Mesa que queira também questionar os demais vai ter o direito de fazer essa indagação, a réplica e a tréplica, se for o caso.

Então, inicialmente, passo a palavra ao Dr. Cesar Lourenzatto.

O SR. PAULO CESAR LOURENZATTO – Bom, Senador Cícero Lucena, respondendo o questionamento que o senhor direcionou ao Ministério da Saúde: qual o papel do Ministério da Saúde na fiscalização? Qual

a responsabilidade na aplicação desse recurso, principalmente utilizando-o sem a aplicação de licitação, processo licitatório, Lei nº 8.666/83? Isso resta cristalino se nós pegarmos o arcabouço legal da saúde. Na realidade, na Lei nº 8.080/90 e na Lei nº 8.142/90, ele já traz toda essa responsabilização. O Ministério não pode e não deve se furtar a exercer sua atividade legal inserida nessa legislação. E, lá, se a gente fizer uma análise mais acurada, o que ocorre? A previsão nessas legislações são os famosos relatórios de gestão, que seriam as prestações de conta, denominadas no SUS como relatório de gestão. Esse relatório de gestão é apresentado em nível municipal, discutido nos conselhos; posteriormente, é remetido às secretarias estaduais de saúde; e vai para o Ministério da Saúde um extrato disso. Então, na realidade, os relatórios de gestão são discutidos em instâncias municipais.

Em havendo alguma impropriedade – e algumas impropriedades estão listadas inclusive na Lei nº 8.142/90 – no que tange à ausência de relatório, plano municipal de saúde... Tem mais alguns itens que, agora, de pronto, não estou recordando. É passível... Vou utilizar um termo que era oriundo da NOB/NOAS e que agora, com os pactos, está um pouco retirado, que seria: era possível a desabilitação da gestão, ou é possível, segundo a lei, o repasse de recursos financeiros não ser direcionado mais ao gestor que infringir essas exigências legais.

Então, isso está capitaneado. E o TCU tem dito com muita clareza que, quando versa recurso federal, cabe, sim, ao Ministério da Saúde participar da fiscalização e acompanhá-la.

Bom, um outro tópico que o senhor tocou, principalmente a aquisição sem licitação, para mim – e aí vai uma opinião em que posso ser ajudado pelo Dr. Eduardo –, se ele aplica recurso sem licitação, ele está infringindo uma lei e é passível de aplicação dessa lei, a 8.666/90. Aplicação inclusive de responsabilidade, se for instância cível, criminal. Então, nesse sentido, eu entendo que, não havendo licitação, ele tem que responder pelo processo se ficar comprovado isso. E independe da fiscalização do Ministério, porque você tem as instâncias de fiscalização, como o Ministério Público Federal, inclusive, e o Estadual, podendo propor uma ação cabível, cível ou penal, se for o caso.

Eu queria até noticiar a vocês que o Ministério, no caso específico da Cruz Vermelha, o que se tinha eram matérias jornalísticas. E o Ministério agora está tendo ciência formal da situação. Mas nós estivemos, a chamado do Dr. Tranvanvan – não sei, se eu tiver errado o nome, se o Dr. Eduardo conhece, ele é membro do Ministério Público Federal –, nós estivemos lá a pedido dele e do Dr. João Batista, que é membro do

Ministério Público Estadual, para que se fizesse um processo de auditoria na gestão. Nós estamos em processo... Esteve uma equipe visitando, não necessariamente o Hospital do Trauma, mas nós estivemos visitando o Hospital Universitário, que foi o foco principal da demanda do Dr. Tranvanvan, e nós estamos ainda consolidando os dados para finalizar esse relatório. Então, nós estamos, sim, fazendo um acompanhamento no caso da gestão de saúde do Estado da Paraíba e do Município de João Pessoa, a pedido do membro do Ministério Público Federal e estadual.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, para interromper, pedindo um obséquio de V. Ex^a, pois exatamente agora, às 11h45min, na condição de Presidente da Comissão Mista de Orçamento, eu terei que me dirigir ao Superior Tribunal de Justiça para um encontro com S. Ex^a o Presidente e os demais membros da Corte para tratar efetivamente do orçamento dos Tribunais superiores junto ao Projeto de Lei Orçamentária de 2012. Assim, vou privar-me de não estar aqui com V. Ex^{as} até porque é uma reunião que, a cada instante mais, chama a nossa responsabilidade paraibana e brasileira. Deixo efetivamente nas pessoas de V. Ex^a e na pessoa da Deputada Daniela, que gentilmente veio da Paraíba cumprir a sua missão pública, bem como na pessoa agora do experiente médico e companheiro nosso, o Deputado Federal Manoel Junior, aliado ao Senador Wilson Santiago, que chega, a condição de representar-me neste momento.

Eu só queria dizer ao Dr. Paulo que já fiz um requerimento de informações ao Ministério da Saúde antes de qualquer outra providência que também paira sobre a minha cabeça, que não haverei de declinar agora até para dar uma chance ao Ministério da Saúde do Brasil que eu defendo, de que sou aliado, do Brasil da Presidente Dilma Rousseff, do Brasil do Ministro Padilha. Estou encaminhando um requerimento de informações ao Ministério da Saúde perguntando sobre a legalidade desse tipo de contrato, não apenas da Cruz Vermelha com a Paraíba ou da Cruz Vermelha com o Distrito Federal ou com o Maranhão, mas a legalidade desse tipo de contrato à luz da Lei do SUS, à luz da Constituição.

Embora V. S^a já tenha se colocado à disposição para responder, eu quero, de forma documentada, saber qual a posição do Ministério da Saúde com relação a esse tipo de contrato; se o Departamento Nacional de Auditorias do SUS tem conhecimento, de como audita esses contratos.

No caso da Paraíba, eu tive a informação de que o auditor desse contrato da Cruz Vermelha tem uma relação de parentesco com o gestor do serviço lá no Estado. Então, fica uma situação meio desconfortável

para o auditor, além de ferir a lei do nepotismo, no caso do serviço público – e, nesse caso, não é mais público; é privado.

Desejo ainda saber se o Conselho Nacional de Saúde, por fim, tem conhecimento dessa situação e qual é a sua posição. Isso antes de tomar uma posição mais drástica no Senado, pois nós estamos, como eu disse na minha fala, com uma ebulição... A saúde pública tornou-se uma situação de prioridade nacional. Ontem, a manifestação da Câmara dos Deputados foi muito clara – o Senado também deverá se posicionar igualmente: nós queremos colocar, na agenda nacional, a saúde e o seu financiamento, mas nunca, jamais, a deturpação dos seus conceitos. Isso é um patrimônio brasileiro; o SUS é um patrimônio brasileiro que a gente não pode deixar fugir das mãos daqueles milhares de brasileiros interessados no serviço público, universal, descentralizado, que, enfim, constituem os parâmetros protagonizados pelo SUS.

Deixo os senhores lamentando.

Agradeço ao Dr. Vitor, ao Dr. Paulo, ao Dr. Eduardo Varandas, meu companheiro, meu conterrâneo paraibano, esse brilhante jovem jurista que está a serviço do Ministério Público. Agradeço a presença do Dr. Rafael Barbosa, dizendo que irei me encontrar às 15 horas com o Governador Agnelo Queiroz dentro do trabalho de Brasília sediar a abertura a Copa do Mundo.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Obrigado ao Senador Vital do Rêgo.

Antes de passar aos demais membros da mesa, com a chegada dos dois parlamentares, vou pedir permissão para que possamos conceder a palavra ao Senador Wilson Santiago e, depois, ao Deputado Manoel Junior, e aí retomamos os esclarecimentos por parte da Mesa. Deputado Manoel Junior, por cessão do Senador Wilson Santiago.

O SR. MANOEL JUNIOR (PMDB – PB) – Presidente Cícero Lucena, quero agradecer o convite e pedir desculpa pelo atraso. Tive um compromisso na Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara e me atrasei para o início desta reunião.

Ao cumprimentar os demais membros da Mesa, quero dizer que esta audiência pública é extremamente esclarecedora. Esse é um tema importante para o momento que vivemos na saúde brasileira. Eu acompanhei toda a implantação do Sistema único de Saúde desde a VIII Conferência de Saúde, em Olinda, no Centro de Convenções Olinda/Recife. De lá para cá, como gestor que fui, prefeito que fui três vezes, acompanhei recentemente na Paraíba o desenrolar da administração estadual e das administrações municipais.

Temos visto, Presidente, que os Municípios brasileiros estão tentando fazer a sua parte. Ontem a Câ-

mara aprovou a regulamentação da Emenda 29, que é um tema extremamente importante, Secretário, para o senhor, que é gestor da saúde no Distrito Federal e sabe muito bem que os Municípios brasileiros estão aplicando acima do percentual constitucional. Estão aplicando mais de 19% dos orçamentos municipais em saúde. Na verdade, do ponto de vista dos Municípios, estamos atendendo àquilo que a lei, a Constituição, determina.

Os Estados membros e a própria União precisam melhorar o volume de aplicação de recursos. O tema hoje é um tema que importa basicamente aos Estados que estão tentando privatizar ou terceirizar os serviços de saúde, que, constitucionalmente, precisam estar sob a responsabilidade e a operação do Estado. Quando digo Estado, não falo dos Estados membros, mas do Estado.

Eu me aprofundei nesse tema porque acompanhei de perto a gestão do Hospital de Trauma Senador Humberto Lucena no período de fevereiro de 2009 a 31 de dezembro de 2010. Tive o cuidado, Presidente Cícero, de pedir recentemente uma planilha de gastos com pessoal, cooperativas que prestavam serviço ao Hospital de Trauma, como serviços complementares, como cooperativa de anestesia, etc., e também o custeio da própria unidade hospitalar como um todo.

Além disso, tive o cuidado de saber o que o Hospital de Trauma, além da função de atendimento da emergência e urgência médica em várias áreas não só em cirurgia, em ortotraumatologia, mas também em neurocirurgia, o que estava fazendo de serviços complementares. O Hospital de Trauma durante o ano de 2010 arcou com a cirurgia cardíaca no Estado da Paraíba, Senador Cícero Lucena, que a partir de 1º de janeiro foi desativada nos hospitais universitários e no Hospital Arlinda Marques. Além disso, estava também custeando a Central de Transplante. Pois bem, muito me admirou, como fiscal do dinheiro do povo, principalmente como Deputado Federal e tendo um olhar voltado para o meu Estado, como é que no ano de 2010 o custeio e a operação integral, com pagamento de pessoal, Dr. Eduardo Varandas, o senhor, que aqui representa o Ministério Público do Trabalho e que tem sido extremamente diligente nas operações do Ministério Público em favor do cumprimento da lei, no ano passado a média de gastos do Hospital de Trauma Humberto Lucena, com todos esses serviços adicionais, foi de 4 milhões e 300 mil reais/mês. Eu me admirei porque durante os primeiros seis meses da atual gestão o hospital chegou a uma situação de calamidade administrativa e operacional: os corredores cheios, comida misturada com baldes de lixo, falta de material médico-hospitalar para, justamente, operação

dos médicos, dos colegas médicos que lá trabalham. Eu ouvi S. Ex^a o Governador Ricardo Coutinho dizer que o Hospital de Trauma custava à Paraíba 11 milhões e, após isso, decreta o estado de calamidade, ou seja, reconhece a incompetência de gestão do próprio Estado e terceiriza a gestão do hospital de Trauma por uma preço médio de 7 milhões, 333 mil. Pelo menos é isso que está nas publicações a que tivemos acesso.

Eu quero crer que se o Estado, por algum motivo, não consegue colocar pessoas competentes na administração desses nosocômios para justamente fazer com que não só a saúde na alta complexidade, mas também a saúde de todo o Estado possa funcionar bem, não tem, obviamente o direito de privatizar, até porque são recursos do Governo Federal, recursos públicos pagos pelo contribuinte e obviamente não só esse fato, mas também o fato de estar terceirizando ou privatizando um serviço que é essencialmente função do Estado.

Enfim, cheguei atrasado e não ouvi a explanação de alguns membros da mesa, Senador Cícero, mas quero parabenizar V. Ex^a por esse momento, que é um momento importante.

Lá na Câmara devo apresentar um projeto de lei voltado para essa área, proibindo justamente ou enquadrando como crime de responsabilidade essa privatização que alguns Estados e algumas Prefeituras estão tentando fazer desse serviço, que é um serviço essencial e que tem de ser efetivamente um trabalho, um dever do Estado, do Estado como um todo.

Muito obrigado a V. Ex^a pela deferência.

Sei que o Regimento da Casa não permitiria minha participação como Deputado, mas estou aqui em face dessa deferência do Senador Cícero, que eu queria agradecer neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Muito obrigado, Deputado Manoel Junior.

Tem a palavra o Senador Wilson Santiago.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB) – Senador Cícero Lucena, primeiro quero parabenizar V. Ex^a pela feliz iniciativa. Todos nós paraibanos, de fato, estamos preocupados com uma demanda de denúncias. Há muita preocupação da população até em decorrência do acúmulo dos problemas existentes na saúde em nosso Estado e também no Brasil, que não é diferente.

Meus caros Sr. Paulo Cesar, que representa aqui o Ministério da Saúde; Rafael Aguiar Barbosa, que é o Secretário de Saúde do Distrito Federal; Dr. Eduardo Varandas, Procurador Chefe da Procuradoria do Trabalho na Paraíba; Deputado Manoel Junior; Deputada Daniela Ribeiro; Senador Vital do Rêgo; integrantes da imprensa do Estado e da imprensa nacional, essa

nossa preocupação com a saúde paraibana vem de algum tempo por várias razões. Acumulou na Paraíba uma verdadeira quantidade de necessidades em decorrência da falta de investimentos na saúde no Estado. Isso já vinha causando certa preocupação e motivando certa cobrança da população. Nos últimos anos e no atual Governo, essa preocupação aumentou exatamente quando se privatizaram essas ações ou se terceirizaram essas ações de serviços de saúde.

A população foi alertada pela própria classe médica do Estado no que se refere a isso, em decorrência de fatos que surpreenderam todos, inclusive a população de todo o País, com questões de atendimento, de abandono, de furadeiras...

Enfim, fatos que surpreenderam não só toda a população paraibana como também a população de todo o País.

Esta reunião...

Tenho certeza de que a preocupação do Senador Cícero e a de todos nós é no sentido do melhor aproveitamento dos recursos públicos, já que são escassos na área de saúde no que se refere à sua finalidade, ou seja, ao atendimento à população paraibana.

O acúmulo desses problemas nos chamou a atenção e até exigiu de nós, e não só de quem terceirizou e de quem está terceirizando e quem está executado esse serviço terceirizado, como essa entidade, a conhecida Cruz Vermelha, com transparência, executar esse trabalho, esse serviço, para que não exista, em relação à população e a todos nós, nenhuma dúvida no que se refere à apresentação de contratos, a quanto é esse serviço, a quais os valores que estão sendo executados, à quantidade de pacientes atendidos. Enfim, o que queremos – eu particularmente quero e tenho certeza de que todos querem – é um melhor serviço de saúde no Estado da Paraíba, para não continuarmos com essas observações que chamam atenção de todos nós.

Neste instante, repito que quero parabenizá-lo, Senador Cícero, por essa feliz iniciativa. Ele já nos repassou os dados técnicos disso aí e também a sua própria preocupação. O Deputado Manoel Junior e a Deputada Daniela, lá no Estado, também têm se preocupado muito. Isso se estendeu para o Senado Federal. Quando se estendeu para cá, cabe a todos nós não só acompanharmos como também sermos informados em relação a tudo aquilo que citei anteriormente, que entendo de significativa importância, até para, num momento oportuno, se tiver necessidade de reconhecer que um determinado serviço foi positivo, também reconhecer esse serviço. O que não se pode é deixar de existir a transparência em relação a um serviço tão

essencial e tão necessário para a saúde pública do Estado da Paraíba.

Terceiro, quero lamentar as ausências. Não sabemos por que, numa audiência desse porte, de um significado tão grande para a Paraíba – até uma resposta nacional a tudo isso que foi tornado público -, não está aqui, por exemplo, o Secretário de Saúde e não estão aqui outros representantes do próprio Estado da Paraíba no que se refere aos assuntos que estão sendo discutidos no dia de hoje, até para dar uma clareza maior, para exercitar o direito do contraponto, da contestação ou também do próprio reconhecimento e para uma união de forças no sentido de melhorar a saúde do Estado da Paraíba, que é tudo que queremos e desejamos.

Agradeço a todos. Com certeza, vamos juntos procurar fazer o melhor em favor da saúde pública da Paraíba, porque, da forma como está, não nos agrada e não agrada muito mais ainda a própria população do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Obrigado, Senador Wilson Santiago.

Retomamos, então, franqueando a palavra aos membros da mesa. Passo a palavra ao Dr. Rafael Aguiar Barbosa.

O SR. RAFAEL AGUIAR BARBOSA – Senador, eu queria complementar algumas questões que foram colocadas.

Quando eu fiz aqui a defesa da Parceria Público-Privada, que estamos trabalhando aqui, eu o fiz deixando bem claro que a atividade-fim é responsabilidade do Estado. Não abrimos mão disso aí. Estamos buscando parceria com a modelagem diferente do que temos visto aí. Atividade-fim é papel do Estado e não abrimos mão disso. É um compromisso do nosso Governador.

É até fácil, Deputado, ser secretário de um Governador médico que colocou a saúde como prioridade. Já realizamos um concurso público. A saúde aqui já contratou cerca de 3.500 servidores nesses oito meses de gestão. Então, o desafio tem sido esse.

Um ponto que foi colocado aqui, com que fiquei muito preocupado, é com relação à questão da terceirização da estratégia de Saúde da Família. Recentemente, o Decreto nº 7.508, da Presidente Dilma, coloca bem claro que o ordenador do sistema hoje passa a ser o da atenção primária em saúde, a estratégia de Saúde da Família. Então, acho que quem estiver fazendo a sua gestão esquecendo o modelo de atenção que tanto temos discutido sem o fortalecimento da atenção primária, não o colocando como responsabilidade do Estado, está indo num caminho de um equívoco muito grande. Eu acho que essa estratégia é essencial na mudança do modelo de atenção, que

é o que estamos tentando fazer aqui, que é esvaziar nossas emergências, mudando o foco, fortalecendo a atenção primária. Então, eu fiquei preocupado com essa questão de estar se pensando em terceirizar.

E quero me colocar aqui à disposição, Senador. Acho que o Distrito Federal tem uma rede de saúde privilegiada do ponto de vista de ser bem hierarquizada. Estamos aqui à disposição para visitas, para conhecer a nossa realidade, que logicamente é diferente. Eu sou de um Estado nordestino e há muito tempo moro em Brasília. Vim fazer minha residência aqui, onde fiquei, mas sou das Alagoas e conheço bem a realidade, porque me formei lá, que não é muito diferente da Paraíba, mas acho que temos tido um esforço grande de consolidar e solidificar o Sistema Único de Saúde aqui, na Capital do País.

Queria pedir permissão ao senhor, porque tenho um compromisso agora, para me retirar, mas agradecendo e me colocando à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Eu que agradeço, Dr. Rafael de Aguiar Barbosa. Em meu nome, também agradeça ao Governador pela presença e pela disposição de colaborar em um assunto que é de interesse de todos nós. Com certeza, vamos sentir sua falta, mas compreendemos, até porque esta reunião se estendeu um pouco mais. Mais uma vez, muito obrigado.

Passo a palavra agora ao Dr. Eduardo Varandas, porque ele me sinalizou a intenção também de perguntar ao representante da Cruz Vermelha. Então, ele fará suas colocações e indagações que assim desejar.

O SR. EDUARDO VARANDAS ARARUNA – Agradeço ao Senador.

Eu queria, primeiro, passar algumas informações aos presentes: o Ministério Público do Trabalho na Paraíba já tomou providências contra a terceirização da saúde pública desde a época das cooperativas. A ação tramita no Supremo Tribunal Federal, por meio de um agravo de instrumento, onde teve ganho de causa em todas as instâncias. Então, transitada em julgada essa decisão, nem a Cruz Vermelha poderá mais ser órgão intermediário de mão de obra.

Na verdade, não é uma pergunta, porque acho que as coisas já ficaram muito claras. É um contraponto jurídico ao que foi dito pelo representante da Cruz Vermelha. Primeiro, se isso não for terceirização, eu tenho que voltar à Faculdade de Direito e cursar o primeiro ano do curso. Ora, nós aprendemos em Direito do Trabalho, e o TST tem enfrentado essa matéria com muita maturidade já... Terceirização não é uma matéria nova nem no serviço público, nem na esfera privada, onde existe uma atividade de uma entidade, que é saúde pública. E, se ela não exercita essa atividade

por ela própria, mas delega a terceiros, isso é terceirização. Esse conceito está desde os compêndios de Direito do Trabalho de Arnaldo Sussekind até os mais novos laboristas da modernidade. Arnaldo Sussekind foi um dos coautores do anteprojeto da Consolidação das Leis do Trabalho, diga-se de passagem.

Então, o que acontece? No caso da Paraíba, que foi investigado pelo Ministério Público do Trabalho, o que houve, de fato: a Cruz Vermelha assumiu o hospital e contratou, pela CLT, à exceção de alguns cooperados e alguns outros concursados, porque tem inúmeras rubricas, aquele hospital é um amalgamado de antijuridicidade. O que fez? Contratou e está dirigindo, pessoalmente, os serviços no âmago da relação de trabalho. Então, nesse aspecto, não tem – eu lhe digo como estudioso do Direito do Trabalho, membro do Ministério Público do Trabalho, professor do Centro Universitário de João Pessoa – como não ver como terceirização, a não ser que se emende a Constituição, a não ser que o Supremo entenda que essa terceirização não é ilícita, mas terceirização é, sob pena de rasgar tudo que aprendi até o presente momento. É, de fato, terceirização sim. Na ótica do Direito do Trabalho brasileiro, é terceirização.

No caso de se envolver também o Direito Administrativo, já que estamos tratando do assunto de terceirização na saúde pública, a questão ainda se torna mais grave, porque nada obstante à violação das regras trabalhistas... Aliás, diga-se de passagem, no caso da Paraíba, eu acho que há pouca intimidade entre o órgão terceirizador e a CLT, porque o senhor falou que levou um tempo para assinar as carteiras, mas o prazo é de 48 horas para entregá-las assinadas. Quem se predispõe a administrar um hospital sob a égide da CLT tem que cumprir as próprias normas da CLT. E não há desculpa, porque é norma cogente de ordem pública. Não é dispositiva, não está à disposição dos interessados e muito menos da sociedade. Direito do Trabalho é um ramo do Direito que, embora seja considerado privado, tem normas cogentes e que devem ser cumpridas. E são 48 horas para entregar a CTPS assinada. Depois, desvio do contrato de experiência, o que não pode e foi feito de forma irregular.

Então, além de o núcleo ser ilegal, a própria entidade, por ela própria... E aí não queda a desculpa do pouco tempo, porque a lei só prevê o prazo de 48 horas e nada mais. Da mesma forma, alguém que se predispõe a administrar um hospital público tem que ter conhecimento da legislação com que vai trabalhar e, no caso, a escolhida pelo Governo do Estado é a CLT, o que a gente entende que nem pode, mas isso o Supremo vai decidir – e já citei o Ministro Carlos

Ayres e não vou fazê-lo novamente e nem repetir todo o meu discurso.

Mas a verdade é que há inúmeros elementos de ilegalidade na situação posta na Paraíba, independentemente do critério, do princípio e da eficiência. Apesar de ter citado o Relatório do CRM, as dificuldades, a falta de equipamento cirúrgico, equipamentos cirúrgicos inadequados, o que seja, eu não estou falando disso. A minha avaliação é técnica, sob o aspecto do Direito do Trabalho, do Direito Administrativo e do Direito Constitucional. Então, sob esses três ramos do Direito, essa situação está flagrantemente violentada na Paraíba pela Cruz Vermelha, seja ela a Cruz Vermelha Filial, seja ela a Cruz Vermelha Nacional, seja ela a Cruz Vermelha Internacional. Então, eu sugiro, na condição de membro do Ministério Público e de fiscal da lei que seja reavaliado, no âmbito da sua instituição, esse papel, porque terceirização não há como não ser. Agora, se é lícita ou ilícita, o Supremo está se debruçando.

Eu tenho aqui um relatório. E aconteceu uma coisa bastante curiosa. Eu não sei se a Deputada estadual sabe – já que essas informações nos foram dadas com muita dificuldade – que, lá na Paraíba, eu tive de intimar o Secretário, sob pena de condição coercitiva, para mandar a Polícia Federal lá. Foi uma complicação muito grande, mas, às vezes, o Ministério Público da União tem que fazer valer o seu poder de polícia, não é?

O que foi que aconteceu? Eu tenho em mãos um relatório da Auditoria do Tribunal de Contas. É o processo TC nº 10.295/2011, que tem origem, postulação e interesse da Secretaria de Estado de Saúde, e o assunto é exatamente a contratação da Organização Social Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul, para fins de desenvolvimento das ações e serviços de saúde no Hospital de Emergência e Trauma, através de dispensa de licitação. A autoridade responsável é Waldison Dias de Souza, o Secretário.

O próprio corpo técnico da auditoria – não vou discutir a decisão do Conselho do Tribunal de Contas nem quero trazer à prova o Tribunal de Contas, à liça, até porque isso também será decidido na Justiça do Trabalho, por meio de ação do Ministério Público do Trabalho –, mas o próprio Tribunal de Contas vê, sim, que é terceirização, através da sua auditoria. Aqui, cita os próprios precedentes da Justiça do Trabalho – inclusive, uma ação proposta pelo Ministério Público do Trabalho na Paraíba – e fala que é terceirização de atividade fim, nos moldes do Enunciado nº 332, do TST.

Eu não estou aqui querendo me colocar como o dono da verdade, até porque, em Direito, existem vários pontos de vista. Direito interage com Ciências Sociais, com Ciências Políticas e, às vezes, o resultado nem sempre é o mais justo e o mais legítimo, mas,

quando o Supremo decide, é sempre constitucional. O que acontece? A situação não é tão simples como se coloca. A questão jurídica vai ser o elemento que vai solucionar o problema e, além da, em tese, controversa terceirização – estou dizendo “em tese”, porque o Supremo ainda não se debruçou especificamente nada obstante o pronunciamento do Ministro, falando expressamente que não podia em seu voto.

Mas nada obstante à “controvertida terceirização”, que entendo que é ilegal e inconstitucional, ainda que, não é o caso, mas ainda que nesse pouco período a Cruz Vermelha tivesse transformado o Hospital de Traumas num paraíso da saúde, é preciso dizer, é preciso dizer que nós temos uma Constituição vigente; temos uma ordem infraconstitucional; e temos Tribunais do Trabalho, que avaliam o tema, e já há jurisprudência sobre o assunto.

Mas não foi assim. Foi uma tragédia. Está aí o que foi dito por outras autoridades públicas, não só pelo Ministério Público do Trabalho. E mais o flagrante desrespeito à legislação do trabalho, no seu primado mais básico, rudimentar e elementar: a anotação na Carteira de Trabalho.

A partir do momento que a Cruz Vermelha entrou, ela tinha 48 horas para subscrever a CTPS. Não o fez; violou a lei. Outra coisa: não se justificam 278 CTPS retidas e não assinadas durante todo esse período. Se obrigamos a iniciativa privada e qualquer entidade da administração indireta – que também é CLT – o cumprimento da própria CLT, por que a Cruz Vermelha não cumpriu a CLT? Como atesta, de forma insofismável, o relatório, senhores, que é parcial, porque o Hospital ainda está sendo auditado. Nós não paramos a auditoria. Aliás, ela só começou. Em breve, o Tribunal de Contas da União e outros órgãos ligados ao Ministério da Saúde entraram em cena.

Então, o Ministério Público do Trabalho vai prosseguir, mas só nesse relatório preliminar – cópia entregue a todos os presentes -, independentemente de ser ou não terceirização, porque, do contrário, entraremos em uma discussão filosófica, doutrinária, aí eu não tenho como ficar: é, não é; é, não é...

A opinião do Ministério Público do Trabalho, da auditoria do Tribunal de Contas do Estado, da Justiça do Trabalho, no caso muito similar, que, é o das Cooperativas Médicas, é o de que é terceirização de atividade fim ilegal, inconstitucional, viola as regras do art. 37 da Constituição, o Enunciado nº 331 do colendo Tribunal Superior do Trabalho, etc., etc.

Eu poderia tratar aqui de inúmeros dispositivos legais violados ou desvirtuados.

Então, na verdade, é essa situação.

Quando foi dito aqui que há outros interesses por trás disso, gostaria de esclarecer – vou falar do Ministério Público – que não há. Nós atuamos, em todos os Governos. O Hospital de Trauma vem sendo fortemente fiscalizado pelo Ministério Público do Trabalho e também pelo Ministério Público do Estado da Paraíba e pelas irregularidades que ocorreram, desde a sua fundação, e foram denunciadas, o Estado da Paraíba já foi multado inúmeras vezes pelo Ministério Público do Trabalho. Agora, lamentavelmente, não houve vontade política para fazer cumprir o art. 37 da Constituição, que é o provimento dos cargos públicos mediante o devido concurso público.

Então, é essa a situação.

Eram só esses esclarecimentos, meramente técnicos, desprovidos de bandeiras ou cores partidárias, mas comprometido com o que diz a lei.

A verdade é que se esse sistema que a Cruz Vermelha agora incorpora se alastrar pelo Brasil, ou se faz uma alteração na Constituição, ou se coloca no lixo. Essa é a situação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Muito obrigado, Dr. Eduardo Varandas.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma indagação ao Dr. Eduardo Varandas em relação às penalidades, não no tocante às outras ilegalidades, mas, no âmbito do Ministério do Trabalho, quais foram as penalidades tipificadas? Quais são as consequências? E a quem, ou seja, quais os gestores? Se o Secretário de Saúde, efetivamente, se o próprio Governador. Enfim, quais são as penalidades e quem está, efetivamente, representado pelo Ministério Público do Trabalho nas ações que V. Ex^a moveu?

O SR. EDUARDO VARANDAS ARARUNA – Bom, na verdade, no âmbito administrativo do Poder Executivo Federal, possivelmente a Cruz Vermelha sofrerá a lavratura de inúmeros autos de infração por violação da CLT.

Como a auditoria ainda não foi encerrada, os autos de infração são lavrados ao final obviamente. Então, não me chegaram ainda, mas existe, dentro do Ministério do Trabalho e Emprego, uma tabela de multas para cada infração, algumas *per capita*, por lesão à CLT, que é o caso, por exemplo, da não anotação da Carteira de Trabalho e Previdência Social, a CTPS.

Então, como ainda estamos fazendo o levantamento de tudo, porque, como foi dito pela Deputada, não nos foram abertas, de boa vontade, as cortinas do Trauma. Para chegar lá, tivemos de utilizar das prerrogativas ministeriais. Também houve uma dificuldade muito grande para ouvir o Secretário de Saúde, que

foi à Procuradoria depor, mas ainda falta a entrega de documentos e uma série de coisas que requisitamos.

Mas, de início, a priori, o que essa situação poderia causar, se configurada, em definitivo? Porque estamos falando no aspecto preliminar, e eu não gostaria de parece açodado nem o dono da verdade. Não se trata disso.

Primeiro, são as ações administrativas passíveis de multas e executadas pela Fazenda Nacional. Depois, a improbidade administrativa dos gestores, porque o sistema é ineficiente e viola o princípio da legalidade – se assim restar configurado, depois de todas as medidas legais possíveis. Depois, a responsabilidade criminal em um dos crimes contra a administração pública – também dependendo do apurado.

Agora, para isso é preciso o quê? Que haja um trabalho eficiente do Ministério Público; um Ministério Público da Paraíba eficiente; um Ministério Público Federal que é, de fato, eficiente, através do Dr. Farina, que está atuando comigo. Na verdade, já temos trocado algumas ideias.

Então, é preciso que todos os Ministérios Públicos, que é uno e indivisível pela própria Constituição, atuem em suas esferas para que essas penalidades cheguem até o fim.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Muito obrigado, Dr. Varandas.

Passo a palavra ao Dr. Vitor Tadeu Ferreira, para que faça as suas colocações.

O SR. VITOR TADEU FERREIRA – Obrigado. Vou me alongar um pouco. Farei as abordagens seguindo a ordem de minhas anotações.

Ao contrário da proposta da pauta original, que era uma discussão institucional, mas, já que tivemos aqui uma situação pessoal, começo por ela.

Dentro desse argumento, foi-nos perguntado se a Diretoria Nacional, o órgão central da Cruz Vermelha acompanha e se interessa pelas atividades que são desenvolvidas por suas filiais. Digo que ela acompanha, se interessa, monitora e tem absoluta coerência nas ações que lhes são determinadas.

Também foi apresentada aqui uma situação envolvendo o cidadão Edmon, que hoje é o gestor do Hospital de Trauma. Foi declarado aqui que em todos os hospitais por onde passou, ele deixou uma mazela administrativa e financeira.

Não posso falar pelas outras instituições. Posso falar pela história dele na Cruz Vermelha e posso dizer que, na Cruz Vermelha, não temos, absolutamente, nenhuma observação com relação à conduta do Sr. Edmon.

Foi mencionada a indisponibilidade dos bens, o que também nos surpreendeu. Fomos atrás dessa

situação quando nos foi apresentada, quando saiu na imprensa. A Diretoria Nacional teve a preocupação de saber sobre essa questão. Apuramos que essa situação não existe, absolutamente. O que existe é um inquérito administrativo. Não foi na Paraíba, mas no Rio de Janeiro, e não era uma atividade da Cruz Vermelha, mas dele como gestor da Unimed. E, nessa situação, o que foi instaurado foi um inquérito administrativo, que está em trânsito. Não posso aqui me posicionar sobre uma situação que está transitando. Posso dizer que a atuação do profissional na instituição Cruz Vermelha é ilibada. Posso garantir isso.

Também, nessa situação, dentro dessa fala, foi trazida a questão da obscuridade: obscuridade, dificuldade de se obter, que a instituição não se fez presente. Quero deixar registrado aqui, publicamente, que o primeiro convite endereçado à Diretoria Nacional da Cruz Vermelha está respondido: estamos aqui. Foi o primeiro convite endereçado à instituição. E todos os demais... Se tiver mais algum, por favor, me desminta. À instituição Cruz Vermelha.

Eu estou falando com seriedade, e os risos, realmente, nesta situação – situações de Cruz Vermelha são situações sérias – me incomodam.

Todas as situações onde a Diretoria Nacional da Cruz Vermelha for chamada a prestar a sua visão, o seu entendimento, ela estará presente. Como está aqui, hoje. Então, não fomos convocados, convidados, participados dos eventos e, por isso, não nos fizemos presentes.

Sobre a questão do acesso ao hospital, a dificuldade do acesso, quero lembrar que, independente da parceria para gestão, também não vou aqui retornar – posso, até, em alguma situação específica –, não vou retornar aqui na questão de terceirização, privatização, mas só quero ressaltar que se trata de uma unidade pública, o acesso é público. Assim como o cidadão entra lá para ser atendido, qualquer pessoa pode entrar lá para fazer, evidentemente, suas abordagens e as suas constatações. É evidente que isso deve acontecer de forma organizada, para que o cidadão não seja prejudicado no atendimento assistencial com outros movimentos que não a assistência propriamente dita.

Também foi colocada aqui a questão com relação à gravidade dos pacientes atendidos no trauma. Se, no trauma, não estiverem sendo atendidos pacientes gravíssimos, alguma coisa está errada, porque é a unidade de referência para o atendimento de trauma. O que não pode ter no trauma é atendimento de outras especialidades, que não o próprio trauma, ocupando espaço, ou ocupando leito. Essa situação transcende, inclusive, as portas da instituição, a gestão da instituição Cruz Vermelha. A situação do atendimento e

da complexidade desse atendimento e a pertinência desse atendimento extrapolam e devem ser discutidas no âmbito do sistema municipal, estadual ou federal de saúde.

Então, nós temos, sim, que buscar o entendimento no sistema para todas as questões, o que acaba fazendo com que, numa unidade como o trauma, você tenha que atender uma unha encravada, porque há um uso inadequado do instrumento assistencial. Então, realmente, lá tem, sim, muitos pacientes graves, e é para ter.

Com relação aos custos – o Deputado trouxe aqui a informação dos custos –, eu posso de novo dar o testemunho de como essa situação se desdobrou na instituição Cruz Vermelha. As informações preliminares que nos passaram e que foram objeto de todas as considerações para a confecção do projeto, que também, Senador, já está anotado aqui, vou solicitar ao nosso Presidente... Vou encaminhar ao nosso Presidente essa solicitação da cópia do contrato. Essa situação com relação aos custos, todos os relatórios, todas as informações preliminares e tudo o que nos foi entregue, inclusive os relatórios do Tribunal de Contas do Estado, dão conta de que a unidade estava custando, até a chegada da Cruz Vermelha, cerca de R\$10,2 milhões por mês. Fato que, no processo de gestão e na adequação administrativa empenhada nesse contrato... E quero também trazer aqui uma informação importante: esse contrato não é um contrato perene, por isso que não é uma gestão absoluta, como foi colocado, da Cruz Vermelha. É um contrato emergencial, por seis meses, para que o sistema hospitalar possa ser adequado à realidade da assistência que deve prestar. Esse contrato com a Cruz Vermelha é um contrato da ordem de R\$6,8 milhões por mês. Portanto, uma redução de cerca de R\$3,4 milhões por mês em relação ao que vinha sendo praticado, e não existe aí, na minha fala, nenhum tecido de julgamento em relação à situação anterior. Posso falar só da instituição que represento.

Com relação a outras situações que foram colocadas aqui, acho importante também não deixá-las no ar. O que aconteceu no Distrito Federal – infelizmente, o Secretário não se encontra mais – com relação à filial de Petrópolis. Foi dito aqui, na leitura, que, “pela péssima qualidade dos serviços”... Causa-me estranheza, porque o contrato de Petrópolis com o Distrito Federal não chegou a entrar em uso, nós não prestamos assistência no Distrito Federal. O que aconteceu foi que, durante a contratualização, mudou o governo, e o governo que assumiu achou por bem cancelar o contrato. A assistência não vinha sendo prestada, a unidade não estava aberta, a unidade não chegou a

abrir. Então, talvez aí haja alguma situação para a gente averiguar, mas essa é a posição oficial da instituição.

Com relação ao conhecimento das informações do Trauma, nós entregamos aqui hoje um relatório sobre os 60 dias de atuação da instituição, onde a gente aborda diversos indicadores que estão contratualizados para que possamos demonstrar o trabalho que vem sendo realizado. Esse relatório foi entregue para os Deputados que estiveram já lá no Trauma, só que, também, quando a gente fala dessa dificuldade de informação, me causa estranheza, porque essas mesmas informações que estão nesse relatório já foram divulgadas, ao longo dos últimos 15, 20 dias, nas matérias publicadas pela imprensa paraibana, inclusive.

Com relação à, também citada aqui, situação envolvendo uma outra filial da Cruz Vermelha, a filial do Maranhão, também, para não deixar essa situação no ar, é importante dizer: o que motivou a ruptura do contrato com a filial do Maranhão foram os questionamentos do Tribunal de Contas à prestação de contas que foi entregue. Essa prestação de contas da Cruz Vermelha continha exatamente os mesmos questionamentos que todas as outras instituições que prestavam serviço à época no Estado do Maranhão também sofreram. Os questionamentos foram comuns a todas, mas apenas para a Cruz Vermelha resultaram na ruptura do contrato. Também aqui não me cabe nenhum tecido de julgamento, apenas dizer que isso está na esfera jurídica, sendo apurado devidamente.

Com relação a outras situações que foram citadas aqui, envolvendo a instituição: a questão da transferência de pacientes. Vou retomar a fala no que diz respeito ao perfil do Hospital de Trauma: é um hospital de alta complexidade; é um hospital de referência. O paciente que precise de um primeiro atendimento, de uma estabilização, mas não esteja nesse perfil deverá ser transferido para a rede, para que não penalize a situação do atendimento de alta complexidade do hospital. Estamos fomentando e nos oferecendo para auxiliar no que for possível para que a rede venha a funcionar da melhor maneira.

Com relação à situação, já citada aqui, da furadeira e do craniótomo, hoje nós temos – e, volto a dizer, a instituição está na gestão do trauma há 60 dias... Essa situação que ocorreu hoje apresenta o seguinte cenário: disponibilizamos para a assistência na instituição quatro craniótomos, três trépanos, dez furadeiras cirúrgicas ortopédicas e oito furadeiras Stryker. Mais do que isso, temos fomentado para que qualquer situação de inadequação técnica ou processual dentro da instituição seja formalmente comunicada à direção para que as providências possam ser tomadas. Não é um hospital simples ou pequeno para que a visão geral apareça do

dia para a noite. Muitas coisas estão, sim, sendo trabalhados do ponto de vista processual e precisamos do auxílio dos instrumentos públicos, dos colaboradores e da população para promover a melhoria necessária nesse instrumento que é o hospital. Inclusive, para isso, temos constituída no hospital a Ouvidoria.

Com relação à última colocação, do Dr. Eduardo, também não resta aqui o interesse, não vamos nos prolongar no quesito terceirização, privatização. Apenas dizer que, na instituição Cruz Vermelha, tudo aquilo que for colocado como uma mazela trabalhista, uma falha na interpretação da legislação ou um problema que deve ser resolvido, sempre a Cruz Vermelha, dentro dos seus direitos, acata e, mais do que acata, pede o auxílio desses instrumentos públicos para que coloque o hospital na devida condição, condição esta que não se fez presente nos últimos dez anos desde sua fundação. Então, acerca da clareza, da transparência, a Cruz Vermelha, mais do que acatar o que uma auditoria demonstra de falha...

Quando falei aqui na dificuldade, eu não estava, Dr. Eduardo, dando uma desculpa; estava falando de uma realidade de um processo que não conseguimos atender no prazo devido. A sua fala, nua e crua, que é verdadeira, de que "assumiu, tem que fazer", é ótima na teoria. Na prática, todos nós conseguimos fazer aquilo que é possível no tempo devido. Então, com certeza, essa situação, como todas as outras que foram citadas, serão acomodadas, e a instituição nunca vai se furtar a responder, acatar e consertar qualquer situação indevida. Até, para isso, aproveito a ocasião para convidar todos os instrumentos públicos a auxiliarem nesse processo de regularização e nesse processo de trazer para a população – e aí estamos falando muito do Hospital de Trauma – brasileira aquilo que pode ser uma assistência de qualidade, uma assistência humanizada, uma assistência organizada e que, infelizmente, não é o cenário que encontramos quando assumimos há sessenta dias.

É fato, temos muitas coisas para fazer, é fato, é um contrato emergencial, é fato que há muitas dificuldades derivadas de interesses outros que não puramente a melhoria do processo assistencial. A gente sabe, e não estou falando aqui somente de interesse político, não. Estou falando, sim, de interesse político, estou falando de interesse comercial, estou falando de empreguismo, estou falando de uma série de situações que estavam presentes quando a instituição assumiu e que estão sendo colocadas para a devida coordenação e no seu devido aspecto administrativo, adequado para que a instituição venha a fornecer a melhor assistência. Fato é que essas falhas, quando identificadas, serão corrigidas e, para isso, em vez

do confronto, a instituição Cruz Vermelha apresenta sempre o objetivo de consertar a situação, de trazer a situação para aquilo que é considerada a pertinência administrativa.

Então, não existe aqui, do nosso lado, a fala do confronto, a fala do enfrentamento e, sim, a fala da organização. Vamos arrumar, vamos fazer as instituições, não somente o Hospital de Trauma, mas todas as instituições do País, funcionarem dentro daquilo que é considerado um conceito humano de atendimento.

Em todas as situações em que o senhor enxergar um projeto de Cruz Vermelha, tenha certeza de que, respeitando a lei, respeitando as políticas públicas, mas, fundamentalmente, respeitando o ser humano, vai existir um projeto de proteção à dignidade humana. É o que está sendo empregado hoje no Hospital de Trauma com todas as dificuldades já aqui citadas e reconhecidas.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Daniella.

A SR^a DANIELLA RIBEIRO (PP – PB) – Sr. Presidente, primeiramente gostaria de dizer ao Sr. Vitor Tadeu que não havia como convidá-lo pessoalmente porque hoje, somente hoje, a Paraíba tem conhecimento de que a Cruz Vermelha que está lá instalada é a Cruz Vermelha Brasileira. Mas foi convidado, sim. O Sr. Edmon, que se encontra atuando na Paraíba há sessenta dias, como V. S^a falou, se furtou, não foi; das vezes que foi convidado não compareceu nenhuma vez à Assembleia Legislativa para dar esclarecimentos acerca da atuação da Cruz Vermelha em João Pessoa. Inclusive um documento como esse, um relato como esse, que V. S^a traz aqui, não seu deu ao trabalho de enviar mesmo que não tivesse comparecido. Então, ficaria difícil, volto a dizer, convidá-lo, mas desde já eu o convido para estar na próxima terça-feira, na Assembleia Legislativa, para audiência pública da Comissão de Constituição e Justiça.

No que diz respeito à entrada o Hospital, reafirmo: não temos acesso ao Hospital de Trauma de João Pessoa desde que a Cruz Vermelha está lá instalada. Nenhum Deputado tem acesso. Inclusive eu gostaria de dizer que fui convidada por um médico – e aqui não vou citar nome – para ir vestida de enfermeira para poder entrar no hospital, para o senhor ter noção. Reafirmo, não há acesso ao hospital, a não ser no dia em que o líder do Governo convidou para fazer a visita marcada, programada, e, após fazer toda a arrumação, aí, sim, os Deputados teriam acesso.

Essa foi a única visita e nós não somos crianças, como já falei desde o princípio, para aceitar esse convite.

O terceiro ponto: não falamos aqui na questão de urgência de atendimento, de que seria natural ter atendimento de urgência. Óbvio e claro! Falamos no caos e na pior do atendimento que é totalmente claro para toda a Paraíba, não só mostrada através de imagens, que são retiradas por anúncio e gritos dos médicos, dos funcionários que ali estão, e dos pacientes.

Talvez por isso, e aí sim volto a dizer, as entidades que estiveram presentes na audiência pública que a Assembleia Legislativa fez na sessão especial, queriam sim esclarecimentos, a sociedade queria sim esclarecimentos, mas a Cruz Vermelha não esteve presente, muito menos o Secretário de Saúde. E por essa voz que os médicos e funcionários têm levantado e a piora no atendimento que os pacientes têm demonstrado após atuação da Cruz Vermelha, é que fez com que o Governador do Estado da Paraíba se dirigisse a Cuba para tentar revalidar diplomas de médicos brasileiros que estão em Cuba para trazê-los a Paraíba, para atuar no Hospital de Trauma – o que é lamentável.

Com relação aos custos, como o senhor colocou, ficaremos muito felizes quando tivermos nas mãos esse contrato. Como falei, não ficamos sabendo, Senador Cícero, de absolutamente nada. Qual foi o critério que o governo utilizou para escolher a Cruz Vermelha? Por entender que seria a melhor solução para a Paraíba? A nada disso nós tivemos acesso.

E ao contrato até hoje ninguém teve acesso.

Eu acho que, com relação às colocações que foram feitas...

Para concluir, Sr. Presidente, nós aguardamos e vamos lutar, sim, para que não vá à frente...

Ah, um fato com relação ao Sr. Edmon: deve estar em suas mãos também o Diário da Notícia da quarta-feira, 22 de setembro de 2010, há, sim, processo contra esse cidadão; agora, se a Cruz Vermelha não considera que o passado dele e que a outra experiência com a Cruz Vermelha não sei de quanto tempo com esse cidadão, o fato é que ele teve problemas, sim, e me preocupa muito mais sair daqui imaginando que a Cruz Vermelha faz essa defesa quando deveria tomar uma providência necessária no sentido de colocar alguém com ficha limpa, já que está tão em moda e na Paraíba também temos uma lei em que os administradores que ocupam os cargos de Secretários têm que ter ficha limpa. Mas se a Cruz Vermelha assim não compreende, eu não tenho o que fazer.

Trago também, Sr. Presidente, as notas taquigráficas da sessão especial que foi realizada da Assembleia Legislativa, que gostaria de passar a esta Comissão, dando testemunho de todos os que fazem: o presidente do CRM, o presidente do sindicato dos médicos, os cidadãos que estiveram presentes e que

deram seus testemunhos acerca da situação atual do Hospital de Trauma e gostaria de passar a esta Comissão, reiterando o convite para que a Cruz Vermelha esteja terça-feira que vem na Assembleia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Nós vamos encerrar agora...antes de encerrar, o Deputado Manoel Junior pediu a palavra.

O SR. MANOEL JUNIOR (PMDB – PB) – Senador Cícero, serei breve e o meu questionamento vai direcionado ao Dr. Vitor Ferreira.

Dr. Vitor, o senhor falou em citação pessoal, eu acho que não ocorreu nenhuma citação pessoal e queria que o senhor explicasse essa questão da citação pessoal.

O SR. VITOR TADEU FERREIRA (*Fora do microfone.*) – Justamente em relação ao Dr. Edmon.

O SR. MANOEL JUNIOR (PMDB – PB) – Em relação ao Dr. Edmon, foi publicizado, é público e notório dos envolvimento dele na questão que ele gerou na Unimed da Baixada Fluminense, isso foi publicizado amplamente.

Mas eu queria fazer uma pergunta ao senhor em relação à Cruz Vermelha: a Cruz Vermelha é essa Cruz Vermelha brasileira, ela tem quanto tempo de experiência em gestão hospitalar? E se o senhor sabe, nessa experiência recente, quantas ações foram movidas pelo Ministério Público do Trabalho, pelo Ministério Público Federal sobre essa relação de terceirização ou de privatização do setor saúde em outros Estados.

Segundo, eu insisto – e vou passar a V. S^a – nas planilhas do custo do Hospital de Trauma até 31 de dezembro de 2010, com pagamento de pessoal efetivo, com pagamento das cooperativas que eram prestadoras de serviços ao hospital, com o custeio mensal, até para que V. S^a não cometa a mesma falha que o Governador Ricardo Coutinho, que disse que o Hospital de Trauma Humberto Lucena custava ao povo paraibano R\$11 milhões. Eu fico devendo isso ao senhor porque, na verdade, essa documentação está na Paraíba. Porém, eu vou montar uma pasta e, na terça-feira, passarei à Deputada Daniela para que ela justamente lhe entregue lá.

E, na verdade, a obscuridade que nós imaginamos que exista é de ter um hospital que custava ao contribuinte – ao povo paraibano e ao povo brasileiro, porque é custeado justamente com recursos do Sistema Único de Saúde – R\$4,3 milhões e, pelo menos na documentação a que tivemos acesso, não eram R\$6,8 milhões. No contrato que foi publicizado – e um contrato precário, enfim de seis meses –, quando a gente divide o volume total pelo número de meses, como foi pactuado com a Cruz Vermelha, dá justamente R\$7,333 milhões. Esse é o cálculo matemático

que nós fizemos – um cálculo simples, ou seja, pegar o valor e dividir pelo número de meses.

E gostaria, por fim, de perguntar ao senhor se existe já uma relação da Prefeitura Municipal de João Pessoa com a Cruz Vermelha brasileira.

São essas as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Eu vou pedir ao Dr. Vitor, que, ao responder ao Deputado, já faça também a sua despedida para que possamos encerrar os nossos trabalhos. Ao mesmo tempo, consulto os demais componentes da Mesa se gostariam de fazer alguma despedida ou se já se dão por satisfeitos. (*Pausa.*)

Gostaria de dizer que já foi repassado, sim, ao Dr. Vitor o *Diário Oficial* com o envolvimento do gestor que a Cruz Vermelha colocou na Paraíba, respaldando e reforçando a sua preocupação. É importante verificar, principalmente, se ela não faz isso, ou seja, se ela não observa o passado dos seus gestores. Assim, que fique na responsabilidade dela, mas que não coloque gestores para vir gerir os recursos públicos, porque aí o gestor do recurso público tem outra visão, diferente dessa, eis que o representante da Cruz Vermelha afirmou que não se interessava pelo passado dos seus gestores.

O SR. VITOR TADEU FERREIRA – Obrigado, Deputado; obrigado, Presidente.

Vamos aos pontos. Primeiro, com relação ao Dr. Edmond, o que está posto nesse documento foi o que eu acabei de afirmar: trata-se de um processo administrativo que está em trânsito. E a Cruz Vermelha, sim, se interessa e continua tendo uma relação ética com todas as instituições com as quais se relaciona, seja pessoa jurídica, seja pessoa física. Então, está transitando.

E vale ressaltar que, a partir do momento dessa abordagem, desse processo administrativo, o Dr. Edmond abriu o seus sigilos telefônico e bancário para que fossem feitas as investigações necessárias.

Está transitando; só basta dizer isso. Não vou aqui colocar nenhuma consideração nesse sentido. E também é uma situação passada que nos interessa, mas que não envolve a Cruz Vermelha e, sim, a unidade de Duque de Caxias da Unimed.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Permita-me, Dr. Vitor, só deixar claro que, na sua fala anterior, o senhor disse que não tinha conhecimento da ação na Paraíba. Este aqui é na Paraíba e é uma decisão do Desembargador, avisando aos oficiais titulares de serviços de registro de imóveis do Estado que houve a decretação da indisponibilidade dos bens nos casos adiante descritos.

O SR. VITOR TADEU FERREIRA – Perfeito. Está em trânsito.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Então, é a decisão de um Desembargador tornando os bens dele e de outros indisponíveis. Para que fique bem claro.

O SR. VITOR TADEU FERREIRA – São importantes, claro. Perfeito também no sentido de clarear, a fala foi de que a situação não ocorreu na Paraíba e sim no Rio de Janeiro.

O SR. MANOEL JUNIOR (PMDB – PB) – Dr. Vitor, uma pergunta: o senhor insiste em dizer que é um processo administrativo ou jurídico?

O SR. VITOR TADEU FERREIRA – Insisto não, é o que está respaldado aqui – processo administrativo. Não é uma fala minha.

Com relação ao quesito financeiro, do custeio do Hospital, eu não estava – desculpe-me, Deputado – na Paraíba, a Cruz Vermelha não estava na Paraíba em 2010 quando da apuração desses custos. Também não estava em 2011 até antes da sua gestão. O que ela faz e é permitido dentro do trâmite de qualquer consultoria administrativa, de qualquer auditoria administrativa, ela respalda os seus projetos na análise do que foi realizado nos últimos doze meses. E a resposta dos últimos doze meses, referendada pelo Tribunal de Contas realmente nos dá esse perfil. Não posso entrar em maiores considerações porque não está no meu universo de conhecimento, não está no meu universo de visão.

Ainda com relação às condições do Trauma, nós sabemos sim que é uma unidade que possui uma lotação perene, está sempre lotado, mas volto a dizer que temos que alinhar o entendimento do que é uma lotação, do que é uma superlotação, do que é um atendimento desumano, porque nós estamos colocando todas essas falas num mesmo contexto. O Hospital do Trauma está, sim, lotado, tem a sua lotação, mas a situação que encontramos hoje não existe mais: a situação das macas, do paciente sem atendimento, do paciente no chão. Foi para isso que a instituição foi chamada. Ela foi organizada e está sendo trabalhada diuturnamente.

Rogo dizer aqui que a situação atual está longe de ser a situação que almejamos, temos muito trabalho a fazer e produtivo será se todos os instrumentos públicos, em vez do embate ou do confronto – e aqui coloco a minha palavra como confirmação de que a instituição está aberto para aquilo que se deseja perceber e solicitar de melhoria –, que todos os instrumentos públicos atuassem em conjunto para que o Hospital possa oferecer a melhor assistência para a população. Esse é o objetivo da Cruz Vermelha, é o que a Cruz Vermelha realiza em todos os projetos

que faz. Importante: as citações que foram feitas aqui a problemas com as filiais. Nós estamos falando de uma instituição que está em 186 países e que só no nosso País está em 51 filiais. Problemas aparecem, sim. Problemas aparecem porque atrás dos processos existem pessoas e muitas vezes a gente tem que tomar as medidas de correção necessárias, mas há que se separar o que é institucional e o que é individual, o que é indivíduo e o que é pessoa.

A instituição Cruz Vermelha é uma instituição absolutamente regulada pela lei, absolutamente regulada pelo reconhecimento mundial que ela tem dos seus projetos. E sempre reforçando o compromisso de proteção da dignidade humana. Essa sempre vai ser a nossa máxima.

Desculpe, Deputado, não sei se deixei alguma questão em aberto.

O SR. MANOEL JUNIOR (PMDB – PB) – Deixou duas. Eu perguntei quanto tempo a Cruz Vermelha tinha se especializado ou se dedicado à questão da administração hospitalar. E segundo, se ela tinha relação já com a Prefeitura Municipal de João Pessoa. E adito, diante da conclusão de V. S^a, qual é a relação da Cruz Vermelha brasileira com a Cruz Vermelha internacional.

O SR. VITOR TADEU FERREIRA – Perfeito. Desculpe, acabei não anotando as perguntas aqui.

Com relação ao tempo de experiência: a Cruz Vermelha já nasceu, já teve a sua fundação no País imersa num ambiente de prestação de serviços de saúde. Quando ela foi fundada em 1908, ela veio para o País pelas mãos do Dr. Oswald Cruz, patrono da saúde pública brasileira e que foi o seu primeiro presidente. Dr. Oswald Cruz trouxe a instituição para poder fazer as abordagens necessárias para conter a epidemia de gripe e de febre amarela que assolava o País à época. Ao longo dessa história aqui no País de 103 anos, a Cruz Vermelha já teve inúmeras unidades hospitalares, a própria sede no Rio Janeiro, originariamente, era um hospital; tem hoje unidades próprias que estão consolidadas na sociedade há bastante tempo – o exemplo é o hospital de Curitiba, que foi fundado em 1947. O Hospital da Cruz Vermelha em São Paulo também é um hospital que já tem os seus 40 anos de existência, além de inúmeros registros de parcerias históricas que foram feitas para saúde no País.

Vivemos, Deputado, vou repetir aqui, apenas a título de informação, vivemos há cerca de 20, 25 anos, um momento de gestão no qual a Cruz Vermelha Brasileira teve um lapso. A Cruz Vermelha acabou sufocando-se na gestão de unidades próprias, acabou focando-se e distanciando-se do Poder Público. E quando eu digo que isso é um lapso é porque estatutariamente, está lá no Estatuto referendado pelo Presidente da Repú-

blica, a Cruz Vermelha existe no País para ser uma instituição de apoio ao Poder Público e às Forças Armadas, especialmente nos serviços de saúde. Então esse período que nos distanciamos foi uma falha de gestão, que a atual diretoria acomoda em um projeto para que a Cruz Vermelha retome à sua condição estatutária de força auxiliar do Poder Público.

Com relação à Prefeitura de João Pessoa, relação formal nenhuma, também é importante dizer que nos colocamos à disposição não só da Prefeitura de João Pessoa, mas de todos os Municípios do País, de todos os locais onde possamos atingir e que a nossa atuação represente uma proteção à dignidade humana. Colocamo-nos sim à disposição para ir, discutir, para oferecer o apoio que estiver ao nosso alcance, para que o ser humano possa ser sempre o patamar mais alto de qualquer projeto da história pública.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Dr. Vitor, por favor, abusando de sua paciência, gostaria só de saber se a relação com o Governo do Estado está restrita ao Hospital do Trauma ou se há um planejamento de expansão.

O SR. VITOR TADEU FERREIRA – Existe, não só na Paraíba, mas no País inteiro, abordagens exploratórias de qual é a visão da Cruz Vermelha.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Mas pergunto especificamente com o Governo do Estado da Paraíba.

O SR. VITOR TADEU FERREIRA – Especificamente com o Governo do Estado da Paraíba, o que temos estabelecido hoje é o contrato para a gestão do Hospital do Trauma por seis meses.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Obrigado. Quero agradecer.

O Dr. Paulo agradece e eu também aproveito para agradecer a presença dele aqui. Passo então a palavra ao Dr. Eduardo, para que ele faça as suas colocações ao tempo da despedida.

O SR. EDUARDO VARANDAS ARARUNA – Gostaria de agradecer o convite de participar desta audiência e dizer que o Ministério Público do Trabalho na Paraíba está sempre à disposição desta Casa e esclarecer também outro ponto. Não se trata de um embate, trata-se de um problema de ilegalidade. E não se pode transigir com ilegalidade. O Ministério Público tem a função constitucional de fiscalizar o cumprimento da lei e dela não pode abrir mão. Então não queremos parecer aquele ser que é contra tudo e quer ver o circo pegar fogo. Não se trata disso. O problema é que às vezes os administradores públicos esquecem de olhar a própria lei. Mas, no mais, tanto a Cruz Vermelha como uma entidade internacional goza da nossa admiração e respeito.

Em momento nenhum, por causa dessa reputação e dessa história inequivocamente incontestável que foi apresentada por seu representante vai, por isso, permitir que a saúde pública da Paraíba ou do Brasil, já que contamos todas as procuradorias do trabalho para que fiscalizem a saúde pública no âmbito das suas circunscrições, seja privatizada, precarizada e esquecida. É como diz aquela música: nós não estamos no lugar onde as ruas não têm nome. É isto que a gente deseja: uma saúde pública saudável.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – O meu muito obrigado a todos os convidados, à imprensa aqui presente. Quero registrar que o Presidente da Comissão, por compromisso anteriormente fixado não pôde presidir e me deu a honra de presidir, o Senador Jayme.

Agradeço mais uma vez a todos. Muito obrigado. Que Deus proteja a todos.

(Iniciada às 9 horas e 28 minutos, a reunião foi encerrada às 12 horas e 44 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA 35ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 28 DE SETEMBRO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte e seis minutos, do dia vinte e oito de setembro de dois mil e onze, na sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Jayme Campos, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, Rodrigo Rollemberg, Waldemir Moka, Paulo Davim, Cícero Lucena, Mozarildo Cavalcanti, João Vicente Claudino, Eduardo Suplicy, Clésio Andrade, Eunício Oliveira, Benedito de Lira, Cyro Miranda e das Senadoras Ângela Portela, Ana Amélia, Marta Suplicy, Ana Rita, Lídice da Mata. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 34ª Reunião que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. **ITEM 1 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 304, DE 2009.** Dispõe sobre as medidas a serem adotadas no traumatismo dentário ocasionado pela prática esportiva e dá outras providências. **Autoria:** Deputado Gilmar Machado. **Relatoria:** Senador João Durval. **Relatoria “Ad hoc”:** Paulo Paim. **Relatório:** Pela re-

jeição do Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 304, de 2009.

ITEM 8 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 461, DE 2003. Institui o Programa de Incentivo ao Trabalhador com idade entre 40 e 55 anos de idade – PROIN. **Autoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatoria:** Senador Cyro Miranda. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. Serão retirados de pauta os seguintes Itens: **ITEM 2 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 205, DE 2010.** Estabelece alíquota zero da Contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidentes sobre a importação de protetor solar e sobre as receitas decorrentes da sua venda no mercado interno.

Autoria: Senadora Kátia Abreu. **Relatoria:** Senador Waldemir Moka. **Relatório:** Favorável ao Projeto com as Emendas nº (s) 1 e 2, de Redação, que apresenta.

Resultado: Retirado de Pauta a pedido do Relator. **ITEM 3 – Não Terminativo – AVISO Nº 8, DE 2010.**

Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 16/2010, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, proferido nos autos do processo TC 000.239/2008-1, sobre pedido de reexame interposto pelo Secretário Municipal de Saúde de Campo Grande-MS, em razão do Acórdão nº 908, de 2009, referente ao relatório de auditoria na Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, em diversas unidades da federação, no Programa Nacional de Controle da Dengue (TC -007.823/2007-8). **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relatoria:** Senador Waldemir Moka. **Relatório:** Pelo conhecimento do Aviso nº 8, de 2010 e pelo seu arquivamento. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator. **ITEM 4 -Não terminativo– REQUERIMENTO Nº 48, DE 2011-CAS.** Requeiro, nos termos do artigo 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja solicitada a oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei do Senado nº 617, de 2007, previamente à sua apreciação, em caráter terminativo, por esta Comissão de Assuntos Sociais. **Autoria:** Senador Waldemir Moka e Senador Cyro Miranda. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 352, DE 2011.**

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para incluir os tratamentos antineoplásicos de uso oral entre as coberturas obrigatórias. **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatoria:** Senador Waldemir

Moka. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator. **ITEM 14 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 351, DE 2011.** Dispõe sobre o regime de trabalho dos empregados nas atividades de operação, manutenção e outras necessárias ao funcionamento das usinas nucleoeletricas. **Autoria:** Senador Delcídio do Amaral. **Relatoria:** Senador Lobão Filho. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator. Seguem os demais Itens da Pauta, a saber: **ITEM 10 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 56, DE 2008.** Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para possibilitar a suspensão da aposentadoria por invalidez em virtude de retorno voluntário à atividade profissional. **Autoria:** Senador João Vicente Claudino. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. **Resultado:** Lido o Relatório, é encerrada a discussão. Adiada a votação da matéria. **ITEM 7 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 157, DE 2011.** Acrescenta inciso ao art. 20 da Lei nº. 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada do trabalhador junto ao FGTS para o pagamento de prestações ou amortização de saldo devedor de financiamento concedido aos estudantes de ensino superior, nas condições em que especifica. **Autoria:** Senador Eunício Oliveira. **Relatoria:** Senador João Vicente Claudino. **Relatoria “Ad hoc”:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela Declaração de Prejudicialidade do Projeto. **Resultado:** Encerrada a discussão, fica adiada a votação da matéria. **ITEM 13 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 72, DE 2011.** Altera o art. 18 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para ampliar os benefícios previdenciários devidos ao aposentado que retornar ao trabalho. **Autoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Lido o Relatório, é encerrada a discussão. Adiada a votação da matéria. **ITEM 9 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 253, DE 2005.** Regulamenta os §§ 12 e 13 do art. 201 e o § 9º do art. 195 da Constituição Federal, para dispor sobre o sistema especial de inclusão previdenciária dos trabalhadores de baixa renda e daqueles que, sem renda própria, se dedicam exclusivamente ao trabalho doméstico e sobre a contribuição social das empresas. **Autoria:** Senador Paulo Paim. **TRAMITA EM CONJUNTO COM. PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 67, DE 2007.** Regulamenta o Sistema de Inclusão Previdenciária criado pela Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, cria a Contribuição Social Especial para a Inclusão Previdenciária,

altera as Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, implementa medidas voltadas para o aumento da cobertura do Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências. **Autoria:** Senador Inácio Arruda. **TRAMITA EM CONJUNTO COM. PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 132, DE 2010.** Regulamenta o § 12 do Art. 201 da Constituição Federal, dispondo sobre o sistema especial de inclusão previdenciária. **Autoria:** Senador Pedro Simon. **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatoria “Ad hoc”:** Paulo Davim. **Relatório:** Pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nº (s) 67, de 2007 e 132, de 2010, e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 253, de 2005, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 11 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 163, DE 2010.** Altera a redação do § 2º do art. 195 do Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, de modo a regular o adicional de insalubridade e periculosidade conforme o constatado por perito. **Autoria:** Senador Pedro Simon. **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatoria “Ad hoc”:** Senador João Vicente Claudino. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 4 - Não terminativo – REQUERIMENTO Nº 48, DE 2011-CAS.** Requeiro, nos termos do artigo 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja solicitada a oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei do Senado nº 617, de 2007, previamente à sua apreciação, em caráter terminativo, por esta Comissão de Assuntos Sociais. **Autoria:** Senador Waldemir Moka e Senador Cyro Miranda. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 158, DE 2011.** Autoriza a movimentação do saldo das contas vinculadas ao FGTS para pagamento de prestações habitacionais em atraso. **Autoria:** Senador Eunício Oliveira. **Relatoria:** Senador Cyro Miranda. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. **Relator do Vencido:** Senador Wellington Dias. **Relatório Vencedor:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** A Comissão rejeita o Projeto de Lei do Senado nº 158, de 2011 por seis (6) votos NÃO e cinco (5) votos SIM, e nenhuma abstenção. **ITEM 5 – Terminativo – TURNO SUPLEMENTAR DE DISCUSSÃO DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 607, DE 2007.** Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Analista de Sistemas e suas correlatas, criam o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Informática e dá outras

providências. **Autoria:** Senador Expedito Júnior. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela rejeição das Emendas 1 e 2 oferecidas durante o Turno Suplementar, pelo Senador Roberto Cavalcanti ao Substitutivo ao Projeto, aprovado por esta Comissão. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 181, DE 2010.** Autoriza as farmácias e drogarias a vender medicamentos a preço de custo para aposentados pelo Regime Geral da Previdência Social e a lançar a diferença entre esse preço e o de mercado como despesa operacional da empresa. **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatoria “Ad hoc”:** Senador Mozarildo Cavalcanti. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Lido o Relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim; Cyro Miranda; Ana Rita; João Vicente Claudino; Paulo Davim; Eduardo Suplicy; Waldemir Moka; Wellington Dias e a Senadora Marta Suplicy. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e cinco minutos, lavrando eu, Dulcília Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Jayme Campos, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotíпия informatizada.

Senador **Jayme Campos**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 35ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 34ª Reunião desta Comissão.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que as aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Vamos, daqui a pouco, passar à apreciação dos itens que estão na pauta. Entretanto, foi pedida a retirada de alguns itens. Naturalmente, dentro da norma regimental, nós vamos atender os pleitos feitos aqui pelos ilustres Senadores e Senadoras.

Eu gostaria, antes de mais nada, de fazer aqui alguns comentários em relação a alguns assuntos pertinentes, que, sobretudo, têm muito a ver com esta Comissão.

O levantamento do Sistema Integrado da Administração Financeira, SIAFI, mostrou que foram raros os programas do Governo que alcançaram 10% do previsto nos planos oficiais. Em alguns casos, não chegou

a 1% do previsto. Por exemplo, na área da Saúde, a meta do Governo de construir 8.694 Unidades Básicas de Saúde, UBS, e de investir R\$5,5 bilhões no programa em quatro anos e de implantar 1.831 unidades em 2011 não foi cumprida.

O Governo só previu o orçamento de R\$480 milhões para as UBS e os gastos efetivos foram de apenas R\$37 milhões, apenas 7,7% daquilo que estava previsto orçamentariamente, bem aquém da nossa realidade. É um mal que acontece no Brasil. Lamentavelmente, o nosso Orçamento não é impositivo. Isso tem causado não só em nível de consecução do Orçamento, uma peça que, para mim, particularmente, é apenas uma peça fictícia, uma enganação. Eu entendo que pelo menos o Governo Federal, através do Poder Executivo, teria que cumprir, porque, diante das emendas propostas pelos Parlamentares, nas emendas individuais e nas emendas de bancada, literalmente, todas elas não têm sido cumpridas nos últimos anos. Isso é grave, é muito sério, até porque muitos Prefeitos e Governadores apostam na liberação desses recursos, algumas vezes lançam concorrência, dão a ordem de serviço e, lamentavelmente, esses recursos não são liberados.

Outra meta era construir quinhentas unidades de atendimento UPA em quatro anos. Chegou a ser anunciado o valor de R\$2,6 bilhões para o programa. No Orçamento, entretanto, foi dotado pouco mais de um décimo da propaganda, ou seja, apenas R\$271,5 milhões. Mas nem esse valor o Governo conseguiu gastar. Ao contrário, até setembro apenas R\$20,9 milhões foram liberados para as UPAs, o equivalente a 7,4% da previsão.

O Minha Casa Minha Vida, por exemplo, recebeu apenas R\$3,5 milhões do Orçamento Geral da União. A intenção do Governo era investir R\$7,6 bilhões no programa. Depois do corte do Orçamento anunciado em março, o valor caiu para R\$5,1 bilhões. Mas a verdade é que até agora o Minha Casa Minha Vida só ganhou 0,5% do que se prometeu. A meta era construir dois milhões de casas até 2014, média de quinhentas mil por ano. O Ministério das Cidades afirma ter contratado, fechado contrato em 253 mil unidades.

Então, os números são bastante ruins, e isso é grave, é sério diante da expectativa que tem gerado para a sociedade brasileira, sobretudo aqueles que dependem visceralmente de uma habitação financiada pelo Governo Federal.

Eu queria fazer apenas um comentário também em relação aos números do Programa Nacional de Imunização, do Ministério da Saúde, que apontaram que 84,53% das crianças com mais de um ano e menos de sete anos foram imunizadas contra o sarampo na segunda etapa da campanha nacional no Estado de

Mato Grosso. A meta do Governo é vacinar 95% das crianças. O balanço apontou que 252.306 crianças, de um total de 298.474, foram imunizadas no Estado.

Até certo ponto, é um número razoável, diante da extensão territorial. Mato Grosso tem uma extensão territorial de 900 mil km² e existem muitas dificuldades, sobretudo de locomoção e em infraestrutura, de que é muito carente. Algumas comunidades, até hoje, não têm luz nas 24 horas do dia e isso as torna precárias e deficientes em relação à campanha.

Todavia, entendo que os números, até certo ponto, são razoáveis e eu espero que a Secretaria de Saúde e o próprio Governo estadual possam atingir a meta de vacinar cerca de 95% das nossas crianças.

Segundo a Secretaria Estadual de Saúde de Mato Grosso, a vacinação vai continuar nos postos de Saúde de todos os 141 Municípios. É o que informou, ainda que a campanha tenha sido prorrogada no Estado para cumprir a meta estabelecida pelo Ministério da Saúde, apesar de Mato Grosso não ter registrado casos de doenças nos últimos anos.

O sarampo é uma doença aguda, altamente contagiosa. Os sintomas mais comuns são febre, tosse seca, exantemas – manchas avermelhadas –, coriza e conjuntivite. A transmissão ocorre de pessoa a pessoa, por meio de secreções expelidas pelo doente ao tossir ou respirar. O período de transmissão varia de quatro a seis dias antes do aparecimento, até quatro dias após o surgimento das manchas. A vacina é o meio mais eficaz de prevenção.

Em 2011, até 19 de julho, os Estados e os Municípios notificaram ao Ministério da Saúde a ocorrência de 18 casos de sarampo no Brasil, relacionados ao vírus do tipo D-4, que circula na Europa. Os seja, são casos importados. As ocorrências foram relatadas nos Estados do Rio Grande do Sul (7), Rio de Janeiro (4), São Paulo (3), Bahia (1), Mato Grosso do Sul (1), Piauí (1), e no Distrito Federal (1).

É importante ressaltar que, desde 2002, o vírus selvagem não circula mais em nosso País.

Eu entendo que avançou, mas nós temos de nos preocupar em relação a esse assunto. Quero crer que nós temos o papel de discuti-lo aqui na Comissão e, também, de buscar novos caminhos para melhorar essa situação.

A TV Senado, ou seja, a imprensa do Senado tem um programa chamado Alô Senado e está abrindo uma enquete na Internet para saber a opinião da sociedade sobre o projeto da Senadora Ana Amélia, o PLS 352, de 2011, que está na pauta de hoje. O Relator é o Senador Waldemir Moka.

Só para abalizar e para que, naturalmente, não só os Srs. Senadores e Senadoras possam refrescar

a memória, o projeto determina que seja coberto pelos planos de Saúde que incluem atendimento ambulatorial o tratamento de quimioterapia oncológica domiciliar de uso oral, inclusive medicamentos.

No caso dos planos que incluem internação hospitalar, obriga a cobertura para quimioterapia oncológica ambulatorial e domiciliar, procedimentos radioterapêuticos para tratamento de câncer e hemoterapia, para garantir a continuidade da assistência prestada na internação hospitalar.

O parecer é favorável ao projeto. Lembra que a última resolução normativa, que atualizou o Rol de Procedimentos e Eventos, deu cobertura obrigatória pelos planos de Saúde. É da responsabilidade da Agência Nacional de Saúde, ANS, e não inclui nele a quimioterapia oncológica domiciliar de uso oral.

Eu acho mais do que justo, Senador Paulo Paim, esse projeto da Senadora Ana Amélia.

Os planos de Saúde não pagam o tratamento de quimioterapia nas internações.

Eu acho que é um projeto meritório e eu acho que chegou o momento, também, de os planos de Saúde desembolsarem um pouquinho. Já estão pagando muito pouco para os profissionais que atendem, através de seus credenciamentos.

Todavia, acho que esta aqui é uma matéria meritória, um projeto realmente louvável da Senadora Ana Amélia, que vai permitir, ao ser aprovado, que a ANS também inclua, naturalmente, que os planos de Saúde paguem a quimioterapia oncológica domiciliar de uso oral e não nos internamentos nas unidades de Saúde deste País.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Jayme Campos, quero só cumprimentar V. Ex^a por abrir a nossa reunião de hoje falando desse tema, porque, de fato, preocupam-nos muito os planos de Saúde. Recentemente, houve uma paralisação nacional dos médicos e eles deixaram claro que o plano de Saúde acaba jogando, inclusive, o paciente contra o profissional, porque há demora no atendimento: “esse exame pode, esse não pode”. A maioria não pode. E essa situação descrita por V. Ex^a e pelo projeto da Senadora Ana Amélia é mais do que justa. Os planos de Saúde têm que assumir, sim, as suas responsabilidades.

O Sistema Único de Saúde, nós sabemos da sua debilidade. Há todo um debate enorme em cima da Emenda nº 29. Eu sei da sua posição e V. Ex^a sabe da minha. Eu acho que tem que votar mesmo. Eu sou fiel ao autor inclusive do projeto, que é o Senador Tião Viana, meu amigo, Senador conosco aqui e hoje Governador do Acre, que suscitou e levantou esse debate. Então vamos aprovar a Emenda nº 29, vamos caminhar para que recursos sejam assegurados para a Saúde.

Eu tenho uma preocupação enorme. Às vezes falamos tanto em outros temas – a violência, a educação –, mas eu sempre lembro e repito esta frase: a Saúde é a vida. Então, não vai ter quem estude se não houver Saúde. As pessoas vão morrer, no caso, não é? Então, a Saúde, para mim, é vital. Por isso, todo projeto que vier nesse sentido, com certeza, terá o apoio não só meu, eu diria, da nossa Comissão aqui. E, na Comissão de Direitos Humanos, eu garanto também.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Eu gostaria de citar alguns dados – para conhecimento, naturalmente – e informações debatidos em audiências públicas sobre o câncer aqui na Comissão de Assuntos Sociais.

Todo ano, mais de 500 mil pessoas recebem o diagnóstico de câncer no Brasil. O câncer, atualmente, é a principal causa de morte entre crianças e adolescentes nos países em desenvolvimento. Dez mil crianças e adolescentes, acima de quatro anos, morrem de câncer anualmente no Brasil, número que poderia ser bem menor se fossem ampliados os recursos destinados à compra de medicamentos e se a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA – liberasse o uso de novas drogas.

O Ministério da Saúde alega que as dificuldades de financiamento de medicamentos para tratamento de pessoas com câncer permanecerão até que seja regulamentada a Emenda nº 29 – na qual V. Ex^a tocou agora, em momento bem oportuno –, que destina mais recursos para a Saúde.

No Brasil, onde o percentual de jovens chega a 38% da população, a mortalidade por câncer em crianças e adolescentes com idade entre 1 e 19 anos corresponde a 8% dos óbitos e é considerado pelo Ministério da Saúde a segunda causa de morte nessa faixa etária. Só perde para fatores externos como acidentes e violência.

Segundo a Sociedade Brasileira de Oncologia e Pediatria, há defasagem na tabela do Sistema Único de Saúde – SUS, que não é registrada há dez anos. Enquanto o tratamento de uma criança com câncer custa de R\$3 mil a R\$12 mil, as instituições conveniadas recebem somente R\$1,2 mil pelo SUS.

Os médicos dizem que o Governo joga a responsabilidade para as casas de apoio a instituições não governamentais que atuam no setor.

Na Europa e nos Estados Unidos, o índice da cura do câncer em crianças é de 77%, contra 50% a 60% no Brasil. Há falta de medicamentos adequados no Sistema Público de Saúde – todos nós estamos carecas, se me permitem dizer assim, de saber. Jogam a responsabilidade para as casas de apoio. Ora,

muitas das casas de apoio vivem de pires na mão, fazendo, muitas vezes, papel de pedinte, para manter as casas de apoio.

Particularmente, lá em Mato Grosso, eu tenho acompanhado, são abnegadas pessoas que realmente querem construir um Brasil melhor de oportunidades e que instalam aquelas casas de apoio. Mas, miseravelmente, algumas funcionam. Muitas vezes não há nem alimentação para fornecer à pessoa que vem do interior do Estado. Mas ali não há quase um prato de comida, muitas vezes, para oferecer.

Então, eu acho que o Governo tem que assumir a sua responsabilidade. E eu vi ontem ou hoje, nos jornais, se não me falha a memória, o Senador Jorge Viana, do Estado do Acre, com uma proposta que penso deve ser levada em consideração pelo Congresso Nacional. Ele vai votar contra a Emenda nº 29, mesmo sendo da autoria do seu irmão, o ex-Senador Tião Viana. Vai votar contra, já declarou seu voto com bastante antecedência. Todavia, fez uma proposta dizendo que, para o cidadão que tiver uma receita de até R\$500 mil poderia ser tributado mais 1% no Imposto de Renda, ou seja, o Imposto de Renda, pelo Ministério da Fazenda, arrecadaria e depois transferiria para o Ministério da Saúde. É uma fonte enorme que ele está propondo. Mas considero inconcebível, quando se fala em apontar uma nova receita, querer tributar em cima do cidadão brasileiro, que já paga a maior carga tributária do planeta. É uma ideia que deveria ser discutida com a maior amplitude possível; não sei quanto, de fato, o Governo poderia arrecadar com isso, tributando 1% nas pessoas que ganham até R\$500 mil de faturamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Mais de R\$500 mil.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Mais de R\$500 mil. V. Ex^a deve ter lido a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Não, estou ouvindo V. Ex^a e entendi isso.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É isso aí. Acima de R\$500 mil, tributaria mais 1% da tabela do Imposto de Renda. Não sei quanto isso poderia gerar em termos de arrecadação.

São pequenos comentários que, à medida que nossa Comissão debate essa matéria...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – V. Ex^a traz esse tema, e não é um tema polêmico. Sempre digo e todos falamos muito da importância de apontarmos novos recursos para a Saúde e, ao mesmo tempo, todos queremos uma gestão adequada. Mas, na hora de apontar os recursos, sempre há uma polêmica. E como o Senador Jorge Viana – estou ouvindo agora,

não conheço a proposta ainda – encaminha esse projeto, que deve tramitar na Casa como o senhor falou, é mais um tema para o debate. Vamos ver o que podemos construir.

Tenho levantado também, nessa questão da Saúde – tema que trato com muito carinho e cuidado –, que poderíamos fazer, na aprovação da DRU, que não se desvinculassem mais os 20%, que hoje são desvinculados, da seguridade social, porque, na seguridade social, temos Saúde, assistência e previdência. Segundo dados que tenho, só essa não desvinculação daria em torno de 40 bilhões, sem medo de errar. Dizem que são 45, mas vou ficar com 40 bilhões.

Poderíamos pensar em uma parcela maior do Dpvat, pois todo cidadão que está assistindo à TV Senado neste momento, e nós aqui, hoje – que bom que a maioria tem o seu carrinho –, pagamos o Dpvat. Se o número de carros aumentou significativamente – e isso é bom, sinal que a população está tendo mais renda e pode ter acesso a seu carrinho –, o Dpvat poderia destinar uma verba maior também para a Saúde, já que a maioria dos acidentes quem acaba pagando é o SUS. Vai para o hospital, o SUS paga, e o Dpvat acaba não pagando.

A outra fonte, que já foi levantada por inúmeros Senadores e Deputados, é de bebidas e cigarros. Também sou favorável. E uma outra, que é uma fonte que parece um milagre para todos os males, é o pré-sal. Tudo bem, já que vamos discutir fontes, o destino de recursos do pré-sal, vamos pensar também no pré-sal na Saúde.

São algumas questões que são levantadas, e essa nova proposta que V. Ex^a coloca hoje, apresentada pelo Senador Jorge Viana, seria bom que, em outra oportunidade, ele explicasse de forma mais detalhada, para nos posicionarmos com mais clareza.

Cumprimento V. Ex^a por falar do tema Saúde na abertura dos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Paulo Paim. E, fazendo também um adendo a sua fala, quando busca outras fontes de financiamento para a Saúde, penso que o Brasil tributa pouco ou quase nada, em relação à questão mineral.

V. Ex^a tem acompanhado o faturamento das grandes empresas brasileiras que, a cada dia que passa, estão ficando mais ricas. Se V. Ex^a pegar o que contribuem, é muito pouco. A exportação *in natura* de toda a nossa produção extraída do nosso subsolo. Por que não também tributar? Fiz um pequeno cálculo e acredito que seria possível, por meio de uma pequena tributação, coisa quase irrisória, canalizarmos pelo menos 5 a 10 bilhões para a Saúde pública do Brasil.

Por exemplo, a Vale do Rio Doce hoje é uma multinacional, uma potência. E vive de quê? Do subsolo rico brasileiro – e quase nada paga em termos de tributo, em relação a sua exploração. Considero muito pouco. Creio que deveríamos caçar fontes também de pessoas que têm ganhado muito dinheiro no Brasil e quase nada pagam de impostos, de tributos, e penso que seriam fontes novas de receita para investirmos na Saúde do nosso País.

Vamos iniciar aqui...

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pois não, Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Se V. Ex^a permitir, aproveitando esse comentário que acabo de ouvir de V. Ex^a, gostaria de informar a todos que ontem a Frente Parlamentar da Saúde, juntamente com várias entidades de Saúde, médicas e não médicas, inclusive da sociedade civil organizada, realizou a Primavera da Saúde, na qual aproximadamente 1,5 mil a 2 mil pessoas fizeram uma manifestação em frente ao Palácio do Planalto e, simbolicamente, foi entregue à Presidenta esse mesmo número de rosas, simbolizando a primavera.

No início da tarde, tivemos uma reunião com o Secretário-Executivo da Presidência da República e, em seguida, com a Ministra Ideli Salvatti. No final da tarde, com o Presidente do Senado, Senador José Sarney. Em todas as reuniões, a temática foi a Emenda nº 29. Defendemos a Emenda do Senador Tião Viana, que estabelece 10% do Orçamento da União para a Saúde, 12% para os Estados e 15% para os Municípios. Fomos pedir ao Presidente desta Casa celeridade na apreciação desta matéria. Evidentemente que, também nas reuniões de que participamos, ficou claro que se precisa discutir fontes de financiamento da Saúde. Entendemos que 10% da União destinado à Saúde vai realmente ter peso nas políticas públicas implementadas pelo Governo da Presidenta Dilma, por isso mesmo defendemos uma discussão ampla, uma discussão responsável e até criativa, como V. Ex^a acabou de sugerir, possíveis fontes que poderão contribuir para o financiamento da Saúde.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Muito obrigado, Senador Paulo Davim.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pois não, Senador.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu queria fazer um adendo à Emenda nº 29, Senador

Paulo Davim. Como venho da área empresarial, estou acostumado a planejamentos. Acho tão vago a gente falar que precisa de 10% de uma coisa que a gente não sabe o vai ser. Ela pode ser 12%, 14%, pode ser 7%. Acho que deveria haver um orçamento, em primeiro lugar, para mostrar a necessidade do que se precisa. Se aquilo representar 11,5%, que seja 11,5%.

Estamos diante de uma crise internacional e não sabemos o reflexo que terá no nosso PIB do ano que vem. E se esses 10% ficarem muito aquém da necessidade da Saúde? Porque é uma coisa que acho extrapola qualquer esforço, qualquer Governo tem que fazer um esforço – o senhor é médico e sabe dessa necessidade. Então, vamos supor que tenhamos uma surpresa, nos próximos dois anos, e tenhamos um PIB muito aquém daquilo que se está projetando. Creio que é uma falta nossa de mostrar planejamento do que precisamos. Estamos falando em 10% de quê? De uma projeção?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Permita-me um aparte?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Pois não.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Esse trabalho foi feito. O Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, já tem esse levantamento pronto e nos disse que o SUS precisa, para o seu financiamento, de um mínimo de 45 bilhões. Dez por cento corresponde a 32 bilhões; portanto, ainda ficariam faltando 13 bilhões para fechar esse montante sinalizado pelo Ministério da Saúde. Portanto, mesmo com os 10%, esse financiamento ainda não vai ser satisfatório. Daí a nossa defesa de criarmos fontes alternativas de financiamento de forma que a gente monte esse pacote de financiamento necessário a dar estabilidade e viabilidade ao Sistema Único de Saúde, entendeu? Esse estudo já foi feito pelo Ministério.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – No ano passado, destinou-se à Saúde pouco mais de 60 bilhões, 64 se não me falha a memória. Acho que tinha que se apresentar o orçamento à Saúde, que precisa de 70 bilhões. Agora, vai-se tirar do orçamento de outras coisas supérfluas em que o Governo, às vezes, está investindo para privilegiar a Saúde. De qualquer maneira, é um ponto de partida. Só não vamos falar em criação de novos impostos; se for essa a linha, aí a coisa já fica bastante difícil, certo? Na Câmara, já rejeitaram isso.

Temos que preservar a Saúde e, se ela precisa de 70 bilhões, serão 70 bilhões. Vamos ajustar esse orçamento perante os outros Ministérios, as outras pastas, tirar o que não é possível. Se tirarmos o trem bala dessa história já sobra um bocado e vamos tirando

outras coisas. Tenho medo de que essa linha vá para a criação de um imposto, o que não é viável.

Obrigado.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, só rapidamente...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pois não, Senadora.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – ...eu gostaria de também dar a minha opinião com relação à fala do nosso Senador Cyro Miranda, com quem concordo plenamente. Os recursos devem ser cuidadosamente planejados para que a sua aplicação seja efetiva.

Quero aproveitar a oportunidade para dizer, não sei se é de conhecimento de todos, mas o núcleo de Parlamentares do PT, tanto da Câmara quanto do Senado, fez durante estes últimos meses, digo, estas últimas semanas, um estudo cuidadoso sobre as vinte metas do Plano Nacional de Educação. Nós nos debruçamos sobre elas e fizemos emendas com relação a todas que queremos depois, debater com os demais Parlamentares.

Entre essas metas, uma se refere ao financiamento da Saúde. O núcleo concorda com os 10%, mas de forma progressiva. Então, a nossa emenda dá um tratamento que, acredito, seja possível atender os 10% de forma progressiva.

Então, posteriormente, poderemos conversar melhor sobre isso, debater, mas, em princípio, vamos concluir, sistematizar esse trabalho no dia de hoje, produzir um material sobre isso para ser socializado entre todos os Parlamentares, tanto da Câmara quanto do Senado, para que possamos ter esse estudo à disposição de todos os Parlamentares e, assim, facilitar o nosso debate aqui, no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Obrigado.

Item 1:

Decisão não terminativa, p. 14.

ITEM 1

– Não Terminativo –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 304, DE 2009

Dispõe sobre as medidas a serem adotadas no traumatismo dentário ocasionado pela prática esportiva e dá outras providências.

Autoria: Deputado Gilmar Machado

Relatoria: Senador João Durval

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

Observação: A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE, em decisão terminativa.

Como não há a presença do Senador João Durval aqui, na Comissão, solicito que, *ad hoc*, o Senador Paulo Paim fizesse o relatório dessa matéria.

Por favor, Item 1, p. 14, V. Ex^a é nosso Relator *ad hoc* em relação a essa matéria.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, depois, eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pois não, Senador Cyro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – ...se V. Ex^a pudesse privilegiar os Relatores que aqui estão e, depois, fazer a pauta dos *ad hoc*, após essa leitura, eu agradeceria.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pois não, V. Ex^a será atendido, na forma regimental, no pedido de inversão de pauta. Sobre tudo, prestigiando os Relatores da matéria, o Item do qual V. Ex^a é Relator é o 8, não é?

Senador Cyro Miranda, V. Ex^a daqui a pouco vai ler o relatório.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador Eduardo Suplicy, pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Conforme tivemos ambos oportunidade de relatar a V. Ex^a, mas tendo em conta diálogo que tivemos com as autoridades do Governo, na área da Saúde e da Anvisa e do Ministério da Saúde, com respeito ao Projeto de Lei do Senador Cyro Miranda que trata dos medicamentos descartáveis, chegamos ao entendimento para que, tendo em conta a iniciativa que vai haver do Governo na área da Saúde, acordarmos de deixar a matéria para a sua votação no mês de outubro. Logo que houver essa iniciativa, o Governo vai nos avisar e, em seguida, então, poderemos avisar a Presidência da Comissão para que a matéria volte a ser tratada, apreciada e votada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pelo que entendi, V. Ex^a está pedindo um prazo. Evidentemente, eu queria saber qual é esse projeto, o que nós temos aqui? É um projeto do Cyro Miranda, que é o item 8, que é o PLS 461. Não é esse. Então, o outro não está pautado.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Hoje não está pautado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Diante do que não está pautado... Nós ficamos em dúvida aqui, porque não está na pauta.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Não, porque V. Ex^a já tomou a providência. Só para

que as pessoas que acompanham a nossa Comissão fiquem sabendo desse entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a já estava para tomar uma providência.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a. Naturalmente, nós vamos respeitar o acordo estabelecido entre o Governo e o próprio Senador Cyro Miranda. É isso que é... Entendi, Senador Cyro. Está acordado.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Está acordado.

Muito obrigado. (*Fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Ótimo.

Então vamos... Relatoria *ad hoc*, Senador Paulo Paim, por gentileza.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Aliás, ele não está acordado, está dormindo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu dei uma lida enquanto (*Inaudível.*) o projeto e o projeto é do meu querido amigo, o Deputado Gilmar Machado, que é um dos líderes, inclusive, da base do Governo lá na Câmara dos Deputados.

A análise que é feita do projeto, segundo o próprio Ministério da Educação, é que não há necessidade dessa regulamentação. Então, vou ler praticamente a síntese do que diz o Ministério da Educação, que está na última página.

Diz:

O Ministério da Educação, em ofício datado de 11 de agosto de 2006, manifesta-se pela falta de necessidade dessa regulamentação com base nos argumentos de que: 1) embora não haja disposição expressa [na Lei Geral do Desporto] garantindo assistência odontológica [aos atletas], as entidades de prática desportiva são obrigadas a contratar seguro de acidente de trabalho para eles; 2) ao garantir cuidados especiais com a Saúde bucal dos atletas, o projeto traduz, em regra especial, o que o poder público já propicia à população em geral, mediante políticas nesse sentido; 3) na hipótese de descumprimento da responsabilidade que institui, o projeto não prevê sanção suscetível de execução, resultando inócua a regra criada.

Assim, compartilho da opinião do Senador de que não necessitamos de uma lei nos moldes da proposição contida no projeto sob análise.

Acho uma bela iniciativa do meu querido amigo, Deputado Gilmar Machado, mas entendo que o Ministério, ao dialogar com o Relator, demonstrou clara a não necessidade, porque não teria nenhum resultado prático essa iniciativa.

Devido a isso, eu fico com o Relator, Senador João Durval, que diz:

Em vista do exposto, votamos pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 304, de 2009.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Paulo Paim.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer que conclui pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 304, de 2009.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O parecer é pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 304, de 2009.

A matéria será encaminhada à Comissão de Educação, Cultura e Esporte para prosseguimento da sua tramitação.

ITEM 8

– Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 461, DE 2003

Institui o Programa de Incentivo ao Trabalhador com idade entre 40 e 55 anos de idade – PROIN.

Autoria: Senador Alvaro Dias

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma da Emenda Substitutiva que apresenta.

Observações: – Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92, se for aprovado, o substituto será submetido ao turno suplementar.

A votação serão nominal.

Concedo a palavra ao Senador Cyro Miranda para proferir o seu parecer.

V. Ex^a está com a palavra assegurada.

Solicito ao Senador Eduardo Suplicy que, se possível, permita que o Senador Cyro Miranda faça o seu relatório.

Com a palavra o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Obrigado, Senador Suplicy.

Muito obrigado, Sr. Presidente Senador Jayme Campos, competentíssimo Presidente desta Comissão.

Sr^{as} e Srs. Senadores, este projeto é de 2003. Por isso, há uma modificação nas idades. Ele estabelece os benefícios a que fará jus o empregador que manter pelo menos trinta por cento de seus empregados com idade entre quarenta e cinquenta e cinco anos de idade, autorizando o Poder Executivo a conceder

subvenção econômica até o limite de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por ano.

Em sua justificativa, o autor registra que a sugestão partiu do Legislativo Municipal de Marechal Cândido Rondon, no Estado do Paraná. Afirma, também, que essa parcela dos trabalhadores, com idade entre 40 e 55 anos, não está recebendo a atenção que merece do legislador, no sentido de compensar a diminuição da empregabilidade e as dificuldades de reinserção no mercado de trabalho.

A matéria que se pretende disciplinar, estímulo à contratação de empregados de meia idade (entre quarenta e cinquenta e cinco anos), insere-se no âmbito do Direito do Trabalho e se inclui entre aquelas de iniciativa comum, prevista no art. 61 da Constituição Federal. A competência para legislar sobre o tema é do Congresso Nacional, nos termos do art. 48 da mesma Carta. Essas normas constitucionais aplicam-se, também, às disposições relativas aos benefícios orçamentários propostos.

Eu vou direto ao voto, justificando a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – A Presidência ficará grata diante do relatório, do qual já tem conhecimento a Comissão.

V. Ex^a pode ir direto ao voto, porque todos nós já tomamos conhecimento da matéria por estar à disposição de todas as Sr^{as} e dos Srs. Senadores.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Pois não. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Ante o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 461, de 2003, na forma da seguinte emenda substitutiva... Essa emenda vem corrigir a defasagem de tempo – de 2003 para cá, houve muita mudança. Então, nós estamos propondo:

EMENDA Nº – CAS (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 461, DE 2003

Dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal para as pessoas jurídicas que possuam empregados com mais de sessenta e menos de setenta anos de idade.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. As pessoas jurídicas, tributadas com base no lucro real, para fins de Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ, poderão deduzir do lucro tributável até 25% (vinte e cinco por cento) do montante de salários e encargos previdenciários pagos, no período base, a seus empregados, desde que possuam, em seu quadro de empregados, pelo menos 30% (trinta por cento) deles com idade igual ou superior a 60 (sessenta) e inferior a 70 (setenta) anos.

Essa é a correção que fazemos dos 40 aos 45.

§ 1º. O montante das deduções previstas no *caput* não poderá ultrapassar o limite de 15% (quinze por cento) do lucro real, antes de computada a referida dedução.

§ 2º. O percentual a que se refere o *caput* deste artigo será calculado exclusivamente sobre o valor dos salários inferiores ao limite máximo para o valor dos benefícios do Regime Geral da Previdência Social.

Art. 2º. O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 5º, II, 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto nesta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição Federal, o qual acompanhará o projeto de lei orçamentária, cuja apresentação se der após decorridos sessenta dias da publicação desta Lei.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. A isenção de que trata esta Lei produzirá efeitos a partir do primeiro dia do exercício financeiro imediatamente posterior à publicação.

Era o que tínhamos a relatar.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço ao Senador Cyro Miranda pelo competente relatório aqui já exposto.

A matéria está em discussão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu confesso que não fiquei dominando a matéria.

Como fui o autor do Estatuto do Idoso, tenho muito cuidado com esse tema. Eu entendi a intenção do Senador Cyro Miranda, mas, no projeto original, pelo que eu entendi, estávamos tratando de idade entre 40 e 55 anos, porque existe uma discriminação muito grande ainda no mercado de trabalho. O cidadão chega lá, mas, se está com uma idade de 16 a 20, é jovem e não tem experiência; se está com mais de 40,... Eu me lembro até do Senador Jefferson Péres que tinha um projeto também um projeto nesse sentido e eu tinha, na época, um semelhante. Se tem mais de 40, é considerado idade avançada para aquela atividade. Mas, pelo que percebo aqui, nós estamos tratando agora – por isso não tenho domínio e por isso, talvez, eu tenha que pedir vistas só para que possa até dialogar mais com o relator sobre o tema –, idade superior a 60 e 70 anos. Então, fiquei sem uma base sólida para me posicionar. Se o relator concordar – e acho que ele vai concordar –, eu peço vista, a gente conversa e, na semana que vem, nós botamos a matéria de novo na pauta. Só para que domine mais e poder argumentar.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Perfeito. Concordo plenamente. Não há o menor problema.

Eu quero, inclusive, explicar ao senhor que houve uma mudança. Hoje, a faixa entre 45 e 50 anos, o próprio Ministério aqui indica que houve um aproveitamento maior; como a demanda de emprego cresceu muito nessa última década, principalmente nesses últimos dois governos do seu Partido, nós tivemos problemas agora na faixa de etária de 60 anos. Estes estão tendo uma dificuldade muito grande. E não entre 45 e 50.

Mas nós vamos discutir e, na semana que vem, nós votamos.

A ideia é proteger e procurar estimular essa fase que está com mais idade.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pedimos vista.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto se pode ser vista coletiva? Se mais alguém concorda com o pedido de vista coletiva?

Baseado no art. 132, concedida a vista coletiva solicitada pelo Senador Paulo Paim.

Quero comunicar que vai ser retirado de pauta o Item 2, a pedido do Relator, o Senador Waldemir Moka, que não estará presente; os Itens 3, 4 e 15 e o Item 14, de autoria do Senador Lobão Filho.

Do Item 10 está presente o autor, o nosso grande e eminente Senador pelo Piauí, Senador João Vicente Claudino, como também o Relator, outro valoroso, operoso e competente Senador Paulo Paim.

Item 10, p. 156, decisão terminativa:

ITEM 10

– Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 56, DE 2008

Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para possibilitar a suspensão da aposentadoria por invalidez em virtude de retorno voluntário à atividade profissional.

Autoria: Senador João Vicente Claudino

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Observação: Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para proferir o seu relatório.

V. Exª está com a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, seguindo a orientação de V. Exª e com a presença do autor – eu sou o Relator –, eu vou tentar simplificar o relatório, o que pretende o autor, o nobre Senador João Vicente Claudino.

O cidadão se aposentou por invalidez. Depois, chegou à conclusão, ao longo dos anos, está aposentado, vai ao médico espontaneamente e o médico diz que ele está em condições de voltar ao trabalho se assim entender.

Pela sua experiência e como estamos hoje com falta de profissionais, como foi dito muito bem aqui pelo Senador Cyro Miranda, ele quer voltar e tem uma bela proposta. Ora, o que quer o Senador Claudino? Que ele possa optar e suspender a sua aposentadoria, voltar ao mercado de trabalho e, enquanto isso, ele não receberá a aposentadoria. Pois bem, se ficar lá dois, três, quatro, cinco anos, foi demitido ou saiu, ele voltaria a ter direito a receber o benefício.

Esse é o projeto. Eu entendi que é uma questão de justiça social. Nós todos sabemos – aprofundando o comentário – que há um debate no Supremo Tribunal Federal sobre “desaposentadoria”; se o Supremo decidir isso, essa questão estaria resolvida. O cidadão resolve se desaposentar, continua trabalhando e, mais na frente, ele faz uma nova opção pela aposentadoria, como há hoje para o servidor público, o que ele entender que é mais meritória, traz mais benefícios para ele.

Por isso, fui favorável ao projeto, por entender que ele assegura um direito ao trabalhador aposentado, que ele possa suspender e voltar a trabalhar se ele se achar em condições mediante, naturalmente, uma perícia médica.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – De fato, o projeto de V. Ex^a é muito oportuno. Eu tenho acompanhado e visto, particularmente, até dentro de alguma empresa minha.

Por exemplo, o cidadão aposentou, foi para o INSS, naquele momento ele vinha tendo problemas de Saúde. Todavia, com o tempo – como o Senador Paulo disse aqui – sarou e está apto a trabalhar. Todavia, como ele é aposentado por invalidez, ele não pode retornar ao trabalho. Teria que ter, nesse caso, uma perícia médica que suspendesse. Ele voltaria à sua atividade profissional e, lá na frente, poderia até ter uma melhor aposentadoria. Eu conheço várias pessoas que estão ávidas para voltar ao trabalho, mas, lamentavelmente, tendo em vista que aposentaram por invalidez, não podem. Então, parabéns a V. Ex^a, pois conheço várias pessoas nessa situação que propõem o projeto de V. Ex^a, Senador João Vicente Claudino.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pois não, Senador, para discutir.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu queria parabenizar o Senador João Vicente Claudino e

o Relator pela praticidade e também pela formulação do seu relatório.

Tenho apenas uma dúvida. Se ele depois resolvesse voltar, teria que fazer um exame pericial para invalidez? Isso que para mim não ficou claro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Ele vai explicar.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra o Senador João Vicente Claudino, para dar sua explicação ao Senador Cyro Miranda.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – É justamente essa parte que queremos evitar. Ele suspende.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É só suspensão.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Então, no momento em que ele volta a requerer aposentadoria, ele já passou pela perícia médica. Então, ele automaticamente já receberia aposentadoria novamente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Só suspensão.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Suspensa temporariamente.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Justamente. O que acontece hoje é que ele teria que voltar todo o processo.

Então, parabéns. Estou plenamente de acordo. Parabéns pela iniciativa aos dois.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – A matéria está em discussão após o relatório do Senador Paulo Paim.

Em discussão a matéria do Item 10. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

O projeto é terminativo. Nós estamos aguardando daqui a pouco quórum, depois nós voltamos à votação, porque será de forma nominal.

Está encerrada a discussão. Só aguardando quórum para irmos à fase de votação. Está quase já chegando ao quórum qualificado.

Item 7, p. 92, também um projeto de decisão terminativa:

ITEM 7

– Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 157, DE 2011

Acrescenta inciso ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada do trabalhador junto ao FGTS para o pagamento de prestações ou amortização de saldo devedor de financiamento concedido aos

estudantes de ensino superior, nas condições em que especifica.

Autoria: Senador Eunício Oliveira.

Relatoria: Senador João Vicente Claudino.

Nós vamos abrir a discussão dessa matéria, porque ela já foi lida. Nós propomos a discussão da matéria.

Eu consulto às Sr^{as} e aos Srs. Senadores se querem discutir a matéria, porque já foi lida. Relatora *ad hoc*: Ana Amélia.

Consulto se algum Senador quer discutir a matéria. (*Pausa.*)

Como ninguém quer discutir, encerro e aguardo daqui a pouco para nós votarmos a referida matéria.

Item 13, decisão terminativa, p. 181:

ITEM 13**– Terminativo –****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 72, DE 2011****Altera o art. 18 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para ampliar os benefícios previdenciários devidos ao aposentado que retornar ao trabalho.**

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg.

Relatoria: Senador Paulo Paim.

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observação: Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para proferir seu relatório. Item 13, pág. 181, relatoria de V. Ex^a, Senador Paulo Paim.

Asseguro-lhe a palavra para que V. Ex^a faça a leitura desse projeto, meritório, que também temos que observar e analisar de forma profunda, tendo em vista o que ele representa para os beneficiários.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, como não há ainda número suficiente para a votação, vou fazer a leitura do relatório na íntegra, que é só uma página.

Vem a exame desta Comissão de Assuntos Sociais, em decisão de caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 72, de 2011, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg.

O projeto tenciona modificar a redação do §2º do art. 18 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 – Plano de Benefícios da Previdência Social –, para garantir ao segurado aposentado que permaneça ou que retorne à atividade a manutenção de alguns benefícios previdenciários, nomeadamente o salário-família, o auxílio-doença, o auxílio-acidente, serviço social e de reabilitação profissional, quando empregado.

Entendo, Sr. Presidente, que o cidadão, quando volta ao trabalho, embora tenha se aposentado – e vamos aqui lembrar o famigerado fator previdenciário –, perdeu a metade do seu salário e volta à atividade. Se voltou à atividade, ele tem de ter direito a algumas questões básicas, como propõe o Rollemberg, como ao salário-família; ao auxílio-doença, no caso de ele ter algum tipo de doença no trabalho; ao auxílio-acidente, se ele se acidentar, e ao serviço de reabilitação profissional.

Foi devido a essa análise, Sr. Presidente, que eu, com muita tranquilidade, declarei-me pela aprovação do PLS nº 72, porque esse é um quadro que acompanho há muito tempo. O trabalhador se aposenta, repito – e aqui só vou comentar porque por é um tema do qual tenho mais ou menos entendimento, Sr. Presidente –, pega o fator e, em vez de ganhar R\$2 mil, vai ganhar R\$1 mil. Qualquer problema que ele tiver na atividade, ele não terá direito algum nem sequer à doença no trabalho, à acidente no trabalho ou ao salário-família. Então, é mais do que justo.

Esses benefícios não estão incorporados à sua aposentadoria, porque a aposentadoria é somente o tempo de contribuição – 35 anos, homem; e 30, mulher. Se ele voltou à atividade, ele vai ter benefícios mínimos.

É isso o que propõe de forma, no meu entendimento, muito correta, o Senador Rodrigo Rollemberg. Por isso, meu voto foi pela aprovação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. (Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Paulo Paim. Está em discussão a matéria.

Consulto as Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores se querem discutir. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Aguardo para, daqui a pouco, entrar em processo de votação, tendo em vista que o projeto é em caráter terminativo.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. (Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – O Item 4 é um requerimento do Senador Waldemir Moka. Eu gostaria de subscrevê-lo, pois ele não está presente para que seja lido.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. (Bloco/DEM – MT) – V. Ex^a será atendido na forma regimental.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. (Bloco/DEM – MT) – Solicito à Secretaria da Mesa para que coloque o Senador Cyro Miranda também como autor

desse requerimento, ou seja, subscrevendo o requerimento do Senador Waldemir Moka.

Item 9, pág. 108:

ITEM 9

– Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 253, DE 2005

Regulamenta os §§12 e 13 do art. 201 e o §9º do art. 195 da Constituição Federal, para dispor sobre o sistema especial de inclusão previdenciária dos trabalhadores de baixa renda e daqueles que, sem renda própria, se dedicam exclusivamente ao trabalho doméstico e sobre a contribuição social das empresas.

Autoria: Senador Paulo Paim

Como ainda não se encontra o Senador Eduardo Braga, que é o Relator, eu gostaria de solicitar ao Senador Paulo Davim, por favor, que relate a matéria – p. 108, Item 9.

V. Exª está com a palavra para fazer o relatório *ad hoc*, em substituição ao Senador Eduardo Braga.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Hein?

Mas V. Exª pode ir para a fase da análise, tendo em vista que é um relatório gigantesco. V. Exª pode encurtar a estrada e caminhar para a fase da análise, que está na p. 108, onde se inicia o projeto. Entretanto, o relatório, como V. Exª bem disse, é um verdadeiro tratado, gigantesco, e eu acho que os Srs. Senadores... Porque está tramitando em conjunto, a verdade é essa. É por isso que o relatório é enorme.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – São três Senadores, não é?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Exato.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Senador Paulo Paim, Senador Inácio Arruda e Senador Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu recomendo a V. Exª, se possível, é óbvio, evidentemente com a concordância do Plenário... Nós temos aqui, na última página... V. Exª pode resumir muito bem.

É possível? Claro que é.

SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Claro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra o Senador Paulo Davim.

SR. PAULO DAVIM (PV – RN) – Vou ler a análise.

Pelo teor do art. 90, combinado com o art. 100, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais dar parecer aos projetos de lei mencionados em caráter terminativo.

Como bem mencionado no primeiro relatório apresentado pelo Senador Expedito Júnior, a expansão da cobertura previdenciária representa o principal desafio de curto prazo, tanto para o desenvolvimento do sistema previdenciário brasileiro quanto para a continuidade da política de sustentação de renda dos idosos. Do contrário, um contingente enorme de brasileiros irá pressionar por um aumento de gastos públicos em programas assistenciais e ainda reduzirá a renda média de suas famílias.

Mais ainda, em contexto de aumento de longevidade, a falta de cobertura previdenciária representa uma verdadeira bomba com efeito retardado.

É verdade que hoje é possível ao contribuinte individual e ao segurado facultativo recolherem suas contribuições com alíquota reduzida para 11%, desde que optem pela exclusão do direito ao benefício de aposentadoria por tempo de contribuição. Trata-se da inclusão de parágrafos ao art. 21 da Lei nº 8.212, de 24 junho de 1991, Lei de Custeio da Seguridade Social, pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, novo Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, recentemente reduzido para 5% em face do exposto na Medida Provisória nº 529, de 2011.

Contudo, esses novos dispositivos não atendem aos §§12 e 13 do art. 201 da CF, por não versarem sobre as específicas categorias de pessoas que a Emenda Constitucional nº 47, de 2005, pretende beneficiar: trabalhadores de baixa renda e aqueles sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, pertencentes a famílias de baixa renda.

Nesse particular aspecto, um consenso construído entre oposição e situação garantiu a aprovação, pelo Plenário do Senado, do Projeto de Lei de Conversão nº 19/11, que reduz a alíquota de contribuição à Previdência Social para microempreendedor individual de 11% para 5%, sobre o valor do piso e contribuição equivalente ao salário mínimo.

O texto proveniente da medida provisória segue para a sanção presidencial.

Uma emenda da Ministra da Casa Civil, a Senadora licenciada Gleisi Hoffmann, estendeu a redução da alíquota às donas de casa. O benefício serve para segurados facultativos sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho de sua casa, desde que pertencentes a família de baixa renda.

É considerada de baixa renda a família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, com renda mensal de até dois salários mínimos, ou seja, R\$1.090,00.

Todavia, as alterações legislativas mencionadas, além de manter para os mencionados segurados a maior alíquota paga pelo segurado empregado, 11%, não estabeleceu prazos de carência reduzidos e, o que é mais grave, excluiu o direito à aposentadoria por tempo de contribuição.

Essa exclusão não consta sequer implicitamente dos mencionados dispositivos constitucionais, que menciona apenas que o valor de benefício será de um salário mínimo, sem dizer se decorrente de aposentadoria por idade ou por tempo de contribuição.

Portanto, as regras estabelecidas nos §§ 2º e 3º do art. 21 da Lei nº 8.212, de 1991, podem coexistir com o sistema especial de inclusão previdenciária, preconizado pelos §§12 e 13 do art. 201, por terem destinatários e regras diferentes.

Assim, têm razão os ilustres Senadores Paulo Paim, Inácio Arruda e Pedro Simon ao proporem a efetivação do sistema especial de inclusão previdenciária, mediante projeto de lei que regulamente os §§12 e 13 do art. 201, já citados aqui, acrescentados pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005.

Portanto, lendo isso aqui, parto direto para o voto.

Em face do exposto, opinamos pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado de nºs 67, de 2007, e 132, de 2010, e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 253, de 2005, na forma do presente.

Pronto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço ao Senador Paulo Davim pela sua relatoria *ad hoc*.

Coloco em discussão a matéria.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, o projeto é importante, mas, considerando que houve um substitutivo ao Projeto, considero-o bastante complexo neste momento, para que possamos votar com tranquilidade. Até porque, conforme foi relatado aqui, ele faz uma adequação da Medida Provisória nº 529, que reduz a alíquota, e também com o projeto da Senadora Gleisi Hoffmann, que assegura aposentadoria para as mulheres donas de casa, do qual também sou signatária.

Eu gostaria muito de poder aprofundar um pouco mais isso. Portanto, sugiro vista para que possamos fa-

zer um estudo mais aprofundado sobre a matéria, à luz também do projeto de lei da Senadora Gleisi Hoffmann.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Vista coletiva, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª será atendida na forma regimental, art. 132.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, uma rápida consideração. Naturalmente que concordo com a vista, há um substitutivo, mas quero cumprimentar tanto o relator *ad hoc* como o Relator Senador Eduardo Braga...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O original, não é, Paulo?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – O original, exatamente, porque o Senador Eduardo Braga, embora o projeto do Senador Pedro Simon e o do Senador Inácio Arruda vão na mesma linha de um que eu havia apresentado em 2005 e um outro que a Senadora Gleisi apresentou este ano, ele manteve pela aprovação do projeto original, ou seja, do mais antigo, e faz uma compilação, eu diria, reúne todas as propostas e vai para a aprovação na forma do substitutivo.

Quero só cumprimentar tanto o Relator *ad hoc* como o Senador original, Senador Eduardo Braga. Como foi pedida vista coletiva, votaremos no momento adequado.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Vamos aguardar. Diante do pedido de vista coletivo, baseado no art. 132, Exª está sendo atendida na forma regimental, Senadora Ana Rita, em conjunto com os demais Senadores que fazem parte desta Comissão.

Item 4, decisão não terminativa, pg. 64:

ITEM 4

– Não terminativo –

REQUERIMENTO Nº 48, DE 2011-CAS

Requeiro, nos termos do artigo 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja solicitada a oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei do Senado nº 617, de 2007, previamente à sua apreciação, em caráter terminativo, por esta Comissão de Assuntos Sociais.

Autoria: Senador Waldemir Moka e Senador Cyro Miranda

Eu gostaria de consultar o Senador Cyro Miranda, que se encontra aqui, para fazer o encaminhamento do requerimento para entrar em processo de votação.

Vamos aguardar porque o Cyro, parece-me, está em outro espaço e é o autor deste requerimento, em conjunto com o Senador Waldemir Moka. Vamos aguardar a sua presença daqui a pouco. Ele deve ter saído em caráter de urgência para alguma necessidade.

Página 163, decisão terminativa: Projeto de Lei do Senado nº 163, de 2010.

ITEM 11

– Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 163, DE 2010

Altera a redação do §2º do art. 195 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, de modo a regular o adicional de insalubridade e periculosidade conforme o constatado por perito.

Autoria: Senador Pedro Simon

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: pela aprovação do projeto na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Observações: nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF, se for aprovado o substitutivo será ele submetido a turno suplementar.

A votação será nominal.

Consulto o ilustre Senador João Vicente Claudino se S. Exª pode relatar *ad hoc* o relatório do Senador Sérgio Petecão.

Item 11, p. 163.

V. Exª está com a palavra.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Meu Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado nº 163, de 2010, altera o § 2º do art. 195 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para tornar claro que tanto o pedido de pagamento de adicional de insalubridade, assim como o de periculosidade, não serão prejudicados por haver o autor da Reclamação Trabalhista apontado fator de risco diverso daquele constatado pela perícia determinada pelo Juízo.

O autor, ao justificar sua iniciativa, argumenta que se tornou urgente dirimir definitivamente a controvérsia jurisprudencial, que vem se arrastando ao longo dos anos no âmbito da Justiça do Trabalho, acerca dessa matéria.

Análise.

Do ponto de vista dos requisitos de constitucionalidade formal e material, o projeto não apresenta vícios, porquanto observadas as regras pertinentes à

competência do Ente Federativo e da iniciativa, consoante o disposto, respectivamente, nos arts. 22, I, 48 e 61 da Carta Magna, quanto à competência da União para legislar sobre a matéria; do Congresso Nacional para apreciá-la; e do Senador para apresentá-la.

Os termos em que a proposição foi formulada não violam cláusula pétrea e, no que se refere à juridicidade, o projeto se acha livre de vícios, posto que utiliza meio legislativo adequado aos objetivos pretendidos, além de inovar o ordenamento jurídico e ostentar generalidade, coadunando-se, portanto, com os princípios gerais de direito.

No mérito, concordamos integralmente com o autor. Realmente, trata-se de matéria que precisa ser mais bem equacionada do ponto vista legal, para que cessem as dissonâncias que se estabeleceram no Judiciário.

Atualmente, na hipótese de reclamação trabalhista proposta por empregado ou sindicato profissional, postulando a declaração da existência de fatores de risco ensejadores de insalubridade ou de periculosidade, determina o art. 195 da CLT que o juiz designe engenheiro de segurança ou médico do trabalho, para a realização de perícia técnica no local de trabalho. A par do laudo técnico, o juiz poderá decidir sobre o acolhimento ou rejeição do pedido.

A Súmula nº 293 do Tribunal Superior do Trabalho (TST) prescreve que não prejudica o pedido de adicional de insalubridade o fato de ser apontado em juízo agente nocivo diverso do constatado pela perícia.

Ocorre, entretanto, que a referida súmula nada diz sobre o adicional de periculosidade.

Essa a razão do dissenso jurisprudencial apontado pelo autor, pois, não raro, se argui nos Tribunais a inaplicabilidade da Súmula nº 293 no caso de pedido de adicional de insalubridade.

De fato, assiste razão ao autor, quando propõe alteração legislativa que torne absolutamente dispensável, em razão da natureza técnica que envolve esses adicionais, a indicação pelo empregado ou sindicato profissional, de forma específica, do agente insalubre ou perigoso sob o qual estava exposto.

Por essa razão a matéria deve estar regulada na lei e não apenas orientada pela jurisprudência, na forma de súmula, admitindo-se de forma clara e inequívoca que o pedido possa ser genérico, podendo o demandante mencionar em linhas gerais os agentes que, no seu entender, asseguram-lhe o direito ao adicional pretendido.

Apresentamos, por fim, emenda que promove a adequação à técnica legislativa, conforme anteriormente referido.

Voto.

Em face do exposto o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 163, de 2010, nos termos da seguinte emenda substitutiva, anexada ao relatório.

V. Ex^a, Senador João Vicente.

Em discussão a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Paulo Paim.

Temos quórum para votar todos os projetos agora.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Veja o dilema em que eu fiquei. Eu sou totalmente favorável ao projeto, o Ministério do Trabalho é favorável, mas, segundo a nota técnica que recebi, o Ministério é favorável ao projeto original do Senador Simon e contra as emendas que foram apresentadas pelo relator.

Segundo o Ministério, há dois problemas aqui que poderiam prejudicar a tramitação da verificação do adicional devido ao trabalhador, seja de periculosidade, seja de insalubridade.

O que diz o Ministério? Por exemplo, que seja retirada a referência à perícia no Ministério do Trabalho e Emprego, uma vez que os cargos de engenheiro ou médico do trabalho foram transformados em cargo de auditor fiscal. Ou seja, não existe mais essa função para fazer a perícia, como aqui é lembrada, pela proposta substitutiva. É o primeiro caso.

O segundo caso, sobre o qual também fiquei na dúvida: o projeto original falava de um grupo de associados, naquele princípio do substituto processual, enfim, que eles poderiam representar os associados. O substitutivo ou a emenda apresentada fala de um grupo de trabalhadores. Aí, o Ministério também diz que fica difícil delimitar qual seria esse grupo de trabalhadores.

Mediante o fato, Sr. Presidente, não há nenhuma polêmica, pelo que percebi, aqui no Plenário. É uma questão de interpretação do projeto original do Senador Simon e do Substitutivo.

Eu estou achando que o recomendável, em defesa de todos que estão envolvidos nesse tema, é que eu pedisse vista e nós chegássemos a uma conclusão se é melhor o substitutivo do relator ou o projeto original, e votaríamos na semana que vem, Sr. Presidente, pela insegurança jurídica em que eu diria que estou e sabendo que o Ministério do Trabalho é favorável, mas questiona o substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O pedido de vista de V. Ex^a é pertinente, até para dirimir algumas dúvidas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – E se fosse pela aprovação, eu teria que ser pela aprovação do projeto original do Senador Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Mas eu consulto V. Ex^a se está pedindo vista...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pode ser vista coletiva?

Há alguns apoiadores.

Baseado no art. 132, vista coletiva ao Projeto de Lei do Senado nº 163.

Eu quero dizer, dando sequência aqui, diante da não presença do Senador Cyro, que V. Ex^a é signatário deste requerimento.

Concedo a palavra a V. Ex^a para fazer o encaminhamento da matéria, que tem decisão não terminativa. É o requerimento de que V. Ex^a se propôs a ser signatário, junto com o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Pois não, Sr. Presidente. Muito obrigado pela tolerância.

Requeiro, nos termos do artigo 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja solicitada a oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei do Senado nº 617, de 2007, previamente à sua apreciação, em caráter terminativo, por esta Comissão de Assuntos Sociais.

É este o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permanecem sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria irá à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Item 6.

Não foi encerrada a discussão desta matéria. O Senador Wellington Dias parece-me estar interessado na discussão desta matéria.

Está aberta a discussão do item 6, p. 86. A matéria foi lida, mas não foi encerrada a sua discussão.

Consulto se as Sr^{as} e os Srs. Senadores querem discutir a matéria. *(Pausa.)*

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Projeto de Lei do Senado nº 158?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Item 6, p. 86.

V. Ex^a tem conhecimento de que essa matéria teve pedido de vista coletiva, todavia manifestou...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Quer dizer, é o Projeto de Lei do Senado nº 158?

Sr. Presidente, estou apresentando aqui...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Projeto nº 158. Item 6, p. 86.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, pedimos vista coletiva e estou apresentando um voto em separado.

Na verdade, trata-se aqui de uma autorização para movimentação do saldo das contas vinculadas ao FGTS para pagamento de prestações habitacionais em atraso.

Analisando a situação, Sr. Presidente, eu queria aqui ressaltar a Lei nº 8.036, de 1990, que Trata sobre o FGTS, em seu art. 20, §1º, já permite ao trabalhador ou trabalhadora, em caso de demissão sem justa causa e em outras situações, como enchentes, emergência, enfim, sacar tanto para pagar prestações como até sacar todo o saldo de sua conta vinculada do FGTS. Dessa forma, ele pode fazer uso desses recursos da forma que entender necessário, inclusive para quitação da casa ou quitação de prestações.

O projeto aqui coloca uma diferença que acho perigosa, porque, nesse caso, é exigida exatamente a pontualidade do mutuário para que se tenha esse direito. Nesse caso, estaríamos privilegiando quem estiver atrasado. Ou seja, basta o cidadão atrasar suas contas e já tem o direito de fazer esse débito.

Por essa razão, o meu voto, em vista do exposto, é pela rejeição deste projeto. Eu acho que teríamos uma situação em que estaríamos estimulando a inadimplência, porque seria premiado com a possibilidade do saque da conta do FGTS. Por essa razão, o meu voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 158, de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Em discussão.

Com a palavra o Senador Cyro Miranda, como relator desta matéria, sobretudo diante das observações feitas em voto separado pelo Senador Wellington Dias. V. Ex^a está com a palavra.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu quero chamar a atenção de V. Ex^{as} de que o Senador Eunício Oliveira teve como objetivo dinamizar essa liberação. Veja bem: o que S. Ex^a, o Senador Wellington, está nos colocando, a lei só permite a utilização pela demissão, por meio da demissão, e utilização na compra, na aquisição.

Agora, não se levaram em conta as dificuldades salariais por que pode ter passado o trabalhador. Ele, muitas vezes, é obrigado a aceitar um emprego abaixo do que vinha ganhando. Então, ele não tem condições de utilizar, a não ser por meio de um processo muito demorado, como diz aqui o Senador, o Conselho Curador do Fundo de Garantia.

Mas, para que não haja esse abuso e nem premiar o inadimplente, nós colocamos aqui uma emenda, que diz, no seu art. 22:

O pagamento das prestações em atraso de que trata o inciso VI fica limitado a apenas duas movimentações do salto da conta vinculada e, para a efetivação de cada uma delas, deve ser precedida a devida comprovação de perda de renda eventual, observadas as condições estabelecidas pelo Conselho Curador.

Quer dizer, esse temor que o Senador Wellington Dias tem nós também tivemos e procuramos nos resguardar por meio dessa emenda, porque esse é um dinheiro do trabalhador. Mesmo que trabalhando, ele pode estar em dificuldade, pode ter uma série de adversidades na sua família, fica inadimplente, vai ficar inscrito no Cadim, no Serasa da vida, tem a sua vida toda complicada. Então, é nesse sentido que procuramos desonerar isso sem prejudicar o sistema do Fundo de Garantia de Serviço e também não deixar que ele faça nenhum tipo de abuso. Então, essa é a defesa que faço ao projeto do Senador Eunício Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Pela ordem, Senador Wellington dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, quero, inclusive, louvar aqui a defesa que faz o meu querido Cyro Miranda em relação aos trabalhadores. Queria apenas chamar a atenção de que a Lei nº 8.036/90, nesse mesmo art. 20 de que falo, nos incisos V, VI e VII, trata que é possível a autorização dos recursos de sua conta vinculada do FGTS para aquisição de imóvel residencial, amortização/liquidação de saldo devedor e pagamento de prestação do seu financiamento. O Conselho Curador regulou e permite até três. É até mais avançado do que os dois. O único cuidado que é tido sempre é o de fazer isso, exigindo a adimplência, porque senão... O grande receio do Conselho é porque há as duas pontas: de um lado, há trabalhador precisando do dinheiro do FGTS para financiar o imóvel que ainda não tem e outros que precisam dele para sustentar seu contrato. Então, se fizermos uma estimulação ao inadimplente, vamos ter um problema na outra ponta, ou seja, vai parar de entrar dinheiro no mesmo Fundo.

Quer dizer, quando se financia a habitação, esse dinheiro de quem paga a prestação volta para o Fundo, que é do mesmo trabalhador.

Então, a minha posição, compreendendo... Estou apenas ressaltando que isso que se deseja já existe, inclusive mais favorável. Agora, a diferença que há é apenas de não se fazer isso como um estímulo à inadimplência. Essa é a única diferença, e eu queria, Sr. Presidente, sinceramente, sustentar essa posição.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Nós vamos entrar em processo de votação. V. Ex^a está com a palavra, para depois entrarmos em processo de votação.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Realmente, a preocupação é louvável do ilustre Senador, mas a Lei nº 8.036, de 1990, permite ao trabalhador, em caso de demissão sem causa justa... E, para não haver o abuso, volto a ler a nossa emenda:

[...] o pagamento das prestações em atraso, de que trata o inciso VI, fica limitado a apenas duas movimentações do saldo da conta vinculada para efetivação de cada uma delas e deve ser precedido da devida comprovação de perda de renda eventual, observadas as condições estabelecidas pelo Conselho Curador.

Então, acho que isso supre essa necessidade. Volto a dizer que a Lei nº 8.036 é em caso de demissão sem justa causa. Aqui não estou falando do demitido, e, sim, daquele que está em dificuldades e que tem de comprovar.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Vamos iniciar o processo de votação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente!

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, só o art. 20, incisos V, VI e VII.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Na forma regimental, preferencialmente o Relator tem direito. Todavia, quem vota com o Senador Cyro Miranda vota “sim”; quem vota contra o projeto vota “não”.

Depois nós nomearemos o Senador naturalmente, se, por acaso, o Relator, Senador Cyro, for vencido, nós teremos de fazer com que, para o voto em separado, seja designado novo Relator, baseado no art. 128, combinado com o art. 132.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – De fato, a matéria é polêmica...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Só podemos decidir no voto, Senador Paulo Paim...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ...e me-rece que dialoguemos um pouco mais sobre ela.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – ... que é um instrumento mais democrático.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, tenho tido aqui, na Comissão, o maior cuidado com a questão do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Tenho votado quase todas as propostas que visam deslocar o dinheiro para outra área.

Inclusive, criei uma polêmica, há alguns anos, quando autorizaram que o dinheiro do Fundo de Garantia servisse para comprar ações. E foi aprovado retirar o dinheiro do Fundo de Garantia para comprar ações.

Eu entendia que o dinheiro do Fundo de Garantia tinha de ficar na Caixa mesmo, para ser usado para a compra da casa própria ou no caso de demissão. Fui derrotado, e foi facilitado que o dinheiro saísse para a compra de ações, o que acho muito mais grave que essa situação, porque compra de ações... Sou mais valorizar a renda do Fundo no próprio Fundo, no caso de demissão, e de que o trabalhador receba não só os 3%, como hoje, mas algo mais. Na compra de ação, ele estaria especulando no mercado e poderia até perder seu dinheiro, conforme o tipo de ação que comprasse naquela situação.

Nesse caso, Sr. Presidente, estou tendo o maior cuidado e o tive na última reunião em que debatemos o tema. O trabalhador – e aqui o Senador Cyro Miranda teve cuidado – foi demitido, ganhava R\$5 mil, teve de pegar um emprego por R\$1 mil, como ele vai pagar a prestação da casa? O cálculo foi feito baseado naquilo que ele recebia, e, nesse caso aqui, para mim, o §22 é muito claro: primeiro, tem-se de comprovar a perda de renda eventual, observadas as condições estabelecidas pelo Conselho Curador.

Não posso partir do princípio, com todo o respeito aos meus Pares, de que o trabalhador vai atrasar porque gosta de atrasar. Ninguém faz isso, duvido.

Há uma frase do Lula que diz que os que mais pagam em dia suas contas são exatamente os mais pobres. E são esses que usam o Fundo de Garantia. Então, meu querido amigo Wellington Dias, pelo projeto que apresenta, pelo substitutivo, de fato, estou num conflito enorme de consciência. Sou muito claro ao dizer isso. Está sendo aberta aqui, por parte do Senador Eunício, uma possibilidade. Somente por duas vezes, se comprovado – e vai passar pelo Conselho Curador – que efetivamente a renda do trabalhador despencou para que ele não perca aquilo que é mais sagrado para todos nós, que é o teto, com o qual a gente cria, em outros termos, os nossos filhos, sustenta a nossa família. Por isso, na última reunião – e já foi pedida vista –, disse que era simpático ao projeto por entender que ele faz justiça. Se posso tirar para aplicar no mercado por que não posso tirar para salvar minha casa? De fato, machuca, machuca esse debate. Por isso, com todo o carinho ao Senador Wellington Dias, que tem

uma posição diferente, vou acompanhar o Relator e o autor da matéria.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, só para encerrar, foi bem lembrado pelo ilustre Senador. Vira e mexe se dá preferência para se comprarem ações da Vale do Rio Doce e da Petrobras e não se dá um argumento para que ele poupe o seu teto. Acho que isso, realmente, define tudo.

Obrigado, Senador Paim.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador Wellington, estamos iniciando o processo de votação.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, se eu estivesse aqui no Senado à época seria contra essa aplicação também.

Acho que realmente existe um fim nobre para o FGTS e não este, como é dito aqui, da especulação. Mas eu quero dizer apenas que cada um pode votar como quiser, saberei respeitar e considero válida a defesa que todos fazem de seus argumentos.

Tenho orgulho de ser trabalhador. Sou bancário – ainda hoje essa é a minha profissão. Fui presidente do Sindicato dos Bancários. Tenho muito orgulho da minha história nesse ponto. Estou apenas chamando a atenção para o fato de que aqui se trata de interesses do trabalhador nas duas pontas.

O que não pode acontecer é alguém votar aqui a seguinte interpretação. O item 5 do art. 20 é claro no sentido de que é possível, sim, primeiro, reduzir. Ele diz, inclusive, se houver redução ele pode pagar a parcela da prestação para adequar à sua renda, à sua condição. É o exemplo que o Senador Paulo Paim acaba de citar aqui.

Noutras situações, são possíveis três prestações. É uma situação financeira momentânea. Ele tem até 90 dias em que o Fundo pode sustentar o pagamento da sua prestação. Isso já está, inclusive, regulado pelo Conselho Curador.

Agora, repito, continuo afirmando... E, vejam só, hoje, na situação em que nós estamos, é de 0,5% a 0,8% a inadimplência nessa área. Então, esses problemas todos estão sendo evitados. Por quê? Porque há alternativa, solução. Quero apenas respeitar a posição, o voto de cada um, só para poder deixar claro que aquilo que está na lei esteja na consciência de cada um.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente, eu também gostaria de falar.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senadora Marta Suplicy com a palavra.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Acredito que é um projeto muito meritório no seu desejo, na

sua vontade, de ajudar o trabalhador. Mas, até onde entendi, a lei hoje já permite o pagamento de três prestações em atraso. Já é permitido retirar do Fundo para quitar três prestações em atraso.

Então, gostaria de lembrar esse fato, de que estaremos legislando sobre algo que hoje já é permitido.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Se entendi bem, na medida em que, eventualmente, cair o salário do trabalhador, se ele perder o emprego – não é questão de atraso porque já há a garantia do Fundo, que permite até três prestações em atraso –, pelo que entendi das palavras do Senador Cyro, do Senador Paulo Paim, é que, se eventualmente o trabalhador perder o emprego – e vamos supor que ele ganhava R\$5 mil – e seu salário for reduzido, no novo emprego, para R\$1 mil, imagino que nesse caso teria de ser revista uma parte da prestação.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Deixe-me ler bem aqui o que se diz exatamente: “pagamento de parte das prestações decorrentes de financiamento habitacional concedido no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação – SFH.”

Essa é a fórmula que já há. Por isso é que a inadimplência não é tão elevada, é baixíssima, por sinal.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^{as}.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, só uma frase para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pois não, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Não vou alongar o debate, até porque estamos dialogando entre nós e todos querem o melhor para o trabalhador, tenho certeza absoluta.

Mas se o argumento é verdadeiro, que a lei já garante que até três prestações ele possa fazer uma composição, qual o problema de permitir que, se despençar a renda eventual, por somente duas vezes, durante o período – é uma outra oportunidade – ele possa então renegociar, usando aquilo que de direito é dele para manter a sua casa própria?

Eu acho que uma coisa completa a outra. Eu acho que Senador Wellington está certo e o autor do projeto também está certo: uma não inviabiliza a outra. Eu acho que as duas se completam.

E, oxalá, Senador Wellington – permita-me que eu diga isso pelo carinho que tenho por V. Ex^a – que os debates aqui sejam sempre nesta linha, a linha de que o dinheiro seja para a casa própria e não para outros fins, como tem acontecido na Câmara e também no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^{as}.

Em votação o Projeto de Lei do Senado nº 158, de 2011, ressalvada a Emenda nº 1.

Quem vota com o Relator vota “sim”. Quem vota contra o Relator, o Senador Cyro Miranda, vota “não”.

Em votação o projeto.

Consulta como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com o Relator, Cyro Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – “Sim”.

Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Eu voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Wellington Dias? Voto já conhecido. Entretanto...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Voto “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Rodrigo Rollemberg?

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Voto “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vota “sim”.

Como vota o Senador Mozarildo Cavalcanti? (Pausa.)

Vota “sim”.

Como vota o Senador João Vicente Claudino?

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o ilustre Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Marta Suplicy?

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, confesso que é uma matéria difícil, mas eu voto...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª está vivendo um dilema, não é?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Estou vivendo um dilema aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu imagino.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Mas eu voto “não”, considerando os argumentos aqui apresentados pelo Senador Wellington.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cyro Miranda? Já é voto conhecido.

Vamos à contagem, voto a voto.

Eu não vou convidar ninguém para ser escrutinador, porque eu estou bem assessorado aqui por duas pessoas.

Ganhou o voto em separado: seis a cinco.

O Senador Wellington Dias é o Relator do voto em separado? Nesse caso, é o voto do vencido?

Baseado no art. 128, combinado com o art. 132, V. Exª é Relator do vencido.

Voto a voto, heim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Faltou o seu voto!

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É verdade.

Mas não pode votar. Se estivesse empatado, como Presidente eu poderia votar.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, eu quero agradecer.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra o Senador Cyro Miranda, em que pese a ter sido vencido, mas com a mesma energia de sempre.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu quero agradecer os cinco votos. E tenho certeza de que o Senador Wellington preza também os trabalhadores, como eu estou defendendo.

Aliás, eu acho que a minha defesa é para que houvesse uma celeridade maior. Mas entendo que nenhum dos dois tentou trazer algum prejuízo; muito pelo contrário. Eu procurei facilitar, mais ainda, a vida do trabalhador. Então, eu me sinto com o dever cumprido.

E obrigado aos votos que recebi.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, da mesma forma, eu quero dizer que louvo aqui a defesa e fico feliz.

Eu gostaria muito que nós pudéssemos, nesta Comissão e nesta Casa, ter debates amadurecidos como aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Nós estaríamos votando mais alguns projetos já lidos, entretanto não sei se o quórum é suficiente. Nós temos a presença de três, quatro, seis, nove, dez Senadores.

Senador Cyro, V. Exª poderia aguardar dois minutos para votarmos aqui?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu tenho que relatar...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Ex^a então nesse caso, está liberado.

Há mais alguma matéria para pelo menos lermos? Infelizmente, o quórum baixou, caiu, e não foi possível. Item 12, p. 172:

ITEM 12

– Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 181, DE 2010

Autoriza as farmácias e drogarias a vender medicamentos a preço de custo a aposentados pelo Regime Geral da Previdência Social e a lançar a diferença entre esse preço e o de mercado como despesa operacional da empresa.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: Em 02/06/2011, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa aprovou parecer favorável à matéria.

A votação seria nominal. Entretanto, eu quero designar o Senador, meu caro amigo e meu irmão, Mozarildo Cavalcanti, para relatar, *ad hoc*, Item 12, p. 172.

V. Ex^a está com a palavra, Senador Mozarildo Cavalcanti, para relatar, *ad hoc*, esta matéria, p. 172, um projeto meritório do Senador Marcelo Crivella.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente, o projeto de lei do Senador Marcelo Crivella, relatado pelo Senador Sérgio Petecão, autoriza as farmácias e drogarias a vender medicamentos pelo preço de custo e a lançar diferença entre esse preço e o de mercado como despesa operacional da empresa, desde que a venda seja feita a cliente que, na forma do regulamento, comprove ser, cumulativamente, aposentado pelo Regime Geral da Previdência Social, portador de doença crônica grave, usuário contínuo de medicamento que pretende adquirir e usuário do Sistema Único de Saúde.

A relação de medicamentos alcançados pelo projeto será elaborada pelo Ministério da Saúde, tendo como critério a prevalência de doenças e agravos na população de idosos.

O autor justifica sua proposição como uma forma de reduzir os gastos com medicamentos por nossos aposentados pela previdência social, uma vez que essas pessoas são afetadas por doenças crônicas que exigem o uso continuado de medicamentos caros.

Esses gastos podem vir a impactar os orçamentos domésticos de parcela significativa dos idosos que vivem dos proventos de suas aposentadorias.

A matéria foi distribuída para apreciação na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, nela já aprovada, e da Comissão de Assuntos Sociais, cabendo a essa comissão a decisão terminativa.

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

Análise.

Nos termos do art. 100, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta comissão opinar sobre a proteção e a defesa da Saúde.

Em relação a esse aspecto, o mecanismo proposto pelo projeto contribuirá para aumentar o acesso ao medicamento por parte de um segmento de nossa população fortemente dependente desse tipo de produto para manutenção de sua qualidade de vida e Saúde.

As despesas com medicamentos, proporcionalmente, são as que mais incidem sobre os gastos com Saúde efetuados pelas famílias brasileiras. Essas despesas podem vir a ter um impacto significativo nos orçamentos dos idosos que fazem uso contínuo de medicamentos e cujos rendimentos originam-se de proventos de aposentadoria.

Quanto aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, a matéria se insere na competência da União para legislar sobre a proteção e defesa da Saúde. Enquadra-se no âmbito da iniciativa legislativa desta Casa, não fere princípios fundamentais e atende a Constituição quanto à espécie de processo legislativo para tratar do assunto: lei ordinária. Cumpre, também, registrar que não foram observados óbices quanto à técnica legislativa.

Em vista do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2010.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Mozarildo Cavalcanti. V. Ex^a está inscrito para discutir; todavia, a prioridade aqui é da Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Só uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Questão de ordem.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Eu quero sugerir que o projeto... Nós fizemos um requerimento para que ele seja encaminhado para a CAE. Diante disso, eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Qual projeto?

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Este que foi lido agora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Positivo.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Então, eu sugiro que não se conclua a discussão nesta reunião de hoje e que possamos continuar discutindo posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O pedido do Presidente não chegou ainda a esta Comissão.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES. *Fora do microfone.*) – Não chegou ainda?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Não, senhora. Mas diante do apelo de V. Ex^a e não havendo impedimento regimental, quero conceder a palavra ao Senador Mozarildo para já discutir a matéria.

Há um bom andamento do trabalho desta Comissão, modéstia à parte.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Senador Jayme Campos, Presidente desta Comissão, eu li as palavras do relatório, do parecer do Senador Sérgio Petecão. E não tenho palavras melhores para acrescentar. Realmente, quem é que não tem na família ou não é uma pessoa aposentada, que tenha um alto custo – eu, como médico, sei quanto custa medicamento de uso contínuo, como medicamento para pressão, para diabetes, para colesterol, entre outras doenças.

E aqui, o Senador Petecão diz que este talvez seja o maior gasto com saúde. Eu diria, talvez, que seria o maior gasto do orçamento familiar de muitas famílias.

Então, eu sou inteiramente favorável. Não vejo nenhuma dificuldade na aprovação desse projeto porque não há prejuízo nenhum para o Erário. Ao contrário, vai ao encontro do que norteia a própria Presidente Dilma, que é um Brasil sem miséria. E o aposentado hoje vive numa miséria por conta de receber pouco e ter que gastar muito, principalmente com medicamento.

Portanto, quero aqui adiantar a minha posição favorável ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Vamos encerrar a discussão.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – A senhora não quer que encerre a discussão?

Vou atender ao pedido de V. Ex^a: não vamos encerrar. Vai ficar em aberto, aguardando, naturalmente, chegar o requerimento para que esta matéria seja encaminhada para a Comissão de Assuntos Econômicos. Ela irá para a CAE.

Será feito o seguinte: ela vai à CAE ainda, depois retornará para cá em decisão terminativa.

Esta é a informação que a Assessoria nos dá.

Neste caso, está suspensa a discussão do Item 12, do Projeto nº 181, de 2010.

Quero agradecer à presença de V. Ex^{as}, essa presença frequente.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 09 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 01 minuto.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA 36ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 05 DE OUTUBRO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS DEZ HORAS E TRINTA MINUTOS, NO PLENÁRIO DA CDH, Nº 2, ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas, do dia cinco de outubro de dois mil e onze, na no plenário da CDH, Nº 2, Ala Senador Nilo Coelho, anexo II, Senado Federal, sob a Presidência do Senhor Senador Jayme Campos, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Waldemir Moka, Paulo Davim, Eduardo Amorim, Cícero Lucena, Mozarildo Cavalcanti, João Vicente Claudino, Eduardo Suplicy, Clésio Andrade, Benedito de Lira, Cyro Miranda e das Senadoras Vanessa Graziotin, Ana Amélia, Marta Suplicy, Ana Rita e Lídice da Mata. Justificam presença os Senadores Casildo Maldaner e Cristovam Buarque. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Trigésima Quinta Reunião desta comissão que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. **ITEM 5 – Não terminativo – REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CAS.** Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, com vistas a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 443, de 2009, que Estabelece a duração máxima da jornada de trabalho do farmacêutico, com a participação dos seguintes convidados: – Presidente da Associação Brasileira do Comércio Farmacêutico – AB-CFARMA; – Presidente Executivo da Associação Brasileira de Redes de Farmácia – ABRAFARMA; – Representante da Câmara Brasileira de Produtos Farmacêuticos da Confederação Nacional do Comércio Farmacêutico – CNC; Representante da Federação Interestadual de Farmácias – FEIFAR; Representante do

Ministério do Trabalho e Emprego; e Representante do Conselho Federal de Farmácia. **Autoria:** Senadora Lídice da Mata. **Resultado:** retirado de Pauta a pedido da autora. **ITEM 13 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 135, DE 2010.** Altera a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, para fixar o piso nacional de salário dos vigilantes. **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Senador Paulo Bauer. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta para atender ao Ofício SF nº 1770/2011, da Presidência do Senado Federal, referente a Requerimento de iniciativa do Senador Francisco Dornelles solicitando audiência de outra Comissão. **ITEM 1 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 205, DE 2010.** Estabelece alíquota zero da Contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidentes sobre a importação de protetor solar e sobre as receitas decorrentes da sua venda no mercado interno. **Autoria:** Senadora Kátia Abreu. **Relatoria:** Senador Waldemir Moka. **Relatório:** Favorável ao Projeto com as Emendas nº(s) 1 e 2, de Redação, que apresenta. **Resultado:** Concedida Vista Coletiva nos termos regimentais. **ITEM 6 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 461, DE 2003.** Institui o Programa de Incentivo ao Trabalhador com idade entre 40 e 55 anos de idade – PROIN. **Autoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatoria:** Senador Cyro Miranda. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Durante a discussão da matéria, o Senador Paulo Paim sugere alteração no Substitutivo apresentado, sendo acatada pelo Relator. Aprovada a Emenda nº 1 – CAS (Substitutivo) ao PLS 461, de 2003, em Turno Único. Fica prejudicado o Projeto. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF. **ITEM 7 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 253, DE 2005.** Regulamenta os §§ 12 e 13 do art. 201 e o § 9º do art. 195 da Constituição Federal, para dispor sobre o sistema especial de inclusão previdenciária dos trabalhadores de baixa renda e daqueles que, sem renda própria, se dedicam exclusivamente ao trabalho doméstico e sobre a contribuição social das empresas. **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatoria “Ad Hoc”:** Senador Paulo Davim. **Relatório:** Pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nº(s) 67, de 2007 e 132, de 2010, e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 253, de 2005, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovada a Emenda nº 1 – CAS (Substitutivo) ao PLS 253, de

2005, em Turno Único. Fica prejudicado o Projeto. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF. Rejeitados os Projetos de Lei do Senado nº 67, de 2007 e nº 132, de 2010. **TRAMITA EM CONJUNTO COM PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 67, DE 2007.** Regulamenta o Sistema de Inclusão Previdenciária criado pela Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, cria a Contribuição Social Especial para a Inclusão Previdenciária, altera as Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, implementa medidas voltadas para o aumento da cobertura do Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências. **Autoria:** Senador Inácio Arruda. **TRAMITA EM CONJUNTO COM PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 132, DE 2010.** Regulamenta o § 12 do Art. 201 da Constituição Federal, dispondo sobre o sistema especial de inclusão previdenciária. **Autoria:** Senador Pedro Simon. **ITEM 8 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 163, DE 2010.** Altera a redação do § 2º do art. 195 do Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, de modo a regular o adicional de insalubridade e periculosidade conforme o constatado por perito. **Autoria:** Senador Pedro Simon. **Relatoria:** Senador Sérgio Petecção. **Relatoria “Ad Hoc”:** Senador João Vicente Claudino. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Durante a discussão da matéria, o Senador Paulo Paim sugere alteração no Substitutivo apresentado, sendo acatada pelo Relator. Aprovada a Emenda nº 1 – CAS (Substitutivo) ao PLS 163, de 2010, em Turno Único. Fica prejudicado o Projeto. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF. **ITEM 9 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 157, DE 2011.** Acrescenta inciso ao art. 20 da Lei nº. 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada do trabalhador junto ao FGTS para o pagamento de prestações ou amortização de saldo devedor de financiamento concedido aos estudantes de ensino superior, nas condições em que especifica. **Autoria:** Senador Eunício Oliveira. **Relatoria:** Senador João Vicente Claudino. **Relatoria “Ad Hoc”:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela Declaração de Prejudicialidade do Projeto. **Resultado:** Aprovada a declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 157, de 2011. **ITEM 10 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 56, DE 2008.** Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para possibilitar a suspensão da aposentadoria por invalidez em virtude de retorno voluntário à atividade profissional. **Autoria:** Senador João Vicente Claudino. **Relatoria:** Senador Paulo Paim.

Relatório: Pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 56, de 2008 e a Emenda nº 1 – CAS. **ITEM 11 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 72, DE 2011.** Altera o art. 18 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para ampliar os benefícios previdenciários devidos ao aposentado que retornar ao trabalho. **Autoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 72, de 2011. **ITEM 2 – Não Terminativo – AVISO Nº 8, DE 2010.** Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 16/2010, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, proferido nos autos do processo TC 000.239/2008-1, sobre pedido de reexame interposto pelo Secretário Municipal de Saúde de Campo Grande -MS, em razão do Acórdão nº 908, de 2009, referente ao relatório de auditoria na Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, em diversas unidades da federação, no Programa Nacional de Controle da Dengue (TC -007.823/2007-8). **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relatoria:** Senador Waldemir Moka. **Relatório:** Pelo conhecimento do Aviso nº 8, de 2010 e posterior arquivamento. **Resultado:** Aprovado Parecer pelo conhecimento do Aviso nº8, de 2010 e posterior arquivamento. **ITEM 4 – Não terminativo – REQUERIMENTO Nº 49, DE 2011-CAS.** Requeiro, nos termos do artigo 93, §2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa de realização de audiência pública para instruir o PLS 238/04, aprovada por meio do requerimento nº 10/10-CAS. **Autoria:** Senador Benedito de Lira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 – Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 98, DE 2009.** Altera a Lei nº 7.644, de 18 de dezembro de 1987, para dispor sobre a atividade de pai social. **Autoria:** Deputado Nelson Pellegrino. **Relatoria:** Senador Cícero Lucena. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo, que apresenta. **Resultado:** Aprovada a Emenda nº 2 – CAS (Substitutivo) ao PLC 98, de 2009, em Turno Único. Fica prejudicado o Projeto. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF. **ITEM 3 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 19, DE 2011.** Dispõe sobre o empregador rural; altera as Leis nºs 8.023, de 12 de abril de 1990, e 5.889, de 8 de junho de 1973; e dá outras providências. **Autoria:** Deputado Silvio Torres. **Relatoria:** Senador Cícero Lucena. **Relatório:** Favorável ao Projeto com o acolhimento da Emenda nº 1-CRA (Substitutivo). **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CRA-CAS (Substitutivo). **Extrapauta – ITEM 14 – Não Terminativo –**

REQUERIMENTO Nº 50, DE 2011-CAS. “Requeiro em aditamento ao Requerimento nº 42/2011-CAS, nos termos do Artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, que aprovou a realização de Audiência Pública desta Comissão de Assuntos Sociais, com a finalidade de debater o Projeto de Lei do Senado nº 284, de 2011, que Dispõe sobre o exercício da profissão de cuidador de idoso, a inclusão dos seguintes convidados: Jorge Roberto, Presidente da Associação de Cuidadores de Idoso de Minas Gerais; Ingrid Mazetto, Presidente do Observatório da Longevidade Humana e Envelhecimento (OLHE). **Autoria:** Senadora Marta Suplicy. **Resultado:** Aprovado. **Extrapauta – ITEM 15 – Não Terminativo – REQUERIMENTO Nº 51, DE 2011-CAS.** “Requeiro, nos termos dos artigos 90, incisos II e V e 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, para instruir o PLS nº 15, de 2007, que “Acrescenta artigo 168-A à CLT, para dispor sobre medidas preventivas da saúde no exercício da atividade de modelo ou manequim e dá outras providências”, e o PLS nº 691, de 2007, que “ Dispõe sobre a exibição pública de modelo cujo índice de massa corporal inferior a dezoito”, com a participação dos seguintes convidados: 1. Ministro da Saúde ou seu representante; 2. Ministro do Trabalho e Emprego ou seu representante; 3. Representante do Ministério Público do Trabalho; 4. Representante da Associação Brasileira de Psiquiatria; e 5. Representante do Grupo de Estudo e Assistência em Transtornos Alimentares – GEATA.” **Autoria:** Senador Mozarildo Cavalcanti. **Resultado:** Aprovado. Usam da palavra os Senadores Clésio Andrade, João Durval, Paulo Paim, Cyro Miranda, Waldemir Moka, João Vicente Claudino, Paulo Davim e as Senadoras Ana Rita, Ana Amélia, Vanessa Grazziotin e Marta Suplicy. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Jayme Campos, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada.

Senador **Jayme Campos**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Bom-dia a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 36ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 35ª Reunião desta Comissão.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Hoje, apreciaremos os itens de 1 a 13, conforme pauta previamente divulgada. Entretanto, temos aqui solicitação para retirada de pauta do item 5, na página 71, de autoria da Senadora Lídice da Mata, e do item 13, a pedido do Presidente José Sarney, cuja relatoria é do Senador Paulo Bauer.

Gostaria de convidar a todos para uma audiência pública da CASDEP, amanhã, destinada à discussão do relatório da Comissão Externa da CD e a analisar *in loco* os efeitos das políticas sobre drogas, instituídas em Portugal, Holanda, Itália e Brasil, em atendimento ao Requerimento nº 15, de 2011, da Senadora Ana Amélia.

Também hoje, teremos uma audiência pública destinada a debate a situação dos Agentes Comunitários de Saúde e de Endemias no Brasil, em atendimento ao Requerimento nº 32, de 2011-CAS, do Senador Humberto Costa.

Após esta nossa reunião, depois de concluída a pauta, suspenderemos, para que essa audiência pública possa ser realizada. Reputo essa audiência da maior importância, tendo em vista que os agentes de saúde têm prestado relevante serviço ao nosso País e, ontem, tivemos a grata satisfação de receber a informação de que foi aprovado o piso nacional para agentes comunitários de saúde.

A Comissão especial que analisa a criação de piso salarial nacional para agentes comunitários de saúde e de agentes de combate a endemias (PL 7495/06 e apensados) aprovou há pouco, por unanimidade – ou seja, no dia de ontem –, o substitutivo do Relator, Deputado Domingos Dutra (PT – MA), que fixa em R\$750 mensais a remuneração das categorias. Esse valor valerá até 1º de agosto do ano que vem, quando passará para R\$ 866,89. A proposta segue para votação.

De R\$ 866 para o ano que vem; para este ano, R\$ 750.

O projeto ainda estabelece a forma de reajuste do piso salarial das duas categorias – com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – e cria um mecanismo para garantir o aumento real da remuneração.

Domingos Dutra optou por vincular o substitutivo ao projeto de Lei nº 7595, de 2006, por já estar aprovado no Senado. Dessa forma, se acatado novamente

na outra Casa, será enviado diretamente para sanção presidencial.

O Relator sugeriu ainda que todos os presentes à reunião de hoje (o auditório está lotado de agentes de agentes), ou seja, no dia de ontem, fossem entregar pessoalmente o texto aprovado ao Presidente da Câmara, Marco Maia, como forma de pressão pela aprovação rápida do projeto.

Essa reunião da Comissão Especial aconteceu no dia de ontem, no plenário da Câmara.

De forma que acho que esse é um projeto meritório. Ele retornará ao Senado. Aprovado pelo Plenário da Câmara, voltará para o Senado e, imagino, também será discutido nesta Comissão de Assuntos Sociais. Acho que esse é um avanço, pois conquistas como essa, certamente, trará uma melhor prestação do serviço público em nosso País, sobretudo nesta área muito sensível: saúde.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Só gostaria de seu esclarecimento. Nós aprovamos, algum tempo atrás, regras gerais para o estabelecimento do piso dos agentes comunitários de saúde. Agora, estamos analisando o projeto que efetivamente determina valores e índices de reajuste. Não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Perfeito.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – O projeto foi aprovado na Câmara ontem. Ele tramita nesta comissão, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Quero crer, Senadora Vanessa, que vai tramitar nesta comissão.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Ainda tramitará.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Se aprovado no plenário da Câmara, ele será remetido ao Senado. Imagino que terá obrigatoriamente...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Ele ainda não foi aprovado no plenário da Câmara?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Não foi, não. Ele foi aprovado na comissão especial, ontem, na Câmara dos Deputados.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Entendi. Ele foi aprovado na comissão especial.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Positivo.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – De nada, senhora.

Eu gostaria também de comunicar que a Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, Crack e Outras Drogas – Casdep, vinculada à Comissão de Assuntos Sociais, está concluindo o seu relatório final e realiza, nesta quinta-feira, como eu disse e reitero, dia 6, às 11 horas, sua 19ª reunião para ouvir as experiências de outros países, colhidas por uma comissão externa da Câmara dos Deputados.

Tenho aqui em mãos as conclusões preliminares para o relatório final, que serão apresentadas, também nesta quinta-feira, pela Vice-Presidente da subcomissão, a valorosa Senadora Ana Amélia. A Casdep é presidida pelo Senador Wellington Dias. Nos próximos dias, será lançado um *hotsite* do Senado para receber sugestões de especialistas para o combate às drogas no País. A subcomissão quer ouvir a opinião das comunidades terapêuticas, responsáveis por 80% do trabalho de acolhimento e tratamento de dependentes químicos no Brasil.

A subcomissão temporária encerra os trabalhos no fim deste ano e, ao longo dos últimos meses, ouviu mais de trintas especialistas, dependentes químicos e representantes de diversos setores da sociedade e das diferentes esferas de Governo, para encontrar soluções para a prevenção do uso de drogas, combate ao tráfico, tratamento e reinserção na sociedade.

É uma matéria muito pertinente. Já estamos aqui com as conclusões preliminares que foram realizadas por essa subcomissão.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria agradecer-lo por essa referência, porque evidencia a importância do tema. Alguns Senadores participam da Casdep, que é a subcomissão temporária que trata dessa matéria tão relevante.

Nós estaremos, talvez no final desta semana ou na próxima, lançando, no site do Senado Federal, um *hotsite*, que é uma janela própria para tratar de oferecer a toda sociedade brasileira oportunidade para que se manifeste também, oferecendo sugestões de como nós poderemos fazer o enfrentamento ao crack, ao álcool e a outras drogas. Então, é fundamental isso.

Eu queria agradecer a toda assessoria do site do Senado e também por este trabalho que vai ser coordenado pelo Flávio, da área técnica de comunicação,

porque isso vai ser um instrumento muito poderoso para a participação da sociedade na elaboração desse relatório final, com as propostas que nós, aqui, no Senado, vamos oferecer ao País, na questão de prevenção, de tratamento e de ressocialização dos dependentes. É uma matéria da maior relevância.

Ontem, recebi o Pastor Jonas, do Amazonas da Senadora Vanessa Grazziotin, que também trouxe uma bonita experiência. Estamos percebendo o valor das comunidades terapêuticas nesse processo, sem falar, claro, da área médica, dos psiquiatras e também de toda área de saúde pública.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Cumprimento V. Ex^a pelo belo trabalho que V. Ex^a e os demais pares realizam nessa subcomissão.

Aqui, com fonte do portal R7, a Anvisa proíbe a venda no Brasil de inibidores de apetite:

A Anvisa – Agência Nacional de Vigilância Sanitária decidiu, nesta terça-feira, em reunião aberta da diretoria do órgão em Brasília, proibir a fabricação e a venda no mercado brasileiro dos remédios para emagrecer que atuam no sistema nervoso central e são derivados de anfetamina (femproporex e dietilpropiona). O mesmo vale para o mazindol, inibidor de apetite que age diferente dos outros dois remédios. A sibutramina, o medicamento para emagrecer mais usado no Brasil, continua no mercado, mas algumas condições precisam ser respeitadas para seu uso: o remédio não pode ser prescrito por um período superior a 60 dias, o paciente tem de ter IMC (Índice de Massa Corpórea) acima de 30, o que indica obesidade, e ele também terá de assinar um documento em que confirma estar ciente de todos os riscos. Além disso, serão mantidos o controle e responsabilização dos médicos que prescrevem e obrigatoriedade de extensa orientação aos pacientes sobre os riscos do uso da sibutramina.

O principal argumento da agência para defender a proibição é que os benefícios do uso da sibutramina e os chamados anfetamínicos não superam os riscos. Segundo as revisões científicas feitas pela Agência, não há estudos suficientes sobre a eficácia dos medicamentos: os realizados até agora apontam que a perda de peso ocorre apenas no curto prazo. Os maiores riscos dos medicamentos são cardiovasculares, de dependência e problemas psiquiátricos.

Eu acho que foi uma medida louvável da Anvisa, que vai, com certeza, ter um poder de controle bem maior em relação aos inibidores de apetite.

Mas nós vamos entrar na pauta de hoje, já aproveitando a oportunidade de termos aqui vários relatos das matérias.

ITEM 1**– Não Terminativo –****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 205, DE 2010**

Estabelece alíquota zero da Contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidentes sobre a importação de protetor solar e sobre as receitas decorrentes da sua venda no mercado interno.

Autoria: Senadora Kátia Abreu

Relatoria: Senador Waldemir Moka

Relatório: Favorável ao Projeto com as Emendas nº(s) 1 e 2, de Redação, que apresenta.

Observações: – *Em 28/09/2011, a matéria foi retirada de Pauta a pedido do Relator;*
– A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos-CAE, em Decisão Terminativa.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Waldemir Moka para proferir o seu relatório.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, o Projeto de lei do Senado nº 205, de 2010, de autoria da Senadora Kátia Abreu, estabelece alíquota zero da Contribuição dos Programas de Integração Social (PIS) e de Formação

do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidentes sobre a importação de protetor solar e sobre as receitas decorrentes da sua venda no mercado interno.

Como este é um projeto que ainda vai para a Comissão de Assuntos Econômicos, para análise dessa implicação maior sobre a questão da isenção, até porque é uma Comissão onde o mérito será mais bem avaliado, eu me ative na questão do benefício que isso traria. Confesso que essa foi a minha visão. Claro que pedi também um relatório da Consultoria do Senado, nosso relatório, em relação à constitucionalidade e a todas as outras questões.

Vou passar a ler a análise, que acho que é a parte mais importante, se me permitirem os Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras.

Análise.

De acordo com o art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à Comissão de Assuntos Sociais opinar sobre proposições que digam respeito à proteção e defesa da saúde. Esse foi o ponto onde mais me ative. Assim, o projeto de lei em tela merece ser avaliado por esta Comissão, pois almeja a redução da incidência do câncer de pele no País.

A radiação ultravioleta, que, entre outras, compõe os raios solares, é a principal responsável pelo envelhecimento prematuro e pelo desenvolvimento de câncer de pele.

De acordo com o Instituto Nacional de Câncer (INCA), o câncer de pele não melanoma, cuja incidência está diretamente relacionada à exposição ao sol, é a neoplasia mais frequente, correspondendo a cerca de 25% de todos os tumores malignos registrados no Brasil.

Nesse sentido, a Sociedade Brasileira de Dermatologia recomenda que todas as medidas de proteção sejam adotadas quando houver exposição ao sol, tais como o uso de vestimentas apropriadas (camisas de manga comprida, calças e chapéus) e de protetores solares.

Não obstante a importância dos protetores solares, a utilização do produto no País é muito baixa, vez que o seu preço é elevado e, portanto, pouco acessível à população, especialmente no caso dos produtos de melhor qualidade, que têm maior eficácia na profilaxia da chamada carcinogênese.

Assim, a medida proposta pelo PLS nº 205, de 2010, possui inegável mérito e deve ser apoiada. Porém, na elaboração do projeto ocorreram dois pequenos lapsos de técnica legislativa, ambos consistindo em referências equivocadas à numeração dos dispositivos alterados nas Leis nºs 10.833, de 2003, e 10.865, de 2004. Por essa razão, sem alterar o mérito do projeto de lei, apresentamos duas emendas de redação.

Voto.

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 205, de 2010, com as seguintes emendas de redação. É simplesmente uma remuneração para que se possa realmente adequar à técnica legislativa:

Renumere-se como § 8º o § 7º que o art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 205, de 2010, propõe acrescentar ao art. 2º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

Emenda nº 2, também de redação.

Renumere-se como inciso XXII o inciso XVIII que o art. 3º do Projeto de Lei do Senado nº 205, de 2010, propõe acrescentar ao § 12 do art. 8º da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004.

Nas duas, Sr. Presidente, há apenas e tão somente uma questão de correção. Eu queria ainda, se me permitir, dizer exatamente aquilo que já disse, mas vou reforçar. Em relação a essa questão do protetor solar, realmente o preço é, principalmente para a população de menor poder aquisitivo, elevado.

Nesse sentido, Sr. Presidente, sou favorável e peço apoio a esse projeto e ao meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Waldermir Moka.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, eu quero pedir vistas.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – A Senadora Vanessa pede vista.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu tenho uma série de dúvidas, Sr. Presidente, por isso acho que o melhor caminho seria pedir vistas.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Regimentalmente está de acordo com o art. 14.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Porque o projeto trata tanto de produtos aqui fabricados como importados, Senador Moka. Então acho que seria importante ter alguns dias – eu estou tomando conhecimento do projeto agora – para que a gente possa analisar melhor.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – No início eu disse que procurei analisar o mérito sob o ponto de vista de saúde, deixando para a Comissão de Assuntos Econômicos essa questão tributária e de isenção.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a e, baseado no art. 132, vista coletiva é concedida à Senadora Vanessa como autora do pedido.

Concedo a palavra pela ordem ao Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Faço apenas uma observação. O Senador Moka tem razão. Esse item está incluso entre os produtos sofisticados na linha de maquiagem. Então ele recebe um IPI realmente muito alto. Torna-se inviável para acesso popular. Então cabe, sim, uma revisão ou de isenção ou então para uma diminuição de alíquota considerada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^{as}. Está feito o pedido de vista que, baseado no art. 132 do Regimento Interno, por esta Comissão é concedido.

Agora quero fazer uma consulta aos Srs. Senadores e Senadoras, tendo em vista que nós já temos aqui quórum e várias matérias foram lidas, discutidas, entretanto não foram votadas por falta de quórum na semana passada. E aqui já temos quórum para votar matérias em caráter terminativo.

Indago a V. Ex^{as}, faço esta consulta se nós podemos colocar em votação essas matérias em caráter terminativo.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Apoiado. Eu apoio. Acho que podemos aproveitar isso.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Se todos concordam, nós vamos entrar na fase de votação dos projetos em caráter terminativo.

Inclusive, já foram discutidas essas matérias. Foram lidas e vamos discutir.

Item 6, página 73, Senadores e Senadoras.

ITEM 6

– Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 461, DE 2003

Institui o Programa de Incentivo ao Trabalhador com idade entre 40 e 55 anos de idade – PROIN.

Autoria: Senador Alvaro Dias

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta.

Senador Alvaro Dias, que, na relatoria do Senador Cyro Miranda, que é pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta, e as observações que foram feitas no dia 28 de setembro, lido o relatório, foi concedido vista coletiva em termos regimentais.

Consulto as Sr^{as} e os Srs. Senadores se há manifestação decorrente do pedido de vista.

Claro que não.

Concedo a palavra ao Senador Cyro Miranda, para suas considerações, se necessário.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – E nos termos do art. 282, combinado com o art. 92, do RISF, se for aprovado o Substitutivo, ele será submetido a um turno suplementar e a votação será nominal, e nós temos quórum.

Indago do Relator se quer fazer alguma consideração.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Pois não.

Apenas um ajuste. S. Ex^a o Senador Paulo Paim, Sr. Presidente, quando pediu vista, depois, discutindo, nós acordamos que, em vez da idade de 60 a 70, ele sugeriu, com propriedade, que fosse de 55 acima, e não limitando. Não havia razão de limitar, com o que concordei.

Então, com esse ajuste, da minha parte, podemos votar.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Quer dizer que a matéria está preparada para ser votada?

Senador Paulo Paim, pela ordem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Exatamente, Sr. Presidente. Respeitando o princípio do Senador Alvaro Dias, que era o de atender aqueles que são discriminados com mais idade, conversando muito com o Senador Relator, chegamos ao entendimento de

que outros projetos já foram aprovados neste sentido e que neste momento caberia de 55 acima.

Então, acompanho o Relator, com essa pequena alteração.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e passamos à fase de votação.

Em votação o Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 461, de 2003, que tem preferência regimental.

Consulto os Srs. Senadores.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Vicentinho Alves? *(Pausa.)*

Não se encontra.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin?

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Voto a favor do Projeto, portanto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator, mas destacando essa alteração feita pelo Senador Paim, porque o grande problema, hoje, das empresas é o da idade, pois acima de 50 anos já se tem problema de empregabilidade. Muito boa a alteração feita e apoio sinceramente. Estou com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Vicente Claudino?

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a ilustre Senadora Ana Rita?

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Clésio Andrade?

O SR. CLÉSIO ANDRADE (PR – MG) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota – voto conhecido – o Senador Cyro Miranda?

Com o Relator.

Aprovado por unanimidade.

O resultado é aprovado e fica prejudicado o Projeto.

A matéria vai a turno suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92, do RISF.

ITEM 7

– Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 253, DE 2005

Regulamenta os §§ 12 e 13 do art. 201 e o § 9º do art. 195 da Constituição Federal, para dispor sobre o sistema especial de inclusão previdenciária dos trabalhadores de baixa renda e daqueles que, sem renda própria, se dedicam exclusivamente ao trabalho doméstico e sobre a contribuição social das empresas.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatoria “Ad Hoc”: Senador Paulo Davim.

Relatório: Pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nº(s) 67, de 2007 e 132, de 2010, e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 253, de 2005, na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações: – Em 28/09/2011, designado Relator “Ad hoc” o Senador Paulo Davim, **foi lido o Relatório e concedida Vista Coletiva**, nos termos regimentais;

– Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar;

– Votação Nominal.

Consulto os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras se há manifestação decorrente do pedido de vista.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Davim, para suas considerações.

Já foi feito o ritual. A matéria já foi lida. O Relator *ad hoc* foi o Senador Paulo Davim. A matéria está em discussão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, embora me tenha sido feito pela Senadora um apelo para que eu pensasse em retirarmos o projeto, sei que houve uma medida provisória recente, o meu projeto é de 2005, atinge os objetivos em parte que

estão na medida provisória, mas amplia ainda mais. Por isso, não vejo problema de votarmos o projeto, porque não traz nenhum prejuízo à medida provisória já em vigor. Naturalmente, o debate continua na Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Paulo Paim.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado 253, de 2005, que tem preferência regimental.

Entraremos no processo de votação.

Matéria em caráter terminativo.

Consulto o Senador Paulo Paim, que é o autor. Claro e natural...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto o Senador João Durval, como vota?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto a Senadora Vanessa Grazziotin, como vota?

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto ao ilustre Senador Waldemir Moka, como vota?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto o Senador Paulo Davim, como vota?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – A senhora saiu aqui na frente e pensei: “Será que já perdemos o quórum?” Está presente.

Consulto o Senador Rodrigo Rollemberg, como vota V. Ex^a?

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vota “sim”.

Consulto o Senador João Vicente Claudino, como vota?

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto a Senadora Ana Rita, como vota?

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, voto com o Relator, mas com essa ressalva de que o projeto realmente já foi, de uma certa forma, contemplado pela medida provisória. Mas o encaminhamento dado pelo autor da matéria, pelo Senador Paim, acho que me contenta, porque ele será apreciado ainda pela Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Como vota o Senador Clésio Andrade?

O SR. CLÉSIO ANDRADE (PR – MG) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Grande representante do Estado de Minas Gerais.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (PR – MG) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador goiano, brilhante Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator, parabenizando-o.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Aprovado por unanimidade o projeto.

Aprovado o dispositivo ao Projeto de Lei do Senado 253, de 2005. Fica prejudicado o PLS 253, de 2005. São rejeitados o PLS nº 67, de 2007 e 132, de 2010.

A matéria vai a turno suplementar baseada no art. 282 combinado com o artigo 92.

ITEM 8

– Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 163, DE 2010

Altera a redação do § 2º do art. 195 do Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, de modo a regular o adicional de insalubridade e periculosidade conforme o constatado por perito.

Autoria: Senador Pedro Simon

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatoria “Ad Hoc”: Senador João Vicente Claudino

Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações: – Em 21/09/2011, designado Relator “Ad hoc” o Senador João Vicente Claudino, foi lido o Relatório e concedida Vista Coletiva, nos termos regimentais;

– Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF, se for aprovado o

Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar;
– Votação Nominal.

Consulto às Sr^{as} e aos Srs. Senadores se há alguma manifestação decorrente do pedido de vista. Já foi feito o relatório...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, se me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pois não, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É que como fui eu que pedi vista ao Senador Vicente Claudino... Na verdade, nada contra o projeto e, muito menos, contra o relatório. O que eu procurei ver – e conversei, inclusive, com a Consultoria do Senado – é que no projeto original do Senador Simon dizia que essa perícia seria feita por peritos do Ministério do Trabalho. Como não existe mais – e a Consultoria do Senado também entendeu assim –, em vez de apresentar um substitutivo, que é uma proposta que, para mim, não é simpática – eu não gosto de apresentar substitutivo –, se o Relator concordar, faria apenas quase que uma emenda de redação, em que escreveria a classificação de insalubridade: “serviço penoso e de periculosidade, segundo as normas do Ministério do Trabalho e Emprego, far-se-ão através de perícia de médico do trabalho ou engenheiro do trabalho registrados nos respectivos órgãos de classe”.

Com o no Ministério não há mais isso, faria uma emenda de redação.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador, solicito a V. Ex^a que formalize esse pleito de V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Seria uma emenda do próprio Relator, se ele acatar. Eu estou com ela já redigida.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto o Senador João Vicente Claudino se V. Ex^a concorda.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Concordo plenamente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – A emenda seria dele, não seria nem minha.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Se V. Ex^a concorda, acho que tem de ser formalizado. Eu indago se é possível.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu encaminho agora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Essa matéria entrará em discussão e votação. Entretanto, terá de ser formalizado antes da votação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Então, eu formalizo neste momento, já que estou com a emenda

pronta e V. Ex^a coloca em votação, conforme a leitura da emenda que fiz.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu consulto e coloco em votação o substitutivo do Senador Paulo Paim.

As Sr^{as} e os Srs Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Entraremos na fase, de fato, de votação da matéria.

Entraremos na fase de votação do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 163, ressalvada a emenda do Senador Paulo Paim.

Neste caso, o do Relator João Vicente Claudino. Em discussão. *(Pausa.)*

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Ele apenas acatou a minha emenda, que estou entregando à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Ele acatou a emenda. Então, entraremos na fase de votação, ressalvada a emenda que seria de autoria do Senador João Vicente Claudino.

Vou repetir duas vezes a votação. Uma para a votação do projeto; outra, para a emenda do Senador João Vicente Claudino.

Consulto o Senador Paulo Paim, para que confirme.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como voto o Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Rodrigo Rollemberg?

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin?

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Vicente Claudino? Teria de ser com Relator, sobretudo agora como Relator de uma emenda.

Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o ilustre Senador Clésio Andrade?

O SR. CLÉSIO ANDRADE (PR – MG) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Aprovado por unanimidade o projeto, com a emenda do Senador João Vicente Claudino.

Agora, entraremos na fase de votação, em segundo turno.

Aprovado o substitutivo, fica prejudicado o projeto.

A matéria vai a turno suplementar, com base no art. 282, combinado com o art. 92.

Essa matéria foi aprovada por unanimidade.

Parabéns Senadores.

ITEM 9

– Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 157, DE 2011

Acrescenta inciso ao art. 20 da Lei nº. 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada do trabalhador junto ao FGTS para o pagamento de prestações ou amortização de saldo devedor de financiamento concedido aos estudantes de ensino superior, nas condições em que especifica.

Autoria: Senador Eunício Oliveira

Relatoria: Senador João Vicente Claudino

Relatoria “Ad Hoc”: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela Declaração de Prejudicialidade do Projeto.

Observações: – Em 21/09/2011, designada Relatora “Ad hoc” a Senadora Ana Amélia, foi lido o Relatório e adiadas a discussão e votação da matéria;

– Em 28/09/2011, foi encerrada a discussão e adiada a votação da matéria;

– Votação Nominal.

Vamos fazer a votação nominal e, depois, vamos repetir a votação em segundo turno. *(Pausa.)*

É bom que se esclareça que, por orientação da secretaria desta comissão, fica declarado prejudicado o projeto, nos termos do art. 334 do Regimento Interno.

Em votação a declaração de prejudicialidade ao Projeto de Lei do Senado nº 157, de 2011. Vamos proceder à votação em caráter nominal.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Voto com o relator, Senador João Vicente Claudino, e com a relatora *ad hoc*, Senadora Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Como vota o Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Voto com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Rodrigo Rollemberg?

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Com a relatora, não é, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a relatora *ad hoc*, que foi a Senadora Ana Amélia.

Como vota o Senador Waldemir Moka? *(Pausa.)* Consulto a V. Exª, valoroso Senador.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, voto com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com o relator, Sr. Presidente, ou com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com os relatores.

Como vota a Senadora Ana Amélia? Voto já...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Voto conhecido.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Voto conhecido.

Como vota o Senador João Vicente Claudino? Voto já conhecido, tendo em vista que V. Exª era o relator, mas, não presente, foi nomeada relatora *ad hoc* a Senadora Ana Amélia.

Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com a relatora *ad hoc*, a Senadora Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – E com o titular também, o Senador João Vicente Claudino.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – E com o titular, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Clésio Andrade?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Isso é proteção feminina.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (PR – MG) – Com os relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com os relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – A aprovação foi por unanimidade. Quem vota com o relator votou “sim” à declaração de prejudicialidade do PLS nº 157.

Aprovada a declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 157, de 2011, será comunicada a decisão desta comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

ITEM 10

– Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 56, DE 2008

Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para possibilitar a suspensão da aposentadoria por invalidez em virtude de retorno voluntário à atividade profissional.

Autoria: Senador João Vicente Claudino

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Observações: – *Em 28/09/2011, lido o Relatório, encerrada a discussão, foi adiada a votação da matéria;*

– *Votação Nominal.*

Em votação o Projeto de Lei do Senado nº 56, de 2008, ressalvada a Emenda nº 1, do relator.

Vamos entrar em processo de votação.

Antes de qualquer coisa, quero cumprimentar a louvável iniciativa do projeto do Senador João Vicente Claudino, que acho que é um projeto meritório, sobretudo por dar oportunidade às pessoas aposentadas por invalidez do retorno voluntário, o que poderá ser feito de forma automática. É fantástico. Particularmente, dentro das minhas empresas, das empresas nossas, temos lá casos como esses. Quero crer que muitas pessoas gostariam de retornar, entretanto, aposentadas por invalidez, ficam impossibilitadas. Nesse caso, dá-se a elas, automaticamente, a oportunidade de retornar à sua atividade que fez no passado.

Consulta como vota o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Voto com o autor, o Senador João Vicente Claudino. Cumprimento-o pelo projeto. Só fiz um pequeno ajuste de uma emenda, que vai na mesma linha da intenção do autor. Parabéns ao autor.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O voto de V. Exª já é bastante conhecido. É só para confirmar de fato e de direto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – João Vicente Claudino. Voto com ele.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Também voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Rodrigo Rollemberg?

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com o Relator, parabenizando o autor do brilhante projeto. Muito bom o projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, voto com o Relator e aproveito para parabenizar o Senador Vicente pela brilhante iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Voto com o Relator, cumprimentando o autor também.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Vicente Claudino? Como é o autor, o voto é conhecidíssimo.

Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, voto favorável ao projeto apresentado aqui pelo autor e também com o Relator. No entanto, gostaria de fazer uma observação, pois tenho uma preocupação pessoal. Se o trabalhador aposentado retornar ao trabalho e se, porventura, ele não tiver condições de permanecer trabalhando e quiser retornar à aposentadoria, a

minha preocupação é que, em uma nova avaliação, o trabalhador seja considerado apto ao trabalho e, nesse caso, não poderia retornar à sua aposentadoria. Só é essa a preocupação que tenho. Com certeza, o projeto tem como objetivo ajudar o trabalhador, mas poderemos enfrentar esse problema.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Entendi. A observação da senhora é muito pertinente, porque o projeto permite que as pessoas aposentadas por invalidez retornem ao emprego, mas, depois, eventualmente, podem querer se desfazer desse emprego. Entendi bem. Acho que ocorreria o retorno de imediato, sobretudo se tiver um atestado médico com um laudo. Consultando o nosso médico, Waldemir Moka, imagino que o encaminhamento deveria ser feito dessa forma. Se bem entendi, é isso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, para ajudar na reflexão, nós todos temos a mania – no bom sentido, desculpem-me a expressão – de uma forma muito paternal. Mas se dou autoridade para o trabalhador, ele se sente apto, “não quero mais aposentadoria, quero voltar a trabalhar”, porque a lei não pode dar a ele esse direito? Por isso, fiz meu relatório muito tranquilo. E ampliei ainda, disse: mesmo aquele aposentado por invalidez. Por um motivo. A pessoa que é cega e se aposentou por invalidez. Depois, ela aprendeu o Braille. Ela pode ter outra atividade para ganhar o dinheirinho dela. A emenda vai nesse sentido. Só complementa.

Por outro lado, o projeto original que é o eixo da questão e o mais importante. O trabalhador, de forma voluntária, pode tomar sua decisão. Se quiser ganhar R\$1 mil, R\$2 mil, R\$5 mil. Senão volto à história do tempo, de nunca achar que o trabalhador está em condições de tomar suas decisões.

Aqui o Senador foi muito feliz, quando ele disse: “Em virtude de retorno voluntário a sua atividade profissional”.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PC do B – AM) – Senador Paulo Paim, só lembrar que aprovamos uma medida provisória recente que permite essa possibilidade a quem recebe benefício por estar em condições especiais de, conseguindo emprego, acumular e receber por até dois anos. Isso já faz parte da política do Governo Federal.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Acredito que seja bastante meritório o projeto. Basta pensarmos no caso de um acidente de trabalho. O aposentado que voltou ao trabalho e teve um acidente de trabalho está descoberto, nesse sentido. Inclusive as doenças com tratamento e com as possibilidades que temos na medicina, muitas vezes são recuperáveis, mas, às vezes, voltam também. Então, temos que pensar em

todo trâmite por que passa o cidadão que se sente bem, tem saúde para voltar a trabalhar, tem idade para voltar a trabalhar, retoma o trabalho, depois, passados alguns anos, é acometido novamente do mesmo mal que sofria. Fica muito menos burocrático ele ter direito a voltar. Então, sou totalmente a favor.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Uma bela observação.

Com a palavra a Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, eu sou completamente favorável ao projeto. Minha preocupação é que dependendo da situação em que o trabalhador se aposentou... Vamos imaginar que um trabalhador tenha problemas de saúde mental, seja uma pessoa bipolar. Em alguns momentos da vida ele se sente completamente capaz de voltar ao trabalho, mas o problema dele pode retornar e aí... Essa é minha preocupação. No mérito, o projeto é extremamente importante, beneficia a maioria dos trabalhadores. É claro que cada caso é um caso, e a Previdência tem que olhar esses casos. Se passar por nova perícia... Ter a sensibilidade de avaliar cada caso. Com certeza.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra, o Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, eu estava conversando aqui com o Senador João Vicente e a Senadora Marta uma situação hipotética. Imagine um aposentado por invalidez que, em função do ócio, resolveu estudar informática, ou aprender algum tipo de atividade. Se essa atividade lhe permitir nova inserção no mercado de trabalho numa situação muito melhor do que ele receberia do ponto de vista de aposentadoria... Portanto, esse projeto permite a reinserção do aposentado no mercado de trabalho, muitas vezes em melhores condições. Então, esse é um projeto de grande alcance social, extremamente inteligente, bem formulado e que vai, inclusive, desonerar a Previdência.

Parabenizei e reitro as congratulações ao Senador João Vicente por essa iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu gostaria de informar aos senhores Senadores que estamos em fase de votação e não é permitido mais discussão. Mas como a Presidência é democrática, e como as observações que V. Ex^{as} estão fazendo são pertinentes, eu vou conceder a palavra ao Senador Rodrigo Rollemberg para conclusão.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – SR. Presidente, vou ser muito breve. Faço questão de parabenizar o autor da proposição, Senador João Vicente Claudino, e o relator porque este é o tipo do

projeto inteligente. Todos ganham com este projeto. Todos. Ganha o segurado, que conseguiu superar, a partir de qualificação ou outra questão, uma deficiência e pode voltar a trabalhar, e ganha a Previdência, que será desonerada do pagamento para uma pessoa que estava sem trabalhar. Portanto, quero parabenizar o autor e o relator. Este é um projeto inteligente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Como vota o Senador Mozarildo Cavalcanti? (Pausa.)

Com o relator.

Como vota a Senadora Marta Suplicy?

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o relator. Meus cumprimentos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senador Ana Rita?

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Clésio Andrade? (Pausa.)

Não se encontra.

Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Parabenizando o autor e o relator. O que faltava para aperfeiçoar foi feito pela emenda. Projeto perfeitíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Wellington Dias?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Acompanho aqui o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Ex^a vota com o relator.

Aprovada a matéria.

Consulta V. Ex^{as} se podemos repetir a votação para a Emenda nº 1 oferecida pelo relator. (Pausa.)

Aprovada.

Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 56, de 2008, e a Emenda nº 1 da CAS. Será comunicada a decisão à comissão. Desta comissão, à Presidência afinal para ciência do Plenário e publicação no *Diário* do Senado federal.

Temos outro item em caráter terminativo.

ITEM 11

– Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 72, DE 2011

Altera o art. 18 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para ampliar os benefícios previdenciários devidos ao aposentado que retornar ao trabalho.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: – Em 28/09/2011, lido o **Relatório, encerrada a discussão, foi adiada a votação da matéria;**

– Votação Nominal.

Em votação o Projeto de Lei do Senado nº 72, de 2011.

A votação...

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, só para dar uma explicação para refrescar a memória dos Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra o Senador Rodrigo Rollemberg, que é autor do Projeto.

Em que pese a matéria já ter sido lida e discutida, V. Ex^a, como autor, tem direito, naturalmente, a fazer mais algumas observações.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Esse Projeto é muito simples.

Sr. Presidente, hoje, quando o aposentado retorna ao Regime Geral da Previdência, volta à atividade, ele contribui como os outros para a Previdência, mas não recebe dois benefícios que todos os outros recebem, que são o auxílio-doença e o auxílio-acidente. E são exatamente dois benefícios de que a pessoa que se aposentou e está retornando ao trabalho precisa mais, porque, em função da sua idade avançada, tem uma propensão maior a doença e a acidentes de trabalho.

Portanto, o que esse Projeto busca fazer é justiça retornando benefício, ou seja, tratando de forma igual pessoas iguais porque estão contribuindo da mesma forma que os demais para a Previdência.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Cumprimento V. Ex^a pelo belo Projeto que apresentou.

Vamos ao processo de votação, até porque já foi feita a discussão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Como Relator, eu li, já comentei, já defendi...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Ele já encaminhou também, não é?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ... e já encaminhei.

Então, só quero cumprimentar o Senador Rodrigo Rollemberg pelo belo Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com o nosso autor, Rodrigo Rollemberg, pelo belo Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Voto conhecido, como Relator da matéria. Como vota o ilustre Senador Wellington Dias?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com o Relato, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Rodrigo, mais do que conhecido, por sinal autor do Projeto?

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin?

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com o Relator, parabenizando o autor do Projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator e com o autor.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Mozarildo Cavalcanti?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Vicente Claudino?

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Com o autor e o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Marta Suplicy?

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator, parabenizando-o.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a ilustre Senadora Ana Rita?

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o autor e o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o autor e o Relator, também parabenizando o autor.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Aprovado, por unanimidade, o Projeto de Lei do Senado nº 72, de 2011.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado, para ciência do Plenário e comunicação no Diário do Senado Federal.

Estamos atendendo a um pedido do Senador Cícero Lucena, que está chegando à Comissão. Ele vai relatar uma matéria.

ITEM 2

– Não Terminativo -

AVISO Nº 8, DE 2010

Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 16/2010, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, proferido nos autos do processo TC 000.239/2008-1, sobre pedido de reexame interposto pelo Secretário Municipal de Saúde de Campo Grande -MS, em razão do Acórdão nº 908, de 2009, referente ao relatório de auditoria na Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, em diversas unidades da federação, no Programa Nacional de Controle da Dengue (TC -007.823/2007-8).

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relatoria: Senador Waldemir Moka

Relatório: Pelo conhecimento do Aviso nº 8, de 2010 e posterior arquivamento.

Observações: – Em 28/09/2011, a matéria foi retirada de Pauta a pedido do Relator.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Waldemir Moka para proferir o seu relatório.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, vem à apreciação desta Comissão de Assuntos Sociais o Aviso nº 8, de 2010 (Aviso nº 1, de 2010, na origem), do Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), que encaminha cópia do Acórdão nº 16, de 2010, (Aviso nº 1, de 2010, na origem), do Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), que encaminha cópia do Acórdão nº 16, de 2010, proferido no processo TC 000.239/2008-1, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam.

Nesse Acórdão, os Ministros do TCU decidiram dar provimento parcial ao pedido de reexame, feito pelo Secretário Municipal de Saúde de Campo Grande, do Acórdão nº 908, de 2009, do TCU (Plenário), nos seguintes termos:

1. tornar insubsistentes os subitens 9.2 e 9.3 do Acórdão nº 908, de 2009-Plenário, em que, respectivamente, é aplicada multa a ser recolhida aos cofres do Tesouro Nacional e autorizada a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação; e

2. alterar o subitem 9.4 do Acórdão nº 908, de 2009-Plenário, para os seguintes termos:

9.4. determinar ao Ministério da Saúde, com fulcro no art. 43 da Lei nº 8.443/92 e art. 250 do Regimento Interno, que dê conhecimento deste Acórdão a todos os gestores do Sistema Único de Saúde, alertando-os para a possibilidade de aplicação de sanção aos gestores públicos de saúde, pelo TCU, nos casos em que não haja justificativa plausível para a falta de adoção de medidas preventivas e de alcance de metas de desempenho mínimas, acordadas com o Ministério da Saúde e com a Secretaria de Saúde, verificada na gestão ineficiente e ineficaz dos recursos recebidos da União, na modalidade fundo a fundo, os quais acarretem ou contribuam para o agravamento das condições de saúde da população;

A decisão objeto de contestação por parte do Secretário Municipal de Saúde de Campo Grande resultou de trabalho de auditoria realizado pelo TCU, em 2007, sobre dois componentes do Programa Nacional de Controle da Dengue (PNCD): I) vigilância epidemiológica; e II) combate ao vetor.

A equipe de auditoria, por determinação do Plenário do TCU, realizou audiência com o então Secretário Municipal de Saúde de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul, Sr. Luiz Henrique Mandetta, para, em processo apartado, analisar as razões do descumprimento dos incisos IX e XI da Portaria nº 1.172/GM/MS, de 15 de junho de 2004, bem como pelo não cumprimento das competências expressas no art. 18, incisos I e IV, da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, em relação aos seguintes fatos, entre outros arrolados:

1. não atendimento das recomendações feitas pelo Governo do Estado do Mato Grosso do Sul e pelo Ministério da Saúde, atinentes às ações de prevenção e de combate à dengue;

2. demora na contratação de agentes de saúde para a execução do PNCD no âmbito do Município;

3. ausência de plano de contingência para suprir as ações de combate ao vetor no momento em que os agentes do Programa Saúde da Família deixaram de realizar as ações do PNCD; e

4. incompatibilidade entre a informação quanto ao alcance da meta prevista na Programação Pactuada Integrada de Vigilância em Saúde (PPI/VS) de 2006, relativa às visitas a imóveis e à ocorrência de epidemia de dengue no Município.

O Tribunal, no Acórdão nº 908, de 2009, decidiu rejeitar as razões de justificativas apresentadas pelo Sr. Luiz Henrique Mandetta e aplicar-lhe multa no valor de quinze mil reais, fixando-lhe prazo para o seu recolhimento e a devida atualização monetária, além de ter autorizado a cobrança judicial da dívida. A penalidade alcançou apenas o Sr. Luiz Henrique Mandetta, uma vez que o Tribunal entendeu que a competência de gerir os recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) em Campo Grande é do titular da Secretaria Municipal de Saúde.

Em razão do inconformismo do Sr. Luiz Henrique Mandetta quanto ao Acórdão nº 908, de 2009, o TCU voltou a analisar as deliberações contestadas, do que resultou a revisão parcial das decisões constantes daquele ato.

A matéria foi distribuída para ser apreciada por esta Comissão de Assuntos Sociais e pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, tendo sido encaminhada cópia à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Sr. Presidente, houve uma multa, o então secretário recorreu; o Tribunal de Contas, no plenário, ele acolheu parcialmente a contestação do Sr. Luiz Henrique Mandetta, e essa Comissão tão somente toma conhecimento e manda arquivar porque aquilo que deveria ter sido feito, a penalização, já aconteceu no âmbito do Tribunal de Contas da União.

Agora, aqui, eu quero fazer o seguinte registro, até porque o conheço: atualmente, o próprio Luiz Henrique é chamado para outros Estados para mostrar a experiência de controle que Campo Grande adquiriu no combate à dengue.

Quando o Tribunal de Contas atuou, atuou pedagogicamente, porque o próprio Município, por meio das suas autoridades, a partir dessa penalização... Eu acredito que, embora tenha sido feito, houve uma melhoria muito grande no controle da dengue, tanto que Campo Grande passou a ser referência nesse controle.

De qualquer forma, eu acho muito positivo, e cabe ao Relator, apenas e tão somente, mandar arquivar o ofício, que, na verdade, é um acórdão do Tribunal de Contas da União.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Waldemir Moka.

Em discussão a matéria.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. *(Pausa.)*

Em votação o parecer, que é pelo conhecimento e pelo arquivamento do Aviso nº 8, de 2010.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O parecer do relator e a matéria vão à Secretaria Geral da Mesa.

ITEM 4

– Não terminativo – REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CAS

Requeiro, nos termos do artigo 93, §2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa de realização de audiência pública para instruir o PLS 238/04, aprovada por meio do requerimento nº10/10-CAS.

Autoria: Senador Benedito de Lira

Concedo a palavra ao Sr. Senador Benedito Lira para encaminhar o seu requerimento.

V. Exª está com a palavra assegurada, valoroso e grande Senador Benedito Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o que me fez requerer a esta Comissão a dispensa dessa audiência é porque não vejo mais objetividade em relação a isso. Primeiro, o projeto mereceu parecer pela sua prejudicialidade, considerando que já existe uma lei em vigor que trata exatamente do assunto.

Então, não podemos perder tempo com isso. O projeto recebeu pareceres contrários e, na minha Comissão, propus parecer pela prejudicialidade do projeto, considerando a sua ineficácia e, conseqüentemente, dessa audiência pública. O fundamento do nosso requerimento é exatamente esse, por conta de já existir um diploma legal que disciplina a matéria.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu só pediria ao Senador Benedito de Lira que nos relembresse de que trata o PLS 238/04, porque, com sinceridade, eu não lembro.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Não entendi.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – A indagação está sendo feita a V. Exª em relação ao PLS 238. Indago a V. Exª se está com a memória fresca para prestar essa informação ao Senador Cyro Miranda. Às vezes, não tem condições de prestar essa informação. Está pedindo a retirada da sua audiência. Isso cabe, compete ao Senador Benedito de Lira, se ele tiver no computador da sua memória essa informação. Se não tiver, também não há problema algum.

A Secretaria vai passar a V. Exª...

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Passe-me, Sr. Presidente, porque realmente eu não estou...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – ... essa informação.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Não tenho essa informação para dar.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Sei de tantos projetos que V. Exª tem, e, às vezes, não tem a informação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pelo número, Sr. Presidente – quero até ficar do lado do nosso Senador –, às vezes, é difícil.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Não é fácil.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Nós temos milhares de projetos aí.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – É.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Mas a Secretaria vai socorrer V. Exª.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Quero aproveitar, Sr. Presidente... Veja bem. Seria importante que, quando se colocasse o número do projeto, também se estabelecesse qual é o objeto dele.

E outra coisa: acho que há outro reparo aqui, se V. Exª me permite, para ajudar no nosso trabalho. Que fosse aberta uma nova coluna nesse quadro inicial dos projetos de votação para colocar se é projeto terminativo ou não.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Isso tem. A senhora pode olhar aqui ao lado.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Mas aqui na...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Aqui tem: o que é terminativo... Não terminativo é NT.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Tem aqui: item, relatoria, matéria, página e resultado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Item 1– NT, não terminativo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O Item 8 é terminativo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Está aqui. Eu tenho um quadro aqui na mão: item, relatoria, matéria, página e resultado. Não diz se é terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Ela vai passar a informação para a senhora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Ah, tem uma sigla: NT. Muito obrigada. Muito obrigada. Vivendo e aprendendo. Muita obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vivendo e aprendendo. É verdade.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – É verdade. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Quanto mais se vive mais se aprende, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Velho adágio popular.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Cumprimento a Comissão que realizou...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Quero só passar a informação ao Senador Cyro Miranda, diante da indagação que fez ao valoroso Senador Benedito de Lira: “Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências.” Esse é o Projeto de Lei 238.

Está satisfeito com a informação?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Em votação o requerimento do Senador Benedito de Lira.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 12

– Terminativo –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 98, DE 2009

Altera a Lei nº 7.644, de 18 de dezembro de 1987, para dispor sobre a atividade de pai social.

Autoria: Deputado Nelson Pellegrino

Relatoria: Senador Cícero Lucena

Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo, que apresenta.

Observações: – *Em 12/05/2011, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, aprovou Parecer Favorável ao Projeto na forma da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo);*

Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Refis, se for aprovado o substitutivo, será submetido a turno suplementar.

A votação será nominal.

Concedo a palavra ao Senador Cícero Lucena para proferir o seu relatório.

V. Exª está com a palavra, Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, como o relatório tinha sido distribuído anteriormente, vou direto ao voto.

Opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 2009, com a emenda substitutiva, que também já foi anteriormente apresentada.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª pela praticidade, economicidade e, sobretudo, pelo belo relatório que fez.

Em discussão a matéria.

Com a palavra o Senador Paulo Paim, pela ordem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, quero só cumprimentar o Senador Cícero Lucena pelo relatório e pelo substitutivo, que eu li e que aperfeiçoa o projeto, e o Deputado Nelson Pellegrino, porque valorizar os pais sociais é um caminho muito positivo. Eu conheci essa experiência. Visitei 28 casas com pais sociais e mães sociais. É um belo projeto que aqui agora se transforma em lei, ampliando o direito que não tinham até o momento.

Meus cumprimentos a ambos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o substitutivo oferecido ao Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 2009, que tem preferência regimental.

Vamos proceder à votação.

Consulto o Senador Paulo Paim como vota.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com o autor e com o relator, cumprimentando a ambos, Nelson Pellegrino e Cícero Lucena.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto o Senador Humberto Costa, como vota.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com o autor e com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PC do B – AM) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto o Senador Waldemir Moka, como vota.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com o relator, Sr. Presidente, parabenizando o Deputado Nelson Pellegrino.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com o relator, Sr. Presidente. Quero parabenizar o autor, pela capacidade de alargamento dessa política de adoção para as crianças do Brasil que, infelizmente, se inserem nessas condições.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SR^a ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Com o autor e com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador Cícero Lucena já é voto conhecidíssimo.

Como vota o Senador Mozarildo Cavalcanti?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o autor e com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Marta Suplicy?

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Voto com o relator, mas com muitas ressalvas. Acredito que esse tipo de programa é extremamente delicado e não temos necessariamente a confirmação do êxito pela formação exatamente do casal que vai ter esse papel. Nos Estados Unidos, temos vários casos. Não sei se ainda existe, mas era o famoso *foster home*. É melhor do que não ter e é melhor ter também a figura paterna. De qualquer forma, voto a favor, nesse sentido, de que é melhor ter a figura paterna. Mas, os problemas são acentuados nesse tipo de instituição.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senadora Marta Suplicy.

Como vota o Senador Wellington Dias?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, também, e parabenizando aqui a iniciativa do Deputado Nelson Pelegrino e o Relator Cícero Lucena. É um projeto com experiências semelhantes em alguns Estados. Destaco uma experiência que acompanho em Teresina. Creio que isso é fundamental. Temos que reconhecer, como lembra a Senadora Marta, a importância dos legítimos pai e mãe, mas temos, infelizmente, inúmeras crianças, inúmeros adolescentes completamente abandonados, que não têm qualquer contato com a família. Por isso, defendo a aprovação da proposta, com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Rita?

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, um projeto dessa natureza é muito meritório. Logicamente que o Deputado Nelson Pelegrino estava muito inspirado no momento que tocou esse projeto. Cumprimento o nobre Senador Cícero Lucena pelo parecer porque, como disse o Senador Wellington Dias, nós, que andamos no dia a dia pelas ruas – não é, Moka? –, pelos bairros, pelas cidades, sabemos exatamente o número de crianças abandonadas que temos. Seria muito bom que isso pudesse ser incrementado, Sr. Presidente, para que cada lar brasileiro pudesse se tornar pai social dessas crianças abandonadas.

Quero cumprimentar não só o autor do projeto como também o relator.

Voto com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o relator e pelo fim da discriminação com o homem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Aprovado, por unanimidade.

Aprovado o substitutivo, fica prejudicado o projeto.

A matéria vai a turno suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM 3

– Não Terminativo –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 19, DE 2011

Dispõe sobre o empregador rural; altera as Leis nºs 8.023, de 12 de abril de 1990, e 5.889, de 8 de junho de 1973; e dá outras providências.

Autoria: Deputado Silvio Torres

Relatoria: Senador Cícero Lucena

Relatório: Favorável ao Projeto com o acolhimento da Emenda nº 1-CRA (Substitutivo).

Observações: – Em 16/06/2011 a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária aprovou Parecer Favorável ao Projeto na forma da Emenda nº 1-CRA (Substitutivo);

– A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA.

A matéria constou da pauta de 03/10/2011, sendo adiada.

Concedo a palavra ao Senador Cícero Lucena para proferir o seu relatório.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, todo nós temos conhecimento de que cada vez mais se desenvolve no interior do nosso País, particularmente na zona rural, algo que complementa a receita das fazendas, que é o turismo rural. Nada mais atualizado do que a proposta do Deputado Sílvio Torres, que dispõe sobre o empregador rural.

Então, como o relatório já havia sido distribuído anteriormente, passo ao voto.

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2011, com o acolhimento da Emenda nº 1-CRA (Substitutivo).

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Cícero Lucena.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, vou fazer uso da palavra porque eu já havia pedido, em certo momento, que a matéria saísse de pauta, e o relator concordou, para que eu lesse mais o projeto. E, se não me engano, duas centrais e sindicatos haviam feito algumas ponderações, mas, depois, conversando com eles, chegamos ao entendimento de que tanto o relator como o Deputado Sílvio, em tese, estão corretos, porque isso incentiva o turismo rural. E todos nós somos meio apaixonados pelo turismo rural, eu, pelo menos, sou

Voto como o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer, que conclui pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2011, na forma da Emenda nº 1-CRA (Substitutivo).

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

EXTRAPAUTA

ITEM 14

– Não Terminativo –

REQUERIMENTO Nº 50, DE 2011-CAS

“Requeiro em aditamento ao Requerimento nº 42/2011-CAS, nos termos do Artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, que aprovou a realização de Audiência Pública desta Comissão de Assuntos Sociais, com a finalidade de debater o Pro-

jeto de Lei do Senado nº 284, de 2011, que ‘Dispõe sobre o exercício da profissão de cuidador de idoso’, a inclusão dos seguintes convidados: Jorge Roberto, Presidente da Associação de Cuidadores de Idoso de Minas Gerais; Ingrid Mazetto, Presidente do Observatório da Longevidade Humana e Envelhecimento (OLHE).”

Autoria: Senadora Marta Suplicy

Concedo a palavra a V. Ex^a para encaminhar a matéria.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Prezado Presidente, apesar de já termos citado as pessoas convidadas, fui procurada, como relatora, pelos Cuidadores de Idosos, que têm uma fundação. Então, pareceu-me que, se vamos discutir a regulamentação da profissão, seria muito importante a presença de quem tem a mão na massa, daí a presença do Sr. Jorge Roberto, Presidente da Associação dos Cuidadores, e da Sr^a Ingrid Mazetto, Presidente do Observatório da Longevidade Humana, serem bastante importantes.

Nós vamos ter que diminuir, Sr. Presidente, o tempo de fala dos expositores para não termos uma reunião extremamente longa. Pode ser que um ou dois que já estavam convidados também dissessem que talvez, dependendo da data, não poderão comparecer.

Então, talvez tenhamos um número adequado para um pronunciamento de mais tempo; senão, diminuiremos o tempo e poderemos ouvir todos.

Muito obrigada por esse aditamento.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senadora Marta Suplicy.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu não sei, Senadora Marta, se, entre os convidados, está a Dr^a Tania Garib. *(Pausa.)*

Está?

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Ela está.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – A autoria do projeto, Sr. Presidente, é minha, mas esse foi um pedido da Secretária de Assistência Social do meu Estado, a Dr^a Tania Garib, que é também a Presidente do Fórum Nacional dos Secretários de Estado de Assistência Social do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Nós vamos marcar data. O requerimento de V. Ex^a foi apresentado e lido hoje; agora, nós vamos agendar: dia 20 de outubro, quinta-feira.

Confirmada a data, Senadora Marta Suplicy.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores...

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Presidente, só para parabenizar a iniciativa...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – ...e reconhecer que é muito importante nós chamarmos a atenção para este momento que o País está vivendo, com o aumento da expectativa de vida. Todos nós devemos estar bastante atentos a esse processo, que, sem dúvida nenhuma, ajudará a melhorar a qualidade de vida das pessoas, que estão tendo a oportunidade de viver mais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Em votação o requerimento da Senadora Marta Suplicy.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

EXTRAPAUTA

ITEM 15

– Não Terminativo –

REQUERIMENTO Nº 51, DE 2011-CAS

Requeiro, nos termos dos arts. 95, II e V, e 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, para instruir o PLS nº 15, de 2007, que ‘acrescenta o art. 168-A à CLT para dispor sobre medidas preventivas da saúde no exercício da atividade de modelo ou manequim e dá outras providências’, e o PLS nº 691, de 2007, que ‘dispõe sobre a exibição pública de modelo cujo Índice de Massa Corporal seja inferior a 18’, com a participação dos seguintes convidados: Ministro da Saúde ou o seu representante; Ministro do Trabalho e Emprego ou o seu representante; representante do Ministério Público do Trabalho; representante da Associação Brasileira de Psiquiatria e representante do Grupo de Estudo Assistência em Transtornos Alimentares – GEATA.

Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti para encaminhar o seu requerimento.

V. Ex^a está com a palavra.

É o requerimento proposto por V. Ex^a.

É para V. Ex^a encaminhar, fazer o encaminhamento. *(Pausa.)*

V. Ex^a não tem conhecimento? A secretaria da Mesa está encaminhando a V. Ex^a: é em relação ao PLS nº 15, que V. Ex^a quer instruir essa matéria.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Presidente, esta matéria que está aqui em apreciação realmente é uma matéria muito controversa. E eu gostaria de... Justamente estou propondo audiência de várias autoridades do setor para que possamos realmente formar uma convicção.

Então, o que estou pedindo é que façamos audiência pública para instruir o PLS nº 15, que acrescenta o art. 168-A à Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre medidas preventivas no exercício da atividade de modelo ou manequim e dá outras providências, bem como dispõe sobre a exibição pública de modelo cujo Índice de Massa Corporal seja inferior a 18. Então, embora médico, confesso-lhe, Sr. Presidente, é preciso que tenhamos mais dados atualizados sobre essa questão. Por isso, a razão do pedido de audiência.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos encerrar esta reunião e, de imediato, abriremos a outra, tendo em vista uma audiência pública proposta pelo Senador Humberto Costa.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 3 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 24 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA 37ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 05 DE OUTUBRO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS DEZ HORAS E TRINTA MINUTOS, NO PLENÁRIO DA CDH, Nº 2, ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e trinta e dois minutos, do dia cinco de outubro de dois mil e onze, no plenário da CDH, Nº 2, Ala Senador Nilo Coelho, anexo II, Senado Federal, sob a Presidência do Senhor Senador Jayme Campos, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Waldemir Moka, Paulo Davim, Cícero Lucena, Mozarildo Cavalcanti, João Vicente Claudino,

Eduardo Suplicy, Clésio Andrade, Benedito de Lira, Cyro Miranda e das Senadoras Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Marta Suplicy, Ana Rita e Lídice da Mata. Justificam a presença os Senadores Casildo Maldaner e Cristovam Buarque. Deixam de comparecer os demais membros. A Presidência declara aberta a presente reunião destinada à realização de Audiência Pública para averiguar a situação dos Agentes Comunitários de Saúde e de Endemias no Brasil, em atendimento ao Requerimento nº 32, de 2011–CAS, de iniciativa do Senador Humberto Costa, com a presença dos seguintes oradores: Eliana Mendonça, Secretária Executiva da Mesa Nacional de Negociação do SUS, Representante do Ministério da Saúde; Fernando Candido Coordenador Executivo da **Confederação Nacional dos Trabalhadores em Segurança Social**– CNTSS; Maria Do Carmo De Miranda Presidente do Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde e Endemias/PE; Deputado Valtenir Pereira Representante da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Agentes; Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate a Endemias. Justificaram ausência os seguintes convidados: Representante do DIEESE; Representante do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. As dez horas e quarenta e cinco minutos o Senador Jayme Campos passa a Presidência para o Senador Humberto Costa. Usam da palavra os Senadores Waldemir Moka e Eduardo Amorim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e sete minutos, lavrando eu, Dulcília Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Jayme Campos, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senador **Jayme Campos**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Declaro aberta a 37ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura do Senado Federal.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para averiguar a situação dos agentes comunitários de saúde e de endemias no Brasil, em atendimento ao requerimento nº 32/2011 – CAS, de iniciativa do Senador Humberto Costa.

Quero convidar, inicialmente, o Senador Humberto Costa para fazer parte da mesa. V. Exª presidirá esta audiência, tendo em vista que é autor. A Presidência tem, como praxe, convidar os autores para presidir. Quero convidar, para participar da mesa, a Srª Miraci Astun, Coordenadora de Regulação e Negociação da Secretaria de Gestão e Trabalho em Saúde do Ministério da Saúde. Quero convidar Duvanier Paiva Ferrei-

ra, Secretário de Recursos Humanos e representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Convido o Sr. Fernando Cândido, Coordenador Executivo da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Seguridade Social. Convido, também, o ilustre Deputado Valtenir Pereira, representante da Frente Parlamentar Mista em defesa dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias.

De acordo com o art. 94, §§ 2º e 3º, do RISF, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão uso da palavra. Em seguida, abriremos a fase de interpelação das Srªs e dos Srs. Senadores inscritos.

Quero passar a Presidência ao Senador Humberto Costa, que vai presidir esta audiência. V. Exª, por favor, assumo a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – Srs. Senadores, Srªs Senadoras, Srªs e Srs. agentes comunitários de saúde, quero saudar a presença da Coordenadora de Regulação, Drª Eliana de Mendonça, Coordenadora da Mesa Nacional de Negociação da Secretaria de Gestão do Trabalho em Saúde do Ministério da Saúde.

Estamos ainda no aguardo dos demais componentes da Mesa. Também os agentes comunitários de saúde se encontram tentando entrar no Senado Federal, passando ali pelas barreiras eletrônicas.

O objetivo desta audiência pública, que foi uma demanda de bastante insistência das entidades de representação de agentes comunitários e agentes comunitários de saúde, prende-se primeiro ao fato de termos comemorado ontem o Dia Nacional dos Agentes e das Agentes Comunitárias de Saúde. Segundo, existem várias demandas da categoria que seus integrantes gostariam de publicizar ao Senado. Gostariam de poder defender a justeza dessas demandas e dessas reivindicações.

Ao mesmo tempo, é uma oportunidade que o Senado tem de fazer uma homenagem a esses trabalhadores e a essas trabalhadoras que têm dado uma contribuição ímpar para a implementação do Sistema Único de Saúde e para a conquista de importantes avanços na saúde pública brasileira. E também é uma oportunidade de nós discutirmos algumas demandas específicas.

Há hoje um movimento nacional pela implantação do piso salarial da categoria. Tive informação, por meio da imprensa, de que teria havido uma votação ontem, na Comissão de Seguridade Social da Câmara dos Deputados, que referendou essa proposta. Portanto, se tiver sido aprovada de forma terminativa, deverá voltar ao Senado Federal.

É um tema que tem absoluta e total justeza pela importância do trabalho que essa categoria desen-

volve, mas, por outro lado, também existem algumas preocupações, especialmente...

Queria registrar e convidar para compor a Mesa o Sr. Fernando Cândido, Coordenador Executivo da CNTSS – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social.

Como eu dizia, é uma demanda, uma reivindicação da mais absoluta justiça, mas nós sabemos também que enfrenta algum nível de questionamento, especialmente por parte dos gestores, pelo fato de que abre a oportunidade de outras demandas de outros segmentos da área da saúde de próprios integrantes da estratégia do Saúde da Família e seria necessário um aprofundamento maior, um estudo maior para se construir a viabilidade de atender aos agentes comunitários de saúde, mas também, com muita justiça, a outras categorias que também apresentam essa reivindicação.

Aproveitando esses minutos que antecedem o início do evento, quero dizer aqui algumas palavras em meu nome. Tenho pela categoria dos agentes comunitários de saúde um especial respeito e um especial apreço. Ainda quando Deputado Federal, entre 1995 e 1998, tive oportunidade de ser um dos autores, juntamente com o Deputado Walter Pinheiro, hoje Senador, e outros Parlamentares, de uma proposta de regulamentação da profissão de agente comunitário de saúde. Em verdade, nós demos seguimento a um projeto que havia sido apresentado na Legislatura anterior. Falha-me a memória quem era o Deputado. Lembro-me que era um Parlamentar do Estado do Rio Grande do Norte. Tocamos essa reivindicação, essa demanda durante um bom período.

Posteriormente, como vocês sabem, eu fui convidado pelo Presidente Lula para ser Ministro da Saúde. Naquela oportunidade, nós baixamos, pela primeira vez, uma resolução garantindo o pagamento do salário mínimo a todos os agentes comunitários de saúde. Anteriormente, não havia essa obrigatoriedade. Diante das arguições, das argumentações dos gestores de que eles não tinham condição de fazer o pagamento desse valor do salário mínimo, nós, ao mesmo tempo em que repassamos os recursos para o pagamento desse valor às equipes, também passamos a encaminhar aos municípios o recurso correspondente aos encargos sociais, no caso, a contribuição previdenciária. E conseguimos, pela primeira vez, garantir uma estabilidade mínima, do ponto de vista salarial, aos agentes comunitários de saúde.

No entanto, a questão não parou por aí, porque, desde o início do programa, lá atrás, na década de 90, nós tínhamos sérios problemas no que dizia respeito à forma de contratação dos agentes comunitários de

saúde, ao tipo de vínculo. Em alguns lugares, se pretendia fazer concurso público. Isso gerava uma contradição com uma das diretrizes do programa que é exatamente a exigência de o agente comunitário residir na comunidade em que trabalha; de ser uma liderança, ter vínculos com esta comunidade. E o concurso público, na medida em que ele é universal, terminava contemplando, na aprovação, pessoas que não tinham essa característica.

Por outro lado, muitas vezes, o concurso era utilizado por pessoas já de um nível de formação até mesmo superior, que faziam o concurso na expectativa de ascender profissionalmente, para depois exercer a sua própria profissão naquela secretaria municipal, por exemplo.

Além disso, havia outras formas de contratação altamente instáveis: a contratação por meio de cargos comissionados, o que também fazia com que a mudança do Prefeito mudasse praticamente todos os agentes comunitários de saúde. Enfim, havia uma situação de absoluta e total instabilidade.

Foi nessa oportunidade que o Deputado Federal Maurício Rands apresentou uma emenda constitucional que teve o apoio integral do Ministério da Saúde, ainda no período em que eu exercia essa função, e que definiu que, a partir da aprovação da emenda, os novos e as novas agentes se submeteriam a uma seleção pública, porém com critérios que respeitassem os princípios do programa como um todo: o vínculo com a comunidade; a moradia na comunidade; a formação em termos de nível básico e garantia para os que já exerciam a função de agentes comunitários de saúde, preenchendo esses pré-requisitos a oportunidade de serem incorporados às diversas prefeituras de forma automática.

Esse foi o coroamento de uma grande mobilização, de uma grande luta e a dedicação do Deputado Maurício Rands – S. Ex^a continua Deputado –, hoje Secretário de Estado em Pernambuco.

Sabemos ainda há muitas imperfeições, muitos problemas em relação a isso, inclusive muitos questionamentos quanto a essa efetivação. Vocês sabem que há gestores e há estudiosos que consideram que essa efetivação terminou por contaminar com o espírito do Barnabé muitos dos nossos agentes comunitários de saúde, e é um tema também a ser objeto da discussão. E, paralelamente a isso, surge essa demanda, que é uma demanda correta, justa, como eu disse, da instituição do piso salarial para a categoria dos agentes comunitários de saúde, mas também para a categoria dos agentes de endemias, que foram também regulamentados com a emenda do Deputado Maurício Rands.

Bom, hoje, como essa discussão se acha no centro das preocupações dos agentes comunitários de saúde, dos gestores, enfim, é que nós apresentamos este requerimento, a pedido das entidades, e hoje com muito gosto estamos aqui para ouvir todos os que compõem a nossa Mesa. Nós queremos também, daqui a pouco, incorporar um representante das entidades específicas. É lógico que a CNTSS representa a todos, mas é nossa intenção também podermos ter aqui uma liderança dos próprios agentes comunitários de saúde.

Bom, eu vou dar início aqui, ainda nessa expectativa da chegada dos agentes – muitos já devem estar no telão, porque há um telão acompanhando; são milhares de pessoas que estão aqui e, no entanto, não sei por que razões ainda não estão presentes no recinto.

A Senadora Vanessa Grazziotin quer...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu quero, se V. Ex^a me permite, Sr. Presidente, Senador Humberto Costa,...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – Claro.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – ...quero cumprimentá-lo por esta audiência e lamentar não poder ficar muito tempo mais, pois temos uma reunião da CPI do Tráfico de Pessoas marcada para este horário, mas quero que V. Ex^a saiba que tem em nosso mandato também uma força muito grande para aprovarmos, darmos sequência àquilo que já iniciamos no passado, com aprovação da emenda constitucional que garante o piso para os agentes comunitários de saúde. É a primeira porta, a porta de entrada. Digo isso na frente de profissionais, de quem já foi ministro da saúde, mas da importância desses profissionais no desenvolvimento da saúde preventiva. Acho que, no dia em que chegarmos a ter as principais ações como ações preventivas, chegaremos a um nível melhor. Então, cumprimento V. Ex^a e, desde já, conte com o nosso apoio para que possamos ajudar na aceleração do projeto votado na comissão especial da Câmara no dia de ontem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – Sem dúvida, a Senadora Vanessa Grazziotin é uma das Senadoras aqui na nossa Casa que tem um grande compromisso com a área da saúde. Ela é autora de importantes proposições que se transformaram em leis, como profissional farmacêutica, mas tem uma visão extremamente ampla do Sistema Único de Saúde e tem sido, sem dúvida, uma das pessoas que têm abraçado com toda força a bandeira do Sistema Único de Saúde. Não tenho dúvida de que V. Ex^a estará conosco nessa discussão, nessa luta em todos os momentos que se apresentarem.

Não sei se alguém tem alguma informação de como...

O SR. – Ontem foi falado lá no trio para os agentes que seriam 80 escolhidos. Viemos aqui de manhã no gabinete do Senador Walter Pinheiro e conseguimos ter o acesso aqui, mas esses 80 até agora... Devem estar tendo uma série de dificuldades, mas segundo Ruth e Elaine seriam 80 pessoas. Não sei se o pessoal da CNTSS está a par...

O SR. FERNANDO CANDIDO – Estou.

O SR. – É sobre isso. Esses 80 até agora... Precisamos saber o que está acontecendo.

O SR. – Deixe-me tentar explicar. Inclusive antes de chegar aqui, estava também com uma delegação de aproximadamente 30 pessoas, mas a informação que tivemos lá por parte dos seguranças é a de que aqui já estava lotado e que não caberia ninguém. Inclusive as pessoas que estavam comigo tiveram de ficar lá, aguardando o segurança vir aqui para confirmar que não estava lotado e que de fato tínhamos feito um acordo com a Conacs. Certamente, o segurança vai voltar lá e permitir que as pessoas entrem. Isso, aqui no Bloco B. Não sei as outras entradas como estão.

Mas o fato é que há milhares de agentes de saúde aqui em Brasília. Foram designados agentes tanto para participar aqui, como também para acompanhar pela Sala 9.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – Bem, então, vamos começar, até porque, daqui a pouco, vou precisar ir ao Palácio do Planalto. Depois eu retorno, mas tenho de ir lá, para uma audiência com a Ministra Ideli Salvatti, para tratar de assuntos da pauta do Congresso.

Então, poderíamos começar. O Senador Paulo Davim se comprometeu, no período em que eu estiver fora, a coordenar os trabalhos. Daqui a pouco, ele deve voltar.

Podíamos, então, começar com a Dr^a Eliana de Mendonça, que é Secretária Executiva da Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS.

A senhora dispõe de 10 minutos, mas é isso é bastante flexível.

A SR^a ELIANA MENDONÇA – Bom-dia a todos e a todas.

Ministro na época e Senador agora, Dr. Humberto Costa, desejo relembrar que em 2003 o então Ministro da Saúde reinstalou a Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS no pleno do Conselho Nacional.

Eu cheguei em 2003 ao Ministério da Saúde e lembro que a minha primeira audiência com esses trabalhadores foi para receber dois ônibus de agentes comunitários da Bahia, com a situação aqui retratada

pelo Senador Humberto Costa: sem vínculo, 10 anos trabalhados – sem vínculo algum.

De lá para cá, através da Secretaria de Gestão do Trabalho, a Mesa Nacional tem conduzido, de forma incansável, a negociação com essa categoria. Nós, desde 2003, debatemos, através do Comitê Nacional de Desprecarização do Trabalho, a própria regulamentação nº 11.350, que esta Casa aprovou. E começou a melhorar, então, a questão da precarização dos vínculos de trabalho desses agentes.

Quero primeiro dizer da importância que esses trabalhadores hoje têm para o Sistema Único de Saúde. É inegável que eles tiveram participação direta na diminuição da mortalidade infantil, na diminuição das mulheres mortas através do parto, na questão do cuidado com os idosos, com as crianças.

Acho que, em relação a esses trabalhadores, o projeto, na forma como se deu de 2003 para cá, avançou essa força que hoje essa categoria tem.

Quero primeiro dizer que o Ministro Padilha tem grande carinho por essa categoria. Tanto quando ele era então Ministro das Relações Institucionais e, hoje, como Ministro da Saúde, ele tem buscado, através da SAS, do DAVA, do próprio CEGet, maneiras de ver como nós atendemos a essas reivindicações – reivindicações legítimas de uma categoria que hoje tem uma importância enorme para o programa Saúde da Família, agora Estratégia da Saúde da Família, que completou 20 anos. Quero dizer da importância disso.

Quero dizer também que toda semana nós temos recebido a Conacs, que é uma das entidades que representa esses trabalhadores, e a CNTSS, que tem assento na Mesa Nacional. E a Conacs, agora, dentro dos critérios, também fará parte, terá assento na Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS.

A gente tem conhecimento das reivindicações desses trabalhadores. Acho que é a única categoria que conseguiu colocar, numa emenda constitucional, que temos de definir piso salarial. Isso vem da luta desses trabalhadores de anos. Há outras questões que eles também têm reivindicado, como a da jornada, da carreira, de melhoria das condições de trabalho. A Mesa Nacional, que está dentro da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, tem também trabalhado com eles, debatendo o seu processo de trabalho, mas principalmente a qualificação. A gente tem promovido formação e qualificação de todos esses trabalhadores. É uma reivindicação deles que tem sido encaminhada prontamente pela Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde.

São várias as questões aqui colocadas. É claro que a grande questão hoje é reivindicação da regulamentação do piso salarial. Foi lido ontem, conforme

os trabalhadores nos avisaram – através do Senado e da Câmara –, que seria lido e provavelmente aprovado, como foi.

O que cabe ao Ministério fazer? Qual a forma de atender essa reivindicação? Estamos levantando, há dois meses, vários cenários. A reivindicação, não que ela seja indexada ao piso, mas tomou como base dois salários mínimos. Hoje, por exemplo, temos 2 bilhões e 831 milhões, que seriam a massa remuneratória para 2011. Se a gente fosse, até 2015, cobrir essa reivindicação, haveria um aumento de 5 bilhões e 418 milhões, que é o impacto primeiro que estamos fazendo. Não estou dizendo aqui que a reivindicação não seja legítima, Ministro – desculpe, Senador Humberto, que vai ser sempre meu Ministro.

O Conass e o Conasems estiveram sempre em audiência pública conosco e temos feito o seguinte debate: não é possível somente o Ministério arcar com isso. Nós temos que fazer um debate de como compartilhar isso, através dos entes federados. Hoje, o Ministério, sozinho, arca com R\$750,00 o salário dos agentes, fora os encargos, porque uma parte fica para Estados e Municípios. Por outro lado, esse piso chegará a um reajuste, a um patamar salarial que nem técnicos, nem auxiliares de enfermagem, nem outras categorias têm. Isso não significa dizer que problema há. Os técnicos e auxiliares vão ter de brigar pelo de vocês. É isso que vocês sempre me falam.

O Ministério tem a responsabilidade de ver qual o impacto disso e que efeito traria para todas as outras categorias, levando em consideração que hoje os Municípios são os maiores contratadores do SUS. Como estariam as condições desses Municípios?

Sabemos que há uma Lei de Responsabilidade fiscal, que nós defendemos, mas que ela não é flexível para a saúde.

Então, todos os cenários estamos construindo. Há propostas de cenários com dois salários mínimos, com um salário mínimo e meio. Há outros cenários que estamos construindo. Então, a negociação não está acabada. O que o Ministro está falando é que temos que pensar como será e quanto será este piso. muito embora tenha tido a aprovação na Câmara, ontem. Mas nós temos a responsabilidade também de ver o SUS como um todo, não a partir de uma só categoria, importante, de grande relevância para o sistema hoje. Todavia, temos toda uma área de enfermagem que não ganhará em 2015 o que vocês poderão ganhar. É legítimo, repito, mas temos a responsabilidade de ver o SUS como um todo. Acho que isso é importante.

Ao mesmo tempo em que esta Casa tem legitimidade para aprovar qualquer tipo de projeto de corporações, como a dos agentes ou como outras corporações,

nós temos aqui, há anos, projetos de outras categorias que também são de pisos salariais. Nós temos projetos que abrangem o setor da Polícia Militar, que também quer um piso unificado. É um efeito dominó. Aí vocês vão afirmar: “Mas nós não temos nada com isso”. Mas o Ministério tem que ver o SUS como um todo. O SUS não se define só por uma corporação.

Então acho que isso é importante, é legítimo e nós estamos dizendo aqui para o Senado, para o Senador Humberto Costa e para esta Casa: a negociação em momento nenhum parou. Ela continua. Semanalmente estamos atendendo os agentes comunitários e vendo qual é a melhor forma.

No dia 26, estaremos reinstalando o comitê nacional sobre a desprecarização do trabalho em saúde, onde esses agentes têm cadeira cativa. Nós vamos continuar a fazer essa negociação.

No momento, são cenários que nós estamos levantando. Estamos estudando todas as possibilidades. O que estamos falando? Que não é para vocês desistirem da negociação, porque o Ministério não desistiu. Nós estamos negociando incessantemente para achar uma solução que hoje caiba no orçamento do Ministério, dos Municípios.

E a gente também vai ter que ver como será depois da regulamentação da Emenda nº 29, que não traz dinheiro novo como alguns andam falando. Não existe dinheiro novo com a regulamentação da Emenda nº 29; o que existe é uma regulamentação de como serão os gastos daqui para a frente. Acho que isso é importante dizer, porque dá a impressão, alguns agentes têm falado: “Aprovou a Emenda nº 29, dá para pagar o salário”. Não é isso. Não existe dinheiro novo. A importância da emenda é que também ajuda a gente a pensar no futuro de uma forma melhor.

Então, o que eu venho trazer aqui? O apelo do Ministro em ter aqui com vocês mais um voto de confiança, porque nós estamos negociando e a Mesa nos ensinou que sempre há uma solução negociada, pactuada entre este Governo e os trabalhadores.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – Queria agradecer a Dr^a Eliana de Mendonça, representante do Ministério da Saúde, ela que é Secretária-Executiva da Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS e que procurou aqui expressar a visão do Ministério.

Eu queria pedir licença a todos vocês para fazer aqui uma homenagem um pouco paroquial. Queria convidar a Maria do Carmo Miranda, Caminha, agente comunitária de saúde de Pernambuco, para que faça parte da Mesa. *(Palmas.)* É uma grande companhei-

ra, lutadora e que, creio, representa esse espírito de vocês também.

Passo, de imediato, a palavra ao Dr. Fernando Cândido, Coordenador-Executivo da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social.

O SR. FERNANDO CANDIDO – Bom-dia a todos e a todas.

Quero inicialmente saudar a Mesa, saudar o Senador Humberto Costa e, de imediato, também agradecer-lo por ter atendido o nosso pedido e requerido esta audiência para que a gente pudesse tratar a situação dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias. Quero saudar a Eliana, nossa Secretária-Executiva da Mesa na qual a CNTSS tem assento – inclusive, faço parte representando a CNTSS; saudar a nossa guerreira Maria do Carmo, mais conhecida como Carminha, grande guerreira Presidente do Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde de Combate às Endemias do Estado de Pernambuco; saudar a todos os presentes na plenária, em especial, os agentes comunitários e agentes de combate das endemias e dizer que ontem, dia 4 de outubro, foi o Dia Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias. E eu gostaria também de aproveitar a oportunidade para homenagear todos esses companheiros e essas companheiras pela passagem do seu dia.

Nós tivemos ontem uma atividade no Ministério da Saúde. Pela manhã houve uma sessão solene em homenagem ao dia dessa categoria, lá no congresso, em seguida, a apresentação do relatório que dispõe sobre a regulamentação da EC 63, que inclusive já foi anunciado aqui que foi aprovado.

Enfim, a CNTSS em conjunto com a Conacs e com a CUT nacional, resolveu trazer milhares de agentes aqui para Brasília, para que a gente possa, de forma unida e organizada, mostrar para toda a sociedade a importância do nosso trabalho, a importância de estarmos unidos nessa luta para brigar por dias melhores e, sobretudo, pela regulamentação da EC 63.

Como foi muito bem resgatado aqui pelo Senador Humberto Costa, que já foi Ministro, inclusive foi um dos autores da Emenda nº 51, da 11.350, foi um dos grandes apoiadores dessa luta, os agentes comunitários têm muito o que comemorar. Isso é inegável. Se levarmos em consideração que nós éramos bolsistas contratados de forma precária, hoje nós temos condições de lutar para ser efetivados, hoje os agentes, em função da sua própria organização, têm uma série de direitos garantidos.

É claro que em muitos Municípios os prefeitos e secretários ainda insistem em sonegar nossos direitos e tem muitos agentes ainda contratados de forma pre-

cária, sem ter garantidos os direitos mínimos básicos. Mas, pela passagem do nosso dia, nós temos muito o que comemorar.

Então, este é um dia de comemoração, um dia de reflexão e, sobretudo, de muita luta.

Foram resgatadas aqui todas as conquistas que foram fruto da nossa luta, mas muito ainda nós temos que conquistar. Temos que lutar para consolidar, Senador, o direito à efetivação, temos muito o que lutar ainda para garantir que esses trabalhadores tenham assegurado o adicional de insalubridade e os equipamentos de proteção individual. Temos incentivado os agentes em nível nacional a lutarem contra o assédio moral, porque muito ainda há que se fazer.

A CNTSS, que é a Confederação da qual sou diretor, tem em seus quadros 17 sindicatos de agentes comunitários de saúde e de agentes de combate às endemias. A CNTSS tem em seus quadros sindicatos que têm fortalecido suas bases, justamente com o objetivo de a gente avançar nessas conquistas, mas o Brasil, o País tem uma dívida muito grande para com esses trabalhadores, que, no nosso ver, são extremamente importantes para o equilíbrio dos indicadores sociais de nosso País. Esses trabalhadores, mesmo em condições extremamente adversas, têm diminuído a mortalidade infantil, têm erradicado algumas endemias, têm acompanhado os idosos hipertensos, diabéticos, enfim, têm feito o seu trabalho com muito zelo e isso com um só objetivo: melhorar a saúde do nosso País.

No entanto, o Brasil, esse mesmo País cuja saúde nós melhoramos tem um débito muito forte com a gente. E a regulamentação da Emenda nº 63, que dispõe sobre o nosso piso salarial nacional, seria, Eliana, uma forma de o País quitar esse débito.

Nós sabemos do compromisso do Ministro Alexandre Padilha. Ele tem acompanhado toda essa luta desde que era Ministro das Relações Institucionais do Governo Lula. Mas é preciso, neste momento, que esse sentimento seja materializado.

Nós sabemos que o Ministério da Saúde está fazendo estudos, mas estudos também têm prazo, têm limite. Até quando vão acontecer esses estudos? Se há interesse em manter a negociação – porque da nossa parte há interesse e nós também acreditamos que a forma negocial é a melhor saída – é preciso que esse sentimento seja materializado.

Nós apresentamos a proposta de um valor correspondente a dois salários mínimos – foi apresentada pela Conacs, entidade à qual nós temos um respeito muito grande – e unificamos a proposta de escalonamento. No entanto, não veio por parte do Governo Federal, do Sr. Ministro, nenhuma proposta. E aí, a insatisfação torna-se generalizada. Em âmbito nacional,

esses trabalhadores estão aguardando uma posição do Ministério da Saúde e do Governo Federal.

Então, qual foi a saída encontrada? Foi submeter o relatório do projeto de lei que regulamenta a EC 63, em votação lá na Comissão Especial que, por unanimidade, aprovou. Hoje, haverá articulações para que esse projeto de lei vá a plenário. E se for a plenário, certamente será aprovado. E aí a nossa pergunta: será que a nossa Presidenta, companheira de partido, na qual tive a honra de votar, para que pudesse dar continuidade a esse governo que tem melhorado as condições de vida dos brasileiros, governo que marcou a história do nosso País... Eu tenho certeza de que a Presidenta não vetará esse projeto.

Mas, por que não o Governo Federal apresentar uma proposta e, de comum acordo, a gente poder avançar na negociação do nosso piso salarial? Então, é muito importante que isso aconteça. E aí eu não posso deixar de registrar o papel da mesa nacional de negociação, porque foi à mesa que se deu a regulamentação da Emenda 51, que se deu toda a discussão da Emenda Constitucional nº 51, da Lei 11.350.

Mas, quando tivemos uma reunião com o Ministro Alexandre Padilha, salvo engano em julho, foi assumido o compromisso de que este assunto seria pautado na mesa. E só agora, para o dia 26 de outubro, foi agendada a reunião com o objetivo de restabelecer o Comitê de Desprecarização. Então, essas postergações, essa demora em podermos de fato e efetivamente discutir a regulamentação da Emenda 63 nos deixa aflitos. Nós precisamos de fato sentar, e aí eu gostaria de saudar o Deputado Valtenir Pereira, da Frente Nacional em Defesa dos Agentes, deputado que tem prestado relevantes serviços à nossa categoria, faz parte de uma Frente que certamente é um instrumento de luta em nosso favor; registrar a presença da companheira Priscila e dos blogueiros, que têm, também, um papel importante na prestação de informação.

Mas, voltando ao que estava falando, é muito importante, Helena, que o Ministro possa apresentar uma proposta, sentar conosco e, efetivamente, avançarmos nesse processo.

Na audiência que tivemos com o Ministro, ele condicionou a qualquer negociação nesse sentido a regulamentação da Emenda 29. E aqui, sem medo de errar, eu gostaria de colocar a nossa opinião. Não tem sentido pessoas que não trabalham, que não têm uma conta bancária se posicionar contra a taxação de um imposto para aqueles que têm condições de financiar a saúde para aqueles que não têm condições de bancar. Nós, particularmente, somos a favor da contribuição social para a saúde, porque nós achamos que os 5% da população, que serão apenas eles, que serão ta-

xados, devem sim financiar a saúde para os 95% que não vão contribuir com essa taxa.

Mas esse processo da regulamentação da Emenda 29 está avançado. E independentemente da Emenda 29 ou não, precisamos chegar a um consenso, a um denominador comum para podermos resolver esse impasse da regulamentação da EC 63, que, embora cause um impacto de bilhões, isso não seria gasto, mas investimento com a categoria que promove, inclusive, um trabalho de prevenção e, por consequência, traz uma economia muito forte nos gastos do SUS para o nosso País. *(Palmas.)*

Portanto, fica aqui o nosso sentimento de que, com os agentes comunitários de saúde, os agentes de combate às endemias, sobretudo agora que se promoveu a unidade de ação através das entidades representativas e com o apoio da CUT, certamente nós vamos fortalecer a nossa luta e pressionar ainda mais para que, de fato, o País possa quitar essa nossa dívida, regulamentando a Emenda 63. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – Muito obrigado. Agradeço ao Fernando Cândido, Coordenador Executivo da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social – CNTSS – e convido o Deputado Valtenir Pereira, representante da Frente Parlamentar Mista de Apoio aos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, para que possa usar da palavra também.

Terminada a fase de exposição, se houver Senadores presentes e inscritos, nós vamos abrir a palavra a eles. Caso contrário, daremos um tempo mínimo para que cada um dos expositores faça as suas considerações finais.

Com a palavra o Deputado Valtenir Pereira.

O SR. VALTENIR PEREIRA (PSB – MT) – Bom dia a todos. Bom dia a todas.

Quero aqui agradecer o convite do Senador Humberto Costa para que pudéssemos estar aqui falando a respeito dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias.

Quero saudar aqui a Secretária de Negociação, Eliana de Mendonça; o Coordenador Executivo da Confederação, Fernando Cândido; e cumprimentar também a agente de Pernambuco, a Carminha. Enfim, cumprimentar cada um de vocês.

Para mim, é um motivo de alegria estar aqui para falar a respeito dessa categoria tão importante, tão necessária para a saúde do povo brasileiro. São profissionais que trabalham de sol a sol, de chuva a chuva; enfrentam muitas adversidades, mordidas de cachorro; frequentam residências onde há moradores portadores de doenças infectocontagiosas de que, muitas vezes, vocês não têm conhecimento e até mesmo

são contaminados, como é o caso da hanseníase, da tuberculose e de outras doenças transmissíveis. Estão em contato constantemente com venenos, como o temefós, e também em contato com vetores propagadores de doenças.

Então, vejam a importância não só da valorização dos agentes comunitários de saúde, como também da atenção especial que devemos ter com essa categoria, que sai para cuidar da saúde da população e, muitas vezes, fica doente; os profissionais acabam ficando doentes por conta do exercício do trabalho que executam. E é um trabalho de um verdadeiro sacerdócio, de uma verdadeira dedicação. Só quem realmente gosta de povo, gosta de gente é agente comunitário de saúde e agente de combate às endemias. Então, veja a importância, a necessidade da valorização.

O Governo Federal já envia, hoje, 1,4 do salário mínimo a título de incentivo para a contratação dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias, em especial os agentes comunitários. E veja: há toda uma dinâmica, todo um trabalho já desencadeado pela Central Única dos Trabalhadores, pela Confederação Nacional dos Agentes, pelas Associações, Sindicatos, de um modo geral, no sentido de estabelecer um piso salarial nacional.

Houve muitas conquistas para os agentes comunitários de saúde e muitas conquistas para os agentes de combate às endemias, mas há muito ainda a ser conquistado.

As primeiras conquistas... E aqui eu quero parabenizar o hoje Senador Humberto Costa, mas, na época, Ministro da Saúde, que deu um apoio importante para a aprovação da PEC que originou a Emenda Constitucional 51, de autoria de Maurício Rands, primeiro autor. A Emenda Constitucional 51 deu um tratamento, um *status* de importância para essas duas categorias, agentes de saúde e agentes de endemia, fundamental, inclusive, disciplinando, dando um tratamento especial exatamente para atender a especialidade do trabalho de vocês, com a necessidade de realmente identificar, no seio da comunidade, quem verdadeiramente tem o sacerdócio, tem a vocação para ser agente comunitário de saúde e agente de combate às endemias.

Em seguida, o Presidente Lula, muito sensível, enviou a PM 297 que transformou na Lei Federal 11.350, disciplinando a questão no âmbito da Funasa e traçando normas gerais para a questão das leis municipais, da regulamentação, da regularização, onde a emenda constitucional acolhe todo aquele agente comunitário que disputou a vaga lá atrás. Então ele praticamente retroage aquele espaço, vai lá, na ocasião, em 1990, 1992, 1995, 2000, 2001, não importa a época, desde que tenha havido uma seleção pública, uma disputa, na

qual vocês foram recrutados através do mérito, vocês estão sob o comando, sob a guarda, sob a proteção da Emenda Constitucional 51.

Mas, infelizmente, nem tudo é glória. Conquistas aconteceram. Agora precisamos sair do plano da teoria para a prática. Sair do mundo abstrato e ir para o mundo real. No meu Estado, por exemplo, Mato Grosso, são 141 Municípios. Conseguimos conquistar aí, 60 prefeituras conseguiram fazer a efetivação dos agentes comunitários de saúde; outras vinte, através de medida judicial, através de diálogo, de muita luta, conseguimos avançar. Hoje, temos entre 80 a 100 Municípios apenas efetivados. Ainda há algo em torno de 40 ou 50 Municípios a serem efetivados, para dar a vocês a estabilidade, a condição, a dignidade de servidor público de carreira.

E tem a outra questão, outra luta, de fazer com que os prefeitos realmente repassem, a título de salário base, hoje, os R\$750 que o Governo Federal envia a título de incentivo, como incentivo para as prefeituras contratarem os agentes comunitários de saúde. E a gente tem pedido aos prefeitos. Alguns, muito sensíveis, têm nos atendido, e às vezes pagam até um pouquinho mais, mas há outros que às vezes não pagam nem o salário mínimo de R\$545,00 hoje. Como é contrato temporário, pagam na forma de tarefa.

Ontem à noite, fazendo uma visita onde vocês estão acomodados, alguns me colocaram que há lugares onde estão recebendo R\$350,00 ou R\$400,00, o que é um absurdo Brasil afora.

Temos trabalhado, como presidente da Frente Parlamentar Mista de Apoio aos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, para ver a Emenda Constitucional 51 respeitada, para ver a Lei nº 11.350 também respeitada e, especificamente, também a Emenda Constitucional 63, que fala do piso salarial nacional e também fala da participação da União: Compete à União prestar assistência financeira aos Estados, Municípios e ao Distrito Federal para dar a tranquilidade da implantação do piso salarial. Quer dizer, já é um alento indicando que esse incentivo é para pagamento de salário.

E essa Emenda 63 é fruto da PEC 323, de 2009, da nossa autoria, somada à PEC 391, apresentada logo em seguida. A PEC 323 originou-se exatamente em 4 de outubro de 2007, quando aqui muitos de vocês estiveram, e também nós, debatendo os encaminhamentos pós Emenda Constitucional 51, que era exatamente a busca da valorização dos Agentes Comunitários. E, como Presidente da Frente, nós tiramos esse encaminhamento e fizemos a propositura da emenda de uma PEC para que a União garantisse aí pelo menos dois salários mínimos. Apresentamos

PEC nº 323, ela foi rejeitada, mas garantiu pelo menos a redação a essa frase: "Competindo à União prestar assistência financeira aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal para fins de garantir a implantação do piso salarial nacional".

E agora, a gente teve a graça de Deus e a confiança do povo de Mato Grosso, retornamos nesse segundo mandato. Então, eu renovei a PEC nº 323, e agora ela recebeu o nº 22, de 2011. E lá, nesta PEC, é extremamente interessante, aliás, Senador Humberto Costa, nós vamos precisar muito do apoio do Partido dos Trabalhadores, nós vamos precisar muito do apoio de V. Ex^a, que foi Ministro da Saúde e sabe o quanto essa categoria é importante para a prevenção de doença e para a promoção da qualidade de vida, e aí nós conseguimos avançar nesta PEC nº 22, de 2011. Esta PEC diz que o vencimento do Agente Comunitário de Saúde e do Agente de Combate às Endemias não será inferior a dois salários mínimos. Pode ser 2.4, 2.5, 2.8, 3 não tem problema, mas não pode ser 1.9, não pode ser 1.4. Se o Governo Federal já auxilia os Municípios com 1.4, com um ajustezinho ali e acolá é possível chegar a dois salários mínimo. E isso definindo como regra geral.

E é extremamente importante a valorização dos senhores. Eu não tenho nenhuma dúvida. Até mesmo a capacitação, a qualificação para que vocês possam desenvolver habilidades importantes na orientação da parcela da população mais humilde da Nação brasileira.

Então, estou aqui à disposição para me somar a todos vocês, me somar ao Senador Humberto Costa, para que a gente possa construir uma estratégia e ver a implantação do pagamento de pelo menos dois salários mínimos para os Agentes Comunitários e os Agentes de Combate às Endemias.

Um grande abraço.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – Muito obrigado, Deputado Valtenir Pereira, que é o representante da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias.

Conforme havia dito, vou precisar me ausentar um tempo, vou à Presidência da República. Espero, na minha volta, ainda encontrá-los aqui. Mas eu trouxe para comandar os trabalhos um Parlamentar que também é conhecido e querido por todos vocês, foi também um dos grandes batalhadores pela aprovação da emenda constitucional que regulamentou a profissão e que é um grande batalhador pela causa dos Agentes Comunitários de Saúde, que é o hoje Senador Walter Pinheiro, a quem eu agradeço. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Pronto, Deputado, deixe-me dar bom-dia ao povo. É que aqui estamos todos ao mesmo tempo agora. Penso que vocês podem até estranhar a quantidade de Senadores presentes, mas nas manhãs de quartas as coisas acontecem ao mesmo tempo. Inclusive eu, por exemplo, participava também de audiência em que discutíamos área de vital importância, principalmente para os nossos Estados, que é a questão do Código Florestal e a vida dos nossos agricultores familiares. Então, é importante a introdução.

Mas esse é um tema muito caro a todos nós. Essa é uma das tarefas da área da saúde. Tanto eu quanto o Senador Eduardo, ontem à noite, e também outros Senadores, se não me engano o Senador Jayme Campos, todos nós fizemos questão de mencionar não só o dia de ontem, como também essas tarefas do dia de hoje. E folgo em ver aqui figuras que simbolizam muito bem esse trabalho: está ali o nosso velho guerreiro Roque, uma figura que simboliza sobejamente bem a história. (*Palmas.*)

O Senador Eduardo Amorim ontem fazia referência a figuras também do seu Estado que simbolizam todo esse trabalho, trabalho que começou de forma extremamente árdua, às vezes muito perseguida. Hoje, a gente vai consolidando uma etapa. A estrutura de saúde – e é bom frisar isto –, o Humberto Costa era Ministro, Senador Eduardo, quando nós efetivamente demos um passo significativo para a conquista da emenda constitucional, mas nós penamos muito. Quem aqui é mais antigo – o Sr. Roque e outros que aqui estão – lembra que, desde 1996, com o primeiro projeto que deu entrada aqui, na Casa, e o primeiro projeto era do Deputado Augusto Viveiros; depois é que vêm os projetos feitos por mim, por Paulo Rocha e outros companheiros, até a gente chegar a essa grande conquista.

Então, hoje a gente está nesse patamar. Espero que a gente tenha a oportunidade, com a contribuição do Senado, de fazer o debate sobre essa questão específica, que é a consolidação da carreira, portanto, fixando o seu piso. E que a gente tenha a oportunidade de contribuir, neste momento em que a gente faz o debate sobre a questão, inclusive, do financiamento da saúde, que é uma das parcelas mais importantes. E nós estamos falando da capilarização dessa saúde.

Com a palavra o Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Presidente; Deputado Valtenir Pereira; Dr^a Eliane; meus amigos, como o senhor bem disse, hoje é um dia de muita correria: já estão me chamando aqui para relatar quatro projetos na Comissão de Direitos Humanos, que era nesta sala, mas foi transferida para outra sala

em virtude desta importante audiência pública. Mas eu não poderia deixar de estar aqui e expressar meu sentimento, expressar aquilo que penso sobre essas categorias.

Enquanto o senhor já estava neste Parlamento, Senador Walter Pinheiro, eu ainda estava lá em Sergipe. Por um período relativamente pequeno, fui Secretário de Saúde e procurei sempre valorizar porque, desde aquela época de 2003, 2004, eu entendia a importância dos agentes de saúde. Eu, como médico, tenho muitos sonhos, e um dos sonhos é um dia ver não só essa categoria sendo bem remunerada – passo importante que está sendo dado neste Congresso, especialmente na Câmara dos Deputados, em que foi aprovado na Comissão Especial, bastando agora ir para o plenário, onde tenho certeza de que será aprovado muito em breve. O meu partido, o PSC, já manifestou total e irrestrito apoio na reunião de Líderes, na qual se constroi a pauta daquilo que vai para o plenário. Meu partido está sensibilizado e dará todo o apoio para que logo depois, em seguida, isso vá para a sanção presidencial. E tenho certeza também de que a Presidente Dilma está sensível e concorda com o pleito destas categorias – o agente de saúde e o agente de endemias.

Eu, todas as vezes em que tive encontro com a Presidente Dilma neste ano, falei dos agentes de saúde e dos agentes de endemias, não apenas como agentes de saúde e agentes de endemias, mas como algo muito maior: como agentes construtores de cidadania.

Explico. Nenhuma profissão, nenhuma categoria neste País conhece tão bem os nossos lares, conhece tão bem as nossas famílias, porque é obrigada a conhecer – faz parte da missão do agente de saúde, do agente de endemias conhecer cada lar, cada ente, cada pessoa naquela casa. Eles têm que passar de casa em casa, de lar em lar, no mínimo uma vez ou no máximo duas vezes – ou no mínimo uma vez a cada dois meses ou de mês em mês.

Então, eles conhecem a situação. Tanto é que, muitas vezes, muitos de vocês passam a ser psicólogos, passam a ser realmente integrantes, familiares, pessoas adotadas por cada casa, por cada família. E vocês criam ali uma relação muito próxima e muito íntima.

E eu dizia à Presidente Dilma que meu sonho é um dia cada agente de saúde ter um *laptop*, um *palmtop* e um computador e, para tanto, ser treinado, ser capacitado. (*Palmas.*)

E nada estratosférico, nada distante da nossa realidade, porque um celular já é um microcomputador.

Então, eu acho que ele tendo ali, naquele computadorzinho, aquilo que ele deveria fazer e, através daquele computador, ligado à Internet, passar todas

as informações do que acontece em cada lar – não só informações de saúde; eu acho que pode ir até um pouco além: informações relacionadas se as crianças estão ou não indo à escola, por que faltaram, informações relacionadas se o hipertenso está ou não tomando o medicamento, se ele deve ou não receber... ele poderia receber o medicamento até em casa, evitar desperdício, fazer economia e informações relacionadas até ao combate à pobreza e à miséria desse País.

Eu disse isso nas três reuniões que tivemos do Conselho Político, eu representando o meu partido; disse isso também no almoço que tive com a Presidente Dilma: eu não desperdiçaria e valorizaria esse exército imenso que está espalhado em todos os cantos do nosso País, que é o agente de endemias e o agente de saúde. *(Palmas.)*

E colocaria instrumentos preciosos..., e a Presidente ou um secretário de saúde ou um gestor ia ter informações reais de tudo que está acontecendo no nosso País: de políticas de educação, de políticas de combate à miséria e à pobreza, de políticas de saúde, que é a missão maior e principal dessas categorias, valorizando, qualificando, treinando.

E digo: olhe, comecei a fazer isso no meu Estado, treinando junto à Universidade de Brasília, Universidade Federal de Sergipe e outras universidades lá e metade dos agentes já foram capacitados. Trata-se de um projeto inédito, um projeto que poderá se espalhar para todos os cantos. Eu digo isso que para mim não precisa convencer, eu já estou mais do que convencido, não é de agora, da importância...

Não estou dizendo isso para bajular nem porque estou do lado de vocês, não; estou dizendo isso do coração e do meu convencimento. *(Palmas)* Eu digo que é um exército que nenhum canto do mundo ainda tem e nós poderemos ter esse exército ao nosso favor, dando realmente os instrumentos e as armas necessárias para tanto: que é fazer o bem, que é combater a miséria, que é dar saúde de qualidade, que é realmente contribuir num diagnóstico das muitas mazelas que ainda persistem na nossa sociedade.

Digo e insisto: discurssei ontem defendendo as categorias – não foi a primeira vez, já foram várias vezes, e em mim vocês têm aqui um amigo, um irmão para defender tantas e quantas vezes for necessário.

Espero que os nossos gestores, seja ele prefeito, seja ele governador – e também contar com a sensibilidade de nossa Presidente Dilma –, entendam a importância...

Olhe, nenhum canto do Planeta – o dia que tivermos isso – terá ou teria isso que nós temos: um agente de saúde, um agente de endemias passando para as centrais informações devidas. Já pensou quanta coisa

a gente poderá corrigir, quantas políticas poderemos corrigir, seja de saúde, seja de combate à miséria, seja de combate à fome?

Então, meus amigos, a luta continua porque não somos ainda vencedores; há muitas lutas a serem travadas. Saúde é a maior angústia do povo brasileiro, não é, Walter? Para isso a gente está lutando aqui por mais recursos, de preferência, sem criação de nenhum tributo – defendendo isso.

Não precisa, da minha parte, sensibilizar; estou mais do que sensibilizado e convencido e sou um soldado também, como vocês são, em defesa de uma saúde mais justa, mais igual e com dignidade.

Então, meus amigos, parabéns pelo dia de vocês! Mas ainda há muito no que se avançar. E digo e insisto: eu tenho esse sonho. Espero que um dia ele se materialize. Mas para a esperança virar realidade, temos que ter muitas e muitas atitudes e comprometimento também dos gestores referidos.

Presidente, vou pedir agora licença porque vou ter que me ausentar porque já estão me chamando na Comissão de Direitos Humanos para relatar quatro projetos.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Obrigado, Senador. *(Palmas.)*

Quero agradecer a sua colaboração, e os agentes tenham a certeza de que nós sempre teremos mais um aqui, nessa fronteira na qual estamos entrincheirados nessa batalha para avançar.

Eu vou passar a palavra a Maria do Carmo Miranda, do Cindacta de Pernambuco, para ela dirigir a palavra, ao mesmo tempo estendendo também, Maria do Carmo, uma saudação aos nossos companheiros da Bahia que estão aqui – existem vários, de todas as cidades *(Palmas.)*

A turma chegou de tudo quanto é canto, dos quatro cantos; tem o pessoal de Goiás... Você conhece sobejamente bem essa história, mas Bahia, Pernambuco, Goiás, Maranhão eu quero citar aqui, que, por diversas vezes, estiveram aqui, Piauí, Ceará... É bom a gente pegar a relação porque aí eu leio, para não deixar de citar ninguém. Mas vamos lá!

A gente sempre teve, mesmo com as distâncias, e aí eu faço questão de citar isso, a gente sempre teve dificuldades nessa mobilização, e nós sabemos o que significa sair de lugares que estão a 3 mil quilômetros, 3,5 mil quilômetros, ou seja, lugares distantes, mas, mesmo assim, isso nunca foi motivo para que a gente não fizesse um processo de ocupação aqui, no Congresso Nacional.

Por diversas vezes, nós tivemos que negociar, inclusive, as dependências da Casa; os agentes tiveram que negociar em seus Estados as suas saídas.

Todo mundo se lembra de que naquele tempo, inclusive, era muito mais difícil até do que hoje o processo de liberação. Os agentes têm uma responsabilidade, na medida em que eles, quando voltam, têm que trabalhar dobrado para fazer a cobertura, para entregar efetivamente o que tinham que contribuir. (*Palmas.*)

Então, eu faço muito essa citação porque aqui, por diversas vezes, os Estados, até por um grau de proximidade com Brasília, geralmente tinham obrigação maior de mobilizar mais gente. Mas nem essa questão da distância inviabilizou, a gente sempre teve um número expressivo de agentes de todos os Estados brasileiros, mesmo os mais distantes de Brasília. Isso fez com que a gente pudesse imprimir no Congresso Nacional um sentimento de compromisso com essa causa.

De Pernambuco, quem sempre esteve aqui com a gente no passado foi a companheira Teresa, que, à época, inclusive, tinha oportunidade de também ser uma das lideranças da Confederação, por isso que eu fiz questão de citar o velho Roque ali, porque foi uma das pessoas que também, assim como Teresa, teve oportunidade de trabalhar. No entanto, o que foi mais importante nessa estrutura toda foi exatamente o comprometimento de todos e, principalmente, quando nós demos um passo significativo para incorporar nessa luta os agentes de combate às endemias.

Eu acho que a gente deu uma resposta muito clara no sentido de unidade, mostrou que não era uma luta que excluía quem quer que seja, mas é preciso agora a gente ter, por parte da estrutura pública – e aí é fundamental que o núcleo central, Brasília... Eu conversava isso ainda ontem com Jean, que hoje acompanhou isso com a gente, como assessor da Bancada do PT, e acompanhou isso, ano passado, inclusive, na assessoria do Ministério das Relações Institucionais, com Alexandre Padilha, e agora acompanha, junto com Mozart, a partir, inclusive, do Ministério da Saúde. Eu comentava com ele a responsabilidade que o Ministério da Saúde tem, porque a solução desse problema hoje não está no Ministério da Saúde, mas é o Ministério da Saúde que pode dar o seu testemunho e que pode fazer a pressão decisiva para que a gente, em discussão com o Planejamento, com a Casa Civil e com o Governo de modo geral, tenha oportunidade de identificar como é que nós vamos fazer aqui um nível de compatibilização: se com um fundo nacional, o projeto que está sendo discutido agora na Câmara dos Deputados, ou se com uma própria ação do Governo. Hoje é uma estrutura já incorporada literalmente ao Programa Saúde da Família, já inserida nesse contexto de orçamento da própria União, portanto, dos repasses. A gente sabe das dificuldades locais. Por isso que é

importante esse testemunho aqui de Eduardo Amorim, assim como o envolvimento dos Governadores. Esta é uma coisa que temos feito sempre: uma pressão enorme para que os Governadores assumam essas tarefas.

A gente sabe... Aí vou falar muito da minha realidade, a realidade da Bahia. Dos 417 Municípios da Bahia, eu poderia dizer que somente trinta, portanto os trinta maiores Municípios talvez tenham a capacidade de um processo de absorção maior de recursos para repasses locais no sentido de complementar. Portanto, o restante necessita, inclusive, desse repasse de recursos da União para que o Programa continue acontecendo. Mesmo em cidades como Salvador, que é uma cidade que poderia suportar, a gente tem enfrentado diversos problemas no que diz respeito à sustentação e ao financiamento desses programas. Imaginem se a gente fosse tratar aqui das menores cidades brasileiras que, com certeza estão aqui representadas nesse contexto.

Por isso que a gente está trazendo para cá, por isso que a gente quer essa conversa com o Governo Federal para a gente dizer: ou tem um política nacional que suporte o Programa, ou cada vez mais nós vamos tratando isso como se fosse uma carga, um peso, e esse Programa não é uma carga, um peso; esse Programa é a solução dos diversos problemas que a gente enfrenta.

Eduardo Amorim falava, inclusive, da capacidade de informação, da modificação da estrutura de trabalho, do uso de tecnologia para essa gente.

Fizemos, há pouco mais de um mês, uma audiência na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado para discutir o Fundo de participação dos Municípios, e o IBGE estava junto e disse que a melhor fonte de informação para consubstanciar a mudança do critério no FPE não é o sujeito que vai fazer o censo, o IBGE pela primeira vez; é o agente comunitário, que está lá todo dia (*palmas*), que tem a possibilidade de fazer isso, independentemente de perguntar quem mora, se mora ou se não mora, porque ele conhece, ele sabe exatamente quem está ali.

O maior drama que estamos vivendo nessa área hoje é a migração, principalmente a relação fronteira: alguém que mora em um Município mas que usa o sistema de saúde do outro. Então, que é que pode dar essa informação com precisão? Pela disputa eleitoral, a gente sabe que ela não é a boa informação. Nós assistimos, durante muitos e muitos anos, a um processo de captação de eleitores de um Município por outro, buscando auferir ganhos eleitorais. No Programa de Saúde é diferente, não há esse interesse. A relação próxima do agente, o verdadeiro nível de interação com cada família, o agente passa a fazer parte da comunidade e daquela estrutura. Então se essa é

a base central para a gente trabalhar, ela tem de ser bem trabalhada para ela trabalhar com boas condições e, principalmente, com respeito.

Então, acho que esse é o eixo que a gente tem que conduzir aqui, fazer a pressão no Governo Federal, para que a gente conquiste, de uma vez por todas, nesse debate de Orçamento... Aí eu queria chamar a atenção, Waldemir, porque agora nós estamos fechando duas importantes peças. Quero colocar isso como encaminhamento daqui. Nós estamos fechando o PPA e o Orçamento esse ano.

Portanto, para discutir com o Governo essa questão, é fundamental que nós incluamos no PPA, no Plano Plurianual, esse nível de atendimento para essa questão, porque é uma forma muito mais eficaz, é o caminho direto para termos a consagração desse nosso desejo, porque senão a gente vai vir aqui todo ano tratar disso em cada Orçamento sem ter inserido isso no planejamento dos próximos quatro anos para o Governo Federal. Aí tem uma coisa importante.

Eu queria aproveitar e orientar a Confederação. No caso do Orçamento, é fundamental que tanto a Comissão da Câmara quanto a do Senado, que têm trabalhado essa questão do piso, marquem uma conversa com o Deputado Arlindo Chinaglia, que é o relator do Orçamento, que é de São Paulo. Já tive uma conversa preliminar com Dutra, com Fátima. Estive, na segunda-feira, com Geraldo Resende, do Mato Grosso do Sul, com o relator do PPA, que, coincidentemente, é esta figura que lhes fala aqui.

Portanto, a gente vai, nessas duas peças, consolidando a questão da inclusão desse pleito para a gente ter a viabilização. Não adianta aprovar na Câmara e a gente não materializar quais são os caminhos no PPA e os caminhos do Orçamento para que a gente tenha a conquista.

Volto a insistir: nós vamos ter muita dificuldade na relação com os Municípios. Por isso, é fundamental que essa discussão seja abrigada e abraçada pelo Governo Federal como parcela central para a gente conseguir, de uma vez por todas, fixar o parâmetro do piso e as condições de trabalho como condições especiais para essa viabilização.

Então, era importante.

A nossa expectativa é a de que votemos tanto o PPA quanto o Orçamento, provavelmente, entre o dia 2 e o dia 15 de dezembro. A partir do dia 19, que é quarta-feira, de hoje a quinze, eu devo apresentar inclusive o meu primeiro relatório preliminar do PPA. Estamos fazendo, inclusive, audiências públicas. Era importante que o sindicato pudesse orientar... Nós já fizemos audiência em Salvador e João Pessoa. Foram as duas audiências do nordeste. Fizemos as duas au-

diências do Centro-Oeste, em Goiânia e Campo Grande, no Mato Grosso do Sul. Fizemos na cidade de São Paulo. Estamos indo amanhã para fazer o norte do País, que será feito em Rio Branco e em Porto Velho. No dia 17 a gente faz em Vitória e no dia 18, em Porto Alegre. Já fizemos em Uberlândia também. Com essa última a gente fecha onze cidades.

Então, como ainda restam Vitória, no Espírito Santo, Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, Rio Branco, no Acre e Porto Velho, em Rondônia, era importante que os agentes pudessem participar para inserir sugestões tanto para o PPA quanto para o Orçamento.

Ao mesmo tempo, volto a insistir que a comissão tirada nacionalmente, em conjunto com os Senadores e com os Deputados, vocês possam marcar exclusivamente com a Comissão do Orçamento com essas duas relatorias: a relatoria geral do orçamento e a relatoria do PPA, que pudesse ter uma conversa para a gente ver como a gente vai trabalhar a perspectiva disso. Por sinal, principalmente um dos aspectos que serão usados contra a votação dessa matéria é o fato de não haver previsão nem orçamentária, nem a previsão do Plano Plurianual.

Então, para que lá adiante a gente não sofra por conta da ausência dessas previsões, é fundamental que a gente busque a conversa com esses dois relatores e com a Comissão. É importante conversar com o relator setorial de saúde também, que, se não me falha a memória, é o Deputado Rui Costa, do PT, da Bahia, que é o relator setorial da área de saúde.

Portanto, são estes três relatores: Arlindo, que é o geral do Orçamento; Rui Costa, que é o setorial de saúde; e a relatoria geral do PPA está sob minha coordenação. Essas três conversas nós precisaríamos ter. Nós poderíamos, inclusive, fazer isso de forma um pouco mais combinada: pegar Arlindo e Rui e marcar uma hora e sentar com a coordenação do movimento e com o núcleo que está discutindo o projeto.

O Deputado Domingos Dutra marcou comigo para o dia 20, que é quinta-feira, de amanhã a oito, para que a gente possa conversar sobre esse projeto. Eu vou conversar com... Não sei... O Dutra está como relator lá e está marcado comigo no dia 20, que é de amanhã a quinze.

Era fundamental que a Comissão ou até... Se vocês preferirem assim, o que poderíamos fazer, para economia processual, seria juntar a comissão dos agentes com o relator do projeto. Eu poderia marcar tanto com o relator do Orçamento e o relator setorial e comigo para a gente fazer essa reunião juntos, com o Dutra e com vocês, em relação a essas duas peças importantes que nós vamos votar.

Insisto com vocês: essas duas peças são decisivas para um processo de consolidação de base para aprovação do projeto do piso. Sem essas duas peças, é impossível que a gente ganhe a aprovação do piso, que vai ficar condicionante de a gente não ter a previsão orçamentária nem tampouco o planejamento para essa questão. OK?

Então é isso.

Com a palavra Maria do Carmo. (*Palmas.*)

A SR^a MARIA DO CARMO DE MIRANDA – Eu queria saudar a Mesa, o Senador Walter Pinheiro, o Deputado Valtenir Pereira e o companheiro Fernando, de Alagoas, que é da CNTSS e a companheira Eliana Mendonça.

Eu apenas fazer uma reflexão, que nós, agentes comunitários e de endemias, que iniciamos o processo e dizer o seguinte: antes de nós mudarmos a Constituição Federal, nós mudarmos a saúde no Brasil, minha gente, porque (*palmas*) a partir do momento que nós fomos trabalhar, porque fomos largados lá, sem estrutura nenhuma, nós não tínhamos estrutura para fazer o trabalho, a gente mudou, foi um programa que acho que foi encaminhado e ficou aquela coisa: será que ai dar certo? Será que não vai dar?

Com nossa força, nossa garra e determinação, nós mudamos a questão da saúde em cada Município. E cada Município, na questão do orçamento deles, na questão da saúde, devia ter o reconhecimento por cada agente comunitário de saúde e cada guarda de endemias. Um companheiro aqui entregou um contracheque de R\$520,00. Quando tira os encargos, quanto fica para esse companheiro? Se a gente não conseguir – e nós vamos conseguir –, com luta força e garra, a questão do piso. Como é que vai ficar

Eu, que estou aqui já beirando os cinquenta e poucos anos, já querendo me aposentar, e nós, agentes comunitários, como é que vamos ficar no final dos nossos tempos? Nós mudamos a questão da saúde no Município, mudamos a história e como é que nós vamos dar uma estrutura de vida à nossa família?

Nós somos muito importantes, minha gente!

Todo dia a gente fala, a gente questiona e diz aos companheiros: antes de sermos agentes comunitários, nós somos comunidade. O Município tem de ter entendimento que o prefeito é administrador de um bem, que é nosso. O gestor tem de ter o entendimento de que tem que ter o respeito pelo agente comunitário, porque ele adentra a casa, como foi dito aqui pelo Senador, pelos Deputados, pelos Senadores. Foi dito tudo isso. A gente quer que haja o reconhecimento lá nos Municípios porque nós viemos de lá com sacrifício e tem companheiros, minha gente, que ganham R\$250,00.

Imagine um companheiro ganhar R\$250,00 para sustentar sua família!

É muito difícil a história do agente comunitário, mas também, minha gente, nós temos força e garra, porque nós viemos de caravana, ficamos aqui. Isso foi na questão da efetivação nossa. Nós demonstramos força e garra. Então a gente não deve perseverar, que esse é um dos passos que a gente vai tramitar na questão da luta do piso, mas a gente vai conquistar. Não é justo! O agente comunitário e o agente de endemias devem ter o entendimento de darmos as mãos, minha gente, e entendermos que todos os agentes comunitários e os de endemias devem ter o mesmo salário. Não é justo que o companheiro que faz o mesmo trabalho tenha um salário e outros tenham outro. Todos fazem o mesmo trabalho e têm o mesmo direito de ganhar o mesmo salário. Vamos à luta, vamos nos organizar. Estamos juntos a Conacs junto com a CNTSS para darmos as mãos num objetivo só que é a questão do agente comunitário e do agente de combate às endemias. Quero também parabenizar todos os companheiros, a nós, que temos muita luta e muita garra, pelo dia de ontem, que comemoramos aqui em Brasília. Parabenizo todos os companheiros. Voltem para seus Estados e digam aos companheiros que ficaram lá que a luta se iniciou, mas a gente vai conquistar como a gente sempre conquistou. Então parabéns para nós, minha gente, parabéns para nós todos. Obrigado, companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – DF) – Deixem-me dar uma informação importante aqui. A informação que me chega aqui é que somente representantes do Acre não conseguiram chegar a Brasília. Todos os outros Estados estão aqui presentes. Então... Até se alguém tiver contato...

A SR^a MARIA DO CARMO DE MIRANDA – Queria agradecer ao companheiro que saiu daqui agora, o excelentíssimo Senador Humberto Costa, por ter aberto e aos Senadores que nos acompanharam até aqui. Fiquei emocionada. Quando falam de agente comunitário e de endemia, fico emocionada.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – DF) – Muito bem, Carminha.

Nós temos entre os agentes aqui presentes uma companheira nossa que é Vereadora na cidade de Brejo Santo, no Ceará. É a companheira Maria de Lourdes.

Há mais algum Parlamentar aqui... Mas tem um bocado no Brasil, viu? No Brasil inteiro tem um bocado de agente comunitário vereador, um bocado.

Mas, antes de ouvir as considerações finais do pessoal da Mesa, deixem-me dar outra informação. Ontem nós informamos isso no plenário. É a discussão que estamos fazendo com o Ministro da Previdência.

Abrimos com ele, via Comissão de Direitos Humanos daqui do Senado, eu, o Senador Paulo Paim e o Senador Humberto estamos negociando com o Ministro da Previdência, que é Senador, a resolução de algo que iniciamos desde o processo de aprovação da Emenda 51 e desde a própria regulamentação via aquela medida provisória que é o reconhecimento do tempo de trabalho anterior à data de aprovação da Emenda 51. Só para termos uma ideia, a interpretação que o Ministério da Previdência dava à época... A gente entrou com um processo no ministério identificando que a relação de trabalho até aquela data... Porque quando aprovamos a Emenda 51 a relação de trabalho de alguns Municípios – e vou dizer muito taxativamente alguns –, estamos falando de 15 de fevereiro de 2006, data da publicação da Emenda 51, alguns Municípios tinham uma relação contratual. Portanto, a gente contava nos dedos. Majoritariamente os Municípios e Estados brasileiros não tinham nenhum tipo de relação com a fixação da chamada contribuição. Em vários Municípios, chegava-se a descontar do agente comunitário e do agente de combate a endemia a parcela da previdência e, na sua maioria, nem sequer repassavam para a Previdência.

Então, o que nós fizemos naquela época, de 2006 até hoje? Pedimos à Previdência que notificasse os Municípios em relação a essa questão e estamos cobrando a seguinte resolução: não pode ser responsabilidade do beneficiário, digamos assim, já que até essa data não havia por parte do Estado, enquanto instituição, a obrigação no que diz respeito ao contrato. Se o contrato de trabalho existia, inclusive oficializado pela relação com o Ministério da Saúde, através da tripartite... Ou seja, para contratar cada agente comunitário e cada agente de combate às endemias, o Ministério produzia dois níveis de relação contratual. A primeira delas era o repasse dos recursos do programa de agentes comunitários. Como obrigação, para a continuidade do repasse, o Ministério tinha de receber, de cada Município, o relatório individual de cada agente. Portanto, matéria suficiente para comprovação da relação de trabalho. Portanto, esse foi, inclusive, o elemento que utilizamos para dizer que os agentes deveriam ser absorvidos sem a necessidade de concurso público porque havia a comprovação da relação entre o Município e aquele agente, comprovado exatamente com o relatório que cada um emitia todos os dias. Essa era uma questão.

A segunda questão é a que comprova o aspecto do vínculo e da relação contratual – e essa vale para os agentes de combate às endemias. Tivemos mais dificuldades na comprovação porque os agentes eram contratados a partir de um processo de repasse de verbas sazonal. Era assim: epidemia de dengue. Joga

um dinheiro para o Município para ele contratar. Mas isso, no início, era feito, inclusive, com a supervisão da Funasa, que adotava esses procedimentos. Então, em todos os lugares onde a Funasa emitia um certificado, exigíamos a absorção dos agentes de combate às endemias sem necessidade de concurso público. Consequentemente, esse processo de capacitação e de seleção feito pela Funasa era a comprovação da relação de trabalho entre o agente de endemia e o Município. Volto a insistir: todos esses dois, tanto o relatório diário quanto o relatório dos agentes de combate às endemias, tinham obrigação de passar pelo Município, pelo Estado, e isso tinha de chegar à União. Então, não há motivo para essa desculpa de que não tínhamos dados nem registros da existência do trabalho dos agentes de saúde nessas duas frentes.

É sobre isso que estamos conversando com o Ministro da Previdência. Estamos partindo do seguinte princípio: a partir da contratação feita em cada Município é obrigatório ter o desconto. Para trás estamos querendo que esse tempo seja contado como tempo de serviço. Portanto, não há mais obrigatoriedade para o efetivo pagamento. Senão seria impor ao agente comunitário, ao agente de combate a endemias, uma verdadeira punição. O sujeito já passou dez, quinze, tem gente que já está há 30 anos no programa. Se contarem desde o programa voluntário vamos encontrar esse tipo de relação. Agora, o cara vai ser punido duplamente. Passou a vida inteira não tendo contrato, não tendo salário, não tendo condições dignas e ainda é obrigado a chegar, agora, e pagar para a Previdência. Quer dizer, não foi essa a fórmula que nós adotamos aqui quando da mudança, inclusive, das regras da Previdência. Então, esse é um outro encaminhamento.

É importante lembrar que a gente está tratando com o Ministério da Previdência. Tivemos conversa com o Ministro, há poucos dias, e voltaremos – eu, o Senador Paulo Paim, o Senador Lindbergh, o Senador Humberto Costa – para a gente discutir essa questão. Então, é isso. Está chegando, agora, o Deputado José Neto, que é Deputado Estadual do PT da Bahia. *(Palmas.)*

Está aqui, também, com a gente, a companheira Maria de Fátima Veloso, Presidente do SindiSaúde de Goiás.

Lembro que o sindicato, o SindiSaúde, no Brasil inteiro, tem dado um apoio importante a essa luta. Em alguns lugares, a gente teve uma brigazinha, porque alguns SindiSaúdes queriam filiar os agentes, mas isso é a velha disputa do movimento sindical. No geral, a própria Confederação Nacional, e, aí, não sei se tem alguém da Confederação...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Não, não é da Conacs, estou falando da CNTSS. Não sei se tem alguém aqui.

Não, cadê o pessoal dos mata-mosquitos, que estou cobrando.

Não tem ninguém aqui, presente, não é? Porque também é importante lembrar que nós fizemos o trabalho junto com eles, para que não perpassse a ideia de que nós nos dividimos. Pelo contrário. Então, ainda que a gente tenha tido brigas locais, quero registrar que a gente teve um grau de unidade importante nessa luta.

Então, está aí a companheira, que é do Sindi-Saúde de Goiás, e nós vamos encerrar.

Fica esse encaminhamento, para a gente, depois, pegar a Comissão, tentar trabalhar e ver essas reuniões.

A reunião, se for possível juntar no dia 20, legal, para a gente pegar e já fazer uma reunião só, discutindo essas peças, OK?

Então, vamos lá.

Para as considerações finais, companheiro Fernando Cândido; depois, não sei a Eliana quer colocar alguma coisa a mais; Valtenir e a gente vai fechando a nossa audiência para tocar a vida e seguir em frente.

Com a palavra, o Fernando.

O SR. FERNANDO CANDIDO – Bem, eu queria começar minhas considerações finais falando da importância dessa audiência pública.

É importante que a gente já comece a pautar, aqui no Senado, o debate em torno da regulamentação da Emenda nº 63 e foi muito importante essa observação do Senador Walter Pinheiro, que, inclusive, é um guerreiro antigo na luta em defesa da nossa categoria e que fez essa observação da necessidade de a gente discutir e de prever no Orçamento uma rubrica que garanta esses recursos para a regulamentação do nosso piso.

Quero ressaltar que nós da CNTSS procuramos o Deputado Amauri Teixeira, da Bahia, que, no Congresso, fez um requerimento. Infelizmente, não foi aprovado, mas vamos ver se pelo Senado a gente consegue garantir esse apoio.

É importante que nas minhas considerações finais a gente faça os agradecimentos: Deputado José Neto; Senador Humberto Costa, ex-Ministro da Saúde; Walter Pinheiro; Valtenir Pereira, que, inclusive, nós tivemos a grande honra e satisfação de ter em nosso Estado, nos apoiando na luta pela efetivação dos agentes da capital.

Quero agradecer a todos vocês, em especial, porque somos nós... Eu costumo dizer que a transformação da sociedade se dá através dos trabalhadores e da sociedade civil organizada, lutando cada um e buscando dias melhores.

É importante que a gente registre o papel importante que a Conacs jogou e tem jogado nessa história de luta em favor da categoria, mas é importante, também, que a gente registre que a CNTSS sempre foi protagonista nessa luta.

Nós participamos do grupo de trabalho que regulamentou a 11.350. Estávamos, também, imbuídos da luta pela regulamentação da Emenda nº 51, e estamos aqui, presentes, na luta pela regulamentação da Emenda nº 63.

Não tenho dúvidas de que nós vamos, sim, fortalecer e sedimentar ainda mais essa luta.

É importante, fundamental que a gente possa encontrar, aqui no Senado, eco para as nossas reivindicações. É muito importante que a gente possa encontrar, aqui no Senado, e certamente vamos encontrar, o apoio que nós tivemos no Congresso.

Ainda ontem, tivemos uma reunião com o Senador Renan Calheiros e ele adiantou que nós temos todo o seu apoio.

Já foi, aqui, anunciado o apoio dos Senadores Humberto Costa e Walter Pinheiro. Enfim, é muito importante a gente fazer esse debate aqui e encontrar apoio, está certo? É importante que a gente deixe muito, mas muito bem registrado aqui o nosso nível de organização e união.

Nós somos a única categoria, no País, que conseguiu modificar a Constituição por duas vezes. (Palmas.)

E nós não vamos abrir mão, em hipótese alguma, da regulamentação do nosso piso. Nem que isso custe a vinda dos companheiros aqui a Brasília para movimentar a capital do País e pressionar a Presidenta e o Ministro Alexandre Padilha. Nem que isso custe a gente fazer uma greve geral no País. Nós não vamos abrir mão da regulamentação do nosso piso! (Palmas.)

Portanto, a gente deixa aqui uma saudação especial a todos os agentes de saúde, mais uma vez, pela passagem do seu dia, está certo? Deixamos um abraço carinhoso, do fundo do coração; e desejamos a todos um bom retorno aos seus estados. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Obrigado.

Com a palavra o companheiro Senador Waldemir.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Quero aqui cumprimentar o Senador Walter Pinheiro, que neste momento preside esta reunião solene, essa audiência pública.

Também quero aproveitar para saudar aqui o pessoal do meu Estado do Mato Grosso: a Dinorá, a Suely, a Marina, o Wilson Cutas; e em nome deles saudar todos que estão participando desse grande evento.

Eu quero aqui, Senador Walter Pinheiro, colocar-me à disposição, como Presidente da Frente Parlamen-

tar Mista de apoio aos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias, que congrega as duas Casas de lei: a Câmara dos Deputados e os Senadores da República, para, juntamente com esta comissão, com V. Ex^a, o Senador Humberto Costa, o Senador Paim, o Senador Lindbergh, enfim, toda essa comissão de Senadores, discutirmos o Plano Plurianual, para o qual é de fundamental importância essa sugestão de V. Ex^a, essa observação que V. Ex^a fez, porque sem a adequação financeira, sem a previsão orçamentária, realmente é grande a dificuldade que vamos enfrentar para conseguir a implantação do piso salarial nacional da categoria.

E ainda, também precisamos dialogar com o Deputado Federal Arlindo Chinaglia, que é muito sensível com relação a essas questões. Inclusive, ele é médico e vai nos ajudar muito na condução desse processo. E também lá com o Ministro, o Senador Garibaldi Alves Filho, com relação ao aproveitamento desse tempo de serviço.

Realmente, fica um hiato. Nós, lá no Estado do Mato Grosso, temos trabalhado para que aconteça a efetivação. Nesse primeiro momento, o foco é a efetivação, para depois a gente discutir essa questão do tempo de serviço. A resistência é grande com relação à efetivação por parte de alguns prefeitos. Então, misturando essas coisas nesse âmbito a gente acaba atrapalhando, porque o principal é a efetivação para que se dê o desencadeamento.

Essa alternativa que V. Ex^a sugere e está sendo construída, a resolução do Ministério da Previdência reconhecendo o trabalho desses profissionais, tal como tempo de serviço, vai nos ajudar muito a garantir uma aposentadoria, uma pensão, lá na frente, para esses profissionais, que na grande maioria já sofrem de perda de visão em razão do sol escaldante que enfrentam no dia-a-dia, bem como poeira; enfim, já enfrentam muitas adversidades no dia-a-dia de trabalho.

Então, eu quero me colocar aqui à disposição, parabenizá-los e também parabenizar o Senador Walter Pinheiro, porque foi o relator da PEC que culminou com a Emenda Constitucional nº51. O autor da PEC foi o Deputado Maurício Rands, de Pernambuco; e o Deputado Federal na época e hoje Senador da República Walter Pinheiro foi o relator dessa medida. (*Palmas.*)

Então, quero parabenizar o trabalho de V. Ex^a, que deu um tratamento especial, em nível constitucional, que não é fácil. A Constituição trata de servidores públicos e não menciona categoria alguma. E foi exatamente essa relatoria do Senador Walter Pinheiro e também com a autoria do Deputado Maurício Rands que proporcionou termos hoje no corpo da Constituição, da Lei máxima do País, da Lei máxima da Nação

brasileira a possibilidade de o Estado tratar especificamente de agente comunitário de saúde e de agente de combate à endemia.

Parabéns a todos e viva os agente comunitários de saúde! Viva os agentes de combate às endemias! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Nossa companheira Eliana.

A SR^a ELIANA MENDONÇA – Acho que o gestor aqui é o que tem o papel mais difícil. Não que esta Casa não o tenha, mas ela também tem grande responsabilidade pela conquista desses trabalhadores existentes hoje.

Talvez o tempo que os trabalhadores pensem seja um tempo diferente daquele que nós necessitamos para debater com outros ministérios, com o Conass, com o Consasems e com os prefeitos.

Muito embora a Casa tenha aprovado o piso salarial, nós temos agora o grande desafio de saber da onde virá o dinheiro. Acho que esta Casa vai contribuir bastante para dizer da onde virá esse dinheiro, porque não adianta a gente aprovar projetos, aprovar pisos, porque lá na frente seremos cobrados, porque não teremos como pagar.

Então, quando falamos da responsabilidade do Ministério da Saúde – que é o meu papel aqui dizer – com o Sistema Único de Saúde, é do ponto de vista de toda a atenção básica. Nós estamos com um grande projeto, como o Protab, da valorização da atenção básica neste País de levar médicos, dentistas e enfermeiros a áreas absolutamente desassistidas, porque deve ser agonizante também para os agentes comunitários de saúde, agentes de endemias ir à casa do cidadão, levantar o seu problema e depois não ter para onde enviá-lo, para quem enviá-lo. A equipe não tem esses profissionais de nível superior que possa tratá-los. Então, também temos que tratar dessa angústia, desses trabalhadores que estão na casa de todos esses usuários.

Quero reafirmar o compromisso do Ministro Alexandre Padilha em ter aqui com vocês – estou falando em nome do Ministério – uma solução pactuada, consensuada, com todos esses trabalhadores, através da Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS, que, ao longo dos seus oito anos de existência, conseguiu fazer um debate em nível nacional sobre a questão da desprecarização dos vínculos de trabalho. Acho que isso é importante. Os agentes comunitários passaram a não ser demitidos a cada quatro anos ou após uma eleição. Acho que isso é uma conquista dos trabalhadores amplamente debatida, conquistada e consensuada no Comitê Nacional de Desprecarização do Trabalho em saúde. É uma conquista. Não é

porque “o Governo é bonzinho e vamos dar isso para vocês”. É uma conquista dos trabalhadores negociada e pactuada.

Estamos reafirmando aqui o compromisso de manter negociação aberta com esses trabalhadores, com as duas entidades, que são a Conacs e a CNTSS, na busca de uma solução de como vamos implementar seja esse piso aprovado, seja outro piso que possamos vir a consensuar. Lógico, não estou falando aqui que vocês estão abrindo mão do que foi aprovado, mas resta também ao Ministério da Saúde, ao Conass, ao Conasems, a todos os entes federados buscar soluções negociáveis também para outras categorias que passarão a ganhar um piso menor do que os agentes comunitários e os agentes de endemias. São eles técnicos, auxiliares de enfermagem; todos de nível médio.

É importante que eles também venham e lutem como vocês lutaram. É importante isso. É importante também que aqui se diga que o Ministério da Saúde tem que pensar no cenário nacional, respeitando toda a legitimidade da conquista e da reivindicação de vocês, mas temos a responsabilidade de conversar com os Municípios, que também arcam com 40% dos encargos sociais. Então, para mim, é fácil vir aqui e falar: aprovamos, vamos pagar. Mas temos que levantar o cenário, pois o compromisso do Ministério é dialogar, como estamos fazendo ao longo desses oito anos, e continuar dialogando para buscarmos uma solução pactuada de como implementar o piso de vocês.

É esse o compromisso que o Ministério traz para vocês e para esta Casa. E estaremos sempre à disposição de todos os trabalhadores, sejam eles agentes comunitários ou de toda a atenção básica.

Obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – José Neto, você tem 30 segundos para dizer “meu nome é Enéas”. Chegou atrasado. Então, vou lhe dar 30 segundos.

O SR. JOSÉ BARBOSA NETO – Em primeiro lugar, Pinheiro, é um prazer estar com vocês aqui. Quero saudar a Sr^a Liana, Secretária Executiva da Mesa de Negociação; o Sr. Fernando Cândido, que é o Coordenador Executivo da Confederação Nacional dos Trabalhadores; a Sr^a Maria do Carmo de Miranda, que vai falar agora e que é representante dos Agentes de Saúde e de Endemias de Pernambuco; o Deputado Valdenir, que já esteve aqui e que acabou de falar. Também quero dizer que acompanho há 21 anos, desde quando era advogado, nem pensava em ser político, a luta dos agentes comunitários de saúde e também de endemias. E Pinheiro foi, sem nenhuma dúvida, um dos grandes referenciais dessa luta.

Nosso papel é importante, pois temos que encontrar uma saída financeira a fim de termos aporte não só para arrancar com os agentes de saúde e de endemias – e aproveito para saudar, em nome da Associação dos Agentes de Endemias de Salvador, todas as entidades presentes aqui neste momento, porque esta luta já é vitoriosa, mas ainda há muito por fazer.

É como o Fernando há pouco colocou: não há nenhuma categoria que consiga modificar por duas vezes a Constituição e, inclusive, com um parâmetro de discussão de comunidade, que gerou um espaço novo na condição constitucional do País, ou seja, dizer que as licitações podem ser regionalizadas desde que haja o interesse comunitário nos aspectos que afligem qualquer licitação, como estamos fazendo agora na Bahia em relação ao transporte alternativo e que serviu como balizamento na decisão tomada na Emenda nº 51. Portanto, a questão financeira nos impõe essa responsabilidade.

Como governo, sou do PT e sou membro do Governo, sim, e sou Líder do Governo no meu Estado, acompanho, pois, de perto e quero aqui dizer que a vinda dos agentes e das suas representações neste momento, no Senado, lembrando o que todos nós sabemos, ou seja, o que não é visto é esquecido. E essa visão do que temos da luta está muito bem posta pela Mesa. Assim, que continuemos a ter cada vez mais o comprometimento de encontrar saídas com o nosso Ministro. (Palmas.)

A SR^a MARIA DO CARMO DE MIRANDA – Só queria dizer que este é o primeiro passo, como iniciei dizendo. Vamos continuar lutando. Não vamos desistir e vamos conquistar. Vamos conquistar! Vão com Deus e voltem aos seus Municípios. Iremos com Deus, mas voltaremos aqui para reivindicar os nossos direitos.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Para que não fique só... Tenho muito medo de audiência virar “oba oba”. Quem me acompanhou aqui ao longo desses anos sabe do que eu disse aos agentes comunitários e aos endêmicos e que vou repetir: ninguém ganha nada de vez. As coisas são exatamente processadas por etapas. Lembro-me daquela vez ficaram com agonia para botar isso, botar aquilo. Lembro, inclusive, que no dia da votação da MP que regulamentava, muita gente estava contra, é melhor botar... Mingau só se come pelas beiradas. E volto a insistir: a única profissão que entrou nesta Constituição se chama Agentes Comunitários de Saúde. É a única.

Fui Deputado em quatro legislaturas. Quatro! Estou na primeira de Senador e não vi a gente conquistar... Ainda vou dizer mais: foi um parto para conseguirmos aprovar aquela emenda constitucional com a redação que demos. A Emenda nº 51 tem várias coisas tran-

sitórias – é natural –, mas ela fixa, no art. 198, a existência de duas atividades profissionais no contexto da Saúde. Portanto, essa briga que muita gente vislumbra – “Ah, nós vamos ter problemas com os auxiliares de enfermagem, não sei o que e tal.” – não pode ser alimentada. Está muito claro qual é o papel do agente comunitário, qual é o papel do agente de combate a endemias, por isso fizemos a lei regulamentando.

Volto a insistir: o Ministério da Saúde foi, e sempre será, um aliado importantíssimo nessa etapa. E aí é fundamental que compreendamos os passos que vamos dar. Por isso é que fiz questão de dizer que temos de conversar para fazer no PPA, conversar com o Governo.

No final do ano passado, nas reuniões aqui, eu ainda participei – eu estava como Secretário, voltei em 2010. O pessoal dizia que era preciso votar de qualquer jeito. Votar de qualquer jeito não nos garantirá, em hipótese alguma, o pagamento, porque, além da relação com Brasília, nós teremos a relação em cada canto deste País, lá na nossa velha Xorroxó, na Bahia, ou em qualquer lugar no Acre ou no Rio Grande do Sul.

Então, se não criarmos as condições para dizer que precisamos estabelecer a forma de constituição do fundo, nós não conquistamos piso salarial para os professores deste País. Não teremos piso salarial para os professores se, primeiro, não constituirmos um fundo.

E quero lembrar a vocês: mesmo com toda a estrutura... A categoria de professor é muito mais antiga do que qualquer coisa. Nós estamos ainda nos deparando no STF com um bocado de querelas em relação ao piso de professores, mesmo tendo um fundo, uma lei, dispositivos constitucionais. Portanto, mais do que ficarmos fazendo bravatas, nós queremos construir caminhos. É o que sempre disse: é melhor que façamos as coisas para conquistarmos de uma vez por todas e não ficarmos nessa história, como todo mundo queria naquela época.

Então, eu estou sugerindo a vocês que, através da Coordenação Nacional... Porque, de qualquer maneira, o projeto está na Câmara dos Deputados, já saiu daqui. Então, é importante que vocês tenham essa conversa, encaixem essa conversa no dia 20 – já que vamos ter de conversar com o Dutra no dia 20, seria importante fazermos a conversa com vocês também; aí, eu tento arrastar Rui e Arlindo para fazermos uma conversa só. E nós vamos continuar essas tratativas.

Eu citei o nome de Jean aqui. Jean é o Consultor Jurídico do Ministério da Saúde. Jean participou comigo da redação desse texto para a Emenda nº 51, participou com o Padilha de todas as tratativas via Comissão de Relações Institucionais para discutir a questão do PIS e, agora, é o Consultor do Ministério.

Então, é importante que façamos as coisas para vermos as consequências. Toda época vem agente comunitário daqui para lá. Aí, sabem o que volta? Volta a frustração, dizendo que não adiantou nada, ou, como ouvi de muitos agentes: “Ah, não ganhamos nada!”. Pegamos uma baita conquista que tivemos ao longo de todos esses anos e jogamos na lata do lixo, porque avaliamos que um passo seguinte ainda não se consolidou. Quero insistir com vocês: eu não conheço, nesses meus cinco mandatos aqui no Congresso Nacional, categoria que tenha conquistado o que vocês conquistaram, não conheço.

E quero insistir: não é presente. Mesmo que tenhamos tido trabalho – eu; Paulo Rocha, que quero citar aqui, que foi um baluarte nessa luta; Maurício Rands; Humberto Costa; o próprio Viveiros, que começou; Valtémir, que estava na Câmara dos Deputados conosco e outros –, mesmo que tivéssemos essa presença, mesmo que tenhamos a nossa presença aqui hoje, o fator decisivo para conquistar isso foi exatamente a capacidade de mobilização e movimentação de vocês. Então, conquistamos a partir disso. Então, vamos tocar as coisas desse jeito para a gente não entrar muito em uma seara de confusão. Vamos lá! Vamos deixar dia 20? Diga aí, José Neto... Encerrar porque ainda tenho de voltar para minha Comissão ali.

O SR. JOSÉ BARBOSA NETO – Eu gostaria só de registrar que a Coordenação Nacional dos Agentes, da CNTSS, dizer que a Coordenação vai lhe procurar justamente para lhe fazer esses encaminhamentos.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Ok? Um abraço e valeu! (*Palmas.*)

(Iniciada às 10 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 27 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA 38ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte e oito minutos, do dia dezoito de outubro de dois mil e onze, na sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Jayme Campos, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Humberto Costa, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Waldemir Moka, Paulo Davim, Cícero Lucena, Clésio Andrade, Benedito de Lira, Cyro Miranda e das Senadoras Vanessa Grazziotin e Ana

Amélia. Deixam de comparecer os demais membros. A Presidência registra presença do Drº. Alberto José de Barros – Médico Intensivista – Diretoria da AMIB – Associação de Medicina Intensiva Brasileira. As dez horas e quatorze minutos assume a presidência o Senador Paulo Davim. . A presente Reunião destina-se à realização de Audiência Pública para tratar do tema “**O Problema Do Paciente Crítico No Brasil**”. Atendendo ao requerimento Nº 40, de 2011–CAS de iniciativa do Senador Paulo Davim, com a presença dos seguintes oradores: Ana Paula Silva Cavalcante Coordenadora Geral De Atenção Hospitalar – CGHOSP/SAS/ Ministério Da Saúde; Oswaldo José Barbosa Silva Procurador Regional Da República Da 1ª Região, Brasília; Mauro Luiz De Britto Ribeiro Conselheiro Do Conselho Federal De Medicina – CFM; Cid Carvalhaes Presidente Da Federação Nacional Dos Médicos – FENAM; Fernando Suparregue Dias Representante Da Associação Médica Brasileira – AMB; Ederlon Resende Alves De Carvalho Presidente da Associação de Medicina Intensivista Brasileira – AMIB. Usam da palavra os Senadores: Paulo Davim, Waldemir Moka e Benedito de Lyra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e oito minutos, lavrando eu, Dulcília Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Jayme Campos, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada.

Senador **Jayme Campos**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Bom dia a todos e a todas.

Declaro aberta a 38º Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa ordinária da 54º Legislatura do Senado Federal.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater o problema do paciente crítico no Brasil, atendendo ao Requerimento nº 40/2011, CAS, de iniciativa do ilustre e valoroso Senador Paulo Davim.

Antes de mais nada, quero cumprimentar no dia de hoje todos os profissionais da saúde, sobretudo nossos médicos, porque hoje é comemorada sua data. São pessoas importantes dentro do contexto da sociedade civil brasileira, sobretudo são pessoas que cuidam, na escala de valor, de uma das coisas mais importante, que é a vida.

Nessa oportunidade, aproveitando os ilustres convidados, valoroso Senador Paulo Davim, informo que os participantes discutirão os problemas dos pacientes graves ou de alto risco no dia a dia da saúde pública

do país e as dificuldades sofridas pelos profissionais que atuam na área.

O problema crônico no Brasil, para o paciente que precisa de atendimento em Unidade de Terapia Intensiva é o de vaga nas UTIs. O Brasil dispõe, ao todo, de 25.367 leitos de UTI, distribuídos em 2.342 UTIs, em apenas 403 municípios brasileiros.

A questão principal do sistema consiste em hierarquizar o atendimento, porque apenas 25% dos leitos de UTI são públicos. Então, cabe ao médico que trabalha na urgência o dilema constante de decidir quem vai ou não ficar de fora; quem vai ser atendimento primeiro.

A Organização Mundial da Saúde recomenda três leitos de UTI para cada dez mil habitantes. No Brasil, a média é de 1,3 leitos para cada dez mil habitantes (menos da metade, portanto). Existe um déficit nacional da ordem de 4.000 leitos.

Além disso, a distribuição é irregular e não atende às necessidades geográficas. Do total de leitos de UTI, 53,8% se concentram na região Sudeste, 16,8% no Nordeste e 7,6% na região Centro-Oeste. Assim, tal distribuição não obedece nem a critérios populacionais, nem a estudos epidemiológicos.

O objetivo central da audiência é a busca de soluções para a questão do financiamento das políticas de saúde voltadas para os pacientes críticos, bem como a discussão específica da situação do urgentista e do intensivista, profissionais que mais observam os impactos desta carência.

De tal maneira, meu prezado, quero cumprimentar V. Exª por trazer a esta Comissão tão importante matéria. Certamente, a maioria dos municípios brasileiros, como me referi, convive com essa deficiência de veículo de UTI.

Imagino, Senador Moka, que o seu Estado está bem melhor com relação a essa situação, até pelo tamanho, pela dimensão. Seu Estado é bem menor que o Mato Grosso. Temos uma carência tão grande que chega a doer o coração de qualquer ser humano. Em Mato Grosso, são poucos ou raros os municípios com UTI. Dos 141 municípios mato-grossenses, temos UTIs apenas em 10 ou 12 municípios, no máximo. Portanto, imaginem a dificuldade e, principalmente, como tem padecido a população não apenas com relação ao leito hospitalar, mas, sobretudo, à questão das UTIs.

Quero cumprimentar V. Exª por trazer esse assunto tão importante para se discutir nessa Comissão.

Para tanto, quero chamar os ilustres convidados para fazerem parte da Mesa. Aqueles que já se encontram no recinto, por favor, dirijam-se à mesa.

Quero convidar a Dona Ana Paula Silva Cavalcante, Coordenadora Geral de Atenção Hospitalar do Ministério da Saúde. (Pausa.)

Quero convidar o Sr. Oswaldo José Barbosa Silva, Procurador Regional da República da 1ª Região, Brasília. *(Pausa.)*

Quero convidar Mauro Luis de Britto Ribeiro, Conselheiro do Conselho Federal de Medicina. *(Pausa.)*

Convido Cid Carvalhaes, Presidente da Federação Nacional dos Médicos. *(Pausa.)*

Quero convidar Fernando Dias, representante da Associação Médica Brasileira, AMB. *(Pausa.)*

Convidar Ederlon Rezende Alves de Carvalho, Presidente da Associação de Medicina Intensivista Brasileira. *(Pausa.)*

Quero ressaltar que, de acordo com o art. 94, §2º e 3º, do RISF, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão suas exposições e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Srs. Senadores e Senadoras inscritos. A palavra será concedida às Senadoras e aos Senadores, na ordem de inscrição. O interpellante dispõe de 3 minutos, assegurado o prazo para a resposta do interpellado.

Quero inicialmente conceder a palavra à ilustre Sra Ana Paula para sua exposição, por 15 minutos.

A SRª ANA PAULA SILVA CAVALCANTE – Bom dia a todos e a todas. Meu nome é Ana Paula Cavalcante. Sou médica e Coordenadora Geral de Atenção Hospitalar do Ministério da Saúde.

Gostaria de cumprimentar o Senador Jayme Campos, Presidente desta Comissão, os demais Senadores e Senadoras aqui presentes e também os colegas da AMB, do Conselho Federal de Medicina e da Federação Nacional dos Médicos. Acho que não me esqueci de ninguém.

Iremos falar um pouco sobre as estratégias do Ministério da Saúde, dessa gestão do Ministério da Saúde, para enfrentar o problema do paciente crítico no Brasil. Como já foi dito aqui, esse é um problema grave e crônico, mas temos algumas estratégias na busca do enfrentamento dessa situação.

Sabendo que nem todos aqui são da área da saúde, fiz um breve conceito do que seja o paciente crítico. O paciente considerado grave ou crítico é aquele que apresenta instabilidade em um ou mais dos seus sistemas orgânicos, devido a alterações agudas ou agudizadas, que ameaçam a vida. Nesse caso, necessitam de cuidados rápidos e eficazes. Então, é aquele paciente que, em geral, é agudo ou reagudizado, que entra num emergência superlotada e que precisa, em geral, de um leito de terapia intensiva.

Pode passar, por favor.

Então, a situação atual dos leitos de UTI no Brasil.

Desculpem o tamanho da letra, mas vou tentar mostrar para vocês que temos *déficit* de leitos SUS em quase todos os Estados. Isso está na coluna “*Deficit*

SUS”. Em quase todos os Estados temos *déficit* de leitos. Calculamos os leitos necessários pelo mínimo estipulado na nossa portaria, que é 4% do número de leitos gerais necessários. A portaria fala de 4% a 10%, aliás, de 3% a 10%. Mesmo a gente calculando pelo mínimo, ainda assim, temos *déficit* em quase todos os Estados da Federação. Então, o problema é de fato grave, e não me refiro apenas ao aumento do número de leitos, mas à gestão desses leitos.

Pode passar, por favor.

A taxa de ocupação dos leitos de UTI no Brasil, como vocês podem ver, é baixa. Por exemplo, temos médias de taxa de ocupação de 39% e de 79%. Claro que temos que levar em consideração que a informação muitas vezes não é de qualidade, não é uma informação totalmente confiável, mas é a que chega ao Ministério da Saúde. Portanto, temos problema de número de leitos e de gestão de leitos, ao mesmo tempo. A taxa de ocupação é como esse leito está sendo ocupado ao longo do ano ou do mês.

Pode passar, por favor.

Estratégias de atuação do Ministério da Saúde. Hoje o Ministério da Saúde está com a estratégia de implementação das redes de atenção. A exemplo do que os senhores devem ter visto na mídia, houve o lançamento da rede de atenção à saúde da mulher e da criança, *Rede Cegonha*. Ainda esse mês será lançado o programa de implementação da rede de atenção às urgências, o chamado *Saúde Toda Hora*. Será lançado pela Presidenta e tem o propósito, além de aumentar o número de leitos de UTI, de melhorar a gestão dos leitos, implantar o dispositivo de acolhimento com classificação de risco nos prontos-socorros dentro dos hospitais, implantar protocolos clínicos, assistenciais e administrativos, adequar o ambiente hospitalar e regular melhor esses leitos.

Pode passar, por favor.

A estratégia é, como falei, organizar a rede de atenção às urgências, através da ampliação e qualificação das portas de entrada hospitalares de urgência, que são os prontos-socorros, as enfermarias clínicas de retaguarda, as enfermarias de retaguarda de longa permanência e dos leitos de terapia intensiva, e ainda reorganizar duas linhas de cuidado, cardiovascular e cerebrovascular, ligadas ao enfarto agudo do miocárdio e ao acidente vascular encefálico, AVE. Então, as portas de entrada, a grosso modo, são os prontos-socorros dentro dos hospitais, que são os serviços instalados em unidades hospitalar para prestar atendimento 24 horas ao paciente clínico, pediátrico, cirúrgico, traumatológico, etc., excluídos os obstétricos, porque vai ter portaria específica, e os psiquiátricos.

Pode passar, por favor.

Vai ter aumento de financiamento. As portas de entrada foram escolhidas, selecionadas a partir de critérios técnicos e totalizam 231 portas prioritárias no Brasil todo. Essas portas de entrada e esses prontos-socorros poderão pleitear investimento em até R\$3 milhões, por unidade, para adequação da ambiência do pronto-socorro ou aquisição de equipamentos. Vai ter um incentivo de custeio, que é só um incentivo, um estímulo, porque esse pronto-socorro já é custeado hoje.

Pode passar, por favor.

Então, esse incentivo poderá ser, por mês, de mais R\$100 mil, R\$200 mil, R\$300 mil, a depender da tipologia – hospital geral, especializado tipo 1 ou especializado tipo 2.

Depois dou o número da portaria que saiu no dia 11 de outubro de 2011, semana passada, que detalha tudo isso que estou falando aqui.

Pode passar, por favor.

Quem abrir leito novo de UTI poderá pleitear até R\$100 mil para abrir esse leito novo. Então, R\$100 mil por leito para compra, aquisição de equipamento ou adequação física.

Os novos leitos de UTI para retaguarda de urgências, e fique bem claro que não é aquele leito de UTI que fica guardado para uma cirurgia eletiva, mas o leito de UTI que vai servir de retaguarda para rede de urgência, terão um aumento da diária da parte financiada pelo Ministério da Saúde. Hoje a diária é cerca de R\$470,00, a parte que o Ministério repassa, e vai ser aumentada para R\$800,00, com a contrapartida de Estados e Municípios complementando essa diária.

Pode passar, por favor.

Aqueles leitos antigos, aqueles leitos já existentes que se adequarem aos critérios de qualificação e servirem para retaguarda das urgências também poderão ter esse custeio diferenciado. Se o hospital contar com pronto-socorro poderá qualificar até 80% dos seus leitos de UTI, tendo, então, direito ao custeio de R\$800,00 a diária. Aqueles hospitais que também servirem de retaguarda para urgências poderão qualificar até 70% dos seus leitos de UTI já existentes hoje, fazendo jus a um custeio diferenciado de R\$800,00.

Pode passar, por favor.

Então, as estratégias que foram lançadas na portaria do dia 11 de outubro, então, fresquíssima, são: adequação da estrutura e ambiência do pronto-socorro dentro do hospital, regulação desses leitos e melhora da gestão, implantação de dispositivos nos prontos-socorros de acolhimento com classificação de risco para agilizar e humanizar o atendimento daqueles pacientes que chegam aos prontos-socorros, priorizando os mais graves, e gestão de leitos.

A gente exige uma taxa de ocupação média, para um leito de UTI, de 90%, nessa portaria. O leito de UTI é um leito de alta complexidade e sabemos que há *déficit*. Não faz, então, sentido um leito de UTI ter uma taxa de ocupação abaixo disso.

Pode passar, por favor.

Equipe multiprofissional e trabalho horizontal e implantação de protocolos clínicos e administrativos.

Estamos pensando nas “portas de saída” também, por quê? Porque sabemos que os prontos-socorros estão superlotados e muitas vezes os leitos estão ociosos. Então, uma forma de criar uma organização dessa retaguarda para que o paciente saia do pronto-socorro, da maca e suba para um leito de UTI, para um leito de clínica médica.

A forma de sair. Precisamos aumentar a rotatividade desses leitos, aumentando esses leitos de retaguarda, reduzindo a superlotação dos prontos-socorros, com uma diária de leito de clínica médica qualificada. Têm também critérios na portaria. Hoje, a diária é de R\$100,00, fora os procedimentos, mas passa para R\$300,00. Para os leitos de longa permanência, que são leitos de pacientes crônicos para reabilitação, hoje, a diária é de R\$70,00 e passa para R\$200,00.

Há também o lançamento do programa de atenção domiciliar, o *Melhor em Casa*, que tem como meta habilitar mil equipes de atenção domiciliar até 2014. Essa organização da atenção domiciliar já existe, mas não recebia um financiamento específico por parte do Ministério da Saúde. Isso vai facilitar o desafogamento dos hospitais e dos prontos-socorros.

Então, várias estratégias foram lançadas e serão lançadas em conjunto com toda a rede de atenção às urgências, que prevê outros componentes além do hospitalar, como SAMU, UPA, etc. Estou centrando aqui no componente hospitalar por ser o paciente crítico, em geral, atendido na instituição hospitalar.

Pode passar, por favor.

Aqui estão as legislações específicas: a Portaria de Leitos nº 2.395, de 11 de outubro de 2011, que é a portaria que prevê esse aumento de custeio e de investimentos para o componente hospitalar da rede de atenção às urgências, e a Portaria nº 1.600, de 7 de julho de 2011, que organiza toda a rede de atenção às urgências e que prevê a elaboração do Plano de Ação Regional da Rede de Urgência, por Estados e Municípios, para que essa rede seja organizada de fato com todos os seus componentes.

Estou à disposição, desculpe-me se ultrapassei o tempo, para quaisquer esclarecimentos.

Pode passar, por favor.

Aqui está o nosso e-mail para tirar dúvidas.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a Dr^a Ana Paula, até porque cumpriu literalmente os 15 minutos. Assim, a audiência vai fluir muito bem. Foi muito objetiva. Parabéns!

Quero fazer uma indagação rápida, até porque daqui a pouco vamos entrar nessa fase. A senhora mostrou, no início, que, por incrível que pareça, nos dados e nas informações do Ministério da Saúde, estão sobrando leitos de UTI na maioria dos Estados da Federação, se entendi bem.

A SR^a ANA PAULA SILVA CAVALCANTE – Acho que me expressei mal, então. Tem déficit na maioria dos Estados. Nos Estados em que não tem déficit, significa que ele está na média do que preconiza o Ministério da Saúde. Mas calculamos usando 4% e poderia ser 10%. Se calculássemos 10%, teríamos déficit em todos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – A senhora disse que o ideal é atingir 90% de ocupação dos leitos. Todavia, quando os números dos Estados foram apresentados, e não sei se são referentes à taxa de ocupação, alguns estão com 56%, outros, como o Mato Grosso, com 77%. Esses são os números de fato que...

A SR^a ANA PAULA SILVA CAVALCANTE – Esses são os números informados.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Estou fazendo essa indagação, porque a sensação que tenho é de que, na maioria dos Estados, e falo pelo Mato Grosso, o que acontece é gente pedindo favor todos os dias, pedindo pelo amor de Deus para conseguir um leito de UTI. Então, isso me chamou atenção.

A SR^a ANA PAULA SILVA CAVALCANTE – Nos chama atenção também, porque ou a informação está ineficiente, porque, em geral, o que temos é um déficit muito grande de leitos...

O SR. OSWALDO JOSÉ BARBOSA SILVA – O Distrito Federal está com 34% de taxa de ocupação.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Quer dizer que a minha indagação está perfeita. Então, quer dizer que estou sintonizado com a audiência, e me chamou muito a atenção.

A SR^a ANA PAULA SILVA CAVALCANTE – Por isso a nossa exigência de taxa de ocupação de 90%.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Imagino, quando ela fala que está sobrando, os dados do Ministério da Saúde, Senador Waldemir Moka. Talvez a remuneração, o que está sendo pago não é suficiente. Nesse caso, o cidadão prefere ficar nos leitos do que encaminhar, muitas vezes, para a sala de UTI. Talvez, pela falta de uma boa remuneração, os hospitais evitam levar para as UTIs.

Quer dizer que estou sintonizado com a audiência, não é Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Vou deixar os colegas, mas tenho outra avaliação sobre essa questão. É que às vezes, em determinado momento, você tem 3, 4 leitos de UTI ocupados, mas não significa que os 30 dias vão estar ocupados. Já trabalhei em UTI e sei como é isso.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem de inscrição dos convidados, queremos conceder a palavra ao Dr. Oswaldo José Barbosa Silva para sua exposição.

O SR. OSWALDO JOSÉ BARBOSA SILVA – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Gostaria de solicitar a V. S^a que cumprisse o seu horário literalmente.

O SR. OSWALDO JOSÉ BARBOSA SILVA – Perfeitamente.

Estou aqui representando o Procurador-Geral da República, Dr. Roberto Gurgel, que, em função de outro compromisso previamente assumido, não pôde estar aqui. Representando-o, cumprimento V. Ex^a, Senador Jayme Campos, na pessoa de quem cumprimento todos os demais parlamentares e Senadores aqui presentes. Também cumprimento os meus colegas integrantes de Mesa, todos médicos, sendo eu uma exceção.

Estou aqui para falar sobre o papel do Ministério Público Federal, do qual sou membro, mas também posso falar pelo Ministério Público Estadual, na questão da ocupação desses leitos de pacientes críticos.

Nosso papel, na verdade, começou a partir de 1985, quando o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, o Congresso Nacional nos outorgou atribuição através da lei de ação civil pública para defender os direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos, um dos quais é o direito subjetivo público à saúde.

Esse poder, essa atribuição – eu não diria que é um poder, mesmo que alguns achem que é poder, mas não é – foi ampliada com a Constituição de 1988 de maneira muito grande. Entrei no Ministério Público antes de 1988, percebi claramente essa mudança e tenho um pleito de gratidão ao nosso parlamento por ter permitido que o Ministério Público pudesse atuar nessa área, na defesa desse direito subjetivo público à saúde.

Esse direito subjetivo público se divide em duas formas: acessibilidade à saúde, que estamos trazendo hoje aqui, e financiamento à saúde. Acessibilidade é direito público à saúde, o financiamento também é, mas também é patrimônio público, porque é dinheiro federal, colocado na saúde, dinheiro estadual e até mesmo municipal, através do sistema do SUS, que é

um sistema federativo, que trabalha com os três entes federados.

Portanto, além do Ministério Público Federal atuando e também dos ministérios públicos estaduais, temos agora um novo protagonista nessa questão: a Defensoria Pública da União e a Defensoria Pública dos Estados, que, na defesa dos necessitados, também postula em juízo em favor desse direito público subjetivo à saúde.

Por que o Ministério Público é chamado para conversar um assunto que é eminentemente médico? É porque nós somos, vamos dizer assim, os encenqueiros. Entramos na justiça para pedir leitos e chega lá de vez em quando uma liminar para o gestor de saúde, às vezes para o secretário de saúde, às vezes direto para o diretor do hospital dizendo para conseguir o leito, sob pena prisão ou de uma multa enorme, transferindo, arrostando para si o direito, a Justiça e o Ministério Público, de dizer quem vai ocupar esse leito ou não. Esse é um problema gravíssimo que, no princípio, a partir dessas atribuições novas, não estávamos sabendo lidar com isso, simplesmente deduzíamos essas pretensões em juízo e criávamos essa confusão toda de estar com uma UTI organizada, com pacientes selecionados, chegar, de repente, uma ordem judicial para se ocupar um leito que já está ocupado e ter que se tirar um cidadão que está lá para colocar outro. Com o tempo, o Ministério Público foi aprendendo que esse triste dever de escolher quem vai ocupar o leito e, eventualmente, quem vai morrer por ausência desse leito é uma atribuição, em última análise, do médico, não do juiz e nem do promotor.

Então, não obstante o fato de termos – posso citar claramente – mil Procuradores da República hoje em exercício, a grande maioria deles jovens, impetuosos, cheios de adrenalina, querendo exercitar ao máximo as atribuições, mandando requisições às vezes até prepotentes, requisitando isso e requisitando aquilo, temos também um grande número e muito maior de promotores estaduais, digamos 27 Estados, 26 mais o Distrito Federal, todos com seus Ministérios Públicos organizados. Agora a Defensoria Pública está querendo se afirmar enquanto órgão e está entrando constantemente com ações na defesa desses direitos públicos subjetivos. Para citar só o exemplo do Ministério Público, de 2001 a 2011, ou seja, em 10 anos, entramos com 110 ações civis públicas, 73 inquéritos civis públicos e 356 procedimentos administrativos. Na verdade, li na ordem contrária. Muitas vezes você resolve o problema com o procedimento administrativo, quando você não resolve com o inquérito civil público, quando você não resolve com ação civil pública. Durante todos esses anos, eu que tenho trabalhado nesse assunto, saúde,

dentro do Ministério Público Federal, tenho tentado conciliar esse nosso dever com a dificuldade prática de como conciliar esse número de leitos.

Essa questão que o Senador Moka citou é isso mesmo. Para quem tem 10 leitos, não se tem 10 pessoas todos os dias precisando usar esses leitos. Às vezes, eles estão desocupados, mas, às vezes, você tem 20 pessoas. É uma questão muito circunstancial, e, nessas circunstâncias, as pessoas vão procurar o Ministério Público Federal, o Ministério Público Estadual, a Defensoria Pública da União e, esqueci de dizer, a Advocacia também. O cidadão contrata um advogado privado para ir ao juiz e obter um leito de UTI. Esse, na verdade, é um elemento legítimo, porém é um tanto perturbador do sistema, porque o Ministério da Saúde há décadas vem se estruturando com seus técnicos e aprendendo a lidar com esse problema, inclusive a partir da reforma sanitária. As associações médicas, o conselho Federal de Medicina, a Associação Médica Brasileira e as associações de medicina especializada, todos têm quadros excelentes para pensar o problema, mas o problema, no fundo, em última análise, é aquele velho ditado: casa que não tem pão, todo mundo reclama e ninguém tem razão.

Em parte, estava dizendo ali fora com uma pessoa conhecida que temos duas questões. Primeiro, a questão do financiamento da saúde, que vocês estão discutindo agora através da lei orgânica, da lei complementar, que vai regular a Emenda Constitucional nº 77, que é importantíssima. Tenho até que dizer que sou a favor do percentual sobre a receita corrente líquida, sem precisar de um novo imposto, de 10%. Essa é uma questão política e nesse ponto não falo pelo Procurador-Geral da República, que fique bem claro. Essa é uma questão. A outra questão é a gestão. Temos excelentes gestores, até porque quem costuma trabalhar com pouco tem que se habilitar a trabalhar muito bem.

Então, esse é o papel do Ministério Público. Como se diz nos Estados Unidos, os colegas mais antigos têm que segurar nossos cavalos. Há muita impetuosidade e já aconteceu comigo de alguém entrar no meu gabinete e falar que fulano vai morrer se não tomarmos uma providência. Você decide colocar na mão do juiz que dá uma liminar, porque não vê a face de dezenas de outras pessoas que estão lá. Ele viu a face da pessoa que foi ao gabinete dele.

Tenho dito para meus colegas e integro, também representando o Procurador-Geral da República, a Comissão Permanente de Defesa da Saúde. Essa comissão é um órgão do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais da República. Esse conselho é um órgão, não oficial, que reúne os 27 Procuradores-Gerais de

Justiça, mais o Procurador-Geral da República, para formular, para todos se entrosarem e formarem uma opinião sobre o que deva ser o Ministério Público brasileiro, até para não haver muito choque entre o Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual. Vamos ter uma reunião dessa comissão, amanhã, no Ministério Público. Vai ter um Promotor de cada Estado da União para conversar sobre saúde.

Trocamos muitas ideias sobre isso, e o que eu tenho visto é que nós precisamos estimular nossos colegas, membros do Ministério Público, a conversar. Então não basta o cidadão chegar e dizer “olhe, eu quero que o senhor entre com uma liminar para obter um leito de UTI para o meu parente que está morrendo”. “Vamos com calma.” Vamos ver a situação do hospital para onde você quer ir, como é que está a ocupação, vamos conversar com o gestor de saúde, que é o Secretário Municipal de Saúde, vamos conversar com o diretor do hospital, vamos ver a avaliação médica, que você vai ter que ter, e não simplesmente entrar com uma ação, obter uma liminar e criar um problema gravíssimo.

Isso nós estamos aprendendo, de certa forma, a duras penas. Às vezes, ocorre que o Ministério Público faz isso, mas decorre da impetuosidade de um colega mais jovem, que detem autonomia e independência para fazer isso, porque as prerrogativas da magistratura que foram estendidas ao Ministério Público é que moldaram o perfil do Ministério Público que vocês têm hoje e que, mais uma vez, agradeço às Casas do Congresso Nacional, porque, antes disso, o Ministério Público nada mais era que o titular da ação penal e dava alguns pareceres, opinava em matérias civis, de família, etc.

O Ministério Público Federal tem esse perfil depois de 1988. A partir de 1988, nesses 23 anos de Constituição Federal, nós estamos moldando esse Ministério Público Federal, conversando com a sociedade civil, conversando com o Parlamento, como estamos aqui hoje, conversando com os setores civis, com a associação médica, para que vocês também compreendam que nós temos esse dever legal, constitucional, essa função constitucional de zelar pela acessibilidade do cidadão à saúde, porque é um direito público, subjetivo dele; temos que zelar pelo financiamento da saúde, porque é o modo pelo qual a saúde vai ser realizada mas, também, a questão de patrimônio público federal. No caso do Ministério Público Federal, nós colocamos dinheiro no SUS, como os Estados colocam e os Municípios também, só que para Estados e Municípios, além de outros órgãos de controle, quem cuida disso é o Ministério Público Estadual.

O que eu quero dizer, para encerrar a minha fala, é que eu posso afiançar que os Ministérios Públicos Estaduais estão, na medida em que vão conhecendo mais o assunto e se inteirando mais de todas as mazelas que cercam o Sistema Único de Saúde, caminhando para que todas as soluções que possam ser encontradas para resolver o problema dos leitos de pacientes críticos sejam feitas de forma consensual e civilizada, sem colocar gestores, sem colocar diretores e médicos em situações, como antes se via muito, de pressão, de receber ordem de Juiz, liminar, etc.

Eu peço que esses protagonistas que eu acabei de citar tenham o contato, que nós estamos tentando ter, com a magistratura. A magistratura, que é a expressão de um dos poderes da União, tem uma dificuldade natural para manter a imparcialidade, de se comunicar com outros setores da sociedade, porque eles têm que manter o papel de imparcialidade. É muito difícil entrar na couraça da magistratura, mas eles estão se abrindo a possibilidade, como fizeram na audiência pública da saúde, no Supremo Tribunal Federal. Hoje eu tenho observado que o Tribunal Regional Federal e outros tribunais de justiça têm aberto cursos e seminários para que os juízes entendam o que está acontecendo. O Ministério Público já está começando a entender, até de forma anterior a eles. Mas é preciso que a Magistratura entenda, porque enquanto eu posso falar pelo Ministério Público, a Defensoria Pública da União também tem essa legitimidade e a própria Advocacia em si. O anteparo de todas essas pretensões é o Poder Judiciário.

É importante que essas demandas, esse abre-as-pas, incômodo, fecha aspas, que, às vezes, atrapalha a gestão de um hospital, a gestão de uma unidade de alta complexidade, de uma unidade de terapia intensiva, venha a ser de tal forma acomodado que todos esses protagonistas trabalhem por um objetivo único, que é um objetivo de economia da saúde. Que, com o pouco que temos – e espero que tenhamos mais com a nova lei complementar –, possamos fazer uma gestão ótima, preservando a vida das pessoas, fazendo as escolhas certas e conversando entre si para que essas escolhas certas sejam as mais apropriadas!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a. A sua fala foi muito pertinente, até porque há realmente impetuosidade entre vários Promotores, mas com as melhores intenções. Estão preocupados com a vida. Agora, tem que ter mais critério. O debate que está havendo nesse simpósio é fundamental até para esclarecer.

O que está ocorrendo hoje? Vou dar um dado aqui. A Secretaria de Saúde do Mato Grosso, por exemplo,

consumiu, no ano passado, só com ações da Defensoria, do Ministério Público, da Procuradoria, algo em torno de quase 10% só com mandado de segurança para internar. Quando ele vai com o mandado de segurança no hospital privado, pode ter certeza, o próprio hospital, a rede, cobra bem mais alto daquilo que está sendo praticado normalmente no dia a dia de cobranças na UTI. Isso inviabiliza algumas Secretarias. Já que tem que ser cumprido, o Secretário, com medo de ser preso, é obrigado a determinar, a atender a demanda.

É importante, é democrático, é saudável esse amplo debate que vocês estão abrindo para conscientizar não só Promotor, mas acima de tudo o juiz, que, de forma cordata, deve buscar o entendimento com os diretores de hospitais, com as Secretarias de Saúde não só municipal, mas, sobretudo, estadual. Isso é louvável e meritório. Eu o cumprimento pela iniciativa que está sendo lançada agora pela Procuradoria-Geral da República e, naturalmente, por outras instituições, sobretudo, pelo próprio Supremo Tribunal Federal. Parabéns!

Concedo a palavra na ordem de inscrição... Me parece que o Dr. Mauro Luiz não se encontra. *(Pausa.)*

Por favor, Dr. Mauro, V. Ex^a está convidado a participar aqui e fazer a sua exposição. Como chegou atrasado, espero seja bem pragmático na sua fala. Temos um microfone a sua disposição. O horário estabelecido aqui é de 15 minutos. Espero que cumpra literalmente o que está acordado.

O SR. MAURO LUIZ DE BRITTO RIBEIRO – Vou procurar ser bem breve.

Primeiro minhas desculpas a todos. Estou vindo de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, e me atrasei um pouquinho no voo.

Muito bom dia a todos. Em nome do Conselho Federal de Medicina, gostaria de agradecer imensamente o convite e parabenizar o Senado por essa discussão tão importante que estamos tendo aqui hoje sobre os pacientes críticos.

Sou Mauro Ribeiro. Sou representante de Mato Grosso do Sul no Conselho Federal de Medicina, onde coordeno todo o setor de urgência e emergência do Conselho Federal de Medicina. Nós temos promovido fóruns no Brasil inteiro. Nesta semana, vamos fazer um fórum nacional aqui em Brasília justamente para discutir essas questões. Talvez a face mais perversa da crise que assola o SUS, na medicina brasileira, seja justamente o setor de urgência e emergência, particularmente, essa área de pacientes críticos.

O que acontece é o seguinte: a crise que nós temos na urgência e na emergência reflete diretamente nos pacientes de CTI.

Vou procurar ser bem breve e cartesiano nas minhas explicações.

Hoje, os pacientes têm muita dificuldade de acesso no setor primário, e isso faz com quem esses pacientes procurem os prontos-socorros. A estrutura da medicina de urgência no Brasil está estabelecida de forma que nós não temos uma estrutura grande nos Municípios do interior para fazer o atendimento da urgência, emergência de forma regionalizada nos nossos Estados. O que nós temos é um grande fluxo de encaminhamento de pacientes dos hospitais das cidades menores, de pequeno porte, para aos hospitais das capitais ou hospitais de referência, que nós temos nas grandes cidades do Brasil. O que nós temos hoje é uma deficiência de leitos de CTI no Brasil, e o grande problema é que os pacientes graves hoje estão ficando nas salas de emergência dos prontos-socorros, entubados, sem assistência médica. É isso que eu gostaria de chamar a atenção dos senhores e senhoras.

Nós, médicos, e trabalho em pronto-socorro, estamos aceitando isso como uma coisa normal. Isso não é uma coisa normal. Esses pacientes morrem e morrem a granel nos prontos-socorros, porque sala de atendimento de emergência não é sala de leito de CTI. Está muito longe disso. Então, talvez, de todos os fatores que existem hoje em relação ao setor de urgência e emergência e UTI no Brasil, o grande problema que nós temos, o maior, onde os pacientes realmente estão morrendo, são as salas de emergência dos prontos-socorros de todo o Brasil, onde os pacientes ficam internados, entubados, sem assistência de CTI, que é uma necessidade que esses pacientes têm. Para resolver esse problema, nós temos o Professor Ederlon, mas passa por muitas coisas.

Nós precisamos de mais leitos de CTI, e nesse ponto há uma discussão se CTIs propriamente ou unidades intermediárias, de forma que possamos dar alta para os pacientes de CTI de forma mais precoce. Precisamos, também, capacitar profissionais médicos e de todas as outras áreas, enfermagem e fisioterapeutas, para que possam atuar nos CTIs. Esses são nossos grandes desafios: abrir caminhos, abrir espaço nos leitos de CTIs ou através de abertura de unidades intermediárias ou de novos leitos CTIs, capacitar profissionais tanto médicos como das outras áreas de saúde e, principalmente, não aceitar pacientes que necessitam de unidade de terapia intensiva internados em sala de atendimento de emergência em todos os prontos-socorros do Brasil. Isso nós vemos em todo o Brasil e esse, em minha opinião, é o grande desafio que nós temos, tanto as entidades médicas quanto os gestores e também aqui no Congresso Nacional.

Em resumo, seria isso, Sr. Presidente, e eu me coloco totalmente à disposição para a discussão.

Muito obrigado, e, mais uma vez, desculpem pelo atraso.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. S^a. O senhor tem toda razão em relação aos hospitais. É sobretudo na área de urgência e emergência que estão morrendo a maioria das pessoas, lamentavelmente. Fui Prefeito por 14 anos, três mandatos de Prefeito, e Governador e, por incrível que pareça, meu caro Senador Waldemir Moka e Senador Paulo Davim, no meu Governo de Mato Grosso, construí 1.104 leitos hospitalares na minha época. De lá para cá, Mato Grosso, praticamente, não recebeu mais nenhum leito hospitalar. O mesmo hospital que tinha há dez anos é o mesmo leito hospitalar que tem hoje, e o Estado cresceu. Nós tínhamos uma população de 2,4 milhões de habitantes, mas fomos para 3,2 milhões de habitantes. Por incrível que pareça, não se modernizaram os hospitais públicos, muito pouco, diante da escassez de recursos. Lamentavelmente o que se percebe hoje é o sucateamento.

Precisamos de investimento e de melhorar, com certeza, e é bom que se esclareça aqui, porque a senhora representa o Ministério da Saúde, a questão da tabela do SUS. Como é que se vai praticar para a Amazônia a mesma tabela do SUS que se pratica no Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul? A Amazônia é uma região do Brasil em que você tem que ficar praticamente ajoelhado no pé do médico para ele ir para esse interior do Brasil. Há cidades no interior do Mato Grosso que ficam a 1,5 mil Km da capital. Qual profissional vai querer sair dos grandes centros, de Brasília, para atender à demanda dessas regiões do Brasil? Poucos ou quase nenhum. Mas a tabela que é praticada no Rio de Janeiro, São Paulo e outros Estados mais avançados é a mesma tabela praticada na região amazônica do Brasil! Então, dificilmente.

Para você ter uma noção, dos 141 Municípios mato-grossenses, nós temos médicos, no máximo, em 70 cidades do Estado; 50% não tem médico, ou seja, o médico, às vezes, tem que andar 100 Km, 150 Km, 200 Km, para fazer uma ou duas vezes por mês um atendimento. Caso contrário, tem que jogar, porque lá nós temos as ambulâncias terapêuticas: marcou aqui, joga aqui e vai embora. Às vezes, nem a ambulância consegue chegar lá diante das estradas precárias. Às vezes, chega só o chassi, o cara montado e o paciente já caído lá atrás. É verdade, isso acontece nas estradas precárias e difíceis. Então, é para entender o que V. Ex^a está falando aqui.

Prosseguindo, quero passar a palavra aqui ao Dr. Cid Carvalhaes, Presidente da Federação Nacional dos Médicos, Fenam.

O SR. CID CARVALHAES – Bom dia a todos.

Quero cumprimentar o Senador Jayme Campos – já estivemos aqui outras vezes, não é, Senador? –; cumprimentar as Sr^{as} e os Srs. Senadores; e, permitam-me, um cumprimento especial ao Senador Paulo Davim, que foi o Relator do requerimento para esta audiência pública. Em seu nome, tenho a liberdade de cumprimentar os médicos brasileiros pelo Dia do Médico, Senador. É uma satisfação muito grande dizer que merecemos os cumprimentos. Eu queria cumprimentar sim os companheiros da Mesa.

Quero dizer que a Federação Nacional dos Médicos tem como competência definida cuidar das condições de trabalho do médico e, naturalmente, da sua remuneração. Então, isso, em uma sequência muito reduzida, tem uma competência muito ampla, e essa amplitude de competência nos permitiu e está nos permitindo fazer um verdadeiro inventário das condições de urgência e emergência dos pacientes críticos que habitam o País inteiro, de norte a sul. Neste último ano, tivemos a oportunidade de visitar cerca de 90 hospitais no País em, praticamente, todos os Estados da Federação. É uma pena que o Senador Jayme Campos tenha saído, mas talvez um dos exemplos de maior miséria, em termos assistenciais, é no Estado dele, em Cuiabá. O pronto-socorro de Walfrido Gurgel, em João Pessoa, e o de Cuiabá, que tem um panorama absolutamente trágico, e não foge muito também do Walfrido Gurgel, talvez sejam os dois grandes exemplos tétricos

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CID CARVALHAES – É o Senador Humberto Lucena. Confundi aqui, desculpa, Senador. É Humberto Lucena, em João Pessoa, na Paraíba.

Não é exagero afirmarmos que são antessalas do IML com defuntos em velório continuado respirando artificialmente. Não há nenhum exagero em afirmar isso. Então, temos aí uma realidade muito cáustica, trágica e muito dura, e isso nos faz sofrer muito.

Fazendo uma avaliação geral disso, temos algumas conclusões. Por exemplo, os dados apresentados pela Dr^a Ana Paula nos traz uma reflexão muito profunda que essas informações, efetivamente, não devem estar correspondendo à realidade, porque a demanda, embora sazonal, como diz o Senador Moka, é muito grande. Nós, que militamos em UTI por muito tempo, sabemos disto: há sazonalidade de ocupação de leitos, mas a demanda é muito grande, e não só em termos da urgência e emergência tanto dos pacientes da via pública, como daqueles de retaguarda das enfermarias. Precisamos de ter uma consideração especial

em dois outros setores de pacientes críticos: primeiro, aqueles pacientes que são submetidos a cirurgias de grande porte.

Parece-me muito econômico pelo lado do Ministério da Saúde dizer que a preocupação é com distúrbios cardiovasculares e cerebrovasculares. Isso tem que se estender. Sou neurocirurgião e posso dizer que a emergência na neurocirurgia e as cirurgias de grande porte exigem, necessariamente, um suporte muito especializado em UTI. O Dr. Ederlon sabe disso muitíssimo bem, tamanha a intimidade que temos com a Amib.

Por outro lado, existem, sim, várias dificuldades em termos de financiamento do setor. Temos deficiência de leitos. No meu Estado, São Paulo, é uma realidade, embora os números mostrados pela doutora dêem conta de que o número disponível lá atende à demanda mínima exigida pelo Ministério da Saúde. No maior Estado da Federação, em termos econômico-financeiro, temos cerca de aproximadamente 200 Municípios que, sequer, têm médicos. Então, isso reflete uma realidade muito trágica. Um trabalho executado e difundido pelo ex-Ministro Professor Adib Jatene enfocando a Cidade de São Paulo, mostra a região de Paneleiros, que tem, hoje, cerca de três milhões de habitantes, sem sequer um leito hospitalar, não é nem de UTI. Repito, não tem, sequer, um leito hospitalar dentro da área metropolitana de São Paulo, enquanto naquilo que chamamos de linha branca, que se estende da Pompeia, no Hospital São Camilo, até o Jabaquara, que é uma rua que muda de nome, temos aproximadamente a metade de concentração dos recursos mais sofisticados da cidade de São Paulo. Então, isso mostra claramente que as contradições são muito caóticas, muito severas e muito críticas e que, além do problema financiamento, temos sim que debater a real distribuição de demandas, através de incidências atuariais, por conta das diversas evidências epidemiológicas nos distintos recursos e regiões do País, além, evidentemente, de termos um mecanismo de formação das equipes multidisciplinares e polos profissionais por excelência – não por mera suficiência, mas por excelência.

Agora, esbarramos, Dr. Oswaldo, num problema muito sério, realmente, que é a judicialização da medicina. Nas horas vagas, sou advogado. Então, tenho uma intimidade com isso. Com uma certa tranquilidade e, efetivamente, com todo respeito e carinho ao Ministério Público e à Magistratura, podemos afirmar, com absoluta segurança e tranquilidade, que, na saúde, ambos extrapolam. E o senhor colocou uma situação muito clara que é deixar para o médico a escolha de Sofia, a escolha de quem vai morrer. Acontece que isso cria um dilema ético severo, grave e grande e,

dependendo das circunstâncias em que isso desenrola, o médico vai responder eticamente perante seu Conselho de Medicina. Então, essa escolha de Sofia, efetivamente, não queremos tê-la, e pedimos a sensibilidade do Ministério Público em todos os níveis, Defensoria Pública, União, Estados, Ministério Público Federal, Estadual etc.

Em São Paulo, temos com o Ministério Público Estadual um convênio onde as nossas relações são muito dinâmicas e nos permite uma troca de informações muito próprias. Algumas situações, a gente já dirimiu. A Escola da Magistratura em São Paulo também tem criado cursos específicos para os juízes, o senhor bem sabe disso. Ali são discutidas demandas específicas da saúde, perícias, qualidade de perícias, aperfeiçoamento a respeito das perícias e mesmo o aproveitamento desses resultados, o que tem, de certa forma, produzido avanços, e talvez um exemplo que possa servir de referência seja a criação de uma câmara técnica multidisciplinar pelo representante do Ministério Público Estadual, na cidade de Ribeirão Preto, que opina, antes de ser ajuizada qualquer ação ou mesmo, nas ações ajuizadas, antes de uma decisão liminar do juiz. Talvez esse seja um dos caminhos, não único, mas um dos caminhos.

O SR. OSWALDO JOSÉ BARBOSA SILVA – Dividir a escolha de Sofia.

O SR. CID CARVALHAES – Lógico, não é, Dr. Oswaldo? (*Risos.*)

Não podemos ser os únicos responsáveis por esse tipo de dilema.

Outro problema muito sério que verificamos é que há um despreparo muito grande dos gestores, em que pese todo esforço do Ministério da Saúde, e vou citar um exemplo acontecido no meu Estado. Prefiro falar mal do meu Estado, para não falar mal dos outros, porque, se não, a gente fica devedor.

Todo mundo conhece Ubatuba, uma estância turística de extrema força, atração, em todos os aspectos possíveis e imagináveis. No verão, chega a ter uma população de 800 mil habitantes. Mas havia um problema sério na Santa Casa de Ubatuba, inclusive por conta de dificuldades de leitos de UTI. Fomos falar com o Secretário de Saúde do Município e fizemos uma ampla exposição. Ele entrou mudo, continuou calado e acho que saiu surdo, porque, depois de toda essa exposição, ele disse: “Olha, não entendi nada disso e não tenho a menor ideia do que está se tratando aqui. Sou lavrador e vim para cá como Secretário de Saúde, porque sou amigo do Prefeito. Ele me pediu para assinar uns documentos. Está encerrado e vamos embora.” Isso, evidentemente, não é a tônica do País, mas,

seguramente, é muito doloroso de administrarmos a incapacitação do gestor.

Temos, por último, para encerrar e para não extrapolar o tempo, cumprindo o exemplo da Mesa, uma péssima distribuição de recursos humanos no País, especialmente de médicos. Temos sempre sido cobrados disso. É preciso que se distribuam melhor os médicos? Evidente que sim, mas é preciso que se tenham condições adequadas de trabalho, com capacidade instalada resolutive que, efetivamente, atenda à demanda, porque, da maneira como querem nos impingir responsabilidade neste momento, sentimo-nos verdadeiros curandeiros, e o ano de 2011 talvez não permita o curandeirismo da maneira que querem nos fazer. Botar um médico numa cidade que não tem condição de absolutamente nada, que, sequer, tem uma farmácia, aliás, nem vou chamar de farmácia, que sequer tem um ponto de remédio, que sequer tem isso, o que esse indivíduo vai fazer lá a não ser que tenha um religioso para benzer o cadáver em conjunto, porque, efetivamente, não se pode ter nenhuma capacidade resolutive?

Concluindo, enfrentamos um problema realmente muito sério e depositamos muita esperança no Senado da República, a fim de que, daqui, possam sair alternativas que, efetivamente, tragam alguns elementos que possam contribuir para a solução do problema, principalmente na agilização de soluções que demandam rapidez muito maior do que pode parecer num primeiro momento.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Agradecemos a brilhante exposição do Dr. Cid Carvalhaes e passamos ao Dr. Fernando Suparregui Dias, representante da Associação Médica Brasileira, para a sua explanação.

O SR. FERNANDO SUPARREGUI DIAS – Bom dia a todos.

Gostaria de aproveitar e agradecer ao Senador e colega Paulo Davim a oportunidade de entidades médicas estarem nesta Casa no Dia do Médico, aproveitando também para cumprimentar os colegas, para tratar de assunto da maior importância, em termos de gravidade e de sofrimento humano, que é o paciente crítico.

Já vi algumas colocações e, obviamente, parece que fica claro que há um desequilíbrio entre a necessidade, entre a demanda e a oferta, em termos de recursos, seja do ponto de vista tecnológico e humano, e a presença da doença crítica, do paciente crítico.

Inicialmente, gostaria de destacar que, hoje, existem, aproximadamente, 20 mil médicos atuando em UTI no Brasil, e destes apenas em torno de quatro mil são especialistas, e é óbvio que não vamos querer que

todos os médicos que atuam em UTI sejam especialistas, mas, pelo menos, é importante que quem seja o responsável por unidade, aquele médico que faz o que chamamos de rotina, que faz o atendimento horizontal, como foi salientado, que ele tenha a titulação. Em nenhum país do mundo, todos os profissionais que trabalham na área médica, na UTI, são especialistas, mas pelo menos isso se faz necessário. E, obviamente, como já foi destacado aqui, levar especialistas para áreas mais distantes tem um custo, porque a pessoa, muitas vezes, tem que abrir mão da sua vida familiar para ir para locais mais distantes e, para isso, precisa desse suporte que já foi destacado, e isso faz com que haja necessidade de implementação de políticas.

Eu gostaria de iniciar, então, destacando a necessidade da especialização e da capacitação. Quem é esse profissional que deve atuar?

Hoje, no Brasil, temos inúmeras residências médicas em terapia intensiva. O médico, para se tornar um especialista e fazer a residência médica, vai fazer dois anos de clínica médica e, depois, mais dois anos em terapia intensiva.

Venho do Rio Grande do Sul. Vi que a Senadora Ana Amélia estava aí, mas saiu agora.

O Rio Grande do Sul talvez seja o Estado em que mais tenhamos residências médicas em terapia intensiva do ponto de vista proporcional em relação em relação ao Brasil. Lá se instalou a primeira residência médica no Hospital de Clínicas e a primeira turma saiu em 1989. Hoje temos aproximadamente 12 a 15 centros com formação em terapia intensiva, o que dá, por ano, no mercado mais ou menos 40 especialistas. Isso ainda é pouco.

O Hospital Conceição, que é um hospital público, o mais hospital público do Estado, aumentou seu número de vagas em UTI e fez um concurso em que absorveu praticamente todos os especialistas dos outros hospitais, buscando uma qualificação do seu quadro.

Dentro das instituições médicas, além da residência médica, a Amib, e aqui está presente o Presidente Dr. Ederlon, que depois pode detalhar isso com propriedade, possui um curso de pós-graduação em terapia intensiva, mas esse curso, na verdade, leva informação, porque é feito em conjunto com instituições de ensino e é uma vez por mês. É um curso de atualização. Não é formação. Não é aquele curso em que o médico fica na beira do leito, no dia a dia, atendendo o paciente. Isso ajuda, ameniza, mas não completa a formação, assim como existe a possibilidade, hoje em dia, da telemedicina, já usada em alguns setores, como foi levantada aqui a questão do aspecto do suporte principalmente ao doente cardiovascular ou cérebro-vascular.

Gostaria de destacar que nos hospitais existe uma epidemia oculta, e é uma palavra que poucas vezes se vê na mídia, a não ser em situações extremas, que se chama sepse, a infecção grave. Esse doente, quando ele se encontra na emergência, muitas vezes ela passa despercebida, seja pela não valorização dos seus sintomas, pela falta de recursos da família, às vezes, para levar o paciente ao hospital, pela falta de treinamento dos profissionais em reconhecer essa síndrome. Temos estudos feitos no Brasil mostrando que a estimativa está em torno de 400 mil casos anuais de sepse. Então, esse é um problema que ainda não identifiquei como sendo atacado de maneira adequada, para amenizar.

O doente que evolui para uma sepse é aquele paciente que vai ficar na UTI longo tempo, longa permanência, muitas vezes precisando de ventilação mecânica, métodos dialíticos, suporte nutricional parenteral, antibióticos de alto custo, o que eleva sobremaneira o custo de atendimento desse paciente. Isso encarece muito a terapia intensiva e precisa ser olhado, sem dúvida nenhuma.

Com relação à falta de leitos, não quero chover no molhado nas coisas que já foram destacadas aqui, mas gostaria de reforçar que existe uma lista de espera de pacientes nas emergências. A Sr^a Ana Paula mostrou dados de ocupação de leitos e vi que, no Rio Grande do Sul, 68%. Na nossa UTI, trabalho no Hospital São Lucas, da PUC, a nossa taxa de ocupação é 92%. Nos outros hospitais também. Então, infelizmente, acho que essas informações não condizem com a realidade. Talvez haja um *gap* entre o que acontece na ponta e o que está chegando às instituições que fazem esses levantamentos.

Pacientes para outros centros, ambulância e terapia, como já foi destacado aqui também. Acho que seria importante a implementação de centros regionais. Por exemplo, um Estado como o Rio Grande do Sul tem em Santa Maria, Passo Fundo, Caxias, Pelotas, Rio Grande, Bajé, Livramento. Sugiro locais regionais que pudessem absorver esses pacientes. Quando houve o último surto do H1N1, vi que uma paciente com H1N1 fez uma remoção de mais de 300Km em ambulância. É óbvio que a paciente veio a falecer. Impossível! Se, dentro de uma UTI, um paciente desses, com todo cuidado, tem mortalidade elevada, imaginem, em uma ambulância, sendo transportado por mais de 300Km.

Um aspecto que acho importante, e precisamos nos preparar para isto, principalmente pela iminência de dois grandes eventos nacionais, a Copa do Mundo e as Olimpíadas, é o atendimento de massa em catástrofes. Não estamos preparados para isso. Comentei agora, um dia desses, que, em Porto Alegre, houve um

acidente importante em uma obra, com vários operários sofrendo trauma grave. No rádio, a gente ouvia pedindo que não fossem procurar o pronto-socorro municipal, que é um hospital muito bem aparelhado, pessoas com problemas menores, porque todo *staff* do hospital estava dedicado a atender os operários que haviam sofrido acidente na obra. Esses recursos, tanto do ponto de vista humano e tecnológico, precisam estar disponíveis, porque teremos grandes eventos. Certamente temos que estar preparados para o atendimento de situações que porventura venham ocorrer.

Gostaria também de destacar na relação de leitos, algumas situações de leitos específicos, por exemplo, unidade de queimados. Tivemos recentemente um evento conjunto da Amib com a sociedade brasileira de queimaduras, e há uma carência significativa, principalmente fora do Estado de São Paulo. O Estado de São Paulo concentra praticamente quase 40% das unidades de queimados, e quem já viu um grande queimado sabe do que estou falando. É uma situação crítica, grave, que demanda um cuidado extremo.

Por outro lado, gostaria de salientar que o profissional que trabalha na terapia intensiva fica escondido. Não aparece. Fica na beira do leito. Esse profissional não tem acesso e depende de seus representantes para ter voz ativa, para se fazer ouvir. Estamos aqui hoje nesta Casa, e eu, como intensivista, embora representando a Associação Médica Brasileira, não posso deixar de destacar o trabalho que a gente vê nos nossos colegas. Precisa haver um salário compatível com o grau de diferenciação desse profissional que atua na terapia intensiva. Nos órgãos públicos existe um plano de carreira que garante que, se ele for para uma cidade do interior, na medida em que for se dedicando, vai ter um retorno. Com isso, ele pode ir e permanecer no local. Não adiante o profissional ir para uma cidade longínqua, ficar um ano e, por não ter gostado, ir embora, mas isso se repete. Cria-se um círculo vicioso.

É importante também destacar, dentro dessas unidades especiais, o aspecto pediátrico e neonatal. A gente sabe que o Brasil avançou muito no sentido da mortalidade infantil, mas é uma atenção que se deve ter.

Voltando às condições de trabalho, um aspecto de extrema importância é a RDC 07. Acho que essas normas mínimas são realmente mínimas, porque, se um médico deve tratar de dez pacientes em uma UTI e se tiver pelo menos três pacientes muito graves, os outros sete vão ficar com uma assistência aquém da necessária. Isso é uma coisa que tem que ser pensada. A RDC é muito importante, mas tem que ficar claro para a sociedade que são normas mínimas. Não podemos achar que isso é o bastante, que isso é o suficiente. É óbvio que isso implica ter profissionais capacitados,

áreas físicas em UTIs condizentes para atender esse tipo de paciente e os devidos equipamentos.

Por fim, gostaria de salientar que os intensivistas brasileiros hoje têm se dedicado muito ao campo da pesquisa. Temos inúmeras publicações de médicos no Brasil, em revistas internacionais. São pesquisas de extrema qualidade, feitas no nosso meio. Gostaria de salientar que seria importante que estivéssemos dentro da distribuição de verbas para pesquisa. A gente pode iniciar com estudos epidemiológicos, para conhecer nossa realidade, ou com estudos para avaliar, para dimensionar o problema em determinadas regiões, porque, nas dimensões continentais do nosso País, temos problemas diferentes em determinadas áreas. Como já foi salientado, a assistência básica pode demandar atendimento em UTI. Em áreas de endemia de leptospirose, por exemplo, quando a gente vê um paciente com um quadro de leptospirose grave, ele vai para a UTI, mas demanda de uma questão sanitária, primária.

Então, essa complexidade que é o mundo da terapia intensiva. Fico muito feliz de poder estar aqui representando os meus colegas nesta Casa, salientando a importância.

As associações médicas estão abertas para essa discussão, que tenho certeza de que os senhores estão conosco nesta luta pela vida do povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Agradecemos ao Dr. Fernando Dias pela brilhante exposição.

E agora vamos ouvir o Presidente da Associação de Medicina Intensiva do Brasil, Dr. Ederlon Resende Alves.

O SR. EDERLON REZENDE ALVES – Bom dia a todos.

Gostaria de cumprimentar o ilustríssimo Senador Paulo Davim, presidindo esta reunião, pela brilhante iniciativa em convocar esta reunião extraordinária para discutir assunto tão importante.

Gostaria de cumprimentar os outros membros desta mesa.

Inicialmente digo o quanto estou honrado de estar aqui nesta data, representando os profissionais que atuam nas UTIs deste País, em um dia tão especial, já salientado, mas não posso me furtar de cumprimentar todos os médicos por esse dia especial.

Um cumprimento especial para os valentes intensivistas que estão aí, como já dito, anônimos dentro das UTIs, lutando pela vida do povo brasileiro.

Vou me aproveitar da prerrogativa de ser o último a falar. Isso me deu um privilégio de ter uma boa ideia da visão de todos.

Parece que é consenso a ideia de que temos uma escassez de leitos de UTIs na País. Preciso ressaltar que, nos últimos seis a oito anos, houve por parte do Ministério da Saúde uma importante ação no aumento do número de leitos. Se nós estamos, hoje, numa situação de escassez, preciso salientar que, nesses seis a oito anos, duplicou-se o número de leitos.

Bastante foi feito. Entretanto muito ainda precisa ser feito.

Nessa questão da escassez de leito, queria aqui aproveitar para fazer uma sugestão à Dr^a Ana Paula. Claramente os dados de taxa de ocupação são resultado de uma diferença entre leito físico e leito funcional. Onde que vamos ter leitos que são apenas físicos, mas não funcionais? Principalmente no Norte e no Nordeste. Então, essas taxas de ocupação baixas na região Norte do País é porque existe a estrutura física do leito, mas que não funciona. Por quê? Porque não tem profissional qualificado para fazer esses leitos funcionarem.

Isso já dá a dimensão do desafio que temos pela frente. A questão, neste momento, não é apenas de abrir novos leitos. A questão passa por se estimular e formar profissionais para poder cuidar desses pacientes.

Parabenizo também a Dr^a Ana Paula pelo brilhante plano de atendimento de emergência que vai trazer uma grande contribuição para a melhoria do atendimento do paciente crítico numa fase do seu atendimento. O paciente crítico tem diferentes fases que vão desde atendimento pré-hospitalar à emergência, à terapia intensiva e, como já foi ressaltado, à sua reabilitação.

Sinto que temos de aproveitar essa oportunidade e complementar isso com ações voltadas mais diretamente para a terapia intensiva. Por que digo isso? É muito importante para a qualidade do atendimento na terapia intensiva que nós melhoremos a qualidade do atendimento da emergência. Isso é indiscutível.

O colega Mauro já ressaltou, e nós temos trabalhado juntos nisso, não é, Mauro? Junto ao CFM, tentando estabelecer ações que possam contribuir para na melhoria do atendimento nas urgências e emergências. Mas, se eu não tiver uma melhoria nas UTIs, vou criar uma situação que o próprio Mauro já citou. Eu vou ter um paciente atendido na emergência sem ter para onde direcioná-lo depois.

Então, isso precisa ser muito bem trabalhado de maneira conjunta para que a gente não perca uma iniciativa tão importante, que está sendo essa do Ministério da Saúde.

Entretanto, chamo a atenção para uma questão muito importante: a ideia de priorização de leito. A ideia de priorização de leito funciona quando eu não tenho escassez de leito. Quando eu tenho escassez de leito,

não tem como priorizar. É a “Escolha de Sofia” que já foi aqui ressaltado.

Hoje, se eu abrir uma Unidade num pronto-socorro e colocar um respirador e um monitor, ela vira uma UTI. Por quê? Porque não tem. Então, não tem como ter a ideia de que eu consigo hoje, com falta de leitos, estimular uma política de priorização. Isso não funciona.

Temos uma questão, hoje, dentro da Terapia Intensiva, que é a questão da judicialização, como já foi muito bem ressaltada pelo Procurador Oswaldo Silva. E fiquei muito feliz em ouvir o seu ponto de vista, mas, como ele mesmo ressaltou, quem toma essa decisão são procuradores jovens, cheios de adrenalina e testosterona, quando são os homens, mais testosterona do que adrenalina. E quando chegamos na situação de resolver um problema de vaga de UTI na Justiça, isso é péssimo. Por quê? Porque o atendimento do paciente de UTI, na maioria das vezes, o sucesso dele depende da rapidez do atendimento. Esse paciente cuja demanda passa a ser judicial quase que invariavelmente já passou do momento em que ele poderia se beneficiar com leito de UTI. E sabe o que acontece? O paradoxo. Esse paciente que, provavelmente não tem mais nenhuma chance de recuperação, vai tira a vaga de um outro que tem chance de recuperação.

Essa é a questão mais grave. E que é muito importante que seja discutido entre o Judiciário e os gestores de saúde, esse é um ponto importante, porque o juiz, quando está na hora da decisão, como foi ressaltado pelo procurador, está vendo a face daquela família. Ele não tem a magnitude dessa avaliação de quais as consequências dessa decisão. Então é importante que estejamos muito próximos na hora de tomar essas decisões. Isso tem que se discutido de maneira muito séria.

Gostaria de chamar a atenção para um aspecto, que já foi ressaltado aqui, que é a questão da RDC nº 7, da Anvisa, publicada em fevereiro de 2010, que é uma primeira iniciativa de regulamentação dos leitos de UTI com definições de critérios mínimos de funcionamento, do ponto de vista de estrutura física e recursos humanos.

É importante dizer aqui a todos que as UTIs são um dos locais nos hospitais de maior risco para os pacientes, por quê? Porque tenho ali um paciente numa condição muito fragilizada, que é submetido a uma quantidade de intervenções muito grande, que é atendido por uma equipe de muitas pessoas. Esse contexto todo torna essa situação de risco altíssimo. Daí a necessidade em ter uma qualificação, em criar normas, em treinar os profissionais de maneira adequada para que todos nós tenhamos a tranquilidade

de saber que, quando o nosso ente querido está na UTI, ele estará seguro.

A RDC nº 7 foi o primeiro passo muito importante no sentido de garantir uma qualidade mínima de estrutura para as UTIs. Entretanto, por trás da RDC 7, tem um problema importantíssimo. Qual? A necessidade de financiamento. Como já foi destacado pela Dr^a Ana Paula, há, neste momento, uma disposição do Ministério de pagar diárias de R\$ 800,00 como incentivo quando o leito for priorizado para emergência. E hoje as maiores diárias pagas para um paciente de UTI do SUS são de R\$ 400,00. Eu diria para os senhores que, com uma diária de R\$ 400,00, você tem dificuldade inclusive para pagar um hotel aqui em Brasília, e não precisa ser um hotel muito diferenciado. Nos momentos de alta demanda, um hotel simples vai custar R\$ 400,00. Esse valor não financia a estrutura que uma UTI necessita do ponto de vista do equipamento, do ponto de vista de recursos humanos.

Isso tem criado uma situação muito complicada. Determinados segmentos da sociedade, as Santas Casas, por exemplo, estão se vendo neste momento entre a cruz e a espada: por um lado a necessidade de cumprir essa regulamentação e, por outro, a impossibilidade de cumpri-la pelo financiamento inadequado.

Eu já ouvi do próprio Secretário da SAS de que há uma intenção do Ministério de reajustar essas diárias, chegando a valores de R\$ 1,2 mil, que, neste momento, diria aos senhores, é uma necessidade imperiosa.

Qual a maior dificuldade hoje para se aumentar o número de leitos de UTI pública no Brasil? Financiamento. Por que lá naquele Estado, naquele Município existe o leito físico, mas não existe o leito funcional? Porque cada leito de UTI aberto a mais é prejuízo. E essa é a visão do gestor.

Então, se não houver esse incentivo de que esse leito não vai provocar prejuízo, eu tenho certeza de que avançaremos bastante nesse sentido.

Então, deixo aqui esse apelo para que os ilustríssimos Senadores possam atuar junto ao Ministério da Saúde, no sentido de chamar a atenção para a necessidade de que o valor da diária paga pelo SUS por leito de UTI seja urgentemente reajustado. Isso é imprescindível, e que nós não abramos mão do cumprimento da RDC, porque ela é uma garantia de qualidade para nós, porque todos nós, infelizmente, temos o risco e a possibilidade de algum momento da nossa vida necessitar de um cuidado dentro de uma UTI, para nós ou para um ente querido nosso. E nada mais importante do que termos a tranquilidade e a segurança de que o nosso familiar está sendo atendido.

Queria chamar a atenção para uma questão muito importante, para finalizar a minha fala, Senador

Paulo Davim, dentro do horário. Temos que começar a trabalhar pelo futuro já. Neste momento, no nosso País, temos em média 4% a 5% dos leitos de hospitais de UTIs.

Existem vários estudos dando conta de que, até 2025, esse número de leitos de UTI, número de leitos para atendimento de pacientes críticos, vou colocar assim, deve chegar a cerca de 30% a 40% dos leitos de hospitais. Por quê? Qual é a tendência futura? A tendência de, cada vez mais, os hospitais serem reservados para pacientes mais graves. Cada vez mais vamos fazer cirurgias menos invasivas. Cada vez mais vamos atender doentes crônicos nos seus domicílios. Portanto, os hospitais vão ficar restritos a atender doentes mais graves.

E se não começarmos a trabalhar num plano de atendimento de paciente crítico, para daqui a quatorze, quinze anos, vamos chegar a uma situação muito mais grave do que a atual. E o momento de trabalhar por isso é agora.

A Associação de Medicina Intensiva Brasileira – AMIB, está à disposição dos Srs. Senadores e está à disposição do Ministério da Saúde para colaborar na discussão dessas políticas para tentar contribuir com o nosso humilde conhecimento, porque, como já foi dito aqui, tenho certeza de que é do interesse de todos lutar pela qualidade do atendimento do paciente crítico, tentando aliviar o sofrimento de todos, que hoje, no Dia do Médico, é muito importante lembrar que é a nossa principal missão.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Agradecemos a brilhante exposição do Dr. Ederlon Rezende, Presidente da Associação de Medicina Intensiva do Brasil.

Antes de passar a palavra aos nossos Senadores, Senador Moka, como primeiro inscrito, gostaria de fazer um comentário, na condição de intensivista também. Gostei imensamente da exposição de todos. Acho que o Procurador Dr. Oswaldo foi extremamente feliz nas suas colocações, na questão da visão da Justiça, do Ministério Público nesse problema de falta de vaga especificamente, até porque eu vivenciei uma situação dessa. Estou na Terapia Intensiva há mais de 26 anos, recordo-me de que estava de plantão na UTI pública e recebi um oficial de Justiça entregando-me uma liminar, emitida por um juiz, determinando a transferência de um paciente que estava na UTI pública, em estado gravíssimo, em coma induzido, ventilação mecânica, para ser transferido para outro hospital, hospital privado, para ser submetido a cirurgia.

Ora, não cabia aquela liminar. Tive que chamar a família, coloquei na UTI e mostrei. Seria extremamente

prejudicial para o paciente transferi-lo naquela situação, porque era assinar o atestado de óbito do paciente.

Então, é o que o Dr. Oswaldo disse. Muitas vezes é adrenalina. O juiz, o Ministério Público deparam com a face de sofrimento da família daquele doente. E, muitas vezes, no afã de acertar, esquecem-se de entrar em contato com a UTI, saber qual o quadro real do paciente, se é cabível ou não aquele procedimento jurídico. Portanto, cria um transtorno.

Frequentemente, nós enfrentamos esse tipo de transtorno, por falta de comunicação, de um conhecimento mais aprofundado dessa crise que nós passamos no atendimento ao paciente crítico.

Outra questão que precisa ser abordada é da traumatologia-ortopedia. Hoje em dia, pelo menos no meu Estado, não temos condição de atender a demanda dos pacientes, oriundos dos acidentes, que sofrem traumas, que precisam da intervenção cirúrgica imediata e, posteriormente, o seu prosseguimento.

Nós não temos, na rede, hospitais, leitos, suficientes para receber esses pacientes, para dar encaminhamento cirúrgico, resolver os problemas efetivos. De forma que os pacientes se acumulam nos corredores.

A fratura de fêmur em idoso, que é extremamente frequente, quando não se consegue transferir, quando não se consegue o procedimento cirúrgico de imediato – e isso é contumaz nos hospitais públicos –, o paciente fica no leito esperando uma vaga no hospital conveniado. E o idoso, em ambiente hospitalar, caminha rápido para o comprometimento generalizado. E aí vêm problemas de embolia pulmonar, de infecção. Complica, precisa de leito de UTI, e aí não tem.

Então, acho que a questão não é só o leito de UTI. – claro que é leito de UTI –, mas algumas situações periféricas precisam ser enfrentadas para não desaguar sobre o hospital de urgência, encher os corredores mais ainda e criar essa situação de extrema penúria para os profissionais que trabalham em Terapia Intensiva.

O profissional que trabalha em Terapia Intensiva, é importante que saibamos disso, é um profissional sacrificado. É um profissional que tem invariavelmente algum problema causado ou originado pelo *stress* a que ele é submetido diuturnamente. Vários trabalhos apontam para isso. Em profissionais de terapia intensiva e de urgência, que são submetidos àquele *stress* contínuo, a incidência de hipertensão é maior do que em qualquer outra atividade, assim como distúrbios do sono. Enfim, estão expostos a doenças provocadas pela situação e pelo *stress*.

Existe um trabalho publicado, há quatro ou cinco anos, pelo Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, escrito a várias

mãos, pesquisado por várias cabeças, de doutores e mestres do Departamento, que aponta um dado alarmante. A pesquisa foi feita com servidores da saúde de Natal, servidores públicos, e chegou a um número que me deixou estupefato. O trabalho diz que 5% dos servidores da saúde do Município de Natal tentaram suicídio, tiveram ideias suicidas. Tentaram o suicídio. É a Síndrome de Burnout, que é extremamente frequente em profissionais que trabalham sob pressão, trabalham em regime de confinamento, UTI, pronto-socorro, atividades desgastantes. E é muito frequente encontrar profissionais que atuam na terapia intensiva com problemas de saúde. Então, esses profissionais precisam de um tratamento diferenciado.

Tanto que tramita na Casa projeto de minha autoria estendendo para o profissional que trabalha na UTI e na urgência o mesmo que a CLT oferece a radiologistas, por exemplo, com dois períodos de férias por ano, com intervalo de seis meses. Dois períodos de vinte dias de férias. É uma forma de proteger quem cuida, proteger organicamente aquele profissional. A insalubridade do radiologista, por exemplo, é de 40%. Porque na época em que foi discutida essa lei, que foi apresentada e aprovada essa lei, os aparelhos de radiologia eram antigos. Hoje em dia não, os aparelhos são portáteis, entram na UTI, entram no centro cirúrgico, vão para qualquer canto. Na UTI, faz-se raio X de beira de leito, e aqueles profissionais também são expostos à radiação. Nada mais justo do que contemplá-los com o mesmo percentual de insalubridade que os radiologistas e ortopedistas recebem.

O Ministério da Saúde poderia avocar para si essa visão de proteção ao servidor de terapia intensiva, estabelecer dois períodos de férias por ano, a exemplo de outros profissionais que atuam na medicina e estabelecer um piso de 40% de insalubridade, em função da exposição à radiação a que o profissional de UTI é submetido diariamente.

Precisamos olhar com carinho para esse profissional.

Com relação à falta de médico no interior, não adianta tentar soluções, apanágios. Não adianta. Precisamos discutir e ir ao cerne da questão. Neste País, tudo que é prioritário se transforma em carreira de Estado: a Magistratura, o Ministério Público, a Receita Federal, e por aí vai, e outras e outras e outras. Carreiras de Estado, porque são prioritárias. Eu gostaria que a saúde fosse prioridade neste País. Porque aí estabeleceríamos a "Carreira Médica", a "Carreira de Saúde", para o profissional ter a carreira. Ele faz o concurso, vai para o interior do seu Estado, e aí ele vai ascendendo profissionalmente, podendo até voltar para a capital ou, muitas vezes, ficar lá, fixar residência, constituir família

e ficar lá. Concurso para juiz, o juiz deixa de ir para o interior? Não deixa de ir. O promotor deixa de ir? Não deixa de ir. Por quê? Porque ele tem uma carreira, ele tem um bom salário, ele tem as condições adequadas para atuar. Então, ou estabelecemos a carreira de Estado para a saúde, ou não vamos conseguir resolver, definitivamente, esse problema da má distribuição do profissional médico no Brasil.

Portanto, acho que são essas as questões que precisamos discutir, estar sempre lembrando, estar sempre pedindo que o Governo assuma essa responsabilidade.

Quero parabenizar a Dr^a Ana Paula. Achei muito boa a portaria. Realmente, ela vem melhorar os problemas vivenciados nas UTIs. Agora, precisa avançar. Precisamos convencer o Ministro e a Presidenta Dilma a implementarem a carreira médica de Estado para a saúde, de colocar duas férias por ano para o intensivista, para os profissionais que trabalham na UTI e na urgência, elevar a insalubridade para 40%, a exemplo do que a radiologia e a ortopedia recebem, porque, da mesma forma, somos submetidos à radiação.

Esse reconhecimento vai estimular o profissional a trabalhar naquela unidade. Não é fácil trabalhar numa UTI de trauma. É desgastante do ponto de vista emocional, é desgastante do ponto de vista orgânico. Não é fácil. Os profissionais que trabalham em UTI sabem da dificuldade em trabalhar em UTI. Ninguém gosta de estar juntando pedaços de gente num grande trauma, num grande acidente. É ruim, é péssimo! Há um desgaste emocional. Por mais que se diga que o médico é blindado nessas questões, que se envolve pouco emocionalmente, existe, sim, o desgaste. Você tem distúrbio de sono, você chega em casa mal-humorado de ver tanto sofrimento. Essa história de você arbitrar quem vai viver e quem não vai viver, a escolha de Sofia, já tão decantada no Brasil afora, é uma sentença que está nas mãos dos médicos, dos intensivistas.

E a má interpretação do seu trabalho pelas famílias que não são contempladas com a vaga? Quantas vezes batem à porta da UTI, chamam o médico e perguntam: "E aí, você vai deixar meu pai morrer, doutor? Se ele morrer, a culpa é sua!" Isso se escuta, Dr. Osvaldo, diariamente pelo Brasil afora por quem trabalha em UTI.

Quantas vezes a família, desesperada, pega a maca, joga no corredor da UTI e diz: "Ninguém tira meu pai daqui" ou minha mãe daqui. Eu já passei por isso. Deixa lá dentro e não sai, faz um bloqueio, um piquete na porta da UTI para não deixar o parente dele sair de dentro da UTI. Já imaginou a UTI lotada com mais uma maca no meio sem haver respirador, sem haver monitor, sem haver profissional para atender?

Então, esse trauma, nós o vivenciamos diuturnamente.

Mas quero agradecer a brilhante explanação de todos vocês e passo a palavra para o Senador e médico Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS)
– Obrigado, Senador Paulo Davim.

Quero cumprimentar os colegas médicos hoje, pelo dia 18 de outubro.

Coincidência ou não a data, estamos discutindo um assunto, pelo menos o que ouço no meu Estado, e está aqui um representante do Mato Grosso do Sul, o Dr. Mauro Luiz Ribeiro, que é a angústia de ter que decidir. E aí não estou falando nem de decisão judicial. Estou falando do colega médico, intensivista, que está lá, e ele às vezes tem que tirar alguém para colocar outro. Ele tem que decidir qual é o mais grave. E você pode incorrer em erro também; avaliar e, daqui a pouco, sem que você queira... Isso tem acontecido. Acho que isso é a pior coisa para um médico, essa sensação.

Quero dizer para a Dr^a Ana Paula que vi com muita alegria principalmente as medidas adotadas. Acho que isso avançou bastante. O Dr. Ederlon disse que, nos últimos cinco anos, nós duplicamos. Mas o problema é que a estrutura atual do Samu é, na verdade, que as pessoas estão sendo hoje melhor socorridas. Essa é uma verdade. As pessoas com traumatismo craniano normalmente chegavam já mortas no hospital, sem vida; hoje não. E aí nós temos uma falha, porque você tem uma estrutura que atende aquela gente, mas, na hora que chega no pronto-socorro, você não tem essa estrutura. É uma coisa muito defasada. E aí eu acho que, uma coisa que não foi colocada aqui, nos cursos de medicina, nós temos que colocar uma disciplina de urgência e emergência. Isso tem que se tornar obrigatório, porque como é que nós, os não especialistas, aprendemos isso? Fazendo pronto-socorro. Não tem a cadeira, Dr. Fernando. Na grade curricular do curso de medicina não tem essa cadeira. E eu estou falando de protocolo.

Eu tenho uma filha que está fazendo o quinto ano de medicina, vai para o sexto ano, que me disse isto, o choque dela agora com os protocolos. O colega mais antigo não usa esse protocolo, até porque ele tratou, durante vinte anos, de uma forma e, de repente, se tem outro protocolo. Estou colocando uma coisa geral. Eu trabalhei no Proncor durante o meu aprendizado, que era, ainda é, uma das melhores clínicas na área, mas a emergência era quase específica de cardiopulmonar.

Objetivamente, Dr^a Ana Paula, a minha pergunta: nós teríamos um espaço no Ministério da Saúde... Eu percebo o seguinte, nós não vamos esgotar o assunto, mas o Dr. Fernando, o Dr. Cidio, em uma conversa

com a comissão de dois ou... Somos seis Senadores médicos aqui – o Paulo Davim, inclusive, é intensivista. Por que não sentarmos, não aqui na audiência pública, e vermos... Eu tenho a impressão de que a experiência dos senhores seria muito importante na hora de se formular políticas públicas. Talvez pudéssemos até ouvir mais Estados, mais colegas.

Vamos falar aqui o tempo todo. Fala-se muito em melhorar a gestão, eu concordo, mas tem uma coisa que salta à vista: é preciso mais recurso para a saúde. Não tem como!... A maioria, o nó górdio, é recurso. É claro que é recurso! Nós temos que financiar... Se você comparar o financiamento da saúde no Brasil com o dos outros países, vamos ver que estamos muito aquém, e nós precisamos. Na hora que tivermos mais recursos, as outras coisas... Aí, com o diagnóstico, é possível melhorar aqui, ali, acolá, vamos ter mais ou não leitos de UTI. Mas, sem o recurso, é claro que dá para melhorar a gestão, mas fundamentalmente estamos precisando de mais recurso. E aí eu acho que o Senado pode contribuir exatamente acelerando a votação da Emenda 29.

Nós temos que dar uma solução aqui. Não podemos ficar falando, falando, falando e não resolvermos. Nós temos que resolver: priorizar o recurso para a área de saúde. Claro que, na sociedade, há segmentos que têm conflitos de interesse, mas eu acho que ninguém... Mas precisamos tomar uma decisão. A fonte de financiamento da saúde vai ser essa. E, a partir daí, assegurarmos um recurso orçamentário, ou não, financiado, ou não, e atacarmos a questão da gestão, e priorizarmos.

Com V. Ex^a, que tomou a iniciativa dessa audiência pública, eu me somaria de forma prática. Temos eu, você e nem precisa ser médico para atuar nesta Comissão, é até bom que não sejamos todos médicos, porque a visão do Senador que não tem essa formação acadêmica é importante, porque ele recolhe e traz aqui um sentimento diferente do nosso, que às vezes pode ser até corporativista, o que é normal que a gente tenha. Mas eu acho que seria fundamental se pudéssemos nos sentar com a Dr^a Ana Paula e mais alguém do Ministério para ver qual o encaminhamento, porque eu acho que as audiências públicas, depois de feitas, têm de ter um encaminhamento, no sentido prático de como resolver isso. Na minha avaliação, vamos ter de fazer o nosso dever de casa aqui, regulamentando a Emenda nº 29. Essa é a primeira etapa. Esta Comissão, juntamente com a Dr^a Ana Paula e com outros membros do Ministério da Saúde, poderia resolver essa questão.

Há um fator importante: o atual Ministro é nosso colega médico e é um político influente. É fundamental

para a Pasta que o Ministro tenha um peso político e seja ouvido dentro do sistema. Às vezes, há um grande Ministro da Saúde, mas ele não tem influência política. Não é o caso do Ministro Padilha, que conhece burocracia pública, tem influência política e tem conhecimento acadêmico. E me parece até que a especialidade dele é saúde pública. É difícil somar todas essas coisas.

Então, vejo que este é um bom momento para resolvermos a questão. Não acho que haja algo mais urgente do que resolver essa questão. Não sei se foi o Dr. Mauro que disse isso, mas não há nada mais urgente do que a questão de se decidir quem fica ou não na UTI.

Ainda ontem ou anteontem – não vi pela televisão –, alguém foi baleado, foi para o hospital, e não havia vaga. Entrou-se com uma medida judicial, mas, quando veio essa medida, já não havia mais tempo de socorrer a pessoa. Muitas vezes, o desfecho poderia ser diferente.

Por que essas coisas estão ocorrendo? Por que o promotor e o juiz têm de tratar dessa questão? Porque faltam leitos na UTI. É verdade! Essa é a realidade. E, certamente, as informações sobre os leitos de UTI não estão atualizadas. Mas por que isso chama a atenção? Porque, quando há leito na UTI, ninguém procura o juiz, ninguém procura o promotor; essa é uma rotina, o normal é que isso aconteça. Mas, quando há algum problema, quando há um drama, quando alguém tem de sair da UTI, para outro nela entrar, isso chama a atenção e vira notícia.

É claro que isso existe. No meu Estado, eu sinto isso. É aquilo que o Paulo Davim falou: na maioria das vezes, não há hospitais de trauma. E é importante separar os hospitais, porque, quando há hospitais de trauma, aliviam-se, por exemplo, os prontos-socorros. Hoje, é tudo igual. Tudo acaba desaguando nisso. E, se há os hospitais de trauma, esses casos são drenados diretamente para esses hospitais.

Não quero “chover no molhado”, mas, objetivamente falando, a minha sugestão é a de que, depois desta audiência pública, seja criada uma comissão, com dois ou três Senadores. Vamos nos valer dos senhores. Vamos fazer uma reunião? A minha pergunta é objetiva. E aí, Dr^a Ana Paula, sentaríamos com o Ministério da Saúde, com alguém que o próprio Ministro delegasse, ouviríamos o que pensa esse pessoal e, com isso, buscaríamos alternativas. Evidentemente, não estamos subestimando a capacidade do Ministério da Saúde de fazer o diagnóstico ou de encaminhar soluções. Aliás, já foi demonstrado aqui que o Ministério está no caminho correto. Mas proponho que os ouçamos mesmo, para, quem sabe, podermos melhorar, otimizar os procedimentos.

Não sei se estou sendo claro, mas esse é meu sentimento.

Parabenizo o Senador Paulo Davim, pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Agradeço ao colega Senador Waldemir Moka, pela brilhante exposição e pela sugestão. É pertinente a sua sugestão. Vamos, daqui a pouco, ouvir a Dr^a Ana Paula. Quero saber se ela acata essa sugestão e se pode, inclusive, promover essa aproximação, viabilizar esse encontro com o setor responsável do Ministério da Saúde.

Com muito prazer, concedo a palavra ao Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Meu caro Presidente Paulo Davim; Dr^a Ana Paula, Coordenadora Geral de Atenção Hospitalar; Dr. Ederlon; Dr. Cid; Dr. Osvaldo; Dr. Fernando e Dr. Mauro, esta audiência pública está vindo em boa hora e, particularmente, num dia consagrado aos médicos, e queria cumprimentá-los.

Eu não sou médico, mas o dia a dia, a vida faz com que possamos dar algumas informações.

Apesar de todas as dificuldades já apresentadas pelos palestrantes, com relação a vagas de UTI em hospitais, que é realmente um gargalo que tem criado uma série de dificuldades não só para quem precisa ir para a UTI ou para os hospitais, para médicos etc.... Parece-me que – não sei se existe, Dr^a Ana Paula, mas, se não existe, a senhora coloque na pauta para que isso seja levado com muita evidência – seria melhor se pudéssemos ter um programa de medicina preventiva, assim, nós evitaríamos muitas coisas.

O Programa Saúde da Família foi um grande programa instituído no Ministério da Saúde para esse tipo de ação preventiva.

Vou citar um caso ocorrido no meu Estado – e aqui eu me dirijo ao Dr. Osvaldo Silva. Procuradores federais do meu Estado inviabilizaram um programa de saúde em Alagoas. Entraram com uma ação intimidando os prefeitos, que já não têm muitos recursos e não têm muito boa vontade no que diz respeito a esse Programa Saúde da Família...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – O que é que está acontecendo agora? Os prefeitos estão ameaçando, já estiveram inclusive no ministério, em não querer mais o programa de saúde, primeiro porque o ministério manda um determinado valor muito acima do real. Segundo porque os médicos, como acabamos de ouvir, não vão – é lógico – sair das suas ações na capital, por exemplo, para irem para o interior ganhar R\$3 mil, R\$4mil. Muitos deles, até numa ação de cidadania e de cooperação, estavam se deslocando, mas

agora o Ministério Público proibiu, proibiu a ponto de inviabilizar o Programa Saúde da Família, lá no meu Estado – não sei nos outros, mas no meu Estado está nesse patamar.

Há determinados serviços que me parecem que não cabe judicialização. A gente sabe, por exemplo, que o cidadão, para prestar o serviço, tem que trabalhar oito horas. O profissional médico pode ter dois empregos, mas a grande maioria tem hospital, clínica, outras ações. É preferível, na minha concepção, ter um médico no interior, duas a três vezes por semana, do que não ter hora nenhuma.

O SR. OSWALDO JOSÉ BARBOSA SILVA – Esse é o problema, Senador. Estive no Ministério Público Estadual e lá estavam recomendando a todos os prefeitos do Estado de Alagoas que fizessem com que os médicos contratados pelo PSF cumprissem a jornada para a qual foram contratos, porque a maioria, realmente, como V. Ex^a falou, trabalhava lá, mas não cumpria os horários, ou por ter clínicas particulares ou por morar na capital, etc.

Então, na verdade, uma tentativa, um esforço moralizador se tornou em um tiro pela culatra, porque os prefeitos recomendados disseram o seguinte: “Se eu obrigar os médicos, eles não vão. E se eles não forem, o Município fica desassistido. E se eu desobedecer o Ministério Público, eu estou cometendo improbidade administrativa porque eu estou pagando um indivíduo para trabalhar oito horas, mas ele não trabalha”.

Então, o motivo da audiência pública, que levou cinco horas – foram cinco horas de audiência pública –, foi tentar encontrar uma maneira de conciliar a realidade à lei.

Desculpe-me pela interrupção, excelência.

O SR. CID CARVALHAES – Senador, permita-me uma observação?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Eu acho que nem tudo... Pois não.

O SR. CID CARVALHAES – O Presidente do Sindicato dos Médicos de Alagoas é o 1º Vice-Presidente da Federação Nacional dos Médicos, Wellington Galvão. Nós estamos acompanhado essa situação de Alagoas com muita acuidade, com muita atenção. De fato, a interferência do Ministério Público me pareceu muito inadequada, Dr. Oswaldo, porque ela criou uma situação que rompeu um acordo. Muito embora houvesse a perseguição da legalidade, da moralidade, mas havia um acordo em que as prefeituras não pagavam o salário integral pretendido e, por conta disso, se fez um acerto de que os horários também não seriam plenamente cumpridos. Com essa intervenção, de fato, está caminhando para a inviabilidade mesmo.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – O Ministério Público estadual...

O SR. OSWALDO JOSÉ BARBOSA SILVA – Correção, foi federal. Foi federal.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – O Ministério Público estadual, no primeiro momento que fez a intervenção, fez um termo de ajuste exatamente compatibilizando essa possibilidade do médico comparecer dois ou três dias no Município ou não comparecer exatamente por conta de não ter um processo remuneratório capaz de dar dignidade até à atividade exercida por ele. Aí houve a intervenção do Ministério Público federal.

O SR. OSWALDO JOSÉ BARBOSA SILVA – O que eu queria falar é que o Ministério da Saúde baixou uma portaria flexibilizando a jornada de trabalho. Nós estávamos lá para fazer audiência e, no meio da audiência, alguém falou: “Olha, foi publicada antes de ontem portaria tal...”. Aí a coisa já mudou de figura. Parece que a solução encontrada se encaminha em direção a essa portaria.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Então, realmente houve... Eu inclusive participei aqui da audiência com o Ministro Padilha e sua equipe técnica com alguns prefeitos para tratarmos desse assunto, para vermos qual era a ação desenvolvida pelo Ministério para, primeiro, flexibilizar esse tipo de horário, os horários dos médicos, e não criarmos esse impasse que, na verdade, trará prejuízos absurdos no que diz respeito à saúde pública e, inclusive, à vida do Município. Eu sou daqueles, doutor, que acha que é preferível ter, um dia ou dois, um médico no Município do que passar o tempo todo sem médico. Já temos deficiência, dificuldade de médicos e, no Brasil, é essa extensão extraordinária. Acabei de saber agora que, em São Paulo, conforme disse aí o Dr. Cid, tem essa deficiência, que é a maior estrutura econômica, financeira, enfim, o Estado mais rico do Brasil. Imaginem nos Estados do Norte, do Nordeste, do Centro-Oeste! Essas dificuldades são prementes.

Então seria interessante que pudéssemos ter, na minha visão, na minha opinião, uma ação preventiva. Se nós pudéssemos ter um programa de ação preventiva, mas um programa para valer, logicamente, que diminuiríamos consideravelmente a presença de pacientes nos hospitais e, especialmente, nas UTIs.

Evidente que, como acabou de dizer o meu querido colega, Senador Moka, há um clamor, posso dizer assim, das pessoas pedindo que se vote a Emenda 29. Muita gente pensa, por exemplo, que a Emenda 29, na sua essência, vai levar dinheiro para os Estados e Municípios. Essa é a visão, Moka, que se tem por aí afora, quando, na verdade, ela vai estabelecer

responsabilidades aos Municípios, ao Governo Federal e aos Estados.

Agora, você não pode fazer disso apenas um trampolim político. De onde vem o financiamento? Quando se tinha CPMF, que numa boa hora foi criada e, felizmente, o próprio Governo foi o responsável pelo desvio das ações primitivas, porque, quando votamos aqui a CPMF foi com o objetivo de que toda a arrecadação seria para a saúde pública. Se isso tivesse acontecido, a saúde pública seria diferente do que está hoje. Infelizmente, aqueles que são gestores do serviço público federal tiraram o menor percentual e o colocaram para a saúde, e o grande percentual foi destinado, quem sabe, ao pagamento de juros da dívida! Isso é absolutamente inconcebível. Daí por que há uma reação forte no Congresso e, inclusive, em outros segmentos da sociedade no que diz respeito ao refinanciamento da atividade da saúde pública por meio de novos tributos ou taxas. A Presidenta tem se manifestado contrariamente a isso. Mas temos de encontrar o caminho, para colocar mais recursos na saúde pública. Estabeleceram, conforme disse o Sr. Procurador, um percentual da arrecadação líquida no País da ordem de 10%, que é a aspiração de todos, e isso precisa ser observado.

Então, eu queria, nesta oportunidade, fazer esta reclamação. Já fiz parte de uma mesa administrativa das Santas Casas de Misericórdia do meu Estado, que têm sido o braço direito da saúde pública no Brasil. As Santas Casas têm dado uma contribuição extraordinária à saúde pública no meu Estado com especialidade. É o maior hospital filantrópico que se torna público, que, em determinados momentos, presta atendimento – não é isso, doutora? – a todos os que chegam à sua porta e que, inclusive, está mudando sua filosofia. À época em que comecei como membro da mesa administrativa da Santa Casa, aquela era uma entidade filantrópica para atender os indigentes, os pobres, as pessoas que não eram detentoras de nada. Com a institucionalização do SUS, todos, evidentemente, têm direito ao tratamento de saúde por meio do SUS. Mas há algo que lá aconteceu muito e que ainda deve estar acontecendo: os atendimentos são feitos, mas, na hora de se fazer o pagamento das contas, há uma glosa. Atende-se o paciente, e o custo é da ordem de R\$1 milhão, por exemplo; o SUS paga R\$700 mil e glosa R\$300 mil. Isso segue num processo cumulativo, e termina a instituição. Muitas delas já estão em fase de pré-falência. A nossa lá ainda está se mantendo, porque está mudando um pouco a sua filosofia.

Esse assunto que diz respeito às entidades filantrópicas com especialidade nas Santas Casas de

Misericórdia deveria ser objeto de análise, de estudo, por parte do Ministério da Saúde.

Eu queria cumprimentá-los.

Cumprimento a senhora, pela brilhante apresentação que fez aqui. Sei do esforço que está sendo feito. O Ministro Padilha tem tido uma vontade extraordinária, até por conta, como disse o Moka, da sua vinculação com a saúde pública e, conseqüentemente, da sua posição política. Ele é um Ministro que, realmente, tem mais força política do que outros.

Mas é preciso que todos nós, Congresso Nacional, os segmentos da sociedade e os que representam as entidades ligadas à medicina, participemos desse processo. Por exemplo, há deficiência de médicos, de vagas médicas. Vou citar o meu Estado. Não quero falar dos outros Estados; vou falar do meu Estado. No meu Estado, há mais de 50 anos, há 120 vagas. Naquela época, no meu Estado, havia pouco mais de um milhão de habitantes; hoje, a população é de quase 3,5 milhões de habitantes, e continua a mesma coisa. Então, temos reivindicado ao Ministério da Educação e ao Ministério da Saúde a abertura de novas vagas pela própria universidade e por outras instituições que possam dar curso de Medicina de qualidade. Também não interessa abrir cursos de Medicina em qualquer casa de farinha, usando uma expressão fula. Não se pode dar a qualquer lugar o nome de Faculdade de Medicina. Todos os profissionais têm a mesma dignidade, mas o profissional médico cuida da saúde, cuida da vida e, conseqüentemente, tem de ter condições de se preparar com muito mais eficácia.

Fazemos um apelo aqui também às entidades de medicina para que participem desse processo, para ampliar o número de vagas para o profissional de medicina, quer nas universidades, quer nas escolas públicas. Porque lá nós temos a universidade federal e temos uma escola de medicina estadual. As duas juntas formam uma média de 120 profissionais por ano, e nós precisamos, no mínimo, de 300 a 400 médicos, é o que dizem as estatísticas do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação.

Então, queria cumprimentá-lo para encerrar e dizer que precisamos trabalhar muito mais na medicina preventiva do que na curativa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Obrigado, Senador Benedito de Lira, pela brilhante exposição.

Como todos nós citamos a Dr^a Ana Paula, nada mais justo do que passar a palavra a ela, que é a Coordenadora Geral da Atenção Hospitalar do Ministério da Saúde, a fim de que faça as suas considerações finais e, dessa feita, já respondendo algumas interpe-

lações e dando a sua posição a respeito da busca da solução para esse problema.

A SR^a ANA PAULA SILVA CAVALCANTE – Eu gostaria de dizer que achei a Mesa muito interessante, ampliou o debate e, evidentemente, nós, médicos e não médicos, sabemos que a questão da saúde é complexa. Aqui falamos de financiamento da saúde, de uma forma macro, da judicialização da saúde, da carreira médica, da concentração dos médicos nos grandes centros, da falta da especialidade urgentista. Se nós formos pensar, são problemas complexos. O Ministério da Saúde trabalha em todas essas frentes.

Queria dizer também que o problema do paciente crítico não se esgota, de fato, com a ampliação dos leitos de UTI. Por quê? Porque precisamos, desde prevenção, atenção básica, até a saída do hospital, para resolver esse problema.

No entanto, o que apresentei aqui foi um recorte de uma política do Ministério da Saúde, que é a organização da rede de urgência, em 15 minutos. Mas queria salientar que várias outras estratégias estão sendo estudadas e outras já executadas.

Eu acho e falo isso tranquilamente, sem falsa modestia, que essa portaria da organização da rede de urgência e essa portaria do componente hospitalar da rede de urgência tratam de uma política arrojada em relação à política de saúde pública nos últimos anos.

Se pegarmos a Portaria 1600, que fala da rede de atenção às urgências, nós vamos ver que é lá que está contemplado desde prevenção a acidentes de trânsito e a doenças crônicas não transmissíveis, como diabetes e hipertensão, saída do hospital na atenção domiciliar. Então, eu acho que essa gestão tem olhado a questão da saúde, em termos de organização de redes e em todos os níveis, da prevenção à atenção hospitalar.

Se a gente for ver, na rede de atenção à urgência, estão lá os núcleos de prevenção a acidentes de trânsito e os núcleos de prevenção a doenças crônicas. Sem a prevenção a acidentes de trânsito, dificilmente nós vamos resolver o problema das urgências. Hoje nós temos uma “epidemia” (entre aspas) de acidentes de trânsito no Brasil. Então, nós temos que pensar em todas as etapas.

Temos que pensar na atenção básica. Está havendo uma série de estratégias importantes, entre elas, a flexibilização da carga horária para a reorganização da atenção básica. Sem a atenção básica, também não resolveremos o problema do paciente crítico. Mas, sem ampliação de leito de UTI, mais ainda não resolveremos o problema do paciente crítico. Então, como se diz no jargão: vamos por partes. Por isso eu apresentei o componente hospitalar da rede. Mas quero salientar que várias estratégias estão sen-

do feitas. Dentro dessa estratégia... Eu não sei se me fiz clara; eu quis apresentar aqueles dados da taxa de ocupação médica baixa para demonstrar que, de fato, nós temos uma informação ruim. Eu não sei se me fiz clara que olhamos para aqueles dados com críticas, senão não teríamos pensado na ampliação de leitos em UTI como estamos pensando.

Reforço que a informação que vem da ponta, de Estados e Municípios, é importantíssima para elaboração de políticas públicas. Então, precisamos reforçar a melhoria dessas informações – informações do Cnes, informações de RH –, porque nelas o gestor, tanto o estadual como o municipal, mas principalmente o gestor federal, que não está lá vendo a situação, subsidia as decisões. Trouxe aquelas informações para salientar a questão da informação.

Sabemos que precisamos melhorar a gestão? Sabemos. Tem muitos municípios, muitos Estados que não têm uma regulação de leitos estabelecida ainda, uma regulação de SAMU estabelecida ainda. Sem uma boa gestão da clínica e de gestão de leitos, também é difícil resolver o problema da superlotação das urgências.

Então, estamos implementando uma série de estratégias, e uma delas é a organização da rede de urgência. Claro que a gente a trouxe duas linhas de cuidado, cardiovascular e cerebrovascular, sabendo que a traumatoortopedia é a terceira que virá. Não coloquei na apresentação porque não temos ainda uma posição concreta, e eu não quis trazer uma coisa que está em estudo; já para a cerebrovascular e a cardiovascular, nós temos concretamente uma ação, que é um consulta pública do IAM, Infarto Agudo do Miocárdio, que está no site do Ministério da Saúde. Foi discutido com a Sociedade Brasileira de Cardiologia. Lá nos temos a possibilidade de aumentar o número de unidades coronarianas no SUS, para o que, hoje, não temos um financiamento específico, a mudança de trombolíticos, a inserção de novos trombolíticos na tabela, enfim, são várias ações. Isso vai ocorrer com relação à AVE, que vai entrar em consulta pública agora no final do mês, também discutido com a Sociedade Brasileira de Neurologia. Também temos várias ações, inclusive unidades especializada no AVE. Então, eu trouxe essas duas porque nós já temos uma possibilidade quase que imediata de solução e de, digamos assim, incremento dessas duas linhas de cuidado.

Claro que todas as outras ações – de aumento do número de leitos de UTI, de aumento do número de leitos de clínica médica, de longa permanência, de atenção domiciliar – vão impactar em todos os agravos da saúde, seja sepse, seja nos pacientes com trauma. Temos também ações em relação às cirurgias eleti-

vas. Não foram trazidas aqui, mas também isso está sendo pensado. Então, eu quis trazer o que estamos pensando para solução mais imediata para a urgência e emergência. Inclusive a portaria já foi publicada agora dia 11 e nós colocaremos em ação.

Em relação a essa questão da discussão do Ministério da Saúde com o Senado, com os Senadores, nós nos colocamos completamente à disposição. Essa gestão do Ministro Padilha e do Secretário Helvécio Miranda de Magalhães tem sido uma gestão aberta às discussões tanto com o Ministério Público, a Magistratura, as Sociedades Médicas, as Sociedades de Especialidades como, não poderia deixar de ser, com o Congresso Nacional. Então, nós estamos à disposição para montar esse grupo para discussão e aprimoramento de algumas ações que já estão sendo feitas.

Em relação ao programa de medicina preventiva, como já falei, tem todo um componente da prevenção e promoção que está sendo também desenvolvido e outro componente da atenção básica que também está sendo pensado nessa política maior, que não foi detalhada aqui. Há uma série de ações, porque a gente sabe que a solução para o problema da saúde não é única. Não vai ser resolvida a situação com o aumento de UTI ou com o aumento de uma diária. É uma situação complexa. Várias ações devem ser feitas, e outras maiores, como a questão do financiamento, a questão da judicialização, uma relação mais estreita do Ministério da Saúde, Estados e Municípios com o Ministério Público e Magistratura.

Enfim, era isso que eu gostaria de comentar. Para finalizar, coloco à disposição tanto a minha Coordenação como a Diretoria de Atenção Especializada, DAE, e toda a Secretaria de Atenção à Saúde para discutir e para montar esse grupo de trabalhos, se for o caso, se chegarmos à conclusão de que precisamos aprimorar.

Quero salientar que tudo que foi apresentado aqui foi discutido com o Conas e o Conasens, pactuado em tripartiti.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Estou falando do aspecto prático, porque senão nós fazemos uma audiência pública e ficamos só na audiência pública. Às vezes precisam implementar alguma coisa e muitas vezes... Ouvi o Conas. Às vezes há essa discussão. Mas insisto que sempre tem alguma coisa do ponto de vista... Por exemplo, hoje aqui nós temos o Presidente da Associação dos Médicos Intensivistas. Eu acho que eles têm alguma coisa a dizer do ponto de vista prático. Temos aqui o representante da Associação Médica.

A impressão que tenho é que uma discussão como esta, num grupo de trabalho... Não é para fazer, é para... Saiu dia 11 de outubro e acho que a maioria

aqui, eu, pelo menos, não teve ainda acesso. Mas seria importante ler isso e quem sabe, em cima disso, fazermos uma discussão do ponto de vista do que acham as entidades e se tem alguma coisa a mais para fazer.

Vou dizer uma coisa aqui, o que irá resolver, e não estou defendendo imposto... Acho que essa questão tem que ser orçamentária. E temos o projeto do Senador e hoje Governador Tião Viana. A União teria que colocar 10% de tudo que arrecada, como já fazem atualmente os municípios, que teriam que colocar 15%, e não tem nenhum prefeito que gaste menos de 20% a 25%. Essa coisa, precisa... Ao regulamentar a Emenda nº 29, porque os Prefeitos já fazem isso na prática, e até muito mais... Da onde é que está faltando vir o dinheiro? Na maior parte, dos Estados e, sobretudo, do Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Moka, tomei a iniciativa de pedir à Secretaria da Mesa um requerimento, que iremos deliberar amanhã em nossa reunião deliberativa, solicitando à Comissão de Assuntos Sociais a formação de um grupo, de uma comissão e uma audiência com o Ministro e com os setores responsáveis para que possamos discutir especificamente essa questão, levando conosco os representantes das nossas entidades, sobretudo o Presidente da Associação de Medicina Intensiva do Brasil. Será deliberado amanhã.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Estou sugerindo uma coisa bem prática, Senador. Antes de chegar ao Ministro, acho que deveríamos pegar o que saiu no dia 11 de outubro e olhar junto com os representantes alguma coisa. Depois disso, deve ter uma decisão política, no caso, sim, do Ministro. Mas ouvir, principalmente, a área técnica, os colegas que trabalharam nisso, mas a opinião também daqueles que veem o problema do ponto de vista das entidades e da sociedade civil organizada.

A SRª ANA PAULA SILVA CAVALCANTE – Senador, minha Coordenação está inteiramente disponível para esse grupo de trabalho. Comprometo-me a convidar o Presidente da Associação dos Médicos Intensivistas. Tem sido comum em nossa área técnica essa prática de discutir com a sociedade de especialistas, especialidades médicas. Podemos debruçar especificamente sobre a questão das unidades de terapia intensiva. Estamos completamente abertos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Muito obrigado Drª Ana Paula.

Vamos ouvir as considerações do Dr. Oswaldo José Silva, Procurador Regional da República.

O SR. OSWALDO JOSÉ BARBOSA SILVA – Na verdade, quero apenas dizer que irei levar a todas as instâncias do Ministério Público Federal a ideia do

Ministério Público do Estado de São Paulo de formação das câmaras técnicas para questão do tratamento. A questão inclusive do medicamento excepcional, medicamento de alto custo, era uma ideia que o Dr. Elias Antonio Jorge, que foi Diretor de Economia de Saúde do Ministério, estava começando a trabalhar, mas houve uma mudança de Governo e ele saiu. Irei levar essa ideia para que meus colegas trabalhem, especialmente nos grandes centros, na formação dessa câmara técnica. Em vez de entrar com uma ação, a câmara técnica se reúne, analisa não apenas para tratamento, mas também para medicamentos excepcionais, que também são um enorme problema, e o Ministério sabe disso. Levarei a ideia de usar essa prática que está ocorrendo em Ribeirão Preto e que naturalmente deve ter diminuído em muito o número de controvérsias em relação a isso.

Segunda coisa, entrei em contato, em deferência ao Senador Benedito de Lira, com os Procuradores, especialmente com a Procuradora Chefe da Procuradoria, para saber em que estágio ficou a ação do Ministério Público depois da portaria de flexibilização, porque a questão perdeu muito da controvérsia com a possibilidade de flexibilização. Mas vou pedir para encaminhar ao gabinete de V. Ex^a a situação de como está lá, o último estado da arte. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Obrigado Dr. Oswaldo.

Vamos para as considerações finais, começando pelo Dr. Ederlon Rezende, Presidente da Amib.

O SR. EDERLON REZENDE ALVES DE CARVALHO – Acho que essa oportunidade foi muito importante para nós, intensivistas, de poder estar aqui discutindo assunto dessa relevância, criando a possibilidade de estar discutindo com a Dr^a Ana Paula e sua equipe e demais membros do Ministério da Saúde, junto com os Senadores, na tentativa de colaborar com o aperfeiçoamento de um encaminhamento muito importante.

Sabemos que atendimento de urgência e emergência é uma das prioridades do Ministério, e o paciente crítico, não apenas adulto, mas pediátrico e neonatal estão inseridos nesse contexto. A Associação de Medicina Intensiva Brasileira, Amib, está absolutamente à disposição para colaborar nessas iniciativas e poder de alguma forma contribuir com essas discussões. Afinal de contas, essa é uma das colaborações que uma sociedade de especialidade pode fazer a todos nós.

Gostaria de deixar um apelo. A sepse, que é uma doença que mata mais de 200 mil brasileiros a cada ano e que muita das vezes é subnotificada, porque, via de regra, vem junto com outra doença grave, um pós-operatório de uma neorocirurgia, por exemplo, que acaba numa infecção e leva à morte do pacien-

te, precisa ser tratada como um problema de saúde pública. Todos os estudos publicados mostram que a mortalidade no Brasil é maior do que, inclusive, em outros países vizinhos, como a Argentina. Esse problema precisa de um enfrentamento organizado, capitaneado pelo Ministério da Saúde, mas, certamente, com a colaboração das sociedades de especialidade. Gostaríamos muito de ver a sepse incluída nesse rol de prioridades do Ministério.

Mais uma vez, aproveito para reivindicar a discussão da questão do financiamento da diária de UTI paga pelo SUS. Esse é um ponto primário no sentido de resolução na falta de vagas de UTI.

Finalmente, gostaria de cumprimentar a todos os intensivistas nesse dia especial, e o faço cumprimentando o intensivista Senador Paulo Davim, pela sua brilhante iniciativa de criar essa oportunidade para nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Muito obrigado, Presidente Ederlon.

Vamos ouvir as considerações Dr. Cid Carvalhaes, Presidente da Federação Nacional dos Médicos.

O SR. CID CARVALHAES – Fiquei triste, Senador, porque o Dr. Ederlon quis matar meus pacientes. Vamos transferir para outra especialidade. *(Pausa.)*

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CID CARVALHAES – Então, quem matou foi o intensivista. *(Risos.)*

Quero cumprimentar novamente o Senador Paulo Davim, pela iniciativa, agradecer a oportunidade do aprendizado – discutir em uma Mesa dessa ordem nós traz uma visão diferente do problema – e dar um testemunho de veracidade, Senador Moka. Talvez, nos últimos anos, no País, não tenhamos tido a oportunidade de diálogo tão aberto e franco no Ministério da Saúde, desde o porteiro até as portas escancaradas do Ministro. Temos alguns conflitos, é natural, mas o Ministro Padilha impingiu no Ministério a franqueza, a clareza, o diálogo, a absorção de controvérsias, as observações de sugestões, e isso nos deixa muito encantados. Estamos associados a sua proposta de aprofundar esse tema e diálogos.

Cumprimentar a Dr^a Ana Paula. Evidentemente, o sindicalista tem como mister fundamentar ou reivindicar, e não iremos perder a oportunidade de fazer as reivindicações quando temos uma brilhante disposição dessa natureza, e temos claro e franco que isso pode ser estendido, e a senhora irá receber muito mais reivindicações do que recebeu aqui.

Cumprimentar os integrantes da Mesa e agradecer pelos ensinamentos expostos.

Quero deixar muito claro que a Fenam se associa a isso, sim. Estamos plenamente integrados. Os 53 sindicatos médicos do País estão integrados nesse empenho, luta e compromisso, porque nosso objetivo comum é efetivamente resgatar a cidadania e atender bem aos nossos pacientes.

Senador Moka, acho que temos que ter sim um pouco de corporativismo. Precisamos trabalhar em condições melhores e sermos muito mais bem remunerados. Para isso, precisamos de mais dinheiro para a saúde, precisamos de uma política de Estado para a saúde, precisamos de uma carreira de Estado para o médico e precisamos da integração multidisciplinar de pólos de profissionais.

Muito obrigado, Senador Davim.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – E precisamos de mais médicos no Congresso Nacional. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Obrigado, Presidente Cid Carvalhaes.

Vamos ouvir as considerações finais do Dr. Fernando Dias, representante da Associação Médica Brasileira.

O SR. FERNANDO SUPARREGUI DIAS – Mais uma vez gostaria de cumprimentar o Senador Paulo Davim, pela brilhante iniciativa, as intervenções dos Senadores presentes, dos membros da Mesa.

Não querendo ser repetitivo, nem repetir as coisas que já foram colocadas, vejo como um incentivo as colocações da Dr^a Ana Paula, no sentido dessa abertura que o Ministério da Saúde está dando para as entidades de classe médica para aprimorar o atendimento do paciente, desde os níveis de atenção primária até a complexidade que é o tratamento intensivo. Espero que isso possa se refletir em ações, como o Senador muito bem colocou, práticas. Nós temos de vencer essa inércia e isso demanda questões políticas, econômicas, mas, sem dúvida, parafraseando alguém, não lembro quem disse: quem tem fome tem pressa; quem está doente também tem pressa e quem está na UTI, certamente, tem muito pressa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Muito obrigado, Sr. Fernando Dias.

Vamos ouvir as considerações finais do Dr. Mauro Luiz de Brito Ribeiro, de Cuiabá... Aliás, lá, de Campo Grande.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Se você quiser brigar com um sul-mato-grossense, você falta... Eles têm uma inveja muito grande do Mato Grosso do Sul.

O SR. MAURO LUIZ DE BRITO RIBEIRO – Senador Paulo Davim, aprendi que a maior ofensa que existe no mundo é dizer Mato Grosso sem se referir ao sul.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Nós temos, na verdade, uma grande amizade pelo nosso Estado mãe, que é o Mato Grosso, mas a nossa capital é a grande cidade morena, Campo Grande.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Eu conheço. É uma bela cidade.

O SR. MAURO LUIZ DE BRITO RIBEIRO – Obrigado!

Não precisa ficar constrangido, porque Mato Grosso e Mato Grosso do Sul são Estados irmãos. Particularmente, lamento a divisão, porque somos das mesmas raízes.

Estava prestando muito a atenção e aprendi muito, como o próprio Cid colocou aqui nas nossas discussões. O problema da saúde no Brasil é tão grande que, todas as vezes que nós vamos discutir sobre CTI, acabamos discutindo tudo, sobre financiamento, sobre urgência e emergência, sobre cirurgias eletivas, por quê? Porque, na realidade, está tudo interligado. As cirurgias eletivas, por exemplo, não conseguimos fazer num hospital de grande porte, como a Santa Casa de Campo Grande, onde trabalho, por quê? Por que, além dos pacientes que necessitam de CTI que estão internados nas salas de emergência dos prontos-socorros, os pacientes que chegam à noite e são operados ficam dentro da sala do centro cirúrgico, porque não tem vaga no CTI. Consequentemente, todas as cirurgias eletivas que estão marcadas para o dia seguinte são canceladas porque simplesmente não tem sala de cirurgia para operar esses pacientes.

Vejo com muita satisfação e dou total apoio, em nome da minha instituição, que é o Conselho Federal Medicina, à proposta do Senador Moka. Coloco a instituição totalmente à disposição para fazer parte desta comissão.

Sou coordenador do Samu de Campo Grande. O Samu, na minha opinião, foi uma coisa fantástica que o governo instituiu há, aproximadamente, 10 anos. O Samu hoje salva vidas, como bem colocou o Senador Moka. Infelizmente, na época, as pessoas não tiveram a visão que o sistema de urgência e emergência existente já estava exaurido para atender a demanda da época. O advento do Samu, trazendo pacientes que antes morriam nas suas residências ou em vias públicas, fez explodir a crise de urgência e emergência no Brasil: falta de especialistas, falta de estrutura física, falta de leitos de CTI e etc.

Então, essa proposta do Senador Moka vejo com muita alegria. Estamos há 10 anos. Há 10 anos, na época da implantação do SAMU, nós já poderíamos ter

também estruturado os hospitais para esse aumento de demanda, coisa que não aconteceu à época. Então, acho que é muito bem-vinda a proposta do Senador Moka, e o Conselho Federal de Medicina está totalmente à disposição para fazer parte.

No mais, gostaria de agradecer, Senador Paulo, a brilhante iniciativa. O Ministério da Saúde, nós temos de reconhecer, nesta gestão, já fez várias portarias que vem ao encontro do que propõe as entidades médicas. As Portarias nºs 1.600 e 1.601, a Portaria do Samu, enfim, são várias iniciativas do Governo que realmente mostram e demonstram a preocupação do Governo, que realmente dá um passo à frente em relação à saúde pública no Brasil.

As entidades médicas, de forma particular, deram apoio ao Ministro Padilha na sua iniciativa de o programa de residência médica – e até vou para lá agora – também ajudar a interiorização do médico. O médico, fazendo um estágio de um ano ou dois anos, terá bônus na nota de residência médica. As entidades médicas estão passando um desgaste muito grande em todos os Estados pelo apoio que deu ao Governo Federal. Nós vamos manter isso, inclusive hoje cedo estávamos conversando, vamos manter o apoio ao Governo, ao Ministro Padilha e ao Ministério da Saúde, porque vemos isso como uma iniciativa muito grande de apoio a toda essa política do governo.

Então, gostaria de parabenizar o senhor pela iniciativa. Foi maravilhoso estar aqui. Apreendi muito aqui, na mesa. Como disse o Senador Moka, nós podemos fazer, realmente, essa comissão e talvez apoiar o Ministério nas suas necessidades, em nome de bem atender a população brasileira.

Muito obrigado. Foi um privilégio estar aqui, hoje.

O SR PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Muito obrigado, meu caro Mauro.

Antes de encerrar, quero registrar a presença do nosso queridíssimo amigo Alberto, da Sotipe, da Sociedade de Terapia Intensiva de Pernambuco, um dos pioneiros, um dos baluartes da terapia intensiva. Fizemos muitas atividades juntas na Sotipe e na Sonorti, Sociedade Norte-Riograndense de Terapia Intensiva.

Quero parabenizar mais uma vez todos os médicos pela passagem do seu dia. Isso é muito importante.

Agradeço a todos que abrilhantaram esta Mesa e essa audiência pública com suas experiências, com suas opiniões e seus relatos.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 58 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA 39ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE OUTUBRO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas, do dia dezenove de outubro de dois mil e onze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Jayme Campos, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Waldemir Moka, Paulo Davim, CASildo Maldaner, Mozarildo Cavalcante, Cristovam Buarque, Eunício Oliveira, Lobão Filho, Benedito de Lira, Aécio Neves e Cyro Miranda e das Senadoras Ângela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Marta Suplicy, Ana Rita e Lídice da Mata. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e a aprovação da Ata 36ª Reunião que são dadas por aprovadas. Passa-se à apreciação da Pauta.

ITEM 6 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 238, DE 2004. *Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre esporte e dá outras providências.* **Autoria:** Senador Demóstenes Torres. **Relatoria:** Senador Benedito de Lira. **Relatoria “Ad hoc”:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela Prejudicialidade do Projeto. **Resultado:** **Aprovado Parecer pela Prejudicialidade do Projeto.**

ITEM 5 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 205, DE 2010. *Estabelece alíquota zero da Contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidentes sobre a importação de protetor solar e sobre as receitas decorrentes da sua venda no mercado interno.* **Autoria:** Senadora Kátia Abreu. **Relatoria:** Senador Waldemir Moka. **Relatório:** Favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2, de Redação, que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 de Redação. Votaram vencidos a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Cyro Miranda.

ITEM 10 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 391, DE 2003. *Proíbe a publicação em jornais de anúncio de emprego, sem a devida identificação da empresa contratante.* **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta.

Resultado: Lido o Relatório, adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 7 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2008.** Altera a Lei nº 9.797, de 6 de maio de 1999, para assegurar o acesso das mulheres a ações de controle do câncer de mama.

Autoria: Senador Inácio Arruda. **Relatoria:** Senador Waldemir Moka. **Relatório:** Pela Declaração de Prejudicialidade. **Resultado:** Concedida vista coletiva nos termos regimentais. **ITEM 8 – Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 303, DE 2009.** Dispõe sobre a intervenção cirúrgica de simpatectomia para correção da hiper-hidrose. **Autoria:** Deputada Vanessa Grazziotin. **Relatoria:** Senador Mozarildo Cavalcanti.

Relatoria “Ad hoc”: Senador João Durval. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Rejeitado o Projeto de Lei da Câmara nº 303, de 2009. **ITEM 1 – Terminativo – TURNO SUPLEMENTAR DE DISCUSSÃO DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 461, DE 2003** Institui o Programa de Incentivo ao Trabalhador com idade entre 40 e 55 anos de idade – PROIN. **Autoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatoria:** Senador Cyro Miranda. **Resultado:** O Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 461, de 2003, é dado como definitivamente adotado, no Turno Suplementar, nos termos do art. 284 do RISF. **ITEM 3 – Terminativo – TURNO SUPLEMENTAR DE DISCUSSÃO DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 163, DE 2010.**

Altera a redação do § 2º do art. 195 do Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, de modo a regular o adicional de insalubridade e periculosidade conforme o constatado por perito. **Autoria:** Senador Pedro Simon. **Relatoria**

“Ad hoc”: Senador João Vicente Claudino. **Resultado:** O Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 163, de 2010, é dado como definitivamente adotado, no Turno Suplementar, nos termos do art. 284 do RISF.

ITEM 2 – Terminativo – TURNO SUPLEMENTAR DE DISCUSSÃO DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 253, DE 2005. Regulamenta os §§ 12 e 13 do art. 201 e o § 9º do art. 195 da Constituição Federal, para dispor sobre o sistema especial de inclusão previdenciária dos trabalhadores de baixa renda e daqueles que, sem renda própria, se dedicam exclusivamente ao trabalho doméstico e sobre a contribuição social das empresas. **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria “Ad hoc”:** Senador Paulo Davim. **Resultado:** O Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 253, de 2005, é dado como definitivamente adotado, no Turno Suplementar, nos termos do art. 284 do RISF. **ITEM 4 – Terminativo – TURNO SUPLEMENTAR DE DISCUSSÃO DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA**

RA Nº 98, DE 2009. Altera a Lei nº 7.644, de 18 de dezembro de 1987, para dispor sobre a atividade de pai social. **Autoria:** Deputado Nelson Pellegrino. **Relatoria:** Senador Cícero Lucena. **Resultado:** O Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 2009, é dado como definitivamente adotado, no Turno Suplementar, nos termos do art. 284 do RISF. **ITEM 9 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 482, DE 2003.** Altera o disposto no caput do artigo 103 Lei nº 8213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senador Casildo Maldaner. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Lido o Relatório e encerrada a discussão, fica adiada a votação da matéria. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Waldemir Moka, João Durval, Paulo Davim, e a Senadora Vanessa Grazziotin. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta minutos, lavrando eu, Dulcília Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Jayme Campos, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senador **Jayme Campos**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 39ª reunião extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 36ª reunião desta Comissão.

Os Srs. Senadores e as Sras Senadoras que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Temos hoje, na pauta, dez itens, sendo dez projetos, dois não terminativos e oito terminativos. Dos dez projetos, quatro estão em turno suplementar, que nós vamos aguardar, certamente, o quórum para serem votados no dia de hoje.

Quero fazer alguns comentários. Nesta quinta-feira, dia 20 de outubro, às 11 horas, esta Comissão de Assuntos Sociais vai realizar audiência pública para debater a regulamentação da profissão de cuidador de idoso.

A regulamentação está prevista em proposta apresentada pelo Senador Waldemir Moka, a qual será votada em decisão terminativa aqui pela CAS.

Pelo projeto, o cuidador de idoso é o profissional que, em casa ou em instituição de longa permanência para idosos, acompanha, dá apoio emocional ou contribui para a convivência social do idoso. Dá auxílio, acompanhamento na realização de rotinas de higiene pessoal e de nutrição, mantém cuidados preventivos com a saúde, faz a administração de medicamentos de rotina e outros procedimentos.

Pelo texto, poderão exercer a profissão de cuidador de idoso pessoas com mais de dezoito anos que tenham concluído o ensino fundamental e que tenham feito curso de cuidador de pessoa em instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação.

O requerimento para audiência pública é da Senadora Marta Suplicy, relatora do projeto na CAS.

É um projeto muito interessante porque lembra, nos idos de 80 e 90, o Projeto Mãe Crecheira, em que uma família poderia receber em sua residência algumas crianças. Havia um limite de dez, doze ou quinze crianças. As prefeituras entravam com a alimentação e o material de higiene.

Esse projeto vem reforçar na medida em que vai dar ao cidadão um salário mínimo assim como direitos como o décimo terceiro salário.

De tal forma que esse projeto é muito meritório e transferimos essa audiência pública para o dia de amanhã. É louvável e muito importante para os idosos brasileiros, muitos dos quais não têm familiares para dar assistência como ele merece no fim da sua vida.

O Senado Federal abriu, na terça-feira, dia 18, a 4ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz. Cuidados com a saúde mental da mulher grávida e de criança de zero a seis anos são focos dessa edição que, até quinta-feira, dia 20, promove palestra e cursos sobre o tema com estudiosos brasileiros e estrangeiros.

A audiência pública que realizaremos nessa quarta-feira, em conjunto com a Comissão de Educação, presidida pelo Senador Roberto Requião, e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, presidida pelo Senador Paulo Paim, faz parte da programação da Semana da Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz. Serão as três Comissões: Comissão de Assuntos Sociais, de Educação e de Direitos Humanos. Essa audiência será por volta de dez ou dez e meia, na sala da Comissão de Educação.

Quero fazer mais uma lembrança em relação...

Bom dia, Senador Paulo Paim. É um prazer revê-lo e tê-lo conosco uma vez mais nesta Comissão.

Dados estatísticos... Eu tinha que citar esses números aqui diante do projeto de lei que vou propor a esta Comissão no dia de hoje, naturalmente para ter a aquiescência dos demais pares, para fazermos o enca-

minhamento diante dos estudos que foram realizados. Agora, com a assessoria do Senado e a assessoria do nosso gabinete, vamos propor um projeto desta Comissão para ser encaminhado, sobretudo tramitando nesta Casa, como também na Câmara Legislativa.

Convivemos, no Brasil, com a triste constatação de quinhentos mil novos casos de câncer por ano, o que resulta em doze mil óbitos anuais, apenas entre a população feminina, segundo os dados fornecidos pela Federação das Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde de Mama, uma das muitas entidades participantes da audiência pública que realizamos no dia 11 de maio último nesta Comissão de Assuntos Sociais.

Eu gostaria de propor, meu caro Senador Paulo Paim, um projeto de lei de autoria da Comissão de Assuntos Sociais com o objetivo de captar e canalizar recursos para o setor da saúde para ampliar o acesso da população às ações de prevenção e tratamento de câncer e valorizar as manifestações e organizações sociais relacionadas ao tratamento dessa doença.

A ideia inicial era viabilizarmos um mecanismo de incentivo fiscal semelhante à Lei Rouanet, com a instituição de um fundo similar ao Fundo Nacional da Cultura, porém com o foco voltado à instituição que desenvolve serviço de combate ao câncer.

Com esse objetivo, propus a constituição de um grupo de trabalho inicialmente composto pela Senadora Ana Amélia e os colegas Senadores Mozarildo Cavalcanti, Waldemir Moka, Lúcia Vânia, Paulo Davim, Eduardo Amorim e Casildo Maldaner.

Foi então que nos chegou às mãos o anteprojeto subscrito pela organização não governamental Luta Pela Vida, entidade responsável pela construção, manutenção e ampliação do Hospital do Câncer de Uberlândia, no Estado de Minas Gerais.

O anteprojeto previa a criação de um programa nacional envolvendo fundos de natureza contábil geridos pelo Ministério da Saúde com estrutura vinculada à Presidência da República, mas, após várias discussões com a nossa assessoria e essa subcomissão do Texto de Análise Crítica da Consultoria Legislativa da Casa, decidi por optar pela criação de incentivo alterando diretamente a legislação do Imposto de Renda, sem a intermediação de um programa ou fundo governamental.

Como sabemos, apesar do importante crescimento dos investimentos públicos nesse campo, as carências ainda são imensas. Ninguém pode desconhecer as carências. Por sinal, a esta Comissão, Senador Paulo Paim, tiveram que vir até representantes do seu Estado, o Rio Grande do Sul, de uma entidade filantrópica. Por sinal, as referências foram das melhores.

Basicamente, o objetivo do projeto é propiciar a ampliação das atividades de prevenção e tratamento do câncer pela possibilidade de pessoas físicas e jurídicas fazerem doações aos serviços respectivos e deduzir do seu imposto de renda as quantias despendidas.

Acho mais do que justo. Há muitas pessoas que pagam imposto de renda enquanto poderiam estar doando e, nesse caso, retornando uma participação. Eu acho que não teria nenhuma dificuldade. Depende apenas de boa vontade por parte do Poder Executivo. A própria legislação não permite que nós façamos nenhuma intervenção em relação à questão de receita e despesa da Federação.

Pela proposição, o contribuinte do Imposto de Renda poderá abater da renda bruta ou deduzir, a título de despesa operacional, o valor das doações realizadas a favor da pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos – ou seja, só entidades sem fins lucrativos é que poderão receber essas doações – que operem o serviço de saúde destinado à prevenção ou ao tratamento de cânceres ou à prestação de cuidado e assistência social a pacientes de câncer cadastrados no Ministério da Saúde.

Será especificamente para atuar, para atender as pessoas portadoras de cânceres. Não é para outros setores. Senão, daqui a pouco vêm outras pessoas portadoras de doenças que não sejam câncer, mas elas não serão atendidas.

A doação poderá também ser feita na forma de bens. Neste caso, o doador só terá direito aos favores fiscais previstos se expressamente declarar que a doação se faz sob as condições da irreversibilidade e da impenhorabilidade do objeto do ato. Ou seja, nessas condicionantes, o cidadão também poderá doar um patrimônio seu, uma casa, um terreno, um carro ou coisa parecida.

Portanto, dessa maneira, estou certo de estarmos correspondendo, na medida do possível, às expectativas das entidades no desiderato de estimular doações, fazer com que os serviços de tratamento de câncer possam liberar-se da excessiva dependência que hoje têm do Poder Público.

Eu acho que esse projeto é interessante, é meritório, e nós vamos propor, como estou propondo aqui, inicialmente, mas, de qualquer maneira, aguardando outros Senadores aqui, de forma conjunta, todos nós aqui, propor através da Comissão de Assuntos Sociais.

Pela ordem, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Jayme Campos, quero cumprimentar V. Ex^a e dizer que já estou me escalando para ser um dos signatários, com V. Ex^a, um dos que vão assinar esse projeto.

V. Ex^a teve essa brilhante ideia num momento especial, porque outubro em todo o mundo é chamado de outubro cor de rosa, uma promoção internacional em defesa das mulheres e no combate ao câncer, principalmente ao câncer de mama e também de útero. Nesse sentido, seu projeto tem uma simbologia ao ser apresentado exatamente neste mês.

Se não me engano, a sugestão original veio de Uberlândia, Minas Gerais. Eu, como cidadão de Uberlândia, porque sou gaúcho mas sou cidadão de Uberlândia, fiquei feliz de saber que Uberlândia é que encaminhou o projeto original para que V. Ex^a apresentasse essa proposta tão relevante, tão importante no combate ao câncer.

Tenho certeza de que vai haver sensibilidade por parte do Senado e da Câmara no sentido de aprovar o projeto e, acredito, também por parte do Executivo.

Pelo que percebi, seria deduzido do imposto de renda a pagar. Consequentemente, é uma verba, eu diria, carimbada de forma muito positiva, porque, infelizmente, temos que admitir – eu, casualmente, fiz um pronunciamento no plenário sobre esse tema há poucos dias –, o câncer é, eu acho, uma das doenças que mais matam no País. É impressionante o número de pessoas que são atingidas pelo câncer.

Recentemente, eu estive num debate em Porto Alegre, nessa entidade que o senhor lembrou, a Mama, e lá fizemos um debate muito profundo sobre esse tema. Depois, eles vieram aqui, nessa comissão que o senhor montou, e fizeram um depoimento aqui na Comissão de Assuntos Sociais e foram, depois, fazer um depoimento que vai nessa linha da busca de recursos para o combate ao câncer, sendo que naquele caso, claro, era principalmente das mulheres.

Então, eu só posso, nesta minha rápida fala, meu amigo Presidente, cumprimentar V. Ex^a pela iniciativa. Eu diria que projetos como esse é que animam a gente a acreditar cada vez mais no Parlamento e nos homens públicos.

V. Ex^a está de parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Paulo Paim.

Acho que isso não vai onerar nada, não vai pesar nada em relação à receita que o Governo Federal tem na mão, uma vez que isso aqui será descontado do imposto de renda que o cidadão terá que recolher, sobretudo pessoas jurídicas. Já existem alguns incentivos, como a Lei Rouanet e outros incentivos fiscais. Entretanto, essa área hospitalar que trata dos cânceres, infelizmente, não tem nenhum incentivo. O que se percebe, em todo o Brasil, é muita dificuldade. Vivem, muitas vezes, de doação. Digo isto porque, quando Governador, eu construí o Hospital de Oncologia em

Mato Grosso. É o único que tem naquele Estado, na capital de Mato Grosso, em Cuiabá. Entretanto, para se manter hoje, é graças a algumas pessoas abnegadas, que militam o seu tempo lá, praticamente 24 horas por dia, e campanhas que estão sendo feitas constantemente. Há poucos dias, juntou-se uma empresa que promove leilões na área da pecuária. Organizou-se um grande leilão que conseguiu arrecadar 300, 400 mil reais para ajudar na manutenção.

Então, eu acho isso um desrespeito ao ser humano. Atende todo o Mato Grosso e parte da região do Brasil – é gente de Rondônia, do Sul do Pará que chega ali. Infelizmente, os recursos que são transferidos do Governo Federal são muito insuficientes.

Então, nós temos de ter novas fontes arrecadoras. Eu imagino que os próprios cidadãos normais, aquele cidadão servidor público ou profissional liberal, ele poderá fazer a sua doação. Isso será descontado do seu Imposto de Renda. É a única forma que eu vejo de nós viabilizarmos hospitais de câncer e outros hospitais pelo Brasil. Sobretudo, entidades que trabalham sem fins lucrativos.

Eu acho que é fundamental. Esse projeto tem que caminhar. Entretanto, eu gostaria de ter a aquiescência e, sobretudo, a solidariedade de V. Ex^{as}. Até porque esse foi um trabalho feito em conjunto, diante da Comissão que foi nomeada, composta por Senadores e Senadoras, para que estivessemos juntos nesse projeto.

Diante disso, acho que vamos caminhar para frente e vamos conseguir realmente uma proposta concreta em relação a esta Comissão que foi criada aqui. Não adianta criar comissão se não traz resultado. Pelo menos nós conseguimos construir algo, ou seja, um projeto que é factível em relação aos atendimentos que temos de fazer em relação às pessoas portadoras de câncer.

Quero registrar com muita satisfação a presença do ilustre e valoroso Senador Gim Argelo, também do ilustre Senador Waldemir Moka, que já se encontram aqui, e da nossa “majestade” Vanessa – ontem ela me disse que é majestade, disse que é a casa do rei.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – O sorriso que ela deu agora foi...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Sua Majestade Senadora Vanessa Grazziotin.

Mas vamos prosseguir a nossa reunião. Temos aqui alguns projetos, como eu disse, são dez. Alguns em caráter terminativo; outros, suplementares. A audiência pública será por volta de 10h.

ITEM 6

– Não Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 238, DE 2004

Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências.

Autoria: Senador Demóstenes Torres

Relatoria: Senador Benedito de Lira

Relatório: Pela Declaração de Prejudicialidade.

Observações: – Em 14/10/2009, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ aprovou Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nº 1-CCJ e nº 2-CCJ.

– A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE em decisão terminativa.

Eu gostaria de solicitar ao Senador Paulo Paim, se S. Ex^a concordar, que seja o Relator *ad hoc* dessa matéria, Item 06, página 83. Solicito a V. Ex^a que seja o nosso Relator *ad hoc* (Pausa.)

V. Ex^a está com a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito bem, Sr. Presidente. Vem à apreciação desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 238, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que propõe duas alterações à Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, Lei de Regência do Desporto.

Segundo o autor da iniciativa, a ampliação do prazo de 02 para 04 anos do primeiro contrato de trabalho com o atleta dará aos clubes a possibilidade de tornar mais condizente o retorno do investimento feito nas divisões de base.

A primeira alteração à lei vai garantir segurança jurídica aos clubes que investem em novos talentos. Afinal, não se pode desconsiderar a situação econômica, quase falimentar, em que se encontram os principais clubes brasileiros. É o que alega o Parlamentar.

Eu vou diretamente à análise, Sr. Presidente, já que todos estão de posse do relatório. Diz um trecho da análise que, também no que concerne às medidas que auxiliam no combate ao êxodo de jogadores, houve modificação do texto vigente à época da apresentação da medida legislativa em exame.

A atual redação do art. 27, c, do diploma legal considera nulos de pleno direito os contratos entre atletas e agentes desportivos que possam configurar práticas empresariais perniciosas. Em especial, proíbe os contratos que versem sobre gerenciamento de carreira de atleta em formação, com idade inferior a 18 anos, como forma de coibir o êxodo de talentos.

Depois, vai ao art. 27, c, e diz ainda:

Art. 27 São nulos de pleno direito os contratos firmados pelo atleta ou por seu representante legal com agente desportivo, pessoa física ou jurídica, bem como as cláusulas contratuais ou de instrumentos procuratórios que:

- I – resultem vínculo desportivo;
- II – Impliquem vinculação ou exigência de receita total ou parcial exclusiva da entidade da prática desportiva, decorrente de transferência nacional ou internacional do atleta, em vista da exclusividade de que trata o inciso I, art. 28;
- III – Restringem a liberdade de trabalho esportivo;
- IV – Estabelecem obrigações consideradas abusivas ou desproporcionais;
- V – Infrinjam os princípios da boa-fé objetiva ou do fim social do contrato ou;
- VI – Versem sobre o gerenciamento de carreira de atleta em formação ou em idade inferior a 18 anos.

Nesse sentido, com essas explicações, em que pese o mérito do projeto, os dispositivos contidos no Projeto de Lei – PLS nº 238, de 2004, já se encontram contemplados na legislação vigente.

E é por isso, Sr. Presidente, que o nobre Senador Relator Benedito de Lira, em seu voto, diz que é pela prejudicialidade do 238, de 2004.

A alegação dele, Sr. Presidente, é que ele reconhece a boa intenção do Senador Demóstenes Torres, mas, como acontece muitas vezes nesta Casa, o projeto no Congresso entra e, até ele ser votado, surge uma outra iniciativa do Executivo que acaba incluindo na legislação os objetivos.

Pelo que percebi aqui, o Relator Benedito de Lira não é contra o conteúdo do projeto do Senador Demóstenes Torres. Ele apenas diz que já está contemplado em uma lei que foi aprovada até a data presente. É por isso que ele é pela prejudicialidade.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Paulo Paim. Em discussão a matéria (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer.

Quem conclui pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 157, de 2011, as Sr^{as} e os Srs Senadores que concordam permaneçam sentados (*Pausa.*)

Aprovado o Parecer.

A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esportes, em decisão terminativa.

ITEM 5

– Não Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 205, DE 2010

Estabelece alíquota zero da Contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidentes sobre a importação de protetor solar e sobre as receitas decorrentes da sua venda no mercado interno.

Autoria: Senadora Kátia Abreu

Relatoria: Senador Waldemir Moka

Relatório: Favorável ao Projeto com as Emendas nos 1 e 2, de Redação, que apresenta.

Observações: – Em 05/10/2011, lido o relatório, foi concedida **Vista Coletiva** nos termos regimentais.

– A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos-CAE, em Decisão Terminativa.

Consulto as Sr^{as} e os Srs. Senadores se há manifestação decorrente do pedido de vista concedido.

Quero, nesta oportunidade, conceder a palavra ao Senador Waldemir Moka para as suas considerações, se necessário for.

Com a palavra o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, esse projeto já foi lido.

Eu disse que analisaria apenas e tão somente o mérito – foi o que eu fiz –, porque esse projeto é terminativo na Comissão de Assuntos Econômicos, onde eu acho que deve ser examinado o mérito quando se tratar de renúncia fiscal ou de outras coisas desse tipo.

Eu acho que o projeto tem um mérito importante ao permitir o barateamento desses protetores solares que são tratados como se fossem cosméticos e não o são. Tenho uma preocupação com isso, pela alta incidência, sobretudo, de câncer de pele. Eu acho que para o trabalhador braçal, principalmente, que se expõe no dia a dia é um perigo muito grande.

Então, o parecer é pela aprovação e, conforme já disse e vou repetir, a questão da renúncia fiscal eu deixei que fosse examinada na Comissão de Assuntos Econômicos, até porque, nesta Comissão, o projeto é terminativo.

Era o que eu tinha a informar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Waldemir Moka.

É pertinente a sua fala aqui e as suas observações, já que, na verdade, há milhões de trabalhadores brasileiros neste País que – imagino – têm que usar

protetor solar, até porque o sol, a cada dia que passa, me parece que realmente está baixando mais e afetando mais a população, haja vista que o câncer de pele aumentou no Brasil.

Cumprimento V. Ex^a.

Está em discussão a matéria.

Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, primeiro, quero dizer que tenho plena concordância com a linha de raciocínio do Senador Moka.

Nós precisamos, efetivamente, mudar a tributação, o tratamento tributário que se dá à área de cosméticos, porque, com o avanço da tecnologia, hoje os cosméticos têm servido muito para a proteção da saúde das pessoas. Eu não tenho dúvida nenhuma quanto a isso. É muito mais barato comprar... A tributação sobre os cosméticos, em alguns casos, é superior à da bebida alcoólica; superior à da bebida alcoólica, Sr. Presidente.

Na área de cosméticos, o Brasil tem um campo magnífico, uma perspectiva de desenvolver esse segmento fantástico, fabuloso, que nenhuma outra nação tem. Um exemplo: o fixador dos perfumes vem do pau-rosa, que é uma planta que dá no Brasil. Esse é o melhor fixador de perfume utilizado no mundo que sai daqui do Brasil. Nós estamos com muita dificuldade hoje de manejo porque a atividade foi muito predatória no passado. Então, nós precisamos mudar.

Agora, o projeto da Senadora Kátia isenta a importação, Sr. Presidente, e isso não ajuda o Brasil, isso não ajuda. Eu entendi a mensagem do Senador Moka de deixar para outra Comissão, mas eu acho que, desde já, nós poderíamos trabalhar nisso – vou votar contra o projeto por conta disso –, e a Senadora poderia apresentar outro projeto que ajudasse inclusive no incentivo da produção nacional. Acho que não estamos no momento de isentar a importação desse produto.

Por isso, voto contra.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senadora Vanessa Grazziotin.

Está em discussão a matéria ainda. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer ao Projeto de Lei do Senado nº 205, de 2010, com as Emendas de Redação 1 e 2 que apresenta.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Na votação, tivemos os votos contrários do Senador Cyro Miranda e da Senadora Vanessa.

Nesse caso, o parecer do Senador Waldemir Moka foi aprovado porque temos três votos, com o

voto contrário da Senadora Vanessa e do Senador Cyro Miranda.

Aprovada a matéria.

Aprovado o parecer, a matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

ITEM 10

– Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 391, DE 2003

Proíbe a publicação em jornais de anúncio de emprego, sem a devida identificação da empresa contratante.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta.

Observações: – Em 14/05/2009, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ aprovou Parecer favorável ao Projeto. – Votação Nominal.

Quero conceder a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin para proferir o seu relatório.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Perfeito. A gente lê tanto relatório e fica adiada a discussão e a votação...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É verdade. Este é mais um que V. Ex^a vai ler, mas de forma toda especial, porque o projeto é de autoria do Senador Paulo Paim.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Do Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – E merece realmente ser lido de forma...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Em homenagem a ele.

O relatório não é grande, Sr. Presidente. Vou entrar na análise.

O Projeto de Lei nº 391, de 2003 ainda, de autoria, como V. Ex^a já destacou, do competentíssimo Senador Paulo Paim, proíbe a publicação a publicação em jornais de anúncio de emprego, sem a devida identificação da empresa contratante.

Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais dar parecer sobre o mérito do projeto de lei ora em análise.

Cabe também ao Congresso Nacional a competência para legislar sobre o tema, nos termos do art. 48 da mesma Constituição.

No mérito, Sr. Presidente, a proposição é oportuna e atual.

No âmbito trabalhista, o Brasil ratificou a Convenção nº 111, da Organização Internacional do Trabalho, que proíbe ao empregador, quando do processo de seleção de trabalhadores, estabelecer uma ordem de preferência por critérios ligados a fatores diversos, tais como: cor; sexo, que alguns preferem chamar de gênero humano, para incluir a questão relativa à homossexualidade; religião; opinião política, na qual se pode incluir o conceito de ideologia; raça ou etnia; nacionalidade; estado civil; idade – a não ser que a discriminação se justifique para a proteção da pessoa: proibição do trabalho para menores de 16 anos –; e, ainda, atividade sindical.

Por sua vez, a Lei nº 9.029, de 1995, proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho.

Já a Consolidação das Leis do Trabalho, no seu art. 373-A, estabelece que é vedado publicar ou fazer publicar anúncio de emprego no qual haja referência ao sexo, à idade, à cor ou à situação familiar, salvo quando a natureza da atividade a ser exercida, pública e notoriamente, assim o exigir.

Proibiu-se, também, recusar emprego, promoção ou motivar a dispensa do trabalho em razão de sexo, idade, cor, situação familiar ou estado de gravidez, salvo quando a natureza da atividade seja notória e publicamente incompatível; assim como considerar o sexo, a idade, a cor ou situação familiar como variável determinante para fins de remuneração, formação profissional e oportunidades de ascensão profissional.

Vedou-se, ainda, impedir o acesso ou adotar critérios subjetivos para deferimento de inscrição ou aprovação em concursos, em empresas privadas, em razão de sexo, idade, cor, situação familiar ou estado de gravidez.

Todavia, a legislação, até o momento, não obriga o empregador a se identificar, o que, de certa forma, prejudica inclusive a fiscalização das demais determinações legais.

É comum, nos dias atuais, a oferta de falsos empregos. Por intermédio de anúncios, os aproveitadores oferecem vantagens que não estão de acordo com a média do mercado de trabalho, atraindo multidões para uma verdadeira “venda” de emprego falso, em que se pratica a extorsão de trabalhadores desempregados, com a cobrança indevida de taxas e outras despesas.

É necessário coibir a fraude no recrutamento de pessoas e punir os responsáveis por ela, uma vez que os desempregados já se encontram em dificuldades financeiras e necessitam do apoio do Estado para se tornarem menos vulneráveis, especialmente nesta fase em que estão excluídos do mercado de trabalho.

O Senador Paulo Paim, em boa hora, propôs projeto de lei que inibe esta prática, buscando a identificação do anunciante por vagas de trabalho.

A única pequena ressalva, que entendemos razoável, é a divulgação do endereço da empresa, pois, em certas situações, poderá acarretar enorme aglomeração de pessoas com riscos à segurança dos interessados, de terceiros e patrimoniais.

Assim, sugerimos, apenas, que se dê a opção de divulgar o endereço da empresa ou um endereço eletrônico com informações para contato, evitando-se gastos desnecessários com transporte.

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 391, de 2003, com a seguinte emenda – aí vem a Emenda, Senador Paim:

EMENDA – CAS

O inciso II do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 391, passa a tramitar com a seguinte redação:

Art. 1º

.....

II – endereço da empresa ou endereço eletrônico para contato;

É o relatório com a emenda, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Em discussão a matéria.

Pela ordem, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, como não há quórum para deliberar – o projeto é terminativo –, eu apenas consultaria V. Ex^a – vamos ter que passar para frente – se não poderíamos votar o Item 2, que é apenas uma votação simbólica de um projeto de minha autoria. Esse é o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Não há quórum, Senador Paulo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Não há assinatura suficiente?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Não há ainda.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Daqui a pouquinho, vamos entrar em fase de votação.

Por se tratar de uma decisão terminativa, nós encerramos a discussão, aguardando quórum para entrar em processo de votação.

Vamos adiantar o expediente: vamos lendo e encerrando a discussão. Havendo quórum, daqui a pouco, nós começaremos a votar.

ITEM 7**– Terminativo –****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2008**

Altera a Lei nº 9.797, de 6 de maio de 1999, para assegurar o acesso das mulheres a ações de controle do câncer de mama.

Autoria: Senador Inácio Arruda

Relatoria: Senador Waldemir Moka

Relatório: Pela Declaração de Prejudicialidade.

Observações: – *Votação Nominal.*

Quero conceder a palavra ao Senador Waldemir Moka para proferir o seu relatório.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS)

– Sr. Presidente, como nós estamos no aguardo do quórum qualificado, eu vou ler o relatório, até porque eu não quero, absolutamente, ao fazer o relatório, que entendam que estamos dando um parecer contrário ao projeto de lei do eminente Senador Inácio Arruda, porque é um projeto que tem um mérito muito grande.

Sr. Presidente, conforme até já mencionou o Senador Paim, muitas vezes esses projetos ficam aqui, e, quando da sua análise, já existe outra lei que assegura tudo.

E a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração das leis, determina, no seu art. 7º, inciso IV, que o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, salvo hipótese de complementação da lei considerada básica, a ela vinculada por remissão expressa. E constatamos que a Lei nº 11.664, de 2008, já abrange integralmente a matéria do projeto de lei sob análise.

Na verdade, o projeto do Senador Inácio Arruda, embora tenha um mérito muito grande que é a detecção precoce do câncer de mama, já existe uma lei mais abrangente do que a proposta pelo Senador Inácio. Então, nós não tivemos nenhuma alternativa senão julgar o projeto de lei pela sua prejudicialidade.

Nesse sentido, Sr. Presidente, passo a ler o relatório, mas, já de antemão, esclarecendo o que me levou a relatar pela prejudicialidade.

O Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2008, de autoria do Senador Inácio Arruda, assegura o acesso às ações de controle do câncer de mama a todas as mulheres no âmbito do Sistema Único de Saúde. Para tanto propõe acrescentar dispositivo na Lei nº 9.797, de 6 de maio de 1999, que *dispõe sobre a obrigatoriedade da cirurgia plástica reparadora da mama pela rede de unidades integrantes do Sistema Único de Saúde – SUS nos casos de mutilação decorrentes de tratamento de câncer*, com intuito de garantir a detecção precoce e o acesso a exames diagnósticos, ao tratamento e ao

acompanhamento das alterações encontradas nas portadoras de câncer de mama.

Assegura igualmente a realização de mamografia ou de exames similares para a detecção do câncer de mama, notadamente nos hospitais públicos de referência dos municípios-pólo do SUS.

A cláusula de vigência estabelece que a lei proposta entrará em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação.

A proposição foi distribuída a esta Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para decisão terminativa, não foram oferecidas emendas.

Conforme já disse, este projeto chegou a ser analisado pela Senadora Kátia e o então Senador Mão Santa, mas o relatório não chegou a ser votado nesta Comissão.

E no art. 1º, já entrando no mérito, do art. 2º da Lei 11.664, de 2008, garante a integralidade da atenção às mulheres no tocante à prevenção, à detecção, ao tratamento e ao controle dos cânceres de colo uterino, da mama, integralidade essa entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema.

Então, a lei que disciplina essa matéria é mais ampla do que a propõe o Senador Inácio Arruda. Assim, conforme a Lei Complementar nº 95, de fevereiro de 98, nós não podemos ter outra lei que trate do mesmo assunto.

Por isso, Sr. Presidente, relatamos o nosso voto.

Diante do exposto, o voto é pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei nº 57, de 2008.

Eu espero ter sido claro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço, Senador Waldemir Moka, e declaro prejudicado o Projeto, nos termos do art. 334, do Regimento Interno do Senado Federal.

Em discussão a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu não poderia deixar também de fazer minhas considerações, primeiro elogiando muito o Senador Inácio Arruda e também entendendo a posição do Relator.

Na verdade, é aquilo que falamos antes. A iniciativa desse projeto de lei do Senador Inácio Arruda só veio à votação no dia de hoje, mas o Governo acabou aprovando uma lei que garante todos os direitos que estão contemplados no projeto do Senador Inácio Arruda, como, por exemplo, assistência integral à saúde

da mulher, incluindo amplo trabalho informativo, educativo sobre prevenção, detecção e tratamento e controle ou seguimento pós-tratamento das doenças a que se referem o artigo 1º da referida lei; realização de todo tipo de exame, e aqui sintetizei; o encaminhamento a serviços de maior complexidade das mulheres cujos exames assim exigirem; e outros subsequentes exames na mesma linha tanto de mama como de colo uterino.

Eu quero, embora exista, Senadora Vanessa Grazziotin, uma lei que contemple, dar o mérito ao Senador Inácio Arruda, que foi o primeiro que levantou todo esse debate. Depois, como se repete muitas vezes, historicamente nesses quase trinta anos que estou aqui no Congresso, a Casa não aprova e vem uma lei do Executivo que contempla até, às vezes, de forma mais ampla. Por isso, vamos acompanhar o Relator, homenageando o Senador Inácio Arruda.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, quero pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – A Senadora Vanessa pede vista.

Consulto se podemos dar vista coletiva, se os Senadores concordam. *(Pausa.)*

Baseado no art.132, vista coletiva concedida à Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, esse é terminativo, não é? Então, não vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Não vamos votar. Está na fase de discussão. Todavia, como é em caráter terminativo, estamos aguardando o quórum, que já está quase completo. Entraremos em processo de votação. Todavia, há outros projetos que ainda vão entrar em fase de votação em turno suplementar. É o suficiente. Na lista de presença já temos onze assinaturas.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, gostaria, se possível...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Gostaria, se possível, de retirar de pauta o Item nº 2.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O Item nº 2?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Acato o pleito de V. Exª. Está retirado de pauta o Item nº2.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agora teremos o Item nº1. Solicito ao Senador um minuto só porque vamos ler outra matéria

antes de entrar em processo de votação porque é em caráter suplementar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem. Está saindo de pauta o Item nº 2?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Ele pediu para retirar de pauta. O Senador Paulo Davim pediu para retirar de pauta. O Relator tem a prerrogativa de fazer o pedido de retirada de pauta.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Ele fez o relatório pela aprovação na última reunião. Hoje, seria só se tivesse alguma emenda. Como não houve apresentação de nenhuma emenda aprova ou rejeita.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É relator *ad hoc*. Ele pode, regimentalmente é possível. Ele pode adiar para a outra semana, conforme informação da assessoria técnica e competente do nosso amigo Gonzaga. É Gonzaga, mas não é da Mota. É pertinente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Tudo bem. Apenas estranhei porque nesses casos é muito difícil. Quando o autor dá o parecer, encerra o prazo de emendas, não há nenhuma emenda, o que poderia ser votado agora?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Mas não se encerrou o prazo de emendas, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Não se encerra hoje?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Após a discussão, ao final da discussão. É regimental, segundo a informação do Gonzaga.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Da discussão que se daria no dia de hoje?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Perfeito.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – E que não vai...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Ele pediu para retirar de pauta. Conforme orientação, alguém pode apresentar uma emenda até o final da discussão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Até o final da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Qualquer Senador presente a este evento. Mais uma informação dos Gonzaga, qualquer um dos 81 Senadores e não só desta Comissão. Qualquer um dos 81 Senadores poderá apresentar emenda até o final da discussão. V. Exª, Senador Paulo Paim, com a retirada?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Concorde.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

ITEM 8**– Terminativo –****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 303, DE 2009****Dispõe sobre a intervenção cirúrgica de simpatetomia para correção da hiper-hidrose.****Autoria:** Deputada Vanessa Grazziotin**Relatoria:** Senador Mozarildo Cavalcanti**Relatório:** Pela rejeição do Projeto.**Observações:** – *Votação Nominal.*

Convido o Senador João Durval para relatar *ad hoc* o Item nº 8, página 103.

V. Ex^a está com a palavra, Senador João Durval, para fazer o relatório *ad doc*.

O SR. JOAO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – O Projeto de Lei da Câmara nº303/2009 (Projeto de Lei nº 5.276/2005 na Casa de origem), de autoria da Deputada Vanessa Grazziotin, determina que a intervenção cirúrgica de simpatetomia, para correção de hiper-hidrose, deixe de ser considerada tratamento estético e passe a ter cobertura pelo Sistema Único de Saúde.

A matéria vem à apreciação desta Comissão de Assuntos Sociais, em caráter terminativo, nos termos do que dispõe o inciso IV do § 1º do art. 91 do Regimento Interno desta Casa.

A proposição é justificada pelo fato de que ainda que a hiper-hidrose cause desconforto e sérios transtornos sociais às muitas pessoas que dela sofrem, a cirurgia que a corrige, tecnicamente designada de simpatetomia, não tem cobertura pelo Sistema Único de Saúde (SUS), que a considera um procedimento estético.

A proposição não foi objeto de emendas.

A hiper-hidrose é um distúrbio de natureza idiopática, caracterizado pela produção excessiva de suor, para além do necessário para a termorregulação do corpo. Pode apresentar-se sob a forma focal – afetando as axilas, a face e as regiões palmares e plantares – ou generalizada, e é associada a considerável limitação física, psicossocial e ocupacional para as pessoas afetadas.

Desconhecemos informações sobre a prevalência da doença em nosso meio. A autora informa, na justificção do projeto, “que muita gente sofre desse distúrbio, que é mais frequente do que se imagina” e o relator da matéria, e o relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) da Câmara dos Deputados refere uma estimativa segundo a qual 1% da população sofre da doença.

A intervenção cirúrgica de que trata o projeto é apenas um entre os vários procedimentos terapêuticos indicados para o tratamento da hiperhidrose, que

incluem abordagens cirúrgicas e não cirúrgicas. A simpatetomia torácica por videotoroscopia, no entanto, tornou-se o procedimento cirúrgico de escolha para o tratamento da hiper-hidrose com o desenvolvimento da videocirurgia, que propiciou a expansão dessa técnica, em razão de permitir maior facilidade de acesso e visualização, menos dor no pós-operatório e menor tempo de internação.

Embora por ocasião da apresentação do projeto a simpatetomia para tratamento da hiper-hidrose ainda não constasse da lista de procedimentos ofertados pelo SUS, atualmente ela não apenas consta da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais adotada pelo Sistema, como vem sendo realizada rotineiramente em serviços credenciados.

Ademais, na medida em que o acesso a ações e serviços de saúde é uma garantia constitucional e legal, é despiendo que uma modalidade terapêutica específica, de uma doença também específica, tenha tratamento legal diferenciado. Além disso, fere o princípio constitucional da razoabilidade que a categorização de um procedimento médico – como estético, experimental ou outra – seja feita por lei.

Em vista do exposto, o voto é, no mérito e no tocante à constitucionalidade, pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 303, de 2009.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senador João Durval. Em discussão a matéria.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, eu quero destacar o voto do Relator pela rejeição do Projeto. O Projeto é de que ano? 2005. Era um projeto, Sr. Presidente, que, naquela época, era necessário, porque, dentro dos procedimentos do Sistema Único de Saúde, não havia ainda previsão para a realização de forma gratuita da intervenção cirúrgica de simpatetomia. A partir daí, o Ministério mudou os procedimentos e a cirurgia passou a ser considerada como intervenção de saúde e não estética, dando, portanto, acesso àqueles que necessitam da gratuidade na rede pública de saúde. Então eu também, apesar de ser de minha autoria o projeto, concordo com o Relator. O tempo passou. É nisso que dá, Senador Moka, demorar tanto tempo para aprovar um projeto. O projeto era de 2004 e estamos em 2011. Os procedimentos já vieram, que bom!

O Senador Paim fez uma referência a este aspecto: muitas vezes os projetos ou não são aprovados, mas vem outro do Poder Executivo, ou, então, o que está acontecendo agora, sequer são aprovados, mas o Executivo muda os seus procedimentos atendendo-o. O que queremos é isso! O objetivo do Projeto é garan-

tir assistência à população, que já está tendo. Eu me sinto contemplada com a mudança de procedimento do Ministério de Saúde e concordo com o parecer do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Antes de mais nada, vamos entrar em processo de votação, porque temos quorum qualificado para entrarmos em processo de votação.

A V. Ex^a está assegurada a palavra, Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, gostaria apenas de me congratular com a Senadora Vanessa Grazziotin, porque a iniciativa foi meritória. Nós conhecemos a dificuldade, os constrangimentos que as pessoas que têm hiper-hidrose sofrem. A iniciativa dela naquela época foi extremamente meritória. Ainda bem que o Executivo tomou essa iniciativa, mas, Senadora, V. Ex^a não perde o mérito de forma alguma. Quero apenas me congratular com a sua iniciativa na época. Graças a Deus, o Executivo tomou a iniciativa e resolveu o problema.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Senador Paulo Paim. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, vamos encerrar a discussão e entrar em processo de votação por termos quorum.

A matéria é de caráter terminativo.

Em votação o Projeto de Lei da Câmara nº 303, de 2009.

Quem vota com o Relator vota NÃO ao Projeto, que se procede nominalmente.

Consulto qual o voto do Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu voto com a Senadora Vanessa Grazziotin, que é a verdadeira autora da Lei e acompanho o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vota NÃO.

Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin? V. Ex^a pode votar, mesmo sendo a autora do Projeto. É de iniciativa de V. Ex^a. Senadora Vanessa Grazziotin. A autoria é de V. Ex^a, mas tem direito a voto.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu voto com o Relator neste caso, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a. NÃO.

Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Como vota o Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a ilustre Senadora Ana Rita?

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o ilustre Senador Cristovam Buarque?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Como vota a ilustre Senadora Lídice da Mata?

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vota NÃO.

Como vota o ilustre Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PMDB – ES) – Vota NÃO.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O projeto foi aprovado por unanimidade.

Foi rejeitado o Projeto da Câmara nº 303, de 2009.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e comunicação no *Diário do Senado Federal*.

Temos algumas matérias em turno suplementar, que inclusive são de autoria de alguns Senadores aqui presentes. Por favor.

É rápido? *(Pausa.)*

ITEM 1

– Terminativo –

TURNO SUPLEMENTAR DE DISCUSSÃO DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 461, DE 2003

Institui o Programa de Incentivo ao Trabalhador com idade entre 40 e 55 anos de idade – PROIN.

Autoria: Senador Alvaro Dias

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Observações: – Na reunião da Comissão de Assuntos Sociais de 05/10/2011, foi aprovado o Substitutivo (Emenda nº 1-CAS) ao PLS nº 461, de 2003, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282, combi-

nado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal. Ao Substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

Não foram apresentadas emendas no turno suplementar.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas em discussão suplementar, o Substitutivo ao PLS nº 461, de 2003, é definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

O resultado será comunicado, a decisão da Comissão, à Presidência do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado.

ITEM 3

– Terminativo –

TURNO SUPLEMENTAR DE DISCUSSÃO DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 163, DE 2010

Altera a redação do § 2º do art. 195 do Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, de modo a regular o adicional de insalubridade e periculosidade conforme o constatado por perito.

Autoria: Senador Pedro Simon

Relatoria “Ad hoc”: Senador João Vicente Claudino

Observações: – Na reunião da Comissão de Assuntos Sociais de 05/10/2011, foi aprovado o Substitutivo (Emenda nº 1-CAS) do PLS nº 163, de 2010, com a Sub-Emenda nº 1-CAS, de iniciativa do Senador Paulo Paim. Será submetida ao Turno Suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal. Ao Substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

Não foram apresentadas emendas no turno suplementar.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas na discussão suplementar, o Substitutivo ao PLS nº 163, de 2010,

é definitivamente adotado, sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

O resultado será comunicado, a decisão da Comissão, à Presidência do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no Diário Oficial do Senado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Jayme Campos, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu conversei agora com o Senador Inácio Arruda e com a Senadora Vanessa Grazziotin e expliquei o estágio em que está a votação. É um substitutivo global apresentado pelo relator. Só se pode fazer emenda; nem substitutivo global pode ser apresentado. O Senador Inácio Arruda entendeu e liberou, então, para que houvesse a votação do item 2.

Conversei já com o relator *ad hoc* e com a Senadora Vanessa.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, como sempre competente, eficiente, e colaborando também com esta Comissão pela sua experiência já de mais de 25, 30 anos no Parlamento brasileiro.

ITEM 2

– Terminativo –

TURNO SUPLEMENTAR DE DISCUSSÃO DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 253, DE 2005

Regulamenta os §§ 12 e 13 do art. 201 e o § 9º do art. 195 da Constituição Federal, para dispor sobre o sistema especial de inclusão previdenciária dos trabalhadores de baixa renda e daqueles que, sem renda própria, se dedicam exclusivamente ao trabalho doméstico e sobre a contribuição social das empresas.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria “Ad hoc”: Senador Paulo Davim

Observações: – Em 05/10/2011, foi aprovado o Substitutivo (Emenda nº 1-CAS), ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal. Ao Substitutivo, poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

Não foram apresentadas emendas no turno suplementar.

Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discuti-la, encerro a votação. *(Pausa.)*

Não tendo sido oferecidas emendas na discussão suplementar ao Substitutivo do PLS 253, de 2005, é definitivamente adotado, sem votação, nos termos do art. 284, do Regimento Interno do Senado.

A decisão da Comissão será comunicada ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, só por uma questão de justiça, quero lembrar aqui que o relator que construiu o Substitutivo foi o Senador Eduardo Braga, que fez um belo substitutivo; também meus cumprimentos ao Senador Inácio Arruda, porque também parte do seu projeto está contemplado e, naturalmente, contempla aqui o meu querido amigo Senador Paulo Davim, que entendeu e acabou comungando desse entendimento; e à Senadora Vanessa Grazziotin.

Era isso e obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Paulo Paim.

ITEM 4

– Terminativo –

TURNO SUPLEMENTAR DE DISCUSSÃO DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 98, DE 2009

Altera a Lei nº 7.644, de 18 de dezembro de 1987, para dispor sobre a atividade de pai social.

Autoria: Deputado Nelson Pellegrino

Relatoria: Senador Cícero Lucena

Observações: – *Em 05/10/2011, foi aprovado o Substitutivo (Emenda nº 1-CDH-CAS), ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal. Ao Substitutivo, poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.*

Por sinal, é um projeto muito louvável e meritório.

Não foram apresentadas emendas em turno suplementar.

Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. *(Pausa.)*

Não tendo sido oferecidas emendas na discussão suplementar, o Substitutivo ao PLC 98, de 2009,

é definitivamente adotado, sem votação, nos termos do art. 284, do Regimento Interno do Senado Federal.

A decisão da Comissão será comunicada ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, permita que eu diga somente um frase?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É só pela grandeza do projeto de autoria do Deputado Nelson Pellegrino, que institui o pai social. Nós debatemos longamente, eu quero enfatizar a importância desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Paulo Paim.

A nossa Comissão aqui está quase repleta de Paulos; é o Paulo Paim, o Paulo Davim, só que com uma vantagem: dois grandes, valorosos, competentes e brilhantes Senadores, que certamente têm honrado esta Comissão.

ITEM 9

– Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 482, DE 2003

Altera o disposto no caput do artigo 103 Lei nº 8213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Casildo Maldaner

Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações: *Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar.*

É bom fazer essa observação, esse esclarecimento para que as Sr^{as} e Srs. Senadores tenham conhecimento. A votação será também nominal.

Eu concedo a palavra ao Senador Casildo Maldaner para proferir o seu relatório. Mas, antes, eu quero desejar as boas vindas a V. Ex^a, recuperado, com boa saúde e com certeza chegará aos 120 anos. Nos deu um susto, ficamos muito preocupados, mas, graças a Deus, está aqui de pé, com muita saúde e certamente continuará orgulhando o povo brasileiro aqui no Senado Federal.

Com a palavra meu caro amigo particular, Senador Casildo Maldaner, que é inclusive Vice-Presidente desta Comissão.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Muito obrigado, Sr. Presidente Jayme Campos e prezados colegas.

Antes de mais nada, agradeço a manifestação de V. Ex^a e, por extensão, quero agradecer aqui a solidariedade dos colegas, pois, num momento em que eu não esperava passei por um drama que não estava, como se diz, na Ordem do Dia. Justamente hoje faz 30 dias que fui acometido desse mal súbito que me levou a um cateterismo e uma angioplastia; justamente hoje, uma quarta-feira.

Mas, graças a Deus, estou voltando, claro, com o coração um pouco ferido, mas tentando me reencontrar e tentando colaborar com os colegas e com o Brasil.

Muito obrigado.

A proposta que me coube relatar, de autoria do eminente Senador Paulo Paim, em síntese, prevê condições para que o aposentado da Previdência Social possa, num prazo de quinze anos, pedir a revisão de sua aposentadoria.

Pela legislação atual, o prazo prescricional é de cinco anos; se não pedir nos cinco anos, ele não terá mais direito. Aposentou-se hoje, daqui a cinco anos, se ele não solicitou, encerra-se. O eminente Senador Paulo Paim propõe que haja condições para que, até quinze anos, possa pedir uma revisão, caso sinta essa necessidade ou esse direito.

Nós estivemos analisando e, por orientação, inclusive, técnica, e vai daqui, vai de lá, pelo debate, e entendemos por apresentar uma proposta substitutiva em relação ao projeto do Senador Paulo Paim. Em vez dos 15 anos para pedir a revisão, a nossa proposta não prevê prazo. Se ele estiver com 20 anos aposentado e se sentir que houve um direito ferido, terá o direito de pedir essa revisão. É claro que, se pedir isso com 20 anos, 25 anos de aposentado e se concedida a revisão, só terá direito de retroagir a cinco anos, mas ele tem o direito de solicitar esse pedido a qualquer momento no curso da aposentadoria dele. Então, o prazo não será de 15 anos, mas sim *ad infinitum* dentro do prazo que prevê a legislação hoje para o aposentado gozar dos direitos da aposentadoria. Então, em vez de ser os 15 anos, ele poderá, a qualquer momento, dentro da sua aposentadoria, entendendo que há um direito, pedir essa revisão, só que a parte retroativa compreenderá os cinco anos. Essa vedação dos cinco anos não insere os deficientes, os que não estavam presentes, os que não sabiam. O art. 103 diz o seguinte:

Art. 103. *Sem prejuízo do direito ao benefício, prescreve em 5 (cinco) anos o direito às prestações não pagas nem reclamadas na época própria, resguardados os direitos dos*

menores dependentes, dos incapazes ou dos ausentes.

Esses ficam, então, preservados.

Então, sem suma, com a permissão dos colegas, passo a ler o voto pelo substitutivo.

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 482, de 2003, nos termos do seguinte substitutivo:

EMENDA Nº – CAS (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 482, DE 2003

Altera o art. 103 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, com a redação dada pela Lei nº 10.839 de 5 de fevereiro de 2004.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 103 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 103 Sem prejuízo do direito à ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício, prescrevem em cinco anos, a contar da data em que deveriam ter sido pagas, as prestações vencidas ou quaisquer restituições ou diferenças devidas pela Previdência Social, salvo o direito dos menores, incapazes e ausentes, na forma do Código Civil.

§ 1º O disposto no caput também se aplica às hipóteses em que o ato de concessão de benefício for indeferido administrativamente.

§ 2º Não correrá a prescrição durante a demora que, no estudo, no reconhecimento ou no pagamento das prestações vencidas ou quaisquer restituições ou diferenças devidas, tiverem os servidores encarregados de estudar e apurá-la, caso em que a suspensão verificar-se-á pelo protocolo da entrada do requerimento administrativo.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 20 de novembro de 2003.

Este é o relatório substitutivo a essa proposta.

Portanto, quero aqui cumprimentar o Senador Paulo Paim por buscar fazer com que, no curso da aposentadoria, não sejam somente os cinco anos, desde a sua inicial, mas, dez anos – ele estava propondo os 15 anos. Entendemos que sejam melhor dez anos, apenas com direito à retroação de cinco anos. Mas, a qualquer momento ele pode verificar isso.

É a conclusão do nosso relatório, nobre Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Muito obrigada, Senador Casildo Maldaner.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. No entanto, não vamos poder votar em função de ser uma matéria terminativa e não termos mais quórum para matéria dessa natureza. Portanto, na próxima reunião, ela poderá vir diretamente para a votação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Senador Paulo Paim, autor da proposição.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Srª Presidente, quero cumprimentar o Senador Casildo Maldaner, primeiro, pelo substitutivo que, no meu entendimento, é melhor que o meu projeto original na visão que de atender os aposentados e pensionistas.

Segundo, dizer da nossa alegria pela sua volta ao nosso convívio. Tive a alegria de visitá-lo no hospital, com a Drª Núbia, e o Senador estava muito bem e, no outro dia, voltaria já ao convívio dos familiares.

Sentimos muito a falta dele e, no primeiro dia que chega, seria até muito bom que o seu substitutivo, que é o substitutivo dele, fosse aprovado aqui pelos nossos pares. Mas, como não há número suficiente para votação, com certeza votaremos na próxima semana.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão e fica adiada a votação para uma próxima reunião desta Comissão.

O Senador Jayme Campos volta à presidência desta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senadora Lídice da Mata, pela competência, sobretudo pela forma como conduziu os trabalhos desta Comissão também.

Já disse anteriormente e volto a reiterar que, em relação a um projeto que estamos encaminhando, infelizmente não havia a presença de todos os Senadores, meu caro amigo Senador Waldemir Moka, dos incentivos fiscais, ou seja, para desconto de Imposto de Renda de pessoa jurídica, para que possa colocar, ou seja, despende de seus recursos uma nova fonte para os hospitais de cânceres do nosso País. É um projeto que quero propor aqui, apresentado pela Comissão de Assuntos Sociais.

Outro projeto, cuja cópia estamos distribuindo agora, resulta da proposta formulada na audiência pública, que realizamos no dia 11 de maio último, ao requerimento da ilustre Senadora Ana Amélia. Se aprovado

neste plenário, o projeto será de iniciativa da Comissão de Assuntos Sociais. Se o objetivo é captar e canalizar recursos para o setor de saúde, para ampliar o acesso à população de ações de prevenção e tratamento do câncer e valorizar as manifestações e organizações sociais relacionadas ao tratamento dessa doença.

Foi constituído um grupo de trabalho, inicialmente, composto pela Senadora Ana Amélia e os colegas Senadores Mozarildo Cavalcanti, Waldemir Moka, Senadora Lúcia Vânia, Senador Paulo Davim, Senador Eduardo Amorim e o Senador Casildo Maldaner.

Embora esse grupo não tenha chegado a reunir-se formalmente, esta Presidência conversou com seus membros e, após entendimento da consultoria legislativa, chegou a este texto, que viabiliza a proposta inicial, sem a intermediação de um programa ou fundo governamental.

Assim, o projeto propicia a possibilidade de pessoas físicas e jurídicas fazerem doações diretamente aos serviços respectivos e deduzirem de seu imposto de renda as quantias despendidas.

Consulto os senhores deste Colegiado, colocando em discussão e em votação o texto para que, uma vez aprovado, seja apresentado pela CAS e encaminhado ao Plenário do Senado.

Antes de mais nada, eu queria solicitar, como V. Exªs não tiveram acesso ao projeto, ao Senador Waldemir Moka, se possível, por favor, que lesse o projeto de lei que ora estamos discutindo. É um projeto meritório e, sobretudo, sendo aprovado, teremos uma nova fonte de receita para atender aos hospitais de câncer do nosso País.

Com a palavra V. Exª, Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – O projeto de lei do Senado dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a serviço de saúde para prevenção e tratamento de cânceres.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O contribuinte do imposto de renda poderá abater da renda bruta ou deduzir a título de despesa operacional o valor das doações realizadas a favor de pessoa jurídica, com ou sem fins lucrativos, que opere serviço de saúde destinado à prevenção ou ao tratamento de cânceres ou à prestação de cuidados e assistência social a pacientes com câncer, cadastrada no Ministério da saúde, na forma desta lei.

§ 1º A pessoa física poderá abater até cem por cento do valor da doação, observado o limite máximo de dez por cento da renda bruta anual.

§ 2º O abatimento previsto no § 1º não está sujeito ao limite de cinquenta por cento da renda bruta previsto na legislação do imposto de renda.

§ 3º A pessoa jurídica poderá deduzir do imposto devido valor equivalente à aplicação da alíquota cabível do imposto de renda, tendo como base de cálculo até cem por cento do valor das doações.

§ 4º Na hipótese do § 3º e observado o limite máximo de dois por cento do imposto devido, as deduções previstas não estão sujeitas a outros limites estabelecidos na legislação do imposto de renda.

§ 5º Os benefícios previstos nesta lei não excluem ou reduzem outros benefícios ou abatimentos e deduções em vigor.

Art. 2º Para fins desta Lei, considera-se doação a transferência definitiva de bens ou numerário, sem proveito pecuniário para o doador.

§ 1º O doador terá direito aos favores fiscais previstos nesta lei se expressamente declarar, no instrumento de doação a ser inscrito no Registro de Títulos e Documentos, que a doação se faz sob as condições de irreversibilidade do ato e inalienabilidade e impenhorabilidade do objeto doado.

§ 2º O Ministério da Fazenda poderá determinar a realização de perícia para apurar a autenticidade e o valor do bem doado, cuja despesa correrá por conta do doador.

§ 3º Quando a perícia avaliar o bem doado por valor menor que o atribuído pelo doador, prevalecerá, para efeitos fiscais, o valor atribuído pela perícia.

Art. 3º Nenhuma aplicação de benefícios fiscais previstos nesta lei poderá ser feita por meio de qualquer tipo de intermediação ou corretagem.

Art. 4º. Em nenhuma hipótese, a doação poderá ser feita pelo contribuinte a pessoa a ele vinculada.

Parágrafo único. Considera-se pessoa vinculada ao contribuinte:

I. a pessoa jurídica da qual o contribuinte seja titular, administrador, acionista ou sócio à data da operação ou nos 12 meses anteriores;

II. o cônjuge, os parentes até terceiro grau, inclusive os afins e os dependentes do contribuinte ou dos titulares administradores, acionistas ou sócios de pessoa jurídica vinculados ao contribuinte, nos termos do inciso I;

III. o sócio, mesmo quando outra pessoa jurídica.

Art. 5º. Se, no ano calendário, o montante dos incentivos referentes à doação for superior ao permitido, é facultado ao contribuinte deferir o excedente para até os cinco anos seguintes, sempre obedecidos os limites fixados no art. 1º e seus parágrafos.

Art. 6º. A Receita Federal do Brasil, no exercício das suas atribuições específicas, fiscalizará a efetiva execução desta lei no que se refere à aplicação dos recursos nela comprometidos.

Art. 7º. Sem prejuízo das sanções penais cabíveis, as infrações aos dispositivos desta lei sujeitarão o contribuinte à cobrança do imposto sobre a renda não recolhido em cada exercício, acrescido das penalidades previstas na legislação do Imposto de Renda, além da perda do direito de acesso, após a condenação, aos benefícios fiscais aqui instituídos, sujeitando o beneficiário à multa de 30% do valor da operação, assegurado o direito de regresso contra os responsáveis pela fraude.

Art. 8º. Obter redução do Imposto de Renda, utilizando-se fraudulentamente de qualquer dos benefícios desta lei, constitui crime punível com reclusão de dois a seis meses e multa.

§ 1º. No caso de pessoa jurídica, responde pelo crime o acionista controlador e os administradores que para ele tenham concorrido.

§ 2º. Na mesma pena incorre aquele que, recebendo recursos, bens ou valores em função desta lei, deixe de promover, sem justa causa, as ações de saúde de objeto de doação.

Art. 9º. Esta lei produzirá efeito no exercício financeiro subsequente ao da sua publicação e é aplicável às doações realizadas a partir da data de sua aplicação.

Art. 10º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sr. Presidente, eu me lembro da audiência pública que nós fizemos aqui e me lembro de que uma das conclusões da audiência pública foi que nós poderíamos, no âmbito da comissão de saúde, produzir uma legislação capaz. E as pessoas aqui, várias entidades aqui disseram que até hoje muitas pessoas querem fazer a doação, mas não existia, até então, uma legislação que permitisse.

Eu acho que a Consultoria do Senado, é claro, fez... Eu vejo a preocupação da legislação para evitar fraude, para que não se deixe nada em dúvida. Eu acho que, Sr. Presidente, na minha avaliação, a comissão de saúde – cuja iniciativa, na verdade, foi de V. Ex^a, e V. Ex^a quer repartir com os membros desta Comissão a autoria desta que é uma legislação, na minha avaliação, muito pertinente e que muito ajudará as pessoas e as entidades, sobretudo aquelas que hoje fazem esse grande trabalho no nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Naturalmente, isso aqui é compartilhado por todos nós Senadores e Senadoras. O projeto é meritório, sobretudo por buscar novas fontes para os hospitais de câncer no Brasil.

Está em discussão a matéria, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Em discussão a matéria.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que queiram discutir... *(Pausa.)*

Se ninguém se manifestou, a apresentação do projeto foi feita e, neste caso particularmente, está aprovado.

Eu gostaria de, antes de mais nada, solicitar que todos os Senadores que fazem parte desta Comissão subscrevessem, para que possamos fazer o encaminhamento desse projeto que, particularmente, não é mérito só do Senador Jayme Campos, mas de toda a Comissão, diante das audiências públicas que nós tivemos aqui. Certamente eu acho factível que nós busquemos novas fontes para alimentar a saúde naturalmente, ou seja, mais recursos para os hospitais de câncer no Brasil.

Não temos nada mais a tratar e temos ainda agora uma nova audiência conjunta entre a CE, CDH e CAS, que promoverão uma discussão sobre: “A mulher grávida, o bebê e a primeira infância na construção da saúde mental”.

Hoje nada mais justo do que aprovar esse projeto por ser o Dia Internacional do Combate ao Câncer de Mama. De tal forma que hoje nós estamos realmente comemorando este dia, mas, acima de tudo, aprovando um projeto que, não tenho dúvida alguma, vai melhorar ou minimizar o sofrimento, sendo aprovado, de milhares de brasileiros que infelizmente não têm muitas vezes o tratamento digno de que seriam merecedoras aquelas pessoas portadoras de câncer em nosso País.

Agradeço a presença de todos os Srs. Senadores e Senadoras na manhã de hoje aqui na Comissão de Assuntos Sociais.

Não tendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 8 horas e 57 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 28 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA 40ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, CONJUNTA COM A 76ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA E COM A 55ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 2011. AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA

Às dez horas e trinta minutos do dia dezoito de outubro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Le-**

gislação Participativa, e com a presença dos Senhores Senadores Ângela Portela, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Vicentinho Alves, Vanessa Grazziotin, Benedito de Lira, Waldemir Moka, Cyro Miranda, José Agripino, Clovis Fecury, Jayme Campos, Delcídio do Amaral e Flexa Ribeiro, **reúnem-se as Comissões de Educação, Cultura e Esporte; Direitos Humanos e Legislação Participativa e Assuntos Sociais**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Magno Malta, Marta Suplicy, Marcelo Crivella, Humberto Costa, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Roberto Requião, Eduardo Amorim, Geovani Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Ana Amélia, Sérgio Petecão, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, Cícero Lucena, Lúcia Vânia, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Mozarildo Cavacanti, Gim Argello e Marinor Brito. A Presidência submete às Comissões a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores e a aprovação das mesmas, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública Conjunta, em atendimento aos Requerimentos nº 44/11-CE, nº 45/11-CAS e nº 112/11-CDH, de autoria do Senhor Senador Paulo Paim, destinados a debater o tema **“A mulher grávida, o bebê e a primeira infância na construção da saúde mental”**, inserido na programação da “4ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz”, organizada pelo Senado Federal, no período de 18 a 20 de outubro do corrente. A Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública, da Senhora Professora Cláudia Siqueira, Diretora do Instituto Sidarta; Senhora Laurista Corrêa Filho, Pediatra, neonatologista e especialista na saúde da mulher e da criança pela Universidade Paris V – Sorbonne; Senhora Cristina Werner, Diretora da Associação de Terapia Familiar do Estado do Rio de Janeiro; Senhor Professor Doutor Jairo Werner Júnior, Psiquiatra da infância e adolescência, Doutor em Saúde Mental pela Unicamp, professor de Psiquiatria Infantil da Universidade Federal Fluminense – UFF e da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ; Senhor Vital Didonet, Representante da Rede Nacional da Primeira Infância; Senhora Angélica Goulart, Membro da Fundação Xuxa Meneghel; Senhora Liliane Penello, Psiquiatra e Coordenadora do Programa Brasileirinho e Brasileirinhas Saudáveis – Primeiros Passos para o Desenvolvimento e Senhora Márcia Barr, Representante da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP – Valor Cultural. Como expositores, comparecem à Audiência o **Senhor Deputado Osmar Terra, Presidente da Frente Parlamentar da Primei-**

ra Infância da Câmara dos Deputados, com o tema: “Um novo marco legal para o desenvolvimento infantil”; **Senhor Bernard Martino, cineasta e autor do documentário “Loczi, uma casa onde crescer”, La Rochelle (França)**, com o tema: “Considerar o bebê como uma pessoa: um desafio estratégico para a sociedade”; **Senhora Jaqueline Wendland, psicóloga clínica e psicoterapeuta no Serviço de Psiquiatria da Criança e do Adolescente, do Grupo Hospitalar Pitié-Slapêtroére, Paris (França)**, com o tema: “Influência da experiência da gravidez sobre a saúde física e mental da mãe e do bebê”; e **Senhora Monique Bydlowski, médica psiquiátrica do Laboratório de Pesquisa da Maternidade Cochin-Port Royal, Hospital Tarnier, Paris (França)**, com o tema: “A mulher grávida, os riscos psicopatológicos e as implicações para a saúde da criança”. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros das Comissões de Educação, Cultura e Esporte; Direitos Humanos e Legislação Participativa e Assuntos Sociais. Usam da palavra os Senhores Senadores Cristovam Buarque, Waldemir Moka e Lídice da Mata. Após as considerações finais dos expositores, o Senhor Presidente Eventual, Senador Paulo Paim, faz a leitura dos comunicados que se seguem: **Comunicado 1:** “Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento do Ofício nº 182/2011 – MEC, em resposta ao Requerimento de Informação nº 697, de 2011 – PLEN, que solicita informações sobre os pedidos de revalidação de diplomas de graduação processados nas universidades federais brasileiras no período de 2001 a 2011, de autoria do Excelentíssimo Senhor Senador Paulo Bauer, informando que o Ministério da Educação aguarda o recebimento dos dados das Instituições Federais de Educação Superior para que sejam compilados, organizados e, posteriormente, enviados. Os (as) Senadores (as) que desejarem uma cópia da correspondência poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão”. A Matéria vai ao arquivo. **Comunicado 2:** “Comunico aos Senhores Senadores o recebimento do Ofício nº 77/2011-MRE, de autoria do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Antonio Patriota, encaminhado a esta Comissão pelo Senhor Senador Paulo Bauer, em resposta ao Requerimento de Informação nº 679, de 2011, de sua autoria, que solicita informações acerca dos países signatários que ratificaram o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa assinado pelo Brasil em Lisboa, no dia 16 de dezembro de 1990, e das medidas tomadas por aqueles que já colocaram as novas regras ortográficas em vigor. Os (as) Senadores (as) que desejarem uma cópia do Ofício poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão”. A Matéria vai ao arquivo. A

Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente Eventual, Senador Paulo Paim, encerra a reunião às treze horas e vinte e dois minutos, determinando que eu, **Dulcídia Calháo, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais – CAS**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Senador Paulo Paim e pelo Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Senador Jayme Campos, e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador **Jayme Campos**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 55ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, a 76ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a 40ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa de leitura da Ata da reunião anterior e aprovação da mesma.

Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião atende aos Requerimentos nºs 44/11 da CE, nº 45/11 da CAS e nº112 da CDH, de autoria dos Senadores Paulo Paim e outros, para a realização de audiência pública destinada a debater “A mulher grávida, o bebê e a primeira infância na construção da saúde mental”, inserida na programação da 4ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura de Paz, que se realiza entre 18 e 20 de outubro no Auditório Petrônio Portella.

As palestras serão realizadas com tradução simultânea.

Dando início à audiência pública, solicito ao Secretário da Comissão, Júlio Linhares, que acompanhe os convidados para tomarem assento à mesa.

Vamos fazer a leitura dos convidados.

Primeiro, Jaqueline Wendland, psicóloga clínica e psicoterapeuta no Serviço de Psiquiatria da Criança e do Adolescente do Grupo Hospitalar Pitié, Paris, França. Tema: “Influência da experiência da gravidez sobre a saúde física e mental da mãe e do bebê”.

Convidamos, também, o Sr. Bernard Martino, cineasta e autor do documentário “Loczi, uma casa onde crescer”. Tema: “Considerar o bebê como uma pessoa: um desafio estratégico para a sociedade.”

Convidamos, também, a Sr^a Monique Bydlowski, médica psiquiátrica do Laboratório de Pesquisa da Maternidade, também de Paris, França. Tema: “A mulher grávida, os riscos psicopatológicos e as implicações para a saúde da criança”.

Também, por fim, o Deputado Osmar Terra, Presidente da Frente Parlamentar da Primeira Infância da Câmara dos Deputados, com o tema “Um novo marco legal para o desenvolvimento infantil”.

Informa-me a nossa assessoria que temos um pequeno problema com os intérpretes, por isso, vamos começar com o nosso querido Deputado gaúcho, meu amigo do tempo do movimento sindical ainda.

O SR. OSMAR TERRA – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Deputado Osmar Terra e, em seguida, falará a Monique ou a Jaqueline?

Então, começamos com o Osmar Terra e, depois, será a Dr^a Jaqueline.

Permitam-me somente que eu faça uma pequena introdução do tema, para que também aqueles que estão assistindo à TV Senado pelos canais alternativos se situem um pouco sobre o que nós vamos conversar aqui, com o Brasil, via TV Senado, Rádio Senado e Agência Senado.

Enfim, hoje, aqui nesta Comissão, vamos debater, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais e a de Direitos Humanos, o tema “A mulher grávida, o bebê e a primeira infância na construção da saúde mental”.

Esta é a Comissão de Educação, Cultura e Esportes.

A primeira infância, que compreende as crianças que tenham entre um e três anos, é o período em que mães e filhos traçam um laço de dependência consistente, rígido e importante. É o momento em que são dados os primeiros passos, as primeiras palavras, os primeiros ensinamentos de vida. Ensinar a amamentar, ensinar a conviver de forma harmoniosa com a sociedade é ensinar a amar.

A Comissão de Direitos Humanos, a Comissão de Educação e também a Comissão de Assuntos Sociais vêm realizando, nos últimos quatro anos, debate sobre a primeira infância, que é o eixo desta audiência de hoje.

Nosso objetivo é e sempre será chamar a atenção da sociedade para os cuidados necessários às crianças, que estão só iniciando um diálogo com a vida, com a magia de ser filho, o encanto dos pais, enfim, o encanto de vencer a primeira etapa da vida.

Quero ratificar minha posição, que não é só minha, mas das três Comissões, de apoio a todo tipo de ação que vise à afirmação das crianças, e que avancemos com esse objetivo da chamada da primeira infância com qualidade em todos os sentidos.

Nosso apoio também, porque falo aqui em nome das três Comissões, é estendido – é claro – às mães das crianças, mães que não se cansam de oferecer conforto, palavras de carinho e um gesto sempre de apoio, gratidão e respeito aos filhos.

A primeira infância é uma fase fundamental do desenvolvimento físico e psíquico do ser humano, bem como da formação das habilidades sociais e da aprendizagem.

A audiência faz parte da programação da 4^a Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, que está acontecendo desde ontem, aqui, no Senado, e termina amanhã. Este será, sem dúvida, um período importante para mães, filhos e – é claro – futuras mães, que poderão saber, por meio de cursos e palestras, com especialistas como os de hoje, um pouco mais da importância dos cuidados necessários na primeira infância.

Vamos, agora, aos nossos painelistas.

Com muita satisfação, passo a palavra ao meu amigo – só não vou dizer há quantos anos, porque, se não, todos vão saber que eu tenho 61; então, calculem há quantos anos nós nos conhecemos – e Deputado Osmar Terra, Presidente da Frente Parlamentar da Primeira Infância da Câmara dos Deputados.

Com a palavra o Deputado.

O SR. OSMAR TERRA – Bom, eu queria agradecer e cumprimentar a organização desta mobilização pela primeira infância, que parte aqui do Senado, da Lise, do Laurista, que têm incentivado, e dos nossos Senadores. O Senador Paim, com certeza, na liderança desse processo aqui; o Senador Pedro Simon também. Vejo aqui o meu querido colega Waldemir Moka, a nossa Senadora baiana Lídice da Mata. Enfim, também queria cumprimentar a Mesa.

Quero dizer para vocês que estou aqui numa dupla função: primeiro, como Parlamentar que sou, acredito no poder de transformação que o nosso trabalho no Parlamento tem sobre toda a sociedade, e até por isso tenho procurado fortalecer e ajudar a criação de uma proposta voltada para a primeira infância.

Nós ouvimos falar: a primeira infância, que bonitinhas as criancinhas, que bom que elas estão morrendo menos e tal. Eu acho que, das políticas públicas, uma das grandes mudanças do SUS foi a redução da mortalidade infantil, que foi dramática no Brasil. Nós saímos de 60 crianças que morriam – das mil que nasciam vivas –, antes de completar um ano, no início

da década de 1980, para hoje, quando há 19 crianças que morrem, das mil que nascem vivas, antes de completarem um ano de idade. Isso se deve, em grande parte, ao Sistema Único de Saúde.

Claro que há trabalhos que ajudaram, mas a rede dos agentes comunitários de saúde, a rede das equipes de saúde na família, essa rede maravilhosa que existe no País inteiro conseguiu reduzir e ter um impacto muito grande, inclusive, Senador Paim, na internação hospitalar.

Quando eu clinicava, quando nós nos conhecemos, eu era do sindicato médico, e V. Exª grande Líder metalúrgico do Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O “grande” é porque ele é meu amigo. No mais, eu era um sindicalista dos metalúrgicos.

O SR. OSMAR TERRA – Foi pré-CUT. Imaginem quanto tempo faz isso! Na época, era Conclat.

Então, eu atendia no hospital. Eu entrava no hospital ouvindo choro de criança e saía do hospital ouvindo choro de criança. Era uma maré de crianças internadas em hospital. No Brasil inteiro era assim: 60% dos leitos clínicos ocupados dos hospitais eram com crianças.

Hoje, se vocês entrarem num hospital, vocês não ouvirão choro de criança, porque menos de 3% dos leitos são ocupados por crianças.

Essa, talvez, seja a maior mudança que o Sistema Único de Saúde provocou, Moka, e que não é detectada por quem não vive, por quem não viveu esses dois momentos. A prevenção funciona, hoje, no Brasil.

Não morrem mais crianças desidratadas, como morriam, não é, Moka? Não morrem mais crianças com infecção grave com muita frequência. Há uma prevenção, um cuidado antes que o mal se agrave. Antes que o problema se torne de internação hospitalar, a criança já é atendida.

As vacinas funcionam, o sistema de vacinação funciona, o pré-natal funciona. É claro que tem que melhorar, mas o que funciona, hoje, no Brasil já teve esse impacto extremamente importante e extremamente relevante.

Mas, o que vamos fazer? As crianças estão sobrevivendo mais. Mas o que vai ser dessas crianças e qual o significado que tem o cuidado na primeira infância?

Quero dizer às Senadoras, aos meus queridos amigos Senadores, que, talvez, o programa mais importante que possa ser feito na área social neste País é o programa de cuidado com a primeira infância. Estou dizendo isso não por “achismo”. Eu acho que as crianças são bonitinhas e tal. Não. Eu estou me baseando em evidências científicas.

Nos últimos 15 anos, a evolução do conhecimento científico nessa área foi, talvez, a coisa mais extraordinária que aconteceu no mundo, nas pesquisas, nas descobertas científicas do mundo. Conseguiu-se provar com evidências claras como se organizam a inteligência e as competências humanas. Não é só uma questão de sobreviver, de não estar desnutrido e de não ter doença. Não. É o desenvolvimento normal da criança, o desenvolvimento mais adequado que a criança tem que ter, porque é justamente nos primeiros anos de vida que ela adquire as competências que ela vai usar pelo resto da vida. Depois, não adianta mais; depois, é muito mais difícil tentar desenvolver alguma competência humana.

As grandes competências básicas para sobreviver e para viver no mundo se adquire até os três anos de idade, e isso depende de quem cuida das crianças. Não depende da evolução natural da criança; depende da interação dessa criança com o meio e com os cuidadores.

É isso que vou procurar mostrar um pouquinho para os senhores aqui, hoje. Mostrar por que é tão importante haver políticas públicas nessa área. Política pública na área da primeira infância tem um impacto maior do que qualquer outra política pública em qualquer outra faixa etária da nossa população. Isso quem diz não sou eu; quem o diz é o prêmio Nobel de Economia James Heckman, que, domingo, inclusive, deu uma entrevista de capa na *Folha de S. Paulo*. Ele está vindo aqui para um evento da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Secretaria de Direitos Humanos, que vai tratar desse assunto também, da primeira infância, na semana que vem – na outra semana.

Então, as evidências mostram que a política mais importante, de melhor custo benefício, que vai haver para o resto da sociedade é o cuidado no início da vida. Nos primeiros seis meses, desenvolve-se a visão. Se a criança nascer com catarata congênita – o Moka sabe disso –, ela tem que operar com dois ou três meses de idade. Se ela não operar, se deixar passar seis meses – esse é o período crítico em que se organizam as conexões no cérebro para a visão –, passou. Ela vai ficar cega para sempre, ela vai ficar com problema de visão para sempre. Pode operar depois, com sete meses, oito meses, mas não adianta mais.

Há momentos certos de desenvolvimento das competências humanas que nós temos que conhecer, que os políticos têm que conhecer, que os gestores públicos têm que conhecer, para poderem interferir e garantir uma qualidade de vida em grande escala – melhor em grande escala para a nossa sociedade.

A visão e a audição se desenvolvem nos primeiros dois anos de vida. Depois, se houver algum problema que não foi corrigido, não adianta corrigir mais. Vai ser muito mais difícil algum sucesso depois.

A empatia, a relação interpessoal, socioemocional, principalmente se se colocar no lugar do outro, se se entender o que outro está sentindo, desenvolve-se no período de apego, que vai do 8º mês ao 18º mês de vida. Se a criança for maltratada, negligenciada, abusada nesse período, ela vai ter transtornos para o resto da vida. E não adianta: “O sujeito é agressivo, é isso, é aquilo, não tem compaixão, não tem remorso”. Vai ver o que aconteceu com ele no início da vida. Nós trabalhamos muito com as consequências. Nós não trabalhamos com as causas dos transtornos, das questões mentais, inclusive.

Então, não estamos tratando aqui de um assunto qualquer, nem de um assunto simples. “Vamos cuidar melhor, vamos dar comidinha para as crianças que está tudo bem”. Não. Nós estamos tratando do período mais importante da vida do ser humano, do ciclo de vida do ser humano e que interfere em todos os outros períodos da vida.

Por isso que eu acho que falar em políticas públicas e legislação para a primeira infância, eu considero, na minha atividade parlamentar, a coisa mais importante que eu posso fazer no Parlamento. E quero compartilhar isso com as minhas amigas e meus amigos Senadores.

Vamos passar.

Acho que qualquer política pública que envolva novidades, descobertas tem que se basear em evidências; têm que ser coisas comprovadas. Não pode ser em cima do “achismo”. “O fulano acha que fazendo tal coisa...”. Não. O que dá certo, o que tem resultado já comprovado cientificamente por pesquisas que podem ser reproduzidas, que podem ser replicadas? O que funciona?

Então, acho que qualquer política pública para a primeira infância tem que ser baseada em evidências científicas. Nós temos que ter uma referência que nos permita dizer: “Isso funciona”. O resto é opinião de cada um, porque, nessa área, também há muitas pessoas com opinião sobre tudo. Então, acho importante nos basearmos em evidências.

Segundo, tem que começar no início, começar na gravidez. Hoje, as nossas políticas educacionais, o MEC, estão universalizando – acho que é um avanço – a aprendizagem a partir dos quatro anos de idade. Mas quero dizer uma coisa: aos quatro anos, a criança já está pronta; o projeto do adulto já está prontinho. Nós temos que interferir antes, temos que interferir no processo mais rico: de organização do cérebro; de or-

ganização das competências; do corpo humano, que começa na gravidez.

Na segunda semana de gravidez, a criança não tem nenhum neurônio; o embrião não tem nenhum neurônio. São células-tronco que estão começando a se especializar. Na 2ª semana de gravidez, a mulher nem sabe que está grávida. Da 2ª semana de gravidez à 22ª, organizam-se 100 bilhões de neurônios que nós vamos trabalhar para o resto da vida. E, quando falo em neurônio, estou falando da célula mais importante do corpo humano. É uma célula especialíssima, é uma célula que produz um sinal elétrico. Ela se autoestimula, inclusive, ou recebe qualquer informação: seja uma imagem, seja um som, seja uma sensação de tato, uma sensação corporal; ela emite um sinal elétrico e manda para uma rede, e essa rede nos dá a percepção daquela sensação.

Esse neurônio é decisivo no processo de vida. Inclusive, hoje, sabe-se se uma pessoa está morta ou viva não porque o coração parou de bater, mas porque o cérebro parou de funcionar. Os neurônios pararam. Antigamente, parava o coração, e era a morte. Parou o coração, a pessoa morreu. Hoje, não. Hoje, sabe-se que o coração para, mas o cérebro continua funcionando por uns cinco minutos. Se massagear, se fizer respiração boca a boca, se fizer ressuscitação, se o cérebro não for afetado, essa pessoa ressuscita. A morte biológica é a morte do neurônio. Morreu o neurônio, acabou tudo – acabou na vida material.

Então, o neurônio é decisivo. Ele é a peça mais importante do equipamento humano e nos dá a característica humana, que nos diferencia dos animais. A complexidade de funcionamento dessa rede de neurônios nos diferencia.

Vamos para o seguinte.

Nesse momento em que os neurônios se organizam e que as células se conectam acontece um processo extraordinário. Os neurônios não existem isoladamente. Não existe uma célula neuronal sozinha. Ela sempre está em conexão; ela sempre está em rede.

Nós nascemos com uma média de 1.500 conexões por cada um dos 100 bilhões de neurônios. Com um ano de idade, nós teremos 18.000 conexões, em média. É um salto extraordinário pelos estímulos do meio, mas esses estímulos não começam quando nós nascemos; eles começam dentro da barriga da mãe. A criança ouve, começa a haver sons, começa a formar o aparato auditivo, começa a ouvir, começa a sensibilizar os neurônios, e esses neurônios vão formando redes.

Há um filme que acho muito bonito. É um filme de um vídeo chamado Vida antes da Vida. Se não me engano é francês – não sei se é francês ou franco-canadense; eu sei que ele é em francês.

Eu queria mostrá-lo só para vocês terem uma ideia da complexidade.

(exibição do vídeo.)

Elétrico. De um neurônio para o outro, vão-se formando novas conexões. Os neurônios, em 30 minutos, formam centenas de conexões novas. É um processo vivo, dinâmico, que acontece pelos estímulos. Ele vai formando uma rede fantástica. Vocês imaginam: um adulto tem em média 15.000 conexões por neurônio. Existem 100 bilhões de neurônios. Vocês calculam que rede é essa!

(continua a exibição do vídeo.)

Então, esse processo é riquíssimo, e a velocidade dele é máxima no início; depois, ao longo da vida, vai caindo. Isso é o processo da formação de memória.

Como é que se forma a memória? Como é que nós formamos a nossa memória? Cada vez que vemos uma informação nova, o nosso cérebro vai formando novas conexões para armazenar aquela informação, para fazer o arquivo daquela informação. Essa é a memória. Ele forma uma rede específica para aquela memória. Quando aquela rede é estimulada por algum motivo, nós evocamos toda aquela sensação; nós nos lembramos de toda aquela sensação de novo. Ele vai formando bilhões de arquivos, que vão sendo formados no cérebro. E esse processo, leva, em nove meses, ao cérebro. Só que, aos nove meses, quando nós nascemos, o cérebro não está completo. Ele não está maduro. Nós temos um cérebro tão complexo que nascemos prematuramente – mesmo nas 40 semanas. Ele ainda continua, durante uma longa infância, organizando-se muito rápido no início; depois, menos rápido.

Então, qualquer dano, qualquer cuidado inadequado a uma criança vai ter uma influência muito maior do que se for a um adulto. Uma criança maltratada, negligenciada, abusada vai deixar, inclusive, de formar redes neuronais importantes; vai deixar de estabelecer conexões entre a parte racional e a parte emocional e vai ter problema para o resto da vida.

Então, esse é o processo mais importante para entendermos como é que as políticas públicas podem impactar nisso.

Vamos ao seguinte.

Tem que ser um atendimento integral. Eu estou dando bases gerais do que eu acho que tem que ser a legislação. É claro que o ECA trata disso com bastante pertinência, mas por que nós criamos a Frente Parlamentar da Primeira Infância? Porque o ECA – e existe a Frente da Criança e do Adolescente – trata de maneira global o assunto. Ele não tem um foco específico na primeira infância. E a Frente Parlamentar da Criança e do Adolescente, Senadora Lídice, passa mais tempo discutindo adolescente do que qualquer

outra coisa. É o problema da maioria penal, é um monte de coisas, e a primeira infância fica em último plano para discussão, quando eu acho que ela deveria ser a coisa mais importante para ser discutida.

Então, nós temos que aperfeiçoar a legislação na direção de os cuidados começarem na barriga da mãe, basearem-se em evidências, e deve-se trabalhar de maneira integral.

Vamos para o seguinte.

O que vou falar aqui é evidencia científica, pesquisa científica. O Kandel – e o Jessell –, que trabalha muito com a questão da plasticidade cerebral, que é essa capacidade de formar novas conexões, diz o seguinte: “O detalhamento da formação da rede de neurônios do cérebro é dependente de interações específicas com o meio ambiente. A influência do ambiente no cérebro muda com a idade. Profundos efeitos ocorrem nas fases iniciais do desenvolvimento pós-natal”.

Então, o que acontece? O cérebro é ecológico. Ele nasce com um programa, ele já tem um programa – ele não nasce como uma coisa em branco, uma tela em branco – para aprender com determinados estímulos, para ir capturando esses estímulos, armazenando e dar uma resposta, e para aquele indivíduo cada vez responder melhor àqueles estímulos e formar a memória.

Vamos adiante.

As vias cerebrais que afetam a capacidade de ler e escrever, o comportamento e a saúde se organizam muito cedo no cérebro humano. Os cuidados que se tem com uma criança ou a falta de cuidados que se tem com uma criança nos primeiros três anos de vida vai interferir na capacidade cognitiva – ler e escrever –, vai interferir no comportamento, vai alterar o comportamento para o resto da vida e vai interferir na saúde. Depois, vou explicar o porquê. Isso é o Fraser Mustard, que é um grande pesquisador canadense, que tem um trabalho científico maravilhoso nessa área.

Vamos adiante.

Aí é para vocês terem uma ideia das conexões.

Essa primeira coluna aqui são as conexões. Aquele bolinha maior é o neurônio; os filetes são os axônios, os dendritos que saem do neurônio para estabelecer conexões.

Então, a criança, quando nasce, tem poucas conexões. Com três anos de idade – que é aquela coluna do meio –, ela já tem uma rede incrível; ela tem o mesmo número de neurônios, mas tem uma rede incrível de conexões pelos estímulos que ela teve: visuais, de cor, forma, movimento, parte de sons.

Essa parte aqui, então, mostra essa rede intrínseca que já existe; complexa, que já existe, em função das informações. A criança nasce para aprender com

o mundo. O período em que mais se aprende é nos primeiros três anos de vida. Nunca mais na vida nós vamos aprender tanto quanto nos primeiros três anos, porque nós aprendemos o mundo: aprendemos o som, a cor, a forma, aprende-se o calor, o frio, o medo, a raiva. Tudo isso são programas que vão sendo trabalhados e que vão formando conexões.

E aqui já é na puberdade. Na puberdade, acontece um fenômeno inverso; na puberdade, o cérebro começa a deletar, a apagar conexões que não são muito estimuladas. Tudo o que foi estimulado até os 9, 10 anos fica; foi bem estimulado. O que não foi muito estimulado ele deleta para ser mais eficiente, para dar respostas mais eficientes e mais rápidas.

Então, um adulto tem a metade das conexões cerebrais que tem uma criança de três anos; quer dizer, como é rico esse processo no início.

Vamos adiante.

Aqui, nessa parte de baixo, está a idade, e, na coluna, está o número de conexões, de sinapses. Esse ponto de contato entre os neurônios são sinapses. Isso aqui, avaliando-se com substâncias marcadas radioativamente.

Então, vocês veem que o pico é aqui, ao redor dos quatro até os seis anos de idade. Depois, vai diminuindo o número de conexões, e o cérebro fica especializado. Aprende-se a falar uma língua sem sotaque até os nove anos de idade. Depois dos nove anos de idade, só com sotaque da prosódia materna, que aí há menos possibilidade de se trabalhar a prosódia.

Vamos adiante.

Todo o processo tem que envolver a família. Nos primeiros três anos de vida, não é a creche que resolve sozinha. A família tem que saber, tem que dominar o assunto; a família tem que entender, tem que estar bem-informada para ajudar aquela criança a se desenvolver. Então, não adianta só levar à creche se na casa ela não é estimulada, ou se a família não dá bola, ou se maltrata a criança, de alguma maneira negligência a criança.

Assim, não há como fazer um desenvolvimento adequado na primeira infância se a família não estiver bem-informada nesse processo. Portanto, qualquer programa público tem que trabalhar a visita domiciliar, o envolvimento da família.

Vou falar com a experiência de oito anos como secretário de saúde estadual, de quem já teve gestão nacional, gestão como prefeito: não há nada melhor do que os programas de visita domiciliar. Não adianta ficar esperando a mãe procurar. Se uma mãe é pobre, é mal-informada, a vida dela é uma tragédia. E ficar esperando ela saber a quem procurar e em que momento tem que procurar, não. Tem que haver um repre-

sentante do Poder Público, capacitado, que vá à casa dela, no mínimo semanalmente, acompanhar, ver como está o desenvolvimento da criança, fazer a ponte com todas as políticas públicas, dar uma proteção integral àquela criança, mas sempre orientando e educando a família, envolvendo as competências familiares para cuidar melhor daquela criança.

Vamos adiante.

Esta é uma criança com três meses, que tem um programa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meu querido Senador – Senador! – Osmar Terra, deixe-me interrompê-lo, porque está chegando muita, muita gente para assistir ao nosso debate. Gostaríamos de informar que, aqui ao lado, no corredor, primeira porta, Sala 19, há um telão, e, neste momento, estamos transmitindo ao vivo para todo o Brasil.

Fiquem à vontade para assistir aos painelistas no telão.

V. Ex^a tem mais cinco minutos, Senador. Ele está gostando do Senador, ele disse!

O SR. OSMAR TERRA – Se eu tiver o País de cabo eleitoral, então, vai ser uma maravilha!

Esta é uma criança de três meses reagindo não ao que a mãe fala, mas à expressão do rosto, ao tom de voz e à posição corporal, à mímica corporal. Ela, na verdade, sente o que a mãe está sentindo. É um programa que ela tem. É um programa pronto que ela tem de perceber, de sentir o que a mãe sente. Se a vida dela depende em tudo daquela pessoa, quando a mãe faz essa cara de zangada ou de brava, a criança duplica os batimentos cardíacos. Ela entra em estresse.

Imaginem durante o dia, se houver negligência, o não cuidado com essa criança, a mãe zangada, brigando com essa criança, nem precisa bater, só o maltrato não físico a essa criança já causa um dano terrível. Ela tem que ter essa interação, tem que ter a segurança emocional para organizar as conexões na área emocional do cérebro e as conexões dessa região com a região racional.

Vamos adiante.

O padrão de estresse que teremos ao longo da vida é organizado na primeira infância. Aí vem a razão da questão da saúde. O Fraser Mustard, que é um dos maiores pesquisadores do mundo nessa área, da Universidade de Toronto, começou como médico pesquisador de risco cardíaco. Foi ele quem descobriu que o AAS, Moka, pode ser usado para prevenir infarto; que a aspirina, mesmo em pequenas quantidades, é um anticoagulante. Ela diminui a coagulação do sangue, a formação de trombos. Mas, pesquisando isso, descobriu que o maior risco para o problema cardíaco é o tipo de personalidade que a pessoa tem, o padrão

de estresse que ela tem. Se ela se estressa por qualquer coisa, está sempre com o coração disparado, está sempre em pânico, está sempre achando que o mundo vai acabar amanhã, tem um risco muito maior do que a pessoa que é calma, tranquila, enfrenta as dificuldades com tranquilidade.

Então, ele começou a pesquisar: “Bom, mas quando é que se forma esse padrão? Como é que duas pessoas, diante de um mesmo problema, reagem de formas muito diferentes? Quando é que isso se organiza no cérebro humano, na mente humana?” E aí chegou à primeira infância, passando a se dedicar só a estudos da primeira infância. Ele mostrou que esse padrão de estresse, a maneira como reagimos diante das dificuldades, organiza-se lá nos primeiros anos de vida.

Pode passar.

Uma cuidadora abusiva que não somente não brinca e interage menos com a sua criança também induz a um estado traumático de efeito negativo duradouro, porque ela não acalma a criança, não proporciona um consolo interativo. Os estados emocionais intensamente negativos da criança duram longos períodos de tempo. Isso tem uma consequência trágica. Não é só a questão de maltratar a criança. A negligência.

A criança tem um programa de sobrevivência. Ela depende daquela pessoa para alimentá-la, limpar o cocô, secar o xixi, trocar sua roupa quando está com frio. Ela depende de tudo. Dentro do programa de sobrevivência, quando a pessoa não faz isso, não dá atenção para a criança, soa um alarme. Esse alarme aumenta o estresse da criança, vai criando um padrão de estresse alterado e aumenta uma substância chamada cortisol. O cortisol, que é um dos hormônios liberados no estresse, é um destruidor de neurônios. A criança nasce sadia, com o cérebro inteirinho e terá lesões cerebrais, neurônios que vão desaparecer, conexões que vão desaparecer pelo cortisol elevado durante longo tempo.

Então, a negligência com a criança também causa um dano enorme, mesmo que o cuidador não sabia disso.

Vamos adiante.

O aumento de glicocorticóide induzido pelo estresse no período pós-natal imediato induz à morte neuronal nos centros afetivos – essa é uma pesquisa do Katon de 1989 –, criando um circuito límbico anormal. Límbico refere-se à parte emocional. O cérebro emocional é o sistema límbico. Cria também danos permanentes no direcionamento de emoções e canais adaptativos. Uma criança maltratada no início da vida é potencialmente um indivíduo muito agressivo e violento na idade adulta. E sem compaixão, e sem remorso, o que é mais sério.

Agora está estabelecido pela pesquisa que os fatores de estresse social provocados pelos cuidadores são mais deletérios a longo prazo do que os estímulos agressivos não sociais. Não é o fato de a criança ser pobre, não ter muito brinquedo em casa que faz com que ela não se desenvolva de maneira adequada. É quem cuida dela. Se ela for bem cuidada, mesmo não tendo brinquedo nenhum, se tiver uma mãe amorosa, que inventa brincadeiras, interage com ela, dá atenção a ela o tempo todo, ela se desenvolve bem. Se ela tiver todos os brinquedos do mundo, mas uma mãe e uma babá que nem olham nos olhos dela, não adianta; ela vai ter problemas para o resto da vida.

Vamos adiante.

Este é um trabalho do Tremblay, mostrando a agressão, as raízes da violência. As raízes da violência estão na primeira infância. O indivíduo violento não se torna violento na idade adulta. Ele já chega à escola, na primeira série do Ensino Fundamental, com todo o potencial de violência que ele terá futuramente. Isso acontece no início da vida. O período em que somos mais agressivos é aquele em que começamos a interagir socialmente, quando a criança ainda não tem o limite. Tudo é dela; a disputa do brinquedo, a disputa do espaço.

A criança tem um número de agressões por hora enorme. Se ela pesasse 100 quilos e andasse armada, seria uma chacina por dia em tudo que é lugar, em tudo que é creche. A sorte é que ela é pequeninha e não tem força; o soquinho dela não machuca tanto.

Mas vejam a curva de agressão que ocorre nos primeiros três anos de vida. Olhem o pico. Depois, com os cuidados, vai diminuindo essa agressividade. Há outro pico na adolescência. Esse, sim, dá registro policial; esse, sim, dá registro médico. Por isso que aparece muito mais, mas o período mais agressivo é no início da vida. E quanto mais e melhor cuidado ela tiver, menos violenta será.

Vamos adiante.

Esta é a curva do crime, mostrando que é no período da adolescência que se comete o maior número de crimes. Não é depois dos 30 anos de idade.

Vamos adiante.

Uma criança maltratada no início da vida terá problemas escolares, mais facilidade de usar drogas, álcool, de fazer sexo precocemente, de ser mais violenta, de ter depressão, desemprego e pobreza. Então, isso também tem um impacto social muito grande.

Vamos adiante.

É importante dizer que a agressividade é inata. Todos nós somos agressivos. Essa história do bom selvagem, só o Rousseau mesmo para acreditar que todo mundo nasce puro, bonzinho. Quem tem criança peque-

na sabe que não é assim. Na verdade, a sociedade é que civiliza, que torna a pessoa menos agressiva. São os cuidados que tornam a pessoa menos agressiva.

Vamos adiante.

Este olhar diz tudo. É o olhar sustentado da mãe. O cuidado da mãe, a atenção para a criança organiza o cérebro dessa criança para sempre.

Vamos adiante.

E o envolvimento da comunidade é extremamente importante. Não adianta só a família cuidar se não se dá bola para a criança fora de casa.

Pode passar.

Considerando-se as despesas com educação, assistência social, crimes, sistema prisional e ganhos salariais, para cada dólar investido em programas de cuidado precoce para crianças, economizam-se US\$7,16 até a idade de 27 anos e US\$12,90 até os 40 anos – esses números são resultado de um trabalho do Prêmio Nobel de Economia, James Heckman.

Vamos adiante.

Quanto mais diminui a velocidade de formação de novas conexões no cérebro, maior é custo dos programas sociais para terem algum resultado.

Vamos adiante.

Estas são crianças da Romênia, que foram muito mal cuidadas durante um período pelo governo de Ceausescu.

Vamos adiante.

Este aqui é o cérebro de uma criança romena, uma órfã da Romênia, e o de uma criança da Europa, bem cuidada. Vermelho e amarelo indicam maior atividade cerebral. Há verdadeiras lesões cerebrais – provavelmente pelo cortisol aumentado. Essa criança – isso aqui já é na adolescência – vai ter problemas pelo resto da vida.

Vamos adiante.

Este aqui é um cérebro. O que está em vermelho é lesão, está lesado no lobo frontal aqui. Este aqui é o cérebro de um indivíduo normal. Este aqui nunca matou ninguém; este aqui é um assassino múltiplo.

Vamos adiante.

Os programas e políticas têm de ser para todos, começando pelos mais pobres. Se não há dinheiro para todo mundo, começa-se com o pessoal que está abaixo da linha de pobreza.

Lá no Rio Grande do Sul, nós criamos um programa, que é o Primeira Infância Melhor. Hoje nós temos 100 mil crianças que são acompanhadas em casa semanalmente por visitantes especialmente treinados para isso – não são agentes comunitários de saúde. Cada visitante acompanha 25 famílias até a criança fazer seis anos. Ele vai orientando, educando a famí-

lia para cuidar melhor da sua criança. É um programa apoiado pela Unesco e por várias entidades.

Quero dizer, Senador Paim, que o Governo Tarso Genro continuou o programa, inclusive com o mesmo nome, uma prova de postura republicana, de preocupação com as crianças. É importante fazer este registro, porque é um programa que já entrou no terceiro governo. Normalmente, quando o governo muda, acabam com todos os programas. Lá no Rio Grande do Sul, esse programa já está no terceiro governo, e está com 100 mil crianças semanalmente acompanhadas em casa.

Vamos adiante.

Está sendo feita uma avaliação agora, por uma equipe do Heckman, sobre o impacto que essas crianças têm na escola, na parte cognitiva. Deve sair o resultado agora no início do ano.

São necessários incentivos também para a parceria público-privada. Empresas que adotam programas de primeira infância, creches e tal, têm de receber um incentivo para capilarizar, para aumentar a abrangência disso.

Mais alguma coisa?

Avaliação permanente. Tem de avaliar, tem de haver resultados, evidências de que está funcionando aquele jeito de atender.

Pode passar.

É isso aí. Então, acho que podemos trabalhar com políticas públicas. Temos de avançar na legislação do ECA, que é boa, mas temos de avançar mais com foco na primeira infância. Acho que, assim, produzimos impacto no resto todo. Não existe política social com maior impacto do que essa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o Deputado Osmar Terra, que é médico, foi Secretário da Saúde do Rio Grande do Sul, e coordena a Frente Parlamentar da Primeira Infância da Câmara dos Deputados.

Quero registrar mais uma vez que há uma sala aqui ao lado com um telão – não há cadeiras para todos os nossos convidados.

Prestigiam este evento – participam também de outras reuniões, motivo pelo qual muito lhes agradeço – o Senador Roberto Requião, Presidente da Comissão de Educação; Senador Jayme Campos, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais; e os Senadores Waldemir Moka, Lídice da Mata, Cyro Miranda, Benedito de Lira, Walter Pinheiro – S. Ex^a esteve aqui – e Inácio Arruda.

Passamos a palavra neste momento ao Sr. Bernardo Martino, cineasta e autor do documentário Lo-

czi, uma Casa onde Crescer – não vou pronunciar em francês, mas aqui diz que é da França.

Por favor, está com a palavra o Sr. Bernard Martino.

Muito bem, La Rochelle, França.

O SR. BERNARD MARTINO – (*Tradução simultânea.*)

Bom dia senhoras e senhores; bom dia Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de lhes falar desse filme que fiz em 1983 – ele vai projetar a palestra.

Esse foi um filme que fiz em 1983, numa época em que, pelo menos no meu país, o bebê era considerado, majoritariamente pelo conjunto de profissionais, com a exceção de alguns, como tubo digestivo que deveria ser alimentado, em horas fixas, e que isso bastava para a felicidade do bebê.

Esse filme teve por objetivo mostrar que o bebê não é um tubo digestivo, mas é uma pessoa. E a questão, então, vertiginosa, foi a de saber em que momento tem início a noção de pessoa. O bebê começa a ser uma pessoa no momento em que nasce? Será que ele já é uma pessoa no útero materno, quando ele acorda? E o corolário, pelo fato de ser uma pessoa, quando desperta a consciência, a consciência do mundo que o envolve, a consciência das grandes questões e as questões do que ele vai ser com as pessoas que estão à sua volta.

Quando começa essa consciência? Desse ponto de vista, eu ouvi o que foi dito pelos palestrantes e estou de acordo em muitas coisas. Mas eu diria que, na minha experiência, os pesquisadores em neurociência e os clínicos ficam correndo uns atrás dos outros e verificam as intuições dos clínicos, e os clínicos ficam contentes de ver que os neurocientistas estão confirmando um certo número de coisas que eles intuíram. Então, podem verificar a validade disso em suas clínicas.

Eu diria que a questão de se saber quando o bebê é uma pessoa é um pouco como a aposta de Pascal. Se vocês se lembram disso, é a ideia de dizer que, se você acredita em Deus, você aposta que Deus existe. Se Ele não existe, vocês não vão ter perdido muito, mas, se ele existe, vocês ganharam tempo.

O que eu acho criativo em termos de saúde mental, em termos de primeira infância é partir-se da ideia de que temos à nossa frente, sempre, em qualquer idade do bebê, uma pessoa capaz de interagir conosco, com o mundo que está à sua volta, que tem desejo de fazê-lo, que tem desejo de se comunicar e que quer interagir com os adultos. E esse desafio sempre vale a pena. Acredito que a melhor prova é quando se vai ao serviço de neonatologia, onde se vê bebês que dizem que ainda são fetos, porque eles não deve-

riam ter nascido ainda, e as pessoas que se ocupam desses prematuros extremos já têm consciência de que aquele bebê é capaz de compreender, de ouvir, de interagir no seu nível de desenvolvimento com os meios de que dispõem. Dessa forma, eles podem se relacionar conosco.

Desejar prevenir, desejar começar uma ação terapêutica, pensar no futuro desses bebês já é tratá-los como pessoa.

Quando partimos do princípio de que o bebê é uma pessoa, chegamos rapidamente a um ponto que tem consequências políticas consideráveis, e essa encruzilhada é: se eu tiver à minha frente uma pessoa incompetente, que depende completamente de mim, adulto, para tudo o que envolve seu desenvolvimento ou se eu tiver uma pessoa competente, isso quer dizer que não podemos fazer nada sem nos apoiarmos naquilo que eu, bebê, sei fazer, naquilo que estou pronto a fazer e no fato de que é preciso que me deixem fazer. Eu não dependo completamente, totalmente dos adultos à minha volta. Eu, bebê, tenho as minhas competências; eu tenho desejo de aprender o mundo muito precocemente, eu desejo interagir com o mundo, eu tenho desejo de aprender, não tenho realmente necessidade de que os adultos decidam em meu lugar, eu não preciso que os adultos me estimulem artificialmente; mas posso ter necessidade, ao contrário, que eles tenham tempo para ver e descobrir a pessoa que eu sou, aprender a pessoa que eu sou, confiar e mim, apoiar-se em mim para, eventualmente, modificar aquilo que não é funcional no meu meio imediato. E, como sou cineasta e acredito que não tenho muito tempo para falar e, como dizia McMahon, um político célebre no meu país, nós temos muita pressa, então, vamos devagar.

Não vou tentar contar muitas coisas, mas vou tentar mostrar imagens, principalmente vou lhes mostrar uma sequência que ilustra muito bem aquilo que estou tentando transmitir a vocês. Dizer que o bebê é uma pessoa é escrever em dois níveis: é questionar-se sobre a prevenção extremamente precoce e dizer que estamos num momento de extrema plasticidade das situações. Estamos em situação em que a menor intervenção, a intervenção mais insignificante decorre de uma espécie de osteopastia relacional, e não de uma reeducação funcional dos músculos e do corpo. Pode haver um impacto considerável no futuro da pequena pessoa que temos à nossa frente.

Eu gostaria de lhes mostrar um pediatra, o Dr. Maurice Titran, que encontrei nessa época, que fazia visita nos três primeiros dias na maternidade – Laurista pode confirmar isso. Era uma visita, em princípio, destinada a verificar se o bebê tinha todo o equipamento

neuroológico, se ele era um bebê bonitinho, correto, mas ele se dava conta de que isso era uma perda de tempo, porque 99,98% dos bebês iam muito bem, tinham todo o seu equipamento neurológico, e ele estava perdendo tempo fazendo esse exame.

Então, ele ia aos quartos com outra intenção, a de fazer o exame neurológico do bebê, mas ele tentava, nessa situação, ver o nível relacional ou uma coisa que não batia entre a mãe e a criança, que parasitava essa relação, que era necessária. As pessoas que reconheceram que era uma coisa fundamental a relação com a mãe.

Françoise Dolto, que era uma grande especialista francesa em matéria de psicanálise e de pediatria, dizia que um bebê passa nove meses na barriga da mãe e passa, depois, nove meses nos braços da mãe, no colo da mãe, para continuar, para terminar de crescer; um pouco a qualidade da relação que se estabelece entre mãe e criança, para que a criança continue a crescer depois.

Então, ele entrava nos quartos das mães, prestando muita atenção a tudo que poderia ser uma disfunção, sabendo que estávamos num momento extremamente sensível. Uma coisinha podia inverter o destino da criança.

Eu gostaria de mostrar um extrato do trabalho desse pediatra, Maurice Titran. Vou pedir que vocês vejam essas imagens em dois ângulos: no ângulo do trabalho de prevenção feito pelo pediatra nos três, quatro minutos que vou mostrar e também a evidência das competências desse bebê, evidência que faz com que o pediatra coopere com esse bebê, colabore com esse bebê, para tentar modificar o modo como a sua mãe o vê, como a mãe pensa o seu bebê e como a mãe o vivencia.

Esperando que toda essa tecnologia aqui vá funcionar, é um extrato muito curto, na maternidade de Roubaix, na cidade de Roubaix, na França.

Este bebê, para quem ainda não dávamos qualquer atenção, Maurice Titran percebe que ele tem a chave de tudo. É ele que tem o poder de nos dizer se alguma coisa não está funcionando ou se tudo está indo bem. É o bebê e somente o bebê que pode tranquilizar o médico sobre o seu estado de saúde e a mãe, quanto às suas competências de mãe. E, para isso, nós temos de escutá-lo de forma respeitosa. É preciso ter fé, acreditar na sua capacidade de compreender o mundo, o mundo que o envolve, a situação, a sua situação e os pais que tem.

Françoise Dolto foi a primeira pessoa que me disse que todas as crianças que nasciam deviam ser adotadas pelos seus próprios pais, na medida em que toda mulher sonhou com esse momento e quando ela,

na maternidade, mede, avalia a diferença entre o sonho que ela tinha, aquele bebê de sonho que ela esperava, e a criança real que ela tem, precisamos reconhecer que existem mães que têm uma grande decepção. É preciso reconhecer isso.

Estamos começando aqui. Então, vamos olhar para ele em conjunto, se vocês estiverem de acordo. Ele já abriu um pouco os seus olhinhos. Ele já olhou para a senhora? Vamos ver aqui. Ele vai abrir os olhinhos. Ah! É difícil isso! Um sorrisinho! Vamos abrir os olhinhos bem devagarzinho. A pálpebra está um pouquinho coladinha, a da direita. Isso acontece logo depois do nascimento. “Como é que foi o parto?” “Foi doloroso, mas tudo se passou bem”. “Por que, foi muito rápido?” “Não, mas eu achei que o bebê seria maior. Eu acho o bebê pequenininho”. “Como ele se chama?” “Alexandre”. “Alexandre? Um bonito nome”. “Que efeito faz ter dois meninos?” “Bom, temos que aceitar”. “A senhora tinha uma menininha?” “Eu teria preferido uma menininha”. “Antes do nascimento a senhora não sabia?” “Sim, eu sabia que era um menino”. “Ah, já tinham dito para a senhora. Então me conta como foi a ecografia”. “Eles perguntaram se eu queria saber, e aí eu fiquei um pouco decepcionada quando disseram que era... Fiquei um pouco deprimida. Eu vi que meu marido tinha que fazer tudo em casa. Eu tinha vontade de ter uma menina e, então, saber que era outro menino, realmente, por 20 minutos, eu tive uma grande decepção. Aquele mundo, aquele sonho veio abaixo”. Há mães que dizem: “Foi como se eu tivesse perdido a minha filhinha. Era como um luto”.

E aí é preciso renascer um pouco a partir dessa grande decepção. Essa decepção é bastante importante. “É, foi bastante difícil”. “Mas, a partir dessa decepção muito difícil, aos pouquinhos, você vai integrá-lo”. “Isso, no início, foi difícil. Eu levei uns três dias para aceitar que era um menino mesmo”. “Mas veja só que lindo bebê que a senhora fez com toda a coragem. Que bela mamãe, que boa mamãe, que grande qualidade! Tem cinco horas esse bebezinho. Ele se chama Wesley. Ele é muito bonito. Vamos levantar a sua cabecinha, meu menino. Mamãe foi muito corajosa. Ah, olha só, os olhinhos estão se abrindo. Wesley!”

Depois que esse luto pôde ser mencionado, os olhos se abrem, os olhares se cruzam. Já podemos ver aqui uma história de amor entre vocês dois. É uma história muito bonita, Sr^a Sarah.

Wesley, abra os olhinhos, Wesley! Vamos! (*Palmas.*)

O que eu quis lhes dizer com esse pequeno trecho é que, quando podemos filmar esse tipo de imagem e tentar refletir sobre aquilo que estamos assistindo, nós nos engajamos em alguma coisa que é

fundamentalmente política, ou seja, o que vamos fazer com isso? Em primeiro lugar, na minha experiência, vamos encontrar resistências consideráveis, ou seja, vai haver muitas pessoas, principalmente profissionais e os grandes mandarins da medicina que vão negar isso e dizer: “Estamos aqui, isso aqui é uma coisinha infantil, é uma fantasia, isso não faz sentido, isso não existe”. As pessoas não vão querer se engajar nisso.

Eu me lembro que, quando acompanhei a consulta de Maurice Titran – e fiz assim durante vários dias; nesse gênero de visita, imagino que é a mesma coisa –, havia todo um grupo de estudantes de medicina em volta do professor, que seguia a visita. Assisti a várias das suas magníficas visitas – considero-as magníficas. É muito bom vê-las. Cada vez eu me virava para os estudantes pensando que iríamos compartilhar pelo olhar a magia daquilo que tínhamos visto, daquilo que havia ocorrido, e víamos estudantes que nem tinham escutado, que não estavam absolutamente interessados, porque para eles não havia nada de médico, não havia um estetoscópio, não havia agulhas, não havia um exame neurológico ou físico, não havia acontecido nada. “Vamos para o quarto seguinte”.

Esse é um problema verdadeiro e muito real. Quando estamos nesse aspecto de considerar o bebê como uma pessoa, situamo-nos numa coisa infinitesimal no nível do que é prevenção, do que é tomar conta, do que é ocupar-se, do que é uma intervenção psicossocial.

Eu me lembro, só para lhes dar uma ideia, da diferença entre o sistema mediático-político, para ser um pouco caricatural, do que é importante no campo da primeira infância.

Em 1994, pude entrar na Escola Ortogênica, em Chicago, que é dirigida por Bruno Bettelheim. Havia crianças extremamente doentes, mais gravemente atingidas sob o ponto de vista de doenças mentais, autistas, psicóticos etc.. Bettelheim não queria nos dizer o que essas crianças tinham, mas ele nos dava algumas indicações sobre a gravidade do estado delas. Num certo momento, ele nos fala de uma menina que tinha sido trazida por seus pais a Chicago, vinda não sei de onde – da Califórnia, talvez. Eles tinham parado o avião porque ela berrava muito. Tinham feito uma escala porque as pessoas não aguentavam no avião. Sua mãe tinha relações episódicas com diferentes homens, e um dos homens que tinha encontrado a assassinou a facadas. Essa menina ficou durante três dias banhada no sangue da sua mãe, na cama da mãe. Foi encontrada por outras pessoas depois de três dias. Eu, neste momento, pensei: “Bom, ela é incurável”. Bettelheim me disse: “Não, ela não é incurável, porque sua mãe a amava”.

Então, estamos com registros completamente diferentes. Eu era como todo mundo. Via o lado espetacular da coisa, da cena, o sangue, o contexto. Mas a realidade era: “Não. O que podemos trabalhar? No que podemos nos apoiar para termos uma oportunidade, uma chance de trazer essa menina de volta à vida?” Mesmo muito brevemente, mesmo por um tempo que a menina não se lembraria, que seria coberto pela amnésia infantil, alguma coisa essencial havia se passado entra a menina e a mãe: era o amor.

Lembro-me que Bettelheim escreveu um livro chamado *O Amor não é o Bastante*. Depois, quando nós nos confrontamos com essa ideia de que o bebê é uma pessoa, tornamo-nos, em algum momento, o advogado desse bebê. E encontramos numa situação de dever resistir, em seu nome, às pressões que o mundo dos adultos opera sobre ele, especialmente em relação a uma questão fundamental: o não respeito do ritmo do bebê, do tempo do bebê.

Com muita frequência, no mundo onde vivemos, damos ao bebê o tempo que nos resta. Esse tempo dedicamos ao bebê. E vivemos num mundo que é cada vez mais rápido, cada vez mais exigente. Evidentemente, no mundo onde vivemos, é o bebê que incomoda, porque economizamos o tempo no bebê; tentamos recuperar o tempo que nos está faltando no tempo que deveríamos nos dedicar ao bebê. E esta é uma grande questão para se dizer: “Não, o desenvolvimento psicomotor do bebê não pode ser infinitamente comprimido. O tempo que ele precisa é o tempo que devemos consagrar a ele”.

É preciso que todos estejamos extremamente conscientes de que se não consagrarmos esse tempo, ele vai ter problemas. Vão existir disfunções. Vamos pagar por isso coletivamente, socialmente e em termos de violência; violência contra si mesmo, violência contra os outros, contra terceiros. É como um buraco na camada de ozônio. Vamos fazer um buraco na camada de ozônio se não dermos às crianças o respeito que lhes é devido.

É preciso não confundir o respeito que é devido a uma criança com o fato de satisfazer os caprichos da criança. Deve-se avaliar a realidade das suas necessidades primárias para crescer e, especialmente, a questão do tempo que é preciso; compreender que o tempo da maternidade não pode ser encurtado, não podemos acelerar o aprendizado, reduzindo o tempo da maternidade, se não, vamos pagar em termos de problemas compulsivos, em termos de dislexia, de disfasia, em termos de problemas alimentares, de problemas de sono, de problemas de comportamento, Esse será o preço a ser pago.

A realidade das coisas é essa.

Não desejo falar, nem me estender muito. Eu não conseguiria, de qualquer modo, dizer tudo o que eu gostaria, mas é verdade que, em relação a tudo o que realmente descobri como homem, como cineasta, eu não tinha essa ideia de que o bebê era uma pessoa. Mas, depois de um certo número de meses, perguntei-me: “Será que existe no mundo um local onde a ideia de que o bebê é uma pessoa não seja uma coisa no ar? Um pouco, vamos dizer, *hare krishna, hare krishna*, o bebê é uma pessoa, o bebê é uma pessoa!” Não, não estamos no modo de uma encantação. Existe um local onde existe uma realidade tangível, concreta, praticada pelos profissionais que envolvem esse bebê.

Foi aí que descobri um local que se chama Instituto Pickler, em Budapeste, na Hungria, a 9 mil quilômetros daqui, que batizamos com o nome de “pequena rua”.

Esse local era um orfanato, uma creche. Ela foi, durante muitos e muitos anos, uma creche para bebês incrível, porque conseguiram constantemente cuidar das crianças, que desconfiavam que eram órfãos abandonados pelos seus pais, colocados lá por decisões judiciais, ou seja, crianças que, no resto do mundo e no resto das instituições, onde se ocupam esse tipo de criança, são sistematicamente crianças que fracassam.

Eu me lembro de encontrar a diretora de uma creche francesa, que me dizia: “O meu terror, de manhã, quando acordo e tomo o café, é abrir o jornal, porque são todos meus antigos pupilos que estão lá nas colunas”.

E esse fracasso existe em tudo que é local. Há essa balança em carências terríveis. Essas crianças têm sequelas dessas carências afetivas que não conseguimos vencer. E, nesse local específico, em Budapeste, eles conseguem. Como conseguem? Graças a uma aposta feita por uma mulher, pediatra, que não era uma especialista na infância marginalizada, a Dra^a Pickler, que começou os seus estudos depois da Guerra de 1914 a 1918, que foi uma matança. Ela começou a trabalhar com a infância e a aprender o seu ofício no contexto de uma época em que todo mundo se dizia: “Nunca mais! Nunca mais essa mortandade, nunca mais esse horror, nunca mais essa carnificina!” Queriam dizer: “Vamos mudar o futuro das crianças que vão nascer, fazer com que elas não sejam mais a replicação constante dessa violência. Isso deve começar já!”

Como pediatra, numa cidade, ela fez uma coisa que na época, anos 1930, era absolutamente alucinante. Ela já tinha a noção de que o bebê era uma pessoa e ela fazia uma coisa bastante extravagante como prática clínica. Ela ia as casas e trabalhava com os pais para ver os bebês. Ela convidava-os a ver os bebês de outro modo, a compreendê-los de outro modo, a ima-

giná-los de outro modo, a ter uma relação com eles e, principalmente no plano de desenvolvimento funcional e psicomotor, ela convidava os pais a observar mais os bebês, a intervir muito menos e a aprender com o bebê quais eram as suas necessidades.

Dizem-me que só tenho um minuto.

Quando ela teve a responsabilidade dessa creche que vocês chamam de abrigo, ela se apoiou nessa noção que tinha do bebê e disse: “O bebê que chega aqui é psiquicamente, mentalmente, em algum ponto dessa situação, traumatizado, mesmo os pequeninos, mesmo vindo diretamente da maternidade, pela violência, pelo abandono, pelas violências sexuais. Eles estão nessa situação. O que posso fazer para que ele relaxe, para que ele volte a ter o uso de suas mãos e para que retomem a curiosidade de aprender o mundo à sua volta? É preciso fazer alguma coisa, é preciso investir na qualidade dos cuidados corporais dessas crianças precisam. Um investimento gigantesco na relação”.

A seguir, uma aposta absolutamente audaciosa, que consiste pensar que uma criança intensamente nutrida pela qualidade de cuidados que recebeu vai ser suficientemente nutrida – se eu for para o interior –, para ter o desejo de continuar, sozinha, a explorar o mundo à sua volta, os brinquedos à sua disposição, o seu meio ambiente; e que ela vai permitir à cuidadora que se ocupe intensamente também. Ela vai consagrar a exclusividade da relação com a cuidadora.

Ela estabeleceu isto: que os cuidados dessas crianças repousavam nessa ida e vinda da atividade, que ela chamava de atividade livre, motricidade livre, e a qualidade, a intensidade dos cuidados. Assim, as crianças cresciam, a criança se desenvolvia como ser humano e, aos pouquinhos, no seu ritmo, tornava-se capaz de entrar em relação com os outros, de se reinteressar pelo mundo ao seu redor.

Na minha experiência, porque encontrei muitas crianças que tinham passado períodos rápidos, um ano, dois ou três anos, pelo Instituto Pickler, elas tinham capacidade de viver uma vida normal, equilibrada. Havia crianças que eles não abandonavam; havia maridos e mulheres de quem eles não se divorciavam. Havia um trabalho que não perdiam, e, certamente, vocês ouviram falar desse conceito de resiliência.

Maurice Slivnick, que é um francês, falou um pouco disso, dessa capacidade um pouco misteriosa que as crianças têm de, num destino completamente adverso, conseguir superar isso.

Miraculosamente, a resiliência não tem nada de miraculoso. Eu diria mesmo, hoje, com minha experiência, que o Instituto Pickler é uma usina de criação de resiliência. Ele fabrica resiliência, repetidamente.

Eu vou parar por aqui, simplesmente esperando que os políticos, tomadores de decisões, aqui presentes, tenham ouvido um pouco da minha mensagem, da mensagem que estou tentando transmitir, e que eles tenham êxito nesse trabalho tão difícil de operar a ida e a vinda entre o grande marco jurídico macro, que é preciso criar no nível legislativo legal, e esse trabalho infinitesimal no terreno, sem o qual não existe um futuro para essas crianças.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o Sr. Bernard Martino, cineasta e autor do documentário “Loczy, uma casa onde crescer”, de La Rochelle, França.

Nós passaremos a palavra, neste momento, à Sr^a Jaqueline Wendland, psicóloga, clínica, psicoterapeuta no serviço de psiquiatria da criança e do adolescente do Grupo Hospitalar Pitié, Paris, França.

Estou dando o tempo de quinze minutos mais cinco, mas naturalmente com a tolerância necessária. Em média, estão falando 30 minutos.

A SR^a JAQUELINE WENDLAND – Bom dia a todos. É com muito prazer, com muito orgulho que uma brasileira que mora, há muitos anos, há quase 20 anos, na França, vem fazer uma apresentação nesta Casa tão importante do meu País natal.

E o tema é também muito importante: a gravidez, esse período perinatal e a influência que ele pode ter na saúde física e mental da mãe e do bebê. Esse é o tema que me pediram para desenvolver nesta palestra.

Pode passar, por favor.

Eu ia começar esta minha apresentação, falando da maternidade, que é um lugar muito especial, muito particular, com algumas reflexões sobre a maternidade.

É um lugar de nascimento, de vida, mas também, deve-se lembrar, um lugar de morte possível ou morte real. As pessoas passam lá, em geral, poucas horas, mas são momentos únicos, extremamente densos e importantes do ponto de vista existencial.

É um lugar de separação, mas também é um lugar de estabelecimento de laços fortes, de entrelaçamento para toda a vida. O que começa numa maternidade é para toda a vida.

É um lugar de passagem, é um lugar de transmissão, é um lugar de aprendizagem. Pode-se dizer, então, que é um lugar, ao mesmo tempo, singular e universal. Em todas as culturas, há alguma coisa parecida com uma maternidade.

Pode passar. Pode passar, por favor.

Essa foto mostra bem como essa ocasião do nascimento de uma criança pode ser uma formidável oportunidade para intervenção e prevenção.

Vocês estão vendo aí o pai, a mãe e o bebê, e a gente pode sentir, nos olhares, no rosto desses dois pais, como eles querem fazer o bem para essa criança.

Quando a gente bota no mundo uma criança, em geral se tem a esperança de poder fazer o melhor por ela, senão a gente não faz filho. A gente não tem filho, se não pensa que se pode fazer ao menos tão bem quanto os nossos pais fizeram, se não melhor – se não a gente não faz filho. As pessoas não têm filhos nesse caso.

Pode passar.

Então, o nascimento e o acesso à parentalidade, o fato de se tornarem pais é, ao mesmo tempo, na verdade, uma situação de fragilidade. É uma crise, uma crise existencial para todos os pais, os novos pais principalmente, primeiros pais. E também é uma ocasião de mobilização, uma abertura propícia para intervir, uma etapa crítica, mas ao mesmo tempo uma excelente oportunidade para nós, profissionais da perinatalidade, da primeira infância.

O que eu queria dizer também é que, na verdade, se pensarmos um pouco, nada na vida é comparável com a gravidez. Não há nada que seja comparável à gravidez, ao parto, ao fato de dar a vida a um novo ser humano. É algo extremamente mágico e único. Não existe nada na vida parecido com isso. É sempre, na verdade, um acontecimento extraordinário que vai reativar, vai atualizar a problemática mais antiga do homem, ou seja, a sua própria sobrevivência e a continuidade da espécie. Pessoas que não podem ter filhos se sentem cortadas, impedidas nessa transmissão.

Eu queria também dizer que, hoje, muitos pais vivem esse momento de acesso à parentalidade como uma crise ainda mais complicada, porque há uma mudança de valores. Não se sabe mais qual é o papel da mãe, o papel do pai, não há mais modelos. Os laços de filiação são confusos também: quem é a mãe? Quem é o pai? Famílias recompostas, decompostas. Enfim, é complicado.

E mais uma última observação, a título de introdução.

Temos visto famílias cada vez mais isoladas, também mais pequenas. Eu sei que aqui no Brasil também as famílias tendem a ter menos filhos. Às vezes só se tem uma geração, não se tem mais os avós, não se tem mais toda aquela rede social familiar em torno dos novos pais. Famílias monoparentais também, mães ou pais que criam sozinhos os filhos com falta também de apoio familiar e social a esses jovens pais.

Pode passar, por favor.

Nesse período perinatal, o que vamos observar?

Vai haver um diálogo entre competências do bebê – já vimos as duas apresentações precedentes.

O bebê já vem ao mundo com competências. Ele sabe interagir, ele não é cego, ele ouve, ele tem um apetite, podemos assim dizer, para interagir com o adulto. Ele nasce programado para isso. E os pais também têm algumas ideias sobre o que é ser pai, e eles têm algumas competências. Talvez já cuidaram de outras crianças ou já tiveram outros filhos também.

Vai haver, então, um diálogo entre competências do bebê e competências parentais. Do diálogo dessas primeiras interações vai depender, de um lado, o desenvolvimento do bebê, que vai ser determinado por essas primeiras interações, e, de outro lado, teremos a evolução do processo de parentalidade, porque não se tornam pais na maternidade. Enfim, é uma longa história que se tem que aprender durante anos. Com a evolução da criança, evolui também a parentalidade dos pais.

Então, podemos deduzir disso que não há como separar o cuidado de pais e de bebês. Deve-se cuidar junto. Não se pode fazer nada com o bebê sozinho e também não adianta receber os pais sozinhos, sem o bebê. Não temos muito como ajudar. Temos que trabalhar com eles juntos.

Pode passar.

Só uma foto aqui para mostrar o que é esse encontro de competências da mãe e do bebê. Um bebê competente com uma mãe competente também e, sem dúvida, contente por ser mãe.

Pode passar.

Eu queria falar um pouquinho da gravidez do ponto de vista psicológico.

Existem muitas teorias sobre as fases da gravidez, o que se prepara durante a gravidez. Eu a resumi em quatro períodos: um período de ruptura, um período de mudanças, um período de adaptação, um período de preparação.

Da concepção até as doze semanas de gravidez, o que a mulher, e o homem que vai ser pai, o que eles vivem? Eles vão viver uma ruptura com a vida do passado. Quando a mulher fica sabendo que está grávida, ela não é mais a mesma. Já há uma ruptura com a vida passada dela. Ela vai ter questões urgentes no presente para resolver. Ficar ou não com o bebê? O que é que eu vou fazer? Como é que vou me organizar para acolher esse bebê? E vai haver dúvida também para o futuro. Na verdade, o passado é mais passado ainda, o presente é urgente e, para o futuro, há dúvidas: como é que vou fazer, como é que vai ser a minha vida, será que vou ser uma boa mãe?

Todas essas questões, um monte de dúvidas vai invadir o pensamento dos futuros pais.

Depois de passado o primeiro trimestre, de 12 a 20 semanas mais ou menos de gravidez, vai haver

um período de ajustamento, de adaptações a essas mudanças. É um período relativamente calmo para as futuras mães que já não têm mais aqueles enjôos, as náuseas. No segundo trimestre da gravidez, observa-se um ajustamento do ponto de vista também biológico; um período relativamente calmo.

Já de 20 a 32 semanas de gravidez, o bebê está bem. A partir da metade da gravidez, já há os movimentos fetais, o bebê já é praticamente viável, ou seja, se ele nasce mesmo muito prematuro, ele já pode sobreviver. Então, a mãe e o pai vão focalizar, começar realmente a focalizar energia na tarefa de gerar esse bebê, de imaginar que realmente ele vai chegar, que ele é bem real. Já se tem consciência já do corpo do bebê como separado de si próprio, separado da mãe.

E das 32 semanas de gravidez até o nascimento, existe um período de adaptação, de preparação, e os pais vão pensar no futuro concretamente, ou seja, no parto, na vida com o bebê.

Pode passar.

Esse *slide* mostra o desenho de uma mulher grávida, que vai passar de criança, filha, mulher e mãe. Todos os estados. O estatuto da pessoa.

Pode passar, por favor.

Como o tema aqui é prevenção e intervenção, ligado com a gravidez, vale a pena lembrar que, na verdade, um bebê não espera. O bebê não tem como esperar. O desenvolvimento dele, como já foi mostrado pelo colega, Deputado Osmar Terra, é muito rápido. Não há como esperar. Deve-se agir o mais cedo possível. Prevenir quer dizer, desde o início, desde a gravidez.

A noção de tempo é muito diferente com o bebê. Ele não é uma criança de seis anos, de dez anos. Para um bebê, uma semana, um mês é muito tempo, e eu diria também que é muito tempo na vida dos jovens pais, para pais que estão com dificuldades com um bebê. Um bebê que não dorme, por exemplo, um bebê que não come. É muito difícil ficar semanas esperando que haja alguma solução. É muito difícil. Os pais vão deprimir-se, vão ficar com um problema sério se não acharem, rapidamente, uma solução.

O que se pode fazer, é claro, é agir o mais cedo possível, para que não tenham, para que não se instalem sintomas na criança de maneira durável. Quanto mais cedo se age, menos tempo os problemas também vão ficar no desenvolvimento da criança.

E o que se sabe também é que as dificuldades que aparecem numa criança mais tarde, em geral, já apareciam nas primeiras interações. Uma criança, por exemplo, que vai desenvolver um problema de sono, um problema de dificuldade na escola, de fobias, muito frequentemente esses problemas já eram observáveis na interação pais/bebês.

Pode passar, por favor.

Porque a maioria dos problemas e distúrbios psicopatológicos, problemas de desenvolvimento têm origem precoce. Isso aí não precisa provar. Todo mundo sabe.

O que se sabe também, como já foi dito pelo colega ao lado, Osmar Terra, é que o desenvolvimento e o funcionamento do bebê e dos pais, também no período perinatal, é muito maleável. E, quanto mais cedo, mais fácil de se trabalhar, porque as coisas não estão consolidadas. Então, pode-se concluir que nesse período não há fronteira entre prevenção e intervenção. Estamos sempre fazendo os dois.

Pode passar, por favor.

A formação dos profissionais que trabalham em maternidades e em centros de saúde, quando veem os primeiros sinais de dificuldade nos pais, isso é uma coisa fundamental. Na verdade, são esses agentes, que estão mais próximos dos pais no período perinatal, que devem ser os mais bem formados.

Temos que considerar que todas as crianças não nascem com a mesma bagagem. Algumas serão mais vulneráveis que outras, na presença dos mesmos fatores de risco. Não é a mesma criança, por exemplo, que nasceu prematura, numa família monoparental, só com uma mãe, mãe solteira. Ela também tem suas próprias forças, pontos positivos e dificuldades. E existe esse fenômeno que chamamos – e já foi falado – de resiliência, ou seja, algumas crianças vão se dar bem, apesar dos fatores de risco aos quais foram expostas, e outras não.

É muito importante também identificar as forças de cada família, de cada criança, porque, na verdade, não é só apontar para dificuldades e problemas. Não é isso que vai nos fazer avançar.

Pode passar. Próximo, por favor.

Gostaria de falar um pouquinho dos efeitos do pré-natal sobre o pós-natal, efeitos da gravidez, do que a mulher vive na gravidez.

Na verdade, desde a antiguidade, em todas as culturas, o homem sempre soube, de maneira um pouco intuitiva, não era científica na época, que os estados emocionais, que a saúde física da mulher grávida poderia ter repercussões para ela e para o futuro bebê. Isso sempre se soube, na verdade. Hipócrates, 400 anos antes de Cristo, já falava isso. Agora, sabe-se, com os estudos mostrados pelo Osmar Terra, que existe essa plasticidade no desenvolvimento infantil, que começa desde muito cedo, tanto para melhor quanto para pior, quer dizer, tudo é aberto no início da vida.

Hoje, temos estudos longitudinais que comprovam os efeitos independentes, a longo termo, na criança, da

depressão, da ansiedade materna, do estresse durante a gravidez, do uso do tabaco, do álcool.

Pode passar, por favor.

Resumi, aqui, alguns dados. Por exemplo, o consumo de substâncias de risco, como álcool, tabaco, drogas, além dos riscos obstétricos, neonatais, que são bem conhecidos, como o risco de aborto, de atraso do crescimento fetal, de morte fetal, de prematuridade, a síndrome de alcoolismo fetal, os problemas de comportamento, de aprendizagem, de regulação emocional. Isso tudo já se conhece hoje, e há vários estudos em andamento – inclusive, faço um desses estudos em Paris.

Por exemplo, um estudo que fizemos com 126 mulheres que moram em Paris mostrava que um terço delas havia consumido álcool durante a gravidez e um quinto fumava, ou seja, 20% dessas mulheres fumavam. Vejam que são mulheres de primeiro mundo, morando em Paris, sabendo perfeitamente os riscos que estavam fazendo correr seus filhos.

O que mostramos também é que quanto mais elevado o nível de estresse da mulher menor é o peso da criança, menor é o tamanho da criança e também, quando ela nasce, o perímetro craniano do recém-nascido. E mais curta é a gravidez. Esse foi um estudo feito com 560 mulheres, e todos os resultados são significativos, ou seja, mulher estressada é uma ótima candidata a ser mãe de um prematuro e de uma criança menor, ou seja, ela vai nascer com menos condição física.

Queria também dizer que mulheres, mesmo que não tenham muito risco psicossocial, vivem, em média, cinco eventos de vida estressantes a cada trimestre da gravidez. Fizemos um estudo com 91 mulheres que não tinham nenhum fator de risco psicossocial e, apesar disso, elas viviam, em média, cinco acontecimentos ou eventos de vida estressante durante a gravidez.

Pode passar.

Ou seja, mulheres grávidas não devem beber. Veja o tipo de propaganda. Inclusive encontrei uma brasileira.

Apesar de ser cerveja não alcoólica, acho que é uma foto chocante. Sinceramente. Mulher grávida não deve chegar perto de bebida, porque uma pessoa que já estava acostumada a beber cerveja não vai beber cerveja sem álcool. Então, é zero álcool.

Você pode passar o próximo.

Aqui são só umas fotos da síndrome de alcoolismo fetal.

Pode passar mais um.

Esse é o símbolo que foi incluído nas garrafas de bebida alcoólica na França, depois de muita luta. Inclusive, Maurice Titran, esse médico sobre quem o Bernard Martino estava comentando, o pediatra, lutou muito para que se incluisse esse logotipo nas garrafas

de álcool na França, onde o *lobby* do vinho – vocês imaginem – é extremamente forte. Mas se conseguiu recentemente que todas as garrafas tivessem esse símbolo para dizer: durante a gravidez é zero álcool. O símbolo é esse, zero álcool.

Pode passar, por favor.

Um outro problema importante é a depressão.

Pode passar, por favor.

Durante a gravidez tem uma taxa até mais elevada, entre 12 a 20% de mães são deprimidas durante a gravidez, e 10 a 15% depois do nascimento. Tem que se dizer também que é uma realidade dificilmente admitida pela mãe, pela família e pelos profissionais. Porque, como é que pode, acaba de ter um bebê lindo, saudável, planejado, e está deprimida. Como é que pode? É inaceitável.

Eu também queria sublinhar que, na verdade, foi por causa dos efeitos nocivos para a criança que se fizeram muitos estudos sobre a depressão pós-parto, a depressão pós-natal. Na verdade, com as mães que sofriam ninguém se preocupava muito. Quando vimos que o bebê tinha problemas de aprendizagem, enfim, de depressão, aí é que nos interessamos pela depressão materna, que sempre existiu.

Pode passar, por favor.

Aqui é um resuminho, não sei se vou ter tempo ainda para detalhar. Todos os efeitos de desregulação fisiológica, neurocomportamental da depressão.

Pode passar o próximo, por favor.

Assim deveria ser uma mulher grávida, hoje, ou seja, *relax and enjoy*, ou seja, calma.

Eu queria só mostrar rapidamente um estudo brasileiro que fiz antes de ir para a França numa favela em Porto Alegre. O ponto de partida desse projeto, que foi feito no início dos anos 1990, era promover as interações precoces, o apego seguro, as competências maternas e prevenir as dificuldades nas relações e negligência e maus tratos.

Pode passar, por favor.

Nessa época não existia nenhum estudo de intervenção precoce, controlado, científico, feito no Brasil. E nós escolhemos trabalhar com uma população desfavorecida, de Porto Alegre, com uma metodologia que poderia ser utilizada em larga escala. Teria que ser de baixo custo e de fácil aplicação.

Pode passar, por favor.

Nós fizemos dois vídeos, que mostrávamos na universidade para as mães que tinham ganhado bebê, dois a três dias após o nascimento. Um vídeo onde mostrávamos as competências do recém nascido e discutíamos com a mãe e um vídeo sobre saúde e cuidados básicos. Ou seja, queríamos comparar uma intervenção centrada na interação e uma intervenção

centrada em cuidados pediátricos, ou seja, para não fazermos simplesmente intervenção *versus* nada, porque aí não sabemos se foi a intervenção mesmo que fez o efeito ou simplesmente o fato de ter recebido uma intervenção, não importa qual delas.

Pode passar, por favor.

Então, isso aqui são só os dados da amostra, desse estudo, 36 díades, mães jovens, mas não menores de idade, 22 anos, com pouca escolaridade, sem histórico de problemas de saúde. E com crianças a termo.

Pode passar, por favor.

Mostramos – só botei algumas fotos –, as competências visuais, auditivas do bebê.

Pode passar.

Tipos de choro, modos de consolar o bebê. É tudo baseado na teoria do Brazelton, que muitos aqui conhecem. É um pediatra americano.

Pode passar.

Vou ser muito rápida. Os estados de vigilância do bebê. E no grupo controle falávamos de aleitamento, nutrição.

As fotos estão assim porque eu as tirei do filme em movimento.

Pode passar.

Troca de fraldas. O que fazer para prevenir assaduras etc..

Pode passar, por favor.

E o calendário de vacinas, que muitas mulheres não conheciam. Além de outras coisas. Estou resumindo bastante.

Pode passar, por favor.

O que vimos é que havia diferenças muito grandes. Há uma parte que está em francês. As mães em azul são as mães do grupo experimental, ou seja, elas apresentam, em vários comportamentos maternos, resultados bem melhores. Há muito mais interações no face a face, elas estimulam mais, elas interpretam muito mais o comportamento do bebê, respondem mais, falam mais. Em praticamente todos os comportamentos, vemos resultados positivos.

Pode passar o próximo.

Aqui vemos o comportamento do bebê. É interessante porque não pensávamos que os próprios bebês... Por exemplo, esses bebês estavam mais em estado calmo e alerta, enquanto os bebês do grupo controle estavam sempre dormindo, quando nós os filmamos em casa. E eles olhavam muito menos também para a mãe deles e vocalizavam menos. Isto aqui é simplesmente um mês depois da intervenção. Crianças de um mês. Acabei não especificando.

Depois da intervenção na maternidade, crianças recém-nascidas já têm um comportamento completamente diferente nas interações precoces.

Pode passar, por favor.

Aqui são sequências também de interação: a mãe vocaliza, o bebê vocaliza; a mãe sorri, o bebê vocaliza.

Vê-se que há diferenças significativas em todos esses comportamentos de sequências harmoniosas. Na verdade, jogo livre com crianças muito pequenas.

Pode passar.

As mães do outro grupo tinham tendência a ignorar as vocalizações das crianças, a ignorar o choro, a ignorar quando a criança estava com sono. A mãe estimulava etc..

Pode passar.

Só para resumir, os bebês do grupo experimental eram percebidos como muito mais competentes, quando fizemos a entrevista com as mães. As mães atribuíam um valor muito mais legítimo aos comportamentos do bebê, ou seja, o bebê sorri de verdade, o bebê está falando de verdade. Não é simplesmente ele fazer “hã”. Na verdade, as mães davam valor a todo comportamento interativo do bebê, enquanto as mães do grupo controle tinham tendência a duvidar, a se surpreender. Ficavam céticas e diziam: “Não, esse menino não está sorrindo. O bebê não sorri. Não está me vendo”. Na verdade, com um mês ninguém vê nada. O bebê não vê ainda de maneira clara.

Enfim, elas tinham expectativas muito irrealistas sobre o comportamento do bebê.

As mães do grupo experimental tinham menos dificuldades nos cuidados básicos, na compreensão do bebê; tinham um sentimento elevado de competência materna e muito mais prazer na relação com a criança pelo simples fato de conhecerem as competências precoces do bebê. Ou seja, uma mãe que se sente competente tem um bebê competente e vice-versa.

Pode passar o outro, por favor.

Um exemplo de uma mãe do grupo controle que vai dizer: “Estou ansiosa para ver esse bebê começar a enxergar, fazer coisas diferentes, mas ainda está longe disso. Talvez quando ele tiver três ou quatro meses. Por enquanto não tem nada para fazer com ela. Ela dorme o tempo todo ou, então, ela está ali, deitada, esperando para mamar”. Percebemos a pobreza das interações e das expectativas da mãe também.

Pode passar o outro, por favor.

Dá para duvidar que esse bebê vê, enxerga? Não. É um recém-nascido com poucas horas de vida. É óbvio que ele tem competência para interagir e para ver.

Pode passar o último. Acho que já estou no fim do meu tempo.

Eu só queria mostrar essa última frase de uma mamãe do grupo experimental. Ela disse – palavras dela – o que resumiu perfeitamente o nosso objetivo nesse estudo feito em Porto Alegre: “Essa foi uma ex-

periência muito boa para mim. Apreendi muito, porque, quanto mais a gente fica com o bebê, a gente se olha, estimula, mais esperto ele fica, mais ele se apegando a gente. Se tu estimulas, dá atenção para ele, o bebê fica mais esperto e feliz, porque, se a gente larga o bebê ali, só deitado, se a gente não dá atenção, ele fica uma criança parada, uma criança triste”. Ou seja, ela tinha entendido tudo: o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social.

Pode passar o último, por favor. Pode apertar mais uma foto também.

Vejam uma família típica de hoje, feliz.

Muito obrigada pela atenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr^a Jaqueline Wendland, Psicóloga Clínica e Psicoterapeuta no Serviço de Psiquiatria da Criança e do Adolescente do Grupo Hospitalar Pitié, Paris, França).

Nossos cumprimentos.

Vamos agora à nossa última painelist.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Senador!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sei que quebra, mas há uma pergunta muito em cima da fala dela. É possível fazê-la?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sabe que aqui nesta Comissão os Senadores é que mandam.

V. Ex^a está com a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Muito em cima. Por que, em nenhum momento, falou-se em amamentação?

A SR^a JAQUELINE WENDLAND – Eu falei em amamentação?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Por que não falou?

A SR^a JAQUELINE WENDLAND – Sim, sim, fala-se nos vídeos. A pergunta é com relação aos vídeos que mostramos às mães na maternidade?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Não. Na sua fala, a amamentação é como se fosse ainda parte da gestação; a relação mãe e filho com ou sem amamentação.

A SR^a JAQUELINE WENDLAND – Amamentação é óbvio que é uma coisa importante. Eu não sei se eu estou entendendo bem a sua questão. É uma coisa importantíssima.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Então, está bom.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Talvez, porque elas desenvolveram por temas. Cada uma tratou de um tema específico aqui.

A SR^a JAQUELINE WENDLAND – É. A amamentação é obviamente uma oportunidade para o vínculo afetivo e também para o benefício físico da criança; e para a mãe também é bom amamentar. Não é só para o bebê. Não é só uma questão de sacrifício da mãe para o bebê. Eu acho que a mãe ganha também amamentando. O útero volta à forma anterior mais rapidamente. Por exemplo, quando se amamenta, a mãe perde peso também mais facilmente depois do parto. E para o bebê são óbvios os benefícios do aleitamento materno. Isso não tem que ser mais demonstrado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr^a Jaqueline. Só quero informar que foi dividido o tema para cada painelistas. O da Dr^a Jaqueline, por exemplo, é a influência da experiência da gravidez sobre a saúde física e mental da mãe e do bebê. Ela desenvolveu seu raciocínio nesse campo. A amamentação – entendo a pergunta do Senador Cristovam – está incluída no conjunto da obra desse painel, com certeza.

Vamos passar a palavra agora à Dr^a Monique Bydlowski – faço aqui um chiado, fica mais ou menos e vamos lá! É médica psiquiatra do Laboratório de Pesquisa da Maternidade de Cochin, hospital Tarnier, também França.

O tema dela é a mulher grávida, os riscos psicopatológicos e as implicações à saúde da criança.

Você tem o tempo de quinze com mais cinco, mas com mais dez, como foi dado para todos, que dá mais ou menos 30 minutos.

A SR^a MONIQUE BYDLOWSKI – Srs. Senadores, Srs. Deputados, senhoras e senhores, antes de começar, eu gostaria de dizer uma palavra: sou diretora de pesquisa no Instituto Nacional da Saúde e da Pesquisa Médica na França e gostaria de dizer como estou emocionada de ouvir aqui que os trabalhos cujas bases científicas estamos desenvolvendo na modesta obscuridade da pesquisa estão agora tendo lugar no campo político. Acredito que essa é uma data extremamente importante.

Eu gostaria de falar aqui da depressão materna, porque esse é um fator etiológico, de estudo para o desenvolvimento da criança pequena. Gostaria de ter traduzida a minha intervenção em português, porque tornam as coisas muito mais inteligíveis.

A depressão materna é um problema de saúde pública universal; universal porque os trabalhos de Cox, que são aqui mostrados, são convalidados na maior parte dos países do mundo. É um problema universal de saúde e que, com grande frequência, não é visto nas

triagens. Digo aqui que de dez a quinze das puérperas sofrem com isso e provavelmente mais, porque se as condições socioeconômicas são más e se a mulher é sozinha, se ela não tem um companheiro, a probabilidade de depressão materna sobe facilmente a 20%.

Os trabalhos de Lynne Murray, que trabalhou depois de Cox, na Inglaterra, mostraram que 25% dos bebês expostos à depressão materna têm risco de distúrbios afetivos cognitivos posteriores, problemas de vínculo e, no mínimo, problemas de inadaptação escolar. Ou seja, os problemas são grandes, o desafio é grande.

Se fizermos uma simulação, veremos que em uma maternidade que, digamos, haja dois mil nascimentos, há uma previsão de pelos menos 60 recém-nascidos em risco. Essa variável é, em geral, negligenciada.

O objetivo da triagem, evidentemente, é verificar os casos difíceis e garantir um vínculo mãe/bebê harmonioso.

Os elementos teóricos que apoiam o nosso trabalho é que a maternidade ensaja um trabalho psíquico intenso e que os eventos traumáticos do passado voltam ao pré-consciente.

Mas o trabalho de prevenção que deve ser feito na gravidez antes do nascimento é grandemente facilitado pela transparência psíquica particular de todas as mulheres durante a gestação e também pela preocupação da matéria primária, que foi descrita por Winnicott, nas semanas que seguem ao nascimento.

Próximo.

Antes do nascimento, existem episódios depressivos pré-natais, mas, na verdade, a depressão antes do nascimento expressa-se sobretudo no modo médico, seja por somatizações, seja por queixas. As mulheres fazem muitas queixas aos obstetras, que nem sempre as ouvem. Elas têm ameaças de pré-maturidade e contrações uterinas, acidentes vasculares e menos por distocias no momento do parto, com risco de óbito da criança.

Todos esses sinais médicos permitem temer o surgimento posterior da depressão e impõe um trabalho de prevenção.

A seguir, a depressão instala-se, realmente, completamente, na quinta ou sexta semana após o parto. E eu insisto no fato de que essas depressões pós-natais passam-se em geral sem ser percebidas e, muitas vezes, só são detectadas muito mais tarde pelo pediatra, face aos problemas da criança: problemas menores, problemas funcionais, gritos, choro excessivo, distúrbios do sono, da alimentação, mas que mostram que há alguma disfunção entre a mãe e o bebê.

A detecção materna é difícil porque as mães jovens têm muita reticência, sobretudo no Ocidente. As

mães que desejaram essa criança têm problema em dizer que tiveram uma decepção; queixam-se de cansaço, de lentidão, de detectar dificuldade de interação, têm medo de ser má mãe ou, às vezes, é o contrário: tem uma hipervigilância e sobre-estimulação do bebê.

Em todos os casos, esses sinais são inquietantes. Eles devem chamar a atenção dos profissionais. O quadro torna-se típico à altura da sexta à oitava semana. A evolução é tórpida e pode durar um ano, se o ambiente da mulher, se as pessoas em volta não se alarmarem.

O diagnóstico pode ser estabelecido em um questionário, do qual praticamente todas as maternidades, todos os centros de consulta pós-natal dispõem.

Como compreender o efeito negativo? O mal-estar da mulher repercute na frequência e na qualidade das interações precoces que esta mãe vai desenvolver com seu filho. Na verdade, é uma empatia materna. Esse valor que é necessário para sentir os estados emocionais do bebê está alterado.

Quando a mãe está deprimida, esse processo de empatia, que contribui para humanizar essa criança que nasceu, não se instala.

Como compreender esse efeito negativo no nível experimental? Isso foi demonstrado pelos pesquisadores de Boston, Edward Tronick, em particular, que modelou, no laboratório, esse desfuncionamento interativo entre mãe e filho, pela prova que ele chamou *Still Face*, em 1984. Ele mostrou o retraimento experimental do bebê nessa prova, em que pedimos à mãe para dissimular uma depressão, um desinteresse pela criança, e vemos a criança se retraindo na interação. Em primeiro lugar, ele tenta reanima a mãe, e aí se retrai face ao rosto da sua mãe deprimida. E os fatores agravantes são a precariedade social, a solidão, a ausência de família, o companheiro, mas também a idealização do nascimento pelas pessoas próximas e o não reconhecimento dessa depressão. Existem outros fatores evidentemente: a prematuridade, a hospitalização do bebê e os antecedentes de morte fetal, em que há luto não resolvido.

A prevenção é um trabalho essencial. Eu gostaria de insistir no fato de que é muito mais fácil prevenir o surgimento da depressão durante a gestação do que tratar a depressão depois do nascimento, porque, depois do nascimento, os distúrbios funcionais estão em primeiro plano, e é muito mais difícil convencer a mãe de que ela deve se cuidar.

Trabalho recente na Suíça mostrou, em um grupo de risco, a eficácia preventiva durante a gestação, em quatro entrevistas psicanalíticas, de uma população exposta ao risco.

Esses são tipos de trabalhos muito otimistas e que nos estimulam a nos ocupar e a procurar a detecção materna antes do nascimento. E isso nos estimula a nos ocupar dessas mulheres muito precocemente, até mesmo antes do parto.

Se interviermos mais tarde, quando a depressão já estiver instalada, o tratamento é uma urgência; uma urgência para prevenirmos mais distúrbios funcionais na criança.

A dificuldade está na resistência de as jovens mães consultarem, e como elas não podem, isso é um triunfo das visitas em domicílio, que estamos desenvolvendo muito nos últimos anos na França e que permite ocupar-se de um número muito grande de famílias para um tratamento muito eficaz. Esse tratamento é evidentemente relativo. Nós o chamamos de psicoterapia mãe/bebê, mas eu acredito que se trata mais de requalificar estatisticamente a jovem mãe, de mostrar que ela é capaz de cuidar bem do seu filho e novamente lhe dar uma boa imagem de si própria.

Outros eventos negativos que podem ocorrer no pós-parto são acidentes psíquicos agudos, que chamamos de psicose puerperal. É um acidente raro e espetacular. Acreditamos que exista um a cada quatro mil nascimentos, e isso ocorre por volta do décimo dia. Um quadro psiquiátrico de confusão, de agitação.

Eu gostaria de insistir no fato de que não existe uma correlação entre a necessidade clínica psiquiátrica nos sintomas e o prognóstico. A cura muitas vezes é simples, se o vínculo com o bebê for mantido. O tratamento da psicose puerperal é a manutenção do vínculo interativo entre mãe e bebê.

Infelizmente, durante muito tempo, tivemos o infanticídio nesses casos de psicose aguda e tínhamos a tendência de separar mãe e filho. Sabemos hoje que é o contrário: é preciso mantê-los juntos, e o tratamento ideal é a hospitalização conjunta mãe/bebê em unidade especializada.

Um outro caso sobre o qual eu gostaria de falar são as compensações agudas durante a gestação. A gestação pode ser um fator de descompensação para psicoses crônicas, estados esquizofrênicos, que, às vezes, não foram detectados antes da maternidade e que são descompensados pela gestação.

Existem também situações psicopatológicas que chamamos de estados-limites ou *borderline*, em inglês, que são muito frequentes. Podemos falar no caso de maternidades de adolescentes, e são situações que se descompensam com muita facilidade no caso de uma gravidez.

Em todos os casos, eu gostaria de insistir que existe um caso particular, o chamado *blues*, que é o estado emocional de 80% das puérperas. Ele não é

realmente uma patologia, mas, para terminar, eu gostaria de mostrar um quadro do pintor Guido da Siena, que para mim é significativo da depressão materna.

Vemos que esse pintor do final da Idade Média tinha entendido já muito bem as coisas, porque mostra Maria, após o nascimento do menino Jesus, que dá as costas ao menino, que não se interessa por ele. A explicação teológica, sobretudo em países ortodoxos, diz que a mãe dá as costas ao menino Jesus porque ela sabe que ele vai ter um fim funesto.

Mas podemos ver que, aqui, é a representação de um verdadeiro estado depressivo como vemos na clínica seguidamente.

Insisto, mais uma vez, que isso deve ser detectado.

Muito obrigada por sua atenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Essa foi a Dr^a Monique Bydlowski, médica psiquiatra do Laboratório de Pesquisa da Maternidade Cochin, do hospital Tarnier, Paris.

Nesse momento, vamos ouvir os nossos Senadores.

Passarei a palavra, em primeiro lugar, ao nosso Senador Waldemir Mok, que é médico e é um Senador da República que tem nos ajudado muito aqui na Comissão em inúmeros temas, mas na saúde, naturalmente, dando um brilho especial.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS)

– Inicialmente, Senador Paim, eu gostaria de cumprimentar por essa iniciativa. Estou no meu nono mandato consecutivo, meu caro amigo Deputado Osmar Terra.

Embora com minha formação acadêmica de médico, eu nunca tinha ouvido nada tão completo a respeito desse que, sem dúvida nenhuma, na minha avaliação, é um tema muito importante.

Eu quero cumprimentar a Dr^a Jaqueline, a Dr^a Monique, o Dr. Bernard.

Fico pensando: se pudéssemos fazer com que palestras como essas se multiplicassem, sobretudo para as mães, nas creches, nas escolas, porque é impressionante!

Vou citar o Dr. Bernard, que relatou muito claramente. É uma questão que explica muita coisa. Por que determinadas crianças têm toda uma estrutura física – estou falando do lado material, naturalmente –, são crianças bem-nascidas, mas que não têm o cuidado, não têm o carinho, a alegria da mãe? E aí realmente tornam-se pessoas com deficiência afetiva, distúrbios de comportamento. Entretanto, há crianças, às vezes, muito mais pobres, mas que tiveram o carinho e a atenção da mãe ou das pessoas que cuidaram dela. Essas crianças se tornam pessoas mais nobres, com

sentimentos mais nobres, com muito mais condição de vencer na vida.

Eu acho que esta palestra demonstra exatamente isso, e o pior: como nós estamos longe dessa realidade no nosso País. É isso o que chama a atenção.

Acho que o Senado, a partir desta audiência pública, Senador Paim, deveria constituir pessoas que pudessem realmente atentar para a legislação no sentido da importância desse tema, sobretudo começar já, durante a gravidez e nos três, quatro primeiros meses de vida.

Nós sabemos da formação do sistema nervoso central. O quanto são importantes os três primeiros anos. Não há nada mais covarde, na minha avaliação, do que você limitar uma pessoa, nos seus três, quatro primeiros anos de vida, quando ela é completamente indefesa. Não há nenhum ato mais covarde do que este: limitar uma pessoa ao que potencialmente ela poderia ser. E você vai limitá-la sem que haja nada para defendê-la, a não ser a atenção da mãe ou daquelas pessoas que cuidam dela.

Eu fiquei muito sensibilizado. Perdi apenas uma pequena parte da exposição da Dr^a Jaqueline, mas ouvi com muita atenção.

Meu querido amigo Osmar Terra, eu sei que V. Ex^a se dedica ao seu mandato, mas, hoje, apesar da convivência, surpreendi-me com sua palestra e com tudo aquilo que está envolvido.

Não tenho nenhuma pergunta, apenas o encaminhamento desta audiência pública. Que não deixemos morrer esta audiência pública, mas que possamos nos juntar à Frente Parlamentar da Primeira Infância – e quero me colocar à disposição do Deputado Osmar Terra – para aquilo que, agora, concretamente, nós podemos fazer em termos de legislação, que é o que o Senado pode fazer. Como fazer com que palestras como esta, que iniciativas como esta cheguem realmente às pessoas.

Tenho certeza, meu caro Osmar Terra, Dr^a Jaqueline, Dr^a Monique e Dr. Bernardo, que, por mais simples que possam ser, por menor que seja o poder de aprendizagem que possam ter, uma palestra como essa vai mudar o comportamento principalmente das mães e das pessoas que cuidam dessas crianças.

Agradeço muito e fico feliz pelo privilégio de ter ouvido pessoas que conhecem tanto e que podem transmitir isso.

Fico pensando: com a formação de médico, pois já dei aula de fisiologia na universidade, o pouco conhecimento que tenho a respeito de uma questão tão importante para a formação das próximas gerações, para um mundo melhor e para uma sociedade melhor...

Parabéns a todos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Waldemir Moka, que fez uma homenagem aos painelistas, em nome, tenho certeza, de todos nós, Senadores.

A Dr^a Monique já queria dialogar com V. Ex^a.

Dr^a Monique com a palavra.

A SR^a MONIQUE BYDLOWSKI – O senhor fez uma pergunta sobre o aleitamento materno, e eu gostaria de responder.

Bom, foi feita uma pergunta...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Não fui eu, mas acho importante que a senhora responda.

A SR^a MONIQUE BYDLOWSKI – A amamentação, evidentemente, é uma coisa extremamente importante, sobretudo nos meios extremamente precários, porque o aleitamento é a base da vida, a vida alimentar da criança. Se não há um leite artificial, a criança que não é amamentada corre risco de morrer.

Nos meios mais favorecidos, podemos dizer que temos escolhas, porque fabricam-se, hoje, leites artificiais com características praticamente do leite materno. Mas o que a amamentação permite é um vínculo físico muito estreito entre a mãe e o bebê. E eu acredito que é o principal valor, a psicodinâmica, eu diria, da amamentação.

Na França – isto já foi dito –, todas as mães amamentam por cerca de uma ou duas, 80% ou 90% amamentam por uma ou duas semanas, mas o nível cai para 30% depois de três ou quatro meses.

Não é muito grave se sabemos que, mesmo com a mamadeira, podemos também ter uma relação sensorial, multissensorial, corporal, entre a mãe e o bebê.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Dr. Bernardo também queria fazer um comentário. Dr. Bernardo.

A SR^a MONIQUE BYDLOWSKI – Eu gostaria apenas de dizer que me sensibilizei muito com sua reação, sua generosidade e sua abertura de espírito, Sr. Senador. Fique muito tocada por encontrar pessoas como o senhor. É um grande prazer. E isso me dá uma justificativa para ter viajado nove mil quilômetros para vir aqui. E gostaria, mesmo que a pergunta não tenha sido feita, de responder.

Acredito que um perigo, um erro estratégico é a tendência a querer que as crianças paguem pelos erros que nós, adultos, cometemos.

Existe uma coisa desse tipo que hoje em dia está ocorrendo na França, que é muito perniciosa, e que é, sob pretexto de prevenção, querer detectar as crianças em risco no último ano do jardim de infância,

antes de começar a escola primária. Com o pretexto de prevenção, dizem: “Esses aqui vão bem, esses aqui vão mais ou menos e esses aqui estão realmente em risco”. E quando me indigno com essa rotulação, dizem-me: “Mas é prevenção; é um caso de prevenir”.

Não. Para nós, que já pensamos e refletimos sobre essas questões e que trabalhamos nisso, a verdadeira prevenção é que, no último ano do jardim, não há nada mais para detectar. É preciso, antes, criar as condições para que as crianças tenham sido suficientemente nutridas, protegidas, envolvidas pelas relações que tiveram, uma relação de qualidade, para que cheguem no momento do aprendizado prontas para as aquisições.

Outro dia, estive num hospital psiquiátrico, onde estão tentando tratar crianças já há alguns anos. O problema é que uma dessas equipes que trabalhavam num desses locais tinham como objetivo recolocar crianças de cinco ou seis anos não na situação de aprender, mas de saber sentar-se em uma cadeira e colocar as mãos em cima da mesa, porque estavam num tal estado de desorganização psíquica que eram absolutamente incapazes. Não tinham condições de aprender.

Então, chegamos numa situação tão desorganizada que essas crianças de cinco ou seis anos estão completamente...

Brazelton, de quem já falamos – a Monique já falou nessa experiência da *Still Face*, da face parada –, falava muito da noção de envelope, de contenção, procurada pela mãe. Eu lhe perguntei: “Brazelton, o que acontece quando esse envelope está ausente?” Alguém que tinha muita empatia, que amava muito bebê, dizia: “O bebê vai para todos os sentidos”.

Um dia eu encontrei educadores que se ocupavam de adolescentes que estavam numa instituição que era a última etapa antes da prisão. O modo como eles falavam do trabalho que tinham que fazer como última chance para esses adolescentes se organizarem era exatamente nos mesmos termos: tentar conter esses adolescentes para que eles não partissem, não se fossem para tudo que era lado.

Mas quando um bebê de centenas de gramas ou de alguns quilos se espalha para todos os lados, é grave para ele em termos de sofrimento mental ou psíquico, mas ainda dá para lidar. Agora, quando se trata de um adolescente de um metro e noventa e de oitenta ou noventa quilos, quando se tem que contê-lo, o problema é completamente diferente. Eu gostaria de dizer isto e de também, mais uma vez, agradecer-lhe pela sua reação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Eu vou querer que a Senadora Lídice da Mata também faça a sua fala. Em seguida, também volta para a Mesa a Dr^a Monique, que também gostaria de fazer uma consideração.

Vamos assegurar a palavra à Senadora Lídice da Mata. E aí os nossos convidados respondem em bloco aos questionamentos.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Muito obrigado, Senador Paim.

Eu gostaria muito, até porque sou autora do requerimento da audiência pública que começa nesta Comissão, às 14h, e vou ter que estar presente para ouvir o Ministro.

Eu também, como o Senador Moka, fiquei bastante impactada pela qualidade das interferências desta audiência pública, que se completavam umas com as outras. As informações iam se completando e fechando um círculo de conhecimento que nos permite, a partir daí, pensar, como também disse o Senador Moka, de que maneira o Senado pode contribuir mais, seja na busca de uma legislação, seja na sugestão e no acompanhamento de políticas públicas de atenção à criança.

A experiência do Deputado Osmar Terra como Secretário foi uma experiência de destaque – eu creio que concentra o essencial no atendimento à criança –, essa ideia de haver não apenas o agente comunitário, mas um agente voltado para o atendimento da mãe nessa fase imediata após o parto.

Acho que essa é uma experiência que devemos pensar como disseminar para o conjunto do País. Eu conheço pouco isso. Tive experiência como Prefeita. Tivemos oportunidade de nos voltar a um atendimento específico na primeira infância, mas não com esse nível de detalhamento que, creio, permite ao Estado contribuir significativamente para a vida das crianças, principalmente daquelas que moram ou que têm uma situação de risco social pela renda de suas famílias. Então, essa é uma questão.

Como membro da Comissão da Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente, não apenas voltada para a questão da adolescência, embora também muito preocupada com ela, como mulher, já me interessava e já trabalho com essa questão da maternidade há algum tempo. No Brasil, especificamente, iniciei um trabalho, quando Vereadora ainda, sobre mortalidade materna. Graças a Deus, estamos conseguindo avançar mais. Depois, na prefeitura, também atuei muito na área do combate à mortalidade infantil, neonatal.

Também me chamou muito a atenção, embora eu tivesse que me afastar um pouco, pressionada pelos representantes da Justiça no meu Estado, a questão da depressão durante a maternidade e pós-parto, da importância desse tratamento. Eu creio que essa é uma coisa também muitíssimo importante para pensarmos em termos de políticas públicas, porque, como foi destacado pela Dr^a Jaqueline, que falou do ponto de vista de mulher, nós começamos a ser vistas nessa condição da depressão pela relação que temos com o filho. Mas ainda bem que existe alguma razão para que sejamos vistas, enxergadas. Isso tem um desdobramento muito importante para a vida e para a saúde da criança.

Tudo isso me traz uma outra preocupação, Senador Moka, que são as crianças. Eu vivo hoje me envolvendo com a discussão da adoção, de como é extremamente importante para as crianças que não têm a proteção da mãe ou da família os cuidados nessa área neste período: a primeira infância, os ambientes em que ficam durante a espera pela adoção, a importância para os pais adotivos desse tipo de informação e para esta política que hoje a Presidente Dilma anuncia de creches para o Brasil, de nós termos creches em condições adequadas para dar o atendimento às crianças nessa fase da primeira infância.

O Brasil, infelizmente, tem a cultura de pensar a política de cima para baixo. Nós começamos com a educação de nível superior até chegar à educação básica, na área de educação. No cuidado com a saúde, também não é diferente. Nós começamos com o pensamento voltado para aquelas doenças que matam mais os adultos até chegarmos ao combate da mortalidade neonatal e, finalmente, ao cuidado com a primeira infância. Mas, mesmo que tardiamente, que nós possamos chegar à preocupação e às ações nessa área.

Então, quero parabenizar todos e colocar-me absolutamente à disposição do Deputado Osmar Terra na Frente da Primeira Infância e também perguntar a todos: de que forma vocês entendem que nós podemos contribuir como Senado da República brasileira?

Obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senadora Lídice de Mata.

Nós vamos encaminhar da seguinte forma neste momento: cada convidado terá o tempo de cinco minutos para responder a algum questionamento e fazer as suas considerações finais.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, quero só registrar a presença da Prof. Claudia

Siqueira, Diretora do Instituto Sidarta, que nos ajudou a organizar o evento.

Meus cumprimentos, porque foi um belo evento. (Palmas.)

A doutora merece os nossos aplausos.

Cumprimento o Dr. Laurista Corrêa Filho, pediatra, neonatologista, especialista em Saúde da Mulher e da Criança pela Universidade de Paris; a Dr^a Cristina Werner, Diretora da Associação de Terapia Familiar do Estado do Rio de Janeiro; o Prof. Jairo Werner Junior, psiquiatra da infância e da adolescência, Doutor em Saúde Mental pela Unicamp e Professor de Psiquiatria Infantil da Universidade Federal Fluminense e Universidade Estadual do Rio de Janeiro; o Dr. Vital Didonet, representante da Rede Nacional Primeira Infância; e, ainda, a Sr^a Angelica Goulart, membro da Fundação Xuxa Meneghel.

Passo a palavra, neste momento, à Dr^a Jaqueline para fazer suas considerações finais e para responder a alguns questionamentos.

Quero só dizer ao nosso querido Senador Moka que a sua proposta já estamos aqui acertando e que vamos conversar muito para fazer uma frente parlamentar mista – Câmara e Senado –, incluindo todos os Senadores, sob a coordenação do Deputado Osmar Terra. No início, eu dizia que ele era quase Senador, e, agora, ele vai coordenar inclusive os Senadores a partir desta audiência pública.

O SR. OSMAR TERRA (PMDB – RS) – Estou gravando tudo para usar na campanha. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Dr^a Jaqueline com a palavra.

A SR^a JAQUELINE WENDLAND – Obrigada.

Eu agradeço também esta oportunidade de ter podido utilizar esta tribuna tão honrada, tão importante do País, para poder falar um pouco do meu trabalho, inclusive de coisas que fiz no Brasil antes de morar na França.

Eu gostaria talvez de ressaltar dois pontos – houve perguntas sobre o que fazer. Eu teria duas sugestões. Uma seria realmente investir muito na formação de profissionais, porque eu acho que a base é formar as pessoas. Por exemplo, se você fala em abertura de creches, que nessas creches trabalhem pessoas muito bem formadas, porque, em geral, colocam-se pessoas sem nenhuma formação, inclusive em outros países – não falo exclusivamente do Brasil. Às vezes, as pessoas que estão em contato direto com os bebês, com as crianças pequenas são aquelas que têm menos formação, como se, para cuidar de criança pequena,

do bebê, não fosse necessária formação nenhuma. Em geral, coloca-se um profissional que tem uma graduação universitária e muitos – dez, quinze, vinte, trinta – que não têm formação nenhuma, sobretudo formação específica sobre desenvolvimento normal e patológico da criança pequena. Quer dizer, a pessoa tem que conhecer o que é o desenvolvimento normal e o que é o desenvolvimento quando há dificuldades, porque, se a pessoa não sabe identificar sinais de problemas, sintomas, não tem como ajudar a criança, não tem como orientar os pais, por exemplo, para procurar ajuda.

Então, acho que essa é uma coisa essencial. Falou-se em educação, então vamos educar e formar sobretudo esses que vão trabalhar com crianças pequenas, com bebês, com pais, por exemplo, na detecção de depressão.

Se a pessoa não conhece os sinais, vai passar pela maternidade, vai sair dela – o tempo que se passa na maternidade é cada vez mais curto, às vezes, são 24 horas, dois dias –, e essa oportunidade, essa janela de intervenção foi perdida. Passadas as 48 horas, já não se vê mais essa mãe. Ela está perdida na natureza, voltou e se perdeu a ocasião.

Por isso, o pessoal que trabalha em maternidade, em centros de saúde que recebem crianças de zero a seis anos tem que ser extremamente bem-formado.

Outra noção que gostaria de trazer para o debate, que não foi ainda evocada, é a questão da promoção de saúde e de ensinar também o que é saúde, promoção de saúde. Em geral, os professores, enfim, os formadores falam muito de problemas. Eu sei disso, porque fiz um curso de psicologia, aprendi muito sobre psicopatologia e não tive nem curso sobre saúde mental, por exemplo. Eu só tive cursos sobre doenças mentais. Eu só tive aula de reconhecimento de sintomas, tratamento, cura, enfim, só ouvi falar de identificação de problemas, dificuldades, sintomas, doenças.

Eu gostaria de falar que temos que promover o conhecimento do que é política de saúde, ou seja, o que é uma criança normal, o que é uma mãe que vai bem. Isso é tão importante quanto conhecer a doença, quanto conhecer o sintoma, na verdade. Isso deveria acontecer, talvez, também em nível universitário. As formações do pessoal do qual falei teriam de também incluir políticas e conhecimentos sobre saúde, sobre normalidade, porque é complicado tentar dizer o que estamos buscando se não aprendermos sobre o que é a normalidade, a saúde, o bem-estar. Só ouvimos

falar, em geral, de sintomas e doenças em todas as formações, sejam médicos, psicólogos ou outros.

Essa é a minha mensagem resumida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr^a Jaqueline.

Muito obrigado. Brilhante palestra.

Quero registrar também a presença da Dr^a Lilia-ne Penello, Psicóloga e Coordenadora da Estratégia Brasileirinhos e Brasileirinhas Saudáveis, e também da Sr^a Márcia Barr, representante da Oscip Valor Cultural, da qual ela é Presidenta.

Passamos a palavra de imediato ao Dr. Bernard.

O SR. BERNARD MARTINO (*Tradução simultânea.*) – Muito obrigado.

Eu estou extremamente contente com a intervenção anterior, que me dá ocasião de falar de alguma coisa que eu não pude abordar antes devido à falta de tempo, mas que é extremamente importante. Efetivamente, trata-se da questão de uma política de criação de creches.

Eu ouvi dizer ontem que há muitas mães adolescentes, muito jovens neste País. Se entendi bem, são uma proporção extremamente importante. E me parece evidentemente ser fundamental que, se crianças de 12 anos são mães neste País, como, às vezes, no nosso, é absolutamente essencial lhes dar um apoio sob a forma de um local onde seu filho possa ser cuidado, para que num outro lugar elas possam continuar ou acabar de ser criança. Uma criança de doze anos, mesmo se ela é mãe, ainda é uma criança e tem o direito de viver a sua infância o mais longamente possível.

Aí se levantam algumas questões que, para mim, parecem fundamentais. Estou completamente de acordo com o que a Jaqueline disse sobre a importância da formação. A formação, em termos de creches ou de abrigos, como vocês dizem, é uma continuidade. Isso começa na escola de puericultura. Qual é o paradigma? O que ensinamos como imagem da criança e como imagem do trabalho que deve ser feito como puericultores com a criança?

Ainda existe muito a ideia de que aquele bebê ou a criancinha com quem vamos lidar como profissionais é fundamentalmente incompetente, e o que nós, profissionais, temos que fazer é estimulá-los a participar de jogos, animar o seu universo para que ele cresça.

Tudo isso tem que ser revisto, porque, no espírito de Pickler, volto a isso, é importante para um adulto escutar o que a criança tem a dizer e é importante para a criança observar aquilo que faz.

Myriam David, que é pedopsiquiatra, diz que o agir para a criança equivale à escuta para o adulto. Tudo que ela faz está no agir. É nesse nível que precisamos nos dirigir à criança. O que é uma resposta ao agir da criança é a observação, observação do que ela é, observação do que ela faz. E responder nesse nível, colocando à disposição do bebê aquilo de que ele necessita para continuar a sua atividade é outro modo de considerar o profissionalismo, ou seja, intervir muito menos e observar muito mais.

E, observando muito mais – eu vivi isto como observador e como cineasta no Instituto Pickler, em Budapeste –, nós fomos proibidos de tocar as crianças, de estabelecer relação com as crianças. Essa situação é paradoxal e um pouco difícil de se viver, não poder entrar em relação, mas existe uma relação de outra qualidade. O olhar que você dá à criança muda. Em vez de se fazer aquelas coisinhas que todos os adultos fazem – risadinhas, inhini, unhunhu etc. –, tudo fica no olhar. E atribuímos muito mais valor ao que a criança produz, ao que a criança mostra de si própria.

Existem muitas coisas que devem ser repensadas no que se refere ao ensino dado às puericultoras, às educadoras, às cuidadoras.

Existe uma outra coisa que é muito, muito fundamental no meu ponto de vista para acompanhar uma política de creches, que é convidar os profissionais a tomar muita atenção para não desqualificar as mães. Isso é muito tentador, sobretudo se a mãe tem 12, 13, 15 anos. Tentem colocar-se no lugar dela. Por meio desse trabalho magnífico que vamos fazer com o seu bebê, nós vamos mandar de volta para ela uma sensação de grande incompetência. E os profissionais dessas creches, que vão ser abertas, devem prestar muita atenção para não substituir a mãe e dar muita atenção no lugar da mãe.

Um erro muito comum é acreditar – uma visão um pouco dos anos 1960 e 19668, um pouco de escoteiro, um pouco Baden Powell –, dizer que basta colocar uma criança pequena num grupo onde há crianças que tudo vai funcionar bem, que tudo vai ser magnífico, que ela vai se socializar, que vai aprender com os outros.

A verdade, a verdade clínica, a verdade do terreno é que a socialização de uma criança passa por um adulto, e é somente num segundo momento que ela pode encontrar outras crianças.

Uma criança pode ficar perdida num grupo, uma criança pode sofrer num grupo. E os profissionais devem estar extremamente vigilantes ao sofrimento. Se

houver o isolamento da criança, o grupo vai ser mortal para ela.

As creches são muito importantes. Acredito que se existe essa taxa de mães e pais jovens no nosso País, essa situação ainda é muito mais importante, mas é verdade que é extremamente importante saber o que esses profissionais vão fazer com esses pais e mães e com essas crianças. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Muito obrigado.

Esse foi o Sr. Bernard que fez a sua exposição e as suas considerações finais.

Vamos passar de imediato à Dr^a Monique.

A SR^a MONIQUE BYDLOWSKI – Tenho muita honra de ter recebido a palavra e gostaria de fazer duas sugestões ao Poder Público. A primeira também envolve a formação.

Concordo completamente com tudo o que Jaqueline disse, mas gostaria de acrescentar alguma coisa.

Aqui, no seu país, houve um modelo que foi o de Salvador Célia, em Porto Alegre. E o trabalho de Salvador, quando eu o visitei há dez anos, deu-me muita coisa. O trabalho que ele fazia em favelas, de observação, de aprendizado de profissionais na observação de bebês é uma técnica bastante simples, de baixo custo e extraordinariamente formadora para os profissionais de qualquer idade.

O trabalho de Salvador era feito com estudantes de medicina bastante jovens. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto.

Acredito que o fio condutor desta Mesa foi a importância da continuidade entre o pré e o pós-natal. E como dizer que os cuidados na primeira infância são, em primeiro lugar, os cuidados com a jovem mãe que vai dar à luz essa criança.

Eu gostaria de dizer ao Poder Público que é muito mais fácil e mais econômico ocupar-se das grávidas durante a gravidez, enquadrá-las o mais possível, é muito mais fácil prevenir a depressão materna do que cuidar depois que a depressão está instalada, a criança está lá e começa a sofrer já nas primeiras semanas da sua vida.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Essa foi a Dr^a Monique, que apresentou as suas considerações finais.

Eu combinei com o nosso Deputado e médico Osmar Terra que, a partir de hoje, ele passa a ser co-

ordenador da Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância do Congresso Nacional.

Ele vai fazer o encerramento desta nossa audiência pública. Para mim, coube a parte burocrática, porque tenho que fazer três comunicados rápidos.

O primeiro, Senadora Lídice da Mata, é lembrar a todos que teremos uma audiência pública nesta Comissão, às 14h, na Sala 2 da Ala Nilo Coelho, para discutir a convocação, com a presença do Ministro Orlando Silva.

Requerimento, inclusive, assinado por Inácio Arruda, Lídice da Mata, Ana Amélia, Alvaro Dias e Vanessa Grazziotin.

São dois requerimentos.

Outro comunicado.

Comunico aos senhores e às senhoras o recebimento do Ofício nº 182, de 2011, MEC, em resposta ao Requerimento nº 6.097, de 2011, que solicita informações sobre os pedidos de revalidação de diploma de graduação processado nas universidades federais brasileiras no período de 2001 a 2011, de autoria do Exmº Sr. Senador Paulo Bauer, informando que o Ministério da Educação aguarda o recebimento dos dados das instituições federais de educação superior, para que sejam compilados ou realizados e, posteriormente, enviados.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que desejarem cópia da correspondência poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão.

A matéria vai ao arquivo.

Ainda comunico aos Senadores e às Senadoras Ofício nº 77, de 2011, de autoria do Exmº Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, Antonio Patriota, encaminhado a esta Comissão pelo Senador Paulo Bauer, em resposta ao Requerimento de Informação nº 679, de 2011, de sua autoria, que solicita informações acerca dos países signatários que ratificaram o acordo ortográfico da língua portuguesa, assinado pelo Brasil em Lisboa, no dia 16 de dezembro de 1990, e das medidas tomadas por aqueles que já colocaram as novas regras ortográficas em vigor.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que desejarem cópia do ofício poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão.

A matéria vai ao arquivo.

Agora, com muita satisfação, passo a palavra ao Deputado Osmar Terra.

O SR. OSMAR TERRA – Eu queria agradecer mais uma vez essa oportunidade de podermos travar

um diálogo, um debate importante. Para mim a área mais importante das políticas sociais é essa.

Queria dizer que estou muito honrado com a proposta do Senador Paulo Paim.

No início, a Frente Parlamentar era mista, porque havia a Senadora Marisa Serrano. Ela participava da Frente. Só que ela saiu, foi para o Tribunal de Contas do Mato Grosso do Sul, mas tem um grande representante do Mato Grosso do Sul, que é o Senador Moka. Bem-vindo!

E à Senadora Lídice da Mata, quero dizer que estou muito honrado com as suas palavras e com a sua participação.

Nós podemos fazer um bom trabalho, sem falar no nosso grande defensor das políticas sociais, o Senador Paulo Paim.

Acho que agora é só acertarmos os dias de reunião.

Essa integração vai ser muito útil, até porque já estamos avançando em algumas áreas, procurando estabelecer um marco legal. Inclusive outros países estão nessa direção também. Nós estamos interagindo com outros Deputados, com outros parlamentos, e é interessante conversarmos.

Então, está aceito e acho que essa Frente Parlamentar Mista vai ter um resultado muito positivo.

Quero dizer também que estou muito honrado por estar aqui na presença de algumas pessoas que são referências para mim na área das políticas, com quem aprendi muito. Um é o Laurista, que foi meu Professor na Pós-Graduação, e tenho um grande orgulho de tê-lo nessa condição. *(Palmas.)*

Outra é a Maria Cristina Werner e o Jairo Werner, que foram nossos parceiros de longas datas e continuam parceiros da luta pela primeira infância.

A Lisle também.

Eu queria cumprimentar toda a organização do evento. Acho que foi muito positivo. *(Palmas.)*

O Senado marcou um ponto importante com esses eventos que vêm acontecendo.

Queria aproveitar para lembrar – acho que foi bem lembrado pela Dr. Monique – a memória da Salvador Célia. Salvador Célia nos inspirou, lá no Rio Grande do Sul, a criar o programa A Semana do Bebê, O Dia do Bebê.

Infelizmente, ele não está mais entre nós, mas, certamente, ele deu uma contribuição decisiva para a realização de programas.

Eu queria só dizer o seguinte, para encerrar a minha participação: em relação às políticas públicas

e à legislação, acho que nós devemos ter sempre a preocupação de que sejam políticas que realmente tenham capilaridade, cheguem a todo mundo. Não adianta fazermos uma coisa muito sofisticada, muito cara e chegar a uma meia dúzia de pessoas.

Quero aqui ressaltar o trabalho da Liliane Penello, da nossa Dr^a Liliane Penello, que criou, usando o exemplo da Mãe Coruja Pernambucana, do PIM, do Primeira Infância Melhor, no Ministério da Saúde, na gestão do Ministro Temporão, o Brasileirinhas e Brasileirinhos Saudáveis. É um programa que está existindo, que está andando e que acho que deveria ser reforçado. A Senadora colocou a importância de termos programas nacionais. Ele é ainda um programa que está andando. Acho que é um programa que tem que ter apoio nosso para que ele avance.

Acho que esses programas de visita domiciliar – e aqui volto a reforçar a importância da visita domiciliar, e a Senadora também falou nisso – são mais baratos e mais eficazes. Eles chegam às casas; não ficam esperando as famílias se darem conta e procurarem ajuda.

Não há nenhuma contradição no trabalho das creches. Acho que ele tem que acontecer. Só que a creche é cara. A Presidente Dilma colocou como prioridade. Acho que a Presidente Dilma está muito sensibilizada para a questão da primeira infância, até porque tem um netinho, o Gabriel. Então, acho que ela está realmente sensibilizada para essa questão, está investindo como nunca se investiu em creches no Brasil. É importante reconhecer isso também.

Mas a creche tem um limite. O país que mais tem creches, mais vagas nas creches, é a Suécia, que chega a 50% das crianças – não chega a todas –, principalmente às crianças de 0 a 3 anos.

Agora, nós vamos para a universalização de quatro em diante, aqui no Brasil, com as escolas infantis. Acredito que isso vai ser um passo muito importante, embora eu ainda diga que o MEC tem um problema: o MEC ainda está trabalhando tardiamente, pega de quatro anos em diante, quase geriátricos.

Nós temos que trabalhar do útero. A educação começa no útero. Ela não começa aos quatro anos de idade e nem nos seis anos.

Então, acho que é muito importante.

A Rede Cegonha, na qual o Ministro Padilha está trabalhando bastante, acho que vai ter sucesso. É uma prioridade grande do Ministério. Mas é importante dizer das diferenças. A Rede Cegonha tem uma diferença em relação ao Brasileirinhos Saudáveis. Ela é a parte

física das crianças. É para salvar as mães e as crianças da mortalidade. Diminuiu mortalidade materna e diminui mortalidade infantil, mas ela não entra nesse reino do desenvolvimento das competências, da inteligência, das capacidades humanas.

Se nós juntarmos esses programas, Brasileirinhos Saudáveis e acrescentarmos algumas experiências, nós teremos uma nova geração, uma nova era social neste País, com pessoas com muito mais capacidade, com menos necessidade de programas sociais e com capacidade de ser autônomo e de se desenvolver. E muito menos violência. A violência cai com os programas de prevenção da violência baseados na primeira infância. Só que existe um prazo. É longo prazo.

Quero dizer que outras coisas devem mudar no futuro. Acho que a valorização dos recursos humanos que trabalham com a primeira infância é o inverso. Hoje, parece que a universidade é o lugar mais importante. O professor universitário é o mais valorizado. Acho que no futuro vai ser o contrário: o professor mais valorizado, que inclusive deveria ter na carreira a melhor remuneração, mais incentivos é quem cuida do início da vida. O início da vida muda tudo. O universitário já está feito. Quando chega lá já está com a cabeça feita. As coisas já estão organizadas. Não que não seja bom ser professor universitário e nem que seja importante. Só acho que se tem que valorizar muito mais hoje – e tem que haver uma formação forte mesmo nesta área – a primeira infância. Falta informação. Falta formação e informação.

É claro que quando discutimos um programa com profundidade, com dados, as coisas mudam. As pessoas se convencem e passam a participar do programa com mais intensidade, como vimos aqui, hoje.

Acho que as comunidades têm que ser mobilizadas, têm que haver grandes campanhas de divulgação pública sobre a importância da primeira infância; mobilizar o *marketing* em todos os níveis nessa área.

Quero dizer até que os pediatras, hoje, estão em crise. Não sei se vocês sabem, mas a pediatria está em crise. Sobram vagas em residência de pediatria, não é, Laurista? Por quê? A Jaqueline colocou bem. Os profissionais são preparados para atender a doença, para tratar de doentes. Nós estamos falando aqui da promoção da saúde, não é nem prevenção, é promoção da saúde, para trabalhar com as pessoas saudáveis. Nós queremos que as crianças saudáveis sejam muito mais saudáveis psicicamente, mentalmente, muito mais competentes. Não é esperar a criança ficar doente para tratar. A própria pediatria tem que mudar

o currículo, a pediatria tem que tratar com desenvolvimento infantil, tratar as crianças normais, acompanhar as crianças normais no seu desenvolvimento, nas suas competências básicas.

Acho que nós estamos num mundo novo que se abre a partir das descobertas, das evidências e, desse trabalho tão avançado que existe na França, há trabalhos no Canadá maravilhosos, nos Estados Unidos, pesquisa. A professora Monique citou o Ed Tronick, que faz uma pesquisa interessantíssima, inclusive, sobre o papel do estresse nas crianças. Enfim, acho que vários lugares do mundo estão se abrindo. Fui convidado agora, para minha honra, pelo Governo da China, para falar sobre programa de primeira infância. Estamos indo agora, dia 12 de novembro. O conselho do Governo está querendo trabalhar políticas de primeira infância na China e está buscando algumas experiências do mundo. Vamos lá também dar uma contribuição.

O Brasil não pode ficar fora disso, tem que estar junto.

Quero agradecer, muito obrigado mais uma vez, Senador Paim, o senhor sempre lidera essas bandeiras tão importantes na área social. Contamos com essa Frente Parlamentar ampliada para produzir grandes resultados, se Deus quiser.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quero só, em rápidas palavras, agradecer a todos, inclusive ao Waldemir Moka, que ficou até o final aqui, a todos que organizaram este evento. Foi uma das audiências mais concorridas do Senado, esta sala e a sala ao lado lotadas.

Quero agradecer, além de agradecer a todos que organizaram este belo momento, ao Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, ao Presidente da Comissão de Educação e a todos aqueles que participaram para este evento. Especialmente, quero agradecer aos nossos convidados que vieram da França para prestigiar o nosso evento, não é, Deputado?

Dr^a Jaqueline, aceite uma salva de palmas do povo brasileiro por sua contribuição. *(Palmas.)*

É gaúcha. Todo povo brasileiro aplaude sua contribuição. Veio da França para nos ajudar.

Dr^a Monique. *(Palmas.)*

E, permita que eu diga, Dr. Bernard.

Assim, encerramos esta audiência pública.

Parabéns. Parabéns a todos vocês!

Obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 22 minutos.)

**SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**

ATA DA 41ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 20 DE OUTUBRO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às onze horas e vinte e nove minutos, do dia vinte de outubro de dois mil e onze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Jayme Campos, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Waldemir Moka, Romero Jucá, Cristovam Buarque, Benedito de Lira, Cyro Miranda e das Senadoras Vanessa Grazziotin, Marta Suplicy, Ana Rita. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 26ª, 37ª, 38ª, 39ª e 40ª Reunião que são dadas por aprovadas. A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei do Senado Nº 284, De 2011, de autoria do Senador Waldemir Moka, que *dispõe sobre O Exercício da Profissão de Cuidador de Idoso*. Em atendimento aos requerimentos Nº 42, de 2011-CAS e Nº 50, de 2011-CAS, de iniciativa da Senadora Marta Suplicy e do Senador Waldemir Moka, com a presença dos seguintes oradores: Tânia Mara Garib Secretária de Estado de Trabalho e Assistência Social do Mato Grosso do Sul; Karla Giacomini Presidente do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso – CNDI; Rosimeire Rodrigues Coordenadora-Geral do CNDI, Representante do Secretário Executivo da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR, Senhor Ramais de Castro Silveira; Ana Paula Da Silva Diretora do Departamento de Qualificação do Ministério do Trabalho e Emprego; Luíza Fernandes Machado Coordenadora da Área Técnica de Saúde do Idoso do Departamento de Ações Programáticas Estratégicas da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde – DAPES/SAS/MS; Jorge Roberto Afonso De Souza Presidente da Associação dos Cuidadores de Idoso de Minas Gerais – ACI-MG; Marília Berzins Diretora do Observatório da Longevidade Humana e Envelhecimento – OLHE, Representante da Presidente do OLHE, Senhora Ingrid Mazeto. Justificou ausência a seguinte convidada: Ana Amélia Camarano Técnica de Planejamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA/RJ. Usam da palavra os Senadores

Jayme Campos, Cyro Miranda, Waldemir Moka e a Senadora Ana Rita. Às onze horas e quarenta e três minutos assume a presidência a Senadora Marta Suplicy. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e um minutos, lavrando eu, Dulcília Ramos Calhão, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Jayme Campos, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **JAYME CAMPOS** – Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

**SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**

ATA DA 42ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 26 DE OUTUBRO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas, do dia vinte e seis de outubro de dois mil e onze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Jayme Campos, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Waldemir Moka, Paulo Davim, Cassido Maldaner, Mozarildo Cavalcante, Eduardo Suplicy, Clésio Andrade, Eunício Oliveira, Benedito de Lira, Cyro Miranda, Paulo Bauer, Armando Monteiro e das Senadoras Ângela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Marta Suplicy, Ana Rita e Lídice da Mata. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 41ª Reunião que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. **ITEM 2 – Não Terminativo** – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 324, DE 2009. *Altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, que cria o Fundo Garantia-Safra e institui o Benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem, nas regiões que especifica para estender o Benefício Garantia-Safra à área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e dá outras providências*. Autoria: Senador Jefferson Praia. Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 324, de 2009 na forma do Substitutivo que apresenta; e pelo arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 547, de 2009. **Resultado:** Retirado de Pauta, a pedido do Relator. TRAMITA EM CONJUNTO COM PROJETO DE

LEI DO SENADO Nº 547, DE 2009. *Altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, que cria o Fundo Garantia-Safra e institui o Benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem, nas regiões que especifica, para estender o Benefício Garantia-Safra à área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO e dá outras providências.* Autoria: Senadora Marisa Serrano. **ITEM 4 – Não Terminativo** – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 270, DE 2011. *Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física, do salário pago a empregado doméstico.* Autoria: Senador Roberto Requião. Relatoria: Senador Casildo Maldaner. Relatório: “Ad hoc”: Senador Waldemir Moka. Relatório: Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2011. **ITEM 5 – Terminativo** – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2011. *Revoga a alínea f do art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de excluir a embriaguez habitual ou em serviço como causa para a rescisão do contrato de trabalho pelo empregador.* Autoria: Deputado Roberto Magalhães. Relatoria: Senador Paulo Bauer. Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovada a Emenda nº 1 – CAS (Substitutivo) ao PLC 12, de 2011, em Turno Único. Fica prejudicado o Projeto. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF. **ITEM 15 – Terminativo** – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 189, DE 2011. *Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a contribuição previdenciária de empregados e empregadores domésticos.* Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 189, de 2011. **ITEM 8 – Terminativo** – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 482, DE 2003. *Altera o disposto no caput do artigo 103 Lei nº 8213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.* Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Casildo Maldaner. Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovada a Emenda nº 1 – CAS (Substitutivo) ao PLS 482, de 2003, em Turno Único. Fica prejudicado o Projeto. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF. **ITEM 9 – Terminativo** – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2008. *Altera a Lei nº 9.797, de 6 de maio de 1999, para asse-*

gurar o acesso das mulheres a ações de controle do câncer de mama. Autoria: Senador Inácio Arruda. Relatoria: Senador Waldemir Moka. Relatório: Pela Declaração de Prejudicialidade. **Resultado:** Aprovada a Declaração de Prejudicialidade. **ITEM 6 – Terminativo** – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2011. *Altera a redação do art. 12 da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, que dispõe sobre o repouso semanal remunerado e o pagamento de salário nos dias feriadados civis e religiosos, para atualizar o valor da multa administrativa devida pelas infrações àquela Lei.* Autoria: Deputado Arnaldo Jardim. Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti. Relatório: Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2011. **ITEM 10 – Terminativo** – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 302, DE 2011. *Altera o inciso IX, do art. 10, da Lei nº 6.965, de 09 de dezembro de 1981, e dá outras providências.* Autoria: Senador Inácio Arruda. Relatoria: Senador João Vicente Claudino. Relatório: Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 302, de 2011. **ITEM 10 – Terminativo** – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 302, DE 2011. *Altera o inciso IX, do art. 10, da Lei nº 6.965, de 09 de dezembro de 1981, e dá outras providências.* Autoria: Senador Inácio Arruda. Relatoria: Senador João Vicente Claudino. Relatório: Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 302, de 2011. **ITEM 11 – Terminativo** – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 193, DE 2003. *Acrescenta parágrafo ao artigo 166 e altera a redação dos artigos 167 e 193, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, que dispõe sobre as medidas de segurança e de proteção individual contra os riscos de acidentes do trabalho, e dá outras providências.* Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovada a Emenda nº 2-CAS (Substitutivo) ao PLS 193, de 2003, em Turno Único. Fica prejudicado o Projeto. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF. **ITEM 1 – Não Terminativo** – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 274, DE 2003. *Institui o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional e Qualificação do trabalhador – FUNDEP, e dá outras providências.* Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Paulo Davim. Relatório: Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1-CE-CRA-CCJ-CAS a 4-CE-CRA-CCJ-CAS; com as Subemendas nºs 1-CCJ-CAS e 2-CCJ-CAS à Emenda nº 2-CE-CRA-CCJ-CAS; com a Subemenda nº 1-CCJ-CAS à Emenda nº 4-CE-CRA-CCJ-

-CAS; e pela rejeição da Emenda nº 1, apresentada à CCJ, de autoria da Senadora Lúcia Vânia. **EXTRAPAUTA – ITEM 18**– Não Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 79, DE 2011. *Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH; acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal; e dá outras providências.* Autoria: Presidente da República. Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti. Relatório: Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2011. **ITEM 3 – Não Terminativo** – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 149, DE 2011. *Altera o art. 47 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964, para considerar como operacionais as despesas de capacitação de empregados, para fins de apuração do imposto de renda das pessoas jurídicas.* Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatoria: Senador Armando Monteiro. Relatório: Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 149, de 2011. **ITEM 16** – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 378, DE 2011. *Altera a Lei nº 5811, de 11 de outubro de 1972, para garantir a todos os trabalhadores, efetivos ou comissionados, a jornada de turnos ininterruptos.* Autoria: Senador Lindbergh Farias. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. **Resultado:** Lido o Relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **Com referência ao PLS nº 238, de 2004 – Não Terminativo**, que foi aprovado na Reunião anterior, a Presidência ratifica a deliberação desta Comissão uma vez que na declaração do resultado da votação, no encaminhamento, foi mencionado outro Projeto. Por esse motivo, é colocado em votação o Parecer que conclui pela Prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 238, de 2004. **Resultado:** Aprovado. Ficam adiados os Itens 7, 13 e 17. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Waldemir Moka, Cyro Miranda, Casildo Maldaner, Mozarildo Cavalcante, Armando Monteiro, Paulo Bauer, Cícero Lucena e das Senadoras Vanessa Grazziotin, Ana Rita, Marta Suplicy, Ana Amélia. Às dez horas e cinquenta e três minutos o presidente passa a presidência ao Senador Casildo Maldaner, e reassume as onze horas e sete minutos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e um minutos, lavrando eu, Dulcília Ramos Calhã, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Jayme Campos, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. –

Senador **JAYME CAMPOS**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 42ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior desta Comissão.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Há Expediente sobre a mesa, que passo a ler.

Passa-se à apreciação dos Itens de nºs 1 a 17, conforme pauta previamente divulgada.

No dia de hoje, nós teremos aqui na Comissão 17 itens, como bem disse, sendo cinco não terminativos e 12 itens terminativos. E, em pauta extra, temos dois itens não terminativos.

Comunicado.

Expediente nº 1126, do Ministério da Saúde (Conselho Nacional de Saúde).

“Exmº Senador, o Conselho Nacional de Saúde realizará o Seminário Internacional “Inclusão dos Cidadãos nas Políticas Públicas de Saúde”, no período de 7 a 8 de novembro de 2011, em Brasília, conforme programação anexa.

Informamos que a Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal poderá se fazer presente indicando um representante. Para tanto, faz-se necessário efetivar a inscrição por meio do preenchimento da ficha disponível no link referido”.

Essa informação a Secretaria transmitirá às Sr^{as} e aos Srs. Senadores membros. Isso até o dia 20 de setembro de 2011...

Esse prazo aqui já expirou, não é Dulcília? Até 20 de setembro...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Ah, pois não. É só para efeito de confirmação.

“Na certeza de contamos com a presença dessa Comissão para contribuir com os trabalhos, agradecemos.

Atenciosamente, – **Rosângela Fernandes Camapum**, Secretária Executiva do Conselho Nacional de Saúde.

A nossa proposta é ouvir os Senadores e as Senadoras que se interessam para que esta Comissão possa designar um representante para este grande evento.

A Presidência deseja fazer alguns comentários, sobretudo em relação à greve que se instalou no Sistema Único de Saúde (SUS) no dia de ontem.

Não é a primeira vez e, muito provavelmente, não será a última que esta Presidência compartilha as suas preocupações quanto à gravíssima situação da saúde pública no Brasil, minha cara Senadora Vanessa Grazziotin. É de se lamentar, pois infelizmente, quem paga o pato são os menos afortunados, os trabalhadores deste País.

O precário estado de grande parte de nossas unidades hospitalares, ambulâncias inoperantes, equipamentos quebrados e falta de material são temas recorrentes neste vergonhoso cenário. Aqui já fizemos alguns comentários, já promovemos uma ampla discussão com a presença do próprio Ministro, e, ontem, mais de 100 mil médicos paralisaram as suas atividades nas unidades públicas de saúde do Brasil – e com toda razão!

Não é só a falta de equipamento, mas, sobretudo – o que se pode perceber diante das informações –, os péssimos salários. Há Estados que chegam a pagar, de piso, algo em torno de R\$900,00 a R\$1.000,00. Eu imagino que não haverá nenhum profissional de escol ou qualificado que vá, com certeza, trabalhar numa unidade pública de saúde para atender a 30, 40 pacientes, com um salário de miséria.

É vil o salário praticado na medicina pública deste País. Eu tiro por base a minha cidade, Várzea Grande, onde o Prefeito, usando recursos que não são o ideal, está pagando aos médicos verba indenizatória.

O que nós temos que estabelecer é um piso salarial digno. A proposta dos médicos, da Federação Nacional dos Médicos, é da ordem de R\$9 mil. Eu acho que nós temos de chegar a um número factível. Eu imagino que isso não é fácil de se realizar; todavia, há Municípios no Brasil que chegam a pagar salários de até R\$25 mil em regime de tempo integral. Isso já ocorre. Agora, não é a maioria absoluta, sobretudo aqueles que dependem exclusivamente de repasses de SUS. Ali isso se torna praticamente inviável.

De acordo com as instituições responsáveis, teríamos perdido mais de 203 mil leitos entre 1990 e 2011. De acordo com o movimento, houve perda na distribuição geral dos leitos do SUS em todas as regiões do País, exceto no Norte. Imagino que os Estados do Amazonas, Pará e outros Estados, Tocantins, por exemplo, segundo o que tenho aqui, não perderam leitos. Não acredito, mas pode ser. Não perderam? Então, parabéns! Teria havido variação positiva de 3213 leitos.

Em vinte Estados, a média de leitos de leitos da UTI por habitantes fica abaixo da nacional, que é de 1.3. Em São Paulo, a média é de 1,9 leitos de UTI por dez mil habitantes. Esses, no entanto, são números bons, sobretudo em São Paulo e sobretudo quando V. Ex^a diz, Senadora Vanessa, que, no seu Estado, na Região Norte, não há déficit; muito pelo contrário, temos capacidade de atender toda a demanda que existe.

A SR^a. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Não, Sr. Presidente, repare, não houve, pelo que entendi da leitura que V. Ex^a está fazendo, diminuição de leitos. O que seria distribuição de leitos? Aumenta a população do que a quantidade de leitos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Lógico, em alguns casos diminuíram: 203 mil leitos.

A SR^a. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – O número de leitos por habitantes na Região Norte, creio ser, se não mudaram os dados estatísticos, ainda menor, em média. a média de número de leitos por habitante. Entretanto, isso vem crescendo porque há uma necessidade efetiva. E o exemplo que posso dar do meu Estado é que, apesar de toda a crise, da falta de recursos, o governo do Estado tem sido ousado porque te, de fato, construído novas unidades e agora enfrenta uma grande dificuldade, a de como manter funcionando essas novas unidades, esses novos leitos. O que está acontecendo em decorrência da falta de recursos é que prefeituras e governos estaduais não estão construindo novas unidades porque não há como manter. O problema não é construir as novas unidades, é como manter as novas unidades. Passamos por esse problema. O Estado do Amazonas é um dos que mais gasta proporcionalmente. Gastamos acima daquilo que foi determinado legalmente. É um dos que mais gasta.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vou esclarecer a V. Ex^a que, na medida em que não só os Estados, a grande parcela, mas sobretudo os municípios brasileiros, temos, de forma constitucional, obrigatoriamente, nos municípios, quinze, e, nos Estados, doze.

A SR^a. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Doze por cento.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Alguns municípios no Brasil chegam a gastar trinta por cento, e ainda é insuficiente.

A SR^a. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Ainda é insuficiente. Então, Senador, acho que estamos envolvidos, acabamos de votar matérias importantíssimas – distribuição de *royalties* – e acho que nós temos de tomar às mãos este debate na Comissão de Assuntos Econômicos, o que fazer para ajudar.

A CPMF, obviamente, nenhum de nós defende. Entretanto, nós precisamos de uma saída para a saúde, não há dúvida nenhuma. Não há dúvida nenhuma. Nós precisamos de uma saída para a saúde brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco – DEM – MT) – Sem sombra de dúvida.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu peço desculpas. Eu atrapalhei V. Ex^a, que está lendo, ainda...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco – DEM – MT) – Não, estamos fazendo apenas algumas observações.

Então, portanto, acho que precisamos de mais verbas, não é? Essa é a saída para o caos que está instalado, infelizmente, em todo o território nacional.

Se não tivermos novas fontes de receitas, de recursos, eu acho que, lamentavelmente, nós vamos ter de conviver por muito tempo com essa situação na saúde.

Com a palavra, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Jayme Campos, eu quero, mais uma vez, cumprimentar V. Ex^a, que traz o tema saúde para o debate na abertura dos trabalhos desta Comissão, que, eu lhe digo, é uma Comissão que tem uma enorme audiência, inclusive pela TV Senado, pela forma democrática, tranquila e na linha da justiça como ela é conduzida por V. Ex^a.

Pode ver que estou aqui em todas as quartas, às nove horas da manhã.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco – DEM – MT) – É verdade.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Quem não vem é que perde, pela importância dos assuntos que nós, aqui, tratamos e dos assuntos que V. Ex^a provoca para o debate, como esse da saúde.

De fato, é real isso. Não dá para, como a gente diz...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco – DEM – MT) – Tapar o sol...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Exatamente. Eu ia usar essa frase, estava buscando-a: tapar o sol com a peneira.

A saúde está um caos no País, é real.

Eu tenho o maior carinho, o maior respeito pelo Ministro Padilha. Acho que ele está fazendo esforço, está fazendo um grande trabalho, mas nós vamos ter de achar um caminho para que a gente possa fazer com que essa população... V. Ex^a, aqui, lembra dados, números, inclusive da situação dos médicos também.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco – DEM – MT) – É verdade.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Claro! Como é que nós vamos aceitar que um médico ganhe,

como V. Ex^a falou aí, um piso de R\$1 mil? Não tem sentido. Só a mensalidade de um estudante de Medicina, numa faculdade, está na base de R\$3mil, R\$4 mil por mês. E, depois que se forma, vai ganhar mil?

Quer dizer, não tem como essa questão do piso dos médicos.

Por isso, acho que V. Ex^a foi o único Parlamentar, pelo menos que ouvi, que registrou a paralisação dos médicos, ontem, em plenário, e levantou a sua preocupação, tanto com os médicos, como também com os doentes.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco – DEM – MT) – Com a população.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com a população.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco – DEM – MT) – É grave.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Fez uma bela reflexão. Eu estava lá, no fim da noite.

A Senadora Vanessa e o Senador João Durval levantam, também, preocupações. Nós temos de achar um caminho. Bom, se não é a CPMF, o que é? Mas nós vamos ter de assumir essa responsabilidade. É gestão? Bom, vamos buscar, também, uma boa gestão nos hospitais, mas temos de encontrar o caminho que garanta, porque nos estamos discutindo, aqui, vidas. É um pacto pela vida, e para um pacto pela vida nós todos temos de dar a nossa parcela.

Parabéns, Senador Jayme Campos, mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco – DEM – MT) – Eu acho que todos nós temos de nos preocupar diante dessa crise estarrecedora.

Lamentavelmente, o que se percebe é que pouca ou quase nenhuma providência está sendo tomada.

O Ministro Padilha esteve aqui e achei oportuna a sua visita, ele nos prestigiou. Entretanto, quando se fala na criação de novos programas, Senador Waldemir Moka, eu fico preocupado. Se nós não estamos conseguindo atender aos programas, hoje, que já temos, via Ministério da Saúde, imagine criar novos programas.

Por exemplo, ele citou um que confesso que achei estranho: dizia para criar o *home care* na saúde pública brasileira. Gente, não existe. Se não temos, hoje, uma Cibalena, se não temos uma dipirona nos postos de saúde brasileiros, vamos criar *home care* via SUS? Eu acho que isso não tem condição alguma de, na prática, o Governo colocar, diante da escassez de recursos.

V. Ex^a tem toda razão, Senador Paulo Paim. Nós temos de buscar novas fontes. Se não tivermos novas fontes de recursos, eu acho temerário o Governo lançar um novo programa para fazer o enfrentamento.

Eu acho que o básico é dar condições, pelo menos instrumentos e ferramentas para os nossos profissionais.

Uma das ponderações da confederação nacional é que não tem meios nem para trabalhar, para o cara exercitar o serviço, fazer um bom trabalho em relação a sua profissão. O médico é quem cuida da saúde do cidadão, quem cuida da vida, que é a coisa mais importante, eu gosto de dizer, invocando um pároco da minha cidade. Padre da Silva, um gaúcho do seu Estado, é um pároco da minha cidade, Várzea Grande, da catedral, que diz que existem duas coisas, numa escala de valores, que são mais importantes: a primeira é Deus; a segunda é a vida.

Lamentavelmente, isso não tem sido feito em nosso País, diante da falta de saneamento, de investimentos na saúde, de políticas sociais, etc, etc.

Então, eu acho que são considerações que não podemos deixar em vão, deixar de discutirmos e falarmos aqui nesta Comissão, que tem obrigação de falar.

Com a palavra o Senador Waldemir Moka.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Que é do setor, que tem prioridade aqui, porque é médico e entende bem da área.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É profissional da área.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, quero colocar essa forma também no aspecto prático. Penso, por exemplo, que aqui temos representantes de vários partidos. Como vamos votar isso? Temos que pressionar os nossos líderes de partido. Temos que forçar a agenda da votação da chamada Emenda nº 29, e aí não tem outro jeito, é recurso orçamentário.

Sei que o Governo fala: “Mas de onde vai sair a fonte?” Gente, não temos mais que discutir essa questão. Penso que temos, sim, por meio dos nossos líderes partidários, que forçar a votação e a regulamentação, porque senão daqui a pouco vamos chegar ao final do ano e não vejo nenhuma preocupação.

O Governo não quer, porque não tem fonte. A fonte seria a criação do novo imposto. A sociedade rejeita novo imposto, então só existe um caminho, que é o caminho orçamentário. Não tem outro caminho. Não adianta ficarmos aqui tentando, o outro caminho não existe, o caminho é o orçamentário. Se tiver que encurtar em outro lugar, que encurte, mas não pode é faltar dinheiro para a saúde, porque isso é prioridade. Então, penso que nós aqui, na Comissão de Saúde, podíamos até, eventualmente, aproveitando, porque...

Senador Jayme, na Comissão de Agricultura, sempre tivemos esse... Vou falar pela experiência, a Presidência da Comissão e as duas frentes parlamentares.

E temos condição de, por intermédio da Presidência da Comissão de Saúde e a Frente Parlamentar da Saúde, fazermos essa articulação, envolvendo os nossos líderes, para que possamos realmente fazer uma agenda. Então, qual é o caminho da votação? Quando é que essa Emenda nº 29 será apreciada aqui no Senado? Irmos até o Presidente Sarney e fazermos com que possamos ter. Agora, quando não existe consenso, o Plenário, o Congresso é para isso, para dirimir. Tem gente que não quer a CPMF e o Governo não quer orçamentário. Então a Casa vai ter que decidir.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – E aí decide no voto.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Não tem jeito, senão vamos terminar o ano falando que precisa de mais recursos, mas, em última instância, a votação, a regulamentação da Emenda nº 29, e aí não regulamentar do jeito que veio da Câmara, porque isso não resolve. É tentar votar o projeto que, aliás, o Senado já aprovou.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – O projeto do Tião Viana.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Do Tião Viana, que estabelece 10% de tudo que se arrecada para a saúde. Esse é o caminho e essa é a alternativa. Tentando ser o mais pragmático possível.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Presidente, só para ajudar no debate.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pois não, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Lembro aqui – e a assessoria, naturalmente, ajudou – que ontem o Plenário aprovou dois requerimentos de urgência. A Comissão da Verdade, que todo mundo quer votar e vamos votar, hoje à tarde – e também dizendo que a Emenda nº 29 entra, em caráter de urgência, a partir da próxima quinta-feira. Essa comissão é uma das comissões que vai dar parecer no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^{as}. Na verdade é um assunto que mexe com todos nós, seres humanos, diante da precariedade que funciona. É de tocar o coração. A semana passada, lamentavelmente, a minha cidade e a cidade de Cuiabá, as duas cidades que fazem parte do aglomerado urbano ali no Mato Grosso, Cuiabá e Várzea Grande, que tem uma população na ordem de mais ou menos quase um milhão de habitantes, tiveram a infelicidade ou o privilégio – é até bom, até para que as providências sejam tomadas – de receberem o tal do *Jornal Nacional no Ar*, que esteve lá e mostrou o caos que está instalado, Moka. O *Jornal Nacional no Ar*, o jato está baixando nas cidades, fazendo as matérias. É de doer o coração. O que você vê de gente, está pa-

recendo a guerra do Iraque ou essa tragédia da Líbia. Acho que mais de mil e tantas pessoas esparramadas no chão dos prontos-socorros dos hospitais, até para fora, em cadeiras improvisadas. Cidadãos morrendo, alguns ficando dentro de ambulâncias por seis, oito, dez horas, buscando um leito. Isso é de doer o coração.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS)

– Senador Jayme, só me permita um aparte. Aquilo que aconteceu em Várzea Grande foi porque tinha um problema no pronto-socorro de Cuiabá.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É, desabou o teto.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) –

Desabou o teto e aí foi tudo para lá. Mas quero dizer a V. Ex^a que aquela realidade não é diferente das outras capitais no País.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu sei.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS)

– Já discutimos essa questão aqui. Temos hoje, sobretudo os prontos-socorros – porque melhorou muito, avançou muito, por meio do SUS –, o resgate de emergência. As pessoas deixaram de morrer nas vias, de infarto, porque esse trabalho está sendo feito. Agora, lamentavelmente, os hospitais e os prontos-socorros não estão preparados para suprir a quantidade de emergências. Em locais em que não tem o chamado hospital de trauma, é pior ainda, porque fica tudo acumulado no pronto-socorro. Eu sei, porque embora já faça algum tempo que não sou mais médico, sempre sabemos isso, a minha formação acadêmica permite.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Médico o senhor sempre será, no máximo terá que fazer uma pequena reciclagem, não é, Paulo Paim?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS)

– Deixei. Eu era chamado de professor Moka e, em respeito à categoria, depois que parei de dar aula, tirei esse título de professor, porque penso que professor é quem está em sala, e Dr., ou médico, é quem está atendendo. Então, realmente, em respeito aos dois segmentos – que são minhas paixões, medicina e dar aula –, digo que não tenho mais o título de Dr.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – É, mas o Senador Moka tem outras paixões. Além da medicina e do magistério, ele também é um defensor da produção primária no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É uma das maiores qualidades que ele tem.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Não é verdade, Presidente? Mas também penso que esse é um debate interessante, Sr. Presidente. Ver que a saúde, apesar de todo o caos que vive hoje

– como o Senador Moka relatou um aspecto, que é o resgate, o atendimento emergencial às pessoas –, teve um avanço profundo. Penso que a medicina preventiva não está a medicina de que precisamos, mas penso que a formação dessas equipes de médicos da família tem contribuído muito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Sem dúvida.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Tem contribuído muito. Vejo, não apenas nas cidades maiores, o reflexo que isso causa nas cidades menores. E, quando de fato funcionam, fazem um belíssimo trabalho e contribuem para diminuir essa busca às unidades. Mas, enfim, acho que vamos resolver. Resolvemos os *royalties*, e nós, que pertencemos a esta Comissão de Assuntos Sociais, temos o dever e a obrigação, independente de partido e de líderes, de, juntamente com a Frente Parlamentar de Saúde – creio que todos nós participamos da Frente Parlamentar de Saúde –, dar essa contribuição ao Brasil.

Essa questão do recurso é algo sério, porque também não adianta aprovar lei se não tiver recursos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Quero só fazer uma observação a sua fala. O que se percebe, Senadora Vanessa, é que o Poder Executivo tem, naturalmente, a missão, o papel de buscar instrumentos. Pelo menos é o que se acompanha pela imprensa. Quando se propõe criar uma nova fonte de receita, não sei se é a CPMF, ou travestido com outra terminologia.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Podemos taxar as grandes fortunas, não é, Sr. Presidente? Quem sabe é a hora de taxar as grandes fortunas.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Também. Lamentavelmente, o que acontece? O próprio Governo Federal, por intermédio do Poder Executivo, não quer assumir, ou seja, passar a responsabilidade para o Congresso Nacional. Então, creio que se tem que fazer uma conjugação de esforços, todo mundo tem que compartilhar também, se eventualmente possa ter “algum desgaste político”.

Penso que hoje já se tem uma disposição, diante da opinião pública, da sociedade brasileira, de buscarmos novas fontes, em que pese, muitas vezes, não vamos desconhecer aqui, uma má gestão, uma má aplicação do dinheiro que é repassado para o sistema, que não tem permitido fazer um bom atendimento a nossa população. Mas, de qualquer forma, acho que o encaminhamento tem que ser feito, há uma preocupação generalizada da população creio que todos nós somos responsáveis, de uma forma direta ou indireta.

Quero aqui, com a devida vênua e respeito, iniciar o processo, ou seja, colocar os itens que se encontram aqui na pauta.

Inicialmente, gostaria de ler aqui o item 1,

Não Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 274, DE 2003

Institui o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional e Qualificação do Trabalhador -FUNDEP, e dá outras providências.

A autoria é do valoroso Senador Paulo Paim.

Na relatoria, o Senador Paulo Davim, que está solicitando que seja retirada a matéria da pauta, para fazer um reexame.

Estão de acordo todos os nossos Senadores, sobretudo o nosso autor, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, só quero fazer um comentário rápido, de um minuto, fazendo um apelo para que a matéria volte, quem sabe, a semana que vem, porque isso aqui é um fundo de investimento para o ensino técnico profissionalizante.

Nós todos queremos que as escolas técnicas sejam multiplicadas por dois, por dez, no País, e esse Fundo tem o apoio de todos os reitores, de todos os diretores das escolas técnicas do País. Assim, o apelo que faço é que pensemos em votar com rapidez, e falarei, também, com o Relator Paulo Davim, para que vote, quem sabe, ainda este ano, pelo menos a aprovação do projeto, que já está na Casa desde 2003, e não sai daqui. Nove anos. Vai para cá, vai para lá, vai para cá, vai para lá... E alguém trabalha para não votar. Então votem. Aproveem ou derrubem, o que não pode é ficar brincando que o Fundep é positivo, e que vamos votar um dia. Um dia daqui a 100 anos. Esse é o apelo que faço, já que o projeto é de 2003.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Asseguro a V. Ex^a, Senador Paulo Paim, que vamos manter contato com o Senador Paulo Davim, para que esta matéria volte, com certeza, rapidamente à Comissão, para colocarmos em votação, até porque ele é uma pessoa com que tínhamos um melhor relacionamento, sobretudo é muito bem intencionado.

Queremos passar ao item 2, decisão não terminativa, projeto da Senadora Marisa Serrano e relatoria do Senador Rodrigo Rollemberg.

Conforme contato de ontem com o Senador Rodrigo Rollemberg, comunico que S. Ex^a solicita também a retirada do item 2 da pauta.

Item 3.

O Senador Armando Monteiro pediu para aguardarmos sua chegada. Vamos aguardar, dar ao menos 30 minutos para que ele chegue.

Item 4. Decisão não terminativa, página 109.

ITEM 4

– Não Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 270, DE 2011

Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física, do salário pago a empregado doméstico.

Autoria: Senador Roberto Requião

Relatoria: Senador Casildo Maldaner

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, em decisão terminativa.

Quero conclamar e solicitar à Senadora Ana Rita, para que V. Ex^a relate, *ad hoc*, o item 4, página 109.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, se me permite, tenho alguns questionamentos a esse projeto e não me sinto à vontade para fazer o relatório. Gostaria até de pedir vista do projeto, porque têm outras matérias semelhantes tramitando.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Então V. Ex^a aguarda e vou designar um outro relator, certo?

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Solicito isso.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – E V. Ex^a pede vista, baseado no art. 132.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sim. Muito obrigada.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu relato, eu relato.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador Waldemir Moka, por gentileza, como relator *ad hoc*.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei nº 270, de 2011, do Senador Roberto Requião, que altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física, do salário pago a empregado doméstico.

O relator é o Senador Casildo Maldaner e estamos fazendo o relatório.

Sob análise o PLS nº 270, de 2011, de autoria do Senador Roberto Requião, que permite a dedução do salário pago a empregado doméstico da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF).

“...dedução do salário pago a empregado doméstico da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF).

Segundo aponta a justificção, pretende-se aperfeiçoar e ampliar o incentivo à formalização das relações de trabalho dos empregados domésticos constante da Lei nº 11.324, de 19 de julho de 2006, oriunda da Me-

didada Provisória (MPV) nº 284, de 6 de março de 2006. A proposição permite variação e elevação do valor da dedução do IRPF por contribuinte pessoa física, conforme o montante do salário que paga e a alíquota do IRPF a que seja submetido. Sua vigência é por prazo indeterminado, ao contrário da dedução prevista na Lei nº 11.324, de 2006, que permite a dedução, diretamente do Imposto de Renda da Pessoa Física apurado, da contribuição patronal paga à Previdência Social pelo empregador doméstico incidente sobre a remuneração do empregado doméstico, cujos efeitos se esgotam no exercício de 2012 (ano-calendário 2011).

O projeto foi distribuído para análise e discussão nesta Comissão de Assuntos Sociais e na Comissão de Assuntos Econômicos, cabendo a esta última a decisão terminativa.

Até o momento não foram apresentadas emendas.

II – Análise

Conforme disposto no art. 100, IV compete a esta Comissão discutir o presente Projeto de Lei. À Comissão de Assuntos Econômicos caberá a análise terminativa da matéria. Nesta Comissão avaliaremos a proposição especialmente no que importa aos seus impactos no mundo de trabalho e das relações de emprego.

Muito embora se possa argumentar que a medida tem reflexo negativo sobre a arrecadação do Imposto de Renda da Pessoa Física, ele será positivo na arrecadação da contribuição previdenciária devida pelos empregadores e empregados domésticos.

É verdade que o resultado líquido sobre a receita da União dependerá do grau em que estimulará a formalização de empregados domésticos hoje na informalidade, mas acreditamos que a iniciativa cumprirá, com êxito, esse objetivo.

A proposição valoriza os empregados domésticos e também proporciona certo alento aos contribuintes integrantes, na sua grande maioria, da classe média, que sofrem sob a pesada tributação do Imposto de Renda.

É de salientar que a iniciativa evita privilégios e desvios, ao impor condições e limitações à dedução, limitando-a um único empregado e a valor não excedente a três salários mínimos mensais. Também é condicionada à regularidade do empregador doméstico perante a legislação previdenciária.

III – Voto

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do PLS 270, de 2011.”

Diz o Relator Casildo Maldaner.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Waldemir Moka.

Está em discussão a matéria. (Pausa.)

As Sr^{as} e os Srs. Senadores querem discutir a matéria? (Pausa.)

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Presidente Jayme Campos, tenho impressão de que já tramitou nesta Casa um projeto, inclusive de minha relatoria, em que nós postergávamos para 2015 esse mesmo teor, com algumas diferenças. Eu acho que cabe uma análise. É um projeto que já existia e venceria em 2012. E foi pedida a prorrogação para 2015.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu confesso que teria de ser feito um levantamento, até porque se poderá pensar se, eventualmente, encontra-se o mesmo projeto com os mesmos fundamentos, ou seja, com a mesma finalidade.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Nesse caso, eu imagino, se V. Ex^a quiser pedir vista, poderá...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – A Senadora Ana Rita disse que queria ver...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – A Senadora Ana Rita tinha se manifestado...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Então, peço vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Então, neste caso, seria uma vista coletiva para fazer uma reflexão da matéria. Ou seja, avaliarmos e votamos amanhã.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, aprovamos, de fato... Vamos lembrar que este ano aconteceu a 100^a Reunião da Organização Internacional do Trabalho que assinou a questão relativa às trabalhadoras domésticas, o que representa um avanço importante. E o Brasil terá que aperfeiçoar e adequar a sua legislação à convenção aprovada em Genebra este ano.

Aprovamos em plenário, recentemente... Porque a lei que tínhamos de incentivo por intermédio de dedução de Imposto de Renda para até uma empregada doméstica no valor máximo de um salário mínimo foi prorrogado em uma lei que aprovamos em plenário. Acho que foi uma medida provisória que aprovamos e o prazo não se encerra neste ano e nem no ano que vem, já foi prorrogado.

Entretanto, o projeto de lei que estamos analisando agora, de autoria do Senador Roberto Requião – e o Senador Casildo apresentou o relatório –, é um projeto que amplia a possibilidade de dedução, mantendo

um trabalhador doméstico, mas chegando ao valor de três salários mínimos, entre outras questões.

Acho o projeto meritório, mas o pedido de vistas está posto e voltaremos a debater esta matéria de alta relevância, principalmente para as mulheres brasileiras, que são a maioria das trabalhadoras domésticas.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Quero fazer uma observação e comunicar ao Senador Casildo Maldaner que nomeamos o Senador Waldemir Moka como Relator *ad hoc* para o bom andamento dos trabalhos da Comissão.

Entretanto, neste caso, estão sendo feitos alguns comentários, sobretudo o Senador Waldemir Moka vai fazê-los, mas V. Ex^a, como Relator da matéria, também tem autoridade de fazer alguma observação se, eventualmente, questionarem o seu relatório. Em que pese, tenho certeza, os seus relatórios e os seus projetos estarem sempre 100%.

Com a palavra o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, eu só li o relatório, mas evidentemente sem o brilho do Senador Casildo Maldaner.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É verdade.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Mas eu quero chamar a atenção para o seguinte: este projeto ainda vai para a Comissão de Assuntos Econômicos. Sempre acho que deveríamos fazer uma análise do ponto de vista do mérito do projeto, porque a comissão, permitam-me, que vai analisar o impacto financeiro disso na arrecadação, que tem essa função, aliás é o mérito dela, é a Comissão de Assuntos Econômicos.

Claro que o pedido de vistas, às vezes, é necessário e imprescindível. Mas quero chamar a atenção de que o projeto é meritório, ele avança, ele faz com que as pessoas sejam estimuladas. Isso porque tem muito empregador doméstico na informalidade, mas na hora em que se estimular e permitir a dedução – e se está falando de uma classe média ascendente –, eles vão realmente registrar esses empregados domésticos, até porque vão poder deduzir do Imposto de Renda. E aumentando essa faixa para até três salários mínimos, a dedução será maior e, portanto, o estímulo será maior. Lembrando que o Imposto de Renda incide de uma forma violenta sobre os salários, sobretudo dos assalariados, que já são deduzidos ali no caixa mesmo.

Então, quero chamar a atenção porque este projeto tem um mérito muito grande, é um projeto meritório.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma correção.

O projeto que foi aprovado aqui era no sentido da contribuição do INSS e não sobre isso. Então, retiro o meu pedido de vista e endosso as palavras...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Então temos quórum para fazer a votação.

Solicito à Mesa o mapa de votação. Vamos pela ordem.

Em discussão.

Com a palavra o Relator da matéria, Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Apenas para dizer, Sr. Presidente, que, nesta Casa, temos diversas comissões, e os colegas estão distribuídos entre diversas delas. Como eu estava em outra – veja como é interessante a solidariedade entre colegas – e chegou a hora, V. Ex^a encontrou outro colega para relatar *ad hoc*, que foi o Senador Moka, que assim o fez com brilhantismo.

Então, aplaudo essa solidariedade entre os colegas aqui, independentemente de partidos políticos, pensando no mérito das questões, como esse projeto de autoria do Senador Roberto Requião, que tivemos a honra de relatar, que justamente vai ao encontro disso.

Nesta Comissão de Assuntos Sociais, pretende-se estimular alguma coisa que, no Brasil, ainda não é costume; ainda não existe a formalidade de motivar a legalização de empregados domésticos. Isso vai ajudar a fazer com que todos cheguem à formalização; isso estimula, pode até um dia ser desnecessário abater do Imposto de Renda, mas, hoje, entendemos que isso ajuda muito, sem prejuízo de que a Comissão de Economia, como disse o Senador Moka, venha a analisar. Então, essa questão fundamental é fazer com que todos tenham o mesmo direito e estimular a formalidade dos empregados domésticos. Esse é o grande mérito da proposta.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, só para não dizer que não falei...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ...e quero já ir para a votação, concordo integralmente com o projeto do Senador Roberto Requião, que é relatado de forma muito competente pelo Senador Casildo Maldaner e, agora, *ad hoc*, pelo nosso companheiro Moka, que visa incentivar cada vez mais a contratação efetiva das empregadas domésticas, via dedução do imposto de renda. Sou totalmente favorável.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Meritório o projeto. Acho que, com isso, pelos dados que temos aqui, algo parecido, apenas 26% das nossas domésticas são registradas. Nesse caso, baixando os percentuais para 5%, imagino que

atingiríamos maior receita para a Previdência Social. Pode haver uma preocupação no sentido de que vai cair a receita da Previdência. Não é verdade, as pessoas vão sair da informalidade para a formalidade. Com isso, o cidadão, além de ter uma garantia para o futuro em relação à possível aposentadoria, sobretudo aumentará o caixa da previdência social, porque, hoje, são quase 80% das domésticas do Brasil que trabalham de forma informal.

Vou encerrar a discussão.

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, em votação o parecer do Projeto do Senado 270.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovada a matéria.

Vamos para o Item 5. Temos quórum para votar.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Eu queria pedir a V. Ex^a que incluísse extra pauta o Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2011, já que está em urgência constitucional e vai ser votado em plenário amanhã.

Então, eu gostaria que esta Comissão apreciasse o tema, é uma coisa relevante e está em urgência constitucional. Portanto, estou pedindo que o inclua extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Aguardando apenas... Ah, lemos o Item 5. Vamos colocar o projeto de V. Ex^a extrapauta, já está preparado aqui, instruído o projeto para ser relatado.

Quero fazer apenas uma observação: o projeto que estamos comentando aqui não é o da previdência. O da previdência...

(manifestação fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Exatamente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Dedução de imposto de renda.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É o do imposto de renda. O da previdência é da Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Exato, é o Item 15 da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Fazer apenas essa correção que entendemos aqui.

A SR^a. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – A gente poderia fazer uma inversão de pauta. Depois dessa votação, passaríamos imediatamente ao

Item 15 e fecharíamos as trabalhadoras domésticas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Ex^a tem toda razão, até porque...

A SR^a. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Obrigada.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Habilmente, com nosso acordo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – ...vai ter a aquiescência e o acordo de todos os nossos Senadores.

É muito competente, não é à toa que ela tem seis mandatos de Federal e, agora, desta feita, Senadora da República. Talvez, futura Governadora do Estado do Amazonas. Por sinal, se ela for candidata, vou transferir o meu título para lá para dar-lhe o voto.

ITEM 5

– Terminativo –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2011

Revoga a alínea f do art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto– Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de excluir a embriaguez habitual ou em serviço como causa para a rescisão do contrato de trabalho pelo empregador.

Autoria: Deputado Roberto Magalhães

Relatoria: Senador Paulo Bauer

Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações

Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92, se for aprovado o substitutivo, será submetido a turno suplementar.

A votação será nominal.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Paulo Bauer para proferir o seu relatório.

V. Ex^a está com a palavra.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Obrigado, Sr. Presidente.

Quero saudar os Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, inclusive, manifestar a minha satisfação em ter havido a possibilidade de relatar a matéria ainda neste tempo inicial dos trabalhos desta Comissão, visto que, em seguida, devo presidir uma audiência pública, para a qual convido todos os Srs. Senadores e Senadoras, na Comissão de Educação, onde estará apresentando informações o autor britânico Andrew Jennings, que fala a respeito de questões relacionadas a atividades da Fifa no mundo. Por isso, apresento o relatório e, logo em seguida à votação, deverei me ausentar desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É uma pena, Senador Paulo Bauer. A presença de V. Ex^a engrandece esta Comissão.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Obrigado. Eu agradeço a V. Ex^a.

O relatório é o seguinte: Em análise, em decisão terminativa, iniciativa do Deputado Roberto Magalhães, que tem por objetivo excluir a possibilidade de demissão do empregado por justa causa em decorrência de embriaguez habitual ou em serviço, alegada pelo empregador.

A proposta exclui a alínea f do art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que trata do tema.

Em sua justificação, o autor registra que o alcoolismo já é “consensualmente considerado uma patologia ou, em certos casos, fruto de crises emocionais” e que o Poder Judiciário já reconhece a injustiça das demissões por justa causa fundamentadas na embriaguez. A justiça orienta-se pela exigibilidade de um tratamento médico prévio destinado a recuperar o doente antes de qualquer medida punitiva mais radical.

Originalmente, a proposta não previa a pura e simples exclusão da embriaguez habitual ou em serviço como justa causa para demissão pelo empregador, mas, sim, a exigência de prévia licença para tratamento de saúde.

Depois de exaustivos debates chegou-se, naquela Casa, à conclusão de que a melhor solução passa pela retirada pura e simples dessa hipótese do rol de – entre aspas – “causas justas” para a demissão por iniciativa patronal.

No prazo regimental, não foram oferecidas emendas ao projeto.

Análise.

Estamos tratando aqui de tema relativo às relações de trabalho e de emprego. Nos termos do art. 90, inciso I, c/c o art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais emitir parecer sobre o presente projeto de lei.

A proposição não apresenta vícios de constitucionalidade nem de legalidade. Está em harmonia com os preceitos constitucionais, jurídicos e regimentais e foi elaborada com observância dos pressupostos relativos à iniciativa e à competência para legislar (art. 61 e *caput* do art. 48 da Carta Magna, respectivamente).

Quanto ao mérito, são razoáveis os argumentos expostos pelos analistas que se debruçaram sobre o tema. A legislação social evoluiu, e as relações de trabalho não podem mais ser visualizadas apenas no contexto do ambiente estrito em que se realizam as atividades. Há, em toda a conjuntura, direitos humanos e sociais a serem respeitados. Para que isso ocorra, Estado e empresas devem atuar em conjunto em prol

de manutenção da saúde pública, da inserção social dos cidadãos e da produtividade. Sendo o alcoolismo um problema médico, nada justifica que o alcoolista seja abandonado à própria sorte.

O texto celetista, nesse aspecto, perdeu parte de sua eficácia e adequação histórica, dada a evolução da ciência médica, com a compreensão dos efeitos físicos e psicológicos das substâncias químicas absorvidas. Também já é reconhecida a existência de fatores genéticos na propensão para o vício. Tudo isso torna injustificável a punição, pura e simples, do alcoolista.

Sensível a essas novas circunstâncias, o Poder Judiciário vem reconhecendo, em casos concretos, a inexistência de justa causa quando o empregado age sob os efeitos do álcool e está incapacitado de resistir individualmente ao quadro clínico de dependência.

O texto aprovado na Câmara dos Deputados, entretanto, opta por uma solução que nos parece radical demais, ou seja, a pura e simples supressão da alínea celetista que trata do tema.

O alcoolismo é uma doença progressiva e que ser combatida principalmente no seu início, mediante controles sociais, quando a pessoa começa a apresentar sinais de imoderação e desleixo. Nesse sentido, o texto atual da alínea f do art. 482 da CLT possui, no mínimo, qualidades educativas dado o seu efeito moderador e indutor do controle pessoal e do equilíbrio mental do trabalhador. Para os jovens, principalmente, trata-se de uma norma pedagógica importante, mesmo que não seja utilizada como instrumento de rescisão contratual pelo empregador.

É preciso que “a embriaguez habitual ou em serviço” seja coibida ou restringida até para sinalizar ao trabalhador os riscos que ele próprio corre com o seu comportamento. Na maioria dos casos, trata-se apenas de um desleixo eventual que pode, infelizmente, descambar para a habitualidade. Nesse sentido, a norma trabalhista é bem menos rigorosa do que as normas de legislação de trânsito; tanto o é que pune com rigor os motoristas embriagados, sem questionar a situação médico-clínica da pessoa infratora. Ademais, no ambiente de trabalho também podem estar presentes condições de periculosidade que, em estado de embriaguez, o trabalhador pode não estar em condições de enfrentar, colocando em risco não só a si próprio como os seus colegas.

Por todas essas razões, firmamos entendimento pela manutenção do texto atual da legislação trabalhista no que se refere ao alcoolismo no trabalho. Entretanto, julgamos cabível a introdução de uma ressalva para que os casos de doença sejam previamente sujeitos a uma avaliação e os empregados tenham a oportunidade de receber o tratamento devido.

Voto: em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2011, com o seguinte substitutivo:

Emenda:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, de 2011

Acrescenta o § 2º do art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a suspensão do contrato de trabalho pelo empregador, caso o empregado apresente sintomas de dependências crônicas do álcool e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, numerando-se o Parágrafo Único como § 1º.

Art. 482

(...)

§ 2º Caso o empregado apresente sintomas de dependências crônicas do álcool, na hipótese da alínea f deste artigo, o empregador deverá suspender a vigência do contrato de trabalho e determinar que o empregado submeta-se à perícia junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), para concessão de auxílio-doença e posterior tratamento, sendo cabível a justa causa em caso de negativa do benefício, recusa ou resistência do empregado ao tratamento médico cabível.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

E vai assinada por mim, como Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Paulo Bauer. Está em discussão a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, não tenho como não comentar o projeto e o parecer do Senador Paulo Bauer.

Entendo que ele foi muito feliz, porque é inadmissível que alguém seja demitido por justa causa porque está doente. Há drogas lícitas e ilícitas. Essa é uma droga lícita. O cidadão alcoólatra, para mim, é um doente e tem de ser tratado. Eu concordo com as emendas. Ele será tratado, mas ele tem que ir para o tratamento. Se ele não quiser, ele terá de assumir as consequências de não ir. Por isso, sou totalmente favorável ao projeto.

Cumprimento o autor e o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Asseguro a palavra ao Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, quero parabenizar o relator, o Senador Paulo Bauer, porque ele melhorou muito o projeto, Sr. Presidente. É exatamente essa a condição. A pessoa não pode ser demitida por estar doente e a gente também não pode confundir irresponsabilidade. Às vezes o cara não tem essa dependência, mas por irresponsabilidade até bebe durante o trabalho; não por dependência, por irresponsabilidade; e pode cometer, até por essa irresponsabilidade, alguma coisa mais grave. Mas o projeto trata disso.

Nós estamos falando, aqui, exatamente de pessoas que têm uma dependência química e precisam de uma licença para tratamento. E, claro, se recusarem ajuda, aí sim, e somente aí poderão ser demitidos por justa causa.

Então, quero parabenizar o autor também, mas principalmente o relatório e a grande contribuição que trouxe para esse projeto o Senador Paulo Bauer.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª e asseguro a palavra ao Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos.

Na mesma linha do Senador Moka e com a visão empresarial eu quero parabenizar essa relatoria. Não só o autor, mas principalmente o relator, porque nessa emenda ele realmente corrige uma desigualdade que haveria nesse projeto. E nada mais justo do que tratar a doença e ser colaborador.

Então, com a visão empresarial tenho o meu respeito e admiração pela sua postura, Senador Paulo Bauer. E voto favorável a esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Não tendo mais quem queira discutir, encerro a discussão e entra o processo de votação.

Votação ao Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei da Câmara nº12, de 2011, que tem preferência regimental.

Consulto como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com o autor e com o relator Senador Paulo Bauer, pelas mudanças por ele apresentadas.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço.

Como vota o Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com o autor e o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin?

A SRª. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, eu voto com o relator, cumpri-

mentando-o pela contribuição que dá ao ambiente de trabalho e às relações de trabalho no Brasil. Parabéns, Senador Bauer.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o ilustre Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Mozarildo Cavalcanti?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Marta Suplicy?

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Amélia? Ana Amélia não está presente.

Senadora Ana Rita, como vota V. Ex^a?

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o relator e parabenizando-o pelo brilhante relatório, que valorizou muito o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Clésio Andrade?

O SR. CLÉSIO ANDRADE (PR – MG) – Sr. Presidente, eu vou votar com o relator mas quero fazer uma observação, porque nas próximas comissões vamos analisar melhor esse projeto.

Quanto às profissões de alto risco é preciso ter um pouco de avaliação mais clara. Motorista de ônibus urbano...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu quero comunicar a V. Ex^a, Senador Clésio Andrade, que é em caráter terminativo nesta comissão. Não vai ser encaminhado para outras comissões.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (PR – MG) – Então, na Câmara vai ter que ser trabalhado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Então, consulto a V. Ex^a como vota?

O SR. CLÉSIO ANDRADE (PR – MG) – Em respeito ao relator, vou votar com ele.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota – voto já conhecido – o Senador Paulo Bauer?

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Duas vezes “Sim”, não é, Paulo?

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Aprovado por unanimidade o Substitutivo, fica prejudicado o projeto.

A matéria vai a turno suplementar pelo art. 282 combinado com o art. 92.

ITEM 15

– Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 189, DE 2011

Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a contribuição previdenciária de empregados e empregadores domésticos.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela **aprovação** do Projeto.

Observações: *Votação Nominal.*

Concedo a palavra ao ilustre Senador Paulo Paim, para proferir o seu relatório. V. Ex^a está com a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente Senador Jayme Campos, cumprimento mais uma vez a Senadora Vanessa Grazziotin.

Eu não vou precisar fazer toda leitura do relatório. Vou pegar o principal ponto da análise para aproveitarmos o quórum, porque entendo que é um projeto que deverá ser aprovado por unanimidade.

E já começo na página 243, Sr. Presidente.

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, no período de 1999 a 2009, verificou-se um movimento de ampliação da formalização dos trabalhadores e trabalhadoras de modo geral. Apesar disso, esse “bom comportamento” do mercado de trabalho, todavia, esconde situações de extrema precariedade e exclusão, como é o caso das trabalhadoras domésticas. Em 2009, apresentaram índice de formalização – como V. Ex^a já havia comentado, Senador Jayme Campos – de apenas 26,3%, o que significa que, do contingente de 6,7 milhões de ocupadas nesta profissão, somente 1,7 milhão possuía alguma garantia de usufruto de seus direitos. Ainda muito distante da média de formalização das trabalhadoras ocupadas em outros setores (69,9%, em 2009), as trabalhadoras domésticas vivenciaram, ao longo da década, um crescimento tímido na proporção daquelas que contavam com carteira assinada. Todavia, isso não foi capaz de reduzir a desigualdade verificada entre elas e as trabalhadoras de outras categorias profissionais.

Diante desse quadro, onde apenas um reduzi-do número de trabalhadoras consegue contornar a desproteção social via contribuição individual, não se pode deixar de considerar que, diante dos baixos sa-lários recebidos pelas trabalhadoras e das precárias condições de trabalho e de vida, o fato de terem que arcar sozinhas com a contribuição previdenciária é um peso que grande parte destas mulheres não con-segue sustentar.

Nesse contexto, entendemos que a redução das alíquotas de contribuição para a Previdência Social sugerida pelo projeto da Senadora Vanessa, em co-mento, pode contribuir substancialmente para a inclu-são previdenciária dessa classe de trabalhadoras que, assinala-se, em sua grande parte, é de baixa renda.

Trata-se, portanto, de medida meritória, pois, se essas trabalhadoras não estiverem filiadas ao Regime Geral de Previdência Social, ficarão, com certeza, ex-postas aos riscos sociais do trabalho e não poderão enfrentar com qualidade de vida nem o declínio de sua capacidade laboral, nem seu envelhecimento. E, o que é pior, não estando filiadas à Previdência Social, acarretarão altos custos sociais no futuro, porque serão obrigadas a depender dos programas assistências do Estado ou da ajuda dos familiares, não tendo o direito sequer à sua aposentadoria.

Portanto, o presente projeto, sem dúvida algu-ma, significa, para o futuro, um passo importante no combate à pobreza entre os idosos e na sustentação da sua renda.

Voto.

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 189, de 2011.

Como viram, eu me dediquei a ler só a metade da última página, para garantir o quórum num projeto que eu entendo que todos serão a favor.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Paulo Paim. Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, como disse o Senador Paim, nós não temos muito o que discutir. Na realidade, são medi-das importantes, porque a legislação brasileira obriga, exige a assinatura de Carteira. Entretanto, o Ministério do Trabalho trata como se somente 28% fossem for-malizadas. É muito menor o número. O percentual de trabalhadoras domésticas formalizadas é muito menor, Sr. Presidente. E uma das causas é que é caro. Não é uma relação comum de trabalho, é uma relação entre trabalhadores. No geral, é entre trabalhadores. E fica caro, 12%. Então, 5% por quê? Para equiparar as do-nas de casa e as microempreendedoras individuais. É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Quero cumprimentar V. Ex^a pelo belo projeto, meritório, não tenho dúvida alguma. Até por-que, quando reduz a participação para 5% e 5%, eu não tenho dúvida de que isso vai permitir sair da in-formalidade e ir para a formalidade. É aquela velha história: se o governo baixasse a carga tributária no Brasil, com certeza, haveria maior arrecadação. O que não se aguenta mais hoje é pagar excesso de tributos, sobretudo pesados. Este é um dos países que mais cobra, ou seja, no Brasil pagam-se impostos mais ca-ros. Só os países da Escandinávia é que pagam tanta carga tributária como o Brasil.

Com a palavra a Senadora Marta Suplicy.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Que-ro parabenizar a Senadora Vanessa. Trata-se de um projeto excelente, que vai, realmente, ajudar muito a formalização do emprego doméstico.

Tive recente informação de que o Ministério do Trabalho e também o da Previdência estão trabalhando nessa direção. Em vez de 10%, acho que vai ser 14% mais o fundo de garantia. O fundo de garantia é uma determinação da OIT para o empregado doméstico.

Mas o passo que a Senadora está propiciando, com a aprovação desse projeto nesta Casa, vai na mesma direção. Quero parabenizá-la pela sensibilidade.

Acredito que, principalmente as mulheres, que são as que fazem mais esse tipo de trabalho, vão ser bastante beneficiadas com essa formalização maior e também a Previdência.

Então, meu voto é favorável.

Meus parabéns à Senadora!

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Não havendo mais quem queira discutir, em vo-tação o Projeto de Lei do Senado nº 189, de 2011, decisão terminativa.

Consulto como vota o Senador Paulo Paim, que é o Relator da matéria?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com a autora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com o autor.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin? Imagino que mais do que “sim”!

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador Waldemir Moka, como vota?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS)

– Parabenizando a Senadora Vanessa, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Da mesma forma, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – A nossa secretária está comunicando que seu voto vale para quórum. Claro!

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – É. Só para quórum.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Mas o quórum é mais importante diante da votação, que será unânime, com certeza.

Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cícero Lucena?

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Mozarildo Cavalcanti?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Marta Suplicy?

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Rita?

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o autor e com o Relator, Sr. Presidente, inclusive parabenizando a autora do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com os brilhantes Senadores Vanessa e Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Aprovado por unanimidade o projeto de V. Ex^a, Senadora Vanessa.

Será comunicada a decisão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Item 8, pág. 153.

ITEM 8

– Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 482, DE 2003

Altera o disposto no caput do art. 103, Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Relatoria: Senador Casildo Maldaner.

Relatório: pela aprovação do projeto na forma do substitutivo que apresenta.

Observações: *em 19/10/2011, lido o relatório e encerrada a discussão, foi adiada a votação da matéria, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF. Se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.*

A votação será nominal.

Vamos à votação porque essa matéria já foi lida.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Se V. Ex^a quiser fazer algum comentário, asseguro-lhe a palavra, Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Só para recordar que a autoria é do Senador Paulo Paim, e o projeto vai ao encontro de uma possível revisão de aposentadoria do INSS. Essas aposentadorias dão direito ao trabalhador. A legislação original é de cinco anos. O Senador Paulo Paim prevê que, dentro de quinze anos, poder-se-ia rever essa aposentadoria, a legislação. E nós entendemos um Substitutivo, Sr. Presidente, nobres colegas, que, no curso da aposentadoria, não interessa o tempo, se o aposentado entender que tem algum prejuízo que venha a calhar, que ele possa, a qualquer tempo, apresentar a reivindicação desse direito que ele sente que pode adquirir. Isso, naturalmente, com efeito retroativo até cinco anos.

Então essa é a proposta, apenas para recordar um relatório que já foi exposto aqui aos colegas, de autoria, reafirmando mais uma vez, do eminente Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Com a palavra o autor, Senador Paulo Paim. V. Ex^a tem interesse em fazer alguma observação?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Não, só quero votar com o Substitutivo, porque ele melhorou o projeto inclusive da forma original que eu havia apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vamos à votação. Tendo em vista que tanto o autor como o Relator já se manifestaram e em que pese essa matéria já ter sido lida na Comissão, entramos em processo de votação.

Para efeito apenas de consulta, para ratificar, Senador Paulo Paim, como vota?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com o Relator, Sr. Presidente, Casildo Maldaner.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota João Durval, nosso Senador querido?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota Casildo Maldaner? Voto conhecido.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cícero Lucena?

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Mozarildo Cavalcanti?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Marta Suplicy?

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Rita?

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cyro Miranda? Não foi consultado?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator e parabenizando a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – A matéria está aprovada.

Aprovado o Substitutivo, fica prejudicado o projeto e a matéria vai ao turno suplementar, de acordo com o art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno. Vamos para o Item 9.

ITEM 9

– Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2008

Altera a Lei nº 9.797, de 6 de maio de 1999, para assegurar o acesso das mulheres a ações de controle do câncer de mama.

Autoria: Senador Inácio Arruda

Relatoria: Senador Waldemir Moka

Relatório: Pela declaração de prejudicialidade.

Observações: – *Em 19/10/2011, lido o Relatório, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.*

Consulto os Srs. Senadores se há manifestação decorrente do pedido de vista. Concedo a palavra ao Senador Waldemir Moka para suas considerações se necessário for.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, eu quero lembrar que o Senador Inácio Arruda apresentou o projeto antes de ser sancionada a Lei 11.664, portanto, ele apresentou em prazo oportuno. Só que agora, nesta análise, verifica-se que já existe a Lei 11.664 e com um adendo. A lei é mais abrangente. O projeto de lei do Senador Inácio Arruda trata do câncer de mama; a Lei 11.664, além do câncer de mama, do colo uterino. Na verdade, as duas doenças, lamentavelmente, são articuladas e, do ponto de vista preventivo, a lei, já sancionada, é mais abrangente.

Nós temos aqui no nosso Regimento que quando já existe uma lei mais abrange... Lamentavelmente, eu tive que relatar pela prejudicialidade do projeto do Senador Inácio Arruda, mas quero salientar que ele o apresentou na época, de forma oportuna. Só que o trâmite aqui na Casa é que demorou a ser feito.

Por isso, lamentando que o projeto só tenha vindo a ser apreciado agora, ressalto que a lei já existe e é mais ampla, mais abrangente que o projeto do eminente representante do Ceará, Senador Inácio Arruda.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu consulto V. Ex^a se quer fazer alguma observação, para então entrarmos no processo de votação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, só para cumprimentar o Senador Inácio Arruda. Essa é uma injustiça que acontece seguidamente no Congresso Nacional. Antes do Fundep, que apresentei em 2003, vocês vão ver que vieram diversas leis que eram desdobramentos do Fundep, mas não deixaram aprovar o Fundep, até hoje, e hoje não deixaram de novo. E este caso é a mesma coisa: deveriam ter aprovado o projeto do Senador Inácio Arruda e sancionado.

Meus cumprimentos ao Senador Inácio Arruda e voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Declaro prejudicado, nos termos do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal.

Está encerrada a discussão.

A votação é nominal.

Em votação.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Home-nageando o Senador Inácio Arruda, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o ilustre Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Voto conhecido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cícero Lucena?

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Mozarildo Cavalcanti?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Marta Suplicy?

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Está aprovada a declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2008.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal.

Item 06

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – V. Exª não colheu o meu voto e o Bloco não está completo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu consultei V. Exª.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Então, consulto como vota a Senadora Vanessa Grazziotin. Desculpe-me.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Só para eu também ter oportunidade de homenagear o Senador Inácio Arruda pela preocupação com a saúde da mulher.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Sobre tudo colega do seu grande, valoroso e gigantesco PC do B.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª tem toda a razão.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vota sim.

Não poderia jamais, em tempo algum, deter o voto da sua colega, Senadora Vanessa Grazziotin.

ITEM 6

– Terminativo –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2011

Altera a redação do art. 12 da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, que dispõe sobre o repouso semanal remunerado e o pagamento de salário nos dias feriados civis e religiosos, para atualizar o valor da multa administrativa devida pelas infrações àquela Lei.

Autoria: Deputado Arnaldo Jardim

Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: – Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti para proferir o seu relatório.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente, vou diretamente à análise.

Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o disposto no art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assun-

tos Sociais discutir e votar projetos de lei que versem sobre Direito do Trabalho.

Sob o aspecto formal, não vislumbramos óbice algum de natureza jurídica ou constitucional no projeto. A disciplina da matéria é de competência legislativa da União (art. 22, I, da Constituição Federal – CF) e inclui-se entre as atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, da CF). Também os requisitos de adequação às regras regimentais foram respeitados.

Não havendo, portanto, impedimentos constitucionais formais, nem materiais, a norma, se aprovada, está apta para entrar em nosso ordenamento jurídico. Tendo em vista o grande alcance social da proposta, em relação ao seu mérito, tampouco há reparos a fazer, eis que a multa prevista pela citada lei representa, hoje, um valor irrisório e, por consequência, não inquieta nem inibe o mau empregador que continua descumprindo a lei e, ao mesmo tempo, não pune efetivamente as infrações ao direito de o trabalhador repousar nos dias de feriados.

Toda multa, como se sabe, em razão de sua natureza inibitória e coercitiva, deve ser estipulada em valor considerável, para que o sujeito desista de seu intento de não cumprir a obrigação imposta pela lei. Por outro lado, é claro, deve ser proporcional ao direito que se almeja proteger.

O valor atualizado da multa parece-nos razoável, já que o parâmetro utilizado é aquele atribuído para as infrações ao capítulo da Consolidação das Leis do Trabalho que dispõe sobre a duração do trabalho, prevista em seu art. 75, que varia entre R\$40,25 a R\$4.025,33.

Por isso, alinhamo-nos ao pensamento do autor sobre a necessidade e urgência em promover a atualização do valor das penalidades aplicadas pelo descumprimento das exigências estabelecidas na Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949.

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço ao Senador Mozarildo Cavalcanti. Em discussão a matéria.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Para discutir a matéria, com a palavra o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Só gostaria de perguntar ao Relator, Senador Mozarildo, como é que funciona essa variação de R\$40 a R\$4 mil, quais são os parâmetros que a regem. Não sei o que está previsto no art. 75. Sinceramente, sou leigo nisso.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – A lei anterior já previa isso, mas haverá, com certeza,

uma regulamentação por meio de portaria do Ministério da Previdência e outros para que possa realmente ser proporcional à forma como o trabalhador é prejudicado. A lei seria muito detalhista se descrevesse cada caso e de quanto seria o valor. Isso pode ser perfeitamente regulamentado por intermédio de uma portaria do Ministério.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto e indago ao Senador Cyro Miranda se está satisfeito com o esclarecimento prestado pelo Senador Mozarildo Cavalcanti, Relator da matéria.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Que isso não fique solto, que fique a cargo da própria fiscalização de arbitrar. Sei que não cabe realmente nesse projeto esse tipo de discussão, mas vamos verificar o art. 75.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Em discussão a matéria...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, a Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Quero perguntar a V. Exª se seria possível fazer uma inversão de pauta para o Relatório nº 305, porque tenho que estar presente na CCJ e gostaria de pelo menos poder ler o relatório hoje.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto a Secretaria... Temos algumas matérias para serem votadas preferencialmente, pois seus já foram lidos há algumas semanas. Daqui a pouco vamos atender o pleito de V. Exª. Vamos ser rápidos.

Encerrada a discussão.

Vamos ao processo de votação.

Consulto como vota o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com o Relator, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, não é fácil votar este projeto. Entretanto, conversei longamente sobre esta matéria e a medida provisória que havia anteriormente caducou, não votamos a tempo no Senado Federal, na memorável sessão de início de mandato, quando não tivemos tempo e duas medidas provisórias caíram, entre elas a que tratava desta matéria.

Não estão ouvindo? Então é o som que está baixo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Solicito ao som que aumente o volume.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – É verdade, porque eu já estou me esforçando muito, Sr. Presidente.

Obrigada. Melhorou, Senador Armando?

Então, Sr. Presidente, é uma matéria delicada, muito delicada. Entretanto, tive todo o cuidado de conversar com os professores que dirigem o hospital universitário da Universidade Federal do Estado do Amazonas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Ainda não é esse tema.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Não é este?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Ele só está dando uma pequena atualizada em uma multa de muito tempo atrás.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – É porque o Senador...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – O Senador disse que ia relatar.

A SR^a MARTA SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – É muito simples.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Vai relatar hoje?

A SR^a MARTA SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Não, depois, se der tempo.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Ah! Vai relatar. Então, Sr. Presidente, voto com o Relator. Imagina!

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Ótimo! Foi bom até para quem tinha algumas dúvidas.

Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cícero Lucena?

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Mozarildo Cavalcanti?

O voto já é conhecido.

Como vota a Senadora Marta Suplicy?

A SR^a MARTA SUP LIC Y (Bloco/PT/SP) –

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Rita?

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Lídice da Mata?

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Com o Relator.

Resultado: aprovado por unanimidade.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) E vai entrar extrapauta inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Este aqui já foi lido e ainda vamos votar os projetos que estão aqui e que não foram lidos e que é o item 10, página 170, decisão terminativa

ITEM 10

– Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 302, DE 2011

Altera o inciso IX, do art. 10, da Lei nº 6.965, de 09 de dezembro de 1981, e dá outras providências.

Autoria: Senador Inácio Arruda

Relatoria: Senador João Vicente Claudino

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

A votação será nominal. Foi lido no dia 17/08/2011. Foi concedida vista coletiva nos termos regimentais. Entretanto, eu consulto os Srs. Senadores se há manifestação decorrente do pedido de vista e, neste caso, como não há presença aqui do Senador João Vicente Claudino, nós entraremos em processo de votação, porque ele já foi lido e está em discussão.

Se alguém se interessar em discutir a matéria, vamos discutir. Caso contrário, vamos encerrar a discussão e vamos para o processo de votação.

Como vota o Senador Paulo Paim.?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Voto com o autor e a Relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) –

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin?

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cícero Lucena?

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Marta Suplicy?

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator, e a 536 dá R\$500 e o projeto dá R\$350.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Como vota a Senadora Ana Rita?

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Lídice da Mata?

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Aprovado por unanimidade.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal.

Comunico a V. Ex^a, Senadora Marta Suplicy, que, após a leitura do relatório do Senador Cícero Lucena, o próximo item será o projeto de V. Ex^a.

ITEM 11

– Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 193, DE 2003

Acrescenta parágrafo ao artigo 166 e altera a redação dos artigos 167 e 193, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, que dispõe sobre as medidas de segurança e de proteção individual contra os riscos de acidentes do trabalho, e dá outras providências.

Autoria: Senador Marcelo Crivella.

Relatoria: Senador Cícero Lucena.

Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações: – *Em 09/06/2010, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ aprovou Parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CCJ.*

– *Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF, se for aprovado o*

Substitutivo será ele submetido a ele será submetido a turno suplementar.

A votação será nominal.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Cícero Lucena para proferir o seu

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, como o relatório distribuído anteriormente, vou direto ao voto.

O voto é pela aprovação, com o substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a sua eficiência, como sempre, praticidade, objetividade e competência.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discuti-la, encerro a discussão.

Em votação o substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 193, de 2003. Vamos proceder à votação em caráter nominal.

Consulto como vota o ilustre Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Acompanho o autor do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin?

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS)

– Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Voto conhecido do Senador Cícero Lucena.

Como vota o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a ilustre Senadora Marta Suplicy?

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Rita?

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Lídice da Mata?

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^{as}.

Aprovado o substitutivo, fica prejudicado o projeto.

A matéria vai a turno suplementar, de acordo com o art. 282 combinado com o art. 92.

Item 14, página 234. Decisão terminativa.

ITEM 14

– Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 305, DE 2010

Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para criar benefício variável do Programa Bolsa Família vinculado à gestante e à nutriz.

Autoria: Senadora Rosalba Ciarlini

Relatoria: Senadora Marta Suplicy

Relatório: Pela rejeição do projeto.

Observações: – *Votação nominal.*

Concedo a palavra à Senadora Marta Suplicy para proferir seu relatório.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – RS) – Relatório.

Vem ao exame da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 305, de 2010, da Senadora Rosalba Ciarlini. A proposição busca criar um benefício variável do Programa Bolsa Família, vinculado à gestante e à nutriz, alterando a lei do bolsa família.

Em sua justificação, a autora lembra que é um período delicado da vida da mulher, seja como gestante ou como lactante. Dessa forma, para melhorar o poder de compra de gestantes e nutrizes, com vistas à aquisição de alimentos adequados a sua nutrição, a Senadora Rosalba Ciarlini sugeriu a criação de benefício variável que permita aumentar a renda das famílias com mulheres grávidas e bebês em fase de amamentação, estabelecendo o valor de R\$33 por beneficiário até o limite de R\$66 por família.

A Comissão de Assuntos Sociais deverá deliberar em caráter de decisão terminativa sobre o PLS nº 305, e a ele não foram apresentadas emendas.

Análise.

A proposta cumpre todos os requisitos constitucionais e regimentais, inserindo-se entre as de competência da CAS, para deliberação.

No mérito, concordo inteiramente. O projeto está corretíssimo. O problema que está tendo da rejeição é que ele foi apresentado antes dos últimos pronunciamentos do Ministério do Desenvolvimento Social que, agora, leva esses benefícios.

Mas o projeto é ótimo. Argumenta que, nos primeiros meses de vida, a criança recebe os nutrientes essenciais para seu crescimento e desenvolvimento e são os meses mais importantes frente a esse desenvolvimento. É nesse momento que o bebê recebe também os anticorpos da mãe para auxílio na defesa contra infecções e processos alérgicos. De fato, quando a alimentação da mãe não é adequada, o bebê sofre quando é amamentado. Então, é absolutamente sensata a proposta.

A preocupação de reforçar a renda da gestante também é meritória, pois durante a gestação a mulher tem necessidades especiais e isso acaba pesando no orçamento da família. Muitas vezes, a mulher alimenta os filhos mais do que ela própria por não ter condições de dar o alimento correto a todos. Então, o benefício adicional é oportuno.

Cabe destacar, no entanto, que a lei do bolsa família, no inciso II do seu art. 2º já traz em seu texto a previsão de benefício variável destinado a unidades familiares que se encontram em situações de pobreza

e extrema pobreza e que tenham em sua composição gestantes e nutrízes. Inclusive no § 6º do mesmo artigo, a lei delega ao Executivo a competência de corrigir os valores dos benefícios em razão da dinâmica socioeconômica do País. Como nós temos observado, esses benefícios têm-se alterado e aumentado – na própria gestão da Presidente Dilma já tem ocorrido –, regulamentando a lei do Bolsa Família.

O Decreto 5.209, de 17 de setembro de 2004, alterado recentemente pelo Decreto 7.494, de 2011, a que me referi, dispõe que gestantes e nutrízes receberão benefício variável de R\$ 32,00, respeitando o limite de cinco benefícios variáveis ou R\$ 160,00 por família. Aliás, a ampliação do número de benefício de três para cinco foi aprovada no PLV da Medida Provisória nº 535, de 2011, da qual fui relatora. Vale dizer que, pelo mesmo decreto, cabe à Secretaria Nacional de Renda e de Cidadania (Senarc) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome regulamentar concessão de benefício variável à gestante e à nutriz, visando a disciplinar as regras necessárias à operacionalização continuada desse benefício, que é variável.

O exercício dessa competência possibilita a Senarc elaborar estudos e estatísticas que identifiquem os quantitativos de gestantes e nutrízes no País e permitam a análise da real situação desse grupo em situação de vulnerabilidade.

Concordamos que tais estudos são essenciais, pois, conhecendo a situação dessa parcela da população brasileira, possibilitará a delimitação de benefícios mais condizentes com a realidade de nossas gestantes e nutrízes.

Com efeito, em consulta à Senarc, fui informada que:

1º – a partir de novembro próximo, a família que tiver uma criança de zero a seis meses receberá seis parcelas mensais de R\$ 32,00, referente ao benefício variável à nutriz.

A mãe é orientada a realizar as consultas e vacinação do pós-natal, puerpério. O benefício começa a ser pago quando a criança com idade entre zero a seis meses é identificada no cadastro único.

2º – a partir de dezembro, a família com gestante receberá nove parcelas mensais de R\$ 32,00, correspondente ao benefício variável à gestante. As parcelas começam a ser pagas quando a beneficiária é identificada como gestante no Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família na Saúde independentemente do estágio da gravidez.

A única condição para continuar a receber o benefício é a realização do pré-natal. Nos casos de aborto, o benefício não será cancelado para garantir

uma recuperação saudável à mãe. Nesse contexto, devemos reconhecer que o benefício, que a autora do projeto com todo o mérito pretende criar, já está agora previsto na lei e está em fase final de operacionalização pelo Senarc e pelo MDS.

Ponderamos ainda ser inadequado o estabelecimento de valores por meio da lei, porque cabe ao Poder Executivo determinar, após os devidos estudos técnicos, os valores ideais com vista a beneficiar de forma mais concreta mães e crianças no período gestacional e na fase de amamentação. Quer dizer, você engessar um valor é absolutamente... a palavra diz tudo, engessar um valor que não pode ser engessado. Vale dizer que essa competência do Executivo permitiu, este ano, sem a necessidade de adição de nova lei, a correção do benefício variável em 45,5% em relação ao valor vigente até então de R\$ 22,00.

Em face do exposto, somos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 305, de 2010, sempre parabenizando a ex-Senadora Rosalba Ciarlini.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senadora Marta Suplicy. Em discussão.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Para discutir o Senador Waldemir Moka, com a palavra.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, voto com a relatora até porque entendo que já existe este programa para a gestante e para a nutriz.

Mas, Sr. Presidente, quero levantar uma questão aqui na Comissão. Eu assisti a uma audiência pública da Frente Parlamentar da Primeira Infância, presidida pelo Deputado Federal do Rio Grande do Sul, Osmar Terra.

Sr. Presidente, sei disso, mas fiquei surpreso, primeiro, com a qualidade da audiência pública, que aqui V. Exª abriu e depois a passou.

Mas vamos chamar a atenção para um detalhe: Sr. Presidente, não tem nada mais covarde e mais injusto neste mundo do que você limitar uma pessoa nos seus três, quatro primeiros anos de vida, pessoas indefesas, e que você vai limitar por falta principalmente de nutrição, que o sistema nervoso central, ou seja, o cérebro, seja convenientemente formado. Crianças que depois, na adolescência, não conseguem aprender cálculos, por exemplo, de matemática, de física, alguma coisa mais difícil. Você limita a pessoa de forma covarde na época em que ela é indefesa. Essa é uma questão para a qual temos de ter uma atenção redobrada. Muitas vezes você não entende por que determinadas pessoas são tão agressivas... Que têm

tanta falta de afeto... Tudo isso acontece, Sr. Presidente, na chamada primeira infância. Então, lamentando, o projeto é realmente meritório, mas chamando a atenção para o fato de que é preciso cada vez mais implementar esse tipo de programa que cuida da gestante, da nutriz e, sobretudo, da criança, principalmente nos seus três, quatro primeiros anos de vida.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – De fato, foi uma audiência pública muito concorrida e que, acima de tudo, foi bastante esclarecedora. V. Ex^a tem razão quando deixa essas observações em relação a esse projeto. Ninguém mais quer discutir, está encerrada a discussão. Em processo de votação o Projeto de Lei do Senado nº 305, de 2010. Quem vota com a relatora vota não, pela rejeição do projeto. Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com a relatora, Senadora Marta Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vota não. Como vota o Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Voto não.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin?

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com a relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com a relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com a relatora, elogiando o relatório feito sobre um tema que, como disse o Senador Moka, é da maior relevância.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cícero Lucena?

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Com a relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com a relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Romero Jucá?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Com a relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Mozarildo Cavalcanti?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Marta Suplicy, que já tem voto conhecido?

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Quero reforçar, pois acredito que o Senador Moka colocou muito bem a importância desses primeiros meses para a infância. Quero aqui aproveitar para parabenizar o Ministério pela sensibilidade que teve nessa direção.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a. Como vota a Senadora Ana Rita?

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com a relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Lídice da Mata?

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o ilustre Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Fica rejeitado o projeto. Será comunicada a decisão da Comissão ao presidente do Senado Federal para ciência do plenário e publicação no Diário do Senado Federal.

Item 12, página 195, decisão terminativa. Com a palavra, pela ordem, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Uma questão de ordem. Chegou o Senador Paulo Davim. Só saiu de pauta o item 1 porque ele queria chegar em tempo de apresentar o seu parecer. É um projeto autorizativo, inclusive, o Fundep. O Governo só aplica se quiser.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Primeiro, vamos relatar esta matéria e depois, com muito prazer, o Senador Paulo Paim terá direito de relatar a matéria.

ITEM 12

– Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 615, DE 2007

Altera a Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995, para proibir o uso de informações constantes dos cadastros das agências de proteção ao crédito e afins, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho e dá outras providências.

Autoria: Senador Marcelo Crivella.

Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 283, de 2008, que altera a Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995, *que proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização e outras práticas discriminatórias para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho, para definir ações e crimes resultantes de discriminação na relação de trabalho.*

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Relatoria: Senador Cícero Lucena

É bom que se esclareça que o relatório é pela aprovação do Projeto de Lei 615, de 2007, na forma da Emenda 1, substitutivo, pela rejeição do Projeto de Lei nº 283, de 2008.

Quero fazer mais umas observações que, em 21.05.2009, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou parecer favorável ao projeto, nos termos da Emenda 1 da CCJ e nos termos do art. 282, combinado com o art. 92. Se for aprovado, o substitutivo será submetido a turno suplementar, e a votação será nominal.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Cícero Lucena para proferir o seu relatório.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, da mesma forma, o relatório já foi distribuído anteriormente e vou direto ao voto que V. Ex^a, inclusive, já adiantou.

De acordo com o exposto, opinamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado 283, de 2008, do Senador Antonio Carlos Valadares e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 615, 2007, nos termos da Emenda 1 da CCJ como substitutivo.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. PR – TO) – Agradeço, uma vez mais, a sua eficiência e, sobretudo, o se belo relatório.

Está em discussão a matéria.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. PR – TO) – Senadora Ana Rita, pela ordem, concedo a palavra a V. Ex^a.

A SR^o. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Eu apenas gostaria de sugerir, sem prejudicar o projeto, com certeza ele é importante, tenho plena concordância aqui não só com a matéria, mas também com o relatório, e propor aqui, porque tem uma emenda apresentada no substitutivo, uma sugestão de emenda de redação no substitutivo, onde fala lá atrás, Senador Cícero, “nem as hipóteses de proteção ao menor”, em vez de colocar menor, colocar criança e adolescente, apenas isso, só para atualizar essa linguagem que acho mais adequada.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, há concordância do Relator na proposta da Senadora de uma emenda de redação apenas.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. PR – TO) – Claro, natural, depende, naturalmente, de V. Ex^a. Se V. Ex^a concorda, será acatada e incorporada dentro do substitutivo a emenda proposta pela Senadora Ana Rita.

A SR^a. MARTA SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Eu gostaria de comentar.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. PR – TO) – Por favor, Senadora Marta Suplicy.

A SR^a. MARTA SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Eu gostaria de parabenizá-lo, Senador Cícero, pela inclusão de gênero, sexo, orientação e identidade sexual, que pode parecer o óbvio, mas, nessa radicalidade que estamos vivendo nos dias de hoje e com a dificuldade de aprovar um projeto que fala sobre a descriminalização contra a homofobia, acredito que, neste momento, é muito importante. Parabenizo V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. PR – TO) – Encerro a discussão.

Não havendo, vamos entrar em processo de votação, ou seja, em votação o substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 615, de 2007. Claro, natural, incorporada a proposta de emenda da Senadora Ana Rita dentro do substitutivo.

A votação é nominal.

Consulto como vota o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Acompanho o autor e o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. PR – TO) – Consulto como vota o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. PR – TO) – Como vota o Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. PR – TO) – Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin?

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. PR – TO) – Como vota o Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. PR – TO) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. PR – TO) – Como vota o Senador Cícero Lucena? Voto já conhecido.

Como vota o Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. PR – TO) – Como vota o Senador Mozarildo Cavalcanti?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. PR – TO) – Como vota a Senadora Marta Suplicy?

A SR^a. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. PR – TO) – Como vota a Senadora Marta Suplicy?

A SR^a. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Rita?

A SR^a. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o relator, parabenizando-o pelo relatório.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Lídice da Mata?

A SR^a. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com o relator e com o autor: o Senador do meu Partido, meu Líder Valadares, e o Senador Cícero Lucena, que fez um relatório muito competente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Aprovado o substitutivo.

Fica prejudicado o Projeto de Lei do Senado nº 615, de 2007, e rejeitado o Projeto de Lei do Senado nº 283, de 2008.

A matéria vai a turno suplementar, baseada no art. 282 com o art. 92.

ITEM 1

– Não Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 274, DE 2003

Institui o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional e Qualificação do Trabalhador – Fundep, e dá outras providências.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Paulo Davim

Relatório: Pela aprovação da matéria, do projeto, com as Emendas nºs 1-CE-CRA-CCJ a 4-CE-CRA-CCJ; com as Subemendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ à Emenda nº 2-CE-CRA-CCJ; com a Subemenda nº 1-CCJ à Emenda nº 4-CE-CRA-CCJ; e pela rejeição da Emenda nº 1, apresentada à CCJ, de autoria da Senadora Lúcia Vânia.

Observação: a matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Davim, para proferir o seu relatório.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, serei sucinto, porque, na verdade, todos já leram o relatório desta matéria do Senador Paulo Paim, que institui o Fundo de Desenvolvimento de Ensino Profissional e Qualificação do Trabalhador, o Fundep, e dá outras providências.

O que nós fizemos foi apenas transformar esse projeto em um projeto autorizativo para não torná-lo inconstitucional. Contamos com a compreensão e a concordância do autor da matéria, o ilustre Senador Paulo Paim. Portanto, somos a favor.

O Senador Paulo Paim poderia complementar as informações dadas.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu concordei com o Relator. O projeto, de fato, tinha um vício de iniciativa. O Relator o transformou em autorizativo. Isso é uma forma de fortalecer a política do Governo do ensino técnico. Há simpatia do MEC e de outros setores. Eles também entendem que seria melhor que fosse somente autorizativo. Por isso, concordo com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 274, de 2003, e das Emendas nºs 1-CE-CRA-CCJ a 4-CE-CRA-CCJ; com as Subemendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ à Emenda nº 2-CE-CRA-CCJ; com a Subemenda nº 1-CCJ à Emenda nº 4-CE-CRA-CCJ; e pela rejeição da Emenda nº 1, apresentada à CCJ, de autoria da Senadora Lúcia Vânia.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

ITEM 18

– Não Terminativo –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 79, DE 2011

Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH; acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal; e dá outras providências.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: o projeto tramita em regime de urgência, nos termos do §1º do art. 64 da Constituição Federal.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, para proferir o seu relatório.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Sr. Presidente, inicialmente gostaria de dizer que este projeto, mesmo polêmico – falo aqui como médico e como professor universitário – é um projeto que, se não é o ideal, sonhado para resolver o problema, é um tratamento, vamos dizer assim, necessário para a realidade que nós vivemos hoje.

Então, vou começar lendo o relatório.

É submetido à análise da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 79, de 2011 (Projeto de Lei nº 1.749, de 2011, na origem), da Presidente da República, que *autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH; acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal; e dá outras providências.*

A autorização para a criação da EBSEH está consignada no art. 1º da proposição, com fundamento no art. 5º do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e no art. 5º do Decreto-Lei nº 900, de 29 de setembro de 1969.

Os §§ 1º e 2º do art. 1º do projeto determinam que a empresa terá sede e foro na Capital Federal, mas poderá manter filiais e escritórios de representação em outras unidades da Federação, bem como criar subsidiárias.

O capital social da empresa será integralizado apenas pela União, com recursos oriundos de dotações consignadas em seu orçamento, bem como pela incorporação de bens e direitos (art. 2º).

O art. 3º determina que a finalidade da EBSEH será a prestação de serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), assim como a prestação de serviços de apoio ao ensino, à pesquisa, à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoal no campo da saúde pública às instituições públicas federais de ensino ou instituições congêneres.

Em suas atividades assistenciais, a empresa deverá atender às diretrizes da Política Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde (§ 2º do art. 3º). O ressarcimento das despesas efetuadas com o atendimento

de clientes de planos privados de assistência à saúde é assegurado pelo § 3º do art. 3º da proposição.

O art. 4º trata das competências da EBSEH:

i.administrar unidades hospitalares, bem como prestar serviços de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, no âmbito do SUS;

ii.prestar, às instituições federais de ensino superior e a outras instituições congêneres, serviços de apoio ao ensino e à pesquisa, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoal no campo da saúde pública, mediante as condições que forem fixadas em seu estatuto social;

iii.apoiar a execução de planos de ensino e pesquisa de instituições federais de ensino superior e de outras instituições congêneres, cuja vinculação com o campo da saúde pública ou com outros aspectos da sua atividade torne necessária essa cooperação, em especial na implementação das residências médica, multiprofissional e em área profissional da saúde, nas especialidades e áreas estratégicas para o SUS;

iv.prestar serviços de apoio à geração do conhecimento em pesquisas básicas, clínicas e aplicadas nos hospitais universitários federais e em outras instituições congêneres;

v.prestar serviços de apoio ao processo de gestão dos hospitais universitários e federais e de outras instituições congêneres, com implementação de sistema de gestão único com geração de indicadores quantitativos e qualitativos para o estabelecimento de metas; e

vi.exercer outras atividades inerentes às suas finalidades, nos termos do seu estatuto social.

O art. 5º dispensa a administração pública de realizar licitação para contratar a empresa para a execução de atividades relacionadas ao seu objeto social.

Pelo art. 6º, a prestação de serviços pela EBSEH às instituições de ensino será feita mediante contrato, que será amplamente divulgado e deverá estabelecer:

i.as obrigações dos signatários;

ii.as metas de desempenho, indicadores e prazos de execução a serem observados pelas partes;

iii.a respectiva sistemática de acompanhamento e avaliação, contendo critérios e parâmetros a serem aplicados; e

iv. a previsão de que a avaliação de resultados obtidos, no cumprimento de metas de desempenho e observância de prazos pelas unidades da empresa, será usada para o aprimoramento de pessoal e melhorias estratégicas na atuação perante a população e as instituições de ensino.

O § 3º desse artigo conceitua as instituições congêneres, equiparadas às instituições federais de ensino para os efeitos da lei: “as instituições públicas

que desenvolvam atividades de ensino e de pesquisa na área da saúde e que prestem serviços no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS”.

O art. 7º faculta às instituições de ensino a cessão, para a EBSEH, de seus servidores efetivos, para a realização de atividades administrativas e de assistência à saúde. A cessão se dará com ônus para o cessionário e serão assegurados os direitos e as vantagens a que os servidores façam jus no órgão ou entidade de origem.

O financiamento da empresa é regulado pelo art. 8º do PLC nº 79, de 2011, que define as seguintes fontes:

I – recursos oriundos de dotações consignadas no orçamento da União;

II – as receitas decorrentes:

a) da prestação de serviços compreendidos em seu objeto;

b) da alienação de bens e direitos;

c) das aplicações financeiras que realizar;

d) dos direitos patrimoniais, tais como aluguéis, foros, dividendos e bonificações; e

e) dos acordos e convênios que realizar com entidades nacionais e internacionais;

III – doações, legados, subvenções e outros recursos que lhe forem destinados por pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado; e

IV – rendas provenientes de outras fontes.

A administração da EBSEH será confiada a quatro colegiados – Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho Consultivo –, sendo a composição, as atribuições e o funcionamento desses órgãos definidos em seu estatuto social (art. 9º).

O § 2º do art. 9º determina que o Conselho de Administração terá, como membros natos, representantes do Ministério da Saúde, do Ministério da Educação, da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior e da Federação dos Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras. O Conselho Consultivo será o responsável pelo controle social da empresa e contará com representação paritária do Estado e da Sociedade Civil (§ 3º).

O art. 10 trata do regime de contratação de pessoal da empresa, que será regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), mediante aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos. O art. 11 autoriza a EBSEH a contratar pessoal técnico e administrativo por tempo determinado, mediante processo seletivo simplificado, enquanto o art. 12 permite a celebração de contratos temporários de emprego.

As instituições de ensino estarão autorizadas a ceder à EBSEH, no âmbito do contrato de que trata o art. 6º da proposição, bens e direitos necessários a sua execução (art. 13).

O art. 14 explicita a submissão da empresa e de suas subsidiárias à fiscalização dos órgãos de controle interno do Poder Executivo e ao controle externo exercido pelo Congresso Nacional, com auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU).

O art. 15 autoriza a empresa a patrocinar entidade fechada de previdência privada, enquanto o art. 16 concede prazo de um ano, contado a partir da assinatura do contrato de que trata o art. 6º, para que a EBSEH reative leitos e serviços inativos por falta de pessoal.

O art. 17 autoriza os Estados a criar empresas públicas de serviços hospitalares.

Os arts. 18 e 19 alteram o Código Penal para instituir nova modalidade de crime: a fraude em certames de interesse público.

A cláusula de vigência – art. 20 – determina que a lei originada a partir do projeto entre em vigor na data de sua publicação.

O PLC nº 79, de 2011, tramita em regime de urgência, nos termos do art. 64 da Constituição Federal (CF). Dessa forma, foi distribuído à apreciação simultânea dos seguintes colegiados: CAS (Comissão de Assuntos Sociais), Comissão de Educação, Cultura e Esportes, que votará hoje essa matéria. Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Esgotado o prazo regimental, não lhe foram apresentadas emendas.

Na exposição de motivos que acompanha a proposição, o Ministro Fernando Haddad, da Educação, e a Ministra Miriam Belchior, do Planejamento, Orçamento e Gestão, informam que o texto enviado à apreciação no Congresso Nacional propõe modelagem jurídico-institucional inovadora para as atividades executadas pelos hospitais vinculados às universidades públicas federais.

Pretende-se, com a medida, viabilizar um modelo de gestão mais ágil, eficiente e compatível com a atuação desses hospitais, além de oferecer solução para as demandas e questionamentos do Tribunal de Contas da União e do Ministério Público Federal.

Hoje, existem 45 hospitais, na estrutura do Governo Federal, com força de trabalho composta por mais de setenta mil profissionais, muitos deles com vínculos empregatícios precários.

O Poder Executivo informa, ainda, que a medida proposta tem precedentes exitosos, exemplificados pelo Hospital das Clínicas de Porto Alegre e pelo Grupo Hospitalar Conceição.

I – Análise

Nos termos do art.100 inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS, Comissão de Assuntos Sociais, examinar os aspectos da proposição relativos à proteção e à defesa da saúde. Os aspectos ligados ao ensino e à pesquisa serão avaliados pela Comissão de Educação, enquanto as questões jurídico-constitucionais serão avaliadas pela CCJ.

A medida enviada pela Presidente Dilma Rousseff à apreciação do Congresso Nacional está revestida de inegável mérito. O Projeto de Lei nº79, de 2011, reproduz em larga medida os termos do Projeto de Lei de Conversão nº14, de 2011, originário da Medida Provisória nº520, de 2010, que perdeu a eficácia em função do esgotamento do prazo constitucional.

O Projeto de Lei Complementar em exame demonstra a preocupação da Presidente com a situação calamitosa por que passam os nossos hospitais universitários.

Com efeito, as instituições responsáveis pela formação da força de trabalho que vai atuar no setor de saúde estão há pelo menos duas décadas funcionando em condições precárias, com reflexos sobre a qualidade do profissional formado e do serviço prestado à população.

Diversas foram as soluções adotadas por essas instituições para superar seus problemas administrativos, como terceirização, contratação de cooperativas, criação de fundações de apoio, etc; mas nenhum logrou o êxito esperado.

O que se vê é o aprofundamento da crise que afeta há anos hospitais de ensino e iniciativas isoladas, a exemplo do Projeto “Reforço à Reorganização do Sistema Único de Saúde, Reforsus, lançado no final da década de 90 pelo Ministério da Saúde, representam, no linguajar médico, apenas um paliativo, sem que se consiga solucionar em definitivo o problema.

É preciso ressaltar que quem mais sofre com a atual situação é o doente, o usuário dos serviços de saúde. Para boa parte da população, os hospitais de ensino representam a única porta de acesso a ações de saúde de alta complexidade.

As melhorias advindas da criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares terão impacto sobre alunos, professores e funcionários das instituições de ensino, mas estamos convictos de que os maiores beneficiados serão os pacientes.

Dessa forma, no que se refere às questões atinentes à saúde, nosso entendimento é de que o Senado Federal deve acolher o Projeto de Lei Complementar nº79, de 2011.

O voto, pelo exposto, é pela aprovação, acrescentando, repito, ao final, novamente, que examinei esse

projeto com a minha cabeça e a minha visão de médico e também de professor universitário; e, como Senador, vendo toda hora esse problema, em todo Brasil.

Portanto, esse é o parecer pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Feita a leitura do relatório, entra em discussão a matéria.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SR^a. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente Casildo Maldaner, além de salientar a importância do projeto, da mesma forma como o relator Senador Mozarildo Cavalcanti teve dúvida em relação a um modelo novo para a questão da gestão hospitalar, também tive essas mesmas preocupações.

Como disse também o relator, não é um projeto perfeito, mas é o projeto possível dentro das necessidades que o Brasil tem, especialmente na área de atendimento à saúde, que precisa urgentemente melhorar. Penso que seja esse o esforço que fez o Governo no sentido de flexibilizar o processo da gestão hospitalar.

E faço questão de me manifestar, meu caro Presidente Casildo Maldaner e Senador Jayme Campos, porque o Hospital de Clínicas de Porto Alegre, que é um hospital universitário, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, serviu de base e de inspiração para criar esse projeto da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares. No caso do Hospital de Clínicas, que está fazendo quarenta anos, conversei ontem com o Presidente, Dr. Amarílio Macedo, exatamente para tirar essas dúvidas. E fui convencida pela argumentação. Os empregados são selecionados por concurso, regidos pela CLT, e os salários estão entre os melhores do mercado na área de atendimento à saúde. Os benefícios possibilitados ao longo dos anos se devem a uma gestão de recursos humanos adequada, tanto que o número de ações na Justiça, no caso do Hospital de Clínicas, é bem pequeno, incomparavelmente menor do que na maioria dos modelos de hospitais públicos do País.

Não haverá, segundo o Professor Amarílio Macedo, perda de autonomia universitária, que é uma das argumentações feitas pelos que se opõem ao projeto. A Universidade só contratará com a Empresa, como faz tradicionalmente. E é garantido, estatutariamente, que o hospital universitário será sempre submetido à orientação e às diretrizes da Universidade Federal, no caso, e também ao Ministério da Educação. Pelo menos essa é a palavra do Presidente do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, Professor Amarílio Macedo.

Com base nessas informações práticas e no que foi esclarecido também por ele durante uma audiência pública de Deputados que examinaram o assunto, foi explicado como é que funciona o Hospital de Clínicas

em relação à subordinação à Universidade. Não haverá, portanto, nem a questão de recursos humanos e muito menos a questão de desatenção à pesquisa universitária na área médica, caro Presidente Jayme Campos.

Portanto, é a minha manifestação, apoiando a proposta do Governo em relação à criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares e também elogiando a iniciativa do Ministério da Saúde, com preocupação para melhorar a qualidade do atendimento pelo Sistema Único de Saúde.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Continua em discussão.

Com a palavra o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC)

– Eu confesso que tinha algumas dúvidas, mas, com a exposição da Senadora Ana Amélia e com o relatório do eminente Senador Mozarildo Cavalcanti, chego à conclusão de que é uma maneira de experimentarmos para ver se melhora. Porque eu tinha comigo que agora criaríamos mais uma empresa pública federal para administrar hospitais federais. Eu sempre tive na minha concepção que os hospitais universitários ficavam sob a regência ou sob a administração direta da respectiva universidade, que tem a competência – o reitor, o corpo diretivo da universidade, enfim – de dar eficiência e boa gestão ao hospital universitário vinculado à universidade. Eu sempre tive essa concepção.

Agora, o Governo quer criar uma empresa pública federal, uma empresa pública brasileira para administrar hospitais universitários, hospitais federais, autorizando inclusive que os Estados também criem empresas estaduais para administrar hospitais. Eu não sei. Se isso é para ser uma gestão eficiente, se é para ajudar, eu concordo. Eu concordo, vou apoiar, mas confesso que fiquei um pouco na dúvida. Criar uma empresa pública federal para administrar hospitais universitários – parece que são vinte e poucos hospitais federais pelo Brasil afora –, não sei que eficiência isso terá. Tenho algumas dúvidas, mas oxalá rogo para que a gestão pública em eficiência venha a acontecer. Que não haja uma centralização, que não se tenha que ouvir ordens dessa empresa brasileira pública, que se possa decidir sem ouvi-la.

Mas quero crer, Senador Mozarildo, pelo relatório e pelas informações da Senadora Ana Amélia, que é para melhorar. Em função disso, vamos experimentar, vamos apoiar essa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Na ordem de inscrição para discutir a matéria, Senador Paulo Paim e Senadora Vanessa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, falarei de forma muito rápida.

Eu também tinha algumas preocupações, mas recebi um documento do Ministério da Saúde que, para mim, deixa a área livre e as coisas muito claras.

Por exemplo, alguns sempre falam na história da privatização. Aqui diz: “Não há como falar em privatização, pois o capital social e a gestão da empresa são integrais e exclusivamente da União”.

Depois, outro item que achei importante, o Item 4: “Dessa mesma forma, não há que se falar em terceirização, pois, além do já mencionado acima – Item 3 –, a razão principal da criação da empresa reside na tentativa de solucionar irregularidades na contratação de mais de 26 mil profissionais de saúde por meio da fundação e com apoio das universidades”. Ou seja, o que o Poder Executivo deseja aqui é exatamente garantir estatizar a prestação de serviços hoje feitos por fundações de apoio. “Em síntese, o que há de concreto, o que será possível, é regulamentar a situação de 26 mil funcionários”.

Por isso votarei, com muita tranquilidade, a favor do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Em discussão a matéria.

Asseguro a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin para fazer suas observações.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Agora eu posso, não é, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com certeza.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu não sei se começo tudo de novo ou se parto de onde terminei, no projeto anterior. Eu perguntei ao Senador Paim, e ele disse: “Já estamos votando esse”. E fui falar a respeito desse projeto.

Mas, enfim, Sr. Presidente...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – V. Ex^a está com o negócio do ministério na cabeça?

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Não, não, não!

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – É compreensível.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu dizia, Sr. Presidente, que este não é um projeto fácil de aprovarmos. Temos que fazer uma análise profunda, e a análise não começou agora; ela começou lá atrás, há alguns meses, quando já debatíamos a medida provisória que havia sido editada pelo Governo Federal.

A nossa preocupação diz respeito à carreira universitária, à formação médica no País. Os hospitais

universitários servem ao atendimento do público. São unidades de saúde, mas eles servem à formação do pessoal. Essa é a questão; até que ponto feriria ou não a autonomia da universidade, até que ponto esse projeto poderia interferir na questão da docência médica.

Entretanto, Sr. Presidente, nós precisamos trabalhar não com o ideal, porque o ideal é aquilo que temos estabelecido nas leis. Nós temos universidades públicas que têm quadros de docentes, que mantêm universidades. Mas o quadro real não é o quadro ideal, nem o quadro previsto na legislação. O que nós temos hoje, a realidade dos hospitais universitários brasileiros, Sr. Presidente, é que, no geral, grande parte do pessoal para os serviços meio, e não fim, são contratados de forma precária. E, de acordo com os dados do Governo – a Senadora Ana Rita está distribuindo um relatório que mostra de forma muito resumida esses dados – a estimativa é de que sejam aproximadamente 26 mil servidores, contratados precariamente – isso em relação aos que são contratados precariamente.

No hospital universitário do meu Estado, Sr. Presidente, além dessas contratações precárias, grande parte dos servidores são emprestados pela prefeitura e pelo governo do Estado, para que o hospital possa dar sequência e continuar prestando seus serviços além das atividades docentes, acadêmicas, obviamente.

Então, acho que, de fato, com todas as preocupações, houve avanços no projeto. O projeto teve avanços importantes na Câmara. Foi ouvida a Andifes. O que é Andifes? Associação dos reitores. Todos eles eleitos – é importante que se diga –; portanto, têm representatividade.

Creio que, com as modificações que o projeto sofreu, ele garante autonomia. Concorro. Acho que a autonomia não será quebrada de jeito nenhum. A própria questão acadêmica também não será atingida, e haverá a possibilidade única de essa empresa contratar apenas serviços públicos de saúde.

Então, acho que, para resolver, não vejo nada como eterno, Sr. Presidente. O que é hoje pode ser mudado amanhã. Mas a experiência citada pela Senadora Ana Amélia do Rio Grande do Sul, algumas unidades que não são federais, são estaduais, adotam esse modelo e a gente tem percebido que tem tido bons resultados. Então, por essas razões, Sr. Presidente, voto também a favor do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2011.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o parecer, que será encaminhado pela Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

Portanto, aprovada a matéria.
Item 3, página 98.

ITEM 3

– Não Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 149, DE 2011

Altera o art. 47 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964, para considerar como operacionais as despesas de capacitação de empregados, para fins de apuração do imposto de renda das pessoas jurídicas.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: – A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Armando Monteiro para proferir o seu relatório.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 149, de 2011, de autoria da nobre Senadora Vanessa Grazziotin, ora em análise, altera a Lei nº 4.506, de 1964, para permitir o lançamento como despesas operacionais “as incorridas com qualificação, treinamento e formação profissional de empregados, em ambiente interno ou externo à empresa, inclusive mediante concessão de bolsas de estudo em instituições de ensino de qualquer nível consideradas pela empresa de interesse para seu objetivo social”.

A proposição foi distribuída para análise desta Comissão de Assuntos Sociais e, na sequência, irá, em caráter terminativo, para a deliberação da Comissão de Assuntos Econômicos.

Sob o aspecto formal, não vislumbramos óbice algum de natureza jurídica ou constitucional no projeto.

No mérito, a iniciativa é pertinente.

Permitam-me, Sr^{as} e Srs. Senadores, lembrar a circunstância. Nesse dia, haverá a sanção da lei que criou o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), que representa uma resposta à necessidade do País de reduzir ou mitigar essa desconexão que existe entre o ensino médio e o ensino técnico profissionalizante no Brasil. O Pronatec, inclusive, tem uma vertente, meu caro Senador e Presidente Jayme Campos: além de ampliar o acesso ao ensino técnico no nível médio, também contempla a articulação e a mobilização de recursos para investir na formação inicial e continuada dos trabalhadores, inclusive com cursos de qualificação de menor duração. Tanto que o programa prevê a possibilidade que

se alcance até oito milhões de trabalhadores numa perspectiva de quatro a cinco anos.

Na realidade, o Pronatec contempla o esforço de investimentos para ampliação da rede pública, financiamento de vagas na rede privada e também no Sistema S, que tem um papel muito importante para atender o atendimento dessa demanda que vai surgir. Mas o programa tinha uma lacuna: a participação das empresas. No programa, a participação das empresas se resume apenas à abertura de uma linha de financiamento, através do Fies, para que as empresas, ainda que com taxas de juros mais baixas, possam financiar os programas de formação profissional. Mas faltava essa vertente que agora, em muito boa hora, o projeto da Senadora Vanessa Grazziotin vai permitir, que é a dedução das despesas de qualificação no Imposto de Renda das empresas. Será, portanto, um poderoso estímulo para que as empresas também ampliem seus programas de formação e de qualificação.

Portanto, não há dúvida alguma sobre o grande mérito e o grande alcance dessa iniciativa. O projeto esclarece definitivamente aquela questão da interpretação mais restrita que pretendia, sobretudo, a Receita definir para o que fosse formação profissional de empregados, na medida em que a Senadora Vanessa, na justificativa de sua proposição, lembra a existência de jurisprudência proferida pelo Superior Tribunal de Justiça, que tem conferido “uma interpretação extensiva ao termo ‘auxílio-educação’, incluindo no seu conceito mensalidades de faculdade, cursos de línguas e outros do gênero [...]”.

Vale salientar que o Brasil enfrenta hoje o difícil desafio de capacitar a sua mão de obra para que possa fazer frente aos patamares necessários ao desenvolvimento econômico e à competitividade num mundo totalmente conectado. Hoje, enfrentamos um cruel paradoxo: carência de pessoal qualificado em praticamente todos os setores de atividade e existência de uma massa de desempregados em busca de ocupação.

Assim, toda medida que possibilite às empresas a complementação educacional de seu pessoal deve ser incentivada. Por outro lado, nada mais justo do que afastar a insegurança jurídica que existe em torno da matéria.

Quero, mais uma vez, congratular-me com a nobre Senadora Vanessa Grazziotin, pela oportunidade do seu projeto, pela imensa contribuição que ele poderá oferecer a esse desafio do País de ampliar os programas de qualificação e de formação profissional.

Em face do exposto, Sr. Presidente, voto, com muita satisfação, pela aprovação do projeto, congratulando-me, mais uma vez, com a nobre autora, Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Armando Monteiro, Relator da matéria.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Tem a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, percebemos que não há quórum para votação.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Quero só fazer uma observação: essa matéria envolve decisão não terminativa. Então, há quórum suficiente para votarmos a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Entendi. Para votar essa matéria, há quórum. Mas, em seguida...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O senhor está se referindo ao Item 16.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu queria pedir a V. Ex^a que, pelo menos, eu lesse o relatório referente ao Item 16.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É claro! O seu pedido é uma ordem a esta Presidência.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – E, como essa matéria é não terminativa, Sr. Presidente, quero cumprimentar a Senadora Vanessa Grazziotin, que trata da questão do ensino técnico.

Hoje, aqui, embora fosse autorizativo, votamos o Fundep, que é um fundo de investimento para a formação técnica, principalmente – é claro –, da nossa juventude, sem qualquer discriminação aos nossos idosos, que também teriam uma participação, para reciclarem sua profissão, como manda o Fundep. Mas esse projeto aumenta, no meu entendimento, a responsabilidade das empresas de buscarem certo equilíbrio na formação técnica dos seus profissionais, da juventude, dos trabalhadores, porque elas poderão deduzir do imposto a pagar. Está comprovado que só o Sistema S, mesmo com a boa vontade do Governo, não atende à grande demanda da sociedade e da economia para formar mais profissionais técnicos. Por isso, entendo que o projeto da Senadora Vanessa Grazziotin vem em boa hora. É um incentivo para as empresas passarem a fazer formação mediante sua própria responsabilidade, pois poderão deduzir do imposto a pagar.

Meus cumprimentos à Senadora! Meus cumprimentos ao Relator da matéria, pelo parecer tão bem subsidiado, pedindo a aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Paulo Paim. Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o parecer, que conclui pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 149, de 2011.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o parecer, a matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

Cumprimento a autora, Senadora Vanessa Grazziotin, como também o Senador Armando Monteiro, ambos...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, eu também gostaria de agradecer, mormente, as palavras do Senador Armando Monteiro. De fato, é um projeto que tem como objetivo principal resolver pendências jurídicas, Sr. Presidente, e traz mais clareza à legislação.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Parabéns a V. Ex^a. A senhora teve hoje a primazia, o privilégio de aprovar dois projetos aqui. Está tornando-se a campeã aqui, ou seja, a verdadeira craque, Vossa Majestade Senadora Vanessa Grazziotin.

ITEM 16

– Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 378, DE 2011

Altera a Lei nº 5811, de 11 de outubro de 1972, para garantir a todos os trabalhadores, efetivos ou comissionados, a jornada de turnos ininterruptos.

Autoria: Senador Lindbergh Farias.

Relatoria: Senador Paulo Paim.

Relatório: Pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta.

A votação será nominal se tivermos quórum.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para proferir o vosso relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu vou fazer questão de ler o relatório, porque quem olha a chamada principal, que diz “para garantir a todos os trabalhadores, efetivos ou comissionados, a jornada de turnos ininterruptos”, pensa que seria, como versa a Constituição, turno de seis horas. E não é bem assim. Por isso, terei que ler o relatório.

Em exame nesta Comissão, o Projeto de Lei do Senado nº 378, de 2011, em decisão terminativa, que dispõe sobre o trabalho nas atividades de exploração, perfuração, produção e refinação de petróleo, industrialização do xisto, indústria petroquímica e transporte de petróleo e seus derivados por meio de dutos, realizado em turnos ininterruptos de revezamento, nas condições que dispõe.

O projeto, repito, é do Senador Lindbergh Farias, que não está aqui neste momento, mas acredito que, se votarmos na semana que vem, ele estará presente nesta Comissão.

No projeto, destacam-se os seguintes aspectos – e por isso o meu parecer é favorável –:

a) inclui-se no âmbito de aplicação da Lei nº 5.811, de 1972, também os empregados e trabalhadores terceirizados que prestem serviços em regime de embarque e confinamento, ainda que em atividades não inseridas nas descritas no *caput* de seu art. 1º, como as ligadas a projetos de construção e montagens;

Ou seja, na mesma atividade, quem era contratado, por exemplo, pela Petrobras teria direito ao turno ininterrupto, isto é, trabalhar seis horas, enquanto que o terceirizado, fazendo a mesma função, tendo o mesmo desgaste, produzindo a mesma coisa, teria que trabalhar doze horas. Por isso, o projeto é justo.

b. poderá ser mantido em regime de sobreaviso o trabalhador com responsabilidade de supervisão das operações previstas no *caput* do art. 1º e aquele engajado em trabalhos de geologia de poço; de apoio operacional às atividades enumeradas no § 1º do art. 2º; e sob regime de embarque e confinamento, conforme estabelece o parágrafo único do art. 1º;

c. em cada jornada de sobreaviso, o trabalho efetivo não excederá seis horas;

d. a cada período de vinte e quatro horas em que permanecer de sobreaviso, ao trabalhador é assegurado o repouso de trinta e seis horas.

Ao justificar sua iniciativa, o nobre Senador Lindbergh Farias afirma:

O inciso XIV do art. 7º da Constituição Federal assegurou aos trabalhadores, independentemente de “outros que visem à melhoria de sua condição social”, o direito à “jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva”.

Todavia, desde a promulgação do texto constitucional, a jurisprudência divergiu bastante quanto à aplicabilidade desse dispositivo aos trabalhadores regidos pela Lei nº 5.811, de 11 de outubro de 1972, ora entendendo que a Constituição Federal não recepcionou essa legislação, ora entendendo, ainda, que a despeito da lei maior ainda estar em vigor, a jornada de 12 horas aplicada àqueles trabalhadores regidos pela lei ordinária que prestem serviços sob regime de turnos ininterruptos de revezamento, ou seja, aqueles que são chamados a fazer a mesma função não teriam o direito daquele que é o chamado trabalhador formal e não terceirizado.

Enfim, até o momento, não foi apresentada nenhuma emenda.

Análise.

Nos termos do art.90 inciso I, combinado com o disposto no art.100 inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, compete à nossa comissão discutir

e votar proposições que versem sobre as relações do mundo do trabalho.

Sob o aspecto formal, não vislumbramos óbice algum de natureza jurídica ou constitucional nesse projeto.

A disciplina da matéria é de competência legislativa da União. Incluem-se, entre as atribuições, naturalmente, a do Congresso Nacional: art.48, caput, da nossa Constituição Federal.

Sobre o aspecto material, Sr. Presidente, a medida dá cumprimento ao disposto no art. 7º, XIV, da Lei Maior, que assegura ser direito do trabalhador jornada de seis horas para o trabalho realizado – repito – em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.

A norma proposta não afronta os princípios da Constituição. Não há, portanto, impedimentos constitucionais formais nem materiais. Também os requisitos de adequação às regras regimentais foram respeitados.

Quanto ao mérito, também não há reparos a fazer. Pretende-se conformar dispositivo da Lei nº 5.811, de 11 de outubro de 1972, à nossa Constituição, bem como estender a aplicação dessa norma a todos os trabalhadores que prestem serviço sob o regime – repito; eu gosto da palavra repito nesses casos – de embarque e confinamento. Portanto, sofrem os mesmos desgastes, independentemente de serem contratados como empregados regulares ou como empregados terceirizados.

Por fim, Sr. Presidente, como se sabe, a Lei nº 5.811, de 1972, regulamentou o trabalho prestado em regimes especiais de turnos ininterruptos de revezamento e de sobreaviso, no âmbito da indústria do petróleo. De acordo com o §2º do seu art.5º, em cada jornada de sobreaviso o trabalho efetivo não poderá exceder a doze horas.

Com o advento da nossa Constituição, ficou evidente a falta de sintonia da lei com o dispositivo do inciso XIV, no seu art. 7º, que estabelece uma jornada de seis horas para o trabalho realizado, repito, em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.

Socorro-me aqui de Sérgio Pinto Martins, que ao discorrer sobre o dispositivo constitucional que dispõe sobre a jornada de trabalho de seis horas para trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, lembra que pretendeu o constituinte – eu, com alegria, que estive lá – com o inciso XIV do art. 7º da Constituição, conceder uma jornada de trabalho menor àqueles trabalhadores que prestavam serviços em plataformas de petróleo ou em siderúrgicas.

Aqui eu quero fazer um destaque e me permita, Sr. Presidente. Faço uma homenagem ao ex-Constituinte João Paulo, de Monlevade. Ele foi o grande articulador

desse artigo na nossa Constituição. João Paulo, de Monlevade, lá de Minas Gerais, meus cumprimentos!

Enfim, são os que em uma semana trabalham pela manhã, noutra à tarde e na seguinte à noite, como das 6 às 14h; das 14 às 22h; das 22 às 6h. Sabe-se que esse trabalho é muito desgastante para o empregado, pois o ritmo circadiano, correspondente ao relógio biológico do ser humano, é alterado constantemente. Assim, o intuito foi o de diminuir a jornada para o trabalho realizado nos referidos turnos, pelo maior desgaste que causa ao empregado, e não o de favorecer a atividade produtiva do empregador.

Igualmente, Maurício Godinho Delgado admite ser possível a flexibilização da jornada de trabalho no caso dos turnos ininterruptos de revezamento, com o aumento para o limite constitucional de 8 horas diárias e 44 horas semanais. Porém, essa transação ampliati-va da jornada de trabalho só deverá ser feita mediante acordo ou negociação coletiva.

A despeito de jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho que decidiu pela não recepção do citado dispositivo legal pela Constituição Federal, entendemos, ao contrário, que ela é taxativa e não prevê exceções.

Ademais, se ela estabelece novos princípios que são absolutamente incompatíveis com aqueles sobre os quais se baseava uma lei especial anterior, esta se extingue tacitamente, já que do objeto, espírito e fim da norma constitucional é bem possível deduzir que se quis eliminar até as exceções antes admitidas.

Por isso, alinhamo-nos com o autor, para quem, ainda que a Lei nº 5.811, de 1972, estabeleça outras condições vantajosas à categoria dos petroleiros, que minimizam os efeitos nocivos inerentes à sua atividade, não se pode lhes subtrair um direito que é assegurado constitucionalmente a todos os trabalhadores, independentemente da atividade que exerçam.

A medida vem em boa hora e é de suma importância para afastar – inclusive, para empregado e empregador – a insegurança jurídica que persiste sobre o tema. Preocupa-nos, todavia, que na redação oferecida pelo autor ao § 2º do art. 5º da Lei nº 5.811, de 1972, que dispõe que, em cada jornada de sobreaviso, o trabalho efetivo não excederá de seis horas, não haver previsão de que essa jornada possa ser objeto de convenção ou acordo coletivo, razão pela qual propomos, ao final, emenda para aperfeiçoar – o bom projeto, a boa ideia do nobre Senador Lindbergh Farias – seu texto e melhor conformá-lo ao disposto no inciso XIV do art. 7º da Constituição Federal.

Voto.

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 378, de 2011, com a seguinte emenda:

“EMENDA Nº – CAS

Dê-se ao art. 5º da Lei nº 5.811, de 11 de outubro de 1972, na forma que dispõe o art. 2º do projeto de Lei do Senado nº 378, de 2011, a seguinte redação:

‘Art.2º

“Art. 5º Sempre que for imprescindível à continuidade operacional durante as vinte e quatro horas do dia, poderá ser mantido no regime de sobreaviso o trabalhador:

I – com responsabilidade de supervisão das operações previstas no caput do art. 1º;

II – engajado em trabalhos:

a) de geologia de poço;

b) de apoio operacional às atividades enumeradas no § 1º do art. 2º;

c) sob regime de embarque e confinamento, nos termos do parágrafo único do art. 1º.

.....

§ 2º Em cada jornada de sobreaviso, o trabalho efetivo não excederá de seis horas, salvo negociação coletiva.” (NR)’

É o voto, Sr. Presidente.

Meus cumprimentos ao belo projeto construído pelo Senador Lindbergh Farias.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Paulo Paim.

Vamos adiar a discussão e a votação da matéria por falta de quórum. Poderia até ser feita a discussão, mas, com pouco quórum, não seria democrático, já que é uma matéria muito importante e teria que ter a participação de mais Senadores.

Está retirada de pauta, para colocarmos em discussão e votação na próxima sessão, se possível.

Extrapauta.

Com referência ao PLS nº 238, de 2004, não terminativo, aprovado na reunião anterior, esta Presidência ratifica a deliberação desta Comissão na declaração do resultado da votação, uma vez que, no encaminhamento, foi mencionado outro projeto. Por esse motivo é que coloco em votação o parecer que conclui pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 238, de 2004.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

Como não está presente o Senador Cícero Lucena, autor de um requerimento, para fazer o encaminhamento, agradecemos a presença de todas as Srªs e de todos os Srs. Senadores e declaramos encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(A reunião é iniciada às 9 horas e 12 minutos e encerrada às 11 horas e 40 minutos.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

ATA DA 54ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE OUTUBRO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e trinta e nove minutos, do dia vinte e seis de outubro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Eunício Oliveira, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Jorge Viana, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Marcelo Crivella, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Sérgio Petecão, Aloysio Nunes Ferreira, Demóstenes Torres, Armando Monteiro, Gim Argello, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Acir Gurgacz, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg, Humberto Costa, Valdir Raupp, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena e Mozarildo Cavalcanti e da Senadora Marta Suplicy reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Aécio Neves e Alvaro Dias. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. A Presidência registra a presença do senhor Marcos Bemquerer Costa, Ministro-Substituto do TCU e do senhor. Weder de Oliveira, Ministro-Substituto do TCU. Passa-se à apreciação da Pauta: **ITEM 3) Não Terminativo PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 10, DE 2011** Dispõe sobre o sistema nacional de defesa civil e a carreira de agente de defesa civil. **Autoria:** Senador Inácio Arruda e outros. **Relatoria:** Senador Luiz Henrique. **Relatório:** Favorável à Proposta com a Emenda que apresenta. Em 19/10/2011, a Presidência concedeu vista ao Senador José Pimentel, nos termos regimentais. **Resultado: Retirado de Pauta a pedido do autor. ITEM 4) Terminativo PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 168, DE 2010** Acrescenta 2 (dois) cargos em comissão no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Contas da União para provimento em Gabinete de Auditor do Tribunal de Contas da União. **Autoria:** Tribunal de

Contas da União. **Relatoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com a Emenda que apresenta. **Resultado: Concedida vista ao Senador Pedro Taques, nos termos regimentais. ITEM 5) Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 129, DE 2011** Dá nova redação ao § 2º do art. 109 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), para adequar o referido dispositivo à Constituição de 5 de outubro de 1988. **Autoria:** Senador Jorge Viana. **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatoria ad hoc:** Senador José Pimentel. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com a Emenda que apresenta. **Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CCJ. ITEM 8) Não Terminativo SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 163, DE 2000** Cria o Fundo de Apoio à Cultura do Caju – FUNCAJU. **Autoria do Substitutivo:** Câmara dos Deputados. **Autoria do Projeto:** Senador Luiz Pontes. **Relatoria:** Senador Eunício Oliveira. **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS nº 163, de 2000. A matéria será apreciada pelas Comissões de Assuntos Econômicos e de Agricultura e Reforma Agrária; Em 19/10/2011, a Presidência concedeu vista ao Senador Inácio Arruda, nos termos regimentais. **Resultado: Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS nº 163, de 2000. ITEM 9) Não Terminativo OFÍCIO “S” Nº 58, DE 2011** Indica a Senhora CLÁUDIA MARIA DE FREITAS CHAGAS, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, em conformidade com o disposto nos incisos I e II do art. 130-A da Constituição Federal. **Autoria:** Procuradoria-Geral da República. **Relatoria:** Senador Jorge Viana. **Relatório:** Votação Secreta. A matéria é submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ. **Resultado: Concedida, automaticamente, vista coletiva, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, referente à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão. ITEM 10) Não Terminativo OFÍCIO “S” Nº 59, DE 2011** Encaminha, em atenção ao disposto nos incisos I e II do art. 130-A da Constituição Federal, o nome do Procurador Regional da República MÁRIO LUIZ BONSAGLIA, membro do Ministério Público da União escolhido pelo Ministério Público Federal para a composição do Conselho Nacional do Ministério Público. **Autoria:** Procuradoria-Geral da República. **Relatoria:** Senador Renan Calheiros. **Relatório:** Votação Secreta. **Resultado: Concedida, automaticamente, vista coletiva, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1,**

de 2007-CCJ, referente à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão. EXTRAPAUTA: ITEM 1) Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 478, DE 2011 Revoga o art. 5º da Lei nº 12.034, de 29 de setembro de 2009, que institui o voto impresso para as eleições de 2014. **Autoria:** Senador Lindbergh Farias. **Relatoria:** Senador Demóstenes Torres. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. **Resultado: Aprovado o Substitutivo oferecido ao PLS nº 478, de 2011. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282 do RISF. REQUERIMENTO APRECIADO 1) REQUERIMENTO Nº 95, DE 2011-CCJ** “Requeiro, nos termos do art. 113 do Regimento Interno do Senado Federal, que o estudo do Projeto de Lei do Senado nº 73, de 2007, que Regulamenta as atividades de pesquisa, produção, importação, liberação no ambiente e comercialização de clones de mamíferos, exceto humanos, peixes, anfíbios, répteis e aves, de autoria da Senadora Kátia Abreu, seja feito em reunião conjunta das Comissões de Agricultura e Reforma Agrária, Constituição, Justiça e Cidadania e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.” **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. **Resultado: Aprovado.** Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião, às doze horas e vinte e cinco minutos, restando adiados os demais itens constantes da pauta, a saber: **ITEM 1) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 87, DE 2011; ITEM 2) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 89, DE 2010; ITEM 6) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 399, DE 2010 e ITEM 7) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 16, DE 2009;** e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Eunício Oliveira**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/ PMDB – CE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 54ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A reunião de hoje destina-se à liberação dos itens de nº 1 ao nº 10. Eu convido os Senadores Inácio

cio Arruda, Renan Calheiros, Luiz Henrique, Randolfe Rodrigues, Vital do Rêgo, Benedito de Lira e Marcelo Crivella para se fazerem presentes.

Estamos iniciando os nossos trabalhos na Comissão de Constituição e Justiça, onde os mesmos são Relatores de matérias importantes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, o item 1 da nossa pauta hoje é a Proposta de Emenda Constitucional 87, de 2011, que trata de vinculação de Receitas Orçamentárias da União.

Ocorre, Sr. Presidente, que exatamente hoje estará sob a deliberação da Câmara a mesma matéria. Eu penso que seria de bom alvitre retirarmos de pauta esse item, de modo a esperarmos a deliberação da Câmara. Parece mais racional esse procedimento, se V. Ex^a concordar.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aloysio, V. Ex^a sempre com ponderações adequadas nesta Comissão. Até pela ausência do Relator, Senador Renan Calheiros, retiro a matéria de pauta de ofício para discutirmos na próxima reunião, no momento adequado em relação à PEC nº 87, de 2011, que é não-terminativa nesta Comissão.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Atendida a solicitação de V. Ex^a, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Também sugeriria a V. Ex^a que retirasse de pauta a ampliação do Ministério dos Esportes com cargos comissionados e elevação de salários, uma vez que tudo indica que o Ministro é uma ave de rapina e que deve logo ser desvinculado do cargo. Então, vamos aguardar o novo Ministro para que possamos fazer a votação desta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Demóstenes, vou retirar a matéria de pauta, tendo em vista que o Senador Inácio Arruda, que deveria estar aqui para fazer a relatoria desta matéria, está em outra Comissão e, até agora, aqui não chegou.

Então, embora discordando de V. Ex^a, que a questão dos cargos não pertence aos Ministros e sim à estrutura do Ministério, e tendo em vista que o Senador Inácio Arruda não se encontra presente, eu vou retirar a matéria de pauta.

Está retirado de pauta, então, o item 2.

O item 3 da pauta.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Eu pediria a V. Ex^a que incluísse extraordinariamente na pauta o Projeto de Lei do Senado nº 478, de autoria do Senador Lindbergh Farias, que revoga o voto impresso a partir da eleição de 2014, tendo em vista que estou com o relatório pronto e o Supremo Tribunal Federal, na semana passada, decidiu sobre essa matéria na mesma direção do voto que pretendo dar, Sr. Presidente.

Então, se houver aquiescência de V. Ex^a, poderemos votar extraordinariamente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Demóstenes, posso fazer a leitura do projeto?

É o Projeto de Lei do Senado nº 478, de 2011, que é terminativo. Portanto, há necessidade de um quórum qualificado. Não sei o que está acontecendo hoje de novidade aqui na Casa, que já são 10h42min e os Srs. Senadores membros desta Comissão, tão assíduos, ainda não chegaram. Posso fazer a leitura e aguardarmos o quórum, para, no momento adequado, colocarmos em votação esta matéria, se V. Ex^a concorda.

(Falha na gravação.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 478, DE 2011

Revoga o art. 5º da Lei nº 12.034, de 29 de setembro de 2009, que institui o voto impresso para as eleições de 2014.

Autoria: Senador Lindbergh Farias

Relatoria: Senador Demóstenes Torres

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta.

Portanto, vou aguardar a presença dos Srs. Senadores, para que a gente possa colocar essa matéria, tendo em vista que ela é terminativa. Embora tenhamos quórum, aqui, não temos quórum qualificado para a votação desta matéria.

Tendo em vista que nós temos matérias não terminativas e uma matéria do SCD, de nº 163, de 2000, que é o Item 8 da pauta, indago aos Srs. Senadores se a gente pode fazer aqui a inversão de pauta, já que é matéria não terminativa. *(Pausa.)*

E convido o Senador José Pimentel, tendo em vista que sou relator – não vou mais fazer leitura de relatório –, apenas para que se cumpra o Regimento

e o Senador José Pimentel coloque essa matéria em votação.

Senador José Pimentel, eu passo a Presidência a V. Ex^a para fazer aqui a leitura do relatório.

Item 8 da pauta, inversão de pauta.

Acabei de falar com V. Ex^a quando cheguei.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Item 8,

ITEM 8

– Não Terminativo -

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 163, DE 2000

**Cria o Fundo de Apoio à Cultura do
Caju – FUNCAJU.**

Autoria do Substitutivo: Câmara dos Deputados

Autoria do Projeto: Senador Luiz Pontes

Relatoria: Senador Eunício Oliveira

Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS nº 163, de 2000.

Observações: – *A matéria será apreciada pelas Comissões de Assuntos Econômicos e de Agricultura e Reforma Agrária;*

– *Em 19/10/2011, a Presidência concedeu vista ao Senador Inácio Arruda, nos termos regimentais.*

Consulto os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras sobre a eventual manifestação decorrente do pedido de vista. *(Pausa.)*

Pelo visto, até o presente momento, não foi apresentado nenhum voto em separado. *(Pausa.)*

Passo a palavra ao Sr. Relator, Senador Eunício Oliveira, para suas considerações finais.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Sr. Presidente, obrigado pela deferência, mas este relatório já foi lido, já foi extremamente debatido. Houve aqui algum questionamento em relação a sua constitucionalidade. Este Projeto já foi aprovado aqui no Senado, foi à Câmara e agora volta apenas para as suas emendas. Portanto, verificando com a assessoria, com a consultoria, na profundidade dos entendimentos, não há inconstitucionalidade no Projeto.

Diante do exposto, o Requerimento de nº 48, de 2009, da CAE, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 163, de 2000.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Obrigado.

Coloco em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} que o aprovam, queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, o relatório passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao substitutivo.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Devolvo a Presidência ao Senador Eunício Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador José Pimentel.

ITEM 3

– Não Terminativo -

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 10, DE 2011

**Dispõe sobre o sistema nacional de
defesa civil e a carreira de agente de de-
fesa civil.**

Autoria: Senador Inácio Arruda e outros

Relatoria: Senador Luiz Henrique

Relatório: Favorável à Proposta com a Emenda que apresenta.

Observações: *Em 19/10/2011, a Presidência concedeu vista ao Senador José Pimentel, nos termos regimentais.*

Eu consulto os Srs. Senadores sobre eventual manifestação decorrente de pedido de vista.

Senador José Pimentel, sobre o pedido de vista, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, nós analisamos a matéria. Trata-se de uma proposta de emenda constitucional. Na nossa avaliação, essa matéria encontra-se prejudicada. Por que isso? Porque o Congresso Nacional aprovou e foi sancionada a Lei nº 12.340, de 2010, que trata da mesma matéria.

A discussão aqui é: é necessário que esse tema vá para a Constituição ou pode ser feito através de matéria infraconstitucional? A avaliação nossa é de que isso é mais adequado através de matéria infraconstitucional, tendo em vista que precisamos de ajustes permanentes envolvendo o pacto federativo. E, na nossa avaliação, quando o Congresso Nacional aprovou o projeto que resultou na Lei nº 12.340, foi uma posição mais adequada para enfrentar uma matéria que a cada dia exige uma atenção muito maior da nossa sociedade. Inclusive, quando nós discutimos toda essa definição do Código Florestal, em parte estamos discutindo também os desdobramentos que poderemos ter nas questões ambientais e de defesa civil.

Portanto, Sr. Presidente, nós não apresentamos voto em separado, mas eu vou votar contrário por entender que a Lei nº 12.340, de 2010, é mais adequada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Em discussão a matéria.

Senador Inácio Arruda...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, eu queria me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Senador Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Pediu a palavra, para discutir a matéria, o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Senador Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Senador Inácio Arruda.

Senador Inácio Arruda, V. Ex^a abre mão da palavra ou quer ouvir primeiro o Senador Pedro Taques?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Eu prefiro ouvi-lo primeiro, porque sempre traz luzes, como aquela caixa de fósforos – *fiat lux*, fez-se a luz.

O SR. PRESIDENTE (Senador Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Propaganda aqui nesta Comissão é proibido, Senador.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Já acabou essa empresa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Ah, já acabou?!

Senador Inácio Arruda, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Espero que não tenha acabo com a luz.

Sr. Presidente, primeiro eu quero me referir à retirada de pauta do projeto do Ministério do Esporte, de que sou relator. Eu acho que V. Ex^a agiu corretamente a respeito do assunto. Mesmo porque há uma polêmica envolvendo o Ministro do Esporte, que é uma pessoa honrada, honesta, digna, e que está sendo atacada por um pilantra, um caluniador, que não tem prova de nada. E esse caluniador vai terminar no lugar dele. E, nessa batalha, nós queremos dizer que vamos às últimas consequências. Eu acho que V. Ex^a agiu corretamente. Vamos deixar a poeira baixar, mas nós queremos fazer esse registro: o Orlando Silva, Ministro do Esporte, é uma pessoa honrada, honesta e caluniada por escroques. Então, quero fazer esse registro pelo fato da retirada de pauta do projeto, porque eu considere que V. Ex^a agiu corretamente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Eunício Oliveira. PMDB – CE) – O Senador Inácio Arruda está com a palavra. Em seguida dou a palavra pela ordem a V. Ex^a.

Senador Inácio Arruda, concluiu?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Não concluí não. Mas...

O SR. PRESIDENTE (Senador Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Então, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Se ele quer falar sobre o episódio...

O SR. PRESIDENTE (Senador Eunício Oliveira. PMDB – CE) – V. Ex^a tem a palavra. Em seguida, darei a palavra ao Senador Demóstenes Torres pela ordem.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Eu concedo aparte ao Senador Demóstenes.

O SR. PRESIDENTE (Senador Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Tudo bem.

É um aparte o que V. Ex^a quer? Ou pela ordem?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Não, é só para... Eu queria pela ordem, mas não me furto ao debate não. É só para dizer que não considero o Dr. Gurgel com nenhum desses adjetivos que foi tratado pelo Senador Inácio Arruda. Eu acho que é um homem de bem, Procurador-Geral da República, que pediu abertura no Supremo de investigação por fatos determinados e que a Ministra Cármen Lúcia determinou. Então, acho que o Dr. Gurgel merece todo o respeito desta Casa por ter pedido abertura de inquérito e investigação contra o Sr. Orlando Silva.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Todos aqui conhecem o Orlando e conhecem o procurador. Se o procurador embarca nisso, de forma definitiva, porque é apenas o início, e o nosso ministro pediu que seja aberto, ele quer que abra, ele quer que vá às últimas consequências, vou examinar, em relação ao procurador, a minha opinião. É uma questão para frente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – E quero dizer que é outra falácia. O ministro pediu a abertura de uma investigação administrativa. Não tem nada a ver com a iniciativa. Não, do Procurador-Geral é outra situação, muito anterior.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Pediu ao Ministério Público.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Porque ele é investigado também pela Controladoria-Geral da União, pelo Tribunal de Contas da União.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Não é.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – É investigado. Tem uma série de investigações.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Procedimentos administrativos são corriqueiros. V. Ex^a sabe muito bem. Não há...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Inácio Arruda, eu queria pedir a V. Ex^a e também ao Senador Demóstenes Torres, da mesma forma que eu disse aqui que não fazia juízo de

valor sobre a questão do ministério, eu quero deixar bem claro também que esta presidência concorda que o Procurador-Geral da República é um homem digno, de bem. E também nós não estamos aqui para fazer esse tipo de debate e nem essa polêmica.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Até porque o Item 3 da pauta, que estamos discutindo nesse momento, é um projeto de autoria de V. Ex^a. E eu dei a palavra a V. Ex^a para falarmos sobre o projeto.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, eu peço a retirada de pauta do projeto, como autor, para que possamos dialogar com o Governo, já que o líder do Governo no Congresso Nacional tem uma opinião. Então, eu quero dialogar com o Governo a respeito do projeto, mesmo por que a lei que o Senador Pimentel anunciou é uma lei que não conseguiu se colocar em prática, em canto nenhum. Então, é uma lei inviável. Por isso que nós apresentamos a emenda constitucional, que é fruto de um debate que estamos realizando, inclusive, no Brasil inteiro. Então, eu pediria que retirasse de pauta, para que possamos dialogar com o Governo. Em seguida, nós voltamos a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Retiro a matéria de pauta, até pela ausência também do Senador Luiz Henrique, que se encontra ausente, parece, inclusive do País, em missão oficial.

Registro aqui, com prazer, a presença do Dr. Marcos Bemquerer Costa, Ministro-Substituto do TCU. Também registro a presença do Dr. Weder de Oliveira, que também é Ministro-Substituto do TCU.

E passo ao próximo item da pauta, Item 4.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, pedi a palavra pela ordem, me atravessaram. Apesar de ser pequeno fisicamente, mas o Estado que represento aqui é muito grande e muito importante para a República e para a federação.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu peço desculpas a V. Ex^a, mas é que V. Ex^a, generosamente, cedeu a palavra ao Senador Inácio Arruda.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Mas foi uma cessão com encargos., Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – E o Senador Inácio Arruda entrou num outro debate com o Senador Demóstenes Torres.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Eu não entrei em outro debate, Sr. Presidente. Eu sou o relator da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A Mesa teve, inclusive, que interceder para que déssemos rumo à matéria.

Tem V. Ex^a a palavra, Senador Pedro Taques, com as desculpas da presidência.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim, eu aceito, porque sei que foi um ato...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Foi um ato falho da presidência.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Foi um ato falho e isso ocorre nas melhores famílias e com os melhores homens.

Só dizendo que estamos discutindo a PEC que trata da defesa civil, não é isso?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Claro.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Foi retirado de pauta?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Foi. Eu pedi para retirar em função da declaração do líder do Governo.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Mas antes eu já havia feito a inscrição para falar sobre isso. Então, perdi a oportunidade?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não, V. Ex^a pode falar. Antes de retirar de pauta a comissão quer ouvir V. Ex^a.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Muito obrigado pela deferência.

Eu sou quero dizer que o relatório dessa PEC é inconstitucional, porque passa para os Municípios a legislação sobre defesa civil. A Constituição diz que é federal. E nós temos o vezo aqui de fazer com que a nossa Constituição seja igual a uma unha, que se regenere todo dia. Todos os dias a nossa Constituição vem crescendo. Nós vamos crescendo coisa na Constituição. Isso é próprio de países subdesenvolvidos. Por exemplo, a Constituição da Índia tem quase 500 artigos. Quem sabe nós vamos chegar a mil artigos até o final deste ano. É uma constituição unha, cabelo, rabiola, porque vai crescendo todos os dias.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Cabelo, há controvérsia.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Há controvérsia. (Risos.)

Esse é o primeiro ponto.

Permita-me colocar minha colher de pau nesse angu da discussão de sua Excelência, o Senador Inácio. Temos de colocar na cabeça que todo homem público está sujeito a acusações infundadas, a acusações fundadas. Isso faz parte da democracia. Penso que o homem público tenha relativizada a sua intimidade, em razão da liberdade de imprensa. Tem que ser feito isso. Quando um membro do Ministério Público, no caso o Procurador-Geral da República, pede a instauração de um inquérito, não significa juízo de valor a respeito, de fato, de condenação. Absolutamente!

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Com toda honra.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – V. Ex^a sabe que, aqui no Brasil, via de regra, se calunia uma pessoa, se produz uma matéria, se “artificializa” uma matéria, se anuncia publicamente essa matéria por meio de um grande órgão da mídia que tenha uma espécie de credibilidade. Depois, esse mesmo órgão julga e condena. O senhor sabe disso, conhece isso. Então, temos poucas instituições cumprindo esse papel. São órgãos de mídia muito controlados no Brasil, monopolizados no Brasil. Basta dizer que a Editora Abril, que foi a porta-voz, por meio de uma de suas revistas, tem mais de noventa revistas nas bancas, opina sobre tudo. Ninguém tem um aparato desse nível. Nos meios eletrônicos, de radiodifusão, o controle ainda é mais absoluto.

O senhor pode ser caluniado a qualquer hora. Claro! Então, não há nenhum problema em você ser acusado, o problema é que V. Ex^a pode ser acusado, condenado, sem nenhuma defesa, porque o único local que lhe restará será a Justiça. O único espaço que lhe restará será a Justiça, que é para onde todos têm de ir afinal, porque, sob o ponto de vista público, o senhor pode estraçalhado, pisoteado, anarquizado, avacalhado, e ficar um sem-vergonha. Se não tiver coragem de lutar e de enfrentar os bandidos, eles vão ficar com a fama e o senhor vai sair como um canalha, como um bandido. É assim que se faz! Parte das responsabilidades, às vezes, está com os homens públicos que estão em outras esferas, às vezes no Ministério Público, às vezes no Senado Federal, às vezes na Justiça.

Então, é uma relatividade que tem um peso. V. Ex^a conhece qual é o peso. Então, não vamos considerar que é relativo. Relativo não, é muito pesado. V. Ex^a sabe muito bem do peso da relatividade. A balança tem um peso gigantesco de um lado, uma brutalidade gigantesca de um lado, que deixa um desequilíbrio sem tamanho. Então, esse é o problema. Não há equilíbrio, não há relatividade. O senhor sabe muito bem disso,

porque o senhor vem do Ministério Público e conhece essa realidade, com muita honra, é evidente. Nós votamos aqui no procurador. Não temos problemas com o procurador. Temos problema com o caluniador, é outra coisa, e com a armação feita em torno da calúnia. Qualquer Governo, evidentemente, se preocupa. É lógico. O senhor sabe disso.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Concordo com o que V. Ex^a...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – É uma batalha. A batalha, sob esse ponto de vista, não é mais jurídica. Não se quer mais saber da denúncia. Para quê? Um órgão desse, com liberdade imprensa, que o senhor mencionou, chegou ao ponto de dizer que não precisa de prova, basta a denúncia. Hoje, contra mim; amanhã, poderá ser contra V. Ex^a. Hoje, nós somos situação, mas já fomos oposição, por um longo período. Os homens públicos sabem disso. Nós estamos assistindo, em São Paulo, a um debate sobre o Governo de São Paulo, sobre venda de emendas, sobre contrato de emendas na Assembleia Legislativa, que é o nosso Estado. Estão lá no debate. São homens públicos. Deve ter gente honrada sendo acusada. Nós não temos medo, nós não temos receio. Senador, nós já enfrentamos todas, inclusive essas. O Senador Prestes foi acusado de ter conduzido o ouro de Moscou. Arrancaram-no daqui, do Senado Federal, arrancaram nossa bancada da Câmara no período de democratização. Então, nós sabemos qual é o embate. O embate agora, então, se não precisa de prova, se chegou um desses órgãos poderosos da mídia brasileira – o jornal *O Estado de S. Paulo* – a dizer que não precisa de prova nenhuma, basta a calúnia, já está julgado. Porque o julgamento que vai fazer não é STF, não é STJ, não é procurador, quem vai fazer o julgamento são eles mesmos. E, digo de passagem, então, já fizeram o julgamento. Já acusaram, já julgaram e já condenaram. Então, vamos relativizar, não é, Senador. Sinceramente, o jogo é de natureza política, nós enfrentamos, nós sabemos qual é a parada. Por isso, estamos dizendo que vamos enfrentar em qualquer terreno que se der. Nós somos pequenos, mas não corremos, não corremos do debate, da discussão e nem do relativismo. Nós enfrentamos. Tenho o maior carinho por V. Ex^a, aliás, por todos os Senadores, porque não travo aqui com nenhum uma batalha de interesse pessoal, particular. Nós buscamos travar a batalha de natureza política. Então, nesse ponto de vista nós estamos tranquilos, estamos em receio. Porque nós sabemos onde está a verdade, nós sabemos que estamos com a verdade e com a verdade ficamos tranquilos, por isso vamos enfrentar. Nós enfrentamos com tranquilidade as piores situações, as mais macabras situações. Não quero

tomar o nosso tempo aqui para dar exemplos sobre a natureza desses episódios. Mas, como nós vamos até o fim, seja em que circunstância for...

Eu vou esperar o pronunciamento de V. Ex^a, eu vou esperar o pronunciamento do Senador Demóstenes, vou esperar o pronunciamento dos nossos colegas Senadores quando a questão for finalizada, for encerrada, porque vai ter um fim. Nós vamos à Justiça, vamos enfrentar na Justiça que, ao final, vai dizer quem tem razão. Eu e o meu Partido estamos dispostos. Se encontrarem qualquer desvio da nossa conduta, estamos aqui à disposição. Estamos aqui para darmos a mão à palmatória. Mas eu quero ver as demais, por isso vamos até o fim.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Penso...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques, V. Ex^a está com a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Senador Inácio, quero expressar a V. Ex^a o meu respeito. Não estou discutindo o Partido Comunista, não estou discutindo isso, não estou discutindo juízo de fato a respeito de culpabilidade dele ou não, não estou discutindo isso. V. Ex^a está coberto de razão nisso. Estou a discutir que as instituições da República precisam funcionar, é isso que estou debatendo. Estou debatendo com V. Ex^a que o preço que temos que pagar para que participemos da vida pública é este. Este é o preço.

Eu tenho certeza de que eu, o Senador Demóstenes, qualquer um aqui pode ser caluniado, injuriado. Isso é o preço, felizmente ou infelizmente, que nós temos que pagar. Se as pessoas não quiserem participar da vida pública, o homem de bem e a mulher de bem, vão ter que ficar em casa e os canalhas vão tomar conta, os vagabundos vão tomar conta. Não há melhor detergente do que a luz do Sol. O fato aqui é: nós não estamos fazendo juízo. Eu, pelo menos, não estou fazendo juízo de valor sobre o Ministro do Esporte. O que estou a defender aqui – e vou ressaltar novamente – é que nós, que somos homens públicos e mulheres, passamos por isso. É ruim, é doloroso, humilha, mas temos que passar por isso, para que possamos viver em democracia.

A imprensa tem que ser livre. Agora, liberdade rima com responsabilidade, o senhor concorda? Rima com responsabilidade. O limite é só a verdade. Para aquele que se sentiu caluniado, difamado, injuriado, existe, na via democrática, o Poder Judiciário. “Mas como vamos reparar o *status* anterior?” Isso é outra discussão, inclusive filosófica, que poderíamos fazer. Mas não é este o momento aqui.

O que estou a debater é que, felizmente ou infelizmente, esse é o preço que temos que pagar por vivermos em uma democracia. Temos que pagar esse preço, porque a liberdade de imprensa deve ser assegurada. As reparações devem ser feitas conforme determina a Constituição.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Permita-me também encerrar esta discussão.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador Demóstenes Torres, a Mesa pede para passarmos para o próximo item da pauta, logo depois de ouvir V. Ex^a, porque temos um projeto terminativo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Serei brevíssimo. É só para dizer ao Senador Inácio Arruda – também temos uma convivência lhana – que isso não envolve nada pessoal. Pelo contrário. É como disse V. Ex^a.

Mas o fato é o seguinte: há instâncias absolutamente diferentes na vida pública. Existe uma instância cível, judiciária; existe uma instância penal e existe uma instância política. A instância política é muito mais ágil do que todas as outras. Vamos lembrar o que aconteceu com o ex-Presidente Fernando Collor, hoje Senador da República. Saiu do cargo por uma decisão política e foi absolvido pelo Supremo Tribunal Federal. Isso não quer dizer que a Casa errou e nem quer dizer que o Supremo Tribunal Federal errou. A Justiça...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Perdão, Senador.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Pois não.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Apenas foi arquivado por falta de prova.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Exatamente.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Não foi absolvido. Foi arquivado o processo por falta de prova.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Então, vamos dizer assim: não foi condenado pela Justiça. Foi processado pela Justiça e não foi condenado. Por quê? Porque a Justiça tem instâncias, exige provas segundo um rito legal em que as coisas ocorrem.

Agora, não acho que por isso a imprensa tenha que ser penalizada. A Editora Abril tem 80 revistas. Opina sobre tudo? Muito bem! Se, em algum momento, extrapola o direito de informar, se comete abuso,

se ofende a honra das pessoas, abra processo. Eu mesmo, em Goiânia, tenho dezenas de processos contra jornalistas. Tenho dezenas de processos. Nem por isso brigo com a imprensa. Se acho que um jornalista me caluniou, injuriou-me, difamou-me, entro com processo. Contra qualquer pessoa. Por quê? Vou para o embate.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – V. Ex^a me concede um aparte, Demóstenes?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Pois não, com o maior prazer.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Quero dar o exemplo de um cearense...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senadores! Vamos fazer esse debate...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – É só para exemplificar, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador Inácio, já dei a palavra a V. Ex^a. V. Ex^a externou seus sentimentos.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – O Senador Demóstenes está com a palavra. V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Por favor!

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador Inácio, já dei a palavra ao Senador Pedro Taques. Ele externou o pensamento dele.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, estou aqui estabelecendo um diálogo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu já disse que esta Comissão não pode fazer juízo de valor.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – E não vai fazer. Lógico!

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Inclusive, eu defendia a posição do Procurador-Geral da República. Temos matérias aqui que não são inerentes a esse tema.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Claro! Estou aqui para votar as matérias.

Vou sair daqui. É um segundo. Quero dar um exemplo ao Senador Demóstenes de um homem público que foi Ministro da Justiça do Império: um cearense, romancista, escritor, autor da primeira ópera brasileira, junto com Carlos Gomes. Ele fez a ópera, e Carlos Gomes fez a música: O Guarani.

José Alencar, caluniado na vida pública, criou cinco jornais, numa época em que você distribuía o jornal na rua, no Estado do Rio de Janeiro, na Capital Federal.

Hoje, as condições são outras. Por isso que falo do relativismo. O relativismo tem um peso. V. Ex^a é

um homem consciente, é uma pessoa honesta, sabe disso; sabe o que é linchamento moral publicamente.

O José de Alencar criou cinco jornais. O senhor dizia uma coisa, eu dizia outra. Cada um recebia um jornal e tirava sua conclusão.

V. Ex^a há de convir que não temos o aparato da *Veja*, nem o aparato da Rede Globo, nem de outras grandes TVs para realizar um debate público sobre o tema. Nem o Governo tem, imagina nós!

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Imagine, Senador Inácio Arruda. E mais, quando há uma conspiração, a prática diz, é sempre localizada, nunca é disseminada. Então não podemos dizer que emissoras que são rivais, Globo, Bandeirantes, Record e tal, se aliaram contra alguma pessoa; ou que a revista *Veja*, revista *Época* e outra revista também acabaram se aliando contra fulano. O problema é político, é a minha opinião e a de V. Ex^a é diferente, já externou aqui a sua opinião. A posição política do Ministro Orlando Silva é insustentável pelos fatos. Até coloquei esse debate porque V. Ex^a quis dizer que o problema do Ministro Orlando Silva era o policial que o denunciou. Não é, é um conjunto. Ele já vem sendo investigado há mais tempo, não só ele como o ex-Ministro Agnelo, pelo mesmo problema.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Demóstenes, vamos à pauta.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – E digo, estamos em um debate absolutamente respeitoso.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu sei, mas não faz parte do texto da pauta do dia de hoje.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Não é nada desrespeitoso: entre quem tem uma opinião e outro que tem outra opinião sobre o mesmo tema. Vale dizer o seguinte, aqui no Congresso nós temos outra instância política, se funciona ou.... O Conselho de Ética não tem nada a ver com o Direito Penal. Às vezes, uma pessoa sai nua às ruas e perde o mandato e às vezes é uma questão ética mais profunda. Então, foi dada ao Congresso a oportunidade de dizer o que é ético e o que não é ético para os seus membros e até a possibilidade de cassar o mandato de alguém que foi legitimamente eleito pelas urnas.

O que eu digo é que há instâncias diferentes e o julgamento da Justiça, é claro, é o mais importante dos julgamentos, mas é diferente do julgamento político.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Próximo item da pauta, Item 4.

ITEM 4
– Terminativo –
PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 168, DE 2010

Acrescenta 2 (dois) cargos em comissão no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Contas da União para provimento em Gabinete de Auditor do Tribunal de Contas da União.

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relatoria: Senador Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação do projeto, com a emenda que apresenta.

Observações: Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, desejo fazer uso da palavra fazendo uma advertência e um apelo ao Plenário, àqueles que estão nos vendo e ouvindo através da TV Senado, nós estamos com uma sessão no Congresso Nacional, o nosso Líder José Pimentel me avisou agora há pouco, e temos, no Senado, até às 12h, portanto ao meio-dia, para confirmar nossa presença na Casa a fim de viabilizar uma sessão consensual, de acordo, no Congresso Nacional, a discussão de seis PLNs que são absolutamente consensuais entre Governo e oposição.

Faço esse parêntese a pedido do nosso Líder, José Pimentel, para convidar os Srs. Senadores que, estando na Casa, se façam presentes no plenário para, com suas presenças, consolidar a sessão do Congresso Nacional.

Esse era o primeiro objetivo, Sr. Presidente, agora vamos ao relatório.

Com o registro da presença dos Srs. Ministros Marcos Bemquerer e Weder de Oliveira, nós vamos tratar de um assunto que é apenas – e confirmo aos Srs. Senadores que tive esse cuidado – uma adequação de nomenclatura à luz de modificação do § 4º, do art. 73.

Vem ao exame desta Comissão, em decisão terminativa, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 168, de 2010, de autoria do Tribunal de Contas da União (TCU), cuja ementa se encontra na epígrafe.

O projeto resume-se a somente dois artigos positivos, sendo que o art. 1º tem por objetivo acrescentar ao Quadro de Pessoal da Secretaria do TCU um cargo em comissão de Oficial de Gabinete e um cargo em comissão de Assistente para provimento no Gabinete do Auditor, enquanto o art. 2º, decorrente de emenda de adequação proposta pela Comissão de Finanças e Tributação da Câmara, condiciona a criação dos dois cargos comissionados à *expressa autorização em Anexo próprio da lei orçamentária anual, com a dotação*

suficiente para o seu efetivo provimento, nos termos do art. 169, § 1º, da Constituição.

Ao justificar o projeto, mediante a Exposição de Motivos nº 3-GP/TCU/2008, afirma o Sr. Presidente do TCU:

Com a edição da Lei nº 11.854, de 3 de dezembro de 2008, que acrescentou um cargo ao Quadro de Auditores do Tribunal de Contas da União, afigura-se necessária a devida autorização legal para o acréscimo de mais dois cargos em comissão [...]

A matéria foi provada na Câmara dos Deputados. Vem a proposição a esta Câmara Alta em grau de revisão.

Foi inicialmente distribuído ao então Senador Marco Antonio Maciel, de saudosa ausência nesta Casa. É um dos homens mais inteligentes que conheço. É um queridíssimo companheiro do Estado de Pernambuco Marco Antonio do Rego Maciel, que apresentou relatório pela aprovação, com uma emenda, mas que não chegou a ser apreciado por esta Comissão.

Passo à análise.

Inicialmente, devemos ressaltar que adotamos, sem restrição, o relatório apresentado pelo ilustre relator que nos antecedeu, haja vista não haver qualquer divergência ou fato novo que justifique alguma mudança de entendimento sobre a matéria.

Falamos sobre os requisitos formais à luz do texto constitucional.

No tocante ao mérito, o PLC nº 168, de 2010, que objetiva criar dois cargos em comissão, justifica-se plenamente, haja vista a necessidade de compor o quadro de pessoal do Gabinete do quarto Auditor desta Corte de Contas.

Quanto à adequação financeira, como já falamos, está previsto o valor de R\$269 mil, de acordo com a Lei Orçamentária nº 12.381, de 2011.

Finalmente, entendemos ser oportuno apresentar emenda para que seja atribuída, alternativamente, aos titulares do cargo de Auditor de que trata o art. 73, § 4º, da Constituição Federal, os quais, nos termos do texto constitucional, substituem os ministros e exercem as demais atribuições da judicatura, a denominação de Ministro-Substituto.

Os Auditores (Ministros-Substitutos) exercem a judicatura com autonomia e independência, presidem a instrução de processos, relatam processos de controle externo perante as Câmaras e o Plenário do TCU e decidem monocraticamente, são nomeados pelo Presidente da República, devem preencher os mesmos requisitos dos Ministros para a assunção dos cargos, são regidos pela Lei Orgânica da Magistratura, substituem os Ministros e, quando não estão em substituição,

exercem a judicatura com as mesmas prerrogativas de Desembargadores Federais.

Os Auditores (Ministros-Substitutos) de que trata a Constituição Federal vêm sendo confundidos – aqui, está o âmago, o núcleo do projeto – com servidores de outras categorias funcionais, regidas pela Lei nº 8.112/1990, uma vez, que, após 1988, vários cargos da administração pública federal passaram a se utilizar do termo “auditor”, como Auditor-Fiscal do Tesouro Nacional, Auditor-Fiscal do Ministério do Trabalho e Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (AuFC). Dessa forma, no âmbito do TCU, tanto o servidor responsável pela execução de auditorias (AuFC) quanto o magistrado responsável pela relatoria dos processos (Auditor/Ministro-Substituto) possuem a mesma denominação.

Essa é a questão de mérito.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 168, de 2010, no mérito e quanto aos aspectos de constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade e técnica legislativa, com a emenda que propusemos.

Aqui, acosto um ofício do Presidente do TCU, Benjamin Zymler, que encaminha para esta Relatoria, um ofício, em termos de aviso, dizendo da manifestação de concordância da Corte de Contas quanto ao parecer e às emendas apresentadas por esta Relatoria. Ressalto que a emenda apresentada por esta Relatoria não produzirá qualquer impacto financeiro ou orçamentário. Foi esse o cuidado que tive quando apreciei a matéria, Sr. Presidente.

Esse é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Vital do Rêgo.

Para discutir a matéria, o Senador Pedro Taques pede a palavra.

Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Relator, o projeto é muito bom, é meritório. Mas eu só tenho uma dúvida, Sr. Presidente, e, se fosse possível, eu gostaria que ela fosse esclarecida pelo relator, no tocante à emenda.

Eu só estou preocupado com a emenda no tocante ao aspecto da constitucionalidade. Porque a Constituição, no art. 73, § 4º, fala em auditor. Se nós formos mudar a nomenclatura para ministro substituto, isso seria incompatível com a Constituição, ao meu juízo. Esse é o primeiro ponto, e eu gostaria de ouvir, se V. Ex^a assim entender, se isso seria ou não inconstitucional. A minha preocupação é essa.

O segundo ponto é que o projeto é de iniciativa própria. Nós, ao modificarmos, alterarmos o projeto, essa alteração não pode fugir do objetivo do projeto,

sob pena também de inconstitucionalidade por vício formal, desobedecendo ao art. 61 § 1º da Constituição. Esse é outro ponto.

E nós estamos também aqui modificando a função do auditor. Auditor não tem a função de julgar; ele vai instruir para julgamento. Então, essa é uma terceira preocupação.

Se nós modificarmos o nome de auditor para ministro substituto, nós teremos que modificar também a norma subconstitucional que fala em juízes substitutos do tribunal, não desembargadores. Então, a minha preocupação – o projeto é muito bom – é no tocante a essas inconstitucionalidades que podem, com todo o respeito, prejudicar o todo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – E pode haver uma emenda de redação consertando isso.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Pode haver. Sr. Presidente, primeiro, eu gostaria de agradecer a...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Ex^a tem a ponderação do Senador Pedro Taques, uma ponderação do Senador Demóstenes em relação à emenda de redação.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Eu queria justificar a minha posição.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Ex^a tem a palavra, como relator.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Primeiro eu gostaria de dizer que o Senador Pedro Taques, meu dileto companheiro, mais uma vez, foi prudente ao arguir essas possíveis inconstitucionalidades na emenda.

Com relação à função de auditor, ele já é magistrado judicante, porque ele julga esses processos. Mas entendo que V. Ex^a está preocupado com o termo auditor por força do § 4º, quando já foram definidos outros critérios.

Com relação ao regimento, o tribunal já mudou o regimento. Mas eu entendo, Sr. Presidente, que uma emenda de redação, uma subemenda de redação, para deixar mais claro o processo, não vai dificultar.

Então, proponho que nós nos reunamos – eu e o Senador Pedro Taques – com a assessoria do Tribunal de Contas, com a assessoria da Casa. Há uma convergência de entendimentos para a aprovação do projeto. O projeto é realmente bom. Há uma confusão muito grande com relação ao auditor expresso na Constituição e ao ministro auditor. Então, vamos fazer uma subemenda de redação e, na próxima reunião, votaremos aqui a clarividência do entendimento coletivo.

Eu concordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Então, vou conceder vista, Senador Vital, da matéria...

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Dê vista ao Senador Pedro Taques e S. Ex^a proporá...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Ex^a pensou mais rápido do que eu. Eu ia dar vista ao Senador Pedro Taques, V. Ex^a já determinou e eu vou cumprir a determinação de V. Ex^a.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Desculpe-me, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou cumprir a determinação de V. Ex^a.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Desculpa, Presidente. Eu só queria ter a autoridade de V. Ex^a, sentado nesta cadeira.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Ex^a tem mais do que isso.

Então, está retirado de pauta.

O próximo item da pauta é um projeto terminativo, portanto, precisa da votação nominal dos Srs. Senadores.

ITEM 5

– Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 129, DE 2011

Dá nova redação ao § 2º do art. 109 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), para adequar o referido dispositivo à Constituição de 5 de outubro de 1988.

Autoria: Senador Jorge Viana.

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues.

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com a Emenda que apresenta.

Observações: *Votação nominal.*

O Senador Randolfe Rodrigues se encontra recebendo uma homenagem da Aeronáutica – segundo informação que me chegou aqui –, e eu vou designar como Relator *ad hoc* para esta matéria o Senador José Pimentel.

V. Ex^a tem a palavra, Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, o PLS nº 129, de 2011, foi distribuído a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

Nos termos da alínea “d” do inciso II do art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão emitir parecer, quanto ao mérito, sobre proposições que tratem de Direito Eleitoral, matéria objeto do PLS nº 129, de 2011.

Em vista do caráter terminativo da decisão, devem ser apreciadas também a constitucionalidade, a juridicidade e a técnica legislativa da proposição.

Como bem argumenta o autor, a restrição da distribuição das cadeiras não preenchidas com quocientes partidários, chamadas sobras, aos partidos que alcançaram o quociente eleitoral constitui um resquício da regra de exclusão das minorias adotada nas eleições de 45, que destinava todas as vagas não preenchidas com quocientes partidários ao partido mais votado.

A regra funciona hoje à maneira de uma cláusula de barreira, embora mais rigorosa do que a barreira efetivamente pensada no Brasil.

Entre nós vigorou por um tempo o percentual mínimo de 5% dos votos para habilitar os partidos ao acesso ao fundo partidário, ao tempo de rádio e televisão e ao funcionamento parlamentar. Cabe lembrar que esse percentual foi considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, na medida em que atenta contra a pluralidade política.

Pois bem. A exclusão dos partidos que não atingem o quociente eleitoral na partilha das sobras estabelece, na maioria dos Estados, um percentual ainda mais draconiano do que esses 5%. Em dez Estados e no Distrito Federal, o quociente eleitoral equivale a 12,5% dos votos válidos. Na verdade, apenas nos casos do Ceará, Pernambuco, Pará, Rio Grande do Sul, Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, Estados com mais de 20 Deputados Federais, o quociente eleitoral é inferior a 5%.

A comparação entre o resultado das eleições de 2010 e o resultado presumido, no caso de vigência da alteração proposta, resulta na mudança de destinação partidária de apenas uma cadeira na Câmara dos Deputados no Rio Grande do Sul. Outra cadeira no Rio de Janeiro, alocada inicialmente ao PR, passaria para o PTdoB conforme a regra proposta.

No entanto, a recontagem dos votos levou o PTdoB a alcançar o quociente eleitoral e a conquistar o mandato.

Esse resultado, aparentemente de pouca significação, decorre do fato de a regra permanecer extremamente favorável aos partidos que alcançam o quociente. No entanto, o impacto da mudança nas eleições de deputados estaduais e distritais seria certamente maior, com consequências nas eleições futuras para deputado federal.

Por essa razão, considerando ainda o movimento de adequação gradual dos partidos pequenos à nova regra, é de se prever que a mudança proposta provoque efeitos no sentido de aumentar a competitividade dos pequenos partidos, desconcentrar o voto e propi-

ciar renovação partidária no período de duas ou três eleições, na vigência da nova regra.

Cumpra, portanto, remover essa barreira artificial com que a lei bloqueia o acesso dos partidos de pequeno porte à eleição de deputados federais, deputados estaduais e vereadores e aproximar a composição de nossas câmaras da regra da proporcionalidade.

No tocante à constitucionalidade, à juridicidade e à técnica legislativa, a proposição não contém óbices à sua aprovação. Entretanto é necessário promover um ajuste racional na sua emenda mediante a emenda de redação que submetemos à apreciação da Comissão com a finalidade de corrigir a regência do verbo adequar.

Em razão do exposto, o parecer é favorável à aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2011, com a seguinte

EMENDA Nº – CCJ (DE REDAÇÃO)

(ao PLS nº 129, de 2011)

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2011, a seguinte redação:

“Altera a Lei nº 4.747, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral) para adequar a redação do § 2º do art. 109 à Constituição Federal.”

É este, Sr. Presidente, o parecer do Senador Randolfe Rodrigues.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria.

Senador...

O SR. PEDROTAQUES (Bloco/PDT – MT) – Não, não é para debater. É só para registrar a presença aqui na CCJ do Dr. Joaquim Mesquita, que é Superintendente da Polícia Federal no Estado de Goiás e já foi Diretor da Polícia Federal no Estado de Mato Grosso quando aquele Estado passava por um momento difícil. Contribuiu contra a criminalidade organizada e o tráfico de entorpecentes quando era delegado da Delegacia de Repressão ao Entorpecente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Pedro Taques, pelo registro.

Peço aos Srs. Senadores para não saírem porque esta matéria é terminativa, portanto a votação é nominal. Precisamos de quórum qualificado dos Srs. Senadores.

Senador Vital, por gentileza, a sua presença aqui é...

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Estou preocupado com...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – E nos brinde com a sua presença até o final.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Estou preocupado com a sessão do Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Por isso nós devemos agilizar aqui, para ir logo para lá.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Vamos votar logo para poder marcar presença e ter sessão do Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não havendo mais quem queira discutir a matéria, vou colocá-la em votação.

A votação é nominal.

Como vota o Senador José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Voto sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vota sim.

Senador Pedro Taques.

O SR. PEDROTAQUES (Bloco/PDT – MT) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator.

Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, eu voto favorável porque significa uma alternativa à extinção da coligação que o PMDB defendeu nesta Casa. Agora, há um projeto de federação de partidos políticos em tramitação, que ainda vem para a Comissão de Justiça.

Então eu voto favorável como alternativa.

Obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator.

Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator.

Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator.

Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator.
Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator.
Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator.
Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Gim Argello.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Aprovado o projeto.

Consulto os Srs. Senadores se podemos repetir a votação para a emenda.

Os Srs. Senadores que concordam com a repetição da votação para a emenda permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

Aprovada a repetição da emenda.

Em votação a emenda.

Os Srs. Senadores que concordam permaneça com a votação anterior. *(Pausa)*

Aprovada.

Aprovados o projeto e a Emenda de nº 1 da CCJ, será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para a ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Demóstenes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Havendo quórum, solicitaria a V. Ex^a que colocasse extrapauta o PLS nº 478.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – PLS nº 478, em atendimento ao Senador Demóstenes Torres.

Tendo em vista que o Senador Marcelo Crivella, que tanto lutou por este projeto, encontra-se ausente...

Senador Benedito de Lira, eu tenho duas matérias complemento de pauta, que é a leitura do Item 9 e do Item 10, que não são terminativos, dos ofícios indicando os membros do Conselho de Justiça e do Ministério Público.

EXTRA PAUTA

ITEM 1

– Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 478, DE 2011

Revoga o art. 5º da Lei nº 12.034, de 29 de setembro de 2009, que institui o voto impresso para as eleições de 2014.

Autoria: Senador Lindbergh Farias

Relatoria: Senador Demóstenes Torres

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta.

A votação é nominal. Por isso, eu preciso da presença dos Srs. Senadores aqui na Comissão.

Nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, ele será submetido a turno suplementar.

Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres para falar a respeito do seu relatório.

Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Senador Lindbergh Farias apresentou o Projeto de Lei nº 478, de 2011, para revogar o art. 5º da Lei nº 12.034, de 29 de setembro de 2009.

O que diz esse artigo? Diz o seguinte: após a confirmação final do voto pelo eleitor, a urna eletrônica imprimirá um número único de identificação do voto associado a sua própria assinatura digital.

Qual é a pretensão? Fazer o voto impresso para evitar fraudes na urna eletrônica.

A intenção é boa. Acontece, Sr. Presidente, que, infalivelmente, isso está associado à quebra do sigilo da votação. Portanto, é totalmente inconstitucional. Isso pode levar à fraude ou mesmo à coação de eleitores.

Vale lembrar o seguinte, Sr. Presidente. Basta atolar um papel numa impressora para que o técnico da Justiça Eleitoral vá lá e tome conhecimento do voto do eleitor. Coisa semelhante pode acontecer se o eleitor esquecer de tirar o seu voto: o eleitor seguinte chega lá e toma conhecimento desse voto. Em 2002 foi feita uma experiência nesse sentido, e essas duas hipóteses acabaram acontecendo com muita frequência.

Também há o seguinte: hoje não existe essa associação entre o voto impresso e a assinatura digi-

tal. Como é que acontece o voto hoje? O resultado é transmitido às centrais de apuração sem a identificação de cada eleitor e com alteração da ordem sequencial dos eleitores de cada seção, com a finalidade de garantir que não haja associação do eleitor com o voto por ele dado.

E ainda há a questão da discriminação. Como é que a gente vai fazer, por exemplo, em relação às pessoas portadoras de necessidades especiais, como o portador de deficiência visual? E os analfabetos, que não sabem ler? Para esses eleitores, alguém teria de verificar o seu voto, eles contariam com o auxílio de terceiro e, claro, isso importaria novamente na violação do direito constitucional do sigilo do voto.

Vale lembrar também o seguinte. Na semana passada, o Supremo Tribunal Federal julgou cautelarmente a Adin nº 4.543, cuja relatora foi a Ministra Cármen Lúcia, pela constitucionalidade dessa lei. O Supremo, por unanimidade, suspendeu a medida, dizendo que a lei é inconstitucional. E disse a Ministra Cármen Lúcia: “A impressão do voto, como acentuado pela Procuradoria-Geral da República, fere exatamente esse direito inexpugnável ao segredo, conferido constitucionalmente ao cidadão como conquista democrática, para se suplantarem os gravíssimos vícios que a compra e a venda de votos provocavam, vulnerando o sistema democrático brasileiro”.

Também em 2002 foi feita essa experiência, e ela não foi bem sucedida, tanto que, em 2003, a possibilidade desse voto impresso foi revogada. E vamos lembrar que, na eleição de 2002, Srs. Senadores, cerca de 90% dos eleitores não examinaram a respectiva confirmação do voto. Quer dizer, fizeram a impressão e a deixaram lá na máquina, ninguém quis saber da confirmação de seu voto. Por isso, como eu disse, isso foi revogado em 2003. Além disso, segundo o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, o honrado Ministro Ricardo Lewandowski, isso custaria algo em torno de R\$1 bilhão. Feriria, portanto, o princípio da economicidade, que está no art. 70 da Constituição, e o da eficiência, que está no art. 37, também da Constituição Federal.

Vale lembrar que essa mesma proposta – estavam aqui o Senador Raupp e o Senador Romero Jucá – foi rejeitada por nós em 2009. Veio da Câmara assim, nós a rejeitamos, e a Câmara acabou voltando esse texto para a eleição de 2014.

Então, como é uma lei inadequada, incompatível com a Constituição, com problemas operacionais sérios, cara, vamos votar contra – contra a lei e a favor do projeto do Senador Lindbergh –, lembrando inclusive o seguinte. Hoje, tanto os partidos políticos quanto o Ministério Público podem acompanhar todos os procedimentos. E a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de

1997, garante, no art. 66, que qualquer partido político ou coligação que queira fiscalizar o processo, em todas as fases, pode se habilitar no Tribunal Superior Eleitoral e contratar uma empresa. Os programas serão fornecidos, e o partido ou coligação pode fazer uma apuração paralela. Também, de 10 a 13 de novembro de 2009, o Tribunal Superior Eleitoral submeteu à perícia o atual sistema. E foi periciado pela Polícia Federal, pela Controladoria Geral da União, pela Marinha, pelo Tribunal Superior Eleitoral, pelo Sistem Security Association, pela Caritas Informática e mesmo alguns especialistas em informática independentes, todos tentaram entrar nesse sistema e em três dias não conseguiram fraudá-lo nem burlá-lo.

Portanto, Sr. Presidente, sou favorável à aprovação do PLS nº 478. Apenas estou melhorando a redação para ficar clara. Apresento, então, um substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O substitutivo está em que termos, Senador?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – O substitutivo é da seguinte forma:

EMENDA Nº – CCJ (SUBSTITUTIVO)

Dê-se ao Projeto de Lei do Senado nº 478, de 2011, a seguinte redação:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 478, DE 2011 (SUBSTITUTIVO)

Revoga o art. 5º da Lei nº 12.034, de 29 de setembro de 2009, dispositivo legal que institui o voto impresso a partir das eleições de 2014.

Art. 1º Revoga-se o art. 5º da Lei nº 12.034, de 29 de setembro de 2009, dispositivo legal que institui o voto impresso a partir das eleições de 2014.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

É repetir os dois dispositivos de vigência no mesmo artigo. Eu fiz só uma adaptação. Ele derruba o sistema impresso.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Então, Presidente, tira o voto impresso.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Que o Supremo, aliás, derrubou, por unanimidade, na semana passada.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – É isso o que eu iria falar. O Supremo Tribunal Federal já definiu essa situação.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Exatamente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Por uma questão até de coerência, seria melhor então voltar ao sistema antigo...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Voltamos. É o que nós estamos fazendo aqui.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Do voto em papel, não é?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não. Sem papel. É o que estamos fazendo aqui.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Esse que é o certo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vou colocar em votação nominal esta matéria.

Votação nominal.

Como vota o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Voto, sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques.... *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Jorge Viana. Com o relator?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sim, com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques, como vota V. Ex^a.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, sem prejuízo do debate, tendo em conta a decisão do Supremo, voto com o Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Valdir Raupp?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Romero Jucá?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Renan Calheiros? *(Pausa.)*

Senador Vital do Rêgo? *(Pausa.)*

Senador Pedro Simon... *(Pausa.)*

Senador Petecão?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Ricardo Ferraço?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Lobão Filho? *(Pausa.)*

Senador Valdir Raupp já votou... *(Pausa.)*

Senador Demóstenes Torres?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Gim Argello?

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Renan Calheiros já votou... Senador Valdir Raupp já votou... Senador Lobão Filho já votou...

Em votação...

Resultado: o substitutivo é aprovado.

Aprovado o substitutivo, será submetido a turno suplementar nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM 10

– Não Terminativo -

OFÍCIO “S” Nº 59, DE 2011

Encaminha, em atenção ao disposto nos incisos I e II do art. 130-A da Constituição Federal, o nome do Procurador Regional da República MÁRIO LUIZ BONSAGLIA, membro do Ministério Público da União escolhido pelo Ministério Público Federal para a composição do Conselho Nacional do Ministério Público.

Autoria: Procuradoria-Geral da República

Relatoria: Senador Renan Calheiros

Relatório: Votação Secreta.

Observações: A matéria é submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ.

Nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal e em conformidade com o Ato nº 1, de 2007, do CCJ, publicado no Diário Oficial do Senado Federal, em 24 de outubro de 2007, esta Presidência comunica aos Srs. Senadores e às Sr^{as} Senadoras que

o processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão será feito em duas etapas.

Na primeira etapa, o Relator apresentará o Relatório à Comissão, com recomendação, se for o caso, para que o indicado apresente informações adicionais, ocasião em que não será exigida a presença dos indicados. Após a apresentação e discussão do Relatório, da primeira etapa, será concedida vista coletiva por esta Presidência automaticamente.

Na segunda etapa, o indicado será submetido à arguição dos membros desta Comissão e, em seguida, será realizada a votação, em escrutínio secreto.

Concedo a palavra ao Senador Renan Calheiros para proferir o seu Relatório.

Tem a palavra V. Ex^a, Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL)

– Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, mediante o Ofício nº 59, de 2011, o Procurador-Geral da República, Roberto Monteiro Gurgel Santos, encaminha ao Senado Federal o nome do Procurador-Geral da República Mário Luiz Bonsaglia, indicado pelo Ministério Público Federal para o cargo de Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público. Trata-se, Sr. Presidente, no caso, de recondução.

No ensejo, S. Ex^a encaminha, igualmente, o currículo do indicado e os documentos exigidos pela Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal.

Nos termos constitucionais, os membros do CNMP, instituição incumbida do controle externo do Ministério Público, serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal para o mandato de dois anos, admitida uma recondução.

Conforme a Resolução nº 7, de 2005, compete a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania examinar a indicação e proceder, Sr. Presidente, Srs. Senadores, à sabatina do indicado. Nos termos desse mesmo ato normativo, cabe à pessoa indicada fornecer os documentos que especifica.

O currículo, Sr. Presidente, de Mário Luiz Bonsaglia contempla a sua graduação em Direito, no ano de 1981, pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado de São Paulo. Adiante, em 2005, pela mesma instituição, o indicado concluiu o curso de doutoramento, com a defesa da tese *Federalismo e Direitos Humanos*.

No período de 1985 a 1991, atuou como Procurador do Estado de São Paulo, especialmente na Procuradoria de Assistência do Judiciário, na área criminal. Aprovado no concurso público para Juiz de Direito do Estado de São Paulo, no ano 1990, não tomou posse, entretanto pelo fato de haver sido, no mesmo ano, para o cargo de Procurador da República. Desde 1991,

participa do Ministério Público Federal, instituição na qual desenvolveu inúmeras tarefas e recebeu importantes encargos, inclusive a atuação junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo. Atuou igualmente junto ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região, especialmente na área cível.

S. Ex^a foi promovido, em 1996, a Procurador Regional da República, cargo que ocupa até hoje e em cujo exercício atuou na condição de Procurador Regional Eleitoral, junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo. Trabalhou igualmente junto à 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, em matéria criminal, e, na condição de Presidente, no período de 2010 a 2011, na Comissão de Aperfeiçoamento de Atuação do Ministério Público no sistema carcerário e no controle externo da atividade policial.

Desde 2009, participa, como Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público, indicado pelo Ministério Público Federal. Nessa condição, Sr. Presidente, Srs. Senadores, pleiteia a recondução.

S. Ex^a participa de diversas atividades associativas, dentre as quais, com destaque, a Associação Nacional dos Procuradores da República, instituição da qual participou como membro da Diretoria no biênio 1999-2001; foi também Vice-Presidente da Associação Brasileira de Magistrados, Procuradores e Promotores Eleitorais e publicou diversos trabalhos acadêmicos e também artigos em jornais, tais como o *Correio Brasileiro* e a *Gazeta Mercantil*, assim como, no Boletim de Procuradores da República e no Boletim do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais.

Mário Luiz Bonsaglia foi professor colaborador na Escola Superior do Ministério Público da União, onde lecionou a disciplina Direito Penal Eleitoral, além de palestrante em diversos seminários, encontros, cursos, simpósios, todos – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores – criteriosamente descritos nesse currículo, que enumera os eventos mais recentes, além dos principais de que tomou parte.

Os artigos e trabalhos acadêmicos publicados são igualmente citados, destacando-se, entre eles, Sr. Presidente, a tese, requisito para conclusão do curso de doutoramento da Universidade Federal de São Paulo, como já frisei, federalismo e direitos humanos.

Em cumprimento ao disposto no inciso II do art. 5º da Resolução nº 7, de 2005, que trata do processo de indicações nesta Casa, Mário Luiz Bonsaglia encaminha as informações pertinentes, como a de que não é cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, de membro ou servidor do Ministério Público Federal.

S. Ex^a tampouco sofreu qualquer sanção criminal ou administrativo-disciplinar e não responde a qualquer processo dessa natureza.

Informa, ademais, Sr. Presidente, não ser membro do Conselho Nacional de Casa Legislativa de qualquer unidade federativa, nem cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, de membro desses Poderes.

Informa ainda que não participa e não participou como sócio-proprietário gerente de empresas ou entidades não-governamentais, além de declarar sua participação como membro de entidade associativa, a Associação Brasileira dos Magistrados, Procuradores e Promotores Eleitorais.

Em cumprimento, Sr. Presidente, das normas legais pertinentes, especialmente do disposto no Ato nº 1, de 2007, desta Comissão de Constituição e Justiça, declara a sua regularidade fiscal nos âmbitos federal, estadual e municipal, juntando, para tanto, as declarações respectivas.

Finalmente, junta declaração na qual informa suas atividades e sua vida profissionais para, ao final, dizer de sua aprovação pelos integrantes do Ministério Público Federal, na condição de candidato mais votado para outra vez integrar, como Conselheiro, o CNMP e declara o seu interesse em dar continuidade com os aperfeiçoamentos propiciados pela experiência às atividades de conselheiro, tendo por norte o cumprimento da missão que a Constituição outorgou ao Conselho Nacional do Ministério Público atuando no sentido, como disse, do aperfeiçoamento do Ministério Público, da defesa da autonomia e independência da instituição, com a consequente coibição de abuso.

Diante do exposto, entendemos que os Srs. Senadores integrantes desta Comissão de Constituição e Justiça dispõem, portanto, de elementos suficientes para deliberar sobre a indicação.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Renan Calheiros.

Em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, esta Presidência concede vista coletiva automaticamente, nos termos do § 2º do art. 2º do Ato nº 1, de 2007, desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Próximo item da pauta.

ITEM 9

– Não Terminativo -

OFÍCIO “S” Nº 58, DE 2011

Indica a Senhora CLÁUDIA MARIA DE FREITAS CHAGAS, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, em confor-

midade com o disposto nos incisos I e II do art. 130-A da Constituição Federal.

Autoria: Procuradoria-Geral da República

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: Dependendo de Relatório.

Observações: *A matéria é submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ.*

Nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal e em conformidade com o Ato nº 1 de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, publicado no *Diário Oficial do Senado* nº 24 em outubro de 2007, esta Presidência comunica aos Srs. Senadores e às Sr^{as} Senadoras que o processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão será feito em duas etapas.

Na primeira etapa, o relator apresentará o relatório à comissão, com recomendações se for o caso, para que o indicado apresente informações adicionais, se necessárias, ocasião em que não será exigida a presença dos indicados. Após a apresentação e discussão do relatório na primeira etapa, será concedida vista coletiva automaticamente por esta Presidência.

Na segunda etapa, o indicado será submetido à arguição dos membros da Comissão e, em seguida, será realizada votação em escrutínio secreto.

Concedo a palavra ao Senador Jorge Viana, como relator da matéria, para proferir a leitura de seu relatório.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Atendendo à solicitação dessa Presidência e o estabelecido na Constituição Federal e no Regimento Interno do Senado Federal, passo à leitura do relatório, Sr. Presidente.

É submetida à apreciação do Senado Federal, nos termos constitucionais e regimentais, a indicação do nome da Promotora de Justiça Cláudia Maria de Freitas Chagas, para compor, como representante do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, o Conselho Nacional do Ministério Público – CNPM. Trata-se, na espécie, de uma recondução, pois S. S^a já integra o referido conselho, indicada pelos mesmos segmentos do Ministério Público.

A indicação se faz nos termos dos incisos I e II do art. 130-A da Constituição, inserto pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, pertinente à Reforma do Judiciário.

Nos termos constitucionais, os membros desse conselho, ao qual cabe o controle externo do Ministério Público, serão nomeados pelo Presidente da República depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal para um mandato de dois anos, admitida a recondução – no caso, tratamos da recondução.

Conforme a Resolução nº 7, de 2005, que integra o campo normativo pertinente desta Casa, compete a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania examinar a indicação e proceder à sabatina dos indicados. E nos termos desse mesmo ato normativo, cabe à pessoa indicada fornecer determinados documentos, dentre os quais, o currículo, que resumimos brevemente, Sr. Presidente.

Cláudia Maria de Freitas Chagas nasceu na cidade do Rio de Janeiro. Estudou na Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, onde se diplomou Bacharel no ano de 1985, e fez curso de pós-graduação pela Universidade de Santa Catarina e pela Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios em Sistemas de Justiça Criminal, tendo-se diplomado especialista em 2004.

Faço um breve reparo para os colegas Senadores ao me referir a Cláudia Maria de Freitas Chagas. Ela é filha do jornalista Carlos Chagas, que, gostaria de ressaltar, além de jornalista, mesmo exercendo essa carreira durante toda a sua vida profissional, é também formado em Direito pela PUC do Rio de Janeiro, tendo, inclusive, conhecido sua esposa na Faculdade de Direito. Ela também é irmã de uma jornalista pela qual todos nós temos a maior deferência, que é Helena Chagas, hoje Ministra-Chefe da Secretaria de Comunicação do Governo da Presidente Dilma.

Nascida no Rio de Janeiro, veio para Brasília com 08 anos de idade, acompanhando seu pai que foi transferido para a capital e aqui exerceu a responsabilidade de dirigir a sucursal do jornal O Estado de S. Paulo. Queria também ressaltar que a Dr^a Cláudia, sempre que solicitada, estabeleceu, em muitas ocasiões, uma relação de cooperação muito estreita com o Senado Federal.

Queria seguir dizendo que a Dr^a Cláudia iniciou sua vida profissional, como advogada, no escritório de Aldir Passarinho Júnior, de 1985, logo após sua formatura, até 1986. A seguir, foi assessora jurídica do Ministro, a quem devemos tantas deferências, Paulo Brossard de Sousa Pinto, ocasião em que foi Secretária Executiva do Conselho de Defesa do Direito da Pessoa Humana – CDDPH – de 1986 até 1988. A seguir, foi assessora do Ministro do Tribunal Federal de Recursos, depois Superior Tribunal de Justiça, Carlos Mário Veloso, e assessorou o mesmo magistrado quando S. Ex^a foi indicado para compor o Superior Tribunal Eleitoral em 88 até 90. E a seguir, de 90 a 93, quando o ilustre magistrado passou a integrar o Supremo Tribunal Federal. Desde 93 até os dias de hoje é Promotora de Justiça do Distrito Federal e Territórios, após aprovação em concurso público de provas e títulos. Nessa condição, exerceu suas atividades em diversas

promotorias: criminais, cíveis e de fazenda pública, além de exercer a função de assessora do Procurador Geral de Justiça na área de recursos constitucionais. De 1995 a 2001, foi membro do Conselho Curador da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

A indicada atuou como Secretária Nacional de Justiça do Ministério da Justiça no período de 2003 a 2006. Nessa condição, teve sob sua responsabilidade o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional – DRCI –, o Departamento de Justiça Qualificada e Títulos – DJUS, o Departamento de Estrangeiros, o Departamento Penitenciário Nacional – Depen, e o Projeto de Enfrentamento ao Tráfico de Seres Humanos.

Vejam, Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, trata-se de uma pessoa com um currículo extraordinário e que tenho a honra de tornar conhecido nesta Comissão. Nessa mesma função, coordenou a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro e também, vale ressaltar, presidiu diversas Comissões que tinham como objetivo propor alterações legislativas.

Desde 2008 até 2010, foi Diretora Geral da Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Finalmente, desde 2009 até os dias de hoje, é Conselheira do Conselho Superior do Ministério Público – CNMP, onde preside a Comissão de Planejamento Estratégico e Acompanhamento Legislativo, desde fevereiro de 2010. Professora, a indicada exerceu o magistério durante 2001 e 2003, no Instituto Superior de Ensino de Brasília. Em cumprimento ao disposto no inciso II do art. 5º da Resolução nº 07/2005 do Senado Federal, que trata do processo de indicação nesta Casa, a indicada encaminha as informações pertinentes, como a relativa a seu estado civil e aos cargos que exerce, assim como o de seu companheiro. Informa que inexistem quaisquer incompatibilidades ou impedimentos relacionados à existência de cônjuge, companheiro ou parentes membros ou servidores da instituição responsável pela indicação, pois seu companheiro é Promotor de Justiça concursado. Aplica-se, portanto, a exceção prevista na parte final do inciso II do art. 5º da mesma Resolução nº 7 de 2005.

Cláudia Maria de Freitas Chagas declara que não cumpre nem cumpriu qualquer sanção criminal ou administrativa disciplinar, nem existe qualquer procedimento dessa natureza contra ela instaurado. Tampouco é autora ou ré de qualquer ação judicial.

Finalmente, encaminha sua argumentação pessoal, na qual sumariza as informações ora referidas e menciona sua eleição, pelo voto de seus pares, para a presente indicação ao Conselho Nacional do Ministério Público, cargo para o qual se considera apta.

Diante do exposto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, entendemos que as Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores integrantes da Comissão de Constituição e Justiça dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação para o Conselho Nacional do Ministério Público, atendendo o que estabelece a Constituição e o Regimento desta Casa.

Por fim, encerrando o meu relatório, queria fazer o registro de que me sinto honrado por ter sido escolhido para apresentar, através deste relatório, a Dr^a Cláudia Maria de Freitas Chagas, que honra os servidores públicos do nosso País.

É o meu relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Jorge Viana.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Deixe-me apenas terminar.

Esta Presidência concede vista coletiva, automaticamente, nos termos do § 2º do Ato nº 1, de 2007, da CCJ.

Pela ordem, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, eu queria, primeiramente, ao agradecer a V. Ex^a, justificar o meu atraso para esta reunião da Comissão de Constituição e Justiça. Estava recebendo a Ordem do Mérito Aeronáutico – agraciado e honrado estou – junto com a Presidente da República ainda há pouco.

Queria, em especial, pedir desculpas ao meu querido amigo Senador Jorge Viana em virtude da minha ausência. Não foi possível estar presente no momento da relatoria do PLS nº 129, de autoria do Senador Jorge Viana. Sei que V. Ex^a, Presidente Eunício, designou o Senador Pimentel, que muito bem cumpriu o papel de relatar esse importante PLS. Só quero fazer este registro e cumprimentar o Senador Jorge Viana pela iniciativa.

Senador Jorge, o PLS de V. Ex^a é uma das mais importantes iniciativas da reforma política nesta Casa. Espero que ele seja aprovado o quanto antes, porque faz justiça, é democrático, e afasta a situação em que se enquadram muitos candidatos quando alcançam uma boa votação, mas não obtêm sucesso em virtude da fórmula anacrônica do quociente eleitoral, que está previsto em nosso ordenamento jurídico eleitoral.

Então, ao mesmo tempo em que peço desculpas, quero cumprimentar V. Ex^a pela iniciativa do projeto, que espero que tramite o quanto antes não só nesta Casa, mas também na Câmara dos Deputados.

Justifico e agradeço ao mesmo tempo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A Mesa já tinha justificado a ausência de V. Ex^a. Foi dito para todo o Brasil e, obviamente, para o seu querido Estado, que V. Ex^a estava recebendo uma das importantes comendas deste País. Assíduo como é V. Ex^a, saíamos que, até o final desta reunião, estaria aqui.

Comunico aos senhores membros da subcomissão criada para tratar de assuntos de segurança pública, tão bem presidida pelo Senador Pedro Taques, composta pelos Senadores desta Comissão, como o Senador Demóstenes Torres e o Senador Randolfe Rodrigues, que, em substituição a nosso próprio nome, atendendo uma solicitação inclusive para abrilhantar ainda mais esta Comissão, estou indicando o nome do Senador Armando Monteiro, para compor essa subcomissão, que terá papel extremamente importante nesse trabalho de leis e na questão da segurança pública.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Presidente, não é possível manter o nome de V. Ex^a também? Podemos fazer as duas coisas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Eu quero insistir na solicitação apresentada pelo Senador Demóstenes. Vejo que não há nenhum impedimento para... Está presente o senhor e o senhor Armando.

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como Presidente da CCJ, eu me comprometo com os senhores que estarei, assim como até o dia de hoje – Deus me deu saúde para não me ausentar a nenhuma dessas sessões desta Comissão – eu estarei presente a todas as reuniões da Comissão que será tão bem presidida pelo Senador Pedro Taques.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sim. Parabéns a V. Ex^a pela indicação de nosso querido Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Presidente, eu queria agradecer seu gesto. Dizer que me sinto honrado com essa manifestação de confiança. Creio que a Subcomissão tem o desafio de poder oferecer uma contribuição qualificada a essa agenda que está tão sobrecarregada no País. Mas, ao mesmo tempo, lamenta-se a circunstância de – isso é o que se chama, no conceito da economia, de perda líquida –, o ganho que possa ser representado pela nossa chegada, não compensar a perda da saída de V. Ex^a. Mas, de qualquer forma, tenho certeza de que contaremos com sua presença e sua orientação. Muito obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com a palavra, Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, parabenizando V. Ex^a, pela

criação desta Subcomissão de Segurança Pública e a indicação, para sua constituição, do Senador Armando Monteiro, gostaria de informar a V. Ex^a que, ontem, a Câmara dos Deputados aprovou um projeto, de nossa autoria, que passou nesta Comissão, passou por grandes debates e que trata da lavagem de dinheiro. Foi aprovada com quatro emendas e essa matéria volta aqui para a Comissão de Justiça onde, naturalmente, nós vamos nos debruçar sobre o projeto final, aprovado pela Câmara dos Deputados. Foi uma recomendação inclusive do Ministério da Justiça para que essa matéria entrasse em pauta na Câmara dos Deputados. Ela é de 2003. Quer dizer, há 08 anos ela está sendo debatida no âmbito do Congresso Nacional. Então, estou apenas dando esta notícia porque essa Subcomissão poderá, sem dúvida alguma, contribuir para, inclusive, o aperfeiçoamento dessa matéria que já passou aqui na Comissão de Justiça e que combate, eficazmente, o crime organizado e a lavagem de dinheiro.

Era essa a informação que queria dar a V. Ex^a.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem... Já dou a palavra a V. Ex^a.

Eu li ontem a matéria e quero aproveitar a oportunidade para parabenizar V. Ex^a pela iniciativa de um projeto tão importante que acabou sendo aprovado, na tarde de ontem, na Câmara dos Deputados.

Tem a palavra V. Ex^a, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim... Apenas, Sr. Presidente, para cumprimentar V. Ex^a pela acolhida do Senador Armando Monteiro, dizendo a ele que sua participação nessa Subcomissão que, com muita honra, eu presido, por designação de V. Ex^a, Sr. Presidente da CCJ, eu tenho absoluta compreensão de que o entendimento de segurança pública de V. Ex^a será mais que útil, será necessário nesse debate que eu penso seja importante para toda a sociedade brasileira.

E me permita, Sr. Presidente, cumprimentar o Senador Valadares em razão desse projeto que modifica a Lei de Lavagem de Dinheiro. Em 2003, na Subcomissão de Segurança do Senado, que foi requerida pelo Senador Magno Malta... Em 2003, Senador Valadares, eu, como Procurador da República, fui convidado para debater esse projeto de Lavagem de Dinheiro, no dia 18 de agosto de 2003. E, infelizmente, ontem esse projeto foi votado na Câmara dos Deputados com algumas modificações que eu penso que fazem retroceder o grande benefício que esse projeto conseguiu alcançar aqui no Senado da República.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Já dou a palavra para V. Ex^a.

Eu quero me comprometer com o Senador Valadares, porque como essa matéria é de origem sua aqui no Senado, foi à Câmara e me parece que há uma emenda feita naquela Casa. O projeto voltará para o Senado e há o compromisso desta Presidência em pautar, tão logo a Mesa o encaminhe à CCJ, pela importância que tem esse projeto na questão da moralidade pública brasileira.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Tenho certeza de que V. Ex^a designará um relator à altura, para conduzir esse processo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com certeza.

Antes, eu quero dizer aos membros da comissão que diante dessa solicitação, mesmo eu não sendo jurista como eles, estarei na comissão mesmo na condição de Suplente, para aprender com V. Ex^{as} algo mais daquilo que tenho aprendido, no dia a dia, aqui nesta comissão.

Tem a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu tinha pedido, mas sei que V. Ex^a está trabalhando a indicação dos suplentes nesta comissão e penso que um dos ganhos deste Senado, do nosso Congresso, desta Legislatura é termos uma figura como o Senador Pedro Taques como colega e criarmos as condições para que ele possa por em prática um conhecimento que a vida deu a ele oportunidade de adquirir e aprofundar.

Eu tenho certeza de que essa subcomissão é um instrumento muito poderoso de resgatar a relação desta Casa com os anseios da sociedade. O Senado só seguirá se legitimando diante da sociedade quando trazer para cá, para nossa agenda, temas que atendam aos anseios da sociedade.

Essa matéria, que envolve um combate à corrupção, à lavagem de dinheiro, aos crimes hediondos para que a sociedade estabeleça regras ainda mais claras e mais duras, está em boas mãos.

Eu penso, como disse o Senador Valadares, que é proponente dessa iniciativa como Senador, que o gesto da Câmara ontem só nos possibilita algo que eu tenho buscado desde o primeiro dia: nos sentirmos úteis, no sentido de aperfeiçoar a legislação brasileira e a nossa sociedade.

Eu sei que V. Ex^a está trabalhando. Como é um tema para o qual tenho procurado desenvolver uma contribuição com o meu mandato, sei que V. Ex^a vai definir os suplentes desta comissão e certamente eu, como membro da comissão, estarei colocando meu nome à disposição para ocupar uma das suplências, a fim de que com esse gesto eu esteja à

disposição do Senador Pedro Taques e dos colegas que muito bem nos representam como titulares desta comissão, na busca de darmos uma satisfação e uma segurança para a população brasileira sobre um tema que nos é tão caro. Nesse sentido, Senador Eunício, agradeço.

Por último, faço uma referência a esta reunião de hoje, cumprimentando todos os colegas Senadores que ainda há pouco atenderam e respeitaram o relatório do Senador Randolfe sobre uma iniciativa de meu mandato, que se refere ao Projeto de Lei do Senado nº129, que dá nova redação ao §2º do art.109 da Lei Eleitoral e foi aprovado por unanimidade.

Eu digo que não devo isso à minha iniciativa, mas talvez à competência do Senador Randolfe de estabelecer um relatório que simplesmente, com a leitura do Senador Pimentel, designado *ad hoc* por V. Exª, conseguiu ter a unanimidade dos presentes nesta reunião.

Eu sei que na busca do aperfeiçoamento, de darmos alguns passos no sentido da reforma política, fui tão bem acolhido por todos os colegas. Cito aqui o Senador Aloysio Nunes, o Senador Demóstenes e tantos colegas que encamparam essa modificação na lei eleitoral, porque ela simplesmente encontra uma maneira de combater a corrupção eleitoral no Brasil ao fortalecer os partidos e ao combater as coligações cartoriais. Os partidos criados para alimentar as coligações cartoriais perdem força com a aprovação dessa nova lei, que altera o § 2º do art. 109 da Lei Eleitoral. É claro que a principal conquista da democracia, a maior autoridade, é o voto. E esse voto, com a Lei Eleitoral de hoje, é desprezado. O partido político que está surgindo, mesmo que tenha plataforma política bem definida, tem que buscar a coligação, às vezes cartorial, para alcançar o coeficiente eleitoral. E a correção é feita ao valorizar o papel do voto.

Fico muito feliz em ter tomado a iniciativa, mas mais feliz ainda em ter um colega da altura de Randolfe como relator desta matéria, que foi aprovada por unanimidade e certamente será um dos tópicos importantes que o Senado, antes do final do ano ou, no mais tardar, no começo do próximo ano, prestará contas à sociedade sobre a reforma política.

Sr. Presidente, quero apenas agradecer o privilégio de, mais uma vez, ter sido o relator da recondução da Dr. Claudia Chagas para o Conselho Nacional do Ministério Público.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/ PMDB – CE) – Obrigado, Senador Jorge Viana.

Há um requerimento sobre a mesa.

REQUERIMENTO Nº 95, DE 2011-CCJ

Requeiro, nos termos do art. 113 do Regimento Interno do Senado Federal, que o estudo do Projeto de Lei do Senado nº 73, de 2007, que Regulamenta as atividades de pesquisa, produção, importação, liberação no ambiente e comercialização de clones de mamíferos, exceto humanos, peixes, anfíbios, répteis e aves, de autoria da Senadora Kátia Abreu, seja feito em reunião conjunta das Comissões de Agricultura e Reforma Agrária, Constituição, Justiça e Cidadania e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Autoria: Senador Acir Gurgacz

Submeto às Srªs e aos Srs. Senadores o requerimento de reunião conjunta das Comissões, de autoria do Senador Acir Gurgacz.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos os Srs. Senadores e da nossa audiência, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 25 minutos.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

ATA DA 55ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE NOVEMBRO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 14:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às quatorze horas e quarenta e quatro minutos, do dia oito de novembro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Eunício Oliveira, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Jorge Viana, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Pedro Simon, Romero Jucá, Renan Calheiros, Luiz Henrique, Sérgio Petecão, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Demóstenes Torres, Armando Monteiro, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Clésio Andrade, Lindbergh Farias, Humberto Costa, Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Flexa Ribeiro e Cícero Lucena reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo

Crivella, Vital do Rêgo, Alvaro Dias e Gim Argello e a Senadora Marta Suplicy. Justifica ausência o Senador Francisco Dornelles. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. A Presidência registra a presença do senhor Norberto dos Santos, Ministro de Assuntos Parlamentares do Governo da República de Angola; da senhora Eunice Pereira Amorim Carvalhido, Procuradora-Geral de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; do senhor Sammy Barbosa, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Acre; do Senhor Luiz Moreira, conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público, representando a Câmara dos Deputados; do senhor Jeferson Luiz Pereira Coelho, Corregedor Nacional do Ministério Público; do senhor. Alexandre Camanho de Assis, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; da senhora Julieta Elizabeth Fajardo Cavalcanti de Albuquerque, Subprocuradora-Geral da República; do senhor César Mattar Júnior, Presidente do Conamp, Conselho Nacional dos Membros do Ministério Público; do senhor Carlos Eduardo de Azevedo Lima, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; do senhor Sebastião Vieira Caixeta, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; e do senhor Luiz Antônio Camargo de Melo, Procurador-Geral do Ministério Público do Trabalho. Passa-se à apreciação da Pauta: **ITEM 1) Não Terminativo OFICIO “S” Nº 58, DE 2011** Indica a Senhora CLÁUDIA MARIA DE FREITAS CHAGAS, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, em conformidade com o disposto nos incisos I e II do art. 130-A da Constituição Federal. **Autoria:** Procuradoria-Geral da República. **Relatoria:** Senador Jorge Viana. **Relatório:** Votação secreta. Em 26/10/2011, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome da Senhora CLÁUDIA MARIA DE FREITAS CHAGAS para exercer o cargo de Conselheira do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, com 14 (quatorze) votos favoráveis.** **ITEM 2) Não Terminativo OFICIO “S” Nº 59, DE 2011** Encaminha, em atenção ao disposto nos incisos I e II do art. 130-A da Constituição Federal, o nome do Procurador Regional da República MÁRIO LUIZ BONSAGLIA, membro do Ministério Público da União escolhido pelo Ministério Público Federal para a composição do Conselho Nacional do Ministério Público. **Autoria:** Procuradoria-Geral da República. **Relatoria:** Senador Renan Calheiros. **Relatório:** Votação secreta.

ta. Em 26/10/2011, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Senhor MÁRIO LUIZ BONSAGLIA, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, com 14 (quatorze) votos favoráveis.** Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião, às dezesseis horas e quatorze minutos, e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/ PMDB – CE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 55ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As Atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 e 2.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/ PMDB – CE)

ITEM 1
– Não Terminativo -
OFICIO “S” Nº 58, DE 2011

Indica a Sr^a Cláudia Maria de Freitas Chagas, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, em conformidade com o disposto nos incisos I e II do art. 130-A da Constituição Federal.

Autoria: Procuradoria-Geral da República.

Relatoria: Senador Jorge Viana.

Relatório: Votação secreta.

Observações: Em 26/10/2011, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ.

Convido os Srs. Senadores a se fazerem presentes à Comissão, pois passaremos a um processo de sabatina.

Item 2:

**– Não Terminativo -
OFÍCIO “S” Nº 59, DE 2011**

Encaminha, em atenção ao disposto nos incisos I e II do art. 130-A da Constituição Federal, o nome do Procurador Regional da República, Dr. Mário Luiz Bonsaglia, membro do Ministério Público da União escolhido pelo Ministério Público Federal para a composição do Conselho Nacional do Ministério Público.

Autoria: Procuradoria-Geral da República.

Relatoria: Senador Renan Calheiros.

Relatório: Votação secreta.

Observações: Em 26/10/2011, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007, desta Comissão.

Em 26/11/2011, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ.

Na presente reunião, procederemos às arguições dos indicados, em cumprimento à alínea b do art. 2º do Ato supracitado, referente à segunda etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades no âmbito desta CCJ.

Registro aqui, com prazer, as presenças das seguintes autoridades: Dr. Norberto dos Santos, Ministro de Assuntos Parlamentares do Governo da República de Angola, a quem convido para tomar assento à mesa dos Srs. Senadores, como autoridade; também da Drª Eunice Pereira Amorim Carvalhido, Procuradora-Geral de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, a quem também convido para tomar assento na bancada de Senadores.

Convido a Srª Cláudia Maria de Freitas Chagas para compor a Mesa, como arguida nesta tarde. *(Pausa.)*

Convido também o Sr. Dr. Mário Luiz Bonsaglia para tomar assento à Mesa. E mais uma vez convido os Srs. Senadores para comparecer à Comissão, porque vamos passar, daqui a pouco, para o processo de votação nominal.

Concedo a palavra à Srª Drª Cláudia Maria de Freitas Chagas para a sua exposição.

V. Sª terá dez minutos, com tolerância da Mesa por mais dez minutos.

Tem a palavra V. Sª.

A SRª CLÁUDIA MARIA DE FREITAS CHAGAS

– Exmº Sr. Presidente, Senador Eunício Oliveira, Srs. Senadores, Srs. Procuradores-Gerais de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e do Acre, Sr. Conselheiro Luiz Moreira, do Conselho Nacional do Ministério Público, Srs. Representantes do Ministério Público, demais autoridades, senhoras e senhores, estou no Conselho Nacional do Ministério Público desde dezembro de 2009 e estou pleiteando o segundo mandato.

É uma honra estar aqui no Senado Federal mais uma vez para fazer esta exposição breve sobre a minha carreira e o Conselho Nacional do Ministério Público.

Iniciei a minha carreira na advocacia, em seguida fui assessora do Ministro Paulo Brossard, no Ministério da Justiça, fui Secretária do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, fui assessora do Ministro Carlos Mário Velloso no Superior Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Federal, quando então, em 1993, há 18 anos, ingressei no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Atuei em diversas áreas no Ministério Público: criminal, cível, fazenda pública, família.

Fui diretora da Escola do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. E, no período de 2003 a 2006, por quatro anos, fui Secretária Nacional de Justiça do Ministério da Justiça, ocasião em que tive oportunidade de trabalhar com diversos temas, como lavagem de dinheiro, crime organizado, sistema penitenciário, enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes, classificação indicativa, tráfico de pessoas.

Nesse período em que estive à frente da Secretaria Nacional de Justiça, tive também oportunidade de comparecer no Congresso Nacional por diversas vezes, onde participei de debates e prestei esclarecimentos em diversas comissões da Câmara e do Senado Federal.

No Conselho Nacional do Ministério Público, além das atribuições normais relativas aos processos, sou Presidente da Comissão de Planejamento Estratégico e Acompanhamento Legislativo.

Nessa Comissão, a qual presido desde o início de 2010 e fui reeleita para mais um mandato, eu tenho a oportunidade de coordenar o Planejamento Estratégico Nacional, que é um trabalho muito interessante que parte do princípio de que o Conselho Nacional, além das suas atribuições de controle administrativo, de controle financeiro e de controle da conduta dos membros do Ministério Público, tem também que contribuir para o aperfeiçoamento do Ministério Público brasileiro. Ele tem como trabalhar a integração, a unidade e contribuir para um Ministério Público melhor.

As atividades diárias do Conselho também têm sido, independentemente desse planejamento através do qual podemos nos encontrar com promotores e procuradores de todo o Brasil, de todos os ramos do Ministério Público, em vários encontros regionais, estamos construindo agora alguns projetos nacionais.

Além disso, o Conselho já tem trabalhado com algumas resoluções para uniformizar algumas condutas, de forma a contribuir para o desenvolvimento do Ministério Público.

Uma das questões interessantes foi a possibilidade de instituir a unificação de tabelas dentro do Ministério Público. Assim todos os ramos do Ministério Público vão falar a mesma linguagem, todos os ramos do Ministério Público vão ter condição de usar os mesmos termos, as mesmas classificações. Então vamos finalmente conhecer os números do Ministério Público, conhecer o Ministério Público de forma a planejá-lo melhor, conhecer o Ministério Público de forma a corrigir os seus números, corrigir os seus rumos.

Enfim, temos também trabalhado com a Estratégia Nacional de Segurança Pública, a Enasp, que se inspirou na Estratégia Nacional de Combate à Lavagem de Dinheiro, que é um trabalho de articulação de diversos órgãos do sistema de justiça que tem por finalidade agilizar e dar maior efetividade à investigação, à denúncia, ao julgamento.

O Conselho Nacional do Ministério Público, junto com o Conselho Nacional de Justiça e com o Ministério da Justiça, tem trabalhado diariamente nisso e já tem números que demonstram que esse esforço conjunto, esse diálogo dentro do sistema de justiça entre o Ministério Público, o Poder Judiciário, a Polícia e a Defensoria já vem surtindo bons efeitos.

No que se refere aos crimes de homicídio, já houve um esforço grande em todo o País para a finalização de inquéritos e de investigações, o ajuizamento de denúncias e os julgamentos.

Outras resoluções também têm bastante importância dentro do Conselho Nacional, como a melhoria do Portal da Transparência, a implantação das ouvidorias em todas as unidades do Ministério Público, um cadastro nacional de membros.

E o Conselho exerce constantemente o controle administrativo e financeiro e o controle da atuação dos membros.

No aspecto correicional, o CNMP também tem tido uma atuação firme que não se resume apenas ao recebimento e ao julgamento das reclamações disciplinares. As punições são impostas pelo Plenário, mas a Corregedoria Nacional também se preocupou em fazer uma série de inspeções em todo o País, inspeções onde se verifica a atuação administrativo-financeira, a

conduta dos membros, mas onde também se conhece a realidade de cada Estado brasileiro, a realidade de cada ramo da União em todos os pontos do País. Isso tem sido muito rico também para que o Conselho possa conhecer melhor e colaborar no planejamento do Ministério Público.

O CNMP, com todas essas atividades, vem trabalhando incansavelmente pelo aperfeiçoamento do Ministério Público brasileiro, incentivando e cobrando um trabalho constante de melhora de estrutura, de gestão estratégica, de produção de diagnósticos e também da formação e da capacitação continuada dos seus membros e servidores.

Nós devemos sempre ter a preocupação de ter uma formação adequada, de ter membros e servidores que compreendam a relevância do seu papel e a grande responsabilidade da instituição, que tenham uma visão ampla da realidade social, uma compreensão multidisciplinar dos conflitos sociais e que saibam compatibilizar a sua independência funcional com o planejamento institucional.

Eu acredito em um Ministério Público parceiro da sociedade, não em um Ministério Público tutor da sociedade, mas um Ministério Público que saiba aferir na sociedade as suas demandas prioritárias e que busque sempre a utilização de instrumentos para isso. Mas que reconheça também outros atores nesse ambiente, como as organizações da própria sociedade. Um Ministério Público que possa desempenhar com eficiência e com responsabilidade as suas atribuições constitucionais de defensor da ordem jurídica, do regime democrático e dos direitos sociais e individuais indisponíveis.

Esse é um breve resumo, então, do que nós temos feito no Conselho Nacional do Ministério Público. Coloco-me à disposição para as perguntas dos Srs. Senadores.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/ PMDB – CE) – Obrigado, Dr^a Cláudia.

Passo a palavra ao Sr. Procurador Regional da República Dr. Mario Luiz Bonsaglia, por 10 minutos, podendo esse tempo ser prorrogado por solicitação de S. Ex^a.

O SR. MARIO LUIZ BONSAGLIA – Obrigado, Sr. Presidente.

Exm^{os} Srs. Senadores aqui presentes nesta Comissão de Constituição e Justiça, Exm^o Conselheiro Luiz Moreira, que aqui comparece, Exm^{os} colegas do Ministério Público Federal, do Ministério Público da União, dos Ministérios Públicos estaduais aqui presentes, Exm^a Conselheira Cláudia Chagas, com quem tenho a honra de compartilhar a sabatina desta data,

senhoras e senhores, é uma honra estar presente a esta Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, cumprindo o procedimento estabelecido pela Constituição Federal para a escolha dos membros do CNMP.

Após a eleição realizada no âmbito do Ministério Público Federal, em que fui o mais votado pelos colegas, com o apoio de 85% dos votantes, fui indicado a este Senado Federal pelo Exm^o Procurador-Geral da República Roberto Gurgel para recondução a cargo de Conselheiro do CNMP por mais um e derradeiro biênio.

Iniciei minha carreira jurídica como Procurador do Estado de São Paulo em 1985, cargo que ocupei até início de 1991. Tive a honra, nesse período, de ter sido colega, embora à distância, do hoje eminente Senador Aloysio Nunes e do hoje eminente Vice-Presidente da República Michel Temer, ambos igualmente oriundos da prestigiosa Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo.

Trabalhei naquele órgão, mais exatamente na Procuradoria de Assistência Judiciária, que fazia as vezes do que hoje é a Defensoria Pública, só mais recentemente implantada no Estado de São Paulo. Trabalhei mais exatamente na área criminal da Procuradoria de Assistência Judiciária.

Sou membro do Ministério Público Federal há 20 anos, não podendo deixar de mencionar, nessa oportunidade, porque disso muito me orgulho, que fui, por 15 anos, colega do então Procurador da República e depois Procurador Regional da República Dr. Pedro Taques, hoje ilustre Senador da República pelo Estado do Mato Grosso e integrante desta Comissão.

No Ministério Público Federal, atuei, na maior parte do meu tempo de serviço, perante a Justiça Federal de 1^o grau e depois junto ao Tribunal Regional Federal da 3^a Região, até 2004.

Participei, em 1993 – é um registro que sempre gosto de fazer – do encontro nacional de Procuradores da República realizado em Blumenau, quando a classe dos Procuradores da República passou a defender, no âmbito do Ministério Público e da Magistratura, a criação de um órgão de controle externo, tanto do Judiciário quanto do próprio Ministério Público, uma posição pioneira àquela época.

Bem a propósito, no período de 1999 a 2001, na condição de Diretor da Associação Nacional dos Procuradores da República, acompanhei de perto a tramitação, na Câmara dos Deputados, da PEC da reforma do Poder Judiciário, então sob a relatoria da Deputada Zulaê Cobra Ribeiro, que viria resultar na Emenda à Constituição n^o 45.

Destaco também que, de 2004 a 2008, fui Procurador Regional Eleitoral em São Paulo e, em seguida, membro da 2^a Câmara de Coordenação e Revisão Cri-

minal do Ministério Público Federal responsável pela coordenação de atividades na área criminal e pela confirmação ou não dos arquivamentos promovidos por membros do MPF nessa área.

Desde dezembro de 2009 estou no CNMP e aqui estou na condição de indicado à recondução ao cargo.

Gostaria de falar um pouco da atuação que tive nesse primeiro biênio. É certo que, integrante que sou de um colegiado, minhas ações individuais que vou destacar quase sempre se entrelaçam ou se entrelaçaram com as dos demais conselheiros, contribuindo todos nós para a formação da vontade do Conselho.

É conveniente lembrar quais são as atribuições outorgadas pela Constituição Federal ao CNMP. Além do dever de zelar pelo respeito à autonomia funcional e administrativa do Ministério Público, cabe ao CNMP, em sua condição de órgão de fiscalização e controle, verificar a observância, no âmbito do Ministério Público, do art. 37 da Constituição Federal e a legalidade dos atos administrativos praticados por membros e órgãos do Ministério Público da União e dos Estados, adotando as providências cabíveis em face das irregularidades que venham a ser constatadas. Cabe também ao CNMP seu poder disciplinar para os membros e servidores do Ministério Público.

Tais incumbências podem ser sintetizadas com o dever prometido pela Constituição Federal ao CNMP de fiscalizar a atividade administrativa do Ministério Público, assim como de exercer o controle disciplinar de seus membros e serviços auxiliares.

O CNMP é, portanto, fiscal do Ministério Público. E, da mesma forma que o Ministério Público, via de regra, é rigoroso nos exercícios de suas funções institucionais, não menos rigoroso deve ser o CNMP, naturalmente, quando se depara com irregularidades praticadas por membros ou servidores do Ministério Público. O próprio CNMP, aliás, deve se pautar também de modo bastante cuidadoso. No trato de suas questões administrativas, deve dar o exemplo. Com essa orientação que tenho buscado pautar minha atuação. Tenho comigo o registro dos meus votos em alguns dos casos mais significativos em que atuei no Conselho. Eu o deixo à disposição desta Comissão.

Gostaria de me deter em um ponto que tenho considerado sempre muito importante ao longo de minha carreira no Ministério Público e que condiz com o enaltecimento que se deve dar ao princípio da transparência, à regra da transparência.

Quando fui Procurador-Geral Eleitoral, em São Paulo, eu passei a divulgar no *site* da Procuradoria-Geral Eleitoral todos os pareceres que proferi nos processos eleitorais do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, assim como também cópia integral de to-

das as iniciais, as ações propostas, pela Procuradoria Regional Eleitoral; ressalvados, naturalmente, os casos de segredo de justiça.

Desse modo, cada candidato, cada advogado, cada cidadão interessado poderia ter acesso não só às manifestações feitas em processo de seu direto interesse, mas também em outros processos. Desse modo, eu acreditava, eminentes Senadores, que se conferia maior legitimidade de atuação do Ministério Público Eleitoral, deixando-se evidente que atuava sempre com isenção, porque aplicava a casos similares – e mostrava isso pela publicação dos pareceres na Internet – as mesmas teses jurídicas não importando que variassem os partidos nem os candidatos.

No CNMP, a preocupação com a transparência continuou me pautando. E devo dizer que encontrei lá um ambiente bastante fértil, porque o CNMP é um órgão que tem buscado, bastante abertamente, a transparência e tem sido receptivas as iniciativas nesse sentido.

No julgamento de um determinado Procedimento de Controle Administrativo, 1.493/2009, apresentei um voto vista, que viria a se trinar vencedor, no sentido de se determinar à Corregedoria-Geral de um determinado Ministério Público, que fornecesse ao autor de uma representação disciplinar contra o Promotor Eleitoral cópia da decisão que determinara seu arquivamento.

O interessado não tivera êxito em conseguir acesso a essa decisão, na Corregedoria local, sob o argumento de que se tratava de caso que corria em sigilo, em face da legislação local.

No meu voto, sustentei então a Emenda 45, a mesma emenda que criou os Conselhos nacionais. Também dei uma ênfase muito grande à regra da publicidade do julgamento dos processos em geral, estendendo essa regra também para o julgamento dos procedimentos administrativos disciplinares.

A partir desse julgamento, o CNMP passou a determinar às Corregedorias dos Ministérios Públicos, nos casos concretos e que depois foram submetidos ao Conselho, que desse ao autor da representação acesso ao inteiro teor da decisão proferida para que pudesse, eventualmente, formular ao CNMP um pedido de revisão do procedimento disciplinar.

Com o propósito de regulamentar a matéria, estabelecendo um regramento de conhecimento público, apresentei uma proposta de resolução justamente prevendo, a todos os legitimamente interessados, o direito de ter acesso ao teor dos procedimentos disciplinares, bem como às decisões proferidas. Recentemente, este Senado aprovou a Lei de Acesso às Informações.

No mesmo sentido e até em antecipação, consta da proposta também a regulamentação do acesso à informação no âmbito do Ministério Público, estabe-

lecendo esse acesso em termos amplos. E também se estabelece a publicidade das sessões dos órgãos colegiados da administração superior do Ministério Público, inclusive quando o julgamento dos processos administrativos disciplinares se propõe que essas sessões sejam transmitidas, ao vivo, pela Internet e que os áudios fiquem armazenados nos respectivos sites. Essa proposta de resolução deverá ser objeto de deliberação da próxima sessão do CNMP. Já está amadurecida a discussão em torno dela, e estou confiante de que será aprovada, com os aperfeiçoamentos cabíveis.

Outro ponto que gostaria de destacar diz respeito ao controle disciplinar exercido pelo CNMP, sobre o qual já fez referência a eminente Conselheira Cláudia Chagas. De fato, o CNMP tem tido uma atuação bastante criteriosa e firme no campo disciplinar, exercendo seu poder disciplinar sem prejuízo do dever que têm as corregedorias locais, dos diversos ministérios públicos, de cumprirem com fidelidade o seu dever de procederem à atividade correcional e disciplinar.

Quando o CNMP é provocado diretamente pelo interessado... E hoje é muito frequente; é muito frequente que alguém, desejando formular uma reclamação contra um membro do Ministério Público, dirija-se não diretamente à instituição a que ele pertence, mas dirija-se ao Conselho Nacional do Ministério Público. Quando isso acontece, a Corregedoria Nacional instala um procedimento cujo andamento é sobrestado, encaminhado-se cópia à corregedoria do órgão de origem, para que adote as providências cabíveis, no prazo de 120 dias. Isso é acompanhado pelo Corregedor Nacional.

Uma vez pronunciando-se a corregedoria local, a Corregedoria Nacional analisa se sua atuação foi a contento ou não. Se foi a contento, arquiva-se o procedimento – no caso de ter sido arquivado também na origem. Ou, se foi a contento com a propositura da origem de medidas disciplinares satisfatórias, também se arquiva no âmbito da Corregedoria Nacional. Caso o Corregedor Nacional entenda que a atuação da corregedoria local não foi satisfatória, passa, então, o CNMP a proceder no âmbito disciplinar, o que poderá dar origem à instauração de um processo disciplinar no âmbito do Plenário do CNMP ou eventualmente ao arquivamento, se as diligências complementares não trouxerem elementos suficientes para a adoção de medidas disciplinares.

Então, o que ocorre no CNMP, eminente Presidente, eminentes Senadores, é o seguinte: a observância da subsidiariedade da atuação da Corregedoria Nacional. Porém, eu diria, uma subsidiariedade ativa; não é passiva. É ativa. A Corregedoria Nacional incentiva as corregedorias nacionais a agirem conforme é

seu dever. Não o fazendo, a Corregedoria Nacional, de ofício, toma as providências cabíveis, sem contar que o interessado sempre pode recorrer ao CNMP das decisões de arquivamento ou mesmo das decisões de arquivamento promovidas pelo próprio Corregedor Nacional, caso em que o recurso será apreciado pelo Plenário do Conselho.

Gostaria de destacar também, eminentes Senadores, que, no CNMP, participo de três comissões. Além de integrar a Comissão de Controle Administrativo e Financeiro e a Comissão de Planejamento Estratégico e Acompanhamento Legislativo – esta presidida pela Conselheira Cláudia Chagas –, tenho a honra ainda de presidir a Comissão do Sistema Carcerário e Controle Externo da Atividade Policial.

No tocante ao sistema prisional, o objetivo da comissão é o de realizar estudos e promover medidas voltados à busca por soluções para os graves problemas do sistema prisional brasileiro e a fiscalização das condições de encarceramento de presos em geral, que sabemos é bastante problemática em nosso País.

Nós temos, no CNMP, a Resolução nº 56, aprovada em junho de 2010, que estabelece uma uniformização dos procedimentos de inspeção nos presídios brasileiros.

Nós procuramos tornar mais efetivo o dever legal, que é previsto laconicamente na Lei de Execuções Penais, de comparecimento mensal dos promotores e procuradores de execução penal aos estabelecimentos prisionais. Através da Resolução, são estabelecidos diversos requisitos a serem observados durante essa visita, de modo a que tenhamos também, no CNMP, a formação de um banco de dados sobre a situação dos presídios nacionais.

Nós realizamos, no mês de junho passado, um II Encontro Nacional de Aprimoração da Atuação do Ministério Público junto ao Sistema Prisional, reunidos em Brasília cerca de cem membros do Ministério Público de todo o País. Lembro que os Senadores desta CCJ foram convidados a participarem do evento.

Foi tirada uma carta com as conclusões, que trazem um diagnóstico geral dos problemas carcerários em nosso País. Essas inspeções vêm a se somar aos mutirões carcerários do CNJ, que contam com a participação ativa, também, em parceria, do próprio CNMP.

Nós temos, também, fiscalizado diretamente presídios para travarmos contato direto com a realidade prisional em nosso País.

E, como última medida adotada pela Comissão do Sistema Carcerário e Controle Externo, nós apresentamos ao Ministério da Justiça sugestões fundamentadas para o decreto de indulto natalino, objetivando dar a colaboração do Ministério Público, a visão do Mi-

nistério Público ao tratamento desse tema, certo que a execução penal é fundamental para permitir tanto a ressocialização do sentenciado, como também garantir que não se crie uma sensação de impunidade no cumprimento da lei penal.

A Comissão que tenho a honra de presidir também versa sobre o controle externo da atividade policial, que é uma função outorgada pela Constituição Federal ao Ministério Público. E, para regulamentar o exercício de tal dever, o CNMP editou a Resolução nº 20, disciplinando a realização do controle externo da atividade policial. Foi complementada por uma recomendação de minha autoria, orientando os membros do Ministério Público a adotarem medidas judiciais cabíveis em caso de recusa injustificada de órgãos policiais no atendimento às solicitações legalmente feitas pelo Ministério Público, ou no caso de obstrução indevida à atividade do controle externo do Ministério Público.

Nós temos discutido fórmulas para aperfeiçoar a atuação do Ministério Público nessa área. Realizamos o Encontro Nacional Sobre Controle Externo, em Brasília; também convidamos à época todos os Senadores desta Comissão de Constituição e Justiça. Alguns puderam se fazer presente, como o Senador Pedro Taques, que nos brindou com uma exposição sobre o tema; o Senador Randolfe Rodrigues também nos honrou com a sua presença. Nós colhemos ali diversas sugestões de aperfeiçoamento da atuação do Ministério Público; estamos implementando tais resoluções no âmbito da comissão. Estamos também elaborando, já em fase final, uma cartilha de direitos e deveres do cidadão em face da polícia. É uma iniciativa nossa, estamos buscando parceiros – vamos buscar parceria com a Gráfica do Senado, se for possível – para a edição, em volume bastante massivo dessa cartilha e divulgá-la junto aos segmentos mais interessados da população.

Destaco, por fim, a participação também no II Diagnóstico do Ministério Público, uma iniciativa do Ministério da Justiça, que tem o apoio ativo do CNMP, cujo objetivo é a elaboração de um retrato do Ministério Público por meio de informações sobre a sua estrutura organizacional, orçamentária e financeira dos diversos ramos do Ministério Público. Está já em fase final de elaboração. E destaco, por fim, que participei da fase inicial do Desenvolvimento da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública, que tem por premissa básica a integração dos diversos órgãos que compõem o sistema de justiça e segurança.

Uma das metas apresentadas pelo CNMP na Enasp é a busca de maior eficácia na persecução penal aos crimes de homicídio. Nós, da Comissão de Controle Externo, temos também procurado colaborar,

enfocando proposta de atuação voltada à busca de redução de letalidade das ações policiais.

Esse, Sr. Presidente, é um resumo da minha atuação no âmbito do CNMP nesse primeiro biênio. E fico, agora, à disposição dos Srs. Senadores para os questionamentos que quiserem formular.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Dr. Mário.

Registro com prazer, também, aqui, a presença do Dr. Sammy Barbosa, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Acre, e do Dr. Luiz Moreira, conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público, representando a Câmara dos Deputados.

Concedo a palavra ao Senador Lobão Filho, pela ordem de inscrição, para as suas arguições.

Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sr. Presidente, senhores convidados, Dr^a Cláudia, Dr. Mário, eu não podia deixar de estar aqui presente hoje, apesar de estar ocorrendo agora uma reunião conjunta da Comissão de Infraestrutura e da CAE, da qual sou Vice-Presidente, para falar justamente sobre as concessões das empresas de distribuição do sistema hidrelétrico no País. Mas eu não poderia deixar de estar presente aqui em função da presença da Promotora Cláudia Maria de Freitas Chagas, filha de um grande amigo do meu pai e que já me faz também seu eterno amigo leal. Por conta disso, tive o prazer de ler o currículo de V. Ex^a e, com grande satisfação, pude presenciar a experiência de V. Ex^a na área do Ministério Público, na área do magistério e do direito. Colhi informações de seus companheiros e colegas sobre o seu exercício já no CNMP, o que me leva a não precisar indagar os dois convidados, já que havemos de reconduzi-los, não os estamos sabatinando pela primeira vez, já é uma recondução, consequência e fruto do exercício e do labor no Conselho Nacional do Ministério Público. Foi um exercício exitoso, que tem como consequência a presença de V. Ex^{as} aqui hoje, para já fazermos a sua recondução.

Apenas queria fazer o registro, legitimado, já que sou o autor de uma emenda que prevê o aumento da receita do Ministério Público nos âmbitos federal e estadual. Aqui, no Congresso Nacional há ainda uma certa resistência ao Ministério Público, uma resistência mais em função – isso é um chavão já colocado todas as vezes em que alguém do Ministério Público senta aqui para uma sabatina, em função do exercício individual de certas figuras do Ministério Público, que acabam querendo levar para si, do ponto de vista pessoal, o seu exercício, quando, na realidade, deveria focar em seu trabalho e em seu objetivo e não em sua pessoa.

Essa distorção que ocorre em determinados membros acaba maculando a imagem do Ministério Público, junto principalmente aos parlamentares, gerando, assim, essa resistência, que, percebo, ao longo dos anos, tem diminuído e, algum dia, há de cessar definitivamente; haveremos de valorar e exemplificar apenas o trabalho e as conquistas do Ministério Público no exercício de sua função.

Uma das grandes figuras deste Congresso, mormente desta Casa, o Senado Federal, é o Senador aqui presente, Demóstenes Torres, que tem justamente a sua origem no Ministério Público, o que traz a ele uma bagagem jurídica imprescindível para a forte atuação que ele tem dentro desta Casa.

Parabéns aos dois, Dr. Mário Bonsaglia e a minha querida amiga Cláudia Chagas, e parabéns não por esta nova investidura, mas parabéns pelo exercício que fizeram já no Conselho Nacional do Ministério Público neste primeiro biênio que V. Ex^{as} tiveram a oportunidade de cumprir. Parabéns.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Lobão Filho.

Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres, pela ordem de inscrição.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Dr^a Cláudia Maria de Freitas Chagas, Promotora de Justiça, atualmente representando o Ministério Público do Distrito Federal no Conselho Nacional do Ministério Público; Dr. Mário Luiz Bonsaglia, que representa também o Ministério Público Federal no Conselho Nacional do Ministério Público, os elogios feitos pelo Senador Lobão a V. Ex^{as} são extremamente merecidos. Conheço a Dr^a Cláudia de longa data. É uma Promotora de Justiça respeitabilíssima, já teve atuação muito firme e presente no Ministério da Justiça. Agora está sendo indicada para recondução pelos seus méritos, assim como o Dr. Mário Luiz Bonsaglia, que também é um homem vocacionado para o Ministério. Basta lembrar a aprovação para o concurso de juiz de direito, em que ele quis permanecer no Ministério Público, apesar de aprovado no concurso para a magistratura, o que demonstra sua vocação inequívoca e o seu amor à instituição e o trabalho dedicado que realiza.

Eu indagaria primeiro a Dr^a Cláudia acerca de um problema gravíssimo que nós estamos enfrentando.

Em maio de 2011, nós tínhamos no Brasil 151.819 inquéritos sobre homicídios cujas investigações foram encerradas sem que o culpado fosse identificado.

A Coordenadora do Centro de Apoio às Promotorias Criminais, do Ministério Público do Piauí, Lusijones Carvalho, disse o seguinte: “O Ministério Público hoje,

no Estado, não possui estrutura de pessoal suficiente. Além disso, não temos sequer fôlego para tomar conta de todos os processos em apenas 60 dias, como manda o Código de Processo Penal. Recebemos uma demanda muito grande de processos e temos feito o possível para dar maior celeridade aos trâmites”.

Indago a V. Ex^a: o Ministério Público fracassou no controle externo da polícia judiciária?

Inclusive acho que se encontra aqui o autor de uma proposta de emenda à Constituição, o Senador Humberto Costa, que cria um conselho externo para a polícia judiciária e cria o que, na minha opinião, é um avanço: a possibilidade de as polícias se unirem nos Estados.

Eu queria indagar de V. Ex^a isto: há um reconhecimento por parte do Ministério Público de que houve um fracasso no controle externo da atividade de polícia judiciária por parte da instituição?

O Conselho Nacional do Ministério Público é frequentemente, Dr^a Cláudia, acusado – e vamos usar essa palavra – de não ter alcançado efetividade comparável ao Conselho Nacional de Justiça.

Há corporativismo no Conselho Nacional do Ministério Público que impede uma fiscalização melhor dos promotores de justiça e procuradores da república, dos membros do Ministério Público, enfim?

Tem um princípio constitucional em que o Conselho Nacional de Justiça está sempre batendo em cima, que foi incluído pela Emenda nº 45, que é o da duração razoável do processo.

Em que o Conselho pode contribuir para que o promotor de justiça também, o membro do Ministério Público tenha um prazo e o cumpra, para que efetivamente se adiante a prestação jurisdicional?

V. Ex^a, que já foi inclusive objeto de uma polêmica a esse respeito, acredita que o membro do Ministério Público possa se afastar das suas funções para exercer funções relevantes em outros poderes que não exatamente o Ministério Público, que não vem a ser um poder, mas uma função essencial à Justiça?

Tem muitos procuradores-gerais reclamando, e, a meu ver, com razão, de que membros do Ministério Público têm confundido a garantia constitucional da independência funcional com a impossibilidade de ter um superior hierárquico administrativamente. Lembro até que um ex-Procurador-Geral do Rio de Janeiro, indagado pelo Governador do Estado acerca do andamento de um processo em que o Estado tinha interesse, ligou para o promotor, que respondeu: vou ver a minha agenda para atender V. Ex^a.

V. Ex^a não acha que é preciso deixar claro aos membros do Ministério Público que existe uma hierar-

quia administrativa? Que independência funcional não é deixar de prestar contas da sua atividade?

Aliás, outro dia eu vi também uma polêmica, Senador Lobão. Vi que a imprensa toda foi para o lado do juiz, mas francamente eu me posicionei ao lado do desembargador no Rio de Janeiro.

O desembargador recebeu um telefonema do Governador do Rio, indagando por que determinado juiz não tinha ainda despachado um processo prioritário, que ele já havia extrapolado, e muito. Aí, o Juiz botou a boca no mundo, como se o Presidente do Tribunal fosse um ser alienígena e estivesse ligando para ele para fazer alguma cobrança indevida. Na minha opinião, a cobrança era totalmente devida.

O que não pode o Procurador-Geral de Justiça ou o Presidente do Tribunal ou qualquer um é pedir a um juiz para que julgue de uma forma ou de outra, ou a um promotor para dar um parecer de uma forma ou de outra. Mas cobrar agilidade do processo, saber em que fase está faz parte, na minha opinião, dessa superioridade administrativa que tem o Procurador-Geral, porque quem tem que prestar contas da instituição é ele. Na hora que tem que pedir aumento, quem fica aqui sofrendo não é o Procurador-Geral da República? Então, todos têm o dever de, administrativamente, prestar-lhe contas de suas atividades, bem como à Corregedoria e ao Conselho Nacional.

Uma polêmica que tem tomado conta daqui, Dr^a Cláudia, é acerca das Corregedorias, tanto do Conselho Nacional da Magistratura quanto do Conselho Nacional do Ministério Público. Apresentei uma proposta de emenda à Constituição, embora, para mim, seja bastante clara a Constituição, dizendo que o CNJ tem também – tem também – o direito de conhecer originariamente de processo disciplinar, além do que, pode rever, portanto, pode julgar em grau de recurso, pode avocar. E o Senador Humberto Costa, a meu ver acertadamente, estende isso para o Conselho Nacional do Ministério Público.

Eu gostaria de ouvir a opinião de V. Ex^a acerca dessas Corregedorias, se elas devem também... Vejam que eu reconheço que, embora concorrente, a grande parte disso acaba na mão mesmo da Corregedoria, até porque essa Corregedoria não tem essa função de suprimir as demais, mas também não tem a função de agir de forma supletiva.

Perguntaria ao Dr. Mario Bonsaglia, em relação ao Conselho Nacional do Ministério Público, se ele entende que os seus membros e as suas Corregedorias, os seus atos devem ser julgados originariamente pelo Supremo Tribunal Federal.

Então, são duas perguntas em uma só.

Pergunto também a V. Ex^a se entende que esse prazo fixado no inciso IV do § 2º do art. 130-A da Constituição, que diz que o Conselho Nacional do Ministério Público pode rever os processos disciplinares julgados nas instâncias correccionais no prazo máximo de um ano, não é exíguo demais.

V. Ex^a, que está no Conselho há algum tempo, pode dizer sobre eventuais punições acontecidas nesse Conselho, embora não precise fulanizar a questão, dizer o nome de quem quer que tenha sido, mas quais as razões básicas dessas punições, se elas aconteceram? Porque há uma impressão generalizada no Congresso de que o Conselho Nacional do Ministério Público não tem punido devidamente promotores de justiça faltosos.

A então Senadora Ideli Salvatti apresentou uma proposta de emenda à Constituição que prevê a demissão de membros do Ministério Público e da Magistratura pelos conselhos respectivos. Na ocasião, cheguei até a formular um parecer pela inconstitucionalidade, primeiramente, mas, depois, dois Ministros do Supremo vieram aqui e disseram que era constitucional. Eu reformulei, porque, se é constitucional, acho que é plenamente justo que isso aconteça, que os conselhos também possam aplicar essa pena máxima.

O Ministro Celso de Mello, na Medida Cautelar nº 28.799, diz que – e aí uma pergunta que já fiz à Dr^a Cláudia e a faço agora, não de forma capciosa, apenas citando o julgado do Ministro Celso de Mello – a competência dos Conselhos devem ser exercidas em situações anômalas e excepcionais e de forma suplementar, ou se V. Ex^a considera que isso também pode ser, embora não como regra, mas possa ser feito também de forma originária e concorrente.

O Conselho Nacional do Ministério Público já avocou algum processo disciplinar? E se já avocou na gestão de V. Ex^a, no período em que lá se encontra, se pode dizer em que situação isso aconteceu?

Então, agradeço a V. Ex^{as} pela tolerância. São essas as perguntas que tenho a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Demóstenes.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Sr. Presidente, pela ordem. Nos termos regimentais, requeiro a V. Ex^a que, ouvido o Plenário, possamos, não obstante as respostas dos ilustres sabatinantes, iniciar o processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Assim que concluirmos o Plenário aqui... Tem mais um orador inscrito, que é Senador Petecão, e darei início à votação.

Senador Petecão.

Senador Pedro Taques.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Sr. Presidente, Senador Eunício, agradeço e quero cumprimentar a Dr^a Cláudia, à Maria, cumprimentar também o Dr. Mário Luiz. Eu tive a preocupação de procurar o Procurador-Geral lá do meu Estado, Dr. Sammy Barbosa. Tivemos uma boa conversa, quando falou de sua carreira e de suas pretensões dentro do Ministério Público. Dr. Edmar Monteiro, também, que está presente nesta reunião.

Minhas palavras desejam boa sorte aos senhores e pedem que cada vez mais V. Ex^{as} possam trabalhar no sentido de fortalecer as estruturas do Ministério Público nos Estados. O Ministério Público do meu Estado faz um trabalho excelente. Tenho certeza de que fortalecendo essa estrutura, esse trabalho irá melhorar e quem ganha com isso é a população. Então, minhas palavras têm só o sentido de parabenizar e desejar-lhes boa sorte em nome do povo do meu Estado, o povo do Estado do Acre. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Petecão.

Antes de passar a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Pedro Taques, eu registro, com prazer, aqui a presença do Dr. Jeferson Luiz Pereira Coelho, Corregedor Nacional do Ministério Público, e o Dr. Alexandre Camanho de Assis, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR, e da Dr^a Julieta Elizabeth Fajardo Cavalcanti de Albuquerque, Subprocuradora-Geral da República.

Tem a palavra V. Ex^a, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, senhores indicados, Dr^a Cláudia Maria de Freitas Chagas e o Mário Luiz Bonsaglia.

Sr. Presidente, eu peço escusas em razão de meu atraso, porque eu estava em uma missão partidária, na reunião das bancadas do PDT, na Câmara e no Senado, mas eu fiz questão de vir aqui para afirmar a convicção de que a indicação desses dois membros do Ministério Público para o Conselho é uma indicação a que cumpre à Constituição em todos os seus sentidos. Conheço a Dr^a Cláudia Maria de Freitas Chagas, desde a Secretaria Nacional de Segurança. Já tivemos oportunidade de trabalhar juntos em missões, inclusive, fora do Brasil. Gostaria de atestar sua idoneidade e seu trabalho republicano. Conheço o Dr. Mário Gonçalves. Fomos colegas no Ministério Público Federal durante 15 anos. Posso atestar que Dr. Mário é um Procurador da República da melhor qualidade, que não persegue os inimigos nem protege os amigos. Dr. Mário e Dr^a Cláudia Maria de Freitas Chagas, para mim é uma honra poder participar desta sabatina tendo os senhores aqui presentes.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Pedro Taques.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Sr. Presidente, me dê a honra de votar logo?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu vou dar a palavra, por cinco minutos, à Dr^a Cláudia...

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – É porque eu tenho uma audiência agora. V. Ex^a calcula que vai demorar mais quanto tempo? Porque assim eu vou à audiência e volto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Cinco minutos para ela e cinco minutos para ele, para as respostas. No máximo.

Dr^a Cláudia.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Só recebeu elogios até agora.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Isso é bom. Significa que fez um bom trabalho como Conselheira.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Então, vamos votar logo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com a palavra V. Ex^a, Dr^a Cláudia.

Um pouquinho só de paciência, Senador Magno Malta.

A SR^a CLÁUDIA CHAGAS – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, eu vou começar minhas respostas pelo final, pela questão das corregedorias nacionais.

Conheço a proposta de emenda à Constituição que explicita que a Corregedoria Nacional teria competência originária. Realmente, é uma situação que vem causando certa polêmica, principalmente no Conselho Nacional de Justiça. Porém, no Conselho Nacional do Ministério Público, não tem significado um problema. Nós temos optado por, inicialmente, dar notícia do fato à corregedoria local, dar um prazo para a corregedoria local apurar. Caso ela não apure, ou caso apure de forma insuficiente, o corregedor nacional assume a investigação.

Não tenho nada contra, entretanto, que se explicita que essa competência é concorrente, porque, em alguns casos, pode ser necessária. O Conselho Nacional do Ministério Público tem optado por cobrar também a atuação das corregedorias locais, por evitar centralizar completamente, até porque seria impossível o Conselho Nacional fazer uma apuração de um número muito grande de fatos de forma centralizada. Mas é certo, todos nós sabemos, que existem situações que justificam mesmo uma atuação originária. No nosso caso, temos optado primeiro por fazer com que a corregedoria local trabalhe. Até porque acredito que,

se o corregedor local se recusar a apurar, ele também deverá responder perante o Conselho Nacional, pois ele terá sido inerte com relação a uma obrigação que ele tinha. Então, no que se refere a esse tema, não tenho nada contra e até acho que pode ser conveniente dizer que realmente essa competência é concorrente. Acredito que os corregedores nacionais vão saber como utilizar essa competência e quando.

No que se refere à questão da independência funcional, eu tenho também, assim como o Senador Demóstenes, deparado-me com situações que realmente extrapolam a garantia constitucional. A ideia da independência funcional é que o membro do Ministério Público não fique sujeito a pressões – nem pressões internas, nem pressões externas. É, portanto, uma garantia não pessoal, não para ele mesmo. É uma garantia para a sociedade. É uma garantia de ter um promotor de Justiça ou um procurador independente, que vai atuar no processo conforme a sua consciência.

No caso da chefia administrativa, eu não tenho dúvidas de que o procurador-geral de Justiça ou geral dos ministérios públicos do ramo da União é o chefe administrativo, até porque, se a independência funcional não fosse só no processo, se fosse também em questões administrativas, a instituição seria inadministrável. Hoje nós temos muito mais uma preocupação com gestão, uma preocupação com o perfil institucional. E, por isso, cada vez mais, é importante que os membros se sintam parte desse planejamento estratégico, parte dessa instituição, de forma a atuar de acordo com o perfil institucional também. É claro que a independência funcional tem que ser plenamente garantida, e o Conselho tem que zelar por isso. Mas isso não se aplica às decisões administrativas, onde todos os membros devem participar. Hoje quase todos os ministérios públicos fazem seus planejamentos estratégicos. Esse planejamento nasce de reuniões, de conversas, de um diálogo interno. São estabelecidas prioridades, é estabelecido um rumo institucional, e, a partir daí, acredito que todos têm de aderir a isso.

No que se refere à possibilidade de os membros do Ministério Público ocuparem outras funções, sou inteiramente favorável.

Eu fui, inclusive, relatora no Conselho Nacional de um projeto de desregulamentação do tema. Propus que o Conselho Nacional não deixasse consignado em sua resolução essa proibição, mas deixasse a cada Ministério Público avaliar cada situação concreta.

Eu acredito que tanto o Ministério Público quanto as outras instituições ganham. Hoje há uma tendência de o Ministério Público permanecer isolado; de o Ministério Público acreditar que sua participação em outros órgãos atingirá a sua autonomia, atingirá a

sua independência. Eu acredito que não, acho que é o contrário. Esse diálogo, essa colaboração mútua todas as instituições. Eu acho que aqui temos exemplos concretos. O Senador Demóstenes e o Senador Pedro Taques trouxeram e trazem ao Senado uma contribuição imensa, uma contribuição diária.

Eu estive na Secretaria Nacional de Justiça por quatro anos e acredito que também contribuí. E acredito que quando voltei ao Ministério Público, voltei melhor; voltei conhecendo mais, voltei enxergando o lado do administrador. É importante que o Ministério Público enxergue a importância das outras funções, a importância dos Poderes, as atribuições, a proximidade e, inclusive, o diálogo com o Poder Legislativo. Isso é uma coisa muito importante para todos nós, e não para questões corporativas, para conseguir isso ou aquilo, mas porque faz parte do jogo democrático, porque todos nós temos essa importância. Então, penso que o Ministério Público ceder um membro para trabalhar no Poder Legislativo ou Executivo não acarreta nenhum prejuízo. Ao contrário, há ganho. Até porque se um membro sai, a instituição fica, a instituição permanece autônoma, permanece independente, permanece exercendo as suas atribuições.

No que se refere à efetividade do Conselho Nacional, a questão das sanções, eu não enxergo nenhum tipo de corporativismo. Ao contrário. Acho que o Conselho Nacional, como órgão de controle externo, como órgão que tem a formação diversificada, que inclui OAB, inclui representantes do Senado, inclui representantes da Câmara, inclui o Judiciário, ele tem sabido aplicar as sanções disciplinares quando necessárias e talvez o Conselho Nacional do Ministério Público não se comunique tanto quanto o CNJ. Talvez por ter uma estrutura menor, ter poucos servidores. Agora é que vem ganhando uma estrutura adequada, ele vem julgando, mas, digamos, não comunicando isso. Mas em quase todas as sessões de que participamos há um processo disciplinar e pode haver – e em muitos casos há – a imposição de uma sanção.

Sobre a duração razoável do processo, da mesma forma o Conselho Nacional está atento, existem inúmeros procedimentos que cuidam da inércia do Ministério Público. Então, nesse caso, nós temos julgado frequentemente também no sentido de provocar uma atuação mais eficiente, uma atuação diligente do membro do Ministério Público.

E, voltando à primeira pergunta, sobre a questão dos inquéritos, se houve ou não um fracasso no controle externo. Senador, acho que não houve um fracasso. Acho que há muito a melhor, muito a avançar.

Durante muito tempo, para o Ministério Público, para ele bastavam as prerrogativas constitucionais, o

idealismo, a boa vontade, a coragem e assim se enxergava a atuação do Ministério Público.

Hoje, um Ministério Público moderno, um Ministério Público atuante enxerga de outra forma; que ele tem que ser eficiente, que tem que ter uma estrutura interna, que ele tem que ter planejamento, que ele tem que se conhecer. E tudo isso reflete na atividade fim.

O Conselho Nacional, inclusive, lidera a Enasp, que é a Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública, junto com a CNJ. E com Ministério da Justiça, onde tem havido uma articulação bem grande entre Ministério Público, Polícia, Defensoria, Judiciário. E uma das ações, que tem sido muito bem sucedida, foi o esforço para acabar com os inquéritos policiais parados, até um determinado ano; todos os Estados estão participando, no caso dos inquéritos de homicídio, foi a primeira meta. A meta vem sendo cumprida. Conseguimos, realmente, dar uma adiantada nisso e vamos partir para outras ações e outras metas.

O planejamento estratégico nacional também tem esse objetivo de buscar uma atuação eficiente. Muitos não atuam por falta de estrutura também, mas, às vezes, não é só uma questão de recurso; é uma questão de organização interna, de pensar a instituição, de pensar uma gestão estratégica e de enxergar que não vamos poder estar eternamente fazendo concursos públicos e cada vez mais aumentando o número de promotores. Então, vamos ter que atuar com mais eficiência, vamos ter que nos organizar e planejar, elegendo as nossas prioridades. Devemos saber dirigir os nossos esforços para aqueles temas que realmente são prioritários para a sociedade.

Acho que respondi.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Dr^a Cláudia. Passo a palavra ao Dr. Mário Luiz Bonsaglia e, em seguida, iniciaremos a votação nominal.

Tem a palavra V. Ex^a, por cinco minutos.

O SR. MÁRIO LUIZ BONSAGLIA – Obrigado, Sr. Presidente. Respondo, com bastante alegria, as indagações feitas pelo Senador Demóstenes Torres e devo dizer que gostei também das perguntas que V. Ex^a fez à Conselheira Cláudia. Se houvesse mais tempo, eu até me atreveria a respondê-las também.

V. Ex^a indaga se o CNMP e seus membros, corregedores, devem ser julgados no Supremo Tribunal Federal. Eu acho que é uma boa proposta, porque os integrantes desses conselhos estão às voltas com decisões de bastante responsabilidade e nada mais interessante do que propiciar a eles também plena segurança jurídica, ou seja, julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, funcionando como órgão acusador, quando for o caso, ou o Procurador-Geral da República.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Inclusive os atos também, a desconstituição dos atos, porque tem acontecido de o Conselho Nacional de Justiça, em alguns casos, alguns juízes têm desconstituído atos do Conselho. Então, fica praticamente sem função. Daí a ideia de se fazer também, por essa proposta de emenda constitucional, essa modificação.

O SR. MÁRIO LUIZ BONSAGLIA – Excelente ideia, Senador. Realmente manifesto opinião favorável a ela. V. Ex^a indaga se o prazo máximo de um ano previsto para realização de revisão de processo disciplinar não seria exíguo demais. Eu digo, sinceramente, que não. Não me parece que seja exíguo. Um ano é tempo suficiente para se proceder à revisão, porque aquela parte inconformada com o desfecho de um processo disciplinar pode e deve, desde logo, recorrer ao Conselho Nacional do Ministério Público, e basta manifestar o seu inconformismo perante o Conselho Nacional do Ministério Público, nem precisa fazer uma fundamentação extensa. O Conselho pode, inclusive, agir de ofício. Portanto, eu responderia que o prazo é suficiente.

V. Ex^a também indaga se a competência do CNMP deve ser exercida de forma suplementar ou concorrente. A Constituição diz que a competência disciplinar será exercida sem prejuízo da atuação das corregedorias locais. Isso tem sido entendido significando que a atuação correccional do CNMP deve ser, em princípio, suplementar ou subsidiária. Eu diria que, atualmente, no CNMP, foi desenvolvida uma fórmula que me parece bastante satisfatória, que precisa ser aprimorada. Eu chamaria de subsidiariedade ativa da corregedoria nacional. Muitas pessoas que querem formular reclamações contra membros do Ministério Público hoje se dirigem diretamente aos conselhos e não às corregedorias locais. Recebendo uma reclamação, a Corregedoria do CNMP instaura um procedimento e, ao mesmo tempo, sobresta esse procedimento, encaminhando cópia de todos os documentos para a Corregedoria local, dando prazo de 120 dias para que tome as providências cabíveis. Se, nesse prazo de 120 dias, não forem adotadas as providências pertinentes ou, antes mesmo, eventualmente, pode haver uma avocação ou pode haver uma não aceitação pela Corregedoria Nacional das conclusões. A Corregedoria Nacional instaura uma sindicância no âmbito do CNMP e, em 30 dias, manifesta-se pelo arquivamento ou pela propositura ao Plenário de instauração de processo disciplinar.

Esse é um mecanismo bem efetivo, parece-me, sem contar que o interessado pode, ele próprio, recorrer ao plenário de eventual decisão de arquivamento da Corregedoria Nacional.

Ao continuar a responder a essa questão formulada por V. Ex^a, eu incluo também a outra questão que

trata da aplicação da pena de demissão pelos conselhos. V. Ex^a mencionou a PEC de autoria da Senadora Ideli Salvatti e eu lembro também a PEC nº 75, de autoria do Senador Humberto Costa e de relatoria de V. Ex^a, se não me engano. A temática é a mesma.

Devo dizer, Senador, eminentes membros desta CCJ, que vejo com ressalvas o fim da vitaliciedade de membros do Ministério Público.

A vitaliciedade hoje está associada à possibilidade de perda do cargo apenas por decisão judicial. Essa é uma garantia dada à magistratura e ao Ministério Público e remonta à própria Constituição de 1891. Vem sendo mantida, excepcionada na época da ditadura militar.

Compreendo as razões que levam à defesa dessa tese de que os Conselhos devem, especialmente o CMP, proceder à demissão, ter o poder de demitir, no âmbito de um processo administrativo, assegurada a ampla defesa.

Eu entendo as preocupações que existem aí, mas devo fazer duas observações rápidas.

Há, no tocante ao CMP, eminente Senador Demóstenes Torres, uma diferença crucial com relação à magistratura: na magistratura nós temos uma única Lei Orgânica Nacional que disciplina a conduta de todos os magistrados da União e dos Estados, inclusive no plano disciplinar; no âmbito do Ministério Público, nós temos 27 leis orgânicas, 26 estaduais e a Lei Orgânica do Ministério Público da União, algumas mais rigorosas, outras bem menos. Eu poderia citar exemplos, mas o tempo é exíguo. Gostaria muito de me prolongar sobre esse tema.

No âmbito da Lei Orgânica do Ministério Público da União, nós temos um caminho que considero muito interessante: a demissão só ocorre por decisão judicial, porém o que prevê a lei? A lei prevê que o Conselho Superior do Ministério Público Federal ou dos outros MPs da União pode determinar a aplicação da pena de demissão mediante propositura de ação civil competente.

Pois bem. O art. 208 da Lei nº 75 diz, de uma maneira bastante drástica e rigorosa, que, uma vez proposta a ação de perda de cargo, ocorre o imediato afastamento do membro do Ministério Público do exercício de suas funções. E ele também deixa de receber a remuneração pelo exercício do cargo. Portanto, ele, na verdade, está sendo, desde logo, afastado e sem remuneração.

Então me parece que esse é o caminho que outras leis poderiam adotar. E devo dizer também que este Senado Federal, que está preocupado com a questão disciplinar no âmbito do Ministério Público especialmente e que tem o poder de reformar a Constituição,

poderia examinar, eminente Senador Demóstenes e demais membros desta CCJ, a possibilidade de trazer para o âmbito do Ministério Público a mesma uniformidade legislativa prevista na Constituição Federal para a magistratura:

Art. 93. O Supremo Tribunal Federal encaminhará projeto de lei orgânica para toda a magistratura da União e dos Estados.

Por que não algo similar: “O Procurador-Geral da República encaminhará projeto de lei estabelecendo lei orgânica não só do MPU, mas de todos os MPs”?

Se não se quiser chegar a tanto, pelo menos na parte disciplinar: “Lei complementar de iniciativa do Procurador-Geral da República estabelecerá o estatuto disciplinar dos membros do Ministério Público do País todo”. Mas precisa de previsão na Constituição, segundo me parece.

O tema, Sr. Presidente, é muito interessante. Eu me disporia a continuar debatendo, mas sei que há limitações de horário. Então encerro por aqui.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Permita-me, Senador Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não, Senador Demóstenes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Eu tenho discordância em relação a esses dois últimos temas abordados por V. Ex^a, e isso não prejudica de forma alguma o voto que vou dar para V. Ex^a, porque discordância nunca foi motivo para algo...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Ex^a é o Dr. Mário Luiz, não é?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Exatamente. (*Risos*)

Em relação a V. Ex^a, pouquíssimas.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não hoje, não hoje.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Mas, para não alongar em dois temas, em relação ao tema da Corregedoria. Parece-me que a redação é muito clara no art. 130-A, § 2º, incisos III e IV, em relação à subsidiariedade ou à forma concorrente:

“III – receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Ministério Público da União ou dos Estados, inclusive contra seus serviços auxiliares, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional da instituição, podendo avocar processos disciplinares em curso, determinar a remoção[...].”

IV – rever [...]”

Ora, se rever é naturalmente recorrer – rever, recorrer – e avocar é pegar o que está lá, então, que sentido teria receber e conhecer? Porque a lei não joga

palavra fora. Então, se ela já prevê recurso em outro inciso e, dentro desse inciso, prevê avocar, e diz em outro momento receber ou conhecer, parece-me que é evidente que o intuito... Até porque eu estava aqui quando foi elaborada a Lei Complementar nº 45, e nós discutimos isso muito profundamente, a intenção era essa. Essa redação, até me permito dizer, ela foi encontrada pelo Ministro Nelson Jobim e pelo então Relator, o Senador José Jorge, hoje Ministro do Tribunal de Contas da União, a quatro mãos, e já veio um texto também parecido da Câmara, e as notas taquigráficas que eu levantei acabaram revelando que era isso mesmo. A intenção justamente era evitar... Modificar, aliás, o comportamento das Corregedorias estaduais, mais especificamente da Magistratura, mas porque também nós passamos a aplicar o 93 ao Ministério Público no que couber, por uma emenda até minha, então também ao Ministério Público, tanto é que foi dada a mesma redação.

Então, repito, respeitando a opinião de V. Ex^a, entendo que, como a Constituição estabelece três momentos específicos, nós não podemos abordar só dois. Se há essa possibilidade de receber e de conhecer, de avocar e de rever, parece-me que todas as possibilidades estão dadas de maneira também originária ao Conselho, embora eu reconheça que não tem o Conselho, nem da Magistratura, nem do Ministério Público, estrutura e nem é desejável que substitua as Corregedorias. Mas, em algum momento... Pego um exemplo claro que é dado pela Ministra Eliana Calmon: no Estado do Tocantins, onde foi preciso afastar um monte de juízes, desembargadores pegavam juízes, chamavam para responder no tribunal, e ali os juízes prestavam serviço para os desembargadores, fazendo os desvios.

Como é que a Corregedoria, composta por esses mesmos desembargadores, ia ter, em algum momento, a possibilidade de fazer um julgamento isento, administrativo, numa situação como essa?

Então, o objetivo – digo naquele instante – era dar a possibilidade de atuar de forma concorrente, embora reconheça, acho que todos, que isso deve acontecer de forma eventual.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Dr. Mario, V. Ex^a quer usar a palavra?

O SR. MARIO LUIZ BONSAGLIA – Se me permite, Sr. Presidente, eminente Senador Demóstenes, na verdade, ao sintetizar minha exposição em face da premência do tempo, deixei de mencionar...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O tempo não é tão limitado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente, interrompendo o Dr. Mario, já que estamos...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Ex^a pode usar o tempo para responder; até porque estamos numa sabatina, os Srs. Senadores têm de ficar satisfeitos. Eu já ouvi o senhor falar que é o tempo, mas o tempo V. Ex^a tem para responder ao Senador. Se não houver tempo devido ao plenário, suspendemos esta reunião e voltaremos assim que possível, amanhã ou na próxima terça-feira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, só um comentário.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Já que nós estamos na tréplica, podíamos já iniciar o processo de votação, porque estamos na tréplica.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu só vou iniciar o processo de votação depois de terminarmos a sabatina. É um critério adotado – com o devido respeito a V. Ex^a – pela Comissão exatamente para que a gente tenha a convicção de que os sabatinados... E, ao votarmos secretamente, tenhamos a convicção de que os sabatinados atenderam ao processo de arguição desta Comissão. Desculpe-me V. Ex^a, mas...

Tem a palavra o Sr. Procurador Luiz Bonsaglia.

O SR. MÁRIO LUIZ BONSAGLIA – Para dizer, eminente Senador Demóstenes que, na verdade, o CNMP, excepcionalmente, age também – eu diria – de modo originário. No caso, por exemplo, do Piauí, houve lá uma inspeção da Corregedoria Nacional e, por circunstâncias diversas, foram apuradas algumas irregularidades e se entendeu que naquele contexto a Corregedoria local não estava em condições de proceder com a isenção...

Os órgãos correccionais locais não estavam em condições. E daí o Conselho Nacional do Ministério Público passou a proceder diretamente. Não age assim, de modo sistemático, porque realmente não daria conta de toda movimentação feita. Mas ele, quando recebe as denúncias, ele acompanha e examina com cuidado. Se não foi suficiente a ação da Corregedoria local, ele age e pode, como bem disse a Conselheira Cláudia em sua fala, vir a agir contra o próprio Corregedor local que não agiu a contento. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Demóstenes, embora V. Ex^a discorde, há uma posição clara, colocada por ele e por V. Ex^a...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – E vamos votar a favor dele... (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Mas, antes de iniciarmos a votação, eu registro, com prazer, a presença do Dr. César Mattar Júnior, Presidente do Conamp, Conselho Nacional dos Membros do Ministério Público; do Dr. Carlos Eduardo de Azevedo Lima, que é Vice-Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Dr. Sebastião Vieira Caixeta, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; do Dr. Luiz Antônio Camargo de Melo, Procurador-Geral do Ministério Público do Trabalho.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Uma palavra brevíssima, já que em razão de eu estar em outra Comissão discutindo outros assuntos, especificamente relativos à questão mineral, não pude fazer, como gostaria, alguns questionamentos aos sabatinados, eu gostaria de deixar um registro, tanto à Dr^a Cláudia quanto ao Dr. Mário, pelo histórico de serviços prestados Conselho, de que vêm muito bem recomendados. Acredito que serão aqui aprovados por unanimidade. Mas eu gostaria apenas de registrar e de dizer a ambos – não vou retardar ainda mais esta reunião – de que há uma expectativa crescente em relação à atuação do Conselho Nacional do Ministério Público, na busca de que se coíba, efetivamente, os excessos que ainda ocorrem em várias partes do País.

Talvez há seis anos tenha sido criado... Não sei exatamente... Seis anos atrás se criou o Conselho com algumas expectativas. E essas expectativas não diminuíram ao longo do tempo. Hoje, até porque em determinados momentos, alguns excessos ainda continuam a ocorrer. Diria aos senhores, que certamente serão reconduzidos, que pesa a responsabilidade, tenho certeza de que estão aptos a cumpri-la, de trabalhar para que o Conselho seja, efetivamente, a instância que permita, a todos nós em especial (Dr. Mário e Dr^a Cláudia) que participamos da Assembleia Nacional Constituinte e permitimos que o Ministério Público recebesse as novas e importantes atribuições que recebeu, possamos estar absolutamente serenos e tranquilos de que fizemos o certo, fizemos o que devia ser feito. Desejo sorte e sucesso aos senhores. Terão nosso voto, mas é muito importante que o Conselho assuma, na plenitude, as prerrogativas para as quais foi constituído.

Parabéns aos senhores pela exposição. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Aécio Neves. Não havendo mais quem queira arguir...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de apenas cumprimentar...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Suplicy...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – (...) os Procuradores Cláudia Maria de Freitas Chagas e Mário Luiz Bonsaglia. Já os conheço e estou plenamente confiante e desejo-lhes sucesso na missão que continuarão a realizar no Conselho Nacional do Ministério Público.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Suplicy.

Não havendo mais quem queira arguir os candidatos, vamos dar início ao processo de votação.

As fichas rosas serão depositadas com o voto para a Dr^a Cláudia Maria de Freitas Chagas, e as fichas azuis para o Dr. Mário Luiz Bonsaglia. *(Pausa.)*

Como vota o Senador José Pimentel? *(Pausa.)*

Senadora Marta Suplicy. *(Pausa.)*

Senador Pedro Taques. *(Pausa.)*

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – É secreta, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É secreta.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – O senhor perguntou como vota.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não. É secreta.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Mas o senhor perguntou como vota.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não, mas eu corrijo imediatamente, dizendo que a ficha azul é para o Dr. Mário e a ficha rosa é para a Dr^a Cláudia. Quero deixar bem claro que esta discriminação aqui não foi minha: azul para os homens e rosa para as mulheres. *(Risos.)*

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Jorge Viana. *(Pausa.)*

Senador Jorge Viana, para votar, Senador.

Desculpe-me por tirar V. Ex^a de uma conversa tão animadora ali com o nosso Aécio Neves!

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – É sobre o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Magno Malta. *(Pausa.)*

Impaciente, saiu. *(Risos.)*

Senador Antonio Carlos Valadares. *(Pausa.)*

Presente. *(Pausa.)*

Senador Marcelo Crivella. *(Pausa.)*

Senador Pedro Simon, a bravura e a referência do Rio Grande do Sul. *(Pausa.)*

Uma rosa e uma azul. *(Pausa.)*

Senador Romero Jucá. *(Pausa.)*

Senador Vital do Rêgo. *(Pausa.)*

Senador Renan. *(Pausa.)*

Senador Luiz Henrique. *(Pausa.)*

Senador Dornelles. *(Pausa.)*

Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Presente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aécio Neves. *(Pausa.)*

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aécio Neves. *(Pausa.)*

Senador Aloysio Nunes Ferreira. *(Pausa.)*

Senador Alvaro Dias. *(Pausa.)*

Senador Demóstenes Torres, o futuro do Goiás. *(Pausa.)*

Senador Armando Monteiro. *(Pausa.)*

Senador Armando Monteiro presente.

Senador Gim Argello. *(Pausa.)*

Senador Randolfe. *(Pausa.)*

Senador...

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Deixe-me ver. O bloco de vocês, não.

Senador Suplicy. *(Pausa.)*

Senadora Ana Rita. *(Pausa.)*

Senador Aníbal. *(Pausa.)*

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Suplicy está aqui, eu sei.

Senador Acir. *(Pausa.)*

Senador Clésio. *(Pausa.)*

Senador Lindbergh. *(Pausa.)*

Aqui. Tem de pegar a ficha para votar. Uma de cada.

Senador Humberto Costa. *(Pausa.)*

Senador Roberto Requião. *(Pausa.)*

Senador Raupp. *(Pausa.)*

Senador Eduardo Braga. *(Pausa.)*

Senador Ricardo Ferraço. *(Pausa.)*

Senador Lobão Filho. *(Pausa.)*

Presente.

Senador Waldemir Moka. *(Pausa.)*

Senador Benedito de Lira. *(Pausa.)*

Senador Eduardo Amorim. *(Pausa.)*

Senador Eunício Oliveira. *(Pausa.)*

Senador Cícero Lucena. *(Pausa.)*

Ainda falta? *(Pausa.)*

Todos já votaram? *(Pausa.)*

Senador Cícero Lucena. *(Pausa.)*

Eu registro aqui com prazer a presença da Senadora Ana Amélia, do Rio Grande do Sul.

Muito obrigado pela sua presença, Senadora.

A Presidência vai encerrar a votação. *(Pausa.)*

Está encerrada a votação.

Aviso aos Conselheiros que eles ainda não foram aprovados. Vamos esperar o resultado da votação. *(Pausa.)*

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eleição, quem já participou dela, sabe que só depois da apuração.

Convido o Senador Demóstenes Torres e o Senador Pedro Simon para nos darem a honra de proceder à abertura da urna e à contagem dos votos. *(Pausa.)*

(Procede-se ao escrutínio.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Foram 14 votos para a Dr^a Cláudia Maria de Freitas Chagas e 14 votos para o Dr. Mário Luiz Bonsaglia. Tanto para a Dr^a Cláudia como para o Dr. Mário Luiz todos os votos foram “sim”.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Portanto, a unanimidade dos presentes a esta reunião foi favorável à recondução tanto de V. Ex^a, Dr^a Cláudia Maria de Freitas Chagas – e aproveitamos para mandar um abraço ao nosso grande jornalista e figura humana das mais respeitadas, o nosso querido Carlos Chagas –, bem como do Dr. Mário Luiz Bonsaglia, a quem parabeno.

A demonstração desta Comissão, com uma votação unânime, tanto em relação à senhora como em relação ao senhor, é fruto do trabalho patrocinado por V. Ex^{as} já no Conselho Nacional do Ministério Público.

Senador Demóstenes Torres, V. Ex^a pediu a palavra?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, apenas para solicitar a V. Ex^a, se fosse possível... Há um acordo de lideranças para nós votarmos hoje apenas autoridades. Talvez, se chegasse ainda hoje, daria para votar os dois, porque há um pedido do próprio Conselho para que eles sejam rapidamente reconduzidos se for o caso. Se V. Ex^a aquiescer, talvez consigamos.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – De ofício, a Presidência requer o regime de urgência e consulta os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras se acatam a proposta de regime de urgência ao Plenário encaminhado pela Presidência da Mesa.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado

Aprovado o regime de urgência, a matéria vai agora...

Determino à Secretaria da Comissão que tome as providências para, por gentileza, essa matéria chegar, em regime de urgência, ainda hoje, ao Plenário do Senado Federal.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, mais uma vez parabenizando a Dr^a Cláudia e ao Dr. Mário.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 14 minutos.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

ATA DA 56ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE NOVEMBRO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e vinte e nove minutos, do dia nove de novembro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Eunício Oliveira, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Marcelo Crivella, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Sérgio Petecão, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Demóstenes Torres, Armando Monteiro, Gim Argello, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Clésio Andrade, Humberto Costa, Valdir Raupp, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena e Mozarildo Cavalcanti e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Jorge Viana, Magno Malta, Pedro Simon e Luiz Henrique. Justifica ausência o Senador Francisco Dornelles. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. A Presidência registra a presença do senhor Deputado Carlomano Marques, líder do Governo no Estado do Ceará. Passa-se à apreciação da Pauta: **ITEM 1) Terminativo TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº**

478, DE 2011 Revoga o art. 5º da Lei nº 12.034, de 29 de setembro de 2009, que institui o voto impresso para as eleições de 2014. **Autoria:** Senador Lindbergh Farias. **Relatoria:** Senador Demóstenes Torres. Em 26/10/2011, foi aprovado o substitutivo oferecido ao PLS nº 478, de 2011, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal. Ao Substitutivo, poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral. **Resultado: O Substitutivo oferecido ao PLS nº 478, de 2011, é dado como definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do RISF. ITEM 2) Não Terminativo PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 13, DE 2011** Altera a redação do § 13 do art. 201 da Constituição Federal, para isentar de carência a concessão das prestações pecuniárias do Regime Geral de Previdência Social às donas de casa de baixa renda, e dá outras providências. **Autoria:** Senadora Angela Portela e outros. **Relatoria:** Senadora Ana Rita. **Relatório:** Favorável à Proposta. **Resultado: Concedida vista à Senadora Marta Suplicy, nos termos regimentais. ITEM 3) Não Terminativo PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 82, DE 2011** Altera o art. 134 da Constituição Federal. **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin e outros. **Relatoria:** Senador Inácio Arruda. **Relatoria ad hoc:** Senador Demóstenes Torres. **Relatório:** Favorável à Proposta. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta. ITEM 4) Não Terminativo PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 55, DE 2011** Altera o art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 1998, e dá outras providências. **Autoria:** Senador Geovani Borges e outros. **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Dependendo de Relatório. **Resultado: Retirado de Pauta a pedido do Relator. ITEM 5) Terminativo PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 168, DE 2010** Acrescenta 2 (dois) cargos em comissão no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Contas da União para provimento em Gabinete de Auditor do Tribunal de Contas da União. **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relatoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relatoria ad hoc:** Senadora Marta Suplicy. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. Em 26/10/2011, foi concedida vista ao Senador Pedro Taques, nos termos regimentais. **Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CCJ. ITEM 6) Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 362, DE 2009** Acrescenta § 2º ao art. 87 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para estabelecer que a pena pelo cometimento de crime hediondo será cumprida em penitenciária federal de segurança máxima, até a

progressão para o regime semiaberto. **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Senador Pedro Taques. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o Substitutivo, será ele submetido a Turno Suplementar. **Resultado: Retirado de Pauta a pedido do Relator. ITEM 7) Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 48, DE 2011** Altera o art. 306 da Lei nº 9.503, de 30 de setembro de 1997 – o Código Brasileiro de Trânsito, para tornar crime a condução de veículo automotor sob a influência de qualquer concentração de álcool ou substância psicoativa. **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relatoria ad hoc:** Senador Pedro Taques. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. Em 09/11/2011, durante a discussão da matéria, o Senador Demóstenes Torres apresenta as Emendas nºs 1 a 5, que receberam Parecer favorável. **Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nº 1-CCJ a nº 5-CCJ. ITEM 9) Não Terminativo PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 98, DE 2011** Institui o Estatuto da Juventude, dispondo sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude, o estabelecimento do Sistema Nacional de Juventude e dá outras providências. **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Favorável ao Projeto. A matéria será apreciada ainda pelas Comissões de Assuntos Sociais; de Educação, Cultura e Esporte; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa. **Resultado: Concedida vista aos Senadores Demóstenes Torres e Aloysio Nunes Ferreira, por duas semanas. ITEM 10) Não Terminativo PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 399, DE 2010** Susta o Decreto nº 3.690, de 19 de dezembro de 2000, que “aprova o Regulamento do Corpo do Pessoal Graduado da Aeronáutica, e dá outras providências”, em seu efeito autorizativo de licenciamento de aprovados em concursos públicos de admissão ao CESD – Curso de Especialização de Soldados. **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatoria:** Senador Benedito de Lira. **Relatório:** Contrário ao Projeto. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. **Resultado: Aprovado o Parecer contrário ao Projeto. ITEM 11) Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 579, DE 2011** Altera o art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para restringir a aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança de multas de trânsito ao financiamento de campanhas educativas sobre direção defensiva, cultura da paz e combate à violência no trânsito, e de desestímulo ao consumo de álcool e drogas por parte dos motoristas. **Autoria:** Se-

nador Eunício Oliveira. **Relatoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Concedida vista ao Senador Romero Jucá, nos termos regimentais. **EXTRAPAUTA: ITEM 1) Não Terminativo PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 87, DE 2011** Altera o art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Autoria:** Senador Romero Jucá e outros. **Relatoria:** Senador Renan Calheiros. **Relatório:** Favorável à Proposta e contrário às Emendas nº 1, 2 e 3. Em 19/10/2011, a Presidência concedeu vista aos Senadores Alvaro Dias, Demóstenes Torres e Randolfe Rodrigues, nos termos regimentais. Em 26/10/2011, foi recebido Voto em Separado de iniciativa do Senador Randolfe Rodrigues, contrário à Proposta. **Resultado:** Aprovado o Parecer, favorável à Proposta e contrário às Emendas nºs 1, 2 e 3. **Votam vencidos os Senadores Randolfe Rodrigues, Aloysio Nunes Ferreira, Demóstenes Torres, Alvaro Dias e Pedro Taques. REQUERIMENTO APRECIADO: 1) REQUERIMENTO Nº 96, DE 2011-CCJ** “Requeiro, nos termos do Art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública desta Comissão para a instrução do PLC nº 98 de 2011, que “Institui o Estatuto da Juventude, dispondo sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude, o estabelecimento do Sistema Nacional de Juventude e dá outras providências”, com a presença dos seguintes convidados: Deputada Manuela D’Ávila (PCdoB/RS), relatora do Estatuto da Juventude na Câmara dos Deputados; Severine Macedo, Secretária Nacional de Juventude da Presidência da República; Gabriel Medina, Presidente do Conselho Nacional de Juventude; Daniel Iliescu, Presidente da União Nacional dos Estudantes; Luiz Inácio Silva da Rocha, Coordenação do Fórum Nacional da Juventude Negra; Representante do GAP, Grupo de Ação Parlamentar pró Música. Tendo em vista a previsão de votação da matéria nesta Comissão para o dia 23 de novembro de 2011, sugiro que esta audiência se realize no dia 22 de novembro de 2011.” **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião, às treze horas e vinte e cinco minutos, restando adiados os demais itens constantes da pauta, a saber: **ÍTEM 8) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 180, DE 2008**, que tramita em conjunto com o PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 344, DE 2008 e o PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 479, DE 2008; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira

ra) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Havendo número regimental, declaro a 56ª reunião ordinária da 1ª Sessão Legislativa ordinária da 54ª Legislatura com a seguinte pauta.

Item 1 da pauta: Turno suplementar ao Substitutivo ao PLS 478, de 2011, terminativo. Portanto, convido os Srs. Senadores a comparecerem à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania porque teremos votação nominal de oito itens, todos terminativos nesta Comissão.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Fique à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Só para aprovar a Ata, Senador Demóstenes.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Tenho comunicações a fazer aos senhores, mas se V. Exª quiser usar a palavra antes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Eu sugeriria a V. Exª e a Senadora Ana Rita que retirassem de pauta o item 8 e explico por quê.

O item 8 é matéria de ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal. O Supremo tem como relator dessa matéria o Ministro Ricardo Lewandowski, que já pediu pauta para julgar. Está prestes a ser julgada a constitucionalidade. Se o Supremo decidir que é inconstitucional, a matéria está morta. Se o Supremo decidir que é constitucional, nós vamos decidir aqui se queremos a cota racial, como quer a Senadora Ana Rita e outros ou cota social, cota para pobre, como quer eu e outros.

Então, eu sugeriria que, como é uma matéria extremamente polêmica, eu não tenho nenhuma objeção em votar, muito pelo contrário, só que a constitucionalidade está ali prestes a ser votada. Essa é uma matéria que creio que há dois anos está questionada no Supremo; o Supremo já fez audiências públicas; há uma série de situações e vamos estar fazendo uma votação absolutamente inócua.

Quer dizer, se nós retirarmos de pauta, quando voltar não vai ter mais audiência pública, não vai ter mais nada para enrolar. Vai ter a Senadora Ana Rita

dando o voto dela; eu vou pedir vistas, vou dar meu voto contrário e a Casa vai decidir. Se V. Ex^a concordar com isso...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Demóstenes, com o devido respeito a V. Ex^a, eu vou fazer o ritual da Comissão e, quando chegarmos no momento do item, eu darei a palavra a V. Ex^a e V. Ex^a argumentará no momento oportuno. Se V. Ex^a não se incomodar...,

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – De forma alguma.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Faremos dessa forma, até porque eu preciso iniciar a reunião e, sem seguida, darei a palavra aos Srs. Senadores logo após o comunicado de abertura da reunião.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, se me permite.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Randolfe.

SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – É o seguinte: o item 4 da pauta eu sou o relator...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu vou dar a palavra a V. Ex^a no momento oportuno, assim como...

SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Eu ia solicitar a retirada de pauta...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – No momento oportuno, V. Ex^a falará, logo que iniciarmos a Ordem do Dia.

SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito. Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Por enquanto nós estamos aqui ainda nas preliminares de abertura desta reunião ordinária desta Comissão de Constituição e Justiça.

Comunico aos membros, para seu conhecimento, que esta Comissão recebeu os seguintes documentos:

– Correspondência do cidadão Paulo Eduardo Salge, advogado, destinada originalmente à presidência do senado federal e por ela repassada a esta comissão, por meio da qual sugere a propositura de projeto de lei que vise a alterar a lei nº 8.429/92 (Lei da improbidade administrativa), de forma a modificar a disciplina da lesão presumida ao erário, inserindo na lei disposições para uma alegada melhor e mais justa interpretação pelo judiciário, e prevendo a responsabilidade solidária e processual dos agentes que concorrerem omissiva e comissivamente. Expediente conferido: enviado ao cidadão o Ofício nº 198/11 – Presidência/CCJ, em 03/11/2011, informando-lhe que sua manifestação seria comunicada aos senhores membros desta Comissão – o que faço nesta ocasião –,

para, havendo interesse de algum Senador, possa ser formalizada equivalente proposição.

– Ofício nº 2.604/2011/SGM, em 21/09/2011, da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, destinado originalmente ao Senador Aécio Neves e por ele repassado a esta Comissão, solicitando empenho na aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 271, de 2008. Expediente conferido: enviado o ofício nº 195/11-Presidência/CCJ, de 27/10/2011, esclarecendo que o mencionado projeto retornou a esta Comissão em 21/10/2011, após aprovação de requerimento de desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 319, de 2009, com o qual tramitava em conjunto; esclarece-se, adicionalmente, que a matéria receberá parecer nesta Comissão, para, em seguida, ser encaminhada à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa nesta última Comissão.

– Correspondência da Procopar – Associação dos Poupadores da Caderneta de Poupança, destinada originalmente à Presidência do Senado e por ela repassada a esta Comissão, solicitando aos Srs. Senadores a propositura de emenda à constituição que imponha prazo para a indicação e nomeação de cargos em vacância – em especial de Ministros do Poder Judiciário. Expediente conferido: expedido o Ofício nº 194/11 – Presidência/CCJ, de 23/10/2011, esclarecendo que, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, a proposta deve ser formulada por um terço dos parlamentares da Casa. Nesse sentido, informou-se à associação que sua manifestação seria comunicada aos membros desta Comissão em reunião ordinária – o que faço nesta ocasião –, para, havendo interesse de um grupo de vinte e sete Senadores, possa ser formalizada equivalente proposição.

– Ofício CRH nº 117/2011, do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo, versando sobre tópicos do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011. Expediente conferido: repassado, por meio do Ofício nº 193/2011 – Presidência/CCJ, de 27/10/2011, à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), tendo em vista que a CCJ já votou parecer sobre a matéria, que é o Código Florestal, e que esta se encontrava em trâmite naquela Comissão.

– Correspondência GDWP/Ofício 359/2011, de 11/10/2011, do Deputado Federal Weliton Prado, pugnando pela distribuição do Projeto de Lei do Senado nº 250/2005. Expediente conferido: expedido o Ofício nº 192/11-Presidência/CCJ, de 27/10/2011, informando ao Deputado que a matéria já havia sido distribuída ao Senador Demóstenes Torres em 10/10/2011, pouco antes da data da correspondência em questão.

– Correspondência eletrônica da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Instituições Financeiras do Rio Grande do Sul – Fetrafi/RS, originalmente enviada ao Senador Aécio Neves e por ele repassada a esta Comissão, solicitando empenho na deliberação das Emendas nº 1 e 2 da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado (ECD) nº 372, de 2008. Expediente conferido: expedido o Ofício nº 189/11 – Presidência/CCJ, de 27/10/2011, informando que a CCJ aprovou, em 05/10/2011, parecer favorável a ambas as emendas, e que a matéria foi posteriormente aprovada em plenário e, em 25/10/2011, encaminhada à sanção presidencial.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 11, quase todos terminativos, portanto, precisando do quórum qualificado dos Srs. Senadores desta Comissão.

Eu os convido a comparecerem para o primeiro item da pauta de hoje.

ITEM 1

– Terminativo –

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 478, DE 2011

Revoga o art. 5º da Lei nº 12.034, de 29 de setembro de 2009, que institui o voto impresso para as eleições de 2014.

Autoria: Senador Lindbergh Farias

Relatoria: Senador Demóstenes Torres

Observações: *Em 26/10/2011, foi aprovado o substitutivo oferecido ao PLS nº 478, de 2011, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal.*

Coloco em discussão a matéria, esclarecendo que poderão ser oferecidas emendas ao substitutivo até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de substitutivo integral à matéria, conforme preceitua o art. 282, § 2º, do Regimento Interno.

Em discussão a matéria.

Senador Demóstenes, gostaria de fazer uso da palavra?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Já que iniciamos a Ordem do Dia, pergunto a V. Exª se

seria possível, já agora, solicitar de V. Exª a retirada do Item 4 da pauta, que é de minha relatoria, a PEC 55.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – PEC 55, de autoria de V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perdão. PEC 55 de autoria do Senador Geovani Borges.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – E da qual V. Exª é o Relator. V. Exª pede a retirada de pauta do Item 4 da pauta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Isso. Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A Mesa defere o pedido de V. Exª. Retirado o Item 4 da pauta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Então, vamos ao Item 1.

Senador Demóstenes Torres, V. Exª gostaria de fazer uso da palavra?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A matéria está em discussão.

Alguns Senadores desejam fazer uso da palavra para discutir a matéria? (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, Senador Crivella, vou colocar em votação a matéria.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Com todo o meu apoio, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não tendo sido oferecida emenda, o substitutivo é dado como definitivamente adotado, sem votação, de acordo com o art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário Oficial* do Senado Federal.

Então, o substitutivo está aprovado sem oferecimento de emendas. O Senador Demóstenes Torres foi o Relator.

Não teremos mais – se aprovado no plenário do Senado, e espero que sim – que emitir o papelzinho das máquinas das urnas eletrônicas das próximas eleições de 2012. O Senador Demóstenes olha para mim pensando em 2012 e, obviamente, pensando no seu Estado de Goiás.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Parabéns, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Item 2 da pauta. Como o projeto do Item 1 é terminativo, ele vai direto ao plenário.

ITEM 2

– Não Terminativo –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 13, DE 2011

Altera a redação do § 13 do art. 201 da Constituição Federal, para isentar de carência a concessão das prestações pecuniárias do Regime Geral de Previdência Social às donas de casa de baixa renda, e dá outras providências.

Autoria: Senadora Angela Portela e outros.

Relatoria: Senadora Ana Rita.

Relatório: favorável à proposta.

Concedo a palavra à Senadora Ana Rita para proferir seu relatório.

Senadora Ana Rita, V. Exª tem a palavra.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, não vou fazer a leitura do relatório como um todo, mas...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Eu só vou falar o voto, Marta, para depois você se posicionar.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu quero pedir vista...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não, vista é só depois da leitura do relatório.

Concedo a palavra a V. Exª para fazer a leitura do relatório.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Nós avaliamos o projeto e o consideramos importante. Então, nosso voto é pela aprovação dessa PEC, Sr. presidente.

Na verdade, só para situar as pessoas, trata-se da Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2011, que tem como primeira signatária, conforme já foi dito, a Senadora Angela Portela e como objeto a modificação do § 13º do art. 201 da Constituição Federal, para dispor, no âmbito do regime especial de inclusão previdenciária, que a concessão de benefícios aos trabalhadores de família de baixa renda que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico não remunerado independência de qualquer prazo de carência.

Nós avaliamos o projeto, consideramos ele importante, embora saibamos que pode haver alguns questionamentos aqui hoje. Mas o nosso parecer, Sr. Presidente, é pela aprovação desta PEC.

Era o que eu gostaria de dizer.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senadora Ana Rita.

Pediu a palavra, pela ordem, a Senadora Marta Suplicy, após a leitura do relatório da Senadora Ana Rita, da PEC nº 13, de autoria da Senadora Angela Portela.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu acredito, Sr. Presidente, que o projeto tem grande mérito, mas tenho algumas considerações a fazer e, por isso, vou pedir vista para discuti-lo melhor com a autora e com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É regimental V. Exª ter vista ao processo, à PEC nº 13, de 2011, Item 2 da pauta.

Item 3 da pauta. Convido o Senador Inácio Arruda, que é o Relator desta matéria.

ITEM 3

– Não Terminativo –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 82, DE 2011

Altera o art. 134 da Constituição Federal.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin e outros.

Relatoria: Senador Inácio Arruda.

Relatório: Favorável à Proposta.

Concedo a palavra ao Senador Inácio Arruda. Está presente? (*Pausa.*)

Ausente o Senador Inácio Arruda. Consulto se algum Senador deseja ser Relator *ad hoc* da matéria.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Eu aceito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Demóstenes Torres será o Relator *ad hoc* da matéria, tendo em vista a ausência do Senador Inácio Arruda até este momento na Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, tem a palavra V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Excelência, com a sua aquiescência e a aquiescência do Plenário, gostaria de pedir a V. Exª a inversão da pauta em relação ao Item 9, PLC nº 98, de minha relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Após o Item 3 da pauta... Vou submeter logo aos Srs. Senadores a inversão de pauta solicitada pelo Senador Randolfe Rodrigues.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a inversão de pauta permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a inversão de pauta.

Então, após o Item 3, vamos ao Item 9, que tem como Relator o Senador Randolfe Rodrigues.

Senador Demóstenes Torres, é o Item 3 da pauta, página 30. Solicito a gentileza de V. Ex^a fazer a leitura do Relatório, como Relator *ad hoc* nesta Comissão, tendo em vista que o Senador Inácio Arruda ainda não chegou.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é uma Proposta de Emenda à Constituição bastante simples: modifica o art. 134, acrescentando o § 3º, que manda aplicar o § 2º deste mesmo artigo às Defensorias Públicas da União e do Distrito Federal. O que é isso? Recentemente, aprovamos uma mudança na Constituição para conferir às Defensorias Públicas estaduais autonomia funcional e administrativa e iniciativa de fazer a sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos nas diretrizes orçamentárias. Então fizemos isso para os Estados e não fizemos para as Defensorias Públicas da União e do Distrito Federal.

Então esta PEC, extremamente meritória, que tem como primeira signatária a ilustre Senadora Vanessa Grazziotin, de altíssimo espírito público, uma PEC muito bem relatada pelo Senador Inácio Arruda, simplesmente confere às Defensorias Públicas da União e do Distrito Federal o mesmo direito que as Defensorias Públicas estaduais já têm. Portanto, o meu parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Demóstenes.

Coloco a matéria em discussão.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Taques, para discutir a matéria.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, apenas quero cumprimentar a autora, a primeira signatária da proposta de emenda à Constituição; o Relator, Senador Inácio; e o Relator *ad hoc*, Senador Demóstenes Torres. Essa proposta de emenda à Constituição é muito interessante e, sobretudo, traz para a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal a equiparação com a...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO. *Fora do microfone.*) – Tudo bem? É honra minha!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Demóstenes, V. Ex^a está ao vivo. Senador Pedro Taques, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pen-sei que fosse um aparte.

Posso continuar, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pode.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Obrigado.

Essa proposta de emenda à Constituição traz a equiparação entre a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e as Defensorias Públicas dos Estados e valoriza a Defensoria Pública da União, instrumento de consolidação da cidadania. Para que tenhamos uma ideia, os defensores públicos da União, parece-me, hoje, não passam de quinhentos, enquanto os juízes federais chegam a quase dois mil, e os procuradores da República, a 1,6 mil. Tenho a honra de ter sido procurador no Estado de São Paulo, atuando na Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Penso que essa PEC trará autonomia e, como consequência, também cidadania para o povo brasileiro.

Parabéns! Vou votar favoravelmente a essa proposta de emenda à Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Pedro Taques.

Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovada o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável à proposta.

A matéria vai ao plenário do Senado Federal.

Vamos passar ao próximo item da pauta. Por inversão de pauta, solicitada pelo Senador Randolfe Rodrigues, vamos apreciar o Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 2011, que institui o Estatuto da Juventude. Vejo ali os membros da juventude brasileira que comparecem a esta reunião desta Comissão.

ITEM 9

– Não Terminativo -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 98, DE 2011

Institui o Estatuto da Juventude, dispondo sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude, o estabelecimento do Sistema Nacional de Juventude e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados.

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues.

Observações: – *A matéria será apreciada ainda pelas Comissões de Assuntos Sociais; de Educação, Cultura e Esporte; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa.*

Concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues, para fazer a leitura do seu relatório.

Tem a palavra V. Ex^a, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, inicialmente, eu queria cumprimentar as direções da União Nacional dos Estudantes (UNE) e do Conselho Nacional de Juventude, que, aqui, estão presentes, acompanhando esta reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Antes de proferir o relatório, Sr. Presidente, eu queria dizer que tive a satisfação e a honra de relatar esta importante matéria. Quero lembrar que sou de uma geração que participou das lutas da juventude brasileira no início dos anos 90. Tive a honra de ser designado o Primeiro-Secretário de Juventude, numa experiência de política pública de juventude no Brasil, na ocasião do Governo de João Alberto Capiberibe, no Amapá, em 1995.

Portanto, este documento que aqui chega após a aprovação da Câmara dos Deputados é uma matéria que traz junto de si pelo menos vinte anos de mobilização da juventude brasileira pela consagração dos direitos que aqui estão. É uma matéria que reúne também a experiência do conjunto de políticas públicas para a juventude brasileira, que foram desenvolvidas – e repito que tenho a honra de ter participado da primeira experiência de política pública nesse sentido – desde 1994, em todo o Brasil, com experiências de Secretarias de Juventude e Conselhos de Juventude, chegando hoje à constituição do Conselho Nacional de Juventude e da realização das Conferências Nacionais de Juventude.

Esse documento é também o resultado das mobilizações de jovens brasileiros que aclamaram a necessidade de um diploma legal dessa natureza e que foram exaradas da última Conferência Nacional de Juventude.

Feita essa preliminar, vamos ao relatório.

O PLC nº 98 de 2011, de autoria da Comissão Especial destinada a acompanhar e estudar propostas de Políticas Públicas para a Juventude, da Câmara dos Deputados, institui o Estatuto da Juventude, que estabelece os direitos dos jovens, as diretrizes para a implementação de políticas públicas voltadas à juventude, bem como o Sistema Nacional de Juventude.

O projeto original, que teve longa tramitação na Câmara dos Deputados, é resultado do trabalho desenvolvido pelos parlamentares que atuavam nas questões juvenis, na então recém formada Frente Parlamentar em Defesa da Juventude que fez gestões com vistas à criação da Comissão Especial Destinada a Acompanhar e Estudar Propostas de Políticas Públicas para a Juventude, o que ocorreu em 7 de maio de 2003.

Deste trabalho se originou o Projeto de Lei nº 4.529, de 2004, aqui recebido, no Senado, após a sua apreciação na Câmara, como PLC nº 98 de 2011.

Na Câmara dos Deputados, o PLC nº 98 de 2011 foi relatado pela nobre deputada federal Manuela D'Ávila, do PCdoB do Rio Grande do Sul, a quem aqui presto todas as homenagens necessárias.

O Projeto de Lei em análise está organizado em dois Títulos equivalentes aos eixos principais inicialmente propostos pela acima referida Comissão Especial para o debate: no primeiro Título, Dos Direitos e das Políticas Públicas de Juventude e, no segundo Título, do Sistema Nacional de Juventude.

No primeiro Título, dos Direitos e das Políticas Públicas de Juventude, estão dispostos os direitos da juventude, os princípios e as diretrizes das políticas públicas para essa parcela da população.

O PLC define os integrantes da juventude como as pessoas cuja idade esteja compreendida entre os quinze e os vinte e nove anos. Para não perder de vista a existência de faixas etárias intermediárias, o texto apresenta a seguinte subdivisão etária: a) jovem-adolescente, entre quinze e dezessete anos; b) jovem-jovem, entre dezoito e vinte e quatro anos; e c) jovem-adulto, entre vinte e cinco e vinte e nove anos.

Quero aqui destacar, Presidente, que mais do que um simples exercício de estilo, essa classificação é necessária. É primeiramente consagrada pela Organização das Nações Unidas. A classificação feita pela nobre Deputada Manuela, no projeto, na Câmara, nada mais é do que detalhar as faixas etárias e as políticas que devem ser destinadas a cada uma das faixas etárias classificadas neste estatuto.

Eu quero aqui destacar que o conceito de jovem até os 29 anos é um conceito já consagrado mundialmente por decisão por decisão da Organização das Nações Unidas.

Segundo a relatora, reafirmando o que aqui apresentei, essa “classificação etária foi inserida de forma a orientar os formuladores das políticas de juventude que, ao seguirem os princípios e diretrizes contidos na lei, podem subdividir o seu planejamento de forma a atingir necessidades específicas de jovens, conforme sua idade”.

Após a enumeração de princípios e diretrizes, o PLC explicita as normas gerais para as políticas setoriais, o que foi organizado em seções da seguinte forma: a) cidadania, participação social e política e representação juvenil; b) educação; c) profissionalização, ao trabalho e à renda; d) igualdade; e) saúde; f) cultura; g) desporto e lazer; e h) meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Um dos aspectos inovadores do PLC é o destaque para a participação da juventude nos processos decisórios. O Projeto buscou determinar providências para que haja uma efetiva participação juvenil nos espaços

públicos, como por exemplo: a) a criação de órgãos governamentais específicos para a gestão das políticas de juventude; b) criação de conselhos de juventude em todos os entes federados; e c) criação de fundos, vinculados aos respectivos conselhos de juventude.

No segundo Título, da Rede e do Sistema Nacionais de Juventude, estão consubstanciados, em redação legislativa, os seguintes aspectos: a instituição da Rede e do Sistema Nacionais de juventude; medidas para o fortalecimento dos conselhos de juventude; e o estabelecimento de sistemas nacionais de avaliação e de informação sobre a juventude.

A nobre relatora da matéria na Câmara dos Deputados, Manuela, considerou que o esforço de constituição do Sistema Nacional da Juventude esteve direcionado a garantir “a liberdade de organização própria de cada ente federado. Trata-se de uma estrutura formal, com base e ênfase estatal e com os objetivos de prover as condições para o desenvolvimento juvenil e a mais ampla integração social do jovem no contexto de sua comunidade e família”.

O texto aprovado na Câmara também enfrenta o problema da realização de avaliações periódicas sobre a implementação do próprio sistema, sua materialidade física em instalações, programas, pessoas e o seu financiamento. Para tanto, o PLC inclui a obrigatoriedade da avaliação de, pelo menos, três dimensões: a gestão do sistema, as unidades do SINAJUVE e os resultados das políticas.

Especial papel assume a Conferência Nacional da Juventude. Este espaço de participação social dos jovens terá o papel de avaliação geral das políticas de juventude, uma vez que poderá se valer do conhecimento produzido pelo Sistema Nacional de Informação sobre a Juventude e pelas avaliações técnicas realizadas no âmbito do Sistema Nacional de Acompanhamento e Avaliação das Políticas de Juventude.

Antes da análise, quero mais uma vez destacar, Sr. Presidente, que fiz parte na experiência de condução da Assessoria de Juventude do Governo do Amapá, quando tive a honra de conduzir a I Conferência Estadual de Juventude e a constituição naquele Estado da primeira experiência de conselho estadual de juventude.

Portanto, é com emoção que testemunho aqui o avanço que isso significa da consagração e constituição dessas instâncias de debate e decisão de políticas públicas no seio do Estado brasileiro.

Análise.

Nos cumpre, inicialmente, analisar a constitucionalidade do PLC em apreço. É essa a nossa função aqui na Comissão de Constituição e Justiça.

Neste aspecto, não foram verificados quaisquer vícios de inconstitucionalidade, uma vez que se trata

de matéria que trata sobre proteção à infância e juventude, sendo a União competente para legislar sobre normas gerais, por iniciativa de qualquer membro do Congresso Nacional, de acordo com o disposto nos arts. 24, XV, e 48, ambos da Constituição Federal.

No que tange ao mérito, devemos, antes de tudo, entender a juventude como categoria socialmente construída. Ela ganha contornos próprios em contexto históricos e sociais distintos, e é marcada pela diversidade nas condições sociais, culturais, de gênero e até mesmo geográficas. Além de ser marcada pela diversidade, a juventude é uma categoria dinâmica, transformando-se de acordo com as mutações sociais que vem ocorrendo ao longo da história (DAYRELL, 2007). Por isso, o próprio fato de tratarmos a ideia de juventude enquanto unidade social, com interesses comuns, é por si só arriscado. Mesmo assim, encontrar as similaridades é fundamental para pensarmos o papel da ação política sobre este setor da sociedade.

A juventude é um setor social. Caracteriza-se como um momento de confirmação de valores apreendidos na família e na escola, de ampliação dos círculos sociais e de um progressivo processo de assimilação de tarefas e responsabilidades próprias da vida adulta. É um processo fundamental na formação do indivíduo, bem como um período de integração da pessoa à sociedade.

Ao tratarmos de um Estatuto da Juventude estamos necessariamente discutindo políticas públicas que, de alguma forma, incidam sobre os jovens. Neste caso é importante destacar três tipos de políticas públicas:

1. Universais: são as políticas implementadas com o conjunto da população, entre os quais se incluem os jovens. Incluem-se aqui as políticas educacionais, trabalhistas e de saúde, por exemplo.

2. Atrativas: são políticas implementadas amplamente junto a população, mas que apresenta uma condição de alcance privilegiado com a juventude. É o caso, por exemplo, das bibliotecas comunitárias ou dos centros culturais.

3. Exclusivas: são políticas que têm como foco principal o jovem como, por exemplo, um programa de inserção profissional voltado ao primeiro emprego.

Já para concluir, Sr. Presidente, quero aqui destacar os dados do IBGE de 2007, que define que os jovens brasileiros com idade entre 15 e 29 anos somavam 50,2 milhões de pessoas, o que correspondia a 26,4% da população brasileira. Para o ano de 2010, a projeção é que o número de jovens chegue a 51,3 milhões. A juventude brasileira hoje é 30% da nossa população, 1/3 da população brasileira é definido na faixa etária apresentada neste Estatuto. Porém, desses jovens apenas 15,7% são oriundos de famílias

com renda domiciliar *per capita* superior a dois salários mínimos.

Embora haja equilíbrio de gênero entre os jovens – metade são homens e metade mulheres – a pobreza é maior entre as mulheres jovens: 53%, assim como o é para o restante das faixas etárias da população. Os jovens de baixa renda concentram-se principalmente na região Nordeste (51% do total do País), sendo que 19% são jovens pobres de áreas rurais. Note-se ainda que 70,9% dos jovens pobres não são brancos, ainda que entre os jovens fora da linha da pobreza 53,9% sejam brancos.

As diferenças entre brancos e negros ficam evidentes em outras áreas, como saúde e educação. Em relação ao analfabetismo, constata-se que o número de jovens negros analfabetos, na faixa etária entre 15 e 29 anos, é quase duas vezes maior que o de jovens brancos. No ensino superior, a desigualdade entre negros e brancos é ainda mais gritante: com base nos dados da educação superior coletados pelo INEP em 2009, os brancos são 70,2%, os pardos 22,3% e os negros 4,6%. Entretanto, o percentual de concluintes brancos sobe para 76,4% enquanto o de pardos e de negros cai para, respectivamente, 17,5% e 2,8%.

Os jovens negros são também as maiores vítimas da violência. Dados do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) do SUS apontam que os jovens brancos do sexo masculino apresentam uma taxa de mortalidade por causas externas de 138,2 mortos a cada 100 mil habitantes, a taxa entre os jovens negros é de 206,9. Considerando a faixa etária entre 18 e 24 anos, a taxa de mortalidade é de 74,3 entre os brancos e de 163,1 entre os negros. Ou seja, a cada jovem branco morto por homicídio morrem, em média, dois jovens negros.

Não é possível um estatuto interferir de forma detalhada em cada uma das políticas públicas que interagem com a juventude brasileira, cada uma delas com as leis constitutivas. Porém, a maior contribuição do presente Projeto é definir uma organicidade institucional para o olhar estatal direcionado aos jovens. E mais, também introduz na legislação um elemento fundamental para o aperfeiçoamento de nossa democracia: o efetivo protagonismo juvenil na definição das políticas públicas.

Contudo, o texto possui a virtude de interferir positivamente sobre o teor de três políticas públicas. A primeira interferência é sobre a distribuição dos recursos de incentivo cultural, estabelecendo que no mínimo 30% do Fundo Nacional de Cultura seja direcionado a programas e projetos destinados aos jovens ou por ele produzidos.

A segunda mudança é a concessão de desconto de pelo menos 50% no valor das entradas em eventos de natureza artístico-cultural, de entretenimento e lazer em todo o território nacional.

A terceira interferência está expressa no seu artigo 14, onde fica garantido a todo jovem na faixa etária entre 15 e 29 anos o direito à meia-passagem nos transportes intermunicipais e interestaduais, independente do motivo da viagem. E estabelece que o custo deste direito seja financiado preferencialmente por recursos orçamentários, evitando, assim, o repasse dos custos para as tarifas dos serviços.

Certamente, seria possível apresentar um substitutivo que aperfeiçoasse alguns aspectos do texto aprovado pela Câmara.

No entanto, inclusive por manifestação de urgência apresentada no plenário desta Casa e assinada pelo conjunto de Líderes do Senado, acho por bem a manutenção do texto como está.

Antes disso, discorro, Sr. Presidente, que, aqui, na Comissão de Constituição e Justiça, pretendo apreciar os critérios de constitucionalidade e juridicidade do projeto. É lógico que, se não houver pedido de urgência e se o projeto tramitar normalmente pelas demais comissões do Senado, as demais comissões – Comissão de Direitos Humanos, Comissão de Educação e a Comissão de Assuntos Sociais –, já que são comissões de mérito em relação a essa matéria, terão a possibilidade de, lá, fazer as alterações de mérito que o debate em relação a essa matéria requer.

Por fim, pelo acima exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do PLC nº 98, de 2011. E, no mérito, devido à sua relevância para o aperfeiçoamento das políticas públicas direcionadas à juventude, nosso voto é favorável à sua aprovação.

Feita a leitura, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria.

Senador Romero Jucá e Senador Demóstenes.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, quero registrar que o Governo tem ainda posições discordantes quanto ao mérito dessa matéria, mas essa matéria vai passar em outras comissões de mérito.

Então, em homenagem à relatoria do Senador Randolfe, nós aprovaremos a constitucionalidade da matéria, mas registrando já que, quanto ao mérito, temos alguns pontos que vamos discutir e, provavelmente, vamos propor algumas modificações, Sr. Presidente.

Por enquanto, na constitucionalidade, vamos encaminhar o parecer do Relator.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Presidente, não contraditando, no mesmo sentido do que foi dito por S. Ex^a o Senador Romero Jucá, a urgência, inclusive, no encaminhamento foi em virtude da apresentação de um requerimento de urgência no plenário. Já que, então, houve a retirada do requerimento de urgência, acho por bem...

Concordo com V. Ex^a, Senador Romero, que é importante fazermos um debate mais apurado de mérito sobre essa matéria nas comissões nas quais ela vier a tramitar.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu pediria às assessorias... Não quero ser grosseiro com as assessorias, mas, aqui, na lateral direita, está um barulho que não está dando para ouvir os Senadores, e há reclamação de Senadores, que pedem à Mesa providências nesse sentido.

Eu pediria encarecidamente às assessorias que, por favor, fizessem um pouco de silêncio para ouvirmos os Senadores no debate de matéria importante, como é essa do Estatuto da Juventude do Brasil.

Senador Demóstenes, V. Ex^a tem a palavra com a compreensão das demais pessoas que aqui estão para ouvir o senhor.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, todos sabem do apreço que tenho ao Senador Randolfe Rodrigues. É um apreço sincero; ele é uma figura que admiro. Acho que é dos grandes Senadores deste País e, claro, ele tem uma bandeira, e queremos ajudá-lo nessa bandeira.

A grande parte do estatuto trata de colocar nessa lei coisas que já estão, obviamente, na Constituição. Exemplo: “Promover a mais ampla inclusão dos jovens, respeitadas as suas peculiaridades, em todas as iniciativas governamentais”. E assim por diante.

Agora, há coisas que são, realmente, incompreensíveis. Por exemplo, o art. 14, § 1º, diz o seguinte: “Todos os jovens estudantes na faixa etária compreendida entre 15 e 29 anos têm direito a meia passagem nos transportes intermunicipais e interestaduais, independentemente da finalidade da viagem, conforme a legislação federal dos Estados [...] e dos Municípios”. Têm direito.

Então, o sujeito tem 28 anos e é estudante. Já está errado. Arruma uma namorada no Rio de Janeiro, 2345678, alguém vai ter que pagar isso aí, não é verdade? O cara arruma uma namorada. Se é meia entrada, alguém está no avião, vai embora; alguém vai ter que pagar isso. Quem é que vai pagar? O contribuinte. Isso não está certo, na minha opinião.

Então, acho que há alguns aspectos que precisam ser melhorados.

Portanto, respeitosamente – mas respeitosamente mesmo –, porque, repito, sou admirador do nosso querido Randolfe, vou pedir vista, para ver se consigo entrar em entendimento com o nosso Relator, para ver se algumas modificações podem acontecer, Sr. Presidente.

Peço vista, portanto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vista concedida. É regimental. Portanto V. Ex^a, Senador Demóstenes, tem vista concedida para o Item 9 da pauta, Projeto de Lei da Câmara de nº 98.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, peço vista também.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vista coletiva, então, ao Senador Demóstenes e ao Senador Aloysio.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, como é uma matéria grande, eu pediria que não voltasse na próxima quarta, mas na outra semana para que nós pudéssemos ter tempo, se for o caso, de ter o entendimento com o nosso Senador Randolfe.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Demóstenes, se o Plenário anuir com V. Ex^a, a Mesa não tem nenhum objeção.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – De minha parte, tudo bem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – De minha parte, ótimo, Sr. Presidente. Sem problema algum.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Então não virá na próxima semana e, sim, na outra semana, tendo em vista a solicitação submetida ao Plenário do Senador Demóstenes.

Próximo item da pauta. Senadora Marta Suplicy é a Relatora. Trata-se do Projeto de Lei da Câmara nº 168, de 2010, terminativo, portanto, a votação nominal. Logo, é necessária a presença dos Srs. Senadores. Eu convido os Srs. Senadores a comparecerem.

ITEM 5**– Terminativo –****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 168, DE 2010**

Acrescenta 2 (dois) cargos em comissão no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Contas da União para provimento em Gabinete de Auditor do Tribunal de Contas da União.

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relatoria: Senador Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações: – *Votação nominal;*

– Em 26/10/2011, foi concedida vista ao Senador Pedro Taques, nos termos regimentais.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Gostaria de solicitar a V. Ex^a que, ao final da pauta, pudéssemos colocar extrapauta uma matéria a que já foi dada vista coletiva, que tinha saído da pauta e gostaríamos que voltasse. É a votação da DRU. Exatamente porque já faz duas semanas que estamos postergando essa votação, já foi dada vista coletiva, portanto, não há nenhum motivo para que ela não possa ser votada. Gostaria de pedir a inclusão na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Ex^a solicita que seja incluída na pauta como extrapauta a matéria que era para ter sido incluída na pauta porque era vista coletiva e não foi incluída na pauta como vista coletiva.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Exatamente, Sr. Presidente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Foi retirada de pauta, não teve vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu vou consultar... Senador Romero, eu vou dar a palavra para a Senadora Marta e vou verificar aqui na Comissão se foi dada vista coletiva ou se foi retirada de pauta.

De qualquer maneira, há uma solicitação de V. Ex^a e, após a leitura da Senadora Marta Suplicy...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Se não tiver sido dada vista coletiva, que eu acho que foi, permanece o pedido de inclusão exatamente para dar vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Independente de ter sido dada vista coletiva ou não vou submeter o pedido de V. Ex^a ao Plenário, ou seja, a inclusão na pauta, como extrapauta, da matéria solicitada, a DRU, Senador Romero. Só queria pedir vênia ao Senador Romero, pelo prazo de cinco minutos, enquanto a Senadora lê aqui. Se foi concedida vista coletiva, eu coloco de ofício. Se não foi concedida vista coletiva, vou submeter ao Plenário. Se foi dada a vista coletiva, não há necessidade de a Mesa submeter ao Plenário desta Comissão.

Tem a palavra a Senadora Marta Suplicy, por favor.

A SR^a MARTA SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Vem ao exame desta Comissão, em decisão terminativa, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 168, de 2010 (nº 4.570, de 2010, na origem), de autoria do Tribunal de Contas da União (TCU), cuja ementa se encontra na epígrafe.

O projeto resume-se a somente dois artigos positivos, sendo que o art. 1º tem por objetivo acrescentar ao Quadro de Pessoal da Secretaria do TCU um cargo em comissão de Oficial de Gabinete e um cargo em comissão de Assistente para provimento no Gabinete do Auditor, enquanto que o art. 2º, decorrente de emenda de adequação proposta pela Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, condiciona a criação dos dois cargos comissionados à *expressa autorização em Anexo próprio da lei orçamentária anual, com a dotação suficiente para o seu efetivo provimento, nos termos do § 1º do art. 169 da Constituição Federal*.

Ao justificar o projeto, mediante a Exposição de Motivos, afirma o Senhor Presidente do TCU:

Com a edição da Lei nº 11.854, de 3 de dezembro de 2008, que acrescentou um cargo ao Quadro de Auditores do Tribunal de Contas

da União, afigura-se necessária a devida autorização legal para o acréscimo de mais dois cargos em comissão, sendo um de Oficial de

Gabinete e outro de Assistente, a fim de compor, exclusivamente, o quadro de pessoal do Gabinete do novo Auditor desta Corte de Contas.

Aprovada na Câmara dos Deputados, vem a proposição à revisão desta Câmara Alta, onde não recebeu emendas.

Foi, inicialmente, distribuído ao então Senador Marco Maciel, que apresentou relatório pela aprovação, com uma emenda, mas que não chegou a ser apreciado por esta Comissão.

Análise.

Inicialmente, devemos ressaltar que adotamos, sem restrição, o relatório apresentado pelo ilustre Relator que nos antecedeu, haja vista não haver qualquer divergência ou fato novo que justifique alguma mudança de entendimento sobre a matéria.

Os requisitos formais de constitucionalidade são atendidos pelo Projeto de Lei da Câmara nº 168, de 2010, tendo em vista que a matéria deve ser disciplinada em lei ordinária (CF, art. 48, X), de iniciativa privativa do respectivo Tribunal Superior (CF, art. 96, II, b, c/c o art. 73), não havendo também qualquer reparo no tocante à constitucionalidade material e à juridicidade.

O projeto observa ainda o disposto no art. 1º, inciso XV, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, que *dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências*, que explicita a competência do TCU para *propor ao Congresso Nacional a criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções de quadro de pessoal de sua secretaria, bem como a fixação da respectiva remuneração*.

No tocante ao mérito, o PLC nº 168, de 2010, que objetiva criar dois cargos em comissão, justifica-se plenamente, haja vista a necessidade de compor o quadro de pessoal do Gabinete do quarto Auditor desta Corte de Contas que passou a existir por força da Lei nº 11.854, de 3 de dezembro de 2008, que *acrescenta um cargo ao quadro de auditores do Tribunal de Contas da União*.

Quanto à adequação financeira e orçamentária do projeto, já existe, para o exercício de 2011, a previsão orçamentária no valor de R\$269 mil para atender a despesa decorrente da criação dos dois cargos em comissão, conforme consta do Item 1.3.2 do Anexo V da Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011 – a Lei Orçamentária Anual (LOA 2011) –, em que são relacionadas as autorizações específicas de que trata o art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, relativas a despesas de pessoal e encargos sociais.

Finalmente, entendemos ser oportuno apresentar emenda para que seja atribuída, alternativamente, aos titulares do cargo de Auditor de que trata o art. 73, § 4º, da Constituição Federal, os quais, nos termos do texto constitucional, substituem os ministros e exercem as demais atribuições da judicatura, presidindo processos e relatando-os com proposta de decisão, segundo o que dispõe o art. 78, parágrafo único, da Lei nº 8.443/1992, a denominação de Ministro-Substituto.

Os Auditores (Ministros-Substitutos) exercem a judicatura com autonomia e independência, presidem a instrução de processos, relatam processos de controle externo perante as Câmaras e o Plenário do TCU e decidem monocraticamente, são nomeados pelo Presidente da República, devem preencher os mesmos requisitos dos Ministros para a assunção dos cargos, são regidos pela Lei Orgânica da Magistratura, substituem os Ministros e, quando não estão em substituição, exercem a judicatura com as mesmas prerrogativas de Desembargadores Federais.

Os Auditores (Ministros-Substitutos) de que trata a Constituição Federal vêm sendo confundidos com servidores de outras categorias funcionais, regidas pela Lei nº 8.112/1990, uma vez, que após 1988, vários cargos da Administração Pública federal passaram a se utilizar do termo “auditor”, como Auditor-Fiscal do Tesouro Nacional, Auditor-Fiscal do Ministério do Trabalho e Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (AuFC). Dessa forma, no âmbito do TCU, tanto o servidor responsável pela execução de auditorias (AuFC) quanto o magistrado responsável pela relatoria dos processos (Auditor/Ministro-Substituto) possuem a mesma denominação.

Essa situação de existência de nomes similares, quase idênticos, para cargos de naturezas totalmente

distintas, inclusive dentro do próprio TCU, tem suscitado dúvidas nos jurisdicionados do Tribunal, tem causado embaraços, até mesmo judiciais, aos seus Ministros-Substitutos (formalmente denominados de Auditores) e tem contribuído para que a sociedade, os órgãos de imprensa e o próprio Congresso Nacional não tenham a exata compreensão do funcionamento e da composição dos órgãos colegiados do TCU: nove Ministros e quatro Ministros-Substitutos.

Acrescente-se, por fim, que a possibilidade de denominar os atuais Auditores como Ministros-Substitutos não alterará suas atribuições, uma vez que estão expressamente regradas na Constituição e na Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União, e, por isso, não suscitará qualquer espécie de expectativa de direito.

Voto.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 168, de 2010, no mérito e quanto aos aspectos de constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade e técnica legislativa, com a seguinte:

EMENDA Nº – CCJ

Inclua-se o art. 3º no Projeto de Lei da Câmara nº 168, de 2010, renumerando-se para art. 4º o atual art. 3º, com a seguinte redação:

“Art. 3º. Os titulares do cargo de Auditor de que trata o art. 73, § 4º, da Constituição Federal, os quais, nos termos do texto constitucional, substituem os ministros e exercem as demais atribuições da judicatura, presidindo processos e relatando-os com proposta de decisão, segundo o que dispõe o art. 78, parágrafo único, da Lei nº 8.443/1992, também serão denominados de Ministros-Substitutos”.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É o relatório da Senadora Marta Suplicy. Muito obrigado.

Em discussão.

Para discutir a matéria, o Senador Romero Jucá pede a palavra.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, apenas para registrar que considero que todos os pontos foram esclarecidos e nós vamos encaminhar favoravelmente.

É uma matéria importante para o Tribunal de Contas da União. Nós vamos ajustar uma nomenclatura que, efetivamente, tem causado divergência e até conflito de informações. Portanto, a Liderança do Governo encaminha o voto favorável, Sr. Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Renan Calheiros, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Sr. Presidente, igualmente, o PMDB encaminha o voto favorável; acha importante essa mudança na nomenclatura do Tribunal de Contas da União.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – O PT se associa à relatora e vota favoravelmente também.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aécio Neves, pediu a palavra?

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado.
Senador Gim Argello.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Da mesma forma, acompanhando a relatora, o PTB encaminha o voto favorável.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de saber qual é a relevância. Não consegui entender ainda a mudança da nomenclatura e peço esclarecimentos à relatora: em que isso afeta fundamentalmente; por que isso afeta o interesse público; o que tem a ver com as funções do Tribunal de Contas. Se é uma simples mudança de nomenclatura, não implica novos salários, competências, isso é que para mim parece obscuro.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aloysio, V. Ex^a indaga à relatora.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – É exatamente o que relatei. Eu tenho dificuldade em entender qual é a relevância do tema. Se é simplesmente uma mudança de nome, o cargo era de auditor e passa a ser ministro substituto; é isso? Não aumenta salário, não aumenta nada? *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Estou dando um tempo enquanto o Senado Aloysio recebe os esclarecimentos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sim. Estou recebendo aqui, Sr. Presidente – permita-me – uma informação, a qual a relatora até se referiu, de que não há nenhum impacto do ponto de vista financeiro nem do ponto de vista das atribuições; é apenas uma mudança de nomenclatura para evitar confusão com o auditor.

Senadora Marta, V. Ex^a já tinha se referido a isso e me escapou no momento.

Muito o brigado.

Votamos a favor.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vou colocar...

Senador Pedro Taques pede a palavra para discutir a matéria.

Senador Pedro Taques, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr^a Relatora, Srs. Senadores, eu analisei este caso – este caso não, este projeto – analisei este projeto...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É o hábito de procurador.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – É o hábito.

Não existe nenhuma implicação econômico-financeira na mudança do nome.

A justificativa é que, como todos nós sabemos, nos Tribunais de Contas da União e dos Estados, existe a carreira de auditores e também existem aqueles auditores que são substitutos de ministros e dos conselheiros em sede estadual. Ora, a Constituição da República fala em auditores, não fala em ministros substitutos.

Analisei bem esse projeto, Sr. Presidente, e até preparei um voto em separado para apresentar aqui, mas me rendi aos argumentos da Sr^a Relatora e não vou apresentar esse voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Continua em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Vou colocar a matéria em votação nominal.

Como vota o Senador José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador José Pimentel vota com a Relatora, a Senadora Marta Suplicy.

O voto da Senadora Marta Suplicy é conhecido.
Como vota o Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Jorge Viana? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Magno Malta? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Antonio Carlos Valadares? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Inácio Arruda? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Marcelo Crivella?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Pedro Simon? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Romero Jucá?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Vital do Rêgo? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Renan Calheiros?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Luiz Henrique? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Dornelles? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Sérgio Petecão?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Aécio Neves?

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Voto com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Aloysio Nunes Ferreira?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Aloysio vota “sim”, com a Relatora.

Como vota o Senador Alvaro Dias? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Demóstenes?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Demóstenes vota “sim”, com a Relatora.

Como vota o Senador Gim Argello?

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Armando Monteiro? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Randolfe Rodrigues?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Voto com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Rodrigo Rollemberg? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Lindbergh Farias? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Clésio Andrade? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Acir Gurgacz? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Anibal Diniz? *(Pausa.)*

Como vota a Senadora Ana Rita?

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Suplicy? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Roberto Requião? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Valdir Raupp?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Eduardo Braga? *(Pausa.)*

S. Ex^a está presidindo a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Como vota o Senador Ricardo Ferraço?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Antonio Carlos Valadares?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Algum Senador deixou de votar? Todos votaram? *(Pausa.)*

Aprovado o Projeto.

Consulto os Srs. Senadores se podemos repetir a votação para a Emenda nº 1, da CCJ. *(Pausa.)*

Então, já que todos estão de acordo, vou proclamar o resultado e repetir a votação para a Emenda nº 1.

Aprovados o Projeto e a Emenda nº 1, da CCJ.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Passamos ao próximo item da pauta.

ITEM 6

– Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 362, DE 2009

Acrescenta § 2º ao art. 87 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para estabelecer que a pena pelo cometimento de crime hediondo será cumprida em penitenciária federal de segurança máxima, até a progressão para o regime semiaberto.

Autoria: Senador Marcelo Crivella.

Relatoria: Senador Pedro Taques.

Relatório: pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta.

Lembro aos Srs. Senadores que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, peço licença para retirar esse projeto de pauta, para que eu possa ouvir melhor alguns servidores do Departamento Penitenciário, que me visitaram ontem, e para que esse projeto possa ser mais bem trabalhado. Peço, assim, que o projeto seja retirado de pauta, se possível, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques, esta Mesa jamais deixaria de atender V. Ex^a, principalmente porque isso é regimental. V. Ex^a tem a retirada de pauta do projeto.

Retirada de pauta do item nº 6.

ITEM 7

– Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 48, DE 2011

Altera o art. 306 da Lei nº 9.503, de 30 de setembro de 1997 – o Código Brasileiro de Trânsito, para tornar crime a condução de veículo automotor sob a influência de qualquer concentração de álcool ou substância psicoativa.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatoria: Senador Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *Votação nominal.*

A relatoria é do Senador Vital do Rêgo, que está presidindo outra Comissão. E eu solicito ao Senador

Pedro Taques que, caso aceite, seja relator *ad hoc* na Comissão deste projeto que considero importante.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, aceito com muita honra a relatoria deste projeto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Ex^a tem a palavra, então, para relatar.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 48, de 2011, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, dá nova redação ao art. 306 do Código Brasileiro de Trânsito (CBT) tornar crime a condução de veículo automotor sob a influência de qualquer concentração de álcool ou substância psicoativa.

Além disso, nos §§ 1º a 3º do citado dispositivo, estabelece penas específicas para os casos em que a conduta resulta em lesão corporal, lesão corporal grave e morte. No § 4º, prevê hipótese de aumento de pena e, finalmente, no § 5º, prescreve que a caracterização do crime poderá ser obtida mediante testes de alcoolemia, exames clínicos, perícia ou outros meios que, técnica ou cientificamente, permitam certificar o estado do condutor, e ainda mediante prova testemunhal, imagens, vídeos ou a produção de quaisquer outras provas em direito admitidas.

Na justificação, o autor alega que, se o agente se recusar a fazer o texto do bafômetro, não há como medir o grau de alcoolemia, o que inviabiliza a caracterização do crime, visto que a concentração de álcool no sangue é um dos elementos do tipo, de acordo com a redação em vigor do art. 306 do CBT.

Argumenta que a obtenção das provas para a configuração do crime de direção de veículo automotor sob a influência de álcool ou outras drogas deve ser obtida não só por meio do teste do bafômetro ou de exame de sangue, mas, também, nos casos de recusa do teste, por todos os meios de provas admitidos em direito.

Não foram apresentadas emendas até o momento. Análise.

A matéria circunscreve-se à competência privativa da União para legislar sobre direito penal, sendo de livre iniciativa de qualquer um dos membros do Congresso Nacional, conforme preceituam os arts. 22, I, 48, *caput*, e 61, *caput*, da Constituição Federal.

Não observamos vícios de natureza regimental, de antijuridicidade ou de inconstitucionalidade na proposição sob exame. No mérito, entendemos que o projeto é conveniente e oportuno.

A Lei nº 11.705, de 19 de junho de 2008, conhecida como “Lei Seca”, aliada à campanha nacional de paz no trânsito, resultou em efetiva diminuição do número de acidentes nas vias e rodovias do País. Entre-

tanto, sob o prisma criminal, a caracterização do delito de direção de veículo automotor sob a influência de álcool tornou-se mais difícil, uma vez que o grau de alcoolemia passou a integrar o tipo penal.

Como bem registra a justificação do PLS, em setembro de 2010, a Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), concedeu *habeas corpus* para trancar a ação penal contra motorista que se recusou a fazer o teste do bafômetro. Não podendo ser obrigado a produzir prova contra si mesmo, o agente pode, certamente, invocar essa garantia constitucional e não se submeter ao teste. Isso inviabiliza a medição do grau de alcoolemia, implicando a impossibilidade de incriminação, por ausência de um dos elementos do tipo penal.

O PLS corrige essa distorção e, caso aprovado, garantirá a eficácia plena da Lei Seca.

Voto.

Pelo exposto, Sr. Presidente, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 48, cumprimentando seu Autor, o Senador Ferraço e o Relator, que tenho a honra de substituir, o Senador Vital.

Argumento, ainda, Sr. Presidente, que aqui estamos a tratar de crimes de perigo abstrato. Seria, fazendo uma analogia, com a mesma circunstância de o cidadão ser encontrado em vias públicas sem o porte de arma, sem autorização para utilizar um armamento. Assim, penso que este projeto mereça aprovação. A Comissão Especial de Juristas, que está a tratar de apresentação de um anteprojeto par ao novo Código Penal, está também trabalhando nesta linha aqui apresentada por este projeto.

É o relatório, Sr. Presidente.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com a palavra...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Para discutir também, Srª Presidente.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, para discutir.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Tenho uma sugestão a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir, a Senadora Marta Suplicy pediu a palavra. Em seguida, Senador Demóstenes.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Eu também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Crivella, trêz.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Acho que é um projeto meritório. Essa questão do bafômetro tem realmente, na medida em que sempre é vista como uma proteção à cidadania e à preservação de

não se colocar provas em contrário, acaba muitas vezes fazendo com que pessoas que deveriam ser responsabilizadas não o sejam.

Entretanto, neste relatório não entendi que estariam preservadas aquelas condições de 2 decigramas, que é o entendimento do Ministério da Saúde, que afirma:

É necessário fixar margem de tolerância para a aferição da alcoolemia, para evitar resultados incorretos, condicionados pelo consumo de medicamentos ou alimentos, em condições especiais, ou por situações clínicas que possam alterar o metabolismo do álcool.

Por exemplo, se uma pessoa comeu bombom de cereja com licor, estaria presa. O bafômetro indicaria uma porcentagem que certamente seria menor do que 2 decigramas, que hoje a lei permitiria, mas ela seria presa. Então, acredito que sem essa preservação de um mínimo de possibilidades de alguma coisa ter sido ingerida que seja o álcool até 2 decigramas, o que não afeta, ou alguma alimentação, ou algum tipo de coisa, não devemos aprovar este projeto, porque vai atingir pessoas que, absolutamente, não estão com nenhuma possibilidade, por ingestão de álcool, de cometer um acidente.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – É um pedido de esclarecimento?

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não, porque, pelo que V. Exª leu, entendi muito bem que elimina isso. Não dá para aprovar uma coisa que elimine essa porcentagem, a não ser que eu não tenha compreendido essa leitura.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Não, tenho certeza de que V. Exª compreendeu bem, eu que não devo ter lido direito.

A senhora tem razão. Existem algumas circunstâncias. Por exemplo: hoje de manhã comi um bombom de chocolate recheado de conhaque. Estaria preso.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu ia dizer que não deveria, mas...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Muito bem. Esse exemplo trazido é muito interessante.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Está viciado. Logo de manhã.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sou viciado em chocolate. Quero confessar esse pecadinho.

Mas essa é uma circunstância exterior. A prática de uma conduta em tese lícita será analisada durante o inquérito, durante a instrução.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não, minha discordância é total, porque não pode haver inquérito. Para que terei que me submeter a um inquérito como cidadã porque comi um bombom de cereja?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Entendi.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Acho que é muito bom pôr o bafômetro em todo mundo, mas menos de 2 decigramas, não se deve fazer inquérito nenhum.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Mas acho, permita-me uma discussão...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Já concederei a palavra a V. Exª. Só para ordenar os trabalhos.

A Senadora Marta Suplicy debate o relatório do Senador Pedro Taques, de autoria do Senador Ricardo Ferraço. Ainda há os Senadores Demóstenes e Crivella inscritos. Indago à Senadora Marta Suplicy, que discorda, pelo que entendi, do projeto, se ela vai pedir vistas do projeto, se não, não há sentido.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mas eu gostaria de ouvir porque, mesmo que seja o caso de pedir vistas.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou dar a palavra para o Senador Demóstenes Torres.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – As palavras do Senador são sempre interessantes.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Depois volto a palavra, antes de colocar em votação, a V. Exª.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Srªs Senadoras, Srs. Senadores, acho que o que quer a Senadora Marta Suplicy é bastante correto e o que quer também o Senador Vital do Rêgo e o Relator *ad hoc*, Senador Pedro Taques, também, porque o § 5º é claro. Ele diz que elimina a caracterização científica do que venha a ser embriaguez, conforme era na lei anterior, porque a lei atual exige uma comprovação científica de que, por cada litro de sangue, deve haver um teor alcoólico igual ou superior a seis decigramas de álcool.

Bom, a prova de embriaguez ficou inviabilizada porque ninguém é obrigado a fazer prova contra si mesmo, e o Supremo já decidiu, sacramentou: “Se a pessoa se recusa, então, não há como fazer”. O que o Senador Pedro Taques está dizendo? Quem comeu o bombom... Obviamente que foi feita uma piada; é óbvio que nisso não há teor algum, nem distúrbio de forma alguma.

A proposta do Senador Ferraço é a seguinte: mantém-se a exigência do bafômetro, ou seja, mediante teste de alcoolemia: exames clínicos, perícia, outros meios e tal. Para quem se recusa, a prova pode ser obtida mediante prova testemunhal, imagens, vídeos ou por produção de quaisquer outras provas de direito

admitido, o que é comum em qualquer outro crime. Por exemplo, está lá o sujeito trocando as pernas. Ele se recusou a fazer o teste de bafômetro. Há testemunhas de que ele não estava aguentando ficar em pé. Então, essa prova substitui a ausência do teste de bafômetro que ele se recusou a fazer. O policial está com um vídeo mostrando que ele não está dando conta de levantar. Há três, quatro testemunhas. Então, caso ele se recuse a fazer o teste de bafômetro, outras provas são admitidas.

Parece-me que isso, inclusive, é o que os tribunais vêm sugerindo que o Congresso faça, porque, como a pessoa se recusa, obviamente... E ninguém pode exigir que alguém diga: “Sou corrupto, sim. Fique tranquilo, porque roubei mesmo”. Nós não ouvimos essa declaração. Então, a pessoa vai se recusar. Matou alguém, feriu, foi apreendida, ela vai se recusar a fazer o teste do bafômetro.

Obviamente que, para a pessoa cair, ela vai estar com muito mais de 0,6. A pessoa com 1 ainda dá conta tranquilamente não digo de dirigir ou coisa semelhante, mas de passar por sóbria.

Então, acho até que dá uma melhorada em relação a essa prova. Mas, de qualquer forma, se a pessoa estiver evidentemente embriagada e se houver prova disso – testemunhas, filmagens etc. –, essa prova substitui o teste de bafômetro que ele se recusou a fazer. A proposta é essa.

Agora, eu faria uma sugestão. Parece-me que há uma falha no projeto, mas uma falha leve, que pode ser suprimida.

O art. 129 divide o que a doutrina chama de lesão corporal de natureza grave e lesão corporal de natureza gravíssima, embora não haja o que se chama em Direito de *nomen iuris* aqui. No § 1º, é chamado lesão corporal de natureza grave. O que é lesão corporal de natureza grave para o Código Penal? Se, da conduta, quer dizer, se a pessoa, dirigindo embriagada, causar em outra incapacidade para ocupação habitual por mais de 30 dias, perigo de vida, debilidade permanente de membros no sentido à função ou à aceleração de parto... Então, aqui está devidamente contemplado, porque a pena vai para três a oito anos.

Mas, na hipótese, § 2º: se, dessa condução, embriagada e perigosa, resulta incapacidade permanente para o trabalho, enfermidade incurável – por exemplo, a pessoa fica parálitica –, deformidade permanente, aborto, a reclusão é maior.

Então, o que sugiro? Que se coloque: se, da conduta, resultar lesão corporal, de um a quatro; se resultar lesão corporal, de três a oito, de natureza grave; e, se for de natureza gravíssima, faz-se o § 3º e coloca-se, se é de 3 a 8, pode ser de 6 a 12, não é? E, se resultar

em morte, de 8 a 16; ou seja, para ter uma gradação, senão, vamos deixar a situação da lesão corporal gravíssima igual a da grave. Só um parágrafo incluindo o que ficou de fora e deixando uma posição mais clara nesse sentido. No caso de morte, amplia-se a pena. Se V. Ex^{as} concordarem...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, na condição de autor, eu desejo esclarecer, primeiro, que as contribuições do Senador Demóstenes, se esse for o entendimento do Relator, aperfeiçoam e nos ajudam a organizar, calibrando melhor as penalidades. Acho que, se esse for o entendimento do Senador Pedro Taques, devemos acolher.

Com relação às preocupações da Senadora Marta Suplicy, nós estamos, Senadora, vivendo uma epidemia neste País. Nós estamos vivendo, no trânsito brasileiro, uma situação gravíssima. O trânsito brasileiro mata duas vezes e meia mais que o dos Estados Unidos, quatro vezes mais do que o dos países que compõem a União Europeia. Os dados estatísticos estão indicando que os acidentes derivados do consumo de álcool chegam a ser responsável por aproximadamente 40% desses acidentes. Na verdade, o que precisamos refletir é se não chegou o momento para evoluirmos para a tolerância zero com esse tipo de cultura em nosso País.

Como ilustrou o Senador Demóstenes, nós estamos admitindo outros tipos de prova previstos em lei, que não o bafômetro. A Lei Seca representou uma diminuição significativa com a incorporação do bafômetro. Ocorre que decisão superior, do Superior Tribunal de Justiça, definiu que ninguém é obrigado a produzir prova contra si mesmo. Então estamos propondo outros tipos de prova previstos em lei para que possamos dar a essas exceções... Porque a defesa que faz S. Ex^a é a da exceção e não a da regra. Estatisticamente, esses casos não superam 2% dos acidentes que estamos identificando no trânsito.

Esse projeto, inclusive, é alvo de um amplo debate que foi feito por especialistas, por profissionais de todos os Detrans do País, que concluíram pela necessidade de nós incorporarmos mais disciplina, mais rigor, como, aliás, existe em muitos lugares do mundo. A tolerância zero para a convivência do álcool com a direção é regra geral em muitos países civilizados. Então estamos achando que, em razão da grande epidemia, não apenas das famílias que veem vidas serem ceifadas, mas de tantas outras que veem filhos e pessoas sendo mutiladas, tem-se gerado, no trânsito brasileiro, muito mais do que uma percepção de impunidade, tem-se gerado uma certeza da impunidade.

Esse é o sentido e essa a motivação da proposta que apresentamos, que foi colhida pelo Relator Vital do Rêgo, tão bem relatada de forma *ad hoc* e cujos

aperfeiçoamentos foram recomendados pelo Senador Demóstenes.

Muito obrigado.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senadora Marta Suplicy, lembrando que, para este debate, ainda estão inscritos os Senadores Marcelo Crivella e Petecão se V. Ex^a não for pedir vista.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Bem, eu diria o seguinte. Primeiro, a epidemia, como V. Ex^a colocou, é extremamente grave. Quarenta por cento dos acidentes têm sido provocados pela ingestão de álcool, e disso não resta nenhuma dúvida. Hoje mesmo, pela manhã, assisti a um programa de televisão que passou o programa inteiro relatando casos e casos. Temos tido, na imprensa, a todo tempo, essa questão e temos visto a dor de um número gigantesco de famílias que estão sentindo essa dor gigantesca de perder pessoas ou de ter pessoas avariadas pelo resto da vida pela irresponsabilidade de alguns motoristas. Mas nós temos que ter sempre o bom senso e cabeça fria porque nós estamos fazendo uma lei.

Acredito que há duas coisas que não têm nada a ver com esta lei, mas não adianta apenas colocar repressão, repressão, repressão. E aí falo também muito como psicóloga, como psicanalista. Deve-se ter também educação. Eu não vejo, em canto algum, se falar da necessidade de educação nas escolas em relação a drogas e ao álcool, o prejuízo do álcool, que é uma droga lícita em todos os países, mas que mata mais do que qualquer outra droga. Então, isso é importantíssimo também que seja discutido.

A outra questão é em relação a campanhas institucionais do que está ocorrendo no País. Isso não tem a ver com o nosso projeto. Mas eu digo que nós não devemos nunca ir, quando temos uma situação como a que nós estamos vivendo – e V. Ex^a colocou muito bem –: epidêmica, ao auge da repressão.

Eu gostaria de parabenizá-lo pelos outros tipos de medição; acho absolutamente correto, porque realmente já temos o Supremo Tribunal se posicionando. A pessoa não vai fazer provas contra ela mesma. Então, você ter vídeos, testemunhas, a polícia dizendo que ele está embriagado, não adianta escapar porque vai ter que pagar isso corretamente. Mas eu reafirmo a história – nós até brincamos –, que é séria: se a pessoa comeu um bombom de licor de cereja, no bafômetro, vai acusar álcool, e isso não prejudica. Então, eu gostaria que realmente esses dois decigramas evitassem inquéritos como o próprio relator *ad hoc* mencionou que...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Mas esta é a questão central: não há como provar os dois decigramas. O que prova é o bafômetro. Se você não é obrigado a fazer o teste do bafômetro...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não, mas espera aí, se eu não fizer...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Ricardo e Senadora Marta, vamos objetivar a nossa pauta.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Então, o esclarecimento. Deixe-me ver o esclarecimento.

Sr. Presidente, eu tenho que esclarecer, e ele está tentando me esclarecer. Deixe-me fazer uma pergunta clara.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senadora Marta, há uma sugestão do Senador Demóstenes...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu quero fazer uma pergunta clara para ele esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Há uma sugestão do Senador Demóstenes. As dúvidas em relação a este projeto que V. Exª tem são legítimas. Sugiro até, se essas dúvidas permanecem, e nós temos que fazer uma emenda de qualquer maneira para atender, se for o caso – já acatada pelo relator –, o Senador Demóstenes, que...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não, sugerida pelo Senador Demóstenes. Se houver... Porque a votação é nominal. Desse projeto ainda não foi pedido vista. Se V. Exª achar conveniência pedir vista, a Mesa vai deferir, senão, nós vamos prosseguir o debate com os inscritos.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Porque a minha fala ajuda, Sr. Presidente. Eu creio que ajuda.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Apenas para a Senadora Marta concluir.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu queria elucidar uma dúvida, o que seria bom, para podermos votar.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Se vamos votar, então, vamos para a inscrição.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não, eu quero esclarecer.

Eu quero entender, porque o que V. Exª disse é que, sem a obrigatoriedade do bafômetro, poderem ser utilizadas outras testemunhas, nessa questão de um bombom, não vai haver nenhum problema. Mas vai haver sempre esse inquérito ou não vai haver esse inquérito? Passa como, então?

Por exemplo, eu resolvo fazer o teste do bafômetro e aparecem dois decigramas de álcool, o que ocorre?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Permita-me.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques, como relator, lembrando que há dois oradores inscritos – já dei a palavra três vezes para a Senadora Marta. É sempre um prazer ouvi-la, mas existe uma ordem de inscrição.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Sr. Presidente, eu tenho um sentimento de que minha palavra vai ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O relator tem precedência. Em seguida, vou dar a palavra para V. Exª, pela ordem de inscrição.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, passo a palavra ao Senador Petecão, que, com certeza, vai ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não, quem passa a palavra, Senador, é a Mesa. V. Exª...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Desculpas, peço desculpas, Sr. Presidente.

Eu abro mão de falar agora em homenagem ao Senador Petecão, ilustre representante do Acre e, depois, eu peço a palavra a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª, como relator, tem a palavra a qualquer momento, deferida por esta Mesa.

Há uma ordem de inscrição.

Senador Pedro Taques, Senador Ricardo, só para não deixar dúvidas em relação... Eu não fiz nenhuma brincadeira. O que eu quis dizer a V. Exª não foi nenhuma grosseria. É apenas que existe uma ordem de inscrição, porque, se não, depois o Senador Crivella pega na minha orelha, e, depois do Senador Crivella, tem a palavra o Senador Petecão.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Eu cedo a minha vez, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Cede a sua vez também?

Então, Senador Petecão, V. Exª está com prestígio nesta comissão hoje.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Presidente, ouvindo atentamente este debate entre uma psicóloga e um advogado, semana passada, minha Assessoria e eu nos reunimos em meu gabinete exatamente para discutir este assunto, por conta dos altos índices de acidentes que vêm acontecendo, conforme o número já citado pelo Senador Ferraço. Mas a nossa proposta, Presidente, Senador Ferraço e Senadora Marta Suplicy, é que nós possamos – e já protocolei

aqui, nesta comissão, um requerimento de audiência pública – convocar, convidar técnicos do Denatran... Já foi feito? Aqui na comissão? Nesta comissão? Então, foi na legislatura passada, porque estou aqui...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Até porque, para o debate desta comissão, seria importante que convidássemos técnicos do Denatran, da OAB e um especialista em trânsito da UnB, até porque vejo que este é um tema – e a Senadora Marta acabou de levantar este questionamento – que não tem um entendimento ainda de todos os Senadores.

É uma sugestão, e inclusive já está protocolado aqui nesta comissão, para que possamos nos aprofundar mais neste debate, que parece simples, mas não é tão simples.

Fica aqui a minha sugestão.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques. *(Pausa.)*

Senador Crivella. O Senador Pedro Taques passa mais uma vez.

Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, eu queria pedir ao pessoal do som que aumentasse um pouquinho o volume da minha voz. A gente não tem sucesso, porque as pessoas não param de falar lá atrás. Vamos pedir ao pessoal da mesa do som para aumentar o volume.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu vou pedir...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Eu tenho certeza de que eu não fui ouvido. Eu tenho certeza.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Aumente o som, por favor.

Eu vou pedir mais uma vez às Assessorias que, por favor...

Senador Humberto Costa, Senadora Ana Rita, há uma sala aí atrás. Podem usar a sala aí atrás, por favor. Podem usar a sala da Presidência para fazerem o debate, se não, não vamos ouvir aqui uma outra matéria, que é esta que está sendo discutida e que não está em pauta ainda.

Senador Crivella, V. Ex^a tem a palavra.

Peço, mais uma vez, o silêncio do auditório, para que S. Ex^a seja ouvido.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Estamos tratando de um assunto da maior relevância – foi capa da *Folha de S. Paulo* alguns dias atrás – e que nos estarreceu: os 40 mil acidentes que vitimaram nossos irmãos nas ruas e rodovias brasileiras. Quarenta mil mortes, acidentes e mortes.

Eu queria pedir ao autor que colocasse aqui, no elenco dos agravantes, o sujeito que está dirigindo motocicleta alcoolizado. Dos 40 mil, a maior parte são os meninos e meninas dirigindo motocicletas. Isso é um risco tremendo. As motocicletas são, por natureza...

Eu até queria fazer um apelo aqui a algum Senador para relatar um projeto meu, que já está esperando há quatro anos pelo relatório, que é sobre o *airbag* de motocicleta. Precisamos obrigar as montadoras a colocarem *airbag* em motocicleta. É um colete que tem o dispositivo que vai fixado no tanque de gasolina; quando o sujeito é ejetado, aquele colete infla e salva a vida! Salva nos outros países. Como a nossa produção de motocicletas é crescente e muito lucrativa, nós precisamos tomar essa atitude aqui.

E nós precisávamos também verificar – e aí precisávamos do gênio do Demóstenes e de outras pessoas mais experientes do que nós – a prescrição, Demóstenes. Eu sei que esse é um princípio sagrado da nossa Constituição. O Estado não pode ficar com a espada no pescoço das pessoas a vida toda. Mas, lá no Rio de Janeiro, por exemplo, houve um jogador de futebol – reservo-me a não citar o nome – que estava alcoolizado; ele entrou pela calçada e matou jovens; deixou as famílias com o coração esfaqueado; e prescreveu a pena, Demóstenes!

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Pois é, com o aumento da pena, ficando até 16, por exemplo, passa a ser a prescrição máxima. Aqui, tudo...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – A prescrição é proporcional.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Agora, se ficar até 16 anos o homicídio culposo, por exemplo, nesse caso, a pena passa para 20. Se for lesão gravíssima de 12 anos, a prescrição para 16. Então, vai ampliando...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – O que já atende...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Exatamente!

Mas eu também tenho um projeto que foi aprovado em que dobra o prazo de prescrição, mas está lá na Câmara, parado em alguma gaveta.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Nós precisamos preservar a própria...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Agora, este eu gostaria de relatar...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Esta questão do álcool...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Crivella, o relator é o Senador

Pedro Taques. Vamos dar sequência à pauta, vamos ouvir o relator...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Vou concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou dar a palavra para V. Ex^a e, em seguida, para o relator e colocar a matéria em votação se não houver pedido de vista. Se não vamos ficar o dia todo aqui, cada um tem uma opinião e ficaremos o dia todo discutindo.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Eu gostaria apenas de pedir, se formos votar hoje, fazia a “Emenda Bombom”, a emenda da Senadora Marta, de tal maneira que preservássemos essa dúvida, mas que pudéssemos votar hoje esse projeto. É o meu apelo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Senador Eunício, me permita apenas um esclarecimento – e é rápido, não é para tumultuar ou coisa alguma. E o Senador Pedro Taques fala por último, porque é o relator...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Demóstenes, vou dar a palavra a V. Ex^a e, em seguida, ao Senador Pedro Taques; e vou colocar a matéria em votação.

Nós temos mais cinco itens da pauta, matérias polêmicas que precisamos dar sequência.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Eu sugeriria somente o seguinte: o que a Senadora Marta quer, já está atendida. O que a Senadora quer? Primeiro, que se faça o exame. Então, é obrigatório fazer o exame. Quem se recusar a fazer, admite-se outras...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vai ao Supremo, e o Supremo diz que não deve fazer...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – E aí, prova testemunhal, imagem e tal. Para a pessoa estar com testemunha e tal para o juiz, ela tem que estar em um estágio bem avançado, muito mais do que 0,6.

Então, as duas hipóteses estão contempladas aqui. A única omissão que tem, que é resultar lesão corporal de natureza gravíssima, eu sugiro que se faça reclusão de três a 12 anos; renumere-se o §3º para §4º; quando resulta em morte passe de oito para 16 anos, e com isso se restabelece a proporcionalidade.

Eu só faria emendas de redação para ficar como no Código Penal e como em todo outro lugar. Em vez de “penas”, fica uma só: detenção de seis meses a três anos etc. É do jeito que é.

Se da conduta resulta em lesão corporal: pena de detenção de um a quatro anos. E assim por diante. Corrige-se, é coisa simples e resolve cde uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Demóstenes, V. Ex^a vai fazer a emenda e, obviamente, será submetida à apreciação do relator.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – O Senador pode até aceitar, ser uma emenda dele...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Demóstenes, por favor.

O Senador Pedro Taques, como relator, se acatar a emenda de V. Ex^a, obviamente que essa emenda tem que ser incorporada ao relatório, se ele assim desejar.

Vou dar a palavra ao Senador Pedro Taques e, em seguida, se não houver pedido de vista, vou colocar a matéria em votação.

O Senador Pedro Taques tem a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o projeto é muito bom, Sr. Presidente. Aqui não se proíbe, não se veda a realização do exame do bafômetro. Se o cidadão se recusar, porque ele não é obrigado a produzir prova contra si, existe a chamada prova indireta; nós teremos testemunhas, vídeos. Essas provas são típicas, próprias e já previstas no Código Penal desde 1941. Digamos que o cidadão tenha comido um bombom de chocolate recheado de conhaque. É óbvio que o bafômetro não o alcançaria. E também o teste visual, a imagem, o teste físico não vai alcançá-lo.

Portanto, essa preocupação razoável da Senadora Marta, eu respeito essa preocupação. Aqui, Senadora, já estaria resolvido com essas outras possibilidades de comprovação.

Nós temos que entender que o Estado não pode proibir em excesso, mas também não podemos ter proibição insuficiente, em razão do que está a ocorrer no Brasil, conforme relatado pelo Senador Ferraço, dito pelo Senador Crivella e que todos conhecemos. Aqui está razoável. No tocante aos argumentos trazidos pelo Senador Crivella, penso que a questão da motocicleta já está incluída no projeto que fala em veículo automotor. Esse é um gênero que se estabelece em espécies. Portanto, penso, Senador...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Não pode agravar para moto?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Expressamente? Sem nenhuma objeção. Eu, como Relator, não tenho...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques, V. Ex^a está com a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Penso que já esteja aqui contido esse tipo de transporte. Muito bem. As emendas apresentadas pelo Senador Demóstenes, como não poderia ser diferente, melhoraram o projeto. Assim, desde logo, concordo com essas emendas por ele apresentadas, porque elas trazem a razoabilidade ao projeto e ele está a tratar também da questão da prescrição porque, na maioria dos casos, os crimes prescrevem.

Então, o Código Penal, no art. 129, ao tratar de lesão corporal leve, grave e gravíssima, leva em conta o que está escrito no art. 107 do Código Penal, combinado com o art. 117, que trata do tempo da prescrição. Portanto, Sr. Presidente, defendo o projeto e acato essas sugestões.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques, as emendas do Senador Demóstenes... É preciso que fique claro quais são as emendas para que eu coloque em votação no plenário.

No projeto relatado por V. Ex^a, estão sendo acatadas emendas que ainda não foram feitas, são apenas sugestões do Senador Demóstenes. Eu consulto V. Ex^a: qual é o teor desse texto que está sendo incorporado, para que eu coloque em votação em seguida.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Nós vamos fazer a adequação do projeto à razoabilidade que existe lá no art. 129, no tocante a lesões corporais leves, graves e gravíssimas. A adequação que está lá no Código de Processo Penal.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Posso ler? Para que fique tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Está certo. V. Ex^a vai ler. Vou dar a palavra para que V. Ex^a leia o que significa a emenda e o Senador Pedro Taques vai dizer se acata ou não e vou colocar em votação.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Estamos há uma hora discutindo essa matéria.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Então, veja só:

Art. 306 – está todo mundo com o projeto aí – Conduzir veículo automotor sob a influência de qualquer concentração de álcool ou substância psicoativa que determine dependência.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Qualquer substância.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – É. Do jeito...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Só para saber a emenda: qualquer substância.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Conduzir veículo automotor sob a influência de...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O bombom da Marta está incluído aí?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Qualquer...

A SR^a MARTA SUPLCY (Bloco/PT – SP) – Não. Por favor, Sr. Presidente, pela ordem. Eu queria tirar a palavra qualquer, porque aí o art. 5º faz sentido e eu me considero contemplada.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Conduzir veículo automotor sob a influência de concentração de álcool. É a mesma coisa. Pode ser. Se o autor e o Relator concordarem, para mim não tem problema algum.

A SR^a MARTA SUPLCY (Bloco/PT – SP) – Tirar o “qualquer”.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Conduzir veículo automotor sob a influência de concentração de álcool.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O relatório é do Senador Pedro Taques.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Tanto faz...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Demóstenes, por favor.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Para mim, não tem problema.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Ex^a vai ler a emenda e vou incorporar ou não.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sob a influência de álcool.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senão, vou tirar a matéria de pauta.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Já leio aqui.

Então, a minha matéria é a seguinte:

“Conduzir veículo automotor sob a influência de álcool ou substância psicoativa que determine dependência.”

Aí está “penas”, tiro o “s” e fica “pena”:

“Pena: detenção, de seis meses a três anos, multa e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.

§1º Se da conduta resultar lesão corporal: (tira o aplica-se, para ficar igual lá)

Pena: detenção de um a quatro anos, multa e suspensão ou proibição de se obter a permissão...”

Igualzinho.

“§ 2º Se da conduta resulta lesão corporal de natureza grave:

Pena: reclusão de três a oito anos...” E aí continua igual.

É criado o § 3º:

§ 3º. Se da conduta resultar lesão corporal de natureza gravíssima: Pena, reclusão de seis a doze anos.

Renumerar o § 3º para quarto:

§ 4º. Se da conduta resultar morte: pena, reclusão de oito a dezesseis anos.

Multa e tal. E o resto é todo igual.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Consulto o Relator se acata o novo relatório incorporado pelo Senador Demóstenes Torres.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, concordo com o Senador Demóstenes, com essa emenda apresentada porque melhora a inteligência deste projeto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou colocar em votação o Projeto de Lei do Senado nº 48...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – ...com várias emendas feitas pelo Senador Demóstenes Torres e incorporadas pelo Relator, Senador Pedro Taques.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Já dou a palavra a V. Exª. Eu preciso ordenar os trabalhos aqui.

É isso?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – É isso, Sr. Presidente.

Só gostaria de dizer o seguinte: conduzir veículo automotor sob influência de qualquer concentração de álcool.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É qualquer ou é sem o qualquer?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Ele tirou o “qualquer”. Eu só gostaria, se fosse possível, de esclarecer o seguinte: isso é esclarecido topograficamente, topologicamente, no projeto, aqui no § 5º. Então, retirando isso, nós não teríamos nenhum prejuízo. É possível que dúvidas possam surgir no Poder Judiciário, mas serão resolvidas lá.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É com a palavra “qualquer” ou sem a palavra “qualquer”? Só para deixar claro.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – É sem a palavra “qualquer”, mas...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Sem a palavra “qualquer”. A emenda exclui a palavra “qualquer”.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – E “concentração” também.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É uma emenda de redação. Depois V. Exª vai me entregar as emendas aqui na Mesa. Eu não posso aprovar matéria que não conste... V. Exª, que presidiu tão bem esta Comissão, sabe disso. Não posso aprovar matéria que não conste nos Anais da Casa.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Concorde. Expressei só essa preocupação, mas concordo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Concorde.

Então vou colocar a matéria em votação.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Espere aí, Presidente. Pela ordem, um minuto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Eu queria que o Relator prestasse atenção aqui, porque no § 4º a gente aumenta a pena de um terço à metade se a condução se dá sem carteira, na proximidade de escolas, carregando pessoas, em rodovia com grande perigo de dano. E eu gostaria de incluir o item 9, dizendo assim: “ou conduzindo motocicleta” para aumentar ou agravar. Se o sujeito estiver conduzindo motocicleta, agrava.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Concorde, Sr. Presidente. Não vai mudar o mérito do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Muda, muda o mérito. Amplia o mérito. Nós estávamos falando de veículos. Agora é também para motos.

Eu não sou contra. Só quero deixar claro...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – A moto já é veículo. É só para agravar, porque a moto tem maior risco.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu só quero deixar claro que nós vamos votar.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, o senhor me permite?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Lá em cima já está estabelecido veículo...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Seria bom que os Senadores lessem as matérias antes.

Senhores, a palavra está com a Mesa, por favor.

Seria bom que os Senadores lessem as matérias que são distribuídas antecipadamente para não se fazer um novo relatório aqui. A emenda é legítima, agora tem prazo para se fazer emenda. E a gente tem que disciplinar os trabalhos. Nós temos outras matérias importantes a serem debatidas aqui. Nós temos uma hora e meia.

Senador Crivella, V. Ex^a tem a palavra e vou colocar em votação. Não vou mais ouvir ninguém.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Muito bem, Presidente.

Eu acho que nós deveríamos agravar se fosse condução de motocicleta. Se eles acham que não pode ser assim, eu não quero atrapalhar o projeto. Nós vamos para a votação. Mas hoje o maior número de acidentes envolve motos.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A última consulta é ao Senador Pedro Taques.

V. Ex^a está incorporando as motos?

(Intervenção fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Retirou?

Então vou colocar a matéria em votação sem a palavra “qualquer”, com as emendas do Senador Demóstenes, que vai apresentar à Mesa aquelas incorporadas pelo Senador Pedro Taques, sem a inclusão de “motos”, porque foi retirada a proposta do Senador Marcelo Crivella.

Vou colocar em votação.

Como vota o Senador José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator, o Senador Pedro Taques. Como vota a Senadora Marta Suplicy?

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator agora.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator.

O voto do Senador Pedro Taques é voto conhecido.

Como vota o Senador Jorge Viana? *(Pausa.)*

Senador Magno Malta? *(Pausa.)*

Senador Antonio Carlos Valadares?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – “Sim”, com o Relator.

Como vota o Senador Marcelo Crivella?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator.

Como vota o Senador Pedro Simon? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Romero Jucá?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator.

Como vota o Senador Renan Calheiros?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Luiz Henrique? *(Pausa.)*

Senador Francisco Dornelles? *(Pausa.)*

Senador Sérgio Petecão?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Aécio Neves?

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aloysio Nunes? *(Pausa.)* Com o Relator.

Senador Demóstenes?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator.

Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Gim Argello?

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Randolfe Rodrigues?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Eduardo Suplicy? *(Pausa.)* Senadora Ana Rita?

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Valdir Raupp?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Ricardo Ferraço?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Algum Senador ficou sem votar? (*Pausa.*)

Aprovado o projeto.

Consulta o plenário se podemos repetir a votação para as emendas apresentadas e acatadas pelo Senador Pedro Taques.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Concordamos.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Os Srs. Senadores concordam? (*Pausa.*) Todos de acordo.

Portanto, repetida a votação, o mesmo número de Senadores, o mesmo tipo de votação, os mesmos votos para as emendas apresentadas.

Aprovado o projeto e as emendas, será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Randolfe. Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Excelência, há um requerimento que estamos apresentando que é exatamente sobre o debate do Estatuto da Juventude. Acho por bem, antes de reapresentar o relatório, que pudéssemos reunir esta Comissão em audiência pública. Nós já dialogamos com as lideranças do Governo, e há um requerimento extrapauta, eu queria solicitar a V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – No momento oportuno, eu colocarei o requerimento de V. Ex^a.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vamos ao item 8 da pauta.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) –

ITEM 8

– Não Terminativo –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 180, DE 2008

Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e estaduais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

Autoria: Deputada Nice Lobão

Relatoria: Senadora Ana Rita

Relatório: Favorável ao PLC nº 180, de 2008, com a Emenda que apresenta, e contrário aos PLS nºs 344 e 479, de 2008, que tramitam em conjunto.

Observações: *A matéria será apreciada ainda pelas Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Educação, Cultura e Esporte.*

TRAMITA EM CONJUNTO COM PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 344, DE 2008

Institui reserva de vagas nos cursos de graduação das instituições públicas de educação superior, pelo período de doze anos, para estudantes oriundos do ensino fundamental e médio públicos.

Autoria: Senador Marconi Perillo

TRAMITA EM CONJUNTO COM PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 479, DE 2008

Reserva 20% das vagas dos vestibulares para os cursos de graduação das universidades públicas federais e estaduais para estudantes oriundos de família com renda per capita familiar de até um salário mínimo e meio.

Autoria: Senador Alvaro Dias

O Senador Romero Jucá pede a palavra pela ordem.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – A Senadora Ana Rita pediu a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A Senadora Ana Rita tem a palavra.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, primeiro, eu gostaria de dizer que com muita honra relatei esse projeto de extrema importância para a sociedade brasileira e, particularmente, para a população negra. É um projeto que já está tramitando nesta Casa há 12 anos e que merece um bom debate nessa reunião de hoje.

No entanto, Sr. Presidente, considerando o adiantado da hora e considerando que nós estamos tam-

bém com a discussão do Código Florestal, eu tenho um certo receio de que o quórum desta Comissão não fique até o final para que possamos aprovar a tempo o projeto de lei. Portanto, Sr. Presidente, já em comum acordo com as lideranças da comunidade negra, nós estamos solicitando o adiamento da votação da referida matéria para a próxima quarta-feira, sugerindo que este projeto seja o primeiro da pauta para que possamos ter tempo suficiente para fazer o debate e todos os esclarecimentos que forem necessários.

Então, solicito a retirada da pauta e a inclusão para a próxima quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A matéria está retirada de pauta, atendendo à solicitação da Relatora, Senadora Ana Rita.

Próximo item da pauta.

ITEM 11

– Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 579, DE 2011

Altera o art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para restringir a aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança de multas de trânsito ao financiamento de campanhas educativas sobre direção defensiva, cultura da paz e combate à violência no trânsito, e de desestímulo ao consumo de álcool e drogas por parte dos motoristas.

Autoria: Senador Eunício Oliveira

Relatoria: Senador Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *Votação nominal.*

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Após a discussão destas matérias, nós vamos, em seguida, para o Projeto nº 399, cujo Relator é o Senador Benedito de Lira e, em seguida, a discussão da DRU.

Concedo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço para a leitura do relatório.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, apenas para registrar que irei pedir vista da matéria, por solicitação do Governo. Há ainda uma dúvida sobre a questão. Para evitar um futuro veto, eu prefiro pedir vista e tentar negociar com o Governo um posicionamento sobre este projeto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Após a leitura do relatório pelo Senador Ricardo Ferraço.

Senador Ricardo Ferraço tem a palavra.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Sr. Presidente, o presente projeto em exame propõe alteração do art. 320, da Lei nº 9.503, Código Brasileiro de Trânsito, com o objetivo de restringir a aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança de multas de trânsito a financiamento de campanhas educativas que promovam segurança do trânsito.

Em sua justificativa, o autor, Senador Eunício Oliveira, argumenta que os recursos arrecadados com a cobrança de multas acabam sendo utilizados para custear despesas com o pagamento de pessoal dos órgãos de trânsito ou mesmo para reforçar os caixas dos governos, em uma clara distorção de sua função precípua, qual seja: a de tornar nosso trânsito mais seguro.

Distribuído com exclusividade para a Comissão de Constituição e Justiça para decisão em caráter terminativo, o PLS 579/2011 não recebeu emendas.

Compete a esta Comissão analisar a proposição sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Por ser a única Comissão a examinar a matéria, compete-lhe ainda o exame do mérito.

O Projeto de Lei do Senado versa sobre normas gerais de trânsito, matéria sobre a qual a União tem competência privativa para legislar, nos termos do art. 22, XI, da Constituição Federal, não havendo reserva de iniciativa em favor do Poder Executivo.

A proposição, portanto, não contém vícios de iniciativa e apresenta-se em conformidade com os preceitos constitucionais, jurídicos e regimentais. Observa também as normas da técnica legislativa consolidadas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, ao se referir expressamente à Lei 9.503.

No que tange ao mérito, concordamos plenamente com o autor da proposição, no sentido de que os recursos das multas devam ser utilizados exclusivamente, sem desvio para outras finalidades, em prol da educação para o trânsito, de modo a promover um trânsito mais civilizado e seguro a todos os brasileiros.

Dessa forma, Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 579/2011, coincidentemente, contribuindo para responder à legítima preocupação que expressou a Senadora Marta Suplicy. Na verdade, não é só coibindo, não é apenas impondo mais rigidez: é também atuando preventivamente, para que possamos ter mais paz no trânsito brasileiro.

E essa proposta do Senador Eunício Oliveira vem nessa direção. É fato que o DPVAT, que também arrecada seguro obrigatório, deve ter arrecadado, em 2010, algo superior a R\$400 milhões em todo o País. E esses recursos precisam ser direcionados com exclusividade, para que nós possamos atuar de maneira

preventiva na educação, criando inclusive um melhor nível de conscientização de que o meu direito termina onde começa o direito do meu semelhante. E a questão da condução nas nossas vias públicas tem o sentido de termos o interesse coletivo se sobrepondo ao interesse individual.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Presidente Eunício, quase não conseguimos ouvir aqui a voz...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu pediria, mais uma vez, silêncio, tendo em vista que o Senador Armando Monteiro está ali tentando ouvir a voz do Senador Ricardo Ferraço e não consegue.

Por gentileza, vamos ouvir os Senadores.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – De modo que eu acho que este projeto caminha na mesma direção do projeto que nós acabamos de aprovar nesta comissão. Este projeto trabalha a prevenção, trabalha a educação. Ele obriga, ele determina que os governos direcionem os recursos para a área preventiva, para que possamos ampliar o investimento na área da educação.

De modo que eu quero cumprimentar o Senador Eunício Oliveira, pela pertinência, pela tempestividade desta proposta.

É como relato, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Ferraço.

Em discussão a matéria.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu peço vistas. Trarei na próxima semana. Há uma dúvida sobre a questão de gasto com sinalização. Há essa preocupação.

É meritória a proibição de gastos com pessoal. Entendemos que essa proibição deve ser mantida, mas há dúvida ainda sobre gastos com sinalização, porque não deixa de ser um processo educativo, e, da forma como o texto traz, está proibindo o gasto com sinalização.

Então, na verdade, é um ajuste que gostaria de propor, e trarei na próxima semana uma proposta de emenda, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Na próxima semana, a matéria vai estar em pauta.

Vista coletiva, pedia inclusive pelo autor.

Próximo item da pauta, Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Estou aqui já.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Antes de passar ao Item 10, registro aqui, com prazer, a presença, ao meu lado, do líder

do Governo no Estado do Ceará, meu companheiro de partido, o PMDB histórico, o Deputado Carlomano Marques.

Obrigado por sua presença, Carlomano.

ITEM 10

– Não Terminativo –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 399, DE 2010

Susta o Decreto nº 3.690, de 19 de dezembro de 2000, que “aprova o Regulamento do Corpo do Pessoal Graduado da Aeronáutica, e dá outras providências”, em seu efeito autorizativo de licenciamento de aprovados em concursos públicos de admissão ao CESD – Curso de Especialização de Soldados.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatoria: Senador Benedito de Lira

Relatório: Contrário ao Projeto.

Observações: *A matéria já foi apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.*

Concedo a palavra ao Senador Benedito de Lira para o seu relatório.

Solicito, mais uma vez, silêncio deste auditório para ouvirmos o Senador Benedito de Lira, a voz das Alagoas.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta Casa recebeu, para decisão, o Projeto de Decreto Legislativo do Senado (PDS) nº 399, de 2010, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que *susta o Decreto nº 3.690, de 19 de dezembro de 2000, que “aprova o Regulamento do Corpo de Pessoal Graduado da Aeronáutica e dá outras providências”, em seu efeito autorizativo de licenciamento de aprovados em concursos públicos de admissão ao CESD – Curso de Especialização de Soldados.*

A proposição pretende, em seu art. 1º, sustar o Capítulo V do Decreto nº 3.690, de 2000, referido, especificando, como indicado acima, a sustação como incidente sobre o efeito autorizativo do licenciamento de aprovados no concurso referido.

O parágrafo único do dispositivo determina que *a proibição de que trata o caput estende-se aos concursos públicos de admissão ao CESD, realizados nos anos de 1994 a 2001, na vigência do Decreto nº 880, de 23 de julho de 1993.*

Na justificação, sustenta-se invasão da competência legislativa do Congresso Nacional, configurada pela *exorbitância dos limites da delegação legislativa.*

Na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, após longo exame da matéria, o parecer

conclui pela inexistência de exorbitância normativa por parte do Chefe do Poder Executivo, e, consequentemente, pela rejeição do projeto sob exame.

Análise.

Os fundamentos que, alegadamente, sustentam o Projeto de Decreto Legislativo nº 399, de 2010, são os existentes no art. 49, V e X, da Constituição Federal.

O art. 49, V, veicula o doutrinariamente qualificado como veto legislativo, consistente no poder congressional para, por decreto legislativo, *sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites da delegação legislativa*.

O art. 49, X, por seu turno, prevê a competência do Congresso Nacional para *fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta*.

Preliminarmente, há que se apontar o inteiro descabimento do parágrafo único do art. 1º. Ao determinar que a *proibição* de que trata o respectivo *caput* tenha efeitos retroativos, apanhando concursos públicos de admissão ao CESD realizados de 1994 a 2001, a prescrição incorre em duplo equívoco. Primeiro, por pretender um efeito retroativo à sustação de norma jurídica; segundo, pelo vício formal da referência à inexistente *proibição* combatida. Isso deságua numa tentativa de desvirtuamento do instituto, buscando a produção de efeitos anulatórios de ato executivo, e não de ação legislativo-normativa negativa, como se lhe reconhece a doutrina pátria.

O veto legislativo não se presta à produção dos efeitos pretendidos. A suspensão opera efeitos não retroativos, da data em que publicado o decreto legislativo em diante. Além disso, o decreto cujo projeto se examina não veicula a *proibição* referida, mas uma sustação de efeitos autorizativos, não podendo, a todas as luzes, produzir resultados anulatórios.

Quanto ao mérito da proposição, o exame revela a impossibilidade de aprovação. A utilização do poder suspensivo de atos executivos pelo Congresso Nacional, ao abrigo do inciso V do art. 49, impõe ao autor do projeto de decreto legislativo demonstrar, à saciedade, a exorbitância normativa operada pelo Executivo. A extensa transcrição de matérias e julgados não o faz satisfatoriamente.

Não vemos como, diante disso, sustentar o cabimento da medida excepcional do veto legislativo para o caso.

Voto.

Somos pela rejeição do Projeto de Decreto Legislativo do Senado nº 399, de 2010.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria.

Srs. Senadores, vamos dar prosseguimento a esta reunião. Senador Romero, Senador Ferraço. Vamos para o próximo item da pauta. (*Pausa.*) Peço desculpas.

Em discussão o projeto do Senador Benedito de Lira – tem tanto barulho que até a Mesa não está entendendo mais.

O Projeto de Decreto Legislativo do Senado nº 399, de 2010, está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vou colocar em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório contrário do Senador Benedito de Lira. Aprovado o relatório contrário, que passa a constituir o parecer da Comissão, contrário ao projeto.

A matéria vai a Plenário.

EXTRAPAUTA

ITEM 1

– Não Terminativo –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 87, DE 2011

Altera o art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Autoria: Senador Romero Jucá e outros

Relatoria: Senador Renan Calheiros

Relatório: Favorável à Proposta e contrário às Emendas nº 1, 2 e 3.

Observações: – Em 19/10/2011, a Presidência concedeu vista aos Senadores Alvaro Dias, Demóstenes Torres e Randolfe Rodrigues, nos termos regimentais.

– Em 26/10/2011, foi recebido Voto em Separado de iniciativa do Senador Randolfe Rodrigues, contrário à Proposta.

No dia 25/10/2011, foram recebidas as Emendas nº 2, de iniciativa do Senador Aloysio Nunes Ferreira, e nº 3, de iniciativa do Senador Luiz Henrique da Silveira. Dependendo de relatório.

Passo a palavra ao Senador Renan Calheiros, para dar parecer às Emendas nºs 2 e 3, que estão carentes de relatório, pelo Sr. Relator, Senador Renan Calheiros.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Aloysio Nunes, Senador Randolfe e Senador Demóstenes.

Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu considero que uma matéria dessa importância, dessa repercussão, não deveria, *data maxima venia*, ser incluída extra-pauta. Precisamos conhecer o parecer do Relator sobre as emendas que foram apresentadas ao projeto. Isso pode, inclusive, condicionar o voto, a posição em relação à matéria principal. De modo que solicitaria a V. Ex^a que fosse lido, nesta reunião, o parecer do eminente Relator sobre as emendas e que não se votasse hoje a matéria principal.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aloysio, V. Ex^a solicita mais prazo para esta discussão. É bom que se deixe claro que, regimentalmente, há uma decisão desta Comissão de que as matérias todas podem ser emendadas. Nós acabamos de votar emendas feitas pelo Senador Demóstenes ao projeto de autoria do Senador Ricardo Ferraço, relatado pelo Senador Pedro Taques. Até o final da discussão, pode ser apresentada emenda acatada ou não pelo Relator. É o que manda o Regimento.

Lamentavelmente, tenho que dar prosseguimento. Digo isso porque não atender a V. Ex^a é contrariar esta Presidência, mas regimentalmente não tenho amparo para atender à solicitação de V. Ex^a.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Concedo a palavra ao Senador Randolfe, pela ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O questionamento que tenho... Como V. Ex^a acabou de anunciar na abertura da discussão, tem um voto em separado de nossa autoria. Eu queria questionar a V. Ex^a qual seria o momento do voto em separado. Nós vamos, obviamente, ouvir primeiro o parecer do Relator e as emendas. E consulto se cabe a apresentação do voto em separado em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É regimental.

Após a leitura do relatório, das emendas feitas pelo Líder e Relator nesta Comissão, Senador Renan Calheiros, eu vou dar a palavra a V. Ex^a para a leitura do voto em separado. É regimental.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Renan Calheiros, tem a palavra V. Ex^a para dar parecer às emendas de nº 2 e 3.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Sr. Presidente, foram...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Desculpe, Senador Renan. O Senador Aloysio tinha pedido a palavra pela ordem.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Com muito prazer.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, indago a V. Ex^a se o requerimento de inclusão de uma matéria extrapauta não deveria ser submetido à deliberação da Comissão, porque o pedido de vista coletivo ocorreu há um mês, se não me engano. Depois houve várias sessões, e a matéria não foi incluída na ordem do dia.

Indago a V. Ex^a se a inclusão extrapauta não requereria, não dependeria da aquiescência do plenário.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aloysio, não, porque regimentalmente, como era vista coletiva, a Presidência tinha a obrigação de trazer na próxima reunião.

Então, se equívoco, se erro houve, se omissão houve nesse período foi não termos colocado na pauta da reunião seguinte. Essa matéria deveria estar em pauta no dia de hoje. Ela está incluída como extrapauta e eu disse com clareza aqui que faria consulta aos senhores se não tivesse sido feito o pedido de vista.

Como houve vista coletiva, eu deferi a inclusão de pauta. Pela própria Mesa foi decidida a inclusão de pauta dessa matéria.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Está esclarecido.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Então, pedindo vênias a V. Ex^a, acho que consegui esclarecer.

Senador Randolfe, V. Ex^a já está esclarecido.

Senador Renan, tem a palavra para dar parecer às emendas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, foram apresentadas exatamente três emendas: a emenda aditiva de nº 1, de autoria do nobre Senador Inácio Arruda, que define como objetivo destinar às ações de serviço público de saúde, de que trata o art. 198 da Constituição Federal, parcela de recursos desvinculados e estabelece essa redução de desvinculação.

Eu já tive oportunidade, Sr. Presidente, de apresentar a essa emenda aditiva nº 1 o nosso parecer, que é, portanto, um parecer contrário.

Ademais, encontra-se em tramitação o projeto de lei complementar que regulamenta a aplicação de recursos mínimos em ações e serviços públicos de saúde.

Em função da necessidade de nós aprovarmos essa proposta de emenda à Constituição que desvincula recursos, uma vez que é muito grande o volume de recursos constitucionalmente vinculados e a DRU

objetiva exatamente desvincular parte, 20%, desses recursos, o nosso parecer, por isso, foi contrário.

A emenda nº 2, de autoria do nobre Senador Luiz Henrique, propõe a desvinculação de recursos para a receita dos Estados.

O nosso parecer também é contrário, Sr. Presidente, porque tal emenda trata, evidentemente, de matéria meritória, mas estranha ao objeto principal da proposta de emenda constitucional ora em questão.

Além disso, Presidente, acredita-se que caberia a cada Estado decidir se desvincula ou não suas receitas próprias, conforme o entendimento combinado dos arts. 18, 24 e 25 da Constituição Federal.

E a emenda nº 3, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que propõe retirar do cálculo da DRU a receita do Programa de Integração Social, criado pela Lei Complementar nº 7, de 07/1970, para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, criado pela Lei Complementar nº 8, de 3 de dezembro de 1970, que financiam o programa seguro-desemprego, o abono e os programas de desenvolvimento econômico, conforme os arts. 239 da Constituição Federal, tem também um parecer contrário porque, embora meritória, sob todos os aspectos, significa, nessa oportunidade, uma perda de recursos livres da ordem de R\$9,2 bilhões, diminuindo, portanto, o grau de liberdade do Poder Executivo, que será, em função da DRU, de R\$62,4 bilhões na alocação desses recursos para atender as prioridades do Governo e garantir a solidez fiscal que se quer.

Portanto, são os pareceres que gostaria de acrescentar ao parecer que já tive oportunidade de ler e de discutir nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Renan Calheiros.

Existe um voto em separado do Senador Randolfe Rodrigues, que só será colocado em votação se não vencedor o relatório do Senador Renan Calheiros. Como é regimental, eu vou conceder a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues para proferir seu voto em separado.

Tem a palavra V. Ex^a para proferir o voto em separado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Obrigado, Sr. Presidente.

Está em análise aqui a DRU, que permite que o Governo destine para onde quiser 20% das receitas vinculadas às áreas sociais, estabelecidas no Texto Constitucional, que abrangem a Seguridade Social – nunca esqueçamos isso –, a Previdência, a Assistência Social e a Saúde.

É bom lembrar que esse mecanismo não é novo. Ele consta, desde a década de 90, em várias cartas

de intenção do Governo brasileiro ao Fundo Monetário Internacional, e sempre foi utilizado para o cumprimento das metas do chamado superávit primário, ou seja, a reserva de recursos para o pagamento da questão – já questionada inclusive por uma Comissão Parlamentar de Inquérito instalada na Câmara dos Deputados – dívida pública, que consome, segundo dados mais recentes, metade do Orçamento federal, metade do Orçamento da União – para ser preciso, 48,5%. E, conforme prevê a Constituição de 1988, essa chamada dívida pública já deveria ter sido objeto de uma auditoria.

Quero aqui ressaltar o que o eminente Senador Renan Calheiros reitera, inclusive, no seu próprio relatório, quando afirma que a ausência da DRU “prejudica a formação de poupança para promover a redução da dívida pública”, ou seja, como já dissemos, o superávit primário.

Então, isso que aqui dizemos está claro no próprio relatório preceituado, lido e apresentado aqui pelo eminente Senador Renan Calheiros.

No mesmo relatório, o Senador argumenta que a Seguridade Social não seria prejudicada pela DRU. Mas veja que esse argumento é contradito mais adiante, no mesmo relatório, ao dizer o seguinte:

A adoção de um severo programa de ajuste fiscal, em 1999, voltado para a obtenção de superávits primários expressivos, impôs a permanência do mecanismo de desvinculação de receitas. Desde aquele exercício, as receitas da seguridade social vêm sendo redirecionadas não apenas para gastos fiscais, mas também para assegurar saldos positivos nas contas públicas, ainda que de modo decrescente.

Portanto, o próprio relatório contradiz o argumento de que a DRU não implicará perdas para a seguridade social. Está claro, mais uma vez, a que se destina a DRU ou, na verdade, a que sempre se destinou a DRU desde que ela foi instituída pela primeira vez ainda no governo do Presidente Fernando Henrique. Ela se destina a um severo programa de ajuste fiscal, ou seja, à obtenção dos superávits primários para atender às metas pautadas anteriormente, no passado, com o Fundo Monetário Internacional e, hoje, pautadas com o mercado financeiro.

Na hipótese de não aprovação da prorrogação da DRU, haveria insuficiência parcial de recursos livres para a geração do superávit ou para atender às despesas discricionárias do orçamento fiscal, já que os recursos de contribuições sociais não podem ser utilizados nessas rubricas. Mais uma vez, está claro, então, a que isso... Eu quero reiterar que esse outro parágrafo consta no relatório que estamos apreciando. Então, fica reafirmado o caráter, a clareza, como a

água, do sentido da DRU: atender às metas de ajuste fiscal de superávit primário sem nenhuma preocupação clara com o que vai implicar para a seguridade social.

Eu quero aqui apresentar, Sr. Presidente, os dados da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – Anfip. Diz a Anfip que, em 2010, a arrecadação dos tributos de seguridade social foi de R\$58 bilhões, superior às despesas. Isso significou que grande parte dessas receitas que deveriam ser destinadas obrigatoriamente à seguridade foram redirecionadas para outros fins. Reitero os outros fins, quais sejam: o superávit primário. Então, os próprios dados da Anfip de 2010 deixam claro que R\$58 bilhões, que deveriam ser destinados à seguridade social, foram para o superávit primário.

No relatório, existe uma Tabela I, que dá a entender que os recursos retirados da seguridade social pela DRU retornariam à área social. Porém, para tanto, considera-se como despesas de seguridade o pagamento de aposentadorias e pensões dos servidores públicos.

Eu quero aqui destacar que o pagamento de aposentadorias e pensões dos servidores públicos está disposto no art. 40 da Constituição da República, Senador Aloysio, muito distante dos artigos 194 a 204, que preveem a seguridade social. Além disso, o próprio art. 201 da Constituição, que foi inserido no Capítulo “Da Seguridade Social”, diz claramente o seguinte: “A previdência social será organizada sob a forma do regime geral”. Ou seja, a seguridade social não inclui o regime próprio de previdência dos servidores públicos. São regimes distintos.

Uma tabela mais adiante admite que nada menos que R\$28 bilhões serão desvinculados pela DRU, em 2012, e serão destinados, mais uma vez, ao pagamento da dívida pública e ao superávit primário. Apesar de essa tabela sugerir que outros R\$35 bilhões desvinculados pela DRU seriam destinados a várias sociais, tais recursos podem ser e – como tem sido tema de todos os anos – serão, fatalmente, objeto de contingenciamento, conforme prevê o art. 13 da Lei 11.943, de 2009. Veja: quando se trata de superávit primário, ajuste fiscal, nunca se contingencia; quando se trata de recursos desvinculados pela DRU para o superávit primário, nunca se contingencia. Porém, quando se trata de seguridade social, despesas sociais, saúde, sempre pode ser contingenciado. Fica claro para que se destina a DRU e qual é o papel da instituição e da prorrogação da DRU.

Então, está claro a quem vai prejudicar a aprovação desse mecanismo da DRU: prejudica claramente a saúde pública brasileira; prejudica quem está morrendo nas filas dos hospitais públicos brasileiros. Quem sofre

com a instituição da DRU é o chamado fator previdenciário, que reduz e posterga as aposentadorias com baixo valor ao salário mínimo, que atualmente é quatro vezes menor que o mínimo exigido na Constituição.

A justificativa aqui para aprovarmos a DRU é que seria necessária a aprovação dela para viabilizar a queda da taxa de juros e o controle da inflação. Eu quero só lembrar que esse argumento de queda da taxa de juros em virtude de aprovação da DRU é utilizado desde o final dos anos 90, e continuamos a ter uma das mais altas taxas de juros do Planeta. Então, estamos há 15 anos batendo no mesmo argumento: vamos aprovar a DRU para baixar a taxa de juros. Há 15 anos continuamos com a mais alta taxa de juros do Planeta.

Por conta disso, Sr. Presidente, o nosso voto é contrário ao parecer. Com todas as homenagens devidas ao parecer de S. Ex^a, o Senador Renan Calheiros, mas o nosso voto é contrário por acreditar que esse mecanismo não é novo, prejudicará a seguridade social e, em especial, continua uma política de ajuste fiscal que já está em curso há pelo menos 15 anos no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Randolfe Rodrigues. Coloco a matéria em discussão.

O primeiro orador inscrito para discutir a matéria é o Senador Aloysio Nunes Ferreira. Tem a palavra V. Ex^a, Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de acrescentar outro argumento ao brilhante voto em separado do ilustre Senador Randolfe Rodrigues.

E o centro da minha argumentação é a ideia da futilidade dessa medida proposta pelo Governo. Eu não compreendo. É difícil entender a vocação que tem o Governo atual de se meter, voluntária e deliberadamente, em arapucas, arapucas políticas, arapucas legislativas, sem que se possa extrair dessas operações qualquer resultado efetivamente positivo, seja para o Governo, seja para a sociedade. É o caso da DRU, que está sendo proposta e que vem à deliberação desta Comissão.

Trata-se de prorrogar mais uma vez a Desvinculação de Recursos da União, desta vez até 2015. Por que isso? Eu só posso imaginar, nessa proposta do Governo, como fundamento dela, o desejo político de se afirmar como o dono da agenda no Congresso, porque, do ponto de vista fiscal, do ponto de vista da flexibilidade na gestão do gasto que se pretende ao liberar 20% da arrecadação dos impostos e da contribuição para livre aplicação, o ganho que se tem é insignificante. Basta que se examine a questão à luz da proposta orçamentária para 2012.

Mas antes é preciso lembrar que essa desvinculação foi criada, em 1994, para permitir que aumentos da tributação não fossem repartidos com outros governos e nem aplicados na área social, na seguridade, no ensino, enquanto não se promovesse a reforma tributária e diante também de uma gravíssima crise fiscal que vivia o País naquele momento.

Ora, a reforma tributária há muito tempo saiu da pauta de qualquer governo. Essa é a realidade dos fatos. Ela não está na pauta nem do Congresso nem do Governo. E a situação fiscal mudou radicalmente de lá para cá. Quando a DRU foi proposta em 1994 e nos anos seguintes dos governos do Presidente Fernando Henrique, o PT só faltou imolar-se em praça pública contra a DRU. Hoje esse partido se coloca na vanguarda do entusiasmo pela prorrogação e é até 2015, quando não há mais necessidade, a rigor, dessa providência.

Repito: vamos olhar a proposta orçamentária de 2012. O mais importante efeito da DRU se daria sobre as contribuições sociais; seriam retirados 54 bilhões de reais em 2012. Ora, o orçamento da Seguridade Social de 2012 projeta um déficit de 66 bilhões. Na prática, restariam ainda 12 bilhões a descoberto. Então, estamos desvinculando para vincular depois, para gastar depois? Qual é o sentido? É trocar seis por meia dúzia. Nós temos o buraco na Seguridade social de 66 bilhões e se pretende desvincular 54. Vai ser preciso colocar de volta os 54 e acrescentar mais 12. Qual é o sentido dessa operação? Eu, sinceramente, não o vejo.

Hoje a contribuição social que é realmente afetada pela DRU é a do PIS/Pasep. Primeiro, ela deixaria de repassar 5 bilhões e 400 milhões para o FAT. Acontece que o FAT vai precisar de 5 bilhões e 500 milhões para cobrir o rombo do abono salarial e do seguro desemprego. Então, nós vamos tirar 5 bilhões e 400 milhões do FAT para pôr logo em seguida 5 bilhões e 500 milhões para o mesmo FAT, porque é esse o buraco, é esse o rombo da conta do seguro desemprego e do abono.

Qual é o sentido de um negócio desse? Eu não consigo vê-lo. E mais: se tira dinheiro dos fundos de aplicação do BNDES para promover o desenvolvimento econômico com dinheiro barato, obrigando o BNDES a recorrer a repasses do Tesouro, que são captados a uma taxa de juros que a é a mais alta do mundo, gerando, portanto, um impacto fiscal perverso. Qual é o sentido dessa operação? Realmente não consigo vê-lo. Não consigo vê-lo. Ou é masoquismo, ou é vontade de submeter sua base ao tacão da Presidência para dizer: quem manda no Congresso sou eu, porque do ponto de vista fiscal, do ponto de vista da flexibilidade fiscal, nós estamos simplesmente trocando seis por meia dúzia.

Essa proposta, de longe, de longe, sequer tangencia os problemas fiscais reais do Brasil, que é o fato de que hoje o conjunto dos gastos do Brasil, do dispêndio do Governo Federal, aumenta mais do que os investimentos. Retira-se dinheiro da Cide, da sua destinação originária, que é a ampliação e o reforço da nossa infraestrutura e, ao mesmo tempo, se mantém como prioridade anunciada pelo Governo o reforço da infraestrutura. Então por que se tira dinheiro da Cide? Por que se corta dinheiro da Cide? Quer dizer, não há o que fazer com as despesas já contratadas.

Sr. Presidente, isso não tem o menor cabimento. Por isso, eu vou votar contra, acompanhando o voto em separado. Com todo o respeito ao parecer do meu ilustre e querido amigo nobre Senador Renan Calheiros, vou votar contra, convictamente contra.

Muito obrigado.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tem a palavra a Senadora Marta Suplicy.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT) – Eu ouvi com bastante atenção os argumentos apresentados pelo Senador Aloysio e pelo Senador Randolfe, mas quero dar um testemunho, como executiva da terceira maior cidade do país: é muito importante para o Executivo, respeitando os dispositivos constitucionais, ter maior liberdade de atuar na administração. Foram os eleitos... Eu diria, lembrando ao Senador... Lembrando não porque o Senador Aloysio não deve estar a par disso. Quando o Serra ganhou a eleição em São Paulo, ele foi conversar comigo para conseguir um apoio na Câmara para ter um aumento de DRU, porque ele queria ter maior liberdade para atuar como eleito, e eu colaborei porque acho extremamente.

Acredito, principalmente, Senadores, colegas aqui presentes, num momento de turbulência internacional, num momento de as economias estarem tão instáveis, a Presidenta poder alocar os recursos que ela assim desejar, para um lado ou para outro, não mexendo na constitucionalidade dos itens em que não se podem ser mexidos, ser absolutamente correto. E acho que nós devemos dar esse voto de confiança sim à Presidente, porque ela que foi eleita deve ter essa liberdade e depois pela conjuntura internacional, econômica, que hoje todo mundo vive.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) –Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem de inscrição, Senador Alvaro Dias.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Inscreva-me, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Valadares.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, eu cheguei a tempo de ouvir ainda o Senador Aloysio, e, como sempre, com muita competência e prudência, destaca a importância de se reagir a uma proposta apressada como esta – apressada para nós. É a matéria que trata do desvio de finalidade na aplicação de recursos substanciais do Orçamento, são bilhões de reais que serão aplicados aleatoriamente, de conformidade com a vontade e disposição de quem preside eventualmente o País; não é uma matéria para se votar sem análise de profundidade por uma Comissão como esta, que tem a responsabilidade de oferecer sempre conteúdo às suas deliberações – conteúdo, prudência, responsabilidade pública.

Parece-me, Sr. Presidente, que, ao desejar essa providência, o Governo confessa a sua própria incompetência de planejamento, de execução orçamentária também. É a consagração, portanto, da incompetência administrativa.

Nós reconhecemos que o mecanismo da DRU foi fundamental, essencial, cumpriu o seu papel em determinado momento da história da economia do País, especialmente quando se buscava a estabilização da economia com responsabilidade fiscal. Naquele instante, era essencial a adoção desse mecanismo, afinal uma inflação galopante impossibilitava qualquer espécie de planejamento. Não havia como planejar para o dia seguinte.

Quando governei o Paraná, por exemplo, Senador Aloysio, a inflação era de 80% ao mês. Como seria possível planejar para depois de amanhã com uma inflação que consumia a receita pública? É óbvio que esse mecanismo foi inteligente, fundamental, necessário. Já em 2007, em dezembro de 2007, quando aprovamos a sua prorrogação, houve um compromisso não honrado pelo governo. O governo assumiu o compromisso que não criaria novas taxas, não criaria novos impostos e não aumentaria alíquotas de impostos existentes. E, já em janeiro de 2008, o governo, durante o recesso parlamentar, aumentou as alíquotas do IOF e, coincidentemente, taxando em 0,38%, que era a alíquota da CPMF, que derrubamos no Senado Federal, se não me falha a memória, no dia 17 de dezembro e, já logo no início de janeiro, o governo recuperava o prejuízo com a elevação da alíquota do IOF em 0,38%, ignorando um compromisso assumido diante da Bancada do PSDB.

O Líder do governo, diante de todos nós, apanhou o telefone celular, ligou para o Ministro, que confirmou o compromisso de não reajustar alíquota alguma e, já em janeiro, reajustava; fato que, inclusive, me inspirou a apresentar um projeto de decreto legislativo,

que não foi apreciado pela Casa, tornando sem efeito o decreto do Executivo.

Apenas essa lembrança para mostrar que nós já tivemos debates exacerbados relativamente à DRU e, hoje, nem mesmo o debate é possível, já que, extra-pauta, surpreendentemente se coloca a matéria em deliberação como se estivéssemos buscando retirar o pai da força.

Mas, Sr. Presidente, repito que não há mais razão para a manutenção de um mecanismo que possa significar desorganização orçamentária. Nós já trabalhamos no Congresso Nacional com a tese de que o Orçamento é uma peça de ficção, que serve para o deleite de especialistas, para enfeitar bibliotecas públicas dos Executivos, e que os orçamentos não são cumpridos, não são respeitados. A execução orçamentária é pífia. Ela é o retrato da ineficácia do Poder Executivo nesse momento crucial do País. Basta verificarmos, ao final dos exercícios, a aplicação real dos recursos consignados no Orçamento. Há ministros, há ministérios que devolvem recursos significativos ao Tesouro exatamente porque não conseguiram aplicá-los, numa revelação de incompetência de gestão, que tem como causa também – isso é inevitável afirmar – o loteamento dos cargos públicos, que é o modelo adotado pelo atual Governo, que se constitui em fábrica de escândalos no País, porque puxa para baixo a qualidade da gestão administrativa e abre as portas para a corrupção, como temos visto.

Sr. Presidente, a nossa posição já foi aqui exposta pelo Senador Aloysio. A posição do nosso partido é de rejeitar essa proposta. Não há mais razão para adotarmos esse mecanismo. Estamos em plena vigência do Plano Real, que ainda tem desdobramentos positivos, cujas consequências não se esgotaram. Há uma tentativa de apropriação indébita desses feitos.

Quando ouço que o Presidente Lula mudou a face deste País, tirou 39 milhões da miséria, eu indago: o que fez o Presidente Lula para tirar 39 milhões da miséria? Nem mesmo faz reconhecer que essa evolução social, essa melhoria da qualidade de vida dos brasileiros se deu exatamente em razão do Plano Real, e é sobretudo em função da estabilidade da economia, da sustentabilidade financeira e da responsabilidade fiscal que podemos dispensar esse mecanismo. Nós temos que reconhecer que o Governo do PT, o Governo do Presidente Lula manteve os pressupostos básicos implantados pelo Plano Real, e isso é mérito. E é exatamente em razão da manutenção desses pressupostos básicos que estamos autorizados a dispensar agora esse mecanismo em nome da organização orçamentária, em nome da correção nos procedimentos, na aplicação dos recursos públicos e, sobretudo,

em nome da eficiência administrativa. Essa é a nossa posição, Sr. Presidente; portanto, de voto contrário a essa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Alvaro Dias.

O próximo orador inscrito é o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, o meu voto é favorável e vou justificar o porquê do meu apoio a essa proposta relatada pelo Senador Renan Calheiros.

Eu estive em uma reunião, na segunda-feira, às 15 horas, com a Presidenta Dilma, à qual compareceram os líderes da base aliada, cujo assunto principal foi a questão da crise internacional envolvendo, principalmente, os países desenvolvidos da União Europeia e os Estados Unidos. Nessa reunião, a Presidenta Dilma foi enfática ao dizer que continuaria atuando no seu Governo no sentido de proporcionar tranquilidade aos diversos segmentos da sociedade brasileira, aos segmentos econômicos e sociais, empreendendo e tomando medidas acauteladoras no intuito de prevenir o Brasil para que não seja alcançado de forma profunda e grave no que se relaciona com a crise internacional.

Um dos instrumentos básicos dessa iniciativa louvável, desta tentativa de afastar daqui o que há de ruim da crise é a aprovação da DRU, que é um instrumento indispensável para que o Governo Federal tenha maior flexibilidade na aplicação dos recursos arrecadados e, através dessa disponibilidade orçamentária, o Governo possa usufruir de maior liberdade na aplicação desses recursos, inclusive na economia, porque as vinculações não foram criadas pelo atual Governo. Digo melhor: esta DRU que desvincula 20% do que é arrecadado neste País, de nossas receitas líquidas, foi o chamado Fundo Social de Emergência, criado no Governo do PSDB, com todo respeito. Naquela época, não só a União, mas também os Estados tinham essa desvinculação como instrumento de flexibilização das receitas, envolvendo...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PPSB – SE) – Pois não.

Envolvendo também não só o setor de saúde, previdência, mas também a atingindo o setor da educação. Depois foi proibido esse setor entrar na DRU no Governo do Presidente Lula.

Concedo o aparte a V. Ex^a, com muito prazer, Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Senador Valadares, eu não desconheço, obviamente, que foi instituído no Governo do PSDB

no auge de uma crise fiscal gravíssima, quando assumimos o Governo.

O que eu quero dizer é que os tempos mudaram. Mudaram as circunstâncias. Hoje o Brasil nem de longe vive aquela circunstância dramática sob todos os pontos de vista, inclusive sob o ponto de vista fiscal que se viveu naquela época. A DRU hoje é absolutamente desnecessária. Veja V. Ex^a, os números estão aí, os números da proposta orçamentária de 2012 estão aí para serem conferidos. Nós vamos segurar, por exemplo, 5 bilhões e 400 milhões de recursos que iriam para o seguro desemprego e o abono salarial quando o déficit nessa conta é de 5 bilhões e 500, quer dizer, não faz sentido; é trocar seis por meia dúzia. A minha tese é a de esse tipo de instrumento se tornou absolutamente desnecessário diante do fato de que vivemos numa situação fiscal radicalmente diferente e do fato também de que a arrecadação do Governo Federal hoje cresce mais do que o PIB. Não há nenhuma necessidade, portanto, de se manter tamanha rigidez.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PPSB – SE) – Senador Aloysio, na verdade, as crises do capitalismo são cíclicas e sempre estão acontecendo, agora de forma mais rápida.

Tendo em vista o que aconteceu, por exemplo, em 1998, em 1999, agora não se pode comparar porque é uma crise que abarcou os países mais ricos, como os Estados Unidos e países da União Europeia. Está aí a Itália, onde o Primeiro-Ministro praticamente já renunciou. A Grécia...

Naquela época era uma crise importada do México, havia crise na Argentina, quer dizer, países periféricos. Agora há crise nos países centrais e não mais nos países emergentes. O Brasil precisa se prevenir porque mais vale prevenir do que remediar.

Portanto, Sr. Presidente, voto favoravelmente, porque é uma atuação política responsável, condizente com o momento atual.

Parabenizo o nobre Relator, Senador Renan Calheiros, pela precisão com que expôs a validade dessa proposta governamental.

Obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Vamos votar logo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou dar a palavra ao último orador inscrito, Senador Demóstenes Torres, e depois vou colocar a matéria em votação.

Senador Demóstenes tem a palavra.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, evidentemente que eu não compreendo bem por que essa matéria está sendo votada, uma vez que o Go-

verno está votando essa matéria também na Câmara e deve chegar aqui com preferência de votação, etc.

Eu poderia dizer o seguinte: Estamos gastando bala boa com caça ruim. Como vem de dois raposões políticos, Romero Jucá e Renan Calheiros, não estou entendendo bem o que está acontecendo. Então, para não ser apanhado como galinha, ser mordido, vou votar só contra até compreender o que está acontecendo e vou deixar para discutir logo em seguida.

Vamos votar com o Randolfe e contra a DRU, naturalmente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Senador, posso apartear-lo?

Se V. Ex^a que está aqui esses anos todos não está entendendo, imagine nós, que somos Cristãos novos.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Deixe-me pelo menos na condição de galo. Esse negócio de galinha está danado.

Eu vou colocar a matéria em votação.

Em votação o relatório do Senador Renan Calheiros.

Se aprovado é rejeitado automaticamente o voto em separado do meu querido jovem Senador Randolfe Rodrigues.

Em votação o relatório do Senador Renan Calheiros.

Srs. Senadores e Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Com o voto contrário.

Aprovado.

Com voto contrário do Senador Aloysio, Senador Demóstenes, do Senador Randolfe, do Senador Álvaro e do Senador Pedro Taques.

Aprovada o relatório, ele passa a constituir o parecer da Comissão.

A matéria vai à Plenário.

Há um requerimento sobre a mesa.

REQUERIMENTO Nº 96, DE 2011-CCJ

“Requeiro, nos termos do Art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública desta Comissão para a instrução do PLC nº 98 de 2011, que “Institui o Estatuto da Juventude, dispondo sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude, o estabelecimento do Sistema Nacional de Juventude e dá outras providências”, com a presença dos seguintes convidados: Deputada Manuela D’Ávila (PCdoB/RS), relatora do Estatuto da Juventude na Câmara dos Deputados; Severine Macedo, Secretária Nacional de

Juventude da Presidência da República; Gabriel Medina, Presidente do Conselho Nacional de Juventude; Daniel Iliescu, Presidente da União Nacional dos Estudantes; Luiz Inácio Silva da Rocha, Coordenação do Fórum Nacional da Juventude Negra; Representante do GAP, Grupo de Ação Parlamentar pró Música. Tendo em vista a previsão de votação da matéria nesta Comissão para o dia 23 de novembro de 2011, sugiro que esta audiência se realize no dia 22 de novembro de 2011.”

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues.

Srs. Senadores e Sras. Senadoras que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Agradecendo a presença de todos, com a benção de Deus, está encerrada essa reunião.

(Iniciada às 10 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 25 minutos.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

ATA DA 57ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE NOVEMBRO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e quarenta minutos, do dia dezesseis de novembro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Eunício Oliveira, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Pedro Simon, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Demóstenes Torres, Armando Monteiro, Gim Argello, Eduardo Suplicy, Aníbal Diniz, Clésio Andrade, Humberto Costa, Roberto Requião, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldeir Moka, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena e Ciro Nogueira e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Jorge Viana, Marcelo Crivella, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique, Sérgio Petecão, Aécio Neves e Randolfe Rodrigues. Justifica ausência o Senador Francisco Dornelles. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior,

que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: **ITEM 1) Não Terminativo PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 191, DE 2010** Institui o Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro – SIPRON e revoga o Decreto-Lei nº 1.809, de 7 de outubro de 1980. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Relatório:** Favorável ao Projeto. A matéria será apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto.** **ITEM 2) Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 579, DE 2011** Altera o art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para restringir a aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança de multas de trânsito ao financiamento de campanhas educativas sobre direção defensiva, cultura da paz e combate à violência no trânsito, e de desestímulo ao consumo de álcool e drogas por parte dos motoristas. **Autoria:** Senador Eunício Oliveira. **Relatoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relatoria ad hoc:** Senador Demóstenes Torres. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1. Em 09/11/2011, foi concedida vista ao Senador Romero Jucá, nos termos regimentais. Em 16/11/2011, o Senador Romero Jucá apresentou a Emenda nº 1, que recebeu Parecer favorável. **Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CCJ.** **ITEM 3) Não Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 258, DE 2010** Institui a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural (PDBR) e dispõe sobre a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento do Brasil Rural (PNDBR). **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria:** Senador Eduardo Suplicy. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta. A matéria será apreciada ainda pelas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; de Assuntos Econômicos; e de Agricultura e Reforma Agrária, cabendo à última a decisão terminativa. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CCJ e nº 2-CCJ.** **ITEM 4) Não Terminativo PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 13, DE 2011** Altera a redação do § 13 do art. 201 da Constituição Federal, para isentar de carência a concessão das prestações pecuniárias do Regime Geral de Previdência Social às donas de casa de baixa renda, e dá outras providências. **Autoria:** Senadora Angela Portela e outros. **Relatoria:** Senadora Ana Rita. **Relatório:** Favorável à Proposta. Em 09/11/2011, foi concedida vista à Senadora Marta Suplicy, nos termos regimentais. **Resultado: Retirado de Pauta.** **ITEM 5) Não Terminativo EMENDA Nº 2-PLEN oferecida à PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38, DE 2011** Altera

os arts. 28, 29 e 82 da Constituição Federal, para estabelecer mandato de cinco anos para Presidente da República, Governador de Estado e do Distrito Federal e Prefeitos e mudar a data das respectivas posses. **Autoria da Proposta:** Senador José Sarney e outros. **Autoria da Emenda nº 2-PLEN:** Senador Aloysio Nunes Ferreira e outros. **Relatoria:** Senador Renan Calheiros. **Relatoria ad hoc:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatório:** Favorável à Emenda nº 2, de Plenário. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Emenda nº 2-PLEN.** **ITEM 7) Não Terminativo PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 110, DE 2009** Dispõe sobre a obrigatoriedade de tratamento e assepsia de areia contida em tanques de lazer e recreação existentes em áreas públicas e privadas. **Autoria:** Deputado Neucimar Fraga. **Relatoria:** Senadora Marta Suplicy. **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto, com a Emenda que apresenta. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. **Resultado: Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto, com a Emenda nº 1-CCJ.** **EXTRA-PAUTA: ITEM 1) Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 280, DE 2011** Acrescenta § 3º ao art. 52 da Lei de Execução Penal, para proibir visitas íntimas aos presos provisórios e condenados submetidos ao regime disciplinar diferenciado por envolvimento com o crime organizado. **Autoria:** Senador Pedro Taques. **Relatoria:** Senador Demóstenes Torres. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. Em 16/11/2011, durante a discussão, o Senador Aloysio Nunes Ferreira apresentou a Emenda nº 1. **Resultado: Concedida vista ao Senador Antonio Carlos Valadares, nos termos regimentais.** **REQUERIMENTOS APRECIADOS: 1) REQUERIMENTO Nº 97, DE 2011-CCJ** Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada, por esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Audiência Pública para avaliar e discutir o Projeto de Lei do Senado nº 74, de 2010, que “Cria regras para a aplicação de concursos para a investidura em cargos e empregos públicos no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal”, com a participação do Dr. William Douglas, magistrado e membro do Conselho Editorial da Editora Impetus (RJ) e de representantes das seguintes entidades, empresas do setor de concursos e órgãos públicos de planejamento e bancas examinadoras: Associação Nacional de Defesa e Apoio aos Concurseiros (ANDACON); Ponto dos Concursos (DF); Escola de Administração Fazendária (ESAF); e Centro de Seleção e de Promoção de Eventos (CESPE/UNB). **Autoria:** Senadores Rodrigo Rollemberg e Antonio Carlos Valadares. **Resultado: Aprovado. 2)**

REQUERIMENTO Nº 98, DE 2011-CCJ “Requeiro, de acordo com o disposto no art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública a ser realizada nesta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovada nos termos do Requerimento nº 96, de 2011-CCJ, destinada a instruir a PLC nº 98, de 2011, com os convidados constantes do mesmo, que também seja convidado o Senhor Antônio Francisco de Lima Neto, Coordenador do Setor de Juventude do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.”

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues e Demóstenes Torres. **Resultado:** **Aprovado.** Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião, às treze horas, restando adiados os demais itens constantes da pauta, a saber: **ÍTEM 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 184, DE 2010** – Complementar; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA** – Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 57ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico aos Srs. membros desta Comissão, para conhecimento, que a Comissão recebeu os seguintes documentos: correspondência da Câmara Municipal de Lavras a respeito da tramitação do substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2007.

Expediente conferido.

Enviado o Ofício nº 199, de 2011, da Presidência da CCJ, informando que a matéria foi encaminhada por esta Comissão à Secretaria-Geral da Mesa, no dia 26 de outubro de 2011, em virtude da apresentação do Requerimento de Urgência nº 1.314, de 2011, de iniciativa das lideranças.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens de nº 1 a nº 7. Informo aos Srs. Senadores que teremos votação nominal no segundo item da pauta.

Primeiro item da pauta.

Eu pediria vênias aos Srs. Senadores para olhar para o Relator, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

ITEM 1

– Não Terminativo –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 191, DE 2010

Institui o Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro – Sipron – e revoga o Decreto-Lei nº 1.809, de 7 de outubro de 1980.

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações: A matéria será apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa naquela Comissão.

Concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira para, se quiser, proferir um breve relato sobre a matéria.

Tem a palavra V. Exª, Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o projeto de lei da Câmara que vamos examinar foi proposto pelo Poder Executivo e institui o Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro – Sipron – e revoga a lei que o disciplinava, o Decreto-Lei nº 1.809, de outubro de 1980.

A primeira observação, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é que esse projeto de lei foi enviado à Câmara dos Deputados pelo Presidente Lula no ano já longínquo de 2004 e ficou dormindo na Câmara dos Deputados durante seis anos, um projeto dessa importância, dessa importância estratégica para o País, que já tem agora duas usinas nucleares, que está construindo uma terceira usina nuclear, que tem um programa de expansão da produção de energia nuclear, agora adiado – a sua execução foi postergada, mas o programa existe. Esse projeto de lei que institui o Sistema de Proteção ao Programa Nuclear, absolutamente indispensável à segurança das populações, foi enviado à Câmara em 2004 e, somente depois de seis anos na Câmara, foi aprovado. É de se perguntar para que se serve a maioria parlamentar do Governo? Aparentemente somente para impedir a convocação de ministros e abafar CPIs, porque um projeto dessa importância ficou parado durante seis anos na Câmara.

ra dos Deputados. Essa é a primeira observação que eu gostaria de fazer.

O art. 1º do projeto institui o Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro, com o propósito de assegurar o planejamento, a coordenação e a execução de ações e providências integradas e continuadas que visem a permitir a imediata e eficaz proteção à população, aos trabalhadores em atividades nucleares, ao meio ambiente e às instalações e projetos do Programa Nuclear Brasileiro.

O art. 2º consigna que o Sipron será estruturado com um órgão central, vinculado ao Governo Federal, e com órgãos de coordenação setorial, unidades operacionais e órgãos de apoio. Ademais, o art. 3º estatui que o órgão central tenha a atribuição específica de planejar, coordenar e supervisionar as atividades do Sipron.

Por seu turno, o art. 4º, caput, preceitua que os órgãos de coordenação setorial são os órgãos ou instituições da administração pública federal responsáveis pela coordenação das atividades, na área nuclear, relacionadas à proteção da população, da saúde do trabalhador, do meio ambiente, do material, das instalações e das salvaguardas nacionais. O parágrafo único prevê que aos referidos órgãos compete orientar, supervisionar e fiscalizar as atividades das unidades operacionais do sistema, nas respectivas áreas de atuação.

O caput do art. 5º, por sua vez, dispõe que as unidades operacionais são os órgãos, instituições e empresas federais, estaduais e municipais que têm responsabilidade pela operação e administração de instalações nucleares e atribuições diretas na execução de programas, projetos e atividades da área nuclear no Brasil. O parágrafo único desse artigo expressa que a tais unidades operacionais compete cumprir e fazer cumprir as normas, instruções e legislações específicas relacionadas às respectivas atribuições, bem como assegurar que sejam adotadas todas as medidas necessárias à segurança dos programas, projetos e atividades de suas respectivas responsabilidades.

O art. 6º, caput, define os órgãos de apoio, ou seja, os órgãos, instituições e empresas federais, estaduais, municipais e privados que, indiretamente relacionados aos programas, projetos e atividades da área nuclear no País têm relação direta e eventual com a segurança no espaço geográfico por eles desenvolvidos. O respectivo parágrafo único preceitua que a esses órgãos compete prestar a assistência técnica e operacional, quando requerida, nas ações de resposta às necessidades para garantir a proteção à população, à saúde do trabalhador, ao meio ambiente, ao material, às instalações e às salvaguardas nacionais presentes nos programas, projetos e atividades da área nuclear.

O art. 7º estipula que os órgãos, instituições e empresas participantes do Sipron estão sujeitos à orientação normativa do órgão central.

O caput do art. 8º consigna que a regulamentação do Sipron será estabelecida por decreto, e o correspondente parágrafo único declara que nesse regulamento será estabelecida a estrutura organizacional, as atribuições dos órgãos, instituições e empresas que compõem o sistema.

Finalmente, a cláusula de vigência, no art. 9º, a partir da publicação da lei almejada, e a revogação do Decreto-Lei nº 1.809, de 7 de outubro de 1980, estipulada no art. 10.

Em resumo, a Exposição de Motivos registra que o Sipron foi instituído pelo Decreto-Lei nº 1.809, de 7 de outubro de 1980, com o propósito de assegurar o planejamento integrado, a ação conjunta e a execução continuada de providências que visem a atender às necessidades de segurança do Programa Nuclear Brasileiro e de seu pessoal.

Na Câmara dos Deputados a iniciativa foi objeto de alteração no seu art. 1º, por meio de emenda apresentada pelo Deputado Luiz Sérgio, relator na Comissão de Minas e Energia daquela Casa, que inclui, entre os propósitos do Sipron, os de assegurar o planejamento, a coordenação e a execução de ações e providências integradas que visem permitir a imediata e eficaz proteção à população, aos trabalhadores em atividades nucleares e ao meio ambiente do Programa Nuclear Brasileiro.

No Senado a matéria foi distribuída a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), cabendo a esta última a decisão terminativa.

Cumprе registrar que não foram apresentadas emendas à proposição em tela.

II – Análise

Sr. Presidente, a análise da constitucionalidade, legalidade e Técnica legislativa do projeto de lei, que, tardiamente, vem à apreciação do Senado, como disse, não há qualquer óbice da ótica desta Comissão à sua tramitação, sendo que as questões técnico-científicas referentes ao mérito da proposição deverão ser apreciadas pela Comissão de Ciência e Tecnologia, que deverá ser ouvida em caráter terminativo.

Por isso, Sr. Presidente, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 191, de 2010.

É o meu parecer.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/ PMDB – CE) – Em discussão a matéria.

Para discutir a matéria, pede a palavra o Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Extremamente louvável a preocupação do projeto e do Relator com a proteção das populações. Mas já tramita no Senado um projeto de minha autoria estabelecendo a proibição de construção de usinas nucleares, a exemplo do que está fazendo o mundo. A Itália não tem usina nuclear. A Alemanha paralisou qualquer projeto por dez anos e a Siemens, que é a fabricante das usinas brasileiras, saiu do mercado. Não desenvolve mais e não produz equipamentos e usinas termoeletricas.

Ao mesmo tempo em que isso acontece no mundo, há um projeto brasileiro de construção de oito usinas, exatamente essas que foram abandonadas pela Siemens. São usinas que não terão *upgrade*, não terão possibilidade de modernização, porque o projeto foi abandonado pela sua fabricante, pelo grupo que fabricava o equipamento.

Mas, de qualquer forma, minha manifestação é favorável ao projeto relatado pelo Senador Aloysio Nunes porque ele traduz uma parte da preocupação, a preocupação com a população. No entanto, seria extremamente interessante que, por algum tempo, o Brasil, que tem possibilidades enormes de construção de hidrelétricas ainda e de energia alternativa, paralisasse o processo de investimento em usinas já compradas e absolutamente obsoletas, paralisasse esse processo, enquanto países como a França, por exemplo, que não tem alternativa, se debruça sobre essa vertente. Mas nós não temos por que, sem o conhecimento tecnológico ou sem o domínio do processo, investir numa tecnologia que está sendo, se não abandonada, pelo menos, temporariamente, paralisada pelo mundo.

O meu voto é a favor do relatório do Senador Aloysio.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Requião.

O Senador Aloysio pede a palavra.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, o Senador Requião propõe, se não uma paralisação e o banimento, pelo menos uma moratória na execução de um programa de expansão da geração de energia nuclear brasileira.

A execução desse programa foi adiada por razões, diz a Presidente da República, fiscais. Mas, na verdade, creio que há mais do que isso. Existe uma preocupação como essa expressada pelo Senador Requião, materializada, aliás, em seu projeto de lei quanto ao mérito do próprio programa.

Acontece, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que nós temos duas usinas nucleares já em funcionamen-

to, Angra 1 e Angra 2, e Angra 3 num estágio bastante avançado de sua construção.

Logo, na esteira dos acontecimentos de Fukushima, a Comissão de Meio Ambiente do Senado promoveu uma série de audiências públicas para debater a segurança do nosso sistema de produção de energia nuclear, do nosso programa nuclear em geral. Ouvimos, nessa ocasião, vários cientistas e dirigentes de órgãos do governo brasileiro envolvidos nesse programa. E houve, naquela ocasião, uma reivindicação unânime entre aqueles que ouvimos, que foi a aprovação desse projeto de lei, que há tanto tempo foi apresentado pelo Presidente da República e que não havia sido ainda aprovado pelo Senado, que acabava de chegar, aliás, ao Senado, àquela ocasião.

Por isso, sem prejuízo das observações do Senador Requião, e atendendo também à preocupação especialmente de autoridades municipais e da população, do Conselho de Meio Ambiente da cidade de Angra dos Reis, que fomos visitar numa delegação da Comissão de Meio Ambiente, é que considero mais do que oportuna, aliás, até tardia, a aprovação desse projeto de lei.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Aloysio.

Senador Requião, só para registrar que chega aqui, no meu Twitter pessoal, a Fafá Smith, que diz que apoia no projeto a fala de V. Ex^a neste momento.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Essa opinião da twiteira Fafá Smith certamente garante ao Aloysio e a mim a unanimidade na aprovação desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, pedem a palavra o Senador Suplicy e o Senador Flexa Ribeiro, do nosso querido Pará.

Tem a palavra o Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, estou de acordo com os propósitos da Presidência da República como do Senador Aloysio Nunes Ferreira. Mas, eu queria primeiro dar uma informação relacionada às preocupações do Senador Roberto Requião, pois apresentei recentemente projeto de decreto legislativo, assinado por um terço dos Srs. Senadores, que propõe a convocação de plebiscito sobre a construção de usinas nucleoeletricas no Brasil, com a seguinte pergunta: "O Brasil deve construir usinas nucleoeletricas em seu território?"

Pois bem, esse projeto está tramitando. Eu queria dar essa informação ao Senado Federal, aos colegas desta Comissão.

Mas, tenho uma pergunta ao Relator, Senador Aloysio Nunes Ferreira, que é a seguinte: quando Fernando Henrique Cardoso era o Presidente da República, ele era Ministro da Casa Civil e teve a oportunidade de assinar a lei sancionada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, em 20 de novembro de 2001, que foi de iniciativa do Senador Itamar Franco e teve como Relator o Senador Pedro Simon. A Lei nº 10.308, de 20 de novembro de 2001, que dispõe sobre a seleção de locais, a construção, o licenciamento, a operação, a fiscalização, os custos, a indenização, a responsabilidade civil e as garantias referentes aos depósitos de rejeitos radioativos e dá outras providências.

Esse projeto, de iniciativa do Senador Itamar Franco, à época, e tão relevante, teve por preocupação o que havia acontecido em Goiânia com o acidente com o césio.

Portanto, a minha pergunta – peço inclusive à minha assessoria a gentileza de encaminhá-la ao Senador Aloysio Nunes Ferreira – é se esse projeto que ele acaba de relatar tem alguma relação com as preocupações do projeto então sancionado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso e que contou com a assinatura do próprio então Ministro Aloysio Nunes Ferreira.

Acredito que seja relevante essa informação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou passar a palavra para o Senador Flexa Ribeiro, enquanto a assessoria de V. Ex^a encaminha ao Senador Aloysio, para que ele possa dar as informações que V. Ex^a solicita.

Senador Flexa Ribeiro tem a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Eunício Oliveira, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, vou votar favorável ao parecer do Senador Aloysio Nunes Ferreira, até porque a instituição do Sipron (Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro) para assegurar o planejamento, a coordenação e execução de ações e providências para a imediata e eficaz proteção à população e aos trabalhadores em atividades nucleares, ao meio ambiente, às instalações e projetos do Programa Nuclear Brasileiro é importante, mas quero associar-me à preocupação do Senador Requião.

Senador Aloysio, há algum tempo, nós discutíamos, na Comissão de Infraestrutura, projeto do Senador Cristovam Buarque.

O Senador Cristovam Buarque tem o PLS nº 405, de 2011, que propõe suspender a construção de unidades de usinas nucleares por 30 anos no Brasil.

Nós abrimos essa discussão e chegamos a entender que o Brasil caminha no sentido contrário do resto do mundo, que, como disse o Senador Requião, fez primeiro uma avaliação das usinas existentes – o Brasil não fez – e chegou à conclusão de que não mais construiria e, mais do que isso, desativaria as que estavam em atividade ao longo do tempo.

Lá na Comissão, nós chegamos a aprovar uma audiência pública para trazer uma autoridade em energia nuclear da Comunidade Europeia que tomou essa iniciativa de propor a desativação das usinas existentes, para esclarecer para nós, aqui no Senado Federal, a motivação pela qual a Comunidade Europeia havia tomado essa providência. E me parece que os Estados Unidos também tomaram essa iniciativa.

Então eu acho que, aqui no Senado Federal, nós poderíamos, Senador Eunício, fazer um estudo aprofundado dessa questão da energia nuclear. O Brasil pode e deve continuar estudando tecnologia, avançando tecnicamente na questão da fusão nuclear sem problema algum, agora nós temos outras matrizes energéticas limpas em que devemos avançar: a hídrica, a eólica, a solar, que, graças a Deus, o nosso País tem em abundância. E deixar a questão da energia nuclear para o futuro, quando houver maior segurança.

Vou votar favoravelmente, até porque não é terminativa. Essa matéria ainda irá à Comissão de Ciência e Tecnologia. E proponho, junto com essa audiência que já está aprovada, na Comissão de Infraestrutura, dar uma atenção maior para essa questão da energia nuclear no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador.

Para discutir a matéria, pede a palavra o Senador Inácio Arruda, que vai ter que interromper a ligação de um eleitor importante.

Senador Inácio Arruda, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, considero que não há dúvida em relação ao projeto de lei ora relatado pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira. Acho que todos estamos absolutamente de acordo.

O que suscita o projeto é um debate que vai além da proposição governamental, de criar as condições de proteção para as populações vizinhas e trabalhadores em usinas nucleares.

Eu diria que, em relação ao programa nuclear brasileiro, nós já vivemos em moratória. Quer dizer, propor moratória para quê? Nós temos um submarino nuclear, tem 20 anos. Isso é uma moratória já prolongadíssima. Não vejo razão para mais uma moratória.

E devemos, de forma permanente, sem acodamento, em função de um acidente produzido no Japão,

diante de um tsunami... Então, houve um acidente nuclear. E, de repente, todos correm para examinar os seus programas, os seus projetos, de forma correta e justa. Acho que deve ser feito permanentemente o exame de como está o nosso programa nuclear, como estão as nossas usinas, se elas estão funcionando bem, se estão protegidas, se não estão protegidas. Isso é uma coisa que nós devemos fazer de forma permanente; é um programa permanente de proteção. Creio que é isso, um pouco, o que deseja o projeto.

Outra questão, outro debate é em torno da produção de energia nuclear. Acho que temos que ser sempre muito cuidadosos porque essa é uma fonte de energia que parece, mesmo com os problemas... Os alemães pararam seu programa. Os alemães não têm condições de manter esse sistema de energia nuclear funcionando em longo prazo, é um custo altíssimo para eles; eles não têm sequer urânio para beneficiar. Quer dizer, o Brasil tem essas condições, o Brasil tem espaço para as hidrelétricas, o Brasil tem espaço para eólica, o Brasil tem espaço para solar, o Brasil tem espaço gigantesco para biomassa e tem espaço para nuclear. Então, temos espaço para todas as fontes. Devemos examiná-las, estudá-las e manter seu aperfeiçoamento, e não fazer uma paralisia, mesmo porque eu considero que moratória nós já vivemos. O prazo para construir uma usina nuclear no Brasil é gigantesco, às vezes de décadas. Então, sinceramente, acho que não há razão para ter grandes preocupações. Acho que devemos sempre examinar bem os nossos programas, nossos sistemas de proteção. Nós avançamos do ponto de vista da pesquisa, da tecnologia. Hoje, o Brasil tem inovações nessa área, e nós devemos nos livrar desse tipo de armadilha de tudo ter de produzir lá fora.

A Siemens que saia, que vá embora, e vamos produzir os equipamentos que ela produzia, sinceramente. Acho que temos de avançar no conhecimento, no domínio e na produção de equipamentos para quaisquer fontes de energia, entre elas, a nuclear. Acho que nós não devemos fugir dessa discussão, mesmo aprofundada, aproveitando um tema que é a proteção. E acho que está muito justo.

Estamos, Sr. Presidente, absolutamente de acordo com o projeto, e achamos que o Brasil não deve abrir mão de nenhuma fonte de energia. Deve ter sempre cautela, cuidado, muito estudo, muito exame, mas nós devemos aproveitar as fontes que estão disponíveis para que o Brasil possa usar energia, porque o Brasil precisa muito.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Inácio Arruda.

Não havendo mais quem queira discutir, vou colocar a matéria em votação.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Apenas para responder à indagação de V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy, esse projeto de lei sobre o qual vamos deliberar agora não revoga a lei que V. Ex^a citou, a Lei nº 10.308, de novembro de 2001, de autoria do Presidente Fernando Henrique, não revoga. O objeto desse projeto é diferente do objeto da lei a que se refere o Senador Suplicy. A lei de 2001 trata de um aspecto delicadíssimo, não há dúvida, mas é um aspecto da atividade nuclear, que é a disposição dos rejeitos radioativos que são produzidos em território nacional, e ele trata dos diferentes assuntos que são ligados a essa matéria, destino final dos rejeitos radioativos. Ele estabelece uma classificação desses rejeitos, que deverão, na medida em que forem perdendo sua radioatividade, passarem dos depósitos iniciais para os depósitos intermediários, e, finalmente, para os depósitos, finais. Ele disciplina a seleção dos locais, a responsabilidade pelo licenciamento dos locais desses depósitos, quem administra os custos, a responsabilidade civil em caso de acidentes, estabelecendo, inclusive, a responsabilidade objetiva do operador da instalação nuclear, independentemente de culpa no caso de acidentes; cria, também, além do depósito inicial, intermediário e final, um depósito provisório onde seriam recolhidos materiais radioativos em caso de acidentes, antes de serem, depois, dirigidos aos depósitos a que o grau de atividade os destina.

Enfim, o projeto que estamos examinando cria um sistema integrado entre Estados, Municípios, empresas, um sistema integrado de gestão do nosso programa nuclear e o coloca com uma função estratégica, ligado à Presidência da República. É basicamente isso.

Quero apenas observar que, até agora, a questão dos depósitos finais continua em aberto. Os depósitos iniciais são as próprias piscinas construídas ao lado das usinas nucleares, onde ficam as colunas de grafite. Os depósitos intermediários são monitorados pela direção das Usinas de Angra permanentemente – eu até visitei um desses depósitos. Agora, nós ainda não temos os depósitos finais. Esse é um dos assuntos que ainda está infelizmente em aberto, e uma razão a mais para que eu apoie a preocupação e a iniciativa do Senador Requião de estabelecermos uma moratória na continuidade do Programa Nuclear Brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A matéria será terminativa na Comissão de Ciência e Tecnologia; portanto, poderá ainda ser emendada naquela Comissão.

Vou encerrar a discussão e colocar a matéria em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada à unanimidade dos presentes a esta Comissão.

ITEM 2

– Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 579, DE 2011

Altera o art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para restringir a aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança de multas de trânsito ao financiamento de campanhas educativas sobre direção defensiva, cultura da paz e combate à violência no trânsito, e de desestímulo ao consumo de álcool e drogas por parte dos motoristas.

Autoria: Senador Eunício Oliveira.

Relatoria ad hoc: Senador Ricardo Ferraço e, depois, do Senador Demóstenes Torres.

Lembro que o projeto é terminativo nesta Comissão, o que exige quórum qualificada.

Em 09/11/2011, foi concedida vista ao Senador Romero Jucá, nos termos regimentais.

Em 16/11/2011, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Romero Jucá.

Como o Senador Ricardo Ferraço foi o Relator e ele não estava no início da reunião, chegando só agora, pedi ao Senador Demóstenes Torres que fosse o Relator exclusivo para dar parecer à emenda do Senador Romero Jucá.

Como autor, desde já, coloco a V. Ex^a a disposição e o desejo de acatar a emenda por um entendimento feito entre o Líder do Governo e o autor do projeto, que, nesta manhã, modestamente, sou eu.

Para abrilhantar e para qualificar o projeto, concedo a palavra – e aí sem nenhuma modéstia, afirmativamente – ao Senador Demóstenes Torres, para dar seu parecer sobre a emenda, que, repito, tem, desde já, o entendimento entre o Líder do Governo e o autor da proposta, que é o Senador Eunício Oliveira.

Tem a palavra o Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores....

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Antes de tudo, peço vênia ao Senador

Ricardo Ferraço, que brilhou tanto na semana passada com a tolerância zero e que foi também Relator desta matéria aqui na Comissão.

Agradecendo a V. Ex^a, passo a palavra ao Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Ricardo Ferraço, originariamente Relator, o projeto proposto por V. Ex^a, Senador Eunício, altera o art. 320 da Lei nº 9.503, que é o chamado Código de Trânsito Brasileiro.

O que propôs V. Ex^a? Que a receita arrecadada com a cobrança das multas de trânsito seja aplicada exclusivamente em campanhas educativas sobre direção defensiva, cultura da paz e combate à violência no trânsito.

O Senador Romero Jucá tira a palavra “exclusivamente” e abre a proposição para que se invista também em sinalização de trânsito, o que, a meu ver, aprimora o projeto, porque, claro, só fazer propaganda é algo que interessa muito para a conscientização das pessoas, uma vez que temos aí no Brasil um troféu absolutamente indesejável: somos os campeões mundiais em morte e invalidez no trânsito e em acidentes. Mas quero crer que essa proposta do Senador Jucá faz com que haja ainda um passo adiante, porque a sinalização de trânsito é importante também em cidades pequenas, em rodovias, em grandes cidades. Em muitos locais a gente não vê isso. Há uma confusão grande. Há inclusive uma comparação, para quem viaja sistematicamente e escreve a respeito, de que no Brasil não há sinalização de trânsito.

Então, dirigindo os recursos para a conscientização, tanto daquele que não tem carro quanto daquele que tem, acerca das leis do trânsito, da direção defensiva, da cultura de paz no trânsito, bem como das ações que vão fazer com que a pessoa saiba como deve dirigir com a sinalização que está ali presente, eu acredito que vamos melhorar.

E para deixar bem claro o que pensava V. Ex^a, o Senador Romero Jucá ainda acrescenta o § 1º, que diz o seguinte: “Fica vedada a utilização dessas receitas para as despesas correntes e de custeio, em especial para pagamento de remuneração do quadro de pessoal de quaisquer órgãos da administração.”

Infelizmente, acontece mesmo. Cria-se uma sinécure, quadros comissionados. Aquilo, de repente, vira mais um cabide de emprego, e, mesmo dentro da Polícia, cria-se um batalhão, desvia-se o recurso pra lá.

E, finalmente, o recurso da multa, que era para a educação e sinalização – precipuamente, essa era a intenção do legislador –, acaba esse recurso sendo desviado.

De sorte que parablenizo V. Ex^a. Acho que é um projeto que avança muito. O Senador Romero Jucá, com essa emenda, conseguiu ainda melhorá-la, o que era aparentemente impossível, dado o grau de perfeição do projeto apresentado por V. Ex^a. Mas, de qualquer forma, estando melhorado, eu voto com entusiasmo e acho que vai fazer um grande bem ao Brasil. Parabéns a V. Ex^a. O meu parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Demóstenes.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pediu a palavra o Senador Requião. Em seguida, a Senadora Marta Suplicy.

O Senador Requião tem a palavra para discutir o projeto.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Excepcional a sua iniciativa, Senador Eunício. Mas eu queria fazer algumas observações, suportadas a minha experiência como Governador do Paraná por três vezes. Quando eu assumi o governo do Paraná, o Detran era deficitário, tinha um prejuízo enorme que se originava no desvio de receitas. A receita do Detran, além de ser a receita das multas, é a receita das tarifas. Ora, a tarifa tem que remunerar, única e exclusivamente, com moderação o serviço prestado. Mas o que sói acontecer, normalmente, é o contrário: é uma sobretaxação para viabilizar acúmulo de receita no Detran e o desvio para outras atividades.

Congelei as tarifas do Departamento de Trânsito do Paraná e, num determinado momento, inclusive, tentei reduzir a zero as tarifas de motocicletas até 125 cilindradas, que são as motocicletas populares dos *office boys*, dos trabalhadores, dos operários que vão ao serviço, e dos carros abaixo de mil cilindradas, estabelecendo uma compensação como os caríssimos carros importados. Houve uma grita, eu retirei essa proposta da Assembleia Legislativa. Mas, uma vez que o IPVA é imposto, ele nem é recolhido pelo Departamento de Trânsito, vai direto para o tesouro do Estado, o Departamento de Trânsito tenta fazer receitas, manobrando tarifas.

Então, eu sinto falta da ampliação desse seu projeto não apenas para as multas, mas para as tarifas também. Para que V. Ex^a tenha uma ideia, sobram-me, em dois mandatos, R\$750 milhões, além das despesas do Departamento de Trânsito, que eu acabei destinando à manutenção de estradas. Não é uma manutenção legítima, mas o dinheiro sobrava e eu tinha que dar um destino a ele.

Hoje, estamos com o mesmo problema no Paraná. O atual Governo providenciou um tarifaço, com

aumentos de até 500% nas tarifas existentes, que resultaram num excesso de 750 milhões para minha administração, sob o pretexto, declarado na exposição de motivos, de financiar a segurança pública no Paraná, com o excesso, por decreto do governador, passível de ser utilizado em outras coisas. Então, é a criação de uma receita através de um imposto disfarçado com um artifício em cima do aumento das tarifas.

Eu tomaria a liberdade, a critério de V. Ex^a e dos relatores, de propor, oralmente mesmo, que se acrescentasse ao uso das multas o destino das tarifas do Detran, com a ressalva de que – na verdade, as tarifas não deviam exceder os custos, porque elas se destinam, única e exclusivamente, a cobrir o custo -, havendo eventualmente um excedente, que esse excedente seja exclusivamente destinado ao destino que o relator e V. Ex^a deram no projeto de lei que apresentaram.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Permita-me? Posso?

Eu acho que a proposta do Senador Requião é boa. Agora, trata-se de taxas e temos de ver. Temos de mudar o código próprio. Se for tarifa...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É tarifa estadual. É lei estadual.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – É tarifa estadual. Exatamente.

Então, eu posso sugerir o seguinte: que nós aprovassemos esse projeto, porque já é um avanço, uma vez que ele lida com a multa que é prevista dentro do código...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A ideia, Senador Demóstenes, interrompendo V. Ex^a, é que, quando se fala em educação e violência no trânsito, isso não está restrito apenas aos Detrans. Esses recursos podem ser aplicados na educação de trânsito nas escolas públicas também. O projeto não veda isso.

Com todo o respeito, compreendo que o Senador Requião tem toda razão, quando coloca dessa forma, mas há um entendimento e primamos aqui, nesta Comissão, por valorizar os entendimentos e respeitar os acordos feitos por entendimento. Há um acordo com a Liderança do Governo, para que acatássemos essa emenda nessa condição. Nessa condição, há o apoio do Governo a esse projeto. Então, para que ele não tenha veto, para que ele não tenha nenhuma restrição, peço a V. Ex^a, Senador Requião, que... Compreendo a colaboração de V. Ex^a pela experiência de governador que teve V. Ex^a e pela experiência de Senador que tem V. Ex^a também, mas há um entendimento no sentido de essa emenda ser acatada nessa condição e, também nessa condição, de não haver veto por parte do Governo.

Senador Demóstenes, por favor.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Independentemente desse fator, se houver taxa, vamos ter de tratar isso dentro do Código Tributário Nacional. Então, vamos ter de fazer um estudo. Se for tarifa, obviamente, isso é preço...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – É preço estadual.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – É preço estadual e municipal.

Então, de qualquer forma, eu apelaria ao Senador Requião para que aprovássemos essa proposta já e trabalhássemos as outras propostas que ele tem, verificando a viabilidade de ter uma legislação nacional, porque o que ele disse é muito pertinente.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Senador, pensando melhor aqui, eu estaria atravessando a autonomia federativa. A tarifa é fixada por Estados e Municípios.

De qualquer forma, ficam forma, duas ordens de preocupações. Uma é com esses entendimentos dos quais não participamos e, de repente, recebemos a notícia de que um entendimento com a Liderança do Governo... Eu não fui consultado a respeito disso...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não, não. Senador Requião, com o devido respeito a V. Ex^a, quero deixar bem claro que nem há subterfúgio, nem isso foi feito dentro de um gabinete. Foi um entendimento público aqui, quando o Senador Romero Jucá, que é o Líder do Governo, pediu vista ao processo e houve um entendimento entre o Senador que pede vista ao processo, que, por acaso, é o Líder do Governo...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – A crítica não é específica, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não, não. Eu quero só deixar claro...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – É uma crítica que persiste quanto aos famosos acordos de lideranças.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu quero deixar claro que não houve acordo de lideranças. Houve entendimento entre o autor do projeto...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Na Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Na condição de autor do projeto, eu acatei a emenda por entender que a emenda do Senador Romero Jucá ampliava e melhorava o projeto, atendendo até a uma solicitação do Senador Aloysio Nunes – um pouco de som aqui, por favor – que fez o mesmo questionamento

Então, é com o máximo de transparência que estamos tratando esse assunto. Não foi acordo de liderança, foi acordo entre autor e o Senador que pediu vista. Só para esclarecer V. Ex^a.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Vou voltar favoravelmente, mas quero fazer mais uma observação no sentido prático. Se nós autorizamos a utilização dos recursos para campanhas, e surge a preocupação que as campanhas e a utilização das agências de publicidade são o maior instrumento de vazamento de recurso público na República hoje.

Mas aí temos que contar é com a seriedade dos governos, que não existe muito amiúde na matéria. Mas sou favorável à medida e vou pensar em uma forma... embora a restrição das tarifas seja constitucional e absoluta. A tarifa não pode exceder o custo. A inconstitucionalidade tem que ser levantada a cada momento. E é o que estou fazendo no Paraná. Estou entrando com medidas judiciais para impedir esse aumento absurdo de um Governo que diz explicitamente: estou carregando nas tarifas para financiar a segurança pública ou, através de decreto do Governador, qualquer outra despesa que S. Ex^a assim deseje fazer. Para você ver, é anarquia total.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Por esse projeto, Senador Requião, fica vetado, porque, a não ser as tarifas estaduais, que não temos ...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – A multa, a utilização da multa.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – ... não temos autonomia sobre os Estados, nesse aspecto específico de lei estaduais, eu agradeço a V. Ex^a pela colaboração e vou passar a palavra à Senadora Marta Suplicy pela ordem de inscrição. Senadora Marta Suplicy, V. Ex^a tem a palavra.

A SR^a. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Presidente, quero parabenizar V. Ex^a pela aceitação da emenda.

A emenda do Senador Jucá é absolutamente correta, porque, tendo sido gestora de uma prefeitura do tamanho de São Paulo, nós sabemos que a utilização das multas, quanto mais amplitude que você puder ter na utilização em pró do trânsito, melhor. Se for só uma campanha educativa, nós sabemos até a criatividade da turma. Daí a pouco tem tipo de campanha educativa que se gasta o dinheiro e não serve para absolutamente nada a não ser para usar o recurso da multa.

Então, necessitamos recursos para sinalização. Por exemplo, a cidade de São Paulo necessita e muito de sinalização adequada. A questão de engenharia de tráfego. Tudo isso gera demanda de recursos que podem vir das multas. Então, muito boa a idéia do projeto

e melhor ainda a possibilidade de ter aceito a emenda do Senador Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senadora Marta Suplicy.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, brevemente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques, pela inscrição.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, apenas para cumprimentá-lo.

Na semana passada, tratamos de um projeto que tem por objeto a repressão e, agora, a questão da educação. Penso que a legislação tem que caminhar nesses dois patamares. E esse projeto mostra que não só a repressão mas também a educação conduzirão este tema ao seu melhor caminho.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Pedro Taques.

Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Também nesse sentido de saudar V. Ex^a pela iniciativa. Acho que todos estão bem ajustados.

A iniciativa de V. Ex^a porque trata de uma campanha que visa desestimular o consumo de álcool, de drogas, a violência no trânsito. Isso tem que ser permanente.

Acho que aqui nós criamos as condições para que essa campanha, municipal e mesmo estadual, seja efetivamente permanente. Não podemos fazer aquela coisa passageira, de uma semana, de duas semanas, como disse a Senadora Marta, para gastar o dinheiro. Não é uma coisa sistemática. Isso movimenta parte da juventude, movimenta as crianças que passam a cobrar dos pais e dos adultos que não dirijam embriagados, que não usem drogas, que, quando usam, vão em seguida dirigir e matar gente, como temos visto em nosso País.

E considero a proposta do Jucá está bem ajustada. Mas acho que a iniciativa é muito positiva para que a gente tenha uma campanha sistemática. Lembro-me de uma peça muito simples, chamada de “sujismundo”, uma campanha publicitária que demorou um ano e meio, dois anos no Brasil, ligada à questão da limpeza urbana. E foi dirigida para as crianças e para a defesa do meio ambiente, e é o que mais fez crescer a defesa do meio ambiente e criar condições para ter no Brasil um grupo de pessoas que se agigantava diante do ataque ao meio ambiente e da sujeira que se espalhava pelas cidades brasileiras.

Então, acho que aqui nós criamos as condições... Dou parabéns a V. Ex^a. É uma grande iniciativa que visa a dar publicidade permanente a uma campanha de proteção à sociedade brasileira.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Senador Inácio, eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Muito obrigado, Senador Inácio.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Veja bem: um ponto de convergência entre o PCdoB e a ditadura, não é? O Sujismundo é daquela época.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Eu só queria chamar a atenção do Plenário para um fato muito interessante, que é um julgado do Tribunal de Justiça do Paraná que proibiu a terceirização das multas. Multas só são admissíveis por empresas públicas. É a contenção de um ralo, que é a privatização desse processo e a indústria das multas. Acho que essa decisão do TJ foi muito interessante e, provavelmente, será uma decisão nacional em breve.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Obrigado, Senador Requião.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Mas a maior convergência acho que foi na questão nuclear, que V. Ex^a esqueceu.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – O Brasil mudou, o Brasil avançou, o Brasil é democrático, graças a Deus.

Portanto, vou encerrar a discussão. Não havendo mais quem queira falar sobre a matéria, vou encerrar a discussão, obviamente, dizendo da minha felicidade de receber aqui as manifestações dos mais diversos partidos políticos sobre a ideia de não apenas punir no trânsito, de não apenas fazer, como se fala no linguajar popular, a indústria da multa, mas, sim, a utilização dos recursos que são arrecadados devolvidos à própria sociedade em forma de educação para essa própria sociedade no que se refere à questão do trânsito, que é uma coisa que preocupa hoje toda a sociedade brasileira.

Encerrada a discussão, em votação. A votação é nominal.

Votação do Projeto, ressalvada a emenda. Obviamente, se os Srs. Senadores concordarem, vou repetir a mesma votação para a Emenda.

Como vota o Senador José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Voto com o Relator e com a Emenda, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Com o Relator e com a Emenda.

Agradeço, Senador José Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Senadora Marta Suplicy.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator e com a Emenda.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Com o Relator e com a Emenda.
Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Com o Relator e com a Emenda.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Com o Relator e com a Emenda.

Senador Antônio Carlos Valadares.

Eu vi aqui o Senador Magno Malta. Saiu?

Senador Antônio Carlos Valadares, como vota V. Ex^a?

O SR. ANTÔNIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Com o Relator e tudo mais.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Com o Relator e tudo mais.

Como vota o Senador Inácio Arruda?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com o autor, Sr. Presidente, com a Emenda e com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Obrigado, Senador Inácio Arruda.

Como vota o Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Com o Relator e com a Emenda.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Com o Relator e com a Emenda.

Obrigado, Senador Pedro Simon.

Como vota o Senador Renan... Senador Dornelles... Senador Petecão...

Senador Aloysio Nunes, como vota V. Ex^a?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Vota “sim”.

Como vota o Senador Demóstenes, Relator? É conhecido, mas como vota V. Ex^a com o Projeto?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Sim ao Projeto. E, obviamente, à Emenda V. Ex^a já deu parecer favorável.

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Com o Relator e com a Emenda.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Com o Relator e com a Emenda.

Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator e com a Emenda.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Com o Relator e com a Emenda.

Como vota a Senadora Ana Rita?

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator e com a Emenda, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Com o Relator e com a Emenda.

Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com o Relator e com a Emenda.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Com o Relator e com a Emenda.

Como vota o Senador Requião?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Com a Emenda e com o soneto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Com a Emenda e com o soneto.

Como vota o Senador Ricardo Ferraço?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Voto com o Relator e com a Emenda, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Com o Relator e com a Emenda.

Como vota o Senador Waldemir Moka? (*Pausa.*)

O Moka estava aqui.

Todos votaram?

Algum Senador deixou de votar? (*Pausa.*)

O Projeto e a emenda, porque todos os Senadores, ao votar com o Projeto, votaram também com a Emenda – Emenda nº 1 da CCJ – foram aprovados, o Projeto e a Emenda, à unanimidade dos presentes.

Comunico a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*, tendo em vista que esta matéria é terminativa.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Antes de dar a palavra a V. Ex^a, pela ordem, quero aproveitar para agradecer a todos os Senadores membros desta Comissão, aos relatores, ao relator da emenda, Senador Demóstenes, ao Senador Ricardo Ferraço, ao Senador Vital do Rêgo, que também foi relator, e aos que se pronunciaram favoravelmente a este projeto. Eu, sinceramente, agradeço a todos os senhores pelo apoio que recebo a este projeto de minha autoria, nesta manhã.

Pela ordem, o Senador Demóstenes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, queria pedir a V. Ex^a, se for possível, a inclusão extrapauta do PLS 280. É um projeto muito simples, muito fácil de ser explicado. Aí, é quem é contra e quem é a favor.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vamos à pauta. Ele é inclusão de extrapauta.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Como ele é terminativo, peço para incluir extrapauta. Ele é terminativo. Logo o quórum cai aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Ex^a está pedindo para incluir extrapauta, para aproveitar o quórum neste momento.

Eu consulto duas vezes o Plenário. Primeiro, consulto o Plenário sobre a inclusão de pauta que faria, obviamente, atendendo a V. Ex^a, de ofício. Mas como há um pedido de inversão de extrapauta e não é algo corriqueiro, consulto os Srs. membros desta Comissão se, por unanimidade, todos concordam que, por solicitação do Senador Demóstenes, possa ser incluído como próximo item da pauta e como inversão de pauta. Se houver concordância de todos, incluirei como extrapauta, fazendo a inversão neste momento.

Todos os Srs. Senadores concordam? (*Pausa.*)

Não havendo quem discuta a matéria em relação à solicitação do Senador Demóstenes, pelo prestígio que demonstra ter nesta Comissão, incluo na pauta e coloco o projeto, agora, como um item. Ele passa a ser o item 3 da pauta, por inclusão, e vou puxando os outros itens à frente. Pede isso o Senador Demóstenes pelo quórum elevado que nós temos neste momento. Esta matéria também é terminativa e a votação é nominal.

ITEM EXTRAPAUTA

– Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 280, DE 2011

Acrescenta § 3º ao art. 52 da Lei de Execução Penal, para proibir visitas íntimas aos presos provisórios e condenados submetidos ao regime disciplinar diferenciado por envolvimento com o crime organizado.

Autoria: Senador Pedro Taques

Relatoria: Senador Demóstenes Torres

A matéria ainda não está em discussão.

O relatório é pela aprovação do projeto. Lembro aos senhores, mais uma vez, que este projeto é terminativo e tem quórum qualificado.

Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres para proferir o seu breve relatório. Em seguida, a matéria entra em discussão.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO. Para proferir parecer.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, este é um projeto de autoria do Senador Pedro Taques, que acrescenta § 3º ao art. 52 da Lei de Execução Penal. Primeiro, o Senador Pedro

Taques passa a permitir na lei, o que não existia até agora, as chamadas visitas íntimas que, na legislação mundial, não existe, mas que na nossa legislação é tradição. Portanto, mantenha-se a tradição.

A única restrição foi feita pela Associação dos Juízes Federais. É uma solicitação para que o Congresso Nacional restrinja qualquer contato, neste caso, quando a pessoa se encontrar presa provisoriamente, ou quando ela estiver condenada e estiver cumprindo regime disciplinar diferenciado, que tem o prazo de 360 dias e pode ser prorrogável por mais 360 dias, nesse período, porque pertence ao crime organizado etc. Inclusive, qualquer contato já é restrito, já existe ali uma regra para visitas. Então, que nesse período em que o preso ligado ao crime organizado, a quadrilha ou a bando e que se inclua – não é qualquer preso – em regime disciplinar diferenciado, a ele sejam vedadas as chamadas visitas íntimas. Por quê? Porque gravações feitas com autorização judiciária demonstram que, muitas vezes, namoradas, namorados, mulheres, maridos, acabam se transformando em vetores do crime organizado; entram aí, buscam as informações, passam de dentro para fora, transitam.

Então, já se conseguiu, com a limitação que existe no regime disciplinar diferenciado, impedir que as outras pessoas façam esse papel de levar e trazer...

Inclusive os advogados são revistados. Há uma série de restrições para contato, mas, infelizmente, conforme as escutas judiciais, esse tipo de sistema ainda é furado, principalmente por conta as pessoas que têm direito a visita íntima.

Então, a proposta do Senador Pedro Taques é que, nessa hipótese, e unicamente nessa hipótese, os presos provisórios e os condenados pertencentes ao crime organizado, a quadrilhas ou a bandos e que estejam cumprindo regime disciplinar diferenciado, que nesse período em que estão no regime eles sejam vedados de terem acesso a visitas íntimas.

Eu voto favoravelmente

Acho que essa medida pode ajudar a combater a criminalidade no Brasil, especialmente dentro do sistema prisional, lembrando que a visita íntima já é uma concessão que o Brasil faz a qualquer tipo de preso e que o Senador Pedro Taques está regulamentando e colocando na lei. Está deixando claro: é uma tradição e isso vai ser mantido, mas nessa hipótese – e não é durante toda a condenação; é só durante o período em que aquele que pertence ao crime organizado, aquele que pertence a uma quadrilha ou bando e que esteja em regime disciplinar diferenciado naquele período em que ele está no regime que ele não tenha direito a visita íntima com um único objetivo: fazer com que não trafeguem as notícias de fora para dentro do presídio

entre o criminoso pertencente a quadrilha ou bando, a crime organizado e a outros da sua espécie.

O parecer é favorável, Sr. Presidente.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senadora Marta Suplicy pela ordem de inscrição.

V. Ex^a tem a palavra.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Quero dizer, Senador Taques, que respeito bastante todas as opiniões que V. Ex^a tem aqui exposto, mas quanto a essa vou ser absolutamente contrária e vou explicar por quê.

Primeiro, acho que estamos ficando contaminados pelo clima, tanto é que isso veio como extrapauta – que vivemos hoje no País, de violência, de assalto, de assassinato, de perversão. Nós nos sentimos o tempo todo paranóicos em relação aos outros seres humanos. Isso está levando a uma aceleração, a um aumento de multas, a um aumento de direitos à cidadania, como aqui, de penas, que, às vezes, eu acho constrangedores.

Não tenho nada a dizer sobre assassinos, bandidos e esses que ficam na solitária, como V. Ex^a está propondo. Acho que todos têm de ficar lá e que fiquem mesmo.

Não vejo por que proibir uma relação sexual com um bandido na solitária vá impedir qualquer coisa. Hoje já temos uma revista íntima que é pesadíssima. É tão pesada que eu fiz um projeto de lei para mudar a revista íntima nessas prisões, obrigando que a revista íntima seja feita por policiais mulheres, de tão íntimas que estavam ficando essas revistas íntimas.

Então, essa prevenção já existe. Agora V. Ex^a está se esquecendo de algo que é extremamente, que são as relações afetivas, as relações familiares, de um bandido preso. Não é porque ele é bandido que ele não possa ser casado. A gente vê no jornal só bandido que tem amante loira, que faz não sei o quê, a amante que está... A gente só vê essas coisas. Só tem essas coisas.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Nada contra as loiras, por favor.

A SR^a. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – E eu não estou engraçada a piada também. Muito fora de lugar, muito fora de hora.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Nada contra loiras!

A SR^a. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito fora de hora.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim, senhora.

A SR^a. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Bom, essas bandidas que ficam nos jornais, eu acredito que fazem parte do séquito de grandes traficantes, de coisas do jeito. Agora, não me parece adequado dizer que todo bandido não possa ter uma família constituída, uma mulher que possa visitá-lo.

E não adianta dizer que é por trezentos e poucos dias, porque S. Ex^a, o Senador Demóstenes também disse, e bem colocou, que podem ser dois anos a três. Não é que vai ficar só um ano. Pode ficar um ano, talvez até a maioria fique. Então, voto contrário e peço aos caros colegas aqui que tenham uma sensibilidade sobre a questão.

Era só o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Ex^a não pediu vista da matéria? Foi só votação contrária? *(Pausa.)* Está OK.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Só para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não, Senador Demóstenes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Ao contrário, mantenho o direito de visita. Até consagra a lei o direito de visita íntima. Só para os condenados que sejam oriundos de crime organizado, quadrilha ou bando, enquanto durar o regime...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Crime hediondo está no meio? Crime hediondo está incluído nisso?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Crime hediondo está fora.

Então, veja: enquanto durar o regime disciplinar. Mesmo aqueles que sejam pertencentes a quadrilha, bando ou organizações criminosas que o juiz entenda que não são perigosos a ponto de ficar isolados temporariamente. Esses terão direitos, esses estão fora.

Então, mesmo que eles sejam pertencentes ao crime organizado eles têm o direito, exceto quando eles estão naquela solitária, justamente, não para impedi-los de terem relações sexuais ou coisa que o valha, mas para impedir que ele passe para os membros de sua quadrilha quais quer informações.

E vamos repedir: segundo a associação de juízes federais, a Ajufe, há vídeos autorizados pela Justiça, há gravações telefônicas que comprovam que muitas vezes as mulheres, as namoradas ou os namorados, homens ou mulheres, acabam fazendo esse papel – e vou usar essa expressão – de “pombo correio”, que é o de levar mensagens de dentro para fora do presídio.

Então, a finalidade é só essa, por tempo delimitado, para ajudar a Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Está esclarecido.

O Senador Aloysio Nunes Ferreira, pela ordem de inscrição tem a palavra.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Srs Senadores, eu costume, Sr. Presidente, acompanhar a Senadora Marta Suplicy na maioria das suas posições, eu não diria liberalizantes, mas respeitosas dos direitos humanos, da igualdade entre as pessoas. S. Ex^a sabe disso.

Mas vou me afastar da Senadora Marta Suplicy nesta matéria, porque eu sou contra visita íntima em geral. Eu acho que não deve haver a visita íntima. Esse inconveniente apontado das consequências nefastas da visita íntima, que é a possibilidade de o visitante servir de pombo correio para membros da quadrilha a que pertence o preso, existe também para aqueles que não estão no sistema diferenciado.

Nada contra. Evidentemente, as visitas são desejáveis. O preso que tem uma relação afetiva, evidentemente, pode continuar recebendo visitas. Mas eu sou contra as chamadas visitas íntimas. Eu acho que pena é castigo também. Pena é uma medida que tem por objetivo a socialização do detento, do condenado, daquele condenado à pena privativa de liberdade. Mas a pena é castigo também.

Nós já temos um sistema extremamente liberal de progressão de pena no Brasil; extremamente liberal! E esse é um assunto que, seguramente, vai merecer a atenção da comissão nomeada por V. Ex^a e coordenada pelo Senador Pedro Taques.

Eu acho que há tradições que devemos preservar e outras das quais devemos nos desvencilhar. A tradição da visita íntima é uma dessas das quais devemos nos desvencilhar.

Portanto, meu querido amigo, Senador Pedro Taques e Senador Demóstenes Torres, para me orientar nesta votação e não ter de votar contra o projeto. Eu apresentaria verbalmente uma emenda proibindo visita íntima pura e simplesmente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Ex^a pode redigir. A assessoria pode redigir a emenda de V. Ex^a e será submetida à apreciação, incorporação ou não ao... Senador Demóstenes Torres, que é o relator da matéria.

Até o final desta sessão.

O próximo orador inscrito é o Senador Requião. Tem a palavra S. Ex^a.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Num primeiro momento, eu tive a mesma impressão demonstrada pela Senadora Marta Suplicy, ou seja, mais uma legislação de pânico em cima de acontecimentos recentes.

Mas, depois da exposição do Senador Demóstenes, percebi que não estávamos providenciando mais

uma pena fisiológica, para a fisiologia do indivíduo, mas a preocupação com interrupção de comunicação em crimes de formação de quadrilha enquanto a investigação perdurar e justificar um tratamento diferenciado no sistema prisional.

Por outro lado, a mim me parece que a visita íntima não está consagrada na legislação brasileira. Passa a ser consagrada agora com a emenda do Senador Pedro Taques. E a restrição se estabelece apenas em relação a essa necessidade de uma investigação mais profunda.

Por outro lado, não me filio à visão ascética do Senador Aloysio, a proibição absoluta não me parece interessante, embora a pena seja punitiva para recuperação.

Acho que como estamos não andamos tão mal assim, porque existem crimes extraordinariamente leves e que deviam ser objeto de reforma do Código Penal, com penas alternativas e não a prisional, e acrescentar a isso a proibição absoluta, acho que não seria uma boa solução.

Então, voto com o Senador Pedro Taques, com o relator, porque se interrompe a comunicação e não se acrescenta uma pena à fisiologia do indivíduo, que me pareceria descabida, fundamentalmente em função do sistema penal brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Lembro aos Srs. Senadores que este projeto é terminativo e se refere aos submetidos ao regime disciplinar diferenciado por envolvimento em crime organizado. O projeto é literal nesse sentido.

O próximo orador inscrito, passo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, o Senador Pedro Taques, evidentemente, deve ter estudado bastante o assunto, até porque é um especialista no tema. E gostaria apenas de indagá-lo: mundo afora, como se dá esse tipo de experiência para que nós pudéssemos fazer o embasamento do nosso voto, não apenas ao Senador autor, assim como ao Senador relator, porque fico com a impressão, a partir da manifestação do Senador Aloysio, de que estamos de novo diante de uma jabuticaba, algo inventado aqui no Brasil ou exercido aqui no Brasil.

Então, pediria ao autor e ao relator se pudéssemos ter algum esclarecimento, mundo afora, como essa experiência se dá.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – A visita íntima é coisa do Brasil. Só existe aqui. Não tem notícia em lugar nenhum de que tenha visita íntima. E aqui está se restringindo apenas a essas hipóteses. Regime disciplinar diferenciado em caso de crime organizado e quadrilha urbana.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Ou seja, a iniciativa pretende disciplinar nesses casos específicos tendo em vista não haver qualquer tipo?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM –

GO) – A regra mundial é sugerida pelo Senador Aloysio Nunes. Ele prefere a mundial.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Perfeito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Permita-me, Sr. Presidente, como autor do projeto?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com a palavra V. Ex^a, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, inicialmente quero pedir desculpas à Senadora Marta, porque em nenhum momento quis ofendê-la. Não foi uma brincadeira. Ela fez referência à loira, e quero pedir desculpas a V. Ex^a, porque eu não tenho o vazo de ser grosso com as pessoas, e sem educação.

Então, peço desculpas a V. Ex^a se porventura eu a ofendi ou interrompi a sua fala.

A respeito do projeto, Sr. Presidente, infelizmente, no Brasil, algumas pessoas entendem que o crime organizado só existe em filme americano de péssima qualidade. Pessoas morrem, são mortas e violentadas por membros de organizações criminosas. Existem tratados internacionais, como por exemplo, o de Palermo, do qual somos signatários, que fala em organização criminosa.

O cidadão tem direitos fundamentais, mas o cidadão de bem também tem direitos fundamentais. Existem casos em que, através de visita íntima – estou tratando de organizações criminosas, de membros de organizações criminosas que ficam em RDD, que na Itália é chamado de cárcere duro, que nos Estados Unidos é chamado de supermaxi. Existe isso no mundo todo, Sr. Presidente. Se nós formos analisar a legislação do Butão, vamos ver que isso não é tratado, visita íntima.

As pessoas, através da visita íntima, membros de organizações criminosas tramam morte de pessoas de bem, que estão nas ruas. Sexo não é pecado, Sr. Presidente. Trabalho não é castigo. Agora, o Estado tem o dever fundamental de proteger o cidadão de bem, aquele que cumpre as regras. O Estado não pode proibir em excesso, mas o Estado não pode proibir de forma insuficiente.

Visita íntima, se formos analisar a legislação dos Estados Unidos da América, do Canadá, da França, da Inglaterra, da Suíça, da Dinamarca. Eu não estou falando do Paquistão, eu não estou falando de países dito subdesenvolvidos. Eu estou falando de países onde

os direitos fundamentais surgiram. Na Inglaterra, desde 1215, na Carta de João Sem Terra, o Estado tem o dever fundamental de defender o cidadão. Portanto, em RDD, encontram-se criminosos – e o nome é esse – criminosos como Fernandinho Beira-Mar, que tem dez... Como eu posso, como membro do Estado proibir que ele tenha dez namoradas? E ele pode receber visita de dez namoradas.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Um aparte, Senador. Nesses países que o senhor citou, países entre os quais estão os que foram pioneiros na declaração dos direitos do homem, existe visita íntima como direito? Um direito que passará a ser consagrado agora na legislação brasileira?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Consagrado na Constituição não existe isso. E o departamento penitenciário alega que esse é um direito constitucional. É a chamada síndrome de Pinochet: todo mundo quer legislar, entende a Constituição e cria princípios na Constituição.

Portanto, com o respeito às posições contrárias, que devemos analisá-las com o devido respeito, eu peço aos colegas, aos membros do Senado que analisem. Os direitos fundamentais devem ser preservados, inclusive os dos cidadãos de bem, que não estão no RDD.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Próximo orador inscrito.

Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa; depois, à Senadora Ana Rita.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu gostaria de me inscrever, Sr. Presidente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, eu vou destoar...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, inscreva-me.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Peço que o volume do som seja aumentado um pouco, porque o Senador Humberto Costa tem um problema, uma cirurgia feita

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – É que eu não estou falando muito alto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É para respeitar mesmo V. Ex^a.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Cuidando da saúde de V. Ex^a também.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – V. Ex^a é sempre muito gentil.

Mas, Sr. Presidente, eu vou destoar um pouco da maioria dos colegas que se manifestaram para me associar à defesa que foi feita pela Senadora Marta Suplicy. Primeiro, entendendo que existem direitos que

são inegáveis, sob qualquer hipótese, entre eles o direito a uma vida afetiva, o direito inclusive à satisfação de necessidades que, além de afetivas, são também necessidades fisiológicas.

Se essa proposta eliminasse qualquer tipo de contato do preso, nessas condições, com o mundo, talvez se justificasse... não se justificasse, mas se chegasse à conclusão de que realmente é uma medida eficaz.

Eficaz. No entanto, mesmo os presos mais perigosos, em qualquer tipo de regime, têm acesso ao seu advogado e isso é algo sagrado para a Constituição brasileira, para os juristas. Quantos não são os casos de que os próprios advogados são os pombos-correios para transmitir informações, levar ordens, receber proposições. Então, isso não será eliminado.

Portanto, do meu ponto de vista, é uma coisa ineficaz se o objetivo é esse. Lembremo-nos que o crime organizado no Brasil hoje tem um grau de articulação tão grande que ele forma advogados, infiltra pessoas nas instituições de segurança pública, conquista pessoas de liderança e de comando nessas instituições públicas. Então, o que levanto, além desse argumento a que me referi que se trata do direito, se o Brasil é o único País que oferece visita íntima, que bom, porque pelo menos em alguma coisa o Brasil é um país mais avançado em termos de direitos humanos. É lógico que já tivemos em muitos pontos avanços e estou dizendo brincando, mas não podemos considerar isso como algo negativo e sim positivo.

É óbvio que a prisão é castigo, mas tem, ao mesmo tempo, pelo menos em tese, é verdade que não é o caso desses criminosos perigosos etc, etc, mas em tese tem o papel de reeducar. Como reeducar se nós eliminamos a possibilidade do preso atender a uma necessidade afetiva, a uma necessidade psicológica, a uma necessidade fisiológica?

Então, por essa razão, quero respeitando inteiramente a preocupação de V. Ex^a, a preocupação do Senador Demóstenes Torres, expressar aqui a minha posição respeitosamente discordante.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado Senador Humberto Costa.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Mesmo em relação ao advogado hoje já há filmagens.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O próximo orador inscrito é a Senadora Ana Rita.

Tem a palavra V. Ex^a, lembrando aos Srs. Senadores que essa matéria é terminativa e, portanto, a votação é nominal.

Após a discussão vamos colocar em votação nominal.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, primeiro quero dizer que a fala do nosso Líder, do Senador Humberto Costa, muito me contempla, inclusive trazendo aqui informações com relação à participação de advogados que é possível acontecer.

Quero primeiramente dizer que todo preso provisório ou condenado realmente precisa ser tratado com o rigor da lei, sem desconsiderar os direitos humanos que precisam ser preservados. Penso que a reflexão que foi feita até então, com exceção da Senadora Marta e do Senador Humberto Costa, foi feita não do ponto de vista das mulheres. Não se pensou ainda em na situação da mulher. A penalização não é só para o preso. Deixar de ter visita íntima está penalizando também a mulher e acho importante destacar isso.

Se for um preso condenado, que vai ficar muitos anos na cadeia, pode acontecer que essa mulher fique impedida inclusive de ter relacionamentos com outra pessoa, dependendo da situação.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Senadora, é por 360 dias, prorrogável por mais 360.

A SR^a. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Ela poderá ficar impedida de ter um relacionamento com uma outra pessoa...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Por favor, a Senadora Ana Rita está com a palavra.

A SR^a. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Também parte-se do princípio de que toda mulher de presos condenados é bandida e não existe isso. Parte-se do princípio de que toda mulher é bandida e não podemos fazer essa afirmação.

Então, a intenção é boa, a intenção é no sentido de impossibilitar que haja vazamento de informações, mas entendo que o projeto de lei é inócuo, porque não resolve o problema; ele penaliza as mulheres e não resolve o problema, considerando o que o Senador Humberto Costa disse. Há outras pessoas envolvidas, e o crime organizado, hoje, é extremamente organizado. Ele prepara as pessoas, inclusive o advogado, conforme foi dito aqui. Então, isso não vai resolver o problema. Nós vamos penalizar. O preso vai perder o direito de ter uma relação afetiva, e a mulher também vai ficar penalizada, porque ela pode ser impedida, inclusive, pelo próprio crime organizado, de ter outro relacionamento, correndo o risco, inclusive, de perder a vida.

Para finalizar, Sr. Presidente, recebi a informação aqui de que outros países também adotam a visita íntima. Parece que não é real a informação de que é somente o Brasil.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO. *Fora do microfone.*) – Quais são esses países?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Ficaram de me passar uma lista desses países – e eu estou aqui aguardando essa lista – que adotam também a visita íntima. Assim que chegar...

(Intervenções fora do microfone.)

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Ah, está com o Senador Eduardo Suplicy. Então, vamos aguardar aqui, porque ela está em inglês, então o Senador Eduardo Suplicy vai passar as informações para nós.

Era isso que eu gostaria de falar, Sr. Presidente, só para dar ênfase a isso. A iniciativa não é ruim, é boa, só que ela penaliza também as mulheres e tira um direito do preso de ter uma relação afetiva e manter o seu relacionamento com a sua companheira ou sua namorada.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Suplicy, V. Exª tem a palavra para discutir a matéria, deixando bem claro que o projeto do Senador Pedro Taques restringe ao período do regime disciplinar diferenciado, para que a gente não debata aqui algo que seja eterno, que seja enquanto durar a pena. É enquanto durar o regime disciplinar diferenciado. Apenas para esclarecer aos demais membros desta Comissão. Também temos de pensar nas pessoas que ficam nas ruas deste País.

Senador Suplicy, V. Exª tem a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente Senador Eunício Oliveira, primeiro, tenho uma indagação, porque a proposição do Senador Pedro Taques refere-se à proibição de visitas íntimas. Isso, portanto...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Ao contrário *(fora do microfone)*, ele permite as visitas íntimas, o que não está na lei. Permite.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Exato. Mas não se refere à proibição das visitas não íntimas. Portanto, o relacionamento da pessoa com outras ou com a sua própria companheira ou esposa, se não for íntima, então está legalizada. Não que eu seja favorável, porque acredito que, inclusive, acaba se tornando uma punição inclusive para aquela companheira ou mulher, que estará impedida de ver o seu marido ou o companheiro. Mas...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – V. Exª me permite um aparte? Senador Suplicy...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Permita-me apenas completar. Vou conceder o aparte.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vamos ouvir o Senador Suplicy, porque é uma questão de convicção. Cada um aqui tem a sua convicção. Acho que o projeto está claro.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Agora, é importante dizer – ainda mais porque nossos Senadores, especialmente os de formação jurídica, afirmaram, tão peremptoriamente, que não há visitas conjugais senão no Brasil – que essa é uma informação incorreta. Aqui temos, por exemplo, na Wikipedia: a visita conjugal existe na Austrália, no território da capital, em Victoria; aqui diz que no Brasil também se permite; no Canadá, todos os detidos...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Quando fui Secretário de Segurança Pública, visitei o Canadá. E isso é uma coisa muito recente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Vou ler o que está aqui.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – E para regime de segurança...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Demóstenes, vamos ouvir...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Wikipedia...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vamos ouvir o Senador Suplicy. Ele tem direito a fazer o debate, colocar a posição dele.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – V. Exª afirmou algo aqui que não confere com a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Já estou impaciente, porque concordo com o projeto do Senador Pedro Taques, e eu queria ouvir o Senador Suplicy para colocarmos essa matéria em votação.

Cada um vai colocar a sua convicção aqui.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É fato que, no Canadá, há a exceção para aqueles que estão com restrições de disciplinas e com risco de violência da família, mas se permitem, sim, visitas até 72 horas. Na Dinamarca, visitas conjugais são permitidas há anos. A nova prisão de East Jutland State Prison tem apartamentos para casais para que haja a realização das visitas; a França permite prisioneiros que tenham adquirido direito a uma visita conjugal em apartamentos decorados, na Irlanda, também, em Israel, no México, na Nova Zelândia, no Paquistão, desde 2010. Na Rússia, uma campanha para a reforma do sistema prisional a partir de 2001 permite que os prisioneiros bem comportados tenham a possibilidade por 18 dias de ver as suas pessoas amadas, na Arábia Saudita se permite, nos Estados Unidos, a legislação é por Estado.

Inclusive, a Wikipédia coloca aqui a foto da penitenciária do Estado de Mississippi que, oferece, sim, visitas conjugais ao longo de sua história. E diversos Estados como Califórnia, Connecticut, Mississippi, Novo México, Nova Iorque e Washington permitem. Então, se o Senador Demóstenes não gosta da Wikipédia,

então, poderá... Sempre acho muito útil consultar a Wikipédia, mas, aqui está...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Digo o seguinte: está provado...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Então, há mais de 14 países que têm.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – (*fora do microfone*) estamos aqui corroborando a lei.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ...dizer que a visita conjugal aqui era jabuticaba, que só existia no Brasil. Então, precisei informar.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Agora, eu queria saber de V. Ex^a: em regime diferenciado, existe em algum país, alguma menção? Porque estamos falando alguém com progressão e tal.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Demóstenes, vamos trazer a discussão para o Brasil, porque acho que essa é uma discussão entre os que defendem os interesses de pessoas que estão nesse regime disciplinar diferenciado e os que defendem aqui, sem nenhum juízo de valor, os interesses da sociedade brasileira.

Posso estar equivocado, mas é uma questão de convicção. Nem tanto ao mar, nem tanto à terra, como colocou aqui o Senador Aloysio, mas, se alguém cai no regime diferenciado, se alguém está no crime hediondo, acho que a sociedade brasileira não vai aceitar que fiquemos aqui defendendo visitas íntimas de alguém para alguém que está no regime diferenciado. Não se entra num regime diferenciado se não for alguém de extrema periculosidade para a sociedade brasileira.

Eu nem devia dar opinião, mas estou aqui ouvindo e respeitando a opinião de cada Senador, e acho que isso é uma questão de convicção. Portanto, a ordem de inscrição está concluída aqui, não tem mais nenhum Senador inscrito...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Eu estava inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Valadares, desculpe, o Senador Valadares pediu pela ordem de inscrição, e vou dar-lhe a palavra, porque essa matéria...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a vai falar?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Essa matéria, obviamente, é polêmica. Senador Valadares, V. Ex^a se inscreveu...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Não, porque pensei que ele estava inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não, a ordem de inscrição quem faz

é a Mesa e, com todo respeito a V. Ex^a, quem tem a palavra agora é V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Porque fui informado de que o Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Ex^a não foi informado pela Mesa. V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Quem é o próximo orador, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Ex^a é o último orador inscrito.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sou o último orador?

Presidente, quando essa matéria foi introduzida na pauta pelo Senador Demóstenes Torres, e V. Ex^a aquiesceu esse pedido, eu imaginava que não fosse um projeto polêmico, porque essa tinha sido a informação do nobre Senador Demóstenes Torres, mas estamos vendo que, ao longo das discussões, dos debates, esse projeto tem divergências, e eu gostaria de estudá-lo melhor, inclusive, estou recebendo informações de que o Ministério da Justiça tem restrições a esse projeto. Quero confirmar se é verdade...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Deve ser verdade.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – E por que restrições...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Demóstenes, vamos ouvir o Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – ... e quais são as restrições.

Ora, recentemente um órgão conhecido como Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, ligado ao Ministério da Justiça, aprovou uma resolução permitindo não só apenas a visita íntima de heterossexuais como também de homossexuais.

Então o Ministério da Justiça, naturalmente tendo um conselho vinculado a ele, naturalmente apoiou essa idéia da visita íntima. Acho que é melhor a gente esperar mais um pouco até porque, em atenção ao autor, Senador Pedro Taques. Todo projeto, toda iniciativa do Senador Pedro Taques deve ser levada em conta, deve ser estudada com mais profundidade porque se trata de um especialista.

Quem sabe? Hoje eu tenho uma dúvida e, na próxima semana, eu não terei mais dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Ex^a vai pedir vista do processo?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Para estudar melhor a matéria e em atenção ao relator e ao autor, para não votar contra precipitadamente, eu me permito pedir vista para con-

sultar a minha consciência, consultar as leis e também a minha assessoria.

Agradeço a V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vista concedida a V. Ex^a.

Quero dizer da minha discordância em relação às portarias e às resoluções. As leis brasileiras, que tem a obrigação de fazê-las é o Congresso Nacional.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Nenhuma resolução, Sr. Presidente, é baixada sem se basear na lei.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Nem sempre as portarias estão baseadas na lei.

Senador Pedro Taques...

Sobre o projeto, dou a palavra a V. Ex^a, mas já perdeu o sentido, tendo em vista o pedido de vista do Senador Valadares.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Com muita razão. Eu só queria dizer, Sr. Presidente, que no tocante ao trazido pelo Senador Suplicy nós temos que entender que os sistemas prisionais no Canadá, nos Estados Unidos e em outros países que ele citou, são diferentes. Nesses sistemas prisionais em que existe a visita íntima semiaberto, aberto, precisamos analisar caso a caso.

O projeto – eu cumprimento o Senador Valadares por suas palavras – fala em RDD. Ele legaliza o que não existia no tocante à visita íntima e a outras situações e a visita além da íntima. Então, em RDD...

No Brasil recebe o nome de RDD; nos, Estados Unidos, outro nome; na Itália, outro nome. Existe resolução da ONU que trata de cárcere dessa natureza. Existe resolução que trata... Essas resoluções...

O Conselho Penitenciário Nacional já foi contrário ao RDD. Existem pareceres contrários. Então, eu cumprimento o Senador Valadares pelo pedido de vista.

Nós temos de respeitar as opiniões de todos.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vista concedida ao Senador Valadares.

V. Ex^a, Senador Pedro Taques, obviamente dará as explicações necessárias para tirar as dúvidas dos Srs. Senadores, no pedido de vista feito pelo Senador Antonio Carlos Valadares. Tem a vista V. Ex^a. É regimental
Próximo item da pauta:

ITEM 3

– Não Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 258, DE 2010

Institui a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural (PDBR) e dispõe sobre a

elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento do Brasil Rural (PNDBR).

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares, do nosso querido Sergipe.

A relatoria é do Senador Eduardo Suplicy, que é favorável ao projeto com duas emendas que apresenta.

Observações: a matéria era apreciada, ainda, pelas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, e Assuntos Econômicos e de Agricultura e de Reforma Agrária, cabendo à última Comissão a decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Suplicy para preferir o seu relatório.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – PT.)Sr. Presidente, o projeto do Senador Antonio Carlos Valadares institui a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural (PDBR) e dispõe sobre a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento do Brasil Rural.

Composto de 11 artigos, institui a política e dispõe sobre o Plano Nacional com a finalidade de orientar a ação do poder público para o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais do País.

Define território rural como a unidade de planejamento e execução das ações da política, priorizando os que tenham menos de 80 habitantes por quilômetro quadrado e população média municipal inferior a 50 mil habitantes, e ainda os critérios de menor índice de desenvolvimento humano e educacional, mais beneficiários de programas governamentais de transferência de renda, maior concentração de agricultores familiares, quilombolas, indígenas e assentados da reforma agrária.

A Política de Desenvolvimento do Brasil Rural tem como princípios: a democracia; a sustentabilidade social, cultural, política, econômica e ambiental das ações; a inclusão socioeconômica, cultural, política da população; a diversidade do patrimônio ambiental e cultural dos territórios; a equidade no acesso a direitos e benefícios; e a solidariedade.

Os objetivos são: promover a superação da pobreza e das desigualdades sociais nos territórios rurais, desenvolvendo-os socioeconomicamente, assegurando suas funções econômicas, sociais, culturais e ambientais; desconcentrar e democratizar a propriedade fundiária; fortalecer a agricultura familiar e a dinamização econômica dos territórios; formular e implementar políticas públicas baseadas na multifuncionalidade do espaço rural; consolidar mecanismos e instrumentos de controle e gestão social dessas políticas; e estimular hábitos alimentares saudáveis.

A política tem como diretrizes: a potencialização da diversidade e da multifuncionalidade dos territórios; a valorização das interdependências e complementari-

dades entre as atividades das áreas rurais; o incentivo a iniciativas inovadoras; a dinamização econômica dos territórios pelo uso de suas vantagens comparativas e das formas associativas de organização social; e a criação de instrumentos político-institucionais capazes de integrar e aprimorar as ações setoriais.

O PLS nº 258 dispõe que é dever do poder público cuidar das ações da política e respeitar, proteger, promover, informar e monitorar os direitos dos povos indígenas, das populações tradicionais e dos agricultores familiares e empreendedores familiares rurais.

Institui, também, o Sistema Nacional de Informações sobre o Desenvolvimento do Brasil Rural para organizar o registro informatizado da situação do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, e estabelece os princípios de seu funcionamento, e o Plano Nacional de Desenvolvimento do Brasil Rural, com vigência quadrienal. Estabelece, ainda, que a Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável formule as diretrizes do plano.

Podem participar o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, conselhos estaduais, distrital e municipais, órgãos de execução de ações, colegiados e instituições privadas.

Em sua justificação, o autor da proposição argumenta que seu objetivo é qualificar a intervenção do Estado nos espaços rurais do território nacional, estabelecendo normas gerais voltadas à implementação de planos, programas e ações que visem ao desenvolvimento sustentável dos territórios rurais.

É inspirado no resultado de dez anos de trabalho do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf) e, especialmente, do processo participativo de debates e elaborações que culminaram na realização da I Conferência Nacional de Desenvolvimento Sustentável e Solidário, em junho de 2008.

Foi distribuído às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; de Assuntos Econômicos; e de Agricultura e Reforma Agrária, cabendo à última a decisão terminativa.

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

Quanto à constitucionalidade do PLS nº 258, cumpre destacar que está entre as competências da União elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social.

A matéria trata de temas cuja regulação é de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

A matéria limita-se a estabelecer normas gerais da política do desenvolvimento rural. Há diversos

exemplos de políticas nacionais instituídas por decretos presidenciais, por leis de iniciativa do Poder Executivo e por leis de iniciativa do Poder Legislativo, conforme está na publicação anexa.

Entretanto, o PLS dispõe sobre um plano nacional de desenvolvimento, o que fere a iniciativa ou competência privativas do Presidente da República. De acordo com o inciso IX do art. 21 da Constituição Federal (CF), compete à União *elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social*, mediante lei de iniciativa do Presidente da República, conforme dispõe o § 4º do art. 165 da Lei Maior, ao determinar que os planos e programas nacionais, regionais e setoriais serão elaborados, em consonância com o plano plurianual. Assim, os artigos 8º e 9º da Proposição devem ser excluídos para conferir constitucionalidade às disposições da iniciativa, bem como deve ser adequada sua ementa.

Quanto à juridicidade, o PLS inova o ordenamento jurídico, a norma proposta, como lei ordinária, é a mais adequada para tratar do assunto, e está de acordo com as determinações da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Pelo exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei do Senado no 258, de 2010, com as seguintes emendas:

EMENDA No – CCJ

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado (PLS) no 258, de 2010, a seguinte redação:

Institui a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural (PDBR).

EMENDA No – CCJ

Suprimam-se do Projeto de Lei do Senado (PLS) no 258, de 2010, os artigos 8º e 9º, renumerando-se os demais.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Obrigado, Sr. Relator.

Em discussão a matéria.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Senador Antonio Carlos Valadares, que também é o autor da matéria.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, inicialmente, quero felicitar o Relator, Senador Eduardo Suplicy, que trouxe ao conhecimento desta Comissão o seu parecer, contribuindo para o aperfeiçoamento da matéria, inclusive representando algumas emendas supressivas que

poderiam configurar alguma inconstitucionalidade, significando dizer que, diante do que estamos aprovando, não vai haver dificuldade alguma do ponto de vista legal ou constitucional nas demais comissões, como, por exemplo, na Comissão de Agricultura, onde o projeto será terminativo.

Esse projeto teve como base e fundamento o trabalho do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, Condraf, que se reuniu durante dez anos, discutindo com entidades ligadas ao campo; fez centenas de conferências nos Estados, nos territórios, nos territórios rurais, discutindo com a comunidade rural um projeto que pudesse abarcar todas as ideias e sugestões no intuito de tornar o campo um lugar habitável, do ponto de vista social, do ponto de vista econômico, da sustentabilidade ambiental. E são quatro os eixos orientadores do projeto: primeiro, a adoção do conceito de território rural; quer dizer, determinado Estado é dividido em territórios, essa divisão territorial é aprovada pela Assembleia Legislativa por conduto de um projeto do Executivo, como aconteceu em alguns Estados, a exemplo dos Estados de Sergipe, que tem 8 territórios; Bahia, que tem 26 territórios; Piauí tem 11 territórios, e o Acre, 6 territórios.

E essa ação, nesses Estados, foi executada por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, já se antecipando a um projeto dessa natureza. E teve como secretário do desenvolvimento territorial o Dr. Humberto Oliveira, que é de Sergipe e também era secretário-geral do Condraf na época em que eles fizeram essa primeira proposta do projeto que nós acatamos com as modificações necessárias e com a participação agora do Relator e, antes, da consultoria do Senado

O Presidente Lula criou o chamado Territórios da Cidadania, em 2008, envolvendo 19 Ministérios. Hoje são 22 Ministérios que trabalham no sentido de fortalecer as atividades do cidadão no campo, onde praticamente R\$60 bilhões já foram investidos em termos de saneamento básico, construção de conjuntos habitacionais, obras de infraestrutura as mais diversas, financiamento rural, enfim, várias ações num trabalho edificante.

Por exemplo, no Estado de São Paulo, existem dois territórios, que o Senador Suplicy deve conhecer: o Pontal do Paranapanema e o Vale do Ribeira. São dois territórios que recebem o apoio desse programa instituído pelo Governo Federal chamado Territórios da Cidadania.

E, ainda mais, Sr. Presidente: eu disse que são quatro eixos orientadores: a adoção do conceito de território rural, de que já falei; a integração de políticas públicas, envolvendo Ministérios, governos dos Estados

e Municípios; gestão democrática participativa; e, para dar suporte a essas ações, nós teremos o Plano Nacional de Desenvolvimento do Brasil Rural, o Sistema Nacional de Informações e as conferências de âmbito nacional, regional, municipal e territorial.

É preciso que nós tenhamos, Sr. Presidente, o maior cuidado em dar ao campo os fundamentos necessários à vida da pessoa nos territórios, porque a própria OIT e também o FMI já alertam que, na próxima década, nós teremos 30 milhões de pessoas mudando-se do campo para a cidade no Brasil. Por quê? Porque essas pessoas fazem essa evasão rural porque não encontram no campo, naturalmente, não só as comodidades das grandes cidades, das megacidades, mas também uma vida saudável, com estradas adequadas, energia elétrica, saneamento básico, escola para os seus filhos.

Então, por meio da instituição desse programa de desenvolvimento rural, o que se pretende é evitar o êxodo rural e as consequências, os efeitos que conhecemos, principalmente nas grandes cidades, onde há marcadamente uma criminalidade que cada vez mais se acentua, muito embora nós também estamos verificando – ontem eu estava vendo na televisão – que, nas grandes cidades, como São Paulo, já existe uma conscientização da população de que é melhor viver no interior de determinadas cidades ou até mesmo no meio rural do que nas grandes cidades, não só pela sua inchação, mas pela poluição noturna, pela poluição de todas as formas e também pela falta de emprego. Daí a importância da aprovação desse projeto, Senador Suplicy, que vai dar ao Governo Federal, aos governos estaduais e aos governos municipais um diploma legal capaz de promover a integração necessária daqueles que vivem no campo.

Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente, e quero parabenizar o Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, se me permite, um aparte só para informar que...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ...em 26 de abril último, o Ministério do Desenvolvimento Agrário fez uma nota técnica, encaminhada ao Senado Federal, em que expressou o seu apoio à iniciativa do Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Obrigado.

Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, eu quero aqui parabenizar o autor do referido projeto de lei, o Senador Antonio Carlos Valadares, e

também o Senador Eduardo Suplicy, que fez um relatório brilhante e assegurou, de fato, a constitucionalidade do projeto.

É uma matéria, na minha opinião, extremamente importante, porque institui a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural e também dispõe sobre a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento do Brasil Rural, que terá como finalidade orientar a ação do poder público para o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais do País. E é importante, também, porque define os territórios rurais como espaços socialmente construídos, dinâmicos e mutáveis, e sabemos que os territórios rurais, hoje, pelo Ministério do Desenvolvimento Social, têm sido espaços de desenvolvimento de importantes políticas públicas para os trabalhadores e trabalhadoras rurais.

O próprio projeto coloca como definição de territórios rurais para fins de planejamento e execução das ações governamentais, e leva também em conta os critérios de menor índice de desenvolvimento humano e educacional, mais beneficiários de programas governamentais de transferência de renda, maior concentração de agricultores familiares, quilombolas, indígenas e assentados da reforma agrária.

Sr. Presidente, entendo que esse projeto é de extrema importância, temos a informação de que o Governo também é favorável e quero aqui, Senador, dizer da minha satisfação e da minha alegria de poder, nesta manhã de hoje, opinar e dizer que sou plenamente favorável ao projeto que V. Ex^a apresenta, porque está em sintonia com toda a discussão que os movimentos sociais fazem e também o próprio Governo faz. Então, considero extremamente importante, porque fortalece a agricultura familiar e também dinamiza economicamente os territórios, principalmente os territórios com uma população menor e que têm muita dificuldade de se desenvolver. Tudo que o projeto apresenta aqui, na minha opinião, é extremamente importante.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Senadora Ana Rita, V. Ex^a me permite um aparte?

Agora, os Estados poderão fazer os seus próprios PPAs envolvendo os territórios, quer dizer, haverá uma descentralização dos recursos de cada Estado, em razão da criação desses territórios. Ao invés de uma concentração no orçamento de cada unidade federada, de recursos que são coordenados única e exclusivamente pelo Estado, agora, do ponto de vista estratégico, o Estado direcionará sua ação em integração com os Municípios, com as entidades que participam das iniciativas e ações em favor da integração do rural também com o urbano. Quer dizer, agora a preocupação não é apenas com o meio rural, exclusivamente,

porque o meio rural era visto apenas como subsidiário do desenvolvimento urbano. Agora, na realidade todos se complementam. Tanto o setor urbano como o rural são um único espaço para o desenvolvimento do território rural.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Então, para finalizar, Sr. Presidente, quero aqui dizer, ao fazer mais essa ressalva, que o projeto está em consonância com as políticas públicas agrárias que vêm sendo realizadas nos últimos anos pelo Governo Federal.

Quero parabenizar V. Ex^a e dizer que pode contar com o total apoio desta Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Encerrada a discussão.

Coloco a matéria em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da CCJ. A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Próximo item da pauta, lembrando aos Srs. Senadores que temos 7 itens ainda.

ITEM 4

– Não Terminativo –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 13, DE 2011

Altera a redação do § 13 do art. 201 da Constituição Federal, para isentar de carência a concessão das prestações pecuniárias do Regime Geral de Previdência Social às donas de casa de baixa renda, e dá outras providências.

Autoria: Senadora Angela Portela e outros

Relatoria: Senadora Ana Rita

Relatório: Favorável à Proposta.

Observações: *Em 09/11/2011, foi concedida vista à Senadora Marta Suplicy, nos termos regimentais.*

Antes de passar a palavra para o debate, consulto a Senadora Marta Suplicy sobre a manifestação decorrente do pedido de vista.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, tem a palavra a Senadora Ana Rita, Relatora da matéria.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar de V. Ex^a o adiamento da votação do referido projeto por algumas razões. Primeiro, a autora do requerimento, Senadora Angela Portela, não se encontra presente neste momento na

reunião desta Comissão. Também porque em conversas que tivemos durante esses últimos dias, percebemos que precisamos aprofundar melhor esse debate, considerando que é uma PEC, um projeto de emenda constitucional, e que precisamos aprofundar e esclarecer melhor algumas questões.

Como a Senadora, autora da matéria, não se encontra presente no momento, penso que é prudente – e já conversamos aqui, eu e a Senadora Marta Suplicy – solicitar o adiamento da votação do projeto a fim de que fique para a próxima reunião da Comissão e possamos ajustar algumas questões em diálogo com a Senadora autora da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É regimental e V. Ex^a tem o direito de pedir a retirada de pauta. Portanto, o projeto está retirado de pauta.

O próximo item da pauta é o item 5.

Senador Renan Calheiros? (Ausente.)

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, só um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senadora Ana Rita, para um esclarecimento.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Eu pedi o adiamento de votação e não a retirada de pauta. Eu entendo que é diferente. Pedi adiamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Adiamento de votação e está retirado de pauta. Da pauta de hoje.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Retirado da pauta de hoje, mas ele permanece na pauta para a próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não, senhora. Adiamento de pauta está adiado até *sine die*. Adiamento de pauta está adiado *sine die*.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Então, ele entra na pauta da próxima reunião?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não necessariamente. Está adiado *sine die*. Se V. Ex^a tiver entendimento...

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Quantos dias, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não tem prazo. É *sine die*, sem prazo. Se V. Ex^a conseguir o entendimento e o trouxer à Presidência, colocarei em pauta novamente.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Então, obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O próximo item da pauta é o item 5

ITEM 5

– Não Terminativo –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38, DE 2011

Altera os arts. 28, 29 e 82 da Constituição Federal, para estabelecer mandato de cinco anos para Presidente da República, Governador de Estado e do Distrito Federal e Prefeitos e mudar a data das respectivas posses.

Autoria da Proposta: Senador José Sarney e outros

Autoria da Emenda nº 2-PLEN: Senador Aloysio Nunes Ferreira e outros

Relatoria: Senador Renan Calheiros.

Relatório: Favorável à Emenda nº 2, de Plenário.

Como o Senador Renan Calheiros não se encontra presente, vou retirar a matéria de pauta.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, apenas para esclarecer o objetivo desta minha emenda que foi aprovada por esta Comissão no âmbito da chamada Reforma Política.

Houve uma emenda à Constituição, apresentada pelo Senador José Sarney, acho que é de autoria dele mesmo...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É oriunda da Comissão...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Isso. Para alterar a data da posse de prefeitos, governadores e do Presidente da República. O Senador Renan Calheiros foi o Relator desta matéria e apresentou um substitutivo, inclusive acolhendo uma emenda do Senador Valadares, propondo uma reformulação bastante ampla no sistema eleitoral e, sobretudo, algo que é de uma importância enorme e que será objeto de grande controvérsia, já é objeto de controvérsia – já é objeto de controvérsia –, que é a coincidência geral das eleições, prefeito, governador, deputado estadual, federal, vereador, Presidente da República, tudo no mesmo dia. Esta é a proposta, coincidência geral das eleições. O Senador Renan Calheiros a acolheu, e isso será submetido ao Plenário.

Eu apresentei uma emenda que visa apenas e tão somente corrigir certa esquisitice institucional que acontece nos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Roraima, e também no Distrito Federal, que é a data da posse dos deputados estaduais e deputados distritais. Em São Paulo, Sr. Presidente, os deputados estaduais tomam posse no dia 15 de março, o que cria um enorme problema institucional, de funcionamento, na relação entre Legislativo e Executivo no nosso Estado.

Eu estou propondo que a posse dos deputados estaduais, que a legislatura das assembleias legislativas e da Assembleia Distrital do Distrito Federal coincida com o início da legislatura do Congresso Nacional, ou seja, dia 1º de fevereiro. Este é o objetivo, apenas este: corrigir algo que tem de ser corrigido na Constituição Federal, uma disposição transitória, uma vez que a sua implementação exigiria uma alteração na duração da legislatura, portanto, na duração do mandato dos deputados estaduais e distritais que tomarão posse daqui a três anos. É por isso, é apenas uma alteração tópica.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aloysio, eu ia retirar a matéria de pauta, mas como eu entendo que não há nenhuma polêmica, trata-se apenas de uma emenda que se refere especificamente à data da posse, para deixá-la igual a do restante do Brasil, e já havia parecer favorável do Senador Renan Calheiros – o parecer é favorável e foi distribuído aos Srs. Senadores –, eu retorno a matéria ao Plenário atendendo a solicitação de V. Exª e, obviamente, ao valoroso Estado de São Paulo, Estado que ajudamos a construir com o suor e as mãos dos nordestinos e a inteligência de V. Exªs.

Coloco a matéria em discussão.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Está em discussão apenas, Senador Valadares, a emenda do Senador Aloysio que muda a data em São Paulo para adequá-la ao restante do País. V. Exª quer discutir isso mesmo?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – É só para fazer justiça ao Senador Aloysio. Eu pedi para falar justamente para dizer mais ou menos o que ele disse – não sei se com a mesma propriedade, com o mesmo brilhantismo. Eu ia pedir a V. Exª para colocar a matéria em votação, visto que a emenda que S. Exª faz fortalece a intenção do relator, o Senador Renan Calheiros, e torna as eleições não um peso para cada partido, mas uma possibilidade para encontrarmos uma solução definitiva no Brasil, que é a coincidência de mandatos eletivos.

Agradeço a V. Exª e parabeno o Senador Aloysio.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu vou pedir ao Senador Ferraço, antes de colocar em votação... Embora a matéria já tenha sido distribuída com parecer favorável do relator, Senador Renan, como eu não vejo nenhum questionamento do Plenário, apenas para ficar nos Anais da Casa e nos registros desta Comissão, peço ao Senador Ferraço que faça a leitura exclusivamente do que significa o voto a essa emenda que já está...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, tem a palavra a Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Depois eu gostaria de saber se é possível inverter a pauta, porque há um projeto do qual sou relatora e, em função do adiantado da hora...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Após a votação da emenda, vou colocar a matéria de V. Exª em discussão.

Senador Ferraço, tem a palavra V. Exª.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, no que diz respeito ao marco constitucional, a matéria é absolutamente legal. Quanto ao mérito, nós opinamos pela aprovação. Com efeito, em todos os Estados Federados praticamente a posse dos deputados estaduais ocorre em 1º de fevereiro, como proposto pela emenda. No entanto, há ainda um ou outro Estado que não segue essa data específica – o Estado de São Paulo, do eminente Senador Aloysio Nunes Ferreira, assim como outros Estados, como o Estado do Rio Grande do Sul. Então, o que se pretende é a uniformização dessa regra, por isso nós opinamos pela aprovação da presente Emenda nº 2, de autoria do eminente Senador Aloysio Nunes Ferreira.

É como recomendamos o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Ferraço.

Não havendo quem queira discutir a matéria, vou colocar a matéria em votação.

Os Srs. Senadores e as Srª Senadoras que concordam com o relatório oferecido, como Relator *ad hoc*, pelo Senador Ricardo Ferraço permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovada a matéria.

Aprovado o relatório, passa a constituir o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, favorável à emenda, a matéria volta ao plenário.

O próximo item da pauta é um Projeto de Lei do Senado nº 184. Como o Senador Eduardo Braga não se encontra presente, eu vou retirar de pauta de ofício, passando para o item 7 da pauta, que é o Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2009.

ITEM 7

– Não Terminativo –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 110, DE 2009

Dispõe sobre a obrigatoriedade de tratamento e assepsia de areia contida em tanques de lazer e recreação existentes em áreas públicas e privadas.

Autoria: Deputado Neucimar Fraga

Relatoria: Senadora Marta Suplicy

Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto, com a Emenda que apresenta.

Observações: *A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.*

Concedo a palavra à Senadora Marta Suplicy. V. Ex^a tem a palavra para a leitura do voto.

Trata-se do item 7 da pauta, página 125, Senadora Marta, Projeto de Lei da Câmara nº 110.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Bom, eu vou ler a análise do projeto, que é conforme o art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senadora Marta, só para correção da nossa gravação.

V. Ex^a é a Relatora, o voto de V. Ex^a será voto como Relatora e não voto em separado.

V. Ex^a tem uma emenda, e esta vai fazer parte do relatório de V. Ex^a.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Só para deixar registrado.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Já entendi.

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 110, de 2009 (nº 2.297, de 2003, na origem), de autoria do Deputado Federal Neucimar Fraga, visa a tornar obrigatório o tratamento e a assepsia de areia contida em tanques de lazer e recreação existentes em áreas públicas e privadas.

O art. 1º obriga os responsáveis por essas áreas a adotar medidas de prevenção e controle da contaminação nos referidos tanques.

O art. 2º estabelece a mesma obrigação para os responsáveis por clubes, parques e estabelecimentos de ensino, públicos e particulares, que utilizem tanques de areia para a prática desportiva.

O art. 3º, no caso dos estabelecimentos particulares, estatui, como sanção ao descumprimento da norma, multa no valor de 100 (cem) UFIR, a qual deverá ser aplicada em dobro no caso de reincidência.

O parágrafo único do art. 3º preceitua que, no concernente aos estabelecimentos públicos, o descumprimento da norma será punido com as sanções aplicáveis aos servidores públicos.

Por fim, o art. 4º estabelece que a vigência da lei resultante do projeto terá início na data de sua publicação.

A proposição não recebeu emendas no Senado Federal, devendo seguir à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para decisão terminativa.

II – Análise

Conforme o art. 101, I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas por deliberação do Plenário, por despacho da Presidência, por consulta de qualquer comissão, ou quando, em virtude desses aspectos, houver recurso de decisão terminativa de comissão para o Plenário.

Reputamos por atendidas as normas insculpidas no art. 24, XII, da Constituição Federal, referentes à competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal para legislar sobre proteção e defesa da saúde, bem como não vislumbramos vício de iniciativa, já que a matéria não se encontra entre aquelas de competência legislativa privativa do Presidente da República, arroladas no art. 61, § 1º, da Carta Política.

Com relação ao mérito, é indiscutível a necessidade de normatizar a interdição da área de lazer contaminada ou com problemas de assepsia, pertença ela a um estabelecimento público ou privado, uma vez que estamos aqui tratando de proteção e defesa da saúde.

Quanto à punição, consideramos que a redação “serão aplicadas as sanções aplicáveis aos servidores públicos” tem potencial indesejável para criar polêmica em torno de sua interpretação. Nesse sentido, preferimos a expressão “sem prejuízo da responsabilização penal, civil e administrativa”, a qual é apresentada na emenda substitutiva proposta adiante, dotada, em nosso sentir, de suficiente generalidade para evitar os problemas anteriormente apontados.

Pela redação sugerida, portanto, haverá a interdição do tanque até a regularização da situação – o que é mais uma medida administrativa preventiva do que uma punição –, sem prejuízo da responsabilização penal e civil da autoridade competente ou do respectivo responsável, quando for o caso, tampouco da responsabilização administrativa, para estabelecimentos públicos, e da aplicação de multa, para estabelecimentos privados.

Afora isso, no que tange à juridicidade, nada temos a opor, visto que a proposição não encerra quaisquer outros conflitos com o ordenamento jurídico vigente. Da mesma forma, não há problemas de ordem regimental ou de técnica legislativa, pois, em nosso entendimento, a proposição em exame conforma-se inteiramente aos preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a

elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

Voto.

Ante o exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do PLC nº 110, de 2009, com a seguinte emenda:

“Art. 3º O descumprimento do que preceitua esta Lei levará à interdição da área de lazer até que se restabeleçam as condições próprias para sua utilização, sem prejuízo da responsabilização penal, civil e administrativa da autoridade competente ou do respectivo responsável, de acordo com o caso. Parágrafo único. Nos estabelecimentos privados, além das medidas estabelecidas no caput, será aplicada multa de 100 (cem) UFIR, aplicada em dobro no caso de reincidência.”

Parece que é bastante simples. A emenda é para interditar esses tanquinhos de areia, que são extremamente importantes como forma lúdica para as crianças. Acredito que a preservação da assepsia nesse local também, porque, em alguns casos, dependendo de onde são esses parques, encontramos seringas, muita sujeira, para falar a verdade, nesses tanquinhos. Isso para a criança é altamente nocivo. Então, têm que ser interditados. Agora, a criação de multas pode gerar uma complicação, tornar mais difícil a aplicação. As multas e as sanções administrativas não sendo impedidas eu acredito que, dependendo de quem for o diretor do parque, de quem for o prefeito, de quem for o sub-prefeito daquela região, saberá endossar. Parece-me que deveria ser mais genérico para permitir a aplicação.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obviamente, V. Ex^a enriquece o projeto com a experiência de prefeita – atuante que foi – no Estado de São Paulo.

Coloco a matéria em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o relatório da Senadora Marta Suplicy com a emenda que apresenta.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto com a Emenda de nº 1, de autoria da Relatora. A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais em caráter terminativo.

Requerimento sobre a mesa.

REQUERIMENTO Nº 97, DE 2011-CCJ

Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada, por esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Audiência Pública para avaliar e discutir o Projeto de Lei do Senado nº 74, de 2010, que “Cria regras para a aplicação de concursos para a investidura em cargos e empregos públicos no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal”, com a participação do Dr. William Douglas, magistrado e membro do Conselho Editorial da Editora Impetus (RJ) e de representantes das seguintes entidades, empresas do setor de concursos e órgãos públicos de planejamento e bancas examinadoras: Associação Nacional de Defesa e Apoio aos Concurseiros (ANDACON); Ponto dos Concursos (DF); Escola de Administração Fazendária (ESAF); e Centro de Seleção e de Promoção de Eventos (CESPE/UNB).

Sala das comissões. – Senador **Rodrigo Rollemberg**, Senador **Antonio Carlos Valadares**.

Os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Há outro requerimento sobre a mesa.

REQUERIMENTO Nº 98, DE 2011-CCJ

Requeiro, de acordo com o disposto no art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública a ser realizada nesta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovada nos termos do Requerimento nº 96, de 2011-CCJ, destinada a instruir a PLC nº 98, de 2011, com os convidados constantes do mesmo, que também seja convidado o Senhor Antônio Francisco de Lima Neto, Coordenador do Setor de Juventude do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.”

Senador **Randolfe Rodrigues**.

Em votação o requerimento do Senador **Randolfe Rodrigues**.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos os Srs. Senadores – após o feriado, com o quórum qualificado, com votações nominais – nesta Comissão.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 60ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 8 DE NOVEMBRO DE 2011.

Às onze horas e trinta e sete minutos do dia oito de novembro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Cristovam Buarque**, e com a presença dos Senhores Senadores Paulo Paim, João Ribeiro, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Benedito de Lira, Ana Amélia, Cyro Miranda, Maria do Carmo Alves, Armando Monteiro, Clésio Andrade, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Demóstenes Torres, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Ana Rita, Walter Pinheiro, Magno Malta, Roberto Requião, Eduardo Amorim, Geovani Borges, Garibaldi Alves, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Paulo Bauer, José Agripino, João Vicente Claudino e Marinor Brito. Neste momento, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Logo após, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 011: Projeto de Lei da Câmara nº 237, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado João Oliveira, que “Denomina Prefeito Leônicio Miranda a ponte na BR-235, sobre o rio Tocantins, entre os Municípios de Tupirama e Pedro Afonso, no Estado do Tocantins”. A relatora designada é a Senadora Lídice da Mata e o parecer é favorável. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 003: Projeto de Lei do Senado nº 308, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que “Altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, para coibir a concorrência parasitária”. O relator designado é o Senador Cyro Miranda e o parecer é favorável, com a emenda nº 1-CCT/CAE. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. Prosseguindo, o Senhor Se-

nador Cyro Miranda requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado (**ver item Extra-Pauta**). **Item 004: Projeto de Lei do Senado nº 89, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Ciro Nogueira, que “Altera a Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, que dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências, para prorrogar a validade da norma e alterar o limite de dedução relativo à pessoa jurídica”. A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Maria do Carmo Alves e o parecer favorável é aprovado. **Item 006: Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Eunício Oliveira, que “Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados para os veículos adquiridos por órgãos estaduais, distritais ou municipais, quando destinados ao transporte escolar”. O relator designado é o Senador Vicentinho Alves e o parecer favorável é aprovado. **Item 010: Projeto de Lei da Câmara nº 217, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Paes Landim, que “Denomina Milton Brandão a rodovia BR-404 que liga a cidade de Piripiri, no Estado do Piauí, à de Icó, no Estado do Ceará”. O relator designado é o Senador Paulo Paim e o parecer é favorável. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. Neste momento, o Senhor Presidente Eventual, Senador Cristovam Buarque, passa a presidência ao Senhor Senador Paulo Paim para relatar o seguinte item: **Item 002: Projeto de Lei do Senado nº 414, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Paulo Bauer, que “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da educação), para dispor sobre a avaliação e o reforço pedagógico nos sistemas de ciclos e regimes de progressão continuada no ensino fundamental”. O relator designado é o Senador Cristovam Buarque e o parecer é favorável, com a emenda oferecida. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. Retorna a presidência o Senhor Senador Cristovam Buarque. **Item 014: Comunicados da Presidência:** Não houve comunicados. Prosseguindo, a Presidência passa à deliberação do item incluído extra-pauta. **Item Extra-Pauta: Requerimento nº 68/11-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cyro Miranda, que requer “... nos termos regimentais e em aditamento ao Requerimento nº 48/2011– CE, de autoria do Senhor Senador Paulo Bauer, que trata da realização de au-

diência pública para discutir 'A Educação a Distância e o âmbito dos cursos de graduação em Serviço Social no país', que seja incluído no rol de convidados o Magnífico Reitor do Centro Universitário Leonardo da Vinci – Uniasselvi, Professor Malcon Tafner". O Requerimento é aprovado. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 001: Projeto de Lei do Senado nº 198, de 2010; Item 005: Projeto de Lei da Câmara nº 229, de 2009; Item 007: Projeto de Lei do Senado nº 196, de 2011; Item 008: Projeto de Lei do Senado nº 6, de 2007; Item 009: Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2010; Item 012: Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2011 e Item 013: Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2010.** Prosseguindo, a Presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente Eventual, Senador Cristovam Buarque, encerra a reunião, às doze horas e dez minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no **Diário do Senado Federal**. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Um bom-dia a cada uma e a cada um.

Tendo número regimental, declaro aberta a 60ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa de leitura da ata da reunião anterior e a sua aprovação.

Os Senadores e as Senadoras que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada.

Nós não temos quórum para discutir os terminativos, mas podemos ler o Item 11, cuja Relatora é a Senadora Lídice da Mata, que honra o Estado da Bahia desde... Eu não vou dizer "há muitos anos" para que ela não deixe de parecer tão jovem quanto é. E já passo a palavra à Senadora.

ITEM 11

– Terminativo –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 237, DE 2009

Denomina Prefeito Leônicio Miranda a ponte na BR-235, sobre o rio Tocantins, entre os Municípios de Tupirama e Pedro Afonso, no Estado do Tocantins.

O autor é o Deputado João Oliveira.

O parecer é favorável.

Eu passo a palavra à Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, o projeto de lei tem por objetivo denominar de "Prefeito Leônicio Miranda" a ponte sobre o rio Tocantins, na BR-235, entre os Municípios de Tupirama e Pedro Afonso.

A luta do homenageado em prol da construção dessa ponte justifica a proposição. Nascido na cidade de Lizarda, localizada no antigo norte goiano, Leônicio de Souza Miranda foi fundador, em 1937, do povoado de Trindade, mais tarde transformado no Município de Tupirama, do qual foi prefeito, tendo vivenciado todas as etapas de seu desenvolvimento.

Sempre comprometido com o bem comum, empenhou sua notável liderança política nos esforços pela implantação de uma ponte sobre o rio Tocantins, que, ao ligar os Municípios de Tupirama e Pedro Afonso, não apenas propiciaria maior intercâmbio regional, mas também facilitaria o acesso da Região Centro-Oeste a Estados da Região Nordeste, como o Maranhão e o Piauí.

Na Casa de origem, o projeto mereceu a aprovação unânime das Comissões de Viação e Transportes; de Educação e Cultura e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

No Senado, foi distribuído exclusivamente à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), em decisão terminativa, tendo merecido da relatora então designada, Senadora Kátia Abreu, manifestação favorável, a qual, entretanto, não chegou a ser apreciada.

Iniciada nova legislatura, a matéria foi redistribuída por força do disposto no art. 332 do Regimento Interno. Por concordar com a manifestação da primeira relatora, adoto, na forma e no conteúdo, os termos do relatório então apresentado por Sua Excelência.

Análise

No tocante à constitucionalidade e à juridicidade, o projeto se encontra perfeito, sem nenhum obstáculo.

Portando, ante o exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do PLC nº 237, de 2009.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – O projeto está em discussão.

Não havendo quem queira discutir, fica em aberto para discussão e votação na próxima reunião, já que se trata de projeto terminativo e não há quórum suficiente.

Eu passo agora ao Item 3, outro projeto terminativo, cujo Relator é o Senador Cyro Miranda.

ITEM 3**– Terminativo –****PROJETO DE LEI DO SENADO****Nº 308, DE 2006**

Altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, para coibir a concorrência parasitária.

O autor é o Senador Antonio Carlos Valadares.

O Relator é o Senador Cyro Miranda, que eu tenho a honra de lembrar que é o meu colega de banca de escola, ainda na adolescência, no ensino médio.

O relatório é favorável, com a emenda nº 01, que vem da Comissão de Ciência e Tecnologia e da Comissão de Assuntos Econômicos.

Eu passo a palavra ao Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque e colega já de... Não vamos dizer há quanto tempo, mas tivemos oportunidade de relembrar alguns fatos com o querido Professor e Irmão Afonso.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Diga em décadas que fica parecendo que é menos tempo.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Isso. Há algumas décadas.

Mas, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado nº 308, de 2006, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, visa a promover alterações na Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, a Lei de Propriedade Industrial.

É bastante meritório esse projeto do Senador Antonio Carlos Valadares por possibilitar *“o titular da marca demonstrar que a imitação configura concorrência desleal, prejuízo a sua imagem ou utilização indevida de sua imagem corporativa ou de seu prestígio”*.

É uma proteção às marcas contra o uso de sinais visuais idênticos ou semelhantes. Então, é para evitar o plágio.

Às vezes também essas marcas são colocadas no mercado e não são utilizadas. Existem apenas para que se possa fazer depois alguma barganha financeira.

O art. 2º amplia o rol de tipos penais previstos no art. 195 da Lei nº 9.279, de 1996, para considerar concorrência desleal o ato de utilizar ou imitar marca, expressão ou sinal de propaganda alheios, a fim de prejudicar a imagem do titular de marca, *ainda que ambos não sejam concorrentes*, e também o ato de valer-se, injustificadamente, da fama, do prestígio ou da imagem corporativa de titular de marca, com o intuito de obter vantagem econômica em ramo de atividade econômica no qual a marca não goza de proteção.

Sob o enfoque da constitucionalidade formal, foram observadas as regras pertinentes à competência do ente federativo, dado que cabe à União legislar sobre direito comercial (art. 22, inc. I, da Constituição), e à iniciativa legislativa, atribuída a qualquer membro do Senado Federal (art. 61 da Constituição), inclusive para o tema em análise, que não se insere entre aqueles de iniciativa privativa do Presidente da República ou de outros titulares previstos no texto constitucional.

No que respeita à técnica legislativa, o projeto merece dois reparos. Primeiro, o artigo de vigência deve ser numerado como artigo terceiro, e não como artigo segundo. E a ementa deve ser reformulada, a fim de explicitar tão somente que a Lei nº 9.279, de 1996, regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.

Em seu mérito, deve o PLS nº 308, de 2006, ser aprovado, porque o objetivo do PLS é justamente o de evitar o uso pejorativo ou desprestigiado da marca por terceiro, a fim de impedir prejuízo à imagem ou ao prestígio da marca do titular. A hipótese caracteriza danos morais e está em consonância com a Súmula nº 227 do Superior Tribunal de Justiça.

Em consonância com as justificativas apresentadas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 308, de 2006, com as emendas apresentadas e aprovadas pela CCT e pela CAE.

Era o que tínhamos a relatar, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Agradeço ao Senador.

Está em discussão o assunto. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira debater, fica em suspenso para a próxima reunião, já que se trata de assunto terminativo.

Item 4, que trata de matéria não terminativa. É um projeto de lei...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente? Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Desculpe, Senador Cyro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Pediria a V. Ex^a a possibilidade de incluir extrapauta um requerimento que seja incluído no rol de convidados o Magnífico Reitor do Centro Universitário Leonardo da Vinci – Uniasselvi, Professor Malcon Tafner. Esse requerimento é de autoria do Senador Paulo Bauer e trata da realização de audiência pública para discutir “A Educação a Distância e o âmbito dos cursos de graduação em Serviço Social no país”.

Obrigado, Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Ponho em discussão se o assunto pode entrar extrapauta.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Para ganhar tempo, vamos votar já.

Quem for a favor do requerimento do Senador Cyro permaneça como está. *(Pausa.)*

Está aprovado, Senador.

Passemos agora ao Item 4.

A Senadora Maria do Carmo vai fazer a gentileza de ler o parecer, substituindo o Senador Inácio Arruda, que está neste momento na Comissão de Economia, onde eu estava, no debate com o Presidente do BNDES, e que autorizou essa substituição.

ITEM 4

– Não Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 89, DE 2011

Altera a Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, que dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências, para prorrogar a validade da norma e alterar o limite de dedução relativo à pessoa jurídica.

O autor é o Senador Ciro Nogueira.

Passo a palavra à Senadora Maria do Carmo.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco/DEM – SE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, não há óbices quanto à constitucionalidade, à juridicidade e à boa técnica legislativa da proposição.

Portanto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 89, de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Cristovão Buarque. Bloco/PDT – DF) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo Senador inscrito para discussão, ponho em votação.

Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Está aprovado o Projeto de Lei nº 89/11 nesta Comissão.

A matéria é terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos, para onde será enviado.

Vamos agora ao Item 6.

Trata-se de outro projeto não terminativo, aproveitando aqui a presença do Senador Vicentinho Alves, que é o Relator.

Trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2011, do Senador Eunício Oliveira, que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados para os

veículos adquiridos por órgãos estaduais, distritais ou municipais, quando destinados ao transporte escolar.

Passo a palavra ao Senador Vicentinho Alves.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, a proposição que passo a relatar, de iniciativa do Senador Eunício Oliveira, isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) os veículos adquiridos por órgãos estaduais, distritais ou municipais, quando destinados ao transporte escolar.

O art. 1º isenta de IPI os veículos automotores de fabricação nacional, com capacidade para no mínimo 8 pessoas, quando adquiridos pela administração pública para o transporte escolar.

O art. 2º do projeto esclarece que o reconhecimento da isenção fica a cargo da Secretaria da Receita Federal.

O art. 3º assegura a manutenção do crédito de IPI relativo às matérias-primas, aos produtos intermediários e ao material de embalagem utilizado na fabricação dos veículos em questão.

O art. 4º estabelece que, no caso de alienação do veículo, antes de dois anos, o alienante deve pagar o valor do IPI, acrescido de atualização, além de multa e juros de mora, na hipótese de fraude ou falta de pagamento do imposto devido.

Por fim, o início da vigência da lei proposta é marcado para a data de sua publicação.

Na justificativa do projeto, Sr. Presidente, seu autor lembra a importância do transporte escolar na garantia do acesso educacional de crianças e adolescentes. Ademais, as dificuldades financeiras dos governos subnacionais e os custos da oferta e manutenção do transporte escolar justificam a proposta de isenção tributária.

Com a promulgação da Emenda à Constituição nº 59, de 2009, tornou-se obrigatória a educação básica entre 4 e 17 anos de idade, assegurada a sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade adequada.

A nova redação do art. 208, § 7º, nos termos da mesma emenda, determina o atendimento ao educando em todas as etapas da educação básica por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Esses programas são de reconhecida relevância para assegurar o acesso à escola e a continuidade dos estudos da maior parte dos alunos de educação básica pública.

O transporte escolar assume a relevância especial nas áreas rurais que quase sempre não dispõem de serviços de transporte público.

Por fim, não identificamos na proposição aspectos inconstitucionais ou injurídicos e sua técnica legislativa não requer reparos.

VOTO

Em vista do exposto o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2011, Sr. Presidente.

Esses são o relatório e o voto.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Agradeço ao Senador Vicentinho e coloco em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo Senador inscrito para discussão, ponho em votação.

Os que estiverem de acordo permaneçam como estão.

Está aprovado o Parecer nº 131, de 2011, que agora vai à Comissão de Assuntos Econômicos, onde será analisado em caráter terminativo.

Vamos agora ao Item 10, cujo relator é o Senador Paulo Paim, que está presente.

ITEM 10

– Terminativo –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 217, DE 2009

Denomina Milton Brandão a rodovia BR-404 que liga a cidade de Piripiri, no Estado do Piauí, à de Icó, no Estado do Ceará.

Autoria: Deputado Paes Landim

Com a palavra, o Senador Paulo Paim, que tem um parecer favorável.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Cristovam, Senador Vicentinho, eu não poderia deixar de, primeiro, cumprimentar o Senador Cristovam.

Estivemos ontem numa bela atividade – eu até comentei na outra Comissão –, em que V. Ex^a foi considerado o nº 1, como o Senador mais destacado do Congresso Nacional, pelo Congresso em Foco, tanto pelos jornalistas como pelos internautas.

Eu me senti contempladíssimo, Senador, porque entrei no quesito saúde, defesa do meio ambiente e também defesa da democracia e da cidadania. Mas a homenagem principal foi para V. Ex^a e sou signatário, digamos, de avalizar, se assim me permitir dizer, de que foi mais do que justo o prêmio por V. Ex^a recebido.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Obrigado, Senador. Um prêmio como esse é importante, mas um comentário como o seu vale mais ainda do que o prêmio.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PDT – DF) – Por isso que ele é o número 1, viu? *(Risos.)*

Senador Cristovam, eu vou fazer a leitura porque é só uma página e meia. Se fosse mais longa eu não

leria. Até porque, V. Ex^a presidindo, é um orgulho poder ler o relatório para V. Ex^a.

Sr. Presidente, chega à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, o Projeto de Lei da Câmara 217, de 2009, de autoria do Deputado Paes Landim, que denomina Milton Brandão a rodovia BR-404, que liga a cidade de Piripiri, no Estado do Piauí, à de Icó, no Estado do Ceará.

O projeto contém dois artigos, é simples.

Ao justificar a proposição o autor destaca que a ideia de construir a BR 404 foi do próprio Deputado Milton Brandão. Ademais, a iniciativa seria uma forma de a Câmara dos Deputados homenagear aquele que dedicou grande parte da sua vida ao exercício da atividade parlamentar naquela Casa.

Sr. Presidente, por fim, no mérito, gostaríamos de nos subscrever na homenagem que aqui se presta ao saudoso Deputado Milton Brandão, ilustre representante do seu querido Piauí, Estado pelo qual lutou e trabalhou com galhardia ao longo de sua vida.

Diante do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e adequada técnica legislativa do PLC nº 217, de 2009, e por sua aprovação no tocante ao mérito.

Esse é o relatório.

Sei que não há número para deliberar, mas o relatório já fica apresentado, facilitando a votação num segundo momento.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Agradeço ao Senador Paulo Paim.

Abro a discussão. *(Pausa.)*

Não havendo Senadores interessados na discussão, fica aberta a discussão para a próxima reunião, na qual o projeto será discutido por ser em caráter terminativo.

Eu peço ao Senador Paim que presida a reunião para que eu possa relatar um projeto do Senador Paulo Bauer. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com a palavra, o Senador Cristovam para relatar o projeto em debate.

É o seguinte o item:

ITEM 2

– Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 414, DE 2011

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da educação), para dispor sobre a avaliação e o reforço pedagógico nos sistemas de ciclos e regimes de progressão continuada no ensino fundamental.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF)

– Sr. Presidente, tenho a honra de relatar um projeto que me parece do máximo interesse para o funcionamento da educação no Brasil. É de autoria do Senador Paulo Bauer e dispõe sobre a avaliação e o reforço pedagógico aos sistemas de ciclos e regimes de progressão continuada no ensino fundamental.

O projeto torna obrigatória a avaliação da aprendizagem, em língua portuguesa e matemática, ao final do 3º ano do ensino fundamental, nos sistemas de ensino que se organizam em ciclos ou que admitem o regime de progressão continuada.

Ademais, nos termos da proposição, os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos com desempenho insatisfatório, nessa avaliação, reforço pedagógico intensivo, no contraturno escolar, ao longo de todo o 4º ano do ensino fundamental.

Por fim, o projeto determina que a lei sugerida entrará em vigor em 1º de janeiro do ano subsequente à data de sua publicação.

Na justificação da iniciativa, seu autor lembra a grande difusão da organização do ensino fundamental em ciclos, bem como reconhece seu valor, mas alerta para os riscos dos modelos de “promoção automática” na aprendizagem dos alunos.

O projeto, ao qual não foram apresentadas emendas, tem decisão terminativa desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Nos termos do inciso I do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre esse assunto.

A organização do ensino fundamental em ciclos, formais ou não, como é o caso da progressão continuada, tem sido objeto de intensa divergência entre educadores e formuladores de políticas educacionais. Apesar de ter sido experimentado em escolas públicas nas décadas de 1960 e 1970, o sistema de ciclos apenas ganhou maior visibilidade quando foi instituído na gestão de Franco Montoro no governo do Estado de São Paulo (1983-1987). Com a edição da nova LDB, em 1996, a iniciativa foi prevista como uma forma possível de organização da educação básica, conforme preceitua seu art. 23. A partir de então, difundiu-se nas redes escolares públicas.

Para seus críticos, entre os quais eu me incluo, a progressão continuada apenas difere as evidências da fragilidade de nossas escolas: ao final de um ciclo, muitos alunos demonstram não ter adquirido o conhecimento que as instituições de ensino têm a obrigação de lhes oferecer. Há, ainda, quem critique o sistema de progressão continuada sob o argumento de que ele constitui, essencialmente, um esforço dos governos que o adotam para reduzir, artificialmente, a retenção de

alunos nas séries iniciais do ensino fundamental, com objetivos de redução de gastos, financeiros, e – o que acho mais grave ainda – com objetivos promocionais, dizendo que os alunos não estão em repetência, que os alunos estariam aprendendo.

Considero que a progressão continuada é uma espécie de alta automática nos hospitais. Seria como se cada doente, depois de uma semana, obtivesse alta, sem ninguém lhe tirar a pressão arterial. Isso está criando uma geração de alunos que terminam o ensino fundamental, entram no ensino médio e entram nas universidades – estamos vendo como grande feito dobrar o número de alunos universitários nesses últimos dez anos – sem preparo suficiente. Estamos mentindo para o Brasil inteiro quando usamos a progressão continuada.

Entretanto, ainda que essas críticas sejam procedentes, a organização do ensino fundamental em ciclos é preferível à alternativa que, de fato, existe no momento para ela: o retorno à perversidade da cultura da repetência. Quero chamar a atenção para o fato de que a progressão automática é uma mentira e de que a repetência é perversa. Ainda hoje, os dados de repetência no Brasil são alarmantes. O índice de repetência no ensino fundamental é de cerca de 20%, o mais elevado da América Latina, mesmo 25 anos depois da instauração da democracia, e expressivamente acima da média mundial, que é de cerca de 3%. Repito: no Brasil, há 20% de repetência no ensino fundamental, e, no mundo, esse índice é de 3%, incluindo aí os países ricos e os países muito pobres. Na verdade, os índices de repetência brasileiros evidenciam a reprovação das escolas, não das crianças. Desse modo, o que o debate sobre a adequação dos ciclos deixa em segundo plano é a incompetência de nossas escolas para cumprir seu papel de ensinar. Obviamente, uma escola é reprovada porque o governo é reprovado, seja o federal, seja o estadual, seja o municipal, conforme a responsabilidade.

Apesar de não estar isento de riscos, o sistema de progressão continuada constitui um instrumento de democratização da permanência das crianças na escola. Representa, ainda, um esforço para combater o elitismo e a seletividade de nossos sistemas de ensino.

É claro que há muitos equívocos na implantação desse novo sistema, a começar pela forma autoritária e oportunista adotada por muitos sistemas de ensino, mais preocupados com as estatísticas de desempenho – falso desempenho – do que com a efetiva aprendizagem dos alunos.

A luta em favor da melhoria da qualidade da educação básica deve focar os gargalos do sistema educacional. Historicamente, um desses gargalos é

constituído pelas primeiras séries do Ensino Fundamental. Essa situação, logo na entrada do processo de educação formal, quando a alfabetização se encontra em seu primeiro estágio, tem condenado muitas crianças a se sentirem fracassadas e a abandonarem a escola, após poucos anos de persistência contra a perversidade do sistema. Nasceram daí muitos analfabetos funcionais de hoje. Agravou-se, ao longo do tempo, o problema da distorção série/idade, que afeta a aprendizagem dos alunos. Perderam-se incalculáveis recursos financeiros, que poderiam ter sido revertidos.

Nas duas últimas décadas, foram criadas políticas públicas especialmente dirigidas à correção do fluxo escolar no ensino fundamental, como as classes de aceleração. Tudo jeitinho, nada solução definitiva para a educação. Jeitinho que nenhum de nós pode ficar contra. Quem pode ficar contra um programa de aceleração? Mas é um jeitinho. O certo era não haver necessidade disso. Mas os índices de repetência e abandono, que caíram razoavelmente, continuam inaceitáveis diante do desejo social de ver cumprida a norma constitucional segundo a qual a educação é direito de todos.

A difusão do sistema de ciclos faz parte desse esforço. Contudo, ele não pode representar uma simples mudança na forma de enganar as crianças e as famílias quanto à inaptidão das escolas.

Nesse contexto, a iniciativa representada pelo PLS nº 414, do Senador Bauer, é bem-vinda. Ela estabelece parâmetros para o funcionamento da organização em ciclos. Os sistemas de ensino devem promover uma avaliação geral dos alunos, ao final do terceiro ano do ensino fundamental, nas duas áreas básicas: língua portuguesa e matemática. Note-se que nenhum impedimento é criado quanto à possibilidade de ampliação do âmbito da avaliação. Pelo menos matemática e língua portuguesa. Os resultados, porém, precisam ter consequências. Uma delas, prevista no projeto, é o reforço pedagógico intensivo no contraturno escolar.

O projeto, desse modo, tem indiscutível mérito e deve ser acolhido.

Ademais, não há reparos a fazer quanto à sua constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Contudo, dada a aprovação da Lei nº 12.472, de 1º de setembro de 2011, que acrescenta o § 6º ao art. 32 da LDB para dispor sobre o estudo dos símbolos nacionais, é preciso apresentar uma emenda para adequar o enunciado do art. 1º do projeto.

Sr. Presidente, antes de dar o meu voto, que é pela aprovação, quero dizer que essa idéia já foi executada durante 4 anos no governo do Distrito Federal. Entre 95 e 98, nós adotamos um sistema de ciclo com

avaliação e com o acompanhamento do aluno que não fosse aprovado.

Creio que essa maneira que o Senador Bauer propõe é a maneira de evitar a perversidade da repetência, sem a irresponsabilidade da promoção automática. O ideal era não haver necessidade disso. Mas, enquanto não quisermos fazer a revolução educacional de que o Brasil precisa e que governos sucessivos vêm se negando a fazer, dando muito mais prioridade às universidades, independentemente da qualidade que terão, do que ao ensino básico; enquanto não tivermos um governo que queira cumprir essa obrigação do Estado brasileiro com o nosso futuro, pelo menos, que acabemos com a perversidade da reprovação de crianças que abandonam a escola quando se encontram com crianças de idades bem menores, mas sem cairmos na irresponsabilidade da promoção automática.

Essa é a intenção do projeto de lei, que já foi testado aqui, no Distrito Federal, durante quatro anos e que teve sucesso. Mas eu insisto: isso vai exigir mais dinheiro, porque, para ter o acompanhamento do aluno não aprovado, vamos precisar de mais professores. E essa é uma condição positiva do projeto.

Por isso, Sr. Presidente, dou meu parecer pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 414, de 2011, acolhida a seguinte emenda:

EMENDA Nº -CE

Dê-se ao *caput* do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 414, de 2011, a redação a seguir:

Art. 1º O art. 32 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 3º e 4º, renumerando-se os atuais §§ 3º, 4º, 5º e 6º como §§ 5º, 6º, 7º e 8º, respectivamente.

Esse é um ajuste necessário, apenas para compatibilizar as duas leis.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, não encerro a discussão, porque não há quórum para a votação, o projeto é terminativo. Fica aberta a discussão, e voltaremos na próxima reunião.

Passo a palavra ao Senador Cristovam Buarque, que volta a presidir a Comissão. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Agradecendo ao Senador Paim que permitiu que nós não atrasássemos o andamento desse projeto importante.

Como não há outros itens a serem debatidos, eu apenas quero comunicar que amanhã teremos uma audiência pública, cujo assunto será “Educação a dis-

tância no âmbito dos cursos de graduação em serviço social no País”, Requerimento nº 48/11, do Senador Paulo Bauer. Os convidados são Hélio Chaves Filho, Diretor do Departamento de Regulação e Supervisão de Educação a Distância do Ministério da Educação; João Vianney, Professor e Consultor de Educação a Distância; Ricardo Holz, Presidente da Associação Brasileira dos Estudantes de Educação a Distância; Esther Luíza de Souza Lemos, Conselheira do Conselho Federal; Maria Luiza Belloni, Professora e Especialista em Educação a Distância.

Amanhã, depois dessa audiência, teremos uma reunião fundamental, dentro dos limites do prazo, para analisar as emendas ao Plano Plurianual, o PPA, 2012-2015.

A 62ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura se realizará, portanto, no dia 9 de novembro de 2011, quarta-feira, após a 61ª Reunião desta Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa. O item único será a discussão e votação as emendas da Comissão ao Plano Plurianual de 2012, do qual eu sou Relator.

Com isso, dou por encerrada esta reunião.

(Iniciada às 11 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 10 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 61ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 9 DE NOVEMBRO DE 2011. AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e dezoito minutos do dia nove de novembro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Paulo Bauer, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Cristovam Buarque, Inácio Arruda, Benedito de Lira, Cyro Miranda, Maria do Carmo Alves, Marinor Brito, Delcídio do Amaral, Aníbal Diniz, Vicentinho Alves, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Flexa Ribeiro e Mozarildo Cavalcanti, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Magno Malta, Ana Rita, Lídice da Mata, Roberto Requião, Eduardo Amorim, Geovani Borges, Garibaldi Alves, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Ana Amélia, José Agripino, Armando Monteiro e João Vicente Claudino. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da

Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 48/11–CE, de autoria do Senhor Senador Paulo Bauer, destinado a discutir **“A educação a distância e o âmbito dos cursos de graduação em serviço social no país”**. Logo após, a Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública, do Senhor Deputado Federal Ângelo Agnolin (PDT-TO), Presidente da Frente Parlamentar de Apoio ao Ensino a Distância; Senhor Antônio Carbonari, Presidente do Grupo Anhanguera; Senhor Professor Doutor Fernando José Spanhol, Vice-Reitor da Fundação Universidade do Tocantins – UNITINS; Senhora Alessandra Ribeiro de Souza, Conselheira do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS; Senhora Sônia Luiza Martins, Secretária Executiva da Associação Brasileira dos Estudantes de Educação a Distância – ABE-EaD; Senhora Aline Campos de Barros, Tesoureira da ABE-EaD; Senhor Stavros P. Xanthopoulos, Diretor Executivo da Fundação Getúlio Vargas Online – FGV Online e Vice-Presidente da Associação Brasileira de Educação a Distância – ABED; Senhor José Tafner, Chanceler do Centro Universitário Leonardo da Vinci; Senhor Luís Gomes, Presidente da Associação Nacional dos Tutores de Educação a Distância – ANATED; Senhor Jeferson Fagundes, Pró-Reitor de Educação a Distância e Diretor Nacional de Educação a Distância do Centro Universitário UniSEB – COC; Senhor Pedro Cunha, Diretor Geral de Educação a Distância da Universidade Luterana do Brasil – ULBRA; Senhor Luciano Formighieri, Secretário Executivo da Associação de Mantenedoras Particulares de Educação Superior de Santa Catarina – AMPESC; Senhor Luis Cláudio Paulo, Pró-Reitor do Centro Universitário Claretiano e Senhores Professores e Estudantes, representantes da ABE-EaD. Como expositores, comparecem à Audiência Pública o **Senhor Hélio Chaves Filho, Diretor do Departamento de Regulação e Supervisão de Educação a Distância do Ministério da Educação – MEC; Senhor João Vianney, Professor e Consultor de Educação a Distância; Senhor Ricardo Holz, Presidente da Associação Brasileira dos Estudantes de Educação a Distância – ABE-EaD e Senhora Esther Luíza de Souza Lemos, Conselheira do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS**. Neste momento, o Senhor Vice-Presidente, Senador Paulo Bauer, informa ao Plenário que a Senhora Maria Luiza Belloni, Professora e Especialista em Educação a Distância, convidada como expositora para a presente Audiência Pública, justificou sua ausência por problemas de transporte aéreo. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores

Senadores membros da Comissão. Usa da palavra o Senhor Senador Paulo Bauer, autor do Requerimento. Após as considerações finais dos expositores, a Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às onze horas e cinquenta e oito minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.– Senador **Paulo Bauer**, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Cumprimentando a todos com um cordial bom-dia e havendo número regimental, declaro aberta a 61ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e aprovação da mesma.

Os Senadores e as Senadoras que estiverem de acordo com a proposição, permaneçam como se encontram (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 48/11-CE, de minha autoria, para a realização de audiência pública destinada a debater a educação a distância e o âmbito dos cursos de graduação em Serviço Social no País.

Dando início à audiência pública, solicito ao Secretário da Comissão Júlio Linhares que acompanhe os convidados para tomarem assento à mesa (*Pausa.*)

Informo aos Srs. Senadores e Senadoras e também aos presentes que havíamos deliberado pelo convite ao Sr. Hélio Chaves Filho, Diretor do Departamento de Regulação e Supervisão de Educação a Distância, do MEC, a quem saúdo (*Pausa.*)

Também o convite foi feito ao Sr. João Vianney, Professor e Consultor de Educação a Distância; igualmente, ao Sr. Ricardo Holz, Presidente da Associação Brasileira dos Estudantes de Educação a Distância, que se encontra presente.

Convidamos também a Srª Esther Luiza de Souza Lemos, Conselheira do Conselho Federal de Serviço Social, que também se encontra presente. E a Profª Maria Luiza Belloni, especialista em educação a distância, que não pôde estar presente por conta do cancelamento do voo que utilizaria para chegar a Brasília,

na noite de ontem. Em função disso, ela justificou e não se encontra presente.

Quero informar aos convidados que esta reunião está sendo objeto de divulgação pela TV Senado, pela Rádio Senado, também pela Agência Senado e pelo Jornal do Senado. Portanto, é uma audiência pública que tem repercussão e obviamente conhecimento de todo País, através desses mecanismos de divulgação e também da imprensa como um todo.

Agradecemos a presença de todos que comparecem a esta reunião, a este Plenário, bem como aos assessores e funcionários, especialmente aos Senadores que participam da reunião, que terão, inclusive, a possibilidade e a condição de questionamentos e observações a respeito da matéria para os palestrantes convidados.

Quero informar aos palestrantes convidados que o nosso modelo de reunião e de audiência pública tem se pautado por cumprimento estrito do Regimento Interno.

Vamos ter uma hora de apresentações, quinze minutos improrrogáveis para cada um dos convidados, e eu serei muito rígido – permitam-me que assim seja, para que tenhamos efetivamente a condição do debate, da discussão, se for necessário a partir desse tempo, para que tenhamos audiência tanto na TV como no Rádio.

Como eu sempre digo em todas as reuniões que eu presido aqui: ninguém mais assistiria a uma partida de vôlei se ela fosse no modelo antigo, quando nunca tinha horário para terminar. Agora, que tem hora para terminar, todo mundo assiste porque sabe o que pode fazer depois, e o vôlei se tornou uma modalidade esportiva mundialmente aplaudida, com muitos participantes e com muita torcida. Nós queremos que muitos participem das audiências públicas do Senado, mesmo como espectadores, como ouvintes e que todos torçam pelo sucesso e pelo resultado dos nossos trabalhos.

Portanto, dentro do critério que tenho adotado em cada reunião, hora começo da esquerda para a direita e, na seguinte, da direita para a esquerda. Hoje, começaremos pela direita, nesta ordem.

Eu não sei se a assessoria da Casa eventualmente cuida de mudar a colocação, mas vou pedir à assessoria que, para as próximas reuniões, para que não aconteça a possibilidade de alguém se sentir prejudicado, que comece sempre pela ordem alfabética do nome do convidado, de lá para cá. Aí, nós não vamos nunca ter erro de formação de mesa e acabaremos tendo todos, democraticamente, participando do processo que queremos seja muito positivo.

Concedo, portanto, a palavra à Srª Conselheira Esther Luiza Lemos, por quinze minutos.

V. Sª tem a palavra.

A SR^a ESTHER LUIZA DE SOUZA LEMOS –

Bom dia a todos os participantes. Quero saudar o Senador Paulo Bauer e todos os Senadores aqui presentes, saudar os promotores desta audiência pública pelo requerimento feito e pela possibilidade de podermos, neste momento, fazer a discussão sobre os rumos da política do ensino superior e seus impactos para o serviço social.

Esta audiência pública está sendo, sim, um marco na história, especificamente, da profissão dos assistentes sociais no Brasil. Contudo, quero registrar que a disparidade na composição da mesa já põe uma problemática do que a gente está “problematizando”, que democracia é essa quando a gente está falando da democratização da educação no Brasil.

Tenho a honra de, aqui, representar aproximadamente 110 mil assistentes sociais ativos no País, compondo uma profissão que é exercida, no Brasil, desde 1936.

Nesses 75 anos de existência, o serviço social construiu uma trajetória que só pode ser compreendida no conjunto das relações sociais na particularidade brasileira.

A profissão foi regulamentada em 1957 pela Lei nº 3.252, sendo o conselho criado em 1962. Sendo assim, no ano que vem, 2012, o Conselho Federal de Serviço Social completará 50 anos.

Mas o que é o CFESS? Eu gostaria de chamar a atenção por conta de que temos ouvintes e temos a sociedade brasileira que nos assiste, então, eu gostaria de registrar que o Conselho Federal de Serviço Social é uma autarquia federal regulamentada pela Lei nº 8.662, de 07 de junho de 1993, dotado de personalidade jurídica de direito público e forma federativa, tendo como função precípua orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício da profissão do assistente social em todo o território nacional, e, consequentemente, garantir a qualidade dos serviços prestados aos usuários dos serviços sociais.

Além de normatizar o exercício profissional do assistente social, é competente para se manifestar sobre qualquer questão que diga respeito à matéria de serviço social, conforme dispõe o art. 8º da Lei nº 8.662, de 1993, e, nessa condição, é autoridade reconhecida de grau superior, que tem a prerrogativa e o dever de zelar pela qualidade e o prestígio da profissão.

Nossa profissão tem como matéria as expressões da questão social. Sob cada parecer, cadastro e encaminhamento que o profissional realiza, há vidas cujas trajetórias podem ser modificadas por uma intervenção profissional que não consiga perceber as inúmeras facetas da questão que se apresenta, que não consiga ir além das aparências, que não tenha a

investigação como um elemento no seu trabalho, que não compreenda as consequências éticas das escolhas profissionais.

Nos últimos 30 anos, o serviço social brasileiro fez a crítica às suas raízes tradicionais e conservadoras, e construiu um projeto profissional que articula trabalho e formação profissional. Essa articulação foi construída tanto nas organizações da categoria profissional, quanto em seus aparatos jurídicos profissionais, sintonizando com princípios democráticos e justiça social.

É nesse contexto que se situa o seu código de ética, comprometido, essencialmente, com os princípios da liberdade de democracia. Mas eu perguntaria: por que um Conselho que tem a defesa da democracia como princípio ético-político “publicizou” um posicionamento contrário ao ensino a distância, propalado como fator de democratização na educação?

A resposta a essa questão vem da análise da realidade contemporânea e se expressa nos seguintes aspectos – levantarei alguns aspectos que querem justificar a nossa análise.

I – A expansão do ensino superior privado, ligeiro, presencial ou a distância, com o suporte da LDB e forte apoio institucional do Ministério da Educação ao longo de seguidos governos, ocorre para configurar nichos de valorização do capital médio, num período em que o capitalismo promove uma intensa “oligopolização” do capital, com tendências de concentração e fusão de capitais, dificuldades de investimento produtivo e de valorização. Constitui, ainda, uma via de acesso ao fundo público e ao crédito, a exemplo da discussão acerca do apoio do BNDES a essas instituições, na perspectiva da valorização e do suporte ao lucro privado fácil e rápido, tendência essa que vem crescendo no contexto da recente crise.

Trata-se da introdução de tecnologia capital intensiva para o treinamento em grande escala e baixo custo. Nesse caso, os tutores e congêneres são superexplorados em curto espaço de tempo, com alta lucratividade.

II – A expansão desse tipo de ensino corresponde a uma estratégia política de legitimação, porque se dá em nome da democratização do acesso ao ensino superior como forma de chegar ao emprego, o que tem um forte poder de mobilização na sociedade brasileira, que está entre as mais desiguais do Planeta em todos os acessos, historicamente.

A maior perversidade desse projeto é esta: estamos produzindo um exército de reserva de trabalhadores de formação superior limitada, cuja maioria tem poucas condições de competir no mercado de trabalho, como mostram os processos de seleção pública e concursos, mas que caem no canto da sereia

do acesso, que, na verdade, é a forma de o Governo brasileiro corresponder aos parâmetros internacionais de competitividade e atratividade no contexto da “mundialização”, no mesmo passo em que reproduz o seu projeto político.

III – Essa expansão tem conexão com as linhas mestras do projeto de crescimento econômico brasileiro, conforme as escolhas que têm sido feitas a partir da implementação do projeto neoliberal no Brasil, com ares de neodesenvolvimentismo.

IV – Aí, estão os vetores estruturais e políticos que pressionam pela expansão do ensino superior privado ligeiro e pelas investidas, também, junto ao setor público, como o Reuni.

Não é a primeira vez que acontecem mudanças estruturais no Brasil e que requisitam um novo perfil de ensino superior.

A ditadura militar, com sua modernização conservadora, criou a universidade tecnocrática, buscando adaptá-la às requisições do milagre brasileiro, da força de trabalho qualificada em determinados níveis e calar, preventivamente, a juventude das camadas médias urbanas, que queriam mais vagas no ensino superior.

Esse processo pleno de contradições inverteu a relação entre ensino público e privado no Brasil, ou seja, a saída, naquele momento, também foi a privatização, mas a universidade tecnocrática pública, ainda que tenha sido fragmentada, comportou o crescimento de pesquisa e, no processo de redemocratização e ascensão dos movimentos sociais, foi possível democratizá-la e conferir-lhe espaço de resistência.

Por favor, o tempo. Quando faltarem cinco minutos o senhor me avisa? Obrigada.

O serviço social, então, se inseriu e se construiu na universidade brasileira como um dos espaços de resistência ao longo desses 70 anos. E a pergunta: qual formação, ou qual concepção de formação profissional orienta os assistentes sociais brasileiros? Nós estamos defendendo uma política de educação, e qual é a nossa concepção?

As diretrizes curriculares, hoje aprovadas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, garantem: flexibilidade na organização dos currículos; rigoroso trato teórico; adoção de uma teoria social crítica; superação da fragmentação de conteúdos na organização curricular; estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos da condição central da formação profissional; padrões de desempenho de qualidade idênticos a cursos diurnos e noturnos; caráter interdisciplinar; indissociabilidade das dimensões de ensino, pesquisa e extensão; exercício do pluralismo; ética como

princípio formativo; indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica.

Os assistentes sociais brasileiros, no 37º Encontro CFESS/CRESS, decidiram organizar um plano de lutas, um plano de articulação entre trabalho e formação profissional, e fizeram um conjunto de dossiês, de documentos. A situação encontrada no processo de fiscalização desse Conselho foi a seguinte: desde o ano de 2000, quando realizamos seminários conjuntos das três entidades nacionais para analisar a LDB e as consequências no ensino superior, vimos mantendo uma posição crítica ao estímulo das forças do mercado na educação, incorporado largamente pela legislação brasileira.

O estágio é, sem dúvida, em que pesem os demais problemas, o nó górdio dessa modalidade de oferta. O maior número de denúncias nos CRESS e ABEPSS tem relação com esse componente curricular fundamental.

Seguem as principais irregularidades detectadas: não credenciamento dos campos de estágio junto aos CRESS; listagem de estágios com informações em discordância com os fatos fiscalizados; número excessivo de estagiários por supervisor de campo, ferindo a Resolução do CFESS 5333; o excesso de alunos por supervisor acadêmico; há supervisores de campo supervisionando em mais de uma instituição, simultaneamente; informações imprecisas nos documentos exigidos pela Lei 8.662; responsabilização da abertura de campos de estágios submetida somente ao estudante sem intermédio da unidade de ensino; pressão sofrida pelos assistentes sociais pela abertura de campo de estágio; campo de estágio do serviço social a instituições que não estão em consonância com os arts. 4º e 5º da lei que regulamenta a profissão; supervisor de campo acadêmico assentado na figura do mesmo profissional; ausência de supervisão acadêmica; ausência de supervisão de campo; supervisor de campo a distância; supervisor de campo que não tem vínculo de trabalho com a instituição, realizando um trabalho voluntário que fere a Lei de Estágio Federal e a Resolução nº 533; o não planejamento das atividades de estágio por parte dos supervisores de campo e acadêmico e aluno estagiário; estagiário não matriculado devidamente no semestre correspondente ao estágio curricular, enfim, são as irregularidades que detectamos nesse processo.

Além do mais, uma questão que nos causa bastante estranhamento é o fato do processo de assédio moral que muitos profissionais têm recebido para serem obrigados a dar supervisão de estágios.

Os documentos pelos CRESS, dos quais colhemos as situações mais graves, nos trazem elemen-

tos suficientes, factuais e analíticos para sustentar o posicionamento contrário e lutar pelo fim da oferta da graduação a distância em serviço social no Brasil.

Longe de ser uma posição meramente ideológica, trata-se de uma firme defesa da densidade teórico-prática que deve orientar a formação profissional.

Outra pergunta: a quem se dirige a nossa crítica? Nossos posicionamentos não são fundados no desconhecimento e no preconceito, nem são dirigidos aos estudos e trabalhadores do ensino a distância. Na verdade, a campanha marca a nossa discordância com a política brasileira de ensino superior, profundamente mercantilizada e “descriminalizadora”. Uma política que reforça as desigualdades sociais e regionais no País, que assegura aos ricos o ensino de qualidade, e aos que não possuem condições de acessar as poucas instituições de graduação públicas presenciais ou de custear a sua própria formação de qualidade são ofertados os cursos de IADE expressão máxima da “precarização” da educação.

Essa lógica expansionista da educação reflete a perfeita combinação entre os interesses do mercado interno e os interesses políticos governamentais de elevação dos indicadores quantitativos, relativos ao ensino superior, para atrair novos investimentos estrangeiros para o País. Essa expansão não garante acesso democrático ao ensino, tampouco assegura sua qualidade.

Nossa tarefa é cobrar do Estado igualdade de acesso ao ensino superior presencial para todos e a garantia e a qualidade dessa oferta. Trata-se de enunciar quem se beneficia com a educação a distância. De um lado, os tubarões do ensino, que ficam cada vez mais ricos e que tem um único objetivo: vender uma mercadoria.

A massificação e a impessoalidade devem sucumbir diante do direito ao ensino superior gratuito e de qualidade, que urge ser materializado em condições de oferecer aos estudantes formação crítica que os preparem para o exercício profissional e também ampliem suas condições de atuar em um mundo cada vez mais complexo, na perspectiva de torná-lo mais justo, igualitário e humano.

Urge ainda ser materializado de forma a oferecer aos docentes condições de trabalho dignas, com estabilidade e direitos trabalhistas garantidos com a regulamentação do cargo e da jornada, além de salário compatível com a responsabilidade e atribuição que desenvolve.

Pelo direito à livre expressão de pensamento, no dia 12 de agosto de 2011, o conjunto CFESS, CRESS, ABEPSS e Enesso tiveram seus direitos de livre expressão censurados; ação cautelar impetrada pela Justiça

Federal de Campinas, São Paulo, contra a campanha “Educação não é *fast-food*. Diga não à graduação a distância em serviço social”, foi deferida, determinando o recolhimento do material gráfico e cessação da exibição de todos os vídeos.

Consideramos que não existe, na campanha veiculada pelo CFESS e pelas outras entidades, qualquer abuso do direito de manifestação. Trata-se, sim, de uma crítica bem formulada, bem elaborada, bem humorada de forma a chamar a atenção da sociedade para uma triste realidade na educação brasileira, ou seja, o aligeiramento no ensino, que retira do estudante o direito constitucional de ter acesso ao ensino de qualidade presencial laico e público.

No primeiro seminário sobre o Ensino de Graduação a Distância na área de saúde, o fórum dos conselhos federais, áreas de saúde, realizado aqui em Brasília de 30 a 31 de março, cujos conselhos federais participam: biologia, biomedicina, educação física, enfermagem, farmácia, fisioterapia, terapia ocupacional, fonoaudiologia, medicina, medicina veterinária, nutrição, psicologia, radiologia, serviço social manifestaram-se contrários a essa modalidade de ensino.

Também a revista *Caros Amigos* tem uma matéria deste mês, publicando matéria com o título “Ensino a distância rebaixa a qualidade da educação no País”, problematizando o tema, manifestando posição contrária a forma como a modalidade vem se desenvolvendo no País. Enfim, o que se problematiza é a produção de profissionais em massa com conteúdos banalizados.

O enfrentamento da “precarização” da formação profissional nos remete à indissociabilidade entre formação e o exercício profissional. Assim, nos apropriando das reflexões de Florestan Fernandes, reafirmamos nosso compromisso com a classe trabalhadora, pois, ou nos identificamos com o destino do nosso povo, ou com ele sofrendo na mesma luta, ou nos dissociamos do povo e, nesse caso, seremos aliados daqueles que exploram o povo.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SP) – Agradecemos à exposição feita pela Sr^a Esther Luiza Lemos.

Quero informar aos demais convidados que quando a campanha toca é porque falta um minuto e não porque o tempo acabou. Então, a senhora nos ofereceu um minuto de ganho de tempo. Mas não há problema.

Passo a palavra, agora, ao Dr. Hélio Chaves Filho, Diretor do Departamento de Regulação e Supervisão da Educação a distância do MEC, para fazer a sua exposição pelo tempo de quinze minutos.

O SR. HÉLIO CHAVES FILHO – Bom dia a todas e a todos.

Em nome do Exmº Senador Paulo Bauer, eu quero cumprimentar os demais Senadores, os membros da Mesa, os representantes aqui das instituições mantidas, que ofertam cursos em serviço social, os representantes dos estudantes e a todos que militam na campanha nacional da busca da educação superior de qualidade, inclusive na modalidade a distância.

A contribuição do Ministério da Educação, e aqui eu represento a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, é no sentido de trazer insumos para o bom debate e buscar um caminho de diálogo junto ao Conselho Federal de Serviço Social e os demais coligados, que são os Conselhos Regionais em Serviço Social, na busca da equação que vai resolver esse problema nacional. Por quê? Apensar de todos os elementos justos e nobres que pautaram o discurso da DRT Esther em relação à melhoria da qualidade da educação superior no Brasil, eu não posso concordar com três pontos que foram citados aqui, dentre eles a discriminação à modalidade, que em sendo feita. Eu não compreendo, Drª Esther, que uma decisão judicial autêntica, legítima possa ser considerada como censura nessa altura do campeonato, em que temos uma Constituição, legitimamente aprovada neste País, que traz os direitos dos cidadãos, e que não podem ser, digamos, prejudicados por uma ação de um órgão que sequer tem competência para atuar no tema que está pretendendo atuar.

O segundo ponto que eu não posso concordar é com a nossa proposta de... Eu não chamaria isso aqui de artigo, mas, sim, de um documento preconceituoso acerca da população brasileira, principalmente aquela população de baixa renda; são os menos favorecidos no Brasil.

Ora, quando eu leio: “Ensino a distância rebaixa a qualidade da educação no País”, e leio, logo abaixo: “A maioria dos alunos que cursam essa modalidade de ensino é constituída por pessoas com baixo poder aquisitivo”, isso é a prova de que a matéria é preconceituosa. Nós não podemos discriminar os estudantes acerca da sua condição social, acerca da sua condição financeira. (*Pausa.*) Ora, a maioria dos alunos do ProUni é de baixo poder aquisitivo, o que tem mudado o perfil da Educação Superior no Brasil, tem mudado a qualidade da educação no interior do nosso País e tem mudado o enfoque das instituições acerca da oferta dessa Educação Superior.

Eu não posso concordar também, Profª Esther, com o discurso de que o CFESS buscou o diálogo e buscou se pautar por um trabalho nacional autêntico, porque tenho aqui documentos – todos – que mostram o movimento do Ministério da Educação nos últimos quatro anos, tentando diálogo e aproximação para, num

acordo de cooperação técnica, travarmos, então, o que seria a discussão do que é necessário para formar o profissional de Serviço Social. A última resposta que tivemos da Presidência do Conselho – eu tenho aqui a cópia do ofício – conclui:

“Diante dos fatos, portanto [e os fatos são esses que nos trazem aqui hoje, que é o preconceito à modalidade], não é possível nós, Conselho Federal de Serviço Social, nos comprometermos juntos a esta Secretaria do Ministério da Educação na construção de parâmetros de formação a distância, por meio de formalização de acordo de cooperação técnica, conforme fora sugerido.”

Ou seja, o MEC buscou o Conselho Federal para, numa parceria autêntica, trazermos os insumos de, então, o que é a qualidade nessa formação. O que precisamos fazer? O que temos para tratar para que haja, de fato, essa conformidade com aquilo que pregam os profissionais da área de Serviço Social. A resposta é uma negativa de um diálogo aberto e franco que nós pretendíamos.

Agora, foi com muito carinho que eu atendi a esse pedido do grupo que cuida da educação a distância em representar o MEC e venho aqui para debater um diálogo e buscar... E agora, Drª Esther, eu gostaria muito de estabelecer diálogo com a senhora e com a nova Presidente do Conselho Federal de Serviço Social, para equacionar esse problema, que ele está na esfera, sim, de três campos: o campo do preconceito, o campo da discriminação e o campo do debate vazio, sem o conhecimento de causa acerca do que é a modalidade de EAD.

Eu trouxe algumas telas para mostrar o quanto preconceituosa é a posição acerca da modalidade de EAD.

Vamos passar à próxima tela, por favor. Primeiro, a Educação a distância tem previsão legal neste País, desde a Constituição até as portarias normativas do Ministério da Educação. Portanto, não há o que se falar em irregularidade ou ilegalidade em relação à modalidade.

Hoje, temos 223 IES credenciadas para EAD e, diferentemente do que prega aqui esse artigo – que eu prefiro não chamar de artigo –, que traz que majoritariamente as instituições credenciadas são do setor privado, temos, das 223, 54% delas no setor público. São instituições públicas que mantêm a oferta da Educação a distância no interior do Brasil.

Próxima tela, por favor. O que é um credenciamento para a EAD? Ora, não é feito de forma como vem sendo pregado pelas convenções e eventos do Serviço Social, que é uma coisa solta, aberta etc. Absolutamente. Temos um processo formalizado no MEC com análise documental, avaliação *in loco*, análise de

mérito, fase de relato no Conselho Nacional de Educação e homologação pelo Ministro da Educação. Ora, um processo que passa por um crivo em várias instâncias como essas não pode ser um processo que, lá adiante, seja caracterizado como um processo equivocado ou que não dê condições de formação.

Próxima tela, por favor. Esses são os credenciamentos para EAD. O número ali de 221 não foi atualizado, pois são 223 credenciadas. Aqueles são os locais de atendimento, os polos. O primeiro problema que nos aparece é o seguinte: não temos profissionais de Serviço Social em quantidade suficiente. Pelo número que a Dr^a Esther nos trouxe de 110 mil profissionais, sendo que hoje, pelo dado do censo, temos 70 mil alunos em Serviço Social na Educação a distância, esse número seria mais que suficiente para atender a todos. Ocorre que, em 2008, o Conselho Federal de Serviço Social aprovou a Resolução nº 533 que limita o número de estudantes por profissional.

Ora, quando se faz uma limitação dessa natureza e quando isso é combinado a outro fenômeno, o de que esses profissionais não estão nos Municípios daqueles polos, cria-se um déficit e esse déficit acaba se refletindo nos estudantes que cursam até o sexto, sétimo semestre, pois, lá adiante, eles não conseguem efetivar o estágio profissional, que é um estágio que tem de ser desenvolvido junto a um profissional. Não tenho dúvida. Portanto, esse profissional tem de fazer o trabalho dele, mas nunca entrar e esbarrar nas competências da formação educacional.

Então, eu pretendia aqui fazer uma espécie de metáfora e aí, Senador – desculpe-me –, o senhor está dividindo o lado que vai cuidar da área profissional e, do lado de lá, é a área acadêmica. Na nossa compreensão, o que está havendo é que o lado de cá, profissional, está interferindo na área de formação acadêmica, educacional. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Peço apenas para interrompê-lo, porque o Regimento do Senado é muito rígido e expresso: não é permitida a manifestação dos participantes em qualquer sessão do Senado Federal, seja na sessão do plenário, seja em reuniões como esta de comissões. Aos que não conheciam essa norma, lamento informar que não poderão se manifestar nem com aplausos, nem com apupos de nenhuma espécie. Peço que compreendam, para que não precisemos tomar outro tipo de providência com relação ao assunto.

O senhor tem a palavra, por favor.

O SR. HÉLIO CHAVES FILHO – Na próxima tela, trazermos uma linha amarela ali, menos clara, menos visível, mostrando, então, que temos mais instituições públicas de Educação Superior ofertando a modalidade

de Educação a distância. Então, esse artigo também se equivoca no número de informações que ele traz acerca da modalidade.

Próxima tela, por favor.

Essas são as instituições que ofertam curso a distância na modalidade EAD. Ora, qual é a melhor forma de se combater um preconceito? É mostrando dados concretos acerca da realidade. Então, quero mostrar aqui, apesar de eu não poder apresentar ainda os dados numéricos correlatos, que, de todas essas instituições que aí estão, nenhuma – vou repetir: nenhuma delas – teve avaliação do último Enade, que foi realizado em 2010, no curso de Serviço Social, com nota inferior. Nenhuma dessas instituições teve avaliação inferior, no curso de Serviço Social, na modalidade a distância, na avaliação do conceito preliminar de curso. Portanto, falar que cursos a distância são de baixa qualidade é um preconceito que precisamos combater. Primeiro, dados oficiais mostram que isso não se confirma. Isso não é verdadeiro. Ora, é lógico que precisamos ampliar, cada vez mais, a política de acompanhamento e de melhoria das condições de trabalho desses profissionais junto aos estudantes.

Nesse sentido, Dr^a Esther, quero reafirmar ainda o interesse, apesar da resposta do Conselho Federal, do Ministério em trazer, sim, novamente esse tema ao diálogo.

Quero lembrar que foi necessário ajuizar uma ação para que se retirasse do ar essa campanha, que é equivocada. Senador, eu acho que seria o caso de olharmos também a questão de financiamento dessa campanha, porque não foi uma campanha barata e foi motivada por um órgão que não tem competência para lidar com esse tema. Então, fica como registro a necessidade de averiguação de financiamento dessa campanha.

Próxima tela, por favor.

Ali, temos o dado de 2009: 68 mil alunos. Se pensarmos que houve um acréscimo de 10%, nós estaríamos, então, na margem de 77 mil ou 80 mil alunos de Serviço Social. Ora, com 110 mil profissionais, é plenamente possível criar as condições para que haja esse estágio. O que não posso é criar regras internas, profissionais que limitem o acesso a esse estágio.

Próxima tela.

Eu quero trazer também à baila o caso do Conselho Regional de Biologia, que recentemente abriu uma discussão acerca da modalidade e teve de voltar atrás. A Presidência do Conselho publicou equivocadamente a Resolução nº quinze¹, de 2008, na mesma época em que o Conselho Federal de Serviço Social abriu a 533, proibindo registro de diploma aos egressos de cursos na modalidade a distância. Ora, a deci-

são judicial vem e acaba com esse equívoco, porque diz o seguinte: não se pode discriminar um aluno pela escolha de modalidade que, eventualmente, ele tenha utilizado para chegar ao seu curso superior. Aí, estamos falando, de fato, de estudantes trabalhadores e estudantes que conseguem estudar em horários que não são aqueles do trabalho. Aí, temos de olhar isso com muito carinho, sim, porque eu não quero acreditar que a educação superior neste País seja para poucos privilegiados, mas sim para toda a população que tenha condições, idade e informação suficiente para cursar.

Na próxima tela, a gente conclui, em negrito, ali, a parte principal, primordial, que não se admite, malgrado se elogiava a intenção do Conselho de buscar qualidade, negar o registro do profissional que tem diploma válido.

Então, nessa linha, acho que precisamos questionar sem as manifestações do Conselho de Serviço Social, porque estamos questionamos a legalidade de uma modalidade que, como já apresentei, tem previsão legal.

Bem, próxima tela.

Queria terminar a minha fala, trazendo um poema de Drummond, que acho que mostra muito bem o que é o preconceito na sociedade.

Dr^a Esther, a menos de 100 anos, Drummond escrevia esse poema para uma pessoa do interior de Minas Gerais, que se candidatava a partir de uma decisão judicial, porque era proibido às mulheres votar e serem votadas em nosso País. Ora, puro preconceito.

Então, acho que está na hora também de tirarmos esse preconceito acerca da modalidade. A modalidade nova é importante? É. Tem como contribuir para a expansão da educação superior no Brasil? Sim. E, dessa forma, a gente vai caminhar com meios e estratégias – lógico – plenas e em condições diferenciadas, para atender a todos os estudantes.

Quero lembrar que Drummond, quando colocou isso, ouviu, inclusive nas falas messiânicas e apocalípticas, muito semelhantes às que tenho ouvido das manifestações do Serviço Social: o mundo vai acabar com a eleição, eventualmente, de uma mulher.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Obrigado, Dr. Hélio Chaves Filho, pela sua exposição.

Ouviremos, agora, a exposição do Prof. João Vianney, que é Consultor de Educação a Distância.

O SR. JOÃO VIANNEY – Muito obrigado.

Bom dia, Senador Paulo Bauer. Bom dia, Senador Mozarildo Cavalcanti. Bom dia, Senadora Maria do Carmo. Bom dia a todos os presentes e aos colegas de Mesa.

Queria elogiar a apresentação feita pelo Prof. Hélio Chaves. Acho que, com muita consistência, ele trabalhou não apenas a questão legal, mas também a questão conceitual e do crime constitucional que se comete.

Vou seguir, então, com a minha apresentação, colocando para os Srs. Senadores exatamente o que o Hélio citou: o perfil do aluno que faz educação a distância, para que se possa perceber exatamente a importância dessa modalidade para a educação superior recente no País.

Próxima tela. Mais uma.

Aqui tenho uma tabela, Senadores, do crescimento da educação superior no Brasil. O MEC divulgou anteontem o novo censo do ensino superior, segundo o qual o Brasil chega a 6,379 milhões de alunos, e a educação a distância, com uma contribuição expressiva, desde 2003 a 2010, chegando agora a quase um bilhão de alunos na educação a distância, que responde já por praticamente quinze% das matrículas no ensino superior.

Mas o que é interessante não é que são quinze% das matrículas, mas que matrículas são essas, de onde vêm essas matrículas. É o que vou mostrar para vocês agora, na próxima tela.

Essas matrículas vêm de um aluno que não é o aluno tradicional do ensino superior brasileiro. Muitas pessoas que se criaram em capitais e que fizeram sempre uma vida urbana não conhecem o interior do Brasil, não conhecem as dificuldades do Brasil e mesmo de profissões urbanas, como a de um policial, que trabalha com plantão de 24 por 36, de 24 por 48, para o qual é impossível frequentar uma universidade tradicional.

Essas pessoas conseguiram na educação a distância uma chance de mudar de vida, uma chance de ascender profissionalmente e culturalmente.

Os alunos hoje... Comparando-se os da educação a distâncias com os da educação tradicional, Senador, se o senhor puder observar aqui, temos hoje que o aluno da educação a distância é mais velho do que o da educação presencial. Ele tem 34 anos na média de idade, e tem 26 anos na média de idade o da educação presencial; majoritariamente, feminino. E o que é importante, a renda familiar na educação a distância é de até três mínimos, 43%, em oposição à do aluno presencial, de 26%.

Quanto ao topo de pirâmide, a renda familiar mais alta, apenas 13%, na EAD, com acima de dez mínimos; e 25%, na educação presencial. Um critério confirma o outro. Ele não só é bem mais velho, como também bem mais pobre que o aluno da educação presencial.

Aí vem a origem familiar dele: se ele já vem de uma família com tradição na educação superior ou

média. Não, ele não vem. Cinquenta e um por cento dos alunos na educação a distância têm pai ou mãe sem... Desculpem-me, no presencial, 51%, pai ou mãe com ensino médio ou superior; na EAD, 18% apenas, com pai ou mãe com educação média ou superior; e apenas 24% no critério “mãe”.

Então, muitas vezes, é a primeira pessoa da família que chega ao ensino superior – não da família, o pai e a mãe; o Senador, a esposa dele e o filho: não, é desde os alemães que chegaram lá, em São Pedro de Alcântara, ou desde os meus portugueses, que chegaram em quinze00 ao Brasil. É a primeira pessoa da família, que chega ao ensino superior.

Esse é um fenômeno recorrente. O Hélio participa de várias formaturas e de lançamentos e é testemunha desse fenômeno.

O MEC também agora coloca o critério de cor de pele. Cor de pele branca no presencial, 70%; na EAD, 49%. Ele é um aluno, portanto, muito mais mestiçado, muito mais brasileiro do que o da educação presencial.

Então, em essência, a educação superior a distância colocou na universidade quem não estaria na universidade. Um aluno que não estaria na universidade é o que esse grande fenômeno trouxe.

É tão importante, que, na próxima tela, mostro-lhes – próxima tela por gentileza – alguns egressos da educação a distância, para perceberem o perfil do aluno da educação a distância no Brasil, que bate com o do aluno mundial também.

Eu trouxe alguns exemplos aqui: o Nelson Mandela, enquanto esteve preso – ficou preso por 30 anos –, fez uma graduação completa em Administração e, quando estava terminando Direito, foi solto e virou presidente da república; Marina Silva, no meio da floresta, fez o ensino médio pelo Telecurso; Vicentinho, colega de vocês, parlamentares, também, lá no interior de São Paulo, fez o Telecurso pelo ensino médio; e, no topo de pirâmide, Fernanda Kuhnen, nossa tenista de Santa Catarina, a número um de Santa Catarina e a número um do Brasil, fez graduação a distância, foi minha aluna na Unisul, enquanto percorria o mundo inteiro, defendendo o Brasil. E ela fazia prova nas embaixadas. Ela tinha pela Internet acesso aos conteúdos e aos professores e fazia prova nas embaixadas.

Aqui, outro aluno, também, de excelência, que fez graduação a distância em Santa Catarina e que hoje faz mestrado em Harvard, com plena aprovação.

Então, temos toda essa plêiade de alunos dentro da educação a distância, mas cumprindo a missão, que é aquele que não pode fazer o ensino presencial por questões financeiras ou por questões logísticas ou por questões profissionais.

Próxima tela.

Nós fizemos uma pesquisa em Santa Catarina, perguntando aos alunos o que eles entendem por estudar por educação a distância. Entrevistamos mais de 400 alunos e resumimos as respostas num sistema francês de parametrização, que agrupa as palavras-chave que eles utilizaram.

O que eles mais utilizaram está na próxima tela. Próxima tela, por gentileza. É a representação social da educação a distância, o que o aluno pensa da educação a distância. E ele diz o seguinte: a educação a distância é uma modalidade que facilita o estudo, por ser flexível na liberdade de horário para estudar. Ela caracteriza-se por oferecer comodidade e rapidez, o que torna o acesso facilitado para esse aluno, em termos logísticos. Além disso, é uma modalidade que exige dedicação do aluno – uma dedicação de aluno ativo, com responsabilidade para a sua organização – e é uma oportunidade que oferece economia de tempo e de recursos.

Então, a grande revolução do ensino superior brasileiro, nos últimos dez anos, no Brasil, é a educação a distância.

O Ministro comemorou o aumento das matrículas. Temos méritos: o mérito do Reuni, o mérito do ProUni, o mérito do ensino superior privado, mas a grande revolução é exatamente a educação a distância. Ela não fez só a expansão; ela fez a revolução, que é mais do que fazer a expansão.

Próxima tela.

Aqui tenho a prova disso. Se somarmos todos os programas oficiais de indução ao ensino superior – ProUni e FIES somados –, vamos perceber que a educação a distância colocou no ensino superior mais alunos do que o FIES e o ProUni somados. Se eu pegar os alunos todos do FIES e do ProUni, eles não chegam ao número de alunos da educação a distância. Então, na expansão que tivemos, a educação a distância é mais importante estatisticamente que o ProUni e o FIES somados. Isso não é uma exclusão. Acho que, nesse jogo de soma, quanto mais parcelas tivermos, maior será o produto.

É para que os Senadores possam perceber a importância do que está sendo combatido pelo Conselho do Serviço Social; a importância social.

Mais uma tela.

A importância social não seria relevante, se o resultado de aprendizagem fosse negativo. Por exemplo, Senador Casildo, se fizéssemos uma grande expansão do ensino superior em Santa Catarina, mas o resultado de aprendizagem fosse fraco, nossa política pública teria fracassado.

E o Prof. Hélio foi brilhante, ao afirmar que, todas as instituições que oferecem serviço social a distância, nenhuma delas ficou abaixo da linha média na avaliação pelo Inep.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Abaixo da nota correta.

O SR. JOÃO VIANNEY – Abaixo da nota correta. O que seria a correta? Acima de três. A graduação vai de um a cinco. Portanto, três é a nota limite de qualidade, que já aponta qualidade. E nenhuma ficou abaixo da nota de qualidade.

O Ministério fez estudos no passado que registram muito bem isso.

Próxima tela, por gentileza.

Em setembro de 2007, o Prof. Dilvo Ristoff, de Santa Catarina, da Universidade Federal, candidato a reitor, vota-se agora esta semana, fez um estudo comparando as notas médias dos alunos da educação a distância com as notas dos alunos da educação presencial nos ciclos do Enad de 2005 a 2007. Ele apurou que entre os alunos ingressantes, em nove das 13 áreas, os alunos da EAD iam melhor do que da educação presencial; e nos concluintes, sete a seis.

Foi a primeira pesquisa nacional sobre qualidade na EAD e isso gerou uma comoção nas instituições. Ninguém esperava por isso. Porque era um aluno mais velho, menos branco, mais pobre, sem tradição de escolarização. Portanto, esperava-se que tivesse um pior desempenho, mas ele surpreendeu.

Próximo.

Em 2008, o Inep fez um estudo pelo Thiago Leitão, profissional de carreira, servidor público federal. Ele pegou, Esther querida, todos os alunos de Serviço Social, de Pedagogia e Administração, que, na época, correspondiam a 80% dos alunos na EAD, e comparou o desempenho desses alunos com os mesmos alunos dos cursos presenciais na mesma época, a mesma prova, o mesmo Enad. A conclusão do Inep, não é minha, é que os alunos de Pedagogia, Serviço Social e Administração, na educação a distância, tiveram 6,7 pontos a mais na nota do que os colegas do ensino presencial.

Então, o que o Conselho escreveu não tem procedência científica. Não tem mérito estatístico. São palavras ao vento. São palavras de preconceito. Não tem eira nem beira, como se diz em São Luís do Maranhão. Não tem eira nem beira. É puro preconceito, como o Hélio muito bem falou.

Em 2010, novamente na base do Inep, a pesquisadora Sabrina pesquisou a Administração, Matemática e Pedagogia e chegou a 2,09 pontos, superior em relação ao ensino presencial.

Próximo.

Esse é o mesmo dado que já citei anteriormente. Não preciso repetir para vocês, é só uma forma de visualização. Mas isso não quer dizer que a EAD é melhor do que a presencial. Nesses cursos ela foi melhor do que a presencial. Em alguns cursos ela foi pior. O Hélio, em Manaus, no Congresso, falou: “Vianney, na média, equilibra. Ninguém pode dizer, hoje, que uma é pior ou melhor do que a outra; na média, equilibra”. O Prof. Hélio tem os dados oficiais do MEC e ele me garantiu: Vianney, na média, está empatado. Universidade com universidade, mais ou menos empata; faculdade com faculdade, mais ou menos empata. Então, não procede uma assertiva de que a educação a distância oferece uma formação inferior. Não tem procedência, não tem mérito científico, não tem nenhuma base estatística, não tem nenhuma evidência para essa afirmação. Pelo contrário.

Pesquisamos por que, naquelas carreiras, os alunos vão melhor na educação a distância. E é um fenômeno mundial, não é só brasileiro. Na educação a distância, o aluno estuda por meio de conteúdos e atividades estruturadas. É difícil estudar a distância. É muito material para estudar, é muito material para ler. Os professores-tutores ficam em cima e é um inferno a vida do aluno. O aluno do presencial, hoje, é um aluno muito mais ouvinte. O aluno da EAD é um aluno leitor. Já dizia o poeta: quem não lê, mal ouve, mal fala, mal vê.

Quem é da Bahia aqui? Tem alguém da Bahia aqui? Castro Alves dizia:

“Oh! Bendito o que semeia livros...
livros à mão cheia...
E manda o povo pensar!
O livro caindo n'alma
É germe – que faz a palma,
É chuva – que faz o mar.”

E o aluno da EAD é um leitor compulsivo. E ele permanece um leitor assíduo ao final da sua formação. Próximo.

O prof. Hélio mostrou claramente o preconceito que houve em relação aos alunos de Biologia. Já foi vencido na Justiça. Ganhamos essa parada.

Próximo.

Os indicadores do Enad eu já coloquei para vocês aqui. Agora há um fenômeno que é externo ao setor e que eu poderia citar. Se a Esther pesquisasse quem passou em primeiro lugar nos concursos para assistente social nos últimos três anos no Brasil, iria perceber que, de cada dez primeiros colocados, sete são da educação a distância. De cada dez primeiros colocados, sete são da educação a distância. No Direito é pior ainda. De cada dez juízes, promotores ou

de outras carreiras jurídicas, nove fizeram preparatório por educação a distância. Está aí o pessoal que trabalha nessa área que sabe que tem plena procedência. Então, na verdade, a educação a distância é a grande revolução do ensino superior brasileiro nos últimos dez anos. E isso tem que ser levado em consideração.

Próxima tela.

O que está em jogo aqui, eu digo – e o Hélio foi muito feliz –, não é curso de Serviço Social, mas é a nossa coesão enquanto Nação. Porque tudo que é feito na educação a distância, hoje, está amparado pela Constituição Federal, pela LDB, pela Lei dos Sinais, pelos decretos de regulamentação e, nos Estados, nas universidades estaduais, amparado pelas Constituições estaduais e pelos Conselhos Estaduais de Educação. Então, o que está em discussão aqui – e por isso que é no Senado – é a ordem constitucional, não é o curso de Serviço Social, porque temos um ente deslegitimando a ordem constitucional e, mais do que isso, punindo pessoas que, pela primeira vez, estão encontrando o caminho de subir na vida.

Próximo.

Então, no meu entendimento, a posição dos CFESS é flagrantemente contrária à Constituição Federal, flagrantemente contrária à LDB, às leis, decretos e portarias a elas vinculados. No meu entendimento, configuram-se três crimes: primeiro – e o Prof. Hélio foi muito feliz –, invasão de competência. Não cabe ao Conselho fazer o que vem fazendo em relação à formação. Segundo crime, constrangimento ilegal. Está cerceando aos alunos a oportunidade de fazer o estágio. Tenho dados aqui, Senador, e posso documentar, de universidades presentes que, de cada 100 profissionais que são consultados para oferecer estágios, 50 declinam. E dos 50 que ficam, 30% declinam na semana seguinte, porque receberam telefonemas do Conselho Estadual para não aceitar. Isso é constrangimento ilegal, é crime para a Polícia Federal apurar. É constrangimento ilegal. É uma afronta.

Antes de o tempo acabar, ainda cito aqui o terceiro crime, que é a discriminação em editais de contratação, também documentado. Algumas prefeituras, por indução dos conselhos regionais, colocam nos editais que não vão aceitar alunos por EAD. Mas vamos à Justiça e vamos ganhar mais essa parada.

Bom dia. Muito obrigado e ainda deixei dois segundos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Obrigado, Prof. João Vianney.

Ouviremos agora a exposição do Presidente da Associação Brasileira dos Estudantes de Educação a Distância, Ricardo Holz.

O SR. RICARDO HOLZ – Bom dia a todos. Quero cumprimentar, na pessoa do Senador Paulo Bauer, todos os Senadores presentes; também quero cumprimentar as dezenas de estudantes que vieram de diversos lugares para acompanhar esta audiência aqui conosco presencialmente e tantos outros que estão nos acompanhando neste momento por meio das diversas mídias disponibilizadas pela Casa, a fim de que esta discussão, este nosso bate-papo possa chegar ao Brasil inteiro, a qualquer lugar, a qualquer hora, seja pela Internet, pela TV e pelas redes sociais das quais o Senado faz parte.

Acho que os colegas que me antecederam – Prof. Hélio Chaves, Prof. João Vianney – já falaram tudo aquilo que eventualmente eu poderia falar sobre a qualidade dos cursos de educação a distância, sobre a inclusão social que a educação a distância está fazendo no Brasil, sobre as irregularidades que, eventualmente, o Conselho Federal está cometendo e os conselhos regionais interferindo, entrando em uma área de que não é de sua competência.

Então, quero falar um pouco, vou tentar sintetizar um pouco o sofrimento, a angústia que os estudantes de educação a distância – mais de 70 mil estudantes, colocado pelo Prof. Hélio – estão sofrendo pela perseguição, pela discriminação, pelo preconceito e, vou até mais além, pelo terrorismo que está sendo feito pelo Conselho Federal de Serviço Social e pelos conselhos regionais.

Ouí que o Prof. Vianney falou sobre o que vem acontecendo em alguns Estados com os assistentes sociais. Vi que algumas colegas do Conselho fizeram uma negativa com a cabeça. Ontem, tivemos uma audiência pública, como várias que estamos tendo no Brasil. Em todas elas o Conselho Federal e os conselhos regionais foram convidados. No entanto, em nenhuma delas eles se fizeram presentes. Mandam uma carta alegando incompatibilidade de agenda.

Inclusive, hoje, gostaria de dizer que estou um pouco frustrado em não ter encontrado aqui a Presidente do Conselho Federal de Serviço Social, a Prof. Sâmia, com quem já tive a oportunidade de conversar presencialmente na sede do Conselho. Mas quero aqui expressar o meu respeito por essa instituição e obviamente discordar em gênero, número e grau de tudo o que a minha colega leu aqui porque não tem a ver com a realidade.

E vou complementar esta fala lendo o trecho de um *e-mail* de Santa Catarina, Senador que diz o seguinte. Isto é de uma assistente social chamada Alessandra Beatriz da Silva, da 12ª Região. Ela está respondendo o *e-mail* de uma aluna sobre uma vaga de serviço social aberta na cidade de Aurora.

“Boa tarde, conforme contato telefônico, estou-lhe passando os dados da vaga: assistente social. Jornada: 40 horas de trabalho. Salário: R\$1,5 mil aproximadamente. Regime de trabalho: ACT (Admissão em Caráter Temporário). Atuação: gestão tipificada, art. 1º, incisos II e III. Registro no CRESS pode ser solicitado após a contratação.”

Tem uma observação no e-mail.

“É importante lembrar que somos contrários à contratação de profissionais formados no ensino a distância e que, dessa forma, avaliaremos apenas currículos do ensino presencial. Alessandra Beatriz da Silva, assistente social da 12ª Região.”

Esse é um e-mail que está caracterizado e pode ser disponibilizado para quem quiser. Esse é um entre dezenas ou centenas de relatos que recebemos de estudantes, Senadores, de todo o Brasil. Trouxe um de Santa Catarina só para ilustrar, porque o Senador é de lá. Temos esse relatos do Brasil inteiro de estudantes sofrendo com preconceito, com discriminação.

O que estamos discutindo aqui é o impedimento da realização do sonho de milhares de brasileiros, mais de 70 mil estudantes, só para ficarmos restritos ao serviço social, que, assim como eu, vieram de famílias humildes. E aqui têm dezenas de estudantes que, como não podem manifestar-se com som, então, gostaria que levantassem a mão aqueles que se enquadram nesse perfil, que são o primeiro membro da família a entrar na universidade, que vieram de famílias de baixa renda e que estão realizando o sonho de melhorar sua qualidade de vida através da educação. A educação, sem nenhuma dúvida, Senador, é o caminho que o Brasil tem que seguir para avançar e poder disputar com os demais países.

Quero fazer um convite ao Conselho e a todos os membros presentes, para unirmos forças não, minha colega, para discriminar o estudante que quer realizar o seu sonho de chegar ao ensino superior, de trabalhar e melhorar sua qualidade de vida. Esse não é o caminho. Acho que vocês já estão começando a entender isso. E espero isso, porque, senão, vamos ter de nos confrontar nas vias judiciais. E isso já estamos fazendo, por meio da Anated, que já conseguiu uma liminar que tirou essa campanha absurda, uma campanha “Diga não à graduação a distância em Serviço Social” comparando o curso que eu fiz e o curso que meus colegas – quase um milhão de alunos de educação a distância – estão fazendo hoje no Brasil com lanche *fast-food*.

Será que o Conselho acha que isso é uma discussão qualificada? Tivemos diversas audiências pú-

blicas como essa que estamos realizando no Senado. Por que vocês não estiveram presentes nelas para debater, para levar o argumento de vocês? Isso, sim, seria uma discussão qualificada.

O que queremos... Acho que, em nenhum momento, toda a comunidade de educação a distância se furtou a discutir qualidade. Qualidade não se discute, é um preceito que entendemos que exista. E vamos buscar sempre a melhoria. Acho que é isso que a Associação dos Estudantes e as outras entidades de educação a distância que têm uma relação constante de discussão com o Ministério da Educação – o Prof. Hélio, aqui presente, pode confirmar isto – sempre na busca da qualidade na melhoria do ensino superior no Brasil.

Quanto cursos, já que vocês queriam discutir a qualidade, por que vocês não... Primeiro, gostaria que CFESS relatasse quais são as instituições em que a prova é virtual, em que o estágio é sem supervisão ou em que o tutor não é assistente social. É muito fácil colocar isto de forma muito genérica: “Ah, nas instituições de educação a distância a prova é virtual...” O MEC não permite que a prova seja virtual. Como isso acontece? Quero que vocês digam: “A instituição x faz isso”. Aí vocês terão a Associação Brasileira de Educação a Distância como parceira nessa luta, para ir atrás dessa instituição, buscar qualidade e cobrar qualidade, que é o que estamos fazendo desde a existência dessa instituição, que é isso que o estudante brasileiro quer.

O estudante de baixa renda, que sonha com a oportunidade de entrar no mercado de trabalho, seja pelos cursos de serviço social ou de qualquer outro curso ofertado pela metodologia a distância, está atrás de um sonho. E vocês estão acabando com o sonho de muitos desses brasileiros. Vocês estão acabando com o sonho dos brasileiros. Vocês estão atrapalhando o crescimento do Brasil. É isso que o Conselho Federal de Serviço Social está fazendo neste momento. Vocês estão sendo uma pedra no caminho do desenvolvimento da Nação. O Brasil – saiu recentemente o censo do ensino superior – tem 6,3 milhões de brasileiros no ensino superior. É uma vergonha para nossa Nação. Comparado com a Argentina, com o Chile, com o Uruguai... Nem vou falar nos Estados Unidos e na Europa, porque fica vergonhoso.

E aí tem um Conselho que, em vez de sentar à mesa e discutir conosco, lança uma campanha absurda dessa, que, na primeira liminar, o juiz despachou de cara! E, no despacho do juiz, fica muito claro o que é essa campanha, Senador, o que ela vem fazendo com a sociedade brasileira.

Tenho o pedido de duas colegas assistentes sociais que não concordam. Duas que estão presentes

aqui na Casa. E tenho certeza de que temos centenas que estão nos acompanhando pelas diversas mídias não presenciais que não concordam com a atitude do Conselho. É uma assistente social que acha que o dinheiro que ela paga de anuidade não deve ser investido em uma campanha absurda dessa. Talvez vocês tenham que repensar a forma de fazer campanha, de fazer o protesto de vocês. Acabei de falar: 6,3 milhões. Então, vamos lutar por um ensino superior de qualidade, sim.

Quando falamos de ensino superior, não tem como eu falar disso, até porque eu gostaria, mais uma vez, de pedir aos meus colegas estudantes que levantasse a mão aqui quem vem de instituição superior privada. Por favor, quem paga mensalidade todos os meses, de forma suada, para conseguir realizar um sonho, levante a mão. Acho que 12 estudantes, 75% dos estudantes, desses 6,3 milhões de estudantes, são do ensino superior privado neste País, assim como eu vim do ensino superior privado, estudei a vida inteira em escola pública, porque venho de família de baixa renda. Meu pai era garçom, minha mãe era empregada doméstica. Sou o primeiro membro da minha família, Prof. Vianney, desde Pedro Álvares Cabral.

O SR. JOÃO VIANNEY – Você é um daqueles.

O SR. RICARDO HOLZ – Eu sou um daqueles números que você mostrou, assim como tenho certeza de que vários dos que estão aqui presentes e certamente 95% dos que fazem Serviço Social estão nesta estatística, não tiveram a oportunidade de entrar na universidade pública. A universidade pública brasileira é para classe média alta. Tenho certeza de que os senhores já sabem disso. Estou sendo redundante. Não precisa acreditar nas minhas palavras, basta que os senhores frequentem os estacionamentos das universidades. Da USP, que está com problema de alguns vândalos ocupando a reitoria, em nome dos estudantes, falsamente, muitos deles saíram em carros importados. E a mídia noticia isso diversas vezes. Não acontece isso na educação a distância.

A educação a distância é inclusão social, Senador. Com qualidade. E a qualidade, o Prof. Vianney e o Ministério da Educação, na pessoa do Prof. Hélio Chaves, já falaram disso. Não vou ater-me a isso. O Hélio já falou, com todas as letras, que a educação superior brasileira a distância tem qualidade. E aqueles que, eventualmente, não tiverem qualidade, vamos juntos atrás. E o MEC tem feito isto: descredenciou alguns cursos, descredenciou alguns polos, descredenciou até instituições.

Então, quero pedir, Senador e demais Parlamentares presentes, que os senhores observem a educação a distância com carinho, que os senhores nos ajudem a melhorar a educação superior neste País.

A educação a distância é o caminho para a inclusão social neste País, para a tão sonhada revolução educacional. Sem a educação a distância, ou seja, sem o uso das novas tecnologias na educação, isso não vai acontecer. O censo da educação, mais uma vez, mostrou que a expansão nas universidades públicas foi de 12%. Estamos muito atrasados. Precisamos melhorar muito. Precisamos avançar muito. Temos cerca de 40 milhões de brasileiros que não tiveram oportunidade de acessar ao ensino superior.

E aqui não quero falar só do ensino superior. Vou me ater ao tema Serviço Social que é o tema em pauta, mas precisamos melhorar muito a educação básica, precisamos melhorar muito a educação média, precisamos melhorar muito a educação superior. Isso é uma agenda urgente, uma agenda que todos nós precisamos estar presentes e lutar para que aconteça.

Colega, para concluir, queria sintetizar um pouco a angústia que nós, estudantes, estamos vivendo com essa campanha absurda, nefasta do Conselho Federal. Quando fiquei sabendo, Senhores, quando vi pela primeira vez a campanha, o panfleto vergonhoso, com batata frita, com hambúrguer, não acreditei que se tratava do Conselho Federal de Serviço Social, que no seu estatuto prima por lutar contra o preconceito e contra a discriminação. A entidade que deveria estar defendendo esses estudantes, que eventualmente sofrem esse preconceito, essa discriminação, é quem está promovendo, por terrorismo. Tenho muitos relatos. Se as senhoras quiserem, estou à disposição, ao término disto aqui, para lhes mostrar esses relatos. São casos de assistentes sociais que recebem ligações, que recebem visitas de membros dos conselhos regionais e ouvem coisas como: “Olha, se você supervisionar curso a distância, nós vamos cassar o seu registro profissional”. Com calúnias e mentiras, pressionam esses assistentes sociais para que esses coitados desses profissionais não supervisionem o curso e, assim, aqueles estudantes sofredores – muitos deles estão aqui – não consigam fazer estágios.

Não bastam as normas internas que o Conselho Federal dita para a questão da supervisão. Eles vão a campo, gastam o dinheiro do povo brasileiro para ir a campo fazer terrorismo neste País, pressionar o assistente com mentiras, falar para esse assistente social que, se ele supervisionar a educação a distância, vai ter o seu registro profissional cassado – como se isso fosse possível! Mas estão fazendo isso, e o coitado do assistente social, que depende do registro profissional para trabalhar, para ter o seu ganha-pão, simplesmente liga para a instituição de ensino e diz: “Não posso mais ser supervisor, estou com problemas particulares”. Alternativamente, alguns deles vêm conversar

com os alunos – os que estão aqui podem confirmar se já não viram isso no campo, essa pressão que vem acontecendo com seus supervisores. Quantos de vocês já não tiveram problemas no estágio justamente por isso? Estes, professor, são alguns estudantes que puderam vir a Brasília.

Para concluir, quero pedir ao Conselho que se una a toda a comunidade que tem interesse em melhorar a educação superior neste Brasil e aos Parlamentares sérios que estão dispostos a lutar por uma educação de qualidade para que, juntos, possamos mudar este País através de uma educação de qualidade. Só através da educação vamos conseguir, de fato, fazer uma revolução neste País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Agradeço as informações e a exposição feita pelo Presidente da Associação Brasileira dos Estudantes de Educação a Distância, Ricardo Holz.

Quero, antes de colocarmos o assunto em debate, registrar a presença do Prof. Fernando José Spanhol, Vice-Reitor da Fundação Universidade do Tocantins (Unitins); de Alessandra Ribeiro de Souza, Conselheira do Conselho Federal de Serviço Social; de Sônia Luiza Martins, Secretária Executiva da Associação Brasileira de Estudantes de Educação a Distância; de Aline Campos de Barros, tesoureira da mesma associação; de Stavros Xanthopoulos, Diretor-Executivo da Fundação Getúlio Vargas On-Line e Vice-Presidente da Associação Brasileira de Educação a Distância; de Luís Gomes, Presidente da Associação Nacional de Tutores de Educação a Distância; de professores e de estudantes da educação a distância; do Sr. Jeferson Fagundes, Pró-Reitor de Educação a Distância e Diretor Nacional de Educação a Distância da Uniseb; do Sr. Pedro Cunha, Diretor-Geral de Educação a Distância da Ulbra; de Luciano Formighieri, Secretário Executivo da Associação de Mantenedoras Particulares de Educação Superior de Santa Catarina; de Luís Cláudio Paulo, Pró-Reitor do Centro Universitário Claretiano; de Benhur Gaio, Diretor do Grupo Uninter; do Prof. José Tafner, ilustre catarinense que já foi Secretário de Educação de Santa Catarina por um grande período e lá realizou uma grande obra, um grande trabalho que eu mesmo posso testemunhar como Secretário de Estado da Educação de Santa Catarina, cargo que também tive a honra de ocupar.

Quero também fazer o seguinte esclarecimento. Muitas instituições de ensino a distância procuraram o meu gabinete nos últimos dias para pedir que fosse viabilizada a participação das mesmas aqui como palestrantes. Também tivemos um pedido da associação que une e reúne todos esses estabelecimentos

de ensino. No entanto, como o requerimento havia sido aprovado há mais tempo com os que se fazem presentes e mais a professora que não pôde comparecer, não houve condições de se ampliar o número de convidados. Além disso, em segundo lugar, nós também optamos por ter nesta audiência o Ministério da Educação, que é o órgão que dita a política de ensino no País, e a presença do Conselho Federal, que cuida do exercício da profissão de Assistente Social.

Naturalmente que o Senado, preocupado em melhorar o debate e qualificar a discussão, convidou o representante de alunos, que foi exatamente o segmento que se mostrou para nós como o que vivia o sofrimento e as consequências de um problema que se apresentava. Convidou também dois especialistas que nós conhecemos – a professora e o Prof. Vianney – para apresentarem aqui pontos de vista que não fossem vinculados nem a uma nem a outra posição, nem à do MEC nem à do Conselho, e que pudessem aqui expressar, naturalmente, a sua posição, um que pudesse falar de uma maneira, outro de outra. Evidentemente, o Senado não tem controle – e nem poderia ter – sobre a opinião, sobre a informação de cada um dos técnicos. O técnico tem a condição e o direito de expor o seu ponto de vista com ampla e total liberdade, ele pode ser a favor ou contra esta ou aquela posição ou tendência ou entendimento, tanto do MEC quanto do Conselho.

Eu, como autor do requerimento, quero aqui manifestar-me da seguinte forma. Fico feliz por termos tomado a providência e pelo fato de a Comissão ter aprovado a realização desta audiência, ainda que tenhamos poucos Senadores presentes, já que, neste momento e nos dias de terça e de quarta-feira, há um número muito grande e simultâneo de reuniões de comissões na Casa – quem quiser verificar a veracidade dessa informação é só percorrer o corredor que dá acesso a esta sala para ver que estão todas as salas abrigam reuniões de comissões. Hoje estamos votando o PPA, o Plano Plurianual. Isso, obviamente, chama os Senadores para a discussão, para a presença. No entanto, pelas mídias internas e externas, todos tomarão conhecimento de todas as informações que aqui foram apresentadas.

Quero me manifestar da seguinte forma a respeito desse tema. Nós sabemos que a função, a responsabilidade dos conselhos de profissão no País é muito grande e muito importante. Ela suscita grandes debates e discussões.

Só para situarmos um, ainda que não seja objeto desta audiência: diariamente, centenas de bacharéis em Direito procuram autoridades públicas e a classe política para queixar-se do rigor do exame da OAB,

para queixar-se da dificuldade que têm para acessar a profissão de advogado e, portanto, a carteira de advogado profissional que lhes é concedida pela OAB. Nós temos casos do Conselho Federal de Medicina também presentes aqui, na nossa vida, no dia-a-dia da atividade pública, porque existem também problemas no exercício da profissão de médico, principalmente e inclusive no caso de profissionais da Medicina que são formados em universidades em outros países do mundo.

O Ministério da Educação tem feito várias ações, e eu tenho, inclusive, requerimentos apresentados aqui na Comissão ao Ministério para saber quantos são os formados em Medicina em cursos superiores de outros países que tentam legalizar o seu diploma no Brasil e enfrentam dificuldades, ora por conta da estrutura do ensino público do País, que não facilita muito essa questão, e, por outro lado, porque em regra não há boa vontade do Conselho para que se produzam as ações necessárias para viabilizar o reconhecimento desses diplomas.

E eu sempre digo: que bom seria para o Brasil se milhares de formados em outros países do mundo em várias especialidades decidissem trabalhar no Brasil e aqui exercer sua profissão. O País ganharia com isso. O Chile, para citar um exemplo, fez um acordo com a OCDE há poucos meses e está mandando para o mundo inteiro milhares de alunos chilenos para estudar em outras universidades e depois voltar para o Chile – são obrigados a fazê-lo –, inclusive depois de formados por universidades particulares, mundo afora, para qualificar o ensino e qualificar o exercício profissional naquele país. O próprio Brasil, via Ministério da Educação – e a gente precisa louvar essa decisão do Ministro Fernando Haddad e do Governo Federal –, agora tem um projeto de financiar o ensino de alunos brasileiros em universidades em outros locais do mundo. Isso é educação!

A educação não pode ter limites, a educação não pode ter fronteiras, a educação não pode ter nada como regra específica e limitativa. A educação tem de ser sempre além do limite, tem de ser sempre à frente e acima de nossa realidade. Isso falo, obviamente, como alguém que exerceu o cargo de Secretário de Educação em Santa Catarina e que teve lá a oportunidade de realizar grandes e importantes projetos que tornam meu Estado, felizmente, um dos dois ou três Estados com melhor nível de ensino do País, com o maior número de estudantes universitários proporcionais do País e tornam o Estado de Santa Catarina, talvez, o primeiro ou o segundo (depende da avaliação que se faça) Estado mais alfabetizado do Brasil. Então, é evidente que não podemos ter limites, não podemos ter fronteiras, temos sempre de avançar.

E aí vem uma questão fundamental: há uma discussão que se faz, frequentemente, sobre a competência e o papel do Conselho Federal de qualquer atividade profissional. Dar a um conselho o poder de conceder a um estudante graduado, formado, diplomado, a condição de exercer a profissão é uma questão que precisa ser revista em nossa legislação. Nós não podemos seguir esse caminho. Os países mais desenvolvidos do mundo não têm essa figura que nós temos aqui. Os países mais desenvolvidos do mundo têm a figura da instituição do ensino, do diploma reconhecido e validado pelo poder público, seja por aluno de ensino público ou de aluno de ensino privado, por esse ou aquele método. E não é possível que nós tenhamos no Brasil – e não é este o caso de que estamos tratando aqui, evidentemente – essa condição de conselhos dizerem se você pode ou não exercer a profissão. O Conselho não poderia e não deveria ter o poder de avaliar o ensino. Quem tem de avaliar o ensino é o próprio Poder Público. Ele, sim, tem essa competência e para isso existem Conselhos Federais, Conselhos Estaduais de Educação e tantos outros mecanismos.

Por outro lado, parece-me que a questão que foi colocada aqui com relação ao assistente social é muito mais grave do que eu próprio imaginava. É muito mais grave. Porque, se tivéssemos apenas a ação do Conselho Federal no sentido de se manifestar contrário ao ensino a distância como atividade, tudo bem! É democrático você dizer que não é a favor disso e é a favor daquilo. Não há nenhuma contradição nisso e nenhum impedimento de você manifestar sua opinião, até porque, se você é uma instituição e representa uma categoria, você pode fazê-lo, desde que sua categoria pense dessa forma. Porém, o Estado democrático de direito diz que é esta Casa, a Câmara dos Deputados – o Congresso Nacional – que decidem o que é bom para o País e o que deve ser feito em favor do Brasil. É essa a nossa função, para isso fomos eleitos. E a lei que sai daqui tem de ser cumprida quer queiram quer não queiram as instituições organizadas no País. Enquanto não tivermos essa situação bem clara e definida, não podemos dizer que aqueles que divergem da lei votada aqui e não a cumprem são respeitadores de democracia; pelo contrário, não estão fazendo o papel democrático que lhes cabe dentro do processo. Divergir é democrático; descumprir não é democrático.

Portanto, eu penso que a questão que se colocou aqui de profissionais vinculados e contribuintes ou registrados no Conselho serem estimulados a não participarem ou contribuírem para a formação de novos alunos é algo muito grave e que eu próprio, como Senador, vou pedir que os mecanismos adequados do

Senado avaliem melhor e analisem para decidirmos se existe algo a fazer.

Eu quero deixar isso informado à Sr^a Esther, que é Conselheira, porque, efetivamente, os dados aqui apresentados são de muita alta gravidade. O Conselho estimular profissionais a não participarem e a não contribuírem como orientadores ou como – o nome me falha agora... – supervisores dos estágios é algo muito grave. Segundo, a questão que o Prof. Hélio Chaves apresentou sobre o pagamento da publicidade também será objeto de atenções nossas, porque, efetivamente, precisa-se verificar... Eu não vou fazer nenhum prejulgamento, mas, já que houve a provocação do fato, a gente precisa, obviamente, tomar providências.

Terceiro, eu queria colocar da seguinte forma a todos os participantes: é preciso, sim, que haja um diálogo isento. E quero dizer mais: que nós tenhamos condições de resolver o problema, porque, tem uma coisa que o Brasil precisa muito e logo e urgente – e isso não é palavra de alguém que seja oposição ao Governo, simplesmente palavra solta –: nós precisamos de menos bolsa-família e mais apoio à família. E esse apoio pode ser dado com assistentes sociais antes de médicos, antes de advogados e antes de delegados. Talvez, se pudéssemos dar esse apoio com mais professores e com mais assistentes, certamente estaríamos ajudando muito o Brasil.

Eu até acho, Prof. Hélio e Prof. Vianney, que os setenta mil alunos não serão todos eles formados. Deve ter muita gente que vai deixar de ser, de frequentar, vai desistir, vai diminuir... Então, há um equívoco, no meu ponto de vista, dizermos que temos setenta mil e por isso vamos precisar dos setenta... É preciso pensar que muitos poderão desistir, mudar de curso, seguir outro caminho ou mesmo se formar e não exercer a profissão. Isso acontece muito! Ainda é outro equívoco de nossa legislação e de nosso sistema que impõe a um jovem de 18 anos a necessidade de ele se matricular em um curso que jamais saberá como vai ser importante ou pouco importante em sua vida. Esse é o modelo que a gente precisa, com o tempo, alterar no País. E, mais do que isso, nós também precisamos fazer no País outra coisa: entender que quem quer estudar que o faça, mesmo que não tenha professor.

É errado o conceito de que só é estudante quem está confinado a uma sala de aula e a 45 ou 50 minutos de fala de um palestrante. Aliás, é válido dizer, Prof. Hélio, não sei como a gente vai resolver isso... Mas, se somássemos, por dia, os minutos de horas-aula que são queimados ao término da quarta aula noturna de nossas universidades públicas e privadas, com certeza os milhões e milhões de horas que perdemos de conhecimento – deve-se constatar – farão muita falta a

este País, muita falta. Eu sou um homem muito rígido no cumprimento de normas e de disciplina. Por isso, quero lhe dizer que, se tivéssemos uma lei ou norma no País que obrigasse todo estudante a ir até o último minuto de sua presença na sala de aula, nós avançaríamos muito. Já na educação a distância ele não tem de ter minuto para acabar, ele tem de ter minuto para começar. E, quando ele começa, com certeza, ele vai fazendo o que é preciso, porque senão ele não aprende, como foi bem dito aqui. Então, eu não tenho nenhuma dúvida de que teremos de tomar providências.

Tendo em vista a ausência de Senadores que já estiveram aqui presentes, como é o caso do Senador Mozarildo, de nossa Senadora Maria do Carmo e do Senador Casildo Maldaner, quero registrar, com muito prazer, a presença do Deputado Federal Ângelo Agnolin, que é Deputado Federal do PDT do Tocantins e Presidente da Frente Parlamentar do Ensino a Distância, quero deixar a palavra para que todos os palestrantes possam, em mais três minutos, fazer suas considerações finais a respeito do tema, já que não temos nenhum questionamento, nenhuma manifestação de Senadores.

Eu não posso facultar ao Plenário, também por força do Regimento, a oportunidade de perguntas ou de questionamentos. Por isso, também me estendi um pouquinho aqui. Informo que, depois da manifestação de cada um de mais três minutos, se desejarem, darei a manifestação geral.

Agora, vamos da esquerda para a direita.

Presidente Ricardo com a palavra.

O SR. RICARDO HOLZ – Eu gostaria, Senador, primeiro de pedir um encaminhamento de que fosse enviado ao Ministério Público Federal, onde essa associação já fez uma denúncia formal, o relatório desta audiência pública, que pudesse somar com as denúncias que já apresentamos àquele Ministério Público, com o objetivo de que ele também participe e tome as devidas providências nos casos que nós citamos e em centenas de outros casos que não tivemos a oportunidade de citar aqui, de discriminação e de preconceito.

Quero, mais uma vez, reiterar meu respeito ao Conselho Federal de Serviço Social, como instituição, e reforçar o ponto de vista de que a Associação Brasileira dos Estudantes entende o equívoco que esta direção ou que algumas pessoas, sabe-se lá por qual motivo, a gente ouviu muito se falar em reserva de mercado, em questões ideológicas. Enfim, não importa o motivo, quero ressaltar que vocês estão prejudicando o País, estão prejudicando um grupo muito grande de estudantes e que repensem essa política. Nós estamos à disposição e tenho certeza de que falo em nome de outras associações que estão aqui presentes, que

defendem a educação a distância, com o objetivo de construir um ensino superior de qualidade. Estamos disponíveis, abertos ao diálogo com o Ministério, com o Conselho, com qualquer outro dos conselhos, como foi bem colocado pelos Profs. Vianney e Hélio, tivemos outras lutas de discriminação e ainda temos muitas outras que virão, não tenho dúvida disso, colegas estudantes presentes e aqueles que nos acompanham.

Nós temos uma luta muito grande pela frente, a o Fies, financiamento estudantil que não é permitido para aluno de educação a distância. Essa luta vai ser a próxima da pauta. Assim como vencemos Biologia, assim como vencemos a Prefeitura de São Paulo, passes de estudantes em vários lugares do Brasil, a próxima da pauta é o financiamento estudantil, ao qual vocês poderiam ter direito e não têm.

Obrigado, Senador, pela oportunidade de falarmos aqui e mostrarmos esse problema que está acontecendo em todo o País com todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Muito obrigado.

Prof. João Vianney, o senhor tem a palavra.

O SR. JOÃO VIANNEY – Obrigado, Senador. Cumprimento também o Deputado Agnolin, presente aqui. Reitero para tornar explícito o abuso de competência, o abuso de poder criado pelo Conselho quando ele tenta limitar três alunos por profissional no campo de estágio.

Agora mesmo, saíram as diretrizes da Capes na pós-graduação para mestrado e doutorado, em que cada profissional pode orientar até 8 alunos de mestrado e doutorado, que têm que desenvolver a sua tese, a sua pesquisa, a sua dissertação. No campo do Direito, cada advogado, na supervisão, pode ter de 10 a quinze estudantes de Direito trabalhando com ele, fazendo o estágio para sua formação. No serviço social, há uma tentativa e limitar a três alunos. Não tem base de nenhuma instância que pudesse estabelecer uma pertinência para essa questão. Então, claramente é uma questão abusiva.

Reitero com os Senadores e com o Deputado presente a importância da educação a distância para o ensino superior brasileiro, ainda que o MEC tenha comemorado as estatísticas publicadas anteontem. Nesse ritmo, a gente não chega no Plano Nacional de Educação, a gente não chega nos 30% de cobertura.

Sinalizou-me com a cabeça ali o Sr. Carbonari, que acabou de chegar e, inclusive, tem uma tese de educação aberta para o ensino superior, para facilitar o ingresso para quem der conta, que aperte no funil, que aperte na saída. Nós temos que ter esses mecanismos saudáveis, como o da educação a distância, que é inclusivo e é de qualidade, com o apoio de toda

a sociedade. Evidentemente, a sociedade se pauta por comportamentos morais, ideológicos e nós vamos para esse embate, como o Ricardo colocou, sempre, no meu caso, com a fundamentação científica, pois sou um pesquisador da área, trago para discussão evidências com base em dados oficiais, em dados estatísticos e evidências de qualidade que pudessem amparar um debate, dando subsídio técnico para que ele pudesse acontecer.

Esse é o compromisso de trabalho que tenho desenvolvido nos últimos tempos. Esses elementos estão à disposição da Comissão de Educação do Senado. Podemos agregar esses elementos para subsidiar requerimentos de informação, comunicações ao Ministério Público Federal e, se for o caso, até à própria Polícia Federal para investigar os crimes de constrangimento ilegal e de cerceamento de campo de estágio e de campo de trabalho.

Estou à disposição para fornecer esses elementos todos ao Ministério Público, à Polícia Federal, o que for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Muito bem.

Passamos a palavra ao Dr. Hélio Chaves Filho para suas considerações.

O SR. HÉLIO CHAVES FILHO – Muito bem. Eu quero reiterar aqui os parabéns às equipes que oportunizaram este momento para o diálogo com os debates qualificados, porque estamos num ponto da história do País em que não há mais condições de nos basearmos no preconceito.

Tenho dito que nesta militância junto à educação a distância, de já sete anos, tenho percebido uma evolução muito forte na compreensão desses conceitos da modalidade, o que ela representa, como nós podemos potencializar e melhorar as formas de acesso à educação, principalmente à educação superior. Nessa linha, acho que este momento aqui, Senador Paulo Bauer, foi bastante oportuno para trazer, expurgar de uma vez por todas essa compreensão equivocada acerca da modalidade, especialmente acerca do curso de Serviço social.

Como representante do MEC, quero mais uma vez, já são quatro anos, não vamos desistir dessa batalha. Queremos, sim, o diálogo aberto, honesto e qualificado com o Conselho Federal de Serviço Social, para que avancemos e consigamos trazer esses elementos de qualidade. De fato, o que precisa ser feito, já que há tanta exigência, há tanto questionamento por parte do conselho de regulamentação profissional, o que é necessário se fazer então no curso de graduação e entrar nessa seara do debate acerca de: “Bom, qual é a relação correta, então, de supervisor por número

de alunos?” Porque, senão, a gente cria uma barreira intransponível. Pelos números que foram apresentados, nós sabemos que os profissionais de Serviço Social não estão na média, não moram na média nos locais onde estão esses estudantes que vão demandar.

Então nós precisamos criar uma política de adaptação, vinculação e ajuste para que consigamos avançar, mas nunca com as restrições, limitantes e intransponíveis. Na Medicina, não há esse tipo de relação, não se cria esse tipo de barreira na Medicina, que é um curso muito mais complexo, muito mais problemático do ponto de vista do acompanhamento daquele que será o profissional da área.

Então, reitero mais uma vez, coloco-me à disposição também da Comissão de Educação do Senado para que possamos debater sobre esse tema e avançarmos, não só nesse, mas em vários outros. Nós precisamos falar também sobre o Fies. De fato, o Fies teve a vedação no passado por conta de um trabalho que iniciamos na supervisão, mas acho que já está na hora de voltarmos a refletir acerca desse financiamento, que é muito importante.

Deixo aqui os meus votos de bom trabalho a essa nova gestão do Conselho Federal de Serviço Social.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Concedo a palavra à Sr^a Esther Luiza de Souza Lemos.

A SR^a ESTHER LUIZA DE SOUZA LEMOS – Nessas palavras finais eu gostaria de destacar três aspectos.

O primeiro aspecto é o de que o Conselho Federal de Serviço Social não regula, não interfere nas questões no âmbito da formação profissional.

Vocês se esqueceram de chamar uma entidade fundamental no processo, que é a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Essa entidade agrega todas as entidades e universidades, enfim, e dispõe sobre a política de formação profissional no País.

Estamos absolutamente cientes da nossa responsabilidade pública como Conselho. Temos o dever, sim, de zelar pela qualidade do exercício profissional e pela qualidade do atendimento do usuário dos serviços sociais neste País. Então, nesse sentido, junto com a ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) e junto com a Enesso (Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social), que é outra entidade nacional que não está representada nesta audiência pública, que nós temos feito uma campanha nacional pela qualidade do ensino, não só no EAD, no ensino presencial também. Certo?

Então a questão da polêmica com relação ao EAD, agudiza uma relação de mercantilização e de uma relação, de fato, de uma série de irregularidades, que é outro aspecto que eu queria chamar a atenção para ir para o final. Os dados concretos que temos, que estão no Ministério Público Federal, que foram entregues ao Ministério Público Federal já em 2008, são 14 dossiês de Estados brasileiros onde os agentes fiscais, sim, foram fiscalizar as condições... Porque se o Prof. Vianney baseia sua pesquisa em dados estatísticos, em dados nacionais os agentes fiscais fiscalizam *in loco* aquilo que se diz no papel que deve existir. Então com base nisso, com base nesses dados concretos, 14 dossiês, os quais podemos disponibilizar também para a Comissão do Senado, com base nesses documentos é que o conjunto CFESS/CRESS tomou uma decisão no 37º Encontro, em 2009, de estarmos conhecendo, sim, as condições objetivas nas quais se faz no exercício profissional ou formação profissional, EAD, e montando dossiês para que essas informações cheguem a quem tem a responsabilidade de fiscalizar isso, que é o MEC.

Então ao Conselho Federal de Serviço Social não cabe fiscalizar EAD. Para vocês terem uma noção, hoje dos quase 10 mil assistentes sociais nós temos aproximadamente 3 mil assistentes sociais formados em EAD já credenciados, Senador. Então nós não estamos discriminando o acesso ao Conselho Federal porque temos profissionais formados em EAD no País exercendo a profissão.

Para finalizar, quero chamar a atenção para que a via que o conjunto CFESS/CRESS tem feito para qualificar a educação é lutar por 10% do PIB na educação. Essa é a campanha que nós queremos que todos nós possamos abraçar, porque, de fato, investindo com recurso público no ensino é que a gente vai poder garantir o direito a todos os estudantes de terem, na nossa opinião, uma modalidade de formação mais qualificada.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Eu agradeço a manifestação de todos. E quero informar ao Presidente Ricardo Holz que a sua proposição eu deverei submeter à análise aqui da assessoria jurídica da Comissão, uma vez que o envio de documentos para o Ministério Público Federal pode ser feito, uma vez que é material público e à disposição do público, mas eu não sei lhe dizer se é regimentalmente possível tal providência. De qualquer forma, isso precisa ser analisado e, se a análise for favorável, ainda terá que ser aprovada pelo próprio Plenário da Comissão de Educação. Mas eu penso que a parte que julgar necessário pode, inclusive obter todo o extrato

– aliás, todo o material desta audiência pública – no *site* do Senado, reproduzi-lo e repassá-lo ao Ministério Público de uma forma completamente integral. Aliás, é bom mencionar que toda esta reunião está à disposição no *site* do Senado, gravada, à disposição de todos aqueles que desejarem dela utilizar.

Também informo que a Prof^a Maria Luiza Belloni mandou para nós o material que ela apresentaria aqui durante a sua exposição, que infelizmente não pôde ser feita, e por isso o material será disponibilizado para os Senadores da Comissão que o desejarem.

Também quero registrar a presença ainda de mais uma pessoa que comparece a esta reunião, que é o senhor Antonio Carbonari, Presidente do Grupo Anhanguera.

Agradeço a todos pela participação, pela presença, e tenham a certeza de que nós vamos realizar outras audiências. A Comissão de Educação do Senado não vai deixar de prestar atenção a esse assunto porque, como foi bem dito aqui, nós queremos a melhor educação, a função da Comissão é essa. E nós vamos buscar de todas as maneiras possíveis ajudar o MEC para que se cumpra a lei. E a lei é muito clara, nós temos estágios para serem realizados por alunos de curso presencial, de curso a distância, de universidade pública, de universidade privada. Obviamente que há necessidade de se estimular, até porque recebi aqui, do Prof. João Vianney, a informação – isso é resultado de uma decisão de 9 de agosto, portanto, recente – de que decisão do Tribunal de Justiça de Mato Grosso determinou que fosse entregue a um aluno de educação a distância o diploma, sem ele ter feito o estágio supervisionado por um profissional. Quer dizer, na hora em que a educação deixar de ser feita por professores, pelo mundo acadêmico, pelas salas de aula, pelas instituições, pelos mecanismos que nós dispomos, de mídia, de Internet, de livro, de tudo mais, e passar a ser feita por juiz de direito, então nós estaremos num processo completamente inverso e equivocado de formação, de geração e de construção do País.

Então é preciso, sim, que esse diálogo se faça e, se preciso for, a Comissão vai contribuir para isso.

Agradeço a presença de todos.

Muito obrigado e tenhamos todos um bom-dia.

Convoco os membros da Comissão para uma reunião extraordinária, a 62^a, que se realizará após esta reunião, aqui nesta mesma Comissão, quando trataremos das Emendas ao PPA de 2012 a 2015, discussão e votação dessas emendas.

Agradeço a todos e dou por encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 58 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 62^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 1^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54^a LEGISLATURA, REALIZADA EM 9 DE NOVEMBRO DE 2011 EMENDAS AO PLANO PLURIANUAL-PPA 2012/2015

Às doze horas e dezesseis minutos do dia nove de novembro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, **sob a Presidência do Senhor Senador Paulo Bauer, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, e com as presenças dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Benedito de Lira, Cyro Miranda, Maria do Carmo Alves, Marinor Brito, Delcídio do Amaral, Anibal Diniz, Vicentinho Alves, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Flexa Ribeiro e Mozarildo Cavalcanti, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer, os Senhores Senadores Magno Malta, Ana Rita, Roberto Requião, Eduardo Amorim, Geovani Borges, Garibaldi Alves, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Ana Amélia, José Agripino, Armando Monteiro e João Vicente Claudino. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. Neste momento, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, o Senhor Vice-Presidente, Senador Paulo Bauer, informa que o objetivo da reunião é o de discutir e aprovar as cinco (5) emendas à despesa e as emendas de texto da Comissão de Educação, Cultura e Esporte ao Plano Plurianual – PPA 2012-2015. Neste momento o Senhor Presidente, passa a palavra ao Senador Cristovam Buarque, relator das Emendas ao PPA 2012-2015, para proferir seu parecer. Prosseguindo, a Comissão analisa e aprova as seguintes emendas ao **PPA 2012-2015: Emendas à despesa: Educação – Emenda nº 1 – Educação Superior – Universidades Estaduais**, com o valor de custo no primeiro ano de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais); valor de custo nos demais anos de R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais) e valor de custo total de R\$ 800.000.000 (oitocentos milhões de reais), apresentada pelo Senador Paulo Paim. **Cultura – Emenda nº 2 – Praças de Esporte e Cultura**, “Implantação de Praças dos Esportes e da Cultura em localidades caracterizadas pela baixa presença de equipamentos e pela alta vulnerabilidade social”, com o valor de custo do primeiro ano de R\$ 60.000.000 (sessenta milhões de reais); valor de custo

nos demais anos de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) e valor de custo total de R\$ 160.000.000,00 (cento e sessenta milhões de reais), apresentada pelo Senador Waldemir Moka. **Emenda n.º 3 – Criação de Iniciativa nova ao objetivo 0780 do Programa 2027 Culturas Circenses e de Tradição Oral**, com valor de custo no primeiro ano de R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais); valor de custo nos demais anos de R\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais) e valor de custo total de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), apresentada pelo Senador Inácio Arruda. **Esporte – Emenda n.º 4 – Esporte CO – Esporte e Grandes Eventos Esportivos**, com o valor de custo no primeiro ano de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais); valor de custo nos demais anos de R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais) e valor de custo total de R\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais), apresentada pelo Senador Waldemir Moka. **Emenda n.º 5 – Universiade 2017 – Esporte e Grandes Eventos Esportivos**, sem valor de custo no primeiro ano; valor de custo nos demais anos de R\$ 230.454.168,00 (duzentos e trinta milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil e cento e sessenta e oito reais) e valor de custo total de R\$ 230.454.168,00 (duzentos e trinta milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil e cento e sessenta e oito reais), apresentada pelo Senador Vital do Rêgo. **Emendas ao Texto: Emenda n.º 1 – Educação – Permite a implementação da reivindicação popular de 10% do PIB para a Educação – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**, apresentada pelo Senador Randolfe Rodrigues. **Emenda n.º 2 – Educação – Permite a elevação de recursos para a Educação – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**, apresentada pela Senadora Marinor Brito. **Emenda n.º 3 – Educação – Incluir indicador com número de creches e período de funcionamento no programa 2030**, apresentada pelo Senador Paulo Paim. **Emenda n.º 4 – Educação – Incluir indicador com número de creches e período de funcionamento no programa 2030**, apresentada pela Senadora Lídice da Mata. **Emenda n.º 5 – Educação – Educação Básica – Apoiar a construção de 8 mil creches e pré-escolas**, apresentada pela Senadora Lídice da Mata. **Emenda n.º 6 – Educação – Educação Básica – Apoiar a construção de 8 mil creches e pré-escolas**, apresentada pelo Senador Cyro Miranda. **Emenda n.º 7 – Educação – Modifica o programa 2031, objetivo 0582 – Educação Profissional e Tecnológica – Elevar o número de escolas da rede federal de educação profissional e tecnológica para 622**, apresentada pela Senadora Lídice da Mata. **Emenda n.º 8 – Educação – Educação Profissional**

e Tecnológica – Oferecer 8 milhões de vagas para a educação profissional e tecnológica, com a concessão de 4 milhões de bolsas a estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos, trabalhadores e beneficiários dos programas federais de transferência de renda, apresentada pelo Senador Cyro Miranda. **Emenda n.º 9 – Cultura – Cultura: Preservação, Promoção e Acesso – Implantação de 20 escolas técnicas de cultura e implantação de 35 núcleos de Cidadania Cultural**, apresentada pelo Senador Cyro Miranda. **Emenda n.º 10 – Acrescenta parágrafos ao Art. 16 – Corpo da Lei – Art. 16** – “Incluir quatro parágrafos no art. 16 do texto da lei, dispondo sobre a participação da sociedade no monitoramento dos programas do PPA 2012-2015”, apresentada pelo Senador Paulo Paim. **Emenda n.º 11 – Altera a redação do inciso I do art. 4º – Corpo da Lei – Art. 4º Inciso I** – “Modificar o inciso I do art. 4º do texto da lei, definindo que o PPA terá como diretrizes também a redução das desigualdades de gênero e etno-racial”, apresentada pelo Senador Paulo Paim. Finda a discussão e deliberação das Emendas da Comissão ao PPA 2012-2015, o Senhor Vice-Presidente, Senador Paulo Bauer, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e vinte e sete minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente. – Senador **Paulo Bauer**, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 62ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, destinada a discutir e votar as emendas da Comissão ao Plano Plurianual 2012/2015.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e aprovação da mesma.

Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

A pauta que temos para esta reunião é a discussão e votação das emendas da Comissão ao Plano Plurianual (PPA) 2012/2015.

A relatoria cabe ao Senador Cristovam Buarque, a quem passo a palavra para a apresentação do seu relatório.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, Sr^a Senadora, as propostas de emendas ao texto que foram adotadas tratam dos seguintes assuntos:

- Aumento de recursos para a educação, de modo que o investimento público alcance 10% do PIB até 2020 (Senadores Randolfe Rodrigues e Marinor Britto);

- Inclusão de indicador com número de creches e período de funcionamento no programa “2030 – Educação Básica” (Senadores Paulo Paim e Lídice da Mata);

- Ampliar de 6 mil para 8 mil a quantidade de creches e pré-escolas a serem construídas (Senadores Lídice da Mata e Cyro Miranda);

- Elevar o número de escolas da rede federal de educação profissional e tecnológica de 562 para 622 (Senadora Lídice da Mata);

- Elevar de 3 milhões para 4 milhões a quantidade de bolsas ofertadas a estudantes do ensino médio da rede pública, na educação profissional e tecnológica (Senador Cyro Miranda);

- Ampliar de 10 para 20 as escolas técnicas de cultura a serem implantadas, bem como de 27 para 35 os núcleos de Cidadania Cultural (Senador Cyro Miranda);

- Incluir quatro parágrafos no art. 16 do texto da lei, dispondo sobre a participação da sociedade no monitoramento dos programas do PPA 2012-2015 (Senador Paulo Paim);

- Modificar o inciso I do art. 4º do texto da lei, definindo que o PPA terá como diretrizes também a redução das desigualdades de gênero e etno-racial (Senador Paulo Paim).

Por sua vez, das 7 (sete) propostas de emendas à despesa que pretendem inserir novas iniciativas no PPA, escolhemos as 5 (cinco) listadas abaixo:

- Implantação de espaços e equipamentos de esporte e de lazer (praças da juventude) (Senador Waldemir Moka);

- Implantação de Praças dos Esportes e da Cultura em localidades caracterizadas pela baixa presença de equipamentos e pela alta vulnerabilidade social (Senador Waldemir Moka);

- Implantação de infraestrutura para realização da universidade de verão 2017 no Distrito Federal (Senador Vital do Rêgo);

- Promoção, valorização, fortalecimento e fomento às culturas populares circenses e de tradição oral (Senador Inácio Arruda);

- Apoio a investimentos em entidades de ensino superior estaduais (Senador Paulo Paim).

Diante do exposto, Sr. Presidente, votamos no sentido de que esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte delibere pela apresentação das 16 (dezesseis) emendas, que acabo de ler, ao Projeto de Lei nº 29, de 2011-CN, sendo 11 (onze) de texto e 5 (cinco) à despesa, todas mencionadas anteriormente no relatório.

É este o meu relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Em discussão o relatório apresentado pelo Senador.

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, em votação o parecer apresentado pelo Senador Cristovam Buarque.

Aqueles que concordam com o parecer apresentado permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Peço a palavra, Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Pois não, Senadora.

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Queria parabenizar, Senador Paulo Bauer, a capacidade de síntese e de análise do nosso relator, Professor Cristovam, em um momento absolutamente importante da vida política do País, onde o Plano Nacional de Educação começa a ser discutido amplamente pela sociedade brasileira, sobretudo a partir da campanha nacional pelos 10% do PIB para a educação, que possamos aqui, como parlamentares, como interlocutores dessa sociedade, trazer contribuições importantes, para que esse acúmulo de forças se consolide, posteriormente, em propostas orçamentárias.

Daí a importância de termos aprovado várias emendas de infraestrutura, mas várias emendas relativas ao Orçamento Fiscal de Seguridade Social, dentre as quais está incluída uma nossa, que coloca o valor inicial apresentado pelo Governo, relativo ao PIB, de R\$ 22.250.000.000,00 para R\$ 59.000.000.000,00, que permitirá, no Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação, a elevação real dos recursos para educação, no que diz respeito à parte que cabe à União.

Isso nos permite dizer, Senador Paulo Bauer, que, em perspectiva, em um prazo bem menor que a projeção do Governo, daremos conta de enfrentar dificuldades históricas deixadas pelas lacunas orçamentárias e políticas dos governos anteriores.

Não poderia deixar de registrar, neste exato momento, Senadora Lídice e Senador Bauer, que os educadores paraenses, que hoje estão completando mais de 45 dias de greve e que foram humilhados com uma decisão judicial de um juiz de primeira instância, esta semana, pelo fato de estarem reivindicando um direito

líquido e certo, um direito assegurado pelo Congresso Nacional e confirmado pela Suprema Corte do País, de receber o piso nacional, o piso básico, o piso mínimo, R\$ 1.180,00. Esses educadores, agora, poderão, em perspectiva, se conseguirmos consolidar em proposta orçamentária, se conseguirmos com que os governos estaduais e municipais contemplem a sua parcela, obrigatória por lei, melhorar as condições de educação nos Estados, melhorar as condições e dignificar os profissionais da educação pública no País. Sem isso, nenhuma possibilidade haverá de pensarmos em desenvolvimento, em inclusão social e em uma população que possa ascender socialmente, que possa extrapolar os limites da violação dos direitos humanos e históricos que têm sido parte da vida dos pobres, dos humildes, dos indígenas, dos quilombolas, dos ribeirinhos deste País.

Faço aqui uma declaração pública, com muita alegria de ter conseguido aprovar este conjunto de emendas, somando-me ao relatório do Senador Cristovam, em especial as emendas relativas ao programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação, que permite a elevação de recursos para a educação.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Feita a manifestação pela Senadora Marinor Brito, consulto se mais alguém, Senador ou Senadora, deseja usar da palavra.

Agradeço a presença, inclusive a presença e a companhia da Senadora Lídice da Mata aqui na Mesa, e declaro a presente reunião encerrada, convocando outra para o horário regimental, na próxima semana, quando teremos outros assuntos previamente pautados para discutir.

Muito obrigado.

(Iniciada às 12 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 27 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 48ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE NOVEMBRO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 12h30, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SALA Nº 9.

Às doze horas e quarenta minutos do dia oito de novembro de dois mil e onze, na sala de reuniões nº 9, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**, reúne-

-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **JORGE VIANA, RODRIGO ROLLEMBERG, SÉRGIO SOUZA, EDUARDO BRAGA, REDITARIO CASSOL, DELCÍDIO DO AMARAL, BLAIRO MAGGI, ANTONIO CARLOS VALADARES, CÍCERO LUCENA, FLEXA RIBEIRO e LINDBERGH FARIAS**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores **ANÍBAL DINIZ, ACIR GURGACZ, VICENTINHO ALVES, PEDRO TAQUES, LUIZ HENRIQUE, WILSON SANTIAGO, EUNÍCIO OLIVEIRA, ALOYSIO NUNES FERREIRA, ALVARO DIAS, CLOVIS FECURY, PAULO DAVIM e RANDOLFE RODRIGUES**. Havendo número regimental, a Presidência declara abertos os trabalhos e submete a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 40ª reunião ordinária de 04/10/2011, 41ª reunião conjunta de 05/10/2011 e 47ª reunião extraordinária de 01/11/2011, que são dadas como aprovadas. A seguir, a Presidência submete à comissão os seguintes comunicados: 1) Ofício nº 505/20011/3ª Câmara, de 06 de outubro de 2011: A 3ª Câmara de Coordenação e Revisão da Procuradoria Geral da República encaminha ofício solicitando a adesão da CMA ao pleito do Ministério Público Federal, no sentido de revogar a Lei Ferrari (Lei nº 6.729/79); 2) Moção CRH nº 07, de 20 de setembro de 2011: O Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo envia moção que “recomenda ao Senado Federal a participação oficial dos sistemas integrados de gerenciamento de recursos hídricos do país na discussão do Projeto de Reforma do Código Florestal (Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011)”; 3) Ofício Circular nº 03/2011/DG/ANTT: A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) informa a criação do ProPass Brasil – Projeto da Rede Nacional de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros que trata da licitação dos serviços interestaduais operados com veículos rodoviários, dos serviços interestaduais operados com veículos urbanos e dos serviços internacionais; 4) Ofício GCSH/n. 19/2011: O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais encaminha cópia do Relatório Técnico sobre a Dívida Pública do Estado de Minas Gerais, elaborado no âmbito do parecer prévio das Contas Governamentais do Estado, relativas ao exercício de 2010; 5) Ofício nº 2014/00.108: A FIFA encaminha ofício comunicando que o Sr. Vandenbergue dos Santos Sobreira Machado passou a exercer a função de Assessor Parlamentar do Comitê Organizador da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014 a partir de 06/10/2011, com a função de representação da entidade perante todos os órgãos e comissões do Congresso Nacional; 6) Manifestação dos Trabalhadores Públicos Federais sobre o projeto

de Reforma do Código Florestal: Diversas entidades representativas de funcionários públicos federais ligados às áreas de meio ambiente, reforma agrária e agropecuária encaminham considerações e sugestões ao Projeto de Reforma do Código Florestal. Passa-se à **PAUTA**, destinada à deliberação de matérias. **Item 2) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 114, DE 2011**, que “Requeiro, nos termos regimentais, a indicação de Senadores para participarem, como representantes desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), da 17ª Conferência das Partes (COP 17) na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e da 7ª Conferência das Partes no Protocolo de Quioto (CMP-7), que ocorrerão em Durban, cidade da África do Sul, na província de KwaZulu-Natal, entre os dias 28 de novembro e 9 de dezembro do corrente ano. Aatoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento nº 114, de 2011-CMA. **Item 3) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 115, DE 2011**, que “Requeiro, nos termos dos art. 93, §2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa da realização das audiências públicas previstas nos Requerimentos da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle nº 2, 40, 41, 42, 43, 47, 50, 54, 61, 65, 66, 67, 72, de 2011-CMA, que buscam “coletar subsídios técnico-jurídicos para aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965), atualmente em curso no Congresso Nacional”. Aatoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento nº 115, de 2011-CMA. **Item 4) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 116, DE 2011**, que “Requeiro, nos termos do art. 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de três audiências públicas para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011 (Projeto de Reforma do Código Florestal), conforme relação abaixo: 1ª Audiência Pública – 09/11/2011 – A Reforma do Código Florestal e as Cidades: Carlos Afonso Nobre, Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT); Celso Santos Carvalho, Diretor de Assuntos Fundiários Urbanos da Secretaria Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades; Paulo Safady Simão, Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC); e Nabil Bonduki, Professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP). 2ª Audiência Pública – 10/11/2011 – A Reforma do Código Flo-

restal e as Bacias Hidrográficas: Vicente Andreu Guillo, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas (ANA); José Galizia Tundisi, Ex-Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e Ex-Vice-Presidente do Internacional Council of Science (ICSU); Stela Goldenstein, Ex-Secretária do Meio Ambiente do Estado de São Paulo; Pedro Ubiratan, Procurador do Estado Chefe da Procuradoria do Estado de São Paulo em Brasília; Cid Tomanik Pompeu, Doutor em Direito e Consultor na área de direito de águas; e Maria Teresa Piedade, Professora Doutora do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA). 3ª Audiência Pública – 11/11/2011 – A Reforma do Código Florestal e as Florestas: José Carlos Carvalho, Ex-Ministro do Meio Ambiente e Superintendente Geral Fundação Amazônia Sustentável; Bráulio Ferreira de Souza Dias, Secretário da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente (MMA); José Luciano Penido, Presidente do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Celulose e Papel (BRACELPA); Roberto Smeraldi, Diretor da ONG Amigos da Terra; Adalberto Veríssimo, Pesquisador Sênior do Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON); Tasso Azevedo, Consultor do Ministério do Meio Ambiente (MMA); e André Lima, Assessor Especial de Políticas Públicas do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM). Aatoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento nº 116, de 2011-CMA. **Item 5) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 147, DE 2010 – TERMINATIVO**, que “Cria a Área de Proteção Ambiental da Serra da Canastra, que passa a compor o mosaico de unidade de conservação da Serra da Canastra, nos termos do art. 26 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000”. **TRAMITA EM CONJUNTO COM PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 148, DE 2010**, que “Altera os limites do Parque Nacional da Serra da Canastra, que passa a compor o mosaico de unidade de conservação da Serra da Canastra, nos termos do art. 26 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000”. Aatoria: Deputado Carlos Melles e outros. Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Relatório: Pela rejeição do PLC nº 147, de 2010, e pela aprovação do PLC nº 148, de 2010, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. Colocado em votação, a comissão rejeita o PLC nº 147, de 2010 e aprova o PLC nº 148, de 2010 com a emenda nº 1-CMA (substitutivo). A matéria vai a turno suplementar, nos termos regimentais. Ficam adiadas as demais matérias. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e dois minutos, lavrando eu, Leany Barreiro de Sousa Lemos, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes

e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **rodrigo rollemberg**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle,

REGISTRO DE TAQUIGRAFIA DA REUNIÃO DE 08/11/2011

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 48ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 40ª Reunião Ordinária, de 4 de outubro de 2011, 41ª Reunião Conjunta, de 5 de outubro de 2011, e 47ª Reunião Extraordinária, de 1º de novembro de 2011.

Aqueles que concordam com a aprovação das Atas das três reuniões permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA

A Presidência da Comissão comunica, para ciência dos seus membros, o recebimento dos seguintes ofícios:

– Ofício nº 505/20011/3ª Câmara, de 06 de outubro de 2011: A 3ª Câmara de Coordenação e Revisão da Procuradoria Geral da República encaminha ofício solicitando a adesão da CMA ao pleito do Ministério Público Federal, no sentido de revogar a Lei Ferrari (Lei nº 6.729/79).

– Moção CRH nº 07, de 20 de setembro de 2011: O Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo envia moção que “recomenda ao Senado Federal a participação oficial dos sistemas integrados de gerenciamento de recursos hídricos do País na discussão do Projeto de Reforma do Código Florestal (Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011)”.

– Ofício Circular nº 03/2011/DG/ANTT: A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) informa a criação do ProPass Brasil – Projeto da Rede Nacional de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros que trata da licitação dos serviços interestaduais operados com veículos rodoviários, dos serviços interestaduais operados com veículos urbanos e dos serviços internacionais.

– Ofício GCSH/nº 19/2011: O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais encaminha cópia do Relatório Técnico sobre a Dívida Pública do Estado de

Minas Gerais, elaborado no âmbito do parecer prévio das Contas Governamentais do Estado, relativas ao exercício de 2010.

– Ofício nº 2.014/00.108: A Fifa encaminha ofício comunicando que o Sr. Vandenbergue dos Santos Sobreira Machado passou a exercer a função de Assessor Parlamentar do Comitê Organizador da Copa do Mundo da Fifa Brasil 2014 a partir de 06/10/2011, com a função de representação da entidade perante todos os órgãos e comissões do Congresso Nacional.

– Manifestação dos Trabalhadores Públicos Federais sobre o projeto de Reforma do Código Florestal:

Diversas entidades representativas de funcionários públicos federais ligados às áreas de meio ambiente, reforma agrária e agropecuária encaminham considerações e sugestões ao Projeto de Reforma do Código Florestal que está à disposição de todos os Srs. Senadores.

Informo ainda que diversas sugestões ao Projeto de Reforma do Código Florestal, que foram entregues durante diligência da CMA à Escola Superior de Agricultura da USP, em Piracicaba – ESALC estão à disposição na Secretaria da Comissão.

Quero registrar também que o prazo para emendas ao PPA, será às 18 horas do dia 10 de novembro de 2011.

ITEM 2:

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTROLE Nº 114, DE 2011

Requeiro, nos termos regimentais, a indicação de Senadores para participarem, como representantes desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), da 17ª Conferência das Partes (COP 17) na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e da 7ª Conferência das Partes no Protocolo de Quioto (CMP-7), que ocorrerão em Durban, cidade da África do Sul, na província de KwaZulu-Natal, entre os dias 28 de novembro e 9 de dezembro do corrente ano.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 3:**REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR N° 115 , DE 2011**

Requeiro, nos termos dos art. 93, §2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa da realização das audiências públicas previstas nos Requerimentos da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle nºs 2, 40, 41, 42, 43, 47, 50, 54, 61, 65, 66, 67, 72, de 2011-CMA, que buscam “coletar subsídios técnico-jurídicos para aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965), atualmente em curso no Congresso Nacional”.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 4:**REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTROLE N° 116 , DE 2011**

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de três audiências públicas para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011 (Projeto de Reforma do Código Florestal), conforme relação abaixo: 1ª Audiência Pública – 09/11/2011 – A Reforma do Código Florestal e as Cidades.

Convidados: Carlos Afonso Nobre, Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT); Celso Santos Carvalho, Diretor de Assuntos Fundiários Urbanos da Secretaria Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades; Paulo Safady Simão, Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC); e Nabil Bonduki, Professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP). 2ª Audiência Pública – 10/11/2011 – A Reforma do Código Florestal e as Bacias hidrográficas.

Convidados: Vicente Andreu Guillo, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas (ANA); José Galizia Tundisi, Ex-Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e

ex-Vice-Presidente do Internacional Council of Science (ICSU); Stela Goldenstein, Ex-Secretária do Meio Ambiente do Estado de São Paulo; Pedro Ubiratan, Procurador do Estado Chefe da Procuradoria do Estado de São Paulo em Brasília; e Cid Tomanik Pompeu, Doutor em Direito e Consultor na área de direito de águas. 3ª Audiência Pública – 11/11/2011 – A Reforma do Código Florestal e as Florestas.

Convidados: José Carlos Carvalho, ex-Ministro do Meio Ambiente e Superintendente Geral Fundação Amazônia Sustentável; Bráulio Ferreira de Souza Dias, Secretário da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente (MMA); José Luciano Penido, Presidente do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Celulose e Papel (BRACELPA); Representante da ONG Amigos da Terra; Adalberto Veríssimo, Pesquisador Sênior do Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON); e Tasso Azevedo, Consultor do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 5**– Terminativo -****PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 147, DE 2010**

Projeto de Lei da Câmara nº 147, de 2010, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 148, de 2010. Apreciação e decisão terminativa na Comissão.

O PLC nº 147, de 2010, cria a Área de Proteção Ambiental da Serra da Canastra, que passa a compor o mosaico de unidade de conservação da Serra da Canastra, nos termos do art. 26 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

O PLC nº 148, de 2010, altera os limites do Parque Nacional da Serra da Canastra, que passa a compor o mosaico de unidade de conservação da Serra da Canastra, nos termos do art. 26 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

Autoria: Deputado Carlos Melles e outros.

Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg.

Peço ao Senador Blairo Maggi que assuma a Presidência da reunião apenas para que eu possa ler o relatório. Como o projeto é terminativo nesta Comissão, e nós não temos quórum para deliberação terminativa,

eu queria apenas proceder à leitura, antes fazendo um breve relatório dos procedimentos que adotei.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Com a palavra, então, o Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, logo que assumi a Presidência da Comissão de Meio Ambiente, avoquei a relatoria de dois projetos que tramitavam em conjunto e que tratavam de modificações dos limites da Serra da Canastra, na verdade, delimitando o Parque Nacional da Serra da Canastra e definindo outras áreas como Áreas de Proteção Ambiental. Não havia acordo em relação a esses projetos.

O Governo, através do ICMBio, entendia que apenas a transformação para Áreas de Proteção Ambiental não teria a proteção suficiente para uma área tão importante como a Serra da Canastra.

Em função da complexidade e da importância do tema – e eu quero registrar aqui, Senador Flexa Ribeiro, que sou um apaixonado pelo rio São Francisco, um rio que faz parte de toda a minha vida e de toda a minha infância -, eu fiz questão de visitar pessoalmente a Serra da Canastra, acompanhado de consultores do Senado, como o Antônio Tomé, que está aqui, e acompanhado de uma ex-Procuradora do Ibama, a convite meu, Dr^a Andrea Vulcanes, a quem também agradeço. Tivemos, naquele momento, a oportunidade de nos reunirmos e de fazermos seis audiências públicas em dois ou três dias que passamos lá. Foram audiências públicas, Senador Blairo Maggi, com a participação de muita gente, de muitos prefeitos da região, de muitos produtores rurais da região, de muitas pessoas que trabalhavam com a mineração, especialmente de quartzito, que emprega muita gente.

Aqui, brevemente, antes de fazer a leitura do relatório formal, pela importância do tema, vou relatar um pouco a história desse parque.

Em 1972, o Governo lançou um decreto criando o Parque Nacional da Serra da Canastra, com aproximadamente 200 mil hectares. Mas, no art. 4º do decreto de criação, definia-se que podiam ser retirados da área do parque as áreas com alto potencial agriculturável. O fato é que, ao longo dos anos, quem administrava o parque era o IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal), que era o órgão vinculado ao Ministério da Agricultura.

Por informações de produtores da região, em meados dos anos 70, salvo engano sob a liderança do Ministro Alysso Paulineli, foram retiradas áreas para o desenvolvimento da agricultura. O fato é que, por volta de 1978, o IBDF contratou a Fundação João Pinheiro para fazer todo um levantamento topográfico

do Parque Nacional da Serra da Canastra e delimitou uma área de 70 mil hectares. Esses 70 mil hectares foram desapropriados e ali foi efetivamente implantado o Parque Nacional da Serra da Canastra, inclusive o IBDF chegou a realizar plano de manejo considerando apenas a área de 70 mil hectares. Aqueles demais produtores continuaram desenvolvendo as suas atividades agrícolas e pecuárias de baixo impacto, especialmente a produção do queijo da Serra da Canastra.

Havia também, por parte do DNPM, autorização para a extração de uma mina de kimberlito, que é diamante, numa área próxima, e de quartzito, que tem uma grande capacidade de inclusão social, que ocupava mais de mil pessoas nessa atividade. Percebi, imediatamente, o tamanho do conflito, da dificuldade que seria fazer uma composição em relação aos interesses fundamentais e estratégicos de preservação de uma área estratégica para o País, especialmente por preservar as nascentes do rio São Francisco, um dos rios mais importantes do Brasil, e, ao mesmo tempo, como compatibilizar com aquelas atividades tradicionais de baixo impacto existentes ali há anos, com famílias que viviam ali há centenas de anos, seus avós, pais, filhos, netos, enfim, há muitos anos e que nunca tiveram suas terras desapropriadas, mas viviam em permanente conflito com o ICMBio. Eu confesso que perdi noites de sono pensando qual seria a solução para aquele conflito.

Depois de muitas reuniões, depois de seis audiências públicas realizadas lá na Serra da Canastra, depois de dezenas de reuniões com técnicos do ICMBio e com representantes dos produtores rurais, dos prefeitos da região, chegamos a uma proposta que foi acordada por todos. Uma proposta que retirava as áreas de mineração da área do parque ou da área de monumento natural, são três áreas, duas para extração de diamante e uma de quartzito, e incorporava uma área de igual tamanho à área de proteção integral e de maior valor ecológico, segundo informação do ICMBio, incorporando, inclusive, para os limites do parque uma cachoeira famosa para quem faz ecoturismo naquela região, a Cachoeira Casca D'anta.

Pois bem, decidimos transformar toda a área de 197 mil hectares, em comum acordo com os produtores rurais, em área de proteção integral, dividindo em duas categorias de proteção integral: aproximadamente 120 mil hectares destinados à constituição do Parque Nacional da Serra da Canastra e em torno de 77 mil hectares para transformar em monumento natural, que é também uma área de proteção integral, mas que convive com atividades econômicas privadas de

baixo impacto ambiental, especialmente as atividades tradicionais, como a proteção do queijo da Canastra, atividades pecuárias e agrícolas de baixo impacto, de subsistência e, enfim, atividades de turismo ecológico, que é uma grande vocação da região.

Depois de muitas conversas, de muitos entendimentos, conseguimos fechar um acordo. O ICMBio concordou com a proposta, participou da elaboração da proposta. Os produtores rurais participaram da elaboração da proposta. Foram consultados, todo o tempo, os prefeitos da região. E, aqui, na semana passada, realizamos uma última audiência pública com representantes de todos esses segmentos, e cada um trouxe pequenas sugestões de aperfeiçoamento do texto, que foram incorporadas a este relatório.

Neste momento, para registro, eu gostaria de fazer a leitura do relatório, já que não poderemos apreciar a matéria, que exige quórum qualificado.

Vamos ao parecer.

I – Relatório

Submetem-se à análise da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), em decisão terminativa, os Projetos de Lei da Câmara (PLC) nº 147, de 2010 (PL nº 1.517, de 2007, na origem), e nº 148, de 2010 (PL nº 1448, de 2007, na origem), que passaram a tramitar em conjunto por força do Requerimento nº 852, de 2010.

O PLC nº 148, de 2010, visa a alterar os limites do Parque Nacional da Serra da Canastra, localizado no Estado de Minas Gerais, que passaria a integrar o mosaico de conservação da Serra da Canastra.

O novo polígono do Parque é descrito no Anexo I da proposição e perfaz uma área de cento e cinquenta mil, cento e sessenta e oito hectares e cinquenta e um centésimos (150.168,51 ha).

Por sua vez, o PLC nº 147, de 2010, cria a Área de Proteção Ambiental (APA) da Serra da Canastra, a partir das áreas excluídas dos limites originais do Parna da Serra da Canastra.

O Anexo I da proposição apresenta o memorial descritivo da APA, e as nove áreas distintas descritas perfazem quarenta e sete mil, quinhentos e dezesseis hectares e dezessete centésimos (47.516,17 ha).

Conforme justificação que acompanha as proposições, os novos limites do Parque e da APA da Serra da Canastra foram definidos a partir de trabalhos cartográficos e de trabalhos de campo realizados sob a coordenação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (Emater-MG), responsável pelo georreferenciamento das áreas.

Até o momento, não foram apresentadas emendas.

II – Análise

Conforme o art. 102-A, II, a, compete à CMA opinar sobre os assuntos atinentes à proteção do meio ambiente e defesa dos recursos naturais, entre outros.

Em primeiro lugar, vale ressaltar que o presente relatório é fruto de um esforço conjunto que, partindo dos textos apresentados pela Câmara dos Deputados, reuniu o Ministério das Minas e Energia (MME), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e a comunidade da Serra da Canastra. A solução para as divergências históricas verificadas na região foi construída com base no diálogo, com atenção às características culturais e às necessidades socioeconômicas da população e com respeito aos devidos requisitos técnicos e ambientais.

O Parque Nacional da Serra da Canastra foi criado por meio do Decreto nº 70.355, de 3 de abril de 1972. Situado no sudoeste do Estado de Minas Gerais, abrange o território de três Municípios: São Roque de Minas, Sacramento e Delfinópolis. No interior do Parque, localiza-se a nascente do rio São Francisco.

Os PLCs nº 147 e 148, ambos de 2010, procuram redefinir os limites do Parque, com o objetivo de solucionar controvérsia referente à área efetiva da unidade de conservação.

Embora o Parque tenha sido criado com área aproximada de 200 mil hectares, o Poder Público o implantou – com delimitação e desapropriação – em apenas cerca de 72 mil hectares. As demais áreas, em especial o Chapadão da Babilônia, foram excluídas pelo Plano de Manejo da unidade de conservação, elaborado em 1981 pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), então responsável pela administração do Parque.

A redução da área teve fundamento jurídico no art. 4º do Decreto nº 70.355, de 1972, que permitia ao IBDF excluir do Parque as áreas de valor agricultável, desde que essa exclusão não afetasse as características ecológicas da unidade.

Iniciativa recente do ICMBio procurou ampliar a área efetiva do Parque para os limites originais estabelecidos no Decreto nº 70.355, de 1972. Segundo o Instituto, o Decreto de criação do Parque fixa em 200 mil hectares a área da unidade de conservação. Apenas um novo Decreto, que nunca foi editado, seria capaz de reduzir a área para 72 mil hectares.

Entretanto, ciente de que a convivência do Parque com a comunidade local é fundamental para minimizar conflitos e permitir o melhor gerenciamento da unidade,

de de conservação, o ICMBio mostrou-se aberto ao diálogo, para buscar uma solução para a controvérsia.

Os projetos em exame alteram a área do Parque para cerca de 150 mil hectares, aproximadamente. Assim, na visão do ICMBio, os projetos reduziram a área do Parque de 200 mil para 150 mil hectares. Contudo, sob o ponto de vista da comunidade e dos autores dos projetos, eles ampliariam a área do Parque de 72 mil para 150 mil hectares, ou seja, em mais de 100%. Essa era a controvérsia instalada.

Diversas providências foram adotadas por este Relator para construir uma solução.

Por meio do Requerimento CMA nº 11, de 2011, de minha autoria, a CMA aprovou a realização de diligência ao Parque Nacional da Serra da Canastra, em Minas Gerais, para instruir os projetos em exame. A diligência foi realizada entre 26 e 27 de maio de 2011. Na ocasião, tive a oportunidade de conhecer pessoalmente a realidade local e coletar subsídios para a elaboração deste Relatório.

Já no trajeto de ida, um sobrevôo da região permitiu a identificação de zonas inabitadas, principalmente na Serra da Canastra e outros, ocupada por atividades econômicas rurais, em especial no Chapadão da Babilônia, no Vale da Babilônia e no Vale dos Cândidos. Acompanhou o sobrevoo uma equipe constituída por representantes do ICMBio e do Ministério das Minas e Energia (MME).

Após isso, a comitiva, acompanhada de representantes da comunidade da Serra da Canastra, cumpriu intensa agenda de atividades nas seguintes localidades: Espalhinhas, comunidade no Município de Capitólio; São João Batista da Serra da Canastra, distrito do Município de São Roque de Minas; São José do Barreiro, distrito do Município de São Roque de Minas; Município de Delfinópolis, produção artesanal de queijo canastra; Itajuí, comunidade do Município de Delfinópolis; Alpinópolis, Município ao sul do parque.

Nessas localidades, foram realizadas audiências públicas em que pudemos observar a realidade da população local, formada basicamente por comunidades tradicionais e pequenos produtores rurais.

Verificamos a indignação dos moradores, que se sentiam injustiçados por verem inviabilizadas as atividades econômicas que desempenhavam tradicionalmente e sem significativa degradação ambiental.

Ao deslumbramento provocado pelas belezas naturais da Serra da Canastra, que precisam ser preservadas, somava-se a angústia gerada pelo impacto social causado pela implantação do parque. Diante desse quadro, como compatibilizar a proteção da natureza e a sustentabilidade econômica da comunidade? Essa foi a questão que orientou a elaboração deste relatório.

Após a realização da diligência, várias reuniões foram conduzidas para tentar solucionar o impasse. Essas reuniões contaram com a participação de representantes do ICMBio, das comunidades locais da Serra da Canastra – de Consultores do Senado, quero registrar também da Sílvia, Assessora do meu gabinete – e transcorreram em um ambiente de colaboração, com todos os atores empenhados em alcançar uma solução ótima.

Os principais pontos que mereceram destaque durante as discussões foram: proteção dos atributos ecológicos da região; exclusão das povoações existentes da área da unidade de conservação; manutenção das atividades econômicas tradicionais desempenhadas pelos moradores da região, como a agropecuária de baixo impacto ambiental, a produção artesanal de queijo canastra e a exploração do turismo ecológico e rural, entre outras; viabilização da mineração de diamantes e quartzitos, com a exclusão das jazidas da área da unidade de conservação.

A solução construída foi a de criar um mosaico de unidades de conservação, nos moldes propostos nos PLC nºs 147 e 148, ambos de 2010, e conforme a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Contudo, em vez de Área de Proteção Ambiental, conforme preconizado nas proposições em exame, optou-se por criar o Monumento Natural dos Vales da Canastra, que abrangerá, basicamente, o Vale dos Cândidos e o Vale da Babilônia.

Essa é uma unidade de conservação que mantém o grau de proteção desejado e permite a existência de propriedades privadas e o desempenho de atividades econômicas tradicionais e de baixo impacto ambiental no seu interior.

Essa foi a chave que permitiu o desenho final do mosaico de unidades de conservação. Assim como o Parque Nacional, o Monumento Natural integra a categoria das unidades de conservação de proteção integral, que permite um maior grau de preservação ambiental da região, sem inviabilizar a presença e a sustentabilidade econômica da comunidade. Obviamente, as atividades desenvolvidas no interior da unidade estarão sujeitas a condições que permitam a sua compatibilização com os objetivos do Monumento Natural, mas elas estão a princípio autorizadas.

Vale ressaltar também que foram cumpridos os requisitos legais para a criação do Monumento Natural dos Vales da Canastra, em especial as previstas no § 2º do art. 22 da Lei nº 9.985, de 2000.

Conforme relatado anteriormente, várias consultas públicas à comunidade local foram realizadas, e o ICMBio encarregou-se de efetuar os estudos técnicos

necessários à identificação da localização, da dimensão e dos limites mais adequados para as unidades.

Em relação à redefinição dos limites do Parque Nacional da Serra da Canastra, foram também atendidos os requisitos constitucionais e legais. De acordo com o inciso I do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, a alteração e a supressão de espaços territoriais e seus componentes especialmente protegidos somente serão permitidas por meio de lei formal. Assim, os PLC nºs 147 e 148, de 2000, preenchem plenamente esse critério.

Além disso, em 1º de novembro de 2011, foi realizada nova audiência pública, para a apresentação de versão preliminar deste relatório e coleta de novos subsídios. Mais uma vez, participaram da reunião representantes do ICMBio, do Ministério de Minas e Energia e da comunidade da região da Serra da Canastra. O evento foi muito proveitoso, e as demandas foram, na medida do possível, incorporadas ao texto.

Por fim, compete também a esta Comissão, ao analisar a matéria em decisão terminativa, pronunciar-se sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade.

No que tange à análise da constitucionalidade formal, os projetos tratam da conservação da natureza e da proteção do meio ambiente. Inserem-se, portanto, no campo das competências legislativas comuns da União, dos Estados, do Distrito Federal (art. 24, VI, da Constituição Federal – CF). As proposições não invadem as esferas de iniciativa privativa do Presidente da República (art. 61, § 1º, da CF). Não interferem, ainda, nos temas de competência exclusiva do Congresso Nacional (art. 49, da CF), e a espécie normativa escolhida – projeto de lei – está adequada à matéria a ser disciplinada.

Sob a perspectiva material, entendemos que não há afronta a nenhum princípio ou direito fundamental consagrado no Texto Constitucional. Ademais, as proposições mostram-se sintonizadas com as prescrições do Capítulo VI do Título VIII da Constituição Federal, dedicado integralmente à proteção do meio ambiente.

Salientamos, também, que os projetos encontram-se em conformidade com os objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente, instituída pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

Não há, portanto, reparos a fazer em relação à constitucionalidade, à juridicidade e à regimentalidade dos PLCs nºs 147 e 148, ambos de 2010.

Os aprimoramentos necessários, identificados ao longo do amplo processo de construção da solução negociada para o impasse entre os órgãos ambientais e a comunidade local, foram incorporados à emenda substitutiva que apresentamos.

Como, por determinação regimental, apenas um dos projetos apensados deve ser aprovado, sendo os demais necessariamente rejeitados, optamos por aprovar o PLC nº 148, de 2010, por tratar especificamente da redefinição dos limites do Parque Nacional da Serra da Canastra, medida que, como vimos, depende da edição de lei formal.

III – Voto

Ante o exposto, votamos pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 147, de 2010, e pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 148, de 2010, nos termos da seguinte emenda substitutiva:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 148 , DE 2010

Altera os limites do Parque Nacional da Serra da Canastra e cria o Monumento Natural os Vales da Canastra.)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Parque Nacional da Serra da Canastra, localizado no Estado de Minas Gerais, criado pelo Decreto nº 70.355, de 3 de abril de 1972, passa a ter os limites constantes no Anexo I desta Lei.

§1º– O Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Canastra será revisado, a partir da publicação desta Lei, no prazo estipulado no § 3º do art. 27 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, garantida a ampla participação da população residente no entorno da unidade de conservação.

§2º – Até que ocorra a desapropriação das áreas particulares incluídas nos limites do Parque Nacional da Serra da Canastra, as condições de permanência dos residentes nessas áreas serão reguladas por termo de compromisso, que estabelecerá normas e ações específicas destinadas a compatibilizar a sua presença com os objetivos da unidade de conservação, sem prejuízo dos modos de vida, das fontes de subsistência e dos locais de moradia destes agentes.

§3º Na elaboração do termo de compromisso, de que trata o §2º, será assegurada a participação do Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra da Canastra.

Art. 2º Fica criado o Monumento Natural dos Vales da Canastra, unidade de conservação federal no Estado de Minas Gerais, situado em áreas contíguas ao Parque Nacional da Serra da Canastra, conforme os limites estabelecidos no Anexo II desta Lei.

Art. 3º O Monumento Natural dos Vales da Canastra tem como finalidades:

I – conservar remanescentes do ecossistema de Cerrado;

II – proteger belezas cênicas e orientar a sua exploração turística em modo compatível com a conservação ambiental;

III – resguardar o modo de produção tradicional de baixo impacto ambiental das populações rurais, valorizando os seus saberes sociais e culturais em consonância com a manutenção da qualidade e da integridade de seu ambiente natural.

Art. 4º Nas áreas privadas que integram o Monumento Natural dos Vales da Canastra, será admitida a realização das atividades assim caracterizadas:

I – atividades agrícolas e pastoris destinadas à produção tradicional, artesanal, de subsistência ou orgânica, de alimentos e laticínios, e que apresentem baixo impacto ambiental;

II – plantio de espécies nativas produtoras de frutos, sementes, castanhas e outros produtos vegetais nas áreas particulares, cuja cobertura natural tenha sido alterada anteriormente à criação do Monumento Natural dos Vales da Canastra, respeitadas as áreas de reserva legal e de preservação permanente e seu regime de preservação e uso previstos na legislação pertinente;

III – coleta de produtos não madeireiros para fins de subsistência ou produção de mudas, como sementes, castanhas e frutos, desde que de modo eventual e respeitada a legislação específica a respeito do acesso aos recursos genéticos;

IV – turismo rural ou ecológico de baixo impacto ambiental.

§1º No desenvolvimento das atividades previstas nos incisos I e II, ficam permitidas, nas áreas de domínio privado integrantes do Monumento Natural dos Vales da Canastra, desde que não estejam em desacordo com Plano de Manejo da unidade de conservação:

a) a abertura e a manutenção de pequenas vias de acesso interno, incluindo a instalação de pontes e pontilhões, quando forem necessários para o escoamento dos produtos oriundos das atividades econômicas permitidas;

b) a implantação de instalações necessárias à captação e à condução de água e de efluentes tratados, desde que comprovada a outorga do direito de uso da água, quando couber;

c) a construção e a manutenção de moradias e infraestruturas de suporte às atividades agrícolas e pastoris previstas neste artigo.

§2º No desenvolvimento das atividades previstas no inciso IV, a instalação de construções, trilhas e demais infraestruturas de suporte à visitação e recreação será permitida somente quando:

a) indicadas no Plano de Manejo da unidade de conservação;

b) previamente autorizadas pelo órgão gestor da unidade de conservação;

c) em conformidade com o licenciamento ambiental, quando necessário.

§3º Na Seção Vão dos Cândidos do Monumento Natural dos Vales da Canastra, conforme definida no Anexo II desta Lei, fica vedada a supressão de vegetação nativa para uso alternativo do solo, visando a garantir a conectividade ecológica com o Parque Nacional da Serra da Canastra.

Art. 5º A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração do Monumento Natural dos Vales da Canastra e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento, desde que não enseje qualquer tipo de exploração econômica direta.

Art. 6º O Monumento Natural dos Vales da Canastra disporá de um Plano de Manejo, a ser elaborado no prazo estipulado no § 3º do art. 27 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que observará as diretrizes definidas nesta Lei, e em cujo processo de elaboração será garantido ampla 10 participação da população residente na unidade de conservação e no entorno.

§1º O Plano de Manejo do Monumento Natural dos Vales da Canastra definirá as práticas e as técnicas que poderão ser utilizadas na agricultura tradicional e será submetido à consulta prévia ao Conselho Consultivo dessa unidade.

§2º Fica garantida a manutenção das atividades de turismo atualmente existentes nos imóveis privados que passam a compor o Monumento Natural dos Vales da Canastra, as quais deverão adotar as medidas de adequação que venham a ser determinadas no Plano de Manejo da unidade.

Art. 7º A adequação dos modos de produção atuais aos objetivos de criação do Monumento Natural dos Vales da Canastra será conduzida conforme estabelecido no Plano de Manejo, garantido período de transição em que se buscará o desenvolvimento de programas e projetos, a serem concebidos e executados, de forma cooperativa, pelos órgãos federais, estaduais e municipais competentes, organizações da sociedade civil, instituições de pesquisa e extensão, entre outras, visando à adaptação dos proprietários e possuidores às normas da unidade de conservação.

§1º Até que seja aprovado seu Plano de Manejo, todas as atividades e obras desenvolvidas no Monumento Natural dos Vales da Canastra deverão limitar-se às já existentes e àquelas destinadas a garantir a integridade dos recursos protegidos e a assegurar às populações tradicionais residentes na área as condi-

ções e meios necessários à satisfação de suas necessidades materiais, sociais e culturais.

§2º A realização das obras referidas no §1º deverá ser previamente informada ao órgão gestor da unidade de conservação.

Art. 8º Os limites das zonas de amortecimento do Parque Nacional da Serra da Canastra e do Monumento Natural dos Vales da Canastra, e suas respectivas normas sobre ocupação e uso dos recursos, serão estabelecidos posteriormente, em regulamento do Poder Executivo Federal.

Parágrafo único. Ao serem definidas as zonas de amortecimento de que trata este artigo, será garantida a manutenção das atividades de mineração, urbanas, de lazer e turismo, entre outras já existentes, observada a minimização de impactos ambientais sobre a respectiva unidade de conservação e o licenciamento ambiental, quando cabível.

Art. 9º Não havendo aquiescência do proprietário ou possuidor às condições propostas para a coexistência do Monumento Natural dos Vales da Canastra com o uso privado da respectiva área, esta será desapropriada, nos termos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

Parágrafo único. O procedimento desapropriatório, de que trata o *caput*, não depende de declaração de utilidade pública.

Art. 10. Fica garantido o direito de preferência, em favor do poder público, em caso de transmissão inter vivos das propriedades privadas inseridas nos limites do Monumento Natural dos Vales da Canastra, ressalvadas as situações que envolvam direitos hereditários ou antecipação desses direitos.

§1º O Instituto Chico Mendes será notificado para que, no prazo de quarenta e cinco dias, exerça o direito de preferência, promovendo, em até cento e cinquenta dias, contados da apresentação dos documentos pertinentes, a efetiva desapropriação ou indenização.

§2º Fica garantida a possibilidade de compensação de reserva legal por doação, ao Poder Público, de áreas que integram imóveis privados do Monumento Natural dos Vales da Canastra, nos termos do que dispuser a legislação pertinente.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Seguem o Anexo 1 e o Anexo 2, com as poligonais definidas para o Parque Nacional e para a área de Monumento Natural.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Agradeço ao Senador Rodrigo Rollemberg.

Fiquei preocupado, achando que o senhor fosse ler o memorial descritivo da área. (*risos.*) Aí, eu iria pedir para ir embora. (*risos.*)

Mas, quero cumprimentar V. Exª pela preocupação que teve ao fazer esse substitutivo, de poder fazer e ouvir as pessoas que moram lá no local. Eu já vi, em muitas situações, redefinição de tamanho do parque, ou muitas vezes não se aceitar nem discutir essa questão. E V. Exª foi muito feliz, eu participei na última audiência pública e também ouvi alguns produtores, ocupantes dessa região, e me parece que V. Exª chegou num denominador comum, que satisfaz todas as partes e isso é importante para que a gente tenha harmonia e tenha a harmonia e tenha condições de ter um par aqui que seja respeitado, mas que antes de tudo se respeite o cidadão que mora ali, que está ali e que de, boa-fé, ocupou parte dessas áreas. Então, como nós não temos quórum para votar...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Passo a palavra, pela ordem, ao Senador Flexa Ribeiro, para que faça as considerações.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Na mesma linha do Presidente Blairo Maggi, quero parabenizá-lo, Senador Rollemberg, por ter feito um trabalho que merece os elogios de todos nós. Eu mesmo luto e lamento que a ICMBio não tenha com a Amazônia o mesmo respeito que mostrou pelo trabalho de V. Exª com relação à Serra da Canastra. V. Exª propôs e fez com êxito esse trabalho de rever a demarcação, conseguindo fazer uma composição em que não molestasse as pessoas que lá estão há décadas, como V. Exª disse, avós, pais, filhos, netos e acrescentando outras áreas na reserva, aumentando a reserva, fizemos uma proposta à ICMBio que estamos discutindo há anos; seguramente, Senador Blairo Maggi, há mais de cinco anos, lá na fronteira com o Estado de V. Exª, em Jamanxim, na ReBio, para que não se molestem centenas de famílias que estão lá assentadas na flona do Jamanxim.

Foi criada a flona sem se verificar quais pessoas estavam já com atividade de baixo impacto como tem na Serra da Canastra. E o ICMBio não quer nem... não é nem que não queira discutir, ele senta, conversa, acorda e faz diferente.

Eu tenho um projeto que está tramitando aqui, com relação à ReBio, para transformá-la em duas áreas que mantenham as reservas, só diminuí as formas e que possa ser explorada até como ecoturismo. Nós vamos fazer uma audiência pública e espero ... o Senador Pedro Taques pediu vistas e tenho certeza absoluta que nós vamos avançar.

Quero parabenizá-lo pelo êxito e conte, desde já, com o voto favorável à relatoria de V. Exª.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Senador Flexa, eu quero agradecer a manifestação de V. Ex^a e do Senador Blairo e quero fazer um registro: eu sou um defensor da ampliação das unidades de conservação no nosso País, especialmente no cerrado brasileiro. Entendo e tenho dito isso ao Senador Blairo Maggi que, se dependesse de mim, eu apresentaria uma proposta para ampliar as áreas de reserva legal no cerrado brasileiro pelo que representa do ponto de vista da biodiversidade.

Fiz questão de visitar e todos nós que fomos à Serra da Canastra ficamos sensibilizado – o Tomé que esteve com a gente pela Consultoria do Senador – com a situação, porque, efetivamente, eu tinha um grande e saudoso amigo que já se foi, desembargador do Tribunal Regional Federal, Dr. Hermenito Dourado, que dizia que o papel aceita tudo. Então, é preciso ver a realidade para perceber que, na verdade, no caso do Parque Nacional da Serra da Canastra, 200 mil hectares era apenas uma questão que constava no papel. Efetivamente, o parque tem 72 mil hectares. É o que está cercado, protegido, tem planos de manejo etc. O que estamos fazendo aqui, e num esforço... Eu confesso que vivi momentos de muita aflição a respeito de como compatibilizar o interesse ambiental, estratégico para o País, em uma área que pode ter nesta Casa um defensor igual a mim, o rio São Francisco, mas não terá maior, com a manutenção de atividades tradicionais importantes para valorizar a região, inclusive buscando transformar esses produtores rurais em guardiões daquela área.

Eu até dizia para eles: “Olha, a maior vocação econômica dessa região é o turismo ecológico, é explorar de forma sustentável esse cenário maravilhoso”. O lugar é realmente deslumbrante, maravilhoso, uma biodiversidade fantástica. E o que construímos, compatibilizando os interesses da área ambiental, dos órgãos ambientais e dos produtores rurais foi isto: transformar toda a área... Repito: toda a área, 197 mil hectares são áreas de proteção integral, previstas no Snuc (Sistema Nacional de Unidades de Conservação). Apenas 120 mil hectares ficarão como parque nacional, e 77 mil hectares como monumento natural, admitindo as atividades de baixo impacto tradicionais importantes e que valorizam a região, como a produção do queijo da Canastra.

Portanto, quero fazer esse registro e agradecer. Nós não vamos poder votar hoje, mas fiz questão de ler esse relatório hoje. Sinto-me quase com o dever cumprido. Só descansarei após aprovarmos. Um dos motivos da minha aflição foi que percebi que a gente, efetivamente, gerou uma expectativa muito grande na comunidade local.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Quero, então, mais uma vez, cumprimentar V. Ex^a e desejar, Senador Flexa, que o ICMBio tenha a mesma sensibilidade que está tendo nessa aqui porque, como eu disse antes, eu também já ouvi, já vi, participei e, inclusive, como Governador do Estado, procurei fazer algumas redimensões, redirecionar e fazer algumas novas demarcações para não prejudicar as pessoas, e sofri muito com isso, grandes críticas, posicionamentos muito duros. Mas espero que a gente siga esse caminho no futuro.

Devolvo a Presidência ao Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Agradeço ao Senador Blairo Maggi.

Antes de encerrar, gostaria de submeter aos Senadores mais dois nomes como aditamento ao Requerimento nº 115, de 2011, para que façam parte do Ciclo de Audiências para discussão do Código Florestal: Sr. André Lima, representando o Ipam, e Sr^a Maria Teresa Piedade, do Inpa.

Aqueles que aprovam a inclusão permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 12 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 22 minutos.*)

SECRETARIA DE COMISSÕES SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 49ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE NOVEMBRO DE 2011.

Às quatorze horas e dezoito minutos do dia nove de novembro de dois mil e onze, no plenário nº 2 da ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senhor Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **JORGE VIANA, RODRIGO ROLLEMBERG, LUIZ HENRIQUE, DELCÍDIO DO AMARAL E FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores **ANÍBAL DINIZ, ACIR GURGACZ, VICENTINHO ALVES, PEDRO TAQUES, EUNÍCIO OLIVEIRA, SÉRGIO SOUZA, EDUARDO BRAGA, REDITARIO CASSOL, ALOYSIO NUNES FERREIRA, ALVARO DIAS, CLOVIS FECURY, PAU-**

LO DAVIM e RANDOLFE RODRIGUES. A presidência declara aberta a reunião e submete a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à **PAUTA. Audiência Pública**, em atendimento ao Requerimento nº 115, de 2011-CMA, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011 (Projeto de Reforma do Código Florestal) sob a perspectiva de seu impacto nas cidades, com a participação dos seguintes convidados: **Carlos Afonso Nobre**, Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT); **Celso Santos Carvalho**, Diretor de Assuntos Fundiários Urbanos da Secretaria Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades; **Paulo Safady Simão**, Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC); **Nabil Bonduki**, Professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP); e **Tasso Azevedo**, Consultor do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Após a exposição dos senhores convidados, usa da palavra para tecer comentários sobre os assuntos abordados os Senhores Senadores **JORGE VIANA, MARCELO CRIVELLA e LUIZ HENRIQUE**. Encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta e quatro minutos, havendo lavrado a presente ata Leany Barreiro de Sousa Lemos, Secretária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, que será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Rodrigo Rollemberg**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REGISTRO DE TAQUIGRAFIA DE 09/11/2011

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Declaro aberta a 49ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam com a aprovação da Ata permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011 (Projeto de Reforma do Código Florestal), sob a perspectiva de seu impacto nas cidades, com a participação dos seguintes convidados: Prof. Carlos Afonso Nobre, Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia – que ainda não se encontra

aqui entre nós; Dr. Celso Santos Carvalho, Diretor de Assuntos Fundiários Urbanos da Secretaria Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades; Dr. Paulo Safady Simão, Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC); Sr. Nabil Bonduki, Professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP); e o Sr. Tasso Azevedo, Consultor do Ministério do Meio Ambiente.

Quero registrar e agradecer a presença entre nós de vários estudantes da Universidade de Brasília que têm se manifestado sobre o Código Florestal. Informo que todas essas audiências públicas são abertas à participação, à presença de todos que quiserem participar.

Amanhã teremos outra audiência pública para debater com os comitês de bacias hidrográficas. Teremos, na sexta-feira, outra audiência pública para debater a questão das florestas em relação ao Código Florestal. E, no sábado, teremos uma diligência para conhecer uma área de recuperação de área de preservação permanente no Município de Querência, em Mato Grosso.

Informo que, pelo Regimento, apenas aquelas pessoas aprovadas em reuniões anteriores é que terão direito a manifestar as suas opiniões e as suas contribuições para o aperfeiçoamento do Código.

Quero apenas registrar que, desde o primeiro momento em que o Código Florestal chegou ao Senado, ou mesmo antes de o Código Florestal chegar ao Senado, desde o início do ano, nós iniciamos vários debates aqui. A Comissão de Meio Ambiente tem se dedicado quase que exclusivamente, ao longo deste ano, a debater o Código Florestal. Tivemos aqui a presença do relator na Câmara, Deputado Aldo Rebelo; tivemos a presença dos ex-Ministros do Meio Ambiente – a Ministra Marina, o Ministro José Carlos Carvalho e vários outros ministros do Meio Ambiente; tivemos a presença dos ex-Ministros da Agricultura. Inclusive, contribuímos para superar uma crítica feita na Câmara dos Deputados, em que as organizações científicas, representativas da comunidade científica, como a Academia Brasileira de Ciências e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, não tinham sido ouvidas adequadamente. Já realizamos quatro ou cinco audiências públicas, nesta Comissão e nas outras comissões – algumas audiências conjuntas, algumas só da Comissão de Meio Ambiente –, com representantes indicados pela SBPC e pela Academia Brasileira de Ciências.

Tivemos a oportunidade também de visitar a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), onde eu, o Senador Jorge Viana, o Senador Aloysio Nunes, o Senador Blairo passamos o dia reunidos com pesquisadores.

Tenho reiterado que procuramos construir um ambiente de entendimento e de aperfeiçoamento gradual do Código Florestal. A última fase desse processo é esta, aqui na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, que é uma comissão de mérito, a última comissão, tendo como relator o Senador Jorge Viana, que tem uma longa tradição de lutas em defesa das florestas e em defesa do meio ambiente.

Tenho reiterado que, muitas vezes, embora tenhamos posições diferentes, e que gostaríamos de ter no texto legal proteções aos biomas naturais muito maiores do que as que estão ali contidas, o que temos de construir aqui é um equilíbrio entre as diversas posições, já que o Senado é composto de 81 Senadores. Eu tenho dito também que não nos interessa aprovar determinado texto um pouco mais avançado em uma determinada comissão se não for fruto de entendimento e não prevaleça no plenário. Então, estamos confiantes de que vamos conseguir melhorar muito o texto desse Código Florestal que recebemos da Câmara e entregar à população brasileira um Código Florestal que esteja à altura das suas expectativas.

Entendo que o Brasil tem uma grande vocação na produção de alimentos, tem uma grande vocação na produção de agroenergia, mas não podemos jamais abrir mão da nossa vocação ambiental, de uma potência ambiental.

Também quero registrar que o grande diferencial de competitividade da agricultura brasileira no cenário internacional é exatamente a sustentabilidade. Portanto, temos que fazer todos os esforços e faremos todos os esforços no sentido de aprovar um texto equilibrado, um Código Florestal à altura das expectativas da população brasileira.

Peço para a Secretaria ligar para os Senadores da Comissão, especialmente para o Senador Relator da Comissão, para que possamos iniciar os nossos debates.

Vamos começar ouvindo o Dr. Celso Santos Carvalho, Diretor de Assuntos Fundiários Urbanos da Secretaria Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades.

O SR. CELSO SANTOS CARVALHO – Obrigado, Senador Rollemberg. Boa tarde a todos os companheiros aqui deste plenário, desta audiência.

Bom, eu vou trazer aqui as propostas do Ministério das Cidades, órgão do Governo Federal encarregado da política urbana do País, para o Código Florestal.

Deixe-me ver se acerto aqui.

Nós partimos do diagnóstico de que um dos principais problemas da questão ambiental nas nossas cidades diz respeito a uma condição histórica, a uma

característica do nosso desenvolvimento e da nossa urbanização, que foi um processo que não foi acompanhado da provisão de habitação para os mais pobres nas cidades. A falta de provisão de uma política de habitação para os mais pobres nas nossas cidades gerou uma enorme pressão pela ocupação irregular das áreas de interesse ambiental que não tinham utilidade para o mercado de terras e das áreas de risco, gerando situações como essas que vemos nessas fotos.

Por exemplo, em São Paulo, na região de Guapiranga e Billings, região de mananciais da maior metrópole brasileira, nós temos 1,5 milhão de pessoas morando em áreas de proteção ambiental – é uma proteção estadual – de forma irregular, sem saneamento, poluindo a fonte de abastecimento de água da região metropolitana de São Paulo.

Outro exemplo é a favela da Rocinha, no Rio de Janeiro, em que grande parte foi implantada sobre áreas de interesse ambiental e tem uma dimensão, um tamanho, uma magnitude que agora não pode ser tratada simplesmente com políticas de fiscalização, mas são necessárias ações de integração desses bairros da cidade.

Entendemos que um dos aspectos principais para avançar na construção de cidades ambientalmente sustentáveis é equacionar e avançar na resolução do problema das moradias dos mais pobres. Nos últimos anos, vemos um esforço da sociedade, em particular do Congresso Nacional, de adequar o quadro legal necessário para que avancemos na questão da moradia popular, desde a nossa Constituição, com o Estatuto das Cidades, que trouxe instrumentos de política fundiária e de regularização fundiária; a Lei nº 11.977, de 2009, que trouxe o Programa Minha Casa Minha Vida, com perspectiva de construção, até 2014, de três milhões de casas na faixa de interesse social, diminuindo, com isso, a pressão pela ocupação de novas áreas de interesse ambiental e de novas áreas de risco; e a Lei Nacional de Regularização Fundiária, que propôs um equilíbrio entre direito à moradia e direito ambiental. Só para dar um exemplo, no caso da Rocinha, se, num processo de regularização da Rocinha, tivéssemos de remover todas as moradias que hoje ocupam áreas de interesse ambiental, por exemplo, nessa drenagem, nas encostas, indiscriminadamente, estaríamos construindo um enorme passivo social na medida em que seria completamente inviável realocar todas essas famílias num local próximo ao seu local de origem, onde estão suas fontes de emprego e suas relações sociais.

Nesse sentido, a Lei nº 11.977, ao estabelecer um processo de regularização fundiária de interesse social, definiu uma compatibilidade entre o direito ambiental e o direito à moradia nos seguintes termos:

admite-se a regularização, a consolidação das moradias de interesse social que estejam nas áreas de APP inseridas em áreas urbanas consolidadas, ou seja, naquelas regiões onde o preço da terra é muito caro, o que inviabiliza o reassentamento próximo ao local de origem, desde que o projeto de regularização garanta completamente a segurança em relação às questões de risco e à melhoria das questões ambientais. Essa segurança deve ser comprovada por meio de um estudo técnico com condicionantes estabelecidas na lei.

Hoje, temos o Código Florestal em áreas urbanas. Aachamos que, com esse conjunto de leis, a Constituição Federal, o Estatuto das Cidades, a Lei nº 11.977 e o Código Florestal com um capítulo para a questão das áreas urbanas, forma-se um marco legal necessário para que a sociedade e o Estado possam investir e equacionar a questão da moradia nas cidades que, a nosso ver, é um dos aspectos principais para se avançar numa cidade sustentável. Não vemos possibilidade de construir uma cidade sustentável apenas em pedaços, apenas em alguns bairros. Ou a cidade sustentável é para todos ou ela não vai existir, vai ser somente uma peça de marketing.

No que diz respeito, então, às propostas para o Código Florestal, trazemos os seguintes pontos. Primeiro, é importante que o Código Florestal trate das questões urbanas, ou seja, que tenha uma seção, um capítulo, um pedaço dedicado às questões urbanas. Na questão urbana, a principal área de interesse ambiental, a principal figura que diz respeito às questões urbanas é a Área de Preservação Permanente. Então, nós temos propostas para que se incluam dispositivos para áreas de preservação permanente no ambiente urbano. Primeiro, no que diz respeito às áreas não ocupadas ou as áreas aonde a cidade ainda não chegou, a gente acha que a APP em área urbana deve ter a mesma definição, não deve ser menor, não tem nada que diga que ela deva ser menor do que nas áreas rurais. Então, primeiro nós defendemos que a APP em área urbana tenham a mesma definição daquela das áreas rurais.

Segundo, que ela possa ser utilizada de uma forma em que a APP em área urbana deva cumprir também uma função urbana, caso contrário ela tem poucas condições de se manter como APP. E a gente acha que a melhor função para uma APP em área urbana é ser um espaço dedicado a atividades esportivas, de lazer, educacionais, culturais, ao ar livre – um espaço público ao ar livre para as atividades de lazer, culturais e esportivas para toda a população.

Para viabilizar essa proposta, quer dizer, para que ela se mantenha, a gente propõe que esse tipo de atividade possa ser admitido no âmbito de uma au-

torização ambiental analisada pelo órgão ambiental e que se garanta a recomposição das áreas degradadas e a manutenção também de área verde e de bosques e uma porcentagem da mata nativa.

No que diz respeito às áreas já ocupadas, temos de fazer uma distinção. No caso da ocupação de interesse social, ou seja, ocupação de baixa renda, em que a ocupação da APP foi feita pela necessidade e não por opção dos moradores, nesse caso, admite-se a regularização fundiária nessas áreas, condicionada a um projeto que garanta a segurança, resolva as questões de risco e a um estudo técnico que comprove a melhoria da qualidade ambiental. Ao permitir a consolidação das ocupações de interesse social em APP, não estamos de modo algum aceitando um nível de segurança menor para essa população, mas simplesmente reconhecendo que o melhor instrumento para garantir a segurança é o projeto. A gente precisa de um estudo numa escala em maior detalhe, que é a escala de projeto.

Propomos, ainda, que, na questão das APPs inseridas em conjuntos urbanos tombados, exista uma compatibilidade entre a preservação ambiental e a preservação do patrimônio histórico e cultural e que tragam para definição da lei as situações de interesse social e de utilidade pública que justificam, sob certas condições e de acordo com procedimentos previamente definidos, a intervenção ou eventual supressão da vegetação.

No que diz respeito ao projeto aprovado na Câmara, a nossa avaliação é que foram contempladas a possibilidade de execução de obras habitacionais e de urbanização inseridas nos projetos de regularização fundiária – estamos de acordo, a possibilidade de promoção de regularização fundiária de interesse social em APP e a compatibilização entre a preservação ambiental e a preservação do patrimônio histórico e cultural no caso de conjuntos urbanos tombados.

O que achamos que é necessário, ainda, o que não foi contemplado, ou seja, o que a gente propõe para discussão e para inserção: primeiro, definir o que é área urbana consolidada e, com isso, ter dispositivos diferenciados para área urbana definida apenas por uma lei, que, na prática, pode ser uma área com uma densidade muito baixa de ocupação, e área urbana que existe de verdade, que é a área urbana consolidada, com densidade de ocupação mínima, com infraestrutura implantada. Que se diferenciem essas coisas, que se caracterize na lei o que é interesse social, o que é atividade de utilidade pública. E daí nós estamos propondo, no interesse social, a implantação, em áreas urbanas, de infraestrutura pública destinada a esportes, lazer e atividades educacionais e culturais ao ar livre;

e a execução de obras habitacionais em projetos de regularização fundiária de interesse social. No caso de utilidade pública, que se insiram as atividades e obras de defesa civil.

E, a partir dessa definição de atividades de interesse social e utilidade pública, propomos estabelecer situações em que se possa admitir a supressão da vegetação em APP desde que autorizada pelo órgão ambiental competente e devidamente caracterizado e motivado em procedimento administrativo próprio.

Nesses casos, então, admitir-se-ia implantar praças e áreas verdes em APP desde que submetida ao órgão ambiental específico. Então, a gente permite que o órgão faça uma compatibilidade entre a função urbana e APP, garantindo que seja sempre uma área livre, permeável, vegetada, área verde, e admitindo também que as obras para regularização fundiária, dentro de um projeto de urbanização de favela, possam ser autorizadas por esse órgão. A gente propõe a dispensa de autorização no caso de obras de defesa civil de caráter emergencial pelo próprio caráter emergencial dessa intervenção.

Essas são as propostas que a gente queria trazer para o debate, Senador.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, agradeço ao Dr. Celso Santos Carvalho.

Faço uma consulta ao Prof. Carlos Nobre se já conseguiu baixar o arquivo. *(Pausa.)* Então, vamos ouvi-lo agora.

Quero registrar, em primeiro lugar, com muita alegria, a chegada entre nós do Prof. Carlos Afonso Nobre, Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia, e do Dr. Nabil Bonduki, Professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP) e Secretário de Ambientes Urbanos do Ministério do Meio Ambiente.

Muito obrigado.

Sejam muito bem-vindos.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu queria, antes de qualquer coisa, cumprimentar nossos convidados e agradecer por terem vindo. Nós estivemos até tarde com esta sala bastante cheia de Senadores. Estamos numa fase muito importante do debate desta matéria no Senado. Esta audiência, especialmente, é parte de uma decisão que nós, da Comissão de Meio Ambiente, já tomamos, e eu, particularmente, como

um dos Relatores, em comum acordo com o outro Relator, Senador Luiz Henrique, que hoje concluiu parte do seu trabalho, que é a de incluirmos, darmos um tratamento específico para a questão das cidades dentro do Código Florestal.

Quando o Código foi feito, em 1965, o Brasil era um país rural. Hoje pela manhã falei isso. Naquela época, naquele período, 56% da população vivia nas áreas rurais. Hoje o Brasil é um país urbano: 84% da população vive nas cidades. Nós já tivemos um acúmulo importante de discussões, mas nesta de hoje especificamente – e os senhores que foram convidados o foram com um propósito – gostaríamos mesmo de intensificar um olhar sobre os pontos que devemos garantir nessa lei, que leve em conta a cidade, adequando o uso do solo e mais as questões de risco, que não estão previstas e que são muito importantes. Isso pode ser o balizador do diferencial do Código Florestal em cidades urbanas. As áreas de risco são um divisor de água importante. E, também, como eu estava ouvindo o Dr. Celso colocando, nós temos que tratar das cidades. Nós estamos falando de um universo enorme de cidades que, diante da lei, têm problemas com a legalidade.

Então, temos de achar uma forma de sairmos dessa situação em que vivemos hoje, mas com segurança de uma lei que não permita que se ampliem os erros que estamos vivendo hoje. Ao contrário, que possamos evitar cada um deles e, ao mesmo tempo, estabelecermos um regramento que permita para prefeituras, para Estados e também para setores que queiram e trabalham nessa área fazendo os seus investimentos, regras gerais no País, que possam de fato completar – como disse o Dr. Celso – esse marco legal.

Eu acho que, dentro disso, está superado aqui no Senado, pelo menos, que cidade tem que ficar fora do Código. Acho que não se está fazendo uma discussão aqui, acho que já foi um avanço importante. Mas nós temos problemas, aqui é uma decisão política, mas eu penso que uma audiência como esta de hoje colabora – e ela tem que ser bastante objetiva...

Então, eu encerraria esta apresentação.

Estou com pessoas que estão me ajudando a escrever o relatório, estão ali anotando. Então, o que os senhores quiserem falar, falem porque estou aqui e ficarei o tempo que for necessário, porque estamos precisando de ajuda. É uma decisão política que se toma, mas, para mim, além de olhar a realidade do País, nós podemos nos referenciar naqueles que estudam este tema, nos que têm trabalhos científicos, trabalhos técnicos.

Então, a presença desta mesa, nesta audiência, é da maior importância para que possamos chegar

à fase conclusiva do novo Código Florestal, levando em conta que esta lei tem que colaborar com o Brasil, aperfeiçoando os mecanismos legais que nós temos.

Então, eu só queria fazer esse agradecimento e, ao mesmo tempo, dizer que tenho expectativa não somente com a apresentação dos senhores, mas com uma pergunta que quero deixar aqui, encerrando com ela: nós da Comissão, eu, particularmente, o Senador Luiz Henrique vai seguir me ajudando, podemos contar com os senhores a partir de agora até o dia em que o Senado deliberará sobre esta lei no que tange aos aspectos das cidades? Estou fazendo um pedido e um convite formal, público, para que os senhores nos ajudem a fechar esse trabalho.

Celso, que trabalha no Ministério das Cidades; o Nabil, que está no Ministério do Meio Ambiente; o Carlos Nobre, que trabalha no Ministério da Ciência e Tecnologia; são estudiosos do tema, trazem as observações e as propostas que vêm de uma vida toda dedicada uma parte dela a esse tema. E como também, aqui, temos o Tasso, que inverteu um pouco a agenda dele, porque nós queríamos o Tasso aqui na sexta-feira, discutindo floresta, mas ele, pelas funções que já ocupou e pelo trabalho que faz no setor, na sociedade brasileira, tem uma parcela importante a dar.

Eu queria muito, por último, agradecer ao Paulo Simão, que sei que está no meio de reuniões de conselho, mas veio aqui – e felizmente já vieram os seus colegas, que já trouxeram propostas bastante objetivas e sei que serão apresentadas hoje, formalmente, por quem de fato e de direito... porque os colegas que vieram estavam com uma delegação sua, mas a sua presença é muito importante porque é a voz da sociedade, daqueles que trabalham e nos ajudam a vencer o desafio de ter cidades sustentáveis e moradias dignas, seguras. E o Código Florestal certamente pode nos ajudar a alcançar esses objetivos ou estabelecermos esses princípios legais na política habitacional das cidades do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Agradeço ao Senador Jorge Viana e, mais uma vez, reitero os meus agradecimentos aos nossos convidados, que muito nos honram com as suas presenças e com as suas contribuições. Certamente, muitas delas serão incorporadas ao texto do Senador Jorge Viana.

Então, passo agora a palavra ao Dr. Carlos Nobre, Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia.

O SR. CARLOS NOBRE – Boa tarde a todos, Senador Rollemberg, Senador Jorge Viana, meus colegas de Mesa.

Em primeiro lugar, de pronto, gostaria de aceitar o convite do Senador Jorge Viana e colocarmos-nos totalmente à disposição, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, não só eu, mas toda a equipe do ministério. E eu queria também já apresentá-los – eles se sentaram lá no fundo: Prof. Reinhardt Fuck, que é um famoso geólogo brasileiro, aqui da UnB, e é atualmente o diretor do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais que o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação acaba de criar, por decreto da Presidente Dilma de julho, e que vai entrar em operação agora em dezembro, e vai trabalhar muito para reduzir a enorme vulnerabilidade que o Brasil tem atualmente na questão dos desastres naturais.

E o meu foco é muito parecido, para não dizer idêntico, ao que já apresentei aqui em uma audiência pública em agosto, em que estavam também aqui o Celso e vários outros colegas. Eu quero bater de novo nos mesmos pontos, que são exatamente... De certo modo, não tenho nada a acrescentar ao que o Celso já colocou, do ponto de vista do Ministério das Cidades, sobre a habitabilidade, sobre a expansão urbana, mas há algumas dimensões de risco em áreas urbanas que eu acho precisam ser adequadamente contempladas – elas não necessariamente o estão.

Então, vou começar por um exemplo muito simples. Vamos imaginar o vale do Itajaí-Açu, em Santa Catarina, e o que aconteceu a partir da inundação de 1983, que matou quase 200 pessoas no Estado, mais de 130 no vale do Itajaí.

Todo mundo, em 1983, morreu afogado. O rio subiu muito rápido, pegou as pessoas desprevenidas, não tinham um bom sistema de defesa civil, as pessoas foram pegas no meio da madrugada, com um *tsunami* descendo a serra.

O que aconteceu a partir daquela inundação? Num lento processo de expansão urbana naquelas cidades – Blumenau e todas as outras ali do vale –, as pessoas saíram da planície de inundação, e foram para onde? Foram para as encostas. Quer dizer, não existia... Até muitas daquelas habitações das encostas seguiam o Código Florestal. Elas não eram em áreas superíngremes... Elas foram para as encostas.

O que aconteceu em 1988? Chuvas intensas inundaram o vale do Itajaí na mesma dimensão de 1983, morreram duas ou três pessoas afogadas, morreram pouco mais de 130 pessoas por deslizamento de encostas!

Então, eu acho que a lógica de trazer esta discussão para dentro do Código Florestal é que a expansão urbana das cidades brasileiras... Não estou aqui discutindo a questão das áreas consolidadas; é muito mais complexo tratar de áreas consolidadas. Por outro

lado, também não acho que é razoável aceitar qualquer consolidação. Há populações urbanas vivendo em áreas suicidas! Não há muito sentido em manter gente vivendo ali. Então, não é porque está consolidado que, automaticamente, deveria estar permitido. Mas é uma questão mais complexa essa das áreas consolidadas.

Eu estou me referindo mais a áreas não consolidadas, áreas sujeitas a expansão urbana.

O ponto central é: os parâmetros do Código Florestal em discussão para áreas rurais são adequados para áreas urbanas?

E a minha resposta categórica, baseada na ciência, é: “não”. Parâmetros para áreas urbanas têm que ser diferenciados.

Deixem-me mostrar alguma coisa.

Próximo.

Isto que estou introduzindo aqui já é bem conhecido e já foi falado. A maior parte dos desastres naturais acontecem em áreas de ocupação de várzeas, várzeas de rios, inundações, e também em áreas de encostas, principalmente deslizamentos e enxurradas. Então, esse é o ponto central.

Na medida em que a revisão, que o aperfeiçoamento do Código Florestal em curso deve, em minha opinião... E fiquei muito satisfeito de ouvir o Senador Jorge Viana também concordar fortemente com este sentido, com este conceito de que há que haver uma diferenciação. A área urbana tem que entrar no Código Florestal, porque vegetação em área urbana é uma coisa muito importante. Vegetação em área urbana não é o que atrapalha o uso da área – aliás, no tocante às nossas cidades, nós sabemos muito bem, os índices de área verde das cidades brasileiras é um dos piores do mundo, e dos piores do mundo em desenvolvimento também.

Então, quer dizer, há, logicamente, em muitas cidades brasileiras um desejo de expandir as áreas verdes e, portanto, preservar as áreas verdes onde elas já existem e principalmente onde elas desempenham uma série de fatores que vão além da biodiversidade, que é também importante ter o espaço urbano que preserve e mantenha a biodiversidade, a erosão, a qualidade da água... Mas aqui eu quero tratar muito da importância de manter a vegetação natural para manter riscos de desastres.

(Próximo)

Isso aí o Celso já cobriu muito bem. Isso é de um livro de Márcio Ackermann, muito bom, sobre a *Cidade e o Código Florestal* – já de algum tempo atrás. Isso já foi coberto.

(Próximo)

O que eu quero introduzir é um princípio que no Código lá de traz – o de 65 e nas suas revisões – não

existe. Eu li todo o Código e não existe. O Código não foi pensado para a salvaguarda da vida humana. Ele foi pensado para proteger a natureza, a biodiversidade, a água, a qualidade da água, a regularidade, a fertilidade dos solos para área agrícola e uma série de outros serviços ambientais. Mas não tem uma linha no Código, na sua origem, que diga que floresta e vegetação original – em áreas que não precisam ser urbana ou rural, mas urbana é onde tem densidades naturais – protege vida humana porque reduz, sensivelmente, o risco de desastres naturais. Desses que nós estamos vendo todos os anos e que já começamos a ver de novo na entrada desta nova estação chuvosa.

Então, é esse o ponto central da contribuição, neste momento, do Ministério da Ciência e Tecnologia: ajudar o Legislativo – o Senado – a colocar esse princípio e como esse princípio deve ser colocado no Código.

(Próximo)

Então, o ponto principal: o Código deve conter parâmetros específicos para áreas urbanas. Em primeiro lugar, eu quero falar de áreas ripárias. E, realmente, a lógica de proteção da vida é muito diferente da vida humana, dos assentamentos. Ela não é a mesma lógica. Você não podia imaginar que se está protegendo espécies da biodiversidade ou mesmo a diminuição da erosão, que aqueles seriam parâmetros absolutamente idênticos à proteção da vida, porque os assentamentos humanos têm uma lógica que é muito diferente da biologia. Nós somos seres biológicos, mas nossa inteligência nos colocou de uma forma em que conquistamos todos os espaços e usamos do espaço para nossa sobrevivência e qualidade de vida de uma maneira que não segue o princípio darwiniano da evolução biológica. Então, não adianta querer pegar e ver: “poxa, esse parâmetro que protege essa espécie ou que protege o rio, esse parâmetro serve para...” Esses parâmetros já servem porque são adequados para não permitir ou permitir assentamentos humanos. Até porque a engenharia é muito avançada e pode criar proteções extras.

(Próximo)

Bom, esta é a questão que está sendo colocada: 15 ou 30m ou 5m... Esses vários parâmetros que estão sendo colocados hoje.

(Próximo)

Este eu também mostrei em agosto. Isto aqui é só um gráfico. Se vocês olham aquela barra intermediária azul (médio, ali) é o número de eventos que causam grandes transtornos ambientais em São Paulo, inundações repetidas. Vocês veem que, na década de 30, nós tínhamos um por década. Na última década, nós já estamos tendo de 1 a 2 por ano. Quer dizer, o clima mudou! O clima vem mudando e esses fenômenos es-

tão se intensificando. Isso é uma constatação global, é uma constatação no Brasil e há muito pouco o que se fazer a respeito. Não dá... É muito mais difícil impedir a mudança climática do que criar as condições para diminuir os riscos que essas mudanças climáticas causam.

(Próximo)

Isto aí é um mapa que nós produzimos – de desastres. Este faz parte... Aliás, vocês já tiveram várias vezes vendo essas figuras, porque faz parte do estudo da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e da Academia Brasileira de Ciências sobre a contribuição dessas entidades ao debate do Código Florestal e que já foram apresentadas estas conclusões mais de uma vez.

(Próximo)

Estas áreas todas, as das inundações do Mundaú, da região serrana do Rio, do Itajaú. São todas áreas alagadas, mostrando claramente habitações, assentamentos na zona de alagamento natural do rio. Quer dizer, áreas naturalmente de risco, porque ali é onde, numa chuva acima da média, a água extravasa, por isso que ali é plano, por isso que ali o rio, geologicamente construiu a sua planície de inundação. O nome é planície de inundação. Não é à toa que o nome é planície de inundação.

Aí também, esse é o trabalho do MMA, feito no começo do ano, depois dessa impressionante tragédia que lá ocorreu, mostrando as áreas ripárias antes da tragédia e depois da tragédia. Vocês veem que a população estava ocupando totalmente, se não é engano – isso com parâmetro do código vigente – áreas de risco.

Próximo.

Outra vez o Mundaú, mostrando essas várias planície de inundação, e a cidade assentada numa área de risco.

Próximo

Mesma coisa, Mundaú – vou corre para chegar mais rápido no fim – mesma coisa, quer dizer, populações sempre em áreas de risco.

Próximo.

Essa é a conclusão do estudo, isso pode ainda discutido, mas o fato concreto é o seguinte, a área onde não existem assentamentos – porque onde existe é muito mais complexo – são áreas suscetíveis à expansão das cidades brasileiras. E as cidades médias estão tendo também um surto de expansão. A população já é muito urbana, mas ela continua se expandindo. Também, com o aumento da renda, as pessoas estão saindo de umas áreas e ocupando outras. Então, há um fenômeno duplo aí, ainda um movimento em direção às cidades e um movimento de realocação dentro das cidades em função do aumento da renda.

A lógica aqui é simples. Onde se deve impedir novos assentamentos? Onde é a fixa de passagem de inundação definida pelos hidrólogos de várias maneiras. Isso pode ser discutido, isso pode ser o limite alcançado por inundação com período de recorrência de dez anos, de vinte anos; de cem anos seria muito, porque seria assim evitar um risco extremo de não morar ninguém onde o rio, uma vez, em cem anos pode passar. Dez anos seria uma faixa menor, vinte anos vai ser uma faixa um pouco maior, mas o que eu quero pontuar aqui é a lógica. A lógica é: nas áreas de expansão, onde as planícies de inundação, as várzeas, não foram ocupadas, o parâmetro para APP urbana, para áreas ripárias, devia estar dentro dessa lógica, que é muito diferente dos parâmetros destinados a áreas rurais ou não ocupadas por assentamentos humanos, porque não afeta muito outros parâmetros uma inundação aqui ou ali em termos de qualidade da água ou da biodiversidade, mas as inundações são muito perigosas para assentamentos humanos. Então devia realmente evitar.

Qual é essa faixa? É variável. Para essa faixa não existe um número. Por isso um número fixo para essa faixa de áreas urbanas não é recomendável, por mais complicado que seja não ter números fixos no Código. É porque varia totalmente. Se é um rio de uma bacia muito desmatada, a água chega mais rapidamente, as inundações são mais rápidas, a recorrência de inundações é mais frequente. Se a bacia topográfica é muito encaixada essa faixa é menor; se ela for muito plana, essa faixa é maior.

Então tem que haver um parâmetro que seja ajustável, em função da hidrodinâmica, do regime hidrológico e hidráulico daquele particular canal ou daquela bacia.

Esse é o primeiro ponto.

Próximo.

APPs e encostas.

Próximo.

Isso também é parte da avaliação que o Governo Federal e o Governo Estadual do Rio fizeram nas várias vistorias da tragédia do início do ano. Aqui é Teresópolis. Vocês veem lá, aquilo tudo desceu. Havia muitas residências em encostas muito íngremes.

Próximo.

É a mesma coisa. Vou passar vários para vocês verem.

Próximo.

Essas áreas ressaltadas em vermelho pelos geólogos são áreas de extremo risco. Vocês estão vendo que ali desceu parte, de outra não desceu, mas tem ainda dezenas ou centenas de pessoas vivendo ali.

Próximo.

Mesma coisa, Nova Friburgo.

Pode passar.

Aqui é também o que nós julgamos, em função dos estudos de estabilidade de encostas – e o Celso aqui é um especialista no assunto, um geólogo especialista no assunto. E outra vez, pode haver um refinamento desse número. Essa é uma sugestão. Estudos baseados em vários órgãos de geologia, IPT e Geo-Rio delimitam que declividades superiores a 25 graus – isso varia, na Serra do Mar é até um pouco menos, em outros lugares, um pouco mais, depende da geologia de cada local – são muito instáveis, em geral, para assentamentos. Elas correm um risco muito grande de deslizamentos.

Portanto essas áreas, é melhor deixá-las como proteção com a vegetação original, que é uma vegetação já estabilizada. Não significa que não haja deslizamentos em vegetação original. Na Serra do Mar, na Serra da Mantiqueira, nas áreas serranas, o processo de deslizamento, mesmo em áreas não perturbadas, é um processo geológico natural. O que se deve olhar nessas áreas é não permitir habitações na direção do fluxo de detritos que desce da encosta. Também ali não deveriam ser permitidas habitações.

De qualquer modo, como um parâmetro geral, parece-nos que não se deve... O Código tem esse limite dos 25 graus, mas permite atividades entre 25 e 45 graus em algumas situações. Para APPs urbanas, nós julgamos adequado adotar um parâmetro dessa natureza. Isso pode ser discutido precisamente. Haveria uma grande diferença entre a maneira de olhar encosta rural, que tem uma função e tem que proteger a vegetação, sim, para, em encostas muito íngremes, evitar uma série de problemas de perda de fertilidade, perda de solo, assoreamento, erosão. Mas na área urbana é fundamental, é essencial. Setenta por cento das mortes no Brasil são de deslizamentos em encostas, dos desastres naturais. Então é uma questão de extrema relevância, de extrema importância, não pode ser colocada no segundo plano. E a melhor maneira é colocar no Código Florestal, no meu ponto de vista.

Alguém pode dizer: e os códigos de uso do espaço urbano? Sem dúvida, mas a norma federal, nacional é o parâmetro mínimo. Se uma particular cidade quer criar parâmetros diferenciados, mais rigorosos, ela pode. Nada proíbe São Paulo, por exemplo, tem código de ocupação e já tem vários outros parâmetros. Mas acho que precisa ter a norma federal, porque, senão, uma cidade pode ter um código, e a cidade vizinha não tem. Então, isso vai gerar uma instabilidade. Pode ser que uma cidade é mais protegida quanto a desastres naturais, e a cidade vizinha acaba sendo de muito risco. Então, precisa ter um parâmetro mí-

nimo que proteja toda a população brasileira; depois, os códigos urbanos, as leis municipais podem adotar parâmetros mais rigorosos.

Próximo.

Pode pular isso aqui. Quero chegar ao fim.

Só queria, talvez, destacar esse...

Vai mais um.

Essa última sentença ali, que vem também do relatório de inspeção do MMA, que achei bastante interessante, é que – isso é região serrana do Rio de Janeiro, mas vale também para as áreas afetadas, em 2008, em Santa Catarina – 85% das áreas atingidas pelos deslizamentos haviam sido desmatadas ou alteradas pelo ser humano. Quer dizer, a proteção da vegetação original, principalmente quando é floresta, nas regiões cujo bioma seja florestas ou savanas tropicais, é um fator muito importante. Isso a ciência conhece sobejamente. Manter a vegetação natural é um fator que diminui demais os deslizamentos. Então, manter a vegetação natural com parâmetros que diminuam o risco. Se isso for adotado pelo Código, tenho certeza de que terá um efeito extremamente benéfico no disciplinamento da expansão urbana brasileira, que, repito, continua acontecendo, e vai ser um fator muito relevante na diminuição do risco futuro, na diminuição de mortes e feridos de deslizamentos, que se tornaram um grande problema no Brasil. Tão importante quanto uma série de ações de intervenção nas áreas de risco – ações de engenharia, drenagem, contenção de encostas, que têm, como vocês sabem, porque passou por estas Casas, um alto valor no PAC hoje – é diminuir risco de desastres em áreas urbanas. Essa medida tem um potencial de ser tão eficiente quanto essas outras medidas para diminuir risco em áreas já consolidadas, em áreas em que tem que fazer alguma coisa para diminuir risco.

Próximo.

(Intervenção fora do microfone.)

Vinte e cinco graus.

Próximo.

Então, nós deixamos aqui, na última vez...

(Intervenção fora do microfone.)

Não. Senador, eu acho que isso pode ser refinado. Aqueles 25 graus são um parâmetro geral – por exemplo, estudos para Serra do Mar com valor um pouquinho menor; em outros lugares, maior. Esse é um parâmetro geral. Pode ser refinado sim, pode ser refinado.

E aí nós sugerimos, quando estive aqui em agosto, alguma modificação no projeto de lei em discussão. Por exemplo, na questão das áreas ripárias, a introdução, acrescentar – desculpe-me, não sei se esses números estão sendo mantidos, porque já houve várias versões,

mas naquele artigo que falava de áreas ripárias – mais um inciso que falava da faixa de passagem de inundação, uma definição da faixa de passagem, às áreas marginais adjacentes aos cursos d'água, definidas pelo limite máximo alcançado por uma cheia ou inundação com um período de recorrência de 25 anos. Achamos por bem sugerir esse período de recorrência. Não é uma coisa muito comum, mas dá uma boa proteção a uma cheia que não se repete a cada 25 anos, onde não se deve ocupar.

Próximo.

E aí, decorrente dessa definição de passagem de inundação, uma modificação também no § 6º do art. 4º, que falava em áreas urbanas, destacando em áreas urbanas – é lógico que, se eu mudar um pouco e houver um capítulo específico nessa revisão do Código para áreas urbanas, isso tudo podia ser trazido para esse capítulo –, que as faixas marginais de qualquer curso d'água natural que delimitem as áreas de faixa de passagem de inundação para uma cheia com período de recorrência de 25 anos terão sua largura determinada pelo maior valor estabelecido por estudos hidrológicos e hidráulicos empreendidos pelo órgão competente ou pelo maior valor estabelecido pelo inciso I do art. 4º. Quer dizer, se o inciso I, para proteger a biodiversidade, diminuir a erosão, etc., já dá um valor. Se esse valor fosse maior do que o valor da faixa de inundação de uma cheia de 25 anos, ele seria mantido; se fosse menor, manter-se-ia o valor que os estudos hidrológicos colocariam. Isso é para área de várzea.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Só para esclarecer.

Está sendo gravado e isto é muito importante: as suas duas propostas estão vinculadas a um conceito do que se chama de passagem de inundação.

O SR. CARLOS NOBRE – Isso.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Faixa de passagem de inundação.

É muito importante que a gente marque porque fazer uma lei... E você introduz um conceito. Queria que você falasse um pouco desse conceito. Se ele é um conceito já reconhecido, está posicionado ou se nós teríamos de...

Na lei, certamente, teríamos de descrevê-lo para poder fazer referência a ele, porque é muito importante...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Só para complementar, Jorge.

Desde a primeira apresentação do Prof. Carlos Nobre aqui, eu achei esse conceito extremamente interessante: faixa de passagem de inundação.

Nessa apresentação, ele anteriormente se referiu a um período de dez anos onde passaria a inundação, e agora ele se refere ao período de 25 anos. Quer di-

zer, em se acrescentando ao texto, teria de compatibilizar os períodos.

O SR. CARLOS NOBRE – Sem dúvida. Essa é uma decisão que tem um componente, logicamente, de proteção e tem uma decisão política de que risco se quer correr. Se colocar dez anos, a faixa será menor; se colocar 25 anos, a faixa será maior.

A faixa de passagem de inundação é um conceito preciso em Hidrologia. Qualquer estudo hidrológico, tendo boas medidas de qualquer bacia de drenagem – as nossas bacias de drenagem urbanas estão, eu diria, pelo menos nas cidades grandes e médias, bem conhecidas. Ainda que esse regime hidráulico esteja mudando tanto com a impermeabilização do solo quanto com as mudanças climáticas, esse é um conceito muito bem conhecido.

Por que faixa de passagem de inundação e não planície alagada? Porque, dependendo da topografia da planície de inundação, você tem um acúmulo de água muito extenso. Portanto, não é tão crítico. A faixa de inundação é onde a água tem energia cinética para derrubar as casas. Então, a lógica é o risco.

A Hidrologia conhece bem, define bem. Isso pode ser mapeado e definido por órgãos competentes de Hidrologia, referendados, talvez, pela ANA. Pode-se pensar nisso.

Então, esse é o conceito.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Você pode...

Há umas imagens suas ali em que é possível ver o que é faixa de inundação e o que são áreas alagadas.

O SR. CARLOS NOBRE – Isso.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – O risco é menor.

O SR. CARLOS NOBRE – Isso. Volta um pouco. Por exemplo...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Dá para apontar ali

O SR. CARLOS NOBRE – então...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Ali é o canal principal, e a faixa de...

O SR. CARLOS NOBRE – Aqui é uma bacia encaixada. Essa fotografia não vai permitir porque aqui é uma bacia muito encaixada – está vendo? –, já tem um morro aqui. Então, a água quando extravasa vai até aqui. Não sei se eu teria uma maneira de mostrar nessas fotos, mas eu posso me oferecer para mandar várias outras fotos de estudos hidrológicos definindo isso muito bem e mostrando exemplos com fotografias do que é faixa de passagem...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Em uma dessas apresentações havia. Deve estar ou na frente, ou atrás.

O SR. CARLOS NOBRE – Vamos lá. Vamos ver se a gente vê. (Pausa.)

Não. Essa é a mesma. Está vendo? Aqui o rio é muito encaixado.

O SR. CELSO SANTOS CARVALHO – Dessa parte, o canal principal...

O SR. CARLOS NOBRE – Então, Aqui é o canal principal. Aqui é a faixa de passagem de inundação. Tanto é que a gente vê...

Aqui, como é muito encaixado, já é isso.

Eu vou mostrar exemplos da diferença dos dois.

Pode ir para frente. Mais, mais, mais, finalmente.

Aí. Essa foi.

O próximo.

O próximo é a mesma coisa. Não, volta um.

O que aconteceu? Volta um. Volta mais um. Mais um, mais um.

Desculpe. Sumiu.

Eu tinha um mesmo...

Nessa apresentação, acho que perdi alguma coisa.

Eu tinha o mesmo tipo de sugestão para áreas de encosta. Uma modificação...

Eu lhe mando. Isso aí na apresentação de agosto eu coloquei. Não sei por que nesta eu perdi o *slide*. Ele não apareceu.

Então, eu tenho o mesmo tipo.

Onde entra uma sugestão desse tipo para a APPs urbanas manterem a vegetação original ou recomposição de vegetação em áreas de encosta – na sugestão que demos – com inclinação acima de 25 graus.

O SR. CELSO SANTOS CARVALHO – Sua proposta é alterar o limite, que hoje é de 45 graus, para 25 graus?

O SR. CARLOS NOBRE – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Só para esclarecer, Professor.

Salvo engano, hoje foi apresentada uma emenda pelo Senador Eduardo Braga, definindo isso e, pelo acordo, ficou para ser incorporada ao texto exatamente porque estava sendo tratada em “cidades”. Mas ele já se referia à proibição de construção em áreas de preservação permanente de encostas, de morros, com declividade acima de 25 graus.

O SR. CARLOS NOBRE – A minha é 45; a dele é 25.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – A emenda do Senador Eduardo Braga é de 25; salvo engano, 25.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – É, 25.

Eu a tenho aqui na mão. Nós adiamos o meu relatório. Eu fiquei com a responsabilidade de apreciá-

-la, mas, no fundo, põe mais uma parágrafo, que diz: “Em áreas urbanas...”

Acrescente-se ao art. 4º, que trata das áreas de preservação permanente em áreas urbanas as áreas de encostas com declividade acima de 25 graus. Só 25 graus; não faz a margem de 25 a 45.

O SR. CARLOS NOBRE – Não.

Senador, quando eu vim aqui – eu me lembro claramente – eu apresentei e, inclusive, deixei em mão aqui, naquela audiência, essas duas modificações. Nessa minha apresentação – eu peço desculpa – sumiu a modificação. Mas é exatamente esse termo. É exatamente nesse sentido.

Então, era basicamente isso o que eu tinha a apresentar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Nós é que agradecemos, Prof. Carlos Nobre, mais uma vez, pela sua boa contribuição que dá a esse debate.

Vou passar agora a palavra ao Dr. Paulo Safady Simão, Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção

O SR. PAULO SAFADY SIMÃO – Muito obrigado, Senador Rodrigo Rollemberg.

Quero agradecer, em nome da Cbic, esse convite que nos foi feito.

Quero cumprimentar o Senador Jorge Viana, o Senador Marcelo Crivella e dizer de nossa satisfação de estar aqui hoje e poder contribuir, de alguma forma, para esse debate, que é muito importante, e, mais uma vez, cumprimentar esta Casa, Senador, como bem colocou o Senador Jorge Viana, pela feliz idéia de introduzir o tema “cidades” nessa discussão. Infelizmente lá na Câmara dos Deputados, por diversas razões, até pelo calor da discussão, principalmente no final, ela não teve o tratamento adequado.

Ela chegou até a ter, não é, Senador Jorge Viana? Ela chegou até a ser discutida em determinado momento, mas depois houve um recuo, priorizando-se ali uma discussão muito forte em a área rural e a ambiental, que é muito importante – claro, teve sua importância –, mas que deixou de lado, como bem colocou o Senador Jorge Viana, as cidades onde 84%, 85, da nossa população vive hoje.

Parabéns.

Acho que essa introdução foi muito importante. Claro que a gente tem de tratar isso com muito carinho para não esquecer a questão do meio ambiente. A Cbic vem conversando e vem estudando com bastante critério e profundidade todo esse processo, desde lá da Câmara.

A gente tem em mente alguns conceitos iniciais que são muito importantes para o Código Florestal que vai sair dessa discussão toda. Claro que o nosso conceito, olhando a cidade, é o de não engessar o desenvolvimento da cidade – isso é importante; de combater a insegurança jurídica, porque muitas vezes você é levado a interpretações que realmente trazem insegurança jurídica no processo; agilidade e transparência no processo sem perder a segurança.

São conceitos que nós temos de preservar,

Finalmente – isso também foi colocado aqui com muita pertinência –, hoje existe um contingente de 30, 40 milhões de novos brasileiros que mudaram de perfil social, que estão buscando um lugar ao sol. Então eles precisam ser pensados também, porque, senão, a gente estará travando e impedindo que essa sociedade, que esses novos brasileiros possam utilizar nosso solo de maneira adequada.

Ah! Já entrou lá, não é?

Bom, então, de imediato, a gente tem essa questão da criação de instrumentos de intervenções.

Nossa primeira grande preocupação certamente é com as áreas de preservação permanente, que, da forma como estão, praticamente inviabilizam o qualquer desenvolvimento da cidade. Então, temos que criar intervenções, como já foi colocado aqui bem claramente pelos nossos companheiros – aliás, desculpem-me, quero cumprimentar aqueles que me precederam pelo trabalho que apresentaram –, de inclusão de instrumentos que realmente viabilizem essa questão das cidades.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – ... as mudanças feitas já avançaram nesse sentido.

O SR. PAULO SAFADY SIMÃO – Já avançaram nesse sentido e aqui as nossas propostas, muito objetivamente, como bem colocou o Senador Jorge Viana, são na direção de apresentar sugestões que poderiam enriquecer isso e trazer novos instrumentos para que isso pudesse avançar.

O primeiro conceito que a gente traz, Senador, é da diretriz ambiental, que é, mais ou menos... O que nós pretendemos com isso é fazer uma inversão do processo que hoje se dá. Qual é o processo que a gente tem hoje? A gente gasta um tempo enorme na preparação e apresentação de um projeto, que, depois, vai à análise de licenciamento ambiental, que muitas vezes é demorado, e aí começa todo um processo de modificações que levam tempos enormes para se adaptar. O que a gente imagina que poderia agilizar e poderia ser extremamente útil? Que os órgãos ambientais do sistema, do Sisnama, apresentassem, numa consulta prévia, a diretriz ambiental para aquele empreendimento que o indivíduo, que a sociedade quer produzir, entregando nessa diretriz ambiental todas as

regras, todos os problemas e todas as limitações, as diretrizes que vão orientar esse projeto, de tal forma que o projeto já seja orientado naquela direção que se quer em termos da preservação ambiental daquela área, evitando, com isso, um grande tempo. Com isso, a gente, transparentemente, com muito mais agilidade, poderia ter projetos muito mais adequados.

Esse é o primeiro conceito que a gente gostaria de colocar.

Nossa segunda preocupação é com as áreas de restinga.

Da forma como está colocado... O Brasil é um país de oito mil quilômetros de costa, onde essa questão da restinga tem uma repercussão, um impacto enorme. Da forma como está colocado, na nossa visão, há uma interpretação, uma confusão do conceito de restinga com a vegetação de restinga. O que nós queremos preservar, com muita intensidade, é exatamente essas áreas nas restingas que tenham a vegetação nativa com a função de fixar dunas ou estabilizar mangues. Aí, sim, são áreas em que a gente não pode, de forma alguma, permitir que haja invasão, mas não da forma como está colocado, que é uma coisa que vai criar uma interpretação e uma insegurança enorme, porque vai haver interpretações diversas, porque qualquer cordão arenoso, qualquer praia poderá, perfeitamente, ser enquadrada nessa questão da restinga, quando, na verdade, muitas dessas áreas não se enquadrariam nessa preocupação.

Então, esse é o segundo conceito que nós gostaríamos de falar. E dizendo o seguinte: isso já está contemplado na Lei da Mata Atlântica, que é a Lei nº 11.428, que foi exaustivamente discutida durante doze anos e que já está em operação há quatro ou cinco anos, com grandes resultados. Portanto, não há razão nenhuma para que isso seja alterado nesta altura da vida. Isto já está acontecendo, já se preserva essas áreas com muita competência, e nós entendemos, então, que deveria ficar melhor esclarecido esse ponto dentro da lei.

A nossa terceira ideia vem muito em função desse conceito que o nosso companheiro Carlos Nobre coloca aqui. Aliás, gostei muito dessa sugestão da passagem de inundação. Acho que esse é um conceito interessante, que pode ser desenvolvido, sem esquecer que a passagem de inundação a gente pode alterar também. Quer dizer, com a intervenção do homem, você pode, perfeitamente, desviar...

(fora do microfone) – Faixa de passagem de inundação.

O SR. PAULO SAFADY SIMÃO – É, faixa de passagem de inundação. Então, é um conceito interessante.

O que pensamos em termos dessa definição das faixas marginais seria da seguinte ordem: onde existe plano de bacia hidrográfica e o que significa isso teoricamente? Que aquela região está devidamente estudada, de maneira muito coerente, muito tecnicamente, analisadas todas as questões como ideologia, o regime pluviométrico, os aspectos geológicos e com determinação muito clara com relação à segurança e utilização daquela área, as necessidades de preservação e as necessidades de urbanização daquelas faixas. Onde houver esse plano de bacia hidrográfica nós entendemos que não há nada melhor do que esse projeto para orientar o que vamos fazer naquela área.

Cada área, como bem colocou aqui o Dr. Celso antes, é para indicar as suas características. Não é a mesma coisa para qualquer lugar do Brasil. Isso é uma definição muito clara. Há uma diferença muito grande com relação a isso. Isso é para onde houver plano de bacia hidrográfica. Onde não houver plano de bacia hidrográfica, a nossa sugestão é que, nos cursos d'água acima de 50 m, se fixe a faixa máxima de 100m de largura da área de preservação permanente desde a bóia da calha do leito regular tubular, eliminando-se, portanto, aquelas outras duas faixas superiores.

Teríamos então as faixas de 30m, 50m e de 100m, fixando-se em 100m a faixa máxima para cursos d'água acima de 50m quando não houver a bacia. E, quando houver a bacia, o próprio projeto vai indicar. Vai haver lugar que é menor, vai ter lugar que é muito maior, enfim, em função das características daquela região. Essa seria a nova idéia.

Em seguida, até em função do que colocamos atrás da restinga, queríamos suprimir desse artigo as dunas e restingas, ficando a supressão de vegetação nativa protetora de nascentes somente podendo ser efetuadas no caso de utilidade. E aí vêm as questões. Está regulamentado também na Mata Atlântica. Não nos parece necessário fazer qualquer alteração. Está muito bem protegido vai causar mais interpretação e problemas de judicialização e de segurança jurídica.

E, finalmente, Senador, o que a gente gostaria de introduzir é o conceito da garantia do ato jurídico perfeito, o que está ocorrendo em vários Estados da Federação. Empreendimentos que foram licenciados e implantados de acordo com a regra vigente naquele momento estão sendo desconsiderados, está-se buscando restrição, retroagindo em função do que se está pensando atualmente.

Acho que tínhamos que preservar esses direitos adquiridos que são atos jurídicos perfeitos porque são projetos que foram feitos rigorosamente dentro das regras vigentes naquele momento. A gente precisava esclarecer mais isso aqui.

Eu tenho dois exemplos muito típicos do que a gente está falando. Tem-se o exemplo típico de uma fábrica que foi implantada em um determinado local, obedecidas todas as regras vigentes naquele momento e que não estaria hoje ali colocada por razões de mudança, em que não se justifica a retirada desse equipamento. Mas muitas vezes a operação daquela fábrica que passou a ser poluente, por exemplo, terá obrigatoriamente que sofrer adequações em suas operações, de tal forma que ela vai adequar a sua ação, a sua operação às regras ambientais do momento. Não obrigatoriamente ela terá que continuar poluindo em função de tecnologias atrasadas. Ela terá que avançar nisso. Esse é um exemplo muito claro.

Outro exemplo muito claro.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Só um pouquinho, a gente ganha tempo, porque são muitas apresentações.

O SR. PAULO SAFADY SIMÃO – Claro.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Há só um questionamento porque estamos trazendo as áreas de risco.

Recentemente, nas últimas décadas, o Brasil está experimentando – acho que o Dr. Carlos Nobre colocou muito bem – o problema real, concreto, pela expansão urbana, pela ocupação de algumas áreas. E aí a legislação, como estou falando, o Código Florestal não reconhece as cidades que temos hoje. Então temos que fazer. Mas, também, nesse período, se desenvolveu muito conhecimento sobre as regiões onde as cidades estão, os riscos. Então, é muito importante que, numa argumentação dessa, haja uma condicionante, que é a condicionante de área de risco. Isso tem que ser superior ao direito legal de ocupar, porque, lá atrás, a lei estabelecia o direito de ocupar. Quer dizer, esse componente do risco tem que estar presente.

O SR. PAULO SAFADY SIMÃO – Com certeza Senador, eu acho que essa questão do risco estará sempre em discussão, que é complexa. Nós estamos falando de maneira geral. Vou dar outro exemplo que, inclusive, reflete bem o que estou falando e que não tem nada a ver com área de risco. Por exemplo, vou falar aqui de um grande loteamento que foi feito, dentro das regras daquele momento, onde x por cento daquela área foi doada ao ente público, enfim, cumprido todas aquelas regras. Sobrou lá um determinado percentual de área que você vai edificar. Isso acontece realmente hoje, estão sendo embargadas obras assim. Pela mudança das regras, o poder público, o Ministério Público, enfim, entende que aquela área não pode mais ser edificada – não estou falando em área de risco. Nós entendemos que isso era um ato jurídico perfeito, já

foi cumprido aquilo, foi viabilizado um empreendimento dentro daquela linha

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Só para lembrar. viu Paulo, que isso vale para os *royalties* do petróleo.

O SR. PAULO SAFADY SIMÃO – Pois é Senador. Então é nessa linha, claro que a questão da preservação das áreas de risco temos que trabalhar. Por isso, eu brinquei, achei muito interessante esse conceito da faixa ali. Isso vai existir. O que quis dizer que também essas faixas podem ser modificadas.

Basicamente, Senador, são essas cinco preocupações maiores que a gente tem bem objetivamente. Eu acho que isso ajudaria demais a viabilizar as cidades, a introduzir as cidades dentro do Código, sem grandes alterações, e preservando. Isso que é importante. Aqui foi colocado pelo Celso, num primeiro momento, algumas áreas de APPs que foram invadidas ilegalmente, irresponsavelmente. Abandonar essas áreas, muitas vezes, é o que ocorre, porque estão sujeitas a serem ocupadas de maneira absolutamente irregular. O que nós queremos é regular a intervenção nessas áreas de maneira adequada, sem prejudicar o andamento, o desenvolvimento das cidades.

Era só isso que a gente tinha para apresentar Senador. Vou deixar aqui as nossas propostas, inclusive, em forma de emenda para que já fique aqui com o senhor formalizada...

(intervenção fora do microfone)

O SR. PAULO SAFADY SIMÃO – Eu acho que não, porque, na verdade, ela reflete isso que eu falei. Ela só está aqui colocada de maneira mais formal dentro da regra das emendas, mas ela não tem nenhuma modificação em relação ao que falei, só mesmo adequações desses itens no corpo do projeto do substitutivo no local adequado. E vou, desde imediato, Senador Jorge, dizer aquilo que o senhor colocou no começo. Estamos inteiramente à disposição até o final desse processo para ampliar este debate, para colaborar da melhor maneira que a gente puder colaborar, e discutir e debater.

Portanto, sempre que necessário, por favor, esta Casa e o senhor em especial, por ser relator, podem contar com a nossa participação.

Aqui está Senador Rollemberg, essas emendas propostas já em forma adequada que são as nossas sugestões.

Muito obrigado pela paciência.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB–DF) – Muito obrigado Dr. Paulo, agradeço a contribuição que o senhor traz a este debate.

Passo imediatamente a palavra ao Dr. Nabil Bonduki, Professor da Faculdade de Arquitetura e Urba-

nismo da Faculdade de São Paulo, e Secretário de Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente.

O SR. NABIL BONDUKI – Boa tarde a todos, quero cumprimentar aqui todos companheiros da Mesa, cumprimentar o Senador Rollemberg, Senador Luiz Henrique, Senador Jorge Viana. Quero, inicialmente, não só agradecer o convite, dizer da importância desse novo debate. Nós viemos aqui há cerca, talvez, um mês e meio, em outra audiência pública, e vejo que avançamos um pouco sobre esse assunto.

Queria já me colocar, Senador Jorge Viana, como já falamos pessoalmente, à sua disposição para colaborar com aquilo que diz respeito à questão do Código Florestal nas áreas urbanas. Inclusive, também está aqui presente a diretora da nossa Secretaria, Ana Ancona, que também vai poder colaborar com esse trabalho, além do nosso cavaleiro do Ministério do Meio Ambiente, João de Deus, que certamente tem que continuar colaborando no tratamento geral dessa questão no âmbito do Ministério do Meio Ambiente.

A minha primeira fala na outra audiência pública foi exatamente no sentido da necessidade de se ter um capítulo específico, um tratamento específico para as questões urbanas. Então, pelo que o Senador Jorge Viana já colocou aqui, de certa forma, isso foi acolhido. Considero importante porque as condições na área urbana são totalmente diferentes da área rural, como já foi falado aqui. Temos uma pequena área, menos de 1% do território brasileiro, ocupada pelas cidades, embora nelas vivam 85% da população.

Nós não podemos, no meu ponto de vista, estabelecer similaridades. Quando a gente fala de ocupação em área urbana, supressão de vegetação em área urbana etc, não quer dizer que a mesma questão possa estar presente na área rural. São questões específicas e diferenciadas.

Em primeiro lugar, Senador, é muito importante que se defina o que estamos entendendo por área urbana. A princípio, nós devemos trabalhar com o conceito que é o legal, o que é zona urbana e o que é zona rural. Acho que esse é o conceito mais claro que a legislação estabelece. No entanto, acho que aí reside um certo risco, porque, muitas vezes, as áreas urbanas são estendidas exageradamente pelas câmaras municipais, por leis municipais, o que acaba gerando uma série de problemas de várias naturezas e que, nesse caso, poderá implicar mais problemas, já que poderemos estar considerando como área urbana aquilo que, de fato, não é área urbana e, portanto, não deveria estar sujeito a essas determinações específicas.

A segunda coisa que considero também importante na legislação é que a gente tenha claras duas situações específicas. Uma diz respeito à regulariza-

ção de áreas consolidadas já ocupadas, e aquilo que significa áreas de expansão ou áreas novas que não estão ocupadas. Acho que são duas situações diferenciadas que devem ser levadas em conta.

No que diz respeito à questão de regularização, eu não vou me estender muito porque acho que o Celso já colocou aqui e há certa concordância entre nós em relação a esse tema, ressaltando alguns aspectos que eu queria destacar.

Em primeiro lugar, me parece muito importante que, no caso de regularização de interesse social, deva estar claramente explicitada a proposição de intervenções para prevenção e controle dos riscos geotécnicos e de inundação e a conclusão dessa regularização deve ficar condicionada à efetiva execução das intervenções previstas nesse projeto. Muitas vezes, existe apenas o projeto de intervenção e esse projeto não se concretiza com obras e, frequentemente, a regularização é completada sem que os cuidados necessários sejam tomados.

Isso me parece fundamental para garantir aquilo que o Prof. Nobre colocou aqui, quer dizer, garantir a sobrevivência humana nessas áreas. Não podemos regularizar áreas que vão levar ao risco humano, está certo? Às vezes, as prefeituras elaboram projetos e fazem regularizações que não garantem essa salvaguarda da vida humana.

Em segundo lugar, temos que deixar muito claro que existe uma diferenciação entre interesse social e interesse específico. No caso do interesse específico, entendemos que é fundamental que seja exigida uma compensação pelo dano ambiental que foi realizado, porque, muitas vezes, nós temos...

O que é regularização específica, inclusive que está prevista no atual projeto, se não me engano, no art. 58, regularização fundiária de interesse específico? Então, está sendo possível regularizar situações que não são de interesse social, situações de ocupação de APPs que não são de interesse social, e, no nosso entendimento, deve haver uma compensação ambiental. O que poderia ser feito: discutir melhor como seria feita essa compensação, mas poderia ser, por exemplo, mediante pagamento para o fundo de meio ambiente, num valor que pode ser duas vezes o valor equivalente àquela APP que foi ocupada, de modo que haja uma compensação e não haja uma anistia absolutamente irrestrita para ocupações que não são de interesse social, que aconteceram em APPs.

Então, acho que essas, parece-me, são as duas questões importantes no que diz respeito à regularização.

No que diz respeito às áreas novas, tem sido bastante discutida, inclusive na outra audiência também foi

objeto de manifestação aqui de alguns dos componentes da Mesa, a necessidade de se autorizar algumas possibilidades de supressão de vegetação em APP em situações de interesse social e de utilidade pública, uma vez que nós não podemos considerar essas duas situações – situação urbana – absolutamente intocáveis e, particularmente, ao definirmos as infraestruturas urbanas, desde infraestruturas de transporte, de cruzamento de APP, de infraestruturas viárias que eventualmente são necessárias ou de áreas de lazer, de esportes. Poderia, portanto, ser aberta essa possibilidade, desde que isso tivesse um projeto técnico aprovado pelo órgão ambiental que levasse em conta um conjunto de aspectos, como proteção de erosão, proteção das áreas de recarga dos aquíferos, proteção e recomposição da vegetação nativa, recuperação de área degradada, educação ambiental, ou seja, um conjunto de aspectos que fazem com que essa área, embora haja modificação em função, por exemplo, da criação de um empreendimento imobiliário, que se garantam as condições ambientalmente adequadas nessa região, inclusive estabelecendo limites muito rigorosos e muito pequenos de áreas cobertas, no máximo 5%, e também uma porcentagem que fosse definida para áreas que tivessem algum tipo de equipamento ao ar livre, com áreas permeáveis, mas que também não ocupassem 100% da área da APP.

Além disso, parece-me muito importante as questões que foram trazidas aqui pelo Professor Carlos Nobre, só que me parece que nós temos que ir um pouco mais além do que ele colocou aqui, no sentido de que não só se estabeleça uma regra geral, que áreas de passagens, inundações ou áreas de encostas devam ser sujeitas à manutenção da vegetação, como estabelecer – e a proposta nossa é que seja criado um parágrafo no art. 5º que estabeleça que os Municípios deverão, num prazo a ser estabelecido, podendo estar incluídas ou não no plano diretor, aprovar leis que delimitem essas áreas, porque não adianta simplesmente falarmos área de passagem de inundação, isso é muito genérico, é uma regra genérica que pode ser trazida como regra genérica, mas cabe ao Município estabelecer claramente qual é essa área – e nós não vamos estabelecer isso no âmbito de uma lei nacional. Essa lei precisa ser feita no Município, e o Município precisa ter um prazo para fazer isso, porque senão poderá se delongar durante muito tempo e esse limite, portanto, não vai estabelecido nunca.

Portanto, isso significa criar uma APP que pode ultrapassar aquelas metragens que foram estabelecidas pelo art. 4º.

Eu não quero aqui apresentar texto, embora nós o tenhamos até redigido e já tenham sido entregues ao

Senador algumas contribuições, algumas sugestões, porque eu acho que o texto vai ter que ser discutido melhor e elaborado, considerando todos esses aspectos. Um texto, geralmente, marca muito números e porcentagens. Acho que essa é uma discussão que nós poderemos fazer depois de uma maneira mais detalhada.

Outra coisa que nos parece importante é estabelecer quem autoriza, a quem cabe a autorização por essas ações. Por quê? Porque, quando as competências não ficam claramente estabelecidas, cria-se condição para aquela insegurança jurídica que o Dr. Paulo inclusive levantou aqui. Ou seja, não se sabe se isso cabe ao Estado, ao Município, ao Ibama, e cria-se, então, uma certa confusão em relação a quem cabe conceder essas autorizações. Nesse sentido, parece-me importante definir o que cabe ao Ibama, o que cabe ao nível estadual e o que cabe ao nível municipal, desde que o nível municipal tenha competência para fazer licenciamento ambiental e que, nesse caso, o licenciamento ambiental e o licenciamento urbanístico possam ser feito de maneira conjunta, porque um dos problemas que normalmente existem na questão dos licenciamentos é a morosidade, a dificuldade nos licenciamentos. Quando o Município tem competência para isso, quando ele está inserido no Sisnama, ele pode fazer esse licenciamento conjunto.

Outro aspecto que nos parece importante – vou fazer uma observação sobre isto ao final, pois esta é uma discussão que temos internamente, mesmo no Ministério do Meio Ambiente – diz respeito a até onde se vai no detalhamento dessas questões de caráter urbano, das APPs urbanas no Código Florestal e ao que deve caber a uma lei urbanística, uma lei que trata especificamente das questões urbanas. Inclusive acabou de ser proposta uma medida provisória no Congresso Nacional que trata da questão de risco. Portanto, há muitas questões que podem ser tratadas no Código Florestal na medida em que dizem respeito a APPs. No entanto, algumas dessas questões estão, de certa forma, combinadas e misturadas com as questões que tratam de risco, porque pode haver risco fora de APPs. O risco não ocorre exclusivamente na APP. E nós temos que estabelecer aí uma linha divisória entre o que é tratado no Código Florestal e o que é tratado numa legislação específica que vai tratar das questões que dizem respeito a risco.

Bom, de qualquer maneira, existem algumas outras questões, Senador, que eu queria trazer aqui e que dizem respeito à questão das APPs. Primeiro, a importância de as APPs serem averbadas na matrícula do imóvel, quer dizer, nos imóveis urbanos. Isso é extremamente importante, porque nós não temos,

na verdade, nas áreas urbanas, uma averbação das APPs. Isso cria inclusive dificuldades para quaisquer desses assuntos de que nós estamos falando aqui. Estamos falando de autorização, de intervenções em APPs que devem estar averbadas na matrícula. Além disso, parece-nos extremamente importante que algumas questões que hoje estão na nossa legislação urbanística...

O Estatuto da Cidade, por exemplo, estabelece a transferência do potencial construtivo e a inclusão das APPs no potencial construtivo de uma propriedade. Estando averbada a APP, é possível que o potencial construtivo daquela área seja utilizado fora da APP e, portanto, dessa maneira, a APP fica preservada, mas o seu potencial construtivo pode ser utilizado no restante da área. Outro instrumento importante no Estatuto da Cidade é a transferência do direito de construir, em que se prevê que o potencial construtivo que está computado na APP possa ser transferido para uma área que possa receber, que seja receptora desse potencial construtivo, garantindo-se, dessa maneira, a preservação e a liberação da APP sem utilização, de modo que, de certa forma, exista essa compensação pela preservação dessas áreas.

Bom, são contribuições que nos parecem para que nós tenhamos um tratamento, digamos assim, mais aprofundado em relação a APPs nas áreas urbanas. Evidentemente, alguns desses aspectos podem estar presentes no Código Florestal como podem estar presentes também, eventualmente, em uma legislação específica que trate de questões urbanas, seja no que diz respeito a risco, seja no que diz respeito a outros aspectos da nossa legislação urbanística, particularmente no Estatuto das Cidades, ou ainda, numa eventual revisão do Estatuto das Cidades, bem como numa eventual revisão de uma outra lei que tem uma grande interface com isso que é a Lei nº 6.766, que regula os parcelamentos do solo em nosso País. Inclusive, a medida provisória de risco, que acabou de dar entrada no Congresso, traz uma figura nova que é o Plano de Expansão Urbana, e muito disso que falei pode estar incluído naquilo que diz respeito ao Plano de Expansão Urbana.

Portanto, essa interface é uma das questões importantes que deve ser discutida agora nesse processo de definição desse capítulo específico que diz respeito à área urbana no Código Florestal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC)
– Agradeço ao Dr. Nabil e passo imediatamente a palavra ao Sr. Tasso Azevedo para fazer a sua exposição.

O SR. TASSO AZEVEDO – Obrigado pela convite de poder falar aos dois Relatores simultaneamente, o que é uma ótima oportunidade.

Antes, porém, presto dois esclarecimentos: primeiro, não estou falando pelo Ministério do Meio Ambiente. Embora seja consultor do Ministério do Meio Ambiente, a minha posição, hoje, aqui, é de especialista na área de florestas e é nesse contexto que vou dar as minhas contribuições; o segundo é que, como estaria vindo na apresentação de sexta, quando trataríamos especificamente do tema de desenvolvimento florestal e de florestas especificamente, propositalmente não vou falar de cidades, ainda porque vocês já estão falando, e com muita propriedade, embora haja temas que estamos discutindo sobre isso. De qualquer forma, eu, propositalmente, não incluí o tema cidades, pelo que vou destoar um pouquinho, mas só para não perder a oportunidade também de estar aqui e dar essas contribuições.

Eu fiz essa apresentação pensando em três partes: primeiro, o contexto de algumas coisas que eu assumo como válidas e assumo como parte da história para entender de onde vêm as propostas que surgem no final. Então, a primeira parte é um contexto rápido. A segunda é apontar onde eu vejo que há problemas no que está tramitando hoje aqui no Senado. Tentei considerar todos os avanços que já estão presentes, de forma que não vou apontar coisas que já foram resolvidas. Assim, tentei me concentrar aqui nos temas que eu acho que merecem um aprimoramento. Por fim, propostas.

Eu não vou apresentar textos, mas, para tudo que coloquei aqui, eu fiz um texto ou estou acabando de fazer um texto. Então, no mais tardar amanhã, eu envio os textos ou as propostas de texto com base naquilo que vou apresentar.

A primeira questão de contexto que eu queria levantar é a seguinte: o que representa o Código Florestal?

A gente tem várias regulamentações que tratam do tema florestas *lato sensu* no Brasil, com diferentes cortes, mas tratam do tema florestas de forma abrangente, com esses diferentes olhares, seja a própria Constituição, seja o Código Florestal, a Lei de Crimes Ambientais, a Lei de Gestão de Florestas Públicas, que é bem específica e abrangente para tudo que é público, a Lei da Mata Atlântica e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Então, em tese, o que é o Código? Geralmente, código, em outros setores, é o que consolida tudo. O nosso Código Florestal não cumpre esse papel. Em algum momento, cumpriu, talvez nas décadas de 40, 50, quando era a única lei que tratava do tema florestas,

mas, hoje, como há várias leis que tratam do mesmo tema, o Código acaba não conseguindo cumprir esse papel. Por outro lado, com a história que tem o Código, ele é superabrangente e envolve muitas coisas no seu texto. Então, se algumas dessas legislações podia, digamos, ser aquela que definisse uma política florestal para o Brasil, uma política de conservação florestal para o Brasil, ela, provavelmente, é o Código Florestal, e as outras vão estar aliadas a ela. Então, sob essa ótica, uma das propostas que faço é pensando que o Código Florestal tem que dar essa sinalização.

Então, por exemplo, hoje, o Código Florestal não tem objetivos; ele não define onde nós queremos chegar com esse Código. Ou seja: nós queremos ver a situação de conservação florestal do Brasil daqui a alguns anos de que maneira? No Código das Cidades, por exemplo, nós temos isso; nós temos isso na Política de Resíduos Sólidos; nós temos isso, enfim, em todas as políticas que foram aprovadas pelo menos pós Constituição de 1988. Todas elas têm essa sinalização bastante clara. Então, este é o primeiro ponto de contexto.

O segundo é considerar que o Código Florestal é um processo; ele não é uma peça que foi produzida em um determinado momento e ali ficou. Há todo um processo histórico que levou até ela. Não vou entrar em todos os detalhes, mas ele começa em 1934 e segue até 2001 quando houve a sua última alteração. Para ser mais preciso, a última alteração feita ao Código Florestal, mas em uma coisa menor, foi em 2006, com a aprovação da Lei de Gestão de Florestas Públicas, que fez uma alteração sobre a questão de atribuições de Estados e União. Mas, de forma geral, a última alteração no seu regramento foi feita em 2001.

E queria chamar a atenção, nesse processo, para o fato de que essas alterações são condicionadas por eventos importantes, eventos que chamaram a atenção para o tema florestas. Por exemplo: em 1983, nós tivemos aqui a estação das enchentes no Vale do Itajaí, e, para quem olha o histórico das alterações de 1989, vai perceber que elas têm muito a ver com o que aconteceu anteriormente no Vale do Itajaí. E aí a gente podia traçar um paralelo com os índices de desmatamento, em 1994/1995, na Amazônia, que levaram às alterações de 1996 e assim por diante. Então, as respostas têm sido dadas a eventos críticos em relação à conservação e ao estado de conservação.

O momento que gente vive agora é um momento...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Em 1988 houve um gravíssimo acidente em Petrópolis também.

O SR. TASSO AZEVEDO – Sim; e a gente poderia ir citando vários outros. Mas o que é curioso, neste

momento, é que a gente vive uma situação um pouco diferente, isto é, do ponto de vista do desmatamento, por exemplo, vivemos um momento de redução dos índices em dois biomas importantes.

A demanda que está levando vocês a fazerem alterações no Código Florestal não está vinculada com a natureza do próprio Código, qual seja, a proteção das florestas – é uma lei para proteção e conservação das florestas. Essa demanda tem uma outra natureza; é uma demanda de um importante setor da economia que entende que devem ser feitas alterações que permitam que aquele setor melhor se adeque ou melhor se viabilize da forma como ele entende que deve funcionar uma parte do setor rural.

Isso não desmerece a demanda, mas apenas é importante que se tenha isso em mente, porque, se eu fosse fazer uma alteração, por exemplo, no Estatuto do Idoso cuja motivação fosse baseada nos interesses das empresas de ônibus ou do setor de entretenimento, que têm que ter lá a meia passagem ou a meia entrada etc., seria muito claro para nós que teríamos de relativizar exatamente o que é isso, uma vez que, no caso, o objetivo principal é a proteção do idoso.

Então, acho que é muito importante entender esse contexto: é importante essa demanda, mas ela tem que ser bem relativizada com o objetivo do Código Florestal, sem contudo, repito, desmerecer a demanda.

O terceiro contexto é esse de que, nos últimos anos... Temos dois gráficos: o de cima mostra a evolução do desmatamento na Amazônia – e usei a Amazônia, mas poderia ter usado o Cerrado também, pois agora temos os dados que o Ministério está produzindo –, e a linha vermelha é a tendência, com uma média móvel de cinco anos. Se a gente fizer a mesma coisa com a evolução do PIB brasileiro – e poderia ter feito com o PIB da Amazônia, que ficaria até mais dramático –, o que a gente percebe é que, nos últimos sete ou oito anos, desde que se começou esse longo processo do plano de combate ao desmatamento na Amazônia, etc, a gente tem queda do desmatamento muito significativa e, na verdade, a economia do Brasil não só não está sendo afetada como economia, neste período, está crescendo mais. Quando a gente olha para a Amazônia, que a gente poderia dizer que teria uma diferença, é mais gritante, porque a Amazônia, na média, cresce mais do que o Brasil, nos últimos anos.

Então, é um contexto em que eu estou partindo do princípio que o processo de conservação não é contraditório com o processo de desenvolvimento e crescimento. Pelo contrário, é muito provável que, no futuro, ao olhar para trás, nós vamos concluir que o processo de conservação contribui, na verdade, para

um processo de crescimento sustentável. Então, eu estou assumindo isso também como parte do contexto.

A outra questão é: o que essencialmente é o Código Florestal hoje. O Código Florestal hoje define e regula o uso da cobertura florestal permanente. Ele define o que tem que ser cobertura florestal permanente e como ela pode ser utilizada, e faz isso com dois instrumentos: APP e reserva legal. Ele tem regras para você compensar essa reserva legal – então boa parte de todas as últimas modificações nos anos 90 e 2000 tratam bastante desse tema –, condições para você poder suprimir vegetação em qualquer uma das situações, regras para uso sustentável, controle de produção florestal e etc e as competências das instâncias federal, estadual e municipal, além de penalidades.

Em essência, para quem está produzindo, – e aí estou dialogando com a origem da demanda por alteração do Código Florestal neste caso – existem duas implicações importantes: a APP e a reserva legal, sendo que a diferença das duas é que, no caso da APP, você não escolhe onde ela está, é a natureza que escolheu onde ela está. Ao definir a regra, você define onde ela estará na sua propriedade; e a reserva legal é uma outra porção de vegetação de floresta que você deve manter, que você pode escolher onde alocá-la. Essa é essencialmente a diferença. Ela tem, na sua origem, quando foi pensada – isso a gente vê, em 1965, em toda documentação que gerou a primeira referência, reserva legal e APP –, no caso da APP, proteção daquelas áreas especificamente, e a reserva legal complementaria um mínimo de vegetação que você teria em cada propriedade, com o seguinte objetivo: equacionar o esforço que todos fazem para contribuir para que exista uma cobertura florestal mínima.

Conceitualmente, ele já tinha sido pensado para que APP e reserva legal fossem tratadas como um conjunto e não um mais o outro, mas, ao longo dos anos, como isso não era explicitamente claro no texto da lei, ao longo do tempo as interpretações foram mudando e gerou um problema que, dependendo de quem interpreta, interpreta que ele é a soma que gera um problema grave em muitas demandas desse setor. Mas, em essência, a reserva legal é considerada uma área de produção, não uma área só de conservação. Aliás, o manejo florestal na Amazônia é feito na reserva legal; o manejo florestal na Caatinga é feito na reserva legal, porque reserva legal é uma área de uso econômico.

Idealmente, o que seria uma passagem onde o Código Florestal atual seria cumprido? É algo parecido com esta figura que nós estamos vendo aí; numa paisagem rural a gente enxergaria isso. Você teria a reserva legal, tem corredores, tem sistema de reservas florestais, agricultura orgânica e assim por diante, ou,

por exemplo, uma paisagem como esta, de um planalto florestal, onde tem APP, a reserva legal, áreas de pastagem aqui do lado, ou, por exemplo, uma cena como esta, de cafeicultura no sul de Minas.

Então, se a gente aplicar o Código Florestal atual na sua essência, o que estaria garantindo? O controle do desmatamento, cobertura florestal mínima interligada em todos os biomas, proteção da água e do solo, proteção física de áreas sensíveis, regulação climática local e regional, conservação da biodiversidade, produção sustentável de produtos florestais.

Isso, em tese, deveriam ser os objetivos do próprio Código. Eles não estão explicitados lá, mas, se você aplicasse o Código na sua essência, se chegaria a algo parecido com isso.

Ele precisa de aprimoramento? Sim. Precisa de vários aprimoramentos. Independentemente de quem demandou, ele precisa de aprimoramentos. Cito aqui cinco que tendem a resumir o que temos necessidade, de qualquer maneira, de fazer.

Primeiro, tem que ter objetivos e metas, porque esse Código não tem objetivos e metas. Segundo, ele tem que ordenar os instrumentos de política de implementação. O texto, hoje, depois de várias modificações, é uma bagunça. Você, para poder interpretar exatamente o que vale para cada instrumento, é muito complicado. Então, essa é uma coisa absolutamente importante, e acho que é consenso de que isso deve ser feito.

O texto carece de um sistema de compensações e benefícios para quem conserva florestas. Então, esse é um outro tema que me parece muito óbvio. Além disso, simplificar e reorganizar o texto e organizar o que é disposição transitória. No texto do Código Florestal atual, eles foram sendo inseridos. Então, há o 44 a, b, c, d, e, tentando ajeitar o que acontece nas transições. Então, é muito importante que ele realmente tenha esse aprimoramento. E isto, essa simplificação, o ordenamento etc, já se encontra, todos os seus componentes, na versão atual do projeto. Então, eu diria que aquilo que está sendo discutido hoje, do ponto de vista de reorganizar, simplificar, etc, está bom, temos aqui uma boa estrutura para trabalhar.

Aqui temos problemas de conteúdo, e eu quero entrar um pouco nesses problemas de conteúdo. Primeiro, acho que, apesar de ser uma lei que está sendo proposta pós 88, já no contexto de o Congresso ter feito várias legislações desde então, é interessante notar que não há objetivos na lei – nem objetivos, nem diretrizes. Se você ler o primeiro artigo da lei, entenderá que a lei é para regular reserva legal e APP. E não é isso. Isso são instrumentos. Portanto, esse é um vício de origem, de como foi o processo desse projeto, mas

acho que é muito importante que ele seja corrigido no Senado para que se dê clareza: o que queremos exatamente com esse Código Florestal e como vamos avaliar, daqui a alguns anos, se ele foi eficaz ou não no cumprimento daqueles objetivos.

Acho que isso é importante de estar colocado, acho que o papel do Senado é superimportante, a contribuição do Senado para esse ponto.

Na definição de APPs, ele tem uma série de situações em que a tradução das modificações, de definições ou de regramento reduzem a área de aplicação de APP. Então, se você pegar a regra atual e a regra que está sendo proposta, verá que ela reduz significativamente quais seriam as áreas de proteção permanentes. E aí há um problema importante. Se concluirmos que realmente pode ser muito menor a área de APPs para cumprir as funções que gostaríamos que ela cumprisse, esse pode ser um aspecto. Senão, é preciso olharmos com calma para ver se estamos cumprindo o objetivo a que nos propomos.

Segundo, além de reduzir essa área, amplia, de forma muito dramática, as possibilidades de intervenções nessas áreas de APPs. Algumas delas são praticamente consensuais; por exemplo, algumas atividades de baixo impacto, como sistema agrosilviculturais, como apicultura. Esses são absolutamente consensuais no sentido de que devem ser permitidos. Mas existem outras coisas que são colocadas ali, como, por exemplo, você permitir atividade pecuária pura e simples, que não deveriam estar sendo contempladas, deveriam estar sendo realmente repensadas, porque não se conseguirá cumprir a função da APP com esse tipo de atividade. Além disso, ele reduz a área que vai ser recomposta. E esta também é uma decisão a ser tomada: se a gente não recompuser as áreas, o Código Florestal cumprirá os objetivos a que se propôs?

Definição de compensação de reserva legal: o mecanismo como foi desenhado no texto atual deixa uma série de brechas que acabam viabilizando que a compensação da reserva legal vire um mecanismo moto-contínuo, ou seja, se você tiver um novo desmatamento, você começa todo o processo de novo: vários mecanismos de compensação se aplicam, por exemplo, a novas situações de desmatamento. Então, essas coisas precisam ficar muito claras, em que situações podem acontecer.

A questão das competências. Acho que atualmente está restrito a um ou dois itens – vários deles já foram resolvidos. E temos um problema que quando você trata das anistias, especialmente as penalidades que foram aplicadas recentemente ou que poderiam vir a ser aplicadas, elas são amplas e não específicas. E anistia, em qualquer setor – isso é superimportante

–, com raríssimas exceções, como é a discussão que tivemos recentemente aqui no Senado sobre a questão do regime militar, etc, é sempre pelo específico e não pelo amplo. Essa é que é a ideia.

Então, é uma coisa que precisava ser realmente aprimorada; não pode ser uma regra geral, ela tem que ser específica.

E depois a consolidação de ocupações em áreas de risco. A área de risco não deve ter a ocupação consolidada. O texto atual permite se interpretar.

As consequências disso são: insegurança jurídica, novos desmatamentos possíveis, aumento de emissões, capturas... não vou entrar em todos os temas aqui, mas, enfim, são consequências possíveis dessas alterações.

Então, eu vou passar isso aqui porque são coisas que já foram vistas, só lembrando coisas específicas: a mudança de como se define topo de morro é muito dramática entre a regra atual para a regra que está na proposta. Como se muda tanto a altura mínima para se considerar o morro, de 50m para 110m, quanto a declividade e ainda incorpora o tema de “ponto de sela” sem especificar distância – então, qualquer mudança de rumo da declividade pode ser considerado um ponto de sela –, isso faz com que a aplicação de topo de morro seja simplesmente inexistente. A gente não consegue encontrar um lugar onde a aplicação de topo de morro faria com que existisse topo de morro. Na verdade, some topo de morro. O conceito dele some.

Então, ou se conclui que topo de morro não é importante de ser protegido ou a gente tem que garantir que esse conceito seja um conceito que permita pelo menos abranger isso. Acho que é uma questão técnica, acho que parecida com essa discussão de leito de rio que foi falado aqui em cidades. O pessoal da geografia, da geologia, etc, junto com o pessoal da conservação de solo, pode dizer com maior clareza esses indicadores.

Uma outra situação dramática que eu peguei como exemplo concreto é que uma área como esta, pela regra atual, do jeito que está descrito, ela poderia permanecer do jeito que está. Não precisaria ser recomposto. Nós queremos isso? Se não queremos isso, temos que olhar para o projeto e ver como fazer para garantir que situações como essa, por exemplo, não sejam agasalhadas pela lei.

Aqui é uma outra situação parecida com a questão do topo de morro, vou passar reto e vamos direto para as propostas.

Primeiro, para objetivos, diretrizes e metas, eu estou propondo que a lei se baseie em pelo menos quatro objetivos e que esses objetivos sejam bem claros e específicos logo no primeiro artigo. O primeiro é

que a gente quer reverter a perda de cobertura florestal no Brasil. A gente viu isso em todos os discursos de todos que falaram desde a Câmara até aqui de que queremos acabar com o desmatamento, queremos zerar daqui para a frente. Se isso é verdade, a gente está falando em parar de perder cobertura florestal. Então, um objetivo muito claro tem que ser: reverter a perda de cobertura florestal, em todos os tipos de vegetação; os demais tipos de vegetação nativos e em todos os biomas.

O prazo para isso acontecer e como vai acontecer, etc, nós temos que definir e é o que eu vou falar adiante.

Segundo, nós temos que garantir que em todos os biomas e todas as bacias hidrográficas – que são as unidades de controle que a gente tem melhores do ponto de vista físico – a existência de uma cobertura florestal mínima de vegetação nativa capaz de assegurar estas funções: assegurar relação climática, proteção do solo, da biodiversidade e recursos hídricos – que são as funções da floresta – e minimizar riscos à vida humana associados a desastres ambientais.

Isso aqui veio da apresentação do Nobre na outra reunião, mas isso tem que ser como objetivo.

Depois: proteger e restaurar onde já estiver degradada a cobertura florestal, quando isso for essencial para manter as funções que falei acima. Essas áreas que são essenciais para cumprir aquelas funções têm que ser restauradas, e temos que ter garantias para isso. E assegurar que todos os produtos de origem florestal no Brasil sejam oriundos de áreas manejadas de forma sustentável – produção sustentável, valor da floresta em pé etc..

Por que esses objetivos são importantes? Porque, quando formos avaliar cada um dos instrumentos ou quando tivermos dúvida sobre a aplicação de algum dos instrumentos que estão à frente, a forma como vamos saber exatamente interpretar isso é voltar para os objetivos. E os objetivos são assim: a intenção do legislador era. O objetivo tem que estar muito claro, porque é ele que vai balizar exatamente o significado de cada um dos instrumentos, ou seja, se houver alguma situação em que ela não contribui para reverter a perda de cobertura florestal, temos um problema. Precisamos mudar, e assim por diante.

Bom, o segundo é metas para a eficácia do Código. Estou propondo que o Conama – por que o Conama? Porque o Conama é órgão multisetorial em que todos participam, todos os setores participam, o Governo Federal, os Governos Estaduais, o setor empresarial, os movimentos sociais, ONGs, sindicatos etc. – defina no prazo de um ano os indicadores que permitam avaliar o progresso em relação ao objetivo dessa lei, ou seja, nós queremos parar de perder co-

bertura florestal? Qual é a meta para a perda de cobertura florestal em 2015, em 2020 etc.? Definem-se essas metas, e vamos progredir em relação a essas metas. É como o Proconve, que define qual é a meta, por exemplo, de emissões dos veículos, e deve-se perseguir essas metas.

Planos decenais, que é um pouco parecido com o que fazemos com energia, com metas quinquenais e monitoramento anual.

A outra questão é saber quais são as diretrizes para se aplicar essa lei. E isso é uma coisa muito importante, porque, quando vemos o debate acontecendo, o que se assume que são as premissas e as diretrizes para aplicação da lei é muito diferente nas falas. Então, acho que isso precisa ficar bem colocado.

Primeiro, princípio da precaução. Precaução com relação a quê? Obviamente com relação ao objetivo maior da lei, que é a proteção das florestas. Isso é que é princípio da precaução.

Segundo, cooperação entre o Poder Público, o setor privado e os órgãos governamentais, caso contrário não funciona; assegurar a participação da sociedade no processo de regulamentação; compensar desigualdades na distribuição dos custos, quer dizer, se existe uma situação em que determinado regramento causa desequilíbrio econômico num determinado setor ou numa determinada operação, ela precisa ser compensada. A solução não é criar uma exceção à regra. Não. É compensar, tem que compensar. Por quê? Porque essa é a forma de a sociedade garantir equilíbrio entre quem gera o benefício e quem se beneficia desses serviços todos das florestas. Assegurar um tratamento específico para produção familiar; conhecer a localização e o responsável pela gestão de todas as florestas no Brasil – isso tem que ser uma diretriz; deve-se saber quem é o responsável por cada pedaço de floresta no Brasil para poder cobrar ou incentivar de forma adequada. E essa lei deve ser implementada de forma integrada com outras políticas fundamentais, com recursos hídricos e outros.

Do ponto de vista da regulamentação, da regra geral – agora que foi dividida em regra geral e disposições transitórias –, duas questões objetivas: a primeira, com relação à definição de topo de morro. Fiz uma revisão técnica do que há escrito sobre isso, e a proposta com a qual trabalhamos é a continuação de 30%, à altura de 50 metros, em vez de 100 metros, que é o que temos hoje, e não 100%, que, aliás, é o que está no Código Florestal atual, 50 metros; e que seja definida uma distância mínima entre morros para se definir o que é ponto de sela, porque, se não fizermos isso, simplesmente não existe topo de morro.

Agora, existe uma certa polêmica em relação a como fazer a distância mínima. Acho que isso cabe à turma mais específica da geologia para ajudar a pensar, mas o número que vi mais próximo disso é 500 metros. Mas poderia ser outra coisa – prefiro não arriscar.

O segundo ponto na questão de intervenção em APP é condicionar as intervenções em utilidade pública, baixo impacto e interesse social. Há três questões. A primeira é que tem aprovação do órgão ambiental competente. É uma excepcionalidade. Então, tem que haver aprovação. Não pode ser uma coisa automática: “se for nessas condições que estão aqui descritas, está resolvido”.

Segundo: deve-se necessariamente demonstrar que é inviável uma alternativa locacional. Quer dizer, não faz nenhum sentido, mas nenhum sentido, por nenhum argumento técnico ou lógico, dizer que, de forma geral, ao fazer uma instalação esportiva, ela possa ser feita numa área de APP. A não ser que você demonstre que aquela instalação esportiva não podia ser feita em outro lugar.

Então, acho que é muito importante que essa característica de você demonstrar a inviabilidade de alternativa locacional seja bem caracterizada. Diferente, por exemplo, do porto de areia: o porto de areia é lá, então você tem que resolver o problema onde ele está especificamente situado.

Por último é que existe a compensação, de que o Celso falou também. Quer dizer, vai ter a intervenção, ela tem que ser compensada em outro lugar.

Essas três características devem aparecer no texto da lei.

Estou terminando, faltam três *slides*.

O outro ponto é a compensação da reserva legal. Esse mecanismo precisa ser explicitamente limitado a situações que são anteriores à aprovação dessa lei. Aos novos desmatamentos não se pode aplicar o mecanismo de compensação da reserva legal. Ela tem de ser efetivamente recuperada, porque seria um *desincentivo* absolutamente enorme à manutenção dessas áreas. Especialmente porque os mecanismos de compensação são flexíveis demais em relação ao valor de terra e tudo mais. Não aplicar a compensação de reserva legal para situações, então, oriundas de novos desmatamentos.

A outra é, nas Disposições Transitórias... E aí é uma questão, acho, absolutamente fundamental. É que temos dois debates: um é consolidar atividades; e o outro é anistia às penalidades, e aí devem ter tratamentos diferenciados.

No caso da consolidação das atividades, a permissão geral para consolidar as atividades deve ser dada apenas para aquelas operações ou para aque-

las situações em que o desmatamento ou a ocupação ocorreu de forma legal, à época. No momento em que ela foi ocupada era legal, então está ótimo. Quanto a isso acho que não tem dúvida. A gente demonstrou, está ótimo. Agora, não pode ser regra geral para os demais tipos de ocupação. Aquelas que aconteceram de forma irregular, quando aconteceram, essas deveriam ser tratadas, como regra geral, que têm que recuperar. Agora, há exceções que são tecnicamente justificáveis – a gente discutiu aqui, houve várias apresentações falando sobre isso –, como, por exemplo, a cultura de uva, as espécies perenes, a silvicultura e tal. Acho que, aí, é o contrário, tem de listar mesmo: “as exceções são tal, tal, tal, tal, ou outras que venham a ser definidas”. E aí, no meu entender, tem de ser o Conama. Isso aí é um tema que tem de ser debatido mesmo com todos os agentes da sociedade, e não ser definido por um Poder específico. Até para não gerar o problema da competição negativa, com a maior flexibilidade.

O outro, a anistia às penalidades, ela somente pode acontecer para quem atinge as condicionantes no prazo. Não pode ter um sistema em que as condicionantes podem ser adiadas eternamente. Acho que, se vai ter alguma permissão de adiamento, por pelo menos... No máximo, mais um ano, algo parecido, mas essas penalidades só são para aqueles que estão de acordo, e não para aqueles que ainda não entraram no sistema, por exemplo.

Por fim – este é o último *slide* –, acho que há um avanço importante nesse projeto, que ele conseguiu consolidar e até foi uma saída engenhosa, de mandar... O tema dos instrumentos econômicos foi enviado para uma segunda etapa, digamos assim. Vamos tratar desse tema num outro projeto de lei a ser encaminhado pelo Executivo. E tem uma razão técnica para isso: é que você não pode criar gastos diretamente aqui, no Senado, e acho que é perfeitamente adequado.

A única coisa que, acho, é preciso ser chamada a atenção é que há uma mistura naquele texto desses três conceitos, e são coisas que têm de ser tratadas de forma distinta, para ficar claro, inclusive, para que servem.

O primeiro é pagar por serviços ambientais. Esse tem de ser universal. Qualquer um que faz aquele serviço de conservar tem de receber por isso. Tem de ser universal, não pode ser distintivo. E tem de ter um mecanismo que claramente defina que os beneficiários, seja a população em geral, sejam outros específicos, e os poluidores, eles dividam o custo com o Estado.

Acho que essa orientação tinha de sair daqui já, e não ser uma coisa que dependa do que vai ser pensado posteriormente. Depois, a compensação é um mecanismo que é focado no quê? Quando você tem

uma situação em que a equação econômica daquela propriedade não fecha, mesmo com o pagamento por serviços ambientais, significa que a gente precisa ter uma compensação. Por quê? Porque a gente precisaria equalizar aquela atividade econômica para que ela possa se sustentar, mantendo a conservação. Então, tem-se que criar mecanismos de compensação efetiva. Que não é pagamento por serviços ambientais, é uma compensação mesmo. É como quando a gente faz a compensação para a geração de energia na Amazônia onde não tem sistema interligado: custa muito mais caro e é compensado. Tem lá a conta CCC que faz isso.

E, por fim, os incentivos. Incentivo não é para ser confundido com o pagamento por serviços ambientais. Pagamento por serviços ambientais não é incentivo, é pagamento por serviço. Incentivo é para mais que isso, incentivo é para estimular inovações que acelerem o cumprimento dos objetivos e as metas da lei. E aí tem-se que ter também esses instrumentos separados para que você possa utilizar. Em todos eles eu estou sugerindo algum texto para a Comissão.

Desculpem a demora.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Pois bem. Nós temos um problema...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Pois não.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Apenas para deixar aqui uma sugestão. Eu vim aqui hoje muito preocupado com a questão das cidades, e V. Ex^a tocou num ponto importante que passou despercebido no nosso debate: o tipo de solo. As inclinações deverão ser menores se o solo for arenoso. Eu andei lá pela região do Rio de Janeiro, a região serrana, e, pegando o solo com a mão, eu verifiquei que, quando o solo era predominantemente argiloso, os deslizamentos eram menores – e é natural que isso ocorra. Se nós imaginarmos aqui dois potes, um com areia e outro com argila... Vamos supor: um com arroz e outro com farinha de trigo. Vamos comparar a argila à farinha de trigo e vamos comparar a areia ao arroz. Se jogarmos um pouquinho d'água, claro que a água vai tirar toda a coesão que existe entre os grãos de arroz, pois são angulosos, são grandes e vão flutuar na água. Já a farinha vai empossar. Então, se é 25% – e V. Ex^a está preocupado em descer mais a alguns detalhes –, em solos arenosos não podemos passar de 18%, 16% ou 15% se temos essa preocupação de preservar a vida do nosso povo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Obrigado, caro Senador Marcelo Crivella.

Quero agradecer a presença do Senador, mas temos um problema prático agora. Essa sirene significa que estamos sendo convocados, não convidados, para votações nominais, para as quais, friso, cada Senador é chamado.

Então, o Senador Luiz Henrique queria fazer uso da palavra, mas, lamentavelmente, teremos de encurtar o que deveria ser um debate aqui.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Em primeiro lugar, Sr. Presidente, eu queria pedir desculpas pelo meu atraso em comparecer a esta reunião. Eu tinha já compromissos agendados antes mesmo do agendamento dela, por isso tive de atendê-los. E, assim, quero lamentar que esse debate não conte com presença significativa dos Srs. Senadores, certamente ocupados pela multiplicidade de eventos em outros órgãos e Comissões desta Casa.

Quero dizer que este debate é absolutamente fundamental, porque, por onde andei, identificado como um dos relatores dessa matéria, as mais comuns solicitações eram no sentido de que nós oferecêssemos, no novo Código Florestal, uma solução diferenciada para as cidades. O Senador Jorge Viana tem essa determinação, e eu espero ajuda-lo. E espero muito a ajuda dos senhores para que tenhamos subsídios científicos, técnicos, urbanísticos adequados para procedermos a mais esse avanço no Código Florestal quando da sua votação agora na Comissão de Meio Ambiente e, posteriormente, no plenário desta Casa e, certamente, no plenário da Câmara dos Deputados.

Quero agradecer aos Srs. Expositores, pedindo desculpas por não tê-los ouvido integralmente e dizer que contamos muito com as suas contribuições para que possamos fazer uma lei duradoura, clara, objetiva e eficaz.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como disse...

(Interrupção no som.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) –... são muitas Comissões, e eu tive que me ausentar um pouco para ir à Comissão de Desenvolvimento Regional, onde foram apreciados três requerimentos de minha autoria, o que só se faria com a minha presença.

Passo a palavra ao Relator, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente. Nós, de fato, agora temos esse limite do tempo.

Queria agradecer a audiência de todos, cumprimentar todos os expositores, agradecendo o Sr. Carlos Nobre por ter estado aqui e dado essa contribuição

importante, bem como o Sr. Celso Santos, o Sr. Nabil, o Dr. Paulo Simão, que tão gentilmente nos atendeu e com quem já tivemos três oportunidades de debatermos, sendo as contribuições da Cbic da maior relevância, porque vêm da sociedade.

O tema exige modificações importantes na proposta do Código que estamos absorvendo, eu e o Senador Luiz Henrique.

Queria agradecer ao Tasso. Lamentavelmente, nós não temos um tema para debate, porque – não vou entrar no mérito – foram propostas objetivas.

Apenas um rápido comentário sobre a apresentação do Tasso, porque eu sei que o nosso propósito era tê-lo aqui na sexta-feira, mas, por uma questão de agenda, ele não pôde.

Trataríamos de um tema mais específico de floresta, pois ele já foi responsável, inclusive, pela discussão da lei de implantação de serviço florestal brasileiro. Também foi dirigente e assessorou a Ministra Marina, como parte da equipe. Hoje colabora como consultor em determinadas circunstâncias, inclusive com o Ministério do Meio Ambiente, e tem me ajudado.

Acho que houve uma adaptação no Tasso de que eu gostaria de divergir um pouco. As contribuições são extraordinárias, as preocupações também. Mas acho que a leitura sobre o Código que nós estamos apreciando, entre a proposta votada na Câmara e a que nós estamos trabalhando aqui, precisa de uma revisão, talvez da compreensão colocada, porque penso que ela está superada em parte.

Quanto às observações e contribuições do Tasso, eu acho da maior importância. Concordo com elas – ele sabe –, temos até discutido e debatido. E quero, dentro do possível, incorporar esse aperfeiçoamento que precisamos dar a essa lei. Inclusive dos objetivos dela e os princípios que deve carregar. Eu acho que isso é muito importante.

E na questão das cidades de que tratamos hoje, está evidenciado, Presidente Rodrigo Rollemberg – V. Ex^a tem também trabalhado para que se priorize isso –, que temos muito trabalho pela frente nos próximos dias. E eu queria, mais uma vez, pedir a ajuda de todos os expositores para que pudéssemos melhorar essa proposição sobre a qual o Senado delibera agora. Essa é a minha intenção e a do Senador Luiz Henrique. Nas cidades, onde a maior parte da população vive, estamos contando, cada vez com mais frequência, as vítimas dos problemas que decorrem da ocupação desordenada das cidades brasileiras e quem sofre com as consequências disso é sempre a população mais carente, a população que necessita de uma maior atenção, essa é que tem sido vitimada.

Eu acho que, se o Código Florestal tratar com responsabilidade essa parte importante sobre a qual ele pode deliberar, nós poderemos ajudar o Brasil a ficar melhor e tratar com mais respeito aqueles que vivem nas áreas urbanas. E só vai ser possível isso se levarmos em conta o que ouvimos aqui hoje, que são contribuições objetivas e importantes.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Jorge Viana, quero cumprimentar os nobres relatores, V. Ex^a e o Senador Luiz Henrique, pelo trabalho que estão fazendo a quatro mãos. Trabalho difícil, complexo e, como tem dito o Senador Luiz Henrique, procurando exprimir a média das opiniões dos Senadores. Mas entendo que a incorporação do tema cidade dará uma qualidade especial a este Código Florestal.

Quero agradecer a presença dos nossos convidados. Todos trouxeram contribuições muito objetivas que, tenho certeza, serão muito úteis para os nossos relatores, na continuidade deste trabalho.

Muito obrigado a todos vocês. Agradeço a presença de todos.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 34 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 50ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2011.

Às oito horas e cinquenta e um minutos do dia dez de novembro de dois mil e onze, no plenário nº 15 da ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senhor Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **ACIR GURGACZ, JORGE VIANA, VICENTINHO ALVES, RODRIGO ROLLEMBERG, LUIZ HENRIQUE, SÉRGIO SOUZA, ALOYSIO NUNES FERREIRA, DELCÍDIO DO AMARAL, BLAIRO MAGGI, WALDEMIR MOKA E CÍCERO LUCENA**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores **ANÍBAL DINIZ, PEDRO TAQUES, EUNÍCIO OLIVEIRA, EDUARDO BRAGA, REDITARIO CASSOL, ALVARO DIAS, CLOVIS FECURY, PAULO DAVIM e RANDOLFE RODRIGUES**. A presidência

declara aberta a reunião e submete a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à **PAUTA, Audiência Pública**, em atendimento ao Requerimento nº 115, de 2011-CMA, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011 (Projeto de Reforma do Código Florestal) sob a perspectiva de seu impacto nas bacias hidrográficas, com a participação dos seguintes convidados: **João Gilberto Lotufo Conejo**, Diretor da Área de Regulação da Agência Nacional de Águas (ANA); **Stela Goldenstein**, Ex-Secretária do Meio Ambiente do Estado de São Paulo; **Pedro Ubiratan Escorel de Azevedo**, Procurador do Estado Chefe da Procuradoria do Estado de São Paulo em Brasília e Ex-Secretário-Adjunto da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo 2007-2010; e **Maria Teresa Fernandez Piedade**, Pesquisadora do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA). A Presidência comunica o recebimento de Moção aprovada pelo Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas e a presença em plenário do Dr. Maurício Vieira Gomes, Presidente do Instituto Água. Após a exposição dos senhores convidados, usam da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados os Senhores Senadores **JORGE VIANA, LUIZ HENRIQUE e BLAIRO MAGGI**. Encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e um minutos, havendo lavrado a presente ata Leany Barreiro de Sousa Lemos, Secretária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, que será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Rodrigo Rollemberg**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

REGISTRO DE TAQUIGRAFIA DE 10/11/2011

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF.) – Declaro aberta 50ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública atendendo ao Requerimento nº 115, de 2011, da CMA, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011, Projeto de Reforma do Código Florestal, sob a perspectiva de seu impacto nas bacias hidrográficas.

Convido para compor a Mesa os seguintes convidados: Dr. João Gilberto Lotufo Conejo, Diretor da Área de regulação da Agência nacional de Águas (ANA). *(Pausa.)*

Convido também o Dr. Pedro Ubiratan Escorel de Azevedo, Procurador do Estado, Chefe da Procuradoria do Estado de São Paulo em Brasília e ex-Secretário Adjunto da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo de 2007 a 2010. *(Pausa.)*

Convido, ainda, a Prof^a Dr^a Maria Teresa Piedade, pesquisadora do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (Inpa). *(Pausa.)*

Seja bem-vinda, Prof^a Maria Teresa Piedade!

Registro, com alegria, a presença do Senador Waldemir Moka.

Esta audiência pública...

Quero, em primeiro lugar, agradecer a presença dos nossos convidados que muitos nos honram e certamente vão dar mais uma colaboração importante para o aperfeiçoamento da revisão do Código Florestal.

Ontem nós encerramos mais uma fase importante na Comissão de Ciência e Tecnologia e na Comissão de Agricultura. Agora o Código deverá ser apreciado na Comissão de Meio Ambiente. Desde o primeiro momento, estamos buscando construir um grande entendimento em torno do Código, fazendo mudanças graduais, em conjunto, nas Comissões. Ainda ontem, com forte debate nessas duas Comissões, ficou acordado que algumas das emendas apresentadas e destacadas no debate nas duas Comissões ficaram para ser incorporadas ao texto com algumas modificações, com algum aperfeiçoamento, ao longo da semana, por entendimento, para que possam constar no relatório do Senador Jorge Viana.

Ontem tivemos também uma audiência pública muito interessante e muito rica e que certamente contribuirá muito para o aperfeiçoamento do novo texto do Código Florestal, quando tivemos oportunidade de ouvir especialistas na área de cidades, ou seja, o que precisamos fazer em relação ao Código florestal para dar segurança nas ocupações urbanas brasileiras. Foi uma audiência muito interessante.

Hoje não poderíamos encerrar esse processo de discussão e de oitiva da sociedade sem ouvir os representantes indicados pelos comitês de bacias hidrográficas.

Considero o grande avanço da legislação brasileira, como a aprovação da Lei nº 9.433, que define os critérios para implantação dos comitês de bacias hidrográficas em todo o Brasil.

A partir de amanhã teremos nova audiência pública para debater a questão específica das florestas e no sábado faremos uma diligência no Município de

Querência, Mato Grosso, onde vamos conhecer algumas experiências de recuperação de áreas de preservação permanente.

É nosso objetivo, na semana que vem, promover a leitura do relatório do Senador Jorge Viana para que na penúltima semana de novembro ele possa ser apreciado e votado na Comissão de Meio Ambiente e, em seguida, no plenário do Senado Federal.

Dando, mais uma vez, as boas-vindas a todos, passo, então, a palavra, neste momento, ao Dr. João Gilberto Lotufo Conejo, Diretor da ANA.

O SR. JOÃO GILBERTO LOTUFO CONEJO –

Bom dia a todos. Bom dia, Senador Rodrigo Rollemberg.

Eu queria agradecer o convite. a ANA se sente honrada em participar deste debate. Eu queria cumprimentar os meus companheiros de mesa: Pedro Ubiratan, de São Paulo, e a pesquisadora Maria Piedade, do Inpa.

Como eu disse, esse tema é muito relevante no que diz respeito à questão das águas. O objeto, obviamente, é estabelecer a relação entre qual a importância das características do Código e a condição das bacias hidrográficas no nosso País.

No que diz respeito à questão das bacias hidrográficas, a relevância do tema água se mostra no País já pela sua inserção na Constituição de 1988, quando ela foi objeto, então, de estabelecimento dos fatores de definição da dupla dominialidade dos rios – então, temos no País rios federais e rios estaduais – e na previsão da instituição daquilo que já foi citado aqui pelo Senador, que é um complexo sistema integrado de gerenciamento de recursos hídricos no País. Além disso, prevê-se também a questão da definição de critérios de outorga para que haja ordenamento do uso da água em todo o território. Para olharmos um pouco a complexidade desse tema, nós temos, então, nesse arcabouço, não só a Constituição, mas a Legislação das Águas e a questão da dupla dominialidade, em que temos 26 legislações estaduais e a do Distrito Federal falando sobre água e ainda 5.565 Municípios que lidam com a questão territorial de uso e ocupação do solo que também tem rebatimento direto sobre as bacias hidrográficas e sobre o tema que estamos abordando.

No que diz respeito à Legislação das Águas, a Lei nº 9.433, os seus fundamentos são que a água é um bem de domínio público; que ela é um recurso limitado, sendo que é importante que, aí, ele está associado a um valor econômico, dadas as suas condições de escassez; e que, quando há escassez, a prioridade é sempre o consumo humano e a dessedentação dos animais. Ainda um princípio fundamental na política das águas é a questão do uso múltiplo, ou seja, temos de contemplar os diferentes interesses da sociedade,

seja o uso para o meio ambiente, seja o uso para as atividades produtivas. Então, devemos fazer com que haja essa conciliação para obtenção do uso múltiplo.

A bacia hidrográfica é a unidade de planejamento e a gestão desse processo, como já foi citado, é feita de forma descentralizada. Nessa descentralização, temos, no âmbito da bacia, a possibilidade de criação de comitês, em que há uma participação da sociedade civil, representada pelos diferentes níveis de governo e pelos diferentes atores, incluindo usuários, universidades, por exemplo, para que haja um processo legítimo na questão decisória sobre a questão das águas.

O objetivo ainda, estabelecido por essa lei, é que deve se assegurar água em quantidade e qualidade para a atual e as futuras gerações, numa visão, então, de longo prazo. Para isso, preveem-se o seu uso racional e integrado e a prevenção ou defesa contra eventos hidrológicos extremos, sejam as enchentes ou as estiagens.

Dentro das diretrizes que são relevantes nessa associação entre o Código Florestal e a Lei das Águas, exatamente a gestão dos recursos hídricos que ocorre sobre a bacia hidrográfica deve ser articulada exatamente com os demais setores, com destaque para a gestão do uso do solo. É aí, então, nessa associação, principalmente, que nós temos uma interação direta prevista na forma da lei. E, também, todos os planos de ocupação desses territórios, planos territoriais, sejam eles planos de desenvolvimento, sejam eles de setores específicos, como o setor elétrico, como a própria agricultura e irrigação.

Então, o objeto da ação do setor de recursos hídricos é exatamente, no território da bacia hidrográfica, promover essa articulação, essa complementação, esse sincronismo, essa compatibilização de planejamentos setoriais, para que se dê o uso adequado da água e a gente possa cumprir aquilo que está previsto na legislação, que é a garantia dessa água para as populações futuras.

Dentro dos instrumentos que temos para essa atuação, nós destacamos os planos de recursos hídricos, que eu acabei de comentar e é onde se dá esse mecanismo de ausculta e definição daquilo que se pretende ou daquilo que se pode almejar na bacia hidrográfica. Destacamos o enquadramento dos cursos d'água, onde se observa a questão da qualidade da água, e, além disso, a outorga de uso da água, a autorização do uso, a cobrança pelo uso da água onde essa água é mais escassa e tem uso econômico relevante, e também o sistema de informações, que é toda a base que permite exatamente que a gente faça todo esse trabalho, com conhecimento da disponibilidade hídrica e da qualidade hídrica, e, portanto, possa zelar,

permanentemente, pela sua melhoria e pelo aumento da sua disponibilidade.

Para dar cabo, então, dessa tarefa, e, aí, é a inserção da ANA, a lei de criação da ANA, que coloca nessa entidade que a gente representa a implementação dessa política desafiadora.

A gente viu, aqui, a complexidade que há e, dentro de toda essa questão, então, a ANA, em última instância, a gente poderia dizer que ela pretende garantir o ciclo hidrológico, pelo menos na sua fase terrestre, para que a gente possa ter água em quantidade e qualidade, associada, então, obviamente, ao desenvolvimento sustentável, para o qual, hoje, a gente tem um novo nome aí: economia verde. Essas coisas vão mudando, mas sempre no sentido de procurar conciliar desenvolvimento, meio ambiente e o reflexo adequado nos recursos hídricos.

O rio, então, a bacia hidrográfica é a somatória de tudo aquilo, de todos os processos que acontecem na bacia. Então, ela é função do tipo de solo, do tipo de vegetação, do tipo de clima, do regime de chuvas e, portanto, é isso que caracteriza quantidade e qualidade de água.

Então, nós estamos diretamente vinculados a esse ciclo da água e os impactos que ocorrem na bacia hidrográfica são, justamente, o reflexo da atividade humana que pode ocorrer na bacia, que ocorre na bacia.

Então, o papel nosso é exatamente procurar conciliar para que a gente consiga ter, sempre, água de boa qualidade.

Aí, entra exatamente o papel essencial em particular das matas ciliares, da ocupação da área. Na ocupação da bacia, o destaque, efetivamente, vai para as matas ciliares.

É um mecanismo, então, de controle efetivo. Eu estava lembrando de ontem para hoje, eu sou engenheiro civil e a gente estuda hidrologia e, em hidrologia, a gente estuda o ciclo hidrológico e, no ciclo hidrológico, a gente tem toda essa conceituação. Mas, em geral, o engenheiro civil e de recursos hídricos não observa aquilo que normalmente os agrônomos fazem ao olharem mais de perto esse mecanismo água e terra e escoamento. Nós sabemos muito bem disso, os hidrólogos, mas os agrônomos foram a campo, fizeram os experimentos.

Então, temos aí a equação universal de perda de solos e temos aí um trabalho desde muitos anos do Instituto Agronômico de Campinas, que deu todo esse empirismo – empirismo não, foi uma calibragem de campo que permitiu que a gente pudesse ter essas equações efetivamente adequadas para o nosso País, em particular para o Estado de São Paulo, e daí para o resto do País.

Então, temos aí um arcabouço técnico bastante forte e convincente da importância dessa questão, que orienta não só para a questão das matas ciliares, mas também todo o desenvolvimento tecnológico que houve na agricultura. O plantio direto nada mais é do que todo aquele trabalho, que vem lá de trás, de usar o próprio resto da vegetação sem alteração do terreno. Tudo isso com resultados pragmáticos observados em campo.

Então, eu citaria essa passagem, esse lastro técnico que existe e, obviamente, isso vai se sofisticando, se transformando em modelagem.

Comentaria até que, recentemente, estive em Piracicaba, que é um dos centros de demonstração do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, na bacia do PCJ, estive na Esalq e tive a oportunidade de ver o avanço dos estudos que estão ocorrendo no sentido desse controle de matas ciliares e os resultados positivos que se têm nesse filtro natural de evitar o arrasto de sedimentos que vão poluir os cursos d'água, sem dúvida.

Poluir, a gente diz: aumentar a fertilidade dos cursos d'água em excesso, aumentar a quantidade de sedimentos e, eventualmente, poluentes que possam estar contidos aí. Então, a mata ciliar desempenha um papel fundamental. É impressionante ver, nos trabalhos, a velocidade de recuperação que se tem quando se coloca a mata ciliar em relação à questão da preservação do escoamento, preservação das condições de infiltração, enfim, a garantia de que a gente poder estar com o ciclo hidrológico mais equilibrado.

Dentro desse contexto e dessa importância, a ANA vem e reconhecendo essa relevância de manter esse equilíbrio na bacia hidrográfica, a Agência vem investindo de longa data. Temos aqui o nosso colega Devanir, que é um batalhador. A ANA tem 11 anos, e você tem mais ou menos 11 anos de ANA. Eu também tenho mais ou menos, eu vim no primeiro dia para a ANA, tive esse privilégio e tenho o privilégio de continuar até hoje, mas vem-se trabalhando na transferência desse arcabouço, digamos, técnico para aquilo que podia ser o resultado mais pragmático, e conseguiu-se através do programa produtor de água que, na verdade, reconhece que esse trabalho, assim como essa mata ciliar ou essa preservação, essas práticas conservacionistas, mas que dão resultados objetivos, em particular para o ciclo da água, ser considerado um serviço e que, portanto, poderia ser remunerado. Então, esse programa, que está em franco desenvolvimento, e que na minha leitura, temos já uma 10 bacias aproximadamente ou sub-bacias implantadas no País. Fizemos, recentemente, um edital em que foram selecionados seis projetos. Esperávamos doze, mas estamos nessa direção. Então, eu queria destacar que

esse é um caminho que a ANA já segue e que deu subsídio para, defendendo esses 30 m de mata ciliar, o quanto economicamente isso representaria. E fez-se, em particular, o nosso Presidente fez um exercício usando esses indicadores do produtor de água e chegou a esse número de R\$1,00 por metro. Mais ou menos seria o valor equivalente que se gastaria para manter essa margem de forma saudável e, com isso, manter a qualidade da água dos rios e também a sua quantidade.

Então, destaco a importância que tem a mata ciliar, a relevância, e há que se pensar num mecanismo efetivo de incentivo financeiro para que possamos realmente compatibilizar todos os interesses. Portanto, fica aí essa mensagem de mecanismos de financiamento, fundos etc. Inclusive, eu citaria que há algumas vertentes dizendo que há uma oportunidade, com o vencimento das concessões das usinas hidrelétricas, de podermos usar parcela desses recursos para o meio ambiente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Dr. João Gilberto.

Quero registrar aqui, com muita alegria, a presença do nosso Relator da Comissão de Meio Ambiente, Senador Jorge Viana, que, agora, está com a responsabilidade maior, embora, desde o início, esteja dividindo com o Senador Luiz Henrique essa tarefa de construir um grande entendimento sobre o novo Código Florestal.

E quero só registrar, antes de passar a palavra para o nosso próximo convidado, que tenho abordado essa questão. Apresentei até uma emenda nas outras Comissões, no sentido de que parte dos recursos promovam a diferença de tarifa, já que, na composição do preço da nossa tarifa de energia elétrica, grande parte é para fazer a amortização dos investimentos feitos na construção das usinas.

Como encerraremos o período de concessão e, portanto, também a amortização do investimento foi feito ao longo desses anos, teríamos condições de destinar parte desses recursos para um fundo de pagamento por serviços ambientais, que poderia financiar programas produtores de água, recuperação de áreas de preservação permanente, até porque a grande matéria prima para a produção de energia hidrelétrica é a água e, ao proteger as nossas matas ciliares, as nossas áreas de preservação permanente, estaremos garantindo quantidade e qualidade da água.

Queremos aprofundar esse debate. Acho que estamos diante de uma grande oportunidade efetiva de recursos para financiar um grande programa de

pagamento de serviços ambientais e de recuperação ambiental.

Passo, agora, então, a palavra para a Dr^a Maria Teresa Piedade do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia.

A DR^a MARIA TERESA PIEDADE – Bom dia a todos. Eu gostaria de agradecer esta oportunidade única, como cientista, de trazer um pouco das informações que acumulamos ao longo de décadas em prol de um debate tão importante como este do Código Florestal. Agradeço ao Senador Rollemberg em nome de todos também pela minha possibilidade de participar e ao Senador Jorge Viana, principalmente, pelo convite.

Então, trago aqui uma posição um pouco diferente, levantando algumas questões que consideramos no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, do qual sou funcionária, mas não apenas lá, também em outros fóruns com especialistas do que chamo “áreas úmidas”, que vou definir para vocês, de forma que possam todos ter equalizada a informação do que vamos discutir aqui, e a preocupação que temos com o atual Código em discussão, no que diz respeito ao nível do leito dos rios e a APPs em áreas úmidas.

Então, elenquei algumas coisas.

Próximo, por favor.

Inicialmente, causou-nos grande surpresa certo divórcio do bioma Amazônia dentro do Código Florestal, por alguns motivos bastante simples, que muitos de vocês certamente conhecem até melhor do que eu.

A Amazônia é 50% do território brasileiro, e, dentro desse bioma, como vou mostrar a vocês, há uma parcela muito grande, e cerca de 30% dessa área são consideradas áreas úmidas. Então, obviamente... Mas são áreas úmidas florestadas, e, portanto, procede que elas tenham um tratamento no bojo desse Código em discussão.

Essas áreas úmidas ocorrem também nos outros biomas, obviamente, em quantidades bastante reduzidas em alguns deles, como a caatinga, os pampas, que são um bioma único, de um Estado apenas. Também era uma área úmida enorme, que foi convertida gradualmente para propósitos principalmente agrícolas, de plantios de arroz, mas que não deixa de ser, na nossa conceituação, uma área úmida. O pantanal, que é um enorme bioma, de 150 mil quilômetros quadrados, é exclusivamente de áreas úmidas.

Mas, voltando para a Amazônia, que é o foco central da minha apresentação, por que ela é importante e deve ser considerada? Primeiro, porque ela obviamente tem uma área suficiente para comportar a Europa toda, e ainda sobra um pouco; segundo, porque obviamente ela detém a maior floresta tropical do planeta e, portanto, deve ser considerada no bojo de

uma discussão de Código Florestal; também detém a maior bacia hidrográfica do mundo e uma megadiversidade, que também tem sido motivo de discussão constante por todos nós, pelos motivos que todos conhecem, desde o valor dessa biodiversidade, que em parte nós ainda nem conhecemos, e outros.

Próximo, por favor.

Então, causou-nos essa surpresa o que chamei de “pobremente”... O bioma Amazônia está pobrememente contemplado, em particular as áreas úmidas. Isso que vocês veem aqui é uma floresta de área úmida, só para exemplificar, e tentei pontuar com florestas dessa natureza ao longo da apresentação, como caráter didático também.

Próximo, por favor.

Então, estimamos que na Amazônia, na bacia amazônica, há 1,5 milhão de quilômetros quadrados do que consideramos área úmidas. Dessas, as que mais são conhecidas, que são motivo de discussão e que também, até certo ponto, merecem mesmo mais atenção são aquelas que correm ao longo dos grandes rios, que são divididas em várzea e igapó.

Vou definir um pouco mais, depois, o que são esses conceitos, porque faço uma proposição concreta em termos terminológicos numa parte do Código que elenca conceitos a esse respeito.

Somando essas áreas, que são 400 mil quilômetros quadrados – e, obviamente, vocês, olhando esses números, vão dizer “Meu Deus, isso é nada em relação ao tamanho da Amazônia” –, elas são quase duas vezes a área do Estado de São Paulo.

A dificuldade em se calcular essas áreas é a de que elas correm ao longo dos rios. Então, são áreas que de início, apresentaram bastante dificuldade para se calcular. Mas, somando regiões costeiras, baixios no interior das florestas, ou seja, ao longo dos igarapés, mais as áreas alagáveis dos grandes rios, chegamos, então, ao valor de 25% a 30% da bacia amazônica como área úmida.

Próximo, por favor.

Como é calculada a cobertura dessas áreas úmidas? Aqui vocês veem um mosaico ambiental onde a água, como muito bem colocou o Professor João Gilberto, mistura-se com a paisagem arbórea e também com outras formações de vegetação, que não são menos importantes no sistema, juntamente com as árvores. Vou depois discutir, rapidamente, isso.

Próximo, por favor.

Então, o fato de que nós já tivemos com cientistas uma série de não diria críticas, mas discussões, por que originariamente essas áreas eram tratadas como 65 mil quilômetros quadrados, depois 100 mil quilômetros quadrados? Porque as técnicas de sensoriamento, e

grande parte delas é de responsabilidade do instituto irmão do Inpa, que é o Inpe, instituto brasileiro de renome internacional, foram evoluindo. Então, esse olhar de cima da Amazônia começou a ser mais possível. Por exemplo, trago a vocês uma área de Landsat e vocês veem um rio e sua área alagável. Depois, com a técnica mais recente de radar, vocês veem as veias associadas e a amplitude dessas áreas alagáveis, que não era possível verificar nesse quadro anterior.

Então, essas técnicas mais recentes, como radar, por exemplo, trouxeram esse novo olhar e nos permitem, hoje em dia, dimensionar essas áreas de uma outra forma e, portanto, qualificá-las também na paisagem e, consequentemente, no Código Florestal.

Próximo.

Onde ocorrem as áreas úmidas? Vejam que isso é uma floresta de várzea, uma floresta alagável em uma foto aérea. É uma floresta de respeito. Estamos falando de uma floresta absolutamente densa, com produtividade superior à produtividade da terra firme. Não há acúmulo de biomassa, mas crescimento. São florestas de 30 ou mais metros de altura, as árvores maiores. Então, o Código Florestal não pode deixar de olhar para essas florestas.

Próximo.

Essas áreas ocorrem em vários locais. Por exemplo, aqui vocês veem o que chamamos de áreas úmidas e interflúvios. São campinas, campinaranas. São áreas que têm árvores menores, arbustos e, às vezes, muita vegetação, gramíneas e outras, mas que não é menos importante no ciclo hidrológico e no balanço de água de toda a região. Então, essas áreas se distribuem em interflúvios entre grandes rios como se vê aqui: entre o rio Negro e outros rios da bacia, mais ao norte em particular.

Próximo.

E temos os grandes rios. Na verdade, no centro, a calha do Amazonas/Solimões. Estas são a que chamamos as áreas alagáveis. Por que alagáveis e não alagadas? Isso é muito importante. Não temos no Brasil, devido ao grande sistema hídrico – a maioria dos biomas de outras regiões contém – regiões permanentemente inundados. Poucas ficam permanentemente inundadas, o que caracterizariam os pântanos. Temos lugares que recebem inundação e essa inundação se retira depois. No Tietê, nem sempre se retira tão depois, e temos enchentes e problemas.

Esses problemas, eu quero pontuar, não são uma brincadeira, mas simplesmente uma forma de entender que foi a alteração massiva das várzeas dos rios com substituição de áreas que eram originalmente florestadas e que drenavam e absorviam a água por áreas

concretadas em escala muito grande, o que diminuiu essa capacidade de tampão que esses sistemas têm.

Mas voltando para a nossa região amazônica.

Próximo.

Aqui se vê o mapa geológico da região. Vou fazer uma abordagem muito rápida. Tudo isso que está de marrom claro, na verdade, são sedimentos que os Andes, gentilmente, nos emprestam e que nos trazem a fertilidade dos rios Amazonas e Solimões e todos esses rios da porção ocidental da região amazônica.

Então, isso aqui são áreas muito jovens geologicamente e comparativamente ao norte e ao sul da bacia, onde temos regiões antigas, muito erodidas, regiões de 600 milhões de anos ou mais, em comparação com essas aqui da calha do Amazonas/Solimões.

Próximo.

O que chamamos de várzea e que mostrei anteriormente a vocês são as águas brancas que correm nessas regiões de fertilidade. As áreas de igapó são essas que são águas pretas ou claras, como o rio Tapajós, que muita gente já conhece e já visitou. Águas pretas são tipicamente do rio Negro e são áreas pobres em termo de nutrientes. O importante é que essas áreas contêm florestas diferentes. A similaridade florestal – isto temos publicado, calculado – entre esses dois tipos florestais é de apenas 20%. Então, a floresta de várzea tem de ter um tratamento que não é o mesmo da floresta de igapó. A mesma árvore crescendo no igapó – são poucas espécies que crescem nos dois sistemas – e na várzea demora três vezes mais para crescer no igapó, a mesma espécie. Significa que corte de floresta no igapó é muito mais nocivo ao sistema do que na várzea, em termos de pensar um manejo sustentável, um extrativismo consciente. Então, pontuo isso.

Próxima, por favor.

Além disso, esses rios, que são as áreas alagáveis, como já disse, um conjunto. Uma parte das áreas úmidas recebem precipitações dessa região principalmente, que tem chuvas de até seis mil, sete mil milímetros. Toda essa área de captação, que, como mostrei anteriormente, vem das regiões andinas, tem, mais ou menos, três milhões de quilômetros quadrados. Então, não podemos deixar essa questão fora do Código Florestal.

E o que acontece com esses pequenos rios, que também têm seus pulsos de inundação? Eles trazem toda sua carga de água para um rio central aqui, principalmente nesta região na altura de Manaus.

Então, concordo plenamente com o Dr. João ao dizer que a saúde da bacia amazônica e principalmente dessa área toda aqui pontuada em rosa pode ser aferida pela qualidade da água do rio Amazonas, porque ele recebe o somatório da bacia de captação.

Próxima, por favor.

Como recebe uma quantidade de água superior àquilo que a calha consegue levar quando encaixado o rio, o rio sobe e todos os anos temos...

E temos aqui registros para todos os rios da bacia amazônica. Então, a amplitude, isto aqui são dez metros entre o pico das cheias e o pico das secas, é um prédio de vários andares, e esta coluna d'água aqui faz toda a diferença na paisagem na amazônica, na vida amazônica. Aqui, vocês veem o mesmo lugar, assinalado com a seta, para dar um ponto de referência, durante a cheia. E não é o pico das cheias. E aqui durante as águas baixas. Tudo isto aqui são áreas alagáveis, do mesmo sistema. E aqui elas estão encaixadas no rio. E isto faz com que elas, no pico das secas, fiquem em apenas, mais ou menos, 20%.

E percebam que toda água aqui, então, saiu da floresta alagável. Portanto, se usarmos – e vou dizer isto daqui a pouco – o nível mínimo de inundação para definir áreas de preservação, vamos excluir as florestas dessas áreas.

Próxima, por favor.

E este é o panorama onde vive a população da Amazônia, ribeirinha por excelência, majoritariamente. Aqui, vocês veem a mesma casa, em duas circunstâncias, no pico das secas e no pico das cheias. Às vezes, a cheia até extrapola os níveis onde se encontra aquela senhora pescando, provavelmente. Aqui, tem esta seta, talvez não seja muito visível, que marca o pico da inundação na árvore. Aqui, em vermelho, é uma pessoa de 1,80m, mais ou menos. Então, vocês veem que as árvores aguentam oito ou mais metros, porque esta coluna é muito grande e provoca uma série de modificações na paisagem. Aqui é o mesmo lugar na seca e na cheia.

O que são essas áreas alagáveis? São um ambiente que muda. Não dá para pensar em um período do ano ou outro. São os dois.

Próxima, por favor.

Agora, vou fazer algumas considerações. Considerando que 20% do território brasileiro pertence à categoria de áreas úmidas, distribuídas em todos os biomas, como já disse no início, considerando ainda que já existe terminologia apropriada e conhecimento científico acumulado sobre esses ambientes e que, mais, a vegetação das áreas alagáveis dos grandes rios tem múltiplas funções e proporciona diversos serviços ambientais, como já foi dito na palestra que me precedeu inclusive – por exemplo, incorpora carbono.

Como eu disse, essas florestas têm produtividades superiores àquelas das florestas de terra firme. Nas várzeas em particular, elas regulam os sistemas

hidrológicos fluviais, o clima regional e preservam a qualidade da água porque têm um papel de filtro.

Próxima por favor.

Também favorecem, e isso é evidente nas regiões onde foi retirada a cobertura, principalmente nos extremos mais ocidentais da bacia, que são mal compactados. O rio Acre já teve o problema de perder bairros, porque a remoção da massiva cobertura vegetal termina por facilitar a desagregação sedimentar, e os sedimentos, claro, vão para dentro do corpo d'água, com todos os problemas, já apontados, que isso acarreta.

A vegetação protege as margens da erosão e também é *habitat* e alimento para a fauna aquática, principalmente para peixes, que, no caso do Estado do Amazonas e da Amazônia, é fonte de alimento principal. Coloquei aqui dois peixes comendo umas sementes de Hevia e, aqui, um fruto de palmeira. Isso é a realidade dessas florestas. Então, em termos de interação com a fauna de peixes, que hoje envolve mais de três mil espécies. Claro que nem todas são frugívoras, mas, de toda sorte, encontram abrigo nesses ambientes.

Principalmente – esse é um importante ponto que devemos considerar –, essas áreas têm relevância inestimável para as populações ribeirinhas, povos tradicionais e indígenas. Então, nós consideramos que o Código Florestal deve, explicitamente, contemplá-las em seu texto e, para tal, tentei elencar aqui quatro pontos que não são os únicos que levantamos, obviamente, mas foi o que foi possível trazer neste contexto.

O primeiro deles propõe que a adequada terminologia de áreas úmidas e suas subdivisões sejam inseridas. Por exemplo – rapidamente coloquei aqui –, este conjunto de itens são, para nós, subdivisões de áreas úmidas que foram colocadas – sinceramente não entendo bem com que critérios – dentro do Código. É necessário explicitá-las? Sim, mas eu tenho uma proposta para isso a seguir.

A questão do leito regular, que, num primeiro momento, foi colocado como leito mínimo e, agora, se apresenta como leito regular, que está definido como “a calha por onde correm regularmente as águas do curso d'água durante o ano”. Acho que é fácil entender como é difícil definir o que é o leito regular de rios como esses que estou agora trazendo ao conhecimento de vocês.

No art. 3º, a proposta que fazemos é que os itens XII e XIII, que, na verdade, estavam em outra posição, passem para cima. Que o leito do rio passe a ser definido como a “calha por onde correm as águas de qualquer curso d'água, considerando a abrangência do nível mais alto da cheia do ano”, que é, na verdade, uma versão bastante parecida com a contida no Códig-

go de 1965. Portanto, nós estamos mudando... Eu não consegui encontrar nenhuma justificativa para baixar esse nível. Então, acho que é um ponto importante a se considerar.

Aqui eu coloquei áreas úmidas e a sua conceituação. Então, aquelas inundadas periódica e episodicamente e que contêm fauna e flora específicas desses ambientes.

Próximo por favor.

Todas as subdivisões que anteriormente foram colocadas entrariam como subitens de áreas úmidas, incluindo aqui as áreas alagáveis, as várzeas que são citadas no corpo do Código, mas não são definidas na terminologia, e os igapós também, que mostrei anteriormente para vocês.

Próximo por favor.

A mesma questão aparece no art. 4º do Capítulo II, Seção I, quando já se começa a falar de APPs. Eu puxei para cá para poder tirar “Proteger restingas ou veredas, proteger várzeas” e colocar “Proteger áreas úmidas alagáveis anualmente” e, entre elas, se colocarem os subtópicos, porque, então, é uma questão hierárquica: se protege a unidade maior com suas subdivisões.

Próximo, por favor.

Então, já que começamos a falar desse ponto, então, vamos discutir, aqui, a questão das APPs, um pouco nessa ótica, nas áreas úmidas, se me permitem mais um tempinho.

Próximo, por favor.

Então, aqui eu volto a essa questão, à nossa questão, que é: a faixa marginal de proteção dos cursos d’água nas APPs deve considerar o limite máximo superior da inundação anual ou, como já foi proposta por alguns, que também pode ser um bom índice, a média máxima dos últimos cinco a dez anos.

Nós temos locais de medição de nível dos rios em toda a bacia amazônica, alguns mais recentes. No caso do rio Negro, já tem 103, 105 anos ou mais. Então, com isso, vejam aqui: se for selecionado o texto que deixa no nível inferior, tudo o que está acima desse azulzinho, que é o nível inferior do rio – e isso aqui é um croqui realista de um perfil de área alagável –, fica protegido, porque está acima. Se nós pegarmos o nível intermediário, que é aqui, as florestas ficam de fora também.

Então, no Código Florestal, francamente, isso, para a Amazônia, é um contrassenso e eu tinha de trazer essa questão.

Aqui, só para vocês verem que só as florestas entre várzea alta e baixa têm mais de mil espécies e grande parte delas é endêmica. Então, nós estamos

falando de serviços ambientais, biodiversidade, flores-tas em pé e seus múltiplos valores.

Próximo, por favor.

Então, já falando de valores e serviços, nas várzeas da Amazônia...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Professora...

A SRª MARIA TERESA PIEDADE – Pois não.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Só um pouquinho, porque é importante. Inclusive, está aqui o Senador Luiz Henrique, que é o relator, e a gente está trabalhando juntos desde o começo e segue trabalhando, porque agora está na minha comissão. Eu tive a honra da escolha, pelo Senador Rodrigo Rollemberg, para assumir uma relatoria que não tem sido fácil, mas tem sido, ao mesmo tempo, uma oportunidade de colaborar com o País.

Eu queria que voltasse o outro *slide*.

Nós temos um problema gravíssimo, que é a definição de onde a gente faz a marcação de APPs ripáricas. Isso é um ponto que me parece que é da maior importância para o papel das áreas de proteção nas margens dos rios, mas, ao mesmo tempo, muda tudo, dependendo de onde você faz a marcação, o V zero.

Aí, tem um problema de origem no Código Florestal, que é querer uma regra para o Brasil todo. Tem um problema gravíssimo, que se nós seguirmos nele não vai dar certo. Nós não vamos conseguir alcançar o objetivo que é dar proteção em áreas que são mais sensíveis e que merecem ser tratadas como áreas de preservação permanente.

Agora, por quê? Porque nós temos situações de rios encaixados que estariam muito bem resolvidas...

A SRª MARIA TERESA PIEDADE – Exato.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – ...com uma marcação do jeito que se está propondo.

Aí, eu não sei, mas era só para que a senhora pudesse comentar, primeiro: se a gente conseguisse trabalhar uma diferenciação para os biomas, já mudaria bastante, porque você tem, no bioma amazônico, como a senhora colocou, características próprias dele, diferentes, inclusive, das do pantanal, um outro bioma. Esse é um aspecto.

Nós já estamos garantidos, e vamos tentar deixar sinais objetivos e até com um horizonte temporal, de que nós temos o que chamamos de pós-código.

Imediatamente após o código, eu, o Senador Rodrigo, o Senador Luiz Henrique e outros colegas estamos imbuídos do propósito de começar a trabalhar a Lei dos Biomas, para poder mergulhar um pouco nesse conhecimento científico acumulado, nas experiências dos movimentos sociais, enfim, e dar algumas

respostas, mas, até lá, nós temos de fazer o possível para já dar os passos importantes no código.

Eu queria só um comentário: como a senhora está apresentando, e eu tive a honra de ir ao Inpa ver e achei da maior importância, porque estavam falando de água e de proteção dessas águas no Brasil, que têm toda essa característica que já foi colocada pelo Dr. João Gilberto... Nós, eu e o Senador Rodrigo Rollemberg, definimos fazer esta audiência pela importância que as bacias precisam ter. Elas são parte da solução dos problemas para a agricultura, parte importante, e também têm de estar no centro dessa revisão do Código Florestal.

Mas, aí, um ponto, um aspecto importante: como estão bem cientificamente caracterizadas conceitualmente as áreas úmidas, as áreas de várzeas, as áreas baixas, provavelmente nós vamos precisar de uma colaboração sua que não esteja presa só de onde a gente começa a marcação. Mas se conceitualmente, cientificamente, a gente já tem isso, provavelmente a gente pode incorporar um outro elemento que não esteja vinculado diretamente ao nível da água, mas onde, no caso da Amazônia, o que são áreas de várzeas, as áreas baixas, e a gente ter o conceito de áreas em que devem ser feita a preservação permanente. A senhora entende? Eu não sei se estou me fazendo entender.

Eu não estou desprezando esse debate, que é um debate que a gente vai ter de diferenciar por região, por bioma, mas que talvez pudéssemos agregar o elemento conceitual do que são as áreas, o que a senhora tem muito bem feito nesse estudo, que me interessou muito quando eu assisti lá. Valeu a pena eu ter ido ouvir a comunidade científica que estuda na Amazônia. Eu fiz isso no Acre. Eu pedi ao Senador Rodrigo e ele me fez ir oficialmente pela Comissão de Meio Ambiente do Senado. E eu fui lá. E foi muito importante ter ido, tanto é que nós lhe convidamos para vir. Mas é porque eu estou realmente convencido de que nós vamos ter que ir além da marcação do rio, que ela é importante, sim, por conta das águas, porque tem área de sedimento. Isso tem de ter uma marcação. Mas quando nós agregamos um outro componente, no caso da Amazônia, que podem ser essas áreas, e elas entrarem como Área de Preservação Permanente, a gente pode chegar ao mesmo objetivo, que é o de protegê-las ou de dar-lhes um tratamento diferenciado na lei. Eu só queria que depois, dentro do possível, você também falasse, porque, veja bem, são áreas enormes. Você apresentou aí 400 mil quilômetros quadrados, quase dois São Paulo, e mais de duas vezes o território acreano. Nós temos lá 164 mil quilômetros quadrados no Acre. Então, é um elemento novo. Nós ainda temos a oportunidade de procurar fazer isso, porque uma das

questões do Código, de fato, não é só resolver o problema das terras que estão em uso no Brasil, isso é uma parte que o Brasil tem de lidar com a realidade que nos impõe uma solução para isso.

Mas é também em respeito a quem fez a primeira versão em 1934, e a outra em 1965, o que nós podemos incorporar de novo a partir do conhecimento acumulado desse período? E aí tem muito conhecimento acumulado nesse período, nós temos essa oportunidade. Esse é um exemplo. São estudos que agora nós temos como provar, que nós não tínhamos em 1965, e que agora podem ser incorporados. E a gente não cair na armadilha, eu estou convencido disso, de não ficar preso só à questão do rio, da marcação. Isso é muito importante, não estou diminuindo a importância, mas na busca da solução, quem sabe quando a gente põe os elementos que a senhora está pondo da riqueza, do crescimento, do acúmulo de carbono, do crescimento vegetativo nessas áreas de florestas úmidas e tal, aí a gente tem o elemento que pode nos dar o respaldo e dizer que essas áreas precisam de um tratamento diferenciado pela tipificação que elas guardam.

Então, era só uma coisa a mais, já interrompendo, que no meio, se a senhora pudesse comentar também.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Dr^a Maria Teresa, um minutinho antes de passar a palavra para a senhora.

Quero convidar a Dr^a Stela Goldenstein, ex-Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, o voo atrasou, mas nos honra muito com a sua presença. Registrar, com muita alegria, a presença do Relator, Senador Luiz Henrique. Fique tranqüila que a senhora terá o tempo necessário para fazer as observações. Mas, como o Senador Jorge Viana fez uma observação, que queria fazer outra também.

Eu fiquei muito impressionado com a apresentação. Eu conheci, na prática, uma região na Amazônia de floresta úmida que tem essa diferença enorme entre período de chuva e período da seca, que é a região de Mamirauá. Realmente, são dois lugares completamente diferentes em função da época. Acho Jorge, que V. Ex^a e o Senador Luiz Henrique têm um desafio muito grande ao longo dessa semana, e após essa apresentação, buscando, ou conceitualmente ou mesmo por medição... A gente precisa excepcionalizar a questão da Amazônia. Lembro-me da preocupação do Senador Luiz Henrique, desde o início, de dar um tratamento diferente para a questão da Amazônia, porque realmente é diferente. Na maioria dos biomas brasileiros temos uma grande quantidade de rios encaixados, as bacias são encaixadas. Então, quando você fala “o leito regular do rio”, nos rios que correm normalmente, não tem problema. Agora e os rios como os da Amazônia que,

todo ano, são rios com planícies muito grandes ao lado de grandes áreas de inundação? Não sei exatamente como está no texto, mas me parece que se colocar "leito regular anual", porque esse é um processo que acontece anualmente na Amazônia...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Perfeito.

Eu tenho a mesma preocupação do Jorge, mas acho que este é um grande desafio: já darmos, no Código, um tratamento diferenciado para a questão da Amazônia pela extensão e pela importância que esse bioma tem, inclusive para os outros biomas, para a regulação do clima.

A SR^a MARIA TERESA PIEDADE – Obrigada.

Tanto eu quanto o nosso grupo ou o meu grupo – várias pessoas acham que dizer meu grupo é como se ele me pertencesse... Temos um conjunto de pessoas com informações muito importantes, inclusive com modelos preditivos de cheias, que são ferramentas que podem auxiliar a deslocar populações em caso de enchentes maiores. Eu quero dizer que aqui trouxemos uma pequena parcela do que existe, mas temos disposição plena e absoluta em contribuir no que for possível.

Digo mais: esse perfil foi feito no Mamirauá, com base na várzea do Mamirauá.

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a MARIA TERESA PIEDADE – É real. Eu tirei algumas coisas... Inclusive, no Mamirauá, já calculamos até as produtividades em cada formação dessas. Esse gráfico é muito mais complexo e as espécies são vistas de cima, com levantamento de campo. Eu trago, às vezes, um esquema, pois naturalmente é impossível trazer detalhamentos que seriam um ranço científico bastante indigesto para aqueles que não trabalham na área. Eu tentei simplificar, mas quero dizer que o que temos disponível é um arsenal bem maior e está à disposição de vocês, porque trabalhamos para isto, para disponibilizar informação em prol da sociedade. Esse é um momento.

Deixe esta só um minutinho, aqui, só mostrando. Quando eu disse que, às vezes, apenas as árvores não são suficientes, isso aqui é toda vegetação que dá início ao processo de retenção sedimentar que, depois, permite estabelecimento das árvores. Outro dia, várias pessoas tentaram remover toda essa vegetação para fazer plantios. O que termina acontecendo é que isso tudo vai para dentro do rio. É claro que, como as dimensões do Amazonas são enormes, processos de colmatação, de entrada de sedimentos no sistema não se fazem notar de imediato, mas rios de profundidade

menor já têm esses problemas. Bilhões são gastos em vários países para tentar refazer várzeas que foram modificadas.

Próxima, por favor. Agora, quanto à questão das populações que já vivem na Amazônia, trabalhando em múltiplas atividades, incluindo pecuária, extrativismo madeireiro e agricultura, mais ou menos 60% da população rural da Amazônia vivem nesses ambientes. Então, dizer que essas pessoas vão ser removidas nunca foi a ideia. Pelo menos nós pleiteamos que isso seja considerado e que fique como APP, porque essas pessoas já vivem lá. Na verdade, o que falta são instrumentos jurídicos que regulamentem essa situação lá. A parte de jurisprudência não é, obviamente, a minha área, mas tenho certeza de que teríamos como fazer isso.

Próxima, por favor. Aqui, peguei novamente as áreas de preservação e volto, de novo, em outra seção, à questão das partes marginais do leito regular, Senador. Veja aqui como vem, outra vez, a questão do leito regular. E borda da calha. Para nós, francamente, é um problema. De novo, colocamos aqui como proposição: qualquer curso d'água medido de suas bordas quando as águas se encontram nos níveis mais altos. Então, é a mesma questão que permeia vários pontos do mesmo Código. O mesmo vale para lagos e lagoas, que, na verdade, na região, são associados aos grandes rios e também sofrem esse mesmo pulso de entrada e saída das águas.

Próxima, por favor.

Então, quanto ao ponto nº 3, reforçando o que já venho falando nos últimos minutos, as populações ribeirinhas tradicionais indígenas devem ter assegurado o direito de uso desses ambientes.

Próxima, por favor.

Nesse sentido, uma sugestão ainda para debate: o uso das áreas alagáveis deve restringir-se às comunidades ribeirinhas, indígenas e tradicionais, e a sua atuação deve ser regulamentada por portarias elaboradas pelos organismos competentes.

É óbvio que estamos começando uma discussão aqui, que vai ter... A questão é que não me parece que o Código possa deixar de citar numa escala adequada a um Código, porque, se o Código também entra em detalhamentos enormes, na minha visão de cientista, vai-se tornar um documento meio difícil de se gerir até como instrumento jurídico. Mas que ele sinalize para a necessidade dessas normatizações.

Próxima, por favor.

E um quarto ponto, que de novo reforça essa questão...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Você poderia voltar? Eu estava aqui cochichando com o meu colega, Senador Luiz Henrique que temos um proble-

ma grave. E acho que a senhora estava tocando num ponto, desde a outra imagem...

A SR^a MARIA TERESA PIEDADE – A anterior.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Não, a outra, a anterior. A que tem a fotografia dos moradores. É um pouco antes.

A SR^a MARIA TERESA PIEDADE – Aí.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Aí. Aquela das atividades.

Nós temos um problema que levou um debate...

A outra. Isso. Essa aí.

Nós temos um problema real, que ficou em debate, que é a discussão da recomposição de APPs. Anteontem estava debatendo-se não haver exigência geral de recomposição e se fazer... Não se exige, até quatro módulos, nada de recomposição.

E nós negociamos que se têm de exigir os 15 metros, que é uma coisa importante, como regra geral para o Brasil. E teríamos de construir as exceções do que fica. O Senador Luiz Henrique vai fazer a emenda – é parte do entendimento – que tenta fazer o regramento.

O caso da Amazônia é típico. A senhora mesmo está falando: 60% do nosso povo vivem nas beiras do rio. Eu sou morador de um rio também. A gente lá fala: “Onde você mora?” “Eu moro no rio tal.” Não fala que mora no Município. Não se fala isso. Fala-se: “Eu moro no rio Tarauacá”; “Eu moro no rio Envira”; Eu moro no rio Purus”; é assim que funciona na Amazônia. Nós, no Acre, somos assim; e no Amazonas também é assim. Somos moradores do rio. E todos do mesmo rio, com as suas ramificações.

Agora, fica um debate que foge desse cenário, dessa paisagem que temos, que é real, que é parte da nossa história e da nossa cultura e que tem solução. Eu e o Senador Luiz Henrique estamos colocando.

O nosso drama é: nós temos de fazer a proteção, mas há uma coisa chamada “atividade de baixo impacto”...

A SR^a MARIA TERESA PIEDADE – Exato.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – ... que a senhora citou, e estamos atrás delas mesmo.

Caracterizar, na regra geral, que atividades de baixo impacto podem estar estabelecidas aí...

E há mais, ainda: se não for feita também uma regionalização da caracterização, além dos biomas – porque há situações diferentes do Amazonas para o Acre –, ou seja, nos Estados, aí cabe aquilo que me parece que está um pouquinho mais à frente e que a senhora pôs – pode passar o próximo; mais um pouquinho; o próximo –, que é pegarmos a lei... E o Senador Luiz Henrique está com esta missão de fazer uma emenda em que possamos envolver talvez um órgão colegiado estadual, que, entre as atividades de

baixo impacto, lá caracterize as coisas de lá, porque no órgão colegiado, que foi abominado do texto da Câmara... Foram tirados todos. Os órgãos colegiados desapareceram por conta de enfrentamento com o Conama. E os órgãos colegiados estaduais são um bom espaço, porque há transparência, a sociedade civil está presente... Por exemplo, os Conselhos Estaduais de Meio Ambiente são importantes. Ali há transparência. Independentemente de quem tem mais ou menos força, a sociedade tem ali como... o Ministério Público vê, enxerga.

Então, acho que se vai ter de chegar a algo em que há a regra geral – como a senhora colocou, e o Senador Luiz Henrique estava chamando a atenção –, um regramento geral que leve em consideração as situações de ocupações que existem, que são tradicionais. Mas, além desse baixo impacto, a caracterização pode ficar em cima de um órgão colegiado estadual. Isso é um pouco do que ele estava falando.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Presidente, permite-me uma intervenção?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pois não, claro, com o maior prazer.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Em primeiro lugar, quero justificar meu atraso em chegar a esta audiência, porque é uma loucura esta Casa. A coincidência de reuniões de comissões, ao mesmo tempo. Daqui a pouco, inclusive, tenho de relatar um projeto na Comissão de Relações Exteriores.

O grande debate que se estabeleceu nesta Casa, do ponto de vista jurídico operacional da lei ambiental, era referentemente à competência concorrente dos Estados. O que diz o art. 24 da Constituição Federal? Diz que em matéria ambiental cabe à União limitar-se a estabelecer normas gerais. Dentro daquilo que a professora estava falando. E que a União, os Estados e o Distrito Federal têm competência concorrente para laborar nesta matéria. E não encontramos uma forma de viabilizar essa competência concorrente. Mas me parece que aqui está surgindo uma luz.

Qual era o grande obstáculo? O grande obstáculo era que se os legislativos estaduais estabelecessem os regramentos isso poderia gerar uma insegurança jurídica e conflitos entre as normas estaduais e a norma federal. Correto? Por exemplo, vou para aquele Estado porque lá tem uma legislação flexível liberal. Então, a guerra fiscal que tem hoje entre Estados se estabeleceria no âmbito ambiental.

Assim, o Senador Jorge Viana, que já deu a luz mais brilhante para elaboração do Código até aqui, que foi a separação de normas permanentes, para o futuro, e normas transitórias, para resolver este passivo ambiental, acaba de me dar outra luz no sentido

de que essas questões de baixo impacto ambiental, consolidadas em situações as mais diversas, tendo em vista as diversidades dos “Brasis” que temos, poderiam ser resolvidas pelas assembleias legislativas por proposta do conselho estadual de meio ambiente.

Ou seja, o projeto de lei original teria o embasamento ético moral consistente de um conselho estadual de meio ambiente. Não sei dos demais, mas no meu Estado é muito operoso e muito vigilante. Talvez nós possamos encontrar aí o veio desse caminho que possa viabilizar essas questões com absoluta segurança jurídica e com absoluto resguardo do patrimônio ambiental.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Obrigado, Senador Luiz Henrique. Só quero lembrar aos Relatores, Senador Jorge Viana e Senador Luiz Henrique, que já foi incorporado ao texto do Senador Luiz Henrique, até por uma emenda de minha autoria, que a agricultura em várzea é permitida apenas para agricultura familiar, o que não era no texto que vinha da Câmara.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Aliás, esqueci de dizer que a emenda que pretendo elaborar – tenho compromisso de elaborar para regularizar essas situações – é resultante de uma emenda de V. Ex^a, de uma emenda do Senador Acir Gurgacz, meu Presidente na Comissão... Aliás, duas emendas de V. Ex^a, uma emenda do Senador Acir Gurgacz, meu Presidente na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, e uma emenda do Senador Casildo Maldaner.

Então, na fusão dessas emendas é que vamos, talvez... E a emenda de V. Ex^a dá um caminho muito avançado para isso. Acho que aí é que vamos poder resolver esse problema e dar ao Brasil uma lei clara, objetiva, exequível, durável e que garanta a segurança jurídica aos brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado. Tenho plena confiança na capacidade de nossos dois relatores de superarem este desafio que teremos nas próximas semanas.

Volto a palavra à Prof^a Dr. Maria Teresa Piedade.

A SR^a MARIA TERESA PIEDADE – Prometo que estou acabando.

Gostaria apenas de fazer um comentário. Foi até um depoimento dado no Inpa, durante uma discussão similar, por uma colega nossa que trabalha com áreas úmidas, deixando claro que eles têm problemas com a aplicação da lei estadual que se opõe ao Código Florestal vigente. Então, é nesse sentido que reitero... O pantanal também tem muitos problemas, é uma grande área úmida. Essa citação tem de ser feita de maneira bem clara, para não deixar espaços. Tenho certeza de

que esta Casa tem capacidade de fazer isso, capacidade jurídica que me falta, inclusive.

Próxima, por favor.

Vou tomar a liberdade de continuar. Estou nas minhas considerações finais. Eu disse que iria abordar quatro pontos. Este é o último deles. É a necessidade de legislações detalhadas, que é basicamente o que o Senador Jorge Viana acabou de dizer sobre os biomas.

O quarto ponto é a questão de termos um País megadiverso, mas com diferenças regionais e de biomas e dentro de biomas também que têm que ser consideradas.

Uma questão que até agora não coloquei, mas que é importante, são os compromissos nacionais e internacionais com acordos firmados. Mais dia, menos dia, estamos nos aproximando de um outro evento, e o Brasil foi signatário de uma série de acordos, entre eles a Convenção de Ramsar para proteção das áreas úmidas, e o Brasil fez muito pouco dentro desse acordo. O Brasil foi signatário em 1993. Atualmente, o pantanal é um sítio Ramsar e por isso deveria obedecer a uma série de prerrogativas e regras, na medida em que é signatário, quando transformou essa área em patrimônio da humanidade. Patrimônio da humanidade não, em área Ramsar, como eles chamam. Mamirauá é uma área Ramsar também. Na Amazônia, temos poucas áreas.

Outro aspecto que basicamente espero sumarie o que estávamos dizendo agora, essas legislações devem atender à multiplicidade socioambiental, ecológica e socioeconômica das áreas úmidas brasileiras, de certa forma do País.

Aqui citei apenas a Agenda 21 e a Convenção Ramsar, esta porque é particularmente direcionada para as áreas úmidas, mas não podemos deixar de lembrar que muitas dessas áreas úmidas são transfronteiriças também. Determinadas ações que venham a ser feitas do lado brasileiro podem também resultar em questões com os países limítrofes que detêm parte dessas áreas, porque elas correm em rios muitas vezes internacionais, por exemplo.

Próxima, por favor. Finalmente, proteger as áreas úmidas e alagáveis contra um cenário de mudanças climáticas. Como protegemos? Protegemos evitando a perda, por exemplo, da vegetação que aumenta a erosão. Agora, podemos impedir eventos como esse? Bom, isto aqui é um flutuante que ficou preso. Imaginem se utilizássemos a calha inferior do rio para medir. Olha, aqui é um barco. Essa foi a famosa seca de 2005 e as catástrofes, digamos, de isolamento que ela promoveu, foi uma seca extrema.

Próxima por favor.

Então, resumindo e mais uma vez agradecendo a oportunidade, escrevi uma frase que manifesta um pouco do sentimento que eu consegui captar dessa questão toda.

Eu creio que nós vivemos um momento único, no qual o conhecimento científico disponível para os diferentes biomas e florestas nacionais permite subsidiar a formulação de uma legislação florestal moderna, justa e que incorpore nossa diversidade cultural e de biomas. E eu acredito que esse é o nosso desafio e, francamente, também nossa obrigação.

Próxima por favor.

Muito obrigada.

Essa é uma árvore de área úmida. E vocês me digam que elas não têm... É da várzea, é uma Samaúma, das maiores que eu já vi. Deixo aqui para reflexão.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Nós é que agradecemos, Profª Maria Teresa Piedade. Realmente, a senhora traz uma grande contribuição a este debate.

Quero registrar que recebi, e está à disposição das senhoras e dos senhores Senadores, uma moção aprovada em assembleia geral pelo Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas, realizado em 28 de outubro de 2011 em São Luís do Maranhão. Está aqui na Mesa à disposição de todos.

Quero registrar a presença do Dr. Maurício Vieira Gomes, Presidente do Instituto Água, que nos traz essa moção aprovada em São Luís do Maranhão.

Passo agora a palavra a Drª Stela Goldenstein, ex-Secretária do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, muito bem representado nesta Casa pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira.

(Interrupção na gravação.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – ...do Senador Sérgio Souza, além do Senador Aloysio Nunes.

A SRª STELA GOLDENSTEIN – Bom dia a todos, bom dia, Senador Rollemberg, Senador Aloysio, Jorge Viana, Luiz Henrique, Sérgio Souza. Obrigada pelo convite para estar aqui. Eu, assim como a Maria Teresa, realmente fico muito envolvida pela importância do momento e das discussões.

Antes de fazer algumas sugestões bastante concretas, bastante operacionais, ainda que não formatadas em termos jurídicos, coisa que o Pedro certamente faz melhor, eu gostaria de comentar dois aspectos que me parecem importantes no meio dessa discussão imensa a respeito de por que o Código Florestal que estamos discutindo, o atual Código Florestal, não foi devidamente implementado. Ou seja, nós estamos propondo a discussão, e ele não foi devidamente im-

plementado. Por quê? Existem muitas razões, mas eu quero comentar duas.

A primeira delas: o Código atual propõe normas idênticas para praticamente todo o território, seja na Amazônia, seja nos pampas. Assim, ele ignora – e vejo que isso já está bastante claro para todos – as realidades econômicas e fundiárias, mas, principalmente, as realidades físicas e hidrológicas de cada bacia hidrográfica, as necessidades de proteção que devem ser definidas de forma muito específica para cada local. Nós temos de pensar em como fazer isso, e eu tenho algumas sugestões.

Dependendo da morfologia, do padrão de ocupação, da cobertura vegetal, do tipo de solo, a proteção necessária é diferente, a proteção necessária para a garantia dos recursos hídricos. E não se pode, então, pensar uma única legislação que seja válida para a Amazônia, para os pampas e para o bairro da Vila Brasilândia, em São Paulo, que também está numa bacia hidrográfica – não está num rio, Senador, mas está numa bacia hidrográfica.

A segunda questão é que o aparato público necessário para a implementação do Código é inadequado na forma como existe hoje. As estruturas institucionais que hoje são utilizadas para a aplicação do Código são inadequadas. Nós, da área de meio ambiente, sabemos, já há bastante tempo, que não se pode pautar a política pública unicamente pelo que chamamos de comando e controle. Ou seja, normatiza e tenta fazer cumprir. Há um caminho muito longo, vasto, que tem de incluir, sim, o comando e controle, mas que tem de envolver também medidas fiscais, tributárias, de fomento, de educação e, fundamentalmente, de articulação.

Mas nem mesmo os instrumentos de comando e controle foram implementados de forma adequada ou suficiente. Um exemplo disso é que o cadastro ambiental rural, que é previsto em decreto federal, até agora não foi implementado. E, sem esse cadastro, os Estados não fazem os seus planos de recuperação florestal. Ou seja, o Código Florestal hoje existente, por falta de um aparato legal institucional suficientemente estruturado, estabeleceu uma anistia velada, digamos, mas ela está aí.

Então, não basta nós discutirmos a lei. Temos que discutir a lei, e dentro dela já há mecanismos de implementação, e discutir os aparatos administrativos, institucionais, que vão dar margem para de fato ela existir. A partir dessas duas questões que coloquei, acho que existem caminhos para ultrapassarmos o mero comando e controle.

Uma primeiríssima questão – e aí fujo totalmente das questões colocadas pela colega Maria Teresa, que são formidáveis, e é bom porque ela fala da realida-

de que ela conhece –, eu vou falar da realidade que eu conheço. Quero discutir a aplicação de um Código Florestal em bacias urbanas: 84% da nossa população vivem em áreas urbanas e temos um Código Florestal que regulamenta indistintamente bacias urbanas e rurais. Esse é o caminho para não dar certo. As normas, não entendendo o espaço urbano, não sendo inspiradas pela realidade urbana, são equivocadas conceitualmente, são equivocadas estruturalmente para gestão do espaço urbano, elas não dão base para gestão do espaço urbano por quem de direito, em todas as esferas. E existem especificidades imensas para esses dois tipos de espaço. Há muito tempo já que se impõe a necessidade de uma legislação florestal, mas focada no espaço urbano.

Já existe, de qualquer forma, eu entendo, entre ambientalistas, urbanistas, geólogos, engenheiros de solo, juristas que lidam com a questão urbana, a compreensão da inadequação, da aplicação das APPs, da forma como elas são definidas hoje para o espaço urbano. Mas precisamos traduzir esse consenso em normas, ou seja, na produção de uma legislação ambiental específica para as cidades, que se inspire nessa complexa realidade. Isso exige procedimentos próprios.

Para começar, temos que entender qual a função da rede hídrica no espaço urbano, porque precisamos de corpos florestais que protejam essa rede hídrica no espaço urbano. Assim como na Amazônia é necessário entender a função das águas, a função das florestas para poder saber como e o que proteger, a mesma coisa nas cidades.

Em primeiro lugar, nas cidades também os rios têm um leito maior. Não é à-toa que em São Paulo temos inundações. É porque nós ocupamos o leito maior. É evidente que o leito maior em São Paulo vai ser definido diferentemente da Amazônia. Por quê? Porque a conformação da bacia é diferente, o regime de chuvas é diferente, a ocupação do território é diferente, mas existe um leito maior, existem várzeas e florestas a serem preservadas. Então, manter desocupados os leitos maiores dos rios de forma a reduzir as enchentes e as inundações em áreas que devem ser ocupadas ou que estão ocupadas.

Segundo, ampliar a capacidade de infiltração das águas do solo de forma a retardar e a reduzir o volume de água que chega aos corpos d'água pela superfície. A água tem que se infiltrar e chegar ao corpo d'água mais lentamente.

Terceiro item, evitar a ocupação, que é temerária, das encostas de média e alta declividades, que são os locais onde temos os riscos de escorregamento. A ocupação dessas encostas leva às tragédias urbanas que nós todos conhecemos. Quem não mora nessas

regiões conhece pelos jornais. Mesmo quando elas não levam a tragédias no dia a dia, essas ocupações indevidas das encostas de declividade implicam o assoreamento dos corpos d'água na maior incidência, portanto, de enchentes e na degradação dos córregos e dos rios urbanos.

Quarta função, combater as manchas de calor que são advindas da impermeabilização excessiva. E isso tem que ser feito com a implantação e a manutenção extensiva de parques e de áreas verdes no meio urbano. É uma função das florestas no meio urbano e que não necessariamente está ligada à proteção hídrica, mas é uma função da vegetação.

Quinta função – acho que é o 5º, se eu não perdi os números aqui –: estabelecer estratégias de adaptação para as mudanças climáticas. Assim como na Amazônia nós ainda temos que descobrir qual o caminho para essas estratégias de mitigação das mudanças climáticas. Mas, nas áreas urbanas, principalmente adaptação. E para isso nós temos que rever os nossos conceitos de risco, os parâmetros de chuva, as proporções das áreas que serão protegidas.

Por último, uma última função... Talvez outras pessoas possam levantar mais outras tantas, mas essas me parecem já suficientes para falar da importância de ter legislação ambiental específica para as florestas urbanas, que é colaborar na melhoria dos indicadores ambientais urbanos ligados à qualidade de vida, não é? Para isso, quem mora nas grandes cidades tem sensibilidade.

Bom, no caso das cidades, a incompatibilidade entre o Código Florestal e as necessidades reais de proteção ambiental urbana tem levado a conflitos e a pendências legais entre os órgãos ambientais e os empreendedores, tanto públicos quanto privados. Mais ainda, tem inviabilizado projetos de bom padrão, projetos que são dotados de planejamento e dos controles ambientais que seriam necessários. E, ao mesmo tempo, por ser uma proibição indistinta, acaba levando à ocupação irregular. Então isso tudo resulta no comprometimento dos recursos naturais que, já reduzidos na área urbana, e também resulta na multiplicação das áreas de risco geológico.

A norma, quando ela é equivocada, inviabiliza a ocupação ordenada, irregular e ambientalmente sustentável e, com isso, multiplica as áreas de risco e os processos de degradação ambiental.

Vou falar de dois aspectos em que a norma atual, tanto quanto eu sei as normas que vêm sendo discutidas nas mudanças do Código Florestal são, na minha visão, inadequadas para o espaço urbano.

Primeiro, as questões ligadas a topo de morro em área urbana. Do ponto de vista – é muito pouco

discutido isso que eu vou falar, mas é uma convicção dos geólogos e dos engenheiros de solo, dos geógrafos – dos riscos geológicos e geotécnicos, como escorregamentos e os processos erosivos, as áreas de topo de morro são muito mais favoráveis para a ocupação do que as encostas de muita inclinação. Por quê? Porque, no topo dos morros, eu tenho solos consolidados, solos maduros; enquanto que, nas encostas, os solos tendem a escorregar, seja porque eles são menos maduros, ou seja, são solos mais superficiais e solos que estão ainda em processo de formação, como também pela força tangencial da gravidade, que não existe no topo do morro.

Então as encostas de inclinação mais forte – e eu vou comentar o que é uma inclinação mais forte em área urbana, que é diferente da área rural -, as encostas são inadequadas para ocupação por serem instáveis por natureza e são cenários justamente, a gente vê nas fotografias, vê nos estudos, das tragédias geotécnicas que a cada ano se repetem. Ou seja, o regramento ambiental da expansão urbana poderia muito bem evoluir para a liberação, dentro de determinadas condições, debaixo de determinadas regras, da ocupação dos topos de morros e, por outro lado, aumentar significativamente a restrição para ocupação de encostas em área urbana.

É evidente que a floresta no meio urbano tem outras funções além daquelas ligadas à proteção hídrica estritamente e ao controle de escorregamentos. Então é importante também ter regras para a ocupação do topo de morros, regras florestais também. Mas impedir, do ponto de vista técnico, urbanístico, geotécnico, não existe base.

Por outro lado, a encosta em área urbana também não está contemplada nas discussões atuais que eu tenho acompanhado, porque os critérios deveriam ser mais restritivos em área urbana, como, aliás, já são na Lei Lehmann.

O Código atual e também a Resolução nº 303, do Conama, que regulamenta o que é uma APP, define como encosta com declividade cuja ocupação deve ser evitada a de 45°. Mas os conhecimentos que hoje estão disponíveis indicam que nós deveríamos restringir ocupação em área urbana a partir de 30° ou talvez até de 22°, dependendo de alguns estudos. Por quê? Porque são as áreas mais sujeitas a riscos de escorregamento. Então, isso é outro olhar para a proteção e é um olhar que advém do conhecimento do espaço urbano, assim como nós temos que ter o conhecimento do espaço dos pampas, do espaço amazônico, etc., para definir normas específicas. Então, seria um imenso ganho para a expansão das nossas áreas urbanas.

E, aí, eu estou falando em expansão porque nós não podemos ter um efeito retroativo numa norma desse tipo, criar uma restrição mais intensa de ocupação de encostas urbanas e liberar topo de morro dentro de determinadas condições de normas.

Criar uma legislação que leve em conta e respeite as dinâmicas próprias do espaço urbano seria então capaz de assegurar os atributos ambientais que são indispensáveis para a qualidade de vida dos cidadãos.

Mas, agora, falando de uma questão meio que paralela a isso que estou falando... Eu estou focada aqui nas questões urbanas, mas, mesmo na área rural, eu até hoje não conheço explicações técnicas consistentes e balizadas para justificar a proteção cabal dos topos de morro.

Algumas pessoas já me disseram, gente da área biológica: “Não, é bom, porque no topo de morro você tem sementeiras e dali as sementes das árvores podem se espalhar para as encostas e povoar com vegetação outras áreas”. Isso não é bom como argumento, porque significa, então, que eu posso anistiar o que já está desmatado, porque ele não cumpre mais a função ambiental.

Outro argumento é: bom, eu não posso ocupar o topo de morro porque, na verdade, a encosta é o que tenho que proteger. Então, eu não deixo chegar ao topo de morro porque eu protejo a encosta. Mas isso, para mim, é esdrúxulo, porque eu protejo uma coisa porque eu quero proteger outra. Quer dizer, eu protejo o topo do morro porque, na verdade, o que eu quero proteger é a encosta. Não é boa norma jurídica.

Bom, então, eu preciso de acessos feitos com boa engenharia. Existe técnica, existe norma, e nós temos exemplos no Brasil e fora do Brasil. É bom pegar exemplos brasileiros, porque o tipo de solo nosso, a título de chuvas, etc., exige conhecimento específico. Mas existe muito bem como se fazer isso.

Mas o fundamental, para mim, aqui, que eu quero colocar, é a necessidade de se definir orientação para a legislação ambiental urbana.

A ocupação do uso do solo cabe aos Municípios, por norma constitucional. No entanto, nós estamos falando aqui de questões que exigem um regramento normativo superior. E aí é função da União, como disse o Senador, definir critérios, parâmetros, balizamentos e orientação que, depois, vai ser aplicada localmente. Então, a União pode definir o que são encostas geotecnicaamente instáveis, critérios para as várzeas, etc., e isso depois vai ser objeto de legislação específica, porque, inclusive, compete ao Município depois fazer a fiscalização, o controle.

Então, o que eu proponho é que se estabeleça, em disposições transitórias do Código Florestal, um

dispositivo com prazo para que a União estabeleça critérios nacionais, para que depois cada esfera legisle, no âmbito da sua atribuição – os Estados, por exemplo, em região metropolitana; os Municípios, no âmbito dos Municípios –, no que se refere aos espaços urbanos. E, com isso, cria-se um código florestal próprio para as áreas urbanas, que eu estou chamando de um código das florestas e das áreas de preservação urbanas – porque podem não ser só florestas.

Proponho também que se articule uma integração forte entre esse código florestal urbano e o estatuto das cidades. O estatuto das cidades tem instrumentos poderosos, como o direito de perempção, transferência do direito de construir, outorga onerosa do direito de construir, etc, que ainda não estão apropriados pelas nossas cidades. Não são usados plenamente. Seria interessante que o Código Florestal tivesse apoio nesses instrumentos para permitir a criação dessas áreas a serem protegidas.

Ao mesmo tempo é importante que se tenha claro que, enquanto não existem as regras locais específicas para cada espaço, fica valendo o Código Florestal geral, o rural para a área urbana, como temos hoje.

É interessante: as áreas florestadas em meio urbano podem ser criadas deliberadamente. É diferente a complexidade ambiental de uma floresta, por exemplo, na Amazônia, onde a dinâmica entre solo, água e vegetação, uma vez quebrada, tem muita dificuldade em ser recomposta. As funções que descrevi para as florestas urbanas podem, sim, ser criadas a partir de florestas implantadas deliberadamente em qualquer espaço, em qualquer território. Essa regra federal pode, por exemplo, estabelecer que em cada bacia é preciso garantir alguma coisa entre 20% a 30%, por exemplo, de áreas vegetadas, de forma a garantir aquelas funções ambientais. Onde localizar vai ser definido por normas de uso do solo definidas regional ou localmente.

Em cada território é necessário definir quais áreas devem ser protegidas para garantir a manutenção da produção hídrica de interesse da lei nacional. Como se pode fazer isso em bacias de interesse urbano?

Entre os usos das águas nos espaços urbanos e no entorno, temos como imensa prioridade a proteção de mananciais. Não há região metropolitana no Brasil que não esteja com os seus mananciais sob risco. Isso por falta de proteção florestal para essas áreas. Portanto, não basta uma proteção municipal. E não estou me contradizendo com relação ao que disse antes, pois existe a norma de proteção que tem que ser municipal, mas existem espaços que têm que ser protegidos regionalmente, em uma articulação entre os municípios, e, para isso, regiões metropolitanas, mas, fundamentalmente, comitês de bacia.

Existe regramento. O Senador sugeriu que talvez os conselhos possam fazer regras para biomas específicos. Parece-me que já existe norma jurídica, procedimento institucional para isso, e são os comitês de bacia, a quem compete estabelecer quais são os mananciais prioritários para abastecimento público, portanto, onde as cidades vão buscar água para beber. Com isso, podemos imediatamente saber quais as florestas a proteger no entorno das cidades. Isso é competência dos comitês de bacias e a forma ideal de trabalhar é no entendimento supramunicipal e no entendimento entre a sociedade e Estado.

Quero alertar, em paralelo a isso que estou dizendo, para a necessidade de se limpar, para o Código, as propostas que temos na Mesa de alguns elementos que são facilitadores da ocupação de APP e que me parecem equivocados para áreas urbanas. Temos, e não sei como está a numeração hoje, na versão da emenda da Comissão de Ciências e Tecnologia, uma definição que permite a instalação de estruturas de radiocomunicação e estádios esportivos em área de APP, como sendo obras de utilidade pública. Sabemos que uma estação de tratamento de esgoto, com muita frequência, vai precisar se localizar em uma área de APP porque tem que estar em um ponto mais baixo e é difícil de se encontrar outro local. Mas para um estádio esportivo não há justificativa para que ele seja considerado utilidade pública.

Considerado uma utilidade pública a ocupar uma APP. Apriorística em lei nacional. Não a fã de futebol que me convença de coisa desse tipo. Provavelmente, acessos têm de estar, eventualmente, em áreas de APP. Preciso de uma ponte. Tenho de por o pé da ponta na APP, não tem jeito.

Colocarei de lado essa questão urbana. Quero mencionar um segundo caminho, um segundo grande caminho que me parece oportuno para discutir a implementação do Código, não só a sua proposição. É um caminho que me foi inspirado pelo Senador Aloysio.

É a discussão do mercado de compensação para reservas legais. Como poderemos fazer isso? Como poderemos, de fato, trabalhar a viabilidade econômica e financeira das áreas protegidas? Primeiro, o estabelecimento de reserva legal com base em consórcio, em condomínio, é legítima, é absolutamente legítima. Cumpre uma função ambiental que é necessária. Isso já basta. Mas para isso é preciso que o Poder Público exerça seu papel e que, em articulação com o setor produtivo, em articulação entre as esferas da União, defina onde devem ser esses condomínios, quais são os locais prioritários para a implantação de áreas protegidas.

Entendo que os comitês de bacia também sejam um bom caminho para isso. Nos comitês de bacia sentam-se, por exemplo, os agricultores, que vão saber dizer quais as áreas são prioritárias para a agricultura. Sentam-se também representantes da academia, que vão saber dizer quais são as áreas mais frágeis e que precisam ser protegidas. A articulação dessas discussões é que pode identificar, por bacia hidrográfica – e aí entendo que não seja por Estado. Não acho os condomínios, que os consórcios de reserva, possam ser por Estado. Acho que devem ser por bacia hidrográfica ou por bioma. Vou explicar o porquê. Esse seria, então, o caminho para identificar áreas prioritárias. Essas áreas devem ser estabelecidas, parece-me, inclusive por lei. Elas devem identificar as nascentes, que tem de ser priorizadas. Os planos de bacia são definidos em lei, é importante que se diga isso. Então, é a sua sugestão, Senador, de que conselhos de meio ambiente levem propostas de lei. Os planos de bacia já são assim, são definidos por lei. Eles definem quais são as áreas prioritárias de proteção hídrica. Com isso, nós temos o caminho para definir onde é prioritário estabelecer consórcios. É verdade que o consórcio estadual é mais fácil sob o ponto de vista, mas não é efetiva sob o ponto de vista da proteção. Nesse sentido, não me parece que caiba, que seja adequado, permitir que a compensação se dê em outro bioma ou em outra bacia hidrográfica porque vai faltar proteção naquele local de origem.

Quero, inclusive, insistir muito no papel da ANA, que deve completar a implantação dos comitês de bacia federais e completar o trabalho de fomentar a implementação, a implantação, a criação, dos comitês estaduais. Prezo muito o processo de delegar para as instâncias descentralizadas as decisões de zoneamento e de controle, sejam comitês de bacia, sejam Estados e Municípios.

O argumento de que as instâncias mais locais são mais sujeitas a pressões para o licenciamento nem sempre se sustenta. Não são os Municípios nem os Estados que estão mudando, neste momento, perímetros de parques nacionais para permitir licenciamento. Então, essa é uma discussão que tem de ser feita à luz da Constituição que prevê a descentralização.

Acho, por outro lado, que é preciso fortalecer a União em seu papel de definir critérios, parâmetros e normas orientadoras para as questões que são afetas. Os planos de bacia, os planos diretores de uso do solo, os planos de desenvolvimento metropolitanos são os instrumentos que devem ser intensivos de conhecimento e que de forma integrada, inclusive entre eles, podem permitir a criação dos espaços protegidos local

e regionalmente, tanto localmente para os Municípios quanto de forma regional para as bacias hidrográficas.

Sobre as compensações financeiras, parece-me que as discussões que gostariam de colocar, o mercado de carbono como sendo uma fonte para recursos financeiros para a proteção, não devem ser colocadas em lei, muito menos numa lei maior, como o Código. O mercado de carbono ainda é sujeito a muitas discussões. Agora, em 2012, ele pode ser totalmente revisto, ou não, e isso, portanto, não dá a permanência que seria desejável para um arcabouço jurídico de tamanho peso. Mas existem outras fontes. A primeira, que me parece mais segura, é a compensação financeira que já paga. Ou seja, não se trata de criar um tributo, não se trata de criar uma taxa, que já é devida e paga sistematicamente em decorrência dos aproveitamentos hidroelétricos. Ou seja, os aproveitamentos hidroelétricos implicam num pagamento à União e aos Estados, também aos municípios, de um recurso... Desculpem-me, não aos municípios, somente à União e aos Estados. (Lei Federal 8.001, de 1990, e a Lei Federal 9.433, de 1997).

O Código Florestal poderia incluir um dispositivo, e isso seria muito bem-vindo, mantendo a disposição tal como ela é hoje, a distribuição dos recursos advindos da compensação pela criação de hidroelétricas, mas definir que esses recursos devem ser destinados à recuperação de áreas de APP, à recuperação de reserva legal. Com isso, criar-se-ia um facilitador muito grande, porque você estaria protegendo o recurso hídrico, que é a fonte necessária, o insumo único para a produção hidroelétrica. Ou seja, a produção hidroelétrica depende da existência do recurso hídrico.

Não estou desviando recurso para outra finalidade, não estou criando uma demanda nova por recursos da sociedade. Essa campanha significa que eu devo correr? Obrigada por dizer que toca automaticamente. Se nós mantivermos a distribuição tal como ela é hoje, ou seja, indo para os mesmos locais aonde vai hoje, não entro também em discussões de regionalismo, eu simplesmente carimbo uma boa destinação, uma destinação que interessa para a produção hídrica.

Certamente, vamos encontrar opositores a isso, porque esse dinheiro, hoje... Posso falar por São Paulo, onde ele é definido pelos comitês de bacia e vai para saneamento básico. Mas saneamento básico é um sorvedouro sem fim de recursos e tem outras fontes de financiamento. Empréstimos, porque tem garantia de tarifa, tem a própria tarifa para pagamento e nós estamos órfãos de recursos para proteção florestal. Outra hipótese de financiamento – eu vou deixar essa para o fim porque é polêmica – é a compensação ambiental também, que hoje é paga pelos empreendimentos

que são sujeitos a ir à Rima. A Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – não tem jeito de deixar de ser polêmico, em cada coisa que falo eu acabo sendo também -, mas a Lei que hoje define o Sistema Nacional de Unidades de Conservação exige que as compensações ementais sejam aplicadas para implementação das unidades de conservação, mas, com muita frequência, os impactos ambientais não estão próximos e não afetam unidades de conservação. Ou seja, eu tenho um impacto ambiental, tenho uma compensação financeira a ser paga e vou aplicar aquilo num bem de interesse ambiental, mas que não foi prejudicado por aquele empreendimento. Então, é preciso mudar isso de tal forma que aquela compensação financeira seja destinada a garantir a qualidade ambiental na área de interesse ambiental daquele empreendimento, e não, por definição, em unidade de conservação. E com quem a gente cria polêmica com isso? Com corporações. Porque, do ponto de vista conceitual, não há justificativa.

A última das minhas sugestões de recursos entra em outras brigas, mas eu vou tentar reduzir o leque de questionamentos.

Nós estamos em plena discussão a respeito de compensações pelo pré-sal. Nós sabemos que, das atividades humanas que geram mudanças climáticas, o uso de combustíveis fósseis é a mais importante de todas. Portanto, compensações ambientais pelo pré-sal precisam, em alguma medida, criar mecanismos de compensação e de adaptação pelo uso de combustíveis fósseis, ou seja, proteger florestas.

Eu entendo que, da parcela que vai para a União, nós deveríamos garantir a atribuição para mitigação dos efeitos de mudanças climáticas pelo uso de combustíveis fósseis. Por que eu digo “da parcela da União”, mesmo estando aqui em Brasília? É fácil dizer isso no Rio de Janeiro. É fácil dizer isso no Espírito Santo.

(Fora do microfone.) Mas aqui nós representamos os Estados.

A SRª STELA GOLDENSTEIN – Está ótimo. É verdade. É o Senado.

Se nós entrarmos na discussão do recurso que vai para os Estados, nós não vamos conseguir garantir que essa compensação seja distribuída onde, de fato, existem florestas a proteger. Portanto, eu preciso que seja uma fonte que possa permitir uma distribuição com critérios ambientais e não de regionalismo. E não necessariamente da produção petrolífera ou da exploração do petróleo, e sim dos locais onde, de fato, há fragilidade ambiental.

Com isso, eu encerro as sugestões. Tenho outros elementos, outras questões para comentar, mas

posso fazer isso em outros momentos, se for interessante. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Drª Stela. Eu gostaria de agradecer a contribuição que V. Sª traz a este debate, realmente de grande valor.

Passo agora a palavra ao Dr. Pedro Ubiratan Escorel de Azevedo, Procurador do Estado Chefe da Procuradoria do Estado de São Paulo em Brasília e ex-Secretário Adjunto da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

O SR. PEDRO UBIRATAN ESCOREL DE AZEVEDO – Obrigado, Senador Rollemberg.

Bom dia a todos e a todas. Quero cumprimentar o Senador Jorge Viana, o Senador Luiz Henrique e o Senador Aloysio, meus colegas aqui de Mesa.

Eu sou da área jurídica. Por ser da área jurídica e pelo fato de, no momento até trabalhar perante os tribunais superiores, a gente acaba percebendo ou identificando onde a lei não deu certo. Então, não raro, as questões da má formação do processo legislativo vão desaguar no Judiciário, seja em termos de controle concentrado no Supremo Tribunal Federal, seja em controle difuso. E é isso que eu acho que se pretende evitar com as discussões que estão sendo levadas a efeito aqui.

Eu tenho estudado muito os relatórios do Senador Luiz Henrique e tenho acompanhado, na medida das minhas possibilidades, as emendas e notei que, de fato, houve avanços importantes, Senador. Mas eu ainda sou um inconformado com algumas questões que, nada obstante possam vir a ser aprovadas, certamente vão ser aprovadas, certamente vão poder ser questionadas perante o Supremo Tribunal Federal. Então é isso que... Uma boa legislação é aquela que, além de ser de fácil compreensão pelo usuário da legislação, está infensa a esse tipo de questionamento.

Então, vou direto aos pontos que acho polêmicos aqui e que têm sido discutidos no âmbito da Procuradoria do Estado de São Paulo, a pedido inclusive do Governador do Estado, até para poder subsidiar os nossos Senadores, o que deve acontecer nesta semana ainda, Senador.

O que nos causou preocupação, em primeiro lugar, foi, e aqui estamos em um fórum que está discutindo isso, a função ecológica das áreas de proteção permanente. Isso é o que tem pautado as discussões, principalmente na Secretaria do Meio Ambiente.

Toda área de preservação permanente tem uma função ecológica, e é essa função que se procura preservar ao longo das legislações dos últimos anos, desde 1934. Se a gente observar o Código Florestal de 1934, vamos verificar que, desde 1934, as florestas

protetoras, que era como se chamavam as florestas de preservação permanente, e depois vou falar qual foi o momento em que viraram área e deixaram de ser floresta, porque é um marco temporal importante e é fonte inesgotável de conflitos com o Ministério Público especialmente, tiveram essa função de proteger a água. Então, diria que a função ambiental mais relevante das florestas e, hoje, áreas de preservação permanente sempre foi historicamente proteger o regime hídrico. Isso não é diferente com relação aos nossos espaços protegidos como unidades de conservação.

Enquanto a Stela está mais preocupada com a caixa d'água, que é o reservatório urbano, vou por foco na fábrica de água.

Temos no Brasil fábricas de água. Para quem não sabe, por exemplo, na Serra do Mar, tem lugares em que chove mais do que na Amazônia – Mogi das Cruzes, Salesópolis, e o Senador conhece bem. São justamente as regiões onde a gente tem os reservatórios do Sistema Alto Tietê, que abastece a região metropolitana, onde moram 20 milhões de pessoas. Dos 40 milhões de habitantes do Estado de São Paulo, 20 milhões moram na região metropolitana, que tem um déficit hídrico gigantesco. Então, aquilo que inspirou inclusive a criação do Parque Estadual da Serra do Mar e de todas as áreas de manancial foi a fábrica de água da região metropolitana de São Paulo. Depois foi se estendendo.

Então, é preciso não perder essa perspectiva de que as áreas de preservação permanente têm essa função relevante e precípua de proteger recursos hídricos.

Nesse sentido, acho que o Senador Luiz Henrique foi muito feliz. Já tinha discutido essa questão que V. Ex^a colocou sobre proposta de Conselho Estadual de Meio Ambiente, projeto de lei para áreas de baixo impacto. O senhor mencionou e eu já tinha comentado isso com o Senador Aloysio. De fato, quem vai poder assegurar esta questão de bem preservar a função ecológica das áreas de proteção permanente e, por conseguinte, zelar para que não haja algum litígio sobre essa questão, que é o que nenhum de nós aqui, muito menos os Srs. Senadores desejam... É desejo de todos que a legislação seja a menos questionada possível nos diversos foros.

Então, é importante que se deixe para os órgãos do Sistema Nacional de Meio Ambiente sopesar essa questão de até que ponto está comprometida a função ambiental das áreas de preservação permanente.

De forma que seja preservado o dispositivo da Constituição que trata do que vou comentar mais adiante, da forma como o Supremo já enfrentou essa questão e não faz muito tempo. Então, é importante. Nem

sempre o Chefe do Poder Executivo Federal, como a Stela lembrou aqui...

Quer dizer, de fato o Código de 65, em uma de suas alterações, previa que intervenções em APP só poderiam ser autorizadas pelo órgão federal. João de Deus está aqui – é do Ministério do Meio Ambiente, foi meu companheiro de Conama – sabe muito bem disso, é uma das maiores autoridades nessa questão. É o que a gente chama, nas discussões jurídicas, de desconfiança institucional. É o Município. Ele é suspeito. Existe uma discussão aguda nos tribunais a respeito de licenciamento ambiental pelos Municípios. Acho que, em parte... Não li, ainda, como é que ficou a versão do art. 23, que foi votada recentemente, mas a regulamentação do parágrafo único, art. 23, buscava a superar essa perplexidade.

Nem sempre o fato de ser Município é garantia de que a coisa não vai andar bem. O inverso também não é verdadeiro. Nem sempre o fato de ser o Governo Federal implica assegurar que isso seja mais bem conduzido de alguma forma. Aqui não estou falando só sob a perspectiva da desconfiança institucional, mas há regras de competência. Se a gente pensar bem, quem está mais próximo do cidadão – o Município, o Estado – está mais sujeito a pressões para qualquer lado, inclusive para fazer a coisa direito. Toda comarca tem um promotor, um juiz e um padre, normalmente. Então, eles conversam bastante com o prefeito.

Acho que é importante refletirmos um pouco, na linha do que o próprio Senador Luiz Henrique ponderou na sua intervenção, sobre essas hipóteses de utilidade pública, interesse social e baixo impacto, como melhorar essa redação de forma a garantir que seja preservada a função ambiental sem nenhum preconceito institucional.

Uma outra questão que tem me preocupado bastante nas discussões a respeito do Código é a problemática da chamada anistia. Existe uma ponderação, que já foi feita em alguns encontros recentes, no sentido de que é preciso prestigiar as pessoas que cumpriram a lei. Então, na medida em que ocorre uma anistia em um período tão breve, como 2008 – e acho que ele também é destituído de base legal –, a gente acaba desprestigiando ou dando um diploma de burro para quem cumpriu a lei. Isso nivela a discussão por baixo. Quer dizer, o infeliz que cumpriu a legislação da época agora vai ganhar um chapéu cônico porque os outros espertalhões vão ser anistiados. Então, existem algumas sugestões para isso. Queria chamar a atenção, justamente, para a aplicação da legislação florestal no tempo. De fato, quando começou essa história de Código Florestal, em 34, no tempo de Getúlio, a gente tinha 25% de área de reserva legal para qualquer

bioma – e não se falava em bioma naquela ocasião. Isso, depois, evoluiu para 20%, em 1965, e 50% na Amazônia. Depois, a grande mudança que houve aqui foi nos anos 2000, com a Medida Provisória 1.956, que depois foi renumerada para 2.156.

Então, essa Medida Provisória 1.956, na sua versão cinquenta, que é de 26 de maio de 2000, foi a primeira que mencionou que não era mais *vegetação de preservação permanente*, mas era *área de preservação permanente*. E isso é um dado relevante para essa questão da área consolidada, ao meu juízo pelo menos, porque, enquanto a legislação não falava que preservação permanente era vegetação ou falava apenas que era vegetação, você tinha um cenário jurídico, não de direito adquirido, mas de ato jurídico perfeito de pessoas que ocupavam – e isso nós temos vegetações em áreas de preservação permanente muito longevas. A professora mesmo lembrou aqui que as populações ribeirinhas fazem isso há séculos. Temos situações há séculos.

Então, o grande corte temporal, na minha opinião, foi quando se passou a falar não em vegetação de preservação permanente, mas em área de preservação permanente. Isso trouxe um conceito absolutamente novo e implicou o começo dessa discussão de recuperação de APPs. Até então essa era uma discussão lateral, pelo menos na área jurídica.

Essa Medida Provisória 1.956, de 26 de maio de 2000, é a que o Supremo Tribunal Federal menciona na Ação Direta de Inconstitucionalidade 3.540, como um dado importante para ser considerado pelo Senado nessa discussão do que seria consolidado ou não. Porque, de fato, nesta hora mudou a regra do jogo, até com alguns ajustes, em 2000. Para ser rigorosamente técnico, em 26 de maio de 2000, houve um divisor de águas, transformou de *vegetação* para *área de preservação permanente* e mudou a questão do percentual da reserva legal na Amazônia. Foi nessa medida provisória, salvo engano, que isso também ocorreu. Depois eu posso passar para os senhores mais detidamente esta questão.

Estou dizendo tudo isso porque, se ninguém deseje um nivelamento por baixo dessa discussão que seja “detrimentoso” para quem cumpriu a lei ao seu tempo, acho que haveria mecanismos mais adequados talvez de técnica legislativa e de conteúdo para dar conta dessa questão, sem que as pessoas ficassem sujeitas a perseguições da Polícia Ambiental ou de ações do Ministério Público. Esse é realmente um ponto de conflito que temos observado.

Assim como a Stela, pude trabalhar no sistema ambiental e a gente sabe, de fato, que existe um ponto de conflito importante na questão de ocupações

de APPs, especialmente topos de morro. Acho que a questão de beira de rio, salvo essa discussão que a professora levantou, que me parece que já está superada pela última versão que tenho do substitutivo quando define o que é o leito do rio, ela já coloca essa coisa do ano, existe aqui um conceito, nessa versão que tenho, pelo menos que já incorpora essa sazonalidade de alguma forma, talvez pudesse melhorar. Leito regular, é o inciso 19 do art. 3º, na minha versão: calha por onde correm regularmente as águas durante o ano. Talvez trabalhar melhor esse conceito.

De alguma forma, ninguém duvida disso, mas me parece que é importante, então, melhorar essa questão dos conceitos de áreas consolidadas e tentar calibrar um marco temporal mais adequado para isso e lembrar que o Supremo Tribunal, quando foi editada essa Medida Provisória 2.166, foi instado a se manifestar justamente sobre o art. 4º, que falava das hipóteses de intervenção em área de preservação permanente.

O Procurador-Geral da República de então entrou com uma ação de inconstitucionalidade um pouco antes de ser votada aquele conjunto de resoluções do Conama, justamente, e essa ação ainda está em curso no Supremo, o que temos é o julgamento da medida cautelar, em que o Ministro Celso de Mello, no seu voto, que é longo, e está disponível na Internet, ele chama atenção para o seguinte: que o art. 4º do Código Florestal da forma como estava redigida na Medida Provisória 2.166, ou seja, que permite intervenção e supressão de vegetação de preservação permanente em hipótese onde não há alternativa locacional para isso, uma hipótese onde o Conselho de Meio Ambiente diz que não há impacto ou em hipótese como a Stela lembrou aqui em que essa função ambiental está descaracterizada, isso, considerava o Ministro Celso de Mello no seu voto, que era perfeitamente compatível com a ordem constitucional, por quê? Porque o que o Procurador-Geral da República arguia, naquela oportunidade, é que esse art. 4º do Código Florestal violava o § 1º, inc. III, do art. 225, da Constituição Federal, que diz que os “*espaços protegidos só podem ser alterados por lei, vedada a alteração dos atributos que comprometam a sua proteção*”. Essa parte final do inc. III é que é o nó górdio das discussões jurídicas e que, possivelmente, vai ser lembrada, já tem sido, nos questionamentos a respeito do chamado retrocesso socioambiental que pode estar permeando algumas das propostas do Código Florestal vigente da alteração proposta.

Então, é preciso tomar cuidado para isso. O Supremo já decidiu que é possível haver intervenções, até supressão de vegetação, mas o Supremo já entendeu que alteração de APP que comprometa os atributos

que justificaram a sua proteção é inconstitucional. Isso está dito aqui na Ação Direta de Inconstitucionalidade 3.540, e o que deu conforto para o Ministro Celso de Mello decidir assim foi justamente que tinha todas essas cautelas, tinha procedimento administrativo próprio, conselho ambiental presente, falta de alternativa locacional.

Penso que o Senado podia, de alguma forma, aproveitar mais essa redação que já foi submetida ao crivo do Supremo Tribunal Federal para definir melhor essas hipóteses de intervenção em APP, e seria uma forma de evitar novos questionamentos no Supremo, já que este, pelo menos em sede cautelar já estabeleceu uma diretriz que é, vamos dizer assim, amigável em relação à redação do art. 4º do vigente Código Florestal. Para evitar polêmicas, não seria de todo ruim revisitar essa medida provisória, para melhor a redação das hipóteses de intervenção em área de preservação permanente.

Só vou me permitir ler um pedacinho. Diz o Ministro:

“Quando se tratar de execução de obras ou serviços a serem realizados em espaço territoriais...”, [porque aqui a discussão é a seguinte: a APP é a espécie do gênero espaços territoriais especialmente protegidos, assim como as unidades de conservação] tornar-se-á lícito ao Estado, qualquer que seja o nível em que se posicione na estrutura federativa (União, Estados-membros, Distrito Federal e Municípios), autorizar, licenciar ou permitir a realização de tais atividades no âmbito do espaço territorial submetido a regime jurídico de proteção especial.

Isso porque aqui a questão é o regime jurídico. Quando a gente diz, por hipótese – vou dar um exemplo que não está no projeto, mas para que a gente entenda melhor – que topo de morro não seria mais APP e não discute a medida... Se ficar comprovado que existe uma função para isso, é inconstitucional. Nem a lei pode fazer isso. Isso é o que diz o art. 225, §1º, inciso III, parte final.

Então, é preciso prestar atenção nisso e eventualmente revisitar a Medida Provisória 2166-67 para dela extrair alguns conceitos que já tiveram selo de qualidade do Supremo Tribunal Federal. É nesse sentido eminentemente prático, Senadores, que devia ser trilhado esse caminho.

Por fim, entendo que talvez fosse mais adequado que, ao invés de trabalharmos com usos consolidados, trabalhássemos com usos não conformes. Podia levar quarenta anos, cinquenta anos, para o sujeito regulari-

zar, mas seria importante tentar trabalhar com os não conformes, que poderiam ser tolerados, como a gente faz no o zoneamento urbano, não é Stela? Você ter os usos não conforme” do Plano Diretor é uma coisa que... E aí é possível calibrar melhor as questões de não conformidade e não passar a régua, nivelar essa discussão, como eu disse, por baixo. Então, trabalhar talvez com o uso dos não conformes, trabalhar com o zoneamento e prestar um pouco mais atenção nas remissões, naquilo que a Drª Stela falou, nas referências que se faz às outras legislações, como a Lei da Mata Atlântica, o Estatuto da Cidade.

Às vezes, as pessoas têm uma interpretação errônea de que o Código está acabando com uma série de coisas quando, na verdade, não está, porque ele não revoga outras legislações. Então, em algum momento de técnica legislativa é importante amarrar essas remissões, especialmente na Lei da Mata Atlântica, Senador, no Estatuto da Cidade e na 9.433, que é a Lei Federal de Recursos Hídricos, porque isso talvez resolva uma boa parte das perplexidades com que vêm se ocupando nessa questão.

Antes de eu tomar o segundo automático (sirene) falta um minuto, para concluir, prestem atenção nisso. Nós temos discussões importantes do Código Florestal, travadas recentemente. Esse julgamento do Supremo é de 2010, ainda é muito recente. Então, está muito presente na memória dos Ministros, e é importante prestar atenção nisso para que justamente não se venha a promulgar uma lei que depois vai ser contrastada perante o Supremo Tribunal Federal, alguns dos seus dispositivos, quando na verdade já há uma redação, vamos dizer, previamente referendada pelos Tribunais Superiores.

Bom, eu queria dar essa perspectiva mais jurídica, mesmo sabendo que isso já passou pela Comissão de Constituição e Justiça, e faço com a mais redobrada vênua e do Senador Luiz Henrique, mas é que a ideia aqui é procurar justamente, penso eu, que essa é a ideia da Comissão, melhorar o texto. Essa ideia que todos nós aqui na sociedade brasileira como um todo acho que é isso que ela quer.

Agradeço mais uma vez o convite do Senador e, por aqui, encerro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Dr. Pedro Ubiratan.

Agradeço a todos os expositores.

Agora abro a palavra para as manifestações dos relatores, consultando o relator Jorge Viana se deseja iniciar suas considerações.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Penso que a oportunidade que temos aqui de vários colegas

Senadores, é importante ouvi-los porque eu, na condição de relator, é que tenho procurado fazer nesses seis meses junto com o Senador Luiz Henrique, mas, amanhã, teremos mais uma audiência sobre florestas, amanhã pela manhã. E acho que essa é uma das mais importantes audiências que estamos fazendo sobre o Código Florestal, porque parte do conflito ou do desentendimento ou da necessidade de se ter o entendimento em relação à legislação atual brasileira é quando se tentou fazer um confronto entre o que a lei estabelece e a realidade do País. E aí essa equação não fechou.

E o Presidente Lula, por exemplo, quando estabeleceu o Decreto de 22 de julho de 2008, que disse “olha, agora as pessoas para acessar os programas de financiamento, para poder inclusive estabelecer a legalidade de suas propriedades, precisam averbar as unidades previstas em lei, sejam as áreas de preservação permanente ou a reserva legal. E aí se estabeleceu todo um trabalho que está sendo feito que, em vez de adequar o País à lei, alguns falam “vamos mudar a lei rapidamente!”. E isso gerou esse conflito todo que estamos vivendo.

E acho que agora o bom senso está prevalecendo que é o de fazer, primeiro que temos de levar em conta a realidade do País, sim, em alguns aspectos, que é cultural já. E essa mediação o Senado está fazendo, como Casa da Federação, com ponderação, com contribuição de todos os setores, das diferentes visões. Fizemos dezenas de audiências e trouxemos uma novidade: a comunidade científica para falar também.

E acho que hoje aqui, nesta audiência, estamos tratando de bacias hidrográficas, porque está na essência da proteção, é água, não tem como plantar, criar sem água, é um elemento fundamental.

E aqui falamos desde a fábrica de água, que são as nossas chuvas, esse ciclo. Temos outra coisa, que se colocam rios aéreos na Amazônia, são rios, cientificamente está se colocando.

Então, procurar o manejo desses recursos, fazer melhor uso do solo, estabelecer regras de proteção, que possam, de fato, ser cumpridas, isso a Dr^a Stella colocou claramente, mas 1% das multas aplicadas com base na lei tem algum problema. Certamente não é um problema dos 99% que não estão pagando, certamente há algo que temos que fazer – um ajustamento, uma correção – nessa legislação ou na sua aplicação. E o Senado tem essa oportunidade, o Congresso tem. O Senado está fazendo isso. Nós estamos na fase final, mas é uma fase final de levar em conta coisas importantes que foram faladas. Levar em conta sugestões importantes que nos foram apresentadas como as que foram colocadas aqui hoje.

Agradeço a todos.

Não vou me arvorar a fazer um questionamento, porque eu gostaria que os colegas pudessem falar, porque eu fiquei o tempo inteiro aqui e absorvi e, lamentavelmente, só tive um probleminha na apresentação do Dr. João, mas vamos seguir trabalhando juntos. Estamos com pessoas, estamos pegando os documentos, há pessoas fazendo resumo disso aqui lá no meu gabinete, há pessoas trabalhando aqui, porque penso que sem essa audiência aqui, na discussão do Código Florestal, seria uma lacuna imperdoável.

Agradeço ao Senador Aloysio, porque, quando apresentamos a sugestão dessa audiência, imediatamente pelo trabalho, a relação que ele tem e pelo trabalho que São Paulo tem feito ao longo de anos. Nós solicitamos dele que indicasse pessoas e ele indicou pessoas que, realmente, colaboraram.

Eu estive na comunidade científica, com os cientistas, no Inpa, e encontrei a Prof. Maitê. Ela implantou o Parque Zoológico do Acre e tem uma história, Senador Rodrigo, essa história toda graças ao Acre também, porque foi o Acre que acolheu essa pesquisadora fantástica.

Ela está trazendo, aqui, um sentimento da comunidade científica que atua na Amazônia, trazendo uma preocupação também importante.

V. Ex^a, ainda há pouco, me falava: “Olha, ainda bem que nós estamos fazendo esta audiência, porque nós vamos poder fazer um tratamento numa questão tão importante como a que a Prof. Maitê está trazendo.”

Então, eu queria agradecer a todos e dizer que, provavelmente, nós vamos fazer contatos nesse período, até a fase final desta legislação, com os senhores, e eu gostaria de ter uma colaboração que vá um pouco mais além desta de hoje, ou seja, muito provavelmente, nós vamos demandar uma coisa um pouco mais objetiva sobre um aspecto ou outro que a gente possa incorporar ainda nesse texto, mesmo que esteja relacionado a aspectos jurídicos, porque de nada adianta...

O compromisso do Senador Luiz Henrique foi: “Nós vamos passar na CCJ, porque nas questões, inclusive de alguma insegurança jurídica ou de técnica legislativa, em qualquer Comissão dessas, nós podemos fazer reparo.”

O Senador Luiz Henrique segue sendo relator dessa matéria, porque esse é um entendimento que nós construímos.

Nós vamos, se Deus quiser, apresentar ainda, talvez até o final deste mês, no plenário do Senado, conjuntamente, o resultado desse trabalho que nós vamos fazer até o último dia, e esta Comissão será a última a apreciar o código, se bem que ela está desde o primeiro dia envolvida nele, porque o Senador Rodri-

go nos ajudou a fazer diligências, audiências, reuniões paralelas às outras. Aliás, nós fizemos muitas conjuntas.

Então, no mais, quero agradecer a presença dos colegas Senadores Waldemir Moka e Blairo Maggi. É uma demonstração também, neste dia tão difícil no Senado, em que temos de nos dividir em quatro ou cinco, mas os senhores fiquem certos de que estão sendo muito consideradas as apresentações, as sugestões, as observações e as contribuições até objetivas, que eu vi aqui, com emendas e sugestões de alterações do texto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PB – DF) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana.

Com a palavra, o Senador Luiz Henrique, relator em três comissões e agora, também, correlator na quarta comissão, como o Jorge, também, foi correlator nas outras três.

Com a palavra, o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Senador Rodrigo Rollemberg, Sr^{as} e Srs. Senadores, caros e ilustres expositores, nós seguimos, na condução desse trabalho, o Senador Jorge Viana e eu, a biologia humana.

Deus nos deu duas pernas, dois braços, dois olhos, dois ouvidos e só uma boca. O que nós fizemos? Com as duas pernas que Deus nos deu, caminhamos por este País. Com os dois braços que Deus nos deu, abraçamos as pessoas, as que defendiam as ideias mais diversas, e recebemos a contribuição de todas. Com os dois olhos que Deus nos deu, procuramos verificar, aqui e ali, *urbi et orbi*, as diversas situações que reclamam uma legislação adequada neste País. E com os dois ouvidos ouvimos, ouvimos, ouvimos, ouvimos, em dezenas de audiências como esta, aqui no Senado e no País.

Falamos muito pouco em relação ao que caminhamos, ao que abraçamos, ao que vimos e ao que ouvimos, e o resultado de todo esse trabalho é esse texto, Dr. Pedro, que está aí.

Nós nos colocamos na verdadeira posição do líder em qualquer processo político. O líder, num processo político, não deve imprimir, nem comprimir. os liderados com as suas convicções. Ele deve exprimir o pensamento médio relativamente ao problema de que ele está tratando.

Então, esse anteprojeto, que agora vai passar por um aperfeiçoamento na Comissão de Meio Ambiente, em que o Relator, Senador Jorge Viana, vai tratar mais adequadamente a questão dos incentivos à preservação e à recuperação florestal, em que ele vai tratar mais adequadamente a questão das cidades, em que ele vai tratar mais adequadamente a diferenciação dos

pequenos agricultores, assim como temos uma lei diferenciadora, privilegiadora dos microempresários, por que não tratarmos diferenciadamente os microempreendedores rurais? E vai tratar mais adequadamente a questão das florestas, na sua função de protetora dos recursos hídricos.

O que nós ouvimos aqui guarda total coincidência com o rumo que nós estamos traçando.

Primeiro, Dr^a Stela, nós temos a mesma convicção de que limitar a política ambiental ao sistema de comando e controle não vai resolver. Certo? Que é preciso manter um sistema forte de comando e controle, mas colocar no eixo fundamental da política os incentivos econômicos, os incentivos governamentais à preservação e à recuperação florestal.

Ouvimos aqui, com os dois ouvidos que Deus nos deu, em várias audiências, que só houve uma verdadeira política floresta neste País. Equivocado ou não, nos foi dito, nos foi afirmado por ex-Ministros do Meio Ambiente, ex-Ministros da Agricultura, por técnicos abalizados que a única política de incentivo florestal que teve no País foi editada em 1966 pelo regime autoritário, que nós tanto combatemos. Embora priorizasse o florestamento e o reflorestamento com espécies exóticas, no caso, espécies exóticas importadas, caso do *Pinus elliottii*, caso do *Pinus taeda*, o fato é que aquela foi, segundo nós constatamos ao longo dessas oitavas generalizando, foi a única política florestal. E nós queremos restabelecer isso. Ou seja, apropriar os fundamentos daquela política para que, com mecanismos que permitam o uso das espécies nativas, oferecermos incentivos fiscais ao florestamento e reflorestamento. Nós ouvimos também que é preciso haver uma clara demarcação entre política rural e política urbana. Ouvimos, por exemplo, que 1% do território, e apenas 1% é ocupado por áreas urbanas. No entanto, residem ali 85% da população brasileira e que é preciso dar um tratamento específico, que não nos foi permitido, já que nós nos concentramos na questão da proteção florestal e da sua intrincada relação com a produção agrícola. Não nos foi possível avançar mais que avançamos, mas acredito que o Senador Jorge vai poder fazê-lo, como vai poder criar regras mais protetoras dos nossos mananciais florestais.

Eu peço escusas por ter de me retirar, porque eu e o Senador Aloysio estamos sendo chamados para a reunião da Comissão de Relações Exteriores, em que teremos a sabatina de um embaixador e em que relato um projeto.

Agradeço a atenção que me foi dispensada.

Quero dizer aos senhores que os depoimentos vão ser traduzidos em texto, para que possamos nos

debruçar sobre eles até o final desse processo na Comissão de Meio Ambiente e, depois, no plenário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique. Agradecemos a presença de V. Ex^a nesta audiência pública.

Consulto o Senador Blairo Maggi se quer fazer uso da palavra.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Presidente, é só para cumprimentá-lo, para cumprimentar os demais Senadores e os nossos convidados que aqui estiveram nesta manhã e para me desculpar por não estar aqui na audiência, porque eu tinha outras comissões hoje pela manhã, quando eu estava relatando projetos também na Comissão de Infraestrutura. Tenho certeza de que perdi uma grande audiência pública. Terei de ler os relatórios e as apresentações que já estão em minhas mãos, mas farei isso para entender um pouco do que foi dito hoje. Portanto, eu não tenho nenhuma pergunta, porque não sei o que aqui foi dito, uma vez que, apenas no finalzinho, peguei as considerações dos colegas. Mas quero cumprimentá-los e agradecer-los pela presença aqui. Certamente, o que foi dito, Senador Jorge, servirá para que V. Ex^a consiga fechar o seu relatório. Todos nós estamos empenhados nisso.

Eu vi, por último, a fala do Dr. Pedro e o que o senhor colocou aqui é com que estamos preocupados. Nós queremos dar ao setor produtivo e ao setor de conservação a tranquilidade de ter o menos incômodo possível na Justiça. Sabemos que isso ainda acontecerá, mas temos de diminuir o máximo que podemos essa possibilidade. Não temos de reclamar dos Ministérios Públicos, pois é função deles questionar o que não está correta, mas também temos o entendimento – eu tenho defendido isto nas comissões – de que, se tivermos de mudar a lei, temos de mudar a Lei Maior, mas não podemos simplesmente hoje retirar as pessoas de onde elas estão, onde elas viveram e vivem, talvez por centenas de anos, com suas famílias, numa tradição, nas calhas dos rios amazônicos, nos grandes rios, nos pequenos rios. Temos gente vivendo em todo canto. Eu acho que, em primeiríssimo lugar, sempre o ser humano. Eu sei que vamos fazer um Código para preservar e conservar a natureza para o futuro, mas também não podemos simplesmente desalojar as pessoas do presente. Esta é a grande tarefa nossa aqui, no Senado Federal: conseguir conciliar estes dois interesses nacionais, que é o ser humano, o homem que está vivendo no campo, nas mais diversas áreas, e a conservação e a preservação para o futuro.

Quero, mais uma vez, agradecer a presença de V. S^{as} e cumprimentar os nossos relatores pelos tra-

balhos que vêm fazendo na Comissão e o Presidente Rodrigo Rollemberg também.

No sábado, o Senador Rodrigo, o Senador Jorge, o Senador Pedro Taques e o Senador Jayme Campos e eu vamos fazer uma visita ao Município de Querência, até numa propriedade da minha companhia, onde, junto com o Ipam, temos um trabalho de recuperação de APPs, de regeneração espontânea e também de plantio. Então, vai ser quase o fechamento em cima da última hora, para entendermos um pouco, também, como recuperar, como fazer para atender às questões ambientais, sem que haja um estrago muito grande no bolso dos produtores, daqueles que vivem no campo.

Muito obrigado e parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Blairo Maggi.

Realmente, tivemos hoje, aqui, uma grande audiência pública, com muitas contribuições.

Quero registrar que hoje, ao meio-dia, às 12 horas, teremos a nossa reunião deliberativa, para discutir as emendas da Comissão ao Plano Plurianual. E, como não houve nenhum questionamento aos membros da Mesa, embora houvesse o consenso de que as contribuições são extremamente significativas, vou agradecer a presença de todos e dizer que tivemos, realmente, um grande dia.

O nosso convidado, representante da ANA, estava comentando aqui como foi expressiva esta nossa reunião, realmente, com contribuições muito valiosas para o debate.

Agradeço, mais uma vez, a presença de todos.

Registro que o conteúdo das audiências públicas imediatamente está disponível no *site* do Senado. Todos podem acessar.

Agradecemos, mais uma vez, a presença de todos.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 8 horas e 51 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 51 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 51ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2011.

Às doze horas do dia dez de novembro de dois mil e onze, no plenário nº 15 da ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senhor Senador **RODRI-**

GO ROLLEMBERG, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **ACIR GURGACZ, JORGE VIANA, RODRIGO ROLLEMBERG, LUIZ HENRIQUE, SÉRGIO SOUZA, ALOYSIO NUNES FERREIRA, DELCÍDIO DO AMARAL, BLAIRO MAGGI, ANTONIO CARLOS VALADARES, WALDEMIR MOKA, CÍCERO LUCENA E FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores **ANIBAL DINIZ, VICENTINHO ALVES, PEDRO TAQUES, EUNÍCIO OLIVEIRA, EDUARDO BRAGA, REDITARIO CASSOL, ALVARO DIAS, CLOVIS FECURY, PAULO DAVIM e RANDOLFE RODRIGUES**. A presidência declara aberta a reunião e submete a dispensa e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à **PAUTA**. Item único: **Apreciação das emendas da CMA ao PL Nº 29/2011-CN (Mensagem nº 87/2011-CN, nº 345/2011, na origem), que estabelece o Plano Plurianual para o Período de 2012-2015**. É designado relator das emendas apresentadas o Senhor Senador **BLAIRO MAGGI**. Relatório: Pela aprovação das emendas de texto numeradas de 1 a 6, e pela aprovação das emendas de iniciativa nova de números 7, 9, 12, 13 e 15. Colocado em votação, a comissão aprova o relatório com as seguintes emendas: **1) Inclui § no art. 8º**: “As ações orçamentárias dos Programas de Gestão relativas a investimentos serão discriminadas em Iniciativas específicas neste plano, obedecidas as disposições do art. 10 desta Lei.” Autor: Senador Rodrigo Rollemberg; **2) Inclui artigo na Seção I do Capítulo IV**: “Art. 12-A. A gestão do Plano Plurianual observará os princípios da publicidade, eficiência, impessoalidade, economicidade e efetividade e compreenderá a implementação, monitoramento, avaliação e revisão dos programas, objetivos e iniciativas. Parágrafo único. O Poder Executivo manterá atualizado, semestralmente, na página do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão na Internet, o conjunto de informações sobre a execução do Plano Plurianual, por programa, objetivo e iniciativa.” Autor: Senador Rodrigo Rollemberg; **3) Propõe nova redação ao caput do art. 10**: “Art. 10. Os empreendimentos cujo valor global estimado seja igual ou superior ao Valor de Referência são denominados de Grande Vulto e deverão ser expressos no PPA 2012-2015 como Iniciativas.” Autor: Senador Rodrigo Rollemberg; **4) Propõe nova redação ao § 3º do art. 8º**: “§ 3º As vinculações entre ações orçamentárias e Iniciativas constarão de anexo específico das leis orçamentárias anuais e a integração dos orçamentos da União com o plano plurianual dar-se-á por meio da vinculação das ações orçamentárias aos programas estabelecidos nesta Lei.” Autor: Senador

Rodrigo Rollemberg; **5) Propõe nova redação ao art. 9º**: “Art. 9º. O Valor dos Programas e das Iniciativas, as Metas e os enunciados dos Objetivos não se constituem em limites à programação e à execução das despesas expressas nas leis orçamentárias e nas leis que as modifiquem.” Autor: Senador Rodrigo Rollemberg; **6) Altera redação do art. 11**. “Os orçamentos anuais, de forma articulada com o PPA 2012-2015, serão orientados pelas diretrizes expressas no art. 4º para o alcance dos Objetivos constantes deste Plano.” Autor: Senador Rodrigo Rollemberg; **7) Desenvolvimento da Pesquisa sobre os Ecossistemas do Pantanal – Na Região Centro-Oeste**. Programa: 2018 – Biodiversidade. Objetivo : 0191 – Promover o desenvolvimento de C,T&I aplicadas à biodiversidade e aos serviços ecossistêmicos, e sistematizar e difundir as informações disponíveis, visando a conservação, a valoração e o uso sustentável dos recursos naturais dos biomas brasileiros. Custo Total R\$ 200.000.000,00. Autor: Senador Waldemir Moka; **9) Recuperação e Controle de Processos Erosivos em Municípios das Bacias do Pantanal Matogrossense e Sul-Matogrossense**. Programa: 2026 – Conservação e Gestão de Recursos Hídricos. Objetivo: 0665 – Promover a revitalização de bacias hidrográficas por meio de ações de recuperação, preservação e conservação que visem o uso sustentável dos recursos naturais, a melhoria das condições socioambientais e à melhoria da disponibilidade de água em quantidade e qualidade. Custo Total R\$ 110.000.000,00. Autor: Senador Waldemir Moka; **12) Recuperação e Controle de Processos Erosivos em Municípios da Bacia do Taquari e do Rio Vermelho**. Programa: 2026 – Conservação e Gestão de Recursos Hídricos. Objetivo: 0665 – Promover a revitalização de bacias hidrográficas por meio de ações de recuperação, preservação e conservação que visem o uso sustentável dos recursos naturais, a melhoria das condições socioambientais e à melhoria da disponibilidade de água em quantidade e qualidade. Custo Total R\$ 110.000.000,00. Autor: Senador Waldemir Moka; **13) Recuperação e Controle de Processos Erosivos em Municípios da Bacia do Rio da Prata**. Programa: 2026 – Conservação e Gestão de Recursos Hídricos. Objetivo: 0665 – Promover a revitalização de bacias hidrográficas por meio de ações de recuperação, preservação e conservação que visem o uso sustentável dos recursos naturais, a melhoria das condições socioambientais e à melhoria da disponibilidade de água em quantidade e qualidade. Custo Total R\$ 110.000.000,00. Autor: Senador Waldemir Moka; **15) Revitalização Ambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio Parnaíba**. Programa: 2026 – Conservação e Gestão de Recursos Hídricos. Objetivo: 0665 – Pro-

mover a revitalização de bacias hidrográficas por meio de ações de recuperação, preservação e conservação que visem o uso sustentável dos recursos naturais, a melhoria das condições socioambientais e à melhoria da disponibilidade de água em quantidade e qualidade. Custo total R\$ 500.000.000,00. Autor: Senador João Vicente Claudino. Encerra-se a reunião às doze horas e oito minutos, havendo lavrado a presente ata Leany Barreiro de Sousa Lemos, Secretária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, que será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Rodrigo Rollemberg**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, **Leany Barreiro de S. Lemos**, Secretária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REGISTRO DE TAQUIGRAFIA DE 10/11/2011

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 51ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam sentados. (*Pausa.*)

Aprovada.

ITEM ÚNICO

APRECIAÇÃO DAS EMENDAS

DA CMA AO PL Nº 29/2011-CN

(*Mensagem nº 87/2011-CN, nº 345/2011, na origem*)

– PLANO PLURIANUAL PARA O PERÍODO 2012-2015 -

Para apreciação das emendas ao Plano Plurianual (PPA), designo como Relator o Senador Blairo Maggi. Passo, neste momento, a palavra ao Relator.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Sr. Presidente Rodrigo Rollemberg, este parecer é da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). Vou ler a parte referente à análise e ao voto, uma vez que o relatório já foi distribuído a todas as Srªs Senadoras e Srs. Senadores.

I – Análise

Quanto às emendas ao texto

Todas as emendas apresentadas são meritórias e atendem a objetivos de interesse tanto da Comis-

são, em seu papel meio ambiente e de fiscalização e controle, como da Nação.

As emendas ao texto visam, fundamentalmente, a dar maior transparência ao orçamento, em especial a que liga as ações orçamentárias aos programas incluídos no PPA e na LOA.

Essa ligação, que é o cerne da própria estrutura orçamentária, estava implícita, mas não havia normas que a impusesse.

Para tanto, a Emenda nº 4 ao texto vem corrigir tal lacuna.

Outra lacuna suprida foi a da determinação de projetos de grande vulto, expressão até então vaga, no contexto do PPA, como proposto pelo Executivo.

Foi, ainda, proposto que os valores constantes do PPA não constituam limites ao gasto. A redação anterior previa que o PPA limitaria o valor aplicado em cada programa, o que, indevidamente, engessaria o orçamento e comprometeria a eficácia da ação pública.

A redação original torna ilegal a aplicação de recursos em volumes superiores aos previstos, o que ofende o princípio da eficiência na administração pública.

II – Voto

Consoante o parecer preliminar ao projeto de lei do PPA, cada Comissão poderá aprovar até cinco emendas de mérito e um número ilimitado de emendas ao texto.

A limitação às emendas de iniciativa, todavia, impõe a aprovação de apenas cinco emendas.

Entendo ser coerente buscar as emendas com maior efeito em benefício da sociedade e, para tanto, opino:

pela aprovação da Emenda nº 7, destinada ao Desenvolvimento da Pesquisa no Pantanal, e rejeição da de nº 8, de objeto muito semelhante;

pela aprovação da Emenda nº 9, alterando-se a região para “Pantanal mato-grossense e sul-mato-grossense”, e pela rejeição da Emenda nº 10, destinada à preservação de recursos naturais no mesmo pantanal;

pela aprovação da Emenda nº 12, para recuperação e controle de processos erosivos em Municípios da bacia do Taquari, ampliando sua abrangência para a bacia do Rio Vermelho, e rejeição da Emenda nº 11, por destinar-se à preservação de recursos naturais na mesma região;

pela aprovação da Emenda nº 13, para recuperação e controle de processos erosivos em Municípios da bacia do Prata, e rejeição da Emenda nº 14, por destinar-se à preservação de recursos naturais na mesma região;

pela aprovação das Emendas nºs 15 e 16, destinadas à revitalização ambiental e ao desenvolvimento sustentável da bacia do Rio Parnaíba, aglutinadas em uma única emenda, pois têm exatamente a mesma redação;

pela aprovação das seis emendas de redação que foram aqui colocadas.

Sr. Presidente, esse é o voto constante do parecer da CMA sobre o PPA.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam sentados. *(Pausa.)*

Foram aprovadas as emendas ao texto numeradas.

Em votação.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Foram aprovadas as Emendas ao texto de nºs 1 a 6 e as Emendas ao anexo ao PPA de nºs 7, 9, 12, 13 e 15.

Quero registrar que, logo após a votação do relatório preliminar à LOA, de autoria do Relator Arlindo Chinaglia, abrir-se-á o prazo de emendas das Comissões e de emendas individuais ao projeto de lei orçamentária anual, e aí, mais uma vez, teremos de decidir as prioridades da Comissão de Meio Ambiente.

Agradeço ao Relator, Senador Blairo Maggi.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 12 horas, a reunião é encerrada às 12 horas e 08 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 52ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE NOVEMBRO DE 2011.

Às nove horas e cinquenta e oito minutos do dia onze de novembro de dois mil e onze, no plenário nº 15 da ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência dos Senhores Senadores **RODRIGO ROLLEMBERG** e **JORGE VIANA**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Con-

trole – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **RODRIGO ROLLEMBERG** e **JORGE VIANA**. Deixam de comparecer os demais Senadores titulares da comissão. A presidência declara aberta a reunião e submete a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à **PAUTA. Audiência Pública**, em atendimento ao Requerimento nº 115, de 2011-CMA, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011 (Projeto de Reforma do Código Florestal) sob a perspectiva de seu impacto nas florestas, com a participação dos seguintes convidados: **José Carlos Carvalho**, Ex-Ministro do Meio Ambiente e Superintendente Geral Fundação Amazônia Sustentável; **Bráulio Ferreira de Souza Dias**, Secretário da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente (MMA); **Roberto Smeraldi**, Diretor da OSCIP Amigos da Terra; e **André Lima**, Assessor Especial de Políticas Públicas do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. A Presidência comunica o recebimento dos seguintes documentos: 1) “O Desmatamento Zero e o Novo Código Florestal: Subsídios para o voto consciente” da Organização Preserve Amazônia; 2) Solicitação de audiência pública formulada pelos Senhores Marcos Mariani, Presidente da Organização Preserve Amazônia; Geraldo de Carvalho Borges, Presidente do Sindicato dos Criadores de Bovinos, Bubalinos e Eqüídeos do Distrito Federal; e Paulo Ribeiro, Presidente da Fundação Darcy Ribeiro; sobre a suspensão de licenciamento para novos desmatamentos na Amazônia por um período de dez anos. Após a exposição dos senhores convidados, usa da palavra para tecer comentários sobre os assuntos abordados o Senhor Senador **JORGE VIANA**. Encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e seis minutos, havendo lavrado a presente ata Leany Barreiro de Sousa Lemos, Secretária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, que será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Rodrigo Rollemberg**, – Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REGISTRO DE TAQUIGRAFIA DE 11/11/2011

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Declaro aberta a 52ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

Submeto às Sr^{as} e aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, atendendo ao Requerimento nº 115, de 2011 (CMA), com o objetivo de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011 (Projeto de Reforma do Código Florestal) sob a perspectiva de seu impacto nas florestas.

Convido para compor a Mesa os seguintes convidados: Dr. José Carlos Carvalho, Ex-Ministro do Meio Ambiente e Superintendente-Geral Fundação Amazônia Sustentável; Sr. Bráulio Ferreira de Souza Dias, Secretário da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente (MMA); Sr. Roberto Smeraldi, Diretor da Oscip Amigos da Terra; Sr. André Lima, Assessor Especial de Políticas Públicas do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia.

Informo que o Dr. José Luciano Penido, Presidente do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa) foi convidado para a audiência, mas justificou a ausência devido a compromissos fora do País; além disso, Dr. Beto Veríssimo, Pesquisador Sênior do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) também justificou a ausência concordando em ser representado pelo Dr. Roberto Smeraldi. A sua responsabilidade aqui é dupla, Dr. Roberto.

Neste momento, vamos iniciar com a apresentação do Secretário da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, Dr. Bráulio Ferreira de Souza Dias, a quem mais uma vez quero agradecer. Também quero agradecer a presença de todos convidados para este debate e de todos que nos prestigiam com a sua audiência. Estamos chegando a um momento importante da revisão deste Código Florestal quando, finalmente, chega à Comissão de Meio Ambiente, que é a última comissão, a comissão de mérito deste trabalho, embora nesse tempo todo tenhamos procurado discutir e encaminhar as coisas trabalhando em conjunto com os dois Relatores, Senador Luiz Henrique e Senador Jorge Viana.

A nossa expectativa é a de que nas próximas semanas possamos fazer muitos ajustes no texto no sentido de aprimorá-lo, aprovando um Código Florestal compatível com as expectativas da população brasileira e dando tranquilidade e segurança jurídica ao campo, mas, ao mesmo tempo, criando condições para que o Brasil possa utilizar com inteligência, com sabedoria e com sustentabilidade todo o seu potencial florestal.

Passo então a palavra ao Dr. Bráulio.

O SR. BRÁULIO FERREIRA DE SOUZA DIAS

– Obrigado, Senador Rodrigo Rollemberg. Cumprimen-

to a todos os colegas da Mesa e demais presentes. Gostaria de começar reconhecendo os avanços que estamos conseguindo aqui no Congresso e agradecer o apoio dos Senadores para que possamos ter um Código Florestal equilibrado que, de fato, garanta a conservação dos ecossistemas, a manutenção dos serviços ambientais, a oferta de produtos florestais e a conservação dos solos e da água, que são essenciais à manutenção das atividades produtivas no setor agrícola.

O nosso entendimento é que o Código precisa ser fortalecido. Entendemos que a discussão que está ocorrendo aqui no Senado tem sido muito construtiva. Mas gostaria de destacar alguns avanços que, a nosso ver, já foram conquistados aqui no Senado.

O art. 2º reconheceu florestas e demais formas de vegetação como bens de interesse comum a todos os habitantes do País. O art. 3º reconheceu a exploração agroflorestal sustentável como atividade de interesse social.

O art. 4º restabeleceu a condição de APP como regra geral para manutenção da vegetação, admitindo-se a intervenção como exceção e não o contrário. Isso contradiz bastante a Emenda nº 164, que foi aprovada na Câmara. O art. 4º também restabelece a proteção às florestas e outras formas de vegetação em manguezais, topos de morro e áreas com altitudes acima de 1.800 metros.

O art. 11 também resguardou as florestas existentes em áreas com inclinação entre 25 e 45 graus, não permitindo supressão de florestas existentes nessas áreas.

O art. 12 é a manutenção da exigência de reserva legal em todos os imóveis rurais.

Os arts. 17, 20, 21, 22, 23, 24 e 25 são o restabelecimento de critérios objetivos para viabilizar a exploração econômica da reserva legal, porque houve muita confusão entre APP e reserva legal e muitos entendendo que reserva legal era apenas a área de preservação, o que não é correto. A reserva legal tem, sim, uma função ambiental, mas tem uma função econômica e isso tem de ser valorizado e viabilizado. Então, os ajustes que estão sendo feitos aqui, no Senado, no Código vão nessa direção. Isso é muito importante, a nosso ver, para viabilizar o manejo de forma sustentável, não a simples supressão dessas florestas e vegetações, bem como a definição de regras objetivas e simplificadas para o manejo na pequena propriedade rural.

O art. 27 define critérios para proteção mais efetiva de remanescentes que abrigam espécies ameaçadas de extinção.

Os arts. 36 e 37 consolidam o sistema de controle de origem da madeira, que é o DOF, integrando os

entes da Federação, União e os Estados, coordenados pelo órgão ambiental federal.

O art. 36 estabelece estímulos e uma desburocratização para o plantio e o reflorestamento, que é uma atividade importante e a que tem de ser dado um tratamento distinto do da gestão de florestas nativas.

Os arts. 41 e 42 instituem programas de apoio à recuperação de APP e reserva legal.

O art. 43 estabelece a viabilização operacional da Cota de Reserva Ambiental – CRA, estabelecendo estímulos à ampliação e manutenção de áreas florestadas, as quais poderão gerar renda com a comercialização direta. Então, é importante, a nosso ver, valorizar a floresta em pé e as diferentes formas de ganho para os proprietários que façam trabalho de conservação.

O art. 54 estabeleceu, na proposta aqui, no Senado, a possibilidade de regularização de APPs de topografias já ocupadas com culturas lenhosas perenes, áreas onde atividades silviculturais conseguem conciliar o uso com a manutenção de funções ambientais da área.

O art. 59 faz o estabelecimento de mecanismos de compensação de área de reserva legal, estabelecendo formas de valorizar e remunerar quem conservou remanescentes florestais além dos limites mínimos exigidos por lei.

Então, eu acho que, como primeiro passo, é importante reconhecer avanços que estamos conseguindo aqui, no Senado. E o Ministério do Meio Ambiente é muito grato por toda a atenção que os Senadores têm dado a esse assunto. Entendemos que temos de ter, sim, um Código Florestal forte, do ponto de vista ambiental, obviamente também olhando as preocupações do lado produtivo.

No entanto, achamos que o Código precisa ser ainda mais aperfeiçoado e esperamos que, nesta reta final aqui, na Comissão de Meio Ambiente, consigamos fazer ajustes finais, para que se avance nesse sentido.

Um primeiro ponto para o qual eu queria chamar a atenção é a necessidade de aprimorar os mecanismos de apoio e incentivos financeiros para quem mantém florestas e também para estimular a recuperação. Achamos que seria injusto estabelecer esses mecanismos apenas para estimular a recuperação. Temos que dar também uma atenção para aqueles que mantêm as florestas e que precisam também receber estímulos.

Um segundo ponto em que eu queria insistir é a necessidade de estabelecimento de parâmetros mínimos para a manutenção e a recuperação de faixas de matas ribeirinhas ao longo de todos os rios, resguardando a função ecológica dessas APPs ripárias na manutenção de qualidade de água, no controle de erosão, na redução do assoreamento, na redução de

riscos ambientais e, com isso, realmente dando uma orientação correta para a operacionalização dos programas de regularização ambiental. Então, esse é um ponto que ainda está bastante em debate aqui.

E nós esperamos que, na medida em que se reconheça a possibilidade de manter áreas consolidadas, isso não seja uma desculpa para não manter a função ecológica dessas vegetações ripárias que são essenciais do ponto de vista ambiental e essenciais também para a própria manutenção da sustentabilidade da atividade produtiva. Se perdemos o solo, se perdemos a água, se perdemos a biodiversidade que mantém os recursos genéticos, os polinizadores, os agentes de controle biológico de pragas e doenças, a própria atividade agrícola, em pouco tempo, se torna insustentável. Então, para nós, esse é um ponto muito importante.

Entendemos que a figura desses programas de regularização e a possibilidade de suspender os efeitos da multa só devem ser concedidas para quem assumir compromissos de recuperação. Não faz sentido nenhum conceder esse benefício de suspensão de multa se não houver uma contrapartida de compromisso. E entendemos que esse é um ponto essencial nessa discussão final do texto do Código.

Outro ponto para o qual eu queria chamar a atenção é a questão de se aprimorarem critérios para a compensação de reserva legal em áreas fora do limite estadual, resgatando a valorização dos remanescentes florestais, notadamente para a comercialização das cotas de reserva ambiental e a compra de área equivalente. Então, essa é uma questão também que nos preocupa. Originalmente, a previsão era de que isso fosse feito apenas dentro da microbacia. Em todo debate que ocorreu, concordou-se que isso era muito restritivo e que precisaria ser ampliado, mas também não pode se ampliar em demasia e permitir que essa compensação seja feita em qualquer lugar e de qualquer forma. Então, a definição de critérios objetivos é essencial para que isso seja implementado de forma correta.

Outro ponto que eu queria destacar é a questão de facilitar e estimular ações de recuperação de áreas florestais degradadas, bem como ampliar a orientação para o uso múltiplo dos recursos florestais e o apoio à agregação de valor e à estruturação de mercados para a cadeia de produtos e subprodutos florestais. A floresta amazônica, por exemplo, não vai ser sustentável se ela continuar sendo um exportador de matéria-prima. Quer dizer, nós temos que estimular a agregação de valor, gerar emprego e renda, valorizando a floresta e seu aproveitamento.

Outro ponto é a questão ligada a incêndios florestais. Eu participei de um debate, de uma audiência aqui semanas atrás. Nós achamos, em função da gravidade da questão dos incêndios florestais, que também seria importante detalharmos melhor o capítulo sobre incêndios florestais, estabelecendo mecanismos claros para uma ação mais efetiva nessa área.

E, finalmente, eu queria chamar a atenção para a questão de que o Código deve sinalizar para uma agenda pós-código. Vai ser difícil solucionarmos todos os problemas ligados à floresta só com o Código Florestal, tendo em vista a dimensão continental do País e as diferenças regionais, as diferenças entre biomas. Por exemplo, a questão das várzeas na Amazônia, no pantanal, é difícil solucionar no Código Florestal com uma regra geral, porque senão vai inviabilizar o aproveitamento de várzeas, por exemplo, lá no Rio Grande do Sul. Então, um caminho para isso é uma sinalização, sim, de uma agenda pós-Código Florestal, no sentido de se estabelecer e aprovar leis por biomas, como a gente já tem para a mata atlântica, e temos propostas para a amazônia e poderíamos ter propostas para o pantanal, que são já biomas reconhecidos na Constituição Federal, no art. 225, como patrimônio nacional. São ambientes que merecem esse tipo de atenção e nós achamos que esse seria um caminho adequado para complementar aquilo que não for possível se resolver aqui no Código Florestal.

Esses são pontos que eu queria destacar aqui neste debate. Temos bastante expectativa, na reta final, na Comissão do Meio Ambiente, de corrigir vários problemas que ainda persistem no texto que veio lá da Câmara dos Deputados. Mas entendemos que tem que ser uma solução pragmática e equilibrada de defender o meio ambiente, sem inviabilizar as atividades econômicas. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Obrigado, Dr. Bráulio, Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, por mais uma contribuição que V. S^a traz a este debate. Já tivemos outras oportunidades.

Passo a palavra ao nosso querido amigo, ex-Ministro do Meio Ambiente, José Carlos Carvalho, que também já teve oportunidade de nos brindar com sua contribuição em outros temas e, mais uma vez, teremos esta oportunidade aqui.

O SR. JOSÉ CARLOS CARVALHO – Bom dia a todos e a todas. Queria saudar o Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado da República. Em nome dele, saúdo os demais Senadores e Senadoras, meus colegas da Mesa, e agradeço a oportunidade de estar aqui, uma vez mais, pela terceira vez, para discutir e deba-

ter esta questão tão momentânea para o Brasil, que é a votação do novo projeto de lei que altera o Código Florestal Brasileiro.

Eu queria, ainda que sucintamente, retomar algumas questões que já debatemos aqui, porque não quero fugir do foco da nossa convocação, que é tratar da política florestal em senso amplo. Quero dizer, com base, inclusive, nessa retrospectiva feita pelo Dr. Bráulio Dias, representando o Ministério do Meio Ambiente, que o projeto de lei chega à Comissão do Meio Ambiente ainda com questões cruciais que precisariam ser aqui examinadas, até porque aqui estamos no *locus* mais adequado para debater o mérito das questões relacionadas a nossa legislação florestal.

Eu gostaria de reiterar, falando em nome do Fórum de ex-Ministros do Meio Ambiente, que questões essenciais precisariam ser examinadas aqui, principalmente a que trata das áreas de preservação permanente. Eu acho que, quando se trata de Área de Preservação Permanente e da Reserva Legal, no conceito mais recente que ela vem adquirindo, nós não podemos admitir uma anistia ampla, geral e irrestrita para aquilo que foi feito de equivocado no passado, ainda que esses equívocos tenham sido, em algum momento, patrocinados pelo próprio Estado brasileiro. Então, se o Estado brasileiro patrocinou os equívocos, cabe ao Estado brasileiro corrigi-los. O que não podemos aceitar é que esses equívocos sejam tomados como um fato consumado, porque o Estado brasileiro não pode ou não quer assumir as responsabilidades em relação aos erros do passado.

Com isso, eu quero dizer claramente que sempre concordamos com a descriminalização do uso das Áreas de Preservação Permanente. Achamos sempre um equívoco, como vinha ocorrendo em algumas circunstâncias, a penalização do agricultor, do proprietário rural que usava essas áreas já há muitos anos. Mas é fundamental pela importância dessas áreas. Como essas áreas são ecologicamente sensíveis, reconhecidas por todos, são do interesse tanto da proteção do meio ambiente quanto do interesse de proteger os recursos naturais que constituem os fatores de produção do negócio agropecuário, que elas realmente sejam protegidas.

Esse é um ponto que eu gostaria de destacar. Ligado a ele, eu queria colocar mais uma questão, porque eu acho que não podemos tratar de maneira igual os desiguais. Nós temos agricultores e produtores rurais que, ao longo de todos esses anos, cumpriram rigorosamente a lei. Esses não podem ter um tratamento diferenciado daqueles que não cumpriram a lei. Então, essa é uma questão também que me parece muito clara para ser examinada. Nós não podemos dar

àqueles que descumpriram a lei, e não quero entrar no mérito das razões pelas quais descumpriram, mas é fundamental imaginar que, no momento em que vamos discutir os incentivos, que aqueles que conservaram tenham uma situação evidentemente diferenciada em relação àqueles que não conservaram, por qualquer que seja a razão. É outra questão.

Feita essa rápida menção, eu queria entrar no debate propriamente dito do mérito, que foi objeto da convocação do nosso Presidente, Senador Rollemberg, para tratar de política florestal, senso amplo, até porque todo o debate do Código, na maioria das vezes, foi focado no uso da terra. Raramente, nós tivemos oportunidade de discutir uma política florestal propriamente dita.

Como sabemos, sobretudo aqui na Câmara Alta do Congresso Nacional brasileiro, um boa política pública tem de estar assentada em três pilares fundamentais. Ela tem de ser instituída com marcos regulatórios apropriados; tem de ser instituída por uma lei, como estamos discutindo aqui, que possa estabelecer os marcos regulatórios para balizar a sua implementação no presente e no futuro. Então, nós estamos falando num horizonte de longo prazo. Nós não estamos aqui pensando naquilo que foi feito no passado. Então, precisamos ter uma lei que seja plenamente sintonizada com a nossa realidade ambiental e socioeconômica e uma lei que seja contemporânea do futuro e que possa nos dar condição de adentrar o futuro em um patamar regulatório realmente moderno e avançado. Então, precisamos de uma lei. Esse é um dos tripés de uma boa política pública.

O segundo, de que eu gostaria de tratar aqui hoje de maneira um pouco mais alongada, diz respeito à institucionalidade do Estado para implementação dessas políticas, que, no meu entendimento, também é uma questão que está ficando à margem dos debates que tivemos aqui, porque não basta ter uma boa lei; uma boa lei sem instituições do Estado vigorosas para implementá-la vai continuar sendo apenas uma boa lei sem chance de ser aplicada na sua plenitude.

O terceiro pilar de uma boa política pública para um País de dimensão continental como o Brasil está necessariamente relacionado com a estrutura programática, com a modelagem programática, que nós teríamos de estabelecer no plano das políticas nacionais, tanto na esfera federal quanto na esfera estadual e municipal, para que a política tenha efetividade. Vamos dar um exemplo apenas para a gente entender claramente o que nós queremos colocar. Nós estamos estabelecendo, ainda que não na maneira que entendemos adequada para recuperar as florestas e ecossistemas florestais que foram degradados de maneira

muito acentuada no passado, a restauração desses ecossistemas, até porque, como já se discutiu aqui, o Código atual tem que trazer para as políticas públicas brasileiras, uma agenda e temas que não estavam presentes no passado quando a lei foi formulada e nos momentos anteriores em que ela foi modificada. Então, há temas necessários que nós temos que trazer aqui. Mas um dos balizamentos sobre os quais há consenso absoluto é a necessidade de recuperar determinados ecossistemas que foram degradados, que foram fortemente antropizados pela ocupação desordenada do passado.

Isso vai gerar demandas de mudas, de produção de mudas, por exemplo. Hoje, o agricultor que quiser que recuperar as suas áreas não acha muda nem tem assistência técnica, não tem nenhuma trabalho de extensão florestal para lhe assegurar que isso possa ser cumprido.

Se nós pensamos em muda, para fazer muda precisamos de semente. O Brasil não tem hoje uma rede de bancos de semente que possa assegurar a implementação dessas regras.

Então, quero trazer para o debate questões concretas com as quais o Brasil estará vivendo o momento que o Dr. Bráulio chamou de pós-código, para que haja uma compreensão clara daquilo que nós precisamos fazer. Para não sair do Senado e do Congresso Nacional com uma lei exemplar, mas uma lei que não poderá ser cumprida, porque o País não está aparelhado institucionalmente para fazer com que ela se cumpra e porque não tem estrutura programática, não tem programa, seja no plano nacional, federal ou dos Estados e dos Municípios, que possam fazer com que ela se implemente adequadamente.

Então, esse é um ponto para o qual eu queria chamar a atenção, até porque nós não podemos cair na armadilha, no risco que sempre vivemos de ter leis que acabam se esgotando nos seus próprios enunciados. Há enunciados muitos bonitos, mas, depois, ficam nos seus enunciados porque não temos instrumentos institucionais nem mecanismos programáticos para fazer com que a lei seja efetivamente aplicada. Então, essa é uma questão.

A questão dos incentivos econômicos. Aqui nós temos hoje uma gama de propostas que tratam desse tema. No passado, como sabemos, aqueles que são dedicados à questão florestal e a estudos dos problemas florestais brasileiros, logo à edição do Código de 1965, nós tivemos em 1966 as primeiras leis brasileiras de incentivo fiscal ao reflorestamento, que por, praticamente, duas décadas aplicaram as políticas de reflorestamento no Brasil aproximadamente US\$4 bilhões. Não há números precisos, mas estima-se, pelas

informações coletadas no passado recente, que o Brasil investiu de renúncia fiscal, por meio dos incentivos fiscais aproximadamente US\$4 bilhões.

A despeito de todas as distorções que ainda hoje se examinam sobre a política de incentivo fiscal é preciso reconhecer que o Brasil tem hoje uma das mais modernas silviculturas do mundo, particularmente eucalipto e pinus, porque, num certo momento, adotou uma política específica de incentivos que permitiu que o País desenvolvesse uma capacidade gerencial no setor privado, extraordinária para a gestão florestal, de floresta plantada – e os exemplos estão aí hoje, nós passamos de importador a exportador de celulose por conta desses avanços que o Brasil teve no passado, mas não fizemos o mesmo esforço em manejo da floresta nativa, que ficou absolutamente à margem e ainda hoje continua à margem das nossas políticas florestais. Como vamos que temos uma boa política florestal se ela não é capaz de viabilizar o uso sustentável da floresta nativa da Amazônia ou de outros biomas brasileiros com que se possa fazer manejo da floresta? Essa é uma questão fundamental.

O Brasil tem, no campo da sua política florestal, concordando com o Dr. Bráulio, porque eu já tinha, no meu primeiro debate, com a convocação do nosso Senador, falado da necessidade de que o Código fosse uma lei geral e que, depois, leis específicas para o bioma pudessem capturar as peculiaridades de cada bioma e depois admitir que os Estados pudessem complementar essas normas, a partir do momento em que tivéssemos leis nacionais específicas por bioma.

Temos claramente duas vertentes numa política florestal brasileira: uma de floresta plantada, praticamente no centro-sul, mais recentemente caminhando para o Nordeste, com tecnologias amplamente dominadas e o uso da floresta nativa da Amazônia, nas circunstâncias que conhecemos.

Então, é preciso que a política florestal brasileira considere essas questões de maneira muito clara, porque é preciso ter clareza de percepção agora, é preciso ter clareza conceitual agora para que o marco regulatório possa estar plenamente ajustado às nossas realidades ambientais e socioeconômicas. Estou sempre relacionando ambiental com socioeconômica. No Brasil de hoje, a lei florestal tem que existir e isso já é consenso de todos os debatedores que estiveram aqui para conservar e manter os estoques de florestas nativas que o Brasil hoje ainda detém, criar estímulo para recuperar ecossistemas florestais que foram fortemente afetados pela ação antrópica do passado e criar uma base florestal para que o Brasil possa ser realmente um País que conserve os seus ativos florestais e que use inteligentemente os seus ativos florestais para se

situar no mercado internacional de madeira e de produtos derivados de madeiras e do novo mercado de serviços ambientais, porque aqui estamos falando de uma questão nova, que certamente não poderia ter sido tratada em 1965, no Código, nem na sua reformulação de 1991, nem mais recentemente. Então, é uma questão nova e absolutamente essencial.

Outra questão que gostaria de mencionar aqui, ainda relativamente aos incentivos econômicos, principalmente ao crédito, é o fato de que ainda hoje o Sistema Financeiro Bancário não admite o ativo florestal fixo como garantia de empréstimos e financiamentos. É uma questão que tem que ser claramente colocada.

Em alguns setores da economia e quando falamos de economia florestal, em quase todos eles, o custo imobilizado, o investimento na floresta, é maior do que o investimento na indústria. Em alguns casos, muitas vezes maior.

Então, estamos falando de um sistema integrado, floresta e indústria, em que o investimento na floresta é maior do que o investimento feito na indústria. Se num modelo desse a floresta não pode ser considerada como ativo fixo para garantia dos financiamentos, dificilmente vamos viabilizar políticas, incentivos e crédito adequado para a produção florestal brasileira nesse contexto de que, concordando plenamente com o que já se disse aqui, e é esse falso dilema de que precisamos sair, porque podemos ser uma grande plêiade de produção de alimentos, podemos ter os nossos ativos florestais conservados e podemos também ser uma grande plêiade da economia florestal mundial.

O que não é razoável é que um país que tem as taxas de desmatamento que o Brasil tem, sem justificá-las com o uso econômico empírico dessas florestas, tenha essas taxas e ainda continue a ter uma participação pífia no mercado internacional de madeiras e derivados.

Então, são questões que tendem a nos chamar à reflexão. Acho que é o momento adequado de refletir para que essas coisas possam acontecer.

Se nós, certamente, já tivéssemos feito ou se nós fizemos, em relação ao manejo florestal das nossas florestas tropicais, aquilo que o Brasil já fez em matéria de incentivo florestal para reflorestamento, certamente vamos dominar as tecnologias de manejo e vamos ter condições de avançar em uma economia florestal baseada no uso sustentável dos nossos recursos.

Quero concluir minha primeira intervenção, voltando ao tema da institucionalidade, lembrando que não há mais dúvida da necessidade, como mencionou o Dr. Bráulio em suas primeiras palavras, de se aprimorarem determinados dispositivos que, no meu entendimento, ainda não estão adequados. E o local adequado para

aprimorá-los, em razão do debate de mérito é aqui, na Comissão de Meio Ambiente do Senado, mas quero reiterar que nós não podemos, em relação aos incentivos econômicos, tratar aqueles que conservaram ter o mesmo tratamento daqueles que não conservaram.

Aqueles que defendem esse modelo estão achando que estão fazendo “justiça” com os que desmataram e estamos fazendo injustiça com aqueles que cumpriam a lei e conservaram as suas florestas. Esse é um ponto, que, certamente, temos que balizar.

O pagamento de serviços ambientais, no meu entendimento, tem que estar focado nos que conservaram, nos que protegeram. Acho que esse é um ponto-chave a ser colocado. Aqueles que vão ser chamados, pela lei, a recompor devem se beneficiar de recursos de crédito. Hoje temos alguma coisa de crédito rural aplicado à atividade de recomposição florestal, mas ainda com mecanismos inapropriados. Por isso, ainda que poucos sejam os recursos, eles não são utilizados – o Dr. Bráulio, talvez, possa mencionar isso mais adequadamente –, e não o são porque o sistema de garantias, de prazos, de carências etc acaba não viabilizando a possibilidade de o agricultor, principalmente o agricultor familiar, acessar esses recursos.

Por fim, quero concluir falando da institucionalidade.

Pessoalmente, eu acho que temos uma institucionalidade da gestão florestal brasileira absolutamente precária, absolutamente sem conexão com a realidade florestal.

Eu queria registrar o esforço feito ainda no governo do Presidente Lula pela Ministra Marina de criar o Serviço Florestal Brasileiro. Na minha avaliação, é uma tentativa muito importante, mas é uma instituição que não tem hoje o perfil necessário para a grandeza e a magnitude dos problemas florestais que temos de enfrentar, porque ele ganhou, quando tramitou no Congresso, o mandato que lhe era previsto. O Congresso alterou o projeto de lei oriundo do Executivo, retirando competências do Serviço Florestal Brasileiro. A maioria dos Estados, à exceção de cinco ou seis, entre cinco, destaco o Acre, governado pelo nosso Relator Jorge Viana, que estabeleceu uma institucionalidade de alto nível para a gestão florestal, criando uma secretaria específica.

No meu Estado, Minas Gerais, essa questão sempre foi tratada com uma dimensão constitucional elevada. Mas, na maioria dos Estados, sobretudo quando surgiu a Lei de Florestas Públicas, porque, além de estabelecer o marco regulatório para o uso das florestas públicas, essa lei criou o Serviço Florestal Brasileiro e descentralizou para os Estados a gestão das florestas senso amplo. E isso ainda não foi acompanhado de

uma institucionalidade adequada. A gestão florestal hoje está, absolutamente, diluída e fragmentada nos órgãos ambientais na maioria dos Estados. O mesmo órgão que faz controle da poluição é aquele que tem responsabilidade de gerir o patrimônio florestal e da biodiversidade que lhe é associada.

Nós não podemos esquecer – e está aqui o Dr. Bráulio, que é um especialista nisso – que a biodiversidade brasileira, na sua maior expressão, está associada aos ecossistemas florestais e às demais formas de vegetação, com exceção da biodiversidade aquática. É essa é a nossa realidade.

E o que temos para gerir esse patrimônio? Como está o Estado brasileiro organizado institucionalmente para gerir esse patrimônio? Ele simplesmente não está organizado. Então, tudo aquilo que nós pudermos fazer aqui como novidade, como inovação, poderá criar uma ampla frustração posterior, porque o País não vai estar institucionalmente organizado para fazer com que a lei possa ser cumprida de maneira adequada.

E aqui eu não estou falando apenas de controle e fiscalização. Por que essa atividade migrou quando saiu? Nós saímos de um modelo, e o Relator Senador Jorge conhece isso muito bem, na era do IBDF, nós tínhamos um modelo de política florestal que se restringia a uma política de reflorestamento.

Então, todas as demais funções de uma política florestal foram, de certa forma, colocadas à margem diante de uma intensa demanda da gestão dos incentivos fiscais. Então, o IBDF acabou sendo, para aqueles que conhecem esses antecedentes, muito mais uma agência de incentivo fiscal do que uma instituição florestal senso amplo.

Quando essa questão migrou para o Ibama, nós fizemos uma variação pendular. Nós saímos do exclusivismo de uma política de reflorestamento, ignorando os demais fundamentos da política florestal, principalmente relacionado ao manejo, que é o uso sustentável; a proteção – e o Dr. Bráulio falou aqui de incêndio florestal. O Brasil ainda não tem um serviço de incêndio florestal à altura daquilo que nós precisamos ter. Isso é política florestal, é disso que temos de tratar. E migramos para o Ibama, onde a política florestal passou a ser tratada com exclusivismo de controle e fiscalização do uso predatório.

Então, nós temos praticamente quatro décadas sem ter uma política florestal na sua concepção mais adequada. Ora, porque a ênfase ficou em duas décadas praticamente restringindo a política florestal a uma política de reflorestamento e, nas duas décadas seguintes, a política florestal se resumindo a uma política de controle e fiscalização do desmatamento.

Então, é a hora de o Senado da República, desta Comissão do Congresso brasileiro fazer aquilo que estamos desejosos e ansiosos que seja feito. Que o Brasil tenha uma política florestal realmente à altura da magnitude dos problemas que nós enfrentamos.

E, se nós não tivermos uma institucionalidade à altura daquilo que precisa ser feito, nós poderemos ter uma lei aqui que irá representar o consenso de todos, que todos poderão aplaudir e que depois, mais à frente, será criticada pela sua incapacidade e pela incapacidade institucional do Brasil de implementá-la.

Para não me alongar mais e permitir que os demais colegas possam fazer os seus pronunciamentos, eu queria concluir por aqui explicitando claramente esses pontos que trago à reflexão do Senado da República, especialmente aos membros da Comissão de Meio Ambiente desta Casa.

Por ora é isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC)

– Meu caro Ministro, José Carlos Carvalho, que honra os engenheiros florestais deste País, pela sua conduta pública e pelo seu conhecimento, agradeço as observações, as sugestões, os alertas e as contribuições.

Passo imediatamente para o próximo convidado, o André Lima, que tem muito a contribuir com esta Comissão, com este desafio, que é o de fazermos uma revisão e a elaboração de uma nova proposta para o Código Florestal Brasileiro, deixando claro que fui proponente desta audiência, por entender que um debate como este teria que dar uma atenção mais especial ainda para a questão das florestas no Brasil.

E aqui temos quatro especialistas que lidam em diferentes áreas, que atuam, e que podem certamente ajudar o Senado a compreender melhor e a recepcionar também sugestões, propostas e alertas em relação ao que o Código Florestal, para ser um bom código para o Brasil, precisa guardar e levar em consideração.

Por favor, André.

Muito obrigado pela presença.

O SR. ANDRÉ LIMA – Muito obrigado, Senador Jorge Viana, a quem eu parablenizo em nome do Ipam – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, pela realização desta audiência, neste famoso dia 11/11/11, um dia muito especial. Parablenizo, também, o Senador Rodrigo Rollemberg, os Senadores que têm aí um desafio do tamanho das florestas brasileiras e do passivo florestal também do Brasil, o que não é pouco.

Como não é prerrogativa de advogado ser simples, sintético e objetivo, eu vou fazer um esforço para, mas vamos ver se eu consigo melhorar.

Eu tenho acompanhado esse tema já há pelo menos dezoito anos de debates, de ações e de traba-

lho em torno do Código Florestal. E, no Ipam, há mais ou menos uns quatro ou cinco anos. E o Ipam já tem também dezessete anos de trabalhos e pesquisas em torno da política de desenvolvimento sustentável para a Amazônia, uma instituição que prima por formular propostas, programas e políticas a partir de pesquisas desenvolvidas com cientistas do próprio instituto e associadas a eles.

Embora a gente tenha essa vontade de sempre falar da importância do Código Florestal, eu vou me ater a analisar o projeto, porque, enfim, as várias audiências públicas que aconteceram aqui no Senado, e acho que o documento da SBPC traduz e resume, de forma muito competente e robusta, a relevância do código para toda atividade social, econômica e cultural do Brasil.

Então, vou superar esse ponto e acho importante deixar registrado também, embora o Senador Jorge saiba disso, que o Ipam subscreve integralmente as análises e as propostas formuladas pelo Comitê Brasil em Defesa das Florestas, que é um comitê formado por centenas de organizações em todo o Brasil, que vem desde Via Campesina, MST, passando por organizações não-governamentais ambientalistas, OAB, CNBB, CUT, um conjunto amplo de instituições bastante representativas da sociedade que já apresentou comentários, críticas, sugestões e propostas de emendas.

Então o Ipam subscreve essas propostas, e nós vamos tentar focar, na verdade, agora, nesta fala, em alguns pontos mais relevantes, sem prejuízo obviamente de, num debate, e certamente o Senador Jorge já deixou claro que nós teremos oportunidade de poder obviamente dialogar com a construção desse novo relatório que está por vir.

O Ipam fez e eu vou mostrar ao final, ali tem só um...

Se o Rollemberg estivesse aqui a gente talvez tentasse botar o do DF, mas tem ali o mapa do Acre. O Ipam fez um estudo interessante sobre aplicação do Código Florestal atual em comparação com um código florestal mais moderno e com algumas flexibilidades importantes para tentar compatibilizar, integrar conservação ambiental, recomposição e recuperação ambiental com atividades agropecuárias e outros instrumentos de gestão ambiental e territorial que já existem e que estão sendo implementados.

Vou deixar isso para a parte final. Antes, quero passar rapidamente por alguns pontos relevantes que a gente acredita que devam ser revistos e mais bem examinados no novo relatório que deve vir agora para as próximas semanas.

Fiquei bastante feliz de ouvir a fala do Bráulio Dias, menos em relação ao que o Ministério de Meio

Ambiente entende por, digamos, avanços. Acho que há alguns avanços, mas, na verdade, esses avanços são ainda, em comparação com os desafios, tímidos. Temos desafios muito grandes para que de fato esse Código Florestal possa ser considerado o Código Florestal Brasileiro do séc. XXI. Acho que o Bráulio colocou alguns desafios e quero aprofundar dois ou três que ele colocou e também assinar embaixo da fala do nosso ex-Ministro José Carlos Carvalho, que deu aqui mais do que uma aula a respeito da história da política florestal no Brasil. Não ouvi nada parecido, nos últimos tempos, de pessoas que tenham vivido essa história. Ele colocou propostas concretas sobre a mesa e a gente assina embaixo, Ministro. Realmente são propostas relevantes e precisam ser bem consideradas.

O primeiro ponto que a gente julga um pilar fundamental que precisa ser mais bem examinado no debate. É o debate entre anistia e consolidação. Se a gente disser que é anistia, vão dizer que não é anistia, porque é consolidação. Acho que é importante a gente tentar trabalhar um pouco mais isso.

Por que na nossa visão o que está hoje no projeto de lei aprovado nas Comissões de Agricultura e de Ciência e Tecnologia é anistia? Por quê? A Lei de Crimes e Infrações contra o Meio Ambiente, desde pelo menos 1998, aprovada por este Senado e pela Câmara dos Deputados, portanto, não se trata de medida provisória, nem decreto ou algo assim, estabelece ocupação de área de preservação permanente como crime. Isso desde 1998. O projeto de lei diz, contudo, que ocupações em APP até 2008 poderão ser consideradas consolidadas.

Qual é o manejo que transforma essas áreas em áreas regularizadas? É a suposta adoção do Programa Mais Ambiente, que foi todo o discurso do Deputado Aldo. Pegamos o Programa Mais Ambiente do Presidente Lula, do Ministro Minc e até da Ministra Marina e jogamos para o projeto de lei. Com isso, estamos consolidando áreas conforme a lógica do Programa Mais Ambiente. Não quero aprofundar muito nisso, porque acho que é muito simples. A diferença o próprio Bráulio colocou.

O Programa Mais Ambiente é a suspensão de multas para trazer os produtores rurais para a regularidade, e regularidade, segundo o decreto, não é o André Lima que está falando, mas o Decreto nº 7.029, é:

Art. 2º Para os efeitos deste Decreto, considera-se:

I – regularização ambiental: atividades desenvolvidas e implementadas no imóvel rural que visem atender ao disposto na legislação ambiental e, de forma prioritária, à manuten-

ção e recuperação de áreas de preservação permanente e de reserva legal;

É tão simples quanto isso. O Programa Mais Ambiente, que suspende multas, que foi adotado pelo Governo Federal e que supostamente é o que o Deputado Aldo disse, aos quatro cantos do mundo, que fez no projeto dele, não consolida ocupações em área de preservação permanente nem Reserva Legal. Suspende a multa para trazer o produtor rural a assinar um termo que não chamam de ajuste de conduta, mas de adesão a compromisso, que, segundo o Programa Mais Ambiente, é:

Art. 3º São instrumentos do “Programa Mais Ambiente”:

I – Termo de Adesão e Compromisso: documento formal de adesão, visando à regularização ambiental por meio do compromisso de recuperar [não sou eu que estou falando. Está no Decreto], recompor ou manter as áreas de preservação permanente, bem como de averbar a reserva legal do imóvel;

Então, está claro que a Lei de Crimes e Infrações Contra o Meio Ambiente e o Decreto do Mais Ambiente não conferem anistia. Criam uma facilidade que é não multar quem vem e se apresenta para a regularização ambiental.

Então, está clara a diferença do texto do Aldo, que foi melhorado no Senado. O que acontecia? Ele estava misturando com proteção ambiental na Câmara. O artigo que falava de proteção e da preservação permanente estava misturado com a consolidação. Então, quando a gente falava “o art. 8º é da anistia”, não, o art. 8º é da proteção ambiental. Agora está separado; está mais claro isso.

Da forma em que está, ele enseja a anistia, porque – aí basta ver o art. 53 – ele joga para, simplesmente, o cadastramento ambiental rural e a adoção de técnicas de manejo do solo. Tão simples quanto isso.

Ora, se a adoção de técnicas de manejo do solo é suficiente para manter as Áreas de Preservação Permanente, então não precisamos de Áreas de Preservação Permanente. Todo mundo pode desmatar, e adotam-se práticas de manejo do solo. E está resolvido. Isso não é, obviamente, o que se quer, e não é o caso.

Então, esse é um ponto que precisa ser mais bem trabalhado. Se, por um lado... E vamos mostrar um estudo que fizemos para o Acre e que estamos fazendo para outros Estados, de que é possível consolidar boa parte das ocupações, principalmente em áreas de Reserva Legal, com os instrumentos, inclusive, já em uso com o Código Florestal em vigor e o Zoneamento Ecológico Econômico.

É importante dizer que o cômputo da Área de Preservação Permanente na Reserva Legal, que nós inclusive apoiamos, já significa, para a região centro-sul do País, em média, cerca de 50% – posso dizer assim – de anistia de recomposição de Reserva Legal. Por quê? Se a APP, de acordo com a SBPC, Esalq e outros pesquisadores, a própria Embrapa, no Brasil, fora da Amazônia, gira em torno de 8% a 12% do imóvel, e a Reserva Legal é de 20, então, quase a metade da Reserva Legal já vai ser APP. Então, aí, já diminuimos em cerca de 50% a obrigação de recompor Reserva Legal.

No texto atual, com a recomposição do que precisar ser recomposto com exóticas em 50%, temos mais 50%, na verdade, de uma outra forma, um outro manejo para tratar a desobrigação de recomposição com a vegetação nativa. Então, já há elementos, que nós inclusive estamos trabalhando, que podem criar flexibilizações que dispensam esse eixo da legislação que trata da anistia.

O que é fundamental, uma das coisas fundamentais, no que diz respeito à anistia? Nós precisamos criar algum instrumento, e temos algumas ideias para colocar sobre a mesa que estabelecem condições básicas, um gatilho, critérios objetivos, claros e precisos na lei que impedem a implementação do que, na lei atual, está sendo tratado como anistia.

Os planos de recuperação ambiental. A consolidação de uso de áreas abertas precisa ser restrita, principalmente em áreas, por exemplo, com bacias hidrográficas que já estão altamente comprometidas. Há bacias hidrográficas no Brasil que têm menos de 5% de vegetação. Há bacias hidrográficas no Brasil – e podemos trazer mapas mostrando isso – que têm menos de 10% de vegetação. Como vamos tratar a consolidação de uso dessas áreas que estão altamente comprometidas, inclusive comprometendo a própria produção agropecuária no médio e longo prazo. Então, algum gatilho que reduza, que limite a aplicação dessa figura da consolidação precisa ser estabelecido.

A questão dos novos desmatamentos. Esse é outro ponto. Falei primeiro de um ponto central, que precisa ser mais bem trabalhado, que é a questão da anistia *versus* a consolidação de uso; a inclusão de gatilhos, de condicionantes que restrinjam essa figura às hipóteses em que realmente se esteja tratando de áreas aptas à agropecuária, de acordo com algumas ferramentas. Por exemplo: o Acre é pioneiro no Zoneamento Ecológico Econômico. O Zoneamento Ecológico Econômico do Acre resolveu boa parte do passivo ambiental de Reserva Legal de forma consistente tecnicamente, cientificamente e politicamente.

Outro instrumento fundamental – e aí acho que é uma grande novidade que a Comissão de Meio Ambiente pode fazer – é articular a gestão de recursos hídricos com a gestão florestal no que diz respeito ao uso e ordenamento do território. Um plano de recuperação da bacia hidrográfica, usando os vários estudos e o avanço da ciência, da dinâmica dos sistemas hidrológicos, que tratam questões como saturação de bacia hidrográfica, que tratam toda a dinâmica de bacia hidrográfica, os ciclos hídricos. Há hoje, na ciência, elementos suficientes para poder fazer uma gestão de bacias hidrográficas que definam um patamar mínimo de vegetação a partir do qual você pode consolidar determinados usos e não consolidar outros em função de parâmetros técnicos. Então, plano de bacia e zoneamento ecológico econômico devem ser parâmetros objetivos restritivos para aplicação dessa figura da consolidação.

Outro ponto: novos desmatamentos. A todo o momento nós temos dito que o Código Florestal na forma em que está estimula novos desmatamentos, por quê? Porque ele não é claro, Senador Jorge, embora tenha havido algumas mudanças, da Câmara para cá, importantes, ele ainda não é claro em relação a quais medidas o Poder Público adotará nos casos de novos desmatamentos, independentemente de falar da data, se é 2001, 2008 ou para frente, porque esse é outro ponto.

O que vai acontecer com os novos desmatamentos? Está ambíguo no texto. Dá a entender que compensação fora de bacia hidrográfica e fora do Estado, recomposição com 20 anos, com 50% de exótica, e a outra hipótese, que é a terceira, que agora me fugiu à mente – compensação, recomposição, regeneração –, uma série de elementos previstos para a consolidação de desmatamentos passados podem ser aplicados para os novos desmatamentos. Isso é absolutamente, é um estímulo a novos desmatamentos. Se um proprietário rural puder desmatar hoje e compensar o que desmatou aqui no DF, cujo hectare vale R\$20 mil, R\$30 mil, numa região distante do Goiás em que o hectare vale R\$1mil, R\$2 mil, é óbvio que ele vai fazer, porque ele vai poder entrar em um programa de regularização e vai fazer a compensação de acordo com a lei. Então, isso precisa estar claro, um dispositivo explícito, dizendo: “novos desmatamentos a regra é esta”. Acho que esse é um ponto chave que pode melhorar bastante o texto.

Os incentivos econômicos. Acho que o Ministro José Carlos Carvalho falou da questão das isenções tributárias, das renúncias fiscais. Em 2009, o Brasil renunciou, em termos de tributos, a mais de R\$100 bilhões – só em 2009. O Ipam está fazendo uma análise para ver o quanto que disso foi para a atividade

econômica de alto impacto ambiental e quanto disso foi para a gestão florestal. O senhor estima quando disso? São R\$100 bilhões só em 2009, de renúncia fiscal para vários setores da economia, da cultura e empreendimentos sociais, mas o quanto disso foi efetivamente para a gestão ambiental sustentável?

Então, por que não se fala num PAC do restauro florestal? A China está investindo, desde 2002, na recomposição de 37 milhões de hectares, com recomposição florestal nativa, em função dos impactos ambientais que ela está sofrendo. A Índia tem um programa recente de 5 milhões de hectares. Então, por que o Brasil não fala de um PAC de restauro florestal para dar conta de atender à demanda de regularização ambiental?

Vou concluir, mostrando rapidamente essas análises. São seis, sete *slides*, mostrando que alguns ajustes relacionados à flexibilização principalmente da Reserva Legal podem atender significativamente à demanda de consolidação de uso de áreas já abertas e fomentar a conservação das áreas já consideradas. O que o Ipam fez? Nós pegamos o mapa de microbacias hidrográficas da Ana – Agência Nacional de Águas e, sobre essa base de referência territorial, aplicamos os percentuais de Reserva Legal. O que comumente se faz? Aplica-se sobre o território dos Municípios, e aí esse parâmetro sai muito distorcido. As microbacias hidrográficas são as unidades naturais, as menores unidades naturais e aleatórias para tentar se aproximar do que seriam as propriedades rurais. Com isso, a gente tem uma estimativa interessante de aplicação do Código Florestal.

Aplicando nas microbacias esse percentual, o Acre tem cerca de 9.000 quilômetros quadrados de ativo florestal e 10.500 mil quilômetros quadrados de passivo. Cerca de 66% das bacias, das microbacias hidrográficas têm mais de 80% de Reserva Legal – nós fizemos esse cálculo fora de terras indígenas e unidades de conservação –, e 34% têm passivo de área de Reserva Legal. São praticamente 4,6 mil bacias hidrográficas.

O que nós fizemos? Proposta 1: o que exceder a 50% de reserva em imóveis situados nos Municípios que chamamos aí de verdes, são aqueles que têm mais de 50% do seu território com IUCs e TIs. Está na proposta que foi apresentada e que é apoiada. Proposta 2: que as APPs possam ser computadas na Reserva Legal. Proposta três: que o zoneamento seja fortalecido como instrumento para a consolidação das áreas, em áreas desmatadas até julho de 2008. Aliás, esse é um buraco hoje na lei.

Mas, se amanhã, desmatamentos do mês que vem, se o zoneamento for atualizado no final do ano,

no próximo ano, ele vai poder ser beneficiado com redução de Reserva Legal, mas estão propondo que seja estabelecida uma data de corte para isso.

Proposta 3. Vou passar rapidamente. Próximo, por favor.

Isso está tudo no documento que a gente está entregando e depois inclusive vamos deixar aqui algumas cópias...

Proposta 4: que a redução para 50% naqueles Municípios que têm mais de 50% do seu território coberto por área protegida possa acontecer, inclusive, sem o zoneamento ecológico econômico.

Quer dizer, Municípios com mais de 50% de terra indígena, IUCs, podem ter Reserva Legal reduzida para 50%, nos casos em que já houve desmatamento.

A questão da temporalidade da lei. Desmatamentos feitos de acordo com a lei vigente à época podem ser considerados consolidados, mediante comprovação em imagens satélites ou em laudos técnicos.

Que a data limite para a regularização mediante compensação, esse é um detalhe importante, que hoje só pode compensar quem desmatou ilegalmente até dezembro de 1998. Nós estamos sugerindo que a data de 2008 seja a data de referência para essa compensação.

Próximo.

Compensação de ativos florestais dentro do mesmo bioma, desde que em áreas consideradas prioritárias.

Proposta 8: compensação mediante recomposição florestal em outro imóvel, porque hoje a lei não permite você poder fazer compensação também para recomposição em outro imóvel, numa área sensível, indicada pelo zoneamento ou pelo plano de bacia. E que a recomposição de Reserva Legal seja flexibilizada estritamente para a agricultura familiar.

São nove propostas que vão no rumo de um diálogo para a composição em torno da lei. Seis a sete.

Data limite para a regularização mediante compensação, ou seja, que a data de 2008 não seja referência para simplesmente consolidar tudo, seja referência para a compensação de Reserva Legal.

Que o zoneamento seja fortalecido para consolidar no máximo áreas desmatadas até julho de 2008, mas mediante o zoneamento; não simplesmente um plano de regularização ambiental que não necessariamente está lastreado por uma figura que já está se consolidando.

E o resultado disso, são dois, três *slides*. Pode avançar.

Resultados: 66% das bacias possuem mais de 80% de floresta, isso já foi dito. Aplicação de 9.000 quilômetros quadrados de ativo e 10.000 de passivo, com

o cômputo da APP na Reserva Legal. Isso na Amazônia é muito pouco. Nas demais regiões do Brasil, é substancial, mas na Amazônia significa muito pouco, uma redução de 1% no passivo.

Próximo.

Com o zoneamento, há uma redução significativa, de 10,4 para 7,8 mil quilômetros. Isso significa cerca de 25% do passivo com zoneamento.

Se considerar a redução da reserva, de 80 para 50, nos Municípios chamados verdes, que são aqueles com os IUCs acima de 50%, IUCs e TIs com mais de 50%, isso significa uma redução adicional de mais 14%.

Desmatamentos ocorridos antes de 2001, uma redução adicional de mais de 16%.

Próximo.

Considerando todas essas flexibilizações, suprimindo as sobreposições delas, isso dá uma redução da ordem de 40% do passivo, que de 10,4% passa para 6,26%. E, se considerarmos as três propostas de compensação, 100% do passivo ambiental do Estado do Acre de Reserva Legal pode ser regularizado no próprio Estado do Acre, com políticas de incentivo a compensação de Reserva Legal e com os consequentes instrumentos que devem ser implementados, que é pagamento por serviços ambientais, redução de emissões por desmatamento e degradação florestal, RED e o que tiver que recompor, ainda pode ser recomposto em assentamentos ou polos agroflorestais no Estado, porque existe, nós estamos propondo a figura da compensação para recomposição.

Isso mostra que praticamente 100% da regularização podem ser resolvidas – nós podemos mostrar, inclusive temos depois contas do que isso significa em termos econômicos – a um custo muito mais acessível e com políticas que vão estimular o desenvolvimento sócio econômico do Estado, que é o quê? Remuneração para quem tem ativo florestal e recomposição florestal em assentamentos e polos agroflorestais.

Isso mostra que com poucas medidas é possível implementar um Código Florestal moderno, que reconheça quem tem ativo florestal, que consolide áreas consideradas aptas à agropecuária, sem gerar a sensação de impunidade que dialoga com o que o Ministro José Carlos Carvalho disse, sem tratarmos diferentemente e sem beneficiarmos aquele que descumpriu a lei em detrimento daquele que cumpriu a lei.

Esse estudo, inclusive, foi feito também para o Estado de Mato Grosso. O problema é que, no Estado de Mato Grosso, o zoneamento está sendo altamente questionado, inclusive judicialmente, por isso é que nós podemos até mostrar mais ou menos os resultados, mas não são resultados ainda oficiais, reforçando a importância de trabalhar a questão da consolidação

de áreas de forma inteligente, com os instrumentos existentes, plano de gestão de bacias hidrográficas, zoneamento ecológico-econômico, dar mais robustez aos instrumentos econômicos. Hoje, nós temos definido, na Lei de Política Nacional de Mudanças Climáticas, o mercado brasileiro de carbono. Por que nós não podemos trabalhar? Por que nós não trabalhamos com o Governo Federal para avançar na regulamentação desse mercado? Nem que seja ainda com iniciativas-piloto, voluntárias, como vêm sendo feitas nos Estados Unidos, na Nova Zelândia, na Austrália, na China, na Europa, para que o Brasil se prepare para esse momento, inclusive com recursos próprios internos no País.

Então, concluo, agradecendo mais uma vez esta oportunidade e queremos estar à disposição do Senador para fazer as formulações já em formato de redação porque nós precisamos ir para um momento mais pragmático.

Agradeço, mais uma vez, por esta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC)

– Muito obrigado, André Lima. De fato, o trabalho que o Ipam fez no Acre é um trabalho exemplar, mas só foi possível de ser feito por conta daquilo que o Ministro José Carlos colocou. O Acre criou todo um aparato de gestão para uso do solo e para suas florestas, vendo a floresta como um ativo. Isso possibilita e é esse o caminho que eu penso o Brasil tem que seguir, principalmente num bioma como a Amazônia.

Então, eu agradeço e acho que foram contribuições importantes, objetivas e que certamente ajudam não só com a crítica ou com o alerta, mas com propostas que têm contato com a realidade do próprio Brasil. Isso ajuda a procurarmos aperfeiçoar essa proposta de Código Florestal.

Passo, agora, ao Roberto Smeraldi, que sei fez um esforço, passou a noite em um voo, é uma pessoa que tem dado uma contribuição importante para o Brasil, tem tido uma atuação e, de alguma maneira, até esta Mesa que temos aqui hoje – com o André, com o Roberto Smeraldi, com a condução do Senador Rodrigo Rollemberg, que teve que se ausentar um pouco por uma questão inadiável, mas já está voltando –, mostra o ambiente diferenciado para tratar essa matéria aqui no Senado.

Obviamente, hoje é um dia ruim aqui na Casa do ponto de vista da presença, mas nós estamos trabalhando essa matéria com vários assessores, com gravação, com resumo das propostas e com uma atenção que vamos dar como se este plenário estivesse com todos os Senadores da Comissão.

É da maior importância a contribuição de hoje.

Passo ao Roberto Smeraldi para que faça sua exposição.

O SR. ROBERTO SMERALDI – Obrigado, Exm^o Presidente-relator.

Eu gostaria de lembrar que reformar Código Florestal significa regular três grandes tarefas estratégicas, a de conservar, a de restaurar e a de usar as florestas, assim como estabelecer os instrumentos para que elas sejam realizadas na prática.

O Código atual, filho de outra época, tem foco meramente na primeira, aquela de conservar, que era a relevante quando ele foi escrito, e ainda sem os devidos instrumentos de implementação que a sociedade contemporânea requer.

Vou tentar explicar, em nome da Amigos da Terra, minha instituição, uma organização da sociedade civil de interesse público, assim como do Imazon, que represento aqui, hoje, também, entidade parceira, por que ainda é possível reformar o Código Florestal para o futuro do nosso País, em vez de se trabalhar apenas com retrovisor. E por que uma solução segura, duradoura e estrutural para os passivos florestais só pode ser viabilizada de forma associada aos ativos.

Vou repetir hoje, aqui, alguns conceitos de propostas antigas.

Durante a longa noite no avião, voltando dos Estados Unidos, fui buscar minhas anotações de uma apresentação que fiz em ocasião de audiência pública sobre esse mesmo tema, em 1999, na Câmara dos Deputados, que, depois, foram objeto de livros e artigos.

Só para dizer que, do ponto de vista da sociedade civil, há um acúmulo, uma tentativa de gerar uma pauta positiva para o Código Florestal há uma década e meia pelo menos. Aqui, enquanto isso, no Congresso Nacional, nas três legislaturas anteriores, buscou-se realizar essa atualização do Código, sem se conseguir. Enquanto isso, desde aquela audiência pública de que falei, em 1999, no Brasil foram desmatados pelos menos 270 mil quilômetros quadrados.

Por que não se conseguiu fazer essa atualização do Código? Porque o debate se tornou extremado, refém de uma alternativa entre as anistias generalizadas, que a sociedade tende a recusar e cria insegurança jurídica difusa, e a manutenção do *status quo*, obsoleto. Isso teve duas consequências práticas, ambas indesejadas: a primeira tem sido o adiamento ou mesmo a inviabilização de programas de regularização na área rural, com aumento dos passivos em bola de neve, e o aumento da incerteza jurídica ao longo do tempo.

A segunda consequência foi aquela de adiar a modernização da lei para atender as demandas e as expectativas da grande maioria da sociedade; da sociedade contemporânea, que deixou de enxergar as florestas como restrição à atividade econômica e que

as encara hoje ao contrário, como uma oportunidade de desenvolvimento, uma fonte de serviços essenciais.

Cabe observar a esse respeito a pesquisa de opinião nacional que o Datafolha realizou nesse mês de junho, em que entre 80% e 90% da população manifestam forte contrariedade a qualquer medida que possa enfraquecer a proteção das florestas. E essa ampla maioria, é interessante, se dá tanto na amostra urbana quanto naquela rural.

O embate que descrevi se repetiu no debate recente na Câmara. A introdução do conceito de área consolidada de fato coloca o infrator em vantagem econômica sobre quem cumpriu a legislação; gera insegurança jurídica por conflitos explícitos com alguns princípios constitucionais, como aquele da igualdade de todos perante a lei, do exercício da livre e leal concorrência, além, obviamente, dos princípios contidos no art. 225. Fora isso, é desenhado de forma extravagante, pois adota uma data de referência desprovida de qualquer ligação formal ou lógica com a norma aqui em debate. Isso porque o citado Decreto nº 6.514, de 2008, não trata de forma alguma do Código Florestal, enquanto trata da regulamentação, por parte do Poder Executivo, da Lei nº 9.605, de 1998. Inexistem elementos nesse decreto que criem uma diferença entre a norma vigente anterior a julho de 2008 e posterior a julho de 2008 no mesmo âmbito florestal.

Em outras palavras, chamo a atenção de vocês para o problema que ocorreu depois de julho de 1988. Já foram mais de 45 mil quilômetros quadrados no Brasil inteiro de desmatamento acumulado desde então, aproximadamente – alguns dados ainda estão em fase de confirmação. Qualquer infrator que tenha realizado sua infração após essa data, a rigor, teria, e terá, bom direito para exigir o mesmo tratamento dispensado aos que realizaram as suas infrações antes, porque não havia diferença alguma na vigência da norma, com as consequências de judicializar ainda mais o conflito no campo e gerar mais insegurança para todos, com demandas de possíveis novas anistias em cadeia.

Nesse sentido, é inócuo legislar hoje, de forma declaratória, invadindo a legítima soberania do legislador futuro ao afirmar que não haverá outras oportunidades. Claro que haverá! O que se cria, na realidade, é um precedente para repetir isso indefinidamente, e daí vem um grande estímulo em desmatar representado pelo texto que veio da Câmara se não devidamente corrigido. Claro, o Senado já começou significativamente a corrigir, como já aqui foi lembrado.

Agora, superado o clima de excessos, V. Ex^{as} têm aqui a oportunidade de destravar o processo, criar as condições para uma efetiva reforma do Código. Eis que surge um caminho que rompe com o impasse conven-

cional entre defesa do Código e ameaças de retrocessos. Ao contrário do que muitos pensam, não se trata de um caminho no meio, não é um meio termo entre abordagens que pertencem ao passado, um arcaico destrutivismo, de um lado, um preservacionismo exclusivamente dependente de uma capacidade de comando e controle, que nunca se concretizou.

O caminho é buscar uma solução na frente, com criatividade e inovação. Um Código Florestal que reflita a diversidade e complexidade de nossa malha territorial, assim como os impactos diversos de suas formas de uso; que crie e regule um novo mercado para ativos e passivos florestais, a partir de mecanismos de troca, recomposição inclusive para a progressiva regularização; que fomente a estruturação das cadeias econômicas relacionadas com os produtos e serviços florestais em articulação com a indústria; que crie as condições para aumentar o patrimônio florestal do País, em vez de apenas mitigar as condições de sua perda; e, finalmente, que estimule atingir as condições de produtividade necessárias para a competitividade da agropecuária brasileira em suas diferentes escalas, com destaque para a pecuária, ampliando os avanços expressivos que alguns segmentos agrícolas já alcançaram nessa direção.

Aliás, recentemente, o Imazon, que aqui também represento, mostrou que, enquanto isso, o Brasil real encontra outras soluções originais e sinérgicas muito mais que conciliadoras entre meio ambiente e produção agropecuária.

Em Paragominas, onde sociedade civil, produtores rurais, madeireiros, prefeituras, governo do Estado, Governo Federal, Ministério Público conseguiram trabalhar juntos para reduzir desmatamento e promover a melhoria do setor agropecuário, maior produtividade, cadastro ambiental rural, regularização, nos últimos quatro anos, o desmatamento caiu 90%, ao mesmo tempo em que a produção agropecuária aumentou, como efeito do aumento de produtividade correspondente, assim como aumentou a renda dos produtores. E não é caso isolado, como sabe o Exm^o Relator, até mesmo pela realidade já citada aqui pelo Ipam de seu Estado.

Passando à parte prática, hoje, há importantes contribuições que oferecem ao Senado condições para sair do impasse. Não vou falar da contribuição da ciência brasileira, resumida já no recente livro da Academia Brasileira de Ciências. Os senhores já sabem das propostas, conhecidas como as do diálogo florestal, de um amplo número de instituições da sociedade civil e de empresas.

Devemos focar não apenas o texto que veio da Câmara, o que agora está reformulado de maneira mais clara, mais objetiva, mas também o que não consta ali.

Há duas tarefas essenciais para inovar: a primeira é aquela de criar e regular, por meio da lei, um mercado de ativos e passivos florestais que permita otimizar o direcionamento da recuperação, de acordo com critérios econômicos, sociais e ambientais – em suma, temos de transformar a atual anistia sumária em um processo condicional e inteligente de regularização –; a segunda é aquela de viabilizar o reconhecimento e a remuneração dos serviços que o proprietário presta para a sociedade.

A criação de um mercado de ativos e passivos pode acontecer nos moldes da proposta do diálogo florestal, com um deflator e um inflator da área que vem a compensar a recuperação, de acordo com sua localização em relação a áreas definidas como prioridade pelo Poder Público, por conta de atributos geológicos, hidrológicos, biológicos, sociais etc.

A referida proposta, em vez de cancelar os passivos com uma esponja, utiliza-os para viabilizar uma regularização que não penalize os proprietários que mantiverem suas florestas, reconhecendo para eles uma fonte de renda, a partir do instrumento da servidão, a ser colocado a serviço dos proprietários com déficit de reserva. Se a gente elimina o passivo que gera a remuneração dos ativos via servidão, não há a viabilização desse mecanismo de compensação, porque não há mais a fonte, inclusive, do recurso para o proprietário que está com superávit de reserva.

Essa proposta traz seis vantagens importantes, com ganhos expressivos para toda a sociedade:

1. Ela permitiria recuperar os passivos de RL de todos, não só dos pequenos, por meio de uma série de opções de regularização, que vão desde a recuperação simples dentro da propriedade, passam pela recuperação terceirizada – recuperam-se em outras propriedades – e chegam até a compensação, com o uso da parcela excedente da RL para outros sem recuperação. Essas modalidades podem formar um *mix*: parte de uma forma, parte de outra.

2. Ela regulariza, evitando o problema típico das anistias, o de colocar todo mundo em pé de igualdade e premiar, assim, o infrator, em detrimento de quem cumpriu, pois ela gera uma renda para quem tem mais floresta e um custo para quem tem menos do que deveria. Mas quem tem menos, mesmo assim, tem a chance de sair da ilegalidade.

3. Ela cria condições sólidas para reduzir desmatamentos futuros, pois boa parcela do que é legalmente desmatável, ou seja, o excedente de Reserva Legal existente no resto das propriedades, passa a se tornar servidão ambiental para compensar a falta de outros. Nesse sentido, reforça as metas brasileiras sobre clima, é sinérgica com as metas brasileiras sobre clima.

4. Ela evita situações nas quais se aplique o mesmo critério em qualquer realidade econômica e produtiva, permite que cada proprietário opte por aquilo que é mais interessante para ele de acordo com a realidade econômica, estimulando a produtividade. Se ele tirar uma renda muito boa de sua terra, ele tenderá a preferir a compensação externa. Já, se tiver retorno baixo, preferirá recuperar internamente e buscará aumentar a produtividade no resto de sua propriedade, num círculo virtuoso.

5. Ela direciona a recuperação para onde for mais interessante para fins de interesse público – segurança do solo, biodiversidade, água –, ao estimular com o deflator a área a ser recuperada ou compensada em regiões escolhidas como prioritárias, enquanto que, nas áreas de baixa prioridade, haveria o inflator que permite compensar, porém, com uma área maior.

6. Ela evita, em segurança jurídica, uma norma de exceção, pois é uma norma sistêmica que cria o arcabouço para o mercado em que o preço é definido pela escassez ou pela abundância e, portanto, estabelece regras claras para o investidor.

Esse mecanismo ainda não é suficiente. É preciso complementar o mesmo com pagamento por serviços da floresta e com incentivos, que são duas coisas diferentes. O que eu gostaria de destacar é que o texto atual confunde ainda as duas e é meio desprovido de lógica.

Notadamente, no art. 41, quando estabelece supostas vantagens para todos os que estejam inscritos no CAR e em processo de cumprir a lei, como obtenção de crédito agrícola com taxas de juros menores, contratação do seguro agrícola em condições melhores que os demais, participação preferencial nos programas de apoio à comercialização da produção agrícola. Ora, o que isso significa? Existe, porventura, crédito rural para quem nem sequer está inscrito no CAR e nem sequer tem a TAC? Então, qual é a vantagem, qual é o diferencial?

Mais uma vez, estamos assim criando não um incentivo, mas um desincentivo. Estamos desestimulando o investimento. Portanto, se queremos que os incentivos do art. 41 funcionem, nós precisamos vincular aos incentivos um desempenho mais avançado, com um gradiente de opções. Por exemplo, premiando quem já cumpre a lei em relação aos que estão em processo de cumpri-la, o que estimula os últimos a acelerarem a sua transição.

Outra coisa é o pagamento dos serviços ambientais. A elegibilidade do carbono para efeito do mercado brasileiro internacional deve pertencer ao legítimo possuidor do imóvel, independentemente de porcentagem de Reserva Legal ou de outras coisas. Esse depende do estoque de carbono disponível, não é uma questão

de legalidade. Então, temos que separar aquilo que é o tema dos incentivos do tema dos pagamentos dos serviços ambientais; são lógicas diferentes. Os incentivos têm que diferenciar; eles não podem se aplicar de forma burra para todos da mesma maneira. Caso contrário, não são incentivos.

No final, quando o assunto passa a ser APP – e aqui já se falou disso, então, não vou me alongar –, o que é essencial é ter uma norma que diferencie as culturas instaladas que não representam risco, ou que até mesmo podem ter um papel positivo nas encostas: café, videira, macieira, em geral, todas as lenhosas perenes, do resto; não se pode tratar tudo da mesma forma. E, no caso das matas ciliares, conforme o Ministro José Carlos bem lembrou – e já lembrou em muitas outras ocasiões –, o tema deve ser aquele do apoio econômico explícito para recuperação, não da mudança de regra.

E finalmente, sobre o tema do desmatamento realizado antes de alguma regra mais restritiva a ser adotada, o caminho sensato é aquele do reconhecimento do ato jurídico perfeito, ou seja, da validade do ato de quem desmatou com autorização, de acordo com as normas vigentes à época. Mais uma vez, não precisamos passar esponja nisso. Precisamos reconhecer os fatos. A lei tem que reconhecer o que ocorreu em épocas diferentes. Agora, lembro que, nos últimos doze anos, não houve mudança alguma do ponto de vista dessas normas.

Então, estamos falando de mudança, que, dependendo dos biomas, podem ser de 96, no caso da Amazônia, podem ser de 89, no caso do cerrado. Ou seja, estamos falando de períodos que nada têm a ver com as datas com as quais nós temos lidado na discussão até agora aqui.

Penso que, com essa qualificação, transformando a anistia em regularização e condicionando-a, hoje seria possível aqui ela ser sujeito de uma transformação e a outra, a qualificação dos incentivos para que eles reflitam realmente um ingrediente que diferencie.

Tudo, no final, Sr. Presidente, está vinculado a isso. Não podemos tratar todos da mesma forma. Temos de diferenciar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Roberto Smeraldi.

Agradeço a todos que estão nos assistindo pela TV Senado, já que a sessão no plenário encerrou. Esta audiência está sendo transmitida ao vivo pela TV Senado e pela Rádio Senado. É muito importante que o Brasil nos acompanhe também pela Internet, o que já está estava acontecendo; o André, parece-me, está fazendo uma transmissão ao vivo pelas redes sociais,

Twitter, que é muito importante também e nos ajuda a dar transparência a esta audiência que conclui uma etapa de trabalho e trata de floresta.

Estamos aqui com especialistas, é bom informar às pessoas que estão nos assistindo: com o Dr. Bráulio, professor e responsável pela área de biodiversidade no Brasil, é Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente; o Ministro, assim o chamo, porque o José Carlos Carvalho tem essa autoridade, fez uma explanação muito importante ainda há pouco, é ex-Ministro do Meio Ambiente, engenheiro florestal; André Lima, do Ipam, que também deu já a sua contribuição. Quero, por último, agradecer ao Roberto Smeraldi.

Quero fazer alguns comentários por achar que é importante que pelo menos tenhamos um pouco mais de atenção e uma nova rodada de posicionamento de todos que estão aqui, porque as apresentações foram importantes. Apresentaram propostas concretas, mas penso que todos nós já temos algumas observações que são coincidentes. Primeiro, e aí quero um comentário de todos sobre uma questão que tem sido pouco colocada ou ganha pouca relevância, e esta audiência tenta suprir, que é o que significam as florestas do Brasil.

Estamos fazendo a revisão do Código Florestal. Lamentavelmente, Ministro José Carlos, V. Ex^a questionou isso, a revisão do Código Florestal do Brasil não foi uma decisão do País de aperfeiçoar os instrumentos para melhor uso de suas florestas. Não foi nada disso. Se fosse, teria sido uma decisão muito nobre e muito adequada, que cabe, porque o Brasil de hoje é diferente do Brasil de 65. Aquele era um Brasil rural; hoje é um Brasil urbano. O mundo é outro, a realidade é outra. Acumulamos um enorme conhecimento ao longo desse período, graças ao trabalho de centros de pesquisa, universidades. O Brasil mesmo amadureceu. Quando votou o Código Florestal, vivia no regime militar, regime de exceção. Hoje, o Brasil vive a plena democracia, e uma das leis mais importantes para um País com as características do nosso está vindo em função de um conflito entre a realidade e o aparato legal. Foi exatamente a Lei de Crimes Ambientais que forçou, em 98, ela começou a forçar o Brasil a ter um posicionamento: ou muda a realidade ou muda a lei. E, quando o decreto presidencial do Presidente Lula estabeleceu, de maneira definitiva, em 2008... Por isso é importante essa data de julho de 2008, sem desmerecer os outros comentários. Mas, em 22 de julho de 2008, um decreto estabeleceu um regramento novo. Olha, a Lei de Crimes Ambientais tem de ser aplicada. Para acessar crédito tem de ter averbação do que a lei estabelece: Reserva Legal e as áreas de APP. E aí um choque aconteceu! Isso tem um problema... Ou a gente muda o Brasil ou

muda a lei. Muitos falaram, então: “É simples. Muda-se a lei e deixa o Brasil seguir como estava indo”. E aí é que se deu choque, e aí é que se estabeleceu o confronto que a Câmara, em um debate lá ocorrido, expressou bem isso. É a realidade! Não tem uma crítica aqui velada à Câmara, não. É a realidade. O conflito se estabeleceu em cima disso. Em vez de se fazer um aperfeiçoamento das atividades econômicas de nosso País, do uso dos recursos naturais, do uso do solo do Brasil às regras estabelecidas, tentou-se mudar as leis, deixando o Brasil seguir esse curso. É isso o que o Senado está tentando fazer: colaborando com a Câmara, fazendo um reparo. Talvez aqui esteja evidente, a imprensa tem acompanhado, que o ambiente aqui no Senado não é o de tentar dar uma resposta a esse conflito. Isso está colocado, mas a oportunidade... E as falas todas aqui eram para se fazer algo como se nós tivéssemos tomando a decisão de atualizar uma das mais importantes leis do Brasil, que é o Código Florestal. E esta audiência hoje tem esse objetivo, porque até aqui o que está caracterizado no Brasil é que ter floresta é problema. Ter floresta no Brasil é problema! E se discute como é que a gente faz para tirar a floresta e se chegar à terra. Ou seja, o Brasil segue trabalhando com algo que não tem sentido: que é o de focar-se no solo e desconsiderar o que está acima dele, o que o faz desconsiderar também o que está abaixo dele. Enquanto estivermos nesse caminho, nós não vamos fazer o uso de uma vantagem comparativa de ser o Brasil o que é: em clima, em recursos naturais e de ser o País continental com a maior cobertura de floresta tropical do Planeta.

Nós já demos uma demonstração de desprezo às florestas na Mata Atlântica. Foi esse desprezo que fez surgir o Código em 34; seguimos desprezando, e aí se fez o Código em 65. Avançamos... Olha como é que o cerrado, onde estamos aqui tratando... Eu não vi planos consistentes, até hoje, de manejar cerrado. Eu vi um plano consistente, do ponto de vista das intenções políticas, de ocupar cerrado. Oficialmente, se fez política de ocupação do cerrado. E se estimulou essa ocupação com créditos e com políticas públicas. Não conheço a proposta de manejar o cerrado. Na Amazônia, foi absolutamente explícito: ocupar ou entregar. E aí se fez um intenso programa de ocupação. E a ocupação lá significava tirar a floresta rapidamente, senão perde a concessão de terra que oficialmente estava sendo oferecida.

Para que estou fazendo essas observações? Porque as políticas públicas têm uma responsabilidade tão grande ou maior – no meu caso, acredito que maior –, seja pela maneira ativa de ela ir contra a busca de um equilíbrio do uso de recursos naturais, seja

por conta – e é uma coisa ativa – dos resultados que nós alcançamos.

E aí tem um problema... Eu fiz – você pediu, André, para voltar as propostas – nove propostas, eu contei bem: sete estão vinculadas à Reserva Legal, diretamente. Duas – se eu estiver enganado – ou três não têm vínculo. Mas nós estamos tendo um problema nessa questão do Código, e eu não queria voltar muito, porque, do ponto de vista dos pontos cruciais que nós temos para poder virar esta página de Área de Preservação Permanente e Reserva Legal, temos um aparato bastante razoável para tratar o problema de Reserva Legal. O Roberto Smeraldi colocou bem e fez algumas observações quanto ao que já temos, que têm de ser aperfeiçoadas, e trouxe elementos muito importantes para lidarmos com isso. Mas, quando tratamos de Área de Preservação Permanente, aí a situação é mais grave. Acho que o professor Bráulio, que está aqui... Nós estamos falando de algo que é mais importante do ponto de vista da biodiversidade. Reserva Legal está dentro das propriedades e o proprietário escolhe onde estabelecer a sua Reserva Legal. As Áreas de Preservação Permanente estão estabelecidas por critérios técnico-científicos e amparadas em lei, e é complicado.

Então, eu queria fazer uma pergunta para todos poderem comentar isso e também tratarmos da realidade pura e simples.

Eu acho que não podemos deixar passar a preocupação que o André trouxe com a anistia e temos de trabalhar. Eu tomei café da manhã hoje, cedo, com a Ministra Izabella. Ontem, eu conversava com o Ministro Mendes Ribeiro. Estou me dedicando, junto com o Senador Luiz Henrique e com o Senador Rodrigo Rollemberg, que preside esta Comissão. Não tem feriado, não tem sábado, não tem domingo. Estamos, há seis meses, trabalhando nesse tema.

Uma das preocupações da Ministra, que também é minha, dos movimentos sociais e de muitas pessoas, é que não fique caracterizado que estamos querendo criar espaço para anistia. Para que não fique caracterizado, mudanças precisam ser feitas ainda. Temos condição de fazê-las. Essa é uma posição importante, porque temos moradores na beira dos rios, ribeirinhos, no meu Estado do Acre. Sinceramente, eu não acredito que tenha pessoas querendo estabelecer uma remoção em massa de todos os moradores da beira dos rios deste Brasil afora. Temos de separar o que são ocupações consolidadas, de moradia, de subsistência, de baixo impacto, que estão adequadas, nas pequenas propriedades, na agricultura familiar, de outras questões. Isso vai ser importante. E isso não pode ser chamado de anistia; tem de ser levado em conta

como realidade do nosso País, que, aliás, está aí há séculos. Mas temos ainda muito o que fazer em relação às atividades econômicas que causam impacto, que criam problemas para as águas, que as florestas – reparem – de proteção dos cursos das águas e das nascentes precisam cumprir e não vão cumprir se algumas atividades econômicas se consolidarem ao longo dos cursos de água neste País.

Eu faço este apelo: eu não queria que esta audiência sobre florestas ficasse restrita a isso. Eu só queria um comentário. Se tivermos um pouco mais de atenção para as APPs, eu queria um breve comentário de todos sobre o que deveríamos fazer em relação às APPs. Quanto às Reservas Legais, estamos andando razoavelmente bem e eu acho que isso vai ficar bem posicionado, por tudo que já foi construído de instrumentos até aqui.

Agora, outro aspecto – em que eu queria que fosse consumido mais tempo dos expositores – é como nós podemos fazer para que esta lei, em 2011, estabeleça a base para que a floresta não seja mais problema no Brasil, para que a floresta seja solução. Que consigamos, a partir da revisão do Código Florestal, transformar a floresta num ativo econômico importante, porque não acredito que vamos ter sucesso se nós seguirmos trabalhando como “a floresta é um problema e eu tenho de reservar uma parte da minha área...”. Não. Isso tem de virar ativo econômico para o proprietário. Foi isso que o Acre fez, com manejo florestal e com ajuda de instituições como Ipam, como Amigos da Terra, como WWF, que tem sido um grande parceiro, no caso do Acre, na condução e na busca de estabelecer uma gestão de floresta no Acre.

Quando eu era Governador, criamos o Governo da Floresta, porque eu falei: “Não é possível. Eu tenho um Estado com 10% de área desmatada e 90% de floresta e eu vou fazer um governo disso ou daquilo?! O nosso governo tem de ser da floresta”. Aliás, tem aqui um simbolozinho da árvore que está na lapela, que é o símbolo do Governo da Floresta. Com isso, começamos a ver a floresta como solução e não como problema.

O Brasil tem 518 milhões de hectares de florestas e participa com 4% do PIB do mundo. A contribuição desta bancada se soma ao que já guardamos de sugestões e de propostas muito objetivas que eu e o Senador Luiz Henrique recebemos ao longo desses meses todos, e eu gostaria que nós pudéssemos fazer mais uma rodada sobre como fazer para que a floresta se transforme num ativo econômico e deixe de ser problema para o proprietário.

Gente, esse debate de produtor *versus* quem quer conservar é um problema, porque acho que ele é infrutífero. Onde é que estão as áreas de Reservas

Legais? Dentro das propriedades privadas. A grande maioria das áreas com que os ambientalistas se preocupam legitimamente e que querem conservar está dentro das propriedades privadas dos produtores. Ou nós estabelecemos, com alguma lucidez, uma aliança entre aqueles que querem preservar e um diálogo com os proprietários dessas reservas ou nós vamos para onde? É esse bom-senso que eu e o Senador Luiz Henrique queremos alcançar com a condução da Comissão de Meio Ambiente, presidida por Rodrigo Rollemberg.

Então, isso é importante, e a lei pode ser esse mecanismo de estabelecer essa aliança, como já está acontecendo em Paragominas, como já está acontecendo no Acre. Hoje à tarde, no final do dia, vamos para o Mato Grosso – eu, Rodrigo Rollemberg e Blairo Maggi. Nós vamos visitar áreas que estão fazendo a recomposição de Reserva Legal, que estão trazendo de volta as APPs. Então, são situações irreais que nós já temos hoje no Brasil.

O André apresentou a proposta de como, com um conjunto de ferramentas e com uma gestão diferenciada de um Estado que tem o zoneamento como base, um bom zoneamento – como o Estado do Acre está fazendo –, tirar da ilegalidade, sem mais danos ao meio ambiente, sem anistia, mas com instrumentos que são pedagógicos, os proprietários que estão numa situação irregular.

Então, eu encerraria, fazendo esse apelo, porque, se nós nos concentrarmos... Eu queria que ficasse por último o mestre das florestas que está aqui nesta mesa, o Ministro José Carlos. Ele fará um apanhado desse conjunto, e nós vamos inverter um pouco. Vai vir de lá para cá: primeiro, o Smeraldi e, depois, o André, que eu sei que tem propostas muito objetivas. Há muito tempo, não é o Brasil que está se dedicando a ter instrumentos econômicos para valorizar a nossa floresta como ativos. São as organizações não governamentais que têm trabalhos mais avançados nesse aspecto e são elas que a gente pode trazer para fazer uma aliança também com produtores rurais e, quem sabe, a partir do uso sustentável desses recursos tão importantes, até do ponto de vista do clima, que eu acho que o Professor Bráulio pode apresentar...

As metas do Brasil estão presas em duas coisas muito mais fortes: reduzir o desmatamento na Amazônia e reduzir o desmatamento no cerrado. É isso que vai nos dar a base para alcançarmos os indicadores que nós queremos para darmos a contribuição do Brasil, a fim de que o clima não alcance os dois graus de mudança de temperatura.

Então, por favor, Roberto Smeraldi.

Desculpem-me por ter me alongado, mas, de alguma maneira, eu precisava traduzir um pouco para quem está em casa, para quem está ouvindo o debate que está acontecendo aqui no Senado, nesta manhã, na Comissão de Meio Ambiente.

Agora, passo para o Roberto Smeraldi, da entidade Amigos da Terra, para que possa expor um posicionamento. Peço que use uns cinco minutos, quem sabe, para nos ajudar a não perder o horário desta audiência.

O SR. ROBERTO SMERALDI – Obrigado, Presidente.

Sobre as duas... Primeiro, só um comentário. Eu gostaria de observar, com satisfação, que hoje aqui se discute o Código Florestal, que, paradoxalmente, em todo esse debate, normalmente não é o principal. Discute-se com retrovisor, discute-se só anistia; discutem-se só fatos consumados. Hoje, aqui, discutiu-se isso também, porque faz parte do problema, mas se discutiu, em dois terços do tempo, o Código Florestal: como obter instrumentos estratégicos e importantes para o País. E a sua fala, Presidente e Relator, foi exatamente nessa direção. Espero que essa preocupação paute mais o debate ainda nesta fase no que for possível. Observo, com satisfação, que hoje estamos realmente discutindo o Código Florestal.

Bom, sobre as duas perguntas de V. Ex^a, refiro-me àquela dos ativos econômicos para transformar as florestas, como a sociedade já espera que seja, de obstáculos, de problemas, de empecilho para oportunidade e solução. A lei não pode nem criar novas despesas nem... Eu entendo assim: o papel da lei é formular o marco conceitual de quais são os critérios para isso. E eu vejo três grandes categorias, três formas para essa transição que V. Ex^a estava mencionando. A primeira é aquela que eu estava citando antes: vincular os ativos aos passivos, criando mecanismos pelos quais a regularização aconteça com algum custo para quem se regulariza e que esse custo vire receita para quem tem floresta. Esse é o primeiro conceito. Então, vincular, dentro da regularização, acho que o instrumento da servidão é aquele que já está identificado pela nossa legislação. Poderia haver outros, mas o que interessa é estabelecer que isso exista.

Então, essa é uma primeira maneira de gerar receita. Quem tem floresta não vai viver só disso, só de servidão florestal, mas isso significa dar aquele *plus* para viabilizar a produção florestal e aquele proprietário que tem floresta com diferencial. Essa é a primeira coisa.

A segunda é aquela dos pagamentos por serviços ambientais. É a segunda área, o caso do carbono, que eu citei antes e da importância da elegibilidade de todo o estoque de carbono na propriedade. É um exemplo, mas, por favor, não é o único, porque há dis-

cussão mais avançada. Há um quadro internacional mais promissor, inclusive até a criação de um mercado doméstico para carbono. Mas não podemos nos limitar ao carbono. Não podemos criar a fonte do pagamento porque a lei não permite isso, tem de ser de iniciativa do Executivo, mas podemos criar o princípio de mandar ao Executivo a formulação disso.

A terceira é aquela que entra no art. 41 aqui, porém, não para valer, ou seja, dos incentivos.

Sr. Presidente, eu gostaria de lembrar que a Constituição não faculta, manda fazer isso, não só para floresta, mas para tudo. O art. 170 da Constituição, que dispõe sobre os princípios gerais da ordem econômica, alterado em 2003, inclusive com emenda de Deputada do seu Estado, Perpétua Almeida, estabelece a obrigatoriedade de dar tratamento diferenciado a produtos e serviços, de acordo com o impacto ambiental, ao longo de todo o seu ciclo. Ou seja, isso vale para compras públicas, vale para tributação. Hoje, não é uma opção. Hoje, a Constituição manda dar tratamento diferenciado. Então, é só refletir sobre o que o art. 170 da Constituição manda. Fazer o quê? Aquele gradiente no crédito, no seguro rural, nas condições.

Nós temos uma grande oportunidade aqui até de ser o primeiro grande caso de implementação do art. 170 da Constituição. Só que nós temos que vincular isso a um desempenho. Não podemos colocar isso para todos, ou então não diferencia. A alteração no art. 41, nesse caso, é relativamente simples. Não precisamos mudar tudo porque ele já lista quais são as áreas passíveis do incentivo.

Então, Sr. Presidente, eu acho que, se a gente juntar estas três áreas, aquela do pagamento de quem deve, de quem tem déficit para quem tem superávit de floresta, aquela do pagamento por serviços ambientais e aquela dos incentivos, juntas, sinergicamente, nós vamos fazer isso e transformar as florestas em ativos econômicos.

Acho que me alonguei. Em relação a sua outra pergunta sobre a APP – acho que aqui há outras pessoas que vão entrar em detalhes sobre isso –, quero dar um conceito. Acho que não precisamos sempre pensar em termos de anistia. Quer dizer, aquilo que V. Ex^a estava mencionando – o ribeirão que está lá etc – não deve ser visto como uma anistia; acho que deve ser visto como uma norma estrutural e permanente. Nós temos que considerar... É como eu digo: a macieira ou o cafeeiro, quando for, é um fator de estabilização do solo; não é um fator de degradação. Então, eu preciso fazer o contrário. Preciso estimular nas áreas de APPs degradadas a recuperação fazendo esse tipo de trabalho. É o que faz no Vale dos Vinhedos o agricultor gaúcho, ou o café de Minas. Hoje o café é um provedor

líquido de serviços ambientais em grande parte e que não era há dez, quinze anos. Foi uma transformação ocorrida ao longo da cadeia do café que tornou o café um exemplo disso, em muitos casos.

O que eu acho é que não precisamos sempre... É aquela coisa: ou a gente perdoa todo mundo e esquece... Não. Se está certo fazer determinadas coisas, por que a gente não tem que definir que, então, é assim, que é interesse da sociedade ter um ribeirão que esteja lá? O ribeirão, pescando lá, se sustentando, não indo para a cidade, tem um papel de prestar serviço à sociedade como um todo e, portanto, nós queremos que ele fique lá. Não é uma questão de perdoá-lo; é uma questão de garanti-lo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Roberto Smeraldi.

Em uma audiência como essa, nós vamos desmistificando, tirando alguns mitos desse debate do Código Florestal, porque, quando ninguém está ouvindo ninguém, apenas está se confrontando, a coisa vai pela superfície. Então, há um falso dilema colocado de que o Código Florestal, de que as leis ambientais querem tirar todos os moradores da beira dos rios e vão tirar todo mundo, inclusive as cidades dos lugares. Isso tem de ser desmistificado. Aqui está falando uma pessoa que atua fortemente nos movimentos sociais, com essa realidade, é da Ong Amigos da Terra, tem um conhecimento acumulado, sempre escreve artigos, posiciona-se e claramente está colocando que não é isso que se quer.

Que bom que a gente encontra um ambiente para isso ficar claro, porque esse é o ponto importante do diálogo, que pode nos ajudar a encontrar a melhor solução, em que o meio ambiente sai ganhando ou deixa de sair perdendo sempre e passa a começar a ganhar. Também aqueles que trabalham fazendo esse serviço ambiental possam até ser reconhecidos, coisa que também não ocorre hoje.

Nós temos gente fazendo isso na beira do rio São Francisco, temos gente fazendo isso nos rios de todo o bioma da Amazônia e nos diferentes biomas, separando bem onde está o problema e que solução devemos buscar.

Passo agora a palavra ao André Lima, que sei que vai se dedicar um pouco mais à questão das APPs.

O SR. ANDRÉ LIMA – Vou começar, então, por esse ponto, que, de fato, é um elemento chave do processo. A gente sabe que é um nó do processo de negociação em torno do Código.

Primeiro é importante dizer que se trata de um grande desafio, um problema e um nó, apesar de uma informação relevante: o estudo da SBPC e da ABC diz

que hoje 7% das APPs estão degradadas. É importante rever esse dado. Parece o fim do mundo; não é.

Segundo elemento chave: hoje a situação dos ribeirinhos, como o exemplo citado aqui, já está garantida pela figura do interesse social. Populações tradicionais que fazem uso de baixo impacto...

Vejam bem: o que falta aí, em nossa visão, é um direcionamento claro, e aí não é do Ministério do Meio ambiente, é do Governo Federal como um todo, para regulamentar o dispositivo de utilidade pública, de interesse social e de baixo impacto. Se há determinadas atividades estratégicas para o País que não estão agasalhadas – esse verbo foi usado aqui numa expressão – pelas resoluções do Conama que tratam de utilidade pública, interesse social e baixo impacto, isso deveria ser feito. Os debates no Conama são altamente técnicos, qualificados, com participação dos Estados, com transparência, com publicidade e nada passa lá sem um bom debate com a sociedade. Não é um decreto que sai da noite para o dia e depois o próprio chefe do Executivo tem que rever o decreto, porque alguma coisa passou e não foi percebida e então vamos rever o decreto.

Então, hoje, utilidade pública, interesse social e baixo impacto já cobrem grande parte do que deve ser tratado de ocupação “legítima” em Área de Preservação Permanente.

Outro elemento importante, Senador, é considerar também a questão da lei no tempo. Acho que é um gradiente que tem que ser feito. Primeiro, não são 100% das APPs do Brasil que estão degradadas, é uma parte disso, essa parte não é a maior parte; segundo, uma parte do que hoje é considerado ilegal está previsto nos conceitos de utilidade pública, interesse social e baixo impacto, basta vontade de aplicar ou, se houve lacuna, de preencher essa lacuna; terceiro, vamos considerar um elemento chave, que é a aplicação da própria lei no tempo. O camarada ocupou uma área de preservação permanente, um ribeirão; está lá há um século, há meio século. Aplicação da lei no tempo. É uma área de risco, não é uma área de risco; ele está lá antes da lei, ele fica lá. Estou indo por elementos que vão reduzindo o grau de conflito.

Eventualmente, vai sobrar um percentual disso que, de fato, são áreas ocupadas depois da lei, são áreas ocupadas não necessariamente por pequenos produtores, são áreas ocupadas por atividades de impacto intensivo, são áreas ocupadas por atividades de impacto intensivo por médios e grandes produtores, em áreas sensíveis, em bacias consideradas em situação crítica e aí é recomposição e, ainda assim, há solução: é crédito, é incentivo, é recurso financeiro para, naquela hipótese em que ele não é pequeno, não tem atividade

de baixo impacto, ele não está em interesse social, não ocupou antes da lei, não está no conceito de utilidade pública. Ali é recomposição e é incentivo, de alguma forma, não é pagamento por serviço ambiental para recompor. É apoio financeiro, eventualmente subsidiado com algum grau de facilidade para ele.

Então, volto a falar do PAC, para usar a gramática do Governo, que é o Plano de Aceleração do Crescimento Florestal. São R\$140 bilhões, se não me engano, vou confirmar esse dado, a previsão de renúncia fiscal do Brasil, no ano de 2012 – R\$140 bilhões. Qual é o custo de reposição desses 7% de APP totalmente degradada no Brasil e que vai ter que ter assistência técnica, vai gerar emprego; vai ter que ter produção de sementes, vai gerar emprego; vai ter que ter viveiros, vai gerar emprego; vai ter que ter emprego para fazer a recomposição.

Portanto, está faltando um pouco de, não sei se de tempo, mas de vontade para decifrar esse enigma. É muito pouco do total. Então, dá para se estabelecer um escalonamento em que você vá reduzindo, digamos, esse clima, essa aparência de anistia geral.

Acho fundamental, Senador, naquela lógica que V. Ex^a tem dito de buscar dar transparência e abertura aos debates a respeito desse tema, APP, consolidação, para não ficar simplesmente decretos feitos ao apagar das luzes, trabalhar com a lógica do zoneamento e dos planos de bacia hidrográfica; talvez criar uma figura que se encaixe no atual sistema de recursos hídricos, é um plano de recomposição florestal nas bacias hidrográficas, um plano de reconstituição de bacias hidrográficas, uma figura que dialogue com o sistema de recursos hídricos e que faça essa conta do que é área de risco, bacia em situação crítica, recarga de aquíferos. Estudos mostram que a área ripária muitas vezes é muito maior do que a APP mínima hoje, que são estudos sobre os ciclos hidrológicos das bacias, estudos sobre recomposição de microbacias. Tem pessoas muito competentes, o IPF – Instituto de Pesquisas Florestais da Esalq tem análises bem interessantes, em que dá para compor a gestão florestal com o sistema de recursos hídricos.

Como fazer a história dos incentivos econômicos para floresta? Insisto e vou usar essa gramática, porque é a gramática do Governo.

O que vira PAC no atual Governo? O que é prioridade. O que não é prioridade vira o plano disso, o plano daquilo, o projeto, o programa “não sei o quê”. Então, precisamos de um PAC do crescimento florestal. É isso. Que tenha a institucionalidade que o Ministro colocou.

Cadê a Embrapa do desenvolvimento florestal brasileiro que vai desenvolver pesquisa? Cadê a assistência técnica etc? Eu creio que está faltando entrar

exatamente na essência, no DNA da gestão pública brasileira, a floresta como solução. E, para isso, precisamos de uma ou mais instituições de peso e de volume de recursos que o Brasil tem. Basta ver que são R\$140 bilhões de renúncia fiscal só para o ano de 2012.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, André Lima, pelas suas contribuições que são muito importantes.

Queria, até porque foi sistematicamente citado o desenvolvimento que a Esalq tem. A Esalq desmistificou outra questão, que é como fazer a recuperação e a recomposição de áreas.

Eu, o Senador Rodrigo Rollemberg, o Senador Aloysio Nunes e o Senador Blairo passamos um dia na Esalq com um cientista do outro lado da bancada, ouvindo, e, de fato, o Brasil precisa desmistificar isso.

Há situações em que hoje estão com pastagem em Área de Preservação Permanente no meio de propriedades privadas que eles afirmam, a partir de estudo científico e nem mesmo cerca precisa ser usada na recomposição. Por quê? Porque elas estão em um estágio em que o solo ainda não está tão modificado do ponto de vista da mecânica em cima, é diferente de áreas com soja, e é isso que vamos verificar neste final de semana. Basta que se deixe de dar manutenção naquele pasto e, ali, vai virar pasto sujo, depois vai virar uma capoeira e vai se recuperar.

Veja que solução, porque falam que ouvir os cientistas vai complicar. Ouvir a comunidade científica nos dá uma segurança. A decisão sobre o código é política. Quem vai deliberar é o Senado e, logo depois, a Câmara, mas nada como levar em conta a realidade do País, mas também, na dúvida, levar em conta o conhecimento científico que o Brasil já acumula. O pessoal da Esalq deu uma contribuição, veio aqui em várias audiências, o Ricardo Rodrigues e outros, e foi da maior importância a vinda deles, como foi também a da ABC – Academia Brasileira de Ciências, e da SBPC, que também foram citadas aqui.

Passo agora para o Professor Bráulio, para que ele possa fazer seus comentários sobre os questionamentos feitos e, depois, ao Ministro José Carlos Carvalho.

O SR. BRÁULIO FERREIRA DIAS – Pois não, obrigado, Senador Jorge Viana.

Eu chamaria a atenção, antes de fazer sugestões, para estudos recentes sobre o valor do chamado capital natural, do patrimônio natural. Há um estudo coordenado pelo Pnuma, que foi divulgado no ano passado chamado “O valor dos ecossistemas e da biodiversidade”, a sigla em inglês é TEEB, que fez contabilidades em nível mundial sobre o valor do patrimônio e o custo da perda desse patrimônio.

A estimativa só com a perda de florestas no mundo foi estimada em US\$2 a US\$4 trilhões por ano. Esse é o impacto sobre as nossas sociedades, economias da perda de florestas do mundo inteiro. O valor de US\$2 a US\$4 trilhões de dólares por ano é o equivalente ao custo da crise financeira de 2008, só que a cada ano, por causa da perda dos ativos dos recursos florestais, madeireiros e não-madeireiros, perda dos serviços ecossistêmicos. Então, se computa tudo isso. Essa é a ordem de grandeza das perdas que estamos tendo e que não estamos levando na devida consideração.

Houve também outro estudo um pouco mais antigo, que foi divulgado pela Onu em 2005, que é a “Avaliação Ecossistêmica do Milênio”. O primeiro foi da Onu coordenado pelo Pnuma, chamado “O valor dos ecossistemas e da biodiversidade”.

Temos traduzido esses estudos para o português em uma parceria com a CNI. Vários desses relatórios do estudo já estão disponíveis em português. Fizemos uma parceria agora com o Ipea para internalizar essas metodologias aqui no Brasil, para a gente começar a aplicar melhor isso aqui no Brasil.

Outro estudo muito relevante e global é chamado “Avaliação Ecossistêmica do Milênio”, que mostrou que, com o aumento do crescimento da população humana, aumento do consumo etc, os ecossistemas tendem a não ser mais capazes de manter os serviços ecossistêmicos, dos quais dependemos. Se não houver uma política ativa de gestão desses serviços ecossistêmicos e, para isso, é necessária a manutenção dos ecossistemas, e é disso que trata o Código Florestal, que é o principal instrumento que o Brasil tem para a manutenção dos ecossistemas, não teremos a manutenção desses serviços ecossistêmicos no futuro.

Foi mencionado e gostaria de reforçar que o Código Florestal deveria, sim, fazer referência mais explícita às metas globais e nacionais que o País tem assumido, tanto na área de mudanças climáticas, com redução da emissão de gases de efeito estufa, quanto na área de conservação da biodiversidade. Então, existem metas quantitativas que o Código Florestal não pode ignorar. Às vezes, algumas questões que estão previstas no Código na versão atual ainda são inconsistentes com esses compromissos que o País assumiu.

Outra questão a se lembrar, e já foi citado aqui, é que, desde a Rio-92, dos princípios do Rio e da Lei da Política Nacional de Meio Ambiente no Brasil, de 1981, temos dois princípios importantes que ainda não foram devidamente utilizados na área florestal: o princípio do usuário pagador e o princípio do poluidor pagador. Precisamos fazer uma amarração melhor da aplicação desses dois princípios nas questões ligadas ao Código Florestal. Por exemplo, quem desmata e

promove erosão e perda de recursos hídricos causa um ônus para a sociedade, que, coletivamente, está pagando por isso. Então, esse cidadão não deveria ter benefícios fiscais ou creditícios. A questão da aplicação desses dois princípios deveria estar amarrada com alguns instrumentos, como acesso a crédito, conforme mencionado. O Brasil tem vários instrumentos de crédito público que não têm exigências do ponto de vista de sustentabilidade ambiental. O Código poderia estabelecer essa exigência, que pode ser gradual, tanto na questão de ter acesso ao crédito quanto nas condições desse acesso e de pagamento.

Outra questão importante é a exigência quanto às compras públicas. Estamos começando esse processo. O Código Florestal poderia inovar ao estabelecer uma exigência explícita de que, em todas as compras públicas no Brasil, a União, os Estados e os Municípios tenham obrigação de adquirir produtos florestais de origem sustentável. Isso poderia ser uma exigência do Código Florestal. Alguns Estados já começaram a incorporar isso. O Ministério do Planejamento aprovou uma instrução normativa em janeiro do ano passado sobre isso, mas é insuficiente. O Código poderia colocar isso muito mais forte, muito mais explícito.

Outra questão, e o ex-Ministro José Carlos mencionou, é questão de a garantia dos ativos florestais serem aceitos como garantia. Essa é uma reivindicação antiga. E os bancos só aceitam o valor da terra e dizem que, com o valor da terra, já estão contabilizando o valor dos ativos florestais. Não estão!

Outra questão importante: as contas nacionais. Em Nagoya, na COP 10, na Conferência da Diversidade Biológica, há um ano, aprovou-se um novo conjunto de metas globais para a biodiversidade. Uma delas é um compromisso que todos os países aceitaram de incorporar os valores da biodiversidade, das florestas etc, nas suas contas nacionais, para que isso seja de fato refletido nas análises do Produto Interno Bruto e em outras formas de medição de desenvolvimento. Hoje, em todas as avaliações que se fazem em desenvolvimento no Brasil, não é levada em consideração a dilapidação desse capital natural. O IBGE tem já um início de pesquisa para a valoração de recursos florestais e recursos hídricos no Brasil, mas isso não tem o apoio devido, está avançando muito lentamente. O Código Florestal talvez pudesse criar uma exigência e um prazo para que isso, de fato, fosse implementado aqui no Brasil, que, aliás, já é um compromisso que o Brasil assumiu internacionalmente, que a gente poderia internalizar aqui.

Outra questão é que foi mencionado que, na Reserva Legal, já há vários instrumentos. Sim, já temos vários instrumentos previstos no Código, mas precisa-

mos afinar isso na versão final que será aprovada aqui no Senado. Há um risco de se ampliar em demasia as opções de compensação de Reserva Legal e, com isso, desestimular outros instrumentos como, por exemplo, o da servidão florestal.

Então, nesse balanço a gente tem de tomar cuidado.

E deixar claro que, no nosso entendimento, temos de reforçar os critérios ambientais de aceitação de áreas consolidadas. Então, a questão de utilidade pública, interesse social e baixo impacto é um conjunto de critérios, e isso, felizmente, já foi resgatado na redação última do Código, mas, além disso, preocupa-nos a necessidade de reforçar melhor os critérios ambientais. Por exemplo, a questão de exigência de faixas mínimas de vegetação ao longo dos rios etc.

Então, esse tipo de critérios ambientais é preciso ser reforçado na redação final do Código.

Penso que há várias possibilidades de responder, sim, de responder ao desafio que o Senador Jorge Viana nos coloca. Nós temos pouco tempo. Talvez não haja condição de colocar isso de forma de forma detalhada no Código. Mas, se a gente estabelecer como princípios, se estabelecermos certos instrumentos, isso, depois, o Governo terá obrigação de implementar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Muito bom, Professor. Agradeço e até peço que, se V. S^a puder, transforme esse comentário em um pequeno texto, com as sugestões, porque esta audiência fica rica quanto mais temos propostas objetivas como as que acabei de ouvir.

Passo agora a palavra para o nosso Ministro José Carlos Carvalho, para que ele possa fazer o seu comentário.

Antes, porém, a nossa Secretaria está me passando uma informação. Eu queria mandar um recado pela Rádio e TV Senado aos participantes da 4^a Conferência Nacional de Segurança Alimentar, que acaba de acontecer em Salvador. Eles estão informando que estão acompanhando esta audiência, como estou certo de que em boa parte do Brasil as pessoas estão ouvindo, levando em conta e considerando que o Senado está tratando uma matéria que diz respeito aos interesses de todos os brasileiros, do País e também do mundo, já que, no ano que vem, com a Rio+20, o Brasil tem que ter esse cartão de visita, que é o novo Código Florestal, bem feito, que possa ser duradouro.

Mas, para isso, ainda temos muito trabalho pela frente.

Passo, então, a palavra ao Ministro José Carlos Carvalho, para as suas observações relativas aos questionamentos feitos.

O SR. JOSÉ CARLOS CARVALHO – Agradeço, mais uma vez, Senador Jorge Viana.

Eu queria retomar a minha intervenção inicial e fazer uma reflexão em relação àquilo que nos pede o nobre Relator, em relação às Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal, e aquilo que, realmente, deve se constituir como macrodiretrizes, como marco regulatório, especialmente aplicado à conservação e ao uso dos recursos florestais.

E, ainda que gaste um mínimo de tempo, eu queria me referir às observações do Senador Jorge Viana para realmente reconhecer como esse tema mudou de tratamento no Senado. E mudou de tratamento no Senado, porque se criou, no meu entendimento, um falso dilema, na primeira fase do debate na Câmara, porque se criou uma falsa polaridade, que colocava ambientalistas e ruralistas em campos opostos.

Também queria registrar aqui, para desmistificar algumas análises que ainda são feitas, a opinião da sociedade brasileira.

Nós tivemos aqui o pronunciamento de duas Organizações Não Governamentais alinhadas com o pensamento da maioria e cujas apresentações demonstram que a sociedade brasileira, representada pelas suas entidades ambientalistas, está fazendo um esforço de aproximação para que haja, realmente, um Código positivo. Isso significa que o Senado está conseguindo fazer com que aquele processo cristalizado de divergência dê lugar a um processo de convergência. E, felizmente, neste momento de fechar a convergência, temos a sorte de ter o relato na mão do Senador Jorge Viana, não apenas pela sua habilidade política reconhecida, não apenas pelo seu peso de ex-Governador de um Estado do Brasil, mas também pela sua formação profissional. Então, para felicidade nossa, estamos, neste momento, com o relatório entregue a um Senador que compreende a natureza dos problemas que nós estamos discutindo.

Com isso, eu queria entrar aqui em um debate, é um reconhecimento meu, concordando, em tese, com o Senador Jorge Viana. Realmente, nós temos que dar às APPs, considerando que elas são ambientes ecologicamente sensíveis, fundamentais, porque elas protegem água, protegem solo, protegem os demais recursos naturais pela relação de interdependência que existe entre as florestas e os demais recursos; elas estão presentes, protegem as cidades, porque as cidades vivem dos serviços ambientais que as florestas prestam, embora nós nos tenhamos tornado uma sociedade urbana. E eu acho que, realmente, aqui não dá, definitivamente, para ir além daquilo que nós já estamos colocando no projeto de lei que chega à Comissão de Meio Ambiente, na medida em que já foi

admitido o uso das áreas de encostas com espécies perenes – o que já foi mencionado aqui pelos nossos companheiros das Organizações Não Governamentais, o André Lima e o Roberto Smeraldi.

Agora, definitivamente, não é aceitável – acho que isso tem que ficar claro, não é hora de tergiversar – que nós possamos considerar área de pasto como área para proteger APP. Definitivamente, não. E, se ainda há dúvida, eu queria sugerir a esta Comissão que visitasse áreas de encostas ocupadas com maçã, em Santa Catarina, com café, em Minas, para ver a diferença, e visitasse o Vale do Rio Doce, onde as áreas foram ocupadas por pastagens, para ver de que diferença nós estamos falando. É essa a questão.

Então, acho o seguinte: acho plenamente razoável que, na agricultura familiar, a APP possa ser recomposta em sistemas agroflorestais, desde que o uso do solo permaneça com essa característica. Acho isso perfeitamente possível. Então, vejam – eu gostaria de chamar a atenção dos que nos assistem – que há, por parte daqueles que defendem o meio ambiente, uma visão clara da importância disso para a agricultura e de que é possível construir caminhos para que o problema possa ser resolvido a favor do agricultor sem ser resolvido em desfavor do meio ambiente. Acho que essa é uma questão crucial.

Nós temos que pensar a Área de Preservação Permanente como um ecossistema, como ecossistemas frágeis, fundamentais, essenciais, e temos que recuperá-los, como mencionou aqui o Senador, em visita feita à Esalq. E é hoje reconhecido no País que temos várias áreas com potencial de regeneração natural, que não vai incorrer nos custos que se procuram contabilizar, porque, na hora em que vai contabilizar o custo para o Brasil de recuperar APP, o custo é calculado pelo teto. Está certo? O custo é calculado pelo teto exatamente para criar um número, para impressionar, para tentar vender a ideia de que isso é inviável para o Brasil. Não pode ser inviável para o Brasil pelos números que o André Lima mencionou aqui da renúncia fiscal que o Brasil pratica, anualmente, para permitir o desenvolvimento de várias outras atividades. Então, esse é um ponto que eu acho que deve ser considerado.

Quanto à Reserva Legal, também já se avançou aqui com a concordância da sociedade civil, das entidades ambientalistas, já permitindo computar a APP com a Reserva Legal. Isso significa, por exemplo, sempre que o conjunto de APP superar 20% nas áreas onde a Reserva Legal é 20% está dispensada a Reserva Legal. Isso é um ponto, principalmente na pequena agricultura. Agora, eu ainda acho – é uma opinião que eu gostaria de trazer aqui – que a recuperação da Reserva Legal não deveria ser dispensada de

maneira ampla, geral e irrestrita, mesmo na agricultura familiar. Eu acho que é possível construir uma regra progressiva, realmente, que dispense o pequeno do pequeno e, didaticamente, isso possa ser aumentado obviamente que com recursos de estímulos governamentais e com assistência técnica, como, aliás, já está previsto na norma.

Veja bem, a norma está atribuindo ao Poder Público, leia-se União, Estados e Municípios, a obrigatoriedade, porque está estabelecendo a gratuidade na agricultura familiar. Não nos esqueçamos disso. Está-se estabelecendo a gratuidade. Ora, a gratuidade terá que ser bancada pelo Estado. E aí eu volto ao meu ponto inicial. Qual a estrutura institucional que nós temos hoje para fazer com que isso seja realmente, cumprido? Como isso será institucionalmente articulado e coordenado? Então, mais uma vez, acho que isso tem que estar amarrado, aí sim, a programas de apoio governamental, de tal maneira que, ao final, se o Poder Público não criar as condições objetivas para que o pequeno possa fazer, o pequeno não possa ser condenado por não ter feito. Aí a responsabilidade passa para o Poder Público, passa para a União, passa para os Estados e para os Municípios, criando uma regra de transição, que foi mais ou menos um pouco do que nós fizemos em Minas. No limite da competência dada aos Estados, Minas Gerais fez uma ampla pactuação, no âmbito da Assembléia Legislativa, estabeleceu uma lei que descriminalizou o uso da APP, criando, considerando a formulação da ocupação consolidada, mas estabeleceu um prazo de 20 anos para que a APP pudesse ser recuperada, inclusive com sistemas agroflorestais, porque o fundamental era descriminalizar para evitar o constrangimento de pequenos agricultores já terem sido condenados na Justiça, para pagar cesta básica, o cara que está lá há 80 anos. Esses casos ocorreram. Lamentavelmente, foram exemplos utilizados para desprestigiar o instrumento, mas que foi uma realidade.

Então, qual a solução? Realmente descriminalizar o uso da APP, particularmente na agricultura familiar; estabelecer uma regra de transição para que isso possa ser recomposto; admitir sistemas agroflorestais na agricultura familiar, de tal maneira que nós não estamos falando aqui de nada que não possa ser feito. Mas, para a agricultura familiar, para não ficar uma espada de Dâmocles, para que a gente tenha isso claro, e acho que a lei deve ser clara, ele vai fazer com o apoio do Poder Público. Se o apoio do Poder Público não for dado, ele não pode ser responsabilizado pelo fato de o Estado não ter cumprido – estou me referindo ao Estado brasileiro – a sua obrigação, porque, no Brasil, é muito comum o Estado não cumprir as suas obrigações e cobrar...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Terceirizando.

O SR. JOSÉ CARLOS CARVALHO – Terceirizando as suas obrigações para a sociedade. Então, acho que essa questão tem de ficar clara.

O Relator Jorge Viana colocou uma questão aqui interessante. As florestas no Brasil não foram tratadas, na dimensão que nós precisamos, como um ativo do País. Aqui, mencionou-se o cerrado e, na verdade, nós tratamos as florestas mais ou menos como estoques de terras disponíveis para a expansão da fronteira agropecuária. Por isso, o tempo todo, nos últimos 20 anos, predominou a política florestal se resumindo a uma política de combate ao desmatamento, de controle e fiscalização do desmatamento, porque, como já disse aqui o Prof. Bráulio, não criamos ainda, embora se tenha tentado, os mecanismos necessários para que a floresta deixe de ser um problema e passe a ser um ativo. Esse é o desafio que temos agora na nossa política florestal. Eu quero concordar inteiramente com o Senador. Se a floresta não for transformada em um ativo para o agricultor e para o País, se ela continuar sendo tratada como um problema, nós vamos continuar tendo as mesmas dificuldades que temos hoje. Como vamos fazer isso? Por meio daquilo que já foi dito por todos os companheiros que estão debatendo conosco, criando mecanismos para valorar economicamente a floresta.

Há outro detalhe que quero lembrar aqui, porque, normalmente, num momento destes, as pessoas usam mais a desinformação – não todas, mas aquelas que querem radicalizar o processo – do que a informação para orientar o debate. Por exemplo, já na Medida Provisória nº 2.166, que é o que está por trás de toda a questão que agora está sendo relatada, foi criado o regime de uso sustentável da Reserva Legal. Isso já está na 2.166 hoje. Foi criado o regime de uso sustentável da Reserva Legal. Então, a Reserva Legal não é intocável.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ CARLOS CARVALHO – É, na prática, porque o dispositivo não foi aplicado, mas essa é uma regra que está aí e que, combinada com os outros mecanismos que foram colocados aqui, como compensação, servidão e outras alternativas, vai significar uma oportunidade de valorar economicamente o recurso florestal.

Eu queria ainda aproveitar esta oportunidade para chamar a atenção, porque temos duas leis relativamente recentes que, necessariamente, terão de se articular com a lei que será votada nesta Comissão. Eu estou me referindo à Lei Nacional de Florestas Públi-

cas, que é relativamente recente, e estou me referindo à lei que estabelece a Política Nacional de Mudanças Climáticas, porque ambas tratam de floresta. O Senador Jorge mencionou aqui, inclusive, corroborando a ideia de metas, que eu queria reforçar, do Prof. Bráulio, como Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, que a lei que estabelece a Política Nacional de Mudanças Climáticas estabeleceu redução de desmatamento na Amazônia e no cerrado e estabeleceu uma meta, que não está sendo colocada em evidência, de que o País terá de reflorestar cinco milhões de hectares – corrija-me, João de Deus, se eu estiver enganado –, sendo dois milhões de espécies nativas, para também o Brasil poder abrir a possibilidade de fazer reflorestamento não apenas com pinos e eucaliptos. Aí, como mencionou o Senador Jorge, na sua visita à Esalq, vêm os questionamentos: “Ah, mas não há conhecimento para plantar nativas”. Ora, eu gosto sempre, nesses momentos, de dar um exemplo: Floresta Nacional da Tijuca. Ainda no Império, isso já foi dominado, porque todo mundo sabe que a Floresta Nacional da Tijuca, originalmente, era café e, como era importante como mananciais de produção de água do Rio de Janeiro, D. Pedro II determinou que ela fosse reflorestada, tanto é que quem conhece a Floresta Nacional da Tijuca vai encontrar várias espécies exóticas, principalmente frutíferas, no meio da mata. Então, isso já está resolvido.

Outro exemplo que gosto de dar é aqui na Esplanada, para os que não conhecem. Ao visitar o Ministério da Agricultura ou o Ministério do Meio Ambiente, quase todas as árvores da Esplanada são de mogno plantado, cultivado. Estão aqui e, nós, ainda hoje, não desenvolvemos uma silvicultura de espécie nativa com finalidade comercial de espécies nobres como essa de que estamos falando. Cresceram muito bem e já poderiam dar um rendimento se estivessem cultivando espécies de alto valor comercial da flora nativa brasileira, mas, como não há políticas e programas adequados, isso não é realizado.

Eu queria ainda, para não ocupar muito o tempo, fazer menção a um dispositivo da política florestal brasileira que não está sendo debatido e que eu queria introduzir aqui, que trata da reposição florestal. Eu não fiz a menção na introdução e queria mencionar aqui.

O Código de 67 teve três grandes eixos estruturantes. Ele tratou das florestas de preservação permanente, tratou das florestas de produção e estabeleceu a obrigatoriedade da reposição florestal para os consumidores de madeira. Isso foi transposto para o projeto de lei da Câmara que foi aprovado e das outras Comissões de Ciência e Tecnologia e de Agricultura e que está chegando aqui, para o qual eu gostaria de

chamar a atenção, porque é um instrumento importante do desenvolvimento florestal brasileiro, particularmente para aqueles que ainda consomem in nativa.

Gostaria de me ater especificamente ao segmento de siderurgia e carvão vegetal. Desde o Código de 65 que esse segmento da economia florestal teve um prazo de dez anos para ser autossuficiente em matéria prima. Já se passaram mais de quarenta anos e isso até hoje não virou uma realidade.

Na boa intenção de transformar isso em uma realidade, o dispositivo que trata da reposição no projeto de lei hoje estabelece que o consumidor, a empresa que consome madeira, a indústria, terá que comprovar 100% do seu reflorestamento, ou em florestas próprias ou em florestas de terceiros, em contrato de parceria com o consumidor.

Ora, aqui eu queria fazer uma discussão porque, num primeiro momento, essa parece ser uma obrigatoriedade incisiva, quer dizer, não há mais risco, o cara vai ter que plantar. Só que isso estimula o latifúndio. Essa é uma questão que temos que examinar.

A partir do momento em que, para um empreendimento, terá que plantar 100 mil hectares de floresta, e é obrigado a plantar em terras próprias, ele terá que ser dono de 150 mil hectares de terra e há um mecanismo que, ao invés de incluir o agricultor e o proprietário rural no processo de produção, ou exclui, ou inclui, desde que ele fique vinculado por um contrato de parceria.

Ora, o consumidor será dono de boa parte ou de 100% do seu consumo, o que significa que não vai criar oportunidade de engajar os agricultores num raio de consumo dessas indústrias para as áreas da propriedade rural que são essas que estamos mencionando aqui, vocacionadas para a silvicultura, mas que não têm vocação para a produção agropecuária, mas tem vocação para a silvicultura inclusive encostas de regiões, de várias regiões montanhosas do Brasil, e, na medida em que vincula por contrato de parceria, se estabelece o risco do dirigismo do preço, deixando de transformar isso em uma oportunidade de fazer uma integração entre indústria, floresta e agricultor, como já há em outras cadeias do setor produtivo. A Sadia não produz porco, não cria porco, nem é proprietária das terras. Começamos a mudar isso, em Minas, quando o setor sucroalcooleiro migrou para o Triângulo Mineiro. Então, não tem que incorporar a propriedade rural.

Então, essa é uma questão que eu queria colocar, concluindo, para concordar plenamente com o Senador Jorge Viana, que temos que transformar a floresta em um ativo. Acho que, nesta reta final, temos que dar às APPs um tratamento mais diferenciado, mais forte, quando comparado à Reserva Legal, e à Reserva Legal o tratamento que já vem sendo discutido, para

permitir que o Brasil possa ser um grande produtor de alimento, como já é hoje e pode ser mais ainda no futuro, um grande produtor de madeira, de fibras, como já é no caso do álcool, e continuar tendo o maior ativo florestal do Planeta, lembrando, por insistência, e quero insistir mesmo, que, se isso não for institucionalizado de maneira adequada, vamos ter mais uma bonita lei que não vai ser aplicada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Muito obrigado.

Agradeço a presença do André Lima, que tem que sair imediatamente. Muito obrigado pela sua contribuição e por ter nos ajudado a fazer, nesta manhã, uma audiência produtiva para ajudar no novo Código Florestal.

Queria agradecer também a participação de todos os nossos convidados. Temos ainda muito trabalho pela frente. Estou convidando os expositores, como fiz ontem, para nos ajudar a fazer o aperfeiçoamento que V. Srs sugeriram.

Quero agradecer o Secretário de Biodiversidade. A exposição final dele foi muito elucidativa, porque trabalha a floresta, a biodiversidade como um ativo econômico importante. O mundo está com uma agenda de discutir mudança climática, e essa é uma questão central que está posta especialmente para um país com as características do Brasil, que tem uma matriz energética limpa e referenciada. A nossa matriz de transporte, mesmo estando vinculada ao transporte rodoviário, o que ainda é um grave problema, tem um programa de dois combustíveis que também são referência. A questão central no Brasil também está vinculada à biodiversidade, especialmente às florestas. O professor Bráulio colocou questões que acho da maior importância aqui.

Por último, queria agradecer ao Ministro José Carlos Carvalho e dizer que estou absolutamente seguro de que a oportunidade que temos é de ouro para fazermos mudanças importantes e, quem sabe, garantirmos àqueles que fizeram a proposta do Código Florestal em 1934 e em 1965, que, depois deles, alguém veio, honrou as preocupações que eles apresentaram e conseguiu fazer o aperfeiçoamento de um propósito estabelecido em princípios de proteger a biodiversidade brasileira, de fazer com que o art. 225 da Constituição, que dispõe que a floresta é um bem comum, possa ser cumprido.

Agradeço a todos que nos acompanharam de casa, pela TV Senado e pela Rádio Senado.

Temos que encaminhar, para que conste em Ata, que recebemos solicitações de audiência da Associação Preserve a Amazônia, está aqui acolhida, do sindicato dos criadores bovinos e bubalinos do Distrito Federal

e da Fundação Darcy Ribeiro. Solicito que conste em Ata as solicitações de audiência.

Por fim, lamento e justifico a ausência do nosso Presidente Rodrigo, que está em outra atividade e que, hoje, à tarde, segue comigo para o Mato Grosso, onde vamos ver experiências de recomposição de áreas de Reserva Legal e de APP.

Cumprindo o Regimento do Senado, agradeço a audiência de todos.

Por não ter mais nada a tratar nesta audiência, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 9 horas e 58 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 46 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 53ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE NOVEMBRO DE 2011.

Às dez horas e vinte e nove minutos do dia dezoito de novembro de dois mil e onze, no plenário nº 2 da ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senhor Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **ANÍBAL DINIZ, JORGE VIANA, RODRIGO ROLLEMBERG, LUIZ HENRIQUE, WALDEMIR MOKA, SÉRGIO SOUZA, EDUARDO BRAGA, IVO CASSOL, ALOYSIO NUNES FERREIRA, PAULO DAVIM, ANA RITA, ANTONIO CARLOS VALADARES, VALDIR RAUPP, CÍCERO LUCENA E FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores **ACIR GURGACZ, VICENTINHO ALVES, PEDRO TAQUES, EUNÍCIO OLIVEIRA, ÁLVARO DIAS, CLOVIS FECURY E RANDOLFE RODRIGUES**. A presidência declara aberta a reunião e submete a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à **PAUTA. ITEM 1) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 30, DE 2011 – Não Terminativo**, que “Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências”. Autoria: Deputado Sérgio Car-

valho e outros. Relatoria: Senador Jorge Viana. Relatório: Pendente de relatório. Resultado: A matéria é retirada de pauta. A Presidência apresenta proposta de cronograma da tramitação do Projeto de Reforma do Código Florestal na CMA, submetida à discussão e deliberação dos membros da comissão. Encerrada a discussão e colocado em votação, é aprovado, com voto contrário do Senador Randolfe Rodrigues, o seguinte cronograma: leitura do Relatório na segunda-feira (dia 21/11) às 10h; início da apreciação e votação da matéria na quarta-feira (23/11), às 10h; término da votação na quinta-feira (24/11). Usam da palavra os Senhores Senadores Jorge Viana, Flexa Ribeiro, Antonio Carlos Valadares, Aloysio Nunes Ferreira, Paulo Davim, Randolfe Rodrigues, Sérgio Souza, Waldemir Moka, Ivo Cassol, Blairo Maggi e Aníbal Diniz. O Presidente suspende a Reunião, por dez minutos. É reaberta a sessão às onze horas e cinquenta minutos.

ITEM 2) Apreciação das emendas da CMA ao PL nº 28/2011-CN (Mensagem nº 87/2011-CN, nº 345/2011, na origem), que “Estima a receita e fixa a despesa da união para o exercício financeiro de 2012 (LOA 2012)”. É designado relator das emendas apresentadas o Senhor Senador **ANÍBAL DINIZ**. Relatório: Pela aprovação de quatro emendas de apropriação de despesa e pela aprovação de uma emenda de texto. Colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CMA, com a seguinte descrição das emendas aprovadas: **Emenda à despesa nº 1: pela aprovação de uma emenda de APROPRIAÇÃO – ACRÉSCIMO À DESPESA, com o valor R\$ 100.000.000,00 para a UO 34.101, classificação funcional 03.125.0581.2508.0001, ação/subtítulo “Fiscalização e controle da aplicação da Lei – Nacional”, sendo R\$ 40.000.000,00 para GND 3, modalidade 90, RP 2, e R\$ 60.000.000,00 para GND 4, modalidade 90, RP 2; por meio da consolidação das propostas de emendas de nº 34101-1, 34101-2, 34101-3 e 34101-4 (numeração própria da CMA), dos senadores Álvaro Dias, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Rodrigo Rollemberg e Eduardo Amorim, todas elas de mesmo conteúdo, em atenção a solicitação do próprio Procurador Geral da República; **Emenda à despesa nº 2: pela aprovação de uma emenda de APROPRIAÇÃO – ACRÉSCIMO À DESPESA, com o valor R\$ 303.332.988,00, para o TCU, por meio de dotação na UO 90.000, classificação funcional 99.999.0999.0998.0249, ação/subtítulo “Reserva de Contingência Financeira – Recursos para atendimento do art. 169, § 1º, Inciso II da Constituição”, para GND 1, modalidade 90, RP 1; quanto a esta emenda, frise-se que este relator recomenda ao Relator Setorial e ao Relator Geral que garantam****

que os respectivos recursos, ainda que inseridos genericamente na Reserva de Contingência, destinem-se TCU; por meio da consolidação das propostas de emendas de nº 90000-1 e 90000-2 (numeração própria da CMA), de mesmo conteúdo, apresentadas pela Senadora Vanessa Grozziotin e pelo Senador Rodrigo Rollemberg, atribuindo o valor ao Tribunal de Contas da União, em atenção a solicitação do próprio TCU; **Emenda à despesa nº 3: pela aprovação de uma emenda de APROPRIAÇÃO – ACRÉSCIMO À DESPESA, com o valor R\$ 200.000.000,00, para o Ministério do Meio Ambiente, UO 44.101, classificação funcional 18.541.2067.86AA.0001, ação/subtítulo “Desenvolvimento Institucional para a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – Nacional”, para GND 3, modalidade 90, RP 2; trata-se de emenda proposta pelo Senador Rodrigo Rollemberg, em atenção a solicitação do próprio Ministério; **Emenda à despesa nº 4: pela aprovação de uma emenda de APROPRIAÇÃO – INCLUSÃO DE DESPESA, com o valor R\$ 200.000.000,00, para o Ministério do Meio Ambiente, UO 44.101, classificação funcional 18.541.2026.7H90, ação/subtítulo “Recuperação e Preservação de Bacias Hidrográficas – Nacional”, sendo R\$ 80.000.000,00 para GND 3, modalidade 90, RP 2 e R\$ 120.000.000,00 para GND 4, modalidade 90, RP 2; por meio da consolidação das propostas de emendas de nºs 44101-07, 44101-08, 44101-09, essas três, do Senador Waldemir Moka, 44101-10, da Senadora Ana Rita, 44101-11, 44101-12, do Senador Acir Gurgacz, e 44101-13, do Senador Blairo Maggi (numeração própria da CMA); a aprovação dessa emenda visa a atender às sete emendas referidas à recuperação e preservação de bacias, além das bacias não incluídas em propostas de emendas específicas; **Emenda de texto única: Pela aprovação de uma emenda de texto, destinada à adequação do texto da LOA à aprovação da emenda à despesa nº 2, para a alteração da estrutura do Plano de Carreira de que trata o PL nº 1.863, de 2011, que reserva valores para pagamento de acréscimo de despesa de pessoal do TCU, atendendo às duas propostas apresentadas pela Senadora Vanessa Grazziotin e pelo Senador Rodrigo Rollemberg, de mesmo conteúdo. Usa da palavra a Senhora Senadora **ANA RITA**, para parabenizar a Comissão e o Relator pelas escolhas feitas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quatro minutos, havendo lavrado a presente ata, Leany Barreiro de Sousa Lemos, Secretária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, que será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador******

Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, – **Leany Barreiro de S. Lemos**, Secretária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REGISTRO DE TAQUIGRAFIA DE 17/11/2011

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Declaro aberta a 53ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Comunico aos membros da Comissão o recebimento da Moção nº 98, de 2011, da Câmara Municipal de Taubaté, a qual apoia o requerimento de CPI nº 2, de 2011, de autoria do Deputado Federal Nelson Marquezelli, para investigar a privatização do Banespa.

Convido para compor a Mesa o Senador Jorge Viana, Relator do PLC nº 30, de 2001, da Comissão de Meio Ambiente, e convido também o Senador Luiz Henrique, Relator do mesmo projeto nas Comissões de Constituição e Justiça, de Ciência e Tecnologia, e de Agricultura e Reforma Agrária.

Informo às Sras e aos Srs. Senadores que, ainda nesta sessão, analisaremos as emendas da Comissão de Meio Ambiente ao Projeto de Lei nº 28, de 2011, que estima receita e fixa despesa da União para o exercício financeiro de 2012.

Antes de passar a palavra ao Relator, Senador Jorge Viana, quero aqui fazer um breve registro.

Em primeiro lugar, quero cumprimentar o Senador Eunício Oliveira e, de forma especial, o Senador Acir Gurgacz, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; o Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação, Informática e Inovação, pelo trabalho desenvolvido até este momento.

Quero cumprimentar de forma muito especial também o Senador Luiz Henrique e o Senador Jorge Viana, Relatores desta matéria, pelo alto espírito público demonstrado nesse trabalho conjunto, que já vem sendo realizado há meses no Senado Federal.

Quero registrar, Senador Luiz Henrique, que já tinha por V. Exª admiração ainda jovem, quando V. Exª já brilhava no PMDB autêntico, e essa oportunidade de convivência mais próxima com V. Exª só fez aumentar a minha admiração pela sua trajetória política. Quero registrar também a minha alegria, porque estou con-

vencido da decisão acertada de ter designado como Relator desta matéria, na Comissão de Meio Ambiente, o Senador Jorge Viana, também um político experiente, preparado, um homem acostumado ao diálogo. Tenho certeza de que o resultado desse trabalho será extremamente positivo para a sociedade.

Não posso deixar de agradecer também a todos os Senadores e Senadoras desta Comissão e das demais comissões. Desde o início do ano iniciamos este debate, muito antes de o projeto de revisão do Código Florestal chegar ao Senado Federal iniciamos o debate e ouvimos intensamente todos os seguimentos da sociedade. Ouvimos, por mais de uma vez, o Relator, a Ministra do Meio Ambiente, ex-Ministros do Meio Ambiente, ex-Ministros da Agricultura, representantes da sociedade civil, por várias vezes, representantes da comunidade científica, indicados pela SBPC, pela Academia Brasileira de Ciências, realizamos diligências. Portanto, entendo que esse tema está maduro para ser apreciado e votado na Comissão de Meio Ambiente e no Plenário do Senado Federal.

Vou passar, neste momento, a palavra ao Relator Senador Jorge Viana, para que dê alguns esclarecimentos e, em seguida, eu farei uma proposta de calendário para a apreciação dessa matéria na semana que vem.

Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Caro Presidente Rodrigo Rollemberg, querido colega Senador e responsável direto por termos trazido esse tema tão complexo até aqui, sempre aperfeiçoando e tendo a confiança e a chancela da maioria dos nossos Senadores. Refiro-me ao Senador Luiz Henrique, porque sem ele e sem a compreensão dele, que foi o Relator em três comissões, que me convidou para ajudá-lo, para fazermos juntos, acho que não teríamos criado o ambiente que criamos aqui no Senado para tratar esta matéria com o cuidado que ela requer, com o cuidado e a atenção que são indispensáveis. Mas é óbvio que o envolvimento do Senador Eunício, do Senador Acir Gurgacz e também do Senador Eduardo Braga, ao permitirem que déssemos uma tramitação mais célere, como foi dada, e que pudéssemos também atender a um calendário que respeita de certa forma um pedido, um apelo dos produtores rurais, dos preocupados com as questões ambientais em criarmos um ambiente de segurança na legislação que é uma das mais importantes em termos ambientais, que é o Código Florestal, eu acho que sem a compreensão também dos que presidem as comissões por onde essa matéria passou, nós não teríamos chegado aqui.

Desde o primeiro dia, o Senador Rodrigo Rollemberg, que me convidou, já me passou os caminhos em que pensava, no sentido de trabalharmos junto com

as outras comissões. E eu estou envolvido com essa matéria oficialmente desde o dia 1º de junho de 2011. São vários meses. Só que essa matéria, mesmo quando ainda estava na Câmara, nós já estávamos, aqui no Senado, fazendo audiências sobre ela. O debate dessa matéria vem sendo feito há dez anos, está completando onze, e na Câmara, nos últimos dois anos, um debate intenso.

Então, não é um tema fácil. É uma decisão do País, tem que ser uma decisão do País. E a minha responsabilidade é muito grande. Só estou trabalhando e aceitando este desafio porque estou sendo ajudado pelos colegas Senadores, pelos presidentes das comissões, especialmente pelo Senador Rodrigo, e também pelo Senador Luiz Henrique.

É óbvio que hoje eu poderia estar, neste momento, fazendo a leitura de um relatório. É claro, dava para fazer a leitura, mas de um relatório que não estaria completo, de um relatório que traria surpresas. E às vezes até mesmo a boa surpresa pode trazer problemas. É melhor a precaução, é melhor consumir um pouco mais de dias e trazer algo que não venha com maiores surpresas. Ter um ponto ou outro novo, tudo bem, mas naqueles pontos que geraram polêmicas não pode haver surpresa nem para quem pensa de um jeito nem para quem pensa de outro.

Então, o tempo de que precisamos agora é para aperfeiçoar o texto e buscar o entendimento, porque o tempo que o Congresso tem é muito curto, tendo em vista que esta matéria volta para a Câmara dos Deputados depois de apreciada pelo Plenário desta Casa.

Conversei com Senadores, como o Senador Aloysio Nunes, ontem, passando para ele até um certo desabafo da carga. E ele, que está, desde o começo, como um parceirão, como todos os demais Senadores, disse-me: “Na dúvida, ganhe um pouco mais de tempo, faça a coisa de acordo com as condições que você consegue reunir”.

O Senador Luiz Henrique, à noite, foi determinante, porque o meu Presidente Rodrigo, que conhece as nossas intenções, a nossa disposição, conseguiu chegar à minha casa ontem, antes de uma reunião com o nosso querido Senador Moka, que ontem eu pensei que ia fazer um jantar para mim, para que pudéssemos discutir o Código, já que ele é um grande interlocutor, desde a Câmara, mas não era; o jantar era em comemoração à Vice-Presidência, para a qual ele acabava de ser eleito, com o voto de todos nós aqui, no Senado. Mas, que nada, antes de ele ser eleito, até escolhido, ele já tinha me convidado, já tínhamos organizado essa reunião, que foi importante e que tem que se repetir, Senador, para que a gente possa ir aperfeiçoando os entendimentos. E V. Ex^a, que traz a

memória desse debate na Câmara, e aqui no Senado tem sido um grande companheiro e aliado na busca do entendimento, a gente não pode deixar de ouvir. Então, o senhor falou: “Eu quero já antecipar o debate com os nossos colegas Deputados”. E eu acho que valeu muito a pena ter ido.

Então, não foi a reunião que adiou. Aliás, a primeira coisa que falei na reunião foi: “Olha, peço desculpa, mas não vou fazer a leitura amanhã, porque eu preciso de mais tempo”. E aí a reunião até fluiu com um pouco mais de tranquilidade, e foi muito boa a reunião.

Mas, o Senador Rodrigo me procurou em casa, ontem, e falou: “Olha, Jorge, pelas mudanças, é melhor a precaução, é melhor a cautela. Avalie bem”. Eu falei: “Rodrigo, você está certo”. Acho que o melhor que temos é...

A gente trouxe até aqui um trabalho difícil, que parece que está ficando fácil, mas só parece que está ficando fácil pela colaboração que estamos tendo de todos.

Não posso negar o envolvimento da Ministra Izabella, diretamente conosco, conversando com Senadores, à disposição com a sua equipe. Ontem, eu, o Senador Luiz Henrique e o Senador Rodrigo tivemos um almoço com o Ministro Mendes Ribeiro. O Ministro Mendes teve uma operação delicada, como toda a imprensa noticiou; ficou um período fora, no hospital. A primeira reunião que ele fez, voltando à atividade, foi sobre Código Florestal, conosco, no almoço. A primeira atividade dele. Ainda estava, inclusive, sem a gravata, estava lá, ainda no processo de cumprimento das determinações médicas. Estavam a Ministra Izabella, o Ministro Mendes, eu, o Senador Luiz Henrique e o Senador Rodrigo. Com transparência, conversando sobre os pontos mais polêmicos, como mediar isso.

Esse patrimônio, que é hoje do Senado Federal, que é a Casa Revisora, a Casa da Federação, de reunir esse ambiente, não pode ser deixado de lado por uma precipitação minha de fazer a leitura de um texto que não estava adequadamente colocado, pelo menos os pontos importantes de mudanças, com os meus colegas Senadoras e Senadores.

Em respeito a vocês, em respeito a todos do Governo, em respeito aos movimentos sociais, aos interessados, tanto do setor produtivo, da agropecuária, como também daqueles que prezam e fazem da defesa do meio ambiente uma causa de vida, estou pedindo a compreensão do Presidente, do Senador Luiz Henrique e do Plenário, para que a gente possa adiar a leitura para a semana que vem.

Como o Senador Rodrigo falou, se pudéssemos, sem prejuízo da tramitação desta matéria, porque também estou sendo cobrado pelos produtores, pelo

Governo e por muitos que estão interessados em sair dessa insegurança jurídica, se pudéssemos dar uma celeridade, na semana que vem, aos procedimentos, dentro do Regimento, compensaria o prejuízo que, de alguma maneira, estou trazendo com esse adiamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana.

Quero registrar, com muita alegria, a indicação do Senador Waldemir Moka como membro titular desta Comissão, e também cumprimentá-lo pela eleição como 2º Vice-Presidente do Senado.

Faço questão, Senador Moka, de fazer esse registro, como disse ontem no plenário: na convivência, pelo debate do Código Florestal, pude conviver mais de perto com V. Ex^a, um homem de posições firmes, mas que tem demonstrado uma grande capacidade de diálogo na busca desse entendimento em relação ao Código Florestal.

Seja muito bem-vindo a esta Comissão! É com muita alegria que nós recebemos a indicação de V. Ex^a para esta Comissão.

Quero aqui fazer uma proposta de encaminhamento. Que marcássemos a leitura do relatório...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Se V. Ex^a me permite...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pois não.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu não queria, mas fui indelicado de alguma maneira. A última diligência que nós fizemos, Senador Jayme Campos, Senador Moka, Senador Rodrigo, Senador Pedro Taques, e alguns colegas não puderam, por questões... Eram seis Senadores. A última diligência que nós fizemos foi numa das propriedades do Senador Blairo. E estavam lá representantes de entidades não governamentais que atuam no Brasil e no exterior, seis Senadores e prefeitos visitando recuperação de áreas de preservação permanente, fazendo o conhecimento de uma propriedade que tem certificação que os produtores de soja e de grãos nos Estados Unidos estão longe de alcançar. Então, esse ambiente todo a que a gente foi... A última diligência foi essa, a última audiência aqui foi sobre floresta. Eu estaria em risco se chegasse agora, na última hora, para apresentar o relatório.

Então, era só um complemento para agradecer a maneira como o Senador Blairo também nos acolheu lá. Foi a última diligência que nós fizemos antes da deliberação sobre essa matéria. Então, obrigado Senador Blairo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Foi muito correto o seu registro, Senador

Jorge Viana. Realmente, houve uma oportunidade de promover um diálogo mais profundo entre os Senadores que estavam presentes.

Rapidamente, conforme o art. 89 do Regimento: “Art. 89. Ao Presidente da Comissão compete: I – ordenar e dirigir os trabalhos da comissão [...]”.

A minha sugestão é que o Senador Jorge Viana faça a leitura do seu relatório na segunda-feira pela manhã, a partir das 10h da manhã de segunda-feira. E nós marcaríamos a votação da matéria... É claro que, após a leitura do relatório do Senador Jorge Viana, haverá pedido de vista coletiva. Daí a importância de que tenhamos quórum para a leitura desse relatório.

Segundo o art. 132 do Regimento Interno:

Art. 132. Lido o relatório, desde que a maioria se manifeste de acordo com o Relator, passará ele a constituir parecer.

§ 1º O pedido de vista do processo somente poderá ser aceito por uma única vez e pelo prazo máximo e improrrogável de cinco dias, devendo ser formulado na oportunidade em que for conhecido o voto proferido pelo relator, obedecido o disposto no § 4º.

Como o prazo máximo para a vista é de cinco dias, nós daríamos por entendimento o prazo de 48 horas para esse pedido de vista e marcaríamos então a apreciação do relatório do Senador Jorge Viana para quarta-feira pela manhã.

Então, é essa a proposta de calendário que eu gostaria de submeter à Comissão.

É claro que, se, na quarta-feira, por algum motivo, não tivermos condições de encerrar a votação, encerraremos na quinta-feira, como foi feito no dia seguinte pela Comissão de Ciência e Tecnologia e de Agricultura, em sessão conjunta.

Então, é esse calendário que eu quero submeter à discussão e deliberação da Comissão de Meio Ambiente.

Repito: o Senador Jorge Viana faria a leitura do relatório na segunda-feira, às 10h da manhã e, na quarta-feira pela manhã, faríamos então a apreciação e votação da matéria.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, V. Ex^a não poderia marcar a leitura do relatório para segunda-feira, no final da tarde, possibilitando que nós nos deslocássemos do Estado no final da manhã? Marcaríamos às 18h, porque haveria a possibilidade de cumprirmos a agenda pela manhã nos Estados e proceder ao deslocamento no início da tarde.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Senador Flexa, eu quero fazer um apelo aos Senadores, até pela importância dessa matéria.

Entendo que, se a leitura do relatório for feita na segunda-feira pela manhã, nós teremos mais tempo para que os Senadores estudem a matéria.

Eu já consultei alguns Senadores da Comissão e praticamente todos que eu consultei até agora se comprometeram a estar presentes na segunda-feira pela manhã. Aliás, eu faço um apelo a todos os membros no sentido de que, se a Comissão decidir fazer na segunda-feira de manhã, estejam presentes, para que a gente possa ganhar tempo na apreciação dessa matéria. Ganharemos praticamente um dia para que os Senadores possam examinar a matéria.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, ilustre Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, sinto não estar inteiramente de acordo com V. Ex^a quanto ao encaminhamento dessa matéria. O Senador Flexa Ribeiro fez uma sugestão que acho exequível e que pode ser apreciada pela Comissão, de vez que os Senadores, de modo geral, estão chegando nesse horário de 6h em diante. Eu mesmo tenho compromisso no Estado de Sergipe e sou autor de várias emendas, portanto, gostaria de estar presente aqui na discussão. No meu caso – não vou dizer que, por causa de mim, a Comissão decida – eu chegarei aqui, Deus queira, 18h da segunda-feira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente...

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu gostaria de concordar com V. Ex^a em relação ao prazo e fazermos um apelo aos colegas que porventura divirjam, porque, como diz V. Ex^a, nós teríamos mais tempo, a partir da leitura do parecer até a votação, para estudarmos a matéria. Lido o parecer, ele será imediatamente colocado na Internet. Então, todos terão acesso, teremos tempo para estudar, e mais: nós precisamos contar com as 48h para realização da sessão para deliberação. Na segunda-feira, haverá apenas a leitura do parecer, estamos cumprindo uma etapa regimental, não vamos deliberar sobre nada, não haverá discussão, apreciação de emendas, coisa alguma, apenas a leitura do parecer. E já há, no sentido da sondagem que V. Ex^a fez – Senadores aqui que estão comprometidos em estar presentes na

segunda-feira pela manhã. Creio que ganharíamos tempo, e um tempo precioso para estudarmos uma matéria tão complexa como essa sobre a qual vamos deliberar na quarta-feira.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senador Paulo Davim; em seguida, Senador Randolfe Rodrigues; depois, Senador Sérgio Souza.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, em função da complexidade da matéria, eu sugiro que essa matéria seja lida na terça-feira, aí, teríamos garantido o quórum, e que fosse votada na outra semana. Teríamos um tempo de uma semana para termos acesso e para discutirmos o relatório final da CMA. Teríamos a garantia do quórum, e é uma matéria muito importante, extremamente importante para que a gente se utilize de um prazo de 48 horas. Acho que essa matéria não pode ser avaliada no afogadilho.

Já houve apelo de colegas Senadores no sentido de colocar para a tarde a leitura, existem as limitações de transporte. Portanto, a minha proposta é que fosse lida na terça-feira e votada na terça-feira seguinte.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues; depois, o Senador Sérgio Souza; em seguida, o Senador Waldemir Moka e o Senador Blairo Maggi.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, a questão aqui é de procedimento, e acho que temos de ajustar o justo procedimento, o adequado procedimento para que nós possamos ter acesso ao relatório do Senador Jorge e possamos ter o tempo necessário para o debate.

Não vejo problema da segunda-feira se não comprometer o quórum, apesar das manifestações que tenho visto na Comissão, que podem comprometê-lo.

Minha preocupação é com o interstício. O interstício de segunda para quarta-feira é muito curto para a necessidade de debate e de reflexão que todos os Senadores têm sobre o conjunto do Código, e o normal, a tradição da Casa é utilizar o prazo máximo de interstício de cinco dias. Ora, então, se for na segunda-feira, se aqui se acordar ser na segunda-feira a leitura, que nós façamos a apreciação na segunda seguinte, ou, se for na terça-feira, que façamos na terça seguinte, que é o tempo a que a tradição da Casa remete. Sempre é utilizado esse período máximo de cinco dias de vista ao relatório.

Então, dois dias, três dias, um tempo a mais, um tempo a menos não comprometerá o calendário em

que está se pensando, não comprometerá o debate que ambas as partes estão pensando aqui.

Eu queria apelar aos colegas Senadores da Comissão e a V. Ex^a, Sr. Presidente, para que o interstício a ser utilizado seja o interstício máximo de cinco dias, que é o previsto no Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, na mesma linha do Senador Valadares, eu também tenho um compromisso logo de manhã no meu Estado, que é a abertura do III Congresso Brasileiro de Advogados, em que vão estar presentes cinco ministros do Supremo Tribunal Federal e mais alguns ministros, na segunda de manhã. Vou chegar aqui no final da tarde. Então, eu não vou estar presente na leitura do relatório, se for na segunda-feira. No entanto, indago a V. Ex^a se vai abrir a discussão. Se não for abrir a discussão, se a discussão ficar para a quarta-feira, perfeito, porque eu quero estar presente no momento da discussão, já que também sou signatário de algumas emendas e quero discuti-las. Há alguns pontos no Código Florestal que eu acho que ainda merecem ser discutidos, e eu, como membro desta Comissão, quero estar aqui presente no momento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, quero chamar a atenção para o fato de que o Senador Jorge Viana, Senador Luiz Henrique, ao adiar a leitura, poderia tê-la feito hoje. Quero chamar a atenção para este detalhe: poderia tê-la feito hoje. Não o fez em respeito a quê? Ele está tentando um texto o mais convergente possível. Por isso, vai passar o resto do final de semana tentando a convergência. Ora, na segunda-feira pela manhã, trata-se apenas e tão somente de uma leitura, que possibilitará aos Senadores e às Senadoras terem acesso, olhar e, até a quarta-feira, apresentar, se for o caso, as suas emendas. Então, eu não vejo o prejuízo...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Claro. Com prazer.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – A partir de segunda-feira de manhã, o texto estará na Internet. Onde estiver, o Sr. Senador terá acesso e já poderá preparar as suas emendas.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – E veja como... Eu quero chamar a atenção: na semana que vem, nós já estaremos entrando no final do mês de novembro. Quero lembrar a V. Ex^{as} que esse texto tem que voltar à Câmara, onde tem que ser vo-

tado, para que a gente possa, evidentemente, concluir a votação ainda neste ano.

Quero fazer um apelo. Eu sei que muitos de nós têm compromisso na segunda-feira, mas é uma coisa excepcional que vai facilitar, e muito, o nosso entendimento aqui na Comissão. Eu faço um apelo a V. Ex^{as} para que concordemos com esse calendário e possamos, a partir de segunda-feira, trabalhar na convergência. Na quarta-feira, discutiremos as emendas. Destaca-se aquilo, vota-se na quinta-feira, e, na outra semana, nós já poderemos ir para o plenário do Senado. Nós não podemos nos esquecer de que muitos Senadores e Senadoras não fazem parte dessas Comissões e nós vamos ter que ter um tempo no plenário do Senado.

Então, esse é o apelo que eu faço aos Srs. Senadores e às Senadoras. Quero dizer que, da nossa parte, concordamos com a proposta do Presidente, Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Blairo Maggi e, em seguida, o Senador Ivo Cassol, que quero saudar pelo retorno. Nós já estávamos com saudade de V. Ex^a, embora o Reditario Cassol também tenha representado muito bem o Estado de Rondônia nesse período.

Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Bom dia, Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Antes do Senador, quero dizer que concordo com a proposta de V. Ex^a. Vou-me retirar porque participarei de outra solenidade ali. Concordo com a sua proposta.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – É uma honra para mim, Senador Valadares, ter a sua concordância.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, pela ordem.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu tenho uma audiência agora no Ministério das Comunicações e também quero dizer a V. Ex^a que concordo com a leitura na segunda-feira e com a votação na quarta.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Antes de passar a palavra ao Senador Blairo Maggi, só para dar um esclarecimento. Eu já consultei pessoalmente o Senador Moka, o Senador Jorge Viana, o Senador Luiz Henrique, o Senador Raupp, o Senador Acir Gurgacz, o Senador Pedro Taques, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, o Senador Blairo Maggi e o Senador Anibal Diniz, todos membros desta Comissão, e eu também, claro...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Esse quórum está por um fio, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Comprometeram-se a estar presentes aqui na segunda-feira de manhã. A Senadora Ana Rita também. Portanto, já são 11 Senadores. Tenho a convicção de que abriremos a sessão com quórum completo na segunda-feira, com um quórum exuberante. Inclusive com a presença do ilustre Senador do Amapá Randolfe Rodrigues.

Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Bom dia, Sr. Presidente. Eu ia fazer a confirmação do meu nome para segunda-feira, mas V. Ex^a já se antecipou. Estarei aqui pela manhã para a gente continuar os trabalhos tão bem dirigidos pelo Senador Luiz Henrique e pelo Senador Jorge Viana. Faremos a leitura.

Quanto à preocupação que alguns têm, e já foi dito aqui por V. Ex^a, não haverá discussão na segunda-feira. Vamos ganhar tempo para, na quarta-feira, então, fazer as discussões e apresentar as emendas, quem tem emendas para apresentar. Então, gostaria só de confirmar minha presença. Acho que a discussão já está vencida, vamos fazer a leitura na segunda-feira.

Quero dar as boas-vindas ao Senador Ivo Cassol. Quero dizer-lhe que, há 15 dias, fiz uma diligência no Parque Nacional do Iguaçu, lá em São Miguel do Iguaçu, para ver a regeneração espontânea de uma cidade chamada São José do Itavó. Depois de caminhar uma hora na mata, achamos uma casa abandonada. Nessa casa, a Polícia Florestal, a Força Verde do Paraná, que estava comigo, achou um acampamento de caçadores. Nesse acampamento, tinham panelas, comidas, roupas. Quero dizer-lhe que achei uma camiseta sua, da eleição de 2006, para Governador. Estava lá a cara de Ivo Cassol, dizendo assim: “Eu já sabia”. Pensei: “Não sabia que o Ivo ia caçar aqui no Parque Nacional do Iguaçu”. Tirei uma foto e as trouxe. Depois vou entregá-las a V. Ex^a como recordação da nossa diligência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado, Presidente.

É uma alegria e uma satisfação cumprimentá-lo. Quero cumprimentar meus pares aqui presentes. Retorno a esta casa dando continuidade ao trabalho. Meu pai aqui me substituiu. Quero dizer que estamos discutindo uma matéria importante e relevante nacionalmente. O quanto antes deve ser lida essa matéria. O relatório é fundamental que a gente possa aprovar ainda este ano. Ao mesmo tempo, o único pedido que farei ao Sr. Presidente é o de que seja, ao invés de ser

votado na quarta-feira, deixemos uma data fixada para quinta-feira. A semana que vem será a semana que mais teremos prefeitos e vereadores aqui em Brasília, em busca de recursos. Então, vai ser uma correria para cima e para baixo. E para que...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Senador, deixar para quando? Quinta-feira?

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Quinta-feira.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Acordo.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Se fizermos quarta, ficará muito em cima. E vamos ter prefeitos do Brasil inteiro aqui. Estará superlotado por causa do fechamento das emendas. Na quinta-feira, ficará definido para a gente poder votar, já para a gente poder votar.

Ao mesmo tempo, quero dizer para o Senador Blairo Maggi que estava afastado para interesses particulares, mas, com certeza, Senador Blairo, estava pescando, e não caçando lá no Iguaçu. E a camiseta é mesmo, olha aqui, minha camiseta lá no Parque do Iguaçu. Para a gente ver onde há cabos eleitorais, eleitores nossos andando pelo Brasil afora. Depois, V. Ex^a mande-me essa foto. Só sou contra estarem caçando lá. O pessoal aí do Parque do Iguaçu, por favor, preservem os animais! Pesquem à vontade, mas preservem a natureza.

Se eu puder, na segunda-feira, quero estar presente. Vai depender do voos. Lá em Porto Velho, toda semana, como aconteceu terça-feira à noite, a TAM não foi fazer o voo. Ficamos lá todos desamparados. Chegamos aqui de madrugada, sem dormir. De madrugada não, no outro dia de manhã, sem dormir.

Obrigado, Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente...

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Ivo Cassol, a favor do Código Florestal, tenho a convicção de que a noite de domingo estará estrelada em Porto Velho e V. Ex^a poderá vir à Brasília.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, fiz aquela proposta mas, concordo que seja lido na segunda-feira, desde que não seja discutido. Se for apenas a leitura na segunda-feira, concordo com essa posição.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Presidente, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Queria manifestar-me, na impossibilidade que estou vendo de uma mediação no sentido de segunda a segunda ou terça a terça seguinte, em relação à proposta apresentada pelo Senador Cassol de segunda a quinta-feira. Pelo menos se tem mais um dia.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Randolfe, só para registrar que o nosso entendimento, a nossa proposta é de iniciar o processo de votação na quarta-feira porque um tema complexo como esse, em função do número de destaques, pode ser que se alongue por mais um dia e, se houver necessidade, concluiremos a votação na quinta-feira. Portanto, eu mantenho a proposta porque já houve uma manifestação aqui exuberantemente majoritária do plenário a respeito do calendário.

Submeto esse calendário. Segunda-feira, o Senador Jorge Viana fará a leitura do relatório e, na quarta-feira, faremos, também pela parte da manhã, o início da apreciação do relatório e votação.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Sr. Presidente, se for para o bem dos produtores do Brasil, eu concordo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Ivo Cassol.

Com a palavra o Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – É só para reforçar a preocupação do Senador Ivo Cassol e do Senador Randolfe porque quarta-feira, dia 23, é o prazo limite para apresentação das emendas ao Orçamento.

Certamente os coordenadores de bancada vão estar aí, com toda a correria com os prefeitos. Exatamente por isso eles estão preocupados com a competição que vamos ter com a CCJ, quarta-feira, que é sempre a mais concorrida e, além disso, será a data limite para apresentação das emendas.

Por isso, talvez fosse ponderável a gente fazer a votação na quinta e, se fosse o caso, estender até sexta.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Veja bem, Senador Anibal, insisto em que essa questão está superada pela manifestação da maioria do plenário.

Iniciaremos na quarta-feira porque, se houver desdobramentos, teremos ainda quinta-feira para concluir o processo de votação.

Eu registro e convoco todos os membros da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e

Fiscalização e Controle à reunião da Comissão para a leitura do relatório do Senador Jorge Viana, segunda-feira, dia 21 de novembro, a partir das 10h da manhã. Esse é o horário definido: segunda-feira, a partir das 10h da manhã.

Votação da matéria na quarta-feira, dia 23, também a partir das 10h da manhã. Aí poderemos até fazer um pouco mais cedo.

Segunda e quarta, 10h da manhã.

Coloco em votação.

Aqueles que concordam com a proposta da Presidência permaneçam como se encontram. *(Pausa).*

Aprovada, com apenas um voto contrário do Senador Randolfe Rodrigues.

Vou suspender essa reunião por 10 minutos porque ainda está sendo concluído ainda o relatório do Relator, Senador Anibal Diniz, a respeito das propostas de emendas à lei orçamentária anual que será apreciada por esta Comissão ainda hoje.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Esse pessoal do Acre nunca entrega o parecer na hora, é uma coisa incrível...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Está suspensa a reunião por 10 minutos.

(A reunião é suspensa às 11 horas e 07 minutos e é reaberta às 11 horas e 50 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Está reaberta a sessão para apreciação e votação das emendas da Comissão de Meio Ambiente ao Projeto de Lei nº 28, de 2011 do Congresso Nacional, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012.

ITEM 2

VOTAÇÃO DAS EMENDAS DA CMA AO PROJETO DE LEI Nº 28/2011 – CN, QUE “ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DA UNIÃO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2012 (LOA 2012)”.

Relator: Senador Anibal Diniz.

Quero registrar que o prazo para apresentação das emendas à Lei Orçamentária Anual é dia 23, quarta-feira da semana que vem, e nós decidimos fazer a apreciação dessa matéria ainda nesta semana por motivos óbvios.

A Comissão está muito envolvida por debates sobre o Código Florestal e, como foi definido há pouco em nossa reunião, teremos a leitura na segunda-feira, a partir das 10h da manhã e a apreciação e votação na quarta-feira. Como isso poderia acabar, de certa forma,

conturbando ou atrapalhando a apreciação das propostas de emendas à Lei Orçamentária Anual, decidimos marcar para hoje a data de apreciação das emendas.

É importante registrar que levantamento feito pela Secretaria da Comissão de Meio Ambiente mostra que, nos últimos anos, das quatro emendas de apropriação que cabem à Comissão de Meio Ambiente, sempre uma delas foi destinada ao Ministério Público, outra destinada ao Tribunal de Contas da União e duas destinadas ao Ministério do Meio Ambiente.

Convém ressaltar que as atribuições da Comissão de Meio Ambiente são extremamente amplas, afinal, esta Comissão é a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sendo sempre uma dificuldade muito grande, em função do número de emendas, compor, no sentido de aprovação de apenas quatro emendas de apropriação.

Foram apresentadas diversas emendas e vou, rapidamente, fazer a leitura das emendas apresentadas.

Há uma emenda destinada à Embrapa para pesquisa e desenvolvimento de tecnologia para sustentabilidade do agronegócio, sua adaptação às mudanças ambientais e globais, nacional, do Senador Sérgio Souza; uma para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade, de minha autoria; outra para fiscalização e controle da aplicação da lei destinada ao Ministério Público Federal, de minha autoria; uma com o mesmo objetivo para o Ministério Público Federal, de autoria do Senador Alvaro Dias; outra com o mesmo objetivo para o Ministério Público Federal, de autoria do Senador Flexa Ribeiro; uma para a gestão integrada de resíduos sólidos, destinados ao Ministério do Meio Ambiente, de minha autoria, foi uma solicitação do Ministério do Meio Ambiente; outra destinada também ao Ministério do Meio Ambiente para a formação de educadores ambientais, de autoria do Senador Cícero Lucena; outra, de autoria da Senadora Ana Rita, de recuperação da cobertura vegetal de áreas degradadas e outra também da Senadora Ana Rita para a formação de educadores ambientais nacionais do Ministério do Meio Ambiente.

E diversas outras que constam no relatório do Senador Anibal Diniz, a quem passo a palavra neste momento. Convido-o para compor a Mesa para proferir o seu relatório.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^a Senadora, é o seguinte o parecer às propostas de emendas a serem apresentadas pela Comissão de Meio Ambiente ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28, de 2011, do Orçamento para 2012.

Foram apresentadas as seguintes propostas de emendas. Duas emendas, ambas dando adequação à

elevação da despesa do Tribunal de Contas da União. As duas emendas têm o mesmo texto e foram apresentadas pelo Senador Rodrigo Rollemberg e pela Senadora Vanessa Grazziotin. Foram apresentadas, também, 33 emendas de inclusão de despesas. Essas emendas foram apresentadas pelos Senadores Sérgio Souza, Rodrigo Rollemberg, Alvaro Dias, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena, Ana Rita, Waldemir Moka, Acir Gurgacz, Blairo Maggi, Romero Jucá e Vicentinho Alves.

Da análise.

Quanto às emendas ao texto, as duas emendas apresentadas são meritórias e atendem aos objetivos de interesse nacional, além de serem necessárias à adequação do texto à aprovação da emenda destinada ao Tribunal de Contas da União.

Quanto às emendas de iniciativa, as 33 emendas de mérito visam criar ou ampliar dotações. Todas elas são meritórias, porém, algumas apresentam certas duplicidades ou semelhanças de objeto, como abaixo narrado.

As Emendas de nºs 34.101-1 a 34.101-4 trazem os mesmos valores, R\$100 milhões para o Ministério Público Federal, todas na ação 2508 – Fiscalização e Controle da Aplicação da Lei.

Da mesma forma, ocorre com as Emendas nºs 44.102-1, 44.102-2 e 44.103-3, todas destinando recursos à 8300 – Apoio ao Manejo Florestal Comunitário e Familiar com diferentes valores.

Quanto às Emendas de nºs 44.101-07, 44.101-08, 44.101-09, 44.101-10, 44.101-11, 44.101-12, 44.101-13, todas trazem recursos para a ação 7H90 – Recuperação e Preservação de Bacias Hidrográficas. Algumas indicam bacias específicas. A de nº 44.101-10, todavia, engloba todas as demais por ter caráter global nacional.

Do voto.

Consoante o parecer preliminar ao projeto de lei do Plano Plurianual, cada comissão poderá aprovar até quatro emendas de mérito e um número ilimitado de emendas ao texto.

Vejam que nós tivemos 33 emendas apresentadas, mas só podemos aprovar, nesta sessão, quatro emendas.

A limitação às emendas de iniciativa, todavia, impõe a aprovação de apenas quatro emendas. Entendo ser coerente buscar as emendas com maior efeito, em benefício da sociedade. Para tanto opino:

I – pela aprovação das emendas de nºs 34.101-1, 34.101-2, 34.101-3 e 34.101-4 assinadas pelos Senadores Alvaro Dias, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Rodrigo Rollemberg, todas elas de mesmo conteúdo, com o valor de R\$100 milhões para 2508 – Fiscalização e

Controle da Aplicação da Lei destinada ao Ministério Público Federal;

II – pela aprovação das Emendas de nºs 90.000-1, 90.000-2, de mesmo conteúdo, apresentadas pela Senadora Vanessa Grazziotin e pelo Senador Rodrigo Rollemberg, atribuindo o valor de R\$303.332.988 (trezentos e três milhões, trezentos e trinta e dois mil, novecentos e oitenta e oito reais) ao Tribunal de Contas da União. Quanto a essa emenda, frise-se que este Relator recomenda ao Relator Setorial e ao Relator-Geral que garantam que os respectivos recursos, ainda que inseridos genericamente na reserva de contingência, destinem-se ao Tribunal de Contas da União.

III – Pela aprovação da Emenda 44.101-01, do Senador Rodrigo Rollemberg, atribuindo R\$200 milhões ao 86AA – Desenvolvimento Institucional para a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Ministério do Meio Ambiente.

IV – Pela aprovação da Emenda 44101-10, da Senadora Ana Rita, alterando-a para o valor de R\$200 milhões, ao 7H90 – Recuperação e Preservação de Bacias Hidrográficas – Nacional no Ministério do Meio Ambiente, atendendo e consolidando as propostas das Emendas 44.101-07, 44.101-08, 44.101-09, 44.101-11, 44.101-12 e 44.101-13, dos Senadores Waldemir Moka (07, 08 e 09), Acir Gurgacz (11 e 12) e Blairo Maggi (13). A aprovação dessa emenda 44.101-10 visa a atender todas as emendas referidas à recuperação e preservação de bacias hidrográficas, além das bacias não incluídas em propostas de emendas especificadas.

V – Pela aprovação das duas emendas de texto, dos Senadores Vanessa Grazziotin e Rodrigo que têm a mesma redação.

É como voto, Sr. Presidente, pela aprovação dessas emendas, considerando que, das quatro emendas que estamos apresentando, uma se destina ao Tribunal de Contas da União, uma se destina ao Ministério Público Federal, e as outras duas, ao Ministério do Meio Ambiente, para atender à nossa política nacional destinada às respectivas áreas de resíduos sólidos e de bacias hidrográficas, todas em consonância com a preocupação do Governo da Presidenta Dilma e também com a preocupação que está contida na elaboração do nosso relatório destinado à aprovação do Código Florestal.

É como voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Sr. Relator.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam com o parecer e voto do Senador Anibal Diniz permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Solicito à Consultoria para que dê redação adequada a essas emendas para que sejam apresentadas à Lei Orçamentária Anual.

Só quero fazer um registro antes de encerrar a reunião. As emendas que assinei foram as emendas institucionais apresentadas pelos órgãos que estão subordinados, digamos assim, do ponto de vista orçamentário, estão na área de atuação da Comissão de Meio Ambiente: a solicitação institucional do Ministério Público Federal, a solicitação institucional do Tribunal de Contas da União e a gestão de resíduos sólidos, a definição de prioridade do Ministério do Meio Ambiente.

Com a palavra a Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, Senador Rodrigo Rollemberg, Relator das emendas, Senador Anibal Diniz, na verdade, quero apenas parabenizar o Relator. Acho que ele conseguiu atender, de uma certa forma, a todas as propostas apresentadas dentro do que era previsto, que são quatro emendas, mas conseguindo aglutinar todas as demais.

Parabenizo o Relator pela exposição rápida, objetiva, mas de forma bastante clara.

Então, parabéns, Senador Anibal Diniz, pela sua exposição e pelo seu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu também quero cumprimentá-lo, Senador Anibal Diniz, e registrando, como já foi dito aqui hoje, que os Senadores do Acre, hoje, monopolizaram as relatorias nesta Comissão.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Quero agradecer, sensibilizadamente, os cumprimentos, mas quero estendê-los à equipe técnica desta Comissão de Meio Ambiente, que trabalhou ininterruptamente para dar conta da apresentação do relatório em tempo hábil, e teve ali uma conversa bastante interativa na finalização do texto. Estendo esses cumprimentos à nossa equipe aqui da Comissão de Meio Ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Também faço esses cumprimentos a toda a equipe da Comissão de Meio Ambiente, especialmente ao Hipólito, assessor da área de orçamento da Comissão.

E nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, convocando reunião para leitura do Código Florestal para segunda-feira, dia 21, a partir das 10h da manhã.

Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 04 minutos.)

**SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES
PERMANENTES**

**ATA DA 54ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA
COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA 1ª
SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE NOVEMBRO DE 2011.**

Às dez horas e vinte e seis minutos do dia vinte e um de novembro de dois mil e onze, no plenário nº 2 da ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senhor Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **ANIBAL DINIZ, ACIR GURGACZ, JORGE VIANA, PEDRO TAQUES, RODRIGO ROLLEMBERG, LUIZ HENRIQUE, WALDEMIR MOKA, IVO CASSOL, VICENTINHO ALVES, RANDOLFE RODRIGUES, ANA RITA, VALDIR RAUPP e BLAIRO MAGGI**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores **EUNÍCIO OLIVEIRA, SÉRIO SOUZA, EDUARDO BRAGA, ALVARO DIAS, JAYME CAMPOS e GIM ARGELLO**. Fica registrada a presença em plenário dos Senhores Deputados Federais Valdir Colatto e Oziel Oliveira. A presidência declara aberta a reunião e submete a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à **PAUTA**. **Item 1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 117, DE 2011**, que “Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para debater sobre os danos ambientais causados pelo vazamento de óleo proveniente do noticiado acidente ocorrido na plataforma Sedco706, utilizada pela Chevron, localizada no campo de Frade, na Bacia de Campos, no Estado do Rio de Janeiro, com a presença dos seguintes convidados:– Representante da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP ;– Representante da Empresa Petrolífera Chevron; – Subprocurador-Geral da República Mário Gizi; e – Secretário de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro – Carlos Minc”. Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento, com o aditamento do Senador Aloysio Nunes Ferreira para estender o convite aos Ministros de Estado do Meio Ambiente e das Minas e Energia. **Item 2) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 30, DE 2011 – Não Terminativo**, que “Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis

nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências”. Autoria: Deputado Sérgio Carvalho e outros. Relatoria: Senador Jorge Viana. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara n. 30, de 2011, rejeitando as emendas número 1, 5, 6, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 27, 28, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 56, 57, 58, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 100, 103, 104, 105 e 106, e acolhendo, total ou parcialmente, as emendas número 2, 3, 4, 7, 10, 24, 26, 29, 30, 31, 33, 50, 54, 55, 59, 60, 65, 73, 90, 98, 99, 101 e 102, tudo na forma da Emenda (Substitutivo) apresentada. Resultado: **Realizada a leitura do relatório, é concedido pedido de vista coletiva do projeto por quarenta e oito horas, nos termos regimentais**. A Presidência submete ao plenário prazo final para apresentação de emendas ao projeto para o dia 22/11/2011, às 18h. Colocado em votação, a comissão aprova o prazo final. Usam da palavra os Senhores Senadores **VICENTINHO ALVES, IVO CASSOL, ALOYSIO NUNES FERREIRA, BLAIRO MAGGI, WALDEMIR MOKA, LUIZ HENRIQUE, VALDIR RAUPP, RANDOLFE RODRIGUES, ACIR GURGACZ, JOSÉ PIMENTEL, PEDRO TAQUES, ANA AMÉLIA, ANIBAL DINIZ e ANA RITA**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e cinco minutos, havendo lavrado a presente ata Leany Barreiro de Sousa Lemos, Secretária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, que será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Rodrigo Rollemberg**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REGISTRO DE TAQUIGRAFIA DE 21/11/2011

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a 54ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Convido o Senador Jorge Viana, Relator da matéria na Comissão de Meio Ambiente, para fazer parte da Mesa. (*Pausa*.)

Convido também para fazer parte da Mesa o Senador Luiz Henrique, Relator nas Comissões de Cons-

tuição e Justiça, de Agricultura e Reforma Agrária e de Ciência e Tecnologia. *(Pausa.)*

Convido também para fazer parte da Mesa o Senador Acir Gurgacz, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. *(Pausa.)*

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senador Vicentinho.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a, com apoio dos meus Pares, naturalmente, a apreciação de um requerimento extrapauta que apresento a esta Comissão para tratarmos do assunto sobre as hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau.

Segundo o *Valor Econômico* do dia 25 de outubro de 2011, a cota do nível de Santo Antônio está acrescida, agora, em 1.3, e isso, com certeza, deverá mexer com o meio ambiente daquela região. Na Amazônia, todos nós sabemos, um metro que sobe a mais, com certeza, traz problemas para o meio ambiente. E nada melhor do que esta Comissão para discutir este assunto.

Solicito de V. Ex^a a aprovação deste requerimento extrapauta.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Ivo Cassol, pela ordem.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Sr. Presidente, quero cumprimentar os nobres colegas e, ao mesmo tempo, ressaltar o requerimento do nosso Senador Vicentinho Alves.

Senador, se V. Ex^a permitir, poderíamos deixar para a semana que vem, para acrescentarmos mais itens neste ofício, uma vez que temos vários problemas graves lá. Uma das situações graves é que os dois consórcios estão queimando toda a madeira que estão tirando dos reservatórios e ainda botando a culpa nos pescadores e na comunidade, estão enterrando outra parte. Ao mesmo tempo, tem compensação. E eu já, aqui nesta Casa, antes daquele quebra-quebra que aconteceu no Estado, já previa que iriam acontecer coisas erradas lá. As compensações que fizeram com o Estado não estão sendo cumpridas na íntegra, que é o caso da usina de Jirau.

Sr. Presidente, Senador Vicentinho, temos um caso grave. Esta Comissão precisa tomar uma posição urgente. Os dois empreendimentos em Porto Velho estão colocando o rejeito onde está sendo feita a obra. Não estou falando do rejeito de pedra, mas do rejeito de terra, de solo mole, que estão tirando com a draga e jogando no leito do rio. Com isso, estão assoreando o leito do rio, assoreando o leito de Porto Ve-

lho, em frente a nossa capital, Porto Velho, no Estado de Rondônia, assoreando o rio. Isso trará dificuldade para a navegação.

Portanto, se o Senador Vicentinho concordar, poderíamos deixar para a semana esses outros itens da pauta.

Temos que tomar providências urgentes, Sr. Presidente, sob pena de fazer as duas usinas e, aí, as balsas de Manaus e Porto Velho não chegam mais, porque os rios vão estar assoreados. E a fiscalização do Ibama ainda deu autorização para que os dois consórcios fizessem isso. É um absurdo! Se vocês verificarem o que está acontecendo lá, verão que esse, sim, é o verdadeiro crime ambiental que estão fazendo no nosso Estado, já até denunciado pelo Deputado Carlos Magno, pelos ribeirinhos do distrito de São Carlos, do distrito de Calama, do baixo Madeira, que estão vendo o rio, a cada dia que passa, ser assoreado mais ainda. Por isso, solicitaria isso do nobre colega.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Vicentinho Alves.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Sr. Presidente, então o problema é mais grave, e quem o conhece melhor é o ex-Governador, hoje Senador, Ivo Cassol. O que me chamou a atenção foi esta matéria do *Valor Econômico*, intitulada “Batalha do Madeira”, do dia 25 de outubro de 2011. E, pelo que eu vejo, há problemas mais sérios.

Não há nenhum problema nós encaminharmos requerimentos em conjunto: o Senador Ivo Cassol, que representa com muita lucidez o Estado de Rondônia, e também nós. Mas que seja na quarta-feira, quando teremos reunião da Comissão.

Então, Senador Ivo, sugiro a V. Ex^a que encaminhem, depois de amanhã, quarta-feira, o requerimento de audiência pública, acrescentando essas suas ponderações e preocupações.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Havendo concordância dos Senadores, quero registrar que o item 1 da pauta é um requerimento de minha autoria.

REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CMA

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para debater sobre os danos ambientais causados pelo vazamento de óleo proveniente do noticiado acidente ocorrido na plataforma Sedco706, utilizada pela Chevron, localizada no campo de Frade, na Bacia de Campos, no Estado do Rio de Janeiro, com a presença dos seguintes convidados: representante

da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP); representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama); Subprocurador-Geral da República, Dr. Mário Gisi; Secretário de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro, Carlos Minc; representante da Empresa Petrolífera Chevron; e representante da Organização não Governamental SkyTruth.

Quero registrar que apresentei esse requerimento em função das notícias que vêm sendo veiculadas na imprensa e da gravidade do acidente, a fim de que esta Comissão possa debater o que vem sendo feito, do ponto de vista de evitar esses acidentes, e as punições previstas para acidentes ambientais de tamanha gravidade.

Portanto, submeto à apreciação do Plenário.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – O senhor poderia repetir a relação dos convidados, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Os convidados são: representante da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP); representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama); Subprocurador-Geral da República, Dr. Mário Gisi; Secretário de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro, Carlos Minc; representante da Empresa Petrolífera Chevron; e representante da Organização não Governamental *SkyTruth*, que foi a primeira que detectou o vazamento.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu penso que um fato dessa gravidade requer a presença da própria Ministra do Meio Ambiente, para nos dizer a quantas anda a implantação do Plano Nacional de Contingência, previsto em lei há mais de dez anos e até hoje não implantado. Isso me parece crucial.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – A assessoria está me informando aqui que o Plano de Contingência, na verdade, está no Ministério de Minas e Energia. Nós estamos aqui convidando um representante do Ministério do Meio Ambiente, no caso o presidente do Ibama. Caso V. Ex^a entenda ser conveniente convidar o Ministro de Minas e Energia, nós podemos acrescentar ao requerimento.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu acho mais adequado convidarmos

a Ministra do Meio Ambiente para que venha nos dizer o que está acontecendo, porque é um dano ambiental grave. Esse Plano é algo que diz respeito, essencialmente, ao meio ambiente.

Eu não faço objeção, apenas gostaria de poder...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Perfeito. Nós vamos deixar aprovada a sugestão, o convite à Ministra do Meio Ambiente e ao Ministro de Minas e Energia. Se for o caso, dividimos em duas audiências, ouvindo primeiro os técnicos e, depois, à parte...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Concordo. Eu acho que já podíamos fazer os dois requerimentos, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Submeto à apreciação do Plenário o requerimento, incorporando o convite à Ministra do Meio Ambiente e ao Ministro de Minas e Energia.

Em votação.

Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 2 da pauta.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Sr. Presidente, pela ordem. Apenas para registrar que, muito embora eu seja titular desta Comissão, mas, num assunto do Código Florestal, o nosso partido, o Partido da República, designou o eminente Senador Blairo Maggi. Portanto, ele é, efetivamente, o nosso representante, o nosso conhecedor profundo da matéria, dedicado ao tema. Assim, é só para oficializar aqui que temos muito prazer de sermos representados pelo Senador Blairo neste assunto do Código Florestal.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Quero agradecer aqui o Senador Vicentinho e também o meu partido por ter me designado para esta Comissão. Eu sou suplente nesta Comissão, mas, como V. Ex^{as} conhecem, eu frequentei muito esta Comissão. O Senador Vicentinho esteve presente na maioria das audiências aqui também, mas fui designado pelo partido e representarei o partido. Eu quero agradecer o Senador Vicentinho, porque a cadeira é dele, o voto é dele aqui. Então, muito obrigado, Senador. Farei o melhor que posso para bem representar V. Ex^a também.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Antes de começar, quero cumprimentar o Senador Vicentinho e o PR pela escolha. Efetivamente, o Senador Blairo Maggi, desde o início, foi um dos mais presentes e mais atuantes nesse debate. É claro, ele tem um conhecimento profundo da questão, tem uma visão equilibrada e já vem dando uma grande contribuição a esse debate. Certamente, o PR estará muito bem representado pelo Senador Blairo Maggi, como estaria também por V. Ex^a.

Vamos ao item 2, para a leitura do relatório.

ITEM 2

– Não terminativo -

LEITURA DO RELATÓRIO

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 30, DE 2011

Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Autoria: Deputado Sérgio Carvalho e outros.

Relatoria: Senador Jorge Viana.

Antes de passar a palavra para o Senador Jorge Viana, para promover a leitura do seu relatório, eu preciso fazer alguns agradecimentos e alguns registros.

Em primeiro lugar, eu quero agradecer ao Senador Eunício Oliveira, ao Senador Eduardo Braga e ao Senador Acir Gurgacz pela condução desse processo nas Comissões de Constituição e Justiça, de Ciência e Tecnologia e de Agricultura e Reforma Agrária.

Desde o início, nós superamos a falsa dicotomia de que haveria uma oposição necessária entre os interesses da agricultura, da pecuária, da produção agrícola brasileira e a questão ambiental. Procuramos promover, desde o início, um ambiente de entendimento. Eu sempre disse, desde o início, quando designei o Senador Jorge Viana relator dessa matéria na Comissão de Meio Ambiente, que o tempo para apreciação e votação da matéria seria o tempo do entendimento. Ao cumprimentar os Presidentes, quero manifestar, mais uma vez, a minha confiança de que saberemos produzir um grande entendimento ao longo desta semana, que permitirá aprovar o Código Florestal que represente a média da opinião do Congresso Nacional e que seja um Código Florestal bom para o Brasil.

Não posso deixar de fazer um agradecimento muito especial aos dois relatores dessa matéria. Em primeiro lugar, agradeço o Senador Luiz Henrique, que, embora não seja o relator dessa matéria na Comissão

de Meio Ambiente, o foi nas três comissões anteriores. Ele trabalhou sempre conjuntamente com o Senador Jorge Viana. Eles prepararam o relatório a quatro mãos, expressando esse ambiente de entendimento promovido pelo Senado desde o início. Quero cumprimentar o espírito público, a paciência e a disponibilidade do Relator, o Senador Luiz Henrique, sempre pronto a ouvir todos os Senadores.

E quero registrar a minha profunda alegria, Senador Jorge Viana, e a convicção do grande acerto da minha decisão de nomeá-lo relator dessa matéria na Comissão de Meio Ambiente. Essa relatoria permitiu que nos aproximássemos ainda mais, conhecer de forma mais profunda V. Ex^a como homem público, como uma pessoa extremamente capaz, extremamente dedicada, extremamente sensível e extremamente comprometida com os interesses maiores da população brasileira. Se até aqui nós conseguimos construir um ambiente de entendimento, foi graças à sensibilidade e à competência dos dois relatores, dois homens públicos testados, experientes, ex-governadores, dois homens forjados no diálogo e em defesa do interesse público nacional, de duas regiões bastante diferentes, mas que demonstraram muita capacidade de diálogo e muita competência.

Quero manifestar minha confiança, minha convicção de que encerraremos os debates e a aprovação do Código Florestal no Senado Federal da mesma forma que iniciamos: num ambiente de equilíbrio, num ambiente de bom-senso, num ambiente de entendimento. Não posso deixar de agradecer a colaboração de todos os Senadores e de todas as Senadoras dessas quatro comissões, especialmente os Senadores da Comissão de Meio Ambiente pela sua participação, pela sua assiduidade, pelo seu compromisso, pelas contribuições extremamente expressivas a este debate. Solicito o apoio de cada um de vocês, para que possamos concluir esse processo, nesse mesmo ambiente de equilíbrio e de entendimento.

A competência, o compromisso público dos Senadores, especialmente dos membros da Comissão de Meio Ambiente, e das demais comissões, pois fizemos todas conjuntamente, facilitaram muito o trabalho dos presidentes das comissões, especialmente o trabalho da Presidência da Comissão de Meio Ambiente.

Portanto, neste momento, eu ao poderia deixar de fazer esses agradecimentos, agradecendo também à Secretaria da Comissão de Meio Ambiente, a todos os servidores do Senado Federal que contribuíram também para isso – consultoria, assessorias parlamentares, todo o corpo funcional da Secretaria de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Não posso deixar também de agradecer, neste momento, aos Senadores Humberto Costa, Líder do Bloco, e ao Senador Antonio Carlos Valadares, Líder do meu partido, pela confiança de me indicarem como Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, no momento em que a Comissão discute, provavelmente, o tema mais importante desta legislatura, que é a revisão do Código Florestal Brasileiro.

Feitos esses registros, passo a palavra ao Senador Jorge Viana, Relator da matéria na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente Rodrigo Rollemberg, obrigado pelas palavras, pela deferência. Sr. Presidente Acir Gurgacz, Presidente da Comissão de Agricultura do Senado federal, irmão, companheiro e autor do relatório que, daqui a pouco, farei a leitura, Senador Luiz Henrique.

Quero cumprimentar os Senadores aqui presentes, começando pelo Líder do Governo nesta Casa, Senador Pimentel, um bom companheiro e amigo que temos; o Senador Waldir Raupp, que preside o PMDB; o companheiro desta Casa, Senador Randolfe, que tem sido uma das grandes surpresas desta legislatura; meu querido irmão e companheiro, Senador Aníbal Diniz, autor, inclusive, deste relatório, porque há emendas que estou incorporando; este cidadão brasileiro que, com a experiência de governador e a história de sua família, engrandece a história dos brasileiros, Senador Blairo Maggi; Senador Cassol, colega de região, de batalha, de lutas, ex-governador de Rondônia e hoje nosso colega aqui no Senado.

Eu queria cumprimentar, de maneira muito especial, o Senador Moka, Vice-Presidente da nossa Casa, uma pessoa que, também, de alguma maneira, os erros, os problemas dessa proposta, eu ponho na minha conta, mas, se tem algum acerto, V. Ex^a ajudou a ter, pela sua dedicação, desde o primeiro dia, trabalhando comigo, como o Senador Luiz Henrique e, melhor, trazendo uma memória de todo um trabalho que foi feito por uma centena de Deputados na Câmara dos Deputados, auxiliando o relator naquela Casa, o Deputado e hoje Ministro Aldo Rebelo.

Então...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Vamos dividir os acertos e os erros. É mais democrático.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Começamos a nos entender. Estão vendo? (*Risos.*) Mas é sério. Não temos como falar em Código Florestal sem citarmos o nome de V. Ex^a escrito em cada uma das páginas. Eu tenho de fazer esse registro, por compromisso com a verdade.

Meu querido companheiro Pedro Taques, companheiro também de viagens, de diligências e de preocupação com a sua terra e com um instrumento... V. Ex^a é um aplicador da lei durante toda a sua vida e foi uma das pessoas nesta Casa a nos ajudar a dar uma lei segura que possa ser útil para a sociedade e para a construção deste Brasil.

Vou chamar de Ministro, porque quem alcançou os cargos que V. Ex^a ocupou não pode deixar de ser: Ministro e Senador Aloysio Nunes, que é um companheiro também na construção desse entendimento e desse trabalho tão difícil que eu e o Senador Luiz Henrique tivemos de tratar.

Eu não posso nem pensar, Sr. Presidente – nem pensar! –, em começar uma missão tão nobre que é a de relatar o novo Código Florestal do Brasil sem antes agradecer a tantas pessoas que me ajudaram a chegar até aqui.

Eu gostaria, de maneira muito especial, de agradecer – aqui, temos de chamar de V. Ex^a e eu chamo, mas... – a você, Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente desta Comissão, um novo e bom amigo que ganhei no Senado, pela oportunidade que me deu, porque foi o Senador Rodrigo Rollemberg que me confiou a missão de ser relator, junto com o Senador Luiz Henrique, nessa matéria. A missão de relatar essa matéria é tão importante para o presente e para o futuro do meu País! Muito obrigado, Rodrigo.

Para essa missão, também tive a sorte de ter como colega de relatoria e como bom e novo amigo o Senador Luiz Henrique, que me propôs trabalharmos juntos. Ele, que foi relator dessa matéria em três comissões e que tem uma história de vida que se confunde com a história da democracia deste País, com quarenta anos de vida pública, é uma referência de integridade ética e moral. O Senador e eu construímos uma relação de confiança e cumplicidade, que agora esperamos que também possa caracterizar o entendimento que esta Comissão, o Plenário do Senado e a Câmara dos Deputados possam oferecer ao Brasil, votando o novo Código Florestal.

Eu também gostaria de agradecer o Presidente do Senado, o Senador José Sarney, que deu todo apoio ao nosso trabalho nas diferentes comissões, os Presidentes das três comissões anteriores, Eduardo Braga, Acir Gurgacz e Eunício Oliveira, e os Senadores dessas outras comissões que ajudaram no aperfeiçoamento dessa matéria.

De maneira muito especial, quero agradecer aos que trabalham comigo no meu gabinete, liderados pelo Edvaldo, e a tantas pessoas que, nesses últimos dias, se dedicaram de uma maneira extraordinária, para que pudéssemos trazer esse relatório para a Comissão no

dia de hoje. Eu queria também agradecer a equipe do gabinete do Senador Luiz Henrique. Eu não vou citar para não ser injusto, mas, para quem não sabe, os dois gabinetes se juntaram e vararam madrugadas, noites e fins de semana, trabalhando junto conosco. Dessa maneira, concretizamos o sonho do Senador Luiz Henrique de fazermos um relatório a quatro mãos.

De coração, a todos que são funcionários desta Comissão e das demais, meu muito obrigado.

Eu queria fazer um agradecimento especial ao envolvimento institucional e pessoal da Ministra Iza-bella. Só o tempo vai fazer o devido registro do quanto ela e a equipe do seu ministério foram importantes nesse trabalho.

De modo especial, vale registrar a contribuição do Ministro Mendes Ribeiro, da Agricultura, do Ministro Afonso, da Reforma Agrária, e da Ministra Ideli.

Vale destacar o papel dos Líderes desta Casa, como o meu Líder Humberto Costa e o Pimentel, que está aqui, que confiaram em mim, assim como os demais líderes, como Renan Calheiros, Valadares e tantos outros, de todos os partidos, que nos ajudaram a construir um ambiente que nos permitiu fazer o possível para realizar um bom trabalho.

Por fim, eu também queria me referir ao Deputado e Ministro Aldo Rebelo e, na pessoa dele, cumprir todos os Deputados que se envolveram nesse trabalho – e aqui há alguns Deputados presentes. O Ministro Aldo foi a primeira pessoa que procurei quando fui escolhido relator. Ele esteve conosco em duas oportunidades, em audiências públicas. E não temos como falar do Código Florestal sem citarmos Aldo Rebelo.

Nos últimos meses, o debate sobre a reforma do Código Florestal tomou as ruas, ocupou os meios de comunicação de massa, mobilizou as redes sociais e repercutiu com vigor nas duas Casas deste Parlamento. Hoje apresento a esta Comissão o resultado de um esforço de busca de entendimento para que possamos virar a página desta disputa entre meio ambiente e agricultura e estabelecer uma lei que olhe para o futuro e seja duradoura.

Ao aceitar a relatoria deste projeto de Código Florestal na Comissão de Meio Ambiente assumi uma das maiores e desafiadoras missões da minha vida. Essa missão é enorme, especialmente para um Senador em começo de mandato. A meu favor tenho o exemplo de dedicação a esta Casa de dois colegas e amigos, irmão do Acre: os exemplos de Tião Viana e Marina Silva, do meu Estado. Os dois souberam conquistar o respeito desta Casa e do Brasil.

Tive a sorte de começar minha atividade política tendo bons professores: meu pai e o Presidente Lula, que sempre teve uma relação especial comigo e com

todos nós do Acre. Mas foi ao lado de Chico Mendes que tive as primeiras lições sobre compreender a necessidade da harmonia entre a produção e a conservação florestal. E foi com meu pai que aprendi o amor pela terra e a importância de plantar e criar. Aliás, praticamente todos nós neste recinto e neste País temos pais ou avós que vieram do meio rural. É só voltar uma geração ou duas e já vamos estar todos nessa história bonita da atividade produtiva e rural no nosso País.

Quando assumi o Governo do Acre, em 1999, Estado que governei por oito anos, o Acre ocupava as páginas policiais. O crime organizado dominava, a insegurança era a regra e o confronto era permanente, especialmente entre seringueiros e fazendeiros. Foram lamentáveis perdas de vida de parte a parte. Tiramos lições, aprendemos a substituir o conflito pelo entendimento, Senador Luiz Henrique.

O projeto que hoje apresento, eu e o Senador Luiz Henrique, apresentamos ao País é o desdobramento de um esforço de muitas gerações de conciliar agricultura e preservação dos recursos naturais. Este ideal já inspirava os formuladores visionários do Código Florestal Brasileiro de 1934 e de 1965, quando o mundo praticamente desconhecia os conceitos que hoje permitem refletir sobre sustentabilidade. O nosso primeiro Código Florestal, de 1934, falava em florestas protetoras. O Código de 1965 avançou e estabeleceu limites dessa proteção. Foi o Ministro da Agricultura, Armando Monteiro Filho, pai do nosso colega Senador hoje, que, em 1961, determinou a criação de um grupo de trabalho para formular a legislação florestal. Ao notar, vejam bem, o Ministro da Agricultura, pai do nosso Senador hoje, ele mandou e formou um grupo de trabalho ao notar que o avanço indiscriminado sobre as matas tinha impacto direto sobre a produção agrícola.

Vale lembrar o nome do Dr. Alceu Magnanini, que é o único membro ainda vivo desse grupo de trabalho formado por seis pessoas, três juristas e três agrônomos. O Dr. Alceu, aos 86 anos, ainda hoje segue trabalhando e defendendo o meio ambiente.

O projeto elaborado, Senador Aloysio Nunes, foi encaminhado pelo Ministro da Agricultura, em 1962, ao Presidente do Conselho de Ministros.

Leio o início da exposição de motivos que encaminhava o Código Florestal de 1965:

Exmº Sr. Presidente do Conselho de Ministros, há um clamor nacional contra o descaso em que se encontra o problema florestal no Brasil, gerando calamidades cada vez mais graves e mais nocivas à economia do País.

Aí chamo a atenção. Essa exposição de motivos foi encaminhada ao Congresso Nacional em 25 de junho de 1962 e levava junto a assinatura de Tancre-

do Neves, então primeiro Ministro. É importante que resgatemos essa história para vermos o quão importante é o momento que estamos vivendo hoje nesta Casa. Hoje, entendemos melhor do que nunca como a agricultura e o meio ambiente devem andar juntos. Naquela época, o Brasil era um País rural. Hoje, 84% dos brasileiros vivem nas cidades, daí a importância de um olhar especial para a situação ambiental das cidades. A ciência evoluiu, a sociedade mudou, as relações econômicas se tornaram mais complexas e chegou a hora de dar um passo adiante e atualizar a nossa legislação.

Senador Moka, eu leio esse pequeno parágrafo em respeito a V. Ex^a e a todos que labutam, a Senador Kátia não está aqui, mas também o Senador Blairo.

A agricultura brasileira hoje é muito diferente da que prevalecia na década de 60. Hoje é talvez o setor mais moderno e avançado de toda a nossa economia. Mas temos problemas. Parte importante da nossa pobreza ainda é rural.

Este mês passamos a ter 7 bilhões de habitantes na Terra. Nas próximas décadas, seremos 9 bilhões e, para alimentar tanta gente, a ONU estima que a produção mundial de alimentos terá que se expandir em pelo menos 40%. E o Brasil é o País que mais pode ajudar no aumento dessa produção de alimentos.

Ao longo dos últimos anos, a consciência mundial sobre os desafios ambientais também evoluiu bastante. A ameaça do aquecimento global fez com que a agenda climática ficasse no centro do debate internacional. Não há dúvida, o equilíbrio climático é fundamental para todos, para o sucesso de nossa agricultura, para o combate à pobreza, para a segurança de populações litorâneas, para todos os habitantes do Planeta.

Temos a responsabilidade de tomar uma decisão importante sobre o caminho do futuro. Essa decisão requer equilíbrio, compreensão, serenidade, atributos que estão na própria identidade do Senado Federal. Entendo que é nosso papel, como Senadores, exercer a grande política, concentrarmo-nos no que nos une e não no que nos divide.

Foi esse propósito que formulamos no artigo de abertura do projeto, um corpo de princípios inovadores. Essa é uma marca no novo projeto. Assim como o Código Civil e o Código do Consumidor possuem princípios, o Código Florestal Brasileiro também precisa construir os seus. São esses princípios que dão sistematicidade à lei, que permitem que o Código não seja uma colcha de retalhos e tenha coerência. Também são esses princípios que inspiram as futuras políticas públicas, esclarecem os objetivos da lei de harmonizar o meio ambiente e a produção e orientam a interpretação dos órgãos ambientais.

Tomo a liberdade de ler esses oito princípios para conhecimento de todos.

I. Reconhecer que as florestas existentes no território nacional e as demais formas de vegetação são bens de interesse comum a todos os habitantes do País;

II. Afirmar o compromisso soberano do Brasil com a preservação de suas florestas, da biodiversidade, do solo, dos recursos hídricos e com a integridade do sistema climático para o bem estar das gerações presentes e das gerações futuras;

III. Reconhecer a função estratégica da produção rural na recuperação e manutenção das florestas e do papel destas na sustentabilidade da produção agropecuária;

IV. Consagrar o compromisso do País com o modelo de desenvolvimento sustentável que concilie o uso produtivo da terra e a contribuição dos serviços coletivos das florestas e áreas naturais privadas;

V. Coordenar a ação governamental de proteção e uso sustentável das florestas com a política nacional de recursos hídricos, a política agrícola, o sistema nacional de unidade de conservação, a política de gestão de florestas públicas nacional sobre mudança climática;

VI. estabelecer a responsabilidade comum da União, Estados e Municípios em colaboração com a sociedade civil na criação de políticas para a preservação e restauração da vegetação nativa e de suas funções ecológicas e sociais nas áreas urbanas e rurais.

VII. Fomentar a inovação em todas as vertentes para o uso sustentável, a recuperação e preservação das florestas e dos ecossistemas associados à vegetação nativa e

VIII. Criar e mobilizar incentivos jurídicos e econômicos para fomentar a preservação e recuperação da vegetação nativa, bem como promover o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis.

O novo Código tem um olhar decidido para o futuro, não é e não pode ser um acerto de contas com o passado. Esse tipo de atitude não traz uma única árvore de volta, não resgata a nossa biodiversidade perdida, não alimenta nenhuma família.

Os objetivos do Senador Luiz Henrique e meu foram de construir saídas virtuosas que permitam aos produtores recompor o seu passivo ambiental, evitando ao máximo o aumento dos custos de sua produção.

Vale a pena, Senador Blairo, uma atenção para essa frase que eu já tinha lido para o Senador Moka.

Em um momento em que o mundo subsidia a sua agricultura, não podemos tributar mais a nossa.

Entre essas saídas virtuosas destaco três medidas fundamentais.

A primeira é a criação de programa de recuperação ambiental que serve como um atalho para a le-

galidade do agricultor brasileiro, como o cadastro das propriedades rurais e, conseqüentemente, o compromisso dos produtores inadimplentes. Eles terão prazo e segurança para desenvolver suas atividades longe das ameaças da lei, sem que isso signifique anistia.

A segunda é a criação do programa de incentivo à recuperação de áreas degradadas que o Governo, após a aprovação final do projeto, terá oportunidade de implementar.

A terceira é a criação das bases para que a floresta deixe de ser vista como um problema e, como parte da solução, seja tratada como um ativo econômico relevante.

Outro passo importante do projeto é compreender que o desafio ambiental no Brasil tem várias faces. Para os problemas da pequena produção, cria um capítulo que trata de maneira diferenciada a agricultura familiar e os pequenos produtores. Como sabemos, parte da pobreza brasileira é rural.

Nas cidades, o projeto também inova ao criar capítulo destinado especialmente à proteção de áreas verdes urbanas.

A grande maioria da população brasileira vive nas cidades e agora temos a chance de incluir a preocupação com as áreas de risco e o meio ambiente nos projetos de ordenamento urbano.

Por fim, o projeto reconhece a responsabilidade comum da União, dos Estados e dos Municípios, que terão de fortalecer sua gestão ambiental. Certamente teremos o mais importante movimento de governança ambiental neste País com a implementação desse novo Código Florestal. Se estamos conseguindo construir o consenso, é porque o diálogo tem sido intenso entre Governo, Congresso e sociedade.

O Brasil sediará, em 2012, um dos encontros mais importantes do Planeta: a Rio+20. Os olhos do mundo se voltarão para nós. Teremos uma oportunidade rara de afirmar nossa soberania e liderança no debate mundial sobre o desenvolvimento sustentável. O sucesso da conferência, no entanto, começa agora, na definição que o Brasil der a novo Código Florestal.

Esta é a nossa chance de mostrar de uma vez por todas para todo mundo que meio ambiente e agricultura não são adversários. Falo com tranquilidade. Resolver o passivo ambiental no Brasil não afasta os produtores, os agricultores do meio ambiente. Ao contrário, aproxima-os.

O mundo admirará a nossa vocação agrícola para ajudar a alimentar o Planeta, admirará a nossa biodiversidade sem igual, mas também aprenderá conosco como se harmoniza uma agricultura forte, moderna e eficiente com uma floresta rica e preservada.

Encerro, Sr. Presidente.

Ninguém produz bem sem ter o meio ambiente como aliado.

Passo à leitura, Sr. Presidente, do relatório.

Como já foi lido por V. Ex^a, um complexo de leis estabelece as bases para esse novo Código. Ali do lado, a nossa Secretaria pôs um pouco da história dessa lei, sobre a qual há tantos anos o Congresso busca deliberar. Ali não está toda a parte. Ali tem a metade dos cadernos que acompanha esse relatório. Não é pouca coisa! É uma situação complexa, difícil, mas estamos vencendo. Hoje é um dia muito especial.

Vem ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 30, de 2011 (nº 1.876, de 1999, na origem), do Deputado Sérgio Carvalho e outros, que “dispõe sobre a proteção da vegetação nativa”.

Desde 1999, tramitava na Câmara dos Deputados a proposta de reformulação do Código Florestal. O Projeto de Lei que citei tramitou na Casa por doze (12) anos e a ele foram apensadas dez (10) proposições. No dia 24/05/2011, o Plenário da Câmara dos Deputados, com a relatoria do Deputado Aldo Rebelo, a que já me referi, aprovou a Emenda Global de Plenário nº 186 por 410 votos favoráveis, 63 contrários e uma abstenção. Também foi aprovada a Emenda 164, que deu redação nova ao art. 8º da Emenda Global de Plenário.

No Senado Federal, a matéria começou a tramitar no dia 01/06 deste ano, identificada por PLC nº 30. Inicialmente, a proposição foi distribuída para as Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ); de Agricultura e Reforma Agrária (CRA); e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), sendo esta última a comissão de mérito. Por força do Requerimento nº 760, de 2011, do Senador Ricardo Ferraço, o presente projeto foi encaminhado ao exame da Comissão de Ciência e Tecnologia, tão bem presidida pelo nosso colega Eduardo Braga.

Para relatar a matéria nas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ); de Agricultura e Reforma Agrária (CRA); e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) foi designada esta figura extraordinária, o Senador Luiz Henrique. Na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), como já afirmei, tive a honra de ser escolhido. Sei que honraria essa escolha a qualquer dos meus colegas desta Casa, motivo de alegria e agradecimento, mais uma vez, ao Presidente desta Comissão.

1.1 Das audiências públicas.

Antes mesmo de a proposição chegar ao Senado, em 29 de março de 2011, as Comissões de Meio

Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e de Agricultura e Reforma Agrária desta Casa promoveram o primeiro debate dentro do Ciclo de Debates destinado a coletar subsídios técnico-jurídicos para aperfeiçoamento do Código Florestal. Eu, como engenheiro florestal, fico honrado, porque se trata da Lei nº 4.771, de 1965, conhecida como Código Florestal. Na ocasião, a primeira pessoa ouvida foi o relator na Câmara, Deputado Aldo Rebelo. O ilustre relator retornou ao Senado em 16 de agosto para uma audiência pública sobre a matéria.

A discussão sobre o PLC 30 contou, desde o início, com a participação efetiva da Ministra Izabella, Ministra do Meio Ambiente. A Ministra veio ao Senado logo no início da tramitação, em 30/06, e, por quase sete horas, esteve à disposição dos nossos colegas para debater a matéria. Na ocasião, a Ministra explicitou algumas das preocupações da Presidente Dilma, do Executivo, sobre o texto aprovado na Câmara dos Deputados. Dentre elas, ressaltou a importância de se fazer um texto que não deixe brechas para os desmatamentos, o que comprometeria os esforços do Governo Federal para diminuir os índices de perda de vegetação nativa.

A comunidade científica também esteve presente no Senado ainda no primeiro semestre do corrente ano. Em abril de 2011, foram a Embrapa, com seu Presidente e com parte do seu corpo técnico, a Academia Brasileira de Ciência e a SBPC.

Por meio de representantes, universidades, como a Universidade Federal do Acre, a Esalq, a USP e tantas outras, e instituições de pesquisa, como o Inpe, estiveram aqui em audiências, nos dias 05/07, 06/07, 30/08, 15/09, 27/09 e 25/10, e trouxeram contribuições inestimáveis. Veio aqui a comunidade científica trazer suas preocupações, suas ponderações e, mais do que isso, propostas muito consolidadas para que pudéssemos, com o conhecimento que a ciência acumula, melhorar o texto que veio da Câmara.

Algumas audiências públicas foram decisivas para os ajustes já promovidos no Senado pelo Senador Luiz Henrique, como ele mesmo já afirmou em seu parecer anterior, coube a mim propor no texto do PLC 30 a separação – porque foi uma contribuição que recebi de fora desta Casa, de pessoas preocupadas com o bom andamento dessa matéria – das disposições permanentes e as disposições transitórias. Essa alteração foi apresentada na audiência pública e tiveram o aval do Ministro do Superior Tribunal de Justiça Herman Benjamin e do ex-Ministro da Defesa e ex-Presidente do Supremo Nelson Jobim.

Essa audiência, realizada em 13/09, contou também com as participações do Subprocurador da Re-

pública Mário Gisi, dos ilustres advogados em Direito Ambiental – e, aí, vale a ressalva, uma pessoa que é referência para todos nós, o Prof. Dr. Paulo Affonso Leme Machado –, da Promotora de Justiça do Ministério Público de São Paulo Cristina Godoy. A promotora enfatizou que as propostas para reduzir a proteção das Áreas de Preservação Permanente, conhecidas como APPs, fere o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, garantido pela Constituição.

Outro tema exaustivamente discutido com os juristas foi a compatibilização do novo texto ao art. 24 da Constituição Federal, que trata da competência concorrente entre os entes federativos.

Aqui, vale ressaltar o empenho, que pode ter surpreendido a quem não o conhecia, mas a disposição de deixar de lado algumas preocupações e se preocupar na busca de solução, do Senador Luiz Henrique mais uma vez, quando ele, ouvindo alguns juristas, procurou-me e disse que não complicaria, trazendo dúvidas que estão estabelecidas no anseio da sociedade para deliberar sobre essa matéria.

Na oportunidade ficou claro que a União deve estabelecer os parâmetros, possibilidades tanto dos Estados legislar de forma suplementar.

O desafio, segundo os juristas presentes, deve ser elaborar uma lei capaz de garantir proteção ambiental e segurança jurídica. Para o ex-Ministro Nelson Jobim, “a definição de competências concorrentes no âmbito da legislação florestal não pode induzir a concorrências predatórias entre os estados”.

Os ex-Ministros de Meio Ambiente e da Agricultura também foram ouvidos no Senado. No dia 24/08, os ex-Ministros Carlos Minc, Marina Silva, José Sarney Filho e o querido amigo e colaborador nosso nessa nova redação do Código Engenheiro Florestal, José Carlos Carvalho, apresentaram suas contribuições sobre a matéria.

As críticas ao modelo de lei baseado nos pilares de “comando e controle” foram recorrentes. Para os ex-ministros, essa fórmula não é mais apropriada para tratar o tema no século XXI. Portanto, aqui ressalto o que ouvi da ex-Ministra Marina, uma querida companheira e amiga, esse tipo de preocupação.

Um novo Código moderno deve incorporar instrumentos que estimulem a preservação e a recuperação. A necessidade de definir normas especiais para agricultura familiar também foi proposta pelos ex-ministros do Meio Ambiente.

Na ocasião, tivemos a presença do ex-Ministro Alysson Paulinelli – uma figura que está na história do sucesso da agricultura do Brasil, com a criação da Embrapa e que nos deu uma aula aqui da precaução e dos caminhos que deveríamos seguir –, do ex-Ministro

Turra, Reinhold Stephanes, também um Deputado e ex-Ministro colaborador para que chegássemos até o dia de hoje. Para esses ex-Ministros, o novo Código deve regularizar terras cujo desmatamento foi de acordo com a legislação da época. E isso está incorporado no nosso texto. Ainda deve prever mecanismo para incentivar o reflorestamento das áreas que foram desmatadas de forma irregular.

O tema dos incentivos econômicos ganhou destaque no Senado e foi objeto de audiências públicas específicas, realizadas em 15/09/2011 e 05/10/2011.

Tivemos aqui representantes da CNA, da Fundação Amazonas Sustentável. Tivemos também representante da EMBRAPA e, mais uma vez da ESALQ.

Também os Movimentos sociais do campo (Via Campesina, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST; Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar – FETRAF; Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG), organizações não governamentais conhecidas, como ISA, SOS Mata Atlântica e WWF, nos ajudaram e me ajudaram especialmente a fazer essa mediação, sempre alertando sobre os cuidados com o meio ambiente.

Entidades pastorais e religiosas, como o Conselho Indigenista Missionário – CIMI e, de modo especial, tivemos aqui Don Leonardo, Secretário da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Tivemos também a representação da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), que deu contribuição extraordinária, junto com a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), nos dias 01/07/2011, 30/08/2011, 15/09/2011.

O Código Florestal e as cidades também foi tema debatido no Senado, em duas oportunidades. Nas audiências de 30/08/2011 e 09/11/2011, participaram, pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, o prof. Carlos Afonso Nobre (MCT), Sr. Celso Santos Carvalho (Diretor de Assuntos Fundiários Urbanos da Secretaria Nacional de Programa Urbanos do Ministério das Cidades), o Sr. João de Deus, um grande companheiro nessa história, que veio aqui também dar sua contribuição, Diretor que é do Departamento de Florestas da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente (MMA), acompanhado de um mestre meu sempre, prof. Bráulio, e Caio Portugal (vice-presidente de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Sindicato da Habitação de São Paulo – SECOVI/SP), e também o prof. Nabil, que trabalha no governo e também representou a Universidade de São Paulo.

Na segunda reunião, tivemos a honrosa presença do Paulo Simão, presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), e do Sr. Tasso Azeve-

do, além de outros colegas que nos ajudaram nesse dia com os debates.

A preocupação com os incêndios florestais, tema do Capítulo IX, do PLC 30, de 2011, foi objeto de reuniões realizadas em 25/10/2011 e em 11/11/2011.

Participaram da primeira reunião os professores Irving Foster Brown, que convidei, pelo Acre, pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia dos Serviços Ambientais da Amazônia, a professora Vânia Pivello, e o professor e Secretário de Biodiversidade, prof. Bráulio.

Vale ressaltar que a imprensa tem noticiado e todos nós nos preocupamos com os incêndios florestais nas unidades de conservação. E agora estamos aprovando, no novo Código, instrumentos que vão evitar esse tipo de situação e fazer a mais adequada proteção dessas unidades de conservação.

Quero citar também Amigos da Terra, o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) e o Inpa – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, com a prof^a Maitê, todos aqui representados.

Uma das últimas audiências realizadas para tratar do Código, aliás, a penúltima, porque a última foi sobre floresta, com José Carlos Carvalho, nós tivemos também diretores da ANA, Agência Nacional de Águas, a Sr^a Stela Goldenstein, Ex-Secretária do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, o Sr. Pedro Ubiratan Escorel de Azevedo e Maria Teresa Piedade, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), e tratamos das áreas úmidas e das bacias hidrográficas.

Além dessas audiências públicas, realizamos, em muitos Estados deste País, um sem número de audiências, de diligências, como fez o Senador Acir, com transmissão ao vivo em praticamente todas as regiões do País, porque atuamos junto às comissões, debatendo, ouvindo, recebendo e-mails. Esse foi um trabalho fantástico que nós fizemos na preparação desse relatório.

De junho a setembro, a matéria tramitou na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde foi aprovada emenda substitutiva global em 21/09/2011.

As alterações promovidas pelo nobre Relator, Senador Luiz Henrique, foram no sentido de manter o texto sem conflito com a Constituição Federal.

Na CCJ, a primeira adequação foi feita ao artigo 1º, que passou expressamente a indicar a natureza de norma geral ao texto do PLC nº 30, de 2011, conforme estabelecido pelo art. 24, §1º da Constituição Federal. Esta adequação teve repercussão nos demais artigos que, de alguma forma, se utilizam desse princípio e norma de repartição de competência material. A competência dos Estados para legislar, de maneira complementar, está garantida por força do art. 24, §2º

da Carta Magna. Portanto, o texto promove melhoria quanto ao aspecto de juridicidade da matéria.

Como consequência, o art. 33 do PLC nº 30, de 2011, sofreu ajustes no sentido de melhor estabelecer as competências na elaboração do Plano de Regularização Ambiental, o conhecido PRA, que é talvez o mais importante instrumento de que o Brasil e os Estados vão dispor para que isso não signifique uma anistia e um dos pontos mais importantes na busca da segurança jurídica.

Outros dispositivos importantes do PLC nº 30, de 2011, foram alterados com o objetivo de tornar o texto autoaplicável. O Senador Luiz Henrique tirou mais de 30 remissões a regulamentos, e nós conseguimos estabelecer um texto mais objetivo e que, no nosso entendimento, é autoaplicável. É o caso do art. 15, §2º.

Não vou ler todas as modificações importantes que foram feitas.

Alterações relevantes também foram realizadas no art. 8º. É muito importante que entendemos que esse art. 8º era o centro do desentendimento e do conflito. Penso que ele hoje pode ser o caminho, o condutor do entendimento para que essa matéria possa ser votada no Senado e, depois, ser acolhida pelos nobres e queridos Deputados, com repercussão no art. 3º. Com o objetivo de tornar o texto mais objetivo, ampliando a noção de segurança jurídica, foi inserido rol de atividades representativas de utilidade pública, interesse social e de atividades eventuais ou de baixo impacto. Essas definições feitas pelo Senador Luiz Henrique são fundamentais para nortear a administração pública nas exceções de intervenção em Área de Preservação Permanente. Assim, as possibilidades para intervenção ou supressão de APP passam a ser definidas nesta Lei. Outras possibilidades ficam a cargo do Chefe do Poder Executivo Federal.

Em 21/09/2011, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou o Relatório nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). Ao todo foram noventa e seis (96) emendas apresentadas na CCJ. Para dar celeridade à tramitação da matéria, foi firmado compromisso de aprofundar a análise das questões de méritos nas Comissões subseqüentes, o que cumprimos, em particular a apreciação das emendas 18 e 20, de autoria do Senador Lindbergh Farias; emendas 53 e 64, do Senador Antônio Carlos Valadares; emenda 58, do Senador Randolfe Rodrigues; emenda 65, da Senadora Ana Rita; emendas 66 e 67, do Senador Ricardo Ferraço e emenda 68, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que foram objeto de requerimentos de Destaque.

Aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, o PLC nº 30, de 2011, foi

despachado, primeiramente, para exame na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), na sequência para as Comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Em 19 de outubro de 2011, foi aprovado Requerimento nº 59/2011 na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e, no dia 20 de outubro de 2011, foi aprovado o Requerimento nº 69/2011, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Ambos de autoria do ilustre Senador Luiz Henrique, relator da matéria, e propunham que a proposição tivesse tramitação conjunta nessas duas Comissões.

Em 25/10/2011, foi realizada reunião conjunta das Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e da Agricultura e Reforma Agrária (CRA), na qual o ilustre relator, Senador Luiz Henrique apresentou a Emenda Substitutiva Global. Durante a tramitação foram apresentadas 126 emendas na CCT e 29 emendas na CRA.

Em 08/11/2011, foi aprovado o Substitutivo CCT/CRA, sem prejuízo dos Destaques apresentados. Na ocasião foram destacadas onze (11) emendas da CCT e nove (09) emendas da CRA. Da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária foram destacadas as emendas 02 e 05, do Senador Sérgio Souza; as emendas 9, 12, 13 e 14, da Senadora Ana Amélia; a emenda 24, do Senador Casildo Maldaner; e as emendas 27 e 29, de autoria do Senador Acir Gurgacz. Das emendas apresentadas na CCT, as de número 35, 39 e 40, do Senador Eduardo Braga; 53, 58, 64 e 65, do Senador Antônio Carlos Valadares; 75, 118 e 119, do Senador Rodrigo Rollemberg; e a emenda 103, do Senador Valdir Raupp.

Os Destaques foram apreciados em reunião realizada em 09/11/2011, sendo aprovada a Emenda nº 12-CRA, de autoria da Senadora Ana Amélia. As emendas 66, 53 e 58 foram rejeitadas perante a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). Os demais Destaques foram retirados pelos respectivos autores.

O Substitutivo aprovado promoveu várias intervenções importantes no texto que veio da Câmara dos Deputados. Dentre os avanços do texto aprovado na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), destacamos:

A primeira grande alteração foi denominada pelo ilustre Relator na CCT e na CRA, como “uma necessária cirurgia de técnica legislativa”, ao dividir o texto da Câmara dos Deputados em duas partes: a PERMANENTE e a TRANSITÓRIA. De um lado, o regulamento

do direito ambiental para o futuro, de outro, a busca por corrigir erros do passado. Daí surgiu o Capítulo XII – Das Disposições Transitórias, para onde foram deslocados todos os dispositivos de conteúdo transitório, aglutinados nos arts. 51 a 61 do Substitutivo CCT/CRA.

Para o Capítulo das Disposições Transitórias foi deslocada a parte final do *caput* do art. 8º e os parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º (fruto da Emenda 164), no tocante às atividades em áreas consolidadas, gerando o atual art. 53 do Substitutivo CCT/CRA.

Neste novo artigo, significativos ajustes foram feitos, dentre eles, a exclusão do parágrafo 3º, que permitia a regularização de outras atividades em APP. Foi também suprimido o parágrafo 4º, que abria possibilidade para que o Programa de Regularização Ambiental (PRA) autorizasse outras atividades em Áreas de Preservação Permanente.

A parte final do *caput* do art. 12 passou a constituir o atual art. 55, garantindo que culturas de espécies lenhosas, perenes ou de ciclo longo em áreas com inclinação entre 25 e 45 graus possam ser regularizadas. A medida visa regularizar, por exemplo, plantio de café, uva e maçã, garantindo assim a produção secular dessas culturas no sudeste e no sul do país.

O art. 10 foi integralmente deslocado e passou a constituir o art. 54 do Capítulo XII. O § 7º do art. 13, que trata da Reserva Legal em propriedades de até 4 módulos fiscais, passou a ser o art. 60, com ajustes de redação. Os artigos, 33, 34, 35, 36, 37, 38 e 39 também foram deslocados, para as disposições transitórias e reenumerados, respectivamente, para 51, 52, 56, 57, 58, 59 e 61.

Essa mudança estrutural tem alcance significativo ao restabelecer a condição de regra geral para manutenção da vegetação, admitindo-se a intervenção como exceção e não o contrário.

Nesse sentido, contribuição essencial foi dada pelo relator, nobre Senador Luiz Henrique, que incluiu o parágrafo 3º ao art. 8º, com o objetivo de deixar claro que não haverá outra oportunidade para regularizar desmatamentos, ou seja, não haverá outra chance para esse tipo de regularização. Dessa forma, reafirma seu compromisso para solucionar a difícil situação de alguns produtores, mas com a determinação de quem quer contribuir com uma lei que tem na preservação ambiental seu olhar para o futuro, bem como contemplar as preocupações manifestadas pelos ilustres Senadores Rodrigo Rollemberg e Antonio Carlos Valadares, nas Emendas 4 e 58, da Comissão de Ciência e Tecnologia.

Em relação às regras permanentes, destacamos importante alteração que vai ao encontro de posição quase unânime nos debates sobre a matéria: a ne-

cessidade de se estimular, por ganhos econômicos, a preservação florestal. Nesse sentido, foi aprimorado o Capítulo X – Do Programa de Incentivo à Preservação e Recuperação do Meio Ambiente, com objetivo de dar nova motivação para fazê-la, mediante o reconhecimento financeiro dos serviços ambientais.

Entre as alterações promovidas pelo nobre Senador Luiz Henrique nas comissões anteriores à tramitação na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, podemos destacar ainda a inserção do parágrafo 1º no artigo 2º. Essa alteração é importante, pois remete à Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei dos Crimes Ambientais) deixando explícita a norma de crimes e infrações administrativas do meio ambiente.

No art. 3º foram alterados os incisos XI e XII. No primeiro caso, inseriu-se o prazo de 10 anos no conceito de pousio, para limitar o tempo para determinar o pousio de uma área. No segundo caso, acrescentou-se o conceito de manguezal. Essa definição, no inciso XII, do art. 3º, visa garantir que a preservação do manguezal, berçário da fauna marinha, seja feita em sua totalidade, conforme inclusão feita pelo inciso VII, no art. 4º, que dá a condição de Área de Preservação Permanente aos mangues. Portanto, nas normas permanentes é garantida a preservação presente e futura dos manguezais.

Consequentemente, houve a necessidade de ajustar o parágrafo 3º, do art. 4º, que definia que os salgados e apicuns não eram considerados Área de Preservação Permanente. Esse importante ajuste, feito pelo Relator Senador Luiz Henrique, garante a continuidade – é bom que se diga – das ocupações antrópicas, ou seja, existentes nos apicuns e salgados, anteriores a 22 de julho de 2008. Esse assunto está resolvido. Há ainda um impasse de 22 de julho até aqui, o que certamente será objeto de um debate nesta Comissão, daqui até quarta-feira, por exemplo.

Ajuste feito nas disposições transitórias, por meio da inclusão de novo parágrafo 1º, ao art. 53.

Eu, por exemplo, estou fazendo uma modificação importante na parte dos salgados no meu relatório.

Ainda no art. 4º, foi promovida alteração para definir que a agricultura de vazante seja atividade limitada exclusivamente aos pequenos agricultores familiares, em atendimento à Emenda nº 2 da Comissão de Ciência e Tecnologia, do nobre Presidente que atua em todas as Comissões e agora preside esta sessão tão importante, Rodrigo Rollemberg.

Buscando maior clareza quanto às hipóteses de redução para 50%, para fins de regularização da Reserva Legal, em imóveis com área rural consolidada, na Amazônia Legal, foi alterada redação do inciso I,

do art. 13. Tal mudança estabelece que tal redução só poderá ocorrer por recomposição, regeneração ou compensação, sempre limitado ao que já está em uso na região e sem que tal ajuste possa significar a abertura de novas áreas. A alteração procura abarcar a sugestão contida na Emenda nº 60, do Senador Carlos Valadares.

No Capítulo IV, sobre Reserva Legal, foi inserido o parágrafo 5º ao artigo 18, que simplifica as regras para o registro de áreas de reserva legal e reduz o ônus para o proprietário ou possuidor rural.

Isso é muito importante. Com a nova regra, o produtor fica desobrigado de averbação da Reserva Legal no Cartório de Registro de Imóveis, uma vez registrado no CAR – Cadastro Ambiental Rural.

Essa preocupação foi manifestada por meio de emendas do Senador Antonio Carlos Valadares e do Senador Rodrigo Rollemberg novamente.

As alterações aqui realizadas estão em perfeita sintonia com o propósito de aproximar o texto que veio da Câmara dos Deputados. O objetivo tem sido dar segurança jurídica, sem, contudo, comprometer os objetivos futuros de valorização e preservação da nossa riqueza natural. Essas alterações foram promovidas não só com o aval dos nobres Pares, mas também com a participação efetiva de vários segmentos da sociedade civil organizada, de instituições e da comunidade científica, conforme já relatado anteriormente.

Com o esforço dos Presidentes das três Comissões, os nobres Senadores Eunício, Acir, Eduardo Braga e Rodrigo Rollemberg, aos quais publicamente elogio e agradeço, o Senado Federal pôde aprofundar o debate sobre essa matéria. Até o presente, já foram apresentadas 106 emendas nesta Comissão. É com esse espírito coletivo e de debate aberto que a matéria chega à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, a qual tenho a honra de relatar.

Devo dizer que, desde o primeiro dia, todas as boas ideias e informações que chegavam, nós conversávamos com os Senadores, e elas eram transformadas em emendas. E este texto aqui é um texto suprapartidário, um texto que atende sugestões e contribuições dos que pensam de maneira diferente, mas têm o mesmo propósito de construir esse novo Código Florestal.

Conforme claramente se depreende do relator da matéria, o trabalho do Senador Luiz Henrique foi primoroso nas comissões pelas quais o projeto de lei já tramitou. Muitos avanços foram conquistados, seja para conferir clareza ao texto, seja para alcançar a tão almejada harmonia entre a preservação ambiental das florestas, como um patrimônio e um objetivo nacional, e o desenvolvimento das atividades produtivas.

Foi com esse mesmo objetivo que me debrucei sobre o tema, e, para melhor contemplar e harmonizar as valiosas contribuições apresentadas, notadamente pelos nobres Senadores e Senadoras, é que optei por elaborar uma emenda substitutiva global, ora apresentada.

Estou convicto de que, com as propostas aqui contidas, somadas aos avanços que já haviam sido alcançados, tanto na Câmara como com o Senador Luiz Henrique, já aprovadas nas demais comissões, temos um projeto de lei que visa instituir a nova lei do Código Florestal brasileiro e, entre as principais diretrizes e avanços desse trabalho exaustivo e conjunto, podemos destacar – aqui há um pouco da diferença da contribuição feita pelo Senado em relação ao texto original da Câmara:

a) o estabelecimento de mecanismos que facilitem e estimulam a busca pela regularização ambiental dos imóveis rurais e urbanos, não permitindo interpretações que admitam e tolerem novos desmatamentos;

b) a introdução de diretrizes e princípios que esclarecem e orientam os operadores da norma de maneira a garantir que a mesma contribua para o aprimoramento da política ambiental brasileira;

c) a inserção e reorganização de alguns dos conceitos, tornando, assim, a operação da norma mais precisa e segura;

d) a redução à remissão para regulamentos futuros, procurando trazer dispositivos autoaplicáveis e objetivos, facilitando a operação da norma e gerando segurança jurídica;

e) o resgate da condição de APP como espaço onde a regra é a manutenção da vegetação nativa, admitindo-se a supressão de vegetação como evento excepcional, e mesmo assim já estabelecendo as situações de utilidade pública, interesse social ou de baixo impacto ambiental que poderão justificar a referida supressão;

f) o reforço da condição do Projeto de Lei como a norma geral nacional sobre o tema, reconhecendo o papel a ser desempenhado pelos Estados federativos no que se refere à legislação complementar;

g) a indicação de que, em razão da grande diversidade de ambientes associada aos biomas brasileiros, deverão ser implantadas legislações específicas, a exemplo que já realizado para a Mata Atlântica; ou seja, estamos encaminhando a proposta de que, pós Código Florestal, o Brasil tem a lei dos biomas, do Pantanal, da Amazônia, do Pampa, da Caatinga e do Cerrado.

h) a inclusão de instrumentos inovadores, os quais poderão induzir à construção de uma nova consciência, de maior valorização e reconhecimento do papel das florestas na melhoria de qualidade de vida, tais

como instrumentos creditícios para a recomposição de áreas de preservação permanente, reserva legal e expansão das florestas plantadas, a indução de estímulos financeiros para a conservação de vegetação nativa, o apoio à regularização ambiental de propriedades, a definição de regras claras e objetivas para o uso sustentável e racional dos recursos naturais da reserva legal, o reconhecimento da adicionalidade nas ações de manutenção e recomposição de APP e reserva legal, bem como o tratamento distinto aos povos e comunidades tradicionais, incluindo uma seção específica para os agricultores familiares e para quem tem pequenas propriedades;

i) a previsão de regramento específico para aqueles Estados onde os investimentos – isso é muito importante, é uma novidade que pode mudar a paisagem dos Estados brasileiros – a previsão de regramento específico para aqueles Estados onde os investimentos na destinação de espaços para a implementação de unidades de conservação da natureza e terras indígenas já englobam uma parcela considerável do seu território, atendendo, assim, de forma adequada, preceitos e diretrizes das políticas de conservação da natureza, o que permite um tratamento diferenciado quanto aos percentuais exigidos de reserva legal nos imóveis rurais. Hoje, boa parte das reservas legais está nas propriedades privadas. Estados que façam de sua prioridade a demarcação de áreas indígenas, implantação de unidade de conservação, ou seja, tragam para o poder público a responsabilidade de gestão dessas áreas, vão poder, através de zoneamento, reduzir a exigência de reserva legal para 50%;

j) a organização do texto por meio da separação das disposições permanentes e das transitórias, contribuindo para a maior objetividade e clareza, facilitando sua operação e gerando a desejada segurança jurídica aos administrados; com isso, reforça-se o pacto federativo num país de dimensões continentais como o Brasil, ao preconizar a necessária sinergia nas ações da União e Estados;

k) a contribuição para o estabelecimento de referencial básico para as ações de proteção, monitoramento e controle da biodiversidade e dos demais recursos naturais, necessárias para o balizamento do desenvolvimento rural e urbano, incluindo previsões para coibir desmatamentos ou o comprometimento de recursos vitais como a água, além de ocupação de áreas de risco, controle e monitoramento de incêndios florestais e desmatamento;

l) a consolidação dos espaços de preservação permanente, inclusive com a inclusão da necessária proteção aos manguezais e a objetiva definição dos critérios para os PRAs regularizarem as atividades

consolidadas em parte deste espaço, incluindo as ocupações urbanas consolidadas consideradas de interesse social; temos aí instrumentos que podem tirar as cidades do Brasil da ilegalidade em que se encontram hoje;

m) incorpora previsões objetivas para orientar a regularização fundiária de interesse social e de interesse específico nas áreas urbanas (a isso que me refiro), reafirmando e reforçando importantes instrumentos do Estatuto das Cidades bem como estabelece restrições e orientações para o controle e prevenção de acidentes relacionados à ocupação de áreas de risco. O Brasil hoje vive o drama dos desastres naturais nas cidades brasileiras, com centenas e milhares de vítimas todos os anos;

n) As APPs ripárias tiveram suas faixas de proteção mantidas e isso é muito importante. Começou com o Senador Luiz Henrique e está terminando com ele porque S. Ex^a é o autor da emenda que concebemos juntos, dialogando, que estabelece a regra geral de obrigatoriedade de manutenção das APPs ripárias para as atividades consolidadas em tais espaços com vista a harmonizar o meio ambiente com a existência das atividades agrícolas;

o) A manutenção da exigência de reserva para todos os imóveis rurais, prevendo o tratamento diferenciado para regularização das pequenas propriedades e posses rurais;

p) O estabelecimento de condicionantes para uso adequado do instrumento da compensação das áreas de reserva legal, impedindo com isso que tal mecanismo seja inadvertidamente utilizado para facilitar ou induzir novos desmatamentos no futuro, assim como incorpora regras para definição de áreas prioritárias para alocação de espaços usados na recomposição de reserva legal;

q) Ao prever tratamento diferenciado para a pequena propriedade ou posse rural, estabelece critérios seguros que não permitirão qualquer manipulação para fraudar a caracterização de imóvel rural como desmembramento futuro, por exemplo, uma emenda do Senador Rodrigo que já está incorporada ao texto;

r) Prevê regramento claro e objetivo para orientar a exploração sustentável da vegetação da reserva legal, criando mecanismo simplificado para exploração, sem propósito comercial, para o consumo nas propriedades ou posse.

Senador Moka, discutimos isso na propriedade do Senador Blairo. Há uma inconsistência na legislação hoje – chegou o Sr. Assuero Veronez e liguei para V. S^a hoje e não consegui falar porque certamente estava em voo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Quem fala é quem conhece do assunto. O querido Senador Moka sabe do que fala.

Mas aqui vale uma questão que tenho conversado há muitos anos com produtores. A reserva legal foi criada com o propósito também de ter um espaço que auxilia os produtores rurais, seja pequenos, médios ou grandes, a poderem fazer uso. Quando criaram lá atrás é porque algumas propriedades não tinham área nenhuma e depois para fazer uma cerca ou construir uma casa, para fazer qualquer instalação, tinha que recorrer a outros e aí a nossa lei hoje não simplifica que um proprietário de reserva legal possa fazer uso da sua reserva legal, dentro da sua propriedade, para instalação de sua atividade. Isso está resolvido para pequenos, médios e grandes produtores, obviamente com alguma regra para que não se tenha um problema para paisagem e para a própria reserva legal. Acho que é uma conquista de todos nós.

Então, continuando:

s) o fortalecimento da implantação do Cadastro Ambiental Rural, fomentando ação sinérgica e integrada dos órgãos públicos federais, estaduais e municipais.

Afirmo, sem medo de errar, senhores, um instrumento mais poderoso para que não se tenha anistia, para que não se tenha de volta as áreas perdidas, são instrumentos do CAR e do PRA, mas se não tiver envolvimento com a nova gestão, com a nova governança dos Estados e Municípios, nós não teremos sucesso. Destaco o que está acontecendo no Mato Grosso, que já acontece há algum tempo no Acre – e outros Estados precisam fazer o mesmo –, sob pena de termos falhas na implementação de um instrumento tão bom para o produtor.

Ainda:

t) O aprimoramento dos sistemas de controle e monitoramento da exploração e transporte de produtos florestais, instituindo sistema integrado nacional, induzindo assim a atuação participativa e integrada entre a União e Estados federados.

Por último:

u) indica ainda a necessidade da União ou Estados implantarem mecanismos que permitam o acompanhamento da implementação dos instrumentos previstos, procurando assim garantir a futura efetividade da norma como referência de orientação para o uso e ocupação adequada e racional dos recursos e espaço do território nacional.

Explico: hoje, o Brasil e o mundo acompanham apenas o índice de desmatamento do Brasil. Com a proposta que estamos fazendo, nós não vamos contar... Porque eu espero que esse seja um instrumento com que possamos zerar o desmatamento ilegal no Brasil.

Mas com esse instrumento aqui, o INPE, o Brasil inteiro, o Ministério do Meio Ambiente vão poder anunciar ano a ano quanto o Brasil está ganhando de floresta e de área recuperada.

Não podemos apresentar um código que não tenha que prestar satisfação da sua implementação ou do alcance que ele está se propondo. Isso é um instrumento moderno e que vai servir de exemplo para o mundo inteiro.

Da emenda substitutiva global.

É complicado transformar aquele monte de pastas em algumas folhas de papel. É quase impossível. Mas eu peço a compreensão dos colegas Senadores e de todos os que estão nos ouvindo. Já estou nos “finalmentes”. Se Deus quiser eu atravesso esse mar de dificuldade que é passar para os senhores e para todo o Brasil o nosso propósito e o nosso trabalho.

Uma vez expostas as principais diretrizes que me levam à convicção de que estamos alcançando, com o profícuo debate produzido no Senado Federal, um texto bom para o País e o nosso povo, passo a apresentar os temas de destaque que foram incorporados à emenda substitutiva global ora apresentada, muitos dos quais resultado de proposições formuladas pelos nobres Senadores.

Esse não é o meu parecer, não é a minha emenda. Essa emenda é do Senado Federal.

Chegou aqui o Deputado Colatto, também outro batalhador que nos ajuda, junto com seus colegas, a fazer o bom debate e a tentar fazer o aperfeiçoamento. E daqui eu sei que a missão será dos senhores, Deputado, de pegarem e nos ajudarem a vencer o tempo e aprovar essa matéria.

No art. 1º ficou estabelecido que a proteção e o uso sustentável das florestas e dos ecossistemas associados à vegetação nativa, em harmonia com a promoção do desenvolvimento econômico, é o fundamento central da legislação florestal. Em decorrência desse fundamento, o dispositivo também listou os princípios que devem nortear a ampliação e sua aplicação.

No art. 3º também foram promovidas alterações no que se refere à listagem de atividades consideradas de utilidade pública, interesse social ou de baixo impacto, incluindo-se, por exemplo, as atividades de pesquisa, especificamente quanto às atividades de baixo impacto ambiental, atribuindo-se – e aí eu fiz uma proposta nova – utilidade pública, interesse social, a União Federal. Foi um aperfeiçoamento em comum acordo com meu colega e construtor deste texto. E aquilo que se refere a baixo impacto, ou Conama ou os órgãos colegiados estaduais, porque com isso entendemos que essas instâncias colegiadas têm melhor condição de deliberar sobre o que são atividades de baixo impacto.

Também no art. 3º, alterou-se o conceito de pousio, reduzindo-se de dez anos para cinco. Aprendi com meu pai a plantar e a criar e a me apaixonar por isso. Sei o que é o pousio feito pelos índios e pelos agricultores. Estabelecemos algo que certamente será debatido: que pelo menos até o máximo de 25% das propriedades em pousio, e cinco anos como parte do manejo do solo ou mesmo do manejo das atividades produtivas nas propriedades. Isso será objeto de apreciação dos colegas durante esta semana.

Ainda no art. 3º foram inseridos novos conceitos como a definição de área abandonada, área verde e urbana, área de inundação ou planície de inundação, sempre com muita ponderação sabendo que teremos a lei dos biomas que vai aperfeiçoar. Apenas como regra geral, os quais passam a ser utilizados para o estabelecimento de regras.

No que se refere à definição de área de preservação permanente contida no art. 4º da emenda substitutiva, foi promovida a adequação da definição de topo de morro; além disso, foi incluída a proteção de áreas marginais de veredas, acatando as Emendas de nºs 07, 73 e nº 29, respectivamente, dos Senadores Rodrigo, Vanessa Grazziotin e Aloysio Nunes nesta comissão, os quais reproduzem emendas apresentadas por outros nobres Senadores como Senador Valadares, Randolfe Rodrigues, Senadora Lídice da Mata e Senadora Marinor Brito.

No mesmo art. 4º ainda foi inserido parágrafo para conferir disciplina específica para admitir a prática de apicultura. Acho isso muito importante. É uma discussão que a gente traz do Acre e espero ter a justa apreciação dos Colegas. Foi discutido com o Governo a prática de apicultura e da estrutura física diretamente associada, em imóveis rurais com até quinze módulos fiscais, preocupando-se em definir, desde logo, critérios para assegurar a sustentabilidade de tais atividades.

Quanto ao tema, a inspiração foi a Emenda nº 126 apresentada pelo nosso Colega de comissão e meu querido amigo do Acre, Senador Aníbal Diniz. Também a inclusão de dispositivos específicos para as áreas urbanas foi promovida no mencionado art. 4º, por meio da inserção dos parágrafos, atentando-se especialmente para aquelas faixas de passagens de inundação que é uma situação grave que está diretamente ligada às áreas de risco, bem como se reconhecendo a importância da participação dos conselhos estaduais de meio ambiente quanto à matéria.

No art. 6º, mais especificamente no inciso II, foi contemplada parcialmente a Emenda nº 98 do Senador Valadares, no que diz respeito à inclusão das áreas úmidas como um dos lugares ao qual pode ser atribuído

o regime de área de preservação permanente por ato do poder público.

Tendo em vista a urgência da situação envolvendo as atividades de segurança nacional ou defesa civil, estas destinadas à prevenção e mitigação de acidentes em áreas urbanas, foi inserido parágrafo no art. 8º simplificando, quando necessárias, as intervenções em áreas de preservação permanente em tais situações excepcionais.

Nesse sentido, parcialmente acatada a Emenda de nº 99 da comissão, que havia sido apresentada pelos Senadores Rodrigo Rollemberg, Aloysio Nunes Ferreira, bem como acatou-se preocupação manifestada pelo Senador Casildo Maldaner, Relator da Comissão Temporária de Defesa Civil, comissão instalada aqui no Senado e que presido. Depois desse trabalho, assumo o compromisso de concluir antes do final do período de recesso.

A situação de Estados federativos inseridos na Amazônia Legal, cujos territórios são significativamente abrangidos por unidades de conservação em terras indígenas, também foi levada em consideração na emenda substitutiva global. Para tanto, inseriu-se o § 5º do art. 12, de modo a permitir que reserva legal seja fixada em 50% quando 65% do território de um Estado estiver atrelado àquelas áreas públicas protegidas.

Trata-se de dispositivo inspirado na sugestão da querida colega Senadora Ângela Portela do Estado de Roraima. Temos um dispositivo para os Municípios e agora temos um para os Estados. É rígido, é um objetivo a ser alcançado porque nenhum Estado do Brasil hoje alcança, mas pode vir a alcançar, se fizer uma política.

Essa preocupação foi colocada e, mais a frente, eu falo. Foi levantada na última comissão e na votação. É a referencia da preocupação de uma pessoa que tratou conosco esse tema desde o começo que é o Senador Presidente da Comissão de Agricultura e que retirou para que eu pudesse apresentar no dia de hoje.

Com o intuito de reforçar a importância do Zoneamento Ecológico–Econômico, o parágrafo do art. 15 fixou em 5 (cinco) anos o prazo para que os Estados federativos possam elaborar seus zoneamentos, segundo metodologia unificada.

No que se refere ao regime de proteção de Reserva Legal, foi incluída previsão determinando que, no prazo de cinco anos, seja promovida a recomposição das áreas em que houve, a partir de 22 de julho de 2008, desmatamentos irregulares de Reserva Legal ou de área a ela correspondente. Aqui, eu explico. Temos um problema. Quem desmatou, do dia 22 de julho de 2008 para cá, vai ter de recompor suas áreas. Essa é uma emenda que foi apresentada por V. Exª e que nós discutimos e implementamos.

Também foram promovidos ajustes nos dispositivos que tratam do manejo sustentável de Reserva Legal, com vistas a tornar mais claro o seu regramento, notadamente nos arts. 20, 21, 22 e 23.

Nós temos um problema, no Brasil, que o Código procura suprir. Em muitas situações, é mais fácil suprimir a vegetação e tirar as florestas do que implementar um plano de manejo. Não tem nenhum sentido persistirmos nesse erro, e o Código tenta fazer esse aperfeiçoamento. Quem quer fazer uso de supressão de suas áreas dentro da lei, nas suas propriedades, tem de ter mecanismos mais facilitados, inclusive daqueles que fazem na Reserva Legal. Mas, sinceramente, esses dois mecanismos têm de ser absolutamente simplificados, o que não ocorre hoje. E há um compromisso inclusive da Ministra Izabella de continuar perseguindo esse aperfeiçoamento.

Tendo em vista a necessidade de conferir tratamento específico para as questões florestais em áreas urbanas, foi inserido o art. 25, que trata do regime de proteção das áreas verdes urbanas. Como eu disse, 84% da população vive nas cidades. O Código Florestal, quando elaborado, 56% dos brasileiros viviam nas áreas rurais. Era um país rural. Hoje, é um país urbano, e temos de tomar um cuidado, sem sermos impositivos, para que possamos tratar das questões de risco e que melhore a qualidade de vida nas cidades.

O dispositivo relativo às autorizações para supressão de vegetação no art. 26 também foi aprimorado, para esclarecer a quem compete expedir tais autorizações em Áreas de Proteção Ambiental (APAs), contemplando parcialmente a Emenda nº 31, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, e Emenda nº 101, do Senador Valadares, cujo tema já havia sido abordado pelas emendas apresentadas por Ricardo Ferraço na Comissão de Constituição e Justiça.

O mesmo dispositivo também passou a conferir prioridade a projetos de reposição florestal, localizados no mesmo bioma em que ocorreu a supressão de vegetação, bem como inseriu a realização de inventário do material lenhoso com diâmetro acima de trinta metros...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGE VIANA Bloco/PT – AC) – Desculpe-me: trinta centímetros. Imaginem, se eu errar isso, estou liquidado; viro ex-engenheiro florestal no mesmo momento. Mas não esqueci: isso é básico para que possamos fazer o manejo. Então, material lenhoso, com diâmetro acima de trinta centímetros, como condição para o requerimento de autorização.

Haja vista a importância central do Cadastro Ambiental Rural (CAR) na presente proposta legislativa, foram inseridos aprimoramentos no art. 29, com

o objetivo de assegurar a disponibilização de dados do cadastro para acesso público na rede mundial de computadores.

Há uma coisa que é fundamental. Os produtores estavam inclusive propondo que houvesse desmatamento zero, que houvesse uma moratória do desmatamento. Se nós queremos resolver o problema do passivo, penso que a transparência é fundamental; a transparência é fundamental para que todos possam acompanhar o CAR.

No mesmo dispositivo, também houve a preocupação de estabelecer prazo para que seja realizada a inscrição da propriedade rural no CAR (Cadastro Ambiental Rural), o qual foi fixado em um ano, prorrogável, uma única vez – isso também gerava uma insegurança no texto que nos chegou às mãos –, por igual período, por ato do Chefe do Poder Executivo, aproveitando-se a Emenda nº 102, do Senador Valadares e a emenda, que de fato deu essa nova redação do Senador Blairo Maggi, aqui presente. Ou seja, essa autoria é coletiva. Eu estou aqui mostrando na análise, ambas apresentadas nesta Comissão, a mesma preocupação já havia sido externada pelo Senador Ricardo Ferraço e Aloysio Nunes.

O Capítulo VII da Emenda Substitutiva Global, dedicado ao regramento da exploração florestal, também foi objeto de pontuais aprimoramentos nos art. 31, 32 e 34, com vistas a tornar mais claras as suas disposições.

Modificações um pouco mais acentuadas foram promovidas nos artigos relativos ao controle, origem e produtos florestais – Emendas 35 e 37, de autoria do Senador Demóstenes e que teve também uma contribuição, um aconselhamento do meu querido amigo Senador Pedro Taques –, de modo a fortalecer o Sistema Nacional, que integrará os dados dos diferentes entes federativos, inclusive por meio da atribuição ao órgão Federal quanto à tarefa de fiscalizar os dados e relatórios recorrentes do sistema; sem isso teremos insegurança jurídica e teremos sérios problemas na implementação do PRA, que é tão importante para os produtores.

Em outros dispositivos, o objetivo foi no sentido de desburocratizar aproveitamento de material lenhoso, proveniente de reflorestamentos realizados fora das áreas ambientalmente registradas, como já me referi ainda há pouco, estabelecendo critérios mínimos, para garantir o acompanhamento de tais atividades.

Busquei aprimorar o Capítulo 9, destinado à proibição do uso do fogo, controle de incêndios. Manteve-se a regra geral de proibição de uso de fogo na vegetação, contida no art. 38, mas devo dizer que, a partir de hoje, é possível se fazer o manejo do fogo em proprieda-

des. Isso é muito importante, porque nos aceiros, na proteção do que interessa, nas áreas de preservação permanente, podem ser estabelecidas pelos órgãos competentes maneiras de utilização do fogo.

Isso foi objeto da audiência pública que houve aqui, e eu acho que é um avanço extraordinário para salvarmos propriedades, para fazermos pesquisa e salvarmos unidades de conservação.

Agradeço ao professor Bráulio, meu professor na formação, no curso de Engenharia Florestal, e meu professor na elaboração do Código Florestal, o Novo Código Florestal Brasileiro, pela contribuição que ele e outros cientistas nos deram nesse Capítulo IX.

Já nos art. 39 e 40, foram fixadas regras relativas ao Plano de Contingência. Nosso Projeto estabelece uma Política Nacional de Manejo de Florestas e Controle de Queimadas, Prevenção e Combate de Incêndios Florestais.

Especial atenção foi conferida aos instrumentos de estímulos, como estratégica para adoção de medidas ambientalmente adequadas, com ampla reformulação do Capítulo X, dedicado ao Programa de Apoio aos Incentivos de Preservação e Recuperação do Meio Ambiente. Foram mantidos os objetivos e os instrumentos apresentados pelo Senador Luiz Henrique. Foram incorporadas emendas – e destaco desde a Deputada Rebeca, outros deputados, como também o Senador Eduardo Braga, um construtor desse capítulo.

Devo dizer também que o Senador Sérgio Souza teve uma participação, ele que preside a subcomissão de acompanhamento das mudanças climáticas nesta Casa. O Senador Sérgio Souza e o Senador Eduardo Braga são coautores dessa parte importante.

E devo falar aqui... O Senador Luiz Henrique fala no sentido de uma ação proativa, importante, de que a Presidente Dilma – porque o Senado tem limitações constitucionais – acate, entendendo que nós todos aqui estamos procurando resolver um problema de décadas no Brasil. A contrapartida...

Quando falo com o Senado Moka, com Kátia Abreu, com Blairo, com todos os Senadores, sem instrumentos econômicos, estimulando aqueles que cumprem a lei pelo andar de cima, que estão acima do que a lei estabelece, eles não podem ficar em uma situação de bobos da corte. Eles não podem viver uma situação de que não fizeram o que alguns fizeram e depois ficaram em uma situação pior.

E os instrumentos, todos eles, para que o Brasil faça o mais importante plano mundial de recomposição de área de preservação permanente, de estímulo para que o produtor, que é o proprietário da reserva legal possa cuidar desse bem nosso, como está no primeiro princípio que nós estabelecemos – o Sena-

dor Luiz Henrique falou e eu concordo –, quem sabe a Presidente Dilma não apresente, na véspera do Rio+20, esse programa e nos dá, a nós do Senado e da Câmara, um presente pelo esforço de aprovar o novo Código Florestal.

Além disso, no §2º do art. 41, com o objetivo de incentivar aqueles que cumpriram integralmente a legislação ambiental, foi detalhadamente disciplinada a aplicação da progressividade como critério para o estabelecimento da prioridade na destinação de recursos e no acesso às medidas de estímulo. É isso que é importante que a gente possa passar do Brasil. Os que foram no cumprimento além do que a lei estabelecia têm que levar uma vantagem, têm que receber um pouco mais na hora que se estabelecem as políticas públicas. Dessa maneira, vamos fazer um processo educativo e pedagógico.

No art. 42 foi ainda inserida regra estipulando que pelo menos 30% dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de água na Lei nº 9.433, de 2007, deve ser destinado para medidas destinadas relacionadas às áreas de preservação permanente. Para além disso, no art. 43, ficou estabelecido que as empresas concessionárias de serviços de abastecimento de água, de geração de energia hidroelétrica, públicas e privadas, devem aplicar no mínimo 1% do total de receita operacional, auferida em cada bacia hidrográfica, em medidas de manutenção e recuperação de áreas de preservação permanente.

Se alcançarmos instrumentos como esses, certamente a história do Brasil será outra no que diz respeito às bacias hidrográficas brasileiras.

Tal como havia sido previamente informado na Emenda Global Substitutiva, dedico o Capítulo XII especificamente para o tratamento diferenciado à agricultura familiar, composto pelos arts. 52 a 58.

No mencionado capítulo foram reunidas e aprofundadas regras que levam em consideração a situação peculiar das propriedades rurais da agricultura familiar, abrangendo temas como intervenção e supressão de atividades de baixo impacto (art. 52); procedimento simplificado para inscrição no cadastro (CAR). Acabou o discurso de que será difícil para a pequena propriedade, porque, na formulação das diretrizes, o Governo vai ter de estabelecer um sistema muito simplificado de acesso, sem ter de recorrer à averbação em cartório.

Disponibilização de apoio técnico e jurídico, por parte do poder público, para o cumprimento das obrigações ambientais do art. 54, além de medidas específicas de estímulo e de financiamento (art. 58).

Nesses termos, foram consideradas – e não é que estou mesmo terminando – propostas apresentadas

pela Senadora Ana Rita, por meio da Emenda nº 60, nesta Comissão, que vai na mesma direção.

Senadora Ana Rita, agradeço a sua contribuição, como agradeço a todas as entidades ligadas aos Sem-Terra, Via Campesina, MST, Contag, Fetraf e também ao Ministro Afonso, que ficou atuando comigo para que pudéssemos trabalhar nessa emenda.

Mas me dirijo ao Senador Suplicy, que havia apresentado anteriormente, e, em um entendimento com a Senadora Ana Rita... Então, Senador Suplicy, obrigado pela sua contribuição.

Foi mantida a lógica de reunir, em local específico (Capítulo XIII), as disposições transitórias. E aqui vale a pena dizer que, até ontem havia um entendimento de que o Senador Luiz Henrique apresentaria a emenda ou as emendas que tratam das disposições transitórias.

Mas ontem, ainda, entre nós, poucos trabalhando com isso, já esgotados de tantas noites sem dormir, já esgotados pela perda de peso, e já com dificuldade até de raciocínio, até nós não estávamos mais entendendo. Estava muito claro para mim, com os colegas me ajudando, já não se estava entendendo que a gente só hoje apresentaria as duas emendas do Senador Luiz Henrique. E aí ficou uma situação em que, à tarde, conversando com o Senador Moka, falamos: "Pelo amor de Deus, vamos resolver isso de uma vez por todas!". Combinamos com o Senador Luiz Henrique, e, à noite, fizemos as emendas. Ele apresentou, eu incorporei ao texto, e os colegas Senadores vão poder ler, analisar, e, obviamente, se houver algum aperfeiçoamento, teremos até quarta-feira para apresentar. Mas trouxe, porque acho que esse é o caminho para que a gente possa resolver.

As áreas consolidadas... Inclusive, a Senadora Kátia Abreu fez um registro numa entrevista que ela deu no *Jornal Hoje*... E vou depois conversar um pouco com ela, porque acho que chegou uma versão para ela, da jornalista que me entrevistou, de que as emendas seriam apresentadas pelo Luiz Henrique, como tínhamos acordado, e ela ficou achando que eu poderia ter alguma dúvida sobre apresentar hoje ou não. Mas depois eu vou ter uma conversa particular com a Kátia Abreu, que nos ajudou tanto a chegar até aqui. Que a Ministra Isabella não nos ouça!

Foi mantida a lógica de reunir em local específico (Capítulo XIII), as disposições transitórias destinadas a disciplinar o Plano de Regularização Ambiental (Seção I) e as áreas consolidadas em Áreas de Preservação Permanente (Seção II) e de Reserva Legal (Seção III).

No que se refere aos Programas de Regularização Ambiental, a principal inclusão diz respeito ao estabelecimento de prazo para a sua elaboração, conforme

caput dos §§ 1º e 2º do art. 59, contemplando-se a Emenda nº 54, apresentada pelo Senador Blairo Maggi.

No mesmo dispositivo, quanto aos §§ 4º e 5º, ainda foram parcialmente contempladas as sugestões dos Senadores Antonio Carlos Valadares e Aloysio Nunes Ferreira, especificamente, como já disse ainda há pouco, nas Emendas de nºs 90 e 30 desta Comissão, que reproduzem emendas apresentadas em outras Comissões pelo Senador Ricardo Ferraço.

Em relação às atividades consolidadas em Áreas de Preservação Permanente, grande esforço foi produzido para o aprimoramento do texto. Quero destacar, já falei aqui, a atuação do Senador Luiz Henrique, que foi ainda mais imprescindível para esse tema específico, eis que ficou a seu encargo, cumprido com a maestria que lhe é peculiar, a apresentação da proposta que serviu de base para o tema e foi incorporada no art. 61 da Emenda Substitutiva.

Eu não sei como fazer, não sei se abro aqui agora para que o Senador Luiz Henrique possa fazer, acho que é o momento, mas V. Exª precisa fazer referência a essa emenda porque ela é que estabelece o caminho para o entendimento. É o tempo que tomo uma água, respiro um pouco para terminar o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Luiz Henrique.

Antes, porém, registro com alegria a presença entre nós do Dr. Murilo Flores, ex-Presidente da Embrapa, Secretário de Desenvolvimento Rural do Mapa e Presidente da Fundação de Amparo ao Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina; bem como dos Deputados Valdir Colatto e Luis Heinze, que nos honram com suas presenças.

Passo a palavra ao Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente Senador Rodrigo Rollemberg, Sr. Presidente Senador Acir Gurgacz, meu caro amigo e companheiro de Relatoria, Senador Jorge Viana, Senadoras e Senadores, membros das assessorias do Governo, do Senado, das organizações não governamentais e entidades ligadas à problemática desta lei, que muito nos ajudaram, caros representantes da imprensa, senhoras e senhores, na última reunião conjunta das Comissões de Ciência e Tecnologia e de Agricultura, foram apresentados destaques para quatro emendas: uma de autoria do Senador Acir Gurgacz, duas de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg e uma de autoria do Senador Casildo Maldaner. E havia uma possibilidade, sentimos uma possibilidade real de, a partir dessas emendas, fazer um grande entendimento que transformasse a turbulência da Emenda nº 164, na Câmara dos Deputados, meu caro Deputado Valdir Colatto...

Vejo aqui que o Projeto é atribuído ao Deputado Sérgio Carvalho e outros, mas, na verdade, V. Ex^a é, senão o principal, um dos principais autores desse Projeto. V. Ex^a é um guerreiro por essa regularização tão importante, assim como o Deputado Heinze, que está aqui e nos honra com a sua presença.

E com a habilidade extraordinária do Senador Jorge Viana e uma participação muito, muito intensa da assessoria da Ministra Izabella, do Dr. João de Deus, do Dr. Luizão, com a participação dos meus assessores, aqui destacando o trabalho do Jorge Welter, o indormido Jorge Welter, do Dr. Gérson Schwertz, do Eduardo Siqueira, o trabalho de um jovem que, tendo sua esposa prestes a lhe dar seu primeiro filho, permaneceu aqui, o Leonardo Pappi, uma grande dedicação, acho que construímos um texto que pode nos permitir repetir a frase de Ulysses Guimarães quando da conclusão do texto constituinte. Ulysses Guimarães, com quem tive a honra de conviver intensamente nos seus últimos dez anos de vida pública inextinguível, Ulysses Guimarães afirmou, no discurso em que celebrava a assinatura, pelos Srs. Constituintes, do texto da Constituição Cidadã, o seguinte: “Estamos aprovando um texto que, em termos de política de meio ambiente, segundo já reconheceu a ONU, é o mais avançado do mundo”. Eu quero lhes dizer que esse texto aqui, apresentado pelo ilustre Senador Jorge Viana, com os aprimoramentos, certamente, de sintonia fina que ainda serão feitos até a sessão de quarta-feira e, depois, no Plenário do Senado e, depois, no Plenário da Câmara, vai nos permitir dizer que o Brasil terá a mais avançada legislação ambiental de todo o mundo.

Em relação às APPs, as mudanças realizadas aprimoram muito a utilização pelos agricultores familiares, pelos pequenos agricultores, mas também estabelece um regramento para os agricultores entre 4 e 15 módulos.

Lembro-me que durante a votação e em todo o processo de elaboração e discussão na Câmara dos Deputados, a limitação a quatro módulos fiscais era objeto de grande polêmica. Quando recebi a incumbência honrosa de relatar o projeto nas três Comissões já referidas, procurei buscar qual era a origem desse corte de quatro módulos fiscais e fui buscar na legislação que criou o Pronaf.

Está aqui o Dr. Murilo Flores, a quem tive a honra de ter como Presidente da Fundação de Amparo ao Meio Ambiente de Santa Catarina, cargo em que ele continua no atual Governo do ex-Senador Raimundo Colombo, e ele me relatou como surgiu essa limitação a quatro módulos, como base para a caracterização da pequena agricultura, capaz de receber recursos sub-

sidiados do Pronaf. Ele me contou que isso ocorreu, em longas negociações, principalmente com a Contag.

Então, essa é uma matéria que foi estabelecida a partir de 1996 e, portanto, é matéria já harmonizada no entendimento do que deva representar o privilégio à pequena agricultura e à agricultura familiar.

O que se estabeleceu na emenda? Quatro limites de afastamento da calha do leito regular do rio. A regra mínima é de 30 metros e, a máxima, de 100 metros; e uma exceção, nos rios de até 10 metros, uma regra especial de 15 metros de afastamento, quando se tratar de agricultores com propriedades de até quatro módulos.

Quanto à necessidade ou não de esses agricultores terem de recompor áreas desmatadas dentro dessa faixa, o Senador Jorge Viana introduziu, inteligentemente, até para atender o espírito do art. 24 da Constituição, da Competência Concorrente dos Estados, estabeleceu um novo regramento. O pequeno agricultor, de até quatro módulos, poderá ficar dispensado da recomposição em casos específicos estabelecidos pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente, dentro de normais gerais que devem ser estabelecidas pelo Conselho Nacional.

Então, essa é uma forma pela qual... Vou dar um exemplo de uma situação típica no Sul do País: os produtores de arroz que foram induzidos pela lei federal, pelo Programa ProVárzea, a ocupar até a calha do leito do rio. Então, a coisa fica estabelecida de forma muito adequada aqui no art. 61, seus parágrafos e nos artigos seguintes.

Outra novidade que surgiu foi o tratamento para os agricultores médios de até 15 módulos, dando uma proteção especial a esses agricultores, reconhecendo a justeza dessa decisão e atendendo o apelo que muito de vários produtores produtivos no sentido de que se ao se manterem estática a questão dos quatro módulos, nós prejudicaríamos inclusive o cidadão que tem 4,1 módulos.

Essas alterações atendem a intenção da emenda Gurgacz, das emendas Valadares e atendem também a uma negociação feita muito claramente, um diálogo feito por mim e pelo Senador Jorge Viana com os Srs. Deputados que propuseram esta ação, e acredito que essa matéria ficou muito bem definida nas disposições transitórias do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra, para dar continuidade a leitura do relatório, o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Parabéns, Senador Luiz Henrique.

Nós temos uma situação também que eu, com toda a tranquilidade, apresento e que também é fruto de uma conversa que tive no meu gabinete com o

Deputado Colatto e outros vários Deputados. Há uma situação que o Brasil precisa conhecer um pouco melhor. Essa emenda que nós estamos apresentando ela trata de pessoas que tiveram problema de supressão em área de preservação permanente, ao longo desse período e que estavam numa situação irregular e que aderindo ao prazo vão poder sair dessa situação. Mas tem situações de produtores que na hora de fazer a supressão, ou ter uma atividade na área que é permitida pela lei, ou seja, não trata de reserva legal nem de APP, eles foram multados e enquadrados no que se chama de art. 50, porque é um assunto que o Brasil precisa vencer. Nós estamos pondo uma proposta de que não é justo que se crie um mecanismo para aqueles que tiveram supressão de área de preservação permanente e você não tem como solucionar quem foi enquadrado. Sabe o que acontece com isso? Tem multas aplicadas hoje que o cidadão tem lá 30 hectares e a multa é o valor de 100 hectares. São três, quatro, cinco vezes maiores do que ele tem de patrimônio. E aí tem um entendimento, eu apresentei um dispositivo, para que o Governo Federal, em no máximo de faça os instrumentos de fazer conversão dessas multas em algo que tire essas pessoas de uma situação que eles se encontram.

A Ministra Isabela está com um propósito, de conversando com o Governo apresentar – e aí estou apresentando para pequenos, para pequenos, até quatro módulos – mas há um compromisso de se estudar, de resolver definitivamente esse assunto sem maiores prejuízos, fazendo conversão. Eu acho que esse é um ponto porque senão não tem como explicar a situação que tem hoje. É muito difícil qualquer pessoa que teve um problema, por exemplo, ele ia lá, é legal, é direito dele, mas deu um atraso na licença dele, ele fez atividades antes, ele cai nesse art. 50 que é uma tragédia, principalmente para aqueles que vivem e que só trabalham que vive só da terra, que passam a ser tratados como estivesse vivendo um caso de polícia.

Então, isso também está incorporado, é importante ressaltar que nessa emenda...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Licença, Senador.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Pois não.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Eu sou testemunha do compromisso assumido pela Ministra Izabella Teixeira. Ela disse que não era adequado tratar isso nesse projeto. Acho que ela encaminharia ao Governo um projeto específico para a conversão de multas em recomposição de serviços ambientais. É um compromisso que ela afirmou para várias pessoas que estavam discutindo o texto desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Antes de passar a palavra, Senador Jorge Viana, já aproveitando a interrupção, quero registrar a presença também do Deputado Federal Oziel Oliveira e pedir desculpas por não ter feito antes; registrar a presença do Dr. Bráulio Dias, Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, e de toda a equipe do Ministério do Meio Ambiente – João de Deus, Luizão – que, desde o início, tem acompanhado e dado uma contribuição extremamente importante na busca do entendimento.

Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – São não mais do que dois minutos para concluir.

Finalmente – aqui eu queria ressaltar e chamar a atenção dos colegas neste plenário –, também considere adequado estabelecer importantes regras nas disposições complementares e finais. Por exemplo – atentem para isso –, no artigo 75, foi atribuída à Câmara de Comércio Exterior (Camex) – isto é uma novidade – a adoção de medidas de restrições às importações de bens de origem agropecuária ou florestal produzidos em países que não observem normas e padrões de proteção do meio ambiente compatíveis com os que nós estamos estabelecendo. É o começo...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senador, vou interromper, mas V. Ex^a vai ficar surpreso com como a maioria dos países não poderá exportar para o Brasil.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – É óbvio.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – É essa a questão. O produtor brasileiro tem reserva legal. Mas aqui do lado, na Argentina, não tem; no Uruguai, não tem. Vamos estabelecer um mínimo.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Vamos estabelecer um padrão.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Um mínimo. Vamos pedir a eles o que está sendo exigido aqui do produtor brasileiro.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – V. Ex^a tem razão. Eu queria dizer que é uma emenda... Alguém pode achar que é inconstitucional, pode fazer o questionamento. Eu espero que, se houver algum ajuste, até mudemos a Constituição, mas que se estabeleça... Temos aqui um constitucionalista que já está nos colocando...

Nós fizemos a última diligência – Senador Pedro Taques estava junto, Senador Jayme Campos, o Senador Moka, o Senador Rodrigo, eu e o Senador Blairo – no Mato Grosso. Em Querência, visitando uma das propriedades do Senador Blairo, havia um cientista que trabalha há muito tempo no Ipam. Sou Conselheiro dessa ONG. Não fui lá porque eu era

conselheiro, mas estou afastado. Falei só depois que tínhamos visitado – estou afastado há muito tempo. Havia lá um cientista respeitado no Brasil que desenvolve um trabalho muito importante naquela área, e eu lhe fiz uma pergunta: “O padrão da fazenda que nós vimos lá, que está com um programa fantástico de recomposição de Área de Preservação Permanente, de Reserva Legal, com certificações socioambientais que atendem alguns países da Europa, é equivalente ao padrão da soja produzida nos Estados Unidos? Ele falou: “É absolutamente maior o padrão aqui do que o da soja produzida pelos Estados Unidos”. Então, essa é uma página também que nós temos que virar. Acho que ela vira na hora em que estabelecemos o padrão por cima daquilo que queremos cobrar dos outros que fazem a produção por baixo.

Além disso, no art. 77, estabeleceu-se que, cinco anos após a entrada em vigor da futura lei, as instituições financeiras oficiais só concederão crédito agrícola, em qualquer de suas modalidades, para proprietários que tenham aderido ao CAR. Isso aqui parece uma coisa complicada, mas não o é. O CAR é para valer. Nós vamos ter no máximo quatro anos e meio, se todos os prazos forem vencidos, para que todo mundo tenha acesso ao CAR. Seis meses depois, nós vamos ter que ter uma regra, porque, se não há o CAR, já não é mais um caso de política; aí já é outra situação para quem quiser.

Eu trago aqui uma informação: O BNDES, por exemplo, não pode, com as regras de hoje, financiar recuperação de Área de Preservação Permanente (APP). Não se pode ter financiamento. Com o novo Código... Acho que, daqui para quarta-feira, assumo o compromisso, conversando com os colegas, que apresentemos uma emenda a partir da qual o BNDES possa financiar. É uma atividade. A floresta não é um bem comum? Não é um programa? Por que não fazermos isso? Então, faço essa ressalva.

Com o objetivo de se estabelecer compromissos para conferir adequado tratamento das especificidades – aí já falei – de conservação, proteção, regeneração e utilização dos biomas brasileiros, o art. 78 exorta o Governo Federal a encaminhar, no prazo de três anos... Está dois, mas mudei o texto; três anos é o adequado porque já tem o do bioma Amazônia já encaminhado, mas seria muito precipitado colocarmos dois anos, e é uma alteração que está no meu texto. Não foi uma falha do Jorge; foi uma falha minha de não ter falado para ele que fiz essa alteração.

Conforme acima apresentado, a quantidade e a qualidade das intervenções no texto, notadamente em razão da valiosa contribuição dos nobres colegas Senadores e Senadoras, justifica a apresentação da

Emenda Substitutiva Global, ora submetida à apreciação desta Comissão de Meio Ambiente.

Por fim, destaque-se que outras contribuições, certamente meritórias e apresentadas com o objetivo de contribuir para a discussão de matéria tão importante, foram formuladas por meio de emendas, as quais não puderam ser aproveitadas, por ora, na Emenda Substitutiva Global apresentada.

Aí, Senador, e todos que estão neste recinto e, quem sabe, nos assistindo e nos ouvindo, para chegar aqui é muito difícil conquistar o voto, mas, na hora de votar aqui no Senado, a coisa não é muito complicada.

Passo ao voto.

Opino pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011, rejeitando as emendas nºs 1, 5, 6, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 27, 28, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 56, 57, 58, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 100, 103, 104, 105 e 106, e acolhendo, total ou parcialmente, as emendas nºs 2, 3, 4, 7, 10, 24, 26, 29, 30, 31, 33, 50, 54, 55, 59, 60, 65, 73, 90, 98, 99, 101 e 102.

Para que os senhores tenham uma ideia, o Substitutivo da Câmara veio com 12 capítulos, 7 seções, 69 artigos, 131 parágrafos, 149 incisos e 14 alíneas. Esse que apresento agora tem: 14 capítulos, 8 seções, 85 artigos, 165 parágrafos, 183 incisos e 50 alíneas.

Tudo na forma da Emenda Substitutiva Global por mim apresentada.

Este é o meu parecer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Quero, mais uma vez, cumprimentar o Senador Jorge Viana, pelo seu relatório, bem como o Senador Luiz Henrique. Desde o início, esse relatório vem sendo construído conjuntamente pelos dois Relatores, sempre ouvindo os Senadores, representantes das quatro Comissões por onde tramitou o projeto e demais Senadores desta Casa, sempre na direção da busca do entendimento.

Eu, com a sua leitura, Senador Jorge Viana, mais uma vez quero reiterar a minha confiança de que construiremos um grande entendimento, não apenas no plenário da Comissão de Meio Ambiente, mas também no plenário do Senado Federal, um entendimento ratificado pela Câmara dos Deputados.

Pela ordem, passo a palavra ao Senador Valdir Raupp.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Pela ordem, Presidente!

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Se puder, se não for... Só, Senador, para acrescentar: eu fiz o seguinte, que eu esqueci de dizer: estou disponibilizando, na Internet, para todos os Colegas um quadro, Senador Moka, que tem o texto votado na Câmara, o texto votado nas outras comissões e o nosso substitutivo de hoje para facilitar, porque o tempo é curto. Que cada Colega possa apreciar, fazendo um comparativo de tudo.

E, por último, eu não posso citar nome de pessoas, mas eu queria citar o nome do Jorge Welter e do Edivaldo. O Jorge Welter, que está ali, que trabalha, é um incansável. Ele, uma vez, contou-me uma história de que teve um probleminha com uns colegas nossos do PT. Eu não quero ter com você! Você foi incansável. Você e o Edivaldo. Nas pessoas de vocês dois, quero agradecer toda a equipe, bem como a equipe do Ministério do Meio Ambiente, que foi fundamental nessa jornada.

Obrigado.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Presidente, só pela ordem aqui.

Eu só queria aproveitar a oportunidade, uma vez que o projeto é de iniciativa de um Deputado do Estado de Rondônia, hoje falecido, o Deputado Sérgio Carvalho, que esse Código Florestal fosse dado em homenagem a ele, ao Deputado Sérgio Carvalho, o Código Florestal de 2011.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra...

É importante o registro de V. Ex^a, Senador Ivo Cassol.

Passo a palavra ao Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Quero dizer que, inicialmente, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Srs. relatores e presidentes de comissão, apoio também a proposição do Senador Ivo Cassol em homenagem ao nosso querido ex-Deputado Sérgio Carvalho, do meu Estado de Rondônia.

Sr. Presidente, Sr. Relator Jorge Viana, eu queria parabenizá-lo pelo excelente relatório, tanto de V. Ex^a quanto do Senador Luiz Henrique. Eu tive que me ausentar um pouco para fazer um pronunciamento, em nome do partido, ao Dia Nacional da Consciência Negra, no plenário do Senado, e não pude acompanhar o meio do relatório aqui, só o início e o final.

Mas aqui no final, na parte 17 – não sei se é aqui que trata dessa matéria –, das áreas consolidadas, das atividades em áreas consolidadas.

Eu queria um esclarecimento, porque está um pouco dúbia essa explicação aqui no relatório. Como é que ficou... Estava no do Deputado Aldo Rebelo, do Senador Luiz Henrique, dos quatro módulos livres de reflorestamento em áreas consolidadas, em se tratando da agricultura do pequeno agricultor familiar do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu quero informar que, formalmente, após a leitura do relatório, o projeto já está em discussão.

Então, com a palavra, pela ordem, o Senador Acir Gurgacz.

Antes, porém, esclareço que, se houver o entendimento de que haveria um pedido de vista coletiva, o momento de pedir vista coletiva do projeto é agora, no início da discussão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Eu já estou solicitando, Presidente!

Eu estou solicitando pela ordem para poder fazer uma breve observação e já solicito vista coletiva.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Eu acompanho.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Eu também acompanho: o pedido de vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Concedida a vista coletiva.

Passo a palavra, pela ordem, ao Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Sr. Presidente, Rodrigo Rollemberg, nobre Relator Jorge Viana, Relator Luiz Henrique e demais Senadores e Senadoras, eu quero aqui ressaltar, Sr. Presidente, o entendimento que houve das quatro comissões, desde o dia 29 de março, quando se iniciou as discussões sobre esse tema tão importante.

Iniciamos esse trabalho, tirando esse cabo de força entre produtores rurais e não produtores rurais. Chegamos hoje, com a leitura do relatório do nobre Senador Jorge Viana, a um avanço muito grande, Senador Pimentel, um avanço da maneira como imaginávamos lá em março, quando nós teríamos contemplado aqui produtores rurais e ambientalistas. Ou seja, nós queríamos ter um Código Florestal equilibrado, que viesse a contemplar a população brasileira. Nós queríamos e queremos um país produzindo e conservando.

Na última sessão, quando aprovamos, na Comissão de Ciência e Tecnologia e de Agricultura e Reforma Agrária, nós tivemos entendimentos onde foram retiradas emendas em função de um acordo. Eu creio que, em razão do pouco tempo e do grande trabalho feito pelo nosso Relator, ficou de fora, não ficou contemplado, Senador Jorge Viana, aquele nosso acordo pelo qual nós retiramos a emenda. Foi, inclusive, tema

de um embate entre mim e o Senador Eduardo Braga, que é o art. 23, que trata da servidão das áreas em que não foi feita a derrubada, na época, além, dentro do que era permitido, e essa diferença pode ser feita...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Senador, se me permite...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Não está, ela foi suprimida.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu cometi uma falha de não ter citado, mas nós tratamos da servidão, e depois eu vejo, porque qualquer falha dessa a gente tem que incluir. Ainda temos até quarta. V. Ex^a tem toda razão.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Sem dúvida, claro. Só para registrar.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Para garantir.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Acho que é muito trabalho, é muita informação também, não é, Senador? Nós precisamos... É só para deixar registrado.

Mas cumprimento, mais uma vez, o trabalho do nosso Relator, o super-Relator das três comissões, e o trabalho do Senador Jorge Viana junto com o Senador Luiz Henrique. Fizeram realmente um trabalho importante. Um Senador, ex-Governador de uma região importante do País, que é o Senador e ex-Governador de Santa Catarina, e o Senador e ex-Governador do Estado do Acre, Senadores importantes, que fizeram um trabalho importantíssimo para o nosso País. Meus cumprimentos aos dois Relatores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Acir Gurgacz. Cumprimento, mais uma vez, V. Ex^a também pela condução dos trabalhos na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Registro que a Presidência concedeu vista coletiva do projeto por 48 horas. Conforme acordado e aprovado aqui, na última reunião, na quarta-feira, às 10 horas, nós retomaremos a apreciação e votação da matéria.

Passo a palavra, pela ordem, ao Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente desta sessão, Senador Rodrigo Rollemberg; nosso Presidente da Comissão de Agricultura, Senador Acir; nossos Relatores, Senador Luiz Henrique, Senador Jorge Viana, quero começar parabenizando pela paciência os nossos dois Senadores, ao ouvir vários temas divergentes, posições diferenciadas, que representam o pensamento brasileiro. S. Ex^{as} conseguiram, nos seus relatórios, consolidar o entendimento majori-

tário, que acredito que será o objeto de conclusão da votação nesta Comissão e que chegará ao plenário do Senado Federal para que possamos votar, ainda neste mês de novembro, esta matéria, até porque o Brasil se prepara para ser o maior produtor de grãos do mundo e quer também ser um grande preservador do meio ambiente para as nossas comunidades atuais e futuras, mas também tendo o olhar de continuar desenvolvendo o nosso País, produzindo grãos, alimentando nosso povo e contribuindo com as outras nações.

Durante todo esse período, foi feito um grande esforço, inicialmente na Câmara, onde foi feito esse projeto básico; em seguida, chegando aqui, no Senado Federal, com o aprimoramento, com a distribuição das regras permanentes e aquelas provisórias, temporárias ou que têm um prazo determinado. Eu acredito que foi o primeiro grande avanço, porque ali se fecharam várias comportas que poderiam ser utilizadas para que, no dia de amanhã, fossem confundidas regras permanentes com regras temporárias, trazendo insegurança jurídica ao processo.

Em seguida, essa separação entre os módulos da agricultura familiar, da média e da grande propriedade, permitindo um conjunto de medidas para fazer a preservação ambiental, mantendo o reflorestamento e, ao mesmo tempo, a produção, é fundamental para que possamos ter um grande entendimento no Congresso Nacional.

Por isso, quero aqui, em nome do Governo Federal, como Líder do Governo no Congresso Nacional, parabenizar todos os nossos pares, Senadores e Senadoras, os 81 que tiveram de maneira direta, ou acompanhando de perto esse debate, os nossos 513 Deputados Federais, para que nós possamos chegar a um bom texto, um texto que atenda aos interesses do Brasil, do nosso povo, e sirva de referência para o resto do mundo. E a inclusão desse item para que, nas matérias importadas, esses países também tenham a mesma regra que a nossa é corretíssima, para que a gente possa exigir dos outros povos que possam ter também um código avançado como é avançado o código brasileiro.

Muito obrigado e parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador José Pimentel. Pela ordem, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, eu queria cumprimentar aqui os Senadores Jorge Viana e Luiz Henrique pelo – vou assim adjetivar – hercúleo trabalho de S. Ex^{as}. A quantidade, o volume desse debate que já tramita há tanto tempo aqui no Congresso Nacional, mostra a dimensão. Eu diria que a quantidade, o volume não é do tamanho

do desafio de S. Ex^{as}, que é muito maior ainda para preparar um relatório que sintetize aqui um entendimento em relação ao Código Florestal.

Eu queria, Senador Jorge, em especial, cumprimentá-lo. É uma honra para mim estar nesta Legisatura no Senado ao seu lado. V. Ex^a é Senador e foi governador de um Estado que serve de inspiração para todos nós da Amazônia, como modelo de equilíbrio, de equalização entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental.

Aliás, Presidente, em relação à preservação ambiental, quero chamar a atenção para uma matéria da revista *Planeta* desta semana, que dá conta de que vivemos em uma era geológica nova, chamada Antropoceno. Há um debate na ciência se a interferência humana no Planeta é capaz de marcar o início de uma nova era geológica, só marcada por catástrofes tipo o encontro de um meteoro com o Planeta que marcou o final do período jurássico. Boa parte da ciência já tem esse entendimento, de que nós humanos fomos capazes de inaugurar uma era geológica nova, de profundas alterações, na vida do Planeta.

Por isso, o que V. Ex^a, Senador Jorge, fez no Estado do Acre, conduzindo desenvolvimento econômico, equalizando-o com preservação ambiental, deve servir de parâmetro para qualquer modelo de desenvolvimento parecido na Amazônia.

Da mesma forma, V. Ex^a o fez nesse relatório. Nesse relatório, V. Ex^a teve a paciência e a disposição de ouvir, tanto a preocupação ambiental quanto também ouvir a necessária preocupação com a produção brasileira. Fez um relatório que, no meu entender, tem aspectos, questões levantadas, problemas levantados anteriormente que precisam de debates mais apurados, mas que é o melhor relatório produzido até agora. Tanto é que, em homenagem a V. Ex^a, ao relatório feito por V. Ex^a, quero lhe informar que eu não apresentarei voto em separado aqui, tal qual feito por mim na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Peço vista. Há temas, no meu entender, que precisamos debater melhor, problemas que foram suscitados, desde a Câmara dos Deputados, que precisam ser levantados e enfrentados. A esses temas, a chamada anistia até 2008, anistia às atividades agrossilvipastoris, a isenção de todos os imóveis, até quatro módulos fiscais de manutenção de reserva legal, a manutenção do pastoreio extensivo à exploração florestal e cultura de espécies lenhosas, enfim, e a definição do chamado baixo impacto, temas como esses serão objeto de emendas que apresentarei aqui, mas reitero que não apresentarei voto em separado.

E quero aqui, Senador Jorge, destacar os pontos positivos do relatório de V. Ex^a, que não são poucos.

Aliás, se fizemos uma equação entre os problemas ainda mantidos que deverão e serão enfrentados por obra de emendas de nossa autoria aqui e as novidades positivas, eu diria que temos mais novidades positivas do que os pontos que deverão ser enfrentados por objeto de emendas.

V. Ex^a retirou um tema que era controverso e preocupante, que era a chamada anistia eterna, no relatório novo. Isto é um ponto a ser saudado.

V. Ex^a, de forma, eu diria, pioneira, incluiu, e aí V. Ex^a dialogou muito bem... Permita-me dizer que V. Ex^a, no bom sentido falando, roubou de mim uma citação que eu iria fazer aqui na Comissão da apresentação do original Código Florestal, de 1963, que eu acho que é uma apresentação que deve ser objeto de reflexão nossa aqui no Senado. V. Ex^a muito bem citou, e me permita comungar da citação de V. Ex^a, e, em coerência com isso, V. Ex^a, no vosso relatório, incluiu onze princípios positivos que servirão como princípios de referência à legislação ambiental brasileira. Isso é um avanço qualitativo do relatório de V. Ex^a.

V. Ex^a inseriu a definição de área verde urbana. É importante destacar, num tempo em que nós vivemos – V. Ex^a já disse e eu quero só reiterar – a necessidade de termos áreas verdes para termos cidades mais ambientalmente sustentáveis e mais adequadas para a nossa convivência. Ampliou o que deve ser o Código Florestal, que não é só um código florestal rural, mas também um código urbano. Inseriu um conceito formidável de várzea de inundação. Quero aqui parabenizar V. Ex^a por ter definido a necessidade do uso restrito dessas áreas. V. Ex^a inseriu a obrigatoriedade da faixa de passagem de inundação, outro motivo por que quero saudar V. Ex^a. Instituiu limites para áreas de preservação permanente de lagos e lagoas urbanas...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Senador Randolfe, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Com todo prazer. É uma honra, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Se começarmos a elogiar muito o setor produtivo aqui, vai trazer uma preocupação. Mas V. Ex^a está sendo ponderado. Era só isto que eu queria dizer.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Obrigado, Senador Taques.

Eu estou no espírito inaugurado pelo Presidente Rodrigo Rollemberg e pelo Senador Jorge Viana, do bom entendimento aqui, entendeu? Por isso estou fazendo a boa sinalização. Vamos deixar o bom combate, como diria Paulo na Carta aos Coríntios, para quarta-feira.

Por isso estou falando e saudando aqui os pontos positivos aqui destacados.

Além da inserção do capítulo da agricultura familiar, fundamental, da ampliação da segurança ambiental e da instituição... Um código florestal não poderia deixar – já concluo, Presidente – de colocar uma preocupação que nós tão bem vivemos na Amazônia. Nossas cidades, nossas capitais de Rio Branco, Porto Velho e Macapá vivem, muitas vezes, envolvidas com as queimadas que ocorrem nas redondezas das nossas capitais. A floresta sofre com isso e V. Ex^a instituiu no relatório um sistema nacional de combate ao fogo.

Então, Presidente, eu não poderia deixar de, neste “pela ordem”, saudar e parabenizar meu caro amigo Senador Jorge Viana pelos pontos que avançou nesse relatório. Os pontos que merecem contestação eu vou deixar, Senador Taques, para o bom combate de quarta-feira nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Quero agradecer as palavras do Senador Randolfe e quero, primeiro, cumprimentar V. Ex^a pela contribuição que tem dado a esse debate, sempre equilibrada e de bom-senso. Tenho convicção de que essa vitória, esse entendimento só será completo se contar com seu voto também aqui, na Comissão de Meio Ambiente. Temos essa expectativa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Vamos caminhar para tanto, Sr. Presidente. Oxalá!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Oxalá!

E queremos aqui registrar o seguinte: tenho quatro inscritos pela ordem, que são o Senador Blairo Maggi, Senador Waldemir Moka, Senador Ivo Cassol e Senador Pedro Taques.

Quero, antes de dar continuidade, antes de dar a palavra, pela ordem, aos Senadores, propor o encaminhamento, dando curso ao entendimento iniciado na semana passada, pelo qual marcamos a leitura para hoje e a apreciação da matéria para quarta-feira, para que possamos limitar, por acordo, a apresentação das emendas ao texto até as 18 horas de amanhã.

Todos concordam com esse encaminhamento? *(Pausa.)*

Senador Randolfe? *(Pausa.)*

Senador Pedro Taques? *(Pausa.)*

Estou sugerindo esse encaminhamento e o submeto à apreciação da Comissão.

Aqueles que concordam em fixar o limite de 18h de terça-feira para apresentação de emendas permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passo, então, agora, a palavra, pela ordem, ao Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Cumprimento o Sr. Presidente, cumprimento nossos Relatores e o

Relator Jorge Viana, pelo trabalho aqui realizado, que é, com certeza, o máximo do ponto de encontro a que poderíamos ter ido nesse relatório.

Mas, ao cumprimentar o Relator e todos os que participaram desse trabalho durante todo esse período, eu só queria... O Presidente já respondeu, antecipando-se, porque fizemos um acordo semana passada, quinta-feira, de que iríamos discutir a matéria a partir de quarta-feira. Então, hoje, é apenas para saudar mesmo os Relatores.

Mas eu gostaria, Senador Jorge Viana, de entender um pouco melhor, mas podemos deixar para quarta-feira ou conversar depois separadamente, essa questão do pousio. Confesso a V. Ex^a que não entendi o propósito do pousio de cinco anos, porque, em muitas oportunidades, em muitos momentos da vida de um agricultor, de um pecuarista, ele opta por não ter atividade econômica naquele pedaço de terra pelo qual ele é responsável, do qual ele cuida, vamos dizer assim. E aqui estamos entrando numa seara de determinar que, se é o que estou entendendo, ele não pode deixar essas terras dele por mais de cinco anos sem uma atividade econômica.

Então, eu gostaria de fazer uma discussão depois, em separado, com V. Ex^a, para entender qual o espírito dessa emenda aqui colocada.

Temos outras dúvidas também, o exemplo que o Senador Randolfe colocou. Vamo-nos debruçar sobre o relatório no dia de hoje, de amanhã, ler e entender e, se necessário for, apresentar as emendas para que possamos fazer as discussões na quarta e na quinta-feira, se for necessário. Mas acho importante que nós, nesta semana, possamos findar essa discussão nas comissões, levar, semana que vem, ao plenário, votar e, dependendo do resultado que tivermos, encaminhar à Câmara para que ela possa fazer o mesmo ainda este ano.

Quero saudar aqui a colocação da sua emenda no final do texto, quando agasalhou aquela preocupação que todos os agricultores têm no Brasil e que V. Ex^a ouviu de muitos – sei que ouviu – no seguinte sentido: se nós temos que cumprir a legislação ambiental brasileira da forma rígida como ela é para produzir alimentos, para atender à população brasileira, vender mundo afora e não recebemos nada por isso, por fazer essa manutenção do meio ambiente que fizemos e se estamos fazendo, estamos fazendo por um entendimento nosso de que é necessário fazer. Esse é um convencimento dos setores da sociedade brasileira, mas V. Ex^a coloca aqui dentro uma sinalização de que nós, brasileiros – digo nós, produtores rurais –, gostaríamos muito de ver, no momento em que tivermos de importar feijão, carne, trigo, soja, enfim, que já impor-

tamos – seja bem-vinda, Senadora –, tudo aquilo que precisamos importar para o Brasil, que seja feito ou que os países que vendam para os brasileiros também cumpram as mesmas regras ambientais.

Talvez, Senador Jorge, essa sua citação nessa matéria possa ser aquilo que eu acho possamos chegar no futuro. Penso que nós – digo o mundo como um todo – teremos de ter um OMC verde, em que as regras ambientais também sejam levadas em conta na hora das transações comerciais. Acho que esse é o ponto futuro, senão, não iremos levar.

Quando V. Ex^a menciona 5 anos para que todos os bancos operem junto aos agricultores e lhes deem o recurso de que eles precisam somente depois que estiverem no cargo, estamos estabelecendo que ele não ficará na ativa se não cumprir as regras ambientais. Talvez no futuro, com uma OMC verde, cheguemos às mesmas condições de que ele só poderá vender, só poderá transacionar mundo a fora se cumprir minimamente as regras que estão aí.

V. Ex^{as}, que estiveram comigo na fazenda Tanguro, na semana passada, tiveram a oportunidade de observar o embrião disso. Aquela fazenda tem ISO 14.001, Certificado da *Round Table* e é a única propriedade, até hoje, no mundo, que tem esse certificado, que é o embrião disso tudo. Se se quer participar do mercado internacional, tem-se que ter essas mínimas condições. Não é fácil. É caro e complicado. Tenho a certeza de que a maioria dos agricultores que estão me ouvindo neste momento pela TV Senado deve estar dizendo: Mas o Blairo pode fazer, porque é diferente, a estrutura que temos é diferente. Concordo, é diferente, mas é necessário, é um caminho que temos de buscar. Este texto já prevê, em muitas oportunidades, regras e benefícios e até a possibilidade de subsídios, no futuro, para alcançarmos o que todos queremos.

Então, quero, mais uma vez, cumprimentar V. Ex^a e também a o Senador Acir e o Senador Rodrigo, pela condução nas Comissões, e do Senador Luiz Henrique quando relatou em outras comissões.

Parabéns, Senador.

Como já foi dito aqui, na próxima quarta-feira, vamos a um bom combate para chegarmos a um denominador comum quanto a esse projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Blairo Maggi.

Quero registrar a presença da Senadora Ana Amélia, sempre muito assídua a esse debate e que contribuiu bastante, desde o primeiro momento, para o avanço dos entendimentos em relação ao novo código florestal.

Passo a palavra ao Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, apenas um registro, por uma questão de estatística.

Já está por terminar o ano e, pela primeira vez, consegui chegar a uma comissão antes da Senadora Ana Amélia. Quero fazer esse registro. Eu já citei.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Isso porque ela não faz parte desta Comissão, infelizmente.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Ela deveria estar em outra comissão.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu não faço parte desta Comissão, Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Então é isso.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Acompanhei todo o relatório do nosso querido Senador Jorge Viana do meu gabinete, pela tevê, mas não sou membro da Comissão de Meio Ambiente. Vim aqui agora para fazer parte.

Muito obrigada por ter citado a emenda 12, Senador.

Senador Moka, vou fazer força para chegar mais tarde um pouco.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu já até disse que ela arma uma rede nesses corredores e dorme aqui no Senado.

Na verdade, quero dizer com isso que pessoas como a Senadora Ana Amélia e tantos outros que apostaram...

Quero começar dizendo que, independentemente, tenho me reunido com alguns parlamentares, Deputados Federais, como V. Ex^a, periodicamente – o Senador Acir também já o fez –, e temos como objetivo aprovar no Senado. Como houve modificações, esse texto irá retornar à Câmara.

Então, o bom senso manda que, permanentemente, dentro do possível – e é evidente que isso não significa nenhum tipo de interferência, até porque os Srs. Senadores não iriam admitir –, mas é uma questão de bom senso. Temos tentado acompanhar as alterações, fazendo com que os parlamentares, Deputados Federais, pelo menos tomem conhecimento disso, porque, uma vez aprovado no Senado, caberá aos Srs. Deputados Federais aprovar ou não essas alterações feitas aqui. Então, da mesma forma que o Executivo tem participado, na mesma linha, para que se possa evitar um veto ou alguma coisa desse tipo.

Então, Senador Jorge Viana, Senador Rodrigo Rollemberg, Senador Acir Gurgacz, independente se vamos disputar com emendas, destaques, quero registrar uma coisa aqui. Não faltou a nenhum Senador, desde o primeiro momento, bom senso, equilíbrio e de

V. Ex^a boa vontade, que quero testemunhar. Ontem, era já tarde da noite, eu e V. Ex^a ainda conversávamos por telefone a respeito desse texto.

Quero dar um testemunho, porque, muitas vezes, as pessoas que estão de fora acham que a pessoa não quis. A primeira coisa que quero registrar é o esforço, a boa vontade do Senador Jorge Viana, da sua equipe, como também do Senador Luiz Henrique, que amanheciam aqui construindo o texto.

Nós vamos ter hoje, a parte da tarde, e amanhã até as 18 horas para que possamos apresentar emenda. Queria fazer esse registro e já levantar uma dúvida. No texto da Câmara tinha um artigo que dizia que propriedades que tenham até quatro módulos, as chamadas pequenas propriedades ou agricultura familiar, como querem alguns – embora eu ache que é um pouco restritivo – ficariam isentas de reserva legal. Porque aqui o texto menciona, mas em área de preservação permanente. O texto na Câmara não tinha isso.

Essa discussão virá à tona. Quero lembrar a V. Ex^{as} que isso é algo que a Câmara dos Deputados considera isso como um avanço. Até por que isso não vier, temos que avaliar o quanto que vai se perder disso aí. O que nós dizemos: qual é o grande entendimento desse código, Senadores Jorge Viana e Acir Gurgacz? É que temos uma situação de fato e que precisamos consolidar nas chamadas áreas consolidadas. Lembrando que toda agricultura e toda pecuária neste País chegam apenas a trinta e poucos por cento de toda a área brasileira. E desses 30% esses produtores rurais já têm a reserva legal dentro dessa porcentagem, Senador Acir Gurgacz.

Então, às vezes as pessoas não entendem isso. Mas, estamos falando de um País que tem 800 milhões de hectares ainda tem preservado, de forma nativa, 500 milhões. Quem é que tem isso no mundo? Por isso, temos que ter uma preocupação. E eu sou um desses. Quando se fala: ah, mas vão acabar com isso. Estamos falando, pelo amor de Deus, de pequenas propriedades, de produtores. E aí para entrar no debate, temos que proteger os pequenos. Estamos fazendo isso. Os grandes produtores com essa visão, e quero aqui, já disse essa expressão – o Senador Blairo Maggi deu uma demonstração de que realmente na sua propriedade, e nós vimos, é impecável o trato com a questão ambiental. Isso ficou muito claro.

Agora, temos que lembrar que tem um médio produtor, aquele que tem um pouco mais de 600 hectares, 1.000 hectares. Esse pessoal, na maioria das vezes, não tem condição também de fazer tudo isso. Daí por que esse estímulo que V. Ex^a está colocando, que o BNDES possa estimular, que possamos estimular a recuperação, por exemplo, de pastagens degradadas

com juro compatível e com prazo para que, sobretudo a pecuária, e podemos aí incorporar no setor produtivo. Só no meu Estado são oito milhões de hectares de pastagens degradadas. Veja que com um programa para isso vamos incorporar segmentos importantes, áreas importantes, sem derrubar uma única árvore. E vamos aumentar, significativamente, a área para agricultura nesse País.

Então, quero encerrar dizendo que essa é uma preocupação. Vou me reunir... Não fui eu que pedi, mas os Deputados Federais colocaram-me como alguém que pudesse fazer uma espécie de interlocução – lembrando que não para criar problemas.

Eu tenho uma história na minha vida: em sempre construí consensos. Quem me acompanhou na Câmara sabe disso. Eu sou um daqueles que acham que é possível construir consenso. A gente só tem que ir para voto quando não tivermos o consenso.

Mas eu vou apostar que nós podemos construir um texto dentro do consenso, até porque, mais uma vez, eu quero testemunhar a enorme boa vontade do Senador Luiz Henrique; do presidente da comissão, Senador Rodrigo Rollemberg; do presidente da Comissão de Agricultura, Senador Acir Gurgacz; do Senador Eduardo Braga e, principalmente agora, no texto final, desse extraordinário homem público, ex-governador do Acre, que dá uma demonstração de que quer realmente construir um texto para o Brasil, independentemente de qualquer tipo de...

Parabéns, Senador Jorge Viana.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Moka.

V. Ex^a conquistou todos os membros destas quatro comissões com sua capacidade de participação, com seu envolvimento nesse debate, mas especialmente com a construção do diálogo. E esse respeito e essa admiração conquistada nesta Casa ficou expressa na sua votação para 2º Vice-Presidente da Casa.

Com a palavra, o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigando, Sr. Presidente.

Quero aqui parabenizar os dois relatores, tanto o Luiz Henrique quanto o Jorge Viana, mas, ao mesmo tempo, temos algumas questões ainda a serem bastante discutidas, até na quarta-feira e na quinta-feira, se Deus quiser.

Uma das questões levantadas, Senador Jorge Viana, inclusive pelo próprio Blairo Maggi, e que todos têm acompanhado, foi que, em algum momento, Senador Jorge Viana, nessa questão do seu relatório, eram cinco anos, e veio lá da Câmara dos Deputados dez anos. Cinco anos é muito pouco. Muitas vezes, temos muito problema com heranças, brigas familiares, e aí

fica um tempo muitas vezes parado. Ao mesmo tempo, se alguém de repente achar que naquele momento não está bom para se produzir, ele pode aguardar para depois recuperar no futuro.

Além disso tudo, outra ponto levantado é a questão, Sr. Relator, de aguardarmos um projeto depois do Ministério do Meio Ambiente, para regulamentarmos o restante das notificações dos autos de infração. Eu queria dizer ao senhor e também ao Presidente Rodrigo, da Comissão do Meio Ambiente, que boa parte dos autos de infração que o Ibama expediu pelo Brasil afora – e não foi diferente em Rondônia –, na verdade, foram feitos sem sequer se verificar a procedência, sem se verificar a legalidade, simplesmente no achismo, no talvez e na canetada. É como disse o próprio Senador Jorge Viana no relatório: uma propriedade de 30 hectares, ou com 100 hectares, não pagaria; se fosse vender, não conseguiria pagar, porque o custo é muito maior. Se nós postergarmos a situação e deixarmos para depois, porque vem um novo projeto, nós vamos continuar vivendo o retrocesso do passado. Nós tínhamos que dar essa legalidade para a maioria das pessoas.

Vou dar um exemplo para o senhor, Senador Jorge Viana: eu fiz um acordo com a então Ministra Dilma, na época do Presidente Lula, para autorizar a usina de Jirau com a compensação de uma reserva estadual em troca da Flona do Bom Futuro. Fizemos um acordo, assinamos o acordo, e o que o pessoal do Ibama e do Chico Mendes fizeram? Foram lá na Flona do Bom Futuro e calcaram uma multa naqueles agricultores de R\$2 milhões, R\$3 milhões, R\$4 milhões. E eu estava com o acordo na mão, na época assinado pelo Ministro de Meio Ambiente, por todo mundo, e aquele acordo não teve validade! Depois o Senado e a Câmara foi que convalidaram. Portanto, o acordo ficou valendo, e a Flona do Bom Futuro hoje é uma regularização fundiária dentro do Estado de Rondônia.

Lá há inúmeros autos de infração. Então, se formos aguardar uma nova legalidade, uma nova lei, vamos jogar mais uma vez a bola para frente, deixando muita gente esperando algum acordo que venha depois.

Além disso, também quero aproveitar esta oportunidade aqui para estimular uma reflexão, especialmente pelos nobres Senadores e por quem esteja em casa nos assistindo.

Vocês sabiam que o Brasil é o país mais ecologicamente correto do Planeta, com praticamente 70% de sua cobertura vegetal nativa conservada? Esses são dados levantados. Quer dizer, o nosso Brasil é o país que mais ecologicamente se comporta no Planeta, com prática de 70% de vegetação coberta. Dos 851 milhões de hectares de terra que compõem o nosso território,

61%, ou 521 milhões de hectares já são áreas de preservação permanente. Esse é o nosso país, gente!

Vocês sabiam que 5,2 milhões de proprietários rurais do País somam 329 milhões de hectares e que já preservam 94 milhões de hectares, 11% do território nacional?

Vocês sabiam que apenas 27% dos 234 milhões de hectares são efetivamente usados para exploração da agropecuária?

Vocês sabiam que a reserva legal como querem impor no Brasil não há em outro lugar no Planeta? Nós somos os únicos que estamos fazendo tudo isso.

Vocês sabiam que um estudo elaborado pelo pesquisador da Embrapa Eliseu Alves e pela pesquisadora da Fundação Getúlio Vargas Daniela de Paula Rocha revela que 70% das propriedades rurais brasileiras não têm renda?

Vocês sabiam que, mesmo assim, o agronegócio brasileiro é responsável por 26,5% do PIB nacional e por 27% dos empregos gerados nos Países?

Vocês sabiam que é o setor mais competitivo das atividades brasileiras e supera, no mundo inteiro, o subsídio dos europeus, norte-americanos e asiáticos até em barreiras tributárias, trabalhistas e agora ambientais?

Vocês sabiam que 90% das reservas cambiais brasileiras, que se acumulam desde a época do Presidente Fernando Henrique Cardoso, são do agronegócio, devido aos constantes saldos positivos da balança comercial?

Então, gente, o setor produtivo é fundamental, e precisamos dar a ele condições, de uma vez por todas, de segurança para poder trabalhar, para poder produzir. E que o setor produtivo possa viver com o setor ambiental lado a lado.

E, para fechar aqui, já que o senhor frisou, no perímetro urbano, eu fui prefeito da cidade de Rolim de Moura, uma cidade planejada, com ruas largas, com uma das maiores avenidas do Brasil. Mas nós vivemos hoje com as cidades aquecidas. Ao mesmo tempo, as cidades vivem com enchentes constantes, porque não há onde infiltrar a água das chuvas.

Portanto, vou propor uma emenda até amanhã, conjuntamente, para que, em todas as autorizações que as prefeituras forem fazer para novos loteamentos, em todas as cidades brasileiras, seja exigido que 20% da área do loteamento seja destinada exatamente para o plantio de árvores, para deixar o clima ambientalmente fresco, arejado, permitindo também a infiltração da água do solo na época das chuvas.

Então, a sugestão que já levo aqui para o relator é esta: que 20% de todos os loteamentos novos autorizados nas cidades sejam colocados para efeito des-

se controle ambiental. Não vamos cobrar apenas do campo. Vamos cobrar do pessoal das cidades também, porque estou percebendo hoje que a maioria desses novos loteamentos são propriedades no entorno das cidades. Então, já fica engajado esse clima novo que vamos dar para o perímetro urbano.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Ivo Cassol.

Só a título de esclarecimento, V. Ex^a, quando ler o substitutivo de forma mais atenta, com mais tranquilidade, vai perceber que já consta a indicação de 20m² por habitante para os novos empreendimentos imobiliários na zona urbana.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srs. Relatores, gostaria apenas de cumprimentar o Senador Jorge Viana e os demais relatores, porque o afastamento do radical, do fundamentalista é muito bom. Aquele que é radical, que é fundamentalista muitas vezes coloca até uma bomba no corpo e faz outras coisas piores ainda do que isso.

Então, V. Ex^a, no seu relatório, ao menos nesta leitura feita de afogadilho – mas vou me preocupar, até quarta-feira, em ler com mais atenção, com mais minudência, com mais esclarecimento –, fez com que alguns pontos do passado que causavam, ao meu juízo, insegurança jurídica restassem afastados aqui.

Só gostaria de expressar a V. Ex^a o respeito por esse relatório.

Se perguntarem a alguém o que é melhor, se um bom legislador ou se um bom juiz – e essa pergunta é feita de há muito –, entre você fazer uma boa lei, ou uma péssima lei e ter um bom juiz, se você fizer uma boa lei, você vai diminuir a insegurança jurídica e vai retirar do subjetivismo de cada um no momento da aplicação da lei. Então, eu penso que temos de caminhar na busca dessa segurança jurídica, e a realização de um projeto como esse, com ponderação, com adequação, retira os fundamentalistas de todos os lados.

Eu venho de um Estado que é importante para a manutenção da balança comercial do Brasil, mas é mais importante ainda porque é um Estado que preserva o meio ambiente e que quer continuar a preservá-lo. Isso, se não for por questão de consciência, pode ser por questões de conquista de mercados internacionais, por meio da chamada certificação, como nós já expressamos a respeito disso.

Mas vou analisar com minudência, com total respeito o trabalho elaborado por V. Ex^a.

Parabéns por fazer com que, mais uma vez, os radicais sejam afastados do debate.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Pedro Taques.

Com a palavra, o Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, Senador Rodrigo Rollemberg, eu queria fazer um cumprimento especial a V. Ex^a pela feliz iniciativa de ter delegado ao Senador Jorge Viana a relatoria terminativa desse Código Florestal.

Por todas as conversas relatadas aqui no preâmbulo do seu relatório, por todas as audiências públicas realizadas e por todas as conversas e mediações feitas, tendo como protagonista o Senador Jorge Viana e também o Senador Luiz Henrique, fica demonstrada, além da capacidade de ouvir e de formular com competência, a capacidade de mediar conflitos.

E eu queria dizer aqui que, pelos longos anos de convivência com o Senador Jorge Viana, eu sei que ele chegou meio desencontrado aqui no Senado, porque ele acha que aqui não é a praia dele. Ele acha que a praia dele é o Executivo. Mas eu quero aqui manifestar o meu contentamento com o seu desempenho e dizer que, sem dúvida, o Brasil e o Senado Federal ganharam muito com a sua presença aqui.

Certamente, se conseguirmos avançar nesse consenso, com a aprovação desse relatório aqui no Senado Federal, eu tenho certeza de que já vai ter valido a pena sua passagem por esta Casa.

Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Obrigado, Senador Anibal Diniz.

Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, também não poderia deixar aqui de me pronunciar e de dizer o meu sentimento neste momento.

Primeiro, quero parabenizar os presidentes das comissões, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a Comissão do Meio Ambiente desta Casa, que, juntamente com os relatores, o Senador Jorge Viana e o Senador Luiz Henrique, puderam, durante todo esse período, desde o primeiro semestre até agora, promover um debate bastante intenso sobre uma matéria de muita relevância como é o Código Florestal.

E eu gostaria de dizer aqui, Senador Jorge Viana, particularmente com relação à participação de V. Ex^a, que muito admirei o esforço de tentar construir o consenso em uma matéria tão difícil, uma matéria que exige uma capacidade muito grande de ouvir e de dialogar. Então, quero parabenizar V. Ex^a, que teve a tarefa de relatar a matéria na última comissão a apreciá-la e

teve a missão de construir um relatório que chegasse, na medida do possível, perto do consenso.

Assim, parablenizo V. Ex^a e quero dizer que todo esse esforço construído, desde o final do primeiro semestre até agora, dá uma demonstração de que esta Casa tem uma responsabilidade muito grande de construir não só para a atual geração, mas para as futuras gerações um código de meio ambiente que possa assegurar melhores condições de vida para os próximos que virão.

E quero também, Sr. Presidente, dizer que fiquei muito feliz pelo fato de a nossa emenda ter sido acatada. Essa emenda não é apenas um esforço pessoal, mas traz o esforço de um conjunto de entidades que representam os trabalhadores rurais, que representam particularmente os agricultores familiares. Então, quero aqui agradecer a V. Ex^a e parabenizá-lo pela sensibilidade de ter acatado essa nossa emenda. Por último, parabenizar todos os Senadores que se empenharam neste processo.

Esta casa cumpre uma importante tarefa e esperamos que, na quarta-feira, possamos aprovar o Código Florestal tão esperado pela sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senadora Ana Rita.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Brevemente, Senador Rodrigo Rollemberg.

A Senadora Ana Rita usou a expressão adequada: código ambiental ou marco regulatório para o meio ambiente do nosso País, para a legislação do meio ambiente. Estamos usando, equivocadamente, código florestal. O que aconteceu na bacia de Santos é exatamente a revelação clara de que nós temos, nesta lei, uma abrangência da preservação ambiental, não só na área rural, que acabou sendo o foco central, mas também na área urbana e no território dos nossos recursos hídricos, seja do mar, seja dos recursos naturais, dos nossos rios. Por isso, exatamente, o esforço feito. Tenho informação das providências que V. Ex^a tomou no âmbito de chamar aqui autoridades.

Também estou requerendo, na Comissão de Assuntos Econômicos, a presença das autoridades para tratar dessa gravíssima situação provocada, esse crime ambiental que aconteceu na bacia de Campos. Então, queria cumprimentar o Senador Rodrigo Rollemberg por ter tomado, na Comissão de Meio Ambiente, iniciativa que idêntica tomo na Comissão de Meio Ambiente. Se possível, vamos fazer juntos o debate.

Queria, de modo especial, registrar ao Senador Jorge Viana o que todos os Senadores já disseram, ratificando, de minha parte, que não pertencço à Comis-

são de Meio Ambiente, mas por ter acompanhado, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, também o seu esforço, conjuntamente com o Senador Eduardo Braga e os dois relatores, Senador Luiz Henrique da Silveira e Senador Jorge Viana, um esforço muito grande para compor um entendimento final sobre matéria tão complexa, mas que diz respeito ao futuro do nosso País, um país que é grande por si só, mas ele tem um significado fundamental numa questão crucial que é a segurança alimentar. E aí está, digamos, o grande trabalho, a grande contribuição que os nossos relatores, Luiz Henrique e Jorge Viana, deram ao País. Cumprimentos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito Obrigado, Senadora Ana Amélia. Considere-se membro da Comissão de Meio Ambiente.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, eu sei que o senhor quer encerrar, mas foi a mais assídua. Só não estava aqui porque não é da Comissão, mas ajudou muito. É exatamente ela que nos estimula. Quando chego ao Senado, já está lá o nome dela no painel. Então, estou me inspirando sempre nela.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Não apenas assídua na presença, mas assídua e comprometida no debate, sempre arguindo os nossos convidados nas audiências públicas. Este Código Florestal terá também, sem dúvida, a marca da Senadora Ana Amélia.

Quero aqui agradecer, mais uma vez, a presença de todos, especialmente do Deputados Valdir Colatto e Oziel Oliveira, que nos honram com a presença; todos os Senadores que participaram dessa sessão; parabenizar o Senador Jorge Viana pelo relatório conjunto com o Senador Luiz Henrique, que expressa esse clima de entendimento.

Quero manifestar, mais uma vez, o meu otimismo de que construiremos ainda, até quarta-feira, os entendimentos sobre as emendas que precisam entrar ou não no texto, para que possamos, efetivamente, aprovar um Código Florestal fruto do entendimento e da opinião média do Congresso Nacional e que esteja à altura das expectativas da população brasileira em relação a um tema tão importante que definirá não apenas questões atuais, mas também fundamentais para as gerações futuras.

Convoco reunião da Comissão de Meio Ambiente para iniciar a apreciação e votação da matéria para quarta-feira, a partir das dez horas.

Agradecendo a presença de todos, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às horas e minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 35 minutos.)

**SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES
PERMANENTES**

**ATA DA 55ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA
COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CON-
SUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA 1ª
SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LE-
GISLATURA, REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO
DE 2011.**

Às dez horas e trinta e quatro minutos do dia vinte e três de novembro de dois mil e onze, no plenário nº 2 da ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senhor Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **ANIBAL DINIZ, ACIR GURGACZ, JORGE VIANA, PEDRO TAQUES, RODRIGO ROLLEMBERG, LUIZ HENRIQUE, WALDEMIR MOKA, EUNÍCIO OLIVEIRA, SÉRGIO SOUZA, EDUARDO BRAGA, IVO CASSOL, ALOYSIO NUNES FERREIRA, JAYME CAMPOS, GIM ARGELLO, VICENTINHO ALVES, RANDOLFE RODRIGUES, ANA RITA, DELCÍDIO DO AMARAL, VANESSA GRAZZIOTIN, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, VALDIR RAUPP, ROMERO JUCÁ, CÍCERO LUCENA, FLEXA RIBEIRO, BLAIRO MAGGI E LINDBERGH FARIAS**. Deixa de comparecer o Senhor Senador **ALVARO DIAS**. Fica registrada a presença em plenário da ex-Senadora Marina Silva. A presidência declara aberta a reunião e submete a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à **PAUTA**. **Item Único) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 30, DE 2011 – Não Terminativo**, que “Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências”. Autoria: Deputado Sérgio Carvalho e outros. Relatoria: Senador Jorge Viana. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 30 de 2011, rejeitando as emendas oferecidas perante a CMA, números 1, 5, 6, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 27, 28, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 56, 57, 58, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 100, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 135, 136, 137, 138,

140, 141, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 182, 183, 184, 187, 189, 190, 191, 192, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210 e 211; e acolhendo as emendas oferecidas perante a CMA, números 2, 3, 4, 7, 10, 24, 26, 29, 30, 31, 33, 50, 54, 55, 59, 60, 65, 73, 90, 98, 99, 101, 102, 107, 114, 132, 139, 142, 143, 168, 169, 180, 181, 185, 186, 188, 193, 194, 195, 196, 197 e 212, tudo na forma da Emenda (Substitutivo) apresentada. **Resultado:** Até o término da discussão, foram apresentadas 212 emendas ao projeto. Ainda, foram aprovados 77 requerimentos de destaque de emendas para votação em separado. Encerrada a discussão e colocado em votação, é **aprovado o relatório do Senador Jorge Viana, ressalvada a votação de destaques**. Usam da palavra os Senhores Senadores **JORGE VIANA, BLAIRO MAGGI, VANESSA GRAZZIOTIN, ALOYSIO NUNES FERREIRA, RANDOLFE RODRIGUES, LINDBERGH FARIAS, SÉRGIO SOUZA, ROMERO JUCÁ, CASILDO MALDANER, KÁTIA ABREU, IVO CASSOL, JAYME CAMPOS, WALDEMIR MOKA, PEDRO TAQUES, PAULO DAVIM, ANTONIO CARLOS VALADARES, ACIR GURGACZ, MARINOR BRITO, VALDIR RAUPP, LUIZ HENRIQUE, EDUARDO BRAGA, FLEXA RIBEIRO e ANIBAL DINIZ**. É aprovada a inclusão **EXTRAPAUTA** das seguintes matérias: **1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 118, DE 2011**, que “Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, para esclarecer os motivos do aumento da cota do nível do reservatório das UHE de Santo Antônio e Jirau, bem como o possível impacto que causará ao meio ambiente em decorrência desse aumento. Segue, abaixo, relação de convidados:– Senhor Victor Paranhos – Diretor Presidente da Empresa Energia Sustentável do Brasil;– Senhor Eduardo Melo Pinto – Presidente da Empresa Santo Antônio Energia; – Senhor Curt Trennepohl – Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); – Senhor André Pepitone da Nóbrega – Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)”. Autoria: Senador Vicentinho Alves. **Resultado:** Aprovado. **2) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 119, DE 2011**, que “Requeiro, nos termos regimentais, seja Aditivado ao Requerimento de realização de Audiência Pública, de autoria do Senador Vicentinho Alves, no âmbito da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização

e Controle do Senado Federal, que as autoridades convidadas para prestarem esclarecimentos sobre os Empreendimentos de Jirau e Santo Antônio, no Estado de Rondônia, também, informem, os seguintes quesitos: Denúncias de que na área do alagamento aonde está sendo executada a supressão, não está sendo retirada a madeira e sim, queimadas e enterradas, e desta forma, deixado de ser gerado mais empregos na área madeireira; Denúncias de Assoreamento aonde o solo retirado das escavações está sendo jogado no leito do Rio Madeira; O cumprimento das Compensações Ambientais e Sociais acordadas pelo Palácio do Planalto, juntamente com os Ministérios de Minas e Energia e Meio Ambiente com o Governo do Estado de Rondônia e a Prefeitura de Porto Velho; e Com os aditamentos feitos pelo Poder Público e o consequente aumento dos impactos ambientais, solicitamos esclarecimentos para saber se houve aditamento nas respectivas Compensações Ambientais e Sociais. Requeiro, ainda, sejam acrescidos ao rol de convidados indicados pelo nobre Senador Vicentinho Alves, para prestarem informações acerca das denúncias ora apresentadas, os senhores: – Délio Galvão – Diretor Institucional, responsável pela obra da Usina Hidrelétrica de Santo Antonio, pelo Consórcio CCSA; e, – João Auler, Diretor Institucional, responsável pela obra da Usina Hidrelétrica de Jirau, pelo Consórcio ESBR”. Autoria: Senador Ivo Cassol. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e seis minutos, havendo lavrado a presente ata Leany Barreiro de Sousa Lemos, Secretária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, que será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Rodrigo Rollemberg**, – Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REGISTRO DE TAQUIGRAFIA DE 23/11/2011

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Havendo número regimental, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a 55ª reunião extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª sessão legislativa ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Conforme acordo, na reunião anterior, antes de iniciar esse tema, nós vamos submeter extrapauta o requerimento do Senador que requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal para esclarecer os motivos do aumento da cota do nível do reservatório da usina hidrelétrica de Santo Antônio e Jirau, bem como o possível impacto que causará ao meio ambiente em decorrência desse aumento.

Segue abaixo a relação de convidados: Sr. Victor Paranhos, diretor-presidente da empresa Energia Sustentável do Brasil; Sr. Eduardo Melo Pinto, presidente da empresa Santo Antônio Energia; Sr. Curt Trennepohl, presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; o Sr. André Pepitone da Nóbrega, diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica, com os aditamentos do Senador Ivo Cassol de convite ao Sr. Délio Galvão, diretor institucional responsável pela usina hidrelétrica de Santo Antônio; e João Auler, diretor institucional responsável pela obra da usina hidrelétrica de Jirau.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Consulto todos se concordam com a inclusão extrapauta do requerimento.

Pela ordem, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Bom-dia, Srs. Senadores e Sras. Senadoras.

Presidente, só uma pergunta, não sei se é possível. Eu recebi ontem uma reclamação do pessoal que faz navegação no rio Madeira, até Itacoatiara e até Manaus, de que a usina de Santo Antônio começou a reter água e está retendo mais água do que o combinado. E, portanto, a dificuldade de navegação é de quase 2 metros menos do que o previsto para a época das curvas normais.

Então eu gostaria de consultar o Sr. Presidente se posso incluir na discussão a questão da navegação do rio Madeira, incluir também na discussão das usinas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Consultados os dois autores do requerimento que estão favoráveis...

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Autorizado, autorizado.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – De acordo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – ...eu consulto o Plenário se podemos incluir extrapauta.

Aqueles que concordam com a inclusão extrapauta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Colocarei em votação agora o requerimento.

Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) –

ITEM 1

– Não Terminativo –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 30, DE 2011

Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Autoria: Deputado Sérgio Carvalho e outros

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011, rejeitando as emendas número 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 100, 103, 104, 105 e 106, e acolhendo, total ou parcialmente, as emendas número 2, 3, 4, 7, 10, 24, 26, 29, 30, 31, 33, 50, 54, 55, 59, 60, 65, 73, 90, 98, 99, 101 e 102, tudo na forma da Emenda Substitutiva apresentada.

Obs.1: A matéria já foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ com parecer favorável ao projeto na forma da Emenda nº 01-CCJ (Substitutivo).

Obs.2: A matéria já foi aprovada pelas Comissões de Agricultura e Reforma Agrária – CRA e Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, em reunião conjunta, com parecer favorável ao projeto na forma da Emenda nº 02-CRA/CCT (Substitutivo).

Obs.3: Na 54ª Reunião Extraordinária da CMA, realizada em 21/11/2011, foi feita a leitura do Relatório. Após conhecido o voto do Relator, foi concedido pedido de vista coletiva do projeto até às 10h do dia 23/11/2011, nos termos do art. 132, §1º e §4º, do Regimento Interno do Senado. O plenário da Comissão aprovou as 18h do dia 22/11/2011 como prazo final para apresentação de emendas ao projeto. A matéria segue em discussão.

Quero, antes de iniciar propriamente nossos trabalhos, pedir licença aos colegas Senadores e Senadoras para fazer alguns registros e agradecimentos.

Primeiramente, quero agradecer a Deus por me brindar pela oportunidade de presidir a Comissão de Meio Ambiente, no momento em que discutimos a revisão do Código Florestal brasileiro.

Quero agradecer, mais uma vez, de forma muito especial o Senador Antonio Carlos Valadares, líder do meu partido, Partido Socialista Brasileiro, pela indicação e pela confiança para presidir a Comissão de Meio Ambiente.

O mesmo agradecimento faço ao líder do bloco, Senador Humberto Costa.

Quando este projeto chegou ao Senado Federal, perguntado pela imprensa quando votaríamos, eu disse que o desejo do Senado Federal era o desejo de votar e que o tempo era o tempo do entendimento. Desde o início do ano, mesmo antes do projeto da Câmara chegar ao Senado, a Comissão de Meio Ambiente, a Comissão de Agricultura, a Comissão de Ciência e Tecnologia e a Comissão de Constituição e Justiça se dedicaram ao tema. Portanto, temos praticamente toda uma sessão legislativa, todo o ano legislativo dedicado ao debate e ao diálogo sobre o Código Florestal.

Neste período, realizamos dezoito audiências públicas e várias diligências. Ouvimos cientistas várias vezes, juristas, o relator na Câmara dos Deputados, por duas vezes, a Ministra da Meio Ambiente, os ex-Ministros da Agricultura, ex-Ministro do Meio Ambiente...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

Está impossível ouvir V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu solicito ao plenário que faça silêncio para que possamos dar continuidade. Serei breve, prometo.

Os ex-Ministros do Meio Ambiente, os representantes do setor produtivo e das organizações não governamentais. Todas as representações da sociedade foram ouvidas.

Nossos convidados trouxeram grandes contribuições ao debate. Os juristas esclareceram conceito de norma geral e sugeriram dividir o texto em disposições transitórias e definitivas.

Do debate com ex-Ministros da Agricultura, adotei emenda que apresentei, e o relator Jorge Viana acatou, ideia sugerida na ocasião pelo ex-Ministro Reinhold Stephanes, de que deveríamos autorizar a Camex a exigir dos países que nos vendem alimentos os mesmos procedimentos ambientais adotados no Brasil.

Na audiência com os ex-Ministros do Meio Ambiente, recolhemos do ex-Ministro José Carlos Carvalho muitas sugestões para criação de instrumentos econômicos que incentivassem a preservação.

A Senadora Marina Silva, ex-Ministra Marina Silva insistiu que deveríamos abandonar os embates e construir um ambiente de diálogos, diálogos que adotamos do início até aqui.

Cientistas nos confirmaram que, daqui para frente, a agricultura, meio ambiente, ciência, tecnologia e inovação são inseparáveis. A Embrapa, o Inpe, o Impa, a Esalq, a UNB, a SBPC e a Academia Brasileira de Ciências foram fundamentais na construção e melhoria do texto no Senado.

As organizações não governamentais trouxeram contribuições valiosíssimas na ampliação dos instrumentos de recuperação e preservação das áreas de preservação permanentes, que nos ajudaram muito a avançar.

Os produtores rurais, responsáveis por grande parte da nacional nos mostraram o mundo real, as dificuldades da produção, e revelaram a consciência de que o mundo atual exige, para o sucesso da agricultura, sustentabilidade ambiental.

Não posso, por questão de justiça, deixar de agradecer, de forma especial, a alguns Senadores. Aos Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga e Acir Gurgacz que, juntos comigo, conduziram o debate sobre o Código em um ambiente de Cooperação e de diálogo. Agradeço, de forma especial, aos dois amigos que fiz – e fiz muitos amigos – durante a tramitação. De forma especial, agradeço aos dois Relatores, Senador Luiz Henrique e Senador Jorge Viana, dois ex-Governadores de regiões distintas, duas pessoas com grande experiência, dois exemplos de homens públicos, duas expressões destacadas do Senado brasileiro.

O Senador Luiz Henrique representa Santa Catarina, o Estado que tem a maior reserva de Mata Atlântica do Brasil, que tem um inventário florestal de qualidade praticamente pronto. É o Estado, segundo o Ministério do Meio Ambiente, campeão de averbação de reserva legal. Ainda recentemente, o Prêmio Chico Mendes foi destinado à Associação Municipal do Alto Vale do Itajaí, em função do alto nível de averbação de reservas legais.

O Senador Jorge Viana é o grande Governador do Estado do Acre. O segundo Governador do País a promover o zoneamento ecológico e econômico. Promoveu um frutífero diálogo entre fazendeiros, extrativistas e ambientalistas. Foi companheiro de Chico Mendes e é companheiro da ex-Ministra Marina Silva.

Agradeço, também, ao Senador Waldemir Moka porta-voz, nesse debate, dos produtores rurais. Homem de convicções claras e de posições firmes, homem de trabalho e de diálogo. A poetiza Cora Coralina dizia que o trabalho aparece. Esse Código tem as contribuições do Senador Moka desta a Câmara. A sua eleição, Se-

nador Moka, é fruto do seu trabalho e da confiança que conquistou nesta Casa. Agradeço ao Senador Blairo Maggi, exemplo da evolução cultural da agricultura brasileira, exemplo da agricultura de grande escala, de grande competitividade internacional, referência no emprego de altas tecnologias, da agricultura de alta precisão e alta produtividade, com sustentabilidade ambiental. Blairo, nesta Comissão, foi a voz do equilíbrio na defesa dos pequenos produtores rurais. Agradeço ao Senador Pedro Taques, sempre tão zeloso com respeito às leis e à Constituição, guardião da consciência jurídica e Senador de grande sensibilidade. Agradeço ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, sempre a voz do equilíbrio e do bom senso.

Faço questão de nominar todos os Senadores integrantes desta Comissão, titulares e suplentes, que contribuíram muito para esse diálogo. Senador Aníbal Diniz, Senador Acir Gurgacz, Senador Pedro Taques, Senador Luiz Henrique, Senador Jorge Viana, Senador Waldemir Moka, Senador Eunício Oliveira, Senador Sérgio Souza, sempre tão presente, Senador Eduardo Braga, Senador Ivo Cassol, Senador Aloysio Nunes Ferreira, Senador Alvaro Dias, Senador Jayme Campos, Senador Gim Argello, Senador Paulo Davim, Senador Vicentinho Alves, Senador Randolfe Rodrigues, Senadora Ana Rita, Senador Delcídio do Amaral, Senadora Vanessa Grazziotin, Senador Cristovam Buarque, Senador Antonio Carlos Valadares, Senador Valdir Raupp, Senador Lobão Filho, Senador Romero Jucá, Senador João Alberto Souza, Senador Garibaldi Alves, Senador Eduardo Amorim, Senador Cícero Lucena, Senador Flexa Ribeiro, Senador Clovis Fecury, Senador João Vicente Claudino, Senador Blairo Maggi, Senador Lindbergh Farias e Senador Casildo Maldaner.

Não posso deixar de registrar e agradecer a participação de duas Senadoras: a Senadora Ana Amélia, que não é membro da Comissão de Meio Ambiente, mas é como se fosse, pois participou de todo o debate com profundidade e competência, e a Senadora Kátia Abreu, tão efusiva na defesa dos interesses dos produtores rurais.

Agradeço aos Deputados Federais, na pessoa do Deputado Moreira Mendes, Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, por continuarem contribuindo com o debate aqui no Senado. Agradeço à Ministra Izabella Teixeira, ao Ministro Mendes Ribeiro, ao Secretário Executivo do Mapa, José Carlos Vaz, ao Ministro Afonso Florence e, de forma especial, à equipe de técnicos do Ministério do Meio Ambiente, ao Secretário de Biodiversidade e Florestas, Bráulio Dias, ao João de Deus, ao Luizão, ao Geraldo Siqueira, à Consultoria do Senado, à Secretaria da Comissão

de Meio Ambiente, na figura da secretária Dr^a Leany, à assessoria legislativa das entidades representativas de produtores, à assessoria das organizações não governamentais e à assessoria legislativa das Sr^{as} e Srs. Senadores, não podendo deixar de fazer um agradecimento especial à assessoria do meu gabinete.

Como disse no início desse processo, queríamos votar o Código Florestal. Perguntado sobre o tempo, respondi: "O tempo é o tempo do entendimento." O diálogo prosperou, amadureceu. E creio que estamos muito próximos do entendimento, entendimento que espero concluamos hoje, entendimento pelo Brasil.

Muito obrigado.

Nos termos regimentais, comunico que poderão ser apresentadas emendas dos Senadores membros até o encerramento da discussão. Requerimentos de destaque pelos membros poderão ser apresentados até que seja anunciada a proposição.

Damos continuidade à discussão da matéria, iniciada em 21 de novembro, quando foi concedida vista coletiva aos membros da Comissão, nos termos do art. 132 do Regimento Interno do Senado Federal.

Passo a palavra ao relator da matéria na CMA, Senador Jorge Viana, e, em seguida, aos oradores inscritos para a discussão da matéria.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu pediria a V. Ex^a um esclarecimento sobre o processo de deliberação. O Senador Jorge Viana apresentou um parecer na reunião de segunda-feira, parecer que todos nós estudamos e dele tomamos conhecimento. Especialmente na noite de ontem, mas logo depois da apresentação do parecer, houve várias tentativas de entendimento e, na maior parte delas, os pontos mais nevrálgicos, uma tentativa exitosa, pelo que tenho notícia, em que se destaca muito a atuação, que V. Ex^a mesmo ressaltou, do Senador Moka e de outros companheiros que falam em nome do setor rural.

Agora, eu não conheço ainda o parecer modificado pelo Senador Jorge Viana. De modo que, para a apresentação de destaques, eu precisaria ter, minimamente, condições de ver o texto para ver quais são as emendas, porque há outras emendas, além dessas mais nevrálgicas, que, embora, digamos, periféricas em relação às questões mais polêmicas, são, no entanto, importantes. Eu precisaria saber em que momento posso apresentar destaques de emendas que, eventualmente, tenham sido rejeitadas pelo relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Aloysio Nunes, o procedimento será o seguinte: nós abriremos a discussão; até o final da discussão, poderão ser apresentadas emendas, que serão...; os Senadores, em função dos esclarecimentos dados na discussão, destacarão determinadas emendas que procurem modificar o texto do Senador Jorge Viana. Até aqui, o texto do Senador Jorge Viana é o mesmo que foi apresentado na última.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – O que nós vamos analisar são as emendas apresentadas e os destaques que serão discutidos aqui, ao longo da reunião.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sim, mas em que momento eu farei os requerimentos de destaque para emendas que, eventualmente, não tenham sido acolhidas pelo relator?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Até o momento anterior da votação. Até o final da discussão, os Senadores poderão apresentar destaque.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Aí eu posso apresentar ainda requerimento. Pois não. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Estão abertas as discussões. Eu peço ajuda da Secretaria da Comissão para recolher as inscrições dos Senadores.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Colegas Senadoras e Senadores, é com muita honra que chego, nesta manhã, ao Senado e posso olhar para cada um dos senhores e das senhoras, olhar para todos os que estão nos dando a honra de suas presenças e dizer que, num trabalho que nos consumiu tempo – consumiu-nos no sentido daquilo que normalmente a gente pode ter, que é uma vida tranquila, eu e o Senador Luiz Henrique, o próprio Presidente da Comissão, Rodrigo, Senador Eunício, Senador Eduardo Braga e Senador Acir –, neste início de mandato meu, tenho a sensação do dever cumprido.

Não estou sendo ousado em falar isso, porque fui ajudado em todos os momentos onde parecia que não havia solução. Nós parávamos, ouvíamos pessoas de toda parte do Brasil, pessoas que têm envolvimento direto com o cuidado do meio ambiente passaram suas sugestões, além das audiências, pessoas que querem seguir plantando e criando, chegaram, aconselharam-me e aqui nesta Casa recebi uma acolhida para alguém que recém chegou, que eu achava que receberia, mas não como recebi. Aí, eu não queria dizer o nome de todos, mas, com todo respeito, queria

lembrar aqui que se não fosse, por exemplo, o envolvimento direto, pessoal dessa liderança comprometida com o setor produtivo, comprometida com o Brasil, que tem a memória dessa matéria desde a Câmara e que agora escreve também as páginas que esta matéria está construindo no Senado, nós não teríamos condição de eu estar fazendo esta fala da sensação do dever cumprido. Refiro-me ao Senador Moka. (*Palmas.*) Que é uma figura importante neste processo.

Os momentos foram duros e difíceis, não é fácil fazer entendimento, não é fácil buscar o equilíbrio. A gente às vezes é tentado a ficar preso àquilo que a gente acha que pode atender os nossos sentimentos. Mas deixar às vezes os interesses nossos fora e pôr os interesses do coletivo e do Brasil não é uma questão fácil. Eu aprendi o tempo inteiro com o Senador Luiz Henrique. Senador Luiz Henrique, se não fosse o senhor no começo ter-me chamado, quando muita gente de um lado e de outro imaginava que V. Ex^a iria aqui fazer valer a autoridade que 40 anos de mandato lhe dão, aquilo que o senhor tem, como disse, convicção, e ouvi do senhor as minhas observações, até aquilo que eu acho vou deixar de lado e vou começar a trabalhar e pedir ajuda. Eu não era Relator nem na Comissão de Constituição e Justiça, eu não era Relator nem na Comissão de Agricultura, nem na de Ciência e Tecnologia e V. Ex^a chegou e falou: “Eu quero que você me ajude, quero que a gente trabalhe junto”. E agora, não é o relatório da Comissão de Meio Ambiente, onde oficialmente é a Comissão de mérito e eu sou o Relator, segue sendo o nosso relatório, o seu e o meu, o meu e o de V. Ex^a.

V. Ex^a me fez acreditar mais no Senado. V. Ex^a me fez acreditar mais neste mandato que o povo do Acre me deu, nas possibilidades que um mandato desse pode ter. É como se eu estivesse assumindo meu mandato de Senador hoje, por conta desse trabalho que parecia impossível, que parecia que era apenas observar o tamanho do estrago para um lado ou para o outro lado. E no meio há o Brasil, no meio há uma classe trabalhadora, no meio há produtores, no meio há a preocupação com o meio ambiente, que é o presente e o futuro, no meio há uma preocupação de nos reeducarmos, para que a gente não siga destruindo aquilo que é nosso aliado. Ninguém consegue produzir bem sem ter um meio ambiente como aliado. O setor produtivo sabe disso quando maneja a terra, quando usa a água, que são recursos tão importantes.

Não vou me alongar, Senador, porque o meu parecer... Tenho que falar pelo meu parecer, porque tenho a missão de ser Relator, mas eu queria dizer, do fundo do meu coração, que aprendi a amar a terra, a plantar, a criar com meu pai; aprendi a assumir

um compromisso de vida com Chico Mendes. A soma desses ensinamentos me deram oportunidade de fazer um curso de técnico agrícola, por um lado, e de engenharia florestal, por outro. E aí de que adianta nós termos isso porque aqui é uma decisão política do Senado. Aqui é uma deliberação política e nós tivemos a precaução de ouvir todos os setores: a ciência, os produtores – grandes, pequenos e médios –, entidades que tiveram e têm dificuldades de entrar no Senado e na Câmara, porque têm uma posição mais firme. Nós ouvimos Via Campesina, ouvimos MST, ouvimos as entidades que defendem com unhas e dentes aquilo que elas acreditam e os interesses. Ouvimos a CNA, ouvimos os setores ligados à atividade produtiva rural, ouvimos as federações de agricultura. Ouvimos os diferentes lados, mas com um objetivo: ouvir todos, para que a decisão política, que cabe ao Senado, sem influência de ninguém e que dentro do Senado será tomada individualmente pela consciência de cada Senador e Senadora, eu acho que a gente está aqui pronto para deliberar.

Aprendemos com os ex-Ministros de Agricultura – e cito aqui o Ministro Reinhold Stephanes; o Ministro Alysson Paulinelli, que nos deu uma aula, disse que está manejando as águas nas Minas Gerais, que ele tanto ama. Ele, criador da Embrapa, falou para nós aqui nesta sala: “Não vou entrar com projeto de colonização na Amazônia porque nós não conhecemos a Amazônia e, por precaução, vamos frear aqui até que a gente conheça um pouco”. Ele nos deu uma aula de como devemos seguir.

Ouvimos aqui os Ministros do Meio Ambiente, da minha companheira e querida amiga do Acre, Marina; ao José Carlos Carvalho, para não falar dos outros. Meu professor, engenheiro florestal, que é Secretário de Minas, ex-Ministro de Meio Ambiente. Naquele dia, eu vi que o problema era maior do que o que eu imaginava, do que o Senador Luiz Henrique imaginava. A audiência foi de um dia para outro. Estou aqui resumindo porque tem coisas que o Ministro Reinholds Stephanes colocou e que nós acolhemos aqui hoje numa emenda que o Senador Luiz Henrique está apresentando junto com o Senador Moka e mais onze Senadores...foi V. Ex^a que nos aconselhou naquela data. Como a gente está acolhendo ensinamentos dos Ministros do Meio Ambiente, mas quando vi aqui, eu pensei: “Não tem saída. Os Ministros da Agricultura pediram para nós não mudarmos quase nada no texto, e os Ministros do Meio Ambiente, do mesmo Governo, pediram para nós mudarmos tudo do mesmo texto. Não tem solução. Eu até propus que fizéssemos uma tarde de conversa entre os Ministros, colegas do mesmo Governo. Esse é o desafio que a gente enfrentou, mas, graças a Deus,

andando pelo Brasil, conversando com todos, chegamos no dia de hoje. E eu posso afirmar, Sr. Presidente, que estou um pouco mais magro, estou todos os dias dormindo menos...às vezes eu chego em casa e quem a gente gosta está dormindo. Saio e ainda está dormindo. Todo dia. Saí daqui 2h30 da manhã do Senado! O Senador Luiz Henrique também saiu de madrugada. Eu virei quase um fantasma aqui no Senado. Sábado, domingo e feriado, nas madrugadas.

O mais importante de tudo isso é que eu fui ajudado. Não tem relatório Jorge Viana. Quem escrever dessa maneira sobre o Código Florestal está equivocado. Agora eu sou só um ajudador. Eu sou do PT, tenho muito orgulho, o meu Partido tem um compromisso com a questão ambiental e com a produção. E eu espero, Líder Humberto Costa, colegas Senadoras e Senadores, ter honrado o meu Partido. Mas esse relatório é suprapartidário, esse relatório é de todos os Partidos do Senado. *(Palmas.)*

Chega aqui a Senadora e Ministra Marina e eu queria registrar, já havia me referido ainda há pouco. Senadora Marina, querida companheira aqui neste plenário.

A SR^a MARINA SILVA *(Fora do microfone.)* – Eu vim para manter a vigilância contra a anistia àqueles que desmataram ilegalmente. *(Palmas.)*

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Muito bem.

O nosso relatório, Senadora Marina, enfrenta esse problema, e enfrenta de maneira lúcida, consciente, de que o Brasil precisa fazer ensinando ao mundo como é que se faz.

O nosso relatório, com toda sinceridade, enfrenta o problema da anistia, quando ele coloca uma obrigatoriedade para recompor no mínimo 15 metros das áreas de encostas e também das áreas ripárias.

Mas é muito importante dizer que é essa vigilância, é essa observação que devemos levar em conta, porque, sem precaução, a decisão política, às vezes, pode não ser a mais adequada para o País.

Eu queria, então, dizer, para encerrar, com toda a sinceridade, como não me sinto autor, mas apenas coautor, eu queria, do fundo do coração, dizer aos Srs. Senadores e Senadoras: se este debate seguir mais um ano, vai haver mais conflito e mais desentendimento. Pode haver algum aperfeiçoamento, mas acredito que esse entendimento que estamos trazendo hoje, aqui, pode não agradar um setor, pode agradar outro setor, mas, sinceramente, ele cria condições para uma boa decisão política deste Plenário e do Plenário do Senado.

Então, do fundo do coração, eu não sei se dei conta da missão. Não sei, porque eu pratico uma coisa que aprendi na vida: eu prefiro sofrer uma injustiça

do que praticar uma. Mas não sei se estou cumprindo plenamente, para algumas pessoas, por um lado ou por outro, aquilo que elas tinham de expectativa. Mas devo dizer com toda humildade que me esforcei, que tentei. Obviamente, só consegui chegar até aqui porque fui ajudado.

Então, querido companheiro Rodrigo, você me colocou uma missão enorme nas costas. Não sei se dei conta do recado, mas eu tentei.

Muito obrigado, Senadores. *(Palmas.)*

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Jorge Viana, saiba que V. Ex^a tem o reconhecimento de toda esta Comissão, de todo o Senado pela sua dedicação, pelo seu compromisso e pelo seu trabalho.

Pela ordem, Senador Randolfe Rodrigues.

Eu só quero dar uma orientação: quero registrar que é uma alegria muito grande podermos receber aqui a visita de todos os interessados no tema, qualquer que sejam suas opiniões. Mas vou pedir para que não haja manifestações, para que possamos realizar os trabalhos absolutamente tranquilos.

Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Primeiro, quero cumprimentar V. Ex^a pela preliminar. Ela é fundamental e necessária para mantermos aqui o bom debate.

Eu queria, Presidente – eu já o fiz na reunião passada –, reiterar os meus cumprimentos ao Senador Jorge; reconhecer o esforço feito não somente pelo Senador Jorge, mas também pelo Senador Luiz Henrique.

Como eu disse, na nossa reunião de segunda-feira, o Senador Jorge avançou em muitos aspectos. Há alguns aspectos que, de fato, ainda não estão resolvidos. E, em nome disso; em nome, ao que me parece concretamente da divergência que já foi suscitada aqui... Tenho visto divergências de ambos os lados, tenho visto ponderações contrárias de ambos os lados. Inclusive o setor rural, ainda ontem, não estava satisfeito com o conjunto do relatório. E nós achamos que embora tenhamos avançado muito em alguns aspectos, ainda falta avançar muito em dois aspectos, que foram inclusive citados agora pelo Senador Jorge, destacados na entrada, aqui, no plenário, pela Senadora Marina.

Por conta disso, não vou fazer nenhuma questão de ordem, Sr. Presidente. Vou fazer aqui um apelo: se, nesse tempo, foi possível avançar e resolver muitos problemas que estão presentes no texto, será que se tivéssemos mais um tempo, inclusive o tempo necessário... O Regimento diz que o pedido de vista tem até cinco dias. Eu sei – fui, inclusive, voto vencido nesta

Comissão – que esse interstício foi quebrado, mas reitero. Quero fazer um apelo para um tempo a mais, para um tempo pelo menos até segunda ou terça-feira da semana que vem, para que avancemos naquilo que não avançamos e para, inclusive, serem incorporadas algumas preocupações que me parece são apresentadas pelo próprio Senador Jorge Viana, como a situação das Áreas de Preservação Permanente das nascentes de rio, entre outras questões. Acredito que poderíamos, com o tempo maior e com a capacidade que o Senador Jorge tem tido de buscar o diálogo e construir consensos, resolver as controvérsias e impasses que ainda se encontram no relatório.

Não existe questão de apelo no Regimento Interno, Presidente. Mas eu quero, assim, encarecidamente, ouvir o querido Relator, Senador Jorge Viana, e fazer um apelo para esse tempo, que considero necessário, justo e adequado para insistência na busca de acordos e de melhora do conjunto do texto.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Olha, o que existe aqui nesse ambiente é uma discussão sobre um novo acordo que foi feito. Talvez o Senador Luiz Henrique apresente uma emenda que altera vários pontos. Esse é o debate que está existindo aqui entre a gente. Eu não tenho acesso. Eu queria ter acesso, queria conhecer. Parece-me que são muitas as mudanças feitas por essas emendas que vão ser apresentadas pelo Senador Luiz Henrique. Eu acho que era importante distribuírem para cá, para nós. O debate...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – A Secretaria vai promover imediatamente a distribuição dessa emenda.

Senador Jorge Viana com a palavra.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Só para, rapidamente, o Senador Randolfe, que tem ajudado tanto para que possamos ter o debate ocorrendo apesar das diferentes opiniões, eu acho que aí, Senador, o seu questionamento poderia ser recolocado um pouco mais à frente na Comissão, é uma sugestão, que, depois de discutirmos as emendas, eu possa, porventura, acatar as emendas, que eu possa rejeitar a decisão do plenário. Se, dependendo do andar desta reunião, das coisas acontecerem, aí, obviamente, que uma questão como essa pode, a qualquer tempo, ser colocada. Essa era a observação.

Eu pediria por último, aqui, Sr. Presidente, eu cometi uma falha gravíssima, tomado aqui pelo sentimento de emoção. Mas, assim, essa moeda tem várias faces, esse trabalho tem várias faces: a da sociedade, a do

Congresso, mas também tem a do Governo. Eu não sofri nenhum tipo de pressão por parte do Governo. O Ministro Mendes e a Ministra Izabella Teixeira tiveram um envolvimento direto no trabalho conosco, e eu não tenho como... É fundamental, desde a consultoria aqui do Senado, as assessorias da liderança nossa aqui da Comissão, mas se teve um grupo que ajudou a gente o tempo inteiro foi a equipe da Ministra Izabella e ela mesma envolvida. Fizemos dezenas de audiências em seu gabinete com diferentes setores. Então, que fique registrado também a contribuição extraordinária que a Ministra Izabella deu para o trabalho chegar até aqui. O Ministro Mendes ficou um pouco prejudicado por um problema de saúde, mas a primeira reunião que ele fez logo que pôde voltar foi conosco sobre Código Florestal. Então, que fique registrado nos Anais da Comissão o envolvimento, porque, sem essas pessoas participando, essas autoridades participando, como participaram, certamente a gente não teria chegado a esse momento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Com a palavra o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Srs. Relatores Jorge Viana e Luiz Henrique, quero, inicialmente, dizer que, nesses meses que o Código passou aqui pelas Comissões do Senado Federal, nós ouvimos dezenas, talvez centenas de pessoas, e não só aqui no interior das Comissões, nós ouvimos também no interior das regiões deste País, em que Comissões como a de Agricultura e a de Meio Ambiente puderam ouvir todos os setores da sociedade.

São centenas de emendas apresentadas nas Comissões – na CCJ, na CRA, na CCT, e também aqui na Comissão de Meio Ambiente.

Tive a oportunidade, desde que cheguei ao Senado, Senador Agripino, de participar intensamente desse debate, que é o Código Florestal. Já li o texto apresentado pelo Relator Jorge Viana na segunda-feira. Li integralmente e tive a oportunidade de destacar diversos dispositivos e de participar segunda, ontem, e ainda hoje de várias conversas para que possamos aprimorar ainda mais o texto.

Estou entendendo, Sr. Presidente, que estamos construindo, aqui no Senado Federal, o texto de uma lei que pode, realmente, ser aplicada. Por mais que tenhamos um Código que data de 1965, talvez alguns pontos desse Código jamais tenham sido aplicados. Então, a importância de construir esse texto – que é um texto que vai engrandecer o nosso País – é porque é em favor de toda a sociedade brasileira, é um texto que atende a todos, sem distinção, tanto àqueles que são mais aguerridos à proteção do meio ambiente

quanto àqueles que são mais aguerridos à produção de alimentos. É um texto que traz equilíbrio, equilíbrio em favor do País. Nós, brasileiros, e este Congresso Nacional, temos o compromisso de fazer um texto, Senador Rodrigo Rollemberg, que vá pautar não só o Brasil, mas o Planeta Terra. Vai ser o melhor Código Florestal de todos os países que temos no Planeta Terra. Se os demais países – principalmente aqueles que estão na Europa, que criticam a nossa legislação ambiental, a aplicação da nossa legislação ambiental, e os países norte-americanos – fizerem um texto igual ou parecido com o nosso teremos um aumento de cobertura vegetal em todo o Planeta que vai tomar dimensões continentais. Acredito que esse texto, da forma como está, promove não o desmatamento, mas o reflorestamento, principalmente em áreas degradadas de APPs. Vai haver um aumento considerável no reflorestamento, principalmente de regiões como o Sudeste e Sul deste País. Estados como Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia, do Senador Raupp, são tidos como grandes produtores agrícolas e foram ocupados há dezenas de décadas, há centenas de anos. Os agricultores lá se alojaram e construíram suas famílias. Tenho origem familiar, Senador Luiz Henrique, lá em Santa Catarina. Meu bisavô veio na década de 40, na década de 50, para desbravar, para tornar aquele Estado e este País produtivos.

Temos a responsabilidade, Senador Luiz Henrique, Senador Jorge Viana, Senadores Presidentes das Comissões, de promover uma legislação que, em primeiro lugar, tenha a responsabilidade com o meio ambiente e com a produção de alimentos. Que seja uma legislação aplicável integralmente. Esse consenso é construído no Congresso Nacional e nesta Casa, o Senado, que é a Casa revisora. Que essa legislação possa ser aplicada e que não venha, inclusive, a sofrer vetos por parte da Presidência da República, por parte do Governo, que possa rapidamente tramitar na Câmara Federal. É o que estamos hoje aqui construindo.

Quero agradecer ao Senador Jorge Viana por ter acolhido uma de minhas pretensões – minha e de mais alguns Senadores. Diz respeito aos serviços ambientais. É preciso colocar os serviços ambientais no Código Ambiental, Senador Luiz Henrique. V. Ex^a já havia parcialmente atendido em sua relatoria. Colocar os serviços ambientais no Código Florestal é fazer um pouco daquilo que V. Ex^a disse algumas vezes em reuniões desta e de outras Comissões. É dar um valor parecido ou igual a uma floresta em pé e a uma floresta deitada. É começarmos a valorizar a extratividade, a produção e a renda que pode ser tirada da floresta.

Agradeço o espaço, Sr. Presidente. Tenho certeza de que hoje nós vamos promover aqui um debate para que possamos chegar a um consenso. Esse consenso vai ser em favor de todo o povo brasileiro e de todo o País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Sérgio Souza.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, citando o art. 403.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Questão de ordem, citando o art. 403 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Para uma questão de ordem o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, quero reiterar e o faço em questão de ordem e não pela ordem porque prevê o Regimento Interno que cabe ao relator esclarecer quaisquer dúvidas que porventura surjam no plenário.

E quero antes de apresentarmos as dúvidas, acho que nós precisamos ter um tempo, porque existem questões, por exemplo, que é necessário ouvirmos o relator. Vou citar uma questão, a definição, por exemplo, de várzea amazônica. Ela está definida no relatório como área de preservação permanente ou não? Só para citar uma questão.

Tanto é necessário o tempo para os debates e para os questionamentos, que eu queria trazer uma informação, que V. Ex^a com certeza já tem melhor do que eu: de segunda-feira para cá, já foram apresentadas 188 emendas. Veja, 188 emendas ao relatório do Senador Jorge Viana. É impossível, não há condição humana para que o relator, em menos de 48 horas, faça a apreciação das 188.

Estou insistindo no apelo ao bom senso necessário para o debate. Não tendo possibilidade disso, do bom senso para o debate, então quero insistir no Regimento. O Regimento prevê a possibilidade de indagar os aspectos do seu relatório que não estejam claros. E eu ouvi ainda há pouco a disposição, expressada inclusive pelos dois relatores, de acatar, de receber algumas dessas 188 emendas. Recebendo, haverá, obviamente, alteração no relatório. Havendo alteração no relatório, parece-me que, mais uma vez, será necessário o prazo de cinco dias.

Então, pela ordem, queria inicialmente ter essa resposta se há uma disposição, dentre esse conjunto de emendas, de acatar, de receber, de assimilar, já

no relatório, algumas delas por parte do relator. Se houver, aí quero voltar ao Regimento, porque isso suscita nova questão de ordem e suscita novamente a necessidade dos cinco dias pelo pedido de vista, previsto no art. 130 do Regimento Interno, para que elas sejam apreciadas. Senão, para utilizar a prerrogativa de fazer questionamentos ao relator, conforme prevê o Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Randolfe Rodrigues, quero registrar que está sendo distribuído a todos os Senadores o quadro de todas as emendas apresentadas até aqui.

Ao final...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)
– Distribuído hoje, Excelência?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Agora, neste momento, todas as emendas que foram apresentadas até este momento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)
– Inclusive, Excelência, esse é o problema: distribuído hoje. Veja, como todos os Senadores vão poder avaliar isso hoje, agora, neste momento?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Essa é a previsão regimental, Senador Randolfe Rodrigues.

O que quero registrar é que, ao final da discussão, o Senador Jorge Viana apresentará o seu relatório. Aqueles que desejarem destacar alguma emenda o farão, e nós discutiremos separadamente cada emenda. Esse é o entendimento regimental que será adotado pela Mesa.

Passo a palavra...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Olha, quero reforçar os argumentos do Senador Randolfe. Sabe que, nos debates nas comissões desta Casa, o que se dizia era que, na Comissão de Meio Ambiente, nós íamos fazer o debate de mérito? Foi isso que foi utilizado na discussão na CCJ. Aqui, íamos ter tempo.

Confesso aos senhores que estou aqui com um grupo de assessores, discutindo, tentando entender. Há aqui um acordo que foi feito com vários pontos. Meu amigo, Senador Jorge Viana, que está fazendo um grande trabalho, eu faço esse apelo. O que vai acontecer aqui é votarmos no escuro, no escuro. O relatório que foi lido segunda-feira com essas propostas, com esse novo acordo, é outro, é outro.

Então, peço isso, como Senador desta Comissão, que a gente tivesse tempo para estudar, para ver isso aqui.

É esse o apelo que faço ao Presidente.

Vamos votar aqui no escuro. Eu não estou tendo condições, com minha equipe, de bater ponto a ponto. São muitas as modificações.

Então, como sei que o Presidente é o Senador Rodrigo Rollemberg e, o relator é o Senador Jorge Viana, estou aqui fazendo um apelo como Senador interessado em discutir cada um desses pontos.

Estamos, de fato, com muitas dificuldades. E faço um apelo para que a gente tenha tempo e não faça essa votação hoje.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Lindbergh, antes de qualquer decisão, vamos avançar no processo de discussão, porque certamente, no processo de discussão, V. Ex^a terá condições de esclarecer muitas dúvidas que V. Ex^a tem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)
– Sr. Presidente, o problema é o processo de discussão. O que está sendo questionado é exatamente o processo de discussão, a necessidade de haver um processo de discussão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Estamos iniciando o processo de discussão.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, tem a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Veja bem: não nos podemos antecipar aos fatos. Vamos partir imediatamente para a apresentação dessas modificações que não fazem parte do novo relatório e que ainda não foram distribuídas. A única coisa que foi distribuída até agora foram as emendas. Essas modificações serão apresentadas pelo Senador Jorge Viana. Vamos iniciar o debate. Se houver necessidade, estende-se o debate. Quem sabe até não haja polêmica?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Deixe-me registrar que vamos continuar o debate. Apenas esclareço que não há nenhuma modificação no relatório do Senador Jorge Viana, do qual foi dado conhecimento a esta Comissão. O que existe são várias emendas, que poderão ser destacadas e incluídas ou não no parecer do Relator. Portanto, vamos continuar a discussão.

Com a palavra, o Senador Romero Jucá.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Parece-me que houve modificação no relatório também.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)
– V. Ex^a poderia pelo menos explicar o procedimento?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Houve modificação no relatório também.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – No relatório, não houve modificação.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Pergunte ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Lindbergh, a Mesa está informando que não houver qualquer mudança no relatório do Relator que foi lido e distribuído.

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu gostaria de prestar um esclarecimento, porque foi levantada uma questão da maior importância pelo Senador Lindbergh Farias e também pelo Senador Randolfe. Não fiz nenhuma alteração no meu relatório, que está na Internet e do qual foi dado conhecimento aos colegas Senadores. Aqui, este Plenário – não sei quantas horas isto vai demorar – vai apreciá-lo e pedir destaque às propostas de alteração do meu relatório. Mas não há nenhuma modificação no que apresentei.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, V. Ex^a poderia esclarecer como vai ser o procedimento?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Vamos discutir a matéria exaustivamente. Quando entendermos que estamos em condições de apreciar a matéria, o Senador Jorge Viana fará o seu relatório, dará o parecer sobre as emendas. Aqueles que quiserem destacar algumas emendas para serem votadas em separado o farão, e nós analisaremos as emendas destacadas.

Com a palavra, o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiro, eu gostaria de registrar o profícuo, sério, atencioso e determinado trabalho do Senador Jorge Viana e também do Senador Luiz Henrique. Avançamos muito durante esse processo de debate. É claro que ainda existem pendências. É natural que, até o último momento, haja pontos a serem discutidos. Mas o importante é que possamos discutir esses pontos.

Indo diretamente ao assunto, quero registrar que apresentei cinco destaques, Senador Jorge Viana, para serem discutidos no momento apropriado e que estou apresentando uma emenda de redação a um artigo que V. Ex^a já acatou, que é o art. 12, inciso II, § 5º, que diz: “Nos casos da alínea a [...], a reserva legal poderá ficar [...]”. Em vez de “poderá ficar”, estamos fazendo uma emenda de redação, modificando essa expressão para “ficará”, porque a expressão “poderá ficar” denota algo muito incerto, não enseja qualquer tipo de amarração. Em relação a essa posição, parece-me que a

assessoria já chegou a um entendimento juntamente com V. Ex^a, Senador Jorge Viana. Estamos fazendo essa modificação, pedindo para que, no texto, conste a expressão “ficará reduzida até 50%”, em vez de “poderá ficar reduzida até 50%”. Pela assessoria, fomos informados de que V. Ex^a já teria concordado com isso, mas quero registrar aqui a importância dessa emenda, para que isso fique ajustado, principalmente para atender ao Estado de Roraima e ao Estado do Amapá.

Além disso, estamos apresentando também uma subemenda que retira o art. 43, a pedido do Ministério de Minas e Energia, tendo em vista que o art. 43 imputa às empresas concessionárias e distribuidoras que destinem, no mínimo, 1% da sua receita operacional para investimento em áreas de preservação. Portanto, isso oneraria ainda mais as contas de energia elétrica. Então, na verdade, estamos apresentando uma subemenda para retirar esse ponto.

Um dos cinco destaques que estou apresentando diz respeito exatamente à equiparação de campos gerais ao lavrado de Roraima, porque o lavrado de Roraima, muitas vezes, é dado como equivalente ao cerrado, mas, na verdade, são campos gerais. Então, estamos apresentando uma emenda, para que possa haver essa equivalência entre campos gerais e lavrado de Roraima.

E também estamos apresentando um texto importante que registra que, nos casos da alínea “a”, I, o Poder Público assegurará aos Estados o direito de utilizarem no mínimo 20% de seu território para uso alternativo do solo e promoção das cadeias produtivas, a ser determinado pelo zoneamento econômico-ecológico dos Estados e conforme proposta contida no macrozoneamento ecológico-econômico da Amazônia Legal.

Portanto, são esses os destaques que apresentarei no momento apropriado, registrando e aplaudindo o trabalho do Senador Jorge Viana.

Muito obrigado.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Casildo Maldaner.

SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Entendo, Sr. Presidente, que o Relator pode começar a fazer a leitura. Como ele não modificou o texto original, ele pode analisar as emendas que está acatando e ver como ficará baseado nelas. E as emendas que não foram acatadas, naturalmente poderão ser pedidos destaques no momento oportuno. Assim, se pediria o destaque no momento oportuno e iríamos discutindo o relatório, analisando-se caso por caso.

E se não der tempo para analisarmos hoje, podemos continuar amanhã. Não vejo nenhum mal em continuarmos amanhã pela manhã, já que são 188 emendas. Assim, o Relator pode analisar uma a uma. Penso que podemos começar esse trabalho, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Ainda temos Senadores inscritos para discussão. Vamos avançando na discussão.

Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras, estamos discutindo meio ambiente há 15 anos, com mais veemência praticamente nos últimos três anos. Isso é uma fotografia, um raio-x de que não teremos jamais uma unanimidade. Se alguns pensam que os produtores rurais estão satisfeitos 100% com o relatório, não estão e não ficarão nunca, porque não existe uma lei perfeita que atenda as prerrogativas de 100% das pessoas, infelizmente.

Temos uma lei que se aproxima o máximo; outra que se aproxima o mínimo. A que se aproxima o mínimo das pessoas é o Código Florestal como está hoje, que é uma unanimidade contrária de todos os produtores rurais do Brasil e em 410 votos na Câmara dos Deputados. Essa lei não tem sintonia com a sociedade neste momento, com a agropecuária neste momento. E essa modificação poderá não ser a última. A pesquisa vai avançar, a ciência vai estudar cada vez mais e nos mostrará os erros que poderão ser apontados para o futuro. E poderemos sempre corrigi-los, porque erros são erros, erros não são castigos, erros podem ser corrigidos assim que reconhecidos pela sociedade.

Mas está parecendo que é a última vez no mundo que vamos discutir meio ambiente. É porque as pessoas estavam acostumadas a não passar matéria de meio ambiente no Congresso Nacional, resolverem na caneta, resolverem só no Ministério, resolverem só dentro de um Conama, resolverem só em um instituto. Agora não. Agora, matéria de meio ambiente vai passar dentro do Congresso Nacional sempre, agradando a uns e desagradando a outros, mas vai passar aqui. Esse mundo acabou. A reserva de mercado findou. Esse assunto não é mais uma religião. Esse assunto não é mais um dogma. Esse assunto é de todos nós.

Por exemplo, o art. 61 da emenda do Senador Luiz Henrique não está na prerrogativa dos produtores rurais. Nós não queríamos que ficasse dessa forma, mas não somos crianças birrentas que queremos que fique tudo do nosso jeito. Vamos reconhecer o momento. Vamos reconhecer os avanços. Estamos possibilitando tirar a multa para todos os produtores, porque nunca vi um crime... Para quem mata uma criança a pena tem que ser menor do que para quem matou um adulto? Crime é crime. Se praticou um crime ambiental e o pe-

queno vai poder se recuperar, por que o grande não? Crime ambiental ou qualquer crime não tem cor, não tem raça, não tem gênero, não tem riqueza e não tem pobreza. Direito é direito. Lei é lei.

Dar incentivos para os mais fracos, para aqueles que mais precisam, subvenção de juros, subvenção de prazo, isso é mais do que normal, isso é mais do que eficaz. Mas deixar de punir uns para não punir outros que praticaram o mesmo crime? Isso não é possível, isso não é anistia. Senadores, nós todos estamos aqui aceitando – não por bondade, mas por razoabilidade – que, se corrigir o erro, você vai poder ter sua multa suspensa e transformada em serviços ambientais. Ou nós queremos o quê? Que recupere o dano cometido e continue com a multa como se fosse um castigo para a propriedade privada, um castigo para o produtor rural, para aqueles ideólogos que não gostam da propriedade privada? Não, Sr. Presidente!

Quero aqui parabenizar todos os Senadores e dizer aos produtores rurais que estão aqui, que são muitos, e aos muitos outros que estiveram nos 60 anos da CNA, que isso foi o possível na negociação, mas que, no futuro, nós poderemos avançar, à medida que a ciência e a sociedade amadurecerem. Nós não faremos birra não, Sr. Presidente. O art. 61 não nos satisfaz, mas nós vamos votar com o acordo, pelas multas em todos os produtores e também pelo declive de 25 graus para não destruir a pecuária leiteira do País. Temos 1,2 milhão produtores de leite, e eles seriam destruídos se a inclinação de 25 graus não saísse de onde está. Nós estamos aqui zelando é pelos pequenos e médios, porque se quiserem excetuar da margem de rios todos os grandes do País podem excetuar. O grande produtor de soja, o grande produtor de algodão não está somando com 15, 30 ou 100 metros não, Sr. Presidente. Quem está somando com 15, 30 ou 100 metros é o pequeno agricultor. Ou não é? 86% dos produtores do Brasil são pequenos produtores, gente! Podem ter a menor área de terra, mas vão constituir a maior área de conflito. Eles não podem consolidar um curral e plantar centenas de árvores em volta dele, um curral fantasma. É o mesmo que fazer uma casa e proibir alguém de morar dentro dela.

Sr. Presidente, quero dizer que, da minha parte, nós votaremos na emenda do Senador Luiz Henrique mesmo não estando ela como gostaríamos que estivesse, mas vamos avançar, ela traz avanços. E nós vamos continuar debatendo o meio ambiente no Brasil por muitos e muitos anos porque esse é um assunto importante.

Muito obrigada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senadora Kátia Abreu.

Quero mais uma vez solicitar às pessoas que estão nos honrando com sua presença aqui que não se manifestem para que possamos dar continuidade, com tranquilidade, ao andamento dos nossos trabalhos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, só para destacar uma questão.

Nesse relatório que a Secretaria acabou de distribuir sequer estão presentes as emendas que o Senador Jucá acabou de destacar. A produção de emendas está tão rápida que nem a Secretaria está conseguindo acompanhar a dinâmica de distribuição.

Como nós vamos conseguir no dia de hoje, atropeladamente, seguir essa votação...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Randolfe...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – ...se a dinâmica de produção de emendas, a dinâmica de necessidade de aprimoramento do texto, sequer está sendo acompanhada pela dinâmica do Senado? Há uma emenda do Senador Luiz Henrique, citada pela Senadora Kátia Abreu, que sequer...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Randolfe, V. Ex^a pode ter tranquilidade porque antes da votação da matéria todas as emendas chegarão ao conhecimento de todos os Senadores. Essa é uma questão regimental. O Regimento do Senado diz que podem ser apresentadas emendas até o final da discussão. Nós estamos cumprindo o Regimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Mas não pode ser um minuto antes da votação, tem de ser antes!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Será no momento em que o Plenário considerar adequado para a votação. V. Ex^a vai receber, e peço a sua colaboração para o bom andamento dos trabalhos.

Passo a palavra ao Senador Ivo Cassol.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Estou pedindo a colaboração da Mesa para que tenhamos um mínimo de tempo para fazer a discussão, Sr. Presidente.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigada, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar os nobres colegas e, ao mesmo tempo, parabenizar os dois relatores, os Senadores Luiz Henrique e Jorge Viana, que conseguiram avançar consideravelmente dentro das duas áreas, tanto atendendo o setor produtivo como também o setor ambiental.

Mas aqui quero destacar, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma situação grave...

(Manifestações no plenário.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Está difícil trabalhar desse jeito, gente!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Peço silêncio. Quero registrar que, se não tivermos condições de manter o debate num clima de respeito, ouvindo os Senadores, vou solicitar a evacuação do plenário.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – O problema está nos próprios Senadores, que estão tentando entender, Presidente. A confusão é muito grande!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Eu quero pedir aos Senadores que já falaram e não param de falar que nos deem a oportunidade de usar a tribuna também para expor os nossos pontos de vista.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Senador Ivo, eu peço desculpas, mas só estou querendo justificar o barulho: é que estamos tentando entender aqui...

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Mas o senhor e o outro Senador não deixam a gente falar. Vamos começar a debater o assunto. Quem teve dúvida... Depois botamos a matéria para votação, para apreciação, gente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Nós estamos tentando entender.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Nós estamos num País, gente, em que a Amazônia está sendo tratada com desigualdade.

Eu estou aqui na questão das áreas consolidadas, no art. 61, no inciso IV. O que acontece? Enquanto nós temos para a Amazônia 80% de reserva legal, nós temos para o resto do País 20%. Então já começa o tratamento desigual para as áreas consolidadas.

Quanto à questão do futuro, eu sou contra queimada, sou contra novos desmatamentos na Amazônia, mas com o que já está consolidado, Sr. Presidente, nós não podemos concordar.

Quando se coloca aqui que a área, no inciso V, quando se diz que para os imóveis rurais com módulos fiscais de até 4, a exigência de recomposição nas faixas marginais não pode ultrapassar o limite da reserva legal. O limite da reserva legal num assentamento de um sítio de 100 hectares vai a 80%. Então a maioria dos nossos proprietários da Amazônia, do Estado de Rondônia vai ter que reflorestar.

Então nós precisamos ter a mesma igualdade com os demais proprietários do Brasil afora. Não é justo! Eu só quero para as áreas consolidadas.

Portanto, o que nós precisamos aqui é debater esse assunto. O restante do que já está discutido aqui...

Parabenizo os nobres relatores. Nós conseguimos avançar bastante. Nem o setor produtivo está satisfeito, nem os ambientalistas estão satisfeitos.

Mas eu quero deixar bem claro, srs. relatores, Sr. Presidente, que muitas das questões ambientais que estão debatendo aqui é por incompetência de ministros, no passado, que só faziam para a mídia internacional, quando sequer defendiam os interesses nacionais.

Eu fui governador de Rondônia por dois mandatos e posso afirmar isso. Eu só quero trabalhar e defender aqui os pequenos proprietários, aqueles que estão lá, que foram assentados pelo Governo Federal e que foram obrigados, no passado, a desmatar para poder receber o seu título de propriedade e, ao mesmo tempo, ocupar a Amazônia para não entregar a Amazônia.

É por isso que eu solicito que no art. 61, o inciso V e também o inciso VI, sejam revistos e que nós sejamos tratados com a mesma igualdade com os demais produtores do Brasil.

É só isso que eu solicito.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra ao Senador Casildo Maldaner. *(Pausa.)*

Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – De novo! O Senador Randolfe Rodrigues falou pela ordem de agora vai falar para discutir a matéria.

Quem está conduzindo os trabalhos é a Presidência da Mesa.

Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – A prerrogativa de falar, que está no Regimento Interno, vai ser cassada? Aí é um pouco demais, não é? Já estão atropelando a discussão; já estamos fazendo, já estamos antecipando um debate, que é em nome das florestas brasileiras e para o qual precisaríamos pelo menos dos cinco dias previstos para isso, e ainda querem impedir o meu direito constitucional, garantido pelo povo do Amapá, de estar aqui falando? É um pouco demais, Senador; é um pouco exagerado já, não é?

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Já ultrapassou os limites. É pela ordem, é por isso e por aquilo

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não, não!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Por favor, Senador Ivo Cassol, a palavra está com o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Meus limites são o Regimento Interno e a Constituição. Leia a Constituição da República, leia o Regi-

mento do Senado. Estão lá os meus limites e eu estou dentro deles.

Sr. Presidente, o debate aqui, eu quero iniciar esse debate, porque em debates anteriores foram mostrados os mapas. Então eu quero mostrar mapa também no debate de agora. Foram demonstrados alguns mapas que falam sobre a produção no Brasil e que foram considerados. Mas eu queria que considerassem este mapa aqui. Este aqui é o mapa do desmatamento no Brasil; este aqui é o mapa do desmatamento no Brasil nos últimos anos. Ainda não está incluída neste mapa boa parte da Amazônia que tem sido atingida pelo avanço do desmatamento. Então eu quero que seja levado em conta, em consideração nesse debate também isso. O Código Florestal que nós estamos debatendo, que nós estamos modificando, que foi uma conquista da sociedade brasileira dos anos 60, quando nem se falava em preservação ambiental, o Código Florestal que teve aquele belo prefácio, anunciado nos anos 60 pelo Ministro da Agricultura do Gabinete Parlamentar de Tancredo Neves, de que era preciso ter um Código Florestal em virtude do crescente desmatamento das florestas brasileiras, esse Código Florestal foi conquistado pela sociedade brasileira num tempo em que o debate ambiental sequer estava em voga no mundo.

Fala-se muito aqui, ouvi muito em várias comissões e vi num debate na Câmara dos Deputados, tenho visto em debates aqui no Senado Federal, repetidas vezes, que os países da Europa não falam de bordas de rio de preservação permanente, de preservação florestal. Ora, os países da Europa têm feito autocrítica. Os países da Europa e os países do mundo têm feito a autocrítica do que eles causaram ao mundo em desmatamento, principalmente no auge da Revolução Industrial no século XIX.

Os dados que tenho mostram exatamente o inverso. Mostram que na França a cobertura florestal, em 1900, no começo do século XX, era de 18%. A cobertura florestal, em 1950, era de 21%, e hoje está em 29%. Na Holanda, em 1950, era de 8%, e hoje é de 11%. No Japão, a cobertura florestal, em 1950, era de 62%, e hoje é de 69%. Na Polônia era de 24%, e hoje é de 30%. No Reino Unido era de 9%, e hoje é de 12%.

Ou seja, o conjunto do mundo está fazendo exatamente o inverso do que vamos fazer no dia de hoje. O conjunto do mundo está preocupado em preservar suas florestas, em ampliar a necessidade de preservação de suas áreas. Isto porque quando foram concebidas as áreas de proteção permanente, já nos idos dos anos 60, não foram concebidas somente com uma necessidade de instituição de áreas para cobertura de florestas. Foram concebidas, em especial, para assegurar o bem estar das populações humanas.

Quero destacar aqui uma alteração que houve no Código Florestal, em 1980, ampliando as faixas das áreas de preservação permanente. Essa modificação, que foi trazida pela Lei nº 7.803, foi inspirada em um acontecimento: nas enchentes em Santa Catarina, nas enchentes em várias regiões de Santa Catarina, e na percepção, nos anos 80, de que o debate ambiental não tinha a preocupação que tem hoje, na primeira década do século XXI, de que as tragédias ocorridas naquela monta em Santa Catarina ocorreram em especial devido às devastações acontecidas nas áreas de preservação permanente.

É verdade, quero reconhecer que o relatório do Senador Jorge Viana avançou em muitos aspectos, inclusive traz uma novidade, a qual saúdo, que é a necessidade de preservação florestal também nas áreas urbanas, de que concepção de preservação florestal não é somente no meio rural.

Entretanto, não quero tratar um crime contra o meio ambiente... E é isso que tenho ouvido. É como se um crime contra o meio ambiente fosse um crime menor. Um crime contra o meio ambiente é um crime contra as gerações atuais, é um crime contra as gerações futuras. E temos visto no País os resultados desses crimes na ampliação das enchentes e em tragédias como aquelas que aconteceram no Rio de Janeiro. Um crime contra o meio ambiente não pode ser minimizado, relativizado, como se um crime secundário fosse.

A preservação do meio ambiente para o mundo atual, para o mundo em que, segundo os cientistas estamos entrando em uma era geológica do chamado Antropoceno, em que as alterações humanas no Planeta Terra podem comprometer a própria existência da vida no Planeta, em um mundo como hoje, preservar o meio ambiente, preservar as nossas florestas, é um legado que temos não somente para o presente, é um legado que temos que deixar para as gerações futuras.

Neste sentido, pensar no futuro, pensar no amanhã, pensar nas gerações que virão, esse sim, se é para ser chamado de dogma, é dogma, sim. Deve ser um dogma da condição humana pensar nos outros. Deve ser um dogma da condição humana pensar naqueles que virão. Deve ser um dogma da condição humana pensar naqueles que podem morrer em virtude da derrubada de morros, em virtude da retirada de floresta de preservação permanente que, repito, resulta em tragédias como aquela a que assistimos no início deste ano no Rio de Janeiro.

A floresta no Brasil não é algo à-toa. A floresta no Brasil é uma vantagem comparativa do nosso País em relação ao outros. O conjunto do mundo inveja o Brasil pelas florestas que temos, pela biodiversidade que temos, pela diversidade que temos aqui em nosso País.

É essa diversidade que quero pedir aqui, que nós reconheçamos. Nós não podemos aprovar uma legislação que faz isenção, anistia de crimes. Um crime contra o meio ambiente, repito, é um crime contra as gerações que virão.

Nós temos áreas agricultáveis no País, a agricultura cresceu nos últimos anos e não foi impedida, não foi limitada pelo Código Florestal, pelo que está previsto na legislação florestal brasileira. Nós podemos e devemos conviver em paz tanto a produção agrícola quanto a preservação do maior patrimônio que temos, que são as florestas brasileiras, que é a nossa biodiversidade.

O texto como está ameaça esse patrimônio conquistado pela sociedade brasileira e ameaça, às vésperas de realizarmos uma conferência mundial do meio ambiente. Nós não podemos passar essa vergonha para o mundo. Às vésperas de realizar uma conferência mundial do meio ambiente, relativizar, flexibilizar, reduzir as conquistas que o povo brasileiro e as gerações que virão tiveram na sua legislação florestal.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Senador Randolfe.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Obrigado, Senador Randolfe.

Com a palavra o Senador Waldemir Moka.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Um minuto só. Senador Randolfe...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Não vou fazer debate paralelo, Senador Jayme Campos. Eu peço...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – ... mas eu acho que o momento é ímpar...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – ... faço um apelo...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – ...é uma discussão e é regimental...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – ...V. Exª terá oportunidade...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Eu queria fazer só um adendo às palavras do estudioso, competente e valoroso Senador Randolfe. Entretanto, a escola que V. Exª e orientação que recebeu, os números, acho que não condiz com a nossa realidade. Diante de que: V. Exª disse aqui a Holanda saiu de nove e foi para onze em relação à preservação. Entretanto, queria esclarecer a V. Exª que as florestas que eventualmente existem nos países a que V. Exª se referiu, Holanda, França, são florestas de atividades econômicas para exploração econômica. Não é como nós, brasileiros, aqui temos, é preservar. Diante de tudo isso, esclarecendo a V. Exª, que é um moço competente, Senador competente, nós temos que ser realistas, sobretudo, temos aqui de viver a nossa rea-

lidade. O Brasil, o senhor disse, está causando inveja em outros países, mas nós, brasileiros, não podemos pagar tão caro como estamos pagando até agora, se esses mesmos países têm inveja de não remunerar os nossos produtores, o pequeno produtor. Está sofrido, está à margem da justiça social. De tal forma...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – ...eu defendo a sua tese. Todavia, temos que ver que essas florestas são para negócios, para produzir celulose e para produzir naturalmente aquilo que vai dar renda aos franceses e aos holandeses.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Waldemir Moka. Com a palavra o Senador Waldemir Moka.

Passo a palavra, por um instante, ao Senador Luiz Henrique, quer dizer, passo a Presidência. Com a palavra o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, eu quero, inicialmente, cumprimentar o Senador Luiz Henrique e o Senador Acir Gurgacz, da Comissão de Agricultura, o Senador Rodrigo Rollemberg que preside a Comissão de Meio Ambiente.

Quero dizer ao Senador Jorge Viana que nós protocolamos, até ontem, parece-me, nove emendas, subscritas por aproximadamente dez Senadores dos dezessete membros titulares desta Comissão. Nós estamos retirando essas emendas, porque será apresentada uma emenda do Senador Luiz Henrique, que tem o apoio dos Senadores que me acompanharam ontem quando protocolamos essas emendas.

Na verdade, percebo nitidamente a ansiedade de alguns em conhecer o texto, as modificações. Isso é natural, esta é uma única emenda, ela será apresentada. Evidentemente, que quem não concordar com essa emenda, desde que tenha voto na Comissão, vai poder rejeitar, ter a oportunidade de rejeitar no plenário do Senado e ainda no plenário da Câmara dos Deputados. A Câmara pode votar com o que foi rejeitado no Senado ou rejeitar aquilo que foi alterado aqui no Senado.

Acho que essa questão, Senador Jorge Viana... Evidentemente, se fôssemos querer discutir isso aqui. Desculpando alguns, há uma nítida intenção de que mais cinco dias, mais seis, mais uma semana. Ocorre, Senador, que o texto ainda tem que ser aprovado no plenário do Senado e depois enviado à Câmara dos Deputados. Se esse texto não for aprovado ainda neste ano, Senador Aloysio Nunes, temo que tenhamos um grande prejuízo.

Então, estou dizendo que é razoável, por exemplo, que ouvidas as emendas, aqueles que protocolaram emendas que não forem acatadas pelo Relator, têm a possibilidade de destacar. A sociedade tem conflitos e quando não se chega a consenso, o Congresso Nacional tem que dirimir o conflito por meio do voto. Aquele que tiver a maioria, evidentemente, será aprovado. Ninguém está aqui cerceando o direito de ninguém. Agora, postergar essa discussão e a votação me parece que não é razoável.

Quero lembrar que na última reunião foi feito um acordo de procedimento nesta Comissão, Senador Presidente Rodrigo Rollemberg. Eu me lembro que foram aqui levantadas questões. Essa discussão que o ilustre representante do Amapá levanta – tenho uma admiração muito grande por sua coragem, por seu raciocínio e por sua inteligência – mas ela é uma questão vencida. Discutimos na última reunião que iniciaríamos o debate na quarta-feira, faríamos o destaque e poderíamos avançar até quinta-feira, para que fosse votado aqui, na Comissão de Meio Ambiente. Espero, sinceramente, que esse acordo de procedimento definido na reunião anterior seja mantido hoje.

Quero também dizer ao Senador Jorge Viana, que me distinguiu aqui na sua fala, que fui apenas um interlocutor. De tudo que conversamos, sempre conversei com os Srs. Senadores, principalmente aqueles mais próximos. Para citar só alguns aqui: Jayme Campos, Ivo Cassol, Blairo Maggi e Sérgio Souza. Todos eles participaram dessa discussão. Inclusive, estou tendo o cuidado de manter uma interlocução com os Deputados Federais, nem todos satisfeitos, devo reconhecer, mas temos que assumir responsabilidade. Estou chamando para mim a responsabilidade de ter feito o entendimento que, seguramente, vai ter críticas no setor que represento, que é o setor produtivo, como tenho certeza de que não atende o outro segmento. Mas nós estamos falando do possível, entendam que esse é o possível. Aqui, estamos muitas vezes abrindo mão, fazendo concessões de matérias que até que são muito caras, com desgaste pessoal, para que a gente possa avançar em um texto que seja possível votar aqui no Senado da República.

Quero encerrar minhas palavras, Senador Jorge Viana, dizendo que o conhecia muito pouco, mas quero dar um testemunho: V. Ex^a é um homem determinado, um homem equilibrado, um homem sério. E as pessoas que acham que V. Ex^a não defende o meio ambiente estão redondamente enganadas. Raras vezes em minha vida vi alguém defender tão apaixonadamente o meio ambiente.

Para encerrar, quero dizer ao Senador Randolfe Rodrigues que o Brasil não deve nada à França e a

nenhum país europeu. Os países europeus não preservaram nem 0,5% das suas florestas; o Brasil ainda mantém 61% das suas florestas intactas. No meu Estado, o Pantanal, temos 78% da vegetação nativa. E quem preservou isso no Mato Grosso do Sul? Os produtores rurais. Temos que reconhecer o esforço de homens e mulheres de mãos calejadas que fazem a riqueza deste País e que estão sendo tratados até agora como criminosos.

O que estamos dando, neste relatório, é a oportunidade para que aqueles produtores rurais que desmataram – e não é anistia – possam recuperar a área e, a partir daí, terem realmente alguma coisa no sentido de preservação; e terão que fazer. Não existe anistia, o que existe e sempre vai existir são homens e mulheres determinados a produzir, porque essa é a vocação do nosso País.

Encerro as minhas palavras mais uma vez parabenizando o esforço. Sr. Presidente, temos 17 membros titulares nesta Comissão de Meio Ambiente. Estes Senadores e Senadoras, em algum momento, terão que decidir se aprovam o texto de V. Ex^a ou se o rejeitam. O que não podemos permitir é uma postergação daquilo que a sociedade quer ver votado, que é exatamente o novo Código Florestal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Srs. Relatores, Senador Luiz Henrique, Senador Jorge Viana, Sr. Presidente Rodrigo Rollemberg, Sr. Presidente Acir Gurgacz, da nossa Comissão de Agricultura, Sr^{as} e Srs. Senadores, quando começo a ouvir as discussões sobre o tema fico um pouco preocupado se, ao final, vamos chegar a alguma votação, porque quem participou efetivamente da construção das audiências públicas e das diligências que foram feitas têm a certeza absoluta de que está colocado neste texto o que foi possível ser construído.

Muitas pessoas que participaram, muitos Senadores e Deputados não têm aqui neste nosso projeto, neste nosso relatório as suas ansiedades resolvidas; até as necessidades das nossas regiões, Senador Acir Gurgacz, queríamos alguma coisa diferente, queríamos mais, queríamos ter mais liberdade de fazer as coisas. Mas entendemos, como disse, que isso foi o possível de ser feito. A nossa vontade sobre a terra, a nossa vontade sobre as florestas, a nossa vontade sobre o meio ambiente não deve ser só nossa, mas aquilo que é possível ser feito e dentro das convicções que vivemos no momento.

Fui muito resistente durante muito tempo com algumas coisas que os ambientalistas diziam e que

propagavam alegando ser a mais pura verdade. Para mim não eram verdadeiras, mas apenas uma condição de se esconder alguns interesses comerciais por trás de tudo o que estava colocado. Mas com o passar do tempo e com a ciência – e aqui invocamos várias vezes a ciência até para desatar nós que temos amarrados agora e que vêm para o futuro –, percebi que, com relação a algumas coisas, eu estava errado. Mas a ciência também mostrou que algumas coisas que defendiam aqueles que combatiam comigo o bom combate estavam erradas.

Nós conseguimos nesses últimos anos, junto com o setor produtivo do meu Estado, buscar um caminho alternativo para conciliar a produção rural, a criação e o meio ambiente. E temos hoje no Estado do Mato Grosso, a exemplo do que se faz no Brasil e em muitos outros lugares, e outros farão a partir deste projeto, a possibilidade de as duas coisas andarem juntas, preservar um Estado que tem ocupados pela agricultura apenas 9% do seu território e que ainda é o maior produtor de grãos deste País. Não podemos ter vergonha de nada, não devemos ter vergonha de nada.

E o nosso País, o Brasil, não deve ter vergonha e não se envergonha de absolutamente nada. Somos um país que produz alimentos para mais de 180 milhões de habitantes, que põe comida na mesa de todo mundo – se alguém passa necessidade, não é pela falta do alimento, mas pelas condições sociais que o país enfrenta. E nós estamos resolvendo isso também: o país cresce, o país melhora, e melhora a sua distribuição de renda. Então, quando eu ouço dizer que o Brasil não precisa e não deve passar vergonha perto de outros países... Ao contrário, quero aqui rejeitar a afirmação feita pelo Senador. O Brasil, graças a seus produtores rurais, graças às milhares de pessoas que trabalham no campo, consegue alimentar todos, vestir todos e dar a este País, na sua balança comercial, algo que não teríamos se não tivéssemos a agricultura.

E aqui não quero fazer diferença entre agricultura grande, pequena e agricultura familiar. Todo agricultor, todo pecuarista é agricultor e é pecuarista em qualquer lugar deste País, qualquer que seja o tamanho que tenha. O Senador Rollemberg fez questão – e por isso lhe agradeço, Senador –, quando fez sua introdução, de fazer referência ao meu nome. Fiz aqui, o tempo inteiro durante estas nossas jornadas, a defesa do pequeno produtor agrícola brasileiro. Não fiz aqui nenhuma defesa da grande agricultura, porque sei que os grandes produtores rurais têm condições, capacidade, conhecimento e entendimento de que as coisas devem ser diferentes. Mas o pequeno produtor brasileiro principalmente, e não são os do meu Estado, ainda que eu defenda os do meu Estado, aqueles que foram

assentados, aqueles que são pequenos agricultores... Aliás, são mais de 130 mil pequenas propriedades em meu Estado de Mato Grosso. Mas em Santa Catarina, no Paraná, em São Paulo, no Espírito Santo, no Rio Grande do Sul, no Sul e no Sudeste brasileiro, se nós não tivermos um pouco de cuidado, e eu discutia isso com o pessoal do meio ambiente... Em primeiro lugar está o homem. Vamos olhar para ele e vamos dar-lhe condições para que permaneça onde está. Nós não queremos que o homem que vive no campo volte para as cidades ou que vá para as cidades para viver nas favelas, em condições subumanas.

Então, meus caros colegas Senadores e Senadoras, nós temos, sim, ainda, vários problemas a serem resolvidos. Nós temos ainda alguns pontos pendentes, mas se nós não quisermos convergir, se nós não seguirmos pelo caminho do entendimento – como disse o Senador Jorge Viana ontem, o entendimento pelo Brasil –, nós vamos rachar e não vamos chegar a lugar nenhum. Mas tenho certeza, como disse o Senador Moka, de que aqui nesta Comissão nós vamos definir as coisas, e a democracia diz que é pelo voto, quem tem voto ganha. É o que vamos fazer.

Então, quero cumprimentar a todos e dizer que este não é o projeto ideal, não contempla exatamente o que eu penso, não é o que eu gostaria que fosse, mas é tudo aquilo que foi possível alcançar. E tenho certeza de que cada um dos Senadores e Senadoras que aqui está, se sentar com o relator e o presidente da Comissão, terá quatro ou cinco pontos a discutir para chegar a um entendimento. Isso não é possível. Então, vamos ao entendimento, vamos ao entendimento pelo Brasil, que é o que todos nós desejamos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Obrigado, Senador Blairo Maggi.

Com a palavra o Senador Jayme Campos e, em seguida, a Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente Senador Rodrigo, demais presidentes aqui, Acir Gurgacz, Srs. Relatores, Senador Luiz Henrique, Senador Jorge Viana e demais Senadores e Senadoras:

A minha intervenção será muito rápida, mas eu não poderia deixar, neste momento que posso chamar de histórico, tendo em vista nós estarmos aprovando o novo Código Florestal Brasileiro, que é um novo marco regulatório nessa área e muito importante para a sociedade brasileira, até porque – estou convencido – que este Código Florestal, pelo menos, vai sobreviver os próximos 50 anos.

Diante do que eu acompanhei, desde que esta matéria, meu caro Relator (e Governador) Luiz Henrique, lá na Câmara dos Deputados, eu tive tempo

suficiente para fazer uma reflexão diante do relatório apresentando por esse grande homem público, Deputado Aldo Rebelo, que aqui nós temos de fazer justiça e que, de forma pacientemente, ele percorreu todo este Brasil, realizando mais de 90 audiências públicas para construir um projeto em que certamente poderíamos compatibilizar a questão da preservação com a questão da produção. Eu tenho a certeza de que ele procurou fazer o melhor.

Entretanto, após a aprovação, por uma maioria esmagadora, de 410 votos, esta matéria chegou aqui ao Senado Federal. Aqui, de público, eu confesso a V. Ex^a, meu caro Senador e futuro Governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg, eu tinha uma leve desconfiança de V. Ex^a e do próprio Senador e ex-Governador Jorge Viana, quanto a V. Ex^a ter uma tendência, uma torcida maior na questão ambiental. Apostava e acreditava no Senador Luiz Henrique, pois eu já tinha acompanhado seu projeto, o zoneamento de seu Estado, Santa Catarina, onde, de forma ousada e corajosa, aprovou o zoneamento conforme as particularidades de seu Estado e de seu povo. Mas, para minha surpresa – grata surpresa –, o Senador Rodrigo Rollemberg e Senador Jorge Viana pautaram-se aqui em condição *sine qua non*, ou seja, de forma imparcial, respeitando aqui, com certeza, todas as opiniões externadas por aqueles que participaram dessa audiência pública aqui nesta Comissão.

Diante de tudo isso, quero dizer e louvar que este Código Florestal é, indiscutivelmente, moderno e avança e respeita todos os segmentos, principalmente as questões ambientais e a questão da produção. Todavia, quando se discute um projeto como este aqui, temos de esquecer as paixões, temos de ver nossa realidade na medida em que o Brasil é um dos países que mais respeitam sua floresta, seu ecossistema e sua biodiversidade. Entretanto, quando algum Senador dá exemplo de países da Europa... Não se pode dar exemplo de países da Europa em comparação de nosso País, o Brasil. Nós respeitamos aqui, não só a questão ambiental, nós respeitamos os povos indígenas, nós respeitamos os trabalhadores da agricultura familiar, nós respeitamos os movimentos sociais. E, diante de tudo isso, eu quero aqui, de forma muito bem clara, cumprimentar V. Ex^a. Nós vamos chegar aqui a um texto final que, com certeza, será melhor. Deus, quando desceu à terra Cristo, Ele foi crucificado, pregado na cruz, porque ele não conseguiu agradar a humanidade. E não seria desta feita, nós aqui, de carne e osso, que estaríamos agradando toda humanidade e todos os interesses, muito pelo contrário. Aqui está sendo feito um debate democrático, transparente, pensando em construir um projeto que, certamente, dê oportu-

nidade ímpar ao trabalhador, ao produtor, a todos os segmentos realmente do Código Florestal, que vai oferecer segurança jurídica, Senador Luiz Henrique.

Lamentavelmente, estamos vivendo um clima de terror, de insegurança total, e, infelizmente, muitas famílias estão sendo penalizadas, têm sido vítimas de políticas públicas que não condizem com a realidade da nossa população.

Diante de tudo isso, eu quero dizer que esse projeto é exitoso. Exitoso sobretudo porque houve aqui a paciência, o bom senso. Até porque, há poucos dias, o Senador Acir Gurgacz, presidente da nossa comissão, veio fazer uma proposta aqui realmente relevante, uma proposta decente, uma proposta que diferencia o cidadão que derrubou 50% de uma propriedade de outro que derrubou apenas 20% e que estava sendo penalizado. E, na sua emenda, ele propõe que esses 30% podem ser declarados servidão pública, permitindo que o cidadão não seja prejudicado.

Por isso, quero dizer a V. Ex^a que acredito, meu caro Presidente Rodrigo, num Código Florestal em que nós respeitamos a nossa biodiversidade, respeitamos as nossas florestas, as nossas nascentes, mas nunca perdendo de vista o homem, aquele que faz a grandeza deste País, na medida em que o Brasil hoje é um grande exportador, já que a balança comercial nossa tem quase 40% de contribuição da produção do campo. Eu espero que essas pessoas sejam respeitadas, sejam tratadas com dignidade e que, acima de tudo, meu caro Relator Jorge Viana....

Eu quero registrar, desta feita, a minha admiração por V. Ex^a, Senador Jorge Viana, por ser um homem sensato, um homem que respeita e acata as ideias de todos nós, de forma democrática. É isso que esperamos de V. Ex^a, e não tenho dúvida alguma de que o nome de V. Ex^a, como relator nesta comissão tão importante, sempre vai ser lembrado, diante de suas ações, diante daquilo que está sendo escrito e, sobretudo, diante daquilo que queremos para o Brasil: produzindo, mas sempre respeitando os nossos ecossistemas.

Desejo e espero que encerremos este debate se possível hoje, para encaminharmos ao Plenário da Casa, e aí ser votado, revertendo de novo à Câmara, e assim votarmos definitivamente.

O que não podemos, Senador Rollemberg, Senador Jorge Viana, é continuar a postergar esse Código Ambiental e trazendo, com certeza, a intranquilidade e, acima de tudo, a insegurança jurídica.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos.

Eu quero reiterar o apelo para que todos que nos honram com sua presença aqui no plenário façam si-

lêncio e respeitem a intervenção dos Senadores, para que todos possam ouvi-los.

Passo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente Rodrigo Rollemberg, eu acho que o Senador Pedro Taques estava querendo falar. Eu pergunto se ele gostaria de falar antes de mim. (*Pausa.*)

Ah, já está inscrito? Se V. Ex^a quiser falar antes de mim, não há problema, Senador.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT. *Fora do microfone.*) – Se a senhora quiser, eu falo agora.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, primeiro, eu quero repetir aqui – e sei que vou repetir muito do que já foi dito – a importância desse tema para o Brasil...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT. *Fora do microfone.*) – Presidente Rodrigo, estou inscrito, não é?

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – ...não só para a Amazônia, mas para todo o território nacional. E lamento não ter podido talvez acompanhar o debate, as negociações da matéria como deveria, eu que venho de uma região importante, que detém a maior diversidade biológica do Planeta e que, sem dúvida alguma, depende muito do que for aprovado nessa lei para que ela possa seguir preservando seus recursos naturais, mas, ao mesmo tempo, promovendo o desenvolvimento.

Antes de falar – e falarei rapidamente também –, eu gostaria de destacar, Senador Rodrigo Rollemberg, o papel de vários Senadores que foram muito importantes no encaminhamento dessa matéria. Não poderei citar todos, mas, ao citar alguns, homenagearei todos aqueles que tiveram um envolvimento cotidiano, diário, forte e presente no debate dessa matéria.

Quero cumprimentar V. Ex^a, Senador Rodrigo Rollemberg,. Sei que V. Ex^a, desde que chegou a esta Casa, elegeu exatamente o Código Florestal como uma das prioridades de sua ação parlamentar.

Quero cumprimentar os dois Relatores, não apenas pela capacidade de produzir um relatório, mas pela capacidade de trabalharem juntos em quatro comissões distintas, levando em consideração a multiplicidade das preocupações que tiveram durante todo esse período. Então, cumprimento V. Ex^a, Senador Luiz Henrique, e também V. Ex^a, Senador Jorge Viana. Certamente a atividade pública de V. Ex^{as} como Governadores de Estado pesou significativamente para que pudéssemos chegar a este momento.

Também quero cumprimentar o Senador Acir Gurgacz, que preside a Comissão de Agricultura, assim como o Senador Eduardo Braga, a quem acompanhei. Acho que precisamos destacar o papel do Senador

Eduardo Braga, que, desde o primeiro minuto, brigou muito para levar esse código também para a Comissão de Ciência e Tecnologia, e muitos não entendiam o porquê. Não precisamos ter um código que trate apenas do passivo ambiental, mas de um código...

É impossível, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) (*Fazendo soar a campanha*) – Eu quero, mais uma vez, pedir a colaboração, para que possamos ouvir os Senadores que estão se manifestando.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PC do B – AM) – Podemos fazer como na Câmara, dar como lido, dizer: Presidente, dou como lido o meu pronunciamento, porque é mais negócio. Não se consegue nem falar aqui. Não quero nem ser ouvida. Quero, pelo menos, ter a capacidade e a possibilidade de me concentrar. Não vou dizer nada que vá mudar a situação, mas é um direito meu, Senador, um direito constitucional meu e de todos nós aqui de nos pronunciarmos. Então, quero apenas o direito à capacidade de me concentrar, Senador Randolfe, é só isso que eu quero, nada mais.

Então, não sei nem onde eu estava. Acho que eu estava cumprimentando e falando da importância desse projeto ter ido também à Comissão de Ciência e Tecnologia. E lá foi produzindo um capítulo que trata do reconhecimento dos serviços ambientais que a floresta produz. É inadmissível pensar em um código florestal sem sequer prevermos a possibilidade da existência do reconhecimento dos serviços ambientais que essas florestas prestam à humanidade.

Quero dizer a todos os Senadores que primeiro o homem. É verdade, primeiro o homem, mas primeiro o homem sempre, hoje, amanhã, depois de amanhã e daqui a cem anos. Com isso, temos que entender a ligação que existe entre o meio ambiente e a espécie humana. Há várias outras espécies sem as quais a espécie humana não sobrevive.

Então, acho que o nosso grande desafio, principalmente dos senhores que aqui estão, dos relatores, foi chegar a esse limite tão versado, tão falado em verso e prosa, o tal do desenvolvimento sustentável.

Não há ninguém, Senador Acir Gurgacz, que não seja um desenvolvimentista sustentável, na teoria, mas, na prática, temos sim. Infelizmente, são aqueles que não querem ver o desenvolvimento, que querem transformar a floresta em um verdadeiro santuário e, também infelizmente, há outros que não querem saber, absolutamente, de preservar nada, só pensam no benefício econômico do presente e nada mais que isso.

Então, quero aqui, para concluir minhas homenagens, saudar o Deputado Aldo Rebelo. Acho que o Deputado Aldo Rebelo aceitou um grande desafio. Nós da bancada do PC do B, Senador Rodrigo, quando não

damos nenhuma confusão para ele, ele mesmo arruma uma. Mas é a boa confusão, é o bom debate, é o bom desafio, porque, do contrário, tenho certeza, Senador Moka, não fosse V. Ex^a, não fosse o Deputado Aldo, principalmente, não estaríamos aqui hoje enfrentando esse tema polêmico e necessário de ser enfrentado.

Por fim, quero dizer que ouvi muito, desde o princípio, e que tenho sido muito apartada para falarem de anistia. Anistia, anistia, anistia. Onde é que está a anistia? Ou não aprendi nada durante esses meses de debate, Senador Luiz Henrique, Senador Jorge Viana? Não vejo anistia. Quais são os termos? Precisamos tratar o passivo ambiental. Não adianta dizer que o Brasil fiscaliza, tem uma lei boa, mas essa lei não é aplicada. No Brasil temos um fiscal – e está aqui um representando o Ministério do Meio Ambiente – para quase 200 km², são 187 km². A média mundial é de 20, um fiscal para cada 20 km². Nós temos deficiência nas áreas demarcadas ambientalmente, nas comunidades de conservação. O Estado sequer conseguiu regulamentá-las. Temos problemas de subtração florestal nessas áreas demarcadas, problemas graves. É isso o que acontece na Amazônia hoje.

Sou de um Estado que tem 98% de sua área preservada, é o Estado do Amazonas. Mas não é porque o Amazonas teve governadores melhores, mais comprometidos ambientalmente com a preservação. É porque lá temos um modelo de desenvolvimento econômico que propicia essa preservação. Muita gente critica a Zona Franca de Manaus, fala que o Brasil inteiro paga pela Zona Franca de Manaus. Mas não está pagando para só gerar emprego em uma região importante, que representa não só 1,5 de km², que é o Estado do Amazonas, mas a Amazônia como um todo brasileiro. Não está pagando só para gerar emprego, mas para preservar. Qual seria o custo do desflorestamento no Amazonas caso não existisse a Zona Franca de Manaus?

Então, acho que é isso. Esse Código trata o passivo ambiental e, mais do que isso, determina regras seguras. Aí concluo, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, com um exemplo do que é....Um exemplo, Senador Jorge Viana, isso vem desde o primeiro. A redação melhorou porque V. Ex^a manteve o princípio aprovado na Câmara, mas dizendo que isso serve para o pequeno agricultor. É a possibilidade de trabalhar, de plantar, de produzir em área de preservação ambiental quando se trata de várzea, de várzea na Amazônia principalmente. São as áreas mais produtivas. Essa lei traz a legalidade para que aquele agricultor, aquele produtor familiar, que planta melancia, que planta macaxeira em área de várzea, possa ter sua atividade regularizada, legalizada, acessar os incentivos e ajudar

o Brasil, não só na produção de alimentos, Senador Jorge Viana, mas a preservar a floresta. Se os tirarmos da várzea vão, exatamente, exercer essa função sobre a floresta. Então, cumprimento V. Ex^a e digo o seguinte: há uma emenda, uma emenda global, e talvez um ou outro problema seja resolvido nesse curso. Acho que o grande acordo, o grande projeto, já está em nossas mãos. Muito mais em nossas mãos, nas dos Senadores, do que nas dos Deputados. Está nas mãos do Brasil ajudar o Brasil a promover efetivamente o desenvolvimento sustentável.

Parabéns Senador Jorge Viana, parabéns, Senador Luiz Henrique! Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Foi a Senadora Vanessa Grazziotin.

Passo a palavra ao Senador Paulo Davim. Paulo Davim, Pedro Taques e Senador Valadares, em seguida.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, antes de mais nada quero agradecer a V. Ex^a por permitir que eu falasse neste momento, nesta Comissão, uma vez que não participo da Comissão. Até a semana passada, participava desta Comissão. Espero voltar na próxima semana.

Não poderia deixar de emitir a minha opinião e a opinião do meu Partido, o Partido Verde. Evidentemente, *mutantis mutandis*, esse Código precisava ser estudado, precisava ser adequado.

Nós sabemos da importância do agronegócio para o Brasil, para o PIB brasileiro. Nós sabemos disso, mas também sabemos do patrimônio ecológico ambiental que temos. E da importância desse patrimônio. Não tenho a menor pretensão de aqui e agora tentar de alguma forma influenciar o que já foi sobejamente discutido, refletido, quantas pessoas, quantos profissionais passaram pelas quatro comissões, ex-Ministros do Meio Ambiente, ex-Ministros da Agricultura, cientistas, universidades, ambientalistas, todos contribuindo ou pelo menos oferecendo a contribuição para que se pudesse ter o relatório mais próximo do ideal.

Reconheço o trabalho, a abnegação, a dedicação e o talento de todos os Srs. presidentes: o Senador Acir Gurgacz, o Senador Luiz Henrique, o Senador Rodrigo Rollemberg e finalizando com o relatório do Senador Jorge Viana.

Nós conhecemos o compromisso do Senador Jorge Viana com o meio ambiente; nós conhecemos a capacidade e o talento do Senador Jorge Viana, mas, não obstante isso, nós fazemos uma observação crítica como Partido Verde do texto do Código Florestal. Não negamos que houve avanço. Claro que houve avanços. Mas alguns pontos nos preocupam e vou citar um exemplo claro, concreto, cristalino: a situação das bacias hidrográficas com menos de 10% ou 205

de vegetação. Os senhores sabem que mais de 605 da população brasileira orbita em torno dessas bacias – com menos de 20% ou menos de 10% de vegetação.

Isso, seguramente, vai trazer num futuro próximo um comprometimento da produção de água para abastecimento humano, para uso industrial e para uso agropecuário. É preocupante.

Daí a nossa preocupação com a consolidação da agropecuárias nas APPs nessas regiões, sobretudo nas áreas ou nas bacias com menos de 20% ou 10% de vegetação. Isso é uma preocupação concreta e real.

Não queremos estabelecer uma queda de braço. Há um equívoco quando dizem que o ambientalista se opõe ao agronegócio, se opõe ao desenvolvimento. Não. Isso é falácia. Nós somos tão brasileiros com qualquer outro. Nós queremos combater a fome da mesma forma que todos. Mas nós também temos o compromisso com a biodiversidade.

O Brasil tem a maior biodiversidade do mundo. O Brasil tem o maior rio do mundo, a maior floresta tropical do mundo. E todas as vezes que a gente elenca esse patrimônio, há sempre um questionamento de que nós, ambientalistas, nos preocupamos com os bichos, com as aves, com as árvores e esquecemos de nos preocupar com o bicho-homem. Mas não é isso. Na hora em que estou preocupado com a biodiversidade, eu estou preocupado sobretudo como bicho-homem, porque a biodiversidade é um prateleira de opções científicas que poderão ser utilizadas a qualquer momento pela ciência em benefício da humanidade. E vou dar um exemplo bem claro, Senadora Vanessa, V. Ex^a que é da área de saúde. Existem outros colegas médicos com o Senador Moka. Existe uma medicação que é utilizada para hipertensão, chamada captopril. Essa medicação foi extraída do veneno da jararaca. E onde nós vamos buscar a fonte dessa medicação? Na nossa biodiversidade.

Existe um remédio para insuficiência cardíaca chamado digoxina. E essa medicação foi extraída de duas plantas: *digitalis purpurea* e *digitalis lanata*. E onde nós vamos, Senadora Vanessa, buscar essa medicação? Na nossa biodiversidade.

Portanto, precisamos ter, sim. E não é vergonha, não é retrocesso, não é radicalismo, não é dogma, não é fundamentalismo defendermos nossa biodiversidade, nosso patrimônio biológico e ecológico. Isso é visão de futuro, é compromisso sobretudo com a posteridade; é não nos omitirmos agora para depois não sermos analisados pelas gerações futuras como uma geração de omissos, que comprometeu o meio ambiente e, em consequência disso, comprometeu as gerações futuras. Não é isso!

Portanto, há alguns pontos que registramos como avanços, mas há outros que precisam ser melhor trabalhados.

Não queremos a queda de braço. Isso não constrói. Todos os que estão aqui estão revestidos de um só compromisso: o compromisso de construir um Código Florestal o mais duradouro possível, um Código Florestal que contemple a produção brasileira, mas também que preserve o que temos de melhor, que é o patrimônio que a natureza nos deu.

Muito obrigado, Senador Paulo Davim.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Paulo Davim.

Com a palavra o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, Senador Aloysio, penso que entre a escolha de um bom juiz e uma boa lei, nós precisamos de uma boa lei. O juiz vai decidir sozinho dentro do seu gabinete; o promotor vai decidir sozinho se ajuíza ou não a ação. Aqui, não podemos decidir sozinhos, Senador Luiz Henrique.

O projeto que veio da Câmara dos Deputados, com todo respeito aos Deputados, notadamente a esse grande brasileiro Aldo Rebelo, era um projeto que não atendia, em determinados pontos, a Constituição da República. Através do trabalho de V. Ex^a, através do trabalho do Senador Jorge e de outros que debateram esse projeto, penso que esse projeto tem avanços significativos na consolidação do que se denomina de segurança e tranquilidade jurídica, que penso sejam ideais nesse projeto.

Por mais que aqui fiquemos discutindo mais dez anos, tenho absoluta certeza, Senador Jorge Viana, de que nós todos teríamos pontos de desacordo em vários pontos desse projeto que veio da Câmara e que aqui foi bem trabalhado por V. Ex^a.

Penso, repetindo mais uma vez, que essa lei, esse projeto nunca será perfeito. Nós temos que ter a coragem e cada um a responsabilidade de votar esse projeto. Eu defendo a votação desse projeto sem maiores delongas, e que cada um assuma sua responsabilidade.

V. Ex^a vai ler emenda por emenda apresentada, e nós vamos debater emenda por emenda aqui. Não interessa o tempo em que aqui fiquemos, mas nós temos que debater isso.

Aqui, nós não podemos – pelo menos esse é o espírito que vi em V. Ex^a, Senador Luiz Henrique, no Senador Jorge Viana – separar ambientalistas de produtores. Não podemos fazer essa separação. Agora, temos que separar os fundamentalistas de todos os lados, porque o fundamentalista coloca a bomba no corpo para matar pessoas; o fundamentalista defende

posições autoritárias. Temos que separar os fundamentalistas, e esta Casa tem que dar esse exemplo.

Senador Randolfe, eu defendo a posição de V. Ex^a falar. O Senador Randolfe, como Senador eleito pelo Estado do Amapá, tem o direito constitucional de se manifestar aqui como todos os outros que se manifestaram favoravelmente a vários pontos desse Código.

Nós, no Senado, não podemos abrir mão da nossa responsabilidade de votar esse Código. Por isso, Senador Jorge Viana, mais do que confiar na história de V. Ex^a – a história de um Governador do Estado do Acre que apresentou proposições no Estado do Acre que representaram significativos avanços na defesa do desenvolvimento e do meio ambiente constitucionalmente equilibrado –, ouvi várias entidades, como o Ministério Público Federal e o Ministério Público Estadual, ouvi o setor produtivo do meu Estado e de fora do meu Estado e acompanhei todas as audiências públicas. Minto: faltei a uma audiência pública a respeito de queimadas. Compareci a quase todas as audiências públicas, mas faltei a essa. Ouvi também o Ministério do Meio Ambiente.

Nós nunca chegaremos a uma lei perfeita. Nesse projeto, existem pontos que precisam ser debatidos ainda. E vamos fazer isso no debate das emendas, mas precisamos votar esse projeto, porque a sociedade brasileira – não os ambientalistas, não os produtores – deseja segurança e tranquilidade.

Por isso, confio no trabalho elaborado pelo Senador Jorge Viana.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Pedro Taques. Concedo a palavra ao Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, Srs. Relatores, Senador Jorge Viana e Senador Luiz Henrique, sem dúvida, essa matéria é muito complexa e polêmica. Passou na Câmara dos Deputados por uma maioria muito grande e, no Senado Federal, passa por diversas alterações que melhoram substancialmente o texto produzido pelos Srs. Deputados.

Entrarei em alguns mecanismos que considero negativos, mas, em primeiro lugar, quero reconhecer que o novo texto inseriu alguns conceitos que considero importantes, como, por exemplo, o das áreas úmidas, que são várzeas de inundação, planícies de inundação. Foi alterado também o conceito de pousio, que é o descanso da terra, limitando a atividade a um período de cinco anos e a 25% da área produtiva da propriedade rural.

Podemos destacar também as áreas de proteção nas cidades. As Relatorias criaram uma seção específica para tratar da proteção de áreas verdes urbanas,

estabelecendo metas a serem alcançadas pelos Municípios, como a manutenção de pelo menos 20 m² de área verde por habitante nas novas expansões urbanas e em empreendimentos imobiliários.

Também se aprimorou o regime de supressão de vegetação para uso alternativo do solo, aprimorou-se o programa de incentivos econômicos à preservação e recuperação do meio ambiente, criou-se um capítulo específico para a agricultura familiar, estabelecendo regras para diferenciar o agricultor familiar dos demais produtores, especialmente aqueles que possuem até quatro módulos fiscais.

Sr. Presidente, considero importante registrar esses avanços, mas há também alguns mecanismos que causam problemas, problemas estes que persistem na nova redação, como, por exemplo, as APPs em margens de rio. O que propusemos, através de uma emenda, é que a medição comece a contar a partir da borda mais alta, ou seja, durante as enchentes é que deve ser feita a delimitação para o estabelecimento das APPs às margens dos rios.

Os cientistas, Sr. Presidente, a respeito desse problema da invasão ou da degradação das margens dos rios, através da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e da Academia Brasileira de Ciências, dizem que a conservação das vegetações ripárias, das margens dos rios, é condição *sine qua non* para se manter os serviços ambientais, principalmente aqueles relacionados com a quantidade e qualidade dos recursos hídricos, e garantir ganhos econômicos. Como destaque dos serviços ambientais característicos das áreas ripárias ocupadas com florestas nativas pode-se citar: filtragem da água e amortecimento de enchentes; prevenção da erosão e do assoreamento; manutenção da pesca e da navegação; e conservação da biodiversidade.

E também há outra preocupação, Sr. Presidente: aquelas pessoas que, de acordo com a legislação vigente ou anterior a esta, preservaram as margens dos rios, depois desta abertura, poderão utilizar as áreas preservadas em benefício de suas propriedades, como, por exemplo, criação de gado, construção de habitações, produção de milho, de arroz, etc., o que antes não era permitido. Agora será permitido, porque é através do leito regular que começa a medição para as áreas de preservação às margens do rio.

O problema da anistia. As nascentes, por exemplo. Não há regras previamente estabelecidas para a preservação das nossas nascentes.

Sobre os manguezais, a mesma coisa. O art. 64 é muito claro a esse respeito. De acordo com a redação, o art. 64 do projeto diz o seguinte:

Art. 64. Serão mantidas, excepcionalmente, para garantir a continuidade do uso antrópico consolidado, as ocupações em apicum e salgado existentes em 22 de julho de 2008.

Quer dizer, sem qualquer exigência de licenciamento prévio, essas áreas podem ser utilizadas normalmente, sem nenhuma obrigatoriedade de preservação.

Por outro lado, compensação de reserva legal. Pelo texto, essa compensação de reserva legal é exigida no mesmo bioma. Não na mesma área, no mesmo bioma. Vamos supor que alguém tenha uma propriedade em São Paulo, ou em Santa Catarina, e que seja, pela legislação, obrigado a fazer uma compensação da reserva que está sendo ocupada. Aí ele vai fazer essa compensação no Estado de Sergipe, por exemplo, onde o bioma é totalmente diferente do bioma de Santa Catarina. Dois terços do território de Sergipe, por exemplo, fazem parte do chamado semiárido, que é uma região seca, em que ocorrem as secas, fenômeno típico da região nordestina. Então, como é que alguém no Sul vai compensar no bioma da caatinga algo que deveria preservar no Sul? A mata atlântica nós sabemos que é um dos biomas mais importantes do mundo e o segundo em situação de extinção. A mata atlântica abriga 70% da população brasileira. Por um milagre ainda temos uns 7% de área preservada, bem conservada. E esse bioma da mata atlântica até em termos de animais é mais importante que a própria região amazônica. Preservar a mata atlântica é preservar a vida daqueles que moram nesta região, 70% dos brasileiros.

Portanto, quero reconhecer o esforço denodado do Senador Luiz Henrique e do Senador Jorge Viana para aprimorar o texto. Mas eu desconfio, Sr. Presidente, pela força do agronegócio, pela força daqueles que querem que o Brasil cresça, mesmo que à custa da falta de preservação, é possível até que esse esforço denodado dos relatores caia por terra de novo quando se votar o projeto na Câmara dos Deputados. Porque os Deputados podem ou aceitar o texto aprovado pelo Senado da República ou, por motivos meramente políticos de um grupo que considero forte na Câmara dos Deputados, abandonar este texto, que é melhor que o da Câmara, sem dúvida alguma, e aprovar o que originalmente a Câmara dos Deputados aprovou.

Espero, Sr. Presidente, que durante esta discussão, que ainda vai durar algum tempo hoje, possamos encontrar um denominador comum e, através dos destaques, através, quem sabe, de um adiamento consequente até a próxima segunda-feira, nós possamos aprovar em definitivo nesta comissão um texto que tenha o máximo de consenso. Garanto, tenho que reconhecer que não podemos comparar o que foi apro-

vado na Câmara dos Deputados, com todo respeito aos Deputados, com aquilo que estamos votando hoje, que é muito melhor, muito melhor mesmo. Com as imperfeições que são naturais, porque afinal de contas os relatores foram obrigados a se comunicar com os diversos segmentos que fazem a economia do Brasil, a agricultura familiar, os grandes proprietários, os ambientalistas, e esta não é uma engenharia muito fácil.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Convido o Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, que teve uma participação fundamental neste processo de diálogo, a compor a Mesa.

Passo a palavra ao Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, primeiro estou convencido de que não temos condições, pelo menos este Senador que vos fala, de votar este assunto hoje aqui. A confusão é muito grande. Esta emenda apresentada pelo Senador Luiz Henrique e mais dez outros Senadores introduz muitas mudanças e há um grau de desconhecimento sobre o assunto.

Eu conversava com o Relator Jorge Viana sobre o tema agora. Este é o clima deste Plenário. Então eu queria começar dizendo isso. O clima do Plenário é de confusão, de dúvidas. É verdade, Senador Jorge Viana, V. Ex^a vinha aqui, falava comigo e eu tinha outra visão sobre um ponto. Não somos todos aqui engenheiros agrônomos. Fazemos parte desta Comissão e temos que ter tempo de respirar, de entender, de digerir isso aqui, porque são muitas mudanças.

O primeiro ponto é esse. Vou fazer um apelo ao Presidente Senador Rodrigo Rollemberg: não podemos votar isso aqui desse jeito.

Feita essa primeira ressalva, que é o encaminhamento que eu queria dar para depois, primeiro quero reconhecer o papel do Senador Jorge Viana, a posição de tentar a costura, de tentar construir consenso, reconhecer avanços, vários avanços. Em relação ao pousio, sai de 10 anos para 5 anos, coloca 25% da propriedade. Quatro módulos fiscais você vinculou a 2008 para impedir que existisse fracionamento também agora muito importante. No art. 59 você permite uma prorrogação, ou seja, aquela tese que falávamos de anistia eterna V. Ex^a também no seu relatório entra nesse ponto. Ou seja, há muitos avanços e V. Ex^a tem uma postura muito habilidosa de construção de consenso aqui. Agora, devo dizer que continuamos com discordâncias que considero estão na essência de todo esse debate nosso aqui.

Primeiro, do art. 61, quando falamos de anistia a desmatadores. Eu quero saber de onde surgiu essa

data de 22 de julho de 2008? (*O orador dá destaque ao pronunciar o ano de 2008.*) De onde surgiu a data de 22 de junho de 2008? Qual o grande acordo? Qual a base para isso? Na verdade, estamos punindo quem cumpriu a lei! Eu apresentei uma emenda que falava de fevereiro de 1998, da Lei de Crimes Ambientais. Mas talvez o mais correto seja o Senador Aloysio Nunes, que apresentou outra que falava de 2001, quando foi editada a medida provisória que trata dessas questões ambientais. De lá para cá, havia uma legislação clara! Descumpriu a lei! E inventamos a data mágica de 22 de junho de 2008. Não há razão para isso, Senadora Vanessa! Quando se fala em anistia a desmatadores, está aí a explicação. Esse é o ponto!

Então, há discordâncias no relatório do Senador Jorge Viana, que eu queria manifestar. Essa data de 28 de junho de 2008 é uma das discordâncias.

Mas há mais!

Vejam aqui: quando falamos da reserva legal, sobre o fato de se poder colocar espécies exóticas e computar APPs também, eu já citei aqui o Prof. Ricardo Rodrigues, da Esalq, que fez um estudo baseado em 1.961 imóveis dedicados à produção de cana-de-açúcar em São Paulo. Ele mostra que, em média, 10,4% são de APPs. Então, se você pegar 20% de reserva legal e tirar 10,4%, sobram 9,6%. E aí você pode plantar espécie exótica. O professor fez um estudo sobre o caso concreto de São Paulo.

Há outro aspecto que eu também queria colocar, que é o art. 69, Senador Jorge Viana, e apresentei também uma emenda. Parágrafo 1º do art. 69:

Art. 69. Os proprietários ou possuidores de imóveis rurais que realizaram supressão de vegetação nativa respeitando os percentuais de reserva legal previstos pela legislação em vigor à época em que ocorreu a supressão ficam dispensados de promover a recomposição, compensação ou regeneração para os percentuais exigidos pela lei.

Parágrafo único. Os proprietários ou possuidores de imóveis rurais poderão provar essas situações consolidadas por documentos tais como a descrição de fatos históricos da ocupação da região.

Na nossa avaliação, isso é insuficiente. Pois bem, tínhamos essa discordância, e temos uma emenda sobre isso. Isso aqui significa dizer que qualquer um que disser, que der o seu testemunho, aquele testemunho vale como prova.

Agora, Senador Jorge Viana, o que é pior, na nossa avaliação – e quero que V. Ex^a aqui entenda se houver incompreensões minhas, porque peguei esse texto agora – é que essa emenda piora e retira muitos dos avanços colocados por V. Ex^a. E eu quero esclari-

recimentos. É por isso que entendo que essa votação não tinha que se dar neste momento.

O parágrafo único do art. 3º da emenda muda a essência do inciso V do art. 3º, Senador Rodrigo Rollemberg, que fala da pequena propriedade rural familiar e coloca os quatro módulos na mesma situação da pequena propriedade rural familiar! Vale dizer que estamos falando aqui de 88% das propriedades, de 48 milhões de hectares, segundo estudo do Ipea! E nós sabemos que pode haver proprietários de terra que tenham várias propriedades com quatro módulos fiscais!

Esse é um tema que nos inquieta e que surgiu agora! E como é que vamos votar isso aqui? Esta comissão não tem que fazer o debate de mérito?

O Senador Jorge Viana chegou para mim e disse: “Senador Lindbergh, não é essa a compreensão. V. Exª está equivocado”. Eu tenho certeza de que o Senador Jorge Viana pode estar certo, mas nós queríamos esse tempo para digerir isso aqui! Eu posso votar favoravelmente em tudo isso, Senador Jorge, mas esse é um ponto que nos preocupa.

O art. 41, na emenda também: § 9º. Eu queria chamar a atenção dos Srs. Senadores, não vou me alongar, para o art. 41, § 9º. O texto atual diz: “Fica o Governo Federal autorizado a implantar programa de conversão de multas – aí fala – destinadas a imóveis rurais produtivos com área de até 4 módulos fiscais”.

Aqui no 41.9, abre para todas as propriedades.

Outro questionamento que temos que fazer aqui é quanto ao art. 61.11, que fala de órgão colegiado estadual equivalente. Não sabemos o que é órgão colegiado estadual equivalente. Sabemos o que é órgão colegiado ambiental. Essa é outra dúvida, enfraquece o Sisnama.

Eu só queria falar do último ponto, do art. 63, que flexibiliza, mexe no texto do Senador Jorge Viana e que coloca áreas com declive acima de 45º. Está colocado aqui no art. 5º. Esse é um ponto que, em particular, o Rio de Janeiro é muito sensível.

Ou seja, Senadores, volto a reforçar as dúvidas. O encaminhamento coerente, com todo o debate feito, é o de que tenhamos um tempo para dirigir isso, estudar e para votar. Não é razoável que tenha havido acordo ontem à noite, entre o Ministério do Meio Ambiente e setores ruralistas, e cheguemos aqui, de última hora, e sejamos obrigados a votar. Não é razoável.

Então, faço um apelo contundente ao Presidente, Senador Rodrigo Rollemberg, que conduziu com maestria todo esse tempo, em todos os debates das comissões – assim foi na CCJ –, que dizia: Deixa votar porque discutiremos o mérito na Comissão de Meio Ambiente. Foi assim na CCT: Deixa votar, porque lá vamos ter condições de fazer o debate de mérito. Isso

no meio dessa confusão toda, Presidente, Senador Rodrigo Rollemberg, de quem sou um grande admirador, pela sua postura. Senador Jorge Viana e o Senador Luiz Henrique – a quem também quero homenagear –, já falei que essas discordâncias não são pessoas. V. Exª é um grande Senador, mas eu queria fazer esse apelo ao Presidente desta Comissão, Senador Rodrigo Rollemberg, porque não há motivo para tanto atropelo. Nós não perderíamos nada se ganhássemos uma semana e pudéssemos votar aqui conscientes do que estamos fazendo e de cada um desses pontos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Lindbergh. Agradeço as palavras elogiosas relativas à minha pessoa. Passo a palavra ao Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Relatores Jorge Viana e Luiz Henrique, Srªs e Srs. Senadores, não me lembro de ter tido, em nossas audiências públicas, Senador Rollemberg, Presidente, a presença do Senador Lindbergh em nossas reuniões.

Nós debatemos esse assunto, Senador Lindbergh, desse março. Desde março, estamos debatendo essa questão do código florestal, e não me lembro de ter tido V. Exª em nossos debates, nas audiências públicas que realizamos, no mínimo três vezes por semana, de março até semana passada.

O debate aconteceu, não só aqui em Brasília, mas em várias regiões do País, debates da Comissão de Meio Ambiente, de Agricultura, Ciência e Tecnologia.

O SR. LINDBERGH FARIA (Bloco/PT – RJ) – Senador, V. Exª me citou, gostaria só de retrucar.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – V. Exª pode fazer suas colocações.

O SR. LINDBERGH FARIA (Bloco/PT – RJ) – Senador Acir Gurgacz, eu tenho participado dos debates nas comissões das quais faço parte nesta Casa.

Participei na CCJ e sou membro da Comissão de Assuntos Econômicos, agora V. Exª não tem o direito de impedir, por isso, que eu dê as minhas contribuições nesta hora.

Quando falo que está vindo de cima para baixo é quanto a um acordo que surgiu ontem à noite, do qual não temos conhecimento. Nós não temos conhecimento desse acordo, Senador Moka.

Desculpe-me, sou Senador desta Casa, V. Exª construiu um acordo com o Ministério...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Senador Lindbergh, eu jamais teria intenção... Estamos debatendo.

O SR. LINDBERGH FARIA (Bloco/PT – RJ) – Eu estou no meu papel de Senador, Senador Moka. Vou votar no plenário também. Não aceito qualquer tentativa de os senhores virem aqui puxar orelha porque estão discutindo. Nem aceito negociação na calada da noite, feita pela bancada ruralista com setores do Governo para impor a todos os Senadores goela abaixo. Não aceito e V. Ex^a não tem condições... E nem aceito que ninguém venha puxar a orelha de ninguém. Eu participo das comissões que eu bem escolho. Faço parte da Comissão de Assuntos Econômicos e da CCJ, mas posso vir aqui trazer as minhas posições como Senador da República.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Sem dúvida, aceito as suas ideias, as suas sugestões como um todo. Apenas fiz uma colocação que é real.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a fez uma provocação.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Não, senhor. V. Ex^a entendeu errado. Respeito muito V. Ex^a e tenho certeza de que V. Ex^a tem todo o direito de colocar suas ideias aqui como em qualquer comissão. Apenas fiz um relato da realidade dos últimos meses: oito meses que estamos debatendo, discutindo essa questão que é da maior importância para todo o País, para agricultores, não agricultores, ambientalistas ou não.

É importante colocar, e o faço novamente, Presidente, a união e o debate que fizemos com as quatro comissões, sempre em conjunto. Debatemos, ouvimos toda a sociedade brasileira, ouvimos aquilo que precisávamos de ouvir, aceitamos muitas coisas, ouvimos aquilo que não gostaríamos de ouvir, mas ouvimos, e também colocamos a nossa opinião. Essa é a democracia do nosso País, a democracia que temos que respeitar, como hoje estamos fazendo, sem omitir a verdade, sem omitir a realidade.

O debate foi importante e por vários aspectos, principalmente para esclarecer várias questões. Quando iniciei o debate, Senador Blairo Maggi, eu tinha a expectativa de que nós iríamos trazer a Amazônia para os 50% de volta. Eu iniciei com essa expectativa lá em 29 de março. Mas ao longo dos meses, Senador Moka, ao longo dos meses, fui convencido de que isso não é possível e não é bom para o nosso País; não é bom para a região amazônica e não é bom para a agricultura brasileira. Esse é o resultado do bom debate das discussões.

Agora continuamos com algumas preocupações com relação à região amazônica. Nós sabemos, e quero aqui pedir a atenção do nosso Presidente Rodrigo Rollemberg, do Luiz Henrique, com relação à ocupação da Amazônia. Ela se dá pelos rios, ela se deu pelos rios, aliás, como no mundo inteiro. Mas a Ama-

zônia é uma ocupação mais recente, Senador Aloysio. A ocupação foi feita pelos rios; portanto, os nossos agricultores entraram, através dos rios, desmataram a beira dos rios e ali vivem e têm sua produção. Muitos dos agricultores ainda têm as suas reservas longe da beira do rio, mas têm as suas reservas. Se nós não tivermos uma especificação clara sobre essa questão, nós vamos fazer com que esse agricultor tenha que reflorestar a beira do rio e venha a ter que desmatar o fundo de seu lote, que hoje está preservado. Então essa é a preocupação, o cuidado que temos que ter ao fazer essa avaliação.

Daí por que peço ao Senador Jorge Viana para que possamos ainda discutir esse assunto daqui ao término das discussões e ao início das votações. Onde colocamos, no art. 2º, § 5º, Senador Blairo Maggi, fui convencido de que, retornando isso ao Estado, vai-se resolver se vai ser 50% ou menos de 50%. Acho isso interessante. O que me preocupa são aquelas áreas que têm várias pequenas nascentes em um lote de um módulo, dois módulos. É uma preocupação que temos que levar em conta. Nós não podemos fazer com que ele tenha que repor 50% ou 80% da sua área. É um debate que estamos fazendo aqui ainda, imagino que a gente possa achar uma solução para essa questão, para não prejudicar os nossos agricultores da Amazônia, em especial os nossos agricultores de Rondônia.

A grande preocupação que tínhamos era com as áreas consolidadas. As áreas consolidadas estão aqui, a meu ver, contempladas. Aquelas famílias que derrubaram... A lei da época, antes de 1983, era permitido derrubar 80% da Amazônia. Até 2001, era permitido derrubar 50%. De lá para cá é permitido derrubar 20%. Então, foi o que foi feito. À lei da época isso está garantido.

Eu entendo que isso é um avanço importante para o agricultor brasileiro, não só para o da região Amazônica, mas para o de todo o nosso País.

Entendo que tudo isso é importante.

Nós temos também a evolução com relação aos quatro módulos. Não há a necessidade de reserva legal para os quatro módulos. Entendo que isso é um avanço e contempla a região.

Por isso, mais uma vez, quero cumprimentar o Senador Luiz Henrique pelo seu belo trabalho, e também o Senador Jorge Viana que, realmente, se debruçou sobre o tema, se empenhou muito, ouviu toda a sociedade brasileira, andou o Brasil inteiro e traz hoje para nós um texto realmente equilibrado, um texto que faz com que o Brasil continue sendo um País que possa produzir conservando.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Acir Gurgacz. Cumprimento mais uma vez V. Ex^a pelo excelente trabalho desenvolvido à frente da Comissão de Agricultura, Pecuária e Reforma Agrária.

Passo a palavra à Senadora Marinor Brito.

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, nós não temos como deixar de realçar a importância de como esse debate teve uma condução diferente e melhor do que o que ocorreu na Câmara dos Deputados. Não tem como não registrar isso aqui. Eu já fiz várias críticas no início deste debate, nos momentos em que tive a oportunidade, a forma como esse debate ocorreu na Câmara dos Deputados: na calada da noite, na pressão de um único setor, garantindo uma ordem de discussão que não deu conta de interagir com a sociedade civil. Aliás, não deu conta de garantir o direito que os Deputados teriam de debater com a sociedade civil, de esgotar, nos próprios espaços institucionais, a discussão do projeto que ora discutimos. Aliás, ontem ainda nós fazíamos, Senador Rodrigo Rollemberg, uma crítica dura, assinada por Parlamentares de vários partidos, a forma como o Presidente da Câmara dos Deputados tem conduzido as questões de interesse nacional. Expressávamos a nossa indignação em relação às medidas provisórias, que é um acúmulo, que vêm de heranças de outros governos, mas que se perpetuou no Governo do PT e, mesmo contrariando toda uma movimentação política de parte dos Senadores, que inclusive acabou envolvendo o Presidente do Senado, um esforço concentrado de lideranças políticas nesta Casa para criar um novo rito de relação de princípios que estão consolidados na Constituição Federal para que pudessem ser cumpridos.

Até agora a Câmara dos Deputados, na pessoa do seu Presidente e dos que compartilham com ele dessa posição, se mantém subserviente aos interesses do Executivo e tem trazido prejuízos imensos, imensuráveis à Nação brasileira, à democracia, à garantia dos direitos constitucionais do Poder Legislativo, que está sendo esmagado por essa metodologia parcial que tem se desenvolvido de lá para cá em relação às medidas provisórias, chegando, aqui no Senado, na calada da noite, tendo prazo no dia seguinte para votar, com dez itens diferentes, com temas diferentes, com alterações de leis diversas, todas de interesse nacional, algumas mudanças com as quais concordamos, outras com as quais não concordamos, mas tendo que se posicionar a favor ou contra quando poderíamos, a cada tema, a cada alteração na legislação, fazer um debate cumulativo em consonância com o interesse verdadeiro, o interesse nacional, que é o interesse do povo brasileiro.

Comparo esta discussão com o que aconteceu no debate do Código Florestal na Câmara Federal. Poucos foram os momentos de debate sobre essa temática lá. E todos os momentos de discussão foram tensos, porque não fez parte do rito processual dessa discussão a relação democrática, o direito das minorias se manifestarem, apresentarem emendas e terem oportunidade de dialogar sobre o conteúdo delas.

Faço esta ressalva para dizer que os segmentos ambientalistas deste País e que interagem com este debate, inclusive fora do Brasil, não tiveram um único momento para sentar na Câmara Federal e introduzir qualquer debate que pudesse ou mudar radicalmente o texto e/ou pelo menos encontrar uma mediação.

Ao dizer isso, reafirmo que aqui no Senado Federal, talvez porque nos mobilizamos preventivamente, acompanhando essa forma autoritária como o processo ocorreu na Câmara Federal, foi possível criar uma sala de recepção para dialogar sobre o Código Florestal. Significa dizer que foi tudo uma maravilha? Que demos conta ou que estamos dando conta de ouvir a sociedade civil na amplitude e na diversidade que tem esse debate? É claro que não. Mas não vou deixar de dizer que gostaria que fosse assim, que gostaria que o nosso tempo – e ainda estou insistindo nisso – pudesse nos permitir que o compromisso assumido, por exemplo, pelo Senador Jorge Viana, em Manaus, no debate com os ambientalistas, com os pesquisadores do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, que tratavam da questão das várzeas, que foi fruto de uma emenda que apresentei e que não vi ser representada no texto e que pretende transformar as áreas úmidas em APP baseada exatamente nesse estudo do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia que diz que a várzea é o local onde se reproduz a vida na Amazônia, a várzea é o local onde se reproduz a vida na Amazônia, a fauna, a flora, tudo se reproduz na várzea. No entanto, não vi, no texto novo, a representação desse tema. Apesar da importância que tem, para uma área absolutamente importante deste debate, que é a Amazônia brasileira, o povo da Amazônia, as populações que sobrevivem dessas várzeas, desses espaços, as pessoas simples que se alimentam do caranguejo, pessoas simples que sobrevivem vendendo o que lá é produzido, não estão representadas nesta discussão ainda.

Há um artigo que, em determinado momento, considera essas áreas protegidas, mas há outro artigo no texto que só considera essa área protegida por um ato do poder público. Então, esse debate não está nitidamente esclarecido do ponto de vista da necessidade, do ponto de vista da importância política, geopolítica, ambiental e social que têm as populações da Amazônia. Faço questão de ressaltar isso não ape-

nas porque sou da Amazônia, porque sou do Estado do Pará, mas porque a sobrevivência, a vida humana, o trabalho e o alimento de seres humanos precisam estar preservados nesta discussão, mas não estão.

Quero lembrar mais uma vez que o Senador Jorge Viana participou dessa discussão em Manaus, da apresentação desse estudo do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, e, até onde sei, comprometeu-se em tentar garantir que as áreas úmidas pudessem transformar-se em áreas de proteção permanente. Este é um primeiro debate de conteúdo.

Voltando à discussão dos avanços, nós não podemos deixar de considerar a importância da alteração do primeiro texto para o segundo, quando se propõe a anistia eterna. Agora, é preciso ressaltar nesta discussão que o texto aponta também para a necessidade de comprovação de que o desmatamento foi feito até 2008. E qual é a forma de comprovação? A autodeclaração. Desculpe-me, Senador Jorge Viana, mas isso é brincadeira! Reitero o carinho e o respeito que tenho por V. Ex^a. Sei de seu esforço e sei quais são as forças que se estão sobrepondo a esta discussão. No entanto, como deixar na mão dos criminosos, dos bandidos que têm violado o nosso Código Florestal, que têm passado por cima do decreto de crimes ambientais, que têm sido responsável pela expulsão e pela morte de populações indígenas, quilombolas tradicionais em algumas regiões do País, que têm desmatado para aumentar seu lucro? Eles não podem ser anistiados, pelo novo Código Florestal, a partir da autodeclaração. Nós vamos institucionalizar, então, a mentira para ter anistia? Ou alguém aqui acha que esses desmatadores, desumanos, vão declarar que desmataram em período posterior a até 2008? Claro que não... Claro que não! Então, eu acho que este tema, relativo à anistia, está absolutamente fragilizado, mesmo que tenha tido avanço em relação ao texto anterior. Podemos apontar aqui outra questão importante: a recomposição de nascentes, que estava fora do texto anterior. Acho que é importante...

Agora, permanece, no calcanhar de Aquiles da sociedade brasileira, dos lutadores sociais, dos ambientalistas, essa anistia até 2008, a ocupação de áreas de risco irregulares, o desmatamento ilegal... Esses temas são cruciais! Esses temas são caros para a sociedade brasileira. A isenção de reserva legal até quatro módulos... Ora, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, com todo o esforço que foi feito, eu não consegui ver mediação. E ficou claro aqui na reunião que antecedeu a esta, quando alguns Senadores do PT foram pressionados para retirar as emendas, emendas importantes... E saíram daqui acreditando que iria haver mediação, que iria haver acordo. O acordo respondeu, até agora,

quando se trata desses aspectos, a interesses vinculados a apenas um setor: o setor que explora, o setor que mata, o setor que desmata. Queria aqui...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Por favor, Senadora, conclua. V. Ex^a já está falando há mais de 30 minutos.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Para concluir, Sr. Presidente.

Eu não vi V. Ex^a controlar o tempo de ninguém, mas tudo bem... Estou me organizando. (*Inaudível*)

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Senador, me desculpe. Se V. Ex^a não tem o que falar, fique à vontade para ficar com a boca fechada, inclusive, agora. Me respeite! Inclusive, agora, me respeite! Me respeite!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF. Fazendo soar a campanha.) – Por favor, Senadora Marinor.

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – V. Ex^a não está com a palavra. Me respeite!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Por favor, Senadora. Vamos retomar o ambiente de tranquilidade. V. Ex^a tem a palavra e peço que V. Ex^a conclua.

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Eu disse a V. Ex^a, na primeira intervenção, que eu ia concluir.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Perfeito.

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – E fui interrompida por essa delicadeza aqui do meu lado.

Queria, aqui, Sr. Presidente, dizer que nós não precisamos – usando expressões firmes do Deputado Ivan Valente, do PSOL, no debate na Câmara Federal – de reformas que fragilizem ainda mais as condições de vida em nosso País e que priorizem, mais uma vez, o grande capital e a monocultura da exploração. Não queremos deixar impunes aqueles que se acostumaram a descumprir sistematicamente a lei ambiental e a mudá-la quando lhes convém, segundo os seus próprios interesses. Mudanças no Código Florestal devem caminhar no sentido de modernizá-lo e aperfeiçoá-lo à luz dos avanços científicos acerca da preservação da natureza, da questão climática e das funções institucionais das áreas de preservação permanente e reservas legais de ampliação: de ampliar a educação ambiental dos produtores e das populações em geral.

Queria agradecer a V. Ex^a a ampliação do tempo, mas acho que o Senado Federal ainda pode ampliar um pouco mais este debate e tentar buscar uma mediação acerca dos temas que são muito caros para a Nação brasileira.

Muito obrigado, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senadora Marinor. (Palmas.)

Eu peço, mais uma vez, ao plenário para não se manifestar, nem contra, nem a favor, em relação às manifestações dos Senadores, senão serei obrigado a evacuar o plenário.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Quero registrar aqui que a presidência da Comissão não determinou tempo, para que pudesse fluir o debate da matéria. Eu só peço bom senso aos Senadores, senão vamos ter de cumprir o Regimento e determinar o tempo de cada Senador.

Pela ordem, com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, é um encaminhamento. Queria fazer uma proposta.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pois não.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Eu acho que não é justo – estou aqui desde a abertura dos trabalhos – e não falei ainda um minuto. De repente, chega alguém, de última hora, e fala 40 minutos. Nada contra, mas que, pelo menos, controle o tempo.

Agora, uma proposta de encaminhamento: que V. Ex^a pudesse, quando terminarem as intervenções, passar a palavra ao relator, para que ele pudesse relatar as emendas. Aí, seria dado um prazo – sugiro após a Ordem do Dia; às 16 horas, começa a Ordem do Dia do Senado –, e, depois da Ordem do Dia, nós voltaremos aqui e vamos até a meia-noite, até a madrugada, se for preciso, para discutir e aprovar os destaques, as emendas e o relatório do Senador Jorge Viana.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – A Mesa vai avaliar a proposição de V. Ex^a. No momento, daremos continuidade ao debate.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Estamos de acordo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, os Senadores Luiz Henrique e Jorge Viana fizeram um trabalho admirável, um trabalho árduo, um trabalho complexo, um trabalho que exige coragem em assumir posições e coragem, talvez maior ainda, em abrir mão de parte de suas convicções para podermos chegar a um projeto de uma lei que tenha condições de ser aprovada, uma vez que há um consenso de que o Có-

digo Florestal em vigor está defasado em relação às exigências do tempo.

Em segundo lugar, uma lei que possa ser cumprida. Aí, para fazer isso, teremos de, eventualmente, abrir mão de nossas últimas convicções e adotarmos posições que nos pareçam, pelo menos, razoáveis, em condições de obter a maioria numa Casa que é múltipla, em uma Casa que é composta de correntes de opiniões diferentes, que expressa interesses diferentes e, às vezes, até divergentes, mas que está no conjunto das instituições brasileiras para legislar.

Durante a tramitação desse projeto, convencionou-se entre nós que as questões mais polêmicas iriam sendo deixadas mais para o final, para a discussão de mérito. Isso foi uma convenção que todos adotamos, porque, senão, não teríamos Código Florestal. Essa discussão iria se adentrar para o ano que vem e, para o ano que vem ainda... E, assim, *ad aeternum*. Convencionou-se entre nós que o Relator Luiz Henrique faria, digamos assim, um exame constitucional no âmbito da Comissão de Justiça por atacado e guardaria questões, inclusive algumas que envolvem temas legais, constitucionais e jurídicos, para esta fase final. Assim, foi convencionado entre nós. De modo que chega agora às mãos do Senador Jorge Viana uma pilha de problemas. Uma pilha de problemas! Ele disse que emagreceu – ficou até mais bonito, Senador Jorge Viana, o trabalho lhe fez bem.

O fato é que, no nível em que estamos nesta fase da reunião das declarações gerais, eu quero dizer que aprovo o parecer e que vou votar a favor do parecer do Relator Jorge Viana. Ele fornece a espinha dorsal, o arcabouço do novo Código Florestal. Eu votarei a favor, embora tenha destaques, e muitos, sobre os quais eu quero debater com a Comissão. Alguns ainda de natureza jurídica. Por exemplo, meu querido amigo Luiz Henrique, já desde o parecer de V. Ex^a, quando se faculta ao Chefe do Poder Executivo incluir entre as atividades conceituadas como de utilidade pública e de interesse social outras atividades, eu creio que é preciso colocar aqui uma baliza, até para atender a uma posição já expressa no Supremo Tribunal Federal pelo Ministro Celso de Mello. Não se pode dar inteiramente um cheque em branco, mas isso é objeto de uma emenda que já apresentei.

Tenho preocupação com algumas áreas que deveriam ser ultraprotegidas que são as Áreas de Preservação Permanente inseridas em unidades de conservação e proteção integral. Essas não poderão ser jamais consolidadas. É o caso da Serra do Mar em São Paulo. Não é possível. Mas essas são um conjunto muito pequeno de áreas, embora colocadas em situações ambientalmente muito sensíveis, objeto

de disputas jurídicas. Se adotada a possibilidade de consolidação de atividades entrópicas nessas áreas, quebrariam alguns Estados, por força de indenizações bilionárias que teriam de pagar em ressarcimento à instalação de unidades de conservação.

São dois exemplos apenas.

Parece-me também que a assimilação entre agricultura familiar e área indígena cria uma presunção jurídica que não tem nenhuma base de fato. Pressupõe-se que o filho de um casal – há uma presunção jurídica – que seja filho do marido e da mulher. Por quê? Porque, normalmente, é assim. Agora, criar uma presunção jurídica de que a agricultura familiar é equivalente à terra indígena?! Realmente, uma coisa não tem nada a ver com outra, cá entre nós.

Nós iremos examinar as emendas que foram apresentadas. A emenda do Senador Luiz Henrique não é uma imposição a esta Comissão. Quantas vezes o trabalho legislativo, quem está à frente do trabalho legislativo, sabe que são feitos acordos de última hora. Acordos que amadurecem ao longo do tempo e que, de repente, se materializam em um texto.

Ontem, eu recebi – como outros Senadores o receberam – a visita do Bispo de Jales, Demétrio Valentini. Jales é uma cidade que eu conheço bem. Uma cidade que abrigou o primo do nosso Presidente, Roberto Rollemberg, grande companheiro nosso do PMDB.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Grande amigo!

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Grande amigo do Senador Luiz Henrique e meu. Ele foi lá advogar, quando Jales era sertão, terra de latifúndios...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Infelizmente, contra nossa vontade, não largou o cigarro.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não largou o cigarro...

Jales hoje é uma cidade cuja área rural foi inteiramente subdividida em pequenas propriedades e é um pólo produtor de fruticultura. As uvas de Jales competem com as uvas de melhor qualidade de qualquer lugar no mundo. Muito bem... São pequenas propriedades. Mas não são, rigorosamente, agricultura familiar. Por quê? Porque o sitiante, que trabalha com sua família, e precisa, ou permanentemente ou ocasionalmente, contratar uma mão de obra (alguém de fora) para fornecer ajuda na exploração de sua propriedade. Então, eu achei absolutamente razoável e esse, se não me engano, é um dos pontos mais importantes da proposta que foram apresentados pelo Senador Luiz Henrique.

Acho também que, no que diz respeito à recomposição, à reparação de danos, é preciso que haja, em relação a essas propriedades, um tratamento pe-

culiar, sob pena de matá-las! Sob pena de matá-las... Agora, essa é uma emenda, não há uma imposição à Comissão. Ela poderá, inclusive, ser aperfeiçoada. Por exemplo, o Senador Lindbergh pergunta que órgãos colegiados estaduais são esses?

Talvez se pudesse dizer, mais claramente, que são órgãos estaduais com competências similares aos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente para atender a situações de Estados que não tenham um Conselho Estadual de Meio Ambiente.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Está escrito assim: Conselhos Estaduais de Meio Ambiente ou órgãos similares.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Similares.

Talvez fosse o caso de se especificar: órgãos de competências...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Equivalentes. Órgãos equivalentes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu estou dando apenas um exemplo de que... Eu, por exemplo, na emenda de V. Ex^a, Senador Luiz Henrique, eu tenho dúvida quanto a essa assimilação de terra indígena à agricultura familiar e aos quatro módulos... Mas isso é algo que pode ser melhorado. O que não há é imposição. E vou votar também a favor da emenda do Senador Luiz Henrique com alguns ajustes técnicos que, eventualmente, tenhamos de fazer, porque eu acho que é essa é a diferença entre a lei possível e a lei impossível. E uma lei que, no meu entender, nessa interpretação, dada pela emenda Luiz Henrique, atende, efetivamente, à realidade social do mundo rural em que nós vivemos e no meu Estado de São Paulo, estado que tenho a honra de representá-lo aqui. Já outras questões serão objeto de debates mais ásperezos ou mais suaves quando votarmos as emendas. Pretendo destacá-las todas. Não sei quais delas o Senador Jorge Viana vai acolher ou não. Mas quero, nesta fase inicial, que voto a favor do parecer Jorge Viana... Ou Jorge Viana-Luiz Henrique, não é? E apoio a emenda Luiz Henrique com algum ou outro ajuste técnico que pretendo sugerir em momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Aloysio Nunes. Com a palavra, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente Acyr Gurgacz; Sr. Relator Jorge Viana e Luiz Henrique; Sr^{as} e Srs. Senadores. Primeiramente, eu gostaria de dizer dos avanços que alcançamos com este novo texto apresentado na Comissão do Meio Ambiente. E esse avanço foi construído a múltiplas mãos. Destaco o esforço dos Senadores Moka, Blai-

ro, Sérgio, da Senadora Kátia Abreu, bem como o de todos os Senadores que também trouxeram à discussão as questões ambientais de forma mais profunda, como o Presidente Rollemberg, e este Senador, que humildemente vos fala. Saúdo a presença da nossa ex-Senadora, Ministra Marina Silva, aqui, entre nós; o nosso querido Jorge Viana, que, também como eu, tem uma história nessa área.

Creemos que construímos um Código Florestal que, se não é o ideal, é o possível, meu caro Ministro Reinhold Stephanes, que aqui está presente.

Conseguimos avançar no equilíbrio entre um país que tem os fundamentos de sua economia no agromercado, na agricultura, nos pequenos e nos médios agricultores e, ao mesmo tempo, um país que possui florestas em pé e florestas que são extremamente importantes para a manutenção do clima e para o ritmo hidrológico que dá suporte aos fundamentos dessa agricultura.

Quero aqui, Senador Jorge Viana, louvar o relatório que V. Ex^a apresentou. Eu tive oportunidade, nas últimas 48 horas, de me debruçar profundamente na leitura do relatório apresentado pelo Senador Jorge Viana, que avançou sobre vários temas que precisavam ainda, e como ficou acertado nas Comissões de Agricultura e de Ciência e Tecnologia, seriam avançados aqui na Comissão de Meio Ambiente. Posso destacar, por exemplo, Senador Rollemberg, uma das lutas que travamos permanentemente com relação aos incentivos econômicos e financeiros no texto do Código Florestal. O Senador Luiz Henrique teve uma participação importante porque, na sua reestruturação do Código, criou um capítulo específico para tal. Achávamos que podíamos avançar mais, e aqui quero fazer um reconhecimento ao Senador Jorge Viana, que, na sua última versão, avançou e trouxe importantes aspectos para valorização da floresta em pé e para os incentivos econômicos e financeiros para que esta floresta pudesse ser valorizada, incentivada, monetizada e assim ajudar o Brasil a criar um novo mecanismo econômico extremamente importante.

Portanto, há mérito. E quero aqui declarar que votaremos a favor do texto apresentado pelo Senador Jorge Viana, construído, volto a repetir, pelo múltiplo entendimento das diversas correntes. Talvez não fosse o texto que cada um de nós, individualmente, desejaria. Cada um de nós tem, obviamente, compromissos mais exacerbados com alguma área específica. Mas creio que, diante da capacidade de negociação desses Senadores, em representar a sociedade brasileira, esse texto avançou bastante. Tenho também consciência, Sr. Presidente Rollemberg e Acir Gurgacz, de que esse avanço que conseguimos fazer aqui só foi

possível graças ao trabalho que os Deputados Federais exerceram na Câmara dos Deputados. Tenho certeza de que, agora, na leitura final do relatório sobre as emendas do nosso Senador Jorge Viana, uma questão que preocupa a todos nós da Amazônia, porque, se de um lado há uma discussão com relação ao Brasil que produz, que planta, que garante o agronegócio, nós não podemos proibir a atividade da agricultura tradicional da Amazônia do que é do micro e do pequeno agricultor, que trabalha lamentavelmente com práticas rústicas e milenares, que são práticas indígenas, que são práticas dos caboclos e dos ribeirinhos.

A sensibilidade do Senador Jorge Viana, tenho certeza, haverá de permanecer, mantendo acesa a chama da esperança daqueles que vivem na Amazônia, porque, Senadora Marinor, não podemos apenas discutir a questão da importância das várzeas e da necessidade das várzeas. É importante discutir, por exemplo, que, em todo o baixo Amazonas do Pará ou no baixo Amazonas do Amazonas, o pequeno agricultor, para plantar a sua mandioca na agricultura de subsistência de suas famílias, ainda tem a prática de queimadas. Se, para essas queimadas, não for estabelecida uma diferenciação para a agricultura de subsistência, como vamos poder dar legalidade a esses pequenos agricultores da subsistência na Amazônia, se, para cada um deles, tivermos de dar um parecer dos órgãos estaduais ambientais? É óbvio que jogaremos, só no Estado do Amazonas, quase um milhão de pessoas para a ilegalidade no dia seguinte. Portanto, esse equilíbrio e esse bom-senso que, ao longo de todos esses meses, o Senado da República buscou encontrar é que são a síntese dessa obra que estamos votando no dia de hoje.

Quero parabenizá-lo, Senador Rodrigo Rollemberg, pela participação de V. Ex^a em todas as comissões, pelo esforço de construção de um texto. Quero parabenizar também o Senador Acir pela condução na Comissão de Agricultura. Quero agradecer efetivamente a compreensão que, ao longo desse trabalho, os três Presidentes das três comissões de mérito tiveram. Foi uma alegria, Srs. Presidentes, poder compartilhar com V. Ex^{as} esse esforço. Eu não tenho a menor dúvida de que os Senadores e as Senadoras, na figura dos Relatores, Senador Luiz Henrique e Senador Jorge Viana, haverão de apresentar, nas próximas horas, ao Plenário do Senado uma obra construída no diálogo, na democracia e na compreensão de que o Brasil é um país equilibrado entre aqueles que produzem, Senador Blairo Maggi, e aqueles que ajudam a preservar o clima e o meio ambiente; e de que este é um país plural, um país que precisa avançar na agricultura, mas que precisa também dar condições de vida àqueles que

guardam a biodiversidade, que guardam a floresta em pé, que guardam os nossos grandes mananciais na floresta amazônica.

Por isso, Sr. Presidente, voto favorável ao texto apresentado pelo Sr. Relator Jorge Viana, aguardando o parecer sobre as emendas, para que se possa fazer a ressalva dos destaques necessários, se acharmos que alguma questão ainda ficou por ser debatida.

Quero agradecer e parabenizar a todos, destacando a participação dos Srs. Senadores e Senadoras num trabalho extremamente construtivo em favor do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Eduardo Braga.

Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, quero insistir – e, aí, eu até dispensaria o uso da palavra agora – na minha proposta: como eu não creio que tenha dado tempo de o Relator Jorge Viana apreciar todas essas emendas encaminhadas de última hora, que pudéssemos deixar para reiniciar os trabalhos depois da Ordem do Dia do Senado, quando, aí, terminaríamos tudo. Já são quase duas horas da tarde. Às 15 horas, tem reunião da CCJ para apreciar projetos. Então, eu queria reforçar. Se for o entendimento do Presidente e dos relatores para que reiniciemos os trabalhos depois da Ordem do Dia, eu dispensaria a palavra agora.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – V. Ex^a tem a palavra. Vamos continuar com o processo de discussão. O Relator vai apresentar o relatório e, mais adiante, definiremos como encaminhar a votação, mas vamos dar curso à reunião. V. Ex^a tem a palavra.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, quero parabenizar o Relator Luiz Henrique da Silveira, que fez relatórios brilhantes em todas as comissões em que relatou. Quero parabenizar o relatório parcial ainda, porque não foi concluído, do Senador Jorge Viana e também a condução dos Presidentes das três comissões, o Presidente Acir Gurgacz, da Comissão de Agricultura, o Presidente Rodrigo Rollemberg, da Comissão de Meio Ambiente, e o Presidente Eduardo Braga, da Comissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação.

Quero dizer que avançamos muito. Eu acredito que foi um trabalho dedicado, meritório de todos aqueles que se debruçaram sobre esse tema, mas existem ainda algumas questões a serem abordadas, a serem apreciadas e, se possível, aprovadas.

Agradeço já pelo acatamento, pelo relator, de minha Emenda 197.

Tenho ainda que destacar mais tarde a Emenda 190, que trata do art. 5º. Não quero aqui me debruçar sobre esse tema, que devo destacar logo mais.

E então eu queria apenas me ater, Sr. Presidente, Srs. Relatores, Sr^{as} e Srs. Senadores, à minha Emenda 53, que está um pouco molhada devido ao incidente. Eu queria dizer que essa emenda trata do desmatamento zero. E, se já foi acatada a emenda do Senador Acir Gurgacz, que trata da servidão, estabelecendo que os produtores que tiverem áreas ainda não desmatadas dentro da reserva legal possam usar, usufruir como ativo econômico, servindo como servidão dentro do mesmo bioma, isso é tudo o que os produtores querem: tratar a floresta em pé que não foi utilizada ainda como ativo econômico. Isso foi tratado também no meu projeto do desmatamento zero, e o Governador Eduardo Braga muito bem tratou desse tema no seu Estado quando o governou por oito anos. O Governador inclusive pagava uma bolsa floresta para os produtores que preservassem essas florestas.

Então, a minha Emenda 53 diz o seguinte:

EMENDA nº 53

Inclua-se o seguinte artigo 68 no Projeto de Lei da Câmara nº 30 de 2011, renumerando-se os subsequentes:

Art. 68. Pelo período de dez anos contados da data da publicação desta lei, fica suspensa a concessão de novas autorizações para supressão de florestas nativas na Amazônia legal, ressalvados os casos de utilidade pública previstos nesta lei.

§ 1º As autorizações de desmatamento em vigor na data de publicação desta lei serão válidas até a data do seu vencimento, não podendo ser renovadas.

§ 2º Após o prazo previsto no caput deste artigo, deverão ser revistos os critérios vigentes para concessão de autorizações para o desmatamento, objetivando torná-los mais rigorosos e restritivos.

A emenda que apresentamos pretende suspender por dez anos a concessão de novas autorizações para supressão de florestas nativas na Amazônia legal. Os casos de utilidade pública assim definidos em regulamento ficam ressalvados dessa suspensão.

Ao nosso ver, a moratória proposta seria fundamental para fazer cessar o desmatamento da região amazônica enquanto os programas de regularização fundiária, os planos de exploração florestal sustentável e os instrumentos econômicos para conservação da vegetação previstos no âmbito do PLS 30/2011 não forem de fato implantados.

Com isso, Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, nesses dez anos de moratória, criar-se-ia uma consciência ambiental, e tendo em vista que já

estão sendo aprovadas, que já estão sendo determinadas como ativo econômico as florestas que ainda não foram desmatadas.

Eu entendo...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Acho que ainda não falei nem cinco minutos...

(Pausa.)

Desculpe-me: V. Ex^a está é pedindo silêncio.

Eu entendo que os produtores que têm documento das terras não querem mais desmatar. Eu fui chamado de louco quando, há três anos, apresentei um projeto nesta Casa, estabelecendo o desmatamento zero. “Como é que você é de um Estado da Amazônia, um Estado novo, um Estado em formação, e vai apresentar um projeto desses? Você vai perder votos com isso.”

Eu defendi, durante todo esse tempo, esse projeto, e fui o Senador mais votado e o político mais votado da história do meu Estado nessas últimas eleições. E defendendo o desmatamento zero. Por quê? Porque eu conversava com todos os produtores e entendi que eles não querem mais desmatar! Os nossos produtores não querem mais derrubar, não querem mais queimar, não querem mais desmatar. Eles querem, sim, as compensações, e que nós possamos acrescentar nessa lei, que é da área consolidada. Se nós temos ainda 83% de floresta na Amazônia, é graças ao Estado, repito mais uma vez, do Senador Eduardo Braga, que preserva 98% da floresta porque tem um polo industrial. Isso foi uma forma de compensação. O Polo Industrial de Manaus tirou a pressão sobre o meio ambiente e sobre as florestas. Esse foi um modelo que deu certo. Então, vamos implantar em cada capital da Amazônia um polo industrial, vamos liberar as áreas consolidadas, para que os nossos produtores possam produzir, mas vamos preservar o que está de pé. O ganho seria muito importante para o Brasil e para o mundo. Não entendo por que o Governo Federal não está encampando essa proposta do desmatamento zero. Repito, os nossos produtores, com o documento das terras, não querem mais desmatar. Quem está desmatando são os invasores, que não têm documento das terras para poderem se firmar na propriedade.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado.

Declaro encerrada a discussão e informo que está concluído o prazo para oferecimento de emendas.

Passo a palavra ao Relator, Senador Jorge Viana, para que leia o seu voto no relatório a ser apreciado pela Comissão. Antes, quero lembrar aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que o prazo para apresentação de requerimentos de destaque se encerrará no momento em que for anunciada a proposição.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Sr. Presidente, para encaminhar, art. 14, inciso VI, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues, para encaminhamento, por cinco minutos.

V. Ex^a tem cinco minutos, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Obrigado, Presidente.

Sr. Presidente, quero, mais uma vez, lamentar... Aliás, quero primeiro lembrar que, antes deste debate aqui, tivemos o debate na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da qual sou membro, e tivemos o debate na Comissão de Ciência e Tecnologia. Lembro que, no debate na Comissão de Constituição e Justiça, várias vezes destacávamos a necessidade de mais debates, a necessidade de apresentação de emendas, e lá, naquela Comissão, era dito para nós que aguardássemos que a comissão de mérito, que é a Comissão de Meio Ambiente, seria a comissão onde faríamos o debate e onde teríamos a apreciação de todas as emendas.

Pois bem. Chegamos à Comissão de Meio Ambiente. Aprovamos, na semana passada e, quero reiterar, contra o meu voto, um procedimento que foge a todos os padrões regimentais aqui do Senado: ser lido, extraordinariamente, um relatório na segunda-feira para que seja apreciado três dias depois, um relatório que tem, pelo levantamento que fiz anteriormente, 188 emendas. Já recebi informação de que é um relatório que tem mais de 201 emendas. Não há condição nenhuma, nem humana, para o eminente e querido amigo, Relator Jorge Viana, apreciar o conjunto de todas as emendas nem de hoje proferir esse voto. O bom senso, a sensatez indicaria que nós temos como votar esse relatório no dia de hoje.

Ainda ontem, os setores que se opõem às nossas posições em relação ao Código Florestal declararam aqui várias vezes que também não estão satisfeitos com o relatório final. Ora, quero encontrar a razão desse excesso de prontidão com o tempo para que apreciemos em menos de 24 horas um relatório e votemos um parecer que tem mais de 200 emendas. Uma das emendas, a 169, para a qual quero chamar a atenção, Sr. Presidente, introduz o § 5º no art. 59. Diz o seguinte: “a partir da assinatura do termo de compromisso, serão suspensas as sanções decorrentes das infrações mencionadas no § 4º desse artigo e cumpridas as obrigações estabelecidas no PRA ou no Termo de Compromisso.

Mais adiante, diz: “As multas referidas neste artigo serão consideradas como convertidas em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade

do meio ambiente, regularizando o uso de áreas rurais consolidadas, conforme defendido no PRA.”

Ou seja, há uma relativização das multas ambientais. Imaginem esse crime cometido pela Chevron agora, na costa brasileira, na costa do Rio de Janeiro, se ela pudesse utilizar o que está previsto, a possibilidade prevista no § 5º desse artigo. Ao invés de pagar inclusive as multas que a ele estão sendo imputadas, ela teria a prerrogativa de pagar muito menos do que está sendo previsto.

Quero chamar a atenção que esse dispositivo é uma relativização dos crimes ambientais. Ou seja, hoje nós não estamos somente fazendo anistia de crime, estamos indo além disso. Nós estamos relativizando, se aprovarmos essa emenda, vamos relativizar os crimes que virão. Os crimes que virão poderão, no final, ser pagos pela menor multa. Qualquer crime ambiental, na prática, está autorizado. Quaisquer mil reais, quaisquer dois mil reais vão ser bastante o suficiente para sanar o dano que será causado no meio ambiente.

Ora, falam de terras agricultáveis. É importante, aqui...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Conclua, Senador, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Já concluindo, Presidente.

É importante, aqui, destacar um número. O Brasil tem 61 milhões de hectares de áreas degradadas e temos 71 milhões agricultáveis. O que temos de área degradada, hoje, é quase o dobro do que temos agricultável. Então, não é por ausência de área que está sendo proposto o desmatamento do Código Florestal.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Randolfe Rodrigues.

Passo a palavra ao Senador Jorge Viana...

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Senador... Senador... Senador...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senadora Marinor.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Eu quero fazer também uma questão de encaminhamento, rapidamente. Eu fui, ainda há pouco, com o Senador Rodrigo Rollemberg, tive também acesso a essa Emenda 169 ainda há pouco. Nós conseguimos aqui, através da assessoria, fazer uma leitura, grosso modo, dessa emenda, Senador Rodrigo, e estou muito preocupada com isso. Eu queria que V. Exª nos permitisse...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Só um minutinho, Senadora. Eu vou garantir a palavra a V. Exª. Eu vou pedir para V. Exª ser muito breve, porque, na verdade...

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Eu vou ser breve. Só para justificar...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – ... nós ainda não estamos no período de encaminhamento. Nós precisamos, primeiro, ouvir o voto do Relator, para, depois, fazer os encaminhamentos.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Só para justificar, Senador, que, pela leitura rápida que foi feita, a emenda, me parece que ela é a expressão da Emenda 164, que foi debatida amplamente aqui e que, inclusive, teve um posicionamento da Presidenta da República, dizendo que essa emenda era uma vergonha.

Eu queria fazer um apelo à bancada governista aqui. A gente precisa ter tempo para dar uma analisada melhor porque isso está envolvendo a pecuária, a agricultura extensiva.... Como a gente vai tratar de uma questão dessas sem tentar dialogar com os setores que estão apontando, de novo, a volta, através de outra emenda, desse tema que já teria sido consagrado nesse acordo que consolidou o texto do Senador Jorge Viana.

Eu queria que V. Exª pudesse acatar a sugestão e colocar em votação a sugestão de encaminhamento do Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Agradeço a V. Exª.

Passo a palavra ao Senador Jorge Viana, Relator da matéria, para proferir seu voto.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria, mais uma vez, agradecer o envolvimento de cada Senadora e de cada Senador. Eu já tinha feito – eu queria, primeiro, esclarecer –, eu já tinha feito a análise e o meu posicionamento até a Emenda 106, quando nós estivemos reunidos aqui para apreciar o meu relatório. Então, antes de eu apreciar o relatório, nós tínhamos recebido 106 emendas. Eu acolhi algumas e rejeitei outras. De lá para cá, nós também recebemos uma centena de emendas, que eu, como estabelece o Regimento, passo a ler – peço desculpas a todos que estão aqui –, porque sou obrigado a ler todas aquelas que eu já rejeitei quando da apresentação do relatório e sou obrigado a ler novamente aquelas emendas que eu acolhi quando da apresentação do meu relatório. Obviamente, vou também apresentar o acolhimento ou não das emendas que foram apresentadas após o dia em que eu fiz a leitura do meu relatório.

Também estou cumprindo o Regimento por não ter feito nenhuma alteração no meu relatório, que foi apresentado nesta Comissão.

Devo dizer que li cada uma das emendas, inclusive as que me chegaram às mãos ainda há pouco.

Como estou há meses envolvido com essa matéria, é óbvio – isto quem estabelece é o Regimento – que se podem receber emendas que podem ser debatidas, inclusive como aconteceu alguns minutos atrás. Isso é próprio do Parlamento. Eu estou aprendendo aqui, mas é próprio do Parlamento. Alguns interpretam como querem os entendimentos – alguns chamam de acordo, outros chamam de entendimento. Eu não participei de nenhum conchavo ou acordo até agora. Eu participei de entendimento feito sempre com muitas pessoas, sempre envolvendo Senadoras e Senadores, sempre envolvendo pessoas ligadas às áreas importantes do Governo e não recebi uma única pressão do Governo que pudesse incluir no meu relatório aquilo que pudesse ferir a minha consciência. Posso cometer erros. Certamente os erros deste relatório são meus – não os terceirozinhos –, mas os acertos não são meus; são dos esforços que estou recebendo.

Senadora, com todo o carinho, sei que V. Ex^a tem procurado alertar para que mudemos, mas é assim que funciona o Regimento desta Casa. Podemos mudar, podemos acrescentar, dar dois, três dias, antes das matérias, para as emendas chegarem, mas o Regimento permite que se trabalhe dessa maneira.

Eu queria, por fim, dizer que o relatório que eu estou apresentando, o julgamento que estou fazendo das emendas é apenas o julgamento do Relator. O Regimento também garante que cada um possa pedir o seu destaque, e o Plenário certamente vai debater e pode rever a minha posição. Então, sinceramente, estamos cumprimento – com a maneira como o Senador Rodrigo Rollemberg tem-se comportado – o Regimento na sua absoluta integridade, mas eu ouvi algumas observações que eu queria antes esclarecer.

Eu não participei de qualquer acordo na calada da noite. Não faço isso. Sou Parlamentar, e é do Parlamento fazer entendimento. Se alguns entendem “entendimento” como acordo que o façam. Eu fiquei até de madrugada trabalhando em cima das emendas. Não estava fazendo acordo de madrugada, muito menos recebendo ordens de Governo. Sou do Governo, sou leal ao Governo, mas tenho independência para relatar esta matéria com a minha consciência. Quero só falar isso, para que fique bem claro.

O Senador Luiz Henrique, em muitas lições que me deu, contou uma simples história do seu pai com ele, que reforça as que eu aprendi com o meu pai. Ele contou que brigou uma vez, ainda jovem, entrou numa confusão como todos nós jovens, às vezes, somos levados a entrar. E aí chegou em casa – certamente ele perdeu nessa confusão, porque chegou meio machucado; deve ter apanhado muito, não é, Jorge? – e ficou se escondendo do pai. Ficou por ali até que o

pai o encontrou, deparou com ele e perguntou: “Mas o que aconteceu?” Ele, com medo, achando que o pai... O pai aproveitou aquela situação por que todos nós, pais, já passamos e em que até nós mesmos, às vezes, já nos metemos e falou para ele: “Olhe, não tem problema brigar, não. Evite as brigas. Mas, se você tiver que brigar na rua, em casa, brigar comigo, com sua mãe, com seus irmãos, brigue. Só não brigue com sua consciência”. É esse tipo de lição que nós estamos tentando trazer para cá.

Eu sei que alguns, legitimamente comprometidos com causas, legitimamente apaixonados por essas causas, estão tentando colocar as suas posições aqui. Isso é legítimo, é parte deste Parlamento. Eu sei que outros que defendem outras teses também estão procurando fazer o mesmo, mas tem muita gente, incluindo esses que são apaixonados, que está querendo aperfeiçoar esta matéria. Que bom seria se nós tivéssemos mais e mais tempo para fazer, porque é próprio do Parlamento. Quem disse que alguém não pode apresentar, mais à frente, uma proposta para aperfeiçoar um dispositivo ou outro. Nós estamos aqui para isso. Fomos eleitos para isso.

A mim está cabendo a missão de me posicionar sobre as propostas que me chegaram. Com muito respeito às Senadoras, não mandei ninguém ler as emendas que a mim foram dirigidas. Li cada uma delas.

Peço até desculpas aos colegas Senadores. É uma lei longa, complexa, que envolve passado, presente e futuro. É uma lei que envolve temas técnicos e posicionamentos jurídicos. E eu sei que cada colega que está aqui, que me puxa, que me chama no corredor está querendo me ajudar. Sem vocês eu não teria chegado aqui, viu, Marinor? Você foi uma das que sempre esteve me colocando a precaução, dando-me alerta, aconselhando-me, e eu agradeço – também recebi dos outros. Mas eu sou Relator. Eu tenho que também conversar com as pessoas sobre a agenda deste nosso Congresso e eu tenho que proferir o meu voto.

Este voto vem a quatro mãos, porque eu conversei sobre tudo com o Senador Luiz Henrique e recebi orientação – às vezes, ele acolheu uma opinião minha. Sempre conversei com o Senador Rodrigo Rollemberg, que é o Presidente desta Comissão, e com os outros, que nos acolheram da mesma maneira: o Senador Acir, o Senador Eduardo e o Senador Eunício.

Então, eu tenho que, por ofício, chateá-los, lendo os números das emendas rejeitadas, para que constem oficialmente, como estabelece o Regimento, na Ata.

Passo à leitura:

Emendas rejeitadas de nºs 1, 5, 6, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, como sabemos o número das emendas?

Desculpe-me interrompê-lo.

Presidente, nós não fomos comunicados do número das emendas. Eu apresentei emenda há pouco...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – V. Ex^a recebeu um quadro. As emendas foram distribuídas todas.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Elas estão na Internet e estão...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Elas não estão distribuídas todas.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Algumas... As últimas...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senadora, a Secretaria da Comissão está me informando que todas foram distribuídas.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Não. A minha não está distribuída. Não foram distribuídas todas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Viu o que falei?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Como está estabelecido, Senadora, qualquer Senador vai poder pedir destaque.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Não. Eu recebi aqui a informação... Eu acabei de receber a informação. Não é por nada, não. Acabei de receber a informação. Eu perguntei: "São as últimas?" Ela disse: "Não. Ainda tem uma leva que está sendo preparada". Então, fica difícil para a gente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, Relator, desta vez não é o PSOL que está falando.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu estou proferindo o voto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Isso só reafirma...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Dê licença. Eu estou proferindo o voto. Assim não tem condição.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu quero garantir a palavra ao Relator, e, depois, nós vamos abrir a palavra.

Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Depois, poderão questionar como quiserem. Só queria concluir.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu estou rejeitando as emendas. Estou lendo as antigas emendas que já tinham sido rejeitadas: 1, 5, 6, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22 – todas

estas que estou lendo estão aqui – 23, 25, 27, 28, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 56, 57 – inclusive, em relação a esta última, o Senador Raupp estava colocando que tinha sido rejeitada –, 58, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 100, 103, 104 e 105. Eu não tinha acolhido essas emendas já quando da leitura do meu relatório, incluindo aqui a 106. Eu já tinha olhado todas elas. Elas chegaram com prazo. Algumas delas estavam aqui já há bastante tempo e eu tinha rejeitado.

Vou ler as que eu tinha acolhido antes da leitura do meu relatório, mas que tinham sido acolhidas: 2, 3, 4, 7, 10, 24, 26, 29, 30, 31, 33, 50, 54, 55, 59, 60, 65, 73, 90, 98, 99, 101 e 102. Essas emendas foram acolhidas no meu relatório, foram acolhidas.

Vou ler agora as emendas que estou rejeitando e que chegaram depois da leitura do meu relatório. Estou rejeitando as Emendas 108, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 182, 183, 184, 187, 189, 190, 191, 192, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211.

Estou acolhendo as Emendas 107, 114, 132, 139, 143, 168, 169, 180, 181, 185, 186, 188, 193, 194, 195, 197, 212. São 41 emendas que estou acolhendo. Pulei a Emenda 196, que estou acolhendo, emenda que decorre da última reunião que fizemos, onde ficou acertado publicamente, deliberamos aqui que o Senador Luiz Henrique me ajudaria na elaboração do termo dessa emenda. Ele foi o proponente dessa emenda e eu a estou acolhendo. Atendendo ao Regimento, foram retiradas muitas emendas vinculadas a esse tema e essa Emenda 196 inclui, no mérito, muitas das dezenas de emendas que foram apresentadas. E eu acolho a Emenda 196.

Peço ao Presidente, antes de dizer o meu voto, que seja dada a palavra ao Senador Luiz Henrique, para que ele possa, caso seja o entendimento do Presidente do Plenário, que ele possa inclusive apresentar na discussão.

Esse é o meu voto, Sr. Presidente, junto com o meu parecer sobre o PLC 30 que o Senado Federal aprecia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Antes de passar a palavra ao Senador Luiz Henrique, quero comunicar, e antes de anunciar

a proposição para votação do relatório, que foram apresentados os requerimentos de destaque de nºs 1 a 58, de autoria de diversos Senadores.

Vou definir o prazo para apresentação de requerimentos de destaque até o final da fala do Senador Luiz Henrique.

Com a palavra o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Senador Rodrigo Rollemberg; Sr. Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia; meu caro companheiro Jorge Viana, a quem quero prestar as mais elevadas homenagens, hoje, pela manhã, abri a Bíblia e mostrei-lhe o capítulo sobre a odisseia de Jó. O Senador Jorge Viana foi um verdadeiro Jó, paciente, acima dos limites para produzir esse seu parecer.

Sr^{as} e Srs. Senadores, saudando aqui a presença da Ministra Marina Silva, que nos dá essa grande honra, assim como do ex-Ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, quero lembrar que, no dia 09 de novembro, em reunião conjunta, as Comissões de Ciência e Tecnologia e de Agricultura aprovaram o meu parecer àquelas Comissões. Ao final dos trabalhos, no entanto, estabeleceu-se uma polêmica entre quatro emendas que procuravam regulamentar a ocupação antrópica das áreas de preservação permanente. A emenda do ilustre Presidente da Comissão de Agricultura, Senador Acir Gurgacz, de V. Ex^a, Sr. Presidente Rodrigo Rollemberg – eram duas emendas – e do meu conterrâneo, Senador Casildo Maldaner, essas emendas promoveriam um aprimoramento ao texto que eu havia apresentado, todavia, elas não tinham a capacidade de regular toda a matéria com a precisão, com a clareza, com a objetividade que era necessária.

Por isso, fui honrado com a designação, pelos membros das Comissões reunidas, para elaborar uma emenda àquelas emendas que tivesse a condição de melhor reger aquela matéria.

Do dia 09 até hoje, Sr. Presidente e nobre Relator Jorge Viana, decorreram 14 dias, e, como afirmei naquela oportunidade, como V. Ex^a afirmou também, Senador Jorge Viana, nós ficamos à disposição de todos para ouvi-los a respeito dessa matéria, a fim de que pudéssemos, efetivamente, apresentar uma emenda a melhor possível.

Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, a emenda que ora apresento, como já salientou V. Ex^a, Senador Jorge Viana, decorre de um grande entendimento e busca atingir o mesmo resultado obtido nas deliberações das Comissões de Justiça, Ciência e Tecnologia e Agricultura.

Que resultado era esse? Uma convergência máxima, que é indispensável para a aprovação desse re-

levante projeto. É uma emenda de entendimento pelo futuro do Brasil, como já afirmei. Dentro desse propósito, nós, subscritores, procuramos ouvir diversos componentes da sociedade brasileira, que solicitaram modificações no sentido de aprimorar o relatório do ilustre Senador Jorge Viana, que, aliás, liderou todas as negociações.

Essa emenda representa o esforço do Governo, dos colegas Senadores, dos colegas Deputados Federais, em buscar soluções ecologicamente sustentáveis para as necessidades de produção e renda de todos os brasileiros, em particular dos mais humildes. Todos transigiram em parte de suas posições, para que possamos aprovar um texto que seja recepcionado, acolhido pelos integrantes da Câmara Federal e sancionado pela Senhora Presidente da República.

Com essa emenda, o já magnífico parecer do nobre Senador Jorge Viana dará ao País uma lei capaz de promover, ao mesmo tempo, a preservação e a produção dentro de parâmetros seguros de desenvolvimento sustentável.

Caso incorporada ao texto do substitutivo global do Senador Jorge Viana, teremos uma lei dentro do parâmetro que sempre buscamos ao longo da tramitação desse projeto: o de fazer uma lei clara, objetiva e autoaplicável.

Ademais, o de fazer uma lei ajustada ao princípio constitucional erigido no art. 24 da Carta Magna, compatibilizando o ordenamento federal das normas gerais com a competência concorrente dos Estados, na sua missão de ajustar esse ordenamento as suas realidades territoriais.

Essa emenda representa a convergência final sobre matérias que ficaram para ser ajustadas na Comissão de Meio Ambiente, conduzida com maestria pelo ilustre Senador Jorge Viana, a quem rendemos todas as nossas homenagens.

Assinam a emenda os ilustres Senadores Rodrigo Rollemberg, Acir Gurgacz, Casildo Maldaner, Waldemir Moka, Eunício Oliveira, Jayme Campos, Pedro Taques, Blairo Maggi, Sérgio Souza, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Ivo Cassol, Aníbal Diniz e Eduardo Braga. É uma emenda, portanto, quase unânime dos Srs. Senadores e das Sr^{as} Senadoras integrantes desta Comissão.

Não vou ler o texto da emenda porque ela é de conhecimento de todos os Srs. Senadores – dos 15 que a assinaram e dos demais que também a receberam em suas bancadas.

Esse é o teor da emenda, de entendimento pelo futuro do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Bom, está encerrado o prazo para apresentação de destaques...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Não, Sr. Presidente! Só um minuto, Sr. Presidente! Eu quero fazer um pedido a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra V. Exª.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Com o intuito somente de contribuir, eu apresentei uma emenda ao art. 43. E, pela leitura do nobre Relator, a minha emenda foi rejeitada. Aí, eu fui saber por que a minha emenda foi rejeitada e fui informada pela assessoria que a minha emenda ao art. 43 tinha sido rejeitada porque havia sido acatada outra emenda, suprimindo o que está no art. 43.

Eu perguntei que emenda era essa porque eu gostaria de destacar também. Então, peço ao Presidente, verbalmente, para destacar a emenda, que eu não conheço, cujo número eu não sei, nem sei de quem é, mas quero destacá-la. Eu quero destacar essa emenda que suprime o art. 43.

Então, como eu não tive condições de apresentar à Mesa por escrito, faço-o verbalmente. Não sei o número da emenda, porque não é de minha autoria, mas é uma emenda que suprimiu o art. 43.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Está acatada a sugestão de V. Exª.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Antes de anunciar a proposição para a votação do relatório, comunico que foram apresentados...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, questão de ordem!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – ...requerimentos de destaque, de 1 a 74, de autoria de diversos Senadores.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Questão de ordem, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Questão de ordem, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, questão de ordem fundamentada no art. 413 do Regimento Interno, combinado com o art. 132, §1º.

Parece-me que ficou claro que o Senador Jorge Viana, ao proferir o seu voto, fez profundas alterações no relatório que havia sido votado aqui na segunda-feira.

Desta feita, no meu entender – aliás, não é no meu entender –, no entender do Regimento da Casa, conforme está no art. 132, §1º, cabe novo pedido de vista.

É o que eu estou fazendo agora a V. Exª.

Caso a Mesa não o acate, eu quero, de imediato, que seja recorrido ao Plenário e peço verificação nominal para que o Plenário delibere por tal.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu poderia indeferir diretamente o pedido de V. Exª porque nós estamos absolutamente dentro do Regimento. Não houve nenhuma alteração.

A Mesa vai indeferir a solicitação de V. Exª, porque estamos absolutamente dentro do Regimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Recorro ao Plenário, Excelência!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Não foi proferida nenhuma alteração no parecer do Relator. Apenas depois de apresentadas as emendas, ele acolheu, na totalidade, algumas emendas e rejeitou outras. Portanto, não há por que se conceder, novamente, pedido de vista.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Recorro ao Plenário, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Não houve modificação no relatório.

Consulto o Plenário se podemos votar os requerimentos de destaque em globo.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Senador!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Excelência, eu fiz uma questão de ordem, V. Exª indeferiu...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – A questão de ordem foi respondida pela Mesa, Sr. Senador!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeitamente. E eu recorri ao Plenário e peço verificação nominal ao Plenário.

É uma questão de ordem, está no Regimento. No meu entender, ocorreram profundas alterações. Cabe, é suscetível um novo pedido de vista.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Senador!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Sr. Senador, eu quero comunicar que, para que V. Exª possa pedir verificação de quórum, o seu pedido tem de ter o apoio de mais três Senadores.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Senadora Marinor, Senador Lindbergh...

Senador Pedro, quebre-me esse galho aí! (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu quero registrar, Senador Randolfe...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Senador Randolfe, eu não sou macaco gordo para quebrar galho, mas eu não vejo nenhuma dificuldade em fazer a votação nominal aqui, absolutamente! Qual é o prejuízo disso?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – São três, Sr. Presidente, conforme o Regimento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Só para pedir destaque das emendas...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Já foi encerrado o pedido de destaque, Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não, eu encaminhei à Mesa. Eu só queria...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Não. Se já foi encaminhado à Mesa, será organizado o destaque. V. Ex^a será atendido. Mas, quem não encaminhou não encaminhará mais.

Quero registrar, Senador Randolfe, que não há...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Está parecendo japonês: quem não colocou não coloca mais.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – ... apoio suficiente para a sua questão de ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não. O Senador Pedro consolidou. O Senador Pedro apoiou.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Quem são os três? V. Ex^a e quem mais?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Senadora Marinor, Senador Lindbergh e Senador Pedro.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – A Senadora Marinor não é membro da Comissão.

Senador, só tem V. Ex^a, o Senador Pedro Taques e o Senador Lindbergh. Se não tiver um terceiro Senador, não há número suficiente.

Algum outro Senador apoia? *(Pausa.)*

Não havendo número suficiente, nego a questão de ordem e consulto o Plenário se podemos votar os requerimentos de destaque em globo.

Aqueles que concordam com a aprovação da votação em globo dos pedidos de destaque permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Só para esclarecer. Eu tenho vários destaques, requerimentos de destaque. V. Ex^a vai admiti-los todos...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Todos os destaques.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – ... para que, depois, um por um seja analisado. Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Exatamente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Concordo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Consulto o Plenário...

Bom, aqueles que concordam com a aprovação da votação em globo dos destaques permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Com o voto contrário do Senador Randolfe, aprovado.

Submeto à deliberação da Comissão os requerimentos de destaque.

Nos termos do art. 314, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, esclareço que, concedido o destaque para votação em separado, submeter-se-á a votos, primeiramente, a matéria principal e, em seguida, a destacada.

Portanto, em votação a matéria, ressalvados os destaques. Nos termos do art. 308 do Regimento Interno do Senado Federal, se algum Senador quiser encaminhar a votação, pode fazê-lo por cinco minutos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Encaminhamento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Para encaminhar, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, quero destacar... Quero mais uma vez reiterar, com todo o apreço devido ao relatório apresentado aqui pelo ilustre amigo, Senador Jorge Viana, que o relatório do Senador Jorge Viana – isto aqui é importante testemunhar – traz novidades positivas, traz um aspecto importante de preservação ambiental na área urbana, só que não é o suficiente para os graves problemas que tem esse texto desde que ele veio da Câmara dos Deputados.

Vejamos: é objeto de uma emenda de nossa autoria e um dos requerimentos de destaque – espero que nós consigamos apreciá-lo – a questão da anistia. O texto mantém a anistia, até 2008, para as ocupações irregulares em APP e Reserva Legal. O texto mantém a anistia, até 2008, para todos os proprietários rurais que se inscreveram no chamado PRA. Isso contamina o conjunto do projeto. O texto mantém a anistia, até 2008, para as atividades agrosilvopastoris, de ecoturismo e turismo rural. E, mais que isso, o texto faz uma limitação de 20% para a agricultura familiar.

O texto faz uma isenção de todos os imóveis até quatro módulos fiscais de manutenção de Reserva Legal e limita a possibilidade de desmembramento dos

imóveis até 22 de julho de 2008. Mantém o problema dos quatro módulos fiscais.

O texto mantém o pastoreio extensivo, a exploração florestal e de culturas em áreas de encosta, o que é uma grave ameaça. A manutenção desse dispositivo representa a continuação de ocupações irregulares tais quais aquelas que ocorreram no Rio de Janeiro, que ocorreram na serra fluminense e que foram responsáveis pelas terríveis tragédias a que assistimos no início deste ano.

O texto mantém uma definição muito abrangente para o que se chama de baixo impacto ambiental, englobando, inclusive, a definição de produtores de sementes. O texto inclui, mantém a permissão para o cômputo de área de preservação permanente e reserva legal para todos os imóveis rurais além das regras atuais.

Um texto, Presidente, que mantém o retrocesso na legislação, que retroage na legislação ambiental brasileira; um texto que mantém, que retroage na legislação dos crimes ambientais e que retrocede, em especial, em uma legislação que foi conquistada pela sociedade brasileira nos anos 60, que põe o Brasil na contramão da história, do avanço da legislação ambiental em todo o mundo. Um texto dessa natureza não poderia nunca ser objeto, na Comissão de Meio Ambiente do Senado, de apreciação tão rápida como está sendo.

O ilustre Senador Jorge Viana deve ter tido dificuldade para proferir o relatório num intervalo de menos de uma hora, num debate que contou com mais de 200 emendas, um debate que teve menos que os cinco dias tradicionalmente previstos aqui no Senado para que um debate dessa natureza ocorra.

Esse texto, Sr. Presidente, e eu repito, embora traga uma moldura do que foi aprovado aqui na Comissão de Meio Ambiente, trago a moldura verde. Em relação, por exemplo, às áreas urbanas, o conjunto dele mantém o retrocesso da legislação ambiental brasileira. Eu quero reiterar, as áreas de preservação permanente, por exemplo, foram ampliadas nos anos 80 a partir de tragédias que ocorreram, a partir de uma compreensão – e eu quero destacar – a partir de uma compreensão que pouco ambiental era naquela época de que a limitação, a redução das áreas de preservação permanente como nós estamos fazendo no dia de hoje, a limitação das áreas de preservação permanente significaria, concretamente, uma ameaça às populações humanas.

Concretamente, Sr. Presidente, não estamos falando aqui somente de preservação das florestas. Nós não estamos falando aqui somente de preservação do meio ambiente. Nós estamos falando exatamente do

centro do meio ambiente, que é o homem. A condição humana está ameaçada aprovando esse texto...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Conclua, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – ...com a limitação – concluindo – com a limitação, com a redução das áreas de preservação permanente e com a institucionalização, com a permissão dos crimes, que, de fato, é o que vai ocorrer conosco aprovando a anistia a quem desmatou da forma como está sendo aprovada no texto, que eu espero e quero apelar a todos desta comissão que nós não aprovemos aqui e que não passará com o nosso voto.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Para encaminhar, Excelência, como líder.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senadora Marinor Brito, cinco minutos para encaminhamento.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Senador, eu queria fazer uma referência, colocando-me contra a aprovação do texto, por várias razões que eu já citei no meu pronunciamento anterior. Mas, especialmente, em função de emendas que foram apresentadas com o apoio da CNBB, da OAB, do MST, de ambientalistas, do SOS Floresta, do Comitê Brasil, emendas que foram apresentadas pelo Senador Randolfe, que tratam da questão de crimes ambientais em vigor há 13 anos, o que torna totalmente inadequados esses artigos de 59 a 69.

O prazo compreendido entre a emenda em vigor na lei de crimes de 1998 e o decreto de crimes ambientais de 2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e estabelece o processo administrativo federal para apuração dessas infrações, forneceu o interstício mais do que suficiente – prazo de uma década para que todos os produtores rurais do Brasil adequassem seus imóveis à legislação florestal. E o texto propõe anistia para quem já teve oportunidade de se adequar à legislação e não o fez.

O art. 59, § 5º, por exemplo, tem uma previsão do decreto de crimes ambientais que trata das sanções, das situações simples, com impacto praticamente sem dano.

Ora, nós tínhamos previsões que iam do mais simples ao pior crime ambiental. Um desastre ambiental, permanecendo esse texto, de grandes proporções vai ter a menor multa contida no decreto de crimes ambientais.

“As multas referidas neste artigo – assim diz o texto – serão consideradas como convertidas em serviço de preservação, melhoria e recuperação de qualidade do meio ambiente,

regularizando o uso de áreas rurais consolidadas conforme definido no PRA”.

Eu quero fazer aqui uma comparação para que os senhores telespectadores, para que o povo brasileiro porque alguns Senadores que ainda não refletiram sobre esse artigo em relação ao vazamento de óleo da Chevron na bacia de Campos, no Rio de Janeiro, que foi multado agora com a multa máxima, uma multa milionária.

O que propõe esse texto, quando transportarmos esse debate para a questão ambiental, é que um grande crime ambiental, de proporções enormes, incalculáveis, que possa ocorrer vai ter uma pena que não dá nem para se considerar pena. “Multas referidas neste artigo serão consideradas como convertidas em serviço de preservação”. Ou seja, os grandes desmatadores, os criminosos, historicamente, que têm produzido crimes ambientais no âmbito das florestas neste País, não terão mais punição, não terão que desembolsar, que pagar onde dói, que é exatamente nos seus lucros, nos seus cofres, nas suas fortunas, porque não precisarão devolver ao povo brasileiro...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Conclua, Senadora, por favor.

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – ... qualquer recurso capaz de ser considerado pagamento de danos ambientais incalculáveis, como tem acontecido neste País.

Então, eu queria aqui me confrontar à manutenção desses artigos que o Senador Randolfe pede que sejam retirados do texto, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senadora Marinor.

Com a palavra o Senador Lindbergh, por cinco minutos.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, meu grande Senador Eduardo...

Eduardo, é só para eu poder...

Sr. Presidente, rapidamente, quero dizer aqui que não sou titular desta Comissão, mas queria deixar registrado que, se fosse votar, eu votaria contra.

Quero ressaltar os avanços e o trabalho do Senador Jorge Viana, reconheço que esse projeto avança em vários aspectos. Falei, por exemplo, do pousio, mas acho que continua a lógica de anistia a desmatadores, com a data de 2008, data da última prorrogação do decreto que regula crimes ambientais, acho que ainda está aberta a possibilidade de novos desmatamentos. Então, com todas essas ressalvas, em especial quanto ao trabalho do Senador Jorge Viana, eu queria que ficasse consignado em ata, apesar de não ser titular desta Comissão, o meu voto contrário. E espero debater esses pontos nos destaques de votação em separado.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Não havendo mais quem queira encaminhar...

Com a palavra o Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Para encaminhar – o barulho está bastante intenso aqui –, eu queria também deixar registrado aqui, como integrante da bancada do Partido dos Trabalhadores e aliado de causa e de vida do Senador Jorge Viana, da Marina Silva, que se faz presente, e de tantos outros companheiros que têm se dedicado à causa do desenvolvimento sustentável.

Quero dizer que fica muito difícil remendo novo surtir efeito em pano velho, e nós não temos como negar nesta Casa que o trabalho que veio da Câmara foi muito ruim e, por ter sido um trabalho ruim, foi muito difícil para o Senador Luiz Henrique e para o Senador Jorge Viana procederem às modificações. Mesmo com todas as dificuldades, eles conseguiram importantes avanços e o Senador Luiz Henrique teve a sorte de ter sido um pouco mais preservado das exigências porque, tanto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania quanto nas Comissões de Ciência e Tecnologia e de Agricultura e Reforma Agrária, acabaram as questões de mérito, não tendo sido trabalhadas. Então, toda a pressão veio para cima do Jorge Viana. E quero dizer aqui que o trabalho dele é invejável, porque ele teve a paciência necessária para ouvir todos os segmentos, para fazer todas as reuniões que foram pedidas com os segmentos mais variados, com a equipe de governo, com bancada na Câmara, com os Senadores.

Portanto, deixar de reconhecer que houve avanço a partir do que o Senador Jorge Viana fez como Relator é uma injustiça, assim como é injustiça, por exemplo, a gente passar uma ideia de culpa para a sociedade. Esta Casa é o espelho do Brasil, assim como a Câmara dos Deputados é o espelho do Brasil. E, se tudo que foi possível até agora foi esse entendimento, é porque houve uma correlação de forças existentes nesta Casa e na Câmara Federal. E eu não posso sair colocando os resultados desta aprovação aqui como se fosse um retrocesso para a defesa das nossas florestas, porque, em nenhum momento, está dito que tem anistia a desmatadores. Pelo contrário, está bem consignado que todos terão que proceder a sua recomposição, o pequeno, o médio e o grande.

Então, apontando para o Senador Jorge Viana, um homem que tem uma biografia em defesa da floresta, um engenheiro florestal que procedeu a tantas mudanças em favor da floresta e fez do Acre um Estado respeitado do ponto de vista da floresta no pla-

no nacional, não podemos deixar passar a ideia de que ele está favorecendo desmatadores, anistiando desmatadores, quando, na realidade, o seu relatório aponta claramente que todos terão que proceder à recomposição.

O que estamos aprovando aqui é o que foi possível dentro da correlação de forças desta Casa. Agora, temos, sim, que dar atenção especial a alguns dos itens apresentados em destaques. O Senador Aloysio Nunes Ferreira, por exemplo, faz uma ressalva muito importante com relação às questões hídricas, que precisam de uma atenção especial em sua Emenda nº 142. Acho que nós temos de nos somar a esse esforço, assim como a outros esforços aqui, no sentido de fazer avançar, ainda mais, essa proposta. Mas não podemos, de maneira nenhuma, deixar passar a ideia de que nós estamos votando aqui uma lei anti-Brasil, quando na realidade nós estamos votando os avanços possíveis, o entendimento possível. E, dessa forma, nós não podemos abaixar a cabeça, no sentido de passar a ideia de que nós estamos votando contra...

Exatamente, estamos votando pela aprovação do relatório do Senador Jorge Viana e pedindo atenção especial aos destaques, que precisam ser apreciados com toda a atenção pelos Srs. Senadores.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Jorge Viana, o Relator.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – É apenas aqui em referência... Senador Aloysio Nunes, eu, na leitura aqui, de fato, com essa exaustão, eu só queria fazer um reparo para que conste que eu estou acolhendo a Emenda nº 142. Na leitura, eu pulei esse acolhimento.

É muito importante que eu faça esse reparo porque é uma emenda que apreciei e que qualifica, ajuda a recuperar as bacias hidrográficas, utilizadas para a geração de energia e às quais devemos dar toda a atenção, como é o espírito que a gente está pondo no novo Código Florestal.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Não havendo mais quem queira encaminhar, submeto à votação o Substitutivo do Relator, Senador Jorge Viana, que conclui, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011, na forma da emenda substitutiva global apresentada, rejeitando as Emendas nºs 1, 5, 6, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 27, 28, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 56, 57, 58, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83,

84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 100, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 140, 141, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 182, 183, 184, 187, 189, 190, 191, 192, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209 e 211, e acolhendo...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – A 211 está destacada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Isso é depois. Estou dizendo que é o relatório...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Mas V. Ex^a lendo como rejeitada! Se ela está destacada, não pode ser rejeitada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Este é o relatório...

Retifico que a 169 não está rejeitada e estará aprovada.

Senadora Vanessa, quero registrar que este aqui é o relatório, ressaltados os destaques. Os destaques serão submetidos.

E acolhendo, total ou parcialmente, as Emendas nºs 2, 3, 4, 7, 10, 24, 26, 29, 30, 31, 33, 50, 54, 55, 59, 60, 65, 73, 90, 98, 99, 101, 102, 107, 114, 132, 139, 143, 168, 169, 180, 181, 185, 186, 188, 193, 194, 195, 196, 197, 212 e 142. Este é o voto.

Este é o relatório do Senador Jorge Viana.

Aqueles que concordam com o substitutivo apresentado pelo Senador Jorge Viana, com o parecer do Relator, ressaltados os destaques, permaneçam como se encontram.

Aprovado... (*Palmas.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Com um voto...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Aprovado, com apenas um voto contrário.

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Dois votos contrários. Dois. E uma vontade de votar contra.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Um voto contrário, do Senador Randolfe, já que o Senador Lindbergh é suplente do Senador Randolfe.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Nem Marinor não vota também.

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – É uma vontade de votar contra. Estou participando do debate, quero registrar minha vontade de votar contra. Se eu tivesse direito a voto, seria contrário meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Declaro aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão pela aprovação do substitutivo apresentado pelo Relator, Senador Jorge Viana, ressalvados os destaques.

Atenção! Quero submeter ao plenário se iniciamos a votação dos destaques ainda hoje. A secretaria vai precisar de 15 minutos para organizar os destaques, e daremos continuidade hoje, se assim for deliberado. Ou retomaremos a votação dos destaques amanhã, pela manhã. Submeto ao plenário. *(Pausa.)*

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Amanhã, pela manhã.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Há consenso de que devemos passar aos destaques amanhã, pela manhã?

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Eu prefiro hoje. Eu voto hoje, continuar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Deixe-me fazer uma ponderação. São 15h05. Vamos precisar de, pelo menos, 15 ou 20 minutos para organizar os destaques. Às 16h começa a Ordem do Dia.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu só queria lembrar aos colegas da Comissão, que talvez ainda não saibam, que, na sexta-feira, haverá sessão deliberativa do Senado, então, amanhã, teremos todos que ficar aqui mesmo. É apenas essa lembrança que eu queria dar aos nossos companheiros.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – A Mesa vai decidir encerrar esta reunião e convocar outra reunião para iniciarmos a apreciação dos destaques amanhã, a partir das 8h30.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Às 9h da manhã.

Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu pediria apenas que V. Ex^a pudesse identificar o número das emendas destacadas, qual o número dessas emendas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Estarão disponíveis na secretaria da Co-

missão, Senador Flexa Ribeiro, todas as informações sobre as emendas e os artigos destacados.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu que agradeço vossa compreensão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – V. Ex^a é pragmático.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Quero registrar também que os Senadores que desejarem poderão retirar os destaques na Comissão.

Nada mais havendo a tratar, agradecendo a presença de todos, especialmente da Senadora Marina Silva, que nos honrou com sua presença, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 06 minutos.)

ATA DA 68ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 22 DE SETEMBRO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas do dia vinte e dois de setembro de dois mil e onze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **(Paulo Paim)**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **Ana Rita, Marta Suplicy, Paulo Paim, Wellington Dias, Lídice da Mata, Pedro Simon, Eduardo Amorim, Paulo Davim e Cyro Miranda**. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **PAUTA**. Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 119, de 2011–CDH, aprovado em 25/08/11, de autoria dos Senadores Paulo Paim, Cristovam Buarque e Marinor Brito, para debater o Dia Internacional contra a Exploração Sexual e o Tráfico de Mulheres e Crianças. Convidados: Deysiane Farias Pontes, Coordenadora Geral Substituta do Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República; Daniele Correa Santa Catarina, Procuradora do Trabalho, em representação ao Procurador Geral do Trabalho Luís Antônio Camargo de Melo; Luiza Lopes, Diretora do Departamento Consular e de Brasileiros no Exterior, em representação ao Ministro Antonio de Aguiar Patriota do Ministério das Relações Exteriores; Fernanda dos Anjos, Diretora do Departamento de Justiça, Secre-

taria Nacional de Justiça; Jair Meneguelli, Presidente do Conselho Nacional do SESI; Karina Figueiredo, Comitê Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes; e Mãe de Vítima da Exploração Sexual. Fazem uso da Palavra os senhores Senadores Paulo Paim, Lídice da Mata, Ana Rita, Wellington Dias e Pedro Simon. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às doze horas e trinta minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Declaro aberta a 68ª reunião extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e coloco-a em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 119, de 2011, da CDH, aprovado em 25/08/11, de autoria dos Senadores Paulo Paim e Cristovam Buarque e da Senadora Marinor Brito, para debater o Dia Internacional contra a Exploração Sexual e o Tráfico de Mulheres e Crianças.

Foram convidados para este evento, além dos nossos painelistas, os integrantes da CPI: Presidente da CPI, Senadora Vanessa Grazziotin; Vice-Presidente, Senador Randolfe Rodrigues; Relatora em exercício, Senadora Marinor Brito; Senadores Cristovam Buarque, Ricardo Ferraço, João Alberto Souza, Lídice da Mata, Angela Portela, Paulo Davim, Waldemir Moka, todos membros da Comissão.

Quero dizer que esta audiência pública foi solicitada pelos membros da CPI, mais precisamente pela Senadora Marinor Brito, que pediu que nós encaminhassemos aqui este requerimento, aprovado, e a data foi marcada conforme entendimento com os membros da CPI, liderados, neste caso, pela Relatora, Senadora Marinor Brito.

Eu, por uma questão de justiça, esclareço que a Senadora Marinor Brito não se encontra aqui neste momento, porque houve, no Pará, mais um caso de violência contra uma menina num presídio e S. Ex^a, em nome da Comissão, deslocou-se ao Estado numa missão, numa investigação, acompanhada pela Comissão de Direitos Humanos também daquele Estado. Segundo informações que me chegaram, a menina ficou quatro ou cinco dias dentro do presídio sendo violentada.

Segundo ela, não sabia nem dizer o número de agressores. É mais um caso que se repete no Pará de violência contra as mulheres, e a Comissão de Direitos Humanos tinha que estar lá presente.

Eu agradeço a presença dos nossos convidados Deysiane Farias Pontes, Coordenadora Geral Substituta do Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República; Daniele Corrêa Santa Catarina, Procuradora do Trabalho, em representação ao Sr. Luís Antônio Camargo de Melo, Procurador-Geral do Trabalho; Luiza Lopes, Diretora do Departamento Consular e de Brasileiros no Exterior, em representação ao Ministro Antonio de Aguiar Patriota, do Ministério das Relações Exteriores; Fernanda dos Anjos, Diretora do Departamento de Justiça, em representação ao Sr. Paulo Abrão Pires, Secretário Nacional de Justiça; Lourdes Barreto, do Grupo de Trabalho com Prostitutas em Belém do Pará; Jair Meneguelli, Presidente do Conselho Nacional do Sesi e ex-Presidente da Central Única dos Trabalhadores, da qual eu tive orgulho de ser Secretário-Geral na época da sua fundação; Karina Figueiredo, Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

Antes de formatar a Mesa – os convidados estão chegando, e há uma testemunha que está se deslocando, com segurança, para esta atividade, pelas informações que me chegaram da assessoria da Senadora Marinor Brito –, vou fazer uma breve introdução sobre o tema, para que o Brasil, que está nos assistindo pela TV Senado pelos canais disponíveis, entenda um pouco desta audiência pública e por que vamos dialogar aqui com os nossos convidados sobre um tema tão importante para os direitos humanos.

Enfim, hoje, a Comissão de Direitos Humanos e Legislativa Participativa traz ao debate o tema que leva como título o Dia Internacional contra a Exploração Sexual e o Tráfico de Mulheres e Crianças. A data é celebrada em todo o mundo há doze anos. Desde então, 23 de setembro tornou-se marco no combate aos crimes sexuais e ao comércio e abuso contra mulheres e crianças.

A escolha do dia 23 de setembro como o Dia Internacional contra a Exploração Sexual e o Tráfico dessa importante parcela da população mundial foi feita em 1999, durante a Conferência Mundial de Coligação contra o Tráfico de Mulheres – meninos e meninas –, realizada em Bangladesh.

O Dia Internacional contra a Exploração Sexual e o Tráfico de Mulheres e Crianças está diretamente ligado à chamada Lei Palácios, a primeira legislação do mundo a definir as diretrizes sobre o tema, que fere os

princípios básicos dos direitos humanos, da dignidade da pessoa humana, dos direitos democráticos de mulheres e crianças, da liberdade, enfim, do direito à vida. Foi criada na Argentina, em 1913, e também entrou em vigor no dia 23 de setembro. Determina punição severa àqueles que promovam ou facilitem a prostituição e as práticas corruptas que envolvam menores de idade. É modelo para muitos países.

A escolha do Dia Internacional contra a Exploração Sexual e o Tráfico de Mulheres e Crianças também foi feita com base nos princípios e importância fundamental da citada lei.

Enfim, segundo o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes, estima-se que, a cada ano, 2,5 milhões de indivíduos são vítimas de tráfico humano em todo o mundo; 79% dos casos de exploração sexual constatados são de mulheres e meninas, um número significativo que precisa, com certeza, ser eliminado.

O dado é que o mercado do sexo envolve também homens em uma porcentagem menor do que a das mulheres, mas também com uma grande gravidade.

Outra informação que merece destaque é que crianças e adolescentes que movimentam o mercado da exploração sexual estão na faixa etária entre 12 e 18 anos. A maioria delas são negras que migram para regiões outras, buscando os grandes centros, vindo, naturalmente, do interior do País e até se deslocando entre nações.

Os crimes que envolvem a exploração sexual e o tráfico de mulheres e crianças crescem, a cada dia, de maneira assustadora, e isso naturalmente preocupa todos os homens e as mulheres de bem do Planeta.

O Senado Federal, preocupado com a sua ação do tráfico de pessoas, instalou, no dia 27 de abril de 2011, com prazo até 15 de abril de 2012, a chamada Comissão Parlamentar de Inquérito com o objetivo não só de apurar, de forma aprofundada, as causas do tráfico de seres humanos, mas também de produzir propostas para a prevenção e fiscalização dessa forma de ilícito e de violação dos direitos humanos, que são, além do tráfico, a exploração sexual de crianças e adolescentes. Apresentará a CPI, no fim dos trabalhos, um documento à sociedade brasileira que será também encaminhado à Presidenta Dilma.

Integram a CPI, repito, os seguintes Senadores: Presidenta, Senadora Vanessa Grazziotin; Vice-Presidente, Senador Randolfe Rodrigues; relatora em exercício, Senadora Marinor Brito; e como membros da Comissão, Senador Cristovam Buarque, do PDT do Distrito Federal; Senador Ricardo Ferraço, do PMDB do Espírito Santo; João Alberto Souza, do PMDB do Maranhão; Lídice da Mata, do PSB da Bahia; Angela Portela, do PT de Roraima; Vanessa Grazziotin, do

PCdoB do Amazonas; Paulo Davim, do PV do Rio Grande do Norte; Waldemir Moka, do PMDB do Mato Grosso do Sul; Marinor Brito, do PSOL do Pará; e Randolfe Rodrigues, do PSOL do Amapá.

Com essa pequena introdução, nós vamos agora à nossa Mesa.

Eu convidaria aqui, com muito orgulho, não por ser amigo de longas jornadas que teve uma história, na minha avaliação, mas porque eu o conheço mais do que todos os outros que estão aqui, o Jair Meneguelli, que foi Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, Presidente da CUT, Deputado Federal, depois reeleito, mas ficou licenciado, porque assumiu, com muita competência, o Sesi. Jair Meneguelli, Presidente do Conselho Nacional do Sesi, seja bem-vindo! (*Palmas.*)

Ele está mais pontual do que no tempo das reuniões da CUT. Eu vinha do Rio Grande do Sul e ele morava em São Paulo e dizia: "Paim, 10 horas aqui". Eu chegava 10 horas, ele até chegava às 10 horas, mas dizia: "A nossa turma atrasou, vamos almoçar e iniciar às 14 horas". Isso acontecia, mas não era para eu contar aqui, porque nós dois ficamos bem na fita. Eu contei e a culpa é minha. Tu estás liberado para depois conversar sobre o tema se assim entender.

Além do Meneguelli, que está presente, eu convido também, já está presente conosco, a Coordenadora Geral Substituta do Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, Sr^a Deysiane Farias Pontes, que tem uma história tão bonita quanto qualquer um de nós. (*Palmas.*)

E convido também a Sr^a Daniele Corrêa Santa Catarina, Procuradora do Trabalho em representação ao Sr. Luís Antônio Camargo de Melo, Procurador Geral do Trabalho. (*Palmas.*)

Convido também a Dr^a Fernanda dos Anjos, Diretora do Departamento de Justiça, em representação do Sr. Paulo Abrão Pires, Secretário Nacional de Justiça.

Há mais dois ou três convidados, que, se chegarem, comporemos numa segunda Mesa.

Como já fiz uma introdução sobre o tema, nós vamos seguindo aqui com a lista dos convidados que vão fazer os painéis. Para que ninguém diga que não estavam aqui Senadores e Senadoras que estão inclusive na CPI, peço uma salva de palmas à Senadora Lídice da Mata. (*Palmas.*)

Senadora Lídice da Mata, V. Ex^a poderá usar a palavra no momento em que entender mais adequado. Sabem aqui os Senadores e Deputados Federais que, em todas as reuniões que eu faço, convidados ou não, porque aqui não precisa ser convidado para participar

dos debates, podem usar a palavra no momento que entenderem mais adequado.

Passarei, de imediato, a palavra, para falar sobre o tema com toda a liberdade, sobre o ponto que entender que deva aprofundar mais, à Dr^a Deysiane Farias Pontes, Coordenadora Geral Substituta do Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.

Todos os convidados terão dez minutos, prorrogáveis por mais cinco, mas, se for necessário, não tenho problema algum de conceder mais cinco, no limite, digamos, de vinte minutos. Depois os Senadores e Deputados que assim entenderem poderão fazer uso da palavra.

Dr^a Deysiane, por favor.

A SR^a DEYSIANE FARIAS PONTES – Bom dia a todos e a todas.

Gostaríamos primeiramente de agradecer o convite para participar desta audiência pública referente ao Dia Internacional contra a Exploração Sexual e Tráfico de Mulheres e Crianças, em nome da Secretaria de Direitos Humanos, da Ministra Maria do Rosário; em nome da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Secretária Nacional Carmen de Oliveira; e da Coordenação do Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.

Aqui a gente tem só algumas das informações que consideramos necessárias para iniciar o debate.

De acordo com os últimos dados do IBGE, a gente vê aqui que temos aproximadamente 190 milhões de brasileiros e uma população de 62 milhões de crianças e adolescentes. A informação relevante para a gente é que a matriz intersetorial elaborada em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos e a Universidade de Brasília, coordenada pela Prof. Dr^a Maria Lúcia, identificou 2.798 Municípios com casos de denúncia de exploração sexual. Essa pesquisa foi feita tendo como fonte a base de dados do Disque 100, que fica também na estrutura da Secretaria de Direitos Humanos, e uma pesquisa muito importante: o mapeamento da Polícia Rodoviária Federal, que identificou 1.820 pontos vulneráveis nas rodovias brasileiras.

Fazendo aqui uma rápida explanação da atuação do programa, a gente tem algumas ações. A primeira que a gente está vendo é de sensibilização e mobilização. O programa coordena a campanha de carnaval diretamente – vocês já devem ter visto – e o Comitê Nacional, através da Karina Oliveira, que estaria aqui com a gente, mobiliza a campanha do 18 de maio, Dia Nacional contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Temos também aqui a Comissão Intersectorial, que é uma das ações apoiadas pelo programa, que foi instituída por um decreto presidencial. Desde 2003, a política formulada de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes é coordenada pela Secretaria, mas tem a participação de vários Ministérios, como o Ministério da Saúde, MEC, MDS e também sociedade civil.

Uma das ações também do programa é o enfrentamento da pornografia infantil na Internet, em parceria com a SaferNet.

Temos também uma campanha que envolve o setor produtivo brasileiro, lançada agora em 2010 e que começou com quatro empresas-piloto, mas já tem 130 empresas participantes que assinaram essa declaração corporativa de enfrentamento à exploração sexual nas suas empresas e nas suas cadeias produtivas.

Há aqui uma parte das campanhas sobre as quais falei rapidamente. Vocês podem visualizar aí logo abaixo a campanha contra a exploração sexual de crianças e adolescentes no setor empresarial – essa daí do guindaste. Tem material divulgando o Disque 100, campanha de carnaval, 18 de maio, só para a gente ver alguns exemplos das mobilizações.

Aqui a gente considerou as nossas ações que têm a ver com exploração sexual e com o enfrentamento do tráfico de pessoas para fins de exploração sexual.

Pode passar.

Vou começar a falar pelo PAIR – Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Essa é uma das ações do PNVESCA, programa do qual estou na coordenação como substituta. Na verdade, é uma estratégia de articulação e fortalecimento da rede de enfrentamento e proteção a crianças e adolescentes, foi implantada em 2002, teve uma recomendação do TCU em 2003. De seis Municípios-piloto, a gente, hoje em dia, já está com a implantação do PAIR em 548 Municípios.

O PAIR basicamente articula a rede, faz um diagnóstico situacional desta, do Município ou do Estado, constrói um plano operativo local de enfrentamento à violência sexual, articulando sociedade civil e gestores, cada um com suas obrigações, e aí tem capacitação da rede e monitoramento.

Outro traço importante do PAIR é uma cooperação entre o BID, a Secretaria de Direitos Humanos, e a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, que estão executando o PAIR Mercosul.

A metodologia do PAIR ela está sendo disseminada no Paraguai, Uruguai, Argentina e alguns municípios de fronteira do Brasil. Ao todo são 15 cidades gêmeas participantes.

Temos aqui também algumas ações inovadoras que a gente chama de disseminação de boas práticas. Essas ações inovadoras apoiadas pelo programa têm vários eixos, como atendimento ao agressor, participação de adolescentes, raças, etnias e uma delas é o enfrentamento ao tráfico.

Aqui a gente pode citar dois projetos estratégicos que a gente tem um com a Asbrad de São Paulo, uma associação que criou e atualmente se tornou política pública – os postos de atendimento em aeroportos. Então, com a gente, eles estão desenvolvendo um projeto que vai para essas cidades que a gente está vendo aqui, cidades de fronteira: Assis Brasil, Cárceres, Guajará-Mirim, Pacaraima, São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga e Uruguaiana. Nessas cidades eles estão fazendo diagnóstico também da rede e estão capacitando a rede local.

Outro importante projeto que a gente apoia é o do Instituto Aliança que vai pela disseminação da metodologia...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Dr^a, me permita só um pequeno aparte?

Eu queria convidar a Senadora Lídice de Mata, em nome da CPI, representando a CPI, que sentasse aqui à Mesa para, inclusive me ajudar na mediação dos trabalhos.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Senador, eu ficarei daqui a um segundo, porque eu tenho que dar presença na CPI do Ecad. Acabei de ser chamada para isso. Logo após...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Depois voltará, com certeza.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ok.

A SR^a DEYSIANE FARIAS PONTES – A gente também tem participação, a Secretaria de Direitos Humanos, no GT, que está elaborando junto com essas instituições, também tem mais instituições que participam do GT que está elaborando do segundo plano de enfrentamento ao tráfico.

O apoio ao comitê, que a gente considera que é fundamental. A gente tem o apoio a comitês municipal, estadual e nacional, e o comitê nacional é desde 2006, até agora a gente teve de certa forma atuação nas 27 unidades federativas, seja com apoio aos comitês estaduais ou ao comitê nacional que normalmente faz projetos de abrangência nacional. E a importância dos comitês para a articulação dessas redes e mobilização da sociedade civil em geral para o enfrentamento ao tráfico e a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Outra ação importante que a gente tem que destacar aqui da Secretaria é o Disk Direitos Humano, que é nacionalmente conhecido como Disk100, que, em dezembro de 2010, ele passou efetivamente para a estrutura do governo através do Disk Direitos Humanos, e passou a funcionar 24 horas com um maior número de atendentes e a ampliação de toda a estrutura. Funciona em território nacional, e só para a gente ter uma ideia o Disk100 que era só módulo criança e adolescente também passou a ter outros módulos: idoso, LGBT e pessoa com deficiência. A gente tinha em torno de 85 denúncias por dia, antes da efetivação do Disk Direitos Humano, só o Disk100, e agora a gente tem 250 denúncias a média diária. Além do número Disk100, vocês podem ver aí que denúncias podem ser feitas através do endereço eletrônico diskdenuncia@sdh.gov.br ou denúncia de pornografia infantil na Internet através do www.disk100.gov.br.

Aqui mais dados do Disk100, só para a gente ver a capilaridade dessa política, ele já foi acesso por 89% dos Municípios brasileiros. É especificamente sobre tráfico de crianças e adolescentes e, no total de denúncias recebidas pelo Disk100, a gente tem um total de 0,56% de denúncias de tráfico.

E em relação ao sexo das vítimas, a relação fica bem parecida. De exploração sexual a gente tem 82% das denúncias são de meninas; de tráfico, 81% são meninas e 19% são meninos.

E aqui deixar os contatos e endereços para quem quiser mais informações, o site da Secretaria do Disk100, do Observatório Nacional da Criança e do Adolescente, do PAIR, do PAIR Mercosul, da Campanha Empresas Contra Exploração e aqui os contatos das redes sociais.

Obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Essa foi a Dr^a Deysiane Farias Pontes, Coordenadora Geral do Programa Nacional do Enfrentamento da Violência Contra Criança e Adolescente, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

Passamos de imediato à Dr^a Daniele Corrêa Santa Catarina, Procuradora do Trabalho em representação ao Sr. Luís Antonio Camargo de Melo, Procurador Geral do Trabalho.

A SR^a DANIELE CORRÊA – Bom dia a todos! Em primeiro lugar gostaria de cumprimentar o Senador Paulo Paim, agradecer o convite em nome do Ministério Público do Trabalho e justificar a ausência do Procurador Geral do Trabalho que está em viagem fora de Brasília e, por isso não se fez presente.

Bom, vou tentar... Acho que não vou conseguir ser tão breve porque eu preparei uma análise também

um pouco das causas históricas, mas vou falar muito brevemente de por que a mulher é realmente o foco principal da exploração sexual e do tráfico de seres humanos, para poder, ao final propor algumas medidas que eu entendo cabíveis para realmente combater o tráfico de seres humanos e de mulheres e crianças.

Bom, como já ressaltado, o tráfico de seres humanos é uma das principais fontes do crime organizado, somente perdendo para o tráfico de armas e de drogas chegando a movimentar mais US\$32 bilhões por ano. Então, é uma atividade muito lucrativa para aqueles que se dedicam a isso. O tráfico ocorre não somente para motivos de exploração sexual, mas também para a adoção de crianças, para remoção de órgãos e também para submissão a condições degradantes de trabalho e de servidão.

Segundo dados da OIT, do tráfico de seres humanos, 98% do tráfico é de mulheres e não de homens – então, mulheres e meninas. Então, por que as mulheres efetivamente são as principais vítimas desse crime? Bom, eu gostaria de citar rapidamente cinco fatores gerais e um fator específico:

1º) A questão da pobreza, as pesquisas demonstram que geralmente as mulheres que são traficadas vêm de países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento ou de regiões de pobreza/extrema pobreza;

2º) A questão da falta de emprego e da discriminação que essas mulheres são vítimas nos seus Estados de origem, a falta de educação e informação, que é uma medida que o Poder Executivo deve se ater para que o tráfico seja combatido também, porque muitas vezes as pessoas elas não tem conhecimento do que de fato vai acontecer principalmente no tráfico internacional e acabam sendo submetidas a essa situação.

Além disso, com relação às questões históricas, essa questão do gênero, por quê? Claro que nós já evoluímos muito, mas ainda nós temos resquícios de uma sociedade patriarcal da divisão entre o público e o privado, da divisão sexual do trabalho em que homem ocupa espaço valorizado público e a mulher ocuparia um espaço privado e menos valorizado. Inclusive, na divisão sexual do trabalho, nós temos que algumas funções que são tipicamente femininas como, por exemplo, de cozinheira, quando ela passa a ser desenvolvida pelo homem, ela já tem um patamar diferenciado – ele não é cozinheiro, ele é um *chef* de cozinha? Então, nós temos toda essa diferenciação e nós não nos damos conta de que isso influencia muito nos nossos problemas atuais.

Então, essa divisão sexual do trabalho, a questão hoje está um pouco diferente – por exemplo, no Ministério Público do Trabalho nós temos mais mulheres que homens. Mas, há até pouco tempo, e ainda o Ministério

Público do Trabalho investiga a questão das ocupações de cargos de chefia só por homens, dos cargos mais bem pagos por homens e não por mulheres. Ai nós vamos investigar a questão da raça também, investigamos que empresas de asseio e conservação têm um índice imenso de negros. São questões que a gente realmente precisa discutir. E o outro fator é a questão do capitalismo, da transformação do ser humano em mero objeto, em coisa e da venda do ser humano.

Com relação à questão do tráfico de mulheres para exploração sexual, é importante relatar que ele ocorre muito semelhante ao que acontece com trabalho escravo. Por quê? Na verdade, essas mulheres que são traficadas, primeiro, são submetidas a condições degradantes de trabalho e a trabalhos forçados. Elas são submetidas também ao famoso barracão, ou seja, elas ficam devendo valores. Quando elas estão no Brasil já saem devendo valores das passagens aéreas. Aí, chegando lá, estão devendo os valores dos hotéis, valores que são utilizados para no caso de desempenhar a prostituição, como o local, toalhas, lençóis etc.

Então, elas ficam com aquela dívida. E nós sabemos que, se a pessoa é não esclarecida, essa dívida faz com que ela fique presa ao local, mesmo que não esteja com uma ameaça formal, com arma etc. Mas é uma ameaça velada.

E a questão de apreensão de documentos, que é muito importante também. Porque, principalmente, no tráfico para o exterior, a pessoa sem o passaporte não tem como fazer nada. Então, os passaportes são apreendidos, como ocorre aqui no Brasil. Os documentos são apreendidos e a pessoa fica limitada, além das ameaças que essa rede de tráfico utiliza. Porque a rede mantém pessoas tanto para o local que a mulher é enviada, tanto para o local de onde ela foi retirada. Aí eles ameaçam de morte, tanto a pessoa quanto a família. E utilizando inclusive aspectos religiosos, que as pesquisas demonstram.

Por exemplo, as mulheres brasileiras acreditam bastante em tarot. Então, levam uma pessoa que coloca tarot, búzios. E aquela pessoa diz: “Não, você não pode denunciar porque realmente vai acontecer uma coisa ruim. Não, você deve ficar mais um pouco”. Então, até esse tipo de coação ocorre.

Com relação ao conceito de tráfico de seres humanos, o Protocolo de Palermo traz o conceito no art. 3º, que prevê a necessidade do vício de consentimento, exceto para menores de 18 anos, que esse vício é presumido. Então, aqui eu faço um questionamento também, uma proposição até de alteração do texto do Protocolo de Palermo. Por quê? Porque, por exemplo, nós temos um caso de uma mulher, que sabe que vai desempenhar a prostituição e que tem

conhecimento das situações degradantes de trabalho a que vai ser submetida, porque soube pelos jornais ou porque uma amiga foi, e mesmo resolve ir com o claro conhecimento do que vai acontecer. Quer dizer, em tese, não teria um vício de consentimento, mas o tráfico está configurado. Por quê? Porque a ninguém é dado submeter alguém a uma condição degradante, a transformar aquela pessoa em coisa, em objeto. Então, há uma situação de vulnerabilidade ali que deve ser reconhecida. E não haveria um vício realmente formal do consentimento dela.

Com relação à faixa etária, aqui é importante ressaltar, até foi colocado aqui na exposição da colega, que com relação ao tráfico internacional, os índices mostram que a maioria não é de menores. Por quê? Certamente, por conta de uma atuação da Polícia Federal quando do embarque dessas pessoas. E, sim, mais de mulheres maiores de 18 anos. Agora, com relação ao interno, no País, aí nós temos um número maior.

A questão da ocupação também é importante. Por quê? Muitas pessoas falam: "Não, as mulheres que são traficadas já são profissionais do sexo". E as pesquisas demonstram que não, que têm profissionais do sexo, mas o dobro das profissionais do sexo são de estudantes. São cabeleireiras, profissionais liberais, corretoras de imóveis, pessoas que acabam acreditando numa proposta de melhoria de condição de vida, indo para uma situação e, lá chegando, não têm como sair. E o grau de instrução também, porque não são só pessoas com baixo grau de instrução. São pessoas com ensinos fundamental e médio completos que também são submetidas.

Com relação ao Protocolo de Palermo, eu falei dessa questão do consentimento, é importante ressaltar que o art. 2º da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas já prevê que o consentimento é irrelevante. Então, ele já traz um avanço muito importante nessa discussão.

Com relação à legislação brasileira, o art. 231 do Código Penal...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRª DANIELE CORRÊA SANTA CATARINA

– É o meu tempo? Já estou concluindo, agora vou fazer as proposições.

O art. 231 do Código Penal prevê o tráfico de seres humanos somente no caso de exploração sexual. Já houve uma evolução da legislação, que antes falava em mulheres. Agora fala em pessoas para exploração sexual. Mas nós temos de trabalhar com uma alteração da legislação para incluir todos os casos de exploração sexual.

Sabemos que tudo o que nós temos hoje não é suficiente para combater o tráfico de seres humanos

e a exploração sexual de crianças e adolescentes. Então, quais são as propostas que o Ministério Público do Trabalho traz? Primeiro, garantir todos os direitos dessas trabalhadoras. Por quê? O Tribunal Superior do Trabalho entende, da mesma forma que o jogo do bicho, que o contrato seria nulo, aí não dá nenhum direito a essas trabalhadoras. O que acontece? A rede de tráfico é mais uma vez beneficiada, se beneficia de sua própria torpeza. As pessoas são exploradas, trabalham, e ainda não recebem nada. Então, temos de reconhecer, mesmo sendo ilícito, nesse caso da exploração, que essas pessoas recebam os direitos trabalhistas que lhe são devidos.

Há a questão de uma penalização mais efetiva, também, por meio de alteração legislativa do tráfico como um todo, não só de mulheres, para a exploração sexual, mas do tráfico de seres humanos e da exploração sexual, com a alteração do art. 231 do Código Penal e a alteração do Protocolo de Palermo, como citei, bem como a questão da alteração das normas de imigração. Para o tráfico internacional de seres humanos essas normas de imigração restritivas facilitam. As pessoas querem entrar em um outro país e, como não têm como, acabam procurando pessoas que ajudam. Chegando lá, são submetidas prostituição e a todo tipo de exploração. Aí vem o papel do Ministério Público do Trabalho. Temos um papel tanto preventivo, com a realização de audiências públicas, palestras, seminários, como repressivo, com a abertura de procedimentos, ajuizamento de ações civis públicas, responsabilizando toda a cadeia. É fundamental responsabilizar toda a cadeia, com pedidos de dano moral individual, reversível a essas pessoas, e dano moral coletivo. Inclusive, há um projeto de lei a esse respeito no Congresso Nacional.

Para terminar, não podemos nos esquecer das garantias sociais e econômicas, com a criação de políticas públicas para essas pessoas, para a redução da pobreza, questão de projetos de geração de emprego e renda, uma atuação mais efetiva de sindicatos, de entidades e organizações não-governamentais. O acompanhamento, através de programas sociais, dessas pessoas que foram retiradas da prostituição e das crianças, principalmente, com apoio psicológico. Garantias culturais de educação, ensinando, desde a base, nas escolas públicas, os riscos a que essas pessoas estão submetidas.

A minha filha, com 8 anos, em sua escola, já estudou o Estatuto do Idoso, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o papel do Ministério Público. É importante que isso seja estendido às escolas públicas. E garantias políticas com o fortalecimento desse grupo discriminado. É preciso fazer uma passagem, como o

saudoso Herrera Flores falava, de uma ontologia da passividade, aquela inerte em que não fazemos nada, para uma ontologia da potência, em que podemos agir, temos de agir e que cada um deve fazer a sua parte.

Deixo a frase de José Saramago, só para terminar, em seu livro *Ensaio sobre a Cegueira*: “Penso que não cegamos, penso que estamos cegos, cegos que veem, cegos que, vendo, não veem.” Então, precisamos todos fazer nossa parte. Esta audiência pública já é um bom começo.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Essa foi a Dr^a Daniele Corrêa Santa Catarina, Procuradora do Trabalho, que aqui representou o Procurador-Geral do Trabalho, o Dr. Luís Antonio Camargo de Melo.

Neste momento, vamos passar a palavra à Senadora Lídice da Mata, já que S. Ex^a tem outra CPI que está acompanhando. A Senadora Lídice da Mata faz parte da CPI que combate o tráfico internacional de pessoas.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – PA) – Bom dia a todos os companheiros e companheiras, aqui majoritariamente todas as companheiras e alguns companheiros. Bom dia a todos da Mesa.

Quero saudar a iniciativa da Comissão que nesta audiência pública trata de um assunto tão relevante pela luta pelos direitos humanos em nosso País e no mundo.

O Dia Internacional contra a exploração sexual tem uma conotação especial em relação às mulheres. Obviamente que existe exploração sexual de mulheres e homens, mas ela é muito maior entre as mulheres e se situa na base de uma circunstância de discriminação de gênero, ou seja, em que o ser humano feminino, historicamente, no desenvolvimento da organização social no mundo, teve um papel diferenciado do homem, um papel que lhe foi, pouco a pouco, sendo de confinamento no espaço doméstico e de não pertencimento de sua própria existência. Ou seja, mesmo na nossa sociedade moderna, a organização das famílias se dá com a adoção de um nome que temos ao nascer, no caso do Brasil o do pai, que depois trocamos pelo nome do marido, o que no interior – sou do interior – é muito comum na diferenciação com que nos tratamos. Dando um exemplo de minha própria família, Margarida, de Aurélio, e Margarida, de Godinho, ou Maria, de João. Isso é muito comum no interior: para diferenciar uma pessoa da outra, se referir ao marido dela.

Então, histórica e culturalmente, a mulher, desde o seu nascimento, é vista como algo que não tem identidade própria, como um ser humano que vem cumprir um papel de pertencimento a alguém. Primeiro, ao seu próprio pai e, posteriormente, ao marido. Não é à toa

que, quando temos meninas nas ruas, elas são facilmente tocadas, porque o homem, aquele agente que se percebe como o poderoso, o dono, vendo uma menina na rua, que não é de ninguém, em tese, porque não tem o seu protetor familiar ali presente, pode ser dele, pode ser de qualquer um.

Então, o âmago da discussão sobre a exploração sexual, o tráfico de mulheres e crianças, e sempre estamos muito vinculadas às questões que dizem respeito à exploração da mulher, que está intrinsecamente vinculada à exploração de crianças, uma extensão do corpo da mulher, uma extensão das responsabilidades femininas ao longo da história da humanidade e, portanto, tão vulneráveis como ela. Apesar disso, de nos centrarmos na exploração sexual de mulheres e de crianças, apesar de também nos centrarmos no tráfico de mulheres e crianças, há um tráfico e uma exploração sexual também do sexo masculino, como já foi destacado aqui, e a CPI tem comprovado, quando tratamos do trabalho, por exemplo, e algumas vezes foi tratada essa relação aqui pela expositora, a Dr^a Daniele, sobre o tráfico de homens e mulheres para exploração de sua força de trabalho. Isso não é mais tão comum no Brasil, mas acontece, principalmente nas zonas de fronteira. Inclusive, diferentemente de outros momentos, hoje há o tráfico de pessoas de países vizinhos para trabalhar no Brasil como força escrava, como trabalho escravo. Claro que, quando citamos esses exemplos, eles não podem ser compreendidos como movimentos massivos. O Brasil de hoje, o desenvolvimento das relações jurídicas e sociais brasileiras faz com que esses crimes sejam crimes de minoria de pessoas, o que não quer dizer que não sejam tão graves e que não devam ser tão combatidos quanto se fossem massivamente, como já tivemos no passado.

Então, hoje, se não temos na sociedade atual colonizadores que entram nas tribos indígenas, como chegaram ao Brasil e a todos os países latino-americanos. Eles arrancavam da tribo, escravizavam, botavam para colher borracha ou para fazer qualquer outro tipo de trabalho de que a economia local necessitava. Ainda assim, as relações de trabalho no Brasil, em diversas regiões, conservam essa característica do trabalho escravo.

A CPI tem se relacionado mais, e vocês que trabalham com essa questão sabem que esse é um crime, Presidente, difícil de ser identificado – o tráfico de pessoas. Nós estamos sentindo isso à medida que vamos entrando nessa discussão e na investigação. E vou citar, para finalizar, um caso exemplar que aconteceu na Bahia, quando a Comissão esteve lá e ouviu os depoimentos.

É claro que, como já foi citado aqui, o tráfico para exploração sexual não acontece, na maioria das vezes, as pessoas dizendo ou sabendo que vão passar por muito sofrimento e vão ser exploradas no nível que são. Ele acontece com um envolvimento da vítima, uma sedução da vítima para um projeto de vida melhor. Ninguém vai dizendo: “Você vai ter uma vida pior do que a que você tem”. Porque está contra o instinto essencial do ser humano ir para uma situação pior. A não ser que a pessoa já tenha algum tipo de patologia e busque um caminho de sofrimento. Em geral, as pessoas são – e as mulheres, em particular, também, por circunstâncias históricas e culturais – mais vulneráveis a esse tipo de busca do paraíso ou de uma vida melhor através de situações em que elas se envolvem.

Eu vou contar, portanto, o caso dessa mulher que nós entrevistamos na Bahia. Nós ouvimos o seu depoimento, que não é o caso de exploração, mas de tráfico de crianças. Ela estava trabalhando numa barraca de praia de parentes seus; foi abordada por uma turista portuguesa. Essa pessoa foi frequentando aquele espaço e estabelecendo uma relação de amizade, de confiança, com aquela mulher, que estava grávida de em torno de seis meses. E vão se estabelecendo, portanto, certos laços de confiança entre ela e a mulher grávida, o que faz com que ela tenha informações a respeito da vida daquela mulher e se ofereça para batizar a sua filha quando ela nascer, estabelecendo uma relação de proteção com aquela menina – esse foi o depoimento da mãe.

A partir daí, a mãe tem a criança, ela já tinha outro filho. É envolvida. Ela diz que a moça desaparece algum tempo, depois volta, dizendo que tinha muito interesse em levá-las para Portugal, para que ela tivesse uma nova oportunidade de trabalho, pudesse sustentar em condições de vida mais dignas as suas duas filhas. Com esse envolvimento, a mãe vai a Portugal, fica lá. Segundo ela, no período que passa lá, na casa de uma amiga dessa pessoa, trabalha como doméstica sem nada receber, como pagamento da sua hospedagem naquela casa. Vai estabelecendo um contato ali. Pelo seu insistente contato com a filha que ficou no Brasil, a mulher a convence a voltar ao Brasil para pegar a outra filha. Ela faz isso, volta, pega a outra menina, volta para Portugal. E, no tempo em que volta para Portugal, já havia acabado o seu visto de turista. E a outra a convence de que ela deve voltar ao Brasil, embora ela tenha tentado lá algum tipo de documentação, não consegue, que ela possa voltar ao Brasil para conseguir a documentação necessária, visto de trabalho – que não é dado no país de origem mas sim no país de trabalho –, mas como ela não tinha muita informação, vem ao Brasil para buscar a documenta-

ção necessária para que ela pudesse se estabelecer trabalhando em Portugal. E quando aqui chega, tanto não consegue essa documentação quanto não consegue que a mulher lhe pague a passagem de volta para rever suas filhas.

Essa é a versão da mãe. E a partir daí ela começa a desenvolver uma campanha com amigos, denunciando que ela não quer ficar afastada de suas filhas, que ela precisa voltar para pegar suas filhas. Consegue denunciar no Ministério Público da Bahia; o Procurador assume essa luta, denuncia aqui no Ministério de Relações Exteriores, vai a Portugal, tem acesso à Corte portuguesa, começa a desenvolver uma batalha para levar essa moça até Portugal, consegue levá-la a Portugal, anos se passaram, uma de suas filhas que tinha sete anos já tem 12 hoje, a outra já tem cinco, a que era bebê quando foi para Portugal. E ela permanece nessa luta. Consegue ver uma das meninas, a pequenininha, a grande já não quer ver a mãe e ela permanece nessa luta.

A portuguesa utiliza o argumento de que ela lhe deu as crianças porque ela deixou um documento assinado quando veio ao Brasil, dizendo que enquanto ela estivesse fora, as meninas ficavam sob a responsabilidade daquela mulher portuguesa. E com base nesse documento, a portuguesa começa a desenvolver as tratativas para adotar essas crianças.

Eu vou sintetizar a história dizendo o seguinte. Quando você vai tentar caracterizar como crime, encontra diversas dificuldades. A mulher de Portugal diz que não, que ela não levou as crianças, que não foi dessa forma, que ela, na verdade, tinha autorização da mulher para ficar com as crianças, e até pagou por essas crianças.

Ora, independentemente da versão, o fato é que existem duas crianças brasileiras morando em outro país, sem nenhuma documentação, nenhuma documentação naquele país, portanto, ilegalmente no país, sem que tenham qualquer parentesco naquele país que permita à Justiça, por laços consanguíneos, determinar a guarda dessas crianças, e ainda assim essa situação persiste.

A senhora de Portugal já ganhou em duas instâncias na Justiça do seu país de origem, para ficar com a guarda das crianças. E a mãe brasileira continua travando essa batalha de denunciar, de buscar apoio. Recentemente, o Procurador Lidivaldo esteve no Ministério de Relações Exteriores, conseguiu pela primeira vez que o Ministério tivesse uma ação no sentido de questionar a Justiça portuguesa a respeito desse assunto. E essa mãe corre o risco objetivo de que mais uma instância de determinação da Justiça portuguesa faça com que ela perca a suas crianças.

Ora, ainda que admitíssemos que a versão da mulher portuguesa tenha alguma razão de ser, se ela tivesse realmente pago por essas crianças, quem está em contradição com a lei brasileira pelo menos é a portuguesa. Há uma lei que determina a forma de estrangeiro ou qualquer outro brasileiro pedir a adoção de uma criança no Brasil, e ela entra no Brasil sob o título do visto de turismo, leva, induz – sob qualquer título, mesmo que seja de pagamento – alguém a levar crianças (duas crianças e suas – da mãe) para fora do País e, ainda assim, há uma enorme dificuldade de se caracterizar o crime, de se determinar a repatriação, a volta dessas crianças para o Brasil, para que ela possa conviver com a mãe.

A senhora portuguesa muda suas versões. Disse primeiro isso e, depois, disse que uma das crianças sofria abuso de um tio. Mas não submeteu, em nenhum momento, essa criança a uma perícia, solicitada pelo advogado da mulher brasileira lá em Portugal, o que foi uma das conquistas, depois que o Ministério Público entrou com uma ação.

Argumenta que, na verdade, sua adoção significa a melhoria da condição de vida daquelas crianças que viviam de forma mais pobre no Brasil. Ou seja, há argumentos que, inclusive, de certa maneira atuam na cabeça da formação de opinião de alguns segmentos que acham que, realmente, é melhor que duas crianças, em vez de morarem na periferia da cidade de Salvador, no Estado da Bahia, ou em um Estado do Nordeste, em um país visto como pobre que “era o Brasil”, do que viver na Europa... Olha o peso da colonização cultural em nossas cabeças! Na Europa, em um país que nos colonizou e que, portanto, em princípio, é mais digno, é mais sério, é mais possível de essas meninas viverem melhor do que ao lado de sua própria mãe.

Então, eu creio que a discussão do tráfico de mulheres e de crianças, em especial, é revestida de tantos aspectos de dominação cultural de um pensamento que, muitas vezes, nos torna reféns dessa lógica e nos impede da caracterização do crime e da real possibilidade de combatê-lo.

Creio que a Comissão, ao fazer, portanto, este debate de hoje, ela busca a revelação dessa situação para a opinião pública, para o País que a assiste e já tem cadeira cativa na Comissão de Direitos Humanos, presidida pelo valoroso Senador Paulo Paim. Ela faz com que a sociedade e a política tomem conhecimento dessas dificuldades, desses fatos, da necessidade de atuarmos mais diretamente investigando e colaborando para que esses crimes possam ser efetivamente superados.

Então, eu quero dar este testemunho aqui. Nós paramos durante 15 dias em função de alguns proble-

mas, inclusive de saúde de membros da Comissão, da Relatora de nosso trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Que está hoje no Pará em uma missão...

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Que está no Pará, hoje, em uma missão justamente relacionada com a exploração sexual de meninas, de uma jovem de 16 anos. Portanto, não pôde estar aqui. E no próximo mês de outubro, nós estaremos em São Paulo para fazer, também lá, a investigação da denúncia do tráfico de pessoas, especialmente de mulheres.

Estivemos na Bahia, estivemos em Manaus, estivemos em Belém, no Rio de Janeiro. Em todas essas cidades, ouvimos casos de pessoas que denunciam o tráfico: o tráfico para exploração sexual, o tráfico para trabalho escravo, o tráfico de crianças. E hoje ainda há um tráfico que nos assusta mais ainda – e já há denúncias, embora com mais dificuldades de se apreender ou de um testemunho mais forte – que é o tráfico para fins de doação de órgãos. Então, todas essas questões fazem parte – eu diria – de um submundo de exploração do corpo humano e nós precisamos ter uma posição muito decididamente de confronto para que nós possamos superar essas mazelas contra os seres humanos em nosso País e no mundo. Sem dúvida nenhuma, se desenvolvem com mais força em uma sociedade onde o ser, acima de tudo, é a palavra-chave e não o ser.

Então, nós precisamos, nessa contracorrente também, mudar valores que estão sendo incensados e estão sendo abusivamente estimulados na sociedade atual.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esta foi a Senadora Lídice da Mata. Eu quero aqui destacar que esta audiência pública foi uma provocação positiva – e a Comissão se sentiu até homenageada – da própria CPI.

A Senadora Marinor encaminhou requerimento e nós aprovamos para que houvesse este debate no dia de hoje sobre o Dia Internacional para a Exploração Sexual do Tráfico de Mulheres e Crianças, o que tem tudo a ver também com a CPI que cuida do enfrentamento ao tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil.

Parabéns, Senadora Lídice da Mata.

Quero registrar a presença conosco do Senador Wellington Dias e da Senadora Ana Rita, ambos membros desta Comissão. A Senadora Ana Rita é Vice-Presidente desta Comissão, e o Senador Wellington Dias preside a Subcomissão nessa Comissão de Erradicação da Pobreza. (*Palmas.*)

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Eu não uso mais este termo: combate, porque senão os pobres dizem que eu os estou querendo matar todos. (*Risos.*)

Meus parabéns também pela audiência. Eu queria até aproveitar e registrar que a Senadora Marinor, pelo visto, está representando a Comissão em Belém. Ontem, estive aqui com a ex-governadora Ana Júlia, que foi também Senadora, e ela relatava a situação gravíssima em que essa garota teria sido, na verdade, seqüestrada – pois não nenhum mandato de prisão, não havia nenhum flagrante, enfim –, conduzida para dentro de um presídio e ali estuprada. Então, é algo que precisa ter todo acompanhamento desta Comissão. Uma situação como essa envergonha o Brasil inteiro. Não é um problema restrito ao Estado do Pará. Eu acho que é aquilo que fere a dignidade de uma mulher e, enfim, ainda mais feita com tanta brutalidade, com tanta violência, com tanta covardia e com o uso do poder público, o poder estadual – é bom que se diga –, porque há, na verdade, nesse caso o policiamento estadual.

Eu gostaria de fazer este registro aqui. Ela pediu que eu o pudesse fazer aqui nesta Comissão.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Perfeito. Muito bem, Senador Wellington Dias. Nós havíamos, no início, comentado rapidamente. V. Ex^a agora aprofundou e a Senadora Lídice da Mata também fazia uma consideração. Ela não está aqui porque está em uma missão em nome da Comissão de Direitos Humanos. Nós aprovamos o requerimento para que ela estivesse lá hoje. Ela até tentaria que outros Senadores a acompanhassem. Enfim, ela está lá fazendo esse movimento em nome de nossa Comissão.

Vou passar a palavra agora à Diretora do Departamento Consular e de Brasileiros no Exterior, que representa aqui o Ministro Antonio de Aguiar Patriota, do Ministério das Relações Exteriores, Sr^a Luíza Lopes.

Nós íamos, na verdade, fazer duas Mesas – nós havíamos combinado isso. Mas houve depois um entendimento, por parte dos assessores, para que fizéssemos somente uma Mesa. De minha parte, não há problema nenhum. É que é praxe, aqui na Comissão, fazermos sempre duas Mesas. Parece-me que teve uma assessoria que achou melhor fazer uma Mesa só e eu me submeto ao Plenário: então, faremos uma Mesa só.

Então, vamos lá. Está com a palavra a Dr^a Luíza Lopes.

A SR^a LUÍZA LOPES – Muito obrigada. Bom dia a todos e a todas; Srs. Parlamentares.

É uma satisfação estar aqui hoje representando o Itamaraty para discutir este assunto. Nós, no Ministé-

rio, temos a enorme satisfação de fazer parte da rede de enfrentamento do tráfico. Nós trabalhamos regularmente, há vários anos, em estreita parceria com o Ministério da Justiça. Temos tido muito contato com a Sr^a Fernanda dos Anjos, Ricardo Lins, com a Secretaria de Política para as Mulheres, especialmente a Dr^a Aparecida Gonçalves e Clarissa Carvalho e a Polícia Federal, especialmente direitos humanos.

O assunto tem uma vertente externa óbvia.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SR^a LUÍZA LOPES – Já?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está começando agora.

A SR^a LUÍZA LOPES – O assunto tem uma vertente externa e, por isso, três áreas diferentes do Itamaraty se ocupam, cada qual com um viés diferente. Nós temos uma área que cuida das negociações internacionais e que foi responsável por coordenar a participação brasileira da negociação do Protocolo de Palermo, especificamente no tocante ao tráfico de pessoas. Há uma outra área que cuida de temas sociais e à nossa área, que é a área consular do Itamaraty, cabe especificamente prestar assistência aos brasileiros no exterior, como as vítimas, que em grande medida passam as maiores dificuldades dessa experiência quando estão no exterior. Nós sabemos que nosso papel é estratégico e, por isso, temos trabalhado há anos com esses órgãos.

Apesar de hoje o tema ser o debate sobre o Dia Internacional contra a Exploração Sexual, a nossa unidade não está envolvida nesse evento. Então, vou concentrar uma pincelada na nossa atuação internacional, na expectativa que sirva como elementos e subsídios para o tema principal da nossa palestra.

Bem, conscientes de que esse aspecto da presença brasileira no exterior tem muito pouca visibilidade para nossa rede consular, já que as vítimas raramente aparecem ao consulado e pedem ajuda. Elas estão numa situação de confinamento, semiconfinamento, ou, pelo menos, elas preferem não se identificar como vítimas. No ano passado, decidimos organizar uma missão de trabalho aos países onde nós sabemos – com base em dados da Polícia Federal e da Interpol – que são aqueles onde nós temos o maior número de nacionais brasileiros na Europa nessa situação de tráfico.

Então, nós convidamos representantes do MJ e da Secretaria de Políticas para Mulheres e fizemos missão que está aqui já no nosso PowerPoint, de mapeamento da situação do tráfico para Suíça e Holanda.

Nós fizemos visitas a Zurique, Genebra, Lausanne, Amsterdã. Em cada uma delas, nossa atuação, nosso trabalho foi mapear, descobrir o que realmente

está acontecendo, onde estão os brasileiros e como chegar a eles. Então, nós tivemos reuniões de trabalho, a mais importante de todas com lideranças da comunidade brasileira, pessoas que nós sabemos que têm acesso a essas moças, como cabeleireiras, manicures, pastores, advogados, notários públicos, pessoas que em algum momento são contactadas ou prestam serviços para essas pessoas. Tivemos reuniões, com ONGs, órgãos de assistência, órgãos locais, suíços ou holandeses e também com entidades dos dois governos, no caso da Suíça, de vários cantões.

Em Lausanne, nós tivemos a satisfação de conseguir reunir numa mesa redonda grupo de profissionais do sexo e delas nós ouvimos em primeira mão informações sobre a experiência de cada uma. Nós conseguimos trabalhar num ambiente de surpreendente abertura e confiança, um ambiente muito amigável e pudemos ouvir delas, pouco a pouco, o relato da experiência de como chegam no exterior, como são recrutadas no Brasil, quanto tempo passam em confinamento, como é a experiência de sair do confinamento e de procurar, então, montar sua vida, uma vez livres das dívidas e dos traficantes, dos donos de clubes.

Com base... Bem, foi uma experiência para nós importantíssima. Os nossos colegas do MJ, Secretaria Nacional de Justiça, DPF, Secretaria de Mulheres, adido policial, todos participaram intensamente. Aqui, por exemplo, temos fotos de reuniões em Zurique, com, do lado esquerdo, órgãos do Governo do Cantão de Zurique e do lado direito com lideranças da comunidade brasileira.

Como resultado dessa missão, saímos com uma visão muito mais clara da situação. Fizemos um relatório de cerca de 20 páginas sobre a situação, mapeamos os órgãos de assistência, os abrigos e, como resultado de tudo isso, além do conhecimento que nós obtivemos, nós montamos uma rede local de assistência em torno do Consulado no entendimento pragmático de que as vítimas dificilmente virão até o agente consular. Então, a ideia da rede é de que qualquer integrante de ONGs, associações, lideranças brasileiras terão o mesmo pacote de informações e orientações para dar para que qualquer pessoa esteja habilitada a prestar auxílio e orientar.

Foi uma experiência, na nossa avaliação, muito bem-sucedida e nós a repetimos em setembro do ano passado em Portugal e Espanha. Nós sabemos que Espanha é o pivô, é o local onde nós temos uma situação mais dramática de brasileiras.

Novamente, nós montamos a nossa missão. Fomos a Lisboa, Porto, Vigo, Madrid e Barcelona. Também uma agenda intensíssima, viajando à noite, tendo reuniões ao longo do dia. Tivemos resultados igualmente

satisfatórios. Nós mapeamos e descobrimos que em Portugal a situação é bem diferente. Os problemas de confinamento são menos dramáticos, embora haja situação de violência, exploração laboral e muito trânsito das moças entre as cidades. Na Espanha, demonstramos que elas são mantidas em circuitos, elas são levadas mudando praça – como elas chamam – de cidade para cidade, nunca lhes dando a oportunidade de se radicarem numa cidade, num local e descobrirem que na Espanha há caminhos para a regularização migratória, mediante o que eles chamam de empadronamento. Ou seja, as moças são mantidas numa espécie de uma bolha, circulando de cidade em cidade, como se fosse um Cirque du Soleil, indo 15 dias para cada lugar. Então, elas estão sempre ali, vulneráveis, sem conhecimento, sem estabelecer relacionamentos, amizades e conhecimentos sobre a realidade local.

Também montamos uma rede de órgãos, entidades de resistência, lideranças brasileiras. Aqui, nós temos fotografias das nossas reuniões em Barcelona.

Um dos resultados dessas nossas missões foi descobrir que muitas dessas vítimas voltam para o Brasil anonimamente, ninguém sabe quando elas chegam no aeroporto que elas são vítimas. São moças, são rapazes normais, vestidos como qualquer brasileiro, não são identificados. Então, ao chegarem ao Brasil eles estão entregues à própria sorte.

Além de todo o trabalho de assistência, o grande desafio que nós temos no exterior, nós temos um desafio igualmente grande de auxiliá-los no retorno ao Brasil. Que assistência nós vamos dar para reconstruírem sua vida no Brasil?

Então, nós novamente, com essa parceria valiosíssima, elaboramos o Guia do Retorno ao Brasil, que é uma compilação de serviços, órgãos e projetos que passo à Mesa para conhecimento, disponíveis no Brasil, como Centros de Referência Psicossocial, do Ministério do Desenvolvimento Social; os Centros de Atenção, da Secretaria de Políticas para as Mulheres; projetos para volta à escola; projetos de capacitação para novos ofícios. Enfim, tudo que nós pudemos recolher. Esse material vem sendo distribuído no exterior para brasileiros que têm intenção de retornar, especificamente em situação de vulnerabilidade. Esse é o nosso público-alvo e, nesse público, as vítimas de tráfico são um segmento muito importante.

Outra ação que nós desenvolvemos também...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Doutora, permita-me só um aparte. Depois o tempo eu descontarei, está interessante sua palestra.

Neste momento, a Senadora Lídice da Mata vai ter que se retirar, porque ela tem que ir para uma outra CPI.

Ao mesmo tempo – aí nós daremos uma salva de palmas – eu já convido para a Mesa, no lugar da Senadora, havíamos combinado, mãe de uma moça que foi traficada para a França e submetida a condições sub-humanas, tornando-se usuária de drogas. Ela conseguiu fugir, mas atualmente está com problemas mentais.

Eu convidaria a Sr^a Maria Andrade de Miranda para vir à Mesa – uma salva de palmas –, para que ela faça o relato. (*Palmas.*)

Aproveito o momento para registrar a presença do Senador Eduardo Amorim, sempre presente nesta Comissão. (*Palmas.*)

Neste momento, na sequência da Mesa, vou passar a palavra à Dona Maria, para que ela encerre, na visão dos painelistas, para que os Senadores possam falar.

Neste momento, a palavra está com a Dr^a Fernanda dos Anjos, Diretora do Departamento de Justiça, em representação ao Sr. Paulo de Abrão Pires, Secretário Nacional de Justiça.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – S) – Senador, desculpe-me. Acho que a Luíza não terminou. Ela precisa concluir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Por isso que V. Ex^a é minha Vice-Presidenta. Não precisa ninguém mais falar. Organizou os trabalhos novamente.

A Senadora Ana Rita é minha Vice-Presidente. Quando ela percebe que o Presidente deu uma escorregada, ela vem em socorro.

A palavra volta a V. S^a.

A SR^a LUÍZA LOPES – Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Fique tranquila. Você terá o tempo disponível.

A SR^a LUÍZA LOPES – Já estou na metade das ações que o Itamaraty está adotando no exterior, no entendimento de que há uma demanda muito grande lá fora.

A Ação 4 foi resultado de uma constatação que nós fizemos ao longo dessas missões: capacitação de agentes, funcionários e, muito importante, não só agentes consulares, mas lideranças da comunidade brasileira, porque, ao se prontificarem para fazer todo esse trabalho de assistência, eles pediram que nós os municássemos de informações, para que eles pudessem ser os multiplicadores.

Então, em novembro do ano passado, nós nos organizamos novamente e levamos colegas do Ministério da Justiça, da Polícia Federal, da Secretaria Nacional de Justiça e da Secretaria para as Mulheres a Zurique e a Barcelona, onde nós encontramos as comunidades brasileiras mais organizadas e mais interessadas no

assunto. Fizemos um curso de capacitação, o primeiro, que foi uma experiência muito interessante e que terá de ser replicada em formatos que nos permitam capacitar o maior número de pessoas. Foram projetos-piloto em que tivemos uma ótima reação das pessoas que deles participaram.

Ação 5: nós recebemos visitas, tivemos reuniões com a Secretaria Nacional de Justiça ao longo do ano passado e, com base nisso, estabelecemos um fluxo de troca de informações. O que significa isso? Os nossos consulados mundo afora recebem informações o tempo todo sobre desbaratamento de quadrilhas, sobre brasileiros que se apresentam e que estão dispostos a compartilhar a experiência da ida para o exterior, do tráfico, e, desde o ano passado, passamos a enviar à Secretaria Nacional de Justiça todas essas informações de forma sistemática, de forma que eles possam montar um mapa de como está indo o tráfico. É um trabalho muito interessante.

Quando nós visitamos o observatório do tráfico em Lisboa, a Secretaria Nacional de Justiça comentou que estava envolvida em projeto semelhante e, com base nos poucos casos que nós vamos desbaratando – sabendo que é muito difícil obter o consentimento da vítima para denunciar o traficante, pelo medo de retaliação que eles têm no Brasil, não no exterior, com a família aqui no Brasil – com esses poucos, nós vamos vendo pontos do *iceberg*, que nós vamos juntando.

Então, a partir de agora, a SNJ recebe informações e consegue ir desenhando no seu mapa todas as redes que nós vamos identificando espalhadas mundo afora.

Ação 6: redes de apoio no exterior. Como mencionei, hoje em dia, temos redes montadas em torno dos Consulados em Porto, Lisboa, Madri, Barcelona, Zurique, Genebra e Amsterdã. Nós temos um círculo de voluntários, de pessoas da comunidade, de ONGs que estão trabalhando conosco em caráter permanente.

A Ação 7 é a participação do Itamaraty no esforço para a internacionalização do Disque 180. Esse é um projeto da Secretaria de Política para Mulheres, Polícia Federal e Itamaraty.

(*O Sr. Presidente faz soar a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. S^a tem mais cinco minutos.

A SR^a LUÍZA LOPES – Pois não.

E, daqui a algumas semanas, ofereceremos aos brasileiros no exterior, em três postos, em três países-pilotos, a oportunidade de ligar gratuitamente para o Brasil. Eu não vou poder me estender sobre esse tema.

Ação 8: também é uma ação da Secretaria Nacional de Justiça na qual o Itamaraty está envolvido da seguinte maneira: nós estamos em pleno proces-

so de consulta pública para elaboração do II Plano de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, e o Itamaraty, com a aquiescência dos demais membros do Grupo Interministerial de Trabalho, está fazendo plenárias públicas no exterior. É a primeira vez que nós damos aos brasileiros no exterior a possibilidade, a oportunidade de participar desse debate. Os nossos consulados nos países onde há o fenômeno do tráfico estão organizando plenárias públicas, e temos tido uma experiência surpreendente, com boas ideias e debates, porque os brasileiros no exterior também são parceiros no combate a esse problema.

Aqui temos fotografias, como exemplo, da plenária que nós tivemos em Roterdã, na Holanda, há poucos dias. Para os brasileiros que moram lá é uma grande surpresa, porque eles nunca foram convidados para participar desse tipo de iniciativa.

Bem, são oito ações em curso. Eu apenas mencionaria, muito rapidamente, que há outras ações do Itamaraty. Nós temos participado de todos os grupos para elaboração tanto da Política como do Plano Nacional de Enfrentamento. Nós somos parte dessa rede. Agora, nós estamos empenhados em organizar um curso de capacitação de agentes consulares a distância; estamos trabalhando com a Secretaria de Políticas para as Mulheres para montar um tipo de telecurso que possamos mandar para toda a rede consular nos países onde há incidência de tráfico; e, muito importante, em novembro vamos organizar a Semana do Trabalhador na Guiana Francesa, e um dos aspectos, das informações que vamos levar é o combate à violência contra a mulher.

Falamos aqui de mulheres naquela região, e haverá representantes da Secretaria de Políticas para as Mulheres, fazendo pequenas mesas redondas e dando atendimento às mulheres que trabalham nos garimpos e que, em muitos casos, não todos, são também vítimas do tráfico de pessoas.

Bem, não quero exceder meu tempo.

Agradeço a presença de todos e a oportunidade de compartilhar essas ações.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos a Dr^a Luíza Lopes, Diretora do Departamento Consular e de Brasileiros no Exterior, que aqui representou o Ministro Antonio de Aguiar Patriota, do Ministério das Relações Exteriores, pela sua bela exposição.

Neste momento, passo a palavra a Dr^a Fernanda dos Anjos, Diretora do Departamento de Justiça, em representação ao Sr. Paulo Abrão Pires, Secretário Nacional de Justiça.

Depois, encerrará o Jair Meneguelli.

Informo a todos que a nossa convidada – vocês perceberam que eu, inclusive, retirei a plaquinha dela da mesa –, por motivo de segurança, pediu-nos que não citássemos nem o seu nome nem o nome da filha. Então, sempre vamos nos dirigir a ela como nossa convidada.

Dr^a Fernanda, com a palavra.

A SR^a FERNANDA DOS ANJOS – Muito obrigada, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Senador Paulo Paim, e todos os Senadores presentes. Cumprimento os meus colegas de Ministério à Mesa, a Ministra Luíza, a Deysiane, a Presidente do Conselho Nacional do Sesi, e demais colegas de Ministérios presentes.

Gostaria, inicialmente, de saudar essa iniciativa, não só por esta semana muito importante, em que diversas atividades estão sendo organizadas em todo o País, visando exatamente a demonstrar e alertar a sociedade brasileira sobre o tema da exploração sexual de mulheres e crianças, e, ao mesmo tempo, sobre o fenômeno do tráfico de pessoas.

Creio que esta Casa, ao dar início à Comissão Parlamentar de Inquérito, presta, de fato, um grande serviço e um relevante serviço à sociedade, no sentido de revelar essa modalidade criminal que ainda é tão pouco conhecida e, ao mesmo tempo, percebida pela sociedade brasileira.

Nós lidamos ainda, num contexto mundial, com alguns países que dizem que não lidam ou não têm o fenômeno do tráfico de pessoas, ou que não passam por esse tipo de situação, e ter por parte das autoridades públicas o reconhecimento de que essa é uma modalidade criminal que viola profundamente os direitos humanos e a dignidade da pessoa é, para nós, um grande desafio e, ao mesmo tempo, uma tarefa ainda a ser avançada pela nossa sociedade.

Eu gostaria, eu acho que muito em complemento às falas que já foram apresentadas aqui, de, neste momento, tratar – pode passar, por gentileza – de como o Estado brasileiro, o Governo brasileiro se organiza frente a esse fenômeno criminal, como se organiza a nossa política, que tem uma característica muito própria e peculiar, que é uma política em rede, em que diversos Ministérios, em parceria com a sociedade civil e em parceria com o conjunto de organismos internacionais, se articulam frente a alguns eixos estratégicos, visando a dar visibilidade, criar estratégias de prevenção, articular os atores que atuam no campo da repressão e da responsabilização dessas redes criminosas e ao mesmo tempo, e em especial, de atenção às vítimas do fenômeno do tráfico de pessoas.

Pode passar, por gentileza.

Então, acho que, primeiro, um pouco do histórico da ratificação, da internalização desse tema pela ratificação do Protocolo de Palermo, em 2004, pela estratégia de construção articulada pelos Ministérios e, ao mesmo tempo, em parceria com a sociedade civil da política nacional que define, portanto, princípios e diretrizes, bem como esses eixos estratégicos desde 2006, do primeiro Plano Nacional, que foi aprovado em 2008, e que teve sua vigência encerrada no ano passado, com uma avaliação realizada pela sociedade civil, que foi realizada, inclusive, no primeiro encontro da rede, que aconteceu no ano passado e que acabou por revelar que o primeiro plano conseguiu e teve fôlego de iniciar um debate importante, bem como de construir ações estratégicas, mas que o caminho ainda é muito longo no que diz respeito ao enfrentamento desse tipo de tráfico no Brasil.

Como já bem disse a nossa colega, aqui, tanto da Secretaria de Direitos Humanos, quanto do Ministério Público do Trabalho, esse é considerado, já hoje, em avaliação pelos órgãos das Nações Unidas, talvez o segundo fenômeno criminal em termos de rentabilidade para as redes criminosas, o segundo fenômeno de crime organizado mais articulado globalmente, e ele lida, em especial, com essa dinâmica da globalização, que acaba sendo muito propícia no sentido de aliciamento de vítimas, e em especial naquilo que a nossa Senadora Lídice colocava, nesses desafios de lidar com as falsas promessas que, muitas vezes, são apresentadas às pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Esse é um fenômeno que atinge não só mulheres e crianças, para fins de exploração sexual, mas que tem a sua tipologia, hoje, crescendo e, em especial, revelando novas facetas.

Nós já temos, hoje, a identificação de tráfico de pessoas, no que diz respeito a mulheres e crianças, em especial para fins de adoção ilegal, e creio que a nossa Senadora trouxe um relato muito importante sobre alguns dos mecanismos de engano, porque famílias brasileiras passam para ter seus filhos aliciados ou levados indevidamente, com a finalidade de adoção ilegal; temos, já, alguns fenômenos de casamento servil, portanto, mulheres brasileiras que são aliciadas para fins de casamento e que, chegando lá, são submetidas a uma dimensão de escravidão dentro dessa relação de casamento. Nós já temos fenômenos, no Brasil, identificados e reprimidos, mas ainda há uma demanda por maiores estudos de fenômenos de tráfico para fins de remoção de órgãos e, ao mesmo tempo, já há exploração e relatos.

Aí, em especial em outros países, de exploração dos seres humanos numa dimensão de tráfico, para

fins de mendicância, de práticas de pequenos roubos e, além de tudo, o fenômeno do trabalho escravo, que teve, recentemente, aí no Brasil, inclusive revelada uma grande faceta no campo da indústria têxtil, em que estrangeiros são explorados, no Brasil, pela modalidade do tráfico.

Então, essa é uma modalidade que vem passando por algumas mudanças, em especial seguindo o fenômeno ou o fluxo migratório. O Brasil, antes, tinha o fenômeno muito forte da ida de brasileiros ao exterior, mas essa é uma dinâmica que já começa a se alterar mais recentemente, diante, até mesmo, desse novo contexto de desenvolvimento econômico-social brasileiro, em que estrangeiros... Quer dizer, já há rotas identificadas de africanos, de chineses, de coreanos e, na América Latina, em especial, de bolivianos, paraguaios e peruanos, que estão sendo explorados, estão sendo traficados para o Brasil para serem explorados dentro do Brasil.

Aí, para modalidades distintas: em alguns casos, no ramo da indústria têxtil; em alguns casos, para fins de produção de pirataria ou até mesmo para a prática de delitos criminais como o tráfico de drogas.

Portanto, esse é um fenômeno para o qual a sociedade brasileira deve estar atenta. Temos, hoje, um fenômeno grande e crescente, e acho que um tema a que o segundo plano, hoje, também tem-se dedicado bastante é o tráfico interno de pessoas, que, em especial, também tem sido muito utilizado para fins de trabalho escravo e para fins da exploração sexual.

Nós temos também, e é importante considerar esse elemento, que essas vítimas são, antes de tudo, pessoas que estão em situação de vulnerabilidade e que estão buscando uma oportunidade de crescimento, ou até, em alguns casos, fugir de situações de violações de direitos humanos no próprio país, ou estão fugindo de situações de homofobia, como é o caso de muitos travestis e transexuais que são levados para fora do Brasil para serem explorados ou porque veem uma oportunidade de realização de cirurgias de mudança de sexo mais fácil em outros países e que, portanto, também se colocam... Muitas vezes, estão em situação de vulnerabilidade aqui e se colocam numa situação de exploração fora do nosso País.

Então, essas são tipologias e modalidades que, hoje, estão no horizonte da construção de políticas públicas que tentem responder a esse fenômeno criminal.

Então, rapidamente, os eixos da política, que, hoje, se orientam – peço, por gentileza, que me ajude – em torno do tema da prevenção.

No caso do primeiro plano, foram estabelecidas 11 prioridades, com diversas ações em que vários Mi-

nistérios se responsabilizaram para fins de cumprir e apresentar resultados.

O eixo de atenção às vítimas – pode passar, por gentileza – e o eixo da repressão e responsabilização dos autores.

Passe, por gentileza.

A estratégia de implementação. No que diz respeito ao caso brasileiro, que é um País praticamente continental, no que diz respeito a fronteiras secas, à própria fronteira aérea – peço que passe, por gentileza –, as estratégias passam muito pela articulação de redes, tanto uma rede nacional, que hoje é composta por 20 Ministérios, mais o Ministério Público, atuando sempre em parceria, quanto por uma estratégia de centralização da política, com a parceria com Estados, por meio da estruturação de conselhos, de comitês, que articulam as políticas de segurança, saúde, justiça, educação, políticas para as mulheres – pode ir passando, acelerando essa parte –, com as redes da sociedade civil, que, por vezes, promovem essa identificação e acolhimento, para estruturação de planos e políticas locais, seja no âmbito estadual, seja no âmbito local, e por meio da estruturação do que nós chamamos de núcleos de atendimento, que são aqueles responsáveis pela coordenação das ações locais e dos postos de atendimento humanizado, que se preocupam em produzir esse primeiro atendimento, em especial em locais de grande circulação, de entrada e saída do País, como nos aeroportos.

Peço que passe, por gentileza.

Nessa relação, com essa estruturação, é a forma como nós, hoje, atuamos de forma articulada com os entes federados.

Pode passar, por gentileza.

Aqui é apenas um mapa de como estão as estruturas de apoio. Essa é uma política que se inicia, em especial, nos idos de 2007, 2008, e que vem crescendo ao longo dos últimos anos, que é a estrutura das redes de atendimento.

Já temos, hoje, núcleos e postos em funcionamento no Acre, Pará, Ceará, Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro, em especial nos grandes aeroportos, e, no Acre, nas cidades de fronteira; núcleos apenas nos Estados do Amazonas, Goiás e Pernambuco; e, agora, numa estratégia de fortalecer essa rede de cooperação, firmando convênios com o Rio Grande do Sul, Paraná, Minas, DF, Mato Grosso e Alagoas.

Portanto, é um desafio, ainda, ampliar essa rede de cooperação com os demais Estados e Municípios brasileiros.

Pode passar, por gentileza.

E as ações que estão em foco, em especial neste ano, são o fortalecimento da rede de enfrentamento,

portanto envolvendo novos ministérios, e da participação social. Então, essa é uma iniciativa que abre, pela primeira vez, a possibilidade de a sociedade livremente se organizar e propor plenárias livres para discutir essa temática e enviar propostas diretamente ao grupo de trabalho interministerial que está formando o segundo plano. Esse processo vai agora até o dia 30 de setembro.

Portanto, nesta semana, temos inúmeros relatos de plenárias livres. A Ministra Luiza deu relatos inclusive da mobilização da comunidade brasileira no exterior pela rede consular, que também tem apresentado resultados muito importantes para esse processo de mobilização dos brasileiros que também estão no exterior, além da realização permanente de trocas de informações pelos núcleos e postos.

Neste ano ainda, continuaremos com apoios e pesquisas.

Pode passar, por gentileza.

E temos algumas ações, no que diz respeito à preparação dos atores de segurança pública para lidar com esse tema, para lidar com essa situação de vulnerabilidade das vítimas, para proteger as vítimas nesse momento da identificação. Temos acompanhado aqui, sempre em parceria, a Comissão Parlamentar de Inquérito, que tem desenvolvido um relevante trabalho, em especial buscando as capitais brasileiras, para saber como esse fenômeno está se passando em cada uma das regiões brasileiras, porque há modalidades de exploração de tráfico distintas em cada uma das regiões e, além disso, colocando agora as estratégias para o campo de fronteiras e atuando em parceria com o Mercosul. Estivemos agora com o Parlasul, que também propôs uma oficina sobre o tema do tráfico de pessoas. Estou chegando de lá agora, inclusive, em que foram propostas algumas iniciativas muito importantes do ponto de vista da atuação de forma articulada do Mercosul e dos países associados, além disso fortalecendo a nossa cooperação internacional. Especialmente por este ser um tema transnacional, ele demanda esforços organizados dos países nos que diz respeito às estratégias de enfrentamento e de prevenção. Temos, portanto, uma cooperação técnica avançando com o NODC, com o ICMPD. Aprovamos recente projeto de diálogo setorial com a União Europeia sobre esse tema e estamos caminhando no âmbito do Mercosul com a criação de uma estratégia intersetorial e, ao mesmo tempo, transnacional no campo do Mercosul.

Peço para passar por gentileza.

E gostaria de dar um informe a esta Comissão que, além de direitos humanos, trata do tema do processo participativo, sobre como está para este ano o que nós julgamos um tema estratégico, que é a cons-

trução do segundo Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

Pode passar, por gentileza.

Foi constituído, portanto, um grupo de trabalho interministerial.

Pode passar.

E a relevância está exatamente na possibilidade de democratizar o acesso a esse tema, de dar divulgação sobre o fenômeno do tráfico de pessoas e, ao mesmo tempo, de criar estratégias mais articuladas para esse enfrentamento, revelando contextos regionais, respeitando essas dinâmicas regionais no desenho e na estruturação de um plano nacional.

Pode passar, por gentileza.

Esse processo participativo, portanto, está contando com todo um trabalho que está sendo realizado pelo grupo de trabalho interministerial que é composto por 20 ministérios, mais o Ministério Público Federal do Trabalho e o colégio dos procuradores do Ministério Público estadual. E, portanto, estamos revisando tudo o que diz respeito à legislação, aos acúmulos já produzidos em acordos internacionais, estudos e pesquisas recentes, uma avaliação sobre o que se produziu no campo do primeiro plano e os desafios que ainda permanecem na agenda brasileira e colhendo contribuições que vêm das plenárias livres e da consulta virtual, que já passou por um processo de recebimento de propostas e que está num processo de priorização até o dia 30 de setembro.

Portanto, todas essas estratégias aliadas darão aí a cara e constituirão uma linha de recebimento de propostas para o nosso segundo plano nacional.

Pode passar, por gentileza.

Aqui, um pouco da informação do processo. Teremos, portanto, aí, numa visão temporal, até o final de setembro, um grande debate com a sociedade brasileira, seja no Brasil, seja no exterior, no mês de outubro. Passaremos por um processo de sistematização de todas essas contribuições que serão geradas.

Pode passar, por gentileza.

E, em novembro, vamos nos organizar no segundo Encontro Nacional da Rede, convite que já deixo a esta Comissão, para que esteja presente conosco neste momento do segundo Encontro da Rede, que será realizado em Recife no período de 7 a 9 de novembro, oportunidade em que toda essa rede terá a chance de validar e contribuir com a elaboração desse segundo plano que irá reger a política brasileira pelos próximos quatro anos. Divulgamos aqui alguns canais de informação, o nosso Facebook, montamos um guia de como as pessoas podem participar de todo esse processo e deixamos aqui alguns desafios.

Claro que esse é um processo que desafia o Governo brasileiro como um todo, mas creio que essa iniciativa da CPI e essa iniciativa da audiência pública podem e ainda devem contribuir não só com esse alerta, essa revelação sobre um tema tão grave, esse tema que viola tão profundamente os direitos humanos, mas nós podemos avançar em conjunto na medida em que, ao mesmo tempo, devemos caminhar por um avanço de uma nova lei de migrações. Nós ainda estamos hoje num marco normativo que é do período da ditadura militar, uma lei de migrações, que é uma lei dos estrangeiros que sequer acompanhou o avanço democrático da sociedade brasileira, e creio que esta Comissão poderá contribuir, e muito. Com a aprovação de uma nova lei de migrações, com a melhoria da regulamentação do crime de tráfico, esta Casa, este Congresso Nacional já avançou na elaboração de projetos de lei relevantes, e creio que esta é uma tarefa importante que a CPI poderá produzir como um de seus resultados no relatório, que é como contribuir com o avanço normativo nesse campo, e, aí, creio que levando em consideração elementos que tão bem foram apresentados pelo Ministério Público do Trabalho no que diz respeito à reparação às vítimas, à responsabilização das redes criminosas e, ao mesmo tempo, das empresas exploradoras de tráfico de pessoas no País.

Aproveito para saudar a iniciativa de convidar o conselho nacional do Sesi, e creio que o Sistema S pode ser um importante parceiro nessa estratégia de acolhimento e no que diz respeito à reinserção social dessas vítimas por meio de capacitações no nosso mercado de trabalho brasileiro.

Então, muito obrigada mais uma vez pela oportunidade de falarmos aqui sobre esse tema tão importante nesta semana de mobilização e parabéns por este relevante trabalho que a Comissão de Direitos Humanos e Participação do Senado Federal está realizando. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Essa foi a Dr^a Fernanda dos Anjos, diretora do Departamento de Justiça, em representação ao Sr. Paulo Abrão Pires, Secretário Nacional de Justiça e, de pronto, respondo que a Comissão aceita o convite. Queremos estar junto nessa parceria.

Agora, registro aqui para nós a importância de ter chegado a prestigiar este nosso evento a nossa vice-presidente do Senado da República, Senadora Marta Suplicy, acompanhada do grande Senador Paulo Davim. Uma salva de palmas para os dois. *(Palmas.)*

Passamos de imediato a palavra...Ela pediu para não colocar o nome dela. Por isso eu retirei.

Relembro que, pela importância desta audiência pública, a Senadora Lídice da Mata esteve um longo período conosco; o Senador Wellington Dias ainda se encontra aqui; Senadora Ana Rita, Senador Eduardo Amorim, Senadora Marta Suplicy e Senador Paulo Davim.

O Presidente do Sesi, Jair Meneguelli com a palavra.

O SR. JAIR MENEGUELLI – Bom dia e obrigado principalmente pela presença das Senadoras Ana Rita, Marta Suplicy, Wellington, de todos os Senadores, Paim e de toda a Mesa presente.

Paim, acho que esta audiência pública já conseguiu uma coisa, prestar o seguinte serviço. Pelas falas aqui, das expositoras, da Fernanda, da Luiza, isso mostra que precisamos fazer uma reunião urgente, amanhã quem sabe. Acho que muita coisa está sendo feita, bastante coisa, e estamos dando trombada.

Só um exemplo: nós realizamos dois seminários, um na Espanha e um em Portugal, e fizemos uma visita extensa à França. Nesses dois seminários, nós estivemos sempre com as nossas embaixadas, nessas visitas, e nesse seminário reunimos o movimento sindical desses países, ONGs, empresários desses países e, lamentavelmente, não nos foi informada essa ação do Ministério, do Itamaraty, porque nós estamos tratando praticamente do mesmo tema. Estivemos nas embaixadas apresentando nosso projeto, mas não fomos informados do trabalho do Itamaraty. Então, acho que esta audiência está prestando um grande serviço mostrando que estamos fazendo muita coisa, mas que precisamos, imediatamente, juntar nossas forças, porque aí, obviamente, vamos ter muito mais sucesso no combate ao tráfico e à exploração de crianças e adolescentes.

Vou fazer meu relator aqui, minha participação o mais breve possível, apenas um relato breve. Depois, temos dois vídeos, um que já foi veiculado nos aeroportos, na Globo, em vários canais de televisão, de uma campanha que nós estamos fazendo. Nosso projeto tem o nome de “Vira Vida”. Agora nós temos uma campanha que se chama “Carinho de Verdade”, que é mais do que o nosso projeto, é para chamar a atenção da sociedade e tirar esse tema da invisibilidade. Esse não é um privilégio do Norte e do Nordeste. Nós vamos implantar esse programa no Brasil inteiro, nos vinte e sete Estados. Já estamos no Paraná, em Foz do Iguaçu, na tríplice fronteira, em Curitiba, em Londrina, agora vamos para Porto Alegre, vamos para a fronteira. Ou seja, vamos implantar esse programa no Brasil inteiro.

Mas a campanha vai além do projeto. Ela é para chamar a atenção da sociedade e para despertar,

porque esse é um problema que existe no Brasil, de norte a sul. A gente detectou isso com bastante rigor.

Vou, rapidamente, dizer como começamos esse programa.

Um belo dia, em Fortaleza, na praia do Futuro, numa barraca chamada Coco Beach... Eu e minha esposa fomos à praia, estávamos lá às 11 horas da manhã e começaram a chegar muitos turistas italianos, muitos, encheu a barraca de turistas italianos. Daí a pouco, uma agenciadora, uma moça vestida de branco, conversava de mesa em mesa. Um pouquinho atrás conseguimos avistar um grupo de quinze meninas de todas as idades possíveis e imagináveis que eram, depois, distribuídas nas mesas dos turistas, uma aqui, duas ali, três ali, como se estivessem distribuindo água de coco. Essas meninas eram distribuídas às 11 horas da manhã e às 11 horas da manhã começava ali a bolinagem.

Isso me indignou. Mas não só esse fato me indignou. Indignou-me também o fato de que todo mundo acha isso normal, de que todo mundo convive com isso com a maior naturalidade do mundo, ao seu lado, sem que isso o afete. Então participa todo mundo, o taxista, o garçom, o dono da barraca, o hotel, o restaurante, a polícia, o tráfico... Aliás, em Fortaleza já há também as confecções voltadas para essas meninas, para esse público. São biquínis que têm um seio com a bandeira do Brasil e outro com a bandeira da Itália, ou da Alemanha, depende dos fregueses do momento na praia. Então, você tem uma rede muito grande por trás disso.

Já se falou aqui na exposição dos valores que esse mercado gira. Então, há uma rede muito grande. Ou nós nos juntamos e fazemos uma rede maior, uma rede do bem, ou perdemos essa guerra, porque, como se diz aqui, é difícil identificar, às vezes elas não se julgam vítimas, às vezes não há denúncia, a gente tem que fazer busca ativa, uma série de coisas.

Então, o programa consiste no seguinte... Nós já estamos em doze Estados, vamos implantar nos 27 Estados, já temos mais de 1.800 jovens, meninas e meninos... Chegamos ao Estado, juntamos todo o Sistema S, depois vamos ao Governo do Estado, vamos à Prefeitura local, juntamos toda a rede de enfrentamento existente no Estado... Nós não estamos inventando a roda, estamos trazendo o mundo empresarial para dentro desse tema... Eu acho que é essa a vantagem do programa, trazer o mundo empresarial para dentro desse tema, fortalecendo a rede de enfrentamento existente, que tem os primeiros contatos com essas crianças. E o projeto dá começo, meio e fim, porque nós oferecemos a esses jovens um curso de formação profissional que vai de nove a doze meses – não é um cursozinho rápido –, nós resgatamos a autoestima e

preparamos essas crianças para o mundo do trabalho, em qualquer área. Se nós não tivermos na nossa grade determinado curso, nós nos preparamos para tal. Então, não tem nenhum problema. O sistema tem *know how*, tem mais de 60 anos, e a chancela de um diploma desse Sistema é emprego garantido, mas a gente cuida disso. A gente oferece esse curso de formação profissional, atendimento psicossocial, atendimento à família, atendimento médico e odontológico, uma ajuda de custo de R\$500,00 por mês... Na verdade, nós damos R\$400,00, pois R\$100,00 a gente aplica numa poupançazinha que eles resgatam ao final do curso.

E aí nós nos encarregamos, nós precisamos de parceiros. Nós não precisamos de um tostão, o Sistema S já tem bastante dinheiro. Não precisamos de um tostão. Nós precisamos de parceiros, porque, depois de resgatar a autoestima, a dignidade e prepará-los para o mundo do trabalho, nós precisamos de emprego. Quem puder me dar dez, está bem, muito obrigado; quem puder me dar cinco, muitíssimo obrigado; quem puder me dar um emprego, a empresa que puder me dar um emprego, muitíssimo obrigado.

Nós precisamos de parceiros, vamos buscar de Estado por Estado, nas empresas públicas e privadas... O Governo pode nos ajudar em todas as áreas, em todos os Ministérios, com o Jovem Aprendiz. Ou seja, não há dificuldade para a gente fazer isso.

Então, este é o nosso projeto, que estamos levando para fora, para outros países. Podem nos ajudar, mas, se não quiserem, que, pelo menos, não nos atrapalhem, e nós vamos mostrar lá fora o que estamos fazendo pelos nossos jovens. Nós estamos indo mostrar. Nesse seminário estava o Ministério do Turismo, estava o MDS. Estavam junto conosco nesse seminário. Mas precisamos juntar mais, porque ainda tem coisas acontecendo.

Outro dia, eu vi uma reportagem do SBT feita no Oiapoque, fronteira com a Guiana Francesa. Ali é um escândalo. Um brasileiro ir para a Guiana Francesa é a mesma coisa que tentar ir para os Estados Unidos. São os mesmos percalços que ele tem que enfrentar. Agora, todas as noites tem festa, nos bordéis e nos hotezinhos de lá, festa dos franceses da Guiana Francesa. A reportagem mostrou que são meninas menores. Toda noite tem festa com as nossas crianças e os exploradores da Guiana Francesa.

O repórter foi procurar o Prefeito, que mora ao lado de um dos bordéis. O Prefeito falou: "Meu filho, isso existe desde que Cristo existe". Essa foi a resposta do Prefeito.

O repórter foi a um posto da Polícia Federal. A Polícia Federal disse que não poderia falar sobre isso, que ele procurasse a sede em Macapá. Ou seja, ele está

lá, mas não pode falar nada sobre isso. Ele está vendo, a Polícia Federal, mas não pode falar nada sobre isso.

Eu estive em Jaci-Paraná, é um bairro de Porto Velho, ao lado da usina de Jirau. Esse bairro tem, aproximadamente, três mil habitantes, muitas crianças filhas do garimpo. E, agora, quando chega 5 horas da tarde, quando cinco ou seis mil trabalhadores deixam o turno e vão para o bairro, não tem lei, não tem nenhuma lei, não tem um posto policial, não tem absolutamente nada. Vão surgir outras crianças que não serão mais filhas do garimpo, mas filhas dos trabalhadores da usina.

E há quem diga que não dá para evitar isso, é preciso manter para acalmar os nervos dos homens que passam alguns meses ali.

Então, há ações conjuntas que precisamos fazer com o Ministério Público, com o Ministério da Justiça, Polícia Federal, Senado, Câmara. Ou seja, ou formamos uma rede muito maior do que a rede de exploração ou não damos conta dessa tarefa. E essa é uma tarefa de todos.

Só gostaria de terminar com os dois vídeos. Em relação a essa preocupação, podem contar conosco. Temos capacidade no Brasil inteiro para formar quantas crianças forem necessárias. Não temos nenhum problema. Queremos estar juntos. (*Palmas.*)

(Apresentação de vídeo.)

O SR. JAIR MENEGUELLI – Esse agora foi no lançamento que nós fizemos no Rio de Janeiro, com a presença da primeira-dama Marisa.

(Apresentação de vídeo.)

O SR. JAIR MENEGUELLI – A seguir, a apresentação do videoclipe de três minutos. Quero dizer que a participação de todos os artistas foi totalmente gratuita.

(*Apresentação do videoclipe.*)

O SR. JAIR MENEGUELLI – Quero aproveitar a TV Senado e agradecer a cada um dos artistas que abraçou a causa. Acho que estão prestando um grande serviço às nossas crianças.

Senador Paulo Paim, este vídeo já foi veiculado no Criança Esperança, já foi veiculado na Bandeirantes, está sendo veiculado na TV Câmara, está sendo veiculado na TV Brasil, vai ser veiculado na Record. E gostaria de contar com a sua ajuda para ser veiculado também na TV Senado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu não vou te ajudar, eu ia te pedir que autorize a veicular na TV Senado.

O SR. JAIR MENEGUELLI – Com absoluta certeza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Tenho certeza que a TV Senado vai encampar. Está autorizado?

O SR. JAIR MENEGUELLI – Totalmente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra, neste momento, depois dessa brilhante apresentação de tudo que o Meneguelli nos contou aqui, da sua forma bem natural... E você ainda fala como sindicalista, e eu gosto disso. Gosto muito disso. Pergunto a nossa técnica se é possível passar de novo o videoclipe de três minutos no nosso encerramento.

Passamos a palavra, neste momento, a nossa convidada, Karina Figueiredo, do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. De pronto te agradeço. Como resolvemos fazer só uma Mesa, não há espaço aqui. Você vai falar daí, mas sinta-se como se estivesse aqui na Mesa.

A SR^a KARINA FIGUEIREDO – Obrigada. Só quero corrigir que sou do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes...

Não, Jair, não precisa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Jair Meneguelli. (*Palmas.*)

Tenho orgulho em dizer que fundamos uma central juntos, não é, Jair? Ele foi o primeiro presidente e eu o secretário-geral.

A SR^a KARINA FIGUEIREDO – Obrigada pela gentileza...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Perguntaram qual é a central. É a CUT.

A SR^a KARINA FIGUEIREDO – Quero agradecer o convite e saudar todos os demais Senadores na presença do Senador Paulo Paim. Quero dizer que o Comitê Nacional está muito feliz em poder participar desta audiência, marcando o Dia Internacional de Enfrentamento ao Tráfico e Exploração Sexual de Meninas.

Também quero deixar registrado, nesta audiência, que o Comitê tem tido um trabalho muito árduo de tentar articular o enfrentamento à violência sexual e, nesse contexto, insere-se o tráfico de meninas, meninos e mulheres para fins sexuais.

O comitê existe há dez anos e conseguimos aprovar, no ano de 2000, um plano nacional para o enfrentamento à violência sexual contra a criança e o adolescente. Realizamos também, em 2004, uma pesquisa nacional sobre o tráfico de pessoas, a Pestraf, com um corte para fins sexuais. Nós, então, enquanto instância de mobilização da sociedade civil, temos buscado nesses anos levar para a agenda pública, articulando com o Governo e o setor privado, o enfrentamento dessa violência.

Como o Jair bem colocou, enfrentar a violência sexual é enfrentar um grupo extremamente organiza-

do, principalmente no caso da exploração sexual, que é feita por meio de uma rede bem estruturada, que envolve redes criminosas e tudo mais, é uma atividade altamente lucrativa. Para lidar com esse processo, também precisamos de uma rede forte que garanta responsabilização, atendimento, e prevenção. Então, esse é o desafio que temos buscado vencer nesses anos, tentando levar para a agenda pública essa temática.

Podemos dizer que avançamos muito, principalmente de 2003 para cá, com a gestão do Presidente da Lula. Isso foi marcante, é fácil ver como conseguimos avançar, vários ministérios importantes pautaram essa questão. Hoje, Justiça, Turismo, Educação, Saúde, Direitos Humanos, Previdência e Assistência Social, Esportes, todas essas áreas se debruçaram sobre a questão do enfrentamento à violência sexual, especialmente a exploração sexual.

A nossa preocupação tem sido, Senador – o Jair já trouxe um dado importante relativo a esse último ano principalmente –, com o aumento da exploração sexual de meninas em função das grandes obras que estão acontecendo em nosso País.

Estivemos recentemente em Porto Velho, visitamos Jirau, que fica às margens do rio Madeira, onde estão sendo construídas duas hidrelétricas, Santo Antônio e Jirau. Visitamos também o distrito de Jaci Paraná e pudemos ver de perto um pouco do que o Jair relatou. Esse distrito que tem aproximadamente 4 mil habitantes, recebeu mais de 50 mil trabalhadores. Com a chegada desses trabalhadores, a rede de exploração sexual que já existia ali se estruturou e se organizou para oferecer seus serviços a esses trabalhadores. Muitas vezes isso é visto de forma bem tranquila, como você colocou, Jair: “Não, precisa disso para acalmar os ânimos, é um forma de diversão, é uma forma de manter esses homens aqui”.

Nós visitamos o local num domingo à tarde e ficamos horrorizados, porque eram vários bares, prostíbulos, um número grande de adolescentes nesses bares e nas ruas, sem nenhum sistema de fiscalização, de nada. Então, o que percebemos é que isto tem sido colocado de forma natural: o importante é o País crescer. Vamos nos tornar a quinta economia do mundo às custas da violação dos direitos humanos de trabalhadores, de mulheres, de meninas? É isto que queremos para o nosso País: crescer violando direitos? Temos buscado pautar essa questão.

A mesma coisa já está acontecendo lá no Pará. Nós tivemos contato com o pessoal de lá para tentar fazer uma audiência, como fizemos em Porto Velho. Queremos pautar essa discussão, queremos discutir isso com o Ministério do Planejamento, com quem coordena o PAC, com o Ibama.

Está dito que é preciso um relatório de impacto sócio-ambiental para autorizar essas obras. Mas será que esses relatórios têm sido de impacto sócio-ambiental mesmo? O que temos percebido é que a questão social não tem sido encarada com a seriedade que ela requer, porque, num local desses, onde vão ser implementadas essas obras, dever-se-ia investir em equipamentos de saúde, de educação, de atendimento a essas famílias, a essas meninas, a essas jovens que estão lá.

Se não fizermos isso, vamos viver o que vivemos com o garimpo. Porto Velho, aquela região, já está vivendo o terceiro ciclo – da madeira, do garimpo e, agora, das hidrelétricas –, e cada ciclo desse passa extraindo a riqueza do município e deixando a violência. Esses ciclos trazem o aumento do número de homicídios, deixam filhos sem pais, sem referência de família, a Aids e outras doenças sexualmente transmissíveis. Isso já está comprovado lá, os dados mostram que, nesses três anos de obra, isso já está posto.

Isso já está comprovado lá, os dados mostram que, nesses três anos de obra, isso já está posto. Então, nós, enquanto Comitê Nacional, queremos deixar essa pauta, temos buscado discutir isso, e solicitamos o apoio da Frente Parlamentar pelos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, composta por Senadores e Deputados do Congresso.

A Frente marcou uma audiência no dia 3 de outubro. A Frente ficou de nos ajudar e convidar o Ibama, o Ministério do Planejamento, convidar setores que estão envolvidos com essa discussão. O pessoal do Sesi esteve conosco também lá em Porto Velho em função da ação que vai implementar lá. Mas nós precisamos que o Governo pare para pensar nisso.

Nós estamos autorizando essas obras, que estão se espalhando pelo Brasil. Há uma mobilidade grande desses trabalhadores, porque eles saem da região de Porto Velho quando as obras terminam; em 2012 já será dispensado um número grande de trabalhadores. Eles vão migrar para onde? Para o Pará. Do Pará, eles vão migrando e, aí, por onde passam essas obras, vão ficando essas situações de violação de direitos materializadas. E aí perguntamos: e a verba de compensação que essas empresas têm de investir? Para onde vai essa verba? Será que é priorizada a área social na aplicação dessas verbas? Temos visto que não.

As empresas estão lá com dinheiro do BNDES, com dinheiro público, explorando as nossas riquezas, mas, além disso, em nome do desenvolvimento econômico e do progresso, estão violando direitos humanos. Daí a preocupação que trazemos para esta audiência, aproveitando que temos aqui o Ministério do Trabalho, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério da Justiça,

a Secretaria de Direitos Humanos, o próprio Senado e os demais parceiros de outros ministérios. Deixamos essa questão, essa preocupação que temos tido, já traduzida em dados concretos, já que recebemos denúncias constantemente dos parceiros que atuam nessas regiões.

Semana passada estive com o pessoal do Mato Grosso. Eles nos passaram três obras que vão começar lá, e já está acontecendo essa migração de homens trabalhadores. Queremos, sim, que o Brasil cresça, sabemos que o Brasil vem avançando nesses últimos oito, nove anos, mas esperamos que, nos próximos anos, esse crescimento seja pautado pela garantia dos direitos humanos. Vamos crescer, mas vamos crescer num país que respeita a criança e o adolescente, que respeita meninas e mulheres, que respeita essas famílias, que respeita essas comunidades.

Quero deixar bem claro aqui que não somos contra a prostituição adulta no mundo adulto. Trabalhamos com os profissionais do sexo, respeitamos essa escolha, mas sabemos que essa escolha tem de garantir direitos, não podemos concordar com nenhum tipo de violação de direitos humanos. Inclusive, temos os trabalhadores do sexo como parceiros. No entanto, a exploração sexual de crianças e adolescentes até 18 anos é crime, isso está na lei do nosso País, e isso temos de enfrentar e combater com várias ações que passem pelas áreas de saúde, educação, turismo, trabalho, justiça, esporte, cultura, lazer. Temos de pensar em todas essas estratégias.

Então, Senador, eu gostaria de deixar este registro aqui e contar com o apoio da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o apoio dos parceiros aqui, para que possamos pensar nos planos, pensar nas ações de enfrentamento. Temos aí obras em função da Copa do Mundo, obras que estão começando a se espalhar por nosso País. Que possamos garantir que, junto com essas obras, junto com o crescimento e o desenvolvimento econômico do nosso País, também possamos dizer que o nosso País cresceu, desenvolveu-se, recebeu a Copa do Mundo e as Olimpíadas, mas garantiu direitos humanos, garantiu direitos de crianças e adolescentes.

É isso que quero deixar. Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito, muito bem! Muito bem, Karina Figueiredo, do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.

Karina, fiquei muito feliz com a tua fala, viu? Eu tenho falado por onde passo, inclusive, agora, eu participei do Congresso Nacional dos Trabalhadores na Área da Alimentação, e a minha fala – não sei se foi entendida assim por alguns da Mesa, mas o Plenário

entendeu – foi mais ou menos nessa linha que você adotou aqui, Karina: do desenvolvimento econômico sustentável, mas com a devida responsabilidade social. E aí entram os direitos humanos.

Eu só vejo hoje o debate macro, na própria mídia, na imprensa, somente no campo econômico. É mais usinas, é a preocupação com a crise na Grécia, na Itália, na Alemanha, na Espanha. Mas vejo muito pouco da responsabilidade social. E esse debate alguém tem que fazer. Que bom que você levantou esse tema aqui.

Essa responsabilidade é de todos nós. Alguém tem que dialogar sobre isso. E não é ser contra ninguém. Você colocou muito bem. Ninguém é contra o desenvolvimento. Claro, que bom – não é, Meneguelli? – que o País está crescendo cada vez mais, como você disse. E vai ser a quinta economia do mundo. Mas nós, que atuamos nesse campo dos direitos humanos, temos que estar sempre em estado de alerta. É a nossa obrigação, senão não tem razão de ser. Alguém tem que estar alertando.

Por isso, esta audiência para mim está se desenvolvendo melhor do que eu imaginava. E quando cheguei aqui, confesso agora, o Meneguelli é meu parceiro, só estava o Meneguelli sentado aqui. E eu pensei: “Poxa, numa audiência tão importante só está o Meneguelli aqui!” E disse: Meneguelli, vamos sentar, eu e você, ali, e falar para o Brasil. Ele disse: “Estou do seu lado.” E para minha alegria, todos os convidados vieram. Todos! Não faltou um. Por isso houve até acúmulo de gente, no bom sentido, aqui na mesa. E o debate, com a sua fala, agora, para mim, está dando o brilho que eu esperava que essa audiência efetivamente desse.

Todos falaram muito bem, mas alguém tinha que entrar também nesse campo de uma cobrança positiva, deixando sempre claro que não é contra ninguém, porque quando a gente fala alguma coisa, alguém diz: “Acho que você é contra o próprio Governo de que faz parte”. Coisíssima nenhuma! Eu tenho elogiado muito o nosso Governo, mas me dou o direito de sempre falar um pouco mais.

A frase que alguém usou naquele evento, ao final, foi: “O Paim é mais ou menos o seguinte: fizemos muito, mas ainda há muito por fazer”. É mais ou menos isso mesmo que eu imagino.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Não é só você, então.

Nesse momento, passo a palavra para a nossa convidada e, em seguida, vou passar para a Senadora Ana Rita. Ela pediu, aqui, que na presidência dos trabalhos eu me refira a ela somente como nossa convidada e que não cite o nome.

Eu quero registrar a presença, conosco aqui, do Adelino Silva Neto, Coordenador-Geral do Turismo Sustentável e Infância. É bom esse tema, viu? Turismo sustentável socialmente justo de infância, do Ministério do Turismo. Os meus cumprimentos ao Adelino.

Neste momento, passo a palavra à nossa convidada.

A SRª MÃE DE VÍTIMA – Bom dia a todos e a todas.

Eu não estou aqui pra ditar regras no evento, porque não é que eu queira retirar o meu nome desta participação, mas sim por zelo pela minha vida e dos meus familiares, porque eu estou vindo de uma região ainda em que a civilização, sem discriminar, está um pouco aquém e, então, tudo que eu tinha que falar sobre a vida da minha filha, que realmente foi levada para a Espanha, eu falei na CPI, lá em Belém do Pará.

Aqui, eu quero dar um melhor arranjo ao convite que me fizeram e à verdadeira situação dela. Eu quero colocar aqui uma certa preocupação, porque se falando daquela região, quem se preocupa com esse estado de situação é a CNBB. E eu não vejo aqui CNBB representada

E irmã Henriqueta foi quem desbravou a situação que eu vivia; então, foi ela que levou à tona e sempre a tenho como minha amiga e companheira nessa trajetória. Eu fiquei triste quando soube que ela não vinha e faltou um pedaço da minha história.

Eu quero falar o seguinte: quando fiz a CPI lá em Belém, me colocaram um capuz, etc. Mas onde moro – desculpe, retire o nome da cidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vai tranquila. Isso se resolve depois.

A SRª MÃE DE VÍTIMA – A maior parte da cidade me conhece, porque eu fiz parte da direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais por 18 anos. Então, o pessoal me conheceu. Mesmo estando com aquele impedimento, me reconheceram pelo meu diálogo, pela minha voz, entendeu? Então, caiu exatamente o comentário na família da pessoa que levou a minha filha.

A figura não se encontra no País, está fora. E eu quero falar, aqui que, como nós somos conhecidos, alguém disse: “Em tal lugar está a fulana”; é a minha filha que está morando em Belém. Eu tive o cuidado de levar a Rosângela, que é assessora da Senadora Marinor, ontem, no pequeno espaço em que moram ela e o casal de filhos, para ver a situação. E, conclusão: tiveram acesso a ela para dizer para ela distorcer a situação dizendo que não foi levada e etc. Já foi falado isso aqui. Então, ela acha que foi muito bom ela ter ido.

Quando eu cheguei ontem, ela já estava com a cabeça feita. Aí, ela falou comigo: “Mamãe, quem lhe deu permissão – assim mesmo – de falar isso, isso e

isso? Eu já sei”. Ela falou. “Isso não aconteceu. Isso que a senhora colocou não aconteceu”. Aí, eu a ouvi e disse: Uma coisa eu vou lhe falar, do jeito que você foi para a Espanha, você não voltou – porque ela veio com distúrbios. Você voltou diferente. Você não foi assim.

Hoje, ela está 80% recuperada, vive sob medicação. Então, quer dizer, o foco já sabe. Eu estou na mira. Já estou exposta. Então, por isso eu continuo falando. Senti falta da CNBB e da irmã Henriqueta, porque eles têm esse zelo por esse tipo de acontecimento.

Não porque eu deixei de colocar meu nome aqui que eu não esteja solidária com tudo o que está acontecendo aqui. Estou solidária. Quero dizer que não me exponho mais, porque não tenho segurança. Estão entendendo? Eu ando pó lá e sou conhecida. Então, faz parte do meu eu como sindicalista esta atitude, este trabalho. *(Palmas.)*

E o que eu quero é colocar aqui: a vida da minha filha eu quero reconstituída. Foi por isso que eu levei a Rosângela. Ela está apta a fazer um relato do que ela viu lá e eu... Desculpe. Eu sofri, eu sofri! Eu sou mãe, eu sou mãe! E, porque sou mãe, é por isso que estou aqui. É por isso que eu estou aqui. Eu transpus todos os limites do sacrifício para estar aqui! Sou contra esse tipo de negócio em que as pessoas querem enriquecer usando a carne do ser humano.

Agradeço a oportunidade de estar aqui. Se, alguma vez, ainda precisarem da minha voz, eu me coloco à disposição. É de todo coração que digo: a minha filha sofreu, ela tem dois filhos que sofrem e eu continuo sofrendo até que eu a veja com a vida reestruturada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Parabéns pelo depoimento.

Para tranquilizá-la, nós convidamos a CNBB, convidamos a Irmã, convidamos o bispo, mas, infelizmente, eles não puderam estar presentes. Eles gostariam de estar aqui, mas inclusive liberaram, se quiséssemos comentar, o apoio deles à sua filha e à senhora e o compromisso que eles têm.

Se a Rosângela quiser complementar – daí mesmo, Rosângela –, fique bem à vontade.

Eu quero registrar a presença conosco do Senador Pedro Simon, que é um lutador por todas as causas de direitos humanos e populares. *(Palmas.)*

A SRª ROSÂNGELA CECIM – Bom dia a todos e a todas.

Como a nossa convidada já relatou, estamos acompanhando de perto, a partir do mandato da Senadora Marinor, na CPI, várias situações no Estado do Pará, diversos casos. Particularmente, nessa situação, temos ficado muito mais próximos da nossa convidada, da sua filha, da sua família, o que faz parte do nosso

trabalho lá. Sou assistente social, sou funcionária pública da área da saúde e tenho acompanhado também de perto o caso da filha da convidada em função das consequências da situação que ela viveu e que trouxe mudanças à vida dela. Então, é uma situação extremamente complicada do ponto de vista da saúde da pessoa também. E ela vem sofrendo danos irreparáveis nesse sentido. Por isso, temos acompanhado de perto a situação.

O que temos assistido nesse caso, de forma grave, é que ali está materializada toda a questão da violação dos direitos a que muitos de vocês se referiram hoje aqui. Ali, tem materializado, nessa situação, nessa estrutura de família, o que esse processo de tráfico da pessoa trouxe para essa família. Eu acho que é uma situação que representa muito bem o que temos ainda por fazer. Como foi também colocado aqui, estamos fazendo muito, temos enfrentado muito essa situação, mas se tem muito a fazer. O nosso Estado do Pará, regiões do nosso Estado – tem sofrido muito com isso.

Quero parabenizar a audiência e estamos nesse serviço também. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Rosângela, que trabalha diretamente com a outra companheira, a Senadora Marinor.

Vou passar a palavra, neste momento, à Senadora Ana Rita. Depois, teremos as considerações finais de cada um dos nossos painelistas.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Eu quero fazer uma saudação a todos e a todos que estão na mesa; uma saudação a todos os representantes dos Ministérios; e também uma saudação a todas as pessoas que aqui estão representando suas entidades, participando desta importante audiência.

Sempre digo que audiência pública é um importante instrumento de debate das questões que envolvem a vida das pessoas, que envolvem a nossa realidade, não só a brasileira, mas também a internacional. Particularmente, aqui, na Comissão de Direitos Humanos, quantas audiências públicas promovidas pela nossa Comissão, presidida pelo nosso Senador Paulo Paim, possibilitam que quem, na sociedade brasileira, acompanha a TV Senado tenha informações valiosíssimas, através dos debates aqui colocados? Se não fosse este espaço, possivelmente, essas informações não chegariam às pessoas. São espaços importantes que considero extremamente valiosos, porque, além da experiência, vem o olhar de quem está aqui, representando as suas respectivas entidades, seus movimentos, suas organizações governamentais, seus Ministérios, enfim. Então, considero este espaço extremamente importante.

Quero dizer a nossa convidada que, com certeza, a sua voz está ecoando e continuará ecoando por este Brasil afora, porque muitas mulheres, muitas mães, com certeza, estão se vendo da pessoa da senhora, uma vez que situações como a da senhora deve haver muitas por aí, infelizmente. Lamentavelmente, vivemos numa realidade muito difícil. Vocês trazem dados aqui extremamente importantes.

Eu fiquei aqui pensando: nesta nossa fala, sem ser repetitiva, o que poderíamos dizer num momento como este? Eu fiquei pensando. Em termos de legislação, temos uma legislação em todas as áreas que considero extremamente rica, ampla, fruto, com certeza, da luta da sociedade, do próprio Governo e de Parlamentares. Temos legislações as mais variadas possíveis: a de enfrentamento da violência contra a mulher, com a Lei Maria da Penha; a de enfrentamento da violência contra a criança e o adolescente; com relação ao tráfico de pessoas. Temos uma legislação que, pelo menos no que conheço, considero rica. Temos o País signatário de vários pactos internacionais, de convenções, de vários instrumentos de defesa dos direitos da pessoa.

Chamaram-me a atenção a fala da nossa companheira Karina e também a fala do Jair Meneguelli, porque eles levantam uma questão que, para nós, que representamos o poder público... Eu represento o Legislativo, quem está aqui à mesa representa o Poder Executivo nos mais variados Ministérios, todo mundo trabalhando muito... A fala da Fernanda foi a que eu consegui ouvir mais atentamente; eu não tive oportunidade de ouvir a fala da Luiza e das demais pessoas, porque eu estava em outra atividade – depois, quero falar sobre isso também. Todo mundo está trabalhando muito, todo mundo está tentando buscar resolver as questões, mas talvez falte, ainda, aquilo que o Jair nos falava: como nós podemos nos juntar? Talvez vocês pudessem falar um pouco sobre isso, porque vários Ministérios, e particularmente aqui eu digo, acho que a partir do governo Lula, do Governo da Presidenta Dilma, não é por acaso que a nossa Presidente abriu ontem o Encontro da ONU. Não é por acaso. O nosso País tem mostrado para o mundo que é capaz de superar muitas coisas, que há décadas fomos acumulando e vivenciando situações difíceis, situações de sofrimento, com desemprego muito alto, numa crise profunda, e que, a partir do governo Lula – é claro que algumas outras coisas vieram se acumulando de outros governos –, com certeza, passamos a ter um olhar diferente para o povo brasileiro, a valorizar melhor a vida das pessoas. É isso que é preciso.

O nosso País está crescendo, mas não pode perder o foco. Esse crescimento tem que dar resultados

que favoreçam a vida das pessoas. E quando falo das pessoas me refiro às pessoas que mais precisam, que nunca foram vistas como sujeitas de direito. Eu acredito muito que, no nosso governo – e agora com o Governo da Presidenta Dilma –, a gente possa avançar muito, principalmente em função dos planos, dos programas que o nosso governo tem lançado, o Brasil sem Miséria que, na minha opinião, consegue aglutinar vários Ministérios, com seus vários programas, suas várias ações, com o objeto, realmente, de favorecer as pessoas que sempre foram excluídas das políticas públicas.

Mas ainda não é suficiente. Estamos caminhando; cada dia é um dia, cada dia vamos dando passos diferentes; mas não podemos perder o senso da indignação, que a nossa convidada nos traz aqui; não podemos perder a sensibilidade, achar que já fizemos a nossa parte. A nossa parte não está feita, ainda não está pronta; e cada um de nós tem o que fazer, ninguém pode pensar “isso não me compete, compete ao outro”. Cada um de nós tem a sua parte a ser feita, cada um no seu espaço; é a sociedade civil, é o Poder Público, é o Poder Judiciário, é o Poder Legislativo, todos nós temos a nossa tarefa.

Então, quero dar a minha contribuição, ouvir um pouco mais de vocês. Qual é o espaço que o governo tem de poder juntar todo mundo para que possamos, juntos, somando o que cada um está fazendo, nos fortalecer nesse processo, para enfrentar – conforme vocês disseram – essa rede que está contrária a nós? Nós precisamos ter uma rede de enfrentamento a essa rede de tráfico de pessoas, de trabalho escravo, de tanta coisa que acontece contra a criança e o adolescente, contra a mulher, contra os idosos. Nós sabemos que os idosos sofrem muito, mas, neste momento, estamos falando aqui do tráfico de pessoas em função da promessa de ter uma vida melhor, de ter um emprego melhor, de ganhar dinheiro, enfim. E aí tem uma coisa que a Lídice da Mata, nossa Senadora, falou: a questão cultural que a gente precisa trabalhar. Então, o Ministério da Educação, o Ministério da Cultura, o Ministério de Direitos Humanos, e vários outros Ministérios devem ter essa preocupação de trabalhar a questão da cultura, o nosso pensamento, como nós olhamos o mundo, como nós olhamos o outro, como nós tratamos as pessoas.

Então, acho que esse é um debate que nós precisamos fazer, na minha opinião é um debate que o Legislativo deve fazer em conjunto com a sociedade e o Poder Executivo. Mas, na verdade, a responsabilidade da execução da política cabe ao Poder Executivo e aos três entes da federação, e a responsabilidade não é somente do Governo Federal, mas também dos governos estaduais, dos governos municipais, porque

muitas vezes passa despercebido aquilo que o Jair contou: vai conversar com o prefeito e o prefeito fala que é assim mesmo, faz parte. Gente, isso é um absurdo! É um absurdo uma coisa dessa!

Então, acho que desafio está posto. Acredito muito no trabalho que a CPI está fazendo. Possivelmente o resultado da CPI vai também trazer para nós informações e sugestões de como atuar melhor.

Por último, Sr. Presidente, eu queria dizer que cheguei aqui às 10 horas porque eu estava desde as 8h30 numa reunião da Frente Parlamentar de Combate ao Trabalho Escravo, que nós sabemos há muito similaridade com tudo isso que estamos discutindo aqui. Nós temos aqui várias frentes que discutem várias coisas, várias comissões, todo mundo tentando fazer alguma coisa e a gente precisa se juntar.

Mas tem uma coisa que eu quero colocar aqui de público e pedir o apoio de todos os presentes: nós precisamos aprovar a PEC nº 438, de 2001, que está fazendo 10 anos, sobre a erradicação do trabalho escravo, que já foi votada no primeiro turno... não é isso? E precisamos colocá-la em votação novamente, mas está parada na Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – De autoria do ex-Senador Ademir Andrade, e não foi votada.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Pois é. São dez anos parada aqui, e nós todos fazendo este debate aqui, enquanto há uma outra importante legislação que poderíamos fortalecer nesta luta e que está parada.

Acho que poderíamos contar com o apoio do nosso Governo, dos vários ministérios que aqui estão, com o apoio do Presidente da Câmara dos Deputados, com certeza. E aí, Senador Paim, hoje pela manhã, tiramos vários encaminhamentos colocados pelo Deputado Domingos Dutra, que preside essa frente, e assumimos o compromisso de, juntos, encaminharmos.

Então, uma dessas questões é justamente a aprovação da PEC nº 438.

Coloco isso aqui em público, pedindo o apoio de vocês, de V. Ex^a também e dos demais Senadores que aqui estão, para que possamos fortalecer esse trabalho da Frente pela Erradicação do Trabalho Escravo, que, com certeza, vai contribuir também com esta discussão que estamos fazendo aqui hoje.

E quero dizer para a nossa convidada que somos solidários à senhora. Fiquei entusiasmada com a fala da senhora, uma fala muito bem articulada, de uma pessoa que realmente acumulou uma experiência muito grande durante esses longos anos como sindicalista e agora falando como mãe.

Parabéns para a senhora, força nessa luta, que Deus a abençoe e proteja todos que estão lutando em defesa da pessoa humana. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senadora Ana Rita.

Meus cumprimentos por sua fala.

Agora iríamos para as considerações finais dos nossos convidados. Mas, antes delas, o Senador Simon está conosco e quero dizer que recebi dele o seguinte requerimento:

REQUERIMENTO

Com fundamento nas disposições dos arts. 73, 74 e 76, combinados com o inciso IV do art. 89 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a criação, no âmbito dessa Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da Subcomissão Temporária de Combate à Corrupção e à Impunidade, com a finalidade de analisar e debater propostas que tratam do tema e abrir espaço, no âmbito do Senado Federal, para um amplo debate com a participação da sociedade civil organizada, objetivando identificar as ações de alçada do Parlamento que podem concorrer para que o clamor popular pelo fim da corrupção e da impunidade do País seja atendido.

A minha resposta ao Senador Simon:

Senador Simon, conforme determina o art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, o número máximo de subcomissões que podem ser criadas, no âmbito da qualquer comissão aqui no Congresso, são quatro. Na Comissão de Direitos Humanos, já temos: Subcomissão em Defesa da Mulher; Subcomissão da Criança, do Adolescente, da Juventude e do Idoso; Subcomissão de Erradicação da Miséria e Redução da Pobreza; Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo.

Portanto, em tese, na forma regimental, o seu requerimento estaria prejudicado. Mas, como Presidente da Comissão – e é de minha alçada, consultei o Regimento e a Casa –, tomei uma decisão, para atender ao requerimento de V. Ex^a, que entendo vai atingir o objetivo. Nós formaremos, a partir de hoje, um grupo de trabalho da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de atender à demanda do Senador Simon. Assim, Senador Simon – claro, vou querer ouvir V. Ex^a –, tomei a decisão de formatarmos aqui um grupo de trabalho, e a coordenação desse grupo de trabalho será de V. Ex^a, que hoje é um símbolo para a sociedade brasileira na linha do combate à corrupção e do combate à impunidade. E V. Ex^a tem dito sempre no plenário e aqui na Comissão que V. Ex^a quer ajudar a Presidenta Dilma, quer ajudar o Brasil.

Por isso, o grupo está criado, e V. Ex^a é o presidente, é o coordenador, é quem vai articular essa caminhada aqui no Senado. (*Palmas.*)

Uma salva de palmas porque o senhor aceitou já a sua indicação, e V. Ex^a está com a palavra neste momento.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente, eu agradeço a V. Ex^a.

Srs. convidados, eu não consigo entender porque só há mulheres aí. Cadê os homens?

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Há um homem aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu vou dizer quem foi o culpado. Foi um acordo das assessorias dos convidados. Se não, o Meneghelli estaria aqui ainda.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Foi uma provocação que eu não mereço. Quando eu digo que só há mulheres, é claro que a presidência é de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas eu não tenho problema nenhum quanto a isso. Eu fico bem à vontade.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – O assunto é tão importante e é tão sério que acho que os homens também deveriam estar aqui, até porque, de modo especial, os homens são os réus nessa questão.

Eu agradeço a V. Ex^a e acho que V. Ex^a foi muito generoso. Quando pedimos para criar a subcomissão, era no sentido de que estão todos cobrando, e nós estamos fazendo na Comissão de V. Ex^a, mas temos de dar certo ordenamento na questão. Mas, depois, ficou esclarecido que as subcomissões já existem, e eu já havia concordado.

Agora vem V. Ex^a com essa ideia. Em primeiro lugar, V. Ex^a não tem a obrigação de me indicar. Acho que há a vice-presidente, há muitas pessoas. Mas, se indicado, eu aceito, porque acho que é muito importante. (*Palmas.*)

É muito importante porque já havia até requerimento para criação de uma comissão especial, de uma CPI ou coisa parecida, e acho que não há lugar melhor do que esta Comissão para estudar com seriedade, com profundidade essa matéria. Aqui vamos esclarecer.

V. Ex^a está possibilitando um marco no Senado Federal. A atuação de V. Ex^a e dos membros desta Comissão, mas tendo V. Ex^a à frente, produz um debate hoje em âmbito nacional. Quando é que se imaginou atividade na Casa – estou no Senado há trinta anos

– segunda-feira, às 8 horas da manhã? Nem os varredores começaram a trabalhar nessa hora. E V. Ex^a marcou reuniões às 8 horas da manhã, e essas reuniões estão sendo uma melhor do que a outra, com assuntos os mais importantes, os mais significativos, com entidades representativas da sociedade, que não tinham vez. E assuntos muito importantes V. Ex^a está trazendo a este debate. E é importante que V. Ex^a está trazendo a sociedade. Quer dizer, uma coisa é fazer uma reunião com entidades representativas do Governo, com entidades representativas da sociedade; outra coisa é a gente, que representa a sociedade. E aqui é o povo que está falando. E daqui se está tirando muito proveito.

E esta é uma matéria realmente muito importante. Ouvi o pronunciamento da Senadora e acho que realmente vivemos um momento e talvez, pela Presidenta estar lá, este é o grande momento para se combater uma chaga que, no Brasil, dolorosamente, vale por tudo o que é lado, por tudo o que é canto. A última que apareceu, lá no presídio de Belém, é um negócio oficial, onde o serviço da prisão tinha uma coordenação de servir mocinhas para os detentos, em troca de... O próprio serviço oficial, os próprios representantes que estavam ali, num tipo de trabalho, faziam exatamente o trabalho que era feito pelos bandidos.

Então, felicito muito V. Ex^a nesse sentido, e acho que o que vamos fazer aqui é uma coisa muito singela. É apenas a tentativa de dar a nossa colaboração. Há um fato novo que são essas redes sociais, quer dizer, isso está mudando no mundo inteiro. Ontem não foi muito bom no Rio. Ninguém se entendeu porque só havia 3 mil pessoas, e se esperavam 40 mil. Mas isso faz parte. Nas Diretas Já, o movimento começou com 200 pessoas. Mas acho que há um grande movimento, e nós podemos participar e iniciar isso. E, vocês me perdoem, tudo o que estamos discutindo começa lá: o Brasil é o país da impunidade. Não acontece nada com ninguém. Então, vocês estão sabendo que não vai acontecer nada porque nenhum político, nenhum empresário, ninguém que é importante vai para a cadeia. Então, no Brasil é manchete: roubou, matou, fez o diabo e essa manchete dura dez dias, quinze dias e desaparece. O máximo que acontece é o Ministro ser demitido por corrupção. Mas também depois, se ele devolve o dinheiro, para pagar alguma coisa: não, se esquece.

Então, esse movimento é exatamente para isto, fazer com que o Brasil, a exemplo das democracias do mundo inteiro, não seja o país da impunidade, seja um

país onde a pessoa comete um delito e paga. Muita gente acha, pelo que se lê nos jornais, que o Brasil é o campeão do mundo da corrupção e que tem no Brasil, não tem nos Estados Unidos, não tem na Alemanha: tem lá igual aqui, ou até pior, só que lá o cara faz, o cara paga; e aqui, no Brasil, o cara não paga. Pega um bom advogado, vai levando, vai levando e não pega um dia de cadeia, e não devolve um tostão.

Por isso a importância desta Comissão. Felicito V. Ex^a e me coloca à disposição. Não tenho vindo aqui tantas vezes quanto devia, primeiro porque tenho 82 anos, tenho 30 anos de Senado e o horário de V. Ex^a, 7 horas da manhã, para mim o médico disse que tenho que ficar um pouco mais; mas, sempre que posso...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Ele está fazendo uma caminhada, que era o que eu devia fazer. Por isso a elegância dele.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) –

Mas, sempre que posso, faço questão de estar aqui, porque V. Ex^a sabe que sou um admirador desse seu trabalho. V. Ex^a está fazendo um marco na história do Senado brasileiro. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Este é o Senador Pedro Simon que, com muito orgulho, vai coordenar o grupo de trabalho desta Comissão de Direitos Humanos.

Senador Ana Rita, vice-presidente da Comissão.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Rapidamente, Senador Paim. Primeiro, quero parabenizar o Senador Pedro Simon, porque realmente tem uma disposição muito grande, e parabenizá-lo por ter se comprometido em assumir esta Comissão.

Na verdade, só me inscrevi porque acabei me esquecendo de dizer uma coisa que considero importante, e foi a partir da fala da Mesa. Esse fenômeno do tráfico de pessoas é bastante contemporâneo. O Brasil, hoje, vive um momento de muitas obras e isso atrai trabalhadores, e famílias. Com isso, se não houver políticas públicas, a tendência é ampliar, com certeza, a prostituição, o tráfico, enfim uma porção de coisas. E eu vivencio isso de certa forma porque moro em uma cidade portuária, muito próxima ao porto, o acesso de caminhoneiros é muito grande e com eles vêm a prostituição e uma porção de coisas. Infelizmente acontece isso.

O que eu queria dizer é que é preciso envolver nesse debate não só os ministérios e entidades ligados à área social como também da área econômica. Isso porque, quando discutimos essas questões, é como se fosse o social, separado do econômico. Precisamos

envolver também setores ligados à área econômica, de infraestrutura, enfim, porque senão não conseguimos construir as alternativas de saída.

Era somente isso que eu gostaria de sugerir, a importância do envolvimento desse outro lado que, na verdade, não está tão separado assim. É uma agenda social que tem que ser articulada com a agenda econômica.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senadora Ana Rita. A fala de V. Ex^a faz com que caminhemos cada vez mais juntos em matéria de concepção. Na minha fala, eu dizia, antes, que o debate aqui no Congresso está muito só no viés econômico. Quero que vincule à questão social. E V. Ex^a aponta para o mesmo caminho, que não se faça também só o debate social sem vincular às questões econômicas, porque é da infra que precisamos.

Vamos para as considerações finais. Cada um dos convidados terá cinco minutos.

Só para seguir a ordem, falará em primeiro lugar Deysiane Farias Pontes. Cada um falará por até cinco minutos. Deysiane, você tem até cinco minutos. E o Meneguelli encerra por causa do vídeo, porque quero que você fale e passe o vídeo. Aí encerramos.

DEYSIANE FARIAS PONTES – Gostaríamos mais uma vez de agradecer pelo convite para participação da Secretaria de Direitos Humanos e do Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes nesta importante audiência pública.

Agradecemos também, publicamente, não só à Frente, mas a esta Comissão de Direitos Humanos, que está pautando esses temas juntamente com a Secretaria. Isso nos dá uma extrema satisfação de ver que essa rede está sendo cada vez mais ampliada.

Queremos agradecer também, em particular, sem esquecer todos os outros, mas já que estão aqui, o Sr. Jair Meneguelli, representante do Sistema S, Sesi, Projeto ViraVida.

Gostaríamos de registrar publicamente a importância desse projeto, dessa parceria que estamos sempre apoiando e sendo apoiados. É uma rede. Tem esse fluxo.

Agradecemos à nossa representante do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, a Karina, por meio de quem, publicamente, ressaltamos a importância do Comitê em todas essas atividades.

Reiteramos o nosso apoio.

Na nossa gestão, a nossa antiga coordenadora, Leila Paiva, tinha orgulho de ter sido participante

da gestão que mais apoiou o Comitê Nacional e que essa rede ganhou mais e mais visibilidade, o dia 18 de maio também ganhou mais e mais visibilidade, o Dia Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.

Estamos aqui reiterando a nossa parceria. Com certeza, quem chegar à coordenação também vai ter essa certeza de que essa parceria com o Comitê vai ser sempre ampliada.

Lembramos aqui o nome da Irmã Henriqueta, que também é nossa parceira lá no Pará e que ajudou a executar o PAIR. Deixamos o nosso agradecimento público à Irmã Henriqueta, à CNBB.

Agrademos à nossa convidada pelo importante depoimento. Esses depoimentos sensibilizam bastante a sociedade. Temos que trabalhar constantemente com a sensibilização, com a mobilização.

Por último, gostaria de reiterar o compromisso da Secretaria de Direitos Humanos em pautar todas essas discussões de direitos humanos, de crianças e adolescentes, de idosos, pessoas com deficiência, população LGBT nessas pautas, nessas agendas que estão sendo puxadas aqui pela Frente, pela Comissão, pela sociedade civil, nas grandes obras, nos grandes eventos. Estamos tentando articular com o setor empresarial. Estamos conseguindo adesões. Agradecemos às 130 empresas que já aderiram. Espero que venham mais, com o apoio da Firjan, do Sesi.

Por último, reiterar que estamos empenhados em pautar todas essas agendas com os nossos parceiros da comissão intersetorial, com todos os ministérios, com o governo. Provavelmente, teremos o lançamento de um programa de proteção Brasil que Protege Crianças e Adolescentes. Será um programa mais geral. Começou com foco no enfrentamento à violência sexual, mas o governo vai lançar essas ações mais gerais e nos colocamos à disposição para toda e qualquer disposição sobre esses temas.

Estamos à disposição, agradecendo à Casa. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Essa foi a Deysiane Farias Pontes.

De imediato, vamos para Daniele Corrêa Santa Catarina.

A SRª DANIELE CORRÊA SANTA CATARINA – Eu só gostaria de registrar, por conta dessa questão levantada das obras oriundas da Copa, que o Ministério Público do Trabalho está com um projeto especial para trabalhar a questão do meio ambiente no trabalho, o

combate ao trabalho escravo, ao trabalho infantil nessas obras. Então, já estamos com várias inspeções e forças—tarefas relacionadas a essa questão.

Gostaria de falar para a Senadora Ana Rita que o Ministério Público do Trabalho também tem defendido a questão da aprovação da PEC e gostaria de aproveitar, publicamente, para convidá-la a participar de um seminário que haverá em Vitória, de combate ao trabalho escravo, ao tráfico interno de trabalhadores e à exploração sexual também, inclusive com a Polícia Rodoviária Federal, que também fará parte devido à questão da exploração sexual. Será no dia 18 de novembro. A minha assessoria até já entrou em contato com a sua e nós gostaríamos muito da sua presença lá para abrilhantar mais o evento.

Por fim, gostaria de agradecer o convite, parabenizar a Comissão e todas as instituições aqui presentes pela luta nessa questão que é de fundamental importância.

Obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Obrigado, Daniele Corrêa Santa Catarina. Passamos para a Srª Luiza Lopes.

A SRª LUIZA LOPES – Obrigada.

Eu gostaria de fazer referência a uma manifestação da Senadora Ana Rita muito pertinente, e do Sr. Meneguelli, de que não só temos que fazer mais, mas também temos de nos coordenar melhor.

Como Itamaraty, a nossa ação é limitada ao exterior, mas temos trabalhado muito em parceria com os órgãos no Brasil e somos também uma espécie de consultoria do que nós vemos a partir da nossa perspectiva no exterior que poderia ser aperfeiçoada.

Eu acho que um primeiro passo em termos de coordenação muito importante que foi dado foi a formação desse nosso grupo: MJ, Secretaria das Mulheres e Itamaraty. Mas pelo menos esses três órgãos já trabalham em uma estreitíssima coordenação e tudo que um órgão faz os outros estão sempre participando convidados e isso está funcionando muito bem. Foi o primeiro passo dado, mas nós sabemos que há muitos outros parceiros que precisariam participar; já participam desse grupo de trabalho interministerial que é importante. Mas o que nós achamos que é importante acontecer é que haja uma forma, talvez um portal, um portal do tráfico, em que nós saibamos tudo que está acontecendo nessa área, porque há uma pulverização tremenda de atividades.

De vez em quando nós somos convidados para um evento em algum Estado e nós perguntamos para

os colegas da SPM se estão sabendo disso, se estão comparecendo. E muitas vezes eles dizem que não sabem do que se trata. E vice-versa. É muito comum a pulverização de iniciativas. Algumas, inclusive, que nos preocupam e que estamos tratando, são iniciativas de governos estrangeiros no Brasil. Eu mandei um funcionário nosso a Bahia para um evento sobre tráfico de pessoas que estava a cargo da Agência de Desenvolvimento da Espanha. Que história é essa? Como é possível? Também ninguém sabia disso. Nenhum órgão sabia disso, nem a SPM, nem o MJ. Era um evento deles com ONGs na Bahia. É inaceitável que tenhamos governos estrangeiros organizando. Claro que nós falamos para o governo espanhol em outros termos, falamos: que interessante, é tão importante uma iniciativa dessas, mas vamos trabalhar juntos. Eles entenderam a mensagem, o evento se realizou, nós nos fizemos presentes, mas nós estamos muito conscientes disso e discutimos em caráter muito preliminar com Ricardo Lins, da SNJ a possibilidade de abrirmos um portal em que incluíssemos todas as milhares de pequenas e médias iniciativas.

Nós temos pequenas ONGs trabalhando em um lugar. Temos boas práticas que não são repassadas a outros órgãos. Temos um projeto Madalenas, por exemplo, que é uma moça brasileira que mora na Suíça que foi vítima, saiu da situação e hoje tem uma ONG que faz palestras em escolas para meninas no Nordeste. É uma linda iniciativa. Por que a gente não multiplica?

Então, essa ideia ainda está em gestação, acho que tem muito futuro, talvez quando a gente tiver encerrado esse processo do segundo plano, nós tenhamos fôlego para um projeto desse de montar um portal e divulgá-lo para que ali nós tenhamos tudo que está acontecendo.

É um primeiro passo. Claro que é apenas um primeiro passo a gente conhecer o que está para não ficar reinventando a roda. Nós sabemos que há centenas de ONGs fazendo trabalhos ótimos, mas cada uma tem apenas um público-alvo muito pequeno, uma cidadezinha, e esse projeto perde por ser pontual e os efeitos deles estão restritos geograficamente, muitos vezes falta fôlego para eles se expandirem. Então, esse é um primeiro passo que nós estamos pensando. A parceria desta Comissão seria valiosa e também isso teria uma relação com o que Dr. Meneguelli mencionou de um seminário na Espanha. Uma visita nossa depois do seminário ia fazer falta dada a intercessão da continuidade. Nós estamos consciente disso. É im-

portante que a gente monte uma rede que funcione permanentemente.

De nossa parte, apesar de atuarmos no exterior, nós temos esse privilégio de trabalharmos com parceiros tão importantes e que têm sido essenciais para o nosso trabalho.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Essa foi Luiza Lopes.

Passamos a palavra, de imediato, À Sr^a Fernanda dos Anjos.

A SR^a FERNANDA DOS ANJOS – Muito obrigada, Senador.

Gostaria de saudar a fala da Senadora Ana Rita. Creio que o caminho está apenas começando. Nós estamos apenas começando a revelar uma das facetas que é o fenômeno do tráfico de pessoas e que tem uma características de explorar, violar outros tipos de direitos humanos e submetendo-os a uma dinâmica de tráfico.

Creio que a pergunta que a senhora deixa a esta Mesa, às pessoas que aqui estão é mais do que absolutamente fundamental. Quando nós pensamos como o governo tem buscado fortalecer esse espaço da rede, eu acho que esse é um dos principais desafios para esse momento. Acho que começamos avançando ao revelar, ao constituir e trabalhar com outros ministérios no sentido de que essa deve ser uma pauta a ser construída e, portanto, também em outras políticas de uma forma intersetorial e aí temos o PNDH, o Plano de Erradicação da Violência, exploração sexual, ao trabalho escravo. Acho que este é um grande desafio: como tornar esse tema de fato intersetorial, como alcançar o diálogo para que essas redes atuem sempre em coordenação e buscando não só revelar como traçar estratégias conjuntas de enfrentamento.

Para esse ano, o segundo encontro da rede terá uma característica distinta. O primeiro encontro envolveu muito as ONGs que estavam atuando em torno do tema do enfrentamento ao tráfico de pessoas e hoje nós temos um mapeamento de mais ou menos umas 40 ONGs que estão lidando especificamente com esse tema e que participam dessa rede.

A nossa estratégia, este ano, é ampliar, é convidar o setor produtivo, é chamar o setor sindical, é chamar as organizações de mídia, que têm se comprometido com a revelação de novos cenários no País, igrejas, organismos internacionais, os próprios Poderes, Legislativo e Judiciário – que também tem se organizado em torno desse tema – e também chamar essas ONGs e tantas outras redes de ONGs e os institutos de pes-

quisa. Esse, além de tudo, é um fenômeno criminal ainda pouco conhecido. Há poucos estudos, há já um incentivo à produção de estudos para se conhecer as dinâmicas que atuam sobre esse fenômeno criminal.

As informações que chegam até o momento dessas pesquisas é que a rede articulada que faz o aliciamento é de pessoas próximas ou de vizinhança e, em alguns momentos, até de pessoas da própria família, que produzem esse aliciamento, ou para se ver livre lá no exterior da cadeia ou da própria escala de violência, ou seja, deixar de ser vítima e passar a ascender nessa cadeia no que diz respeito à organização criminosa. Isso revela que o nosso desafio está apenas começando.

Portanto, contar com essa parceria dos institutos de pesquisa, conhecer melhor esse fenômeno criminal para que o Estado brasileiro possa apresentar respostas mais efetivas é muito importante.

Então, nós temos aí essa possibilidade do encontro de alargar o rol de atores que se comprometam com essa agenda, envolvendo esses setores que eu mencionei. Nós estamos trabalhando para a articulação de um conselho nacional também que possa ser um espaço privilegiado tanto para monitorar como para ser um espaço de diálogo entre sociedade e Estado no que diz respeito a esse fenômeno criminal, além dessa articulação que nós já mencionamos com outras políticas públicas.

Em relação ao tema de grandes eventos e de grandes obras, já há uma estratégia, como bem ressaltou a Secretaria de Direitos Humanos, começando a ser desenhada em articulação com o Ministério do Planejamento e com a própria Presidência da República. E no que diz respeito aos grandes eventos, essa já é uma agenda de preocupação da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos, que foi criada no âmbito do Ministério da Justiça e que está apresentando agora e vai apresentar em breve um plano de segurança para grandes eventos a Presidenta. Portanto, o tema de tráfico de pessoas já está no horizonte de preocupações para as ações de segurança, para as ações de prevenção – inclusive, a ocorrência desse fenômeno está sendo muito pautada pela Ministra, nas discussões do grupo de trabalho interministerial.

Todas as falas ressaltaram e a mensagem que permanece um pouco para esta mesa de debates. Estamos começando nesse desafio, é um fenômeno que está recentemente sendo revelado e que políticas públicas também estão sendo construídas. Somente

uma articulação em rede da sociedade civil em seus diversos segmentos dos poderes articulados também para essa estratégia de enfrentamento podem de fato começar a apresentar alguma resposta. Nós sequer conhecemos o tamanho desse desafio.

Estudos, neste caso, são muito difíceis. A coleta de dados e informações também, em razão dos inúmeros elementos que já foram trabalhados.

Gostaria também de ressaltar a coragem da nossa convidada, antes de qualquer coisa. Parabenizo-a pela coragem em estar aqui revelando o que isso significa de fato na vida de uma família, na vida de qualquer pessoa e do nível de dignidade que por vezes nós perdemos frente a um fenômeno criminal como este.

Parabéns mais uma vez a esta Comissão, a esta Casa do Senado que se compromete não só pela audiência, mas também com a CPI, em relação a esse tema. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Essa foi a Fernanda dos Anjos.

Agora passamos a palavra à Sr^a Lourdes Barreto. *(Pausa.)* Não está.

Passamos a palavra, então, para a Sr^a Karina Figueiredo.

A SR^a KARINA FIGUEIREDO – Gostaria de agradecer, mais uma vez, o convite ao Comitê, para, aqui, dialogar com os parceiros presentes sobre as estratégias que podemos ter frente a essa problemática, que tem dimensões muito amplas e que, como já colocado anteriormente, precisa sim de uma articulação forte de vários setores, senão, não conseguimos enfrentá-la.

Gostaria de registrar a importância do Poder Legislativo, a importância desse espaço para que a gente possa avançar nesse enfrentamento. A CPMI que investigou a exploração sexual, que aconteceu em 2003/2004, foi fundamental para avançarmos na mudança da legislação, foi fundamental para avançarmos em vários aspectos, no que se refere ao enfrentamento da exploração sexual. Eu acredito que esta CPI que o Senado leva adiante, com relação ao tráfico, também vai ser importante.

Além disso, gostaria de pedir publicamente o compromisso dos Senadores, do Senador Paulo, da Senadora Ana Rita e demais Senadores que compõem esta Comissão, com relação à importância que o Legislativo tem e à prioridade que precisamos ter para mudar o marco regulatório, no que se refere a essas obras que estão se espalhando pelo Brasil. De que forma a gente pode estudar isso e pensar em alterações nesse marco regulatório, nessa legislação, incluindo

cláusulas que garantam um estudo mais aprofundado dos impactos sociais que essas obras vão ter na comunidade? De que forma essas verbas compensatórias têm que ser investidas nessas comunidades? De que forma esses licenciamentos para as obras podem ser um pouco mais rígidos para que a gente possa evitar os impactos que a gente já está colhendo em nosso País, para que a gente possa evitar que a questão da violação dos direitos humanos tenha a dimensão que ela já tomou? Então, tem um fato que já está dado e que está acontecendo. Então de que forma a gente pode, mudando o marco regulatório, no que se refere a essas obras, contribuir para prevenir futuramente essas violações de direito?

Esqueci de falar anteriormente que a questão do tráfico interno, e até internacional, de meninas e mulheres tem ampliado, com esse processo... Ao visitar a região Norte, em especial Porto Velho, nós vivenciamos isso. Como tem uma proximidade com a Bolívia, então já tem um número grande de meninas bolivianas ali naquela região do Jirau, além de meninas de outros Estados da região Norte que já migraram para lá, atraídas por essas redes que agenciam para fins de exploração sexual.

Só gostaria de ressaltar, porque acredito muito, tenho certeza de que esta Casa, o Poder Legislativo é um espaço que tem contribuído muito, e vai continuar a contribuir, nesse diálogo, para que, juntos, possamos sentar e pensar em estratégias que avancem nesse enfrentamento.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parabéns, Karina, pelo seu depoimento.

Passamos a palavra para a nossa convidada e, depois, para o Jair.

A SR^a MÃE DE VÍTIMA – Eu quero manifestar a minha gratidão em poder estar aqui, em primeiro lugar, à Senadora Marinor Brito. Mas, paralelo ao acolhimento que recebi aqui, queria ressaltar que gostaria de estar aqui em outras circunstâncias, e não nesta. Mas estou nesta circunstância e me sinto na obrigação de representar aqui e de chamar atenção do Poder Público, da administração do nosso País como um todo, para a dor, para o gemido daquelas mulheres, daquelas mães que não podem estar aqui e que, com certeza, como eu, sofreram e sofrem na pele.

Então, Presidente, eu quero manifestar a minha satisfação de conhecê-lo, em nome de todo o Senado. Eu quero agradecer este momento a todos os que se fazem presentes, aos Deputados que se fazem presentes. Eu gostaria de ver aqui o Deputado Beto Faro,

que eu ajudei a eleger; trabalhei com ele, consegui uns votinhos para ele, mas não o vi, porque cheguei hoje e hoje mesmo estou regressando.

Mas, para não ser muito repetitiva, quero registrar a minha eterna gratidão. Que este trabalho realmente venha a sanar essa desvantagem, essa mazela para a sociedade, especialmente dos menos favorecidos.

Muito obrigada a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, nossa convidada.

Só para que não fique dúvida, o Deputado Beto Faro estará presente no debate da Comissão da Câmara dos Deputados.

Parabéns a V. S^a, que é brilhante na fala. Não deixa nenhuma dúvida de que é uma lutadora. Vou lhe dar um beijo.

Jair, a palavra está com você, para fazer o nosso encerramento.

O SR. JAIR MENEGUELLI – Muito rapidamente. Só para dar algumas pequenas informações. Nós temos protocolo já assinado nacionalmente com a Secretaria de Direitos Humanos, com o Conselho Nacional de Justiça, com a OAB, com o MDS, com o Turismo; temos, com todos, protocolos nacionais assinados. É preciso ampliar.

Senadora, em todos os Estados que vamos lançar o projeto – e lançamos inicialmente em um seminário, para o qual convidamos todo mundo, inclusive agora, em Porto Alegre, não sei se será dia 5 ou dia 6, obviamente que, a depender do dia da semana, os Deputados não poderão estar –, nós não temos conseguido sensibilizar nenhum representante do Estado a comparecer para discutir esses temas conosco. Oxalá que nos próximos tenhamos essa participação! Ao chegar lá no Espírito Santo, vou escolher um dia em que a senhora esteja lá, para contar com sua presença.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sexta, sábado, domingo e segunda.

O SR. JAIR MENEGUELLI – Ok.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Faça o mesmo em Porto Alegre: o mesmo privilégio que a minha Senadora teve. Escolha um dia que eu esteja lá, viu, Meneguelli? É um pedido.

O SR. JAIR MENEGUELLI – Com certeza, com certeza.

Só mais três recadinhos. Agora, no mês de outubro, a TAM vai veicular esse vídeo em todas as suas aeronaves, durante todo o mês.

Em Jaci-Paraná, eu vou construir uma unidade do Sesi como piloto, inclusive, para atender – uma necessidade que constatamos – a crianças, não jovens, para o Projeto ViraVida; crianças de 14 anos para baixo. Vamos ocupar essas crianças e suas famílias

com formação profissional, educação e lazer, voltado, inclusive, para as Olimpíadas de 2016, porque certamente vamos encontrar talentos no Brasil inteiro. E vamos fazer o serviço de trazer essas crianças para nossas unidades, tirando-as das ruas.

Hoje, vou estar com o Ministro da Justiça, às 16 horas. Vou mostrar não só o programa ViraVida, mas também vou querer discutir com ele o Oiapoque, o que a gente pode fazer lá.

Quero parabenizá-lo, Paim, por esta iniciativa. Acho que isso está fazendo com que nós – já trocamos alguns cartões aqui – continuemos com esse trabalho, ampliemos esse trabalho.

Luíza, seu nome será impossível esquecer, porque, exatamente amanhã, minha netinha Luíza estará completando um mês de idade...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, parabéns! (*Palmas.*)

O SR. JAIR MENEGUELLI – Então, esse nome não vou esquecer. É importantíssimo. Daqui a um mês também vamos estar na Itália. Vamos nos reunir com o sindicato dos empresários, com o sindicato dos trabalhadores das centrais sindicais, cujo contato temos há muitos anos.

Se pudéssemos fazer esses contatos de repente, em um provável seminário futuro, porque até a realização dos seminários da Espanha e de Portugal fomos nós que pagamos daqui. Foi o Sesi que pagou daqui. Oxalá possamos fazer nas nossas embaixadas esses seminários porque é um tema que nos interessa. Nós pagamos porque nos interessa; muito mais do que para eles. Esse tema seguramente não está na pauta nem do movimento sindical internacional, muito menos da classe empresarial. Se pudéssemos estar juntos nessas próximas etapas seria fantástico.

Para terminar, Paim, você sabe do nosso tempo. Somos sonhadores. Eu sou um sonhador, e meu sonho é que um dia esse projeto, depois de implantado em todo País, o projeto ViraVida, venha a se tornar uma política pública. Esse é o meu sonho.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parabéns, Jair Meneguelli, Presidente do Sesi.

Vamos agora, antes do encerramento, passar o clipe.

Quero agradecer muito aos Senadores que estiveram presentes aqui. A Senadora Marinor Brito, faço questão de destacar, não está aqui porque está numa missão, que tem o mesmo objetivo desta audiência pública, lá no Pará, o que foi lembrado por diversos Senadores, pelo sequestro que houve de uma jovem de 16 anos, colocada no presídio, violentada e, como diz ela, repito, sem se saber o número de agressores.

Então, a Senadora Marinor Brito é como se estivesse aqui presente; Senadora Lídice da Mata; Senador Wellington Dias; Senadora Ana Rita; Senador Eduardo Amorim; Senadora Marta Suplicy; Senador Paulo Davim; Senador Cristovam, que veio até a porta, cumprimentou-me e, como estávamos no encerramento, ele só abanou a mão; Senador Pedro Simon. Aqui criamos hoje este grupo que vai discutir a questão da impunidade da corrupção, que ele vai coordenar.

Aí, Meneguelli, pegando as suas palavras finais, acho que se a Comissão atingiu neste momento o objetivo concreto de ajudar, que foi o início da sua fala e o encerramento, para que todos os setores aqui representados caminhem para uma reunião a fim de articular as políticas no combate à exploração sexual e na defesa das nossas crianças e adolescentes, eu diria que já atingimos o objetivo. E tenho certeza de que, a partir daqui, avançaremos muito mais.

Meus cumprimentos à CPI pelo trabalho que também está fazendo.

Vou encerrar com o clipe. Acho que o clipe diz tudo, muito mais do que palavras. Depois dele, vou encerrar a audiência pública. Isso significa o quê? Que quando a audiência for reproduzida – ela já está ao vivo –, o clipe vai ser passado para todo o Brasil.

Quero agradecer muito a você, Meneguelli, e à entidade que você representa, o Sesi, por ter autorizado que tanto a Comissão de Direitos Humanos quanto à TV Senado usassem o clipe com esse objetivo.

Vamos ao clipe e, depois dele, vou encerrar. Quero deixar bem claro que não encerrei a reunião. Só vou encerrá-la depois do clipe de três minutos.

(*Reprodução do clipe.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quero destacar que, no pé do clipe – e o Jair já tinha dito –, está registrado que todos os artistas abriram mão do cachê para esse verdadeiro *show*, em nome do carinho, do amor e do respeito ao próximo.

Uma salva de palmas a todos eles. (*Palmas.*)

Assim, encerramos nossa reunião.

Justifico ainda que a Senadora Vanessa Grazziotin, que é Presidente da CPI, não está aqui porque também está numa missão com o mesmo objetivo.

Aqui, minha convidada, permita-me que eu lhe dê um abraço antes de encerrar a reunião: vida longa e que você leve muita energia daqui do Senado para tua filha. (*Palmas.*)

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 12 horas e 30 minutos.*)

Edição de hoje: 868 páginas

(OS: 16490/2011)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

